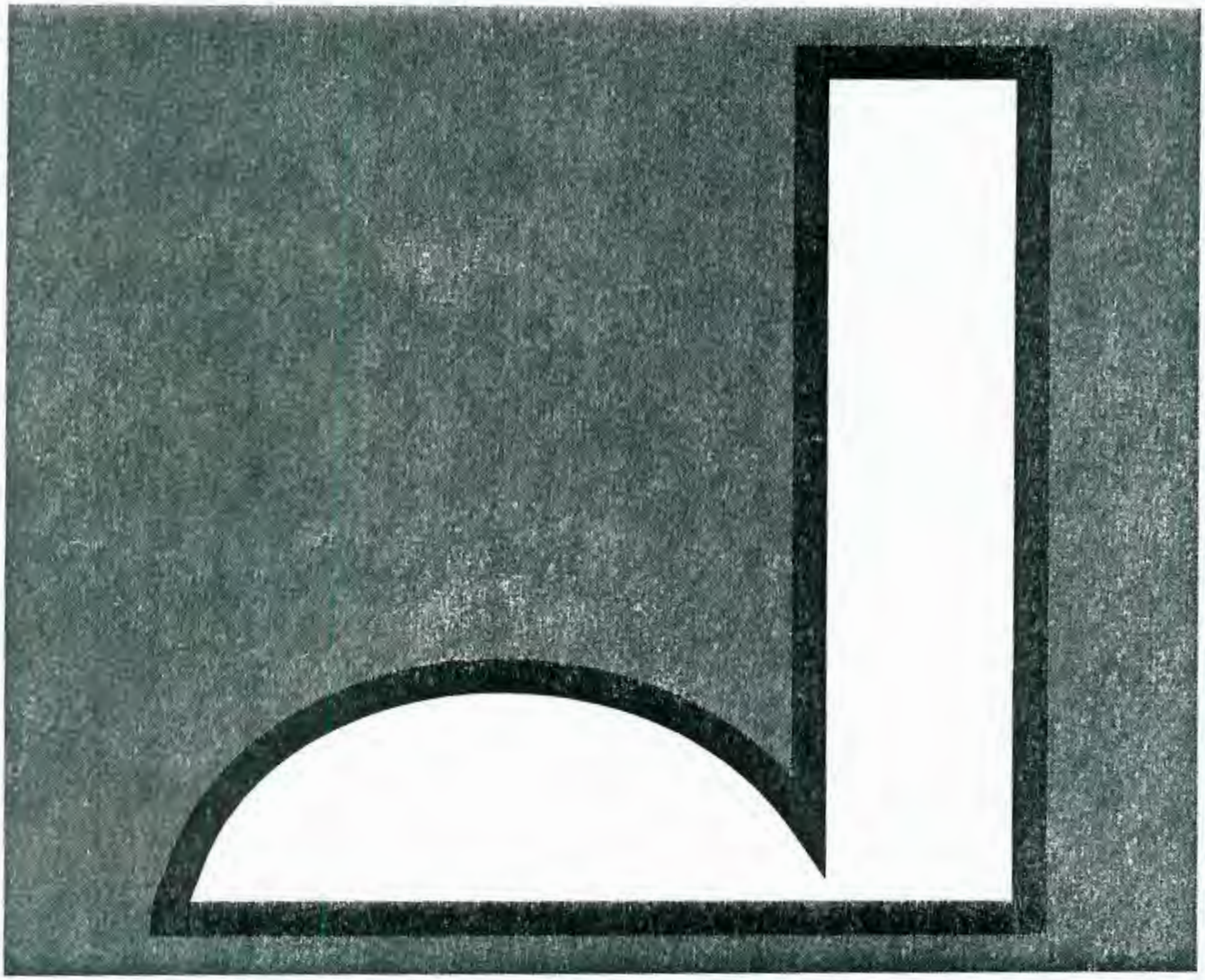
EXEMPLAR ÚNICO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

VOLUME I

ANO LIX – SUP. AO Nº 208 – QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA-DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI
3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella - PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)

LÍDER – PT
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes

Roberto Saturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT
Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER - PSB - 3

João Capiberibe – PSB

Vice-Líder PSB
Geraldo Mesquita Júnior

LÍDER - PTB – 3
Duciomar Costa – PTB

LIDERANÇA DO PMDB - 22
LÍDER
Renan Calheiros – PMDB
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12

LÍDER
Efraim Morais - PFL

Vice-Líderes
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER – PFL – 17
José Agripino - PFL

Vice-Líderes
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LÍDER - PSDB – 12
Arthur Virgílio – PSDB – AM
Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5
LÍDER
Jefferson Péres – PDT
Vice-Líder
Almeida Lima

LÍDER – PL – 3
Magno Malta – PL

Vice-Líder
Aelton Freitas

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti – PPS

LIDERANÇA DO GOVERNO
LÍDER

Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes

Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Sabóya Gomes – PPS
Hélio Costa – PMDB
Marcelo Crivella – PL
Ney Suassuna – PMDB
Ideli Salvatti – PT

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) Atualizado em 23.4.2004

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES

1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos

34ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2002 7

38ª Reunião, realizada em 03 de dezembro de 2002 22

12ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2004 35

17ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2004 79

19ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2004 99

20ª Reunião, realizada em 03 de junho de 2004 116

21ª Reunião, realizada em 08 de junho de 2004 124

22ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2004 138

23ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2004 145

24ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2004 151

25ª Reunião, realizada em 06 de julho de 2004 174

26ª Reunião, realizada em 07 de julho de 2004 193

27ª Reunião, realizada em 10 de agosto de 2004 201

32ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2004 219

33ª Reunião, realizada em 09 de novembro de 2004 263

35ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2004 294

36ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2004 317

37ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2004 325

39ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004 336

40ª Reunião, realizada em 07 de dezembro de 2004 372

41ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004 387

42ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004 396

43ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004 402

3ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 15 de junho de 2004 433

4ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 05 de outubro de 2004. 446

5ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 16 de novembro de 2004... 448

6ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 24 de novembro de 2004... 470

7ª Reunião da Subcomissão temporária de Turismo, realizada em 24 de novembro de 2004. .. 488

2ª Reunião da Subcomissão temporária de Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 05 de outubro de 2004 511

3ª Reunião da Subcomissão temporária de Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 19 de outubro de 2004 518

4ª Reunião da Subcomissão temporária de Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 09 de novembro de 2004 537

5ª Reunião da Subcomissão temporária de Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 30 de novembro de 2004 564

1.2 – Comissão de Assuntos Sociais

1ª Reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2004 589

2ª Reunião, realizada em 03 de março de 2004 597

3ª Reunião, realizada em 10 de março de 2004 604

4ª Reunião, realizada em 17 de março de 2004 610

5ª Reunião, realizada em 18 de março de 2004 646

6ª Reunião, realizada em 31 de março de 2004 648

7ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2004 673

8ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2004 696

9ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2004 701

10ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2004 736
11ª Reunião, realizada em 05 de maio de 2004 750
12ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2004 753
13ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2004 770
14ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2004 772
15ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2004 784
16ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2004 800
17ª Reunião, realizada em 27 de maio de 2004 821
18ª Reunião, realizada em 02 de junho de 2004 831
19ª Reunião, realizada em 03 de junho de 2004 856
20ª Reunião, realizada em 09 de junho de 2004 870
1ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2004 871
22ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004 884
23ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2004 899
24ª Reunião, realizada em 07 de julho de 2004 904
25ª Reunião, realizada em 08 de julho de 2004 915
26ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2004 918
27ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004 923
28ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004 924
29ª Reunião, realizada em 06 de outubro de 2004 959
30ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2004 968
31ª Reunião, realizada em 28 de outubro de 2004 979
32ª Reunião, realizada em 04 de novembro de 2004 990
33ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2004 993
34ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2004 1002
35ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2004 1006
36ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004 1022
37ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2004 1038
38ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004 1052
39ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2004 1059
40ª Reunião, realizada em 02 de dezembro de 2004 1061
41ª Reunião, realizada em 08 de dezembro de 2004 1065
42ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004 1073
1ª Reunião da Subcomissão temporária do Idoso, realizada em 16 de novembro de 2004 1076
2ª Reunião da Subcomissão temporária do Idoso, realizada em 24 de novembro de 2004 1079
1ª Reunião da Subcomissão temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, realizada em 14 de dezembro de 2004 1086
1ª Reunião da Subcomissão temporária de Saúde, realizada em 15 de junho de 2004 1102
2ª Reunião da Subcomissão temporária de Saúde, realizada em 10 de novembro de 2004 1127
3ª Reunião da Subcomissão temporária de Saúde, realizada em 07 de dezembro de 2004 1133
1ª Reunião da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, realizada em 1º de junho de 2004 1151
2ª Reunião da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, realizada em 14 de setembro de 2004 1154
3ª Reunião da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, realizada em 17 de novembro de 2004 1158
4ª Reunião da Subcomissão permanente do Meio Ambiente, realizada em 02 de dezembro de 2004 1167
1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
1ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 21 de janeiro de 2004 1171
2ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2004 1186
3ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2004 1212
4ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2004 1250

5ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2004 1272
1ª Reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2004 1280
2ª Reunião, realizada em 03 de março de 2004 1308
3ª Reunião, realizada em 10 de março de 2004 1331
4ª Reunião, realizada em 11 de março de 2004 1360
5ª Reunião, realizada em 17 de março de 2004 1361
6ª Reunião, realizada em 24 e 31 de março e 06 de abril de 2004 1383
7ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2004 1462
8ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2004 1479
9ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2004 1523
10ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2004 1556
11ª Reunião, realizada em 05 de maio de 2004 1577
12ª Reunião, realizada em 06 de maio de 2004 1604
13ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2004 1614
14ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2004 1637
15ª Reunião, realizada em 02 de junho de 2004 1659
16ª Reunião, realizada em 02 de junho de 2004 1685
17ª Reunião, realizada em 03 de junho de 2004 1693
18ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2004 1704
19ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004 1718
20ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2004 1732
21ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2004 1741
22ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2004 1753
23ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004 1781
24ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004 1796
25ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2004 1831
26ª Reunião, realizada em 03 de novembro de 2004 1845
27ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2004 1870
28ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2004 1891
29ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004 1898
30ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004 1916
31ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2004 1919
32ª Reunião, realizada em 08 de dezembro de 2004 1936
33ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004 1961
34ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004 1980

1.4 – Comissão de Educação

26ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004 2004
31ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2004 2026
32ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2004 2055
33ª Reunião, realizada em 05 de outubro de 2004 2076
34ª Reunião, realizada em 05 de outubro de 2004 2082
35ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2004 2117
36ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2004 2122
37ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2004 2150
38ª Reunião, realizada em 09 de novembro de 2004 2158
39ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2004 2175
40ª Reunião, realizada em 16 de novembro de 2004 2187
41ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2004 2210
42ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2004 2218
43ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2004 2236
44ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004 2236
45ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2004 2255
46ª Reunião, realizada em 07 de dezembro de 2004 2285
47ª Reunião, realizada em 08 de dezembro de 2004 2302
48ª Reunião, realizada em 09 de dezembro de 2004 2311

49ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004 2319

1.5 – Comissão de Fiscalização e Controle

20ª Reunião, realizada em 09 de novembro de 2004 2334

21ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2004 2357

22ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2004 2359

23ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2004 2360

24ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004 2365

25ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004 2401

26ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004 2432

1ª Reunião da Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada "Operação Pororoca", realizada em 17 de novembro de 2004 2438

2ª Reunião da Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada "Operação Pororoca", realizada em 02 de dezembro de 2004 2439

3ª Reunião da Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada "Operação Pororoca", realizada em 08 de dezembro de 2004 2440

4ª Reunião da Subcomissão temporária destinada a acompanhar o prosseguimento das investigações realizadas pela Polícia Federal no que diz respeito à denominada "Operação Pororoca", realizada em 15 de dezembro de 2004 2445

1.6 – Comissão de Legislação Participativa

1ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2004 2446

2ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2004 2452

3ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004 2458

1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

13ª Reunião extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2004 2459

15ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2004 2465

16ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2004 2475

17ª Reunião extraordinária, realizada em 05 de outubro de 2004 2519

11ª Reunião ordinária, realizada em 25 de novembro de 2004 2527

18ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2004 2532

12ª Reunião ordinária, realizada em 02 de dezembro de 2004 2538

19ª Reunião extraordinária, realizada em 06 de dezembro de 2004 2563

13ª Reunião ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2004 2587

20ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2004 2597

1ª Reunião ordinária da Subcomissão permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, realizada em 21 de agosto de 2003 2608

5ª Reunião ordinária da Subcomissão permanente da Amazônia, realizada em 10 de novembro de 2004 2614

1.8 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

14ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2004 2621

15ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2004 2628

16ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2004 2633

17ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004 2653

18ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2004 2684

1.9 – Comissão Mista Especial criada pelo Requerimento nº 511, de 2004-SF, destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações do Ano da Mulher, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003

2ª Reunião, realizada em 06 de julho de 2004. 2694

3ª Reunião, realizada em 06 de outubro de 2004 2695

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima quarta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em dezenove de novembro de 2002, após a ordem do dia.

Após a ordem do dia dezenove de novembro do ano de dois mil e dois, na Sala de Reunião número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Carlos Bezerra e com a presença dos Senadores: Roberto Saturnino, Ricardo Santos, Francelino Pereira, Luiz Pastore, Heloísa Helena, Lindberg Cury , Moreira Mendes, Arlindo Porto e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os senhores Senadores: Casildo Maldaner, Gilberto Mestrinho, João Alberto de Souza, Fernando Ribeiro, Alberto Silva, Ney Suassuna, Valmir Amaral, Jonas Pinheiro, Bello Parga, Antonio Carlos Júnior, Paulo Souto, Waldeck Ornelas, Freitas Neto, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho, Romero Jucá, Lauro Campos, José Fogaça e Fernando Bezerra. É declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida procede-se a Audiência Pública com a finalidade de "Informar sobre a situação Econômico-financeira da Empresa de Aviação VARIG e sobre as negociações que se processam com os seus credores com vistas às condições de pagamento dos respectivos débitos", em decorrência da aprovação do Requerimentos nº 23-CAE/02, de autoria do Senador Roberto Saturnino, com os seguintes convidados: Selma Balbino – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Graziella Baggio – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas e CMTE. Élnio Borges – Representante da Associação dos Pilotos da VARIG. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Carlos Bezerra, Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Declaro aberta a 34ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, a realizar-se em 19 de novembro de 2002, após a Ordem do Dia, na sala de reuniões nº 19, Alexandre Costa.

Será realizada uma audiência pública com a finalidade de informar sobre a situação econômico-financeira da viação Varig e sobre as negociações que se processam com seus credores, com vista às condições de pagamento dos respectivos débitos em decorrência da aprovação, por esta Comissão, do Requerimento nº 23/02, de autoria do Senador Roberto Saturnino.

Participarão desta audiência os seguintes convidados: Srª Selma Balbino, Presidente do Sindicato dos Aeroviários; Srª Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Comandante Élnio Borges, representante da Associação dos Pilotos da Varig.

Peço aos convidados que venham compor a mesa.

Lembro aos senhores senadores que a segunda fase desta reunião será realizada no próximo dia 26, após a Ordem do Dia, com os seguintes convidados: Sr. Arnim Lore, Diretor-Presidente da Varig; Sr. Álvaro Safrei Júnior, representante do Comitê de Credores da Varig; Sr. Yutaka Imagawa, Presidente do Conselho Curador da Fundação Rubem Berta; e Dr. Eliazar de Carvalho Filho, Presidente do BNDES.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, antes de ouvirmos os convidados, quero dar uma informação preliminar, para conhecimento dos senadores e dos que nos escutam e nos vêem.

Apresentei o requerimento aprovado por esta Comissão, com a finalidade que consta da sua formulação, e sugeri como convidados o Diretor-Presidente da Varig, Sr. Arnim Lore; o Presidente do Conselho Curador da Fundação Rubem Berta, Yutaka Imagawa; um representando do Comitê dos Credores da Varig, que negocia com a direção da Varig neste momento; e o Presidente do BNDES, entidade que está recebendo postulações de ajuda à Varig para solucionar seu problema econômico-financeiro. Também convidei o Presidente da Associação de Pilotos da Varig, sem estender o convite aos sindicatos porque era uma questão específica da Varig e não do setor como um todo.

Entendo que uma audiência pública não deve ter mais de cinco ou seis setores, porque isso realmente prejudica os debates na medida em que os depoimentos muito tempo.

Depois de aprovado o referido requerimento e marcada a data da realização da audiência, fui informado pelo Presidente desta Comissão, Senador Lúcio Alcântara, de que os quatro outros participantes, excluído o representante do Comitê dos Pilotos, informavam que não atenderiam o convite, embora lamentassem, porque receavam que a audiência se transformasse em uma troca de acusações e até tomasse ares de

acareação e que, nessas condições, eles não viriam, a não ser que a Comissão separasse a audiência em duas partes, uma referente aos pilotos e empregados e outra referente aos credores e à direção da Varig.

Sr. Presidente, não constituímos aqui uma CPI, não temos o poder de convocação. Temos o poder de convidar, e os convidados podem recusar o convite. A alternativa, portanto, que o Presidente ofereceu, foi esta: ou aceitávamos essa ponderação e essa condição dos demais depoentes ou não faríamos a audiência.

Como considero o assunto grave e essa audiência é extremamente importante, até para colocar um certo freio no andamento – rápido – que poderiam ter essas negociações, com um desfecho que poderia não ser o melhor, concordei com a divisão. Mas quero reafirmar que preferia a primeira formulação, isto é, a presença de todas as partes aqui, com uma certa limitação de número, para a eficácia da audiência.

Queria fazer esta consideração preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Registrada a consideração de V. Exª.

A Comissão recebeu também uma correspondência de Valmir Paulo Ferreira, do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo, que diz que:

Em virtude da impossibilidade de retornar a tempo da cidade de Bangcoc, onde estamos atendendo um compromisso da associação, em encontro internacional, e por entender ser de fundamental importância a presença de representantes da associação de pilotos da Varig na audiência pública para a qual fomos convidados, estamos apresentando como nosso representante na respectiva audiência pública convocada por V. Exª os comandantes Élnio Borges, Reginaldo Teixeira e Márcio Marcelaque.

Eles estão presentes? (Pausa.)

Ele está na mesa.

Vamos passar a palavra para cada um dos convidados, por dez minutos, e, em seguida, faremos as perguntas.

Como a maior autoridade aqui é a Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, que, por sinal, é uma mulher, num lugar em que há muitos homens, quero parabenizá-la.

Concedo a palavra, primeiramente, à Srª Graziella Baggio, que é Presidente do Sindicato Nacional das Aeronautas.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Boa tarde senhoras e senhores, foi com muito prazer que recebi o convite para estar nesta Comissão. Diga-se de passagem, estivemos aqui, no ano passado, discutindo algo muito próximo ao que faz parte da pauta no dia de hoje, que é a crise no setor aéreo.

Eu não poderia deixar de lembrar que, em 1999, por ocasião da crise cambial, os trabalhadores do setor organizaram-se, vieram a esta Casa e também à Câmara dos Deputados, e muitos dos senhores devem lembrar-se do pequeno documento que distribuímos, no qual já anunciávamos, naquele momento, que, diante da política cambial do País, iríamos nos defrontar com inúmeros problemas no setor de aviação. Por entendermos que o setor é estratégico, a soberania nacional. Entendíamos que o Governo Federal deveria dar certa prioridade a essa discussão, tendo em vista a crise que o setor enfrentaria.

Naquele momento, propusemos a criação de um fórum que, efetivamente, tinha o objetivo de discutir os problemas estruturais do setor. Estou tentando recuperar essa discussão para que cheguemos à pauta do objeto dessa audiência, que entendo ser extremamente importante. Se não discutirmos os problemas estruturais do setor, possivelmente haverá grandes dificuldades ao debatermos a situação da empresa A, B ou C. Nos últimos três anos, o setor de aviação, diferentemente de outros setores, não contou com a atenção necessária diante das condições impostas às empresas de aviação brasileira. Nesse caso, refiro-me à empresa comercial, ao táxi aéreo, à aviação executiva e agrícola que também enfrentam inúmeros problemas.

Os pontos estruturais que entendíamos ser necessários para assegurar uma aviação forte, segura e competitiva resumiam-se, efetivamente, na discussão das taxas aeroportuárias, considerando que o Brasil talvez carregue a maior taxa aeroportuária do mundo nessas condições e da forma como a Infraero oferece os serviços. Pretendíamos discutir a questão dos juros praticados, financiamentos, **leasings** e acordos bilaterais, além de considerarmos necessário um debate sobre a questão tributária. V. Exªs devem ter acompanhado pela imprensa que o setor de aviação brasileiro pagava ou paga, praticamente, 36% de tributos, enquanto a Europa, 16% e os Estados Unidos apenas 7%. Esse fato deixa-nos numa condição extremamente desfavorável de competição com as demais empresas de aviação em nível mundial. Portanto, nossa condição é extremamente desfavorável para a competição.

Percorremos todos os gabinetes, inclusive – lembrou-me há pouco a companheira Selma – o do Senador que está presidindo esta Comissão. Em caravana, viemos a esta Casa, desde 1999, para tentar expor a necessidade dessa discussão.

Em 2000, enfrentamos uma situação bastante grave que veio a público: a Viação Aérea São Paulo deixou de operar suas rotas internacionais e reduziu sensivelmente suas ofertas. Obviamente, essa situação ocasionou diretamente a perda de 4 mil empregos.

Na época, a Vasp contava com 8 mil trabalhadores e, após essa reestruturação, o número de funcionários caiu para 4 mil, dificultando, por demais, a condição dos empregados.

Obviamente, uma das questões que o sindicato leva muito a sério é a segurança de vôo – condição que, efetivamente, precisamos fiscalizar e acompanhar. A precariedade das condições de trabalho num setor como a aviação é extremamente preocupante. Não gostamos de discutir o assunto de forma alarmante, mas os sindicatos do setor têm uma grande responsabilidade em virtude da concorrência e da falta de competitividade. Obviamente, os trabalhadores são as primeiras vítimas desse sistema.

Em seguida, todos acompanharam a suspensão das operações da Transbrasil, uma empresa antiga, renomada, que cruzava os céus brasileiros com muita excelência e competência. No entanto, fomos surpreendidos com a suspensão das operações da Transbrasil. Certamente, podemos elencar uma série de motivos para essa suspensão, mas me parece que o fundamental é a falta de política para o setor. Houve, por conta de um governo neoliberal, abertura total sem um mínimo a ser respeitado, além de uma efetiva falta de política do setor. Há também outros pontos que poderiam ser citados, como a questão administrativa, o problema da concorrência etc.

Em fevereiro, após muitas caravanas, obtivemos êxito parcial por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que criou o fórum de competitividade do setor, que é permanente e cujo objetivo é discutir os problemas estruturais. Talvez estivéssemos rememorando uma situação que os trabalhadores enfrentaram em 1992 e 1994, num processo de crise do setor, tendo recuperado a câmara setorial, em que todos os segmentos se sentavam à mesa; de certa forma, discutiríamos as questões estruturais, e, possivelmente, sairia de lá um grande pacto para tornar o setor competitivo.

Senti-me frustrada até o presente momento, independentemente de o Governo ter anunciado algumas medidas provisórias a respeito do que foi discutido durante os sete meses desse fórum de competitividade. Consideramos as medidas muito tímidas.

Já anunciávamos que inicialmente foi a Vasp, a Transbrasil em seguida e, futuramente, será a Varig, objeto da nossa grande preocupação, pois se trata de empresa de 75 anos de existência e que poderíamos considerar a cara do Brasil no exterior. Costumamos chamá-la de "embaixada área brasileira", uma vez que ela carrega o nome deste País por excelência, segurança de vôo etc.

Já afirmamos que, evidentemente, essa crise atingiria não apenas a Vasp e a Transbrasil, mas também a Varig, a Tam, a Gol – recém-criada empresa no mercado, que adotou uma política diferenciada e inovadora no País, já apontando, todavia, para uma crise substancial, a ponto efetivamente de buscar parceiros em sua sociedade em virtude das condições atuais do setor. Vale também acrescentar que a Gol veio com um objetivo que todos aplaudimos e que se refere à iniciativa de pagar menos. Entretanto, atualmente, a verdade não é mais essa. Estamos vendo que os preços praticados pela empresa Gol está nos mesmos patamares de preço das demais empresas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Apenas advirto a V. Exª que encerrou o tempo, mas lhe concederei mais dois minutos.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Serei breve.

Reafirmo que não há condições de discutirmos única e exclusivamente a questão da Varig se não debatermos os problemas estruturais do setor. Esse é, para nós, um fato concreto, além de muito claro e transparente. Para isso, como se diz no jargão, precisamos abrir nossa caixa-preta, que passa pela discussão de todos os segmentos envolvidos.

No caso especifico da Varig, é uma grande preocupação a crise instalada na companhia. Há um ano, já noticiávamos o problema. Alguns órgãos do Governo, entre eles o BNDES e alguns credores, já vêm anunciando a possibilidade de uma capitalização, que, de certa forma, o Sindicato Nacional dos Aeronautas defende. Defende, mas de forma extremamente peculiar, de modo que ela tenha um compromisso com os nossos usuários, com a integração nacional e uma efetiva fiscalização da sociedade. Não podemos, em hipótese nenhuma, admitir que o dinheiro de um banco de fomento seja utilizado, talvez em palavras esdrúxulas, a fundo perdido. Queremos um compromisso, sim, e queremos essa discussão extremamente transparente.

Portanto, finalizando, entendo que os trabalhadores estão clamando pela transparência dessa discussão em termos estruturais e conjunturais diante das condições hoje impostas a todas as empresas de aviação. Especificamente defendemos a discussão do setor e, obviamente, com isso estaríamos atingindo todas as empresas que hoje compõem a aviação comercial brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Passo a palavra à Srª Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, por 10 minutos.

A SRª SELMA BALBINO – Boa noite. Eu iria na mesma linha da companheira Graziela, acrescentaria

apenas alguns dados que são extremamente importantes.

Ao longo dos últimos dez anos, a aviação comercial brasileira vem agonizando, dando clara demonstração ao Governo de que precisa de ajuda. E a aviação comercial brasileira é extremamente importante para unir este País de leste a oeste, de norte a sul. Mas penso que simplesmente o Governo não entendeu. Precisou que o conjunto dos trabalhadores que dependem também da aviação para o seu sustento reunisse força, para começar a chamar a atenção do Governo para que olhasse a nossa aviação com mais carinho.

Os acordos bilaterais assinados pelo Brasil a partir de 1990 foram extremamente prejudiciais às empresas nacionais. Verificamos, naquele momento, dois aspectos que não foram observados pelo Governo. Ao abrir para mais de uma empresa estrangeira voar para o Brasil, e, conseqüentemente, a reciprocidade do Brasil para os outros países, as autoridades não observaram, como a companheira Graziela mencionou, que essa competitividade se daria em proporções muito desiguais. Os tributos que as nossas empresas aéreas hoje são obrigadas a pagar não chegam aos pés do que as empresas americanas e européias pagam.

Logo, se levarmos em conta também que 60% da dívida das nossas empresas aéreas são em dólar e com a política econômica enfrentando todos os problemas que vimos enfrentando nos últimos anos, dá para sentir a que patamares a dívida das empresas chegou.

Eu faria uma comparação, que não está muito distante: o Brasil privatizou suas empresas para conseguir dinheiro, e sua dívida com o FMI aumentou. Com as empresas aéreas aconteceu o mesmo: venderam seu patrimônio e hoje estão sem patrimônio e com dívidas, o que é um absurdo.

Estamos tentando sensibilizar o Governo, e espero que não seja tarde demais, para a necessidade de mudanças profundas na legislação, que venham a atender aos interesses das empresas aéreas, mas muito mais, que as tornem competitivas no mesmo nível das empresas aéreas internacionais.

Um dado que tem que ser mostrado aqui, e é profundamente preocupante, vai na linha da segurança de vôo, porque nós, aeronautas e aeroviários, temos um compromisso que, eu diria, está em primeiro lugar para nós: transportar o usuário com toda a segurança. Nesse sentido, as empresas, ao longo dos últimos dez anos, tentando sobreviver, cortaram onde achavam que podiam cortar e segurar para não quebrarem, que é a demissão de trabalhadores. Ao longo dos dez anos, foram demitidos, aproximadamente, entre as quatro maiores empresas nacionais comerciais, em torno de 25 mil trabalhadores. Graziela falou em 4 mil na Vasp. Na Varig, de 1993 para cá, foram 12 mil trabalhadores. A Transbrasil, que fechou dia 3 de dezembro, colocou na rua aproximadamente 3.120 trabalhadores, e com uma gravidade: sem pagamento de fundo de garantia e de suas rescisões, então a situação é muito grave.

Aliado a isso, as empresas aéreas, tentando também economizar, tentando buscar caixa, terceirizaram vários setores que consideramos fundamentais. A terceirização no Brasil é um problema grave e sério que nós, o Senado e a sociedade teremos que discutir, principalmente em setores essenciais. Ela precariza o trabalho técnico no momento em que as empresas terceirizadas não dão uma qualificação, extremamente necessária aos trabalhadores, principalmente na aviação.

Só para os senhores imaginarem, um trabalhador simples que carrega o avião, se colocar uma bagagem perigosa num lugar errado, pode derrubar um avião. Então do mais simples trabalho do aeroviário ao mais complexo trabalho, que é o do companheiro piloto, de pilotar a aeronave, com 200, 300 passageiros, é exigido cuidado, atenção, concentração e conhecimento técnico, e isso tem que ficar claro. Não estamos trazendo aqui uma preocupação só corporativa, isso tem que ficar claro. Precisamos, sim, se não existir empresa não haverá trabalho. Neste momento somos aliados da empresa no sentido de buscar solução para o setor, especificamente com relação à empresa Varig. Com 75 anos de existência, é lógico que ela tem uma estrutura diferenciada das demais. Isso não pode deixar de ser considerado. O nosso sindicato, que é o maior sindicato de aeroviário do Brasil, tem grande preocupação. Temos um histórico de empréstimo de dinheiro do Governo a setores, cujo retorno nunca vimos. Então a nossa preocupação não é diferente dos companheiros aeronautas. Achamos que o setor aéreo precisa de ajuda, mas também necessita de um acompanhamento responsável do setor do Governo, porque não se pode colocar dinheiro dentro das empresas, simplesmente "toma e se vira". Penso que é importante um acompanhamento, tem que ter administrações profissionalizadas, o Governo tem que observar, porque isso não é brincadeira, é sério. Brincou-se muito no Brasil com dinheiro público. Não podemos dar oportunidade a que isso ocorra novamente. Como um companheiro estava lembrando há pouco, em 1993 algumas empresas receberam dinheiro do BNDES, no chamado "Câmara Setorial", e parte desse dinheiro serviu apenas para demitir trabalhadores, para pagar rescisão, não serviu para fazer reestruturação. Até entendemos que não havia como, sem as mudanças estruturais que o Governo precisa fazer na aviação como um todo. Mas de

qualquer maneira é extremamente preocupante, acho que essa oportunidade é bastante salutar para que os Senadores se envolvam, procurem conhecer a aviação mais de perto, porque ela é muito complexa, ela não é tão simples como parece, e com certeza. Acredito que vamos encontrar saídas, espero, a curto prazo, porque a longo prazo não há mais tempo. Se levarmos muito tempo, com certeza, teremos problemas como ocorreu com a Transbrasil que já não existe, não há, em nossa opinião, nenhuma chance de voltar a voar e, se demorarmos muito, será a Varig em um breve curto tempo e, em espaço não muito longo, a TAM, a Vasp e as Le Mans.

Por isso, coloco uma preocupação muito grande na cabeça dos senhores e, nós, trabalhadores, temos contribuições muito importantes a fazer para encontrarmos saídas para que o transporte aéreo nacional volte a ser competitivo e compita de maneira igual com o transporte aéreo internacional. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Passo a palavra ao Comandante Élnio Borges que é representante da Associação dos Pilotos da Varig, por dez minutos.

O SR. ÉLNIO BORGES – Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão, Exmos. Srs. Membros da Comissão de Assuntos Econômicos, caros colegas e demais participantes, boa-tarde a todos.

Inicialmente, gostaria de fazer o registro formal em nome do Comandante Flávio de Souza, Presidente da nossa associação. A Associação de Pilotos da Varig agradece o convite de iniciativa do Exmo. Sr. Senador Roberto Saturnino, formulado por esta Comissão assim como pela aquiescência de todos os Srs. Senadores em participar desta audiência pública, uma vez que o tema em pauta ao versar sobre a crise financeira da maior empresa aérea da América Latina ultrapassa em muito as curtas fronteiras dos assuntos empresariais privados para alcançar toda a sociedade brasileira.

De fato, tanto mais em se tratando da exploração de serviço público essencial sob a forma de concessão do Estado, torna-se imperioso que os representantes do povo e dos Estados da Federação recebam todas as informações disponíveis acerca dessa situação, de maneira que possam dentro da melhor forma democrática formular seu juízo sobre a questão e assim possam defender os interesses dos usuários do transporte aéreo, dos milhares de trabalhadores envolvidos e da própria indústria.

Ademais, acreditamos que se deve aqui enaltecer a função fiscalizatória de controle do Congresso Nacional sobre as contas públicas e atos dos órgãos da administração federal sendo, portanto, indispensável a oitiva e a avaliação dos Srs. Congressistas sempre que houver o envolvimento do patrimônio público em operações financeiras de grande monta, o que como se verá a seguir é o exatamente o caso pela participação do BNDES.

Isto posto, gostaria de proceder com a objetividade necessária para trazer ao conhecimento dos senhores um entendimento sintético da Varig hoje. A crise na Varig, lamentavelmente, é uma expressão corriqueira para nós. Esta última manifestação tem início em 1990 com a 5ª Conaq, a chamada desregulação do transporte aéreo brasileiro.

A partir desse momento uma das opções administrativas da Varig foi a colocação das empresas Rio-Sul como uma alternativa, transferindo a atividade-fim. No final do ano passado, isso veio a se manifestar com mais gravidade evidenciando-se que a siutação financeira da empresa era muito grave.

Os pilotos da grave tiveram uma medida de contratar especialistas do mais alto nível para fazer um estudo, uma análise financeira do perfil de risco da Varig onde se constatou que de fato o desequilíbrio financeiro era muito grande colocando em risco a própria continuidade dos negócios. Foi também apontado como maior fator de risco a governância corporativa da empresa.

No prosseguimento dos estudos que fazíamos a respeito da situação da empresa constatamos também que o nosso fundo de pensão que responde pela complementação de aposentadoria de todos os funcionários da Varig, chamado Aeros, era credor de um valor muito grande de parte da Varig.

Dentro dessa conjuntura, resolvemos contribuir com a formulação de um plano básico que pudesse servir para a reestruturação da Varig de uma maneira diversa da que foi feita no passado e da que aqui foi apontada onde o dinheiro fosse simplesmente entregue e se deixasse aos próprios gestores a sua manipulação e destinação com resultados que não têm sido bons.

Criamos, então, um plano que chamamos de Plano de Reestruturação Ampla, que procura focar a solução da questão financeira e o modelo de gestão. A reação foi uma retaliação brutal. Hoje, há mais de 60 pilotos da Varig, em sua maioria comandantes com 20 a 30 anos na empresa, demitidos única e exclusivamente pelo posicionamento da Associação de Pilotos, de preocupação com os destinos da empresa, com seu futuro e perenização.

O BNDES, desde o início deste ano, cogita de participar de uma reestruturação e recapitalização da Varig. Aceitou que fosse formada em sua sede uma reunião em que foi criado um Comitê de Credores, do qual os trabalhadores são mantidos afastados durante todo o tempo, independente do fato de que apenas

na dívida previdenciária são os maiores credores da empresa. Tal dívida possui uma característica, e aqui cabe um parêntese. O Aeros (Fundo de Pensão) é presidido pelo Sr. Odilon Junqueira, que, desde o início do processo dos pilotos da Varig, indicando o tamanho da dívida, vem se recusando a reconhecê-la. Aos poucos tem reconhecido, por evidências insofismáveis, mas acaba recebendo um convite, e aceita, acumular o cargo também de Diretor de Recursos Humanos da Varig. Nessa condição, ele se recusa a reconhecer praticamente 40% da dívida, e propõe um plano, onde o Fundo de Pensão passa a receber, ao invés de R$5 milhões, menos de R$500 mil por mês, com o resultado previsto por ele de que as aposentadorias serão reduzidas em pelo menos 20%. E diz que é melhor ganhar menos do que não ganhar nada.

Como eu dizia, desde o início do ano, o BNDES cogita na recapitalização da Varig. Durante esse período, várias vezes, foi noticiado que existiam planos de recapitalização e de negócios sendo estudados pelo Departamento Técnico do BNDES. A Presidência daquele órgão tem reiteradamente negado que o plano tenha chegado lá. Agora, nós nos deparamos com a notícia de que um plano foi contratado, uma empresa chamada **Ben and Company**, e que esse plano está prestes a chegar ao BNDES. Tenho notícia de que teria chegado formalmente na sexta-feira. O Presidente do Sindicato, hoje, informou-me que ainda não chegou, e que em dez dias o BNDES estaria aprovando a implementação desse plano e financiando-o com dinheiro público, que se discute em torno de US$100 milhões a US$150 milhões.

Não tendo conhecimento completo desse Plano **Ben**, já podemos apontar algumas sérias deficiências. Uma, não contempla a dívida com o maior credor, que é o Fundo de Pensão; traz recomendações de rebaixamento de comandantes, demissões etc., fora do previsto nas normas coletivas de contrato de trabalho, aumentando o passivo trabalhista da empresa. Além disso, já causa sérias desavenças entre o Comitê de Credores e a direção da Fundação Rubem Berta, motivo inclusive da convocação desta audiência pública. Está fartamente publicado na imprensa a razão dessas desavenças. A Fundação considera que os credores fazem exigências descabidas. E os credores dizem que se não forem aceitas as condições, executarão as dívidas, US$118 milhões, em curtíssimo prazo, e US$900 milhões, no passivo.

Enquanto isso, o Plano de Reestruturação, elaborado por nós, contempla – naturalmente, não deve ser o maior e melhor plano do mundo –, primeiro, todos os interesses aqui representados hoje, e, segundo, traz um investidor com US$250 milhões, que estaria disposto a fazer o aporte dentro das premissas básicas do plano, com a contrapartida de que o BNDES também viesse com algum investimento necessário para que a empresa funcione. O plano sequer é examinado formalmente pelo BNDES. Enviamos em setembro e não conseguimos entender como uma instituição que é sustentada pelos recursos dos trabalhadores, por intermédio do FAT, que nos recebe de forma extremamente gentil, mas nunca nos dá um retorno formal em relação ao plano e às premissas que defende. Assim como no plano político, existe um prazo de carência que, entendemos, deve ser respeitado também neste caso. De acordo com os pilotos da Varig, deveríamos evitar decisões apressadas, sem a devida consideração dos planos defendidos pela Ben.

Lembramos que, em 1994, o BNDES fez um empréstimo à Varig da ordem de US$300 milhões. Esse valor foi empregado sem uma discussão do problema da governança corporativa do modelo de gestão de Varig. Um dos resultados dessa polítita foi que a empresa, em três anos, passou de 27 mil para 15 mil funcionários, tendo sido o dinheiro sido gasto na indenização dos 12 mil funcionários que deixaram a empresa ou em terceirizações que não reduziram os custos operacionais. Hoje, menos de oito anos depois, estamos com uma dívida declarada em passivo equivalente ao triplo dos recursos recebidos do referido empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – V. Sª tem um minuto para concluir.

O SR. ÉLNIO BORGES – Pois não.

Dentro desta conjuntura, temos duas sugestões a apresentar. A primeira é que esta Comissão requisite a íntegra do Plano Ben, para analisá-lo antes que o BNDES venha a financiar sua implementação.

Finalmente, a Administração da Varig recusou a estar nesta audiência juntamente com a Pivar. Estranhamos essa atitude porque restringe o debate argumentativo, assim como a possibilidade de esclarecimento por parte da Comissão, além de criar uma situação desfavorável ao melhor entendimento de toda a questão, porque, na semana seguinte, não estaremos presentes.

Por isso, sugerimos que o consultor técnico da Associação de Pilotos da Varig, responsável pela elaboração do Plano Ben, fosse convidado por esta Comissão a estar presente à audiência pública do próximo dia 26 – sem a possibilidade do alegado choque de opiniões, apenas para apresentar visão técnica –, a fim de esclarecer aspectos do nosso plano de reestruturação ampla à Comissão, em face de questionamentos que certamente serão levantados após as explicações que o BNDES deverá dar ao credores e à própria Comissão.

Encerramos nossa fala e colocamo-nos à disposição para responder perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Encerrada esta fase, em função de outro compromisso da minha parte, convido o Senador Lindberg Cury para assumir esta Presidência.

Passo a Presidência ao Senador Lindberg Cury.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Acompanhei a exposição dos três participantes, feitas, por sinal, com muita propriedade. Trata-se de um problema muito sério.

Neste momento, passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, senhores convidados, agradeço a presença de V. Sªs nesta audiência, assim como os depoimentos, as informações, os pontos de vista, com os quais concordamos inteiramente, apresentados pela Srª. Baggio e pela Srª Balbino, presidentes dos dois grandes sindicatos, no sentido de que, efetivamente, o problema não é só da Varig, mas do setor como um todo, sendo resultado da falta de política governamental para esse setor tão importante, com todos esses **handcaps** negativos apontados na questão de juros, câmbio, tarifas da Infraero, impostos elevados etc..

Pretendemos, sim, retomar a discussão do setor, como um todo, sem demora. No entanto, esta audiência foi convocada porque recebi notícias de que poderia ocorrer – havia uma certa probabilidade preocupante – uma decisão muito breve – em uma semana, dez ou quinze dias –, com uma posição definitiva do BNDES, que fosse fruto dos entendimentos com os credores e a Direção da Varig, deixando de fora não só a Associação de Pilotos – que constitui, efetivamente, um grupo credor da maior importância – como também a Fundação Rubem Berta, e com uma alteração de posição acionária desconhecida. Essa é a verdade. Não sabemos que rumo poderia ter essa decisão, tomada em **petit comité**, a partir de um relatório de uma consultora estrangeira, cujo conteúdo não conhecíamos, nem iríamos conhecer – a opinião pública não iria conhecer, o Senado tampouco, bem como a sociedade e os empregados da empresa.

Então, isso nos preocupou muito, razão pela qual acreditamos que a realização dessa audiência teria, pelo menos, o resultado de impedir que uma tal solução tão reservada fosse tomada, e que ela tivesse que vir a público e ser submetida ao conhecimento do Senado e da opinião pública. Essa foi a razão de termos focado a Varig e dado a premência de algo que poderia ocorrer, que era para nós desconhecido e que poderia ser, a nosso juízo, bastante grave.

É claro que vamos escutar os depoentes do próximo encontro e colocar diante deles uma série de indagações, sobre o documento que nos chegou às mãos, que creio serem inteiramente procedentes. E, claro, acredito que nem eu nem o Senador Lindberg Cury podemos aqui assumir o compromisso da participação do assessor técnico responsável pela elaboração do plano, mas faremos sugestões nesse sentido, com interesse na participação dele.

Mas eu queria, desde logo, perguntar ao Comandante Élnio o seguinte: esse plano de reestruturação elaborado pela Associação dos Pilotos recebeu críticas, seja da Direção da Varig, seja da Fundação Rubem Berta, seja do BNDES? Quer dizer, alguém criticou esse plano ou tentou invalidá-lo por essa ou aquela razão?

O SR. ÉLNIO BORGES – Lamentavelmente não, Senador. Essa seria exatamente a expectativa que teríamos, inclusive com a possibilidade de, a partir daí, evoluir para uma solução em que os trabalhadores pudessem ver-se contemplados no processo ideal.

Entendemos que tanto os sindicatos de trabalhadores, quanto a própria direção da empresa, o BNDES, os demais credores, todos deveriam interagir para encontrar uma solução verdadeira. No nosso entendimento, não há solução se alguma das partes não estiver satisfeita.

Pretendemos que esse dinheiro seja bem empregado, que a Varig possa voltar a fazer jus ao seu tamanho e à confiança que o público usuário nela depositava – e ainda deposita.

Se V. Exª me permitir, quero apenas fornecer um dado, que V. Exª provavelmente sabe, mas que muitos não sabem: a Varig, apesar de toda a crise, apesar de todos os seus problemas, é a única empresa brasileira cuja taxa de ocupação é acima da média do mercado, e é significativamente acima da média do mercado. Ela detém, com muito orgulho para todos nós que nela trabalhamos, o respeito do público pela sua competência técnica.

O SR. ROBERTO SATURNINO – A Varig, também, Comandante, obviamente tem dívidas em moeda estrangeira e deve ter sofrido com essa evolução cambial mais recente, mas ela também aufere receitas em dólar. Quer dizer, de uma certa forma, o crescimento desses compromissos por força da desvalorização cambial também injetou, de alguma forma, recursos que não eram esperados.

O SR. ÉLNIO BORGES – É verdadeiro. De uma certa forma, as demais empresas brasileiras, nesse aspecto, podem ter sofrido mais, proporcionalmente ao tamanho das suas dívidas em capital estrangeiro, porque não auferiram a mesma receita em dólares.

Mas é verdadeiro, e os sindicatos nossos trouxeram a questão de que a crise da indústria como um todo prejudica o processo. Só chamamos a atenção para o fato de que todas as empresas de aviação brasileiras estão expostas a essa conjuntura negativa do transporte aéreo nacional, mas só a Varig agravou o seu patrimônio líquido de menos R$150 milhões para menos R$1,5 bilhão, em dois anos. Então, a análise de risco que temos aqui, abalizada por uma empresa competente, reconhecida internacionalmente, aponta a questão da governança corporativa realmente como uma das questões a serem atacadas para que isso possa ser solucionado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Essa governança corporativa se situa na Fundação Rubem Berta?

O SR. ÉLNIO BORGES – Propriamente na Fundação. Na nossa opinião, o sistema fundacional tem grandes méritos. A idéia que sustenta, que alicerça a Fundação Rubem Berta é maravilhosa.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Quero dizer que testemunho de 20, 30 anos atrás sempre com muitos elogios a essa solução como sendo a mais adequada.

O SR. ÉLNIO BORGES – É verdade, o que gostaríamos era garantir, a partir de agora, que a Fundação Rubem Berta continuasse a ter, a auferir o resultado financeiro de uma Varig de sucesso para cumprir a sua missão fundacional, mas num modelo de gestão que permitisse a separação entre os colegas funcionários da Varig, que dirigem a Fundação para o benefício que ela deve prestar, e uma gestão profissional, empresarial que faça a Varig estar à altura do seu nome, da sua missão. É essa a questão da governança corporativa.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Comandante, tive notícias – obviamente não posso asseverar, não posso afirmar – de que há grandes e profundas divergências entre a direção da Fundação, o Conselho Curador da Fundação e a diretoria da Varig, que, afinal de contas, deve ser designada, nomeada pela Fundação, que é detentora... Então, eu gostaria de saber se o senhor tem essa mesma informação e se conhece as razões dessa divergência, embora eu vá indagar aqui também quando eles estiverem presentes.

O SR. ÉLNIO BORGES – Essa divergência, Senador, na verdade, é bipartida. Existe uma divergência dentro do próprio Conselho de Curadores da Fundação Berta, uma divergência profunda. Além disso, há, na verdade, uma divergência com a atual administração da empresa, mas o fato é que, em virtude da administração da empresa nos últimos anos ter feito uma política de se capitalizar através da venda antecipada dos seus bilhetes, dos seus transportes – os chamados recebíveis –, ela comprometeu de tal forma a receita futura que hoje os credores, ou parte dos credores, os credores não trabalhadores, estão de fato com a gestão administrativa da empresa, porque detêm um certo controle sobre o fluxo de caixa. Quem delibera hoje aonde vai o caixa da empresa não é mais a Fundação dona das ações; são os credores. E esses credores conseguiram, de uma certa forma, colocar a atual administração da empresa. Então, nós temos uma administração da empresa, hoje, uma direção que não é totalmente dependente, ou submissa à Fundação. Dentro disso, a questão se coloca.

V. Exª tem razão, a notícia que temos é que, nos próximos dez ou quinze dias – pelo menos é a intenção da atual administração federal –, serão encaminhados recursos para a Varig, sob determinadas condições – como o senhor colocou muito bem –, pois o controle acionário da empresa ainda não tem um destino claro; uma das coisas que acreditamos que precisaria ter. Idealmente, o que entendemos necessário fazer é o BNDES comparecer, porque sabemos que há uma importância da Varig no contexto nacional, sem o demérito das demais empresas. Por exemplo, a paralisação da Transbrasil foi extremamente dura para todos nós, mas não teve, de perto, o efeito que a paralisação da Varig teria neste País.

Então, acreditamos que deveríamos, sim, tomar-se uma medida imediata, se for necessário, para apaziguar os credores, apontando na direção de uma solução conceitual que pudesse satisfazer a todos especialmente os trabalhadores, não por uma questão corporativa, mas porque são os trabalhadores que terão de dar o seu suor para reerguer de fato a empresa. Uma empresa não é feita somente de dinheiro, ela é feita do esforço laborativo. Nesse sentido, o BNDES até poderia ficar com as ações presas como garantias caucionadas, mas a transferência do controle acionário, sem se saber exatamente o que significa para essa empresa no futuro com o dinheiro público, parece-nos precipitado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Comandante, a Varig realizou um plano de reengenharia da sua atividade empresarial, enxugou terrivelmente seu quadro de pessoal, terceirizou muita coisa e os resultados não corresponderam à expectativa. O senhor poderia nos dar alguns números de quantos empregados foram demitidos, desde o empréstimo do BNDES de 300 milhões até hoje?

O SR. ÉLNIO BORGES – No primeiro momento, aqueles doze mil funcionários.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Doze mil num total de?

O SR. ÉLNIO BORGES – Num total de vinte e sete mil, doze mil foram demitidos logo nos primeiros três anos. O processo foi muito duro para a empresa. Nossa colega Selma era exatamente da comissariaria da Varig, um setor que, por si só, podia ser uma empresa. Aliás, a Varig recebeu vários elogios pela sua comissariaria ao longo do tempo. Aquilo foi vendido, naquele processo, além dos US$300 milhões, por menos de US$30 milhões e hoje pagamos pela comissaria, que lamentavelmente é cada vez pior.

Então, foram doze mil inicialmente. A partir daí, as demissões não foram tão significativas até recentemente...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Essas demissões foram nos anos...

O SR. ÉLNIO BORGES – Entre 1994 e 1997. Se não me engano, a Selma tinha me dito hoje que os primeiros três mil foram demitidos logo de imediato. Os primeiros três mil aconteceram muito rapidamente. A partir de 1997 houve uma redução e a empresa chegou a fazer algumas contratações. Agora, aflorando mais uma vez a crise, no começo do ano, o Dr. Osires anunciou que ele iria fazer uma redução de 10% na empresa. Hoje, a Varig, com o artifício de se deslocar mão-de-obra para uma nova empresa subsidiária chamada VEM, tem menos de doze mil funcionários, o que acaba com um dos grandes mitos de que a Varig, sendo corporativa, não permite demissões.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Comandante, o senhor se referiu agora a demissões que tiveram um caráter eminente retaliativo. Isso foi agora, mais recente?

O SR. ÉLNIO BORGES – Mais recente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – À margem de todos esses...?

O SR. ÉLNIO BORGES – Não. Foi conseqüência. A partir de outubro do ano passado, os pilotos da Varig, mais uma vez colocados numa situação em que se evidenciavam efeitos extremamente negativos em função da transferência da atividade-fim para Rio-Sul e Nordeste, que cresceram 1500% em dez anos, enquanto a Varig se manteve estagnada e ainda perdeu todos esses funcionários, resolveram tomar uma iniciativa de promover uma mudança política e provocaram uma série de negociações com a empresa. Essas negociações, inicialmente, chegaram a bom termo. Chegamos a celebrar um acordo, que foi levado à assembléia dos pilotos e aprovado, para, menos de uma semana depois, ser rompido. Daí em diante, foi uma escalada de enfrentamento que culminou em fevereiro deste ano com a demissão da diretoria da Associação de Pilotos da Varig e de mais alguns pilotos.

Verifico aqui a presença da Senadora Emilia Fernandes, que, na ocasião, fez uma manifestação em plenário, registrando essa situação.

A partir daí, continuamos com nossos estudos, ainda na intenção de encontrar realmente uma solução. Com a apresentação desse plano de reestruturação ampla ao BNDES, com a solicitação de que isso fosse discutido a fim de ser implementado e com algumas medidas de ordem jurídica, societária e previdenciária para garantir os direitos dos funcionários quanto a pensões e à gestão ruinosa a que a empresa estava sendo submetida fizeram com que, ao final de setembro, a direção da empresa promovesse o afastamento de mais 32 pilotos. No nosso caso específico, graças a uma cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo que nosso sindicato mantém, existe uma regra concreta para a redução da força de trabalho. Todos esses pilotos foram afastados sem que isso fosse obedecido. São apenas retaliações e não as escondem, pois estão próximos da associação e estão questionando o modelo de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Comandante, também tive notícias de que a Varig pleiteou na Justiça uma indenização por conta de prejuízos em decorrência de decisões do Governo com relação à fixação de tarifas, não sei bem ao certo. O pleito está ganho e a Varig tem um grande valor a receber. O recebimento deste traria um alívio grande ao processo de ressarcimento, de quitação dos créditos. V. Sª confirma? Tem conhecimento disso?

O SR. ÉLNIO BORGES – Temos conhecimento disso no plano que os pilotos da Varig apresentam como uma proposta de solução. Leva-se a questão em consideração como uma proposta de que o Governo Federal tome a iniciativa de examinar. A maioria dos casos é de condenações preliminares que o Governo Federal sofreu, são decisões que dão razão à Varig. Isso pode transformar-se em um valor significativo.

A nossa proposta é que seja encaminhada e estudada a possibilidade de um encontro de contas que, por si só, ajudaria bastante para que a empresa pudesse vir a recuperar-se, realmente a tornar-se saudável, e pagar os empréstimos. Uma das questões a que V. Exª, certamente, está afeito é a de que existe uma postura do Governo de recorrer até a última instância, sempre. Não sabemos até onde isso pode ser politicamente negociado, especialmente em face de que existem outras questões na Justiça, tributárias etc, nas quais o Governo já perdeu em outras instâncias. Não sabemos até onde isso implica criar um acordo de contas imediato com uma empresa obriga

a ter um encontro geral. Temos uma opinião política com relação à questão. Entendemos que o País precisa de uma retomada de fôlego. Necessitamos de um novo crescimento. Talvez essa fosse, em nossa visão ideológica, uma das formas de auxiliar os empresários a retomarem, já que ganharam mesmo, que façam os encontros de contas competentes. Também temos grandes dívidas com o INSS que poderiam ser bem trabalhadas nessa área, podendo ser um bom encaminhamento em nossa opinião.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Gostaria de uma informação. O Fundo Aeros é só da Varig ou de todas as empresas de aviação?

O SR. ÉLNIO BORGES – O Fundo Aeros nasceu em 1982, os estudos datam do final da década de 70, com a idéia original de englobar todas as empresas de aviação. Mais tarde, algumas empresas foram afastando-se. A própria Vasp tinha um fundo próprio.

Hoje, a Transbrasil está em uma situação de não-cooperação com o fundo. A TAM afastou-se do Fundo Aeros em uma operação, de certa forma, questionada por nós por não ter levado seu dinheiro de forma proporcional, mas em dinheiro vivo, e, se não me engano, para o Bradesco.

Hoje, fundamentalmente, estão no Aeros as empresas do Grupo Varig, pelo qual a Varig – Viação Aérea Riogradense responde majoritariamente. Se não me engano, também o Esneier é, de alguma forma, patrocinador. O Sindicato dos Aeroviários ainda é patrocinador. Não sei se também a federação, mas são níveis pequenos. A principal patrocinadora é a Viação Aérea Riograndense. O número de funcionários da Varig é o mais significativo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, de minha parte estou satisfeito. Quero reafirmar que na próxima fase da audiência levarei aos presentes as questões apresentadas no documento da Associação dos Pilotos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Muito bem. Sua participação foi bastante esclarecedora e bem oportuna, Senador.

Concedo a palavra, em seguida, à Senadora Emilia Fernandes .

A SRª EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustres convidados desta audiência, não integro a Comissão de Assuntos Econômicos, mas aqui estou exatamente para registrar o valor e a preocupação que tenho em relação ao tema que está sendo debatido. Estamos falando de uma empresa, patrimônio do Brasil, cuja preservação é essencial para que continue levando a bandeira do Brasil, com qualidade dos serviços e com credibilidade, aos céus do mundo inteiro.

A Varig tem suas origens no Estado do Rio Grande do Sul – portanto, nos toca muito de perto – e se projetou no Brasil. Hoje, é um patrimônio nacional, sendo reconhecida e respeitada em todo Brasil.

O tema transporte aéreo e, em especial, a questão da Varig, estamos acompanhando há alguns anos. Presidimos a Comissão de Infra-Estrutura do Senado nos anos de 1999 e 2000, e uma de suas atribuições era a questão do transporte, além das relacionadas à energia, às comunicações e às águas. Um enfoque que tentamos resgatar naquela Comissão, em que os debates não eram costumeiros, e em que estabelecemos um fórum permanente de debates, foi exatamente a questão do transporte aéreo.

Naquela oportunidade, buscamos dados e informações e tentamos estabelecer diálogo permanente. Em mãos, tenho toda essa documentação relativa à Varig, acumulada desde aquela época, tendo-nos sido encaminha tanto pela Associação dos Pilotos da Varig quanto da própria Direção da empresa. Inclusive, à época, ainda estava presente o Dr. Osíris. Recebi, em novembro de 2001, documentos que já davam conta da preocupação.

Eu diria que, em relação ao transporte aéreo – as argumentações e dos dados comprovam isso –, houve ausência de uma política de fortalecimento e de valorização do setor. Na medida em que não se estabelece situação, no mínimo, de maior igualdade entre as empresas nacionais e as empresas estrangeiras, automaticamente, estão sendo gerados problemas, diante da falta de competitividade.

Quando são adotadas medidas – como as que existem no Brasil – que asfixiam o setor com alta tributação, com a diferença de preços do combustível e com as exigências de estoque de peças, estamos fragilizando as empresas. Condenamos essa política porque enfraquece as empresas nacionais, levando à queda da qualidade dos serviços. Às vezes, leva à exigência da própria sociedade em busca de alternativas que descaracterizam as empresas nacionais, como ocorreu nos setores de energia e de comunicação. No caso desses setores, ocorreu a privatização dos mesmos, quando deveríamos ter discutido o serviço público de qualidade em setores estratégicos, até com a participação da iniciativa privada.

No setor específico do transporte aéreo, minha avaliação é a de que se trabalha para o chamada "política dos céus abertos", pela qual viriam as empresas estrangeiras competir com as nacionais em percursos que, atualmente, são mais específicos das nossas empresas. Entendo que o que está ocorrendo não é algo aleatório ou refere-se exclusivamente a problemas de

"mercado". Penso que se trata de uma postura política diante dos encaminhamentos e da discussão.

Como dizia, realizamos audiências públicas nesta Casa, houve manifestações no Estado do Rio Grande do Sul e no plenário do Senado e recebemos correspondências da Direção da Empresa. Diga-se de passagem, na outra audiência pública realizada para discutir a situação do setor, a Direção da Varig não compareceu. As direções das demais empresas compareceram, mas a da Varig não. Enfim, apesar de se colocar à disposição por meio de correspondência, não veio para um debate público, que consideramos mais salutar. Se o Governo e a sociedade têm responsabilidade, temos que fazer a nossa parte, e o Congresso Nacional é o local adequado para esse tipo de debate.

Portanto, entendo a preocupação dos pilotos da Varig, com quem tenho um diálogo mais detalhado, sem desmerecer o mérito e o trabalho do Sindicato Nacional dos Aeroviários. O que nos move a participar dessa discussão é o interesse de que uma empresa seja preservada. Esse é o sentimento que recolho. Não posso concordar, como não concordei, com determinadas decisões no sentido de se silenciar o trabalho e a participação dos trabalhadores da empresa, dos pilotos. Sempre recebi com muita preocupação essa demissão, esse silêncio. Por outro lado, além do prejuízo direto do ponto de vista social, que provoca demissões e a fragilização da empresa, há repercussão no quadro que permanece. Trata-se de um problema até psicológico para os trabalhadores que lá permanecem, pois há uma certa pressão psicológica, pois estamos tratando de serviços que estão diretamente ligados à vida das pessoas. Até o motorista do caminhão ou do ônibus tem responsabilidade, mas se ele se sentir impossibilitado, ele estaciona o seu veículo e pede socorro. Porém, com um piloto é diferente; a vida de milhares de pessoas está sob sua responsabilidade.

Nenhum trabalhador, muito menos o do transporte aéreo, pode trabalhar sob pressão psicológica, tendo em vista a possibilidade de uma demissão. Como pessoas de um setor específico podem ser demitidas com pouco mais de 40 anos de idade? Para aonde vai essa mão-de-obra?

Portanto, há uma preocupação que abrange todos nós neste momento.

Lamentamos também que não se estabeleça aqui não apenas uma exposição, porque está havendo uma exposição. A audiência pública normalmente ocorre para se estabelecer o contraditório, e não para o debate, o confronto. Estamos aqui para ouvir e vamos ouvir novamente. Isso é uma característica um tanto antidemocrática, na medida em que a direção da Varig não se senta à mesa para expor a situação à Associação dos Pilotos.

Trata-se mais de um registro de preocupação do que de questionamento. Acredito que as notas taquigráficas das exposições anteriores, que desde já peço escusa, pois não pude acompanhá-las desde o início, porém estarão à disposição; são públicas e servirão de embasamento para o questionamento à direção da empresa.

A nossa presença aqui é para reafirmar o nosso compromisso nessa luta conjunta que precisa se feita. Temos que garantir, sim, a viabilidade das nossas empresas, empresas nacionais, mas, principalmente, estabelecer uma ação política clara para se discutir essa pauta. Não adianta os fatos serem abordados de forma muito sigilosa. É claro que há determinadas informações que podemos até recolher em sigilo da direção da empresa, se for o caso. Porém, não podemos alijar os trabalhadores que estão diretamente vinculados a essa empresa.

Reafirmo o respeito e a credibilidade que temos em relação à Varig e às demais empresas. O problema é comum, e temos que construir uma alternativa para o setor e, especificamente a questão da Varig precisa e merece ser tratada com muito respeito. Cumprimento a brava luta que vem sendo travada, principalmente pela associação dos pilotos, porque me parece – deixo apenas um registro – que ela deveria ter se dado anteriormente, mas nunca é tarde para tentarmos resgatar uma discussão.

Assim, esta audiência é válida e reafirmamos a disposição de trabalho conjunto, sempre na tentativa de valorizar e prestigiar nossas empresas nacionais, em especial a Varig.

Sr. Presidente, é essa a declaração e o depoimento que gostaria de fazer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Indago ao Senador Eduardo Suplicy se gostaria de fazer alguma pergunta ou colocação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em função de compromissos múltiplos, não pude estar aqui desde o início, mas tenho certeza de que os Senadores Roberto Saturnino Braga – autor do requerimento para ouvir as Srªs Selma Balbino e Graziella Baggio, e o Comandante Élnio Borges, que aqui representam os aeroviários, aeronautas e pilotos da Varig – e Emilia Fernandes formularam as questões importantes.

Como não pude estar aqui desde o início, seria inadequado solicitar uma repetição do que já foi dito, mas agradeço a presença de todos e ouvirei as conclusões finais, se avaliarem importantes. Se aqui se deixou de perguntar algo que V. Sªs considerem

fundamental para o nosso esclarecimento, podemos ouvi-los de tal forma a aproveitar essa oportunidade da melhor maneira possível.

No momento em que o Governo brasileiro se dispõe, por meio do BNDES, a prover recursos para facilitar a sobrevivência da saúde financeira das empresas de aviação nacional, sobretudo a Varig, que tem extraordinária importância para a economia brasileira, tanto como empresa de grande tradição nacional como também internacional, tenho certeza de que é muito importante ouvirmos o ponto de vista dos que trabalham nela, ainda mais levando-se em conta que a empresa tem uma estrutura historicamente importante de participação dos que nela trabalham em suas decisões e seus resultados. É possível que, nos diversos momentos de sua história, tenha havido dificuldades com respeito a isso.

Sr. Presidente, sou um entusiasta de estimularmos a maior interação possível entre empresários e trabalhadores em todos os segmentos de atividade. Seria muito importante que, onde haja cooperativas de trabalhadores e onde surgiram experiências importantes com pilotos, aeronautas e aeroviários que, de alguma forma, estivessem participando das diversas maneiras de organização da Varig, venhamos a conhecer quais foram os fatores ora de sucesso, ora de dificuldades da empresa. Se, em tempos recentes, essa forma de organização da empresa contribuiu para o aumento das dificuldades? Assim, eu gostaria de saber que razões levaram a isso? Será a forma de organização específica da Varig? Haverá porventura, dentro da Varig, quer entre os aeroviários, os aeronautas, os pilotos, quer entre todos os que colaboram para o empreendimento, sugestões para modificar os critérios de participação, seja nas decisões sobre como realizar investimentos ou como criar oportunidades de emprego que sejam sempre contempladas? Terá havido situações em que aqueles que nela trabalham há muito tempo, por certas definições históricas, acabaram criando dificuldades para a saúde financeira da empresa? Como se comparam as situações dos que trabalham na Varig **vis-à-vis** às outras empresas de aviação aérea no Brasil, como, por exemplo, a TAM, a Vasp, a Transbrasil, a Gol e as recém-organizadas? Será que uma empresa que proporcionou oportunidades de participação nas suas decisões e nos seus resultados acabou, de alguma maneira, tendo menor viabilidade de competição, em função das outras empresas, nas quais as decisões talvez tivessem um comando mais unificado, sem tanta participação? Será que uma empresa menos aberta a essa participação acabou tendo vantagens competitivas? Ou será que uma empresa que inova na maneira de ser participativa para os que nela trabalham não poderia até ter mais vantagens, do ponto de vista da sua organização econômico-financeira, para ser uma empresa forte, até mesmo para competir com as empresas multinacionais, que olham com enorme atenção a possibilidade de expandir suas atividades no mercado brasileiro?

Essa a minha indagação maior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Dentro das considerações finais da Presidência, obedecendo a ordem cronológica de apresentação, peço à Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas(*), que, rapidamente, respondesse às observações feitas pelo eminente Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, passarei a palavra aos demais membros da Mesa.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Boa-noite, a todos.

Em primeiro lugar, quero dizer que estou de pleno acordo com o Senador Roberto Saturnino.

Sr. Presidente, é com grande preocupação que acompanhamos a contagem regressiva até 30 de novembro, último prazo estabelecido pelo BNDES.

Gostaria de dividir com V. Exªs que, recentemente, o sindicato reuniu-se com o Ministro Pedro Parente, no sentido de demonstrar a nossa preocupação com a situação de uma determinada empresa, além de tentar retomar o fórum de competitividade, suspenso no mês de junho. Por entender que as medidas encaminhadas ao Congresso não eram suficientes para a discussão do próprio setor, foi-me dito que realmente 30 de novembro seria o último prazo, o que, obviamente, causou-nos tal preocupação, já que há um ano o BNDES vem estudando um plano de capitalização para a empresa Varig, conforme lemos nos jornais, afirmado pela própria direção do BNDES. E, principalmente, quando ele afirmou que no dia quinze chegam os estudos e no dia trinta eles darão a decisão. Quer dizer, nos preocupa, sobremaneira, isso, principalmente, a forma como veio a contratação desta empresa, a auditoria. Com qual objetivo isso se deu? Acredito que esta é a preocupação fundamental dos trabalhadores, tendo em vista a mudança de governo. Isso nos preocupa, sobremaneira. Obviamente, qualquer capitalização teria de ser feita com uma série de compromissos sérios e, definitivamente, com uma política para o transporte aéreo brasileiro.

Aí, também, eu gostaria de dividir a minha participação – a Senadora não estava no início – mas, as considerações feitas por S.Exª foram muito neste viés. O nosso empenho, agora, acredito, tem de ser na discussão do setor, com, efetivamente, uma política séria. Aí, eu penso que poderíamos, efetivamente, discutir, a partir deste momento, se este modelo de participa-

ção dos trabalhadores na gestão é adequada ou não. O que podemos, efetivamente, detectar é que o setor passou por grandes transformações, principalmente depois de onze de setembro.

Nós dizemos, de forma meio chula, mas o setor de aviação não permite aventureiros. Então, por ser uma concessão pública, é o dever do Governo Federal fazer uma discussão muito séria do setor. Nós, aqui, em momento algum, defenderemos empresário, A, B ou C. Nós sabemos, sim, que sem as empresas não teremos os nossos postos de trabalho. Mas, nós precisamos discutir o setor e que esses empresários tenham, sim, responsabilidade.

Acredito que os trabalhadores do setor amadureceram muito em muito pouco tempo, tentando contribuir para uma discussão séria, transparente e objetiva, trazendo resultado positivo para o País, para a sociedade e para os usuários, em um país cujo crescimento estamos vislumbrando agora. Espero que obtenhamos êxito; que consigamos atravessar esta barreira e abrir esta discussão urgente para que evitemos uma situação pior. Eu diria que a situação pior seria exatamente ter um estudo que não tenha sido totalmente discutido.

Eu diria que talvez os trabalhadores da empresa Varig têm de participar do estudo. Reconheço o sigilo que cobre toda esta discussão e penso que ele não pode ser desconsiderado efetivamente. Mas, os trabalhadores da Varig hoje fazem parte da Fundação Ruben Berta. Esta discussão tem de ser, no mínimo, estendida aos trabalhadores pela própria Fundação ou pelas instituições representativas dos trabalhadores específicos da empresa, para que possamos unir forças e crescer. Penso que seja este o objetivo fundamental, para que tentemos evitar o que houve no ano passado, sem um compromisso sério com a própria nação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Muito bem. Agradeço a exposição e passo a palavra a Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Dona Selma Balbino, para as suas considerações finais.

A SRª SELMA BALBINO – Como foi dito por todos, a companheira Graziela foi super feliz quando afirmou que o setor aéreo é um dos setores que não permite ter aventureiro. Nós temos de, neste depoimento, ser também honestos, pois nos últimos dez anos surgiram aventureiros que, de certa maneira, contribuíram, eu diria assim, para a depredação do setor, porque ele precisa de equilíbrio. Não pode uma empresa cumprir a legislação, pagar os seus impostos e ter como concorrente, vendendo o mesmo valor da passagem, quem não o faz. Isso é concorrência predatória e as conseqüências disso recaem sobre trabalhadores. Não pode uma empresa pagar salários corretos, cumprir a convenção coletiva dos trabalhadores, e a outra não cumprir. Isso também é concorrência predatória. Na aviação também acontece isso.

Quando S. Exªs discutirem o setor aéreo, será importante considerar também esses fatores. Existe um desequilíbrio absurdo. Nós, representantes dos trabalhadores, temos estudo, comprovação, documentos que mostram o tamanho do desequilíbrio existente no setor relativamente ao cumprimento das obrigações por parte das empresas do setor. Eu diria que, hoje, o comportamento dessas empresas é tão discrepante que V. Exªs ficarão surpreendidos.

Eu queria enfatizar aqui a nossa preocupação: a ajuda ao setor aéreo é extremamente urgente – especialmente a ajuda à Empresa Varig, por todas as características que possui e que a diferencia das demais. Mas essa ajuda governamental precisa ser com responsabilidade. Nós não assinamos embaixo de uma ajuda que não conte com uma vigília permanente relativamente ao destino que será dado aos recursos que vão ser emprestados, porque não queremos que se repita o que aconteceu em 1993. Nós, representantes dos trabalhadores, aprendemos com os erros para não repeti-los no futuro.

As empresas aéreas terão de parar e sentar, ver onde erraram. Não adianta querer tapar o sol com a peneira. Nós sabemos da dificuldade econômica, do processo que o país vem enfrentando – todo o problema do câmbio, da dívida em dólar, o excesso de tributos. Tudo isso precisa ser computado, mas não podemos deixar de considerar os possíveis erros administrativos que contribuíram para a situação em que as empresas estão hoje.

Uma vez que o governo se predispôs a ajudar com dinheiro para que uma empresa do porte da Varig não feche e coloque aproximadamente 15 mil trabalhadores na rua, é preciso ter a responsabilidade de reconhecer que o dinheiro público é algo sério. Todos nós, contribuintes, somos responsáveis pelo zelo com o dinheiro público, pela sua boa aplicação. A decisão de ajudar uma empresa aérea significa um hospital que deixa de ser ajudado, uma escola que não é criada.

Então, temos uma responsabilidade muito grande. Vivemos um momento bastante sério, de transições profundas, para o qual nós, trabalhadores, queremos dar a nossa contribuição de maneira transparente. Que se possam abrir as informações para nós, porque demonstramos, ao longo de todo esse tempo, ética com relação ao que nos é passado. Se assim for, poderemos, juntos conduzir o processo de transformação e de ajuda que está colocado para o setor aereo.

Com esse espírito, eu e meus companheiros viemos aqui representar os trabalhadores aeroviários

e deixar a mensagem de que estamos, mais uma vez, dispostos, juntamente com V. Exªs, a fazer esse sacrifício. Mas não queremos aquele sacrifício em que somente nós, trabalhadores, paguemos a conta com demissões, serviços precários, abandono do aperfeiçoamento que se faz necessário para um trabalho tão técnico como o que nós exercemos.

É com esse espírito que eu deixo o meu depoimento aqui. Tenho certeza de que tanto o governo que está saindo quanto o que está entrando darão atenção a um setor tão estratégico para o Brasil, uma saída que seja a mais rápida e a melhor possível para o País e para o público usuário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Em seguida, passamos a palavra ao Comandante Élnio Borges, que é o representante da Associação dos Pilotos da Varig, para suas considerações finais.

O SR. ÉLNIO BORGES – Muito obrigado, Sr. Presidente. No que diz respeito às responsabilidades do Governo, consideramos interessante lembrar uma expressão que já está cunhada há bastante tempo e solidificada pelo entendimento da indústria internacional. Essa é uma atividade de altíssimo retorno econômico e de baixo retorno financeiro. Cabe ao estado e a cada Estado, que queira ter seu desenvolvimento nos mais diversos setores, entender isso e sustentar sua indústria própria de aviação. É uma ação estratégica que não pode ser medida exclusivamente pelo benefício do transporte da mercadoria ou do passageiro de A para B. Ela tem que ser entendida na sua capacidade de integração e de dinamização da economia de cada país.

Está claro que todos os países do mundo subsidiam a aviação. O valor que os Estados Unidos da América investiram na aviação – US$18 bilhões –, após o ataque que sofreram em setembro, não é justificável a não ser por essa perspectiva. E estão se preparando para fazê-lo novamente.

Na Espanha e em Portugal, na metade da década passada, foram investidos US$7 bilhões. A Crocer, que era basicamente a Rio-Sul da Suicer, dentro de uma operação no Mercado Comum Europeu, com todas as restrições de incentivos nacionais, recebeu de US$4 a 5 bilhões apenas para trocar uma bandeira. Isso é subsídio e é assim que funciona. É uma ilusão imaginar que deixar as leis de mercado regerem o preço do transporte aéreo vai fazer com que um país possa ter uma indústria saudável. Não a terá.

Concordo plenamente com que a Senadora colocou. O grave risco é a abertura dos céus brasileiros para outros países operarem com os subsídios dos seus governos, que sabem fazê-lo muito bem, o tempo inteiro.

Sobre o aspecto que o Senador Eduardo Suplicy levantou, qual seja, o de examinar se uma empresa com um grau maior de participação dos seus empregados teria uma vantagem competitiva ou uma desvantagem, é interessante apontar duas coisas: tradicionalmente, a Varig tem um processo, que não é de gestão participativa – nunca foi, mas talvez devesse ser –, mas onde o funcionário teve mais influência do que na maioria das outras empresas.

No tempo em que a Vasp era uma empresa de propriedade do Estado de São Paulo, teve uma situação muito semelhante, não exatamente pelos mesmos motivos, mas com características que permitem traçar um paralelo de semelhança.

Não tenho dúvidas, a Associação dos Pilotos da Varig não tem dúvida de que a participação é ideologicamente melhor. Mas isso causa custos maiores. O piloto, os tripulantes, os funcionários de terra da Varig, enfim, os funcionários da Varig, de um modo geral, são intransigentes com as questões de segurança de vôo. E isso tem um custo.

Lamentavelmente, no entanto, nem toda indústria tem esse mesmo comportamento, mas não pela vontade e convicção das pessoas, mas pela enorme pressão a que são submetidos os trabalhadores, pela incapacidade das autoridades de manterem a fiscalização necessária que apóie esses trabalhadores a terem uma postura.

Dentro da Varig, por darmos mais oportunidade de participação, mantivemos um espaço que nos deu essa liberdade até há bem pouco tempo. Todavia, a participação tem que ir além de estar escrito, pura e simplesmente, no estatuto. Deve haver respeito real pelo trabalhador, pela pessoa. Isto é, a participação tem que ser verdadeira.

E o momento que estamos na Varig é emblemático com relação a isso. Inclusive, a Presidente do Sindicato Nacional reconhece que desde o final do ano passado já se fala, cada vez mais, consistentemente, na necessidade de se colocar dinheiro público para apoiar um reerguimento da Varig.

Quanto a esse assunto, tem-se discutido o tempo inteiro o que seria necessário – a exigência de planos de gestão e de reestruturação societária -, em 10 dias, para se resolver a situação. Os pilotos da Varig vêm tentando diuturnamente, com muita dificuldade, que seja feita uma discussão para que se crie essa solução participativa e se melhore a situação.

Apesar de todos os problemas citados pela Srª Graziela sobre a segurança de vôo, questão que não tratamos de forma alarmista para não desencadear-

mos uma série de complicados processos que agravam ainda mais a situação, como disse a Senadora Emilia Fernandes, há resultados. Estamos preocupados, mas também estamos satisfeitos, porque o treinamento da empresa tem conseguido superar todas essas linhas de pressão. Temos uma grande esperança de que estamos nos aproximando de uma solução para resolvermos essa situação.

Não carregamos nenhum tipo de ódio ou qualquer sentimento negativo no coração neste momento. Entendemos que as pessoas envolvidas nesse processo têm as suas motivações. Estamos tranqüilos quanto às nossas. Temos certeza de que podemos cooperar. Temos certeza de que podemos trabalhar com todos. Enganaram-se os que pensaram que os pilotos da Varig não poderiam estar sentados à mesma mesa com todas as pessoas. Enganam-se! Podemos estar, sim, porque a nossa proposta é para a Varig, principalmente para a Varig, e, para a Varig, pretendemos estar atingindo a satisfação da sociedade brasileira, porque temos convicção de que somos importantes neste processo.

Obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, posso terminar essa audiência excelente, séria, com uma anedota?

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Se V. Exª permite, eu escutava a Senadora Emilia Fernandes enfaticamente ressaltando as origens riograndenses, gaúchas da Varig, que, de fato, tem essa origem, quando me lembrei que quando menino gostava de colecionar selos. E, na década de 30, a Varig emitia selos, pois os Correios não tinham o monopólio da emissão de selos. Eu colecionava esses selos, que acabaram ficando valiosos, porque eram raros. Um dia, separando os selos da Varig, um tio, que viajava muito de avião, ia muito para o Rio Grande do Sul, perguntou-me se eu sabia o que queria dizer Varig. Eu disse que não. Então, ele respondeu: "São vários alemães reunidos para iludir os gaúchos." Quando ouvi a fala da Senadora Emilia Fernandes, lembrei-me dessa anedota.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Isso dentro do bom espírito carioca que V. Exª tão bem representa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT–SP) – Permita-me, Sr. Presidente, é possível que a Direção da Varig esteja ouvindo depoimento tão importante...

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Espero que sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aproveito a oportunidade para fazer um registro e dar uma sugestão. Foi desativada, há três semanas, uma das linhas aéreas mais utilizadas por Parlamentares, não apenas de São Paulo, mas também do Rio Grande do Sul, sobretudo, pelos que vêm à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, na terça-feira, que normalmente se inicia às 10h. Trata-se da linha que saía às 8h e 2min de São Paulo para Brasília. Estou sentindo falta. Ressalto que o vôo vinha lotado, sobretudo às terças-feiras. Imagino, portanto, que era uma linha rentável. Fica, então, uma sugestão à Direção da Varig, aos pilotos, aos aeronautas e aeroviários para considerar seriamente se não seria próprio manter ainda essa linha.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – A sugestão de V. Exª está indo ao ar, e acredito que diretamente para a Diretoria da própria Varig.

Antes do encerramento, quero dizer que eu havia feito uma inscrição também para fazer algumas colocações, mas, da maneira como foi abordado o assunto, primeiro pelos três convidados, logo em seguida pela Senadora Emilia Fernandes, o próprio Senador Eduardo Suplicy e, de uma maneira muito especial, o Senador Roberto Saturnino, não vou falar sobre a tributação, que é um processo nosso, nem a política que deve ser feita pelo setor, nem a crise que existe na Varig, esse comitê de credores, a posição do BNDES que demora dar uma resposta, essa premência nessa decisão, porque entendemos que é um problema dos mais sérios e importantes que tem que ter uma determinada urgência para ser analisado, principalmente nesse plano de recuperação, que considero da maior importância.

Eu queria focalizar algo um pouco fora do assunto que me veio à tona e é importante. Isso ocorre na própria iniciativa privada. Venho da iniciativa privada. Quando o governo é condenado, ele recorre a dívidas, e creio que houve aí, no caso se não me engano na época do Plano Verão, aquela diferença, quando a passagem de avião era quase idêntica à passagem do ônibus, com pouca diferença. Então, trouxe um prejuízo muito grande principalmente para a aviação e para as áreas envolvidas. A Varig foi uma que teve um prejuízo muito grande. E o Governo foi condenado e, em vez de fazer uma conciliação de contas, um ajuste de contas com essas dívidas, recorreu até às últimas instâncias, como sempre faz quando é condenado a pagar. E isso coloca, na maioria das vezes, as empresas com bens em leilão, encerrando as suas atividades, para depois, no final, pagar a dívida que deve ao contribuinte.

Isso é lamentável, Senador Roberto Saturnino! É bom que analisemos isso também, principalmente quando existe credor e débito, para poder levantar. Esse direito que a Varig tem poderia solucionar os problemas

de ordem trabalhista e também colocar em resolução a dívida do INSS e de outros impostos e dar um apoio principalmente ao trabalhador.

Eu gostaria, como parte final, num assunto da maior relevância, de termos aqui, nessa oportunidade desse requerimento tão importante feito pelo Senador Roberto Saturnino, a presença de outros Senadores, de membros da Comissão. Até agradeço a presença da Senadora Emilia Fernandes, que veio dar o seu testemunho. Ela tem feito pronunciamento nesse sentido – estamos acompanhando – e a sua preocupação é muito grande principalmente porque ela está defendendo os interesses também do seu estado.

Creio que para a próxima audiência essa ausência da diretoria da Varig... Tem aqui até um lembrete para os Srs. Senadores que a segunda fase reunião será realizada no dia 26 próximo, após a Ordem do Dia, com os seguintes convidados – creio que agora eles serão obrigados a comparecer: Dr. Arnin Lori, Diretor-Presidente da Varig; Dr. Álvaro de Sá Freire Junior), Representante do Comitê dos Credores da Varig; Dr. Yutaka Imagawa, Presidente do Conselho Curador da Fundação Ruben Berta, e o Dr. Eleazar de Carvalho Filho, Presidente do BNDES. Creio que aí estariam reunidas quase todas as partes envolvidas. Espero que tenhamos sucesso, pelo menos colocar em pauta uma discussão da maior importância, que é o sistema de transporte aéreo em nosso País. Não podemos viver sem ele, pois este País tem extensões continentais. Então, analisemos isso.

Feitas essas observações, quero agradecer a presença dos Senadores, dos convidados e dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 19h40min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em três de dezembro de 2002, após a ordem do dia.

Após a ordem do dia do dia três de dezembro do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Carlos Bezerra, Presidente em Exercício, com a presença dos Senadores: Geraldo Althoff, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy, Lúdio Coelho, Pedro Simon, Valmir Amaral, Francelino Pereira, Ricardo Santos, Bello Parga, Paulo Souto, Antonio Carlos Júnior, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Heloísa Helena, Casildo Maldaner, Arlindo Porto, Romero Jucá e Lindberg Cury. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Luiz Pastore, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Fernando Ribeiro, Alberto Silva, Ney Suassuna, Jonas Pinheiro, Waldeck Ornelas, Freitas Neto, Lúcio Alcântara, Lauro Campos, José Fogaça e Fernando Bezerra. É declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Iniciando os trabalhos procede-se a apreciação das seguintes matérias: PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, DE 2002, NÃO TERMINATIVO, que "Altera a Resolução nº22, de 1989, para permitir a redução da alíquota de imposto incidente sobre produtos de cesta básica". Autoria: Senador RAMEZ TEBET. Relator Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. OBS: Em 26/11/02, foi concedida VISTA coletiva nos termos regimentais. Resultado: Em 03/12/02 a Comissão aprova o Requerimento nº 25/02-CAE, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior, Eduardo Suplicy e Jefferson Peres, por audiência à CCJ para análise da constitucionalidade da matéria. Retornando à CAE. MENSAGEM SENADO FEDERAL Nº 325, DE 2002, NÃO TERMINATIVA, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo , no valor total de até US$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Projeto Diversidade na Universidade – Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos". Autoria: EXECUTIVO. Relator Ad Hoc Senador BELLO PARGA. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: APROVADO O PARECER DO RELATOR. MENSAGEM SENADO FEDERAL Nº 324, DE 2002, NÃO TERMINATIVA, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo , no valor total de até US$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência – PREV-MUNICÍPIOS". Autoria: EXECUTIVO. Relator Ad Hoc Senador: VALMIR AMARAL. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: APROVADO O PARECER DO RELATOR. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2002, NÃO TERMINATIVO, que "Dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências". Autoria: Deputado MURILO DOMINGOS. Relator Ad Hoc: Senador PAULO SOUTO. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apre-

senta. Resultado: Em 03/12/02, foi concedida VISTA ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 1995, NÃO TERMINATIVO, que "Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e dá outras providências". Autoria: Comissão Temporária do "VALE DO SÃO FRANCISCO". Relator Ad Hoc: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do SUBSTITUTIVO que apresenta, com o acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 20 e 21, bem como das Subemendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, e pela rejeição das Emendas nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 ,13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. Resultado: Em 03/12/02 foi concedida VISTA ao Senador Roberto Saturnino, nos termos regimentais. PROJETO DE RESOLUÇÃO S.F. Nº 60, DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que "Altera a Resolução nº 78, de 1998, que "Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências". Autoria: Senador ALVARO DIAS Relator Ad Hoc: Senador RICARDO SANTOS. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: APROVADO O PARECER DO RELATOR. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2001 – Complementar, NÃO TERMINATIVO, que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências". Autoria: Senador NEY SUASSUNA. Relator: Senador JEFFERSON PERES. Parecer: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-SUBSTITUTIVA que apresenta. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2001, TERMINATIVO, que "Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba, Funcarnaúba, e dá outras providências. Autoria: Senador FREITAS NETO. Relator: Senador WALDECK ORNELAS. Parecer: Favorável ao projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. OBS: Em 5-11-02, foi encerrada a discussão da matéria. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2000, TERMINATIVO, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e dá outras providências". Autoria: Senadora LUZIA TOLEDO. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2001, TERMINATIVO, que "Corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências". Autoria: Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA. Relator: Senador JOSÉ AGRIPINO. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. OBS: -Em 11-06-02, foi encerrada a Discussão da matéria. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2001, TERMINATIVO, que "Dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome". Autoria: Senador CARLOS WILSON. Relator: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2000, TERMINATIVO, que "Dispõe sobre a isenção do imposto de importação nas hipóteses que menciona". Autoria: Senador EDISON LOBÃO. Relator: Senador LÚCIO ALCÂNTARA. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. OBS.: - Em 05-11-02, foi encerrada a discussão da matéria. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2002, TERMINATIVO, que "Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de Estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP". Autoria: Senador OSMAR DIAS. Relator: Senador AMIR LANDO. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2000, TERMINATIVO, que "Disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências". Autoria: Senador GERALDO MELO. Relator: Senador LÚDIO COELHO. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2001, TERMINATIVO, que "Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da REDE NACIONAL DE EMERGÊNCIA DE RADIOAMADORES – RENER, integrante do SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL – SINDEC". Autoria: Senador ROBINSON VIANA. Relator: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. Parecer: Pela rejeição do Projeto. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2002, TERMINATIVO, que "Institui incentivo fiscal destinado a estimular a contratação de jovens para o primeiro emprego e de trabalhadores com mais de cinqüenta anos de idade". Autoria: Senador GERALDO MELO. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2002, TERMINATIVO, que "Dispõe sobre as dívidas do crédito rural na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste

(ADENE)". Autoria: Senador GERALDO MELO. Relator: Senador LÚDIO COELHO. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, DE 1999, TERMINATIVO, que "Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro". Autoria: Senador NEY SUASSUNA. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 611, DE 1999, TERMINATIVO, que "Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, fixando prazo máximo para pagamento de indenização de sinistros por parte das sociedades seguradoras e estabelecendo a multa aplicável no caso de seu descumprimento". Autoria: Senador NEY SUASSUNA. Relator: Senador GILVAN BORGES. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2000, TERMINATIVO, que "Altera dispositivos da Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração e da produção de petróleo e gás natural". Autoria: Senador RICARDO SANTOS. Relator: Senador JOSÉ AGRIPINO. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000, TERMINATIVO, que "Altera a Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". Autoria: Senador LUIZ PONTES. Relator: Senador WELLINGTON ROBERTO. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2001, TERMINATIVO, que "Altera o artigo 94 da Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre a política agrícola." Autoria: Senador LUIZ PONTES. Relator: Senador GERSON CAMATA. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2001, TERMINATIVO, que "Estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas e dá outras providências". Autoria: Senador OSMAR DIAS. Relator: Senador FERNANDO BEZERRA. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: ADIADO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2001, TERMINATIVO, que "Institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania e dá outras providências". Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY. Relator: Senador FRANCELINO PEREIRA. Parecer: Favorável ao projeto nos termos do SUBSTITUTIVO que apresenta. Resultado: ADIADO. REQUERIMENTO Nº 25/02-CAE, de autoria do Senador Jefferson Peres, solicitando ao Sr. Álvaro de Sá Freire Júnior, Diretor Executivo do UNIBANCO que apresente os seguintes documentos: Resultado da Auditoria realizada pela Empresa KPMG junto às empresas do grupo VARIG; Cópia do Memorando de Entendimento proposto pela antiga direção da Fundação Rubens Berta Participações; e Conclusões do Estudo da Empresa especializada em serviços aeronáuticos, BAIN COMPANY, sobre a situação do GRUPO VARIG. REQUERIMENTO Nº 26/02-CAE, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando o sobrestamento do PLC 86/2001, tendo em vista a aprovação do PLS nº 146/96, que trata de assunto similar que esta em exame na Câmara dos Deputados. REQUERIMENTO Nº 27/02-CAE, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que inclui no rol dos convocados para a Audiência Pública destinada a instruir o PLC nº 70, de 2002–Complementar, os nomes dos Senhores Ronaldo Baumgarten e Flávio Marques Ferreira, na qualidade de representantes da Associação Brasileira de Indústria Gráfica. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Carlos Bezerra,** Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a realizar-se em 3 de dezembro de 2002, após a Ordem do Dia, na sala de reuniões nº 19, Alexandre Costa.

Esta Presidência comunica que recebeu os seguintes requerimentos: do Senador Carlos Patrocínio: Ao cumprimentá-lo com o adiamento, solicito especial atenção de V. Exª na possibilidade de realizar audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos ou em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, em regime de urgência, visando à defesa dos milhões de brasileiros que não podem comprar medicamentos, propondo medidas para impedir uma nova alta dos preços destes a partir de janeiro próximo e também propor medidas que destaquem o nome do flâmaco, princípio ativo, aumentando o poder de escolha do usuário e de informação para o prescritor, conforme correspondência do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal e do Coordenador do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos, Dr. Antônio Barbosa, cuja cópia encaminho em anexo.

No aguardo de uma posição sobre o assunto, renovo a V. Exª os meus protestos de apreço e estima.

Requerimento do Senador Jefferson Péres: Requeiro, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado, seja solicitados ao Diretor Executivo do Unibanco, Sr. Álvaro P. de Sá Freire Júnior, os seguintes documentos e informações a serem encaminhados a esta Comissão de Assuntos Econômicos:

1 – resultado da auditoria realizada na empresa KPMG junto às empresas Grupo Varig.

2 – Cópia do memorando de entendimento proposto pela antiga direção da Fundação Rubens Berta Participações, FRB PAR.

3 – Conclusões do estudo da empresa especializada em serviços aeronáuticos, BAIN COMPANY, sobre a situação do Grupo Varig.

Justifica-se o pedido diante da crescente fragilização da situação econômico-financeira da maior companhia aérea da América do Sul, responsável por mais de 90% das linhas internacionais e 40% das linhas domésticas e pelo emprego direto de 18 mil funcionários, que vive a mais profunda crise dos 75 anos de existência e que ora pleiteia, para solucionar parte de seus problemas, recurso do BNDS.

Nesse sentido, as informações solicitadas são importantes subsídios que irão nortear correta aplicação dos recursos públicos pleiteados a esta reestruturação e salvação da Varig.

Assinado; Senador Jefferson Péres.

Tem a palavra o Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, esse requerimento é resultado da audiência pública que esta Comissão realizou há duas semanas, da qual participaram os representantes da Varig, do BNDS e outro do Unibanco, um dos credores da Varig.

Esse diretor da Unibanco fez uma referência a uma auditoria realizada por empresa autônoma na Varig, com resultados não muito desfavoráveis à empresa. E, na ocasião, foi perguntado a ele se o Unibanco remeteria a esta Comissão o relatório de auditoria. Disse que provavelmente sim. Por isso que estou formalizando o pedido por meio desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE () – Continua em discussão o requerimento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não entendi, V. Exª...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Na audiência pública que realizamos aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Assisti.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O representante do Unibanco disse que o banco havia adotado aquela posição e participado da formulação do memorando de entendimento porque não foi bom o resultado da auditoria feita na Varig, realizada por uma empresa contratada pelo Unibanco. Na ocasião, perguntei a ele se o Unibanco remeteria cópias à Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele disse que mandaria.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ele disse que, provavelmente, sim, desde que fosse solicitado formalmente. É o que estou fazendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E ele mandou?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não, estou fazendo agora o requerimento solicitando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele ainda não mandou?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ele ainda não recebeu o requerimento. Ele disse que apenas remeteria depois da formalização, do pedido oficial feito por esta Comissão. Ele não quis remeter informalmente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, é bom fazer logo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – O requerimento está em discussão.

Não havendo...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou a favor e faço um apelo para que, se possível, seja ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Vamos votar agora.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Votar e encaminhar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Jefferson Péres.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Requerimento do Senador Roberto Saturnino. Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento da análise do PLC nº 86/2001, que dispõe sobre a aplicação de penalidades por infração na legislação que rege as Zonas de Processamento de Exportação – ZPE*, tendo em vista a aprovação, pelo Senado Federal, do PLS nº 146/96, que trata de assunto similar e se encontra, atualmente, em exame na Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino para defender o requerimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, a justificativa que V. Exª leu diz tudo. O projeto é inteiramente similar. É uma questão de pequenas divergências de redação. Já se encontra em estágio de tramitação muito mais avançado na Câmara dos Deputados. Acho que seria de bom alvitre que sobrestivéssemos o andamento até que tenhamos uma posição a respeito da votação, na Câmara, do Projeto de Lei do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Continua em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Por último, a proposta do Senador Carlos Patrocínio, que não está presente. Já foi lida por mim. Trata-se da convocação de uma sessão conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais para evitar o aumento do preço dos medicamentos, previsto a partir de janeiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, podia acrescentar mais coisas: medicamento, comida, gasolina. Há tantas coisas, que acho que S. Exª poderia ser um pouco mais genérico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – E destacar o fármaco, princípio ativo. Aumentar o poder de escolha do usuário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, sou favorável a ser um pouco mais genérico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Em discussão a proposta do Senador Carlos Patrocínio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ampliada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – V. Exª quer ampliar o requerimento?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim. Em primeiro lugar, os medicamentos, mas impedir de incluir o resto, que está aumentando todo dia?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – V. Exª quer estender a outros itens?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, acho que estou vivendo uma hora muito complicada. É verdade que haverá mudança de Governo. Não é meu estilo, mas faço questão de dizer que é impressionante o aumento dos gêneros no Brasil. Há muito tempo que não vejo nada semelhante. Não sei o que fazer, mas reunirmos para discutir apenas sobre medicamento, que está aumentando? E o resto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Vou retirar da pauta. O autor do requerimento não está aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas se a Comissão concordar em acrescentar...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, acho que não deve ser votado na ausência do autor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – É apenas uma sugestão que S. Exª está fazendo, vamos aguardar a presença do nobre Senador aqui para defender a sua tese.

Vou retirar da pauta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem é o Senador?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – O Senador Carlos Patrocínio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que S. Exª é médico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – S. Exª é médico e entende bem do assunto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu sou apenas consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – S. Exª é especialista nisso.

Estou recebendo um requerimento do Senador Eduardo Suplicy, que tem apoio do Senador Roberto Requião, segundo S. Exª me informou, e do Senador Ramez Tebet. S. Exª requer que, por economia processual, sejam apensados os Projetos de Resolução nºs 22, de 1989, do Senador Ramez Tebet, e 45, de 1999, do Senador Roberto Requião, que permitem a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos da Cesta Básica, por serem sobre o mesmo assunto. Acho a proposta razoável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, permite-me V. Exª um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Em verdade, tivemos, nas últimas duas semanas, comunicações tanto do Senador Roberto Requião, em plenário, quanto do Senador Ramez Tebet, uma vez que, primeiramente, o Senador Roberto Requião compreendeu que o Senador Ramez Tebet havia apresentado um projeto muito semelhante ao que S. Exª havia apresentado tempos atrás. S. Exª estava estranhando como é que um projeto estaria sendo encaminhado da Comissão de Assuntos Econômicos para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, enquanto o outro estaria próximo de ser aprovado aqui na CAE, ambos sendo muito semelhantes.

O Senador Ramez Tebet, por sua vez, na semana passada, comunicou a todos nós em plenário

que S. Exª não tinha conhecimento prévio do projeto do Senador Roberto Requião, mas que, na verdade, ambos têm propósitos semelhantes. Então, conversei com ambos e S. Exªs avaliaram que seria próprio que ambos pudessem ser examinados conjuntamente. Assim, o Senado Federal obviamente reconheceria o mérito de ambos os colegas Senadores e poderia ver quais são os méritos de um e de outro. De fato, eles guardam propósitos semelhantes pelo menos.

Portanto, esse é o objetivo do requerimento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas esse requerimento não deve ser aprovado em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, o pleito de V. Exª é mais do que justo, é bem-intencionado, correto, objetivo e quer fazer economia processual. Só que o fórum competente não é esta Comissão, mas o Plenário. Portanto, não temos condições de deliberar aqui sobre matéria que o Regimento Interno diz que é do Plenário. V. Exª tem inteira razão no seu pleito, está corretíssimo o seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então o apresentarei no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – No plenário, o fórum correto para analisar matéria dessa natureza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ainda na última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Senadores Antonio Carlos Junior, Jefferson Péres e eu próprio apresentamos um requerimento que tinha também intenção semelhante, mas se for objeto de atenção do Plenário, previamente, lá o apresentaremos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Sem dúvida alguma, o Plenário aprovará por unanimidade o seu requerimento, que é corretíssimo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Vamos à pauta. Há 7 itens não terminativos que poderemos apreciar, já que a pauta está trancada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permite-me ainda solicitar a palavra pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, tive a honra e a felicidade de conhecer, ontem, o parecer que o Senador Francelino Pereira encaminhou à Presidência desta Comissão a respeito do Projeto de Lei nº 266, de 2001, que institui a Renda Básica Incondicional ou Renda de Cidadania, de minha autoria.

Considero que o Senador Francelino Pereira fez um parecer histórico, do ponto de vista até da relação, digamos, entre Senadores – eu, do PT, ele, do PFL – mas, no seu trabalho, que recomendo...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem vê os dois nem parece que têm origens diferentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O Senador Pedro Simon pode ser considerado um dos Senadores que mais acompanha esse debate, esse diálogo, desde 1991, quando nos encontramos aqui e debatemos em profundidade a garantia de uma renda mínima.

A renda de cidadania constitui uma forma equivalente a um imposto de renda negativo, mas mais racional. O Senador Francelino Pereira estudou esta matéria em profundidade. Aguardávamos que seria nesta sessão, até por atenção de V. Exª, que iríamos debatê-la, uma vez que estava previsto que, após a votação da medida provisória que estava trancando matérias, esta com um projeto de lei terminativo precisaria não ter qualquer impedimento, mas agora, com uma nova medida provisória pendente de votação, estamos regimentalmente com a impossibilidade de votá-la.

Quero, Sr. Presidente, aqui fazer uma sugestão e um apelo aos Senadores. Primeiro que possam efetivamente cada um ler com atenção e previamente o parecer do Senador Francelino Pereira, um parecer que tem cerca de dez laudas, para que assim todos possam, na primeira reunião em que formos votar essa matéria, ter conhecimento; assim estaremos adiantando o expediente.

Gostaria de ressaltar que, na minha avaliação, todas as propostas colocadas pelo Senador Francelino Pereira são de molde a encontrar uma solução de bom senso. S. Exª propõe a inscrição de uma renda de cidadania, uma renda básica incondicional, a partir de 2005, mas cabendo ao Poder Executivo que verifique as etapas necessárias e defina a seu critério, começando o benefício pelas camadas mais necessitadas da população.

A renda de cidadania será paga igualmente a todos os brasileiros, em valor igual para todos. Será direito básico, semelhante àquele que qualquer um de nós, por exemplo, aqui em Brasília, pode ir ao Parque da Cidade ou, se formos ao Rio de Janeiro, podemos tomar um banho de mar em Copacabana ou, se formos ao Pantanal, também podemos ali aproveitar das suas belezas como qualquer cidadão e, se quisermos, tomar um banho em um rio do Pantanal, mas todas as pessoas deverão ter o direito a uma renda básica incondicional, até mesmo V. Exª Senador, toda e qualquer pessoa. Mas como? Até os mais ricos? Sim, só que esses contribuirão proporcionalmente mais para que

eles próprios e todos os demais brasileiros venham a ter esse direito. Essa é a meta. Como fazer isso? Introduzindo gradualmente e preparando o Estado, a União, o Governo, inclusive em coordenação com os governos estaduais e municipais a forma de fazer.

Assim, Sr. Presidente, é o Senador Francelino Pereira que irá desenvolver o seu parecer, mas o meu pedido de atenção é que possa V. Exª, como Presidente da Comissão, na primeira oportunidade que tivermos – vamos supor que seja votada amanhã a medida provisória ou na primeira oportunidade então em que regimentalmente pudermos ter essa matéria – possa V. Exª convocar a CAE para assim apreciar o parecer que desde já está distribuído a todos os Senadores, que poderão estudá-lo e ver proposições, e, quem sabe, votarmos esta matéria antes do encerramento do ano legislativo.

Será uma homenagem ao Senador Francelino Pereira e também ao esforço tão bem realizado que S. Exª efetivou.

A SR.ª HELOÍSA HELENA (PT – AL) – E a luta do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Nobre Senador, infelizmente estamos impedidos de apreciar essa matéria, de importância muito grande sob o ponto de vista social, na reunião de hoje.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª está avançando objetivamente no caminho da justiça social, está dando um passo importante aqui. A grande expectativa da sociedade brasileira é que o próximo governo avance muito nisso. Não devemos ficar no varejo, mas devemos ir no atacado.

O modelo do Estado brasileiro é causador de desigualdades regionais e sociais profundas. Se há algo que tem de ser debatido pelo próximo governo é o atacado. Não vamos ficar só no combate à fome – é meritório matar a fome de quem está com fome –, mas vamos resolver o problema na raiz, começar a discuti-lo pelo menos. É um problema secular que temos no Brasil, herdado da nossa formação, da nossa colonização, da colonização portuguesa, das capitanias hereditárias, o modelo centralizador, o grande gerador das distorções, das desigualdades. É preciso fazer essas reformas e esse projeto é fundamental.

Ficarei esta semana aqui até o final de semana, porque temos a Comissão de Orçamento e parece-me que vão votar os relatórios setoriais no final de semana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Presidente do Senado disse que não terminamos até o dia 15. S. Exª está falando em prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – O orçamento?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, para votar o orçamento. S. Exª está falando em dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Espero que sim. Ficarei aqui neste final de semana. Esse projeto, Senador Eduardo Suplicy, terá prioridade, por parte desta Presidência, total. Quando se desobstruir a pauta, estou pronto para convocar uma reunião extraordinária, talvez na quinta-feira, para que apreciemos essa matéria, que tem alta importância social. Acho isso aqui...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esperamos, Sr. Presidente, que o PT, que chegou ao Governo, dê importância a um projeto como esse, resultado de uma luta fantástica do Senador Suplicy, que era o único Senador do Partido nesta Casa, o grande lutador, o grande batalhador. Não seria lógico que, chegando ao poder, o PT não desse importância a um projeto dessa natureza.

Por isso, acho importante nós o aprovarmos com urgência e com aplausos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Exatamente. É até melhor do que o projeto de combate à fome chamado Projeto Fome Zero.

Considero o projeto de S. Exª melhor. Penso que o caminho é mais este. De modo que V. Exª deve ficar tranqüilo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas uma observação.

Em verdade, o projeto Renda Básica de Cidadania ou Renda Básica Incondicional está dentre aqueles que podem ser qualificados conforme V. Exª agora há pouco expressou: como uma das reformas fundamentais para que venhamos a garantir o direito à vida com dignidade a todos.

Trata-se, conforme veremos ao estudar o parecer do Senador Francelino Pereira, de uma reforma à altura das observações que S. Exª mesmo citou, de pensadores brasileiros como Josué de Castro, Celso Furtado e Milton Campos, quando aqui observa e ressalta que "o bem-estar social só pode prevalecer como que numa vasta partilha igualitária." Isso significa que uma parcela significativa do Produto Interno Bruto brasileiro será distribuída igualitariamente entre todos os brasileiros. Muito diferente do presente, quando, do Produto Interno Bruto deste ano, de R$1.300 trilhão, 13,5% vão para o 1% mais rico, 13,5% vão para os 50% mais pobres.

Se instituirmos algo como a Renda Básica de Cidadania, imagino que pelo menos 5% desse Produto Interno Bruto, que hoje seria o equivalente a cerca de R$80 bilhões, de R$1.300 trilhão, seria distribuído igualitariamente, Sr. Presidente.

A experiência havida, única no mundo, de se distribuir algo equivalente a 6% do PIB, nos últimos 10 anos, no Estado do Alasca, fez com que, segundo os estudos recém-publicados, o Alasca se tornasse, de todos os 50 estados norte-americanos, o mais igualitário. E mais, Sr. Presidente, as famílias 20% mais pobres aumentaram, nos últimos 10 anos, em 28% sua renda média, tanto que, as famílias 20% mais ricas, também, aumentaram, mas, apenas, em 7%, diferentemente do processo de concentração de riqueza que se deu nos Estados Unidos.

Ademais, Sr. Presidente, essa é uma proposta que tem seus fundamentos, hoje, colocados e defendidos pelos maiores economistas do mundo, inclusive, o Professor James Tobin, falecido este ano, da Universidade de Yale, prêmio Nobel de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Nobre Senador, esse projeto terá total prioridade nossa. Não sou contra o projeto. Só acho que, fiz parte de uma geração que lutou contra a ditadura, lutou contra tudo e não avançamos, neste País, como deveríamos ter avançado. Perdemos o poder. Nosso partido – sou do PMDB, sou fundador do PMDB, PSDB -, perdeu o poder para o PT.

Acho que, fazendo uma autocrítica, que não avançamos como deveríamos ter avançado. A sociedade quer mudanças e não podemos ficar na periferia, temos que ir para o atacado.

O projeto é muito importante, mas o modelo político-administrativo brasileiro é gerador de desigualdades sociais. Se não acabarmos com a matriz, não mudarmos a matriz, esse problema não vai se extinguir, nunca, não vamos desenvolver esse país como deveríamos.

Então, a reforma tributária, a reforma de revisão territorial do país, uma rediscussão em cima disso, são itens importantes e acho que o PT não pode retirar isso do tema, da discussão, e espero que avance mais do que nós que não conseguimos avançar. Ficamos estagnados e, até por isso, a sociedade impôs uma mudança. Espero que esses assuntos avancem, agora, a partir do ano que vem.

Senador Francelino, essa matéria não pode ser objeto da pauta, mas cedo a palavra a V. Exª, rapidamente, porque ainda temos 7 itens para votar, agora.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Até por igualdade de consideração, porque, não apenas V. Exª, mas o autor do projeto fez longa referência ao assunto, não me cabe, portanto, o direito ao silêncio.

Quero, apenas, comunicar à Casa que, demoradamente, examinei essa matéria. Lamento que, somente agora, o parecer esteja sendo apresentado, mas, estamos aqui para cumprir um dever e dizer que essa proposição merece, efetivamente, como V. Exª acaba de dizer, uma atenção especial, porque é um projeto de longo alcance e de grande profundidade.

Oferecemos um parecer que merece a atenção de todos, até porque ele chama a atenção para os pontos básicos da brutalidade da distribuição de renda, no Brasil. O Brasil, sendo a 8ª ou 9ª economia do mundo e, ao mesmo tempo, talvez, o último país em distribuição de renda e em desigualdade social.

E, cito nesse parecer, inclusive, o próprio Senador Milton Campos, quando, em célebre discurso, afirmou que o bem-estar social só pode prevalecer como quinhão numa vasta partilha igualitária ou, quando, inspirado no pensamento de Cherteton, definiu o 1º princípio da democracia: "As coisas essenciais aos homens são aquelas que eles possuem e mantêm em comum e não aquelas que eles possuem em separado".

Aqui, está amplamente debatida a matéria. Encontramos um caminho, quero concluir logo, que evita a inconstitucionalidade da matéria, porque, na verdade, é como se o projeto fosse meramente autorizativo, não uso essa expressão porque ela já está muito decaída, na opinião de todos, mas o parecer contorna esse problema, uma vez que cabe ao Poder Executivo, a partir de 2005, partir, efetivamente, para uma distribuição de renda e a definição de uma renda minha para cada um.

De maneira que devíamos, nesse final de trabalho, até para preservar a imagem do Congresso Nacional e, particularmente, do Senado, debater essa matéria, porque ela é profundamente atualizada, até com os desígnios propostos pelo futuro Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – No que depender desta Presidência, com certeza ela será discutida ainda neste ano.

Passa-se à apreciação do **Item 1**. Trata-se do Projeto de Resolução do Senado nº 41, não terminativo, que altera a Resolução nº 22, de 1989, para garantir a redução de alíquota de imposto incidente sobre produtos da cesta básica. O autor é o Senador Ramez Tebet, e o Relator, o Senador João Alberto Souza. O relatório é favorável.

Há requerimento sobre a mesa, dos Senadores Antonio Carlos Júnior, Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, que passo a ler: "Requeremos, nos termos do art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado, que o Projeto de Resolução nº 41, de 2002, que altera a Resolução nº 22, de 1989, para permitir a redução da alíquota de imposto incidente sobre produtos da cesta básica, seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que a mesma se pronuncie sobre a constitucionalidade da matéria".

O SR. RICARDO SANTOS (PSDB – ES) – Sr. Presidente, quem é o autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Os autores são os Senadores Antonio Carlos Júnior, Eduardo Suplicy e Jefferson Péres.

O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passa-se à apreciação do **Item 2**. Trata-se da Mensagem do Senado Federal nº 315, de 2002, não terminativa, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de US$5 milhões entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento do projeto de diversidade na universidade, acesso à universidade de grupos socialmente desfavorecidos. A autoria é do Poder Executivo, e o Relator, o Senador Romero Jucá, que deu parecer favorável.

Como o Relator não está presente, solicito ao Senador Bello Parga que faça o resumo do parecer.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, vou me retirar porque tenho que presidir a reunião da Comissão de Relações Exteriores, que vai sabatinar dois embaixadores hoje. Estou preocupado com o **quorum** e peço permissão para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Senador Jefferson Péres, estamos com **quorum** precário aqui.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – No livro, está registrado que há **quorum**, a menos que haja um pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Há 15 Senadores aqui, um a mais.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Se houver qualquer problema, podem me chamar. A sala em que se reunirá a Comissão de Relações Exteriores é esta aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Se houver problema, recorreremos a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de mensagem do Executivo pedindo a contratação de operação de crédito externo no valor de US$5 milhões. O devedor é a República Federativa do Brasil, e o credor, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Valor: até US$5 milhões. Finalidade: financiar o Projeto Diversidade na Universidade. Prazo de desembolso: até três anos e meio, amortização e parcelas semestrais consecutivas de valores aproximadamente iguais, juros exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, custo subsidiados portanto.

O programa em questão encontra-se incluído na Lei nº 9.989, de julho de 2000, que dispõe sobre o plano plurianual da União para o período de 2000 a 2003, no Programa de Desenvolvimentos do Ensino Médio, na ação Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos, no valor de R$3 milhões de reais.

Assim sendo, Sr. Presidente, não encontro nenhum óbice à aprovação do projeto, sob o ponto de vista da juridicidade, da constitucionalidade e da boa técnica legislativa.

Com base no exposto, considerando a expressiva relevância do programa Diversidade na Universidade, manifesta-se o Senador Romero Jucá favorável a que se autorize a República Federativa do Brasil a contratar a operação de crédito em pauta, nos termos de projeto de resolução que apresenta, que faz parte do avulso. Ao qual, Sr. Presidente, dou meu apoio também.

O voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RICARDO SANTOS (PSDB – ES) – Sr. Presidente, requeiro urgência para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Em votação o requerimento de urgência que acaba de ser proferido.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a urgência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, ainda sobre o item 1, relativo ao projeto do Senador Ramez Tebet, que foi encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu

havia, na reunião passada, solicitado esclarecimentos dos Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Acre, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que quatro Governadores e/ou Secretários da Fazenda encaminharam as suas respectivas respostas.

Então, agradeceria se pudesse apensar essas respostas, já que o assunto será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Encaminho, portanto, a V. Exª as respostas dos Governadores e Secretários de Fazenda para subsidiar a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Acolhida a proposta de V. Exª.

Vamos ao item 3:

"Mensagem do Senado Federal nº 324, de 2002, não terminativa, propõe ao Senado Federal seja autorizada contratação de operação de crédito, externo, no valor total de até US$5 milhões, dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD – destinado a financiar, parcialmente, o Projeto de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência – Prev-Municípios.

A autoria é do Poder Executivo. O Relator é o Senador Ney Suassuna, que não se encontra presente.

Peço ao Senador Valmir Amaral que relate a matéria.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 324/2002.

Mensagem nº 1.023, de 25-11-2002, na origem, do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor total de até US$ 5 milhões, dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, destinado a financiar, parcialmente, o Projeto de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência – Prev-Municípios. O Relator é o Senador Ney Suassuna.

Voto

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 324, de 2002 nos seguintes termos:

Projeto de Resolução nº 324, de 2002. Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente até cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

O Senado Federal resolve: a República Federativa do Brasil está autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cinco milhões de dólares de principal com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** deste artigo destina-se a financiar parcialmente o projeto de apoio à reforma dos sistemas municipais de previdência.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes: devedor : República Federativa do Brasil; credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird; executor: Secretaria Executiva do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A finalidade é financiar parcialmente o projeto de apoio à reforma dos sistemas municipais de previdência. Valor total: US$5milhões; prazo para desembolso: até 31 de dezembro de 2006; carência: 5 anos; amortização em 20 parcelas semestrais consecutivas no valor de US$250mil, vencendo a primeira em 15 de dezembro de 2007 e a última em 15 de junho de 2017. Os juros exigidos semestralmente são calculados com base na taxa de juros interbancário oferecido em Londres – Libor, semestral para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescido de uma margem expressa como porcentagem anual. A margem será de 0,75%, acrescida ou subtraída da diferença entre a margem média de capitação do Bird para cobrir os empréstimos unimonetários e a Libor para o período apurado durante os 6 meses anteriores ao respectivo vencimento.

Comissão de compromisso: 0,75% sobre os saldos devedores não desembolsados, exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato. Comissão de 1% sobre o montante total do empréstimo, sacados da conta do empréstimo após assinatura do contrato.

Parágrafo único. As datas do pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alterados em função da data da assinatura do contrato.

A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de 540 dias, contados da data de sua publicação.

Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Foi um relatório favorável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer.(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 4: Dispõe sobre a agricultura orgânica. Projeto terminativo nº 14, de 2002 e altera dispositivo da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e dá outras providências. Autoria: Senador Murilo Domingos. Relator: Senador Jonas Pinheiro.

O parecer é favorável ao projeto com a emenda que apresento.

Como o Senador Jonas Pinheiro não está presente, pediria ao Senador Paulo Souto que o substituísse.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, gostaria de ver se é possível requerer urgência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação o requerimento de urgência que acaba de ser apresentado.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto para relatar o item 4.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou ler o voto. A iniciativa de se criar uma legislação específica do que seja sistema orgânico de produção, com respeito à sua produção propriamente dita bem como ao seu processamento e também à certificação de qualidade desses produtos sejam de origem animal ou vegetal já havia se tomado em 1996, com apresentação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados o qual findada aquela legislatura, foi arquivado, conforme determina o Regimento.

O mesmo projeto foi reapresentado àquela Casa na Legislatura seguinte, em 15 de abril, nessa ocasião por iniciativa do Deputado Murilo Domingos.

Esse projeto de lei nos parece válido – diz o Relator que é um profundo conhecedor do setor agrícola no país, sobretudo se consideramos que existe uma demanda cada vez maior por produtos de origem animal e vegetal, obtidos por meio do sistema chamado orgânico. O próprio mercado desses produtos, tanto interno quanto externo, não somente vem apresentando forte expansão, como também tem sido cada vez mais exigente quanto a qualidade dos produtos oferecidos.

O mercado internacional para esses produtos tem se expandido enormemente de modo que os produtores brasileiros já têm encontrado uma nova opção de negócios que lhes aumenta a renda e, ao mesmo tempo, traz divisas para o país. Esses produtos, inclusive, vêm obtendo preços diferenciados dos demais da cotação do mercado, o que tem atraído novos produtores para essa atividade. Esses fatos já justificariam a aprovação de dispositivos legais para definir e normalizar os processos de produção, processamento, comercialização e produtos da agricultura orgânica.

O projeto de lei em apreço estabelece conceitos específicos e regras básicas para a produção orgânica, preenchendo, dessa forma, eficazmente, uma lacuna que existe na legislação brasileira.

Na posição de relator do projeto de lei ouviram-se especialistas no assunto e deles se receberam importantes esclarecimentos com ponderações que se consideraram equilibradas e com sugestões que ajudaram a tomar a nossa posição sobre o assunto e elaborar este relatório.

Quanto ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados, objeto agora da apreciação pelo Senado Federal, temos uma observação a fazer concernente ao art. 10 do projeto em questão. Refere-se à limitação de se usar na agricultura orgânica somente extratos vegetais quando é conveniente assegurar também a utilização de produtos de origem mineral, desde que esses não sejam obtidos por processos de transformação química. Isso é verdade porque muitos produtos minerais podem ser utilizados – o caso típico do calcário, por exemplo, um produto **in natura** e que, portanto, não havia porque impedir a sua utilização.

Isso alargaria as possibilidades de serem usados e até os fosfatos naturais que podem ser usados. Isso alargaria as possibilidades de serem usados produtos naturais, mesmo que de origem mineral contanto que compatíveis com os princípios defendidos pela produção orgânica e devidamente regulamentados.

Em face do exposto, opina o relator, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002, com a Emenda de Relator nº 1, que é apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido. (Pausa)

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – O Senador Eduardo Suplicy pede vista da matéria.

Concedida a vista ao Senador Eduardo Suplicy.

Passa-se ao item 5 – Não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 29, de 95, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e dá outras providências.

A autoria a Comissão Temporária do Vale do São Francisco, o relator é o Senador Freitas Neto e o parecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

S. Exª não está presente e solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que o substituísse, já que ele é da região, objeto do projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem à Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 95, que dispõe sobre a política nacional de irrigação e drenagem, originado da Comissão Senatorial Temporária para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

O referido projeto foi relatado na Comissão de Assuntos Econômicos pelo Senador Osmar Dias que, além de adequar o projeto elaborado em 95 ao disposto da Lei Complementar nº 95, de 98, elaborou substitutivo visando a sua atualização e aperfeiçoamento.

Como houve pedido de vista coletiva...

Com a saída do antigo relator da Comissão, a matéria foi redistribuída. Considerando o parecer do antigo relator, incorporou sugestões de grande valor, tendo ouvido representantes de organismos governamentais, empresários e estudiosos da matéria, julgamos apropriado que esse trabalho seja aproveitado na forma em que foi elaborado, inclusive com a apresentação do mesmo substitutivo com o qual já estarão familiarizados muitos parlamentares devido aos pedidos de vista.

É indiscutível a importância e a oportunidade da proposição que ora se analisa. Se há muito, produtores e órgãos públicos, vêm demandando uma revisão na Lei nº 6.662 , de 79, face às grandes transformações que desde então ocorreram no setor agrícola brasileiro, particularmente no setor agrícola, baseado na irrigação. A expansão da área irrigada, o desenvolvimento da tecnologia e as mudanças na concepção sobre a função do poder público estavam a exigir uma revisão na legislação vigente, a fim de adequá-la ao momento atual, bem como abrir espaços para novos avanços no setor.

O PNS nº 229, de 95, atende a essas exigências estabelecendo dispositivos que cobrem todos os aspectos relevantes na questão de irrigação e drenagem agrícola. A par disso, remete a regulamentação ao Poder Executivo, a operacionalização de diretrizes mais gerais de forma a não engessar normas que, por serem dinâmicas e carecerem da adaptação em prazos mais curtos, estarão melhor situadas fora as exigências naturais da modificação da lei. Entendemos, no entanto, que, no intuito de aperfeiçoar a proposição, cabem algumas complementações. Trata-se, inicialmente, de melhor especificar a tipologia dos projetos de irrigação abrangidos pela norma introduzindo a figura do projeto misto, no qual se soma a iniciativa pública e privada. A caracterização desse tipo de projeto, não apenas consagra a parceria saudável entre os setores mas igualmente abre-lhe espaço para incentivos.

Propomos, ainda, a introdução de dois novos capítulos no projeto relativos aos instrumentos com que contará a política nacional de irrigação e drenagem e as diretrizes para a ação do Poder Público Federal. Tais disposições são importantes sustentáculos à formação das diretrizes que embasarão os planos de programas previstos no projeto que consubstanciarão aquela política.

A proposta do PLS estabelece competências de procedimentos que receberam a disciplina diversa na Lei nº 9.433, de 99, implicando a ocorrência de problema na continuidade da tramitação. Tendo em conta que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos encontra-se em fase de regulamentação pelo Poder Executivo, inclusive com a criação da Agência Nacional de Águas, entendemos que seria recomendável estabelecer contato com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos para verificar as perspectivas da nova política de recursos hídricos. Assim, a Secretaria, considerando as alterações decorrentes da Lei, promoveu uma reunião nacional com a representação de vários órgãos governamentais federais e estaduais. Devido ao grande número de participantes, foram constituídos quatro grupos de trabalho para discutir e oferecer sugestões ao projeto de lei em questão.

Dos debates mereceram destaque discussões sobre o caráter social dos problemas de irrigação principalmente na Região Nordeste, outorga das águas, a cobrança de tarifas, amortizações da infra-estrutura, os critérios para a emancipação dos projetos, os direitos dos irrigantes já estabelecidos em projetos públicos, a alienação ou arrendamento da infra-estrutura em projetos públicos, entre outros.

Do exposto, concluímos pela elaboração de um substitutivo ao PLS nº 229/95 cientes de que representa o esforço de um grande número de técnicos e instituições envolvidos com a política de irrigação. As alterações propostas são decorrentes tanto da necessidade de adequação aos mecanismos legais vigentes quanto da intenção do Governo em modificar a política de irrigação anteriormente adotada.

Voto

É evidente o mérito da matéria sob exame. Assim, somos pela aprovação do PLS 229 com o acolhimento das Emendas 1, 2, 3, 4, 20 e 21, bem como das Subemendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 e a rejeição das de nºs 5, 6 e 7.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ.) – Sr. Presidente, o projeto realmente é extremamente impor-

tante, a matéria é importante, entretanto, trata-se de um projeto complexo, um parecer extenso, com muitas emendas, razão pela qual, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Concedida a vista a V. Exª.

Vamos ao Item 6 da pauta:

Projeto de Resolução 60, de 1999, não terminativo, que altera a Resolução nº 18, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive em concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências. Autoria do Senador Álvaro Dias, Relator, Senador Romero Jucá, que se encontra ausente.

Eu pediria, então, ao Senador Ricardo Santos que relatasse a matéria.

O SR. RICARDO SANTOS (PSDB – ES.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, relatório.

Encontra-se em exame nesta Casa o Projeto de Resolução nº 60, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera a Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive, concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

A proposição pretende dá aos contratos de prorrogação de dívidas firmadas entre a União e os Municípios, nos termos da Medida Provisória nº 1.811, de 25 de fevereiro de 1999, substituída pela Medida Provisória nº 2.185/35, de 24 de agosto de 2001, o mesmo tratamento concedido pelo Senado Federal aos contratos celebrados entre a União e os Estados para a renegociação de dívida celebrada sob a égide da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

ANÁLISE

A Resolução nº 78, de 1998, foi revogada pela Resolução nº 43, de 2001, tendo o espírito da proposição em análise sido incorporado ao texto da nova norma senatorial, que trata da questão do endividamento dos entes da Federação. Isso pode ser verificado pela leitura dos § 3º e 8º do art. 7 da mencionada Resolução nº 43, de 2001. Assim, concluímos que o Projeto de Resolução nº 60 perdeu seu objeto e está prejudicado, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto

Pelo exposto, voto pelo arquivamento do Projeto de Resolução nº 60, de 1999, nos termos do art. 334, § 4º do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Com a palavra, pela ordem, V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Este é o item 7?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Item 6, Senador Eduardo Suplicy.

O item 7 será apreciado em seguida.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer, fica rejeitado o projeto.

Item nº 7:

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – É sobre o item 7, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O item 7 tem como Relator o Senador Jefferson Peres, que, conforme ouvimos há pouco, está presidindo a reunião da Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional.

Trata-se de uma matéria de bastante complexidade, em que são alterados inúmeros itens da Lei de Responsabilidade Fiscal. E o Senador Jefferson Peres pediu a atenção de V. Exª a fim de possa ser adiada a discussão desta matéria, para que S. Exª, como Relator, possa aqui emitir o seu parecer, uma vez que foi S. Exª quem estudou o assunto.

Esse é o apelo que faço em nome do Senador Jefferson Peres, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – O Senador Eduardo Suplicy está requerendo o adiamento da matéria.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será adiada.

Sobre a mesa, requerimento do Senador Casildo Maldaner, requerendo, nos termos do Regimento In-

terno do Senado Federal, a inclusão no rol dos convocados para a audiência pública, destinada a instruir o PLC nº 70, de 2002, os nomes abaixo relacionados: Sr. Ronaldo Bogarden, Flávio Marques Ferreira, na qualidade de representantes da Associação Brasileira de Indústria Gráfica. A convocação requerida se fundará no art. 90, inciso II do Regimento Interno.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, na última semana, foi proposta uma audiência pública nesta Comissão pelo Senador Eduardo Suplicy, para discutir um projeto relatado pelo Senador José Agripino Maia, que trata das indústrias gráficas no Brasil. Uns dizem que há bitributação, ou coisa que o valha. Então, há uma proposta tramitando na Casa. E o Senador Eduardo Suplicy pediu uma audiência pública. E, parece-me, que vai participar desta audiência pública o João Sayad, de São Paulo. Audiência essa que seria hoje, mas que, em função da pauta, foi transferida para a semana que vem. Além do João Sayad, virá mais alguém. Mas, dos setores gráficos no Brasil, parece que não havia mais ninguém relacionado. Eles nos procuraram, a fim participarem, para que haja um peso mais equânime na discussão dessa audiência pública.

Então, essa, Sr. Presidente, é a razão de apresentarmos o nome dessas duas pessoas, representando também esses setores, a fim de que possa haver um debate equilibrado e para que nós, Senadores da Comissão, possamos aquilatar melhor ou formar uma opinião em relação a essa matéria que tramita nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, apresento o requerimento em que são sugeridos os nomes dos Srs. Ronaldo Bogarden e Flávio Marques Ferreira, na qualidade de representantes da Associação Brasileira de Indústria Gráfica, para que possamos, em conjunto, ter uma opinião nessa audiência pública, que deverá ocorrer, se não estou equivocado, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Bezerra) – Em discussão o requerimento que acaba de ser apresentado. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidência vai encerrar esta reunião, lembrando aos Srs. Senadores que ela deverá convocar uma reunião extraordinária, ainda esta semana, para apreciar matérias importantíssimas que estão para serem votadas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h57min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, com as Comissões de Fiscalização e Controle-SF; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio–CD; Finanças e Tributação–CD; Fiscalização Financeira e Controle–CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos E Fiscalização-CN, no dia 29 de abril, de 2004, às 10:00 horas, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e nove de abril do ano dois mil e quatro, reuniram-se as Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no Plenário nº 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" – 2º semestre de 2004, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos Deputados Alberto Goldman, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Alexandre Cardoso, titular da CMO/CN; Almir Moura, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Anivaldo Vale, titular da CMO/CN; Antonio Cambraia, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Arnon Bezerra, suplente da CMO/CN; Bernardo Ariston, titular da CDEIC/CD; Carlito Merss, titular da CFT/CD; Carlos Nader, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Claudio Cajado, titular da CMO/CN; Colbert Martins, suplente da CMO/CN; Coriolano Sales, titular da CFT/CD; Dr. Benedito Dias, suplente da CMO/CN, titular da CDEIC/CD Dr. Heleno, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Edson Ezequiel, titular da CDEIC/CD, Eduardo Cunha, suplente da CFT/CD, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN; Elaine Costa, titular da CMO/CN,

titular da CFFC/CD; Elimar Máximo Damasceno, titular da CMO/CN; Enéas, suplente da MO/CN; Félix Mendonça, titular da CFT/CD; Fernando Coruja, titular da CFT/CD; Fernando de Fabinho, suplente da CMO/CN, titular da CDEIC/CD; Francisco Dornelles, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Geraldo Resende, titular da CMO/CN; Gerson Gabrielli, suplente da CFT/CD, titular da CDEIC/CD; Gonzaga Mota, suplente da CFT/CD, titular da CDEIC/CD; Gonzaga Patriota, suplente da CMO/CN; Hamilton Casara, suplente da CMO/CN; Helenildo Ribeiro, titular da CMO/CN; Homero Barreto, suplente da CMO/CN; Humberto Michiles, titular da CMO/CN; Jairo Carneiro, suplente da CDEIC/CD; João Batista, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD; João Correia, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Jorge Bittar, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Jorge Boeira, suplente da CFT/CD, titular da CDEIC/CD; José Carlos Machado, titular da CMO/CN, suplente da FFC/CD; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Josué Bengtson, suplente da CMO/CN; Júlio Cesar, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, Laura Carneiro, suplente da CMO/CN; Léo Alcântara, titular da CDEIC/CD; Leodegar Tiscoski, titular da CFFC/CD; Lindberg Farias, titular da DEIC/CD; Lupércio Ramos, titular da CDEIC/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Mário Heringer, titular da CMO/CN; Mário Negromonte, suplente da CMO/CN; Mauro Lopes, titular da CMO/CN; Milton Monti, titular da CMO/CN; Nelson Bornier, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; Nelson Meurer, titular da CMO/CN; Osório Adriano, suplente da CFT/CD, titular da CDEIC/CD; Osvaldo Coêlho, titular da CMO/CN; Pastor Francisco Olímpio, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Bernardo, titular da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD; Paulo Kobayashi, suplente da CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN; titular da CFT/CD; Pedro Chaves, titular da CMO/CN; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Professora Raquel Teixeira, titular da CMO/CN; Rafael Guerra, titular da CMO/CN; Reinaldo Betão, titular da CDEIC/CD; Ricardo Barros, titular da CMO/CN; Rodrigo Maia, titular da CMO/CN; Rose de Freitas, suplente da CMO/CN; Sergio Caiado, titular da CDEIC/CD; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; Tadeu Filippelli, titular da CMO/CN; Vander Loubet, suplente da CMO/CN; Walter Feldman, suplente da CFFC/CD; Wasny de Roure, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, titular da CFFC/CD; Welinton Fagundes, suplente da CMO/CN; e Zé Gerardo, titular da CMO/CN; e dos Senadores Augusto Botelho, titular da CMO/CN; César Borges, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, titular da CFC/SF; Eduardo Suplicy, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF; Geraldo Mesquita Júnior, titular da CAE/SF, suplente da CFC/SF; Gilberto Mestrinho, titular da CMO/CN; Luiz Otavio, titular da CMO/CN; suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Mozarildo Cavalcanti, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Ney Suassuna, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Paulo Elifas, suplente da CMO/CN; Ramez Tebet, titular da CAE/SF; Roberto Saturnino, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Serys Slhessarenko, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF; Sibá Machado, titular da CMO/CN, titular da CFC/SF; e Valdir Raupp, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF. O Senador Rodolpho Tourinho, titular da CAE/SF, justificou sua falta em virtude de estar em Missão Política no Estado do Rio de Janeiro. Foi registrado o comparecimento dos Deputados, não-membros, Airton Roveda, Chico Alencar, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Gastão Vieira; Ivan Valente e Mariângela Duarte. A reunião foi iniciada sob a direção do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou para a composição da Mesa o Dr. Henrique Meirelles e o Diretor de Política Econômica do Banco Central, Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, bem como os Presidentes de Comissões envolvidas, Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado José Priante, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em datashow sobre o tema em questão. O Presidente comunicou que havia treze parlamentares inscritos para o debate e propôs que o

Dr. Henrique Meirelles respondesse após a intervenção de quatro parlamentares inscritos. O Plenário assentiu. Solicitou, ainda, que os parlamentares respeitassem o tempo concedido para interpelação. Finalizada a explanação, iniciaram-se os debates. Como primeiro debatedor, o Deputado Rodrigo Maia formulou questionamentos ao palestrante. Prosseguiram no uso da palavra os Deputados Paulo Bernardo, Paulo Afonso e Sérgio Miranda. O Presidente anunciou a presença do Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e o Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da mesma Casa. O Dr. Henrique Meirelles respondeu ao primeiro bloco de interventores. Em seguida, o Deputado Sérgio Miranda usou o direito de réplica, tendo sido atendido pelo Presidente do Banco Central. O Deputado Pedro Novais usou da palavra pela ordem para solicitar que as reuniões conjuntas a serem realizadas oportunamente sejam mais objetivas. Ao Deputado Sérgio Miranda foi assegurado o direito à tréplica, tendo sido respondido pelo palestrante. Às doze horas e nove minutos, o Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assumiu a condução dos trabalhos. Manifestaram-se no segundo bloco de oradores os Deputados Félix Mendonça, Pauderney Avelino e Alberto Goldman. O Deputado Claudio Cajado solicitou que a composição dos blocos fosse de seis interventores. O Presidente acatou a proposta e anunciou que a sistemática sugerida seria adotada no bloco seguinte de debatedores. Em seguida, o Deputado Alberto Goldman pediu licença para ausentar-se do recinto. O Deputado Ricardo Barros encaminhou requerimento à Mesa, que foi encaminhado para inclusão na pauta da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Orçamentos Públicos e Fiscalização. Prosseguindo, foi assegurada a palavra ao Presidente do Banco Central para responder ao segundo bloco de interventores. O Deputado Félix Mendonça fez uso do direito de réplica e foi respondido pelo palestrante. O Deputado Pauderney Avelino usou da réplica para acrescentar elementos à sua intervenção inicial. O Dr. Henrique Meirelles continuou a prestar os esclarecimentos ao segundo bloco. O Deputado Pauderney Avelino usou do direito de tréplica e foi atendido pelo palestrante. Às treze horas e seis minutos, o Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados assumiu a direção dos trabalhos. O Deputado Ricardo Barros solicitou o uso do direito de réplica e foi atendido. O Deputado Eduardo Cunha fez proposta no sentido de que todos os debatedores remanescentes fossem incluídos no terceiro bloco e foi atendido pelo Presidente. Dando prosseguimento, o Presidente passou a chamar os parlamentares integrantes do terceiro bloco: Deputados Osório Adriano, Fernando Coruja, Claudio Cajado, Colbert Martins, Carlito Merss, Osvaldo Coêlho, Darcísio Perondi, Eduardo Cunha e Senador Eduardo Suplicy. Nesse momento, o Presidente solicitou aparte ao Senador Eduardo Suplicy e ressaltou que havia questionamentos a serem respondidos pelos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Mantega, e pelo Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. O Deputado Darcísio Perondi discutiu o assunto. Manifestaram-se, ainda, pelo terceiro bloco os Deputados Airton Roveda e Professora Raquel Teixeira. Às quinze horas e quinze minutos, o Senador Eduardo Suplicy, assumiu a condução dos trabalhos. O palestrante respondeu ao último bloco de debatedores. O Senador Eduardo Suplicy formulou, ainda, questionamento ao Presidente do Banco Central do Brasil e foi atendido. Os Deputados Darcísio Perondi e Airton Roveda fizeram uso da réplica. Em seguida, o palestrante apresentou as considerações finais sobre o tema em apreço. Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, bem como da sua assessoria, o Presidente encerrou os trabalhos, às quinze horas e quarenta minutos. Para constar, eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal** juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2004 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a participação das Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas políticas e monetárias, creditícias e cambiais, evidenciando o impacto e o custo fiscal dessas operações, cujos resultados são demonstrados no balanço do segundo semestre de 2003, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já está presente o convidado de hoje, o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que se faz acompanhar do Dr. Afonso Sant'Anna

Bevilaqua, Diretor de Política Econômica daquela instituição.

Convido para compor a Mesa os seguintes Parlamentares: Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara; Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara; Deputado José Priante, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara; Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado; e Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado. E, conforme estipulado pelo § 5º do mesmo dispositivo, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A inscrição está aberta. O primeiro inscrito é o Deputado Rodrigo Maia. Peço aos Srs. Parlamentares presentes que se inscrevam o quanto antes porque logo vamos encerrar as inscrições. Para evitar que ainda haja Parlamentares chegando e inscrevendo-se às 11h ou ao meio-dia para falar, o que alongaria demasiadamente os trabalhos, estamos reduzindo o prazo de inscrições.

Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, é uma honra estar mais uma vez nesta Casa, onde estaremos apresentando os resultados do Banco Central e um breve resumo da conjuntura econômica do Brasil, os resultados da política monetária e da política creditícia, num momento particularmente importante, na medida em que o País está olhando para o mundo com muito mais tranqüilidade, em virtude de os fundamentos da economia brasileira estarem hoje muito mais sólidos para que possamos enfrentar as oscilações normais dos mercados nacional e internacional.

Começarei expondo a visão do que enfrentamos no início do ano.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Brasil, no ano de 2002, enfrentou uma parada brusca no fluxo de financiamentos. Tivemos uma redução de US$ 28 bilhões, o que representa cerca de 6% do Produto Interno Bruto brasileiro. Outros países que sofreram crises cambiais da dimensão da que sofremos naquele ano, no ano seguinte e no posterior – mas particularmente no ano seguinte -, registraram significativas contrações do seu Produto Interno Bruto. No caso da Indonésia, a contração no ano seguinte foi de cerca de 13,3%, a maior registrada entre todos esses países; esse índice vai caindo até o da Rússia, de 4,9%; enquanto isso, o Brasil registrou um resultado de 0,2% de decréscimo em 2003, e uma projeção de crescimento de 3,5% para 2004.

Gostaria de chamar atenção para o fato de que o resultado negativo de 0,2% do PIB no ano passado mascara um fato da maior importância: a contração do PIB deu-se nos 2 primeiros trimestres do ano, quando o País estava enfrentando os resultados imediatos da crise da virada de 2002 para 2003. Mas já começou a crescer no terceiro trimestre, e cresceu de forma importante no quarto trimestre do ano, o que mostra uma retomada do crescimento muito mais rápida do que a dos países que enfrentaram problemas similares aos nossos. Isto é, não só o Brasil teve um resultado global, no ano, melhor do que o de países que tiveram problemas similares aos seus, mas também a recuperação deu-se muito mais rapidamente.

Para finalizarmos essa rápida primeira visão do desempenho da economia, se analisarmos a produção industrial veremos que ela tem crescido sistematicamente; no momento está próxima do pico histórico a produção industrial brasileira.

Vamos passar agora à reconquista da confiança, levantando o quadro global do resultado do ano passado. Em primeiro lugar, quero apontar um aspecto importante: a retomada da confiança e do crescimento no Brasil dá-se em função da solidez da política fiscal e do superávit primário. Temos aqui os dados até março, mas certamente estamos caminhando solidamente para cumprir as metas do Governo com a sociedade brasileira, relativamente à parte fiscal, do superávit de 4,25% do PIB em 2004.

Há um outro dado muito importante, relativo à parte fiscal, que gostaria de comentar. Uma das razões da melhora dos fundamentos do Brasil é o fato de que não só o superávit primário foi e será alcançado neste ano, como também as reformas fundamentais aprovadas por esta Casa – a previdenciária e a fiscal -, com a aprovação da DRU, da CPMF etc., assim como a inexistência de uma grande dose de receitas extraordinárias no Orçamento de 2003 e de 2004, enfim, todos esses fatores fazem com que esse superávit tenha um caráter de sustentabilidade muito sólida. Isso permite, portanto, que dentro de suposições bastante razoáveis, e de certa maneira conservadoras, possamos prever a inversão histórica da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao PIB.

Dado da maior importância em relação à dívida pública é a melhora do seu perfil, principalmente em momentos como este, quando existem preocupações importantes quanto à chamada vulnerabilidade do País. Gostaria de inverter essa expressão, dizendo que temos de nos focar, na realidade, na melhora dos fundamentos do Brasil. Por exemplo, se analisarmos a dívida cambial, veremos que uma das causas importantes dessa tal vulnerabilidade brasileira era exatamente o fato de a dívida interna indexada ao dólar. Se examinarmos o gráfico vermelho, à esquerda, veremos que a dívida cambial total tem caído: de um percentual que chegou a quase 40% da dívida total, está em cerca de 17,8%, no momento. É, portanto, uma melhora de fundamento da economia brasileira.

Do lado direito do gráfico temos a dívida prefixada sobre a dívida total em trajetória oposta, ou seja, crescendo, o que mostra de novo a melhora das condições de fundamento da economia brasileira. Se examinarmos os prazos de emissão da dívida pública interna – do lado esquerdo, o prazo dos títulos prefixados; do lado direito, o prazo dos títulos pós-fixados – veremos que a melhora é consistente.

Passemos agora à inflação. Em primeiro lugar, observamos que, como conseqüência do choque de ofertas ocorrido em 2002, em função da depreciação cambial do real, a inflação atingiu níveis anuais substancialmente elevados na virada de 2002 para 2003. A inflação anual, totalizada a inflação mensal, mostra uma trajetória que configura o acerto da política monetária aplicada no Brasil.

As expectativas dos agentes econômicos relativamente à inflação começaram a convergir em direção às metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional a partir do segundo trimestre de 2003. Se a cada mês medirmos a inflação dos 12 meses passados, veremos que em julho de 2003 a inflação medida de agosto de 2002 a julho de 2003 atingiu o pico no meio do ano – cerca de 17,2%. Em março deste ano estava em patamar abaixo de 6%, portanto na linha de convergência para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Agora, uma visão da inflação medida mensalmente: IPCA cheio, do mês, e IPCA 15, medido no dia 15 de cada mês. A trajetória de inflação novamente converge para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, com momentos de algum refluxo inflacionário, como aconteceu no início deste ano. Novamente, em conseqüência da política monetária implantada pelo Banco Central, a inflação começa a voltar à trajetória de metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A expectativa de inflação 12 meses à frente é um dado absolutamente importante, porque condiciona a formação de preços. Ou seja, o que o empresário, o consumidor, o formador de preços enxerga como inflação nos 12 meses à frente é o que lhe dá condições de começar a planejar sua política de preços. Veremos que a expectativa de inflação 12 meses à frente caiu substancialmente no correr do ano passado, começando de novo a convergir para a trajetória de metas.

É importante mencionar que tudo isso é resultado, de novo, da política monetária consistente aplicada pelo Banco Central do Brasil, que deve ser mantida, a fim de que se configurem e sesolidifiquem essas expectativas favoráveis. É exatamente a expectativa de que o Banco Central manterá sua política monetária responsável que faz com que as esperanças convirjam para as metas. O pressuposto, portanto, é a manutenção dessa política monetária.

Agora, passando ao setor externo, vamos analisar, em primeiro lugar, a evolução do câmbio nominal, que subiu substancialmente durante a virada do ano e manteve uma trajetória de maior estabilidade nos meses subseqüentes, inclusive agora. A grande demonstração disso é a medida da volatilidade – ou seja, a volatilidade medida pela média de variação das taxas dos últimos 21 dias –, que tem tendência declinante, apesar de eventuais turbulências nos mercados de câmbio.

Se analisarmos a evolução das exportações e importações, vamos verificar que existia uma grande preocupação no decorrer do ano passado. O saldo comercial histórico que o Brasil estava obtendo, e continua a obter, apesar de haver queda nas exportações, principalmente até o meio do ano, estava sendo conseguido em virtude da queda acentuada das importações. Existia a preocupação de que no momento em que houvesse recuperação das importações, pela retomada econômica, pudesse haver redução substancial do saldo. Não é o que estamos observando; felizmente, em resultado do acerto da política econômica, estamos vendo um crescimento acentuado das importações, mas vemos também que o saldo comercial, apesar desse aumento, é o maior da história do País. Esse é um dado importante para o Brasil. É a primeira vez que de fato o País tem condições de ao mesmo tempo ter crescimento da economia, com um conseqüente aumento das importações, e alcançar um superávit comercial histórico, recorde. Isso demonstra o acerto da política seguida pelo Governo e pelo Banco Central do Brasil.

Aqui, passando ao ponto seguinte, vemos que o saldo comercial de março foi o maior obtido no País, com uma trajetória crescente. Outro dado da maior importância: o crescimento das importações está ancorado, em primeiro lugar, na diversificação da desti-

nação. Ou seja, o aumento das exportações para cada país, a variação absoluta, da forma como se dá, mostra como que o Brasil está diversificando. Por exemplo, o maior destinatário das nossas exportações são os Estados Unidos. No entanto, quando observamos o crescimento das exportações, verificamos que o crescimento da China, em valor absoluto, foi praticamente igual ao dos Estados Unidos; em termos percentuais, foi evidentemente muito maior. Nossas exportações para a China cresceram 317% no ano; para a Rússia, 254%; para a Coréia do Sul, 110%; para o Irã, 196%; para a África do Sul, 142%. Isso mostra que o Brasil de fato está cada vez menos dependente de mercados específicos, ao passo que, no caso da origem do produto, existe grande diversificação geográfica no Brasil e também uma grande diversificação da pauta de produtos exportados.

O resultado de tudo isso, de novo um dado da maior relevância, mostra que o País, que teve uma trajetória de conta corrente extremamente negativa, com déficits significativos, que chegaram, em 1999, a 4,72% do PIB, em 2003, pela primeira vez numa década alcançou um saldo positivo. E este ano, apesar das condições atuais de mercado, do crescimento da economia brasileira e do aumento das importações, prevemos outro superávit de conta corrente, também um resultado positivo. Isso mostra mais uma vez o dinamismo e a solidez dos fundamentos da economia brasileira.

Quanto ao risco Brasil, apesar da recente evolução dos mercados, ele está num patamar extremamente favorável quando comparado com a história recente do País. Nossas reservas internacionais brutas, como vemos, estão em patamares imensamente confortáveis para as condições atuais. É importante mencionar que a reserva bruta é o dado mais importante no que diz respeito a essas preocupações de curto prazo. Evidentemente, no longo prazo, temos que focalizar as reservas internacionais líquidas dos empréstimos do FMI, na medida em que nos próximos anos, tomada a nossa decisão de fugir à nossa história de acordos com o Fundo, vamos estar pagando nossos empréstimos junto a esse organismo. Mas novamente as reservas líquidas estão mostrando importante recuperação.

A dívida externa total, *exclusive* o Fundo Monetário, tem mostrado trajetória cadente, um dado muito positivo.

Agora, um dado importantíssimo sobre a melhora dos fundamentos da economia brasileira. Do lado esquerdo, a evolução dos juros pagos sobre a dívida externa, sobre as exportações; vejam como eles caem. Do lado direito, a dívida total sobre exportações, que também cai.

Existe uma grande preocupação no País quanto às taxas de juros, historicamente altas. Tem fundamento essa preocupação. Gostaria apenas de enfatizar que a taxa de juros de maior impacto na atividade econômica, a taxa de juros de mercado, tomando por base a taxa de juros de 360 dias do que é comercializado no mercado, tem tido uma trajetória cadente nos últimos meses, e tem atingido os patamares mais baixos da história recente do País. Se descontarmos dessa taxa de juros de 360 dias, a inflação nos 360 dias seguintes – a taxa de juros real, portanto -, veremos que a média de 1997 a 1999 foi de cerca de 21,4%; de 2000 a 2002, de 15,8%; de 2003, de 13,2%; e de 2004, a atual, de 9,3%, o que mostra uma evolução favorável também no quesito taxa de juros de mercado. Logo, a taxa de juros real está atingindo os patamares mais baixos do período pós Plano Real.

Sobre a evolução das taxas de juros em relação ao crédito, enquanto a taxa média de pessoa física, mostrada no lado esquerdo, está crescendo, apesar de ainda atingir patamares elevados e ser cadente, a taxa média de pessoa jurídica, na escala da direita, em vermelho, está caindo. A oferta de crédito, portanto, está crescendo. O volume de crédito total oferecido pelo Sistema Financeiro Nacional vem crescendo sistematicamente nos últimos meses.

Quanto ao crescimento do Produto, como já mencionei, houve um decréscimo nos primeiros 2 trimestres de 2003 em função da crise enfrentada pelo País na virada do ano, de 2002 para 2003, mas já cresceu de forma importante no último trimestre do ano. É importante mencionar também que esse crescimento, de 1,5%, quando comparado ao de outros países, pode parecer pequeno, mas não é. Isso ocorre porque os outros países divulgam a taxa trimestral anualizada, que é de 6,14% ao ano. Isso significa que, comparada à de outros países, a taxa foi bastante elevada no último trimestre do ano passado. Como já mencionei, a evolução do nosso Produto, em comparação com o de outros países que passaram por crises similares, mostra-se favorável.

Agora vamos passar para o nível de atividade. Isso preocupa a todos. É a finalidade última de cada atividade de toda política econômica, evidentemente, mas é importante notar que não há país que tenha tido crescimentos importantes continuados e que os tenha alcançado num ambiente de instabilidade macroeconômica ou de alta inflacionária. Isto é, a precondição para o crescimento é a estabilidade macroeconômica e a estabilidade de preços.

Se medirmos a atividade econômica pelas vendas totais no varejo, por exemplo, veremos que de fato houve uma queda importante no primeiro semestre do

ano passado, até o mês de maio, mas a partir daí existe uma trajetória de crescimento praticamente ininterrupta até o mês de fevereiro, último dado disponível. Se observarmos os diversos segmentos, vamos ver que as vendas, no geral – dados de fevereiro de 2004 contrapostos aos de fevereiro de 2003 –, cresceram 5%, 11% no varejo. Comparando-se o primeiro bimestre de 2004 com o primeiro de 2003, janeiro e fevereiro juntos, elas cresceram 5,56%, no total. Se olharmos por bimestre os diversos segmentos, veremos que em janeiro e fevereiro o de móveis e eletrodomésticos cresceu 17,69%; o de combustíveis, 5,57%; o segmento de vendas de hipermercados, veículos etc. sofreu uma pequena contração, mas já está aparentemente numa trajetória de recuperação, como o de tecidos, vestuário e calçados. Nesse mesmo quadro, mostrado agora de forma gráfica, veremos em azul o crescimento dos móveis e eletrodomésticos, em seguida os automóveis, tecidos, hipermercados etc. Mesmo aquele segmento que cresceu menos está mostrando claramente uma trajetória ascendente.

Vamos observar agora um dado importante: vendas varejistas e disponibilidade de crédito. As vendas do comércio, medidas por dados sazonalizados, na escala da esquerda, mostra, como já mencionamos anteriormente, uma trajetória crescente. Mas ao compará-la com a curva amarela, na escala da direita, que mostra a oferta de crédito, veremos que o crédito e as vendas do comércio estão aumentando.

Agora, examinemos as vendas industriais e a produção industrial. Um dado da maior importância: depois de uma forte aceleração da produção industrial, marcada pela linha vermelha, durante o correr do segundo semestre do ano passado, houve um período de acomodação, mas as vendas industriais estão crescendo fortemente, o que significa que será apenas uma questão de tempo a produção industrial ajustar-se a essas vendas, na medida em que os estoques estão cadentes. A produção industrial, medida entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2004, no geral cresceu 2,91%; bens de capital, 18%; bens intermediários, 2,98%; bens de consumo duráveis, 16,3%. Quanto aos bens de consumo semiduráveis e não duráveis há praticamente um equilíbrio, um fenômeno normal do crescimento. Começa com a retomada de crescimento dos setores mais sensíveis ao crédito, seguido dos setores que reagem à demanda agregada.

Chamo a atenção de V.Exas. para o fato de que os bens de capital cresceram 18,51%, uma produção muito importante. Isso mostra que as empresas estão investindo; portanto, é um sinal positivo.

Fala-se muito em emprego. Evidentemente, trata-se de um assunto da maior importância e a preocupação de todos nós é enorme, mas gostaria de mencionar alguns dados interessantes, pois é importante tê-los em mente. A massa salarial real na indústria tem mostrado uma trajetória crescente até o último dado que temos, do mês de fevereiro. Em São Paulo, por exemplo, há dados muito conflitantes, talvez porque alguns desses dados sejam da região metropolitana de São Paulo, mas se analisarmos o Estado de São Paulo como um todo veremos que o emprego industrial cresceu sistematicamente a partir de setembro.

O Índice de Emprego Formal, agora Índice Brasil, índice nacional – isto é, o índice de vagas criadas ou existentes no País, segundo as medidas do Ministério do Trabalho –, tem uma trajetória crescente desde junho. Portanto, há crescimento do emprego formal. Vamos voltar a esse ponto em seguida.

Em relação às atividades em março e recentes veremos que existem diversos índices antecedentes que mostram também uma evolução positiva. Por exemplo, a expedição do papel ondulado está em crescimento. Esse é um dado importante que nos permite avaliar como pode vir a se comportar a produção industrial. A produção de automóveis, que tinha alcançado o pico em novembro, caiu um pouco, mas já está de novo numa trajetória de recuperação. Houve uma excelente produção no mês de março.

Quanto às consultas ao Serviço de Proteção ao Consumidor e ao Telecheque, de novo vemos um processo normal, sazonal: houve crescimento normal no final do ano; no início do ano houve um processo de queda – normal, depois das vendas de Natal –, mas já vemos uma recuperação importantíssima no mês de março, o que é outro sinal antecedente da recuperação da atividade econômica.

Fala-se muito no índice de confiança do meio empresarial. Dizem que os empresários estariam desanimados. Evidentemente, isso é importante para o futuro do País, mas acho essencial deixarmos de trabalhar com opiniões e passarmos a trabalhar com dados objetivos também a esse respeito. Existem índices importantes, como por exemplo a sondagem da Fundação Getúlio Vargas, que tem diversos indicadores. Em um deles os empresários classificam como boa a situação dos negócios da indústria de transformação. Como vemos, a partir do terceiro trimestre de 2003 esse índice começou a crescer; é a medida de como está a situação presente. Se olharmos à direita, na cor laranja, veremos qual é a expectativa do empresário para a situação nos próximos 6 meses. Notaremos que a partir do terceiro trimestre de 2003 é continuamente crescente, está melhorando. Esse é um dado da maior importância.

Em relação ao emprego gostaria também de mencionar que é importante separarmos aumento do emprego de desemprego. Como são feitas essas medidas? São feitas da seguinte maneira: há uma situação na qual a população economicamente ativa do País, aquelas pessoas que estão ou empregadas ou procurando emprego, tem subido muito. É um fenômeno normal no início do ano; acontece todos os anos, mais do que a criação do emprego, que como mostrei foi muito forte, inclusive no início deste ano. Mas as pessoas passaram a procurar emprego, o que é positivo. Isso significa que as pessoas apostam, têm esperança de conseguir um emprego. Contudo, algumas pessoas acham que é normal que isso aconteça pelo crescimento da população. Não é. Temos dados que mostram, com muita clareza, que o crescimento da população economicamente ativa, isto é, pessoas que estão procurando emprego, superou em muito o crescimento da população e a entrada das pessoas na idade economicamente ativa. Portanto, resumindo a situação – podemos voltar a este assunto, caso haja interesse –, o Brasil está no momento criando empregos de uma forma importante.

Isso não minora um problema grave que temos historicamente no Brasil, que é a questão do desemprego. Temos de trabalhar. É preocupação do Governo, é preocupação de todos nós brasileiros. Não há dúvida de que é um problema grave que o Brasil tem. Estou apenas mostrando que temos de nos ater aos números para verificar o que está sendo feito e o que está acontecendo no País nesse campo.

Dito isso, vamos passar agora aos resultados. O resultado do Banco Central, no segundo semestre de 2003, foi positivo em R$7 bilhões, e decorreu das receitas e despesas de todas as suas operações.

Vamos examinar isso com um pouco mais de detalhes. Por exemplo, em relação ao quadro geral, o Banco Central teve uma receita de R$75 bilhões e uma despesa de R$68 bilhões. As receitas vieram de mercado aberto, R$31 bilhões; *swap* nas operações de proteção cambial, R$31 bilhões; área externa, R$13 bilhões; outras operações, 2 bilhões etc. Despesas: mercado aberto, R$24 bilhões; *swap*, R$26 bilhões; área externa, R$12 bilhões; outras operações, R$6 bilhões etc. Portanto, o resultado líquido total foi de R$7 bilhões.

Se olharmos agora as operações especificamente de mercado aberto e Tesouro Nacional, vamos ver o resultado de cada um dos tipos de papéis que compõem a carteira do Banco Central, NTN-D, NTN-B etc., com uma receita total de R$ 31 bilhões; o passivo, que é o custo financeiro dos diversos itens de mercado aberto – NBC, compromisso de recompra, conta única do Tesouro etc. –, com um resultado de R$24 bilhões de custo; portanto, também nesse item há um resultado positivo de R$7 bilhões.

Em relação à área externa, o resultado foi positivo: R$1 bilhão. Cerca de R$13 bilhões referem-se à remuneração do ativo, depósitos, títulos etc., e o passivo – depósito de organismos, empréstimos do Fundo Monetário etc. – soma R$12 bilhões; portanto, o resultado é de R$1 bilhão.

Aqui vemos o resultado outras operações de ativo, como, por exemplo, crédito com instituições em liquidação, R$2 bilhões, positivo; depósitos de instituições financeiras no Banco Central, R$4 bilhões; ações judiciais, R$2 bilhões. São também itens de despesa do balanço do Banco Central.

Em comparação com o resultado de anos anteriores, vamos ver que se compararmos, por exemplo, o primeiro semestre de 2003 com o primeiro semestre de 2002, houve um comportamento favorável. Chegando aos números de que estamos falando agora, do segundo semestre, vemos que também houve um comportamento favorável, quando o Banco Central mostrou um resultado extremamente positivo: R$7 bilhões, *versus* um resultado negativo no segundo semestre de 2002. Se analisarmos o total do ano, vamos ver que o resultado também se revela extremamente favorável comparado ao resultado de 2002.

Quanto à destinação do resultado, após os ajustes para reservas, o resultado positivo do Banco Central é transferido como receita para o Tesouro Nacional. Assim, em 27 de fevereiro de 2004 foi creditado à Conta Única o montante de R$5,5 bilhões, referente ao resultado do segundo semestre de 2003, deduzidas as reservas de 25%, segundo a Medida Provisória nº 2.179/86, remunerada até aquela data.

Portanto, esse é o quadro geral não só da nossa visão da economia brasileira hoje mas também dos resultados do Banco Central.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a exposição do Sr. Presidente do Banco Central, comunicamos ao Plenário que há 3 Parlamentares inscritos para interpelações, e cada um disporá de até 3 minutos. O primeiro é o Deputado Rodrigo Maia, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Sr. Presidente Senador Gilberto Mestrinho, Deputado Gonzaga Mota, Deputado Nelson Bornier, Dr. Henrique Meirelles, vou fazer meus questionamentos com base na apresentação do Presidente do Banco Central. Aliás, acho que virou praxe no Brasil não serem apresentados os indicadores ruins, mas apenas os considerados posi-

tivos, pelo Presidente do Banco Central e por outros órgãos do Governo.

Em relação à entrada de recursos externos no Brasil, houve uma brusca parada no Governo de Lula. O Presidente deveria trazer para cá os dados de 2003 e a projeção de 2004. Houve, sim, uma parada brusca. Foram R$13 bilhões em 2003 e não serão nem R$10 bilhões em investimentos diretos no Brasil em 2004. Há falta de credibilidade em nosso País, e os dados verdadeiros não são trazidos para discussão nesta Casa.

Em seguida foi mostrado o crescimento do PIB. Todos os homens responsáveis pela economia do Governo no início do ano disseram que o Brasil cresceu 1,5% no último trimestre. Utilizou-se a mesma fórmula que os outros países usam, de acordo com o que disse V.Sa.: projetaram uma expectativa e inventaram um crescimento para o Brasil de 6% para este ano. Só que os dados do primeiro trimestre de 2004 infelizmente já foram divulgados. Eles poderiam estar aqui, porque existem indicadores de 2004 nesta apresentação. Já se pode notar que há uma desaceleração no crescimento do País, que o Brasil não crescerá.

No final de semana, Sr. Presidente, num dia lemos nas manchetes dos jornais que há recorde no superávit primário do Brasil, mais de 5% – que maravilha! -, o melhor resultado desde 1991, e no dia seguinte abrimos os jornais e deparamo-nos com a notícia de que há recorde de desemprego no Brasil: mais de 20% de desempregados na Grande São Paulo. O IBGE esta semana divulga que há recorde no desemprego nacional: 12,8%.

O Presidente do Banco Central mostra aqui os dados do superávit. Poderia fazer uma comparação do resultado das políticas monetária e macroeconômica do Governo com o que elas estão gerando no dia-a-dia da população.

Há ainda o problema da composição da dívida. O Presidente Arminio Fraga trabalhou muito e conseguiu diminuí-la. Se V.Sa. tivesse caminhado um pouco mais para trás, para 2002, veríamos também a curva decrescente da dívida brasileira atrelada ao câmbio. Só que no momento de crise foi tudo para o **overnight** e para o câmbio. É o que acontecerá novamente no Brasil se houver uma crise. Essa situação ocorre devido ao excesso de liquidez internacional. Os juros americanos podem de fato subir – parece que vão subir –, e pode haver algum outro choque externo. Não está havendo nenhum tipo de choque externo muito melhor do que teve o Governo Fernando Henrique Cardoso; V.Sa. mesmo mostrou a quantidade de choques externos nessa ocasião.

Não estou livrando o primeiro Governo de Fernando Henrique. Ele não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – A política macroeconômica não era do PFL.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Do Presidente Henrique Meirelles também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O orador não pode ser aparteado. Estou contando o tempo. O Deputado Rodrigo Maia dispõe de mais 1 minuto.

V.Exa. pode continuar.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Deputado Colbert, V.Exa. não pode esquecer que o Presidente Henrique Meirelles defendeu todas essas políticas quando candidato a Deputado Federal pelo PSDB. Pelo amor de Deus! E S.Sa. é o Presidente do Banco Central do seu Governo hoje.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Do nosso Governo, então.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Do meu Governo não. Vou dizer porque não é, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – V.Exa. não me respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Colbert, pelo Regimento, o orador não pode ser aparteado.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Agora, Sr. Presidente, eles ficam levantando a bandeirinha do FMI. Era "Fora FMI", "Fora FHC". Agora a bandeirinha é "Viva o FMI", "Nós precisamos do FMI".

Entendo a angústia de S.Exa. por ter um Presidente do Banco Central que era do PSDB, que vocês tanto criticaram, e por manter-se essa parceria tão firme com o FMI, como nunca houve no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Vou encerrar, Sr. Presidente. Pena que não tenho mais tempo. Vou analisar criticamente apenas mais um ponto que considero relevante: a política de juros do Presidente da República Lula, encaminhada pelo Presidente Henrique Meirelles.

Tivemos, deflacionando e retirando o risco Brasil, uma transferência para o sistema financeiro do meio do ano passado até agora de aproximadamente R$50 bilhões no Governo do PT.

O segundo ponto, infelizmente não apresentado pelo Presidente do Banco Central, são os meios de pagamento. Está havendo uma retração brutal nos

meios de pagamento, o que está gerando muito dessa política recessiva exagerada do Presidente.

Peço desculpas. Gostaria muito de continuar minha explanação, mas por falta de tempo encerro agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Ouviremos mais 4 oradores e em seguida falará o Presidente do Banco Central.

Com a palavra o Deputado Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – Obrigado, Sr. Presidente.

A vinda do Presidente e dos diretores do Banco Central a esta Comissão acontece num momento extremamente importante e com certeza ajudará o Congresso a entender melhor a ação desse órgão, enfim, a política macroeconômica do Governo.

Sr. Presidente Senador Gilberto Mestrinho, Deputado Gonzaga Mota, Deputado Nelson Bornier, em primeiro lugar devemos entender que estas 3 Comissões tratam de fatores técnicos. Portanto, é importante que não comecemos a fazer discursos como se estivéssemos em um palanque na Baixada Fluminense, em Londrina ou em Joinville. Não estamos fazendo campanha eleitoral ainda. O trabalho destas Comissões é fundamental para que não apenas o Congresso Nacional, mas também a sociedade, entendam o andamento das nossas contas. Neste momento, parece absolutamente irrelevante o fato de o Presidente do Banco Central ser filiado ao PSDB, ao PT ou a qualquer outro partido. O que interessa é a política implementada. Temos de avaliar se ela está no bom caminho ou não.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, mais uma vez, fiquei muito impressionado com a tranqüilidade de V.Sa., com a clareza principalmente em relação a alguns números. Temos de louvar a disposição de V.Sa. para o debate. Evidente que, independentemente da histeria de alguns, temos que agir com tranqüilidade. Trata-se de reunião de 3 Comissões Técnicas. Não estamos aqui fazendo um debate político rastaqüera.

Sr. Presidente, está muito claro para todos que o Banco Central tem conduzido a política monetária de maneira adequada, correta. Está havendo redução da nossa vulnerabilidade e aumento de credibilidade. Agora, alguns pontos fundamentais causam angústia em nós, Parlamentares. Peço a V.Sa. que discorra um pouco mais, primeiro, sobre o crescimento econômico.

Há grande volume de informações, de indicadores, de índices. E para nós, leigos, fica muito difícil entender tudo o que sai na mídia. Queremos saber qual a expectativa em relação ao crescimento econômico. Inclusive o FMI divulgou, semana passada, que a perspectiva de crescimento é de 3,5%. Aliás, número que o Governo já havia divulgado em abril do ano passado, quando enviou a LDO para esta Casa. Mas não é apenas isso. Na verdade, nossa preocupação é com a trajetória prevista nos próximos 2, 3 anos para o crescimento sustentável. Este ano vamos crescer 3,5%, 4%. O que acontecerá no ano que vem?

O segundo ponto que desejo abordar talvez não esteja diretamente ligado ao Banco Central, mas com certeza V.Sa. tem acompanhado seu desdobramento. Trata-se do debate que surgiu a partir da reunião do Presidente com o Diretor-Gerente do FMI, em março. Agora o Ministro Palocci esteve em Washington e conversou com diretores do Fundo. Um fator pode modificar a tratativa das contas em relação ao superávit: os gastos das empresas estatais. Qual a avaliação do Governo? Sei que ainda não deve haver uma resposta conclusiva, mas gostaria que V.Sa. tecesse algum comentário a respeito do assunto. Qual o impacto em termos de crescimento econômico?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, demais diretores do Banco Central, colegas, ao longo dos últimos meses, afirmaram que essa política rigorosa, dura, até intransigente do Governo para readequar parâmetros e índices, conduzida pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, nos credenciaria perante o mercado externo. Enfim, que o cumprimento do dever de casa nos traria o investimento necessário para o desenvolvimento.

Vou me permitir uma metáfora: o menino sendo bem comportado, estudando, não desobedecendo ao pai e à mãe, não gastando a mesada, o Papai Noel e o coelhinho da Páscoa iriam trazer muitos presentes, muitos ovinhos. Todavia – essa semana foi muito característica – vimos que o menino do vizinho está tendo um comportamento pouco adequado, e o Papai Noel não vai trazer presente para ninguém, nem para o bem-comportado.

Vimos a preocupação com os juros e com o crescimento econômico nos Estados Unidos. E aí sobe o risco Brasil, sobe o dólar, cai a confiança no Brasil. Parece que, em função da realidade dos Estados Unidos, eles não levam em conta o fato de agirmos como eles queriam.

Então, pergunto: adianta toda essa dureza, todo esse esforço, se simplesmente esse tal mercado, esse ente supraplanetário, negligencia todo o esforço feito em função de uma realidade que ocorre no outro hemisfério?

Evidentemente que todo esse esforço busca alcançar o bem-estar da sociedade: geração de empregos, melhor distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida das pessoas por meio do crescimento e da distribuição de riquezas. Contudo, os números hoje continuam teimosamente andando no sentido oposto. Se os ajustes aqui apresentados são positivos, a situação de desemprego e de distribuição de renda cada vez se agrava mais. Isso é verdade.

Pergunto: quando vai haver uma compatibilização?

Digo isso, até porque – e faço uma observação política e verdadeira, Sr. Presidente – nós, que andamos lá fora e conversamos com as pessoas, constatamos – e eu digo isso com grande preocupação – que o grau de confiança no Governo, o índice de popularidade vai erodindo numa velocidade espantosa. Afinal de contas, quando os resultados vão aparecer para a população? O que vejo é uma queda constante e acentuada desse índice de confiança e de popularidade.

Lembro o sentimento humano: quando se ama muito e há traição, decepção, o ódio vem na mesma velocidade. Ele não vem gradativamente, como quando há apenas afeto, carinho. Então, é esse o sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Anuncio a presença do Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado, bem como do Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, do Senado, que já tomaram assento à mesa.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, último orador deste primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente desta Comissão, Presidentes das várias Comissões, Senadores, Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, quando aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal – e está sentado a meu lado o Relator daquela lei -, tínhamos uma visão no sentido de o Congresso, Poder político, ter algum tipo de controle sobre a ação do Banco Central. Refiro-me à obrigação de vir aqui fazer exposições. E estabelecíamos claramente que essas reuniões deveriam ter uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações.

A exposição de V.Sa. foi muito bem-feita, muito bem ilustrada, mas não houve o efetivo cumprimento desta determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por exemplo, queremos saber qual é o custo fiscal da política monetária. Na sua exposição, V.Sa. não fez referência ao quanto de juros foi pago no ano passado. Trata-se do custo fiscal da política. Considero que existem, talvez, erros de duas partes: nós não precisamos ainda suficientemente como seriam essas exposições. Queríamos fazer uma avaliação. Incluímos na Lei de Responsabilidade Fiscal o anexo das metas fiscais. E há uma prestação de contas sobre esse anexo de metas fiscais.

Queríamos que V.Sa. expusesse: "Nós tínhamos tais objetivos e tais metas no início de 2002 e no fim de 2003 chegamos a isso". Essa comparação permitiria aos Parlamentares avaliar a ação do Banco Central. Infelizmente isso não foi feito. Fica o dever de casa, para que possamos cumprir efetivamente a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Farei algumas perguntas objetivas.

Quando V.Sa. diz que a dívida cambial representa apenas 17,8% do PIB, estão incluídos aí os títulos em *swap* e a dívida externa? Caso a dívida externa esteja incluída de quanto é a nossa exposição?

É comum fazer-se a comparação com outros países que viveram crise e que posteriormente tiveram grande queda do PIB. Porém, não se dá prosseguimento aos anos. O que marca todos esses países citados por V.Sa. – da Ásia e da América Latina – é a grande queda do PIB. Porém, houve grande recuperação posteriormente. A queda do PIB é como se fosse uma purgação do que o mercado faz. Depois há uma recuperação. Exemplo mais claro disso é a Argentina. No Brasil historicamente isso não existe. Por quê? Qual a explicação teórica que V.Sa. tem para esse fato? Tivemos crise em 1998; não recuperamos. Recuperamos um pouco em 2000. Depois, baixo crescimento. Tivemos crise em 2003; a queda não foi tão grande, mas a recuperação também não foi grande. Ficamos sempre na mediocridade.

Sr. Presidente Meirelles, a pergunta que faço é a respeito do resultado do Banco Central. V.Sa. expôs os dados em relação a 2002 e 2003. Em 2002 o Banco Central teve grande prejuízo, coberto pelo Tesouro. Em 2003, teve resultado positivo. O que houve? Há algumas coisas que não entendo. Do ponto de vista líquido, o Tesouro, para criar o chamado colchão de liquidez, emitiu 96bilhões. Títulos emitidos junto ao mercado, cujo resultado é depositado na Conta Única. Explique, por favor. Para mim não existe, mas deve haver uma lógica. O Tesouro pagou na emissão desses títulos. O custo médio da dívida pública foi 26% no primeiro semestre e 20% no segundo. Foi remunerado com esse dinheiro na Conta Única 3,95% no primeiro semestre e 10,13% no segundo. Na minha opinião, isso é uma maluquice. Quando se debate isso com o Tesouro, afirmam que isso não se repercute na dívida, porque não se emite para gastar, emite-se para depositar no Banco Central, na Conta Única. Não tem repercussão na relação dívida/PIB. Tem repercussão no crescimento

da dívida mobiliária em poder do público. É o que conta. Não entendo. A dívida interna líquida, em dezembro de 2002, era 69,494 bilhões. Em dezembro, 171 bilhões. Praticamente a dívida interna líquida triplicou. A dívida interna líquida em percentual do PIB passou de 5,2% a 11,2% do PIB. É fácil. Vamos comparar 2002. Em 2002, quando a remuneração da Conta Única deu prejuízo, foi de 18,65% no primeiro semestre e 18,51% no segundo semestre. Nesse caso, o Banco Central deu prejuízo.

De onde veio o resultado positivo de 2003? A remuneração passou a 3,95%. Lançamos títulospara o mercado e pagamos 26,08%. Os recursos desse título são depositados na Conta Única e recebem 3,95%. Há um enorme subsídio. Por quê? Qual a lógica disso, Sr. Presidente Meirelles? Há enorme crescimento do endividamento. A relação dívida/PIB às vezes cresce pouco, porque os conceitos dessa relação são muito complexos. Há pessoas que analisam e afirmam que não é bem isso, contam coisas que não devem contar. Acho que deveríamos examinar a dívida mobiliária em poder do público, porque a relação Tesouro/Banco Central é uma relação **interna corporis**. Mas por que a dívida em poder do público tem crescido tanto? Porque o Tesouro emitiu liquidamente 90 bilhões fora das suas necessidades de pagar juros. São todos documentos oficiais. A dívida em mercado cresceu de 41,4% para 46,1% – quase 5%. Isso não aparece quando se compara a relação dívida líquida/PIB, que cresceu 3%, de 55% para 58%, se não me engano. Mas a dívida em poder do mercado tem crescido constantemente. Qual a causa disso? O colchão de liquidez? No caso é um colchão de espuma. Peço a V.Sa. que explique a situação. Sei como é contabilizada a remuneraçãodos títulos. A Conta Única do Tesouro é a taxa aritmética média ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro em poder do BC. Há muito título com remuneração vinculada ao câmbio que caiu. Porém, não é lógico pagar-se uma média de 20% e receber 3,9%.

Se possível, peço a V.Sa. que esclareça essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Começarei respondendo ao Deputado Rodrigo Maia. São perguntas importantes que nos dão excelente oportunidade de endereçar alguns conceitos fundamentais.

Em primeiro lugar, a diferenciação entre o investimento estrangeiro direto e a entrada líquida de capitais. A entrada líquida de capitais é a soma total de toda a entrada de capitais no País, toda saída de todos os tipos. Foi essa que mostramos no início, razão do choque de oferta de 2002. Estabilizou-se em 2003 com a entrada líquida de capitais, similar ou um pouco superior, e crescendo em 2004.

V.Exa. refere-se ao investimento estrangeiro direto. De fato, ele caiu no ano de 2003. Chegou a um patamar mínimo de investimento, no meio do ano, de cerca de 300 a 400 milhões de dólares por mês. Subiu e recuperou-se juntamente com o restante da economia no segundo semestre. Atingiu, portanto, o valor anual de 10 bilhões e 144 milhões de dólares. No ano de 2004, a previsão do Banco Central é ver esse investimento direto crescer para cerca de 13 bilhões de dólares, sendo que já no primeiro trimestre houve um número da ordem de 2 bilhões e 719 milhões, o que em termos sazonais é consistente com a projeção de 13bilhões.

O importante é que o investimento estrangeiro direto está num processo de recuperação. É igualmente importante mencionar que, durante o ano de 2003, o investimento em geral caiu no mundo todo, porque houve uma desaceleração da economia que estava já ocorrendo naquele período. Os investimentos voltaram a crescer em todo o mundo. Então, era absolutamente normal que empresas com capacidade ociosa num país não fossem fazer investimento em outro país.

Portanto, é um dado extremamente positivo que, no segundo semestre, houve importante recuperação, que continua neste ano. Além disso, devemos notar que, em anos anteriores, parte importante desse investimento se deu no processo de transferência de controle e de privatização. Trata-se de um processo importante, mas que não deve ser confundido com a inversão de máquinas e equipamentos, cujos números são consistentes com o esperado.

O ponto seguinte refere-se à anualização da taxa de crescimento do último trimestre do ano passado, em comparação com outros países. Agradeço a S.Exa. a pergunta, porque nos dá oportunidade de esclarecer um ponto importante.

A anualização da taxa não é uma projeção para frente, mas meramente uma maneira de medir a taxa daquele trimestre. Podemos medir 1,5% ou taxa anualizada de 6,5%, que é uma maneira de comparar a taxa de um mês, um trimestre, um semestre ou de um ano de modo consistente. Os demais países usam a taxa anualizada. Mesmo quando falam em taxa mensal, trimestral, semestral, anual, sempre se referem à taxa anualizada, visando dar critérios consistentes. Em resumo, não é uma projeção, mas meramente uma medida comparável a outros países para a taxa daquele trimestre especificamente.

Em relação ao crescimento no primeiro trimestre, é uma discussão da maior importância, muito séria. O PIB do primeiro trimestre ainda não foi divulgado. O IBGE fará a divulgação no começo do mês de maio. Portanto, não sabemos. O último PIB divulgado é o do último trimestre do ano passado, que foi positivo, em crescimento.

No que tange aos indicadores referentes ao PIB do primeiro trimestre, como eu disse, na medida em que não temos os números, devemos trabalhar com indicadores chamados antecedentes. Por isso mostrei diversos números, seja do índice do papel ondulado, seja da evolução do emprego formal e da massa salarial etc., no sentido de que sejam indicadores que nos possam dizer o que pode vir a ser o PIB do primeiro trimestre. Não sabemos ainda, só saberemos no começo de maio. O Banco Central não divulga projeções trimestrais de PIB, apenas anuais, mas o fato concreto é que mostrei com clareza que os indicadores são positivos. Os indicadores antecedentes do primeiro trimestre mostram que está havendo uma continuada expansão da economia.

Em relação à última pergunta, a composição da dívida cambial, não há dúvida de que esse é um trabalho de longo prazo e de que essa tem sido uma preocupação importante. Eu gostaria apenas de mencionar que o percentual da dívida cambial sobre a dívida interna total, esse que estamos vendo hoje, é o mais baixo desde 1996, exatamente no momento que a dívida indexada ao câmbio começou a ter um percentual mais importante. Antes da crise de 2002, já estava em 29,8%. Esse importante dado demonstra que de fato a economia brasileira está-se estabilizando. Portanto, olhamos para frente e vislumbramos uma continuada desindexação da dívida em relação ao câmbio.

Passemos agora às perguntas do Deputado Paulo Bernardo. Primeiro, sobre a expectativa de crescimento para 2004 e para os anos seguintes.

Nossa expectativa para o ano de 2004 é um crescimento na economia de 3,5% e esperamos que essa taxa possa evoluir positivamente para os anos subseqüentes. Evidentemente, o crescimento da economia depende de uma série de fatores e não apenas da política do Banco Central.

A finalidade da política monetária é estabilizar a economia e permitir que ela cresça normalmente dentro de seu potencial, mas existe toda uma séria de outros trabalhos sendo feitos por diversas áreas do Governo exatamente para fazer com que essa taxa de crescimento potencial continue numa escala ascendente. E a nossa previsão é o crescimento potencial do País nos próximos anos.

Com relação à segunda pergunta de S.Exa. sobre as discussões do Presidente da República com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional em Brasília e do Ministro Palocci, em Washington, diria que o gasto das estatais é menos importante para o Brasil. Existe algo maior: a contabilização dos investimentos públicos e a possibilidade de que eles tenham um retorno garantido. Investimentos, portanto, autofinanciáveis a longo prazo pela receita criada por ele mesmo deveriam ser excluídos das contas primárias.

Estão sendo feitos estudos pelo FMI e agora existe a idéia de se criar um programa baseado num plano piloto, do qual o Brasil seria parte. A conclusão desse estudo poderá levar a uma melhoria da qualidade do superávit primário do setor público. Continuaremos certamente comprometidos com a disciplina fiscal, mas com melhores perspectivas do ponto de vista da qualidade das contas públicas e da maior capacidade de investimento em infra-estrutura, particularmente.

Em relação às perguntas do Deputado Paulo Afonso, tenho a dizer que gostei muito da analogia de S.Exa. sobre o menino que se comporta bem com os professores para ganhar recompensas, mas utilizarei outra. A situação do Brasil não é a mesma do menino bem comportado, mas se parece com a do pai que tem de olhar para o futuro da sua família e que para isso precisa equilibrar suas contas atuais e futuras e se assegurar de que terá condições de pagar a educação dos seus filhos e a alimentação de sua família, enfim, equilibrar as contas para não sacrificar o bem-estar de seus entes queridos ao apostar em medidas benéficas de curto prazo. Portanto, definiria as medidas tomadas pelo Governo brasileiro como as de um pai de família responsável, que se preocupa com o futuro de seus filhos.

Respondendo à pergunta no sentido de que se adianta fazermos sacrifícios e, depois, não sermos necessariamente reconhecidos pelo mercado, diria que, evidentemente, não podemos controlar no Brasil, como em nenhum outro país, a evolução da economia mundial e os humores dos mercados. Ninguém sabe, por exemplo, o que vai acontecer com a economia da China. Pergunta-se se ela está superaquecida, se vai conseguir desaquecer de uma forma suave, se haverá inflação. Não sabemos. A expectativa é, segundo as análises que temos visto, de que ela conseguirá desaquecer de forma controlada.

Temos tido conversas com o banco central chinês e temos uma boa impressão a respeito, mas ninguém pode prever totalmente os humores dos mercados mundiais. Entretanto, podemos prever nossa condição de enfrentar situações negativas ou positivas. E hoje, como procuramos mostrar, o Brasil tem melhores condições

de enfrentar eventuais diminuições no fluxo de recursos do mercado mundial para os países emergentes. O País hoje tem fundamentos mais sólidos na economia.

Acredito que o Brasil vai sair daquela situação que vivemos durante muito tempo: quando os mercados estavam muito favoráveis, o País estava equilibrado; quando os mercados estavam em crise ou com menos liquidez, o Brasil entrava em crise.

Agora, estamos caminhando para situação em que se os mercados estiverem muito favoráveis, o Brasil melhorará seus fundamentos; e, quando os mercados estiverem menos favoráveis, o Brasil estará equilibrado, porém continuará sua trajetória de crescimento.

E, quanto à resposta no sentido de que se vale a pena, acredito que sim, porque estamos mantendo as previsões de crescimento da economia neste ano, o que é um sinal importantíssimo. O Brasil está em melhores condições para continuar a crescer.

A respeito de quando vai ficar bem, eu diria que é um fenômeno normal. Infelizmente, a população não sente imediatamente quando a economia começa a melhorar. Todos gostaríamos quefosse diferente, mas não há país do mundo que seja assim, nem os países muito ricos. É um fenômeno conhecido, a economia começa a melhorar, e demora às vezes um ano ou mais até que a população perceba isso com clareza.

Vamos aguardar que a população perceba esse crescimento, principalmente a brasileira, que tem vivido situação tão difícil por tanto tempo e que tem tanta ansiedade por melhora justa e, portanto, apresenta-nos responsabilidade muito maior.

A população brasileira merece melhores condições de vida, pois trabalha duro e sério. Por isso, é muito importante que não erremos e que tomemos medidas responsáveis para que a economia possa ter crescimento sustentado nos próximos anos e possa sair desse sistema de arrancada e freada, que tem impedido o crescimento a taxas elevadas.

Passemos agora às perguntas do Deputado Sérgio Miranda.

Primeiro, a respeito das metas e dos objetivos do Banco Central. Precisamos olhar a situação com clareza. Esta é uma excelente oportunidade para conversarmos sobre o assunto, e acredito que haverá oportunidades subseqüentes.

O objetivo fundamental fixado pelo Banco Central, a meta que tem de perseguir, segundo a definição do Conselho Monetário Nacional, é a de inflação. Essa é uma missão fundamental do Banco Central, além da supervisão bancária, da boa administração de política monetária, de política cambial etc.

Temos que olhar os resultados do Banco Central por intermédio dos resultados das políticas do próprio Banco. Por exemplo, em relação à meta de inflação, mostrei a evolução das medidas de inflação. Fundamentalmente, medir a eficácia de uma política monetária pelo resultado dessa política, exatamente a inflação medida.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – A meta de inflação não foi cumprida.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Nesse ano mesmo, V.Sa. escreveu uma carta ao

Conselho Monetário Nacional em que justifica o não-cumprimento da meta. É o terceiro ano em que o Banco Central não cumpre a meta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, apenas para esclarecimento, escrevemos uma carta ao Conselho Monetário Nacional para explicar o não-cumprimento da meta de 2002. Não há dúvida de que, em 2002, não se cumpriu a meta. Mas não estamos aqui prestando contas do ano de 2002 – ano que nem sequer estávamos no cargo –, apesar de termos cumprido a função de explicar ao Ministro o fato de a meta de 2002 não ter sido cumprida. Estamos aqui prestando contas do ano de 2003.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – E a meta foi corrigida.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Exatamente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Para poder entrar, foi corrigida a meta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Exatamente. Nós propusemos ao Ministro da Fazenda, e S.Exa. aceitou que a meta de inflação fosse ajustada para 8,5% no ano de 2003, exatamente para evitarmos que acontecesse no Brasil o que aconteceu em outros países que tiveram crises similares à do País e contrações muito grandes de produto. Não há dúvida de que, se tentássemos perseguir a meta originalmente definida para o ano de 2003, de cerca de 4%, passando depois a 3,75%, poderíamos ter contrações importantes do produto, inclusive como mencionamos naquela carta aberta, e poderia ocorrer queda de cerca de 7% do produto.

Portanto, a meta de 2003 foi ajustada em 8,5%, e atingimos resultado altamente aceitável, segundo todas as avaliações, de 9,3% e, mais importante, com a inflação, a partir dos meses de maio e junho de 2003, claramente numa trajetória de convergência para as metas. V.Exa. também há de observar que a inflação medida nos últimos 12 meses está absolutamente de acordo com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional – dado positivo em relação às metas do Banco Central.

No que tange a outros objetivos, como os da autoridade monetária, por exemplo, da fiscalização bancária, também o Banco Central tem tido trajetória de alta solidez, de melhora nesse aspecto. Diversos organismos independentes internacionais têm atestado a continuada melhora da capacitação de fiscalização do Banco Central do Brasil, com os relatórios de inflação, outro dado da maior importância, porque mostra a transparência da autoridade monetária, que também vem melhorando de forma substancial.

Em relação ao custo fiscal da política monetária, é difícil fazer estimativas. V.Exa. há de considerar precisamente o efeito fiscal da política monetária. A taxa de juros praticada na economia depende fundamentalmente da percepção de risco macroeconômico, e não exclusivamente da taxa fixada pelo COPOM. Se nós olharmos, por exemplo, o passado, vamos ver que, mesmo quando o COPOM tinha fixado a taxa SELIC em patamares similares aos atuais, a taxa de juros dos títulos públicos, na realidade, estavam maiores. Por quê? Porque o mercado estava demandando taxa maior para comprar esses títulos.

Essas taxas têm caído. A taxa de juros pós-fixada, exemplo importante, abaixo inclusive de 9%, demonstra que o resultado da política monetária, do ponto de vista do custo fiscal, também tem trajetória extremamente positiva.

Sobre a Conta Única, Deputado, eu diria o seguinte: o Tesouro não emite títulos para o Banco Central. O Banco Central adquire os títulos em leilão ou diretamente do mercado, a preços de mercado, como instrumento de execução de política monetária. Em 31 de dezembro de 2003, aConta Única possuía saldo de 120 bilhões, e, no segundo semestre, a remuneração foi de 14 bilhões de reais. Portanto, consistente com as remunerações de mercado. O critério de remuneração da Conta Única implica que o banco não tem ganho ou perda em relação ao Tesouro nesse item. O que banco recebe na carteira de títulos o banco paga na Conta Única. Isso quer dizer que a remuneração dos títulos do Tesouro Nacional que estão no ativo do Banco Central servem de basepara a remuneração que o Banco Central paga ao Tesouro na Conta Única. Portanto, o lucro do Banco Central não vem do carregamento dos títulos do Tesouro.

A pergunta de V.Exa. é importante e nos dá oportunidade exatamente de esclarecer o assunto.

O Banco Central está impedido de efetuar emissões primárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, ele apenas resgata, no caso, por exemplo, do saldo do INPC, que,em 2002, era de 67 milhões e, em 2003, baixou para 30, resgatando 37; a Conta Única subiu de 88 para 120, porque a carteira de títulos caiu, aumentando a colocação. A dívida mobiliária federal para o Banco Central passou, portanto, de 649 bilhões, em março de 2003, para 760 milhões, em março de 2004; 17% a mais em termos nominais e 5% em termos reais.

Apesar de toda melhora fiscal, ainda temos déficit nominal. Por isso, a dívida aumenta, mesmo estando estável em termos do produto. Isto é, na medida em que há déficit primário em termos reais, há, portanto, conseqüente aumento da dívida, lembrando que o importante é a medida em relação ao produto.

Agora, indo ao cerne da pergunta de V.Exa., Deputado, o Banco Central obteve o resultado de 7 bilhões de reais, mas os mais importantes vieram não do carregamento de título do Tesouro, mas do *swap*, que obteve resultado positivo de 3 bilhões de reais, da área externa, e obteve resultado de 1 bilhão de reais etc. Em resumo, é o resultado, em última análise, da melhora dos fundamentos da economia brasileira.

Em relação à dívida externa líquida com percentual do produto, diria o seguinte: a dívida externa líquida em relação ao PIB caiu de 14,3%, em dezembro de 2002, para 12%, em dezembro de 2003, e para 11%, em março de 2004.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrado o primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, pelo Regimento, tenho direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra para a réplica.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Objetivamente, quando fiz comentário sobre o efetivo

cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, sinceramente, esperava uma atitude mais humilde, vamos dizer assim. V.Sa. deveria expor aqui os objetivos e as metas definidos na letra da lei. Deveríamos discutir o impacto das políticas. Mas qual? Qual a queda do produto? Qual o crescimento do desemprego? Qual o custo fiscal? Não existe custo fiscal nas políticas econômicas e monetárias? Quanto se paga de juros? V.Sa. não se referiu a esses pontos na sua exposição. Isso não cria uma visão totalmente distorcida dos efeitos da política monetária creditícia e cambial?

Como nós, o Relator Pedro Novais apresentou todos esses pontos, quando da discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, sinceramente, todos esses pontos foram postos em debate com outros Presidentes do Banco Central e sempre se perguntou: como é mesmo que interpretamos o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal? Como deve ser essa exposição? Pelo menos eu sentia essa preocupação anteriormente.

V.Sa. se mostrou satisfeito em fazer uma exposição apontando indicadores econômicos genéricos.

Segundo ponto: o endividamento. Há uma lógica que tem de ser respondida e V.Sa. não o fez. Em 2002, quando a remuneração da Conta Única era de 18,61%, no primeiro semestre, e 18,51%, no segundo, assemelhada ao custo da Dívida Pública Mobiliária Federal no mercado, o Banco Central deu prejuízo de 17 bilhões, se não me engano. Segundo a exposição de V.Sa., não dá para saber o valor, pois temos apenas uma tabela.

Em 2003, a remuneração da Conta Única foi de 3,95%, no primeiro semestre, e 10,3%, no segundo semestre, muito abaixo do esperado. Isso não tem nada a ver com o resultado do Banco Central? Vou estudar mais sobre o assunto. Vou fazer esse levantamento com a brilhante assessoria da Câmara dos Deputados.

Sinceramente, na resposta que V.Sa. nos deu, lendo seu texto, eu não percebi. Depois, poderá haver uma resposta mais consistente.

Sr. Presidente, vou fazer um levantamento em relação ao crescimento do endividamento público brasileiro e não apenas da dívida. Sei que no Banco Central há ótimos técnicos. Mas todas as vezes que S.Sas. fizeram uma projeção da relação dívida/PIB, desde 1999, na primeira audiência pública, nunca acertaram. Sempre aparecia a queda da relação dívida/PIB, e nunca acertaram. Vou trazer todos os dados. Temos em nosso arquivo todas as exposições feitas: "Vai cair a relação dívida/PIB, vai cair até 2011, e tal e tal". Nunca se acertou.

Vamos tentar fazer um trabalho e trazer a público esse debate.

Quando V.Sa. diz que havia necessidade de o Tesouro emitir mais para pagar juros, já está incluído o pagamento de juros. Sr. Presidente, se V.Sa. quiser, eu lhe passo essas informações. É o endividamento mobiliário interno líquido, além das necessidades de amortização, rolagem e pagamento de juros, segundo os técnicos do Tesouro, para criar o colchão de liquidez. Qual a necessidade desse colchão de liquidez?

Na qualidade de membro da Comissão Mista, não estou satisfeito com as informações prestadas. Não sei se o mesmo acontece com os demais Parlamentares. Ouvimos uma bela exposição sobre política econômica, mas ainda temos dúvida em relação ao cumprimento do determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal. E mais: por que o Tesouro tem esse tipo de comportamento?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, sou entusiasta, admirador do Dr. Henrique Meirelles. Estou satisfeito com a atuação do Banco Central no que diz respeito à política econômica. Mas acho que S.Sa. poderia ser mais didático nas próximas exposições, como bem disse o Deputado Sérgio Miranda.

Não foi à toa que especificamos na Lei de Responsabilidade Fiscal a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas. Os Parlamentares não são muito objetivos. Portanto, queríamos ouvir exposições objetivas.

Esperávamos que a avaliação do cumprimento dos objetivos seria feita da seguinte forma pelo Presidente do Banco Central: objetivo nº 1, tal; a avaliação do cumprimento: podemos cumprir por isso, por isso e por aquilo; não podemos cumprir por isso, por isso e por aquilo. Objetivo nº 2, e assim por diante. Metas: da mesma forma.

Repito, agimos didaticamente para evitar que assuntos estranhos à discussão fossem abordados aqui.

Creio que, como complemento, S.Sa. poderia fazer a mesma exposição, na minha opinião muito boa, instrutiva e ilustrativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Pedro Novais pelos elogios.

Vou procurar responder às perguntas.

Asseguro ao Deputado Sérgio Miranda que temos a maior preocupação em relação ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual temos ido tão profundamente na análise dos resultados das políticas monetárias e cambiais aplicadas pelo Banco Central do Brasil não só para o Governo como para a economia brasileira.

Por outro lado, o Banco Central adotou política de maior humildade e atenção. Asseguro ao Deputado que somos excelentes ouvintes – pelo menos gostamos de pensar assim – e fazemos o maior esforço para isso. Prestamos a maior atenção às observações do Deputado, inclusive em relação ao formato da apresentação. Tenha certeza absoluta de que nossa intenção é atender não só aos objetivos da lei, mas também os objetivos atuais dos Srs. Deputados.

Em relação à observação do Deputado Pedro Novais, agradeço a S.Exa., talvez eu apenas tenha a opinião de que os Deputados são bastante objetivos.

Não há dúvida de que também estou atento à sua observação, à sua sugestão de como estruturar as apresentações, vincular os objetivos com os resultados, no sentido de ficar ainda mais claro para esta Casa.

Procuramos mostrar, com a maior clareza, os resultados das políticas efetuadas pelo Banco Central, não só na parte fiscal, mas, como foi mencionado pelo Deputado Sérgio Miranda, também em relação a empregos, nível de atividade econômica, inflação e parte externa. Tudo isso faz parte, evidentemente, dos objetivos do Banco Central, mas não há dúvida de que podemos dizer qual o resultado do objetivo da meta de inflação. Mostramos exatamente o comportamento da inflação, o objetivo da política cambial, os resultados, mas talvez possamos facilitar ainda mais o entendimento.

Em relação ao prejuízo do Banco Central, enfatizo novamente, Deputado Sérgio Miranda, dois pontos. Em primeiro lugar, temos a maior satisfação, o maior prazer de atender a qualquer solicitação de V.Exa. no sentido de informar e fornecer subsídios técnicos ou humanos aos quadros capacitados e brilhantes desta Casa no que diz respeito a esta análise. As portas do Banco Central estão abertas a V.Exa. para discutirmos com mais profundidade.

Em relação à remuneração da Conta Única, V.Exa. estabelece que ela foi tal em 2002, que houve prejuízo, outra remuneração e volume. Digo novamente que o critério de remuneração da Conta Única não é responsável por resultados de lucros ou prejuízos do Banco Central, na medida em que é a taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, por meio de emissões do Tesouro em poder do banco. Isto é, tomamos a média dos nossos papéis em carteira, e isso define a remuneração da Conta Única.

Foi definido como resultado do Tesouro principalmente as ações deste, as taxas de juros definidas pelo mercado, o resultado do déficit nominal e todas as situações do País. Não é o resultado da Conta Única especificamente do Banco Central *versus* outro aspecto.

Em relação às projeções mencionadas por V.Exa., evidentemente não podemos julgar todas as projeções feitas. V.Exa. há de considerar que fazemos as melhores projeções possíveis. Por exemplo, se olharmos a projeção de inflação definida pela meta, finalidade principal do Banco Central, veremos que de novo a inflação dos últimos 12 meses converge para as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Portanto, dentro de critério aceitável por padrões internacionais de fixação e de avaliação de metas.

No que se refere ao Colchão de Liquidez, evidentemente é a definição técnica do Tesouro Nacional, visando estabelecer qual a melhor política de administração da dívida.

Precisamos também tomar um pouquinho de cuidado para não transformarmos a prestação de contas do Banco Central em prestação de contas do Tesouro Nacional, até porque o Banco Central não está intitulado nem capacitado, certamente, para apresentar prestação de contas ao Tesouro Nacional.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, quero concluir não fazendo observações, mas apenas lembrando que em 2003 V.Sa. também escreveu carta ao Ministro da Fazenda. A meta era 8,5% e foi de 9,3%. Só para frisar que não foi apenas em 2002, mas também em 2003.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Se o Deputado me permitir voltar ao assunto, com o devido respeito, só escrevemos uma carta. Não foram duas, de novo. Foi uma só. Em janeiro de 2003 escrevemos uma carta justificando a perda da meta de 2002. Nessa carta, propusemos o ajuste da meta de 2003 de 4%; depois, de 3,75% para 8,5%. Portanto, essa meta foi resultado da inflação medida de 2003 em cerca de 9,3%. Essa foi a carta que explicou a meta.

V.Exa. pode estar se referindo à carta de janeiro de 2004. Mas essa carta, desculpe, tinha caráter meramente formal, porque não foi escrita em razão da diferença de 9,3% para 8,5%. Ela foi escrita porque a meta formal ainda era de 4% e não tinha sido modificada. Caso tivesse sido modificada para 8,5%, Deputado, teria havido o intervalo de tolerância, e a inflação de 9,3% estaria dentro do intervalo de tolerância, o que significaria que a carta não teria sido necessária.

Por uma questão formal, repito: a carta explicava o fato de a inflação não ter sido dentro do intervalo de tolerância anterior. Isto é, 4% com 2,5%. Significa que ela foi acima de 6,5%. Ela simplesmente deu uma explicação na maior simplicidade. O Ministro tinha aceito, no ano anterior, a mudança da meta de 4%, com ajuste para 8,5%. Ela cumpriu meramente rito formal e foi enviada exatamente para cumprir determinação da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Tendo em vista que esta audiência pública é pertinente a várias Comissões da Casa, continuaremos agora o segundo grupo de inquirições. Assim, passo a Presidência ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Bornier.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, os mercados se agitaram ontem em razão – e já vinham se agitando antes mesmo, e o Brasil se agitou mais ainda – de o Sr. Alan Greenspan sinalizar que haveria aumento dos juros nos Estados Unidos para desaquecer a economia americana. Gostaríamos de estar nessa situação.

Ora, façamos o inverso agora. Precisamos que nossos juros baixem para aquecer nossa economia. E o remédio que o Banco Central adotou para manter a moeda brasileira estável foi exatamente manter a política de juros altos, que promove, inicialmente, distorção, porque quando aumentamos os juros, queremos tirar recursos que estão no mercado, ou que estão na mão do público, no meio circulante, para desaquecer a economia.

O resultado é que no ano passado o Produto Interno Bruto foi zero – menos de zero um pouco, mas zero –, com lucros excepcionais para o sistema financeiro. O resultado mais dramático foi o crescimento do desemprego.

A distorção que aparece nesse remédio monetário é a seguinte: quando fazemos a redução dos juros, os preços administrados – por exemplo, água, luz, telefone – não sofrem influência dessa queda, e há queda, portanto, do produto. Isto significa que os preços administrados não sofrem influência do remédio que o Banco Central aplica.

Daqui a pouco, por exemplo, o salário mínimo não comportará as contas de água, luz, telefone, porque elas cresceram excepcionalmente, não acompanharam a inflação. Está ocorrendo uma distorção, parece-me.

Há outra distorção com a adoção desse remédio dos juros altos sobre os produtos oligopolizados, cimento, ferro, brita, que atinge, sobretudo, a construção civil, grande geradora de empregos. Os preços desses produtos são cartelizados mesmo – pedi até a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar a cartelização desses produtos –, porque cartel comanda os preços. Tanto é que um promotor já entrou com ação contra essas indústrias no CADE.

Parece-me que essas são as duas distorções. Há também os produtos monopolizados, como, por exemplo, o petróleo.

Esse é um remédio que não me parece o mais apropriado, sobretudo porque diminuiu o Produto Interno Bruto. V.Sa. sabe que o combate à inflação se faz estruturalmente com o crescimento da produção. É a relação produto e dinheiro na mão do público que dá estabilidade. Estruturalmente é o que gera a estabilização, isto é, 1 real contra 1 quilo. É isso que dá estabilidade. Mas o Produto Interno Bruto caiu. Esse remédio, parece-me, distorce nossa economia.

Veja, Sr. Presidente, caminhando para os exemplos dos países civilizados, temos os Estados Unidos com juros reais de 0,4%; Inglaterra, 2,6%; Japão, 0,2%, e Alemanha, 1,5%. Todos com crescimento do produto. Alguém pode dizer que esses são países desenvolvidos. Então, vamos para os países...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Deputado Félix Mendonça, concedo-lhe mais 1 minuto para que V.Exa. conclua seu pronunciamento, por favor.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Temos o México, com 3,2%; Chile, 2,6%; China, 0,7%; Brasil, 13%, mas sabemos que está em torno de 10%.

Aplicar apenas o remédio monetário dos juros é a visão distorcida do problema brasileiro, porque os resultados são dramáticos quando o Produto Interno Bruto cai a zero e há desemprego.

Quando o operário não é chamado ao seu posto de trabalho, aumenta o déficit da Previdência. Enfim, há outras distorções quando o Produto Interno Bruto não cresce e queremos que cresça. Esse remédio tem de ser, pelo menos, dosado. Devemos caminhar para juros menores, de tal forma que aqueça a economia e corrija as distorções a que fiz referência. Pelo que vimos, todos os países estão com juros baixos.

Para concluir, farei uma analogia com a história do pai que vê o filho desfilando e diz: "Todos estão com o passo errado. Meu filho está com o passo certo". Os países civilizados, com economias avançadas ou emergentes, estão com juros baixos e, no Brasil, temos juros estratosféricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, Deputado Nelson Bornier, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, senhoras e senhores, meus cumprimentos.

Dr. Henrique Meirelles, reafirmo minha admiração por V.Sa., a forma como se posiciona à frente do Banco Central. V.Sa. tem honestidade de propósitos e tenta fazer o melhor possível. Entendo também que há muitas dificuldades. Quase tudo já foi dito nos brilhantes questionamentos e posicionamentos dos Srs. Deputados, que praticamente esvaziaram o rol de perguntas.

V.Sa. tem convicção, confia que essa é, efetivamente, a política monetária correta para o País? Não acha que estamos como o cachorro que corre atrás

do rabo, o atleta que corre sobre uma esteira, sem sair do lugar?

Dr. Henrique Meirelles, na previsão do PPA e da LDO, estimava-se que a dívida líquida do setor público estaria em 69% do PIB. Tínhamos um PIB de 1 trilhão, 933 bilhões de reais e, para 2005, na LDO que está no Congresso Nacional, a relação dívida/PIB é da ordem de 57,9% para um PIB estimado, no ano que vem, em 1 trilhão, 814 bilhões de reais. Ou seja, trabalhamos em 2003 com a superestimação do PIB. Na realidade, o Governo vem fazendo reestimativas mais realistas. A dura política monetária que V.Sa. vem realizando à frente do Banco Central impossibilita o País de crescer. As pessoas têm de perceber o quanto é importante a política macroeconômica, porque é ela que determina a microeconômica, o preço do feijão, quanto o trabalhador vai pagar pelo arroz. Os brasileiros não sabem da importância da Presidência do Banco Central, do cargo que V.Sa. ocupa. É mais importante do que eles imaginam. V.Sa. é o responsável pelo controle da inflação em nosso País.

Estamos correndo sem sair do lugar. Lamentavelmente, os números que V.Sa. traz são promissores, mas aquém dos da Argentina, por exemplo, que deu o calote, disse que não pagaria a dívida, enfrentou o sistema financeiro internacional, e agora se recupera a taxas 3 vezes maiores que as estimadas para o Brasil este ano.

Já se falou do bom menino, que faz o dever de casa. Volto a perguntar a V.Sa. O ano de 2003 foi caracterizado pela bonança internacional. Os países desenvolvidos reduziram suas taxas de juros. O Brasil aproveitou para reduzir o perfil de sua dívida, indexada ao dólar. Poderia até ter avançado mais e aproveitado o momento. Como vai ser, agora que o Banco Federal Americano está prestes a aumentar a taxa de juros básica nos Estados Unidos? Será que, automaticamente, teremos de induzir o aumento do câmbio no Brasil, a taxa de juros, para que o mercado possa confiar no Governo? Continuaremos a fazer o jogo do capital, dessa roda, que só prejudica o crescimento do País?

Em março deste ano, o IBGE verificou aumento do desemprego na ordem de 12,8%, imediatamente abaixo do mais alto índice de desemprego do ano passado, de 13%. V.Sa. falou na recuperação do emprego. O Deputado Sérgio Miranda também se referiu a esse tema. Não quero tratar dessa questão, mas é fundamental que V.Sa. traga a esta Casa alguns números comparativos entre o crescimento da oferta de empregos e o desemprego em nosso País, o número de postos de trabalho que estão sendo desativados.

Gostaria que V.Sa. falasse de um tema extremamente caro. Primeiro, o lucro dos bancos, em 1999, foi da ordem de 18%. Em 2003, até setembro, estava na ordem de 38%. O *spread* bancário continua sendo um dos principais problemas para a oferta de crédito em nosso País. Gostaria de saber que medidas V.Sa. está tomando para reduzir esse *spread* de imediato, para que a população possa tentar buscar, no mercado financeiro, empréstimo para tentar reativar a economia do nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman, terceiro inscrito neste bloco.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, Srs. Presidentes das Comissões, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, V.Sa. está aqui por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é concessão do Executivo nem exigência do Legislativo. É uma decisão de lei.

V.Sa. nos traz um relatório. Quero, em primeiro lugar, ressaltar que observei nesse relatório que a base de referência muda de tabela para tabela. Em certos momentos, a base é janeiro de 2003, em outros é maio de 2003, ou junho de 2003 e até janeiro de 2002 ou janeiro de 2000. A impressão que se tem é que se procurou estabelecer tabelas e bases iniciais de comparação que dessem visibilidade de algo um pouco mais otimista e melhor. Pelo menos essa é a sensação que tiramos da visualização das tabelas.

Em segundo lugar, seria importante, uma vez que as tabelas foram apresentadas sobre várias questões macroeconômicas, que outras também fossem explicitadas, e não o foram. O encaminhamento da relação dívida/PIB seria fundamental aqui. O déficit nominal, que aumentou, em 2002, de 4,58% para 5,22%, em 2003, é um dado fundamental. Ainda assim, verificando as tabelas, o que se pode concluir é que existe certa perda de fôlego da política implementada pelo Governo Federal. Isso pode ser observado pelos gráficos apresentados.

Vê-se que o risco Brasil, por exemplo, cai até janeiro; a partir daí, tem certo crescimento, sem levar em conta os episódios de ontem, específicos da crise que elevou a 670 o risco Brasil – que, evidentemente, não consta desse gráfico.

Se verificarmos outro gráfico, o da Taxa de Juros de 360 dias, também vamos observar que houve queda até janeiro; a partir daí, não houve mais queda. Há até certa elevação da taxa de juros de 360 dias. Depois do final do ano passado não existe mais queda da taxa de juros, que é fundamental para a economia. É nela que se baseiam as empresas.

Na taxa de juro real, de 2003/2004, também se verifica que cai até dezembro de 2003, mas, a partir daí, se mantém, sobe e desce, sobe e desce e sobe. E se mantém absolutamente constante, em torno dos 9 a 10% de juros real. Portanto, mais uma demonstração de que perdeu fôlego.

Se verificarmos mais adiante a tabela das Vendas no Varejo, veremos que a comparação é feita entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2003. Do primeiro bimestre de 2004 para o primeiro bimestre de 2003, com crescimento até modesto, pegando-se, no momento, uma base muito baixa de vendas que foi o primeiro bimestre do ano passado.

Na tabela da Massa Salarial Real na Indústria também vai-se verificar crescimento a partir de junho. Tomando-se por base junho de 2003, com índice 100, há crescimento até novembro, depois há praticamente uma estagnação.

São alguns dos dados que anotei para, mesmo com os gráficos apresentados, concluir que esse modelo se esgotou. Ele serviu para enfrentar o período do processo eleitoral que culminou com a eleição de Lula, do projeto político histórico do PT, que, evidentemente, fez com que tivéssemos todos aqueles índices do segundo semestre de 2002, início de 2003, cumprimento dos contratos, tudo aquilo que levou à subida daqueles índices.

Se esse modelo serviu para evitar o pior e superar aquele momento do período eleitoral, não serve mais para enfrentar o futuro, conforme nos demonstram as tabelas apresentadas por V.Sa. A prova maior disso é o resultado social. Os dados da economia podem ser pesados, medidos e sentidos pelos resultados sociais, como o desemprego, o nível do salário médio, a capacidade aquisitiva da população e o próprio sentimento do povo.

Dados concretos mostram que o País enfrentou momento de dificuldade e não houve o desastre previsto por alguns. Não vou afirmar que o País vai bem, como na época da ditadura quando diziam que o País ia bem e o povo ia mal. O País pode ter superado momentos difíceis, mas não vai muito bem e o povo, sem dúvida, vai muito mal.

A minha conclusão é que esse modelo, se serviu para enfrentar determinado momento, não serve mais para pensar no futuro deste País.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Proponho à Mesa que faça blocos de 6 oradores ao invés de 4 em razão do relativo esvaziamento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Discutimos isso neste exato momento.

Vamos ao quarto inscrito desse bloco, Deputado Ricardo Barros, e, depois, seguiremos a proposta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Peço autorização a V.Exa. e licença ao Presidente Henrique Meirelles para me ausentar, pois tenho reunião do partido para discutir a COFINS, que pretendemos votar hoje à tarde.

Peço desculpas por não estar presente no momento das respostas, mas as lerei posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – O último inscrito desse bloco é o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, digníssimo convidado, Presidente do Banco Central, temos sempre realizado debate muito rico nesta Comissão, que tem tido grande responsabilidade no acompanhamento e na solução das questões orçamentária e fiscal, que consideramos as mais importantes.

A explanação do Deputado Sérgio Miranda ensejou debate muito técnico, mas necessário; precisamos discutir efetivamente os custos. Percebi que sua exposição, Presidente Henrique Meirelles, foi de alto impacto ao ressaltar o lado positivo da ação do Banco Central. Isso é um bom remédio, como percebi, com bons efeitos, mas os efeitos colaterais não foram devidamente informados. E é justamente para esclarecê-los que devemos ampliar nossa discussão.

É como o encantador de serpentes, é uma atividade de alto risco. Se as notas forem harmônicas, você tem a serpente bela, bem posicionada, pronta para o ataque mas sob controle; mas qualquer desafinada a picada é fatal. Percebo que devemos discutir de forma mais adequada os efeitos colaterais, o custo fiscal e o impacto das ações do Banco Central, como informa a Lei de Responsabilidade Fiscal, já destacada pelos Deputados Pedro Novais e Sérgio Miranda.

Observo que os dados são positivos, embora alguns devam ser questionadas. Estamos com superávites excessivos que prejudicam o investimento interno e, conseqüentemente, a geração de emprego e o pagamento de impostos. Embora a voracidade do Governo tenha se manifestado de maneira muito acentuada, embora o compromisso de aumentar a carga fiscal, as ações práticas do Governo sejam todas no sentido de arrecadar mais, os valores arrecadados a

mais não estão sendo devidamente aplicados para o desenvolvimento do País. Não estamos vendo isso ocorrer. Vemos um excessivo zelo, uma excessiva cautela, uma excessiva reserva, e os gastos não acontecem.

E não acontecem por duas razões básicas. Primeiro, porque realmente não há vontade política do Governo de investir agora; vai investir no ano seguinte para turbinar seus novos Prefeitos que apoiarão o partido do Governo nas eleições municipais; mas também porque o investimento que não está acontecendo gera esse excesso de confiança do mercado em nosso País. Deveria assim ser, embora nossa taxa de Risco ainda seja muito elevada e os juros muito altos. Com todo esse esforço de bilhões a mais de arrecadação e de reserva para pagamento de juros, poderíamos já estar numa situação mais confortável no que se refere à confiança do investidor.

Informo ao Sr. Presidente desta Comissão conjunta, Deputado Nelson Bornier, que estou apresentado à Mesa o seguinte requerimento:

> "Considerando o que dispõe no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz com clareza: 'O Banco Central apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes ao Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal (...)'".

Essa parte está faltando na exposição. Então, peço neste requerimento que seja agendada nova reunião das Comissões Temáticas para que se cumpra o determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que possamos vir aqui receber a exposição necessária, ou seja, o que o Governo está fazendo e quanto isso custa para o País, qual o impacto. Isso é importante. É claro que há medidas muito boas, mas e o desemprego e o custo dessas operações?

Gostaria muito de que cumpríssemos a lei. Louvo o Presidente Henrique Meirelles, que foi um grande vendedor, vendeu nesta Comissão, de forma bastante boa, a ação do Governo Lula. Comparou dados anteriores de nossa política, mas, evidentemente, não se mudou muita coisa. Percebe-se que o susto da eleição de Lula e a expectativa de que fosse cumprir o que dizia, e não o que mercado mandava, é que provocou aquele impacto no fim de 2002. Mas fora o susto provocado pela eleição do Presidente Lula, nada mais mudou. Estamos ainda naquela política do Ministro Pedro Malan, do controle monetário, do aperto fiscal, do controle da moeda, da estabilidade, que geraria condições para o crescimento.

Sr. Presidente, não quero fazer indagações ao Presidente do Banco Central, porque ele já foi questionado por vários companheiros, e as perguntas que eu teria a fazer acabaram sendo, de alguma forma, respondidas. Gostaria que o V.Exa. colocasse nosso requerimento em apreciação.

Efetivamente, precisamos debater a questão e não apenas discutir o remédio e seus efeitos, mas também os efeitos colaterais que são muito graves. O índice de desemprego está muito alto; temos recessão efetiva no País; não há investimentos externos; os investidores externos não acreditam no modelo para o setor elétrico da Ministra Dilma Rousseff, não acreditam na forma do nosso marco regulatório; o Governo faz questão de diminuir o poder dos agentes reguladores e, ao mesmo tempo, convida os empresários para a parceria público-privada, ou seja, ser nosso sócio. Só que, se houver algum problema, quem vai resolvê-lo somos nós mesmos. Ninguém vai aceitar sociedade nessas condições.

Tecnicamente falando, temos de refazer a audiência, porque deste início correto, ou seja, da exposição dos resultados, dos custos e efeitos, enfim, a partir desses resultados é que poderemos fazer um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Encerrado esse bloco, quero dizer ao Deputado Ricardo Barros que estou de pleno acordo no que diz respeito ao § 5º do art. 9º da Lei Complementar. Estou passando seu requerimento à Secretaria da Comissão para protocolar e, conseqüentemente, colocar na pauta da próxima reunião da Comissão.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, vamos responder ao Deputado Félix Mendonça. S.Exa. se refere ao porquê do aumento de juros nos Estados Unidos. O possível aumento dos juros nos Estados Unidos decorre de diversos fatores e fere o atual aumento das taxas de juros dos títulos americanos, que diz respeito a um possível aumento das taxas do FED, taxa base. E esse possível aumento da taxa do FED diz respeito ao aquecimento da economia americana e à possível subida da inflação, em razão exatamente do crescimento da economia que atinge patamaresimportantes. É isso que a autoridade monetária americana tem sinalizado.

Em relação à manutenção da política de juros altos no Brasil, quero enfatizar, mais uma vez, inclusive isso é objeto também de outras perguntas, que as taxas de juros no Brasil têm caído nos últimos meses, inclusive nos últimos anos. Mostrei que partiu de um patamar de juros reais de cerca de 20%, entre 1997,

1998 e 2000, e está caindo para patamares abaixo de 10%. Portanto, existe queda gradual da taxa de juros no passado e no presente. Isso é uma evolução da situação atual do Brasil.

Todos desejamos uma taxa de juros no futuro mais baixa, mas de novo isso tem de se adequar às condições do País. As taxas de juros do mercado, principalmente, não são definidas pelo Banco Central, são definidas pelas condições. Houve momentos no passado que tivemos taxas de juros base parecidas ou similares às atuais e taxa de juros de mercado muito maior que a taxa de juros que de fato influencia a atividade econômica.

Em resumo, a melhora dos fundamentos do Brasil, a melhora da credibilidade, a melhora das contas públicas, tudo isso é que vai levar, ao longo do tempo, à diminuição gradual da taxa de juros.

Em relação à inflação, quero dizer que já houve no passado momentos em que a inflação foi muito alta e o crescimento foi muito baixo ou negativo. É importante que separemos taxa de juros, inflação e crescimento. Já mostrei que a taxa de juros pode cair em razão da melhora dos fundamentos da economia, da melhora da credibilidade. Agora, inflação alta não leva a crescimento. O Deputado deve considerar que se inflação alta levasse ao crescimento, o Brasil seria hoje um dos países mais ricos do mundo, à medida que tivemos taxas de inflação bastante elevadas no passado.

Em relação ao Produto Interno Bruto, Deputado, estamos todos trabalhando para o mesmo crescer. Nossa finalidade é essa. E é exatamente por isso que a estabilidade de preços é fundamental. É importante que, com estabilidade de preços, o País possa crescer de forma sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, para a réplica.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Questionei também com relação aos preços administrados – água, luz, telefone –, que não sofrem influência dos juros, porque estão atrelados a contratos e não apenas à oscilação dos juros, que são altos exatamente para manter a inflação baixa. Mas esses preços não sofrem influência, não são comprimíveis em razão de contratos anteriores. Citei, inclusive, os produtos oligopolizados – cimento, ferro, brita –, que influenciam na construção civil, grande gerador de empregos. Citei o petróleo, que também não está indexado e não tem nenhuma influência nessa política monetária dos juros altos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES -Em relação ao meu próximo ponto, os preços administrados, menciono que eles evoluem segundo diversos critérios. Aqueles aos quais o senhor se refere, que são administrados por contratos, muitos deles têm contratos baseados em índices de inflação. Portanto, têm influência indireta na política monetária, na medida em que a inflação, que regula esses contratos, tem, certamente, influência na política monetária.

Em relação aos oligopólios – evidentemente extrapola a ação do Banco Central –, é uma questão do CADE verificar que a competição seja aplicada de forma mais eficiente no Brasil.

A experiência diz que a política monetária é hoje aplicada de forma mais eficaz quando usa a taxa de juros como instrumento de política monetária básica do Banco Central. Em resumo, outras formas de aplicação de política monetária, como a fixação de taxa de câmbio ou controle de agregados monetários no passado, já foram abandonadas porque não se mostraram eficientes. E hoje o sistema de metas de inflação é o mais moderno e mais eficaz no mundo, e o Brasil tem sido conhecido pela aplicação eficiente e com sucesso desse método.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Fico na esperança de que o Produto Interno Bruto cresça, que a inflação caia mais e os juros também caiam.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, estamos todos com essa esperança e com esse objetivo. Essa é a nossa finalidade, posso lhe assegurar.

Deputado Pauderney Avelino, em primeiro lugar, concordo com sua definição de que as perguntas e declarações dos demais Deputados foram brilhantes. V.Exa. tem preocupações muito importantes, a exemplo daquela no sentido de que todos nós, no Brasil, estamos muito ansiosos para crescer mais, muito ansiosos, usando sua expressão, para sair do lugar. Queremos, de fato, progredir. Portanto, digo a V.Exa. que temos essa preocupação, essa ansiedade e sabemos que o Brasil precisa sair da situação pela qual passou nas últimas décadas.

A experiência mostra que o sistema de arrancadas e freadas por que o Brasil passou nas últimas décadas não levou a um crescimento médio aceitável, tanto que é objeto da nossa preocupação. Portanto, a finalidade da nossa política hoje é exatamente criar condições para o crescimento sustentado. E isso será medido no devido tempo pelos diversos índices econômicos, seja o índice de crescimento, certamente, seja o índice de inflação, os indicadores externos, de exportação, por exemplo, os indicadores da dívida pública etc. Esses indicadores que nos levam a concluir, depois de certo tempo, se estamos caminhando, se estamos saindo do lugar ou não.

E o que procurei mostrar foi exatamente que estamos progredindo, sim, diversos indicadores caminham nessa direção. Várias perguntas endereçaram pontos similares. Vou mostrar novamente alguns dos índices referentes, por exemplo, à massa salarial real na indústria, como está evoluindo, a criação de empregos, além do Produto Interno Bruto.

Em resumo, a economia, na nossa avaliação, caminha na direção correta, o País começa a se mover, a sair do lugar, realmente, e os diversos indicadores mostram exatamente isso.

Assim como V.Exa., estamos muito preocupados como vamos fazer para ter certeza de que não é um movimento fugaz, de arrancada e freada. Como vamos continuar a crescer, ano após ano, de maneira que daqui a algum tempo possamos olhar para trás e dizer: Foi feita uma diferença no Brasil. Essa é exatamente a finalidade principal da nossa política econômica.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Permita-me, por favor, quero aditar meu questionamento a V.Exa., dizendo o seguinte: em razão dessa política que temos hoje no País, que deveria, a meu ver, ser de desamarração do desenvolvimento, perdemos posições no **ranking** internacional das economias. Hoje somos a décima quinta; éramos, há 2 ou 3 anos, a oitava economia do mundo. E no ritmo que vamos, provavelmente deveremos cair este ano, em razão da desvalorização cambial, do não-crescimento do nosso produto interno, 1 ou 2 posições. Lamentavelmente, esta é a constatação que fazemos. É nisso que centro meu questionamento e gostaria que V.Exa., os seus diretores e o Conselho Monetário Nacional levassem em consideração que há vida inteligente além dessas propostas que temos aí.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Certamente, Deputado, tenho absoluta concordância com a sua preocupação e com o seu sentimento em relação às perdas de posição do Brasil. Não discordamos em relação a isso. O que é importante mencionar é qual o caminho para sairmos dessa situação.

No Brasil, já tentamos muita coisa. Eu não diria que tentamos de tudo, porque talvez possa haver alguma coisa que não foi feita, mas já tentamos congelamento de preços, moratória externa, confisco de poupança, uma série de coisas que, de fato, não deram certo.

Menciono que estamos criando as condições para que possamos recuperar essas posições. Por isso mostrei com tanta clareza a melhora dos fundamentos básicos da economia brasileira. Com a melhora dos fundamentos da economia, com a melhora, inclusive, dos ritmos de atividade, como mostrei, aí, sim, vamos, com o tempo, com a estabilidade monetária, com a disciplina fiscal, com inversão da trajetória da dívida, com maior eficiência, portanto, em conseqüência, da economia brasileira, vamos ter, com o tempo, aumento do crescimento potencial da economia brasileira e vamos crescer de forma que se reflita favoravelmente não só para a população brasileira, mas em comparação com os demais países.

Por exemplo, V.Exa. mencionou alguns números de queda de juros em outros países, dizendo que o ano passado foi um ano em que os juros caíram. Não necessariamente no ano passado, mas houve um período de juros baixos. Eu gostaria de dizer, como mostramos aqui, que a taxa de juros caiu substancialmente no Brasil nos últimos 14 meses. Quando assumimos, a taxa de juros do mercado estava acima de 30% ao ano. Hoje, a taxa de 12 meses está abaixo de 16% ao ano. Portanto, houve queda importante das taxas de juros no Brasil. E a taxa de juros real hoje, essa taxa de juro do mercado de 12 meses, descontada pela inflação prevista nos próximos meses, de novo, é a mais baixa desde a inserção do Plano Real; agora, de novo, dentro das condições de responsabilidade, dentro das condições de absoluta e estrita aderência do Banco Central à sua responsabilidade principal que é trazer a inflação para a trajetória de metas de forma consistente.

É muito importante, nobre Deputado, olharmos para o passado e ver que a alta inflação, em nosso País, não gerou crescimento. Diria que em país nenhum gerou crescimento. O melhor que pode fazer o Banco Central para o País é manter a estabilidade de preços, definidos pelo Conselho Monetário Nacional, dentro do regime de metas. Isso, sim, dará oportunidade de o País crescer.

Se inflação gerasse crescimento, repito, o Brasil já teria resultado muito diferente diante da nossa história. É muito importante fixar esse ponto. Em relação a isso diria que não é resultado desta política o fato de o Brasil enfrentar dificuldades hoje. O Brasil teve uma política, de fato, bastante diversificada nos últimos 20 anos, que levou a esse resultado que temos.

Respondendo à sua pergunta, acreditamos, sim, que essa seja a política adequada para o Brasil, acreditamos, sim, que o País tem de crescer baseado em regime de disciplina fiscal, porque o crescimento da dívida vai levar somente ao crescimento dos juros, de custos e maiores problemas. Portanto, o País tem de ter, sim, um regime de disciplina fiscal, caso contrário não conseguiremos crescer, não vamos ter disponibilidade de recursos para investir, porque a dívida pública, cada vez mais, absorveria parcelas substanciais da poupança nacional. Em segundo lugar, sim, o regime de estabilidade de preços é o regime mais eficaz para que possamos crescer.

Além do mais, V.Exa. referiu-se ao aumento do desemprego. Talvez possa voltar com algumas transparências que fizemos, que mostram alguns exemplos importantes. Vou mostrar que o índice de emprego formal, que estava pouco acima de 100, em junho de 2003, agora, em fevereiro de 2004, está acima de 102. O índice de emprego formal reflete exatamente um indicador social, conforme demandado por S.Exa. O Brasil está com aumento no índice de emprego formal.

Existe uma dúvida absolutamente legítima no seguinte aspecto: mas o desemprego aumentou? Perfeitamente. Primeiro, por um fator sazonal, no início do ano. Segundo, é importante definir como são medidos esses aspectos. Quer dizer, é possível ter aumento do emprego formal e, ao mesmo tempo, aumento do desemprego? Certamente, é possível. Está ocorrendo. De que forma? A população economicamente ativa cresceu de forma importante no último trimestre. Por que isso? Porque número maior de pessoas procura mercado de trabalho. Número de pessoas superior àquele que estaria procurando mercado de trabalho em razão do crescimento populacional e das pessoas em idade economicamente ativa.

Portanto, o que existe é esperança maior da população, de um lado, de que a economia está retomando seu crescimento e, em conseqüência, mais pessoas procuram mercado de trabalho, o que leva a esse fenômeno. Mas o importante, isso sim, é o aumento do índice de emprego formal. E isso está ocorrendo claramente neste momento.

Se verificarmos a massa salarial na indústria, por exemplo, veremos que cresceu de forma importante em novembro. Houve pequena queda em janeiro e voltou a crescer em fevereiro. Em resumo, houve aumento da disponibilidade de salários pagos aos trabalhadores.

Em sua última pergunta, S.Exa. questiona sobre as medidas referentes ao **spread** bancário. O *spread* bancário é o resultado de uma série de fatores e começa, por exemplo, com a competição.

Nesta Casa, está em andamento um projeto que define muito bem as responsabilidades do CADE e do Banco Central na implementação de maior concorrência no sistema. Se aprovado, será relevante instrumento para dar maior transparência e competitividade cada vez maior ao sistema financeiro com o **spread** bancário cada vez menor.

Existem outras questões importantes referentes, por exemplo, à possibilidade de perdas de crédito.

É fundamental a discussão, que também se realiza nesta Casa, em relação à lei de concordata e falência.

Na parte de risco, está em andamento no Banco Central um projeto de implementação de uma central de risco, que vai permitir, no futuro – estamos trabalhando nisso juntamente com a Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça –, a portabilidade do cadastro, a portabilidade do histórico de crédito. Tal medida vai permitir que as pessoas transfiram facilmente suas contas de um banco para outro, o que propiciará maior poder de negociação ao consumidor.

Em relação à concorrência, existe ainda a aprovação de novas instituições: as cooperativas decrédito. É algo novo, já aprovado por este Governo, que também vai permitir maior competição.

Em resumo, podemos ter uma discussão específica sobre esse aspecto, porque sei que há diversas outras perguntas, mas apenas gostaria de dizer que se está trabalhando muito nessa área.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Desejo que V.Exa. me responda sobre o **spread** bancário, que tanto interessa a esta Casa.

O Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, criou uma Subcomissão Especial para tratar dessa questão e dar continuidade àquela outra Subcomissão que já existia, exatamente para que possamos trabalhar na redução do **spread** bancário. O assunto preocupa o nobre Deputado Gonzaga Mota.

Indaguei a V.Sa. como o Banco Central brasileiro vai reagir com o eventual aumento da taxa dos juros nos Estados Unidos, mas V.Sa. ainda não tocou no assunto.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

Certamente, o Banco Central do Brasil leva o cenário externo em consideração, mas ele tem um modelo de atuação que leva em conta grande número de fatores, que têm impacto na economia brasileira, e mensalmente toma decisões baseado nesse modelo de análise, em que fatores externos são um dos componentes, mas não necessariamente o componente preponderante.

Em resumo, o Banco Central tem um sistema de metas e o objetivo de perseguir a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, e faz sua política monetária tendo em vista essa meta. Portanto, não existe uma resposta padrão: se o FED americano fizer isso, o Banco Central do Brasil vai fazer aquilo. De um lado, não existe correlação de causa e efeito nesse aspecto. De outro, é importante mencionar que esse movimento nos Estados Unidos é preanunciado há bastante tempo; é conhecido e esperado.

Portanto, os mercados estão reagindo de maneira bastante clara em relação a isso, de modo que o grande objetivo declarado pelo Banco Central americano é que esse movimento esteja refletido nos preços, quando ele ocorrer de fato. Se eles vão ter sucesso

nisso ou não, só a história dirá. O fato concreto é que esse e uma série de outros fatores são observados pelo Banco Central do Brasil.

Não existe uma resposta específica para sua pergunta.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Não preocupa o Banco Central brasileiro esse eventual aumento dos juros nos Estados Unidos?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Banco Central do Brasil se preocupa com todos os fatores, não só com a taxa de juros do Banco Central americano. Nós nos reunimos 2 dias por mês no Comitê de Política Monetária e nos preocupamos intensamente – posso lhe afirmar, Sr. Deputado – com todos os fatores que afetam a economia brasileira, inclusive esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – V.Sa. pode dar continuidade à pergunta do Deputado Alberto Goldman.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Vamos passar à pergunta do Deputado Alberto Goldman.

Em primeiro lugar, quanto ao fato de a base de referência algumas vezes ser em maio, em junho, em julho etc.

Quando se está demonstrando um fenômeno, é importante explicitar os dados que melhor o caracterizem.

Dito isso, deixamos muito claro que, no primeiro e no segundo trimestres de 2003, houve contração de produto e diversos indicadores. Procuramos demonstrar claramente a evolução dos índices dos indicadores econômicos a partir daquele momento, isto é, a partir do terceiro trimestre do ano passado.

Há uma pergunta do Deputado sobre a dívida pública líquida sobre o produto.

Desejamos mencionar que ela passou de 58,7%, em dezembro de 2003, para 57,4%, em março de 2004. A projeção de dezembro de 2004, com o parâmetro de mercado, é de 57,5%.

O Deputado também mencionou o déficit nominal e perguntou sobre sua evolução.

O déficit nominal, em 12 meses, caiu de 6,38% do Produto Interno Bruto, em setembro de 2003, para 4,4%, em março de 2004. A projeção de dezembro de 2004 é que chegue a 2,9%. Em resumo, estamos calculando o déficit nominal nos últimos 12 meses, dando, portanto, os 12 meses encerrados nesses diversos momentos.

O Deputado Alberto Goldman salientou que a economia estaria perdendo o fôlego e citou vários índices, que mostraram continuada melhora depois de certo momento.

Na atividade econômica, em nenhum lugar do mundo, não há evoluções lineares, quer dizer,uma reta que siga sempre a mesma direção. É normal, na atividade econômica, períodos de maior aceleração, períodos de correção, períodos de arrefecimento.

Em homenagem ao Deputado Alberto Goldman, vou mostrar novamente a evolução do emprego industrial em São Paulo, Estado de origem de S.Exa.

O gráfico mostra claramente que continua a haver evolução, que se iniciou a partir de setembro de 2003, e crescimento continuado não só até novembro e dezembro, como mencionado pelo Deputado, mas claramente com evolução extremamente favorável também em janeiro e fevereiro.

Nessa projeção há claramente uma evolução do emprego industrial em São Paulo.

Portanto, gostaríamos de tranqüilizar o Deputado Alberto Goldman, no sentido de que, na avaliação do Banco Central, este modelo não perdeu o fôlego. Ele continua firme, continua dando resultados, e a economia continua em processo de recuperação.

Passo à pergunta do Deputado Ricardo Barros, referente ao custo da política monetária, do ponto de vista fiscal e de geração de emprego. S.Exa. nos solicita resposta clara. Do ponto de vista fiscal, inclusive com a inflação cadente no Brasil, a dívida nominal cresce, evidentemente, além de o Brasil ainda ter déficit nominal.

Dito isso, do nosso ponto de vista, é importante a adoção de medidas relativas à dívida e, portanto, ao custo fiscal. Nesse aspecto, novamente o déficit nominal de 12 meses caiu de 6.38% do PIB medido em setembro de 2003 – 12 meses antes – para 4.4%, medido em março de 2004, com projeção para dezembro de 2004 de 2.9% do PIB. Este quadro mostra que o custo fiscal dessa política tem tido encaminhamento favorável.

Se observarmos o custo fiscal do ponto de vista da dívida pública sobre o produto, veremos que o mesmo ocorre: ela passou de 58.7%, em dezembro de 2003, para 57.4%, em março de 2004, e mantém projeção de relativa estabilidade até o fim do ano. Esse dado refere-se ao custo fiscal da política implementada.

Em relação ao emprego, enfatizamos que há evolução. Este gráfico apresenta a massa salarial real na indústria, como projetada a partir de junho do ano passado; o emprego industrial em São Paulo, por exemplo; e o índice de emprego formal no País, segundo o Ministério do Trabalho. Portanto, existe também essa medida, resultado da política implementada.

Quanto aos efeitos colaterais dessa política, acredito que já foram devidamente endereçados, pois a maior preocupação, e com muita razão, é a imple-

mentação de uma política de desinflação, que visa a estabilizar a economia, o que em alguns momentos pode gerar custos do ponto de vista de geração de emprego e crescimento econômico. Mas acabamos de endereçar a evolução desses indicadores a partir do momento em que o Brasil saiu da crise que se estabeleceu em 2002.

Quanto ao efeito colateral da recessão efetiva, com o devido respeito a S.Exa., nossos indicadores não mostram que o Brasil está em recessão, definida por queda do Produto Interno Bruto. Os indicadores dos últimos 2 trimestres apontam modesto crescimento no terceiro trimestre e importante crescimento no último trimestre do ano passado. Ainda não temos dados referentes ao primeiro trimestre deste ano.

Em relação à falta de investimento externo e ao marco regulatório, independentemente do grande esforço que está sendo feito, evidentemente não cabe à política monetária influenciar nas questões referentes à sua regulação.

Mostramos que existe recuperação do investimento externo, que atingiu patamares mínimos de cerca de 300 ou 400 milhões de dólares/mês, no meio do ano de 2003. No final de 2003 estava em patamares mais elevados e atingiu o total de 10 bilhões de dólares. A previsão para 2004 é de 13 bilhões de dólares.

Esses patamares são menores do que os do final da década de 90. Mas é importante observar que aqueles números foram altamente influenciados pelo processo de privatização. Portanto, na inversão de máquinas e equipamentos não há queda tão importante. Temos visto uma margem de recuperação importante do fluxo de investimento externo.

Destaco que o fluxo de investimento externo também é muito influenciado pelas condições gerais da economia mundial, mas no País a tendência é positiva.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, desejo fazer uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Bornier) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Agradeço ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a excelente explanação.

Quanto aos dados fornecidos relativamente ao aumento da dívida nominal, temos informações concretas que não constam desses gráficos. Por isso, quando peço nova agenda para discutirmos este assunto, é para que os pontos positivos e negativos sejam igualmente apresentados e possamos debatê-los.

Agradeço a V.Sa. a tão esclarecedora exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Sr. Presidente do Banco Central, ainda há 11 oradores inscritos. Atendendo à sugestão do nobre Deputado Claudio Cajado, chamarei 6 e posteriormente 5, a fim de que todos se pronunciem.

Citarei os nomes do 6 Deputados, pela ordem: Osório Adriano, Fernando Coruja, Claudio Cajado, Colbert Martins, Carlito Merss e Osvaldo Coelho.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Sr. Presidente, não quero cansar o palestrante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – A pergunta de V.Exa. é sempre bem-vinda.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Quero fazer duas afirmativas.

Ao iniciar sua palestra, o Sr. Presidente do Banco Central referiu-se à reconquista da confiança. Na realidade, o gráfico da página 7 é bem claro: havia desconfiança em relação a quem seria eleito; e, em novembro de 2002, o resultado da eleição elevou a taxa da inflação. Posteriormente, verificou-se que a situação poderia não ser tão grave, e a indicação de V.Sa. para o Banco Central é um dos exemplos. Fora disso, a inflação segue a tendência do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Por gentileza, eu gostaria de ver o gráfico sobre o índice de emprego formal. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, esse gráfico bem denota o crescimento do emprego formal. No entanto, existem outros fatores que influenciam muito.

Militei na área empresarial por mais de 40 anos. Posteriormente, vim exercer meu mandato na Câmara dos Deputados e meus filhos assumiram os negócios. Isso não significa número de empregos inteiramente, mas é claro que existe e muito. Na área rural, por exemplo, há poucos anos não existiam empregados formais. Atualmente, V.Sa. pode notar, principalmente em áreas próximas às cidades, que os fazendeiros estão usando o emprego formal, em função de uma série de fatores: queixas trabalhistas, evolução da educação do povo e das necessidades. E hoje tudo está muito difícil para o trabalhador. Então, ele usa o emprego formal, ele exige que sua carteira seja assinada. Esse índice de emprego formal não representa bem a realidade do aumento de empregos no País. O desemprego é cada vez maior. Os números aí estão.

V.Sa. também mencionou o superávit primário das contas públicas. Ora, Sr. Presidente, esse superávit primário é alcançado em detrimento do crescimento econômico. O País não o agüenta mais. Tudo o que as empresas produzem retorna ao Governo em impostos, e eles estão crescendo. Não sei até quando

o País vai agüentar essa situação, que não vejo com bons olhos.

A imprensa de hoje mostra – há até uma fotografia de V.Sa. estampada em um dos jornais – nossa debilidade econômica. Basta um sopro no resto do mundo, e a economia brasileira é afetada de maneira grave. Veja, Sr. Presidente, o que dizem as 3 primeiras linhas desta matéria do **Estadão**: "Cenário externo derruba negócios locais. O cenário internacional deu o tom dos negócios no mercado financeiro e derrubou os principais ativos dos países emergentes, especialmente do Brasil".

Embora V.Sa. queira nos tranqüilizar com as declarações dadas a esse jornal, não consigo sentir a tranqüilidade, porque estou nesse meio e sinto que as coisas não correm de acordo com o que desejamos. As empresas não estão mais suportando a carga fiscal. O povo não compra, e não é por causa de juros alto, não, é porque simplesmente não tem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado Osório Adriano.

Tem a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, ao longo dos anos do Governo Fernando Henrique, estive nesta Comissão sempre contestando o Ministro Malan, o Presidente Arminio Fraga, enfim, o modelo econômico então adotado. Hoje, sou Deputado da Situação. Naquelas oportunidades, propúnhamos novo modelo, que seguisse outra lógica, talvez a lógica do modelo americano, com a contraposição de modelo cíclico e anticíclico, segundo o qual, quando há recessão, se baixam os juros, aumenta-se o gasto público, diminuem-se os tributos.

Vencemos as eleições, mas continuamos com o modelo antigo. Existe uma justificativa para tanto, e estou tentando me convencer de que é preciso fazer o que está sendo feito porque vou continuar defendendo o nosso Governo. Mas é evidente que ficamos inquietos e preocupados com o que está acontecendo.

Na época, ao analisarmos os números, questionávamos o Ministro Malan e o Presidente Arminio Fraga, porque sempre havia uma projeção para o ano seguinte, mas, ao final de cada ano, a projeção nunca era alcançada. Essa foi a tônica daquele período.

Estamos hoje vivendo uma situação que foi muito bem apresentada pelo Presidente Henrique Meirelles. Talvez tenhamos as dificuldades agravadas em virtude, na minha pequena compreensão, dos anos Fernando Henrique, do crescimento da dívida interna, da política que gerou a atual situação.

Quero fazer apenas uma observação, Sr. Presidente. Estou muito preocupado com o mundo, em especial com o Brasil. A crise social é muito grande, e há importante sinais na sociedade que precisam ser analisados, como a violência na Rocinha, no Rio de Janeiro, a morte de garimpeiros, o assassinato em presídios. Estamos vivendo uma convulsão social. No Peru, o povo, revoltando, matou um Prefeito e Vereadores. Começamos a lembrar a Revolução Francesa. Daqui há pouco o povo vai invadir o Parlamento. Estou até com medo de andar por aí.

O mundo atual é o mundo do sistema financeiro, que me parece distante do mundo real. Tivemos momentos de inflação alta, e o Brasil não cresceu, mas também já tivemos, ao longo da nossa história, momentos muito melhores.

Precisamos prestar atenção nos sinais, porque o modelo financeiro hegemônico no mundo está criando um *apartheid* violento. Não me refiro apenas à política econômica, à argumentação do Banco Central e do Ministério da Fazenda sobre o caminho que estamos seguindo. Vou votar a favordo salário mínimo que vier, porque não adianta concordar com o modelo e discordar das decisões. É preciso que haja sintonia. Então, vamos fazer um sacrifício e aprovar o que for preciso, para que a política do Governo funcione. Não sou eu quem a define, mas sou da base de sustentação do Governo e vou apoiá-lo.

Nossa preocupação é com a sociedade. O povo brasileiro daqui a pouco não agüenta e faz aqui o que a população fez com aquele Prefeito peruano. A esperança era grande, mas a situação está se agravando. O **apartheid** social é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado.

O próximo inscrito é o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO – Saúdo V.Exa., Deputado Gonzaga Mota, o Presidente Henrique Meirelles, os demais componentes da Mesa e os companheiros presentes.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, minha formação acadêmica é de bacharel em Direito. Não entendo muito de economia, mas, quando discutimos e votamos nesta Casa a LRF, queríamos justamente que a sociedade pudesse debater com seus representantes, e não apenas com os técnicos da área, as políticas econômicas do País.

Quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, elogiar sua postura elegante e respeitosa para com todos nós. Não tome o que vou dizer como uma crítica pessoal. Pelo contrário. Convivo diretamente com os Municípios que honrosamente represento e aqui exerço a fun-

ção de fiscalizar e de legislar. Quero discutir algumas questões não apenas do ponto de vista técnico, mas principalmente do ponto de vista político.

Sou oriundo do Estado da Bahia, da Região Metropolitana de Salvador. Vi ontem, estampado em todas as manchetes da mídia nacional e do meu Estado, que Salvador, Capital da Bahia, tem o maior índice de desemprego do Brasil, e em sua explanação V.Sa. disse que há um índice de emprego formal decrescente. Ora, então a realidade exposta por V.Sa. não é compatível com a dos Municípios baianos que represento nesta Casa.

A política conduzida pelo Banco Central tem um objetivo, mas, ao nos depararmos com a anunciada crescente confiança empresarial – há índices para comprovar esse sentimento –, não sabemos se aí estão a convicção do Deputado Osório Adriano ou as críticas do Vice-Presidente da República, José Alencar, que, desde o primeiro dia de seu mandato, implora pela redução das elevadas taxas de juros praticada no Brasil. Por outro lado, percebemos que o que as pessoas desejam é que os juros decresçam, como está ocorrendo. O problema está na dosagem, na velocidade do processo de redução. Será que os efeitos colaterais dessa política monetária, Sr. Presidente, não estão causando aumento da pobreza? Eu afirmo que sim.

Está aqui o Senador Eduardo Suplicy. Travamos no passado árdua luta para conseguir aprovar o Fundo de Combate à Pobreza e Erradicação da Miséria . Visitamos vários bolsões de miséria no País e constatamos que eles aumentaram. Os programas de transferência de renda têm caráter paliativo. O Brasil atravessa, sim, uma crise sem precedentes. Se não tivéssemos este clima tropical, futebol, praias e cachaça barata, o povo já estaria nas ruas, fazendo uma revolução que tornaria fichinha o golpe de 64 e suas conseqüências. Ninguém agüenta mais a atual situação.

Depois de ouvir tantas fábulas e parábolas, quero também apresentar uma. Desejando desafiar a inteligência de um sábio, um garoto levou nas mãos um passarinho e perguntou-lhe se o passarinho que levava nas mãos estava vivo ou morto. Se o sábio dissesse que o passarinho estava morto, ele abriria as mãos e o deixaria voar. Se dissesse que estava vivo, ele o apertaria nas mãos até matá-lo, e mostraria ao sábio o seu engano. Chegando ao sábio, perguntou-lhe: "Sábio, trago em minhas mãos um passarinho e quero que o senhor diga se ele está vivo ou morto". O sábio respondeu-lhe: "Meu filho, a decisão sobre a vida ou morte do passarinho está nas suas mãos".

Sr. Presidente, quero fazer uma analogia entre essa fábula e a situação brasileira. A decisão de diminuir a excessiva dosagem imposta ao Brasil e ao povo brasileiro está em suas mãos, e o excesso está causando enorme sofrimento à nossa gente.

O Presidente Lula foi eleito para mudar, mas não para fazer aquela mudança irresponsável, tão propagandeada no passado. V.Sa. está no Banco Central para fazer uma mudança positiva – mudança que não daria certo se não estivesse V.Sa. no comando daquela instituição –, mas a dosagem está alta demais.

O desejo do povo brasileiro é o de que haja responsabilidade nas ações. Para reflexão de todos e enriquecimento do debate, quero dizer que podemos, sim, continuar sendo responsáveis, mas precisamos acertar a dosagem das nossas decisões.

Não podemos mais esperar, Sr. Presidente. O desemprego, a pobreza e a miséria estão aumentando no País. O desemprego no interior e nos grandes centros, associado à falta de uma política macroeconômica que estimule investimentos no Brasil, principalmente no setor público, mostra que não está tudo bem. Sei que V.Sa. viaja muito, mas não sei se trafega pelas estradas brasileiras. Quando as percorremos, vemos claramente a falta de manutenção e conservação.

Fico intrigado, porque parece que não há nada errado. Será que a política do Banco Central e do Ministério da Fazenda não contêm nenhum erro? Podemos considerar que todos esses índices estão corretos? Será que alguns de nós estão errados?

Sr. Presidente, peço a V.Sa. que faça essa reflexão e ouça o que nós, Deputados, apresentamos como críticas construtivas, pelo bem do País e de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, quero dar uma sugestão para o bom andamento da continuidade dos trabalhos. Não temos muito tempo e restam poucos inscritos. V.Exa. poderia conceder a palavra diretamente a cada um, limitando as intervenções a no máximo de 5 minutos. Depois, o Presidente do Banco Central se manifestaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Submeto a sugestão do Deputado Carlito Merss ao Plenário.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovada.

Assumimos, portanto, o compromisso de limitar a participação de cada Parlamentar a 5 minutos no máximo.

O próximo inscrito é o eminente Deputado Colbert Martins, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Henrique Meirelles, demais convidados, lamento termos

de encerrar esta reunião desta forma: porque não se controla o tempo no princípio das reuniões, ficamos às vezes 30, 40 minutos discutindo um único ponto. No final, somos obrigados a abrir mão do nosso tempo, para não ter deixar uma reunião como esta toda desarticulada.

Concordo com as propostas de modificação e de nova audiência, mas não com a prática seguida. Precisamos estudar uma forma de melhorar o debate. Não podemos passar tanto tempo contando fábulas, e, na última hora, a participação dos outros inscritos ter de ser reduzida a alguns poucos minutos.

A presença do Presidente do Banco Central é útil num debate que nos permita a obtenção de esclarecimentos e a apresentação de propostas atinentes às nossas áreas de atuação.

Qual o atual perfil da dívida externa pública brasileira? Como está nossa dependência em dólar? Estamos tão vulneráveis quanto estivemos nos Governos passados?

Quanto à Argentina, cuja situação foi tão comentada, o caminho é esse: é bater na mesa e peitar o FMI? Os Governos anteriores foram contra, mas estou vendo alguns saudosistas nesta reunião. Esse pessoal parece que não tem espelho. Há 2 anos defendiam o oposto. Será o melhor enfrentar o FMI? Esse método funciona?

Outro ponto. Superávit de 3,25% ou de 4,25%. Ele é necessário, Sr. Presidente? Agora está na casa dos 5%. Precisamos aumentá-lo até quanto?

Esta semana, em Nova York, o Ministro Palocci disse que talvez o Brasil não precise mais recorrer ao FMI, que talvez não seja necessária a renovação dos acordos. Não precisamos mais do FMI? Podemos dispensá-lo a partir de setembro? Podemos nos ver distantes do FMI com o colchão de recursos que temos agora? Isso é possível? Se possível, é politicamente importante para as nossas mudanças políticas?

Sr. Presidente, na página 14 da demonstração de resultados do Banco Central estão os Créditos e Títulos a Receber. O Governo passado fez um gesto extremamente importante, com o chapéu alheio, no que diz respeito ao PROER. Vejo aqui Banco Nacional, Banco Econômico, BAMERINDUS, Banco Pontual, Banco Mercantil, BANORTE etc.: 23 bilhões de créditos em 2003; 28 milhões de créditos em 2002. Recebimentos neste semestre: Banco Econômico, 3,6 milhões; Banco Nacional, 1,85 milhão.

A pergunta é como o Brasil receberá os recursos que saíram do bolso de tantos brasileiros naquele período em que o PROER foi a salvação de alguns bancos?

Na página do parecer dos auditores independentes, Item 1, diz-se: "As demonstrações financeiras das instituições em liquidação com as quais o Banco Central detém créditos a receber no montante de R$23.04. 817 mil foram examinadas por outros auditores independentes. Para esses créditos, foi constituída uma provisão para perdas na sua realização em montante de R$6.586.720 mil (...)".

Eu queria uma explicação melhor sobre como está isso, até porque os próprios auditores, no Item 6, dizem que "as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2002, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos um parecer com divisão de responsabilidade com auditores independentes em decorrência do mesmo assunto discutido no parágrafo 1, e com ressalvas (...)".

Como está a questão dos recebimentos do que foi aquele período do PROER? Como está a situação dos débitos desses bancos relativos à intervenção feita no Governo passado?

Por fim, e cumprindo o tempo fixado, democraticamente aceito, quero lembrar que na última segunda-feira os Governadores se reuniram aqui em Brasília. Há um tom de se pressionar o Governo a rediscutir as dívidas dos Estados, que refletiriam na dívida pública interna brasileira. Qual sua opinião a respeito disso?

Eram as observações que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado Colbert Martins, pela colaboração, aliás já esperada. Cumprimento-o pelas brilhantes indagações.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o eminente Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, vou tentar ser ainda mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – A sugestão foi de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Fiquei um pouco tenso. Eu não queria falar sobre os 23 bilhões de reais mencionados na página 14 – dívida dos bancos. Com certeza esse montante nunca será recuperado. Os que foram beneficiados na orgia do PROER não reclamam.

Sr. Presidente, uma das primeiras manifestações aqui feitas dá conta de que o mercado internacional não tem mais confiança no Brasil, porque a nova regulamentação das Agências tem sido difícil. É óbvio que antes havia confiança. A AES veio, comprou a ELETROPAULO e não pagou

– nós pagamos. Ontem, vimos ocorrer outro vexame: a EMBRATEL foi vendida por 2 bilhões, e nóspagamos novamente, porque boa parte do dinheiro

era do BNDES, e agora ela está valendo 400 bilhões. Vamos de novo pagar a conta. Alguém vai ficar com esse "mico". É lógico que esse tipo de confiança nós não queremos.

O PPP que está sendo trabalhado nesta Casa servirá para mostrar a quem quer investir no País que há possibilidade de ganhar dinheiro, mas produzindo. E os especuladores estão assustados, porque a Taxa SELIC tem baixado muito.

Minha primeira pergunta, Sr. Presidente: qual foi a menor taxa básica nos últimos 10 anos? Não agüento mais esse discurso de que o juro está alto. Até onde eu sei, a taxa de 16% é a mais baixa dos últimos 10 anos. Eu queria a confirmação. No Governo Fernando Henrique, essa taxa passou de 40%, e nunca vi um Deputado ou Senador reclamar, talvez porque estivessem especulando e ganhando com ela. Quero ter a confirmação, para que a mentira repetida muitas vezes não comece a virar verdade – Goebbels usava muito essa tática. Vejo agora alguns com saudade até do golpe militar, e isso me assusta um pouco.

Muitas pessoas estão assustadas, até no meu partido. Vai haver uma eleição, e alguns, com saudade, gostariam de ver um novo pacote eleitoral. Já tivemos Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor, Plano Real. Nem sei se citei todos. Eu me sentiria muito mal, como membro do Governo e como Deputado do PT, se autoridades deste Governo aceitassem a demagogia de baixar um plano eleitoreiro. Seria fácil, Sr. Presidente. Talvez os partidos da base ganhassem umas duas ou 3 mil Prefeituras, mas em novembro pagaríamos a conta. Aliás, a Previdência já está pagando a conta agora: 12 bilhões terão de ser pagos, por decisão judicial, à conta dos pacotes eleitoreiros que elegeram muita gente.

Estou muito feliz, embora saiba que, eleitoralmente, isso talvez nos prejudique. O caminho é o que estamos seguindo. Não há almoço grátis. A irresponsabilidade da elite que, graças a Deus, saiu do poder no dia 31 de dezembro de 2002 deixou o País de joelhos. Estamos nos levantando aos poucos. Por isso, ainda ficamos à mercê de alguns movimentos especulativos. Este País continua ruim.

O desemprego foi muito comentado. Basicamente, o que tem incomodado a muitos é o fato de não quererem aceitar que, nos últimos meses, há mais pessoas sendo contratadas com carteiraassinada. É isso o que vale, é isso que melhora a Previdência. Porque não querem ver a realidade, utilizam-se dos dados do DIEESE e do IBGE colhidos nas 6 Regiões Metropolitanas.

Se é que isso está sendo estudado, qual a forma de se ampliarem essas contas? O Deputado Osório Adriano disse que contrata muita gente com carteira. Que bom. Fico feliz em saber. Mas provavelmente os empregados dele não estão sendo computados no índice que apura o desemprego nessas 6 Regiões Metropolitanas. É importante fazer a ressalva, senão vale o discurso fácil de que o Brasil está desempregando.

Mas o mais grave são os juros. Uma das saídas é baixar o preço do dinheiro. Os bancos, claro, não querem. Não é automática a redução da taxa básica e o *spread* bancário. A pergunta é objetiva: o que aconteceu em 2003 e o que está sendo feito pelo Banco Central para facilitar a vida das cooperativas de crédito? Essa é uma das grandes saídas que temos para baratear o dinheiro. Fico assustado porque diversas entidades me procuraram alegando que a burocracia do Banco Central continua muito grande, complicando a criação de cooperativas de crédito. Vejo essa como uma das poucas armas para fugirmos dos bancos. O que foi feito em 2003? Quantas cooperativas foram criadas? Se o senhor não tiver esses dados, por favor, envie-os ao meu gabinete.

O Deputado Gonzaga Mota fez um belíssimo trabalho, e Subcomissão do *Spread* Bancário continua a mostrando que o custo do dinheiro é criminoso – não há outro adjetivo.

São estas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputado Carlito Merss, também pela referência ao nosso trabalho, que ainda está em fase de elaboração.

O próximo inscrito é o eminente Deputado pernambucano Osvaldo Coelho, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO – Sr. Presidente Henrique Meirelles, desejo informar, em primeiro lugar, que sou Deputado de oposição e tenho disciplina partidária. Mas miro muito a governabilidade, o que me permite dizer publicamente que admiro V.Sa., que confio no trabalho que desenvolve à frente do Banco Central.

Não se assustem, vou falar dentro dos limites estabelecidos.

Represento aqui o semi-árido nordestino, 86 milhões de hectares de terra, 50% do Nordeste. A renda per capita brasileira é pouco além de 6 mil reais por ano. A renda per capita do Nordeste é de um pouquinho mais que 3 mil reais. A renda per capita do semiárido é de pouco mais de 1.000 reais.

Desses 86 milhões de hectares, 24% já foram desertificados. Em face do avanço da desertificação, o Governo brasileiro propôs ao Governo japonês um projeto com interesse na preservação da caatinga, conseqüentemente um projeto ecológico e, ao mesmo

tempo, com interesse social. Por exemplo, quem tivesse 100 hectares e tomasse um empréstimo, preservaria 50 hectares de caatinga e trabalharia, de acordo com orientação da EMBRAPA, nos outros 50 hectares.

Cuidadosamente elaborado, esse projeto andou 10 anos de ceca em meca. Na hora do repasse do dinheiro ao Banco do Nordeste, o Governo brasileiro disse ao Governo japonês que não queria o empréstimo, que ele não interessava. Refiro-me a um empréstimo de 5% ao ano, com 5 anos de carência e 25 anos para pagamento. Não conheço absurdo maior do que esse.

E isso aconteceu ontem, véspera do Dia Nacional da Caatinga. O Presidente Lula instituiu o Dia da Caatinga, dia de reflexão sobre essa desertificação no Nordeste, e um projeto que tinha os melhores e mais compatíveis juros com a realidade da região, que preservaria 100 mil hectares de caatinga é arquivado, devolvido ao Governo japonês! Fico assustado e tonto quando vejo coisas como essa.

Vou lutar com todas as minhas forças para inverter essa situação. Vou aos Líderes do PT, ao Presidente do PT, se puder até ao Presidente da República. Tenho audiências já marcadas com Ministros. Nunca vi nada mais perverso para os 20 milhões de brasileiros que vivem na caatinga e estavam na expectativa do trabalho.

Parece que o Governo não sabe que as raízes da violência estão também na pobreza. Se já são pobres e podem ficar mais pobres, podem se tornar também mais violentos. Um Ministro disse que eles vêm de lá para matar aqui. É capaz de isso acontecer mesmo, não vamos nos enganar.

Não sei como o Governo pode recusar um acordo dessa natureza. Será porque o projeto era do Governo passado?

Na cesta de projetos do banco japonês estava compreendido o projeto para a Baixada Fluminense, que foi todo liberado e aceito; o projeto para a Baixada Santista, também aceito; o projeto para a Baixada Maranhense, aceito também. Mas quando chega a vez do semi-árido do Nordeste...

Esses pouco mais de 1.000 reais de renda **per capita** representam uma mensalidade de 132 reais. Temos 20 milhões de brasileiros vivendo com 132 reais por mês.

Esta era apenas uma informação que eu tinha a dar, e acho que V.Sa. já a conhecia.

Minha primeira pergunta é a seguinte: qual é o gargalo que inibe um maior crescimento do Brasil?

Quero saber também se o Banco Central pode influenciar na elaboração de uma política pública de juros adequados a esse tal semi-árido nordestino de que eu falo, esse lugar onde não há nada e de onde se tira tudo. O Banco Central pode influenciar na criação de uma política especial para a região? Porque o Ministério da Agricultura não quer saber disso. Já mandei não sei quantos expedientes para o Ministro. Quero saber se é à porta de V.Sa. que eu posso bater.

Por fim, temos no Nordeste uma coisa chamada irrigação. Por sinal, o Governo se esqueceu dela este ano e não instalou sequer um metro de canal de irrigação. Parece que vai desprezar o projeto. O colono recebe 6 hectares do Governo, que custam uma fortuna, embora ele pague depois, mas o financiamento máximo que consegue só dá para 1 hectare. Há algum mecanismo de garantias evolutivas para esse homem, para que ele não precise trabalhar 12 horas em terra ociosa? Tenho propostas nesse sentido para os Ministérios que eu imaginei seriam responsáveis por essa área, mas eles fazem ouvidos de mercador, não querem saber de nada. Se o senhor me disser que é possível, vou mandar-lhe um dossiê. Se o senhor me permitir, envio alguém do setor agrícola para explicá-lo melhor. Do jeito que a coisa está, não estamos construindo o País que queremos, onde haja eqüidade, justiça e condições dignas de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Obrigado, Deputado Osvaldo Coelho.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o eminente Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, altos funcionários do Banco Central, é com alegria e com muita atenção que ouço o Presidente Henrique Meirelles. Também tenho admiração pela dedicação pública e pelo patriotismo do Sr. Presidente do Banco Central e de toda a sua equipe. Não duvido, em nenhum momento, do civismo dos senhores, que, se estivessem em outras atividades, certamente perceberiam remuneração muito melhor, pela competência e inteligência que têm. Faço minhas todas as palavras elogiosas dirigidas aos senhores por outros colegas.

Sou Deputado do PMDB e não quero meu partido na base do Governo Lula. Estou surpreso. Viajei hoje para Nova York, para Boston e para a Europa sem sair daqui. Parece que estamos num Brasil melhor de um ano para cá, ou de 2 meses para cá – com todo o respeito ao Presidente do Banco Central, que está fazendo um esforço extraordinário para que amanhã a inflação e o dólar não aumentem. O Presidente do Banco Central enche esta sala de esperança e de fé.

Estrategicamente, porque é inteligente, S.Sa. deixou para o final 2 slides. Um deles era sobre a massa salarial industrial, com tímido crescimento em 2 meses, quase nenhum, como se ali estivesse a retomada do

emprego no Brasil. Mas não podemos analisar só o setor industrial. E os serviços, o comércio, a agricultura?

Hoje se lê que os empresários estão indecisos, não sabem se acreditam ou não no Brasil, se acreditam ou não na economia mundial para este ano.

O outro era sobre o emprego formal. Sim, há mais fiscalização, estão assinando mais carteiras. Apesar do comportamento ambíguo do Governo Federal, o agronegócio continua acreditando, trabalhando e empregando. Mas passar a idéia de que o desemprego no Brasil está diminuindo é querer encher nosso coração de esperança. Eu queria ter a esperança que o senhor tem. Eu sou um cavaleiro da esperança, senão não faria política, voltaria à minha atividade de médico, onde trabalho com esperança, com a criança e o adolescente.

O Deputado Carlito Merss foi embora. Surpreendentemente, aliás, aqui não há nenhum Deputado do PT, só o Senador Eduardo Suplicy. O DIESSE, que é parceiro do PT, mostra que o desemprego nas 6 Regiões Metropolitanas bateu o recorde dos últimos 10 anos. O IBGE ontem divulgou que o índice de desemprego é de quase 13%. Parece que o Deputado Carlito Merss esqueceu-se de todos os indicadores de que se valeu ao longo dos 8 anos do Governo passado. Eu era do grupo do Serra, questionava o Ministro Pedro Malan e defendia que se ousasse um pouco na economia brasileira.

O desemprego é desesperador. Estão aí os depoimentos de 2 grandes empresários brasileiros, os Deputados Osório Adriano e Osvaldo Coelho.

Será que esses indicadores não mexem com o coração do Banco Central? – para mim, homens frios, deslocados da realidade, fechados no ar-condicionado do Banco Central.

O senhor disse no passado, referindo-se ao crescimento do último trimestre do PIB, que iríamos crescer mais de 5% este ano. Agora, parou de falar nisso. Acho que estava vivendo um momento de arroubo, de entusiasmo e de esperança.

O desemprego é desesperador, repito, e são responsáveis por ele o Presidente Lula, o Ministro Palocci e os senhores do Banco Central, com certeza. Recuamos em termos de crescimento econômico no ano passado. Os senhores mantiveram em 26% a Taxa SELIC. O Governo do Fernando Henrique Cardoso a aumentou em dezembro de 2002 porque o grupo de transição pediu, e durante 6 meses os senhores mantiveram a taxa no mesmo nível. Nós recuamos, mas o senhores até a aumentaram, para o desespero das famílias brasileiras e pânico dos empresários.

Além do mais, os senhores, junto com o Presidente Lula, são responsáveis pelo estabelecimento de superávit primário acima do que o Fundo Monetário Internacional quer. Pena que os Deputados Carlito Merss e Chico Alencar não estejam mais presentes. Que pena! Um Deputado do Partido Comunista teve a coragem de pedir ao senhor que falasse sobre o impacto social desse aumento. Caiu a renda da classe média em mais de 20%; caiu 13% o número de assalariados que têm carteira assinada. Os senhores não conseguem enxergar?

Eu tenho perfeita noção de que este País precisa de equilíbrio fiscal. A gastança pública foi controlada nos últimos 8 anos. Há muito ente público querendo gastar muito, e isso gera inflação. Sabíamos que tínhamos de fazer a reforma da Previdência, que o Deputado Carlito Merss não queria, 8 anos atrás. Nesta sala nós brigamos muito.

Eu ouço como quê um disco arranhado, Sr. Presidente do Banco Central. Durante 8 anos, o Ministro Malan veio aqui muitas vezes dizer que em 2 anos a situação melhoraria. Houve, porém, algumas crises internacionais. O Japão teve problemas, a Rússia teve problemas. E o senhor diz, da mesma forma, que a situação vai melhorar daqui a 2 anos.

Esse disco se repete porque está faltando ousadia, coragem. Não vamos crescer com inflação, é claro. A inflação rouba do pobre acima de tudo; é um verdadeiro câncer, tenho noção clara disso, mas é preciso um pouquinho mais de coragem do Presidente Lula, do Ministro Palocci e do senhor. O Brasil está regredindo e o dano social é sério.

Agora farei minhas 3 perguntas, sem comentários.

O senhor disse que é preciso criar um ambiente de crescimento, principalmente lá fora, mas, estrategicamente, não falou em ambiente de crescimento no Brasil. O Movimento Sem Terra está sem controle. O Ministro Miguel Rossetto nem existe. O movimento de invasão de terrenos urbanos está também sem controle. As greves fugiram do controle. Há um comportamento esquizofrênico em relação ao marco regulador das Agências. O próprio PT está dividido no que diz respeito à economia. Esse ambiente favorece o crescimento do Brasil e os investimentos?

Segunda pergunta. Não sou economista – sou médico –, mas leio artigos de economia para entender uns 25% do todo, se tanto. A poupança está financiando a dívida brasileira, e, pelo que eu entendo, se os senhores baixassem a remuneração dos títulos da dívida pública brasileira interna, talvez não vendessem os títulos e tivessem dificuldade para rolar a dívida. Eu queria que o senhor explicasse melhor o porquê disso. Os banqueiros não comprariam nossos títulos, então

não poderíamos rolar nossa dívida, e aí poderia se estabelecer um caos financeiro. É isso?

A questão do ambiente de crescimento eu vou transformar em pergunta. O ambiente brasileiro é favorável? E como a Argentina cresceu? É sabido que a maior parte da dívida Argentina é externa, diferente da nossa.

Por fim, quero dizer que acredito na seriedade do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Mas por que os senhores não mexem com a taxa de *spread*? O Deputado Osório Adriano não tem 18% de lucro em seu negócio, mas os bancos têm no *spread* 18% quando vendem sua mercadoria, que é o dinheiro. E não me venham com a conversa do livre mercado. O Ministério Público cai em cima de muitos setores, quando os preços disparam.

As despesas administrativas somam 22%, com toda a tecnologia e com a demissão de bancários levada a efeito ao longo do tempo. Os tributos são incríveis. O Governo tributa os bancos. Os senhores tomam dinheiro do mercado, usando o compulsório para segurar a inflação. E há a inadimplência também. O Deputado Osório Adriano, quando vende Coca-Cola, engole muita inadimplência, muita falta de pagamento dos distribuidores, dos armazéns, dos bares e restaurantes. Qual a razão dessa impotência do Banco Central e do Ministério da Fazenda, impotência que vem desde o tempo do Ministro Malan? Os senhores não mexem com os bancos. E temos de ouvir o Presidente do Banco do Brasil, para não falar no Amador Aguiar, que é do BRADESCO, dizer que o lucro do Banco do Brasil foi uma delícia no ano passado, quando chegou quase a 2 bilhões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Só por uma questão de curiosidade, Sr. Presidente do Banco Central, quero assinalar que já ouvimos 15 Srs. Parlamentares, dos quais apenas 2 eram da Oposição.

Tem a palavra o eminente Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, a quem agradeço a visita e a exposição, meus caros colegas, vou tentar me ater aos 5 minutos – o colega Darcísio Perondi extrapolou, e muito, o tempo fixado.

Quando um Governo se constitui e começa a governar tem o objetivo de, ao fim do seu mandato, merecer um bom julgamento da sociedade, da história, quer ter o que mostrar. O Governo vai tentar mostrar que o País cresceu, que o desemprego diminuiu, que a produção aumentou, que a renda da população está melhor. Enfim, o Governo busca um conjunto de resultados positivos para sua melhor avaliação no futuro.

Amanhã, dia 30 de abril, o Governo comemora um terço do seu mandato, justamente o período em que toda e qualquer política de transformação merece mais a confiança política e da sociedade. Mas a confiança política está paulatinamente diminuindo no Congresso Nacional, e, conseqüentemente, as condições para qualquer tipo de mudança ou transformação vão arrefecendo a cada dia.

Vou fazer algumas perguntas ao Presidente do Banco Central, e já peço desculpas porque talvez eu não possa ficar para ouvir a resposta – tenho um compromisso inadiável.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Chamou os candidatos à Presidência da República para participar desse acordo, e o então candidato Lula foi um deles. Ficou decidido que o superávit primário seria de 3,75%. Por que o Governo do Presidente Lula, espontaneamente, aumentou o superávit para 4,25%, aprofundando o processo recessivo em no nosso País, se, ao mesmo tempo, vemos a Argentina, em condições muito piores que a nossa, ter um crescimento de 8,87% em 2003 e impor ao FMI um superávit primário de 3%?

Segunda pergunta. Nós sabemos que a taxa básica SELIC, estipulada pelo Banco Central, remunera os títulos públicos. Sabemos também que os depósitos nos bancos são de propriedade dos brasileiros. Temos nossos depósitos, os depósitos a vista, sobre os quais o Banco Central estipula o chamado depósito compulsório, que serve para enxugar ou aumentar a liquidez no mercado. Por que se permite que o depósito compulsório no País pode ser feito pelos bancos com títulos da dívida pública e não em dinheiro, se depositamos dinheiro, e não títulos da dívida pública? Por que o Governo brasileiro arca com a despesa de pagar juros sobre depósitos que nos pertencem?

Terceira pergunta. Estamos analisando o Orçamento. Nele estão previstos 182 bilhões de reais para pagamento de juros e amortização da dívida, praticamente 30% do total. O Brasil precisa crescer e gerar empregos, tem muitas carências. Esses 182 bilhões não serão suficientes para o contexto da dívida, pois não há garantia de que o estoque da dívida não vá aumentar, o que fará com que a despesa de juros, se o estoque não cair, seja maior no próximo ano – é o histórico dos anos passados. Será que a provisão de 182 bilhões de reais envergonha o Governo? Não envergonha o Governo ver o País gastar 30% do seu Orçamento com amortização da dívida?

Quarta pergunta. Não tive a oportunidade de assistir à exposição do Presidente do Banco Central,

mas vi o gráfico da previsão da dívida líquida do setor público, que apresenta uma redução paulatina a partir do ano de 2003. Acontece que, para essa redução ocorrer, já que o estoque da dívida é o mesmo e tende a crescer, o PIB teria de crescer também, e, para o PIB crescer, é necessário que o Governo tome algumas atitudes, entre elas a redução drástica dos juros. Então, que garantia temos de que a relação dívida/PIB vai efetivamente ser reduzida, se o tão falado espetáculo do crescimento infelizmente ainda não entrou em cartaz?

Quero fazer ainda mais duas observações. Eu gostaria que V.Sa. expusesse as necessidades de capital externo que o Brasil tem, já que a internacionalização da economia provocou uma grande demanda de remessas de lucro, não só de **royalties**, mas também de juros, e também falasse um pouco sobre o volume de capital de que precisamos todo ano para fechar nosso balanço de pagamentos, tendo uma idéia da situação futura. O volume de exportações aumentou, mas queremos saber se continuaremos no mesmo nível de dependência dos capitais especulativos mundiais.

Como estão sendo aplicadas as reservas cambiais brasileiras? Eu tive a oportunidade de tomar conhecimento de relatório do Tribunal de Contas da União sobre o período em que o Sr.Gustavo Franco era Diretor da Área Externa, quando a concentração de aplicação de reservas cambias brasileira ficou mais de 50% em uma corretora em Lausanne. O relatório mostrava que o Brasil pagava em relação à dívida externa de 3% a 4 % ao ano a mais do que recebia sobre o volume das reservas, o que representava 7 bilhões de dólares em termos de perdas. Eu gostaria que V.Sa. falasse sobre a aplicação das nossas reservas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Cunha.

Tem a palavra o eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente Deputado Gonzaga Mota, prezado Presidente Henrique Meirelles, minhas saudações. Inicialmente, eu quero explicar que durante as primeiras duas horas desta manhã eu presidi a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que funcionou concomitante com esta audiência, por isso não pude estar aqui mais cedo. Se porventura eu fizer alguma referência, Presidente Henrique Meirelles, a algo que V.Sa. já tenha mencionado, saiba que isso se deve ao fato de eu não ter podido estar aqui na primeira parte da sua exposição.

É importante, em seu próprio benefício, salientar os resultados da sondagem feita pela Fundação Getúlio Vargas e publicada hoje sobre as perspectivas de um total de 1.005 indústrias pesquisadas: 56% delas esperam aumento na demanda por produtos e 10% prevêem queda.

As previsões parecem bastante otimistas, porque, do total das empresas consultadas, 35% pretendem contratar mais do que demitir no período entre abril e junho e 11% planejam mais demissões do que admissões. O saldo de 24 pontos é o maior desde outubro de 1986. Ou seja, há uma perspectiva positiva, embora todos nós quiséssemos que a taxa de crescimento fosse ainda mais acentuada.

Sr. Presidente do Banco Central, não fosse a sua responsabilidade e obrigação de estar presente a esta reunião – a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que é preciso vir aqui a cada 6 meses expor a política econômica do política do Banco Central -, o senhor estaria reunido com o Presidente da República e os Ministros da área econômica, que hoje pela manhã refletiram sobre o valor do salário mínimo?

Eu faço a pergunta porque avalio que, da mesma maneira como a autoridade monetária tem sempre enfatizado sua preocupação com o resguardo da moeda e da estabilidade de preços, também é da maior relevância que o Presidente do Banco Central e os Ministros da Fazenda e do Planejamento, portanto as 3 autoridades monetárias que fazem parte do Conselho Monetário Nacional, tenham idêntica preocupação com o emprego, com o crescimento da economia e com a melhoria da distribuição da renda no País. Estes objetivos são o cerne do maior bem-estar possível para todos.

Mesmo quando se pensa na estabilidade de preços, é importante considerar não apenas aqueles fatores que afetam a procura agregada, mas também os que afetam a oferta agregada de bens e serviços. Se tivermos apenas a preocupação de conter a demanda por bens e serviços e ela estiver demonstrando certa pressão para que os preços se elevem, e se não atentarmos para o que se passa com a oferta de bens e serviços, então, repreendendo a demanda, dependendo de como funcionem as coisas, se a oferta for desestimulada, ao diminuir a oferta agregada de bens e serviços, estaremos fazendo com que os preços não baixem.

Às vezes, a preocupação do Banco Central é manter juros altos em demasia, conforme tantos argumentaram. Se porventura esses juros altos estiverem brecando a oferta de bens e serviços, nãoestaremos contribuindo para a estabilidade de preços, se a oferta não aumentar o suficiente? É preciso que haja uma interação entre os diversos instrumentos da política econômica, e não apenas com aqueles referentes à primeira preocupação das autoridades monetárias,

tais como as taxas de juros, o ritmo de crescimento da oferta de moeda na economia e assim por diante. Ou seja, minha preocupação, Presidente Henrique Meirelles, é que exista sempre a oportunidade de interação e discussão de todos os instrumentos de política econômica.

Essa é a razão da minha questão inicial sobre a definição do salário mínimo. Ora, todos sabemos que o Presidente está com a difícil tarefa de definir o valor do novo salário mínimo. Não se sabe se será de 260 reais ou outro valor.

Segundo noticiário recente, o Governo teria definido em reunião, na qual não estava presente o Dr. Henrique Meirelles, 260 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, aproveito a brilhante intervenção de V.Exa. para dizer que a maioria das perguntas dirigidas ao Presidente do Banco Central seriam melhor respondidas pelo Ministro do Planejamento ou pelo Ministro da Fazenda.

Teríamos de mudar a lei para que os 3 Ministros aqui comparecessem de 6 em 6 meses. Peço desculpas por ter quebrado o protocolo, mas realmente muito do que foi indagado ao Presidente foge à sua alçada. Compete aos outros 2 responder as questões.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Trata-se de assunto altamente polêmico. De forma nenhuma o Presidente do Banco Central pode se excluir da responsabilidade. A política monetária tem de ter repercussão nas duas pontas. Não é pacífico entre os estudiosos da economia a exclusão dessa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Não estou excluindo. Pelo contrário. Gostaria que a decisão fosse integrada, como disse o Senador Eduardo Suplicy. Seria melhor que o valor do mínimo fosse definido pelos 3 Ministros. Se o Presidente Meirelles estivesse presente, a decisão poderia ter sido outra. Não é para haver exclusão, mas participação ativa. Isso é contrário aos artigos que escrevi sobre o assunto.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – De qualquer maneira, Presidente Gonzaga Mota, tivemos a possibilidade de argumentar com o Ministro Guido Mantega. Com respeito às reuniões do Conselho Monetário Nacional bem como as do COPOM, sugiro que elas passem a ser transmitidas pela RADIOBRÁS e pela *NBR*, para que haja transparência em tempo real e tudo se torne igual para todos. Assim, não haverá informação privilegiada para esse ou aquele segmento, e todos saberão como pensam os Ministros e o Presidente do Banco Central.

Farei uma observação relativa à preocupação com o pagamento de juros.

O Deputado que me antecedeu há pouco mencionou que no Orçamento está o compromisso de amortização mais juros da ordem de 182 bilhões de reais. S.Exa. disse que os juros nominais do setor público, portanto, o pagamento efetivo pelo setor público, considerando Governo Central, regionais e as empresas estatais, somaram 145,2 bilhões ano passado. Para 2004, a previsão é de 121,5 bilhões.

Pergunto: Há perspectivas de termos a continuidade da diminuição do valor para 2005 e 2006? O Governo está prevendo isso? Podemos considerar que o peso dos juros na economia brasileira nesses 2 anos vai ser bem menor do que o Produto Interno Bruto?

Os 145,2 bilhões em relação ao PIB, da ordem de 1 trilhão, 530 bilhões – se não me engano, foi esse o valor –, corresponderam a aproximadamente 9,5%? Se esses 121,5 bilhões corresponderem a algo bem menor que os 9,5%, porque o PIB neste ano deverá ser da ordem de 1 trilhão e 800 bilhões, poderemos ter números gradualmente menores de pagamento de juros e compará-los, por exemplo, com a transferência de renda prevista para este ano, que será um pouco mais de 5 bilhões de reais? Cento e vinte e um bilhões de reais de juros pagos pelo setor público para aqueles segmentos da sociedade tanto do Brasil quanto do exterior – estou falando das esferas de maior poder aquisitivo – constituem transferência bastante diminuta.

O Presidente Henrique Meirelles sabe que devemos avançar na direção de uma transferência de renda de caráter incondicional para todos.

Que perspectiva tenho com relação a isso? Que por volta de 2006, 2007, 2008, tenhamos em torno de 5% do valor do PIB com a transferência de renda na forma mais eficaz, que é a da renda básica de cidadania, que espero não tenha caráter simplesmente assistencial.

Sr. Presidente, Deputado Gonzaga Mota, isso é muito importante. Se tivéssemos neste ano 5% do PIB na forma da transferência de renda, seriam 83 bilhões de reais para 176 milhões de brasileiros.

Deputado Osvaldo Coelho, assim como V.Exa., eu estava pensando nas 20 milhões de pessoas que vivem na caatinga.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO – Dezessete.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Suponhamos uma família de 6 pessoas que vivem na caatinga, cada uma ganhando 40 reais por mês. Totalizaria 240 reais. Quarenta reais vezes 176 milhões dão 183 bilhões. Muito menos do que os 145 bilhões pagos aos segmentos de maior renda na economia.

Na hora de o Presidente Lula decidir o valor de 260 reais – e isso acabou de acontecer neste momento –, o chefe de uma família de 6 pessoas, que mora na caatinga, teria 260 mais 240 e estaria com 500 reais. Mais do que isso: esse instrumento é compatível com a maior competitividade da economia brasileira.

O Presidente Henrique Meirelles conhece muito bem a economia norte-americana. No ano passado, os Estados Unidos pagaram, em transferência de renda, a mais de 20 milhões de famílias, 35 bilhões de dólares – algo como 2 mil dólares em média para famílias que não recebiam até o patamar de 33 mil dólares anuais.

Hoje, os países desenvolvidos pagam transferência de renda, o que torna suas economias mais competitivas em relação à nossa. Temos de promover a adequada transferência de renda. Se ontem o Brasil conseguiu uma vitória importante na OMC, foi porque disse que os países desenvolvidos não deveriam pagar tanto aos seus produtores de algodão. Será que podemos dizer a esses países que não devem fazer transferência de renda às famílias? Isso não seria adequado, ainda que eles tenham programas de transferência de renda nessa direção. Precisamos estar conscientes de que se não tivermos uma forma adequada de transferência de renda – e a mais adequada é a renda básica de cidadania –, estaremos deixando de ser mais competitivos.

Há muito tempo, venho procurando persuadir o Presidente Henrique Meirelles a se envolver bastante na discussão desse tema. A transferência de renda aos que pouco ou nada têm precisa ser tão importante quanto o que se paga de juros aos que mais têm na sociedade brasileira e no exterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V.Exa. tem minha admiração e meu respeito por suas brilhantes observações.

Concedo a palavra ao Deputado Airton Roveda.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA – Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, estou torcendo pelo sucesso do Governo Lula. Aliás, não apenas eu, mas todo os brasileiros. Estou louco para que isso vá para em frente. Pelo amor de Deus!

Vejo a questão da seguinte maneira. Sou empresário do ramo de areia, que pertence à construção e dá muitos empregos no País. A área caiu 25%, assim como a de cimento e a de empregos.

Em novembro e dezembro de 2003, o povo estava ciente de que as condições do Brasil iriam melhorar. Em janeiro e fevereiro, os juros baixaram, mas todo mundo abafou o fato. Tenho certeza de que isso é quase psicológico. Como disse o Deputado Darcísio Perondi, precisamos de ousadia. O Sr. Henrique Meirelles tem postura, seriedade e condições para ajudar o Brasil a ir para a frente. Precisamos de ousadia.

O que move o Brasil? Paremos para pensar nos problemas brasileiros, como o transporte rodoviário. Se melhorarmos o transporte rodoviário, baixando o preço do diesel para 90 centavos, todo mundo vai ter emprego, porque o diesel é usado no transporte de arroz, feijão etc. O diesel é uma dessas chaves; a outra são os juros baixos. Essas duas têm de movimentar o Brasil. E que Deus ajude este País!

Dr. Henrique Meirelles, V.Exa. tem condição de melhorar este Brasil. Faça alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputado Airton Roveda, pela objetividade.

Concedo a palavra à Deputada Professora Raquel Teixeira, terceira Parlamentar da Oposição a fazer uso da palavra e conterrânea de V.Exa., Dr. Henrique Meirelles.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Deputado Gonzaga Mota, pelas minhas contas, deve ser a quarta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Dos partidos de oposição?

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Dos partidos de oposição.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Deputado, pensei que V.Exa. iria dizer que fui a terceira mais votada no meu Estado, enquanto o Dr. Henrique Meirelles foi o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Quem está numa situação dessas não precisa de oposição.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA – Minha intervenção será rápida.

Dispositivo constitucional obriga o Presidente do Banco Central do Brasil a comparecer nesta Casa a cada 6 meses. Quero cumprimentar o Dr. Henrique por atender prontamente ao convite desta Comissão. Isso é importante para esta Casa e para o Governo como um todo.

Preocupo-me constantemente com a construção de um país mais justo. Temos de acabar com a má distribuição de renda, com a exclusão social. Temos de nos preocupar com educação e saúde pública de qualidade. Interessei-me pelos números hoje mostrados apenas como indicativo do quanto podemos melhorar a vida dos cidadãos. Não podemos nos acostumar a ver um desempregado querer pular da tribuna do Senado e outro atear fogo ao próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto, fato que ocasionou sua morte. Não

podemos banalizar essas cenas, pois o problema do desemprego é crucial.

Sei que não se resolvem questões sociais apenas com política social. Precisamos de uma política econômica que dê suporte ao desenvolvimento social.

Sem entrar na polêmica do Deputado Darcísio Perondi e seguindo a orientação do Deputado Gonzaga Mota, não vou cobrar de V.Exa. respostas que talvez caberiam ao Ministro da Fazenda ou ao Ministro do Planejamento. Assim, vou ater-me à questão do Banco Central.

Há estudo para mudança da meta de inflação de 2005 para 4,5%? É verdadeiro isso que ouvimos dizer? Se for, qual seria a meta pretendida? Qual seria o impacto? Quais implicações disso no crescimento do PIB?

Dr. Henrique, posso estar enganada no que vou dizer. Não é minha área específica. Morei nos Estados Unidos por muito tempo. Pelo que sei, o Banco Central americano leva em conta o desemprego para fixação de metas. Gostaria de entender como isso acontece e se não poderíamos levar em conta também problemas como o do desemprego.

Se agíssemos como os Estados Unidos, haveria alguma implicação?

Tenho uma pergunta adicional muito pontual. Por que a Taxa SELIC cai – e caiu 40% de meados de junho até agora – e as taxas ao consumidor não? Por que o Brasil não cresce, Dr. Henrique? Esta é a angústia e o drama de todos nós.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Mota) – Muito obrigado, Deputada Professora Raquel Teixeira.

Dr. Henrique, V.Exa. tem várias perguntas a responder.

Informo aos Srs. Parlamentares e ao eminente Dr. Henrique que vou consultar meu partido, o PSDB, para ver da possibilidade de eu fazer uma emenda para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal. O objetivo é estender o convite semestral ao Conselho Monetário Nacional para comparecer a esta Casa. Com isso, os Parlamentares poderiam ficar com visão bem mais profunda, uma vez que têm detalhes da área da Fazenda, de arrecadação, de gastos, orçamentários, gestão, que o Presidente do Banco Central não está devidamente preparado para responder.

Então, com a palavra o nobre Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Sr. Presidente. Gostaria, portanto, de responder os questionamentos e fazer um comentário sobre esse ponto, objeto de discussão nesta Comissão. Até onde estaremos respondendo a todas as questões com relação ao custo fiscal, ao custo para a sociedade? Quando implantaremos as políticas monetárias, cambial e as demais políticas do Banco Central? Tudo isso está inter-relacionado. Na medida em que começarmos a analisar o custo fiscal, vamos entrar em questões que não são da área de atuação do Banco Central.

Portanto, não é possível responder a todas elas dentro do enfoque do Banco Central.

Em segundo lugar, é importante mencionar que o custo fiscal é difícil de ser definido tecnicamente. Vou dar um exemplo. Existe uma visão um pouco intuitiva de que basta o Banco Central baixar drasticamente a taxa de juros – como alguns mencionaram – que o custo fiscal diminuirá. Não necessariamente isso ocorrerá. Quem financia o Tesouro Nacional não é o Banco Central. É o mercado. Isso significa, em última análise, todos os investidores. Isso não quer dizer quea taxa de juros do mercado vai acompanhar uma taxa de juros abaixo do Banco Central. Às vezes aconteceu o contrário no passado. O Banco Central baixou a taxa de juros, mas o custo do Tesouro Nacional subiu.

Essa não é uma conclusão intuitiva. A avaliação da eficácia da política do Banco Central tem de ser feita nos termos de avaliação dos diversos setores, de sua evolução. Quais são as metas do Banco Central? Primeira e principal: controlar a inflação; segunda, obter bons resultados da política cambial; terceiro, das áreas de fiscalização bancária etc. Isso não apenas nas contas fiscais, mas na economia como um todo. Portanto, deixo apenas esse ponto.

Gostaria de dizer aos senhores que me senti muito honrado de ter sido chamado de Deputado por alguns. Agradeço-lhes a honra.

Vou começar respondendo as perguntas do nobre Deputado Osório Adriano.

S.Exa. fez-me algumas indagações sobre a evolução do emprego no País. O número de vagas criado no primeiro bimestre de 2004 foi o maior dos últimos 10 anos.

Disse-me o nobre Deputado que os fazendeiros hoje registram seus empregados, ao contrário do que se fazia no passado. Portanto, cumprimento os fazendeiros e os incentivo a continuar fazendo isso, porque, de fato, é o caminho natural para que possamos estender os benefícios sociais a todos os trabalhadores.

É importante mencionar que não podemos medir de fato o emprego informal. Nisso há um critério de tendências, de medida da atividade econômica importante. Portanto, não podemos desconsiderar a questão do emprego formal. O desempenho econômico de um país melhora quando empregos são oferecidos.

Em relação aos impostos altos, o nobre Deputado Osório Adriano faz um comentário interessante. Diz que se o povo não compra, a culpa não é dos juros altos.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Falta dinheiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Falta dinheiro. É isso aí, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – O povo não compra porque não tem dinheiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não há dúvida de que a falta de dinheiro será resolvida quando o País aumentar o número de empregos, a renda **per capita**, o crescimento econômico e, juntamente com os programas sociais do Governo, a massa salarial possa continuar crescendo e possa existir mais dinheiro disponível para a população.

Em relação à questão fiscal, gostaria de enfatizar que, como tudo na vida, temos limitações. O Governo deveria gastar muito mais nos programas sociais, na remuneração dos funcionários etc. Ele deveria arrecadar muito menos com menos impostos e que a dívida pública e os juros caíssem. O fato é que alguns desses fatores não são compatíveis entre si. Compete, portanto, ao administrador público fazer, dentro desse aspecto, o melhor possível e uma administração da maior responsabilidade, exatamente o que está sendo feito hoje por este Governo, pela área econômica e pelo Ministério da Fazenda.

Os sinais emitidos pela sociedade, a que o Deputado Fernando Coruja se refere, são realmente preocupantes. S.Exa. fez um alerta ao Banco Central e ao Governo em relação exatamente aos sinais emitidos pela sociedade. Cito como exemplo o que ocorreu na Rocinha, com os garimpeiros etc.

Estamos ouvindo com muita atenção o que diz a sociedade. A experiência mostra que inflação mais alta é pior para os mais pobres, desorganiza a sociedade, traz crescimento menor. Portanto, compete ao Banco Central, dentro da sua esfera de responsabilidade, cumprir as metas de inflação. Tem de se envolver num esforço geral com o Governo para maior crescimento econômico, que se dará com a criação de emprego e ampliação dos programas sociais.

O Deputado Claudio Cajado relatou-me forte preocupação e fez apelo enfático ao Banco Central. Preocupa-se S.Exa. com o alto índice de desemprego em Salvador, o maior do País. Lá existem os famosos bolsões de miséria. Ninguém agüenta mais a situação. Segundo o Deputado isso poderia estar de certa maneira relacionado ao que ele chama de dosagem excessiva da política monetária. Pediu-nos que encarássemos o problema com muita seriedade.

Deputado, nós encaramos essa questão com muito respeito e seriedade. O respeito não é apenas com S.Exa., mas com a sociedade brasileira. Respeito muito a opinião do Deputado quando diz que a dosagem de política monetária é excessiva.

Nobre Deputado, o COPOM reúne-se uma vez por mês. Nessas ocasiões, cada um dos membros faz sua avaliação sobre a situação e, num sistema de votação livre, toma sua decisão, vota no que julgar melhor. E o julgamento dos membros do COPOM é de que essa dosagem é adequada para fazer com que a inflação no Brasil convirja para as metas com o menor custo possível à sociedade e dando estabilidade ao Brasil para crescer de forma sustentada nos próximos anos. Na avaliação do COMPOM, portanto, a dosagem está correta.

Pergunta também o Deputado se não há nada errado. Respondo-lhe que não. Muitas coisas no Brasil poderiam ser melhores – é bem verdade – e estão erradas: o desemprego está alto. Estamos trabalhando para diminuí-lo; a renda **per capita** está baixa, precisamos fazer com que ela cresça e eliminar os bolsões de miséria. Há muita coisa errada no Brasil, muitos índices difíceis, alguns deles estão aí há algumas centenas de anos, infelizmente. Estamos fazendo o melhor possível. Estamos trabalhando dentro da maior seriedade para dar ao povo brasileiro boa qualidade de vida.

O Banco Central deve olhar os indicadores e o resultado das políticas que estão sendo aplicadas. Temos de demonstrar exatamente o resultado da política econômica atual dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, mostrando o resultado das ações do Banco Central no semestre anterior.

Pergunta-me o Deputado Colbert Martins sobre o atual perfil da dívida pública brasileira.

A dívida pública total brasileira externa, incluindo os empréstimos do Fundo Monetário Internacional, tem evoluído. Em 2001, era 8,16% ao ano, o prazo era de 8,9 anos. Estou mencionando o perfil. Em 2001, o prazo médio era de 8,9 anos; em 2002, de 7,7; agora, de 7,3. Em média, a dívida encurtou um pouco, mas em compensação a taxa média caiu de 8,16%, em 2001, para 6,9% ao ano. Portanto, a evolução da dívida externa é nesse sentido. A dívida externa líquida está tendo uma trajetória decrescente. Caiu de 14,3%, em dezembro de 2002; 12%, em dezembro de 2003; 11%, em março de 2004.

A dívida total do setor público, por exemplo, com o percentual da dívida total, tem evolução crescente: de 51% para 63%.

O perfil da dívida interna tem melhorado. Demonstrei isso por meio de gráficos. Essa parte da dívida interna já foi endereçada. O perfil está aumentando

na medida em que o prazo médio da dívida pública interna está crescendo e o custo médio da dívida interna tem caído paulatinamente. Em resumo, é uma pergunta de ordem geral.

S.Exa. pergunta se, para resolver essas questões, não seria correto seguir o mesmo caminho da Argentina, que está crescendo. A Argentina de fato está crescendo, mas somente agora começa a chegar aos índices que tinha antes da crise. Portanto, está crescendo muito porque o produto caiu bastante. O Brasil já está com índices, por exemplo, de produção industrial, equivalente ao pico da série. Portanto, esse é um dado real. Podemos inclusive fornecer a S.Exa. os dados especificamente da Argentina nesse aspecto, no devido tempo.

Pergunta também se é necessário o superávit primário de 4,25% do produto. Entendemos que sim. Isso é fundamental para manter o equilíbrio fiscal e, em conseqüência, estabelecermos a trajetória cadente da dívida e fazermos com que a taxa de juros possa de fato, a longo prazo, atingir patamares internacionais. Trata-se de algo fundamental no processo de crescimento.

Muitos crêem que se o Governo gastasse mais, o Brasil cresceria mais. Isso pode ser verdade em situações especiais. Depende muito da capacidade de endividamento do Governo. Países com estrutura de dívida igual a do Brasil, na medida em que gastava, mais o superávit primário caía. Com isso, a dívida aumenta, sobem as taxas de juros e a economia acaba sendo prejudicada.

Foi-me perguntado por que não recebemos mais do PROER ou quais são as perspectivas.

Pois bem. No caso do PROER, foram empréstimos concedidos a instituições que estavam em processo de liquidação para evitar na época prejuízos aos depositantes. Os empréstimos têm correção de acordo com o contrato equivalente às garantias. Em resumo, as garantias são as notas que o Tesouro Nacional oferece com uma remuneração equivalente à dos empréstimos concedidos pelo Banco Central, que se apropria desses créditos.

Evidentemente, em algumas situações, o saldo do PROER poderá ser superior até ao valor das garantias. E a lei diz que a correção desses tipos de empréstimos para instituições nesse processo será a correção pela TR mais juros apropriados até o valor da garantia. E o Banco Central tem feito essa apropriação dos juros. E na medida em que garantias são liquidadas, vendidas e apurados os resultados, ele vai se ressarcindo. Por exemplo, o Banco Central já recebeu de valor de principal e juros R$14.215.881.281,71. Portanto, é esse o critério.

Algumas pessoas perguntam por que não aceleramos o processo de liquidação. Evidentemente, que esses processos têm grande controvérsia judicial, existem ações judiciais de parte da parte e que vai depender do pronunciamento da Justiça.

A reestruturação da dívida dos Estados é uma situação complexa. É normal que exista um processo de negociação, mas existem contratos em andamento, que deverão ser cumpridos, mas é legítimo que todos demandem condições menores, cada Governador com seu Estado. Evidentemente, é função do Governo Federal defender o equilíbrio fiscal da União.

O Deputado Carlito Merss pergunta sobre a Taxa SELIC e como ela se coloca em relação ao passado. S.Exa. tem razão. A Taxa SELIC está entre as mais baixas dos últimos anos – 16%. Já esteve por períodos curtos um pouco mais baixa do que isso. De fato, em termos comparativos, nos últimos anos, é uma taxa relativamente baixa.

A segunda pergunta: "o que está sendo feito para aprovar as cooperativas de crédito?" Foram aprovadas neste ano 25 cooperativas de crédito. Concordo com a observação do Deputado de que a cooperativa de crédito é algo absolutamente fundamental, importante e que vai aumentar muito a competição do sistema financeiro. A oferta de crédito vai ser muito favorável inclusive para a quebra dos *spreads*.

O Deputado se preocupa com a questão da burocracia, com a dificuldade de aprová-las. Nesse caso é uma responsabilidade fiduciária do Banco Central. Ele não pode deixar de cumpri-la. Tem de assegurar que todas as condições técnicas vão ser obedecidas pelos projetos de cooperativas. As cooperativas que não estejam devidamente estruturadas poderão trazer importantes prejuízos ao contribuinte e à Nação no futuro. Portanto, isso tem de ser feito com muito cuidado.

A última pergunta é em relação ao número de cooperativas aprovadas, que são 25.

O Deputado Osvaldo Coelho antes da pergunta inicial fez uma observação sobre a questão dos empréstimos especiais com o aprovisionamento de preservação de meio ambiente, os empréstimos particularmente em benefício da caatinga brasileira. As políticas setoriais são de responsabilidade de outras áreas do Governo, não necessariamente do Banco Central. Vamos certamente levar a preocupação do Deputado com o empréstimo específico do Japão e também com tratamento especial para o semi-árido aos demais membros do Conselho Monetário Nacional.

Quanto ao gargalo que inibe o crescimento do Brasil, diria que não é apenas uma questão – se fosse seria mais fácil –, mas várias. O nível total de poupança do País, de investimento e o equilíbrio fiscal estão

sendo tratados com muito cuidado pelo Governo Federal, pela administração do Presidente Lula. O Governo está empenhado em resolver os problemas que o Brasil teve durante muitos anos de altíssima inflação, de moratórias, de uma série de outras questões, cujas conseqüências foram terríveis: taxa de juros bastante elevada e diminuição de investimentos em educação. Se não houver investimentos na educação o Brasil não conseguirá crescer. Em resumo, é um conjunto muito grande.

Do ponto de vista da nossa responsabilidade específica, diria a S.Exa. que a experiência diz que não há exemplo de crescimento sustentável a longo prazo a taxas elevadas. Nenhum país com taxa de inflação elevada ou com desequilíbrio fiscal, com dívidas crescentes do Poder Público conseguirá se desenvolver. Os preços têm de ser definidos pelo Conselho Monetário.

A pergunta do Deputado Darcísio Perondi é em relação à questão do total do emprego e de alguns índices importantes. Por exemplo, o DIEESE mostra um aumento importante do desemprego.

Farei alguns comentários a esse respeito. Em primeiro lugar, é importante que olhemos os índices pelo que eles indicam. O DIEESE mede o desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, que não tem necessariamente uma correlação com o desempenho da economia no Brasil como um todo. Por exemplo, existe o índice de emprego formal divulgado pela FIESP em relação a São Paulo, que mostrei, e outros indicadores do Estado que diferem do índice do DIEESE, por exemplo, da cidade ou da Região Metropolitana de São Paulo.

Certamente, o emprego informal é algo importante. Temos agora de prestar atenção a um dado da maior importância para o crescimento do emprego formal no Estado de São Paulo e em todo o Brasil. Pergunta o Deputado: até que ponto o coração dos membros do Banco Central não se mexem com o que está acontecendo no País e os indicadores não necessariamente mexem com o coração?

Diria a S.Exa. que posso falar por mim, mas suponho que estejam na mesma situação os demais Diretores do Banco Central. Sentimos profundamente, de coração, a dificuldade do Brasil.

Fazemos o melhor que podemos para resolver essas questões e melhorar as condições do povo brasileiro.

No entanto, a forma de atender à demanda do coração, portanto, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, não é deixar a inflação subir, não é fazer com que a taxa de juros seja baixada de forma artificial, de maneira que a inflação suba, que o emprego de risco dos títulos públicos suba e isso gere, em última análise, menor crescimento, com mais inflação e com um maior custo da dívida pública.

Em resumo, voltando à pergunta que já respondi antes, dentro da nossa avaliação, estamos fazendo uma política monetária, que é o melhor equilíbrio possível hoje para o Brasil: iniciarmos uma rota de crescimento sustentado com inflação convergindo para as metas.

Gostaria de falar sobre a suposta empolgação do Presidente do Banco Central no ano passado, quando mencionou a taxa anualizada. Não se trata de empolgação. É simplesmente realidade. A taxa anualizada do quarto trimestre de 2003 foi de 6,14%. Isso quem diz é o IBGE. Não é projeção. É uma taxa anualizada de um trimestre. A projeção para o ano de 2000 foi 4% ou 3,5%. Isso não mudou. Essa foi a taxa sempre anunciada não apenas nos relatórios do Banco Central, mas também nas opiniões do Presidente do Banco Central.

Em relação aos empresários, há a impressão – sei que muitas vezes ela é ventilada – de que existe pânico no empresariado. Respeito as opiniões individuais. Aprendi ao longo dos anos a respeitar muito a opinião individual de cada empresário.

O índice de confiança empresarial medido pela Fundação Getúlio Vargas não aponta esse pânico. Alguns deles foram mencionados pelo Senador Eduardo Suplicy. Conforme projetamos aqui, o índice de confiança do empresariado está melhorando.

Quanto à ousadia e à coragem, respeito profundamente a opinião dos demais Deputados. Temos, contudo, de fazer o que nos diz a experiência e agirmos de acordo com a consciência. Do nosso ponto de vista, ter ousadia e coragem no Brasil é controlar o déficit público e a inflação.

No que diz respeito à questão do ambiente geral, evidentemente que ele influencia o crescimento. Incertezas, preocupações sociais e todas as questões mencionadas, fazem parte de conjunto de fatores. O importante, no entanto, é o resumo disso, que é a taxa projetada de crescimento. Projetamos para este ano um crescimento superior ao das outras duas décadas no Brasil.

Já comentei o caso da Argentina e o fato de não baixarmos o título público.

O Banco Central não financia o Tesouro. O Tesouro é financiado pelo público. O Banco Central não controla a taxa demandada pelo público. Já houve casos no passado, não apenas no Brasil, mas em outros países em que o Banco Central tenta baixar demais a taxa, e na realidade o custo do título público pode crescer no prefixado, no pós-fixado, no COPOM

e mesmo no índice indexado à Taxa SELIC, porque o prêmio do papel pode subir.

Quanto ao *spread* bancário, estamos fazendo trabalho muito grande nesse sentido – já mencionei isso em perguntas anteriores. Existem, na história do Brasil e na de outros países, experiências malsucedidas de tentativa de tabelamento não apenas de preços, mas também de *spread* bancário.

Com relação à competição, o Deputado mencionou o caso do Ministério Público. Certamente, na medida em que existam condições e indícios de violação da lei, seja por práticas monopolistas ou por falha da competição, o Ministério Público tem de intervir – e intervém –, dentro da sua responsabilidade, não apenas no setor comercial industrial, mas certamente no setor financeiro.

O Banco Central tem parte da responsabilidade e a está cumprindo, mas existem vários outros fatores, alguns deles inclusive em discussão na Casa, como a lei que regulamenta o papel do CADE e do Banco Central na fiscalização da competição entre as instituições financeiras – será muito importante essa discussão – e a lei de concordata e falência, que também está em discussão.

No que diz respeito à pergunta do Deputado Eduardo Cunha, novamente sobre a Argentina, é mais de 8%. Quanto ao compulsório, esclareceria que parte dele é depositado em dinheiro; outra, em títulos, dependendo do perfil de cada um.

Cento e oitenta e oito bilhões de reais de juros e amortização da dívida não é algo que envergonha o Brasil? Isso é uma realidade. Não se trata de vergonha. Temos de trabalhar para que esse número caia. Devemos dar à questão melhor direcionamento. E isso estamos fazendo. Já mostrei aqui como está andando o perfil da dívida e sua evolução. Novamente, estamos mostrando que a taxa de juros reais está indo numa direção favorável.

Por exemplo, os juros nominais pagos pelo setor público, consolidado no Brasil, foi em 2003 de 9,59% do Produto Interno Bruto; em março de 2004 estava em 8,52%; a previsão para dezembro é de 7,15%. Portanto, em resumo, compete-nos fazer o melhor possível para que essa relação caia.

A necessidade líquida de financiamento externo está caindo, em função exatamente do superávit de conta corrente.

As reservas são administradas de forma bastante técnica. Onde há competição, há avaliação pública em períodos determinados dos diversos administradores que cuidam de partes dessas reservas. Além disso, há critérios muito rígidos de relação retorno e risco. Quer dizer, não há dúvida de que se quiséssemos retorno maior – como qualquer investidor o quer –, poderíamos assumir riscos maiores. Não é, contudo, uma boa política de administração de reserva. A política de administração de reserva tem de mensurar muito bem o retorno sobre o risco. A reserva do País deve-se à boa técnica de gestão. Tem de ser aplicada em títulos de alta liquidez e segurança. Títulos têm retornos menores.

Fechando a questão externa em relação ao balanço de pagamentos, vamos ter um total de amortização ao redor de 38,3 bilhões de dólares. Quanto às transações correntes, não há necessidade de 0,2 bilhões de dólares. Estamos esperando 13 bilhões de dólares de financiamento direto.

Em termos de desembolso médio das instituições financeiras, esperamos que haja uma taxa de rolagem dos empréstimos privados no Brasil de 100%, o que significa taxas de longo prazo compatíveis com o mercado. Vamos ter um desembolso médio de 31,5 bilhões de dólares, incluindo saques aos fundos de cerca de 6 milhões de dólares. Isso inclui os bônus da República e o desembolso dos organismos.

Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy por considerar minha presença útil nas discussões de ordem macroeconômica. Certamente estaria reunido com o Presidente e com os Ministros, caso fosse convidado.

Sobre o atual formato das reuniões do COPOM. Estamos adotando o que foi definido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Congresso Nacional, caso seja modificado o formato por diploma legal.

No critério atual não há nenhum segmento da sociedade com informação privilegiada, na medida em que a decisão do COPOM – isso quando acontece – é divulgada para toda a sociedade ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Permite-me uma observação? Posso fazer pequenas perguntas aos Deputados e Deputadas presentes?

Por acaso V.Exas. saberiam dizer – pois todos os presentes se preocuparam com a taxa de juros – quais são os membros do COPOM? Sabem o nome dos membros do COPOM que definem a taxa de juros?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Será que alguém sabe?

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Por que fiz essa indagação? Por que outro dia ela me foi feita por um membro do Governo num diálogo muito construtivo. Era o Secretário-Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, do Ministério das Relações Exteriores. Fiquei pensando nela. Por isso formulei a pergunta. Seria interessante que as sessões do COPOM fossem transmitidas. Tenho um projeto de lei para que a TV Senado faça essa transmissão. Como a TV Se-

nado poderia ter conflito com o horário da reunião do COPOM, pensei na RADIOBRÁS.

Aliás, já conversei com o Presidente da RADIOBRÁS, Eugênio Bucci. Vou conversar depois com o Presidente Henrique Meirelles e com os Diretores do COPOM. Por quê? Porque seria interessante, devido à enorme importância que todos os Deputados, Senadores e o povo brasileiro dão à definição da taxa de juros estabelecida pelo COPOM. Todos poderiam ser membros do COPOM, além do Presidente Henrique Meirelles, que tem grande exposição pública. Que pudessem, portanto, o Diretor de Política Econômica, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, João Antônio Fleury Teixeira, Alexandre Schwartsman, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, Paulo Sérgio Cavalheiro, Antônio Gustavo Matos do Vale, Sérgio Darcy da Silva Alves e Luiz Augusto de Oliveira Candiota serem reconhecidos por intermédio da televisão.

Dessa forma, quando o Afonso Bevilaqua saísse à rua, os empregados e desempregados diriam: "O senhor se lembrou de mim na hora de definir a taxa de juros".

Faço a seguinte indagação, Presidente Henrique Meirelles...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Com toda a elegância e com todo o respeito que tenho à tecnocracia do Banco Central, pediria que a temperatura da sala fosse diminuída. Com a baixa temperatura e a frieza tingida com a esperança que nos dá o representante do Banco Central, vamos pegar uma gripe asiática. Isso pode afetar os resultados macroeconômicos.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA – É muito perigoso conhecermos o pessoal do COPOM. Em janeiro ou fevereiro eles iam levar umas laranjas ou ovos ou coisas parecidas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Sinceramente, Sr. Presidente, com respeito às observações dos Deputados Airton Roveda e Darcísio Perondi, primeiro acho que o calor desta reunião vai possibilitar que o Deputado Darcísio Perondi não fique com qualquer gripe.

Minha intenção com tal proposta é permitir que a população e os Parlamentares conheçam melhor o raciocínio, a reflexão dos membros do COPOM na hora de tomarem as decisões e saibam em que medida o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, o Sr. Afonso Bevilaqua e os demais membros do órgão levam em consideração, na hora de decidir, tanto o objetivo da estabilidade de preços, no que todos concordamos ser muito importante, como o da redução do desemprego e o da elevação da taxa de crescimento do País. Em que medida a mensuração da taxa de desemprego é considerada com o devido peso nas reuniões do COPOM?

É claro que a transmissão das reuniões traria ao processo decisório maior transparência; ao COPOM, maior responsabilidade; e à população, maior conhecimento das atividades do órgão.

Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, faço a V.Sa. as seguintes perguntas. Primeiro, do ponto de vista operacional, haveria algum problema em relação à transmissão das reuniões? Conversei com o Sr. Eugênio Bucci, Presidente da RADIOBRÁS, e ele me disse que, nasocasiões em que coincidir de a RADIOBRÁS – seja a NBR, seja a Rádio Nacional – estar transmitindo, por exemplo, uma reunião importante ou um pronunciamento do Presidente da República no horário em que estiver sendo realizada a reunião do COPOM, haverá um problema operacional.

Além disso, vamos supor que pudesse haver a transmissão das reuniões do COPOM e, também – mais importante ainda –, do Conselho Monetário Nacional, que ocorrem uma vez por semestre. Não é isso, Sr. Presidente Henrique Meirelles? As reuniões do Conselho Monetário Nacional ocorrem uma vez por ano ou uma vez por semestre?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Conselho se reúne todos os meses.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Todos os meses. O Conselho Monetário também?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Conselho Monetário Nacional também.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Que fogo amigo, hein? Um Senador do PT fazendo essa proposta!

Aliás, não há nenhum Deputado do PT aqui. É interessante a imprensa registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Mas a minha indagação é sobre se seria viável.

Se não fosse possível transmitir a reunião ao vivo, que a RADIOBRÁS o fizesse logo depois, assim que pudesse, para que todos nós conhecêssemos melhor como é feita a reflexão e tomada a decisão. Isso tornaria transparentes tanto a reunião do Conselho Monetário Nacional quanto a do COPOM.

Deputado Darcísio Perondi, é com o maior carinho e amizade que faço essa pergunta. *(Risos.)*

Concedo a palavra ao Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, respondendo à pergunta, não tenho conhecimento operacional do ponto de vista da RADIOBRÁS, mas certamente isso pode ser verificado.

Quanto à nossa posição a esse respeito, conforme já mencionei, Senador, qualquer que seja a decisão

legal desta Casa em relação à maneira que deve funcionar o Banco Central, vamos segui-la.

Em relação aos outros países, não conheço experiência de Banco Central que tenha as reuniões do Comitê ou do Conselho de Política Monetária – ou órgão equivalente a esses – transmitidas ao vivo. Isso não quer dizer que eles estejam certos e, portanto, que não possa existir algo diferente. Estou apenas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Ou que o Brasil não possa lhes dar um bom exemplo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Ou que o Brasil não possa inovar.

Lembro apenas que há razões para o fato de tais reuniões não serem transmitidas. Meramente, como motivo de futura reflexão do Senador, informo que uma das preocupação existentes é a de que, como se trata de discussão que leva um tempo relativamente prolongado, e, como os mercados funcionam ininterruptamente – se não estão abertos no Brasil, estão abertos em outros países, e em todos eles são negociados títulos brasileiros –, e, como muitas vezes, uma discussão que pareça estar indo em determinada direção pode se inverter no decorrer da reunião, uma reunião assim pública pode gerar instabilidade nos mercados e não ser muito favorável à economia.

O Senador mencionou, com muita propriedade, a necessidade de se conhecer o COPOM. A esse respeito, esclareço que das notas do COPOM constam não só o nome de todos os seus membros, com os seus cargos etc. – informação que o Senador tem –, como também, e mais importante ainda, que em determinado momento elas deixam transparentes – e é do conhecimento de toda a sociedade brasileira que tenha interesse no assunto – todo o processo racional desenvolvido pelos membros do órgão, quais foram as decisões tomadas e o motivo que o levou a elas.

Mas, dito isso, Senador, gostaria de deixar claro que seguiremos, absoluta e disciplinadamente, qualquer que seja o formato definido por esta Casa.

O Deputado Airton Roveda nos faz o seguinte apelo: "Façam alguma coisa!" S.Exa. deu 2 exemplos: baixar o preço do diesel – e mencionou as vantagens de tal medida – e baixar os juros.

Eu diria a S.Exa. que estamos procurando fazer muitas coisas, entre elas, algo muito importante, que é a estabilização de preços no Brasil, o que significa trazer a inflação para o patamar de metas definido pelo Conselho Monetário Nacional e manter uma política cambial que beneficie o aumento do equilíbrio externo, segundo o sistema de metas de inflação.

Quanto ao outro apelo do Deputado, no sentido de baixarmos os juros, já falamos suficientemente sobre o tema. Os juros de mercado que são pagos pelo Governo por meio da remuneração da dívida pública ou pelas empresas envolvem fatores gerais. Estamos vendo paulatino decréscimo dessa taxa nos últimos meses, período em que ela vem atingindo níveis baixos em comparação aos praticados no passado recente do País.

A Deputada Professora Raquel Teixeira pergunta sobre a meta para 2005: se existe uma mudança de meta e, nesse caso, qual seria a nova meta.

Deputada, a meta para 2005 foi fixada na reunião do Conselho Monetário Nacional de junho de 2003. O Conselho Monetário Nacional estará reunido em junho de 2004 para fixar a meta para 2006. Portanto, a meta está fixada em 4,5%, e compete ao Banco Central cumpri-la.

Existem propostas importantes, de pessoas altamente qualificadas – entre elas, representantes da população –, que sugerem uma discussão das metas futuras. Trata-se de legítimo debate da sociedade. Entretanto, a meta para 2005 está fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Não há na agenda do Conselho nenhuma proposta de discussão da meta.

Repito: não compete ao Banco Central participar desse tipo de discussão, mas, sim, implementar a meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Em relação à trajetória de metas e o seu impacto sobre o crescimento, Deputada, a idéia é a seguinte. O sistema de metas de inflação é o mais bem sucedido na última década, não só para o combate à inflação – tanto que houve queda da inflação média em diversos países –, mas também para efeito sobre a atividade econômica, à medida que a estabilidade de preços, conforme mostra a história, favorece o crescimento potencial dos países. Não resolve todos os problemas de crescimento, mas, pelo menos, elimina um problema importante – a inflação.

Em resumo, a meta de inflação é o sistema de menor custo, se comparado com os demais usados em passado recente, e de maior eficácia para o controle da inflação.

Em relação ao fato de o FED levar em conta o desemprego ao tomar suas decisões, devo dizer que o Banco Central considera, na sua avaliação, com seus modelos, toda uma série de indicadores econômicos.

Voltamos à questão central, Deputada. A experiência mostra que o Banco Central dá a sua melhor colaboração à sociedade quando faz a inflação entrar na trajetória de metas – sejam elas explícitas, como no caso do Brasil, sejam implícitas, como no caso do FED, que não as divulga. Portanto, a estabilidade de preços é precondição para o crescimento.

Em relação à sua pergunta sobre núcleo de inflação **versus** inflação cheia, ressalto que o debate acerca do tema existe e é válido. A decisão do Brasil foi trabalhar com a inflação cheia, isto é, a inflação total, e não apenas com a inflação medida por um determinado tipo de núcleo.

Trata-se, conforme eu disse, de discussão válida, mas eu alerto os Srs. Parlamentares para um dado importante – já que estamos no final da reunião e podemos ir mais devagar um pouquinho –, contido numa expressão muito feliz criada pelo saudoso Ministro Mário Henrique Simonsen: a maldição dos índices. Ele dizia que todas as vezes que se procurava sair de um índice para passar para outro havia uma punição. O que eu quero dizer é o seguinte: o importante não é adotarmos um ou outro índice, mas mantermos a consistência do que escolhermos.

Ainda tenho que terminar de responder à pergunta da Deputada, mas me parece que o Deputado tem alguma observação a fazer.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Eu quero fazer a réplica e prometo ser curtíssimo. V.Sa. responda, primeiro, à Deputada.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não, Deputado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Regimentalmente, V.Sa. tem que responder a todos os que perguntaram primeiro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Perfeitamente! Tudo bem. É que, como V.Exa. já acionou o microfone, eu pensei que...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Responda primeiro à Deputada, terceira Parlamentar mais votada de Goiás.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Está certo.

Em relação à questão da SELIC **versus** taxa de juros ao consumidor, deixe -me apresentar a V.Exa., Deputada, alguns dados, primeiro sobre operações de crédito com recursos livres para pessoa jurídica. A taxa média, em 2003, foi de 38,1%, contra 30,4% em 2004, até agora, para pessoa jurídica. Portanto, houve queda de 7,7%. Para pessoa física, caiu de 87,3% para 64%, o que significa redução de 23%. No caso de pessoa física, o **spread** caiu de 59,9% para 48,6%, o que mostra uma diminuição de 11,3%. A queda da SELIC já é conhecida.

Com relação à outra pergunta – se podemos esperar uma queda dos juros pagos em relação ao PIB para 2005 e 2006 –, a resposta é: se mantidas as atuais políticas monetária e fiscal, conforme a nossa avaliação, certamente esse será o caminho, e as despesas com os juros tenderão a cair.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – A réplica, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Pois não, Deputado. V.Exa. dispõe de um minuto.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Em relação ao desemprego, não aceito de forma nenhuma que seja passada para o Brasil a impressão de que a situação do emprego está alentadora e estimuladora.

A renda da classe média, repito – podem perguntar a todos os que estão nesta sala; não sei se há algum rico aqui –, caiu, e as pessoas têm sentido essa queda. Em todas as famílias há sempre alguém – a esposa, o filho ou o irmão – em busca de emprego. Isso é reflexo da maldosa política monetária ortodoxa.

Quando V.Sa. falou em Mário Henrique Simonsen e na maldição dos índices, pensei que fosse falar da herança maldita, que, na verdade, não é maldita. V.Sa. foi cuidadoso e não falou nela, mas a bancada federal do PT aqui não está para não ter que defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – O PT está presidindo a reunião, Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Mas, se a chamada herança maldita fosse muito ruim, o atual Governo não teria seguido a política monetária do anterior. Eu discordava do Malan, mesmo sendo Vice-Líder de FHC. Só que a política por ele adotada foi *overdose* feita por um médico, e V.Sa. é um enfermeiro do Ministro Palocci, ou um médico não formado.

Em segundo lugar, dizer neste plenário que a taxa real de juros caiu de 26,5% para 16% é o mesmo que comparar 2 cidadãos: um que caiu do 20º andar e outro que caiu do 10º andar: ambos morreram...

Em terceiro lugar – e neste ponto concordo com V.Sa. –, faço política porque sou um homem movido a esperança, e o faço por missão. Senão, voltaria – repito – a exercer a medicina, e medicina da criança, porque quem trabalha com a criança trabalha com esperança.

V.Exa., com certeza, tem o mesmo marqueteiro do Presidente Lula, o Duda – olhe que o Duda começou a errar! –, porque em dezembro encampou a projeção do IBGE de crescimento de 6,14% do PIB para este ano. A projeção foi feita pelo IBGE, mas não foi ele, e sim V.Sa., o Sr. Henrique Meirelles, quem a anunciou. E todas as agências a apresentaram. Seja um homem da esperança, mas não de falsas esperanças, porque os empresários e os desempregados estão perdendo a confiança no Governo – os índices de popularidade do Presidente Lula mostram isso.

Muito obrigado pela atenção e pelas aulas que V.Sa. nos deu. Embora eu não seja economista, aprendi bastante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Deputado Airton Roveda.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA – Sr. Presidente, pensei que o Presidente do Banco Central tivesse grande influência no COPOM. Conforme já disse, janeiro e fevereiro eram os meses da esperança, e ela foi frustrada – isso é uma realidade. Eu pensei que teria do Presidente resposta para a minha dúvida, mas S.Sa. mostrou que não tem interferência no COPOM.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – S.Sa. é membro do COPOM.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Vamos devagar.

O que eu disse é o seguinte: o COPOM tem diversos membros, e eu sou o seu Presidente. Portanto, conduzo a reunião, tenho direito de voto e sou responsável pelo voto de Minerva.

O SR. DEPUTADO AIRTON ROVEDA – Tudo bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, desejo apenas dizer ao Deputado Darcísio Perondi, que ainda está presente, que S.Exa., na condição de pediatra, pode ajudar o Sr. Garotinho a resolver um bocado de problemas, não só do Rio de Janeiro como também do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, para suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, demais Parlamentares, a discussão hoje travada durante esta reunião foi extremamente útil e proveitosa. Para nós, do Banco Central, é sempre uma extraordinária oportunidade vir ao Congresso Nacional, não só para expressar as nossas avaliações, mas também para ouvir os representantes da população brasileira e certamente aprender muito com V.Exas.

Em relação à política do Banco Central, gostaria apenas de enfatizar que compete ao órgão e aos membros da Diretoria, dos departamentos e do corpo funcional do Banco fazer o que lhes parece ser o melhor, e é assim que sempre procuramos agir.

Quanto às taxas de juros, novamente ressalto que se trata de importante preocupação de todos. As taxas de juros no Brasil têm sido, por razões históricas, muito elevadas, e os motivos que levam a tal fato são objeto de importante debate acadêmico.

Tendo dito isso, é importante ressaltar que tentativas de baixa artificial da taxa básica de juros pelo Banco Central, feitas no passado, levaram a aumentos das taxas de mercado, o que não foi positivo para o País. Portanto, as taxas de juros têm que ser administradas com muito cuidado e muita perícia por qualquer Banco Central.

Desejo fazer apenas uma última observação em relação aos famosos 6,14% do ano passado: pela última vez, afirmo que essa nunca foi uma projeção, mas uma medida anualizada da inflação do último trimestre de 2003. A projeção de inflação para 2004, obtida a partir do relatório de inflação do último trimestre de 2003, foi de 3,5%.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – De inflação ou de crescimento?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe-me. De crescimento.

Vou repetir, então: os 6,14% são relativos ao crescimento anualizado do Brasil no último trimestre de 2003, e a projeção de crescimento do PIB feita pelo Banco Central para 2004 é de 3,5%.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Henrique Meirelles, pela participação nesta reunião.

Agradeço ainda a presença a todos os Parlamentares que aqui estiveram.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e cinco de maio de 2004, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Edison Lobão, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Leonel Pavan e Almeida Lima, e, ainda, do Senador Paulo Paim, do Governador do Estado do Ceará, Senador Lúcio Alcântara, e da Prefeita de Florianópolis, Sra. Ângela Amin. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Jú-

nior, tendo falta justificada em virtude de estar em missão política e cultural de interesse parlamentar no Estado do Acre, Mão Santa, Romero Jucá, João Alberto Souza, Jonas Pinheiro e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, tendo falta justificada em virtude de licença médica para tratamento de saúde. Precedendo a apreciação das matérias, é realizada a cerimônia de inauguração do quadro do Governador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos no Biênio 2001/2002, a fim de compor a Galeria de Presidentes da Comissão. Em seguida, havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário do Projeto de Lei de Conversão nº 34/04 e da Medida Provisória nº 176/04, sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 1– Mensagem do Senado Federal nº 52, de 2004, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcellos, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, de autoria do Executivo, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. A Presidência retira a matéria de pauta; Item 2-Mensagem do Senado Federal nº 60, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil e do Governo do Estado do Ceará, no valor total de até US$100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Companhia de Águas e Esgoto do Ceará – CAGECE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará – SANEAR II", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Senador Eduardo Azeredo, usam da palavra o Senador Eduardo Suplicy, o Governador Lúcio Alcântara e os Senadores Tasso Jereissati, Rodolpho Tourinho, Aloizio Mercadante, César Borges e Roberto Saturnino. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. É aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 61, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$22,400,000.00 (vinte e dois milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Florianópolis e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar, parcialmente, o 'Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Básica e dos Serviços Urbanos de Florianópolis'", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência designa o Senador Rodolpho Tourinho Relator Ad Hoc. Após a leitura do parecer pelo Senador Rodolpho Tourinho, usam da palavra os Senadores Jorge Bornhausen, Leonel Pavan, a Senadora Ideli Salvatti e a Prefeita Ângela Amin. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado, e, ainda, Requerimento de Urgência para tramitação da matéria; Item 4 – Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, não terminativo, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura (CI). Após análise da CAE a matéria irá à CCJ. Em 18-5-04, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Em 17-5-2004, foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutiva), de autoria do Senador Romero Jucá. Em 18-5-2004, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador César Borges, e a Emenda nº 05, de autoria do Senador Ney Suassuna. Em 24-5-2004, foram apresentadas as Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10 e 11, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. Em 25-5-2004, foram apresentadas as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, de autoria do Senador Pedro Simon, as Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, as Emendas nºs 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41, de autoria do Senador Roberto Saturnino, e a Emenda nº 42, de autoria do Senador Pedro Simon. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para análise das novas emendas apresentadas, sendo o pedido acatado pela Comissão; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no artigo 192 da Constituição Federal", de autoria Senador Arthur Virgílio, tendo como Relator Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Em 18-5-2004, foi concedida Vista Coletiva, nos

termos regimentais. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário da MPV nº 176, de 2004, e do PLV nº 34, de 2004, proveniente da MPV nº 177, de 2004, sobrestando a pauta; Item 7-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 01 de redação que apresenta. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário da MPV nº 176, de 2004, e do PLV nº 34, de 2004, proveniente da MPV nº 177, de 2004, sobrestando a pauta; Item 8-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1– CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário da MPV nº 176, de 2004, e do PLV nº 34, de 2004, proveniente da MPV nº 177, de 2004, sobrestando a pauta; Item 9-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário da MPV nº 176, de 2004, e do PLV nº 34, de 2004, proveniente da MPV nº 177, de 2004, sobrestando a pauta; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário da MPV nº 176, de 2004, e do PLV nº 34, de 2004, proveniente da MPV nº 177, de 2004, sobrestando a pauta; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 05, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela CAS. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário da MPV nº 176, de 2004, e do PLV nº 34, de 2004, proveniente da MPV nº 177, de 2004, sobrestando a pauta; Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário da MPV nº 176, de 2004, e do PLV nº 34, de 2004, proveniente da MPV nº 177, de 2004, sobrestando a pauta; Após a aprovação do Requerimento nº 27-CAE, de 2004, de autoria do Senador Ney Suassuna que requer, nos termos regimentais, seja retirado, em definitivo, o Requerimento nº 24-CAE/2004, de autoria do Senador Ney Suassuna, que solicita Audiência Pública para o PLS nº 213, de 2003, que "institui o Estatuto da Igualdade Racial", de autoria do Senador Paulo Paim, é apreciado, ainda, como Extra-Pauta, o Item 01– Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, não terminativo, que "institui o Estatuto da Igualdade Racial", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1,2,3,4 e 5 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela CE, CAS e CCJ. Após a leitura do relatório pelo Senador César Borges, usam da palavra

os Senadores Almeida Lima e Paulo Paim. A Presidência concede Vista ao Senador Almeida Lima, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª APRESENTADORA – Excelentíssimos Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia.

A partir deste momento, procederemos ao descerramento do retrato do Exmº Sr. Senador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal no biênio 2001/2002, e atualmente Governador do Estado do Ceará, que irá, a partir de hoje, compor a Galeria de Presidentes desta Comissão.

Neste momento, fará uso da palavra o Exmº Sr. Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que, em seguida, procederá ao descerramento do retrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, imprensa falada, escrita, televisionada, Sr. Diretor-Geral do Senado, Srs. Consultores que nos dão a honra de suas presenças, autoridades presentes. É um dia especial para nós, da Comissão de Assuntos Econômicos, é um dia que estava sendo aguardado. Eu estava lendo um livro e o hoje Governador Lúcio Alcântara me disse: "Estou capitulado onde?"

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Diga qual era o livro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Era um Código de Processo Penal. Eu é que estava sendo capitulado pela demora em marcar, em designar a data para esta reunião, Governador Lúcio Alcântara, que tem o objetivo de prestar a V. Exª uma significativa homenagem, uma homenagem sincera, uma homenagem que parte do fundo do coração de todo o Senado da República, uma homenagem que representa o reconhecimento aos relevantes serviços prestados por V. Exª ao País, ao tempo em que esteve aqui, honrando o mandato de Senador pelo Estado do Ceará. V. Exª prestou serviços relevantes como Presidente desta Comissão, sempre procedendo com zelo, com isenção, com dignidade e, sobretudo, com muita competência, levando a bom termo os nossos trabalhos.

Tive a honra de sucedê-lo – não com o mesmo brilho e capacidade – naquilo que sempre nos uniu, o ideal de dar o melhor de nós para o Brasil. Aliás, isso é de toda a Casa. Cada um de nós procura servir ao Brasil servindo aos seus respectivos Estados.

Hoje, temos a satisfação de ver que V. Exª governa o Estado do Ceará e sucede quem está aqui conosco, também dando continuidade ao seu trabalho. Quero me referir ao Senador Tasso Jereissati, que deixou o Governo do Ceará e veio para o Senado da República, e V. Exª, que deixou o Senado da República e foi para o Governo do Estado do Ceará. É bom ver essa, não digo troca, mas alternância, porque, afinal de contas, serve-se ao País, serve-se à Pátria em todo lugar, e o melhor lugar de servir à Pátria é onde nascemos, porque é lá que a Pátria começa.

É muito natural, portanto, que, tanto no Senado como, hoje, no Governo do Estado, V. Exª esteja servindo a nossa Pátria, servindo ao Estado do Ceará. Portanto, somos todos agradecidos a V. Exª, a quem convido para ir comigo até onde será descerrada a placa onde figura a fotografia que marca a sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos, como seu Presidente.

V. Exª sabe o quanto de afinidade existia entre nós. Estou falando existia porque naquela época nós conversávamos mais, eu ia ao seu gabinete trocar idéias sobre os assuntos que diziam respeito ao nosso País.

Assim, neste momento, convido V. Exª para descerrarmos o seu retrato. (Palmas.)

(Procede-se à cerimônia de descerramento do retrato.)

A SRª APRESENTADORA – Temos a honra de convidar o homenageado, o Exmº Sr. Governador Lúcio Alcântara, a fazer uso da palavra.

O SR. LÚCIO ALCANTARA – Meu caro amigo, Senador Ramez Tebet, que tem a honra de presidir esta Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores que integram a Comissão – e eu me permito saudar a todos em nome do meu amigo, antecessor e grande líder político, Senador Tasso Jereissati –, senhores funcionários da Comissão aqui presentes, senhores Consultores, senhores funcionários que integraram, durante os oito anos do meu mandato, o meu gabinete no Senado, enfim, servidores do Senado aqui presentes. Quero também fazer uma saudação especial à Prefeita de Florianópolis, que aqui está, Ângela Amin, minha amiga e esposa do nosso sempre colega Senador Esperidião Amin, e ao Dr. Khalil, da Secretaria do Tesouro Nacional. A quantos se encontram nesta sala, quero dizer da minha satisfação, da minha alegria e, por que não dizer, da minha emoção no momento em que, em presença de tantos companheiros, de tantos amigos, também de vários Deputados Federais que aqui se encontram, do meu Estado, da Bancada do Ceará, cuja presença muito agradeço, dizer da minha

emoção de ver aqui aposto o meu retrato na Galeria de ex-Presidentes desta Comissão.

Foi para mim motivo de muita satisfação pessoal, e também como político, como homem público, ter tido a honra de representar o Ceará por oito anos aqui no Senado. Nesses oito anos, o destino terminou me levando a integrar duas Comissões que, em princípio, não estavam afinadas com a minha origem profissional. Fui membro, ora como titular, ora como suplente, durante oito anos, da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Econômicos. Logo eu que era e ainda sou avesso a essas questões da economia, esses raciocínios intrincados e essas projeções que se fazem e que quase sempre nunca se confirmam, mas que, de qualquer forma, fazem a alegria desses construtores de projetos, de propostas e de simulações. Enfim, terminei sendo eleito Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, e procurei dirigir os trabalhos com espírito democrático, com espírito de justiça, procurando sempre conciliar os diferentes interesses, as diferentes visões dos temas e dos assuntos que vinham aqui. Muitas vezes, eram reuniões polêmicas, reuniões difíceis, com temas que despertavam muito debate, muita discussão.

Aqui, quero fazer uma lembrança, evocar uma figura carinhosa muito querida de todos nós, mas que se destacava pela sua coerência monocórdica: o Senador Lauro Campos, que nunca votou a favor de um pedido de empréstimo, porque achava que isso era sempre uma forma de onerar, uma forma de aumentar a nossa dependência. Enfim, brilhou muitas vezes com o seu raciocínio, com a sua coerência e sempre muito querido e respeitado, como de resto todos, pelos nossos companheiros.

Quero também aqui fazer uma referência especial aos funcionários da Comissão, que muito me auxiliaram e muito me ajudaram, nas pessoas dos dois Secretários da Comissão, o Dirceu, que hoje integra a Secretaria do Senado, e o Gonzaga, e também aos funcionários do meu gabinete que cooperaram bastante comigo para que eu me desincumbisse bem dessa missão. Assim como aos Consultores do Senado, um grupo de servidores da mais alta qualificação e com os quais aprendi muito. De resto, com os servidores desta Casa de uma maneira geral.

O Senado foi para mim um momento de grande crescimento pessoal, de grande enriquecimento cultural e profissional. Muitas vezes me perguntam se estou com saudade do Senado, ou não. Tem dia que estou, tem dia que não estou, depende um pouco dos humores do Executivo, que são muito volúveis.

De tal sorte que, para mim, sempre o Senado é uma referência, é um marco na minha vida. Por isso, fico muito feliz em ver agora o meu retrato aposto nesta galeria.

Também queria agradecer aqui a gentileza do meu querido amigo e companheiro, Senador Ramez Tebet. Vivemos também naqueles oito anos momentos de muita turbulência, inclusive interna, aqui no Senado. Tivemos que adotar, muitas vezes, medidas duras, difíceis, e o Ramez e eu muitas vezes trocamos idéias, procurando saídas que conciliassem a necessidade da ética na política com um convívio harmonioso entre os companheiros.

O Senado tem uma fama celestial, que alguns já decantaram, mas tenho impressão de que isso é mais fama do que realidade. Na verdade, são muitos os encargos, os percalços no exercício do mandato de Senador a quem deseja fazê-lo – e certamente é o caso de todos nós – com competência, com exação, com desprendimento, com espírito público, e a busca permanente de qual é a melhor resposta aos problemas que nos são colocados, às vezes afetando colegas, vizinhos de bancada, exige, sem dúvida nenhuma, de cada um uma postura muito firme, muito determinada no exercício do mandato.

Por isso, agradeço muito esta homenagem e recolho como uma manifestação de carinho desta Comissão, a partir do seu Presidente, meu querido amigo e colega Ramez Tebet.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Intervalo)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Governador Lúcio Alcântara, aqui tudo é feito como V. Exª nos ensinou, de comum acordo, mas tem uma matéria do seu Estado aqui e vou inverter a pauta para colocá-la imediatamente em votação. Acho que ninguém vai se recusar a essa homenagem. Antes, porém, tenho que cumprir o Regimento.

Declaro aberta a 17ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Proponho a aprovação da ata da reunião anterior, independentemente de discussão, como é praxe. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no **Diário Oficial do Senado Federal**.

Item 2:

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 60, DE 2004
(Não terminativa)

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil e do Governo do Estado do

Ceará, no valor total de até US$100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Companhia de Águas e Esgoto do Ceará – CAGECE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará – Sanear II.

Autoria: Executivo

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Convido o Relator, Senador Eduardo Azeredo, para proceder à leitura do relatório, pelo menos nos seus aspectos mais importantes, informando quais são os pareceres do Tesouro, da Secretaria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo direto à análise do parecer desta operação de crédito entre a CAGECE (Companhia de Águas e Esgoto do Ceará) e o BID, no valor de U$100 milhões, para o financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Azeredo, só para pedir licença, porque a Secretaria está me informando que devo anunciar a presença de Jorge Khalil Miski, que é secretário-adjunto interino da Secretaria do Tesouro Nacional. Está aqui para qualquer esclarecimento, caso seja necessário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, destina-se ao financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará – Sanear II, que contará também com recursos do Tesouro do Estado do Ceará, como contrapartida nacional.

Competirá ao Estado do Ceará fazer constar em suas propostas orçamentárias os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos pela CAGECE.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e a concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Ceará no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições de natureza financeira e processual, estipuladas na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

As operações financeiras estão, portanto, na primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções, exigindo que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias: oferecimento de contragarantias suficientes...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) – Pediria um pouquinho de atenção à explicação do eminente Relator.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A União deverá oferecer garantias suficientes para o cumprimento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer e se chamada a honrar a garantia. E também é necessária a adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional informa que a situação econômico-financeira da empresa é considerada satisfatória, sendo classificada como de risco médio e, portanto, nada tem a opor acerca da contratação da mencionada operação de crédito. Ademais, há previsão de oferecimento de garantias da parte do Estado do Ceará, reforçando a capacidade da empresa em honrar os compromissos assumidos. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão das referidas contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas com recursos próprios, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição Federal, e de outras receitas de outros bens do seu patrimônio, bem como quaisquer outras garantias em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências e recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

De acordo ainda com o estudo elaborado pela Corem, da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União. Esse é um ponto importante, que mostra que o Estado está cumprindo os compromissos previstos.

Mais à frente, temos aqui que não há registro de compromissos honrados pela União em nome da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, nos últimos anos. Dessa forma, entendemos estarem sendo observadas as exigências definidas no §9º do art. 3º da Resolução nº 96.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, também aplicável ao financiamento, cabe os esclarecimento de que os limites de endividamento da União são atendidos conforme informado no Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional. E o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui serem elas admissíveis e estarem de acordo com a legislação brasileira.

Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos também se inserem nas realizações previstas no Programa.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 13.269, de 2002, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Ceará para o exercício financeiro de 2003, contemplava dotações suficientes para a execução do Projeto naquele ano.

Previsto, aqui, ainda, Sr. Presidente, temos que o Tribunal de Contas do Ceará atesta o cumprimento pelo Estado do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e que essa operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central, consoante a Mensagem 2004/16, de 4 de fevereiro de 2004, evidenciando, portanto, que ela atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se, ainda, que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 5,41% ao ano, flutuante, conforme modalidade ajustada do Banco, opção escolhida pelo mutuário que apresenta, atualmente, tendência declinante, sendo, portanto, indicativo de condições financeiras aceitáveis pela referida Secretaria.

O voto, em conclusão, é no sentido de que o pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação de operação de empréstimo externo pretendida, nos termos do projeto de resolução listado e que está em mãos de todos os Srs. Senadores, e como os dados principais mostram:

– o devedor: a Companhia de Água e Esgotos do Ceará;

– o credor: o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

– o garantidor: a República Federativa do Brasil e o Estado do Ceará;

– o valor: US$100 milhões;

– a modalidade de empréstimo: empréstimo de mecanismo unimonetário, modalidade ajustável;

– o prazo de desembolso: até seis anos, não podendo ser inferior a três;

– a amortização: em parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para desembolso final; e a última, o mais tardar, 25 anos após a assinatura do contrato. Os juros serão exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco, para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de porcentagem anual para cobertura de despesa administrativa. A comissão de crédito é de 0,75% ano e os recursos para inspeção e supervisão gerais são limitados a US$1 milhão, desembolsados em prestações trimestrais, tanto quanto possível.

Dessa maneira, aqui está o projeto de resolução autorizando o Estado do Ceará e a União a conceder garantia à Companhia de Água e Esgoto do Ceará, na operação de crédito externo referido nessa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB-MT) – Em discussão o projeto.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, quero, também, prestar a minha homenagem e respeito ao Governador Lúcio Alcântara, que foi o nosso Presidente. Gostaria – ainda mais porque fez S. Exª uma menção ao nosso querido Senador Lauro Campos – que o Governador Lúcio Alcântara respondesse a uma indagação sobre as preocupações que tinha o Senador Lauro Campos. Ou seja, gostaria de saber qual o peso que essa operação junto ao BID terá no orçamento futuro do Estado do Ceará nós próximos anos. Essa a primeira indagação.

A segunda indagação se refere àquilo que o próprio Governador Lúcio Alcântara, há pouco, me dizia, e que acho importante que todos nós tomemos conhecimento. Em estudo recente, o Banco Mundial fez um levantamento informando que os diversos programas adotados no Ceará possibilitaram uma melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano. Como na hora de se estabelecerem prioridades há que se pensar no balanço das diversas medidas, sejam aquelas que se referem a investimentos no saneamento básico, que, obviamente, significarão água limpa para a população carente e assim por diante, sejam as que se referem a outros projetos, tais como os projetos de transferência de renda, gostaria que V. Exª nos informasse como é que estão os entendimentos relativos à coordenação do programa da União do Bolsa-Família com os programas de V. Exª e dos Municípios do Ceará em relação à importância desse investimento em saneamento básico que será realizado. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Governador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Aproveitando a oportunidade da intervenção do Senador Eduardo Suplicy, quero dizer que esse pedido de empréstimo se enquadra entre aqueles que o nosso colega Senador Esperidião Amim muitas vezes chamava aqui de "empréstimos pedagógicos". Trata-se de um empréstimo negociado com uma instituição internacional da qualidade do BID, e todos conhecem a minúcia e o tempo que esses projetos levam sendo formulados e examinados. Portanto, quando o BID assentiu com esse empréstimo, foi depois de um longo estudo sobre as condições do Estado e também sobre o mérito do projeto.

Devo dizer também aos Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que a Secretaria do Tesouro, ou melhor, o Ministério da Fazenda do atual Governo é extremamente minucioso no exame de todas essas propostas dos Estados e de outros entes federativos que queiram contrair empréstimos.

Nós chegamos, na semana passada, o Estado do Ceará e o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, a um ajuste que consumiu meses de negociações laboriosas entre as duas partes, mas que, afinal, culminou com o acerto que respeita as regras da austeridade e do equilíbrio fiscal, mas, ao mesmo tempo, dá margem a que o Estado possa investir em programas como esse, de saneamento básico.

Nós esperamos nos próximos anos investir R$800 milhões em saneamento básico, o que certamente vai contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações, tanto no que se refere a água de boa qualidade quanto a esgotamento sanitário. Isso, aliás, é a continuação de um esforço que foi muito bem conduzido e liderado pelo então Governador Tasso Jereissati. Inclusive, reparem que o projeto se chama "Sanear II", o que quer dizer que é o segundo empréstimo que o Governo do Estado contrai com o BID para a continuação de um amplo programa de saneamento básico.

O exame das contas do Estado, da sua capacidade de endividamento, tudo isso revela que o Estado está em perfeitas condições para assumir esse encargo, ainda mais porque nós estamos entre os Estados que detêm uma das melhores capacidades de endividamento, considerando a relação de receita líquida real com a dívida contraída. Por isso é que o empréstimo recebeu o aval, a aprovação do Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro, e agora está sendo submetido ao exame do Senado Federal, e ele se inclui dentro desse esforço de melhoria do quadro social, a que V. Exª sempre tem dedicado grande parte do seu esforço como Parlamentar e como economista.

Nós estamos fazendo, no Ceará – talvez seja o primeiro Estado do Brasil a fazer isso –, uma ação conjunta nesse programa de transferência de renda entre o Governo Federal e o Governo do Estado nos dez Municípios de mais baixo IDH. Como o nosso recurso é limitado, estamos concentrando o nosso esforço nesses Municípios que estão em condições piores. Isso, certamente, vai redundar numa melhoria também de condição de vida dessas pessoas.

V. Exª já foi convidado por mim para ir ao meu Estado e conhecer essa experiências. Espero que o faça no momento em que sua agenda permitir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente Ramez Tebet, Governador Lúcio Alcântara, Srs. Senadores, gostaria de pedir licença apenas para, em trinta segundos, dar a minha palavra de homenagem ao Governador Lúcio Alcântara, a quem tenho a honra de suceder aqui, nesta cadeira. Todas as vezes em que tinha a oportunidade de contatar algum Senador que, como V. Exª, tinha sido Colega de Lúcio Alcântara, ouvia sempre: "V. Exª tem uma responsabilidade muito grande, porque Lúcio Alcântara foi um grande Senador, e ocupar a cadeira dele não será fácil".

Fazemos um esforço no sentido de conseguir ocupar esse espaço que o então Senador Lúcio Alcântara ocupou com tanto brilhantismo, conseguindo sair daqui com o respeito não só de todos os Colegas de Partido, mas dos Colegas de todos os Partidos.

Não poderia deixar de dizer essas palavras neste momento ao Governador do meu Estado.

Quero aproveitar também para dizer – já que a questão do empréstimo foi levantada pelo Senador Suplicy – que o Estado do Ceará, talvez à exceção dos Estados novos, seja o único Estado brasileiro que, desde 1988, esteja enquadrado em todos os quesitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Durante dezesseis anos seguidos, o Estado do Ceará está enquadrado em relação a endividamento, em relação à folha de pagamento do Executivo, do Judiciário, do Legislativo.

Não tenho a menor dúvida em dizer que, nesse quesito, Senador Suplicy, o Estado do Ceará é um Estado exemplar e tem sido de alguma maneira, nos últimos anos, apenado por isso. Isso porque, quando chega a época dos novos governos, em que existem renegociação de dívidas, pelo fato de o Estado do Ceará não ter dívidas a renegociar, ele fica apenado, porque não participa de novos critérios que dão vantagens financeiras e vantagens de juros.

Só para que V. Exªs tenham uma noção – o Senador Suplicy infelizmente saiu daqui, pois S. Exª fez uma questão sobre a relação dívida/receita do Estado,

que daria a noção da capacidade de pagamento do Estado –, a relação receita/dívida do Estado do Ceará é, por exemplo, um terço menor do que a da cidade de São Paulo, que acabamos de aprovar aqui. Um terço menor!

Seguramente, se estivéssemos na mesma situação da cidade de São Paulo, teríamos problemas sérios para aprovar essa mensagem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Ramez Tebet, Sr. Governador Lúcio Alcântara, quero, quando discutimos aqui a questão de financiamento, enfatizar o que foi dito pelo Senador Tasso Jereissati. Acho muito importante que o governo de um Estado nordestino tenha alcançado essa posição.

A Bahia tem uma posição não igual a essa, mas semelhante, e entendo que é muito importante, porque, no fundo, isso é uma antecipação de poupança para que possamos melhorar as condições de vida das populações tão pobres do Nordeste.

De forma que a minha palavra é muito mais, Governador Lúcio Alcântara, de parabéns a V. Exª e também ao Senador Tasso Jereissati, pelo que fez antes pelo seu Estado.

Entendo que essa é uma questão fundamental para o Estado, e já adianto o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mercadante, tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o Governador Lucio Alcântara pela singela homenagem que recebeu, que expressa o trabalho relevante que fez como Senador da República, sobretudo na condição de Presidente desta Comissão.

Também quero dizer da satisfação quando podemos, nesta Comissão, no quadro de restrições fiscais severas em que o País se encontra, permitir a liberação de recursos para investimento. Isso significa melhoria do saneamento básico e traz qualidade de vida para a população. A água traz, evidentemente, conforto, gera emprego e desenvolvimento e ativa a indústria da construção civil. Portanto, é um investimento de grande alcance social e muito importante no aspecto econômico.

Saúdo o Estado do Ceará por ter uma situação econômica e financeira que, diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, permite que o Estado possa contrair financiamento dessa natureza e alavancar seu desenvolvimento. Tenho certeza que isso ocorrerá sempre dentro dessa perspectiva positiva para o Estado e para a população, que é a da austeridade fiscal.

No que se refere à cidade de São Paulo, destaco que, de fato, é uma cidade que tem um nível de endividamento muito alto. É a cidade que percentualmente mais paga dívida em relação ao seu orçamento em todo o País, 13% da receita líquida. Por ocasião da renegociação da sua dívida – inclusive V. Exª era líder do Governo Fernando Henrique Cardoso e deve ter acompanhado de perto essa questão –, o Presidente da CAE era o Senador Ney Suassuna. Quando foi repactuada a dívida da cidade de São Paulo, o Senado Federal, por unanimidade, excepcionalizou três empréstimos: dois do BNDES e um do BID. Portanto, a cidade só pôde contrair esses empréstimos autorizados por ocasião da rolagem da dívida, feitos, inclusive, em governos anteriores, no mandato de vários Senadores que não mais estão aqui, mas que à época optaram por essa condição na repactuação da dívida da cidade. Esse procedimento foi adotado em relação a outros entes da Federação, e várias foram as modalidades para repactuação da dívida, como programas de privatização, transferência de ativos e encontro de contas.

Fico satisfeito que o Ceará não tenha esse tipo de restrição severa, que, seguramente, penalizará a capacidade de investimento de futuras administrações em vários Estados da Federação e cidades, inclusive no Município de São Paulo.

De qualquer forma, parabenizo V. Exª pelo dia de hoje, seguro que essa decisão do Governo Federal só trará benefício ao Estado, e que, merecidamente, por sua austeridade fiscal, os investimentos tragam água, saneamento, desenvolvimento econômico e empregos e possam representar o caminho do estímulo ao desenvolvimento econômico, dentro da preocupação da estabilidade e da austeridade fiscal, condição indispensável diante do grave endividamento que o País possui.

Parabenizo V. Exª por tudo isso e, sobretudo, por ter sido Presidente desta Comissão e por hoje estar governando um Estado tão importante como o Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges, V. Exª tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também me associo às homenagens que esta Comissão presta ao Governador do Ceará, o Exmº Sr. Lúcio Alcântara, pelo papel que desempenhou nesta Comissão como Senador, mas também por toda sua vida pública, assim como Prefeito de Fortaleza, capital do seu Estado. A capacidade demonstrada ao longo de sua vida pública coloca-o agora como Governador deste grande Estado que é o Ceará.

Sr. Presidente, conheço um pouco esse projeto. Vejo aqui que se trata do Sanear II. Fortaleza fez o

Sanear I, um exemplo de sucesso na aplicação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esse projeto, inclusive, serviu de inspiração para o programa Bahia Azul. Salvador era uma cidade com apenas 20% a 25% de esgotamento sanitário. Hoje, já estamos caminhando para atender a 70% da cidade, e chegaremos, felizmente, a 90%.

Esse é um trabalho que o Ceará fez com muito vigor, com muita competência, comandado por seus ex-Governadores, entre os quais destaco o Senador Tasso Jereissati, que foi Governador por três vezes do Estado do Ceará. Eu diria até que o Ceará poderia ter tido a oportunidade de ter aproveitado mais essa capacidade de endividamento. Não o fez. No entanto, o que fez foi muito bem-feito, traduzindo na melhoria do desenvolvimento humano de todo o Estado. A Bahia se sente muito parceira desse esforço do Ceará, pois é um Estado que procurou também andar da mesma forma, junto com o Ceará.

Portanto, Sr. Presidente, só temos que saudar a aprovação desses US$100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que vão para a Companhia de Água e Esgotos do Ceará, e lamentar, Sr. Presidente, o que tem acontecido com uma obra importantíssima para nosso Estado, o metrô. E acho que ocorre o mesmo em Fortaleza. Infelizmente temos lá em Salvador um empréstimo do Banco Mundial, que sabe o Senador Lúcio Alcântara como é demorado para se conseguir – missões de pré-análise, de análise e assim por diante, até chegar o momento de aprovação no Senado Federal e, posteriormente, de assinatura dos acordos, dos contratos propriamente ditos –, e recentemente o Governo Federal pediu o cancelamento de US$32 milhões do empréstimo com o Banco Mundial, que se destinava à execução do metrô de Salvador.

Então, a verdade é que o metrô de Fortaleza, o metrô de Salvador, de Belo Horizonte e de Recife estão andando realmente muito lentamente, trazendo prejuízos muito grandes para essas cidades. Isso é para registrar que, enquanto o Governo Federal aprova – e é importante que esses organismos multilaterais possam colocar esses recursos, porque dinamiza, como diz o Senador Aloizio Mercadante, a construção civil, melhora a qualidade de vida do povo, facilita para que haja uma equalização das dificuldades de nossa sociedade –, por um lado, o projeto do Ceará, e só tenho a louvar o fato; por outro, pede o cancelamento de US$32 milhões de um projeto importantíssimo para o Estado da Bahia, que é o metrô.

Portanto, parabenizo a força do Ceará e estaremos aqui prontos a votar favoravelmente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, tem V. Exª a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, saudando nosso Governador e ex-Colega nosso aqui presente, quero dizer que estou bem colocado, porque estou no meio do Rio Grande do Norte e do Ceará, igualzinho como está no mapa: o Senador Fernando Bezerra de um lado e o Senador Lúcio Alcântara do outro.

Sr. Presidente, pensando cá sobre que homenagem eu poderia fazer a nosso Ceará, que é nosso vizinho e um Estado que está indo muito bem, cheguei à conclusão que a melhor forma de homenageá-lo seria, desde já, requerer a urgência, mal terminemos de votar, para que este processo siga na maior rapidez possível para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino, V. Exª parece que é o último que pediu a palavra para discutir.

Há muita matéria em pauta. Vamos abreviar a reunião.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero ser muito breve, mas também prestar minha homenagem muito enfática, com muita força de convicção, ao Governador Lúcio Alcântara, que foi um Senador brilhante, Presidente desta Comissão, e que hoje aqui testemunha a aprovação nossa de um empréstimo para o Estado do Ceará, absolutamente meritório, comprovando que o Estado tem tido uma sucessão de Governadores extremamente atentos à questão da disciplina fiscal.

De forma, Sr. Presidente, que quero manifestar meu regozijo pela aprovação desse projeto e também minha homenagem muito profunda, muito sincera ao Governador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à votação. Não sem antes a Presidência enaltecer a presença da Bancada Federal do Estado do Ceará aqui presente e que foi recebida pelo Presidente em exercício, Senador Paulo Paim, junto comigo, e a respeito desse assunto. Também para fazer justiça, quero aqui, de público, dar uma palavra e dizer, Senador Reginaldo Duarte, que à preocupação de V. Exª a resposta está dada agora. V. Exª vinha cobrando isso aí e andou depressa.

Vamos colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do empréstimo, isto é, estão de acordo com o parecer, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento de urgência, apresentado pelo Senador Ney Suassuna, com referência a esse projeto.

As Srªs e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao próximo item da pauta, não sem antes...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O próximo item é sobre Florianópolis?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um momento. O ex-Senador e hoje Governador Lúcio Alcântara está-se despedindo. Em seguida, ouviremos o Senador Edison Lobão e, em seguida, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Agradeço aos Srs. Senadores a presteza com que examinaram esse pedido de empréstimo, de grande importância para o Estado do Ceará, como foi muito bem lembrado aqui, e que realmente representa um esforço de interação com o Governo Federal.

Esses assuntos têm sido tratados por mim pessoalmente no Ministério da Fazenda. Atesto justamente a maneira minuciosa com que eles são examinados, o grau de exigência que se faz. Passar pelo crivo daquela análise é um sinal da viabilidade plena do projeto.

Agradeço a todos os Senadores, particularmente ao meu caro amigo e companheiro Senador Tasso Jereissati, que tem revelado, no seu desempenho no Legislativo, o mesmo padrão de qualidade que demonstrou no Executivo.

Então, muito obrigado. Apenas estou estranhando que uma praxe antiga da Comissão não se cumpra mais: a gastronomia, a cargo do Senador Ney Suassuna. Costumavam brindar aqui, principalmente em um dia de festa, com chocolate. Não sei se é a crise que levou à restrição dessas guloseimas. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Edison Lobão, V. Exª pediu a palavra pela ordem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para, juntamente com o Senador Ney Suassuna, solicitar que, a exemplo do que ocorreu com o Ceará, façamos uma homenagem também a Florianópolis, invertendo a pauta, para votarmos agora o item 3, que diz respeito à cidade, em razão da presença aqui da Prefeita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tenho a honra de convidar a Prefeita Ângela Amim para tomar assento à mesa.

Senadora Ideli Salvatti, V. Exª pediu a palavra pela ordem?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, e queria que o Governador Lúcio Alcântara estivesse ainda presente, porque a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que obviamente não poderia deixar de estar presente a esta reunião, tendo em vista a votação de um empréstimo tão importante para seu Estado de origem, teve uma pequena indisposição e teve que ir ao posto médico. Faço questão de registrar a sua ausência, pois tenho a certeza absoluta de que, se não fosse a indisposição física, S. Exª estaria aqui. Deixo este aviso ao Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Senadora Patrícia Gomes, mesmo ausente, está presente, porque todos nós sentimos falta de S. Exª, que tem ajudado muito e tem sido uma excelente defensora do Estado do Ceará.

Passemos ao item 3. Acredito que o requerimento de urgência referente ao item anterior já tenha sido aprovado. **Item 3:**

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 61, DE 2004
(Não terminativa)

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$22,400,000.00 (vinte e dois milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Florianópolis e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), destinada a financiar, parcialmente, o "Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Básica e dos Serviços Urbanos de Florianópolis".

Autoria: Executivo

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

É Relator dessa matéria o meu conterrâneo, Senador Delcídio Amaral, que está retido em Campo Grande devido ao mau tempo – o aeroporto encontra-se fechado. S. Exª teve a delicadeza de nos telefonar e de pedir mesmo que essa matéria fosse votada ainda hoje. Solicitou que fosse substituído por um Colega, e a substituição recairá, Senador Rodolpho Tourinho, na pessoa de V. Exª, a quem peço que aceite esse pedido da Presidência para proceder à leitura do relatório elaborado pelo Senador Delcídio Amaral, cuja ausência, portanto, está plenamente justificada.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Ramez Tebet, Drª Ângela Amim, Prefeita de Florianópolis, é uma honra tê-la aqui conosco e poder relatar essa solicitação de empréstimo, que veio por meio da Mensagem nº 61, de 2004, quando o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito interno com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$22,400,000.00 entre o Município de Florianópolis e o Fonplata.

Toda a documentação exigida foi apresentada pelo Município. Portanto, vou passar logo à análise do pedido.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 52 do Regimento Interno desta Casa a iniciativa de projeto de resolução que implica o exercício de competência privativa do Senado Federal de autorizar operações externas.

Cumpre, de início, proceder ao exame dos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que poderiam conter algum tipo de restrição ao empréstimo, o que não acontece.

Em relação ao parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, ressalta que o Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Básica e dos Serviços Urbanos em Florianópolis foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamento Externo – Cofiex, cuja decisão foi aprovada e homologada pelo Ministro de Estado de Planejamento.

O parecer declara ainda que o programa referido tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da população de Florianópolis e proceder à integração física do Município com o resto do País e demais países da bacia do Prata, por meio da ampliação e adequação da infra-estrutura básica e da oferta de serviços urbanos locais.

Todas as exigências feitas pela Lei Complementar nº 101 foram atendidas e referir-me-ia outra vez ao endividamento. O parecer aprovou a contratação de crédito considerando cumpridos os requisitos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal nº 40. Há margem nos limites de endividamento da União estabelecidos pela Resolução nº 96, do Senado.

A análise da capacidade de pagamento do Município, realizada pela Corem, do Tesouro Nacional, classificou o Município na categoria A e informou também que o Município de Florianópolis, além disso, não fez a renegociação da dívida como outros Municípios fizeram.

Não há nenhuma indicação de existência de qualquer débito em nome do Município de Florianópolis junto á União. Todas as certidões foram apresentadas e não há também registro de nenhum compromisso que tenha sido honrado pela União em nome do Município de Florianópolis e, por fim, a Secretaria, nos termos do Decreto nº 93.872 nada tem a opor a que o Município de Florianópolis seja credenciado a negociar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata no valor de até US$22,400,000.00.

É importante também salientar a importância de se estar celebrando, neste momento, um tipo de contrato com um órgão extremamente importante para o País que é o Fonplata, que, segundo minha visão, é pouco utilizado. De forma que aproveito para parabenizar a Prefeita pela oportunidade da obtenção desse tipo de financiamento, que é vantajoso para o Município e para o País.

Com base no que foi exposto e considerando a expressiva relevância do Programa de Desenvolvimento de Infra-Estrutura Básica e dos Serviços Urbanos de Florianópolis, manifesto-me favoravelmente a que se autorize o referido Município a realizar a pretendida operação de crédito, assim como se autorize a República Federativa do Brasil a prestar a garantia solicitada, conforme o projeto de resolução.

Este é o parecer do Senador Delcidio Amaral, que resumi. E, ao voto favorável de S. Exª, junto o meu voto favorável, Srª Prefeita, pois tenho a certeza de que os recursos serão muito bem aplicados pela Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa agradece ao Senador Rodolpho Tourinho.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra a quem primeiro a solicitou, o Senador Jorge Bornhausen, que também representa o Estado de Santa Catarina no Senado da República.

V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, devemos destacar a administração correta, exemplar e eficiente da Prefeita de Florianópolis, cujo resultado tem a aprovação da grande maioria dos que vivem naquele Município, como eu.

Gostaria de ressaltar também a sua obstinação na obtenção do empréstimo. Não tenho lembrança de existir na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo menos nas reuniões a que compareci, empréstimo algum que viesse exatamente do Fonplata. Acompanhei todas as ações, as viagens desenvolvidas pela Prefeita e pelo Secretário de Obras, aqui presente, Dr. Francisco Assis, e vejo com alegria que o Governo Federal, examinando todos os aspectos do pedido de empréstimo, fez com que este chegasse ao Senado para a sua apreciação definitiva.

Julgo da maior importância para Florianópolis a aplicação desses recursos no setor de infra-estrutura básica e de serviços urbanos.

Além de me manifestar favoravelmente, desejo solicitar, desde já, uma vez aprovada a matéria, urgência necessária para sua rápida apreciação pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Gostaria de cumprimentar o Presidente Ramez Tebet e a nossa Prefeita Ângela Amin. Para nós, é motivo de orgulho podermos, neste momento, contribuir ainda mais com o Estado de Santa Catarina, por intermédio de nossa capital, Florianópolis. E a honra maior é poder ajudar um Município tão bem governado pela Prefeita Ângela Amin.

Florianópolis tem sido destaque no País nas conquistas de qualidade de vida, tanto do IDH como do IDHS. Tem sido motivo de orgulho para o País e comentado na imprensa nacional o fato de ser a capital que mais investiu no social e na infra-estrutura. E a Prefeita ocupa lugar de destaque também pelo bom trabalho que tem desempenhado na capital de Santa Catarina. Se depender do nosso apoio e também dos demais Senadores, certamente o projeto será aprovado aqui e, rapidamente, depois, no plenário da Casa.

Por essa razão, cumprimento a Prefeita e agradeço a boa vontade de todos os demais Senadores, que premiam seu governo e a capital do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti, Líder do PTB, ou melhor, do PT no Senado Federal.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo e de agradecer a correção, pois já tive a oportunidade de dizer que sou mulher de um partido só. Portanto, meu primeiro partido é o PT.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se eu não tivesse errado V. Exª não teria tido a oportunidade da reafirmação partidária. (Risos)

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso. Gostaria também de cumprimentar a Prefeita da capital dos catarinenses, que traz ao debate desta Casa algo, como já foi ressaltado antes, inédito, pelo que tenho conhecimento, que é a oportunidade de um empréstimo internacional com financiamento do Fonplata.

Antes de mais nada, queria registrar que temos na América Latina três grandes bancos de fomento, de desenvolvimento: o BNDES, o Fonplata e o CAF, Cooperação Andina de Fomento.

Essas três instituições, que, ao longo de muito tempo, tiveram uma atuação absolutamente independente, no último período, até por iniciativa bastante atuante do BNDES, têm buscado uma aproximação, na lógica de que a América Latina tem que se integrar e deixar de estar de costas, de frente apenas para os dois oceanos, e se integrar de maneira a cruzar investimentos de interesse dos nossos países, principalmente na área da infra-estrutura.

Tenho tido a oportunidade de registrar no plenário, em diversas ocasiões, uma série de iniciativas do BNDES de financiamento de obras em outros países da América do Sul, e o quanto isso é importante, se queremos ter esa interligação dos países, para que possamos, dessa forma, sustentar o desenvolvimento de todos os países da América Latina.

Portanto, termos o financiamento do Fonplata para obras de infra-estrutura em Florianópolis, que se propõe a ser a capital turística do Mercosul, nada mais justo quando o BNDES também está fazendo investimentos na Bolívia, no Chile, na Venezuela, exatamente seguindo essa lógica de podermos propiciar o desenvolvimento do nosso continente, dos países que compõem esta tão sofrida América do Sul, América Latina.

Queria apenas fazer este registro, que considero absolutamente pertinente, que vem exatamente nessa nova lógica de parcerias, de complementaridade, de podermos trabalhar em conjunto entre todos os países da América do Sul para o nosso desenvolvimento coletivo e não apenas individual.

Sob essa lógica, o Governo Lula tem desenvolvido toda essa parceira, essa aproximação, e penso que o que estamos fazendo hoje vem exatamente reforçar essa nossa visão.

Queria, em primeiro lugar, Presidente, que ficasse explicitado se, legalmente, para a contratação desse empréstimo, teríamos o prazo de, segundo me foi informado pela assessoria, até o dia de 30 de junho. É isso? Queria apenas que essa informação pudesse ser confirmada por V. Exª.

E aqui gostaria de fazer um registro, houve empréstimos para a Prefeitura de São Paulo que foram profundamente debatidos, ocorreram audiências públicas e inclusive ocorreu algo inédito no Senado: depois de aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, foi solicitado no plenário que fosse ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, para que se pronunciasse, sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal, se o empréstimo no caso da Prefeitura de São Paulo era legal ou não, viável ou não, em termos do cumprimento da lei que citei.

Não tenho nenhum interesse em postergar nem de proceder como já aconteceu em outra situação, como a que registrei aqui, do empréstimo para a Prefeitura de São Paulo, para aprofundarmos o debate. Agora, como já havia dito a V. Exª, Sr. Presidente, tenho interesse em fazer alguns questionamentos à Prefeita a respeito não do endividamento, porque, quanto a isso, não tenho duvida – se o Ministério da Fazenda encaminhou, fez um estudo sob essa ótica, não tenho qualquer questionamento a fazer sobre o endividamento –, mas, sim, sobre o mérito das obras que serão realizadas com o empréstimo.

Eu queria saber se posso fazer essas perguntas neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já havia dito a V. Exª que não faria o pedido de vista para aprofundar o debate, mas gostaria de poder fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, a Prefeita Ângela Amin me comunicou que está à sua disposição.

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – No ofício que a Prefeita da nossa capital encaminhou ao Ministro Antonio Palocci, ela faz a descrição das obras que serão executadas com os recursos advindos do empréstimo. Então, eu teria algumas questões a fazer a respeito das obras.

Na questão da implantação da via marginal da principal coletora, a PC-1 Beira-Mar Continental, eu queria ter informações se as questões ambientais estão totalmente equacionadas, se já temos o estudo, o RIMA, referente à obra; e se a questão de a obra passar nos fundos da Escola de Aprendizes de Marinheiro está devidamente equacionada, o acesso ao mar para a Escola de Aprendizes de Marinheiro, nesse projeto da Beira-Mar Continental.

Farei todas as perguntas, porque acredito que facilita, Prefeita.

A outra questão é com relação à duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira, que, por se localizar no bairro Pantanal, as informações que temos é que isso implica negociações com a Universidade Federal, tendo em vista que a obra poderá vir a atingir parte de terreno de propriedade da Universidade Federal de Santa Catarina. Então, eu gostaria de ter informes a respeito das negociações e se há alguma tratativa, visto que, se isso gerar alguma conturbação jurídica em relação à desapropriação, obviamente esse tipo de obra não poderá vir a ocorrer.

Por último, eu gostaria ainda de questionar uma obra que há muito tempo se arrasta e que envolve uma das possibilidades de acesso Florianópolis – BR-101, que envolve a articulação com o Município de São José, que é a conhecida PC-3, onde temos uma obra paralisada, iniciada e não terminada, com implicações de desapropriações bastante volumosas. E as famílias envolvidas no processo de desapropriação, apesar de não terem recebido a indenização, não podem fazer nada com suas propriedades tendo em vista que o processo está paralisado. Eu também queria ter algum esclarecimento de por que uma obra que já está iniciada, com a perspectiva de ligação Florianópolis–São José–BR-101, não está incluída nesse financiamento e se abre uma nova perspectiva de ligação, que é a Beira-Mar Continental.

Essas seriam as questões sob a ótica do mérito das obras a serem realizadas. Todos esses questionamentos, Sr. Presidente, volto a dizer, são questionamentos postos no Município de Florianópolis. São embates que vêm passando pela Câmara, que têm movimentação na comunidade, pois há organizações bastante vigorosas das entidades comunitárias do nosso Município.

Por isso é que não poderia deixar de fazer os questionamentos à Prefeita, tendo em vista até o fato de estar abrindo mão da possibilidade do pedido de vista para que o processo possa fluir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prefeita Ângela Amin, por gentileza.

A SRª ÂNGELA AMIN – Posso iniciar as respostas pela PC-3, que é uma obra de responsabilidade do Estado. Foi inviabilizada a sua ligação à BR-101 pelo não-respeito a essa obra pelo Município de São José. O Município de Florianópolis respeitou o seu trajeto pela não-autorização de obras no seu percurso. Pela importância dela, o Município de Florianópolis não tem autorizado a construção no seu trajeto. Não é o caso do Município de São José. Mas a responsabilidade pela execução da obra é do Governo do Estado e não do Município. Então, essa é a resposta.

Com relação à Escola de Aprendizes de Marinheiros, a Beira-Mar do Continente não chega lá. O desenho da Avenida Beira-Mar, cujo financiamento está proposto aqui, está nesse documento entregue aqui. Ela não chega até lá. Então, não implica qualquer negociação com a Escola de Aprendizes de Marinheiros.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, efetivamente, a Beira-Mar não chega até a BR-101, pela beira-mar efetivamente?

A SRª ÂNGELA AMIN – Não. Não é esse o objetivo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vai haver um desvio.

A SRª ÂNGELA AMIN – Ela se limita à melhoria exatamente da Comunidade do Estreito, à revitalização do Estreito. Essa é a justificativa. O acesso à Beira-Mar do Continente é por meio do viaduto, que é uma das obras que está prevista. Uma das obras fundamentais sai da Praça Nossa Senhora de Fátima e liga a BR-101 com o viaduto que dá acesso à Comunidade Chico Mendes. Passa exatamente ali, que é o Viaduto da Rua Joaquim Nabuco. Então, é uma alternativa de acesso à BR-101. O objetivo da Avenida Beira-Mar do continente, em todas as afirmações que fizemos, é a revitalização do Estreito. O que apresentamos como mais uma alternativa de ligação à BR-101 é exatamente a construção do Viaduto da Rua Joaquim Nabuco. Seria mais uma alternativa de ligação com a BR-101, e não essa ligação via Beira-Mar. Isso sempre foi o que dissemos.

Com relação às indenizações da Antônio Edu Vieira, esse é um processo. É claro que ações judiciais vão ocorrer, mas é do processo. Já estamos com todo o levantamento. As conversas com a Universidade Federal de Santa Catarina já ocorreram. Agora, é claro que pode haver alguma indenização, mas é bom lembrar que a Universidade Federal de Santa Catarina é quem mais gera tráfego e movimento naquela região. Se a universidade não for uma parceira nesse processo de solução para o trânsito daquela região, realmente ela será a grande prejudicada nesse processo de ligação da Avenida Beira-Mar Norte com a Via Expressa Sul. Mas essas tratativas já ocorrem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sobre a questão ambiental, Prefeita.

A SRª ÂNGELA AMIN – Sobre a questão ambiental, o processo já está em andamento. Já temos todo o caminho. Penso que, nos próximos dias, devemos receber. Já está na fase final de autorização do RIMA.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou colocá-la em votação.

Está em votação a matéria, consoante o parecer do Procurador.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, por unanimidade, com manifestação oral do Senador Pedro Simon.

Quero cumprimentar a Prefeita Ângela Amin pela sua tenacidade, pela sua persistência. Quero também cumprimentar a Bancada de Santa Catarina no Senado Federal.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Temos o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Em votação o requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria segue, em regime de urgência, para o plenário do Senado da República e será votado, penso eu, tão logo haja desobstrução dos nossos trabalhos.

A SRª ÂNGELA AMIN – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – A Senadora Ângela Amim pede a palavra.

A SRª ÂNGELA AMIN – Ainda Prefeita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – A Prefeita.

A SRª ÂNGELA AMIN – Eu gostaria, não querendo atrasar a pauta dos trabalhos dos Srs Senadores presentes e da Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, quero dizer da alegria de ver aprovado esse projeto nesta Casa neste momento.

Penso que o Dr. Jorge exemplificou a tenacidade do nosso trabalho. Saímos, em 1997, de um momento muito difícil... (Palmas)

Aquilo que o Governador Lúcio Alcântara colocou, de um misto de sentimento num momento da administração em que não sabíamos se era um sentimento de que havia a necessidade de prosseguir, ou a necessidade de desistir. E chegarmos ao encerramento de uma administração com a possibilidade real de ter o primeiro empréstimo internacional assumido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis é um outro momento daquela cidade.

Nós prosseguimos com muita persistência e com muitas dificuldades, sim. Mas entregamos uma Prefeitura e uma cidade com todos os Índices de Desenvolvimento Social e todos os Índices de Desenvolvimento Humano completamente diferentes dos que encontramos. Temos agora uma cidade muito mais exigente do que aquela que encontramos. Por isso, a importância desse empréstimo.

Quando assumimos, o cidadão queria apenas que tampássemos buracos. Hoje ele quer a Beira-Mar; ele quer o Estreito revitalizado; quer a oportunidade real de poder circular na cidade com mais conforto; quer mais ônibus com ar-condicionado e poder chegar com rapidez. Esse é o objetivo desse empréstimo. Ele quer mais creche e mais escolas. Nós temos hoje toda a rede de escolas fundamentais reformulada. Ampliamos em 56% a rede de atendimento da educação infantil,

e temos fila de espera em todas as nossas creches. Mesmo assim, avançamos.

Por isso, a cada Senador que deu esse voto em favor da cidade e do cidadão de Florianópolis a nossa gratidão. Muito obrigada! V. Exªs estão fazendo com que aquela cidade avance ainda mais.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Srªs e Srs. Senadores, acho que foram muito importantes as duas matérias apreciadas e votadas, os empréstimos para o Estado do Ceará e para a capital do Estado de Santa Catarina, porque estamos vivendo uma crise de investimentos, principalmente em infra-estrutura básica, serviços urbanos, saneamento.

Portanto, quando vemos sinais de aplicação de recursos e investimentos, ficamos realmente satisfeitos em ver que estamos cumprindo realmente com o nosso dever.

Quero cumprimentar a nossa Comissão, porque os dois empréstimos chegaram aqui e acredito que em menos de 15 dias estão aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos e seguem agora para a aprovação do Plenário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nós ainda não votamos a urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Já votamos, Excelência.

A SRª ÂNGELA AMIN – Quero agradecer aos técnicos do Governo Federal que se fazem presentes, porque foram decisivos para a agilidade e rapidez com que o processo chegou a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E aos colaboradores de V. Exª também.

Vamos ao próximo item da pauta.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, está tramitando nesta Casa o Projeto de Lei nº 213, de autoria do Senador Paulo Paim. É um projeto da maior importância, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Dei meu parecer favorável ao projeto e o encaminhei, no dia 20-4-2004, a esta Comissão. O nobre Senador Ney Suassuna fez um requerimento pedindo uma audiência pública com a Secretária Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. Houve por bem esta Comissão deliberar que deveríamos ouvir a Srª Matilde Ribeiro. No entanto, não foi possível, decorrido aproximadamente um mês, que S. Exª viesse a esta Comissão. O nobre Senador Ney Suassuna fez, então, um requerimento, que já encaminhou a esta Presidência, pedindo a retirada da necessidade dessa audiência pública com relação ao PLS nº 213, que institui o Estatuto da Igualdade Racional.

Então, Sr. Presidente, quero apelar a V. Exª para que pudesse conceder a possibilidade de incluir na pauta, para relato imediato, esse projeto, que ainda vai tramitar em mais duas ou três Comissões, a Comissões de Assuntos Sociais, a Comissão de Educação e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pedimos isso para que ele possa tramitar nesta Casa com mais celeridade, pois se trata de um assunto da maior importância para o País, que é o Instituto da Igualdade Racial.

Era a questão de ordem, Sr. Presidente. Peço a V. Exª que a acate.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como não?

Srªs e Srs. Senadores, o **item 1** da pauta é a Mensagem do Senado Federal nº 52, de 2004, não terminativa, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Luis Fernando Rigato Vasconcellos, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça.

Retiro a matéria da pauta, de ofício, porque houve motivo de força maior impossibilitando o Sr. Luiz Fernando Rigato Vasconcellos, que já se encontrava aqui, para ser submetido à sabatina.

O item 2 já foi votado, bem como o Item 3.

Em relação ao item 4, há um pedido do Senador Valdir Raupp, na qualidade de Relator, para o adiamento dessa matéria. É isso, Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, gostaria de pedir o adiamento por um dia. Se fosse possível para a agenda da CAE, gostaria que houvesse uma nova reunião, amanhã, às 9h30. Peço encarecidamente aos nobres Senadores que se façam presentes também amanhã. Prometo ser bastante breve. Por que 9h30? Porque às 10h teremos reunião da CCJ. Então, faríamos uma reunião rápida amanhã, às 9h30, para que eu pudesse apresentar o relatório, em razão de terem entrado muitas emendas nos últimos dias. Ainda hoje pela manhã estavam entrando emendas e pedidos de Senadores para que eu adiasse por 48 horas. Estou adiando apenas por 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto que, efetivamente é muito extenso, muito complexo. Institui uma modalidade de operação sobre a qual nós ainda não temos conhecimento. Eu mesmo apresentei, hoje, oito emendas. Por essa razão, compreendo as razões do Senador Valdir Raupp, mas creio que 24 horas é um

prazo curto para meditarmos mais detidamente sobre essa questão, que é efetivamente muito complexa e nova para nós.

Quero ponderar isto. Creio que o adiamento é necessário e que 24 horas é pouco.

É minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Alguém mais quer se manifestar?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Poderia ser quinta pela manhã, nobre Presidente?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – A justificativa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para não ser quinta e, sim, amanhã, é também o prazo para ir para a CCJ, que tem que ser de cinco dias. Na próxima quinta-feira será feriado, então perderíamos duas semanas. Daí a necessidade, para ganharmos tempo, de que se aprove aqui amanhã. Vamos trabalhar um pouco a noite também, mas poderemos apresentar isso aqui amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Olha, quinta-feira tem um outro problema que nós precisamos sanar aqui nesta Comissão. Da outra feita, a Subcomissão de Turismo, presidida pelo Senador Paulo Octávio, marcou uma audiência, os convidados estiveram aqui, Brigadeiro, representante das companhias aéreas estiveram aqui até as 21 horas. Nós estávamos lá debatendo e o pessoal esperando. Acho que isso não fica bem com os nossos convidados. Na quinta-feira já tem reunião marcada sobre esse assunto.

Vou submeter ao Plenário se concorda com as 24 horas, porque essa matéria vai para várias Comissões ainda. Agora, é uma matéria de fundamental importância. Eu pediria aos Srs. Senadores que se debruçassem sobre essa matéria.

Vou transferir a sua apreciação para amanhã. Faremos uma reunião extraordinária, às 10 horas da manhã.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Às 10 horas da manhã tem reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Amanhã é quarta-feira. Então, fica marcada para às 9h30. V. Exª tem razão.

É uma tentativa que vamos fazer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas é que a primeira matéria, Sr. Presidente, é a inquirição do Ministro do Supremo Tribunal, que vai para o Supremo. É a primeira matéria que vai ser colocada. E não vai durar muito tempo, imagino eu. Se começar às 9h30, eu não sei, porque às 10h começa lá. A não ser que a gente peça ao Presidente para atrasar o início da Comissão de Constituição e Justiça, porque o primeiro item...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, eu sabia deste pedido por 24 horas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, perdoe-me a ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É preciso que haja um consenso, como pede o Senador Roberto Saturnino, porque é pior. Amanhã alguém pode pedir vista e aí vai ser uma demora muito maior. Então, precisa haver um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Relator, está V. Exª com a palavra, porque já muitas emendas para V. Exª analisar, quer dizer, o pedido de vista neste processo já houve.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já houve. Já seria apresentado em última...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Entenda V. Exª que são muitas emendas a apresentar.

O SR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu acho que a idéia do Senador Pedro Simon de atrasar meia hora a CCJ – que sempre atrasa, isso é normal, atrasar meia hora é automático praticamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas aqui também atrasa. (Risos.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E como atrasa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu acho que dá para fazer. Como eu já apresentei o relatório, apresentaria amanhã apenas os pontos que estavam divergentes e que foram ajustados. São três, quatro pontos praticamente. Seria um relatório breve de, no máximo, dez minutos, se não houver muita discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu vou fazer o seguinte: vou ficar no meio termo, Srs. Senadores. Marco a reunião para amanhã às 9h30. V. Exª só vai abordar as emendas, que será uma coisa rápida, e eu só vou iniciar a discussão na outra semana, na próxima terça-feira. Nós só vamos analisar as emendas. A discussão vai ficar, porque não é possível, nós não vamos ter tempo de discutir essa matéria amanhã com a reunião da Comissão de Constituição e Justiça para acontecer. Os Srs. Senadores terão oportunidade depois de fazer um estudo da matéria e, na terça-feira, nós colocamos em votação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Acho muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há outra saída, porque em verdade nós estamos trabalhando contra o relógio, mas nós não podemos praticar a imperfeição.

Eu acho que assim fica bom. Reunião extraordinária amanhã, às 9h30. V. Exª trará a exame as

emendas e vamos até onde pudermos, mas sem encerrar. Se todo mundo falar que está bem, está bem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, se for para não votar a matéria amanhã, não há nem necessidade dessa extraordinária amanhã. Passaríamos tudo para a quinta-feira, se fosse possível. Ou na terça-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, passamos para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu tenho a maior boa vontade, mas eu estou vendo reação quanto à votação da matéria amanhã. Os Srs. Senadores estão julgando precipitado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Amanhã, o Sr. Relator daria parecer sobre as emendas e se encerraria o prazo para a apresentação de emendas; e, na terça-feira próxima, discutiríamos e votaríamos o projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Penso que seria muito mais prático deixarmos tudo para terça-feira como primeiro item. Pronto. A discussão das emendas e a votação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – E os Senadores assumiriam o compromisso de não apresentarem mais emendas a partir de amanhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Amanhã, então, é o último prazo para emendas?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa, usando da prerrogativa que tem, não vai marcar reunião extraordinária para amanhã, porque isso não redundaria em benefício para a apresentação do projeto.

Regimentalmente, emenda pode ser apresentada até o fim da discussão, mas podemos fazer aqui um acordo, como está sendo feito, não de tolher tudo, mas para que quem quiser apresentar emenda que faça força para apresentar até quinta-feira. E vamos todos para terça-feira. Vamos fazer força para que todos apresentem as emendas até quinta-feira, para colocarmos a matéria em discussão e, se for possível, votarmos até a próxima terça-feira. Está combinado? Está entendido assim?

Passamos, então, ao próximo item.

O Senador Geraldo Mesquita pede adiamento do item 5, que a Mesa concede de ofício.

O Senador Jefferson Péres insiste no item 6, mas não podemos apreciá-lo, porque é terminativo. Trata da atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros.

Os outros todos são terminativos.

Dessa forma, vamos atender ao Senador César Borges e ao Senador Paulo Paim. É um item extrapauta.

Portanto, vou ler o requerimento e colocar em discussão e em votação.

Requeiro, nos termos regimentais, seja retirado em definitivo o Requerimento nº 24, de 2004, da CAE, de minha autoria, que solicita audiência pública para o PLS nº 203, de 2003, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim.

É o seguinte: o Senador Ney Suassuna havia pedido audiência pública e abre mão disso.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos atender ao requerimento do Senador César Borges.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, na realidade estamos transferindo esse debate para uma outra Comissão, porque o problema aqui era de mérito em relação ao fundo. O Relator, muito inteligentemente, já está dando uma solução para esse item do fundo. Por isso, o Governo não tem nada a obstaculizar e, se o Relator sintetizar, temos condições de relatar e passar para outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Olha, essa matéria ainda vai passar por três Comissões.

Senador César Borges, V. Exª é o Relator e tem a palavra.

Está, portanto, na pauta o seguinte item extra:

Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Com a palavra o Relator, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero agradecer a compreensão de V. Exª, ao colocar esse assunto em pauta, bem como a do nobre Senador Ney Suassuna, que retirou o seu requerimento de audiência pública. Trata-se de um projeto de lei do Senado que merece o nosso tratamento especial para que possa tramitar rapidamente nesta Casa e trazer os efeitos benéficos para uma questão que, na verdade, tarda em ser enfrentada pelo nosso País.

Vou procurar resumir o nosso relato, Sr. Presidente. Não vou seguir exatamente o que está redigido. Vou ater-me aos principais pontos.

O projeto prevê, além dos princípios constitucionais, a criação de incentivos e políticas públicas nas áreas de saúde, educação, liberdade religiosa, cultura e lazer, trabalho e direito à terra. Além disso, estabelece quotas para a promoção social dos afro-descendentes e cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, que arrecadará fundos para a execução dessas políticas.

Com relação à saúde, prevê a implantação de políticas públicas que auxiliem o tratamento dos afro-descendentes e a promoção de estudos sobre as doenças que comprovadamente afetem mais a raça negra do que as outras raças. Há vários artigos, por exemplo, sobre a amemia falsiforme. O projeto prevê também a inclusão de disciplinas sobre essas doenças nos cursos de formação de profissionais da área de saúde de nível médio e superior. O projeto também pretende estender os programas de saúde da família às comunidades remanescentes de quilombos.

Com relação à educação, cultura e desporto, políticas para evitar a exclusão de afro-descendentes, obrigatoriedade de ministrar no currículo do Ensino Médio a disciplina História Geral da África e apoiar grupos universitários que façam estudos de interesse da população afro-brasileira.

Com relação à liberdade religiosa, contemplar expressamente a liberdade religiosa para cultos e religiões de matriz africana.

Com relação ao Fundo de Promoção da Igualdade Racial – que, na verdade, estamos autorizando o Governo a criar; ele não é criado, mas autoriza, como é constitucional, a sua criação –, recursos para promover igualdade nas oportunidades de educação e emprego, incentivo às empresas privadas que façam políticas de inclusão social dos afro-brasileiros, concessão de bolsas de estudo para a população. Esses recursos do Fundo serão oriundos da lei orçamentária anual do governo, quando for determinada a sua criação.

Com relação ao direito à terra, dar a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades de quilombos, mediante processo administrativo. As terras remanescentes de quilombos são as que tenham sido usadas para reprodução social, econômica, cultural e ambiental dessas comunidades. O projeto também prevê a indenização e desapropriação para fins de caráter étnico, nos casos de terras particulares.

Com relação ao trabalho, os principais pontos são: igualdade nas oportunidades no mercado de trabalho, incentivo para empresas que praticarem políticas voltadas para essa igualdade, financiamento para empresários afro-brasileiros para montarem seu próprio negócio. Empresas que forneçam bens ou serviços nas esferas da Administração Pública terão que praticar políticas públicas de inclusão social. Os cargos de DAS, inicialmente 20%, serão destinados a afro-brasileiros, com percentual aumentando gradativamente. Inclui outras penas na Lei nº 7.716, sobre os crimes de preconceito racial.

Com relação à quota, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os principais pontos: quotas de 20% em concursos públicos de qualquer esfera, universidades etc, quotas de 30% para candidatos às eleições.

Com relação à comunicação, promover a aparição constante de funcionários, atores, produtores etc. afro-brasileiros nos profissionais de comunicação em filmes, teatro e afins, no mínimo com 20% de aparição.

Ouvidorias permanentes nas Casas Legislativas. Serão criadas ouvidorias permanentes nas casas legislativas nas esferas federal, estadual e municipal, para denúncia de crime de preconceito racial, com base nesse estatuto e nas normas constitucionais.

Com relação à Justiça, criação de varas especiais para crimes de preconceito racial e programa especial de acesso à justiça para afro-brasileiro.

Voto

Com base no art. 133, inciso V, alínea **c** do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista os atributos econômicos e financeiros, recomendamos a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, ressalvados os aspectos atinentes à criação e regulamentação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, bem como as mencionadas imprecisões de redação, para o que propomos as seguintes emendas:

Emenda nº 1 – substitua-se no art. 7º do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, a expressão Conselho de Defesa da Igualdade Racial por Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, assim como a expressão no art. 4º pela expressão do art. 5º. É apenas questão redacional.

Emenda nº 2 – dê-se ao art. 26 do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, a seguinte redação:

> Art. 26. fica autorizada a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial para implementação de políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e inclusão social dos afro-brasileiros, especialmente nas seguintes áreas:
>
> Parágrafo único. A regulamentação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial será feita pelo Poder Executivo Federal.

As emendas seguintes vão se adaptando a essas modificações, Sr. Presidente.

A Emenda nº 3 tem o seguinte teor: Dê-se ao art. 27 do Projeto de Lei do Senado nº 213 a seguinte redação:

> Art. 27. O Poder Executivo, com vista ao cumprimento do disposto no art. 5º, incisos XII e XIV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante de recur-

sos fiscais e de outras fontes necessárias à constituição do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentário.

Emenda nº 4: Dê-se ao art. 28 do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, a seguinte redação:

Art. 28. O Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial será administrado pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, nos termos do art. 5º desta lei.

Emenda nº 5: Substitua-se no **caput** e no §1º do art. 63 do Projeto de Lei do Senado nº 213 a expressão Conselho Nacional de Defesa de Igualdade Racial por Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Essas são as emendas, Sr. Presidente, e o nosso relato.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Há um pedido de vista do Senador Almeida Lima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – MS) – V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, esse projeto está em debate no Congresso Nacional, praticamente, há cinco anos. Estivemos em quase todos os Estados, discutimos amplamente a matéria e, somente depois disso, apresentamos o projeto na Casa. Assim mesmo, o que queremos neste momento é que o projeto possa tramitar em todas as Comissões. E o primeiro passo é nesta Comissão. Ele passará, ainda, Senador Almeida Lima, pela Comissão de Educação, pela Comissão de Assuntos Sociais e, no final, pela CCJ.

Acertamos também que vamos realizar uma série de debates quanto ao mérito dessa matéria. Nessa questão específica, houve uma longa negociação, da qual participaram os Senadores Ney Suassuna e César Borges, porque o Governo não admitia a criação do Fundo, que é a questão da Comissão de Economia especificamente. Depois de muito debate, o Governo aceitou que houvesse a autorização para que o Fundo fosse encaminhado e discutido pelo Governo. O que dá impressão de ser polêmico, como, por exemplo, a terra dos remanescentes dos quilombos, já está regulamentada.

Estamos incluindo aqui o que há de melhor na legislação até hoje de interesse da comunidade negra.

Outro exemplo: política de cotas. É exatamente o projeto já aprovado aqui na Casa por unanimidade e que foi inserido por obra do Presidente Sarney.

Poderia aqui enumerar, Senador Almeida Lima, uma série de outros artigos que já existem na atual legislação e que estão sendo compilados.

Termino dizendo que, hoje, 25 de maio, é o Dia da África. No mês de maio, queiramos ou não, 13 de maio tem toda uma simbologia relacionada à data da abolição oficial no Brasil. Por isso que fizemos um enorme esforço e há unanimidade no movimento negro em todo o País e dos mais variados setores da sociedade para que esse projeto possa tramitar no Senado da República.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, de antemão, diante das palavras do Senador Paulo Paim, devo dar uma explicação no sentido de que terei a maior boa vontade para com esse projeto, nenhuma má vontade para com ele. No entanto, é muito vasta a competência legislativa da União a cargo do Congresso Nacional. Por mais que S. Exª tenha dito que isso tenha sido discutido aqui, ali e alhures, não conheço o projeto. Muitas coisas passam por esta Casa, e os Senadores sequer têm tempo – e não o cuidado, a responsabilidade – de conhecer.

É bem verdade que ele vai passar por outras Comissões. Além desta, integro a Comissão de Educação, onde poderei não estar presente por ocasião do seu relatório, até porque, como sabemos, a Comissão de Assuntos Econômicos funciona no mesmo dia e horário que a Comissão de Educação. Há poucos instantes lá estive, registrei presença e vim para esta Comissão.

Um pedido de vista que pode ser transformado em coletivo estará na pauta na próxima semana. Não posso admitir que não possa fazer um pedido de vista para conhecer, com profundidade, o projeto e, inclusive, colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a ponderação e a explicação, a Mesa dá o assunto por encerrado. O pedido de vista é concedido pelo prazo regimental. Não há mais matéria a ser tratada. A matéria é por demais importante, tem elevado conteúdo social. Ele estará na pauta da próxima terça-feira, se Deus quiser.

A Presidência agradece a presença de todas as Srªs e dos Srs. Senadores, da imprensa falada, escrita

e televisada, e parabeniza a Comissão pelo êxito desta reunião.

Antes de encerrar esta reunião, a Presidência comunica que haverá uma audiência publica da Subcomissão de Turismo na quinta-feira, às 10 horas, Subcomissão essa que pertence à Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado. Até a próxima terça-feira, se Deus quiser!

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 22 minutos.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de junho, de 2004, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e quatro minutos do dia primeiro de junho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti, e, ainda, dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Pedro Simon, César Borges, tendo falta justificada em virtude de ter sido designado para representar o Senado Federal no Fórum Mundial das Culturas, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Eduardo Azeredo, tendo falta justificada em virtude de representar o Senado Federal no Grupo Parlamentar Brasil Suíça, Tasso Jereissati e Patrícia Saboya Gomes, tendo falta justificada em virtude de estar participando de Audiência Pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário dos Projetos de Lei de Conversão nº 34/04, nº 35/04, nº 36/04 e nº 37/04 e da Medida Provisória nº 180/04, sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 1– Mensagem do Senado Federal nº 52, de 2004, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcellos, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos", de autoria do Executivo, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. A Presidência convida o indicado para sentar-se à Mesa e concede a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa para que proceda a leitura do seu Parecer. Em seguida é concedida a palavra ao Sr. Luis Fernando Rigato Vasconcellos para que faça sua exposição. Usam da palavra para interpelar o indicado os Senadores Roberto Saturnino, Marcos Guerra e Lúcia Vânia. Após a sabatina, a Comissão aprova a indicação do Sr. Luis Fernando Rigato Vasconcellos para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, não terminativo, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura (CI). Após análise da CAE a matéria irá à CCJ. Em 18-5-04, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Foram apresentadas a Emenda nº 1 – Substitutiva, de autoria do Senador Romero Jucá, as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador César Borges, a Emenda nº 5, de autoria do Senador Ney Suassuna, as Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10 e 11, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 42, de autoria do Senador Pedro Simon, as Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, as Emendas nºs 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43 e 44, de autoria do Senador Roberto Saturnino. Em 1-6-04, foram apresentadas as Emendas nºs 45, 46, 47, 48, 49 e 50, de autoria do Senador Marcos Guerra. A Presidência adia a apreciação da matéria para quinta-feira, dia 3 de junho, às 10:00 horas, a pedido do Relator; Item 3-Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no artigo 192 da Constituição Federal", de autoria Senador Arthur Virgílio, tendo como

Relator Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Em 18-5-2004, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Após a leitura do parecer pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, a Comissão aprova o parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, não terminativo, que "institui o Estatuto da Igualdade Racial", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela CE, CAS e CCJ. Em 25-5-04, foi concedida Vista ao Senador Almeida Lima, nos termos regimentais. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Almeida Lima, Antônio Carlos Magalhães e Paulo Paim. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 apresentadas. A matéria vai à CE, posteriormente à CAS e CCJ; Item 5-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, não terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", de autoria do Senador João Capiberibe, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Após a leitura do parecer pelo Senador Sérgio Guerra, a Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais; Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário dos PLV nº 34, de 2004, PLV nº 35, de 2004, PLV nº 36, de 2004, da MPV nº 180, de 2004, e do PLV nº 37, de 2004, sobrestando a pauta; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 01 de redação que apresenta. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário dos PLV nº 34, de 2004, PLV nº 35, de 2004, PLV nº 36, de 2004, da MPV nº 180, de 2004, e do PLV nº 37, de 2004, sobrestando a pauta; Item 8-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário dos PLV nº 34, de 2004, PLV nº 35, de 2004, PLV nº 36, de 2004, da MPV nº 180, de 2004, e do PLV nº 37, de 2004, sobrestando a pauta; Item 9-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário dos PLV nº 34, de 2004, PLV nº 35, de 2004, PLV nº 36, de 2004, da MPV nº 180, de 2004, e do PLV nº 37, de 2004, sobrestando a pauta; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário dos PLV nº 34, de 2004, PLV nº 35, de 2004, PLV nº 36, de 2004, da MPV nº 180, de 2004, e do PLV nº 37, de 2004,

sobrestando a pauta; Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria é adiada em virtude da leitura em Plenário dos PLV nº 34, de 2004, PLV nº 35, de 2004, PLV nº 36, de 2004, da MPV nº 180, de 2004, e do PLV nº 37, de 2004, sobrestando a pauta. a comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 28-CAE, de 2004, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que "requer, nos termos regimentais, seja tomada providências pela Comissão de Assuntos Econômicos no sentido de solicitar a remessa de documentos resultantes dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, referente à matéria constante da Resolução do Senado Federal nº 18, de 1994, aprovado no âmbito desta Comissão". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República, da segunda Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, como de praxe, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Senador Roberto Saturnino, peço a V. Exª que compreenda isso e se estiver de acordo, encaminhe.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Coloco, pois, a Ata em votação. (Pausa.)

Aprovada, será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para solicitar a atenção de V. Exª e dos demais Senadores para o fato de que esta Comissão aprovou, em 1994, uma operação de empréstimo externo com o BIRD para o governo do Estado do Rio de Janeiro para o projeto de despoluição da Baía de Guanabara. Ocorre que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio vem de terminar os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito cujas conclusões mostraram que o dinheiro foi praticamente todo gasto e o projeto não foi realizado nem em 10% do seu montante.

Então, apresentei um requerimento para que a Comissão requeira à Assembléia Legislativa do Estado do Rio uma cópia do relatório final da CPI estadual a fim de que esta Comissão de Assuntos Econômicos tome conhecimento dos fatos e encaminhe as providências que achar cabíveis. Solicito, então, a V. Exª que requeira à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a cópia do referido relatório. Acho até que poderia ser de ofício, enfim, porque se trata de uma providência perfeitamente compatível com a obrigação do Senado de fiscalizar, de ter o acompanhamento daqueles projetos cujo financiamento foi por ele autorizados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, o requerimento de V. Exª se encontra sobre a mesa, e vamos colocá-lo em votação, não agora, mas no momento oportuno, dada a importância de uma matéria dessa natureza.

Estamos vendo que a Comissão de Assuntos Econômicos não pode apenas votar e autorizar a concessão de empréstimos aqui sem depois acompanhar o devido emprego desses recursos.

V. Exª se refere ao Estado do Rio de Janeiro, onde, ao que me parece, há uma denúncia de desvio. Para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, aprovamos aqui, em regime de urgência, um projeto para o desenvolvimento do Pantanal – e, na época, como não presidia esta Comissão, travei uma luta muito grande como Senador por aquele Estado, carregando o projeto embaixo do braço, pedindo e explicando a cada Senador a importância do projeto. Os recursos eram destinados à aplicação em saneamento básico, em obras de infra-estrutura nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na proteção do Pantanal, que é um patrimônio da humanidade, é uma riqueza que este País tem. Aprovou-se o projeto em regime de urgência no plenário e, de 82 milhões, só liberaram 2 milhões para pagar funcionário, e dizem que não vão liberar os recursos porque não podem pagar os juros; porém, está-se pagando o **spread** pelo fato de o dinheiro estar parado. Isso é um crime contra o Pantanal!

Assim, acontece o que está acontecendo aqui em Brasília: não se aplica em saneamento básico e estamos vendo aí pessoas que estão morrendo e não se sabe, ou se sabe agora, qual é a causa. A causa, positivamente, é o desleixo total; é a falta de saneamento básico; são os detritos. As pessoas estão bebendo água incompatível para o consumo humano, quer dizer, água deteriorada.

Então, esses projetos aprovados aqui devem merecer o acompanhamento até mesmo da nossa Comissão ou da Comissão de Fiscalização e Controle, ou de alguém, porque não é possível estarem acontecendo essas coisas. Não podemos nos acostumar, penso eu, a isso que está acontecendo.

Agora, estamos sabendo que faz dez anos que estão roubando a Saúde. Depois de dez anos é que se foi descobrir isso – e o povo sendo sacrificado. Isso aí é inadmissível! E as pessoas continuam andando normalmente nas ruas. Quer dizer, é uma coisa com que os brasileiros estão perplexos.

Nós temos viajado e temos encontrado essa perplexidade. Enquanto isto, nobre Senador Paulo Paim, encontramos aposentados que estão falando – "Pelo amor de Deus, o meu dinheiro está indo só em farmácia". "Os remédios que preciso usar estão caros. A gente não agüenta!" Esta é a realidade.

É um desabafo desta Presidência – e não tenho nenhum arrependimento, pois acho que temos de falar o que pensamos para o País, para a Nação. Está na hora mesmo de passarmos a agir.

Vamos entrar na pauta propriamente dita. **Item 1**:

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 52, DE 2004
(Não terminativa)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luís Fernando Rigato Vasconcellos, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 (dois) anos.

Autoria: Poder Executivo.

Relatora: Senadora **Ana Júlia Carepa.**

Parecer: A ser apreciado em votação secreta.

Desejo esclarecer que o Sr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos esteve aqui na sessão anterior. S. Sª já havia se disposto a comparecer em qualquer dia que a Comissão marcasse. A sabatina ficou marcada para a reunião ordinária da terça-feira última, mas S. Sª teve uma indisposição, e, por motivo de força maior, suspendemos a reunião e deixamos de sabatiná-lo. Contudo, chegou o momento. O CADE está desfalcado. De sorte que vamos submeter o seu nome, aqui, à votação para que S. Sª entre lá na fila – e este é um outro desabafo: é preciso entrar na fila, agora, do Senado, porque temos cinco medidas provisórias travando a pauta, e o Senador Fernando Bezerra está querendo a lei da recuperação – melhorando o Projeto que saiu desta Comissão, porque S. Exª tem sido um homem que está pensando em fazer o melhor Projeto para este País, como nós aqui. Trata-se, no entanto, de um Projeto polêmico, em que cada um pensa de um jeito. Destarte, fica tudo na fila, e, no dia 30 de junho, vamos entrar em recesso. Aí, irão falar o quê? Irão falar que é o Poder Legislativo que não trabalha? O Poder Legislativo está trabalhando, mas o Poder Executivo manda medidas provisórias uma atrás da outra. Não sei para que isto.

Tenho até receio de que medida provisória sirva de motivo para que as coisas não andem aqui no Congresso, porque, se ela tranca... Se tem um projeto importante e, se não estiverem de acordo com o Poder Executivo, vamos supor, em tese – e não estou fazendo aqui uma acusação mas apenas admitindo um lapso ou um erro da legislação, que dá muita força para o Poder Executivo. A medida provisória tem o poder de trancar a pauta. E pensar que fomos nós mesmos que fizemos isto. Fomos nós que fizemos isto aqui.

Nobre Senador Roberto Saturnino, eu estava como Presidente do Congresso Nacional – V. Exª se lembra disto –, e o Projeto era do Senador José Fogaça, tendo sido aprovado aqui e na Câmara, e nós achávamos que estávamos melhorando. Acho que pioramos porque se tranca a pauta e, agora, para trabalhar, estamos na dependência de não termos medidas provisórias.

Aproveito para agradecer a todos os nossos amigos porque a Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, está rigorosamente em dia. Os projetos, naquilo que dependem de nós para serem votados, estão em dia.

Então, solicito à Secretaria da Comissão, uma vez que o nosso indicado, o Sr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos, já se encontra no recinto da Comissão, que o conduza ao nosso Plenário e que S. Sª, imediatamente, tome assento à minha direita.

Nobre Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª me disse que teria um imenso prazer em relatar essa Mensagem. Assim, como Relatora, brilhantemente, V. Exª tem a palavra.

A SRª RELATORA (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos, que, por intermédio da Mensagem nº 52, de 2004 – não vou ler aqui todos os artigos, incisos etc., da Constituição Federal –, foi indicado pelo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

Todos os Srs. Senadores dispõem das informações, mas discorrerei sobre quais são as principais características e qualidades do nosso indicado. S. Sª é graduado em Economia, pela USP, e também em Administração; fez mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, com uma dissertação sobre "Crescimento econômico e distribuição de riqueza". S. Sª está concluindo Doutorado em Economia de empresas, também pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Além de falar várias línguas, como inglês e alemão, S. Sª conhece e lê outras línguas. A sua experiência profissional compreende o exercício de vários cargos importantes: S. Sª foi analista financeiro júnior da Odebrecht; monitor e assistente de pesquisa da própria Fundação Getúlio Vargas; professor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, entre 1995 e 1998; foi professor colaborador da Universidade Mackenzie, de 1997 a 1999, nas disciplinas Análise Microeconômica, Teoria Econômica, Economia de Empresas, Economia do Setor Público. S. Sª foi coordenador-geral, ou seja, gerente de programa do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria do Direito Econômico do Ministério da Justiça, no período de março de 2001 a dezembro de 2002, exercendo atividades relacionadas com a análise antitruste das políticas de defesa da concorrência, com a participação em diversos fóruns internacionais, entre eles: "Seminário sobre a análise quantitativa do custo/benefício de fusões", realizado em Estocolmo, Suécia, em maio de 2002; do "Seminário da Cepal – Cooperação Hemisférica em Política de Competência e Relacionamento entre Comércio, Competição e Políticas Regulatórias", que foi realizado em Santiago do Chile, em maio de 2002; do "Encontro da Rede Internacional de Competição", com o seminário apresentado "investigação completa; técnicas de investigação aplicadas pela Secretaria de Direito Econômico", em Washington, Estados Unidos, em novembro de 2002. S. Sª foi Conselheiro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Agropecuária, Embrapa, no período de agosto de 2003 até esta data; foi Secretario Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, no período de março de 2003 até a presente data, com atividades de coordenação, no que tange à aplicação da Lei de Defesa da Concorrência, das áreas de agricultura, comércio e serviços, produtos industriais, condutas anticompetitivas, serviço público e infra-estrutura, prêmios e sorteios.

S. Sª teve vários trabalhos publicados, dos quais destaquei alguns, em um livro coordenado por Paulo de Tarso Ribeiro, que aliás é um paraense, e foi Secretario de Defesa do Direito Econômico, com o título O Papel da política de competição no desenvolvimento e no crescimento econômico; no Fórum sobre a Competição da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em fevereiro de 2002. Um outro trabalho publicado foi Mercados altamente inovadores e análise antitruste – Algumas implicações para o arcabouço analítico da revisão de fusões, na Mesa Redonda sobre "Revisão de fusões e mercados emergentes", na OCDE, em junho de 2002.

Acredito que a aprovação do nome do indicado para Conselheiro do CADE vai fortalecer a autarquia na repressão à adoção de práticas anticompetitivas. Saliento, inclusive, que um dos trabalhos publicado pelo indicado faz referência exatamente a uma relação positiva entre políticas antitruste, antimonopólio adequadas e o tamanho do PIB, onde o Dr. Luis Fernando Vasconcellos mostra a relação que existe entre os países com maior PIB e também com uma legislação melhor, mais adequada, mais rígida em relação à legislação antitruste, antimonopólio.

S. Sª também nos apresentou esse trabalho. Tive oportunidade, inclusive, de conversar com o Dr. Luís Fernando, apesar de ser uma pessoa jovem, mas já com uma experiência e, com certeza, conhecimento muito grande nessa área.

Diante do exposto, considero que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação, por parte do Presidente da República, do nome do Sr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos, para exercer o cargo de Conselheiro do CADE, do Ministério da Justiça, para um mandato de dois anos.

Nosso parecer é favorável.

É o meu voto, Sr. Presidente.

Desejo explicitar, Sr. Presidente que, apesar do sobrenome "Vasconcellos" – o dele com dois "eles", o meu só com um apenas –, não temos nenhum laço de parentesco. Meu nome completo é Ana Júlia de Vasconcelos Carepa.

O Presidente, Senador Ramez Tebet, fez referência à necessidade de uma maior estrutura para o CADE. Nós mesmos somos testemunhas disso nesta Comissão, porque já tivemos oportunidade até de fazer audiências públicas sobre o assunto. Por isso, voto pela aprovação do nome do indicado, não só pelo currículo, pelos trabalhos, pela experiência profissional, mas, sobretudo, pelo diálogo que mantive e pelas informações que obtive do indicado, pelo que quero até parabenizar a Presidência da República pela feliz indicação do nome do Dr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Como todos pudemos ouvir, o brilhante parecer conclui pela aprovação do nome do Dr. Luís Fernando

Rigato Vasconcellos, a quem, naturalmente, a Comissão quer conhecer um pouco, pelo que lhe concede a palavra para uma breve exposição sobre os pontos essenciais que S. Sª julgar necessário.

Tem a palavra V. Sª.

O SR. LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELLOS – Muito obrigado, Sr. Presidente; obrigado aos demais Senadoras e Senadores presentes; obrigado, Senadora Ana Júlia, pelo minucioso relatório apresentado logo de início.

Vou tentar fazer realmente uma breve exposição sobre a minha trajetória no sistema de defesa, o que ficou conhecido como o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Na verdade, comecei trabalhando nesse sistema na Secretaria de Direitos Econômicos em 2001, tempo suficiente para perceber quais são os principais vícios e quais são as principais virtudes presentes no nosso sistema. Existem ambas as coisas.

Em seguida, trabalhei na Secretaria de Acompanhamento Econômico, como Secretário Adjunto, por um período de um ano e meio, mais uma vez para ter um acesso de uma maneira não iconoclasta a quais são as principais características do nosso sistema.

De uma maneira geral, podemos dizer, com bastante segurança, primeiro, que somos muito poucos, quer dizer, tanto que, se pegarmos a Secretaria de Direito Econômico, no Departamento de Proteção à Defesa Econômica, que é a instância que cuida de direito de defesa da concorrência no Ministério da Justiça, podemos reparar que não somos senão algumas dezenas de pessoas para lidar com um volume de casos extremamente elevado, tanto no que se refere a atos de concentração quanto ao mais importante em Direito Antitruste, que são as condutas anticompetitivas, principalmente os cartéis, que já ficou bastante comprovado que trazem efetivos, consistentes e robustos prejuízos à sociedade.

Gostaria de fazer uma breve introdução ao sistema. Sei que os Srs. Senadores já devem ter tido contato com esse sistema em outras ocasiões, de modo não quero tomar demasiadamente o tempo de V. Exªs, porque ele é precioso e todos precisamos de um bom uso do nosso tempo.

Afora o problema de que somos poucos, a primeira conclusão a que chegamos é que, se somos poucos e conseguimos lidar com alguma coisa, somos produtivos. A maioria dos casos concluídos, polêmicos ou não-polêmicos, passaram por uma análise em ambas as Secretarias, tanto a Secretaria de Direito Econômico, como a Secretaria de Acompanhamento Econômico. Ou seja, passaram pelo crivo de um conjunto de técnicos de qualidade indiscutível, que dedicaram parte substantiva de seus tempos para terminar o mais rápido possível. Se não é o ideal, pelo menos, tem-se claro – observei isto em ambas as Secretarias – que o trabalho é sobre-humano em ambos os locais e também no CADE dada a pouca disposição de recursos.

Em segundo lugar, aproveito o ensejo dessa breve exposição para falar um pouco do papel do Defesa da Concorrência nas economias modernas. De novo, sem querer cair numa discussão de tinturas surrealistas, existem razoáveis evidências de que, se houver um bom sistema de defesa da concorrência, conjuntamente haverá uma economia desenvolvida econômica e socialmente. Em outras palavras, o direito da concorrência está dentro do acervo institucional de uma economia moderna capaz de levá-la ao desenvolvimento econômico. É óbvio que não é a única, mas é uma de suas características importantes. Portanto, isso se reporta não só ao nível de renda das economias, como também a algumas variáveis macroeconomicamente relevantes, como o nível de investimento, dada a segurança institucional que um bom sistema de defesa da concorrência traz – é óbvio que não sozinho, tem de estar associado à estabilidade de marcos regulatórios, Judiciário eficiente, toda sorte do aparato institucional de uma determinada nação.

Enfim, há muito mais o que dizer sobre qualquer um desses temas que, brevemente, apenas tangenciei em minha exposição.

Repito, mais uma vez, que não quero tomar o tempo de V. Exªs demasiadamente. Prefiro deixar as eventuais indagações para nosso breve futuro. Reitero que me comprometo com um melhor desempenho no CADE, o que tenho feito nas duas Secretarias por um longo período de minha vida profissional.

É esse o meu breve relatório. Estejam à vontade para qualquer indagação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Srªs e Srs. Senadores, acabamos de ouvir a exposição do Dr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos, que se coloca à disposição para responder aos questionamentos das Srªs e Srs. Senadores, que terão, cada um, de acordo com a ordem de inscrição, prazo de três minutos para as respectivas perguntas.

Saliento que, pelo que ouvi do parecer e de nosso próprio sabatinado, ele já tem alguma experiência no CADE, onde ele não é um novato. Lá ele está desde 2001, exercendo algumas funções, o que é muito bom, pois conhece e tem vivenciado alguns dos problemas do Conselho.

Não há inscritos. O papel a minha frente está virgem. Virgindade no sentido de que ele continua branco. Ninguém assinou nada.

Consulto se alguém deseja formular perguntas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, depois de escutar o parecer tão brilhante, enfático e definitivo da Senadora Ana Júlia Carepa e depois de escutar a exposição franca, honesta e competente do Dr. Luís Fernando, de minha parte, não tenho nenhuma indagação a fazer, senão cumprimentar o Dr. Luís Fernando, a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senhor Presidente pela indicação feita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, que representa o Espírito Santo.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, eu estava ouvindo com atenção o currículo de Luís Fernando Rigato Vasconcellos e ia justamente falar sobre o Espírito Santo.

Estive, nesta Casa, em audiência pública sobre o caso Garoto/Nestlè presidida por V. Exª. Comentou-se que ele tem experiência no CADE. Na votação do caso Garoto, não só os capixabas, como grande parte da população brasileira ficaram um pouco inconformados com a decisão. O CADE tomou uma decisão arbitrária.

Como disseram que o Luís Fernando tem experiência no CADE há anos, pergunto-lhe como viu aquela decisão dos Conselheiros que lá estavam. Todos eles tiveram oportunidade de prestar depoimento aqui no dia, mas queria ouvir também a opinião de V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Luís Fernando para responder a indagação.

O SR. LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELLOS – Senador Marcos Guerra, tentarei responder da maneira mais curta e objetiva possível à pergunta de V. Exª.

Ao final de 2002, existiam dois casos importantes da indústria de bens de consumo não-durável na Secretaria de Direito Econômico: um era o Pepsi/Gatorade; e o outro, Garoto/Nestlè. Trabalhei no primeiro e não, no segundo. Portanto, não conheço o material e os autos do caso Garoto/Nestlè.

Em segundo lugar, dadas as próprias características de nosso sistema, ao longo do processo de investigação de um ato de concentração ou de uma conduta anticompetitiva, aparecem novas peças processuais. Elas vão se acumulando com uma tendência a se acumular mais velozmente ao final, próximo do julgamento. De novo, friso que não conheço essas peças processuais. Como muitas delas estão sob sigilo, não conheço nenhuma peça processual desse caso.

Terceiro e mais importante: esse caso se encontra em julgamento. Ele está com pedido de reconsideração ao Plenário do CADE, que ainda não foi efetivado. Portanto, não posso me manifestar sobre o caso.

Quarto: grande parte da discussão em torno desse e de outros casos importantes que passaram pelo sistema de defesa da concorrência decorrem da própria característica de análise do sistema brasileiro, que é a análise **a posteriori**, onde, primeiro, as partes apresentam; e, depois, colhem a aprovação ou não do sistema de defesa da concorrência. Grande parte dessa discussão e dessa celeuma não ocorreria se tivéssemos um controle de concentração **a priori**, na medida exata em que não haveria flutuação das expectativas tanto das companhias, como da sociedade de uma maneira geral.

São esses os esclarecimentos fundamentais do sistema na discussão desses casos.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Antes de passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia pela ordem, gostaria de formular uma pergunta a V. Sª, aproveitando a experiência no caso Garoto/Neslte.

Na sua opinião, na análise de uma matéria dessa relevância, como V. Sª procede? Apenas na análise técnica da matéria ou de acordo com a realidade? E para análise dessa realidade, será que é só importante a opinião dos técnicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ou é importante a opinião de um Governador do Estado, de Senadores, de pessoas que estão envolvidas na sociedade? O que pesa nisso aí? Será que alguém é dono da verdade? Será que o texto frio da lei deva ser aplicado? Como encontrar a melhor saída que atenda os interesses da sociedade? Quem é o juiz do que é bom para o povo, para o consumidor? O bom juiz é aquele que pega lá e olha a defesa, olha as reclamações, etc. e tal, ou é aquele que pensa nos reflexos daquilo com relação à sociedade e que forma seu balizamento ouvindo pessoas da localidade, ouvindo pessoas da sociedade? É a pergunta que formulo a V. Exª.

O SR. LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELLOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª RELATORA (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não, era só para aproveitar, mas...

O SR. LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELLOS – Pois não. Senadora Ana Júlia...

A SRª RELATORA (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – ... para responder logo de uma vez e não ficar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Vamos, vamos. Ele é rápido, percebemos que é objetivo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu gostaria, Dr. Luís Fernando, de externar aqui meus...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Não, ele responde, depois V. Exª ... Vamos manter a ordem, ouvindo um de cada vez.

O SR. LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELLOS – Obrigado pelo atributo da objetividade...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Mas é verdade.

O SR. LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELLOS – Vou tentar, mais uma vez, ser o mais objetivo possível.

O que posso dizer é o seguinte, e isso está até, de uma certa forma, refletido nesse trabalho que foi apresentado na OCDN. Uma boa defesa da concorrência é positiva para o País. E é positiva para o País nos seguintes termos: afeta positivamente variáveis macroeconomicamente relevantes, o nível de emprego e, principalmente, o nível de preços. O que temos é que se houvesse... Qual é a escolha de um monopolista? O monopolista certamente, como pode vender mais caro, produz muito menos. Produzindo menos, ele vai usar menos a sua planta produtiva; portanto, vai reduzir o nível de emprego e vai empregar menor quantidade de capital. Em resumo, antitruste é positivo para o País; uma boa defesa da concorrência é positiva para o País. Não vejo divergência nessas coisas, na possibilidade de se ter uma boa aplicação antitruste e empresas microeconomicamente eficientes.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Exª colocou muito bem, quando falou em empresas, comunidade, Governo, Senadores. Eu queria lembrar também aqui um ponto importante no caso Garoto. A Nestlé ficou lá dentro da empresa dois anos; quando ela assumiu a Garoto, esta vinha já há dois anos com briga familiar, com resultados negativos e, se não houvesse aí a aproximação da Nestlé – e, na época, não houve nenhuma empresa que se candidatasse a comprar –, o Estado do Espírito Santo poderia ter perdido a fábrica da Garoto do Estado.

Então, pergunto: se V. Sª estivesse no CADE naquele momento, V. Sª olharia isso como um ponto positivo para dar seu voto?

O SR. LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELLOS – Não é por outro motivo que digo que o controle prévio é uma característica um tanto quanto urgente. Na realidade, muito dessa discussão não ocorreria se tivéssemos o controle prévio. Essa é uma característica da lei que dá o direito. Agora, ele não pode vir sozinho. O controle prévio significa que as autoridades antitruste têm que se manifestar num prazo bastante curto de tempo e para isso elas precisam estar aparelhadas para essa manifestação. Não dá para se imaginar que se vá ter um controle prévio e um prazo de análise extremamente elevado. É por esse e não por outro motivo que digo que o controle prévio evitaria uma parte significativa dessa nossa discussão hoje.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Dr. Luís Fernando, eu gostaria de cumprimentá-lo e desejar-lhe sucesso na nova função. Gostaria também que V. Exª levasse consigo a preocupação desta Casa em relação ao que já foi externado aqui pela Bancada do Espírito Santo, reforçado pelo Presidente dessa ???

Portanto, quero-me solidarizar com o Senador Marcos Guerra, com suas preocupações, bem como com a Bancada do Espírito Santo e desejar a V. Exª que seja luz dentro deste Conselho para abrir caminhos para solucionar este problema que preocupa tanto o Congresso Nacional.

Muito obrigada e felicidades.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – A eminente Relatora está com a palavra.

A SRª RELATORA (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Eu só queria complementar e dizer que o próprio indicado...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Não há mais oradores inscritos. Aqueles que quiserem já podem votar.

Peço desculpas por tê-la interrompido.

A SRª RELATORA (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O próprio indicado já colocou que há necessidade de aperfeiçoamento no CADE, na sua estrutura. Então, acho que isso é importante, exatamente para evitar, para poder fazer um controle prévio é necessário esse aperfeiçoamento.

Eu até faria como pergunta, Dr. Luís Fernando, como o senhor pensa e como na verdade o próprio Governo está pensando em fazer esse aperfeiçoamento para evitar situações como essa e como outras, para não surgirem outras situações semelhantes. Acho que ele já vai aqui indicado para ter um olhar diferenciado sobre esta questão. Acho que isso é positivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Convido os eminentes Senadores e dou por encerrado o debate.

Tem V. Exª a palavra, mas já abri a votação, não posso voltar atrás.

O SR. LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELLOS – A Senadora Ana Júlia perguntou sobre a reforma do sistema. Há algum tempo o Executivo já tem

estudado, já tem-se debruçado sobre o melhor redesenho do sistema em defesa da concorrência. Existem alguns pontos que são consensuais; existem inúmeros pontos que não são consensuais e que ainda estão em debate. Imagino que o projeto seja entregue às Casas Legislativas num espaço adequado de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Peço desculpas a V. Exª, Senadora.

Vou pedir ao Dr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos, não sem algum constrangimento, que espere na sala da Secretaria o resultado, porque a votação aqui é secreta.

(Procede-se à votação nominal e secreta por sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – É o último chamamento da Mesa. Aqueles que não exercitaram o direito de voto queiram fazê-lo, porque já vamos proceder à apuração dos votos. O Senador Delcídio Amaral está disposto a ajudar como escrutinador ao lado do Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador Garibaldi Alves Filho, caso concorde, V. Exª será um dos escrutinadores, juntamente com o Senador Delcídio Amaral, pois a Comissão atribuiu-me competência para escolher os escrutinadores sem ouvir ninguém.

Determino à Secretaria que coloque a urna sobre a mesa.

Está encerrado o processo de votação.

Senador Sérgio Guerra, declarei encerrada a votação, mas, em razão dos afazeres, S. Exª tem direito ao voto.

Como se trata de candidato único, não há importância de reabrir a urna, que não foi aberta ainda. Se a urna estivesse aberta, não poderia fazê-lo.

O Senador Rodolpho Tourinho tem todos os méritos, porque, ontem, defendeu o turismo em favor de todos nós. É o homem das mais...

(Pausa.)

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Estamos aguardando que V. Exª deposite na urna competente o seu voto. Aliás, o meu também.

(Pausa.)

Senador Delcídio Amaral, V. Exª está sendo chamado.

(Pausa.)

Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 20 Srs. Senadores.

Nenhum voto contrário; nenhuma abstenção.

A aprovação do nome Dr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos foi por unanimidade.

Eu pediria que o Dr. Luís Fernando Rigato Vasconcellos fosse introduzido na sala de reuniões para ouvir o resultado.

Dr. Luís Fernando, em nome da Comissão, comunico que V. Sª obteve a unanimidade dos votos. Votaram 20 Srs. Senadores, e V. Sª obteve 20 votos favoráveis. Conseqüentemente, não houve votos "não" nem abstenções. Isso significa que V. Sª está de parabéns. (Palmas.)

V. Sª está de parabéns! Até outra oportunidade, se Deus quiser.

Srs. Senadores, neste momento, faremos uma inversão de pauta.

Consulto se houve mesmo a concordância para que, relativamente ao **Item 2** da pauta, que *institui normas gerais para licitação e contração de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública*, houvesse adiamento por 48 horas.

Como se manifesta, Sr. Relator? (Pausa.)

Tendo havido acordo, a matéria sai de pauta. Portanto, já fica designada uma reunião extraordinária para quinta-feira, às 10 horas da manhã, na qual estará inserido na pauta, como item 1, o projeto de lei atinente à parceria público-privada.

Solicito à Secretaria que tome as providências para a realização desta reunião.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Queria fazer um apelo às Lideranças de todos os Partidos que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos no sentido de fazermos um esforço concentrado tendo em vista a votação, na quinta-feira, deste projeto tão importante para o País, conforme está sendo acordado entre as Lideranças dos Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O apelo de V. Exª é também nosso.

Graças a Deus, a Comissão de Assuntos Econômicos sempre obtém **quorum**, embora não com certa facilidade. Espero que, na quinta-feira, os Srs. Senadores compareçam aqui porque realmente esta matéria é muito importante, e o dia 30 de junho está-se aproximando.

Assim, vou atender requerimento que foi formulado para que, em vez do **item 2**, apreciemos o **Item 4**:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 213, DE 2003
(Não terminativo)

Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Autoria: Senador **Paulo Paim;**

Relator: Senador César Borges, que já ofereceu o seu relatório, pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 que apresenta.

Em 25-5-04, foi concedida Vista ao Senador Almeida Lima, nos termos regimentais, a quem concedo a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como havia dito na reunião anterior, por ocasião do pedido de vista, embora o projeto tenha sido despachado também para as Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, a primeira manifestação que todos nós devemos fazer é nesta Comissão e em forma de deliberação, ou seja, vamos ter que votar. E, como disse, não poderia votar uma matéria da mais alta importância, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, sem conhecimento pleno, sem aprofundamento.

Embora não traga nenhuma emenda para esta Comissão, que, sem dúvida alguma, aborda os aspectos econômicos do projeto e, como quase em sua totalidade as questões dizem mais respeito aos aspectos políticos e sociais, reservar-me-ei o direito de apresentar emendas na Comissão de Educação e/ou na Comissão de Assuntos Sociais. Entretanto, já devo dizer que reconheço os méritos da proposta e mais ainda do Senador Paulo Paim, seu autor. Sei dos propósitos os mais superiores possíveis, mas, como previa e depois de uma análise feita, Sr. Presidente, creio que se trata de uma proposta que, por incrível que possa parecer, em vários aspectos ou na sua maior parte positivo, mas, lamentavelmente, em outros, contraditoriamente, em se tratando de um estatuto que procura combater a discriminação racial e as desigualdades raciais, como está posto, passa a criar algumas e citarei a primeira exatamente no art. 1º que dispõe:

> Art. 1º Esta lei institui o estatuto da igualdade racial para combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

Há discriminação só em relação aos afro-brasileiros? E as outras etnias? E as outras raças? Não existem?

Adiante, no § 2º desse mesmo artigo, diz:

> § 2º Para efeito desse estatuto consideram-se desigualdades raciais as situações injustificadas de diferenciação, de acesso e gozo de bens, serviços e oportunidades.

Existem situações de desigualdade racial justificada? São questões que desejo discutir, porque não me parece que haja justificativa ou situações de discriminação justificativa, justificada ou justificável.

No art. 2º quando diz assim "é dever do Estado e da sociedade garantir..." essa expressão "garantir" a igualdade de oportunidades, o Estado não terá condições de fazê-lo.

A expressão "garantir", quando se pode muito bem estabelecer a flexibilização, na verdade, ao Estado compete promover as condições necessárias ou que levem a garantir, mas, de logo, é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, o Estado não tem condições de garantir isso.

Garantir a igualdade? O Estado pode e deve. É obrigação promover os meios para que se garanta a igualdade. Adiante, no inciso VI do art. 4º "a participação dos afro-brasileiros...", ou seja, sempre limitando a afro-brasileiros. Mais adiante, na questão de cotas, particularmente, sou contrário a elas. Cotas, para mim, é ampliar a discriminação se é que ela existe. Em dado momento, estabeleceremos guetos e essa é a forma mais perniciosa de discriminar.

Sr. Presidente, somente para justificar, embora o Senador Paulo Paim, tivesse compreendido o meu gesto, em dado momento, pedir vista de um projeto se tornou, não diria um crime, mas algo que o Senador não deve praticar.

Devo dizer que estudei, aprofundei-me na questão, tenho discordâncias por que, contraditoriamente, a meu ver, em vários aspectos, ela reacende, sobressalta, estimula discriminações, porém como todas elas dizem respeito, digamos, do ponto de vista social e educacional, reserva-me-ei o direito de apresentar as emendas nestas duas Comissões dizendo, de antemão, que votarei a favor nesta Comissão com essas e várias outras ressalvas que fiz e que pretendo fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Continua em discussão.

Senador, V. Exª, como autor, deseja falar agora ou depois?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Falarei no momento que V. Exª julgar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Assim sendo, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não concordo **in totum** com o Senador Almeida Lima. Algumas críticas têm razão. Com relação à redação, pode ser modificada em outras comissões. Mas creio que a atitude do Senador é correta no sentido de dar seguimento à proposta, que é tão importante para o País e para todos nós que não queremos desigualdade racial no Brasil. Assim, sou inteiramente favorável, mas com emendas de redação. Divirjo no problema de garantir, que possui um sentido de a oportunidade ser idêntica para um e para outro. Garante que será idêntica para qualquer raça a oportunidade de ascender a qualquer posto, por exemplo. Portanto, nessa parte eu discordo. Nas demais, concordo, e acredito que a redação pode ser modificada graças ao espírito público que demonstrou nas outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, autor do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento o Senador Almeida Lima. Quando pediu vista, fiz um apelo, e S. Exª disse que eu não deveria me preocupar porque estudaria a matéria e, na terça-feira, colocaria sua posição, como colocou aqui com muito brilhantismo. Gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar o Relator da matéria, o Senador César Borges, que a estudou durante meses e resolveu o maior problema, que era impasse inclusive junto ao Ministério da Fazenda aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, com relação ao fundo. S. Exª elaborou uma redação, de forma autorizativa, deixando que o Governo aponte o caminho e como poderá ser construído um fundo que permita investir em políticas públicas no combate ao racismo e ao preconceito. Claro que com relação às quotas há uma divergência de fundo entre eu e o Senador. Mas vamos debater com tranqüilidade na Comissão de Educação.

Tenho a mesma posição do Senador Antonio Carlos Magalhães. O que o Estatuto pretende é que o Estado possibilite as mesmas oportunidades. E isso vamos discutir, no momento certo, nas duas comissões. O projeto ainda passará pela Comissão de Educação e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nesta Casa, e vai à Câmara dos Deputados, onde há um grupo de parlamentares trabalhando em relação ao assunto. E poderão ser apresentadas algumas modificações também pelo Poder Executivo, que serão debatidas na Câmara dos Deputados, retornando o projeto, mais uma vez, ao Senado da República. Portanto, agradeço a participação de parlamentares de todos os partidos que colaboraram para este momento acontecer, sem nos furtamos ao debate adequado das duas outras comissões ainda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Consulto se alguém mais deseja debater a matéria, que está em discussão.

Não havendo quem queira debatê-la, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do projeto, permaneçam como se encontram.

Aprovado, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas faço um apelo. Há projetos que passam por várias comissões. Se este veio para esta em primeiro lugar, os Senadores devem aproveitar a oportunidade, pois, em cada comissão por que passa, pode ser aperfeiçoado. Se aprovarmos um projeto simplesmente porque ainda passará por mais duas comissões, estaremos deixando para a última decidir. Assim sendo, ele perde a finalidade de ser, a meu ver. Com relação a emendas de redação, por exemplo, e o Senador Antonio Carlos Magalhães falou muito bem, observem que no art.1º fala em igualdade racial, em discriminação racial. Por exemplo, a criação de conselho, que é prerrogativa do Presidente da República, é uma invasão de competência, e não desnortearia em nada o projeto se alguém fizesse a observação, porque o mérito do projeto é que nos impulsiona. Impulsionados pelo mérito do projeto, que é importantíssimo, de alta relevância, vamos promovendo as alterações.

Mas, de qualquer forma, Senador Paulo Paim, meus cumprimentos a V. Exª, meus cumprimentos ao Relator, Senador César Borges, cujo relatório está muito substanciado, e a todos os que colaboraram, inclusive a explanação feita aqui pelo Senador Almeida Lima.

Vamos passar ao outro item. **O Item 4** entrou no lugar do nº 2.

O próximo é o **Item 3**:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 336, DE 2003 – COMPLEMENTAR
(Não terminativo)

Dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal.

Autoria: Senador **Arthur Virgílio**;

Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece um parecer pela rejeição do projeto.

Em 18-5-04, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais.

Tem a palavra o Relator, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sugerir a rejeição de um projeto de um companheiro como o Senador Arthur Virgílio pode parecer, em primeira mão, algo inusitado. Eu queria repetir o que eu disse da última vez quando da leitura do meu Relatório. Na verdade, o projeto do Senador Arthur Virgílio e outro projeto que foi aprovado por esta Comissão, que tratavam da mesma questão e da mesma matéria, tiveram momentos distintos e fatos foram agregados à discussão daquele projeto, o que não ocorreu com o projeto do Senador Arthur Virgílio.

Eu disse e repito, Senador Ramez Tebet, que por ocasião da discussão do projeto que foi aprovado por esta ilustre Comissão, tempos atrás, tivemos a preocupação e o interesse em reunir todos os setores interessados numa boa regulamentação do assunto. Banco Central, entidades ligadas às cooperativas e outros técnicos do Governo Federal, além de Parlamentares tiveram uma reunião muito interessante, na qual expurgamos as impropriedades contidas naquele projeto e tiramos uma redação que contemplava todos os setores, o Governo Federal, as cooperativas, os cooperados, os interessados. Pode-se dizer que, daquela reunião, surgiu um texto de um projeto consensual.

Por essa razão, tendo sido já aprovado aquele projeto, que contempla grande parte do que está sendo proposto pelo Senador Arthur Virgílio, exclusivamente por isso, sugerimos o arquivamento do projeto, tendo em vista que a matéria foi contemplada em outro projeto já aprovado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Como vimos, o eminente Relator, além de dar o parecer por escrito, aduziu considerações orais e conclui pela rejeição do projeto, porque entende que a matéria já está regulada em algum outro ponto.

Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. senadores que estão a favor do parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O parecer está aprovado por unanimidade.

O projeto foi rejeitado.

Como o **Item 4** já foi votado, passamos ao **Item 5.**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Não terminativo)

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador **João Capiberibe;**

Relator: Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

A matéria já foi apreciada pela CCJ.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. RELATOR (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003-complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, pretende difundir ampla e detalhadamente informações sobre as receitas e despesas da União, dos Estados, dos municípios e dos Distrito Federal, dando visibilidade aos atos da Administração Pública. Isso ajudaria a coibir a corrupção, os atos danosos ao interesse coletivo e a gestão fiscal ruinosa.

Apresentado em 14 de abril de 2003, o projeto foi enviado nessa mesma data à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para posterior encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos.

Em 30 de abril de 2004, a CCJ designou o Senador Demóstenes Torres para relatar a matéria. O seu parecer, favorável ao projeto com as Emendas de nºs 1 a 5, da CCJ, foi aprovado no dia 3 de março de 2004.

A CAE recebeu o Projeto sob exame em 4 de março de 2003. No dia 10, coube a mim a designação para relatar o projeto.

A proposição, em sua versão aprovada pela CCJ, é composta de três artigos: o art. 1º, que altera o parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, acrescentando que a transparência nos atos de gestão pública se dará não apenas pela participação popular e realização de audiências públicas, como já constava da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também por ampla divulgação, por meio eletrônico, de informação pormenorizada quanto às receitas e despesas de um ente público. Trata-se, portanto, de colocar **on line**, provavelmente utilizando-se a internet, informações orçamentárias e fiscais que ficariam à disposição de qualquer cidadão que se dispusesse a analisá-las.

O art. 2º introduz dois novos artigos à Lei de Responsabilidade Fiscal, que detalham como as informações pormenorizadas devem ser disponibilizadas – os arts. 48-A e 48-B. Assim, os seguintes dados devem

ser tornados públicos instantaneamente após a realização da despesa:

a) o número do processo;

b) o bem fornecido ou o serviço prestado;

c) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento;

d) o procedimento licitatório realizado; e

e) o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive a referente a recursos extra-orçamentários.

Ainda no art. 2º são introduzidos mais três artigos na Lei de Responsabilidade Fiscal: os art.s 73-A, 73-B e 73-C. O art. 73-A estipula que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas ou órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nessa lei complementar. O art. 73-B trata do prazo para cumprimento das determinações contidas no projeto. Assim, os entes com procedimentos de execução de despesas já informatizados terão o prazo de um ano para adaptar-se às exigências dos art. 48-A e 48-B, fixando-se o dobro desse prazo para aquelas não-informatizadas ou em processo de informatização. O art. 73-C estipula, como penalidade para o descumprimento da distribuição de informação, o não-recebimento de transferência voluntárias, penalidade padrão usual para diversos casos de transgressão à Lei de Responsabilidade Fiscal, como, por exemplo, a não-redução de despesas de pessoal ou da dívida total que esteja acima do valor máximo permitido.

O art. 3º contém a cláusula de vigência, estabelecendo que a lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Não foram apresentadas emendas no âmbito da CAE.

Análise.

Como afirmado anteriormente, o PLS nº 130, de 2003, já foi objeto de análise pela CCJ, que o aprovou com cinco emendas, oferecidas pelo próprio Relator. Por conseguinte, a análise quanto à legalidade e a constitucionalidade da matéria foi exaustivamente realizada, não havendo óbices nesses campos. Portanto, o texto aprovado pela CCJ será aqui examinado em relação ao seu mérito.

Julgo importante analisar os seguintes pontos:

Ampliação das informações oferecidas ao público;

Restrições técnicas e de logística a serem superadas;

Eficácia e público-alvo; e

A transparência para o grande público.

A ampliação das informações oferecidas ao público.

A primeira inovação contida no projeto é a da obrigatoriedade de uma maior abertura das informações contidas nos sistemas informatizados de administração financeira. Não se trata de uma mera disponibilização de relatórios e demonstrativos orçamentários e financeiros na Internet, como já determina a Lei de nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, que atribui ao Tribunal de Contas da União a competência para criar sítios destinados a divulgar dados sobre as finanças públicas federais, estaduais e municipais. Efetivamente, os sítios resultantes dessa determinação deveria permitir o acesso às seguintes informações:

Os montantes de cada tributo arrecadado, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar, a expressão numérica dos critérios de rateio;

Relatórios resumidos da execução orçamentária;

O balanço das contas das três esferas da Federação, incluindo as autarquias e outras entidades, bem como quadro estruturalmente idêntico baseado em dados orçamentários;

O orçamento do exercício em curso e o balanço de exercício anterior;

Os resumos de instrumentos de contrato e de diversos aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior; e

As relações mensais das compras efetuadas pelas administrações diretas e indiretas.

Os relatórios demonstrativos discriminados acima permitem o acompanhamento **a posteriori** das finanças públicas por meio dos seus principais números. Essa iniciativa, embora limitada, foi apenas parcialmente bem-sucedida em decorrência da carência de recursos humanos e materiais apropriados para esse fim em inúmeros municípios e pela ausência de sanção pelas unidades da Federação que não empreguem os meios requeridos pela Lei nº 9.755, de 98.

O PLS nº 130, de 2003, é mais ambicioso. Trata-se de permitir um acompanhamento pari passu da gestão orçamentária das três esferas de Governo e de impor sanções àqueles que não observam os ditames da lei. Isso requer implantar um sistema informatizado de administração financeira em todas as unidades da Federação e permitir que o público possa consultá-lo.

O primeiro sistema nos moldes tratados no parágrafo anterior foi o da União – o Siafi, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. A partir do seu sucesso, alguns governos estaduais ressaltaram a necessidade de dispor de instrumentos semelhantes. Como resposta a essa demanda, o Serviço Federal de Processamento de Dados, o Serpro, desenvolveu o Siafem – Sistema Integrado de Adminis-

tração Financeira, para Estados e municípios. Em geral esses sistemas permitem diferentes níveis de acesso a diferentes tipos de usuário. No caso do Siafi, por exemplo, um usuário externo não tem acesso a informações detalhadas sobre empenhos e despesas, enquanto o parlamentar pode ter acesso a tais informações. O que se está propondo é, portanto, um nível mais detalhado de acesso às informações para todos os cidadãos. Esse é um ponto de suma importância que precisa ser devidamente destacado no texto do projeto.

Restrições técnicas e de logística a serem superado.

A segunda inovação contida na proposição é que ela obriga a União, Estados, Distrito Federal e Município a disporem de um sistema integrado de gerência e administração financeira bastante desenvolvido e complexo. Isso é trivial para a União, para vários Estados e para o Distrito Federal, que já exibem um razoável nível de informatização da sua gestão, mas não para todas as unidades da Federação, especialmente para municípios menores. No caso de uma unidade que não disponha de uma versão do Siafem, as inovações propostas pelo PLS de nº 130, 2003, irá gerar custos substanciais; mais do isso, muitas cidade não têm capacidade técnica/operacional para instalar tal sistema, necessitando de suporte especializado.

Não se trata simplesmente de instalar, em locais de livre e intensa circulação do público, terminais de computador para consulta, como parece fazer crer a redação do art. 48-A. É preciso implantar um sistema que gere as informações de maneira confiável para alimentar esses terminais, instituindo-se registro eletrônico de receitas, empenhos e despesas em todas as unidades gestoras, interligar essas unidades, criar um sistema de contabilidade conectado ao sistema de geração de demonstrativos financeiros, treinar pessoal etc.

Além disso, há a necessidade de reposição de equipamentos que, com o passar do tempo, tornam-se, como é comum, obsoletos. Cabe, pois, analisar a possibilidade de implantação desses sistemas nos municípios brasileiros. O Governo Federal já vem se empenhando na busca da modernização da gestão fiscal dos municípios.

O Senado Federal aprovou, em 1999, a Resolução de nº 64, que autorizou o empréstimo da União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor de US$300 milhões, para financiar o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

Esse programa tem como objetivo:

Implantar métodos e instrumentos de planejamento e de elaboração do orçamento municipal, dentro de um contexto de transparência e de participação da população;

Integrar a administração financeira, implantar controles automatizados para programação e execução orçamentária e financeira e para consolidação da auditoria do controle interno dos Municípios.

Consultados os gestores do PNAFM, sediados na Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional, informaram que é possível modelar o sistema e a implantação nos Municípios para geração de informação definida no PLS nº 130, de 2003, desde que disponham de prazo adequado para tal.

Frente a essas considerações, a minha opinião é que o grande desafio para se implantar a proposta do PLS nº 130, de 2003, não é o de colocar os detalhes das receitas e despesas públicas na Internet. Antes disso, é fundamental disseminar o uso de sistemas integrados de administração financeira e controle para todos os Municípios. Somente o uso generalizado de sistemas como o Siafem permitirá gerar informações com qualidade e rapidez necessárias, para que o público detecte, por exemplo, operações suspeitas. Sem a ampliação do uso de sistemas como esse, a mera publicação de contas na Internet, defasadas no tempo e de forma consolidada, pouco contribuirá para a transparência na gestão pública.

Eficácia e público-alvo.

Um terceiro aspecto a ser considerado refere-se à capacidade do PLS nº 130, de 2003, para atingir seus objetivos, quais sejam, ampliar a transparência das contas públicas e evitar gestões fiscais ruinosas ou atos corruptos. Não há dúvida de que a abertura de informações permite à sociedade acompanhar mais de perto os atos dos gestores públicos. Há que se considerar, contudo, que não será o cidadão comum que, individualmente, irá sentar-se à frente de um terminal público de computador para examinar notas de empenho e um grande emaranhado de números. Essa informação será analisada por indivíduos de maior qualificação profissional, Organizações Não-Governamentais, empresas de consultoria, Tribunais de Contas, Ministério Público e demais organizações com instrumental e capacidade analítica para extrair conclusões a partir de um grande volume de informações financeiras e orçamentárias.

Frente a essa constatação, parece ser desnecessário exigir a instalação de terminais de computador em locais de livre e intensa circulação de público, como faz o art. 48-A da proposição. As pessoas em instituições capacitadas para analisar os dados em questão certamente já dispõem de computadores e de estrutura de

informática que lhes permitiriam ter acesso aos dados que se pretende tornar públicos.

Concluindo, o conteúdo do projeto é meritório, embora mereça alguns ajustes. Assim, proponho a sua aprovação, com alterações que visem:

estabelecer mecanismos que induzam os entes da Federação a adotarem sistema integrado de administração financeira e controle, fixando-se um prazo para adoção desses sistemas, a partir do qual o ente não mais receberá transferências voluntárias da União;

garantir a toda pessoa física ou jurídica o direito de acompanhar os dados detalhados de execução de receita e de despesa por meio de acesso ao sistema integrado de administração financeira e de controle; e excluir a exigência de instalação de terminais para consulta da população, uma vez que a análise dos dados será feita por pessoa de maior qualificação profissional em instituições organizadas que possuem equipamentos de informática e estrutura para captar informações por meio de redes de computador.

Voto

Em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal e regimental, voto pela aprovação dessa matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do seguinte substitutivo.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2003-COMPLEMENTAR

Acrescenta o dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informação pormenorizada sobre execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48. ..... (...)

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação de pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade em tempo real de informações pormenorizadas sobre execução orçamentária e financeira, com meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeiro e controle, que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União ao disposto no art. 48A.

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 48-A. Para os fins do que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no montante da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

..... (...)

Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações do art. 48, parágrafo único, incisos II e III, e do art. 48-A:

I – um ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de 100 mil habitantes;

II – dois anos para os municípios que tenham entre 50 mil e 100 mil habitantes;

III – quatro anos para os municípios que tenham até 50 mil habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data da publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no **caput**.

Art. 73-C. O não-atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no Art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o meu parecer.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O parecer é em forma de substitutivo, com aprovação.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, essa matéria, que foi exaustivamente ponderada pelo Senador João Capiberibe, resulta de experiência pratica desenvolvida por ele em seu Estado.

De outro lado, ao longo de alguns anos em que neles até já trabalhamos juntos, verificamos na Comissão do Orçamento do Congresso Nacional, uma absoluta precariedade dos dados existentes.

Trabalhamos com o Tribunal de Contas, que informa de maneira defasada situações que deveriam ser controladas muito antes e sempre de forma simplificada, o que produz enorme confusão. Os dados disponíveis têm de ser examinados sempre de maneira absolutamente não esclarecedora. Há uma defasagem enorme no acompanhamento do processo orçamentário, reconhecido por todos no Congresso.

O projeto do Senador João Capiberibe me fez consultar diversos agentes, administradores municipais, secretários de fazenda, técnicos que tinham especialização nele. No primeiro momento, considerei que seria bastante ambicioso e que seria imprudente subscrevê-lo, como foi feito.

Mas entendi que a subscrição de um projeto como esse implica um esforço de aperfeiçoamento que não pode ser adiado. As instituições públicas no Brasil não podem continuar herméticas como são e dependentes os municípios apenas de uma fiscalização elementar de vários tribunais de contas, muitos deles pouco equipados, ou então, de câmaras municipais com deficiência de informação para o exame de seu trabalho legislativo.

Então, penso que essa é uma medida que avança no sentido da modernização, da transparência. Um sistema desses impediria, por exemplo, acontecimentos como esses que estamos verificando, com enorme atraso, no Ministério da Saúde e em outras instituições.

Trata-se de um projeto relevante e que a Comissão deveria subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Com a palavra a senadora Ideli Salvatti, para discutir a matéria.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu quero anunciar que vou solicitar vistas do projeto. Vou explicitar que já tive oportunidade de conversar com o Senador João Capiberibe sobre os motivos que me levam a fazê-lo.

Em primeiro lugar, porque temos acompanhado esse projeto. Já fizemos a sua votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovando-o em termos da legalidade.

Mas esta Comissão tem a tarefa de discutir o mérito, e, do meu ponto de vista, não pairam dúvidas quanto a ser este um projeto meritório, no sentido de colocar a transparência no trato do dinheiro público; da sua utilização; de poder permitir que a população tenha acesso *on line*, no ato da execução da despesa orçamentária, que possa fazer a fiscalização, o controle.

Não é sob essa ótica que paira alguma dúvida a respeito do mérito. Muito ao contrário. Na condição que me encontro hoje sou obrigada, tenho a responsabilidade de esclarecer que a preocupação advém do Governo. O aprimoramento, o aperfeiçoamento, o controle mais explícito das finanças públicas acaba acontecendo em uma alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma lei que todos temos o compromisso de solidificar cada vez mais, de torná-la um pilar da nossa administração. Creio que acabou tendo esse caráter. Cada vez mais há um compromisso de que assim seja feito e consolidado.

Recebemos uma solicitação para o pedido de vistas exatamente sobre por onde poderíamos caminhar. De tal forma que, quanto esse aprimoramento tão importante e tão conveniente proposto pelo Senador João Capiberibe, não se pudesse passar, em nenhum momento, a imagem de que estaríamos fazendo alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, passar uma imagem de que a Lei de Responsabilidade Fiscal não é algo de fundamental importância para a Administração Pública em nosso País.

Além disso, há uma outra questão sobre a qual valeria a pena fazermos um aprofundamento. Imaginarmos o sistema **on line** com terminais de computador à disposição da população para União, Estados e Municípios...

Já foi excluído?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – V. Exª está pedindo vista, em suma?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – De qualquer forma, sim. O apelo que nos foi feito por alguns Ministérios foi no sentido de termos o cuidado de que

uma aprovação, mesmo na linha do aprimoramento, não tenha uma conotação de modificação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Vamos conceder vista a V. Exª. Não é isso?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Quero saber se alguém mais pede vista?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, para que a vista seja coletiva também peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Muito bem.

A Presidência concede vistas coletivas.

Não posso deixar de fazer algumas considerações. É o último item da pauta de hoje. Creio que esse projeto é de uma transparência fantástica e não tem nada a ver com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta diz o que pode e o que não pode ser feito. Não se pode fazer obra perto de eleição, não se pode deixar dívidas para o outro. Esse é um projeto de difícil operacionalidade. Por exemplo, um parlamentar entra no Siafi e sabe tudo. O cidadão comum não. O cidadão comum não tem acesso. Nós, aqui, representamos o cidadão comum. Se eu posso ele também deve poder.

Foi concedida a vista. Quero agradecer a excelência das nossas reuniões. Fico até emocionado. Desde que assumi a Presidência, nenhuma reunião deixou de ser realizada por falta de quórum. Em todas votamos alguma matéria, Senador Garibaldi Alves Filho. Quantas vezes V. Exª foi relator? Até as relatorias procuramos observar. Às vezes, queremos ver quem relatou mais, quem relatou menos. Dá quase um empate. Fico contente. Hoje, vimos, aqui, o brilhante relatório do Senador Sérgio Guerra sobre um projeto do Senador João Capiberibe.

Convoco V. Exªs para a quinta-feira, quando faremos realizar uma reunião extraordinária. Que possamos comparecer e, se possível, no horário. Está me dando aflição. Hoje pensei que não teria número. Quando vi, passou da conta. Olhei na lista e há muitos Senadores em viagem ao exterior ou mesmo no Brasil. Vi a vantagem de termos suplentes. Conseguimos realizar uma reunião. Não vou dar nota, mas foi um reunião boa sob o aspecto do interesse e de tudo o mais.

Senador Geraldo Mesquita, V. Exª tem todo o direito de falar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, ia restringir-me ao pedido de vista, mas me ocorreu, Sr. Presidente, o seguinte: um dos óbices alegados para a implementação desse projeto seria a dificuldade de os pequenos Estados e municípios se colocarem em condições de efetivá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Srs. Senadores, eu não posso....

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Gostaria só de lembrar o seguinte, Sr. Presidente: a proposição do Senador João Capiberibe se funda na experiência que introduziu no próprio Estado de S. Exª, quando governava o pequeno Estado do Amapá. Foi uma experiência bem-sucedida. Até hoje, entramos no Siafi, lá do Estado do Amapá, e você fica ciente, sabendo da execução orçamentária daquele Estado.

Então gostaria de propor à Comissão que permitisse, por um espaço de 5 minutos, na próxima quinta-feira, ao Senador João Capiberibe expor, de maneira didática e simples, como o sistema é operado no Estado do Amapá, experiência que implantou lá e que é sucesso até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Mas, como autor do projeto, tem direito de fazê-lo. Fá-lo-á, com toda certeza!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Ah, obrigado, Sr. Presidente!

Era isso que gostaria de sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Srªs e Srs. Senadores, tenho um requerimento importante, um requerimento subscrito pelo Senador Roberto Saturnino, que já tive oportunidade de ler. S. Exª quer que aprovemos o seu requerimento de solicitação de remessa de documentos resultantes dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, referentes à matéria constante da Resolução nº 18, de 1994, Senado Federal, que é desta Comissão.

Essa Resolução autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada com o BID, no valor equivalente a 350 milhões de dólares norte-americanos. Esses recursos seriam destinados ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico da Bacia da Bahia de Guanabara e outras providências.

S. Exª afirma que houve denúncias de irregularidades no uso desses recursos, a Assembléia Legislativa criou uma CPI, e S. Exª quer conhecer essa matéria toda.

Então diz ele:

É de responsabilidade desta Comissão Permanente, a CAE, fiscalizar a execução, Projeto de Despoluição da Bahia de Guanabara, visto que a autorização para a prestação de garantia por parte da União foi apreciada em seu âmbito, especialmente diante de fatos que denunciam irregularidades graves.

Coloco o requerimento em votação.

Não havendo quem queira encaminhar, dou o requerimento por aprovado e determino à Secretaria

que faça o ofício para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

E declaro....

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Não vou declarar encerrada, enquanto não der a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Gostaria de, sobretudo, ressaltar o papel de V. Exª à frente desta Comissão, mas pedir a V. Exª que relevasse, não é falta propriamente, alguma demora minha na chegada a esta Comissão, porque estou agora envolvido com a Comissão de Orçamento, uma vez que sou o Relator da LDO. E, como temos um prazo fatal até o dia 30 de junho, para ver aprovada essa LDO, sob pena de o Congresso não entrar em recesso, então gostaria de comunicar isso a V. Exª, porque V. Exª me citou como um daqueles que tem colaborado com a Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – E muito! E muito!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – E fiquei muito desvanecido com isso!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Garibaldi, temos orgulho de tê-lo nesta Comissão, nessa relatoria da LDO, sinceramente! Estamos muito bem representados! A nossa Comissão sente-se feliz com isso!

Mas apenas essa passadinha de V. Exª aqui nesta Comissão, por 2 minutos, já fez com que ela ficasse contente, alegre! V. Exª colabora muito!

Está encerrada a presente reunião! Até quinta-feira, na reunião extraordinária, se Deus quiser!

Muito obrigado!

(Levanta-se a reunião às 12h39min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 3 de Junho, de 2004, às 10:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia três de junho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Edison Lobão, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Leonel Pavan e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Mão Santa, João Alberto Souza, César Borges, tendo falta justificada em virtude de ter sido designado para representar o Senado Federal no Fórum Mundial das Culturas, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Eduardo Azeredo, tendo falta justificada em virtude de representar o Senado Federal no Grupo Parlamentar Brasil Suíça, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário dos Projetos de Lei de Conversão nº 35/04, nº 36/04 e nº 37/04 e da Medida Provisória nº 180/04, sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, não terminativo, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, com o acatamento, total ou parcial, das Emendas nos 1, 2, 8, 10, 22, 23 e 36, e rejeitando as demais. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura (CI). Após análise da CAE a matéria irá à CCJ. Em 18/05/04, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Foram apresentadas a Emenda nº 01-Substitutiva, de autoria do Senador Romero Jucá, as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador César Borges, a Emenda nº 5, de autoria do Senador Ney Suassuna, as Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10 e 11, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 42, de autoria do Senador Pedro Simon, as Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, as Emendas nºs 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43 e 44, de autoria do Senador Roberto Saturnino, e as Emendas nºs 45, 46, 47, 48, 49 e 50, de autoria do Senador Marcos Guerra. Em 03/06/04, foram apresentadas as Emendas nºs 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60, de autoria do Senador Delcídio Amaral, e as Emendas nºs 61, 62, 63 e 64, de autoria Senador Tasso Jereissati. O Presidente, Senador Ramez Tebet, concede a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp. Usam da palavra os Senadores

Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, Ideli Salvatti, Romero Jucá, Arthur Virgílio e Delcídio Amaral. A Presidência decide pelo adiamento da matéria para a próxima reunião, uma vez que novas emendas foram apresentadas. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 29-CAE, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan que requer, nos termos do art. 76, inciso II e § 1º, inciso I, do RISF, a prorrogação da Subcomissão Temporária de Turismo, destinada a analisar o desenvolvimento e as potencialidades do setor de turismo no Brasil, bem como avaliar e acompanhar a política nacional de turismo, e o Requerimento nº 30-CAE, de 2004, de autoria do Senador Paulo Octávio que requer, nos termos do art. 76, inciso II e § 1º, inciso I, do RISF, a prorrogação, até o final da Sessão Legislativa Ordinária, dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Turismo, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a estudar e propor iniciativas legislativas para o desenvolvimento da indústria do turismo no Brasil, incentivando a criação de novos pólos de interesse turístico e sedimentado a imagem dos destinos tradicionais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há número regimental. Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Declaro a Ata aprovada.

Temos apenas um item na pauta. O item 1 é o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, é não terminativo e institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. A autoria é do Executivo, e o Relator nesta Comissão é o eminente Senado Valdir Raupp.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Solicito a V. Exª verificação de **quorum**. Pelo livro, V. Exª tem razão em abrir a reunião, mas não há **quorum** para votação. A leitura do relatório deve ocorrer com todos os membros presentes, para que possam discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos, gostaria que estivessem todos presentes. O livro registra um número de assinaturas suficiente para abertura da reunião. Pelo nosso Regimento, a verificação de **quorum** é requerida somente no instante da votação. Pediria a V. Exª sua compreensão. É regimental a matéria.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, preocupado com o pedido de verificação de **quorum** do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicito a V. Exª que, antes da verificação, coloque pelo menos em apreciação meus dois requerimentos – um propõe a prorrogação da Subcomissão Temporária de Turismo –, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocá-los hoje em votação. Garanto a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esclareço que a matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura. Informo também que, após a análise desta Comissão, a matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em 18 de maio já foi concedida vista coletiva. Foram apresentadas a Emenda nº 1, substitutiva, de autoria do Senador Romero Jucá; as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador César Borges; a Emenda nº 5, de autoria do Senador Ney Suassuna; as Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10 e 11, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 42, de autoria do Senador Pedro Simon; as Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; as Emendas nºs 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43 e 44, de autoria do Senador Roberto Saturnino; e as Emendas nºs 45, 46, 47, 48, 49 e 50, de autoria do Senador Marcos Guerra.

O parecer é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, com o acatamento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 8, 10, 22, 23 e 36 e com a rejeição das demais.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp.

A matéria está em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o relatório já está publicado e já foi lido na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas eu não posso deixar de conceder a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Sr. Presidente, realmente o relatório já foi lido, mas, desde então, foram apresentadas inúmeras emendas, que tive que apreciar inúmeras emendas. Acatei parcialmente algumas, outras, rejeitei. Então, preciso ler essas alterações. Enquanto isso, os Senadores que estão na CCJ chegarão a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, V. Exª está alterando seu parecer ou apenas irá apreciar as emendas? Houve alteração em seu parecer?

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Alterei o parecer por meio de emendas, que foram em torno de 40. Depois do dia 18, tive de apreciá–las e acatei algumas. Tudo isso foi amplamente discutido pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso altera o parecer de V.Exª?

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – A alteração foi feita por meio de emendas. Inclusive, hoje mais 10 emendas foram apresentadas, e teremos de relatá-las.

Sr. Presidente, posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, após a última reunião desta Comissão, em 18 de maio, ocorrem novos contatos com representantes do Poder Executivo e da sociedade civil, para debater questões suscitadas pelos Senadores e aprimorar o PLC nº 10, de 2004.

Os contatos contaram com a participação de representantes da Casa Civil, dos Ministérios da Fazenda, de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Associação Brasileira de Infra-Estrutura, Indústria de Base e da Fundação de Economiários Federais. Essa última representando as entidades fechadas de previdência complementar.

Os Senadores Aloízio Mercadante, Rodolpho Tourinho, Romero Jucá, entre outros, também foram importantes interlocutores.

Nessas reuniões, voltei a observar uma forte preocupação com a responsabilidade fiscal e com a oferta de garantias apropriadas ao setor privado.

Em busca do consenso, pretendo alterar, sempre por meio de emenda, o substitutivo apresentado anteriormente, tendo como base as 44 emendas apresentadas pelos Senadores Romero Jucá, César Borges, Ney Sussuana, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino.

Apresentarei tais aprimoramentos, Sr. Presidente, de forma resumida, poupando todos de uma nova e longa leitura detalhada, se assim concordarem as Srªs e os Srs. Senadores. Ressalvo que o texto integral já foi distribuído.

No art. 2º, introduzi novo inciso que define o respeito aos interesses e direitos dos destinatários de serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução, como a diretriz das PPPs.

Restabeleci para cinco anos o prazo mínimo para os contratos de parceria, bem como elevei esse valor para R$20 milhões.

Com essa redação, esse limite torna-se aplicável a qualquer PPP e não somente às execuções, locações ou arrendamentos de obras.

Em relação ao art. 4º, proponho:

1 – Explicita que a rescisão do contrato de PPP ficará condicionada à pagamento prévio de indenização;

2 – Justifica-se pela necessidade de estipular parâmetro para o equilíbrio econômico-financeiro, que deverá ser mantido durante cada parceria.

3 – Fortalece os contratos das parcerias público-privadas ao condicionar a não homologação das cláusulas contratuais de atualização automática de valores à publicação, até o advento do primeiro vencimento de fatura, após a data da atualização, das razões dessa medida, fundamentadas na lei ou no contrato.

4 – Recupera o texto aprovada pela Comissão de Infra-Estrutura, acerca do compartilhamento com a administração pública dos ganhos econômicos decorrentes da redução de risco e crédito dos financiamentos da PPP.

Trata-se da previsão, que poderá constar dos contratos, caso haja acordo entre as partes interessadas.

Não havendo imposição da vontade da parte mais forte, o Estado, sobre a parte mais fraca, o parceiro privado, entendo desnecessária a referência a perdas econômicas provocadas por aumentos de natureza sistêmica do risco de crédito.

A nova redação, no entanto, explicita que os ganhos passíveis de serem compartilhados são os efetivos. Com isso, assinalo que somente deverão ser considerados os ganhos líquidos de impostos.

A quinta e última alteração restabelece parte do texto aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura sobre as relações entre os parceiros públicos e privados no caso de extinção antecipada do contrato ou do seu término, prevendo que o bem resultante caberá à Administração Pública, salvo disposição contratual em contrário.

Prosseguindo na avaliação dos demais artigos do PLC, acrescentei no inciso IV do art. 5º o adjetivo dominicais à expressão "outorga de direitos sobre bens públicos", para impedir que bens como escola, hospitais e outros similares venham a ser oferecidos em garantia.

No art. 6º, introduzo o novo parágrafo 1º, contendo previsão de que as contraprestações da Administração Pública decorrentes de contrato de PPP, havendo disponibilidade financeira no órgão ou ente contratante, terão precedência de pagamento sobre as contraprestações relativas às obrigações contratuais que tenham por objeto a execução de obras públicas na forma da Lei nº 8.666, de 1993. Destaco que a preferência incidirá sobre as disponibilidades financeiras, não devendo ser confundida com a programação orçamentária, cujas prioridades devem constar das LDOs.

No art. 8º, incluo a previsão de que as sociedades de propósito específico também deverão observar, em relação ao controle acionário, o que dispõe a Lei de Sociedade por Ações, Lei nº 6.404, de 1976.

O § 1º do art. 9º, a seu tempo, deve ser suprimido para que os estudos, projetos, obras e serviços prévios à contratação da parceria não sejam necessariamente objeto de licitação, o que poderia tornar o processo demasiadamente lento, como observou o Senador Romero Jucá.

É descabida semelhante exigência em todas as estações de PPP, pois, nesse tipo de empreendimento, a administração deve ter a faculdade de somente definir dimensionamentos, parâmetros, metas de desempenho e padrões de qualidade, deixando os projetos a cargo do licitante.

Revisei o art. 13 para determinar que a aplicação do crédito de melhor combinação entre as propostas técnicas e econômicas e a respectiva classificação é um dos procedimentos que poderá ser observado pela licitação.

Proponho ainda suprimir e alterar o art. 13, para eliminar qualquer alusão a limites para quantidade admitida de lances nos leilões. Esses limites restringiriam a competição entre os interessados em prejuízo da Administração Pública. Optou-se por uma formulação na qual caberá ao edital determinar a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se propostas escritas em envelopes lacrados, leilão em viva voz, ou a combinação de ambas as formas. Restringi a possibilidade de apresentação de nova proposta econômica aos casos em que houver menos de três propostas dentro do intervalo fixado no edital e estipulo que o oferecimento de lances no leilão dá-se na ordem inversa da classificação das propostas escritas. Por fim, explicitei que, havendo leilão, o edital não poderá fixar limite para a quantidade de lances. Portanto serão lances sucessivos.

No art. 15, excluo a referência à Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social por ser, diferentemente dos demais componentes do órgão em questão, um ministério de natureza potencialmente transitória.

O art. 17, que trata do fundo fiduciário, que garantirá as parcerias público-privadas, também é objeto de modificação em sintonia com emendas, mas sem incorrer nas dificuldades próprias à criação de antes da Administração Pública Federal Indireta. Procurei dar mais segurança aos investidores ao garantir que os recursos do fundo fiduciário não serão submetidos às regras de contingenciamento do setor público ou aos limites que incidem sobre operações ativas e passivas das instituições financeiras. Assim, proponho que a União ou entidade de direito privado por ela contratada seja autorizada a subscrever ou adquirir cotas em um fundo fiduciário de direito privado gerido por uma ou mais instituições financeiras controladas direta ou indiretamente pela União, com o objetivo específico de prestar garantia de cumprimento das obrigações do setor público para com os parceiros privados.

Os recursos que poderão integrar o fundo fiduciário da União ou da entidade privada estão discriminados no parágrafo 1º do artigo 17.

Removi a referência aos títulos públicos federais por entender que não cabe, por seu impacto sobre o resultado primário das contas públicas, destinar emissões primárias de títulos públicos ao fundo em questão. O emprego de títulos negociados no mercado secundário, por sua vez, já está contemplado na forma da possibilidade de transferência de bens móveis. Ainda sobre o mesmo artigo estipulei que a titularidade das cotas do fundo fiduciário poderá ser transferida ao parceiro privado, que poderá resgatá-la em caso de inadimplemento da obrigação do setor público. Estou incumbindo a Comissão de Valores Mobiliários, CVM, de dispor sobre o regime fiduciário do patrimônio do fundo, a responsabilidade dos agentes fiduciários, as condições de constituição, funcionamento e extinção do fundo e as operações ativas e passivas do fundo, as quais deverão manter em níveis adequados a sua rentabilidade e liquidez. Note-se acerca dessa última atribuição que os títulos públicos federais, por sua rentabilidade e liquidez, certamente serão uma das principais obrigações do fundo.

O artigo 18 propõe que a União conceda incentivos nos termos do programa, incentivo à implementação de projetos de interesse social instituído pela Lei nº 10.735, de 2003; as aplicações em fundos de investimento criados por instituições financeiras em direitos creditórios provenientes dos contratos de parceiros públicos e privados. Dessa forma, estimula-se no âmbito do marco legal em vigor uma nova fonte de financiamento para as PPPs sem que sejam contrariadas as

restrições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a concessão de incentivos fiscais.

Com as modificações discriminadas anteriormente, entendo que as ressalvas do Senador Aloizio Mercadante foram atendidas. Em relação às objeções do Senador Eduardo Suplicy, compartilho da sua preocupação com o risco de que as parcerias público-privadas sejam mal empregadas. Cabe perguntar no entanto qual política pública não corre o risco de ser desvirtuada.

Para coibir eventuais excessos precisamos de transparência na gestão pública e de controles administrativos e judiciários eficazes. Se esses instrumentos não têm funcionado satisfatoriamente, cabe-nos agir para que as deficiências sejam acionadas; não podemos nos omitir perante os clamores da sociedade por uma urgente retomada dos investimentos e, por extensão, do crescimento econômico, gerando milhares de empregos e elevando a renda da nossa população. Assim a questão central não é a possível privatização dos serviços públicos, mas a necessidade de aumentar a oferta e a variedade desses serviços. Esse é o fim último das parcerias público-privadas. As competências atribuídas ao Poder Executivo, os prazos fixados e as garantias oferecidas representam o consenso possível do momento.

Antes de proferir meu voto, Sr. Presidente, devo dizer que foram apresentadas mais 21 novas emendas de autoria dos senhores Senadores: Marcos Guerra, Tasso Jereissati, Delcídio Amaral, que também contribuíram para novas correções, adequações redacionais e aprimoramento que este Relator consolidará no texto final.

Voto: em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbice de natureza constitucional, legal e regimental, voto pela aprovação desta matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do seguinte substitutivo: acatamento total ou parcial das emendas de números 1, 2, 8, 10, 22, 23, 36, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61, rejeitando-se as demais emendas.

É o parecer.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só um minuto, Senador Tasso Jereissati, por gentileza.

Tenho obrigação de passar às mãos do eminente relator as emendas que recebi agora, apresentadas pelo eminente Senador Delcídio Amaral. São as Emendas nºs 51,52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60.

V. Exª tem conhecimento dessas emendas?

Vou passá-las às mãos de V. Exª.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Acabei de fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª as rejeita?

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Acatando parcialmente e rejeitando as demais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o acatamento – volto a insistir com V. Exª – de alguma dessas emendas altera o relatório? V. Exª o considera alterado pela aceitação das emendas?

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Eu considero que após o dia 18, após o pedido de vista, após a apresentação de novas emendas, nós as apreciamos e acatamos parcialmente algumas delas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Roberto Saturnino e em seguida ao Senador Tasso Jereissati. S. Exª havia pedido a palavra em primeiro lugar.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra para discutir o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ainda não coloquei a matéria em discussão, e V. Exª pediu a palavra. Então não vai falar pela ordem?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Tasso Jereissati pediu a palavra pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB– CE) – Sr. Presidente, apesar do esforço gigantesco do Senador Valdir Raupp em deixar claro projeto de tal complexidade, eu queria submeter à apreciação de V. Exª se há modificações substanciais no relatório de S. Exª em função das emendas acatadas. Não havendo oportunidade... Não temos aqui, sequer – entendo o problema – uma cópia do novo relatório com as emendas para que possamos estudá-las. Confesso que tenho dificuldade em pegar todas as emendas, acatadas ou não, e fazer uma avaliação. Então, em função da importância da matéria, que envolve a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações, legislações talvez mais importantes relativas a serviço público, gostaria de pedir vista novamente do projeto para ter uma idéia do novo parecer.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Sr. Presidente...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti. Depois voltarei a palavra ao Relator.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria de obter um esclarecimento para que possamos dar continuidade à apreciação da situação levantada pelo Senador Tasso Jereissati.

Pelo que entendi, no final do seu relatório, o Senador Valdir Raupp se refere às Emendas de nº 51 até 60, rejeitando algumas e acatando outras parcialmente. Tive a impressão de que o acatamento parcial já estaria contemplado no relatório de S. Exª, ou seja, não houve, ao considerar parte das emendas acatadas, alteração do relatório. Considero de fundamental importância que fique esclarecido se o relatório sofreu ou não alguma alteração.

Se o relatório não sofreu alteração, obviamente não há novo relatório. Portanto, está vencida a questão do pedido de vista e poderemos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde esse projeto ainda será debatido, negociar outros pontos.

Considero de fundamental importância que o relator esclareça se o relatório sofreu alteração, ou se é o mesmo que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, tem V. Exª a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação sobre esse assunto, para que definíssemos uma postura que sirva para este e para outros futuros encaminhamentos na Comissão.

Temos aqui, levantada pelo Senador Tasso Jereissati, uma questão que merece ser analisada. O Senador Valdir Raupp preparou um relatório e o apresentou à Mesa. Dele foi concedido vista e foram apresentadas emendas. O Senador Valdir Raupp não modificou o relatório, mas acatou emendas que, efetivamente, não restam dúvidas, ajustam o texto.

Abstraindo essa questão e indo para o geral, tenho uma pergunta a fazer. Como a entrega de emendas só cessa depois de encerrada a discussão, pois quando se concede vista, em tese, a discussão fica aberta e o relatório volta na sessão seguinte para ser discutida, se, toda vez que se conceder vista, o entendimento for o de que qualquer acatamento de emenda depois do pedido de vista muda o relatório, passando a ser, portanto, um novo relatório, também caberia, depois do acatamento de uma emenda, pedido de vista. Teremos uma procrastinação permanente.

Pondero ao Senador Tasso Jereissati meu entendimento. Entendo que, se o Senador Valdir Raupp tivesse retirado seu relatório e o tivesse modificado, sem dúvida alguma caberia vista. Mas o Senador Valdir Raupp está acatando emendas, e o comportamento do Senado até agora, em todas as Comissões, não tem sido o de se conceder vista novamente após o acatamento de emendas. Digo aos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães, que sei que têm interesse em melhorar o texto, que a idéia era nos reunirmos e votar aqui – já avançamos bastante no texto –, e eu me comprometo a fazer uma reunião com quem for orientado para discutir essa questão técnica e tentar melhorar. V. Exª, inclusive, tem participado diretamente desse debate. Nossa idéia é tentar pautar para que possamos votar, ainda no mês de junho, o PPP, uma matéria extremamente importante para o País em nível de sinalização de investimentos. E estamos, inclusive, nessa questão, agregando no processo de votação outros assuntos importantes também. A idéia é fazer um esforço no Senado e votar uma série de matérias importantes para o País. Deixo esta colocação e gostaria de ouvir V. Exª a respeito. Na visão que tenho, não caberia pedido de vista exatamente porque é acatamento de emenda, não modificação direta no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Relator tem sempre uma preferência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O próprio Relator declarou que pode modificar o relatório. É só pedir as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero conduzir da melhor maneira possível o assunto.

Retorno a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, digo aos Srs. Senadores Romero Jucá, Ideli Salvatti e Valdir Raupp que não tenho o menor interesse em procrastinar coisa alguma, mas acho que é nossa obrigação, no Senado, de cada Senador e da Comissão como um todo, tentar fazer as coisas da melhor maneira e com a maior profundidade possível. As modificações feitas – e não recebemos sequer por escrito em que foi alterado fundamentalmente o relatório original – fazem com que passemos a votar um projeto desta importância – vou repetir: a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Licitação Pública – sem que sequer saibamos o que estamos votando. Acho isso uma irresponsabilidade. Não é questão de ser tecnicismo. O que estamos pedindo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E acrescente V. Exª que é esta Comissão, e não a de Constituição e Justiça, que tem que estudar a fundo o problema.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Vejo vários Senadores, economistas, que entendem do assunto: Senador Roberto Saturnino, Senador Eduardo Suplicy. Alterou ou não a Lei de Responsabilidade Fiscal? Não dá para avaliar. É esta a colocação. Penso que não é responsável da nossa parte.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero definir aqui uma postura. Não seria dado vista novamente porque estaríamos criando uma situação que, de certa forma, não era a ideal. Eu pediria ao Senador Valdir Raupp que distribuísse cópia, que nos retirás-

semos da votação hoje e votássemos na terça-feira, se houver acordo com o PSDB e com o PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a Mesa tem a obrigação de decidir esta matéria. Vou decidi-la com bom senso. Realmente, durante a minha gestão aqui na Presidência, não houve ainda um caso igual ao presente. Todavia, eu ia conceder o pedido de vista – quero dizer isso ao Senador Romero Jucá – porque entendo que não dá para votarmos em sã consciência um projeto em que houve mais de 50 emendas. O Relator fez um trabalho excepcional, é verdade. Sei que o Senador Valdir Raupp é um homem que está preocupado, mas houve emendas que sequer foram distribuídas aqui e emendas estão chegando agora. Isso é comum? É, mas numa matéria dessa envergadura, vejo que o Senador Valdir Raupp, que conhece a matéria, teve condições de dizer. Mas eu indaguei a ele: essas emendas alteram? Claro que toda emenda altera, mas ele disse: alteram o meu parecer. Regimentalmente, não vou decidir sobre o pedido de vista do Senador Tasso Jereissati. Vou apenas acatar essa sugestão, que é de bom senso, o Regimento estudamos depois e adiamos a matéria para a próxima terça-feira. Estão atingidos os fins, sem que eu crie jurisprudência no momento.

Declaro encerrada essa matéria. Na próxima terça-feira, será o primeiro assunto do dia. Peço a atenção de todos. Vou dar a palavra a V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

Há dois requerimentos com o mesmo objetivo. Um, firmado pelo Senador Leonel Pavan, e outro, pelo Senador Paulo Octávio, no sentido de prorrogarmos o prazo da Subcomissão Temporária de Turismo no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está prorrogada a matéria.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, há matérias que são nitidamente de um governo – não este, qualquer governo – e há matérias que são de interesse do País, outras de interesse da oposição. Percebemos isso nitidamente no dia-a-dia das votações e dos encaminhamentos. Esta, o PPP, não é de interesse da Oposição nem do Governo especificamente. Esta matéria é de interesse do País. Ou seja, ou aqui elaboramos um diploma capaz de investir investimentos, ou simplesmente não adiantará o esforço de todos nós, votando mecanicamente algo que não pode funcionar. Eu digo isso porque o Senador Sérgio Guerra havia feito um acordo, ao qual queremos nos manter fiel, mas as ponderações de todos são expressivas. Os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Tasso Jereisssati levantaram essa questão. Na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator será o Senador Rodolpho Tourinho, pelo que sei. Teremos, portanto, uma competente análise dessa matéria. Em outras palavras, temos que nos acautelar contra dois pontos. Primeiro ponto de cautela: não fazermos uma matéria – e o texto está melhorando no Senado, sim – que elimine o risco para o empresário. E nem podemos fazer uma matéria que adicione o que chama o Economista Samuel Pessoa, de risco contratual, ou seja; a perspectiva do bom empresário ficar com medo de investir – porque as regras do jogo vão ser mexidas. Eu tenho acompanhado o trabalho competente do Senador Valdir Raupp, que está melhorando o texto, está cedendo à razão, está procurando chegar a um aperfeiçoamento, a um consenso, enfim, queremos votar essa matéria o quanto antes, mas no momento próprio. Antes é fruta verde e não vai ser colhida essa fruta sob a forma de investimentos. Depois poderia até ser fruta madura, mas tem que ser no momento aprazado, no momento certo. Portanto, V. Exª foi sábio, foi muito correta a liderança do Governo quando aquiesceu com a proposta de se adiar por mais um pouco. V. Exª acabou de agir como um legislador sensível, quando disse: apesar de não ter mais espaço eu faria algo, talvez até acima do Regimento, mas faria porque a matéria é fundamental mesmo. Em outras palavras. Se o Governo porventura atropela uma votação e vence numa vitória de Pirro, o Brasil perde porque os investimentos não vêm. Tem que vencer o País desta vez. Nós fazemos em conjunto algo que crie um ambiente propício em investimentos.

Portanto, parabéns a todos aqui, porque eu vejo que se encontrou a mais sábia solução para nós amadurecermos com toda pressa, mas amadurecermos com toda consciência também, uma matéria que é essencial, não para o destino da Oposição, nem sequer especificamente para os destinos do Governo, mas para os destinos do País – porque funciona ou não funciona –, e nós queremos que isso funcione a bem da economia e do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Arthur Virgílio, colaborou para a decisão da Mesa, quem está de parabéns é a Comissão e não o Presidente. Quem colaborou foi o Senador Tasso Jereissati que levantou o problema, o eminente Relator com a sua compreensão e a idéia do Senador Romero Jucá era a mesma que eu tinha em mente. Portanto, eu acredito que todos nós estamos de parabéns. O importante é que se tire daqui um projeto à altura de atender os interesses do País.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, na terça-feira efetivamente a Liderança do Governo tinha a maioria e condições de aprovar essa matéria. Foi feito um apelo ao Líder do PT e Líder do Governo, Romero Jucá, no interesse de uma discussão mais ampla para que se efetuasse uma votação hoje. Esse apelo foi prontamente atendido, e a decisão do Presidente, com a qualidade que sempre o caracteriza, foi pela postergação dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Hoje, novos argumentos são colocados, e encontro outra vez Governo compreensivo para essa matéria, e acho que é preciso reconhecer, primeiro a compreensão das Lideranças do Governo, segundo a superior orientação do Sr. Presidente, e terceiro a complexidade dessa matéria que ninguém deseja protelar. Esses últimos dias tenho feito um esforço para compreender o trabalho do Relator, que foi muito bom. Existem alguns pontos que ainda podem ser melhorados, mas há um entendimento da Oposição de que essa matéria não é objeto de qualquer forma de protelação, sincero e objetivo é de fazê-la bem-feita, aprová-la de forma que ela seja efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa recolhe as ponderações sábias de V. Exª.

Com a palavra V. Exª.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria apenas de fazer um questionamento ao Presidente, e dizer que é muito importante o Senador Sérgio Guerra explicitar o que ocorreu na terça-feira. Porque, efetivamente, terça-feira se houvesse uma disposição do Governo de encerrar nesta Comissão a discussão, nós tínhamos **quorum**, voto e teríamos encerrado, portanto, o acordo construído para votar no dia de hoje foi prontamente atendido, não só pela Liderança do Governo, como também pela Liderança do PT e do Bloco de Apoio. Nós tivemos hoje novas ponderações e novos questionamentos que posterga a deliberação para terça-feira. Eu acredito que a matéria pressupõe esse debate. Apesar de termos declarado que não está encerrado o processo de negociação. Como vai passar ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não é pelo fato de encerrar-se a discussão e a votação na Comissão de Assuntos Econômicos que não tenhamos mais possibilidade de aprimorar. Muito pelo contrário, sabemos que o excelente trabalho realizado pelo Relator Valdir Raupp será, com certeza, aperfeiçoado pelo Senador Rodolpho Tourinho, que já é o Relator acertado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, a reunião não pode encerrar-se sem que eu faça uma pergunta. Está encerrada a discussão, não teremos novas emendas, ou seremos surpreendidos ainda com...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ideli Salvatti, eu não posso passar por cima do Regimento. A pressa é inimiga da perfeição. Essa matéria deve ser discutida e nem começamos a fazê-lo. Como vou encerrar a discussão?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, depois eu preciso fazer uma lembrança da reunião passada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu sei, mas se nem começamos a discutir como eu posso encerrar? Não posso fazer isso.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senão estaremos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, Senadora Ideli Salvatti, como eu vou deixar...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu sei, Sr. Presidente, mas quero ter clareza do que nos aguarda na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu compreendo o papel de V. Exª como Líder da Bancada do PT, mas não posso encerrar uma discussão de matéria que não começou. Como vou encerrar uma discussão se eu não sei o que ocorrerá? Eu lamento não poder atendê-la; cumprirei o Regimento.

Quero até aproveitar algumas considerações feitas aqui para emitir a minha opinião. Não está certo dizer que a matéria vai passar por outra Comissão e, portanto, podemos votá-la. A Comissão deve trabalhar dentro das suas atribuições, deve encerrar os seus trabalhos. Isso pode ser mudado lá, mas nós aqui temos que fazer o que é da competência da Comissão.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu creio que ficou bem claro. Para responder e se ajudar a nossa Líder Ideli Salvatti a encaminhar esse importante projeto, como foi bem ressaltado por todos os Senadores na reunião, penso que é sensato o que está sendo proposto. Houve fatos novos. Teremos tempo, até terça-feira, para discutir com todos os partidos, porque se trata de projeto importante.

Houve a ponderação do Senador Antonio Carlos Magalhães de que a CAE é efetivamente o fórum primordial para a discussão, porque esse assunto é bastante focado na economia, principalmente tratando de investimentos necessários para gerar emprego, para fazer com que o nosso País produza cada vez mais. Então, entendo as ponderações feitas como uma proposta sensata.

Abriremos o debate, discutiremos até terça-feira e votaremos dentro do encaminhamento que será dado, caso consigamos chegar a uma posição. Essa é uma boa matéria para votar, e não entendo que isso represente algum tipo de enfrentamento. A matéria é importante para o País. Quanto mais discutirmos não só com a base aliada, mas com os partidos de Oposição, será de grande valia porque estamos legislando e trabalhando para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Delcídio Amaral, a meu ver, as palavras de V. Exª são de bom senso.

Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Quero apenas esclarecer que, na reunião do dia 18, havíamos combinado que até quinta-feira, portanto durante dois dias, seriam recebidas as emendas. Foi feito praticamente um acordo – claro que isso não poderia ser escrito – e continuaram apresentando emendas. Eu fechei o relatório na quinta-feira passada e distribui cópia para todos os Senadores membros da Comissão. Essas emendas que entraram na última hora foram apenas de redação, de forma que não houve alteração alguma. Os Senadores tinham em mão cópia do relatório desde a quinta-feira passada, e na terça-feira a matéria foi adiada para hoje com o compromisso de votarmos. Houve um entendimento e quero dizer que não é culpa minha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De maneira nenhuma. V. Exª está cumprindo o seu papel a contento, no reconhecimento de todos, como eu cumpro o meu na Presidência.

Considero a matéria importante, não entro no mérito dela. Tanto que marquei uma reunião extraordinária para hoje. O Plenário entendeu que era melhor adiar o início da discussão para terça-feira, o dia normal. A única matéria aprovada pela Comissão foi o requerimento de prorrogação da Subcomissão de Turismo. Ficou prorrogada até o final da sessão legislativa.

Nada mais havendo a tratar – com os nossos agradecimentos a todos, inclusive à imprensa falada, escrita, televisiva e a todos os que nos ouvem – declaro encerrada a presente reunião. Até a próxima terça-feira, se Deus quiser. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h34min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de junho, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinqüenta e três minutos do dia oito de junho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Edison Lobão, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti, e, ainda, do Senador João Capiberibe. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, tendo falta justificada em virtude de ter sido designado para representar o Senado Federal no Fórum Mundial das Culturas, e Eduardo Azeredo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário dos Projetos de Lei de Conversão nº 35/04, nº 36/04 e nº 37/04 e da Medida Provisória nº 180/04, sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, não terminativo, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer, em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal e regimental, pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta, com o acatamento das Emendas nos 1, 2, 8, 10, 22, 23, e 36, tratadas anteriormente, e 51 a 60, rejeitando-se as demais. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura (CI). Após análise da CAE a matéria irá à CCJ. Em 18-5-04, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Foram apresentadas a Emenda nº 1-Substitutiva, de autoria do Senador Romero Jucá, as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador César Borges, a Emenda nº 5, de autoria do Senador Ney Suassuna, as Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10 e 11, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 42, de autoria do Senador Pedro Simon, as Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de

autoria do Senador Eduardo Suplicy, as Emendas nºs 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43 e 44, de autoria do Senador Roberto Saturnino, e as Emendas nºs 45, 46, 47, 48, 49 e 50, de autoria do Senador Marcos Guerra. Em 3-6-04, foram apresentadas as Emendas nºs 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60, de autoria do Senador Delcídio Amaral, e as Emendas nºs 61, 62, 63 e 64, de autoria Senador Tasso Jereissati. Em 8-6-04, foi apresentada a Emenda nº 65, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Roberto Saturnino, Pedro Simon, Sérgio Guerra, Geraldo Mesquita Júnior, Tasso Jereissati, Romero Jucá, Antonio Carlos Magalhães, Antônio Carlos Valadares, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy. O Senador Romero Jucá apresenta o Requerimento nº 31-CAE/2004, que requer nos termos do art. nº 279, III, do RISF, o adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento, sendo, portanto, adiada a votação do Projeto; Item 2-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003 – Complementar, não terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", de autoria do Senador João Capiberibe, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 1-6-04, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Sérgio Guerra, para que proceda a leitura de seu parecer. Usa da palavra o Senado João Capiberibe, autor do Projeto. Durante a discussão da matéria foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, sendo esta acatada pelo Relator, que será consolidada ao Substitutivo. Sendo assim a Comissão aprova o parecer do Relator, Senador Sérgio Guerra, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo); Item 3-Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. A matéria é adiada; Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 1 de redação que apresenta. A matéria é adiada; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A matéria é adiada; Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada; Item 7-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada; Item 8-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apre-

senta. A matéria é adiada; Item 9-Mensagem do Senado Federal nº 70, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo junto ao Japan Bank for International Cooperation – JBIC, no valor total de até JPY 21.320.000.000 (vinte e um bilhões, trezentos e vinte milhões de ienes), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista", de autoria do Executivo, tendo Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do parecer do Senador Tasso Jereissati pelo Senador Efraim Morais, a Comissão aprova o parecer do relator favorável nos termos do PRS apresentado, aprovando, ainda, Requerimento de Urgência para tramitação da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, há número regimental. Declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As senhoras e os senhores Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata da sessão anterior que será publicado no Diário do Senado Federal.

De acordo com entendimentos anteriores a nossa reunião, vamos acelerar os nossos trabalhos porque a pauta é extensa, e há assuntos importantes a serem tratados. Por isso, vou acatar a inversão de pauta.

Peço ao Senador Efraim Morais que faça o relato do item 9º, que trata de empréstimo ao Estado de São Paulo, cujo Relator é Senador Tasso Jereissati, que deu parecer favorável e está a caminho desta Comissão. Se o Senador Efraim Morais concorda, tem a palavra para sintetizar o relatório do Senador Tasso Jereissati.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão para apreciação do Senado Federal pleito do Estado de São Paulo por intermédio da Mensagem nº 70/2004, solicitando autorização para contratar operação de empréstimo externo com garantia da União entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp, e o Japan Bank for international Cooperation, JBIC.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do DF e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nº 40/2001 e nº 43/2001.

Segundo o Relator Senador Tasso Jereissati, a operação de crédito pretendida será contratada pela Sabesp, empresa estatal controlada não dependente, e alcança o valor de até 21,320 bilhões de ienes. Essas operações financeiras, Sr. Presidente, estão portanto, em primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções, que além da observância quanto ao aspecto de natureza estritamente financeira exigem que a União observe seguintes condições prévias à apreciação de garantias. Primeira, oferecimento de contra-garantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se for chamada a honrar a garantia; segunda, a adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com entidades controladas do Poder Público Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional informa que a Sabesp apresenta boa estrutura financeira e justifica essas condições. Finalmente, Sr. Presidente, é necessário ainda destacar que a presente operação de crédito acha-se amparada pelo acordo por troca de notas entre o governo japonês e o Governo brasileiro, celebrado em 20 de agosto de 2003, que visa a espelhar os entendimentos entre os dois países em prol de uma cooperação financeira. Esse acordo encontra-se sujeito a exame do Congresso Nacional e sua aprovação constitui condição prévia à contratação da referida operação. Ressalte-se ainda que de acordo com os cálculos estimativos realizados pela Secretaria de Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custo efetivo equivalente a 2,54% ao ano, constituindo-se um indicativo favorável para a contratação em ienes se comparado com operações da mesma natureza já realizadas pelo Governo brasileiro.

O voto: em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 96, de 1989, e nº 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução que se encontra publicado.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nossos agradecimentos ao Senador Efraim de Morais.

O Plenário percebeu, pela leitura ouvida atentamente pelos Srs. Senadores, que o parecer é favorável.

Antes de iniciar a discussão do parecer, informo que, de acordo com o art. 34 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, encontram-se presentes o Sr. Ronaldo Camilo e a Srª Cláudia Rebelo Máximo, representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, e, representando o Estado de São Paulo, os Srs. Mário Morimoto e Roberto Guerra Cavalcanti. Registramos com satisfação a presença de todos.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, essa é uma demonstração de que o Governo tem buscado imparcialidade, acima de tudo, e o referido parecer mostra que toda a documentação está correta. O Senador Tasso Jereissati, que aqui falou pela voz do meu conterrâneo, o nobre Senador Efraim de Morais, fez um relatório sem nenhuma restrição. Por isso, pedimos a toda a Bancada do Governo que vote favoravelmente. Estamos apoiando o parecer, e peço, desde já, urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Trata-se de um pedido formulado pelo Estado de São Paulo, encampado pelo Governo Federal.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada por unanimidade.

Em votação também o pedido de urgência.

Considero-o aprovado e determino à Secretaria sua remessa imediata à Mesa do Senado.

Aprovado, portanto, o **Item nº 9**.

Senador Tasso Jereissati, o brilhante parecer de V. Exª foi lido pelo Senador Efraim de Morais e está aprovado. V. Exª está de parabéns.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, agradeço novamente a presteza e o interesse de V. Exª em um projeto fundamental para esse Estado tão querido por todos nós nordestinos, como demonstrou o Senador Ney Suassuna, que é o Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item nº 1:**

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, não terminativo. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. O relator é o Senador Valdir Raupp e a autoria é do Executivo.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura.

Comunico que, após a análise desta comissão, a matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Como todos sabem, no dia 18 de maio foi concedida vista coletiva.

Foram apresentadas a Emenda nº 1-Substitutiva, de autoria do Senador Romero Jucá; as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador César Borges; a Emenda nº 5, de autoria do Senador Ney Suassuna; as Emendas nºs 6, 7, 8, 09, 10 e 11, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 42, de autoria do Senador Pedro Simon; as Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; as Emendas nºs 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43 e 44, de autoria do Senador Roberto Saturnino; as de nºs 45, 46, 47, 48, 49 e 50, de autoria do Senador Marcos Guerra; as de nºs 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60, de autoria do Senador Delcídio Amaral, e as de nºs 61, 62, 63 e 64, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

A conclusão do parecer é a seguinte:

"Em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional legal e regimental, voto pela aprovação dessa matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do substitutivo, com o acatamento das Emendas nºs 1, 2, 8,10, 22, 23 e 36, tratadas anteriormente, e 51 a 60, rejeitando-se as demais."

Feita essa breve explicação, concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mantenho o relatório da reunião passada, até porque esse é um projeto que já foi amplamente discutido. Apresentei por duas vezes o relatório, nesta Comissão, e apenas houve o adiamento para esta reunião.

Mantenho o relatório até porque houve o entendimento com o Senador Tasso Jereissati de que algumas modificações que S. Exª estava pretendendo no relatório poderão ser apresentadas na CCJ.

Dessa forma, o meu voto é favorável e peço aos nobres Pares que o acompanhem, pois esse é um projeto tão importante para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Comunico ao Plenário que tenho uma emenda ao novo substitutivo do Projeto de Lei da Câmara nº 10/2004, que acredito que a Secretaria já encaminhou ao Relator. A Emenda é a nº 65, da CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Essa lei diz o seguinte:

"Acrescente-se um parágrafo único ao art. 22 do novo substitutivo na CAE ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, a seguinte redação:

Parágrafo único. A presente lei não se aplica aos processos de constituição e administração de consórcio ou de sociedades de propósito específico previstas em lei, com participação minoritária ou majoritária de sociedades de economia mista controladas majoritariamente pelos poderes da União, dos Estados ou dos Municípios, ou por outras empresas diretamente controladas pelo Poder Público."

Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, conforme combinado de que as emendas do Senador Tasso poderiam ser discutidas na CCJ, essa emenda também fica, de pronto, indeferida, para que não precisemos mais mexer no relatório. Trata-se de uma emenda que chegou na última hora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares, o Relator faz uma proposta. S. Exª diz que as emendas, por exemplo, do Senador Tasso Jereissati serão apreciadas, de comum acordo com o autor, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, razão pela qual propõe que a emenda que V. Exª apresenta, que tomou o número 65 aqui na Casa, também seja apreciada naquela Comissão.

Pergunto se V. Exª está de acordo com isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, considero razoável a proposta do nobre Relator, Valdir Raupp, tendo em vista que, podendo essa emenda ser apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e ainda no plenário, de maneira nenhuma a sua falta de andamento, de tramitação e de discussão aqui na Comissão iria retardar os procedimentos que eu julgar necessários junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Plenário.

Sr. Presidente, estou inteiramente de acordo com o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não estão em discussão as Emendas de nºs 61, 62 63 e 64, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e a de nº 65, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Portanto, as emendas elencadas acima não estão sujeitas à discussão nem à deliberação.

Daí por que, quando o projeto for encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que siga com essa recomendação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra, pela ordem, V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, mesmo as emendas sendo de ótima qualidade, nós temos dúvidas quando à constitucionalidade.

Portanto, propomos aos nobres Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Valadares que nos reunamos após a votação para, quando o projeto chegar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já estarmos com tudo acertado a fim de apoiarmos essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, farei uma apreciação sobre essa proposição para justificar a minha posição de abstenção em relação à mesma.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero ressaltar que o trabalho do Senador Valdir Raupp foi efetivamente admirável. O esforço, o dispêndio de atenção e dedicação à tarefa de aperfeiçoar a proposta oriunda da Câmara é realmente admirável. Portanto, só tenho razões para cumprimentar o Senador Valdir Raupp.

Porém, Sr. Presidente, entendo que esse projeto reflete uma preocupação do Governo, eu diria quase uma ânsia, em elevar o dispêndio em investimento público, a taxa, a quota que, efetivamente, está baixa e é indispensável e absolutamente necessário à retomada do processo de crescimento estável e sustentável da nossa economia. E, na impossibilidade de compatibilizar esse acréscimo do investimento público com as metas de elevado superávit primário fiscal, o Governo está convocando o investidor primário para efetuar parcerias em torno de investimentos públicos, que seriam discutidos caso a caso, dando a esses investidores privados garantias de retorno de lucratividade capaz de estimular a realização desses investimentos. Garantias e condições essas de retorno e rentabilidade que seriam discutidas também caso a caso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É capitalismo sem risco.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – V. Exª classificou muito bem, eu vou chegar lá. Então, garantias que seriam estabelecidas em contratos, caso a caso discutidos e colocadas explicitamente nos contratos.

Sr. Presidente, qual será o resultado disso? Em primeiro lugar, o encarecimento do investimento público, porque, além de ter que computar o investimento propriamente dito, também terá que computar a lucratividade do investidor privado, a sua rentabilidade garantida e também os custos do financiamento, já que esse investidor privado vai recorrer a bancos, que vão financiar a obra e os custos desse financiamento – juros etc – vão ser agregados ao custo do investimento. O dispêndio, entretanto, vai ser diferido no tempo. E esse diferimento no tempo, Sr. Presidente, não tem

matematicamente outro nome senão o do endividamento público. O Governo vai criar compromissos públicos estabelecidos em contrato. E o Relator está admitindo a preferência, a precedência desses compromissos sobre os demais compromissos do Governo, restabelecendo aquilo que a Câmara retirou e que o Governo queria inicialmente e que caracteriza efetivamente um processo de endividamento em prazo longo, e endividamento sobre investimentos cujo valor foram acrescidos com a rentabilidade garantida e os custos do financiamento.

O projeto fala em compartilhamento de riscos. Eu, na verdade, não consegui enxergar onde está esse compartilhamento. E acho que o Senador Pedro Simon tem razão quando diz que se trata de capitalismo sem risco, o que é muito da cultura capitalista brasileira, da cultura empresarial brasileira, da história econômica deste País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. *Acionando a campainha.*) – Esta matéria é de muita importância e o Senador Roberto Saturnino está fazendo suas considerações.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Agradeço, Sr. Presidente, porque realmente o tumulto me perturba.

Ademais, quero dizer que, apesar do esforço admirável, como eu disse, do Senador Raupp em procurar definir melhor o...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. *Acionando a campainha.*) – Companheiros, eu peço mais uma vez que não perturbem o orador que está fazendo considerações a respeito deste projeto. Peço silêncio.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Continuando, digo que, apesar do esforço do Senador Raupp, o qual nós todos reconhecemos e elogiamos, o projeto ainda está pouco amadurecido, pouco maturado, porque há muitas áreas de indefinição que vão ser discutidas caso a caso: o próprio processo de licitação, a formação desse fundo fiduciário. Como serão contabilizados? Como vão ser incorporados os bens ao fundo fiduciário? Que bens são esses?

Tudo isso vai gerar uma longa discussão. E tudo isso gera insegurança por parte do investidor privado, que quer ter suas garantias efetivas. E gera um processo de discussão caso a caso que vai acabar fazendo demorar mais do que se o Governo tivesse adotado uma solução mais simples. E é isso o que vou sugerir, esperando que possa haver uma reconsideração deste caso. Acho que o processo mais simples de ter a iniciativa privada juntamente com os investimentos governamentais é tomar a lei de licitações, uma lei que está produzindo bons resultados. Já há um tipo de parceria público-privada que tem melhorado muito a qualidade das nossas estradas. A Lei de Licitações, que está fazendo dez anos, sobre a qual o País tem uma experiência consolidada, pode ser revista, melhorada, ampliada, para incluir os casos de rentabilidade baixa, que são aqueles que estão sendo colimados pelo projeto em pauta, e podem ser explicitados os benefícios, os subsídios que o Governo daria caso a caso, para a obtenção do concurso, do recurso da iniciativa privada nesses investimentos. Quer dizer, a revisão da Lei de Licitações me parece ser o caminho mais adequado, mais eficaz, mais rápido, e não traria esses inconvenientes da indefinição do aumento de custo dos investimentos e do endividamento a posteriori, a longo prazo, que, a meu juízo, esse projeto está trazendo.

Acho, Sr. Presidente, que ainda há tempo. Passa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ainda vai a Plenário. Ainda há tempo de o Governo rever seu ponto de vista. É questão de bom senso. O que está havendo é ânsia de tomar o investidor privado para realizar aqueles investimentos públicos que são indispensáveis ao processo de crescimento. É preciso elastecer essa questão do superávit primário, mas isso é outro capítulo. O que quero dizer é que este projeto como está, cheio de indefinições, cheio de inexperiências do Brasil em relação a esses casos, cheio de dúvidas que começam a ser levantadas nos países que adotaram esse processo. Por exemplo, Portugal já está com problemas que se agravam em relação ao excesso de rentabilidade garantida pelo Governo em investimentos públicos que acabaram ficando muito caros. Isso pode acontecer no Brasil. Isso, a meu ver, vai acontecer, caso o Governo insista nesse rumo que é equivocado.

Em função de todas essas razões e de outras que eu poderia alegar, Sr. Presidente, vou declarar logo o meu voto: vou abster-me. Não quero votar contra. Não quero colocar-me em posição de confronto em relação ao Governo, o qual defendo. Tenho defendido sua política econômica. Defendo até a presença do investimento estatal. A grande diferença deste Governo está no BNDES, na Petrobrás, no novo setor elétrico, na política industrial. Quer dizer, aquelas políticas ativas e desenvolvimentistas do Estado.

Agora, isso é exatamente a renúncia no papel do Estado e a entrega ao setor privado de investimentos públicos que vão sair muito mais caros com garantia absoluta de rentabilidade. Creio que é hora de pensarmos um pouco e de revermos a posição do Governo para adotarmos um caminho mais seguro e mais consentâneo com a experiência que o Brasil já tem, que vem da lei de licitações e de concessões à iniciativa privada, que tem dado muito bons resultados.

Por essas razões, vou abster-me de votar nesse projeto. Creio que ele foi mal amadurecido, resultou de uma ânsia muito grande em realizar investimentos. Eles são necessários, sim, mas vamos pensar melhor no caminho de realizá-los sem dar excessivas garantias e lucratividades e endividamento posterior para o Erário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dando prosseguimento, para discutir, com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Apenas gostaria de dizer que vou na linha do Senador Saturnino. Considero que S.Exª deve ser respeitado, em primeiro lugar, pelo profundo conhecimento que tem dessa matéria. Se há uma matéria que é da sua especialidade, que S.Exª conhece desde o tempo do banco é essa. E pela absoluta...não digo imparcialidade, pois S.Exª não é imparcial; S.Exª é do Governo, então, o voto que está dando não é de imparcialidade. É um voto de quem é do Governo, quer votar do lado do Governo, quer ajudar o Governo, só que acredita que esse projeto não ajuda, então ele se abstém. Mas creio que o apelo que S. Exª faz é da maior importância.

Esta Casa, o Senado Federal, tem um defeito gravíssimo: ou deixa o projeto na gaveta durante um, dois, três, quatro, cinco, dez anos, como o Código Civil, ou tem que votar correndo. Esse é o tipo da matéria que não se pode votar correndo. Não há como votar correndo uma matéria que, ninguém com sinceridade... entrei com doze emendas, estudei, mas digo com toda sinceridade, não entendo essa matéria. Juro que não entendo. Não teria eu autoridade para dizer que vai dar errado ou certo, mas não tenho autoridade para garantir que não vai dar. Fui o Relator da Lei das Licitações no Senado e da lei da regulamentação do Tribunal de Contas. São duas matérias que estão diretamente ligadas ao que está aqui.

Quando analiso o que a imprensa publicou, a confusão que deu em Portugal, porque as coisas foram completamente diferentes do que eles imaginaram. Eles não sabem agora o que fazer. Fico a me perguntar, em primeiro lugar, se vai entrar o dinheiro do BNDES aqui dentro. É para isso que temos o BNDES? Privatiza-se com o dinheiro do BNDES, quer dizer, quem privatizou, quem comprou a Vale do Rio Doce... Dizia alguém – não me lembro qual Senador – que gostaria que alguns senadores formassem uma empresa com ele para privatizar sem entrar com coisa alguma.

O SR ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Estou vendo aqui o seguinte: o BNDES vai financiar – ele é o grande órgão financiador – e também vai garantir, porque ele também vai gerir o fundo fiduciário, é óbvio. Então vai ser aquele financiamento de inadimplência zero, garantia total, sem risco algum: o BNDES financia e garante. E onde é que está o compartilhamento de riscos? Onde é que está o risco do capitalismo?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E um prazo de quarenta e cinco anos! É claro que há um grupo de senadores que estará vivo, tranqüilamente – Tarso e cia. –, daqui a quarenta e cinco anos. Mas eu não posso jogar para daqui a quarenta e cinco anos!

Lembro-me de uma instituição da maior importância no Rio Grande do Sul, que era o Montepio da Família Militar. Naquela época era o que tinha de sério. Houve um tempo em que parecia ser uma instituição espetacular: comprava um prédio a cada mês. Durante vinte e cinco anos – quando foi iniciado o projeto – só entrava dinheiro, só entrava dinheiro, não saía nada. Garantia-se para quem entrasse que, se pagasse durante vinte e cinco anos, receberia aposentadoria equivalente àquela de um coronel. Meu pai, coronel, incluiu minha irmã solteira e uma sobrinha minha. Pagou durante vinte e cinco anos: ganham três reais e cinqüenta centavos. Aposentadoria de três reais e cinqüenta centavos! Após vinte e cinco anos – quando isso aconteceu – não havia mais nada a fazer. O que essas pessoas podiam fazer? Nada. Desapareceram com o dinheiro. Não jogaram fora, mas aplicaram em patrimônio, e, lá pelas tantas, o patrimônio não dava rendimento algum. Os imóveis estavam lá e, reforma de cá e de lá, não estavam alugados ou tinham os aluguéis congelados.

Então, fazer isso por um prazo de quarenta e cinco anos, fazer isso da forma como está, sem licitação, mata a lei. Isso aqui acaba com a Lei das Licitações, arquiva-a. Não podemos ter no Brasil dois tipos de obras: um que obedece a Lei das Licitações e outro que arquiva essa lei.

Acho, Sr. Presidente, que a proposta feita pelo Senador Saturnino nos permitiria, pelo menos, debater com o governo para ver se não era o caso de criarmos uma comissão – nós e o governo – para examinar com mais profundidade essa matéria. Vamos votar, perdoem-me a sinceridade... Eu estudei a matéria, apresentei emendas, levei-a a um homem que é da maior competência – o Deputado Luiz Roberto Pontes, que foi chefe da Casa Civil –, e ele me deu algumas idéias, mas não estou suficientemente convencido para votar essa matéria. Vou seguir a linha do

Senador Saturnino: vou defender minhas emendas, mas vou me abster de votar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Em relação ao prazo, Sr. Presidente: é de cinco a 45. Não quer dizer que o prazo tenha que ser de 45 anos. Pode ser de cinco, seis, dez, quinze anos. O prazo vai ser estipulado de acordo com o empreendimento em questão. O prazo de quarenta e cinco anos seria para uma grande obra, como uma grande hidrelétrica, uma Itaipu, uma obra que demoraria de dez a quinze anos para ser concluída e cujo retorno seria mais lento também. Varia de projeto para projeto, de empreendimento para empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, essa matéria é uma matéria extremamente complexa. Tenho afirmado desde o primeiro momento que não é intenção ou disposição de nenhum setor da oposição criar dificuldades e, assim, protelar a aprovação dessa matéria. Porém, há uma evidente e clara discussão sobre o assunto, questões que precisam de esclarecimento. E não me parece sensato aprová-la assim. Se houvesse deliberada disposição da Oposição de prejudicar a aprovação de uma matéria que é indispensável ao País e que consideramos que é necessário, o padrão desta discussão seria outro. Mas não é isso o que está acontecendo. O que se deseja – ouvi a palavra do Senador Pedro Simon e de outros companheiros Senadores – é uma discussão de conteúdo sobre esta questão, e não ganhar tempo, protelar a aprovação de uma medida que todos consideram importante. O que desejamos é que cada um cumpra o seu papel. Sendo assim, não vejo nenhum problema em que esta discussão se mantenha na Comissão de Assuntos Econômicos, a não ser que assuntos relevantes sejam, de fato, esclarecidos.

O Senador Tasso Jereissati, por exemplo, apresenta três emendas que refletem a opinião não apenas de S. Exª, mas também de outros companheiros, principalmente do PSDB. Por que, então, não exaurir a discussão aqui? Por exemplo, sobre isso o Governo tem relativa concordância. Discute-se a legalidade. Assim, se a discussão é sobre a legalidade, que se vote e aprove aqui o conteúdo, e que a legalidade seja discutida na comissão adequada, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Entendo que o Governo pretenda que matérias que são indispensáveis à economia do País caminhem com rapidez e celeridade, mas não entendo que, neste caso, essa preocupação prevaleça. Há opiniões divergentes de vários Senadores, não apenas da Oposição, mas também da Base do Governo. Então, por que não discuti-las aqui, que é o fórum adequado para discussões de conteúdo no que se refere à parte exclusivamente econômica? Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Sérgio Guerra, a matéria está sendo discutida. As emendas do Senador Tasso Jereissati e do Senador Antonio Carlos Valadares, por entendimento entre os autores das emendas e o Relator, com o conhecimento do Plenário, elas vão, caso a matéria seja aqui aprovada, para a CCJ.

O que quero esclarecer é que estamos com a matéria em discussão e não em votação.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. Tudo o que se deseja é que a discussão seja concluída, que se chegue a um acordo ou a uma discordância objetiva. E não o que se dá aqui.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há um companheiro no meu Estado, um dirigente do Partido dos Trabalhadores, o qual chamamos carinhosamente de Carioca, que cunhou uma expressão muito interessante. Ele se referia particularmente aos fatos afetos ao nosso Estado, mas, de certa forma, a expressão pode ser estendida para o resto do País. Ele dizia o seguinte: a iniciativa privada é privada de iniciativa.

Logicamente que não generalizaria, pois há muitas pessoas boas, trabalhando duro em nosso País. São empresários sérios, compenetrados e conscientes. Mas, de certa maneira, a expressão se aplica a todo o País. A iniciativa privada no Brasil, Sr. Presidente – e não estou generalizando –, opera quando está presente o império daquela regra básica, qual seja, de que devemos privatizar o lucro e socializar o prejuízo. É triste, mas a verdade é esta: é um fato que já é cultural, histórico em nosso País, mas precisamos acabar com isso.

Entendo que o estatuto da parceria pública-privada é, de fato, como disse o Senador Roberto Saturnino, a Lei da Licitação. Se ela precisa ser aperfeiçoada ou alterada, façamos isso para permitir um instrumento mais consentâneo com as necessidades de investimento e de resolução de problemas crônicos em nosso País.

Dessa forma, em homenagem ao esforço do Governo Federal – eu, como o Senador Roberto Saturnino, faço parte da Base de Sustentação deste Governo –, abstenho-me de votar nessa matéria, porque, a rigor, eu estaria votando contra.

O caminho seria exatamente este: aperfeiçoar a Lei de Licitação, conformando-a com as necessidades do mundo atual, mas jamais enveredarmos por um instrumento e um estatuto desse que, como bem disse o Senador Pedro Simon, do alto de sua experiência e vivência, deveria permanecer no Congresso Nacional em discussão por mais tempo. Deveríamos colher as experiências que estão ocorrendo no mundo inteiro. O Senador Pedro Simon tem um recorte de jornal que diz: "Impasse com o PPP em Portugal". Quer dizer, temos fatos que deveriam ser melhor sopesados e levados em consideração para que nos arvorássemos ao direito de discutirmos uma questão tão importante como essa.

Portanto, para sintetizar, Sr. Presidente, repito que, apenas em homenagem ao esforço do meu Governo em procurar caminhos – acredito que isto seja uma tentativa e uma busca de caminhos –, abstenho-me de votar esta matéria, pois, do contrário, estaria votando contra, porque não concordo com o que está proposto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, a palavra está com o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, junto-me às preocupações dos Senadores Roberto Saturnino, Pedro Simon, Geraldo Mesquita e Sérgio Guerra em relação à protelação dessa discussão.

Tenho a maior boa vontade com o Líder Romero Jucá de que isso seja, de alguma maneira, apressado. Entendo as preocupações de S. Exª e o esforço do Senador Valdir Raupp ao relatar esse processo, mas existem algumas dúvidas que, tecnicamente, devem ser discutidas exatamente nesta Comissão. Não estamos discutindo questões de constitucionalidade, mas o mérito. Estamos discutindo questões como Lei de Responsabilidade Fiscal, que é fundamental para tudo que está aí hoje. Em tudo o que o Ministro Antonio Palocci está sendo elogiado por ter acertado tem a ver com a questão fiscal. Uns acham que essa questão é fundamental; outros, não, mas ela é o centro da discussão.

Tudo o que se fala sobre a questão ocorrida no Ministério da Saúde nesses últimos anos tem a ver com a licitação. Dois pontos como esses estão sendo discutidos neste momento. Podemos enterrar a Lei de Responsabilidade Fiscal aqui e agora, no mérito. E podemos acabar com todo o espírito da Lei de Licitações, tão defendida pelo Senador Pedro Simon, durante tantos anos.

Então, gostaria de manifestar a minha dúvida quanto a ser direito nosso, em função da pressa, adiar a discussão, omitirmo-nos ou não discutirmos esses pontos fundamentais, neste momento, para que a matéria seja transferida para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Acreditamos e temos a maior confiança no Relator, Senador Valdir Raupp. S. Exª fez um belíssimo trabalho e poderia dirimir essas dúvidas agora.

Esta Comissão pode estar cometendo um pecado grave esquecendo essa discussão e remetendo a matéria para a CCJ, porque discutir a matéria é função da nossa Comissão de Economia.

Aqui não existe nenhum interesse protelatório. Queremos fazer algo e da melhor maneira. Estou muito preocupado com essa proposta, pois, como está, poderemos causar sérios danos ao País, com poucos ou nenhum ganho. Esse é o meu ponto de vista.

Fiz essas observações para que V. Exª, Sr. Presidente, possa refletir sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati, como Presidente da Comissão, faço um apelo no sentido de não abrirmos mão de nossas prerrogativas, qual seja, discutir o mérito da matéria à exaustão. E cabe à Presidência garantir esse exercício, esse direito da Comissão. Sugiro aos eminentes Membros da nossa Comissão que não transfiram para outra Comissão aquilo que é nossa competência. Eu não abdicaria, mas, como Presidente, devo conduzir a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, V. Exª entende o espírito da questão no momento em que, pela gravidade da matéria, considera que devemos ter amplo direito de debate, de discussão, mas a proposta do Senador Roberto Saturnino vai além. Ela não vai na direção da discussão desse projeto, se acrescenta algo aqui, tira algo ali, mas considera a importância de um debate entre os Membros da Comissão e um representante do Poder Executivo. O fruto do debate dessa mesa-redonda deverá ser analisado em seu contexto geral e não esse ou aquele artigo. Deveremos discutir a tese, a análise, as questões do debate com o próprio Ministro da Fazenda, para buscar uma oportunidade de fazer um arcabouço das dúvidas que temos e dos esclarecimentos que devem ser prestados.

No debate proposto por V. Exª, iremos analisar artigo por artigo, os meus, os do Senador Tasso Jere-

issati. Será uma diminuição que cai no miúdo, quando queremos o contexto geral.

Então, pede-se que essa discussão e essa votação sejam suspensas e se vá ou se convide o Ministro da Fazenda a vir a esta Comissão, para elaborar, dentro desse texto, um contexto geral das dúvidas e das respostas que poderemos ter. Isso não pode ser acontecer com a votação do projeto, que está pronto, acabado, cada Senador com sua emenda.

O espírito da questão, como será a tese, como o Brasil irá conviver com essa questão profunda, que envolve 45 anos, tudo isso gostaríamos de ver esclarecido e, na minha opinião, talvez essa tipo de discussão ainda não tenha acontecido no âmbito do Executivo. Eles têm ficado na teoria, na tese geral e não têm tratado a questão como gostaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eminentes Senadores, a Mesa colocará a matéria em votação qualquer requerimento que esteja embasado.

O SR. ROMETO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, V. Exª tem a palavra. Também está pedindo a palavra pela ordem o Senador Ney Suassuna, mas quem está para discutir a matéria é o Senador Antonio Carlos Magalhães e logo a seguir o Senador Antonio Carlos Valadares.

Pela ordem, concedo a palavra...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se ele falar demais pela ordem, eu também falarei pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª pedir a palavra pela ordem, a Mesa terá de atender V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o uso da palavra será pela ordem exatamente para buscar um caminho para a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está inscrito e pediu a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª vai falar pela ordem?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) Sim.

Sr. Presidente, eu queria registrar que tivemos uma discussão e iríamos votar esse matéria na terça-feira passada. Após a discussão foi feito um acordo para votá-la na quinta-feira passada. O Senador Aloísio Mercadante estava conduzindo essa questão pela Liderança do Governo. Posteriormente, assumi interinamente a Liderança do Governo e na reunião ocorrida na quinta-feira foram levantadas questões pertinentes pelo Senador Tasso Jereissati, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, as quais levaram ao adiamento da votação da matéria para hoje.

O Senador Tasso Jereissati apresentou algumas emendas e o Senador Antonio Carlos Valadares também. Essas foram as questões novas levantadas. Existe, no âmbito do Governo, a preocupação de caminhar no sentido das idéias expostas pelo Senador Tasso Jereissati. Isso foi dito na primeira discussão da matéria com o Ministério do Planejamento. Como não queremos atropelar a Comissão de Assuntos Econômicos, de que faço parte há dez anos – sei da importância dela e da condição que ela tem de contribuir –, entendo que o ideal é não votarmos. Faremos uma reunião hoje à tarde. A equipe do Ministério do Planejamento estará à disposição, às 17 horas, na Liderança do Governo. Nós poderíamos fazer uma reunião e, a partir daí, se as dúvidas não fossem dirimidas, procuraríamos outro encaminhamento.

A idéia do Governo é aprovar uma proposta efetiva, que possa carrear investimentos e melhorar o País. Não queremos nem atropelar a Comissão, nem aprovar uma proposta malfeita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, o art. 279 do Regimento Interno diz:

Art. 279.

A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência e o dispostos no art. 349, poderá ser adiada, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, para os seguintes fins:

I – audiência de comissão que sobre ela não se tenha manifestado;

II – reexame por uma ou mais comissões por motivo justificado;

III – ser realizada em dia determinado;

IV – preenchimento de formalidade essencial;

V – diligência considerada imprescindível ao seu esclarecimento."

Penso que a Comissão pode adiar a discussão com base nos incisos II e V.

Como V. Exª está propondo o adiamento, eu lhe digo: assine o requerimento e eu o colocarei em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Assinarei o requerimento e, mais do que isso, vou solicitar ao Senador Valdir Raupp que apresente relatório de mérito sobre as emendas oferecidas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, V. Exªs sabem que não sou um homem que guarde mágoas nem rancores. Vou demonstrar isso agora em relação

ao Senador Roberto Saturnino. Eu ouvi a explanação de S. Exª e me convenci de muitas de suas excelentes ponderações. Apenas discordo dessa posição de abstenção, a não ser que combinássemos, todos, de nos abster para a abstenção ganhar o voto daqueles que querem aprovar a matéria. Tem o Parlamentar motivos tão apropriados para impedir a votação ou para fazer um voto em separado, que, provavelmente, seria vencedor. A tese de V. Exª já foi esposada pelo Senador Pedro Simon, pelo Senador Geraldo Mesquita e pelo Senador Tasso Jereissati. Conseqüentemente, estamos diante de uma situação em que o mérito tem de sair desta Casa e não da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual faço parte, até melhor do que aqui, porque lá sou efetivo e aqui sou reserva.

Desse modo, quero dizer a V. Exª que estamos em uma situação muito séria e que os argumentos contra o Estado apresentados pelo Senador Roberto Saturnino são extremamente válidos. E amanhã não venham dizer que sou de Direita e que estou apoiando o estatismo do Senador Saturnino. O que quero é ver o País, não o tal capitalismo sem risco, que é verdadeiro, de que falou o Senador Pedro Simon.

Ninguém quer arriscar coisa alguma. Os homens mais ricos deste País não arriscam; arriscam por eles os bancos oficiais. E é o que se verificará. E o prejuízo, quando houver, ficará para a União, não para eles.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª. Até podemos apoiar o requerimento do Senador Jucá, mas não é também a toque de caixa. Diz-se que tem que ser hoje de tarde ou amanhã de manhã, mas não pode ser assim. Assim ninguém pode estudar coisa alguma. Tem que ser no tempo devido, na hora devida, porque não somos escravos do Poder Executivo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um momento, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, essa matéria, como já foi acentuado, terá repercussões enormes na economia do País, no setor público e, conseqüentemente, poderá gerar um vício, no âmbito do Governo, por ter uma saída privada, de conter mais ainda os investimentos previstos no nosso Orçamento e deixar a cargo do BNDES o financiamento de empreendimentos que poderão, sem dúvida alguma, reduzir mais ainda o caixa do BNDES, que poderia direcionar os seus recursos para projetos de infra-estrutura, com a participação direta de outras entidades, inclusive estatais, que estão proibidas de investir no setor de infra-estrutura, à exceção da Petrobras.

Manifesto essa preocupação, mas, por outro lado, apresentamos algumas emendas que foram aceitas pelo nobre relator, Senador Valdir Raupp. Uma delas, inclusive, diz respeito à proteção dos direitos dos usuários, porque a própria Constituição Federal prevê, no seu art. 175, parágrafo único, inciso II, que a lei disporá sobre os direitos dos usuários. Isso não estava previsto, e nós apresentamos uma proposta em respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução. Não apenas o ente privado teria o respeito, pois em primeiro lugar está o direito do usuário de querer ou não aquele serviço. Isso não poderia ser imposto, de cima para baixo, pelo Poder Público, com uma Parceria Público-Privada sem interesse do usuário.

Outra emenda que considerei também uma abertura importante do nobre relator refere-se à outorga dos direitos, porque, pelo que estava posto, os bens públicos poderiam ser outorgados, sem nenhuma exceção, quando, na realidade, só os bens dominicais é que o Governo, o Poder Público pode dispor. Conforme o Código Civil, existem os bens de uso comum, que são os rios, os mares, as estradas, as ruas e praças, os quais o Governo não pode vender. Como estava na proposta inicial, o Governo podia alienar. Entretanto, isso só poderá ser feito, Sr. Presidente, se o bem for desafetado por uma legislação. Por último, devo dizer que os bens dominicais são aqueles dos quais o Governo dispor e os quais ele pode alienar. Daí por que a nossa emenda foi aceita pelo Relator. Apesar disso e embora levando em consideração as ponderações que foram inicialmente feitas pelo Senador Saturnino, nós achamos que a matéria merece uma discussão aprofundada e audiências públicas, como sugeriu o Senador Pedro Simon e o Senador Geraldo Mesquita. Por exemplo, por que não convidar um representante do BNDES? Sabe-se lá se o BNDES está de acordo com a idéia de colocar seu Orçamento à disposição de empresas privadas para projetos que podem não representar o interesse publico? Por exemplo, por que não convidar o Ministro da Fazenda, o Ministro da Infra-estrutura, o Ministro do Desenvolvimento, autoridades diretamente ligadas a essa questão tão grave e complexa para o desenvolvimento nacional?

Nós não radicalizamos de maneira nenhuma. Não há possibilidade de uma radicalização na Comissão de Economia, conforme já ouvimos. O que queremos é que o mérito seja discutido até a última instância no sentido de que possamos ser melhor orientados em questão tão complexa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senhores, vou ler um requerimento:

"Nos termos do art. 279, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública." Assina o Senador Romero Jucá.

Vou colocar o requerimento em votação. Para isso, dou a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Romero Jucá tem bom senso. Eu quero defender a posição do Senador Romero Jucá por algumas razões. Parceria público-privada é tema de absoluta importância para a economia do País, independentemente de questões partidárias e ideológicas. É um tema que merece atenção, a despeito do trabalho competente desenvolvido pelo Senador Raupp. Uma série de itens concernentes ao tema deve ser muito bem discutida. Em primeiro lugar, eu citaria "financiabilidade dos projetos"; em segundo, os riscos para o meio ambiente envolvidos. O projeto do PPP trata de garantia de remuneração, assunto muito complicado e polêmico. E falo isso a partir de minha experiência pessoal na Petrobrás e em empresas de energia, onde tivemos muitas dificuldades no estabelecimento de parcerias privadas, às vezes até por um entendimento diferenciado da Justiça. Então, temos que ter tranqüilidade, cercar a questão e discutir na Comissão de Assuntos Econômicos o mérito do PPP.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – O problema da sigla PPP está ainda um pouco tumultuado.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O projeto de parceria público-privada é fundamental para atrair investimentos para o País. Por tudo isso, nós vamos discutir também a estabilidade das regras das agências reguladoras.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir. Pela financiabilidade, pelas garantias envolvidas, pelos riscos, pela questão de seguros, pela remuneração garantida, em função até de regras claras para se promoverem investimentos desse nível, em todas as áreas de infra-estrutura, acredito que a proposta do Senador Romero Jucá é, acima de tudo, sensata. Sei que o Senador Romero tem trabalhado muito nesse projeto. Sei que há uma preocupação com o futuro do País e ao futuro do papel do Estado nessas parcerias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Delcídio Amaral encaminhou o requerimento favoravelmente.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá já foi, nesse último período, responsável pela condução de algumas negociações extremamente complexas, tanto quanto essa, a exemplo da reforma tributária, do Cofins e de outras medidas que votamos.

Penso que a proposição de S. Exª deve ser apoiada. Ao mesmo tempo, julgo que está havendo necessidade de um ajuste nas lideranças sobre esse processo de votação. Isso por uma razão muito simples: é evidente que essa votação, pelas muitas palavras ouvimos hoje aqui que não são definidas como de oposição ao Governo, essa matéria exige um aprofundamento mais completo sobre a sua forma de discussão. O Senador Pedro Simon fala de audiências públicas, o Senador Saturnino fala de abstenção e faz investigação sobre vários pontos da matéria. O Relator Waldir Raupp demonstrou que foi capaz de absorver pressões e fazer ajustes. Do meu ponto de vista, essa questão não está bem resolvida na Comissão entre nós. Ela precisa encontrar um mecanismo de participação que não fosse exclusiva de líderes ou de senadores que se encontrem e discutem matéria com personalidades ou técnicos do Governo. Enfim, que fosse algo que pudesse somar em torno desse propósito.

Essa é uma bela chance de o Governo construir uma excelente peça para o interesse do País e demonstrar que o Congresso Brasileiro está trabalhando de forma compatível com os interesses nacionais. Então, sugiro que, logo a seguir, de acordo com a orientação do Senador Romero, que é Líder do Governo, que haja uma conversa sobre o encaminhamento dessa matéria, para que não cheguemos aqui para todas as vezes estabelecermos algo como um protelamento, o que não é. Não se está querendo protelar coisa alguma. Queremos uma decisão segura, que represente a vontade e o bom senso de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Caso o requerimento seja aprovado, os senhores líderes deverão reunir-se e encaminharão, com toda certeza, uma sugestão para a Mesa resolver o assunto.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, que já a solicitou. Em seguida, os Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, ficou evidente que os Senadores da Comissão que reconhecem que esta é comissão competente para apreciar o mérito da proposição ainda entendem que a discussão ainda carece de aprofun-

damento e de detalhamento. Estou certo de que isso não vai resolver-se de hoje para amanhã. Se não temos condições de votar hoje, não teremos amanhã. Não tendo amanhã, quinta-feira é feriado, o assunto vai ficar para a próxima reunião de terça-feira.

Sugiro que, na terça-feira, realizemos uma audiência pública, chamando pessoas do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do BNDES, para tentar esclarecer esse assunto. Sem essa participação, eu diria até que a Comissão poderia fazer um esforço de requerer alguma informação através da Embaixada sobre o que sucedeu efetivamente em Portugal para não ficarmos só na dependência de uma notícia de jornal. Enfim, não é de hoje para amanhã que vamos resolver esse assunto. Pondero que uma audiência pública seria uma providência, um diligência extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, assim como os Senadores Roberto Saturnino, Pedro Simon e Geraldo Mesquita, estamos apresentando um requerimento para que seja realizada audiência pública sobre o referido projeto com a presença dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, do Presidente do BNDES e do jurista especializado em Direito Administrativo e estudioso desse projeto Celso Antonio Bandeira de Mello. Seriam quatro pessoas. Os Ministros poderiam vir pessoalmente ou indicar um representante que melhor poderia contribuir para isso. Em princípio, seriam convidados o Ministro Antonio Palocci, o Ministro Guido Mantega, Carlos Lessa e Celso Antonio Bandeira de Mello. É o requerimento que encaminhamos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o debate foi encaminhado, a meu ver, no sentido do adiamento, com base no inciso III do art. 279 do Regimento Interno da Casa. Concomitantemente, os debates nos levaram a que as lideranças se reúnam para combinar uma fórmula de um melhor entendimento acerca do projeto.

Nessas condições, vou colocar em votação o requerimento do Senador Romero Jucá, que o fez com base nas ponderações dos Senadores Roberto Saturnino, Antonio Carlos Magalhães, Pedro Simon, Geraldo Mesquita e de tantos outros .Parece que há uma unanimidade com relação ao assunto.

Em votação o requerimento de adiamento da matéria.

O requerimento está aprovado.

Aprovado o requerimento, a Mesa vai ficar aguardando que os Líderes encontrem uma solução. Vou pedir licença ao Senador Eduardo Suplicy, para que aguardemos, em obediência ao que resultou da discussão, que o assunto seja levado à consideração das lideranças e não da Mesa, sob pena de eu contrariar a intenção do Plenário. É o que eu decidi.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que o assunto seja encaminhado aos Líderes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Exª vai presidir essa reunião com os Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se me convidarem, tudo bem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – Já está convidado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o requerimento está em consonância com o que propõe V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, está combinado. Foi uma decisão de bom senso. Fico satisfeito. Como Presidente, não gostei – vou ser franco – de ouvir logo no início dizerem para deixar a matéria para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Penso que devemos decidir na Comissão de Assuntos Econômicos o assunto que seja da sua competência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que hoje o Governo está com um Líder muito sábio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antônio Carlos Valares. Depois, vamos ao próximo item.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Até para equilibrar a participação de integrantes não só do Governo como do meio jurídico, poderíamos ter a presença de um jurista versado principalmente em licitações públicas, que é o Dr. Marçal Justen Filho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ficou decidido que esses assuntos serão levados à reunião de Líderes. É só apresentar aos Líderes a sua sugestão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já está levada. O Líder do Governo está presente e prestou atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao próximo item da pauta. **Item nº 2**:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 130, DE 2003

Trata-se de projeto complementar não-terminativo relativo à Lei nº 101, de 4 de

maio de 2001, que estabelece normas de finanças públicas. O projeto é de autoria do Senador João Capiberibe e tem o Senador Sérgio Guerra como Relator.

O parecer é favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em primeiro de junho de 2004, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, a matéria já foi bastante discutida. Na última reunião, acertamos que o Senador João Capiberibe faria, por solicitação, reivindicação de um Senador presente – não me lembro qual –, uma exposição sobre experiência por S. Exª presidida no Estado que governou.

Recebemos uma emenda que gostaríamos de incorporar ao relatório. Consultado o autor da matéria, dê-se ao art. 73-B da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, previsto no presente Projeto, a seguinte redação:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações do art. 48, parágrafo único, II e III, do art. 48-A

§ 1º Um ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100 mil habitantes;

§ 2º Dois anos para os Municípios que tenham entre 50 mil e 100 mil habitantes; e

§ 3º Quatro anos para os Municípios que tenham até 50 mil habitantes.

Justificação

Embora a maior parte dos Municípios brasileiros de médio e grande porte já tenham a sua administração inteiramente informatizada, os Municípios de menor porte enfrentam dificuldades nesse sentido.

Dessa forma, ainda que reconhecendo as evidentes vantagens de uma rápida implementação das determinações do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003.....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha) – Srªs e Srs Senadores, Srs. representantes dos Ministérios, a Mesa pede que não haja reunião paralela. O Relator da matéria está com a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – .... apresentamos a presente emenda para proporcionar prazo maior na tomada das medidas que visam garantir maior transparência às contas públicas.

Acato a emenda da Senadora Ideli Salvatti porque, ao longo da discussão da matéria, vários argumentos foram postos no sentido da óbvia insuficiência econômica e técnica de alguns pequenos Municípios, se não de centenas, para progredir nessa área de informática. Porém, como me pondera o Senador João Capiberibe, o prazo de dois, três, quatro anos em informática é secular.

Aqui, estamos sendo bastante realistas e ponderados ao acatar essa matéria. No mais, o Senador Capiberibe teria esclarecimentos a dar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao autor do projeto.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadores, usarei a tela para apresentar uma rápida explicação.

Esse projeto vem de uma certa prática de alguns anos e tem demonstrado que é possível informar ao contribuinte, àqueles que sustentam o Estado brasileiro nos seus diversos níveis, do que é feito com a contribuição deles. Esse projeto surgiu quando eu era Governador do Estado. Tem como objetivo criar uma página sobre gestão do dinheiro público. Essa página que estamos vendo está no portal do Governo do Amapá. É um projeto que exige pouquíssimo recurso, até porque os sistemas de administração orçamentária e financeira estão praticamente organizados nos Estados e nos entes federais. Vou apresentar dois ou três exemplos de como funciona. É um processo muito simples: extraí-se a base de dados dos empenhos das despesas e faz-se o link com a internet. Vou começar pelos gastos públicos, que é a janela para acompanharmos os gastos rapidamente. Tem-se um portal...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, a matéria já foi adiada várias vezes por meio de pedido de vista. Por isso, peço a V. Exª a maior brevidade possível.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Com certeza, Sr. Presidente. Gostaria de contar com o apoio de todos os Senadores para aprovar esta matéria.

Vamos abrir uma janela e mostrar uma despesa qualquer para destacar a importância da matéria. No Fundo Estadual de Saúde, a despesa selecionada é material de consumo. Vê-se que o projeto cria facilidade de acesso à internet para qualquer contribuinte que tenha um computador pessoal. Tem também o objetivo de aprimorar a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei de responsabilidade fiscal, porque amplia

a transparência já prevista nesta lei. Portanto, acho que não há muito em que insistir, uma vez que é tão óbvio, tão transparente. Vamos abrir o empenho só para mostrar que ele mostra todo o histórico de toda a despesa e está exposto na internet em tempo real, pois estamos trabalhando em tempo real. A abertura do empenho mostra a descrição do material, o beneficiário do empenho, o valor global, a descrição do produto.

Assim, o contribuinte que mora ao lado de uma prefeitura e que hoje não sabe em que é gasto o recurso da prefeitura, a partir da aprovação deste projeto pelo Congresso, ele vai ter a oportunidade de acompanhar não só os gastos, mas também todas as receitas, inclusive o IPTU, que ele paga. Era isso, Sr. Presidente. Peço o apoio dos senhores Senadores para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar a matéria em votação junto com a emenda da Senadora Ideli Salvatti, que tem parecer favorável do Relator.

Em votação o projeto e a emenda que tem parecer favorável do Relator Sérgio Guerra.

As senhoras e os senhores Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados o projeto e a emenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cumprimentamos o Senador João Capiberibe pela iniciativa de promover maior transparência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Observo que na nossa pauta os demais itens são terminativos. Então vou declarar encerrada a presente reunião, não sem antes aplaudir o bom senso da Comissão de Assuntos Econômicos no encaminhamento das matérias hoje apreciadas.

Muito obrigado e até a próxima semana, se Deus quiser.

(Levanta-se a reunião às 12h18min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de junho, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e quatorze minutos do dia quinze de junho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Edison Lobão, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Mão Santa, João Alberto Souza, Pedro Simon e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário da Medida Provisória nº 182/04, sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, não terminativo, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer, em face do exposto, bem como considerando a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal e regimental, pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta, com o acatamento das Emendas nos 1, 2, 8, 10, 22, 23, e 36, tratadas anteriormente, e 51 a 60, rejeitando-se as demais. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura (CI). Após análise da CAE a matéria irá à CCJ. Em 18-5-04, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Foram apresentadas a Emenda nº 01-Substitutiva, de autoria do Senador Romero Jucá, as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador César Borges, a Emenda nº 5, de autoria do Senador Ney Suassuna, as Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 65 de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 42, de autoria do Senador Pedro Simon, as Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, as Emendas nºs 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43 e 44, de autoria do Senador Roberto Saturnino, e as Emendas nºs 45, 46, 47, 48, 49 e 50, de autoria do Senador Marcos Guerra. Em 3-6-04, foram apresentadas as Emendas nºs 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60, de autoria do Senador Delcídio Amaral, e as Emendas nºs 61, 62, 63 e 64, de autoria Senador Tasso Jereissati. Em 8-6-04, durante a discussão da matéria foi aprovado o Requerimento nº 31-CAE/2004, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando adia-

mento da votação do Projeto. Usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, que solicita que a matéria seja retirada de pauta em virtude da não ocorrência da reunião das lideranças, Antônio Carlos Valadares e Romero Jucá. A matéria é retirada de pauta pelo Relator, em virtude da não realização em 14-6-04 da reunião entre os líderes; Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante. A matéria encontra-se tramitando, simultaneamente, na CAE, CCJ e CE. Durante o prazo regimental foram apresentadas seis emendas. O prazo na Comissão é até o dia 19-6-04. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004 – Complementar, não terminativo, que "altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências", de autoria do Senador Maguito Vilela, tendo como Relator o Senador Marcos Guerra, que parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Marcos Guerra, usam da palavra os Senadores Romero Jucá e Hélio Costa. A Presidência concede Vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais; Item 4-Aviso nº 138, de 2000, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativo ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido (TC – 013.790/97-8)", de autoria do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer pela aprovação de Requerimento convocando o Ministro de Estado da Saúde. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Fiscalização e Controle. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. A matéria é adiada; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 1 de redação que apresenta. A matéria é adiada; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1– CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador

César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria é adiada. Foi aprovado, ainda, o Requerimento nº 32-CAE, de 2004, de autoria do Senador Paulo Octávio, que requer nos termos do art. 90, II e III, combinados com o art. 93, II, do RISF, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de discutir e estudar o aperfeiçoamento e a simplificação do Sistema Tributário Nacional, por meio de um imposto único federal. Para debater o tema, foram sugeridos os nomes do Dr. Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal, e do Professor e ex-Deputado Federal Marcos Cintra, e o Requerimento nº 33-CAE, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, sejam ouvidas em Audiência Pública o Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, o Ministro de Estado do Planejamento, Dr. Guido Mantega, o Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, e o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dr. Marcos Lisboa, com o objetivo de uma melhor e mais adequada instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", em andamento nesta Comissão. Antes de encerrar a reunião, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Roberto Saturnino, Jonas Pinheiro, Fernando Bezerra, Aelton Freitas e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio,** Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, em 15 de junho de 2004, às 10:00h, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados.(Pausa)A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Em virtude da leitura em Plenário da Medida Provisória nº 182/04 sobrestar a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não-terminativas.O Item 1 da pauta está pendente de reunião de Líderes, que estava prevista para ontem, dia 14/06, conforme acordo na reunião da CAE do dia 8, mas até o momento a Secretaria da Comissão não foi informada a respeito da realização da referida reunião.Consulto o Relator e os Srs. Líderes se a matéria se encontra em condições de ser apreciada.Senador Hélio Costa com a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, solicito a V. Exª a retirada de pauta do Item 1, até porque o relatório do Senador Aloizio Mercadante, que está sendo finalizado, não estaria em condições de ser lido nesta reunião. Por outro lado, o Senador Mercadante está, neste momento, participando de reunião de Liderança relativa à pauta de hoje à tarde no Plenário, e entendo que teríamos melhores condições de avaliar as propostas que são apresentadas nas emendas dos Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Hélio Costa, o Relator do item 1 é o Senador Valdir Raupp.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perdão. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então passamos a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, realmente não houve a reunião de Líderes que tinha sido combinada na reunião passada, portanto não está em condições de ser discutido e votado o Item 1, relativo à PPP. Então estamos aguardando ainda essa reunião de Líderes. Se possível, marcaremos uma extraordinária para esta semana ainda. Caso contrário, será somente na próxima terça-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na reunião anterior, quando esta matéria estava em discussão, foi aventada a possibilidade de serem ouvidas em audiência pública autoridades diversas ligadas ao setor, as quais poderiam opinar a respeito da parceria público/privada. Pergunto a V. Exª e ao nobre Relator se não seria, diante dessa demora do entendimento das Lideranças, conveniente aproveitar esse intervalo para ouvir, por exemplo, o Presidente do BNDES, o Ministro da Fazenda e outras tantas autoridades que nos dariam um parecer balizado, para orientar como melhor esta Comissão se conduziria na tramitação da matéria. Pergunto a V. Exª e ao Relator, porque, se fosse o caso, eu poderia apresentar o requerimento agora, e ouviríamos essas autoridades na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Antonio Carlos Valadares, a reunião de Líderes também definiria se haveria convites para audiências públicas ou não.Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para confirmar o que argumenta esta Presidência.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Realmente não ficou definido que haveria a audiência pública. Os Líderes, na reunião, decidiriam se haveria audiência pública ou apenas um entendimento entre as Lideranças para a Comissão votar.Entendo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, numa matéria tão importante como esta da PPP, nós estamos perdendo tanto tempo, e talvez por coisas pequenas, que poderiam ser resolvidas lá na frente, ainda na CCJ ou em Plenário. Não é que eu queira, como falou o nobre Presidente Ramez Tebet, transferir a competência desta Comissão para a CCJ, nada disso, porque muitas vezes as emendas que os Senadores estão apresentando são apenas de redação, envolvendo a questão do BNDES. Não consta do relatório que o BNDES será o agente financeiro que vai gerenciar o fundo nem tão pouco que o BNDES é obrigado a financiar a PPP. Em lugar algum do relatório está colocando o BNDES em nada. O BNDES hoje financia empresas e indústrias no Brasil inteiro e poderá também financiar algum projeto, mas nem isso está no relatório. Então não adianta querer trazer o Presidente do BNDES para discutir essas questões que não têm nada a ver. Acredito que, devido ao tempo que já perdemos, essa audiência pública apenas protelaria mais ainda o relatório de um projeto tão importante. É sabido que o Brasil não tem condições de investir em obras de infra-estrutura para dar sustentação ao seu crescimento econômico, e a PPP seria uma possibilidade de atrair investimentos, principalmente na área de energia elétrica. Daqui a pouco vamos ter problemas sérios de energia elétrica no País, na questão de transporte das ferrovias, na questão dos portos. Hoje existem empresas brasileiras querendo exportar minério de ferro para a China, e não conseguem, porque não há terminais portuários suficientes para isso. Acredito que é uma coisa muito séria e que deve haver o bom senso das Lideranças e dos Partidos desta Comissão para votarmos isso o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Pergunto ao Senador Valdir Raupp se haveria uma data para essa reunião de Líderes.Senador Romero Jucá.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pediria que o Senador Romero Jucá falasse como Vice-Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, como eu estava conduzindo esta questão na ausência do Líder Aloizio Mercadante, que chegou ontem, combinamos que haveria, nesta semana, uma reunião com todos os Senadores interessados e os representantes do Governo, no sentido de não só com o Senador Valdir Raupp, mas também com o Senador Rodolpho Tourinho, que é o Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça tentar arredondar o texto, definir algumas questões que foram levantadas pelo Senador Valadares, pelo Senador Saturnino e pelo Senador Geraldo Mesquita. A idéia é sentarmos à mesa e verificarmos se as Lideranças e os Senadores entendem que, mesmo após essas explicações, é necessária uma audiência pública. Se for o caso, iremos discutir a audiência pública; se não, equacionaremos o texto para votar ainda neste semestre, porque ele é extremamente importante para o País, pois visa a atrair investimentos que são substanciais para a geração de emprego e, portanto, do interesse de todos os partidos e de todos os Senadores. Entre hoje e amanhã deverá ocorrer essa reunião, já marcada pelo Senador Aloizio Mercadante, e, a partir daí, definiremos o calendário de votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Muito embora eu tenha o maior respeito pelo Relator, Senador Valdir Raupp, vou apresentar o requerimento. Pode-se verificar que não apresentei emendas de redação. Foram 11 emendas que eu apresentei, além de outras tantas que foram apresentadas pelos meus colegas da Comissão que também não eram simplesmente de redação, e sim emendas que entram no mérito de questões importantes que visam a aperfeiçoar a matéria.Assim, eu gostaria de apresentar o requerimento por escrito. Eu já o fiz verbalmente na reunião passada, mas os Líderes não se reuniram. Se eles se reunirem – nunca soube que uma reunião de Líderes pudesse substituir uma reunião da Comissão –, embora tenhamos o maior respeito pelos Líderes, eles não podem substituir a Comissão. Quem pode discutir as matérias atinentes aos interesses da Comissão são os membros da Comissão. Os Líderes podem encaminhar a discussão e a votação, mas o mérito da discussão cabe à Comissão. Por isso vou apresentar o requerimento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Valadares, a Presidência aguarda o requerimento de V. Exª para ser devidamente aprovado. Passamos para o Item 2 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2004, também não-terminativo, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.Autoria do Executivo; Relator: Senador Aloizio Mercadante.A matéria encontra-se tramitando simultaneamente na CAE e na CCJ, e, durante o prazo regimental, foram apresentadas seis

emendas.O Relator, Senador Aloizio Mercadante, não está presente, então passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Repito as observações que fiz anteriormente, Sr. Presidente, solicitando que V. Exª retire de pauta este assunto e que possamos discuti-lo ou na quinta-feira ou, de preferência, até na terça-feira da semana que vem, porque temos uma relatoria na CCJ, que é do Senador Eduardo Azeredo, o Relator da CAE é o Senador Aloizio Mercadante, que está finalizando o seu relatório, e há também o relatório da Comissão de Educação, de que sou Relator. Penso que podemos juntar os três Senadores com as suas observações e apresentar, na terça-feira, uma versão que seja mais definitiva e que possa ajudar mais na solução da questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Presidência aguardará a apresentação do relatório pelo Senador Aloizio Mercadante.Item 3 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004, complementar, não-terminativo, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte, Simples, para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências. Autoria do Senador Maguito Vilela; Relator: Senador Marcos Guerra.O parecer é pela aprovação do Projeto. Com a palavra o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que vou pedir vistas dessa matéria. O Governo não tem uma posição ainda. É uma matéria importante. Queremos colaborar e contribuir para a sua aprovação, mas, como não há ainda a posição do Governo, logo após o relatório do Senador Marcos Guerra, solicitarei vistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vamos então aguardar a leitura do relatório do Senador Marcos Guerra.Com a palavra o Relator.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fiz aqui um resumo, até por conhecer um pouco a realidade da micro e pequena empresa.Essa lei, como foi dito, pede a revisão anual dos valores monetários constantes na Lei do Simples pela variação do IGPDI. Essa lei supre a lacuna quanto à necessidade de revisão dos valores envolvidos. Jamais as faixas foram corrigidas em mais de sete anos de vigência, e a tributação dessas empresas aumenta de forma direta ano após ano, devido ao crescimento nominal da receita bruta. A Lei nº 9.732, de 11/12/98, apenas ampliou a base de adesão, criou mais quatro faixas para EPP, de 720 mil a 1,2 milhão, e as faixas de 720 mil concentram mais de 90% das empresas. Ano após ano, as faixas de enquadramento sofreram defasagem de, no mínimo, 64% da receita bruta. A conseqüências da legislação em vigor, Sr. Presidente, é que inúmeras empresas mudaram de faixa e recolhem mais tributos, às vezes sem ter condições econômicas para isso, e mascara-se o aumento real da carga tributária. O Simples perde aos poucos seus atrativos e seu foco principal, que é a microempresa, incentiva fraudes e subterfúgios para não mudar de faixas ou para ser excluído do sistema, implica forte incentivo à informalidade. E analisamos que não há obstáculo à matéria em termos de constitucionalidade, juridicidade – o art. 4º e o parágrafo único do art. 5º do PLS suprem as exigências da LRF e da LDO –, regimentalidade e técnica legislativa. No mérito, os argumentos citados acima evidenciam a necessidade de correção dos valores relacionados com a ampliação do Simples. A alta carga tributária funciona como estímulo à sonegação. A correção dos valores implicará simplesmente uma recomposição da carga tributária efetiva a que as empresas estavam submetidas em 1997. A atualização por si só induzirá o aumento do número de optantes, podendo até dobrar em pouco tempo, apesar das restrições ao ingresso e da excessiva burocracia para a abertura de empresa.A implementação do Super-Simples estimulará o crescimento das opções. Há dois pesos e duas medidas no tratamento das microempresas e das empresas de pequeno porte. A Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, prevê a atualização pelo Poder Executivo dos valores das microempresas e da empresa de pequeno porte com base na variação acumulada do IGPDI ou de outro índice oficial, adota valores atualizados para os regimes administrativo, previdenciário, trabalhista, de apoio creditício e de desenvolvimento empresarial. O Estatuto do Simples mantém valores congelados em até R$120 mil para as microempresas e de até R$1,2 milhão para empresas de pequeno porte, para fins fiscais.Conclusão: essa incoerência tolhe o desenvolvimento empresarial e, em conseqüência, o próximo crescimento da receita favorável dos entes federativos.O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Em discussão.Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, talvez esta seja a oportunidade de, por intermédio do Relator Marcos Guerra e até mesmo do autor do projeto, Senador Maguito Vilela, atendermos a uma série de reivindicações que estão sendo feitas pelos contabilistas, pelos pequenos empresários e pelos microempresários que enviam cartas e correios eletrônicos e fazem telefonemas, mostrando o que vem acontecendo recentemente com as pequenas

empresas no interior.Esses contabilistas, na realidade, estão se queixando de que a Receita Federal está agindo de uma forma até certo ponto arbitrária e em confronto com a política de geração de empregos pregada pelo nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.Em 1996, com a criação do Simples, sistema simplificado de tributação, atendeu-se à Constituição Federal, que exige tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas. Só que, ultimamente, Sr. Presidente, a Receita Federal vem soltando listas de atividades que não podem optar pelo Simples. Um dos segmentos que está sendo mais prejudicado é o das oficinas. Sob a alegação de que mecânica de autos e assistência técnica de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos de escritório, por exemplo, são atividades assemelhadas à engenharia, a Receita, portanto, excluiu essas atividades do Simples. Isso é um absurdo, Sr. Presidente! Quando levamos o nosso veículo para um conserto em uma garagem, evidentemente não somos atendidos por um engenheiro mecânico. Da mesma forma, quando se leva o liquidificador para consertar numa oficina de eletrodomésticos, nós também não estamos sendo atendidos por um engenheiro. Portanto não existe essa semelhança no que diz respeito às pequenas empresas. Quem nos atende, em ambos os casos, são sempre trabalhadores simples, que, na sua maioria, só possuem mesmo o curso primário; aprenderam a profissão ao conseguir o primeiro emprego.A Lei nº 9.317, de 1996, no seu art. 9º, inciso XIII, veda a opção ao Simples a diversas atividades profissionais cujo desempenho depende da habilitação profissional. Assim não pode optar pelo Simples, por exemplo, a pessoa jurídica que preste serviços profissionais como corretor, representante comercial, despachante, etc., como também o diretor ou produtor de espetáculos. Igualmente estão vedados o médico, o engenheiro, o economista, o contador, o advogado e assemelhados.Esse é o momento em que poderíamos, Senador Marcos Guerra, aproveitar a oportunidade. Não sei se necessariamente já está contido no projeto apresentado pelo Senador Maguito Vilela e relatado por V. Exª, mas seria fundamental que se fizesse um amplo debate nesse sentido, para que a Receita não possa interferir desta forma: quando ela quer, quando entende que deve, ela diz quem tem ou não direito ao Simples. Tem que ser estabelecido em lei, rigorosamente em lei.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – O comentário do Senador Hélio Costa é realmente importante, mas consta de outro projeto que estou relatando, que inclui segmentos à nova lei, também de autoria do Senador Maguito Vilela, que é o PLS nº 64, se não me engano. Deve estar na Casa já. Nesse PLS, Senador Hélio Costa, realmente constam esses segmentos, até porque essa lei é mais exclusiva do que inclusiva. Esses segmentos da economia nacional que V. Exª citou realmente são grandes geradores de emprego. Oficinas mecânicas, por exemplo, são grandes empregadoras, e, muitas vezes, não têm condições de se adequar à Lei nº 9.317 ou à Lei do Simples. Mas o outro projeto que virá para a CAE contempla esse segmento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Fico muito feliz ao ouvir V. Exª, porque eu estava esperando que o próprio Senador Maguito Vilela pudesse apresentar essa proposta. Então existe a proposta, V. Exª é o Relator, e nós certamente seremos atendidos nesse sentido. Eu talvez não tenha escutado direito, Sr. Presidente, porque, infelizmente, com o barulho que se faz aqui, com a conversa que se ouve nesta Comissão, é praticamente impossível ouvir qualquer coisa. Lamento, porque já participei de reuniões em vários países da Europa e nos Estados Unidos. Quando se vai ao Congresso americano, não se ouve uma palavra durante um debate numa Comissão; aqui é impossível; não se consegue ouvir o Relator falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Consulto o Senador Romero Jucá se vai realmente pedir vistas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Peço vistas, Sr. Presidente, exatamente para tentar aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então vistas concedidas ao Senador Romero Jucá.Passamos ao Item 4 da pauta: Aviso nº 138, de 2000, não-terminativo, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada em diversos órgãos relativos ao projeto de reforço à reorganização do Sistema Único de Saúde, ReforSUS, no âmbito do projeto de cooperação técnica TCU/Reino Unido, TC 01379097-8.Autoria: Tribunal de Contas da União; Relator: Senador Eduardo Azeredo. Observação: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e será apreciada pela Comissão de Fiscalização e Controle.O parecer é pela aprovação do requerimento, convocando o Ministro de Estado de Saúde.Há um requerimento sobre a mesa, do Senador Eduardo Azeredo:

"Nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado de Saúde, a fim de instruir a discussão do Aviso nº 138, de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam,

sobre a auditoria realizada em diversos órgãos relativos ao projeto de reforço à reorganização do Sistema Único de Saúde no âmbito do projeto de cooperação técnica TCU/Reino Unido, para atualizar os dados e prestar esclarecimentos sobre as medidas tomadas por aquela pasta para equacionar e resolver os problemas apontados em relação à execução do ReforSUS e ainda debater sobre os resultados obtidos e a continuidade do projeto."Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta, porque precisarei de mais alguns dados para submeter à votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Retirado de pauta o **Item 4**.

Temos sobre a mesa, finalizando, somente dois requerimentos.

O primeiro requerimento, de minha autoria, requer a realização de audiência pública conjunta pela Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição e Justiça, com o objetivo de discutir o aperfeiçoamento e a simplificação do sistema tributário nacional por meio de um imposto federal:

> "Com fundamento no art. 90, incisos II e III, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública conjunta com o objetivo de discutir o aperfeiçoamento e a simplificação do sistema tributário nacional por meio de um imposto federal."

Para debater o tema, desde logo sugiro a esta douta Comissão sejam convidados o Secretário da Receita Federal, Jorge Antônio Deher Rachid, e o Professor Marcos Cintra.

Justificação: em 17 de março em 2003, com um número expressivo de assinaturas dos Srs. Senadores, apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2003, que visa a aperfeiçoar o sistema tributário nacional. A adoção dos impostos-cidadão traz consigo inúmeros benefícios, porquanto substituem uma dezena de impostos federais, simplificam o sistema de cobrança e fiscalização, bem como pode ser de difícil sonegação e aumentar consideravelmente a base de contribuintes.

Como se trata de proposta que altera sobremaneira o complicado sistema tributário nacional, julgamos necessário um amplo debate com a sociedade civil, com a finalidade precípua de estudar os reflexos do citado imposto para as entidades tributantes e para os contribuintes em geral.

Nesse sentido, apresentamos o presente requerimento, que esperamos seja aprovado por esta Comissão de Assuntos Econômicos.

O requerimento está sob discussão.

Não havendo quem queria discuti-lo, os que o aprovam permaneçam sentados.(Pausa)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sugiro seja convidado o Secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, para essa discussão, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Perfeito. Secretário de Assuntos Econômicos?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O requerimento é então aprovado com um convite ao Secretário de Assuntos Econômicos, por sugestão do Senador Tasso Jereissati.

Requerimento também sobre a mesa, do Senador Antonio Carlos Valadares:

> "Requeiro, nos termos regimentais, sejam ouvidas em audiência pública as autoridades abaixo relacionadas, com o objetivo de uma melhor e mais adequada instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, em andamento nesta Comissão: em primeiro, o Presidente do BNDES; em segundo, o Ministro do Planejamento; em terceiro, o Ministro da Fazenda."

O requerimento é assinado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, com o apoiamento do Senador Roberto Saturnino.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, perdão porque era nesse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então incluímos o Secretário de Assuntos Econômicos nesse requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

O requerimento está sob discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, está devidamente aprovado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Esta Comissão aprovou, há duas semanas, um requerimento de minha proposição, pedindo à Assembléia Legislativa do Estado do Rio uma cópia do relatório

da CPI que examinou o problema da despoluição da Baía de Guanabara.

Eu indagaria se já foi remetido. Caso não tenha ainda sido remetido, que haja uma reiteração por parte da CAE no sentido de que a Alerj nos envie esse relatório, que está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Roberto Saturnino, essa solicitação foi atendida no mesmo dia, já foi remetida à Assembléia do Rio de Janeiro, mas ainda não recebemos a resposta.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Então o que eu pediria é uma reiteração, para que a Assembléia, com urgência, nos envie.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vamos reiterar o pedido, solicitando à Assembléia que encaminhe o parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, penso que o assunto é pertinente a esta Comissão. É claro que a pauta está trancada, mas está na Ordem do Dia uma solicitação para votar em regime de urgência o projeto que trata do bioma Mata Atlântica.

Sr. Presidente, já falei com alguns Líderes – e vou continuar falando – que temos no Congresso Nacional uma Medida Provisória do dia 26 de abril de 1996, que devia ser urgente e relevante. Ela entrou aqui logo no início do Governo Fernando Henrique Cardoso, passou os oito anos do seu Governo praticamente e entrou no Governo Lula. É a Medida Provisória que trata da mudança de parte do Código Florestal. Hoje ela está com o número 2.166.

Além de engessar o processo produtivo no Brasil, essa MP faz muito mais. Ela já está provocando uma insubordinação civil neste País, porque a Medida Provisória que saiu do Conama é extremamente inviável. Quem é proprietário rural em qualquer parte do País conhece essa Medida Provisória e o quanto ela é danosa para o Brasil.

Agora vem outra Medida Provisória, também engessadora, em cima de uma Medida Provisória que já engessava o setor produtivo, e o Governo quer votá-la em regime de urgência.

Ora, se quer votar em regime de urgência essa Medida Provisória que ser refere a parte do Código Florestal, por que não votamos também a Medida Provisória do Código Florestal que está há 110 meses no Congresso Nacional?

Portanto, Sr. Presidente, estou fazendo este alerta nesta Casa e nesta Comissão e gostaria de ouvir os Líderes a respeito desse assunto.

Existem regras determinadas para votar aquelas medidas provisórias anteriores à emenda constitucional que trata desse tema. Já conversei sobre esse assunto com o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Fernando Bezerra, que deverá tomar iniciativa sobre esse assunto. Tenho falado com alguns Líderes e vou fazer um trabalho para que esse projeto sobre a Mata Atlântica não seja votado antes que se vote a Medida Provisória sobre o Código Florestal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Esta Presidência acata com muito entusiasmo essa sugestão de V. Exª. Oportunamente, teremos uma discussão com o Senador Fernando Bezerra, que foi aqui citado. Não sei se S. Exª quer-se manifestar sobre o assunto.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Na direção de apoiar essa idéia do Senador Jonas Pinheiro, penso que precisamos apoiar o que S. Exª apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Aelton.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Também quero fazer fila e coro com o Senador Jonas Pinheiro e com o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Dada a importância do assunto, fica esse entendimento de um diálogo entre a Liderança e o Senador Jonas Pinheiro e o Senador Aelton Freitas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, quero também corroborar com as palavras do Jonas Pinheiro e faço coro também nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Também incorporando ao assunto o Senador Valdir Raupp.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h40min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de junho, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e dois de junho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre

Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Edison Lobão, Marcos Guerra, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Romero Jucá, João Alberto Souza, César Borges, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Sérgio Guerra, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude do falecimento do Ex-Governador Leonel Brizola, a apreciação das matérias da pauta é adiada para a próxima reunião. Sendo assim, a Presidência transforma a presente reunião em uma homenagem ao ilustre político. Usam da palavra os Senadores Roberto Saturnino, Ney Suassuna, Jonas Pinheiro, Efraim Morais, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho e Pedro Simon. A Comissão não aprecia, portanto, as matérias da pauta, Item 1 – Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 16-12-03, a matéria foi aprovada na CAE. Em 5-5-04, foi aprovado Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, no Plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante. A matéria encontra-se tramitando, simultaneamente, na CAE, CCJ e CE. Durante o prazo regimental foram apresentadas seis emendas. O prazo na Comissão é até o dia 19-6-04; Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2004 – complementar, não terminativo, que "revoga os incisos X, XII, XIII e XIX do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000, e dá outras providências (Dispõe sobre normas gerais em matéria de legislação tributária sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte)", de autoria do Senador Maguito Vilela, tendo como Relator o Senador Marcos Guerra, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta; Item 4 – Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece parecer pela aprovação do Projeto; Item 5-Aviso nº 138, de 2000, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativo ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido (TC – 013.790/97-8)", de autoria do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer pela apresentação de Requerimento de Informações ao Ministro da Saúde, nos termos que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Fiscalização e Controle; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE,

com o ajustamento da Emenda nº 01 de redação que apresenta; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1– CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto; Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Declaro aberta esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que hoje tem por finalidade dar a todos os membros da nossa Comissão a oportunidade de prestar uma homenagem ao grande líder brasileiro, falecido na noite de ontem, o ex-governador de dois Estados da Federação brasileira, Leonel Brizola, governador do Estado que lhe serviu de berço, o Rio Grande do Sul, e também do Estado de V. Exª, Senador Roberto Saturnino, o Rio de Janeiro.

Concedo, primeiramente, a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Presidente, Srªs e Srs. Senadores, penso que a decisão de V. Exª é sábia e justa. Nós, brasileiros, devemos prestar homenagem a esse que foi um dos maiores líderes políticos do nosso tempo, com todas as divergências que tenhamos tido – eu, pessoalmente, as tive em vários momentos. Mas há um reconhecimento nacional de que Leonel Brizola representou não só uma posição política determinada e muito coerente, muito firme, como também uma personalidade honrada no exercício das funções públicas, com uma capacidade de liderança efetivamente extraordinária que o manteve o seu nome sempre em evidência e com exercício de liderança sobre numerosas correntes políticas do País, apesar de todas as vicissitudes por que passou.

Também quero me associar a essa homenagem e cumprimento V. Exª pela decisão de fazer desta reunião da CAE uma reunião de homenagem ao Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, tem V. Exª a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a perda do líder Leonel Brizola é uma perda grande para o Brasil. Como um homem sempre apaixonado, haviam pessoas que o adoravam e outras não, mas todos o admiravam pela persistência e coerência.

Tive oportunidade de privar muitas vezes da convivência do governador Leonel Brizola, uma de suas filha e netos estudaram no meu colégio; e muitas e muitas vezes ele foi às solenidades, ele e sua senhora. E ainda esta semana conversava com Leonel Brizola sobre um caso da Paraíba.

É realmente uma tristeza perdemos uma personalidade que marcou toda uma época. Não é fácil uma pessoa ter as vitórias que Leonel Brizola teve. Foi deputado estadual, deputado federal, governador do Rio Grande do Sul e duas vezes governador do Rio de Janeiro, presidente do Partido, um lutador pela causa trabalhista.

Lamento, e embora não tenha sido do PDT, sei que o Brasil nesta hora perde um dos seus símbolos. Com toda certeza faz muito bem V. Exª na hora em que suspende a reunião da Comissão para fazer homenagem a esta personalidade e também permite que todos os Senadores aqui presentes possam homenagear essa personalidade que, com toda certeza, vai fazer parte da história do Brasil para sempre, mas deixa uma falta no contexto da política nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo PFL vai falar o nosso Líder Efraim.

Evidentemente, nesse caso, quero me solidarizar com todos aqueles que estão fazendo esta homenagem ao ex-Governador Brizola.

Sr. Presidente, V. Exª limitou esta reunião a este assunto. De fato é um assunto do momento. Eu só quero fazer uma reclamação em função da pauta. Hoje, que a pauta foi aberta, eu gostaria de discutir. Todavia, não o farei em razão da limitação do objetivo da reunião, mas aquele projeto da idéia de V. Exª, lavrado por mim, a respeito do juro adequado para o pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense. Conforme havíamos combinado, retornando a pauta às condições normais para votação, faço essa reclamação e essa solicitação para que a Secretaria coloque também na pauta, na próxima reunião, aquele projeto, pois já está muito tarde para resolvermos aquele problema, mas em tempo de ajudar o nosso pantanal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Jonas Pinheiro, o projeto de V. Exª tem realmente o meu apoio, porque diz respeito ao nosso pantanal; encontra-se em poder do Senador Fernando Bezerra que pediu vista do projeto.

Determinarei à Secretaria que peça ao Senador Fernando Bezerra o projeto e vamos incluí-lo na próxima reunião de deliberação da nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, morreu o ex-Governador, o grande político Leonel Brizola, Presidente do PDT, aos 82 anos de idade, mas tenha a certeza – assim como todo o País – de que o ex-Governador Brizola foi o último defensor de uma doutrina que marcou época no País: o trabalhismo. Tenho certeza de que o Presidente do PDT, Leonel Brizola, tornou-se para várias gerações referência na luta pela liberdade, contra o arbítrio e pela justiça social. Vai se colocar, com certeza, na galeria dos grandes homens públicos deste País.

O nosso abraço à família de Brizola e aos trabalhistas. O PFL está, neste momento, solidário e com saudade do grande homem público que foi e que com certeza ficará marcado na história, Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pelo PSDB quero também aqui externar nossos sentimentos pela morte de Leonel Brizola. Leonel Brizola sempre teve algumas opiniões polêmicas, entretanto ninguém pode negar o seu grande mérito, a sua grande qualidade de líder. Ele era efetivamente um grande líder, autêntico e que sempre teve muita coerência na defesa de suas propostas. Leonel Brizola teve grande participação na volta da democracia do Brasil, esteve na defesa da legalidade. Estivemos em lados conjuntos algumas vezes, como na defesa da volta das eleições diretas no Brasil, estivemos juntos na primeira eleição que disputei em 1988, quando ele participou da nossa aliança para a eleição de Pimenta da Veiga. De maneira que quero deixar aqui registrado também não somente o meu sentimento pessoal como o do meu partido, o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, para prestar suas homenagens ao ex-Governador Leonel Brizola.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero me associar a todas as homenagens que estão sendo feitas ao ex-Governador, ex-Deputado Federal Leonel Brizola, entendendo que ele marcou muitas posições ao longo de mais de 50 anos de política. Posições pessoais, posições políticas, posições regionais, e entendo que contribuiu muito na discussão dos grandes problemas nacionais. De modo que me associo às homenagens que neste momento são prestadas pelo Senado Federal, pelos seus Senadores, à memória do ex-Governador Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Srªs e Srs. Senadores, é evidente que a Comissão de Assuntos Econômicos se reuniu aqui para esta homenagem. É uma homenagem merecida, a um grande homem público.

Eu não fui seu correligionário, mas conheci Leonel Brizola ouvindo-o pela Cadeia da Legalidade, que ele formou, a fim de garantir a posse do Vice-Presidente João Goulart. Nasceu dali a minha admiração por esse homem público que o Brasil acaba de perder. Posteriormente, fui encontrá-lo – o meu primeiro contato pessoal com Leonel Brizola – no meu Estado, em Campo Grande. Ele regressava do exílio. Alarico D'Ávila era o seu sempre fidelíssimo correligionário em Mato Grosso do Sul. Eu era Vice-Governador de Mato Grosso do Sul e fui convidado para recepcionar Leonel Brizola, que vinha do Uruguai. Assim o fiz e tive o meu primeiro encontro, de uma série, com Leonel Brizola. Fui reencontrá-lo nas campanhas das Diretas-já em várias capitais do Brasil, até mesmo em meu Estado, quando ele lá esteve. Participei do comício memorável pelas Diretas-já, ocorrido na Candelária, no Rio de Janeiro. Diga-se de passagem que foi o maior comício que já presenciei em toda a minha vida pública. Ali compareci, representando o Estado de Mato Grosso do Sul, como Vice-Governador que eu era, na impossibilidade do então Governador Wilson Barbosa Martins comparecer àquele grandioso comício, que reuniu Governadores de onze Estados da Federação Brasileira, entre os quais Leonel Brizola. Fui o único vice-Governador que assinou o manifesto em São Paulo. Quando Franco Mon-

toro convidou os Governadores do PMDB, também o então Governador Wilson Barbosa Martins não pôde comparecer. O manifesto de convocação foi assinado não por onze Governadores, mas por dez Governadores e por um vice-Governador, que era eu. Leonel Brizola, nesse comício da Candelária, insistiu para que eu fizesse uso da palavra e eu, então, disse, com muita honra para mim, que Mato Grosso do Sul estava ali presente, junto com o restante do povo brasileiro.

Admiro os homens – e acho que ele causou admiração no Brasil por isso – pelo espírito ousado. Ele era um homem valente, corajoso, polêmico, que enfrentava as mais difíceis situações. Quem de nós não vê, como matéria paga em jornais, as suas opiniões sobre os mais diversos assuntos no Brasil.

Portanto, penso que a nossa comissão, ao se reunir para prestar esta homenagem, o faz com princípio de justiça mesmo. Assim, estamos aqui e não vamos votar nenhuma matéria. Sei que estamos nos aproximando do dia 30 de junho e há algumas matérias importantes de interesse do País, que alguns Senadores estão me pedindo. Entretanto, todos estão com a exata compreensão de que hoje não há trabalho. Hoje é uma reunião de homenagem ao grande líder brasileiro que acaba de nos deixar, falecendo aos 82 anos de idade. Seu corpo está sendo velado no Rio de Janeiro. Naturalmente, vai receber justas homenagens no Estado que lhe serviu de berço, o Estado do Senador Pedro Simon, que aqui se encontra, o Rio Grande do Sul. Tomei conhecimento de que seu corpo vai descansar ao lado de outros grandes líderes do País. A exemplo de Getúlio Vargas, será enterrado na cidade de São Borja.

Portanto, ficam aqui as homenagens. Eu não quero encerrar esse nosso encontro, porque estava encerrando a reunião, mas chegou aqui o ilustre conterrâneo, um homem que talvez, dentre tantos quantos aqui se encontram dos Srs. Senadores, seja o que mais conviveu ou que mais conheceu Leonel de Moura Brizola, o Senador Pedro Simon, que já está com o microfone a postos.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, que, ao encerrar suas palavras, o estará fazendo em nome da Presidência desta Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, agradeço a gentileza de V. Exª, que já estava encerrando a reunião, permitindo que dissesse algumas palavras, recém-chegado de Porto Alegre. Felicito V. Exª pela iniciativa e acho que é absolutamente correto em vez de suspender a reunião, transformá-la em um homenagem à pessoa do Dr. Brizola.

Nós estávamos em uma reunião do Conselho Político no Palácio Piratini, ontem, em Porto Alegre, quando o Presidente do PDT do Rio Grande do Sul, Deputado Federal Matheus Schmitd(?) recebeu um telefone dando conta de que o Dr. Brizola estava entrando no hospital e que estava se sentindo bem e que a situação dele era séria.

Daí a quinze minutos ele recebeu outro telefonema dizendo que estavam tentando transferi-lo de hospital e que ele sofrera um enfarte. Quinze minutos depois veio a notícia da morte do Dr. Brizola.

É interessante que de tanto o Brizola dizer que ele não iria morrer antes dos cem anos; que não adiantava os adversários dele imaginarem que iriam se ver livres dele; que a mãe dele havia morrido com 97 anos e que os ancestrais deles todos haviam morrido com mais de 90 anos, não estávamos preparados para a doença e para a morte do Dr. Brizola. Estávamos preparados para vê-lo chegar aos cem anos sem dúvida nenhuma.

Lá no Rio Grande do Sul, os políticos – entre eles o Collares, meu amigo – diziam que não sabiam quantos de nós chegariam lá, mas que alguns iriam ficar pelo caminho, enquanto ele chegaria lá.

Então, foi a maior surpresa notícia da morte do Dr. Brizola, e que nos pegou em uma situação muito amarga de repente, assim, sem mais nem menos. É uma questão interessante essa, quando temos um parente que adoece; não queremos vê-lo no hospital, queremos dar carinho para ele, ajudar, prestar homenagem a ele. Ninguém gosta de ver um parente morrer repentinamente.

Foi o que aconteceu com o Brizola. Ele surpreendeu a todos; ninguém teve o maior cuidado e de repente morreu o Dr. Brizola.

É importante salientar que a história deste País não tem muitos vultos, não tem muitas biografias de homens notáveis. Por outro lado, o Brasil também não é dado a cultuar os seus heróis. Ao contrário, no Brasil, se alguém tem mil qualidades daqui a pouco já começam uns quantos dizendo o contrário, que ele tinha esse ou aquele defeito. Brizola é um homem que tem que ser analisado desde o seu início.

Seu pai morreu assassinado nas lutas entre Chimangos e Maragatos, no Rio Grande do Sul. Criado pela mãe, mãe de grande valor, criança ele foi para Porto Alegre, tendo trabalhado como ascensorista, como engraxate em Porto Alegre. Até que conseguiu uma vaga no Instituto agrícola de Viamão. Ali ele estudou e foi terminar na faculdade de engenharia. Jovem, criou a Ala Moça do PTB. Guri, ainda, fez parte da Assembléia Nacional Constituinte do Rio Grande do Sul, da Assembléia que redigiu a carta.

Conheceu Jango e a irmã, Dona Neuza, com quem casou. De Deputado passou a Prefeito de Porto

Alegre. Depois, foi Governador do Rio Grande do Sul. Hoje, ficamos impressionados como é que um Estado poderia, mesmo tendo um Governador da maior competência – como S. Exª – ter condições de fazer o que fez. S. Exª construiu 5.500 escolas. A paixão da vida dele, desde aquela época, era a construção para a educação. S. Exª enfrentou a telefonia estrangeira, encampou a telefonia estrangeira, enfrentou a companhia de energia elétrica e encampou a companhia elétrica. Transformou-se em um símbolo internacional de grandes debates com relação à sua posição eminentemente nacionalista.

Creio que foi uma das poucas vezes que os militares se fecharam, se uniram tentando dar um golpe. Foi exatamente na campanha da legalidade. Parece piada. Os militares unidos, coesos. Jânio tinha renunciado, João Goulart estava na China. Decretaram uma junta de militares para assumir o comando. Brizola pega uma rádio, a Rádio Guaíba, e a leva para dentro do Palácio Piratini. Dali se inicia a Cadeia da Legalidade. Era uma rádio, daí a pouco era outra, e assim por diante. Em pouco tempo, o Brasil inteiro estava retransmitindo. Dali veio o golpe, que já teria sido dado. Recuaram. Voltaram atrás. É verdade que o Congresso entrou nesse jogada para fazer o meio de campo, escalando o parlamentarismo como uma forma de aceitar. Na verdade, Brizola, pelo microfone da rádio, derrotou os militares com toda a sua força.

Lamentavelmente, dois anos depois, veio o Golpe de 64. S. Exª sofreu um exílio de mais de 15 anos. Na mesma luta, disse que se tivesse que se aliar ao diabo, contra os militares, assim o faria. Resistiu, aceitou a guerrilha, mandou votar em branco. Participou de vários movimentos, até que, com a anistia, veio para o Brasil. Teve uma longa caminhada na democracia do Brasil. Fundou o PTB. Tivemos divergências. Eu, o Dr. Ulysses e Tancredo achávamos que deveríamos ficar juntos no MDB. Depois que fosse convocada a Assembléia Nacional Constituinte abriríamos um quadro partidário. Achávamos que era um golpe dos militares querer nos dividir antes do tempo. Hoje, creio que não. Era até correto se tivéssemos feito esse partido. Fundou o PTB e lutou por ele a vida toda. Foi duas vezes Governador do Rio de Janeiro, duas vezes candidato a Presidente da República. Foi candidato a Vice-Presidente da República e continuou defendendo os mesmos ideais. Era um homem de garra, de luta, de capacidade, de uma correção total e absoluta. Não houve ninguém como o Dr. Leonel Brizola.

Quando veio a ditadura, entraram na casa em Porto Alegre para vasculhar. Fizeram o que podiam e não podiam. Buscaram em todos os cantos. Queriam encontrar algo contra o Dr. Brizola, mas não encontraram uma vírgula. A vida inteira – durante todo o exílio – não encontraram uma vírgula que depusesse contra a dignidade e a seriedade do Dr. Brizola. Casou-se com Dona Neusa, que era uma mulher rica. Herdou, da herança que recebeu da mulher, uma fazenda. Fez reforma agrária em sua fazenda. Deu um exemplo, mostrando, chamando a atenção aos fazendeiros do Rio Grande do Sul. Se todos fizéssemos assim, se cada um de nós fizesse a sua parte, teríamos uma reforma agrária pacífica, tranqüila. S. Exª pegou uma fazenda e fez a reforma agrária. Até hoje há lá uma colônia na fazenda do Dr. Brizola. Foi um homem que não se acomodava.

Jango estava na Presidência da República. S. Exª acabou rompendo com Jango. Foi uma das causas, inclusive, das dificuldades que Jango viveu. S. Exª achava, também, que Jango tinha se acomodado. Foi duro com Jango durante muito tempo. Brizola era um homem fiel às suas idéias, apaixonado! É difícil encontrar uma pessoa com a paixão, com a garra, com a vontade que tinha o Dr. Brizola! É difícil encontrar uma pessoa que ficava 10, 12, 15 horas conversando, defendendo apaixonadamente aquilo que considerava correto! Mas foi um homem que, indiscutivelmente, prestou inestimável serviço ao seu País.

Não encontrei, não encontro, não conheço! Convivi com muita gente, convivi com Teotônio, com Ulysses, convivi com o Jango, convivi com o Pasqualini, convivi com pessoas como Tancredo, que eram políticos idealistas, grandes políticos! Mas eles viviam! O Dr. Ulysses era um grande político, mas gostava de jantar, gostava de beber um uisquezinho. O Teotônio era um grande, fantástico político, mas gostava de, depois de terminada a caminhada, sentar, debater, analisar. O Dr. Brizola só vivia para a política! Era de manhã, de tarde, de noite, ele só vivia para a política! Ele ia ao comício, saía do comício, já tinha uma outra coisa para fazer. Não me lembro de nada no Dr. Brizola, de absolutamente nada, que não fosse a sua paixão 24 horas pela política.

Por isso, Sr. Presidente, hoje é um dia importante para o Brasil, porque é um dia em que, à margem das divergências, estamos homenageando um grande homem público que, mesmo com seus erros e defeitos, manteve a coerência da dignidade e o amor pela sua pátria!

Em nome do Rio Grande, agradeço as homenagens que, por iniciativa de V. Exª e da Comissão, estão sendo prestadas, e todos nós, durante estes dias, homenagearemos o grande brasileiro Dr. Brizola!

Muito obrigado, Sr. Presidente! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Não sei se algum Senador deseja mais se pronunciar.

Disse que o Senador Pedro Simon estaria encerrando em nome da Presidência!

Não havendo quem se queira manifestar, a reunião de hoje está encerrada com as nossas homenagens ao grande Líder brasileiro falecido na noite de ontem.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de junho, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Edison Lobão, Marcos Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer a Senadora Ana Júlia Carepa e os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, tendo falta justificada em virtude de estar em missão política de interesse parlamentar, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Sérgio Guerra e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Comissão aprecia, portanto, as matérias da pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 32, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Tocantins e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins" de autoria do Executivo, tendo Relator o Senador Edison Lobão, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão, para leitura do relatório. Não havendo quem queira discutir, a Comissão aprova o parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado, e, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 2 – Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 16-12-03, a matéria foi aprovada na CAE. Em 5-5-04, foi aprovado Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, no Plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE. Usa da palavra o Senador Jonas Pinheiro. A matéria é retirada da pauta a pedido do Relator; Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que "permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2004 – Complementar, não terminativo, que "revoga os incisos X, XII, XIII e XIX do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000, e dá outras providências (Dispõe sobre normas gerais em matéria de legislação tributária sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte)", de autoria do Senador Maguito Vilela, tendo como Relator o Senador Marcos Guerra, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Senador Marcos Guerra, a Presidência concede Vista Coletiva; Item 5 – Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Efraim Morais, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto, e, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 6 – Aviso nº 138, de 2000, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000,

bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativo ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido (TC nº 013.790/97-8)", de autoria do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer pela apresentação de Requerimento de Informações ao Ministro da Saúde, nos termos que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Fiscalização e Controle. A Presidência concede a palavra ao Relator da matéria, Senador Eduardo Azeredo, que apresenta Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Saúde, sendo aprovado pela Comissão o encaminhamento ao Plenário do Senado Federal para as devidas providências, nos termos do art. 50, § 2º, Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 1 de redação que apresenta. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A materia é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A matéria é adiada em virtude da realização

da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 09-12-03, foi lido o parecer do Relator, ficando adiada a discussão e votação da matéria. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 16 – Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, usa da palavra para discutir a matéria, o Senador Marcos Guerra. A Presidência encerra a discussão da matéria, ficando adiada a votação em virtude da falta de quorum qualificado; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2003, terminativo, que "isenta da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) as sociedades cooperativas que observarem o disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 20 – Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 5º e 8º e revoga o artigo 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências", de autoria do Senador José Jorge, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é adiada em virtude da realização da Audiência Pública com o Ministro Guido Mantega para instruir a discussão do PLC nº 10, de 2004; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Senadora Ideli Salvatti apresenta requerimento para que seja realizada Audiência Pública a fim de instruir o Projeto. Usam da palavra os Senadores César Borges, autor do Projeto, Efraim Morais, Antônio Carlos Valadares, Rodolpho Tourinho, Mão Santa, Marcos Guerra, que votam contra a aprovação do requerimento. A Comissão rejeita o requerimento, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, é concedida Vista à Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais. Foram apreciados, portanto, o Requerimento nº 34-CAE, de 2004, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Rodolpho Tourinho que requer, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, RISF., a prorrogação do prazo da Subcomissão Temporária de Extração Mineral para até 15 de dezembro de 2004, a fim de que a mesma possa concluir as tarefas para as quais foi constituída. Colocado em

votação, a Comissão aprova o Requerimento; e o Requerimento nº 35-CAE, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, nos termos regimentais, Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências". Para tanto, é sugerido o nome do Dr. Gerardo Fonteles, como representante do Ministério da Fazenda , um representante da Confederação Nacional da Agricultura, e um representate do Ministério da Agricultura. Colocado em votação a Comissão rejeita o Requerimento. Em seguida, a Presidência dá início à 2ª Parte da Reunião, uma Audiência Pública com a participação do Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", em andamento nesta Comissão, em atendimento ao requerimento nº 33 – CAE/2004, de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Roberto Saturnino. O Presidente, Senador Ramez Tebet, concede a palavra ao Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para dar início à sua exposição, e ao Sr. Demian Fiocca, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Roberto Saturnino, Rodolpho Tourinho, Ideli Salvatti, Tasso Jereissati e Paulo Octávio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, como de praxe, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam, queriam permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Item 1, cuja relator encontra-se presente. Mensagem do Poder Executivo que propõe ao Senado Federal autorização para que seja contratada operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$60 milhões dos Estados Unidos da América do Norte de principal, entre o governo do Estado de Tocantins e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinado a financiamento parcial do projeto de desenvolvimento regional sustentável de Tocantins.

Antes de conceder a palavra ao Senador Edison Lobão, a Presidência quer esclarecer que estamos com o objetivo de adiantar a pauta e ver se conseguimos terminar nossos trabalhos desse primeiro semestre o mais rapidamente possível. Realmente, a pauta de hoje está sobrecarregada. Está aguardando um chamado da nossa Comissão, pois se encontra na Casa, o Ministro do Planejamento. Assim é que vamos tentar votar o maior número possível de matérias. Conto com a colaboração de todos.

Senador Edison Lobão, tem V. Exª a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, V. Exª já alude ao empréstimo solicitado pelo Estado do Tocantins, que é no valor de US$60 milhões, com amortização em 17 parcelas semestrais consecutivas, vencíveis a cada 15 de março e 15 de setembro, entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2018.

Votamos pela aprovação do pleito do Estado do Tocantins, que tem a garantia da União, nos termos do seguinte Projeto de Resolução:

Autorizo o Estado de Tocantins a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$60 milhões dos Estados Unidos da América de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do projeto de desenvolvimento regional sustentável do Tocantins. Vêm então os artigos, que me dispenso de ler pois estão publicados na pauta e são todos do conhecimento dos Srs. Senadores.

Portanto, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, a matéria está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do eminente Senador Edison Lobão. S. Exª estudou minuciosamente a matéria, tendo encontrado a documentação em ordem.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o **item 1**.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, antes de passar para o item 2, diante da procrastinação que houve, não por culpa de V. Exª e até nem desta Comissão, mas em razão de alguns atropelos, proponho que seja concedida urgência, solici-

tada ao Plenário do Senado, para a votação também lá desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o Plenário sobre o requerimento de urgência formulado pelo Senador Edison Lobão, o que tem sido praxe na Casa.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado também o regime de urgência. A Secretaria enviará, se possível ainda hoje, o projeto para a Mesa do Senado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se agora de um projeto de resolução de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza a cessão para cobrança da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providências. O Relator é o Senador Jonas Pinheiro, que se encontra presente. Seu parecer é pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 16 de dezembro, a matéria foi aprovada nesta Comissão. Em 5 de maio deste ano, foi aprovado o Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves no plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE. Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos uma dúvida quanto ao nosso relatório. Nosso parecer é muito simples. Já foi aprovado e, com a intervenção da Senadora Maria do Carmo Alves, voltou a esta Comissão por uma razão simples: S. Exª gostaria fossem incluídos, além dos Municípios, os Estados e o Distrito Federal, dando harmonia nesse processo aos entes federativos.

Nada contra. No entanto, Sr. Presidente, recebi uma solicitação da Liderança do Governo registrando que essa matéria não pode ser apreciada como projeto de resolução. Deveria ser um projeto de lei complementar. A minha dúvida é que esse projeto já passou pela CCJ. Os Estados não estavam incluídos, mas o projeto anterior previa a cobrança de dívida ativa dos Municípios, devidamente terceirizada.

Sr. Presidente, como devo proceder, uma vez que a Liderança do Governo, que está tratando deste assunto, não se encontra presente neste instante? Já passou pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é a opinião de V. Exª?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Eu gostaria de ouvir a argumentação do Líder do Governo que tratou deste assunto. Sou Relator de mais duas matérias. Aguardaríamos a chegada do Líder do Governo para que se discuta esse assunto. Quanto ao mérito, somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, qual é a proposta de V. Exª?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Que se adie a votação, por solicitação do Líder do Governo, e passaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O eminente Relator, Senador Jonas Pinheiro, sugere que passemos para o Item 3º...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Quero tratar isso hoje ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim. Está sugerindo que esse projeto seja adiado por algum tempo, para hoje ainda. Enquanto isso, passaríamos ao Item nº 3. É isso?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Para hoje. Tudo bem. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que o plenário está de acordo. (Pausa.) Voltaremos ao Item nº 2 posteriormente.

O Item nº 3 permite a dedução integral das despesas com educação na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas. O autor é o Senador Carlos Wilson, e o Relator, o Senador Pedro Simon. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. No entanto, o Relator não se encontra presente.

Passamos ao próximo item. (Pausa.)

O Item nº 4 é um projeto de lei do Senado, complementar. Revoga os incisos X, XII, XIII e XIX do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1966, e o art. 2º da Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000, e dá outras providências. Dispõe sobre normas gerais em matéria de legislação tributária, sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte. A autoria é do Senador Maguito Vilela e o relator é o Senador Marcos Guerra, que se encontra presente. Tem S. Exª a palavra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, justifica-se este projeto de lei pela necessidade de aperfeiçoar a Lei do Simples. Não há obstáculo à matéria do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

O mérito:

A adesão ao Simples cresceu de 2.472.221 optantes em 1998 a 4.065.574 optantes em 3 de março de 2004. O universo de empreendimentos informais é três vezes maior que o atual número de optantes e centenas de milhares encerram suas atividades ou passaram à informalidade. Milhões de empreendedores poderão formalizar seus negócios se o Legislativo e o Executivo lhes viabilizarem a entrada no sistema.

O objetivo do projeto é rever dois aspectos da legislação que emperram a expansão do Simples. O primeiro: hipótese inadequada de vedação; o segundo: aumento brutal de alíquota para determinados contribuintes. Ambos os aspectos têm características de inconstitucionalidade relativas ao poder de tributar, a subjetividade dos termos empregados e as restrições de diversas categorias.

A lei da microempresa e da empresa de pequeno porte, infelizmente, é mais excludente do que includente. Temos hoje vários segmentos que não conseguem fazer parte do Simples federal, porque, infelizmente, a lei não lhes deu essa oportunidade, principalmente as empresas prestadoras de serviços.

Discordamos quanto à revogação de dispositivo do art. 9º da lei. Inciso X: A proibição de opção por empresa de cujo capital participe como sócio outra pessoa jurídica. O objetivo é evitar distorções.

Dou um exemplo... Grandes e médias empresas podem diluir seus negócios em micro e pequenas empresas. Não queremos que isso aconteça. A idéia é, realmente, beneficiar exclusivamente a micro e pequena empresa, empresas de pequeno porte.

Alínea "e" do inciso XII, relativo às empresas de **factoring**: entendemos que as empresas de **factoring**, mesmo sendo empresas pequenas, não precisam participar do Simples. Refiro-me àquelas que exerçam atividades similares às das instituições financeiras do inciso IV cuja inacessibilidade ao Simples é justificada.

E o inciso XIX: As empresas que industrializam bebidas, líquidos alcóolicos, vinagre, fumos e seus sucedâneos (capítulo XXII e XXIV da TIP) não devem receber incentivos fiscais porque são supérfluos e nocivos à saúde.

Quanto à necessidade de revogação da majoração de alíquotas, as razões: discriminações que sofrem as atividades afetadas e suas aplicações complicam e aumentam a complexidade do sistema que deveria ser simples; exigem da empresa a manutenção de controles contábeis; exigem também atenção redobrada do Fisco para evitar fraudes.

O voto é pela aprovação com emenda.

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

Art. 2º. Revogam-se os incisos XII, alíneas **b, c, d** e **f**, e XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996.

As razões, o inciso XIII, vedação discricionária na contracorrente do mercado de trabalho. Impedir que as sociedades profissionais, civis e comerciais usufruam do regime simplificado é contra os princípios norteadores do Simples, geração de emprego e combate à sonegação. O mesmo se aplica às pessoas jurídicas que prestam serviços especificados nas alíneas **b, c, d, f** do inciso XII, principalmente a alínea **f**, vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra.

Sr. Presidente, o projeto de lei do Senador Maguito Vilela irá contribuir com as micro e pequenas empresas. Infelizmente, muitas empresas desse porte não conseguem entrar no Simples e, por isso, são prejudicadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço vista desse projeto, porque o Governo tem discutido e avaliado com muita seriedade e serenidade o Simples. Até pela importância da matéria, peço vista do projeto do ilustre Senador Maguito Vilela, que foi muito bem relatado pelo nosso Senador do Espírito Santo, Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Realmente, o projeto tem uma magnitude muito grande, procura ajudar ainda mais as micro empresas, as empresas de pequeno porte e foi muito bem relatado pelo Senador Marcos Guerra. Há um pedido de vista do Senador Delcídio Amaral, que é concedido nos termos regimentais.

Passamos ao item nº 5, que dispõe sobre a oferta e as formas....

O Ministro do Planejamento, Guido Mantega, encontra-se na Casa. S. Exª, desde a quinta-feira passada, manifestou desejo de ser ouvido em audiência pública nesta Comissão a respeito do PPP. Então, vamos colocar o projeto do Senador Efraim Morais e, se os Senadores aqui presentes não tiverem algum projeto que gostariam que entrasse na pauta ainda hoje, suspenderemos a pauta para ouvirmos o Ministro.

Tem a palavra o Senador Efraim Morais. Peço que V. Exª faça um resumo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, o projeto que vamos relatar dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

Esse projeto foi bastante discutido na Câmara dos Deputados. Para que V. Exªs tenha uma idéia, foi apresentado um substitutivo na Comissão de Economia, Indústria e Comércio; foi aprovado unanimemente na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e recebeu parecer também unânime pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Comissão de Comissão e Justiça e de Redação, com subemenda.

Não tenho a menor dúvida de que, ao analisar esse processo, compete a esta Comissão o exame do mérito da proposta, no que concerne aos aspectos econômicos e financeiros, em conformidade com o disposto no art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

É uma matéria que foi aprovada por unanimidade e que beneficiará o consumidor, o que é o mais importante. Ela tem a garantia da unanimidade na Câmara e, tenho certeza, terá nesta Casa.

Diante do exposto, meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do projeto que vai ajudar o consumidor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer do Senador Efraim Morais, pela aprovação do projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação esse importante projeto, que ajudará o consumidor e sem o qual o custo da mercadoria será aumentado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero apenas explicitar meu apoio. O projeto é, realmente, muito importante. Meu voto é favorável e acompanha o do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Delcídio Amaral pede que seja votado o Item 16.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só um minuto, Senador, por gentileza.

O Item 16 é um projeto de autoria do Senador Almeida Lima, relatado pelo Senador Delcídio Amaral, que acrescenta o § 6º ao art. 9ª da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado do Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, Simples, às pessoas jurídicas que especifica.

O parecer é pela rejeição e arquivamento do projeto.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, resumidamente, vou apresentar os argumentos pela rejeição do projeto.

Primeiramente, as empresas que dele fazem parte já foram enquadradas nos itens A, B, E e F, contempladas pela alteração introduzida na Lei do Simples pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, ocasião em que foram vetados a corretagem de seguros e os escritórios de serviços contábeis. Além disso, esse projeto não contempla as agências de publicidade. Esses três segmentos específicos foram motivo de veto presidencial, inclusive com uma sustentação muito competente por parte do Governo Federal, em função do precedente que se abriria.

Além do mérito, gostaria de registrar que existe outra questão relativa à prejudicialidade, que poderia ser levantada. O Regimento Interno, em seu art. 334, inciso II, indica a prejudicialidade da matéria, em virtude do seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação. O Senado Federal deliberou sobre a opção pelo Simples das empresas de corretagem de seguros e dos escritórios contábeis no mês de maio de 2003. O bom-senso é a razão específica do meu voto pelo arquivamento do projeto, até porque existe esse veto pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou apenas fazer um comentário. Quando se exclui um segmento da economia, criam-se dificuldades para que ele sobreviva nesse mercado tão concorrido.

V. Exª, Senador Delcídio Amaral, citou um segmento, o da contabilidade. Hoje, a grande maioria dos escritórios de contabilidade é de microempresas e empresas de pequeno porte. São empresas voltadas para o serviço.

Percebo que, na Lei da Microempresa, as empresas prestadoras de serviços estão sempre sendo excluídas. Enquanto o mundo todo presta atenção às empresas que geram serviços, no Brasil, nós as estamos excluindo do regime Simples. A minha preocupação, Sr. Presidente, é que está na moda a terceirização e, até mesmo, a quarteirização. Se considerarmos outras empresas prestadoras de serviços, elas não puderem entrar em uma lei que realmente venha a protegê-las no futuro.

Estou fazendo essa colocação, Senador Delcídio, porque temos que ficar muito atentos às micro e pequenas empresas, pois se trata de um segmento que realmente emprega e é responsável pela quantia esmagadora dos empregos gerados no País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Marcos Guerra, vou me permitir, se ninguém mais quiser se manifestar, encerrar a discussão e dizer que a votação dessa matéria será feita na próxima reunião, porque o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Dou por encerrada a discussão, mas não devo colocar em votação o projeto, porque ele exige quórum qualificado, e não há número para isso.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Delcídio, por gentileza.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiramente gostaria de ressaltar o que o Senador Guerra registrou, ou seja, a importância das pequenas e microempresas para a economia do Brasil e o papel fundamental que essas empresas promovem na geração de emprego no nosso País, que hoje é o nosso principal desafio.

Especificamente quero ressaltar um ponto do meu relatório: o simples fato de existir sobre essa matéria veto pendente de apreciação leva o bom senso ao arquivamento do projeto. Vários segmentos foram contemplados, e outros foram motivos de veto.

Gostaria de registrar esse fato e de me colocar absolutamente à disposição para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, a Presidência já havia encerrado a discussão. A votação do item nº 16 fica, então, para a próxima reunião.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, ainda em relação ao PLC nº 93, que acabamos de votar, há na mesa um requerimento de nossa autoria solicitando a urgência dessa matéria, e eu pediria a V. Exª que o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que o item nº 5, que já votamos, trata do projeto que regulamenta as formas de apresentação de preços de mercadorias no ponto de vendas.

Há um requerimento de urgência que coloco imediatamente em votação. (Pausa.)

Está aprovado.

Determino que a Mesa envie o projeto para a consideração do Plenário por intermédio da Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao item...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pelo que estou entendendo os projetos terminativos não serão analisados hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se houver número, serão; se não houver, não. Quando foi preciso quórum qualificado, verifiquei, e não havia. E não há ainda. É preciso que cheguem mais dois Senadores.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Refiro-me ao item nº 9. Se houver, gostaria de verificar, então.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ainda falta um.

Item nº 6. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos, relativa ao projeto Reforsus, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas da União e o Reino Unido. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de aviso oriundo do Tribunal de Contas da União referente à execução do Reforsus, apresentando que esse projeto, na verdade, teve uma execução com algumas dificuldades, alguns problemas.

Trata-se de um programa muito importante, porque visou exatamente melhorar a questão do atendimento do SUS no Brasil todo. Passaram-se já três anos da auditoria que foi realizada lá, de maneira que a questão está um pouco superada do ponto de vista da atualização das informações.

Estou propondo que apresentemos um requerimento de informações para o Ministério da Saúde nos informar o que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou ler o requerimento de V. Exª e colocá-lo em votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Requerimento é o seguinte:

Quais as medidas tomadas por aquela Pasta Ministerial (referência ao Ministério da Saúde, é claro) para equacionar e resolver os problemas apontados pelo Tribunal de Contas da União em relação à execução do Reforsus?

Quais os resultados obtidos com o referido programa e, em termos de continuidade, o que está sendo executado?

Em votação o Parecer com esse Requerimento.

Está aprovado o Requerimento.

Determino que seja enviado à Mesa do Senado, a fim de que ela encaminhe o Requerimento, isso tudo de acordo com o Regimento da Casa.

Vamos ao último Item da Pauta: Item 21

E este é terminativo. Se não houver número, não é possível examiná-lo.

Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003 – terminativo. Dispõe sobre repactuação e alongamentos de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. A autoria é do Senador César Borges e o Relator é o Senador Jonas Pinheiro, que propugna pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quorum qualificado. Solicito que o Senador Jonas Pinheiro abrevie a apresentação de seu Relatório.

Senador Jonas Pinheiro, para emitir parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL –MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto deste projeto,

em função de tantas Medidas Provisórias enviadas versando sobre o tema, é muito conhecido.

Aprovamos no passado, Sr. Presidente, matéria que dispunha que dívida originalmente contratada até 35...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos abreviar um pouquinho. Vai entrar, após a leitura do seu parecer, um requerimento que diz respeito a esse projeto. Passo a ler o requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, audiência pública, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, que dispõe sobre a repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. Para tanto, sugiro convite ao Dr. Geraldo Fonteles, como Representante do Ministério da Fazenda e ainda um Representante da Confederação Nacional da Agricultura e um Representante do Ministério da Agricultura.

Se V. Exª concordar, coloco o Requerimento em discussão. Se V. Exª ler seu Parecer, ainda assim vou ter que colocar o Requerimento em votação, uma vez que diz respeito à matéria.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Se o Requerimento for aprovado, OK.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão a matéria. Está em discussão o Requerimento. Como? Da Senadora Ideli Salvatti. Tem a palavra o Senador César Borges, autor da matéria.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, como autor da matéria, estranho, na verdade, que seja este requerimento colocado agora em votação. Isso me parece mais uma tentativa de alongarmos a apreciação de projeto tão importante para a classe produtora ruralista do País. Lamento que o Governo veja dessa forma. Não posso concordar com essas posições de procrastinação de projetos importantes para o meio rural, que tem sido o dínamo da nossa economia, que tem sustentado o pouco crescimento econômico que o País tem tido, que é no setor das importações e agronegócio, Sr. Presidente.

Por isso, faço um apelo para que o Relator aprecie o projeto em primeiro lugar. O requerimento chegou posteriormente. Então, devemos poder fazer a apreciação do Relatório primeiro. Essa é a minha posição. Ele estava no inicio do relato. Deveria poder V. Exª concluir seu relato, para que apreciemos seu relatório, porque o requerimento é posterior ao início do relato do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges, a Mesa não pode deixar de apresentar o Requerimento. Nós vamos apresentá-lo. Propus que, como o Requerimento vai entrar em votação mesmo, se o Senador apresentar seu Relatório – e S. Exª tem esse direito –, ao apresentá-lo com o Parecer, terei que submeter o Requerimento que foi enviado à Mesa. Então, a minha proposição era de abreviar. Se a Comissão quiser apreciar o requerimento – e o nobre Senador havia concordado com isso –, eu não me oponho a que o Relator profira o seu parecer. Só que eu vou colocar o requerimento em votação.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, eu solicitaria mesmo assim que o Senador Jonas Pinheiro pudesse fazer seu relato, para mostrar como é importante esta matéria e para que possamos até encaminhar contra o requerimento, que é o que eu pretendo fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só o enunciado dela já demonstra como é importante a matéria.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que V. Exª acha, Senadora?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Eu quero apresentar o nosso relatório, porque eu o considero extremamente coerente com o problema do Nordeste, principalmente do Nordeste. Na região de V. Exª, o Centro-Oeste, Sr. Presidente não há tanto esse tipo de problema como no Nordeste. O limite proposto para a negociação da dívida foi de 35 mil. E só seriam negociados 15 mil reais no financiamento originalmente contratado até 35 mil reais. E com esta diferença, de 15 para 35 mil reais, as condições prosseguiam como anteriormente. Esta proposta amplia para 100 mil reais os contratos originais para entrar na negociação. O projeto é saudável e visa a resolver os problemas dos produtores do Nordeste cuja dívida foi aumentada, e muito aumentada, em relação ao que aconteceu com os Fundos Constitucionais que tinham TJLP até 1997, Sr. Presidente.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria deixar claro que o projeto não estava pauta. Foi colocado extrapauta. Portanto, a apresentação do requerimento se deve a isso. Estamos apresentando o requerimento, tendo em vista que não estava prevista a votação.

Em segundo lugar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estava nas três ultimas pautas, segundo informa a secretaria.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nas três últimas pautas? Então, desculpem-me.

A outra questão de que queria tratar é a seguinte. O projeto propõe uma repactuação, ampliando para um valor significativo, até 100 mil reais. Repactuar dívidas até 100 mil reais pressupõe termos clareza quanto às condições de arcarmos com essa repactuação. Por isso, entendemos ser de bom tom que, antes de votar o mérito, por mais meritória que seja a proposta, verificar se há viabilidade financeira para essa repactuação em valores que ultrapassam bastante os valores já acertados e já feitos pelo Governo. Por isso, solicitamos audiência pública, para que pudéssemos ouvir os Ministérios responsáveis, para termos clareza sobre a viabilidade financeira para fazer a repactuação nessa

ordem, o que com certeza vai gerar a necessidade da alocação de um montante significativo de recursos.

Entendemos que seja pertinente a realização da audiência. Isso não atrasaria significativamente os trabalhos. Poderia rapidamente marcar a audiência, para em seguida deliberarmos. Entendo que seja o mais correto. Poderíamos até estudar a viabilidade econômica para sustentar uma repactuação dessa magnitude.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nós já estamos discutindo o requerimento, portanto. O eminente Relator fez suas considerações sobre a importância da matéria. E agora estamos discutindo o requerimento. Se o requerimento for aprovado, nós vamos para a audiência pública; se não for aprovado, nós vamos para a votação da matéria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Respeito as considerações e os argumentos da Senadora Ideli Salvatti. Mas nós conhecemos e sabemos que esse assunto terminará na discussão de Lideres quando estiver em Plenário. Os agricultores do País, principalmente os do nosso Nordeste, não significam uma quantia tão grande assim a repactuar. É repactuar; não é perdoar. É repactuar. É encontrar uma forma para que eles possam pagar a dívida. Da forma como se encontra, não há condições de pagar, a não ser que o Governo tome as pequenas e médias propriedades. Não há condições de o agricultor fazer pagamento nessa situação. Então, o PFL vai encaminhar contra o requerimento, porque entende que devemos votar a matéria favoravelmente ao relatório do Senador Jonas Pinheiro.

O PFL vota contra o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sabemos que as dívidas agrícolas foram levadas à estratosfera, engordaram em função dos diversos planos econômicos que foram implementados em nosso País não por culpa do atual do Governo, mas de governos passados. Então, é justo que esse teto para renegociação possa ser aumentado de 35 mil para 100 mil, porque quem tomou 20 mil está devendo 300 mil, está devendo 200 mil. É de inteira justiça que nós da Comissão de Assuntos Econômicos possamos corrigir essa distorção vinda de outros Governos em função dos diversos planos econômicos que redundaram no aumento estratosférico da dívida do setor agrícola.

Está aqui o nosso companheiro e amigo Senador Jonas Pinheiro, um estudioso profundo da matéria, que tem lutado ao lado dos demais Partidos no sentido de corrigir essa falha da legislação que deixou de levar em conta a engorda, a gordura que foi adquirida no endividamento em razão dos planos econômicos, alguns dos quais transformaram o Brasil num País problemático do ponto de vista monetário e econômico.

Sr. Presidente, precisamos extirpar essa herança de uma vez por todas e acabar com a discussão a cada ano de uma coisa que é evidente. Os bancos estão ganhando, porque a legislação é permissiva; e os pequenos fazendeiros e produtores estão vendendo as suas propriedades e sendo acionados pela Justiça. É a legislação que fazemos no Congresso Nacional que permite essa injustiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão o requerimento de audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero me manifestar contra a aprovação desse requerimento e consequentemente a favor da aprovação do projeto do Senador César Borges por entender e por defender a minha região, o meu Estado. Entendo também que não há mais o que discutir.

Quando da aprovação pelo Senado do seguro rural, de que fui Relator, incluiu-se essa matéria naquela época e discutiu-se à exaustão. O Governo fixou uma posição de que não poderia fazer por intermédio dessas mesmas pessoas que estão convocadas. Eles virão para cá outra vez e repetirão a mesma coisa. Entendo que não faz o menor sentido essa repetição. Devemos encarar a realidade. Esse é um problema que afeta basicamente ou quase que exclusivamente o Nordeste, de forma que a posição deve ser contra o requerimento e a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Ramez Tebet, tenho uma história a contar. Quando Deputado Estadual, em 1978, consegui levar energia elétrica ao campo. Como Governador do Estado, voltei ao campo e vi que todos eles estão mais empobrecidos. Quem enriqueceu mesmo foram os banqueiros, pagando mal até a quem trabalha, aos bancários. Meus votos e meus aplausos ao Senador Antonio Carlos Valadares pela sua tese.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, também comungo com os companheiros e voto contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento não foi aprovado.

O requerimento foi rejeitado.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, suspendemos a reunião da qual participava o Sr. Ministro com a condição de que votássemos. Então, gostaria de antecipar que pedirei vista do projeto apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está na hora de V. Exª apresentar, porque o relatório já terminou.

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para que haja um economia de tempo e para que possamos ouvir o Ministro Guido Mantega, se esse encaminhamento é possível, antecipo que pedirei vista.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista é coletiva.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – De qualquer maneira, Sr. Presidente, fiz aquela interferência...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fez bem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sim, Sr. Presidente, mas não expliquei o meu relatório como deveria. Inclusive, Sr. Presidente, eu não iria relatar hoje o item 8, projeto do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, porque, por ser matéria correlata, quero adequá-la a esse projeto. Gostaria apenas de adaptar o item 8 àquilo que esse projeto, que é um pouco mais abrangente, atinge.

Como há pedido de vista, não sei se será preciso apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que a matéria tem semelhança, mas, , há um pedido de vista.

A Mesa entendeu que V. Exª deu explicações suficientes sobre o seu relatório.

V. Exª também é relator do item 8, um Projeto de Lei do Senado, também terminativo, que acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, qual é a sugestão de V. Exª.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, iria pedir a suspensão da votação do item 8.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, já está suspenso. Só estou colocando em votação aqueles projetos que...

Eu disse à Comissão que o Ministro do Planejamento se encontra na Casa. Então, V. Exª fique tranqüilo. Como nada mais foi requerido, coloquei o 21º, do Senador César Borges. Os outros já estão...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Um está vinculado ao outro. Eu iria fazer apenas as adaptações. Como há pedido de vista, não posso relatar a matéria, deixaria para relatar o item 8 junto com esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os dois projetos, peço que V. Exª coloque.

Srªs e Srs. Senadores, foi pedida a apreciação do requerimento do Senador Rodolpho Tourinho e da Senadora Júlia Carepa, que requerer a prorrogação, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno, do prazo da Subcomissão Temporária de Extração Mineral até 15 de dezembro de 2004.

Em votação o requerimento. (Pausa)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, se possível, solicito o exame do requerimento relativo ao item 7, exatamente a correção do Imposto de Renda. Um requerimento protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, V. Exª vai me desculpar. Se assim procedermos, voltaríamos à pauta. Houve uma combinação anterior,mas V. Exª ainda não se encontrava na Comissão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, acato a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª.

Peço aos Senadores Efraim Morais e Luiz Otávio que, em atendimento à Mesa, introduzam o Ministro Guido Mantega, para que possamos dar início à audiência pública referente ao PPP. (Pausa)

Srªs e Srs. Senadores, a Presidência dá as boas-vindas ao Ministro Guido Mantega.

Desde de quinta-feira, S. Exª se encontrava no exterior e, por intermédio de seus assessores, comunicou à Presidência o desejo de comparecer a esta Casa no dia de hoje. Sr. Ministro, isso só foi possível graças à vontade de V. Exª de prestar esclarecimentos e também graças à compreensão dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, que suspenderam algumas matérias em pauta, por compreenderem importantes as considerações a serem feitas por V. Exª a respeito de importante projeto. O Projeto aqui na Comissão provoca discussões e que o Governo considera essencial para o desenvolvimento do País. Não obstante, há objeções, contestações ao projeto.

A Comissão de Assuntos Econômicos, que analisa o mérito do projeto, aprovou uma série de requerimentos de audiência pública. V. Exª inaugura essa série de audiências. Para isso, agradeço a presença de V. Exª

em nome da Comissão e lhe concedo a palavra para que teça breves considerações.

Esclareço que não é a primeira vez que aqui comparece e que, logos após a explanação de V. Exª, pela ordem de inscrição, será concedida a palavra aos Senadores inscritos, por três minutos, para que S. Exªs possam formular perguntas. V. Exª terá igual tempo para esclarecê-los.

Concedo a palavra a V. Exª, Sr. Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Inicialmente, cumprimento todos Senadores aqui presentes e agradeço pela oportunidade de vir aqui, para trazer esclarecimentos ao Projeto de Parceria Público-Privada que está tramitando nesta Comissão.

De quanto tempo disponho, Senador Ramez Tebet?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acho que uns quinze minutos. Esse tempo atende V. Exª?

O SR. GUIDO MANTEGA – De uns quinze, vinte minutos. Vou tentar ser breve. É o suficiente, mesmo porque esse projeto já vem sendo debatido, discutido, imagino que conhecido nas suas linhas gerais. Mas vou tentar demonstrar que esse projeto é fundamental para viabilizar o crescimento sustentável no País. Acredito que se há uma questão incontroversa no País é a necessidade que o Brasil tem de ingressar novamente num círculo de crescimento sustentável. Sabemos que o crescimento sustentável vai nos ajudar a resolver os principais problemas sociais e econômicos do País, tais como: geração de emprego e renda, aumento da competitividade do País. Parece-me que essa é uma premissa de que todos compartilham e que é incontestável.

Posso dizer que o crescimento econômico já começou. Tenho aqui um quadro que mostra o comportamento do PIB no Brasil desde o ano passado. Podemos observar que no primeiro semestre do ano passado não houve crescimento, houve até uma retração do produto no País, porém, a partir do segundo semestre de 2003 nós começamos a apresentar crescimento econômico em vários segmentos da atividade do País. De modo que no segundo, no terceiro e no quarto trimestres de 2003 tivemos crescimento e começamos o ano de 2004 também com um crescimento bastante expressivo no primeiro trimestre de 1,6% que, anualizado, representaria um crescimento de 6,8% do PIB para 2004. Evidentemente, não é objetivo do Governo alcançar crescimento tão expressivo, porém já ficaríamos satisfeitos com um crescimento de 3,5%, 4% para este primeiro ano. Observamos que esse crescimento já se difunde por toda a estrutura produtiva do País, é um crescimento que vem sendo puxado pelo setor de exportação e mobiliza o restante da economia. O setor agropecuário apresenta crescimento de 4,5% anualizado; o setor industrial já apresenta taxas expressivas, e agora o crescimento chega ao consumo, atinge o segmento de varejo e pode ser observado pelo resultado das grandes redes de varejo que os jornais têm noticiado. Para 2004, podemos dizer que o crescimento está assegurado em pelo menos 3,5% a 4%. Mas a nossa preocupação não é com crescimento imediato, não é com crescimento circunscrito a 2004; a nossa preocupação é que esse crescimento seja sustentável, que se repita nos próximos anos, que possa se consolidar em 2005, em 2006 e em 2007 em níveis cada vez mais elevados. Aí sim teremos um crescimento sustentável, um desenvolvimento sustentado que nós desejamos.

Para viabilizar esse crescimento sustentável, para que ele se concretize realmente nos próximos anos, é preciso que possamos cumprir duas prioridades. A primeira é continuar reduzindo a vulnerabilidade externa do País às oscilações do mercado financeiro internacional; sabemos disso pelo que houve no País nos anos 90, quando a cada crise internacional o desenvolvimento que se esboçava era interrompido. Então temos que continuar a reduzir a nossa vulnerabilidade e isso está sendo feito principalmente pela política de comércio exterior do Governo brasileiro. O segundo ponto fundamental para garantir o crescimento sustentável é o aumento do nível de investimentos no País principalmente na infra-estrutura. Sem crescimento na infra-estrutura não é possível pensar no aumento das nossas exportações, o que vem se verificando a cada ano, e não é possível viabilizar o aumento do comércio exterior, não é possível viabilizar o transporte de mercadorias interestaduais e, portanto, estimular o crescimento de 4,5% a 5% do PIB. O Brasil precisa de estradas, ferrovias, portos, energia elétrica, rede de saneamento, habitação que é o que dá base, sustentação para crescimento, e isso depende fundamentalmente de investimentos. Infelizmente o Governo não dispõe dos recursos suficientes para realizar todo esse volume de investimentos que se fazem necessários no setor de infra-estrutura. É por isso que o setor privado torna-se um parceiro fundamental.

O nível de investimentos no Brasil vem caindo ao longo do tempo; temos este quadro que demonstra o nível de investimento nas últimas décadas, desde a década de 70, quando o nível de investimentos no Brasil era de cerca de 19%. A parte amarela do gráfico demonstra a participação dos investimentos governamentais no total dos investimentos no País.

Verificamos que houve diminuição do nível geral de investimentos e também diminuição dos investi-

mentos de responsabilidade do Estado. Na década de setenta, o Estado era responsável por 3,7%, em relação ao PIB, dos investimentos. A participação dele caiu para 2,7% na década de oitenta; na década de noventa manteve esse patamar e na década de dois mil, o nível de investimento do Estado está abaixo de 2%. Portanto, é um nível insuficiente para garantir a construção de todas as obras de infra-estrutura que são necessárias.

Para maximizar sua participação nos investimentos em infra-estrutura, o Governo está fazendo grande esforço para reduzir gastos de custeio. Desde o ano passado, estamos pondo em prática uma série de programas de racionalização, de redução de custeio da máquina pública, de modo a não prejudicar os serviços sociais que o Governo presta, mas, pelo contrário, aumentamos os serviços sociais e procuramos reduzir gastos com aluguéis, gastos com contratação de serviço de terceiros, gasto com serviço de informática, etc., que representam algo em torno de oito bilhões de reais. Conseguimos uma redução expressiva no ano de 2003. Em 2004, estamos fazendo um grande esforço para reduzir esses gastos, de modo a aumentar a disponibilidade de recursos para investimentos.

Passando para outro quadro, veremos que, mesmo com todo o esforço que o Governo está fazendo, para 2004, estamos projetando um gasto em investimento em infra-estrutura da ordem de 2% do PIB, ou seja, fazendo tudo isso, apertando onde é possível, racionalizando, reduzindo o custeio, somando os gastos do Governo Federal com o gasto das empresas estatais, o investimento do Governo Federal ficará em torno de 2% do PIB. Portanto, é imperativo para que essas necessidades de logística de transporte e demais infra-estruturas sejam atendidas que se eleve o nível de investimento no País. É nesse sentido que o Governo propõe a aprovação desse projeto de parceria de modo a atrair o setor privado para nos ajudar a fazer o investimento que o setor publico não consegue fazer.

Esse projeto de parceria, na verdade, expressa um novo conceito, é uma nova relação que se estabelece. É uma divisão de risco. Por exemplo, o setor privado passa a assumir os riscos de construção e de operação de determinados projetos de infra-estrutura. Então riscos que eram enfrentados pelo Governo quando ele fazia diretamente a obra de infra-estrutura estão sendo transferidos para o setor privado. Está sendo transferido o risco de construção e o de operação. O setor público compartilha o risco de demanda, que viabiliza o investimento. Nós estamos falando de projetos que não seriam realizados espontaneamente pelo setor privado. São projetos que o setor público não tem dinheiro para realizar diretamente e que o setor privado não faria espontaneamente porque o nível de rentabilidade deles não é satisfatório. Estamos falando de contratos de longo prazo porque os projetos de infra-estrutura mobilizam grande volume de investimentos, de capital, e demoram mais a ser implantados. Por exemplo, a construção de uma hidrelétrica pode demorar quatro a cinco anos e implica grandes volumes de imobilização de capital. Isso significa que o setor privado só se disporá a fazer esse empreendimento se tiver em suas mãos um contrato de longo prazo que lhe garanta o retorno do investimento que ele fez. São projetos cuja rentabilidade ainda é insuficiente. Portanto, o Governo tem que se comprometer a complementar aquele rendimento de modo a tornar o projeto viável. São projetos importantes, principalmente porque são projetos em regiões menos desenvolvidas do País. Nas regiões mais desenvolvidas não se precisa fazer um projeto de parceria; pode-se fazer um contrato de concessão. Tendo-se uma rodovia que já tem um fluxo de tráfego importante, fazemos um contrato de concessão e o setor privado se encarrega de administrar e fazer a manutenção. Estou falando de rodovias que ainda não têm um fluxo de tráfego suficiente, que terão no futuro, na medida em que essa rodovia tiver uma importância socioeconômica para a região. No momento presente, elas não são um atrativo para o setor privado porque ainda têm um tráfego menos intenso. Então, neste sentido, o Governo complementa o pagamento, a remuneração desse empreendimento enquanto ele não se tornar auto-sustentável. É neste sentido que a lei prevê a possibilidade de o Governo fazer uma complementação do rendimento. É claro que essa remuneração que o setor público fará ao privado depende de padrões de desempenho. O setor privado que operar esse empreendimento terá que mostrar melhorias de produtividade, terá que se submeter a critérios de desempenho que serão estabelecidos nos contratos a serem assinados entre as partes.

É claro que são investimentos de longo prazo que envolvem certo risco do empreendedor. Quanto maior o prazo de implantação e de retorno, maior o risco que o setor privado vai correr. Nesse sentido o Governo tem que diminuir, por exemplo, o risco político do empreendimento. Então, estamos propondo a criação de um fundo fiduciário, cujo objetivo é entrar em cena no caso em que o Governo não vier a cumprir os pagamentos que ficarem estipulados. Então, esse fundo só será acionado no caso em que ocorrer essa falha do setor público em fazer os pagamentos. Essa cláusula é necessária porque são empreendimentos que percorrerão várias gestões, vários governos. Estamos falando em projetos de vinte, vinte e cinco, trinta

anos. Significa que vários governos estarão sendo responsáveis pelo pagamento desses projetos. Portanto, os empresários têm que ter uma garantia de que não haverá mudanças, de que não haverá uma interrupção dos acordos estabelecidos no governo inicial. É neste sentido que estamos criando o fundo garantidor, pura e simplesmente para garantir que os contratos serão cumpridos e os pagamentos serão efetuados.

Essas parcerias público-privadas têm algumas vantagens. Elas ampliam o espaço fiscal do governo. Isso é muito importante, porque o governo federal e mesmo os governos estaduais e municipais possuem um espaço fiscal limitado, que restringe a possibilidade de fazer investimentos. Essa modalidade amplia o espaço fiscal. Ao invés de o Governo viabilizar oito, nove, dez projetos com recursos próprios, ele vai poder viabilizar quinze, dezesseis, dezoito projetos, tudo mantendo os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, que têm que ser obedecidos na viabilização desses projetos. Estados e municípios que se candidatarem a realizar projetos de parceria têm que passar pelo crivo, pelos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Limite de endividamento e possibilidades de pagamento serão analisados rigorosamente, de modo que os níveis estabelecidos sejam cumpridos.

Estamos falando aqui de despesas de caráter continuado, na maioria das vezes, que já terá que ser contabilizada para os exercícios posteriores. Quando se aprova um projeto de parceria público-privada, na lei orçamentária daquele ano deverá ser anexo o projeto de lei, de modo a já prever uma despesa que será realizada nos anos futuros.

Eu diria que esse projeto viabiliza a execução mais rápida de um conjunto de projetos que não seriam realizados em curto e médio prazo. Ele antecipa a realização de projetos que por sua vez vão acelerar o desenvolvimento do País e faz uma alocação de riscos entre o setor privado e o setor público. E ele tem uma vantagem: acelera a realização e reduz o custo. Por quê? Quando o Governo é o responsável pela realização dos projetos, na ocorrência de restrições orçamentárias, ele contingencia primeiramente as obras, os investimentos. Então, um determinado projeto que deveria ser realizado em três, quatro ou cinco anos, por decorrência dessas freqüentes interrupções, acaba sendo realizado em seis, oito ou dez anos. Isso significa uma demora maior na realização do projeto e um custo maior, porque sempre que se interrompe um projeto e se mantém um canteiro de obras, depois ele tem que ser retomado, o que implica custos adicionais. A partir das parcerias, existe a possibilidade de acelerar a implementação de uma infra-estrutura, de oferecer à população uma ferrovia, uma rodovia, um porto, em menos tempo, a um custo menor, porque o setor privado tem a possibilidade de construir com recursos próprios, de forma ininterrupta. Ele tem mais agilidade, porque não está sujeito às intempéries do orçamento público.

Esta pirâmide demonstra as várias formas de parceria ou de relacionamento entre o setor público e o setor privado, a partir da capacidade de geração de receita de cada projeto.

No topo da pirâmide, há os projetos de infra-estrutura financeiramente auto-sustentáveis. É o caso de uma rodovia localizada em uma região com grande tráfego, cujo pedágio é suficiente para sustentar a sua administração. Nesse caso não é preciso fazer um contrato de parceria, pode-se fazer uma concessão. Então, quando for possível fazer um contrato de concessão, o Governo federal o fará.

Na segunda parte desta pirâmide há os projetos que requerem aporte de recursos fiscais, ou seja, os que não são economicamente auto-suficientes no presente momento. Nesse caso só serão viabilizados se fizermos um contrato de parceria público-privada.

Finalmente, na base da pirâmide, há os projetos públicos tradicionais, em que o Governo federal simplesmente contrata e constrói. No final da construção, o empreendimento passa para a administração do setor público, que se encarrega de sua gestão.

É importante ressaltar que, no período de implantação desses projetos de parceria, nenhum pagamento será feito à iniciativa privada. Só depois que esse equipamento já estiver funcionando, em operação, o setor público passará a fazer a parte do pagamento que lhe cabe. Então, não há pagamento no período inicial.

No quadro seguinte, podemos ver as formas de pagamento, como se dá a remuneração da sociedade. Para implantar um projeto de parceira público-privada são constituídas sociedades de propósito específico nas quais podem participar vários sócios interessados em implantar um projeto de parceria. Depois de implantado esse empreendimento, uma parte da remuneração será uma contraprestação pública. Por exemplo, no caso de um pedágio, o Governo vai pagar uma parte, e a outra parte será paga mediante tarifa. Assim, a sociedade de propósito específico vai remunerar os acionistas e financiadores.

No quadro seguinte, nós temos o sistema de financiamento desses projetos. Sabemos que são projetos que envolvem um grande volume de capital e, portanto, eles precisam de alguns esquemas de financiamento.

O setor privado poderá captar recursos no mercado de capitais, colocando títulos, bônus, ou poderá, também, obter financiamentos de longo prazo a partir

de bancos privados, agências multilaterais, como o BID, por exemplo, que está interessado em participar desse tipo de empreendimento. Está criando um fundo de financiamento e de participação acionária, e o próprio BNDES, que também terá recursos para financiar as parcerias público-privadas.

Hoje, o BNDES já financia projetos de infra-estrutura do setor privado, apenas estará direcionando uma parte dos recursos disponíveis para esses projetos de parceria público-privada.

Eu diria que esse é o fundo fiduciário cujo objetivo é só, exclusivamente, diminuir ou eliminar o risco que o empreendedor privado vai ter em relação aos pagamentos. Não é o risco do empreendimento, isso tem que ficar muito claro. O empreendedor privado tem o risco, sim, de operação do sistema, os riscos da construção do sistema e da viabilidade econômica desse projeto. O Governo garante apenas que ele não deixará de fazer os pagamentos que foram acordados e que ele vai cobrir uma parte da remuneração.

Então, é esse o objetivo do fundo privado.

Em resumo, esses são os principais pontos sobre o projeto de parceria público-privada.

Estou à disposição, Senador Ramez Tebet, para esclarecimento das dúvidas que eventualmente existam sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, feitas as primeiras considerações pelo Exmº Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, há alguns Senadores inscritos para perguntas.

O primeiro deles é o eminente Senador Rodolpho Tourinho, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra pela ordem. Peço licença ao Senador Rodolpho Tourinho, porque o Senador Roberto Saturnino pede a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não pretendendo tirar a palavra do Senador Tourinho, mas queria lembrar que sou um dos autores do requerimento e os autores, normalmente, costumam ter uma prioridade no questionamento, mas o Senador Rodolpho Tourinho tem toda a prioridade.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Vou ceder a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino, tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, a preocupação que expressamos na discussão desse projeto diz respeito ao fato de que essa parceria público-privada, da maneira como está posta no projeto e no substitutivo do Senador Raupp, efetivamente aumenta o espaço fiscal do Governo, num primeiro momento, e reduz esse espaço fiscal nos momentos seguintes, na medida em que gera compromissos que vão ter que ser pagos pelos governos sucessores.

A forma tradicional, ortodoxa, de se fazer isso é o chamado endividamento. Essa nova fórmula é heterodoxa e cria obrigações, garantindo rentabilidade econômica e financeira de projetos que, por si só, não teriam viabilidade, dado que a demanda não preencheria as necessidades de retorno para o pagamento, o usufruto da rentabilidade.

Então, o que se faz é exatamente diferir o pagamento e dissolvê-lo em prazo tão longo quanto possível, para termos o investimento feito e os compromissos posteriores.

Esse tipo de operação, quando é feito sobre um projeto que tem retorno econômico, um projeto de infra-estrutura econômica, que vai gerar aumento do PIB, que vai gerar aumento de arrecadação, é perfeitamente válido. É como se fosse um endividamento que tem o seu pagamento garantido pela própria execução do projeto.

A redação, do jeito que está, dando abertura para a realização de qualquer tipo de investimento, tenha ele retorno econômico ou não, tenha ele retorno, em termos de arrecadação, ou não, pode gerar. Há uma possibilidade, um risco – que creio não devemos assumir – de se gerar comprometimentos para os futuros governos, incapazes de asfixiar a execução orçamentária deles.

De forma que a nossa preocupação e a nossa proposta se limitam a isto: em primeiro lugar, limitar a execução dessas parcerias a projetos que tenham retorno econômico, como infra-estrutura de transporte, infra-estrutura de energia – aliás, todos os exemplos citados pelo próprio Ministro e com uma previsão de receitas futuras e previsão dos efeitos da realização desse investimento sobre a receita, mostrando que há uma compatibilidade com os encargos de compromissos de pagamentos que vão ser atribuídos aos futuros governos. E, por conseguinte, limitar o âmbito de aplicação a esse tipo de projeto, porque acho que, aí, sim, estaríamos efetuando operações de grande alavancagem sobre a economia do País e com o retorno garantido, sem se correr o risco de asfixia nos governos futuros. Poder-se-ia também estabelecer um limite de acúmulo desses compromissos governamentais, em percentual, sobre as previsões de arrecadação futura,

que acredito tenha de ser feito, na medida em que um dos princípios garantidos no projeto é o de respeitar a lei de responsabilidade fiscal, o que exigirá, certamente, essa previsão de compromissos futuros e de crescimento da receita.

Não quero entrar em detalhes. Claro que há outros tipos de discussão a respeito da forma de licitação, da forma do conteúdo desse fundo fiduciário, mas creio que a preocupação principal se prende a isso, à possibilidade de uma utilização dessa lei para se fazer investimentos de natureza social, por exemplo, que são muito necessários, mas que não trazem retorno em temos de arrecadação e vão criar asfixias orçamentárias e fiscais para os governos futuros.

São essas as observações que eu tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria comentar que, de fato, há algum nível de comprometimento dos governos futuros, porque eles terão que arcar com os pagamentos dos serviços que estão sendo prestados. Porém, o ganho desses governos é muito maior do que esse comprometimento, porque estamos falando em antecipar a realização de obras de infra-estrutura que vão acelerar o desenvolvimento econômico nessas regiões. Por exemplo, a ferrovia Norte-Sul. Sabemos que, na região da ferrovia, há um surto de desenvolvimento de produção agropecuária, de produção de soja, de produção de gado. Há também uma expansão da atividade extrativa mineral que só vai avançar, e mais rapidamente, caso esse equipamento esteja lá implantado.

O próprio setor privado, que está envolvido com esse tipo de produção, quer colaborar, quer participar, porque para ele é indispensável que haja essa via de escoamento da sua produção e mais a reforma do porto de Taqui, que, também, hoje, já não comporta mais a carga que é necessária.

Então, vejam que, ao se fazer isso, está-se acelerando o crescimento do PIB daquela região e, portanto, os Governos locais e o Federal irão se beneficiar. O PIB maior, a arrecadação maior, significa mais espaço orçamentário. No final das contas, o espaço orçamentário será maior porque terá um retorno em termos de arrecadação. Então, estou absolutamente tranqüilo. Compromete-se um pouco, mas amplia a capacidade do orçamento fiscal daquele empreendimento. Não tenho dúvidas de que os projetos são importantes, além de ter retorno econômico. Não digo que sejam de retorno econômico imediato, mas provocam o que os economistas chamam de economia externa. Não se trata de um lucro direto no empreendimento, mas ele viabiliza um rendimento nas atividades que estão próximas a ele. É o caso da BR-101, que percorre pelo menos seis Estados na Região Norte. Se se duplicar esta rodovia, certamente vai-se estimular o turismo em todos os Estados por onde ela passar. Isso vai criar o efeito multiplicador, ou seja, um benefício econômico e social para toda a região. Então, não tenho dúvidas do mérito do projeto, que nos permite, dentro dos parâmetros da responsabilidade fiscal – porque, repito, está-se criando um gasto que tem que ser computado nos orçamentos previamente, mesmo que ele se inicie em 2008 e 2009, já temos que o anexar aos orçamentos atuais para dizer que o gasto será feito e que ele irá ocupar um espaço orçamentário nas próximas gestões, ou seja, aquela quantia tem que ser reservada – os princípios estarem todos totalmente atendidos. O Governo não quer, em hipótese nenhuma, atropelar esses princípios. Somos, digamos, seus principais guardiões, conforme o Senador sabe muito bem. No entanto, penso que dá para conciliar ambas as coisas. A grande virtude desse projeto é que ele permite ampliar o espaço fiscal, mantidos os princípios da responsabilidade fiscal, tudo transparente e dentro da lei, onde quem faz o gasto é o setor privado. Para isso tem-se que criar, evidentemente, condições para que o setor privado não vá perder recursos e que ele terá assegurado o cumprimento desse contratos no futuro, porque senão ele não vai entrar, porque vai perder dinheiro.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, inicialmente quero concordar com V. Exª, que aqui demonstrou a necessidade de investimentos no País. E uma das formas, evidentemente, é por meio das PPP's. Quero também lembrar que a PPP não é, ainda, algo estabelecido no mundo inteiro. Há experiências ruins, como o que foi feito em Portugal, e que tem sido levantado aqui para estradas onde não havia trafego suficiente. Não acho que é por isso que devemos eliminar a idéia da PPP e nem achar que por meio dela se faça uma privatização. Não é isso. Portanto, quero defender o conceito e o projeto da PPP. Na verdade, temos tido, aqui, problemas visíveis entre o discurso dos Governos estadual e o Federal e o projeto em si. Aliás, de coisas que não são novas, quero trazer as que foram feitas, por exemplo, no setor elétrico. Na área de geração hidroelétrica foram feitos alguns empreendimentos sem o nome PPP, mas por meio desse mecanismo, sem fundo, mas por intermédio desse mecanismo de

parceria. Também na área de energia elétrica, termelétrica, foi feito dessa forma. E mais: na área de transmissão, continua sendo feito. A iniciativa privada aí é um pouco diferente. Ela, sozinha, não consegue fazer. Já na área de distribuição, vejo que seria impossível se utilizar esse mecanismo. Ou seja, em um determinado setor, ele não pode ser considerado como eleito em todas as suas fases. Há momentos e setores diferentes. Mas esse elo que falta entre o discurso e o projeto de lei, primeiro é porque ele se refere à União, Estados e Municípios. Mas ele foi feito com a visão da União, o que é natural.

Quando foram feitas modificações na Câmara, aqui na Comissão de Infra-Estrutura e na CAE – emendas foram feitas –, essa questão da responsabilidade fiscal não fica clara. E penso que precisa ficar extremamente clara. Não basta só aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque ela seria inaplicável numa PPP. Não se trata de dívida contabilmente classificável; da mesma forma, não se trata de dispêndio anual com a dívida, que é o segundo limite da legislação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na área de garantias, esse é exatamente um ponto importante que pega. Mas, na área de pessoal, que é o quarto item – estabelecer controle para gastos de duração continuada – é muito fluido esse controle. Penso que devam ser estabelecidos limites para os Estados.

Não podemos abrir, em hipótese nenhuma, nenhum flanco para que não venha a ser cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal. Só que a forma como é a PPP, ela não se enquadra na Lei de Responsabilidade Fiscal. Tem-se que criar algum tipo de controle. Este é um ponto essencial. No caso da União, é mais fácil para ela raciocinar, porque inclusive aqueles limites que deveriam ter sido estabelecidos numa lei de responsabilidade fiscal da União até hoje não foram estabelecidos.

É preciso entender que não podemos atropelar a análise disso aqui em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Existem outros pontos, outras diferenças entre discurso e prática. Aponto uma outra delas que é a questão de obras, que V. Exª, Ministro, colocou claramente. Projetos com financiamentos auto-sustentáveis, isso é concessão.

Em segundo lugar, aquilo que requer aporte de recursos fiscais, isso pode ser PPP. E aquele projeto que é público, tradicional, é obra. Só que existem obras contempladas, pelo menos em algum momento desse projeto, que também não podem ser. Até entendemos que seja um desejo de se acelerar, mas que não pode ter a obra sem serviços na PPP. Esse é um outro ponto que considero fundamental.

Outra vez, quando tratamos da garantia através dos fundos fiduciários, notamos a diferença entre aquilo que é feito pelo Governo Federal, os Estados e os Municípios. Alguns Estados terão condições de fazer fundos fiduciários, outros, não; poucos Municípios terão condições de fazer. Então, vejo essa diferença.

Não é só o discurso em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que tudo tem que ser contabilizado, tudo tem que ser transparente. Não. É preciso que sejam criados limites para isso, caso contrário, daqui a algum tempo, estaremos todos envolvidos outra vez, inclusive o Ministério do Planejamento, com a irresponsabilidade fiscal.

Na minha visão, nesse tempo que resta, devem ser feitos ajustes finais em relação à PPP. Considero que, feitos esses ajustes, isso é importante para o Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador Tourinho. De fato, essa lei de parceria é nova, a qual estamos tentando introduzir no Brasil; como tal, sujeita a interpretações, contradições e divergências. Trata-se de uma lei que vem sendo praticada em alguns países, não em todos. Alguns com mais, outros com menos sucesso. Eu poderia citar, no caso, a Inglaterra como um país onde ela vem sendo mais praticada; em outros países, menos. Mas também em Portugal, na Espanha, na Irlanda, na Franca; aqui, na América Latina: México e Chile. Como uma lei nova, ela, evidentemente, tem que ser amadurecida.

Eu queria aqui cumprimentar o Congresso, agora no Senado, mas já também na Câmara ela foi objeto de várias melhorias. Os Deputados acrescentaram, modificaram, amadureceram vários pontos e aqui no Senado esta lei tem esta mesma trajetória. Está sendo modificada. Estamos vendo complementações e aperfeiçoamentos importantes para que tenhamos uma lei sem pontos contraditórios. Então, esse é um aspecto muito positivo. O Governo não apresentou uma lei fechada e definitiva. Não somos donos da verdade e estamos vendo que essa lei está evoluindo.

Quanto à questão da responsabilidade fiscal, entendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal é superior e se impõe a essa lei. Então, ela já deveria subordinar todo tipo de gastos, de todas as instâncias de governo. Independente disso, estamos sugerindo o acréscimo de um dispositivo que faz uma referência explícita a que se obedeça à Lei de Responsabilidade Fiscal nesse projeto. Estabelece que, para que seja criada uma nova despesa, e, no caso uma despesa de caráter continuado, como ao se fazer um projeto de PPP, essa despesa tem de estar contida no Orçamento. Portanto,

o Governo que fizer essa despesa tem de demonstrar sua viabilidade, o espaço fiscal dessa despesa, seja lá quando ela for introduzida. Demonstrar espaço fiscal significa cortar outra despesa ou demonstrar o aumento de receita. Esse é o princípio básico da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, a tramitação do projeto de lei vai passar pelo crivo da Secretaria do Tesouro, que vai definir critérios para classificação das despesas que estão sendo realizadas. Poderia haver o caso em que um Estado ou um Município venha a fazer a proposta de um gasto direto, disfarçado numa parceria público-privada. Isso será identificado e classificado como um gasto primário e como um aumento da dívida daquele Estado. Portanto, também essa cautela está sendo tomada.

Quanto à questão do fundo garantidor, se os Estados e Municípios não conseguirem constituir fundo garantidor, provavelmente não vão conseguir viabilizar as parcerias, porque a parceria envolve um risco para o setor privado, e o setor privado tem de avaliar se quer ou não correr aquele risco. Se não tiver garantias mínimas, ele não vai fazer. O Estado não vai conseguir viabilizar aquele projeto. Portanto, o setor privado vai avaliar a qualidade do fundo garantidor que se está criando. Acredito que o fundo garantidor que o Governo Federal está criando possibilita dar esse respaldo, essa garantia de que não haverá descumprimento dos contratos de pagamento.

Fundamentalmente, são essas as questões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Gostaria de acrescentar, Sr. Ministro, que fico satisfeito de ouvir de V. Exª a disposição de o Governo Federal dar essa abertura e aceitar o controle da Lei de Responsabilidade Fiscal, apesar, no caso específico, da forma como foi colocada. Após a análise que fizemos em relação à constitucionalidade, estamos tratando de uma lei ordinária, e a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei complementar. Mas achamos a forma e vamos apresentar, inclusive, uma sugestão à emenda. Vamos estabelecer limites. Desde o momento em que não se estabelecem limites específicos, fica difícil qualquer controle pelo Orçamento. Estamos indo na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço a presença do Ministro Guido Mantega. Dadas as nossas tratativas, nem tive oportunidade de agradecê-lo por sua presença na reunião da Bancada do bloco de apoio, que interrompemos para que S. Exª pudesse participar desta audiência. Faço esse agradecimento de forma pública. Tanto na Bancada como agora, nesta audiência, os esclarecimentos são absolutamente pertinentes e vão fazer com que possamos, como acabamos de ouvir aqui do Senador Rodolpho Tourinho, afunilar rapidamente, para que esse importante projeto seja votado pelo Senado Federal, com todos os aperfeiçoamentos que esta Casa poderá proporcionar, até porque parceria público-privada é algo meio novo. Todos nós estamos meio que tateando, tentando entender bem como isso vai funcionar. Eu gostaria de fazer ao Ministro duas perguntas.

A primeira é a seguinte. O Ministro tem acompanhado o Presidente Lula nas viagens internacionais por meio das quais está se desenhando uma perspectiva de investimentos em nosso País. Foi assim na China – há uma sinalização de quatro a seis bilhões em obras de infra-estrutura –, também foi positiva, conforme informações veiculadas pela imprensa, a reunião ocorrida na semana passada nos Estados Unidos com investidores e há também uma boa perspectiva desenhada para a reunião de cúpula dos países árabes com os presidentes da América do Sul – espera-se que possa ser trazida ao nosso País uma série de investimentos. Então, inicialmente, eu queria perguntar ao Ministro o que, efetivamente, a curto prazo e a médio prazo, com a aprovação do projeto da parceria público-privada, já estaria desenhado a partir dessas atividades, a partir dessa ofensiva que o Governo Lula tem feito no sentido de buscar investidores. Ou seja, gostaria que nós pudéssemos ter bem claramente explicitada qual é a importância da aprovação dessa legislação; o que está previsto a curto e médio prazo, já desenhado através das viagens, e que, com a aprovação da PPP teremos concretamente quanto a esses investimentos que estão se desenhando.

A outra pergunta que gostaria de fazer ao Ministro é a seguinte. Temos dois estados que já têm legislação relativa à parceria público-privada, que são Minas e São Paulo salvo engano. Gostaria muito que o Ministro pudesse nos explicitar quais são as divergências fundamentais que existem ou se o projeto que estamos avaliando agora já trouxe em seu bojo a experiência adquirida nesses dois estados. Gostaria de saber se há alguma controvérsia, se há questões relevantes que estaremos aperfeiçoando em relação ao que vem sendo aplicado nesses dois estados.

Faço essa pergunta porque entendo que o fato de termos dois estados administrados pela oposição pode até nos facilitar nesse comparativo para ver como é que podemos utilizar a experiência já desenvolvida por esses dois estados para podermos ter aqui a aprovação e o aperfeiçoamento do projeto de que tratamos no dia de hoje.

Seriam essas duas questões, Ministro, questões que entendo serem pertinentes ao nosso debate.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Ministro.

Gostaria apenas de fazer um esclarecimento, Senadora Ideli: parece-me que São Paulo e Minas Gerais acabaram de aprovar uma legislação, parece que experiência não existe.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se não há ainda a experiência, pelo menos gostaria de saber se há algo que pode ser dito a título de comparação da legislação, se há alguma questão mais relevante.

O SR. GUIDO MANTEGA – Os projetos são muito parecidos. Eu não sei os detalhes, mas posso lhe dizer, por exemplo, que o projeto de Minas é muito parecido com o projeto que estava no Planejamento nas gestões anteriores – havia sido desenvolvido por um escritório de advocacia junto com outros técnicos do governo e me parece que não há nenhuma diferença fundamental. Acho que algum detalhe pode ser diferente, acho que o projeto do governo federal é um pouco mais completo no que diz respeito às garantias. De qualquer forma, como disse o Senador Ramez Tebet, eles não foram postos em prática, mas são convergentes. O nosso projeto, o do governo federal, foi desenvolvido a partir dos projetos que já existem de PPP – nós não inventamos esse projeto, nós absorvemos os principais parâmetros de outros projetos já prontos; apenas fizemos uma adaptação ao Brasil, às condições específicas do Brasil. Nós não inventamos a roda, apenas a adaptamos à nossa situação específica.

Quanto à questão das viagens internacionais: nós temos observado uma boa receptividade dos investidores estrangeiros para os projetos que estamos apresentando.

Fundamentalmente, nós apresentamos os projetos que estão no PPA – infelizmente ainda não foi aprovado, mas esperamos que o seja em breve. São esses projetos os candidatos a serem projetos de parceria. Então, não é nenhuma coisa nova, é alguma coisa que já foi, de alguma forma, amadurecido e discutido pelo Governo. Não há restrição para participação de capitais externos nesses projetos. Para realizar um projeto de parceria, tem-se que criar uma sociedade de propósito específico e, nessa sociedade, pode-se ter um parceiro nacional ou estrangeiro. Provavelmente, serão grupos. Pode-se ter fundos de pensão ou qualquer um que se habilitar.

É o interesse principal demonstrado é por projetos que, de alguma forma, possam servir aos interesses que esses grupos têm no País. Por exemplo, os chineses têm interesse na importação de soja, minério de ferro. Eles têm interesse em garantir o meio de transporte para o escoamento desses produtos. Então, eles estão interessados em investir em ferrovias e em portos. Há grupos privados nacionais também interessados em agilizar o transporte de mercadorias. Por isso, também querem investir em determinadas ferrovias. Temos rodovias e ferrovias espalhadas pelo Brasil todo que são objeto de interesse desses grupos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, minhas colocações vão na mesma linha das dos Senadores Roberto Saturnino e Rodolpho Tourinho, ou seja, uma preocupação com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Apenas a obrigatoriedade da orçamentação futura não é capaz de evitar problemas fiscais futuros.

A maneira correta – inclusive, temos uma emenda sobre isto – seria contabilizar pelo menos como dívida no presente, para efeito de endividamento, a parte referente à amortização de investimentos. Isso seria, na nossa maneira de ver, a colocação correta, de forma que isso não venha a se tornar uma bola de neve sobre a qual os governos não tenham controle.

Lembrava com o Senador Roberto Saturnino que, no passado, ocorreu um mecanismo informal semelhante a esse que originou problemas enormes. Em 1986, quando assumi o governo, tinha uma série de dívidas não contabilizadas, porque foram feitos alguns acordos, cujos nomes não me recordo...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Com bancos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Com bancos, exatamente. E as empresas faziam financiamentos diretos com bancos, passando a responsabilidade para o Estado posteriormente. Claro que não é a mesma coisa, mas isso gerou um problema gigantesco para as novas administrações e para o Estado.

Evidentemente, a orçamentação também não resolve o problema, porque ela só será colocada no ano em que entrar em vigor o efetivo desembolso. Como existem três ou quatro anos no desenvolvimento de uma obra, nesse período, pode-se gerar uma série de dívidas que não estarão sendo previamente analisadas e comprometerão gravemente o Estado no futuro. Essa é uma situação que nenhum de nós gostaria que voltasse e, tenho certeza, o Governo Federal também não.

Estamos encaminhando uma emenda sobre essa questão, que exige de todos nós uma discussão mais profunda, com argumentos e contra-argumentos, para que esse perigo não venha a ocorrer. Trata-se, como foi visto aqui, de uma legislação completamente nova no

mundo inteiro e, apesar do sucesso em alguns países, existem muitos fracassos em outros países.

Outra questão importante de ser abordada, pela experiência que temos de governo – todos aqui estiveram no Executivo –, é a unanimidade do comitê gestor. A meu ver, é praticamente inexeqüível a idéia de que se possa autorizar qualquer tipo de endividamento sem a presença do Tesouro. O Tesouro, classicamente, é o grande fiscalizador de questões futuras. Isso é clássico em todos os Governos. Lembro-me do Ministro Simonsen, que brincava, dizendo que ia criar uma moeda chamada Andreazza, porque é clássica essa discussão entre os que querem gastar – e, com razão, legitimamente – e aqueles que têm responsabilidade pelo caixa do Tesouro.

Portanto, é fundamental que, nessa discussão, haja unanimidade, para que esse tipo de disputa interna não venha a causar problemas futuros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro, V. Exª está com a palavra.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

Posso assegurar ao Senador Tasso Jereissati que o Governo tem toda a preocupação em impedir que esse Projeto de Parceria Público-Privada venha a violar os princípios da responsabilidade fiscal, posso assegurar. O compromisso deste Governo com a responsabilidade fiscal deve ser inequívoca. Este tem sido o nosso comportamento: o de continuar viabilizando-a. Porém, acredito que esse projeto de lei, na forma como está sendo configurado, resguarda os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi muito importante para o País. Não considero produtivo que venhamos a contabilizar a amortização dos investimentos como dívida, porque justamente estaremos eliminando a vantagem fiscal que estamos criando com essa lei. Se se contabilizar como dívida algo que não o é...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Perdão, Ministro, só para esclarecer: não é contabilização dos investimentos, mas da parcela do Estado...

O SR. GUIDO MANTEGA – Da amortização, já entendi.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – ... referente à amortização de investimentos.

O SR. GUIDO MANTEGA – Nós estaríamos contradizendo o caráter da despesa, que não é uma dívida. A verdade é esta: há diferença entre a despesa corrente, de caráter continuado, e a dívida ou investimento, que deve, sim, ser contabilizado como uma dívida, diretamente. Nós estaríamos, digamos, atropelando esse princípio, porque o que se faz é uma despesa de caráter continuado. Quer dizer, se o Governo vai pagar uma complementação de pedágio, não é uma dívida que está contraindo. E ele poderia, nesse momento, estar no limite de seu endividamento – esse é o caso de vários Estados e Municípios – e já não estaria habilitado a fazer um projeto de parceria, mesmo que tivesse capacidade de pagamento de uma despesa de caráter continuado no futuro. Então, parece-me complicado contabilizar como dívida essas operações de parceria.

V. Exª mencionou o exemplo de dívidas contabilizadas no passado. Elas existiram, de fato, sob várias formas e nos deixaram vários esqueletos que estamos todos administrando. V. Exª os administrou quando foi Governador, e o Governo Federal os tem administrado também. Mas eu diria que, com a legislação atual, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência que existe hoje na contabilidade bancária e o fato de que, praticamente, não existem mais bancos públicos estaduais, não é mais possível fazer esse tipo de triangulação.

Acredito que houve uma evolução no sentido de haver regras mais rígidas, consistentes e eficientes para coibir esse tipo de empreendimento e, ao mesmo tempo, um País mais responsável, que em todos os seus níveis exercita a responsabilidade fiscal.

Então, permito-me divergir da sua proposta de contabilizar como dívida, porque se corre o risco de neutralizar, de justamente se eliminar a vantagem que esse procedimento realiza. E posso dizer-lhe que essa contabilização que estamos propondo é a internacional, feita na Inglaterra, na Irlanda e nos demais países. Os casos de fracasso de parcerias público-privadas ocorridas em outros países, que eu saiba, são fundamentalmente dois. Em Portugal houve o estabelecimento de tarifas em um patamar baixo, o que causou um prejuízo para o Estado. No entanto, trata-se de uma questão que não diz respeito ao corpo da lei, ao espírito da lei de parceria, mas a um erro técnico na determinação de uma tarifa, de um pedágio. O valor foi muito baixo, e o Governo acabou tendo prejuízo. No caso do Chile houve uma concessão – que não é bem uma parceria – em que também se calculou um fluxo de tráfego maior do que aquele que realmente se verificou, e alguém teve que arcar com esse prejuízo. Portanto, são bem localizados os casos em que não deu certo esse instrumento de parceria.

Evidentemente pode haver outros fracassos nessa área, assim como podem ocorrer em outros empreendimentos do Governo. No caso das concessões, por exemplo, por erro de pedágio ou por erro de normas contratuais, poderíamos ter algum tipo de problema. Estamos sujeitos a isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati, V. Exª tem direito a réplica, pelo prazo de dois minutos, segundo o Regimento do Senado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Ministro, com todo o respeito, gostaria de responder as nossas divergências, que realmente existem.

No meu entender, as obrigações futuras assumidas pelo Estado, em função de um investimento realizado pela iniciativa privada, que não serão devidamente pagas por cobrança desses serviços prestados são dívidas realmente. Pode haver alguma divergência do ponto de vista técnico, e discordo tecnicamente de V. Exª, mas continuo dizendo que, de qualquer maneira, trata-se de um desembolso de caixa futuro que vai onerar o Estado.

Existem, a meu ver, dois critérios e uma diferença básica entre um contrato assinado presumivelmente por uma PPP. No que se refere à prestação de serviços, eu tenderia a concordar com V. Exª de que ela realmente não deveria ser contabilizada como dívida, porque a parte da prestação de serviços a não ser coberta pela tarifa, por exemplo, de uma estrada seria realmente uma complementação a um subsídio efetuado pelo Estado, mas a amortização do investimento físico feito na construção de uma estrada, com toda certeza, é uma dívida que será assumida futuramente pelo Estado. Sem dúvida nenhuma é uma dívida, e creio que seria até um artifício se usar dessa lei para não cumprir a responsabilidade fiscal.

Outra questão em que tendo a divergir de V. Exª, com todo o respeito, refere-se ao fato de que isso inviabilizaria um Estado que já está no máximo da sua dívida. O PPP – a que sou favorável, dentro de determinados controles e circunstâncias – não é feito para, de alguma maneira, burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, dando oportunidade àqueles Estados ou Municípios que estejam excessivamente endividados de realizarem uma obra sem entrarem ou caírem na Lei de Responsabilidade Fiscal. A responsabilidade de fluxo de caixa que essas empresas terão é, com certeza, a mesma dos juros do serviço de uma dívida para amortização do investimento fixo.

E V. Exª não me respondeu sobre a unanimidade, por obséquio.

O SR. GUIDO MANTEGA – Unanimidade?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – A unanimidade do comitê gestor.

O SR. GUIDO MANTEGA – Começando pela última questão, a da unanimidade, estamos ainda decidindo qual será a melhor forma. De qualquer maneira, o comitê gestor é constituído apenas de três órgãos do Governo: Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Casa Civil. Não sei se seria necessária a unanimidade. Hoje no Conselho Monetário Nacional, por exemplo, não há necessidade de unanimidade para as decisões. No entanto, parece-me que as decisões são tomadas de forma a levar em conta o interesse maior.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É diferente de Conselho Monetário, Ministro, se V. Exª me permite. Nós estamos falando na possibilidade de assumir uma dívida e uma despesa sem que a Fazenda e o Tesouro Nacional, por exemplo, sejam ouvidos, fato inédito em qualquer país.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas a Fazenda faz parte do Comitê gestor.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só se houver unanimidade e ela pode ser sobrepassada.

O SR. GUIDO MANTEGA – O senhor está supondo que não haja esse afinamento entre Ministério do Planejamento e Ministério...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não. Eu não estou supondo no seu caso. Evidentemente, ...

O SR. GUIDO MANTEGA – São órgãos do Governo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não é o caso. No seu caso, a afinidade entre todos os membros deste Governo é tão evidente que nós não iríamos discutir isso. Estamos citando casos de outros Governos Estaduais ou de Governos futuros.

O SR. GUIDO MANTEGA – Bom, no que diz respeito ao Governo Federal, eu posso lhe garantir que existe essa unanimidade. Vamos levar em conta e amadurecer essa sua sugestão. Em relação à classificação da despesa que venha ser criada, o Tesouro vai definir os critérios de classificação. Então, antes de aprovar e iniciar um projeto, o Tesouro definirá regras de classificação. E alguns casos, eu concordo que esses devam ser classificados como dívida. No caso em que se está contratando a construção de um determinado imóvel, o Governo, seja Federal, Estadual ou Municipal, vai fazer o pagamento. Então, nesse caso, pode-se considerar apenas como dívida. Entretanto, há o caso em que se está desembolsando o pagamento de um serviço – e esta é a principal razão de ser das parcerias – quando o Governo, ao invés de fazer um investimento, ele remunera o serviço. O investimento é feito pelo setor privado, que presta um serviço que é em parte será remunerado pelo setor público. Aí, realmente, eu não concordo com que isso seja classificado como dívida. É despesa de caráter continuado e não é diferente de despesas que têm projeção futura, como é o caso, por exemplo, de despesas de pessoal. Quando se faz um concurso e se contratam funcionários públicos, se estará contraindo uma despesa de caráter continuado que vai se projetar para os próximos orçamentos. E não é por isso que se vai classificar isso como dívida.

No caso da prestação de serviço que, repito, é o grande, é o centro...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ministro, pelo amor de Deus, então, juro não é... porque juro não é como funcionário público. Juro termina. Funcionário fica para sempre.

O SR. GUIDO MANTEGA – Para concluir, devo dizer que me refiro a despesas de caráter continuado, remuneração de serviços que são prestados e que poderiam ser comparados à subscrição de um contrato de serviços, como o Governo faz freqüentemente. A diferença aqui é que é um contrato de longo prazo; nós fazemos contratos de prestação de serviços ao Governo e isso não é colocado na dívida. Juros têm sua raia própria. É a dívida. Quando se está pedindo dinheiro emprestado, já se está contraindo. Quando se está fazendo um gasto além do recurso que se tem, é dívida direta. Realmente é uma dívida. Não há outra classificação possível. No caso de despesa de caráter continuado, é uma despesa que será remunerada a partir de uma receita que será auferida pelo Governo. Tem uma natureza distinta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra agora o nosso Vice-Presidente, o Sr. Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Ministro, gostaria de trazer à discussão um assunto que preocupa o setor da construção de obras públicas, precisamente a Câmara Brasileira da Construção Civil. Trata-se da aplicação da precedência no pagamento das PPPs, ferindo a Lei das Licitações, em seu art. 6º, § 2º. Diz que, no caso de obras públicas, serão prioritariamente pagas as obras executadas por empresas constituídas dentro das Parcerias Público-Privadas. Isso, logicamente, prejudicará todas as outras empresas, tendo em vista que no Brasil geralmente temos, nos orçamentos estaduais, recursos pequenos, e, no caso de obras públicas, as parcerias teriam preferência no seu recebimento.

É essa a preocupação que hoje me foi transmitida pelo setor da construção civil, pela sua representação máxima.

Eu gostaria de discutir esse assunto. Qual o pensamento do Ministério sobre esse assunto?

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

A preocupação do Governo é no sentido de que essa lei possa viabilizar, efetivamente, a realização de parcerias, porque fazer uma lei que depois vai ficar apenas nos Anais do Congresso, sem que haja nenhum resultado prático, não adianta nada. Se não dermos as garantias necessários ao setor privado, ele não vai entrar num projeto de longo prazo, correndo inúmeros riscos.

Então, essa questão da precedência é para que se leve em consideração o risco que esse empresário estará correndo, porque a diferença dos construtores que realizam determinadas obras encomendadas pelo Governo, que têm início, meio e fim, e que, a seu cabo, o empreiteiro receberá remuneração, essas obras são de mais longo prazo, e, portanto, o risco é proporcional ao prazo de duração. O retorno do investimento virá apenas no longo prazo. Enquanto que, no caso de uma obra executada pelo setor privado, a remuneração se dá ao longo da realização da obra, e, depois, cessam as relações com o Governo.

A precedência é nesse sentido, não significa eliminar os outros pagamentos das outras encomendas que o Governo estava fazendo. Isso continuará. Evidentemente, continuarão existindo obras, projetos que o Governo encomendará ao setor privado: a construção de uma ponte, de uma estrada, que não entram nem em PPP, nem em concessão – futuramente, poderá até vir a ser uma concessão –, mas para incentivar, quem sabe, os próprios membros da Câmara Brasileira de Construção Civil a participarem de projetos de parceria de mais longo prazo. Aí, coloca-se uma prioridade no pagamento. Como o risco é maior, ele tem de ter alguma vantagem. O outro será pago também. Isso não quer dizer que não será feito outro pagamento, mas que os Governos Municipal, Estadual e Federal terão de compatibilizar os dois pagamentos, que ele vai, eventualmente, não deixar de pagar uma obra que está sendo feito, mas deixar de contratar uma outra obra. É nesse espaço fiscal que entra o projeto de parceria.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sabemos, Ministro, que, na realidade, a prática funciona de outra forma. E me preocupa a injustiça de, muitas vezes, termos obras públicas de longo prazo, 10, 15 anos.

A partir da aprovação da PPP, as parcerias público-privadas terão preferência. É esse o questionamento jurídico que faço. A Câmara de Construção Civil terá de fazer uma avaliação para saber como será o efetivo recebimento dessas obras no futuro, tendo em vista que o dinheiro é curto e, muitas vezes, obras são contratadas sem os devidos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais oradores inscritos.

Vou me permitir tentar contribuir com o debate, diante de tudo que ouvi e do que conheço do projeto.

Esse é um projeto inovador, não há experiência com relação a ele, cujo objetivo é viabilizar investimentos na área de infra-estrutura de serviços públicos,

porque a razão principal é a de que o Governo não dispõe de recursos, e o País precisa dessas obras.

Portanto, ele pode impulsionar o desenvolvimento econômico, porém, há de se reconhecer que o instrumento fundamental para viabilizar, dar credibilidade às parcerias é garantir ao investidor privado que o setor público irá garantir uma rentabilidade mínima. Creio que aí está o problema. Hoje, há estudos de projetos de viabilidade econômica, que devem preceder a qualquer investimento. Então, se é assim, por que o Poder Público ainda vai ter que se responsabilizar pela rentabilidade de uma obra que o setor privado entrou em parceria com o Governo? Será que hoje não dá para se saber se uma obra é viável ou não? Essa é a primeira questão.

A segunda questão refere-se ao próprio endividamento. Hoje apreciamos uma matéria que veio do Poder Executivo, abrindo um crédito para o Estado de Tocantins da ordem de US$60 milhões. Esse projeto passa pela consideração do Senado, que envia a matéria ao Tesouro, que a analisa e dá o seu parecer. O Senado, então, vota . Não é o caso de uma participação do Senado nos mesmos termos da contratação de um empréstimo? Eis a indagação. Muitos estão reclamando – estou transmitindo a opinião de muita gente – que se trata quase de um cheque em branco. Se houver falhas na regulamentação, na fiscalização, temos que admitir que abrimos as portas para aquilo que foi falado referente a esqueleto. Então, qual é a falha? Qual é a melhor maneira de regulamentar e de fiscalizar? Seria só por parte do Poder Executivo? Como a sociedade fiscalizaria isso?

Em suma, no projeto de parceria público-privada – é a segunda indagação minha –, a questão é só da alçada do Poder Executivo, considerando principalmente que o Poder Público vai arcar com os prejuízos que a iniciativa privada tiver, se por acaso a iniciativa privada estiver naquele empreendimento contratado? Eis a indagação que formulo apenas com o objetivo de esclarecer dúvidas que acho que ainda existem com relação a esse projeto.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador. Quanto à questão das garantias, esclareço que todo projeto só é realizado mediante a realização de um projeto de viabilidade econômica, sem o qual não se conheceriam os parâmetros contratuais, como fluxo de tráfego, capacidade de carga de uma ferrovia, crescimento de fluxo ao longo do tempo.

Só para exemplificar, tenho um projeto de viabilidade econômica da ferrovia Norte–Sul que tem todos esses dados. Faz-se uma projeção do volume de carga e da expansão dos Estados a serem beneficiados por essa ferrovia. Com base nesse projeto, vemos qual será a participação dos setores privado e público. Então, chegamos à conclusão de que, nesse momento, a partir desse projeto, o setor privado não conseguiria viabilizar essa ferrovia, porque ela seria deficitária. Não se implantaria a ferrovia, porque ela seria deficitária nos próximos oito, dez anos.

Então, ou faz-se um projeto de parceria ou ele não se realiza. Essa é a opção que temos.

Há outros casos em que existe uma viabilidade imediata e não há discussão. O setor público não tem que colocar recurso. Mas estamos falando principalmente de obras de infra-estrutura em regiões menos desenvolvidas do País, e, se não se fizer essa complementação, o projeto ficará postergado para a posteridade e não se viabilizará. Com base nisso, temos que garantir uma parte da remuneração. Caso contrario, esse projeto ficará postergado por muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Haverá remuneração ou alguma participação na construção da própria obra?

O SR. GUIDO MANTEGA – Não. Estamos falando apenas de remuneração, não de participação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Remuneração depois da obra pronta?

O SR. GUIDO MANTEGA – Depois da obra pronta. Há outros casos em que o setor privado não topa fazer isso. Então, o Estado teria que fazer a implantação pelo menos de uma parte, e o setor privado faria a complementação. Vários casos são possíveis.

Quanto à aprovação de cada projeto pelo Legislativo, creio que inviabilizaria, porque criaria uma demora, uma dificuldade, quer dizer, cada projeto de parceria teria de passar pelo Legislativo.

De qualquer forma, os projetos que o Executivo pode aprovar são aqueles que estão contidos no PPA e, portanto, já aprovados pelo Poder Legislativo. Não há nenhum projeto que esteja fora do Plano Plurianual.

Imagino que, a nível estadual e municipal, essa mesma regra deve ser seguida, qual seja, apenas o que foi avaliado pelo setor Legislativo poderá ser aprovado. Além disso, o órgão gestor das parcerias deverá fazer relatórios semestrais informando ao Legislativo os projetos que estão sendo aprovados.

Então, há, sim, uma participação do Legislativo, mas não no dia-a-dia, porque causaria uma demora na aprovação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Também não é função do Legislativo.

O SR. GUIDO MANTEGA – Então, nesse caso, não se trata de um cheque em branco. Há um acompanhamento a partir desses relatórios e também das aprovações prévias. O Executivo só pode fazer e assinar projetos de parceria que já estejam previamente aprovados, enquanto projetos, pelo Poder Legislativo.

Aí não se trata de uma análise do contrato, das condições contratuais, mas essas serão analisadas, evidentemente, pelo Tribunal de Contas da União, órgão muito vigilante, e, posteriormente, pelo próprio Legislativo, a partir dos relatórios semestrais e dos orçamentos anuais.

Esses projetos de parceria são incorporados nos orçamentos anuais. Portanto, fazem parte dos projetos gerais executados pelo Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, queremos agradecer a V. Exª a presteza com que atendeu ao nosso pedido de comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos.

A recíproca foi verdade. Não posso deixar de agradecer aos Membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que, quando manifestei o desejo de V. Exª de comparecer no dia de hoje, acordaram. Adiamos a votação de alguns projetos, uma demonstração de que a Comissão tem por objetivo bem debater as matérias.

Aqui recebemos com muita alegria, com muita satisfação membros do Executivo, como V. Exª.

Sr. Ministro, receba os nossos agradecimentos.

Não há mais oradores inscritos.

Agradeço a todos, principalmente à imprensa falada, escrita e televisada, pela cobertura dada aos nossos trabalhos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h55min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 6 de Julho, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia seis de julho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, Edison Lobão, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Leonel Pavan e Almeida Lima. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, César Borges, Jorge Bornhausen, Eduardo Azeredo e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Comissão aprecia, portanto, as matérias da pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 87, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$20,000,000.00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do 'Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo'", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente comunica a presença, de acordo com o art. 34 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, do Sr. Antônio Carlos Figueiredo, representando o Estado de São Paulo, e do Sr. Jorge Khalil Miski, representando a Secretaria do Tesouro Nacional e o Ministério da Fazenda. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Sérgio Guerra, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS e, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 88, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Japan Bank for International Cooperation – JBIC e contra garantia da República Federativa do Brasil, no valor, em ienes japoneses, equivalente a até US$209,000,000.00 (duzentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e um consórcio de bancos privados japoneses, liderados pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Integrado de Transportes Urbanos – Projetos da 4ª Linha do Metrô (Linha Amarela), de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Valdir Raupp, usam da palavra os Senadore Antônio Carlos Magalhães e Aloizio Mercadante. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado e, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, não terminativo, que "dispõe sobre a

veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências", de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A matéria ainda será apreciada pela CE. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 4 – Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 16-12-03, a matéria foi aprovada na CAE. Em 5-5-04, foi aprovado Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, no Plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que "permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o artigo 47-A à Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, alterando o regime de citação na execução do cheque", de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2002, terminativo, que "modifica o artigo 2º e o artigo 5º, incisos II e III, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de forma a instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 29-6-04 foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 01 de redação que apresenta. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº

9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 13 – Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE)", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 9-12-03, foi lido o parecer do Relator, ficando adiada a discussão e votação da matéria. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-6-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2003, terminativo, que "isenta da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as sociedades cooperativas que observarem o disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 21 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 22 – Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 5º e 8º e revoga o artigo 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências", de autoria do Senador José Jorge, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 23 – Projeto de Lei do Senado

nº 49, de 2001, terminativo, que "permite o ingresso de pessoas físicas no Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pelo art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000", de autoria do Senador Luiz Otávio, tendo como Relator o Senador Roberto Saturnino, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado. Em seguida, passa-se à apreciação das matérias da 2ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 84, de 2004, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE", de Autoria Executivo, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. A Presidência designa o Senador Luiz Otávio Relator Ad Hoc. Após a leitura do parecer pelo Senador Luiz Otávio, a indicada dá início à sua exposição. Colocado em votação, a Comissão aprova a indicação da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por vinte um votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção; Item 2 – Mensagem do Senado Federal nº 85, de 2004, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, na vaga decorrente do término do mandato de Fernando Oliveira Marques, de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, o indicado dá início à sua exposição. Colocado em votação, a Comissão aprova a indicação do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por vinte e um votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção; Item 3 – Mensagem do Senado Federal nº 86, de 2004, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, na vaga decorrente do término do mandato de Thompson Almeida Andrade", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Fernando Bezerra, o indicado dá início à sua exposição. Colocado em votação, a Comissão aprova a indicação do Senhor Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por vinte e um votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. São convidados para atuarem com escrutinadores nas Sabatinas, os Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Marcos Guerra. Usam da palavra para interpelar os indicados a Senadora Serys Slhessarenko e os Senadores Antônio Carlos Magalhães, Marcos Guerra, Geraldo Mesquita Júnior e Aloízio Mercadante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet.** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Feita a análise das matérias que teremos de examinar hoje, passaremos ao Item 1, pois acaba de chegar o eminente Senador Sérgio Guerra, Relator deste Item.

Item 1:

Mensagem do Executivo que pede autorização para que seja autorizada contratação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 20 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo.

A autoria é do Executivo, como afirmei. O Relator é o Senador Sérgio Guerra.

O Estado de São Paulo encontra-se aqui representado. Os Srs. Antônio Carlos Figueiredo e Jorge Kalil Miski representam, respectivamente, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Ministério da Fazenda. Encontra-se presente também um representante do Governo do Estado de São Paulo para qualquer eventual esclarecimento.

Senador Sérgio Guerra, indago se V. Exª está apto para a leitura do seu relatório (Pausa.)

Então, tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o empréstimo em exame envolve a União, pela concessão de garantia, e o Estado de São Paulo como tomador junto ao BID.

Assim, a operação sujeita-se aos limites e condições estabelecidos pelas Resoluções nº 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, todas do Senado Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria do Tesouro Nacional manifestaram-se favoravelmente à contratação, destacando-se as seguintes informações:

a) O projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos;

b) A Lei Estadual de nº 11.379, de 24-4-03, autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito no valor de até 20 milhões de dólares e oferecer receitas próprias e constitucionais, contragarantias à garantia da União;

c) O Estado de São Paulo está habilitado a receber garantia da União, nível B, e encontra-se adimplente com as metas de compromisso assumidas no âmbito do programa de reestruturação e ajuste fiscal;

d) A presente operação está incluída no referido programa de ajuste fiscal assim como no Plano Plurianual do Estado para o quadriênio de 2004 a 2007 e na Lei Orçamentária de 2004;

e) O Banco Central credenciou a operação de crédito;

f) O empréstimo está dentro dos limites de endividamento do Estado de São Paulo e, quando à União, há margem para a concessão de garantia;

g) Consulta eletrônica pela STN não indicou existência de débitos em nome da administração direta do Estado de São Paulo. Não há pendências junto ao SIAFI nem compromissos não honrados com a União ou com qualquer ente da unidade da Federação;

h) As garantias oferecidas pelo Estado são suficientes para eventual ressarcimento à União, o custo da operação está em um patamar aceitável e o empréstimo não atribui ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles assumidos em operações semelhantes. Observa-se, conforme órgão da STN, o cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 2000, pelo pleiteante.

Com relação à adimplência, cabe notar que, segundo o parecer da STN das fls 6, Item 2, foram identificados, contudo, débitos da Fundação Manoel Pimentel e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, entidades da administração indireta, dependentes do Estado, junto ao INSS, razão pela qual entende que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, os débitos acima mencionados devem ser regularizados ou apresentadas justificativas satisfatórias por aquela Secretaria.

Quanto ao débito da CPTM, existe liminar do Supremo Tribunal Federal que suspende a inscrição dos referidos débitos, conforma Parecer da STN, de nº 243, de 1-6-04. Assim, apenas os débitos pendentes na citada Fundação Manoel Pimentel devem ser regularizados previamente à contratação de empréstimos.

Do ponto de vista processual, embora a Procuradoria-Geral da Fazenda relacione o cumprimento de formalidades prévias, conforme prescrito na Constituição Federal, com resolução no Senado e nos atos normativos do Poder Executivo, em nosso entendimento faz-se necessária, previamente, a realização de contrato de empréstimo, além da realização junto ao INSS, acima citada, para que o Estado firme contrato de contragarantia com a União e atualize o certificado de regularidade previdenciária – CRP, válido até 14-6-02 (CF, item "d" do citado parecer da STN, folhas 8 do processado).

Por fim, segundo informação da STN, o Estado de São Paulo atende aos demais requisitos exigidos nas normas do Senado, inclusive quanto aos limites de gastos constitucionalmente definidos no pleno exercício da competência tributária e das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cumpre observar que nessa operação o Estado de São Paulo estaria com os limites relativos aos dispêndios com os serviços da dívida, com o montante da dívida consolidada extrapolado. Todavia, o § 3º do art. 7º da Resolução nº 043/2001 exclui dos referidos limites as operações destinadas ao financiamento do programa de investimentos para a melhoria da administração, das receitas e da gestão fiscal no âmbito do programa de ajuste fiscal.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar que o programa compreende essencialmente o fortalecimento da administração tributária e da gestão orçamentária e financeira do Estado. Atividades relativas à gestão de recursos humanos e às tecnologias de informação complementam o programa.

O BID financiará US$20 milhões e o Estado de São Paulo dará ao programa contrapartida de igual valor cujos recursos serão distribuídos ao longo desses próximos dois anos. Está a execução da operação a cargo do comitê de direção do programa, presidido pelo Secretário da Fazenda do Estado.

Conforme cronograma estimativo do dispêndio (às fls. de nº 44 do processo), o custo efetivo do empréstimo é de 1,63% ao ano, considerando-se juros

de 1,58% anuais. Considerando-se a taxa básica de juros de 16% ao ano, no País, o custo da captação em exame é relativamente baixo, além de situar-se em patamar aceitável pelo Tesouro Nacional, conforme antes mencionado.

Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do pleito do Estado de São Paulo com garantia da União, nos termos do seguinte Projeto de Resolução nº , de 2004:

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$20 milhões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$20 milhões junto ao BID.

Os recursos oriundos da operação ao que se refere o **caput** serão destinados ao financiamento parcial do programa de fortalecimento da gestão fiscal do Estado de São Paulo.

Art. 2º A União autoriza conceder garantia à operação de crédito a que se refere o artigo anterior, dando como contragarantia oferecida pelo Governo do Estado de São Paulo as quotas de repasse constitucional previstas no art. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 e outras garantias admitidas em direito, nos termos do § 4º do art. 167 da Constituição.

Art. 3º A operação de crédito referida nos arts. 1º e 2º desta resolução contém as seguintes características e condições básicas:

A. Mutuário: Estado de São Paulo; mutuante: BID; garantia: República Federativa do Brasil; valor equivalente a US$20 milhões; Modalidade: empréstimo de mecanismo unimonetário com taxas de juros baseadas no labor; prazo do desembolso: três anos; amortização: parcelas semestrais e consecutivas de valores, tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses após a data inicialmente prevista para desembolso final e a última, a mais tardar, vinte anos após a assinatura do contrato; juros: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor a uma taxa anual, para cada trimestre, composta da seguinte forma: taxa de juros do labor trimestral para o dólar americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada a empréstimos que financiam os empréstimos da modalidade labor, mais o valor liquido de qualquer custo/lucro gerado por operação para mitigar a flutuação da labor, mais a margem de empréstimo do capital ordinário; comissão de crédito: exigida semestralmente, com base na taxa de 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado no empréstimo, entrando em vigor 60 dias após.

B. O mutuário, a princípio, pagará uma comissão de crédito de 0,25% ao ano, podendo esse percentual ser modificado semestralmente pelo banco, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano; recursos de inspeção e supervisão geral: durante o desembolso, não serão reservados recursos de financiamento para atender às despesas de inspeção e supervisão, salvo se o banco estabelecer o contrário durante tal período.

Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado poderão destinar-se recursos superiores a 1% do financiamento dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original do desembolso.

Carência: 42 meses.

Art. 4º A realização da contratação da operação de crédito a que se refere a Resolução fica condicionada à prévia formalização do contrato de contragarantia entre o Estado e a União, vinculando-se as receitas referidas no art. 2º desta Resolução.

Art. 5º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 dias a contar da data da sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, como vimos, o relatório do Senador Sérgio Guerra conclui pela capacidade de endividamento do Estado de São Paulo. É um parecer, portanto, favorável.

Está em discussão a matéria.

Senador Eduardo Suplicy, tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como Senador pelo Estado de São Paulo – e creio que esta também seja a posição do Senador Aloizio Mercadante – gostaria de dizer do nosso espírito de colaboração com o Governo Geraldo Alckmin para que seja essa proposição autorizada.

Gostaria de fazer uma sugestão, Sr. Presidente: como está aqui o representante do Governo do Estado de São Paulo, que ele possa fazer uma exposição muito breve sobre os objetivos dos dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, não vou recusar, mas farei um apelo a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se isso não for imprescindível para o exercício do voto, da-

das as matérias de interesse que temos que votar, porque teremos três sabatinas, pediria a V. Exª que colaborasse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Parece que a matéria está bem tranqüila.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem exposta, então vou levar em consideração o apelo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Gostaria de acrescentar que o Senador Romeu Tuma disse que se alia à sua opinião e à do Senador Aloizio Mercadante, a quem V. Exª se referiu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu não poderia falar também pelo PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, V. Exª gostaria de se manifestar?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria, muito brevemente.

Primeiro, gostaria de dizer que é meritório esse acordo, que diz respeito, inclusive, à modernização da gestão fiscal do Estado. Isso ajuda a aprimorar a política tributária e fiscal e a reduzir a evasão e a elisão fiscal; trata-se de um programa importante.

Gostaria também de ponderar que a dívida consolidada líquida do Estado de São Paulo atinge R$98.440.275.000,00. A dívida sobre receita corrente é 243,44%. Portanto, o limite de endividamento do Estado de São Paulo, fixado pelo Senado Federal, é de R$98.937.857.000,00. Quer dizer, o Estado está muito próximo ao seu limite, fixado pelo próprio Senado Federal. Está bastante próximo do teto de endividamento. E, dificilmente, poderá realizar outro empréstimo sem que melhore essa relação entre dívida pública e receita líquida, pelos limites que esta própria instituição estabeleceu.

Essa é a advertência que faço, porque, só neste ano, a dívida cresceu R$8,5 bilhões de reais. Então é muito importante que haja um esforço do ponto de vista de austeridade fiscal no Estado de São Paulo, para que ele não supere o limite de endividamento e não prejudique financiamentos para investimentos que são indispensáveis para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira fazê-lo, vou submeter à votação o parecer do Senador Sérgio Guerra pela aprovação desse projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados.(Pausa)

Há unanimidade. Está aprovado!

Submeto agora o requerimento de urgência, dado que estamos em esforço concentrado, formulado pelo Senador Sérgio Guerra, para que o projeto seja encaminhado incontinenti à Mesa do Senado.

Senador Antonio Carlos Magalhães, tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, já foram aprovados os projetos?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse foi. Mas ainda existe mais um de São Paulo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – Então vou esperar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de urgência queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento de urgência.

A Secretária da Mesa tomará as providências a fim de que a matéria vá incontinenti para a Mesa do Senado da República.

Vamos ao Item 2 da pauta.

O Senador Valdir Raupp acaba de chegar.

Consulto a S. Exª se está pronto para dar parecer sobre a mensagem que solicita do Senado da República autorização para que o Estado de São Paulo contrate junto ao Japan Bank o equivalente a US$209 milhões, recursos que se destinarão ao financiamento parcial do programa de integração de transportes urbanos, projetos da quarta linha do metrô, linha amarela.

Se V. Exª está pronto, solicito a leitura do seu parecer.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – A presente mensagem refere-se à terceira etapa de um grande projeto de implantação do metrô de São Paulo por parte do Governo daquele Estado, cuja integralidade alcança quase dois bilhões de dólares e já foi objeto de debate e de aprovação por esta Comissão, tendo já sido inserido no programa de reestruturação e ajuste fiscal firmado por São Paulo.

Especificamente agora estamos examinando o pedido de autorização da chamada fase três do projeto, totalizando US$209 milhões de dólares financiados pelo Japan Bank, sob a Liderança do Banco Sumitomo Mitsui.

Todas as condições legais e fiscais estão sendo atendidas, conforme atestam pareceres anexados pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretária

do Tesouro Nacional, cumpridas as resoluções deste Senado Federal.

Concluo, portanto, pela concessão da autorização pela contratação da operação de crédito externo pretendida pelo Governo do Estado de São Paulo, nos termos desse projeto de resolução.

Sou pela aprovação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – S. Exª conclui pela aprovação.

Gostaria de dizer que estamos muito honrados com a presença de tantas pessoas no nosso recinto, inclusive a Imprensa (falada, escrita e televisada). Em razão da nossa falta de espaço, já providenciamos instalações na sala ao lado para aqueles que queiram ficar melhor acomodados, com um telão para quem quiser acompanhar melhor os trabalhos que estamos desenvolvendo na Comissão, nesta semana de esforço concentrado no Senado da República.

Está em discussão a matéria.(Pausa)

Não havendo quem queira discutir declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e o Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – Sr. Presidente, o Congresso não funciona constitucionalmente no mês de julho, salvo para votar a LDO se ela não tiver sido votada. Então, não entendo nenhuma votação aqui antes da LDO.

Evidentemente, não caberá a V. Exª, mas ao Presidente José Sarney responder-me. Não entendo. Não pode haver votação de matéria alguma antes da votação da LDO. É por isso que está funcionando o Congresso Nacional; caso contrário, estaríamos em recesso, como manda a Constituição.

Eu não quis fazer isso antes da votação dos empréstimos de São Paulo, que considero até conveniente. Não sei se V. Exª poderá resolver, depois da pauta, porque temos convidados... Eu até tolero, mas não vamos mais votar matéria alguma, exceto os nomes dos Conselheiros do Cade e esses empréstimos.

O Presidente Sarney tem o dever, a obrigação, porque não é uma autoconvocação, não houve convocação nem do Presidente do Senado nem do Presidente da Câmara. Se houvesse, estariam definidos os projetos. Fora disso, não. Temos que votar a LDO. Não votando a LDO, não se pode votar qualquer outra matéria.

Compreendo que V. Exª, que já foi Presidente desta Casa, tenha o seu ente de razão, mas não possa expressá-lo, porque isso caberá ao Presidente da Casa, Senador José Sarney. Nem mesmo o substituto, o Senador Eduardo Siqueira Campos, ou qualquer outro pode tratar desse assunto. Quem tem que responder é o Presidente da Casa. Houve convocação? Foi publicada no **Diário do Congresso Nacional**? Se não foi, não há como haver votação nesta Casa. Queria que V. Exª levasse estas minhas palavras ao Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com certeza, Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente Sarney está nos ouvindo.

Com relação à reunião que ora estamos realizando, convoquei a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos na firme convicção – posso estudar o assunto junto com V. Exª e com outros Srs. Senadores – de que existe uma proibição de que se entre em recesso enquanto não se votar a LDO. Portanto, razão assiste a V. Exª. Agora, penso que podemos trabalhar; o que não podemos é entrar em recesso. Se não estou em recesso, tenho que trabalhar. Este é o meu entendimento, salvo melhor juízo. Eu posso estar errado, mas quero dizer isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) –, se V. Exª me permite...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de dialogar com o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O art. 57, § 2º, é o que trata...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Da Constituição Federal, não é?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Da Constituição, é o que trata da sessão legislativa e diz o seguinte: "A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias".

Então, não há nenhuma proibição ou vedação de que outras matérias possam ser tratadas neste período.

Eu seguiria a ponderação do Senador Antonio Carlos Magalhães. Penso que há duas matérias absolutamente indispensáveis que foram aprovadas. Trata-se de investimentos importantes para um Estado, como temos feito com outras matérias, de forma que eu proporia que entrássemos na audiência, porque temos quatro argüições hoje.

O Senador está de acordo com isso. Assim nós poderemos inclusive refletir um pouco mais sobre esse tema. Poderíamos fazer a argüição dos quatro membros do Cadê. São quatro sabatinas, e já estamos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Três.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – São três sabatinas?

É que são quatro membros, mais uma renovação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas nós vamos fazer apenas de três.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então são três sabatinas. Nós poderíamos realizá-las, o que contemplaria a preocupação política do Senador, mas eu diria que regimentalmente nós podemos votar enquanto não for aprovada a LDO. O Presidente está correto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, o Senador Antonio Carlos Magalhães, no meu entender, fez uma observação cautelosa. S. Exª disse, e guardei bem as suas palavras: isso não é coisa de V. Exª; é coisa do Presidente Sarney. Então vou continuar com os nossos trabalhos, mas vou aceitar a sugestão de V. Exª, porque estamos numa semana de esforço concentrado. Vamos ouvir os três sabatinados do Cade e voltar à nossa pauta.

Vamos acabar de votar a matéria, porque a discutimos e não submeti à votação ainda o empréstimo de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Requeiro regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Submeto o requerimento de urgência à votação.(Pausa)

Portanto a urgência também está aprovada e, a exemplo da mensagem anterior, a Comissão encaminha as duas mensagens para a Mesa.

Vamos à segunda parte dos nossos trabalhos, não sem antes pedir permissão aos Srs. Senadores para dispensar da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, como é de praxe.

Aprovada a dispensa e a leitura da ata.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Toda vez que pedir vista, não quero de vinte minutos, e sim vista no prazo regimental, que pode ser de dois, três, quatro dias e até de uma semana. Quero vista para estudar, e não vou aceitar parecer verbal. Quero dar o meu parecer. Como o faço? Tenho que pedir as notas taquigráficas. Então o parecer no Plenário não vai existir nesses três dias, porque quero dar o meu parecer e, evidentemente, tenho o direito. Existe o parecer verbal. Tenho que aceitar esse parecer verbal? Não. Quero fazer um voto diferente do parecer. Conseqüentemente, quero as notas taquigráficas para redigir o meu parecer. A Constituição não deve proibir isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Magalhães, na Comissão de Assuntos Econômicos, até agora, os pareceres foram emitidos pelos próprios relatores que foram designados assim que a mensagem chegou aqui. O zelo de V Exª para com o Plenário é louvável e é preciso que realmente se vote com pleno conhecimento de causa, daí por que houve um apelo para ouvir um quarto membro do CADE, e não estou aceitando, pois a matéria chegou somente ontem e não tivemos tempo de indicar relator. Não quero indicar um relator em cima da hora, mas quanto aos demais o mesmo não ocorre.

Então, convido a Drª Elizabeth...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não discutirei só para facilitar o trabalho de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido a Srª Elizabeth Maria Mercier Farina para tomar assento à Mesa, juntamente com o Sr. Ricardo Villas Boas e o Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado.

Consulto se V. Exª está apto a dar seu parecer sobre o seu indicado, Dr. Ricardo.

Concedo-lhe a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 85, de 2004, submete à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Ricardo Villas Boas para compor o Conselho Administrativo de Defesa Econômica no cargo de Conselheiro, em vaga decorrente do término do mandato do Sr. Fernando Oliveira Marques

Dr. Ricardo Villas Boas bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com especialização em Direito Empresarial. Obteve o título de Mestre em Direito Tributário pela Universidade de Haven, Estados Unidos, e o título de Doutor pela Universidade Johang Wolfgan Goethe, Alemanha, na área de Direito Tributário Ambiental. Exerceu a função pública de Procurador do Estado de São Paulo, entre 1985 e 1987. Tendo sido aprovado em concurso público para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional em 1987, atuou na Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo, entre 1987 a 1991, e na Procuradoria da Fazenda Nacional em Brasília, entre 1991 a 1994. Desde 1998, exerce o seu cargo de Procurador junto à Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo.

Destacam-se também, entre outras funções por ele exercidas, a de Consultoria em Direito Empresarial, especialmente na área de elaboração e negociação de contratos de financiamento e de investimento estrangeiro. Professor da Ibmec, em São Paulo, desde 2002, ministra aulas de Direito Empresarial para alunos de graduação em Administração de Empresas e Tributação dos Mercados Financeiros de Capitais no curso de Pós-Graduação em Direito.

Análise:

O exame do currículo do Dr. Ricardo revela que ele reúne todos os atributos para o exercício de Conselheiro do Cade, inclusive se destaca com um notável saber jurídico na área de Direito Empresarial e Tributário, com títulos de mestre e doutor junto a universidades es-

trangeiras, que muito corroboram para agregar conhecimento no setor público, que são imprescindíveis para o desempenho da função para a qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

De fato o que mais me chamou a atenção foi a proximidade profissional do Dr. Ricardo com as atribuições do Cade, pois, em linhas gerais, compete ao Cade prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica, orientado pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico, segundo reza o art. 1º da Lei nº 8.884, de 1994.

A larga experiência do indicado junto à Procuradoria da Fazenda Nacional deixa patente a sua aptidão técnica para o exercício de Conselheiro do Cade, com a verdadeira visão da administração pública para o processamento e julgamento de processos que envolvam grandes interesses econômicos, com a imparcialidade que o cargo requer e a preocupação exclusiva com o interesse público. É exemplo desse desempenho a sua participação na Coordenação do Tesouro Nacional, em empresas do setor público e as suas atribuições de consultoria em temas de reforma constitucional, reforma tributária, privatização e acordos da dívida externa, apenas para citar alguns dados.

Vejo de maneira bastante clara, diante das qualidades do Dr. Ricardo, que o Direito Empresarial e Econômico poderá tornar-se um instrumento para assegurar a justiça social a todos. E justiça social não se limita a poucos felizardos, mas compreende grandes camadas de desafortunados e desprovidos.

Precisamos de leis dinâmicas, e não estáticas, que tenham a sua sustentação no passado, mas olhem para o futuro. Para isso, é importante saber quais são as pessoas que irão interpretar essas leis.

Diante do exposto, Sr. Presidente, submeto a escolha do Sr. Dr. Ricardo Villas Boas à apreciação e julgamento desta Comissão, certo de que seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar de forma favorável sobre essa indicação, pois assim é o meu voto.

Por esta razão, Sr. Presidente, felicito o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por reconhecer no indicado todas as qualidades que favorecem a sua indicação para um cargo tão elevado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se V. Exª está pronto para a leitura do seu relatório a respeito da indicação do Dr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Pois não, Sr. Presidente. Posso fazê-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Nos termos do art. 52, inciso III, alínea **f**, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Sr. Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Thompson Almeida Andrade.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após a argüição pública, aprovar por voto secreto a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.

O **curriculum vitae** do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado cursou a Universidade Federal do Rio de Janeiro, formou-se em Direito em 1975 e, subseqüentemente, em 1977, formou-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes. Concluiu, em 1982, o curso de mestrado em Engenharia de Produção da UFRJ e obteve, em 1991, doutorado em Economia na University of London, e West Field College.

Segue um riquíssimo currículo, mostrando inclusive a sua atuação profissional.

Por sua ampla experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo comprovadas, Sr. Presidente, no **curriculum vitae** indicado, que não li por completo, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal está em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

É o Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Luiz Otávio havia se prontificado a fazer a leitura pelo Senador Delcídio Amaral, que, por motivo de força maior, não pôde comparecer, mas já o entregou. Se S. Exª quiser, será Relator **ad hoc** do parecer sobre a indicação da Drª Elizabeth Maria Mercier Farina para Presidente da nossa instituição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da relatoria do Senador Delcídio Amaral, que, por intermédio da Mensagem nº 84, de 2004, em conformidade com o art. 52, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º

da Lei nº 8.884, do Presidente da República, submete à consideração do Senado Federal o nome da Srª Elizabeth Maria Mercier Farina para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Além da sua formação, o **curriculum vitae**, em anexo à mensagem presidencial, evidencia que a Srª Elizabeth Farina possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicada.

A Srª Elizabeth Farina é brasileira, natural do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nascida em 12 de junho de 1953. Graduada em Economia na Universidade de São Paulo (USP), em 1973, a Srª Elizabeth Farina, nos estudos de pós-graduação, obteve dois diplomas: o primeiro, de doutorado em Economia, com a tese de regulamentação do mercado de lei de laticínios no Brasil e, o segundo, de livre docência, com a tese "Reflexões sobre a Desregulamentação e Sistemas Agroindustriais à Experiência Brasileira". Os dois diplomas foram conferidos pela USP, em 1983 e 1996, respectivamente.

Atualmente, a Srª Elizabeth Farina, além de Professora na USP, é responsável pelo projeto "Evolução da Estrutura de Mercado e dos Padrões de Concorrência no Varejo de Alimentos", com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Nos últimos anos, desempenhou funções de atividade na área acadêmica, com destaque para áreas de economia industrial e agrária e dos recursos naturais, organização industrial e estudos industriais.

Cabe destacar como atividades relevantes a produção de livros e artigos em publicações especializadas, a orientação de teses e a participação em congressos e eventos similares.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica da indicada, ficando assim esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação da Srª Elizabeth Maria Mercier Farina para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Procedida a leitura dos três relatórios, concedo a palavra, agora, à Drª Elizabeth Maria Mercier Farina, para as suas breves considerações.

A SRª ELIZABETH MARIA MERCIER FARINA – Exmº Sr. Presidente, Exmºs Srs. Senadores membros desta Egrégia Comissão, é uma honra para mim estar perante esta Comissão no momento da indicação do meu nome para Presidente do Cade.

O motivo é de duas ordens: primeiro, porque coroa uma trajetória profissional de muitos anos, dedicada à docência, à pesquisa e à extensão na Universidade de São Paulo que, em todos os momentos, de alguma maneira, esteve ligada à questão da concorrência sob as suas mais diversas dimensões.

Na área da docência, fui responsável, por mais de vinte anos, pelo curso de Organização Industrial, na pós-graduação da USP, que discute exatamente estratégias competitivas, concorrência e mercados concentrados. Então, foi natural que, na área da pesquisa, eu também me interessasse em conhecer a realidade brasileira, porque os livros de organização industrial são, em geral, alheios à nossa realidade. Só há experiências da **Federal Trading Comission**, da União Européia.

Então, ainda nos anos 80, resolvi fazer uma pesquisa sobre o que era o Cade, quais eram os processos que ali corriam, qual era a sua importância. Esse é o início da minha história de relacionamento com a concorrência na realidade brasileira. Decorreu disso, como forma natural, a participação, como parecerista, em vários processos que foram levados ao Cade, especialmente nos anos 90.

Certamente, é uma honra também poder participar da construção institucional de uma organização como o Cade, que, apesar de ser criado em 1962, certamente está crescendo, tem uma evolução importante e, como toda organização, tem de acompanhar a mudança do mundo, especialmente de uma organização que trata de negócios. O mundo dos negócios é dinâmico, muito rápido, mas, como todas as instituições, têm o Cade e o sistema brasileiro da concorrência uma visão para o empresariado, para as organizações privadas e públicas a respeito da nossa ordem econômica.

Considero como um desafio enorme que terei pela frente continuar o trabalho que já foi iniciado por outras pessoas. Queria somente terminar estas breves palavras, conforme me pediu o Exmº Sr. Presidente, com uma lembrança do Professor Douglas North, que foi prêmio Nobel de Economia. Ele diz que as instituições são muito importantes para o desenvolvimento econômico, especialmente aquelas que beneficiam o aprendizado. E o aprendizado se faz com pessoas.

Creio que o grande patrimônio do Cade vem das pessoas e da maneira pela qual pudermos manter pessoas em caráter permanente, vendo, dentro do Cade, a possibilidade de desenvolvimento profissional, de carreira, para que não estejamos todos de passagem

pelo órgão, mas tenhamos história para contar, para analisar e para nos iluminar o caminho para frente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ouvir agora a exposição do Dr. Ricardo Villas Boas Cueva.

O SR. RICARDO VILLAS BOAS CUEVA – Exmº Sr. Presidente, Exmºs Srs. Senadores integrantes dessa Comissão, senhoras e senhores presentes, foi com muito entusiasmo que recebi a honrosa indicação para compor o Cade, que tem uma missão relevantíssima, no plano institucional, de aperfeiçoar a defesa da concorrência.

Quero também ser breve e destacar apenas alguns pontos do meu currículo que são coincidentes com a atividade que pretendo exercer, caso aprovada minha indicação para o Cade.

No plano acadêmico, sempre trabalhei com a fronteira Direito/Economia, com ênfase no uso dos instrumentos econômicos para a proteção do meio ambiente, estudando os conceitos básicos de Microeconomia que serão relevantes para a nova missão que pretendo desempenhar.

No plano profissional, na Procuradoria da Fazenda Nacional, tenho trabalhado, nos últimos três anos, no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, onde também tenho procurado aperfeiçoar a instituição, dando concreção à norma constitucional que manda que o processo administrativo obedeça ao devido processo legal.

Quero ainda registrar minha intenção de colaborar como advogado no processo de aperfeiçoamento da instituição do Cade, o que, como registrado pela Drª Farina, é um objetivo comum de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para a sua breve exposição.

O SR. LUIZ CARLOS THADEU DELORME PRADO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, para mim, como já falaram meus colegas, é uma honra estar aqui presente e merecer essa indicação do Presidente para ocupar a posição de Conselheiro do Cade.

Considero-me, em primeiro lugar, um acadêmico, um professor, um pesquisador que teve a oportunidade de ter experiência no setor empresarial, tanto privado, como executivo-público.

A minha preocupação, ao longo da minha vida profissional, sempre foi o tema do desenvolvimento econômico da economia industrial. Considero que a minha contribuição no Cade pode ser importante não apenas nos aspectos ligados ao tema da concorrência, mas diante da preocupação de inserir esse debate no tema mais amplo do desenvolvimento econômico, da interação dessas atividades com outras em andamento no setor público.

Entendo que há um papel importante no desenvolvimento institucional do Cade a ser desenvolvido ao longo do nosso mandato. Espero poder contribuir ativamente com essa atividade. Espero também poder juntar, ao longo de 30 anos de vida acadêmica, de uma produção ativa na área de economia internacional, de economia industrial, essa experiência no plano acadêmico com o exercício concreto das funções que agora passo a assumir, ou passaria a assumir, como Conselheiro dessa Instituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerradas as exposições dos três sabatinados, há Senadores inscritos para as perguntas.

O primeiro é o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Drª Elizabeth Farina, Dr. Ricardo Villas Boas Cueva e Dr. Luiz Carlos Thadeu, quero, em primeiro lugar, aos três designados para exercerem funções no Cade, dizer que considero a sua formação bastante adequada para a responsabilidade que irão exercer.

Dirijo-me especialmente à Drª Elizabeth Farina.

O seu doutorado de 1983, sobre a regulamentação dos mercados de leite e laticínios no Brasil e a sua livre docência sobre reflexões sobre a desregulamentação dos sistemas agroindustriais, de 1986, são, obviamente, trabalhos que mostram o seu preparo para exercer hoje a sua função no Cade.

Conforme a Imprensa noticiou, V. Sª teve um papel destacado, inclusive confeccionando pareceres sobre fusões como a da Brahma e Antarctica, que resultou na criação da Ambev, a operação da compra da Garoto pela Nestlé e na criação da Brasken, no Pólo Petroquímico de Camaçari, controlada pelos grupos Odebrecht e Mariani.

A pergunta mais natural, cuja resposta acredito que todos os Senadores têm interesse em saber, é como se sente V. Sª, porque uma coisa é, como Professora de Economia e na área de Direito, preparar pareceres para o Cade a respeito da possibilidade de empresas, tais como as citadas, realizarem a sua fusão; outra é agora ter a responsabilidade de examinar se essas fusões podem ou não ser feitas à luz da lei. São pontos de vista diferentes, então é natural que eu lhe pergunte como se sente. Será que o ponto de vista de quem fez aqueles pareceres será diferente agora em relação à postura de quem precisa defender a concorrência e legislação brasileira?

O debate público acerca da política de concorrência ganhou notoriedade, no entanto foi ofuscado pela morosidade de algumas decisões do sistema de defesa da concorrência. Então eu gostaria que V. Sª fizesse uma análise da Lei de Defesa da Concorrência, nº 8.844, que completou dez anos em 13 de junho. Que alterações considera que seriam necessárias nessa legislação para compatibilizar a defesa dos direitos dos consumidores com a promoção da eficiência econômica nos distintos mercados e setores da economia?

Diante da complexidade e da heterogeneidade das situações reais em cada cadeira setorial, em cada estrutura de mercado na economia, como identifica o papel das políticas de concorrência numa economia em desenvolvimento?

Gostaria que V. Sª fizesse uma avaliação do que disse a revista britânica Global Competition Review, especializada em assuntos de concorrência econômica, que classificou o Cade numa situação não muito boa como instituição que deve defender a concorrência dentre as 26 agências internacionais dessa natureza.

Que elementos afetaram o desempenho do Cade? Na sua avaliação, que medidas o Cade deve implementar para tornar essa agência de fato uma instituição de defesa da concorrência? Em especial, como está vendo a evolução da questão da Nestlé/Garoto e da Ambev, que tem conhecimento bastante aprofundado, uma vez que a própria Nestlé encaminhou um recurso com uma alteração em relação àquilo que foi objeto de deliberação do Cade? As regras do Cade permitirão que isso ocorra ou não?

Sr. Presidente, há poucos dias, o Ministro Roberto Rodrigues informou-me que novamente os produtores de laranja estão bastante preocupados com o processo de concentração no setor de sucos de laranja.

Como noticiou a Imprensa há poucos dias, Citrosuco e Cutrale acabaram. Uma delas adquiriu a Cargill, e essas duas grandes empresas agora possuem, segundo o que li na imprensa, 70% do mercado, como oligopsônio, comprando laranjas.

Esta Comissão teve a oportunidade de realizar audiências com produtores de suco de laranja. Inclusive nós nos deslocamos para o interior de São Paulo para travar um diálogo do qual participaram os Conselheiros do Cade, o então Ministro da Agricultura, o Presidente da Sociedade Rural Brasileira e outras entidades preocupadas com este tema. O próprio Ministro Roberto Rodrigues disse que talvez seja necessário fazermos uma outra reunião desta natureza, com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas eu gostaria de ouvir os designados para o Cadê, se têm alguma sugestão sobre os cuidados que devemos ter com respeito a esse setor da economia, de produtores de laranjas e de compradores, ou seja, as empresas de suco de laranjas, que agora ampliaram o grau de concentração no setor.

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Drª Elizabeth, em primeiro lugar.

A SRª ELIZABETH MARIA MERCIER FARINA – Obrigada, Senador Suplicy, pela oportunidade de expor algumas idéias.

Certamente a posição de parecerista e a de presidente de um órgão como o Cade são posições muito diferenciadas. O parecerista é um técnico que dá resposta a uma pergunta precisa, a um conjunto de quesitos que vêm para a sua análise. Então nós, como pareceristas, não temos que defender a concorrência, mas simplesmente dizer se naquele caso específico entendemos que existem probabilidades ou potencialidades de impactos negativos sobre a concorrência, o que depende muito dos quesitos que venham para a nossa mesa. E, em geral, existem vários pareceristas ao mesmo tempo trabalhando em diferentes quesitos. Então é claro que é uma visão muito parcial, muito mais focada e que podemos tomar a liberdade de ser – aliás, é até obrigação – extremamente técnicos.

Creio que o presidente de um órgão como esse tem, de fato, um papel diferente, porque ele não vai analisar apenas um aspecto de uma operação – claro, ele não relata nenhuma operação –, e esse é um órgão colegiado. Esta é uma característica fundamental desse órgão: ser colegiado e abrir espaço para diferentes pontos de vista, inclusive congregando pontos de vista técnicos, da Economia e do Direito. Então é um órgão rico desse ponto de vista.

E esse presidente – espero que eu possa exercer essa função – tem a obrigação de dar celeridade e eficiência a esse órgão colegiado, analisando essas operações de uma maneira mais global do que como parecerista.

Às vezes, o parecerista responde a uma pergunta muito específica de uma parte muito particular do tema, e outros cinco ou seis dão pareceres sobre outros aspectos que são articulados e costurados pelos advogados em geral, o que, depois, é submetido à apreciação do Cade, que tem esse conjunto. Muitas vezes sequer conhecemos o teor do parecer do colega que também emitiu parecer nesses casos.

Então é profunda a diferença, muito mais ampla, muito mais rica e, do ponto de vista de quem já trabalhou nesse sistema do outro lado do balcão, será um aprendizado. Espero que eu possa dar uma contribuição desse aprendizado que pude ter nessa convivência com vários Cades, no sentido de vários conselhos, etc.

Sobre a questão da morosidade e alterações que se poderia fazer na Lei nº 8.884, não há organização que não possa ser melhorada. E ela sempre terá que ser melhorada no momento em que terá que acompanhar a mudança e o ritmo da economia, especialmente em um País em desenvolvimento.

Creio que um dos problemas que se enfrenta, o que é mais ou menos consenso na comunidade que acompanha os trabalhos do sistema brasileiro de concorrência, é a sobreposição de várias atividades, o fato de se repetirem muitas das atividades, portanto uma racionalização do sistema é algo desejável. Essa tem sido a visão em vários fóruns de que eu tenho participado. Então existe um espaço para melhora, especialmente nesses termos.

Quando pensamos em políticas de concorrência em economias em desenvolvimento, muitas vezes poderíamos pensar que os mercados não são desenvolvidos, então talvez essa preocupação com a defesa da concorrência, que é tipicamente de países desenvolvidos, não se aplique.

Diria que o desenvolvimento envolve transformação não só do patrimônio físico, da riqueza de um país, mas da sua cultura e da cultura das pessoas; uma transformação de mentes, corações e bens. Isso significa que temos, nesse momento, que introduzir a cultura da concorrência: mentes ligadas a uma disputa saudável de concorrência. É dessa maneira que acredito que essa instituição se solidificará e que poderemos trilhar um caminho de desenvolvimento maduro, sem voltas, de uma transformação sempre para frente. É muito importante uma política de concorrência; dentro de um país em desenvolvimento, ela se torna mais importante ainda, porque estamos construindo essa nação, estamos desenvolvendo as mentes, os corações. Considero esse elemento de extrema importância.

De fato a Global Competition Review classificou muito mal o nosso sistema brasileiro de concorrência, mas precisamos olhar essa análise com um certo relativismo. Somos jovens. Embora a Lei de Concorrência exista no Brasil desde 1962, de fato tivemos um ambiente econômico favorável a questões de concorrência num período muito mais recente; de verdade mesmo, temos essa lei há dez anos. Então, somos crianças perto de outras legislações; e aprendemos muito com eles.

Entendo que devemos nos preocupar menos se a Global Competition Review pensa que o Cade está em 26º lugar, e tratar de melhorar o nosso desempenho sob a nossa avaliação, porque a conseqüência natural será uma melhora aos olhos alheios.

Essas revistas são lidas, em outras partes do mundo, por empresários que aqui investem e querem se desenvolver. Isso sinaliza a maneira pela qual nós tratamos os negócios privados. Então é importante entender por que estamos nesse lugar e não em outro, a mitologia que essa revista adota e tirar dela o melhor o que pudermos para melhorar. É sempre possível melhorar. E estou muito contente em poder participar dessa transformação.

Sobre o caso Nestlé/Garoto, como Presidente, estarei impedida de votar se isso permanecer até a minha posse. A minha posição sobre Nestlé/Garoto está expressa nos meus pareceres.

Acima de tudo, queria hipotecar o meu total apóio ao órgão, independente da posição que tenho assumido como parecerista técnica, que observa um pedaço da operação. E é isto que pretendo fazer como Presidente: dar suporte ao colegiado, especialmente porque poderei fazer parte das suas discussões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esse é um ponto importante, ou seja, como V. Sª participou como parecerista no caso, por ocasião da decisão do Cade sobre a Nestlé/Garoto, não votará. É isso?

A SRª ELIZABETH MARIA MERCIER FARINA – Não, eu estaria impedida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Isso é importante para nosso conhecimento.

A SRª ELIZABETH MARIA MERCIER FARINA – Quanto ao último ponto, sobre a laranja...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Laranja e o suco de laranja.

A SRª ELIZABETH MARIA MERCIER FARINA – É um caso que vai chegar ao Cade. Eu teria que me aprofundar nesse caso específico, e não me sentiria à vontade para emitir qualquer opinião a esse respeito. A única coisa que eu poderia dizer é o seguinte: o debate sobre as estruturas, a relação entre agricultura e indústria é centenária, extremamente complexa, tem exemplos em várias partes do mundo de várias soluções e, como Churchill dizia, para todo caso complexo há uma solução simples e errada. Portanto, temos que olhar com certo cuidado.

Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço licença porque precisarei me ausentar para presidir a Comissão de Relações Exteriores e agradeceria se os membros da CRE também pudessem participar da reunião que terá decisões importantes.

Vou votar, então, a favor dos três.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Senadora Serys.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei bastante breve.

Eu queria saudar o Dr. Ricardo, o Dr. Luiz Carlos e a Drª Elizabeth pelos currículos aqui apresentados, porque realmente o Cade será enriquecido com as suas participações.

Uma das questões que eu faria era para a Drª Elizabeth, mas o Senador Suplicy já apresentou, que seria a questão de parecerista e Presidente, que ela já esclareceu. Mesmo assim, quero fazer uma intervenção breve, Presidente, não poderia deixar de fazê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem direito.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ...até como Presidente da Comissão Especial do Senado do Ano 2004, Ano Nacional da Mulher, para dizer que, com todo respeito à participação dos companheiros homens, tanto nos Legislativos, nos Executivos quanto do Judiciário, a conquista de espaço de poder pela mulher é relevante sim, até porque é muito escasso e muito difícil de ser conquistado. Cumprimento o nosso Presidente Lula pela indicação Drª Elizabeth Farina para a Presidência do Cade, porque, com certeza, a mulher brasileira se sente engrandecida com a senhora na Presidência do Cade, pois, pela primeira vez na história do Cade, teremos uma Presidente mulher. Isso precisava ser enfatizado, mais ainda porque o ano 2004 foi erigido pelo Congresso Nacional como o Ano Nacional da Mulher. Temos muitas lutas pela frente, mas também já temos algumas conquistas importantes. E esta, da Presidência do Cade para uma mulher, é um salto grande na conquista do poder que a mulher brasileira tem alcançado.

Neste momento, acontece uma videoconferência pelo Interlegis, com o qual estão conectadas todas as Assembléias Legislativas do Brasil. Já estive lá, fiz o meu pronunciamento, onde a nossa Ministra, também é um cargo criado pelo nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e, pela primeira vez na história do Brasil, também temos uma Secretaria para Políticas Públicas da Mulher com **status** de Ministério. Saí dessa videoconferência para vir para cá, porque eu sabia que teria que votar nos três indicados para o Cade, mas, principalmente, não posso deixar de dizer, na senhora para Presidente do Cade. Com certeza, a mulher brasileira conquistou um grande espaço hoje.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Magalhães, é a vez de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, senhores futuros membros do Cade, considero esse órgão dos mais importantes da República, mais até do que alguns Ministérios, sobretudo num Governo que tem Ministro demais e gente atuando de menos. De modo que o Cade vai ter uma importância muito grande.

Creio que o nome Farina não é tão comum. Tive um amigo, que deve ter sido parente de V. Sª, Dr. Farina, amigo do Delfim aliás, que era também uma figura muito boa, muito competente e, sobretudo, muito bondosa. Se não era, acrescente a V. Sª os predicados.

Queria saber de V. Sª – talvez até V.Sª não possa me responder; e eu respeito – apenas o seguinte: o Cade, a menos de dois meses ou três, por unanimidade, adotou uma decisão inteiramente favorável à Brasil Telecom em relação ao grupo italiano. Recentemente, ou seja, na última sexta-feira, reformou essa decisao.

Ora, foi uma decisão unânime do Cade. Não sei inclusive se V. Sª, na ocasião, como parecerista, opinou ou não. Eu gostaria se V. Sª pudesse explicar as razões, embora conheça as pessoas da Brasil Telecom, um ou dois deles, inclusive, são baianos. Apesar de não ter interesse no assunto, considero estranho que uma decisão unânime tenha sido revogada no próprio Cade em menos de dois meses. Se V. Sª puder me dar essa resposta, agradeço.

Antecipo que vou votar em V. Sª e nos Conselheiros que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra a Srª Elizabeth Maria Mercier Farina.

A SRª ELIZABETH MARIA MERCIER FARINA – Senador, infelizmente não conheço os detalhes do caso Brasil Telecom. Não fui parecerista. Não conheço ninguém da Brasil Telecom. Então, fico numa situação muito difícil para emitir qualquer opinião a respeito, simplesmente porque desconheço os termos em que isso levado avante. Então, realmente, vou ficar lhe devendo essa resposta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PF – BA) – De qualquer maneira, V. Sª deve achar estranho que o mesmo Cade que adotou uma decisão por uma unanimidade deu posteriormente parecer contrário. Espero que essas coisas não ocorram no novo Cade.

A SRª ELIZABETH MARIA MERCIER FARINA – Novamente, eu não conheço os detalhes, então, não me sinto confortável para fazer qualquer comentário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar os três candidatos que pretendem se candidatar para uma cadeira no Cade, inclusive com excelente currículo aqui apresentado pelos Relatores.

Vou fazer uma explanação rápida e, depois, gostaria que os três candidatos me respondessem a opinião de cada um.

Este ano nós presenciamos um resultado do Cade, no caso da Nestlé/Garoto, que mexeu com a opinião pública. Eu sou um Senador do Estado do Espírito Santo e vou focar o caso Nestlé.

No meu Estado, havia uma empresa que praticamente era sinônimo do Espírito Santo, empresa de valor, da qual o capixaba tem orgulho até hoje de estar instalada naquele Estado. Era uma empresa totalmente familiar, que vinha enfrentando problemas de briga de família, inclusive o próprio Presidente da empresa foi retirado do Conselho por divergências, não por ter feito coisas erradas, pois era um excelente presidente.

A empresa vinha apresentando sucessivos balanços negativos, enfrentando problemas financeiros, inclusive perdendo fatia no mercado nacional.

Essa empresa foi colocada à venda, e não apareceu comprador. E a Nestlé se candidatou a comprá-la. Ficou dois anos dentro dessa empresa, conheceu toda a sua estrutura, o sistema de logística, o mercado, a clientela, as receitas. Quer dizer, conheceu o coração da empresa.

Dois anos depois o Cade vem com uma decisão técnica, dizendo que não podia efetuar a compra daquela empresa. Isso mexeu com a opinião pública do Estado do Espírito Santo, deixou os capixabas muito preocupados com essa decisão. E o Cade, à época, pediu que a Nestlé vendesse a Garoto em curto espaço de tempo.

Como empresário, sei que isso é impossível de acontecer.

A Garoto também detinha, em alguns de seus produtos, uma concentração no mercado nacional. E o resultado que foi apresentado pelo Cade, com base nos pareceres técnicos, não convenceu a opinião pública, inclusive foi até fruto de uma audiência pública aqui nesta Casa, presidida pelo nosso ilustre Presidente, Senador Ramez Tebet. E ainda não foi resolvido o problema da Nestlé/Garoto.

Na opinião de V. Exªs, como agiriam naquela época? Prevalece o parecer técnico ou será que muitas vezes ele não está preocupado se a empresa vai continuar, fechar ou quebrar?

Na época, a Nestlé vinha promovendo até o desemprego da própria empresa. Prevalece o parecer técnico ou existe alguma forma de se trabalhar a decisão desse voto dentro do Cade?

Gostaria de ouvir os três candidatos.

A SRª ELIZABETH MARIA MERCIER FARINA – Senador, mais uma vez, o meu parecer faz parte dos autos desse processo, que ainda não terminou. Então, realmente, não me sinto à vontade para fazer nenhum comentário a respeito dele.

O que eu penso sobre a questão de visão técnica versus visão não técnica ou coisa que o valha é o seguinte: na verdade, a visão técnica é uma análise de um impacto sobre a concorrência em geral. O órgão de defesa da concorrência defende o interesse difuso, não está personificado em ninguém, e é natural que existam conseqüências para vários agentes em diferentes mercados.

É muito importante que a base das decisões tenha um conteúdo, uma análise bem feita, técnica, e uma visão ampla desses casos.

Mas nesse caso específico gostaria de não fazer um comentário pelo fato de ter sido parecerista, devido ao caso ainda não estar decidido e pelo fato de eu, se aprovada nesta sabatina, assumir a Presidência do órgão.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Desculpe-me a franqueza, mas percebo que a senhora não está respondendo a quase nenhuma pergunta.

Só queria afirmar um outro ponto: depois que a Nestlé ficou dentro da Garoto e levantou a sua estrutura, a empresa pode até estar mais fácil de ser vendida. Por isso pedi aqui uma opinião. Conheço a função do Cade, mas, num momento como este, quando o País clama por empregos, como representante do capixaba, assisti, na época, a preocupação de perder a Garoto. Os capixabas temiam perder a empresa, porque ela vinha enfrentando problema sério de briga familiar e prejuízos, balanços apresentados com resultados negativos. Gostaria de ouvir os outros agora. Gostaria, se possível, que se formalizasse uma opinião.

O SR. RICARDO VILLAS BOAS CUEVA – Senador, não posso dar uma resposta, fazer uma análise acurada do caso, primeiro porque não conheço os autos, realmente não conheço; apenas li matérias na imprensa. Em segundo lugar porque, se for aprovada a minha indicação, terei que me pronunciar sobre o caso, e a lei impede que eu faça um pré-julgamento.

Queria, no entanto, referir-me a um dos aspectos que foram mais discutidos na imprensa, que é a questão da celeridade e da oportunidade dessa apreciação pelo Cade do ato de concentração.

Realmente, isso tem sido objeto de muita discussão, se é conveniente que o Cade apenas **a posteriori** aprecie esses atos ou se deveria fazer uma análise prévia.

O risco de se fazer uma análise **a posteriori** é que, dadas as dificuldades institucionais que existem no sistema brasileiro da concorrência, isso se retarde muito e se crie um fato consumado que depois dificulte qualquer ação do órgão regulador. Seria importante, portanto, aperfeiçoar as instituições e fazer com que o processo fosse mais célere. Isso passa, inclusive, por algumas questões básicas de aparelhamento dos órgãos dedicados ao tema no sistema brasileiro de concorrência. Concursos públicos, mais funcionários,

mais aparelhamento, um planejamento adequado. Com isso, seria possível atender a esses reclamos justos por decisões mais céleres.

O SR. LUIZ CARLOS THADEU DELORME PRADO – Senador, não conheço o caso específico a não ser pela imprensa, mas V. Exª aborda um tema teórico: vamos debater essa questão de direito ou a interpretação da norma jurídica nesse caso?

A meu juízo, a concorrência, tal como está colocada, inclusive na Lei do Cade, não é um bem em si; é instrumento para promover o bem-estar da população, para promover benefícios difusos no conjunto da sociedade. Então, ao se analisar uma questão concreta, o que se analisa é justamente aquilo que ela provoca: os efeitos negativos de um determinado ato de concentração com os eventuais benefícios que possam trazer em decorrência de um processo de fusão. A análise de qualquer situação concreta depende do equilíbrio desses dois aspectos.

O art. 54 da Lei do Cade abre espaço para se analisarem justamente os efeitos positivos gerados por um ato de concentração e contrapô-los aos eventuais prejuízos que esse processo possa trazer para o aumento de poder econômico. Então, num caso concreto, devem-se analisar esses dois aspectos do problema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Drª Elizabeth, Dr. Ricardo, Dr. Luiz, inicialmente, devemos louvar e ressaltar um fato importante, que é a própria renovação de um órgão de tamanha importância como o Cade. Em segundo lugar, resgato algo que foi dito pela Senadora Serys.

Também parabenizo o Presidente Lula pela indicação da Drª Elizabeth, e digo mais: pelo que sei, informações obtidas acerca da sua atuação profissional dizem-me que se trata de alguém que presidirá aquele órgão com absoluta autoridade. E previno até os picaretas deste País que podem enganadamente se confundir com a simpatia e o sorriso da Drª Elizabeth, pensando que ali terão moleza. Tenho certeza absoluta de que estão absolutamente equivocados com relação a isso.

Quero aproveitar esta pequena intervenção, além de parabenizar os profissionais que estão aqui conosco e que se encaminham para o Cade, e a presença do Dr. Ricardo, particularmente, meu colega de Procuradoria – estou revelando o fato de que sou Procurador da Fazenda Nacional de carreira, cargo que me causa especial satisfação ter exercido e espero ainda exercer – para traçar um paralelo meio grosseiro.

Para que as pessoas entendam o que vou dizer, quero trazer um fato recente do mundo do futebol: a vitória do Santo André sobre o Flamengo. Um time com estrutura, digamos, modesta venceu um time com uma estrutura monumental, que é o Flamengo. Esse fato se reproduz na lida dos procuradores da Fazenda em confronto com os advogados e escritórios de advocacia de Direito Tributário neste País.

Por que faço essa comparação? Também apresentamos ao País alguns resultados positivos, algumas vitórias, mas asseguro a todos vocês que me ouvem que essa vitória se deve, em grande parte, ao esforço, ao espírito público, à capacidade, ao profissionalismo não só dos procuradores da Fazenda que atuam na cobrança do crédito tributário e da dívida ativa da União, como às companheiras e aos companheiros que nos ajudam a cumprir essa tarefa, porque, a depender das autoridades do nosso País, essa luta deveria ser ainda mais inglória. O Dr. Ricardo dirá se eu estou mentindo aqui.

Tenho 11 anos de procuradoria da Fazenda; entrei, em 1993, naquele órgão, com alegria, com uma satisfação enorme. Não havia horário para trabalhar, não havia dia, fim de semana, férias, não havia absolutamente nada, tal era o nosso entusiasmo.

No meu caso pessoal, isso foi arrefecendo, Senador Tebet, diante de um quadro que me causava profunda tristeza: um órgão de vital importância para este País, que tem sob sua responsabilidade a apreciação de contratos e acordos nacionais e internacionais, um órgão que tem sob seu encargo a cobrança de bilhões e bilhões de reais, um órgão que tem uma importância incrível para este País é tratado a pão e água pelas autoridades econômicas. E não é de hoje; há muito tempo isso acontece.

Os recursos que servem para manter a Procuradoria funcionando, que são em parte arrecadados pelo nosso esforço na atuação profissional, na cobrança dos encargos devidos, compõem um fundo que há muitos anos, Sr. Presidente Tebet, é contingenciado em percentuais que praticamente inviabilizam o funcionamento da Procuradoria.

Os últimos percentuais de contingenciamento desses recursos, repito, que são cobrados pela atuação dos procuradores, situaram-se, nos últimos anos, na faixa de 40% a 60%.

A Procuradoria lida com extrema dificuldade. Os resultados alcançados pelo órgão, tenho certeza absoluta, devem-se em grande parte, se não totalmente, ao esforço, à abnegação e ao espírito público dos profissionais que ali estão, que há pouco tempo estavam inclusive em greve, tentando mostrar para a

sociedade brasileira que trabalham em condições absolutamente precárias.

Se fosse dado à Procuradoria da Fazenda Nacional aquilo de que precisa para atuar, pelo menos de igual para igual com os grandes escritórios de advocacia tributária, os resultados alcançados pelo órgão seriam infinitamente maiores do que aqueles que vimos alcançando.

Peço inclusive desculpas pelo desabafo. Fui eleito Senador em razão de diversos fatores, mas um deles pesou muito na minha decisão de afastamento do órgão, que foi o meu desencanto com o tratamento que o órgão recebe, e não é de hoje, por parte das autoridades econômicas do nosso País. O meu desencanto fez com que eu procurasse outros caminhos. E hoje preciso impor a minha presença desimportante aos meus pares por conta disso também.

Cansei de lutar. O Dr. Cuevas está lá na Procuradoria ainda, é um guerreiro. Talvez eu não tenha a paciência e a esperança com as quais ele está dotado, por isso joguei a toalha.

Por conta disso, tive que sujeitar os meus pares, aqui no Senado, a minha presença desimportante, porque cansei de lutar contra tanta má vontade com relação àquele órgão que, repito, é de fundamental importância, que tem bilhões e bilhões de reais para cobrar, e não tem a mínima condição de estrutura física e humana para cumprir com essa missão da forma como constitucionalmente deveria estar cumprindo.

Portanto, faço aqui um alerta, pedindo mais uma vez às autoridades do nosso País, ao Ministro da Fazenda, Dr. Palocci, uma pessoa tão sensata e equilibrada, que prestem mais atenção à Procuradoria da Fazenda, porque muitos problemas que estamos vivendo, a impossibilidade de o Presidente Lula conceder um aumento maior ao salário mínimo e os vários programas sociais que estão aí para serem executados e cumpridos, certamente se devem a essas razões também. Esse é um assunto que a sociedade não discute, mas para o qual deveríamos estar atentos, porque é de fundamental importância que se dote a Procuradoria da Fazenda Nacional dos meios e dos instrumentos de que precisa para continuar cumprindo com o seu papel constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª fez abordagem de alta importância para a Comissão, mas sem questionamento, pelo me parece. Mas foi muito importante a participação de V. Exª.

Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante

Peço aos Srs. Senadores que ainda não exercitaram o direito de voto que o façam, por gentileza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Queria saudar o Dr. Ricardo Villas Boas, que vem de uma instituição tão importante como a Procuradoria da Fazenda Nacional, o Dr. Luiz Carlos Thadeu, que tem uma longa trajetória acadêmica que acompanho há tantos anos, com trabalhos importantes, por pensamento econômico e nacional na área de comércio exterior, e tenho certeza de que dará uma grande contribuição ao Cade, e a Drª Elizabeth, que é muito mais jovem do que eu, mas fez a graduação comigo, na USP, no mesmo período, numa geração de que saíram alguns talentos importantes, como Pérsio Arida, Álvaro Zini e outros. Seguramente, desde aquela época, era uma aluna aplicada, estudiosa, uma professora de bastante destaque na Faculdade de Economia e Administração da USP, que dedicou praticamente toda a sua vida intelectual e acadêmica a esse tema prioritariamente. Por isso tenho certeza de que ela traz uma bagagem teórica fundamental ao desempenho do Cade.

De forma muito breve, estou muito satisfeito com as indicações que foram feitas para um trabalho que cada vez é mais difícil, porque a globalização impõe escalas e padrões de competitividade que transcendem as fronteiras nacionais. Portanto a decisão de uma instituição como essa não pode ser marcada apenas pelo impacto na economia nacional, ainda que essa seja uma dimensão importante. Em todos os setores mais dinâmicos e importantes da economia globalizada existem megaempresas que são produto de fusões, de aquisições em escalas gigantescas, e a decisão que essa instituição toma, se for precária do ponto de vista intelectual, se não for estratégica sobre desdobramentos, poderá beneficiar imediatamente a sociedade, e inviabilizar que o Brasil tenha presença ou uma plataforma local de produção global, porque a concorrência e as escalas são globalizadas. Essa é uma grande questão.

Em segundo lugar, queria também destacar que deve haver um tratamento diferenciado entre o setor e as empresas que estão expostas à competitividade globalizada e as que não estão. Como ocorre em alguns países, na Ásia, no Japão, há uma experiência importante nesse sentido que pode ajudar decisivamente a questão do emprego, adotando padrões de desempenho normatizados e regulados pelo Estado, com funções e responsabilidade social muito mais amplos, por exemplo, na área de serviços. Então, precisamos ter um tratamento mais, diria, qualificado.

Queria concluir, dizendo que acho que o Cade estava muito desaparelhado para a função que desempenha. Aprovamos um projeto de lei que fortaleceu o Cade nesse sentido e vamos cobrar muito. O Cade precisa ter transparência e agilidade decisória. Não se

pode, como, por exemplo, em alguns casos, dois anos depois tomar uma decisão que desfaz investimentos, compromissos e tem impacto, eu diria, nocivo. Creio que essa é uma das questões apresentadas pelo Senador Sérgio Guerra com muita propriedade, no caso do Espírito Santo. Mesmo que a decisão fosse negativa, tinha que ser tomada antes. Caso contrário, deveria ter sido estabelecido em que condições poderia ocorrer. Ao estabelecer as condições, preservaria, por exemplo, naquele caso, os produtores autônomos que dependem de cobertura de chocolate, em que a concentração é brutal. Se a Nestlé compra a Garoto, prejudica os produtores independentes. Portanto, quais são as regras a serem estabelecidas?

Então, deve haver mais agilidade no processo decisório, assim como critérios transparentes e procedimentos continuados. Às vezes, o que espanta é assistir a decisões totalmente díspares para problemáticas bastante semelhantes. E isso gera insegurança da sociedade diante de uma instituição que tem que ser fortalecida, respeitada, que é muito importante para os interesses gerais do País, econômicos e sobretudo sociais, no que se refere ao emprego e ao direito à concorrência.

Por último, espero que vocês estudem bem essa questão da laranja, porque, de fato, hoje há três grandes empresas no País com o poder de oligopsônio brutal, as quais não estão esmagando a laranja, e sim os pequenos produtores de laranja. E às vezes sem nenhuma razão econômica justificável. O preço da laranja está alto, a taxa de câmbio está competitiva, e abusa-se desse poder de oligopsônio. Somos líderes mundiais nesse setor, e há algumas coisas que precisamos realmente discutir, para criar regras que dêem alcance social tanto ao emprego quanto à pequena produção familiar.

Outro tema que o CADE terá que tratar com muita atenção diz respeito à sua responsabilidade perante o sistema financeiro. Não consigo não compartir da tese de que ela caiba apenas ao Banco Central, como autoridade monetária e gestor da moeda, pois a regulamentação do sistema financeiro tem um papel constitucional que é imprescindível. O problema da concentração está também presente no sistema financeiro, seja do ponto de vista da taxa de spread, do abuso das tarifas ou do prejuízo da sociedade, e o Cade tem que se posicionar. Essa é uma decisão muito importante para melhorar a qualidade do crédito no Brasil, democratizando-o. Quanto mais força, credibilidade e legitimidade o Cade tiver, tanto melhor para o País e para o desenvolvimento econômico e social.

Espero que vocês consigam dar um salto de qualidade e imprimir transparência, agilidade e credibilidade à instituição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro encerrado o processo de votação. Convido o nobre Senador Geraldo Mesquita, que sempre tem me auxiliado, para me ajudar a escrutinar os votos.

Os Srs. Senadores Geraldo Mesquita e Marcos Guerra vão auxiliar nesse escrutínio.

Enquanto se procede à apuração dos votos, quero agradecer imensamente, porque percebo que não há mais condições para a continuidade dos nossos trabalhos por falta de quorum. Aproveito esta oportunidade para agradecer a toda a Comissão de Assuntos Econômicos por ter dado número suficiente, porque votamos pelo menos aquilo que tínhamos que votar e que era importante.

O Cade está se ressentindo de quadros e três indicados foram votados hoje. Não foram votados quatro, porque seria pedir que a Comissão de Assuntos Econômicos não analisasse nada. Por isso que eu não pude atender ao pedido formulado pelo Ministro da Justiça, meu amigo, homem que está exercitando um grande trabalho. Observei que um parecer oral em cima da hora não seria bem acatado pela Comissão de Assuntos Econômicos, e o quarto nome só chegou aqui ontem; a sua leitura foi feita ontem, no Plenário. Mas hoje mesmo indiquei o Relator e na próxima reunião votaremos o nome, se Deus quiser e se houver matéria para entrar em convocação extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos ainda nesta semana.

Julgamos o Cade como um órgão importantíssimo para a sociedade brasileira, na defesa dos interesses principalmente dos consumidores. Ouvi as explanações que foram feitas aqui por alguns dos Srs. Senadores, destacando-se a última que foi feita pelo Senador Aloizio Mercadante, que falou em seguida ao Senador Geraldo Mesquita, tudo no mesmo sentido.

É preciso que realmente haja uma maior comunicação entre o Cade e a sociedade, porque as decisões do Cade estão chegando distorcidas ao seio sociedade, muitas vezes, levando a alguma incompreensão. Como a sociedade, sem a devida explicação, vai acreditar que, para zelar pela concorrência, o Cade tomou a decisão de impedir o barateamento do custo de um determinado produto, como aconteceu, recentemente, por exemplo, com a passagem aérea? Ninguém pode entender isso se não houver um perfeito entrosamento com a sociedade. Isso é importante. As decisões, a meu ver, não podem ficar entre quatro paredes.

Cumprimento os senhores. Já disponho do resultado em mãos. Todos três indicados obtiveram o mesmo número de votos. Houve 21 votos favoráveis para a Drª Elizabeth, que será a nossa Presidente, o mesmo número de votos para o Dr. Ricardo e para o Dr. Luiz Carlos. Só houve um voto contrário e nenhuma abstenção.

Assim, os senhores estão de parabéns. Formulo votos de que tomem posse imediatamente e que o Cade se aperfeiçoe cada vez mais nas suas decisões.

Se o Ministro estiver me ouvindo, que levem a S. Exª também a minha saudação efusiva, não só pela nossa amizade, mas principalmente pela maneira eficiente, digna e altaneira com que está desempenhando a elevada função de Ministro de Estado da Justiça do nosso País.

Não há quorum. Muitos pediram que se retirassem, inclusive, as matérias de plenário. Eu gostaria de atender ao Senador Aelton, que se encontra presente.

Se não houver pedido de verificação, vou submeter à votação este requerimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Do que se trata? É Subcomissão para tratar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou esclarecer.

"Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado, a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, de uma subcomissão destinada ao acompanhamento das liquidações de instituições financeiras do Banco Central, composta por sete membros titulares e sete membros suplentes."

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, apenas uma ponderação.

No mérito, não tenho nenhuma objeção, mas, como existem outros pedidos de instalação de subcomissão, isso deverá ser posteriormente definido pela Comissão. É a única ponderação; não tenho objeção de mérito. Considero-a meritória.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tendo havido contestação, peço vênia, para ficar dentro do Regimento, Senador Aelton, para submeter essa votação posteriormente.

Assim, declaro encerrada a presente reunião de hoje, formulando votos de que no Plenário tudo corra bem.

Quanto aos três indicados, a Secretaria enviará as mensagens devidamente aprovadas pela Comissão para a Mesa do Senado, a fim de serem incluídas ainda esta semana.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 13 horas.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 7 de Julho, de 2004, às 14:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas e nove minutos do dia sete de julho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, Marcos Guerra, Sérgio Guerra e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, Romero Jucá, Pedro Simon, Jorge Bornhausen, Tasso Jereissati, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Comissão aprecia, portanto, as matérias da pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 73, de 2004, não terminativa, "propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID", autoria do Executivo, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do parecer pela Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, usam da palavra os Senadores Ney Suassuna, Roberto Saturnino, Mão Santa, Hélio Costa e Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer da Relatora favorável nos termos do PRS apresentado e, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 02– Mensagem do Senado Federal nº 94, de 2004, não terminativa, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Magalhães, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Antonio Carlos Magalhães, usa da palavra para dar início à sua exposição, o Sr. Cleveland Prates Teixeira. Após a exposição, usam

da palavra para interpelar o sabatinado os Senadores Eduardo Suplicy e Antônio Carlos Magalhães. O Presidente convida para atuarem como escrutinadores os Senadores Aelton Freitas e Luiz Otávio. Colocado em votação, a Comissão aprova a indicação do Senhor Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por 19 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 1 de redação que apresenta. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores da República Federativa do Brasil, tenho a honra de declarar aberta a 26ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A reunião está abrilhantada por eminentes Senadores da República para votarmos dois assuntos de grande importância nesse final dos nossos trabalhos do 1º semestre de 2004. Consta como item 1 da pauta, referentemente a esta convocação extraordinária, uma mensagem do Presidente da República propondo ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federativa do Brasil, para que seja autorizada a contratação de crédito externo no valor equivalente a até US$100 milhões dos Estados Unidos da América do Norte, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, destinado ao financiamento parcial do Programa de Ação Social e Saneamento, PASS/BID.

Antes de conceder a palavra à eminente Senadora Serys Slhessarenko, que, atendendo ao apelo desta Presidência, aceitou em tempo Record apresentar o seu parecer, gostaria de pedir às Srªs e aos Srs. Senadores que nos dispensassem da leitura da Ata e a considerassem aprovada, se assim entenderem.

Olhando para o plenário e com a voz do Senador Roberto Saturnino, que falou em nome de todos, está aprovada a Ata da reunião anterior.

Antes de conceder a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, quero agradecer à Comissão porque às vezes não há tempo, e é preciso que agradeçamos. Esta Comissão tem funcionado – não vou falar modéstia à parte, porque o mérito pertence aos membros da Comissão, e cada um que bata no peito se quiser. Não houve nenhum terça-feira que não fosse feriado em que não houvesse reunião com matéria votada. Aqui não se olhou e não se tem olhado coloração partidária, mas os superiores interesses do País. Ainda ontem, todos ficamos felizes por ver que não houve um lamento sequer, e eram dois empréstimos para o Governo do Estado de São Paulo, capitaneado pelo partido da social-democracia brasileira. E hoje temos um pedido especial que poderia até ser levado ao plenário com a assinatura dos Líderes, no entanto, está garantida aqui a apreciação desta matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, porque o Governo Federal pretende US$100 milhões para um financiamento parcial de um programa de ação social em saneamento.

Esta Comissão recebeu o apelo do Ministro, de próceres da República, de Senadores, todos interessados nesse assunto, e encontrou boa vontade. Logo que se convocou a Senadora Serys para o seu parecer, meus bons amigos Senadores Geraldo Mesquita e Mão Santa, que me olha com atenção, S. Exª disse: "Pode me entregar, porque dou conta de relatar". Por isso, S. Exª está com a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, antes que V. Exª passe a palavra, eu quero dizer, com a autoridade de quem foi Presidente desta Comissão, que tudo isso se deve também à direção que V. Exª tem implementado nesta Comissão não só presidindo como relatando. Então, os parabéns são para a Comissão mas para V. Exª em especial.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – A voz abalizada do Senador Ney Suassuna falou por todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando eu falei não busquei a sua palavra, Senador Ney Suassuna, mas já que ela veio eu a recebo como estímulo

para continuar agindo assim. Aqui não tem esse negócio, observa-se apenas o interesse do País.

O Sr. Ministro disse-me: "Olha aqui, Senador, o Cade não está funcionando. O Brasil inteiro está reclamando uma efetiva participação do Cade na condução dos interesses da sociedade brasileira. O Cade tem um papel importantíssimo para condenar as concorrências desleais e ver o que é melhor para o consumidor e a sociedade brasileira."

Então, vamos ver se realizamos hoje a votação para que os quadros do Cade fiquem completos. Parece que o Cade está mesmo interessado em tudo, porque ontem tivemos a honra de aprovar o nome de três membros do Cade, entre os quais da Drª Elizabeth, que nos honra hoje com a sua presença. Ela é a Presidente do Cade, em quem depositamos muita confiança, e que ontem foi saudada aqui não apenas por suas qualidades pessoais, que ornamentam a sua personalidade, o seu caráter e a sua reconhecida capacidade intelectual e, mais do que isso... não sei definir um grau de comparação, mas sei dizer que – estou de bom humor hoje – que as mulheres ficaram vibrante e eu também, porque se há um adepto do sexo feminino, está aqui. As mulheres são dedicadas, competentes, são as primeiras a chegar e as últimas a sair do trabalho...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Incorruptíveis.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já que o senhor falou nisso, desejo que continuem invictas, porque, até hoje, não ouvi falar em uma mulher neste País que exerça cargo público que tivesse sido manchada com essa nódoa da corrupção, que deve ser varrida do nosso País.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Só a Jorgina.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas essa não foi eleita pelo povo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço um aparte ao seu pronunciamento. Eu estava aqui atentamente ouvindo e meditando sobre uma reportagem em que os jornalistas falavam dos elegantes. A reportagem errou, porque V. Exª é o exemplo maior de elegância. Eu estou que nem o Ibrahim Sued. E errou também quando disse que o nosso Suassuna não era elegante. O repórter tem que saber que "o essencial é invisível aos olhos". O Suassuna tem aquela elegância das virtudes, que ninguém o excede.

Então, ratificando as suas palavras, representando a beleza e a inteligência da mulher, aquela que, a exemplo da garota de Ipanema, é a Senadora do Pantanal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, para proferir parecer.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é a sua competência e o seu compromisso político que estão em evidência, com certeza.

Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 73, 2004 (nº 298, de 7/6/2004 na origem), que solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$100 milhões de principal, destinado a financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PAS/BID.

Relatório:

Com a Mensagem nº 73, de 2004, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para contratação de operação de crédito externo a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e o BID no valor total de até US$100 milhões, de principal, destinado a financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PAS/BID.

Acompanha a Mensagem, entre outros documentos: Exposição de Motivos nº 61, de 19-5-2004 do Ministro da Fazenda; Parecer PGFN/COF nº 685/2004 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; cópia do Parecer STN/Coref/Gerf nº 190/2004 da STN; cópia do resultado do Tesouro Nacional no mês de março de 2004; Ofício nº 2004/095, de 14 de maio de 2004, do Banco Central do Brasil; e o Aviso nº 96/2003, do Ministério das Cidades, dia 16 de maio de 2003.

As características da operação de crédito são as seguintes: primeiro, mutuário, República Federativo do Brasil; b) mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; c) valor do empréstimo de até cento e quarenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América de principal, com o compromisso de cancelamento posterior do valor de quarenta e dois milhões, setecentos e treze mil dólares dos Estados Unidos da América; d) valor da contrapartida originalmente estimada em sessenta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América e revisada para trinta e oito milhões, cento e noventa e dois mil dólares dos Estados Unidos da América, em paralelo com o cancelamento previsto no item "c"; e) prazo de desembolso: quatro anos e meio; f) amortização – parcelas semestrais e consecutivas de valores aproximadamente iguais, vencendo a primeira seis meses a partir da data prevista, para desembolso final, e a última, no mais tardar, vinte e cinco anos após a assinatura do contrato; g) juros exigidos semestralmente calculados com base no custo de captação do banco para empréstimos unimonetários, qualificados, apu-

rados durante seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual para a cobertura de despesas administrativas; h) comissão de crédito exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0.75 centésimos por cento, sobre o saldo não desembolsado o empréstimo, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato; i) taxa de inspeção e supervisão geral até 1% do empréstimo em prestações trimestrais – tanto quanto possível, iguais.

A Secretaria do Tesouro Nacional informa ainda, no referido Parecer nº 190, de 2004, "a": no Item 6, que o prazo limite para a assinatura do contrato foi prorrogado em nove meses, tendo sido definida, portanto, a data de 30 de junho de 2004 como data limite para a assinatura; b) no Item 7, tendo em vista as reduções dos valores de empréstimo, em contrapartida ao que o Ministério da Fazenda deverá solicitar imediatamente após a assinatura do contrato, o cancelamento dos recursos do empréstimo, no valor de quarenta e dois milhões, setecentos e treze mil dólares dos Estados Unidos da América e da contrapartida nacional correspondente; c) no Item 11, que o custo efetivo da operação, que estava situado em 8.08%, passou para 5.44%, anteriormente definido, em virtude da redução no custo e financiamento do BID dos últimos anos; d) no Item 18, a margem nos limites de endividamento da União, estabelecidos no art. 2º, Incisos I e II, do art. 3º e art. 4º da Resolução do Senado nº 96, de 1989; e) no Item 20, considerando o caráter prioritário das ações previstas no Programa PASS/BID, assim como a prorrogação excepcional da data para assinatura, concedida pelo BID, nada temos a opor acerca da contratação da referida operação de crédito externo.

Análise.

As operações de crédito externo da União e concessão de garantia pela União estão disciplinadas na Resolução nº 96, de 1989.

Pela análise da documentação apresentada, o pleito preenche os requisitos necessários à celebração do contrato e empréstimo a que se refere.

Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso voto pela aprovação do pleito nos termos do seguinte: projeto de resolução autoriza a República Federativa do Brasil a celebrar contrato de crédito externo no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América com o Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID – para o financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID.

O Senado Federal resolve – art. 1º: "Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – no valor total de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América de principal".

Parágrafo Único: "Os recursos advindos da operação a que se refere o **caput** deste artigo serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID".

Art. 2º As condições da operação de crédito são as seguintes:

1 – Mutuário: República Federativa do Brasil.

2 – Mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID.

3 – Valor do empréstimo: até US$100 milhões de principal.

4 – Valor da contrapartida: em valor equivalente de até US$67 milhões.

5 – Prazo de desembolso: quatro anos e meio.

6 – Amortização: parcelas semestrais e consecutivas de valores aproximadamente iguais, vencendo a primeira seis meses a partir da data prevista para o desembolso final e a última, no mais tardar, 25 anos após a assinatura do contrato.

7 – Juros: exigidos semestralmente e calculados com base no custo de captação do banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual, para a cobertura de despesas administrativas.

8 – Comissão de crédito: exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculadas com base na taxa de até 0,75 centésimos por cento sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato.

9 – Taxa de inspeção e supervisão geral: até 1% do empréstimo, em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Art. 3º Esta autorização perderá a eficácia caso o Poder Executivo não apresente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no prazo de até três meses após a celebração do contrato aqui autorizada, pedido de cancelamento dos recursos do empréstimo, no valor de até US$42,713 milhões, e dos recursos de contrapartida nacionais, em valor equivalente a US$28,808 milhões.

Art. 4º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, lido o relatório, procedido o voto favorável e o projeto de resolução, terminamos de ler.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Serys, por gentileza, eu pediria a V. Exª que virasse a página, no item c, que concordasse com a retificação.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim, 46.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, no valor de empréstimo de até...

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – US$100 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E colocar por extenso 100 milhões.

Feita a retificação, concedo a palavra a quem queira dela fazer uso para discutir a matéria.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu não pediria a palavra para discutir, necessariamente, o texto da Senadora Serys, mas para fazer um apelo à Liderança do Governo, que está aqui representada pela ilustre Senadora Ideli Salvatti.

Estamos, evidentemente, apreciando um empréstimo de US$100 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De até US$100 milhões.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – De até US$100 milhões. Eu entendo e espero que chegue aos US$100 milhões, para saneamento.

Nesse caso em particular, temos que lembrar que existe, neste momento, na Casa Civil da Presidência da República, uma proposta de regulamentação do setor de saneamento, que foi preparada pelo Ministério das Cidades, que, lamentavelmente, não ouviu, na sua preparação, as empresas estatais. São 24 empresas estatais de saneamento, que representam mais de 80% do atendimento na área de saneamento, em todos os 24 Estados onde estão situadas.

Ainda ontem, foi realizado em Brasília um fórum para discutir a questão do saneamento, patrocinado pelo Ministério das Cidades, onde ficou estabelecido que serão realizados outros oito fóruns para discutir a questão do saneamento e essa regulamentação do setor.

Agora, lamentavelmente, não sei por que cargas d'água, talvez porque o Senador Hélio Costa já fez dois discursos pedindo ao Governo para ter muita atenção e cuidado com a regulamentação do setor de saneamento, colocaram esses fóruns nas seguintes cidades: Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Goiânia, Belém, Manaus e Brasília.

Esquecem-se de que a maior empresa de saneamento do Brasil está em São Paulo e a segunda, em Minas Gerais, mas não temos, aqui, a gentileza de fazermos um desses fóruns em Minas Gerais, em que a Copasa, que é uma empresa modelo, poderia, certamente, colaborar muitíssimo na preparação dessa questão, que é tão importante a nível nacional. Hoje, em mais de 62% dos Municípios brasileiros não há saneamento básico. Então, estamos falando de uma questão de saúde pública, uma questão que, lamentavelmente, coloca o Brasil em uma condição inferiorizada entre os países de América Latina, imaginem lá fora, na Europa ou em qualquer parte do mundo.

Portanto, estamos falando de um empréstimo importantíssimo para um setor de absoluta importância e, infelizmente, o meu Estado, Minas Gerais, que é líder em empresa estatal de saneamento, fica fora até mesmo da colocação dos estudos que serão feitos para a apresentação dessa matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, nesta Comissão há três vice-Líderes: eu, do Governo; a Senadora Ideli Salvatti que, além de Líder do Governo também é Líder do PT e V. Exª. Portanto, solidarizamo-nos com V. Exª. Certamente levaremos essa colocação à Liderança. Mas, em relação ao assunto aqui tratado, ele é tranqüilo, é pacífico, e está de acordo com a lei, por isso, pedimos o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Apenas para me manifestar por entender que o financiamento está correto, portanto, não tenho nada a obstar. Também quero registrar que existem dois financiamentos do Estado de Minas Gerais aguardando liberação por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, pois não há mais motivos para a paralisação nas decisões, tendo em vista já termos aprovado, aqui, empréstimos para outros Estados. Então, nesta oportunidade, quero registrar que nesse momento o Tesouro Nacional esta devendo a liberação de projetos a Minas, já aprovado pelos devidos órgão técnicos.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, gostaria de dar um esclarecimento com relação aos objetivos do Programa de Ação Social em Saneamento – Paes/BID.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora, peço-lhe brevidade, porque assim que iniciar a Ordem do Dia, vamos cumprir a lei.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Sr. Presidente.

O objetivo, realmente, é a redução das desigualdades sociais dessa propositura para o esgotamento sanitário que atenderá a maior concentração de pobreza: 1.2 milhões de pessoas nas áreas mais carentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mão Santa, tem V. Exª a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, acredito que hoje não haverá Ordem do Dia.

Sr. Presidente, gostaria de dar o meu testemunho como Governador que fui.

Em primeiro lugar, penso que isso tem que ser aprovado logo, porque isso vai para o Ministro das Cidades, além do mais quero dizer que S. Exª, o Ministro, hoje, é o mais competente Ministro que o Brasil tem. S. Exª foi Governador na mesma época em que eu governava o Piauí. Um quadro vale por dez mil palavras. Quando Governador do Estado do Piauí consegui US$30 milhões para um projeto semelhante a esse, denominado Sanear, para Teresina. Hoje, Teresina tem quase quatrocentos quilômetros de esgoto, o que contribuiu bastante para a redução da mortalidade infantil. Senadora Serys Slhessarenko, o essencial é invisível aos olhos. De repente, ela se verticalizou, porque o projeto possibilitou a construção de grandes e modernos edifícios. Então, isso é essencial, é fundamental. E o Ministro, na sua competência e austeridade, saberá dividir esse dinheiro com todos os projetos de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação a matéria e a urgência.

As Srªs e os Sr. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada, assim como a sua urgência, e seguirá para o Plenário.

Peço, então, à Mesa que encaminhe, de acordo com a deliberação do Plenário, a matéria imediatamente à Mesa do Senado.

E fazendo coro com o Senador por Minas Gerais, Hélio Costa, penso interpretar aqui também o Senador Delcídio, que está me fazendo sinal. Esses recursos deviam ser distribuídos por toda a federação brasileira, que haja equanimidade, que haja justiça, porque isso só está ficando nos grandes centros e, por exemplo, Mato Grosso do Sul está ficando alheio a isso. É preciso que se olhe um pouco para o Estado de Mato Grosso do Sul e para outros Estados mais necessitados da Federação. Acredito que esta é uma grande oportunidade.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães para o item 2 da pauta; não sem antes agradecer ao Senador a presteza com que S. Exª redigiu o seu relatório e se colocou à disposição tão logo soube que havia sido designado Relator para a indicação de um diretor do Cade. S. Exª me disse pessoalmente que, amigo do Ministro, reconhecendo a importância do Cade, com muita honra relataria o projeto.

Convidando para compor a mesa o ilustre sabatinado, Sr. Cleveland Prates Teixeira, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães para a leitura do relatório. E convido a Presidenta, Drª Elizabete, que está abrilhantando os nossos trabalhos, para tomar assento à mesa, caso seja do seu agrado, porque para nós é uma honra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se da Mensagem nº 94, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Cade do Ministério da Justiça por um mandato de dois anos.

Nascido em São Paulo, o indicado formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo, USP, em 1991, tendo obtido o título de Mestre em Economia em 1998 pela Fundação Getúlio Vargas.

O currículo do candidato atesta, sem dúvida, a sua qualificação acadêmica e a sua ampla experiência profissional na área da economia, com destaque para o exercício da atividade de Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Coordenador-Geral da Defesa da Concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico do próprio Ministério da Fazenda; Assessor Econômico da Presidência da Confederação Nacional do Comércio e, desde agosto de 2002, é Conselheiro do Cade. O Sr. Cleveland tem exercido também atividades do magistério em instituições de nível superior de mérito como: Fundação Getúlio Vargas, Universidade Paulista – UNIP, Escola Nacional de Administração Política e o Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, tendo administrado cursos sobre política de defesa da concorrência, economia monetária e financeira, macroeconomia, teoria do investimento e finanças, análise e elaboração de projetos, organização industrial, matemática aplicada à economia.

Há ainda que destacar também outras atividades exercidas pelo indicado como Conselheiro do Cade, gestor da Fundação de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e como representante do Brasil no Grupo de Negociação da Alça.

O indicado já participou como palestrante e debatedor de inúmeros seminários e palestras no Brasil, nos Estados Unidos, na França e no Panamá, onde apresentou artigos sobre leis, políticas e concorrência internacional. Por isso mesmo, ele fala várias línguas. Trata-se de um poliglota, o que é uma certa vantagem para o seu aprendizado. Por outro lado, tem vários trabalhos publicados, como a "Integração Vertical da Indústria do Comércio", a "Defesa da Concorrência", o "Modelo Brasileiro de Telecomunicações – Aspectos Concorrenciais e Regulatórios", "Guia para Análise Econômica, "Guia para Análise Econômica e Prática de Preços".

Considera-se, assim, que as informações constantes do seu currículo comprovam sua qualificação e adequação para o desempenho do cargo. Ressalte-se que, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, os conselheiros são escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, não se exigindo condição de nacionalidade, embora o quotidiano seja brasileiro nato, como demonstra, apesar do nome.

Mencionou-se também, de acordo com o §1º do referido artigo, que o conselheiro tem mandato de 2 anos. Agora, é candidato à sua recondução. Diante do exposto, em complemento às disposições constitucionais, submete à apreciação e julgamento desta Comissão, indicado pelo Senhor Presidente da República, Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao Cade.

O meu voto é favorável à sua nomeação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senhoras e Senhores Senadores, todos acompanharam atentamente o parecer do Senador Antonio Carlos Magalhães, que concluiu pela aprovação do nome do indicado, que já se encontra à Mesa.

Em se tratando de uma recondução, creio que o Plenário vai concordar que eu lhe faça um apelo no sentido da brevidade de sua explanação. Trata-se de uma sabatina que, porém, é tendente à recondução.

Portanto, se V. Sª puder ser breve, esta Presidência agradece.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Obrigado.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet; Exmº Senador Antonio Carlos Magalhães, que muito me honra com a relatoria de minha recondução; Senadoras, Senadores e demais presentes, de fato, vou ser o mais breve possível. Tentei antecipar preparando um relatório de atividades, para que V. Exªs tenham conhecimento do meu trabalho ao longo desses dois anos no Cade. Está disponível a todos.

Simplesmente, farei algumas considerações, já que todos têm informações a meu respeito, sobre alguns pontos que entendo relevantes para o bom andamento do Cade. Escutamos várias críticas ao Cade e eu também me uno a várias delas. No entanto, a solução dos problemas postos depende de algumas alterações fundamentais. Basicamente, apresentarei os quatro pontos principais, que me parecem ser questões mais urgentes para que o Cade exerça sua função de maneira célere, rápida e de forma compatível com a demanda da sociedade.

São quatro questões. Ontem, tive oportunidade de estar aqui presente e as vi sendo debatidas. Em primeiro lugar, há necessidade de se mudar a apresentação de atos de concentração e que essa apresentação seja feita de maneira prévia, para que não surjam problemas de desconstituição, quando necessário, depois de um tempo demorado de análise. É fato que nós, no Cade, tentamos instrumentar legislativamente alguma forma de evitar problemas desse tipo por meio do que denominamos de APRO – Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação –, que nada mais é do que uma forma de tentar paralisar e estancar a operação, o ato de concentração até o julgamento final.

A segunda questão que também me parece muito relevante é a mudança do filtro de apresentação de atos de concentração, ou seja, estabelecer critérios objetivos para que operações apresentadas ao Cade sejam feitas da maneira mais clara e transparente possível.

A terceira questão, e essa eu acho que deve ser muito bem tratada – é o excesso de guichês, digamos assim, de análise.

Hoje nós temos, no sistema, uma análise preliminar feita pela Siai, posteriormente essa análise também é realizada pela SCDE, passa por um terceiro guichê de análise, que é a Procuradoria do Cade e, por último, chega ao Ministério Público. Então, são quatro etapas de análise antes da decisão do Cade. Muito da demora que se atribui às decisões do Cade não se deve especificamente a ele, acontece nesse processo longo em que várias instituições são obrigadas a fazer análise. De fato, o que temos hoje dentro do Cade são noventa dias, em média, de análise.

Por último, o ponto fundamental – vou encerrar a minha exposição – é a questão referente à estrutura e à carreira do Cade. Hoje o Cade não tem uma carreira própria, não tem uma estrutura, em que pese a Lei nº 8.884, de 1984, ter estabelecido em seu artigo 81, muito claramente, que o Poder Executivo encaminharia no prazo de sessenta dias ao Congresso Nacional projeto de lei criando essa carreira e essa estrutura. Dez anos depois da criação da lei, nós ainda estamos sem uma estrutura e sem uma carreira própria, o que dificulta muito a análise dos nossos casos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa falta de estrutura é responsabilidade de quem?

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Eu não indicaria responsáveis, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas tem que ter alguém responsável, Excelência.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – O que posso antecipar é que houve discussões desde 2000 de um projeto de lei de alteração da estrutura do Cade em que se incorporaria a carreira também. Houve discussões ao longo desses quatro anos e me parece que o projeto deste Governo está bem encaminhado e

será encaminhado o mais breve possível ao Congresso. Basicamente seria isso.

Seriam essas as palavras iniciais que eu teria a dizer. Coloco-me à disposição de V. Exªs para responder qualquer questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O nosso sabatinado tem longa folha de serviços prestados ao Cade.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que é o único orador inscrito até agora para sabatiná-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, avalio que o relatório de atividades que o Conselheiro Cleveland Prates Teixeira nos traz fornece-nos informações muito significativas sobre a relevância do seu trabalho no Cade – quero cumprimentá-lo por isso. Acho que ele cumpriu muito bem a sua função como Conselheiro do Cade. Portanto, recomendo a sua aprovação.

Quero apenas dar uma informação, Sr. Presidente. Ainda hoje de manhã, eu mencionei ao Ministro Roberto Rodrigues que, por ocasião da exposição dos membros do Cade ontem, eu aqui mencionei a preocupação dele. Quero informar que o Ministro Roberto Rodrigues, mais uma vez – ainda hoje o encontrei por ocasião da visita ao Itamaraty com o Presidente Vicente Fox –, disse-me que será importante que o Cade e esta Comissão de Assuntos Econômicos tomem alguma iniciativa relacionada à questão da laranja.

Sendo assim, Sr. Presidente, quero informar que, no segundo semestre, vou propor alguma iniciativa junto a V. Exª para que possamos fazer algo quase que em caráter preventivo.

O Conselheiro Cleveland Prates Teixeira, em seu trabalho, menciona que o Cade tem papéis educativos, repressivos e preventivos. O que estou imaginando, Sr. Presidente, é que uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com o Cade e com os produtores de laranja e suco de laranja pode ter, justamente, um caráter preventivo, educativo, quase que para alertar as empresas de suco de laranja que hoje dominam 70% do mercado que elas precisam adotar um comportamento que não fira as regras, as leis de concorrência. Se assim não for, alguma outra iniciativa poderá ser tomada.

Com esse intuito, Sr. Presidente, queria anunciar que vou, até em cooperarão com o Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, ver qual a melhor maneira. Estou considerando que a Comissão de Assuntos Econômicos possa fazer uma reunião, aqui ou na região produtora de laranja, onde podem se reunir muitos produtores de laranja e interessados no assunto, como já o fizemos há mais ou menos três anos. Portanto, dada as circunstâncias, teríamos uma nova iniciativa. E teria esse caráter preventivo e educativo. Se o Conselheiro Cleveland quiser comentar, seria próprio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª gostaria de fazer algum comentário?

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Muito brevemente. Senador, estamos à inteira disposição. Essa função educativa deve ser mais executada pelo Cade. Se tem uma crítica que faço a nós mesmos é a de que devemos estar mais presentes, ouvirmos mais e estarmos mais próximos dos problemas que surgem. Então, estamos à inteira disposição para eventuais convocações e convites. Sempre que fui convidado ou convocado estive presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o eminente Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, devo dizer a V. Exª que é até triste falar disso. Há 40 anos, uma comissão de Senadores e Deputados da qual eu participava esteve nos Estados Unidos. Alguns dos membros dessa Comissão chegaram a Ministro, Governador e até Presidente da República, como foi o caso do Presidente José Sarney. Estivemos lá estudando também o problema do Cade e falamos sobre a legislação americana. E uma figura do Cade – não era o Presidente, mas um alto funcionário –, que nos acompanhava para tratar do assunto, dizia que a nossa legislação, já àquela época, era boa e que o Brasil não a colocava em prática. Isso me chamou atenção para o Cade.

E tenho visto, infelizmente – não neste Governo mas em vários governos –, que o Cade não cumpre exatamente suas funções, que são amplas demais, mas importantes. Eu até dizia à Presidente que eu achava o órgão tão ou mais importante que alguns ministérios que existem mas não deveriam existir.

De modo que acredito que o Cade devia, como disse o Senador Eduardo Suplicy – e sei que V. Exª também pensa assim –, mandar para esta Casa, por meio da Presidente, um programa de ação do órgão nos vários setores onde irá atuar. Se isso for feito, muitos problemas deixarão de existir para decisao do Cade, porque nas suas normas e na sua programação já estarão resolvidos com as deliberações anteriormente tomadas.

Seja como for, é um órgão da maior importância, e a Presidente e os demais membros estão à altura do mandato que o Presidente da República lhes confere, se aprovados pelo Senado, como estão sendo, para fazer uma programação junto à Comissão que V. Exª preside. Dessa forma, teríamos dentro de dois ou três meses, pois não é algo que se faça em cima da perna,

o **modus operandi** do Cade. Isso dará importância ao órgão e, ao mesmo tempo, vai-nos dar segurança para debater os assuntos quando aqui chegarem.

Era essa a solicitação que gostaria de fazer. Aplaudo, mais uma vez, a indicação do Dr. Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sinceramente, espero que a Presidente do Cade e os diretores que aqui se encontram, não só V. Exª que, esperamos, terá o nome sacramentado pelo Plenário, aceitem essas sugestões, que é uma maneira de o Senado colaborar e cumprir suas elevadas funções.

Feito isso, eu o dispenso de permanecer à Mesa, por uma questão regimental.

A Srª Presidente pode continuar.

Convido as Srªs e os Srs. Senadores a exercitarem o direito de voto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrado o processo de votação.

Convido os Senadores Aelton Freitas e Luiz Otávio para a devida apuração dos votos.

Enquanto se procede à apuração dos votos, informo que há sobre a mesa requerimento firmado pelo Senador Aelton Freitas, solicitando que seja criado, no âmbito da nossa Comissão, uma subcomissão destinada ao acompanhamento das liquidações de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil, composta por sete titulares e sete membros suplentes.

Esclareço que esta matéria está livre para votação, considerando a desistência de requerimentos dos Senadores Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra, que pediam a criação de subcomissões e que estavam na frente. Com essa desistência, podemos votar o requerimento, que está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Fica criada, no âmbito desta Comissão, a Subcomissão destinada ao acompanhamento das liquidações de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil.

O requerimento do Senador Sérgio Guerra será apreciado no mês de agosto, conforme informação da Secretaria.

Resultado da votação:

Votaram 21 Srs. Senadores. Foram 20 votos favoráveis e 1 abstenção. Assim, o nome do Dr. Cleveland Prates Teixeira foi aprovado. Será reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Cadê, caso seu nome, como esperamos, seja aprovado pelo Plenário do Senado.

O Senador-Relator, Antonio Carlos Magalhães, me pede que seja retificado. São 20 votos: dezenove "sim" e uma abstenção.

Coloco em votação o requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães pela urgência da matéria. (Pausa.)

Está aprovada a urgência. A matéria segue incontinente para o Plenário do Senado da República.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez, os agradecimentos desta Presidência à imprensa falada, escrita e televisada, a todos que nos honraram com suas presenças e, principalmente, aos membros da Comissão.

Estou muito animado com os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, que atende ao nosso chamamento. Se fizermos um balanço, veremos que ela é recordista, graças a Deus: em cima da hora, a toda hora e a todo momento.

Muito obrigado ao Senador Antonio Carlos Magalhães e a V. Exªs. Até outra oportunidade, se Deus quiser. Espero rever todos em agosto.

(Levanta-se a reunião às 16h.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de agosto, de 2004, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia dez de agosto do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Valmir Amaral, Ney Suassuna, Maguito Vilela, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, José Agripino, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino e Mão Santa. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente, Senador Ramez Tebet, esclarece que, em virtude da leitura em Plenário das Medidas Provisórias nº 184/04,

nº 185/04, nº 187/04 e nº 188/04 e do Projeto de Lei de Conversão nº 41/04, sobrestando a pauta nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, e do Projeto de Lei da Câmara nº 32/04, nos termos § 2º do art. 64 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. A Presidência inicia a reunião procedendo a leitura dos Requerimentos nº 37/04 e nº 39/04, de autoria dos Senadores Sérgio Guerra, José Agripino e Efraim Morais, que requerem sejam convidados os Presidentes do Banco do Brasil, Sr. Cássio Casseb, e do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meirelles, respectivamente, a comparecerem a esta Comissão para uma Audiência Pública. Colocados em discussão, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, que apresenta um aditamento aos Requerimentos apresentados e sugere reunião em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães, José Agripino, Ideli Salvatti, Sérgio Guerra, Ney Suassuna, Arthur Virgílio, Almeida Lima, Aloízio Mercadante, César Borges, Garibaldi Alves Filho, Antônio Carlos Valadares e Pedro Simon. O Presidente informa o recebimento de documento confidencial do Presidente do Banco do Brasil e solicita à Secretaria o encaminhamento deste aos membros da Comissão. Colocados em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 37/04 – CAE, que requer, nos termos regimentais e constitucionais, que o Senhor Cássio Casseb Lima, Presidente do Banco do Brasil S/A, seja convidado a comparecer a esta Comissão, para realização de uma Audiência Pública, para prestar esclarecimentos a respeito da estratégia de atuação do Banco enquanto agente de fomento de acesso ao crédito, em particular no que tange à população de baixa renda e microempresários, ao financiamento da agricultura familiar e, conforme decisão recente, à participação em consórcios para aquisição de automóveis e eletrodomésticos e no tocante aos critérios adotados pela Instituição para aplicação de verbas destinadas a patrocínios, de autoria dos Senadores Sérgio Guerra, José Agripino e Efraim Morais, com o Aditamento do Senador Eduardo Suplicy que, "por ocasião da vinda do Presidente do Banco do Brasil, possa o mesmo prestar informações relativas à evolução do desempenho do Banco do Brasil nas diversas áreas da economia para micro, pequenas, médias e grandes empresas, para os agricultores familiares, para cooperativas e por região do País"; e o Requerimento nº 39/04 – CAE, que requer, nos termos regimentais e constitucionais, que o Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Henrique Meirelles, seja convidado a comparecer em sessão de Audiência Pública nesta Comissão para prestar esclarecimentos sobre as medidas já adotadas, no âmbito da autoridade monetária, no sentido de reduzir a vulnerabilidade externa do País, destacadas as iniciativas especificamente destinadas a minimizar os efeitos da taxa de câmbio sobre a dívida pública, de autoria dos Senadores Sérgio Guerra, José Agripino e Efraim Morais, com o Aditamento do Senador Eduardo Suplicy que "por ocasião da vinda do Presidente do Banco Central do Brasil, possa o mesmo prestar informações relativas à evolução da atividade econômica, do nível de emprego, da estabilidade, do controle da inflação, do balanço de pagamentos, do equilíbrio externo e dos diversos instrumentos de política econômica". Fica adiada, portanto, a apreciação das matérias da pauta, Item 1 – Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2000, não terminativo, que "estende aos portadores da forma crônica da Hepatite C ou da Hepatite B os direitos e garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de AIDS", de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela sugestão da Emenda nº 1 de Redação ao PLS nº 71, de 2000; Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, não terminativo, que "dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências", de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A matéria ainda será apreciada pela CE; Item 3 – Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 16-12-03, a matéria foi aprovada na CAE. Em 5-5-04, foi aprovado Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, no Plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE; Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o artigo 47-A à Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, alterando o regime de citação na execução do cheque", de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 177,

de 2002, não terminativo, que "altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades, de autoria do Senador José Agripino, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 de Redação que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação; Em 16-10-03, foi aprovado o Requerimento nº 851, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, em Plenário do Senado, solicitando exame da matéria pela CAE; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que "permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2002, terminativo, que "modifica o artigo 2º e o artigo 5º, incisos II e III, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de forma a instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece parecer pela aprovação do Projeto; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. Em 26-6-04, foi apresentado o RQS nº 803/04, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando sobrestamento temporário de tramitação das matérias; Em 26-6-04, foi apresentado Requerimento, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando Audiência Pública para instruir a matéria; Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 29-6-04 foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 01 de redação que apresenta; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação; Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto; Item 13 – Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto; Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Sabóya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto; Item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690,

de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto; Item 16- Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 9-12-03, foi lido o parecer do Relator, ficando adiada a discussão e votação da matéria; Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-6-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação; Item 19 Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2003, terminativo, que "isenta da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) as sociedades cooperativas que observarem o disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer pela aprovação do Projeto; Item 20 – Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta; Item 21 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta; Item 22 – Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 5º e 8º e revoga o artigo 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências", de autoria do Senador José Jorge, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto; Item 23 – Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2001, terminativo, que "permite o ingresso de pessoas físicas no Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pelo art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000", de autoria do Senador Luiz Otávio, tendo como Relator o Senador Roberto Saturnino, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto; Item 24 – Petição (SF) nº 15, de 2003, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal o Relatório Final da CPI dos Fiscais do ICMS do Estado do Rio de Janeiro", de autoria da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pelo encaminhamento do Parecer e da presente matéria à CPMI do Banestado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho, como é de praxe, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Srs. Senadores, há alguns requerimentos, que passo a ler pela ordem.

Requerimento nº 37, de 2004, que requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o Sr. Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil, para, em audiência púbica, prestar esclareci-

mentos aos Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre os seguintes assuntos:

1 – reportagem da revista **ISTOÉ**, com denúncia de que o Presidente do Banco do Brasil não teria informado à Receita Federal a existência de duas contas no exterior;

2 – denúncias de que suas atividades teriam sido monitoradas pela empresa Kroll Associates* no caso do controle da Brasil Telecom, inclusive a existência de um suposto encontro secreto com executivos da Telecom Itália em Portugal, em maio de 2003.

Assinam este requerimento os Senadores Sérgio Guerra, José Agripino e Efraim Morais que se encontram presente.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, V. Exª está colocando em votação os requerimentos apresentados pelo Senador Sérgio Guerra...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sérgio Guerra, José Agripino e Efraim Morais, que assinou agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É que foram distribuídos apenas os do Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Efraim Morais assinou o requerimento agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeceria se puder, para encaminhar, obter a cópia dos requerimentos tanto dos Senadores José Agripino como do Efraim Morais, porque não os tenho aqui sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É o mesmo requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esses três? Não há assinatura aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero esclarecer que há vários requerimentos e os estou apresentando um a um.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, são três. Está muito bem.

Noto que foram apresentados requerimentos para exame de diversos assuntos. Vou sintetizá-los para fazer uma observação.

Um desses requerimentos é um convite ao Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, para prestar esclarecimentos em razão de reportagem da **IstoÉ** sobre a declaração de S. Sª referente a contas no exterior; sobre o caso do controle da Brasil Telecom, em que suas atividades teriam sido monitoradas pela empresa Kroll; sobre o problema relacionado ao fato de o Banco do Brasil ter realizado um gasto de R$70 mil, cuja renda seria em favor do PT para construção de nova sede, o que depois foi objeto de correção. E também haveria o convite aos Srs. Cássio Casseb, Ivan Guimarães e Henrique Pizollato*, tesoureiro do PT, para prestarem esclarecimentos sobre esse assunto.

Ressalto, Sr. Presidente, que este fato, no âmbito do Banco do Brasil, conforme nota encaminhada pelo Presidente daquela Instituição, Sr. Cássio Casseb, já foi inteiramente esclarecido e corrigido, inclusive foram tomadas medidas para que nunca mais se repita um episódio como aquele.

Há também um convite para que o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, aqui compareça para esclarecer sobre assuntos traçados pelas revistas **IstoÉ** e **Veja**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, como se tratam de requerimentos separados, foi colocado em votação, em primeiro lugar, o Requerimento nº 37. Os outros serão colocados em votação em seguida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Mas a consideração que eu gostaria de fazer, até por respeito à Comissão de Assuntos Econômicos, será sobre o conjunto dos três.

Primeira consideração: no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle, foi apreciado requerimento para que ambas as autoridades – o Presidente do Banco do Brasil e o Presidente do Banco Central – compareçam àquela Comissão para prestar esclarecimentos, inclusive sobre o desenvolvimento das atividades do Banco do Brasil, como a evolução da economia brasileira, tendo sido aprovado este requerimento naquela Comissão.

Segunda consideração: os senhores Líderes estão reunidos neste momento. Pelo que tenho conhecimento, uma das preocupações da Liderança do Governo, da Base Aliada – e acredito também dos Líderes da Oposição –, é que os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos e do Senado avancem na direção de não atrasarmos a apreciação das matérias que estão para ser votadas, seja a Lei de Falências, o PPP, e os demais itens importantes.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, considero importante que, caso venhamos a aceitar o convite para os Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil comparecerem, sobretudo, a esta Comissão, que possa, o Presidente Henrique Meirelles, aproveitar a oportunidade para falar do desenvolvimento, da evolução da atividade econômica, da atividade de emprego, e de como está a evolução positiva da atividade industrial, da atividade agrícola, das exportações, do equilíbrio externo, do controle da inflação, da recuperação do nível de emprego, e assim por diante.

No caso do Presidente do Banco do Brasil, em vindo aqui S. Sª, que ele possa também aproveitar a oportunidade para esclarecer sobre o desenvolvimento das operações de crédito para a microempresa, para a pequena e para a média empresa, para os agricultores familiares, e assim por diante.

Sr. Presidente, vou redigir o aditivo e entregá-lo, de pronto, a V. Exª.

Espero que o aditivo seja considerado, seguindo a sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães, para que, por ocasião da vinda de ambas as autoridades, elas possam esclarecer, do ponto de vista do Presidente do Banco Central, a evolução da política econômica e de seus resultados; e, no caso do Presidente do Banco do Brasil, que S. Sª possa esclarecer sobre o desenvolvimento de todas as atividades creditícias para os mais diversos setores da atividade econômica, inclusive, para as micros, pequenas e médias empresas, e para as atividades que são de grande interesse do Senado Federal, como o financiamento da agricultura familiar, das cooperativas, e demais segmentos.

Dessa forma, Sr. Presidente, formulo essa proposição solicitando a sua apreciação, porque considero que poderíamos chegar a um entendimento. Como já foi aprovado o requerimento na Comissão de Fiscalização e Controle, V. Exª poderia entrar em acordo com o Presidente daquela Comissão, Senador Ney Suassuna, para que possamos fazer uma reunião conjunta.

Por outro lado, V. Exª poderia fazer um acordo, inclusive para resguardar os objetivos do Governo, no sentido de que essas audiências não resultem em prejuízo daquilo que constitui nossa grande responsabilidade ao examinarmos projetos tão importantes. Aliás, nesse período de reuniões deliberativas, fomos convidados a apreciar e a votar essa matéria, com o entendimento de todas as partes.

Portanto, essa é a sugestão que formulo, Sr. Presidente.

Informo à Líder do meu Partido, Senadora Ideli Salvatti, que procurei interpretar um dos propósitos, que ouvi tanto de S. Exª quanto do Senador Aloizio Mercadante, que é o de que, de maneira alguma, não se interrompam as nossas atividades em razão do nosso objetivo maior, ou seja, a apreciação do PPP, da Lei de Biossegurança etc.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Exª que redija o aditivo. O que V. Exª pretende é que sejam aprovados os requerimentos, acrescentando-se que o Presidente do Banco Central não fique adstrito ao objeto do requerimento formulado e, com relação ao Presidente do Banco do Brasil, que S. Sª possa também falar sobre a evolução do crédito para a agricultura familiar, para as cooperativas, para as micro e pequenas empresas etc.

Esta Presidência coloca esta matéria em votação, não obstante a Comissão de Fiscalização e Controle tê-lo feito, pois o importante é que o Senado ouça as autoridades, seja em conjunto, seja em qualquer Comissão separadamente.

Requerimentos como esses nunca deixaram de ser aprovados. Como Presidente desta Comissão, não posso deixar de colocá-los em votação, apenas esclarecendo que uma negativa a um requerimento desses seria algo chocante para uma Comissão de Assuntos Econômicos, que, **data venia**, foi quem sabatinou o Presidente do Banco do Brasil e o Presidente do Banco Central.

No Senado Federal, existe uma praxe muito importante. Da minha parte, não faço objeção nenhuma quanto a isso. Desde que sejam ouvidos por qualquer Comissão, em conjunto ou separadamente, não temos nenhum problema na Comissão de Assuntos Econômicos. O importante é o interesse do País.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apóio integralmente o requerimento. V. Exª se adiantou àquilo de que eu ia realmente tratar.

Nada tenho contra esse procedimento. Ao contrário, participo da Comissão de Fiscalização e Controle, cujo Presidente é o Senador Ney Suassuna.

Entretanto, o convite foi mal dirigido. Esta Comissão, que V. Exª preside e que julga essas autoridades, é a primeira a falar sobre esses assuntos. Conseqüentemente, não pode haver uma audiência correta na Comissão de Fiscalização e Controle sem que o tema passe antes pela Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Exª não está defendendo a si próprio, e, sim, a Instituição e esta Comissão, que tem dado provas de absoluta imparcialidade nos julgamentos.

Esses requerimentos têm de ser aprovados. Ou se faz uma reunião conjunta presidida por V. Exª, ou, pelo menos, que venham a esta Comissão em primeiro lugar e, depois, na Comissão de Fiscalização e Controle.

Assim, voto favoravelmente a este requerimento e aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Agripino e logo a seguir a

Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, continuamos a discutir o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De nº 37. São três os requerimentos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – São os requerimentos de comparecimento do Sr. Henrique Meirelles e do Sr. Cássio Casseb?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, apenas do Sr. Cássio Casseb. Embora o Senador Eduardo Suplicy já tenha feito referência a isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. V. Exª poderia ler o texto do requerimento?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o mérito é o mesmo. Vou fazer um encaminhamento rápido sobre os requerimentos que apresentei, na companhia do Senador Sérgio Guerra, primeiro subscritor, sobre o comparecimento do Presidente Casseb, do Banco do Brasil e do Presidente Meirelles, do Banco Central.

Não é minha intenção e nem do meu Partido pedir a cabeça dos dirigentes do Banco do Brasil e do Banco Central. Não pedimos ou exigimos a demissão de S. Sªs, em hipótese alguma. Mas não podemos nos eximir da responsabilidade de interpretar o sentimento do cidadão comum, que está indignado com as acusações feitas em repetidas edições das revistas **Veja** e **IstoÉ** – e em edições de primeira página dos jornais de maior circulação do Brasil, como o Estadão, a **Folha de S.Paulo**, o **O Globo**, o **Jornal do Brasil**, o **Valor Econômico** e a **Gazeta Mercantil** –, com relação a pessoas emblemáticas, que têm a obrigação de dar o exemplo, que são ícones e que respondem pela estabilidade da moeda e, em última análise, que falam da estabilidade da economia.

O cidadão comum, Sr. Presidente, não vai se sentir confortável em recolher o seu Imposto e Renda diante das acusações que não foram suficientemente respondidas pelo guardião da moeda, de que ele teria transferido dinheiro por meio de um doleiro não registrado no Banco Central, sem fazer o registro da operação e sem pagar o imposto devido. Nem o Presidente do Banco Central nem o Presidente do Banco do Brasil.

Aliás, o Sr. Candiota pediu demissão, que foi aceita – sinal de que havia culpa no cartório –, por esta mesma razão: pelo fato de ter feito uma transferência daqui para o exterior não registrada e sem pagar imposto, quando era Diretor de Política Monetária do Banco Central. Então, há dois pesos e duas medidas. Um, porque transferiu US$1,2 milhão, e o outro por haver transferido US$600 mil apenas?

Que seja dada a oportunidade às autoridades de trazer as explicações. O cidadão comum não entende porque alguém, apenas por ser autoridade, pode comprar patrimônio de si próprio, pode fazer o registro de um terreno de 34 mil metros quadrados por um centavo, quando ele, cidadão comum, não é capaz de fazer isso. E, se o fizer, ele é apanhado pelo Fisco.

Penso que – e até gostaria de estar certo quanto a isso – tanto o Presidente Casseb como o Presidente Meirelles devem ter respostas convincentes para as indagações da sociedade. Espero que tenham porque aí encerramos esse assunto.

Porém, se não tiverem, se o Dr. Casseb não tiver justificativas para a compra das mesas do show do Porcão, se não tiver justificativas para o não-registro da transferência do dinheiro sem pagar imposto, que o Governo tome as providências e que a sociedade fique esclarecida.

Não vamos nos omitir. E esta Comissão tem, como muito bem lembrou o Senador Antonio Carlos Magalhães, a obrigação precípua de fazer a investigação, o questionamento primeiro, até porque avalizamos com o nosso voto a indicação de S. Exªs.

O PFL não pretende pedir, de plano, a demissão desses senhores em hipótese alguma. Mas queremos os esclarecimentos. Nesta Comissão, se o Senador Sérgio Guerra concordar, acredito que seria melhor que a reunião fosse conjunta e presidida por V. Exª. Que aqui fossem oferecidos os esclarecimentos a fatos que – repito –, na minha opinião, são graves e estão indignando a sociedade. Tanto é que ocupam edições seguidas de revistas de circulação nacional e manchetes de primeira página há muito tempo. Não é qualquer assunto que ocupa esse tipo de espaço na grande Imprensa. Se há esclarecimentos, é preciso que sejam prestados. E o lugar próprio para isso é a Comissão de Assuntos Econômicos.

Insisto, portanto, no requerimento que apresentei em parceria com o Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, fizemos um debate a respeito da questão da necessidade da vinda do Presidente do Banco do Brasil, Dr. Casseb, e do Presidente do Banco Central, Dr. Meirelles, para que possam prestar esclarecimentos a respeito das questões abordadas pela Imprensa. Esses esclarecimentos já vêm sendo prestados por meio da própria Imprensa. Apresentaram dados, documentos e justificativas para essas questões.

Entendemos – e foi o que nos moveu a semana passada – que seria conveniente que S. Sªs viessem também ao Senado da República. Creio que a Comissão adequada para que isso seja feito é exatamente a Comissão de Fiscalização e Controle, que é a Comissão que tem tal prerrogativa, ou seja, seu objetivo central é, exatamente, o de fiscalizar atos dos demais Poderes e, de forma muito específica, os atos do Poder Executivo.

Dessa forma, encaminhamos os requerimentos com uma amplitude maior, não somente visando a ouvir esclarecimentos a respeito de questões específicas abordadas pela Imprensa, mas também porque essas duas personalidades têm atividades significativas para os rumos que o País vem trilhando no último período, inclusive pelos relevantes serviços que têm prestado para a retomada do crescimento por meio de políticas adotadas pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil.

E a Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo Senador Ney Suassuna, que acaba de nos brindar com sua presença, é onde deve acontecer esta reunião.

O que nos moveu também a aprovar os requerimentos naquela Comissão foi o fato de que, em um período de esforço concentrado – já que vamos ter apenas algumas semanas, alguns dias para nos dedicar à tarefa central do Congresso, ou seja, à tarefa de apreciar projetos que estão em tramitação para negociação, aprimoramento e votação –, não deveríamos sobrecarregar outras comissões que estão envolvidas na apreciação dos projetos, como é o caso da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nosso posicionamento é o de que a Comissão de Fiscalização e Controle, que tem essa prerrogativa, onde os requerimentos já foram aprovados, pudesse ater-se à oitiva da Presidência do Banco Central e do Banco do Brasil em um espectro mais amplo do que o mencionado pelos requerimentos que estamos apreciando, onde S. Sªs poderão dar todas as explicações cabíveis não só sobre as questões mencionadas pelos jornais, mas também a respeito das medidas que tanto o Banco Central quanto o Banco do Brasil têm adotado para retomar o crescimento e sobre as políticas adotadas por essas duas Instituições.

Reiteramos a disposição de que a Comissão de Fiscalização e Controle seja adequada para que possamos, nesse período de esforço concentrado, fazer com que a Comissão de Assuntos Econômicos continue priorizando os projetos que temos para apreciar. Menciono o projeto de biosegurança, que é muito importante; o projeto da parceria público-privada, que está nesta Comissão desde maio, e ainda temos mais alguns encaminhamentos para negociar.

Propomos inclusive que seja feita uma reunião extraordinária desta Comissão ainda esta semana, retomando-se as negociações, e que possamos fazer a apreciação do projeto para encaminhá-lo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Então, Sr. Presidente, encaminhamos para que esses assuntos possam continuar restritos à Comissão de Fiscalização e Controle, tendo em vista que os requerimentos já foram votados e aprovados, inclusive com a amplitude que o Senador Eduardo Suplicy apresentou quando eu acabava de chegar a esta Comissão. Que pudéssemos também fazer o acordo com o Senador Ney Suassuna, que preside aquela Comissão, para que a audiência possa ser realizada num horário que permita a todos os Senadores se adequar, inclusive os desta Comissão, que têm livre acesso e participação também nas demais comissões, para que todos que entenderem necessário possam participar da oitiva, tanto do Dr. Casseb quanto do Dr. Meirelles, possam fazê-lo. Mas que não sobrecarreguemos ainda mais a Comissão de Assuntos Econômicos com a aprovação dos dois requerimentos, tanto do Dr. Meirelles quanto do Dr. Casseb.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há vários Senadores inscritos, porém vamos conceder a palavra ao Senador Sérgio Guerra, porque S. Exª é um dos autores do requerimento.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, não me parece sensato afirmar que não cabe a esta Comissão o exame desta matéria. Ou, menos ainda, que esta Comissão esteja suficientemente sobrecarregada para não poder tratar desse assunto. Não me parecem argumentos que tenham a preocupação de resolver a questão, mas, de alguma forma, de evitar a participação da Comissão nessa discussão.

É evidente que esses argumentos são mencionados, tradicionalmente, quando alguém não deseja uma determinada discussão, que um determinado mérito seja efetivamente esclarecido.

Temos aqui um requerimento de cuja justificativa o Senador Aloizio reclamava. Esqueça a justificativa! Vá ao mérito da questão! É uma questão pública. O Senador afirmou, há poucos minutos, que o Ministro Humberto Costa viria, amanhã ou depois de amanhã, prestar esclarecimentos em face de um convite. Ora, por que o Ministro não veio antes? Se tivesse vindo antes, o esclarecimento teria chegado no tempo oportuno. Agora, a questão já está, de alguma maneira, superada, em favor do Ministro provavelmente.

Não desejamos nessa questão outra coisa a não ser a discussão dessa matéria, para que não se faça nesse caso o que se fez em outras ocasiões. Não se investigou coisa alguma, anunciou-se uma série de

medidas fiscalizatórias, punições etc, e não deu em nada. Está aí o Sr. Waldomiro Diniz, para cima e para baixo, absolutamente fora da linha de fiscalização e controle, o que não se desenvolveu no caso dele.

Desejamos que o Presidente Meirelles, que o Sr. Cássio Casseb e outros envolvidos no processo sejam ouvidos por esta Comissão. Nada contra a que essa oitiva se faça também em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle. É assim que habitualmente se faz. O que não faz sentido é procurar argumentos para evitar que a Comissão de Assuntos Econômicos participe de uma discussão. E não há discussão mais relevante que essa. É uma questão de bom senso. Não desejamos provocar. Não desejamos rigorosamente estabelecer, em torno disso, prévias punições. Desejamos, ao invés disso, esclarecimento completo e tranqüilo, ao qual o Governo não se deveria opor e, muito menos, usar argumentos protelatórios ou que reduzam a capacidade de o Congresso e de esta Comissão participarem da discussão, que me parece absolutamente tranqüila, sensata, segura e indispensável ao bom funcionamento das relações do Congresso com o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Fiscalização foi a única que conseguiu fazer reunião na semana passada, por causa do quorum. Lá, já foram convocadas as duas autoridades aqui citadas. Os Senadores têm livre arbítrio para pedir oitiva em qualquer Comissão. E o fizeram.

Entendemos que as coisas devem ser resolvidas no voto. Se for decidido que S. Sªs devam ser ouvidos também pela Comissão de Assuntos Econômicos, faremos uma reunião conjunta. Apresento a V. Exª a minha sugestão de fazer reunião conjunta. Se não for aprovado o convite para comparecimento na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo voto, marcaremos um dia em que a Comissão em peso possa participar da oitiva.

O que não posso aceitar, Sr. Presidente, é dizer que, se comparecer na Comissão de Assuntos Econômicos, eles teriam algum refrigério, alguma vantagem. Não. Foi lá que começou a Banestado, foi lá que o Presidente da Caixa Econômica Federal compareceu e, se não foram ouvidos ainda Saúde e Justiça, foi porque tivemos recesso. E, com o recesso, não se pôde marcar uma data, sendo que, antes do recesso, já estava programado o comparecimento à Câmara dos Deputados.

Dessa forma, está marcada a reunião para amanhã às 10 horas. Porém, na reunião de Líderes, acertou-se de que a sessão do Plenário será a partir de 10 horas da manhã. Por isso, a reunião da Comissão será na quinta-feira. E eu já pedi ao Líder, Aloizio Mercadante, que faça gestões para que o Ministro da Justiça e o Ministro da Saúde estejam na Comissão de Fiscalização na quarta-feira, uma vez que, na quinta-feira, a sessão do Plenário será às 10 horas da manhã e se prolongará até de tarde, porque, tendo ocorrido o falecimento de um Deputado, hoje não houve sessão. Para recuperá-la, haverá uma sessão pela manhã e, à tarde, outra. Isso foi o decidido na reunião de líderes.

Então, estamos à inteira disposição. E sabem os Srs. Senadores que o Presidente nas comissões apenas coloca a matéria em votação e dá a palavra a quem a pede.

Portanto, não há nenhuma razão para dizer que lá será ameno. Não. Lá, durante a reunião, também todos os Srs. Senadores falarão. Agora, se for votado aqui e for aprovado, faremos a reunião conjunta. Se não o for, a reunião será realizada na data em que todos possam estar presentes.

Estamos inteiramente abertos às duas alternativas. O que esse Governo não pode e não quer fazer é deixar de ter transparência. Por isso, não deixará de ser ouvido, seja aqui ou seja lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães para uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sabem todos que o Senado foi convocado, principalmente a partir de hoje, dia 10, porque as outras sessões não eram sessões para deliberação. Conseqüentemente, causou-me espécie, que sou membro da Comissão de Fiscalização e Controle, não ter sido sequer avisado desta reunião.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foram avisados todos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não fui avisado. Conseqüentemente, não foi uma reunião normal, foi uma reunião que se fez de afogadilho...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Houve onze Senadores presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pode ter tido onze presentes, mas garanto que não foram onze da Comissão, foram colocados...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eram onze da Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não eram onze da Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vou mandar agora, Sr. Presidente, eu não posso aceitar essa colocação. Vou mandar agora o protocolo e o livro de presença. Farei isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pode mandar buscar. E mande buscar também o aviso para mim também. Sou membro efetivo da Comissão e não fui avisado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Farei isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Conseqüentemente, entendo que não tem validade o que foi deliberado nessa reunião, que se aproveitou de uma falta de membros...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se não teve para o Plenário funcionar... E o Plenário não funcionou. Muitas vezes, havia dois Senadores no plenário, a Imprensa falou isso. O Presidente da Casa avisou que só era necessária a presença a partir de hoje, dias 10, 11 e 12; conseqüentemente, o que se fez não foi uma coisa normal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

A Comissão teve onze presentes, foram enviados avisos para todos. Eu já mandei buscar – o Secretário foi buscar –, inclusive o protocolo mandado ao gabinete do Senador.

Quando eu assumi essa Comissão, ela se reunia quatro vezes por ano. Ela já se reuniu 19 vezes este ano. Lá não há refrigério. A Comissão é para funcionar, e tendo quorum, fazemos reuniões tantas vezes, doa em quem doer. Não posso admitir a acusação de que refresco alguém. Não. A Comissão funciona. E a Comissão convoca as pessoas, sim, desde que os presentes deliberem isso. E foi deliberado. E eu mandei buscar para mostrar a V. Exª, Senador, não só protocolo – o Secretário já foi buscar – como também o livro de presença para V. Exª verificar que não houve nada de irregular.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL– BA) – E ver se coincide o número com o número das pessoas que são membros efetivos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É óbvio que sim, só se faz com o número de...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ...efetivos da Comissão ou suplentes.

Porém, quem está falando em refresco é V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. V. Exª está falando o tempo todo... V. Exª está fazendo uma acusação. V. Exª acaba de dizer que a Comissão se reuniu irregularmente, o que não é verdade. Eu peço a V. Exª, com o respeito que tenho por V. Exª, que só faça acusação quando tiver a prova. Eu mandei buscar a prova e tenho certeza que, com a educação que V. Exª tem, irá pedir desculpas por isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, endosso os termos do requerimento dos Senadores José Agripino e Sérgio Guerra, por entender que, se de fato caberia à Comissão de Fiscalização e Controle esse feito investigativo, por outro lado, não há porque se invalidar a esta altura uma iniciativa que foi tão bem acolhida por V. Exª e que pode muito bem ser ampliada na direção daquela Comissão, as duas participando da mesma audiência pública em que será ouvido o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Casseb, acusado de forma tão dura pela Imprensa brasileira, por fatos de inegável gravidade.

Não vejo nenhum intuito desestabilizador quando se fala em ouvir ou até em substituir o Sr. Casseb ou o Sr. Meirelles. A prova disso é que se substituiu o Sr. Candiota pelo Sr. Rodrigo Azevedo, a meu ver, com um ganho técnico, e, no dia do anúncio da substituição, tivemos dólar em baixa, risco recuando e bolsa em alta, uma prova de que o mercado queria ouvir que a linha de política econômica não seria alterada, o que ficou muito explícito até pelo perfil do novo indicando.

Da mesma maneira, se tivesse que haver – e a meu ver isso já devia ter ocorrido – a substituição do Presidente Banco Central, não haveria aí nenhum percalço de mercado. Era só escolher alguém com a mesma linha de trabalho e que não tivesse que explicar, a cada momento, um probleminha ético aqui ou uma questão pessoal acolá, envolvendo a ética novamente. Já temos um leque de quatro ou cinco acusações ao Presidente do Banco Central, assim como temos um leque respeitável de acusações ao Presidente do Banco do Brasil. São cargos que devem pairar acima de Partidos e de dúvidas. São figuras que devem exercer o mandato, esse múnus público, como gostaríamos até que tivesse ocorrido com as mulheres de César. Fomos muito indulgentes com elas, porque a história revela que nem todas eram tão honestas assim, mas o fundamental é entendermos o símbolo. Gostaríamos que as mulheres de todos os Césares tivessem sido tão honestas como pareciam. Precisamos que o Presidente do Banco do Brasil e o Presidente do Banco Central não sejam apenas honestos, como também pareçam honestos. E aqui volto à simbologia envolvendo as mulheres de César.

Não vejo nenhum "bicho de sete cabeças" no fato de o Sr. Casseb vir aqui se explicar. Eu opinei pela sua imediata substituição, aliás, em defesa do Governo do Presidente Lula, porque acreditava que seria muito melhor. Se há dúvida nesses casos, penso que devemos ficar a favor do Banco do Brasil, do Banco Central ou da estabilidade econômica. Não há que se ouvir mais de uma vez numa nova reunião. Isso até parece uma novela das oito da TV Globo. Não acaba nunca. Todo dia surge uma coisa nova, e o descrédito da autoridade aumenta, de forma que, a cada dia, ela exercita com menos empenho, com menos força, as suas atribuições.

Cabe ao Presidente demitir, e Sua Excelência não quis fazê-lo, por entender que a Oposição que o aconselhou nesse sentido sempre o faz visando o mal do seu Governo, que o Presidente se feche em copas. Pelo menos, não neguemos a oportunidade que é solicitada pelos Senadores Sérgio Guerra e José Agripino de ouvirmos aqui o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Casseb, para que S. Sª explique, à farta, tudo o que tem sido lançado contra a sua reputação, até porque qualquer coisa lançada contra a sua reputação e não respondida de forma fulminante significa impedir que o Banco do Brasil maximize a sua capacidade de atuar.

Sr. Presidente, uma coisa me espanta muito: fulano é acusado, belltrano é acusado. Discute-se isso aqui como se fosse parte do jogo tático ou estratégico do Governo o fato de beltrano vir aqui, ou cicrano não vir. Alguém que é acusado e se sente ofendido comparece aqui de qualquer jeito, vem espontaneamente, irrompe por esta sala e se senta a esta mesa e exige ser ouvido. O Presidente não gostou? Então que fique com o cargo dele. O Vice-Presidente não gostou? Que o Vice-Presidente fique com a outra metade do cargo dele. Não importa se é tático, político, ou não. O que está em jogo é a reputação de uma pessoa, e a melhor forma de uma pessoa acabar com as dúvidas sobre a sua reputação é enfrentar Imprensa, Oposição e todo mundo que tem dúvida, demolindo pedra por pedra, de maneira esquemática, todas as acusações. Acusação nº 1 derruba-se assim, e acusação nº 30 derruba-se assado. Não se deve deixar que elas fiquem pairando para que o desgaste não se acumule. Parece até um jogo tático. Se a impunidade, por exemplo, interessar ao Governo; se o **status quo**, se as águas paradas interessarem a todas as entidades que citei; se elas interessarem que não se ouça fulano, ainda que a sua reputação fique arranhada, o fulano se escafede da discussão. Essa não é a melhor forma de se encarar a vida pública, não é a forma mais justa de se encarar a questão republicana.

Portanto, endosso, sem dúvida alguma – depois de não ter sido ouvido pelo Presidente, porque recomendava a demissão do Sr. Casseb –, claramente os termos da convocação proposta pelos Senadores José Agripino e Sérgio Guerra, entendendo que devemos ampliar isso para a Comissão de Fiscalização e Controle, fazendo uma bela e expressiva reunião conjunta das duas comissões para que possamos, ao longo de uma reunião de debates, esclarecer amiudadamente todas as dúvidas que povoam a cabeça da população brasileira, e não apenas dos congressistas, que está absolutamente surpresa, atônita e indignada com o que viu e com o que está ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero me somar aos dois requerimentos de convite ao Presidente do Banco Central e ao Presidente do Banco do Brasil, evidentemente que fazendo algumas observações. A primeira, Sr. Presidente, diz respeito à formalidade contida no requerimento que, ao invés de se colocar "convocação", usa-se a expressão "convite". Fica a nos parecer – isso sem qualquer demérito aos seus autores – que se trata de uma oposição consentida, permitida, uma oposição que tem limite. E não faço oposição consentida pelo Governo, permitida pelo Governo ou com o limite que o Governo quer estabelecer.

Entendo que, diante de fatos como esse que o Brasil todo está a perceber, o Presidente do Banco do Brasil e o Presidente do Banco Central não têm que ser convidados e, sim, convocados. Esta é a primeira ressalva que faço.

A segunda observação, Sr. Presidente, é quanto à idéia de que a Comissão de Assuntos Econômicos não seja a Comissão mais apropriada para ouvir essas autoridades. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos não é apenas a mais apropriada como também precisa dar explicações ao País de como, depois de uma argüição a essas autoridades, corroborou a sua nomeação, deu a autenticidade a essas nomeações.

O Senado Federal, que tem a competência privativa para ouvir estas autoridades indicadas, deve também ter o cuidado de promover a investigação, a mais profunda possível, para que a sociedade não seja tomada de surpresa com fatos idênticos a esses. Por que razão? Porque os fatos apontados não são supervenientes, posteriores à argüição da Comissão de Assuntos Econômicos e à aprovação do Senado. São fatos, são condutas pregressas, que o Senado e todos nós deveríamos ter elementos para um aprofundamento, e não apenas uma argüição do ponto de

vista da competência ou da capacidade daquele que é indicado.

Entendo que a Comissão de Assuntos Econômicos – e nenhuma outra Comissão –, porque foi a Comissão que argüiu pela competência privativa, possui competência para ouvi-los, e inclusive se redimir diante da sociedade. E ao final dizer: "Olha, esses moços não têm nenhuma conduta pregressa que desabonasse a indicação". Porque senão estaremos também sendo vistos e apontados como co-responsáveis, porque o Presidente da República não nomeia o Presidente do Banco Central sem que a Comissão de Assuntos Econômicos faça argüição e sem que o Senado Federal aprove essa indicação.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Senadores, há uma preocupação hoje exagerada com a ilegalidade de como os fatos vieram ao conhecimento público. Isso é uma inversão de valores. Se alguém cometeu essa ilegalidade que se apure. Porém, o mais importante hoje não é isso. É exatamente a apuração do fato, já que ele veio a público. Se alguém cometeu uma ilegalidade, neste momento, numa escala de valores, esta parte é menos importante do que a importância de apurarmos os fatos.

Chega, Srs. Senadores, dessa desfaçatez desse Governo. Na verdade, um ministro vem e diz: "Não, estou dormindo". Muito bem. Quando, diante desses fatos, deveria estar com pesadelo. Essas autoridades administram a estabilidade da moeda, administram exatamente a estabilidade da economia do País, que faz gerar riquezas ou prejuízos, emprego ou desemprego, que mexe com a vida do cidadão brasileiro. Então, é preciso que se pare com essa desfaçatez de dizer: "Estou dormindo muito bem". Quando, na verdade, deveriam estar com pesadelos e preocupados, como disse o Senador Arthur Virgílio, em romper aquela porta e dizer: "Estou aqui para prestar esclarecimentos. Exijo espaço para prestar esclarecimentos". E não dizer ao povo brasileiro que não está preocupado, que está dormindo muito bem e que não tem mais explicações a dar.

Com essas ressalvas, voto favoravelmente aos dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de, em primeiro lugar, dizer que a iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle foi extremamente oportuna porque havia uma expectativa do Senado, e hoje vários Senadores estão se manifestando nessa direção, de que fosse feito um convite ao Presidente do Banco do Brasil e ao Presidente do Banco Central para que viessem ao Senado participar uma audiência pública. As denúncias fazerem parte da vida pública. Todo homem público está exposto. A denúncia a que estamos assistindo versa sobre mesmo assunto de uma CPI em andamento. Participei de três, a CPI dos anões do Orçamento, do Collor de Mello, como membro ativo, e da CPI dos bancos, como depoente para dar minha contribuição. Acredito que não exista sigilo para fraude, mas o sigilo bancário das pessoas físicas e jurídicas é um valor fundamental de uma economia contemporânea, é um princípio constitucional que deve ser respeitado e preservado.

Portanto, o Parlamentar, quando quer trazer a público informações dessa natureza, tem que assumir a responsabilidade, como assumi várias vezes. Quebrei o sigilo bancário das contas fantasmas do Collor, porque acreditava que fantasma não tinha sigilo; e da conta de Ana Acioli, porque penso que, como ele liberou os cruzados novos na véspera do confisco da poupança, eu tinha obrigação pública de revelar aquilo à Nação. Na época, inclusive, disse que abria mão da minha imunidade para ser processado, e evidentemente não fui. No caso da CPI dos bancos, também vim aqui neste plenário e apresentei todos os bancos e todas as pessoas físicas que tinham movimentado conta nos critérios que apresentei, que sugeriam informação privilegiada, essa movimentação trazia um prejuízo monumental para o País, e o fiz com toda a responsabilidade de homem público, dizendo quais os critérios e quais os nomes. O que não fiz e não posso aceitar é o fato de se pinçar nomes a partir de uma grande lista de centenas e centenas de nomes, nomes e informações, jogando em conta-gota sem que sequer a autoria seja assumida politicamente.

Acredito que esse procedimento é muito equivocado em um senado e em uma república. Teremos que discutir isso no fórum oportuno, que é a própria CPI do Banestado – como vamos dar prosseguimento aos trabalhos e qual a forma do prosseguimento –, mesmo porque apenas se pode solicitar a posse do sigilo bancário tanto na CPI do Collor, na dos Anões e nas demais – quer dizer, o Banco Central transfere para a CPI, que tem a responsabilidade jurídica e política da guarda –, caso a caso, com votação nominal, justificação e exposição de motivos. Não creio que foi isso que aconteceu. Não tomei conhecimento de nenhuma exposição de motivos dessas pessoas, nenhum pedido de quebra e nenhuma votação nominal. Portanto, precisamos discutir o rumo daquela CPI, discussão que faremos em momento oportuno, porque há questões sim que precisam ser investigadas.

O Banestado tem todos os indícios de um esquema poderoso de lavagem de dinheiro, de muitas pessoas envolvidas, mas os rumos em que o trabalho

vem sendo desenvolvido preocupam o Senado Federal. É preciso uma intervenção e reflexão de todos os Senadores e Deputados daquela Comissão para que esse trabalho não se perca e a credibilidade desse instrumento, tão eficiente na história recente, seja preservada.

Em relação ao Presidente do Banco Central e do Banco do Brasil, quero aqui dizer que S. Exªs prestaram um grande serviço à sociedade brasileira. Tivemos uma redução, como não ocorreu na última década, do **spread** bancário. O Banco do Brasil tem ajudado, decisivamente, nesse movimento de concorrência com o setor financeiro privado. Não só a queda da taxa básica, mas, sobretudo, a queda da taxa de juros na ponta é um dos motivos da reanimação do mercado interno e do crescimento do País: 4,7% do PIB nos últimos doze meses, 1,2 milhão de empregos neste semestre, todos os indicadores mostram um crescimento consistente, sustentável. Essas duas autoridades tiveram uma grande responsabilidade.

Parte das afirmações feitas não constitui ilegalidade. É um equívoco questionar domicílio fiscal e domicílio eleitoral, por exemplo, como se fosse uma ilegalidade, e isso foi respondido a contento. O fato de uma conta não ter sido declarada no imposto de renda foi respondido com muita consistência. A conta havia sido encerrada antes do prazo. O Senado Federal deve sempre exigir o diálogo, a discussão e a transparência da vida pública. Foi nesse espírito que foi aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle. Nem todos os Senadores estavam aqui, mas foi uma bela iniciativa dessa Comissão.

Portanto, queria propor um encaminhamento para a CAE, observando que há interesse nesse debate na Comissão de Assuntos Econômicos, e não penso que seria diferente. O fato de uma audiência ser numa Comissão não prejudica que membros de outra participem, mas, dado que esta é uma Comissão que participa, inclusive, da audiência em que é feita a aprovação dos membros da diretoria do Banco Central, não vejo por que a CAE não aprovar uma audiência, mas isso deve ser feito nos termos do requerimento apresentado na Comissão de Fiscalização e Controle. É um convite para essas duas autoridades, nos termos em que foi apresentado, que trata – diria – com muito mais estatura, propondo o debate sobre políticas públicas e, evidentemente, todas as demais questões que possam vir a ser esclarecidas.

Penso que deste encaminhamento há acordo com os autores do requerimento, Senador Sérgio Guerra. Poderíamos aprovar os dois convites imediatamente e prosseguir com a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes, Senador Arthur Virgílio, se V. Exª me permite, informo que há um adendo do Senador Eduardo Suplicy, que precisa ser lido aqui e que mostra, indiscutivelmente, que a Comissão de Assuntos Econômicos não pode ficar fora desse requerimento.

Diz o adendo o seguinte:

"Aditamento

Por ocasião da vinda dos Presidentes Henrique Meirelles, do Banco Central do Brasil, e Cassio Casseb Lima, do Banco do Brasil, que estão sendo convidados pela Comissão de Assuntos Econômicos, assim como também pela Comissão de Fiscalização e Controle, possam os mesmos prestar informações relativas, respectivamente, à evolução da atividade econômica, do nível de emprego, da estabilidade, do controle da inflação, do balanço e do pagamento, do equilíbrio externo e dos diversos instrumentos da política econômica; à evolução do desempenho do Banco do Brasil nas diversas áreas da economia para micro, pequenas, médias e grandes empresas, para os agricultores familiares, para as cooperativas, e por região do País.

Senador Eduardo Suplicy."

Assim, acredito que torna evidente a competência desta Comissão.

Louvo as observações feitas aqui por alguns Senadores, inclusive pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Arthur Virgílio, sem citar outros Srs. Senadores que também se manifestaram. É isso que quero deixar muito claro aqui, para V.Exªs, para atentarmos para a competência das Comissões. Não havendo, por parte da Presidência, qualquer óbice para a reunião conjunta.

Quero esclarecer também que, pelo Regimento do Senado da República, qualquer Senador em qualquer Comissão têm direito à palavra. Mas, não obstante esse direito, é preciso assegurar regimentalmente os direitos e as prerrogativas das respectivas Comissões. Falo aqui pela Comissão de Assuntos Econômicos, e acredito que também o Senador Ney Suassuna, que preside a Comissão de Fiscalização e Orçamento, tem a mesma opinião. A Presidência não vai abrir mão, volto a repetir, das prerrogativas da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tem a mesma opinião nossa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Posso ficar derrotado, mas ficarei com o Regimento Interno

da Casa, ainda mais diante dos esclarecimentos e das ponderações a que acabei de me referir.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

O próximo inscrito é o Senador César Borges e, depois, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a propósito da fala do Senador Aloizio Mercadante, a fórmula mais seca seria a ideal. Eu me conformo com a outra, mas a mais seca seria a ideal. A Nação quer saber o que os dois Presidentes – Henrique Meirelles, do Banco Central, e Casseb, do Banco do Brasil – dizem sobre as acusações que estão sendo feitas a ambos, e de maneira densa, há mais de uma semana, por todas as revistas de grande circulação nacional deste país. Essas acusações estão sendo averiguadas também pela grande imprensa brasileira.

Sem dúvida alguma, discuto taxa de juros com o Presidente Henrique Meirelles e discuto fomento ou até política de varejo bancário com o Presidente Casseb, mas, que fique bem nítido que, o que vai se perguntar deles prioritariamente, basicamente, é sobre as acusações que sofreram. O mais seria ficarmos aqui dourando a pílula.

O Senador Mercadante tem toda a razão de estranhar certos procedimentos da CPI. Creio que seja fundamental uma reunião para se dar rumos àquela CPI.

Eu teria uma pergunta muito clara a fazer ao Relator. Por que o pedido de quebra de sigilos daquelas figuras tão proeminentes do Sistema Financeiro Brasileiro? Há juridicidade? Trabalharam contas CC5 dentro da legalidade? Agora, a outra pergunta é que seria terrível: Para quê? Se responder bem o porquê, pergunto para quê, porque é algo inaudito, é algo absolutamente surpreendente querer ter em mãos os dados de todos grandes integrantes do Sistema Financeiro Brasileiro. Na minha cabeça, todas as minhocas passam por lá a pulular, todas as minhocas. Imagino situações políticas, situações não políticas, que, para mim, são piores; imagino tudo. Só não consegui até agora atinar o porquê de algo tão violento e tão drástico, que mexe com a vida dessas pessoas. Isso sim pode representar algo desestabilizador para a economia.

Portanto, entendo que, se é para haver uma reunião para se discutir rumos altos e altaneiros da CPI, o PSDB não se furta; o PSDB, que não tem interesse em proteger ninguém, quem quer que seja, que não quer obstaculizar a convocação de quem quer que seja, que não quer impedir nenhuma gestão da CPI, em qualquer ponto do território nacional, ainda assim, aceita e concede participar de uma reunião alta, para que possamos dar os rumos que o Senado imagina. Isso está sendo providenciado, parece-me, pelo consenso dos Líderes desta Casa e a partir da compreensão do Presidente e do Relator dessa mesma Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

É o esclarecimento que queria prestar à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador César Borges.

Esclareço ao Senador Garibaldi Alves Filho que V. Exª realmente se encontra inscrito. Depois, é o Senador Fernando Bezerra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também, para deixar aqui a nossa opinião de que é essencial que a Comissão de Assuntos Econômicos, uma comissão tão importante nesta Casa, uma das mais importantes, não fique fora, de forma nenhuma, dessa participação que lhe impõe a sua responsabilidade, com o Senado e com a Nação, de tentar esclarecer à opinião pública nacional, até para que tenhamos tranqüilidade com relação aos homens que estão à frente de importantíssimos cargos públicos, que conduzem inclusive a política monetária e econômica do nosso País, diante desses fatos graves alertados.

Pertenço, Sr. Presidente, às duas Comissões, à Comissão de Fiscalização e Controle e à Comissão de Assuntos Econômicos. E, sem nenhum demérito para a Comissão de Fiscalização e Controle, entendo da importância da Comissão de Assuntos Econômicos com relação a esse problema, a essa oitiva. Necessariamente esse assunto terá que passar pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Na semana passada, a Comissão de Fiscalização e Controle se reuniu. E nesse ponto ressalto a observação do Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem plena razão: não tínhamos sequer orientação de estarmos presentes no Senado, porque aqui decorriam apenas sessões não deliberativas; muitos de nós gostaríamos de estar aqui presentes, se houvesse sessões deliberativas. Houve, contudo, uma deliberação da maior importância naquela reunião, sem reparo com relação à atitude da Comissão de Fiscalização e Controle. No entanto, nesta semana em que os Senadores se encontram na Casa, a Comissão de Assuntos Econômicos pode efetivamente apreciar o Requerimento do Senador Sérgio Guerra e do Senador José Agripino Maia. Em sendo assim, considero que só temos uma posição a tomar: aprovar e colocar esse assunto onde ele deve estar, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com relação ao mérito desse assunto, Sr. Presidente, não paira a menor dúvida de que tem que ser esclarecido. Li que houve, para o Presidente da

República e para os Ministros de Estado, uma explicação do Presidente do Banco Central e, se não me engano, do Presidente do Banco do Brasil, que militam no mercado ou militavam no mercado financeiro antes de assumir esses importantes cargos. A explicação foi a seguinte: quem opera no mercado opera com contas não declaradas e transferências ilegais diante das leis brasileiras, ninguém pode estar no mercado sem operar esse tipo de conta. Essa justificativa foi considerada satisfatória. Fiquei estupefato com isso.

Fora da lei não há salvação, já dizia Rui Barbosa. Se homens dessa importância mantêm esse tipo de contas, ou de transferências, ou de operações, que fogem ao regime legal, S. Srªs têm que esclarecer e deixar isso muito transparente. Não adianta fazer uma blindagem em torno do Presidente do Banco Central, porque, de qualquer forma, a essa altura, se as explicações não forem convincentes, S. Srª está definitivamente alvejado, não porque alguém tenha feito ou perpetrado isso, mas sim porque essa é a realidade dos fatos, a vida é como ela é. Se S. Srª foi alvejado porque praticou esse tipo de atitude, terá que responder. Sem sombra de dúvida. Não vai aí, acredito, nenhum desejo da Oposição de estabilizar a política econômica. Esse é um fato que sobrepõe, agora, aos fatos econômicos. É um fato de ética, de moral, que tem que ser respondido à Nação Brasileira.

Vejo, com muita tristeza, alguns membros do Governo, até da própria mídia, tentar desmoralizar uma CPI que está tentando realizar o seu trabalho, que é complexo e demorado, uma desta Casa, uma CPI criada inclusive por inspiração da Líder do PT, Ideli Salvatti: a CPI do Banestado. Se as informações vazaram ou não, como vazaram, realmente esse não é o mérito do problema. O que há é que sobre duas ou mais autoridades do Governo Federal pairam acusações graves e documentadas, e S. Srªs têm que mostrar a sua lisura.

Portanto, denuncismo, Sr. Presidente, é algo que o PT não pode levantar sequer, porque esse País assistiu aqui, por muito tempo, ao PT praticando o denuncismo. Esse discurso não convence a ninguém.

Portanto, quero aqui, Sr. Presidente, me solidarizar com V. Exª, com essa Comissão e dizer que é necessário que aprovemos esses requerimentos rapidamente e que essa discussão venha para o seio e o âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como Líder do PFL, tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, é apenas para facilitar o encaminhamento e a apreciação.

Está patente que esta Comissão quer se manifestar sobre o assunto dos Srs. Meirelles e Casseb. O óbice que se coloca são os termos do requerimento apresentado pelo Senador Sérgio Guerra e por mim próprio. Consideram que estão excessivamente duros. Quero esclarecer que os termos do requerimento aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle nos atendem, porque o que queremos é esclarecer os fatos, dar a oportunidade aos acusados de se defenderem – se a contento, ótimo; do contrário, que fique com o Governo a responsabilidade de demitir os titulares ou não. Se os termos do requerimento da CFC nos atendem e se pudermos contar com a unanimidade dos votos da Comissão de Assuntos Econômicos para aprovação do requerimento que reiteramos, eu e o Senador Sérgio Guerra, nos termos da justificativa do que foi apresentado na CFC, estou inteiramente de acordo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PR) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PR) – Caso seja aprovado os termos propostos na CFC, seria acrescido o aditamento do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL–BA) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL–BA) – O Senador Ney Suassuna trouxe uma lista com 11 assinaturas da Comissão de Fiscalização e Controle. É realmente notável que, em uma época em que praticamente não havia sessão nem no plenário, o Senador tenha conseguido 11 assinaturas, sendo que uma delas, a do Senador Roberto Saturnino, que não é membro da Comissão, foi indicada na hora. Lembro ainda que o Senador Roberto Saturnino chegou ao meu gabinete convocando-me, com urgência, para a reunião que se iniciaria em 90 min. Faço esse registro para que não pairem dúvidas sobre isso. Continuo, contudo, dizendo que foi irregular a realização dessa reunião sem um aviso prévio, antecipado, de pelo menos 24h.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PR) – Liguei para cada Senador e só conseguimos realizar a reunião por esse fato, tanto é que liguei para o Senador Antonio Carlos e S. Exª não estava em Brasília. Não tinha obrigação de estar. Mas não há fundamento em dizer que é irregular porque um presidente liga para cada

um e consegue fazer quorum, inclusive com dois sobrando. Era nove o meu quorum, mas consegui 11. Já o nome do Senador Saturnino foi lido no plenário porque só pode vir para a Comissão depois desse ato. Não foi, então, na hora. Foi lido no plenário. Fico satisfeito de que S. Exª tenha feito o registro de que ocorreu com lisura porque naquela Comissão, que é de Fiscalização, as disposições têm que ocorrer com lisura.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Serei brevíssimo até porque esgotou-se todo o tema a respeito. Apenas desejo manifestar o meu entendimento.

É necessário que se faça um esclarecimento: essa Comissão é a Comissão pertinente para essa discussão, acrescida dos termos que o Senador Eduardo Suplicy coloca no requerimento apresentado na Comissão de Fiscalização. Façamos uma reunião conjunta. Sou favorável aos termos do novo requerimento e que se divida o tempo de presidência desta reunião entre V. Exª e o Senador Ney Suassuna, uma vez que é de interesse do Governo e dos Presidentes do Banco Central e do Brasil esclarecer os fatos.

Peço licença para me retirar agora para a Comissão de Infra-Estrutura, mas deixo aqui claro o meu voto favorável ao convite feito aos Presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central, nos termos do requerimento da Comissão de Fiscalização e Controle, para comparecerem em uma reunião conjunta presidida por V. Exª e pelo Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Sérgio Guerra, V. Exª é autor do requerimento.

O Senador José Agripino já se manifestou.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o nosso interesse é que essa discussão se dê na Comissão de Assuntos Econômicos e que tenha a presença dos dois Presidentes: do Banco do Brasil e do Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os termos do requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Sociais são suficientes. Não temos, portanto, nada a discutir senão esse acordo, que me parece bastante sensato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, vou colocar em votação o requerimento, sendo que o mérito dele fica a cargo, de acordo com o que já foi aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle, do adendo apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy, uma vez que os autores dos requerimentos, respectivamente Senadores Sérgio Guerra e José Agripino, assim se manifestaram.

Esse é o Requerimento nº 37. Sendo o Requerimento nº 38 de mesmo sentido, coloco em votação os Requerimentos nºs 37 e 38, nestes termos. O Requerimento nº 39 também é do Presidente do Banco Central.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só para entender, o que estamos acordando é aprovar o convite ao Presidente do Banco Central e ao Presidente do Banco do Brasil, nos termos do requerimento aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com o adendo do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está certo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se V. Exª me concedesse a palavra antes da votação, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, é somente para registrar o caráter e a natureza de moderação desta Comissão, presidida por V. Exª, notadamente com a participação das Lideranças do PFL, do PSDB e do Governo, que chegaram à conclusão a respeito dos termos muito duros apresentados nesses requerimentos, inclusive também objetos de apreciação do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Somos de acordo que a Comissão convoque ou convide as autoridades envolvidas nesses assuntos, nessas matérias divulgadas pela imprensa, mas, de antemão, não podemos prejulgar essas autoridades. Temos que apoiar veementemente esta Comissão e a Comissão de Fiscalização e Controle para que investiguem o assunto em todos os seus pormenores, e que as pessoas convidadas tenham o direito de se defender sem nenhum constrangimento. Esse é o objetivo primacial do Senado Federal, ou seja, conceder a oportunidade aos Senadores para que se manifestem sobre as suas iniciativas e receber as pessoas convidadas para que esclareçam o que o público deseja saber.

Por isso quero felicitar a V. Exª pela forma madura e equilibrada com que V. Exª preside esta Comissão e as Lideranças que chegaram a acordo que redundou nesta peça, que considero fundamental: a aprovação dos requerimentos convocando as autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação os Requerimentos nºs 37 e 39, ambos dizem respeito aos convites aos Presidentes do Banco do Central e do Banco do Brasil, e o adendo do Senador Eduardo Suplicy.

Está em votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só para entender, V. Exª está colocan-

do em votação um requerimento com outro conteúdo, que não é este aqui?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, o conteúdo é da Comissão de Fiscalização e Controle, conforme esclarecido, com o adendo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só que os requerimentos se referem – volto a repetir – aos convites. Estou nominando os personagens. Os personagens são o Presidente do Banco do Brasil e o Presidente do Banco Central.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E o assunto principal é o aprovado na Comissão de Fiscalização, portanto o adendo é importante, mas é segunda parte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro.

Senador Pedro Simon, V. Exª permite colocar em votação ou deseja fazer alguma referência à matéria? Neste último caso, conceder-lhe-ia a palavra em seguida a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou falar sobre a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sei, mas vai influir na votação ou são apenas considerações?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Influir na votação?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem, então, V. Exª a palavra. Não colocarei em votação antes da fala de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem sou eu, Sr. Presidente? Nem me passa pela cabeça influir na votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, perfeitamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desejo pelo menos expor, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero felicitar o andamento desta reunião. Alguns poderiam imaginar que seria uma decisão polêmica e uma discussão entre duas das mais importantes Comissões da Casa.

A rigor, analisando o Regimento, não há nada que impede que o Senador Ney Suassuna proceda à convocação. S. Exª está no seu absoluto direito. Em compensação, se observarmos o Regimento acrescido da tradição, esta tradição é de que esse tipo de matéria é sempre discutido nesta Comissão, até por uma questão realmente importante: é esta Comissão que vota a indicação dos nomes e, se é assim, pela lógica, é esta Comissão que deve apreciar o andamento do trabalho das duas pessoas indicadas.

A decisão de realizar uma reunião conjunta é correta. As duas Comissões, os dois representantes, os dois Presidentes vão debater essa matéria. Com toda sinceridade, o que me preocupa é a data que será marcada.

Pela manhã, casualmente, passei pela reunião dos Líderes e a informação que tenho é de que amanhã, quarta-feira, será realizada uma reunião plenária do Senado, a partir das 10h, durante o dia inteiro. Restará a quinta-feira para outras matérias e votações. Na semana que vem não haverá sessões reuniões deliberativas. Em sendo assim, só nos resta a terceira semana.

O que me preocupa, Sr. Presidente, e não estou aqui para ler essas notícias, é que esse assunto está sendo manchete dos jornais durante todos esses dias. Fosse eu o Líder do Governo, seria o primeiro a querer esclarecer essas questões. São mais de 40 notícias diferentes envolvendo essas pessoas e essas questões. Isso propicia um desgaste perante a sociedade, cria um ambiente de interrogação perante a sociedade que, com toda a sinceridade, não pode continuar. Não são nada mais nada menos que os Presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central. Já há afirmações de que o Presidente do Banco Central não é mais o Presidente do Banco Central, mas sim que S. Exª está Presidente do Banco Central, porque, na verdade, não está mais decidindo.

Com toda a sinceridade, não no interesse de que venham ou de que não venham, mas no interesse de facilitar, de colaborar com os Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, sugiro que essa vinda seja a mais breve possível. Essa demora não ajuda em nada. As notícias não param, Sr. Presidente: a **Veja** e a **IstoÉ**, ambas da última semana, o **O Globo** de domingo, em manchete na primeira página etc. A cada dois dias, é publicada uma notícia diferente, que é outro fato. Poderíamos esperar dois dias para aparecer ainda mais matérias, mas não considero essa uma boa idéia.

Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, Senador Ney Suassuna, na verdade, o que me assusta é que amanhã teremos sessão durante o dia inteiro, no plenário, e que na quinta-feira o nosso Líder do PMDB e outros já disseram que não teremos quorum. A data da reunião deveria ser definida, e, com toda a sinceridade, o Governo é que decida. Se o Senador Aluízio Mercadante quiser deixar para depois, fica para depois. Agora este é o meu pensamento: eu, como Líder do Governo, marcaria para amanhã, porque o assunto tem que ser discutido e esclarecido. Não pode um Presidente do Banco Central ficar pendurado por um pincel perante a opinião pública. É horrível essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação os requerimentos da forma como expliquei.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Esclareço à Comissão que se trata de convite. É preciso saber se os convidados querem vir ou não, porque não estão obrigados a comparecer. A praxe é que compareçam. Desde que estou no Senado, nenhuma autoridade, nem mesmo as do Poder Judiciário – presidi a CPI do Judiciário – ou as do Poder Executivo, recusou-se a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos ou às Comissões de que tive o privilégio de participar. Entretanto, devo esclarecer que se trata de convite. Não podemos fazer uma convocação, como sugeriu o Senador Almeida Lima. Somente o Plenário pode convocar, porque, de acordo com o Regimento, é da competência das Comissões:

> "Art. 70. III – convocar Ministros de Estado ou quais titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República"

Os convidados não são Ministros de Estado ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República – ambos estão vinculados ao Ministério da Fazenda. Podemos, então, apenas agilizar a vinda de S. Exªs. Naturalmente a Secretaria de ambas as Comissões entrará em contato – os Líderes do Governo nos ajudarão – para marcar dia e hora para o comparecimento. Tenho certeza de que ambas as autoridades desejam comparecer, como já o fizeram outras vezes.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, sou o Relator do Projeto de Lei da Pesca, que regulamenta a atividade pesqueira. Pergunto a V. Exª se teríamos espaço neste período, até a data da eleição, para promover uma audiência pública nesta Comissão, o que considero absolutamente necessário, para depois votarmos o projeto. Temos condição de realizar essa audiência pública neste período?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves Filho, a pauta dos trabalhos do Senado, neste período eleitoral, está sendo organizada pelo Presidente do Congresso, que é também o Presidente do Senado da República, naturalmente de comum acordo com as Lideranças. Nesta Comissão de Assuntos Econômicos, estamos prontos para trabalhar de acordo com o calendário ou com a pauta combinada pelos Líderes juntamente com o Presidente do Senado, que é, portanto, decidida pelo próprio Senado.

Considero importante o pedido de V. Exª, porque o conheço e sei que representa um Estado que tem a pesca como uma atividade economicamente importante. Por isso é importante realizar essa audiência pública.

Srªs e Srs. Senadores, cumpro o dever de dizer que recebi um documento confidencial do Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb Lima. Por ser confidencial, não quero portá-lo sozinho. Assim, peço à Secretaria que o fotocopie e envie a cada um dos Srs. Senadores.

Na próxima sessão, deliberaremos sobre o Requerimento nº 38, que trata de matéria correlata.

Lerei um requerimento do Senador Tasso Jereissati que diz respeito a um convite que deve ser feito ao Dr. Raul Veloso, Diretor-Executivo da Organização não Governamental Transparência Brasil, ao Dr. Cláudio Abramo e ao Presidente do Sinduscom, Dr. João Cláudio Robusti, para que venham falar, em audiência pública, sobre o projeto de Parcerias Público-Privadas.

Colocarei o requerimento em votação.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, a pedido do Senador Aloizio Mercadante, eu gostaria de solicitar a V. Exª que adie a votação do requerimento para a próxima reunião, a fim de que, antes, haja uma reunião de Lideranças para discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu iria colocar o requerimento em discussão e votação, mas não trataria de data antes de analisarmos outras matérias.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um minuto, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero abordar apenas essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de registrar a atenção do Senador Tasso Jereissati, que apresentou temas relevantes para a discussão do projeto de PPP, meritórios, que exigem uma reflexão aprofundada. A disposição do Governo é exatamente de construir esse processo. Ainda hoje, às 15h, iniciaremos essas conversações mais aprofundadas para avançarmos no processo de PPP, e o Senador Tasso Jereissati seguramente estará presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há também um requerimento do Senador Paulo Octávio no mesmo sentido. S. Exª pede, no requerimento, que seja

convidada a Câmara Brasileira de Construção para justamente falar sobre as normas gerais para licitação e contratação de Parceira Pública-Privada.

Senador Paulo Octávio, consulto se V. Exª tomará a mesma decisão do Senador Tasso Jereissati, uma vez que haverá reunião de Líderes para tratar da discussão e votação desse projeto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Hoje, no Colégio de Líderes, houve o seguinte encaminhamento para o projeto de PPP: depois de estabelecermos um calendário com os procedimentos, voltaríamos à discussão das audiências. Porém, fica acolhida a sugestão. Pedimos apenas que o assunto seja discutido na próxima reunião.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Perfeito. Acolhida a sugestão, fica então junto com o Sinduscon, do projeto do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª também apresentou um requerimento. Penso que V. Exª concordará em não votá-lo, porque parece que a reunião de Líderes destina-se a combinar mérito e data para a votação.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente, Sr. Presidente. Fruto da reunião de Líderes de hoje, poderemos até pleitear a V. Exª a convocação de uma reunião extraordinária, se for o caso, se for assim deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Marcarei outra reunião, se assim entenderem. Não tenho dúvida alguma disso.

Há outros requerimentos? (Pausa.)

Considerando o adiantado da hora e que a pauta está trancada, se não houver interesse, se ninguém requerer algum projeto que esteja na pauta para ser votado, declaro encerrados os trabalhos de hoje, com os agradecimentos a todos os Membros da Comissão de Assuntos Econômicos, que compareceram de forma expressiva a esta reunião.

Muito obrigado e até outra oportunidade, se Deus quiser.

(Encerra-se a reunião às 12h58min.)

Ata da Trigésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 19 de outubro, de 2004, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia dezenove de outubro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, Fátima Cleide, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Cristovam Buarque, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Edison Lobão, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti. Deixa de comparecer a Senadora Ana Júlia Carepa e os Senadores Roberto Saturnino, tendo falta justificada em virtude de licença para tratamento de saúde, Romero Jucá, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, é apreciada a Mensagem do Senado Federal nº 145, de 2004, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente, Senador Ramez Tebet, concede a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna, para que proceda a leitura de seu parecer. Findo a leitura, a Presidência passa a palavra ao Senhor Rodrigo Telles da Rocha Azevedo para que faça uma breve exposição. Usam da palavra para interpelar o Indicado os Senadores Fernando Bezerra, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Rodolpho Tourinho e Ramez Tebet. Encerrada a votação, a Presidência convida os Senadores Ney Suassuna e Luiz Otávio para realizarem o escrutínio. A Comissão aprova a indicação do Senhor Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por vinte votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, passa-se à 2ª Parte da Reunião, que tem como finalidade a realização de uma Audiência Pública com a participação dos Senhores Demian Fiocca, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", tramitando nesta Comissão, em atendimento aos Requerimentos nº 43-CAE/2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e nº 42-CAE/2004, de autoria dos Senadores Paulo Octávio e Efraim Morais, respectivamente. Após as exposições dos Senhores Demian Fiocca e Paulo Safady Simão, usam da pala-

vra para interpelar os convidados os Senadores Paulo Octávio, Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Rodolpho Tourinho, Fernando Bezerra, Eduardo Suplicy, Sérgio Guerra, Delcídio Amaral, Pedro Simon e a Senadora Ideli Salvatti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Encontra-se na Casa o Sr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, que foi indicado para ocupar o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. A mensagem é de autoria do Poder Executivo.

O Relator é o Senador Ney Suassuna.

Peço à Secretaria que, por gentileza, conduza o ilustre indicado para que tome assento à mesa à minha direita. (Pausa.)

Concedo a palavra imediatamente ao Senador Ney Suassuna, para que proceda, com brevidade, à leitura do relatório sobre o indicado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou, em 19 de agosto do corrente, a Mensagem nº 145, de 2004, nº 493, de 19-8-2004, na origem, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, conforme disposto no inciso XIV do art. 84, combinado com o art. 52, inciso III, letra **d**, da Constituição Federal.

De acordo com o **curriculum vitae** anexado à referida Mensagem, o Sr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo e possui os títulos de Mestre e PhD em Economia, ambos pela Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, nos Estados Unidos, obtidos respectivamente em 1991 e 1994.

Sua experiência profissional inclui a posição de economista sênior no Banco de Investimentos Garantia S/A, em 1994, passando a integrar o Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston (CSFB), quando este incorporou o Banco Garantia em 1998. Foi economista-chefe deste Banco no Brasil e co-diretor global de pesquisa econômica para a América Latina desde 1999. Entre 2001 e 2004, exerceu o cargo de diretor executivo do Credit Suisse First Boston.

Gostaria de dizer às Srªs e aos Srs. Senadores que tive a oportunidade de visitá-lo à época. Estávamos discutindo um projeto importante e precisávamos obter dados mais precisos. Impressionei-me quando, durante a minha visita, encontrei mais de 200 economistas sob a coordenação dele, prestando assessoria para todos os Bancos do Brasil, nacionais ou estrangeiros.

Anteriormente, foi assistente de ensino e pesquisa na Universidade de Illinois, realizou estágio no Departamento de Planos e Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento e foi analista de pesquisas de mercado da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo.

Na área acadêmica, o Sr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo efetuou pesquisas sobre temas relativos à economia e às finanças, publicados em revistas internacionais e também na Universidade de Illinois. Sua monografia de graduação da USP obteve o primeiro prêmio de economia naquela universidade, em 1988.

O **curriculum** do indicado também relaciona diversas apresentações em seminários nacionais e internacionais acerca de cenários econômicos e perspectivas, política monetária, investimento, finanças, entre outros.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, julgamos que o nome do Sr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo está em condição de ser apreciado por esta Comissão para o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

Digo isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a maior tranqüilidade, porque o Sr. Rodrigo Telles é uma pessoa extremamente conhecida no mercado e admirada pela sua lucidez e pelas suas análises não só do cenário como do cenário internacional.

Meu relatório é favorável ao candidato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer é favorável.

Seguindo o Regimento que orienta os nossos trabalhos, concedo a palavra ao Dr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, para que S. Sª faça uma breve exposição.

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator, pelas palavras.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos Senador Ramez Tebet, Exmº Sr. Relator

Ney Suassuna, demais Senadores, senhoras e senhores aqui presentes:

É para mim uma grande honra estar diante desta digníssima Comissão como indicado para compor a Diretoria do Banco Central do Brasil. Vejo esta sabatina e a avaliação pelo Plenário do Senado como partes essenciais do processo de legitimação da ação da Diretoria do Banco Central do Brasil, de acordo com os preceitos democráticos vigentes em nosso País.

Começo por destacar como o desempenho recente da economia brasileira em suas várias frentes sugere uma trajetória de otimismo para o futuro.

A atividade econômica tem mostrado um vigor significativo, o que é evidente nos indicadores recentes de produção industrial, vendas ao varejo, utilização de capacidade e geração de emprego. Após o impulso inicial, dada a retomada pelo setor exportador, as fontes do crescimento estão se tornando mais equilibradas com a demanda doméstica, passando a impulsionar cada vez mais o nível de atividade. Isso reflete a expansão do crédito em um contexto de taxa de juros reais baixas em termos históricos e a própria recuperação do emprego e da massa salarial real.

Na área externa, apesar de incertezas quanto aos potenciais efeitos globais do ciclo de aperto monetário nos Estados Unidos e da alta nos preços do petróleo, a retomada de nossa economia, em paralelo a uma forte expansão, tanto de exportações como de importações, remete a um setor externo em posição muito mais sólida do que em estágios similares de ciclos econômicos recentes.

Na parte fiscal, o compromisso inequívoco do Governo Lula com o ajuste fiscal de longo prazo, reiterado pela recente elevação da meta de superávit primário este ano para 4,5% do PIB, tem viabilizado uma trajetória de queda na relação dívida – PIB, em paralelo a uma melhora na composição da dívida pública. Essa clara demonstração de responsabilidade fiscal tem dado suporte essencial à política monetária e respaldo à perspectiva positiva de queda sustentável em médio prazo das taxas de juros reais em nossa economia.

Quanto à inflação, a firmeza e a diligência mostradas pela autoridade monetária têm permitido que as expectativas de inflação de médio prazo permaneçam bem ancoradas, mesmo diante da piora do quadro inflacionário de curto prazo, influenciado principalmente por choques de ofertas adversos ocorridos recentemente.

Diante de seus potenciais impactos secundários sobre preços no contexto da economia relativamente aquecida, esse quadro demanda vigilância intensiva por parte do Banco Central, de maneira a resguardar os ganhos recentes na redução da inflação. Tal posicionamento da política monetária deve assegurar a convergência da inflação para a trajetória de metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional ao longo do tempo, contribuindo para preservar as expectativas correntes de crescimento em nossa economia.

Concluo essa breve discussão do quadro econômico ressaltando que, em meu entender, tais perspectivas otimistas se tornaram possíveis somente diante do ajuste consistente adotado pelo Governo do Presidente Lula e pela equipe liderada pelo Ministro Palocci, focando seus esforços desde seus primeiros meses na reafirmação do tripé responsabilidade fiscal, estabilidade monetária e câmbio flutuante. Em conjunto com as reformas aprovadas pelo Congresso e por esta Casa, esse tripé se mostra a combinação adequada para os desafios que enfrenta a Nação neste momento.

Analisando o futuro, no entanto, a questão crucial que se coloca aos gestores de política econômica é a de como assegurar que o crescimento que estamos observando se transforme em uma trajetória de crescimento sustentado em médio e longo prazo. Isso é que permitiria consolidar o objetivo maior da política econômica, qual seja, o de atingir o desenvolvimento com geração de empregos e renda, levando a uma redução da pobreza e de desigualdades sociais ao longo do tempo.

Em um horizonte imediato, o desafio maior da política econômica reside em estimular o investimento de forma a se acelerar o crescimento da capacidade produtiva do País. Isso parece condicionado, principalmente, ao desenvolvimento, em bases permanentes, de um ambiente favorável aos negócios que envolvam um marco regulatório adequado, com ênfase na estabilidade de regras e cumprimento das condições contratuais, entre outros fatores microeconômicos.

Em um horizonte mais longo, a evidência empírica internacional associa experiências de desenvolvimento bem-sucedidas de maior crescimento de longo prazo a fatores como um ambiente institucional e legal adequado à poupança de longo prazo e investimentos, desenvolvimento de capital humano via políticas sociais eficazes centradas em educação e saúde, progresso tecnológico via políticas de inovação e modernização da atividade produtiva e a expansão dos mercados, por meio de maior inserção internacional do comércio exterior de nosso País.

Em qualquer dos casos de sucesso, no entanto, uma condição prévia para que esses fatores possam funcionar em sua plenitude é um ambiente macroeconômico estável.

Nesse contexto, julgo que o principal papel da autoridade monetária no estímulo a um maior crescimento

de longo prazo seja claro: assegurar a estabilidade de preços e preservar o valor da moeda.

A teoria econômica, outras experiências globais e nosso próprio passado evidenciam que não se atingem ganhos sustentáveis na taxa de crescimento mediante maior expansão monetária.

Atingir inflação baixa e estável, portanto, é um fator essencial para dar sustentação à atual onda de crescimento e assegurar que isso se proceda em meio à distribuição de renda e justiça social.

A consecução desse objetivo exige intransigência com a inflação, mesmo que ela atinja níveis moderados como os que vivemos no Brasil. Por isso, é importante que essa tarefa continue sendo tratada de forma prioritária, como tem sido feito no Governo do Presidente Lula. Esse é o meu entender.

Na consecução desses objetivos, sou forte partidário e defensor do regime de metas de inflação. Esse regime vem sendo adotado de forma crescente por bancos centrais em todo o mundo e parece o mais adequado a um país com reputação de estabilidade ainda em construção, como é o nosso País.

Tal regime é um ponto intermediário entre sistemas de regras rígidas e discricionariedade total na condução da política monetária. Sua grande vantagem é permitir a flexibilidade de responder a choques não antecipados, sem perder de vista o compromisso inequívoco com a manutenção de baixos e estáveis níveis de inflação ao longo do tempo.

Entre suas vantagens adicionais está o fato de seu funcionamento eficaz e credibilidade demandarem transparência e comunicação freqüente acerca do mecanismo de condução da política monetária. Isso exige de seus gestores maior prestação de contas à sociedade e retira das decisões de bancos centrais o caráter hermético que geralmente lhe era impingido no passado.

De fato, a curta experiência do Brasil com esse regime nos últimos cinco anos aumentou a transparência da condução da política monetária. Mais importante, o regime tem permitido ao País lidar com grandes choques, minimizando as flutuações do produto interno bruto e emprego e, ao mesmo tempo, manter expectativas de inflação de médio prazo bem ancoradas.

Mesmo que nosso modelo ainda esteja em construção, o Brasil já é reconhecido como um caso de experiência internacional bem-sucedida na aplicação desse regime.

Passando agora aos aspectos específicos da diretoria de política monetária, vale lembrar que o Brasil segue a prática comum a bancos centrais modernos de utilizar a taxa de juros de curto prazo como principal instrumento de implementação da política monetária. A Mesa de Operações de Mercado Aberto ajusta assim a liquidez de mercado em bases diárias, de forma a assegurar que a taxa de juros **overnight** efetiva se situe próxima à taxa alvo determinada pelo Copom.

O controle de liquidez tem sido complementado por operações compromissadas com prazos de duas semanas. Esse regime vem sendo bem-sucedido em seus objetivos. Espero poder contribuir para aprimorar sua eficiência sem modificar, no entanto, sua essência.

Em paralelo, acredito que o Banco Central deva dar continuidade ao esforço conjunto com o Tesouro Nacional de maior dinamização dos mercados primários e secundários de títulos públicos federais. Para tanto, a instituição deveria continuar na busca de novos instrumentos e práticas que permitam atingir os objetivos de aumentar a liquidez de tais mercados, alongar e melhorar o perfil da dívida e reduzir seu custo de financiamento.

Quanto à execução da política cambial, penso que esta deva se ater à natureza de regime de câmbio flutuante, onde a atuação do Banco Central se limita a identificar e trabalhar para evitar distorções no processo de formação da taxa de câmbio em momentos de volatilidade excessiva e ausência de liquidez.

Ainda na área externa, vale destacar o progresso em curso na recomposição das reservas internacionais de nosso País. A continuidade desse processo envolve também dar seqüência aos avanços técnicos recentes do gerenciamento e administração desses recursos, buscando práticas consistentes com o estado da arte também nesta área.

Mas ao Banco Central cabe também ser o guardião do sistema de pagamentos, assegurando regulação adequada, solidez e eficiência da intermediação. Nesta área, o foco agora é dar continuidade à otimização da utilização do novo sistema de pagamentos brasileiros, em particular via ampliação do uso de meios eletrônicos de pagamento, monitoramento das câmaras de liquidação e integração de redes, de maneira a propiciar à sociedade ganhos plenos de eficiência de utilização do novo sistema de pagamentos.

Por fim, penso que o Banco Central também tem uma contribuição importante a dar para estimular a poupança de longo prazo e o investimento no País: continuar a atuar em conjunto com o Ministério da Fazenda, com outros organismos competentes e com o Congresso na busca de medidas de aperfeiçoamento institucional e legal que levem a uma ampliação do crédito e à redução do custo do capital em nosso País. A agenda de redução do **spread** na intermediação financeira, a criação da conta investimento, a cédula de crédito bancário, o cadastro positivo e central do risco do Banco Central do Brasil são exemplos de medidas

resultantes desse esforço conjunto que fortalecem o ambiente de negócios e a perspectiva de investimento e, portanto, o crescimento em nosso País.

Antes de concluir, gostaria de agradecer ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e ao Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, pela confiança em mim depositada e pela honra de ter sido indicado ao posto de diretor do Banco Central. Espero ter a oportunidade também de trabalhar com uma equipe tão competente e de longa tradição e reputação no serviço público como é o corpo técnico dos funcionários do Banco Central do Brasil.

Srªs e Srs. Senadores, a agenda para construirmos um Brasil melhor é enorme e urgente. Essa introdução ressaltou aspectos que, em meu entender, são da maior relevância na busca do desenvolvimento e nos quais a atuação do Banco Central é comprovadamente essencial para elevar o nível de bem-estar de nossa sociedade. Caso tenha o privilégio de ser aprovado por esta Casa, não economizarei energias para dar minha modesta contribuição no avanço rumo ao nosso objetivo comum: construir um Brasil mais justo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrada a exposição do Dr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, procederemos à sabatina propriamente dita, que obedecerá à ordem de inscrição. Como já é do conhecimento de todos, cada Senador dispõe de três minutos para fazer suas perguntas.

O primeiro inscrito é o Senador Fernando Bezerra, a quem concedo a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não tenho a menor dúvida de que o Dr. Rodrigo, pela densidade da exposição que faz na Casa, é um homem preparado para exercer o cargo para o qual o Presidente da República o indica, submetendo seu nome à apreciação do Senado.

Dr. Rodrigo, tenho poucas perguntas a fazer.

S. Sª se referiu ao esforço que o Governo faz para a redução do **spread** bancário. Entretanto, continuamos a praticar um dos **spreads** bancários mais elevados do mundo. Apesar do grande esforço do Governo para a redução de juros, ainda praticamos juros que são um escândalo. Compreendo que esse é o grande instrumento de política monetária que o Governo e o Banco Central utilizam para o controle da inflação, mas é preciso que, pelo menos em relação ao **spread**, haja um resultado prático.

Aprovamos a Lei de Falências. Inclusive o Presidente desta Comissão teve uma participação importantíssima na discussão dessa matéria, que contou com um esforço muito grande desta Casa. Espero que a Lei de Falências tenha dado uma contribuição para a redução de **spread**, muito embora ainda não tenhamos, de modo prático, o resultado disso.

A última questão que quero fazer a S. Sª refere-se à autonomia do Banco Central.

Em termos práticos, o Banco Central atua hoje como um banco central autônomo. Porém, há uma discussão que se processa no Congresso Nacional e no âmbito interno do Governo sobre a oficialização – vamos dizer assim – dessa autonomia do Banco Central. Gostaria de ouvir a posição de S. Sª.

Sendo assim, as minhas perguntas são:

– Qual é a contribuição que podemos dar, de forma mais acelerada, para a redução do **spread** bancário?

– Qual é a sua posição em relação à autonomia do Banco Central?

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Senador Fernando Bezerra, obrigado pela pergunta e pela oportunidade de expor o meu ponto de vista a respeito dessas questões tão relevantes.

No caso do **spread** bancário, em particular, tenho acompanhado o processo em curso e o esforço desta Administração no sentido da consecução da agenda de implementação da redução do **spread** bancário no Brasil.

É importante destacar do trabalho que vem sendo desenvolvido os aspectos cíclicos e estruturais que influenciam o **spread** bancário em nosso País. Considero fundamental continuarmos avançando, em particular nos aspectos estruturais, para que, quando as condições cíclicas permitirem, os **spreads**, de fato, baixem e continuemos a ter, ao longo do tempo, uma expansão mais significativa do crédito em nosso País.

Analisando as questões estruturais em particular, a agenda que vem sendo discutida, que basicamente traça o mapa, o diagnóstico de que aspectos devem ser debatidos neste caso, em geral, discutem-se três tipos de elementos. Primeiro, cunhas ou elementos que impõem um diferencial nas taxas de juros, o que, essencialmente, é feito por meio de impostos que incidem sobre a intermediação financeira e também sobre o compulsório. Esse aspecto ainda deve sofrer um avanço, principalmente na questão de impostos e de compulsórios, mas alterar esses instrumentos provoca algumas implicações macroeconômicas. No momento em que for adequado à condução da política monetária, dado que esse é um instrumento crucial, tendo em vista a gestão monetária, será possível avançar mais rapidamente nesse aspecto.

O segundo aspecto diz respeito à inadimplência, a qual tem um componente cíclico, mas também um componente estrutural no que diz respeito à dificuldade

de cobrar créditos concedidos pelo sistema bancário brasileiro. Nesse quesito, dada a sua importância, esta Casa muito contribuiu com a aprovação da Lei de Falências, como V. Exª mencionou. É importante reiterar o cumprimento de obrigações contratuais em nosso País. Esse parece ser um segundo aspecto importante nessa agenda.

A terceira questão refere-se ao incentivo da competição no sistema financeiro. Há uma série de projetos importantes para aumentar a capilaridade no sistema financeiro e a competição no mercado de crédito.

Creio que, atuando nessas várias frentes, estaremos criando condições para que possamos, em uma conjuntura mais adequada do ponto de vista cíclico, contribuir com uma expansão mais significativa do crédito.

Vale lembrar, por exemplo, que, neste ano, a carteira de crédito das principais instituições bancárias brasileiras estão mostrando um crescimento na casa de 20 a 30%. Portanto, já existem algum benefício desse processo. É importante prosseguir nessa agenda. Se tiver a honra de ser aprovado por esta Casa, terei o maior empenho em prosseguir com essa agenda, visando consolidar um ambiente de maior volume de crédito em nosso País, que é um componente fundamental para o desenvolvimento dele.

Quanto à autonomia do Banco Central, que constitui o segundo ponto de sua pergunta, creio ser um tema extremamente relevante para a sociedade brasileira neste momento. Convém lembrar que não se trata de um projeto do Banco Central, mas deve ser um projeto em que a interação entre o Executivo e o Congresso deve determinar, se for o caso, a formalização de autonomia do Banco Central do Brasil.

É importante ressaltar o que diz a experiência internacional a esse respeito. Há vários estudos acadêmicos sobre isso, com implicação prática muito significativa. O exemplo maior foi, de fato, dado na semana passada, por exemplo, quando Finn Kydland e Edward Prescott foram agraciados com o Prêmio Nobel de Economia, exatamente por um dos seus trabalhos ser a origem acadêmica seminal para os trabalhos posteriores sobre a importância dos bancos centrais independentes. Após esse trabalho, a conclusão da Academia é no sentido de que este constitui um tema da maior relevância prática, e, portanto, bancos centrais, em todo o mundo, nas décadas de 80 e 90, progrediram rumo à independência. Em geral, essa experiência internacional bem-sucedida indica que, em países onde há bancos centrais independentes formais, a taxa de inflação, em longo prazo, é mais baixa.

Portanto, creio que esse é um fenômeno importante também para o Brasil, caso venhamos a avançar nessa direção. Minha opinião é a de que ainda não estamos amadurecidos. É importante uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Tenho certeza de que os Srs. Senadores darão a maior contribuição para que possamos, de fato, avançar, se for o caso, rumo a uma situação em que possamos atingir, com o menor custo de produto, as metas de inflação dadas em médio prazo.

A minha opinião é essa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Dr. Rodrigo respondeu como bom mineiro, e não sei se, de fato, é mineiro. S. Sª proferiu uma aula de como dever ser o Banco Central, quais as teorias que existem no mundo, entretanto, não emitiu claramente sua opinião. Essa discussão deve-se acontecer no Parlamento? Claro que sim. Mas gostaria de saber qual a posição de S. Sª em relação à autonomia do Banco Central.

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – De acordo com o que acabei de expor, coloco-me favorável à idéia de progredir nessa direção. No entanto, creio que minha opinião é muito menos relevante neste processo do que aquela a que possa se chegar nesta Casa, se for iniciativa deste Governo caminhar em frente e em conjunto com o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dando prosseguimento, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, a quem eu gostaria de prestar um esclarecimento.

V. Exª foi o primeiro a assinar a lista de inscritos. No entanto, concedi a palavra primeiramente ao Senador Fernando Bezerra porque S. Exª a havia solicitado verbalmente.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, é importante que o Presidente Lula tenha indicado para a direção do Banco Central uma pessoa com uma formação bastante consolidada na área em que devem estar bem preparados os diretores do Banco Central.

Conheci a sua tese sobre a experiência brasileira com minidesvalorizações, apresentada em dezembro de 1988, com excelente resultado, em que estudou um dos temas tão importantes para quem está na direção do Banco Central, qual seja, a política cambial. V. Sª ressalta, em sua exposição, que a política de maior flexibilidade da taxa de câmbio nos últimos cinco anos tem dado certo.

Quando, na sua tese V. Sª, examinou a política de minidesvalorizações, isto significou, à época, um avanço

na direção de uma maior flexibilidade, que correspondeu – algo que também tive a oportunidade de estudar – a um maior grau de eficiência e, conseqüentemente, de maior estímulo ao crescimento e maior estabilização da economia no que diz respeito à contribuição para se conter a inflação, que era muito alta.

V. Sª estará, no Banco Central e no Comitê de Política Monetária, tomando decisões de grande relevância para a vida dos brasileiros. Tenho recomendado que possam as reuniões do Copom ter ainda maior transparência do que existe hoje, pois o que sabemos é que, uma vez realizada a reunião do Copom, com o prazo de alguns dias é publicada a íntegra da ata de suas reuniões, as quais tenho tido o cuidado de ler. Nessas atas, às vezes, há o registro, digamos, de que, por seis votos a três, decide-se elevar, manter ou diminuir a taxa de juros, mas não dos argumentos expostos pelos seus diversos membros para se aumentar ou diminuir a taxa de juros.

Pergunto sua opinião sobre a minha sugestão, que é a seguinte: que a Radiobrás, por rádio e televisão, grave as reuniões do Copom e transmita-as vinte e quatro horas depois, para que todos os segmentos da sociedade interessados possam saber os argumentos que ali foram expostos, conferindo ainda maior transparência às decisões daquele órgão.

Por que faço essa sugestão? No ano passado, tive a oportunidade de presentear o Ministro Antônio Palocci com o livro **A Globalização e seus Malefícios** – descontentes, em inglês; malefícios na tradução em português –, do Prêmio Nobel de Economia, o Professor Joseph Stiglitz, que já esteve no Brasil mais de uma vez.

Ao transmitir sua experiência, primeiro, como Presidente do Conselho de Conselheiros Econômicos do Presidente Bill Clinton e, posteriormente, como Vice-Presidente do Banco Mundial, interagindo com o Fundo Monetário Internacional, o autor expõe duas situações diferentes. Enquanto Presidente do Conselho de Conselheiros Econômicos do Presidente Bill Clinton, percebia uma grande liberdade de as pessoas poderem expor argumentos diferentes, pontos de vista diferentes, e, dessa riqueza de debate, surgiam decisões de política econômica na direção correta.

Em verdade, o Presidente Bill Clinton e os americanos observaram, na economia norte-americana nos anos 90, sobretudo de 1993 a 2000, um desempenho, em geral, positivo em muitos aspectos: a taxa de desemprego, que era de 7,5% ao assumir, no final estava em 3,9%. Foi uma diminuição gradual e com a taxa de inflação permanecendo em níveis razoáveis. A situação não foi tão boa no que se refere ao crescimento observado do ponto de vista da concentração de riqueza. Houve uma tendência de concentração no período; mais ainda agora, no período do Presidente George W. Bush, em que há uma concentração ainda mais acentuada em favor dos mais ricos.

Sabemos perfeitamente que o que determina o equilíbrio dos preços da produção, do emprego, das taxas de juros e das principais variáveis macroeconômicas é o conjunto dos fatores que afetam a procura e a oferta agregada. Quando, no Copom, há uma visão apenas de se conter a procura agregada, definindo, por exemplo, o aumento das taxas de juros, parece que se está dando atenção apenas ao lado da contenção da demanda agregada para o propósito da estabilidade de preços, sem se levar em devida consideração os efeitos que poderiam decorrer de uma diminuição da taxa de juros para o aumento da oferta agregada, que levaria também à estabilidade de preços, sobretudo em uma economia em que se detecta capacidade ociosa de grande parte das empresas, de grandes segmentos, e taxas de desemprego ainda relativamente altas.

V. Sª considera que uma moderada diminuição da taxa de juros poderá contribuir para o aumento da oferta agregada, porque os investimentos serão mais estimulados? Se há uma evolução da economia em que, inclusive, a capacidade das empresas está sendo mais e mais utilizada, chegando ao ponto de os empresários estarem por realizar decisões de investimento – estou concluindo, Sr. Presidente –, isso poderá resultar em aumento dos investimentos, aumento da produção de bens e serviços e contribuição para a estabilização de preços? Esse ponto de vista estará sendo levado em consideração no Copom? V. Sª levará para lá argumentos nessa direção?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Sª a palavra, para responder a pergunta, ou as perguntas, ou a dissertação muito bem feita do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Antes de destacar esse último aspecto que V. Exª mencionou, faço dois comentários rápidos. Um deles é sobre a tese do sistema de medida de minidesvalorizações, que V. Exª mencionou. Seu trabalho, sua própria tese de doutorado é uma referência sobre esse assunto, é uma interpretação do País nos anos 70.

Realmente o sistema de minidesvalorizações foi muito importante à sua época, atingindo todos os benefícios que V. Exª mencionou. Neste momento, claramente, vivemos num regime monetário com metas de inflação. O principal objetivo do Banco Central é a inflação. Não podemos ter dois objetivos concomitantes. Portanto, o regime de câmbio flutuante é aquele que melhor se coaduna com o regime monetário que segui-

mos no País. Como mencionei em minha exposição, isso tem sido implementado com sucesso, sendo inclusive reconhecido internacionalmente.

Com relação à maior transparência, outro elemento que V. Exª mencionou – e tenho ciência de sua proposta também sobre a difusão das reuniões do Copom –, ainda que seja importante do ponto de vista de trazer o debate no sentido de continuarmos no processo de aumentar a transparência do Banco Central, faço dois tipos de considerações. Primeiro, o Copom sempre lida com dados sigilosos também no processo de tomada de decisão; portanto, uma ampla divulgação ao processo decisório pode comprometer parte dos dados usados pelo Copom. Nesse sentido, eu teria algumas restrições a essa proposta. O segundo elemento, também importante, é a idéia de que a discussão técnica sobre a política monetária se beneficia com algum grau de informalidade, tal postura pode inibir parte da discussão técnica na medida em que o País confira esse tipo de projeção para as discussões do Copom.

Um último elemento que vale mencionar ainda no quesito transparência é a idéia de que o Banco Central brasileiro vem sendo considerado, por estudos internacionais, como altamente transparente. Relembro um estudo desenvolvido, na Inglaterra, pelo centro para estudos relativos à nossa política econômica, em que, de 20 bancos centrais que seguem metas de inflação apontadas, o relatório de inflação brasileiro foi considerado o terceiro mais transparente, ficando atrás somente, se não me engano, da Inglaterra e da Nova Zelândia. Portanto, em termos da transparência às decisões do Copom, já somos referência internacional. É importante lembrar, como V. Exª bem mencionou, que as atas são divulgadas, com presteza, seis dias após as decisões.

Por último, mas o mais importante, a resposta – se entendi sua pergunta – à questão sobre a idéia de como o Banco Central pode contribuir com as taxas de juros para a expansão da oferta agregada, de forma que possamos ter um crescimento sustentado ao longo do tempo com baixa inflação. No meu entender, a contribuição do Banco Central está em linha com aquilo que julgo ser a prática internacional dos bancos centrais: focalizar metas de inflação ou, nos casos onde não há metas explícitas, estabelecer uma inflação em médio prazo para a expansão da oferta agregada em longo prazo. Isso implica, em alguns casos, em alguns momentos, elevação da taxa de juros para que se possa adequar a velocidade de crescimento da demanda agregada àquilo que se julga ser o crescimento potencial da economia naquele momento. Ao fazer isso, transmite-se a percepção aos investidores de que aquela economia passará a ter estabilidade ao longo do tempo em seus preços. Isso é importante para o planejamento e horizontes de decisões de investimento e logicamente tem implicações importantes do ponto de vista de produtividade e da alocação de recursos, como também de preservação dos ganhos de renda real da classe trabalhadora à medida que mantém o seu poder de compra em termos reais.

Nesse sentido, creio que a sinalização mais importante que o Banco Central possa oferecer – e, se tiver a honra de ser aprovado por esta Casa, espero levá-la ao Copom – refere-se ao foco no médio prazo, ainda que, no curto prazo, tenhamos que lidar com situações cíclicas. Dessa forma, poderemos de fato contribuir para um crescimento compatível da demanda agregada junto à oferta agregada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, uma breve réplica, se tenho direito a um breve acréscimo, para concluir, como o Senador Fernando Bezerra também o teve.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro. Apenas lembraria V. Exª que temos à espera dois convidados para audiências públicas. Gostaria que V. Exª se ativesse ao tempo regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

V. Sª, Sr. Rodrigo Telles de Rocha Azevedo, mencionou os dois laureados com Prêmio Nobel, Finn Kydland e Edward Prescott, que tiveram trabalhos importantes justamente na questão dos bancos centrais.

O que podemos examinar é que muitos dos bancos centrais na principal economia e nação do ponto de vista do seu porte econômico, os Estados Unidos, têm como objetivo não apenas manter a estabilidade dos preços, a contenção da inflação, como também o crescimento da economia e das oportunidades de emprego. Esse objetivo está na lei referente ao Federal Reserv Board como algo igualmente importante. Mas a autoridade monetária brasileira tem enfatizado mais simplesmente o objetivo de estabilidade de preços.

Pois bem, na sua exposição, esses outros objetivos estiveram presentes, mas o que eu quero recomendar é que haja, no Copom, sempre o objetivo da estabilidade concomitante ao do crescimento e da distribuição da renda e da erradicação da pobreza, também objetivos fundamentais.

Gostaria de concluir com uma pergunta sobre a incidência do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional. Essa situação necessariamente levará o Copom a uma postura tão defensiva no sentido de elevar ainda mais as taxas de juros ou a economia brasileira, na sua visão, pode administrar a elevação dos preços dos combustíveis no mercado internacio-

nal sem que necessariamente isso implique aumento das taxas de juros?

É a minha pergunta final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Telles de Rocha Azevedo.

O SR. RODRIGO TELLES DE ROCHA AZEVEDO – Muito obrigado, Senador, pela réplica e pelas perguntas.

Quanto à questão do petróleo, em particular, que é a pergunta feita, é preciso avaliar logicamente a conjuntura internacional, que, nesse momento, é levada por um cenário de crescimento forte da demanda e, por outro lado, por uma restrição na capacidade ociosa. Isso tem causado a instabilidade no preço do petróleo. Diante do ciclo prolongado sobre a existência de investimentos internacionais nesse setor, é bem provável que haja uma certa demora na resposta da capacidade produtiva de tecnologias ao estímulo preço que vem sendo dado nesse momento. Portanto, teremos, provavelmente, uma conjuntura pela frente ainda marcada pela incerteza e volatilidade e por preços ainda elevados no mercado internacional de petróleo.

A implicação que isso tem para o Brasil pode ser divida em diferentes quadros. Primeiro, dependendo do seu impacto no cenário internacional, do grau de desaceleração que venha causar à economia global, teria impacto sobre nossas exportações. O segundo elemento importante diz respeito ao impacto sobre a versão a risco nos mercados internacionais, portanto, incapacidade de financiamento da economia brasileira. O terceiro elemento é importante para países importadores de petróleo, mas, no caso do Brasil, ainda que sejamos importadores desse produto, o impacto é relativamente secundário. No Brasil, o déficit de petróleo e seus derivados, no ano passado, situou-se na casa de US$2,1 bilhões, então, grosso modo, poderíamos trabalhar com a idéia de que, a cada 10% de variação do preço do petróleo, há um déficit adicional de US$200 milhões. É um impacto significativo, à luz do crescimento recente dos preços internacionais, mas, ainda assim, algo que parece ser absorvido pela balança de pagamentos brasileira.

Em sendo assim, o aspecto principal reside exatamente em sua pergunta: que impactos inflacionários isso poderá ocasionar? Até o momento, temos visto um descolamento dos preços internacionais em relação ao preço praticado pela Petrobras, que recentemente os reajustou. O importante é considerarmos como o Banco Central deverá reagir a esse tipo de choque no futuro. Penso que deveria estar em linha com a resposta clássica de bancos centrais: acomodar os efeitos primários de choques adversos de oferta, como esses, evitando e combatendo os impactos secundários que venham a ocorrer. Os impactos secundários, logicamente, dependerão da magnitude do choque de oferta e do impacto primário por si só e também do contexto em que venha a se expandir. Obviamente, num contexto de uma economia aquecida, com capacidade ociosa em alta, há mais espaço para que os impactos secundários sejam mais relevantes.

Creio que essa é uma preocupação adequada do ponto de vista do Copom. Repito que se tiver a honra de ser aprovado por esta Casa, esse tema será tratado como da maior relevância no Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiramente quero cumprimentar o Dr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e parabenizá-lo por seu currículo não só por sua passagem pelo curso de economia da Universidade de São Paulo, um dos melhores do Brasil, mas também por ser mestre e doutor em economia pela Universidade de Illinois. S. Sª é experiente e bem preparado. Passou pelo Banco Garantia e também pelo Credit Suisse First Boston, portanto, é absolutamente preparado para desenvolver com competência todas as atividades relativas à diretoria de política monetária.

Aproveito, Dr. Rodrigo, para fazer o registro de alguns dos seus comentários, muito importantes no meu ponto de vista: o sistema de metas de inflação, que considero uma grande conquista do País; o seu posicionamento sobre câmbio flutuante, ou seja, a política que V. Sª vai desenvolver ao longo do mandato; os méritos já alcançados no alongamento da dívida e também nessa relação dívida/PIB; e dois pontos fundamentais, quais sejam, regras estáveis e cumprimento de contratos, porque assim vamos atrair investimentos efetivos para o País.

Gostaria de fazer uma pergunta muito rápida. Não vou me estender, porque há outros Srs. Senadores que também querem questioná-lo.

Diante do atual cenário em que vivemos e que já foi abordado detalhadamente pelo Senador Eduardo Suplicy, em todas as suas nuanças, com esse compromisso e essas decisões associadas à taxa Selic, que normalmente consternam o País a cada reunião do Copom – e coincidentemente hoje, no dia da sua sabatina, estamos começando mais uma reunião deste órgão –, para um homem experiente como V. Sª, qual é a sua visão para os próximos dois anos? Faço essa pergunta porque a política do Banco Central impacta diretamente o desenvolvimento do País. Hoje temos um gargalo especial para o desenvolvimento, para a geração de emprego e para a economia do País: a infra-estrutura. Em função desse cenário que estamos vivenciando e

dessa política austera que vem sendo implementada pelo Banco Central, qual é a sua visão com relação aos próximos dois anos, que serão fundamentais para que, efetivamente, venhamos a gerar emprego, o que talvez seja o maior desafio do nosso País?

Parabenizo-o pela exposição, desejando-lhe muito sucesso à frente da diretoria do Banco Central.

Estamos absolutamente à disposição de V. Sª.

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Muito obrigado, Senador, pelos comentários e também pela pergunta.

Como mencionei em minha exposição inicial, tenho uma visão otimista sobre o futuro da economia brasileira, o que já vem se expressando nos nossos indicadores recentes. Isso reflete a decisão importante da administração do Governo Lula de basear a sua política econômica no tripé austeridade fiscal de longo prazo, metas de inflação e regime de câmbio flutuante. Essa política já vem produzindo resultados, inclusive do ponto de vista de geração de empregos. Se observarmos os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, nos primeiros sete meses deste ano, houve uma criação recorde de empregos. Foram cerca de 1,2 milhões de empregos criados. Após o ajuste feito no primeiro ano da administração, claramente, a tendência reflete o momento positivo gerado pela condução da política econômica nessa direção. No entanto, há muito por ser feito, exatamente na direção que V. Exª mencionou. Considero importante a idéia de que o Banco Central tenha uma contribuição a dar num contexto de criação de um ambiente de negócios mais favorável, o que vai possibilitar a expansão do investimento em nosso País, inclusive o de infra-estrutura, e dar continuidade ao processo de crescimento nos próximos dois anos, consolidando aquela que aparenta ser uma perspectiva positiva neste momento de início de um ciclo brasileiro de desenvolvimento sustentado.

A contribuição específica do Banco Central diz respeito à manutenção de estabilidade de preços no médio prazo. No entanto, há outros fatores, como também mencionei em minha exposição, em que se pode trabalhar, como a contribuição do Banco Central com outras agências de Governo no desenvolvimento do mercado de capitais. Há também um trabalho que deve ser feito – que transcende o Banco Central – na questão dos **spreads** bancários, como respondi em uma pergunta anterior, que, com o auxílio desta Casa, será possível realizar.

É importante destacar que este é um desafio para todos os formuladores da política econômica, não apenas para o Banco Central: criar um ambiente estável e permanente de incentivo ao investimento em nosso País. No meu entender, esse vem sendo o objetivo recente principal, ou pelo menos um dos grandes objetivos da política do Governo Lula. A expectativa é que isso venha a gerar empregos, junto com o crescimento, ao longo do tempo; que, numa questão de estabilidade, isso venha acompanhado por renda; e que, portanto, isso acabe consolidando um processo de crescimento sustentado em nosso País de maneira prolongada.

Minhas visões são essas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Rodrigo Telles Azevedo, depois de ouvirmos o parecer do Senador Ney Suassuna, a palestra de V. Sª e a dissertação – como falou o nosso Presidente – do Senador Eduardo Suplicy, pouco ou quase nada teríamos a perguntar. Entretanto, no decorrer do debate, surgiu-me a idéia de participar fazendo apenas uma pergunta relacionada com o prazo das reuniões do Copom.

Como sabemos, os jornais têm enfatizado o nervosismo do mercado e da área econômica todas as vezes em que há um prenúncio da realização dessas reuniões. Agora mesmo, como falou o próprio Presidente da República, a Nação inteira deve estar sofrendo da chamada TPC, que é Tensão Pré-Copom. Essa tensão cria, sem dúvida incertezas, resistências também no sentido de que essas reuniões poderiam ser mais alongadas, ou seja, o prazo da sua realização poderia ser maior; poderia haver um grupo permanente, vamos dizer assim, de acompanhamento do Banco Central e do movimento que poderia desencadear a alta ou a redução de juros.

De sorte que eu gostaria de saber da opinião de V. Sª a respeito, porque há países como os Estados Unidos, onde quando aumentam 0,5% o fazem de ano em ano, quando acontece. No Brasil, isso é mensal: hoje, reduz-se ou aumenta-se a taxa em 0,5%. Isso gera uma certa instabilidade, sem dúvida, entre os empresários que reclamam. O próprio vice-Presidente da República já enfrentou várias vezes essa situação. O Presidente Lula acha que, ocorrendo mensalmente, cria nervosismo no mercado.

Então, eu gostaria de saber a opinião de V. Sª porque tenho ouvido a opinião dos jornalistas – e eu leio e respeito muito a opinião dos jornalistas – e também dos políticos. Como essa é uma decisão meramente técnica, eu gostaria que V. Sª desse o seu parecer: se essas reuniões deveriam se realizar em um período maior ou se deveria haver um grupo permanente – por exemplo, amanhã – montado no Banco Central, que diria se seria necessária a redução da taxa de juros,

por não haver sentido, ou se seria necessário haver uma elevação da taxa.

Sabemos que a taxa de juros está diretamente correlacionada com a estabilidade e também com a depreciação da moeda, o que leva à inflação. Sabemos que o Banco Central tem esse papel preponderante de conferir ao Brasil a estabilidade que o País ganhou dos mercados internacionalmente justamente em função disso: conteve a inflação, manteve a estabilidade dos preços e evitou a depreciação da moeda.

Eu gostaria de ter a opinião de V. Sª apenas sobre esse assunto. Se deveria permanecer esse atual modelo em que se estabelece mensalmente as taxas de juros, ou se isso poderia ser algo mais flexível?

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Obrigado, Senador, pela sua pergunta e pela oportunidade de me expressar sobre esse tópico.

A minha opinião é de que a freqüência que temos no Brasil atualmente é adequada. Deixe-me elaborar um pouco a respeito disso. Nós poderíamos ver arranjos internacionais e tentar inferir alguma experiência sobre qual é a freqüência ideal para reuniões de política monetária.

Quando observamos os arranjos internacionais, descobrimos que não existe necessariamente um padrão. Por exemplo, V. Exª mencionou os Estados Unidos, onde há cerca de oito reuniões por ano. Então, a freqüência não é exatamente mensal, mas há um calendário previamente determinado. Existe a possibilidade de mudanças de taxas de juros entre reuniões, mas elas são muito raras e esporádicas.

No caso do Banco Central europeu, a freqüência é muito mais alta, mais alta inclusive do que a brasileira. É difícil, utilizando a experiência internacional, chegarmos a uma conclusão clara e certeira que diga que é melhor termos reuniões mensais do que bimestrais ou o que quer que seja.

No entanto, vendo o histórico brasileiro de volatilidade das variáveis, a minha visão é de que temos um volume de informações em uma economia brasileira, ainda sujeita a muitos choques, significativo em um período de a cada quatro semanas. Portanto, é importante que haja uma avaliação dentro de um rito de política monetária, como é o Copom, onde haja um rito formal de avaliação conjunta de todos os dados disponíveis durante aquele período, para que se possa tomar uma decisão de política monetária.

O que acabou levando à instituição do Comitê de Política Monetária no Brasil era a idéia de formalizar a análise e ter uma opinião conjunta sobre isso. O que não impede logicamente que haja decisões entre reuniões. Por exemplo, com o instituto do viés no Brasil, que vem sendo pouco utilizado, mas que no passado houve mais casos de utilização, dá-se ao Presidente do Banco Central para que haja movimentos de taxa de juros em uma determinada direção, entre reuniões do Copom.

No entanto, considero – tendo em vista a volatilidade e o volume de informações geradas em uma economia como a brasileira em um período de quatro semanas – o período adequado para se reavaliar a situação da política monetária. É importante destacar, no entanto, que mais do que pensar em decisões em curtíssimo prazo deveríamos pensar em alongá-las. A idéia que se transmite nas atas do Copom, nos relatórios da inflação etc., é como dar aos empresários, à sociedade, um horizonte sobre que direção o Banco Central deverá pensar os movimentos seguintes da política monetária. Nesse sentido, é mais importante alongarmos os horizontes do que pensar em freqüências mais curtas. Mais à frente, à medida que consolidarmos uma maior resistência da economia brasileira a choques, que haja uma menor volatilidade de dados, será possível espaçar mais o período entre as reuniões. No momento, e volto ao meu principal ponto, considero o período de quatro semanas adequado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Dr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, inicialmente quero cumprimentá-lo pela indicação e ressaltar a competência de V. Sª, já demonstrada. Tenho certeza de que será muito importante na condução da política monetária no Banco Central.

Em segundo lugar, quero demonstrar a minha satisfação pelo que entendi da posição de V. Sª em relação à autonomia do Banco Central. Tenho, inclusive, um projeto apresentado nesta Casa sobre a economia do Banco Central. Trata-se de um projeto bastante detalhado que prevê todos os aspectos. Aliás, o relator é o competente Senador Tasso Jereissati.

O momento é para discutirmos o assunto. Creio que esta Casa, esta Comissão é o foro mais adequado para a discussão do assunto. Chegou a hora de começarmos. Entendo que todas essas questões em torno do Copom, da taxa de juros, passam – de quanto em quanto tempo fazer – passam pela própria autonomia do Banco Central.

O que me preocupa muito, tirando os dois assuntos iniciais, é em relação às PPPs. No momento em que discutimos as PPPs, as parcerias público-privadas, a questão é o financiamento da infra-estrutura. Hoje, sobretudo com o posicionamento filosófico que o BNDES tem adotado em relação à **project finance** com suas próprias garantias, há uma restrição: vencida a etapa

da PPP – e com toda a nossa necessidade de infra-estrutura – como vamos resolver a questão do financiamento de longo prazo.

O segundo aspecto diz respeito à opinião de V. Sª sobre aquilo que, no meu entendimento existe: a concentração do sistema bancário brasileiro, o que leva a um aumento do **spread** e da taxa de juros. Creio que não temos um número de bancos necessário para que essa concorrência seja feia no dia-a-dia. Acaba-se até com o cartel, não com o cartel entre os bancos, mas ente as mesas operadoras dos bancos em relação às taxas. Gostaria de conhecer a posição de V. Sª.

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Muito obrigado a V. Exª, Senador Rodolpho Tourinho, pelas perguntas.

Em primeiro lugar, devo dizer que tive acesso ao seu projeto de autonomia do Banco Central. Como mencionei em minha exposição anterior, considero importante a contribuição que esta Casa eventualmente possa dar ao debate caso o projeto, de fato, seja levado à frente, se for o julgamento desta Casa e do Poder Executivo. De novo, como candidato a integrante do corpo do Banco Central, não me cabe defender. Apesar de ter manifestado minha opinião, creio que a opinião mais relevante a respeito do assunto é a desta Casa e a do Governo.

Com relação aos dois aspectos que V. Exª mencionou (financiamento de longo prazo, infra-estrutura e concentração do sistema bancário), quero dizer que financiamento em longo prazo e infra-estrutura em particular estão inseridos em uma questão mais ampla: as fontes de financiamento em longo prazo na economia brasileira. Observamos, hoje em dia, que as principais fontes de financiamento para as entidades brasileiras provêm de fontes no exterior ou vinculadas ao BNDES. Não temos o desenvolvimento de um mercado de capitais ou de créditos de longo prazo que permita acesso não só a investimentos de infra-estrutura, mas também projetos de investimento de longo prazo, em nosso País.

Creio que, com o desenvolvimento de uma estrutura macroeconômica mais estável e a consolidação das tendências em vigor neste momento, poderemos progredir rumo ao desenvolvimento desse financiamento, à disponibilidade de financiamento de longo prazo, e, dentro da minha área de atuação em particular, há a importância da atuação da diretoria de política monetária em conjunto com o Tesouro Nacional, no sentido de alongarmos o perfil da dívida pública e reduzirmos o seu custo. Esse será um fator fundamental para que possamos ter uma estrutura de financiamento de longo prazo na economia brasileira persistente, duradoura e que atenda aos objetivos e necessidades imensas do nosso País a esse respeito.

Com relação à concentração do sistema bancário, há um grande debate a respeito no momento, se a medida relevante é o número de bancos ou se é muito mais relevante termos uma discussão que se refira à concentração e à competição por produtos.

Confesso que não tenho opinião fechada a respeito disso e pretendo me aprofundar a esse respeito. Não é, necessariamente, a área na qual trabalhei no passado recente, mas, tenham certeza de que, se aprovado para integrar a diretoria do Banco Central, esse tema será da maior relevância e, portanto, terei acesso aos dados e poderei ter uma opinião mais relevante a esse respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, não me inscrevi porque normalmente o Relator seria o primeiro. Esperei pacientemente, mas as perguntas que iria fazer já foram exauridas.

Gostaria de comunicar que, em 1994, fiz um projeto buscando a independência do Banco Central que reapresentarei nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço às Srªs e Srs. Senadores que ainda não votaram que o façam.

Além de ser um profundo conhecedor de economia e política monetária, gostaria de ressaltar que V. Sª tem uma facilidade muito grande de expor e possui um conteúdo didático muito bom.

Aproveito para fazer uma pergunta de interesse da sociedade brasileira. Toda a vez que se reúne, o Copom estabelece uma taxa de juros que pode ser de 16%, 16,25% ou 16,50%. A sociedade não sabe por que isso não reflete no juro que o consumidor paga, no juro que o banco cobra do tomador, do tomador que investe. Qual a razão disso? Por que 16% em cima e, no cheque especial 72% ou mais? Essa é a indagação da população brasileira.

Faço essa pergunta de conteúdo didático. Se V. Exª puder esclarecer, como estamos sendo ouvidos, será importante para toda a sociedade.

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Sr. Presidente, agradeço as palavras amigas.

Creio que a questão relevante aqui diz respeito à taxa que é cobrada e os custos que compõem o **spread** bancário, que é, como mencionei na minha exposição anterior, a principal razão de termos essa cunha entre a taxa do tomador e do consumidor final.

Nesse quesito, o Banco Central desenvolveu um extenso trabalho a respeito do **spread** bancário que mencionei, ressaltando três principais aspectos: os efeitos de cunha, efeitos de inadimplência e mal pagamento; e a concorrência no sistema bancário.

Creio que este mapa, que foi traçado pelo Banco Central e já vem dado pela agendo do **spread** bancário, venha sendo explicitado em vários relatórios do Banco Central de estabilidade financeira acessíveis à população brasileira.

É difícil dar uma explicação mais didática de uma questão tão técnica como essa. No entanto, estou à disposição de V. Exª, caso queira aprofundar o tema em outra ocasião. Certamente, se aprovado for e estiver à frente do Banco Central, comprometo-me desde já a trabalhar para que possamos caminhar nessa direção. Avanço e continuidade do processo de esclarecimento da sociedade brasileira sobre os fatores que acabam fazendo com que os *spreads* bancários sejam tão altos é da extrema relevância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Queria dizer a V. Exª que os relatórios não são a meu ver bem explicados até por isto, porque sempre fica para outra ocasião. Isso é que está difícil. Existe uma diferença muito grande que o relatório não consegue explicar: 16% em cima e 72% em baixo, não tem nada que explique, a meu ver. Nem mesmo as inadimplências, porque, se se vai tomar um empréstimo, todos sabemos que as instituições financeiras se cercam de uma série de garantias, são rigorosos na feitura de um empréstimo. Então isso não tem realmente uma efetiva explicação. Mas vamos ver se, com o correr do tempo, isso pode...

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Se eu puder replicar, Senador, a questão relevante aqui diz respeito, no quesito particular da inadimplência, à dificuldade de coletar os créditos concedidos pelo sistema bancário. Nesse sentido, há legislação possível de se trabalhar, e à medida que reforçamos o aspecto contratual e a capacidade de cumprimento das obrigações contratuais, talvez seja possível reduzir esse tipo de **spread**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se os Senadores com direito a voto já exercitaram esse direito e dever.

O Senador Luiz Otávio pode votar.

Queria convocar o próprio relator e o Senador Eduardo Azeredo para a contagem dos votos.(Pausa.)

Quero esclarecer que vamos dar continuidade a esta reunião realizando audiência pública, e os convidados já se encontram no recinto da Comissão. Então peço aos Srs. Senadores que permaneçam.(Pausa.)

É claro que V. Sª está aprovado. Queria ser o primeiro a cumprimentar V. Sª pela votação unânime e pelo **quorum**.

O SR. RODRIGO TELLES DA ROCHA AZEVEDO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foram 20 votos SIM, nenhum NÃO e nenhuma abstenção.

A Comissão aprova a indicação do Sr. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo para exercer o cargo de diretor do Banco Central.

Formulo eu mesmo o requerimento de urgência para esta matéria, uma vez que ela ficou parada na Casa por quase sessenta dias.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência.

Determino à Secretaria o envio imediato do projeto para a apreciação do Plenário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, assim, é possível que o Sr. Rodrigo possa até participar da reunião do Copom de hoje para amanhã, se for votado ainda hoje o nome dele no Plenário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas, para ser votado, hoje é preciso ser urgência urgentíssima.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ela vai para Plenário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – É por isso que estou pedindo, nobre Presidente, pois é preciso ser urgência urgentíssima.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A urgência será lá, não é isso?

Passamos à segunda parte da reunião.

É uma audiência pública com a participação dos Srs. Demian Fiocca, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público privada, no âmbito da Administração Pública. Esse projeto está tramitando na nossa Comissão, na CAE, portanto, e essa reunião aqui está sendo realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 43, desta Comissão, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, e 42, de autoria dos Senadores Paulo Octávio e Efraim Morais.

Os convidados já se encontram no Plenário da Comissão. Farei uma consulta ao Plenário, dado o adiantado da hora. Peço a atenção do Plenário, por gentileza, para uma sugestão que vou apresentar, Senador Aloizio Mercadante, como Líder, e Srs. Senadores. Proponho que esta audiência seja realizada

em conjunto, para que possam os dois tomar assento na mesa, de imediato, fazerem uma breve exposição e assim os Srs. Senadores terão a oportunidade de formularem perguntas. Ou, então, se quiserem seguir mesmo o rito, faremos com um de cada vez. Quero crer que a nossa pauta está apertada, e faço um apelo para que aceitem a sugestão da Presidência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, não somente está aceita, evidentemente, como eu gostaria de registrar uma questão. O objetivo da audiência pública era aprofundar a discussão. E havíamos feito um acordo de líderes, em que teríamos uma sessão deliberativa com as audiências públicas, uma semana,e, na outra semana, estaríamos prontos para votarmos nas Comissões.

Eu gostaria que a Presidência, evidentemente com o respaldo do Plenário da Comissão, fizesse uma consulta aos proponentes, com indicação de nomes das outras audiências, porque menos importante do que as pessoas são os argumentos. Então, que fizéssemos mais uma audiência pública mais longa, talvez, com três ou quatro participantes, e concluíssemos essa fase de audiências e negociação para encaminharmos, então, a votação na Comissão do Projeto.

Então, a sugestão que faço, além dessa audiência, é realizarmos mais uma audiência na semana que vem, na terça-feira. Poderia ser somente audiência sobre PPP. Poderíamos colocar quatro pessoas na Mesa e concluir essa fase, para entrarmos, então, na apresentação dos pareceres, porque esse projeto ainda vai para a CCJ.

Então, é muito importante concluirmos essa etapa. E foi o acordo que fizemos com os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem conhecimento, e todos, de que a Presidência da Comissão já está envidando esforços para abreviarmos a tramitação desse Projeto de Lei, sem, naturalmente, prejudicarmos a eficiência da análise. Isso vai depender das Lideranças e dos autores dos requerimentos. Eu me proponho a continuar em campo para viabilizarmos isso o mais rapidamente possível, porque são sete ou oito pessoas, são convidados, oito requerimentos aprovados.

Peço à Secretaria que introduza os convidados aqui, tomando assento, um, à minha direita; e outro, à minha esquerda. (Pausa.)

Para relembrar o nosso Regimento e as normas que têm norteado os trabalhos em audiência pública, esclareço que os convidados farão uma breve exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, obedecida a ordem de preferência, sendo que a preferência será, inicialmente, para os autores dos requerimentos e, depois, seguiremos pela ordem de inscrição. O interpelante disporá de três minutos, assegurado igual prazo para resposta ao interpelado.

Nessas condições, concedo a palavra ao Sr. Demian Fiocca, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para fazer sua exposição.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Gostaria de agradecer as Senadores pela oportunidade de participar da reunião e apresentar os pontos de vista do Governo sobre esse tema.

Preparei uma apresentação com **slides**, que acredito poder passar em tempo razoavelmente curto. Podemos começar.

O primeiro aspecto que seria importante destacar, sobre o qual não vou me alongar, é o fato de que as parcerias compõem parte do desafio de proporcionar ao País um novo ciclo de crescimento, ou seja, permitir que o País, efetivamente, entre numa trajetória de desenvolvimento sustentado. Neste sentido, o Governo vem atuando em várias ações. Eu gostaria apenas de lembrar que estamos falando de uma estratégia combinada de desenvolvimento, que envolve várias medidas no sentido de estimular investimentos, e, no que se refere à infra-estrutura, o Governo Federal, especialmente, esteve em busca de instrumentos para elevar os investimentos em infra-estrutura e é nessa busca que identificou e desenvolveu instrumentos de PPP.

É redundante destacar o aspecto fundamental da infra-estrutura para o desenvolvimento do País. Existem casos que são visíveis, até em notícias de jornais, de gargalos em infra-estrutura, filas de caminhões em alguns portos, condições precárias de estradas, e existe também um potencial de infra-estrutura que, muitas vezes, nem é tão visível,que é o fato de que, ao se instalarem novas infra-estruturas, muitas vezes florescem outras atividades que o País nem mesmo tinha previsto. O Governo atuou na área de energia, quer atuar fortemente na área de infra-estrutura, temos atuado no sentido de reduzir os gastos com o funcionamento da máquina pública para abrir espaço ao investimento público, mas é fundamental que também tenhamos à disposição do País um instrumento, como o PPP, capaz de alavancar investimentos com menor impacto fiscal.

Esse histórico e a necessidade que hoje se coloca ao País não vêm por acaso. Houve uma queda de investimentos públicos no País, como proporção do PIB, e ela contribuiu para a queda do nível do investimento geral, sendo que, tradicionalmente, os investimentos públicos são muito concentrados em investimentos em infra-estrutura. Tradicionalmente, o investimento em infra-estrutura pública...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me, prezado Sr. Demian.

Ouvimos de Senadores, como o Senador Tasso Jereissati, uma grande insistência para que pudesse ser realizada esta audiência pública. Meu apelo é para que, se possível, possam os Senadores que tanto insistiram na realização... Eu estava fazendo um apelo para que V. Exª pudesse chegar. Até levantei uma questão de ordem. Agora V. Exª chegou. O Senador Tasso Jereissati, por uma transmissão de pensamento, chegou. Os demais Senadores, entre os quais o Senador Tasso Jereissati, muito se empenharam para que houvesse essa audiência, que, finalmente, está se realizando, o que certamente proporcionará um diálogo muito produtivo.

Desculpe-me essa interrupção, mas creio ter sido providencial, Sr. Presidente.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Bem, agradeço-lhe, nobre Senador Eduardo Suplicy. De fato, era fundamental a presença dos Senadores.

Como eu dizia, uma situação que tem se agravado nas últimas décadas foi a contribuição da queda do investimento público para a queda do nível geral de investimentos do País. Houve redução do investimento público e não houve a substituição desse investimento por investimento privado na mesma proporção. Esse é o dado agregado. O aspecto qualitativo desse fenômeno é que esse investimento público é, tradicionalmente, focado em infra-estrutura. Justamente esse investimento vem sendo reduzido, o que coloca a infra-estrutura em situação precária, mesmo o País tendo crescido pouco nas últimas décadas.

Observando os setores, vemos que há um aspecto importante a destacar. Estamos, digamos, rememorando e podemos dizer que a PPP é um instrumento necessário a um fim e não uma discussão apenas jurídica sobre a maneira de contratar serviços públicos. Vemos que nas décadas de 80 e 90, o investimento em telefonia foi muito positivo. No setor em que houve privatização... Talvez a privatização tenha sido mais bem-sucedida e em outros isso não ocorreu... O que importa é que as áreas que envolvem logística e energia tiveram forte queda no nível de investimento nessas duas últimas décadas: em ferrovias, em rodovias pavimentadas e em geração de energia. No que se refere à energia, vimos os efeitos dramáticos dos baixos níveis de investimento como a crise de 2001. No que se refere à logística, vemos alguns gargalos aparecerem na medida em que o País, finalmente, recupera o crescimento e tem grande sucesso no comércio exterior e a infra-estrutura passa a ser mais fortemente demandada.

Aqui chegamos às parcerias público-privadas, quer dizer, o foco central das parcerias, pelo menos para o Governo Federal. Qual é a idéia das parcerias? É que o setor público e o setor privado realizem investimentos em parcerias; o setor público contrata o serviço – ele não contrata a obra – e complementa a remuneração do parceiro privado de tal forma a tornar o empreendimento viável. O setor privado assume o risco de construção e de operação da obra, o que tende a induzir a eficiência, não pela definição de ser setor privado, mas pela existência de maior risco.

O primeiro aspecto importante a destacar em relação a certos comentários feitos pela mídia é que as parcerias envolvem maior risco para o setor privado do que a obra pública, e não menor. As parcerias transferem riscos de construção e de operação, ou seja, se a obra custar mais, se a operação for ineficiente, isso será prejuízo para o setor privado. Não há uma garantia sobre isso. A garantia é apenas sobre a demanda de que haja, digamos, a passagem de tal volume de carga e de tal número de carros. A parceria, ao transferir ao setor privado mais riscos do que a obra pública, tende a induzir a eficiência onde ocorrem esses riscos, ou seja, na construção e na operação. A experiência indica que especialmente em países que sofrem forte constrangimento fiscal, como o Brasil, essa eficiência da construção e da operação privada sem esses constrangimentos e contingenciamentos pode ser muito grande. Isso é absorvido pela sociedade na medida em que esses investimentos são feitos com menor custo,

Farei um esclarecimento, apenas para situar, de maneira simplificada, o que estamos dizendo. Estamos falando de um novo regime de contratação, ou seja, pode-se aplicar a PPP em serviços da Administração Pública e pode-se aplicá-la em concessões, que tem como usuários não apenas o setor público, mas usuários a serviço, como uma rodovia. No caso de serviços prestados apenas à Administração Pública, a lei de PPP se aplica subsidiária e complementarmente à Lei nº 8.666, que é a Lei de Licitações. No caso de serviços que sejam utilizados por usuários finais que não o setor público, se aplicam, além das duas, a Lei de Licitações, a Lei nº 8.987.

Qual é o objetivo central da PPP? É a contratação de serviços para prestação de serviços ao setor público ou para a comunidade, como no caso das concessões. A idéia é a de que o pagamento só se faz quando o serviço é viabilizado, diferentemente da obra pública. A obra pública é feita em regime de caixa. Então, aqui, também há um risco maior do setor privado, porque ele tem que adiantar recursos e, além disso, o serviço deve estar vinculado a padrões de desempenho. É claro

que, para se prestar um serviço, é necessário, como em qualquer área, que o privado faça algum grau de investimento, mas o que o setor público quer contratar nesse caso é o serviço final.

No bojo das discussões junto ao Legislativo e com representantes da sociedade, foram agregados ao projeto inicial já algumas restrições de tal modo a que as PPPs comecem de maneira cautelosa. A primeira delas foi limitar o valor mínimo a 20 milhões. E, aqui, há um aspecto de eficiência, que é o aspecto de não sobrecarregar, com uma obra pequena, com um empreendimento pequeno, uma estrutura de custos fixos muito elevados. Então, a experiência internacional sugere que haja um valor mínimo e também se evitam as PPPs como substitutas para pequenas obras, de modo que as pequenas obras continuam podendo ser feitas só pela Lei de Licitações.

No bojo das discussões, se há uma oposição à possibilidade de utilização de obra pública por PPP, o Governo admite inclusive não fazer obra pura. Não é o essencial para os objetivos do Governo Federal fazer a obra pura. O essencial é a prestação de serviços.

Houve um aspecto também que foi objeto de alguns comentários em mídia, sobre os quais acredito que cabem esclarecimentos importantes, que é a proposta de que o setor privado possa apresentar projetos e participar das licitações. O primeiro aspecto a ser esclarecido sobre isso é de que isso não é uma novidade da lei de PPPs. A lei de PPPs não cria nem descria distorções nesse sentido; isso já existe na Lei de Concessões.

Ademais, um esclarecimento que acho importante, porque alguns jornalistas colocaram esse aspecto de maneira imprecisa, é o seguinte: existe, sim, um mecanismo de autorização para que o estudo possa ser reembolsado.Porém, o que, às vezes, não ficou claro no debate público é que os estudos reembolsados serão apenas aqueles que, de fato, servirem a uma licitação, ou seja, de fato servirem à realização de um empreendimento. Alguns comentários davam a impressão de que o setor público poderia autorizar um estudo e reembolsá-lo imediatamente. Bastava a autorização de um gestor público e reembolsar o estudo. Não é assim. Qual é a idéia aqui? É absorver o conhecimento que o conjunto da sociedade tem sobre as necessidades do País nas áreas de infra-estrutura ou em outras áreas, ou seja, é uma certa modéstia, digamos, do planejador público em ter consciência de que não sabe tudo. Então, pode ser que, na sociedade, na organização, no conjunto de empreendedores, etc., sejam identificadas necessidades e se queira propor – e o Governo recebe muitas sugestões desse tipo. Do que estamos falando, para exemplificar? Digamos que o Governo receba, em certo período, 50 idéias – chamo de idéias estudos não elaborados, sem um custo de elaboração – e, dessas 50 idéias, o Governo identifique que 10 podem ser promissoras e autorize: "Está bem, essas 10, se o senhor quiser fazer um estudo e o estudo for utilizado, autorizamos a realização do mesmo". Mas veja: a autorização não garante o reembolso, só se ele for utilizado. Desses 10 estudos, verificam-se no final, com bases mais precisas, que dois serão efetivamente realizados. Aqueles dois efetivamente realizados, quando postos a conhecimento público para que todos os concorrentes possam ter acesso àquelas informações serão reembolsados. Qual o sentido disso? O sentido é não penalizar aquele setor social, associação, empreendedor que teve a iniciativa de fazer o estudo. Por quê? Porque quando ele participasse da concorrência, teria que embutir nos seus custos o que gastou com estudo, e o concorrente teria acesso às mesmas informações sem ter gastado. Então, é uma questão de isonomia.

Um outro aspecto importante destes estudos é o seguinte: por que não dizer que o setor público pode reembolsar estudos sem dar autorização. E para se evitar o oportunismo de algumas pessoas que, valendo-se de informações existentes de onde o Governo quer atuar, preparam um estudo sem nenhuma autorização e, depois, vão à justiça pleitear reembolso, dizendo que o Governo usou as informações dele. Ou seja, a autorização é uma proteção para o setor público contra o oportunismo de alguns que dizem que tiveram a idéia e fizeram o estudo. Assim, não se cria uma indústria de estudos.

Mas o que é fundamental esclarecer, e que não apareceu em alguns debates nos jornais, é que o estudo não é garantia de pagamento; autorização para o estudo é condição necessária, mas não suficiente para o reembolso.

Outro aspecto importante se refere à participação do setor público nos empreendimentos. O projeto de lei das PPP's trabalha com a necessidade de propósitos específicos, que é uma maneira de isolar o empreendimento dos demais riscos dos seus acionistas, ou então dar uma segurança maior ao empreendimento, e, além disso, em conversações com o Relator, o Governo propõe a inclusão de uma restrição adicional à proposta específica, qual seja, vedar o controle majoritário pela administração pública, isto é, que a esfera do empreendedor não possa ser público. Nesse sentido entendemos que isso preserva o aspecto privado da parceria.

Quanto ao procedimento licitatório, que também tem sido objeto de alguma discussão pela imprensa, um primeiro fato a ser esclarecido é que ele precisa

de autorização prévia do órgão gestor. Obviamente, o órgão gestor não substitui a licitação. Também houve alguns jornalistas que, erroneamente, escreveram que o órgão gestor iria se sentar à mesa e escolher o parceiro privado, dizendo quanto que ia ganhar. Falei com ele, que reconheceu que estava errado, mas depois repetiu em outra coluna. Além disso, há um controle pela transparência, que é a submissão do edital à consulta pública, onde há, de novo, a oportunidade da sociedade se manifestar e, por fim, a licitação é feita pelo ministério setorial – e isso é importante esclarecer – e não pelo órgão gestor. Órgão gestor é uma autorização adicional às que já existem para obra pública. Mas a licitação é feita, normalmente, pelo ministério setorial, que é quem faz a contratação.

Os procedimentos de licitação estão sujeitos aos termos da Lei nº 8.666. Os detalhes de como proceder não estão repetidos aqui porque estão sujeitos a esses procedimentos, e a sistemática de julgamento também é muito próxima das duas leis, a não ser naquilo que as PPP's se diferenciam da concessão pura ou da contratação de obra, que é o objeto central da Lei nº 8.666 e da Lei nº 8.987, Lei de Concessões.

Houve também alguma discussão sobre a questão de critérios para a seleção. Gostaria de esclarecer que esses são os principais critérios. Se o Senado entender que é melhor restringir os critérios a apenas esses, sem incluir alguns outros como benfeitorias públicas, ou benefício à comunidade, porque houve quem pensasse que isso daria margem à manipulação da licitação, pode-se restringir a apenas estes critérios, que são claríssimos: o menor custo para o consumidor; o menor custo para o Estado; a menor tarifa, obviamente, pensando no consumidor; o maior pagamento de outorga. Isso no caso de uma PPP que dê tão certo e que haja lucro, os contratos podem prever que, ao invés de receber uma contraprestação, o privado é que paga alguma coisa ao Estado por aquela concessão ou, obviamente, a menor contraprestação pública, que é quanto o Estado tem que complementar na fase em que a PPP não se auto-sustente.

Quanto à combinação de proposta técnica, econômica, também há aqui um aspecto importante a se destacar, e que não foi devidamente feito no debate público, é que não é uma inversão da Lei de PPP's. A Lei nº 8.666 já prevê a possibilidade de combinação de proposta técnica, econômica.

Mas há uma restrição adicional: normalmente, se desejamos caminhar no sentido de manter uma lei mais rígida, devemos exigir uma justificativa para a utilização de proposta técnica, econômica assinada pela autoridade maior contratante, ou seja, no caso do Estado, pelo Governador. Isso efetivamente daria um peso maior, justificando a necessidade da modalidade técnica da proposta técnica e econômica e não apenas a proposta econômica.

Comento ainda um aspecto sobre os controles a que estão sujeitos as PPPs. É importante compará-los aos controles aos quais estão sujeitos os impedimentos feitos a obra pública, porque, novamente, às vezes, surgem ruídos de que há menos controles na PPPs, quando, na verdade, há mais.

Quais são os primeiros controles por que passa uma obra pública? O primeiro deles é o controle interno no Poder Executivo, que é a negociação do orçamento. Obviamente, todos os Ministérios têm muitos projetos importantes, mas o Orçamento federal é limitado, assim como também o são os orçamentos estaduais. Há uma negociação interna no Governo para ver que projetos entram no orçamento. Esse é o primeiro crivo pelo qual passa a obra pública e deverá passar também a PPP quando tiver impacto no Orçamento.

O segundo crivo é o mesmo do processo do PPA, plano de quatro anos. Algumas PPPs podem não ter impacto no primeiro ano, mas, em quatro anos, certamente, a grande maioria delas, senão todas, terá.

O PPA também envolve negociação entre os ministérios setoriais e o Ministério do Planejamento, que o elabora; um processo de controle interno. A obra pública precisa estar no PPA para ser realizada e a parceria pública federal também.

Existe uma segunda fase que envolve a mesma checagem e negociação de duas leis: de Orçamento e o PPA pelo Congresso. Mais uma vez, assim como a obra pública, a parceria público-privada precisa de orçamento. A obra pública precisa estar no PPA, que é aprovado pelo Congresso. O mesmo ocorre com a PPP: precisa estar aprovada, ou seja, também passa pelo Congresso. É importante destacar isso, porque jornalistas e outras pessoas comentaram que as PPP's não passariam pelo Congresso, o que não é verdade. As PPPs só serão realizadas se aprovadas pelo Congresso, pois têm de estar no PPA, que é aprovado pelo Congresso.

A obra pública constante do Orçamento e da PPA, havendo disponibilidade financeira, o famoso contingenciamento, pode ir diretamente à licitação. O ministério setorial faz a licitação sem precisar perguntar a ninguém, o que não ocorre com a PPP. Ainda que esteja no Orçamento e na PPA, pelo menos no caso do Governo Federal, está sujeita a um controle adicional e não substitutivo dos demais. O controle adicional é a aprovação pelo órgão gestor, que é composto de três ministérios centrais que cuidam da coerência do conjunto do Orçamento.

Por fim, lembrando que a aprovação do órgão gestor é uma exigência adicional em relação à obra

pública, repito que é possível haver consulta pública nas obras públicas, mas não é necessário. Na PPP, o projeto de lei prevê que a consulta pública seja obrigatória e só então poderá ser licitada.

Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, lembro que essa lei prevê conceitualmente dois tipos de controle do gasto público: um para a compra de ativos, que envolve dívida, e um controle para a contratação de serviço de natureza continuada, ou seja, que envolve fluxos. Uma coisa é quantos ativos o Estado pode ter em contrapartida de dívida, outra coisa é qual é o equilíbrio dos seus fluxos de receita e despesa nos anos seguintes. Cada tipo de gasto público tem um tratamento adequado e a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê controle para esses dois tipos de compromisso.

Como está estruturado no projeto o tratamento desses compromissos? A lei prevê que o órgão de contabilidade da União, que é o Tesouro Nacional, definirá os critérios para contabilizar as PPPs – não há nenhuma inovação. Obviamente eles têm essa competência, já que fazem a contabilidade. Quando, nessa contabilidade, a PPP for comparada à dívida, ela só poderá ser realizada se estiver dentro dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando for equiparada à despesa de natureza continuada, do mesmo modo: só poderá ser realizada quando obedecer às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a comprovação de que está havendo a redução ou o aumento de outra despesa permanente para compatibilizar o futuro fluxo de despesas criado pela PPP com os demais fluxos de despesa e de receitas.

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está rigorosamente atendida nos dois controles já existentes, que são os dois primeiros, no limite de endividamento, o projeto remete aos arts. 29, 30 e 32 da LRF e, no que se refere a gastos de natureza continuada, praticamente repete o art. 17 da LRF, que exige a comprovação de redução de despesas ou aumento de receitas, mas estamos trabalhando com a possibilidade de elevar as restrições. Impor ainda mais restrições é uma preocupação.

Uma proposta feita pelo Senador Rodolpho Tourinho é utilizar algum teto sobre a receita corrente líquida. É uma maneira de não confundir fluxos com estoques, ou seja, serviços com compra de ativos, mas, tratando serviço como serviço, tratando fluxo como fluxo, limitar esses fluxos.

Outra possibilidade é a exigência de lei autorizativa a cada vez que se queiram contratar PPPs que dependam essencialmente da contraprestação pública, é também uma restrição adicional que o governo está trabalhando.

Além disso, há também uma exigência de que haja uma estimativa de impacto orçamentário e financeiro durante a vigência do contrato já submetido à consulta pública de tal modo que a sociedade, os investidores, os credores do País tenham transparência sobre o impacto das PPPs.

Por fim, o item que também é comentado – gostaria de fazer este último esclarecimento – é o papel da regulação, como as PPPs se relacionam com o ambiente regulatório. Para ser muito claro, deve-se ter em mente que as PPPs não criam um novo ambiente regulatório, elas não são uma alternativa nem exigem um ambiente regulatório próprio, elas são uma modalidade de contratação. O ambiente regulatório é um ambiente regulatório que já existe no País, está sendo aperfeiçoado com o projeto de lei das agências, que está sendo debatido no Congresso. E as agências exercerão o seu poder indistintamente. Um empreendimento se viabilizou com PPP ou se viabilizou, por exemplo, com concessão, segundo sua área de atuação. Por exemplo, uma rodovia que esteja sob concessão pura está sujeita à regulação da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Uma rodovia que tenha sido viabilizada por PPP estará exatamente também sob a regulação da ANTT. Ou seja, a idéia não é criar diferenças regulatórias nas PPPs. A PPP é uma maneira de viabilizar financeira e economicamente o projeto e não de criar um novo marco regulatório.

Existem um aspecto adicional que o Governo entendeu importante para o acompanhamento e a transparência do processo, qual seja, o órgão gestor fará um acompanhamento apenas para fins de avaliação. O órgão gestor sai do processo depois da licitação, a licitação é um contrato entre o Ministério setorial e o empreendedor. E, por fim, que o órgão gestor prestará contas ao Congresso semestralmente, publicando um relatório de avaliação do andamento das PPPs, para que o País possa continuar aperfeiçoando a utilização desse novo instrumento.

Estarei à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes das perguntas, vamos concluir as exposições.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Safady Simão, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, para sua breve exposição.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de agradecer a Casa este convite que foi formulado à Câmara Brasileira da Indústria da Construção, para que pudesse aqui, mais uma vez, externar e trazer a nossa contribuição e o nosso entendimento a um instrumento tão importante quanto esse, que reputamos da maior importância para o futuro do nosso País, dos investimentos, principalmente em infra-estrutura.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção, na verdade, é uma entidade nacional que congrega 68 entidades empresariais – estão hoje nos 27 Estados da federação, representando a indústria da construção e do mercado mobiliário.

Inicialmente, gostaríamos de deixar claro que a Câmara tem defendido com muita ênfase e com muita força esse instrumento que nos parece extremamente importante na complementação dos investimentos públicos em infra-estrutura. O Dr. Demian fez uma ampla exposição – e nós percebemos que já houve inúmeros avanços desde a colocação do projeto inicial e mesmo depois da colocação do relatório do Senador Valdir Raupp, que já vem convergindo no sentido das discussões e dos debates que vêm sendo travados na sociedade, já houve uma evolução muito grande.

Vamos nos ater ao relatório do Senador Valdir Raupp, para defender nossas posições, os nossos pontos de vista, os principais, aqueles que entendemos fundamentais para que esses instrumentos sejam realmente eficientes.

Percebemos, pelo Dr. Demian, que realmente esse instrumento está dando muita tranqüilidade sob o ponto de vista da fiscalização, acompanhamento e medição de seus resultados. Na verdade, todos nós temos consciência de que, uma vez aprovada, a PPP tem suas limitações. Ela será muito útil na complementação dos investimentos, mas, pelo histórico das PPPs pelo mundo afora – o mais forte vem da Inglaterra –, realmente, ela participa com um percentual relativamente pequeno em relação à massa dos investimentos necessários para a infra-estrutura.

Imaginamos que não será diferente no Brasil, o que quer dizer que, definitivamente, não se afasta a necessidade imperiosa de que o Estado continue investindo pesadamente em infra-estrutura, sob pena de acontecer o que estamos hoje assistindo no Brasil: um déficit brutal em todos os segmentos de infra-estrutura no País, o que tem afastado, inclusive, como uma das causas principais, os grandes investidores.

As duas últimas semanas foram muito pródigas na análise dessa fuga dos investidores, e a insegurança jurídica e a falta de infra-estrutura aparecem sempre como pontos importantes nessa questão.

Certamente, aprovada, a PPP será um instrumento importante, mas longe de ser a grande salvação. Por si só, ela não é suficiente. Além da PPP aprovada, também os marcos regulatórios, com que estamos trabalhando há algum tempo, principalmente nas áreas de saneamento, de transporte, da carga tributária sobre a produção, também são temas que precisarão ser complementados, para tornar as PPPs atraentes, a ponto de serem investimentos significativos na necessidade do País.

Quanto àquele item que permitia, simplesmente, a licitação de obra pública e que constava do projeto, vejo, com muita satisfação, que, praticamente, há unanimidade no sentido de que não poderá existir PPP apenas para contratação de obras públicas; que ela implicará, obrigatoriamente, prestação de serviços, porque, para obras públicas, existe a Lei nº 8.666 e a Lei de Concessão Pública. Esse era um ponto que não estava muito claro, mas parece-me que, em função das discussões, caminha-se muito claramente para essa posição, que é a defendida pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Também defendemos, com muita clareza, o respeito aos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa conquista fantástica da sociedade brasileira não deverá, de forma nenhuma, ser desrespeitada no caso da PPP. Entendemos, quanto à contabilidade da PPP – pela apresentação anterior, vejo que se caminha nesse sentido –, que devem ser computadas como dívidas públicas apenas as parcelas que correspondem à amortização do investimento realizado, assim mesmo, de forma proporcional à participação do ente público. Essa é a forma que considero mais correta de contabilizar o gasto público com o PPP. A manutenção do serviço público evidentemente deveria ser entendida como gasto corrente, reportando-se – conforme está colocado na apresentação do Dr. Demian – às regras e limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O seguinte, por favor.

Defendemos alguns outros pontos que nos parecem importantes, por exemplo, a complexidade de uma proposta de PPP. Imaginamos que, em alguns casos, pelos volumes mínimos necessários e pelo tipo de obra de infra-estrutura a que se vai prestar a Lei de PPP, exigir-se-á a elaboração de proposta mais complexa, com envolvimento de mais de um ator, com riscos bastante amplos, porque são projetos de longa maturação. Entendemos, então, que, nesses casos, seria interessante que houvesse um acréscimo em termos de garantia, tanto na execução da proposta quanto na execução do contrato, de até 100% acima dos limites fixados pela Lei nº 8.666. Isso daria um pouco mais de segurança na apresentação de propostas que são, de fato, bastante mais vultosas.

E a pré-qualificação, sobre a qual existem defesas contrárias a que ela seja obrigatória. Parece-nos que seria muito importante que, em projetos dessa natureza, a pré-qualificação fosse realmente obrigatória, porque vai aferir qualificação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira numa primeira fase da apresentação dos

projetos. Afastaria aí um bom número de empresas que poderiam trazer problemas para uma PPP.

A seguinte, por favor.

Bom, aqui temos dois pontos fundamentais que ainda estão em discussão. E eu não vi nenhuma citação sobre isso na apresentação anterior e sobre a qual nós gostaríamos de externar a nossa posição. Primeiramente, com relação ao leilão das propostas sucessivas de preços. Na nossa avaliação, como eu estava dizendo, a elaboração de um projeto, de uma proposta para PPP vai demandar tempo, vai demandar uma engenharia financeira muito criteriosa. Vamos ter, seguramente, agentes financeiros envolvidos, mais de um ator. Às vezes, algumas propostas, como foi dito aqui, inéditas de dificuldades maior nos parece uma temeridade muito grande sejam apresentadas mesmo que optativamente – mas esse optativo poderá ser exercido pelo ente que está comandando essa PPP lá na ponta – fosse submetida a um leilão, que simplesmente vai propiciar a algum eventual proponente uma redução do custo daquela proposta sem o devido cuidado, sem o devido compromisso com a construção daquela proposta, muitas das vezes, com uma complexidade muito forte.

Acredito que, muitas vezes, isso pode gerar custos menores no primeiro momento para o Estado, mas pode significar uma perda muito grande no segundo momento, como eu disse, pela falta de compromisso desse proponente com aquele estudo que originou a proposta. Então, não nos parece que o leilão seja adequado para esse tipo de proposta.

E a precedência nos pagamentos, que ainda é um instrumento previsto na proposta e que entra como um atrativo a mais para os proponentes – evidentemente que é, quanto menor o risco do proponente maior é a atração – mas que nos parece além de ilegal, do ponto de vista jurídico, extremamente injusto com os outros fornecedores do Estado, a grande maioria, micros, pequenas e médias empresas que, muitas vezes, tem ali na sua licitação pública toda a história da sua vida profissional. E, no entanto, num eventual problema de caixa do órgão elas estariam relegadas ao segundo plano no pagamento. Isso vai gerar insegurança, incerteza, encarecimento das obras, certamente vai gerar uma demanda judicial muito grande. E a nossa posição é que não haja essa precedência nos pagamentos. Entendemos que o pagamento em dia é uma obrigação do órgão contratante. Isso não deveria estar previsto. Para que haja atração e o processo seja mais atraente para os investidores existem outros elementos que poderão realmente fazer esse papel.

O Fundo Fiduciário garantidor é um deles, este sim. A constituição de um fundo nos moldes do que estão sendo estudados é uma garantia que poderá ajudar muito essa questão da atração e que ele tem que ser de Direito Privado para estar imune aos contingenciamentos. Isso é importante.

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos colocados de acordo com a lei é outro grande fator de atração importante, muito mais até do que a questão da prevalência de pagamento. Entendo que também esse instrumento é de peso e deveria estar incluído no contrato.

E, por fim, um tema que eu sei que sei é polêmico: com relação à participação dos bancos oficiais e dos fundos de pensão das estatais. No nosso modo de entender, esses bancos oficiais, em se tratando de projetos com estudos corretos de viabilidade econômico-financeira, não entendemos por que não deveríamos ter os bancos oficiais ou os fundos de pensão estatais da mesma forma que os bancos privados poderiam estar atraídos por projetos que poderão ser muito mais rentáveis do que projetos que estão sendo financiados pelos órgãos públicos e que não se têm demonstrado, ao longo da história, tão rentáveis assim.

Penso que seria uma boa oportunidade de esses bancos investirem na infra-estrutura do País, como já se faz em outras áreas, em outros grandes projetos do País que foram financiados por bancos oficiais, ou que tiveram a participação de fundo de pensão. Entendemos que, pelo menos num primeiro momento, eles são muito importantes na alavancagem dos projetos de parceria público-privada. Muito bem, que se estudem até limites de participação, mas jamais a proibição de que esses bancos participem, até porque eles são fundamentais para esses projetos, no nosso modo de entender.

Finalmente, entendemos, também, que esses dois instrumentos de rescisão de contrato deviam estar bem claros no projeto, inclusive no lado da rescisão do contrato por motivo de interesse público, em que as regras têm que estar bem claras e colocadas com relação ao pagamento prévio e à autorização legislativa.

São projetos que vão passar por vários Governos, muitas vezes, então é preciso isolar e afastar aquela hipótese política de cancelamento de um projeto. Penso que essa autorização legislativa ameniza essa parte.

No caso de rescisão de contrato por culpa do interesse proponente, também deve ficar vetada a remuneração antecipada do investimento, com muita clareza no contrato. Essa remuneração deve ser dada no prazo total do contrato previamente estipulado, para que não haja favorecimento nenhum do ente privado que, por culpa sua ou por interesse próprio, de alguma forma, abandonou aquele projeto.

Bom, eram essas as nossas colocações. São os pontos principais que entendemos que deveriam constar desse projeto, depois de todo esse período de discussão e de debates, onde, como eu já disse, se avançou muito em cima do projeto original.

Entendo que, do jeito que está caminhando, seguramente esse vai ser um projeto muito importante, muito seguro e forte no sentido de auxiliar o País a sair desse caos de déficit de infra-estrutura que estamos vivendo, e que vai, com certeza, atrair investidores privados nacionais e internacionais, principalmente depois que conseguirmos estabelecer os marcos regulatórios que estão em pauta e sendo analisados pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, seguindo o nosso Regimento, os primeiros Senadores a terem o direito de fazer as suas perguntas são os autores dos requerimentos.

Os autores dos requerimentos são os Senadores Aloizio Mercadante, Paulo Octávio e Efraim Morais.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com o maior prazer, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Dr. Demian Fiocca e o Paulo Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, pela participação de ambos.

Há uma questão que eu gostaria que o Paulo Simão me esclarecesse, com relação aos pagamentos, às prioridades de pagamentos.

No caso de o Estado não ter recursos para pagamento total das parcerias público-privadas, como ficariam, no entendimento da Câmara, as empresas que fazem obras para o Governo, que também têm a receber? Qual seria o prejuízo para o setor numa concorrência com o próprio Governo na parceria público-privada?

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Muito obrigado, Senador Paulo Octávio.

Na verdade, esse ponto, para nós, é muito importante. Mais de 90% das empresas da indústria e da construção do mercado imobiliário são micros e pequenas empresas e, certamente, não vão ter jamais acesso a uma PPP. Mesmo que em bloco, mesmo que em conjunto, dificilmente elas estarão aptas a obras de valores superiores a R$20 milhões. São empresas que estão trabalhando em faixas muito menores. Muitas delas, diria que metade dessas empresas, dedicam-se a obras públicas, de pequeno valor, com que estão comprometidas inteiramente.

Penso que esse critério de precedência de pagamento é de uma injustiça total para essas empresas e isso vai significar, seguramente, a quebradeira de muitas empresas, o encarecimento das obras, ações na Justiça. Não vejo nenhuma razão plausível para que essa precedência exista, a não ser o argumento de que ela atrai mais o investidor. É lógico que atrai mais o investidor, mas há também muitas outras coisas que se forem colocadas vão atrair ainda mais. Mas ele não pode atrair o investidor em detrimento de um grupo enorme de empresas que certamente vai estar sendo prejudicado na eventualidade de faltar recursos, o que, vamos dizer com toda a franqueza, é um hábito cultural no nosso País. Isso não deveria existir, mas é muito comum. Estamos cansados de ver, por exemplo, empresas de órgãos públicos atrasarem sistematicamente o pagamento de obras públicas por falta de recursos. Esse caso não será uma exceção. No Brasil, isso não é uma exceção ainda. Deveria ser, mas não é; e isso pode ser extremamente negativo para o setor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ao Dr. Demian Fiocca, que me pediu a palavra para participar da discussão desse assunto.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Muito obrigado.

Desejo apenas ponderar algumas questões que levaram o Governo a introduzir o princípio da precedência. O primeiro deles é a diferença entre a realização de um empreendimento feito com recursos próprios, muito antecipados, e outro empreendimento, ainda que feito com recursos próprios, porém mais próximo de um regime de caixa. Por exemplo, a construção de uma estrada, quando feita por obra pública, ela é contratada por trechos. Faz-se um pequeno trecho, é feita a licitação e é feito o empreendimento. Quando o Estado sofre alguma contingência e quando empresas grandes quando sofrem contingências, recuam nos seus investimentos, dão uma ordem de suspensão dos investimentos, e o empreendedor privado ainda pode ter restos a pagar, mas ele não termina a construção da estrada, porque o Estado o avisou que suspendesse a obra.

Esse não é obviamente um procedimento desejável. O ideal seria que os empreendimentos seguissem o curso que a engenharia permitisse, mas isso está mais próximo ainda de um regime de caixa.

No caso de um mesmo empreendimento, feito pelo setor privado por PPP, ele terá feito a estrada, depois do pagamento das contraprestações, vários anos antes de começar a receber. Assim, no caso de uma estrada que não está terminada, quando o Estado pede ao empreendedor para avançar ou conter o ritmo de execução, o empreendedor privado tem a chance

de desmobilizar recursos, suspender mão-de-obra e conter os seus custos.

No caso de uma estrada que foi realizada cinco anos antes e que o empreendedor está apenas agora recebendo a contraprestação pela prestação de serviço, esse empreendedor não tem mais nenhuma medida que possa reduzir os seus custos. Se ele fechar a estrada, por exemplo, ainda perde o pedágio.

Assim, há uma diferença conceitual na execução da obra pública por regime de caixa e no empreendimento realizado por PPP. Ao terminar uma obra pública, o empreendedor recebe o total do empreendimento. Ao terminar a PPP, ele vai começar a receber alguma complementação anual por 25 anos. Essa é uma questão de caixa, e foi isso que norteou a idéia do equilíbrio e da precedência. Há um tratamento desigual para situações desiguais.

Outro aspecto importante que contempla, acredito, em grande medida, essa preocupação, é que ela vinha dando a possibilidade de contração de obra pura pela PPP. Isso porque haveria o tratamento de duas modalidades para o mesmo objeto. Ou seja, contrato obra pública pela Lei nº 8.666, contrato obra pública por PPP. Com relação à contratação pela PPP, é o mesmo objeto, mas há a precedência. Se a obra pública não for permitida por PPPs, esse problema se reduz muito, porque a PPP não contrata obra pública. A obra pública pura fica sendo contratada apenas pela Lei nº 8.666.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Creio que esse processo de audiência pública é muito importante para aprofundarmos a discussão.

A primeira coisa que eu queria destacar é que fica evidente, com essa evolução histórica da taxa de investimentos da economia brasileira, do setor privado e do setor público, que não temos como suportar um crescimento acelerado da economia sem investimento em estrutura e logística. Esse é o grande ponto de estrangulamento do País hoje. É a estrutura viária que continua muito precária; são os portos, as ferrovias, que diminuem muito a competitividade, inclusive em um país com a vocação que temos hoje, do agronegócio, com novas áreas sendo exploradas na fronteira agrícola. É indispensável que possamos construir uma modelagem institucional que estimule o investimento privado e que, ao mesmo tempo, dê segurança ao setor público.

Sou daqueles que prefere fazer uma lei com todo o cuidado necessário. De um lado, porque senão não teremos investimento privado e, de outro, porque senão, mais uma vez, o setor público pode ser profundamente prejudicado, como aconteceu no processo de privatização recente no Brasil. Estão aí tarifas abusivas, apagões e tantas conseqüências dos processos açodados que tivemos na história do País em relação a essa tão difícil e indispensável relação entre Estado e setor privado.

Quero mencionar os pontos que avançam, no meu ponto de vista, e o que ainda está pendente. Primeiro, fico muito feliz em tirar obras do PPP. Não sei porque incluir obras no PPP. Existe uma lei de licitações. Participei ativamente da elaboração dessa lei depois da CPI do Orçamento, a 8.666, que ainda tem problemas, mas foi um grande avanço no processo de licitação. Tem diminuído aquela recorrência que tínhamos no subfaturamento, aumentou a concorrência do setor e democratizou o acesso. Portanto, isso é uma coisa resolvida. Se se tem que aprimorar, vamos aprimorar a Lei de Licitações. Vamos trazer para uma modalidade aquilo que está resolvido pelo Estado, pelo Congresso.

Portanto, creio que não tem que entrar obras. Os Estados que o fizeram têm que rever isso, porque vários Estados incluíram obras no processo de PPP, e isso não tem cabimento. Minas Gerais incluiu; São Paulo também, com alguma restrição; e Goiás e Mato Grosso incluíram. Temos que rever isso. Creio que obras devem ser realizadas por meio da Lei de licitações. Se há problema, vamos abrir a discussão e aprimorar a legislação.

Em segundo lugar, também sou contra a precedência. Não vejo por que tem de haver precedência. Dentro do Orçamento, devem-se estabelecer as prioridades. O que dá garantia ao investidor de longo prazo, se se trata de um contrato de longo prazo, como, por exemplo, uma ferrovia? É o fundo garantidor. Esse é o instrumento novo que vai dar garantia do ponto de vista do setor privado. Do ponto de vista do setor público, acho indispensável que haja um limitador de comprometimento da receita líquida do setor público, porque senão estaremos realmente violando todo o espírito da responsabilidade fiscal, que é indispensável para o crescimento com sustentabilidade. Creio que tem que haver um limitador de comprometimento da receita líquida do setor público com todos os projetos de PPP. Um por cento pode ser realmente uma solução, e acho que isso é um avanço no processo de discussão do projeto.

Em relação ao leilão, realmente não entendo a posição dos senhores, da indústria da construção. Inclusive, quando votou na Comissão de Assuntos Sociais, na época o Relator era do PSDB, o Senador João Tenório, ele incluiu uma mudança na questão do leilão, que ficaria em envelope fechado e uma rodada de preços. Desculpem-me, mas isso é um convite à cartelização, à acomodação, e quem vai pagar essa conta é o setor público. Não vejo por quê. Existem duas

experiências de leilão: ou é envelope fechado, ou leilão holandês. Nesse caso, é pregão, quem chegar no menor preço. É uma combinação dos dois. Não existe nenhuma outra modalidade de leilão no Planeta. Quer dizer, é processo licitatório? Então, vamos caminhar para o envelope fechado. Cada empresa faz a sua análise técnico-financeira, sua perspectiva de taxa de retorno e define o seu preço. Quem fizer a melhor proposta é que vai levar, dentro daqueles três critérios: menor tarifa, etc. e tal. Mas, desculpem-me, sou totalmente contrário a fazer um envelope fechado e depois abrir para acomodar as coisas. Aprovei o relatório na CAS para acelerar a tramitação, porque, depois desta, há mais uma Comissão, e acho um absurdo obstruir um grande projeto, que é de grande interesse do Estado.

Concordo com o fato de que a discussão tem de ser aprofundada, consistente, porque isso é um contrato de longo prazo. Não entendo outra possibilidade. Ou é envelope fechado, ou é leilão aberto. O envelope fechado é uma solução, porque cada empresa vai fazer o que quiser e correrá o risco, evidentemente. Tivemos, em algumas ocasiões, preços muito elevados, mas ótimo! O Estado ganhou, o consumidor ganhou, e a empresa que fizer o cálculo econômico, o caixa, a evolução do negócio da forma mais correta, mais otimizada, vai ter o melhor resultado. Podemos ficar com o envelope fechado. Porém, nunca vi essa combinação proposta pelos senhores em lugar nenhum e creio que não dá certo. É muito interessante para o setor privado, mas acho que é muito ruim para o consumidor do Estado brasileiro.

Em relação à outra questão, Fundos de Pensão e BNDES, eu gostaria, enfim, bancos públicos, eu gostaria de ouvir bem essa questão, porque alguns episódios na história recente do Brasil realmente chamam a atenção. Na realidade, a entrada do BNDES, do Banco do Brasil ou dos fundos de pensão públicos definiu o ganhador, sendo que alguns de forma escandalosa, como no processo de privatização. Portanto, não havia uma verdadeira concorrência no setor privado, pois quem estabelecia o agente vencedor era o Estado e, muitas vezes, não era nem o Estado nem o Governo, mas burocracias dessas instituições em conluio com os interesses privados que nem sempre eram os melhores para o País.

De outro lado, não vejo como investir em infra-estrutura sem fundos de pensão, que é a poupança de longo prazo do País, que tem uma taxa de retorno que precisa ser estável em longo prazo, mas é a melhor poupança de longo prazo do País. Se se alijar os fundos de pensão de investimentos em infra-estrutura e logística, de onde virá a poupança capaz de financiar projetos de 30 a 40 anos? Sob o ponto de vista do interesse nacional, prefiro um fundo de pensão financiando uma ferrovia ou um porto a financiar um **shopping center** ou um negócio imobiliário. Não tenho nada contra a que ele tenha interesse em fazer um negócio comercial, mas do ponto de vista do grande problema do crescimento do País, que é a logística, a infra-estrutura, é muito melhor que ele esteja presente nesse processo.

Concordo com a preocupação de assegurar a concorrência do setor privado, de se evitar que se escolha um vencedor por meio do setor público e que viole, com isso, o princípio da concorrência, que é uma dimensão fundamental da eficiência econômica. Há alguma proposta nesse sentido? Como se reflete essa discussão da participação dos agentes públicos de financiamento e dos fundos de pensão no processo licitatório? Penso que deveríamos avançar essa discussão. A idéia de estar fora é absolutamente inconcebível, mesmo porque o BNDES tem que financiar a infra-estrutura, que, junto com a logística, é o problema fundamental do desenvolvimento e do crescimento do País hoje, e os fundos de pensão são a poupança de longo prazo de que o País dispõe. Então, devemos discutir como devem participar, porque a história recente chama a atenção, é uma advertência para episódios que não podem se repetir. Por isso, peço também um comentário em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra V. Exª,

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Gostaria de fazer dois comentários. O primeiro refere-se à colocação do Dr. Demian sobre a precedência. Seguramente, o proponente de uma parceria público-privada ou ente privado, certamente, fará essa avaliação ao longo do projeto dele, do risco de receber ou não, inclusive da avaliação do ente que está contratando, se tem ou não história de pagamento em dia ou de capacidade. Então, não vejo isso como uma vantagem. Acredito que o proponente a incluirá na sua proposta, analisará o risco disso também e, certamente, estará contemplado. Por isso e por todos os motivos de que falei, acredito que a precedência fique sem sentido, porque já vai considerar essa hipótese de não receber em 30 anos ou em 35 anos a sua proposta. Então, já está defendido ali, e essa questão me parece importante.

Não sei, Senador Aloizio Mercadante, se me fiz entender mal no caso do leilão, mas a nossa posição é muito clara: somos contra o leilão e a favor da proposta de uma mescla de proposta técnica e preço, no caso de uma PPP. É o preço menor que sair mesmo, conforme a proposta técnica que for escolhida, dentro da regra de envelope fechado. Foi essa a nossa posição.

Não sei qual foi a interpretação de V. Exª, até posso ter me expressado errado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A proposta que saiu da Comissão de Assuntos Sociais e que sofreu grande pressão do setor privado foi a do envelope fechado e de uma rodada de preços, o que é inaceitável.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Não, não, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção nunca defendeu isso...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, está bom, fico feliz.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – ...a minha posição não foi essa e, se ficou essa dúvida, que fique claro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está no relatório.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Pois é, mas a nossa posição não é esta; somos pelo envelope fechado. Entendemos que o leilão, neste caso, pode ser vantajoso, não tenho dúvida, mas é um risco muito grande alguém fazer um desconto em cima de uma proposta sem compromisso com a mesma.

Com relação aos bancos privados e aos fundos de pensão, estou inteiramente de acordo com V. Exª de que tem que ter regra, tem que ser bem estudado. Porém, não há como esses entes financeiros deixarem de participar de uma coisa desse tipo que envolve bilhões e bilhões, não há recurso para isso e não há razão para esses órgãos ficarem de fora, desde que sejam projetos com viabilidade econômico-financeira comprovada e estudada. Trata-se de uma operação normal de um banco e de um fundo de pensão que vai optar por esse ou por aquele projeto.

Penso que isso está absolutamente correto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Sr. Demian para esclarecimentos.

O SR. DEMIAN FIOCCA – No que diz respeito à questão da precedência, existe uma realidade distinta entre obra pública, feita em regime de caixa, e o regime de PPP. Acredito ser possível discutir outros mecanismos, havendo uma percepção majoritária de que esse não é o melhor instrumento. Penso que essa discussão técnica antecede às audiências públicas. No entanto, apenas estou colocando o ponto em que se encontra a discussão no Governo. Mas eventualmente é possível encontrar alternativas.

Há uma questão também que envolve precedência, especificamente no Governo Federal, que é algo aparentemente acessório, mas pode não ser tão pouco relevante, especialmente em um País com uma dispersão partidária como a nossa e, portanto, o fato de existirem governos de coalizão, que é o fato de que a precedência encerra o sentido de disciplina. O Ministério setorial, no sentido de, antes, cumprirem os compromissos passados e depois começavam obras novas. Claro que isso, em tese, o Governo tem que agir unido, mas poderia ter também esse sentido: poderia ocorrer, em um futuro governo, um futuro ministro, eventualmente não tão aliado com o restante do Governo, mas com um certo espaço político e dizer que os impedimentos que foram feitos no passado não é assunto seu, que não iria pagar as PPPs, deixando-as cair no findo garantidor e que iria começar obras novas com o seu orçamento. É uma questão, mas é possível também equacionar esse aspecto de modo a evitar uma postura eventualmente irresponsável em um futuro governo, um governo que não tivesse unidade.

Sobre a questão do leilão queria apenas fazer um esclarecimento. Isso é também uma pressão que recebemos da sociedade civil, ainda que em alguns casos entende-se de maneira superficial ao dizer que as licitações poderiam ser dirigidas, etc, mas havia oposição ao grau de competitividade, pensando que as licitações eram pouco competitivas.

O que o projeto prevê é a opção. E isso atende a certos setores da sociedade que entendem que algumas PPPs não terão certa complexidade e que há um interesse público em reduzir o custo para o Estado. Então, para essas PPPs em que não houvesse tanta complexidade o leilão poderia maximizar o ganho para o Estado ou reduzir ao máximo o custo para o Estado. E nas PPPs de maior complexidade não se utiliza o leilão, utilizando-se os envelopes fechados. Então, a lei, hoje, não fecha, não restringe nem uma modalidade nem outra.

Dado que o escopo das PPPs, um instrumento novo, pode ser muito amplo, parece-nos conveniente não restringir as duas modalidades. Inclusive lembrado que existem empreendimentos que são complexos, de longo prazo, e que utilizam leilão como recentemente se utilizou no setor elétrico, com um certo sucesso, um ganho para o Estado e o consumidor. Então, hoje o projeto, como está, permite as duas modalidades e a idéia que se aplique isso à luz das tão variadas possibilidades de PPPs que venham a ser utilizadas.

Quanto ao BNDES e os fundos de pensão, nosso entendimento, hoje, é de que isso deve passar essencialmente por legislação geral de controles e por governança, e não especificamente por uma discriminação das PPPs. Ou seja, os fundos de pensão têm, por exemplo, 50 bilhões de investimentos, restrições de governanças, responsabilização de dirigentes, supervisão das Secretarias de Previdência Complementar, restrições a sua locação de ativos e riscos, que vale para todos os seus 50 bilhões de investimentos. Dizer

que, para apenas um bilhão que eventualmente fosse aplicado em PPPs e que justamente está sendo aplicado naquilo que o Governo e País identificaram como mais prioritário, por isso foi objeto de PPP, vou colocar restrições adicionais e que, para os outros 49 bilhões, deixo a atuação sem restrições adicionais nos pareceria uma discriminação negativa, complicada contra os fundos de pensão.

Em sendo assim, centralmente, é importante que os fundos de pensão tenham instrumentos de controle pela Secretaria de Previdência Complementar e de controle do ponto de vista da governança, além do aspecto de que a discriminação especificamente contra fundos de pensão estatais implica uma intervenção sobre o interesse do participante, porque os fundos de pensão, ainda que em alguns casos no passado possam ter sido mal usados, não são recursos públicos, mas do cotista. Então, digamos que haja uma PPP que seja um bom empreendimento: o fundo de pensão privado pode entrar, e o fundo de pensão estatal, não. Parece-me complicado no que se refere a fundo de pensão, tendo-se em consideração que o objetivo é que o fundo de pensão seja bem gerido à luz do interesse do seu cotista. E há uma coincidência, olhando a experiência nacional: a de que fundos de pensão investem em investimento de infra-estrutura, porque são investimentos de grande porte, de longo prazo, com uma rentabilidade mais ou menos estável. Então, essa é uma limitação complicada de se fazer no caso de fundo de pensão.

No caso do BNDES – isso é algo que não sei se caberia na lei, mas nos procedimentos dele –, evidentemente, ele faria as ofertas a quem vencesse. Em vez de dizer "eu entro com esse consórcio", ele poria uma carta aberta, dizendo: "para esse empreendimento, aquele que vencer, dadas as demais condições, terá o financiamento". Assim, impedimos que o BNDES manipule e, ao mesmo tempo, não tiramos da área de infra-estrutura, que é essencial para o País, a possibilidade de um dos grandes bancos de investimento em infra-estrutura, inclusive pelo aspecto de que haveria, em outros controles mais artificiais, uma discriminação negativa, ou seja, o de que o BNDES já financia infra-estrutura: ferrovias, portos, etc. Quer dizer, ele pode financiar o privado que não tenha o interesse público por trás e, portanto, PPP e não pode financiar o privado na área em que há, justamente, a identificação de algo estratégico para o País? Isso seria, talvez, um situação negativa. O BNDES, como financiador, não pode ter o controle do empreendimento, porque está vedado o controle estatal do empreendimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero primeiro abordar a justificativa que é trazida aqui. Somos favoráveis à PPP, não há dúvida. Entendemos que essa é uma nova modalidade que pode somar-se às obras feitas pelo próprio Governo e que também as concessões podem ser feitas. Mas não dá para ficarmos ouvindo, repetidamente, que o Governo não está fazendo obra de infra-estrutura, porque a PPP não está pronta.

Tenho comigo o acompanhamento do Siafi até o dia 1º de outubro deste ano, que mostra que o Ministério dos Transportes, para um valor de R$2,529 bilhões autorizado no orçamento, fez o pagamento de apenas R$167 milhões, 6,6%, um dos menores desempenhos de todos os Ministérios. A média já é baixíssima, 14,2%, mas o Ministério dos Transportes consegue estar semelhante... Conforme está aqui, o menor é o da Cultura, 3,5%. Quer dizer, passados três quartos do ano, se se fizesse uma proporção, deveria ter pago 75%, e pagou 6%. Dinheiro existe.

Agora, não dá para ficarmos ouvindo que o Governo não está investindo por causa da PPP. Não está investindo, porque não quer. Já ouvi dizerem que o Governo não está investindo, para deixar para fazê-lo no ano que vem, mais perto da eleição. Não vou dizer isso, não vou fazer essa avaliação, mas confesso que começo a ficar preocupado, porque a situação das estradas brasileiras é caótica. Houve o último feriadão, e não é possível que o Governo não se sensibilize com essa questão. São dois aos, já se trocou Ministro, e o problema continua. Por que o Governo não usa a lei de concessões atual? Ela permite que se façam obras no Brasil, sim. Mas isso está parado; não tenho notícia de nenhuma concessão onerosa. A PPP, na verdade, é uma concessão subsidiada. Quanto à concessão onerosa, não tenho notícia de nenhuma obra nesse Governo. Então, esta era a primeira exposição: as justificativas – por que o Governo não utiliza recurso próprio; conforme o dado Siafi, são apenas 6,6% este ano, quando deveriam ser 75% – e as concessões.

Agora, as alterações já feitas, apresentadas pelo Sr. Demian, mostram que o Governo pelo menos entendeu que as críticas da Oposição é no sentido de aperfeiçoar o projeto. Vejo que o prazo máximo já foi reduzido, que o valor mínimo está mantido nos R$20 milhões, que há vedações a obras. E tenho uma pergunta sobre o teto de 1%: é anual ou cumulativo? Entendo que seja anual.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Para todos os projetos de PPP, 1% da receita líquida.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Da receita líquida de cada ano ou vai ser uma...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não se pode comprometer mais de 1% da receita líquida com o projeto de PPP no orçamento. Tem que fazer uma projeção.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Então, se se fez no primeiro ano...

(Superposição de intervenção dos Srs. Oradores. Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Tudo bem, é cumulativa. Então, se se fizer um projeto num ano, pode ser que, ano que vem, não se faça nada, porque já gastou no ano anterior e tem um compromisso futuro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pode começar novos projetos, se já bateu o teto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Está bem.

Sobre a questão do limite de participação dos fundos do BNDES, da mesma maneira entendemos que é válida sim, mas num limite, porque, se o BNDES e os fundos forem financiar 100%, no exagero, não vai ter parceria público-privada, mas uma obra pública totalmente financiada pelos fundos públicos e facilitada. Então, essa é a questão que eu gostaria de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Demian, penso que a pergunta foi mais endereçada a V. Exª, não obstante, o Dr. Safady saiba e tem o direito de responder as perguntas, bastando solicitar à Mesa.

Tenha a bondade.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Um primeiro aspecto da pergunta do Exmº Senador sobre a questão dos investimentos públicos considero muito pertinente pelo seguinte: as PPPs não se destinam a substituir o investimento público. Se traçarmos, digamos, uma escala de rentabilidade de quaisquer empreendimentos, teremos n topo os empreendimentos que são plenamente auto-sustentáveis, que são investimentos que o setor privado faz naturalmente, no caso de concessões, faz para concessões. Temos, na base dessa escala, empreendimentos que não têm quase nenhuma auto-sustentação, mas tem grande impacto social ou estratégico ou de desenvolvimento regional ou estruturante de outras atividades, que são tipicamente investimentos públicos, mas temos uma faixa intermediária de investimentos que têm um potencial de auto-sustentação parcial, mas que não chegam a ser plenamente auto-sustentável, ou seja, atraente para o setor privado.

No passado, quando tínhamos um Estado com uma dívida pública menor, com condições fiscais mais favoráveis, mesmo essa faixa de empreendimentos com um potencial de auto-sustentação parcial era realizado pelo setor público, ou seja, o setor público fazia estradas que não podiam ser pedagiadas e as que podiam faziam empreendimentos com recursos próprios porque tínhamos uma situação fiscal melhor. A situação fiscal piorou muito nos últimos anos, no que se refere ao crescimento da dívida pública, o Governo está empenhando esforços para controlar e melhorar essa situação, mas o fato é que a dívida pública não desaparece de um ano para o outro. Então, por mais que se vá contendo, reduzindo, ela continuará a impor a necessidade de um elevado superávit, que, dadas as restrições também de flexibilidade dos orçamentos, gastos obrigatórios, transferência, etc., termina por constranger em parte os investimentos.

Então, o velho modelo de que tudo aquilo que não fosse 100% privado tinha que ser 100% público, já não dá conta às necessidades de investimentos do País. Aí é que entra a PPP.

Mas o que eu queria destacar com essa introdução é que as PPPs vão entrar para adicionar uma faixa de empreendimento que estão naquele potencial intermediário de auto-sustentação, mas não para substituir obra pública, não é esta a idéia, a obra pública continuará sendo feita, e o Governo vem trabalhando no sentido de ampliar o espaço possível de investimentos, com medidas de busca de eficiência nos gastos de funcionamento da máquina, com a reforma da Previdência que foi feita no ano passado, enfim, várias iniciativas nesse sentido.

Sobre a execução orçamentária especificamente, não tenho aqui os dados, eu tomaria a liberdade de pôr a sua disposição o Secretário de Orçamento, parece-me que talvez 6% seja liquidação e não empenho, ou seja, pagamento mesmo, o empenho é maior. E as últimas informações que vi...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – ...empenho liquidado dá 11%.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Não tenho dados específicos para o Ministério lhe oferecer, mas o Secretário de Orçamento poderia lhe oferecer novos esclarecimentos, mas o que existe e é conhecido é que o Estado brasileiro acelera seus gastos do início do ano para o final. Primeiramente há a aprovação do orçamento, às vezes, há um decreto de contingenciamento em fevereiro, e o Estado começa a gastar. Dada essa aceleração, em nenhum ano, na verdade, se fez a proporcionalidade, digamos: no primeiro trimestre foram gastos 25%; no segundo, 50. Isso nunca ocorre.

Agora, comparando com esse grau de aceleração, parece-me que os dados agregados de empenho do atual Governo – especialmente os deste ano – estão,

inclusive, um pouco acima dos últimos anos, não só do ano passado como de anos anteriores também. Mas, de novo, são dados de que não tenho detalhes e oferecerei ao esclarecimento do Secretário do Orçamento numa futura reunião.

Sobre as concessões, especialmente de rodovias, o Governo estava-se preparando para licitar sete trechos de concessões quando houve um questionamento do TCU e precisaram ser reestruturados os termos de como se fazer a concessão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O questionamento era ainda do Governo passado e, depois, foi resolvido. Tem um novo questionamento?

O SR. DEMIAN FIOCCA – Não. Parece-me que houve, sim, um questionamento no ano passado ou neste ano, que exigiu.... Houve.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Realmente, estão suspensos – há um questionamento em um Tribunal, o qual eu não sei detalhar, mas essas obras estão suspensas por causa disso. Na semana retrasada, tivemos uma audiência com o Ministro José Dirceu e S. Exª foi absolutamente claro nisso. Está parado por causa disso.

O SR. DEMIAN FIOCCA – O Governo, então, está retrabalhando as modalidades de concessões – dos editais, etc. – para atender a esses questionamentos do TCU, de tal modo a lançar as concessões, mas, do ponto de vista de interesse e postura do Governo, o objetivo é, sim, realizar concessões no que for possível.

As PPPs, como bem disse o Exmº Senador, são concessões que não são auto-sustentáveis e, normalmente, isso ocorre com aquelas que não estão prontas, as que ainda demandam investimento.

Quanto ao limite de participação do BNSD – de 100% -, aí, de novo, eu remeteria um pouco às regras do próprio BNDS, ou seja, eu entendo que o BNDS não deva, talvez, financiar em 100% nem empreendimentos em PPPs, nem qualquer outro empreendimento. Eu não tenho, de cabeça, os detalhes das políticas do BNDS, mas me parece que elas já não permitem. Eventualmente, se poderiam analisar essas políticas do BNDS para ver....

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Se V. Exª me permite, a colocação não é só em relação ao BNDS, mas em relação ao Projeto PPP. Quer dizer, parece-me que um Projeto PPP, me parece, não pode ter, por exemplo, 90% de um fluxo que vem de fundos públicos, como o Fundo do Banco Central e do BNDS. Eu estou falando da somatória. Eu não estou falando do limite do BNDS. Estou falando do limite do Projeto de PPP. Quer dizer, para um Projeto PPP, não está previsto um limite?

O SR. DEMIAN FIOCCA – Na Lei, não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Então, na prática, podemos ter um Projeto de PPP financiado em 100% pelo Poder Público.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Não, o fundo de pensão não é Poder Público, é dinheiro do cotista. Pode-se argumentar que seja dirigido pelo Poder Público. Sim, mas o dirigismo estatal sobre o fundo de pensão não se refere ao Projeto de PPP, refere-se a qualquer empreendimento de fundo de pensão. Então, o modo como vemos essa questão é o seguinte: deve-se atuar no sentido da governança dos fundos de pensão, da regulação dos fundos de pensão para os que têm previdência complementar e da responsabilização dos dirigentes de fundo de pensão, mas eu não faria uma discriminação negativa dos fundos de pensão estatal em relação aos fundos de pensão não-estatal, porque os Projetos de PPP podem ser projetos legitimamente de interesse dos fundos de pensão, e não sei se caberia dizer: "Olha, se o fundo de pensão quiser investir em um projeto que tem menor prioridade nacional, ele pode investir em 100%, mas se ele quiser investir em um projeto que tem grande prioridade para o País, ele não pode. Essa discriminação negativa....

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, mas não é discriminação negativa, é preocupação que tenha algum dinheiro privado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O problema, realmente, é se estabelecer um limite, porque senão a iniciativa privada irá entrar com o quê? Não entra com o capital? Parece-me que é neste sentido a explicação, se eu bem entendi.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É exatamente, Sr. Presidente. É essa a preocupação, de que, de repente, não se vai ter nenhum dinheiro privado, vai ser uma parceria público-público.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Senador, é evidente e eu, também, entendo que tem que haver limitações, mas veja bem: existe uma SPE proibindo o ente financeiro público de ter maioria. Eu duvido que algum agente financeiro vá investir mais do que a sua participação dentro de uma SPE. No caso desse está aberto? Está. Agora, qual é o banco que irá colocar 100% de financiamento em um negócio no qual vai ser dono de 30%? Nem um banco público faria isso. Do ponto de vista de análise de viabilidade econômica de um projeto, não vai fazer nunca. Agora, também concordo, tem que haver limitações. Não há nenhuma condição de fazer uma proposta de Parceria Público-Privada em que o privado não entra com risco.

O que quero dizer é que nenhum fundo de pensão, na análise de um projeto com critério, sabendo que ele não poderá ter maioria dentro da SPE, que é uma obrigação do projeto, vai colocar valor acima da sua participação. Não passa na minha cabeça isso. Mas penso que tem que haver exceções, sem dúvida

alguma. Por isso, penso que as ressalvas devem existir e serem claras.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que é grave.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Eu poderia completar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro. Estamos aqui para esclarecimentos.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – O Senador Eduardo Azeredo fez uma citação a respeito da infra-estrutura relativa a transporte. Na verdade, quero ampliar isso um pouco mais, já que estamos no final do mês de outubro. Por exemplo, quanto ao saneamento – que é outra questão de infra-estrutura seriíssima – dos 4 bilhões disponibilizados, menos de 250 milhões estão em contratos de obra. Estou falando de valores de dezembro de 2003, e não os de maio. Habitação, tema de interesse social. Os recursos não são do Governo. Passados esses quase dez meses, menos de 43% estão aplicados. Isso é grave, pois estamos no final do ano e são recursos que poderiam estar exatamente ativando a economia. Não há explicação para esses recursos não estarem sendo aplicados. A Cide está sendo contingenciada. Trata-se de uma decisão do Governo de esterilizar a Cide, fazer caixa, enfim, há uma explicação que, pode-se aceitá-la ou não, mas existe. Mas recursos que estão disponibilizados, que são privados e que estão à disposição no mercado, estes sim já poderiam perfeitamente estar atendendo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E os superávits?

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – O Fundo de Garantia nem entra na conta do superávit. Por isso, estou dizendo que são recursos que não são públicos, estão privados, dirigidos a isso e não estão sendo aplicados. Para o saneamento já foram disponibilizados, não estão mais no caixa do Governo e já foram disponibilizados para agentes financeiros para serem aplicados.No entanto, menos de 250 milhões dos 4 bilhões foram aplicados. É essa a atenção para esses itens que devemos ter.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Primeiramente, quero reconhecer o grande avanço, Srªs e Srs. Senadores, no que diz respeito à discussão dessa questão, hoje, nesta Comissão.

É hora de haver um reconhecimento por parte de todos os Senadores de que quando a Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Desculpe-me interrompê-lo, Senador Tasso Jereissati, mas trata-se de um lapso cometido por mim. Estava explicando ao Senador que S. Exª realmente encontra-se inscrito. Peço desculpas a ambos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Para mim é uma honra ser antecedido ou precedido pelo Senador Rodolpho Tourinho.

Sr. Presidente, um reconhecimento de que quando nós fizemos restrições aqui ao projeto PPP fosse votado com a pressa que se queria votar e sem as discussões necessárias, principalmente feitas no âmbito desta Comissão, estávamos lutando não contra o projeto de PPP, mas contra um projeto malfeito de PPP. E aqui esse reconhecimento está explícito, já que o próprio representante do Ministério do Planejamento, Sr. Demian Fiocca, trouxe novas modificações, reconhece uma série de modificações necessárias, e, nessa discussão rápida que está sendo feita aqui novas dúvidas são levantadas em relação a modificações que possam ser feitas e que aparentemente o próprio Sr. Demian já reconhece que existem alguns pontos que devem ser melhor examinados.

Um projeto dessa importância, evidentemente requer uma discussão da maior profundidade, até porque não se explica a pressa. A pressa, montada no argumento de que o País está parado e a infra-estrutura do País também em função da falta de recursos da União e que é necessária a criação em emergência dessa legislação para que o País volte a andar realmente não se sustenta. Ela não se sustenta primeiro em relação ao aspecto puramente teórico, a que o próprio Sr. Paulo Simão fez referência. Em nenhum país do mundo, a PPP resolveu o problema de infra-estrutura. O projeto de PPP foi um projeto suplementar que ajudou ou está ajudando a resolver em alguns casos, em outros não, mas em nenhum, com certeza, foi a alavanca fundamental de investimentos em infra-estrutura. Em nenhum país, até agora, aconteceu isso. Em países como Portugal, por exemplo, ao contrário, se desistiu de fazer infra-estrutura com PPP e hoje se restringe apenas a hospitais, por não ter sido bem-sucedido. Não quer dizer que não vai ser bem-sucedido e que não vale a pena tentar de maneira cautelosa, minuciosamente estudada a questão da infra-estrutura no Brasil. Isso nunca aconteceu nem vai acontecer, provavelmente.

Segundo, porque os investimentos públicos no Brasil estão paralisados, como já comprovou o Senador Eduardo Azeredo aqui, não por falta de recursos, mas por falta de execução. O Senador Eduardo Azeredo acabou de falar que apenas 6% do orçamento autorizado do Ministério dos Transportes foi investido até hoje, foi pago até hoje, foi liquidado até hoje.

O Dr. Demian falou que não tinha os dados gerais do orçamento – eu os tenho. Do total de investimento

autorizado pelo Orçamento, que foi de R$13,250 bilhões este ano, até agora, no mês de outubro, só foram pagos 17% – faltam apenas dois meses. Portanto, existe uma enorme dificuldade do Governo em aplicar esses investimentos autorizados com recursos disponíveis autorizados pelo Congresso por outras razões que não seja a falta de dinheiro. Não se explicando, portanto, de maneira alguma, a pressa e a necessidade de se votar esse projeto em urgência, sem discussão, por essa razão. Ou seja, o Brasil está parado em investimento público até agora não por falta de dinheiro, mas por falta de capacidade do governo em liquidar o que foi autorizado.

Não é aceitável dizer que, normalmente, no segundo semestre, se gasta mais ou se gasta menos. Estamos falando que não é aceitável, nos dois últimos meses, gastar mais de 80% que faltam gastar. Não é aceitável que isso venha a acontecer.

Voltando à discussão, gostaria de colocar alguns pontos. É conveniente esclarecer também que, no ano passado, houve o mais baixo investimento público dos últimos 20 anos. O investimento público foi de R$6,9 bilhões.

Gostaria também de colocar alguns pontos que, a meu ver, ainda vão merecer uma discussão mais profunda. Primeiro, acho que fica claro que todos concordam em discutir e é a favor da idéia da PPP. Mas, está claro também que precisa ser modificada e algumas coisas já o foram: obra pública, por exemplo, era uma coisa absolutamente sem nenhum sentido para estar colocada aqui. Há outras que já foram modificadas, o que parabenizo.

Acho que a questão do limite do endividamento fiscal, que foi uma sugestão feita pelo Senador Rodolpho Tourinho, já é um passo, mas, a meu ver, ainda não é perfeita porque vai exigir projeção de receitas futuras para se poder fazer essa limitação. Temos algumas idéias diferentes que não sei é o caso aqui, mas a idéia é trazer para valor presente somente o valor relativo a custo e amortização da obra e não a parte que é de prestação de serviço, que é uma idéia a ser discutida e que me parece ser mais acurada.

Sobre a questão da pré-qualificação acho que ainda têm algumas válvulas graves que precisam ser corrigidas, por exemplo: a pré-qualificação é necessária, claramente é necessária e estou de acordo com Paulo Simão e com o Sr. Demian. No entanto, é preciso que haja alguns limites nessa pré-qualificação, principalmente na pré-qualificação econômica, por exemplo, em que, no caso da PPP, está havendo sugestão para inutilizar a cláusula de limites que existe na Lei de Licitação. Isso, a meu ver, é uma porta aberta ao dirigismo porque simplesmente se pode pré-qualificar em função de circunstâncias muito específicas de determinada empresa. Entendo que isso significa um retrocesso à fase anterior à Lei de Licitação, o que não podemos aceitar.

Esse assunto ainda não foi discutido aqui, e muito me preocupa. Quando discutimos assuntos específicos, é difícil chegar a um consenso. Não somos contra a pré-qualificação, mas contra determinados itens que fogem à Lei de Licitação e que dão margem ao dirigismo como a questão da pré-qualificação econômica, que não estabelece limites. Penso que devem ser estabelecidos limites objetivos na pré-qualificação.

Outro ponto é a questão do órgão gestor. Já que todos queremos transparência – e é nosso objetivo – por que não ampliar o órgão gestor? Por que não fazer com que mais pessoas do próprio Governo participem do órgão gestor? Por que não fazer, por exemplo, que o órgão gestor tenham suas decisões tomadas por unanimidade?

Quando o Ministro Guido Mantega esteve aqui, disse que considerava isso uma ofensa pessoal. Longe de mim fazer essa afirmativa. Se em uma situação hipotética a Fazenda for excluída de uma discussão para criação de despesas futuras, estar-se-á retirando dessa discussão um órgão fundamental. Isso não pode acontecer com a Secretaria da Fazenda estadual nem com um órgão federal. A Fazenda e o Tesouro são fundamentais no controle de discussões públicas.

Quanto à questão de recursos públicos, destaco algumas palavras do Senador Aloizio Mercadante, que disse que é contra o alijamento dos fundos públicos. Em nenhum momento fomos favoráveis a se alijar os fundos públicos. Concordo que não há nenhum sentido, mas em nenhum momento vi alguém nesta Casa defendendo o alijamento dos fundos públicos. Fomos defensores do quê? De um sistema novo no País, em que existe uma zona cinzenta muito grande entre o capital privado e o capital público, se houvesse a maior qualidade na transparência dessa zona cinzenta.

Ora, estamos elaborando um projeto de parceria público-privada que, grosso modo, garante ao investidor o retorno sem o risco comum aos empreendimentos do gestor privado, já que alguém que monta uma fábrica corre o risco de não dar certo. Quem monta e entra com recursos neste investimento tem o risco garantido pelo Estado. Neste ponto o Paulo Simão considera que deve haver a garantia porque se o empresário fizer caro demais, fará serviço mal feito; se ele fizer de maneira pouco eficiente, será penalizado por isso. Concordo com isso, desde que ele corra algum risco com seu capital também. Defendemos que seja determinado um percentual mínimo obrigatório de participação de capital próprio da iniciativa privada porque senão haverá o

risco de haver imensa promiscuidade entre os setores público e privado em que este não entra com capital e aquele não entra com o risco. Assim, o setor público entraria com tudo, via fundos, que são dirigidos pelas estatais, e o setor privado só entra com o lucro.

Entendo que isso não é capitalismo nem parceria público-privada. Isso não existe na Inglaterra nem na Escócia porque lá não existem esses fundos com dirigismo estatal. Já que essa é característica brasileira, sugiro que discutamos mais o assunto, Senador Ramez Tebet. Vamos colocar uma limitação para aqueles investidores que venham a ser financiados, direta ou indiretamente, pelo setor público.

Uma de nossas sugestões é a seguinte: que os fundos de investimento possam participar, mas fazendo parte de um fundo de banco privado, o qual irá correr o risco de fazer o investimento; ou que tenham uma limitação, que o capital mínimo próprio exigido de cada investidor seja – não sei – 20% ou 30%. Vamos discutir essas questões. É essa a questão que iremos colocar.

Podemos chegar ao limite, Senador Ramez Tebet. Não acredito que isso irá acontecer neste Governo, porque seus integrantes são homens sérios, mas podemos chegar ao limite em que V. Exª pode, sendo conselho gestor, determinar que um empresário, desenhado em função da pré-qualificação econômica – que, de acordo com o projeto, é livre -, seja fulano ou a empresa X; que ele seja colocado em um projeto em que não entre com um tostão, em que não tenha nenhum risco futuro, e construa uma obra com lucro absurdo. Isso, tenho certeza de que nem os homens do Governo querem, nem nós queremos.

Como Senadores desta Comissão, tão brilhantemente presidida por V. Exª, não podemos deixar que legislações com toda essa brecha sejam aprovadas por esta Casa sem a nossa discussão, pelo menos.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado nominalmente. O Senador Tasso Jereissati pediu-me minha opinião sobre a matéria. Serei breve.

Eu entendi que S. Exª pediu uma opinião minha a respeito dessa matéria e serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, abrirei essa exceção no interesse do debate, pois entendo a citação de forma diferente. Até no plenário, erramos muito quanto às citações. A meu ver, o Senador citado é aquele citado de forma depreciativa, mas não o citado com argumentos. Senão, não poderemos falar um nome de Senador e o nome é importante na vida da pessoa.

No entanto, a relevância do debate, Senador Aloizio Mercadante, faz-me conceder a palavra a V. Exª. O artigo do Regimento que guia as comissões e o plenário dispõe sobre a citação que impõe uma necessidade de defesa, mas não em matéria de argumento ou até de elogio. Senão, toda vez em que se falar o nome de um Senador, ele terá o direito de falar – mas isso é parte regimental.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pretendo falar menos que o Presidente.

O Senador Tasso Jereissati disse: "Eu queria uma palavra do Senador Mercadante." Foi isso que S. Exª disse, por isso, inscrevi-me. Está resolvido o problema.

Em relação a ampliar o órgão gestor, sou totalmente favorável, pois aumenta a qualidade do debate, dá mais transparência e permite que mais opiniões se expressem.

Em relação à unanimidade, é totalmente improcedente. Não existe nenhuma instância da República que exija unanimidade como pressuposto. Nem para se escolher o Papa, no Vaticano, é preciso unanimidade. Pode-se exigir quórum qualificado para determinada decisão.

Só o Confaz é unanimidade, mas, aí, é uma instância do pacto federativo de várias instituições.

Assim, penso que a unanimidade não tem cabimento, mas sou totalmente simpático à tese da ampliação da representação.

Em relação aos fundos de pensão, avançamos. Ninguém está discutindo, pois fundo de pensão tem que participar, inclusive para explicar à opinião pública. A poupança de longo prazo já participa da infra-estrutura da logística nacional, os setores ferroviário e portuário têm presença decisiva, como poderíamos alijá-los? Podemos ver como construir um limite, mas as preocupações do Demian procedem. Quer dizer, não se pode estabelecer um limite específico para o fundo; deve haver uma regra geral, mesmo porque o fundo de natureza...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Espere um pouco, Senador Tasso Jereissati. V. Exª falou o tempo todo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mas era a minha vez de falar, pois fui citado. V. Exª tinha que ficar quieto também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A discussão não é se é fundo de pensão ou não, mas sim o volume total de recursos públicos. E o fundo de pensão possui um quotista público e um quotista privado, que é o assalariado. Então, como é

que vamos construir uma mediação? Sou favorável a criar um critério.

As experiências que tivemos no Governo anterior são trágicas e não podem se repetir. Essa preocupação já vem da História do País e é válida. Como podemos construir esse critério? Esse é um desafio, e não temos uma reposta ainda pronta.

Em relação à pré-qualificação, também sou totalmente favorável à sua discussão, até porque a Lei de Licitações já estabelece algum critério de pré-qualificação. Há questionamentos no setor em relação a favorecimento de grandes empresas, mas há um critério já existente na lei.

Então, vejo que estamos avançando bastante no sentido de acelerar o processo de construção desse projeto, que, tenho certeza, dará amparo à necessidade de investimentos.

Gostaria apenas de fazer um último comentário: o Brasil não está parado; está crescendo 4,7%. É exatamente por isso que precisa de muito investimento em infra-estrutura, e o setor público sozinho, com a crise fiscal e financeira, não terá condições de suportar.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não. Penso que se devem acelerar as liberações e os investimentos, seguramente.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou checar depois e dou um retorno.

Nos últimos vinte anos – vamos pensar nos anos 70, quando houve alto crescimento da economia –, a taxa de crescimento era de 3,7% do PIB. Nesse último período, ela esteve em torno de 1,8%. Foi de 2,7% durante praticamente vinte anos, de 1980 a 1999.

Então, a taxa de investimento no setor público é muito baixa em qualquer desses cenários. A menor taxa de investimento do setor privado foi de 17,7%.

Assim, precisamos dessa parceria. Não há outra saída para se resolver o problema de infra-estrutura, apesar de haver a necessidade de acelerarmos os investimentos no setor público em várias áreas estratégicas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª com as minhas escusas, porque realmente V. Exª estava inscrito.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não há motivo para escusas.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Sérgio Guerra, vou esclarecer esse assunto em definitivo.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Posso começar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pode.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Considero muito importante a discussão das PPPs. Há três blindagens sobre as quais vimos conversando, ao longo dessas discussões, para definir e aprimorar, além de outros assuntos levantados e resolvidos, como a obra pura, a precedência e outros tantos, que não têm o menor cabimento constar do projeto.

Na blindagem que chamo da Lei de Responsabilidade Fiscal, até pelo fato de a União não estar sujeita à referida Lei, penso que se esqueceu um pouco, no projeto inicial, de que os Estados e Municípios deveriam ser enquadrados, para que não venhamos a ter o descalabro financeiro que tivemos no passado nos Estados e Municípios, que foi resolvido com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a renegociação das dívidas de Estados e Municípios.

Então, essa questão da limitação da receita corrente líquida é uma fórmula apresentada por mim, mas acho que esse assunto deve ser estudado e aprofundado. O Senador Tasso Jereissati tem outra fórmula. Por isso mesmo, entendo como importantes essas discussões aqui.

A outra blindagem, com a qual também concordo em tudo que vem sendo colocado aqui, é em relação à Lei de Licitações. No fundo, o que se quer fazer é manter basicamente o espírito da Lei nº 8.666 e não se fugir dele com vários subjetivismos colocados, que permitiam o dirigismo, em último ponto. Todos são conhecidos, não vou me deter neles, passarei já para a blindagem daquilo que eu chamaria de fundos públicos, lembrando que o assunto deve ser discutido, a emenda apresentada pelo Senador Tasso Jereissati deve ser discutida – não sei se são aqueles percentuais, possivelmente não serão naqueles percentuais, mas é para se discutir efetivamente. Os fundos de pensão até já têm uma limitação própria. Quando analisamos aqueles que têm contribuição definida ou benefício definido, passamos a ter uma série de limitações, mas é importante que se fixe uma regra para a atuação conjunta dos fundos públicos, mesmo que eles sejam juridicamente de natureza privada. Entendo ser esse um assunto que precisa ser muito bem definido. Aliás, louvo aqui uma idéia que foi colocada pelo Sr. Demian Fiocca, que é a questão de o BNDES assegurar o financiamento depois. Isso só é possível ser feito na medida

em que o BNDES fizer **project finance,** não se pode fazer qualquer tipo de financiamento. Aquilo que tem sido colocado pelo BNDES, acho que atrapalha não só as PPPs, mas outros projetos da infra-estrutura que não podem depender daquele financiamento tradicional, tem que ser via **project finance.** A sua idéia só tem valor se for feita dessa forma. Aliás, qualquer PPP só poderá ser financiada se for através de **project finance**. Tem que haver uma mudança de posição.

Já que é ainda é momento de discussão, trago um outro tema, uma outra blindagem, que eu chamaria de blindagem da vantagem socioeconômica, a blindagem da qualidade. Seria o seguinte: para definir entre obra pública, concessão e parceria público-privada – há até uma emenda minha nesse sentido –, tem-se que fazer um estudo de custo-benefício, demonstrar as vantagens socioeconômicas de se fazer a PPP em detrimento das duas outras modalidades de contratação de obra pública.

Digo mais o seguinte: nesse processo, não basta ser apresentado pelos governos esse estudo. Ele deve ser, de alguma forma, acompanhado ou chancelado por algum tipo de organismo do tipo da Fundação Getúlio Vargas. E explico por que entendo que isso seria importante.

Seria dada uma chancela por meio da qual seria diminuído o risco do empreendimento, para se ter alguém de fora participando disso. Com isso, haveria maior atratividade para o investidor porque ele teria maior segurança com relação ao que é previsto para frente. Vai-se obter redução de taxas de financiamento, seguramente, com isso. Reduzindo o custo desse projeto, também se estará reduzindo a contraprestação de governo, quer dizer, reduz-se o custo do projeto no que diz respeito ao que precisa ser dado como subsídio a esse projeto. Também, de uma certa forma, passa-se a ter um conforto maior em relação a essa questão dos fundos públicos, dos fundos de pensão, e tudo isso casa muito com a sua idéia, Sr. Demian Fiocca, do oferecimento do **project finance** depois.

A propósito, entendo que devo apresentar também uma emenda em relação a esse assunto, mais no sentido de voltarmos a estudar esse assunto, debater esse assunto e, por essa razão, entendo que as outras audiências públicas também são importantes.

Gostaria de conhecer a opinião dos senhores em relação a essa nova blindagem, digamos assim, que eu estaria neste momento propondo discutir – não é propondo implementar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Foram vários pontos. Estou vendo se consigo os dados de empenho do Orçamento sobre essa discussão paralela, a questão do empenho. Acredito que o empenho está melhor do que há alguns anos, mas vamos ver se chegam os dados para fazermos uma comparação com os anos passados.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não quero comparar com o passado, a herança maldita já passou. Vamos à herança bendita, para frente.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Certo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Nesse negócio de herança passada, vou citar Aloizio Mercadante, porque quando S. Exª não tem argumento ele vem com passado. Vamos para frente.

O SR. DEMIAN FIOCCA – O meu ponto não era fazer o debate partidário, mas pelo aspecto de que há um processo de aceleração dos gastos em geral, por isso a comparação. É uma espécie de *(inaudível)* o dado para entender o quanto seria natural ter empenhado a cada altura do ano, mas vamos ver depois que chegarem os dados.

Quanto à questão das discussões, obviamente este é um governo com postura democrática. Já foram realizadas audiências públicas inclusive no Senado, anteriormente foram realizadas na Câmara, o Governo obviamente está aberto ao debate. Porém, eu me permitiria reforçar a necessidade de termos também presente um senso de urgência e não apenas a questão do debate.

Gostaria de lembrar que o processo foi enviado à Câmara em novembro do ano passado, portanto estamos chegando a um ano de discussões. Claro, sempre é possível aperfeiçoar, ter um outro ponto de vista, incorporar outras idéias, mas isso não pode ocorrer por um período indefinido. É nesse sentido que o Governo se posiciona quanto à necessidade de serem feitas as audiências, sim, mas que chegue o momento de se votar a matéria.

Quanto à questão de o País estar parado, obviamente que ele não está, pois está crescendo substancialmente este ano. O ano passado foi um ano de rescaldo de uma crise ocorrida no final de 2002, que todos acompanhamos. Como rescaldo dessa crise, houve a necessidade de se elevar o superávit primário, sem o aumento de tributos para que não onerasse a sociedade por conta da crise, e isso obviamente constrangeu também os investimentos, que foram baixos no ano passado. Agora o País está muito melhor. O Governo obteve sucesso em superar a crise, em recuperar um sucesso robusto, como o emprego etc.

É verdade que as PPPs não são uma panacéia, não são o remédio para todos os males, porque na verdade panacéias não existem. Ou seja, quase nada é panacéia. Agora, é importante para o País, é priori-

tário e deve ser feito o quanto antes. Um país se constrói de várias questões importantes, e a PPP é uma delas. E eu diria que, apesar dos esforços do Governo para elevar o nível de investimento público, uma avaliação global – podemos entrar aqui na discussão do gasto até o mês presente – não permite avaliar que o Estado brasileiro hoje tenha um espaço confortável para grandes investimentos.

O setor público brasileiro não tem hoje um espaço confortável para um alto nível de investimentos como teve antes das duas últimas décadas de baixo crescimento e crise fiscal. Então, os Estados da Federação têm limitações de investimentos, a União tem limitações de investimentos. O espaço para investimento é restrito. Pode-se achar que determinado Ministério poderia ter gasto mais aqui ou ali, mas a verdade é que, do ponto de vista global, não podemos perder a perspectiva de que temos o desafio de levar investimentos, especialmente em infra-estrutura, que não se completa apenas com investimento público. É uma mensagem que acredito e é um diagnóstico que não devemos perder de vista. Precisamos de instrumentos adicionais para alavancar o conjunto de investimentos do País, de tal modo a dar sustentação ao crescimento.

Quanto à questão do investimento da execução orçamentária, existem muitas injunções de diferentes ministérios. Este é um governo que tem preocupação com investimento, mas também tem a preocupação com gastar bem. Eu que venho do setor privado há pouco tempo, vi aspectos da burocracia que havia no passado como certas políticas de se gastar naquele ano porque senão no próximo ano não tem dinheiro. E se gasta mal. A execução de projetos é uma discussão detalhada, existem centenas de projetos em andamento, teríamos que entrar em cada uma. Temos que ter essa perspectiva de não gastar mal.

Quanto à questão da obra pública, é uma discussão que está evoluindo recentemente e não é um interesse especialmente do Governo Federal, que está investindo essencialmente em infra-estrutura, em projetos parcialmente auto-sustentáveis, mas um interesse de Estados de outros partidos. Ou seja, Minas Gerais aprovou a possibilidade de obra pública, acompanhada apenas durante quatro anos com o serviço, e São Paulo também, com a execução de infra-estrutura, etc.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, visto que o Estado de Minas Gerais foi citado.

Quero dizer que Minas Gerais apenas adiantou o projeto que não está em funcionamento. Nenhum projeto foi feito no Estado, porque se está aguardando este projeto.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Perfeito. Referi-me à aprovação da lei de Minas Gerais, e não ao projeto. Perdão. A lei de Minas prevê isso.

O SR. (Orador não identificado) – A propósito, o PT votou contra em São Paulo.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Sobre a questão da obra pública.

Existe ainda a questão da pré-qualificação. A pré-qualificação prevista no projeto não é diferente da pré-qualificação existente na Lei de Licitações e na Lei de Concessões. Ela já existe na lei. A Lei de Licitações apresenta mais limitações. Não há, que eu saiba, uma limitação geral, estabelecendo que a pré-qualificação pode exigir apenas isso ou aquilo. Existem situações nas quais se...

O SR. (Orador não identificado) – Não. V. Sª está mal informado. Existem limites financeiros para pré-qualificação econômico-financeira que não se aplicam às PPPs. Esse instrumento de dirigismo do passado foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria é por demais importante, mas peço licença aos Srs. Senadores para impedir a discussão paralela. Sob certo aspecto, estou gostando do debate e, por isso, estou fugindo um pouco do Regimento. Porém, é melhor cumprir a lei; do contrário, não daremos continuidade aos trabalhos.

Peço a todos que cumpram o Regimento. O debate é bom, e gosto dessa discussão, mas vamos cumprir a lei.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Talvez o ponto ao qual se referiu o Senador seja a questão da exigência de garantias. Por isso, eu disse que não era pré-qualificação. Quais são as garantias que entendemos? A exigência de garantias é um ponto que se pode restringir à Lei nº 8.666.

Um aspecto da discussão de contabilidade com a qual o Governo não está de acordo é a idéia de se criar um tratamento para entrar na estrutura de negócio do privado, separando o que é investimento e o que é manutenção. A idéia das PPPs é a de que o Estado não entra na estrutura do negócio do privado. O Estado complementa a demanda. Portanto, o que diferencia o enquadramento entre dívida e serviço é a compra ou não de ativos, e não uma tentativa de entrar na amortização. De todo modo, isso não é especificamente objeto da lei e, sim, um assunto relativo à contabilidade pública que se aplicará posteriormente à luz das regras existentes.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Sr. Presidente, peço dois minutos para comentar o que o Senador Rodolpho Tourinho disse.

Como já disseram, o tema está convergindo realmente para um projeto muito melhor e muito mais avançado do que antes.

O Senador Rodolpho Tourinho estabelece quatro pontos: a precedência; o fundo; a questão do BNDES;...

Quanto à questão de o BNDES fazer financiamentos posteriores, fico pensando: ao se elaborar um projeto dessa magnitude, se o agente financeiro estiver comigo desde o começo elaborando a proposta, acredito que ele pode perfeitamente analisar com muito mais competência o investimento ou não e obter melhores resultados. Quanto aos limites, isso é óbvio. No entanto, creio que o agente financeiro público deveria ter o mesmo direito do privado, de participar de um bom projeto com um bom retorno. Esse é o problema. Evidentemente, é preciso haver limites de participação e tudo o mais.

Senador Rodolpho Tourinho, não entendi muito bem a questão da Fundação Getúlio Vargas. V. Exª está chamando a Fundação para fazer uma avaliação final para dar mais segurança e sustentabilidade ao projeto? É essa a idéia? Trazer mais um agente depois da proposta?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Posso responder?

Uma emenda anterior de minha autoria estabelece que deve ser apresentada a demonstração das vantagens socioeconômicas em relação a se escolher a PPP entre a obra pública e a concessão. Sabemos que, ao se fazer essa demonstração, ela pode estar correta ou não; ela pode ser bem feita ou não.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Só quero uma companhia ao lado do Governo do tipo da Fundação Getúlio Vargas – tenho conversado com a Fundação Getúlio Vargas sobre isto –, no sentido de validar o que está ali, entendendo que são vantajosos os benefícios, primeiro com a diminuição de risco e todo o resto em conseqüência disso – menor custo para o Estado, menor taxa de juros, maior financiabilidade e bancabilidade...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Lá no começo do processo, na avaliação...

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Na avaliação. Apenas lamento não ter sido citado pelo Sr. Demian, como deveria ter sido em relação a este projeto. Eu queria ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não respondi ao Senador Rodolpho Tourinho. Concedo a palavra ao próximo orador. Então, V. Exª tratará da pergunta. O objetivo é abreviar, mas S. Exª realmente vai atender a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estou obedecendo à ordem de inscrição. Está aqui a relação, doutor. Estou seguindo rigorosamente a ordem. Há uma só relação de inscritos, que está aqui. V. Exª é o último porque o pedido de V. Exª chegou agora; mas, às vezes, os últimos serão os primeiros.

Como houve permuta, falará o Senador Eduardo Suplicy e depois, V. Exª, Senador Sérgio Guerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Em primeiro lugar, cumprimento não apenas V. Exª pela condução competente, como sempre faz, dos trabalhos, mas toda a Comissão pela qualidade do debate que estamos promovendo em torno de um tema que considero muito importante para o País.

Não vamos dizer que a parceria público-privada vai resolver o problema do País. Todavia, como ponderou o Presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil, tal parceria é complementar aos investimentos e muito importante para o País. Portanto, devemos intensificar esta discussão, a fim de que possamos votar um projeto que a nação toda espera de nós. Não estou dizendo que haja protelação, mas que a qualidade do debate é boa. Penso, inclusive, que, apesar das estocadas aqui e acolá, há enorme convergência de pontos de vista entre nós mesmos. Essa é a minha consideração preliminar em relação a isso.

Quero dizer ao Senador Tasso Jereissati que quis apenas entrar na discussão, porque quero mostrar exatamente quanta convergência tenho com os pontos de vista que o Senador expôs aqui. Vou ser breve, pois há muitos a falar. Quanto à precedência do pagamento, não acredito que seja uma decisão boa. As razões foram expostas de maneira muito clara pelo meu amigo Paulo Simão. Quanto à limitação do comprometimento da receita pública, concordo com o Senador Tasso Jereissati e com outros Senadores segundo os quais deve ser limitada em relação à amortização do investimento e não do custeio. No que tange ao leilão, está muito clara a posição da Câmara Brasileira da Construção Civil, que me parece não foi entendida inicialmente pelo Senador Aloizio Mercadante, e é absolutamente coincidente. Há uma proposta de envelopes a que a Câmara e eu somos contrários. Depois de apresentar a proposta, diz-se: "Agora vamos abrir aqui para verificar quem dá menos". É um desrespeito a quem estudou uma proposta de forma aplicada e põe em risco o projeto. Então, que haja leilão com envelope fechado, que se mantenha a regra da Lei nº 8.666, inclusive no que concerne à pré-qualificação. Há uma

regra de pré-qualificação. Mesmo que não seja a ideal, devemos lembrar que ela existe. Se não a aperfeiçoarmos, devem ser mantidas as mesmas regras de pré-qualificação estabelecidas na Lei de Licitações, que é a 8.666.

No tocante à participação dos Fundos de Pensão e de bancos de investimento, considero fundamental, mas não deve ser feito como anteriormente em bancos de investimentos e não quero fazer disso nenhuma referência ao passado e apenas uma constatação.

Quem tinha previamente acertado um fundo de pensão com o negociado é óbvio que ganhava a concorrência assim, como terá agora. Se os fundos de pensão vierem de participar desse processo, tem que dizer que, em relação ao fundo de projeto, se dispõe a aportar tanto nesse projeto. De modo que com isso se nivelem todos os concorrentes que irão saber que terá no seu projeto a mesma participação do fundo de participação, e não uma negociação que termina sendo uma coisa espúria e que tem levado a processo de corrupção.

Em relação ao banco, entendo que, na relação do banco, há muito uma negociação em relação ao grupo. O banco vai dizer que irá financiar aquele grupo porque acredita. Há uma questão de conceito, de avaliação de crédito. Em relação aos fundos de pensão, não. Se o fundo decide participar do processo, ele o fará indiscriminadamente seja quem forem os concorrentes. Esse é o meu ponto de vista. E limitaria também esses investimentos a 80% para que obrigassem – quero concordar de novo com o Senador Tasso Jereissati – à participação do setor privado. Alguém que quer ganhar dinheiro tem que correr risco e, portanto tem que haver uma participação do setor privado.

Refiro-me a 80%, mas um percentual em que todos os copeiros podem chegar a um consenso. Mas que tem que haver obrigatoriamente a participação dos recursos do setor privado entendo ser necessário, senão isso geraria esse processo que não é correto, é uma exploração dos investimentos do setor público por parte do setor privado.

Sr. Presidente, gostaria de dizer também ao Senador Eduardo Azeredo que S.Ex.ª tem toda razão com relação à execução orçamentária. O que temo é que isso seja parte da cultura da execução orçamentária brasileira porque, no passado, foi exatamente dessa forma.

Lembro-me muito bem de quando fui Ministro de Estado – e V. Ex.ª também foi no mesmo ministério com muito mais competência e brilho evidentemente –, mas naquele ministério chegamos ao final do ano e se dizia: "Olha, vai ter agora um dinheiro para a gente liberar e tal" e a outra parte ficava para restos a pagar.

O governo anterior praticamente engoliu um ano do orçamento da União e, infelizmente, essa parece estar sendo – se eu estiver errado, quero, de antemão, pedir desculpas – uma prática que não é boa. Quando o governo tem o saneamento básico como uma prioridade e, o é, a essa altura desembolsou apenas 43%, quando nas estradas que estão acabadas desembolsou apenas 6%, isso não está correto. Mas não tem nada a ver com a questão que estamos discutindo aqui. Trata-se apenas de uma constatação com a qual quero endossar o que disse o Senador Eduardo Azeredo.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foram judiciosas. Se V. Exª me permite, quero cumprimentá-lo pelas considerações judiciosas que acaba de fazer, Senador Fernando Bezerra e dizer-lhe que, das tantas reuniões que tenho presidido aqui, acho essa reunião de audiência pública a mais esclarecedora que fizemos até agora. De sorte que não me cabe nenhuma censura pessoal por ter permitido o debate paralelo.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Ademir e Sr. Paulo Simão, primeiramente, faço indagações relativas ao controle por parte do Poder Legislativo.

Qual será o real controle dos contratos de parceria público-privada pelo Congresso Nacional?

Pode-se afirmar que o Legislativo exercerá a fiscalização simplesmente porque haverá dotações orçamentárias nos contratos de PPP´s que aparecerão do PPA e na LOA?

Somente rubricas no PPA e na LOA não podem garantir que o teor de cada contrato de parceria público-privada será julgado pelo Poder Legislativo. Então, quem fará o julgamento de mérito das PPPs? Quem dirá se uma obra será importante para a estratégia do desenvolvimento do País? Simplesmente os que estão no Poder Executivo? Isso significa que o Poder Executivo fiscalizará, portanto, a si próprio?

Quando os projetos de PPA e a LOA forem submetidos ao Congresso Nacional, os contratos já terão sido assinados, pois se referem a prazos bem mais extensos. Por exemplo, se houver um contrato de dez ou vinte anos, isso significa que os contratos ultrapassarão o prazo legal do PPA e da LOA. Portanto, a conta chegará pronta ao processo orçamentário, que apenas servirá para ratificar os contratos de PPP. Como o Poder Legislativo e a sociedade fiscalizarão o financiamento de PPPs com financiamentos de empréstimos do BNDES e dos fundos de pensão? Pois o poder de fiscalização do Poder Legislativo aí estará mais reduzido, uma vez que o financiamento com origem do BNDES, embora público, se refere a recurso extra-orçamentário,

portanto não propriamente aprovado pelo Poder Legislativo, como no caso dos recursos orçamentários? São estas as indagações que faço.

Eu gostaria, ainda, Sr. Presidente, de transmitir algumas observações feitas pelo Professor Celso Antônio Bandeira de Mello a fim de que ambos, se assim o desejarem, possam fazer considerações. Cito Celso Antônio Bandeira de Mello por ser um dos principais juristas na área administrativa no País.

Ele avalia que 45 anos é um prazo longo demais. Salvo no caso das concessões, atualmente o prazo mais longo permitido em lei é de 60 meses, prorrogáveis por mais doze. Ele observa que o prazo de 45 anos estaria extremamente dilatado. O Relator, acredito, já reduziu o prazo, mas para 35 anos. Gostaria que o Secretário Demian Fiocca fizesse uma observação a respeito do que o Governo, diante do debate, tem comentado a respeito.

Nos arts. 2º e 3º, o Professor Celso Antônio diz que a amplitude do projeto é uma profissão de fé levada aos últimos limites de um radicalismo de um liberalismo extremado, abertamente professado, e por força do qual fica sustentada a tese de que tudo que é do Estado, com raríssimas exceções, pode ser passado para os particulares por via das tais parcerias.

O Professor sugere a supressão dessas diretrizes, pois o que está contido no inciso II, para a sobredita cena explícita, já que todo o resto pouco acrescenta ao que já teria mesmo que ser por exigências jurídicas notórias e óbvias estabelecer que tais contratos dependem de aprovação do respectivo Poder Legislativo.

No art. 4º, o inciso III, segundo ele, atrelará o Poder Público ao contratado até o final do prazo, não lhe permitindo o exercício, corrente em todas as partes do mundo, de antecipar o fim do contrato por razões de interesse público. É que, exigindo indenização prévia em dinheiro, obviamente, o contratado, ao invés de chegar a um acordo razoável quanto ao valor, irá, certamente, batalhar em juízo até o limite de suas forças e a ação poderá durar 20, 30, 35 anos, até a apuração final da indenização, pois infelizmente os pleitos judiciais entre nós, sobretudo quando demandam perícias, podem durar muito tempo.

Sua sugestão é suprimir a indenização prévia, suprimir lei autorizativa para o encerramento de concessões e permissões.

No que diz respeito ao art. 5º, avalia que confere excessiva liberdade quanto à forma de remuneração do parceiro privado e, por isso, sugere que as modalidades previstas nos incisos II a V venham a depender de legislação específica em cada caso.

Ele também avalia que o Item 2 do art. 12 seria inaceitável por se tratar de forma de colocar assuntos públicos para serem resolvidos por particulares e, como se sabe, era prática até agora ocorrida em outros contratos, em geral, em tribunais arbitrais estrangeiros. Seria inconstitucional submeter interesses indisponíveis, isto é, **res extra commercio**, como são os interesses públicos, a juízes arbitrais. Isso porque sugere a supressão do Item 2, mas incluindo um parágrafo, estabelecendo que é expressamente vedado o uso de arbitragem para a solução de conflitos decorrentes da execução do contrato.

Aqui cito essas observações como uma contribuição ao debate e pelo respeito ao professor Celso Antonio, que inclusive recomendei até ao Ministro Guido Mantega e ao próprio Secretário Demian Fiocca que tivesse – e sei que teve – um diálogo com ele, mas aqui coloco no âmbito do Senado a oportunidade para um melhor esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Pergunto se o Dr. Demian gostaria de responder as indagações do Senador Eduardo Suplicy.

Antes, porém, devolvo a Presidência ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Vou aguardar o Senador Tourinho. Deixo para o final. Se ele retornar, respondo esse item no final.

Então, começarei pela questão do Poder Legislativo. Os controles do Poder Legislativo no caso da PPP não são muito diferentes do que no caso da obra pública. Ou seja, uma vez licitada uma obra pública, o Poder Legislativo não entra mais na contratação específica do acompanhamento daquela obra. O Poder Legislativo, de fato, ao aprovar o Orçamento e o PPA, delegou ao Executivo a possibilidade de fazer aquela contratação. Do ponto de vista do acompanhamento dos projetos, o projeto prevê que o órgão gestor tenha que prestar esclarecimentos ao Congresso semestralmente, com a publicação de relatórios, de tal modo que o Legislativo terá o acompanhamento de como estão andando as PPPs. Mas, na verdade, nem cabe especificamente uma periodicidade pré-determinada, por exemplo, revisão dos contratos. Por exemplo, uma vez autorizado a licitar, toda a relação do setor público com o setor privado deve estar ali naqueles contratos, eu diria, depois dos contratos assinados.

Nesse sentido, entendo que vale o mesmo para o exemplo que o Excelentíssimo Senador mencionou, do caso dos PPAs, digamos, dez anos depois que o projeto esteja em curso. Claro, dez anos depois, o projeto estará em curso. Portanto, a inclusão do PPA forçosamente ocorrerá. Mas ele terá que ser incluído no PPA antes de ser licitado. Então, no PPA que concretizou aquele contrato, ele, sim, terá que ter passado pelo Congresso antes. Depois, na sua continuidade, claro,

tem a força de um contrato já vigente como qualquer contrato que seja de longo prazo.

A participação do BNDES um pouco remete também à discussão que já houve anteriormente. O BNDES hoje não tem um controle específico do Congresso para o conjunto da sua carteira. Mas o Governo responde por ele, na medida em que é uma empresa 100% estatal.

Entendo que deve valer para as PPPs o que vale para os demais financiamentos do BNDES. São os controles, ainda que indiretamente, por meio da cobrança da atuação do BNDES, do Poder Executivo.

Entretanto, entre as preocupações que o Senador assinalou, existe, sim, um aspecto importante: a oportunidade de avaliar os contratos. O projeto prevê que nas consultas públicas sejam divulgadas as minutas dos contratos. O Congresso aprova um orçamento, compra uma obra pública. Não aprova cada edital de obra púbica, mas também não aprovaria cada edital de PPP. Isso é similar ao que ocorre hoje. Mas, no caso da PPP, a consulta pública, ao submeter a minuta do contrato, dá oportunidade e transparência – não só ao Congresso, mas à sociedade –, para que se manifeste sobre a conveniência, o mérito, a adequação dos termos daquela minuta de contrato.

Aproveito a volta do Senador Tourinho para ligar os dois assuntos. A lei prevê que tem de haver uma demonstração de motivos, uma justificativa, para que haja a licitação da PPP. Poderia ser trabalhado nessa justificativa já existente que termos mais exatamente devem ser demonstrados quanto aos méritos de se realizar aquele empreendimento por parceria, para que possa ser realizada a licitação.

Não sei se é exatamente essa a proposta do Senador Tourinho. Parece-me complicado, digamos, terceirizar a competência de avaliar o projeto. Em todos os países existe avaliação dos projetos. Os Estados desenvolvem corpos técnicos de avaliação que apresentam seus resultados. Pode até haver a contratação de consultores para fazer a avaliação dos projetos, e na maioria dos casos isso ocorrerá, porque são projetos complexos. Entretanto, o responsável por apresentar o projeto ao público e dizer estamos satisfeitos com ele é o poder público eleito. Não é uma terceirização da competência. Mas penso que é interessante a obrigatoriedade de demonstrar a contratação, internamente ou por terceirização. Podem-se incluir nas demandas existentes de justificativa do projeto termos ainda mais específicos, em atendimento à preocupação do Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, penso que não é adequado iniciarmos a discussão do termo terceirização. Quando falo de ter uma COC, uma Fundação Getúlio Vargas, é diferente de uma terceirização. É só isso. Penso que o termo não é adequado para que tenhamos isenção para discutir esse assunto. Nem a Fundação viria para tirar o poder constituído pelo povo, ou seja, o governo que estiver presente. Ela vem para auxiliar, chancelar, tornar o projeto mais barato, mais financiado. Só vem agregar vantagem.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Não utilizei a palavra em sentido pejorativo. Existem muitos projetos para os quais o Governo contratará consultoria, seja da FGV ou de outra.

O Senador Suplicy mencionou vários pontos. Quanto ao escopo das PPPS, houve uma discussão na Câmara, então vamos limitar mais os setores e descrever quais são os apropriados. Por essa discussão e pela dificuldade de se fechar o escopo, chegou-se à formulação que o jurista Celso Antonio Bandeira de Melo critica, mas que é muito genérica, dizendo: não aquelas típicas de Estado.

Mas há um item que o Governo e o Relator admitem incluir na proposta, que é a exigência de aprovação do Poder Legislativo para projetos que tenham menos de 10% de auto-sustentação. Acredito que isso atenderia bastante às preocupações do jurista, de que quando um projeto for praticamente todo público – no sentido de quem o custeia, já que não há uma tarifa – passe especificamente por autorização legislativa. Essa foi uma maneira que se encontrou, inclusive em discussões com o Senador Saturnino, sem tentar dizer o que é infra-estrutura, o que é importante para o setor, pensando num critério mais econômico.

Quanto à indenização prévia, os outros índices são mais esclarecedores. Pretende-se que os termos da autorização prévia em dinheiro sejam os termos da lei de concessões, exatamente os termos já existentes na lei em vigor, que visa dar uma segurança ao investidor e não um benefício ao investidor. Entende-se que a segurança jurídica do investidor reduz a sua exigência de margens de prêmios de risco e, portanto, reduzirá quanto o Estado tende a gastar com a contraprestação.

O mesmo ocorre com o caso da arbitragem. Devido às injunções jurídicas que já ocorreram no País, alguns congestionamentos de contrato, vários empreendedores potenciais deram ao Governo o retorno de que a arbitragem seria vista como um fator potencial de redução do risco, portanto, de redução do custo para o Estado. Agora isso está apenas previsto como possibilidade. Pode ser feito sem arbitragem também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a sessão do Senado vai iniciar brevemente. Eu pediria a V. Exªs, então, a maior brevidade possível.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, em seguida ao Senador Delcídio Amaral e à Senadora Ideli Salvatti, que estão presentes.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de saudar os presentes nesta discussão. De fato, instalou-se um enorme mal-entendido em torno desse problema. A Oposição levantou questões que as discussões posteriores provaram ser pertinentes. A Oposição foi citada muitas vezes como estando na pretensão de preterir ou de não aprovar por "razões políticas" as chamadas PPPs.

A constatação do debate de hoje é a de que os pontos levantados são considerados por todos os que participam dessa reunião. Nesse aspecto, vale uma referência especial ao papel do Senador Tasso Jereissati, que estabeleceu o contencioso nessa questão, para o qual vários colaboraram, mas ninguém mais do que ele.

Queria dizer também que tenho uma certa experiência com a área de obras públicas. Acompanhei isso por longos anos. Não é privilégio do Governo Lula uma má gestão dos investimentos públicos. Poderia dizer que ele se tem demonstrado incansavelmente improdutivo, mas o fato concreto é que no Brasil o sistema de construção de obras públicas deteriorou-se no tempo.

Quais são os problemas essenciais? Evidentemente há um problema estrutural de falta de capacidade de investimento do setor público, mas há problemas acessórios que são relevantes. Primeiro, há falta de responsabilidade no cumprimento dos programas de pagamento. Não há fator mais relevante de desequilíbrio da obra pública no Brasil nesse tempo todo do que a capacidade do Estado de ser mau pagador. A conseqüência disso é obra mal feita ou obra não feita, é fatura sem obra. Isso se desenvolveu por muito tempo e não foi resolvido.

Reconheço que esse é um problema de muito tempo, mas quero fazer alguns comentários quanto ao Governo atual. O Governo atual estabeleceu um contingenciamento – aliás, uma figura que surgiu nos últimos anos e que começou tímido, com 10%, 20% – no ano passado. O Governo do Presidente Lula, de forma bastante democrática, elevou-o a 90%. Então, foram 90% de contingenciamento, o que resultou no pagamento no final do ano de algo em torno de R$6 bilhões.

Imaginem V. Exªs, pessoas práticas, o que isso representa do ponto de vista público: prejuízo para o País; prejuízo pela falta de recursos, que foram muito poucos, e pelo uso de recursos, em dois meses, de projetos de infra-estrutura. Seguramente não foram mais prioritários; seguramente não foram contemplados no tempo devido; seguramente estimularam a corrupção. Não há política pública defensável que justifique um Governo gastar 80% do dinheiro público em dois meses. Não dá para defender isso. Dizer que isso é esforço para fazer racionalidade na obra, para colocar, na prática, investimentos prioritários, é falso. Não há prioridade alguma, nem critério de prioridade em Ministério algum, pelo menos conhecido. Essa é a verdade.

Neste ano, o Governo fez algum movimento mais positivo, mas ridículo. Os números do Ministério dos Transportes são indefensáveis. Nenhum brasileiro pode dizer que isso é explicável. O País não tem estradas, a agricultura e a sociedade pagam um preço brutal por isso, e alguém vem defender 111 milhões de investimento? Isso é algo absolutamente precário.

Um Governo que tem essa prática não pode falar em prioridade em coisa alguma, porque, na ação dele, ele não tem prioridade. Na ação de transformar o recurso público em investimento público, o Governo é omisso ou, pelo menos, incapaz.

Este é um fato concreto: as estradas estão aí, os programas parados foram citados aqui pelo Dr. Paulo Simão. Aliás, há programas que não afetam o superávit e que rigorosamente não são executados. Há um problema gerencial total disseminado dentro deste Governo. Não estou falando da política econômica, mas da política gerencial produtiva do Governo, que não existe.

Não foi o Senador Tasso Jereissati que inventou a história de que o Brasil não anda ou que o Brasil está parado. Foi o Ministro do Planejamento quem disse isso várias vezes aqui. Evidentemente, é um erro de interpretação. Não é questão de o Brasil estar parado, são os investimentos públicos que estão parados. Os investimentos em infra-estrutura estão parados. Há muito anúncio, muita conversa, mas não há realização nenhuma.

Os PPAs deveriam orientar tudo isso, mas aquilo que este Governo mandou foi aprovado há dois meses sem nenhuma prioridade. Discutiram isso no Brasil inteiro. Depois, o plano passou aqui seis ou sete meses dormindo, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, na Comissão de Orçamento. Será que o Governo não tinha maioria para aprovar o PPA? Por que não aprovou antes, somente agora, há dois meses? Que lógica, que planejamento sustenta isso?

Não podemos ser vacilantes. Temos de ser incisivos e substantivamente práticos na questão das PPPs. Temos de ser concretos.

Estou terminando, Sr. Presidente.

Comentarei algumas questões abordadas aqui. Por exemplo, qual é o tamanho? Não podemos fazer

um programa que, ao final, seja a soma do BNDES com os fundos de pensão que o Governo manipula, manda ou predomina. Não teremos resultado com isso, senão resultados muito modestos. Não é isso que se deseja. O que a Oposição quer não é outra coisa que não fazer um projeto bom. Tenho absoluta certeza de que há compreensão para isso no Senado Federal, do Líder do Governo e dos Parlamentares do Senado. Entretanto, é preciso quebrar resistências, eliminar discussões. Os limites de participação desses fundos, que são, efetivamente, estatais, com administração estatal, o dinheiro privado, tudo isso tem de ficar muito claro, sob pena de criarmos uma zona cinzenta, sem a devida transparência.

Não estou criticando o Governo Lula especialmente. O fato é que temos duas questões a resolver: desenvolver as PPPs – evidentemente instalar um novo instrumento capaz de fazer as coisas acontecerem –, mas agir, de maneira prioritária, para arrumar a área pública, o investimento público, que está completamente desarrumado e inativo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passo a palavra a outro Senador, depois, V. Sª responde.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, incialmente, cumprimento o Demian e o Paulo Simão. Registro esta oportunidade, pois foi uma reunião muito produtiva, que demonstra claramente que, com esse assunto melhor discutido, vamos ter condição de preparar, no Senado Federal, especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, uma proposta importante para o País.

Há uma observação muito interessante, Paulo: uma comparação de PPP com obra pública e com concessão. São três questões absolutamente claras, dentro desse processo. Há a concessão onerosa, a obra pública e as parcerias público-privadas, ou seja, elas são complementares, dentro de um contexto de obra pública e um contexto de concessão onerosa. Isso é fundamental.

Outra questão importante é registrar que, às vezes, falam muito em parcerias público-privadas, parecendo que isso é uma grande novidade. Não é. Como foi bem dito aqui, isso foi adotado com sucesso ou com insucesso em outros países. No Brasil mesmo, temos vários projetos, na área de energia e de petróleo e gás, por exemplo, que se assemelham muito a esse conceito de remuneração garantida. Não entra a questão do endividamento, da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque existem outras alternativas, por meio de empresas **offshore**, de operações fora de balanço. Não vou entrar nessa questão, não vou detalhar.

Mas a realidade é que é um instrumento forte. Através de uma legislação, está-se disponibilizando as regras que vão viabilizar projetos que são, boa parte deles, de difícil consecução, porque o Governo não tem recursos suficientes e, portanto, tem de dispor de mecanismos para atrair os investidores privados.

Uma coisa fundamental, que acho que já comentada aqui, é que as parcerias público-privadas partem do princípio, também, de cumprimento de contrato – e há uma observação interessante sobre isso – e regras estáveis. Por isso, é fundamental o debate também sobre as agências reguladoras. Não adianta elaborar uma boa lei, enquanto as regras e o papel das agências oscilam. Isso acaba sendo um desestímulo a quem investe, a quem acredita no País.

Eu gostaria de fazer algumas considerações à pertinência desse debate, às questões levantadas no que se refere à Lei nº 8.666 – o Senador Tasso foi bastante lúcido quanto a isso –, à Lei de Responsabilidade Fiscal. Avançamos muito. Mas eu não poderia deixar de registrar alguns pontos importantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 8.666.

Primeiro, as PPPs devem ser adotadas não apenas para obras, mas também para serviços. Isso é absolutamente fundamental, no meu ponto de vista. É uma questão que precisamos consolidar dentro dessa discussão. Penso que o Demian foi muito claro nesse sentido, assim como o próprio Paulo Simão.

Outro ponto, que é um detalhe, uma filigrana, um aperfeiçoamento, é colocar na dívida a amortização do investimento, e não colocar o pagamento do serviço. Esse é despesa corrente. Esse é um detalhamento que fez avançar muito a proposta.

Com relação ao leilão, primeiro a preocupação com as garantias, que é muito importante. A montagem das PPPs é complexa. No Brasil, fala-se em **project finance.** Todos pensam que é moleza fazer isso. Poucas empresas no Brasil conseguiram fazer isso, porque são operações complexas. É um engenharia financeira complexa. Portanto, são muito pertinentes as colocações no que se referem às garantias.

O leilão é absolutamente correto. É entregue um envelope fechado. Tudo se dá dentro de uma seqüência natural, inclusive de pré-qualificação. É um pouco o preço e também a competência para se implementar esses projetos.

Ao mesmo tempo – e esse é um fator muito importante, que está associado ao cumprimento de contratos –, há um comentário aqui: no caso de rescisão, além de condicionado ao pagamento prévio de indenização, defende que a rescisão seja condicionada à autorização legislativa específica. Isso é muito importante para que não ocorram alguns exemplos que não prejudica-

ram só alguns Estados, mas prejudicaram todo o País, toda uma política estabelecida.

Por último, a importância dos fundos de pensão e do BNDES. Vejo a importância deles de forma sistemática, permanente, mas dentro de regras pré-estabelecidas em função de interesses que os fundos de pensão e o BNDES venham a ter com relação a projetos específicos.

O perfil de um projeto de infra-estrutura, principalmente como os de transporte e saneamento que estão colocados, é muito parecido com o que os fundos enxergam.

Estou de acordo que, pela minha própria experiência, nessas parcerias, apesar de isso não estar explícito, cada um investe só aquilo – apesar de ter acontecido em outras situações, em privatizações, o investimento da totalidade dos recursos. Mas em condições normais de temperatura e pressão, cada investidor coloca o seu aporte de recursos proporcional à participação que tem. É lógico.

Sr. Presidente, essa questão de obras públicas, de infra-estrutura, já se arrasta, não aconteceu da noite para o dia. A precariedade das nossas rodovias e das nossas ferrovias já se arrasta há muitos anos. Agora, precisamos efetivamente, independentemente de governos, buscar alternativas que façam com que a infra-estrutura deixe de ser o gargalo para que o País produza e cresça. Além das obras públicas e das concessões, as PPPs vão ocupar um papel fundamental.

Parabenizo V. Exª, Sr. Presidente, pela lucidez, pela forma como está conduzindo o debate, efetivamente centrando-o na Comissão de Assuntos Econômicos, que é a Comissão principal para discutir um projeto de tamanha relevância e importância para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço as suas referências, Senador Delcídio Amaral.

Proponho que ouçamos os últimos oradores. Assim, os nossos convidados terão oportunidade de tecer considerações. Percebo que estão fazendo anotações. Tendo em vista o adiantado da hora, quero garantir a palavra a todos os Srs. Senadores.

Senador Pedro Simon, anuncio que é a vez de V. Exª, por ordem de inscrição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, entendo ser de grande importância este debate. Ele já poderia ter sido feito há mais tempo, se o Governo, pela sua Liderança, não tivesse insistido mais em vê-lo passar sem esse tipo de discussão. Está no caminho certo e poderemos levar o assunto a um determinado denominador comum.

Cheguei tarde, mas assisti a três aspectos que me chamaram a atenção. Primeiro, a contratação de obras públicas por PPPs, que na minha opinião é importante que seja bem delimitada. Não posso esquecer-me da Lei nº 8.666, que trata das licitações. No projeto, da forma como entrou aqui, era praticamente desconhecida, tornava a letra zero. O Líder do Governo falou em aprimoramento. Vamos aprimorar o projeto, ver onde ele entra na Lei de Licitações e qual a forma de adaptá-lo à lei e a lei a ele.

Fala-se em repensar uma modernização na Lei de Concessões, que é outro tema adequado ao assunto. Depois, vem a questão que considero grave: que devemos impor limites claros para esse endividamento. Na verdade, até que ponto será permitido esse endividamento? Fala-se muito, discute-se muito, mas tem que estar no projeto.

Ouvi S. Sª dizer: mas não me ocorre que o fundo vai aplicar tudo onde o particular não aplique nada. Vimos casos assim acontecerem. Acompanhamos o caso das privatizações, quando aconteceu o que não se poderia imaginar. Não podemos ficar na base do "eu acho que o banco vai querer ver, não vai aplicar tudo". Tem que estar na lei. A lei tem que estar escrita e deve ser cumprida. Não se pode esperar pela boa vontade dos empresários ou dos representantes das entidades públicas. Do jeito que veio, vejo claramente uma porta aberta para o endividamento indiscriminado, vitimando seriamente um grande avanço no controle das contas públicas, que é a Lei da Responsabilidade Fiscal.

Apresentei uma série de emendas, que, lamentavelmente, o Sr. Relator não comentou, rejeitou-as **en passant.** Talvez, agora, com essa nova tomada de posição do Governo em discutir a matéria, o Relator tenha a gentileza de analisar e discutir o assunto. Se for para rejeitar, rejeite e diga por que; se for para aprimorar, aceitar a tese, ele deve fazer uma proposta semelhante. Acho isso importante.

Outro ponto estrangulado e que dificulta a aprovação diz respeito aos financiamentos dos PPPs. Será que vamos, mais uma vez, comprometer exclusivamente o BNDES e os fundos de pensão? Será que vamos repetir os vícios das privatizações, em que tudo foi vendido e comprado com dinheiro público de difícil retorno?

Temos que lembrar que, recentemente, foi divulgado pela imprensa que está sobrando dinheiro, quase meio trilhão estão aptos para financiamento no País. Não vejo uma atitude mais positiva para incentivar essa inserção de crédito, num País tão carente de poupança, para aplicação em investimento. É claro que ganhando do jeito que ganham e da maneira como aplicam não sei se é fácil fazê-lo entrar com parte dessa verba.

Nas emendas que apresentei, busquei contribuir, dentro da apreciação do projeto, com a inclusão de

diversos dispositivos de controle do que entendo podem ser perigosas brechas para corrupção e malversação do dinheiro público. Eu proponho, por exemplo, incluir um acompanhamento rigoroso do andamento dos PPPs por órgão do Executivo e pelo próprio Tribunal de Contas.

Acredito que as transgressões terão que transformar os agentes do PPPs puníveis pela legislação, pertinente como a lei de improbidade administrativa. Infelizmente, até agora, não ouvi resposta neste sentido. Vi um debate, no qual o Senador Tarso dizia que já estava satisfeito com as novas idéias do Líder do Governo. Ouvi o Líder do Governo dizer, em tese, que poderia aceitá-las, mas não vi no papel ainda nenhuma modificação. Seria interessante que, com o decorrer do tempo, colocássemos no papel qual seria a proposta se o Governo fizesse uma reformulação no seu projeto e começássemos a discutir diante de fatos efetivamente concretos.

Se fosse agosto, setembro ou maio do ano passado, eu votaria esse projeto com muita tranqüilidade por ser ele do PT. Mas, hoje, sou obrigado a reconhecer que o PT tem muitas dificuldades; o Partido não tem uma linha determinada, um norte, um sentido de orientação pelo qual possamos ser guiados. Muito pelo contrário, esse é um projeto que não imaginávamos que viesse por parte do PT e sim por parte do Serra.

Acho que é correto buscar investimentos e fazer aplicação. Mas o exemplo das privatizações demonstra que devemos ter um cuidado necessário para que não se repita o que ocorreu com elas. Eu já havia reparado e foi dito hoje pelo Senador Tasso Jereissati que se a experiência fosse tão boa deveria haver experiências anteriores pelos países do mundo. A que se conhece, a de Portugal, não deu certo. Os portugueses recuaram, há aplicações em casas de hospitais e coisas que o valham.

Por isso, em primeiro lugar, acho que é importante que o Plenário do Senado, esta Casa de modo especial, não deixe que seja votado um projeto de urgência urgentíssima, como desejavam e deixar que o assunto pairasse, acalmasse e que, dentro do contexto, possamos debater, analisar. E, se for o caso, votarmos com tranqüilidade o projeto refeito nos seus equívocos.

Penso que essa matéria é importante demais. Quero crer que essa não é uma matéria que se divida entre governistas e oposionistas. O Parlamentar que vota essa matéria não vai votar a favor porque é Governo, não vai votar contra porque é Oposição. O Parlamentar tem a preocupação de fazer um bom projeto. Se o projeto for bom, se útil ao desenvolvimento e, como disse o Senador que me antecedeu, ajude a nossa infra-estrutura e seu desenvolvimento, que bom, vamos aprová-lo. Só não podemos fazer o que já fizemos, quando jogamos tudo num projeto de privatização. As privatizações resolveriam o problema do endividamento brasileiro, quer dizer, trocaríamos as privatizações pela dívida externa; privatizamos. Por pouco a Petrobras também não foi privatizada. Hoje, estamos pagando de juros para exterior 50% a mais do que pagamos no último ano do ex-Presidente Fernando Henrique. Quer dizer não ouve diminuição de 0,1% nas dívidas brasileiras por conta das privatizações.

Por isso, acho que o exemplo de lá deve nos servir de exemplo para que a coisa não aconteça da mesma maneira aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ideli Salvatti, a última inscrição é a de V. Exª. Peço-lhe que seja breve, se for possível, porque está havendo sessão plenária.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ela deveria ser a primeira como Líder. Não se pode pedir brevidade para Líder, que dispõe do tempo que quer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, penso que V. Exª tem razão. A Senadora Ideli Salvatti, já falei, obedece se quiser. Acho até que V. Exª, depois dessa interferência do Senador Pedro Simon, tem o prazo que lhe convier.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso falar a tarde inteira, Sr. Presidente? Mas serei breve. Temos acompanhado atentamente o debate sobre a questão das parcerias público-privada. É um debate extremamente complexo, porque não temos um acúmulo de experiências com relação a esse tema que nos dê segurança absoluta sobre o que vamos fazer. Ao mesmo tempo, estamos convictos – e quero falar especialmente para o Senador Pedro Simon – de que não temos capacidade de investir na velocidade e volume necessários para recuperar décadas e décadas de ausência de investimentos efetivos em infra-estrutura, como estradas, ferrovias, portos, energia. Portanto, o dilema posto para nós, para o nosso País, é o de assistir, vivenciar situações já amargas, já presenciadas de uma retomada de crescimento sem rodovias, ferrovias e portos para escoamento da produção, sem energia para sustentar tal retomada.

O ideal seria termos recursos. Isso sim seria o ideal. Mas a capacidade de investimento do Estado brasileiro... até porque a maior parte sangra pelo pagamento da dívida, a qual, sou obrigada a dizer, não foi contraída pelo atual Governo. Então, acho que essa situação é muito difícil. Temos um projeto de pareceria pública-privada para votar e queremos fazê-lo da melhor maneira possível, corretamente, de tal forma que possa servir aos destinos do nosso País, que possibil-

ite a retomada do crescimento com sustentabilidade, para que possamos dar continuidade à geração de negócios, de emprego, de renda, que é o que todos desejam para o País.

Então, creio ser bom que façamos esse debate de acordo com a nossa realidade.

Dizem que há pouca discussão. Mas estamos há quase um ano discutindo esse projeto no Congresso Nacional. Agora, no dia 19 de novembro, vai completar exatamente um ano de tramitação do projeto de parceria público privada no Congresso Nacional. Não cabe dizer que esse projeto não tem tido atenção, que não tem tido debate. Temos debatido.

Como se trata de uma lei ordinária, se quiséssemos ter votado, talvez até pudéssemos ter votado. Bastava ter quórum de maioria, ou seja, metade mais um dos presentes. Mas creio que o Governo também dá demonstrações inequívocas de que não temos tanta certeza, até porque esse não será um projeto, uma lei de um Governo. Como tudo vai girar em torno de vinte, vinte e cinco, trinta, trinta e cinco, quarenta anos, esse é um projeto, uma legislação que será para o País para vigorar por algumas décadas. Então, ninguém empurra goela abaixo um modelo, uma opção, uma possibilidade com essa magnitude.

Quando me inscrevi, não foi para falar sobre nada disso. Inscrevi-me para falar de outras coisas. Mas, depois, vamos ouvindo e acumulando alguns comentários. Temos pouca experiência acumulada, mas temos algumas, pelo menos em termos legislativos.

Já temos alguns Estados que aprovaram a parceria público privada. Inclusive, não tenho dados referentes a quanto tempo tramitou em Minas Gerais, em São Paulo. No meu Estado, por exemplo, tramitou em menos de um mês. O projeto foi, na convocação extraordinária do mês de janeiro, aprovado em quinze dias.

Quero fazer esse comparativo entre o que estamos tratando e o que já temos de legislação acumulada nos Estados. Quero, então, fazer a pergunta tanto para o Demian quanto para o Simão.

Nessa comparação, o que temos acumulado nas legislações já aprovadas nos Estados que resolvem as críticas pelas quais temos sido sistematicamente açodados pela Oposição? Por exemplo, quanto ao comprometimento futuro das receitas, como está isso colocado nas leis já aprovadas nos Estados? Porque, aí, fica fácil para nós. Se isso já está resolvido lá, podemos, de repente, aproveitar o que já está nas legislações estaduais para resolver essas críticas.

Essa questão de limitar a participação do BNDES, dos fundos de pensão, isso está previsto em alguma das legislações estaduais? Há algo que pudéssemos usar como exemplo?

Quanto à questão de obra pública, o PPP vai permitir realizar obra pública? Não vai. Tenho alguns comparativos aqui. Por exemplo, o projeto federal veda; agora, a lei paulista admite; Minas estabelece, porém, um encargo para a execução. Quer dizer, pode-se fazer a obra pública desde que a manutenção e a exploração sejam por quatro anos. Então, quanto à questão da obra pública e das áreas de aplicação da parceria público privada, como está isso nos Estados, nesse comparativo?

Outro ponto que foi muito questionado é a preferência nos pagamentos. Aquilo acertado pelo PPP teria preferência nos pagamentos. Nos Estados existe algo? É isso? Está proibido? Como está?

No que se refere à Lei de Licitação, fere-se a Lei de Licitação? Há a questão da pré-qualificação, queria seria uma forma, como a Oposição está dizendo, de burlar a Lei de Licitação. Há algo nos projetos, nas leis estaduais, que elimine essa preocupação?

Pergunto sobre esses comparativos, porque há as críticas, os questionamentos. Acho importante conhecê-los para debatermos, para aperfeiçoar o projeto. Considero importante aperfeiçoá-lo. Como eu já disse, não temos segurança total e absoluta do resultado. Por isso, quanto mais pudermos absorver, melhor. Mas precisamos ver o que temos acumulado. Não vale ficar falando e fazendo críticas, pois, na tramitação dos Estados, essa preocupação não ocorreu. Se apareceu e foi resolvida, então, nos tragam uma solução, para que possamos absorver mais rapidamente.

Há a questão do leilão, por exemplo. Todos dizem que, em setores cartelizados, como é o das grandes obras, dos grandes investimentos, é tudo muito cartelizado, o leilão é uma excelente maneira de quebrar esses cartéis, de colocar em xeque os cartéis. Como está isso nas leis estaduais, como vamos poder absorver?

E, por último, um assunto que não posso deixar de mencionar, porque foi questionado aqui, diversas vezes, a história da execução orçamentária no Ministério dos Transportes. Quero me referir a esse assunto porque amarguei-o no meu Estado. Até a metade deste ano, não andou nada do Ministério dos Transportes, em Santa Catarina, e imagino que tenha sido igual, idêntico, em todos os Estados. Por que não andou? Nenhuma empreiteira admitia começar nada referente à ordem de serviço ou a empenho deste ano enquanto não recebesse os restos a pagar, a grande maioria referente a 2002. Então, só de restos a pagar o Ministério dos Transportes gastou mais de 600 milhões. No meu Estado, isso foi significativo. Agora, restos a pagar não entram na execução orçamentária, não aparece.

Então, parece que o Governo não gastou nada, não colocou para funcionar.

As obras foram retomadas, inclusive lá meu Estado, porque as empreiteiras receberam restos a pagar. Por exemplo, em relação aos **(inaudível)** de Laguna, uma obra importantíssima, num porto importante do nosso Estado, um porto pesqueiro, só a empreiteira tinha um milhão e duzentos mil para receber de restos a pagar, referentes a 2002. E havia 14 milhões no orçamento deste ano. Agora, a obra já está andando, pois já está recebendo. Mas, até junho, não começou enquanto não recebeu o atrasado de 2002.

Desculpa-me se me empolguei no final. Acho que foram as falas do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª continua com a palavra. Toquei a campainha sem querer. Tinha dito que V. Exª teria o tempo que quisesse, atendendo...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas V. Exª tocou a campainha na hora exata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, está certo. Ótimo.

Vou conceder a palavra, por três minutos, para cada um dos nossos convidados e vamos encerrar a reunião de hoje.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. DEMIAN FIOCCA – Vou rapidamente me referir à questão dos Estados lembrada pela Senadora Ideli Salvatti. Na lei, Comparando especialmente com a dos grandes Estados que estão mais avançados em certo sentido na legislação e no desejo de logo iniciar os PPPs, como a Federal, os Estados de São Paulo e Minas Gerais, não há limitação aos fundos de pensão e ao BNDES; não há preferência, mas há instrumentos de garantia bastante parecidos com os instrumentos do fundo garantidor federal. No caso de Minas, utilizando seguros; no caso de São Paulo, utilizando uma empresa, especificamente constituída para isso. A obra está prevista. Na verdade, São Paulo fala em implantação de infra-estrutura pública, e a Lei de Minas fala em construção e instalação de uso público em geral. Mas, como a Senadora já mencionou, desde que haja 4 anos de prestação de serviço, ou seja, há uma compra da obra ao final.

Uma informação adicional sobre essa questão da tramitação dos Estados, porque acho que foi um dos Senadores que mencionou, recebi a informação – não acompanho exatamente esse aspecto político-partidário – de que não é correta a informação de que o PT teria votado contra os PPPs em Minas. O PT parece que votou favoravelmente em Minas, e que o Assessor Especial do Ministro do Planejamento, Fernando Hadad, que à época conduzia os PPPs aqui, foi inclusive convidado pela Assembléia Legislativa de Minas. Atendeu prontamente ao convite e participou de uma sessão de audiência pública na Assembléia de Minas, posicionando-se favoravelmente aos PPPs.

Em São Paulo, parece-me que o PT queria que fosse votado antes o Projeto Federal. Por isso, votou contra. Se considerarmos a questão, por exemplo, da obra pública, como as leis estaduais têm que obedecer a Lei Federal, talvez tivesse de fato sido prudente aguardar a Lei Federal, uma vez que esta pode vir a vetar a obra pública...

Quanto à questão dos leilões, gostaria de lembrar que, de fato, eles podem ser importantes em certos tipos de PPPs e que eles estão sendo usados pela Anatel e pela Aneel em setores que são também de grande vulto e de grande complexidade com sucesso até o momento.

Então, entendo que a posição do Projeto de permitir o leilão ou o envelope fechado, quer dizer, o envelope fechado seguido do leilão, ou o envelope fechado puro, continuo acreditando que é adequada.

Quanto às considerações do Senador Pedro Simon, foram muitas, destacarei algumas por conta da exigüidade do tempo especialmente. O Tribunal de Contas vai acompanhar sim os contratos, porque acompanha todos os contratos administrativos e acompanha o bom uso dos recursos públicos, pode inclusive questionar o Governo sobre o andamento desses contratos. As agências regulatórias vão acompanhar o andamento no que se refere ao interesse do usuário, ver se não há abuso, etc.

Quanto à experiência internacional – será um tema amplo – mas será favorável. Na verdade, tem havido alguma repetição de que a história de Portugal é um exemplo negativo. Portugal segue com as PPPs, pois fez sem as preocupações de projetos auto-sustentáveis, como tem o Governo Federal, mas trabalha em outras áreas. Contudo, não há nenhum recuo geral das PPPs. A experiência da Inglaterra, que tem estudo mais amplo, indica que há um ganho de eficiência de 20 a 30% do gasto público na realização de PPP, comparado à obra pública. Portanto, há um ganho para o interesse público em executar a PPP, pois há um estudo publicado no **site** da **UK Partnership**. Há também uma explicação que os empreendimentos realizados pela PPP tem muito menor cumprimento de prazos e custos – o que é muito importante para a economia. De maneira geral, a experiência de PPP está crescendo no mundo, não está involuindo. O Peru, recentemente, aprovou e opera com PPPs. Eu mesmo irei amanhã a um congresso, convocado pela Presidência do México, com vários ministros de vários países das Américas e da Europa, com sua experiência. Seria uma cúpula

das PPPs das Américas, devido ao crescimento das PPPs no mundo.

Gostaria apenas destacar que, sobre a questão da execução orçamentária, há algum engano ou alguma comparação diferente do que acreditamos ser a mais adequada nos números aqui apresentados. O empenho do Ministério dos Transportes, segundo as informações que tenho, é de 85%, até 30 de setembro. A liquidação é de 25%. Estamos imprimindo uma apresentação que o Ministro fez em outubro sobre o andamento da execução orçamentária nos vários Ministérios que indica, ao contrário do que foi dito por alguns Senadores, que este Governo consegue avançar na melhoria da execução orçamentária e não que está inferior à execução de outros países. Não vou me estender nos números. Tenho os números, inclusive, em bilhões, sobre qual é o limite de empenho e qual foi o empenho e qual foi a liquidação. Vai ser distribuído à imprensa no final desta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Muito bem. Primeiro, irei me referir a alguns comentários que a Senadora Ideli Salvatti falou, alguma uma coisa muito rápida com relação às legislações estaduais. Meu sentimento, Senador, é de que com a aprovação da lei... Nenhuma uma delas está funcionando, simplesmente foram aprovadas. Meu sentimento é que, com a aprovação da lei federal, haverá uma adequação das leis estaduais. Em Minas Gerais, há alguns defeitos. O primeiro deles é o da obra. Lá é permitido fazer obra mesmo que acopladas a quatro anos de serviço. Creio que isso é um equívoco muito grande. Mas, enfim, não vamos entrar em detalhes.

Com relação ao leilão, a Srª defende que um grupo de empresas que teriam acesso, teoricamente, às PPPs são as grandes. Quero dizer que o valor de R$20 milhões incluem e coloca nesse bolo todas as empresas médias e algumas até de menor porte. Então, se fossem exclusivamente as grandes obras das pouquíssimas grandes empreiteiras, a conversa seria diferente. Mas não é. As PPPs, do jeito que está colocado, estão abertas a qualquer segmento e de obras de R$20 milhões e que não poderemos dizer que seriam apenas das grandes empreiteiras.

Em terceiro, como as câmaras brasileiras representam as empreiteiras de obras rodoviárias e tudo o mais... É verdade! Realmente as obras estavam paralisadas. O Governo Lula colocou não só 2002 e 2003 em dia. Mas não foram só R$600 milhões, mas foram mais de R$700 milhões. Já pagou, inclusive, parte dos atrasados deste ano, o que já somam mais de R$850 milhões. Na verdade, a retomada das obras hoje se limitou só àquelas empresas que tinham um contrato e que receberam e voltaram para o mercado.

Na verdade, aquela previsão de 7.500km de restauração de estrada, certamente não passará de 2mil a 2.500km este ano. Mas as licitações novas já começam a aparecer. Quero crer que, a partir do ano que vem, esse setor deverá receber uma atenção maior.

Quero agradecer o convite que me foi feito. Quero dizer que as câmaras brasileiras ficam felizes porque há uma convergência muito forte em torno de pontos importantes que foram superados. Tenho a certeza que a discussão final desse projeto aprimorará o que resta ainda e que vejo que, praticamente, todos defendem a mesma linha. Creio que essa PPP vai sair um projeto muito bom e em condições de servir ao País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, sinto-me no indeclinável dever – e com grande satisfação – de cumprimentar, não sem antes agradecer aos nossos convidados pela brilhante participação que tiveram aqui, pela grande contribuição que estão dando ao debate de tão importante matéria, os meus companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não podemos falar que esse projeto está demorando na Casa, pois é um dos projetos mais polêmicos e mais importantes, a meu ver, e chegou ao Senado no dia 24 de março. Estamos em um período eleitoral, mas assim mesmo ele tem caminhado, como vimos hoje com esse início, essa continuidade das audiências públicas que virão naturalmente a fazer com que saiamos com um projeto que realmente possa representar os anseios da sociedade brasileira. Não se pode votar um projeto dessa natureza a toque de caixa, já chegam as medidas provisórias que estão entupindo – desculpem-me a expressão – a pauta do Congresso Nacional.

Eu diria mesmo que estamos vivendo sob uma égide – aí não culpo pessoas, mas a legislação e até nós, do Congresso Nacional – de um presidencialismo quase imperial, porque estamos sendo governados por medidas provisórias que estão proliferando, e o Congresso Nacional tem obrigação de analisar os requisitos da urgência e da relevância, o que não temos positivamente feito.

Penso que esse projeto das parcerias público-privadas está caminhando, mas devemos maturá-lo o mais que pudermos para que realmente possa representar uma efetiva contribuição ao País.

Vi com muita satisfação que aqui se discutiram aspectos referentes ao Orçamento; não se ficou só na área do Ministério dos Transportes. A Senadora Ideli

Salvatti deu uma explicação que até me alivia um pouco, mas quero dizer que há coisas graves acontecendo na questão do Orçamento. Não me vou queixar aqui, porque positivamente isso vem de longa data, mas tirar da verba individual que os Senadores colocaram, tirar dos Estados e colocar para outros Estados da Federação é realmente um absurdo. E não queria encerrar esta reunião sem reafirmar este meu propósito. Para tanto, telefonei ao Ministro Guido Mantega. Sei que estou fugindo da matéria, mas como V. Exª pertence ao Ministério, leve para lá o nosso protesto e a nossa esperança de que o Ministro reveja as verbas que tirou da saúde de Mato Grosso do Sul. S. Exª tirou verba individual minha, tirou do Senador Delcídio Amaral e as destinou para outras unidades mais fortes da Federação brasileira. Isso nunca havia sido feito. O Orçamento já foi contingenciado, mas nunca se tirou da emenda individual e se colocou para outros Estados. Nunca havia visto isso. Para tanto, quero trazer isto a público: já o fiz da tribuna do Senado, estou fazendo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Pediria que V. Exª fosse o intérprete disto: por que tiraram recursos da saúde de Mato Grosso do Sul, emenda de Bancada e emendas individuais, e jogaram para outras Unidades da Federação brasileira? Espero que isso não se repita e que o Estado de Mato Grosso do Sul volte a receber de uma maneira ou de outra aquilo que, indevidamente, a meu ver, lhe foi tirado.

Peço desculpas por ter entrado em um assunto regional, mas que é nacional, porque não se pode efetivamente... O Orçamento, temos dito, tem sido peça de ficção, mas a esse ponto eu ainda não tinha visto acontecer. Pediria, pois, a V. Exª, que está aqui sob certo aspecto representando o Ministério, que leve para lá essas considerações nossas em defesa do nosso Estado e, sobretudo, em defesa do Poder Legislativo, porque emenda individual é emenda individual. Já vi contingenciar emenda individual, mas tirar 20% da emenda individual e colocar para outra Unidade da Federação, isso positivamente eu não tinha visto. Contingenciar emenda de Bancada em 20%, 30%, 40% eu já vi, mas contingenciar e depois jogar para outro Estado, não. Essas emendas pertencem ao Estado. Fiz o meu protesto, por telefone, ao Ministro Mantega, mas infelizmente S. Exª ficou de me dar um retorno e não o deu, daí a razão de eu aproveitar essa oportunidade. O debate é muito útil, e esta reunião foi altamente produtiva.

Agradeço a presença de todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos e de todos os nossos convidados que prestaram relevantes esclarecimentos para que possamos dar as respostas, efetivamente, que a Nação brasileira espera de nós, principalmente com relação à infra-estrutura, setor que tem atrapalhado o progresso de nosso País.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h17min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de novembro, de 2004, Às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Efraim Morais. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", com a participação do Economista Raul Veloso, e dos Senhores José Adrião de Sousa, Representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional, e Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, em atendimento aos Requerimentos nºs 41 e 44, de autoria do Senador Tasso Jereissati, nº 43, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, e nº 45, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, respectivamente. O Presidente, Senador Ramez Tebet, concede a palavra ao Senhor Joaquim Levy para que inicie sua exposição. Em seguida, concede a palavra aos Senhores Raul Veloso, Luiz Antônio Athayde e José Adrião de Sousa.

Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Tasso Jereissati, Aloizio Mercadante e Eduardo Azeredo, autores dos Requerimentos, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Jonas Pinheiro, Valdir Raupp, Ideli Salvatti, Ana Júlia Carepa e Sérgio Guerra. Logo após, usa da palavra o Senador Delcídio Amaral, que solicita a apreciação do PLC nº 49 , de 2004. Em seguida, passa-se à 2ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 180, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento parcial do 'Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão – PCPR II'", de autoria do Executivo, tendo como relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. É adiada a apreciação da matéria; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2004, não terminativo, que "dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências", de autoria do Executivo, tendo relator do Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela aprovação do Projeto e rejeição das Emendas nºs 01 a 05 apresentadas. A Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 05 apresentadas. A Comissão aprova, ainda os Requerimentos nº 47-CAE, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, em virtude de três Audiências Públicas já realizadas sobre o Projeto de Lei nº 10/04, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", seja encerrada a presente fase de Audiência Pública, a fim de que esta Comissão possa deliberar sobre o mérito da matéria e nº 48-CAE, de 2004, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com vistas a encontrar uma solução para situação dramática em que se encontra o setor vitivinícola, decorrente da importação a preços bem abaixo do praticado no comércio nacional, gerando uma concorrência desleal com os produtores de vinho nacionais, indicando como convidados o Sr. Secretário da Receita Federal, o Exmo. Ministro de Estado da Agricultura e representantes do Instituto Brasileiro do Vinho-Ibravin e da Câmara Setorial da Uva e do Vinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, como sempre, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata da reunião anterior está aprovada.

A parte importante da pauta de hoje diz respeito à audiência pública que tem por objetivo esclarecer dúvidas e debater pontos referentes, enfim, instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública.

Os convidados que aqui se encontram tiveram os nomes aprovados, atendendo a requerimento de vários Srs. Senadores. São quatro eminentes pessoas a serem ouvidas, economistas capazes de esclarecer dúvidas que porventura ainda existam por parte de alguns dos Srs. Senadores.

Assim sendo, convido o economista Raul Veloso, o Sr. José Adrião de Sousa, representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, o Dr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional, e o Sr. Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Tudo isso, repito, em atendimento a requerimentos já aprovados, a saber: os de nºs 41 e 44, de autoria do Senador Tasso Jereissati; de nº 43, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, e de nº 45, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Os Srs. Convidados já tomaram assento à mesa. Eu os recepciono em nome da Comissão, com muita alegria e satisfação, agradecendo a boa vontade de V. Sªs, já que, convidados praticamente no final de semana, aqui se fazem presentes no intuito de prestar sua colaboração à Comissão de Assuntos Econômicos para um maior esclarecimento a respeito do importante projeto que está sendo debatido por hora na Comissão.

Como são quatro os expositores, faço um apelo – e espero que o Plenário e os expositores concordem – no sentido de que cada um faça uma exposição de dez minutos. Pelo que sinto, não existe discordância com relação ao projeto, mas com pontos referentes

ao projeto, e isso será objeto de perguntas das Srªs e dos Srs. Senadores.

Assim, após os dez minutos para a exposição dos Srs. Convidados, concederei a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores, por ordem de inscrição, com preferência para os autores dos requerimentos, que disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado. Creio que estão todos de acordo. Excetuado o prazo dado a cada interpelante, o procedimento é regimental.

Assim sendo, concedo a palavra ao primeiro convidado, o Sr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional, para fazer a sua exposição, pelo prazo de dez minutos.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOAQUIM LEVY – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar a satisfação de aqui estar a convite da Comissão, pois acredito ser esta oportunidade muito importante para trocarmos impressões e esclarecermos a cerca do projeto.

Seguindo sua sugestão, farei uma rápida apresentação para poder ficar à disposição de V. Exªs para responder às perguntas. Penso que assim será mais produtivo.

Inicialmente, por que as PPPs? Quero dizer que, se de um lado é bem conhecida a situação fiscal do País, por outro, a economia já chegou em um nível de sofisticação e de desenvolvimento, tanto que, hoje, vemos o forte interesse da iniciativa privada, inclusive no quesito infra-estrutura isso tem-se refletido. Aqui estou dando apenas um exemplo de que neste ano houve diversas emissões de ações, em alguns casos debêntures, com excelente receptividade no mercado, e, algumas das principais companhias que fizeram isso são ligadas à infra-estrutura, o que já demonstra, vamos dizer assim, a maturidade desse mercado, em que se sobressai a energia, os transportes ferroviário e rodoviário e saneamento.

Isso significa que a proposta do Governo tem uma base muito real. O importante é conseguirmos fazer um desenho que permita aproveitar a situação.

Uma segunda observação, que considero importante, seria como essa discussão das PPPs se insere nos planos do Governo e de sua política econômica. Não vou me ater ao fato de como o Governo iniciou suas atividades e em que condições especiais isso se deu. O fato é que, em 2003, levamos a cabo a conclusão dos ajustes externos, que permitiu o fortalecimento de nossas exportações, o fortalecimento do balanço de pagamento – obviamente com uma repercussão interna num momento de consolidação. Nesse momento, o Presidente Lula tomou uma decisão estratégica no sentido de não se admitir qualquer descontrole da inflação, e que a política econômica teria como base uma responsabilidade fiscal – isso o que as urnas pediam e tem sido adotado como regra do Governo.

Passado esse primeiro momento – o temos vivido nos últimos meses e que se tornou realidade –, ao final do ajuste, começamos a sentir um aumento de renda real e o crescimento da demanda doméstica, o que deve fazer com que o crescimento deste ano seja, provavelmente, acima de 4%. O Governo, obviamente, olhando para frente, tem focado bastante na retomada de investimentos para garantir que o impulso de 2004 se mantenha em 2005 e 2006. O objetivo do Governo tem que ser traduzido em ações, que, ao longo de 2004, foram consistentes. Creio que o papel do Congresso tem sido extremamente importante para levarmos a cabo as ações das diferentes etapas de preparação para a retomada do investimento.

Um primeiro exemplo seria a agenda micro, votada no primeiro semestre deste ano, que já está dando resultados. Além disso, o Governo tem focado de maneira precisa em alguns gargalos. O Governo enviou um PL, que depois se converteu em medida provisória, para lidar com a questão dos portos. Acredito que não terá escapado de V. Exªs, nas últimas semanas, notícias, por exemplo, da retomada de dragagens, de atuações em portos, etc., por ser isso fundamental para continuarmos com o desempenho externo que temos tido nos dois últimos anos.

Temos realizado um trabalho, coordenado pela Casa Civil, com os Ministérios econômicos e setoriais, junto às rodovias, que teve seus investimentos aumentados significativamente este ano, tanto na manutenção como na construção, além das ferrovias.

Então, é dentro desse quadro que as PPPs se inserem. Elas não são uma panacéia; são um elemento a mais, que reflete a maturidade do País, tanto no setor fiscal quanto no privado e também para o desenvolvimento do mercado de capital, enfim, os elementos de desenvolvimento que já temos para podermos continuar crescendo.

Obviamente, para a PPP dar certo, ela tem que se desenvolver num ambiente que lhe seja propício. Esse ambiente, reafirmando o que já se falou, é o da estabilidade econômica, como o primeiro elemento. Do contrário, é impossível fazer-se contratos de longo prazo. A mesma coisa se dá com relação à situação fiscal, que é tão central ao Governo e tem sido reafirmada pelo Congresso por meio da LDO etc. Além disso, a ênfase na clareza de regras, reajustes e da segurança regulatória. E aqui a própria a questão das agências reguladoras, para as quais o Governo tam-

bém mandou ao Congresso um projeto que, acredito, deverá ser discutido brevemente.

As outras áreas, também regulatórias, tanto de meio ambiente quanto de concorrência, são exemplos com os quais, sem muito estardalhaço, o Governo vem lidando de maneira muito clara, aberta e tranqüila, com problemas graves, que todos conhecemos, mas que são essenciais para que a PPP e as outras iniciativas frutifiquem no Brasil.

Quanto ao ambiente macro, não preciso nem lembrar, mas entendo que há três indicadores importantes do momento em que vivemos, do que já foi alcançado e por que estamos na PPP, como, por exemplo, o emprego. Se olharmos para trás, vemos que, nos últimos 12 meses já criamos mais de um milhão e meio de empregos formais, sem contar os informais; o PIB continua crescendo a um ritmo bastante alto, acima de 5%, inclusive a relação de dívida externa com a exportação, que é um indicador muito importante para o custo do dinheiro, tem evoluído de uma maneira historicamente excepcional.

Só um exemplo: hoje já temos alguns resultados da reforma. Os senhores se lembram do primeiro exemplo que dei de uma matéria sobre a construção civil, iniciada pelo Governo, e, posteriormente, votada e aprimorada pelo Congresso. Estamos vendo que, depois de vários anos de declínio continuado desse setor, pela primeira vez, vemos a construção civil retomando o crescimento, ainda há muito a crescer. Note-se que estou falando tanto de habitação quanto de construção civil pesada. Ou seja, se repararmos essa retomada imaginando o que ainda está acontecendo em outra área de investimento, veremos um resultado extraordinário na construção civil em razão da medida adotada pelo Congresso no começo do ano. Ela se reflete, por exemplo, na criação de 98 mil empregos.

Um ponto fundamental para a PPP: por que o Governo Federal tem sido tão insistente em que a PPP tem que ser compatível com a responsabilidade fiscal? Se olharmos esse gráfico, veremos que, no ano passado, quando a decisão da responsabilidade fiscal foi reafirmada pelo Governo, as nossas taxas de juros de médio prazo, que são aquelas que influenciam o investimento, caíram. E caíram significativamente. Isso é fundamental para tornar investimentos em infra-estrutura viáveis. É por isso que a PPP deste Governo é fiscalmente responsável.

O próximo **slide**. (Pausa.)

A PPP, no nosso entendimento, se justifica em duas situações. Vou utilizar aquele gráfico da esquerda. Uma situação é, por exemplo, se o custo de um determinado serviço, incluindo a construção, for 100, e os benefícios que podem ser capturados, ou seja, pedágios, tarifas, o que pode ser pago, só cubram 80, então é lícito que o Governo eventualmente entre com uma pequena parte para realizar aquele serviço, porque, se não fosse assim, deixaria de gerar benefícios líquidos para a sociedade. Isso também ocorre em uma situação em que é difícil fazer-se uma medição onde há muito risco. Então, num primeiro momento, o Governo, de uma maneira muito transparente, pode entrar no projeto.

Voltando um pouco o **slide**. (Pausa.)

Neste ponto, mostra-se um dado que considero muito importante: como a contribuição orçamentária diante de uma PPP sempre vai ser minoritária, a real garantia é a regulatória e a garantia fiscal vai ser um complemento. Por isso disse que o ambiente da PPP tem que ser aquele que já mencionei.

Um último **slide**. (Pausa.)

Não obstante ser apenas um complemento, a garantia fiscal é muito importante. Por isso, o projeto de PPP, feito pelo Governo e já aprimorado pela Câmara dos Deputados, tem esse fundo garantidor que é transparente – não vai permitir uma expansão indiscriminada de créditos ou de compromissos – e que vai dar garantias muito palpáveis e claras ao investidor privado que queira participar nessa parceria com o setor público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao segundo convidado, o economista Raul Veloso, para fazer sua exposição.

O SR. RAUL VELOSO – Eu também gostaria de dizer que estou honrado em estar aqui, para prestar o meu depoimento.

Já que o tempo é curto e não dá para perder muito tempo, começo pedindo que olhemos primeiro o gráfico nº 5.

Para começar a nossa discussão, com esse gráfico nº 5, quero chamar a atenção de V. Exªs para o fato de que o tipo de ajuste que estamos fazendo nos últimos anos no Brasil está praticamente se esgotando. Por quê? Aqui, estão as receitas e as despesas não-financeiras da União, em percentagem do PIB. O que estamos fazendo recentemente no Brasil – não estou atribuindo isso a nenhum Governo – é aumentar a arrecadação – e isso é a receita líquida da União –, num processo que nos levou de 14% do PIB para 21% do PIB. A despesa não-financeira já cresceu muito também: sai de 14% para 18,2%. A minha sensação é a de que – tenho dito isso todos os anos e acabo sendo superado, mas agora parece que não serei – esse processo de crescer gasto e de crescer receita está se encerrando. A própria projeção do Orçamento já indica um número abaixo do que está previsto para este ano.

Afinal de contas, todos sabemos que a carga tributária não é infinita. Então, hoje, estamos gerando esse excedente fiscal, mas, ao mesmo tempo, estamos subindo fortemente os gastos.

Mostro agora o primeiro **slide**. Infelizmente, como vamos ver aqui, esse aumento de gastos não é o aumento de gastos de investimentos. Estou comparando o ano de 1987 com o ano de 2003. Isso é a estrutura de gastos. Essas barras amarelas são somente para V. Exªs verem rapidamente que, em relação a 1987, elas aumentam de 53% da receita para 75% da receita. Isso são os chamados gastos prioritários. Não vou me deter a explicar, pois não há tempo. Entretanto, isso fundamentalmente são gastos correntes. Esses 9% também são gastos correntes e os gastos de investimento se resumem hoje a 2,2% da receita, sendo que, em 1987, eram 16% da receita.

Isso significa que, se a receita pudesse continuar crescendo, mesmo um percentual pequeno que fosse destinado a investimento poderia representar um ganho de gasto de investimento. Entretanto, quando estou dizendo que não dá mais para aumentar a arrecadação, nosso problema na essência é que temos gastos correntes demais para nossa receita e para nossa necessidade de investimentos.

Como vejo as necessidades de investimento? Peço para se olhar agora o **slide** nº 4, porque, por ele, mostro um pequeno sinal das necessidades dos investimentos.

Uma pesquisa realizada anualmente pela CNT mostra que, de 2002 para 2003, o percentual de ruim e péssimo das estradas brasileiras dá um salto e continuou neste ano. Estamos com mais de 40% das estradas brasileiras em ruim e péssimo estado. Ao mesmo tempo, os gastos de investimento em estradas vêm caindo fortemente pela necessidade de gestão financeira do Governo.

Chamo a atenção para o fato de que esse corte de investimento se deu – vamos ver isso no **slide** nº 6 – a despeito de hoje termos uma fonte cativa para o setor de estradas. Hoje, temos uma fonte que arrecada aproximadamente R$8 bilhões por ano, e os gastos em investimento vêm caindo recentemente.

Apresento a seguir o **slide** nº 10, o último, uma série mais longa, que o IBGE permite mostrar, dos investimentos das administrações públicas. Aqui tenho União, Estados e Municípios, já aqui apenas a União. Vou até 99, mas venho dos anos 70, só para dar um pouco a perspectiva histórica de que a União, por exemplo, investiu no ano passado 0,4% do PIB, quando, no final dos anos 70, o investimento era de 2,5% do PIB. Desse modo, investimos hoje aproximadamente 1/6 do que se investia nos anos 70.

Agora, mostro uma outra forma de ver o drama que estamos atravessando. Isso está no **slide** nº 2, que mostra a despesa corrente não-financeira, a que cresceu mais: comparando-se 1995 com 2004, ela aumenta cerca de 4 pontos percentuais do PIB, o que resulta em aproximadamente R$70 bilhões.

Enquanto isso, os gastos de investimentos de 1995 até o ano passado – aquele gráfico que parou em 1999 está por aqui... Por isso, disse que os investimentos são hoje 1/6 do que eram.

Essa situação não pode mais continuar. Isso é 80% do que eu gostaria de dizer. Não há mais possibilidade de aumentar a carga tributária – todos sabem disso; os gastos correntes já cresceram demasiadamente; o peso dos investimentos é mínimo; o estado das rodovias, como visto, está trazendo custos terríveis para a economia, sem mencionar os outros setores. Nesse sentido, a aprovação desse projeto é fundamental, porque, ainda que não seja a panacéia, coisa que não é, representa um instrumento adicional para começarmos a sair desse nó.

É claro que, para sair do nó, precisamos reduzir os gastos correntes ou, pelo menos, reduzir o crescimento dos gastos correntes. Só aí haverá espaço para que possamos usar os recursos da Cide para formar novamente uma base de financiamento semelhante à que havia com os impostos únicos para os investimentos na área de transportes. Essa base precisa ser novamente formada. Para quem não se lembra, nós financiávamos transportes no passado com os impostos únicos e o endividamento que vinha junto.

Hoje, temos o substituto do imposto único – graças a Deus, já foi possível ter esse substituto –, mas ainda não podemos utilizá-lo. E por que não? Temos gastos correntes demais e receita de menos. Com a carga que temos, como se pode ter receita de menos? É brincadeira!

Quero dizer que precisamos, de novo, ter uma fonte estável e a capacidade de endividamento do País no setor público, para ele poder ter de novo a infra-estrutura de que necessita. No entanto, não temos capacidade de endividamento e ainda não temos condições de usar a nossa fonte. Não temos capacidade de endividamento, pelo que todos sabem e pelo suor que o Secretário do Tesouro tem de gastar todos os dias para gerenciar essa difícil dívida e situação financeira.

O ponto é que as PPPs entram como elemento importante – vou apenas colocar uma das várias vantagens. Entendo que a vantagem fundamental é que a primeira reação é a saída para esse quadro é a venda de concessões, pois, na concessão, a necessidade de dinheiro público é mínima ou praticamente nenhuma. As concessões, contudo, não podem acontecer em

todos os casos. Quando não faz sentido a concessão, os casos em que aparecem as PPPs, a sua grande vantagem é que, no momento em que se estabelece a parceria com o setor privado, a necessidade de endividamento público ou de comprometimento público é muito menor, porque o setor privado vai conseguir financiamento privado para cobrir aquele pedaço do empreendimento que será financiado com a receita do usuário no futuro. Então, a parcela que o setor público é obrigado a comprometer deve entrar nos controles e certamente será limitada enquanto não conseguirmos melhorar essa situação dos gastos correntes, mas, obviamente, a necessidade de recursos é muito menor se comparada à possibilidade ou eventualidade de termos que usar unicamente recursos públicos nesse empreendimento. Essa possibilidade é, para mim, a principal justificativa para que, depois de arredondado o projeto, possa tramitar com rapidez. Verificadas todas as necessidades que vêm sendo discutidas nos últimos tempos, vamos conseguir um projeto que comece a dar uma solução para um problema tão complexo que temos no País e a respeito do qual não se pode esperar muito tempo mais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Sª.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ATHAYDE VASCONCELOS – Sr. Presidente, sinto-me muito honrado com o convite para estar aqui. Srªs e Srs. Senadores, esta é uma oportunidade da maior importância.

As discussões que se estabelecem em torno do tema das parcerias público-privadas representam uma oportunidade, como já foi dito, de construção de um instrumento capaz de ajudar o País a enfrentar a questão do investimento, notadamente o investimento em infra-estrutura.

Quero fazer alguns comentários – o tempo parece-me muito exíguo – para situar algo que me parece importante. Trata-se de contextualizar o espaço no qual o mecanismo das parcerias público-privadas pode contribuir para a retomada do investimento.

Não podemos pensar nas PPPs como um instrumento para acudir a maioria das demandas; as PPPs são um instrumento de utilização restrita. É importante que aconteça, desde o seu marco legal, de uma maneira organizada. Assim, realmente, no limite, passo a passo, teremos capacidade de observar o que vier da associação entre o setor público e o privado, sua capacidade de levantar recursos da poupança privada para somá-los a algum investimento público e ofertar novos ativos à economia. É fundamental que tenhamos um choque de racionalidade. As PPPs, na realidade, de uma forma restrita mas fundamental e importante, oferecerá um novo instrumento para a retomada do investimento em infra-estrutura, mas não é, na realidade, a solução para a complexidade daquilo que se tem como financiamento da infra-estrutura.

Passo a outro ponto. Temos que entender que as PPPs tratam, na realidade, da compra de serviços. Por que é importante situarmos isso? Porque não podemos, realmente, achar que se está, de alguma maneira, escamoteando a simples execução de obras públicas. Em uma operação de PPPs teremos, em um contrato de longo prazo, a capacidade que o setor privado realmente vai acostar. O principal ativo que a iniciativa privada vai acostar é sua capacidade gerencial, sua microeficiência para que, desde o momento da implementação, desde o momento em que se tem a operação e a manutenção, possa se gastar menos recursos públicos e alavancar poupança com maior eficiência no momento do investimento.

Ora, se entendermos isso como um serviço, não podemos, de nenhuma forma, separar aquilo que de fato é investimento necessário para a prestação de serviço e, evidentemente, ao longo do contrato, o que será, no seu todo, a satisfação da atividade-fim para a sociedade. De fato, é um serviço sobre o qual temos que nos debruçar para saber de que maneira poderá significar, no seu todo, a oferta de atividade-fim dentro de uma estrutura de custo que, operado pela iniciativa privada e cumprindo uma missão pública, possa representar o barateamento de custos para a sociedade. Isso terá que ser provado antes. Antes da licitação, temos que enxergar que, de fato, essa é uma realidade que está acontecendo. A oferta pela iniciativa privada, de fato, traz esse serviço por um custo mais interessante para a sociedade como um todo.

Outro ponto é entender que projeto rentável, necessariamente, não é projeto sustentável. É um ponto, certamente, que já foi muito realçado. À medida que podemos ter determinado tipo de concessão que, de **per si**, não pode ter recuperação integralmente via pedágio ou tarifa, e na medida em que associamos isso com alguma forma de obrigação pública, mas com o compromisso de implementabilidade e de celeridade na sua oferta, o efeito que isso tem na capacidade sistêmica da economia é muito grande. E não podemos nos dar ao luxo de deixar de ver que essa associação é interessante e conveniente à sociedade como um todo. É importante, pois, termos os mecanismos que realmente nos dão capacidade de mostrar que esse projeto, sim, pode ser rentável, mesmo que não integralmente auto-sustentável, se não tiver recurso público.

Devemos enxergar esse tipo de mecanismo também no momento anterior à licitação; daí a importância daquilo que me parece ser o principal ativo da PPP. Estamos falando muito em garantias, estamos falando muito na questão do marco legal, mas o fundamental na PPP é a governança desse processo, é a capacidade de o setor público instrumentalizar a governança desse processo. E isso vai tocar em um assunto que considero fundamental, que é exatamente combatermos a cultura da suspeita e fazermos nascer uma cultura da confiança de que o setor público é capaz de dizer que está, na realidade, criando um novo mecanismo de governança a um processo como esse. Acredito que o instrumento da PPP vem em um momento muito importante para se criar novamente esse capital público que, hoje, está disperso. É importante mostrar à iniciativa privada, e principalmente ao setor privado, que temos, no setor público, capacidade de ter a edificação do marco legal, a sua operacionalidade, dizendo que há, na realidade, esse novo mecanismo de governança.

E temos que ser desafiados para isso! A sociedade está esperando isso. O setor privado, no fundo, quer saber se esses contratos, de fato, vão ser honrados. Então, considero de capital importância essas discussões que estão acontecendo no Senado na busca do aprimoramento desse marco legal. Na medida em que se está discutindo o que é o contrato da PPP, a sua estrutura de garantias, é fundamental que isso venha, de fato, a promover uma governança desse processo como um todo.

Um ponto também que me parece importante aqui colocar, e penso que tenha que ficar pacificado, é a natureza do gasto da PPP. Não temos que ter xenofobia para tratar dessa questão. Dada a característica de que é um serviço que realmente implicará uma despesa de caráter continuado, não precisamos entender, até por conta do entendimento que devemos ter aqui da total subordinação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que isso é uma dívida financeira, pois temos que ver de que maneira o tratamento de dívida financeira, ao amparo da Lei de Responsabilidade Fiscal, está hoje sendo tratado na União, nos Estados e nos Municípios. Mas temos que reconhecer que isso é um passivo, sim. E é um passivo acostado na garantia de que tem que haver uma forma de contabilização, que é toda especial.

E por que esse é um ponto importante? Ora, se a sociedade fiscalmente já pagou a garantia que está sendo dada, e isso, evidentemente, caso o Estado, em uma execução financeira futura, não venha a honrar essa garantia, ela tem que ter fungibilidade, capacidade de honrar o compromisso e não ter impacto orçamentário. Sendo assim, temos que dar um tratamento diferente a esse tipo de garantia, mas temos que ter isso dentro de um ordenamento de que realmente essa garantia, inclusive, para o setor privado, para todos os atores, de fato, possa ser honrada enquanto uma obrigação da União ou do Estado ou do Município.

Então, esse é um alvo que realmente merece essa discussão. E creio que a discussão da própria contabilização do que será uma operação PPP tem que estar, neste momento, sendo mostrada. Tem que ser mostrado a todos qual é, na realidade, o tratamento desse passivo que tem uma garantia cujo ativo já foi, em algum momento, impactado fiscalmente. É importante nos debruçarmos nisso, dando a maior seletividade possível. Não tenhamos dúvida! A ambição de contratos PPP, no Brasil, a meu juízo, para a União, para os Estados, vai ser dada pelo estoque de garantias entendidas como fungíveis, não alavancadas, que irá realmente sustentar as primeiras operações.

Por favor, pode passar.

O que me parece muito importante é exatamente que, na medida em que essa discussão avança, se possa enxergar que PPP não é uma ação de Governo. Na realidade, transforma-se em um instrumento de Estado. Isso, evidentemente, vem exatamente fazer com que, como vamos superando essa cultura da suspeita por uma nova edificação do marco legal, a forma de como contratar essas operações tenha o seu enquadramento natural.

Pode passar, por favor.

E aí é que se mostra que realmente o principal capital de PPP é exatamente a credibilidade desse arranjo institucional que está sendo criado

Reitero novamente a importância dessa discussão realmente, com o maior detalhamento possível, neste momento. Isso é que, na realidade, vai fazer com que esse processo de governança venha a fazer, desde a hieraquização dos projetos.. Esse é um ponto fundamental. Não podemos imaginar que não se entenderá **ex ante** qual é a contribuição desses projetos, pelo seu poder de arraste, pelo seu impacto social, até porque as garantias vão limitar a ambição de se fazer PPP, fazendo com que isso se transforme em instrumento de Estado.

Em nome da governança, como aqui já mencionado pelo Secretário Levy, é importante construir um ambiente de confiança para que realmente a PPP prospere. Não podemos ter a idéia de que as PPPs nascerão projeto a projeto.

E é fundamental o papel do Conselho Gestor. Na realidade uma das orientações que tivemos em Minas Gerais é de que o Conselho Gestor tem que ficar na instância máxima. No Estado de Minas Gerais,

segundo a lei que aprovamos, o Conselho Gestor na realidade é o governante que realmente está à frente, junto com os seus secretários, que exatamente têm o compromisso político de fazer esse arbitramento, pela própria hierarquização, de quais são aqueles projetos que levarão uma estrutura de garantia – porque ocorre de forma seletiva. E vamos aprendendo com esse processo.

Um outro ponto cuida da questão da disciplina fiscal. Desnecessário dizer que as garantias sejam fungíveis e executadas extraorçamentariamente. Não nos iludamos. Não podemos entender que, em uma operação dessas, essa obrigação faça com que ela se transforme em um precatório e que a garantia na realidade não possa ser honrada, porque, senão, isso será "precificado" no momento da licitação.

E isso tudo leva exatamente a uma busca por uma maior racionalidade no gasto público. É preciso ser seletivo para fazer com que possamos alavancar algumas operações que possam buscar a poupança privada e fazer com que isso seja tratado de uma forma bastante tipificada, desde a questão da contabilização, da maneira de se obter um mecanismo para utilizar a garantia, até o passo seguinte, que é muito importante também, que é a fiscalização do processo.

Quem fiscalizará as PPPs? Quem atestará, em nome do Estado, que o serviço foi bem entregue? Então, precisamos nos preocupar com isso, porque diz respeito à governança do processo como um todo.

Considero importante também o Estado definir as áreas em que deseja ou não entrar, até em nome dessa seletividade, em termos de que realmente o uso de PPP tenha que ser feito com parcimônia.

Permitam-me apresentar o último **slide**. Isso tudo exatamente busca que se possam viabilizar projetos que sejam essenciais, mas ainda dentro de um ambiente institucional instável. Temos que lidar com essa realidade. E quanto a essa construção da confiança, não tenho dúvida alguma de que a edificação de um marco legal, tal como se está discutindo, certamente ensejará a construção de contratos, que têm que ser realmente bastante escrutinados, para se saber se essa maneira de associar a poupança privada com o recurso público, de fato, coloca-se como um instrumento para sustentar a infra-estrutura.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A seguir falará o nosso quarto e último expositor de hoje, o Sr. José Adrião de Sousa, que representa a Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

Com muita honra concedo-lhe a palavra.

O SR. JOSÉ ADRIÃO DE SOUSA – É com muita satisfação e honra que estamos aqui como representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, na qualidade de Vice-Presidente para Assuntos da Previ.

Somos uma das 28 associações espalhadas pelo País, representativas de 54,7 mil aposentados, ou seja, 40% dos 124,6 mil associados, proprietários da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Admitindo que certo montante de aplicações dos fundos de pensão possam dirigidos para investimentos em PPPs, nossa proposta é no sentido do aperfeiçoamento das normas em estudo sobre a implantação das Parcerias Público-Privadas em dois pontos: primeiro, a criação de limites e critérios para evitar que se coloque em risco o patrimônio dos associados dos fundos de pensão; segundo, que se inclua a criação de comissão de representantes dos associados, participantes e assistidos em cada fundo de pensão, para a análise técnica das operações, a fim de permitir a participação desses, os proprietários, nas decisões a respeito, tendo em vista que, na maioria, o poder decisório nos fundos de pensão está sendo exercido pelo patrocinador e não pelos proprietários.

A finalidade do instrumento denominado parceria público-privada em outros países onde foi adotado tem sido a de gerar custo menor para serviços públicos, por força de maior eficiência quando prestados por empresa privada. A aliança, no entanto, não terá sentido se causar à União problemas de natureza fiscal ou perdas para o parceiro privado. Subentende-se que a lei estipule cuidados preventivos nesse sentido. A participação de um administrador privado eficiente terá de ser a condição principal no negócio com as PPPs.

A figura do empreendedor, conhecedor do ramo de atividade, do animador que demonstre autoconfiança no empreendimento ao tomar participação maior no capital, sem dúvida, sinalizará o sucesso do investimento e estimulará outros parceiros a se associarem na empreitada. Significa também que será princípio saneador que os fundos de pensão não devam assumir a posição do empreendedor, dada a sua condição de entidades de poupança, compromissadas com o pagamento pontual de benefícios e sem capacidade de gestão técnica. Mas, certamente, poderão ter interesse em participar de forma complementar naqueles projetos vendidos por administradores capazes, portanto classificáveis como boa oportunidade de negócio.

Sem alusão a princípios dessa ordem, o Governo não faz segredo de que conta com os fundos de pensão como parceiros na modalidade de PPP. As notícias são tão fortes e insistentes nesse sentido que nós, sócios e únicos proprietários da empresa privada Previ, tememos que se volte a utilizar a esse título os recursos que estão destinados ao pagamento da nossa aposentadoria, os

quais, mesmo sendo aposentados, complementamos todo mês religiosamente, para montar operações e projetos danosos ao patrimônio que amealhamos.

As Leis Complementares nºs 108 e 109, a nova legislação sobre previdência privada, tornaram-se necessárias por causa de grandes prejuízos sofridos pelos fundos de pensão.

Na Previ também se extraem o sucesso de monta, como a implantação do complexo hoteleiro Costa do Sauípe, de US$320 milhões de dólares, em que participamos com 99% ou 98%, tendo ficado o restante com o dono do terreno e construtor privilegiado das obras, hotéis de luxo, destinados a turistas de negócio, sobretudo do exterior, mas que fica a 80 km de distância do aeroporto mais próximo.

A nova legislação consagrou a entrega de maior poder de comando aos participantes ou proprietários, pois a gestão a cargo exclusivo do patrocinador era generalizada. Nesse ponto, a Previ estava avançada por haver implantado a gestão compartilhada desde 1997, que serviu de modelo como se disse na época.

Se os associados continuassem a mandar na Previ, ficou provado que a transparência e a moralização de gestão seriam maiores, mas começou a incomodar que o poder de decisão sobre os negócios ficasse com os associados. Foi preciso novamente assegurar que as determinações de Governo venham a ser cumpridas.

Então, numa intervenção de Governo, impôs-se a substituição da gestão compartilhada pela atual gestão controlada pelo banco. Dos 124 mil associados, 44% são aposentados, além de 17 mil e 700 pensionistas, o que dá idéia do nível de exigibilidade que pesa sobre os recursos. Ora, numa gestão controlada pelo banco, pode-se imaginar o risco que corremos de participar em projetos de interesse do Governo, mesmo quando não representam boas oportunidades de negócio, ainda mais se levarmos em conta que as limitações do Conselho Monetário Nacional alcançam a modalidade são muito elásticas. No caso da Previ, 5% do total de recursos em cada empresa, o que significaria 2,9 bilhões, uma situação inadmissível por empresa; ou então 20% do capital da empresa, o que também não é aconselhável num negócio de tantas incertezas.

Tomando ainda a Previ como exemplo, suas receitas por recolhimento de contribuições mensais já são inferiores aos compromissos para pagar benefícios, exigindo desinvestimentos. Além disso, o limite global de aplicações que incluiria as PPPs já se acha excedido, estando com 55% e em vez de 50%. Seu patrimônio de 58 milhões encontra-se aplicado como abaixo:

Em renda fixa, 17 milhões; em renda variável, 34,3 milhões; em investimento, 2,7; em operações de participantes, 13,3.

De onde seriam desinvestidos os recursos para as novas operações? De renda fixa, porque são as aplicações em fundo junto a bancos destinados ao financiamento de títulos públicos? O Governo agüentaria a redução? Ou sairiam de renda variável significativamente compromissados com pesadas participações com empresas, como o Banco do Brasil, Embraer, Vale do Rio Doce e outras companhias, de cuja participação não se pode desfazer facilmente? Nesse dois itens estão aplicados 89% dos recursos da Previ.

Por tudo isso e porque essa imagem é muito semelhante a de outros fundos de pensão, renovamos a nossa sugestão no sentido de que se ampliem as disposições do projeto de lei em questão, de modo a caracterizar melhor: a finalidade das PPPs quanto à busca de economia de custo de serviços públicos, a importância da empresa prestadora dos serviços, a preferência pela participação majoritária do setor privado e as limitações para a participação dos fundos de pensão. Neste caso, criando-se em cada um deles uma comissão de representantes dos associados para analisarem e opinarem como proprietários sobre a participação em operações da espécie.

São essas considerações que temos a honra de apresentar, na certeza de estarmos representando outras das 28 Associações dos Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, ao tempo em que agradecemos penhoradamente a lembrança de ouvir a opinião de proprietários dos fundos de pensão nesta importante ocasião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, a fase de exposição dos nossos convidados está encerrada. Vamos cumprir o Regimento Interno com flexibilidade, mas, como sempre fizemos, com o entendimento do Plenário.

Portanto, vou conceder a palavra aos autores dos requerimentos dos nossos convidados de hoje, que são os Senadores Tasso Jereissati, autor do Requerimento nº 41. Será o primeiro Senador que terá oportunidade de interpelar os nossos convidados. Ele é autor também do Requerimento nº 44, e os outros têm os de números 43 e 45. Assim, o Senador Tasso Jereissati tem a preferência para iniciar as perguntas.

O Requerimento de nº 43 é de autoria do Senador Aloizio Mercadante, e o de nº 45 é do Senador Eduardo Azeredo.

Após isso, chamaremos os Srs. Senadores pela ordem de inscrição, naturalmente facultando que todos os partidos tenham a oportunidade de interpelar os nossos ilustres convidados.

Já tenho a lista de inscrição, que continua aberta, mas, neste momento, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

Tem S. Exª o prazo de três minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei o mais breve possível. Gostaria de dirigir duas perguntas ao Dr. Joaquim Levy e uma ao Dr. Raul Veloso. Quero parabenizar o José Adrião de Sousa, porque, quanto à participação dos fundos, não tenho absolutamente nada a perguntar, o senhor disse absolutamente tudo. Quem quiser algum esclarecimento sobre o financiamento total de um projeto via fundo de pensão que tenha acesso ao seu pronunciamento, que consta dos Anais. Está esclarecido inclusive com exemplo prático e concreto do que já aconteceu. Portanto, não deixando a menor margem de dúvida.

Quero fazer uma pergunta ao Dr. Joaquim Levy de cunho conceitual, administrativo: tem sido citado aqui constantemente a Inglaterra como exemplo de PPP e como pai e mãe das PPPs.

A minha pergunta é a seguinte: em todos os países do mundo, praticamente a maioria, o conselho gestor das PPPs, dos contratos das PPPs, foi um grupo criado dentro do Tesouro Nacional de cada um deles, por causa do impacto fiscal que esses projetos poderiam causar no futuro. No Brasil, isso não está acontecendo, por quê? V. Sª concorda com isso?

A segunda pergunta é sobre os investimentos. Tem sido falado constantemente que os investimentos serão multiplicados de imediato, em função das PPPs, e que todos os problemas de infra-estrutura serão resolvidos. O Dr. Ataíde já deixou bem esclarecido que não se resolvem problemas de infra-estrutura com PPP; que se trata de um equipamento complementar do Governo para solução de questões nessa área, mas aproveitaria e faria outra pergunta.

A União também tem estado parada em investimentos. O ano passado foi o de menor investimento nos últimos 30 anos. Este ano, até agora, apesar de um aumento do orçamento de investimentos, só foram executados 17%. Para o ano que vem, na LOA, há algo que me chama muita atenção, Sr. Presidente: não há falta de dinheiro, porque, enquanto o orçamento para investimentos cresce em R$1 bilhão, o custeio aumenta 21%. Queria entender isto: é prioridade o custeio e não o investimento? Por que há opção pelo custeio, ou seja, pela má qualidade do gasto, em vez do investimento, que seria a boa qualidade?

A pergunta é para o Dr. Raul Veloso ou para o Dr. Joaquim Levy, pois nenhum esclareceu: como será feita a contabilização do compromisso futuro do Estado ou da União?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, primeiramente, ao Dr. Joaquim Levy e, depois, ao Dr. Raul Veloso, a quem foram dirigidas as indagações de V. Exª.

O SR. JOAQUIM LEVY – Muito obrigado. As questões são pertinentes. Primeiro, sem dúvida nenhuma, a Inglaterra sempre pode ser fonte de inspiração; na época do grande Rui já era assim. O Brasil tem uma peculiaridade que nos tem servido bem e que já vem de algum tempo, que é o fato de termos o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda fato que, felizmente, com minha experiência de alguns anos mostra que esse arranjo tem funcionado de maneira harmoniosa.

A PPP, no Brasil, inscreve-se dentro desse quadro. A idéia original foi realmente um triângulo: a Casa Civil, o Planejamento e a Fazenda. Como disse o Dr. Ataíde, a PPP, pela sua especificidade, tem que ser vista do ponto de vista global. O papel da Casa Civil é um pouco o da globalização, apesar de essa não ser necessariamente sua prioridade sempre; o do Planejamento, com sua especialização, é a seleção dos projetos; e o da Fazenda, a avaliação financeira das garantias.

Particularmente, acredito que o papel da Fazenda será preponderante na questão das garantias do Fundo Garantidor. Então, é um triângulo, e cada vértice tem seu papel; eles se complementam. A contribuição da Fazenda será garantir a harmonia fiscal. Ela terá a última palavra, porque toda garantia, no Fundo, é o Ministro da Fazenda que tem de assinar. O funcionamento será um pouco assim: a emissão de garantias sempre cairá para o Ministro da Fazenda, o que não tem maior complexidade. Talvez seja um tema mais de regulamento do que de lei, o que acredito seja mais uma questão de julgamento do próprio Congresso. Enfim, não acredito que hoje estejamos incorrendo em riscos, dada a clareza deste entendimento.

Eu concordaria com o senhor – inclusive, na minha apresentação, referi-me a esses fatos – que a PPP é um elemento complementar, um instrumento complementar. Penso que alguns dos nossos palestrantes também ecoaram esse sentimento. Não há nenhuma intenção, e nunca foi vendido o projeto como sendo panacéia. Trata-se de um elemento, assim como uma série de outras atividades que listei na minha apresentação, que estamos desenvolvendo em relação ao investimento público.

Devo lembrar que o próprio Adam Smith sempre foi defensor do investimento público em algumas áreas, sem prejuízo de que se tenha visto também atividade privada auxiliando na construção da infra-estrutura na

Inglaterra, retomando essa referência. Então, as coisas não são opostas.

O que estamos verificando e que considero extremamente positivo é a melhora na qualidade de investimento, na discricionaridade do investimento, com uma análise mais profunda, às vezes concentrando no que é essencial, no investimento. Por exemplo: em um investimento de 10x, sabemos que o essencial é um terço. O resto é bom, importante, mas podemos fazer em outra situação. É dessa maneira que se tem atuado, como disse o Professor Veloso. Em uma situação como a nossa, em que os gastos correntes têm aumentado de maneira muito significativa, temos que melhorar a qualidade do gasto como um todo.

Isso, aliás, me leva a responder a sua pergunta. Na verdade, o grande aumento de despesas está nas despesas correntes, como ocorreu, por exemplo, no ano passado, em 2003.

Em 2002, houve um aumento de inflação, com uma subida muito rápida, principalmente na segunda metade do ano. Com isso, houve um impacto fortíssimo sobre a Previdência Social. No ano seguinte, o Governo teve que dar um aumento de 20% na Previdência. Ora, as receitas não subiram no mesmo ritmo, na mesma velocidade, pois demoram mais a subir. Esse não é um caso específico do Brasil, é documentado em vários lugares. Trata-se de uma situação clássica: em um ano, a receita subiu, facilitou, e foi até mais fácil para o Governo fechar as contas. No ano seguinte, aquilo gerou impacto nas despesas e, aí sim, o Governo teve que cortar 14 bilhões de todas as despesas – custeio e investimentos – para poder honrar as contas da Previdência Social, que foram pagas em uma situação macroeconômica com que o Governo se defrontou em 2003, em virtude da inflação do ano anterior, porque havia ajudado nas receitas do ano passado e deixado as despesas do ano seguinte. Essa situação já se normalizou, graças às ações do Governo já em 2003, o que permitiu, como o senhor muito bem disse, que os investimentos tivessem crescido já este ano.

Sempre cabe o esclarecimento – creio que todos estão familiarizados – de que, na verdade, essas despesas de investimentos, quando se verifica em caixa, têm que ser consideradas como as despesas de caixa do ano mais as despesas de caixa do ano anterior, porque se trata de uma continuidade. Já pagamos, como "restos a pagar", de três a quatro bilhões só em investimentos. Conseqüentemente, no final do ano, o que se gastou com investimentos será bastante significativo, além do fato de que não houve contingenciamento significativo de investimentos em 2004. Penso que isso são detalhes, apenas procurei responder a sua pergunta.

Outro ponto importante é que, no ano que vem, por exemplo, de modo geral, os gastos correntes – este é um ponto muito importante que o Professor ter salientado – não são exatamente custeios, ou seja, despesas com funcionários, com papel de xerox, etc. De modo geral, os grandes elementos de gastos correntes que têm pressionado e que têm levado ao fato de que, apesar do ajuste fiscal dos últimos cinco ou seis anos, as despesas como um todo tenham continuado a crescer são as despesas de transferência, com saúde, com educação, com aposentadorias, e não mais, digamos assim, com diárias ou com papel de xerox. Pelo contrário, tem havido um trabalho muito consistente de diminuição dessas despesas. Mas é verdade que temos despesas correntes grandes, que são de 10 a 15 vezes maiores que as de investimento, e qualquer mudança percentual nesse ponto tem um efeito muito grande no investimento.

Acerca da última pergunta sobre a dívida e a contabilidade, creio que se trata de elementos em relação aos quais tem surgido um pouco de dúvida – o meu colega Ataíde chegou a mencionar – sobre a forma de se registrarem os compromissos da PPP.

Nesse caso, deve-se ter um cuidado, porque a contabilidade do Governo tem de espelhar a do parceiro. Quando temos um parceiro que é o dono da obra e que tem um ativo, eu não posso exatamente apresentar aquilo como dívida para o Governo, senão eu teria que ter também um ativo. Não posso ter criado uma dívida para o Governo sem ter um ativo. Ora, mas se aquilo é um empreendimento privado, se há uma parte que é privada, tem de estar num livro do setor privado. Por isso, apesar de obviamente uma parcela da PPP poder constituir-se em compromissos futuros, eles não se caracterizam exatamente por uma dívida.

Esses elementos e outros estão sendo trabalhados sempre à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal. Alguns dos Senadores têm proposto elementos importantes, como a questão de limitar o fluxo admissível.

(Superposição de intervenções dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. JOAQUIM LEVY – Não, seria uma despesa do ano.

(Superposição de intervenções dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. JOAQUIM LEVY – Não faria sentido um compromisso de vários anos. Não posso colocar um ativo que não é nosso no meu balanço, compreende? Eu somente vou colocá-lo ao final, depois.

Mas, voltando à questão da Inglaterra, lá há todo um trabalho sobre essa questão – se se reverte; se não se reverte; quanto reverte; e em que circunstância reveste. Tudo isso tem reflexos na maneira de o ativo

e o passivo serem registrados. Como não estamos trazendo todo o ativo para o balanço do Governo, não haveria por que trazer também todo o passivo para o balanço do Governo. Se, eventualmente, houvesse uma transferência, também teria de ser feita de maneira diferida.

É importante usar – creio que esse é um elemento que tem aflorado aos poucos – os instrumentos que já temos, como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que qualquer compromisso adicional seja feito de maneira muito transparente. Assim, nos nossos anexos de risco fiscal e de meta fiscal – nesse caso, entrará eventualmente o papel do Tesouro, com alguma instrução normativa –, há que se fazer o demonstrativo de tudo isso. Como sabemos, a Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplica somente à União, mas em todos os níveis.

Com isso, consegue-se um aumento de transparência e de responsabilização que creio atende ao tipo de preocupação que, me parece, lhe inspira.

(Superposição de intervenções dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Dr. Veloso está com a palavra.

O SR. RAUL VELOSO – Muito obrigado. A questão fundamental, Senador, é decidir – tenho a impressão de que isso foi decidido aqui em outras ocasiões – se os compromissos que o Governo assume com as parcerias serão incluídos no endividamento público ou não. Essa é a decisão fundamental, no meu ponto de vista. A partir do momento em que isso for decidido, creio que boa parte dos problemas desaparecem. Como estamos num contexto de crise fiscal muito séria, em que há uma "camisa de força" gigantesca sobre o setor público que ocorre há muito tempo e que controla o endividamento público. Definido isso, é só explicitar o endividamento, para que ele entre nessa "camisa de força".

Por exemplo, se se tratar de uma dívida adicional que será registrada, seja da forma que for, vou ignorar momentaneamente a forma de calcular. A União, para colocar uma dívida a mais, se ela está num programa de redução da dívida, vai pensar duas, três vezes. Ela terá de compensar isso, eventualmente até com o aumento da sobra de caixa em outro lugar, havendo uma razão forte para realizar tal, digamos assim, ou seja, para realizar aquele projeto.

No caso de Estados e Municípios, por incrível que pareça, talvez haja algum espaço. Por quê? Primeiro, não nos esqueçamos de que todo o sistema de endividamento de Estados e Municípios é controlado com muita precisão tanto pelo Executivo Federal como pelo Senado.

Há todo um conjunto de instrumentos. Todas as vezes que o Estado quer se endividar bate à porta do Joaquim Levy e de V. Exªs para propor esse endividamento. Tanto o Joaquim Levy como V. Exªs analisarão se isso é coerente ou não com as metas estabelecidas. Existem instrumentos capazes de assegurar que apenas aquilo considerado aceitável na política em vigor será introduzido. Portanto, definido o que se vai incluir no endividamento, nos demonstrativos, basta apenas enquadrar isso na sistemática em vigor.

Sinceramente, nunca me preocupei muito com esse fato, embora seja uma pessoa que está sempre brigando por responsabilidade fiscal e por ajuste fiscal. Evidentemente, preocupo-me com a capacidade de endividamento do setor público. Se essa capacidade não existe, a dívida decorrente não encontrará espaço para entrar, dificultando o surgimento de parcerias que podem ser muito relevantes por várias razões específicas.

Creio ser esse o grande freio, o grande instrumento. Vamos imaginar o contrário: a definição de que não haverá qualquer contabilização em lugar algum. Obviamente, como estamos numa crise fiscal, os analistas, os credores do setor público começariam a ficar preocupados se essa situação não significaria uma forma camuflada de endividamento, mas isso já está superado. Definido que isso entrará nos controles, as PPPs sofrerão o mesmo drama de outras propostas de endividamento no setor público. Ao entrar, será triturado do mesmo jeito.

O SR. (Orador não identificado) – E qual é a sua opinião?

O SR. RAUL VELOSO – A seguinte.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RAUL VELOSO – Deve ser, claro. Não significa que eu goste ou que considere feio ou bonito. O momento é de crise fiscal. É muito complicado abrir mão de registrar, nas estatísticas dos analistas e dos investidores que olham para o Brasil, a inclusão desse comprometimento.

A pergunta mais precisa de V. Exª referiu-se ao comprometimento. Para mim, o comprometimento é algo relativamente simples. Estou analisando a questão teoricamente. Nunca discuti esse assunto com ninguém do Governo. Não estou abordando nem examinando a parte operacional. Faço uma análise teórica mais simples. Definirei o fluxo de compromisso financeiro que o Governo terá adiante com aquele projeto ano a ano, a partir de certo ano. Evidentemente, é preciso saber calcular esse fluxo. Essa é outra questão que considero irrelevante neste momento por ser mais técnica. O que me interessa é que, em determinado ano, o Governo

terá um compromisso potencial. Em outro ano, esse compromisso atingirá outro nível.

Calcula-se o valor presente de forma simples. Calcula-se o valor presente desse fluxo de pagamentos no momento atual, com uma taxa de juros que é o custo do Governo hoje. Por quê? Se o meu compromisso está previsto para daqui a cinco ou seis anos, se enfrento uma crise fiscal e a minha taxa de desconto é alta, obviamente, analisando o problema hoje, aquele compromisso será muito menor do que se imaginaria. Seria muito maior se eu estivesse em outra situação em que a taxa de desconto pudesse ser mais baixa. Creio ser isso.

Na realidade, é como se estivéssemos explicitando os famosos esqueletos **a priori**. Estamos antecipando a situação, que é a exigência da crise fiscal. Para o Governo ganhar credibilidade, a crise fiscal, a rigor, não dá ao setor público o luxo de gerar esqueletos. Esse é o drama. O setor precisa explicitar antes o esqueleto, que deve ser bem calculado e revisto de tempos em tempos, porque esses fluxos podem mudar a todo tempo. Isso precisa ser sempre revisto. Se a receita futura do usuário aumentar por alguma razão, se houver um erro de cálculo e a participação do setor público for menor, esse valor presente será menor. No entanto, esse valor presente será confrontado com o espaço de endividamento, se é que ele existe, seja na União, nos Estados ou nos Municípios. Se houver, muito bem. Nesse caso, as autoridades que cuidam do assunto determinarão que o ente use essa forma de endividamento e não outra. Pode haver uma lista de projetos em consideração, por exemplo do Banco Mundial, do BID, e uma PPP será examinada. Entendo que seja assim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, autor do requerimento nº 43.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, saúdo a audiência pública e a qualidade das intervenções e saliento alguns argumentos expostos.

Primeiro, o Projeto das PPPs foi enfocado como instrumento de política de Estado e temos que, exatamente para construir esse instrumento, criar uma moldura institucional que seja duradoura, que dê transparência, sobretudo em face da grave crise fiscal-financeira que o Estado brasileiro atravessa em todos os níveis, para que isso possa ser efetivo, e construir algumas travas institucionais, exatamente em relação à sustentabilidade fiscal da parceria que vai ser definida.

Em segundo lugar, gostei muito da visão que precisamos passar de uma cultura da suspeita para uma cultura da confiança, o que envolve exatamente o pacto suprapartidário em torno da moldura institucional, que é o projeto de PPP. Temos que elaborar uma estrutura institucional jurídica que assegure, seja qual for o Governo no futuro, a preservação de tais decisões. Assim, o investidor privado terá segurança de participar e as finanças públicas terão a proteção necessária para poder responder a essa questão. Creio que esse ambiente institucional é fundamental para o êxito desse instrumento. As audiências públicas e a qualidade da discussão do Senado vão contribuir para que aprovemos um projeto de lei que tem exatamente essa abrangência, essa dimensão e essa segurança.

Dos pontos específicos que quero abordar, reforço um pouco a intervenção do Raul Veloso, sempre apropriada, que demonstrou a gravidade da crise fiscal do Estado brasileiro. É verdade, como o Senador Tasso Jereissati disse, que tivemos um volume de investimentos muito pequeno no ano passado, mas não foi por má vontade do Governo, mas porque, quando assumimos, tínhamos uma taxa de juros de 27,5%, uma taxa de câmbio de quase R$4,00. Além disso, 40,6% da dívida pública estavam indexados ao câmbio. Portanto, aquela desvalorização contaminava a dívida pública a uma velocidade violentíssima. Não podíamos continuar aumentando a carga tributária e não havia espaço para privatização de empresas, o que este Governo não pretende fazer. Então, a alternativa que tínhamos era um severo ajuste fiscal, o que foi feito. O resultado é que a dívida pública se estabilizou e, neste ano, começará a cair. Vamos ter uma queda em torno de 4% na dívida pública. Hoje temos apenas 12% da dívida indexados ao câmbio. Desendividamos o País e retiramos esse indexador. Construímos uma dívida pré-fixada. Então, há uma melhora na qualidade do padrão das finanças públicas. E os investimentos neste ano não só não foram contingenciados, como existem R$17 bilhões, há dois meses, sem aprovação no Congresso, por razões de eleição, de política e de toda natureza. E a disposição do Governo é aprovar o mais breve possível. Parte dos investimentos está parada hoje aqui no Congresso Nacional e precisa ser liberada. Tenho certeza de que vamos equacionar essa questão.

No instrumento do projeto de PPP, verifico que há duas mudanças muito importantes. Uma delas é fixar o limite de comprometimento da receita líquida. A idéia de 1%, além do fundo garantidor, é uma trava adicional que estamos colocando que vai proporcionar segurança e sustentabilidade ao ponto fiscal e financeiro. Essa é a contribuição do Senado que considero indispensável à visão que estamos discutindo.

Considero que a representação do Tesouro no Conselho Gestor deve-se dar pelo Ministro da Fazen-

da, responsável jurídico pelas decisões do Tesouro. Então, creio que isso está recontemplado. Creio que o Ministro do Planejamento é indispensável. A Casa Civil, na compatibilização dos projetos, também deve estar presente.

Talvez seja o caminho, Senador Tasso Jereissati, ampliarmos a participação de mais um ou dois Ministérios na composição do Conselho Gestor, que dê exatamente abrangência e ajude nessa reflexão e no processo decisório. Por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento, no meu ponto de vista, deveria estar no Conselho Gestor. Poderíamos avaliar se algum outro Ministério poderia eventualmente estar presente. Convém propiciarmos um pouco mais de participação para assegurarmos que essas preocupações sejam sanadas.

Em relação aos fundos de pensão, sempre defendi – e lamento que isso não tenha sido mantido no passado – a idéia da paridade na gestão, porque antes não era paritária a contribuição do patrocinador. Na medida em que a paridade passou a ser de um para um, tem de haver paridade na gestão, pois não há ninguém melhor para fiscalizar o fundo de pensão que os beneficiários, ativos e inativos, já que eles são os proprietários daquele patrimônio.

Devíamos discutir, não na PPP, mas na governança dos fundos de pensão, o princípio da paridade e o princípio da audiência pública prévia a qualquer investimento significativo que o fundo vá fazer. Os associados têm de ser convocados a participar da discussão previamente a uma decisão dessa natureza ou de qualquer outra.

O caso de Sauípe não é por causa de PPP; é problema de má gestão e de falta de controle dos fundos de pensão. Vários episódios semelhantes aconteceram no passado. Precisamos de paridade e de audiências públicas.

Para concluir, vejo que não há sentido em se trazer o passivo financeiro a tempo real se não se tem o ativo incorporado do ponto de vista do patrimônio da União. O mecanismo de 1% da receita líquida, o fundo garantidor e a Lei de Responsabilidade Fiscal são os instrumentos de controle desse esqueleto, e acho que são eficientes.

Parece-me que fica uma questão substantiva pendente colocada na agenda que discutimos: a participação do capital privado. Avançamos em vários pontos.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* ela não resolve é o problema da contabilização no momento de fazer a despesa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Poderíamos aprofundar essa discussão. No meu entendimento, o ativo é privado, e o que o Estado está garantindo é uma parte do custo dos serviços que aquele ativo vai gerar. E isso está assegurado do ponto de vista do fundo garantidor. É aí que está a contabilização – há ativos do Estado que estão em contrapartida ao investimento que será feito – e a fixação do limite, na Lei de Responsabilidade Fiscal – de 1% da receita líquida futura. Vejo que esses são os instrumentos de controle, mas pediria que fosse aprofundada a discussão.

Por último, há um ponto relativo à fixação de um limite mínimo de recursos privados para os projetos de PPP. Particularmente, tenho simpatia por essa tese. Entendo que temos de fixar um limite mínimo como, por exemplo, um terço do investimento tem de ser privado. Isso é uma garantia exatamente para forçar... É evidente que cada projeto é um caso. Abaixo disso, se o Estado tem recursos, deve garantir o risco. Se o Estado não tem recursos e precisa da iniciativa privada, esta tem de comparecer substantivamente com recursos para que o investimento se efetive. Talvez pudéssemos estabelecer esse princípio. Tenho simpatia por isso e gostaria de ouvir outras opiniões a respeito. Não sou favorável a fixar para o fundo específico. Acho que esta é uma questão de recursos públicos em geral: fixar o limite do ponto de vista de comprometimento do setor privado nos projetos de investimento de parceria. Essa é a questão que está pendente.

Pediria que se aprofundassem no problema da contabilidade **versus** fundo garantidor e comprometimento da receita líquida. Podemos avançar o debate sobre governança de fundos de pensão, as audiências e a paridade, que sempre defendi. Por sinal, há um projeto de lei em que defendo esses dois princípios desde a época em que eu era Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, pelo que deduzi, V. Exª usou seu tempo para os devidos comentários e me parece que não há indagação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quanto à fixação do limite mínimo do capital privado, gostaria de saber qual é a opinião do Joaquim, do Ataíde e do Raul, se na contabilidade não temos assegurada a preocupação fiscal, fixar o limite máximo de comprometimento em 1% da receita líquida e o fundo garantidor. Se essa não é a forma adequada de...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra inicialmente ao Dr. Joaquim Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Penso que são duas questões muito pertinentes, Senador.

Com relação à participação do setor privado, acho que a apresentação do representante da Previ, dos aposentados, realmente ilumina a situação de uma maneira muito clara.

Na verdade, há duas considerações no caso: uma é a questão da governança, que tem evoluído de maneira muito significativa nos fundos e acho que vai continuar a evoluir dentro do seu caminho próprio. As Leis Complementares nºs 108 e 109 comentadas foram muito importantes. O fortalecimento da supervisão pela SPC ou eventual instituição que a suceda é importante. Mas é fundamental que tenhamos duas coisas em mente. Em primeiro lugar, os fundos de pensão são instituições privadas. Portanto, não há tanta confusão. Por outro lado, a confusão que poderia haver, com as regras de controle dos fundos, é muito reduzida. Por quê? Qual é o raciocínio? Existe uma instituição patrocinadora de um fundo e um controlador. Ora, o controlador não vai querer entrar em investimentos, digamos, gravosos quando sabe que, se fosse o caso, ele seria chamado a complementar um fundo. Com o grau de regulamentação atual dos fundos de pensão, creio que a preocupação do passado, ou seja, da instrumentalização dos fundos, está muito reduzida. Hoje é muito mais difícil acontecer de um fundo entrar em processo gravoso e descobrir que possui um problema dez anos depois. Atualmente as coisas não são bem assim. Com a 108, com a 109, com o tipo de abordagem da SPC, a governança dos fundos evoluiu dramaticamente.

E o que ocorre? Como em tantas outras coisas, quando há transparência, quando as conseqüências são muito mais rápidas, o risco é tratado da seguinte maneira: imaginemos uma situação em que, por alguma razão, um fundo entrasse em algo que não fosse vantajoso. Na verdade, sua patrocinadora e, eventualmente, seu controlador seriam chamados rapidamente a complementar, o que significaria que o Governo estaria trocando seis por meia dúzia. Não há interesse nisso. O problema havia no passado, quando não havia governança nos fundos, quando não havia supervisão, quando o problema ficava fermentando durante anos e só seria descoberto no futuro. Esse tipo de preocupação é tratado de maneira mais eficaz, aumentando os controles e a transparência na administração do fundo, a governança, vamos chamar assim. Por tentar impor uma restrição, acredito, até por não ser advogado, pode enfrentar problemas jurídicos. Os fundos são instituições privadas, e quanto mais for entendido que assim são, mais importante.

Com relação à proposta de colocar 30%, considero-a absolutamente adequada. A questão é se os 30% são de capital ou se pode haver outro tipo de financiamento para a instituição. Vamos pensar no simples caso da privatização nos anos passados. Muitas empresas foram privatizadas, mas a relevância do BNDES não podia ser descartada. De quem é o risco, como é, como não é, há certas sutilezas com que devemos lidar quando se procura fazer algo muito radical. Não pode para os fundos. A proposta do Senador aponta na direção correta, e penso que não vai atrapalhar em nada a efetivação do tipo de PPP que o Governo Federal está fazendo.

Senador Ramez Tebet, desculpe me estender, na questão da contabilização, acredito que em país algum isso é posto como dívida. Até o cálculo do valor presente, que isso seja posto, é normal, por exemplo, em um anexo de risco da LRF, que se criem as responsabilidades contingentes e que haja um quadro que explique direitinho o que aquilo quer dizer. É por aí que estamos trabalhando. Penso que assimilar a uma dívida talvez não seja o caso, mas talvez o Sr. Luiz Antônio Athayde seja a melhor pessoa para lidar com esse ponto.

Como palavra final, creio que minha conversa, por exemplo, com o Dr. Albérico, etc, aponta nessa direção. Será muito importante garantir, se houver a questão da restrição de 1%, que nas leis estaduais elas sejam repetidas. Será um arcabouço geral muito sistêmico e muito importante. Assim como é hoje na Bahia, amanhã poderá ser em Minas Gerais, se houver um acordo para que outros Estados introduzam, refletindo no sentido de que haja na lei federal o limite de 1%. Isso, sim, seria um reforço para todos nós. Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Raul Veloso, por gentileza.

O SR. RAUL VELOSO – Respondendo ao Senador Aloizio Mercadante, vou complementar o que eu havia dito antes e também fazer uma referência à parte final da intervenção do Dr. Levy.

Estou partindo do pressuposto de que já é um assunto superado aqui que vai haver algum tipo de explicitação dos compromissos. A melhor forma de explicitar é outra questão. O importante é que ela seja lida pelos investidores, que percebam que está havendo transparência no processo. Se o País não estivesse em crise fiscal, talvez nem isso fosse necessário. Nos países desenvolvidos, acho que isso nem existe. E, aí, não sei se no anexo de riscos fiscais... Para mim, é detalhe. O importante é que haja explicitação, e essa explicitação – preciso complementar – deve também conter os ativos do setor público que eventualmente sejam explicitados no processo, ou seja, não só os compromissos, como também os ativos. Uma vantagem desse processo é forçar o setor público a desenterrar ativos que, por questões de tradição de não se fazer gestão de ativos, estejam escondidos. É até uma forma de colocá-los para fora, e eventualmente isso vai reduzir. Da mesma forma que há o valor presente dos

compromissos, haverá o valor presente dos ativos, até dos ativos que façam parte do fundo garantidor. No final, a contabilidade certamente vai mostrar o compromisso líquido que aquela intervenção vai trazer.

Pensemos bem, voltando um pouco atrás para entendermos a vantagem do processo: a outra hipótese, no caso de um projeto de PPP, seria o setor público se endividar para fazer aquela obra. Essa hipótese praticamente não existe, pela dificuldade que o setor público tem hoje, como todos sabem. A vantagem da PPP é que, em vez de fazer isso, o setor privado, por meio do mecanismo de **project finance**, entra no processo e pode trazer o valor presente do fluxo de receita do usuário futuro para dentro do processo, coisa que normalmente o setor público não faria. Pela forma tradicional, o setor público se endividaria, faria a obra e, quem sabe lá na frente, cobraria do usuário, e aí apareceria a receita. Aqui não. A vantagem é que o setor privado, ao entrar no processo, naturalmente traz a receita do usuário, porque é ela que vai garantir boa parte do financiamento que será tomado com quem quer que financie. A parte que resta para o setor público, o compromisso que restar entendo que terá que ser registrado da mesma forma que os ativos que forem explicitados no processo terão que ser registrados, um deduzido do outro. E o que vai restar, dependendo até da evolução do processo, pode ser muito menor do que se imagina.

Concluindo, Senador, acho que esse processo da aprovação da lei não deveria ser travado por conta de definirmos detalhes. Essa é a opinião de quem vem acompanhando isso há algum tempo. Esses detalhes dificilmente serão definidos, acredito eu, em reuniões como esta. É mais importante definir a história do princípio da explicitação do compromisso líquido. Esse princípio é que tem de ser definido e estabelecido. Depois, a questão é encontrar a melhor forma possível para que não atrasemos muito o funcionamento dessa nova lei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, já que o Athayde está tendo experiência nesse assunto, eu pediria também que ele nos dissesse como está sendo feita a contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Com a palavra o Dr. Luiz Antônio Athayde e depois o Dr. José Adrião também, que queria fazer alguns comentários.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ATHAYDE – Obrigado, Presidente.

Acredito que essa questão está pacificada na adequada interpretação, na leitura daquilo que hoje são exatamente os instrumentos legais que temos com relação à questão não só da contabilização, mas também do tratamento que se dá à obrigação PPP. E acredito que devemos aqui é exatamente valorizar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na medida em que temos a prestação de um serviço – e por isso queria comentar aqui e, de certa forma, me valer da linha de raciocínio do professor Raul Veloso –, temos que sair dessa visão de que PPP é obra. Temos que conseguir explicitar num contrato, que seja de 25 anos, que o investidor privado vai se apropriar daquilo que existe, do que se dispõe, da tecnologia, da qualidade do serviço, enfim, para formar um preço, tem que ser provado, **ex ante**, que isso fica mais barato do que se fosse investimento público. Isso, pelo menos na lei de Minas Gerais, ficou claro: isso tem que ser provado, senão não vai ao conselho gestor. Trata-se na realidade de um dos pontos importantes da instrumentalização, da transparência desse processo.

Então, o tratamento desse serviço está exatamente muito bem abarcado nos arts. 4º e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ora, se todos os Estados hoje têm que discutir, ano a ano, o ajuste fiscal – e são fixadas as metas fiscais se isso é uma despesa de gasto continuado –, e isso tem que ser comprovado, porque senão não se tem a estrutura do seu ajuste aprovada pela STL, dentro do compromisso que veio da própria reestruturação da dívida, se isso tem que ser comprovado, ou se tem uma redução do gasto corrente continuado ou a comprovação da receita, não se tem a PPP.

Então, por que querer tratar isso como ativo financeiro? Esse é um ponto que devemos olhar de uma maneira que não fira a natureza do próprio gasto que está feito. Isso não é um ativo da União. Será um ativo da União em algum momento no futuro. Não há como separarmos aquilo que, na realidade, é parte de investimento e parte do serviço. Temos que ter capacidade...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* separados...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ATHAYDE – Pois é, Senador, que separe, mas que tenhamos uma visão clara de que a forma de contabilização disso é um serviço. Isso não, na realidade, uma obra de ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Parte é serviço, parte é obra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ATHAYDE – Então, se tivermos aquela parte que é serviço, isso deveria ser contabilizado como ativo público, o ativo e o passivo, e não permanecer o ativo no setor privado e contabilizado no setor público.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Penso que a expressão correta foi utilizada pelo Professor

Veloso. Como evitar ou explicitar ou dar transparência a futuros esqueletos. Explicitar, no momento presente, futuros esqueletos. Essa é a grande questão. Se é contabilizada como ativo ou não, e gostei muito do que disse o Professor Veloso, quando disse: "Desde que seja, no momento de feito o compromisso, explicitado e entre na mesma – o que ele chamou de – camisa-de-força do endividamento público, que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não é só dívida financeira, engloba desde gasto de pessoal etc, está se criando um esqueleto, mesmo que não seja de natureza explicitamente financeira, é um compromisso que vai entrar nas despesas com que o Governo pode não arcar."

Isso aconteceu com Portugal. Por exemplo, alguém falou aqui: "Vou da Inglaterra para Portugal, que é mais perto e mais parecido com a gente. O que aconteceu? Estouraram os gastos públicos em Portugal, porque não foi feita essa previsão, foram suspensos todos e quaisquer investimentos, o que hoje está restrito a hospitais. Porque não feita essa previsão. Se existe alguma maneira, e vou repetir as palavras do professor Veloso, de explicitar um eventual esqueleto futuro e enquadrá-lo na mesma camisa-de-força da Lei de Responsabilidade Fiscal no presente... E é por essa razão, Dr. Levy, que 1% não adianta, porque, 1% de novo é novo futuro. Deve-se evitar que se jogue um esqueleto e, depois, o outro governo...

A história do Brasil é repleta desse tipo de coisa. E o Dr. Levy conhece isso muito bem. Todos aqui que foram governadores, e muitos foram, sabem que, ao assumir seu governo, pegaram uma porção de esqueletos do governo anterior que nem sabiam que existiam. Então, a história do Brasil não é, infelizmente ou felizmente, a da Inglaterra. Essa é a questão. Não é a questão de patrimônio ou ativo. O cerne do problema é explicitar e evitar o esqueleto futuro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ATHAYDE – Senador, concordo em gênero, número e grau com a sua afirmação de que temos de explicitar o passivo e a obrigação. Não há por que não fazermos isso. Entretanto, tem de se observar a maneira pela qual vamos explicitar essa obrigação. Isso é um ponto importante, até para que saibamos, daqui a cinco, dez ou quinze anos, que tipo de gasto estará impactando futuros orçamentos. Isso tem de ser entendido agora. Temos de dar esse tratamento, até para que, dada a própria atipicidade, tenhamos a garantia de que, caso a obrigação não seja cumprida, o Orçamento não tenha que honrá-la. Esse é um dado que realmente temos de tratar.

Então, penso que devemos entrar nessa discussão, porque isso não está realmente configurando uma dívida financeira. Como V. Exª bem disse, a Lei de Responsabilidade Fiscal abarca o conjunto das obrigações que têm de ser controladas pelo Senado Federal. Isso, efetivamente, tem de estar explicitado.

O que disse aqui, Senador, é que, pela natureza do gasto, temos de bem enquadrar essa contabilização e nunca, evidentemente, deixar de registrar que essa obrigação, em um período de 25 anos, terá um impacto, desde o primeiro momento, que vai realmente afetar as contas públicas. Então, é claro que esse é um ponto que temos de colocar.

Considero muito importante essa questão da natureza, como já disse aqui o Secretário Joaquim Levy. Nem temos de nos valer das experiências de fora. É importante observar o seguinte: temos um patrimônio conquistado, que é a disciplina fiscal deste País. Não podemos deixar de entender, de alguma forma, de maneira sub-reptícia, que há uma obrigação que não está adequadamente capturada. Temos de capturá-la, mas da forma correta, principalmente aquilo que consta dela, que é uma garantia de execução extra-orçamentária.

Parece-me que esse é um ponto que precisa ser aprofundado, para bem enquadrar qual é a forma de contabilização.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Senador Antonio Carlos Magalhães, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, louvo as excelentes exposições feitas, os esclarecimentos e a competência dos Senadores nas perguntas, principalmente do Senador Tasso Jereissati.

Um assunto dessa ordem será sempre um tema político, que vai exigir muita fiscalização. Seria útil que o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, propusesse ao Presidente da República que houvesse neste Conselho um representante da Oposição, para poder ver todas essas operações que serão realizadas. Isso é indispensável, a meu ver, para a lisura do prosseguimento do projeto, que não vai ficar em uma só PPP, pois serão diversas. Dessa maneira, penso que tem de haver alguém para fiscalizar. Se não houver, será porque o Governo está desconfiado, e isso não fica bem para o próprio Governo. Creio que todos são favoráveis a essa tese e levarão ao Governo – principalmente o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, pela sua boa convivência conosco – a proposta de um representante da Oposição no Conselho. Isso é indispensável.

Em segundo lugar, tenho uma questão que nada tem que ver com esta reunião, para a qual não preciso nem da resposta. Apenas digo que o Estado da Bahia entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para retirar do cálculo da receita corrente líquida os recursos do Fundo Contra a Pobreza. O Supremo Tri-

bunal Federal concedeu uma liminar, mas o Ministério da Fazenda, apesar da promessa do Ministro Antonio Palocci e da aparente boa vontade do Dr. Joaquim Levy, até hoje não tornou adimplente o Estado da Bahia. Fica caso a caso, prejudicando vários empréstimos que temos, inclusive com o Banco Mundial. Como essa pergunta foge ao assunto, V. Exª posteriormente me responderá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio Amaral) – Passo a palavra ao Dr. José Adrião de Sousa e ao Secretário Joaquim Levy. Em seguida, ouviremos o próximo inscrito, o Senador Eduardo Azeredo, autor do Requerimento nº 45.

O SR. JOSÉ ADRIÃO DE SOUSA – A preocupação principal dos fundos de pensão é com a formação da chamada Parceria Público-Público e com a influência não institucional de pessoas que ocupam cargos de direção, por exemplo, no patrocinador, no caso, o Banco do Brasil. Já existiu, continua existindo e será muito mais fácil de existir no momento presente.

A Previ, para decidir uma operação desse tipo, tem seis membros, sendo três representantes dos sócios e três nomeados pelo Banco, que inclui o Presidente, e este tem o voto de Minerva.

Agora mesmo, a Brasil Ferrovias tem dívidas de R$1,6 bilhão, que começou tranqüilamente com a participação da Previ junto com a Caixa Econômica. Indiscutivelmente é um investimento de interesse político e de interesse do Governo. Não é uma boa oportunidade de negócios, e lá já estão com 1,6 bilhão de rombo.

Quanto à questão da paridade, o aceno que o Senador Aloizio Mercadante fez é da maior importância. Vamos verificar como seria a questão da paridade. Se realmente houver equilíbrio entre os representantes dos proprietários e os representantes do Banco do Brasil, realmente haverá paridade. Também o aceno de que se institua alguma forma de prévia audiência aos associados, que são os proprietários reais dos fundos de pensão. Nesse caso, é a nossa sugestão e que se crie um órgão técnico que analisará, e os funcionários do Banco do Brasil sempre fizeram isso. Por conseguinte, são pessoas adequadas para analisar se uma operação é, do ponto de vista bancário, boa ou não para a organização.

Quanto ao limite, no nosso ponto de vista, o que é importante também para o Governo é que haja viabilidade de sucesso do empreendimento. Isso significa que o limite mínimo deveria ser colocado para o administrador do empreendimento, que teria de ser uma empresa privada sempre.

Quanto à questão de que o controlador ou que as normas da 108 e da 109 já são suficientes, não podemos dizer, pela experiência, que assim é e que assim será. O que houve na Previ foi uma intervenção que desfez a gestão compartilhada, isto é, a gestão paritária, e impôs um estatuto, que, redigido pelo interventor diretamente, todos sabem, a pedido do Banco, e impôs esse esquema de decisão, de comando, que já chamamos de gestão controlada pelo banco.

O que é um fundo de pensão? É o patrocinador, por conseguinte, com compromisso passivo, ou seja, com um passivo perante os seus funcionários, pagando um salário indireto, que é a sua contribuição para o fundo; e os funcionários, liberando o patrocinador do compromisso de aposentadoria, por exemplo, assumido pelo Banco do Brasil com os seus funcionários de muitos anos, de toda a vida.

Por conseguinte, os proprietários desses recursos, dessa poupança são os associados do fundo de pensão.

O patrocinador tem um compromisso, um passivo a registrar.

Por isso, entendemos que o que tem de ser corrigido é, como disse o Senador Aloizio Mercadante, a questão da paridade de comando nos fundos de pensão. Quanto aos fundos de pensão que têm pequeno patrimônio, com os limites existentes, poderia estar correto. No entanto, para um fundo que tem R$58 bilhões em ativos, quaisquer 5% representam quase R$3 bilhões de compromissos por empresa.

Por conseguinte, queremos afirmar que, pela nossa experiência, do jeito que a coisa está montada, é muito difícil não acontecer a parceria público-privada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Concedo a palavra ao Secretário Joaquim Levy. Depois, concederei a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. JOAQUIM LEVY – Senador, se V. Exª me permite, gostaria de dizer que, para minha grande satisfação, o que vejo é exatamente uma discussão sobre como o País está evoluindo, como as questões fiscais e administrativas estão tomando novos rumos.

Falei da 108 e da 109. Creio que é um passo, não está tudo resolvido, mas é um caminho, um tipo de abordagem para tratar a questão.

A menção feita agora, sobre a Brasil Ferrovias, foi muito interessante. Parte do problema ali era que não havia um real administrador, quer dizer, havia uma série de fundos passivos, sem que houvesse uma real administração. Essa situação prolongou-se por muitos anos. A partir do ano passado, começou-se a lidar de maneira mais direta com o problema.

Há outra questão que alinhei como sendo fundamental para o sucesso das PPPs e que faz parte dessa evolução institucional. Tomo a liberdade de discordar

que a Brasil Ferrovias seja um mau negócio. Era um mau negócio quando era mal gerida e em um quadro regulatório confuso. Pode ser um negócio maravilhoso na situação atual. É importante que sejam construídas instituições adequadas. É preciso esclarecer o marco do setor ferroviário, garantir igualdade de acesso onde é necessário, garantir acesso a portos, etc. É isso que vai transformar um negócio que foi altamente gravoso nos últimos quatro ou cinco anos, desde a privatização, em fonte de riqueza e de atendimento para regiões importantíssimas, tanto mais para o Norte quanto na direção, por exemplo, de Mato Grosso do Sul e de toda a área de São Paulo.

Dizer que um sistema ferroviário nas áreas mais ricas ou de maior crescimento do País não dará certo é um derrotismo que não temos como levar avante.

Os desafios são grandes. Creio que a percepção dos proprietários é extremamente legítima. Estamos querendo construir as PPPs, levando em consideração esses fatos.

Tudo isso me leva a uma segunda observação, sobre transparência, sobre responsabilidade do Governo, etc. Um das grandes vantagens das PPPs é exatamente que, ao se envolver o setor privado, o grau de transparência aumentará grandemente. Por quê? Deverá haver um edital em que se colocará em pratos limpos que negócio será aquele, como vai funcionar. Automaticamente, as responsabilidades, os comprometimentos que o Governo terá que assumir naquele projeto serão explicitados. Esse fato, aliado aos instrumentos dados hoje pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fará com que os riscos de criação de novos esqueletos diminuam dramaticamente.

Vamos pensar nos instrumentos que já temos. Mencionamos, por exemplo, o fato de a Bahia já ter incorporado 1%. Aquele projeto – aliás, a soma dos projetos – não pode comprometer para o futuro, em nenhum ano, mais do que 1% do fluxo. Essa é a melhor proteção para que o próximo Governador não descubra, por exemplo, que 7% da sua receita já está comprometida. Não. Os projetos terão tamanho tal que todos os Governos seguintes descobrirão que o comprometimento de sua receita com esse tipo de ação obedece a um teto. Em alguns casos, o teto é posto de maneira muito reduzida.

Então, creio que esse é um instrumento ótimo, mas, para que seja plenamente eficaz, será importante que as leis estaduais o reproduzam. Penso que seria uma iniciativa de grande clareza entender qual tipo de surpresa o novo governo poderia ter. Isso é um espelho da idéia de "margem de expansão", que está presente na Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, acredito que tal mecanismo seja prático, atende à preocupação levantada por V. Exª e está inserido no instituto da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da mesma forma, também o cálculo – que já estará no edital, mas será colocado nos anexos fiscais – já reproduz, por exemplo, a questão da Previdência Social. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que um dos anexos estipule a estimativa de compromisso total da Previdência Social. Nem por isso chama aquilo de dívida – nem deveria chamar, porque senão deveria reformular todas as contas. Mas está lá, transparente, sabe-se quanto representa o montante em relação ao PIB, se 30% do PIB, ou 20% dele, ou o que seja, estabelecendo-se o compromisso futuro para com a Previdência Social.

Conclui-se que esses instrumentos já existem. A questão está em que sejam usados cada vez mais e que sejam reproduzidos no âmbito do Estado. Se o melhor for estabelecer que isso é dívida dos Estados e estipular como os Estados vão encaixá-la dentro do limite da LRF, que seja esta uma possibilidade.

Uma observação final, ainda em relação a institutos, diz respeito ao acompanhamento das PPPs pelo Congresso. Ora, o Congresso tem um instrumento poderosíssimo para isso, já que a PPP estará sujeita ao Tribunal de Contas da União, que, no meu entender, é exatamente o acompanhamento feito pelo Congresso, seja pela Oposição ou não. É um instrumento que haverá no Brasil, como há em outros Países, para se ter certeza de que a PPP não terá nada a esconder. Destaque-se que hoje, em muitos casos, antes de fazermos algo, consultamos o Tribunal de Contas da União. Por exemplo, na questão rodoviária e na de concessões, já consultamos o Congresso Nacional, por meio do TCU, a fim de fazermos tudo com absoluta transparência.

Sr. Presidente, vou tomar emprestado o que disse o meu colega Athayde: o encorajador nisso tudo é a nova cultura que está sendo construída. A PPP nasce dessa nova cultura da responsabilidade, da transparência e da confiança. Esse é o meu sentimento, e espero que tenhamos os instrumentos para lidar com as preocupações levantadas por V. Exª. Penso que, juntamente com os Relatores e certamente com o Líder Aloizio Mercadante, teremos a oportunidade de fazer uma reflexão para que possamos incorporar, de maneira sistemática, as considerações que vêm sendo feitas nos últimos dois meses, de tal maneira que tenhamos, como disse o Professor Veloso, um projeto que seja muito "redondinho". Esse é o nosso desafio. O Planejamento, a Casa Civil e o Tesouro têm trabalhado nisso. Temos conversado com os dois Senadores, os dois Relatores, e também com o Líder Aloizio Mercadante. Portanto, creio que já temos instrumentos capazes de

responder à maior parte das preocupações e temos como incorporá-los, de maneira bastante sistemática, conforme os ajustes propostos no projeto. Para isso os Relatores têm nos apontado.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio Amaral) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, autor do Requerimento nº 45.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores, Srs. Convidados, a minha a pergunta é sucinta e repete o que dissemos na audiência anterior.

Primeiramente, a proposta do Senador Antonio Carlos parece-me bastante válida no que diz respeito à transparência. A construção de Brasília tinha um representante da Oposição na Novacap. Então, há 45 anos, já havia essa estratégia de a Oposição participar. Esse é o primeiro ponto, apenas para concordar com a proposta do Senador Antonio Carlos.

A questão do PSDB parece-me muito clara. O Secretário Athayde, defendendo a PPP, mostra-nos que, como Secretário de um Governo do PSDB, o do Governador Aécio Neves, é a favor da PPP – como somos também. Insistimos que somos a favor da PPP, mas queremos aprimorá-la. Aqui chego ao ponto de nossa discussão na última reunião. Gostaria que o Dr. Joaquim Levy comentasse a questão da participação dos fundos públicos e parapúblicos, recursos públicos e parapúblicos. O que discutimos aqui? No que diz respeito a um projeto de PPP, se uma empresa privada tirar um financiamento no BNDES, 50%, e os outros 50% forem, por exemplo, de uma Previ, basicamente só haverá recursos públicos não haverá recursos privados, considerando que a Previ é uma empresa parapública.

Assim, esse foi o assunto que não avançou. O Senador Mercadante até concordou, no dia da última audiência, que se deveria colocar um percentual com relação a esse assunto.

Essa é a pergunta que tenho, reiterando a nossa posição favorável à PPP. A minha discordância é com relação ao fato de se culpar a situação das nossas estradas pela falta de PPPs. A situação das nossas estradas está ruim porque o Governo não quer gastar dinheiro com elas. Não é porque não há PPPs. A PPP não pode também ser vista como uma varinha de condão.

O SR. PRESIDENTE (Delcidio Amaral) – Concedo a palavra ao Secretário Joaquim Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Senador, creio que o tema é complexo. Se amanhã houver um movimento no Congresso no sentido de que se deva restringir o papel do BNDES, pode ser. Por exemplo, no que diz respeito às privatizações, se formos pensar na área em que houve investimento em infra-estrutura nos últimos anos, podemos citar as telecomunicações. Não foi só privatização, os ativos estão lá. Houve investimentos. Nesses setores, a participação do Estado foi fundamental para viabilizar isso, principalmente quando o sócio, quando o administrador, o dono, o controlador do projeto era privado. Não teríamos tido investimento e não teríamos hoje uma representação importante de investidores nacionais, na área de telecomunicações, se não houvesse o BNDES. É público? É privado? Não sei. É infra-estrutura. É muito difícil. Eu não sei se teria uma resposta para essas suas preocupações.

A mesma coisa acontece com os fundos de pensão. Eles foram fundamentais para fortalecer uma série de investimentos em telecomunicações, área em que não podíamos contar meramente com um investidor estrangeiro. Os fundos e pensão foram fundamentais para que não déssemos toda a nossa área de telecomunicações para os estrangeiros. Foi público? Não é legítimo? Não sabemos.

Quais são os instrumentos que o Brasil tem para fazer isso? Eles são empreendimentos privados hoje. É difícil abstrair e cortar essas possibilidades.

Eu acho que é preciso limitar. A proposta do Senador, de 30%, é um caminho para se fazer isso. Minha convicção – peço desculpas– mais profunda é no sentido de que o caminho para se evitar investimentos ruins está na governança dos próprios fundos.

Acho que isso, como outras coisas do mundo, não conseguiremos resolver só com um instrumento. Possivelmente conseguiremos resolver isso com alguma combinação. Talvez os 30% do Senador, a continuação do processo de fortalecimento dos fundos, marcação dos ativos, maior transparência nas contas dos fundos de pensão seja a maneira de se evitar que haja isso. Volto a dizer, na hora em que isso acontecer, vamos ser francos, a situação que é o nosso grande medo, vai haver um esqueleto, ela desaparecerá. Isso porque na verdade o controlador da patrocinadora – há várias etapas – vai ser chamado para resolver o problema rapidamente. Isso é que evita o problema. Acho que a diferença entre hoje e o passado é que antigamente a pessoa gastava e o problema ia aparecer cinco anos depois. Hoje, com os mercados financeiros que temos, gastamos e pagamos na mesma hora. Isso é que limita.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É claro que concordamos que o BNDES financie e participe. Até porque uma das funções do BNDES é essa. A questão, o receio é que do jeito que está é que a totalidade do investimento esteja sendo feita com recursos públicos. Numa situação extrema pode-se chegar a isso.

Não sei se o Senador Valdir Raupp já concordou em colocar um percentual. Qualquer projeto teria que ter um limite. Quer dizer, a empresa, o empresário, o grupo de empresários teria que colocar 30, 20, 40, 50% de recursos próprios para não ficar só recurso público ou para-público, como estou chamando os recursos do Fundo.

O SR. JOAQUIM LEVY – O medo não é do esqueleto apenas, mas da promiscuidade entre o público e o privado. Teoricamente, pode-se formar uma situação em que o administrador, o parceiro privado, não entre com um tostão do seu, não entre com nenhum risco de capital – aqui há até outras previsões, como o Senador Sérgio Guerra vai falar – e ocorra, portanto, apenas uma luta paternalista entre vários empresários sem nenhuma capacidade de empreender, por um privilégio. Se ele não entra com o capital, com o risco, toda a vantagem da parceria público-privada também desaparece, porque ele também não se esforçará para ter a melhor eficiência desse projeto e desse serviço. O senhor conhece isso melhor do que eu e há de convir que a probabilidade de uma promiscuidade entre público e privado é gigantesca.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Parece que esse assunto é meio palpitante. Em outras palavras, é preciso ter certeza de que o investidor não terá recursos só do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. Se for assim, o próprio Estado pode bancar a obra, pois o dinheiro é público. Essa é a grande questão, ao que me parece.

O SR. JOAQUIM LEVY – Senador, sou totalmente a favor disso. Não vejo esse risco. Não sei quanto aos projetos estaduais ou municipais, mas, no âmbito federal, nos projetos que temos analisado e que seriam passíveis de PPP, não vejo situações em que isso possa ocorrer. Entretanto, há o risco de que haja um parceiro privado com uma fonte de renda garantida. Nesse caso haverá mais de uma empresa e todo o investimento será público, quer se chame de PPP ou não.

Vamos imaginar a construção de uma rede de distribuição eminentemente gravosa, mas que está sendo financiada por recurso público. Então, há vários sócios, alguns estatais, alguns privados, alguns de economia mista, outros puramente privados, mas é um empreendimento. Pode ser que isso exista, com o nome de PPP ou não, e construa rede de distribuição.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Só que essa legislação apenas fiscaliza esse tipo de concorrência. Penso que se é privado o risco é privado.

O SR. JOAQUIM LEVY – Mas V. Exª crê que resolvem os 30% de capital privado? Penso que o que o Senador nos traz é excelente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Mas tem que ser incorporado, então, ao relatório do Senador, porque por enquanto não está.

O SR. JOAQUIM LEVY – Senador Eduardo Azeredo...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Senador Agripino pediu-me um aparte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) Posso fazer uma consideração rápida, Sr. Presidente? Essa audiência não estava prevista, ela está sendo realizada pelo entendimento dos líderes com representantes do Governo de se estabelecer um amplo debate que trouxesse aquilo que está sendo tão repetido aqui, a transparência, que não estava prevista no projeto original. Estamos aqui procurando, como fizemos na Reforma Tributária, aperfeiçoar um processo que objetiva fazer os maiores investimentos neste País e que têm de ser policiados não pelo TCU, depois de feitos, mas sim por antecipação. A colocação feita aqui, que é um pensamento do meu Partido, da Minoria ou da Oposição, de democraticamente participar do Conselho Gestor, é fundamental não para a Oposição, mas para o interesse nacional. Com quanto o BNDES pode participar? Qual é o limite dos fundos de pensão, para que não fique uma parceria público-pública? Como será obedecida a Lei de Responsabilidade Fiscal? Quais são os parâmetros?

Entendo que isso tudo tem que ficar já definido e esse debate está sendo feito para se definir isso, na minudência que ela tem que fazer. Uma outra coisa: vamos atribuir responsabilidade devida em cada projeto. Não creio que o Conselho Gestor deva ser engessado com representantes dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, dos Transportes. Quando a obra for vinculada ao Ministério dos Transportes, o Ministro responsável, o representante tem que ser o dos Transportes, para que dele seja cobrada a responsabilidade integral, junto com o representante da Oposição. Quando for um outro Ministério, o representante do outro Ministério, para que a responsabilidade fique focada, fique claramente identificada, porque não é o Tribunal de Contas da União apenas quem vai ficar responsável pela fiscalização futura; nós temos que, por antecipação, tomar as precauções devidas.

E considero que esse debate, essa audiência pública, está cumprindo um papel que não estava previsto anteriormente, porque o Projeto de Parcerias Público-Privadas, aprovado na Câmara, deixava muito a desejar. Concordo que é algo de que o País precisa; o meu Partido não vai criar nenhuma dificuldade, pelo contrário, vai criar facilidades, mas desde que as precauções devidas sejam tomadas. Uma que quero deixar é endossar a posição aqui apresentada pelo

Senador Antonio Carlos: a participação de um congressista dos Partidos que formam a Minoria, como forma não de tumultuar, mas de colaborar no sentido da fiscalização.

O segundo ponto: se o projeto está vinculado a um Ministério "a", "b" ou "c", o Conselho Gestor deve ser composto, naquele projeto, de um representante daquele Ministério para que a ele seja atribuída a responsabilidade maior na aprovação e no prosseguimento da análise do projeto.

Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Senador Pedro Simon também me pediu um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, tenho receio, sinceramente falando, de que aqueles oradores que estiverem escritos, com os sucessivos apartes... Vou fazer o seguinte, vou atendê-lo da seguinte forma: o próximo inscrito é o Senador Rodolpho Tourinho, que vai lhe conceder um aparte. A não ser que as suas ponderações percam totalmente a oportunidade. Se não for assim, pediria a compreensão de V. Exª e concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, temos trabalhado nessa questão das PPPs buscando basicamente quatro níveis de blindagem. A blindagem da Lei de Responsabilidade Fiscal; a blindagem da Lei de Licitações; a blindagem sugerida inicialmente pelo Senador Tasso Jereissati da participação de fundos públicos; e outra da viabilidade como PPP e da qualidade desse PPP.

Então, dentro dessas quatro blindagens, gostaria de me referir inicialmente à questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, para apenas esclarecer a questão do percentual da receita corrente líquida. Foi feita uma emenda minha nesse sentido, não fixando em 1%, mesmo porque nem o Governo nem os Estados têm o poder de fixar isso. Isso deveria ser fixado por proposta do Presidente da República ao Senado, a decisão é do Senado, e minha emenda foi nesse sentido.

Como a Bahia, que estávamos estudando, falava em 5%, eu achava demasiado. O Governo Federal passou a falar em 1%, o que pode ser aceitável ou não, mas quero entrar um pouco na natureza disso. Em relação à contabilizar como dívida pública pode, não há dúvida nenhuma, isso não é uniforme no mundo inteiro, mas, dentro da nossa legislação, a PPP pode ser contabilizada como dívida pública. Ela não pode ser contabilizada como gasto de natureza continuada, porque ela não depende, não deriva de ato legislativo.

O que me preocupou muito é a fragilidade que se pode levar, uma fragilidade jurídica, quando se contabiliza como dívida pública em função de se ter que trazer a valor presente, por exemplo, de não se poder determinar efetivamente se aquele serviço vai ser prestado ou não. Essa, na verdade, foi a minha preocupação, ainda que eu entenda que o assunto deva continuar a ser discutido.

Daí, eu parti para a idéia de limitar a receita corrente líquida, que, como disse o Dr. Raul Veloso, é uma questão também de fluxo de compromisso financeiro. No fundo é isso.

Quando falo de receita corrente líquida, de limitação de receita corrente líquida, estou falando de limitação de fluxo de compromisso financeiro com a mesma natureza, por exemplo, da limitação que é dada a pessoal de 60%. Teria a mesma natureza, e ela é mais fácil de aplicar e não teria... Em princípio, creio que não devemos discutir fragilidade jurídica e nem fragilidade fiscal. Esse foi o objetivo dessa minha emenda, mas penso que devemos discutir esse assunto.

Em relação à lei de licitações, creio que foi muito importante. E não falamos disso hoje aqui, mas é importante dizer o que já foi feito nessa área, porque o projeto que veio do Governo não era muito bom, tinha a questão da obra pura, tinha a questão da precedência, do valor mínimo de contratos, critérios subjetivos. Fizemos várias emendas sobre esse aspecto de forma a blindar esse aspecto da lei da licitação.

Em relação ao terceiro aspecto, a participação de fundos públicos, foi muito importante tudo aquilo que foi colocado aqui pelo Dr. José Adrião de Sousa de forma muito própria, simples objetiva e competente. Isso deve guiar muito, Senador Tasso Jereissati, a nossa discussão em torno desse tema para evitar o que vimos no passado e que não venhamos a ver outra vez no futuro casos semelhantes aos que todos nós conhecemos ou muitos conhecem.

Essa questão dessa discussão é importante. Existe por trás disso um problema ainda maior na minha cabeça. É que o BNDES não pode deixar, em hipótese nenhuma, de participar do financiamento. Não tenho dúvida nenhuma em relação a isso, porque é a única forma de financiamento, além dos fundos de pensão, que temos de financiamento e investimento de infra-estrutura a longo prazo. E o BNDES, dentro daquilo que apregoa hoje, não está disposto a fazer o **project finance,** ou seja, ele quer fazer esse tipo de financiamento, mas aquele financiamento tradicional, que é impossível de ser feito a não ser com os próprios recebíveis do projeto, com a garantia do próprio projeto. Caso contrário, não se vai ter um financiamento. Isso me preocupa muito mais em relação às PPPs e preocupa-

me muito mais ainda em relação aos investimentos que têm que ser feitos no setor elétrico, porque sem **project finance** não vai sair nada, porque não há como fazer nenhum tipo de financiamento sem o **project finance** não há como fazer isso. Como entendo que a PPP não vai resolver todos os problemas como está se falando que vai resolver, a minha preocupação é com o setor elétrico naquilo que precisa ser financiado.

O último ponto é a questão da blindagem em relação ao custo-benefício e à questão da qualidade do projeto. Essa questão, no fundo, nasceu depois que foi colocada aqui, pelo Senador Tasso Jereissati, essa questão da participação dos fundos públicos. Entendi, e começamos a trabalhar o texto de uma emenda que fosse o seguinte, resumindo: ter-se-ia alguém – não seria uma ONG, não seria o Governo e não seria a iniciativa privada – que viesse a atestar que aquele projeto foi enquadrado como PPP e deveria ser enquadrado como PPP, e não como obra pública ou não como concessão. Isso, para mim, parece essencial: que alguém ateste que aquilo que o Governo estadual, federal ou municipal propôs, realmente, o enquadramento daquele projeto teria que ser feito como PPP, porque isso pode ser feito de várias formas, e alguém teria que atestar isso.

Em segundo lugar, que o projeto é viável, que o projeto tem bom português e boa qualidade. Com isso, o que aconteceria? Estaríamos dando um conforto muito maior a essa questão das fundações na participação dos fundos públicos, ao próprio BNDES financiador, já que não se tem outro financiador a não ser o próprio BNDES, que se teria seguramente uma redução do custo de financiamento desse projeto e, conseqüentemente, uma redução da contraprestação que seria dada pelo Governo, além de se buscar uma maior atratividade para os investidores privados.

Esse é o ponto: estamos trabalhando ainda em uma emenda nesse sentido de buscar a qualificação desse projeto.

Eram esses os aspectos que eu gostaria de apresentar.

Dr. Joaquim Levy, quanto à posição em relação ao primeiro item da Lei de Responsabilidade Fiscal, V. Sª se referiu a anexo, a controle, creio que isso não funciona. Apenas funcionará se efetivamente houver um limite incorporado dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, como é esse limite proposto sobre a receita corrente e líquida, ou o limite de endividamento que já está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Creio que o Governo, no início, errou na visão ao dizer que bastaria afirmar que estava enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não basta isso.

Outro ponto, que também já foi objeto não de uma emenda, mas de um projeto meu, que já encaminhei, é no sentido de também colocar a União dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por que Estados e Municípios estão enquadrados, e a União, não? Originariamente, isso veio para cá dessa forma, mas os limites foram aprovados somente para Estados e Municípios. E penso, sinceramente, que a União também deve estar enquadrada. Não são apenas Estados e Municípios que têm esqueletos; a União também os têm.

Era isso que eu queria colocar.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, é apenas para salientar uma informação que tenho com relação a uma empresa que já se está antecipando à aprovação, já está praticamente com tudo encaminhado. O Estado, não sei se é o Espírito Santo, se é o Rio de Janeiro, vai conceder todas as isenções fiscais. Absolutamente todas. Vai receber 100% do BNDES, vai construir os navios para a Petrobras e está com a vida tranqüila. Quer dizer, vai ser um negócio! Já tem comprador. A Petrobras compra ou plataforma, ou navio – principalmente navio –, o BNDES entra com toda a verba, 100%, e o Estado dá isenção total. Não sei se existe algum lugar no mundo onde haja um negócio igual a esse que se pretende fazer aqui no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho, para sua conclusão, por gentileza.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Considero que já concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, tenho observado que os pontos importantes desse projeto não estão definidos porque ele ainda precisa ser aprovado, mas os pontos divergentes estão muito bem debatidos. Tenho entendido assim, porque esses pontos se reduzem a quatro ou cinco itens: responsabilidade fiscal, projeto de licitação, participação do BNDES e outros.

Percebo também o bom andamento dos nossos trabalhos. Todos os Senadores que estão presentes já colocariam logo os seus pontos de vista; depois, os senhores anotariam. Como vou dar a palavra para a conclusão, os senhores fariam a conclusão sobre as perguntas feitas. Em outras palavras, o que a Presidência propõe? Propõe que os Senadores inscritos, todos eles, coloquem os seus pontos de vista. Os nossos convidados anotarão as mesmas e, depois, responderão também em conjunto às indagações. Isso só tem uma desvantagem: não vai permitir réplica nem tréplica. Mas, assim mesmo, faço a proposta. Se o Plenário concordar, vou conceder a palavra.

Quem acaba de chegar e está inscrito é o Senador Jonas Pinheiro. Se quiser trocar com alguém, Senador, porque V. Exª chegou agora, fique à vontade.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Não, Sr. Presidente. A minha intervenção é no sentido de colaborar. Não tenho nenhuma pergunta a fazer. Quero apenas testemunhar que nós, em Mato Grosso, já vivemos parte daquilo que estamos votando. Por isso, sou extremamente a favor da aprovação da PPP.

O Governo de Dante de Oliveira, anterior ao de Blairo Maggi, instituiu um fundo em Mato Grosso que vinha exatamente dos produtores rurais. O Governo Blairo Maggi, aproveitando esse fundo – na Lei estava explicitado que 70% desse fundo destinavam-se à área de transporte e 30%, à área de construção de casas –, deve, no mês de abril, já construir, em convênio com as Prefeituras, 20 mil casas. Portanto, não tem nada de PPP.

Na área de transportes, dos 70% daquele fundo, uma parte está sendo destinada para abertura e conservação de estradas, construção de pontes, etc. E com uma parte ele fez um PPP paiaguás. Eu diria paiaguás referindo-me aos índios que habitavam Mato Grosso na época do descobrimento de Cuiabá.

No ano passado, ele construiu, por meio desse entendimento com consórcio de produtores de uma determinada linha, 509 quilômetros. Neste ano, ele já vai para mil quilômetros de asfalto, e o consórcio dos produtores faz a sua parte. Qual é a parte desses produtores? Quais são as **(falha na gravação)** daquela estrada, fazendo toda a parte de preparo para o asfalto, e o Governo do Estado vem, posteriormente, com a matéria asfáltica e completa o trabalho. A fiscalização é do Estado e os consórcios, que, de início, pensava-se seriam 20 ou 30, já são 50 no Estado de Mato Grosso.

Os agricultores, que pediam para o Blairo, quando candidato a Governador, cancelar esse fundo, hoje brigam para que não seja cancelado, porque é exatamente ele que está dando condições para que aquele Mato Grosso de 900.000km², que não tem estrada estadual, cujas estradas federais são de péssima qualidade, deva fazer, até o final do Governo do Blairo, em torno de 3.500km de asfalto de boa qualidade.

Veja que os produtores estão satisfeitos e pagando todo o asfalto, porque eles pagam toda a base em convênio com as Prefeituras e, depois, vem o Estado com o asfalto, que é originário exatamente daquele fundo. Portanto, os agricultores estão pagando 100% das estradas no Estado de Mato Grosso e está todo mundo feliz.

O grande problema é que o Executivo remeteu um projeto de lei à Assembléia e esta tem dificuldade em aprová-lo como os produtores nos consórcios serão compensados na aplicação daqueles recursos, porque a Procuradoria do Estado está aguardando que aprovemos a nossa PPP, a PPP nacional, para que a PPP paiaguás, tupiniquim ou pantaneira seja de fato efetivado como uma grande ação dessa parceria público-privada que está sendo feita no Estado de Mato Grosso em relação as estrada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nosso Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, serei extremamente breve, dado o avançado da hora. Além disso, como Relator, devo ouvir mais do que falar acerca do projeto.

Esta reunião está sendo muito importante, e vários pontos foram bastante elucidados pelos que aqui fizeram suas explanações. Por isso, estou convencido de que o adiamento deste projeto foi importante para este Senado e para o País.

Nesta oportunidade, quero parabenizar as Srªs e os Srs. Senadores, inclusive os da Oposição, pela insistência na colocação de suas propostas, que, aos poucos, se não totalmente, foram acatadas em parte. Desde já, estamos convencidos de que muitas mudanças importantes já ocorreram e ainda poderão ocorrer neste projeto.

Como Relator, vou-me debruçar sobre a matéria após esta reunião, para que, na próxima semana, possamos apresentar o relatório definitivo a esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Senador Tasso Jereissati está fazendo algo que, na minha terra, denominamos enticar, que significa provocar com vara curta. Mas eu não vou aceitar! Apesar de que eu iria mais ou menos na mesma linha, S. Exª provocava-me, pedindo à Senadora Lúcia Vânia que eu fosse na mesma linha do Senador Valdir Raupp.

Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Tasso Jereissati – aliás, na minha linha de intervenção, também não farei nenhuma pergunta ou indagação – que este projeto de parcerias público-privadas não se trata de um projeto de Governo, nem tampouco para determinado Governo. Em primeiro lugar, ele tem que ver com uma análise muito clara, até triste, que nos leva a concluir que o Estado brasileiro atingiu tal ponto de incapacidade de investimentos que, segundo dados muito claros apresentados pelo Dr. Veloso, investimos um oitavo do que investíamos há menos de 20 ou 30 anos.

Então, a capacidade de investimento do Estado brasileiro é absolutamente crítica, e, quando se trabalha em um projeto de parcerias público-privadas, tem-se como objetivo contribuir para solucionar esse problema. Contudo, o projeto não será um passe de mágica. Não

será apenas essa alternativa que poderá solucionar o problema, mas, dada a gravidade da situação atual, principalmente no que se refere à infra-estrutura em nosso País – abandono, falta de estradas, de ferrovias, de portos –, é impossível sustentar o crescimento que estamos vivenciando se não houver ações que dêem condições de infra-estrutura ao País.

A Parceria Público-Privada não é nenhum milagre, não é nenhuma salvação absoluta. É uma alternativa que poderá nos dar, em médio prazo, algumas soluções e viabilidades, como bem exemplificou o Senador Jonas Pinheiro, em cujo Estado essa parceria já está sendo realizada; em Mato Grosso, pelo menos no que diz respeito às rodovias, o problema está sendo equacionado com a participação dos empresários agrícolas.

Sr. Presidente, entendo que este não é um projeto de Governo. É um projeto de Estado, que busca opções para resolvermos esse problema do Estado brasileiro, qual seja, a falta de capacidade de investimento. Por isso, este não pode ser um projeto de Oposição **versus** Situação. Este é um projeto que, em termos de investimento, busca uma parceria entre o público e o privado. E a votação dele, segundo esse entendimento de ser um projeto do Estado, tem que ser suprapartidária. Deve haver participação de todos os Senadores, independentemente de Partidos ou de Estados a que porventura estejam ligados, para que encontremos a melhor solução para sair desse estrangulamento estabelecido em termos de investimentos.

Este projeto é tão suprapartidário – e aí eu quero devolver um pouco para o Senador Tasso Jereissati – que os que primeiro aprovaram matérias nessa linha foram Estados governados pelo PSDB. Eles tomaram a iniciativa, deram a sinalização, e nada melhor do que essa iniciativa tomada por Governadores do PSDB para demonstrar claramente que isto aqui é um debate suprapartidário, um debate a respeito da capacidade de investimento do Estado e de como vamos encontrar soluções para que isso possa ser resolvido a médio e longo prazos. Até porque não haverá nenhuma Parceria Público-Privada que ficará afeta exclusivamente ao atual Governo. A PPP afetará este e os próximos governos. Espero que os próximos sejam todos do PT, mas sabemos que o tucanato ficou muito animado com o processo eleitoral, e todos eles querem, muito rapidamente, voltar ao Governo.

Então, é muito bom que façamos o debate suprapartidariamente, independentemente de quem vai obter nas urnas o direito de continuar governando o Brasil a partir de 2006 – sem tanta empolgação, como vejo em alguns Senadores e em algumas lideranças do PSDB.

Entendo que estamos concluindo uma fase importante do debate, do aprimoramento do projeto. O debate só aperfeiçoou o projeto, e este não pode ser uma queda de braço entre Governo e Oposição.

Viu, Senador Tasso Jereissati?

Muito obrigada.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Com licença, Sr. Presidente, somente por uns trinta segundos. Quero dizer aqui que um dos sonhos que tenho nesta Casa é a Senadora Ideli concordando comigo. Isso me realizará política e moralmente. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Lúcia Vânia, tem V. Exª a palavra, por gentileza.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, não gostaria de fazer nenhuma pergunta. Quero apenas cumprimentar os expositores e dizer da satisfação em ouvi-los aqui hoje. Sem dúvida alguma, tivemos a oportunidade de dirimir muitas dúvidas a respeito do projeto.

Acredito que o Sr. José Adrião de Sousa, representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, conseguiu externar uma das grandes preocupações que movem esta Comissão e movem aqueles que têm o interesse de que o País retome o desenvolvimento social e econômico, mas com o cuidado de que se levem em conta os erros do passado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Sérgio Guerra, V. Exª estava inscrito. Desiste ou quer tecer algumas considerações? (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Sérgio Guerra.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aliás, Sr. Presidente, registre-se que o Senador Sérgio Guerra está completando mais um ano de vida. Ele está aniversariando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que merece os parabéns de todos nós.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Exª reparou como estou de bem com o PSDB?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por isso mesmo que o Senador Sérgio Guerra dará o fecho da participação do Plenário.

Senador Sérgio Guerra, por gentileza, com a alegria do dia.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, Srs. Palestrantes, Senhores, primeiramente, com toda a sinceridade, quero dizer que estava reportando ao Senador Tasso Jereissati que tenho alguns anos de Parlamento, na Câmara e agora no Senado, e não vi matéria relevante como esta sendo discutida da forma suficiente como está ocorrendo no Senado Federal.

Evidentemente que, por um bom período, não se ajustou uma agenda, mas questões aqui foram le-

vantadas, questões aqui estão sendo consideradas, o que é demonstrado por esta reunião de hoje. Isso não quer dizer que elas estejam resolvidas, mas me parece bastante claro o interesse de todos – tanto dos que estão na Mesa quanto dos que não estão –, o interesse dos Partidos de maneira geral, a vontade de chegar a uma solução correta.

Não há ninguém aqui fazendo desta matéria discurso oposicionista. Todos desejam dotar o País de um instrumento eficaz, em uma oportunidade que não pode ser perdida.

Penso que há consenso relevante sobre matérias que não eram consensuais, mas existem pontos que precisam ser mais bem resolvidos. E esta audiência, pela qualidade dos palestrantes e pela participação dos Senadores, é bastante positiva na direção dessas soluções.

Raramente o Congresso atua assim, de maneira singela, simples e objetiva.

O Senador Tasso Jereissati tem muita responsabilidade por isso, porque foi o principal polemista da matéria, com a responsabilidade pública que todos reconhecem em S. Exª.

Faço três comentários. O primeiro não diz respeito exatamente a essa matéria, mas foi levado à discussão aqui: o investimento público ou o investimento do Estado Federal. É dramática a constatação de que, mesmo estando a inflação brasileira sob relativo controle há algum tempo, continuamos a ser absolutamente precários no planejamento da despesa do investimento público. Não houve um ganho de qualidade relevante. Por exemplo, os planos plurianuais, que deveriam ser balizadores seguros de programas de investimentos, não o são. Basta examinar o que aconteceu no plano plurianual do Governo atual. Foram feitas dezenas e dezenas de audiências públicas. Houve uma discussão com a sociedade. O tema foi discutido no Congresso de forma totalmente tumultuada e foi aprovado há poucos dias. Seguramente, seu exame não teve prioridade do ponto de vista público, e não é uma referência segura para os próximos anos.

A segunda questão são os contingenciamentos. Não concordo com o Dr. Joaquim Levy, em que pese reconhecer, publicamente, a lucidez de quase todos os seus comentários. Não concordo que os contingenciamentos sejam discretos. Eles são absolutamente absurdos. A existência de restos a pagar que entram por dentro da execução orçamentária de sucessivos anos não se quebrou e é desastrosa. O Governo, a dois ou três meses de encerrar este exercício, pagou dos investimentos previstos pouco mais de 20%. Creio que deve estar em torno de 23% ou 24%. Não tenho números atualizados. Pagaremos mais 30%, 40% ou 50% em dois ou três meses com um quadro de prioridade duvidosa. Isso tudo reflete na má qualidade não apenas da seleção das prioridades, como da execução da obra pública. A grande constatação, não apenas pelo tamanho mínimo desses investimentos, mas pela forma como eles são liberados, é de que o dinheiro público federal não está virando investimento seguro, reprodutivo e conseqüente. Não potencializamos nossos recursos públicos com o mínimo de responsabilidade pública. Essa não é uma acusação, mas uma constatação, que já existe há algum tempo. É preocupante. Se nos lançamos em um projeto novo, como o das PPPs, que está sendo tratado com extensa responsabilidade, não conduzimos o processo do investimento público com o mínimo de responsabilidade.

Nesta semana, estava em meu Estado, que tem alta vocação turística, reunido com os prefeitos do litoral pernambucano. Discutimos que o único recurso liberado para pagar investimentos na área de turismo – que são mínimos – foi destinado a uma pequena cidade do agreste que, rigorosamente, não tinha a menor condição nem de receber aquele volume de recursos, muito menos de ter prioridade. Todos os programas turísticos do Estado não tiveram um tostão deles liberado. Uma cidade pequena, por conta de um arranjo político – no pior sentido da expressão "política" –, transforma-se em prioridade para a indignação de 12 ou 13 prefeitos do litoral nordestino no meu Estado de Pernambuco. Como todos sabem, o litoral do Nordeste é uma prioridade real quando se pensa em fazer algo em matéria de turismo.

Não falar do Ministério dos Transportes, que está aí sem fazer nada; não falar do Ministério da Agricultura, que pagou quase nada de seus investimentos – que já são rigorosamente insignificantes – e daí para frente. Isso não quer dizer que não devamos tratar das PPPs nem aprová-las. Mas é sincero dizer que, do ponto de vista do recurso público, estamos em uma situação deplorável, não apenas pelo volume, que é mínimo, mas pela qualidade dos investimentos e pela forma como são liberados. Há uma ampla cumplicidade nisso, executiva e legislativa, que um Brasil moderno não aceita mais. É impossível continuarmos com essa cumplicidade e esse padrão de administração pública no País.

A discussão sobre a PPP, cada vez mais, vai-se centralizando em dois ou três pontos para os quais devemos reconhecer que o diagnóstico é mais ou menos semelhante, mas não chegamos ainda às propostas para o equacionamento dessas prioridades e desses problemas, não apenas dos esqueletos. A questão principalmente de uma certa precaução de uma indispensável lucidez no trato da questão das parcerias, do tamanho do programa privado nas PPPs, parece-me

uma questão central, sobre a qual devemos refletir amplamente. Não temos tradição no Brasil de investimentos de longo prazo e nenhuma tradição desses investimentos na forma de parceria. Venho de uma região que teoricamente executou parcerias por um bom período, com os incentivos fiscais. Eram recursos públicos e recursos privados, pode-se assim dizer, mas o fato concreto é que as instituições regionais foram destruídas, e havia muito erro nelas. Não podemos agora, depois da privatização, que também muitas vezes se transformou num arranjo entre os fundos de pensão, alguns grupos privilegiados e o BNDES, reproduzir isso outra vez. E estamos ameaçados de fazer isso, se não tivermos cabeça, lucidez e coragem para evitar que isso aconteça. É preciso ter coragem, porque as forças que trabalham nessa direção são poderosas, não são fracas. São forças contundentes. Não enxergo grande parcela do empresariado nacional com perspectivas de longo prazo. Exatamente esse empresariado nacional que devia estar nos projetos de longo prazo nunca esteve junto com o Estado. Normalmente os fez por iniciativa dele mesmo. O grupo que mais se interessa por esse programa, ou que está mais ativo em relação a ele, é o mais viciado dos grupos e o que tem mais cumplicidade na sua relação com o Executivo e com o Estado. Essa é a grande verdade. Não estou descobrindo nada aqui que não seja do conhecimento de todos.

Eu queria apenas elogiar o esforço. Creio que estamos numa boa condição. Eu estava dizendo ao Líder Aloizio Mercadante que estamos caminhando de maneira muito segura nisso, a condição de S. Exª é muito boa, S. Exª entrou no processo e botou as coisas na linha certa. Porém, estou vendo aqui no art. 7º que o chamado "fundo fiduciário" pode ser usado para receber pagamentos efetuados... Vou ler o texto:

"Parágrafo único. Além das garantias concedidas ao parceiro privado na forma do **caput**, o contrato de parceria poderá prever, em favor da entidade financiadora do projeto, a emissão, diretamente em seu nome, dos empenhos relativos às obrigações da administração pública e a legitimidade para receber pagamentos efetuados por intermédio dos fundos especiais e do fundo fiduciário referidos no **caput**."

Quer dizer, os recursos do fundo fiduciário podem garantir operações privadas de financiamento? É isso? É mais uma forma de reduzir ao tamanho mínimo a possibilidade de participação do ator privado nesse projeto? Também aquele fundo vai servir para garantir operações que serão tomadas pelo financiador privado? Não sei se isso faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dou por encerrada a fase da interpelação por parte dos Srs. Senadores. Vou passar a palavra a nossos convidados e pedir a consideração dos senhores, porque temos alguns requerimentos a ser votados, inclusive referentes a esta matéria.

Então vou conceder a palavra ao Dr. Joaquim Levy, pedindo até a V. Exªs... É duro convidar e estabelecer prazo para convidado, mas o Regimento assim estabelece... Só estou rompendo com o Regimento um pouquinho para pedir para abreviar, para que os senhores atentem, porque, sinceramente, estou entendendo que a matéria está bem debatida. Se alguma dúvida restar, pode trazer quem for aqui, que, se a pessoa tiver dúvida, teremos que decidir isso é no voto mesmo, algumas modificações vamos ter que fazer etc.

Então, concedo a palavra àquele que iniciou a exposição, Dr. Joaquim Levy.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ah, sobre a matéria?

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Desculpe-me, pensei que V. Exª...

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, eu queria só pedir a inclusão do Item 2...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou incluir.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ... na próxima etapa da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Depois de encerrado tudo sobre parceria privada, Senador Delcidio Amaral, vou atender, porque V. Exª tenho certeza de que vai ajudar nossa Comissão com sua observação. Já sei até do assunto. V. Exª tem inteira razão, fique tranqüilo.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer um comentário rápido, aproveitando a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O debate foi excelente e tudo o que foi abordado aqui o foi com muita competência por todos os Senadores, mas eu só queria deixar registrado um tópico que foi apresentado pelo secretário Joaquim Levy. Tive que me ausentar por alguns minutos por causa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, mas alerto para a questão das agências reguladoras, porque estamos debatendo um sem-número de questões, como fundos, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 8.666, contabilização, e precisamos ter um ambiente estável para que todas essas coisas, com arcabouço regulatório, claro, funcionem.

Quero apenas registrar a importância do comentário apresentado pelo Secretário do Tesouro, Dr. Joaquim Levy.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Tem V. Exª a palavra, Dr. Joaquim Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Obrigado, Sr. Senador.

Sr. Presidente, se V. Exª me conceder alguns segundos, gostaria de agradecer a sua liderança na presidência da CAE, o que ensejou esta oportunidade única de estarmos aqui falando e elucidando esses pontos.

Primeiramente, responderei rapidamente o comentário do Senador Pedro Simon. Conhecemos muito bem a história do fundo da Marinha Mercante. Entendo que o ponto essencial do que a Transpetro vai fazer, dentro do trabalho que o Presidente Lula nos encarregou, na questão do chamado seguro de construção, será exatamente exigir que o estaleiro novo, velho, ou o que seja, tenha capital próprio e suficiente para dar garantias adequadas, enquanto construtor, ao BNDES. Estamos exatamente, na linha do que V. Exª está falando, fazendo questão de que não seja algo que seja só público, mas que haja, sim, o comprometimento do empresário privado, por seu capital, de dar as garantias que a seguradora, nacional ou estrangeira, venha a exigir, para que esse seja um projeto são. Isso ocorre com a Transpetro.

A Gaspetro tem outras PPPs e semi-PPPs na distribuição de gás, em várias áreas. Essa atividade não está coberta pela PPP, mas também permite ver como é a composição das diversas empresas que vão participar do que é financiado pela CDE.

Senador, se a formulação adequada for algo no sentido de que os fundos da patrocinadora sejam controlados pelo contratante público, sejam restritos à participação de x ou y, é uma questão a se pensar. É uma construção um pouco rebuscada, mas entendo sua natureza. São fundos privados, cuja patrocinadora será controlada pela contratante, com alguma limitação. Creio que o Senador já deu a posição.

Muito especificamente quanto ao que o Senador Sérgio Guerra mencionou: na verdade, a garantia não é a do empréstimo que o empresário privado vai dar. O que se está falando é que haverá garantia da responsabilidade da parte pública. O que se pode fazer é o seguinte: o pagamento que já está comprometido pode ser feito – e isso é feito em toda a estrutura de engenharia financeira, de **project finance** – e garantir que, se houver algum problema, o nosso pagamento vai para quem financiou e não se perde numa confusão. Isso é importante para o investidor.

Imaginem que uma empresa tome dinheiro emprestado, emita uma debênture em algum lugar e, depois, tenha algum problema. É importante garantir que, se o Governo está pagando, o dinheiro não se perca porque há outros problemas com a empresa. É um pouquinho o que fizemos com o setor da construção civil com o patrimônio de afetação. Permitimos que esse pagamento vá realmente pagar o financiamento feito para esse empreendimento.

Sem me estender, creio que essas seriam as considerações em resposta aos últimos comentários dos Senadores, a quem agradeço pelas perguntas formuladas.

Ratifico que a oportunidade de debater este tema foi extremamente enriquecedora e importante para o Governo – falo em nome da Fazenda, mas sei que meus colegas do Planejamento têm exatamente o mesmo sentimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Raul Veloso.

O SR. RAUL VELOSO – Repetindo um pouco o que o Dr.Joaquim Levy falou, penso que esta oportunidade foi única para discutirmos tema tão importante, mas eu sairia muito mais feliz daqui se, em vez de discutir limitações à ação de investimento do setor público, estivéssemos discutindo uma alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal que criasse uma limitação para o percentual dos gastos correntes do setor público na receita pública. Esse é o item que, infelizmente, tem gastos correntes como um todo – não apenas pessoal –, que têm crescido muito nos últimos anos, e não os investimentos.

O Senador Rodolpho Tourinho, que não está mais presente, falou sobre a ligação com a despesa de pessoal. Tenho certa dificuldade de aceitar a limitação de um gasto associado a investimento assim como se limita despesa de pessoal. Precisamos de muito mais gasto de investimento do que gasto de pessoal ou qualquer outro gasto corrente. Considerar como assunção de compromisso um registro adequado é completamente diferente de uma limitação que se faça como se faz para despesa de pessoal.

O nosso problema é reduzir gasto corrente ou reduzir seu crescimento e não reduzir os investimentos, que deverão crescer de qualquer maneira. O País precisará enfrentar brevemente o problema que coloquei, de qualquer forma. E a PPP será, como eu disse e como todos reconhecem, uma forma a mais de tentar equacionar esse problema. Precisamos realmente fazer essa legislação com bastante cuidado, para alcançar o equilíbrio necessário entre limitar o

que precisa ser limitado e não paralisar o que já está bastante paralisado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Antônio Athayde.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ATHAYDE – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento V. Exª pela serena condução dos trabalhos e manifesto o quanto me senti honrado com o convite de V. Exª, por sugestão do Senador Eduardo Azeredo, para participar de uma reunião como esta que aqui se estabeleceu.

Não posso deixar de registrar que, inquestionavelmente, o nível dos debates e a precisão das indagações feitas nesta reunião estão, sem dúvida, no caminho de aperfeiçoar um instrumento que é ponto de partida para um novo mecanismo que certamente contribuirá, em boa medida, para a retomada do investimento.

Considero o trabalho que está sendo desenvolvido nesta Casa de excepcional importância para que tenhamos um marco legal que, de fato, consiga construir um pilar importante dessa nova cultura da confiança e faça com que o setor privado entenda a sua possibilidade de cumprir uma missão pública, enquanto oferta privada, em contraste ao longo prazo.

Gostaria de fazer duas breves considerações finais, principalmente pela provocação das manifestações feitas nesta reunião, além de me valer da primeira indagação do Senador Tasso Jereissati sobre a importância – até em nome dessa transparência – de esclarecer a regra de contabilização dessas operações das Parcerias Público-Privadas. É fundamental que realmente saibamos de que forma essas operações serão contabilizadas, em nome da responsabilidade fiscal, com a maior transparência possível. Há vários ângulos que podemos acudir para entender a importância que isso possa ter. Eu diria que isso inclusive será, no próprio setor privado, uma operação com custo menor para os cofres públicos naquilo em que houver obrigação pública.

Portanto, essa atitude é fundamental. No intuito de realmente fortalecer essas operações sob o ângulo da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, é importante definir a regra clara de contabilização dessas operações.

O Senador Sérgio Guerra abordou outro ponto que é importante entendermos. Qual é o papel que tem uma garantia de PPP numa operação? Se esse item realmente não ficou claro, talvez seja necessário um pouco mais de tempo para se estudar a matéria. Não podemos entender que não vá ser utilizada a garantia dada pelo setor público como uma extensão da garantia de financiamentos que venham a ser feitos. É importante reconhecer que isso realmente será utilizado.

Da mesma forma, refiro-me à preocupação do Senador Eduardo Azeredo, querendo limitar a participação dos recursos privados. Temos de analisar o tratamento a ser dado quando houver algum financiamento, mesmo do BNDES, cuja garantia não seja pública e sim privada. É um risco do setor privado cumprir essa obrigação pública. Logo, para ofertar esse serviço, tem que haver tratamento distinto, tendo em vista o correto enquadramento dessa operação.

São questões extremamente relevantes, em nome da própria operacionalidade dessa lei. Creio que isso não estaria acontecendo se não houvesse a riqueza, a profundidade do debate que aqui está sendo estabelecido e que certamente contribuirá para o aperfeiçoamento da lei dos projetos das PPPs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao Sr. José Adrião de Sousa.

O SR. JOSÉ ADRIÃO DE SOUSA – Gostaria de arrematar com uma sugestão para o pessoal do Governo. Na criação desse novo instrumento e dessa necessidade de voltar ao crescimento e ao desenvolvimento econômico do País, não se cuidou de encontrar uma fonte nova e apropriada de recursos para possibilitar os investimentos.

Fala-se muito no BNDES, mas esses recursos já estão alocados na economia. Então, gostaria de fazer uma sugestão, a exemplo do que aconteceu no passado. Como sou funcionário do Banco, da área internacional, participei da redação desses documentos. Para que haja novos empreendimentos de vulto, terá de haver estímulo à retomada de ingresso de poupança externa como investimento direto e até como capital de empréstimo.

Agradeço a atenção e a bondade dos Srs. Senadores que me ouviram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, interpreto o sentimento da Comissão de Assuntos Econômicos para os ilustres convidados.

V. Sªs, a exemplo de outros que os antecederam, prestaram relevantes esclarecimentos a esta Comissão.

Até sou daqueles que entendem que a matéria está altamente debatida. Se ficar alguma dúvida, será por questão de convicção íntima deste ou daquele Senador, porque os pontos principais foram exaustivamente discutidos e vão contribuir para o aprimoramento do projeto. Não tenho nenhuma dúvida disso. O ponto para que não se viole a Lei de Licitação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a contabilização, a participação financeira de entes públicos, dos fundos de pensão, em suma, os pontos polêmicos vão depender, no meu

entender, exclusivamente de nós, que obtivemos informações daqueles que provocaram este debate que engrandeceu e engrandece a Comissão.

Faço justiça a todos os membros da Comissão, mas gostaria de dar reverência àquilo que é relevante, a meu juízo, por uma questão de justiça. Todos colaboraram, mas não posso deixar de dizer que houve quem se interessasse bastante pelas questões que estão sendo esclarecidas. Refiro-me ao Senador Tasso Jereissati, que lutou bastante e provocou audiências públicas. O Senador, para honra de todos nós, encontra-se presente neste momento dos nossos debates.

Agradeço realmente, e não vejo por que criticar a Comissão. Às vezes, há o burburinho de que o Senado está procrastinando projetos, inclusive o da parceria público-privada. Isso não é verdade. A nossa obrigação é entrar no mérito da questão e discutir, como estamos fazendo e como devemos continuar a fazer.

Teci estas considerações e estou pedindo brevidade, até mesmo para antecipar a leitura de um requerimento assinado pelo Senador Aloizio Mercadante.

Realizamos várias audiências públicas. O Ministro Guido Mantega já compareceu. Já ouvimos os Srs. Luiz Antônio Athayde, Joaquim Levy, Demian Fiocca, José Adrião de Sousa e o meu querido amigo Raul Veloso. Falta ouvirmos Antoninho Marmo Trevisan. Faltam três ou quatro pessoas para aqui comparecerem.

Tenho um requerimento em mãos, firmado pelo Senador Aloizio Mercadante, que pede o fim das audiências públicas, ou seja, para as pessoas que ainda não foram ouvidas, se houver a concordância do Plenário, encerraremos o debate das audiências públicas para entrarmos no mérito da discussão e da votação, por parte desta Comissão, desse projeto.

Seja como for, está muito aguardado pela sociedade brasileira. Há Estados da Federação que se anteciparam e cuja legislação, por certo, demonstra a necessidade mas não nos serve de norte e, nós, do plano nacional, é que temos que nortear a eventual adoção das Parcerias Público-Privadas a Estados e Municípios.

De tal forma que, se quiserem discutir o requerimento, ele tem esta natureza: "Solicito seja encerrada a presente fase de audiência pública, a fim de que esta Comissão possa deliberar sobre o mérito da matéria".

Esse é o requerimento que coloco em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

O requerimento, pelo que percebo, está aprovado por unanimidade.

Não costumo fazer defesa de requerimento, estou fazendo a defesa da Comissão. Se trouxéssemos mais quatro ou cinco convidados, eles não iriam esclarecer mais do que estamos fazendo. Esse é um projeto que poderá não ser aprovado por unanimidade, pois cada qual tem um ponto de vista.

Uma vez que ainda estou na fase de requerimentos, tenho em mãos um requerimento firmado pelos Senadores Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Paulo Paim, que requerem a realização de audiência pública, sem mencionar data por estarmos correndo com matérias importantes e já estarmos no mês de novembro, com vistas a encontrar uma solução para a situação dramática para o setor vitivinícola, decorrente da importação a preços bem abaixo do praticado no comércio nacional, gerando uma concorrência desleal para os produtores de vinhos nacionais.

Sugerem que sejam convidados o Sr. Secretário da Receita Federal, o Exmº Ministro de Estado da Agricultura, representantes do Instituto Brasileiro de Vinho – Ibravin, da Câmara Setorial da Uva e do Vinho. Sei que a situação é dramática e coloco logo esse requerimento em discussão, dando a palavra a seu autor que a está pedindo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, é o contrário.

Não vou falar dada a rapidez do encerramento. Agradeço a gentileza de V. Exª em colocar o projeto em discussão e a do Líder do Governo que com ele concordou.

Tenho certeza que V. Exª haverá de encontrar uma data para que possamos discutir a questão. Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O mais rápido possível.

O requerimento está aprovado. Temos agora a segunda parte dos nossos trabalhos.

Quero fazer um esclarecimento e pedir ao Senador Delcídio Amaral que, com a maior brevidade, nos ajude mesmo. Há uma matéria que foi enviada em regime de urgência, e projeto de lei com regime de urgência tem que ser aprovado em quarenta e cinco dias.

Ele está em plenário. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proferirá parecer em plenário e, não quero que esta Comissão que tem emitido parecer em todos os processos que lhe compete, chegue lá sem o parecer da nossa Comissão.

Como é hoje, vou pedir licença, e concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. O projeto de lei veio da Câmara, é não-terminativo e dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

Essa matéria já está em plenário, mas vou encaminhar hoje o nosso parecer. Tem V. Exª a palavra, Senador Delcidio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, vou ler rapidamente a análise feita.

Esse projeto tem como objetivo a criação de condições de estímulos à inovação tecnológica em ambiente produtivo. Concretamente, o projeto estabelece mecanismos inovadores para estimular a interação entre as instituições científicas e tecnológicas da administração pública e as empresas e entidades de direito privado sem fins lucrativos voltados para as atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Destacam-se no desenvolvimento de projetos de cooperação que visem à geração de produtos ou processos de inovação tecnológica: a permissão mediante contrato ou convênio para compartilhamento de laboratórios, equipamentos e materiais; a participação minoritária da União e das instituições científicas e tecnológicas no capital social das empresas; a celebração de contratos de transferência de tecnologia e licenciamento entre as instituições científicas e tecnológicas e empresas.

O projeto autoriza até mesmo que as ICTs prestem serviço às empresas, prevendo-se que o servidor público envolvido receba retribuição pecuniária sobre as condições especificadas. É facultado também à ICT celebrar acordos de parceria para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica com instituições públicas e privadas, caso em que o servidor da ICT poderá receber bolsa de estímulo à inovação da instituição ou de agência de fomento. As partes também poderão prever a titularidade de propriedade intelectual e a participação nos resultados na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento existente no início da parceria.

Assegura-se ao criador a participação mínima de 5% e máxima de um terço nos ganhos econômicos auferidos pela ICT, resultantes dos contratos, podendo ser facultado o afastamento do pesquisador público para prestar colaboração a outra entidade pública, mantendo-se seu vencimento integral, bem como todas as demais vantagens pecuniárias do cargo em sua instituição de origem. É permitida também a concessão de licença sem remuneração ao pesquisador da ICT para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.

O projeto prevê estímulo ao inventor independente, estabelecendo que este pode solicitar a adoção de seu invento, desde que comprove depósito de pedido de patente. Nesse caso, a ICT decidirá pela conveniência ou não da adoção. Em caso positivo, os ganhos econômicos terão de ser compartilhados.

Com o estabelecimento desses mecanismos que consubstanciam a efetiva vontade política de se promover a tão necessária cooperação entre centros de pesquisa e setor produtivo, pode-se prever que o projeto trará efeitos econômicos bastante positivos, com o aumento da qualidade dos produtos e processos e da produtividade das empresas, melhorando, assim, as condições de competitividade, inclusive no mercado externo.

Ao mesmo tempo, a transferência de resultados de pesquisas em andamento ou concluídas junto à possibilidade de compartilhamento de laboratórios, equipamentos e da competência dos pesquisadores significam, em geral, custos bem inferiores aos que seriam incorridos se as atividades fossem realizadas isoladamente. Em certos casos de tecnologia mais sofisticada, a pesquisa isolada pode até mostrar-se inviável em razão dos seus riscos e altos custos.

Com relação ao impacto no orçamento das instituições públicas para atender ao que dispõe o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve-se considerar primeiramente que, de acordo com a proposição, os projetos de cooperação e transferência de tecnologia serão regidos por contrato ou convênio, nos quais se estabelecerão, caso a caso, as despesas operacionais e administrativas previstas. Essa determinação encontra-se no art. 10 do substitutivo, que dispõe que os acordos e contratos firmados cujo objeto seja compatível com a finalidade desta lei poderão prever recursos para a cobertura de despesas operacionais e administrativas incorridas na execução desses acordos e contratos.

No art. 18 do substitutivo, há também previsão de que as ICTs devem adotar as medidas cabíveis para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes de seus contratos ou acordos. No mesmo sentido, no art. 19, § 2º, do substitutivo é estabelecido que a concessão de subvenção econômica, financiamento ou participação societária será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente. No mesmo artigo, o § 5º determina que o Poder Executivo regulamentará a concessão de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a subvenção econômica e assegurará percentual mínimo de recursos do Fundo para este fim.

Em suma, verifica-se que, no projeto original e no substitutivo da Câmara, observou-se a necessária cautela a respeito dos impactos orçamentários às atividades a serem desenvolvidas, incluindo-se a previsão de possíveis ajustes nos recursos orçamentários das instituições públicas e do FNDCT. Com relação ao alcance do projeto, é importante ressaltar que o País construiu, ao longo das últimas décadas, significativa infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento particularmente nas universidades e instituições de pesquisas públicas.

Esse esforço somente atingirá plenamente seus objetivos quando os resultados obtidos por essas instituições forem apropriados pela sociedade mediante a oferta de melhores produtos e serviços, o fortalecimento do setor produtivo nacional e a conseqüente ampliação e qualificação dos empregos a exemplo do que ocorre nas nações desenvolvidas.

Consideramos que o presente projeto constituirá instrumento eficaz no sentido de promover tais benefícios para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, pelo exposto, considerando os aspectos econômicos e financeiro da proposição, somos favoráveis à aprovação do PLC nº 49 e seu substitutivo de 2004 e à rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, que peço autorização da Comissão e do Sr. Presidente para não relatá-la aqui em função do adiantado da hora. Mas quero registrar que esse é um dos projetos de absoluta importância para o País na inovação tecnológica, no investimento principalmente em pesquisas e essa concatenação das instituições de pesquisa do País com o setor privado. É um grande passo para, mais do que nunca, estimular um dos itens mais importantes de uma nação civilizada, que é a pesquisa e desenvolvimento.

Portanto, Sr. Presidente, é um projeto de alta importância para o desenvolvimento do País e um projeto há muito acalentado pelos laboratórios, pelas universidades e por todas as instituições tecnológicas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Delcidio, pela importância do projeto é que V. Exª foi designado Relator.

Coloco a matéria em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Está aprovado o projeto. Determino à Secretaria que remeta o projeto com o parecer imediatamente ao Plenário.

Com os meus agradecimentos, quero afirmar que me sinto cada vez mais gratificado pelos trabalhos que os membros desta Comissão vêm realizando em favor do nosso País, inclusive com presença integral. Desde que assumi a Presidência, não realizamos apenas uma reunião no dia em que deveríamos nos reunir, toda terça-feira.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião. Até a próxima terça-feira, se Deus quiser.

(Levanta-se a reunião às 14h04min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 18 de Novembro, de 2004, Às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Edison Lobão, José Agripino, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio e Patrícia Saboya Gomes, e, ainda, do Senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra e Almeida Lima. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 1-Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, não terminativo, que "institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer pela aprovação da matéria nos termos do Substitutivo que apresenta, com acatamento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, tratadas anteriormente, e das Emendas nºs 68, 69, 72, 74, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 100 e 102, rejeitando-se as demais. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ. Em 16-11-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Concedida a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, usam da palavra para discutir a matéria, os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Mão Santa, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, Hélio Costa, Arthur Virgílio, José Agripino, Eduardo Azeredo, Renan Calheiros e Tasso Jereissati. Encerrada a discussão e ao anunciar a votação da matéria, foram apresentados os Destaques nº 1 a 5 para votação em separado das Emendas nºs 103, 104 e 105, de autoria do Senador Paulo Octávio, e para as Emendas nºs 19 e 21, de autoria do Senador Pedro Simon, respectivamente. Colocado em votação, a Comissão aprova

o Substitutivo, ressalvados os Destaques. Colocados os Destaques em votação, é aprovado parcialmente o Destaque nº 1, rejeitado o de nº 2, retirado pelo autor o de nº 3 e aprovados os de nºs 4 e 5. Usam da palavra os Senadores Paulo Octávio e Pedro Simon, autores dos Destaques, e, ainda, os Senadores Aloizio Mercadante, Rodolpho Tourinho e Valdir Raupp. Sendo assim, as Emendas aprovadas serão incorporados ao Substitutivo do Relator. Portanto, a Comissão aprova o parecer do Relator nos termos do Substitutivo apresentado, com acatamento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 72, 74, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 100, 102 e 103, rejeitando-se as demais, sendo as Emendas aprovadas consolidadas à Emenda nº 2-CAE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 49-CAE, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos, em reunião conjunta perante as Comissões de Assuntos Econômicos, Infra-Estrutura e Fiscalização e Controle, sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, constata-se número regimental.

Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Como sempre, antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Srªs e Srs. Senadores, esta é uma reunião específica, extraordinária, para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que é não-terminativo. É o projeto que institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

O parecer do Relator foi lido durante a última reunião, realizada na terça-feira, quando foi iniciada a discussão e houve pedido de vista conjunto, concedido pelo prazo de 48 horas. E nos encontramos aqui reunidos.

Vou conceder a palavra ao Relator, para algumas breves considerações que queira aduzir, porque a matéria já está em discussão e será dada a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que a solicitaram.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria, se os nobres Senadores concordarem, de relatar apenas os pontos onde houver emendas de relatoria e relatar três emendas que entraram ontem, do Senador Paulo Octávio, após a última reunião.

A primeira emenda propõe, mais uma vez, tornar obrigatória a elaboração pelo Poder Público de projeto básico de obras que vier a ser projeto de PPP.

Muito já se discutiu, desde o início do exame pela Câmara dos Deputados, sobre o assunto. O texto de nosso relatório faculta ao Poder Público e ao interessado no PPP apresentá-lo. É portanto, no meu entender, mais amplo, o que me leva a rejeitar a presente Emenda nº 103, de autoria do Senador Paulo Octávio.

Também de autoria do Senador Paulo Octávio, a presente Emenda nº 104 tem que ser rejeitada por contrariar o consenso que já se estabeleceu sobre as vantagens do uso de arbitragens em processos e contratos desse tipo. Além disso, ontem mesmo, o Senado Federal aprovou uma ampla reforma do Poder Judiciário, admitindo o uso de arbitragens na solução de conflitos decorrentes de contatos também de parcerias público-privadas.

Muito tempo foi gasto pelos ilustres Parlamentares e pela sociedade civil para que prevalecesse o entendimento de que as PPPs poderão ser inscritas como despesas continuadas, sem que isso diga respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, o nosso relatório adotou várias instâncias de blindagens, para evitar abusos, o que me leva a rejeitar a Emenda nº 105, também de autoria do Senador Paulo Octávio, mantendo a forma original do art. 125, do relatório.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no art. 2º houve apenas uma pequena modificação de redação, então ficou da seguinte forma:

"Art. 2º Parceria público-privada é contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa", e não subvencionada, como estava no relatório.

No art. 3º, uma pequena mudança também, pois continuam regidos exclusivamente pela Lei nº 8.666/93 e pelas leis que lhe são correlatas os contratos admi-

nistrativos que não caracterizem concessão comum, patrocinada ou administrativa.

No art. 5º, inciso IX, estamos atendendo inclusive, Sr. Presidente, a uma reivindicação da Bancada do PMDB. Ontem, reunimo-nos à tarde; quase todos os Senadores do PMDB me apresentaram algumas sugestões para incluir no relatório. Então, o inciso IX contempla a terceira reivindicação da Bancada do PMDB, que diz que o rateio dos riscos entre parceiros privados e públicos não está claro no projeto, o que poderia gerar incertezas para os agentes econômicos, inibindo operações ou elevando os custos dos projetos. O inciso IX prevê compartilhamento com a administração pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado, decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado. Creio que esteja contemplando, aqui, essa reivindicação da Bancada do PMDB.

No inciso X, também: a realização de vistoria dos bens reversíveis 18 meses antes do término do contrato, podendo o parceiro público reter os pagamentos seguintes ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

Essa foi uma emenda do Senador Rodolpho Tourinho.

Mais um atendimento à reivindicação do PMDB é o parágrafo único do inciso V do art. 6º. O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável, vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato. Aqui, a Bancada do PMDB pedia que o projeto das PPPs precisa garantir a boa prestação de serviços públicos aos usuários. Então, como tratar esse tema explicitamente? Creio que esteja contemplado aqui também.

No art. 11 foi incluído parágrafo único no inciso III. O edital deverá especificar quando houver as garantias de contraprestação do parceiro público a serem concedidas ao parceiro privado.

No inciso IV do art.12 foi incluído também o §1º, que diz que, na hipótese do inciso III, alínea **b**, os lances em viva-voz serão sempre oferecidos na ordem inversa da classificação das propostas escritas, sendo vedado ao edital limitar a quantidade de lances.

O art. 18 fala do fundo garantidor. Queria deixar claro que em todas as discussões sobre o fundo garantidor não houve um consenso 100%, nem de minha parte, nem de parte do Relator, nem do Tesouro Nacional, nem do Ministério do Planejamento e nem, também, das Lideranças dos Partidos políticos.

Na reunião de ontem, ficamos até às 21h30min reunidos no gabinete do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, com os Senadores Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati e com a minha assessoria, a do Senador Aloizio e as assessorias dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, e não chegamos a um consenso porque ainda não está muito clara a blindagem desse fundo quanto a possíveis ações judiciais, principalmente para o pagamento de precatórios. Conforme o texto, trata-se de um fundo privado, com quotistas públicos, que poderá ser gerenciado por um banco público. Mesmo sendo privado o fundo, isso ainda não está muito claro.

Conforme o consenso ao qual chegamos, como se trata de uma questão jurídica, o fundo garantidor será discutido na CCJC, cujo Presidente é o Senador Rodolpho Tourinho, que está presente nesta reunião.

Foram incluídas no art. 27 as operações de crédito efetuadas por empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União, que não poderão exceder a 70% do total das fontes de recursos financeiros das sociedades de propósito específico.

"§ 1º Não poderão exceder a 80% do total das fontes de recursos financeiros da sociedade de propósito específico as operações de crédito ou contribuições de capital realizadas cumulativamente por:

I – entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

II – entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

III – empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por fonte de recursos financeiros as operações de crédito e contribuições de capital à sociedade de propósito específico.

Art. 28. A União não poderá conceder garantia e realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado, derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes, tiver excedido, no ano anterior, a 1% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subseqüentes excederem a 1% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios."

Estamos atendendo mais um pleito da Bancada do PMDB que se reuniu ontem, referente ao § 1º do art. 28.

Segundo esse pleito, o Senado deveria ser o órgão competente para autorizar as operações de PPPs.

Os Estados, Distrito Federal e Municípios que contratarem empreendimentos através de parcerias público-privadas deverão encaminhar ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente, a contratação e as informações necessárias para o cumprimento do previsto no **caput**.

Creio que assim o pleito foi atendido.

Outro pleito que apresento às Srªs e aos Srs. Senadores foi feito pelo Senador Renan Calheiros, no sentido de que medidas provisórias não poderiam alterar a Lei das PPPs, devido à segurança jurídica dos contratos, no intuito de preservá-los.

Existe uma PEC que também foi discutida, e entendemos que não poderíamos inseri-la neste projeto. Ela está tramitando no Senado. É a PEC nº 45, de 2004, de autoria do Senador Renan Calheiros, no sentido de que nenhuma medida provisória poderá mudar lei ordinária. E este projeto será uma lei ordinária. Se essa PEC for aprovada no Congresso, serão blindados os contratos de PPPs quanto a possíveis mudanças por meio de medidas provisórias.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fiz esse breve relato para informar algumas modificações de emendas de relatoria e algumas mudanças de redação.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o projeto continua em discussão.

Está inscrito o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho várias notas que poderão ser entregues aqui ou na Comissão de Constituição e Justiça. Quero facilitar o trabalho de V. Exª e das lideranças, então farei o que V. Exª considerar mais conveniente. Poderei apresentar as emendas aqui, apesar de serem próprias da CCJ, ou naquela Comissão, se houver reunião imediatamente.

Não quero que pareça que estou obstruindo, mas também não quero deixar de apresentar os meus pontos de vista. Talvez seja melhor apresentar na outra Comissão, para não prejudicá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Magalhães, já que V. Exª deixa a cargo da Presidência, pelo que eu o agradeço, porque, conforme o Regimento, se podem apresentar emendas enquanto não for encerrado o prazo de discussão, como a matéria está aqui desde maio e ainda vai a Plenário, depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, folgo muito em dizer que gostaria... Nem sei se posso dizer isso; é um direito de V. Exª, que está fazendo uma consulta por deferência.

Pelas tratativas entre as lideranças, creio que V. Exª poderia apresentá-las na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Atenderei a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente Ramez Tebet, Sr. Relator Valdir Raupp, eu queria fazer os últimos comentários acerca de inúmeras reuniões havidas com o Relator. Queria enfatizar a paciência do Relator, que tem sido realmente infinita, devido a tantas coisas que precisam ser ajustadas.

Efetivamente, este projeto precisou de um ajuste muito grande, e a cada ponto que se resolvia se criava uma dúvida adiante. Mas entendo que, além das emendas que já foram ou estão sendo encaminhadas, como as do Senador Antonio Carlos Magalhães, na CCJ, do Senador Paulo Octávio e do PMDB, que não sei se foram emendas ou dúvidas apresentadas, resolvemos todas elas, com exceção de uma que é extremamente importante, para a qual precisamos ouvir a posição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre isso, porque entendo que é quem deve orientar a formação do fundo garantidor da União. Esse é um aspecto que está muito ligado a questões de natureza jurídica, que será estudada na CCJ.

Fora esse ponto, teríamos, aqui na CAE, terminado toda essa análise. Repito: fora as emendas dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Paulo Octávio que vi sobre a Mesa.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, falarei sobre Emendas de minha autoria, pois as considero importante para destaque neste momento. Para tanto, peço que minha fala conste dos Anais.

A Emenda nº 12 (CAE): Altera o art. 2º para o contrato de Parceria Público-Privada entre a Administração Pública e a entidade privada para que tenha vigência limitada à do Plano Plurianual.

O limite inferior de 5 anos ajuda em não acabar completamente com as licitações. O limite superior a 35 anos permite que grande volume das novas dívidas seja criado e, o que é pior, transferido para o futuro. Na Lei de Licitações, art. 57, a duração dos contratos era da vigência dos créditos orçamentários, exceto quando, em determinadas condições, os projetos contemplados

nas metas do Plano Plurianual, prestação de serviços executados de forma contínua, limitado a 60 meses e aluguel de equipamentos, utilização de programas de informática, limitado a 48 meses.

O Relator a rejeitou, alegando que contratos de curta duração, mesmo que prorrogáveis, não estabeleceriam a condição de segurança jurídica e institucional à continuidade do vínculo, o que desestimularia o ingresso do parceiro privado.

A Emenda nº 13 (CAE): Não serão suscetíveis aos contratos da Parceria Público-Privada as atividades exclusivas do Estado.

Era uma emenda da maior importância, e que acreditava fundamental. O Relator a acatou integralmente, pois já faz parte do seu projeto.

A Emenda nº 14 (CAE): Determina que a execução de obra para a Administração Pública, inclusive acompanhada da prestação ou exploração do serviço público, quando o valor do empreendimento exceder a R$5 milhões, estará sujeita à aprovação do Senado Federal, no que se refere aos limites de endividamento.

Ela foi rejeitada na forma, mas foi acatada, de certa forma, no mérito, sendo que o Relator fixou em 1% da receita corrente líquida como o máximo do comprometimento possível para a contratação da Parceria Público-Privada. Contratos à parte de R$20 milhões terão que ter autorização legal do Congresso Nacional.

Emenda nº 15 (CAE): Suprima-se o parágrafo único do art. 3º do PLS nº 10, de 2004, que previa a possibilidade de outras modalidades de contrato, além dos previstos na Lei de Licitação, nesta própria Lei.

Rejeitada na forma, mas acatada no mérito ao delimitar, especificamente, a forma de contrato.

Emenda nº 16 (CAE): Altera o art. 4º, inciso I, estipulando, tal como a Emenda nº 12, que o prazo de vigência do contrato, limitado à vigência do Plano Plurianual seja compatível com a amortização dos investimentos realizados.

Rejeitada nos moldes da Emenda nº 12.

Emenda nº 17: Objetiva-se suprimir os incisos III, IV e V do art. 5º do PLC nº 12/2004, que versa sobre conta-prestações da Administração Pública, nos contratos de Parceria.

São eles: 3º – outorga de direitos em face das Administrações Públicas; 4º) outorga de direito sobre bens públicos; 5º – outros bens admitidos em lei.

Rejeitada pelo Relator, mas, a nosso ver, são conceitos extremamente vagos e abrangentes, dando margem a comprometimentos arriscados por parte das Administrações Públicas. Portanto, deve-se insistir que sejam retiradas.

Emenda nº 18, da CAE – Altera dispositivos que tratam das garantias contratuais por parte do poder público que teriam a seguinte redação:

> Art. 8º:
>
> I) dotações consignadas do Orçamento e créditos adicionais em rubrica especificada para esse fim;
>
> .....
>
> III) transferência de bens móveis e imóveis desde que precedida de avaliação e de expressa autorização legal.

Rejeitada. Mas, preocupação resolvida com a instituição do fundo garantidor da PPP.

Emenda nº 19 – Compete aos ministérios, às agências reguladoras e aos tribunais de contas, nas suas respectivas áreas de competência, o acompanhamento e a fiscalização dos contratos de parceria público-privada, bem como o exame da conformidade do contrato e de sua execução, como as normas que regem o setor a que pertença o respectivo objeto.

§ 5º Os ministérios e seus equivalentes nos Estados e Municípios encaminharão ao órgão a que se refere o art. 15 dessa lei, na forma a ser regulamentada em ato do Poder Executivo, e aos tribunais de contas a que estiverem jurisdicionados, com periodicidade trimestral, relatórios circunstanciados acerca da execução de contratos de parceria público-privada, acatada parcialmente; entretanto, o objetivo principal da emenda era incluir os tribunais de contas no acompanhamento sistematizado dos contratos de PPP. Hoje os tribunais de contas fiscalizariam quando provocados e não na mesma periodicidade dada aos órgãos do Executivo.

Ademais, insisto, a emenda na forma integral, por entender que o Executivo não pode pretender controlar a si próprio em detrimento do controle externo, é importante introduzir os tribunais de contas na fiscalização, pois envolve recursos públicos, ainda que em parceria com a iniciativa privada.

Emenda nº 20 – Aplica-se às parcerias público-privadas o disposto na Lei nº 8.666, de 1993, e no caso de concessões e permissões de serviços públicos o disposto na Lei nº 8.987, de 1995.

A emenda foi rejeitada sob a alegação de que os contratos de PPP regidos por essa lei serão sujeitos a regime específico de processo licitatório, que, nessa última versão, deu bons contornos de lisura e transparência.

Emenda nº 21 – Acrescenta artigo ao final com a imputabilidade das penalidades previstas no Código Penal, lei de improbidade administrativa, lei de crimes fiscais, decreto-lei sem prejuízo das penalidades financeiras previstas contratualmente.

Rejeitada, sob a alegação de que o disposto seja superveniente e desnecessário, já que as partes contratantes, públicas e privadas, já estariam submetidas a tais cominações além das previstas no contrato que assim expressa no substitutivo.

Art. 5º:

> II) As penalidades aplicáveis à administração pública e ao parceiro privado, em caso de inadimplemento contratual, são fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida e às obrigações assumidas.

A lei não define penalidades e o contrato só terá penalidade financeira – multa –, mas os casos de desvio do dinheiro público e corrupção exigem regras bem mais duras, aplicando-se as penalidades previstas e outras peças legais, principalmente na Lei de Improbidade Administrativa.

Comentário final, Sr. Presidente.

O substitutivo, em sua forma final, com as correções ainda sugeridas, resolveria, em primeira vista, de maneira satisfatória, as preocupações sobre os desvirtuamentos no trato da coisa pública e em especial do dinheiro e na forma contratual.

Entretanto, alguns pontos merecem debate:

> 1) O controle dos gastos públicos, mesmo com a salutar limitação máxima de 1% da receita corrente líquida para desembolso em contratos de PPP;
>
> 2) Além das limitações percentuais de participação pública, 70% para fundos públicos de pensão e 80% para todos os recursos públicos envolvidos em cada contrato;
>
> 3) Não há no projeto nenhuma indicação de que poderiam ser utilizados recursos que não sejam majoritariamente públicos para os financiamentos da PPP. Só fala em BNDES e fundos de pensão públicos;
>
> 4) O setor financeiro privado, segundo a Febraban, dispõe de quase meio trilhão de folga para empréstimos;
>
> 5) O art. 24 dá ao quase extinto Conselho Monetário Nacional a competência para estabelecer as diretrizes e as políticas de crédito e financiamento de PPS.

Esperamos que o Conselho Monetário Nacional se lembre do sistema financeiro privado nessa empreitada que se tornou uma verdadeira cruzada por desenvolvimento e crescimento econômico. O Conselho Nacional é ridículo, composto por três pessoas: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Desenvolvimento e o Presidente do Banco Central.

Temos um projeto, que espero que seja aprovado não como eu apresentei, mas como substitutivo, pelo qual o Conselho Monetário Nacional não voltará a ser como era antes: um órgão com cerca de 40 pessoas, muitos empresários, mas um órgão que tenha certa representatividade, e não composto por uma pessoa, que é o Ministro da Fazenda.

6) Por último, reitero a necessidade de se utilizar, mesmo que o entendimento formal seja da redundância legal, todos os instrumentos para o controle fiscal e punibilidade.

Felicito o Relator e as Lideranças, porque, na realidade, temos um projeto bem melhor do que chegou aqui. O trabalho de V. Exª, o trabalho desta Casa e o debate foram feitos, então melhorou. Podemos melhorar mais, mas está bem melhor do que o que foi apresentado. Sou obrigado a reconhecer isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a atitude do Senador Antonio Carlos Magalhães de, ao oferecer as emendas na Comissão de Constituição e Justiça, permitir que tenhamos algum tempo para fazer uma discussão aprofundada e qualificada, como temos feito em todo o processo.

A minha primeira advertência é que é melhor avançar com o PPP de forma mais lenta, mas absolutamente segura, porque estamos falando de contratos que serão feitos com essa moldura institucional para até 35 anos. Não se trata de uma política de Governo, mas de uma política de Estado. Por isso, todos os Senadores têm que se debruçar sobre isso, e o projeto de lei que sair daqui deverá ter o sentido suprapartidário de compromisso do Estado brasileiro, em todas as suas instâncias, com as futuras parcerias que serão estabelecidas.

Por isso, considero muito apropriado que, na CCJ, se discuta também em profundidade, inclusive porque há algumas questões jurídicas não resolvidas.

Em segundo lugar, queria registrar a paciência, a dedicação e o empenho com que o Relator, Valdir Raupp, conduziu os trabalhos, o que ajudou muito na construção do consenso, e destacar algumas participações muito especiais: o Senador Renan Calheiros, pelo PMDB, encaminhou propostas da Bancada que foram fundamentalmente acolhidas; a Senadora Ideli Salvatti, pelo Bloco, teve uma participação ativa; o Presidente da Comissão, que esteve empenhado em todas as audiências, no encaminhamento, facilitando a tramitação; e os Senadores Rodolpho Tourinho e Tasso Jereissati, que tiveram uma dedicação exemplar e contribuições muito relevantes para esse resultado final.

Quero registrar algumas passagens que me parecem muito destacadas. E queria também destacar, Senador Pedro Simon... Desde a Lei de Licitações, trabalhei com V. Exª e me lembro da dificuldade que havia, no Governo Collor, para construir uma Lei de Licitações que preservasse o interesse público. Ali aprendi o respeito e a consideração, portanto li com muita atenção as suas emendas e creio que algumas preocupações fundamentais estão resolvidas.

O SR. PEDRO SIMON (PDMB – RS) – Permita-me, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria apenas destacar uma que me parece muito importante, e não contemplamos, mas deveria ser contemplada, porque foi inspirada na sua emenda. Nós temos que encaminhar relatórios periódicos para as agências de regulação e um relatório anual das PPPs para o Congresso Nacional, incluído também o Tribunal de Contas da União, porque ajuda na fiscalização, no acompanhamento e na transparência do processo.

Então, proponho que, ao encaminhar o relatório ao Congresso Nacional, encaminhemos com cópia ao Tribunal de Contas da União, que acho que é mais um instrumento de controle.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Está acatada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero dizer a V. Exª que fui o Relator da Lei de Licitações, V. Exª sabe disso e V. Exª sabe que foi uma guerra aquela Lei. Nunca sofri tanto na minha vida como naquela Lei, porque, na verdade, havia pressões de todos os lados, e conseguimos, modéstia parte, fazer uma bela lei, uma lei que até hoje é respeitada e reconhecida como uma lei importante.

Creio que aqui estamos caminhando do mesmo modo. Vamos fazer justiça, estamos tendo muito menos pressões do que tivemos na Lei de Licitações. Essa é uma lei que está correndo mais solta, mais às escuras. Não estamos vendo aquela correria, aqueles grupos de pressões que havia na Lei de Licitações.

Por isso, creio que o que puder ser feito e o que, até agora, foi possível ser melhorado vale a pena. Está feito um belo trabalho. Fomos devagar e tranqüilos. A matéria ainda vai a outra Comissão.

Farei uma proposta que, se o Relator e o Líder a acatassem, seria possível.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Essa é uma delas. O relatório deveria ser encaminhado ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, pois é um belo instrumento que ajuda a fiscalização e a transparência.

A segunda preocupação – o Senador Tasso Jereissati a colocou com muita ênfase e V. Exª também a colocou nas emendas – é a seguinte: devemos ancorar todo o projeto de parceria público-privada na Lei de Licitações e na Lei de Concessões. Estamos com a melhor assessoria jurídica do País, enxugamos o texto, e todo ele está remetido à legislação já existente. Nós apenas construímos o que é específico da PPP, que são as duas modalidades da concessão patrocinada – é aquela que, quando haverá um adicional da tarifa cobrada do usuário, será paga pelas finanças públicas – e a concessão administrada – que são serviços feitos exclusivamente para o Estado e pagos integralmente pelo Estado. É uma especificidade da concessão. No mais, está tudo ancorado na Lei de Licitações e na Lei de Concessões, o que dá muito mais segurança jurídica, não permitindo ambigüidades, e o que dá muito mais transparência e eficiência ao processo.

Outro avanço muito grande que tivemos e que também foi uma preocupação muito marcada minha e dos Senadores Tasso Jereissati e Rodolpho Tourinho é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos fixando o limite de comprometimento do gasto continuado em até 1% da receita líquida para a União. O Tesouro Nacional tem que dar um parecer para todos os contratos de PPP, prevendo o impacto em 10 anos. O texto agora fala em 10 anos porque lembramos que, como algumas obras podem demorar três a quatro anos para serem concluídas, seis anos era muito pouco tempo. Então, são dez anos de previsão. Portanto, há muito mais segurança do ponto de vista da responsabilidade fiscal.

Quanto aos Estados e aos Municípios, a única crítica que considero relevante é que isso poderia atrasar a aprovação e a tramitação dos projetos se tivesse que haver uma autorização prévia do Tesouro. Assim, o que fizemos no texto da lei – o Relator resolveu muito bem a questão – foi: os entes federados têm de comunicar ao Tesouro Nacional e encaminhar todas as informações. Porém, se eles contratarem PPPs acima do comprometimento de 1% da receita líquida pelo prazo de 10 anos, eles podem perder, portanto, a condição de garantias e transferências voluntárias de recursos da União. Essa é uma cláusula indispensável para preservar a responsabilidade fiscal do processo.

Há outras inovações importantes. Esclareço ao Senador Fernando Bezerra – que também participou ativamente disso tudo – que os leilões serão feitos em envelope fechado ou envelope fechado com viva-voz. A viva-voz inverte a ordem. Ou seja, quem deu o pior lance é o primeiro a apresentar no viva-voz. Com isso, força-se que a proposta do envelope fechado seja uma proposta para valer porque dá uma vantagem comparativa decisiva. Aquele que deu a melhor proposta fechada é quem dá o último lance no leilão. Esse também

é um instrumento que ajuda a eficiência licitatória do ponto de vista do Poder Público e com regras bastante transparentes para o setor privado.

Existe ainda um ponto que, de fato, precisamos discutir. Chamo atenção para outra inovação bastante importante que introduzimos nesse último relatório: primeiro, o compartilhamento da administração pública com os ganhos econômicos que o setor privado terá da redução do crédito de financiamento. É algo que surgiu na Inglaterra e um dos problemas que foi equacionado aqui.

A segunda inovação importante que introduzimos é que, 18 meses antes do término do contrato de concessão, haverá uma vistoria, podendo o ente público não repassar os pagamentos seguintes, se as condições do investimento e do equipamento não tiverem conforme o contrato. É uma forma de fazer com que aquele bem que será restituído à União seja feito na melhor condição possível. Então, entendo que também foi uma mudança bastante oportuna.

Por último, em relação ao fundo garantidor, até o momento vejo que esta é a melhor opção, quer dizer, o fundo é de natureza privada, mas é um fundo público. Por ser um fundo público, ele não tem problemas de governança nem de impacto fiscal, porque o investidor privado vai ter cotas desse fundo e quer essa segurança ao longo de todo o prazo do contrato.

Há uma proposta do setor empresarial, sugerindo que o fundo seja uma empresa privada. A virtude da empresa privada é que, do ponto de vista da execução das garantias, é muito mais fácil o acesso, mas há o problema de governança e o do impacto fiscal, que não temos como resolver nessa lei. Estamos estudando a possibilidade de uma nova alternativa, do ponto de vista da personalidade jurídica, que consiga contemplar essas preocupações sem colocar em risco a governança e sem gerar o problema do impacto fiscal, mas neste momento me parece que essa ainda é a melhor opção e a mais segura, porque todas as condições de execução da garantia estão previstas muito detalhadamente na lei.

Por isso, eu queria agradecer aos Senadores, fizemos um belo trabalho, um trabalho suprapartidário, um trabalho bastante comprometido, porque já estão em andamento algumas Parcerias Público-Privadas em alguns Estados. Esta legislação vai exatamente emoldurar tudo isso. O Estado brasileiro não tem os recursos para fazer todos os investimentos que são necessários, e essa é uma possibilidade que estamos abrindo. Não creio que resolva todo o problema de infra-estrutura, nem é uma solução mágica, mas é uma solução promissora, cuidadosa, que preserva o parceiro privado e assegura ao setor público as garantias indispensáveis. Aprimoramos muito o projeto e demos um passo muito importante.

Eu queria terminar, agradecendo em particular ao Senador Tasso Jereissati, ao Senador Rodolpho Tourinho, ao Senador Valdir Raupp e a todos os outros que mencionei, que tiveram uma dedicação muito efetiva nesse projeto, sem o que não chegaríamos a essa solução final. Espero que na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possamos ainda aprimorar algum tema novo que eventualmente surja no processo de reflexão.

Parabéns ao Relator pelo trabalho e à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O próximo orador inscrito, pela ordem, é o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – MG) – Senador Hélio Costa, que preside esta reunião, nosso cumprimento ao Senador Valdir Raupp, que engrandece, sobretudo, o nosso Partido, pela paciência e pela humildade com que soube unir os homens. Mas já que está aqui o Senador Hélio Costa, e S. Exª é mineiro e um pouco americano, pedi a permissão para lembrar ao Senador Aloizio Mercadante que acredito muito em Deus e no estudo.

Há um livro, de Ted Gaebler e David Osborne, "Reiventando o Governo". Bill Clinton viu que era complicada a democracia e botou aqueles estudiosos. Então, Senador Hélio Costa, que é americano, que crê no desenvolvimento e tem sua formação mais mineira, que é melhor do que a dos americanos, ele diz e adverte que há duas coisas muito difíceis de juntar: administração pública e administração privada. A privada é o lucro mesmo, tem razão, e não digo com frustração, porque minha família é empresária. A sua é de origem militar, também garante a ordem e o progresso positivista, mas a minha é empresarial. E a pública é o social, é o bem coletivo. Então, isso me preocupa muito. Não me preocupam as virtudes do Líder Senador Aloizio Mercadante; é positivista sua formação. Mas isso me preocupa muito, porque Deus me permitiu ser prefeitinho e Governador de Estado. Aqui há alguns Governadores, por isso vamos dizer: guerra fiscal, que se tirava um pouquinho de dinheiro para atrair indústrias. Eu fiz. Tive o privilégio de atrair 176 indústrias para o Piauí com essa dita Guerra Santa fiscal e ampliar 76. Então, era tirar dinheiro. Essa, Senador Valdir Raupp e Senador Ramez Tebet, é dar logo. Eu, da minha maneira de falar – e falo para o povo, que me entende –, acho que isso é a privatização neoliberal enrustida. Senador Ramez Tebet, a privatização encantou e foi aprovada no Congresso. Foi feita, porque havia uma bandeira: Vamos pagar a dívida. Vamos vender para pagar. Vamos entregar privatizado, Senador Antonio

Carlos, para pagar a dívida. Todos nós aplaudimos. E vimos que, no fim, era carta marcada. Eu vi, fui contra e talvez tenha sofrido por não permitir a privatização da Companhia Energética do Piauí, da Companhia de Água e Esgoto e do Banco do Estado. Eu não permiti a privatização e paguei caro talvez por isso. Isso é uma privatização enrustida. Dá-se realmente dinheiro.

O empresário, privilegiado, apadrinhado, buscará no banco os 30% restantes, como buscaram para a privatização.

Portanto, Senador, a sua preocupação é também a nossa. Há algo de que ninguém pode abrir mão. Aqui é um freio. Esta Casa precisa ser o crivo, e os projetos devem passar por aqui, pois não basta ficarem apenas no Executivo. O Senado foi criado para isso. Deve-se compreender o Senado dessa forma. Moisés se inquietou e não obedeceu à lei de Deus – bezerro de ouro. Ele quis desistir, mas Deus disse: "Busque os setenta mais experientes que o ajudarão a carregar o fardo do povo". Assim, nasceu a idéia de Senado. Foi melhorando até Rui Barbosa. Portanto, isso tem que passar por aqui.

Mas isso não é uma panacéia. Pode haver outros imbróglios com carta marcada, pois são muitos os privilegiados com a privatização. Sou testemunha da história. E todos nós aplaudimos.

Senador Hélio Costa, tenho grande admiração por V. Exª, que é mineiro. Minas de Santiago, de Afonso Arinos, de Juscelino Kubitschek, de Tancredo.

Aceito a formação do livro "Reinventado o Governo", de Ted Gaebler e David Osborne. Com a proximidade do Natal, Presidente Ramez Tebet, sugiro que a CAE faça uma quota e envie o referido livro ao Presidente da República, Lula, para que estude o texto e preocupe-se mais com a situação do País. Isso não é uma panacéia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já tive a oportunidade, em outras reuniões, de tecer comentários sobre pontos específicos do projeto e não vou fazê-lo agora, à exceção de um único ponto.

Antes, porém, registro, outra vez, os meus cumprimentos ao Senador Valdir Raupp pelo excelente trabalho que produziu. Novamente, ressalto a forma séria com que esta Comissão debateu as matérias e manifesto o meu reconhecimento pela enorme contribuição da Oposição na construção desse projeto. Destaco, nesse trabalho, a participação dos Senadores Rodolpho Tourinho e Tasso Jereissati. Aliás, a participação da Oposição tem sido uma marca permanente no aperfeiçoamento das leis que produzimos. O País precisa reconhecer que, nesta Casa, há uma Oposição séria e competente que tem dado uma grande contribuição. Por isso, demonstro o meu reconhecimento.

Cumprimento, ainda, os demais Senadores e todos que trabalharam na Comissão. O Senador Ramez Tebet, Presidente desta Comissão, conduziu com muita competência esses trabalhos que deságuam na construção de um projeto que não é nenhuma panacéia. Pelo contrário. Dará, efetivamente, uma contribuição para que possamos garantir o crescimento sustentado do Brasil, que caminha tão bem hoje, mas que pode ter, como ponto de estrangulamento, a construção dessa infra-estrutura na área de energia, de estrada, de portos, de aeroportos, conforme temos conhecimento. Desde já, sabemos que haverá sempre o espaço e a obrigação do setor público, mas abre-se uma perspectiva de que o setor privado dê também a sua contribuição ao crescimento do Brasil, objetivando, como é natural, nos empreendimentos privados, o lucro sob controle do Estado, como bem claramente estabelece a lei.

Entretanto, permaneço com uma dúvida que o Senador Aloizio Mercadante me disse ter esclarecido. Não quero entrar nesta discussão agora. Ela vai à CCJ, da qual também sou membro. Trata-se dos editais de licitação no que concerne às propostas escritas, seguidas de lance viva-voz. Tenho muitas dúvidas sobre isso. Havia-me manifestado contrário. Houve uma adaptação quando se inverteu a ordem dos lances. Mas isso, pelo menos à primeira vista, não me agrada. Vou, entretanto, esperar para me aprofundar nesta discussão e o farei na CCJ. Desde já, manifesto meu voto favorável ao parecer do nobre Senador Valdir Raupp, a quem cumprimento pelo excelente trabalho que produziu para o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Delcídio Amaral, pelo nosso querido Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, muito rapidamente, queria tecer alguns comentários. Em primeiro lugar, registro o avanço do texto que está sendo submetido à Comissão de Assuntos Econômicos. Quer dizer, as melhorias e os aperfeiçoamentos introduzidos na Lei de Parceiras Público-Privadas. Faço um registro especial aos Senadores Aloizio Mercadante, Ideli Salvatti, Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati e aos demais Senadores que fizeram um trabalho detalhado, e especialmente ao Relator, Senador Valdir Raupp, e a V. Exª, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, a comissão pertinente e mais importante para discutir um projeto deste nível.

Fruto desse debate e dessas discussões, buscaram-se soluções bastante adequadas na Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal, com relação aos leilões e também ao endividamento dos Estados e Municípios. Não tenho dúvida nenhuma de que a lei federal está sendo bastante aguardada pelos Estados, até porque, para os investidores, é muito importante que a lei federal, de certa maneira, seja uma espécie de guarda-chuva para os investimentos nos Estados.

Como todo o mundo sabe, o Governo Federal não tem recursos suficientes e, portanto, é absolutamente procedente esta proposta. Gostaria de tecer apenas dois comentários, Sr. Presidente. Primeiro, com relação às parcerias público-privadas, que não representam a salvação nacional. É muito importante registrar isso, porque existem também os investimentos diretos do Estado, além da Lei de Concessões. É relevante promovermos essa diferença entre investimentos direitos, a Lei de Concessões e as parcerias público-privadas. Vários projetos não requerem a participação do agente público, porque garantem remuneração e retorno e que se dão mediante **project finance**, propostas já introduzidas e implementadas por várias companhias no País. A própria receita desses projetos garante as operações de financiamento. Portanto, as PPPs são complementares. Algumas obras rentáveis não precisam do advento das PPPs para viabilizar. Viabilizam-se com investimento, única e exclusivamente, privados.

Gostaria, para não ser repetitivo, de registrar a importância dos projetos das agências que tramitam hoje na Câmara dos Deputados e que virão para o Senado. Precisamos discutir isso com muito rigor, como se discutiu o projeto das parcerias público-privadas, até porque não adianta estabelecer esse arcabouço regulatório se ficarem as incertezas relativas às agências. Isso porque, assim, se pode montar uma proposta muito importante, muito inteligente e muito ampla nas parcerias público-privadas, mas se as regras não forem estáveis não conseguiremos atrair recursos privados, que serão fundamentais para o desenvolvimento da infra-estrutura, que é o grande gargalo do País, e de tal maneira dar competitividade à nossa produção.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de registrar o trabalho competente que novamente o Senado Federal apresentou, especialmente no que tange à atuação de V. Exª, digno e ilustre representante do nosso Estado, o Mato Grosso do Sul, pela tranqüilidade, pela paciência e pela sabedoria com que conduziu esses debates tão importantes para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito obrigado a V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero inicialmente parabenizar o Relator da matéria, Senador Valdir Raupp, pelo trabalho excepcionalmente bem feito que apresenta, posicionando a Comissão de Assuntos Econômicos para essa discussão, que orientará nossa decisão final em Plenário.

V. Exª realizou um trabalho concentrando-se principalmente nas questões que haviam sido levantadas em discussões anteriores, tentou em reuniões sucessivas, inclusive com a Bancada de nosso partido, o PMDB, sanar as dificuldades encontradas, e está de parabéns por esse trabalho.

Tenho ainda, Sr. Relator e Sr. Presidente, a oportunidade de discutir a questão porque Minas Gerais talvez seja um exemplo antecipado e histórico do que foram PPP´s no passado. No meu Estado, por exemplo, a criação da Usiminas, no Governo de Bias Fortes, foi exatamente uma PPP, a criação de uma empresa que tinha o Estado de Minas Gerais como parceiro, o Governo do Japão e, evidentemente, investidores particulares.

Da mesma forma, a Fiat do Brasil, quando criada em Minas Gerais, foi uma parceria entre o Governo daquele Estado, o Governo da Itália e os investidores mineiros e brasileiros. Há atualmente cinco hidrelétricas sendo construídas em Minas Gerais que, na realidade, são também parcerias público-privadas, por contarem com a participação da Cemig, do Governo do Estado, de empresas particulares, de bancos particulares e dos investidores.

Portanto, estamos apenas aguardando a aprovação desta lei no Senado para regulamentar um processo que, na realidade, já existe. Há várias parcerias público-privadas em andamento no País. O que estamos tentando é remeter essa questão toda principalmente para a Lei nº 8.666, que cuida das licitações, porque trata destas grandes preocupações: como fazer o pregão, como decidir sobre a melhor oferta, em que hora tem que ser feita, se em primeiro lugar ou em último, para que todos tenham as mesmas opções e as mesmas possibilidades.

Gostaria de levantar uma questão para o Relator da matéria, Senador Valdir Raupp, no que diz respeito a um dos pontos fundamentais da PPP e do relatório que V. Exª apresenta, qual seja, o limite de 1% da receita líquida real para o Estado investir. Se o investimento passar de 1%, automaticamente se remete para a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, nesse caso, teremos que consultar o Tesouro – diz o relatório, diz a lei e a preparação. Pergunto: como fica a situação do Senado?

Na realidade, é o Senado da República que tem que decidir se um Município ou um Estado pode se comprometer. Essa é uma função constitucional do

Senado. Na medida em que abrirmos mão disso, transferindo esse poder de decisão, de autorização, para o Tesouro, não estaremos abrindo mão de uma prerrogativa do Senado da República?

Creio que isso merece uma apreciação. O PMDB pediu inclusive um prazo para discutir um pouco mais a questão das PPPs, principalmente porque envolve essa situação de que nós Senadores estamos abrindo mão da prerrogativa de autorizar ou não.

Portanto, pediria que V. Exª, como Relator, assumisse a responsabilidade de estudar essa questão. O Senador Ramez Tebet, que é entendido na matéria e já tem um conhecimento profundo dessa situação, pode auxiliar V. Exª.

Tenho certeza de que esta comissão poderá ver de forma diferente essa questão do limite de 1%, passando pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, ao mesmo tempo, o Senado Federal não pode abrir mão de sua prerrogativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para responder à indagação do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o eminente Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nobre Senador Hélio Costa, eu já havia, em meu relatório, acrescentado que as informações têm que ser repassadas ao Senado Federal. O § 1º do art. 28 diz o seguinte: "Os Estados, o Distrito Federal e Municípios que contratarem empreendimentos através de Parcerias Público-Privadas deverão encaminhar ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente, a contratação e as informações necessárias para o cumprimento do previsto no **caput**".

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Então, isso foi acrescentado por V. Exª?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Foi acrescentado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Exatamente cumprindo a finalidade específica do Senado Federal. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Gostaria de comunicar a V. Exª que parece que há uma tendência de na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – e o processo lá chegará – sempre qualquer contrato de Parceria Público Privada ser acompanhado pelo Tribunal de Contas da União. É uma sugestão que ouvi do Senador Pedro Simon com o respaldo do Líder do Governo, Aloizio Mercadante. Por enquanto está assim, mas o Senado terá participação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Até porque, Senador Ramez Tebet, há algumas situações que poderão surgir no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu me permito dizer que ouvir do Senado da República é muito importante, pois as Parcerias Público-Privadas se estendem aos Estados da Federação brasileira. Ouvindo-se o Senado, estaremos preservando a autonomia dos Estados, porque o Senado fala pelas Unidades Federativas. V. Exª tem razão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, sem dúvida, faço coro com todos aqueles que oferecem a V. Exª as congratulações mais efusivas pela condução correta, justa e percuciente dos trabalhos na Comissão. Isso se estende ao Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio, brilhante e competente como sempre, e ao Relator, Senador Valdir Raupp, que teve humildade para ouvir e persistência para compilar os dados que terminaram levando à confecção de seu competente relatório.

Sr. Presidente, tenho algumas considerações a fazer. Uma delas é que tinha razão a Oposição quando dizia que não dava para votar as PPPs tal como a haviam idealizado os mentores do Governo. Não dava, haja vista as modificações profundas e consistentes contempladas no relatório do Senador Valdir Raupp, com mais acréscimos a serem trazidos pela contribuição brilhante do Senador Paulo Octávio. Temos, portanto, a registrar que foi fundamental a resistência da Oposição. Dizia-se, àquela altura, que era manobra eleitoreira, que queríamos impedir o Governo de obter êxito para vencermos eleições. Fomos às eleições, vencemos as eleições e, após as eleições, estamos tranqüilamente aprovando apenas porque fomos atendidos naquilo que julgávamos que protegia o espírito público. Por exemplo: o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, o respeito à Lei de Licitações, o controle – temos que ter muito olho no tal Conselho Gestor. Enfim, a idéia das Oposições era e é a de transformar as PPPs em instrumento capaz de atrair para o Brasil investimentos, sobretudo estrangeiros, duradouros, a fim de infra-estruturarmos uma economia que, se não for infra-estruturada de maneira conveniente, não verá sustentados os níveis atuais de crescimento econômico. Volta a inflação e voltaremos ao círculo vicioso de aumento de taxa de juros e de redução do crédito a fim de impedir a chamada inflação de demanda. Portanto, é fundamental que tenhamos claro que as PPPs

devem ser um instrumento hábil nas mãos de um Governo que possa fazer bom uso delas.

Por outro lado, chamo a atenção para alguns fatos. Um deles, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Fazendo soar a campainha.) Peço a atenção de todos, pois há orador do PSDB se pronunciando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

Um dos dados a trazer a V. Exª e à Casa é que o Governo não deve imaginar que, aprovada a PPP, ela tenha ainda um longo caminho a percorrer: CCJC, que será na semana que vem; plenário, no momento em que as condições políticas permitirem a aprovação se faça em plenário; retorno à Câmara dos Deputados, que está conflagrada pela tal batalha da reeleição.

No momento em que as condições políticas permitirem a aprovação dessa matéria, nós a veremos, como instrumento a mais, e não como o instrumento miraculoso que de repente faria chover dinheiro na horta brasileira. Não fará chover dinheiro na horta brasileira, até porque a experiência dos países que já implantaram a PPP mostra que há um espaço que vai até três anos para a maturação disso. Ou seja, depois de três anos, começa-se efetivamente a auferir os resultados de exitosas PPPs, que ainda terão que ser revistas, conforme a experiência internacional nos mostra.

Portanto, não há nenhuma mágica, não há nada fantástico, não há nenhuma varinha de condão, não há ninguém tirando coelho da cartola. O Governo precisa aterrissar, pisar no chão, descer do seu salto alto de uma vez por todas, para não ficar o tempo inteiro acenando com promessas que podem não ser cumpridas, porque geralmente não são cumpridas, e que frustram cada vez mais a opinião pública brasileira. Esse é um dado.

O Governo não atrairá recursos substanciais para investimento neste País se não mexer nos níveis de regulação. Os marcos regulatórios deste Governo são péssimos. A matéria da energia, que está **sub judice** no Supremo Tribunal Federal, afugenta investidores. O Brasil tem uma crise energética prevista para médio prazo – esse é um fato. Então, ou o Governo compreende que, para ser coerente com o espírito das PPPs, precisará mexer na sua cabeça quanto à regulação, ou o Governo não atrairá investimentos significativos.

Outro dado é fundamental: é preciso Governo, é preciso ação administrativa para que as coisas funcionem. Não adianta PPP, não adianta por marco regulatório, não adianta nada, senão houver ação cotidiana e competente de Governo – e caracterizo este Governo como sendo um Governo muito mais da inação do que um Governo da ação administrativa. Problemas gravíssimos: essa guerra aberta, Carlos Lessa, Dirceu de um lado, Palocci de outro, intranqüilizando todo aquele que pense em investir no Brasil com vistas ao longo prazo, é um quadro. Quem vai vencer essa batalha? Carlos Lessa, com suas idéias que reputo antiquadas, ou o Ministro Palocci com suas idéias atualizadas, porém com seu excessivo conservadorismo ao tratar da questão da taxa básica de juros. Essa pendência não está só na minha cabeça de Parlamentar, ela está na cabeça de cada brasileiro, na cabeça de todo aquele que pensa investir no Brasil. Ninguém investirá neste País enquanto não se souber quem vence a queda de braço, se é Carlos Lessa e os anos 50, ou Palocci com sua timidez, embora com idéias acertadas.

Portanto, Sr. Presidente, estamos aqui chamando atenção para diversos equívocos de um Governo que não pode sonhar com um País de Alice, com um País das Maravilhas. Não pode. É fundamental darmos esse passo e a Oposição está colaborando fundamentalmente para que esse passo seja dado na Comissão de Assuntos Econômicos. A CAE é um outro momento, uma outra batalha, outro embate; a partir da semana que vem, o Plenário será outro embate; a Câmara será um outro embate. Mas, enfim, que o Governo não jogue todas essas suas apostas nessa ficha das PPPs. É preciso mexer nos marcos regulatórios, criar o ambiente propício ao investidor, definindo certezas na política econômica, hoje cheia de incertezas, até porque não se sabe quem vai vencer a queda de braço entre Casa Civil e Ministério da Fazenda.

Dito isso, Sr. Presidente, não temos aqui óbice a colocar, até porque foi fundamental por parte do PSDB a participação competente, brilhante do Senador Tasso Jereissati, que, até cercado de muita incompreensão e muita injustiça, desde o início dizia que daria para aprovar a PPP quando a PPP fosse boa para o Brasil, que não se aprovaria nunca a PPP enquanto a PPP não fosse boa para o Brasil. Senador Tasso Jereissati, com humildade, com trabalho, com consciência, ajudou a que se compilasse, que se chegasse a todo esse gesto competente que aqui foi esboçado e assumido pelo Senador Valdir Raupp, a quem volto a louvar. Acho fundamental a participação do Senador Tasso Jereissati, Senador Rodolpho Tourinho, figuras que desde o início se dispuseram a transformar num verdadeiro instrumento de política econômica algo que não serviria para valer ao Brasil do médio prazo, ao Brasil de longo prazo e que talvez nem conseguisse iludir o Brasil do curto prazo.

Portanto, este é o Congresso que queremos. Um Congresso em que o Governo onipotente abre mão da sua suposta e inverídica onipotência – ele que não é nem onisciente e nem é onipresente, até porque não

está presente na administração nos diversos cantos do País –, o Governo abre mão do seu sonho de onipotência para ceder ao ponto de vista de uma minoria que aqui se impõe pela qualidade intelectual dos seus membros, de uma minoria que se impõe pela seriedade dos seus membros, de uma minoria que se impõe pela sua capacidade de entender o interesse brasileiro e não fazer boicote ao Governo. Ataca-se o Governo quando ele erra, ataca-se quando há corrupção, ataca-se quando há inação, ataca-se quando há incompetência; não se ataca o instrumento bom; se o instrumento pretender melhoras, nós o aprovamos.

Volto a cobrar. Onde está a reforma tributária que aprovamos, que seria respeitada na Câmara e que foi simplesmente desmontada e desmoralizada naquela Casa depois de todo o esforço que o Senado fez? Não proponho uma guerra medíocre de Casa contra Casa. Proponho que não esqueçamos, que não caiamos numa amnésia cívica lamentável. Proponho isso.

Pergunto à Casa onde está a reforma tributária que aprovamos sem a qual não adianta PPP, sem a qual não adianta sequer se pensar em boa regulação dos mercados. É uma boa pergunta para ser respondida pelos líderes do Governo, porque aqui estamos a cobrar aquilo que foi acertado também com a Câmara. Diziam a nós: aprovem a reforma tributária do jeito que estão propondo, no consenso da Casa, que faremos com que esse consenso seja observado pela Câmara. Não foi assim. Pura e simplesmente, a Câmara ignora, joga na gaveta a reforma tributária, desmonta aquilo tudo de modernização que vinha no processo que havia sido trabalhado no Senado.

Estamos vendo o Governo da Penélope, a esposa de Ulisses de Ítaca, aquela que, para não ter que se casar com outro homem, que voltava da sua odisséia dos dez anos, depois da guerra de Tróia, dizia: quando eu terminar a tapeçaria, sou obrigada a abrir a vacância do trono e me casar com algum pretendente ao trono. Ela tecia de dia, apaixonada pelo Ulisses, que dizem que era muito bom amante, muito bom guerreiro, um grande político e um bom estadista. De dia, ela tecia; de noite, desfiava.

O Governo assemelha-se à Penélope: avança na PPP e desfia na reforma tributária; avança na PPP e não avança no marco regulador. O Governo termina criando um jogo de soma zero, não vai para frente nem para trás, fica fazendo um xaxado físico lamentável – dois passinhos para frente, dois passinhos para trás –, porque não consegue ter uma visão global do que exige a economia moderna para sustentar um crescimento em altas taxas no País.

O PSDB, Sr. Presidente, de novo, como foi na reforma tributária a sua atitude, como é a nossa exigência no marco regulatório, se faz ausente e vota a favor da aprovação da PPP tal como está proposta hoje pelo Senador Valdir Raupp, depois das intervenções dos Senadores Jereissati e Tourinho e de todos os que nesta Casa colaboraram para que se chegasse a um consenso. O Governo onipotente abriu mão para um consenso da Casa, que diz que esta é a versão média que serve ao País, posposta pela Comissão de Assuntos Econômicos tão brilhantemente presidida por V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª.

Antes de conceder a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL, registro, com muito prazer, a presença nesta Casa do nosso colega Amir Lando, atualmente na pasta da Previdência Social. Gostaria de convidá-lo para tomar assento à mesa dos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, quando estava chegando à sala da Comissão de Assuntos Econômicos, uma representante da imprensa perguntou-me se votaríamos hoje o relatório do Senador Valdir Raupp. Disse-lhe que, por parte do PFL, Senador Mão Santa, nada havia a obstar, e que não iríamos obstaculizar a apreciação de uma matéria que visasa ao interesse nacional, mas que não abríamos mão do dever nosso de aperfeiçoar o texto. E a repórter insistia: "aperfeiçoar em que limite"? No limite máximo, porque é nossa obrigação. É o que estamos querendo, Sr. Presidente, e temos emendas ainda a apresentar

Lembro-me muito bem – e conversava com o Senador Delcídio Amaral, há pouco, a esse respeito – quando negociávamos expúnhamos nossa visão sobre o marco regulatório do setor elétrico com a área econômica do Governo, presente a Ministra das Minas e Energia e os Líderes partidários. Nossa visão, visão de interesse nacional, patriótica, era a de quem deseja que o investimento venha, de quem deseja fazer um marco regulatório que atraia investimento e não que o impeça. Não é entreguismos nem fazer pacto com o empresário, mas fazer algo eficaz, que funcione, que traga investimento. E foi uma luta, o Senador Delcídio Amaral está lembrado disso, para convencer a Ministra de alguns pontos de vista com relação ao marco regulatório. Nós a convencemos a respeito de alguns, de outros, não. Mas fizemos um acordo e votamos o marco regulatório, que, infelizmente, apenas abrigou, agasalhou investimentos, mas não atraiu novos investimentos no nível desejado.

Tanto nós tínhamos razão, Senador Paulo Octávio, que o noticiário da imprensa de ontem trazia a abertura do leilão da energia velha, discussão que fizemos à época, dizendo a Ministra que quem estava no País é quem investiria. Não ia aparecer cristão novo não, isso era utopia. Ia continuar investindo no Brasil quem já estava aqui, ia continua investindo se ficasse satisfeito com os investimentos. Investimento faz quem enxerga lucro. Lucro é legítimo, decente, policiado, vigiado.

A Ministra parece que voltou atrás e, no leilão da energia velha, já está considerando as ponderações que à época fazíamos, no sentido criar um marco regulatório que atraísse investimentos e não significasse barramento na chegada de novos investimentos.

O que se deseja com as PPPs? Espalhou-se ao Brasil que a PPP é a panacéia. Já que não se tem dinheiro suficiente para investimento, vamos atrair o dinheiro da China, o dinheiro do Japão, o dinheiro da Alemanha, o dinheiro dos Estados Unidos, o dinheiro do mundo todo para se juntar com recursos locais e fazer a infra-estrutura que nos falta: pontes, viadutos, portos, estradas.Ou seja, eliminar os estrangulamentos da infra-estrutura brasileira, como se isso fosse possível.

Na minha opinião, as PPPs, que são um instrumento interessante, não passam de um instrumento interessante. Não são panacéia coisa nenhuma. Ninguém venha dizer que com a paciência chinesa os recursos da China vão resolver os gargalos da infra-estrutura brasileira. Agora, que também não nos venham culpar de estar criando dificuldades à aprovação das PPPs, mas que também não venham nos culpar de ter aprovado um texto imperfeito ou que subtraia do Senado prerrogativas e obrigações.

Neste ponto, Sr. Presidente, apresento uma preocupação que me resta. Eu conversava agora há pouco com o Senador Tasso Jereissati, que acompanhou, em nome do PSDB, a questão das PPPs. O Senador Rodolpho Tourinho fez um belo trabalho também. S. Exª, que é quadros do PFL, haverá de concordar comigo numa preocupação que tenho e que expressei ao Senador Tasso Jereissati. S. Exª concordou que o texto ainda não está perfeito nesse ponto e que, por isso, quero ouvir a opinião do Relator.

Sr. Presidente, todos sabem que endividamento de Estado, de Municípios e da União é controlado pelo Senado e é prerrogativa indelegável dele. Ministro Amir Lando, a quem saúdo e cumprimento pela fidalguia, pelo companheirismo e pela amizade, nunca se fez nenhum empréstimo a Município, a Estado ou à União, dentro de limites devidamente, que não passasse pelo Senado. E o Senado nunca abriu mão dessa prerrogativa.

As Parcerias Público-Privadas, Senador Mão Santa, significam investimentos públicos e privados como o próprio nome diz. Só que o dinheiro público é aportado, podendo haver, ao longo de alguns anos, aportes adicionais para o empreendedor privado de recursos públicos para cobrir déficits. O que significa isso? Endividamento.

Sei que o texto do Senador Valdir Raupp já contempla a preocupação que apresento nos empreendimentos que contenham 70% de subsídios ou mais. Esses têm de passar pelo Senado Federal. E quanto aos que têm 50% ou 30% ou 20% ou 10% ou 2% ou meio por cento, mas que signifiquem endividamento? Eles não passam pelo Senado Federal? Eles desviam do Senado Federal, que abre mão dessa prerrogativa?

Então insisto no que eu disse à repórter. Qual é o nível de preocupação do meu Partido? Aperfeiçoar o texto. Em que nível? Nível máximo. Essa preocupação não é nem de nível máximo, é de nível mínimo, é de nível básico. De que o Senado Federal vai abrir mão? Por que o Senado Federal vai abrir mão de uma prerrogativa que é sua de ouvir os projetos que são megaprojetos, grandes projetos? Não são tantos, não; não são milhares de projetos, não. São alguns poucos que esperamos atrair com investimentos, venham de onde vierem, legítimos, mas que passem pelo controle do Senado Federal.

Então, eu gostaria de ouvir a manifestação do relator com relação a essa preocupação que é minha, sei que é do PMDB e da Casa sobre a audiência do Senado Federal para ouvir os projetos de parcerias público-privadas, porque todos eles envolvem endividamento público. Se eles envolvem endividamento público, o Senado Federal tem de ser ouvido. Parece-me que, no texto, somente se contempla a audiência para alguns projetos de PPPs, não para todos. Com isso, apresento a dúvida, e a manifestação da dúvida significa dúvida no voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator, que a pede.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nobre Senador José Agripino, o Congresso Nacional já está autorizando o endividamento até o limite de 1%. Tendo acima de 70% com investimentos públicos, o projeto teria de passar pelo Senado Federal. Entretanto, se cada projeto de parceria público-privada tiver de passar pela aprovação do Senado Federal, o Senado Federal vai ficar trabalhando apenas nisto: analisando PPPs. Está no relatório: remetem-se as informações ao Senado Federal e ao Tesouro Nacional, previamente à contratação do empreendimento, para que o Senado

Federal e o Tesouro Nacional tenham conhecimento se estão ou não dentro do limite já aprovado pelo Congresso Nacional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Posso complementar?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Valdir Raupp, confio na honestidade de sua opinião, mas ainda tenho dúvidas.

Vou me reservar. Penso que o meu Partido não vai criar dificuldades à aprovação do seu relatório na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pretendo aprofundar este debate porque isso significa, em última análise, abrir-se mão ou não de uma prerrogativa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo participado das audiências públicas, pude ver como este projeto se modificou – modificou-se e muito. Ele se modificou graças à colaboração da Oposição e à sensibilidade do Governo. Eu gostaria de salientar a questão abordada agora sobre o limite mínimo de participação da iniciativa privada, para que, aí, sim, os projetos sejam chamados parcerias público-privadas. O Senador Ramez Tebet participou de uma das discussões em que abordávamos que não era possível que não houvesse um limite para a participação de recursos públicos. Acredito que um ponto em que se avançou muito é este limite mínimo de 30%, pelo menos, de recursos da área privada.

Por outro lado, manifesto também a preocupação do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. A concessão, hoje chamada de patrocinada ou administrativa, não é a solução para tudo no Brasil. Se o Governo não começar a agir mais e a utilizar a lei de concessões, vamos continuar com nossa carência de infra-estrutura. Por que o Governo não usa a lei de concessões? Ela continua paralisada e ela abrange muito mais setores que esta lei que estamos aprovando. Meu voto aqui é favorável, mas também faço um alerta para que não nos iludamos com a questão de que a parceria público-privada pode resolver tudo. Pelo contrário: ela é um instrumento importante sim – a Oposição sempre disse isso e colaboramos bastante para que esse projeto fosse um outro projeto, que agora, sim, é bom –, mas que ela não seja uma ilusão ao brasileiro, que o Governo aja mais, tanto com recursos próprios quanto com a Lei de Concessões.

Quero, portanto, cumprimentar V. Exª, os meus colegas de Partido, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Valdir Raupp e manifestar minha concordância com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr Presidente, Srªs e Srs Senadores, eu gostaria de saudar os responsáveis pelo entendimento, pela negociação, por tudo o que foi possível fazer em relação às Parcerias Público-Privadas. As PPPs, sem dúvida, precisam dar certo. A modernização que queremos para a economia exige sobretudo mais do que aprovação; exige um projeto de Parceria Público-Privada que tenha eficácia e que seja realmente uma alternativa à dificuldade que o Governo Federal tem, assim como Estados e Municípios, para fazer investimento em infra-estrutura.

Nós só vamos – todos sabem, não adianta repetir, isso é chover no molhado – crescer de forma sustentada se resolvermos os gargalos da infra-estrutura. O Poder Público está exaurido. Os investimentos públicos no Brasil demonstram isso. No ano de 2002, houve 12 bilhões de investimentos públicos. Em 2003, esses investimentos caíram para 6,7 bilhões. Em 2004, até novembro, houve menos de 3 bilhões de investimentos.

Esse quadro não pode continuar. As demandas vão-se agravando e não vamos dar as respostas que a sociedade cobra relativas ao crescimento e à diminuição das desigualdades sociais e regionais. As PPPs são fundamentais por isso.

Ontem, reunimos a Bancada do PMDB e discutimos a matéria, porque se algo nos honra é o fato de o Senador Valdir Raupp ser o Relator da PPP na Comissão de Assuntos Econômicos. Seria o caso de ressaltar o papel de tantos quantos colaboraram nessa discussão em todos os momentos: os Relatores, a contribuição dos empresários que aqui estiveram nas audiências pública, para que aperfeiçoássemos esse projeto para que ele tenha, como eu disse, a eficácia que se quer. Destaco a atuação do Senador Rodolpho Tourinho, sempre brilhante e competente, colocando o interesse partidário acima do interesse pessoal. A colaboração do Senador Tasso Jereissati não só nessa matéria, que é importante para a economia, mas também em todas as que, verdadeiramente, dizem respeito ao Brasil. A colaboração do Senador João Tenório, que, quando aqui esteve, foi relator da PPP na Comissão de Infra-Estrutura. Foi, aliás, o primeiro relator, foi quem primeiro efetivamente colaborou para que tivéssemos um projeto defensável, aceitável.

A Bancada o PMDB, Sr Presidente, ontem elegeu algumas prioridades. Há pouco o Senador Hélio Costa me disse que algumas delas já foram resolvidas pelo Senador Valdir Raupp, relator..

Eu não vejo sinceramente como a PPP ter eficácia se não alterarmos essa coisa absurda, escabrosa que existe no Brasil, que é a possibilidade de medida provisória alterar contratos. A instabilidade das leis, das regras, atrapalha, e muito, os investimentos em nosso País. O Brasil perde competitividade, porque, como uma medida provisória acaba mudando as regras de um contrato especificamente, pois não há uma vedação constitucional – e isso precisa acontecer –, as pessoas não acreditam que os contratos sejam cumpridos, e muitos, aliás, foram os contratos não cumpridos exatamente por esse motivo.

Temos – e a Bancadas todas colaboraram, Partido por Partido – uma proposta de emenda constitucional que veda a possibilidade de mudança de contratos por medida provisória.

Não adianta citar exemplos, porque são todos em detrimento da pujança de nossa economia e do desenvolvimento sustentado, o que todos nós queremos.

Outra questão, Sr Presidente – o Relator há pouco me dizia que iria acolher essa sugestão, assim como o Senador José Agripino, Líder do PFL, há pouco, também a defendeu – é a necessidade de o Senado – e essa é a competência constitucional desta Casa – autorizar as operações, e não apenas o Tesouro Por que apenas o Tesouro se essa é uma competência do Senado Federal? O que pudermos fazer para robustecer, para consubstanciar a competência do Senado, as atribuições do Senado, devemos levar a cabo. Muito mais agora que estão votando algo fundamental para o País.

Há outra coisa que precisa ser definida: uma regra clara para caracterizar bem o rateio dos riscos entre parceiros privados e públicos. Isso não estava claro no projeto e é importante que fique absolutamente claro.

Outra questão – e falo como alguém que foi Ministro da Justiça e tratou especialmente da cidadania, do direito difuso, do direito do consumidor – é garantir, de alguma forma, no projeto, de maneira clara, compatível com o Código de Defesa do Consumidor e com outros códigos de defesa dos interesses da cidadania, a boa prestação do serviço público ao usuário. Isso é também fundamental. De nada adianta superarmos as dificuldades, atrairmos investimentos públicos e investimentos privados, de nada adianta convencermos os bancos a fazer financiamentos, se não vamos ter a garantia de que o usuário terá uma contrapartida na prestação do serviço público de qualidade. Se isso acontecer, é claro que estaremos invertendo o papel da própria parceria e do serviço público ao não proteger o usuário, que precisa ser protegido, que é protegido por nossa legislação.

Fora isso, Sr. Presidente, creio que devemos continuar discutindo e tornar esse debate o mais aberto possível para aprimorar o projeto da Parceria Público-Privada.

Quero destacar o papel do Senador Aloizio Mercadante, que foi um obstinado com relação ao PPP. S. Exª trabalhou todos os momentos, administrou dificuldades, inverteu a prioridade partidária e nos reúne a todos aqui. S. Exª cumpre um papel fundamental para que possamos, verdadeiramente, discutir a questão e dizer o que cada um está pensando. Destaco o papel do Senado Arthur Virgílio, do Senador Fernando Bezerra, enfim, de todos os Senadores que, de alguma forma, colaboram com essa questão, que é importantíssima para que tenhamos um futuro para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, não há mais oradores inscritos. Submeterei o projeto...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, falarei muito rapidamente.

Quero mencionar a minha satisfação por termos chegado a este texto. Quero dizer-lhe que é, sobretudo, uma vitória desta Comissão. Conseguimos, apesar de muita incompreensão durante todos esses meses – já que a Comissão foi acusada de estar paralisada, de fazer política, de não trabalhar devidamente –, mostrar ao País que, com paciência e determinação, temos condições de fazer um trabalho de altíssima qualidade. A Comissão está sendo brilhantemente conduzida por V. Exª.

O Senador Valdir Raupp teve a grandeza necessária de acolher, de rever o seu primeiro relatório. S. Exª o fez com muita dignidade, com muita competência, e por isso quero parabenizá-lo.

Quero falar, também, do Senador Aloizio Mercadante e dos Líderes do Governo. S. Exª soube compreender que só com diálogo era possível construirmos um projeto como este. A Oposição, o PFL, o PSDB, o PDT e o PMDB – que fez sugestões importantíssimas, principalmente por meio da participação do Senador Pedro Simon –, tentou construir e não destruir apenas pelo desejo de fazer política. Estamos trabalhando e fazendo uma oposição de alto nível. Alto nível significa ficar, também, absolutamente resistente e até teimoso quando o que chega não vem ao encontro dos desejos do País. Senador Tourinho trabalhou pelo PFL, como se estivesse construindo um projeto próprio, entrando em detalhes, especificidades de só alguém que tem uma profunda capacidade e profundo espírito público.

Por isso, gostaria de colocar essas minhas palavras de, principalmente, dar parabéns a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem a palavra V.Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Todos já viram que todos desejamos apressar os trabalhos, bem como fizemos os elogios indispensáveis àqueles como V. Exª, que trabalharam intensamente, como Relator, para que chegássemos a um fim.

Entretanto, o Senador Pedro Simon apresentou argumentos importantes nesta reunião; outros Senadores também falaram assuntos muito importantes. Perguntaria a V. Exª, e principalmente ao Relator, se vai elaborar as mudanças solicitadas, se não vai, se vamos votar agora mesmo, sem que esse relatório novo pudesse ser feito, ou se vamos deixar para votar ou na parte da tarde, ou segunda-feira, já que a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi adiada para terça-feira.

É apenas para saber como vamos fazer para ganhar tempo na votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebe) – Com a palavra o eminente Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Quanto aos questionamentos do nobre Senador Pedro Simon, a grande maioria deles já foi contemplada nas suas emendas. Ele mesmo admitiu isso. Como foram cento e tantas emendas apresentadas, é claro que o Relator não teve como acatar todas na íntegra. Com certeza, desfiguraria totalmente o projeto.

Outros questionamentos feitos aqui, como a questão do Fundo Garantidor, poderão ser resolvidos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse projeto está qui nesta Comissão há mais de 6 meses, já foi debatido exaustivamente em reuniões de líderes, em audiências públicas, em reuniões, e esta, hoje, é a quarta em que apresento este relatório. A quarta. Já foram adiadas por três vezes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se bem entendo, V. Exª quer votar agora e que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania faça as modificações futuras.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Perfeitamente!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Daremos um tempo justo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que essas modificações possam ser feitas.

Se entendi bem é esse o propósito de V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Perfeitamente, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

Faria um apelo para que, pelo tempo que já estamos debatendo esse projeto, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pudesse votar na próxima terça-feira, até quarta-feira.

Obrigado!

Gostaria, Sr. Presidente, de responder às alegações do Líder da nossa bancada do PMDB, do que foi discutido, ontem à tarde, em reunião de bancada, bem rápido, um minuto creio que daria tempo, só para citar aqui quais os artigos e incisos que estão sendo atendidos pela bancada do PMDB.

A primeira sugestão da bancada e do Senador Renan Calheiros é quanto a blindar o projeto de PPPs sobre mudanças por meio de medidas provisórias. Isso não foi possível colocar, mas sugiro aqui que a PEC de nº 45, de autoria do Senador Renan Calheiros, que está tramitando no Senado, já prevê que lei ordinária não possa ser mudada por meio de medida provisória. Então, se essa PEC for aprovada, já está resolvido o problema do Item nº 1.

O Item nº 2 está contemplado no §1º do art. 28.

O Item nº 3 também está contemplado no inciso IX do art. 5º.

E o Item nº4º está contemplado no parágrafo único do art. 6º.

Então estão praticamente todos contemplados, Sr. Presidente.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebe) – Srªs e Srs. Senadores, dou a discussão por encerrada e vamos à votação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero esclarecer que V. Exª tem a palavra pela ordem mas a discussão está encerrada.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Gostaria de deixar registrado que temos três emendas e gostaria de pedir votação em separado das emendas que apresentamos. Emendas nºs 103, 104 e 105.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero comunicar que há requerimentos de destaque que serão apreciados no momento oportuno. O Senador Paulo Octávio apresenta destaque para as Emendas nºs 103, 104 e 105, enquanto que o Senador Pedro Simon apresenta requerimento para que sejam votadas em separado as Emendas nº 19 e 21. Portanto, há cinco pedidos de destaque. Como vamos fazer? Obedeceremos ao Regimento. Vamos colocar em votação, nos termos do art. 300, o parecer do Relator com as emendas recebidas, ressalvados os destaques. Vamos votar o projeto e as emendas acatadas total ou parcialmente.

Vou repetir os termos regimentais. Nos termos do art. 300 estão os Senadores que concordam com o parecer do Relator, favorável a projeto, nos termos do substitutivo apresentado, com acatamento total ou parcial das Emendas nºs 1, 2, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60, tratadas anteriormente, e das Emendas nºs 68, 69, 72, 74, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 100 e 102, rejeitando-se as demais, ressalvados os destaques.

Vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com os termos do parecer que assim conclui, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. (Pausa)

A matéria está aprovada.

Vamos entrar nos destaques propriamente ditos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente, quantos destaques são?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São cinco destaques.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passarei a palavra ao autor de cada destaque.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio para defender a Emenda nº 103, para a qual foi solicitado destaque.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, a Emenda nº 103 é um destaque ao art. 11 do PLC nº 10:

"Art. 11. O instrumento convocatório conterá o projeto básico quando envolver obra pública, além da minuta do contrato, e indicará expressamente a submissão da licitação às normas desta lei e observará, no que couber, os parágrafos 3º e 4º do art. 15, os arts. 18 e 19 da Lei nº 8.987, de 1995, podendo ainda prever:

III – a responsabilidade do contrato pela elaboração dos projetos executivos das obras, respeitadas as condições fixadas no inciso I e II do art. 18 da Lei nº 8.987, de 1995."

O motivo, Sr. Relator, é que o PLC nº 10 não prevê a necessidade de elaboração de um projeto básico, ao contrário da Lei nº 8.666, dando margem a que a Administração Pública compre bens e serviços sem uma definição precisa.

Em seu art. 12, o projeto prevê que, após a fase de qualificação de propostas técnicas poderá ser utilizado o critério de melhor combinação entre a proposta técnica e a econômica. Sem um projeto básico previamente definido, a comissão julgadora poderá ficar diante da difícil tarefa de comparar preços diferentes relativos a propostas técnicas extremamente diversas, dando margem a uma grande subjetividade.

Além disso, pode haver dirigismo no processo seletivo, escolhendo-se a proposta mais cara com base na alegação de que a mesma também apresenta a melhor proposta técnica.

Essa emenda visa a garantir que a Administração Pública providencie a elaboração de um projeto básico da obra, objeto do contrato de parceria público-privada. O que é indispensável para garantir a transparência e lisura do processo de seleção das propostas.

O projeto executivo, conforme definido no inciso X do art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, poderá ficar a cargo do contratado, pois se restringe ao detalhamento das obras.

Essa é a proposta da nossa emenda, Sr. Relator, no sentido de enriquecer e dar mais segurança jurídica às parcerias público-privadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Relator) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nobre Senador Paulo Octávio, autor do destaque, esta emenda já está contemplada no art. 11, que remete ao inciso XV do art. 18 da Lei de Concessões, que estabelece obrigatoriedade de prever elementos do projeto básico do edital.

Portanto, como já está contemplado, recomendo o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Paulo Octávio, se V. Exª concorda com o relator de que está contemplado, não vou colocar em votação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não. Entendo que esse projeto é único, é específico. Se podemos colocar, acho que é essencial ter o projeto básico. Não podemos aprovar uma licitação sem um projeto básico. É só acrescentar no relatório o projeto básico. Não vejo dificuldade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou dar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, mas pela ordem, como V. Exª está solicitando, porque, pelo destaque, só pode falar o autor do projeto e o relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, para ajudar a encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, espero que seja um esclarecimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É para ajudar a encaminhar.

Quero fazer uma proposta ao Senador Paulo Octávio. O art. 11, no texto do projeto substitutivo do Senador Valdir Raupp, remete ao art. 18. Por que foi feito isso? Porque todo o texto foi remetido à Lei de Licitações e à Lei de Concessões, que é um amparo jurídico que já existe, que era uma reivindicação da Comissão. Então, evitamos dupla citação e remetemos ao artigo de origem. O art. 18 prevê que o edital de licitação tem

que estabelecer objetos, metas, prazos da concessão, a discrição das condições necessárias da prestação adequada de serviço, o prazo para o recebimento das propostas, julgamento, assinatura de contrato. E, no inciso XV diz: nos casos de concessão de serviços públicos, precedida da execução de obra pública, que é este caso, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico, que permitem a sua plena caracterização, têm assim as garantias exigidas para esta parte específica do contrato adequadas ao caso e limitadas no valor da obra. E isso remete também ao inciso XV da Lei nº 9.648, de 1998.

Então, está contemplado. O que acho que deveria ser acrescido é a segunda parte da emenda dele como está. A responsabilidade do contrato pela elaboração dos projetos executivos da obra, respeitadas as condições fixadas nos incisos I e II do art. 18 da Lei.

Acho que essa parte deveria se incluída, substituindo o inciso III do art. 11.

Então, eu proporia incorporar a segunda parte do texto dele e abrir mão do **caput**, à medida que está citado o art. 15 da Lei e que menciona especificamente.

Proponho esse acordo como encaminhamento ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª pediu acertadamente a palavra pela ordem, porque está fazendo uma proposta. Agora, depende de V. Exª aceitar ou não...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...com a indicação de redação, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para acertar os termos da votação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Da forma colocada eu acho que enriquece, dirime a dúvida que existe e de minha parte, se o relator estiver de acordo, essa mudança no art.11 é substancial.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) –.... a essa proposta e o autor concordando, eu só tenho que concordar também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu peço, então, a V. Exª que coloque isso em termos concretos, para eu poder colocar em votação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Dê-se o art.11 do PLC nº10, de 2004, a seguinte redação: Inciso III – A responsabilidade do contratado pela elaboração dos projetos executivos das obras, respeitadas as condições fixadas nos incisos I e II do art.18 da Lei nº 8.987, de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É isso aí?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Forma de votação. O relator concordou com a emenda, tal como foi lida agora pelo autor Senador Paulo Octávio. Aqueles que quiserem votar com a emenda, da forma como ela acabou de ser lida, com a concordância do Relator, votarão "sim". Aqueles que não concordarem votarão "não" e estarão rejeitando a emenda. Em outras palavras, o voto "sim" é para o Senador Paulo Octávio, autor da emenda.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade essa emenda apresentada pelo Senador Paulo Octávio.

Passamos a segunda, que é a Emenda nº104. Concedo a palavra ao autor para esclarecer o que pretende justificar, etc.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – A Emenda nº104 é no sentido de suprimir o inciso I, do art.11, renumerando os demais incisos.

"Art.11.

I – O uso da arbitragem para a solução dos conflitos decorrentes do contrato."

Sob as leis atuais, já é difícil evitar que os usuários de serviços públicos sejam lesados, ou que algumas licitações sejam orientadas, principalmente as realizadas com critério de melhor técnica. Contudo, pelo menos, há a possibilidade de denunciar, de recorrer e até de ganhar a causa na justiça, impugnando o processo.

O regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração pública prerrogativas especiais próprias do Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado. Assim, em princípio, não se pode utilizar a arbitragem na solução de conflitos decorrentes de contratos de PPPs, em que uma das partes é pública. Existe, inclusive, decisão do Tribunal de Contas da União, que entendeu no princípio da indisponibilidade do interesse público a inviabilidade de tal instrumento para dirimir controvérsias, havidas em concessões de serviços públicos (Acórdão nº 215/2004 em Plenário do TCU).

O prazo máximo dos contratos regidos pela Lei nº866 é de seis anos, ao fim dos quais a administração pública realizará nova licitação, podendo escolher outro prestador de serviços.

No caso das PPPs, o prazo pode chegar a 35 anos, o que engessa a administração pública e também a iniciativa privada. Nesse período, é provável que ocorram disputas entre as partes, havendo a necessidade de atuação do Poder Judiciário. A recorrente demora na resolução dos conflitos nesse Poder não deve ser motivo para eliminar a atuação dessa instância.

A solução desse problema passa pela modernização do Judiciário e alteração de leis processuais. Nesse contexto, a emenda elimina a possibilidade de utilização da arbitragem em substituição ao Poder Judiciário na resolução dos conflitos gerados pelos contratos de PPPs.

Isso é fundamental para garantir a possibilidade de defesa na Justiça dos interesses dos usuários dos serviços públicos e das partes contratantes, pública e privada, durante o período de vigência dos contratos.

Acrescento que ontem mesmo nós votamos, aqui no Senado, Presidente, a reforma do Judiciário, visando agilizar o Judiciário brasileiro.

Entendo que a arbitragem, objeto de um projeto do Senador Marco Maciel, é muito importante para o Brasil, mas quero perguntar, no caso de um contrato de parceria público-privada com uma empresa internacional, quem vai fazer a arbitragem. Ela será internacional também? Será contratada uma empresa do Canadá ou da Suíça para fazer a arbitragem de um contrato no Brasil?

Para evitar essa dúvida, entendo que seria muito importante suprimir o inciso I do art. 11. Esta é a proposta desta emenda que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o eminente Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Na verdade, já se estabeleceu o consenso sobre as vantagens do uso da arbitragem em processos de contratos desse tipo.

Ontem mesmo, o Senado Federal aprovou uma ampla reforma do Poder Judiciário, admitindo o uso de arbitragem na solução de conflitos decorrentes de contratos, inclusive dos contratos de PPP.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que isso já foi contemplado na reforma do Judiciário, que foi aprovada ontem pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou prestar um esclarecimento sobre o qual estava conversando com o Senador Paulo Octávio.

O que nós aprovamos ontem foi uma emenda constitucional que será promulgada. Lei ordinária não se sobrepõe à Constituição.

Admitiu-se que poderia haver arbitragem nos contratos em que o Poder Público é uma das partes.

Quero apenas prestar esse esclarecimento, porque, como Presidente, me cumpre zelar por aquilo que está em análise.

Então consulto o Senador Paulo Octávio se quer que coloque em votação assim mesmo.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Só quero esclarecer que como está aqui parece que o uso da arbitragem será uma imposição no caso de conflitos. Então isso tem que ficar bem claro.

Se a arbitragem será usada como foi votado ontem, aqui no Senado, entendo que não precisa ser colocada no inciso I, já é automático, porque se cria uma margem de dúvida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Posso ajudar a esclarecer, Presidente?

O art. 11 diz: "O instrumento convocatório observará, no que couber..." o uso da arbitragem, porque a arbitragem agiliza a solução de controvérsias, é um instrumento internacionalmente consagrado, mas, na função essencial do Estado, não há arbitragem. Então não será qualquer contrato ou serviço que poderá ser objeto de arbitragem. Mas o Poder Público já pode contratar arbitragem. Aprovamos uma lei que é uma forma de agilizar processos, facilitando tanto a vida do setor privado quanto do setor público, para agilizar a solução de conflitos a bem da sociedade e do usuário.

Como há a expressão "onde couber", não será qualquer contrato que poderá ser objeto de arbitragem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª insiste, vou submeter à votação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Para esclarecer, entendo que a Justiça será usada, mas, da forma como foi posto aqui no projeto, parece que será prioritariamente usada a arbitragem: "I – o uso da arbitragem para a solução dos conflitos decorrentes do contrato". É o primeiro item do art. 11.

Se for estabelecido que poderá ser usada a arbitragem, vamos usá-la, mas não deve ser colocada como o primeiro item do artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, creio que todos estão esclarecidos. Quem quiser acatar a Emenda vai votar SIM; quem quiser rejeitar a Emenda, terá que votar NÃO. E esse NÃO, como estamos em votação simbólica, será a mão levantada. Concordam com isso?

Então, quem quiser votar SIM permaneça como se encontram. E quem quiser votar NÃO levante o braço.

Pergunto: estão todos esclarecidos?

Então, está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Emenda está rejeitada.

Acena o Ministro da Previdência Social, nosso colega Senador Amir Lando, que tem que se ausentar.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Queria solicitar a votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Daí por que agradeço a presença de V. Exª. Foi um orgulho recebê-lo.

O SR. AMIR LANDO – Sei que é anti-regimental, mas, não poderia deixar de agradecer e registrar a honra de ter participado desta reunião da CAE.

E volto a aprender o que o Parlamento faz: uma discussão, um diálogo amplo de idéias, onde a democracia se exercita de maneira pura e límpida.

Queria parabenizar os trabalhos desta Comissão e dizer de toda a minha honra de ter participado, sem ser membro, por estar, sobretudo agora, licenciado do meu mandato de Senador da República.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos seguir.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Ao mesmo tempo em que cumprimento a presença do Ministro, queria solicitar de V. Exª, tendo em vista que houve, na minha visão, uma divergência, votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª pede votação nominal, peço o apoiamento de três Senadores.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Octávio, queria fazer uma sugestão. O espírito desse projeto foi todo construído som base na negociação, na argumentação.

Proponho, como passará ainda pela CCJ, que V. Exª amadureça essa questão da arbitragem, porque todos são favoráveis. V. Exª diz que é favorável à arbitragem. A preocupação é de que haja um uso exorbitante. Vamos ver se conseguimos construir uma redação que resolva isso. Temos tempo para amadurecer a idéia de que não se exorbite essa possibilidade. Então, vamos amadurecer uma redação que a contemple. Temos tempo até a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Vou acatar a sugestão do Senador Rodolpho Tourinho e do Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente, e não vamos fazer a votação.

Mas quero deixar registrado que o Projeto de Arbitragem é de um Líder do PFL, Senador Marco Maciel. E tem todo o apoio do PFL. O Líder José Agripino está aqui e sabe muito bem o apoio que damos à arbitragem. Só não entendo que na PPP o primeiro item do inciso XI defina a arbitragem como se fosse quase uma obrigação, no momento em que queremos prestigiar a Justiça do nosso país. Então, é só uma questão que queria levar para a CCJ, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente. Como a matéria já havia sido votada, havia proclamado o resultado pela rejeição, V. Exª terá toda a oportunidade de apresentar a mesma emenda na Comissão de Constituição e Justiça, tal qual V. Exª também se manifestou por uma discussão mais ampla.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Emenda nº 105, que é de autoria de V. Exª também. É um Destaque para a Emenda nº 105.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, ouvi atentamente a ponderação do Líder José Agripino e do Líder Renan Calheiros, e esta Emenda vem justamente preencher o que foi manifestado pelos dois Líderes.

Diz o seguinte:

"Art. 25. O alvo central de contabilidade da União editará, na forma da Legislação pertinente, normas gerais relativas à Consolidação das Contas Públicas aplicáveis aos contratos de Parceria Público-Privada, considerando como dívida pública, nos termos do Inciso I do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, as obrigações financeiras contraídas pela administração pública nesses contratos."

O texto remete a decisão sobre contabilização das parcerias público-privadas ao ato da Secretaria do Tesouro Nacional.

Entendo que se todas as obrigações contraídas pela administração pública forem consideradas despesas obrigatórias, de caráter continuado, conforme expressão contida no artigo 22 do projeto, e não operações de crédito, a contabilidade pública não refletirá o verdadeiro montante da dívida.

As obrigações assumidas pela administração pública com as PPPs devem ser registradas como operações de crédito, sujeitas aos limites de dívida e operações de crédito estabelecidas pelo Senado.

Para garantir que não venham a ser formados no futuro os chamados esqueletos, que constituem dívidas contraídas, mas não estabilizadas no momento da assunção das mesmas, proponho na presente emenda que a lei deixe bem claro que as obrigações contraídas pela administração pública nos contratos de PPPs sejam contabilizadas como dívida pública.

É este o teor da emenda que, pelo que eu senti, já tenho o apoio do Senador Renan Calheiros e do Senador Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o eminente Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Essa questão da despesa continuada foi amplamente debatida na Câmara dos Deputados e pela sociedade civil, por meio das audiências públicas, para que prevalecesse o entendimento de que as PPPs poderão ser inscritas como despesas continuadas, sem que

isso representasse desrespeito à lei de responsabilidade fiscal.

Nesse sentido, o nosso relatório adotou várias instâncias de blindagem para evitar abusos, o que me levou a rejeitar a emenda nº 105.

Em outros casos, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, as despesas relativas às PPPs deverão integrar o limite da dívida, conforme artigo nº10, do relatório, inciso I, alínea "c".

Portanto, recomendo também o voto "não" a esta emenda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu poderia só contribuir para a reflexão? Uma parte do PPP é dívida pública. A outra parte é gasto continuado, porque aquilo que é contraprestação de serviço é gasto continuado. Por exemplo, se você contratou um PPP para fazer um presídio, o aporte de recurso do Estado vai ser o pagamento **per capita** dos presos. Isso é gasto continuado; não é dívida.

Agora, o investimento, eventualmente, se estiver no orçamento, é uma dívida. Por isso que não pode ser contabilizado integralmente como uma dívida, e nós incluímos aquele dispositivo de fixar 1% da receita líquida projetando 10 anos à frente.

Então, vejo que esta é uma questão de mérito importante. A parte da contabilidade está contemplada; o Tesouro Nacional será informado, tem que adequar toda a lei de responsabilidade fiscal. Agora, uma parte é dívida, outra parte é gasto continuado, porque há contraprestação de parte do serviço que o usuário vai pagar ou que o Estado vai pagar por um serviço prestado. Então são duas contabilidades. Não pode ser feita toda como dívida.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Posso tentar contribuir?

Desde o começo, o Senador Tasso Jereissati teve um grande papel em toda essa discussão da PPP, que colocou basicamente essa questão da lei de responsabilidade fiscal, da lei de licitação e depois, a questão de fundos públicos. Mas nesta questão, a fórmula que foi apresentada e que discutimos muito, no fundo, por você ter uma parte que é dívida pública e outra que é gasto continuado, você acabaria tendo ou podendo ter uma fragilidade jurídica.

Além disso, ao você trazer para poder contabilizar como dívida, até na sugestão inteligente do Senhor Tasso Jereissati, que era trazer a valor presente pelo valor das NTNs 360 dias, você poderia acabar com a fragilidade fiscal de contestação de por que a utilização dessa NTN 360 dias, ou qualquer outro papel para fazer isso.

Então, dessa longa discussão, que talvez tenha sido um dos itens que mais se discutiu ao longo desse tempo todo, que era para se evitar o esqueleto, bem como a criação de problemas para o futuro. E mais, que incluísse também a União, porque, no caso da dívida, como a União está fora da lei de responsabilidade fiscal, assim continuaria, porque só os Estados Municípios estão sujeitos a essa lei.

Com essa solução de um percentual sobre a receita corrente líquida, fazendo a projeção dez anos para frente, efetivamente, evita-se o esqueleto. Evita o esqueleto na medida em que se passa a ter um controle do Tesouro Nacional e também penalidades. A penalidade é o Estado deixar de receber transferências voluntárias, ou perder o direito a garantias.

Então, ao longo de todo esse tempo, acabamos chegando à conclusão de que, pelas fragilidades jurídicas e fiscais que poderiam existir, a melhor forma seria fazer uma limitação pela receita corrente líquida. E a média dos Estados, hoje, por exemplo, em termos de corrente líquida comprometida, vinculada, já é de 95%. Daí explica-se também esse 1% e essa forma de controle.

Agora, entendo que essa dúvida existe, Senador Paulo Octávio, como existiu o tempo todo ao longo dos seis meses em que discutimos a matéria, e chegamos à conclusão de que era mais seguro partir para a receita corrente líquida.

Era só isso o que gostaria de colocar.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Em homenagem à explicação do Senador Rodolpho Tourinho e em homenagem ao Senador Tasso Jereissati, retiro a emenda.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Creio que até poderemos voltar a discutir o tema na CCJ com mais detalhes ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passamos ao Requerimento nº 4, do Senador Pedro Simon, que se refere à emenda nº 19.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, digo que compete aos ministérios, às agências reguladoras e aos tribunais de contas, nas suas respectivas áreas de competência, o acompanhamento e a fiscalização...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, peço licença para interrompê-lo, para ver se o som de V. Exª está funcionando adequadamente. Por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É a idade, Sr. Presidente. Com o tempo, nossa voz fica mais rouca.

Sr. Presidente, compete aos ministérios, às agências reguladoras e aos tribunais de contas, nas suas respectivas áreas de competência, o acompanhamento

e a fiscalização dos contratos de parceria público-privada, bem como o exame de conformidade dos contratos e de sua execução com as normas que regem o setor a que pertence o respectivo objeto.

Os ministérios e seus equivalentes nos Estados e Municípios encaminharão ao órgão a que se refere o art. 15 dessa lei, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, aos tribunais de contas que estiverem jurisdicionados com periodicidade trimestral.

Foi acatada parcialmente pelo Relator; entretanto, o objetivo principal da emenda era incluir os tribunais de contas no acompanhamento sistematizado dos contratos.

Uma coisa é o tribunal de contas poder pedir auditoria, uma coisa é poder ser sujeito; outra coisa é a obrigatoriedade do Poder Executivo. Os órgãos do Poder Executivo têm a obrigatoriedade da prestação de contas, e o tribunal de contas tem a obrigatoriedade de fazer a fiscalização.

Então, em vez de poder ser invocado o tribunal de contas, como diz o Relator, entendemos que deve haver a obrigatoriedade da presença do tribunal de contas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de fazer um entendimento, um acordo como nobre Senador Pedro Simon. Vou acatar a emenda, mas com a redação própria, para incluir no texto.

Está certo nobre Senador?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu posso louvar essa emenda?

Acho muito importante que o Relator acabe acatando isso, pois entendo muito importante o papel do tribunal de contas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB — MS) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o destaque queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Há a concordância do autor e do Relator quanto a isso.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de destaque e, portanto, a emenda, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada a emenda destacada.

Passamos a votação de um destaque sobre a Emenda nº 21, também de autoria do Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, acrescenta artigo ao final com a imputabilidade das penalidades previstas no Código Penal: Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429 e Lei dos Crimes Fiscais.

Ela foi rejeitada sob a alegação de que o dispositivo seja superveniente, desnecessário, já que as partes contratantes públicas e privadas já estariam submetidas às tais combinações, além das previstas no contrato que assim expressam no substitutivo.

Diz o Substitutivo: "As penalidades aplicadas à Administração Pública e ao parceiro privado, em caso de inaplimplemento contra a qual será fixada sempre de forma proporcional à falta cometida e às obrigações assumidas".

Esse dispositivo fala apenas em sanções, e não em sanções penais. Só em sanções administrativas. Inclusive, o Líder do Governo argumenta que, em tese, já está incluído o artigo da Lei de Fiscalização. Mas creio, Sr. Presidente, que não há por que não inserir na lei esse artigo, não há por que ficar a referência ao artigo que lá está, se, em uma proposta dessa natureza e um assunto dessa envergadura, é importante que conste da lei a explicitação do artigo, ainda que se diga que é redundante, pois seria uma redundância que vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Na verdade, em parte, o nobre Senador tem razão. Contudo, aqui já diz que as penalidades por improbidade administrativa, mencionadas pelo Senador, são aplicáveis aos agentes encarregados das PPPs. Todavia, não há nenhum problema em acatar essa emenda, ampliando a redação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Parabenizo o Relator, porque estamos incluindo na íntegra o art. 73 da Lei de Licitações, reforçando as penalidades. E, nessas questões, o que abunda não prejudica. Parabenizo também os Senadores Pedro Simon e Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação a emenda do Senador Pedro Simon.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada a emenda destacada.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço que seja votado requerimento assinado pelos Líderes Aloizio Mercadante e Arthur Virgílio e por mim, fruto de acordo feito em plenário no sentido de convidar o Ministro dos Transportes a comparecer a esta Comissão para se manifestar sobre infra-estrutura e estradas.

Solicito que seja inserido extrapauta o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou acatar esse requerimento extrapauta, considerando que o assunto ficou absolutamente claro nas discussões que se realizaram no plenário do Senado da República.

O requerimento tem por objetivo que o Ministro dos Transportes seja ouvido por esta Comissão e pela de Infra-estrutura, Fiscalização e Controle. Portanto, a votação tem a ver com a nossa Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, não quero que o Senador Tasso Jereissati se retire sem antes ouvir a palavra de aplauso direcionada a S. Exª, de quem modestamente a preside. Trata-se de uma questão de justiça. São seis meses de trabalho árduo de S. Exª, além de sua persistência, de sua vontade e de sua colaboração desprendida, enfim, o trabalho de S. Exª é reconhecido por toda a Comissão que represento.

Também o Senador Rodolpho Tourinho merece as mesmas palavras que dirigi ao meu amigo Senador Tasso Jereissati. Senador César Borges, V. Exª está entre os dois. Não me furto também de dizer o quanto V. Exª colaborou. Minhas congratulações, até pela persistência, pela capacidade.

A Comissão de Assuntos Econômicos está de parabéns, assim como as Lideranças da Casa. O Projeto, tendo em vista a sua importância, está sendo aprimorado em razão das discussões que aqui travamos.

Agradeço a presença dos convidados para esta audiência pública, que aqui prestaram suas colaborações.

Várias vezes conversei com o Senador Delcídio Amaral a respeito desse tema, inclusive, certa vez, pedi a ajuda de S. Exª para a condução desses trabalhos, a quem agradeço. Enfim, meus agradecimentos a todos. Tão Logo a Secretaria-Geral prepare os papéis, os enviarei imediatamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque, a Comissão de Assuntos Econômicos, está encerrando seus trabalhos aqui.

Daí o meu conforto, Senador Eduardo Azeredo, que tanta lutou e tanta força nos deu. Um abraço do seu Colega, agradecido. Penso que todos colaboraram. Não quero me esquecer de ninguém, Senador Mão Santa.

O requerimento de V. Exª já foi aprovado.

Declaro aprovado o Projeto e o Substitutivo do Senador Valdir Raupp, com os destaques e as emendas, que já foram aprovadas, e com os Destaques de nºs 1, 4 e 5, aqui aprovados.

O Senador Paulo Octávio, meu querido vice-Presidente, não está presente, mas a S. Exª as nossas homenagens também.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h36min.)

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de novembro, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e dezenove minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Duciomar Costa, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, César Borges e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 1 – Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 16-12-03, a matéria foi aprovada na CAE. Em 5-5-04, foi aprovado Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, no Plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE; Em 5-10-2004, foi concedida Vista Coletiva. Retirado de pauta a pe-

dido do Relator para reexame da matéria, sendo aprovado, o Requerimento nº 50-CAE, de 2004, solicitando Audiência Pública para instruir a matéria; Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal", de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001, não terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', no capítulo referente à proteção contratual", de autoria da Deputada Rita Camata, tendo como Relator o Senador Leonel Pavan, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 16-11-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. O Presidente designa o Senador Paulo Octávio Relator Ad Hoc. Após a leitura do parecer pelo Relator, colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE apresentada.; Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003, Terminativo, que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Retirado de pauta a pedido do Relator; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o artigo 47-A à Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, alterando o regime de citação na execução do cheque", de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa. Após a leitura do parecer, colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto com Emenda nº 1-CAE apresentada; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que "permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2002, terminativo, que "modifica o artigo 2º e o artigo 5º, incisos II e III, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de forma a instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. Em 26-6-04, foi apresentado Requerimento, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando Audiência Pública para instruir a matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 29-6-04 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 1 de redação que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do

Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13 – Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16 – Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 9-12-03, foi lido o parecer do Relator, ficando adiada a discussão e votação da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-6-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2003, terminativo, que "isenta da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) as sociedades cooperativas que observarem o disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20 – Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 21 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 5º e 8º e revoga o artigo 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências", de autoria do Senador José

Jorge, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 23 – Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2001, terminativo, que "permite o ingresso de pessoas físicas no Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pelo art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000", de autoria do Senador Luiz Otávio, tendo como Relator o Senador Roberto Saturnino, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, Requerimento nº 50-CAE, de 2004, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Romero Jucá e Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública a fim de instruir a votação do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", com a presença do Secretário de Fazenda do Município do Rio de Janeiro e Presidente da Associação Brasileira de Secretarias e Finanças de Capitais/ABRAF, Sr. Francisco Almeida; do Sr. Marco Antônio Rezende, Fórum de Procuradores de Capitais; do Representante do Ministério da Fazenda; Prefeito Edinho, do Município de Araraquara; do Secretário de Fazenda do Município de Belo Horizonte, Sr. Júlio Pires; e do Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, há número regimental. Declaro aberta a 36ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de entrarmos na pauta, acho que é dever desta Comissão manifestar o seu profundo pesar pela perda irreparável pelo passamento de um dos maiores economistas deste País, Celso Furtado, principalmente agora, em que o País debate entre a teoria monetarista e aqueles que pregam o desenvolvimento do nosso País. Celso Furtado marcou época no nosso País. Ele defendia ardorosamente o desenvolvimento regional e se deve a ele, principalmente, a criação da Sudene. Não houve governo que não recebesse a sua contribuição, a sua participação. Era um otimista em relação ao nosso País.

Portanto, esta Comissão, que cuida de assuntos econômicos, não pode deixar de juntar a sua voz à do Brasil inteiro, que lamentou essa perda irreparável de Celso Furtado.

Era essa a manifestação.

Dou a palavra aos Srs. Senadores que desejarem se manifestar sobre esse assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) –V. Exª já disse do pesar da Comissão de Assuntos Econômicos pelo falecimento de Celso Furtado. O Nordeste, principalmente, não poderia silenciar diante de um fato tão grave para a vida do País, embora vivesse 85 anos e realizasse, durante sua vida, trabalhos notáveis, como a criação da Sudene, que foi atendendo a apelo do Presidente Kubitschek.

Gostaria que V. Exª transmitisse à família, em nome da Comissão, em nosso nome, à D. Rosa, esposa dele, o sentimento de pesar desta Comissão, que V. Exª traduziu com tanta propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Entendo também, Sr. Presidente, a importância desse requerimento de V. Exª, que apóio, pela importância que teve Celso Furtado para o País, para a economia do País, para o próprio estudo da Economia.

Mas acho que outra grande homenagem que poderia ser feita ao economista Celso Furtado seria a aprovação do projeto – aliás, cujo relator é o Senador Antonio Carlos Magalhães – de recriação da Sudene, de iniciativa do Governo. Acho que a grande homenagem seria o nosso empenho em aprovar a recriação da Sudene, tamanha a importância que isso representa para o Nordeste, não tenho a menor dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho, acho que V. Exª tem razão. Celso Furtado se destacou pela defesa intransigente do desenvolvimento regional, e a Sudene é criação dele. Naturalmente, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, de comum acordo com o Presidente a quem ele serviu à época, Juscelino Kubitschek.

Tem a palavra V. Exª, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Ontem tivemos uma sessão toda voltada para homenagem a Celso Furtado, esse maior economista brasileiro, de maior renome e prestígio internacional, de mais 50 anos de produção intelectual ininterrupta, mais de 35 livros publicados, alguns dos quais são clássicos, como A Formação Econômica do Brasil, que marcaram todo o

repensar da nossa história econômica. Um homem que dedicou toda a sua vida a pensar o desenvolvimento do Brasil, mostrando que a periferia tinha que ter uma estratégia própria de desenvolvimento, que esse era o único caminho para rompermos a dependência tecnológica e financeira. Foi um homem que teve uma importante participação na vida pública não só como Ministro do Planejamento na época do governo João Goulart. O Plano Trienal foi a última tentativa organizada de combinar estabilidade com reformas estruturais naquele período. Foi Ministro da Cultura no governo Sarney, junto com Antonio Carlos Magalhães, que era das Comunicações. Um momento marcante de sua vida foi a Operação Nordeste, no Governo de Juscelino Kubitschek, onde ele articulou um amplo movimento em defesa da questão. O ano de 1958 foi um ano de uma grave seca, e esse movimento em 1959 acaba levando à constituição da Sudene, onde ele e Inácio Rangel tiveram uma participação na concepção do projeto.

Acho que seria uma grande homenagem aprovarmos o projeto. O Senador Antonio Carlos Magalhães é o relator da reconstituição da Sudene em novas bases depois de 30 anos. E também retomarmos a discussão da constituição da Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional. Acho que são dois temas: um seria um instrumento permanente de discussão do desenvolvimento regional; e o outro seria um instrumento de Estado de políticas públicas, porque há um vazio no Brasil desde que a Sudene foi desconstituída.

Portanto, em nome do Governo, quero colocar a nossa disposição de apoiar a iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães em relação à Comissão; e, em relação ao projeto da Dene, trabalharmos para viabilizar a sua aprovação. Acho que essa é uma justa e merecida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A nossa Comissão vai enviar os votos de condolências à viúva de Celso Furtado. Queria encerrar, dizendo que tomara que seu falecimento sirva de inspiração para a retomada do crescimento e do desenvolvimento do nosso País.

Entraremos na pauta.

O item 1, a pedido do relator, será retirado de pauta para o reexame da matéria. Queria fazer um apelo ao relator para que esse projeto entrasse, realmente, em votação na próxima reunião, tamanha a sua importância. Trata-se de um projeto que autoriza acessão, para a cobrança da dívida ativa, dos municípios a instituições financeiras, e dá outras providências.

Vamos retirar esse projeto de pauta, e ele vai constar – hoje ele era o item 1 – na próxima terça-feira como o primeiro item da nossa pauta.

Item 2:

O relator, Senador Eduardo Azeredo, não se encontra presente. Também retiro da pauta.

Item 3:

Projeto de Lei da Câmara de autoria da Deputada Rita Camata que tem como relator o Senador Leonel Pavan, que solicitou ao Senador Paulo Octávio que lesse o parecer.

Esse projeto dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. O parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, que foi apresentada.

Com a palavra, o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, com muita alegria faço a leitura do Parecer nº 119, de 2004, do Senador Leonel Pavan.

Vem a esta Comissão o projeto de lei, emendado, de autoria da Deputada Rita Camata que visa a incluir no art. 53 do Código de Defesa do Consumidor um parágrafo 4º com a seguinte redação:

"Na hipótese prevista neste artigo, o devedor inadimplente terá direito à restituição das parcelas quitadas à data da resolução contratual, monetariamente atualizada, descontada a multa ou cláusula penal estipulada."

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Tendo em vista que o projeto foi distribuído somente a esta Comissão de Assuntos Econômicos, entendemos que a análise deve abranger, além do mérito, também a constitucionalidade e juridicidade da proposição.

O projeto dispõe sobre contratos, matéria afeta ao Direito Civil e à proteção ao consumidor, ambos inseridos na competência legislativa da União. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre o assunto, sendo legítima a iniciativa parlamentar, em conformidade com o que estabelecem os arts. 48 e 61 da Carta Magna.

O art. 53 do CDC vigora com a seguinte redação:

"Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis, mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado."

O § 1º foi vetado.

"§ 2º Nos contratos de sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas na forma deste artigo, será descontada, além de vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.

§ 3º Os contratos de que trata o **caput** deste artigo serão expressos em moeda corrente nacional."

O § 1º, vetado pelo Presidente da República, era assim redigido:

"Na hipótese prevista neste artigo, o devedor inadimplente terá direito à compensação ou a restituição das parcelas quitadas à data da resolução contratual, monetariamente atualizada, descontada a vantagem econômica auferida com a fruição."

O referido dispositivo foi vetado sob o seguinte fundamento:

"Torna-se necessário dar disciplina mais adequada à resolução dos contratos de compra e venda por inadimplência do comprador. A venda dos bens mediante pagamento em prestações acarreta diversos custos para o vendedor, que não foram contemplados na formulação do dispositivo. A restituição das prestações monetariamente corrigidas, sem levar em conta esses aspectos, implica tratamento ilíquido, de conseqüências imprevisíveis e danosas para os diversos setores da economia.

Como se pode verificar, o art. 53 do Código de Direito do Consumidor, nos termos em que foi enviado à sanção presidencial, não só proibia a cláusula penal que estabelece a perda total das prestações em favor do credor, mas assegurava ao devedor o direito de ser restituído das prestações pagas monetariamente atualizadas, descontando-se do montante a ser ressarcido apenas a vantagem econômica auferida com a fruição.

Com o veto ao § 1º, o Código de Direito do Consumidor deixou de disciplinar o critério para a restituição de parcelas pagas, proibindo tão-somente a cláusula penal que estabeleça a perda total das prestações.

O projeto de lei ora submetido a esta Casa vem preencher a lacuna provocada pelo veto, acrescentando um dispositivo ao seu art. 53, determinando que, no caso de resolução do contrato motivada por inadimplemento do devedor, este será reembolsado das parcelas quitadas monetariamente atualizadas, ficando o credor autorizado a descontar desse valor a multa ou cláusula penal estipulada.

A medida é meritória. Portanto, ao propiciar ao consumidor uma proteção mais adequada, pois prevê expressamente o critério a ser adotado para a restituição dos valores pagos. Acreditamos, contudo, que a norma ainda carece de aperfeiçoamento, sob pena de prejudicar o fornecedor. A razão apresentada pelo Presidente da República para vetar o § 1º do art. 53 na sua versão original, como consta do texto acima transcrito, foi no sentido de que a venda dos bens mediante pagamento em prestações acarreta diversos custos para o vendedor, que não foram contemplados no dispositivo.

Parece-nos necessário, portanto, considerar esses custos na redação do dispositivo. Por ocasião da restituição do bem, o fornecedor arca com algumas despesas irrecuperáveis, tais como os tributos incidentes sobre a operação de compra e venda, as despesas com a intermediação do negócio e as despesas de publicidade.

Com essa medida, acreditamos que a lei será aperfeiçoada, preenchendo-se a lacuna atualmente existente em seu texto mediante a definição de critério equilibrado para a restituição de valores no qual são respeitados os interesses de ambas as partes – fornecedor e consumidor.

Voto

Em vista dos argumentos expostos, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

Emenda da CAE.

Dá-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

Na hipótese prevista neste artigo, o devedor inadimplente terá direito à restituição das parcelas quitadas à data da resolução contratual, monetariamente atualizada, descontada a multa ou cláusula penal estipulada, e, desde que previstas no contrato, as despesas irrecuperáveis incorridas pelo credor devidamente comprovadas."

É este, Sr. Presidente, o relatório do eminente Senador Leonel Pavan. Portanto, o voto é favorável à proposta da Deputada Rita Camata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação do parecer do relator.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada.

O Projeto de Lei do Senado nº 348 tem como relator o Senador Valdir Raupp, que, antes de se retirar, pediu-me que retirasse a matéria de pauta para um melhor reexame.

Assim, a matéria constante do item 4 sai de pauta.

Item 5:

Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2003, não-terminativo, que acrescenta o art. 47-a à Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, alterando o regime de citação na execução do cheque.

A autoria é do Senador Leomar Quintanilha. O Relator é o Senador Sérgio Guerra. Peço ao Senador Antônio Carlos Valadares, caso queira aceitar a sugestão, que leia esse parecer. Há acordo sobre essa matéria. Ele visa permitir que a cobrança judicial de

cheque sem fundos seja feita na praça onde ele foi emitido.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

Passemos, então, à análise do projeto.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, opinar sobre proposições pertinentes aos problemas econômicos do País e à política de crédito.

A proposição em exame altera a regra em vigor relativa ao foro competente para a execução de cheques. Atualmente, por força das disposições contidas no caput do art. 99 e do art. 100, inciso IV, alínea **d**, ambos do Código de Processo Civil, o processo de execução de cheques está sujeito à competência territorial, que pode ser competente tanto o juízo do domicílio do devedor (art. 94, caput, do CPC), quanto do local onde a obrigação deve ser satisfeita (art. 100, IV, **d**, do CPC), o que importa dizer, no segundo caso, que o foro competente para a deflagração do processo executivo é o do local da praça do pagamento.

É desnecessário grande esforço para demonstrar os enormes inconvenientes dessa regra processual, razão pela qual, por julgarmos extremamente elucidativa, apenas transcrevemos o exemplo fornecido na justificação do projeto pelo autor da proposta.

A título de ilustração, um empresário do ramo de abastecimento de combustíveis estabelecido na cidade de Gurupi, Tocantins, recebe um cheque da cidade de São Paulo no valor de R$100,00. Esse cheque, levado à compensação, é devolvido por insuficiência de fundos. Neste caso, se esse empresário quiser executar seu crédito, haverá de deslocar-se até a cidade de São Paulo e contratar um advogado para pleitear seu direito, sem nenhuma garantia de êxito.

A proposição a inserir na Lei do Cheque, o art. 47-a, cuida de solucionar esse problema, definindo como competente tanto o foro da praça do pagamento quanto do local da emissão de cheque, à escolha do exeqüente. Seria possível argumentar que tal modificação é contrária ao acesso à justiça, assegurada ao consumidor.

Entendemos, todavia, que, na hipótese ora tratada, se cuida de assegurar o adimplemento de uma obrigação legalmente contraída. Neste caso, prejudicar o interesse do credor em benefício do inadimplente equivaleria a premiar a conduta socialmente desejada. Ademais, ao emitir cheque de outra praça, o devedor assume o ônus de eventualmente ter que para lá se deslocar a fim de integrar o processo executivo, que se revela totalmente razoável. A proposta é mais uma manifestação da disposição hoje existente no Brasil, de aprimorar o arcabouço jurídico de forma a dar mais eficácia aos contratos e negócios privados, ao conferir rapidez à solução de controvérsias judiciais e, conseqüentemente, aumentar a segurança jurídica dos credores. A adoção da proposta torna economicamente viável a cobrança de cheques, evitando que a distância física entre as praças de emissão e de cobrança implique custos superiores aos valores em disputa. Toda proposição nesse sentido é bem-vinda, e isso significa um aprimoramento microeconômico. O cheque passará a ser um meio de pagamento mais confiável, e, portanto, as transações serão facilitadas.

A conseqüência última é o aumento da produtividade geral da economia.

Assim, consideramos a proposição conveniente e oportuna, ressalva feita ao parágrafo único do art. 47-a, pois, ao facultar seja feita por carta a citação no processo de execução, o projeto insere alteração, sob a nossa ótica, contraproducente. Diferente do processo de conhecimento, em que o réu é citado para responder a pretensão do autor mediante a apresentação de contestação, reconvenção ou exceção, no processo de execução a citação é para pagar a dívida ou nomear bens à penhora.

Saliente-se que, no CPC, existe a expressa disposição no sentido que, não localizado o devedor, o oficial de justiça encarregado de sua citação deverá arrestar-lhe tantos bens quantos forem necessários para garantia da execução.

Assim, a idéia de estabelecer a citação por carta no processo de execução, em verdade, cria uma possibilidade de ocultação do devedor, o que culminaria no retardamento da marcha processual e na necessidade de se praticarem outros atos processuais para a consecução de um objetivo que, na forma em que a lei está atualmente escrita, é realizado com maior simplicidade e eficiência.

O voto do relator, apresentando a Emenda nº 1 da CAE, suprimindo o art. 47 do PLS nº 345, de 2003.

É o parecer, Sr. Presidente, favorável, com a Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, está em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, os projetos que estão em pauta exigem **quorum** qualificado. Fazendo as contas, vejo que estamos sem **quorum** para votá-las, é votação nominal.

Portanto, não vejo como dar prosseguimento à pauta e, assim sendo, transfiro todas essas matérias

para a próxima terça-feira. Mas antes queria fazer um apelo à nossa Comissão, porque estamos chegando ao final do ano, e urge votarmos algumas matérias importantes e que façamos uma reunião extraordinária – vou marcar – para a quinta-feira, para discutirmos as emendas ao Orçamento que a Comissão tem direito de apresentar.

Então, marco uma reunião extraordinária para quinta-feira, às 10 horas da manhã, encarecendo a presença de todos porque o prazo para a apresentação dessas emendas se encerra no dia 30 de novembro, e a Comissão não pode perder a oportunidade de apresentar as suas sugestões para o Orçamento do ano de 2005.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, também comunico aos Srs. Senadores a realização da reunião conjunta em 30 de novembro, terça-feira, às 15h, no Plenário nº 2, anexo II, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Assuntos Econômicos com as Comissões de Fiscalização e Controle do Senado Federal, de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, Finanças e Tributação, Fiscalização Financeira e Controle e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com a presença do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal: "no encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil, apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços".

Senador Pedro Simon, V. Exª pediu para fazer uso da palavra, e a concedo. Nada sobre a matéria da pauta, porque esta está encerrada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O segundo é um requerimento que o Senador Mercadante solicitou, embora ele esteja aqui presente, que é de autoria do Senador Romero Jucá, que requer uma audiência pública para instruir o Projeto de Resolução nº 57, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza acessão, para a cobrança da dívida ativa, de municípios e instituições financeiras e que dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro; Presidente da Associação Brasileira de Secretarias de Finanças de Capital, Sr. Francisco Almeida; Fórum de Procuradores da Capital; Sr. Marcos Antônio Rezende, representando o Ministério da Fazenda; Prefeita Edir, do Município de Araraquara; Secretário de Fazenda do Município de Belo Horizonte, Júlio Pires; Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte.

Assinam os Senadores Romero Jucá, Aloizio Mercadante e eu também, Sr. Presidente.

O outro é que V. Exª, depois dessa, marcasse a data do requerimento que já foi aprovado do problema da uva e do vinho, que V. Exª ficou de marcar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Bem, esse requerimento, firmado pelos Senadores Romero Jucá, Aloizio Mercadante e Pedro Simon, que V. Exª acaba de ler, referentemente a esse projeto do Senador Sérgio Cabral, que constava do item 1 da pauta de hoje, é um projeto que autoriza acessão, para a cobrança da dívida ativa, de municípios a instituições financeiras e dá outras providências. É um projeto que está muito aguardado pelos municípios. Queria lembrar se não podíamos reduzir, até para poder dar tempo de votar esse projeto. Ou sim ou não. Porque são muitos.

Se o requerimento for aprovado – acho que vai ser –, teremos seis...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só para esclarecer

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu tenho o total – inclusive, foi o Senador Romero Jucá que conversou. Existem algumas experiências muito exitosas na linha de transferência da dívida ativa para cobrança, que é um pouco o espírito do projeto. A idéia é trazer essas experiências para ajudar a construir o projeto. Porque há alguns municípios em que foi um grande êxito essa experiência. Então, é basicamente isso. Em termos de reduzir o número de pessoas não vejo problema algum, desde que as experiências possam ser relatadas na Comissão, o que eu acho que vai ajudar a concluir a formatação do projeto. É só esse objetivo; não é protelatório, mas só para ver as experiências exitosas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar em discussão o requerimento.

Se algum Senador desejar se pronunciar sobre o mérito do requerimento, isto é, se devemos ou não realizar audiência pública, que se pronuncie. Se não, colocarei o requerimento em votação. (Pausa.)

Em votação.

Aqueles que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento está aprovado, e vou ver junto à Secretaria como vamos fazer para realizar essas audiências ainda este ano, tendo em vista a proximidade do fim.

Há um requerimento do Senador Pedro Simon – S. Exª o está cobrando – a respeito dos vinicultores, da situação dos produtores de vinho do Rio Grande do Sul. Está firmado por V. Exª, pelos Senadores Paulo Paim e Aloizio Mercadante. Vou determinar à Secretaria que entre em contato... Já foi enviado ofício aos convidados, mas pediria que a Secretaria fizesse um contato por telefone para ver se conseguimos viabilizar dia e hora para a realização dessa audiência pública. Porque...

O SR. (orador não identificado) – *(Inaudível).*

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com os convidados. Porque já enviamos ofício e precisamos marcar data. É praxe, depois que oficializamos, entrarmos em entendimento telefônico para ver se ele concorda com aquela data marcada, para ver se há possibilidade de compatibilizar a vinda com os interesses ou os trabalhos da CAE.

Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, fui designado relator da Lei da Pesca, do projeto de lei que vai ordenar o setor pesqueiro, e fui procurado pelas entidades ligadas ao setor, que querem fazer uma audiência pública. Ainda não formalizei porque queria saber de V. Exª acerca da viabilidade, tendo em vista as dificuldades que estamos tendo neste final de ano. Então, deixaria aqui o apelo. Claro que seria muito interessante que meu parecer pudesse ser antecedido por essa audiência pública. Deixo aqui meu apelo a V. Exª, e peço a V. Exª, posteriormente, que me diga algo sobre isso para que eu possa formalizar esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Certo, Senador Garibaldi Alves. O problema é que já estamos no dia 23, e teremos os dias 30, 6 e 13, se os trabalhos se encerrarem no dia 15 de dezembro. Então, temos que ver se conseguimos marcar algumas reuniões extraordinárias para ver se há possibilidade de realizarmos essas audiências públicas ainda este ano. A dificuldade é toda essa, tendo em vista que toda a Casa, todo o Congresso e todos nós estamos preocupados com o Orçamento.

Mas faremos muita força para compatibilizar esse interesse, porque todas as matérias são importantes.

Nada mais havendo a tratar, e agradecendo a presença de todos, dou por encerrada a presente reunião, lembrando que teremos reunião extraordinária na quinta-feira para discutirmos as emendas que deveremos apresentar ao Orçamento de 2005.

(Levanta-se a reunião às 11h52min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 25 De Novembro, de 2004, Às 10:00 Horas, Na Sala de Reuniões Nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Romero Jucá , Valdir Raupp, Ney Suassuna, Jonas Pinheiro, Relator da Matéria, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Pedro Simon, César Borges, Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade discutir e votar as emendas desta Comissão a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Relator para proferir o seu parecer sobre as emendas. O Relator, Senador Jonas Pinheiro, explana que, dentre as trinta e seis emendas apresentadas, as cinco representantes da Comissão foram selecionadas de acordo com a relevância econômica para o País. Em seguida, esclarece que foram aglutinadas as emendas referentes ao Turismo, relacionado a Projetos de Infra-Estrutura Turística Nacional, no valor de cento e cinqüenta milhões de reais. Aprova-se, então, a emenda referente ao Abastecimento, no que concerne à Formação de Estoques Públicos, no valor de dois bilhões de reais. Em seguida, aprova-se a emenda referente à Ciência e Tecnologia, no que concerne à Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social, no valor de cem milhões de reais. As duas emendas restantes foram selecionadas devido à necessidade de fomento à pesquisa agrícola para o País através da Embrapa, no valor de cento e cinqüenta milhões de reais, e à importância de ampliar o turismo através do Prodetur-Nordeste II, para o Nordeste com ampliação para o Centro-Oeste, no valor de cento e cinqüenta milhões de reais. Usam da palavra os Senadores Ney Suassuna, Aelton Freitas, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra. A Comissão aprova, portanto, as Emendas à Despesa, de Acréscimo, 1-Apoio a Projetos de Infra-Estrutura

Turística–Nacional (R$ 150.000.000,00); 2-Emenda 20C/Formação de Estoques Públicos-Nacional (R$ 2.000.000.000,00); 3-Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social-Nacional (R$100.000.000,00); 4-Embrapa/Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala-Nacional (R$150.000.000,00) e a Emenda à Despesa, de Inclusão, 5-PRODETUR-Nordeste II Ampliação para o Centro-Oeste/Projeto Atípico-Nacional (R$150.000.000,00). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, reunião extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho, como de praxe, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Srªs e Srs. Senadores, como foi anunciado anteontem, esta reunião extraordinária tem por finalidade principal, diria até que específica, discutir e votar emendas desta Comissão, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Desnecessário é ressaltar a importância desta reunião. A nossa Comissão, como todos sabem, tem direito de apresentar até cinco emendas ao Orçamento para o ano de 2005. Essas emendas, é claro, dizem respeito à economia do nosso País e devem estar voltadas para os interesses maiores do nosso País.

Vejo, com alegria e com satisfação, que mais de 30 emendas estão sendo apresentadas ou foram apresentadas até o encerramento da apresentação das mesmas, o que ocorreu ontem, às 18 horas.

Temos recebido solicitação por parte de inúmeros Ministérios para que a Comissão dê a sua colaboração ao Orçamento de 2005. Diria até que, dado o momento em que estamos vivendo, dada a necessidade de promovermos o crescimento econômico, está na hora de voltarmos a crescer, voltarmos a investir um pouco, de termos um pouco mais de audácia na política econômica que o Governo vem desenvolvendo. Portanto, julgo de grande importância a nossa reunião e formulo votos de que consigamos atender aos interesses do Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, que estão voltados para a economia e para o desenvolvimento do País.

Eu escolhi o Senador Jonas Pinheiro, que tem dado uma grande colaboração à nossa Comissão, para que coordenasse essas emendas que foram apresentadas e fosse o Relator dessas emendas.

No ano passado, cumpre registrar, a coordenação pertenceu ao Senador Ney Suassuna e, este ano, cumpre-nos formular aqui votos, já que estamos tratando do Orçamento, de que seja um Orçamento para ser cumprido, pois, afinal de contas não fica bem para o País ficarmos perenizando ou eternizando a expressão: "O Orçamento é uma peça de ficção. O Orçamento existe, mas não é cumprido".

Para nós, particularmente, e tenho conversado com muitos Parlamentares, temo-nos sentido constrangidos, porque se trava uma luta muito grande para melhorar o Orçamento, para introduzir emendas no Orçamento, que são acatadas, e aí o projeto segue a sanção presidencial, é aprovado o Orçamento e esse Orçamento acaba não sendo executado sequer em 20%, pelo menos na área de investimentos tão necessários ao nosso País. Basta salientar as necessidades que o País tem na melhoria da sua infra-estrutura.

Temos ouvido aqui longos discursos, reivindicações as mais justas pela melhoria das nossas estradas, pela melhoria dos nossos portos, e tudo isso até agora tem sido em vão. O Governo, por seu lado, busca instrumentos para viabilizar essa infra-estrutura, tanto é que esta Comissão aprovou aqui um projeto PPA, que está agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que, com toda certeza, penso eu, não será aprovado neste ano por falta de tempo, ficando para o ano que vem, e não se sabe se será um instrumento adequado.

O SR JONAS PINHEIRO (PFL – MS) – Sr. Presidente, seria PPP, e não PPA.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A correção, vinda de V. Exª, esclarece inclusive a opinião pública que está nos ouvindo. Trata-se do Projeto de Parceria Público-Privada.

Diante disso e sem maiores delongas, Senador Jonas Pinheiro, vou conceder a palavra a V. Exª para que faça a leitura, um diagnóstico preliminar, considerações sobre as emendas já apresentadas. Eu sei que V. Exª já conversou com vários Srs. Senadores, sei por exemplo que o Senador Ney Suassuna articulou algumas emendas; o Senador Rodolpho Tourinho, que aqui se encontra, sempre tem se destacado; o Senador Aelton Freitas e Valdir Raupp, Relator da PPP; o

Senador Antonio Carlos Valadares, com quem, quando eu fazia parte da Comissão Mista de Orçamento, quantas noites ficávamos trabalhando para melhorar o Orçamento, em suma, defender os interesses que nos cumpre defender aqui, os interesses do Brasil.

Já tenho o Senador Jonas Pinheiro ao meu lado a quem concedo a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, a missão do Senador Jonas Pinheiro é extremamente difícil, porque são mais de trinta emendas para cinco vagas. Isso é quase uma escolha de Sofia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São trinta e seis emendas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Exato. E elas têm todas de ser genéricas e, além disso, há algumas que são de interesse nacional urgente, premente, como é o caso dos estoques. Eu vou pedir ao Senador Jonas Pinheiro que não ponha pouco dinheiro, pois a necessidade é de dois bilhões.

Isso vai atemorizar? Isso é um problema do Relator-Geral. Temos de ousar colocar as necessidades. Conversávamos há poucos minutos, e a emenda é da próprio Relator, Senador Jonas Pinheiro, que está sendo premido pelo Ministro da Agricultura que, pessoalmente, ligou para todos nós, inclusive para o Relator. Todos os estoques de milho, feijão, arroz, estão todos abaixo do preço. Nós teremos problemas sérios se não tivermos recursos para regularizar isso.

Essa é uma novidade. Nunca antes havíamos colocado nesta Comissão, ao menos nesses anos todos em que estou nesta Comissão, uma emenda dessa ordem e tampouco por este motivo. Mas, infelizmente, essa é uma necessidade que temos de cobrir.

O nosso nobre Relator é homem extremamente prudente, capaz. É daquelas pessoas **no profile,** que trabalham duro pela agricultura, mas também tem se destacado no Senado Federal, como homem que tem o respeito de todos porque é de pouco conversa e de muita ação. Por isso sei que é uma "escolha de Sofia", eu não gostaria de estar em seu lugar de maneira alguma, mas a vida é assim: temos de fazer escolhas. S. Exª está hoje nessa situação e nesta condição de escolher entre emendas de inúmeras carências, em todas as áreas, mas temos de eleger cinco. Vamos tentar ajudá-lo nessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em nome do Senador Jonas Pinheiro eu agradeço, porque eu me sinto irmão do Senador Jonas Pinheiro. O meu relacionamento com S. Exª data da época em que S. Exª era técnico da Secretaria de Agricultura do Mato Grosso do Sul. Eu era Prefeito da cidade onde nasci, Três Lagoas, e tive a oportunidade de recebê-lo e ele desenvolveu um grande projeto para o então Estado de Mato – deixo isso claro nessa oportunidade, porque ninguém sabe disso, pois S. Exª é muito modesto. Mas o Projeto Polocentro, incrementado pelo Presidente Geisel em Mato Grosso, foi um sucesso, porque teve a capitaneá-lo o então técnico e hoje Senador Jonas Pinheiro. S. Exª transformou o cerrado de Mato Grosso em terras produtivas. Esse foi o grande valor do Polocentro.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero partir de uma premissa. Como disse o Senador Ney Suassuna, apresentei uma emenda de altíssima importância. Fico constrangido de ser o Relator. Será que eu estaria impedido de defender a minha emenda? Se assim o fosse, eu renunciaria evidentemente à função de Relator. No entanto, eu preferiria defender essa emenda que é de máxima importância para o Brasil.

Tomara que não ocorra o que está sendo previsto. O preço dos produtos agrícolas subiu tanto no Brasil e no mundo que os custos de produção também acompanharam o preço. Atualmente, os preços das ***commodities*** caíram, e os custos ficaram elevados. Haverá um problema sério que já estamos tendo no que se refere ao preço da soja. O preço do arroz hoje está abaixo do preço mínimo em todo o território nacional. Isso ocorrerá também com o preço do milho, do algodão, do trigo e do feijão.

Enfim, enfrentaremos um problema muito grave que recairá exatamente no Governo, que tem, segundo a lei, a responsabilidade de praticar o preço mínimo dos produtos. Ao fazê-lo, o Governo precisa de recursos para comprar os produtos por meio de um Programa chamado AGF – Aquisição do Governo Federal. Como tem a obrigação de comprar, hoje o Governo compra da pequena produção, dos assentamentos, dos pequenos agricultores. No caso dos produtores maiores, o Governo faz a equalização do preço. O mercado paga por um preço, e o preço mínimo está aqui. Sendo assim, o Governo precisa de dinheiro para fazer a equalização de um programa de sucesso no Brasil que se chama PEP – Programa de Escoamento da Produção. Por exemplo, o arroz, em Rondônia, está por um preço abaixo do custo de produção, e o Governo encampa a diferença do preço do mercado com o preço mínimo.

É desse dinheiro que o Brasil sempre precisou, mas agora precisará muito mais pela perspectiva ruim do agronegócio brasileiro no próximo ano.

Por isso, Sr. Presidente, pergunto a V. Exª e aos demais Membros, se eu, como Relator, estaria impedido de fazer a defesa dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, regimentalmente V. Exª não está impedido. Sendo assim, também não o está de fato.

Quero dizer que ninguém dentre os presentes tem tanta autoridade para apresentar e discutir os problemas da agricultura e da pecuária no País como V. Exª pela sua longa tradição. Esta Comissão, com toda a certeza – vejo o aceno de cabeça dos companheiros –, tem em V. Exª um expoente, e todos querem mesmo que V. Exª apresente esta emenda que é indispensável. Para evitar dúvidas, creio que a emenda não deveria ter apenas a chancela, a rubrica de V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, já fizemos isso. Todos nós já apoiamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convidarei todos os Membros a assinar a emenda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Assinaremos todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quem quiser assinar que o faça. Vamos subscrever a emenda. Os produtores estão angustiados por não estarem vendo perspectiva para o ano de 2005. Tomara que isso não ocorra, mas, se a situação permanecer assim, com o preço dos insumos subindo cada vez mais e o dos produtos baixando, deveremos realmente auxiliar a agricultura, o agronegócio. Afora isso, precisamos lembrar que 42% dos empregos hoje no País são de responsabilidade do agronegócio; 37% do PIB são de responsabilidade do agronegócio. Portanto, V. Exª fique inteiramente à vontade. Quero que V. Exª aceite minha assinatura. Fez bem o Ministro, por meio de alguns telefonemas dirigidos a alguns Senadores, fazer-me um apelo, pois, como Presidente desta Comissão, deveria atentar-me para isso. S. Exª já levou o assunto ao Presidente da República, levou o assunto a todos os outros Ministérios, mostrando a apreensão com os resultados do agronegócio para o próximo ano. Mas não sejamos tão otimistas assim e vamo-nos prevenir.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Por ser um homem do agronegócio e um fã do Senador Jonas Pinheiro como pessoa, como profissional e, ainda mais, como Senador, também não poderia deixar, dentro da nossa postura no Senado, de apoiar a sua emenda e trazer a preocupação de todo o segmento, inclusive do nosso Ministro Roberto Rodrigues, que é um homem do agronegócio antes de ser Ministro, sempre preocupado com o cooperativismo, com o sociativismo e com a situação do nosso País. S. Exª tem feito do agronegócio do País, como V. Exª bem disse, responsável por 30% dos empregos e também do superávit primário. Quero parabenizá-lo por acatar e aceitar o Senador Jonas Pinheiro como Relator. Que todos nós possamos dar o apoiamento e, como bem disse o Senador Ney Suassuna, até aumentar esse valor, porque R$2 bilhões será o mínimo necessário.

O Senador Jonas está entrando com uma janela relativamente tímida, mas V. Exª tem muito mais experiência do que nós para saber o que é necessário. Precisamos e é fundamental que seja aprovada essa emenda aqui, nesta Comissão tão importante, e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, de forma rápida, para não atrapalhar o trabalho do nobre Relator, Senador Jonas Pinheiro, gostaria de dizer que apresentamos duas Emendas à AGU, a de nº 28, para implantação de centros de inclusão digital, pois sabemos que o Brasil, hoje, na América Latina, detém uma posição invejável do ponto de vista do acesso aos meios de comunicação, mas, no que se refere à **Internet**, aos computadores, o Brasil fica muito a dever às nações subdesenvolvidas, porque, de cada 100 brasileiros, somente seis têm computadores e, de cada 100 brasileiros, apenas seis tem acesso à **Internet**. Então, há um fosso que precisa ser corrigido.

Por isso, apresentamos uma emenda, que é a implantação do Centro de Inclusão Digital, que mereceu o apoio da Vice-Liderança do Governo e, conseqüentemente, do nobre Relator, o Senador Jonas Pinheiro, no valor de R$50 milhões, mas que o Senador Ney Suassuna já pediu que passasse para R$100 milhões.

Existe uma outra emenda que trata de inovações tecnológicas nas cadeias produtivas. Essa não foi aceita. Naturalmente, são apenas cinco, e reconheço que não é fácil atender a todas as demandas da Comissão.

Por isso pediria ao Presidente licença, pois tenho um compromisso no Ministério da Previdência Social, com o Ministro Amir Lando, e pediria também desculpa ao nobre Senador, por não poder ficar até o final, mas quero agradecer o apoio da Comissão a esta emenda, em favor da melhoria das condições de vida da população mais pobre, que passa a ter acesso mais fácil, sem dúvida alguma, na medida em que colocamos à sua disposição recursos essenciais para dar apoio aos programas do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, vamos agora justificar e ver quais são as cinco emendas que vamos apresentar.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já foi anunciado, tivemos 35 emendas e vamos ter que escolher cinco. Porém, auxiliado pelos Senadores Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Valdir Raupp e Romero Jucá, que esteve aqui e fez comentários sobre as emendas, porque é o Relator-Geral do Orçamento. Assim, S. Exª gostaria que as emendas que saíssem daqui não tivessem dificuldade de adequação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

São cinco emendas apenas. Se nós não atentamos para a adequação, vamos chegar lá com uma emenda perdida.

Portanto, algumas emendas não foram enquadradas e a gente pede desculpa para os seus autores.

Mas a emenda que mais recebeu indicação tem como assunto o turismo. Ela se relaciona à infra-estrutura turística nacional, é uma emenda nacional, portanto, adaptada a esta Comissão, que tem apoio aqui dos Senadores Ney Suassuna, Ramez Tebet – que tem emenda neste sentido – poio das Senadoras Ana Júlia, Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia, dos Senadores Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho – que tem duas emendas neste sentido –, Valdir Raupp e Aloizio Mercadante. Todos eles apresentaram emendas nesta direção, uma com valores mais baixos e outras com valores mais altos, mas nós estamos aglutinando todas essas em uma só e fechando os valores, combinado com o Relator-Geral, aumentando-os para R$150 milhões. Este é a emenda que nós consideramos muito importante e relevante, por ter recebido a maior quantidade de indicação, e pelo seu interesse, pelo seu valor, pela sua forte argumentação, que acredito ser ela merecedora de nossa aprovação.

Eu não sei se o senhor vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu acho que essa de tão fundamentada importância que o Senador Rodolpho Tourinho colaborou, todos que estão aqui agora, que eu vou considerar essa aprovada. Tenha paciência essa aí não, essa eu tenho recebido apelos do Ministro, não é do Ministro, da própria Comissão, todos aqui fizeram apelo, vamos considerar isso aprovado.

Bom, por gentileza o Senado Rodolpho Tourinho está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – No momento em que é aprovava, eu quero louvar a atitude do Presidente Ramez Tebet e do Senador Jonas Pinheiro, que é o Relator, porque é uma coisa absolutamente fundamental, sobretudo para as áreas menos desenvolvidas hoje no País, para o desenvolvimento das atividades turísticas, eu não tenho a menor dúvida. E neste momento em que essa emenda é até ampliada no seu valor, mas mantendo característica básica das emendas apresentadas por vários Senadores aqui, eu queria não só louvar essa atitude, mas chamar a atenção da sua importância. Mas, da mesma forma, e antes não pude me manifestar e me ausentar durante o momento da fala do Senador Jonas Pinheiro, quero hipotecar toda a minha solidariedade à causa da agricultura e a V. Exª, e dizer que estou junto com V. Exª em um assunto também tão importante e relevante. E o Sr. bem indicou os problemas que enfrentaremos no próximo ano com o adicional que é a questão da infra-estrutura em relação ao transporte e aos portos, cada vez pior, pelo menos no meu Estado. Na Bahia, é uma grande preocupação nossa essa questão das estradas federais que pode levar a uma gargalo maior do que já existe hoje, e que reflete naturalmente com o aumento de custo, que vai agravar ainda mais o problema colocado por V. Exª.

Louvo a questão da agricultura, estou com V. Exª, e o meu voto é neste sentido também.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Coisa sem importância? Não. O aço que subiu refletiu no preço da agricultura, porque as máquinas agrícolas dobraram de preços com todos os outros equipamentos. E quem vai sofrer com isso é a geração de emprego que evidentemente vai diminuir, diminuirá também a arrecadação de impostos e a maneira que nós temos aqui de sustentar o preço mínimo, é ajudar o Brasil em todos os níveis, uma vez que somos movidos pelo agronegócio brasileiro.

A segunda emenda, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já comentada por todos os Srs. Senadores, refere-se à agricultura. O Ministro já informou e sabemos da necessidade, pois a chamada rubrica 2 OC, trata-se então de dois orçamentos para complementação de custeio, que está praticamente sem recursos, para os quais estão previstos R$2 bilhões.

Fiz uma emenda de R$100 milhões para abrir janela, mas o Relator sugeriu R$2 bilhões. Assim, realizaremos o trabalho e poderemos ter mais de R$100 milhões. Como a emenda saída da Comissão seria de R$100 milhões, poderá dificultar a aprovação depois.

Sr. Presidente, nossa proposta é no sentido de estabelecer o valor dessa emenda com a real necessidade dessa rubrica.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Relator, permita-me.

Eu era Presidente desta Comissão quando o Senador Antonio Carlos Magalhães, em gesto ousado, solicitou um bilhão para o combate à pobreza.

Nunca tínhamos feito uma emenda grande. Fizemos um bilhão e passou. Então, se a necessidade é de dois bilhões, e o próprio Relator, que tem a cane-

ta e é obrigado a cortar, diz para colocarmos os dois bilhões e negociarmos lá, penso que devíamos ousar colocando dois bilhões, porque, durante a adequação, S. Exª poderá cortar para o que é possível, o que seria mais salutar.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concordo com o Senador Ney Suassuna porque, inclusive, indicar-se-ia a real necessidade e o real tamanho do problema. Esse apoio à agricultura brasileira, repito, é fundamental, é o carro-chefe do nosso crescimento no próximo ano. É enfrentar a realidade. O problema da adequação ao valor poderemos ver depois.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, se possível, devido ao momento e ao alto custo do adubo e da matéria-prima e sabendo o baixo preço da produção, estamos vendo o valor real como única saída para o ano agrícola. Isso será muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nos termos da manifestação do Plenário, submeto à votação. Que se indique a necessidade perto do real, e o Relator verá o que se pode fazer.

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Há também uma emenda, apoiada por vários Srs. Senadores, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá, Ney Suassuna, Saturnino, Aloizio Mercadante e Senadora Serys Slhessarenko para a inclusão digital, no valor de R$100 milhões de reais, que também inclui o chamado Centro Cada Brasil, que é de autoria do eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

Como considero essa emenda da maior importância, gostaria de analisá-la com os Srs. Senadores.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Informo aos nobres Pares que, em primeiro lugar, essa emenda movimenta toda a indústria tecnológica do País, portanto, é da área econômica. Em segundo, essa carência reflete todas as outras vertentes. Por último, essa emenda é muito importante, porque o que colocarmos aqui, pela lei aqui promulgada, que diz que os objetos digitais não podem ser reduzidos, essa emenda provavelmente não será cortada. Por todas essas razões, ela é de muito importante.

Cada Estado poderá receber centros de inclusão digital, por indicação dos Srs. Senadores e Deputados. Esses centros serão importantes do ponto de vista político.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sou inteiramente favorável. Só tenho um receio e sobre ele não posso deixar de falar. Ao falarmos de inclusão digital, como salientou o Senador Ney Suassuna, estamos nos referindo a toda essa área de tecnologia. O grande problema nesta área que é o mercado cinza, que é o contrabando. Depois do aumento da Cofins, esse mercado de microcomputadores elevou-se de cerca de 60% para cerca de 70%. Esse aumento gera uma preocupação muito grande, porque passamos a gerar mais empregos lá fora agora ao aumentar-se a Cofins. Tem que ser tomada uma providência com relação a isso. Uma das formas é evitar compras governamentais fora do processo produtivo normal.

Sou favorável à emenda, não tenho nenhuma dúvida da sua importância, mas devemos pensar no que possa estar atrás disso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, a questão do *soft* livre dará um plus muito grande ao País. Será, portanto, muito importante para a economia o nosso apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nós já aprovamos uma emenda para turismo e, outra para agricultura. Vamos continuar votando emenda por emenda?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ele já fez uma seleção, nobre Presidente, e juntou um maior número.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – As emendas são repetidas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então convém aprovar em conjunto depois?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Penso que devamos manter o ritual que V. Exª estava adotando.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O Senador Garibaldi não pôde vir por ter compromisso no Rio Grande do Norte, mas pediu que eu fizesse a defesa da Emenda nº 4, na área de aqüicultura, que está em franca expansão no Nordeste. Aproveito a oportunidade para também fazer a defesa das minhas emendas. A emenda referente a turismo já foi aprovada – e agradeço o Relator. A Emenda da Embrapa também foi aprovada no momento em que aprovamos a Lei da Biossegurança, que se refere à área de pesquisa. Sei que vários colegas entraram com a mesma emenda. Defendo aqui essa Emenda da Embrapa.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Analisamos essa emenda, que é muito importante. Tão importante também é uma emenda de V. Exª que trata da Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço licença ao Relator para colocar em votação essa última emenda, uma vez que estamos votando uma por uma.

Em votação.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a votação.(Pausa.)

Aprovada a emenda.

(Falas fora do microfone)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Inclusão digital. Se bem que há vários outros... Implantação de

centros de inclusão digital em setores de impacto social e inovação...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, porque veja bem, deixa eu esclarecer minha dúvida aqui, para não perdermos a emenda. Vamos pôr uma rubrica nessas emendas. Pelo que tenho em mãos, a rubrica é: Difusão e Popularização de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social. Isso abrange: Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; Olimpíadas de Matemática; Olimpíadas de Ciência; Eventos Técnicos e Científicos; Apoio a Centros e Museus de Ciência; Implantação de Planetários; Implantação de Laboratórios de Ciência em Escolas Públicas; Apoio à Formação de Professores de Ciência; Implantação de Laboratórios Tecnológicos de Informática; Unidades Móveis de Capacitação em Informática; Implantação de Centros de Acessos Populares à Internet. Como vamos colocar aqui? ..

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Era o Item 99, colocava no 99, foi pedido dele, porque determina bem a verba que ele poderá apresentar. Então, pode-se praticamente tudo. Então, foi a sugestão do Relator.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – ...99 é só o modo de aplicação. Aqui está 90, por exemplo. Tem que colocar 99...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Porque é cidade e Estado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É, aí pode ser Estado e pode ser Município.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou deixar isso por delegação. O objetivo sabemos. Então, a nomenclatura, vamos assim falar, fica a cargo do Relator.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sugiro que entre em contato imediatamente quando terminarmos a votação com o Senador Romero Jucá, para que seja em sintonia e, assim, não tenha nenhum problema na hora do seu relato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à próxima.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Temos também algumas emendas, uma inclusive foi encampada pelo Senador Aloizio Mercadante, mas que tem apoio do Senador Ney Suassuna. Há outras emendas, do Senador Valdir Raupp, do Senador Romero Jucá, que é o fomento à geração de trabalho e renda em atividade de econômica solidária.

Então, precisamos analisar esse fecho de emenda, orientação e administração de mão-de-obra. São treze emendas nesse sentido. Gostaria de analisar essas emendas com os Senadores da República.

A primeira é fomento à geração do trabalho e renda em atividades de economia solidária. E aí há o apoio à gestão de recursos humanos e florestais, orientação e administração de mão-de-obra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Essas são da Senadora Júlia Carepa, mas preferimos e sugerimos ao nobre Relator que ficasse em termos genéricos. Esse termo genérico tem o apoio do Governo, porque o grande problema do País não é só termos o instrumento tecnológico, mas tem que ter também o treinamento das pessoas para saber utilizar as máquinas, ou seja, a sua qualificação. E esse é o objetivo da qualificação do elemento econômico do ser humano. E é por isso que o Governo está tão preocupado, e o próprio Relator trouxe uma sinalização no sentido de que o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda teriam interesse de que o elemento humano fosse considerado, não só a inclusão tecnológica, os equipamentos, como também o treinamento da mão-de-obra. Essa é a razão dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A palavra continua.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Essa é a quarta, imagina que temos mais uma. Temos uma emenda importante como a Emenda da Embrapa e também a Emenda na Área da Agricultura Familiar, que inclui o Incra.

Portanto, para aprovar aquilo temos várias sugestões dos Srs. Senadores. Há uma emenda que atende à agricultura familiar neste País e o movimento dos assentados. Temos essa emenda que nós consideramos importante e são vários os autores que assim se manifestam. Agora...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Relator?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agora nós estamos diante de um dilema. Dessa Emenda, como eu já disse, que trata da Embrapa, da Emenda do Incra, das ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Emenda, que nós discutimos, da Geração de Emprego.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. A da geração de emprego eu acho que já está pacífica, todos concordaram. Temos uma emenda a mais, que seria essa com o dilema do Incra, ou do...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – E eu diria que para votar falta...

Temos duas emendas ainda cabíveis para três ações importantes: a da Embrapa, a do movimento dos pequenos produtores e a Emenda da Geração de Empregos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Rodolpho Tourinho com a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu proporia que nós reduzíssemos o dilema à sua ex-

pressão mais simples, se colocássemos em votação a Emenda da Embrapa agora. Pelo menos, ficaremos com menos problema, porque é uma empresa das que dão certo neste País hoje. Eu acho que é difícil, até, que não saia aqui da CAE uma proposição nesse sentido.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Então, a quarta emenda poderia ser da Embrapa porque é do eminente Senador Valdir Raupp e da Senadora Lúcia Vânia. Aliás, deve-se dizer ainda que a Embrapa nunca tem um orçamento que venha do Poder Executivo que satisfaça o seu trabalho. Geralmente é o Congresso Nacional que oferece as emendas para as atividades da Embrapa e, infelizmente, o Governo ainda corta parte das emendas que nós aprovamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Relator, eu vou pedir licença a V. Exª. Eu já fui Relator do Orçamento. Se não fosse – a partir daquela época em que eu fui Relator, me parece que em 1996 – se não fosse a ação do Congresso, a Embrapa estaria reduzida nas suas funções e na sua finalidade. Logo ela, que presta relevantes serviços ao País. Infelizmente, nós estamos abandonando a pesquisa; isso não pode continuar. Quanto a essa emenda, Senador Tourinho, devemos votá-la imediatamente porque nós não podemos deixar de apoiar a Embrapa. É prioridade para o País. Nós não podemos ficar atrasados. Tenham paciência! Vamos aumentar os recursos para essa Instituição que, todos sabem, tem prestado grandes serviços. Eu não sou ufanista, mas nós temos os melhores técnicos deste Brasil na Embrapa, pessoal altamente competente, capacitado, com espírito público, querendo dar a sua contribuição e a está dando. Eu defendo essa emenda com ardor.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu queria me somar à posição de V. Exª e dizer o seguinte: quando se fala Embrapa, estamos falando de algo genérico que cuida de toda a agricultura e da sua melhoria. Se fizéssemos uma opção pelo que também é importante, o Incra, estaríamos reduzindo a um setor que é genérico. Eu fico muito preocupado com a pouca visão das nossas autoridades quando negam recursos à Embrapa, nobre Presidente, por uma razão simples: essa Instituição tem sido penalizada. Agora mesmo havia trinta mil sacas de soja transgênica para vender, era o plantel que ela possuía e de repente foi cerceada. Ela é muito importante. E ainda manteríamos a tradição desta Comissão. Todo ano apoiamos duas emendas para a agricultura, que é tão importante neste País. Essa seria a segunda emenda da agricultura.

Então, por esta razão eu me somo a V. Exª, ao Relator, ao Senador Rodolpho Tourinho, ao Senador Valdir Raupp e nós todos estamos apoiando a Embrapa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eminente Relator, ela tem a unanimidade – o Senador Paulo Octávio está acenando afirmativamente –, vou considerá-la aprovada. É isso?

Vamos, então, para a última agora.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Veja, eminente Senador Ney Suassuna, não votamos aquela que diz respeito ao fomento à geração de trabalho e renda em atividades de ...**(fora do microfone)**. Essa não foi votada, porque entrou também aquela proposta da agricultura familiar, que dá apoio ao Incra e ao Ministério da Reforma Agrária.

Portanto, estamos decidindo agora, Sr. Presidente – isso é o Plenário que vai definir –, qual das duas vamos aproveitar para a escolha de uma emenda que está faltando, que ainda não foi votada.

Então, esse aí...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, cheguei atrasado, quero pedir desculpas, mas quais as emendas que já foram aprovadas?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Foi aprovada uma de infra-estrutura turística. Foram apresentadas 16 emendas nesse sentido.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Qual o enunciado da emenda?

(Intervenção fora do microfone)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Como ficou? Estamos querendo colocar algo mais abrangente, inclusive o próprio Relator, Senador Romero Jucá, esteve conosco e pediu que aumentássemos os valores que estavam sendo estipulados pelas várias emendas, porque S. Exª quer aproveitar essa emenda ao máximo.

Agora, com respeito ao título, vamos encontrar um que seja o mais abrangente possível.

O SR. SÉRIO GUERRA (PSDB – PE) – Entendo que foi colocado infra-estrutura turística nacional...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Exatamente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... e a outra é: apoio à infra-estrutura turística. A outra, comissões infra-turísticas...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Todas são nesse sentido.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Infra-estrutura turística nacional, quer dizer, ...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agora, é evidente, Senador Sérgio Guerra, vamos encontrar a melhor redação para o título dessa emenda. A segunda, a de apoio ao estoque regulador do Governo, porque este ano haverá sobra de produto agrícola. O preço dos produtos agrícolas está no nível mais baixo, está abaixo do preço mínimo. O Governo terá de

complementar para comprar nas áreas de pequenos produtores e terá de fazer a equalização dos produtos agrícolas, porque a previsão para os produtos agrícolas – e tomara que a previsão não seja do tamanho...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estoques reguladores?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Estoques reguladores. A terceira...

(Intervenção Fora do Microfone)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Ciência e tecnologia para a inclusão digital.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O que é isso, na prática?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É a criação de centros tecnológicos de incentivo à área de computadores, etc., toda a indústria tecnológica.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Tivemos oito indicações nesses sentido.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E a quarta foi a da Embrapa. Falta uma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Vamos ver qual a melhor redação para colocarmos aqui.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Queria um esclarecimento melhor sobre a primeira e a quarta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A primeira, Senador, se o Relator me permite, ...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Porque, nós Senadores da Oposição, aprovamos essas emendas e não sabemos mais o destino delas. Então, é preciso haver muita clareza e transparência nisso. Qual é essa emenda? Como vai se efetivar? Como vai se concretizar?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permita-me, nobre Presidente, dar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa do Turismo será apoio para a infra-estrutura de turismo em âmbito nacional, Senador. Agora, o que está dizendo V. Exª, que é um especialista em Orçamento...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Eu tenho a resposta que V. Exª deseja. O próprio Relator pediu que fosse incluída na unidade de orçamento 99, para que seja ...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não tenho nada contra a intenção, mas são recursos que vão para o Governo e que não chegam às nossas bases.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Mas serão aplicados...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ...Municípios governados pela Oposição.

O SR JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Nessa unidade orçamentária, como estão propondo, é a 99, que pode ser feita por Estado e Município.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Com certeza não serão Municípios nem Estados governados pela Oposição. Se quiserem, posso abrir as emendas do ano passado e fazer uma leitura aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Sérgio Guerra, concordo com V. Exª. Mas, nesta reunião que estamos fazendo aqui, sabemos das deficiências e dos defeitos da Lei Orçamentária no País; os vícios que são acarretados, os cortes que o Governo faz, tudo isso. Mas não podemos deixar de lutar para o aprimoramento disso. Temos que apresentar emenda. E é isso que estamos fazendo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Se aprovarmos uma emenda de infra-estrutura turística no Nordeste do Brasil, nos Estados do Nordeste do Brasil...

O SR NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não se pode fazer no Nordeste, porque tem que ser genérica, tem que ser nacional.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pode. Projetos de caráter nacional podem ser regionalizados.

Agora, se deixamos de forma genérica, na verdade, não tenho nada contra aumentar o recurso de turismo da União, mas estamos aumentando recursos que serão politicamente operados contra a oposição. Essa é a verdade.

O SR NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, V. Exª me permite...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Com quórum aqui de três ou quatro Senadores.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, permita-me. Já chegamos a ter **quorum** aqui.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estou falando em nome da Oposição, da Minoria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Chegou a ter quórum, inclusive da Oposição.

Mas deixe-me dizer a V. Exª, já houve a votação. Só falta um votar, para se haver acordo, nessa última. Segundo, no ano passado – e pediria a atenção de V. Exª para a explicação – votamos R$100 milhões para turismo, foi reduzido nosso orçamento a R$7 milhões e, até hoje, não foi aplicado, porque ainda tem que ter o "de acordo" do Palácio.

Na verdade, o que estamos fazendo aqui é uma grande ficção, que pode ou não sair. Nesta Comissão, já tivemos uma emenda de R$1,5 bilhão que saiu, aquela de apoio à pobreza. Mas a maioria das nossas emendas é pura e simples ficção. Por exemplo: das cinco

emendas que aprovamos, no ano passado, só uma redundou em R$7 milhões, que não foram aplicados até hoje. Mas, se não colocarmos, nem a expectativa teremos, porque senão já tivemos o "não" de saída.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Quero dizer que se, por exemplo, fazemos uma emenda para a Embrapa, será para que a Embrapa seja mais forte e cumpra mais o seu papel. Mas se fazemos uma emenda para infra-estrutura turística, estávamos fazendo uma emenda no mérito correta, embora, objetivamente falando, estamos dando dotação para um programa federal, sobre o qual os Partidos de Oposição não têm a menor relevância.

Posso relacionar os recursos da área de turismo que foram liberados para o meu Estado. Foram todos na direção de um Partido que ocupa o Ministério do Turismo. Essa que é a verdade. E aí?

As emendas de Bancada não têm essa finalidade. As emendas de Comissão não têm essa finalidade.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade, mas também não saem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Essas emendas são guarda-chuvas. Uma coisa é fazer uma emenda objetiva para um programa qualquer, essa da inclusão digital também. Essas duas são emendas diferentes das outras.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Eminente Senador Sérgio Guerra, para essa discussão de V. Exª nós, da Oposição, não encontramos solução.

Portanto, eu, como Relator ou como Coordenador dessa da escolha das emendas, não sei como o Governo, de fato, vai estabelecer. Estamos colocando a modalidade de aplicação: 99, que pode ser para Município e para Unidades Estaduais. Fora disso, o que mais podemos fazer?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu tinha colocado, por exemplo, nessa área de turismo, Senador Sérgio Guerra, uma coisa que fosse mais específica, que era a emenda para aumentar o Prodetur. Essa é uma emenda absolutamente específica. Acho até mais fácil de defender no próprio...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – *(Fora do microfone.)*

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não posso aceitar que estamos aqui fazendo um exercício de ficção, porque senão não posso nem continuar aqui. Então, se conseguimos, numa coisa dessas, comandar a Embrapa, acho perfeito. Ela é uma coisa certa, bem definida e exata. Só estou defendendo, mesmo depois de aprovada, a questão do Prodetur, por exemplo. Você vai em cima do ponto que é necessário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perdoe-me, nobre perdoe-me Relator. Estou fazendo essa pressão para resolver, porque primeiro, é matéria vencida as que foram votadas; segundo, falta uma; terceiro, eu ainda tenho que ir à Comissão de Fiscalização, que começaria às 11 horas. Como aqui, atrasou e estou precisando encerrar a minha Comissão lá. Então, peço a compreensão de todos. Como já temos quatro matérias vencidas, eu queria ver qual é a quinta. Estamos à disposição do nobre Senador Sérgio, para fazermos a quinta no assunto que seja de interesse inclusive da Oposição. Nós estamos aqui para colaborar. Agora, lamentavelmente, ainda tenho que correr para fechar a última Comissão. Há duas Comissões que ainda não fecharam: esta e a de Assuntos Sociais.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, não há problema de prazo. O prazo não é nem mais terça-feira. É sexta-feira da semana que vem o prazo de aprovação das emendas. Não é hoje. Não tenho nada contra o que está aí, mas nós, da Oposição, não podemos ficar subscrevendo aqui programas que, no final, são politicamente utilizados contra nós. Quanto mais genéricos, mais contrários ao nosso interesse.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador Sérgio, eu só queria anunciar que a emenda da Embrapa ficou estabelecida em R$150 milhões.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Esse não tem problema.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – De fato, o Senador Rodolpho Tourinho tinha uma emenda na área de turismo que era para Prodetur II. Quanto às chamadas emendas regionais, formadas pela Bancada, claro que quem vai fazer a escolha são os Senadores e os Deputados vinculados à Região Nordeste. Mas, pela própria análise do Relator, Romero Jucá, ele desenquadra uma emenda que tem comportamento regional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, embora procedente a argumentação do Senador Sérgio Guerra, eu acho que padecemos de um vício do sistema presidencialista. Nós, efetivamente, temos que continuar lutando. V. Exª tem, eu também tenho. Eu penso exatamente como V. Exª. Eu acho que o Orçamento tinha que ser um espelho de uma administração e não é. Quando o Presidente da República apõe veto ao Orçamento, nem se colocam os vetos em votação aqui no Congresso Nacional. O Poder Executivo aplica o Orçamento ao seu bel-prazer. Mas isso é um defeito do sistema presidencialista que há de ser corrigido por uma melhor cultura política nossa. Nós temos quatro emendas já aprovadas e temos que discutir a quinta emenda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, os Senadores Sérgio Cabral, Tasso Jereissati

e RodophoTourinho estão achando que Prodetur poderia ser a quinta emenda. O Governo apóia que seja Prodetur a quinta emenda ou estamos à disposição para que eles façam a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas nós só temos mais uma emenda. Não se pode voltar atrás aquilo que foi votado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. O que foi votado, foi votado. É matéria vencida. O que nós estamos querendo é que eles façam uma indicação. Nós estamos sugerindo uma coisa genérica que é importante para os nossos Estados do Nordeste e importante para os o País inteiro. O turismo é uma indústria limpa que tem uma importância enorme. Então, o Governo está à disposição para apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, tudo tem importância. A questão e saber a prioridade. Nós já temos uma emenda de turismo do ponto de vista nacional. Temos mais duas emendas e temos que escolher uma das duas. É esse o dilema que está colocado aqui. Podemos mudar essas duas, mas as que estão votadas, estão votadas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela importância do turismo no Nordeste, que interessa ao Maranhão, Ceará, Paraíba,Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, todos os Estados do Nordeste, e uma coisa fundamental e que tem mostrado a sua maior relevância é a questão do Prodetur. Eu proporia que pelo menos analisássemos essa posição.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, no interesse de contribuir, conversei com os Senadores Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati e Ney Suassuna, que são do Nordeste. Lá, essa é uma meta acima dos Partidos. Apoiamos essa emenda do Prodetur.

Mas o Prodetur não é exclusivo ao Nordeste?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, em todo o Brasil.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas é mais concentrado no Nordeste.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Coloquei Prodetur Nordeste II.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prodetur, Nordeste e Centro-Oeste.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, Sr. Presidente, coloque Prodetur e tire o subtítulo. Dessa forma fica bem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prodetur, Norte e Nordeste.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Combinaria com o Senador Relator a redação da emenda, para que ela não tenha dificuldades no Comitê das Emendas e favoreça o Nordeste. Fica entendido isso e fazemos a redação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essas são as Regiões que sempre trabalham juntas: Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, essa seria a quinta.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Ficariam então prejudicadas as duas outras emendas, uma relacionada ao Incra, ao trabalho do Ministério, e essa que é da geração de emprego. Essa, Sr. Presidente, o interesse da Comissão....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na prática, se forem liberados recursos para alguns Estados abrangidos pela primeira, o Ministério não vai abordar pela segunda. Estamos atendendo a maioria do Plenário, o Nordeste e o Centro-Oeste, mas não sei se, na prática, isso vai dar certo. Quando for liberada a emenda nacional, ele não vai liberar nem para o Nordeste nem para o Centro-Oeste, porque vai liberar no Prodetur; vai dar no mesmo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vamos combinar com o Senador Jonas Pinheiro uma redação que nos proteja.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas estou aqui para cumprir a deliberação da maioria.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, apesar de termos duas emendas, ou dois blocos de emendas que viemos discutir e votar, a maioria dos Senadores presentes opta pela aprovação da emenda do eminente Senador Rodolpho Tourinho, que apóia o Prodetur. Portanto, vale a votação dessa emenda. Está na mão do Sr. Presidente colocá-la em votação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou pensar em voz alta, Senador Rodolpho Tourinho.

Com relação ao turismo temos uma função programática, que é apoio a projetos de infra-estrutura turística nacional. Depois, temos participação da União em projetos de infra-estrutura turística no âmbito do Prodetur Nordeste II.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Essa aqui vai colocar o Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas o Centro-Oeste não vai caber aqui, porque é só Nordeste.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Coloca então nacional, Prodetur.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Participação da União em projeto.... e Prodetur Sul.

(Conversas Paralelas)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Podemos combinar isso com o Senador Jonas sem problema. O espírito é o que concordamos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E o valor como é que fica?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – O valor?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O valor temos que acertar.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – O valor temos que acertar, porque sai do Nordeste e vai para outras Regiões do País, inclusive o Centro-Oeste. Estamos aqui defendendo as nossas Regiões, os nossos Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e os R$40 milhões seriam pouco.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Cento e cinqüenta milhões.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Cento e cinqüenta milhões, então vamos redimensionar essa emenda. Aliás, falar em Centro-Oeste também é uma homenagem ao Senador Paulo Octávio, que tem muito interesse na matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Pergunto se os Srs. Senadores presentes querem fazer uso da palavra.

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada esta reunião com agradecimentos. Estamos em dia, dentro do prazo. Vamos torcer para que essa luta de todo ano, que vara madrugada para aprovação do Orçamento e de suas emendas, chegue a um resultado prático, isto é, que os recursos cheguem a seu destino. Que haja investimentos, principalmente em obras de infra-estrutura.

Muito obrigado, Sr. Relator.

Está encerrada a presente reunião. Até terça-feira próxima, se Deus quiser!

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em Conjunto Com as Comissões de Fiscalização e Controle-SF; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio–CD; Finanças e Tributação–CD; Fiscalização Financeira e Controle–CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, no dia 30 de Novembro, de 2004, Às 10:00 Horas, no Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Às dez horas e dezenove minutos do dia trinta de novembro do ano dois mil e quatro, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços." – 1º semestre de 2004, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: – Deputados: Deputados: Alberto Goldman, suplente CMO/CN, titular CFFC/CD; Alex Canziani, suplente CMO/CN, suplente CFT/CD; Almir Sá, suplente CMO/CN; Amauri Gasques, titular CMO/CN; Aníbal Gomes, suplente CMO/CN, suplente CFFC/CD; Anivaldo Vale, titular CMO/CN; Antonio Cambraia, titular CFT/CD; Antonio Joaquim, titular CMO/CN; Benedito de Lira, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Beto Albuquerque, suplente CFT/CD; Bismarck Maia, titular CMO/CN, suplente CDEIC/CD; Carlito Merss, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Carlos Nader, titular CFFC/CD; Cezar Silvestri, titular CMO/CN; Colbert Martins, suplente CMO/CN; Darci Coelho, titular CMO/CN; Dr. Rosinha, suplente CMO/CN; Eduardo Gomes, titular CMO/CN; Eduardo Sciarra; titular CMO/CN, Eduardo Valverde, titular CMO/CN, titular CFFC/CD; Félix Mendonça, titular CFT/CD; Fernando Coruja, titular CFT/CD; Fernando de Fabinho, suplente CMO/CN, titular CDEIC/CD; Geraldo Resende, titular CMO/CN; Gonzaga Mota, titular CDEIC/CD, suplente CFT/CD; Hamilton Casara, suplente CMO/CN; Homero Barreto, suplente CMO/CN; Humberto Michiles, titular CMO/CN; Jackson Barreto, titular CMO/CN; Jaime Martins, titular CMO/CN; João Correia, titular CFFC/CD; João Grandão, titular CMO/CN; João Leão, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Jorge Alberto, suplente CMO/CN; Jorge Bittar, titular CMO/CN, suplente CFT/CD; José Divino, titular CMO/CN; José Pimentel, titular CFT/CD; José Rocha, suplente CMO/CN; Júlio Cesar, titular CMO/CN, suplente CFT/CD; Kátia Abreu, suplente CMO/CN; Léo Alcântara, titular CDEIC/CD; Leodegar Tiscoski, suplente CMO/CN, titular CFFC/CD; Luiz Bittencourt, titular CMO/CN, suplente CDEIC/CD; Luiz Carreira, suplente CMO/CN, titular CFT/CD; Lu-

pércio Ramos, titular CDEIC/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular CMO/CN, titular CFFC/CD; Maria Helena, suplente CMO/CN; Mário Negromonte, suplente CMO/CN; Mauro Lopes, titular CMO/CN; Milton Monti, suplente CMO/CN; Nazareno Fonteles, titular CMO/CN; Nelson Marquezelli, titular CDEIC/CD; Nelson Meurer, titular CMO/CN; Onyx Lorenzoni, titular CFT/CD; Osório Adriano, titular CDEIC/CD; Pauderney Avelino, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Paulo Afonso, suplente CMO/CN, titular CFT/CD, suplente CDEIC/CD; Paulo Bauer, suplente CFT/CD, titular CFFC/CD; Paulo Bernardo, titular CMO/CN, suplente CDEIC/CD; Paulo Kobayashi, titular CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, titular CFT/CD; Pedro Chaves, titular CMO/CN; Pedro Fernandes, suplente CMO/CN; Pompeo de Mattos, suplente CFFC/CD; Rafael Guerra, suplente CMO/CN; Ricardo Barros, suplente CMO/CN; Rogério Teófilo, titular CMO/CN, suplente CFFC/CD; Simão Sessim, titular CFFC/CD; Vignatti, titular CMO/CN, titular CFT/CD; Virgílio Guimarães, titular CMO/CN, titular CFT/CD, suplente CFFC/CD; Waldemir Moka, suplente CMO/CN; Wasny de Roure, titular CMO/CN, titular CFFC/CD, suplente CFT/CD; Welinton Fagundes, titular CMO/CN; Wellington Roberto, suplente CMO/CN; Wladimir Costa, suplente CFFC/CD; Zé Geraldo, suplente CMO/CN; Zé Gerardo, titular CMO/CN; Zequinha Marinho, titular CMO/CN; e Zezéu Ribeiro, suplente CMO/CN. – Deputados não Membros: Gastão Vieira; Ivan Valente; José Carlos Aleluia; Juíza Denise Frossard; Leonardo Mattos; Ricardo Fiuza e Zarattini; – Senadores: Aloizio Mercadante, titular CAE/SF; Ana Júlia Carepa, suplente CMO/CN, titular CAE/SF, suplente CFC/SF; Antônio Carlos Valadares, titular CFC/SF; Augusto Botelho, titular CMO/CN; César Borges, titular CAE/SF, titular CFC/SF; Delcídio Amaral, titular CAE/SF, suplente CFC/SF; Eduardo Suplicy, suplente CMO/CN, titular CAE/SF; Efraim Morais, titular CMO/CN, titular CAE/SF, titular CFC/SF; Fernando Bezerra, titular CMO/CN, titular CAE/SF; Ideli Salvatti, suplente CMO/CN, titular CAE/SF, titular CFC/SF; Jonas Pinheiro, titular CMO/CN, titular CAE/SF; Leonel Pavan, titular CMO/CN, suplente CAE/SF; Mozarildo Cavalcanti, titular CMO/CN, suplente CAE/SF, titular CFC/SF; Ney Suassuna, titular CFC/SF, suplente CAE/SF; Ramez Tebet, titular CAE/SF; Romero Jucá, titular CMO/CN, titular CAE/SF, suplente CFC/SF; Sérgio Cabral, titular CMO/CN, suplente CAE/SF; Serys Slhessarenko, titular CMO/CN, suplente CAE/SF; Sibá Machado, titular CMO/CN, titular CFC/SF; Tião Viana, titular CMO/CN. ABERTURA: A reunião foi iniciada sob a direção do Deputado Paulo Bernardo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Diretor de Política Econômica; Deputado Nelson Bornier, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e o Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado *no § 5º do mesmo artigo do* referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, tendo finalizado sua apresentação às onze horas e dezessete minutos. A discussão foi iniciada. Interpelaram o expositor como integrantes do primeiro bloco de debatedores, os Deputados Alberto Goldman, Ricardo Barros, Pauderney Avelino, que mencionou o não encaminhamento das informações descritas nos *arts. 104 e 105 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005*, e o Senador Eduardo Suplicy. Nesse momento, o Presidente solicitou ao Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que tomasse assento à mesa. A seguir, o palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo primeiro bloco de debatedores. O Presidente solicitou brevidade no prazo para uso da palavra, tendo em vista que havia treze oradores inscritos para o debate. Foi assegurada a réplica aos Deputados Alberto Goldman, Ricardo Barros e ao Senador Eduardo Suplicy. O Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL na Câmara dos Deputados, e o Senador Aloízio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal, usaram da palavra para discutir o assunto, conforme o estabelecido no *art. 7º do Regimento Comum*. O expositor respondeu à réplica apresentada pelos Deputados Alberto Goldman e Ricardo Barros e ao Senador Eduardo Suplicy e aos Líderes das duas Casas do Congresso Nacional. O Senador Eduardo Suplicy solicitou aparte e foi atendido. O Presidente solicitou que os parlamentares registrassem a assinatura no Livro de Presença. Finalizando o primeiro bloco, o Presidente do Banco Central respondeu aos questionamentos levantados. Compuseram o segundo grupo de parlamentares os Deputados Wasny de Roure, Virgílio Gui-

marães, Ricardo Fiúza, Eduardo Valverde, Nazareno Fonteles, Osório Adriano, Paulo Rubem Santiago e Ivan Valente. O Presidente acatou, ainda, a solicitação de mais dois parlamentares para a discussão e, em seguida, anunciou que encerraria a lista de inscrição para o debate. Comunicou, ainda, que o palestrante responderia somente aos interpelantes que estivessem presentes no recinto do plenário. Como últimos oradores, o Deputado Nelson Marquezelli e o Senador Leonel Pavan fizeram questionamentos ao Presidente do Banco Central do Brasil. O palestrante respondeu às intervenções levantadas pelos Senhores Parlamentares. O Senador Eduardo Suplicy finalizou sua intervenção. Em seguida, o palestrante apresentou as considerações finais sobre o tema em apreço. ENCERRAMENTO: Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, bem como da sua assessoria, o Presidente encerrou os trabalhos, às quatorze horas e trinta e três minutos. Antes, ratificou a realização da 25ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização na mesma data, às quinze horas. Para constar, eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal** juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da segunda reunião conjunta de audiência pública de 2004, com a participação das Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação – cujo Presidente, Deputado Nelson Bornier, aqui está presente; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Fiscalização e Controle.

O tema a ser debatido será a avaliação dos cumprimentos dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do primeiro semestre de 2004, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Convidado: Sr. Henrique de Campos Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Encontra-se também presente o Sr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Diretor do Banco Central que acompanha o Presidente da instituição.

À medida que forem chegando, os Presidentes das Comissões tomarão assento à mesa.

De acordo com o estabelecido, o palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Está aberta a lista de inscrição.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, honra-me mais uma vez fazer a prestação de contas do Banco Central ao Congresso Nacional.

Mais do que a obrigação e o dever, o Banco Central tem, como disse, a honra de aqui prestar contas dos resultados da instituição, dos resultados previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na LDO, da evolução da política econômica no Brasil, dos resultados da economia.

Hoje é um dia particularmente auspicioso para o Brasil, uma vez que foram há pouco divulgados pelo IBGE os números do crescimento do País no terceiro trimestre de 2004. Foram números fortes: houve no trimestre crescimento de 1% sobre o trimestre anterior, o que significa mais de 4% de taxa anualizada.

Mais importante foi ter sido alto o crescimento sobre o ano passado – falaremos sobre isso a seguir – e ainda mais relevante o fato de o País ter crescido ainda durante o ano de 2003.

Preocupou a muitos, legitimamente, a divulgação, no início deste ano, de que o Brasil teria encolhido, decrescido o produto em 0,2% no ano anterior. O fato é que aquele era um número preliminar e, feita e divulgada pelo IBGE, a revisão final, temos a satisfação de concluir que ano passado o produto na realidade cresceu 0,5%. O dado é muito importante porque aumenta a base de comparação e, mesmo sobre uma base, que ano passado já apresentamos crescimento, o produto cresce de maneira vigorosa.

Cabe ainda dizer que, já no último trimestre do ano passado, as taxas de crescimento também se apresentaram muito vigorosas e importantes.

Voltarei a esse assunto quando falar sobre o desempenho da economia, mas não poderia deixar de iniciar por essa excelente notícia trazida com a divulgação, pelo IBGE, dos números relativos ao final do ano passado.

Bem, vamos começar pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Farei uma apresentação que se fixará em alguns pontos básicos: o resultado do Banco Central, nos ter-

mos definidos pela lei; os objetivos do Banco Central, segundo as definições da LDO, no que diz respeito à inflação, crédito, política cambial, decisões de política monetária e possíveis efeitos fiscais; a retomada da atividade econômica; e uma pergunta importante sobre se a retomada tem fôlego.

Vamos começar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Gostaria de mencionar que, em sessões anteriores, já durante alguns anos, existem algumas divergências de interpretação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e o que é demandado do Banco Central na apresentação a esta Comissão.

A apresentação será feita nos termos estritos da lei, quando ela diz que: "O Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária – vamos falar sobre isso –, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços".

Vamos começar com os resultados demonstrados nos balanços, nos termos da lei.

O resultado apurado pelo Banco Central, no primeiro semestre de 2004, foi positivo em 2,8 bilhões de reais e decorreu de receitas e despesas de suas operações.

Vamos agora detalhá-lo.

Passamos a uma demonstração do balanço do Banco Central nas suas contas de receitas e despesas. Primeiro, os saldos de principal, que totalizam 526 bilhões de reais. No caso de mercado aberto, por exemplo, 301 bilhões; área externa, 203; outras operações, 21. Há um número arredondado de cerca de 3 bilhões de reais na coluna da direita, e, na de resultados, os números totalizam aproximadamente 2,8 bilhões reais. O número preciso é 2 bilhões, 795 milhões e 700 mil reais.

Em ambas as situações contempladas no Orçamento Geral da União, o saldo da conta do Tesouro, se positivo após o reajuste de reservas, é transferido para a receita, como Receitas ao Tesouro Nacional; se negativo, é coberto como despesa pelo Tesouro Nacional.

Portanto, neste primeiro semestre, a conta alocada ao Tesouro foi positiva e transferida como receita do Tesouro Nacional.

Se olharmos agora um item do balanço, o da demonstração de lucros e perdas do Banco Central, que é a área de mercado aberto do Tesouro Nacional, vamos ver os diversos componentes do ativo que geram receitas – LTNs, 124 bilhões; LFTs, etc. – e, na coluna da direita, os diversos resultados de receita desses títulos que estão na carteira do Banco Central, o passivo de mercado aberto, as notas do Banco Central, compromissos de recompra e remuneração ao Tesouro na Conta Única do Tesouro Nacional no balanço do Banco Central.

A remuneração na Conta Única do Tesouro Nacional é a taxa média aritmética ponderada da rentabilidade dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central. Com base em todos aqueles títulos de emissão do Tesouro que estão em poder do Banco Central, calcula-se a taxa média, e essa é a taxa usada para remunerar a Conta Única do Tesouro Nacional. No semestre, a taxa de remuneração acumulou 9,45%.

Passamos agora à área externa, em que há um total de ativos de 203 bilhões de reais; depósitos, 87, depósitos no exterior ou banco de compensações internacionais, Bank for International Settlements, na Basiléia, outros títulos – moedas estrangeiras a receber, etc. – e depósitos de organismos no passivo, empréstimo do Fundo Monetário Internacional, moeda estrangeira a entregar, etc.

O resultado dessa conta foi de cerca de 4 bilhões de reais positivos; do mercado aberto, como os senhores viram na projeção anterior, foi neutra, não teve resultado positivo nem negativo. Portanto, o resultado final dessas operações é de cerca de 2,8 bilhões de reais positivos.

Entramos agora no passo seguinte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece que "serão analisados, especialmente, os desvios verificados em relação aos parâmetros projetados nos Anexo de Metas Fiscais (...) e o impacto líquido do custo das operações com derivativos e de outros fatores de endividamento público." Então, vamos agora fazer uma apresentação especificamente sobre as operações de **swap**, que é uma forma de derivativo.

Esse é o sumário das operações ainda existentes de derivativos no balanço do Banco Central.

Tínhamos, no final de 2003, como os senhores podem ver, cerca de 109 bilhões de reais; e hoje, em 2004, até o dia 30 de junho, cerca de 57 bilhões de reais. Esse número está caindo exatamente porque o Banco Central não está renovando a maior parte do vencimento das operações de derivativo, **swap** cambial, na medida em que a maior credibilidade do Brasil hoje faz com que exista uma demanda menor por **hedge**, por proteção cambial. Além do quê, existe um objetivo da administração, do Governo, de diminuir o endividamento indexado à moeda estrangeira. Estamos diminuindo isso de forma importante. Vou mostrar depois os saldos.

Temos, portanto, esses resultados projetados no gráfico seguinte, onde temos um resultado negativo

de cerca de 1 bilhão de reais de outras operações. O saldo de derivativos já foi apresentado, portanto, nas operações de mercado. No caso de outras operações, temos 1 bilhão de reais de saldo negativo.

Finalizando, no consolidado, de 2,8 bilhões de reais. É, nesse aspecto, da maior importância mostrarmos que a conta do Banco Central está transferindo resultados positivos para o Tesouro Nacional no primeiro semestre de 2004.

Vamos passar para a nossa próxima etapa, que é o impacto da política monetária. Gostaria de mencionar que o resultado do Banco Central, antes de ser transferido ao Tesouro, prevê a constituição de reservas. A reserva foi de 12%. São reservas para oferecer maior segurança às operações do Banco Central – de acordo com a Medida Provisória nº 2.179-36. Nesse aspecto, portanto, o líquido transferido ao Tesouro, depois da constituição da reserva, foi de 2,5 bilhões de reais.

Passamos à etapa seguinte, como mencionei, relacionada aos objetivos do Banco Central, outro item importante da LDO. Mostro agora a LDO, que diz que: "(...) os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial os parâmetros e as projeções (...)" – que vamos mostrar – "(...) bem como as metas de inflação estimadas para o exercício de 2004, conforme o art. 4º, § 4º da Lei Complementar."

Objetivos do Banco Central. Primeiro, a política monetária. O objetivo do Banco Central, fixado pelo Conselho Monetário Nacional, relativo à política monetária, no ano de 2004, é o cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho, de 5,5%, para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%, condição necessária para o crescimento sustentável de médio prazo.

Em relação à política creditícia, os objetivos são de ampliar a oferta de crédito e o acesso da população a ele – não há metas formais de aumento de crédito. Na política cambial, pretende-se o aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante.

Vamos passar ao objetivo de política monetária no que diz respeito à inflação e ao objetivo de perseguir a meta de inflação para 2004, de 5,5%, com a variação positiva ou negativa de 2,5%.

Em primeiro lugar, no primeiro trimestre de 2003, a inflação média mensal era de cerca de 1,7%. Nos últimos 12 meses, até outubro, a inflação média mensal encontra-se em 0,55%. Os senhores e senhoras podem acompanhar a evolução das inflações mensais no Brasil nos últimos meses e no decorrer no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Peço silêncio. Alguns Parlamentares estão reclamando que não estão ouvindo bem. Solicito aos nossos operadores que, se possível, aumentem um pouco o som, para que seja mais audível.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Prosseguindo, vamos ver que a inflação no Brasil, acelerada durante o final de 2002, devido à depreciação da moeda, resultado da crise cambial por que passou o Brasil, atingiu um pico, no acumulado de 12 meses, de cerca de 17,2% durante os 12 meses que antecederam maio de 2003. Isso veio caindo, como resultado do sucesso da política monetária do Governo, do Banco Central, atingindo um número já abaixo, inclusive, da trajetória de metas, em maio de 2004, de 5,15%. A partir daí, houve uma estabilização, e temos hoje uma inflação acumulada em 12 meses de cerca de 6,9%. Esses são dados históricos. Aqui não há nenhum tipo de previsão ou análise quantitativa, são simplesmente dados históricos do que tem ocorrido na inflação acumulada nos 12 meses passados.

Atendendo ao requisito legal, especificamente de como se comporta a inflação em relação à meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, vamos mostrar que em 2004 o intervalo superior da meta, o máximo admitido pelo Conselho era de 8%, para 2004 – abaixo do intervalo de tolerância –, foi de 7.3%. Portanto, cumpriram-se as determinações do Conselho Monetário Nacional, nos 12 meses encerrados em novembro de 2004. Até novembro estamos dentro do intervalo determinado pelo Conselho.

Os Srs. e Sras. Congressistas podem querer saber muito bem qual a previsão para o ano de 2005, ou 12 meses à frente, ou para o próprio ano de 2004. Estamos apresentando a previsão de mercado, agentes econômicos, universidades, institutos de pesquisa, empresas, centrais, etc., sobre a inflação. É uma média coletada pelo Banco Central que mostra que a expectativa da inflação, 12 meses à frente, no último dado disponível, era de 6,25%. Portanto, dentro também do intervalo de tolerância definido pelo Conselho Monetário Nacional.

Muito importante também o fato de que a inflação, em termos de expectativa, já mostrada no gráfico anterior, para o ano de 2004, está também na faixa admitida pelo Conselho Monetário Nacional, de %. É a última pesquisa registrada nessa projeção. Portanto, a expectativa de inflação para o ano de 2004 está dentro da expectativa definida e das metas do Conselho Monetário Nacional e do seu intervalo de tolerância.

Objetivos do Banco Central no que diz respeito a crédito. Temos como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há, portanto, metas formais em relação a isso. Mas podemos observar, na projeção, que, desde o segundo trimestre de 2003, a oferta de crédito do segmento livre vem crescendo a taxas superiores ao produto, tendo passado de 13,3%, em março de 2003, para 15,2%, em outubro último.

Portanto, a oferta de crédito livre na economia está crescente. Créditos livres, no caso, são operações formalizadas com taxas de juros livremente pactuadas entre os mutuários e as instituições financeiras e que não estão atendendo a determinações legais com os créditos direcionados.

Vemos aqui de novo que a oferta de crédito no segmento livre se acentuou, a partir de setembro de 2003,com a consolidação do quadro de estabilidade macroeconômica e a queda do **spread** bancário.

Spread bancário.

Não há dúvida de que o **spread** bancário no Brasil ainda é alto. Mas a boa notícia é que está caindo. Houve uma estabilização, um pequeno aumento recente, mas a tendência é cair, como estamos observando nesse gráfico, em que passa acima de 33%, caindo para cerca de 27%. Há uma trajetória cadente. Mas há muita coisa a se fazer na área de **spread** bancário.

Temos em análise, no Congresso Nacional, um item da maior importância, a nova lei de falências. Há outros projetos em andamento, como, por exemplo, a nova central de risco, implementada pelo Banco Central, que vai colaborar nesse sentido. Há, portanto, uma série muito grande de medidas que estão sendo tomadas.

Há um outro projeto de lei muito importante no que diz respeito à definição das funções do CADE e do Banco Central, à definição da fiscalização e da implementação da melhor competição entre o sistema financeiro. Em resumo, há dados que mostram que, apesar dessa queda, existe um trabalho muito grande a ser feito, e estamos empenhados na sua continuação.

Objetivos do Banco Central no que diz respeito à política cambial: aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante. Esse é o objetivo principal.

Em primeiro lugar, gostaria de mencionar a taxa de câmbio do real, levada em consideração a cesta de moedas formada com a pauta de exportações do Brasil para os países emissores dessas moedas. Nota-se que o dólar tem depreciado em relação à maior parte das moedas do mundo, inclusive o real, mas que a taxa de câmbio real efetiva, construída, portanto, com base em uma cesta de 15 moedas, tem mantido um grau de volatilidade relativamente baixo em termos históricos no Brasil.

Se analisarmos o resultado da política cambial no que diz respeito à evolução do saldo das contas correntes, veremos que o resultado das exportações era fortemente negativo entre a segunda metade da década de 90 e 2002; deverá fechar 2004 em saldo positivo, acima de 1,6% do produto; acumulado até outubro, o saldo está em torno de 2% do produto.

Essa é portanto uma situação historicamente positiva no Brasil, ou seja, há um crescimento com um saldo positivo de conta corrente. É muito importante mencionarmos especificamente esse fato. O saldo de conta corrente muitas vezes era negativo e ficava fortemente negativo quando o País crescia e aumentava a vulnerabilidade externa. Atualmente, o Brasil cresce com saldo de conta corrente positivo, o que é um dado de extraordinária relevância.

Se analisarmos o saldo da balança comercial de janeiro de 2003 até o momento, observaremos que tem tido constante evolução, e leva a um saldo acumulado dos últimos 12 meses até outubro de 32,6 bilhões de dólares. É o maior saldo comercial da história do Brasil. Novamente, no momento em que comemoramos o vigoroso crescimento do PIB, também podemos comemorar o saldo positivo, o **record** histórico de 32,6 bilhões de dólares.

Temia muito no passado recente, que, no momento em que a economia voltasse a crescer, portanto as importações começassem a crescer, isso faria com que o saldo desaparecesse rapidamente, como ocorreu em outras oportunidades. Mas isso não aconteceu, e V.Exas. podem notar que as exportações estão crescendo de forma mais vigorosa do que as exportações num primeiro momento. O saldo comercial se mantém. Isso mostra a força competitiva da economia brasileira, o resultado do processo de estabilização da economia que faz com que os exportadores tenham confiança para planejar o futuro, para investir em produto, em canais de distribuição. Isso faz com que a exportação brasileira fique cada vez mais competitiva.

Temos, portanto, um quadro no qual o Banco Central cumpre as metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional, segundo as expectativas do mercado; o saldo comercial, o maior da história, positivo de conta corrente, e o País crescendo a taxas vigorosas. De fato, é um resultado extraordinariamente positivo da economia brasileira.

Muitos analistas têm-se preocupado – é uma preocupação legítima – com o fato de o aumento das exportações brasileiros terem sido apenas resultado da evolução positiva dos preços, das **commodities**, a evolução positiva dos termos de troca. Esse gráfico mostra, se observamos a linha pontilhada em vermelho, os dois percentuais sobre o crescimento de 2003 sobre 2002 e 2004 sobre 2003; observaremos que a maior parte do crescimento, ou seja, 15,7% do ano de 2003 sobre 2004, num total de crescimento das exportações de 21 é resultado do aumento de volume, assim como ocorre em 2004. Ou seja, o Brasil está exportando, competindo mais, ganhando mercado em termos mundiais e oferecendo melhores condições para o de-

senvolvimento sustentado. Com isso, há possibilidade de não termos mais o tipo de vulnerabilidade externa que tínhamos, como vou mostrar mais adiante.

Outro dado da maior importância é a diversificação das exportações. Mostramos aqui que os mercados estão bastante diversificados. Temos, por exemplo, a União Européia, com 25,1%; os Estados Unidos, com 20%; a Argentina, voltando a ocupar um papel importante; a China; o México; o Japão; e outros países, com 31,1%. Isso mostra que o Brasil, de fato, está em uma posição de muito vigor, no que diz respeito à sua diversificação de exportações. Isso, de novo, é resultado do sucesso da política econômica hoje aplicada no Brasil.

Comércio exterior sobre produto. Esse é um dado da maior relevância para a diminuição da vulnerabilidade externa. Quanto maior o comércio exterior – que são as exportações totais somadas com importações totais – dá uma grande visão de como o Brasil está se tornando mais competitivo em termos internacionais. A indústria brasileira, a agricultura brasileira competem. Exporta mais; em compensação, tem condição de importar mais e, ao mesmo tempo, ter saldos importantes. Quer dizer, isso mostra, de novo, o sucesso da política econômica, mostra o sucesso do Brasil em competir nos mercados internacionais. Cresce e, ao mesmo tempo, diminui a sua vulnerabilidade.

Falando em vulnerabilidade, um dos dados de maior importância que tínhamos era a questão da dívida externa líquida e de como a dívida externa, em comparação com o Produto Interno, estava crescendo. Eu gostaria de mencionar que isso está sendo revertido, isto é, a dívida externa como percentagem do Produto está caindo. É uma outra mostra do sucesso que o Brasil tem encontrado também em eliminar suas vulnerabilidades.

Por que isso é importante? Porque o grande problema que temos enfrentado muitas vezes é que o Brasil começa a crescer, mas, se há uma crise externa, o Brasil, em função disso, entra também em crise. Agora, estamos cada vez mais imunes às flutuações dos mercados internacionais.

Um outro item da maior importância nesse aspecto é o total do pagamento de juros sobre exportações. Em um certo momento, 35% das exportações totais brasileiras eram usadas para pagar juros. Isso deixava o País em uma posição vulnerável. Hoje, ao redor de 15% das exportações são usadas para pagar juros. De novo, a vulnerabilidade externa do País decresce.

O mesmo item, dívida externa líquida total, sobre exportações. Chegou a atingir 3,6 vezes o total da dívida externa sobre as exportações. Hoje já está atingindo cerca de uma vez e meia. Portanto, de novo é um dado da maior importância. O Brasil, de novo, diminui a sua vulnerabilidade às mudanças na aversão ao risco nos mercados internacionais.

As reservas internacionais totais do Brasil estão estabilizadas em um patamar de cerca de 50 bilhões de dólares, em que se incluem os empréstimos do Fundo Monetário. Mas é importante mencionar que o Brasil, portanto, tem um patamar de reservas confortável. Se tirarmos desse número os empréstimos do Fundo Monetário, mesmo assim vemos uma trajetória crescente das reservas. Por exemplo, se tirássemos os empréstimos do Fundo Monetário, sobrariam, segundo as projeções de dezembro de 2003, para dezembro de 2004, cerca de 21 bilhões de dólares. O número previsto hoje é de cerca de 24,4 bilhões de dólares. O importante, portanto, é que o Brasil está, mais uma vez, diminuindo a sua vulnerabilidade externa, e as diversas políticas anunciadas pelo Banco Central, pelo Tesouro, nessa direção, confirmam isso.

Outra medida de risco importante, de vulnerabilidade, com grandes impactos na taxa de juros interna de prazo médio é o Risco Brasil. Quer dizer, existe uma correlação importante entre o Risco Brasil e as taxas de juros que prevalecem na economia no prazo médio. O Risco Brasil mais uma vez vem numa trajetória cadente, dado muito importante. Se olharmos o primeiro semestre de 2004, quando os mercados internacionais ficaram um pouco preocupados, um pouco mais nervosos em função da política monetária americana, o Risco voltou a subir, mas voltou a cair, porque os fundamentos da economia brasileira estão cada dia mais sólidos.

Muito bem, vamos agora falar sobre um tema que tem sido objeto de discussão nesta Comissão em reuniões anteriores. Alguns dos Srs. Parlamentares têm a interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal de que o impacto das operações do Banco Central não é apenas nas operações do Banco Central, conforme determinado no balanço e conforme determinado numa interpretação mais literal da lei, mas que se deveria analisar o impacto não só nas operações do Banco Central, mas das decisões do Comitê de Política Monetária sobre a dívida pública. Então, esse tem sido um tema que entendo objeto de muita discussão nesta Comissão durante várias sessões.

Atendendo portanto à determinação desta Comissão, no sentido de que vários Parlamentares têm solicitado isso, nós fazemos uma análise dessa questão, que é o possível impacto das decisões do Comitê de Política Monetária sobre a dívida pública.

A primeira coisa que eu gostaria de mencionar é que o impacto direto dos juros de curto prazo, cujas metas são definidas pelo Comitê de Política Monetária

nas contas públicas, é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Não é o único, esse é o ponto de maior importância. Por quê? Porque a política monetária também tem efeitos fiscais indiretos fundamentais. Por exemplo, por meio dos seus efeitos sobre as expectativas da inflação, da taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Portanto, todos esses aspectos são importantes da política fiscal. Não é apenas dizer: os juros subiram, abaixaram, tem um impacto aqui na dívida. Não é isso. É importante nós olharmos todos esses aspectos da conseqüência da política monetária, o crescimento do País e, portanto, o efeito sobre o produto, o efeito sobre a arrecadação pública, a política cambial, o efeito disso na dívida externa, etc., etc., como mencionei. Um efeito importante, uma maneira de se avaliar o efeito fiscal da política macroeconômica, portanto – se estou dizendo da política macroeconômica, quer dizer, não apenas uma decisão de política monetária, o efeito da política macroeconômica no endividamento público – é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Esse é um dado que no nosso entendimento mostra o resultado das políticas macroeconômicas sobre o Tesouro Nacional e sobre o endividamento público.

Se olharmos esse dado, veremos que essa dívida pública líquida total, que tinha atingido cerca de 61,6% do produto em setembro de 2002, tínhamos apresentado aqui esse dado, que é o dado agora de dezembro de 2003; tinha atingido cerca de 58,7% em dezembro de 2003 e, portanto, estamos aqui mostrando um intervalo da nossa prestação de contas hoje, que é o primeiro semestre de 2004, isto é, comparando o número de 2003, em dezembro, com o número de outubro de 2004, que é um número atual. Nesse período, tivemos uma queda da dívida pública com um percentual do produto de 58,7% para o número de hoje, de 53,7%. O número do primeiro semestre também é cadente. Houve uma trajetória cadente desde dezembro até outubro, como mostramos, mas certamente é também o número de junho.

Assim, é muito importante observarmos, no efeito total da política macroeconômica, que a dívida pública em relação ao produto está caindo. Se olharmos somente o efeito específico, o dos juros sobre as LFT, por exemplo, vamos ter uma distorção, porque estamos levando em conta o efeito total da aplicação das políticas macroeconômicas.

Essa a maneira que me pareceu mais adequada de endereçar a preocupação dos Srs. Parlamentares. V.Exas. não devem olhar somente o resultado do Banco Central em si, mas também o resultado da política macroeconômica e das decisões do Banco Central no escopo da política econômica.

Com relação ao ano de 2004, mostramos os números mais detalhadamente, espera-se que haja uma diminuição – são estimativas para o final de 2004 – de 3,5% da dívida sobre o produto. Há aí uma explicitação dos diversos itens dessa queda.

Confirmando-se essa tendência e com os dados disponíveis hoje, podemos projetar, portanto, segundo a média das projeções do mercado, que essa relação continuará a diminuir com a continuada implementação da atual política econômica.

Retomada da atividade econômica.

Em primeiro lugar, esses números evidentemente foram ultrapassados pela revisão divulgada hoje pelo IBGE. É com grande satisfação que podemos dizer que o Produto Interno Bruto cresceu, no primeiro ano desta administração, em 0,5%.

No começo deste ano, havia sido divulgado que no ano passado houve um crescimento negativo do PIB, mas o número final de 2003 foi de 0,5%. Esse é um dado importante e mostra que o Brasil saiu de uma crise cambial grave, que em outros países levaria uma contração de produtos durante muitos anos, como ocorreu em alguns dos nossos vizinhos. No entanto, o Brasil já começou a crescer no primeiro ano depois da crise. Mais importante: o Brasil está crescendo a taxas vigorosas. Cresceu 1% no terceiro trimestre de 2004. Isso depois de ter crescido, no primeiro trimestre, 1,8%; no segundo, 1,4%, conforme os números revisados, e, no terceiro, 1%. Ao ano, até o terceiro trimestre, já cresceu 5,3%.

Em resumo, é um crescimento extraordinário, mostra o sucesso do País, da política econômica. O Brasil está crescendo. Ao mesmo tempo que melhora os seus fundamentos, decresce a sua vulnerabilidade e dá condições para que tenhamos um crescimento sustentado nos próximos anos. Isso vai melhorar e mudar substancialmente as condições de vida do povo brasileiro.

É um crescimento sustentado continuado, não um crescimento que obedeça ao padrão de arrancadas e freadas súbitas. Vai gerar emprego, como já está ocorrendo.

Um dado da maior importância que gostaria de ressaltar na divulgação do IBGE de hoje é que o investimento está crescendo. Isso é muito importante. Por exemplo, dados da formação bruta de capital fixo, forma de medir um investimento, cresceram, este ano, até o terceiro trimestre, 11,5%, crescimento divulgado pelo IBGE até o terceiro trimestre. Cresceu 8,7% no trimestre. Portanto, é algo da maior importância.

Para os senhores terem idéia, o número que havia decrescido ano passado, cresceu 2,8% no primeiro trimestre, 4,8% no segundo, 8,7% no terceiro. Ou seja, o investimento na economia brasileira está crescendo. Isso confirma o ponto de que estamos criando as bases para um crescimento sustentável. Verificamos que a economia e os investimentos estão crescendo, as exportações e o saldo comercial batem recorde, o saldo de conta corrente é positivo, a vulnerabilidade diminui. Portanto, nossa economia está entrando no chamado círculo virtuoso de crescimento sustentável.

A produção industrial cresce, ao contrário dos países que passaram por crises similares, em cima do pico. A partir de maio, está havendo a maior produção industrial da história. Estamos crescendo de forma continuada.

Por categorias de uso, chamo a atenção para o número da direita. De janeiro a setembro, houve o crescimento de 9%, se compararmos um ano ao outro. Taxa extraordinária em qualquer país do mundo.

Vendas no varejo. Preocupava-se com o consumo interno. Houve um crescimento constante e importante nos últimos meses, desde o meio do ano passado, das vendas no varejo por diversos segmentos e vendas no varejo totais. Vou mostrar de janeiro a setembro, portanto de 2004 sobre 2003, o número da coluna da direita em cima, 8,9%. Se observamos móveis e eletrodomésticos, combustíveis e lubrificantes e supermercados, veremos que existem crescimentos desiguais, mas positivos em todos os segmentos.

Emprego formal. Grande preocupação deste Governo, do País, da população, deste Congresso, dessas Comissões. Não há dúvida de que a prioridade é a criação de empregos. A criação de empregos no Brasil é a maior da história. Criamos este ano no País quase 1,8 milhão de empregos no mercado formal. Há um crescimento constante, desde junho de 2003. São dados do Ministério do Trabalho, do CAGED, o total de carteiras assinadas no País. O número de empregos criados no Brasil em 2004 foi de 1 milhão, 796 mil e 400, números precisos, *versus* 657 em 2000, por exemplo. O decréscimo de 121 mil vagas em 1997, 412 em 1995, em 1994 o crescimento foi de 274. Isso para mostrar a força da criação de novas vagas de trabalho no mercado formal brasileiro. Quero dar a visão de que esse crescimento está na indústria, nos serviços, no comércio, na agropecuária, etc. Mostra o vigor da expansão da economia.

A taxa de desemprego tem uma característica sazonal, sobe durante o primeiro trimestre e cai no último trimestre. O número de pessoas que procura o mercado de trabalho no início do ano é grande, aumentando, portanto, o desemprego, e diminui no último trimestre. O mais importante é que em outubro, no começo do último trimestre, já estamos igualando o número mais baixo dessa série de 10,5%. A previsão é de que isso vá atingir um dígito, um número extremamente auspicioso para o Brasil. É alto ainda, mas a trajetória se revela positiva e auspiciosa.

Emprego industrial. Uma reta ascendente, de muita relevância.

Massa salarial real na indústria. As pessoas às vezes me perguntam: "Mas e a renda? A renda caiu". Não. O que caiu foi a renda média, algo estatístico daqueles que têm trabalho. A renda **per capita** subiu, porque subiu o produto. A renda média é calculada sobre a renda média daqueles que têm emprego. No entanto, o número de empregados aumentou, o que significa que a renda total subiu. Para que V.Exas. entendam minha mensagem, seria como se fôssemos uma família, em que duas pessoas trabalhassem, marido e mulher, cada um ganhando, por exemplo, 1 mil reais, e que tivesse um filho que não trabalhasse e estivesse estudando. A renda **per capita** dessa família seria 2 mil reais dividido por 3. Portanto, seria de 666,6 reais. Vamos dizer que a renda **per capita**, no mês seguinte, não mudasse, porque somente os 2 continuaram a trabalhar. Mas, no outro mês, o filho começa a trabalhar e passa a ganhar 400 reais. A renda total da família aumentou de 2 mil para 2 mil e 400 reais. A renda média dos que têm emprego na família é de mais ou menos 800 reais.

Por que a renda média no Brasil caiu? Por uma razão muito simples. A construção civil, como vou mostrar, está crescendo muito e o salário da construção civil é menor, mas ela está absorvendo desempregados. Portanto, a renda total, que é a massa salarial real, na indústria, por exemplo, está crescendo. Esse é o dado de maior relevância. Nas negociações salariais, estamos vendo que está existindo um ganho. Portanto, 47,3% das negociações estão revelando um percentual superior ao INPC.

Como mencionei, a produção de insumos da construção civil está crescendo, resultado de uma série de reformulações na legislação aprovada por este Congresso Nacional.

Última pergunta: a retomada tem fôlego? Pois bem. Gostaríamos de mencionar que a expectativa dos agentes econômicos para o crescimento de 2004 tem estabelecido uma tendência crescente. A última que temos registrada no Banco Central foi de 4,7, mas, certamente, com a divulgação do crescimento do produto do terceiro trimestre, pelo IBGE, hoje acreditamos que essa expectativa deva subir, na medida em que a economia já cresceu mais de 5% até agora.

Portanto, de novo, números impressionantes, importantes, que mostram que a economia brasileira vai na direção correta.

Outro dado muito importante: a confiança dos consumidores. Os consumidores estão confiantes na economia? Dados da FECOMÉRCIO de São Paulo mostram que o nível de confiança dos consumidores na economia brasileira está crescendo de forma muito relevante e atingindo níveis muito importantes. É o nível mais alto da série pesquisada de confiança dos consumidores. Dado importante para o futuro.

Alguns dos senhores podem me perguntar se os empresários estão muito desanimados. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, em pesquisa conjuntural de muita relevância, a confiança dos empresários está crescente. A linha preta representa o saldo. Em resumo, os empresários estão cada vez mais confiantes na formulação de decisões de investimentos.

Agora, há uma comparação entre a venda de supermercados, na esquerda, com a linha vermelha, e a massa salarial, a renda total. Na escala da direita, vamos ver de novo, a partir da metade de 2003, as duas linhas crescendo, vendas em supermercados/massa salarial, mostrando que a capacidade de consumo da população está aumentando e isso está se refletindo nas vendas.

Capacidade utilizada. O crescimento recente da demanda provocou um aumento gradual da capacidade utilizada na indústria, que se encontra no patamar mais elevado desde o início da pesquisa, em 1991. De novo a indústria está trabalhando a capacidade total.

Por outro lado, alguém pode dizer: os bens de capital estão sendo produzidos para aumentar essa capacidade instalada? A produção de bens de capital atual supera largamente o pico de 2001 (apagão), marcado por forte demanda de equipamentos para a geração de energia.

É um dado extraordinariamente positivo e auspicioso para a economia brasileira. O investimento, no Brasil, está crescendo.

Resumindo, para que possamos responder às perguntas, diria que o Brasil está crescendo a taxas vigorosas, o investimento está crescendo, os empregos estão crescendo, as vendas estão crescendo, as exportações estão muito fortes e crescentes, o saldo comercial é o maior da história, os saldos de conta corrente são positivos, os índices de solvência são extraordinariamente positivos, o emprego está crescendo. Do ponto de vista do Banco Central os resultados foram aqueles apresentados. Do ponto de vista da política cambial, o resultado mostra acerto. Com relação à política creditícia, também os resultados são positivos. No caso da demanda da Lei da Responsabilidade Fiscal, em relação às metas de inflação, vou citar o resultado, precisamente, porque não ficou claro quando apresentei a projeção: a expectativa do mercado para o ano de 2004, ou seja, em relação ao desempenho da inflação, é 7,3%, enquanto a inflação acumulada nos últimos 12 meses foi de 6,3%. Portanto, está tudo dentro da trajetória de metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, com o intervalo de tolerância.

Em relação ao comportamento da dívida pública, mostramos como o percentual do produto está cadente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Convido o Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados para fazer parte da Mesa.

Vamos passar ao debate.

Há vários inscritos. Faremos blocos de 3 ou 4 Parlamentares. Como há Deputados e Senadores, em cada bloco deve haver pelo menos um Senador. Será respeitado o direito de réplica.

O primeiro inscrito é o Deputado Alberto Goldman. Na seqüência, os Deputados Ricardo Barros, Pauderney Avelino e o Senador Eduardo Suplicy.

Cada orador fará uso da palavra por 3 minutos e depois terá direito à réplica. Nosso convidado terá direito à tréplica.

Tem a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Henrique Meirelles, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, esta foi uma exposição com dados numéricos, que evidentemente não podem ser contestados. Imagino que todos esses números tenham sido tirados de dados efetivos. Poderíamos fazer algumas objeções, como, por exemplo, com relação ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, o que seria uma discussão longa, mas não é o caso de fazê-la agora.

O importante é que os dados não batem com a realidade. Os números são expressivos, são uma recomposição de uma situação que passamos nos anos de 2002 e 2003. Em muitos desses índices estamos voltando aos anteriores a 2002 e aos de 2002. Outros, evidentemente, estão em crescimento, como é o caso das exportações, a melhoria dos fundamentos da política. Mesmo antes de V.Exa. estar na Presidência do Banco Central temos ouvido falar dos fundamentos da economia brasileira.

Esses números indicam médias: a indústria cresce, em média, tanto; os salários estão crescendo, em média, tanto; a massa salarial está crescendo tanto.

São todos números médios. Devo dizer a V.Exa., porém, que, na realidade, verificamos, no dia-a-dia, no contato com a população, com as pessoas, com as famílias e também com os agentes econômicos, que essa média não é homogênea. Não há homogeneidade na economia para afirmar: se há 5% de crescimento é porque há 5% de crescimento em todos os setores da economia ou o crescimento da massa salarial é o mesmo para todas as famílias. Não. O que percebemos é que existe uma brutal diferença entre a forma e o ritmo de crescimento de alguns setores da economia em relação a outros.

V.Exa. citou o setor da construção civil. A construção civil é muito genérica. Dados de acompanhamento desse setor mostram que a venda de imóveis, um elemento muito importante para a população de renda média ou menor, está absolutamente estagnada. Não há evolução nenhuma.

O setor de exportação está vendendo muito, puxando alguns outros setores também. O Banco Central teria informações mais detalhadas, por categorias, por setores, por renda familiar e por distribuição de renda? A sensação – porque não temos esses dados em mãos – é de que a distribuição de renda no País tem piorado e continua piorando.

Para nós esses elementos mostram a recuperação da economia, que é indiscutível, principalmente, em relação ao período que tivemos um decréscimo e uma retração muito fortes. Há uma recuperação dos níveis de emprego no âmbito geral, embora não saiba se há uma recuperação do nível dos vencimentos médios. Acho que não. Talvez, a nível de famílias, sim. Com mais pessoas trabalhando, pode ser que isso tenha dado à família um pouco mais. Mas a nível de rendimentos individuais, não.

Faltou um dado importante, o que é muito comum. Sempre que o Banco Central vem aqui só apresenta as tabelas cor-de-rosa. Aquelas mais cinzas, não. Por exemplo, evolução de taxa de juros. É um elemento importante para pensar o Brasil para médio prazo, para longo prazo. A evolução das taxas de juros não foi apresentada e essa informação é fundamental. Nós temos hoje a taxa de juros real de 11% ao ano. Não conheço economia que possa se desenvolver a médio e longo prazo com taxa de juros de 11%, a não ser em situações muito especiais, de pessoas que já vêm investindo, pela necessidade de atender o mercado momentaneamente. Não vejo nenhuma hipótese de pensar investimentos a médio e a longo prazo com uma taxa de juro real a 11% ao ano – repito. Não há como fazer isso. Não há nenhum investimento produtivo que dê rentabilidade garantida de 11% ao ano. Faltaram esses dados.

Talvez V.Exa. possa mandar aquelas tabelas complementares, aquelas mais cinzas. Não apenas as melhores, mas aquelas que, certamente, foram afastadas da apresentação. Isso não é novidade. O Banco Central faz muito isso, sistematicamente. Podia nos mandar essas taxas e tentar nos mostrar como essa diferenciação de crescimento se dá nos diversos setores da economia e como ela se dá nos setores do consumo e da renda familiar e pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Ricardo Barros. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, Sr. Ministro, esta é uma nova apresentação do Presidente do Banco Central. Gostaria de dizer que estou muito feliz pelo cumprimento da lei. Na sua última apresentação fiz um requerimento para que o senhor retornasse à Casa em função de que a lei não estava sendo cumprida. Era mais uma propaganda do Governo do que propriamente uma análise dos balanços das contas públicas.

Ainda faltam, como diz o Deputado Goldman, alguns dados importantes. Mas já melhorou muito. As apresentações do Banco Central, que costumavam nem ocupar o tempo de 20 minutos, agora ocuparam 55 minutos. Isso representa que, realmente, quando viermos aqui para debater o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, teremos de discutir um pouco mais.

O Presidente, certamente, vai perceber que a discussão será mais longa, porque os dados são mais consistentes.

A meta de inflação é 5,5%, mais 2,5% de tolerância, vai estar no limite, porém muito próximo de ser ultrapassada – espero que não seja. Nós desejamos isso para o Brasil, mas estamos repetindo para o Orçamento do ano que vem também uma meta de inflação muito baixa e que, talvez, de novo, e para o seu cumprimento, exija a manutenção dessas elevadas taxas de juros.

Pergunto, então, ao Presidente do Banco Central se não poderíamos prever uma taxa de juros possível de ser realizada, a fim de que se cumpra a meta fiscal. Tem tudo a ver a meta da inflação com a taxa de juros que se pratica. De repente, em vez de fazermos uma proposta de meta de inflação baixa e taxas de juros altas, deveríamos tentar uma meta mais perto da realidade. Ano a ano essa meta vem sendo acima do que se prevê na proposta orçamentária.

A questão do crédito. O crédito está crescendo, mas muito pouco e sempre com a intermediação do Governo. Os bancos precisam aprender a emprestar aos particulares, e o Governo parar de concorrer com

os particulares na tomada do crédito. Enquanto o Governo estiver pagando essas taxas de juros, nenhum banco vai emprestar a particular. Vai correr risco no empréstimo se pode ter garantia de remuneração com o Governo pagando essas taxas. Então, de novo, estamos recorrendo à questão das taxas de juros. Se as taxas fossem menores, os bancos, talvez, arriscassem emprestar a particulares a taxas maiores. E depois não é possível, mesmo aos juros do BNDES, uma empresa fazer o seu plano de viabilidade, com o seu resultado, descontada a carga tributária brasileira que cresceu muito neste Governo, sobrar ainda 11% líquido para pagar de juros. É muito improvável que algum ramo de atividade tenha essa possibilidade.

Sem dúvida, o saldo positivo em conta corrente é importante. Decorre da desoneração das exportações, da Lei Kandir, que o Governo não vem cumprindo. Os Estados estão em situação calamitosa, porque devem aos produtores exportadores, e o Governo está repassando, em média, 18% do crédito que deveria aos Estados.

Então, quanto a isso, também é importante uma atenção do Banco Central e da política econômica, porque os Governadores já estão resistindo a assinar protocolos para instalação de indústrias exportadoras. Estamos tentando instalar no Paraná uma indústria de papel de imprensa – meio bilhão de dólares de investimento. O Governador Requião não quer a indústria no Paraná, porque diz que não adiantará nada, que terá prejuízo, porque a indústria é imune e tem de dar um crédito de ICMS de 40 milhões por mês. Não quer a indústria lá. Então, o investimento que poderia vir ao Brasil de meio bilhão de dólares não vem, porque o Governo não está fazendo a devolução. Até não é o caso. Estamos propondo que essa desoneração venha também para a Lei Kandir, mas o Secretário da Fazenda diz que não adianta, porque o Governo não dá aos Estados o dinheiro que deveria. Então, esse é um ponto importante para garantir o crescimento das exportações e o saldo positivo na balança. Parece que as importações já estão superando as exportações na conta mensal, e vamos ter o preço das **commodities** reduzido. Há uma expectativa de supersafra em alguns dos produtos básicos, principalmente dos Estados Unidos, e vamos ter problemas aqui com o grande investimento feito pelos produtores rurais.

Esses preços internacionais das **commodities** nos ajudaram a formar esse quadro positivo apresentado pelo Presidente do Banco Central, mas preocupa-nos a sua continuidade.

Com relação aos novos empregos e à renda média menor desses empregos, faz-me refletir o quanto é gerado pelo crescimento da economia, que de fato está existindo, e quanto é gerado pelo arrocho da fiscalização do Ministério do Trabalho, especialmente sobre o microempresário. É cruel a forma como o Ministério do Trabalho está avançando sobre os microempresários, sobre a economia informal, que no Brasil passa dos 60%, que de repente são obrigados a enquadrar-se em uma situação tributária não compatível com a sobrevivência do seu negócio.

Um pouco desse número positivo dos empregos, que não chegaram aos 10 milhões nos 4 anos, dá-se pelo arrocho, pela fiscalização do Ministério do Trabalho. As delegacias estão recebendo metas de carteiras assinadas a serem cumpridas, a serem buscadas na fiscalização para diminuir a dificuldade que o Governo tem de prestar contas da falta do cumprimento da sua promessa em gerar 10 milhões de empregos.

Essas eram as observações técnicas que gostaria de fazer a respeito do relatório.

Politicamente falando, sempre vemos na imprensa que esse terceiro mandato do Fernando Henrique é o pior. Pelo menos para a economia não, pois foi a única coisa mantida do Governo anterior. Assim, podemos comemorar de fato um resultado bom, positivo, e a superação do Risco Brasil. Havia um medo muito grande de que o PT cumprisse todas as suas propostas e convicções. Isso foi abandonado.

Fico muito feliz quando ouço falar da despetização do Governo. Isso significa que o Presidente Lula passa a mandar e não o PT, o Ministro José Dirceu vai ter menos força e o Aldo Rebelo, que defende o Lula e não o PT, vai ter mais força. Isso é bom para o Brasil, pois o PT criou essa forma de financiamento público de campanha que toma 10% ou 20% do salário dos servidores e fez a campanha mais cara da história do País. Nunca se viu tanto dinheiro numa campanha política financiada por nós, contribuintes, por meio desse repasse, dessa troca da nomeação pela declaração, pela autorização de débito em conta corrente.

Espero que possamos resolver essa questão na reforma política. Aliás, vale lembrar que a surra que o PT tomou nas urnas, Sr. Presidente do Banco Central, não é o reflexo desses números tão positivos. Não faz nem um mês que o PT levou uma surra nacional. E não é porque os números da economia estejam tão bons.

É preciso também compreendermos as diferenças. De qualquer maneira, Sr. Presidente da Comissão, estou muito contente pelo cumprimento da lei. Talvez ainda devamos exigir uniformidade na apresentação dos gráficos. Quando a evolução é boa ao longo da história, o gráfico mostra toda a história. Mas quando a evolução é boa somente no último ano, o gráfico mostra apenas o último ano. E quando é boa só no último trimestre, o gráfico mostra somente o último trimestre.

Então, é preciso que haja um pouco de uniformização dos dados para que se possa ver, Sr. Presidente, o que realmente está acontecendo no País. Senão, dá a impressão de que está tudo uma maravilha, quando na verdade não está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, espero que os meus 3 minutos sejam tão longos quanto os dos meus antecessores.

Sr. Ministro do Banco Central, Presidente Henrique Meirelles, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, não preciso mais falar sobre a credibilidade que V.Exa. tem à frente do Banco Central, principalmente em relação ao exercício do seu cargo no Congresso Nacional.

Vimos que o art. 104, inciso II, e também o art. 105, da Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda não foi devidamente atendido. Portanto, precisaríamos ter o relatório, que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional, no prazo mínimo de até 10 dias antes dessa reunião conjunta, conforme previsto nos arts. 9º e 105 da referida lei. Espero que no próximo quadrimestre, V.Exa. cumpra essa disposição.

Depois, Sr. Ministro Henrique Meirelles, gostaria que V.Exa. nos explicasse o resultado do Banco Central. No primeiro semestre de 2003, se não estou enganado, foi de 24 bilhões, 181 milhões de reais; no primeiro semestre de 2004, de 2 bilhões, 795 milhões. Há uma redução considerável do lucro do Banco Central. A que se deve essa redução?

Sr. Presidente Henrique Meirelles, ouvi a explanação de V.Exa., firme, consistente, e parece, como já foi dito pelos meus antecessores, que estamos vivendo realmente em um outro País, porque o sentimento que vemos nas ruas não é o desse cenário cor-de-rosa que V.Exa. traz. É claro que os números não mentem, mas vai ficar a minha dúvida. Não tem nada a ver com V.Exa., mas com o IBGE. Um ano depois de ter revisado o resultado da macroeconomia de 2001, o PIB, que antes era de menos 0,2%, passou para 0,5%. Isso, a meu ver, cheira muito a uma certa química contábil por parte do IBGE, que nem precisaria fazer esse tipo de coisa, porque este ano realmente constatamos que há um crescimento da economia. Portanto, ninguém vai contestar que realmente a economia cresce. Mas esses números nos levam a crer que estamos vivendo em um país que é a réplica do paraíso.

Outro assunto que gostaria de abordar, Sr. Presidente, é que recebi, ontem, um pedido de socorro de um Prefeito do meu Estado que aplicou algum recurso da sua Prefeitura no Banco da Amazônia. Depois, quando o Prefeito foi fazer um saque, o gerente do banco disse que estavam presos no Banco Santos. Ora, o Prefeito não aplicou os recursos no Banco Santos. Foi uma instituição do Governo que recolheu os recursos da Prefeitura, portanto, recursos públicos, sob a responsabilidade do Banco da Amazônia, que fez a aplicação no Banco Santos.

Consta – gostaria que V.Exa. também nos informasse a respeito – que o Fundo Constitucional do Norte também está nesse **kit** levado de roldão pelo Banco Santos, aplicado pelo Banco da Amazônia. Esses recursos deveriam ser aplicados em benefício da população que vive no norte do Brasil e para promover o desenvolvimento econômico. O Banco da Amazônia, contumazmente, faz essa transação com os recursos do FNO, e agora se sabe que esses recursos devem ter ido parar no caixa do Banco Santos.

Portanto, peço a V.Exa. que nos informe a respeito dessa situação. Precisamos saber quais as conseqüências jurídicas advirão dessa atitude.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Encerrando esse primeiro bloco, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Em primeiro lugar, diante da observação do Deputado Ricardo Barros, quero dizer que, na verdade, houve um crescimento significativo do resultado das eleições para o PT, que alcançou o quarto lugar nas eleições de 2000 e, desta vez, foi o partido mais votado.

Quero me ater à questão econômica, primeiramente fazendo uma observação ao caro Deputado Alberto Goldman. Em relação ao coeficiente de eqüidade na economia brasileira – peço ao Presidente Henrique Meirelles que confirme esses dados se porventura houver elementos para 2004 –, o IBGE informou que, em 2002, o Coeficiente Gini era 0,563 e, em 2003, 0,555. Portanto, no primeiro ano do Governo Lula, para o qual há indicadores de igualdade com base no Coeficiente Gini, o resultado foi positivo.

Pergunto ao Dr. Henrique Meirelles se, em decorrência do falecimento do extraordinário economista Celso Furtado, isso representou para a equipe econômica, sobretudo o Ministro da Fazenda na interação com o Presidente e Diretores do Banco Central e membros do COPOM, também uma reflexão. E por que razão? O Prof. Celso Furtado sempre procurou chamar a atenção para a importância de o Brasil conseguir,

ao mesmo tempo, a estabilidade de preços, o crescimento da economia, sobretudo voltado para o mercado interno, ou seja, ele sempre enfatizou a importância do crescimento das exportações, mas era necessário sempre ter o vigor do crescimento do mercado interno, sobretudo para que a economia pudesse crescer de forma mais saudável e equilibrada.

O Prof. Celso Furtado vinha chamando a atenção para o poder tão forte, digamos, do setor rentista da economia. Para se ter a melhoria da distribuição da renda, faz-se necessário ter uma perspectiva de melhoria da remuneração, por exemplo, dos assalariados. Na medida em que vínhamos tendo uma proporção tão grande de pagamento para os que recebem juros na economia brasileira, isso tendia a prejudicar o objetivo de maior eqüidade na distribuição da renda. Com respeito a essa questão, pergunto ao Presidente Henrique Meirelles – e não vi nos quadros aqui apresentados – qual o volume de juros pagos pelo setor público. Em exposições anteriores, V.Exa. havia mostrado que de 2002 para 2003 ocorreu uma diminuição e que se previa nova diminuição para 2004 e 2005.

Peço a V.Exa. que nos informe sobre a evolução do total de juros pagos pelos setores públicos municipal, estadual e o maior, que é a União. E se este dado vem melhorando de maneira consistente, porque acredito que se a dívida líquida do setor público está diminuindo em relação ao Produto Interno Bruto, provavelmente está havendo uma melhoria significativa do ponto de vista da diminuição dos juros pagos pelo setor público.

Lembro-me de que o volume desses recursos chegou a atingir algo em torno de 145 bilhões de reais. Estava diminuindo para algo em torno de 120 bilhões de reais este ano. E é sobre esse número que gostaria de saber. E há um número ainda muito grande, por exemplo, em relação às transferências de renda de um programa importante, na minha avaliação, como o Bolsa-Família. Temos hoje cerca de 5,5 milhões de famílias no Bolsa-Família. Até o final do ano, teremos mais de 6 milhões. Corresponderão a 6 bilhões e pouco de gastos previstos no Orçamento deste ano. Para 2006, o Presidente Lula tem como meta atingir 11 milhões e 200 mil famílias, que significarão cerca de 10,5 bilhões no Orçamento da União, ainda um número bem inferior aos juros pagos pelo setor público.

Quero sugerir ao Presidente Henrique Meirelles que, em suas exposições, considere também os efeitos dos programas de transferência de renda, que avalio estão contribuindo para a melhoria da recuperação da atividade econômica, inclusive em regiões como a do semi-árido do Nordeste, onde este programa se iniciou com mais força no ano passado. Tenho obtido alguns informes, e aqui está o Deputado Nazareno, do Estado do Piauí, que poderá confirmar isso. O Governador Wellington Dias informou-me, há poucos dias, que, antes do Programa Bolsa-Família, a cidade de Teresina arrecadava 80% de ICMS. Hoje, graças à recuperação da atividade econômica, por intermédio da injeção de recursos do Bolsa-Família, em todo o interior do semi-árido do Piauí, praticamente em todos os Municípios, essa proporção de Teresina diminuiu consideravelmente para cerca de 60%. Isso significa que está havendo, pelo interior do Estado do Piauí e provavelmente de todo o Nordeste, um aumento da atividade econômica, por conta dos inúmeros efeitos causados por um programa como o de transferência de renda. E como avalio seja muito importante o Governo aperfeiçoar esse sistema e melhorá-lo, até passando um dia do Bolsa-Família para a renda básica de cidadania, numa perspectiva de que isso ocorra nos próximos 4, 5, 6 anos, assim por diante, sugiro estar também no conjunto de dados apresentados por V.Sa os efeitos deste sobre o nível de emprego, sobre a atividade econômica e sobre o crescimento mais equilibrado da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Concedo a palavra ao Presidente Meirelles, para que responda às perguntas feitas em bloco.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vamos responder às perguntas de S.Exa. o Deputado Alberto Goldman, que menciona, e com razão, o fato de que, no processo de recuperação econômica, essa recuperação não é homogênea em todos os setores. Isto é uma característica comum, Deputado, de todos os processos de recuperação econômica. No caso específico do Brasil, esse processo obedeceu a exatamente aquele modelo seguido na maior parte das recuperações.

Em primeiro lugar, cresceram setores mais sensíveis a crédito, como resultado da flexibilização da política monetária do Banco Central, e também setores ligados às exportações. Isso gerou aumento de emprego, aumento da massa salarial total, aumento da renda e, em conseqüência, os setores mais sensíveis à renda, como mostrei nas transparências, começam a crescer de forma sustentada. Esse crescimento, portanto, passa a ser mais homogêneo. Estamos verificando, portanto, um processo natural em que a renda e a base salarial se recuperam e, em conseqüência, os setores mais sensíveis à renda começam a ter um desempenho cada vez melhor.

Em relação à construção civil, não há dúvida de que os dados que expus mostram uma recuperação importante da construção civil, mas de novo ela vai se dar, num primeiro momento, de forma não homogênea. Ela vai se homogeneizando na medida em que ocorre uma maturação do processo.

A segunda pergunta do Deputado foi sobre a questão das taxas de juros. O fato é que as taxas de juros no Brasil são altas, particularmente no segmento livre de crédito.

Pois bem. Gostaria de mencionar algo da maior importância: as taxas de juros no segmento livre de crédito da economia brasileira estão ainda altas, mas estão cadentes em termos históricos.

Usando como referência a Taxa SELIC, por exemplo, lembramos que, no ano de 1999, ela atingiu um patamar de 45% e, em 1997, de 43%. Em resumo, temos hoje uma taxa real de mercado, como mencionado pelo Deputado, nas estruturas de taxas de juros a termo, mas de novo são taxas comparativamente mais baixas em relação ao passado recente do Brasil.

A nossa expectativa, que suponho é a mesma de V.Exa., é que, na medida em que prossigamos o processo de estabilização da economia brasileira, esses resultados mantenham-se, como é a nossa expectativa que se manterão. Evidentemente, a expectativa é que o risco macroeconômico do Brasil continue a cair, o crédito continue a aumentar, portanto, as taxas de juros de longo prazo refletidas pelo mercado continuem a seguir essa trajetória cadente.

Falarei agora sobre a distribuição nos diversos setores. Em primeiro lugar, é muito importante dizer que um dos maiores fatores concentradores de renda é a inflação. E existem dados que mostram isso com clareza. Portanto, um das funções básicas de um Banco Central é manter a inflação dentro dos parâmetros definidos na estrutura de metas, exatamente para fazer com que isso, entre outras coisas, proteja o poder de compra do trabalhador, além de também ser uma precondição para o crescimento econômico. Não há crescimento econômico com inflação elevada registrado na história recente da humanidade.

Gostaria também de mencionar, em relação à questão de distribuição de renda, que, nos últimos dois trimestres, o consumo das famílias cresceu a taxas superiores às taxas do produto.

Também pergunta V.Exa. até que ponto já temos dados específicos de distribuição de renda entre os diversos segmentos. Essa pergunta está relacionada à do Senador Eduardo Suplicy, no que diz respeito ao Coeficiente Gini. Eu diria que o Coeficiente Gini para 2004 somente será anunciado com a divulgação do Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD, em 2005. Portanto, ainda não estão disponíveis esses dados. No entanto, podemos informar, usando os números mencionados pelo Senador, que, em 2003, o Coeficiente Gini foi de 0,555%; em 2002, 5,3%, indicando tendência de melhora. Os indicadores são de que essa tendência deve seguir trajetória de melhora, em função, principalmente, do fato de que se está gerando emprego para a população que estava desempregada, melhorando, portanto, o rendimento. Esse é um dado da maior importância.

Quanto à geração de empregos, de acordo com a Pesquisa Mensal de Empregos, do IBGE, foram gerados empregos formais e informais nas 6 principais regiões metropolitanas do País, o que representa um crescimento de 3% no ano, até setembro de 2004. Portanto, houve um crescimento no agregado dos empregos formais e informais, o que também tem aspecto importante na distribuição de renda.

Em relação aos setores, como mencionei, há dados que mostram crescimento em diversos setores, não só de bens de capitais, mas também de bens intermediários, por exemplo, que cresceram 7,4% ao ano; bens duráveis, 25%; semi e não duráveis, cerca de 4%. No caso de vendas no varejo, móveis e eletrodomésticos, 28%; combustíveis, 5,8%; supermercados, alimentos, bebidas e fumo, em torno de 5,9%; veículos, 18%; autopartes; vestuários, 5,3%.

O que vemos então é aquele quadro que já descrevi: setores mais sensíveis a crédito crescem no início. Posteriormente, setores sensíveis à renda começam a crescer, homogeneizando, portanto, o processo.

Antes de começar a responder às perguntas do Deputado Ricardo Barros, agradeço a S.Exa. o reconhecimento pelo fato de o Banco Central ter atendido à recomendação da Comissão no sentido de endereçar todos os aspectos de suas operações. E não só isso, mas também o efeito da política macroeconômica no endividamento público como um todo. Anotamos também a recomendação de V.Exa., Deputado, no sentido de uniformizar os gráficos em futuras apresentações. Já estamos fazendo isso. Tivemos que mudar, até para atender às recomendações da própria Comissão, mas certamente agora, atendida a maior parte dessas recomendações, haverá campo de melhora, conforme mencionou também o Deputado Avelino. Certamente manteremos a consistência, mas dentro de um princípio de concordância entre a recomendação da Comissão e a ação do Banco Central.

Quanto aos empréstimos a particulares, nobre Deputado Ricardo Barros, o empréstimo à pessoa física está crescendo bastante, principalmente aquela modalidade de empréstimo por consignação em folha de pagamento, que tem a participação das centrais

sindicais no processo de negociação e faz com que, pela garantia e maior transparência, as taxas de juros sejam muito menores. Isso está levando ao crescimento de empréstimos a particulares, a pessoas físicas.

Sobre o aumento da formalização, as pesquisas do IBGE indicam que a criação total de emprego e a formalização são positivas, pois trazem para o mercado de trabalho formal um número maior de trabalhadores, com garantias trabalhistas e demais direitos.

Com relação às perguntas do Deputado Pauderney Avelino, em primeiro lugar, quero dizer que anotamos com muito cuidado as recomendações de S.Exa. sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e melhoras que ainda podem ser feitas. Agradecemos a S.Exa. o esforço e certamente estamos preparados para continuar interagindo com S.Exa. a fim de dar continuidade ao atendimento das recomendações e necessidades da Comissão.

A segunda pergunta, da maior importância, foi no sentido de esclarecer o porquê da queda de resultado do Banco Central de 2003 para 2004.

No ano de 2003, em primeiro lugar, houve grande melhora nas condições de mercado no Brasil. Os títulos brasileiros se valorizaram muito. No começo de 2003, com a melhoria muito forte do valor dos títulos, houve grande ganho no valor de mercado, o que é contabilizado pelo Banco Central, nos títulos de sua carteira. Em segundo lugar, houve importante apreciação do real. E, nas operações derivativas, as chamadas Operações de Swap, em que o Banco Central paga a correção cambial e recebe a taxa de juros DI, na medida em que há apreciação do real, o Banco Central tem lucro maior.

Houve um lucro extraordinário, produto da excepcional melhora das condições da economia brasileira naquele período. Mas, certamente, não é algo sustentável durante o correr do tempo, na medida em que a economia tende a se estabilizar. O valor dos títulos, o valor do real, como mostrei, tende a ficar mais estável, o que é, inclusive, desejável e faz com que o resultado do Banco Central seja menor, mas ainda positivo.

Quanto à pergunta de S.Exa. no que diz respeito ao sentimento nas ruas, eu diria – e espero que S.Exa. observe isso, que é o que todos nós estamos sentindo – que é normal, quando a economia começa a melhorar, a população não ter imediatamente percepção disso. A recuperação econômica precisa durar vários anos para ser completamente percebida pela população. A criação de emprego que tivemos este ano, por exemplo, se ela se repetir durante alguns anos, aí, sim, certamente, um número muito maior de pessoas terá acesso a essa melhora. E o mesmo ocorrerá com a massa salarial. V.Exa. está apresentando uma questão muito séria e importante, pois a finalidade de qualquer política econômica, em última análise, é o bem-estar e o padrão de vida do cidadão e da cidadã. Portanto, é muito importante que se reflita a respeito disso.

De acordo com aquele provérbio chinês, uma caminhada de mil quilômetros começa com o primeiro passo. O importante é que o primeiro passo seja dado na direção correta. No nosso caso, as direções estão corretas, os números são extraordinários, o que mostra que o Brasil, a essa altura, não só já deu o primeiro passo, como está em plena caminhada rumo ao crescimento para atingir a melhoria da renda da população.

Sobre as questões relativas ao IBGE, gostaria de dizer que é evidente, e S.Exa. tem toda a razão, que gostaríamos de ter os dados o mais cedo possível. Mas é muito importante reconhecermos o esforço, a alta qualidade técnica, científica e metodológica do trabalho do IBGE. São divulgados, primeiro, os números, baseados em dados preliminares. E, na medida em que os dados são analisados, confirmados por outros indicadores, passam a ser devidamente revisados. Isso acontece na maioria dos países, a não ser em países muito pequenos, onde há estatísticas facilmente compiladas, mas principalmente em países do tamanho, da complexidade do Brasil, sobretudo quando existe inflexão de trajetória de crescimento. Isso, de fato, é importante mencionar.

Em relação às aplicações no Banco Santos, preciso contar com a compreensão do nobre Deputado, pois estamos no início dos trabalhos da Comissão de Inquérito no Banco e não temos ainda todas as informações, todos os dados. Até o final do mês de janeiro, que é o prazo estipulado, o Banco Central terá um relatório completo sobre tudo. Temos informações preliminares de que os recursos do Fundo Constitucional do Norte não estavam aplicados no Banco Santos. Eles estão aplicados exclusivamente em títulos públicos. Portanto, é uma informação preliminar, mas de boa fonte, que é a própria equipe do Banco Central.

Quanto aos recursos do Banco da Amazônia, temos informação, também preliminar, de que alguns recursos do Banco da Amazônia foram aplicados no Banco Santos. Certamente quando os resultados estiverem absolutamente compilados com segurança e com precisão, teremos satisfação em enviar para S.Exa. os resultados consolidados e precisos das avaliações e conclusões do Banco Central.

Agora responderei às perguntas e observações do Senador Eduardo Suplicy. Em primeiro lugar, Senador, como já disse a S.Exa. o Deputado Alberto Goldman, quero dizer que as informações sobre distribuição de renda, de acordo com os dados do PNAD referentes

a 2004, não estão disponíveis no momento. Estarão disponíveis apenas em 2005.

Portanto, não temos condições de fornecer-lhe dados precisos, mas, como S.Exa. mencionou, a tendência foi de melhora de 2002 para 2003. E indicadores preliminares indicam que existe uma continuação dessa tendência, devido ao aumento do número de empregos exatamente em setores de rendimento mais baixo, aqueles setores em que havia desempregados que passaram a ter acesso a emprego, como o da construção civil, por exemplo. Mas o fato concreto é que estamos falando apenas de dados preliminares.

Quanto ao total de números consolidados sobre o pagamento de juros pelo setor público, perguntado por S.Exa., eu diria que, no ano de 2003, o total de juros pagos pelo setor público foi de 145 bilhões, 205 reais, o que representa 9,3% do Produto Interno Bruto. No ano de 2004, de janeiro a outubro, foi de 106 bilhões, 370 milhões de reais, o que dá cerca de 6% do PIB. A projeção para o ano, Senador, é de 130 bilhões, 562 milhões de reais, com 7,3% do Produto Interno Bruto. Portanto, existe uma queda de 9,3 para 7,3%, equivalente a 2% do PIB, o que mostra uma tendência de melhora.

Com relação aos efeitos dos programas de transferência de renda, particularmente o Bolsa-Família, concordamos totalmente. Até não acredito que precisamos nos estender sobre isso, já que temos total concordância no sentido de que os programas de transferências de renda são importantes e que os efeitos do Bolsa-Família, naquelas regiões mencionadas pelo Senador, são de fato positivos. Temos total concordância nesse sentido, repito, e anotamos as recomendações do Senador sobre futuras apresentações.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Gostaria de inscrever-me para fazer uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – O Deputado Alberto Goldman também deseja usar a palavra para fazer a réplica.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não vou abusar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Quero mesmo pedir que sejam breves, até porque ainda há13 oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, em respeito aos outros oradores, abrirei mão do meu direito de réplica.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, posteriormente às réplicas, pediria a palavra, na forma do art. 7º do Regimento Comum, na condição de Líder do PFL na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – A palavra será concedida a V.Exa., nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Serei muito rápido, Sr. Presidente, até para permitir que os demais Deputados e Senadores falem sobre a matéria.

Sei que o Presidente Henrique Meirelles não é responsável pela política econômica, mas pelo Banco Central. É um operador de política econômica de uma área da política econômica, e a política econômica é elaborada pelo Presidente da República e por seus Ministros específicos. No entanto, deixo claro que, pelo que sinto na sociedade e na realidade do dia-a-dia, esses dados não chegam ao povo, ao cidadão, ou chegam de forma muito leve. É verdade que houve recuperação, sim, em relação a 2002 e 2003. É verdade que não continuamos em um plano inclinado. Pelo contrário, tivemos crescimento e há repercussão desse crescimento, mas nada excepcional. Para mim, o período róseo está começando a terminar. No caso específico dos 11% de juros reais, esse índice é maior do que o que já existiu de juros reais no próprio Governo Lula. Aumentou agora, passando de 10 para 11.

Há um dado em uma dessas tabelas – acho que a única de cor cinza que encontrei aqui, na folha 13 – que se refere a **spread** e segmento livre, mostrando que houve queda do **spread** até julho e crescimento do **spread**. Isso não é à-toa. É incrível a sensibilidade do setor financeiro, que percebe claramente algumas dificuldades que começam a aparecer. Temos algumas dificuldades no plano internacional em relação à balança, que não terá o mesmo nível de crescimento que já teve. Não me parece que, no futuro, com a taxa de juros vigente no País, com o Estado não investindo nada, com 4,5% de superávit primário – o investimento feito pelo Estado brasileiro é de em torno de 0,5% do PIB contra 4,5% de economia de superávit primário –, parece-me que nem o setor privado nem o setor público terão condições de atender às necessidades do País.

Não vejo isso de forma tão rósea quanto V.Exa., que está usando os famosos óculos do Dr. Pangloss, que evidentemente lhe dão essa visão. A minha visão não chega a ser catastrófica, mas também não vejo a situação da forma como V.Exa. vê. De qualquer forma, cumprimento-o pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Obrigado, Deputado Goldman.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, realmente houve uma queda do **spread** bancário e, como V.Exa. falou, um aumento em relação

ao crédito com desconto em folha. Para empréstimos com garantia de desconto em folha, os juros ainda são muito elevados. Para quem está emprestando com a garantia de que o pagamento vai ser debitado na folha, os juros ainda são muito elevados. É preciso fazer um grande esforço no sentido de viabilizar a solução para que o crédito realmente aumente na ponta. E torcermos para que esses números continuem, pois queremos sempre o melhor para o Brasil.

Quem sabe lhe favoreça a verticalização, agora anunciada pelo Presidente Lula, que possibilitará aos Ministros nomear todos os seus assessores. Se V.Exa. puder nomear sua equipe, pode ser que as coisas melhorem ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, quero fazer uma retificação. Ao me referir ao Presidente do Banco Central, utilizei a expressão V.Sa. Porém, lembrou-me o Relator, Deputado Ricardo Fiuza, que S.Exa. agora é Ministro, de acordo com a medida provisória em vigência. Assim, quero usar o tratamento adequado, que é V.Exa.

Quero ainda propor um exercício. Vamos supor que estivéssemos aqui em uma reunião do COPOM, que fosse eu um dos seus membros e apresentasse um argumento ao Presidente do COPOM, Sr. Henrique Meirelles. Podemos notar, pelos dados apresentados por V.Exa., que a capacidade ociosa hoje se aproxima de 83%. Portanto, com esse aumento, alguns setores já estão acima desse nível.

Por outro lado, a taxa de desemprego felizmente vem baixando e, por 6 meses consecutivos, tanto o DIEESE quanto o IBGE mostram taxas decrescentes, mas ainda em torno de 10%, o que significa dizer que há um número significativo de trabalhadores que gostariam de dar de si para sustentar a si próprios e às suas famílias, e que, entretanto, não estão encontrando, de pronto, oportunidade de trabalho.

Para a estabilidade da moeda é necessário que haja administração adequada da procura agregada, mas, se pudermos estimular o crescimento da oferta de bens e serviços, isso ajudará a atingir a meta de estabilizar os preços. Pois bem. Dado que a capacidade ociosa está atingindo um ponto alto – a capacidade de utilização das empresas, 83% – e que as empresas, portanto, estão próximas de tomar a decisão de expandir a sua atividade para aumentar a oferta de bens e serviços, não seria adequado, neste momento, retornarmos à baixa moderada da taxa de juros, a fim de estimular o maior investimento e, assim, ajudar no aumento da produção de bens e serviços? Inclusive, já que ainda há uma taxa de desemprego da ordem de 10%, facilitaria a absorção desses trabalhadores. Digamos que eu fosse membro do COPOM e dissesse isso. Como o Presidente do COPOM, prezado Presidente Henrique Meirelles, responderia? Por favor.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Propondo uma diminuição moderada da taxa de juros, ao invés de, mais uma vez, elevá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – De preferência em uma audiência televisionada, Senador Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Já que ainda não consegui que o Presidente Henrique Meirelles autorizasse a filmagem deste debate, esta seria uma forma de ouvi-lo como se estivéssemos em uma reunião do COPOM. Por isso formulei a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, que se inscreveu para falar como Líder.

Na seqüência, o Presidente Henrique Meirelles responderá às réplicas e ao Líder José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo; Sr. Ministro Henrique Meirelles; Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; meus companheiros, primeiro quero informar que irei obedecer ao art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiariamente, restringindo-me exclusivamente ao objeto da exposição do Sr. Ministro.

Aproveito a oportunidade para parabenizar todos os que fizeram intervenções anteriormente por terem seguido basicamente essa receita.

Sou dos que acham que o Governo deveria ter discutido corretamente a medida provisória no momento certo, mas faremos isso à tarde. Hoje, o que temos de analisar é o relatório de S.Exa. o Ministro Presidente do Banco Central.

A exposição do Ministro deixa muito claro que estávamos certos quando estabelecemos as bases da política econômica do Governo Lula, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, S.Exa. o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que pese não tenha de modo geral acertado na constituição de sua equipe, foi capaz de não se aventurar no discurso do PT e nas propostas do Lula durante a campanha, e preferiu não comparecer ao enterro de Celso Furtado, por estar abandonando completamente suas propostas do passado, aquelas que o elegeram, a levar o Brasil a uma situação que seria muito pior do que a que temos hoje,

tanto que assistimos sobretudo à continuação. Um dos Deputados que falou anteriormente mencionou – evidentemente que com um toque de humor – que esse seria o terceiro período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não concordo com isso, mas acho que se for o terceiro que não exista o quarto, porque esse é um período que poderia ser um período **fake**, falso, do Governo FHC. Há algumas características, Deputado, mas não é exatamente o que se esperava.

Tenho algumas perguntas a fazer ao Presidente, sobretudo referentes às preocupações que tenho com as reservas. Mencionou V.Exa. 51 bilhões de dólares das reservas totais, mas depois tomou o cuidado de corrigir e falou das reservas líquidas, que estão em torno de 24 bilhões, se não me falha a memória.

Fico preocupado porque V.Exa. fez uma exposição toda ela voltada para o cenário interno, e todos nós sabemos – e V.Exa. em particular – dos grandes desequilíbrios da maior economia do mundo, a americana. Como vai ser esse **lending** americano? Vai haver um **soft lending** ou algo mais abrupto? De qualquer jeito haverá mudanças. Não acredito que os americanos continuem sendo autistas em relação à sua própria política econômica. Sabe V.Exa. que qualquer outro país estaria na mira do FMI não fosse a economia americana estar se comportando como está.

Então, peço a V.Exa. que fale alguma coisa sobre as reservas, evidentemente olhando para 2005. Como é o cenário que V.Exa. enxerga, não o interno, porque sobre isso V.Exa. poderia falar, mas como V.Exa. vê o cenário internacional, no qual teremos de navegar. O Brasil, no meu entendimento, tem reservas e vulnerabilidades menores do que tinha no início do Governo, mas poderemos ser afetados profundamente pelas questões internacionais, inclusive a questão do petróleo.

Estabeleceu V.Exa. uma polêmica com a PETROBRAS, que acompanhamos atentamente, porque achamos que, da mesma forma que o Governo do Presidente foi feliz na condução da política econômica, não está sendo feliz na condução da política microeconômica. E esta semana li nos jornais que um diretor da PETROBRAS reconheceu que teria retardado o aumento do combustível em razão das eleições. Isso é crime. Se se tratasse de uma empresa privada, teria sido cometido crime previsto no capítulo dos benefícios privados do controle. Isso é muito comum, e V.Exa. sabe que uma das grandes vulnerabilidades do Brasil é exatamente a forma como as empresas abertas usam o benefício privado do controle. Alguma literatura chega a falar que isso pode representar 65%, o que é muito elevado.

Portanto, o que a PETROBRAS fez foi um benefício partidário do controle, o que é mais ou é tão criminoso quanto o privado. Sei que a PETROBRAS não é fiscalizada pelo Banco Central, mas aproveito o gancho para falar de benefício privado de controle, porque, como brasileiro, estou indignado com o que a imprensa tem divulgado sobre a orgia feita pela direção do Banco Santos no que diz respeito a benefícios privados da família do Presidente, em detrimento dos correntistas, o que afeta sobremaneira um dos itens pelo qual V.Exa. é responsável, que é a questão creditícia. Não há dúvida de que o Brasil tem feito um esforço muito grande, a começar do Governo passado, e elogio a atitude do Banco Central por ter feito intervenção no Banco Santos.

Pergunto a V.Exa. se nós, Deputados, estamos precisando fazer algum aperfeiçoamento legal para que banqueiros possam ser presos, como acontece em alguns países desenvolvidos, ou há um problema apenas de cumprimento da lei, o **reinforcement** ? Ou é uma questão legal? Se é uma questão legal, caberia, talvez, ao Banco Central, com a competência de seus advogados, sugerir-nos algo. E não estou querendo, Sr. Presidente, que esse tipo de legislação venha a infringir as chamadas regras de julgamento empresarial, que V.Exa. sabe que são muito bem aceitas na legislação americana. Não quero condenar ninguém por julgamento do mérito da sugestão. Condeno, e evidentemente todo o País, as pessoas que se aproveitam do momento em que exercem controle sobre uma instituição para o enriquecimento pessoal.

Portanto, o assunto do Banco Santos, pela dimensão e repercussão, sobretudo após o Banco Central ter tomado a decisão de alterar as reservas para não afetar bancos menores, é um assunto que V.Exa. poderia descrever um pouco mais, para conforto da sociedade que nos ouve e deste Plenário, composto por Deputados e Senadores.

Outro ponto que tem muito a ver com a política creditícia brasileira, e que V.Exa. falou en passant, foi a importante aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 10.931, que trata da construção civil. Foi um avanço. Essa lei basicamente estava contida numa medida provisória, aprovada em 8 de agosto, mas ainda temos de avançar na regulamentação. Portanto, os reflexos não são exatamente dessa lei; talvez sejam psicológicos. Na verdade, o clima, o ambiente empresarial de garantias de investimentos na área imobiliária ainda não foi criado. Conheço um pouco de mercado imobiliário e sei das indecisões, das incertezas e da incapacidade dos próprios bancos de arquitetar os sistemas correspondentes de crédito e hipoteca para que o Brasil tenha uma indústria de construção civil realmente capaz de gerar muitos empregos. O Governo Lula tem tido o apoio da Oposição em toda essa modernização legislativa, assim como na aprovação

da Lei de Falências. Ela ainda não foi aprovada por um erro tático do Governo Lula, erro este denunciado pelo Líder Aloizio Mercadante: o Governo terminou inundando o Congresso Nacional com entulho legislativo irrelevante, como a medida provisória que envia remédios para as vítimas de um incêndio de supermercado no Paraguai ou a que manda um avião para matar gafanhotos no Senegal.

Portanto, há medidas importantes, como essa lei que aprovamos e que V.Exa. mencionou.

Para concluir, peço a V.Exa. que faça comentário a respeito do limite das informações. Sei que há grande esforço do Banco Central para que haja informações sobre credores. O Brasil é muito fraco nessa questão. É evidente que os grandes bancos vão sempre procurar manter como privado o direito de informações sobre os credores. V.Exa. sabe que, tendo em vista a participação tão expressiva dos bancos oficiais na economia brasileira, seria importantíssimo que o Banco Central tivesse poderes para reforçar a democratização do crédito. Pergunto mais uma vez: há necessidade de ajuda legislativa para que possamos reforçar isso?

Por último, Sr. Presidente, em relação a 2005, tenho a mesma preocupação levantada pelo Deputado Alberto Goldman quanto aos níveis de investimento.

Ontem assisti a palestra, em São Paulo, de assessor do Ministro do Planejamento que reconheceu que o aumento dos níveis de investimento no Brasil em relação a 2003, da ordem de 11%, não significa muita coisa. Os níveis de investimento estão muito baixos, e é exatamente por isso que existem os gargalos ressaltados pelo Senador Eduardo Suplicy. Eles são evidentes na economia, e exigem que cresçamos a níveis menores.

Não há dúvida de que V.Exa. pouco pode fazer para que haja avanços em investimento, porque há muitas questões nas áreas microeconômica e institucional. Seria importante que nós, do Congresso, voltássemos a falar das questões institucionais.

Parece-me que a formação de capital bruto brasileiro é um grande obstáculo, e gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso. Esse capital cresceu em relação a 2003, mas é muito pouco se comparado ao que precisamos. É esse o grande obstáculo para o crescimento sustentado de que V.Exa. fala. Penso que há 2 problemas: o investimento interno e o cenário internacional.

De modo geral, quero congratular-me com V.Exa. por ter cumprido a legislação. Há apenas um ponto que V.Exa. poderia incluir na sua exposição: a comparação que a lei exige em relação aos parâmetros do orçamento. Não me parece que foram apresentados. Se V.Exa. os tiver, poderia apresentá-los, caso contrário, poderia fazê-lo por escrito em outra oportunidade.

Muito obrigado, Presidente Paulo Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Líder José Carlos Aleluia.

Passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, na condição de Líder.

O SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria primeiro de elogiar a qualidade da intervenção do convidado e do debate que estamos fazendo nesta Comissão, o que mostra a importância do Poder Legislativo para o desempenho do Banco Central na política monetária e fiscal. Parabenizo V.Exa. não só pela exposição, mas também pelos resultados que apresenta a este Plenário.

Começo destacando o Produto Interno Bruto: 0,5% no ano passado, em que tivemos a moratória da Argentina e a Guerra do Iraque. Outros momentos de choque externo, por exemplo, a crise da Rússia, no Governo anterior, fizeram com que o PIB chegasse a 0,13%. Num quadro internacional extremamente adverso, tivemos um piso de crescimento muito baixo, mas, analisado historicamente, o resultado permitiu ajuste muito importante nas contas externas e públicas para este ano.

Nos últimos 9 meses, temos crescimento do PIB de 5,3%, mais que em qualquer ano do Governo anterior. Mesmo que o crescimento neste último trimestre seja 0%, vamos crescer mais que em qualquer ano do Governo anterior, e, mais importante, a indústria cresce a 9%, taxa historicamente do pós-guerra, quando éramos o País que mais crescia em toda a economia mundial. Há muito tempo não assistíamos a uma taxa de crescimento da indústria dessa magnitude. Mais importante que o crescimento, V.Exa. destacou, é que estamos batendo recorde histórico de produção industrial e o maior nível de ocupação da capacidade industrial desde 1991, quando esse índice foi criado; recorde de produção das indústrias automobilística, siderúrgica, de papel e celulose.

Qual é o verdadeiro debate que deveríamos fazer? É sobre em que medida esse resultado espetacular, quando analisamos a história recente do Brasil, é sustentável. Qual a sustentabilidade dessa estratégia? Alguns indicadores apresentados mostram que é muito promissora a possibilidade de que o crescimento se sustente. O primeiro fator que chama a atenção: o setor de bens de capital de máquinas e equipamentos cresceram 25,7%. Isso mostra que temos um investimento vigoroso e um crescimento significativo do setor privado e que, com esse nível de capacidade produtiva ocupada, seguramente esses investimentos ocor-

rerão, mantida a trajetória de crescimento que temos observado.

A segunda questão fundamental para analisar a possibilidade de sustentabilidade do crescimento são as contas externas, e elas realmente chamam a atenção pela força dos números. Estamos com superávit comercial nos últimos 12 meses de 32 bilhões e 600 milhões de dólares, outro recorde histórico. É só lembrar que, em 8 anos do Governo anterior, o resultado acumulado foi um déficit de 8 bilhões e 700 milhões de dólares. Saímos de período histórico de déficit nas contas comerciais para superávit de 32 bilhões e 600 milhões. Este é o caminho do crescimento sustentável e da estabilidade duradoura, esta é a vacina contra os choques externos: continuar insistindo nas exportações e no superávit comercial como forma de reduzir nossa vulnerabilidade.

E o mais importante: nas contas de transações correntes, nos 8 anos do Governo anterior, tivemos déficit acumulado de 186,2 bilhões de dólares. Quer dizer, o resultado deficitário do Brasil com o resto do mundo foi de 186 bilhões de dólares. Aumentava o passivo externo e, portanto, os compromissos futuros. Nesses 2 anos, já estamos com superávit de 8 bilhões e meio de dólares – estamos desendividando o Brasil. O superávit comercial é a segurança desse processo. Por isso, a relação dívida externa/PIB caiu de 35,9% para o patamar de 25%. Se compararmos juros da dívida e saldo comercial com exportação, veremos que estamos saindo de uma vulnerabilidade estrutural.

Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, nessa questão eu faria uma recomendação, e acho que o resultado seria muito promissor: acelerar a acumulação de reservas cambiais. Entendo que haja uma certa cautela, porque o dólar está no menor valor dos últimos 9 anos e continua caindo, mas isso levará a uma reação da política econômica americana, seja na redução do déficit público, seja no aumento da **prime rate**, da taxa de juros. Temos de estar absolutamente calçados. Um aumento de reservas cambiais agora ajudaria a manter uma taxa de câmbio mais competitiva para que esses dados se mantenham, no futuro, no saldo comercial.

Acumular reservas cambiais nos protege em relação à sustentabilidade do crescimento. O patamar do dólar estimula essa política, que, no meu ponto de vista, é convidativa, mesmo que ele continue em queda por mais um período, e, mais importante, ajuda a ter uma taxa de câmbio fundamental para o resultado da nossa balança comercial.

Outro aspecto apresentado e o mais difícil para a sustentabilidade do crescimento é a dívida pública. Chamo a atenção deste Plenário e da imprensa para o fato de que não só a dívida pública caiu, porque os dados positivos, às vezes, estão no rodapé das matérias. É muito importante apresentar os resultados macroeconômicos fundamentais. A dívida pública líquida caiu de 61,6%, em setembro de 2002, para 53,7%. Não apenas estamos desendividando o Estado brasileiro, como também estamos reduzindo a dívida pública indexada ao dólar do patamar de 40,6% para algo em torno de 11%. E continua caindo. Diminuímos o impacto do risco cambial e melhoramos o perfil da dívida pública. O seu custo está se reduzindo.

É verdade que não tivemos investimento no ano anterior, porque este Governo fez 2 opções: primeiro, não continuar vendendo o patrimônio público, uma vez que 76% haviam sido vendidos e o ajuste fiscal era insustentável; segundo, não aumentar a carga tributária. O Governo anterior aumentou em 8% a carga tributária. Ela passou de 28% para 35,8%. A nossa opção é estabilizá-la para desendividar o País. Tivemos uma queda muito expressiva na taxa básica de juros, o que ajudou. Desdolarizamos a dívida pública e tivemos de fazer superávit primário para obter, a partir de agora, melhores resultados do ponto de vista do investimento no setor público. O crescimento econômico melhora a receita e a relação dívida/PIB e aumenta a capacidade de investimento do Estado, sobretudo em estrutura e logística, o grande ponto de estrangulamento do crescimento sustentável no futuro.

Aprovamos, por unanimidade, o PPP na Comissão do Senado. Acredito que o aprovaremos hoje, na CCJ, também por unanimidade. Houve participação muito importante da Oposição na construção do nosso projeto. Juntamente com os Senadores Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati e outros, construímos, com transparência e profundidade, um belo projeto do ponto de vista do atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei de Concessões e à Lei de Licitações, instrumento que dará ao País mais condições de investir em todos os níveis, porque o crescimento da receita tributária não é só para a União, mas também para os Estados e Municípios.

Sr. Presidente, do ponto de vista do choque externo sobre a estrutura de preços no País, creio que absorvemos bem esse impacto. Sabe V.Exa. que eu discordava da fixação da meta de inflação de 4,5% para o próximo ano. Só 2 vezes na história o Brasil teve inflação abaixo de 5,5%: em 1948 e em 1998, anos atípicos, com taxa de câmbio absolutamente desajustada – a âncora cambial no Governo Fernando Henrique Cardoso e o Plano Salte, no liberalismo econômico de Dutra. Em nenhum outro momento da história tivemos inflação abaixo de 5,5%.

Por que a meta deve ser 4,5% num período da história econômica em que estamos sofrendo pressão do preço do petróleo e choque externo de inflação?

Fico feliz que o Banco Central tenha definido a meta de 5,1%, mas ainda acho que deveríamos ter mantido a de 5,5%, porque já é ambiciosa dentro da banda de variação que nos dá segurança. Por quê? Estamos vivendo um choque externo. Não podemos abrir mão do crescimento econômico e do saldo comercial. É só isso que muda este País. Se não houver crescimento, se não acreditarmos em investimento, em produção, no chão da fábrica, no curral da fazenda, nas exportações e no saldo comercial para acabar com a vulnerabilidade externa, não apresentaremos resultados exuberantes, dado o quadro de adversidades que superamos.

Do ponto de vista social, chamo a atenção para 2 aspectos: primeiro, o índice do DIEESE sobre massa salarial é mais criterioso. Este ano, a massa salarial aumentou 7%. Todos os dados de consumo dos setores não-duráveis, vendas no varejo, refletem a reação do mercado interno e do consumo. Não só a massa salarial cresceu, como também o crédito vinculado em folha, o que reduziu, substancialmente, o *spread* para uma parcela importante de assalariados, ajudou a alavancar o consumo e a diminuir a inadimplência.

Sr. Presidente, **spread** bancário é agenda para o Congresso Nacional e para o Banco Central. Temos de mexer nele e reduzir a taxa de juros na ponta.

Aprovamos, por unanimidade, no Senado, a Lei de Falências, e espero que a votemos logo na Câmara. Mas não é o único grande instrumento. Precisamos discutir a segunda parte da reforma tributária, a unificação do ICMS – a Câmara não pode abdicar de levar adiante essa bandeira. Devemos tratar também da cunha fiscal sobre o **spread** bancário.

Apresentei projeto, que ofereço como sugestão ao Banco Central, dando ao trabalhador a liberdade de optar por sua agência bancária. Temos, hoje, reserva de mercado dos bancos nas empresas: o trabalhador é obrigado a optar pelo banco que a empresa escolheu. Não se estimula a concorrência do ponto de vista dos produtos para o cidadão. O sistema bancário tem de concorrer, como em outros países, para atrair o correntista pela qualidade dos produtos, pelo **spread** e pelas tarifas que apresenta. Essa reserva de mercado no Brasil inibe a verdadeira concorrência bancária, outro instrumento que poderíamos utilizar.

Sr. Henrique Meirelles, apresentei outro projeto e gostaria que V.Exa. o analisasse: no talão de cheques, em vez de constar apenas o tempo em que o cliente tem conta naquele banco, que conste também o tempo no sistema. Na forma atual, ele fica inibido de mudar de banco, visto que aparece como correntista recente, quando pode ter belíssimo histórico no sistema financeiro. Que se mantenha o tempo naquele banco e se acrescente o que ele tem no sistema.

Ofereço esses 2 instrumentos à reflexão do Banco Central, a fim de estimular a concorrência bancária. Eles passam também pelo Congresso Nacional, se estivermos dispostos a enfrentar o problema com diálogo sincero e fraterno.

Sr. Presidente, o que mais me chama a atenção é o recorde de produção industrial e de utilização de capacidade ociosa, que estão se refletindo no emprego com qualidade.

Realmente, não consigo entender por que geramos quase 1 milhão e 800 mil empregos nesses 9 meses. Não adianta brigar com os fatos. É recorde de produção industrial. Por isso, está gerando emprego. O Brasil está crescendo. O PIB está crescendo 5,3%. É muito importante combater a informalidade, porque gera concorrência predatória entre aquele que respeita e paga os direitos trabalhistas, assegurando a Previdência Social, e aquele que não tem nenhum direito, parcela ainda muito grande da classe trabalhadora brasileira. É essencial buscar emprego formal de qualidade.

Sr. Presidente, passada a pressão do choque externo, que o Brasil absorveu muito bem, seguramente, podemos criar ambiente para que a taxa de juros retome a trajetória de queda progressiva. Todos nós, inclusive V.Exa., torcemos por isso. Se a meta da inflação for ambiciosa – 5,5% é ambicioso para um País como o nosso –, certamente, teremos condições de retomar a queda cuidadosa e progressiva da taxa básica já neste final de ano. Isso nos ajudará a ter uma taxa de câmbio de equilíbrio.

Espero que o próximo balanço que V.Exa. fizer neste plenário tenha resultados tão espetaculares quanto esse relacionado ao crescimento do PIB, produção industrial, balanço de pagamentos, reservas, saldo comercial, dívida pública interna, mercado de trabalho, emprego, salário, rendimento real, vendas internas. É o que o Brasil espera e, seguramente, talvez seja o ponto mais importante para começarmos a promover a inclusão social e a diminuir as desigualdades.

Quero parabenizá-lo pelos resultados e também provocá-lo em relação aos desafios da sustentabilidade em relação ao câmbio, aos juros e, sobretudo, às reformas que estão no Congresso Nacional, sem as quais não daremos o salto de qualidade possível neste momento tão favorável da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Solicito aos Srs. Deputados e Senadores, membros de quaisquer das Comissões envolvidas na reunião de audiência pública conjunta, que assinem o livro de presença localizado na entrada deste plenário.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, para a resposta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, vou comentar as perguntas do Deputado Alberto Goldman. A diminuição da vulnerabilidade da economia brasileira prepara o Brasil muito melhor para eventuais dificuldades internacionais, em função do ajuste do balanço de pagamento norte americano. Está em linha com tudo aquilo que apresentamos a redução dessa vulnerabilidade. Vou mencionar isso depois.

Em relação à evolução de alguns indicadores, inclusive de *spread*, eu mencionaria também que não há processo de melhora linear em nenhuma área, seja de crescimento, seja de outros indicadores. É normal que existam algumas flutuações em função das condições gerais da economia. O importante é que estamos indo na direção correta e positiva.

Há muito trabalho ainda para ser feito na área de **spread**. Houve várias menções sobre esse assunto, mas não há dúvida de que trabalharemos juntos, inclusive fornecendo subsídios ao Congresso Nacional, visando exatamente maior aperfeiçoamento da ação do próprio Banco Central, do Ministério da Fazenda e dos demais.

Em relação à pergunta e à observação do Deputado Ricardo Barros no sentido de que os juros dos empréstimos consignados deveriam cair mais, não há dúvida. Isso faz parte de toda a estrutura de melhora das condições de estabilização da economia brasileira, da melhor oferta de crédito, do aumento da competição bancária. Em resumo, mencionamos todos esses aspectos.

É importante dizer que os juros médios do cheque especial estavam ao redor de 8% ao mês. Há trabalhadores tomando dinheiro a crédito consignado de 2,5%, pagando empréstimos e diminuindo a carga dos juros.

Sabemos que há muito trabalho a fazer, Deputado, não há dúvida disso. V.Exa. tem absoluta razão também ao dizer que se tem de expandir a medida, inclusive, aos aposentados. Mas o importante é o aumento da oferta de crédito. Existe para os desempregados o microcrédito, as microfinanças, outra medida tomada no passado. Essa modalidade de empréstimo limita os juros a 2% ao mês e atende a parcela importante da população.

Concordo mais uma vez em que há muito a fazer. Não temos a pretensão de dizer que se esgotou o assunto. Não, não. Há muito trabalho pela frente. O Brasil tem muitas necessidades ainda não atendidas.

Em relação às observações do Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, não há dúvida de que, caso V.Exa. fosse membro do COPOM, o debate seria muito enriquecido. Teríamos o privilégio, certamente, de ouvir suas análises e observações nas reuniões mensais do COPOM, não apenas no Congresso ou em conversas pessoais, quando há oportunidade.

Em relação às suas observações, tenho certeza absoluta de que o COPOM funciona de forma autônoma. Cada membro forma sua opinião com base na análise técnica e na sua consciência, e assim vota após o processo de discussão. Certamente, todos os membros levariam em alta consideração as opiniões do Senador, caso fosse membro do COPOM.

Em relação às razões das últimas medidas de política monetária, a experiência mundial indica que a continuação do crescimento do emprego, a diminuição do risco da economia e, a longo prazo, da taxa real de juros passam pela estabilidade macroeconômica, inclusive de preços. A grande contribuição que o Banco Central tem de dar à sociedade e ao País é cumprir a missão de assegurar a estabilidade de preço. A história mostra, inclusive no Brasil – sofremos isto na pele, como sabe o nobre Senador –, que a alta inflação pune, em primeiro lugar, aqueles de renda mais baixa, que não têm capacidade ou possibilidade de defender seu salário ou patrimônio contra a corrosão inflacionária. O poder de compra do trabalhador cai quando sobe a inflação. Evitar a alta da inflação é a responsabilidade fundamental do Banco Central.

Evidentemente que as decisões são técnicas e tomadas após a melhor análise dos membros do COPOM. É normal que, no debate, haja discordâncias, divergências. Seria estranho e perigoso ter em qualquer decisão de âmbito nacional, principalmente sobre assunto tão complexo quanto a taxa de juros, unanimidade absoluta. É normal que haja divergências no debate. Dentro do próprio COPOM elas já ocorreram e foram claramente registradas nas atas etc. Na sociedade como um todo, até nas eleições, Senador, existem eleitores para diversos candidatos. Certamente, numa análise técnica, também pode-se chegar a mais de uma conclusão.

Quero lhe assegurar que os membros do COPOM empenham o melhor do seu conhecimento, da sua experiência e do seu patriotismo, visando tomar a melhor decisão possível em alguns momentos mais difíceis, outros menos difíceis, outros mais fáceis. Mas o importante é que o País continue crescendo de forma sustentada, gerando empregos e saldos comerciais, diminuindo sua vulnerabilidade, em resumo,

que mantenha esse círculo virtuoso que hoje começa a se configurar.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Se me permite, o ponto essencial, Presidente, é que, dependendo das circunstâncias, a diminuição na taxa de juros pode levar ao aumento da produção de bens e serviços, o que vai contribuir para a meta da estabilidade de preços. Então, quem sabe, alguém dentro do COPOM externe esse ponto de vista. Obrigado, Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado pela expressão da sua opinião, Senador.

Vamos passar para as questões do Deputado José Carlos Aleluia. Em primeiro lugar, Deputado, muito importante a sua questão sobre reservas. Em relação a reservas líquidas versus reservas brutas, a palavra "líquido", às vezes, engana um pouco, porque é pouco usada. Aqui está no sentido de "líquido dos empréstimos do FMI". Mas, evidentemente, as reservas totais são líquidas no sentido de estarem prontamente disponíveis. Então, julgamos que as reservas totais, vamos denominar assim – a previsão é finalizar o ano em 48,7 bilhões de dólares –, são adequadas para as necessidades atuais do País. As reservas líquidas, no conceito do Banco Central, portanto, deduzindo-se os empréstimos do Fundo Monetário de 24,2 bilhões de dólares, previstos para o final do ano, não são relevantes, na medida em que as reservas totais estão disponíveis. Elas passarão a ser cada vez mais relevantes no momento em que o Brasil começar a pagar o Fundo Monetário Internacional. Num certo momento, depois de terminar os pagamentos, as reservas sem os empréstimos do FMI serão iguais às reservas totais, por definição.

Temos planejamento de alguns anos em que recomporemos essas reservas líquidas do empréstimo do FMI. Isso já está ocorrendo. Elas atingiram piso de 14, já subiram bastante, e estão numa trajetória melhor que a prevista. Em dezembro de 2003, eram previstos, para dezembro de 2004, 21 bilhões de dólares. Estamos acima desse montante. Em resumo, é um processo gradual de recomposição de reservas, que está inclusive à frente do planejado. As reservas totais estão em nível adequado.

Essa questão do nível adequado, Deputado, não tem definição tecnicamente precisa, porque o nível de reserva é um dos fatores de diminuição da vulnerabilidade. Mas existe uma série de outros, entre os quais mencionei, por exemplo, o total de juros pagos em relação às exportações. Esse é outro nível. Quanto menor o volume de juros pagos em relação às exportações, menor a vulnerabilidade e a necessidade de reservas. Quanto menor a dívida líquida externa total sobre as exportações, maior a disponibilidade de recursos das exportações para cumprir compromissos, portanto, o nível de crescimento do País.

Há uma série de melhorias na economia brasileira que conduzem à avaliação de que hoje o nível ótimo de reserva seria menor que no passado, graças exatamente à diminuição substancial da vulnerabilidade do País. Em resumo, temos de olhar as reservas dentro do conceito total das vulnerabilidades externas. A reserva é um dos itens importantes. Levamos em conta exatamente essa análise feita nas suas observações.

Em relação ao Banco Santos, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o reconhecimento de V.Exa. da intervenção precisa, firme e tecnicamente correta do Banco Central. Existem sim, Deputado, estudos no Banco Central para uma nova Lei de Liquidações Bancárias, que revisa todo esse procedimento formal. Estamos aguardando a eventual aprovação da Lei de Falências, porque é a base para a nova Lei de Liquidações e Intervenção Bancária.

Teremos a maior satisfação em fornecer todos os dados, conclusões e estudos do Banco Central, como sempre, ao Congresso Nacional e a V.Exa., no sentido de que possamos discutir a matéria logo depois da aprovação, se houver. Dependendo do texto, certamente discutiremos maneiras de aperfeiçoar a legislação de intervenção e liquidações bancárias, visando defender ainda mais a economia, a riqueza e a poupança da sociedade.

Em relação a outros tipos de ajuda que o Legislativo possa dar à concorrência bancária e ao acesso às informações, em primeiro lugar, existe um avanço muito grande com a Central de Risco. Convidamos V.Exa. para uma visita ao Banco Central, onde teremos a maior satisfação em lhe mostrar os dados de que dispomos. A nova Central de Risco permite ao cliente bancário usar seu histórico numa determinada instituição para análise de outra, aumentando a capacidade de competição entre os bancos. Mas existe, sim, algum aperfeiçoamento legislativo na área da chamada portabilidade dos dados cadastrais. Seria importante ainda alguns avanços nesse sentido. De novo, teremos a maior satisfação de fornecer a S.Exa. e ao Congresso dados visando garantir a portabilidade dos dados cadastrais.

O nível de investimento, diria, não há dúvida, tem muito a crescer, como muita coisa ainda no Brasil. Estamos, como disse, no início de um ciclo de desenvolvimento sustentado, que, esperamos, seja de longo prazo. Estamos trabalhando, fazendo o possível para que, de fato, possamos garantir que seja de longo prazo.

É importante dizer que não há saltos extraordinários na economia. Os crescimentos já são impres-

sionantes, inclusive na formação bruta do capital fixo. Agora, o importante é a tendência, e que seja mantida para que possamos crescer ainda mais. Não há dúvida disso. Os crescimentos já são muito importantes e impressionantes pelo tempo que ocorreram.

Não tenho por característica, em nenhum momento da minha vida pessoal e profissional, dizer que já está extraordinário e que não é preciso melhorar. Estou sempre crendo que precisamos continuar melhorando e que existe muito trabalho a fazer. O Brasil certamente precisa continuar a melhorar nos próximos anos. O importante é que tenhamos, como disse, um crescimento sustentado, a melhora do investimento sustentado, a melhora da vulnerabilidade sustentada e, para isso, é necessário responsabilidade, seriedade, paciência, medida certa, de maneira que não possamos ter as chamadas bolhas, que se caracterizam pela melhora e depois pela queda. Precisamos de fato manter essa tendência extraordinária de crescimento que se verifica no Brasil hoje.

Passando agora às indagações feitas pelo Senador Aloizio Mercadante, em primeiro lugar, gostaria de agradecer os comentários e em particular a concordância com a decisão do Banco Central, expressa em ata, de anunciar que está mirando, para o ano de 2005, 5,1% de inflação em função dos aspectos conjunturais da economia brasileira. Gostaria de dizer que ouvimos com a maior atenção todas as opiniões do Senador, não só expressas em público, mas as feitas de maneira privada, no sentido de que temos de melhorar as condições de competição da economia brasileira em todos os setores, seja o setor de inflação, mantendo-a convergindo para as metas, seja no setor externo de diminuição da vulnerabilidade. Em resumo, estamos trabalhando, fazendo o melhor possível para manter a economia funcionando de maneira mais equilibrada, de forma a não favorecer determinado segmento em detrimento de outro.

De qualquer maneira, gostaria de sumarizar minha observação em relação às observações e palavras do Senador, basicamente agradecendo o apoio e a análise da situação geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Presidente. O próximo orador é o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero cumprimentá-lo pela exposição. Estendo o cumprimento à sua equipe. Serei bem objetivo, até porque o Senador Aloizio Mercadante fez uma análise comparativa e demonstra que, de fato, há evidente recuperação da economia brasileira, diferentemente do período anterior, em que se discutia políticas públicas dentro de um arcabouço de economia com fraco desempenho. Hoje, o Governo discute políticas públicas dentro de um arcabouço de crescimento efetivo da economia. Creio que ter o que distribuir é diferente de ter o que não distribuir. Essa é a grande diferença. No entanto, alguns indicadores ainda ficaram pouco claros.

Quero deter-me mais a algumas perguntas técnicas. Uma delas, parece-me levantada na intervenção do Deputado Pauderney Avelino, refere-se ao resultado do Banco Central. Não percebi, tive de sair rapidamente, se porventura V.Exa. teria mencionado esses últimos resultados e a transferência para o Tesouro, o quanto representou, além desse patamar de 2,5 bilhões, para o primeiro semestre deste ano. Ou seja, nesses dois últimos anos, quais foram os resultados obtidos do Banco Central e transferidos ao Tesouro?

A segunda indagação é sobre a crise internacional do dólar. V.Exa. mencionou rapidamente a Cesta Internacional de Moedas. Mas a minha pergunta é, especificamente, como V.Exa. analisa a crise internacional do dólar e seu impacto sobretudo numa economia que, nos últimos meses, tem tido excelente desempenho no mercado internacional. O Banco Central já deve ter uma avaliação do significado dessa questão.

Outro comentário gostaria de ter o privilégio de ouvir de V.Exa. Na página 22, é plotada a queda, mencionada há pouco pelo Senador Aloizio Mercadante, da dívida líquida do setor público em relação ao produto interno. Há um nítido declínio, mas, paralelamente a esse processo, a imprensa tem comentado, e isso é notório, que há redução da dolarização da dívida interna brasileira.

Gostaria de saber em que patamar hoje chegamos para saber de fato qual foi essa redução. Considero isso extremamente importante como variável de resistência às intempéries internacionais, às vulnerabilidades internacionais da economia brasileira.

Também gostaria de ter a apreciação de sua parte em relação à discussão, na equipe econômica do Governo, sobre a finalização do acordo com o Fundo Monetário Internacional e o vislumbre que sobre essa matéria. De fato, o País suspende a retomada da renovação de um possível acordo, ou teremos maior autonomia na condução das políticas econômicas? Há alguma tendência dentro do Governo?

Não poderia deixar de encerrar a minha palavra diante de uma atitude bastante alvissareira apresentada pelos indicadores – e V.Exa. explicita isso de maneira muito contundente. Nós, que militamos na Esquerda, esperamos que esse não seja apenas resultado de indicadores, mas que de fato possa se realizar na forma de melhor salário mínimo, de maior emprego na eco-

nomia, de crescimento da renda, etc. Pergunto como V.Exa. vislumbra a taxa de juro para o próximo ano. Porque, a despeito do excepcional desempenho de uma economia que saiu de uma crise como a nossa, não houve reflexo na taxa de juros. Não adianta olhar águas passadas, mas minha pergunta é: como V.Exa. vislumbra a taxa de juros para o País?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. O próximo orador é o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente Paulo Bernardo, ouvimos, ao longo do ano passado, uma série de críticas em relação à taxa de juros, que estaria demorando muito a ser reduzida, que havia excesso de superávit primário e equívoco dos fundamentos da economia. Tivemos questionamentos, que, a seu tempo, tinham razão de ser. Havia dúvidas a respeito da política monetária do País, da política fiscal, da política creditícia, das metas de inflação. Hoje, não fazem sentido as preocupações do ano passado de um superávit alto para poder investir – o investimento do Brasil cresceu; a preocupação com a taxa de juros elevada, porque o PIB, o consumo, a demanda, o investimento precisam crescer – a demanda cresceu, o PIB cresceu, o investimento cresceu e a inflação está sob controle; a preocupação com o dólar muito baixo porque pode prejudicar as exportações – o dólar está num patamar adequado para o controle da inflação e as exportações continuam a todo vapor.

Ministro Meirelles, eu queria dizer que para conduzir uma política monetária, fiscal, creditícia e cambial do País é preciso ter firmeza, convicção. No fim da linha, podemos até errar e fazer uma autocrítica. O que compreendo pouco é como que depois de tudo isso ter dado certo as pessoas ainda continuam a questionar como se as variáveis fossem independentes. Eu, que gosto de futebol, passei a Copa de 1994 inteirinha criticando o Parreira, queria que fosse diferente. Mas depois que ele ganhou, falar o quê? Quando meu time ganha, até o pênalti chutado para fora acho que foi perfeito. Não sei o que teria acontecido se ele não tivesse chutado para fora aquele pênalti.

Fica-se agora nessa idéia fixa da taxa de juros, como se isso fosse independente dos resultados que obtivemos. Se queríamos taxas de juros mais baixas para haver um crescimento do consumo, para que houvesse investimento, tivemos aumento do consumo. Está no jornal de hoje: o Distrito Federal aumentou em 20% a demanda nos supermercados. São dados da Associação dos Supermercados. Geralmente as associações choram o quanto podem para conseguir situações melhores. Foram 20% de leve e ainda estamos em novembro, o Natal está para vir.

Cada um deveria pensar um pouco mais. É claro que queremos taxa menor, mas isso não é independente daquilo que queremos para o conjunto, ou não temos a política econômica. Essa é uma questão sistêmica, integrada. Estamos nos recuperando e isso é como qualquer fisioterapia. Não se pode pegar a pessoa, tirar de sua cadeira e falar: corra. Não. Queremos que ela venha a correr, mas se ela anda e se exercita, tem de cuidar da bengalinha aqui, amparar ali, cuidar da dor acolá. Assim, vamos movimentando o conjunto de questões.

Se queremos um novo modelo econômico, são mudanças estruturais que vão além das políticas do Banco Central – é bom que cada um aprenda a raciocinar assim. Se o Governo Lula é o governo de construir as bases de um novo modelo econômico, temos de fazer uma nova política industrial, estabelecer novos padrões de acumulação, de desenvolvimento, de distribuição de renda, de políticas sociais e das políticas públicas em geral.

Por isso quero cumprimentar o Ministro Henrique Meirelles – aliás, não sei por que essa plaquinha está aí, deve ser porque de tantas vezes que vem o Presidente do Banco Central aqui e já deu explicações sobre tudo, que eu acho que guardam a placa de uma sessão para a outra. Poderiam providenciar a mudança. Ministro, peço-lhe desculpas por essa plaquinha velha, mas que ela fique aqui ostentada para dizer que V.Exa. é sempre uma presença muito grata na nossa Comissão.

Sr. Presidente, encerro dizendo que espero contar também com sua presença para discussão de um novo modelo, de uma nova lei do Banco Central, que precisamos urgentemente fazer, para que esse trabalho tão bem elaborado possa trazer melhor resultado para o Brasil.

Parabéns, Ministro. Bem-vindo mais uma vez à nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA – Deputado Virgílio Guimarães, pode ficar tranqüilo, porque a partir de amanhã será compulsório, com a aprovação da medida provisória, o que certamente ocorrerá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Deputado Ricardo Fiuza, V.Exa. é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA – Sr. Presidente, serei muito breve, mesmo porque infelizmente deram 50 minutos ao Presidente do Banco Central, os quadros passaram rápido, mas eu os tenho aqui para análise.

Devo esclarecer primeiro ao Plenário que não sou da chamada base parlamentar do Governo, não sou do PT. Sou base parlamentar do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em quem não votei e que muito me surpreendeu.

Um dia desses, fiz uma coisa que pode parecer caricata. Comecei aqui na Câmara dos Deputados como Vice-Líder da área econômica – isso há 35 anos; cheguei com 30 anos e estou com 65. Então, comecei a fazer uma simulação, Sr. Presidente, do oposto de tudo o que foi feito. Engraçado, peguei tudo ao contrário do que foi feito e fiz a simulação. Precisa fazer isso, pegar o seu pessoal, mandar fazer por brincadeira. Vamos admitir que não fosse feito isso, nem isso, nem isso, e mostrar ao povo brasileiro.

Sou admirador, fã incondicional do Presidente Lula, do Ministro Palocci e do Presidente do Banco Central. Há 40 anos neste País, não se trata de preparar uma base macroeconômica séria, com equilíbrio fiscal capaz de fazer com que este País possa se desenvolver, ser uma sociedade plural, democrática e justa. Não são bolsões de crescimento que levarão este País a algum lugar.

Agora, lembrarei aos companheiros da Comissão o seguinte detalhe, e o Presidente Meirelles vai ficar um pouco acanhado por uma questão de ética. Presidente, quero lembrar que em setembro de 2002 venceram 30.4 bilhões de dólares da dívida externa brasileira junto ao FMI – em setembro de 2002, repito. O FMI, por recomendação do Tesouro americano – e dizem até que por influência do Presidente dos Estados Unidos, para permitir a posse do Presidente Lula, porque o Brasil ia entrar no maior calote da sua história –... Venceram em setembro de 2002 30 bilhões de dólares! A eleição do Presidente Lula foi em outubro de 2002; em setembro, 30 dias antes, o Presidente eleito recebeu um "pepino" de 30 bilhões de dólares vencidos, que foram rolados para um ano, para poder tomar posse. Primeiro passo do Governo: mostrar ao povo brasileiro e à comunidade internacional que ia fazer um governo sério e de austeridade.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, 10 mil reais emprestados; V.Exa. me empresta. Eu, no outro mês, quero lhe pedir mais 10, aí V.Exa. diz: "Fiuza, quanto você está ganhando?" Eu digo: "Dez". "Quanto está juntando para me pagar os primeiros 10?" Eu digo: "Estou gastando 12. Você não me empresta os 2."

As pessoas precisam entender que superávit fiscal é a capacidade que o País tem de demonstrar que terá reais para comprar dólar para pagar seu déficit. Esse negócio de dizer que superávit fiscal de 4,5 para atender banqueiro e FMI é uma idiotice, uma coisa *démodé*, primária, é da época *yankees, go home*, essas pessoas precisam se reciclar, isso é de um ridículo ímpar! Como é que pode tomar emprestados 10, pedir mais 10 e dizer que gasta 12? Quem é que empresta? Um louco, psicopata? Não. Qual foi o primeiro passo? Demonstrar à comunidade internacional que havia superávit fiscal capaz de honrar os compromissos. Com isso, recuperar a credibilidade do País no exterior; segundo, conseguir investimentos no exterior, porque tudo isso vai ser mudado. Com essa prova que o Brasil deu, ele vai ter a médio prazo tratamento privilegiado – podem escrever o que estou dizendo –, não será como a Argentina.

Não temos poupança pública porque não fizemos a reforma do Estado. A poupança privada brasileira não é capaz de fazer os investimentos. O Projeto de Parceria Público-Privada – uma forma de carrear recurso – está parado no Senado.

Discordo de alguns pontos. Por exemplo, acho que V.Sa. deveria ter-se antecipado no negócio dessa baixa de dólar; comprava dólar, aumentava sua reserva e emitia títulos em dólar; aí, zerava, nem receita nem despesa aumentariam, para que não prejudicasse as exportações, etc. São detalhes, filigranas.

O Presidente Lula merece os mais louváveis aplausos, pois enfrenta incompreensões, muitas vezes até dentro do seu próprio partido e de outros que fazem oposição política pelo fato de fazer oposição política. Parabéns à firmeza do Presidente Lula, que com pouca instrução que tinha, passou 20 anos estudando, surpreende a nós todos, além disso, em cima de um caixão de sabão e de um caminhão como líder sindical, mediando conflitos de classe. Isso significa que o País nunca será uma Venezuela, porque ele é um homem acostumado a mediar conflitos de classe.

A economia vai bem, são esses os pré-requisitos para o crescimento. O juro tem que ser regulado pela demanda e pela oferta de dinheiro em determinado estágio econômico. Não deve ser de 13%, 17%, nem coisa alguma. Qual é a demanda necessária para suprir a economia dos meios monetários? Isso se regula com juro. Por isso fui contra o estabelecimento do juro de 12% na Constituição.

Parabéns, em primeiro lugar, ao Presidente Lula, que defende tudo com o que concordo. Parabéns ao Ministro Palocci. Parabéns a V.Exa., Sr. Ministro.

O Brasil, pela primeira vez, tem um Presidente com a coragem de enfrentar a impopularidade temporária para gerar empregos, para gerar uma economia auto-sustentável, para ser parceiro do mundo e para diversificar as exportações.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Fiuza.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, sou muito disciplinado no tocante às audiências públicas. Principalmente fui atento ao ouvir os questionamentos da atual Oposição, cuja conduta, além de ser um embate político, falece de todo substrato técnico e mesmo biológico. A elite brasileira sempre foi tentada por certo populismo, inclusive a direita conservadora, que copiou parte do populismo da esquerda. Talvez essa seja uma faceta da elite brasileira.

O resultado da situação macroeconômica, até 2002, refletiu o chamado "pau na máquina": "Vamos botar a máquina para gastar. Vamos deixar o ônus para a geração futura, porque o importante é o momento, é promover um crescimento irreal". Assim surgiram diversos planos econômicos, como o Plano Cruzado e o Plano Real, da década de 80 até a década de 90, o que não permitiu um desenvolvimento sustentável – apenas objetivava vencer eleições. Hoje, estamos pagando o resultado disso. Se esse contexto populista permanecesse no Brasil, seria gerado para as gerações atuais e futuras, cada vez mais, um ônus muito maior. Por isso considero correta a política macroeconômica conduzida pelo Governo Federal, por meio do Banco Central.

Não tenho dor de consciência ou filigrana ideológica de acreditar que isso seja neoconservadorismo. Hoje, essas questões ideológicas não estão dentro do debate da política macroeconômica, pois o mais importante para o crescimento do País e para o acesso das populações excluídas a algum tipo de padrão de qualidade de vida é que a economia cresça. E cresça de forma diferente da que foi no passado, quando houve queima das empresas estatais e irrealismo cambial, com a paridade entre o dólar e o real. Nossas reservas cambiais, que desde então não são suficientes, foram queimadas para manter esse artifício em 1998. Buscou-se até o final segurar a paridade cambial para vencer as eleições de 1999, levando a um baixo patamar de reservas em comparação com países como a China e a Rússia, que têm patamares de reserva muito maiores. Seria importante, neste momento em que há desvalorização do real, aproveitar a oportunidade para recompor as reservas internacionais.

A pergunta que faço ao Presidente do Banco Central – a oposição foi embora, e seria importante sua presença para fazer um contraponto – diz respeito à autonomia da instituição. Apresentei projeto de lei complementar sobre o tema. Considero importante essa autonomia para que as instituições republicanas atuem corretamente.

Em 1996, por influência política do Ministério da Fazenda, o Banco Central editou uma carta-circular permitindo, na região de Foz de Iguaçu, mudança nas contas CC-5, tornando possível a instalação de uma verdadeira lavanderia de dinheiro no Brasil. Se o Banco Central tivesse autonomia garantida por lei, certamente a influência do Ministério da Fazenda, naquele momento, na tentativa de atrair capital especulativo para recompor as reservas, a balança de transações correntes, não seria permitida. Isso ocorreu no passado e pode ocorrer no futuro devido à falta de autonomia. A CPI do Banestado, em seu relatório, vai apontar o que estou afirmando neste momento.

O projeto de lei complementar que apresentei, no qual se destaca o Banco Central como autoridade monetária, reafirma seu papel e sua competência de fiscalização. Pode ser criada uma agência de fiscalização do sistema financeiro, pois o nosso é muito concentrado, e para haver competição no sistema de crédito seria interessante desconcentrar o sistema financeiro. Para tanto, é necessário um sistema de fiscalização que permita maior controle, a fim de se evitar situações como a do Banco FonteCindam, Banco Marka, etc., o que levou o País a editar o PROER.

Gostaria de ouvir a opinião do Presidente do Banco Central a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Concedo a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES – Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, encaro o desemprego no País como calamidade pública, porque imagino como estaria perante minha família se eu estivesse desempregado. O Governo, liderado pelo Presidente Lula, tem que colocar em primeiro lugar medidas que permitam a queda da taxa de desemprego e só depois nos voltaríamos para o superávit primário, o PIB e a taxa de inflação.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve tem responsabilidade sobre o controle do emprego; no Brasil, o Banco Central não tem essa responsabilidade legal, mas como a tem exercido, poderia, desde já, se preocupar com isso. É importante ter uma previsão sobre essa taxa. Por exemplo, este ano, diminuiremos 3%; no próximo, 2%. Assim se buscaria o pleno emprego, um dever constitucional previsto no capítulo referente à economia, que parece ter sido esquecido.

Sugiro que a taxa de desemprego seja um parâmetro a ser pensado, pelo menos no mesmo nível de importância que o da taxa de inflação. Aliás, é mais importante a queda da taxa de desemprego do que

o controle da inflação, desde que não se chegue à hiperinflação. Este País já cresceu com inflação de 30% ao ano e não quebrou. Quando era funcionário, na década de 70, lembro-me de ter, todo ano, 30% de aumento no salário. Não é esse o crescimento que devemos defender; o crescimento que defendemos é o que distribui renda.

O Senador Suplicy comentou a queda da concentração de renda medida pelo IBGE. Pelo menos está melhorando um pouco a distribuição de renda, o que é um bom sinal e indica que, talvez, o Bolsa-Família e outros programas estejam ajudando.

Acredito, portanto, que a taxa de desemprego deva ser um parâmetro e a queda da taxa de juros deva ser outro. Por mais que os economistas queiram discutir, a taxa de juros aumenta a dívida. Quando há aumento da taxa de juros, há aumento da dívida. A taxa de juros é manipulada de tal forma que permite controlar a inflação e manter o equilíbrio das contas públicas, mas, ao mesmo tempo, para o pagamento dessa dívida, leva ao controle do superávit primário.

Embora seja limitada minha informação sobre economia, reconheço que para o cidadão a taxa de desemprego, a taxa de juros e o **spread** bancário são uma vergonha no País. De acordo com estudo comparativo da FIESP, entre os países da América Latina, a nossa taxa de juros é quase 5 vezes maior. Não tem sentido permitirmos tanto lucro aos bancos, através do *spread* bancário. Deve haver maior controle. Talvez, nós no Congresso, tenhamos que elaborar leis e aperfeiçoar esse controle, visto que isso não acontece por meio de normas do Banco Central e dos órgãos da Fazenda.

Não farei questionamento a respeito do que foi exposto, apenas sugiro, em nome dos cidadãos e das famílias brasileiras, valorizarmos outros indicadores como a taxa de desemprego, além da taxa de juros e do *spread* bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Fonteles.

Concedo a palavra ao Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO ZARATTINI – Sr. Presidente Paulo Bernardo, foi com imensa alegria e satisfação que ouvi hoje, atentamente, o depoimento do Ministro Meirelles.

No final da semana anterior, houve uma reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, e, por unanimidade, o documento foi aprovado – porque também contou com apoio dos Deputados da chamada esquerda do Partido. Creio que esse é o pensamento de todo partido, de toda a bancada: precisamos corrigir a tabela do Imposto de Renda e fazer substancial reajuste do salário mínimo. Pelo seu relato, vejo base segura na economia para alcançarmos essas duas medidas.

Uma segunda questão que quero registrar refere-se ao que todos que estiveram aqui testemunharam, todos os que ouviram, do início ao fim, o depoimento do Deputado Ricardo Fiuza e do Senador Aloizio Mercadante. Não procede o comentário da oposição de que a política econômica do Governo Lula é igual à do anterior. Isso não é verdade. A política econômica do Governo anterior tinha aquilo que o Deputado Ricardo Fiuza falou: rombo. A verdade é que éramos quase um país falido. E foi levado a essa situação por quem? Por figuras como o Sr. Gustavo Franco, que nos primeiros 4 anos do Governo FHC tornou o câmbio paritário, causando enormes prejuízos ao País, e quando as taxas de juros reais eram de 40%, 45% ao ano. A política econômica deste Governo é radicalmente diferente da política do Governo anterior. Por isso está obtendo sucesso, que não é total nem é um dos nossos sonhos, mas é a retomada do desenvolvimento, a criação de 1 milhão e 800 mil empregos.

Infelizmente, o Partido dos Trabalhadores não controla o poder da mídia. Hoje, vemos entrevistas, como a do Sr. Fernando Henrique Cardoso, *no Estado de S.Paulo*, que declarou que o Presidente Lula é incompetente. Diz isso logo ele, que iniciou o Governo com uma dívida interna de 64 bilhões de reais e entregou o País com uma dívida de 866 bilhões – depois de 8 anos de Governo; logo ele, que iniciou o Governo com 2 milhões de desempregados, em 1994, e em 2002 deixou o País com 12 milhões de desempregados. Essa é a situação.

Então, causa-me espécie, Ministro Meirelles, que alguns membros da Oposição venham aqui dizer, com a cara mais lavada do mundo, que um dos pontos mais importantes da política econômica, que está recuperando o País e da qual V.Exa. é um dos operadores, é igual ao do Governo anterior.

Por isso também me preocupam – e quero a opinião de V.Exa. – artigos jornalísticos e entrevistas de assessores e intelectuais do Governo anterior à imprensa, a exemplo do Sr. Pérsio Arida e do Sr. Fábio Giambiagi. Em leitura que não diria ser de uma revista teórica do PSDB, mas de divulgação do pensamento tucano – *Primeira Leitura* –, defendem que é necessário mudar o crédito direcionado, o crédito do BNDES, o crédito do financiamento do Banco do Brasil ao agronegócio, aos 39 bilhões, e tornar livres os recursos para diminuir o **spread**. Ora, não produzirão resultados nessa direção, mas, sim, dificuldades ao nosso desenvolvimento industrial e ao agronegócio.

Gostaria de ouvir a opinião de V.Exa. sobre isso. Sei que podem ter curso discussões desse calibre no

Banco Central, sobre o crédito direcionado. Eu acho que deve ser mantido. Devemos colocar os 60 milhões no BNDES para promover desenvolvimento nacional e industrial, progresso das pequenas e médias empresas. Esse é o destino do nosso País e do agronegócio.

A segunda questão que abordo é muito importante, a mesma a que o Senador Aloizio Mercadante fez referência. Um dos pontos altos da gestão de V.Exa. foi a "desdolarização" da dívida interna. Foi muito importante essa medida. Mormente, num único ponto estou de acordo, não com a Oposição, mas com o Deputado José Carlos Aleluia, que aqui falou sobre o problema da economia dos Estados Unidos. Nós temos de ter a menor vulnerabilidade possível. Estou de acordo com o Senador Mercadante no sentido de que devemos intervir no câmbio, "desdolarizando" totalmente a nossa dívida, para que a apreciação do real não seja tão elevada.

Nós temos problemas agora. Por exemplo: a cotação da soja está baixando em virtude da grande safra dos Estados Unidos. Em função desse cenário de incerteza na economia norte-americana e da defesa da indústria brasileira, defendo uma crescente apreciação do dólar na nossa economia, ou seja, a desvalorização do real.

Apresento essas questões a V.Exa. de forma muito clara e objetiva, porque – e está aqui o nosso companheiro Virgílio Guimarães, desde o início participante dos debates da nossa bancada –, quando os juros estavam altos, no necessário índice de 26%, defendíamos que essa política econômica poderia não ser a dos sonhos do PT, mas ela restabeleceria a estabilidade do País, promovendo a retomada do seu desenvolvimento e a geração de empregos. Hoje, é com satisfação que chegamos a essa situação.

Creio que V.Exa., com este depoimento de hoje, tornou-se nosso aliado em questões que evidentemente, neste momento, não são estratégicas em termos de política econômica, mas vitais para o povo e para a classe média, a exemplo da nova tabela do Imposto de Renda para os assalariados e do substancial reajuste do salário mínimo.

Creio que o Presidente Lula está afinado com o pensamento do Diretório Nacional do nosso partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Zarattini.

Com a palavra o Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Prezadíssimo Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, vou começar minha fala repetindo a frase, que já citei várias vezes no plenário, de um ex-Presidente da República que nos dias de hoje não é visto com muita simpatia. Refiro-me ao Presidente Médici. Durante seu governo, ele disse que o País ia bem, mas que o povo ia mal.

Não estamos longe disso, Sr. Presidente. Vivo em Brasília há 47 anos. Fora o tempo em que estou na Câmara, a minha vida profissional foi a de empresário. Sou engenheiro, mas militei na área empresarial por mais de 40 anos. De modo que, não sendo economista, trago a experiência de vida do nosso País.

Acho que o principal problema continua sendo o desemprego. O povo está sofrendo, e ninguém pode contestar isso. V.Exa. trouxe-nos dados que não se contestam, pois mostram a realidade. São dados importantes. Eu tenho feito até elogios, na Câmara, ao Governo atual e ao Presidente Lula, mas daí a dizer que o povo está bem vai uma distância muito grande. O desemprego ainda é muito grande. E todos nós concordamos com isso.

V.Exa., na última audiência pública de que participou, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, referiu-se ao emprego formal. Entendo, Presidente – desculpe-me se estou errado, mas isso já foi dito aqui também –, que não foram gerados 1 milhão e 800 mil empregos formais. Eu acho que essa não é a realidade. Na minha opinião, o que ocorre é que os trabalhadores informais já estão se transferindo para a formalidade devido ao arrocho financeiro que enfrentam e ao fato de não terem direito a benefício algum. Embora ganhem um pouquinho mais, precisam de atendimento à saúde e aposentadoria, entre outros benefícios. Hoje, todos os índices sociais do País são crescentes; estão melhorando, graças a Deus. O povo está entendendo que somente através do emprego formal obterão vantagens necessárias à família.

V.Exa. é do Estado de Goiás; eu sou mineiro da região do Triângulo. Sabemos que na área rural, hoje, os trabalhadores querem emprego formal. E não adianta mantê-los na informalidade porque depois reclamam direitos na Justiça do Trabalho. Cito também a empregada doméstica, que hoje exige a assinatura da Carteira de Trabalho. Portanto, Sr. Presidente Henrique Meirelles, discordo do crescimento do emprego formal, mostrado como se novas vagas estivessem surgindo.

Nesta semana, com a divulgação dos dados econômicos que nos dão as diretrizes do que está ocorrendo no País, tomei conhecimento de que, em 1991, 0,69% dos consumidores residenciais tinham o fornecimento de energia elétrica cortado por inadimplência; em 2004, o percentual subiu para 2,5%. São informações da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE. Sr. Presidente Meirelles, esse é um dado significativo, pois ninguém deixa de pagar a

conta de luz. Energia é artigo de primeira necessidade, sem o qual ninguém vive no mundo de hoje.

As dificuldades são muito grandes. Relativamente à renda média do trabalhador, percebi que V.Exa. se preocupou em citar exemplos, mas a realidade é que ela está caindo. E, sem investimentos no País, vai continuar caindo, a despeito das suas explicações sobre a construção civil. A falta de investimentos, os juros altos e a ausência de uma série de medidas que caberia ao Governo tomar farão com que a renda média do trabalhador continue caindo.

Sempre tivemos a construção civil como o principal setor empregador do País. Por que somente agora isso está fazendo diferença? Não posso concordar com seu ponto de vista. O superávit primário, que retira do País recursos que deveriam ser destinados a investimentos, esse sim, é um dos nossos principais problemas. Quem viaja apenas de avião não vê as péssimas condições das estradas e da infra-estrutura brasileira, de maneira geral, sobretudo no interior do País. Não há o menor investimento em rodovias e estradas vicinais. Reconheço que o Governo tem-se esforçado em buscar dinheiro no exterior, mas terá gasto triplicado em razão do estado das rodovias, que já demandam cuidados há muito tempo, desde o Governo anterior.

Sr. Presidente, entendo ser preciso um pouco de ousadia. Embora tenham sido divulgados números diferentes, segundo o jornal **O Estado de S.Paulo**, o índice de utilização da capacidade industrial instalada é de 75%. Portanto, ainda há sobras nessa área. O Governo fala muito em inflação de demanda, mas a capacidade instalada ainda está aquém dessa preocupação.

Na condição de empresário, acho que é preciso investir no País, para desenvolvê-lo e não deixá-lo na situação em que está. O Governo tem de ousar. Caso ocorra, logicamente sendo um homem competente, V.Exa. será capaz de identificar a aproximação de níveis altos de inflação e realmente preocupantes. No momento, entendo estar havendo apenas exagero de cuidados.

Desculpe-me, Sr. Presidente, se discordo de V.Exa. em alguns pontos, mas esse é o meu pensamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Obrigado, Deputado Osório Adriano.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezado Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, parece-nos que a melhor forma de realizar este debate é com o eterno cuidado de não oscilar entre a euforia, de um lado, e a depressão, de outro. Cabe-nos promover um debate que seja mais do que pura e simplesmente elogio ou ratificação dos dados apresentados ou negação absoluta dos fatos.

Vivemos nesta Casa 4 momentos importantes, 3 dos quais presenciais, em que pudemos fazer julgamento mais ampliado das questões econômicas, das taxas de juros, das expectativas de desenvolvimento e da conseqüente gestão do Estado em relação a esses fatores.

Assim como o Presidente do Banco Central, que aqui já esteve em outras oportunidades, estiveram conosco o Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal, e o Sr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional. E realizamos debate próprio desta Casa, sobre o processo orçamentário.

Fiz questão de resgatar as vindas anteriores do Sr. Henrique Meirelles a esta Casa e de comparar todos os dados, que de fato precisam ser cotejados com o último momento dos 4 a que me referi, todos importantes para discutirmos para onde vamos. Refiro-me, especialmente, às Execuções Orçamentárias de 2003 e de 2004, esta em curso, bem como ao projeto que temos em mãos, já votado preliminarmente por esta Comissão, sob a Relatoria do Senador Romero Jucá.

O País concorda com o Presidente do Banco Central, quando diz – e fiz questão de anotar literalmente parte da fala de V.Exa. – "que não há crescimento econômico com inflação elevada". E é evidente que a inflação corrói o poder aquisitivo da população. Mas talvez devêssemos aditar a essa constatação a de que o Estado "sobreendividado" tem sua capacidade de investimentos sensivelmente comprometida.

Temos ouvido com muita freqüência alusões à tramitação do projeto das Parcerias Público-Privadas. Lembro, porém, que essa já é matéria constitucional regulamentada por lei ordinária. Por que 9 em cada 10 membros da equipe econômica do Governo, do Senado e da Câmara estão tão ansiosos em enfatizar esse ponto? Porque esta Nação é hoje "sobreendividada".

Dados oficiais disponíveis no relatório do Senador Romero Jucá (pág. 57, Tabela 53), apontam que o estoque da dívida do Governo Central – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e Mercado – era de 485,8 bilhões, em dezembro de 2001; 1 ano depois passou para 534,1 bilhões; e chegou a 681,5 bilhões, em dezembro de 2003. E estima a Relatoria da Proposta de Lei Orçamentária para 2005 que encerraremos 2004 com uma dívida de 798,5 bilhões e, ao final de 2005, de 954,7 bilhões.

Há algum tempo se dizia que, por gastar mais do que tinha capacidade de arrecadar, o Estado gerava

inflação com constante emissão de moeda. Esse quadro não existe mais. Entretanto, os números mostram que se insiste em emitir títulos públicos. Evidentemente, embora o melhor exercício a fazer seja a projeção de cenários, fugindo da euforia absoluta de que, em outras conjunturas – 1994 e 1998 –, esta Casa foi palco; e fugindo também da depressão contestatória, temos de reconhecer que, se chegarmos à totalidade da capacidade instalada, de acordo com o que comentaram vários Deputados, poderemos "bater no teto", conforme o dito popular.

O que nos preocupa é que, comparada com a Execução Orçamentária de 2003, a proposta orçamentária para 2005 nas áreas de urbanismo, habitação, saneamento e energia – recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – prevê reduções, a saber: na área de urbanismo, 4,5%; habitação, 50,9%; saneamento, 48,6%; e energia, 11,1%.

V.Exa., Sr. Presidente do Banco Central, e todos nós sabemos que a progressiva recuperação da capacidade de crescimento tem de ser acompanhada por um conjunto de outras variáveis, que não virão num passe de mágica ou num cenário pré-natalino, por obra e graça dos interesses do capital privado ou dos investimentos internacionais. Não se trata de uma relação eletromagnética ou de uma corrente elétrica que se propaga por um fio condutor. Há evidente redução da capacidade de investimento do Estado. Mesmo que cheguemos à consolidação desses patamares que consideramos importante, sem aumento da carga tributária ou sem a criação de novos impostos, poderemos consolidar um aumento salutar da arrecadação. Sem dúvida, mantidas essas variáveis, o aumento da arrecadação será totalmente esterilizado pela maior dotação para o Orçamento de 2005, ou seja, os encargos especiais para o financiamento da dívida.

Sr. Presidente do Banco Central, parece-me louvável e meritório administrar esse conjunto de variáveis e chegar aos referidos patamares. Mas, se não propagamos a nossa vulnerabilidade às oscilações cambiais, estamos a alguns passos de razoável precipício no que se refere às variáveis que deverão evoluir para dar sustentação a essa expectativa de crescimento econômico sustentável. Sem infra-estrutura rodoviária e portuária; sem oferta de energia, de água e de outros insumos; sem correção dos problemas portuários oriundos dos monopólios instalados nos terminais de carga conteinerizada, fruto de interpretação equivocada da Lei de Modernização Portuária, nº 8.630, todo o esforço de redução do chamado Custo Brasil na logística e na infra-estrutura pode chegar à beira do cais e dar com os burros na água, conforme outro dito popular.

Peço a V.Exa. que pondere sobre a redução da dívida líquida do setor público no montante do PIB. Essa é uma fração. E, para mudar a razão da fração, ou se altera o numerador, ou se altera o denominador, a mais ou a menos. Como vamos garantir que o crescimento econômico redundará numa arrecadação sadia, se a proposta orçamentária, votada preliminarmente nesta Casa, amplia o estoque da dívida pública mobiliária de 681 bilhões – em 2003 – para 954 bilhões? Mesmo reconhecendo que houve saudável esforço, por exemplo, para mudança da composição da dívida em títulos, os juros prefixados, entre o final de 2003 e o mês de junho de 2004, subiram de 12,5% para 16,8%; a Taxa **SELIC** passou de 61,4% para 57,5%; e a variação cambial, de 10,8% para 8,9%.

Tudo isso é louvável. Mas, embora estejamos desnutrindo a composição insegura da dívida pública, ela é ainda obesa frente à capacidade de pagamento do Estado.

Recordo-me de que V.Exa., na última ou penúltima vinda a esta Comissão, apontou cenários em que se estimava para 2011 redução da dívida líquida do setor público em relação ao PIB para o patamar de 44%. O cenário que aponta agora estima para 2008 redução para o patamar de 49%, ou seja, 16 pontos percentuais sobre o PIB de 1994, em relação à porcentagem da dívida líquida do setor público.

Se o País está próximo do nível máximo de utilização da capacidade industrial, com enorme déficit de infra-estrutura para sustentar esse crescimento e com grande incapacidade de pagamento e de provimento da infra-estrutura através de investimentos, poderá haver crescimento no primeiro e no segundo ano, e depois se encerra o jogo. As outras variáveis – capacidade de investimento do Estado e probabilidade de aumento da receita, decorrente do crescimento econômico – estarão esgotadas. Não se aumentará a capacidade de investimento porque o aumento da receita, inclusive o superávit sobre a receita, tem sido esterilizado pelo financiamento da dívida.

Essa era a observação que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo, Sr. Presidente do Banco Central, gostaria de enfatizar, inicialmente, que nós somos do PT. Agora há pouco ouvi dizerem que não temos Oposição aqui. Lembro que V.Exa. foi eleito pelo PSDB, defendendo a política econômica anterior, do Ministro Pedro Malan, que veio a esta Comissão várias vezes, durante 8 anos. E cansamos de lhe dizer que o modelo econômico era recessivo, que aumenta-

va a dívida pública, o que é verdade, e que queimava patrimônio público.

Julgo criminoso o que foi feito com as estatais brasileiras, com o patrimônio público, para pagamento de juros da dívida durante longo período. Tanto a dívida pública interna quanto a externa cresceram nesse período.

Realmente acho que a Oposição – PSDB e PFL – não tem um discurso contra isso. A diferença que existe entre o Governo anterior e atual é que este não deu continuidade às privatizações. Essa é a verdade. Lembro que o Deputado Fiuza, quando era Constituinte e membro do Centrão, participou de diversos embates sobre privatização, contra o ex-Governador Mário Covas e contra o nosso companheiro Virgílio Guimarães, que agora se encontrou. Os extremos se encontram numa circunferência: o Centrão e o nosso Virgílio, que era esquerdista na época...

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA – Sr. Presidente, não pode haver aparte, mas eu esclareço que propus a privatização das empresas altamente deficitárias e que não eram patrimônio público. Roubaram o povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – É necessário refrescar a memória e resgatar a história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Deputado Ivan Valente, V.Exa. dispõe de 3 minutos. Aproveite-os bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Sr. Presidente do Banco Central, sobre o crescimento sustentável, gostaria de dizer que o nosso Governo, ao tomar posse em 2002, tinha enorme crédito político e popular para promover mudança social. E ele não a fez porque apostou na linha indicada pelo Ministro Palocci e por V.Exa.: comprar credibilidade e confiabilidade internacional junto ao mercado financeiro a todo o custo. Isso foi feito radicalmente. Primeiramente, com superávit primário maior do que o solicitado pelo Fundo Monetário Internacional: de 3,75% para 4,25%; agora para 4,5%; e realizando mais de 5%.

Isso é o que se chama de comprar confiabilidade. Qual é o preço disso? Disso não se fala; a política monetária não trata do preço do ajuste fiscal, da falta de saneamento e de educação pública, da má conservação das estradas federais. Disso não se fala.

Há outro modelo econômico possível. Não é verdade que não há outro modelo. Os dogmas são divulgados pela mídia concordante controlada pelo capital financeiro. Não se vê um economista diferencial. Um dos últimos, e o mestre de todos, faleceu outro dia, mas não falava mais. Celso Furtado era planejador e estrategista, alguém que entendia de economia política, mas que não tinha mais abertura na mídia do Brasil. Sabemos quem fala de manhã na TV Globo.

Câmbio flutuante é um dogma. Quem fala em câmbio fixo, em controle do câmbio, é louco. E não se pode falar em renegociação da dívida externa. Qualquer país do mundo historicamente fez renegociação ou suspendeu o pagamento da dívida, mas não se pode discutir essa problemática hoje. O controle de capitais que a Malásia fez é dogma. Pelo amor de Deus! Isso assusta investidor!

A Venezuela, depois da crise que enfrentou, está crescendo 13% neste ano, e já houve época em que seu crescimento foi negativo em 10%. A Argentina cresceu 7,8% mais do que o Brasil e teve PIB negativo também. Escolheu outros caminhos: a moratória. Não porque quis, não soberanamente, mas porque não tinha mais como pagar as dívidas.

É possível, sim, mudar o modelo econômico. A idéia de que o atual modelo é o único viável é plantada pelo capital financeiro, que, desculpe-me, acho que V.Exa. representa e bem, de forma competente, Sr. Henrique Meirelles.

Deputado Fiuza, o Governo deveria ter outro tipo de coragem política. Desculpe-me, mas há divergência política aberta.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA – Já demos um calote, e a inflação chegou a 80% ao mês no Governo Sarney.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Não estou propondo calote. Eu proponho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Deputado Ivan Valente, o seu tempo está encerrado. V.Exa. está querendo debater com o Deputado Fiuza. Peço que encerre sua participação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Vou concluir.

Acredito, Sr. Presidente Henrique Meirelles, que é possível, sim, com a importância que o Brasil tem e com a sua capacidade atual, trabalhar com outros parâmetros e não supervalorizar somente alguns, a exemplo das exportações. Agora, o preço de nossas **commodities** principais estão em queda.

Há modelo que leva em conta o mercado de consumo interno. Podemos pensar nisso. Podemos baixar o superávit em vez de aumentá-lo; fazer investimento público. Essa, por exemplo, é outra medida possível. E podemos baixar os juros.

Pergunto a V.Exa. qual a sua expectativa em relação à queda dos juros e por que a taxa estagnou e voltou crescer, quando o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse, em reunião do Diretório Nacional, que ela chegaria a 10%. Agora, ela voltou a crescer 1,25%.

Todas essas questões precisam ser esclarecidas. Não vamos obter desenvolvimento sustentável com esse modelo atual: crescem os juros, a dívida públi-

ca e, obrigatoriamente, o ajuste fiscal. Não acredito em desenvolvimento sustentável nesse modelo. Isso é questionável. A nossa política monetária impede o crescimento econômico. Estamos fadados a impedi-lo porque não podemos crescer mais de 3%, sob pena de gerarmos inflação. É proibido o crescimento econômico em nosso País!

Não estou pregando explosão inflacionária, mas qual a verdade sobre o crescimento de um país? Por que não se pode ter inflação de 7% ou 8%? Quem disse que é de 50%? Ninguém disse isso. Por que devemos ter inflação de Primeiro Mundo, se este é um país de Terceiro Mundo? Isso é uma farsa.

Deveríamos esclarecer essa situação. Existe, sim, enorme descontentamento frente aos resultados das políticas econômica e monetária. Há exclusão social e empobrecimento no País. Isso precisa ser dito. Precisamos abrir esse debate no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Acatamos aqui duas inscrições: do Deputado Nelson Marquezelli e do Senador Leonel Pavan, que chegou agora.

Informo a V.Exas. que não vamos mais acatar qualquer inscrição. O Presidente do Banco Central vai responder às perguntas dos Parlamentares presentes, porque todos aqui são testemunhas de que vários fizeram indagações e saíram. Então, não faz sentido ficarmos debatendo com quem não está aqui.

Com a palavra o Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente Paulo Bernardo, muito obrigado.

Gostaria de cumprimentar o Presidente do Banco Central, Dr. Meirelles, e sua equipe pelo excelente trabalho que têm feito. A herança recebida do Governo anterior é incalculável, e V.Sas. fizeram milagre para conquistar o reconhecimento que temos hoje dos mercados internacional e brasileiro, preparando o País para um crescimento que virá, sem dúvida alguma. O caminho é esse, a política é essa.

Na condição de exportador, estou preocupado com a queda do câmbio. Acredito que o Banco Central poderia atuar mais firmemente para não deixar o câmbio cair tanto, principalmente neste momento em que o preço das **commodities** está baixíssimo, e os custos internos estão muito altos. Precisamos administrar um pouco melhor o câmbio, na minha visão.

Parabéns à equipe pelo trabalho. Creio que conquistamos uma posição respeitável no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Obrigado, Deputado Nelson Marquezelli.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. SENADOR LEONEL PAVAN – Sr. Presidente Paulo Bernardo, nosso amigo, infelizmente não pude participar do início desta reunião em virtude de uma consulta médica.

Ao vir para cá, ouvi a intervenção do meu amigo Ivan Valente. Posso chamá-lo de amigo porque fomos Deputados da mesma Legislatura e o admiro muito. Admiro-o muito mais porque não mudou de posição, continua com o mesmo pensamento.

Como pedi apenas 1 minuto, vou aproveitar as palavras do Deputado Ivan Valente.

Competentíssimo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, continuamos a ter por V.Exa. a mesma admiração que tínhamos antes. Sabíamos que, da mesma forma como defendia a economia do nosso País antes, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, certamente a defenderia agora.

A minha pergunta é objetiva: Henrique Meirelles mudou o pensamento de Lula, ou Lula mudou o pensamento de Henrique Meirelles? Se um não mudou o outro, a economia é a mesma do passado. Ou Lula mudou sua opinião em relação ao que defendia no passado, ou Henrique Meirelles mudou sua opinião. Alguém deve ter mudado.

Essa é a pergunta que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado, Senador Pavan, pela pergunta bem objetiva que formulou ao Presidente do Banco Central.

Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles para responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sr. Presidente, começo respondendo à pergunta do Deputado Wasny de Roure, em relação aos resultados do Banco Central transferidos para o Tesouro Nacional.

O Banco Central, no período 2003/2004, até o primeiro semestre de 2004, teve um resultado positivo de 34 bilhões e 100 milhões de reais. Pequena parcela desse valor foi incorporada às reservas, para reforço do balanço, e foram transferidos ao Tesouro Nacional 32 bilhões e 100 milhões de reais.

Em relação à segunda pergunta de S.Exa., sobre o patamar de dolarização, eu diria que o percentual da dívida total doméstica do Brasil, que estava indexada ao dólar, no final de 2002 era de 33,5%; no final de 2003, de 20,5%; em outubro de 2004, de 10,2%. Portanto, houve diminuição substancial.

Em relação ao acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que temos declarado é que o Brasil tem condições de considerar a hipótese de não renová-lo. Os fundamentos da economia brasileira são muito sólidos. O País diminuiu em muito a sua vulnerabilidade internacional.

Não vou repetir todos os dados aqui mencionados. Evidentemente, a decisão final do Governo em relação a esse assunto será tomada no devido tempo.

À pergunta sobre a taxa de juros no próximo ano responderia que o Banco Central não pode, por dever de ofício, anunciar decisões futuras, inclusive porque não as tomou ainda, mas o fará no devido tempo.

Se considerarmos um prazo mais longo em relação às taxas de juros de mercado, poderemos dizer que, em geral, segundo mostra a experiência, na medida em que se estabilize e se confirme a estabilidade de preços e que a convergência da inflação para as metas continuem, certamente o risco tenderá a cair e, em conseqüência, com esse círculo virtuoso da economia brasileira, teremos condições de vislumbrar taxas menores no futuro.

O Deputado Virgílio Guimarães faz analogia muito interessante com a fisioterapia. Acho de fato uma boa analogia. Eu mesmo, após sofrer um acidente, tive de operar o tornozelo e fazer fisioterapia. Comecei a caminhar, certamente devagar. Não tentei correr nem entrar na maratona no primeiro dia. É processo semelhante que a retomada do crescimento demanda. Vamos dando um passo atrás de outro, devagar. São todas essas variáveis que descrevemos. O importante é que a musculatura do País está cada vez melhor, ou seja, os índices estão cada vez melhores. Isso vale para a formação bruta do capital fixo, vale para a geração de emprego, vale para todos os demais indicadores.

Em relação às observações do Deputado Ricardo Fiuza, agradecemos a manifestação de suporte.

Quanto à participação e às declarações do Deputado Nazareno Fonteles, afirmo em primeiro lugar que respeitamos muito o fato de S.Exa. considerar o desemprego uma calamidade pública. Não há dúvida de que o desemprego tem de ser perseguido de forma muito forte pela política econômica; não há dúvida de que a finalidade de qualquer política econômica é o aumento da geração de emprego e a maior aproximação possível do pleno emprego.

Em relação às prioridades, seja o desemprego, seja o crescimento com distribuição de renda, seja o controle da competição bancária, diria que são todos objetivos de política econômica. Agora, cada órgão do Governo tem a sua missão fundamental. Não podemos confundir o quadro. De novo faço analogia, agora com o futebol de várzea, no qual às vezes vemos o ponta-direita correr para o gol, etc. Num bom time de futebol, cada um joga muito bem na sua função, de acordo com o espírito solidário de equipe, evidentemente colaborando com os outros. Quero dizer com isso que a função principal do Banco Central, para que todos esses objetivos se materializem, é conquistar a estabilidade de preços no arcabouço de metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Não há dúvida: a experiência do Brasil, juntamente com a de outros países, mostra com clareza que a baixa inflação é condição necessária para o crescimento e a geração de emprego. A história do País mostra isso. A inflação dos últimos 12 meses é de 6,9%, e estamos crescendo a taxas vigorosas.

Portanto, é muito importante dizermos que o Banco Central tem de cumprir a sua função básica e principal, mas evidentemente cuidar da política macroeconômica como um todo. A finalidade última sempre será crescimento econômico, geração de emprego e de riqueza.

Passando às observações do Deputado Osório Adriano, sobre empregos formais *versus* empregos informais, gostaria de dizer que pesquisa do IBGE mostra que no ano de 2004, se somarmos empregos formais e informais, houve crescimento de 13%. Esse é o dado mais importante. Não vou entrar na controvérsia da questão do emprego formal *versus* informal. Vou apenas dizer que o emprego no Brasil está crescendo, e isso é muito importante.

Em relação à questão da inadimplência nas contas de luz, diria que realmente é um dado a ser analisado. A inadimplência é em função de diversos fatores, não apenas da questão do crescimento. É decorrência inclusive dos índices de reajustes de preço, que são usados naquela área específica, e também de outras questões, Quer dizer, é um dado importante, mas não determinante, digamos assim. É algo que deve ser usado como diversos outros indicadores sobre o assunto.

Em relação à questão do superávit primário, que tem sido muito mencionado, diria que sua grande questão diz respeito ao fato de que, na medida em que há um superávit primário consistente, na medida em que a relação dívida sobre produto, o endividamento com percentuais do produto não esteja crescendo, mas decrescendo, teremos uma diminuição dos prêmios de risco. Isso vai levar, a médio prazo, à diminuição das taxas de juros e, em última análise, a um crescimento maior. Levando a um crescimento maior, existe aumento da arrecadação; existindo um aumento da arrecadação certamente haverá melhores condições de investimento, inclusive de investimento público.

No momento em que começamos a apostar na escassez, Deputado, no instante em que diminuímos o crescimento e tentamos gastar com dinheiro público acima das nossas possibilidades, o que vai acontecer certamente é que a arrecadação pública do País cresce menos, e entramos aí num círculo vicioso. Precisamos inverter, e invertemos. Felizmente a arrecadação pú-

blica está crescendo e certamente o Brasil cada vez mais dará condições não só de investimento privado, mas também público. V.Exa. tem toda a razão, não há dúvida de que o investimento público é absolutamente fundamental, tal qual o investimento privado. O que precisamos de novo é botar a máquina do crescimento para andar na direção correta onde estamos gerando emprego, arrecadação e investimentos também em infra-estrutura.

Em relação ao posicionamento do Deputado Paulo Rubem Santiago, foi uma mensagem muito interessante sobre a questão da euforia **versus** depressão. Na verdade, essa é uma visão que o Banco Central tem também, Deputado. Existe um clima de euforia, muitas vezes, inclusive dos mercados, e o Banco Central é visto como cuidadoso etc. E falam: "Não, mas o Banco Central está preocupado com..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Mas V.Exa. estava bem eufórico no começo da sua explanação.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Por outro lado, Deputado, em determinados momentos, em que existiam euforias talvez desnecessárias, o Banco Central disse: "Vamos de vagar, vamos tomar cuidado, que existem alguns riscos". Em resumo, é muito importante essa posição de balanço.

Num momento como este, em que a economia está crescendo, é importante mostrar isso com clareza. Mas também, Deputado, mantivemos uma posição equilibrada no seguinte aspecto: em nenhum momento dissemos que poderíamos abandonar os controles, o superávit primário, a perseguição implacável das metas de inflação. Não, achamos que tem que haver uma posição balanceada. O que estou mencionando é que muitas vezes, quando as pessoas estão eufóricas, acusa-se o Banco Central de estar muito conservador. E quando as pessoas estão muito pessimista, acusa-se o Banco Central de estar muito otimista. O que é normal, o que é importante é saber que essa é a postura de um Banco Central.

V.Exa. usou outras expressões também muito importantes, muito caras ao Banco Central. V.Exa. falou: "tomar cuidado para não bater no teto". V.Exa., lendo as atas do Banco Central, vai ver que ele também entrega essa mensagem, que precisamos dar tempo à economia de fazer os investimentos necessários, para, por euforia, não batemos no teto e entrarmos em depressão. Quer dizer, essa ciclotimia, que muitas vezes o Brasil viveu é uma característica que devemos evitar, e o Banco Central está exatamente tomando muito cuidado com isso. Em resumo, Deputado, é aquilo que chamamos da manutenção do crescimento sustentado, um crescimento todo o ano, não um crescimento apenas em um ano e não nos seguintes.

Em relação à questão da dívida, já fiz alguns comentários sobre isso, mas gostaria de novamente enfatizar, fazendo uma avaliação. O importante na dívida é não olharmos apenas o momento, mas olharmos um caminho. E no momento, como eu mencionei, o endividamento começa a cair, em vez de subir. As taxas de risco caem, a confiança aumenta, e isso faz com que o País cresça mais, como já está acontecendo. Existe mais disponibilidade de recursos para o consumo das famílias e para o investimento das pessoas e das empresas. A economia crescendo mais, a arrecadação também cresce mais. E crescendo mais a arrecadação, gera-se mais recursos. É o chamado círculo virtuoso da economia. É nisso que nós estamos ingressando.

Agora, eu sei que é muito difícil começar esse processo, Deputado. O meu avô já dizia que – e eu suponho que V.Exa. já tenha ouvido muito essa expressão – "em casa que falta pão, todo mundo reclama e todo mundo tem razão". Portanto, é importante que nós saiamos dessa situação e que nós possamos de fato entrar num círculo virtuoso de crescimento sustentado.

Gostaria apenas de dizer a V.Exa. que todos os indicadores mostram que entramos nesse círculo virtuoso. Contudo, não há dúvida de que precisamos ter mais investimentos em infra-estrutura, transporte, portos, ferrovias, nos geradores de energia elétrica. Também precisamos de mais investimento industrial, comercial, na saúde, na educação. Ora, investimento em educação é fundamental, mas para tudo isso é preciso haver a geração de recurso, para que não façamos aquilo que o Deputado, com muita precisão mencionou, "bater no teto".

Em relação às observações, aos comentários do Deputado Ivan Valente, digo que achamos o debate legítimo, respeitamos muito as opiniões divergentes, as visões diferentes da economia e dos modelos do ajuste econômico. Agora, eu diria, do ponto de vista da nossa observação, que o dilema que existiu durante muito tempo no debate econômico do Brasil sobre estabilidade **versus** crescimento – isto é, dizia-se que o Brasil estava estável do ponto de vista da inflação, mas que não estava crescendo – não mais existe. Se sairmos daquele momento específico e olharmos não só para o passado, mas para a situação atual, vamos verificar que o Brasil teve inflações altíssimas na década de 80, mas não cresceu suficientemente. Quer dizer, a inflação alta não levou ao crescimento, como foi mencionado. A inflação alta não leva país algum ao crescimento. Nós tivemos períodos de estabilida-

de sim, com âncora cambial, principalmente, mas com crescimento mais baixo.

Felizmente, Deputado, acho que o senhor pode, de fato, na minha modesta opinião, ficar esperançoso. E eu acredito que nós podemos conversar sobre isso no futuro. Espero que possamos voltar a trocar idéias, porque eu acho que está ficando cada vez mais claro que esse paradigma mudou. O Brasil está crescendo agora. A inflação, nos últimos 12 meses, foi de 6,9%. No entanto, em 2004, o Brasil já cresceu 5,3. Quer dizer, não existiu esse "limite" que alguns atribuem ao Banco Central: "Ah, passou de 3%, o Banco Central não gosta". Não é nada disso, Deputado. Nós precisamos é criar as condições para – usando a expressão – que o Brasil "não bata no teto". Isto é, criar condições para que esse desenvolvimento continue, e continue de forma sustentada.

Eu vou perguntar ao Sr. Presidente se já posso terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Pode. Mas há uma indagação do Deputado Nelson Marquezelli e uma outra pergunta, difícil de responder, do Senador Leonel Pavan.

Quero pedir aos Parlamentares membros da Comissão de Orçamento que assinem o livro. Nós temos uma reunião prevista para às 15 horas. Evidentemente, vamos ter de conversar com os membros para ver como será a continuidade dos trabalhos.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu notei, na convocação, que esta seria também uma reunião não apenas da Comissão Mista de Orçamento, da Comissão de Economia da Câmara, mas também incluiria as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado, e de Fiscalização e Controle. É esse o mesmo entendimento? *(Pausa.*

Então, eu quero apenas registrar que achei muito positivo que o Presidente Henrique Meirelles e o Ministro tenham vindo às nossas Comissões. Conforme eu próprio havia expresso ao Presidente Henrique Meirelles, tinha certeza de que ele iria poder apresentar resultados tão significativos da economia e que, por todos, seria respeitado aqui no Congresso Nacional.

Portanto, eu queria apenas lembrar o diálogo que tive naquele momento com V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Para responder as outras perguntas e encerrar, eu me dirijo em primeiro lugar ao Deputado Nelson Marquezelli, para agradecer-lhe as palavras de suporte, as palavras elogiosas.

Em relação à questão colocada pelo Senador Leonel Pavan, eu diria que o Senador mudou o Brasil para melhor. O Brasil está crescendo; o Brasil hoje está com saldo comercial; o Brasil hoje está com saldo de conta corrente; o Brasil está gerando emprego, está aumentando investimento; o Brasil está na direção, de fato, de resolver, de forma sustentada, os seus problemas fundamentais; a arrecadação pública está crescendo. Em, resumo, Senador, o Brasil está mudando, estamos mudando todos. O importante é não estarmos fixados em opiniões de cada um no passado, mas estarmos preocupados com o Brasil e o povo brasileiro, e é por isso que fico feliz de ver aqui nas Comissões e no Congresso essa preocupação com o Brasil.

Em relação à observação final do Senador Eduardo Suplicy, diria que prestei atenção. Não apenas prestei atenção, Senador, como também observo os resultados.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a audiência, agradecendo a presença a todos os membros das Comissões. Às 15h vamos nos reunir para resolver o que faremos na seqüência da reunião

Está encerrada a sessão.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Quadragésima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 7 de Dezembro, de 2004, Às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinqüenta minutos do dia sete de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Edison Lobão, Antero Paes de Barros, Lúcia Vânia e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Almeida Lima e Patrícia Saboya Go-

mes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 1-Mensagem do Senado Federal nº 180, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento parcial do 'Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão – PCPR II'", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 30-11-04, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Azeredo, que devolveu sem manifestação. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Edison Lobão e Antonio Carlos Magalhães. Colocada em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado; Item 2-Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre proibição a incentivo fiscal", de autoria do Deputado Wilson Santos, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Parecer pelo Senador Ney Suassuna, é concedida Vista ao Senador Garibaldi Alves Filho, nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Valadares; Item 3-Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003 – Complementar, não terminativo, que "institui o Fundo de Assistência Financeira aos Micro-empreendedores", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 4-Projeto de Resolução do Senado Federal nº 63, de 2002 , não terminativo, que "altera a Resolução do Senado Federal nº 17, de 2001, que 'dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM'", de autoria do Senador Teotonio Vilela Filho, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 5-Projeto de Resolução do Senado Federal nº 5, de 2004, não terminativo, que "altera o § 5º do art. 4º da Resolução nº 96, de 1989. (Constitui condições para o encaminhamento de solicitação de operações de crédito externo – Lei de Responsabilidade Fiscal)", de autoria do Senador João Capiberibe, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 30-11-04, é concedida Vista ao Senador Rodolpho Tourinho nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Rodolpho Tourinho e Antonio Carlos Valadares. Colocada em votação, é aprovado o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo apresentado; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2004, não terminativo, que "acrescenta o art. 50-A à Lei nº 9.478 de 1997, dispondo sobre a repartição do acréscimo da produção da exploração de gás natural e de petróleo, nas modalidades royalties e participação especial, e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Infra-estrutura em decisão terminativa. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Ney Suassuna, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Antero Paes de Barros, Sérgio Cabral, Garibaldi Alves Filho, Eduardo Suplicy. É Concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2004 – Complementar, não terminativo, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que "dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências", para instituir a retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nos casos que especifica", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer Pela rejeição do Projeto. O Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, apresenta Requerimento, solicitando que a matéria seja remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para análise da constitucionalidade da matéria. Usa da palavra o Senador Valdir Raupp. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 59-CAE, de 2004. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2004 – Complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para adequá-la à Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, tendo como Relator o Senador Duciomar Costa, que oferece Parecer pela aprovação

do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 que apresenta. Usa da palavra o Senador Ney Suassuna, que apresenta Requerimento solicitando audiência pública a fim de instruir a matéria. Usam da palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, os Senadores Rodolpho Tourinho, Antero Paes de Barros, Aloizio Mercadante. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 60-CAE, de 2004; Item 09-Mensagem do Senado Federal nº 188, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US$572,200,000.00 (quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família", de autoria do Poder EXECUTIVO, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Eduardo Suplicy, usam da palavra os Senadores Antero Paes de Barros e Garibaldi Alves Filho. É concedida Vista ao Senador Antero Paes de Barros, nos termos regimentais. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 51-CAE,de 2004, de autoria dos Senadores Aelton Freitas e Edison Lobão, que requer, nos termos regimentais, a prorrogação, até o término da Sessão Legislativa de 2005, dos trabalhos da Subcomissão destinada ao Acompanhamento das Liquidações de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil, em virtude de ainda não ter sido concluída a sua tarefa; Requerimento nº 52-CAE, de 2004, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, nos termos regimentais, a Prorrogação do prazo da Subcomissão Temporária de Extração Mineral por um ano, a fim de que a mesma possa concluir as tarefas para as quais foi constituída; Requerimento nº 53-CAE, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, que requer, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo da Subcomissão Temporária de Turismo por um ano, a fim de que a mesma possa concluir as tarefas para as quais foi constituída; Requerimento nº 54-CAE, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que requer, nos termos regimentais, seja convidada a Exmª Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos, sobre novo modelo de reestruturação do Setor Elétrico, os investimentos realizados e resultados obtidos com essa política; Requerimento nº 55-CAE, de 2004, de autoria: Senador Sergio Cabral, que requer, nos termos regimentais, seja incluído na lista de convidados para audiência pública deste órgão técnico, a fim de instruir a votação do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, que "autoriza a cessão, para cobrança da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", o Senhor Luiz Fernando de Souza (Pezão), Presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro; Requerimento nº 56-CAE, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que requer, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 50-CAE, de 2004, para que sejam incluídos como convidados os nomes dos Senhores Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Meire Lúcia Gomes Monteiro, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social, Omar Coelho de Mello, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado, e Aldemário Araújo Castro, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional; Requerimento nº 57-CAE, de 2004, de autoria dos Senadores Paulo Octávio e Jonas Pinheiro, que requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Dr. Carlos Augusto M. Vieira da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM, para participar da audiência pública com o objetivo de instruir a votação do PRS nº 57, de 2003, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências"; Requerimento nº 58-CAE, de 2004, de autoria: Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, que na audiência pública de instrução do PRS nº 57, de 2003, que dispõe sobre a autorização da cessão para cobrança da Dívida Ativa dos municípios em favor de instituições financeiras, seja convidado um representante da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM; Requerimento nº 59-CAE, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, seja previamente ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade do PLS nº 103, de 2004-Complementar, em vista da controvérsia sobre o âmbito de competência da União para legislar sobre o Imposto Sobre Serviços – ISS; e Requerimento nº 60-CAE, de 2004, de autoria Senador Ney Suassuna, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública neste Órgão Técnico, com a participação de representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de instruir a votação do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2004-Complementar, que "altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para adequá-la à Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas

e doze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 7 de dezembro de 2004, na sala das reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, às 10 horas e 50 minutos.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Nos termos do art. 62, § 6º, da Constituição Federal, encontra-se sobrestando a pauta a Medida Provisória nº 207, de 2004. Assim sendo, a Comissão apreciará somente matérias não-terminativas.

Item nº 1. Mensagem que propõe ao Senado Federal seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor de US$30 milhões dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o BIRD, destinado ao financiamento parcial do segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão. Autoria do Poder Executivo. O Relator é o Senador Rodolpho Tourinho, que deu parecer favorável.

Em 30 de novembro deste ano, foi concedida vista ao Senador Eduardo Azeredo, que devolveu a matéria sem manifestação.

De acordo com o art. 34 da Resolução nº 43/01, encontram-se presentes representantes do Estado do Maranhão e também da Secretaria do Tesouro Nacional, representado pela Srª Maria da Glória Nicolau e o Sr. Ronaldo Camilo.

O Relator já se manifestou. A matéria está em discussão.

Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, com relação à matéria, já me pronunciei na reunião anterior. É de grande importância para o Estado do Maranhão a aprovação do empréstimo, notadamente no que diz respeito a uma aplicação de recursos substanciais na área rural. Peço, portanto, aos meus colegas que aprovem a mensagem que está sob discussão e votação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Depois do que disse o Senador Edison Lobão, desisto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores concordam com o parecer queiram permanecer como se encontram.

A matéria está aprovada.

Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2003. O projeto é não-terminativo. Dispõe...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria de pedir urgência para o projeto do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ...sobre proibição a incentivo fiscal. Autoria do Deputado Wilson Santos. O Relator é o Senador Almeida Lima, que não se encontra presente, razão pela qual designo o Senador Ney Suassuna para que leia o relatório e explique por que está tão interessado na matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Estou interessado na matéria anterior, e pedindo urgência. Este é o Item 2, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 2.**

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Farei agora mesmo, Sr. Presidente. Pedi urgência para o anterior, do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço licença a V. Exª, antes de iniciar o Item 2, a fim de colocar em votação o requerimento de urgência com relação ao empréstimo do Estado do Maranhão.

Aprovado.

Assim sendo, a Secretaria-Geral enviará o projeto à Mesa, com a maior urgência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Cada dia entendo menos o Maranhão. E também, desculpe V. Exª, as correntes do seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não entendi o que V. Exª disse. E prefiro não entender.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a inversão de pauta do Item 9 para o momento em que V. Exª avalie possa ser apreciado e votado, ainda com **quorum**, porque se trata de uma matéria de grande importância, e estou pronto para ler o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos procurar atender V. Exª. O Item 2 já foi anunciado.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para a leitura do relatório do Senador Almeida Lima.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório, conforme o **caput** do art. 1º, estabelece que são proibidos incentivos fiscais da União à indústria tabagista e, no parágrafo único, que essa proibição não se aplica a projetos culturais, conforme previsto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

O art. 2º prevê que a vigência da lei em que se converteu o projeto terá início na data da respectiva publicação.

A proposição sob análise tem origem no projeto de lei do Deputado Wilson Santos, apresentado em 27-10-99, que previa a proibição de incentivos fiscais de qualquer tipo dirigidos às indústrias tabagistas e de bebidas alcoólicas.

Na Câmara dos Deputados, foi concluído, por unanimidade, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, nos termos do voto do Relator, que, no caso, foi o Deputado Carlito Merss.

A Comissão de Constituição, Justiça e de Redação aprovou, em caráter terminativo, também por unanimidade, voto do Relator, Deputado Bispo Rodrigues, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, acatando complementação do voto na forma do substitutivo e do voto em separado do Deputado Mendes Ribeiro Filho e concluindo pela inconstitucionalidade do projeto, por invadir a competência dos Estados, sobretudo quanto ao art. 24, § 1º, da Lei Maior e por ir de encontro aos princípios da prevalência de interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade.

Coube, por fim, à referida CCJ dar aprovação unânime à redação final oferecida pelo Relator, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, obedecidas as disposições regimentais aplicáveis, com tal redução.

Por essa razão, o projeto veio ao Senado e, consoante o nosso Regimento Interno, compete à CAE opinar sobre a proposição pertinente a aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos.

O projeto sob análise, como o Senado é a Casa revisora, está de acordo com os termos constitucionais e regimentais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é difícil imaginar que a proibição de incentivos fiscais tenha como conseqüências imediatas o desemprego em massa, o incentivo ao mercado ilegal, a redução na arrecadação fiscal, o desrespeito às normas de saúde pública, a recessão econômica, o desequilíbrio social, conforme o alegado no voto da Câmara dos Deputados, já que não está se proibindo a atividade da indústria em questão, mas tão-somente a concessão de incentivos pela União. Afinal, de acordo com o art. 196 da Lei Maior, é dever do Estado, por meio de políticas sociais e econômicas, promover a saúde da população.

Por isso, em vista ao exposto e nos termos do art. 133, item I, do Regimento Interno, concluímos pela aprovação total do Projeto de Lei da Câmara nº 53.

O voto do Relator, Senador Almeida Lima, que, sendo Relator **ad hoc**, estou relatando, é pela aprovação do projeto como veio da Câmara dos Deputados, proibindo que sejam concedidos incentivos fiscais à indústria tabagista. O parecer aprova a proibição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, está em discussão o Projeto de Lei da Câmara que dispõe sobre proibição de incentivo fiscal à indústria tabagista.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pedi vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ah, V. Exª pediu vista.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista é coletiva ou só V. Exª a requer? (Pausa)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está concedida pelo prazo regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de dar uma informação relacionada ao tema.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para exame do projeto de decreto legislativo que ratifica a Convenção-Quadro do controle do uso do tabaco, atendendo à solicitação dos Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim, reuniu-se ontem, juntamente com o Relator do parecer, o Senador Fernando Bezerra, e todos aqueles Senadores, na Universidade de Santa Cruz, em Porto Alegre, onde realizou uma audiência pública, contando com a presença de 900 pessoas que lotaram o auditório daquela univer-

sidade e mais dez mil pessoas que lotaram o ginásio daquela cidade, com enorme interesse.

Falaram tanto as autoridades responsáveis pela saúde, o Dr. José Gomes Temporão, do Instituto Nacional do Câncer, e outros representantes da Organização Mundial da Saúde e da Associação Médica do Rio Grande do Sul, bem como os representantes produtores de tabaco e de fumo.

Foi um debate como poucas vezes vi, Sr. Presidente, na história do Senado Federal. Gostaria apenas de assinalar que o projeto de lei relacionado às proposições da Convenção-Quadro teve ontem um ponto alto de debate, um verdadeiro exercício da democracia, realizado por uma das comissões do Senado Federal.

Era essa a informação.

A reunião da Comissão de Relações Exteriores foi inteiramente gravada, e a TV Senado depois vai reproduzi-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradecemos a V. Exª.

Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 505, não terminativo, é complementar. Institui o Fundo de Assistência Financeiro aos Microempreendedores, de autoria do Pedro Simon; o Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebi duas correspondências, uma do Banco do Brasil e outra do BNDES a respeito da matéria, fazendo algumas ponderações que considero importantes e que certamente vão contribuir para o aperfeiçoamento do projeto. Por isso, pediria que fosse suspensa a votação deste projeto, para apreciar esses documentos. Peço a juntada dos documentos ao processado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou receber os documentos de V. Exª, determinar a juntada e retirar o projeto de pauta, para que V. Exª melhor o examine.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É isso que desejo. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Parece-me que esse é o sentido do requerimento de V. Exª

Item 4. Altera a Resolução do Senado Federal nº 17, de 2001, que dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros. Autoria do Senador Teotônio Vilela Filho; o Relator é o Senador Aloizio Mercadante, que propõe a rejeição do projeto mas, ao mesmo tempo, leio aqui que S. Exª, como Relator, também pede para ser retirado de pauta o projeto, para reexame da matéria, o que fica deferido.

Passemos ao Item 5: Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2004, não terminativo, que altera o §5º do art. 4º da Resolução nº 96, de 1989, constitui condições para o encaminhamento de solicitação de operações de crédito, Lei de Responsabilidade Fiscal. Autoria do Senador João Capiberibe, Relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que apresenta parecer pela aprovação do projeto nos termos de substitutivo.

Em 30 de novembro do corrente ano, foi concedida vista ao Senador Rodolpho Tourinho, que tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, meu pedido de vista decorreu da preocupação, aliás muito demonstrada ao longo de toda a discussão, por exemplo, do projeto das Parcerias Público-Privadas dessa blindagem que tínhamos de fazer em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, eu apenas queria me certificar de que não haveria nenhum tipo de problema em relação não só às PPPs mas em relação a outros aspectos. Não existe; minha preocupação era infundada. De forma que voto, antecipadamente, a favor do projeto. Não tenho nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator, que já havia se manifestado, ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu já fiz a leitura do parecer na sessão anterior, quando foi feito o pedido de vista do Senador Rodolpho Tourinho. Eu queria fazer um resumo e apenas dizer que o Senador João Capiberibe propõe acrescentar um art. 10a à Lei Complementar nº 101, ou seja, à Lei de Responsabilidade Fiscal, dando maior transparência aos pedidos de crédito interno e externo que são efetivados e aprovados por esta comissão, exigindo uma comprovação da publicação dos relatórios apresentados pelas entidades interessadas nesses créditos. Portanto, Sr. Presidente, esta proposição apresentada pelo Senador João Capiberibe vem apenas reforçar a responsabilidade que devemos ter na concessão de quaisquer créditos que sejam aprovados por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a matéria.(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Item 6: acrescenta o art. 50a à Lei nº 9.478, de 1997, dispondo sobre a repartição do acréscimo da produção da exploração de gás natural e de petróleo nas modalidades **royalties** e participação especial e dá outras providências. Autoria do Senador Sérgio Ca-

bral, Relator Senador Ney Suassuna, que conclui pela aprovação do projeto.

Esclareço que esta matéria, depois de apreciada pela nossa Comissão, ainda terá que ir à Comissão de Infra-estrutura em decisão terminativa.

Tem a palavra o Relator Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de começar a relatar este item, eu queria dizer a V. Exª que me equivoquei quando pedi a urgência. Eu iria pedir para o item 9. Então peço a V. Exª que, se possível, faça a justa correção.

Sr. Presidente, os Estados produtores de petróleo seguem a legislação que diz o seguinte:

"No caso da exploração já existente, os royalties continuarão sendo distribuídos da seguinte forma: quando os royalties forem de 5%, 70% do valor irá para os Estados e 30%, para os Municípios. Se a exploração não for na plataforma continental, isso se a exploração não for na plataforma continental.

Se for a exploração na plataforma continental, esses percentuais passam para 30% para os Estados e 40% para os Municípios – é o art. 7º da Lei nº 7.990/89.

A parcela dos **royalties** que exceder a 5% será distribuída da seguinte forma: 52,5% para os Estados e 22,5% para os Municípios, se a exploração não for na plataforma continental. Se for ela na plataforma continental, os percentuais passam para 22,5% para os Estados e 30% para os Municípios – art. 49 da Lei nº 9.478/97.

Em se tratando de participação especial, os Estados receberão 40% das receitas e os Municípios, 10%."

O projeto do nobre Senador Sérgio Cabral, no caso de exploração nova, propõe que a União receba 25% dos recursos dos royalties e da participação especial e os Estados produtores e confrontantes recebam os 75% restantes. Os Estados, por sua vez, repassarão 25% desse valor para os Municípios. O § 1º do art. 50, "a", estabelece como os Estados distribuirão esses recursos entre os Municípios contemplados. O § 2º do projeto determina a forma de distribuição dos recursos recebidos pela União.

Nossa análise.

O autor do projeto justifica sua iniciativa com base no que considera a discriminação contra os Estados produtores de petróleo e de energia, no que toca ao ICMS. Atualmente, o pagamento do ICMS sobre petróleo e energia é feito no destino, embora a incidência desse imposto sobre todos os demais produtos seja na origem. Tal disparidade de tratamento tem prejudicado enormemente os Estados produtores de petróleo e de gás natural. O Senador Sérgio Cabral espera que o favorecimento previsto nesse projeto possa compensar os prejuízos que esses Estados vêm sofrendo. De fato, os Estados produtores de petróleo e de gás natural vêm sendo fortemente prejudicados com essa regra de cobrança do ICMS. O Senador Sérgio Cabral calcula que o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, deixe de arrecadar cerca de R$1 bilhão. Sendo assim, parece mais que justo elevar a participação desses Estados e Municípios na receita de **royalties** e de participação especial, assim compensando-os pelo não-recebimento da receita de ICMS sobre esses produtos.

Além de promover a justiça distributiva, o projeto tem o grande mérito de instituir uma forma engenhosa de incrementar a receita desses Estados sem prejudicar os atuais recipientes de **royalties** e de participações especiais. Ele determina que a nova forma de distribuição será aplicada somente à produção nova, que se iniciar a partir da entrada em vigor da lei. Tal mecanismo evitaria que os demais recipientes de **royalties** e de participações especiais sofram uma queda brusca nas suas receitas e, por conseguinte, amenizaria enormemente as dificuldades políticas que um projeto político dessa natureza terá necessariamente de enfrentar.

Como bem disse o nobre Presidente, é claro que esse projeto ainda será discutido na Comissão de Serviços de Infra-estrutura, mas nosso parecer, nesta comissão, em decorrência do exposto, tratando-se de uma proposição que ameniza as dificuldades orçamentárias dos Estados produtores de gás natural e de petróleo, é favorável à aprovação da proposta do nobre Senador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, como vimos, o parecer do relator é favorável à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, iniciando a discussão.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria apenas fazer uma indagação ao relator. Embora eu tenha ouvido a explicação do Senador Ney Suassuna, eu gostaria que V. Exª detalhasse uma questão. Na forma de distribuição atual, como esses recursos são distribuídos a Estados não produtores?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Penso que será mais prático V. Exª ouvir a resposta do próprio autor da proposta, que estudou a área muito profundamente. Por isso, peço ao nobre Senador Sérgio Cabral que, por gentileza, responda ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Antero Paes de Barros, a lei se refere aos Estados produtores.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sim, mas hoje há uma distribuição. Nessa distribuição atual, qual é a participação de Estados não-produtores? É o que estou indagando.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Não há distribuição. São 70% para os Estados e 30% para os municípios produtores. Não há nenhuma distribuição. Nesse projeto proposto por mim e relatado pelo Senador Ney Suassuna e na lei atual em vigor, como esclarece o Senador Rodolpho Tourinho, não há referência aos Estados não-produtores.

O SR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Está bem, Sr Presidente. Considero-me esclarecido e acompanho o Relator.

O SR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, minha posição aqui é de solidariedade irrestrita ao projeto do Senador Sérgio Cabral, uma vez que o Rio Grande do Norte é grande produtor de petróleo, produzindo cerca de 100 mil barris por dia, e até hoje, a exemplo do Rio de Janeiro, o maior produtor, e da Bahia, outro Estado grande produtor, não teve oportunidade de receber uma justa retribuição por essa produção.

Para que os senhores Senadores tenham idéia, quando eu era Governador do Estado, e isso não faz muito tempo isso, – recordo-me dos dados de 1997 – o que o Rio Grande do Norte recebia por mês não chegava a um milhão de reais em receita decorrente dos **royalties** de petróleo, enquanto que o prejuízo pelo não-pagamento do ICMS só do Rio de Janeiro foi calculado em um bilhão de reais. Os valores do Rio Grande do Norte, claro, ficam muito aquém disso, mas, para as dimensões do Estado, significam um prejuízo incalculável.

Então, diante de uma iniciativa como esta, quero elogiar o Senador Sérgio Cabral e o parecer do Senador Ney Suassuna, até porque se trata de uma lei que procura preservar o que existe até agora. O que existe até agora será preservado. A partir da nova produção é que teremos uma nova participação, um novo contexto, oferecendo a esses Estados produtores, para que eles tenham essa nova receita. Daí porque comungo com o Relator e elogio o esforço do autor do projeto.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há muito eu gostaria de ter melhor conhecimento da forma como se utilizam os **royalties** decorrentes da exploração dos recursos naturais em nosso País. A iniciativa do Senador Sérgio Cabral constitui a oportunidade para estarmos conhecendo, ainda mais sendo ele do Estado do Rio de Janeiro, que aqui procura aperfeiçoar o sistema hoje vigente.

No último domingo, o jornal **O Globo**, do Estado do Rio de Janeiro, publicou matéria de capa, indicando que alguns dos municípios têm utilizado os recursos decorrentes da receita de **royalties**, do petróleo ou de outros recursos naturais, de uma maneira que, aos olhos do editor de **O Globo**, não foram os mais prioritários, indicando que, diante de necessidades sociais prementes da população de alguns municípios, nem sempre as prioridades escolhidas pelos prefeitos que administraram aqueles recursos foram as mais adequadas.

Avalio que seria importante pensarmos sobre este aspecto. Gostaria de dizer, respeitosamente, ao Senador Sérgio Cabral, que gostaria de pedir vista. É uma observação construtiva. Quero pedir vista não para atrasar, mas para examinar melhor esse aspecto.

Uma das razões de enorme interesse que tenho pelo assunto é o fato de ter estudado uma das mais bem sucedidas experiências do mundo na destinação de recursos de **royalties** decorrentes da exploração de recursos naturais, tais como o petróleo. Não sei se V. Exª teve a oportunidade de conhecê-la. Existe, já desde 1976, no Estado do Alasca, Estados Unidos. V. Exª conhece?

No Alasca, a destinação de 50% dos **royalties** decorrentes da exploração do petróleo e dos demais recursos naturais fez com que se acumulasse um fundo que era de U$1 bilhão em 1980 e que, hoje, é de US$28 bilhões. Esse fundo paga aos atuais 660 mil habitantes do Alasca um dividendo da ordem de US$1 mil por pessoa. É um direito de todos partilhar da riqueza daquele Estado. Trata-se de uma experiência que é considerada exemplar e levou o Estado do Alasca a ser diferente de todo o conjunto da economia americana. Nos últimos 20 anos houve um processo de concentração de riqueza nos Estados Unidos, salvo no Estado do Alasca, graças ao fato de estarem distribuindo, desde a última década, 6% do Produto Interno bruto para os residentes, há um ano ou mais, de maneira igual. Esse mecanismo fez do Alasca o mais igualitário entre os cinqüenta Estados norte-americanos.

Em função dessas razões, Sr. Presidente, gostaria de pedir vista – enaltecendo o mérito do Senador Sérgio Cabral – para trazer algumas reflexões e sugestões à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral, na qualidade de autor do projeto.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Antes de mais nada, gostaria de agradecer ao Senador Ney Suassuna o parecer. Trata-se de um parecer extremamente técnico, com uma visão federativa, bem como agradeço ao Senador Antero Paes de Barros as pala-

vras. Agradeço, também, a ratificação feita pelo Senador Garibaldi Alves Filho, que foi importante. S. Exª, com sua experiência como Governador do Estado do Rio Grande do Norte, um dos Estados produtores, conseguiu ilustrar a questão.

Quero esclarecer ao nobre Senador Eduardo Suplicy – e é claro que o pedido de vista é um direito regimental – alguns pontos. Conheço a experiência do Estado do Alasca. É um Estado, como S. Exª mesmo disse, com 600 mil habitantes e com características muito próprias. Há também a experiência de um outro país nórdico, rico, que muito tem a nos ensinar nessa área: a Noruega. A experiência do Alasca tem uma outra dimensão. No entanto, estamos falando da Alasca e da Noruega.

Li, também, a matéria do Jornal **O Globo**. Concordo com as críticas feitas pelo jornal. Cabe ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas dos Estados produtores, controlarem a aplicação desses recursos pelos Municípios. Não podemos, por força da má administração dos recursos ou da distorção por alguns Municípios, comprometer uma lei. Cabe aos órgãos fiscalizadores, como acontece no Sistema Único de Saúde. Há uma série de imposições constitucionais à distribuição de recursos na área da saúde, da educação que cabe aos órgãos fiscalizadores acompanhar.

Quero chamar a atenção para um outro ponto que o jornal **O Globo** destaca com razão, apontado pelo Senador Ney Suassuna, que o nosso projeto corrige e que talvez o Senador Eduardo Suplicy não tenha verificado, lido ou refletido, usando o verbo que o Senador aplicou na sua exposição. Numa reflexão, nobre Senador Suplicy, hoje, e a matéria do jornal **O Globo** aponta com razão, há uma profunda injustiça na distribuição dos recursos dentro dos Estados produtores, uma vez que só recebem os recursos, Sr. Presidente, os Municípios confrontantes. Então, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, onde há 92 Municípios, apenas 12 ou 13 deles se beneficiam dos recursos dos **royalties**.

Indo exatamente na direção da matéria do jornal **O Globo** – e os Senadores Garibaldi e Suassuna já chamaram a atenção para isso –, é bom que volte a ficar claro que a lei se aplica para o excedente da produção, não alterando em nada a receita atual. Essa distribuição se dará de maneira mais democrática entre todos os Municípios do Estado e os Estados limítrofes. Exatamente! Esclarece-me e socorre-me o Senador Lobão.

Então, ao contrário, Senador Suplicy, ele desconcentra. Vou dar um exemplo: hoje, os Municípios produtores confrontantes recebem, no total, 30% dos *royalties* e 10% da participação especial. Com o nosso projeto, os Municípios produtores e confrontantes passam a receber 11,25% dos **royalties** da participação especial, e todos os Municípios do Estado passam a receber 13,75% dos **royalties** e da participação especial. É exatamente na direção da democratização dos recursos, sem retirar um tostão do que os atuais Municípios recebem, é bom deixar claro, nos Estados produtores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está feito o esclarecimento e está concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy pelo prazo regimental.

Com relação ao Item 7, projeto que altera dispositivo da Lei Complementar nº 116, que dispõe sobre imposto sobre serviço de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, para instituir a retenção e recolhimento do referido imposto nos casos que especifica. Há aqui um requerimento do próprio autor, Senador Antonio Carlos Valadares, sugerindo que, tendo em vista a controvérsia sob o âmbito da competência da União para legislar sobre o ISS, a matéria vá primeiro à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª para justificar o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, na verdade, essa proposição procura corrigir uma distorção existente na legislação atual. O que diz a legislação atualmente? O Estado que contrata a realização de uma obra num determinado Município não tem obrigação alguma de fazer a retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza. A empresa beneficiária é que vai tomar a iniciativa de ir ao Município onde está sendo a obra realizada para, de sua própria iniciativa, como falei, fazer o recolhimento do imposto devido.

O que estamos propondo? Que o estado que executou a obra, que assinou o contrato com a empresa, faça, desde logo, no momento do pagamento, a retenção do imposto sobre serviço de qualquer natureza devido. E isso evita uma possível sonegação fiscal, porque é da iniciativa da empresa chegar lá no Município e fazer o devido recolhimento. O Município é que tem que se virar para procurar a empresa e cobrar o imposto, porque, do contrário, poderá sofrer um grande prejuízo, pois o Estado não fez a retenção.

Com isso evitaremos a burocracia, e o Estado teria três dias para transferir aos cofres municipais o imposto devido e pago pela empresa. Portanto, o que estamos propondo na realidade é simplificar o recolhimento do imposto sobre o ISS.

Sr. Presidente, creio que o nobre Relator, a quem respeito muito, o Senador Valdir Raupp, tem dúvida sobre a constitucionalidade da matéria, considerando que estamos ferindo o princípio federativo. Ora, na verdade, o princípio federativo estaria sendo ferido se o Município fizesse uma legislação obrigando o Estado a fazer isso, como propõe o nobre Relator.

O que estamos querendo é uma lei federal, de forma genérica, que estabeleça uma norma dizendo o seguinte: os entes federados que fizerem uma determinada obra, um determinado serviço, serão obrigados a fazer o recolhimento o imposto e depois transferir ao Município interessado, ou seja, onde está sendo realizado a obra.

Então, se o nobre Relator continua com o propósito de considerar que essa nossa proposta é inconstitucional, de forma democrática, proponho que a matéria seja enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Do contrário, se S. Exª se convencer dessa argumentação que estou fazendo neste momento, passemos à votação, para acelerar o andamento da matéria, que é da maior importância para os Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concederei a palavra ao Relator para que se pronuncie. Mas em verdade essa é uma matéria de indagação jurídica muito forte. Creio que compete realmente – tenho essa opinião e vou manifestá-la aqui porque o projeto não será votado mesmo – aos Municípios legislar sobre o imposto sobre serviço de qualquer natureza. A União pode, sim, dispor sobre norma gerais, base de cálculo, não-incidência nas exportações, etc.

Concedo a palavra ao Relator. Se S. Exª concordar, a matéria está encerrada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O que eu quis dizer, Sr. Presidente, é que o Município não pode dizer: "a União tem que recolher e mandar para mim". Quem é o Município para fazer isso? Qual é o Governo Federal que vai cumprir isso? Isso é na inaplicável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Valdir Raupp, como Relator, qual é a opinião de V. Exª sobre o requerimento?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, prefiro que seja remetido à CCJ para um parecer jurídico, porque entendo que o ICMS é norma geral da União, mas cabe aos Estados legislar sobre a retenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Relator concorda com a proposta, com o requerimento apresentado pelo autor do projeto, Senador Antonio Carlos Valadares.

A proposta é que, antes de a Comissão de Assuntos Econômicos decidir, que seja ouvida a Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Está em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do autor, que tem a concordância do Relator, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o requerimento.

Portanto, determino à secretaria que encaminhe a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 8. Projeto de lei do Senado complementar, não-terminativo, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para adequá-la à Emenda à Constituição nº 42, de 19 de dezembro de 2003, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Relator: Senador Duciomar Costa, que opina pela aprovação do projeto com apresentação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, que apresenta.

Tem a palavra o Relator da matéria, Senador Duciomar Costa.

S. Exª não se encontra presente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, há um requerimento nosso. O projeto é meritório, a Senadora Ana Júlia Carepa aqui expressa o desejo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, vou tomar a liberdade de interrompê-lo, porque a Mesa me esclarece a existência de um requerimento apresentado por V. Exª para que, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, com a participação dos representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Votação.

V. Exª quer justificar o requerimento?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim, o projeto é extremamente meritório. É assunto que estamos discutindo na lei orçamentária, em vários gabinetes da república, e é importante que o Senado, antes de tomar a providência de votar a matéria, aprofunde mais o estudo.

Por esta razão, estamos solicitando que haja uma audiência em que esteja representante do Ministério da Fazenda e do Planejamento, de forma que possamos corrigir algumas injustiças que hoje existem em relação à Lei Kandir. É por esta razão que fazemos o requerimento e pedimos a V. Exª que, se possível, o submeta à votação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA – Quero dizer, Senador Ney Suassuna e demais Senadores presentes, que nada tenho a opor à realização de uma audiência pública, até porque esse é um temor que precisamos

discutir, inclusive à luz da reforma tributária, que discutimos no ano passado e está paralisada na Câmara dos Deputados. É necessário que se faça essa discussão conjunta.

Quando eu fiz o projeto, pensava que essa questão da reforma tributária estaria resolvida, mas, já que não está, cabe a nós aprofundarmos, até para termos uma solução, porque ela não é desconectada da questão tributária como um todo. Então, quero dizer que concordo que se realize essa audiência, para que todos possam acompanhar o tema que está em discussão sobre a compensação, como será feita a distribuição da compensação aos Estados exportadores e como vai ficar o ICMS. Isso não pode ser discutido de forma descasada, desconectada, dessa questão do ICMS.

Quero dizer que tem o meu apoio o requerimento do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Senadora Ana Júlia concorda com o requerimento do Senador Ney Suassuna.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de ressaltar a importância de se continuar na Câmara a aprovação da reforma tributária, porque o projeto da Senadora Ana Júlia já está regulamentando o que foi aprovado aqui, mas não foi aprovado na Câmara, nem por isso poderia ser aprovado aqui.

O assunto é importante, e não temos definição por parte da União dos valores que serão ressarcidos aos Estados – e isso não deve ser motivo de discussão. Foram seis bilhões e meio no ano passado, e me parece que estão tentando colocar um valor inferior a esse, o que é uma incongruência. O País está exportando mais, cada vez os Estados estão tendo menos compensação pelas exportações, a Lei Kandir já atingiu 55%, caiu, no ano passado, para 19%. Lembro que Fpex, que também já foi 36% a 40%, hoje está em 12%.

Esse modelo de exportação está ameaçado, na medida em que os Estados passam a pagar uma conta que é absolutamente impossível de ser paga e não tem sentido que isso seja feito desta forma.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, ao tempo em que considero necessária a discussão proposta pelo Senador Ney Suassuna, gostaria de fazer um apelo para que esta discussão ocorra este ano, antes da votação do orçamento, porque este assunto está na pauta do Orçamento. Não dá para ignorar que este é um assunto relevante, de urgente decisão do Congresso brasileiro.

Então, faria este apelo a V. Exª, já que a matéria está adiada e não vai ser apreciada hoje, mas que fizéssemos o esforço para ter a possibilidade de ouvir a opinião dos ministérios, solicitada pelo Senador Ney Suassuna, a tempo de, posteriormente, o Congresso deliberar sobre o orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Fizemos um esforço exportador muito grande ao longo desses últimos dois anos – na realidade, creio que há um período mais longo do que esses dois anos.

Na época da âncora cambial, houve uma deterioração muito grande do saldo comercial. O Brasil partiu, em 1994, de um saldo comercial de US$10.700 bilhões; quatro anos depois, havia um déficit de US$8,5 bilhões. Isso levou a uma deterioração muito profunda do balanço de pagamentos do Brasil.

O déficit de transações correntes, de 1994 a 2002, aumentou em US$186 bilhões, e estávamos financiando esse déficit basicamente com a venda de patrimônio: empresas estatais, empresas nacionais, e mantendo juros altos para captar capital especulativo, o que impulsionou a dívida pública de uma forma absolutamente irresponsável do meu ponto de vista.

A dívida pública praticamente dobrou, no período de quatro anos, gerando, portanto, um constrangimento muito grande ao crescimento econômico e um aumento permanente da carga tributária.

O que está havendo nesses últimos anos? Um crescimento substantivo das exportações, que, este ano, cresceram 33%.

Esse crescimento vigoroso das exportações gerou um superávit comercial de US$32 bilhões, o que está permitindo desindividar o País interna e externamente; a dívida pública e a dívida externa estão caindo em relação ao PIB, gerando estabilidade e economia e um crescimento que é o melhor dos últimos dez anos.

Reconheço que os governos de estados enfrentam dificuldades, exatamente porque a desoneração das exportações incidem sobre todos os entes da federação, e os governos de estado, com a Lei Kandir, sofrem realmente um impacto fiscal significativo.

Temos que discutir essa questão com mais profundidade, porque, este ano, o Governo Federal está repassando R$6,5 bilhões para os governos estaduais, exatamente para compensar parte desse esforço. No entanto, alguns estados não podem nem sequer repassar para as empresas, porque é inaceitável, o crédito de ICMS devido. Então, na realidade, o empresário tem o crédito a receber, e não consegue recebê-lo.

Alguns governos de estado que estão com a situação mais vulnerável vivem um quadro de profunda delicadeza, portanto sou favorável a que se discuta esta questão, mas com profundidade. Não acredito que um simples projeto de lei vá resolver.

Precisamos ir mais a fundo na Lei Kandir, no esforço de desonerar as exportações e na política de compensação, porque a União não tem como repor todos esses recursos simplesmente. Temos ainda o salário mínimo, há a questão da desoneração do Imposto de Renda, a própria Oposição não quer que a dívida pública cresça nem que se aumente a carga tributária, mas essa conta tem que fechar.

Creio que devemos mexer no modelo de desoneração de exportações. Não basta simplesmente o repasse de recursos.

A última MP que aprovamos, de R$900 milhões de repasse, para aumentar o aporte de recursos aos estados, e a MP exigia que fosse transferido para as empresas, em muitos estados não foram transferidos os recursos; o crédito não foi repassado.

Então existe, de fato, um problema bastante profundo.

Não sei se é possível criar uma subcomissão temporária, para aprofundar realmente este debate tanto em relação aos governadores, como à Fazenda e à Receita Federal, para construir uma política mais sólida, porque temos um problema delicado que não será equacionado simplesmente com o repasse de recursos. Devemos analisar mais a fundo este problema do esforço de exportação e da desoneração tributária, porque ela realmente está pesando muito para alguns estados exportadores, especialmente aqueles que têm saldo comercial, como é o caso, por exemplo, do Pará e de outros, onde o desequilíbrio fiscal é significativo.

Isso leva à necessidade de suspensão desses mecanismos de guerra fiscal que existem no País. Esta é outra ponta da história. Os governos de estado estão sobrecarregados pelo esforço exportador, e continuam com a política de concessão de incentivos fiscais exagerados, mas depois não conseguem administrar as suas finanças.

A reforma tributária tem que avançar. O que o Senado aprovou, em termos de unificação do ICMS: cinco alíquotas, em vez de 44, unificado em direção ao IVA, substituindo por um Fundo de Desenvolvimento Regional, é um mecanismo. Tínhamos previsto inclusive um aporte maior de recursos para os Estados. É que a Câmara não avançou na reforma tributária e isso também prejudicou tanto os municípios quanto os Estados, na questão do Fundo de Participação dos Municípios, e o esforço de desoneração de exportações que estava previsto.

Proponho retomar o debate da reforma tributária, aprofundar essa discussão da desoneração, além dos aportes, que é uma questão de orçamento que, de fato, existe. Temos de fixar um quantum, em termos de receita orçamentária a ser repassada para os Estados que, seguramente, tem de ser mais do que foi esse ano, de R$6,5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna. Logo a seguir, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, concordo com o Senador Mercadante de que precisamos aprofundar mais do que uma simples reunião feita aqui em uma audiência pública, mas, para que víssemos melhor o perfil de todo o problema, a audiência pública seria importante. Faríamos a audiência pública e, depois dela, mais entrosados com os vários aspectos que tem tudo isso que o Senador Mercadante falou e ainda alguns outros aspectos que, com certeza, surgirão, criaríamos uma subcomissão que pode ser temporária, mas que imediatamente cuidaria de aprofundar esse problema, que é extremamente complexo.

Em relação ao endividamento de estados e municípios que têm uma parcela oriunda desse assunto, temos com uma subcomissão que já teve o seu relatório pronto ainda não votado no Plenário. E, com toda certeza, concordamos que estados e municípios precisam ser olhados com muita urgência, porque, principalmente os municípios, neste final de ano, estão todos eles, Sr. Presidente, com a corda no pescoço. Os Municípios do Norte e Nordeste, Centro-Oeste, e os da maioria do País, não têm como pagar décimo terceiro. Estão muito sacrificados. É preciso aprofundar este debate e que a Câmara tenha vontade política e cumpra o que mandamos na votação. Cumpra-se a votação, pois ela precisa ser efetuada.

Era essa a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho, tem V. Exª a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu só queria registrar que essa audiência pública deve ser realizada. Não tenho nada contra. Creio que ela vai chancelar um assunto que já se conhece. O problema que temos hoje em relação à reforma tributária é que o Governo defina qual é o critério de formação do Fundo de Desenvolvimento Regional e qual será o seu valor. Essa é a posição que os Estados consideram hoje como ponto importante de partida para retomar a questão da reforma tributária. E, evidentemente, definido isso, parte-se para outro ponto, mencionado até pelo Senador Mercadante, que é a questão da guerra fiscal. Mas é preciso definir primeiro o FDR para, depois, partir também para essa questão do Fundo de Exportação, que está na reforma tributária. Só quero deixar claro que mais importante hoje do que até a realização de uma audiência pública é o Governo definir como será formado o FDR e qual o seu valor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, colocarei o requerimento que propõe a realização de audiência pública em votação. Mas lembro que estamos no dia 7; a próxima terça-feira é dia 14; depois, 21 e, no máximo, 28. Considero muito difícil, Senador Antero Paes de Barros, a realização dessa audiência ainda este ano.

Em votação o requerimento do Senador Ney Suassuna, que tem a concordância da autora do projeto, Senadora Ana Júlia Carepa.

A matéria está aprovada.

Passemos ao Item 9.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, abusando da liberalidade de V. Exª, eu gostaria, pois tenho de me retirar, de dar um aviso aos Senadores Garibaldi Alves, Tião Viana, Eduardo Azeredo, Antonio Carlos Valadares, sobre a realização de uma reunião da Comissão que vai dar parecer sobre as medidas provisórias

Farei uma reunião hoje à tarde, que estou convocando agora. Direi a hora posteriormente. Inclusive, se V. Exª quiser aparecer, nos dará muita honra. Precisamos entregar isso antes de terminar esta sessão legislativa, de maneira que vamos fazer um grande esforço.

O Relator é o Deputado Sigmaringa Seixas, e já temos os nomes da Câmara e do Senado. Peço a V. Exª que me perdoe por ter que fazer esta comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O importante é que V. Exª o faz em razão da natureza da matéria, que causa apreensão ao Congresso Nacional.

Item 9: Propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de US$572,2 milhões dos Estados Unidos da América entre o Brasil e o Bird, destinado ao projeto de apoio ao Programa Bolsa Família. A autoria é do Poder Executivo. Relator: Senador Eduardo Suplicy, que apresenta parecer favorável nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por meio da Mensagem nº 188, de 2004, o Presidente da República submete à deliberação do Senado autorização para contratação de crédito externo no valor de US$572,2 milhões dos Estados Unidos da América de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial, destinado ao projeto de apoio ao Programa Bolsa Família.

A operação deverá ser realizada com as seguintes características: Devedor: Ministério da Fazenda. Credor: BIRD. Valor: US$572,2 milhões. Desembolso: até 31 de dezembro de 2006. Carência: 60 meses. Amortização: 24 parcelas semestrais consecutivas, iniciando-se a primeira em 15 de novembro de 2009 e a última em 15 de maio de 2021. Juros: **labor** de seis meses para dólares dos Estados Unidos, mais spread a ser fixado pelo banco na data da assinatura do contrato, o qual se manterá fixo por todo o prazo de operação, exigido semestralmente em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, sendo que o spread em vigor é de 0,5% ao ano.

A modalidade de empréstimo é **fixed spread loan**, com a possibilidade de conversão de moeda; conversão da taxa de juros de flutuante para fixa ou vice-versa; e estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros. Todas as possibilidades serão eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo.

Os recursos serão destinados ao Programa Bolsa Família. A comissão de compromisso será de 0,85% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano; e 0,75% ao ano, do quarto ano em diante.

Comissão à vista: 1% sobre o valor do empréstimo, a ser debitado na data em que o contrato entrar em efetividade. Condições de pagamento: em 24 parcelas semestrais consecutivas. Juros semestralmente vencidos. Comissão de compromisso semestralmente vencida em uma única parcela, pagável na data ou logo após a data de efetividade do acordo do empréstimo.

O Senador Edison Lobão pede que eu resuma a análise.

Sr. Presidente, este empréstimo procura dar possibilidade ao Governo Federal de efetivar mais eficazmente o Programa Bolsa Família, bem como de aperfeiçoar todo o sistema de monitoramento, de avaliação e, inclusive, de se aperfeiçoar o Sistema de Cadastro Único, que vem sendo tão importante, uma vez que o Projeto Bolsa Família, iniciado em outubro de 2003, unificou os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Vale Alimentação, de tal maneira a fazer com que cada família com rendimento até R$100,00 mensais possa ser beneficiada, se estiver na faixa de zero a R$50,00, com R$15,00, R$30,00 ou R$45,00, se a família tiver uma, duas, três ou mais crianças; e apenas com a parte variável de R$15,00, R$30,00 ou R$45,00 se a família tiver uma, duas, três ou mais crianças, e apenas com a parte variável de quinze e trinta, ou quarenta e cinco, conforme a faixa de rendimento da família.

Quero até assinalar, Sr. Presidente, que o Ministro Patrus Ananias solicitou que estivesse aqui a sua equipe: Sr. Waldomiro Souza, assessor do secretário

executivo; Letícia Bartolo, Antônio Claret e o Sr. Arnóbio Viana Davi, que é o contato com o nosso Parlamento, ademais o Sr. Vinicius Neiva, da Secretaria do Tesouro Nacional, que estão aqui dispostos a prestar quaisquer esclarecimentos.

Hoje, o Bolsa-Família vem beneficiando 5.948.886 famílias, ou seja, o cronograma estabelecido pelo Presidente Lula e o Ministro Patrus Ananias está sendo inteiramente cumprido. Ao final deste ano, teremos, portanto, cerca de seis milhões de famílias. O objetivo é de se ter 11,2 milhões de famílias, beneficiadas com o Bolsa-Família no ano de 2006.

Desse montante de recursos, quinze milhões de dólares serão exatamente para aquele objetivo de propiciar as melhores condições técnicas para a implementação do programa: aperfeiçoamento do cadastro único; o sistema de identificação da população beneficiária, visando à identificação dos programas e das políticas que venham a ser utilizadas; a revisão do conteúdo dos questionários; a redução dos erros administrativos, especialmente as duplicidades; o fortalecimento da estrutura operacional e institucional, que poderá contribuir para corrigir aqueles problemas, objetos de análise dos meios de comunicação, nesses últimos três meses, que inclusive levaram o Ministro Patrus Ananias a dar muita atenção à questão da melhoria do controle, para evitar quaisquer desvios de procedimentos.

Sr. Presidente, esta é a minha recomendação ao Ministro Patrus Ananias e à sua equipe: na análise que se está fazendo da implementação do Bolsa-Família, há a perspectiva de se instituir efetivamente no Brasil, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, em 8 de janeiro deste ano, ou seja, a renda básica de cidadania, que pode ser vista como o nosso rumo, em termos de políticas de transferência de renda no Brasil.

Então, as condições que o BIRD estará proporcionando, possivelmente de um outro empréstimo que está para ocorrer do Banco Interamericano de Desenvolvimento, servirão para uma análise de experiência inédita nos diversos países. Portanto, avalio que o próprio Banco Mundial e o BID tenham interesse de conhecer a evolução desse programa no Brasil.

Assim, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vimos, o parecer é favorável.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo vista ao Senador Antero Paes de Barros.

A Presidência agradece a presença da equipe do Ministro Patrus Ananias, que nos honra em nossa reunião. Peço aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos que formalizássemos alguns requerimentos a serem votados aqui.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a V. Exª a inclusão, na pauta da próxima reunião, do Projeto que trata da lei que regulamenta o setor pesqueiro. Recebi esse projeto como Relator e já estou com o Relatório pronto. Gostaria de contar com a compreensão de V. Exª para que ele constasse da pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves, esclareço a V. Exª que não colocamos este Projeto hoje, porque a pauta está trancada. Ele é um projeto terminativo. Se, até terça-feira, a pauta estiver livre, V. Exª será atendido em um projeto de tanta importância, sobre o qual entende tão bem.

Vou colocar alguns requerimentos em votação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Na mesma linha do Senador Garibaldi Alves: há dois projetos com parecer já emitidos pelo Senador Paulo Octávio que tratam de Imposto de Renda, um de minha autoria e o outro do Senador Jefferson Péres. Também pediria a V. Exª que priorizasse a entrada em pauta desse projeto, já que o parecer está pronto há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antero Paes de Barros, esse projeto é muito atual, o próprio Governo vem falando sem apresentar qualquer solução. Só que também é um projeto terminativo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de me colocar à disposição do Senador Antero Paes de Barros para análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar o requerimento firmado pelos Senadores Aelton Freitas e Edison Lobão, propondo a prorrogação, até o término da sessão legislativa de 2005, dos trabalhos da Subcomissão destinada ao acompanhamento das liquidações de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil porque ainda não foram concluídos os trabalhos.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada.

Requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa pela prorrogação do prazo da Subcomissão Temporária de Extração Mineral por um ano a fim de que

a mesma possa concluir as tarefas para as quais foi constituída.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senador Leonel Pavan. Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja a Subcomissão Temporária de Turismo, instituída pelos Requerimentos nºs 13 e 14, de 2003, da CAE, transformada em Subcomissão Permanente.

Permito-me aqui colocar este requerimento sob termos regimentais. A prorrogação deve ser até o fim dos trabalhos do ano de 2005, sob pena de estarmos criando outra comissão, o que feriria, a meu ver, o Regimento. É nessas condições que coloco em votação o requerimento apresentado pelo nobre Senador Leonel Pavan.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado até o fim de 2005.

Requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Requer nos termos regimentais seja convidada a Exmª Srª Ministra de Estado de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão sobre o novo modelo de reestruturação do setor elétrico, os investimentos realizados e os resultados obtidos com essa política.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento nos termos em que foi apresentado.

Requerimento de autoria do Senador Sérgio Cabral. Requer que seja incluído na audiência pública deste órgão técnico o Sr. Luis Fernando de Souza Pezão, Presidente da Associação dos Prefeitos do Rio de Janeiro, a fim de instruir a votação do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, que autoriza a cessão para cobrança da dívida dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providencias. Autoria do projeto é do próprio Senador Sérgio Cabral.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esse é o requerimento de aditamento ao requerimento nº 50. É do mesmo sentido do requerimento anterior apresentado pelo Senador Sérgio Cabral. Apenas o Senador Antonio Carlos Valadares pede que sejam convidados para a audiência pública os Srs. Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Meire Lúcia Gomes Monteiro, da Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social, o Marco Coelho de Melo, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Estado, e Aldemário Araújo Castro, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Está em discussão o requerimento.

Está em votação.

Requerimento aprovado.

Este é um requerimento de autoria do Senador Paulo Octávio e do Senador Jonas Pinheiro, solicitando que seja convidado o Dr. Carlos Augusto Vieira da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, para participar da audiência pública com o objetivo de instruir a votação do Projeto de Lei do Senado nº 057, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza a cessão para a cobrança da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras.

Então, eu coloco em discussão.

Em votação.

Aprovado.

Requerimento do Senador Eduardo Suplicy do mesmo sentido, para que seja convidado o representante da Associação Nacional dos Procuradores Municipais. Peço para juntar este requerimento ao requerimento do mesmo sentido já aprovado.

Eu queria fazer uma comunicação aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

No próximo dia 15, que será uma quarta-feira, nós ouviremos aqui, em reunião extraordinária, o Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, numa reunião conjunta que já foi acertada com a Comissão de Infra-Estrutura.

S. Exª se propôs comparecer aqui, no dia 15, porque inicialmente estava marcado para o dia 14, mas fará viagem, acompanhando o Presidente da República. S. Exª virá aqui para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras.

Este requerimento de oitiva foi feito pelo Senador Eduardo Azeredo.

Eu o coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Considero-o aprovado.

Determina a Secretaria que volte a entrar em entendimento com o Ministro de Estado da Agricultura e com o representante do Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN) e da Câmara Setorial da Uva e Vinho, para marcar dia e hora para a audiência pública requerida

pelos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Aloizio Mercadante.

Antes de encerrar, quero dizer que o nosso Vice-Presidente, que aqui se encontra, Senador Paulo Octávio, convida os Srs. Senadores para uma visita monitorada, agora às duas e trinta, ao Palácio do Itamaraty, para uma exposição "O Olhar Modernista do Presidente Juscelino Kubitschek".

Está feito o convite. Aqueles Senadores que puderem comparecer vão presenciar uma belíssima exposição, tenho certeza. E todos nós nos inspiraremos na grande obra do Presidente desenvolvimentista deste País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com os agradecimentos aos membros da Comissão, à imprensa falada, escrita e televisada e a todos aqueles que nos honraram com suas presenças.

Até a próxima reunião se Deus quiser.

(Levanta-se a reunião às 12h12min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Quadragésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 14 de Dezembro, de 2004, às 10:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinqüenta e oito minutos do dia quatorze de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, Fátima Cleide, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Luiz Otávio, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Maguito Vilela, César Borges, Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Romero Jucá, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e Serys Slhessarenko, tendo falta justificada em virtude de ter sido designada para representar o Senado Federal na Décima Conferência de Lãs Partes (COP-10) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima em Buenos Aires. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre proibição a incentivo fiscal", de autoria do Deputado Wilson Santos, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 7-12-04 foi concedida Vista ao Senador Garibaldi Alves Filho nos termos regimentais. A Presidência concede a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, que apresenta Requerimento solicitando que a matéria seja remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise da constitucionalidade da matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 61-CAE, de 2004. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2004, não terminativo, que "Acrescenta o art. 50-A à Lei nº 9.478 de 1997, dispondo sobre a repartição do acréscimo da produção da exploração de gás natural e de petróleo, nas modalidades royalties e participação especial, e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 7-12-04, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Sérgio Cabral, Aloizio Mercadante, que sugeriu que a matéria fosse votada na Comissão de Assuntos Econômicos mas com compromisso de seja feita uma ampla discussão na Comissão de Infra-estrutura, e Antonio Carlos Valadares. Colocado em votação, é aprovado o Parecer do Relator favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Infra-Estrutura em decisão terminativa. Item 3 – Mensagem do Senado Federal nº 188, de 2004, não terminativa, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US$572,200,000.00 (quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família", de autoria do Poder Executivo, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy. Em 7-12-04, foi concedida Vista ao Senador Antero Paes de Barros nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. Aberta a discussão da matéria, o Senador César Borges solicita verificação de quorum. Não mais havendo quorum para discussão dos Itens 3 e 4, a Presidência adia a discussão e votação das matérias para a próxima reunião da Comissão, a realizar-se, extraordinariamente, dia 15/12/04, às 09:30 horas. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 61/04-CAE, de autoria do Senador Garibaldi Alves Fi-

lho, que requer, nos termos Regimentais, seja o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2003, que dispõe sobre a proibição a incentivo fiscal, previamente examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de que seja analisada a constitucionalidade e a juridicidade da matéria, antes da deliberação de mérito deste Órgão Técnico. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há número regimental.

Está aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Agradeço a presença de todos.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, como é de praxe.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Esclareço que apreciaremos apenas processos não-terminativos, tendo em vista haver medidas provisórias, no plenário do Senado, sobrestando a pauta.

Item 1:

Projeto de Lei da Câmara, que dispõe sobre incentivo fiscal, de autoria do Deputado Wilson Santos; Relator, Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do projeto.

Em 7 de dezembro do corrente ano, na última reunião, Senador Sérgio Cabral, foi concedida vista ao Senador Garibaldi Alves Filho, nos termos regimentais.

Há sobre a mesa, requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho vazado nos seguintes termos:

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2003, que dispõe sobre a proibição em incentivo fiscal, previamente examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de que seja analisada a constitucionalidade e juridicidade da matéria antes da deliberação do mérito desse órgão técnico.

Em suma, o Senador Garibaldi Alves Filho, que pediu vista do processo, entende que há a necessidade do exame dos pressupostos da constitucionalidade e da juridicidade dessa matéria antes da apreciação do mérito.

Em discussão a matéria (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, autor do requerimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHOS (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, com a responsabilidade de haver pedido vista, e agora apresentando esse requerimento, eu gostaria de solicitar aos meus ilustres Pares a atenção para o seguinte fato: a concessão de benefícios fiscais de isenção ou anistia devem ser feitos por lei ordinária específica. Nessa esteira, se eventualmente essa proposta for aprovada, lei ordinária posterior poderá revogar o conteúdo dessa norma, que, na forma como proposta, não revoga os benefícios fiscais ora em vigor, tendo a sua aplicabilidade restrita a eventuais benefícios.

Por outro lado, a concessão de benefícios fiscais em matéria tributária é competência comum dos Poderes Executivo e Legislativo e, sendo assim, não se poderia, em iniciativa do Poder Legislativo, proibir ao Poder Executivo, por meio de lei ordinária, a concessão de tais benefícios, sob pena de se ferir a autonomia e independência entre os Poderes, prevista no art. 2º da Constituição Federal de 1988.

Eu gostaria que fosse dada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a oportunidade de examinar essa questão que, me parece, ser relevante do ponto de vista constitucional, pois que só ela tem condições de se aprofundar na matéria.

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves Filho, permita-me V. Exª, eu penso que tem procedência. Conforme o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, muitos projetos, como, por exemplo, de isenção, de diminuição de alíquota, de Imposto de Renda, matérias essas, se for como V. Exª está pensando, serão sempre de iniciativa do Poder executivo. Não é isso?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Nesse caso, sim. Agora, seria melhor esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro! Vamos ver se mais algum Sr. Senador quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, coloco o requerimento em votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a remessa do Projeto de Lei da Câmara nº 53,

de 2003, para prévio parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada e a Secretaria fica encarregada de enviar a matéria para a CCJ.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado, não terminativo, nº 222 do corrente ano. Dispõe sobre a repartição do acréscimo da produção da exploração de gás natural e de petróleo nas modalidades *royalties* e participação especial e dá outras providências. Autoria do eminente Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o ilustre Senador Ney Suassuna, que opinou pela aprovação do projeto.

A matéria, caso seja aqui aprovada, ainda será apreciada pela Comissão de Infra-Estrutura em decisão terminativa. Hoje, aqui, a decisão não é terminativa.

Em 7 de dezembro de 2004 foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy.

Nos termos regimentais, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que pediu vista, para que faça as suas considerações.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou devolvendo o processado sem modificação, informando que, na próxima etapa de apreciação, na Comissão de Infra-Estrutura, eu poderei ainda encaminhar algumas sugestões e reflexões.

Considero que, no que diz respeito ao aproveitamento dos **royalties** decorrentes da exploração de recursos naturais, é muito importante pensarmos melhor a respeito de como esses recursos devam ser priorizados e destinados, na medida do possível, no sentido de garantir que todos os brasileiros venham a partilhar da riqueza de nossa Nação.

Na medida em que pudermos pensar na forma de bem destinarmos os recursos decorrentes da exploração de recursos naturais, que, por definição, devem pertencer a todos na Nação, é que poderemos garantir o direito de todos, brasileiras e brasileiros, sermos sócios desta Nação.

À luz dessa reflexão, ainda quero fazer algumas sugestões ao Senador Sérgio Cabral, que é o autor dessa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, vou dar uma opinião e depois vou conceder a palavra. Aliás, não é bem uma opinião.

Essa matéria vem sendo muito discutida aqui. Quero só esclarecer algo que o Senador Sérgio Cabral o fará com maior propriedade. A alteração será somente após a aprovação da lei e o que exceder, quer dizer, sem prejuízo daqueles que já recebem. Apenas propiciará uma melhor distribuição. Pelo menos é esse o objetivo do projeto.

Considerando esse projeto de relevância, peço ao Senador Sérgio Cabral que, como autor do projeto, conhecendo bem o assunto – isso interessa ao Estado do Rio de Janeiro e a outros Estados – o explique melhor. Vamos colocar isso em votação.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exatamente, Presidente.

Primeiro, agradeço ao Senador Eduardo Suplicy e aos demais membros desta Comissão pela atenção dada ao projeto, e a V. Exª, em particular, que o resumiu na essência. É uma nova repartição sobre o acréscimo da produção dos **royalties** e da participação especial do petróleo brasileiro, e que beneficia "n" Estados da Federação nesse sentido. E mais: beneficia todos os municípios desses Estados. A preocupação do Senador Eduardo Suplicy, como não poderia deixar de ser, é nobre, voltada para a aplicação desses recursos. S. Exª está preocupado – e com razão – com a maneira como esses recursos estão sendo aplicados. Isso não diz respeito, Sr. Presidente, a essa lei, a esse projeto e à lei que estamos modificando, mas a uma outra etapa. Qualquer mecanismo que o Senador Eduardo Suplicy apresente no sentido de amarrar cada vez mais e objetivar que a aplicação dos **royalties** da participação especial tenha um controle mais rígido e sejam, de fato, aplicados no que a lei manda – na infra-estrutura, no bem-estar social –, contará sempre com o nosso apoio.

Nossa proposta aqui é de maior democratização desses recursos sobre o acréscimo da produção. Como disse bem V. Exª, no caso dos Municípios – nos Estados só haverá maior receita – produtores e limítrofes e no caso da União, não haverá perda alguma.

Faço, portanto, essa ponderação, Sr. Presidente, sobre a essência, o mérito do projeto, deixando claros, mais uma vez, alguns percentuais: o percentual da União, no que diz respeito a **royalties**, passa de 40% para 25% sobre o acréscimo; o percentual dos Estados passa de 22,5% para 50%; nos Municípios, de 30% para 25%, no que diz respeito a **royalties**. No entanto, em relação à participação especial, os Municípios passam de 10% para 25%.

Vale a pena citar um exemplo para ilustrar a democratização dos recursos dentro dos Estados. Recentemente, **O Globo** mostrou não só a aplicação distorcida, mas também a concentração de recursos em poucos Municípios. No caso do meu Estado, são 92 Municípios, e apenas 13 recebem hoje esses recursos – e continuarão recebendo. Não perderão nada. No entanto, sobre o acréscimo, passam a receber os 92 Municípios.

Trata-se de um projeto democrático, que visa a valorizar os Estados e os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para discutir a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Em seguida, Sr. Presidente, também peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, faço uma ponderação: uma decisão como essa requer um estudo bem mais aprofundado do que aquele que fizemos na Comissão. Não vejo como tomar uma decisão dessa natureza sem ouvir o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda. Ao reduzirmos em 15 pontos percentuais a participação da União, em detrimento de um Estado produtor específico, estaremos penalizando os outros Estados da Federação que não produzem. Os recursos da União, evidentemente, são repartidos na forma de investimentos e programas para todas as regiões do País. Há também uma redução para o Município produtor, mas aí está explicado que haveria uma compensação, porque o Estado teria outro critério de repartição.

Até o momento, consideramos o debate oportuno, e sua discussão deve ser feita com cuidado. No entanto, deixo claro que o Governo não tem acordo, no mérito, com relação a esse projeto. Eu gostaria muito de aprofundar essa discussão com o Senador Sérgio Cabral. Acho meritório o fato de S. Exª ter trazido essa discussão para cá. Isso é absolutamente legítimo por se tratar de um grande Estado produtor. Vai ter um acréscimo muito grande a produção de combustíveis. Isso vale para São Paulo também. O BS-400, por exemplo, a grande reserva de gás que vai entrar em prospecção no futuro, está na bacia de Santos. Uma parte substancial vai para o litoral paulista. Falo, portanto, também como representante de um Estado que seria beneficiado pela medida, e entendo que os outros Estados que não produzem – infelizmente, não têm reservas dessa natureza – perderiam receita.

Assim, creio que essa discussão deveria ser feita com mais calma. Deveríamos ver os valores que estão embutidos nisso...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Não haverá perdas. Gostaria de prestar um esclarecimento ao Senador Aloizio Mercadante. V. Exª ainda não havia chegado...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu entendi. É sobre o acréscimo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É sobre o acréscimo. Não haverá perda alguma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu sei, mas haverá uma perda potencial, porque os Estados deixam de ganhar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Os Estados não, a União.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A União, ao deixar de receber, deixa evidentemente de repassar para outros Estados que não são produtores de petróleo. Então, há uma mudança do ponto de vista do processo de repartição dos recursos entre União e Estados. Somos uma Nação de 27 Estados e só alguns são produtores, como Sergipe, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro. Então, precisamos de uma discussão mais aprofundada sobre essa matéria. Não há... Ela passará a ser de gás, é isso o que estou dizendo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas não é, São Paulo não é produtor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu sei, mas como estamos falando do acréscimo, Senador Sérgio Cabral, e o BS-400, que é a maior reserva de gás, está no litoral da Bacia de Santos...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Essa é uma discussão também não concluída, do ponto de vista...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Mas é simples, porque o IBGE calcula a repartição por todo o litoral que tenha acesso à plataforma marítima. Portanto, seguramente, a Baixada Santista será decisivamente beneficiada. São 137km de distância, é mais próxima do que qualquer outra região do litoral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Queria só colaborar com V. Exª. V. Exª é santista... Aliás, será campeão brasileiro na próxima semana com a ajuda do meu clube, do Vasco da Gama, mas, nesse ponto, não concordo com V. Exª. Não está definido geograficamente onde é essa Bacia, se ela está de frente para o Estado do Rio, se ela está de frente para São Paulo... Essa é uma discussão não acabada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – São duas reservas, a BS-500 e a BS 400. A BS-400 está identificada e já está inclusive em definição o gasoduto, a plataforma de apoio no litoral e tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que é que V. Exª propõe?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Gostaria de ponderar ao Senador Sérgio Cabral que é melhor avançar numa matéria como essa de forma pactuada e negociada do que avançar só do ponto de vista formal, porque isso não significa avanço. Acho que não tivemos uma negociação de mérito sobre esse projeto com a União.

O SR. (Orador não identificado) – Por que não avançamos, proponho ao líder do Governo e a V. Exª,

Sr. Presidente, o encaminhamento votando na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Infra-Estrutura, fazendo um grande debate, convocando o Ministério das Minas e Energia, a ANP, porque...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, vamos firmar um acordo, de que aprovaríamos na CAE com o compromisso do autor de que, na Comissão de Infra-Estrutura, faremos a negociação e a discussão do mérito. Vamos sentar para negociar, fazer a audiência pública e sentar com o Governo para negociar. Aprovaríamos apenas para dar estímulo a essa discussão e permitir que o projeto dê um passo, mas com o compromisso de que faremos a audiência e a negociação na Comissão de Infra-Estrutura, que é a Comissão de Mérito.

O SR. (Orador não identificado) – De minha parte, Sr. Presidente, não vejo nenhum problema. Apenas para dar mais um pitaco no mérito, o Senador Aloizio Mercadante sabe que a única exceção na Constituição brasileira é a que prejudica os estados produtores em relação ao ICMS. Essa foi uma intenção do constituinte de, de certa forma, equilibrar esse jogo, prestigiando os estados de fato que não são produtores. De qualquer maneira, aceito a proposta do Senador Mercadante para que na Comissão de Infra-Estrutura...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, vou colocar a matéria em votação, com o compromisso...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ela vai estar em votação e V. Exª vai encaminhar. Então, vou colocar os termos em que essa matéria vai ser votada. Ela vai ser votada com o compromisso – e isso vai constar da ata – de, na Comissão de Infra-Estrutura, o assunto ser objeto de audiências públicas e de negociação. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação) – Sr. Presidente, quero felicitar aos dois oradores que me antecederam, o Senador Mercadante e o Senador Sérgio Cabral, autor da matéria, por chegarem a um acordo que considero fundamental, já que essa matéria procura corrigir uma grande distorção não só entre os estados produtores e não produtores, mas principalmente entre os estados produtores em relação aos seus próprios municípios. Verificamos em determinados estados produtores disparidades intra-regionais odiosas. Vemos municípios com população ínfima, pequena, recebendo milhões e milhões de reais de royalties por ano, enquanto municípios ali, que circundam aquele município produtor, nada recebem, com uma população muito superior, com vários povoados para dar assistência, sem receber o recurso necessário para a montagem de obra de infra-estrutura e desenvolver os seus municípios. Por isso, Sr. Presidente, esse projeto tem a grande preocupação de corrigir essas distorções e as disparidades que existem dentro dos estados produtores em relação aos seus próprios municípios. Quero parabenizar ao Senador Sérgio Cabral por essa bela iniciativa. Tenho certeza de que, na Comissão de Infra-Estrutura, chegaremos à conclusão de que ela deverá ser aprovada, porque esse é o desejo da maioria da população brasileira, de que os royalties não configurem uma posição de municípios de primeira categoria e municípios de segunda categoria. Todos os municípios, no Brasil, são iguais perante a lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Item 3:

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Exª e pedir licença, pois serei relator do nome do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga, indicado ao Tribunal Superior do Trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

É um pedido de autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor 572 milhões e 200 mil dólares dos Estados Unidos da América. Esse contrato é com o BIRD. A autoria é do Poder Executivo, o relator já leu o seu parecer, que é favorável, foi pedida vista e concedida ao Senador Antero Paes de Barros, nos termos regimentais. A matéria está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, considero que foi até oportuno por parte do Senador Antero Paes de Barros e, inclusive, o Senador César Borges também levantou algumas questões, dialogou pessoalmente comigo e, então, resolvi aprofundar e solicitar das equipes, tanto do Ministério do Desenvolvimento Social como do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro, que se encontram aqui presentes, a informação bem mais completa e detalhada sobre a natureza desse empréstimo, que é de caráter inovador. Peço apenas, Sr. Presidente, alguns breves instantes para aqui dizer os acréscimos que fiz porque apresentei um outro parecer, bem mais completo, à luz das informações.

Em verdade, esse empréstimo, intitulado Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família, tem uma característica e se denomina *(inaudível)*, é um valor de US$572,2 milhões, que se caracteriza pelo reembolso livre, por parte do Banco Mundial para o Governo Federal, de parcela do valor mensal gasto com as transferências do Programa Bolsa Família. Não é vinculado, ou seja, não precisa ser gasto num setor definido a priori. O acordo prevê que o valor seja gasto em prioridades de desenvolvimento de responsabilidade do Programa, mas ele envolve o aumento do reembolso condicionado ao aprimoramento do Programa Bolsa Família, ou seja, ao cumprimento das metas técnicas definidas no acordo, e por isso constitui um estímulo para que o Governo atenda às metas que se está propondo, como a de atingir mais de 6 milhões de famílias, inscritas no Bolsa Família até o final deste ano, 8,7 milhões de famílias em 2005 e 11,2 milhões de famílias, atingindo praticamente todo o universo de famílias com renda per capita até 100 reais por mensais, com as características da lei. Quinze milhões de dólares serão para as finalidades específicas de aprimoramento do projeto, seja pela identificação da população beneficiária, o monitoramento e a avaliação do Programa Bolsa Família a cada um de seus estágios e o seu fortalecimento institucional.

Sr. Presidente, na medida em que foi aprovada a Lei nº 10.835, de janeiro de 2004, sancionada pelo Presidente da República, pode-se ter a perspectiva, a partir do próximo ano, de se passar do Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania.

Saliento ainda, Sr. Presidente, que, no quadro V, página 8, do parecer, encontra-se toda a natureza de desembolsos realizados a partir de janeiro de 2005, a coluna de amortização dos juros, do saldo devedor. Portanto, tanto a coluna de amortização mais o pagamento de juros. Temos aí também o que vai ocorrer ao longo dos próximos 20 anos.

Na verdade, considerando a comissão de compromisso, que vai representar US$124 mil, ainda haverá um total de juros a ser ao longo de 20 anos, de 298.176.751, que constitui aquilo que o Brasil deverá retornar ao Banco Mundial, mas num prazo bastante longo, ou seja, trata-se de uma operação com características novas que visam dar maior agilidade e estímulo ao real cumprimento das metas do Programa Bolsa Família.

O Senador Antero Paes de Barros, que havia pedido vista, disse-me que, diante das informações mais bem detalhadas que obteve junto à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Ministério do Desenvolvimento Social, S. Exª estava, então, devolvendo sem objeção.

Qualquer esclarecimento que o Senador César Borges ainda queira, eu e a equipe do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento Social estamos prontos a atender S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, na reunião passada, fui solidário com o pedido de vista do Senador Antero Paes de Barros, porque o parecer do nobre Senador Eduardo Suplicy dispunha sobre o projeto que ora apreciamos, ou seja, um empréstimo de US$572 milhões, americanos, feito pelo Banco Mundial e pelo Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento, e, na sua explicação, cita o modelo tipo *swap*, que é, na verdade, o reembolso, e dizia, no item 3, que apenas uma parcela pequena do empréstimo, de US$15 milhões, é que seria financiada, de acordo com os procedimentos tradicionais do Bird, destinados ao fortalecimento do Bolsa Família. Ficamos com a dúvida de que o Bolsa Família seria contemplada com apenas US$15 milhões.

O próprio Senador Eduardo Suplicy entendeu por bem prestar os esclarecimentos junto com a área do Governo federal e agora informa que esse empréstimo visa, essencialmente, a reembolsar ao Governo federal o que ele já gastou com o Bolsa Família ao longo do exercício de 2004, e que esse aporte de 2004 seria de, aproximadamente, cento e cinqüenta milhões e meio. É o que está aqui explicado.

Então, essa é uma nova modalidade, porque o banco, na verdade, não aceitava esse tipo de empréstimo. Os empréstimos feitos pelo Banco Mundial com o Banco Interamericano de Desenvolvimento eram para execução de um projeto, e não para reembolso do que já estava executado.

A novidade é exatamente esta: o que se tem aqui é um **swap**. É um empréstimo que modifica a posição do banco. O banco abre a possibilidade desse esquema fiduciário para abordagens setoriais, fazendo o reembolso para o mutuário, que, no caso do Governo brasileiro, seria de 156 milhões, já gastos no ano de 2004, sendo 15 milhões para apoio institucional, para reforço do Bolsa Família. O restante dos recursos seria aplicado da seguinte forma: 221 milhões, em 2005, e 174 milhões, em 2006.

No entanto, Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy acaba de dizer que esse tipo de reembolso não é vinculado; ou seja, não precisa ser gasto em um setor definido a priori, o acordo prevê que o valor seja gasto em prioridade e desenvolvimento, cuja definição é de responsabilidade do Governo brasileiro.

Ora, Sr. Presidente, já que estamos tratando de um financiamento, um empréstimo que normalmente

é feito para investimentos em áreas essenciais ao desenvolvimento do País, como a área de infra-estrutura, aqui o Senador Garibaldi Alves que foi o Governador do Estado do Rio Grande do Norte por duas vezes, e que sabe que nós governadores vamos atrás desses recursos para investir em infra-estrutura, para desdobramento do desenvolvimento dos nossos Estados, ou na área de saúde, ou na área da educação, que são áreas prioritárias porque elas têm uma visão para o futuro de desenvolvimento, e não simplesmente programas assistencialistas, como é o caso do bolsa família, apesar de necessário, não discuto a necessidade do aporte de uma renda mínima à população mais pobre do nosso País, mas não através de empréstimo a esses bancos que têm a finalidade da reconstrução dos países, do fortalecimento das suas estruturas.

Pois bem, quero destacar, em primeiro lugar, que é um empréstimo para uma bolsa família, que é uma renda mínima à população. E nós sabemos, inclusive, da forma como está sendo aplicada, sem sequer exigir que a bolsa família, que foi um sucedâneo da bolsa escola, pudesse fazer o controle de que aquela renda mínima tire a contrapartida das famílias de colocar as crianças nas escolas. Ou seja, vai restar muito pouco ao fim desse programa, a não ser uma dívida de US$572 milhões para o País.

Sr. Presidente, o que é mais grave é que o reembolso do que o Governo brasileiro já gastou ele pode agora fazer o que quiser com esse dinheiro. Já que é tão importante criar um base de renda mínima para a nossa população seria nada mais justo que esse reembolso fosse para ser distribuído e reforçar também a aplicação no programa social que é o programa bolsa família. Queria destacar esses pontos, não queremos criar dificuldades, porque sabemos a carência enorme da família brasileira, a família pobre brasileira. No entanto, não é através desses programas que efetivamente trazem alívio social mas não trazem desenvolvimento econômico para o País permanente. E dizer ao Governo que deveria ser um pouco mais sensível e se comprometer a aplicar o reembolso de US$56 milhões, também no bolsa família.

São essas as nossas observações, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Poderia, Sr. Presidente, completar ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª, como Relator, tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, considero importantes as observações do Senador César Borges, mas gostaria de ressaltar que, em verdade, este empréstimo que foi criado na interação entre o Governo Federal e o Banco Mundial ele tem uma inovação e um sentido de estar estimulando a que o Governo faça o Programa Bolsa Família dar certo.

Em primeiro lugar, com respeito às observações que o Senador César Borges mencionou de que houve algumas situações reportadas inclusive pela imprensa, pelos meios de comunicação, de falhas no que diz respeito ao controle das exigibilidades. Ora, o que sabemos é que o Governo vem tomando as medidas necessárias para corrigir essas falhas. E justamente parte dos recursos, os US$15 milhões tem exatamente a finalidade de fortalecer os mecanismos de identificação da população beneficiária, o monitoramento e a avaliação do programa bolsa-família e o seu fortalecimento institucional.

O Senador César Borges reconhece que se garantir uma renda à população mais carente é algo fundamental, tão importante quanto melhorar a infra-estrutura do porto de Salvador ou das estradas, porque é preciso prover os recursos necessários à alimentação e ao bem-estar das famílias que porventura não tenham os recursos necessários para a sua sobrevivência.

Note, Senador César Borges, que, na medida em que forem sendo cumpridas as metas – e felizmente estão sendo – de dezembro de 2004 de atender 6,5 milhões de famílias, em 2005 haverá uma liberação maior de recursos. Se for cumprida a meta de 2004, a liberação de recursos é 9% do total dos empréstimos. Se em 2005 se cumprir a meta, então passa a ser de 11% a liberação de recursos, e assim por diante. Portanto, há como que um mecanismo de estímulo para que o governo cumpra as metas do programa bolsa-família.

Prezado Senador César Borges, V. Exª acompanhou de perto o esforço do Senador Antonio Carlos Magalhães durante o ano de 2000, para analisarmos a emenda que constitui o Fundo de Combate à Pobreza, uma das principais fontes de recursos para o bolsa-família. Esses recursos já estão disponibilizados no Orçamento. Portanto, o bolsa-família, através do *Swap*, que V. Exª aqui descreveu, constitui um meio de estimular o governo a bem cumprir aquilo que está no seu programa e na suas metas.

Por outro lado, é importante que os recursos do Banco Mundial, que possibilitarão a contínua avaliação do programa bolsa-família, ajudem o governo a estabelecer meios de passar do programa bolsa-família para o direito inalienável de todo e qualquer brasileiro de partilhar da riqueza da Nação, por meio de uma renda básica de cidadania, lei já aprovada pelo Congresso. No futuro, estaremos simplificando enormemente todo esse controle de condicionalidades hoje vigentes.

Ressalto, Senador César Borges, que essas condicionalidades, seja a vacinação das crianças, seja a freqüência à escola, são muito positivas, mas precisamos ter uma perspectiva do processo educacional segundo a visão de seu conterrâneo, Anísio Teixeira, do nosso grande educador Paulo Freire e de outros, ou seja, como um processo conscientizador e libertador. Hoje as pessoas que detêm recursos têm suas crianças vacinadas e nas escolas. Haverá um processo normal de crescimento, de libertação, o dia em que toda e qualquer pessoa no Brasil tiver recursos suficientes, tiver o direito de partilhar da riqueza da Nação e colocar suas crianças nas escolas e vaciná-las, tiver a melhor educação e assistência à saúde. Isso deve se tornar algo mais do que natural, que qualquer pai ou mãe possa fazer, como hoje toda e qualquer família que tenha recursos normalmente o faz. Mas esse é um processo que teremos no Brasil, com o tempo. Aliás, ele foi aqui aprovado por uma sugestão – que acabou tão bem acolhida – de seu colega de partido, Senador Francelino Pereira, quando observou para mim: "a Renda de Cidadania é um excelente projeto, mas vamos instituí-lo gradualmente para que, inclusive, possa estar compatibilizado com a Lei de Responsabilidade Fiscal".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, quero apenas esclarecer que, desse total de US$572.2 milhões, R$15 milhões serão destinados ao fortalecimento do Bolsa Família.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O restante dos recursos destinam-se a um sistema denominado Esquemas Fiduciários para Abordagens Setoriais, podendo destinar-se, a critério do tomador, tanto para cobertura de novas operações como para despesas de caráter financeiro.

O que significam esses Esquemas Fiduciários para Abordagens Setoriais? Poder-se-ão pagar, com esses recursos, despesas de caráter financeiro? Quanto desses US$572 milhões vai para o Bolsa Família? Quais são os outros setores em que esses recursos serão aplicados? Pergunto para melhor esclarecermos essa matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, justamente no quadro nº 5, V. Exª poderá observar, na coluna "A", de Desembolsos, aquilo que representará de recursos disponibilizados pelo Banco Mundial até 2007. Depois vem a coluna do Saldo Devedor. A coluna "B" e a coluna "G" representam aquilo que é de amortização, que o Governo deverá disponibilizar, e o pagamento dos juros, além da Comissão de Compromissos, da coluna "H".

Esse desembolso significa que o Banco Mundial disponibilizará esses recursos – US$163 milhões, mais US$114 milhões em 2005; US$114 milhões mais US$89 milhões em 2006; e US$89 milhões em 2007 – para que o Governo tenha isso como um reembolso daquilo que foi gasto no programa Bolsa Família, inclusive possibilitando a agilização do mesmo.

Uma vez esses recursos estando disponibilizados para o Tesouro... Eu gostaria de sugerir, Sr. Presidente, para ainda detalhar a sua pergunta, que Sr. Eduardo Coutinho, Coordenador Geral da Coref da Secretaria do Tesouro Nacional, pudesse prestar o esclarecimento com precisão a V. Exª, porque ele está presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores presentes se desejam realmente essa explicação?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, na verdade, estou verificando o esvaziamento da presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Apesar de vários Senadores terem marcado suas presenças, outras comissões estão em andamento, há Ministro fazendo exposições na Casa, há a CPI do Banestado, onde deve ser lido o relatório, e não estou vendo número para votação, Sr. Presidente.

Eu queria, exatamente, pedir uma verificação de quórum, antes de qualquer votação, e que pudéssemos adiar uma matéria como essa, tão complexa e tão importante, que suscita tantas dúvidas, para uma data em que efetivamente houvesse quórum regimental para a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator do projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como alguns dos Senadores que estavam aqui presentes, inclusive, não iriam criar objeções, eu posso citar, primeiro, o próprio Senador Antero Paes de Barros que devolveu, informando que não teria objeção ou que havia pedido quorum. O Senador Efraim Morais, do próprio Partido do Senador César Borges, que há pouco esteve aqui, informou-me que ele iria a outra reunião porque ele estava tranqüilo com respeito a este Projeto.

A Senadora Ideli Salvatti, o Senador Garibaldi Alves Filho e a Senadora Fátima Cleide estão aqui atendendo ao apelo do Senador César Borges para que – e veja V. Exª, Senador Gerson Camata, que, dada a observação do Senador César Borges, estamos ágeis, aqui, em conseguir obtermos mais alguns.

Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo ao Senador César Borges pela seguinte circunstância: o período legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência esclarece que está colaborando com V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...será concluído amanhã e, de hoje para amanhã, nós teremos tantas reuniões de Comissões, conforme o Senador César Borges sabe, que, se não aprovarmos hoje esta matéria, teremos dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só amanhã – em reunião extraordinária se não aprovarmos hoje. Se não aprovarmos hoje ou amanhã, não se aprovará mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tendo em vista, inclusive, o fato da equipes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Social estarem aqui, Sr. Presidente, eu quero informar a V. Exª que se encontram aqui os Srs. Eduardo Coutinho, Cláudio Massa e Guilherme Pedras que são Coordenadores Gerais e Gerentes de Projetos de Análise de Mercado da Secretaria do Tesouro Nacional. E os Srs. Anovio Viana, Waldomiro Souza, Antonio Claret e Letícia Bartolo – todos do Ministério do Desenvolvimento Social, dispostos a prestarem quaisquer esclarecimentos, ainda que possam ser requeridos, além de tudo aquilo que foi objeto do meu Parecer que, agora, está muito mais detalhado, graças à solicitação do próprio Senador Antero Paes de Barros e secundado e apoiado pelo Senador César Borges.

Então, quem sabe, diante do apelo...

O SR. PRESIDENTE (Rames Tebet) – Com a palavra o Senador César Borges para as suas ponderações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apesar de ver o repentino interesse – ou de outros Srs. Senadores que chegam, aqui, de forma um pouco afobada a esta sessão da Comissão de Assuntos Econômicos – eu acho que pela importância do assunto....

A SRª (Oradora não identificada) – Sr. Senador César Borges, é só para V. Exª ver o seu prestígio – basta V. Exª nos chamar que nós viremos correndo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora. É uma honra.

Então, Sr. Presidente, eu acho que, realmente, nós não teremos quorum para a votação de uma matéria tão importante que pode suscitar grandes dúvidas e há outros Srs. Senadores que, também, desejariam discutir a matéria. Por isto, Sr. Presidente, eu confirmo o meu pedido de quorum para a votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A falta de quorum é evidente mas eu quero esclarecer que determino à Secretaria que coloque esta matéria na pauta para amanhã. Amanha, a Comissão terá uma reunião extraordinária junto com a Comissão de Infra-estrutura para nós ouvirmos, aqui, S. Exª, o Sr. Ministro dos Transportes. Antes disto, esta matéria e a outra que está faltando – porque se cai a sessão, cairá, também, o item nº 4, cujo Relator se encontra aqui presente que é o Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª tem a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, realmente, eu tenho, aqui, em meu poder – para relatar – a Lei que dispõe sobre a política pesqueira nacional.

Como solicitei à V. Exª, trata-se de um Projeto da mais fundamental importância em que se criou uma expectativa muito grande, já tendo sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, agora, se encontra na dependência da aprovação desta Comissão, seguindo, depois, para a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu realmente queria fazer um apelo às lideranças, a todos os que pudessem ajudar no sentido de que pudéssemos votar essa matéria antes desse recesso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, determinei e repito: esta Comissão, graças a Deus, tem cumprido a sua missão. Então os dois últimos que faltam... *(falha na gravação.)*

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível.)* pauta de amanhã...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em que horário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O horário é o da oitiva, em que vamos ouvir o Ministro dos Transportes. São duas matérias; vamos votar as duas imediatamente.

Agora, se houver acordo, estou aqui pronto. Depende dos senhores. Só não posso é, sem acordo de lideranças, violar o Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso fazer uma sugestão, Sr. Presidente? Se o Senador César Borges puder ainda tirar a sua última dúvida com os representantes da Secretaria do Tesouro... Ele diz que, se houver entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se houver entendimento, estou pronto para... Mas se não há entendimento, não posso mais voltar atrás.

Então ficam para amanhã as duas matérias faltantes, independentemente da reunião conjunta que faremos com a Comissão de Infra-Estrutura... Se incluir as duas matérias: a pesqueira e esse pedido de empréstimo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Se V. Exª me permitir uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Posso. Estou aqui para ajudar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu diria a V. Exª que é o melhor para esta Comissão seria apreciar esses dois processos antes da oitiva do ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas é antes mesmo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Antes da oitiva...

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E o horário, então, vai ser?...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Dez horas, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, vou pedir permissão a V. Exªs para essa reunião ficar para as 9h30min amanhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Isso. Vamos fazer um esforço para que todos estejamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não convém que o ministro fique aí, como tem acontecido a esperar. Vai depender da boa vontade da comissão cumprir o horário, comparecendo aqui às 9h30min. da manhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Vamos fazer um apelo a todos para comparecerem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apelo que faço eu, imediatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a reunião de hoje.

(Levanta-se a reunião às 11h51min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Quadragésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de Dezembro, de 2004, Às 09:30 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, Maguito Vilela, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, José Jorge, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, João Alberto Souza, Pedro Simon, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida são apreciadas as matérias da pauta. Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 188, de 2004, não terminativa, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US$572,200,000.00 (quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família", de autoria do Poder Executivo, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy. Em 7-12-04, foi concedida Vista ao Senador Antero Paes de Barros nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores César Borges e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, é aprovado o Parecer do Relator favorável ao Projeto. A matéria seguirá ao Plenário do Senado com pedido de urgência do Senador Eduardo Suplicy. Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, não terminativo, que "Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências", de autoria do Deputado Koyu Iha, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e ainda será apreciada na Comissão de Assuntos Sociais. Usou da palavra para discutir a matéria o Senador Eduardo Azeredo. Colocado em votação, é aprovado o Parecer do Relator favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, este é o nosso último encontro do mês de dezembro deste ano. Desejo que nos reencontremos aqui, no próximo ano, com o mesmo ritmo de traba-

lho, com a mesma grandeza, vontade e disposição de servir ao País.

Creio que a Comissão de Assuntos Econômicos tem cumprido seu dever. A Comissão só não conseguiu realizar reuniões em horário atrasado, mas a tempo de não deixar matéria alguma de interesse da Nação e da competência desta Comissão a ser apreciada.

Neste nosso último encontro de dezembro – volto a repetir –, saliento alguns projetos de grande interesse do País. Lembro que, há onze anos, dormitava no Congresso Nacional, até ontem à noite, a Lei de Recuperação das Empresas, que não queremos que seja chamada de Lei de Falências. Mas, no Senado da República, tal lei ficou apenas por alguns meses, saiu daqui, foi à Câmara e foi aprovada ontem. Aqui, muito se debateu e se aperfeiçoou a lei.

Houve reconhecimento, inclusive por parte do Poder Executivo, da grande contribuição que a Comissão de Assuntos Econômicos deu à chamada Lei das Parcerias Público-Privadas, que tem por objetivo suprir as deficiências financeiras do Poder Público a fim de haver investimentos principalmente no setor de infra-estrutura do País. A Lei das Parcerias Público-Privadas é bem intencionada, bem dirigida, saiu daqui da melhor maneira possível, com a participação de todos os Partidos políticos. Se ela vingará, se será realmente um instrumento eficaz – mais um instrumento ela o é –, só o tempo dirá. O fato é que cumprimos com o nosso dever.

Quanto à Lei de Biossegurança – outra matéria importante aprovada no Senado –, realizamos um número muito grande de audiências públicas. Na nossa função fiscalizadora, ouvimos o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, por três vezes, etc. Vários Ministros aqui compareceram e, ainda hoje, espero que compareçam. Estamos ansiosos pela presença do Ministro dos Transportes, que falará sobre o angustiante problema das estradas do Brasil.

Em suma, tudo isso foi possível graças ao esforço de todos os Membros de nossa Comissão.

Neste ligeiro balanço, ressalto que trabalhamos em um ano eleitoral, quando não se realizou, durante o período das eleições, reuniões deliberativas. Portanto, os trabalhos ficaram sacrificados no Senado da República, porém compensados porque quem não exercita o direito de voto, quem não luta pelas eleições, quem não vai à praça pública, quem não procura dialogar com o povo, positivamente, não revela espírito democrático. Assim é que o Senado fez e faz muito bem. Ninguém controla e pode controlar presença no Senado em período eleitoral, até mesmo porque eleição, ao contrário do que muitos pensam, víamos, na imprensa, falarem o quê? "Vocês não vão trabalhar?" Como se a presença de Parlamentares no processo eleitoral, principalmente no processo eleitoral de caráter municipal, onde tudo acontece, onde tudo se realiza, não fosse um trabalho de transcendental importância.

Creio que a democracia começa justamente com eleições livres, democráticas, soberanas, como as que têm acontecido ultimamente no Brasil e principalmente essa última, em que nosso País deu, em matéria eleitoral, principalmente, um exemplo ao mundo.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os membros da Comissão, a todos os colegas, Srªs e Srs. Senadores, a contribuição que deram a esta Presidência, que vai encerrar seus trabalhos hoje, Graças a Deus, Senador Garibaldi Alves Filho, sem nenhum incidente digno de registro, mostrando o grau de civilidade com que o Senado da República trabalha. O poder do Presidente de zelar pelo bom andamento dos trabalhos aqui na Comissão não foi exercitado uma vez sequer graças ao espírito público e à compreensão das Srªs e Srs. Senadores. Isso é o que me deixa satisfeito e me faz desejar por fim – permitam-me augurar a todas as Srªs e Srs. Senadores – os votos de um Feliz Natal de um ano de 2005 mais próspero do que este.

Embora haja aqueles que já estejam prevendo uma economia em 2005 mais fragilizada que a de 2004, formulo votos de que isso não aconteça e creio que teremos uma parcela de responsabilidade para ajudar no crescimento do País. Haveremos de continuar torcendo, esta Comissão, e de continuar lutando pelo crescimento econômico do País e principalmente pela diminuição da taxa de juros, que hoje pesa sobre todos os brasileiros, não só sobre a classe empresarial. Essas são algumas das lutas que espero que tenham continuidade no ano de 2005.

Eu gostaria de registrar que temos aqui presenças assíduas. É a imprensa, que nunca nos faltou, tanto a falada quanto a escrita e a televisionada, e até aqueles que gostam mesmo de presenciar as reuniões de nossa Comissão. A todas essas pessoas também nossos agradecimentos e os votos de muita felicidade.

Por fim, quem seríamos nós, membros desta Comissão, Mesa, Senadoras e Senadores, se não contássemos com a boa vontade daqueles que estão sempre a nossa disposição, realizando um trabalho incansável, às vezes sem que se perceba o quanto eles são úteis para cada um de nós e de nossa Comissão? Refiro-me a todos os funcionários desta Comissão e, para não nominá-los, quero fazer referência ao secretário da Comissão, nosso companheiro, secretário-geral, que é nosso Gonzaga, sempre solícito e atento a nós. Em suma, a todos os que direta ou indiretamente estiveram conosco, nossos agradecimentos.

Se houver número legal, vamos logo declarar aberta a reunião. Confiando na palavra do Senador Eduardo Suplicy e com a confirmação da Secretaria, declaro aberta a 42ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma reunião extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura. Volto a repetir que é a última do presente ano.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho, como de costume, a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e consulto às Srªs e Srs. Senadores se estão de acordo com isso. Se estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Estão de acordo. Vamos ao primeiro item. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero-me congratular com a Presidência de V. Exª, com a gestão que V. Exª imprimiu a esta Comissão durante esse período.

Todas as matérias foram apreciadas, todos nós tivemos a oportunidade de debatê-las, sentimo-nos à vontade. E V. Exª, entretanto, não perdeu a sua autoridade ao conduzir os trabalhos desta Casa. V. Exª está de parabéns.

Quero, neste instante, dizer isso, e acredito que estou falando em nome de todos os membros desta Comissão, independentemente das nossas bancadas, das nossas filiações partidárias.

Solicito a V. Exª a inversão de pauta, para que a matéria que trata do setor pesqueiro, a de nº 2, possa ser apreciada logo no início da reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, também quero cumprimentar V. Exª, que tem conduzido tão bem os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos ao longo deste ano, sobretudo pela forma com que sempre fez questão de estar aqui, ouvindo a todos nós e imprimindo um ritmo de trabalho exemplar. Esta foi uma das comissões que ao longo do ano se reuniram com maior regularidade.

Mesmo nos tempos de dificuldades por excesso de atribuição de todos nós, V. Exª sempre, como hoje mesmo, realizou um esforço para que estivéssemos todos aqui, formando quorum, porque decisões havia e há para que o interesse público seja preservado. Então, nos momentos em que discutimos temas importantes, como na presença dos responsáveis pela política econômica, o Ministro Antônio Palocci, o Presidente Henrique Meirelles, as audiências públicas aqui realizadas ao longo da sua gestão foram de grande importância para o Senado e para o País. Quando houve também momentos de discussões tais como a relativa à lei das parcerias público-privadas, V. Exª também fez questão de conduzir bem essas audiências públicas, e sobre os demais projetos também. Quero cumprimentá-lo bem, como a toda equipe representada pelo Secretário Gonzaga, que nos atendeu.

Ambos os temas, um e dois, da reunião são importantes, Sr. Presidente. Quero informar que, em atenção ao Senador César Borges, pedi à assessoria da Secretaria do Tesouro e do Ministério de Desenvolvimento Social um aprimoramento das informações pelo Senador César Borges ontem levantadas e inclusive já encaminhei para suas mãos. Avalio que poderemos entrar no tema. Mas a ordem caberá a V. Exª. O Item nº 1 ou o Item nº 2, o que V. Exª determinar, estamos prontos para o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, só há duas matérias para votarmos.

Depois do que o Senador Garibaldi Alves falou de mim e do que V. Exª falou, fico em dúvida. Não sei como faço. Mas como ele falou em primeiro lugar, vou conceder a inversão da pauta, até porque o Senador Garibaldi me disse assim: Senador, a minha matéria foi muito discutida, é rápida, vou ler o meu relatório rapidamente.

Assim, concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em homenagem aos pescadores deste País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sem dúvida, e eles merecem mesmo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta matéria, de fato, foi bastante discutida. O projeto, cujo Relator é o Senador Eduardo Azeredo, já foi examinado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo recebido em ambas o voto favorável à sua aprovação.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, de autoria do Sr. Deputado Koyu Iha, para, nos termos do art. 99, § 1º do Regimento Interno do Senado, emitir parecer sobre os aspectos econômico-financeiros da proposição.

Segundo a redação aprovada pela Câmara dos Deputados, o projeto compõe-se de 31 artigos. O art. 1º define a abrangência do projeto; o art. 4º trata do desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira; o art. 7º caracteriza as embarcações de pesca, utilizando também uma gradação em três níveis; os artigos 8º, 9º e 11 tratam das prerrogativas das embarcações de pesca nacional e estrangeira arrendadas; o art.

12 define o pescador profissional; os artigos 17 e 18 disciplinam as relações de trabalho da atividade pesqueira; os artigos 19 e 20 tratam da aqüicultura; o art. 21 refere-se ao processamento do produto de pesca; o art. 22 garante exceção às colônias dos pescadores em relação às demais instituições representativas de classe; o art. 23 trata da certificação de qualidade; os artigos 25 e 26 tratam dos meios legais de acesso ao exercício da atividade pesqueira; e os artigos 28, 29 e 30 tratam da fiscalização da atividade pesqueira.

Do processo de discussão desta matéria, Sr. Presidente, esteve sempre à frente desse processo a Seap – Secretaria do Ministério da Pesca –, que resultou numa proposta de substitutivo ao PLC nº 29, de 2003, que foi formalmente entregue a este Relator e apresentada como conclusão do vertente parecer. A proposta não traz grandes mudanças em termos de princípios. A maior parte das alterações objetiva adequar os conceitos tratados na política de fomento da pesca e da aqüicultura conduzida pelo Governo Federal, bem como dá uma melhor estrutura ao texto da futura lei.

Nesse sentido foi acolhida a proposta oriunda da Câmara dos Deputados na forma deste substituto, alterando certos pontos, que consideramos merecedores de reparos: a abrangência da parceria de pesca; conceito de pescador profissional; fiscalização pelas instituições representativas dos pescadores e transbordo do produto da pesca.

Sr. Presidente, ainda quero pedir a compreensão de V. Exª para algumas modificações que são apenas de redação. Onde se lê, no art. 1º, "o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira" leia-se "da atividade da pesca". Onde se lê, no art. 5, "permissão para transferências para importação de espécies vivas para fins ornamentais de agricultura" leia-se "autorização" em vez de "permissão". Leia-se, ainda no §3º, "permissão" em vez de "autorização para operação de embarcação de pesca e para operação de embarcação de esporte e recreio, quando utilizadas na pesca amadora".

Portanto, Sr. Presidente, quero salientar que se trata de um verdadeiro consenso. Toda a atividade pesqueira foi envolvida no debate desta matéria...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Atividade de pesca.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Atividade de pesca, desculpe-me. Fiz a correção e eu, mesmo, já estava incorrendo no erro, depois de ter corrigido. Porém, o Presidente, sempre atento, corrigiu-me.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não estou corrigindo-o; estou lembrando V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Toda a atividade da pesca esteve envolvida nesse debate, e acredito que esse será um instrumento fundamental para que este País tenha, nesse setor da sua atividade o melhor desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está lido o parecer.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para breves considerações conforme acenou para a Mesa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB --- MG) – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento-o pelo desempenho e pela condução dos trabalhos nesta Comissão durante todo o ano, da mesma forma que o faço em relação ao Sr. Gonzaga e a todos os funcionários bem como ao Vice-Presidente.

Concordo plenamente como o voto do Senador Garibaldi Alves. Fui o Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esse setor de pesca tem um grande potencial para o Brasil no que tange a aumento de emprego e de sobrevivência para os brasileiros. Desse modo, é muito importante que apoiemos o Plano Nacional de Aqüicultura e Pesca.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem pela a palavra, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Registro, com muita alegria, que se encontra à minha direita o Deputado Roberto Balestra, do PP/GO, meu querido amigo desde os tempos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Item 1: Autorização solicitada pelo Governo Federal para contratar operação de crédito no valor de US$572,200 dos Estados Unidos da América. Relator: Senador Eduardo Suplicy.

O Relatório já foi lido e a matéria estava em discussão quando o Senador César Borges pediu verificação de quorum. Desse modo, o exame da matéria foi transferido para hoje. Soube que o Senador Eduardo Suplicy trouxe alguns esclarecimentos ao Senador César Borges.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador César Borges.

Lembro, ainda, aos membros da Comissão que já se encontra presente na sala reservada à nossa Secretaria S. Exª o Ministro de Estado dos Transportes do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.) – Sr. Presidente, avalio que foi oportuna a solicitação do Senador César Borges para esclarecimentos adicionais, porque a preocupação dele, legítima, é também a de todos nós.

Na relação que temos tido com as instituições financeiras internacionais, especialmente com o Banco Mundial, conforme demonstra o fluxo financeiro da vinculação Banco Mundial – Brasil, nem sempre o resultado líquido, considerados os desembolsos de um lado e a amortização, os juros e as comissões de outro, tem sido positivo para este País.

Conforme a tabela preparada pela Secretaria do Tesouro Nacional, houve períodos – como o de 1992 a 1998 – em que ocorria uma transferência líquida negativa, ou seja, estava-se sempre pagando mais amortização, juros e comissões do que tendo desembolsos oriundos do Banco Mundial. No período de 1999 a 2002, essa situação tornou-se positiva, mas, em decorrência dos compromissos assumidos anteriormente, em 2003 e em 2004, apresentaram-se transferências líquidas negativas para o Brasil.

Segundo nos informaram os membros da equipe da Secretaria do Tesouro Nacional, essa operação SWAP terá o condão de permitir, para os próximos anos, que o Brasil tenha recursos a taxas de juros relativamente mais baixas e desembolsos de tal natureza que, doravante, passará a haver um saldo líquido positivo e a taxas menores do que de outra forma ocorreria.

Esse fato está relacionado à operação do Projeto Bolsa-Família, inclusive com uma sistemática que, como já expliquei ontem, envolve até um estímulo para que o Governo cumpra as metas adequadamente.

Uma das preocupações mais do que legítimas do Senador César Borges é relativa à utilização livre de recurso, de modo que o Banco Mundial não diga ao Brasil como vai gastar esse recurso, mas obviamente este é o ponto que ressalto. Esses recursos só podem ser gastos pelo Governo segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a lei orçamentária, portanto, com total controle das diretrizes emanadas do Congresso Nacional.

Acredito que esse esclarecimento que está com maior detalhe, encaminhado às mãos do Senador César Borges, poderá contribuir para que as suas dúvidas sejam dirimidas. Ressalto ainda que temos um comportamento da dívida pública do Tesouro Nacional, do poder público, com declínio ao longo dos anos recentes, e essa operação tenderá a fazer com que essa posição continue a melhorar.

Esses eram os esclarecimentos que gostaria de dar, agradecendo a equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e da Fazenda que aqui se encontra e que, de ontem para hoje, providenciou essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, estamos encerrando antes, mas queria cumprimentar V. Exª que, quando relata uma matéria, tem essas preocupações e a de um colega seu passa a ser sua. Isto é muito importante.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a nossa preocupação com relação a esse empréstimo foi em função de que há uma Resolução do Senado Federal nº 96, de novembro de 1989, que impõe que projetos relativos a operações de crédito externo de qualquer natureza sejam encaminhados com a análise dos custos e benefícios econômicos e sociais do projeto a ser financiado pela operação de crédito.

Não vi as explicações do ponto de vista dos benefícios sociais serem discriminados através de metas que pudessem ser estabelecidas para apoio ao programa do Bolsa-Família. Isso não ficou efetivamente claro. Se teremos a inclusão social de milhões de brasileiros, como desejamos, e não apenas um mero programa assistencialista, afastando, de fato, a possibilidade de criação, o incentivo ao desemprego com um programa assistencialista com recurso levantado pelo BIRD em seus relatórios...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – ES) – V. Exª me permite um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – ES) – Gostaria de esclarecer este ponto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Deixe-me concluir, porque há outro ponto a que queremos fazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – ES) – Pois não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É com relação à posição do Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda, que têm defendido que recursos provenientes de empréstimos externos representam despesas que impactam o resultado fiscal do Governo. É o caso de empréstimo do BIRD, e cito para que fique bastante claro, porque não podemos ter dois pesos e duas medidas.

Por um lado, nesse empréstimo, o Governo justifica que terá vantagens porque não irá despender recursos do Orçamento Geral da União e se utilizará de recursos externos a baixo custo, como recursos do BIRD. No entanto, são recursos que impactarão. Para os Srs. Senadores terem uma idéia, no empréstimo de quinhentos e setenta milhões pagaremos oitocentos e cinqüenta milhões de dólares, ou seja, pagaremos

duzentos e oitenta milhões de juros, mostrando que é antieconômica essa opção.

Seria mais correto que fossem utilizados os recursos do Tesouro Nacional. O empréstimo externo vai contra o superávit primário e as contas públicas. Tenho defendido isso, que tem sido motivo de justificativa para se reduzir empréstimo do Banco Mundial para a construção do metrô de Salvador, na Bahia, em que o Governo, por meio do Ministro Olívio Dutra, solicitou a redução de trinta e três milhões de dólares do empréstimo de cento e cinqüenta milhões de dólares que o Governo Federal fez para a implantação do metrô de Salvador, alegando que seria melhor utilizar recursos do Tesouro. Já aqui o raciocínio é o inverso, pois se justifica, e agradeço a atenção do Senador Eduardo Suplicy, que procurou fornecer explicações, mas que subsidiam meu raciocínio porque, a explicação que S. Exª me entregou hoje diz exatamente que, da forma diferente das operações de ajuste estrutural, os recursos da modalidade Swap não estão direcionados à composição das reservas do País, podendo ser utilizadas livremente, à critério do mutuário, conforme suas necessidades de gestão orçamentária e financeira. Ou seja, os recursos reembolsados ao Governo Federal poderão ser livremente utilizados.

E sabem o que diz a explicação encaminhada pelo Senador Eduardo Suplicy? Que o propósito é utilizar os recursos com prazo e custo mais favoráveis para a redução, na mesma medida das emissões de títulos previstas para o período que se destina ao financiamento de uma série de gastos já alocados no Orçamento federal. Ou seja, o gasto livre, inclusive para evitar a emissão de títulos. Muito bem. Por que o tratamento diferenciado no empréstimo do Banco Mundial com relação a uma obra com impacto social tão grande como o metrô de Salvador, em que o Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional, solicita o cancelamento de um crédito de US$33 milhões? Observe, Senador Eduardo Suplicy, são dois pesos e duas medidas. Um raciocínio totalmente diferente para um caso e para outro. Por essa razão, nossa posição de tentar esclarecer. Continuo com dúvidas em relação ao empréstimo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, que tem sido extremamente zeloso em procurar esclarecer o assunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não terminei. S. Exª me pediu um aparte, e estou concedendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, Senador César Borges, hoje não me alonguei na explicação sobre o Bolsa Família, mas, diante das observações de V. Exª, gostaria de colocar bem claramente.

O Programa Bolsa Família vem se expandindo com muita rapidez. Cabe considerar que, quando instituído e tendo sido feita a unificação e a racionalização de programas anteriormente vigentes, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o próprio Cartão Alimentação, instituído pelo Presidente Lula em fevereiro ou março de 2003, houve já, com respeito aos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, uma triplicação de seu valor médio, que era da ordem de R$23,00, R$25,00, e passou a ser da ordem de R$75,00. Já foi um avanço.

Mais do que isso, verificou-se que os beneficiários daqueles quatro programas por vezes eram uma, duas ou três vezes beneficiados, e não havia um controle mais adequado, ainda que o próprio Governo Fernando Henrique Cardoso já houvesse diagnosticado a necessidade de um cadastro único de todos os beneficiários. Portanto, a decisão de unificar os programas levou em conta essa preocupação, além de ter sido aumentado o valor. E se quando iniciado havia cerca de 2,3 milhões de famílias inscritas, em dezembro deste ano a meta é chegar a 6,5 milhões, 8,7 milhões em dezembro do próximo ano e 11,2 milhões de famílias, correspondendo a todas as famílias que no Brasil têm renda per capita até R$100,00 mensais.

V. Exª, com razão, levanta a preocupação. Mas e a questão do emprego? Será essa apenas uma questão assistencialista?

Bem, cabe ressaltar a visão de que esse recurso conferido a cada família deve ser visto como um direito à cidadania que a sociedade brasileira solidariamente confere a cada família cuja renda não atinge determinado patamar. É uma forma de se atender inclusive às famílias que, em maior proporção, estão no Nordeste brasileiro, de onde V. Exª é. E ressalto, prezado Senador César Borges, que conhece tão bem a realidade da Bahia e do Nordeste, que esse programa, na medida em que foi se expandindo, contribuiu significativamente para que a atividade econômica, inclusive ali na região onde se iniciou com maior ritmo de crescimento, no semi-árido, foi onde os resultados de crescimento de recuperação da atividade econômica, se deram mais rapidamente. E hoje os indicadores mostram que a atividade econômica que já por seis, sete meses no Brasil, nas seis regiões metropolita-

nas mostra um decréscimo na taxa de desemprego e aumento persistente do crescimento da economia que isso está ocorrendo mais acentuadamente ali, na própria região mais pobre.

(**O SR. PRESIDENTE** *faz soar a campainha)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou só falar de um dado que me foi relatado pelo Governador Wellington Dias do Piauí, onde praticamente todos os municípios hoje estão beneficiados pelo bolsa-família. Informou-me S.Exª que até 2002, início de 2003 Teresina tinha 80% da arrecadação do ICMS, hoje essa proporção baixou para cerca 60%. É possível que isso esteja ocorrendo também no Rio Grande do Norte e em outros Estados. Mas isso tipicamente já é um efeito da aceleração da atividade econômica ali no interior, onde, graças à expansão do Bolsa-Família, está se realizando.

Terei o maior prazer de conversar com Senador César Borges, para mostrar-lhe como o Bolsa-Família tem o efeito que S. Exª deseja, de aumentar as oportunidades de emprego na economia, e maior será o efeito quando tivermos a renda básica de cidadania. Mas vou ao gabinete do Senador César Borges, para lhe dar uma aula mais completa a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª é um excelente professor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E temos outros assuntos a tratar hoje pela manhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª continua com a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Presidente, e agradeço o aparte do Senador Suplicy, mas tenho certeza de que não será pelo assistencialismo que iremos resolver o problema do desenvolvimento estrutural do Nordeste brasileiro.

Tenho certeza de que nossos irmãos merecem um apoio; é essencial o bolsa-família. Leio aqui no jornal O Globo de hoje: "Descoberta nova fraude contra bolsa-família, dessa vez em Pernambuco". Espero que essas falhas sejam corrigidas, mas não será pelo assistencialismo, e sim pela solução dos problemas estruturais de desenvolvimento econômico que vamos resolver os problemas sociais.

A outra questão que volto a ressaltar é que a forma de fazer esse assistencialismo, com dinheiro tomado emprestado ao Banco Mundial, quando se cortam recursos, o Ministério da Fazenda, para uma obra estruturante como o metrô de Salvador, cujo empréstimo já está assinado, alocado, aprovado pelo Senado, é uma incongruência, é paradoxal. Mas de qualquer forma, Sr. Presidente, não seria eu que ficaria contra algo que possa assistir, e vamos fiscalizar, acompanhar o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerro a discussão, data vênia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só queria, para encerrar, Sr. Presidente, a última palavra.

Queria fazer uma referência a sua Presidência nesta Casa, porque realmente seria uma injustiça encerrar o ano sem parabenizar o Presidente Ramez Tebet pelo grande trabalho à frente da Comissão de Assuntos Econômicos, que efetivamente merece de todos nós aplausos coletivos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, não se trata de pressa, sei que a matéria está discutida, os Senadores já estão fazendo sinal, querem votar a matéria, e o Ministro está aqui há uma hora nos aguardando.

A discussão está encerada, vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer exarado pelo Senador Eduardo Suplicy permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado o pedido de empréstimo por unanimidade e a matéria seguirá ao Plenário do Senado da República.

Consulto se alguém quer pedir urgência para esta matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está pedida a urgência, que também está concedida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao Senador César Borges que S. Exª contar comigo para que, havendo disponibilidade de recursos do Banco Mundial, eu recomendarei que se use para o metro de Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza. (Risos)

(Levanta-se a reunião às 11h04min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata Da Quadragésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Décima Sétima da Comissão de Infra-estrutura, e Vigésima Quinta da Comissão de Fiscalização e Controle, Extraordinárias, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizadas, conjuntamente, em 15 de dezembro, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e três minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, Infra-Estrutura

e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, José Jorge, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes, Mozarildo Cavalcanti, Leonel Pavan, Augusto Botelho, Teotônio Vilela Filho e Magno Malta. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Antônio Carlos Valadares, João Alberto Souza, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Antero Paes de Barros, Sergio Guerra, Tasso Jereissati e Pedro Simon. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à Audiência Pública tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras, em atendimento aos Requerimentos nº 49-CAE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, nº 11-CI, de autoria do Senador José Jorge, e nº 26-CFC, de autoria do Senador Arthur Virgílio, respectivamente. O Presidente solicita aos Senadores Valdir Raupp e Gerson Camata que conduzam o Senhor Ministro ao Plenário da Comissão. O Senador Ramez Tebet, concede a palavra ao Senhor Ministro para que inicie sua exposição. Em seguida, concede a palavra aos Senadores Eduardo Azeredo, José Jorge, César Borges, Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Ana Júlia Carepa, Leonel Pavan, Jonas Pinheiro, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Ideli Salvatti e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da nossa Comissão; a 17ª Reunião da Comissão de Infra-Estrutura e a 25ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, reuniões extraordinárias, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta audiência pública, realizada em conjunto com as Comissões de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle, conta com a participação honrosa do Exmº Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, para prestar esclarecimentos sobre o estado de conservação das estradas brasileiras e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das nossas estradas, em atendimento aos Requerimentos nº 49, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Eduardo Azeredo; Requerimento nº 11, da Comissão de Infra-Estrutura, de autoria do Senador José Jorge; e Requerimento nº 26, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O Exmº Sr. Ministro já se encontra na Secretaria da Comissão. Peço aos Senadores Valdir Raupp e Gerson Camata que introduzam, na forma de estilo, S. Exª o Ministro até o Plenário desta Comissão. S. Exª tomará assento à direita desta Presidência. (Pausa.)

Sr. Ministro Alfredo Nascimento, é uma honra para a Comissão de Assuntos Econômicos e para as demais Comissões recebê-lo. A presença de V. Exª nesta Comissão é marcante. V. Exª, desde o primeiro em que entramos em entendimento, prontificou-se imediatamente a comparecer à nossa Comissão, demonstrando o seu espírito democrático e a vontade de prestar esclarecimentos sobre assuntos referentes à sua Pasta, especialmente quanto à conservação das nossas estradas.

Tive o prazer de conhecê-lo mais de perto, aliás, quando V. Exª nos deu a honra, em companhia do Presidente da República, de visitar a minha cidade de origem, a cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. Lá se encontrava um dos Senadores que abrilhantam esta Comissão, o Senador Delcídio Amaral. Quero confessar isso, em homenagem a V. Exª, que lá determinou a continuidade dos trabalhos da BR-158, que liga a cidade onde nasci, Três Lagoas, ao outro Município de Sevilha. É o único trecho não asfaltado da longa extensão da BR-158.

Quero ressaltar que os recursos dessa BR-158 estão – e sempre estiveram, Sr. Ministro – sendo colocados no Orçamento por emendas de Bancada do Estado de Mato Grosso do Sul e de minha autoria. Portanto, trata-se de uma estrada que está sendo construída graças à participação do Legislativo no Orçamento, mas V. Exª teve a grandeza de reconhecer a importância daquela estrada e de determinar a sua continuidade.

Lá se está trabalhando. E queria aproveitar... Estou falando pessoalmente mesmo. Como é um assunto importante para mim e estamos nos últimos dias do nosso trabalho, acho que posso falar isso. Estou procurando lhe fazer justiça e não lembrar o meu trabalho. Estou procurando fazer Justiça a V. Exª.

Quero comunicar-lhe que, para o Orçamento de 2005, estamos colocando recursos para que essa estrada, para que pelo menos no ano que vem, Sr. Ministro, ela seja terminada.

Quero recebê-lo aqui. Ouço dos membros desta Comissão referências que demonstram a mais estrita consideração ao trabalho de V. Exª, cuja capacidade administrativa é reconhecida. Seja bem-vindo.

De acordo com o art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, adotamos os seguintes procedimentos: S. Exª terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação por parte das Senadoras e Senadores inscritos. A palavra, quando for concedida ao Plenário, será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido, com preferência para os autores dos requerimentos. Cada Senador interpelante disporá de 5 minutos; assegurado igual prazo para a resposta de S. Exª, Sr. Ministro. Há direito de réplica pelo prazo de 2 minutos, e com o mesmo tempo será concedida tréplica a V. Exª.

Assim, lhe concedo a palavra para que V. Exª...

V. Exª pede a palavra pela ordem, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle e sendo uma reunião conjunta...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Queria pedir licença a V. Exª – registrei, mas não vi V. Exª aí – para dizer-lhe que V. Exª ocupa o lugar que lhe é de direito e em breve terei a honra de dividir com V. Exª a Presidência dos trabalhos, porque não será a idade que fará com que...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, Sr. Presidente, está muito bem entregue. Apenas, queria dar uma palavrinha. Mas está muito bem entregue a Presidência e V. Exª pode presidir por todo o conjunto da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É que o Regimento fala em mais idoso e queria repartir isso. Não pode ficar só comigo.

V. Exª vai chegar a minha idade e, portanto, vai começar ...

Pois não, nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, queria saudar também, em nome da Comissão de Fiscalização e Controle, o nosso Ministro Alfredo Pereira do Nascimento e dizer que realmente o desafio do Ministério é grandioso. São milhares e milhares de quilômetros a serem consertados, afora a infinidade de quilômetros que precisam ser implantados. É muita coisa, é um desafio ciclópico.

E queria dizer ao Ministro da minha torcida permanente, até porque a nossa Paraíba, na ponta do Nordeste, sempre teve estradas muito boas. Foram estradas que duraram muito, mas, ultimamente está chegando ao último ponto e precisando de recapeamento, como quase todas as estradas no Brasil.

Criamos uma forma de conseguir recursos, mas os recursos não têm chegado na totalidade às mãos de V. Exª. Vamos estar aqui sempre advogando para que esse dinheiro chegue rápido para que V. Exª possa cumprir o seu papel, da melhor maneira possível, até porque adotamos o modelo de transporte rodoviário que exige, com toda certeza, uma frota grande de caminhões e estradas em boas condições.

Estamos torcendo sempre pelo senhor. Todos nós aqui da Comissão de Fiscalização e Controle vamos estar fazendo tudo que seja possível para ajudá-lo, porque a missão de V. Exª, com toda certeza, cumprida, diminui o risco Brasil e diminui os custos de vida neste País.

Seja bem-vindo a esta reunião conjunta, quando tenho a honra de ser presidido pelo Senador Ramez Tebet – preside não por causa da idade, mas por causa da experiência. V. Exª, como mais experiente, tem todo o direito de ser o Presidente e estarei aqui muito feliz sob a sua Presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Muito obrigado. Quero saudar o Presidente Ramez Tebet, o Presidente Ney Suassuna, os demais Senadores e agradecer o convite que me foi formulado, porque esta é uma oportunidade para que, em conjunto, falemos um pouco dos problemas de infra-estrutura do País, que são muito sérios. Como costumo dizer, não são problemas para serem resolvidos por uma única pessoa. Fui convidado pelo Presidente Lula para, a partir de abril deste ano... Formatei, tendo por base o Orçamento que havia sido aprovado pelo Congresso Nacional, uma retomada na reconstrução da infra-estrutura do País. O problema da infra-estrutura é muito grave. Não se pode dizer que esse problema é de agora, é um problema de alguns anos. Nós, do poder público, não demos a atenção devida à nossa infra-estrutura; não cuidamos disso, como deveríamos, ao longo dos anos.

A partir do mês de abril, tendo por base o Orçamento que já está aprovado – e há pouca possibilidade

de mobilidade desse Orçamento –, montei um plano e o apresentei ao Presidente da República. Trata-se de um plano de restauração e de recuperação de rodovias, com o objetivo de diminuir os problemas de infra-estrutura do País.

Para que se tenha uma idéia, cabe ao Ministério dos Transportes administrar mais de 70 mil quilômetros de rodovias federais, dos quais 60 mil quilômetros deveriam estar urbanizados, asfaltados. Desses quase 60 mil quilômetros, no mês de abril, mais de 60% não estavam em boa condição de tráfego.

Fiz um planejamento, como disse, tendo por base esse Orçamento aprovado, para que até abril do próximo ano, quando há coincidência do escoamento da produção, principalmente da produção de grãos do Centro-Oeste, Sul e Sudeste do País, para que neste período a gente diminua esses gargalos, que são muito significativos no custo de produção do País e interferem diretamente nas nossas exportações. A nossa expectativa é que, até abril do próximo ano, tenhamos conseguido restaurar, e não só manter, aproximadamente sete mil quilômetros das rodovias que estão sem condições de tráfego. Isto representará a restauração de, aproximadamente, 20% a 25% das rodovias que não estão em boas condições de tráfego.

Este é o primeiro ataque. E por que essa primeira ação será em relação a rodovias? Porque, infelizmente, o modal de transportes adotado no País está equivocado. Mas a mudança do modal de transportes requer tempo. Precisa-se de muito tempo para alterar este modal de transporte. Privilegiamos, ao longo dos anos, o investimento em rodovias e esquecemos do investimento que deveríamos fazer em ferrovias e hidrovias. Mas mudar esta concepção que o País adotou, há alguns anos, leva tempo. E o que temos como responsável por mais de 60% da produção brasileira são as nossas rodovias, que estão na condição que eu acabei de relatar.

Então, a nossa expectativa é que até março ou abril deste ano, tenhamos recuperado de 20% a 25% dessas rodovias e tenhamos dado condição de tráfego fazendo ações mais localizadas de manutenção e de conservação de rodovias em, aproximadamente, 75% a 85% das rodovias. E também que essas rodovias, mesmo não estando em condições ideais, tenham condições de tráfego. E o que consideramos para que este trabalho fosse feito? Consideramos os principais troncos rodoviários responsáveis pelo maior volume de escoamento da produção.

Apresentamos esse projeto ao Presidente da República e dissemos a Sua Excelência que precisávamos de dinheiro, de um aporte financeiro do Ministério, porque existia uma dívida de mais de R$1 bilhão com as empreiteiras, com as empresas que estavam trabalhando com o Governo. O Presidente atendeu o nosso pedido. Esse dinheiro, em parcelas, foi rigorosamente alocado no Ministério dos Transportes. Hoje, o Ministério não tem mais dívidas referentes a 2002 e 2003, como tinha no mês de abril.

Então é essa a nossa situação, pelo menos a financeira. Não posso dizer o mesmo com respeito ao Orçamento, porque este já havia sido aprovado. Com base nessas necessidades, fizemos alguns projetos e os enviamos ao Congresso a partir do mês de maio. Esses projetos ainda não foram aprovados. Certamente, quando o forem, não haverá possibilidade de, no mês de janeiro e fevereiro, continuarmos o trabalho que iniciamos. A partir do ano de 2005, teremos um orçamento com boa possibilidade de execução e verdadeiramente uma retomada da recuperação da infra-estrutura do País.

Em relação aos portos, criamos o grupo chamado Agenda Portos, representando os diversos Ministérios. Os gargalos que existem nos portos brasileiros são muito significativos, e algumas situações, até março ou abril do próximo ano, poderão ser executadas. Foi emitida uma medida provisória pelo Presidente da República que autorizava o Ministério dos Transportes a gastar R$57 milhões na execução de pequenas ações ou ações que demandam pouco tempo, a fim de que esses gargalos sejam diminuídos nos portos brasileiros.

Completaríamos a ação nas rodovias agindo primeiramente nos portos, a fim de facilitar o escoamento da produção. É claro que ainda teremos problema na próxima safra, pois não resolvemos a questão. Fizemos apenas uma ação paliativa e imediata, a fim de facilitar ou minorar os problemas do escoamento da nossa produção. Essa foi a primeira ação.

Passei então a mostrar isso ao Governo, que está convencido disso – não se trata mais de um entendimento apenas do Ministério dos Transportes, mas do Governo, do Presidente Lula e da área econômica do Governo. Em função disso, criamos um plano de restauração de rodovias no País para o próximo ano.

Senador Valdir Raupp, V. Exª sabe disto, porque é da minha região: eu nunca fui do Legislativo. Eu sou um executivo que prestou serviço no Poder Público sempre no Poder Executivo. Tenho uma experiência de mais de vinte anos no Executivo e quero colocá-la a serviço do meu País. Penso que posso dar uma contribuição. Acumulamos certa experiência com o tempo, e isso certamente ajudará o desempenho que teremos no Ministério, principalmente a partir do próximo ano.

Nossa expectativa é que, para o próximo ano, façamos a restauração e adequação de aproximadamen-

te 14 mil quilômetros de rodovias. Isso será um salto, porque, ao final do ano de 2005, deveremos alcançar a recuperação e a readequação de aproximadamente 65% a 75% das rodovias federais em todo o País.

De que forma montamos esse trabalho? Primeiramente enviamos um orçamento ao Congresso, que está sendo votado, no valor de R$3,5 bilhões. Posteriormente o Ministério do Planejamento enviará um aditivo ao Orçamento – desculpem-me, não sei que nome se dá a isso –, até o dia 20, de mais R$2,5 bilhões, que totalizará R$6 bilhões, além das emendas que, no ano passado, somaram aproximadamente R$700 milhões; o número deverá ser próximo disso. Então, teremos em torno de R$6,5 bilhões de orçamento no Ministério dos Transportes para o próximo ano.

Se considerarmos que o orçamento deste ano passou de R$2 bilhões, teremos, portanto, um orçamento significativo e poderemos verdadeiramente fazer investimentos, a fim de possibilitar a melhoria do escoamento da nossa produção. Teremos cerca de R$530 milhões em investimentos nos principais portos do País. Em 11 portos investiremos mais de R$500 milhões, pois são os responsáveis por 85% da exportação brasileira.

Quanto aos investimentos em ferrovias, apostamos na aprovação da PPP. É um investimento demorado, de grande vulto e a nossa expectativa, em função também da procura, da insistência dos empresários dos países que têm procurado o Ministério dos Transportes e o Governo, a nossa expectativa é que duas grandes ferrovias do país recebam esses investimentos privados. Refiro-me à rodovia Norte-Sul, sobre a qual os japoneses têm conversado muito conosco e têm uma sociedade com a Vale do Rio Doce e têm interesse em fazer esses investimentos em ferrovias o que vai da possibilidade a criar um a nova opção de logística para o país. Por que falo isso? Porque os nossos principais portos já não possuem as principais características ou os pressupostos básicos para serem bons portos, em função do seguinte quadro: todos os nossos portos estão nas capitais ou nas grandes cidades. O Porto de Santos tem problema de retroária, não tem mais espaço para se colocar indústrias ou serviços que venham facilitar o desempenho do porto.

Esses portos estão nas áreas urbanas e, portanto, têm dificuldade de acesso. Esses portos têm problema de calado porque, quando foram construídos – há muito tempo – foram pensados para receberem navios da época, que eram menores e precisavam de um calado muito menor.

Então, todo investimento que faça nos grandes portos brasileiros são investimentos que, quanto maior o volume maior o tempo que teremos de boa utilização daquele porto em função do investimento que foi feito. Num pequeno investimento, reduz-se o tempo de utilização com boa qualidade desse porto que se está fazendo investimento.

Esses portos todos estão recebendo os investimentos, mas a gente precisa pensar o país como um país que cresce, que exporta, que está produzindo muito, está se desenvolvendo e que precisa ter novas opções de logística de transporte. A rodovia Note-Sul oferece uma nova opção de logística para o país porque integra num transporte barato, num transporte ferroviário barato do Sul ao Norte do país e chega ao Porto de Itaqui, no Maranhão, que está afastado da área urbana, que tem boa retroaria, que não tem problemas de acesso e tem um calado acima da média, na maré baixa, de 16 metros e meio, o que dá possibilidade de ancoragem para navios de grande porte que podem fazer transporte de um volume muito maior de tonelagem para distâncias muito maiores.

Essa é uma opção de logística que tem que ser oferecida para o país. Qual é a nossa expectativa? Estamos fazendo investimento de restauração e de readequação na Belém–Brasília, na BR–153. Essa rodovia é paralela à Norte–Sul. A idéia é fazer um transporte modal integrado entre ferrovia e rodovia com o objetivo de que os produtores do Centro-Oeste, do Sul do país tenham acesso a esse tipo de escoamento de produção para que se passe a desafogar um pouco esses principais portos brasileiros que estão acima do seu limite de capacidade. Mesmo os investimentos que se faça nesses portos sejam significativos, logo, os portos vão ter problemas mais uma vez em função desses portos não possuírem mais essas condições ideais de funcionamento.

Essa ferrovia é uma ferrovia que, certamente, a gente inicia já a partir do ano que vem e com a participação dos japoneses ou dos chineses, a partir do surgimento da aprovação do PPP.

Uma outra ferrovia que é muito interessante é a Transnordestina, que tem agora uma nova concepção que integra dois grandes portos, que também possuem essas características do Porto de Itaqui. Essa Transnordestina integraria o centro produtor do Centro-Oeste do país de grãos, principalmente, do Oeste da Bahia, o Sul do Piauí, o Sul do Maranhão, integraria essa região do país aos portos de Pecém, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco.

Essa nova concepção vai demandar um investimento próximo de R$5 bilhões. É um investimento pesado, mas há uma nova concepção de modernização dessa ferrovia. Essa ferrovia já tem uma concessão – a CFN é concessionária desse trecho –, vai sofrer um alongamento, vai ser aumentado e vai receber essa

readequação. Primeiro, vai-se mudar a bitola métrica para a bitola larga, que vai dar maior velocidade e maior capacidade de transporte de carga, fazendo com que essa carga chegue ao Porto de Pecém e ao Porto de Suape, em Pernambuco. São dois portos modernos, que têm boa retroárea.

Para se ter uma idéia, o Porto de Suape, em Pernambuco, tem uma área onde já estão instaladas cerca de 70 indústrias e ainda tem capacidade para receber cerca de 100 novas indústrias. Tem um calado acima da média, com boa capacidade de receber bons navios, está afastado da área urbana e tem boa facilidade de acesso.

Pensar o País em termos de logística de transporte a médio e longo prazo passa por investimentos em ferrovias.

Para finalizar as minhas primeiras palavras, estou, como técnico, muito otimista em relação ao que se pode fazer em relação à infra-estrutura do País. Preparei uma proposta com esse aditivo, com esse novo orçamento que se vai juntar ao orçamento que está sendo votado no Congresso, pensando tecnicamente em como se resolver, pelo menos num primeiro momento, o problema de escoamento da produção.

Pensamos, por exemplo, na BR-153 nos diversos Estados em que apresenta problema. Há investimentos previstos para ela.

Vou citar algumas rodovias. Por exemplo, com relação à BR-020, temos investimento previstos da ordem de R$100 milhões, na Bahia, no Ceará, no Distrito Federal e em Goiás.

A BR-040 tem investimentos em Minas Gerais para restauração, readequação e duplicação no trecho entre Sete Lagoas e Juiz de Fora e ao longo de toda a rodovia.

A BR-153, como acabei de mencionar, tem investimentos em Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, somando R$266 milhões.

Por que estamos fazendo isso? Estamos trabalhando em todo o tronco rodoviário, com o objetivo de dar trafegabilidade a essa rodovia. Identificamos onde existe o problema e onde devemos fazer o investimento.

A BR-163 tem investimentos previstos próximos de R$80 milhões no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, no Paraná e em Santa Catarina, exatamente nos trechos em que há problemas.

A BR-242, no Estado da Bahia, tem investimentos previstos de R$68 milhões justamente no trecho em que a situação está ruim.

Esses recursos serão utilizados em função do acordo que o Governo fez com o Fundo Monetário Internacional para a liberação de R$3 bilhões, para que saísse do cálculo do superávit primário e para que esse investimento fosse feito em infra-estrutura. Desses R$3 bilhões, R$2,5 bilhões estão sendo alocados no Ministério dos Transportes para se somar aos R$3,5 bilhões que já estão no Ministério dos Transportes.

Vou citar mais algumas rodovias importantes: a BR-365, de Minas Gerais; a BR-364, que passa em Goiás, Mato Grosso e Rondônia; a BR-280, em Santa Catarina; a BR-116. São várias rodovias.

Com esse projeto, iniciamos a duplicação da BR-101 sul. Existe no Orçamento do ano de 2004 R$160 milhões, e estamos alocando mais R$135 milhões no projeto de lei que está sendo votado e mais 265 milhões. Estamos disponibilizando, além dos 160, mais 400 milhões para a duplicação da 101-Sul, que atende Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Para a 101 – Nordeste, já foi lançada a licitação, que deve ser aberta no mês de janeiro. A licitação vai permitir a execução da obra no trecho entre Natal e Palmares, em Pernambuco, a partir do ano que vem. As obras serão iniciadas em três Estados, ao mesmo tempo em que fizemos uma licitação dividida em oito lotes, o que vai permitir o início da obra no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco. Para essa obra, serão destinados recursos da ordem de R$383 milhões. Para que se tenha uma idéia – não fechamos ainda a licitação –, essa obra custará aproximadamente R$1,5 bilhão, ou seja, quase um terço dos recursos.

Já fechamos a licitação da 101 – Sul. Liberamos a ordem de serviço. A obra deve custar R$1,5 bilhão. Já estão liberados R$560 milhões para o primeiro ano de execução da obra, de dezembro deste ano a dezembro do ano que vem.

Há outras obras. A 153, por exemplo, no Estado de São Paulo, tem um problema antigo, próximo de São José do Rio Preto, Bonifácio e Bady Brassitt. Estamos disponibilizando recursos para a readequação no trecho entre Bonifácio e Bady Brassitt e mais R$30 milhões na 153, para a readequação da rodovia.

Por que estou me referindo a isso? Na agenda para os portos, haverá investimentos de R$ 500 milhões, cerca de R$518 milhões. Serão investimentos nos portos de Itaqui, Areia Branca, Salvador, Aratu, Vitória, Rio de Janeiro, Sepetiba, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Rio Grande, Santos, entre tantos.

Na minha expectativa, teremos um ano bem diferente em relação à infra-estrutura do País. É claro que ainda teremos problemas, mas vamos trabalhar praticamente em todos os Estados, em todas as rodovias federais com problemas, à exceção daquelas com alguma pendência junto ao Tribunal de Contas e daquelas para as quais não dispomos de instrumentos necessários à execução da obra.

Muitas obras não estão relacionadas entre as que descrevi como passíveis de execução porque ainda não têm os instrumentos necessários, tais como, licenciamento ambiental, projeto contratado ou licitação contratada. Por isso, não vamos alocar recursos no Orçamento para tais obras e para chegar no fim do ano sem poder gasta o dinheiro a elas destinado.

Eu não tinha a experiência ainda de trabalhar no Governo Federal, mas no Executivo Municipal e Estadual. Fui prefeito de Manaus, por dois mandatos, Vice-Governador do meu Estado, fui Secretário de Fazenda do Estado. Então eu tinha experiência da máquina pública estadual e municipal e achava que lá era muito demorado. Achava que lá a máquina andava com muita dificuldade, porque levava muito tempo. Tomei um susto com o tempo gasto para se resolver as coisas aqui. Então, preparei-me para, este ano, não passar pelos mesmos problemas daquela época. Chegava a um Estado, tinha o orçamento, e diziam: "Olha, isso aqui é uma bobagem, mas é de um significado muito grande para a cidade, porque é no entorno aqui, custa R$2 milhões e é uma coisa fácil de ser feita". Eu, acostumado no município, ou no Estado, dizia: "Então, vamos fazer". E a licitação lá leva o prazo mesmo que tem que levar. Há as modalidades de licitação, 45 dias, no máximo 60, está tudo pronto e executa-se a obra. Aqui, leva-se muito tempo, porque a burocracia é muito complicada no Governo Federal. É algo arraigado e muito difícil de desmanchar. Para contratar uma obra pequena mas que tem um significado muito grande para a cidade, por exemplo, chegar em Sete Lagoas para fazer um pedacinho de estrada lá que custa R$2milhões. Primeiro, é preciso contratar o projeto; isso leva três meses. A empresa, depois de contratada, dependendo do tamanho da obra... Três Lagoas. Sete são em Minas... A sua eu sei que são três. Eu falei de sete, em Minas. Vamos mudar de Estado. É mais uma obra para lá, Senador. Se V. Exª quiser fazer essa obra, vai levar três meses para contratar o projeto. A empresa que ganhou tem de sessenta a noventa dias para apresentar o projeto definitivo. Depois tem que se contratar a execução da obra tendo por base esse projeto executivo; aí são mais uns três meses para fechar a licitação. Depois disso descobre-se que não há licenciamento ambiental. Mais um tempo para obter isso. Em alguns casos, muito tempo.

Assim, o que fiz agora?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ministro, quando V. Exª for citar um exemplo, diga duas pontezinhas para a cidade de Patos, na Paraíba, que está precisando.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Vou fazer uma coisa este ano independentemente de cor partidária. Entendo que minha função no Governo é maior. Nós todos temos a obrigação de contribuir com a viabilidade da infra-estrutura do País. O que fiz para o ano de 2005? Durante esses sete, oito meses que estou à frente do Ministério, tratei de dar viabilidade ao que eu quero fazer. Para que V. Exªs tenham uma idéia, até janeiro do ano que vem vamos fechar a possibilidade de contratação – estou falando de restauração, adequação ou duplicação – de 30 mil quilômetros de rodovias. Embora a minha possibilidade de fazer isso com esse dinheiro seja de 14 mil quilômetros, já estou licitando muito mais exatamente para não sofrer esse tipo de problema. Eu não consegui fazer absolutamente nada que já estava pronto no Ministério, mas cuja burocracia não estava pronta. Estamos fechando o ano e "Cadê aquele negócio que eu pedi em abril?" "Recorreu, está não sei onde".

Todas as vezes que eu ia falar com o Presidente ele me dizia Fernão Dias, Regis Bittencourt e BR-101 sul. Numa solenidade, ele dizia: como está a 101 sul? Ele me cobrou isso diversas vezes. Foi uma gestação dar viabilidade à 101 sul: nove meses! Finalmente, conseguimos, na sexta-feira, dar a ordem de serviço com tudo vencido, com todas as etapas, sem nenhum perigo de ter que interromper a obra em função de um problema ou outro.

A mesma coisa com relação à BR-101 Nordeste. Vou dizer exatamente o que me disse o Presidente: na hora em que nós pensamos em fazer a BR-101 Nordeste disseram que esses recursos do Fundo Monetário teriam que ser aplicados em investimentos que tivessem viabilidade econômica. Ele disse ainda que se fôssemos pensar em só fazer estradas que têm viabilidade econômica, não faremos nenhuma estrada do Nordeste, nem do Norte do País. Se tentarmos fazer uma concessão pública para a BR-101 Nordeste, por exemplo, não vai aparecer nenhum interessado porque ela é uma rodovia de integração, desenvolvimento. A duplicação de toda a BR-101 Nordeste, de Natal até Feira de Santana, vai mudar o Nordeste. Eu sou nordestino, nasci no Rio Grande do Norte, apesar de estar há quase trinta anos no Amazonas, mas conheço a realidade do Nordeste. O caminho do Nordeste é o turismo. Imaginem viajar por uma estrada segura, duplicada, que dará condições ao povo do Nordeste de ter uma vida melhor. O Presidente bateu o martelo e disse que é preciso botar esse dinheiro para a BR-101 Nordeste. Ele queria, em Salvador, já lançar a obra entre Natal e Feira de Santana.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A prioridade é para a BR-101 Nordeste ou para a BR-101 Sul?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – As duas são prioridades e há recursos para as duas. Há 560 milhões...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – (*Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – *(Inaudível)* para a BR-101 Sul, e 390 milhões para a BR-101 Nordeste.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ministro, comente alguma coisa sobre a BR-158.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – (Inaudível.) Está aqui a 158. Estão previstos investimentos no valor de 34 milhões nesse projeto e mais o que está colocado no PL que já veio... Haverá recursos para a 158, sim. Sei que existem problemas em Mato Grosso, mas em Mato Grosso do Sul há bastante dinheiro. Está bem dividido, não estou olhando se o Governador é de um lado... Pela primeira vez, fiz alguma coisa sem conversar politicamente com as pessoas. Fiz tudo tecnicamente lá no Ministério. Ontem pedi ao Presidente da República que não deixasse alterar esse planejamento para mandar para o Congresso de forma diferente, porque alguns Governadores já tomaram conhecimento disso e poderão indagar, por exemplo, como é que estão mandando não sei quantos milhões para Santa Catarina, porque a BR-101 está lá, e não estão mandando não sei quanto para o Acre, para a Amazônia ou para Rondônia. O critério não é esse, mas a infra-estrutura do país. O critério de fazer uma boa distribuição entre os Estados está naquele primeiro projeto que mandamos para o Congresso. Lá estão previstos 3,5 milhões, mais as emendas que os Parlamentares vão fazer. Vamos ficar com um orçamento em torno de 4 bilhões. E lá está atendido. Como é que fiz isso? Como aumentamos um pouco o orçamento, conversei com os Governadores, com as pessoas que pediram para conversar comigo no Ministério, e tentei melhorar. O volume de recursos de todos os Estados, sem exceção, foi melhorado. O outro projeto que está vindo é estruturante para o país. Ele vai mudar realmente, vai dar condições de trafegabilidade e de escoamento da produção. Então, era isso o que, em linhas gerais, eu queria informar.

Vou encerrar mostrando uma coisa aos senhores. Sei que o meu tempo já deve ter acabado, mas queria mostrar o gráfico do desempenho do Ministério dos Transportes. Quando cheguei lá, encontrei esse tumulto. Então decidi fazer uma reunião com os empresários. Eu convocava os empreiteiros para conversar, passava meia hora, e eles não abriam a boca, porque já não tinham confiança. Em função da dívida existente, eles estavam no limite da possibilidade de investir, mesmo pouco, para receber depois. Só a partir do pagamento que fizemos a esses empreiteiros, começaram a ser executadas obras do país. Então, só a partir do mês de junho, e se percebe isso, passou a haver liquidez no Ministério. Em abril, maio e junho, pagamos, e a situação começou a melhorar. Então, o ânimo é muito bom tanto nas empresas, como no Ministério, enfim o ânimo é muito bom da parte do Ministro e da parte do Governo. Participamos de uma reunião ministerial no último fim de semana, na qual ficou claro que infra-estrutura é prioridade para o país, como definição de meta, como definição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, nós lhe agradecemos a fala didática.

Além de abordar os problemas da sua Pasta, V. Exª tocou num ponto sobre o qual precisamos meditar muito, que é a necessidade inadiável de desburocratizar este País. Não é só o seu Ministério. O país, há longos anos, está burocratizado, encarecendo os serviços e dificultando o bom andamento das coisas, a ponto de se ter dinheiro e não se ter condições de empregá-lo para alcançar o objetivo.

Agora vamos passar à fase das perguntas, não sem antes pedir licença aos membros da Comissão – não sei onde está o Senador Aelton Freitas...

Vamos registrar aqui a passagem natalícia do aniversário do querido companheiro Aelton Freitas. Quando S. Exª chegar aqui, nós o cumprimentamos.

O primeiro orador inscrito, pelo Regimento da Casa, é o autor. São três requerimentos. O primeiro é o do Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra, para sua interpelação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, meu requerimento inicial, ainda no mês de abril, foi logo após a posse de V. Exª, exatamente para tomar conhecimento dos projetos para essa área importante ao País como um todo. Depois, pude realmente fazer novos requerimentos, insistir. Já estávamos com requerimentos em plenário e pude, em vários discursos, pronunciar-me a respeito da questão. Quero cumprimentá-lo pela maneira sincera como V. Exª coloca as dificuldades do Ministério. Como é meu primeiro mandato parlamentar, confesso que estranho, às vezes, a demora com as questões aqui em Brasília. Quando eu era Governador, também via essas dificuldades que V. Exª coloca: dificuldade para fazer um projeto, dificuldade para a concorrência, dificuldade para a obra ser cumprida, o cumprimento dos pagamentos, essa questão toda.

O que acontece é que já chegamos ao meio do Governo do Lula. Já cheguei a dizer que não quero acreditar que o Governo tenha deixado a situação piorar tanto para agora dizer que ela melhorou. É como aquela história do bode que se coloca na sala para a

sala ficar mal-cheirosa e depois ele é retirada para que se ache que o cheiro melhorou. Espero, torço para que não seja isso, torço para que não seja isso.

Vejo aqui que o Orçamento para o ano que vem está bem acrescentado. O Orçamento para o Ministério é de R$9 bilhões, dos quais apenas R$2.7 bilhões são para investimentos. Desse valor, temos empenhados, até agora, até 3 de dezembro, 68%, R$1.8 bilhão, e pagos 22% apenas. Então, faltando um mês ao ano todo só se conseguiu pagar 22% do Orçamento do ano todo.

É bem verdade que isso é a média do Governo, mas aí a culpa não é de V. Exª, não é do seu Ministério. É o Governo que não consegue gastar, é o Governo que não consegue agir e fazer as coisas acontecerem, porque, até o momento, apenas 25% foram pagos pelo Governo no Orçamento geral de investimentos e até esse último mês, no Orçamento de empenhos, passou pouco de 50%.

Portanto, a questão que se coloca aí é a ansiedade. Pude dizer, no plenário, outro dia, que desafiava qualquer dos Senadores ali presentes a dizer que não tinha um conhecido, um amigo, um parente que tivesse sido vitimado numa estrada brasileira. Quer dizer, não podemos continuar com o nível de perigo que as estradas têm. E não temos tido investimentos. É isso há muito tempo, sim. V. Exª tem razão. Não estou dizendo que isso seja só no Governo Lula, não. No meu período de Governo, consegui avançar muito com o Presidente Fernando Henrique em Minas nas estradas federais. Praticamente toda a Fernão Dias, 90% dela foi duplicada até 98. Houve a duplicação de Belo Horizonte a Sete lagoas, a duplicação da 050, também no Triângulo Mineiro. Mas de lá para cá, Ministro, as coisas pararam. No segundo Governo de Fernando Henrique faltava também interesse maior do Governo de Minas e as coisas não caminharam. Agora, o Governador Aécio tenta, querendo inclusive a delegação de rodovias federais para Minas, para poder agilizar, e as coisas não estão caminhando.

Então, eu queria colocar a preocupação que temos em que esses recursos para o ano que vem sejam realmente realizados rapidamente, que não fiquem apenas para a época próxima da eleição.

A questão das formas que o Governo tem de agilizar a infra-estrutura do Brasil. Além do recurso orçamentário, que teve apenas 22% do total pago até agora, temos os recursos que vêm exatamente da Cide. Dinheiro para fazer obra há. O problema é a burocracia, a decisão, a cobrança para que as obras sejam mais rápidas. Na questão das concessões, o Governo ficou o tempo todo discutindo as PPPs e as concessões ficaram paradas dois anos, sem nenhum processo de concessão no Brasil. É uma lei que já existe, uma lei testada. As estradas de São Paulo estão em bom estado, porque a maior parte delas está concedida. A Fernão Dias foi financiada com recursos internacionais prevendo-se a concessão da iniciativa privada para se fazer a manutenção. E o que vemos na Fernão Dias hoje? As defensas estão quebradas. Nem a defensa é substituída. É complicado por ser uma rodovia importante ligando Minas Gerais a São Paulo, e está se deteriorando por falta de uma manutenção adequada.

Diria que é a concessão. V. Exª poderá nos explicar o porquê das concessões. Li nos jornais que agora finalmente vai... Mas isso havia sido anunciado por Ministros anteriores e pelo Presidente, mas já estamos no terceiro ano de Governo.

Com relação à PPP que foi aprovada nesta Casa e está sendo finalmente aprovada na Câmara com as modificações finais, ela não é uma solução total. Sabemos que a PPP vai se adequar em alguns casos apenas.

A sinalização, Sr. Ministro, é outro ponto fundamental. Para podermos ter mais segurança, precisamos sinalizar as nossas estradas, e a sinalização não custa tanto dinheiro assim. Uma estrada sinalizada é outra coisa. Veja bem: bastou o Governo Federal e o Denatran obrigarem os caminhões a terem aquele adesivo refletivo que melhorou muito algo simples. Assim, precisamos sinalizar melhor.

Eu colocaria a questão em cima dos recursos orçamentários, nas concessões, na sinalização, na delegação aos Estados – o Governador Aécio Neves está requerendo que algumas estradas federais sejam delegadas a Minas – para que possam terminar e cuidar melhor.

A questão específica que gostaria de colocar se refere à BR-040 que liga Rio, Belo Horizonte e Brasília. Para esta estrada, no ano passado, coloquei uma emenda de bancada de Senador, que foi aprovada e foram desembolsados dezenove milhões e meio. Ela era para ser utilizada no trecho, mas como não estava exatamente em concorrência com o projeto, foi utilizada no outro trecho da BR-040 fazendo a duplicação na região de Santos Dumont, entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e as obras estão andando bem.

Na verdade, é a única do Governo Federal em Minas Gerais com a verba que coloquei fora a restauração. Estou falando de obra de construção. Em restauração, sei que algumas estão caminhando, inclusive Ouro Preto que agora foi feita em regime de urgência e foi precisa a autorização do Presidente da República para poder ganhar os prazos. Passarei por

ela amanhã para ir a Ouro Preto na reunião do Mercosul. Estive lá e está bem.

Sr. Ministro, se prepare pois terá o questionamento do Ministério Público e do Tribunal de Contas porque fez a estrada com a dispensa da licitação pela urgência. Concordo, sei que precisava, o evento justifica, mas prepare-se porque a burocracia é essa mesma, e precisamos atacar esses outros pontos.

Quanto à BR-040, repeti este ano e coloquei novamente uma emenda de bancada de Senador para o trecho retomar a duplicação por estar paralisada em Belo Horizonte-Sete Lagoas. E, agora, há mais 43 quilômetros até chegar a uma bifurcação importante, que é a que vem para Brasília e para o Norte de Minas.

Para V. Ex.ª ter uma idéia, todo o tráfego que vem de Minas Gerais e de São Paulo no sentido do Nordeste não está passando mais pelo Vale do Aço mineiro, que passa por essa estrada, a BR-040, vai até Montes Claros no norte mineiro para pegar a Rio-Bahia. São 43 quilômetros apenas, mas é para continuar o processo de duplicação. É seguramente o trecho de maior movimento e de maior número de acidentes em Minas Gerais. Claro que esse é um exemplo, mas existem outros.

Estamos vendo no jornal de hoje a inauguração daquela ponte nas nuvens, na França. Uma ponte, um viaduto que custou um bilhão de Euros, R$4 bilhões. V. Exª imagine que inveja. O orçamento do Brasil, praticamente, é o que a França está gastando para um viaduto de 300 metros de altura. E não temos dinheiro para fazer o Viaduto das Almas, que tem este nome sugestivo.

O Viaduto das Almas é um viaduto entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, foi construído por Juscelino Kubitscheck na década de 50, mas é em curva e com pista simples. Esse é um viaduto que mata todo ano. Precisa-se de dezoito milhões, e não de quatro bilhões, como o viaduto da França, para se fazer um novo viaduto e, assim, termos uma pista que desce pelo viaduto antigo e a outra sobe pelo viaduto velho. Tentamos isso, o ex-Ministro Eliseu Resende tem defendido também esse projeto. Veja, são 18 milhões. Ficamos realmente ansiosos com essas coisas no País em termos de que não é possível que não se consiga. Esse 0,40 de que estou falando com V. Exª, de Sete Lagoas ou Trevo de Curvelo, estava parado por causa de R$60 mil que tinham que ser pagos a uma empresa de consultoria. Foi pago. V. Exª pagou, foi liberado, o projeto está pronto agora, e está na fase de fazer concorrência. Espero que saia a licitação realmente. Então, estou colocando o recurso.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Sai em janeiro a licitação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Se Deus quiser. É uma boa notícia. O último ponto é com relação aos portos. Aí já não diz respeito a Minas, que não tem mar. Apesar disso, tem uma capitania dos portos em Pirapora para cuidar da nossa navegação fluvial. Estive no Rio de Janeiro, segunda-feira – sou da Comissão de Turismo aqui no Senado, juntamente com o Senador Pavan –, e vi um navio de passageiros parado no porto do Rio. A informação é a de que estão gastando um tempo enorme para poder descer.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – O problema é do calado, dragagem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É uma burocracia. Este é um filão importante para o Brasil, sim, o turismo de cruzeiros, que traz gente com recursos em boa escala para gastar no Brasil, e os nossos portos não estão preparados para a área de passageiros. No transporte de carga também temos problemas, mas passageiro pior ainda.

De maneira, Sr. Ministro, esses eram os pontos que eu queria assinalar aqui. Na verdade, o meu apelo para que possamos ter uma ação eficaz. V. Exª, com a experiência que tem de prefeito, sabe que, se não cobrar todo dia, as coisas não andam mesmo. O meu convite foi sempre no sentido positivo, como disse a V. Exª, para que possamos resolver.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, a palavra é de V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, não sei é possível, para facilitar os trabalhos, ouvir dois ou três Senadores, até porque as perguntas coincidem. O Ministro as responderia, se forem diferentes, individualmente, e se for a mesma responderia para todos os Srs. Senadores que tivessem a dúvida. Se for possível, só para facilitar o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acho que é. Vamos experimentar, primeiro, ouvindo os três autores dos requerimentos. Pergunto se V. Exª concorda assim.

Senador José Jorge, V. Exª é autor do segundo requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, em primeiro lugar, gostaria de justificar as razões pelas quais fiz esse requerimento convidando o Ministro do Transporte, Dr. Alfredo Nascimento, para estar presente conosco. Na realidade, como sou Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, temos tido a preocupação de que todos os Ministros de Estado da área de infra-estrutura estejam

presentes na Comissão, logo após a sua posse, para que possam dizer dos seus planos, das suas idéias, mostrar a situação em que estava o Ministério quando chegaram e o que pretendem fazer durante o seu mandato. E isso foi feito.

O meu requerimento é antigo, deve ter sido feito logo após a posse do Ministro. No dia 30/03/04, foi aprovado o requerimento, portanto já completando nove meses o requerimento para que o Ministro estivesse aqui. Como havia requerimentos convocando ministros para comparecer a outras comissões, no caso a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Fiscalização, fez-se um acordo para facilitar que o Ministro viesse aqui e realizássemos uma reunião conjunta. É o que estamos fazendo aqui. Portanto, a minha idéia não era levantar alguma questão específica, mas tratar da questão do Ministério dos Transportes em conjunto.

Creio que, em relação à questão do transporte rodoviário, principalmente, todos sabemos que o setor de transporte no Brasil sofreu uma crise muito grande quando, na Constituição de 1988, foi encerrado o Fundo Nacional de Transporte. Era um percentual de receita que garantia um financiamento mínimo ao setor de transporte, que permitiu ao setor de transporte não só evoluir na construção de estradas – hoje o sistema principal de ligação no Brasil é rodoviário –, mas também cuidar da manutenção dessas estradas.

Posteriormente, com o fim do Fundo Nacional de Transportes aconteceu uma queda enorme dos investimentos do setor de transporte, tanto na construção de novas estradas como na manutenção. Por exemplo, a duplicação da BR-101 em Pernambuco, até o município do Cabo de Santo Agostinho, que é dentro da região metropolitana do Recife, deve ter de dez a quinze quilômetros. Essa estrada demorou treze anos, se não me engano, para ser construída, exatamente por falta de recursos, por diversas interrupções que tivemos, de tal maneira que isso gerou uma crise no setor de transporte mais de dez anos, de 1988 até praticamente o ano de 2002, quando foi criada a Cide.

Exatamente na época em que a Cide foi criada, por coincidência, eu era Ministro de Minas e Energia, e esse projeto da Cide é um projeto originário, por incrível que pareça, do Ministério de Minas e Energia. Como o recurso é um imposto que se cobra sobre a gasolina, o diesel, sobre os combustíveis fósseis, então ele entrou exatamente no projeto de abertura do mercado de combustíveis para permitir a livre concorrência. Retirou-se o subsídio do diesel, que era subsidiado a partir do preço da gasolina. Então, elevou-se o preço do diesel e aquilo que se pagava em cima da gasolina virou a Cide. Quer dizer, foi essa a geografia que se fez no sentido de fazer com que esses recursos fossem disponíveis.

A Cide foi implantada a partir de 2002, então já existe recurso em 2002, 2003, 2004. Se não me engano, são recursos da ordem de R$8 bilhões por ano, um pouco menos, o ministro deve saber a informação melhor do que eu. De qualquer maneira, de lá para cá o que aconteceu? Não se resolveu a questão das rodovias brasileiras. Por quê? Porque a Cide não foi utilizada. Chegamos a aprovar um projeto aqui no final do Governo Fernando Henrique, mas foi vetado pelo Presidente Fernando Henrique, atendendo a um pedido da equipe técnica do novo governo, do Presidente eleito, o Presidente Lula. A partir daí o recurso foi mais contingenciado do que utilizado. Esse recurso deveria ser utilizado basicamente em transporte, no subsídio ao gás de cozinha, que hoje em dia é usado, o chamado vale-gás, auxílio gás, e também para a parte de meio ambiente, principalmente em relação à questão do petróleo.

O setor rodoviário, que passou por essa grave crise, deveria estar com essa crise mais equacionada, pois hoje ele tem uma fonte específica de recurso, que é a Cide. Então, gostaria de saber do Ministro como é que a Cide foi utilizada durante esses três anos, durante o ano de 2002, mas principalmente de 2003 e 2004, que já são deste governo, quanto foi arrecadado, quanto foi utilizado no setor de transporte e quanto entrou no superávit primário para pagar o juro da dívida externa.

Todos nós sabemos que o principal instrumento à época para convencer os Parlamentares a provar a Cide foi exatamente o fato de que ela seria utilizada para manutenção das estradas brasileiras. Essas estradas, na situação que estavam e que estão, trazem grande prejuízo não só econômico, pois aumentam o custo das mercadorias, como também prejuízos sociais. A mortalidade nas estradas brasileiras é uma das maiores do mundo. Além disso, o dinheiro não é aplicado, portanto, não gera emprego, não facilita a vida dos brasileiros.

Então, a minha primeira pergunta é em relação a isso: Como é que isso evoluiu e como evoluirá daqui para a frente. Será que não deveríamos aprovar um novo projeto aqui no Senado, na Câmara, inclusive enviado pelo Executivo para que já se faça um acordo antes, para que esses recursos sejam utilizados e não fiquem sendo usados para pagar juros, porque esse é um imposto alto. Toda vez que um brasileiro coloca um litro de gasolina, que custa R$2,00, R$2,25, R$2,30, agora, paga R$0,50 de Cide, mais ou menos, e paga outros R$0,50 ou R$0,60 de ICMS. Portanto, mais ou menos metade do preço da gasolina é de impostos. E

esses impostos deveriam vir, principalmente a Cide, para manutenção e construção de novas estradas.

Em relação à questão de Pernambuco, na verdade, a única estrada duplicada que o Estado tem é exatamente a BR-232, que é federal e liga Recife a Caruaru, mas que foi feita pelo Governo do Estado. Agora, está num processo de devolução ao Estado de algum recurso, ainda não todo, mas uma parte ainda pequena. Nós ficamos satisfeitos que a BR-101 seja licitada, porque realmente, como V. Exª disse, a BR-101 é uma estrada muito importante para o Nordeste, porque é litorânea e liga o Nordeste inteiro, na parte mais habitada, mais desenvolvida, porque a Região, basicamente, começou a se desenvolver pelo litoral.

Eu, particularmente, sou um pouco pessimista, porque, na realidade, todas as estradas federais no Nordeste têm sido feitas com a velocidade de cágado, de tartaruga, quer dizer, na realidade, o fato de se licitar é uma condição necessária, evidentemente, mas não é suficiente, porque esse setor de transporte já tem essa tradição de licitar e não realizar. Quer dizer, a própria empreiteira vai fazendo aos pouquinhos, recebe, não recebe, é uma luta permanente do setor. Já é tradicional do setor. Na realidade, como V.Exª mesmo disse, a burocracia deve ter algum ganho com isso. Quer dizer, alguém deve sair ganhando, porque é aquela história: jabuti não sobe em árvore.

Então, se o setor transportes é assim há tantos anos, se funciona dessa forma é porque alguém ganha com essa demora, com a forma de realizar, de fazer licitações enormes e ter poucos recursos.

Eu gostaria, basicamente – não quero fazer nenhuma pergunta particular -, de saber como vai ser de agora em diante, como foi neste ano, como foi no ano passado a realização de recurso da Cide e saber, para o ano que vem, o que é que se espera, efetivamente, do uso desse recurso que a população paga para manutenção e construção das rodovias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rambez Tebet) – Estando ausente o autor do terceiro requerimento, concedo a palavra, agora, pela ordem de inscrição, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Alfredo Nascimento, realmente estar como Ministro de Transportes, no Brasil, não é uma tarefa fácil. É uma tarefa desafiante diante da magnitude dos problemas de infra-estrutura, principalmente no setor de transportes do País.

Já me antecederam alguns oradores e eles falaram exatamente dessa questão. O custo-Brasil, hoje, é muito alto por causa da má conservação das nossas estradas, num País basicamente rodoviário, onde 96% de todos os passageiros estão transitando pelas nossas rodovias e mais de 62% do volume de cargas estão nas nossas estradas.

Com relação à Cide, que também já foi colocada, uma parcela crescente da sua arrecadação que deveria ser destinada a investimentos no setor de transportes tem sido esterilizada e absorvida pelo caixa do Banco Central, para garantir o superávit primário.

Vejo o desempenho da execução orçamentária do Ministério dos Transportes, onde só foram executados 22% em nível de pagamento, apesar de ter um empenho próximo a 70%, que eu espero que se realize.

No entanto, o que sabemos, Sr. Ministro, é que a situação é muito precária nas nossas estradas. As estradas federais, quando estão em situação precária, terminam trazendo um prejuízo adicional aos Estados brasileiros.

Eu sou representante da Bahia. Sabe muito bem V.Exª que as estradas federais passam pela Bahia: BR-116, BR-101, BR-242, BR-415, BR-418 e, assim, por diante. A Bahia é um Estado em que, necessariamente, as BRs têm que passar, porque está no entroncamento de ligação do Nordeste com o Sul e o Sudeste.

Quando as estradas federais estão deterioradas, esses tráfegos são desviados e vão à procura das estradas estaduais em bom estado de conservação, mas elas não foram preparadas para esse volume de tráfego e, aí, nem estaduais, nem federais; nem as federais estão boas, acabam também as estaduais e nós não temos capacidade de mantê-las em bom estado.

Mas, na Bahia, de forma específica, Sr. Ministro, temos uma situação particular. Não sei se V. Exª sabe, mas, na famosa BR-116, a famosa Rio-Bahia, o único trecho que não está concluído é exatamente na Bahia, no trecho de Euclides da Cunha para Ibó. Inclusive, o Estado era parceiro com 35% na participação desse trecho final. Mas ele ainda não foi concluído, nem a pavimentação da estrada até Ibó e nem a ponte sobre o rio São Francisco, para que se economize muito no transporte das cargas destinadas ao Nordeste brasileiro com a conclusão da BR-116, que, hoje, tem que passar por Juazeiro e Petrolina para seguirem até os Estados de Pernambuco, Ceará e assim por diante.

Temos também o problema da BR-030. Está aí praticamente um projeto de, talvez, cinco décadas, que não é concluído. E, hoje, há uma ponte sobre o rio São Francisco, que tem os pilares prontos, mas que não foi concluída, ligando Carinhanha, de um lado, ao Município vizinho – em breve irei me lembrar do nome do Município – mas é sobre o rio São Francisco, na cidade de Carinhanha.

Temos o problema da BR-242, que liga o Nordeste brasileiro a Brasília, por meio da cidade de Barreiras,

que, hoje, é uma região altamente desenvolvida no setor de grãos. A cidade de Luiz Eduardo Magalhães é um grande celeiro de soja e de produtos agrícolas e que tem....

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Senador César Borges, essa rodovia vai a Mato Grosso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É a BR-242.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Quase que encosta em Rondônia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E ela está em péssimo estado e, praticamente, faz a ligação do Nordeste com a Região Centro-Oeste e a ponte de Carinhanha a Malhada, Sr. Ministro, na BR-030.

Temos também a questão a BR-101, que atravessa todo o território baiano, de norte a sul, que vem do Espírito Santo e vai até Sergipe, de sul a norte, com trechos quase intransitáveis. A própria BR-116, no trecho de Jequié a Vitória da Conquista e, agora, no trecho de Milagres para o rio Paraguaçu, até chegar à cidade de Feira de Santana, tem graves problemas também.

Então, Sr. Ministro, para um Estado do porte da Bahia, que tem a segunda malha rodoviária federal do País, logo depois de Minas Gerais, a situação não só tem prejudicado sobremaneira a economia do nosso Estado, mas tem ceifado milhares de vidas de baianos e de brasileiros que transitam por aquelas estradas. Inclusive há insegurança por parte dos transeuntes dessas rodovias, que, muitas vezes, têm que andar em comboios, porque a baixa velocidade permite que os criminosos façam tocaias para assaltá-los nos veículos, principalmente nos ônibus que transitam nessas estradas.

Por isso, eu gostaria que V. Exª traçasse um pouco das perspectivas para o Estado, a fim de que ele fosse mais aquinhoado por ser a segunda malha rodoviária federal do País. Atualmente ele não vem sendo atendido.

Gostaria também, Sr. Ministro, de ouvir falar sobre os investimentos em portos. Quando vejo Minas Gerais falar de portos, eu me sinto quase entusiasmado em falar também sobre portos, já que a Bahia tem o maior litoral do País – são 1.100 quilômetros de litoral. É o Estado que tem o maior litoral, e nós temos três portos fundamentais para o desenvolvimento da nossa economia, que cresce este ano a 8,5% e que, hoje, é o terceiro Estado produtor de automóveis, porque conquistamos o complexo automobilístico da Ford.

Então, temos o Porto de Salvador, o Porto de Aratu e o Porto de Ilhéus, os três precisando de investimentos urgentes.

Recebi uma correspondência do Presidente da Codeba, que faz um apelo dramático para que nós possamos incluir emendas coletivas de bancadas, recursos, porque o Orçamento federal não inclui recursos para esses portos.

O Porto de Aratu hoje tem berço com ocupação de até 90%, o que significa dizer: ou faremos investimentos imediatos, de curto prazo, ou teremos dificuldades operacionais nesse porto tão importante para o pólo petroquímico que é o Porto de Aratu, especializado em granéis, sólidos e líquidos.

Na Bahia, todos os portos estão inclusos entre os cem portos concentradores do Brasil, incluindo Salvador e Aratu.

Portanto, Sr. Ministro, pede a Codeba que sejam incrementados no Orçamento recursos para os transportes de aproximadamente R$30 milhões, porque não foram alocados no Orçamento do Ministério dos Transportes.

Há outra questão que nos preocupa e que é um gargalo, sinceramente, Sr. Ministro, um grande gargalo para o desenvolvimento do Estado. O Governo do Estado tem feito um papel de atrair indústrias para o nosso Estado – automobilística, calçadista –, todas elas exportadoras, e vamos ficar presos com a questão dos portos que não estão sendo contemplados com os recursos mínimos que necessitam para a sua expansão.

Para essas duas questões, Sr. Ministro, bem conceituadas e direcionadas, específicas do Estado da Bahia, que é a sexta maior economia do Brasil, eu queria pedir uma atenção especial do seu Ministério. Sei das suas dificuldades, mas essa é uma questão que se o Governo Federal não tomar como prioritária com certeza vai ser um gargalo imenso na retomada do crescimento e do desenvolvimento do País como nós desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, agora V. Exª tem a palavra para responder às indagações dos Srs. Senadores.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Nós temos problemas de infra-estrutura em todo o País, mas dois Estados especialmente têm mais problemas que os outros: Minas Gerais e Bahia. São os dois maiores. Minas Gerais tem 11 mil quilômetros e a Bahia, mais de 5 mil, quase 6 mil quilômetros de rodovias. Então, é onde há mais problemas.

Senador, antes da sua chegada, eu falava acerca de um projeto que chega até o dia 20 para ser entregue ao Relator, acrescentando ao Orçamento do Ministério dos Transportes mais R$2,5 bilhões para

investimentos em rodovias, portos e hidrovias, em toda a infra-estrutura.

Eu vejo que se eu conseguir executar o que está nisso, e eu sou muito otimista, sou muito determinado em tudo que faço – se não o fosse, não teria aceito o convite para ser Ministro dos Transportes, porque antes tomei conhecimento do problema que me estava sendo entregue.

Um amigo meu me perguntou por que eu aceitei isso e me fez a seguinte observação: para aceitar esse convite, ou é louco ou acredita muito em Deus. Eu creio muito em Deus e acho que é possível fazer o que está aqui. Eu vou executar o que está aqui. Eu tenho a garantia do Presidente da República e vou poder executar o que está no Orçamento.

Eu reconheço que essa história de começar e não terminar, tanto no Ministério dos Transportes quanto em outros órgãos do Governo Federal, é antiga, mas eu vim para cá com uma série de compromissos assumidos comigo e esses compromissos têm sido cumpridos rigorosamente pelo Presidente da República.

Então, eu vou tentar dar respostas. Eu tentei anotar quase tudo aqui das perguntas que foram feitas.

Em relação ao Orçamento, por incrível que pareça, eu não posso reclamar do Ministro Palocci, e eu disse isso na reunião do Ministério que tivemos.

Fui Secretário de Fazenda do Estado e sei que todo setor do Governo tem reclamação quanto à Fazenda, porque não deu o dinheiro que precisava dar, mas o Presidente fez um acordo comigo e, financeiramente, o Ministério dos Transportes recebeu todos os recursos que deveria receber. Foi cumprido pela Fazenda e é exatamente por isso que se observam pagamentos desse ano só de 22%, porque o Ministério quitou uma dívida de mais de R$1 bilhão em relação a 2002 e 2003. Era exatamente isso que estava fazendo com que os empreiteiros não tivessem interesse em executar ou dar início à execução de nenhuma obra do Governo.

Então, em relação ao Orçamento, a explicação para esse pagamento efetivo só de 22% desse ano... eu fiz uma reunião há cerca de um mês com os empresários do setor e disse para eles o seguinte: vamos correr, vamos faturar que eu quero pagar. Então, a nossa situação com relação ao financeiro, com o orçamento pequeno que tivemos, é muito boa. Eu não tenho o que reclamar, agora o Orçamento foi muito abaixo da necessidade que tem o País, que tem a infra-estrutura do País.

Então, eu vou começar tentando responder às perguntas do Senador Eduardo Azeredo.

Primeiro, em relação a concessões. Já se tentaram fazê-las, por diversas vezes, e não conseguiram. O Governo Federal só conseguiu fazer, até agora, pouco mais de 1.500 km de rodovias. No dia 09 deste mês, fiz uma audiência pública no Ministério dos Transportes, dando início ao processo de concessão de rodovias, que inclui a 381, a Régis Bittencourt e diversas rodovias do Sul/Sudeste do País, somando 3.038 km de concessões.

Estamos fazendo isso com todo o cuidado que a burocracia nos recomenda, para que possamos cumprir todas as etapas, no sentido de que, mais tarde, não tenhamos qualquer problema.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não. Não tem, mas vou chegar com boas notícias para a Bahia já. Estive neste Estado, visitei algumas estradas, estive na BR-116. Havia algumas estradas que podiam ser chamadas disso. Gravei bem a 116 lá no Ceará. Como bem disse o senhor, cruza toda a Bahia e Minas Gerais também. É por isso que ela tem tantos quilômetros de rodovia.

A BR-116, lá no Ceará, entre Fortaleza e Horizonte, até Pacajus, quando chove, deve transformar-se numa hidrovia, porque já se cavou tanto, que tem três metros de profundidade. É por lá que o escoamento da produção do Ceará está ocorrendo para chegar ao Porto de Fortaleza.

Então, a situação das estradas ainda é muito ruim. Diminuiremos um pouco esse percentual até março, abril do próximo ano.

Em relação a concessões, iniciamos esse processo, e a nossa expectativa é a de que, pelo prazo, pelo cronograma, até junho ou julho do próximo ano, possamos entregar essas concessões para a iniciativa privada com relação a esses 3.038 km.

Quanto à sinalização, o senhor tem razão. Estamos contratando um volume bastante significativo de sinalização e de balanças para conservarmos aquilo que tivermos de investimento.

Em relação à delegação para Minas Gerais, isso não resolveria muito, até porque foi feita, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a estadualização de um volume significativo de rodovia para 18 Estados. No caso de Minas Gerais, desses 11 mil km de rodovias – e o dinheiro foi repassado para o meu Governo à época – cerca de mais de 6 mil km deveriam ser estadualizados para que o Estado passasse a cuidar, porque o Governo do Presidente da época pagou pelas rodovias.

Penso que não devemos nem discutir se pagou ou estadualizou; temos é que fazer a obra. Agora, estamos tendo a oportunidade de executar obras nos 11 mil quilômetros, que são, até que se feche essa trans-

ferência, essa estadualização, dessas rodovias, para o Estado de Minas Gerais.

Para que se tenha uma idéia, o Orçamento de Minas Gerais, no ano passado, não alcançou R$200 milhões; o Orçamento deste ano de Minas Gerais em estradas é R$468 milhões.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Coloque, por favor, mais os 50 da minha emenda.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Se colocarmos mais os cinqüenta da sua emenda – estou tomando por base o que estou enviando para cá –, o montante vai ultrapassar R$500 milhões. Algo inédito!

Em relação à BR-040, exatamente no trecho citado, já está no Orçamento, sem considerar a sua emenda, R$70 milhões, no trecho entre Belo Horizonte e Rio.

Com relação ao Viaduto das Almas, o senhor falou do valor. Anotei aqui e, realmente, não tenho informações. Não sei o que aconteceu.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ele já tem projeto e concorrência.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Falta o recurso. Como a gente tem um recurso genérico no Estado, normalmente feito em acordo com os Parlamentares, podemos sentar, toda a Bancada, Senadores e Deputados, e encontrar uma forma de dar uma solução para isso, ou, pelo menos, iniciarmos uma solução para esse problema.

Em relação a portos, praticamente não tivemos investimentos nesse setor. Posso falar desse ano. Nem posso muito dos outros anos, porque não têm muita consistência as informações de que dispomos. Mas, em matéria de investimento, podemos dizer que quase não o tivemos nos portos.

Quero dizer ao Senador César Borges, da Bahia, que a pessoa lá do porto pediu R$30 milhões; no entanto, no Orçamento, temos R$26 milhões. Quase chegou.

Temos, para este ano, um investimento de cerca de R$500 milhões destinados para os portos. Creio que resolveremos alguns gargalos e uns problemas históricos. Este ano, fizemos uma agenda portos, que, como disse, tenta resolver pequenos problemas. No Rio de Janeiro, como mencionado, há um problema de dragagem que já vem de muitos anos, ou por que não há licitação, ou por que só existem três empresas e uma portaria que as protegia, enfim, não havia a possibilidade de se concluir uma licitação. Felizmente, já para este mês, fechamos as licitações de que precisávamos para iniciar a dragagem nesse porto.

Em relação ao que mencionou o Senador José Jorge, também sei que muitas obras são iniciadas e não são concluídas. No entanto, quando há interesse por parte do Governo, a exemplo da 101/Nordeste, uma obra de interesse do próprio Presidente da República, e mencionei isso em minha fala inicial, Sua Excelência me orientou para que colocasse recursos no Orçamento. Lançamos a licitação dividida em oito lotes, sem contar as obras acessórias. Ao final, deveremos ter consórcios de doze grupos para executar a obra. Nossa expectativa é que possamos iniciá-la no final do primeiro trimestre, início do segundo do ano que vem. O que quero é, juntamente com o Presidente da República, dar ordem de serviço nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. A licitação da obra está quase concluída, creio que até meados do mês de janeiro esse trecho da 101 seja executado – e estamos colocando no Orçamento R$383 milhões para essa execução que, segundo os técnicos do Ministério, as empresas têm essa capacidade de executar, nesse período, a obra na 101. Inclusive o Presidente da República queria que fossem colocados R$500 milhões para serem executados neste ano.

Em relação à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), há uma polêmica antiga. Aliás, eu estava fora, porque fui o Prefeito de minha Manaus longínqua e, às vezes, me levanto à noite e fico pensando o que eu vim fazer aqui? Sinto saudade de minha terra. Lá, a resposta é mais rápida. Para mim, o melhor cargo do mundo é o de Prefeito. Tive a experiência de ser Governador do Estado, mas como Prefeito a resposta é muito rápida, porque se está perto do problema, junto da população. Aqui, uma ordem é dada e tem-se que estar correndo atrás dela, senão ela se perde pelo caminho e não se consegue mais encontrar o fio da meada. Então, em relação à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico deve essa contribuição ter uma receita em torno de R$8 bilhões. Desses recursos, 29% são repassados para os Governos estaduais, e parte desses 29% vão para os Municípios. Sobra, portanto, algo em torno de 70% para o Ministério dos Transportes. Se considerarmos que 70% desse montante de R$8 bilhões representaria pouco mais de R$5 bilhões para o Ministério dos Transportes, teremos, em 2005, um volume de recursos muito maior do estabelecido para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Não tenho maiores informações, mas tenho a certeza de que o legislador quando criou essa contribuição foi com o objetivo de substituir o antigo Fundo Rodoviário, que cuidava das rodovias federais. E vivemos um período de boas rodovias federais. Todos lembramos o que representava o antigo DNER, uma estrutura poderosa que fazia muito, que executava muitas obras pelo País. Não conheço a história, mas está estrutura acabou. O

DNER era um órgão executor, um órgão de ponta do Ministério dos Transportes, que contava com 3.800 funcionários para cuidar das rodovias federais. Mas foi extinto e criou-se Dnit, que tem pouco mais de 1.700 funcionários para cuidar das rodovias, das hidrovias, dos portos e agora das ferrovias.

Em função disso, uma empresa foi contratada para formatar uma nova estrutura para esse órgão. Já fizemos um plano de cargos e salários. Está sendo discutida e vai ser autorizada a realização de um concurso público para que se possa dotar o Dnit, o Ministério dos Transportes, portanto, de uma boa estrutura de recursos humanos, capaz de executar tarefas que não são das mais simples.

Em relação à BR-101, vou até estender a informação, o trecho entre Palmares e Feira de Santana está na fase de projeto. A contratação dos projetos já foi feita; as empresas têm prazo para entregá-los até janeiro. E o Presidente da República já me disse que se os projetos forem concluídos e conseguirmos contratar a obra, ele encontra uma forma de alocar recursos, talvez enviando um projeto de lei suplementar para o Congresso. Assim , poderemos iniciar as obras nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. Mas os projetos já estão em execução, estão contratados; infelizmente, não poderemos iniciar a obra juntamente com os três Estados.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Qual a previsão para o início das obras da BR-101 no trecho Alagoas?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não gosto muito de falar de prazos quando ainda não cumpri a burocracia governamental. Estou na fase de licitação, e a previsão de conclusão do trecho entre Natal e Palmares, em Pernambuco, para o qual há recurso de R$383 milhões, é concluir a licitação na primeira quinzena de janeiro. Mas, em função de recursos, disso, daquilo, disse ao Presidente da República que a nossa expectativa é começar a obra no final de março, no final do primeiro trimestre do ano. Isso eu posso afirmar com segurança.

Em relação a esses três Estados, os projetos estão contratados, e as empresas têm prazo de entrega do projeto definitivo. A partir daí, lanço o edital de contratação da obra. Vamos contar aí mais 90 dias pelo menos para que essa obra seja contratada a partir da apresentação do projeto.

Espero, então, que no segundo semestre do próximo ano possamos iniciar essas obras. Mas não posso afirmar e nem gostaria de fazê-lo. A idéia do Presidente era lançar a obra toda em todos os Estados. Mas convenci Sua Excelência de que não seria possível começar a obra no início do ano nos seis Estados mas apenas em três estados, em função de eu ter encontrado projetos já adiantados lá no Ministério dos Transportes.

O Presidente afirmou para mim que, se eu conseguir viabilizar no primeiro semestre a contratação da obra, ele encontra uma forma de iniciá-la no segundo semestre do ano que vem. Espero que assim ocorra, mas não posso afirmar que ocorrerá, pois há entreves burocráticos.

Senador César Borges, em relação a Bahia, está previsto no Orçamento recursos da ordem de R$63.400.000,00 para a BR-116.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Há previsão de concluir até (inaudível) o Rio São Francisco, a travessia para o Estado...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Vou falar mais sobre o assunto. Como já está bem adiantado o processo de contratação de licitação, a conclusão dessa obra deverá ocorrer durante o próximo ano, e o recurso será alocado exatamente para a execução de pouco mais de 100 quilômetros existentes na região.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – São 70 quilômetros.

O SR. (Orador não identificado) – E falta pavimentação.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Fiz uma reunião com várias pessoas da Bancada da Bahia para tratar desse assunto, e elas também se referiram à ponte.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não posso afirmar. Sei que para a BR-116 foram destinados R$63,4 milhões. Para a BR-030... Para a construção da ponte, foram destinados R$9 milhões no Orçamento, além desses...

O SR. (Orador não identificado) – Por que o povo não faz...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não faz a ponte, mas também não consegue executar mais do que isso. Talvez fosse necessária uma emenda.

O SR. (Orador não identificado) – Bancada para...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Para ela? Então, vai-se somar a esse valor. Para a recuperação da BR-242 na Bahia, há o recurso de R$68,8 milhões. Quanto aos portos da Bahia, Aratu dispõe de R$7,5 milhões e Salvador, R$18,5 milhões. Há, no Orçamento, apenas dois dos três portos.

O SR. (Orador não identificado) – Esses recursos já estão liberados?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Serão.

O meu compromisso é trabalhar com esse dinheiro. Não se faz infra-estrutura com conversa. V. Exªs que foram executivos sabem disso. Infra-estrutura só se faz com dinheiro, com recurso para a execução. Eu vim aqui com essa tarefa: fui convidado pelo Governo para executá-la.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível)* ajuda?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Ajuda um pouco, até porque é preciso explicar a situação. Por isso, estou aqui dizendo que vamos gastar determinado valor e explicando como agi. É necessário haver diálogo. Porém, sem o dinheiro, somente a conversa não resolve.

Espero ter respondido a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Azeredo, antes de conceder a palavra a V. Exª, quero fazer um apelo aos Srs. Senadores para abreviarmos o debate, pois são 12 horas e 40 minutos e ainda há muitos Senadores inscritos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Ministro, quanto à delegação dos Estados, no caso de Minas Gerais, há um número muito grande de BRs. Tirando as BRs estruturais – a 040, que liga o Rio de Janeiro a outros Estados, as rodovias para a Bahia, a 262 –, existem algumas outras pequenas, nas quais se poderia pensar em fazer delegação. Peço apenas para não afastar de todo essa hipótese.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Concordo em fazer a delegação, desde que eu não tenha que passar o dinheiro do Ministério dos Transportes *(inaudível)*.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Exª tem razão. O recurso, no fim do Governo Fernando Henrique, foi de cerca de R$700 milhões em dezembro, tendo sido realmente repassado para Minas Gerais, mas ele foi utilizado para pagar 13º salário e não para fazer melhorias nas estradas.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – No momento, há um problema, Senador. O Tribunal de Contas da União já me informou que não posso fazer investimentos – e estamos tentando encontrar uma solução para essa situação – em rodovias que estão sob a égide dessa medida provisória, que depois foi transformada em lei, e que se encontram nesse processo de estadualização.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito bem. Estou satisfeito e desejo-lhe sucesso.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – O recurso de R$468 milhões é insuficiente para um Ministério que já tem muito pouco. Esqueci-me de falar do valor destinado à Bahia: são R$261 milhões no total. Se considerar mais ou menos metade...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, permita-me lembrar ao Ministro dois assuntos para os quais peço a atenção e a preocupação de S. Exª.

A BR-324, que liga Salvador a Feira de Santana, é a estrada principal do Estado da Bahia.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Está sendo licitada. Eu estive lá.

O SR. (Orador não identificado) – Pode entrar em colapso a qualquer hora.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – É verdade.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Ministro, queria lembrar-lhe também a BR0-330 no trecho Jequié e Ipiaú.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Precisamos anotar, porque esses nomes na Bahia...

O SR. (Orador não identificado) – O trecho entre Jequié e Ipiaú está em estado lamentável.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Tem um baiano aí. Onde está o Paulo Sérgio? Já foi embora?

O SR. (Orador não identificado) – Trecho entre Jequié e Ipiaú, com a recuperação da BR-330. Eu lhe agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Delcídio Amaral, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentá-lo. Estamos realizando hoje a última reunião de 2004 da Comissão de Assuntos Econômicos.

Registro, então, a competência e o trabalho com que V. Exª desenvolveu à frente desta Comissão. Sr. Presidente, V. Exª foi competente, sereno, democrático e tenha a certeza de que honrou muito o nosso Estado, Mato Grosso do Sul, pela maneira como conduziu os trabalhos.

Por esta Comissão, passaram talvez os projetos mais importantes do Governo Federal. V. Exª qualificou indubitavelmente o debate e não tenho dúvidas de que as propostas encaminhadas às outras Comissões na seqüência ao Plenário foram bastante aperfeiçoadas e contribuirão muito para o desenvolvimento do Brasil.

Como sul-mato-grossense, não posso deixar de registrar a honra de ser seu liderado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Dirijo-me agora ao meu querido Ministro Alfredo Nascimento, com o qual me surpreendi. Já tinha conhecimento de V. Exª como Prefeito de Manaus, mas distante. Quando o conheci, juntamente com toda a Bancada Federal do nosso Estado, fiquei bastante surpreso pela sua objetividade: claro, rápido – "sim", "não", "é possível", "não é". Está faltando gente com esse tipo de perfil no Governo.

V. Exª é um Ministro que expõe com absoluta tranqüilidade e serenidade os grandes desafios que surgem, as dificuldades enfrentadas e a lamentável morosidade burocrática. Sei o que V. Exª, que sempre teve uma carreira de executivo, deve sofrer por tudo o que assumiu.

Ao mesmo tempo, saliento que V. Exª também é um Ministro que, além de vivenciar o dia-a-dia do Ministério, responde a ligações telefônicas, atendendo-nos rapidamente e não demorando para marcar audiências. Isso é ser Ministro, é representar bem o Governo do Presidente Lula, razão pela qual não posso deixar de fazer esse registro nesta oportunidade em que V. Exª nos dá a honra de estar presente.

Serei breve, porque a Bancada de Minas Gerais passou praticamente toda a reunião trabalhando os investimentos na malha federal e, surpreendentemente, o Senador Eduardo Azeredo referiu-se inclusive a portos naquele Estado. O Senador César Borges, como representante ilustre da Bahia, também fez remissão aos mínimos detalhes, explicitando as principais preocupações daquele Estado importante do Nordeste e da nossa Federação.

O meu Estado é menor e pertence à Região Centro-Oeste, mas venceremos e para esse objetivo estamos trabalhando com o nosso Presidente Ramez Tebet e o restante da Bancada Federal. Desse modo, gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Sr. Ministro, uma vez que já houve ampla explanação por parte do DNIT sobre o que está projetado para Mato Grosso do Sul nas rodovias federais e nos portos. Então, para mim, foi uma reunião extremamente importante a fim de que saibamos o que acontecerá em 2005 em nosso Estado – e desde já agradecemos.

Mas o meu questionamento é com relação a um pesadelo que carregamos em nosso Estado denominado Ferrovia Novo Oeste, um desastre absoluto e que envergonha Mato Grosso do Sul. Estivemos com o Presidente da República e inclusive com V. Exª, Sr. Ministro, buscando uma alternativa, porque essa ferrovia é fundamental para os projetos que vão se instalar em nosso Estado.

E a pergunta, para concluir rapidamente a minha participação, é a seguinte: sabemos que a Brasil Ferrovias está levantando um empréstimo do Bndes.

Para minha surpresa, ao ter acesso a um documento restrito, descobrimos que os investimentos dessa operação estão todos concentrados na Ferronorte. A Novoeste não tem nada, e a Ferroban também, não. O que nos preocupa é esse desinteresse da Brasil Ferrovias em investir em uma ferrovia que terá um futuro importante para o Centro-Oeste brasileiro assim como a Ferronorte, mas também a nossa Novoeste.

A pergunta que gostaria de fazer a V. Exª é como vamos sair desse imbróglio da Brasil Ferrovias. Estamos fazendo um esforço de montar uma operação triangular em cima de créditos do Governo do Estado para tentar retomar alguns trechos dessa ferrovia especificamente entre Corumbá e Campo Grande pegando um trecho do Pantanal e, depois, passando por Três Lagoas, cidade do nosso ilustre Presidente Ramez Tebet.

Fomos surpreendidos com essa informação do Bndes. Continua o desinteresse da Brasil Ferrovias pela Novoeste e pela Ferroban. Temos uma holding ferroviária que não tem operadores. Somente fundos de pensão e não sei se isso é o melhor modelo para nós.

Será, Sr. Ministro, que fruto desses desencontros todos, não está na hora de o Ministério dos Transportes retomar essa concessão e colocar gente competente ou que se interesse pelo Mato Grosso do Sul para retomar essa ferrovia e fazer com que ela volte a funcionar ocupando um papel de fundamental importância no desenvolvimento do nosso Estado, o Mato Grosso do Sul e da região Centro-Oeste?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em verdade, esse é um problema de uma gravidade muito grande, mas sei que V. Exª dedicará uma atenção e resolverá o problema.

O próximo inscrito é o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, Srªs e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de parabenizar a atuação do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet, que em todos os cargos que ocupou até agora sempre deu conta do recado como Prefeito, como superintendente da Sudeco, como Presidente do Senado, como Senador, como Ministro da Integração Nacional e agora nesta Comissão terminando o biênio.

Parabéns pelo excelente trabalho que tem feito aqui. A imagem de V. Exª me favoreceu uma vez. S. Exª é tão brilhante que inverteram as nossas fotografias quando eu era candidato a Governador do meu

Estado e colocaram a foto dele na minha matéria, e fui eleito Governador de Rondônia.

Sr. Ministro, V. Exª não é do PT, mas tem estrela. V. Exª tem dado conta do recado como Prefeito de Manaus por duas vezes, como Vice-Governador, como Secretário da Fazenda e agora como Ministro tem surpreendido o Brasil com seu trabalho. E Rondônia somente tem a agradecer. Logo no início, quando assumiu a pasta, visitou o nosso Estado, deslanchou algumas obras como a BR-364, espinha dorsal do Estado, que estava há quase três anos em uma situação lastimável. Hoje ela está praticamente 100% recuperada, e há outras obras em andamento.

Estou curioso. Além da BR-364, estrada importante do Estado, que vai até o Acre, temos a BR-429, sobre a qual tratamos com V. Exª algumas vezes; é nossa rodovia mais importante, ligando Presidente Médici a Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, São Francisco e Seringueira, de 340Km. Precisamos de recursos substanciais para iniciar sua pavimentação, pois só existe um pequeno trecho asfaltado. V. Exª conhece muito bem. Temos a BR-421, que liga Ariquemes a Campo Novo e Monte Negro; a BR-425, que vai até Guajará-Mirim, uma BR importante também, porque liga a fronteira do Brasil com a Bolívia, toda pavimentada, mas necessitando de algumas pontes e de alguma recuperação. Por último, a BR-174, que vai de Vilhena a Juína, com apenas um trecho dentro do Estado de Rondônia.

Nosso porto e nossa hidrovia também são vias importantes, que transportam grãos do Mato Grosso e de Rondônia pelo porto de Porto Velho, que tive o privilégio de ajudar a construir, em parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, e vai até o porto de Itacoatiara. Portanto, uma hidrovia que ainda precisa de alguns serviços, principalmente na área de balizamento.

Sei que V. Exª está bem inteirado de todo o Brasil, principalmente dos problemas do Norte. Não preciso fazer muito apelo quanto a essas questões. Gostaria de dizer também, como o fez o Senador Ramez Tebet, que a Bancada de Rondônia, a exemplo da Bancada de Mato Grosso do Sul e de outras, que temos colocado anualmente várias emendas para a área de transportes. E este ano, mais uma vez, colocamos três. Uma emenda de bancada para a BR-429; uma para a duplicação da BR-364, de Candeias à Universidade Federal de Rondônia – Unir, trecho de pouco mais de vinte quilômetros; e outra emenda de bancada, de minha autoria, para a adequação de travessias nas cidades por onde passa a BR-364. Foram três emendas que, se bem aquinhoadas, poderão engordar um pouco o Orçamento do Ministério para o Estado de Rondônia.

Gostaria de falar rapidamente, reforçando o que dirá o Senador Leonel Pavan. Estou em Rondônia há quase trinta anos, mas sou natural de Santa Catarina, e também tenho interesse na BR-101. Todos os anos visito minha querida mãe, que mora no Rio Grande do Sul e dirijo pela BR-101. Alguns trechos melhoraram bastante, de Curitiba a Palhoça, a Florianópolis; mas de Palhoça a Osório, no Rio Grande do Sul, a estrada é perigosíssima, em função do Mercosul. Por lá trafegam caminhões do Uruguai, da Argentina, do Rio Grande do Sul. É uma BR muito movimentada, com engarrafamentos de até quatro, cinco horas – os veículos ficam quase parados no período do verão, em razão das praias.

Ao encerrar, farei três perguntas. É real que o Governo Federal está disposto a transferir os portos para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio? O Ministério está ficando grande demais.

Que valor temos no Orçamento para a área de transporte em Rondônia? E, com relação à BR-119, Rondônia-Amazonas, que V. Exª conhece muito bem, que vai de Porto Velho a Manaus?

Gostaria que falasse um pouco a respeito da rodovia do Pacífico. Existe algum projeto de financiamento do BNDES ou da CAF para ajudar o Peru, pois o trecho brasileiro está ficando pronto, mas do lado do Peru não? É a rodovia do Pacífico, a continuação da BR-364 até o Peru, passando pelo Acre. Até a divisa com o Peru já está pronta, pavimentada, sendo construída uma ponte, encerrando a parte brasileira; falta apenas a parte peruana para ligar essa rodovia ao Oceano Pacífico.

Eram as perguntas e as considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ainda, Sr. Ministro, à Senadora Ana Júlia Carepa. Aí sim, passarei a palavra a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Serei rápida, Senador Ramez Tebet. Quero cumprimentar o nosso Ministro e também concordar com o Senador Delcídio Amaral quando diz que V. Exª é um Ministro que nos atende e, realmente, nos orgulha, porque é um Ministro da Amazônia que atende a todas as bancadas, diferentemente de outros Ministros do nosso Governo. Faço questão de registrar que, há um mês, pedi uma audiência com o Ministro Palocci e não obteve a mesma resposta. Olha que não pedi sozinha, mas com mais quatro Deputados Federais!

Não falar muito sobre as questões estaduais, pois já conversamos a respeito disso com o Ministro. Queria fazer referência a um documento, que vai che-

gar às mãos de V. Exª e depende exclusivamente do Ministério neste caso. A reunião da Bancada aprovou, por unanimidade, que fosse feito o estudo e o projeto, para fazer parte da Ferrovia Norte-Sul, um trecho que vai de Açailândia até Belém. Já se fala sobre isso há muito tempo.

Consideramos o transporte ferroviário importante no nosso País. Todos sabem que é um modal mais barato do que o transporte rodoviário – e o hidroviário é mais barato ainda. Falo deste do modal ferroviário, porque sei que a Ferrovia Norte-Sul também é prioridade.

Então, gostaria que fosse prioridade o estudo desse trecho da ferrovia, porque essa proposta não é nova; ela já existe. Queria só fazer o registro do quanto, através do Ministério dos Transportes, tem dado atenção em relação a outros modais de transportes que não sejam o rodoviário.

Quanto às Eclusas de Tucuruí, todos sabem que, para existir a hidrovia Araguaia/Tocantins, que inclusive, Senador Jonas Pinheiro, estou dando parecer favorável àquele Projeto de Decreto Legislativo, com apenas alguns ajustes. Mas quero dizer que, para existir a hidrovia, o modal de transporte mais barato, fazendo com que nossos produtos sejam mais competitivos ainda no mercado internacional, vamos contribuir com as importações, em nosso País, no dia em que tivermos hidrovias para transportar os nossos produtos, ainda mais as da região amazônica, muito mais próxima da maior parte do mercado internacional.

Então, a hidrovia não é uma obra para a Amazônia, para o Estado do Pará, mas para o Brasil. Essa é a verdade. A hidrovia Araguaia/Tocantins é uma obra para o Brasil!

Quero parabenizar o Ministério por continuar dando atenção a isso. Nunca se liberou tanto recurso para as Eclusas de Tucuruí como neste ano. Parabenizo pela sua presteza e pela sua serenidade, que liberou os R$70 milhões para a retomada da construção das Eclusas de Tucuruí, que são absolutamente necessárias.

Era muito mais fácil ter construído as eclusas naquele momento, mas, na hora em que fizeram a hidrelétrica, elas não foram feitas. Independente disso, estou exatamente parabenizando o Ministério e o Governo pela atenção a esses outros modais de transportes e pedindo esse apoio à essa parte da Ferrovia Norte-Sul, que integra também o Estado do Pará.

Acredito que, para o Estado do Pará, o mais populoso da Região Norte, é muito importante esse trecho da ferrovia. Inclusive, poderíamos colocar um recurso da Bancada, mas não poderíamos fazê-lo, sem antes ter o projeto. Então, precisamos primeiro do apoio do Ministério nesse sentido. E quando o tivermos, nós, da Bancada, nos comprometemos a colocar recursos para esse trecho da ferrovia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra S. Exª, o Sr. Ministro, para as respostas dos Senadores interpelantes.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Primeiro quero responder ao perguntado pelo Senador Delcídio. Muito obrigado pelas referências, V. Exª é muito bondoso.

O Presidente da República marcou para a quarta-feira da próxima semana uma reunião, com a participação de Sua Excelência, para batermos o martelo sobre os assuntos das ferrovias Norte/Sul, da Transnordestina e da Brasil Ferrovias.

No meu entendimento, o Ministério dos Transportes não tem acordo, não tem empréstimo, não tem negócio com a Brasil Ferrovias, sem que se insira a Novo Oeste, a realização daquela obra no Mato Grosso, e sem que se faça o acesso ao porto de Santos. Da parte do Ministério dos Transportes não há acordo se não for dessa forma.

Agora, não sei exatamente o que será definido, mas quarta-feira da próxima semana está marcada uma reunião com o Presidente da República para Sua Excelência bater o martelo em relação a esses três assuntos.

Senador Valdir Raupp, da Amazônia, a hidrovia do Madeira, já estou licitando esse ano a contratação do balizamento de sinalização. Sabemos que o escoamento da produção de soja lá do Mato Grosso pelo Madeira, chegando a Porto Velho e até o Amazonas, Itacoatiara, começou a dar viabilidade para a produção de grãos naquela região, e o tráfego no rio Madeira tem sido dificultado pela falta de balizamento e sinalização do rio, o que já estamos tentando resolver por um processo de licitação. Colocamos recursos no orçamento para que possamos realizar essa obra.

Em relação à rodovia do Pacífico, recebi a *(inaudível)* que tem interesse em fazer o financiamento para o término dessa rodovia. Fiz um contato com o Governador do Acre, S. Exª está em entendimento, mandamos essa proposta para o Planejamento e para a área fazendária, a área econômica do Governo, e o Governo do Estado do Acre está, junto à Presidência da República, tentando dar viabilidade a esse empréstimo, que representaria a conclusão da rodovia do Pacífico.

São recursos, no Estado do Amazonas até o Acre, da ordem de *(inaudível)* R$70 a R$80 milhões, e na parte de Rondônia/Acre mais próximo de US$250 milhões. Isso está sendo discutido. Mas independentemente desses recursos, estamos fazendo com recursos do orçamento o que é possível fazer.

A BR-319, é, no meu entendimento, a rodovia mais importante da Amazônia ocidental, porque vai dar a possibilidade de interligação entre Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre, ligando esses Estados ao sul do País e ao Atlântico. Com a construção dessa rodovia do Pacífico vamos sair do isolamento, e aquela região da Amazônia pode finalmente ter acesso ao mundo mais desenvolvido, ao mundo de melhor poder aquisitivo.

Senadora Ana Júlia, sobre a ferrovia Norte/Sul. A nossa idéia é fazer para ela uma PPP ou até uma concessão, o que significa dizer que tem quem ser verificada a viabilidade econômica do investimento. Então, o primeiro passo, até para que haja interesse no caso de se fazer PPP ou concessão desse braço de ferrovia que sairia de Açailândia até Belém, se integrando com a Norte/Sul, é verificar a viabilidade econômica. Se V. Exªs estão colocando no orçamento recursos para contratarmos o projeto, só a parte dele é que podemos dizer se há interesse ou não na execução dessa obra, porque é uma obra que vai ser executada pela iniciativa privada.

Em relação às reclusas de Tucuruí: já estão no Orçamento, para o ano de 2005, R$220 milhões. A expectativa e o que quer o Presidente da República é concluir a obra das reclusas de Tucuruí até o final do ano de 2006. Então, no cronograma financeiro que fizemos para a execução da obra, teríamos de ter R$220 milhões este ano e cerca de R$150 milhões no ano que vem para concluir, em definitivo, essa obra. Isso vai dar a possibilidade de navegação a toda a região amazônica e integrá-la ao resto do País.

E fomos mais além: nesse Orçamento há mais R$50 milhões para a reclusa de Tocantins, que é mais demorada, mas queremos fazer a interligação por hidrovias com o resto do País. É uma obra estruturante, é uma obra que certamente vai baratear o custo de produção do País, a utilização dessa hidrovia será sobremodo importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Ministro Alfredo Pereira Nascimento, primeiramente, eu gostaria de endossar as palavras do Senador Delcídio Amaral referentes ao nosso Presidente Ramez Tebet, que considero um dos melhores parlamentares, uma das estrelas do nosso Congresso por sua lealdade, por seu carinho com seus amigos e pela forma transparente com que conduz os trabalhos nesta Comissão. Inclusive, quero aqui agradecer – não pude fazê-lo na semana passada –, pois, a pedido nosso, foram prorrogados os trabalhos da Subcomissão de Turismo, foi aprovado o seu funcionamento por mais um ano. Trata-se de uma subcomissão muito importante, e, graças a sua visão sobre o turismo, setor em que precisamos investir muito, os trabalhos da subcomissão foram prorrogados. Quero, portanto, cumprimentá-lo e agradecer-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu é que agradeço a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Ministro, antes de fazer minhas perguntas, quero fazer um comentário.

Quando de sua visita a Santa Catarina, estávamos no palanque juntamente com V. Exª e o Presidente Lula, apesar de termos sido o único a não ser citado por estarmos no palanque – eu era o único Senador da oposição. Isso, porém, não quer dizer nada, apenas a imprensa explorou isso. Eu não explorei, porque não fiquei incomodado com isso. Algumas pessoas devem ter ficado incomodadas por eu estar no palanque, mas eu não fiquei incomodado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, V. Exª me permite? Às vezes, a não-citação é a citação, tanto é, que a imprensa só comentou porque V. Exª não foi citado. Levou vantagem!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero apenas lembrar ao Ministro que estive no palanque e que ouvi todo o seu pronunciamento – por sinal, um pronunciamento firme –, assim como estou ouvindo as suas explicações e o seu relatório no dia de hoje. V. Exª é uma pessoa que demonstra conhecimento, que diz as coisas como devem ser ditas, sem imbróglios, sem enrolação, sem tentar enganar. Pelo menos, é isso que estamos sentindo. Ouvi também o pronunciamento do Presidente Lula, sobre o qual quero relatar algumas coisas.

Tenho uma simpatia muito grande pelo ex-Ministro Anderson Adauto. Não o conhecia, mas ele era também um ministro muito atencioso. Foi diversas vezes a Santa Catarina, nos atendia muito bem, falava bem. É uma pessoa que passei a admirar também. Talvez ele não tenha conseguido fazer muitas coisas. Não sei qual o motivo da sua saída – parece que foi concorrer a Prefeito...

O SR. (Orador não identificado) – Foi eleito Prefeito em Uberaba.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu também admirava o ex-Ministro Anderson Adauto. Da mesma forma, estou simpatizando com o seu trabalho no Ministério dos Transportes.

O SR. (Orador não identificado) – Obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Tenho usado muitas vezes a tribuna desta Casa, para fazer algumas cobranças. Às vezes, no meu estilo de falar, sou um pouco grosso – grosso no palavreado. Sou do

interior de Santa Catarina e fui criado na roça. A vida me deu uma certa experiência, depois de ser Vereador, três vezes Prefeito em Balneário Camboriú, Deputado Federal. Tenho usado a tribuna para fazer críticas ou cobranças ao Governo. No que cobro ou que critico da tribuna, sou amparado pela Constituição Federal, porque a Constituição Federal diz que os Senadores e os Deputados têm de fiscalizar e cobrar. É a nossa missão. Não estamos aqui apenas para bajular, para adular, para passar a mão na cabeça. Estamos aqui para cobrar também. Nisso, o Governo, ao qual V. Exª pertence, fez mestrado no passado. No caso, o Partido que hoje comanda o País é professor nesta questão. No passado, fez muitas críticas merecidas ao Partido a que pertenço, PSDB. Em relação ao que vou me referir, a BR-101, fez críticas merecidas. As críticas que foram feitas ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso acabaram dando resultados, porque o ex-Presidente acabou duplicando um grande trecho da BR-101. Então, as críticas valeram. Portanto, estamos hoje usando a tribuna seguidamente para fazer as mesmas críticas, até seguindo um conselho do ex-Ministro Eliseu Padilha, do PMDB. Aliás, foi o PMDB que comandou o Ministério durante os oito anos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando se joga a culpa no passado, joga-se a culpa ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e não se joga a culpa ao Partido. É sempre assim. Aliás, um dos Ministros que foi tão acusado no final do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso hoje ocupa a Presidência da Empresa de Correios do Governo do Presidente Lula. Ele foi acusado por dizer que ia duplicar o trecho sul e por não ter duplicado. Ele foi muito acusado nas eleições passadas e hoje ocupa um dos principais cargos do Governo Lula.

Então, usamos a tribuna para criticar e para cobrar, sem maldade, porque, muitas vezes, usamos a tribuna para elogiar. Os Senadores são testemunhas de que, muitas vezes, uso a tribuna para elogiar, assim como usei a tribuna, logo após a visita do Presidente Lula a Santa Catarina, para elogiar. Primeiro, eu elogiei, porque o Presidente foi lá e prometeu, mas, quatro dias depois, já usei a tribuna para cobrar e para criticar, porque o Presidente disse que ia dar o telefone da casa do Ministro...

O SR. (Orador não identificado) – O gabinete.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ... e que era para se cobrar todos os dias.

O número do gabinete, então. Entendi errado, porque o gabinete é nossa casa. Ficamos mais no gabinete que em casa.

O SR. (Orador não identificado) – Minha casa está muito longe. Para ligar para lá...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Principalmente nas férias, tem de ser lá.

Então, o Presidente disse: "É para se cobrar todos os dias, porque, a partir de hoje, começa a duplicação da BR-101". Nós, como somos vacinados nessa questão de amanhã, depois de amanhã, do outro dia, temos de cobrar. É para ficar sempre na lembrança. O Presidente disse para cobrar e eu estou cobrando. Se muitos não cobram por outros motivos, eu uso a tribuna para cobrar, para lembrar, para refrescar a memória. Já se passaram não apenas quatro dias, mas alguns dias. Telefonei há pouco e perguntei se já iniciaram as obras da BR-101. E ainda não iniciaram, Ministro. Foi assinado. Então, não iniciou ainda.

Para mim, que sou do interior, iniciar é fazer as máquinas roncarem, porque vi uma foto do Presidente Lula em cima de um trator. Não sei se estava em andamento, a foto não mostra. E as obras não se iniciaram ainda, porque iniciar é assinar contrato, claro, mas não se iniciou a obra ainda.

E eles têm resposta para isso, mas quero continuar cobrando.

Sabemos muito bem, e V. Exª também disse que a burocracia atrapalha muito, e atrapalha mesmo. Fui prefeito e sei o quanto é difícil governar tentando cumprir todos os requisitos, mas também sabemos que não dá para alimentar a esperança do povo, dizendo o seguinte: não prometi em campanha essa rodovia, e prometeu.

Mas disse que estava cumprindo, e fiquei muito feliz. Bom é quando não se promete e se faz. Então fiquei feliz porque foi lá e disse que vai fazer, e creio que vai acontecer, mas não iniciou ainda a rodovia.

Estou falando isso porque está acabando o ano, e não haverá aquela estória de que ia começar em dezembro. V. Exª falou que tem R$160 milhões para este ano, para a rodovia da Região Sul. Uns dizem que são R$140 milhões; outros, que são R$80 milhões. Prefiro acreditar na sua palavra, porque V. Exª sabe os números corretos. Para finalizar, são R$160 milhões, mais os R$400 milhões do ano que vem, serão R$560 milhões para o próximo ano. E a rodovia não inicia este ano, não há mais tempo para iniciá-la.

Falando com alguns empresários, disseram-me o seguinte: "Senador, ainda não foram desapropriadas algumas áreas ambientais, ainda faltam três empresas para assinar contratos". Isso me foi dito há três dias; pode ser que tenham assinado ontem. E me disseram que falta ainda a licença ambiental – estou dizendo o que me disseram.

Hoje li, na imprensa de Santa Catarina, uma nota, dizendo que o Governo botou em licitação o pedágio da rodovia.

Então queria dizer-lhe, Sr. Ministro, que nós estamos torcendo muito, apostamos no seu mandato como Ministro, estamos esperançosos quanto à execução dessa obra e queremos voltar à tribuna para elogiá-lo. Mas, caso não aconteça, voltaremos à tribuna para cobrar, assim como eu cobrava, quando era do PDT, de Fernando Henrique Cardoso a duplicação do outro trecho da BR-101.

Ficam aqui as minhas observações. Quero dizer que continuamos atentos aos compromissos, principalmente ao investimento dos R$560 milhões no ano que vem. O orçamento é uma coisa; aplicar é outra, já que a aplicação este ano foi de apenas 20 e poucos por cento do orçamento nas rodovias nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, tem V. Exª a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, comentamos rapidamente a respeito dessa 158 no Estado do Mato Grosso e no Estado de Goiás. Quando ela termina Mato Grosso, na parte norte, emenda na PA – 150.

Ministro, essa rodovia é importante porque percorre a nova fronteira agrícola do Estado de Mato Grosso. Os produtos vão exatamente por essas áreas estruturantes, às quais V. Exª referiu-se: a hidrovia Paraguai/Tocantins; a estrada de ferro Norte/Sul; e o porto de Itaqui. Por isso, pedi que V. Exª falasse a respeito. É uma rodovia na qual o Governador Blairo Maggi está muito interessado a entrar como parceiro. A iniciativa privada também está interessada. A Bancada Federal, por unanimidade, optou por uma emenda de bancada sobre essa rodovia para que continuemos a construí-la.

No Mato Grosso, Sr. Ministro, temos quatro BRs que afunilam em uma serra: a BR-174; a BR-070; a BR-163; a BR-364. Afunilam na serra de São Vicente. É uma serra com 19 km, Sr. Ministro. Nove quilômetros, por força da Comissão de Infra-Estrutura, já foram duplicados. Por problemas com o Tribunal de Contas da União, a obra foi paralisada. Agora, a Bancada de Mato Grosso escolheu-a como prioridade e apresentou uma emenda para continuar a duplicação dessa serra. São 10 km. São 10 km por onde passam 12 mil carros por dia. V. Exª precisa ver o tamanho dos carros que passam por lá. São grandes caminhões de madeira etc.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É uma serra com quatro rodovias. É na serra de São Vicente. Pode considerar a BR-364. Nesta afunilam a BR – 070 e a BR-163. Sr. Ministro, apresentamos uma emenda e queremos que seja aprovada, como já foi aprovada uma boa parte pela Subcomissão setorial.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É uma só. As quatro BRs passam por lá. Há o afunilamento de uma quantidade enorme de veículos.

Sr. Ministro, na BR-163, no trecho que vai de Cuiabá a Santarém, 80km após Várzea Grande – o chamado trevo do largarto –, há o afunilamento de uma estrada que vem de Tangará da Serra, lá na região noroeste do Estado de Mato Grosso que pega, também, o Estado de Rondônia, enfim, toda aquela região. O trânsito lá é um inferno. São apenas 80km. A Bancada de Mato Grosso, há dois anos, preocupou-se com a questão e apresentou uma emenda para que fosse feita, ao menos, a terceira via.

No entanto, o trecho merece mesmo uma duplicação. O trecho não foi duplicado – e a emenda não foi atendida –, porque o DNER acabou, entrou o Dnit, e não conseguiram fazer o projeto. O dinheiro ficou perdido. Vinte milhões ficaram perdidos naquela oportunidade. Pois bem, uma coisa teve um resultado positivo: o projeto foi feito. Portanto, já há um projeto. Sr. Ministro, não temos emenda sobre esse trecho.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É nas BRs 163 e 164. Lá elas formam uma só, pois se juntam. Vão juntas até Diamantina, junto. Lá em Diamantina, V. Exª sabe, que sai a 364, que vai à Comodoro, e a 163, que vai à Santarém.

O que eu disse que afunila é uma estrada de produção que vem de Tangará da Serra, que também vem da 364, que também vem da região de Juína, vem de todo o Noroeste do Estado de Mato Grosso, com caminhão de madeira, numa área de alta produção.

Quando essa estrada afunila na 364/163 vira um inferno! São 10 mil veículos, geralmente pesados, que afunilam nessa estrada. Ministro, passo sempre por essa estrada, e, Sr. Presidente, não há um dia em que não haja um acidente, e feio, com morte. Lá há até uma tabela onde está escrito: "Este mês já morreram tantas pessoas".

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Só uma pergunta: como chamaríamos? Poderíamos chamar de 163?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – 163, 364, pode ser 163.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Porque há recursos aqui para 163.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – É Cuiabá ao Trevo de Barra do Bugres, Tangará da Serra. Essa

estrada de lá é a MT-356, uma coisa assim. São 80 quilômetros.

Sr. Ministro, como V. Exª está com R$2,5 bilhões, que mandará para cá no dia 20, eis aqui um apelo da Bancada Federal de Mato Grosso, representada por mim, pela Senadora Serys Slhessarenko, para ver se temos as condições de atender a esse reclame, que é de todo mundo que passa por essa rodovia.

V. Exª não pode se esquecer da 364, porque me parece que não temos emenda direcionada para ela este ano.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tem a minha.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Então, temos emendas, e isso aqui é importante.

V. Exª está trabalhando com a BR-163. Esperamos que, com o PPP, possamos utilizá-la. E não se esqueça da nossa Ferronorte, porque está em Alto Araguaia e, ao chegar a Rondonópolis, não vai transportar só 6 milhões de toneladas que transportou este ano, vai transportar em torno de 7 a 8 milhões de toneladas de produtos agrícolas do Estado de Mato Grosso. Só ao chegar a Rondonópolis! Esse empenho é importante!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Senadora Serys, também representante do nosso querido Estado de Mato Grosso!

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, gostaria de endossar todas as colocações do Senador Jonas Pinheiro. Adoçar, como ele o diz, brincando comigo! E dizer ao Ministro que S. Exª realmente tem tido um papel, um desempenho, com todas as dificuldades que atribuo da maior relevância. Digo isso aqui, porque já disse lá da tribuna do plenário. Inclusive com relação à 364, no nosso Estado de Mato Grosso. Logo no começo do ano, V. Exª esteve lá e se empenhou. Está quase pronto aquele trecho Comodoro/Sapezal, e V. Exª vai lá com o Presidente da República. Se Deus quiser e tudo der certo, ao pararem as chuvas, termina-se aquele trecho, para inaugurar o maior trecho construído no Brasil, no nosso governo. É pequeno, mas ainda é o maior!

Não estava aqui, infelizmente, e peço desculpas, porque estava em outras comissões, mas V. Exª anunciou que os R$2,5 bilhões estão vindo. E fiquei muito contente, porque, com certeza, os R$150 milhões que foram retirados do Orçamento de Mato Grosso vão ser introjetados novamente. Então isso é imprescindível!

Não vou fazer o relato todo, porque o Senador Jonas já o fez, mas, se V. Exª colocar os R$150 milhões que foram retirados da propositura de Mato Grosso, todas as questões expostas pelo Senador Jonas poderão ser resolvidas.

E gostaria de saber – não sei se V. Exª já tem esse dado – quanto ficou o orçamento para Mato Grosso e quais as principais rodovias atendidas, que, com certeza, devem ser: a 364, a 158 e a 163. Temos outras, mas essas são imprescindíveis. Esse trecho da Serra de São Vicente, a que o Senador Jonas se refere aqui, é importantíssimo, é fundamental. Essa duplicação que chamo de Cuiabá–Jangada, mais 10 quilômetros que vão até o trevo de Barra do Bugres, que já colocou aqui, inclusive há alguma obra já começada lá no trevo, são absolutamente imprescindíveis. São trechos críticos mesmo, de muitos acidente, não há conserto que segure aquelas estradas, porque a sobrecarga é muito grande.

Então, Sr. Ministro, queria saber em quanto ficou o orçamento e reforçar que, se for reconstituído aquele solicitado por Mato Grosso, pela Unit, que foi bem dosado, todas as proposituras do Senador Jonas Pinheiro e as minhas serão atendidas – claro que só no ano de 2005. Mas isso não vai resolver os problemas de Mato Grosso de jeito nenhum.

Quanto ao trecho da Ferronorte do Alto Araguaia a Rondonópolis é uma luta política nossa, da Bancada de Mato Grosso, os Deputados e Deputadas, os Senadores e eu, Senadora. A Ferronorte tem que avançar celeremente, Ministro, porque o potencial de produção do Estado de Mato Grosso é tão gigantesco, que logo não haverá rodovia, mesmo restaurada ou construída, que dará conta do recado.

Então, a Ferronorte tem que chegar logo a Rondonópolis e ir a Cuiabá. O destino dela não pode ser desviado: ela deve ir a Cuiabá. Depois disso, ter-se-á de abrir novo roteiro. Era o que Senador Jonas Pinheiro estava tentando explicar a V. Exª e eu também: depois de Cuiabá, ter-se-á de abrir um roteiro mais ou menos na direção da BR–163, e outro, da BR–364. Realmente, não há rodovia que suporte a produção de Mato Grosso dos próximos anos.

Que V. Exª nos dê uma força na Ferronorte, que tem que ir para Cuiabá e depois se dividir, para haver escoamento, porque só a rodovia não dará conta, com certeza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, os três interpelantes concluíram; a palavra está com V. Exª.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Em relação ao que falou o Senador Leonel Pavan, sou muito jovem no Governo e ainda não conheço muito bem as pessoas, como, certamente, nem todas me conhecem.

Quanto ao telefone, o Presidente brincou e disse que era para eu dar o número. Entreguei-o, depois, ao

rapaz que estava anunciando. Eu não tinha como ir lá e dizer "Alô, meu telefone..."; entreguei, então, no Ministério para ser anunciado e não sei se foi passado para as pessoas.

Sobre a obra, a história de que não há licenciamento ambiental...

Vou começar de novo.

Sobre o telefone, o Presidente falou que eu daria o número, e eu o entreguei ao rapaz que faz o anúncio. Até anotei dois telefones; o outro é do Ideraldo, gaúcho, de Santa Catarina – nasceu em Santa Catarina e cresceu no Rio Grande do Sul. Ainda coloquei o nome dele embaixo do meu e entreguei ao rapaz do anúncio. Não sei se ele anunciou, V. Exª está dizendo que não.

Em relação ao licenciamento ambiental, não é verdade, a obra está toda licenciada, liberada. Só a comecei, porque havia licenciamento ambiental. E mais: está contratada a fiscalização e também o acompanhamento ambiental, exigência do banco que vai financiar 40% dos recursos. Então, não é verdadeira essa informação que passaram a V. Exª.

Quanto à desapropriação, desses R$160 milhões, R$138 milhões serão utilizados na execução da obra, e R$12 milhões já estão disponibilizados para a desapropriação, que acontece durante a execução da obra. Ela foi contratada em 21 lotes. Mesmo que ocorra problema em um lote ou outro, existe a possibilidade de executar os outros lotes, porque há recursos orçamentários e financeiros para isso.

O Presidente da República já assegurou que, em relação à obra da BR–101 sul, haverá liquidez dos R$160 milhões que estão no orçamento deste ano. O que significa isso? Que a obra já está empenhada, que os R$160 milhões já estão comprometidos. Aliás, R$160 milhões, não: R$145 milhões, porque R$15 milhões constam de um PL que está sendo votado no Congresso e que será entregue para o Ministério dos Transportes. Então, somando-se os R$145 milhões já empenhados com esses R$15 milhões, serão R$160 milhões empenhados, com garantia de liquidez, exatamente para que a obra não sofra nenhuma solução de continuidade.

É claro que, para se iniciar uma obra, não se pode pegar o trator começar. É preciso fazer a topografia, derrubar algumas árvores, adotar alguns procedimentos que fazem parte da execução da obra, mas não há nenhum motivo para que ela não tenha sido iniciada. É bom que V. Exª me diga isso para que eu procure saber exatamente que fases foram executadas.

Em resumo, iniciar não significa dizer que vamos chegar com o trator e começar. É preciso fazer a topografia da obra, ver em que altura vai ficar o grade e uma série de outras coisas, incluindo o transporte e a retirada de material no local. No entanto, essa obra tem todos os motivos para ser iniciada, pois está autorizada, existe o recurso e há liquidez para que seja continuada.

Esperei muito tempo para ir a Santa Catarina e só fui quando tive certeza de que poderíamos começar a obra e de que os instrumentos que possuíamos já nos dava possibilidade de iniciá-la. Esperei todo esse tempo que levou a licitação, tanto da obra quanto da contratação da fiscalização, bem como da contratação do acompanhamento ambiental.

O que devem ter falado para V. Exª em relação ao licenciamento ambiental refere-se a essa licitação do acompanhamento ambiental, que levou muito tempo – a empresa recorria, ia para lá, chovia etc. –, até que se fecharam todos os prazos, acabou a licitação do acompanhamento ambiental e, aí sim, demos a ordem de serviço.

Estou muito otimista em relação a isso, V. Exª pode ter certeza. Inclusive vou convidá-lo, pois procuro administrar sem fazer distinção de Partido, como fazia o Ministério. Tratarei da obra que tenho que executar lá no Estado, mas farei questão de convidar V. Exª para inaugurarmos, até o final do ano que vem, alguns trechos dessa obra – é claro que não a obra inteira, porque ela leva de três a quatro anos para ser executada.

Daremos prioridade à construção de alguns trechos mais problemáticos, como os existentes entre algumas cidades, onde o gargalo é maior, onde há um maior número de vítimas registradas, onde há maiores engarrafamentos. Levaremos em consideração todos esses fatores. Como temos um volume de recursos significativo, poderemos dosar, pelo pagamento, aquilo que queremos que ande mais rápido. E a minha idéia é tratar disso tecnicamente, porque sei que, em determinados trechos, se dermos uma aliviada, como há escoamento e saídas da rodovia, acaba melhorando muito o restante do trecho se priorizarmos corretamente a execução da obra.

Então, posso afirmar que estou muito otimista com relação a essa obra, que é uma prioridade não apenas do Ministro dos Transportes ou de V. Exª, que é de Santa Catarina. Trata-se de uma prioridade de Governo e do próprio Presidente da República. Conforme mencionei aqui na minha fala inicial, todas as vezes em que eu encontrava o Presidente da República, antes do início dessa obra, Sua Excelência me perguntava sobre a rodovia 101 sul. Cobrava-me até em solenidades. Então, essa obra só aconteceu neste ano porque cuidei pessoalmente das contratações. Tive que acompanhar todos os detalhes, porque sei

que essa obra é prioritária e importante para o Sul e para o País, por ser uma rodovia de integração.

Com relação ao Estado do Senador Jonas Pinheiro e da Senadora Serys Slhessarenko, temos para a BR-163, nesse Orçamento que elaboramos, mais R$22 milhões, e para a BR-364 mais R$16 milhões aproximadamente. Em relação ao Orçamento, não são os 150 a que a Senadora se refere, mas somam R$72 milhões...

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – (*Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Quanto à Ferronorte, trata-se de uma obra prioritária para o Governo. E aguarda a PPP. Já estou até buscando uma outra saída, por via de concessão, de um outro instrumento, para que passemos à iniciativa privada dessa obra porque só assim ela será executada em um prazo menor e a um custo bem menor. Sabemos que a iniciativa privada consegue ser muito mais eficaz na execução desse tipo de obra.

A minha expectativa é muito boa em relação a essa obra. Creio que, de todas as obras de ferrovias, esta é a que tem maior possibilidade de ser atacada para valer já no ano que vem. Por que isso? Porque o interesse é muito grande da iniciativa privada em relação a essa obra.

E, hoje, para que se tenha uma idéia, os japoneses e os chineses, por diversos caminhos, estão brigando por essa obra. O banco japonês já esteve comigo para saber se é verdadeiro, se pode entrar com o dinheiro para financiar. E o banco chinês também já esteve comigo para tratar desse assunto, para saber se pode financiar. E há grupos de empresas brasileiras que utilizariam esses recursos para execução dessa obra.

Estamos esperando fechar o ano para saber se a saída vai ser PPP ou concessão.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – Ministro, creio que não entendi direito. V. Exª falou em R$16 milhões e em R$22, o que é isso?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Nesse plano novo aqui, desses R$2,5 bilhões, tenho R$22 milhões para a 163, no trecho no Mato Grosso, e para a 364, aproximadamente R$15 milhões. Então, a somatória daria aproximadamente de R$38 milhões.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – Só para isso. E isso se somará aqueles R$80 ficaram no orçamento?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Não sei exatamente quanto.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – São quase R$80.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Recurso alocado nesse projeto que será enviado.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mas isso é muito pouco, Sr. Ministro, é absolutamente insustentável, porque precisávamos de 230; e vamos ficar com 100, Ministro, 110. Dê mais uma pensadinha, aí, por favor. Realmente, a situação é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos para a última rodada. Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Ramez, quero dizer nesta última reunião da CAE que ali todos aqueles passaram, mas nenhum excedeu com tanta competência e obstinação como V. Exª. Dou o testemunho, porque V. Exª só faltou um dia: quando V. Exª foi operado da garganta e me pediu para substituí-lo. V. Exª esteve presente, mesmo estando o meu companheiro de faculdade Lúcio Alcântara, digo que nenhum excedeu todos aqueles, a sua grandeza. Isso enriquece e faz eu declarar o voto aqui, nesse imbróglio, Senadores Sarney e Renan, a história nos orienta a buscar um terço. E a história eleva V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que é isso, Senador. Vamos aos trabalhos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ministro Alfredo, é pela gratidão. Eu sou piauiense, e essa é uma virtude que trazemos. Ele foi Ministro, talvez, em menor espaço de tempo, mas nunca alguém fez tanto pelo Piauí como S. Exª. Tanto isso é verdade, que eu o condecorei com a comenda maior Grã-Cruz Piauiense.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª também me honrou, Excelência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria dizer, continuando a gratidão, que quero muito prestar homenagem ao Sol que nasce, à aurora, e ao Ministro Aderson Adalto, cavalheiro, que nos atendeu bem, ao Piauí. O Ministro que o antecedeu era piauiense, João Henrique, Deputado Federal; e deixou uns recursos; eu levei à Bancada, e S. Exª liberou. Mas, mesmo assim, digo a V. Exª que é jovem, que foi Prefeito, também fui Prefeitinho, que fui Governador do Estado e dois Governadores me disseram que ser Prefeito era melhor. Então, V. Exª está antecedendo, mesmo sem ser Governador. O Cafeteira e o Moreira Franco, que é piauiense. É melhor e mais gostoso, porque estamos perto. O Governador de Estado é 25% para Educação. De vez em quando, vemos roubo aqui e acolá. E somos o último a saber. O Prefeito controla ali. Mas V. Exª tem a perspectiva de ser Prefeito, Governador e, talvez, Presidente da República. Mas, no futuro, quero agradecer ao nosso Ramez e ao Aderson. O Piauí não está satisfeito. Eu não entendo. Não estou satisfeito com nada. Votei nesse Presidente da República aí. Aquela frase é minha e continuo a dizer: "Só

fazemos três coisas: "nascer, morrer e votar no PT". Estou decepcionado. Por quê? Falam da ditadura e da revolução. Olhem, ela foi bendita para o Piauí. Sei que o Amazonas é grande demais; mas o Piauí também é grande. Eu estava na Sudene, quando Albano Franco, Governador de Sergipe reclamava das estradas. Eu lhe disse: "Oh, Albano, eu governaria o Sergipe com uma lambreta, porque o Piauí tem uma estrada comprida. Elas vão do mar até a Bahia. E na ditadura, na Revolução, vi asfaltá-las. Vi, talvez, V. Exª não tivesse nascido. Vi Alberto Silva, Reis Veloso. Eu sei que vi. E agora não conseguimos tapar os buracos. O resto é conversa. Palavras, palavras...mas, eu vi. Não se consegue tapar os buracos.

Mas, para mim, o Piauí é mais importante do que o Brasil. Ele deveria ser um País. Atentai bem. Ele possui um pequeno litoral e um porto. Vi o Getúlio Vargas – V. Exª, talvez, não tivesse ainda nascido – em agosto de 1950, dizer "Eleito, vou fazer o Porto de Luiz Correia". Eu era menino. Talvez, o Senador Magno Malta, grande representante do seu Partido e com perspectivas invejáveis, abençoado por Deus e por Dona Dadá. Vi o Getúlio, em agosto de 1950. Olhem aí, faz 54 anos. Vi o João Paulo Reis Veloso, esse Ministro piauiense; o melhor Ministro do Planejamento da história deste País.

Senador Ramez Tebet, eu era Deputado Estadual. Ele marcou. Chegou lá na inauguração: assoreamento. Engenheiro sabe mais do que eu. Enfim, Senador Magno Malta, nas margens do rio Parnaíba, marcou-se a inauguração. Entra gás, tira o dinheiro dos armazéns. Eu vi essa inauguração. De lá para cá, investiram-se R$100 milhões, faltam R$10 milhões.

Não votei no Presidente Fernando Henrique porque eu não consegui passar essa mensagem. Se o Senador Ramez Tebet tivesse sido Ministro – faltam US$10 milhões a serem investidos, e não se tem um porto –, eu mandaria mudar o nome até de uma cidade para colocar Alfredo City.

Não consegui sensibilizar. Daí, não votei. Votei na segunda no candidato Ciro Gomes, porque não consegui. US$100 milhões foram investidos, desde o Presidente Getúlio Vargas; faltam US$10 milhões. Isso é ridículo!

São 60 quilômetros somente de litoral. Há um porto que falta um investimento de 10%. Eu acho isso uma loucura! Pode-se transportá-lo. Transporte marítimo é transporte pesado para longas distâncias, não é? Mas vamos tirar lucro dos prejuízos.

A decepção é maior porque, o homem é o homem e há circunstância, e as circunstâncias fizeram com que eu mandasse o povo votar no candidato eleito do PT.

Há ainda o Porto de Luiz Corrêa.

As ferrovias, eu fui menino e andei de Parnaíba a Teresina. Fui em São Luís. Não existe. É um descalabro. Eu sei que não é, foi um erro do País, há 50 anos, que fez essa opção. Mas eu vi.

Há ainda o transporte rodoviário, que teve o dinheiro liberado pelo Dr. Adércio, que foi o Ministro e que deixou lá uns trocados.

Eu fiz um discurso e quero fazer lançar V. Exª. O seu Partido é extraordinário. Esse seu Vice-Presidente é um dos homens. Mas cada macaco no seu galho. O galho dele não era aquele. Um homem daquele em desenvolvimento seria um dos maiores homens deste País. Era até bom do Presidente Lula viajar por seis meses e deixar ele na Presidência, para que víssemos a criação de emprego, trabalho e renda.

Sou do Piauí, cujo hino diz: "numa guerra o seu primeiro filho é o que chega, nós botamos os portugueses".

Outro dia fiz um pronunciamento e consultei sobre todas as estradas do Brasil. Serei sintético. As melhores cidades são do Sul, de São Paulo. São Paulo é estéreo, é um governo de paulista.

(**O SR. PRESIDENTE** *faz soar a campainha.)*

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Temos que lembrar que o Presidente Lula nasceu no Nordeste e impedir essa lavagem cerebral. Todas as estradas boas estão lá.

Está aqui a pesquisa da CNT, e eu não poderia estar satisfeito. Das dez piores – 60% a 74,9% estão ruins –, as três piores são no meu Piauí. Indago: será que é porque votamos e fizemos o Presidente Lula ganhar lá? Será que é porque nós o elegemos? Mas das dez, as três piores estão no Piauí. Estão aqui os números. As dez melhores estradas estão em São Paulo. Das dez piores, três estão no Piauí.

Fortaleza–Picos, BR020. Picos é a nossa São Paulo. É a cidade que mais trabalha no Piauí. A outra: Teresina–Barreiras, na Bahia. O Senador Antonio Carlos Magalhães se zanga, mas naquele Estado encontra-se a segunda pior. A sétima pior é Araguaína–Picos, no Piauí.

Ministro, a esperança é grande, V. Exª é maior do que o Amazonas.

Agradeço a Deus. Estamos no Natal. O prefeito é bom. Talvez o Presidente da República não tenha esse entendimento de que V. Exª deva ser o Ministro mais importante, muito mais do que o Ministro Palocci.

D. Pedro II não era como o Presidente Lula, não gostava de viajar. Viajou uma vez para a Europa, somente uma. Aí lá ele escreveu: "Minha filha Isabel, lembre-se de que estrada é o melhor presente que você pode dar a um povo."

Depois, Washington Luiz: "Governar é fazer estrada." Juscelino, nosso ícone, médico-cirurgião como eu, "prefeitinho" de Santa Casa, oficial da reserva, Pre-

feito, Governador, Presidente – a única coisa que não fui foi Presidente da República, somente do Rotary – energia e transporte.

Então, V. Exª é essa esperança histórica. Não há desenvolvimento sem estrada. V. Exª, no meu entendimento, é muito mais importante do que o Palocci, que está servindo ao FMI. Ele deveria estar servindo a V. Exª e atendendo aos pedidos do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES DIAS (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Exmº Sr. Alfredo Nascimento, vamos falar agora sobre a nossa terra, porque S. Exª foi recebido aqui como um Ministro da Amazônia, mas, na verdade, ele nasceu no do Rio Grande do Norte. É nordestino.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A sua esposa é de onde?

O SR. MINISTRO ALFREDO NASCIMENTO – É do Nordeste também, do Rio Grande do Norte.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas virar cidadão honorário de Santa Catarina.

O SR. GARIBALDI ALVES DIAS (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o Ministro já sabe que os maiores desafios no nosso Estado são os retratados aqui por todos os Estados: a situação da malha rodoviária, dos portos.

No Rio Grande do Norte, a malha rodoviária é da ordem de 2.500km. A pior situação é a da BR-405, no trecho Mossoró-Apudi, cuja recuperação vem se arrastando há vários anos, trazendo prejuízos àquela região, à sua economia e ao Estado.

Quando era Governador, foi entregue uma barragem de 600 milhões de metros cúbicos em Apudi, justamente para revitalizar o desenvolvimento daquela região. Mas as condições da estrada estrangulam o desenvolvimento.

A construção da BR-226, no Rio Grande do Norte, vem se arrastando; a licitação para duplicação do trecho da BR-101 vai ser feita agora. Essa foi uma boa notícia dada pelo Ministro recentemente.

Com relação aos portos, há reivindicações para 2005 da ordem de R$21 milhões, fora o problema da dragagem do Porto de Natal, no valor de R$28 milhões. Creio que esses dados não foram apresentados ainda ao Ministro. Há ainda o problema das docas para navios, da ordem de R$10 milhões, para melhorar a situação do acesso aos navios.

Sr. Ministro, quem ouve e vê pela televisão uma audiência pública como esta começa a ter pena dos Senadores e dos Estados, terminando por ter pena do Ministro, porque são tantas as reivindicações, tantos os desafios, tantas necessidades de recursos, apesar de V. Exª estar com uma disponibilidade razoável. As nossas expectativas maiores são essas, talvez tenhamos esquecido alguma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É a última rodada. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria justificar-me principalmente com o Ministro Alfredo Nascimento, pelas passagens meteóricas que tive ao longo de toda a audiência aqui. V. Exª sabe, hoje seria o último dia de votação, tendo em vista que seria humanamente impossível votarmos 16 medidas provisórias mais o Projeto de Parcerias Público-Privadas e uma série de outros assuntos da pauta somente no dia de hoje, está sinalizada a possibilidade de termos ainda deliberação amanhã, segunda-feira e terça-feira da semana que vem. Estávamos construindo tudo isso entre os Líderes, juntamente com o Presidente José Sarney e o Presidente João Paulo. Dessa forma, quero justificar que passei algumas vezes aqui e não pude ficar o tempo que gostaria, inclusive na exposição de V. Exª.

Quero registrar, Sr. Ministro e demais Senadores, junto à própria TV Senado, a quem está nos assistindo, todo o empenho da Pasta que V. Exª dirige, para que possamos ter efetivamente as condições para essa retomada de crescimento do nosso País em níveis como há muito não tínhamos, essa retomada do crescimento, do desenvolvimento, da produção industrial, dos recordes nas exportações, na geração de emprego e que tudo isso possa ter solidez. Todos nós sabemos que é impossível isso se solidificar, permanecer como um desenvolvimento sustentável se não resolvermos os gargalos da nossa infra-estrutura: rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, energia. Há todo um esforço do Governo para que possamos romper esses gargalos. E a Pasta de V. Exª tem tido todo o empenho.

Muitas vezes, tivemos a oportunidade de fazer parcerias; tivemos parcerias com o Ministro anterior e também com V. Exª. Brinquei aqui que V. Exª vai, com certeza, ganhar o título de "Cidadão Honorário de Santa Catarina"; isso é por conta, primeiro, da obra mais reivindicada, ao longo da última década, no nosso Estado; tivemos as ordens de serviço assinadas pelo Presidente da República depois de um esforço muito grande para superar inúmeros obstáculos do processo licitatório, da negociação, do financiamento internacional. Apesar de as pessoas ainda não terem enxergado as máquinas roncando, até porque não é a assinatura da ordem de serviço que põe a máquina a roncar no dia seguinte. Há necessidade efetiva de se alocarem parques de máquinas, pessoal, todos os procedimentos; antes de se colocarem as máquinas na pista há que se derrubarem árvores, há uma série

de procedimentos que estão andando, apesar de as pessoas não estarem conseguindo enxergar.

Além do início efetivo da duplicação da BR-101, quero registrar todo o esforço do Ministério. E vai ser a única vez na história de Santa Catarina em que teremos os quatro portos catarinenses com obras e recursos do Governo Federal ao mesmo tempo. Depois de toda uma tratativa e com a gentileza do próprio Ministro, conseguimos a inclusão dos dois principais portos catarinenses no plano emergencial; não tivemos que escolher entre o Porto de São Francisco e o Porto de Itajaí. Então além dos recursos – e me parece que V. Exª tem uma planilha que quero saber se já anunciou – de 46 milhões para Itajaí e 31 milhões para São Francisco, temos ainda 12 milhões que estão sendo aplicados no Porto de Laguna, para completar a obra com mais 6 milhões, no ano que vem; e 12 milhões no Orçamento para o Porto de Imbituba. Então não poderia aqui deixar de registrar algo que é muito bom para um Estado exportador e industrializado como Santa Catarina: ter o início da duplicação da nossa principal rodovia, que é a rodovia de integração com o Mercosul, e os recursos para nossos quatro portos. Para que V. Exª tenha uma idéia, Sr. Ministro, esse investimento nos moles de Imbituba de 12 milhões para o ano que vem tem um aporte já acordado com a iniciativa privada de 300 milhões para o Porto de Imbituba, para a construção de terminal graneleiro, terminal de contâineres, tudo em parceria com a iniciativa privada.

Então faço este registro de que Santa Catarina, efetivamente, não tem como não reconhecer o esforço, o trabalho. Eu tenho certeza que se algum deputado estadual tiver um pouco de juízo apresentará imediatamente o pedido para que V. Exª seja devidamente reconhecido como autoridade.

Ministro, temos esta adequação no orçamento para incluir os recursos dessa retirada do cálculo de superávit primário dos investimentos em infra-estrutura. Não sei se V. Exª já comunicou a data, mas, para nós, é importante sabermos a previsão da chegada dessa matéria ao Congresso Nacional para que possa ser apreciada e para que efetivamente possamos ter a implementação desses recursos em menor espaço de tempo possível.

Então, era essa a indagação que eu gostaria de fazer de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem. Senador Magno Malta. V. Exª tem o privilégio de ser o último orador.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Até porque os últimos serão os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por isso eu digo que é um privilégio.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – A minha palavra é rápida, Sr. Presidente. Cumprimento V. EXª por esses dois anos à frente da Comissão. Não vou chover no molhado, tudo o que deveria ter sido dito a respeito da Comissão, do procedimento e da capacidade reconhecida de V. Exª já o foi. E faço coro com os companheiros.

Quero cumprimentar o nosso Ministro, Alfredo Nascimento, Ministro do nosso Partido, que nos orgulha tanto pela capacidade operacional, pela gentileza e pela objetividade com que trata das questões. A mim, alegra muito, também, ver os elogios que são tecidos ao ex-Ministro Anderson Adalto, que foi quem mais teve contingenciamento no orçamento e que, mesmo assim, conseguiu trabalhar com gentileza, educação e com atendimento, que é extremamente importante. Muitas vezes, o Parlamentar só quer retorno do Ministro. E S. Exª dava esses retornos. E S. Exª encaminhou a V. Exª uma frase extremamente verdadeira, de que parece que aquele Ministério foi construído para não funcionar. E ainda há as mazelas impostas a estes Ministérios ao longo de anos. Eu não quero fazer histórico dessas mazelas, as quais todos nós conhecemos, mas, certamente, trazem dificuldades e amarras para qualquer ministro que assuma com seriedade querendo resolver o problema das rodovias e dos portos brasileiros. E V. Exª, por ter sido prefeito, por ter natureza operacional, é objetivo, tem dado essa resposta ao País, embora com tanta dificuldade.

Entendo, de fato, que com a Parceria Público-Privado, o País irá avançar. O Presidente Lula acertou ao colocar V. Exª lá, a indicação do Partido foi extremamente correta. Eu acompanho V. Exª desde quando era prefeito. Não somos apenas companheiros de partido. E ainda há essa sua capacidade. Dizia o Senador Mão Santa que é extremamente importante ter-se um ministro que foi operacional quando prefeito ou quando governador. As coisas acontecem diferentemente na mão do homem que já operou quando está no ministério com essa envergadura. Por isso, alegra-me muito ser líder do seu Partido, estar aqui sentado ouvindo os elogios – que são verdadeiros, não são rasgação de seda – ao que V. Exª já implementou, já acertou em tão pouco tempo.

Minha bancada e V. Exª têm conversado muito com relação aos problemas do Estado Espírito Santo. As coisas estão encaminhadas, como em outros Estados, esperando que essa parceria aconteça rapidamente para que a gente seja privilegiada, porque somos um Estado com complexo portuário extremamente importante, e as nossas rodovias precisam de atenção.

Cumprimento V. Exª, que orgulha este Partido, este Governo, este País e a mim de uma forma muito especial pela nossa amizade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Bem, senhor Ministro, tem V. Exª a palavra para as respostas e as considerações.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Bom, primeiro, tenho muito prazer em conhecê-lo, ex-prefeito, V. Exª teve uma vida toda como político no seu Estado. V. Exª é muito eloqüente nas colocações que faz. É muito interessante ouvir o seu falar.

Em relação a Piauí, há um deputado no Piauí, não me lembro o partido e nem me lembro o nome, ele faz sempre umas contas comparando que percentual recebeu cada Estado e qual recebeu o Piauí. E sempre vai lá reclamar. Para que tenham uma idéia, de acordo com o Orçamento, no ano passado, o Piauí recebeu cerca de R$29 milhões. Este ano está previsto R$70 milhões, de acordo com o Orçamento enviado a esta Casa, até por reconhecermos os problemas que tem esse Estado.

A Estados como o Piauí e o Rio Grande do Norte – Estados do Nordeste e do Norte – tenho pessoalmente dado atenção, porque, ao longo dos anos – e não apenas no ano passado ou no ano anterior –, não receberam os cuidados que merecem. À exceção de um ou outro caso, por haver alguém com certa influência ou porque o Ministro gostava mais de um Estado do que do outro, melhoraram o volume de recursos para atender esses Estados.

A BR-020 está contemplada. Faz parte dessa estrutura de rodovias também no Piauí, como V. Exª relacionou. Para tudo o que está relacionado há um recurso significativo. Por insistência deste Deputado – ele fez uma emenda de mais R$40 milhões e esteve comigo juntamente com a Bancada –, mandei um documento ao Relator do Orçamento em que dizia que era importante manter aquele valor e tentar juntá-lo ao recurso que já está lá, o que resultará numa melhora significativa.

Por compreender as dificuldades, esse tipo de procedimento parece não ser muito comum, digo que façam uma emenda, porque o assunto é prioridade, para que possamos atender melhor o Estado – isso em relação ao Estado do Piauí.

Anotei também a questão sobre o assunto do porto, porque sou o Relator. Falta muito pouco para concluir essa obra. Cuidarei disso pessoalmente, para ver de que forma poderemos fazer investimento nesse porto.

De todos os Estados, não visitei apenas o Piauí, pois me pediram para não ir lá. Reuni a bancada e me disseram que não adiantava ir lá. Fiz reunião com toda a Bancada, Situação e Oposição, porque sou Ministro. Sirvo o Presidente Lula com muita honra e com muito prazer. Fui convidado para executar uma tarefa, penso que estou preparado para executá-la, desde que os meios me sejam dados. Até agora, os meios que me foram oferecidos, me foram entregues. Não tenho de que reclamar.

As pessoas que olham os números dizem que só liquidamos 22% do Orçamento deste ano. É claro! Mas paguei todas as dívidas contraídas pelo Ministério em 2002 e 2003. O Ministério está muito à vontade para dar ordem no serviço e fazer serem executadas, porque o empreiteiro sabe que executará a obra e receberá. Estamos pagando em dia. É claro que o empreiteiro que tinha uma obra, que tinha empenho ou não havia sido executado o empenho de 2002 e 2003, que ainda não havia fechado, estava com o empenho na mão e queria receber, fechou a obra e recebeu – estamos pagando em dia. Os recursos extraordinários que prometeram para o Ministério também me foram entregues.

Verei com muito carinho a questão do porto. Não conheço o assunto, tentarei compreender e visitarei o Estado. O Piauí é o único Estado onde não estive. A Bancada me disse que não adiantava ir lá, pois não há muito para dizer, para mostrar; há muito pouco para ser feito. Penso que, com este orçamento, teremos a possibilidade de fazer uma boa visita e olhar as coisas. Por causa dessa mania de ser Prefeito, de estar em contato com as pessoas, gosto muito de ver, de sentir o clima para tomar a decisão. Percebi que a questão do porto é importante. São quantos quilômetros de costa?

O SR. (Orador não identificado) – Sessenta e seis.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – São sessenta e seis quilômetros, e o porto não está legal. Isso é importante para a infra-estrutura do País. Então, fico motivado a olhar e até a tratar a questão. Não me esquecerei disso, porque o senhor falou comigo. Outras coisas ficaram confusas, mas V. Exª falou comigo do porto e me chamou a atenção, por se tratar de uma cidade, de um Estado com saída para o Atlântico.

O SR. (Orador não identificado) – Do mais próximo da Europa.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Mais próximo da Europa, não. Depois do Rio Grande do Norte, não é, Senador? Não venha dizer que é o mais próximo da Europa, porque há dois norte-rio-grandenses aqui.

Senador Garibaldi Alves Filho, em relação ao porto, quero dizer que estamos alocando neste orçamento R$18,5 milhões para portos. Em relação à 405

e à 101. No Orçamento há muitos pontos genéricos. Antes de aplicar os recursos, antes de gastar o dinheiro, antes de fazer o empenho, vou chamar todos para conversarmos e estabelecermos as prioridades e também a forma de gastar os recursos, como fiz com o pouco dinheiro que tínhamos no orçamento deste ano. Naquela ocasião, reuni a Bancada com todos os partidos para planejarmos como gastar o dinheiro. O orçamento é genérico. Por isso estabelecemos o procedimento a ser adotado.

Em relação à BR-101, o meu compromisso com os três Governadores e com as Bancadas é iniciar a obra de restauração e duplicação da 101 Nordeste nos três Estados. Em Natal, minha cidade, fica o quilômetro zero. Meu pai, que continua morando lá, me perguntou por que eu não iniciava as obras da BR-101 em Natal, cidade onde nasci e onde fica o quilômetro zero. Respondi-lhe que se eu começasse no Rio Grande do Norte, Estado tão pequenininho, os outros reclamariam. Então vamos começar nos três Estados, pois há dinheiro suficiente para executar a obra no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco.

A BR-405, de Mossoró a Apubi, deve estar como genérica. Não sei exatamente o que há no orçamento para ela. Você tem o controle de 2005? Dê uma olhada porque não tenho isso de cabeça.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Foi designado recursos para ela. O senhor já me disse isso, mas ficariam para restos a pagar e só em janeiro, coisas dessa natureza.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Já existe o recurso. O que estava faltando? Procure descobrir para eu dar uma resposta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Recursos já existem, mas é preciso efetivamente...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Era licitação? Estive no Rio Grande do Norte e verifiquei que já existe convênio com o Estado – não sei se era relativo à 105 –,os recursos foram repassados. Faltava apenas o fechamento da licitação no Estado.

Dê uma olhada nisso e depois eu responderei.

Em relação à BR–101, há disponibilidade financeira para trabalhar mos nos três Estados porque o recurso é para a BR–101 no trecho entre Natal e Palmares. Claro, vou dar preferência às proximidades das cidades porque é onde há maior congestionamento, onde há maior volume de tráfego.

Em relação ao que disse a Senadora Ideli Salvatti, realmente, os quatro portos de Santa Catarina estão entre os portos responsáveis – são 11 portos – por 85% da exportação brasileira. Os portos de Itajaí, de Laguna, de Ibituba e de São Francisco estão nessa relação.

Para se ter uma idéia, os investimentos em portos, por essa capacidade de exportação, somam 102 milhões de reais. Somados a isso, os recursos de Ibituba e de Laguna, 12 milhões e mais 12. Para este ano há 46.700 para Itajaí e para São Francisco, 31.600 .

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – Ministro, quanto a Itajaí, quer dizer que entre o acesso da BR-101, o porto e as questões do (?) e da drenagem...

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Como V. Exª foi muito generosa comigo, vou dizer o que está previsto. No São Francisco estão previstos para recuperação dos (inaudível) 102 e 103, 12 milhões e 800; para construção do viaduto na BR-280 no acesso ao porto, 2 milhões; recuperação e modernização do sistema elétrico do porto, 4 milhões e 800 mil; e derrocamento do canal de acesso, 12 milhões. Somam, portanto, 31.600 milhões em São Francisco do Sul.

Em Itajaí, derrocamento do canal de acesso 6 milhões; recuperação dos (), 12 milhões e 700; construção exclusiva da via de acesso do porto a BR-101, 16 milhões; dragagem, 12 milhões. Isso soma 46 milhões e 700.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – E para a 101, quanto temos e quanto vamos ter?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Ela não estava aqui e vou repetir. Há 160; desses 160, há 138 porque esses 12 milhões são recursos para desapropriação, para pagamento dessas coisas. Para este ano, nesse projeto, há mais, conforme o que está aqui, 400 milhões de reais, o que significa dizer que o anúncio feito por mim e pelo Presidente de que somaria 500 milhões foi ultrapassado

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Foi ultrapassado em quanto, Ministro?

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – Em 60 milhões.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, são 560 milhões.

O SR. ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO – 560 milhões.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Preciso falar a V. Exª, Ministro.

V. Exª pôde bem notar aqui que quem falou aqui foi o Brasil. O Senado representa a Federação brasileira. Cada Senador evocou, lembrou, pediu, reivindicou em favor do seu Estado e em favor do País. Mas tenho um privilégio: reivindiquei, primeiro, para a minha cidade e, depois, para o meu Estado.

Quero fazer um agradecimento a V. Exª. Sou um homem que gosta de fazer justiça. Aqui se falou muito

em estrada e vou contar um episódio. Eu não o conhecia pessoalmente, mas telefonei ao seu Ministério e disse que na cidade onde nasci a Rede Ferroviária Federal estava sucateada, como se encontra, e também que algumas propriedades, algumas residências ocupadas por servidores, pessoas que serviram por muitos e muitos anos à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, estavam, Sr. Ministro, com mandado de despejo. Veja que coisa triste despejar homens que trabalharam, de casas que estão caindo aos pedaços.

Telefonei a V. Exª, que me deu resposta depois de alguns minutos, dizendo-me o nome da pessoa encarregada de resolver o assunto. Não houve despejo, Sr. Ministro, e as famílias lá se encontram. V. Exª pode não se lembrar disso, porque muita gente pensa que isso é pouca coisa diante dos milhões que estamos pedindo aqui, mas temos que olhar para as pessoas. Não se pode dirigir, não se pode governar sem sentimento na alma, sem sentimento no coração.

Estão roubando até dormentes de lá, estão tirando trilhos e queriam tirar as pessoas das casas. V. Exª fez justiça. Minha cidade lhe é agradecida. E V. Exª depois foi à minha cidade e determinou o reinício das obras de uma estrada que estava paralisada, à qual já me referi aqui.

Por tudo isso, somos gratos, sou particularmente grato a V. Exª, que viu que todos aqui reconhecem a objetividade de V. Exª e confiam na sua capacidade administrativa.

Quero, portanto, dizer que estamos encerrando o ano de forma altamente confortadora para nós. Estamos aqui, V. Exª está aqui por um tempo superior a três horas, atendendo a todos com paciência, dando explicações e demonstrando que veio a esta reunião preparado para responder às perguntas. Só formulo votos para que aquilo que está no papel, que aquilo que está previsto no Orçamento seja executado, tirado do papel, porque, se derem recurso a V. Exª, se conseguirmos tirar do Orçamento aquilo que está escrito, se não houver grandes contingenciamentos, tenho certeza de que V. Exª vai cumprir uma grande tarefa e vai ajudar, como já está ajudando, o nosso Brasil, que é maior do que todos nós.

V. Exª não deixou de abordar outros pontos importantes aqui. V. Exª falou na burocratização deste País. Isso está demais, Ministro.

É preciso que o Presidente da República, o nosso Governo – não digo que vá criar um Ministério da Desburocratização – crie um órgão para desburocratizar este País. Porque este País não pode ficar enrolado em centenas de papéis que impedem espíritos empreendedores, como o de V. Exª, que querem fazer obra e, de repente, não podem fazer, chegando ao cúmulo de não se terminar a obra já iniciada por falta de licença ambiental, por faltar isso ou aquilo.

As empresas no Brasil levam mais de 150 dias para serem abertas. Tudo é um absurdo! Nós precisamos de muita coisa neste País. A carga tributária está muito alta. Nós falamos aqui no PPP, Sr. Ministro. Isso é um instrumento importantíssimo, eu sei, mas ele só terá viabilidade no dia em que nós tivermos segurança institucional. Isto é, o empreendedor, o empresário, o homem que trabalha saber exatamente com que regras está trabalhando, qual é o peso, a carga tributária sobre o empreendimento que ele vai realizar, para dar um exemplo.

É preciso ter também aquilo que todos nós, nesta Comissão, reclamamos não de V. Exª, mas da área econômica do Governo. Por favor, está na hora de ousar um pouco e reduzir esses juros altos que estão aí a impedir o maior crescimento do nosso País.

Mas falar eu não quero, embora tenha muita coisa dentro do peito. Fica comigo a alegria deste 15 de dezembro, de ter encerrado os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos neste ano, tendo aqui a honrosa presença de V. Exª, que deu muita esperança, e esperanças concretas, para a melhoria das estradas no Brasil.

Sinceramente, falo em meu nome pessoal e dos meus Pares. Eu vi pelo semblante dos meus colegas a satisfação com que conversaram e dialogaram com V. Exª A Comissão de Assuntos Econômicos deseja a V. Exª e a todo o seu Ministério – e por que também não dar uma palavra para o Brasil? –, a todos os brasileiros, um feliz Natal e um ano de 2005 mais realizador e mais feliz para todos nós do que foi o ano de 2004, sem nenhuma queixa a este ano que está se findando. Porque nós temos que dar graças a Deus por aquilo que estamos recebendo.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 14h27min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Subcomissão de Turismo

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária de Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 15 de junho, de 2004, às 18:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezenove horas do dia quinze de junho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, e, posteriormente, do Senador Leo-

nel Pavan, com a presença da Senadora Serys Slhessarenko e dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Valdir Raupp, César Borges e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Aelton Freitas e Edison Lobão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão de Turismo, em decorrência da vacância dos respectivos cargos, de acordo com o art. 88, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, e Audiência Pública com a participação dos Srs. Tasso Gadzanis, Presidente da Associação Brasileira de Viagens–Abav Nacional; René Hermann, Presidente da Costa Cruzeiro, Agência Marítima Turismo Ltda.; Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; Eduardo Vamprê do Nascimento, Sun & Sea International Representative–Royal Caribbean International; e Milton Sérgio Sanches, Diretor da Brazilian Cruises Representation Ltda – BCR, a fim de "debater entre os Senhores Senadores aspectos conjunturais do segmento de Turismo Marítimo (de cruzeiros)", em atendimento ao Requerimento nº 02/2004-CAESTURI, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. O Presidente, Senador Paulo Octávio, inicia a reunião concedendo a palavra a **O SR. EUGÊNIO ANTINORO**, Diretor de Projetos Especiais, representando a Abav Nacional e em seguida ao Sr. Milton Sanches, Diretor da Brazilian Cruises Representation Ltda – BCR. Logo após, é realizada a votação secreta para eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Turismo. O Senador Paulo Octávio solicita à Senadora Serys Slhessarenko que proceda ao escrutínio. O Senador Leonel Pavan é eleito Presidente e o Senador Paulo Octávio Vice-Presidente, por sete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Assumindo a Presidência, o Senador Leonel Pavan passa a palavra ao Sr. René Hermann, Presidente da Costa Cruzeiro, Agência Marítima Turismo Ltda., e ao Sr. João Flávio Pedrosa, Presidente da Sociedade Náutica, representando a Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Eduardo Azeredo, autor do Requerimento, e Paulo Octávio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Leonel Pavan,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Declaro aberta a 3ª reunião da Subcomissão Temporária de Turismo, extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 15 de junho de 2004, às 18 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A primeira parte da pauta trata justamente da eleição de Presidente e de Vice-Presidente da Subcomissão de Turismo, em decorrência da vacância dos respectivos cargos, de acordo com o art. 88, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Já se encontram sobre a mesa as cédulas de votação.

Passamos, então, à segunda parte da pauta prevista, agora, para 18 horas e 30 minutos.

Queiram desculpar-nos pelo atraso.

Audiência pública com a participação dos Srs. Tasso Gadzanis, Presidente da Associação Brasileira de Viagens – Abav Nacional; René Hermann, Presidente da Costa Cruzeiros, Agência Marítima Turismo Ltda; Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; Eduardo Vamprê do Nascimento, da Sun & Sea International Representative – Royal Caribbean International; e Milton Sérgio Sanches, Diretor da Brazilian Cruises Representation Ltda. – BCR, a fim de debater com os Srs. Senadores aspectos conjunturais do segmento de turismo marítimo de cruzeiros, em atendimento ao requerimento do ilustre Senador Eduardo Azeredo.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada candidato terá dez minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação para as Srªs e os Srs. Senadores inscritos.

Solicito, então, ao Senador Eduardo Azeredo que traga os nossos convidados à Mesa, para que possamos começar a presente audiência.

A Presidência gostaria de saudar o Senador Mão Santa, que acaba de prestigiar esta Comissão. (Pausa.)

Convido o Dr. Eugênio Antinoro, Diretor de Projetos Especiais da Abav Nacional, que não foi citado aqui na nossa relação de convidados.

Dr. René Hermann, Presidente da Costa Cruzeiros, também, está conosco.

Temos hoje como nossos convidados presentes, o Dr. Eugênio Antinoro, Presidente dos Projetos Especiais da Abav Nacional; o Dr. René Hermann, Presidente da Costa Cruzeiros, Agência Marítima de Turismo; o Dr João Flávio Pedrosa, Presidente da Sociedade Náutica, Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; o Dr. Milton Sérgio Sanches, Diretor da Brazilian Cruises Representation.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, não haveria primeiro a votação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Estamos prontos para fazer a votação, Senador.

Vamos proceder à votação assim que atingirmos o quorum.

Mas me parece que já há quorum, com a chegada do Senador Garibaldi Alves Filho.

Podemos, enquanto ouvimos o primeiro palestrante, pedir as cédulas para que os Senadores possam efetivar a votação.

Senador Leonel Pavan, nosso futuro Presidente, V. Exª já poderia dar o exemplo, sendo o primeiro a votar.

Lembro a todos os ilustres Senadores que, de acordo com reunião efetivada no ano passado, haverá troca da Presidência.

O Senador Leonel Pavan é indicado para assumir a Subcomissão de Turismo, e terei muito prazer em ser seu Vice-Presidente.

Então, as cédulas ficarão aqui. Vou dar o visto em todas elas, a fim de que todos os Senadores já possam votar.

(Procede-se à votação.)

Peço um pouquinho de paciência aos nossos ilustres convidados, porque este é um momento inédito, ao mesmo tempo em que fazemos uma votação, ouviremos os depoimentos dos senhores.

Passo a palavra ao Dr. Eugênio Antinoro, Diretor de Projetos Especiais da Abav Nacional.

O SR. EUGÊNIO ANTINORO – Boa-noite a todos.

Aproveito o ensejo, por ser o primeiro a ter a honra de usar da palavra, para parabenizar o Senador Leonel Pavan, pela condução, por unanimidade, ao honroso cargo de Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado.

Gostaria de dizer, antes de mais nada, que é uma oportunidade única que estamos tendo, como representantes de vários segmentos da atividade turística no Brasil, de falar para os Srs. Senadores, interessados na matéria, interessados nessa atividade, da importância da atividade turística no Brasil. E temos sido estimulados, de maneira incansável, pelo Senador Paulo Octávio, que seguramente compartilha desse ponto de vista, assim como os Srs. Senadores também.

Hoje, esta audiência pública, em tão boa hora convocada pelo Senador Eduardo Azeredo, pretende abordar mais o aspecto que se prende à atividade de transporte marítimo.

Para que V. Exªs possam ter uma idéia, dentre os vários segmentos incluídos no ramo da atividade turística, o que melhor apresenta números e performance invejáveis de crescimento, sem dúvida, é a atividade de cruzeiros. Essa é uma atividade que, no Brasil, nos últimos anos, tem ganhado grande destaque.

A cada temporada, é muito maior o número de passageiros que desfrutam desse tipo de entretenimento, que é verdadeiramente fantástico. A cada ano, melhora o nível dos navios que são trazidos para a costa brasileira. A cada ano, há uma melhor resposta do mercado, tanto em nível de usuário como de cadeia produtiva. Mas, lamentavelmente, a cada ano, repetem-se os problemas com os quais se debatem os empresários do setor. A cada ano, repetem-se as dificuldades impostas aos passageiros que utilizam esse tipo de entretenimento, sem que haja ou sem que se vislumbre uma melhoria.

É óbvio que toda e qualquer atividade, se enfocada com a importância da qual ela se reveste – e não resta dúvida de que o turismo, acima de tudo, deveria constituir-se na menina, no enfant gaté da economia brasileira –, necessita de uma patente, uma veemente e uma firme manifestação de vontade política; não resta dúvida de que isso é necessário. Não podemos acreditar que um país com as potencialidades brasileiras, um país que apresenta políticos empenhados na solução de problemas da maior envergadura, não consiga engajar um grupo decidido a firmemente colocar um cobro a essas anomalias que apenam não só a atividade, como também a nossa balança comercial, a reputação que o País merece desfrutar no exterior, quando é alvo de críticas por apresentar instalações portuárias absolutamente incompatíveis com o nível que pretendemos que se alcance.

Então, sem me estender muito, digo que, se houver vontade política – e temos a firme expectativa de que esse problema, pela sua relevância, irá sensibilizar os ilustres Senadores –, se houver dedicação, a proporção custo/benefício é tremendamente avassaladora em prol

de que haja uma destinação melhor das atenções que devem ser voltadas para a atividade política.

E para nós, nesta nossa vinda aqui hoje, a par de constituir-se em um momento de grande vaidade para todos nós – estamos sumamente honrados em termos sido distinguidos pelo convite –, a melhor expectativa é a de que consigamos merecer a atenção dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Gostaria de pedir à Senadora Serys Slhessarenko que faça a contagem dos votos, enquanto passamos a palavra ao Dr. Milton Sérgio Sanches, diretor da Brazilian Cruises Representation.

O SR. MILTON SÉRGIO SANCHES – Senador Paulo Octávio, Senador Magno Malta, Senador Eduardo Azeredo, Relator do requerimento, sentimo-nos muito honrados com o convite para comparecer a esta Casa, que é um sinônimo de austeridade, sinônimo de tudo de bom para o Brasil, porque o nosso segmento, o turismo náutico, é muito novo em relação aos demais.

Na verdade, o turismo de cabotagem passou a existir há 15 anos, informalmente, com autorizações provisórias, porque a Constituição não permitia que navios estrangeiros operassem turismo de cabotagem na costa brasileira. Em 1990, iniciou-se, através de autorizações especiais, esse tipo de operação, a operação entre portos brasileiros.

Em 1995, uma emenda à Constituição permitiu que os navios estrangeiros pudessem fazer esses cruzeiros, mas ela ainda carece de regulamentação em alguns aspectos.

O que está elencado é verdadeiro, ou seja, temos muitas dificuldades operacionais, dificuldades até para explicar para as empresas estrangeiras, proprietárias desses navios, que tipo de operação elas podem realizar no Brasil. Temos dificuldades com a falta de regulamentação para determinadas atividades dos cruzeiros, seja com relação às mercadorias, seja com relação à imigração. E ainda somos surpreendidos, a cada ano, com uma portaria que acaba modificando algo que, quando se planejaram os cruzeiros, não existia. Somos surpreendidos, a cada temporada, com uma novidade. Então, sentimo-nos, realmente, muito confortados com este convite para que viéssemos ao Senado. E viemos aqui, realmente, pedir ajuda aos Srs. Senadores.

Essa é uma atividade que cresce muito mundialmente; ela proporciona um nível de emprego muito bom, além de ser um turismo diferente, interessante. Mas precisamos, em alguns segmentos – e aí acho que seria por intermédio das assessorias dos Senadores –, encaminhar pleitos a fim de que cada uma dessas áreas seja regulamentada, para que possa operar e atrair muito mais navios, muito mais cruzeiros e, conseqüentemente, muito mais empregos para o Brasil.

Podemos citar como exemplo, a área da Receita Federal, em que é necessário um sistema simplificado com relação aos impostos, a apuração desses impostos. Todos os navios que vêm para cá recolhem impostos – é importante que seja salientado que todos recolhem todos os impostos –, mas isso é algo de difícil apuração, porque, num navio, além de um armador, há concessionárias, há diversas empresas, e a regulamentação da Receita Federal determina que uma empresa brasileira seja designada para responder por essa parte fiscal, ou seja, ela tem que responder por várias empresas estrangeiras. Isso causa uma grande dificuldade.

A outra dificuldade é com relação a interpretações quanto a imigração, por exemplo. No mundo todo, quem tem um seamen's book, que é uma carteira de marinheiro, pode estar num navio, não tem nenhum tipo de dificuldade, seja na Europa, seja no Caribe. Mas, no Brasil, dependendo do porto, interpreta-se que o seamen's book vale somente para determinadas nacionalidades. Ou seja, não há uniformidade de interpretação, e isso gera problemas, gera insegurança, que podem até afugentar algumas armadoras internacionais.

A infra-estrutura dos portos também é muito importante. Atualmente, temos um bom terminal em Santos e outro no Rio de Janeiro, mas, nos demais portos, não há infra-estrutura adequada para o nível dos passageiros que temos que atender.

Mesmo nos portos onde há uma estrutura, está aparecendo um outro problema: a falta de competição. Em Santos, por exemplo, começamos com taxa de US$15,00 por passageiro; hoje ela é de US$25,00 – fala-se em dólar, normalmente –, e já se está pretendendo passar para US$40,00. E isso ocorre por quê? Porque falta competição, falta possibilidade de haver outros terminais, outras estruturas. Seria muito importante que a Codesp e outras coordenadorias dos portos atentassem para essa questão, porque isso pode causar grandes problemas.

Enfim, não gostaria de me alongar muito, porque acho que o elenco dos problemas está muito bem feito, inclusive com relação à legislação trabalhista para o pessoal que vai trabalhar a bordo.

Tivemos uma surpresa muito agradável no ano passado, qual seja, a maioria das contratações de brasileiros para o navio R-5 Blue Dream foi aproveitada depois. Ou seja, esses brasileiros foram também contratados para trabalhar lá fora. Então, além de proporcionar emprego para brasileiros – que creio ser a meta de todos – nos cruzeiros realizados no País, abre-se

uma porta muito grande para eles trabalharem lá fora também, receberem em dólar, em euro, e trazerem mais divisas para o Brasil.

Enfim, só o fato de termos sido convidados para vir aqui nos ajuda a continuar lutando para desenvolver esse segmento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Agradecemos ao Dr. Milton Sanches, Presidente da Brazilian Cruises Representation.

Também agradecemos à Senadora Serys Slhessarenko, que foi a grande escrutinadora desse difícil pleito de hoje, na Subcomissão de Turismo.

Pelo resultado apresentado à Mesa, há 7 votos para o Senador Leonel Pavan como Presidente da Subcomissão de Turismo.

Senador Leonel Pavan, cumprimento V. Exª e desejo-lhe muito sucesso em sua gestão.

Gostaria também de dizer que o turismo depende muito de V. Exª. Temos um árduo trabalho pela frente. E convido V. Exª para assumir a Presidência desta reunião, assumindo aqui o posto de Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Primeiro, quero agradecer a oportunidade de poder participar da Subcomissão de Turismo, e agora como Presidente.

A Senadora Serys Slhessarenko já me incumbiu de uma missão difícil, de fazer um trabalho tão bom quanto o que foi realizado pelo Senador Paulo Octávio.

Já usei a tribuna do Senado, quando fui praticamente designado Presidente da Subcomissão, na Confederação Nacional do Comércio, e fiz um pronunciamento enaltecendo, com méritos, o trabalho desenvolvido por esta Subcomissão na condução do eminente Senador Paulo Octávio.

Sabemos que esta Subcomissão tem apenas sete Senadores titulares e, no momento em que ela se reúne, outras Comissões também estão trabalhando, e isso ocorre sempre após o término das sessões do Senado. Então, podemos ver que, agora mesmo, os Senadores Mão Santa, César Borges e Aelton Freitas encontram-se em outras subcomissões. Mas, na verdade, o que vale para nós é o que fica registrado nos Anais, o que servirá de subsídio para o nosso trabalho, a fim de podermos desenvolvê-lo, futuramente, em projetos na CAE, no próprio plenário do Senado e em debates pelo Brasil afora.

Então, hoje é um dia importante para mim, em que assumo a Presidência desta Subcomissão, principalmente por substituir, neste momento, o Senador Paulo Octávio, numa audiência pública convocada pelo ex-Governador, um homem experiente do turismo, o nosso Senador Eduardo Azeredo.

Muito obrigado. Espero corresponder às expectativas dos membros desta Subcomissão e também espero fazer um trabalho tão bom quanto o que foi realizado pelo Senador Paulo Octávio nesta Presidência.

Dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra ao Sr. René Hermann, Presidente da Costa Cruzeiros, Agência Marítima de Turismo.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar que todo o trabalho executado sob minha administração, sob minha Presidência, foi possível também graças ao empenho de V. Exª, que foi um dinâmico Vice-Presidente. Espero também cumprir o meu papel como Vice-Presidente na sua gestão, contribuindo como V. Exª contribuiu com a minha.

Parabéns! Desejo-lhe muito sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Conto muito com o seu apoio, Senador Paulo Octávio.

O SR. RENÉ HERMANN – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan; Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio; Senador Eduardo Azeredo.

Como disseram o Eugênio Antinoro e o Sr. Milton Sanches, na sua preleção, não damos os destaques que outros países dão para os cruzeiros marítimos.

Queria somente apresentar alguns dados aqui, dados esses que depois posso deixar por escrito para o Presidente.

Na temporada passada, 2003/2004, tivemos cinco navios operando na costa brasileira – houve um movimento de cerca de 120 mil brasileiros. A Costa Cruzeiros, empresa que represento, geralmente traz ao Brasil, à América do Sul, dois navios, um que segue para Buenos Aires, outro que faz o Norte e o Nordeste brasileiro.

A nossa intenção não é ter a bordo desses navios somente passageiros brasileiros. Não. Dentre esses 20 mil passageiros da Costa Cruzeiros, na temporada 2003/2004 – a temporada 2003/2004 começa em dezembro e termina no começo ou meados de março do ano seguinte – 5 mil eram argentinos, que vieram com o nosso navio de Buenos Aires e passaram por Santa Catarina, por Santos, pelo Rio de Janeiro, e tiveram oportunidade de conhecer essas localidades. Tivemos cerca de 3 mil europeus, que vieram dos mais diferentes destinos, como Alemanha, Itália, Espanha, Suíça, fazendo cruzeiros aqui no Brasil. Ou seja, eles vieram de avião, fizeram um cruzeiro de sete ou nove dias, depois ficaram no Brasil por dois, três, ou quatro dias, e retornaram para suas residências.

Como eu disse, temos cinco navios; esse é um número ainda muito pequeno. Todas as empresas daqui

realizamos um total de 120 mil passageiros, aproximadamente, isso, contando com passageiros que também fazem cruzeiros marítimos no Caribe ou na Europa.

Dados que tenho da última Sea trade mostram que, em 2003, 12.217 milhões americanos fizeram cruzeiros marítimos. Os nossos números chegaram perto de 120 mil passageiros. A previsão para 2010 é de 17.250 milhões de passageiros fazendo cruzeiros marítimos. Então, como disse O SR. EUGÊNIO ANTINORO, esse é um segmento que ainda está crescendo bastante no Brasil, e está crescendo muito mais que os outros segmentos. Por quê? Porque temos aí oito mil quilômetros de praia e, até o momento, ainda não os aproveitamos como deveríamos.

A Costa Cruzeiros é uma empresa italiana, opera no Brasil há 56 anos. Logicamente, ela começou a operar no Brasil com o transporte Brasil/Itália, Itália/Brasil, ou seja, realizava praticamente o transporte de passageiros. Há 15, 20 anos, é que, praticamente, foi inventado o cruzeiro marítimo, ou turismo dentro dos navios.

A corporação a quem a Costa Cruzeiros pertence, que é a Carnival, somente nos últimos seis meses, inaugurou seis navios, de 110 mil toneladas, de 105 mil toneladas, de 95 mil toneladas, fora os que as outras empresas inauguraram também. Então, esse é um segmento crescente. E achamos que nós, brasileiros – e eu sou brasileiro –, precisamos olhar um pouco mais de perto para esse segmento.

Gostaria de colocar aqui outros números também, porque nós sempre ouvimos que os navios que vêm para cá não pagam impostos, não geram empregos; isso não é verdade. Por exemplo, na temporada 2003/2004 – e, aqui, eu estou falando somente da Costa Cruzeiros, porque eu não tenho acesso aos números das outras empresas –, com relação a carregadores de bagagem, para que nós possamos fazer a nossa operação – nós temos dois navios –, o pessoal engajado nessa função é de cerca de 90 pessoas. Nós pagamos – permitam-me falar o valor em dólar –, em três meses, perto de US$196 mil e demos emprego a 90 pessoas, que são os carregadores de bagagem, somente no Porto de Santos.

Com água potável, nós gastamos US$149 mil, para colocá-la no navio. E aqui consta que há 12 pessoas envolvidas nessa tarefa, mas, com certeza, há mais gente.

Com remoção de lixo dos navios, nós gastamos US$335 mil; isso apenas para remover o lixo do navio, pois há toda uma característica especial para fazê-lo.

Com atendimento a tripulantes – carro aqui, carro ali, e um chofer –, gastamos US$24 mil dólares.

Com praticagem – aquela pessoa que vai na barra, sobe a bordo do navio e vai com o comandante até o porto –, gastamos US$96 mil. E damos emprego para três, porque, em praticagem, há muito pouca gente trabalhando, como sabemos.

Com mão de obra em fornecimento, são US$32 mil.

Com taxas portuárias, o que nós pagamos para a Codesp: US$26 mil.

Com imposto de farol: US$10.500.

Com rebocadores – que são aqueles barcos que ajudam na manobra dos navios –, são US$16 mil, e sempre dando emprego para essas pessoas envolvidas nesse trabalho.

Com vigias portuários, são US$17 mil.

Com remoção de óleo, US$8,5 mil.

E passemos para outra parte.

Com comissionamento de agentes e representantes, quer dizer, só de comissão, o que a Costa Cruzeiros pagou para os agentes de viagem foi US$1,859 milhão, seja a sua comissão de 10%, 12% ou 15%. Nós, então, pagamos de comissão US$1,859 milhão e acreditamos ter envolvido perto de 3.150 agentes de viagem.

Com fornecimento para navios – que é o que os navios compram: água, farinha, fruta, verdura, enfim, o que é preciso para abastecê-los – US$3,335 milhões, e tudo isso é pago e comprado aqui.

Com combustível para os navios, que também é comprado e pago aqui, US$845 mil.

(**O SR. PRESIDENTE** *faz soar a campainha.)*

Com impostos do armador, ou seja, para que eu realizar essa operação, eu paguei US$981 mil; a administração do nosso Escritório, US$1,3 milhão. Custos portuários, promoção de marketing, bilhetes aéreos, vistos para tripulantes – e esse é um ponto que eu gostaria de frisar, e o Dr. Milton Sanches colocou muito bem que precisamos da ajuda desta Subcomissão nessa questão –, a Costa Cruzeiros gastou, no ano passado, apenas com visto 5, US$105 mil, para aqueles tripulantes que não tinham a carteira de marítimo. Então, esses tripulantes precisam de um visto. Há três anos, bastava o visto de turista, mas a legislação foi mudada, e, além do gasto de US$103 mil, há a burocracia.

Acredito que muito dos Srs. Senadores têm idéia de como é difícil tirar um visto 5, e mais difícil ainda é conseguir para 150, 200 pessoas. São tripulantes que vêm no navio, às vezes, passam de um navio para outro, navegam até Recife, pegam passaporte, levam-no para o Paraguai, Uruguai, tiram visto, protocolam. É muito difícil! Então, precisamos encontrar um caminho para eliminarmos algumas burocracias que enfrentamos atualmente.

Mais explanações, podemos deixar para o momento em que forem feitas as perguntas, visto que ouvi a campainha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Estão presentes aqui o Senador Garibaldi Alves Filho e o autor do requerimento, Senador Eduardo Azeredo.

A Subcomissão terá todas as explanações e documentos que servirão de subsídios na elaboração de projetos. Certamente, precisaremos de todos, pois nos ajudarão, futuramente, a desenvolver um projeto sustentável para essa área.

Passamos a palavra agora ao próximo palestrante, Sr. João Flávio Pedrosa, Presidente da Sociedade Náutica Brasileira e da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

V. Sª dispõe de dez minutos.

O SR. JOÃO FLÁVIO PEDROSA – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o convite, mas, na verdade, estou substituindo o dileto companheiro Norton, que é o Presidente da Federação. Sou o Presidente da Sociedade Náutica Brasileira.

Minha posição talvez não seja antagônica a daqueles que me antecederam, ainda que vá parecer, em princípio, dessa forma.

Como Presidente da Sociedade Náutica Brasileira, tenho contribuído com o esforço do Estado do Rio de Janeiro na recepção dos cruzeiros marítimos. Lá, conseguimos implantar um processo que vem vingando e se desenvolvendo e que tem sido até utilizado como modelo para alguns outros portos no Brasil. No entanto, gostaria de fazer algumas colocações e também reivindicações do ponto de vista brasileiro, a começar pela própria Emenda nº 7.

A tão citada Emenda nº 7, na verdade, não fala no turismo marítimo, mas em carga. Então, seria importante que entendêssemos o surgimento de todo esse processo e valorizássemos uma palavra que consta na própria Emenda, que é a reciprocidade. Ela surgiu com a intenção de abrirmos nossos portos ao comércio exterior, voltando a reequipar nossa própria Marinha Mercante. E isso não ocorreu porque, exatamente naquele mesmo instante, o Fundo da Marinha Mercante sofreu um corte drástico, da ordem de 40%. De lá para cá, a nossa Marinha Mercante, que foi a segunda maior do mundo, feneceu. Hoje, ela vive a conta do petróleo. Mesmo assim, muitas das nossas embarcações são fretadas a casco nu, com as tripulações saídas de um Ciaga ou de um Ciaba, que são os dois únicos formadores, e, muitas vezes, assumindo essas embarcações fora do Brasil.

Assim, existe toda uma normatização no tocante às tripulações que está em vigência. Podemos apropriar parte dessa legislação para o caso dos tripulantes que hoje assumem, como brasileiros, funções a bordo, e de estrangeiros que, em contrapartida, nas tripulações vindas, estão a bordo. É uma questão de normatização. Mas nós, no Brasil, tivemos a lamentável concorrência de fatores que, no instante em que os cruzeiros – fora, evidentemente a Costa Cruzeiros – que já vinham perseguindo esse mesmo intuito de longa data, mas que voltavam ao Brasil, na mesma ocasião, com as perdas da Marinha Mercante, tivemos que acentuar um único fator que foi o da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário; uma lei especial, que surgiu por estudos e acabou ocorrendo, como todos sabemos, em 1998, para dirimir certas questões em relação ao setor aquaviário.

No entanto, temos aqui um trabalho feito, que foi uma Mensagem de 1999, encaminhada ao Congresso, sobre o setor produtivo do turismo, em 1999, em que constava, na página 4, o seguinte: "Também, no setor de transportes, assistimos à consolidação de um novo produto turístico, o turismo náutico. Os portos brasileiros receberão, no verão de 1999, 30 navios de grande porte, com previsão de 250 escalas. Em 1997, foram 15 com 57 escalas e, em 1998, 18 navios com 154 escalas. Esse é o resultado da liberação da navegação de cabotagem de passageiros no Brasil, promovida em 1995, através da mudança constitucional".

Não é verdade; a mudança constitucional fala claramente em carga. Precisamos de outros instrumentos, porque abrimos, sim, as nossas águas, mas não tivemos ainda capacidade da reciprocidade, porque, ao mesmo tempo, desmontamos a nossa Marinha Mercante e a nossa indústria de construção naval. Então, não temos uma indústria de construção naval ativa. E o Fundo de Marinha Mercante, hoje, não dá para pagar um grande navio construído no exterior – refiro-me a navio de cruzeiro.

Os navios de cruzeiro são completamente diferentes daqueles que teríamos capacidade de voltar a construir, mas, até agora, estamos ainda patinando. Não tivemos condições, pois existem entraves também na construção naval.

Existe um grupo, liderado pelo Luiz Brito – a quem fizemos referência há pouco –, no Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tem o maior esmero, o maior carinho pelos turistas que chegam pelo porto daquele Estado. E sabemos que os turistas têm o Rio de Janeiro como a imagem do Brasil. Não é Santos, não é a Bahia, é o Rio de Janeiro. Por isso o home port diferenciado. Assim, dispensamos o maior carinho a

esses turistas, brasileiros ou estrangeiros, que ali chegam ou ali embarcam, e que merecem isso.

Temos feito um esforço extraordinário, chorando também, porque os nossos empresários ainda não tiveram a garra suficiente para fazer os nossos navios.

E para não me estender muito, deixo aqui essas questões de ordem, que não são antagônicas, como afirmei desde o início. Elas abrem a reciprocidade com o potencial que os próprios cruzeiros estão nos mostrando. Esse é um caminho riquíssimo e existe espaço para todos nós nesses oito mil quilômetros de costa. Temos espaço para portos, e esses portos tanto atenderão aos cruzeiros que vêm ao Brasil como aos cruzeiros que saem daqui. O mais importante é que todos estaríamos contribuindo para a excelência do atendimento, também, dos cruzeiros internacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Passo a palavra para o autor do requerimento de audiência pública, o nosso Senador, querido amigo, Eduardo Azeredo. V. Exª tem três minutos para fazer as perguntas – se necessitar de mais tempo, não haverá problema nenhum –, e os demais que forem indagados também terão três minutos para a resposta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Leonel Pavan, primeiramente, quero cumprimentá-lo por assumir a Presidência da Subcomissão de Turismo. V. Exª me concedeu o prazo mínimo de três minutos, mas deve ser porque está envolvido com a emenda de sua autoria que aumenta o salário-mínimo para R$275,00.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Já dei a V. Exª uma vantagem: o mínimo de três minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O mínimo de três minutos, está bom.

Agradeço a presença de todos os representantes que aqui vieram para discutir esta questão. Alguns podem até considerar engraçado que um Senador de Minas Gerais esteja interessado em turismo marítimo, já que no meu Estado não existe mar.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – V. Exª está preocupado com o Brasil, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Trata-se exatamente da minha visão de saber da importância de acompanhar como o turismo náutico tem crescido no mundo todo, sabedor que sou da importância e do potencial que tem para a geração de empregos, além da questão financeira como um todo.

Penso que os números que o Professor René traz referentes à corretagem e ao fornecimento em geral são muito interessantes, mas seguramente não são conhecidos.

Lamentavelmente, até por falha nossa, não pôde estar presente um representante do Ministério do Turismo. O Ministro Walfrido dos Mares Guia, como todos sabem, é de Minas Gerais. É um fraternal amigo que tem levado a cabo um bom trabalho no Ministério. Temos tido um crescimento nessa área, mas seria importante a presença de S. Exª.

Gostaria de ter informações adicionais sobre o posicionamento do Governo em relação a providências pertinentes à área. Como o Senador Leonel Pavan já colocou, nosso objetivo é conhecer um pouco mais o assunto – é o que os senhores estão trazendo a nós –, para que possamos realmente caminhar na questão da legislação, que é fundamental, mas também na cobrança. Esse é um papel importante do Parlamento que, às vezes, é deixado de lado. Trata-se da fiscalização, da cobrança de ações, de providências e não só da legislação. Penso que já temos muita legislação. Em alguns casos, precisamos que as leis que existentes sejam cumpridas.

Contudo, no caso específico, por se tratar de atividade nova, acredito que temos muito que fazer pelas particularidades, por exemplo, do emprego temporário. Há questões em que podemos avançar para as quais estamos nos colocando á disposição.

Por exemplo, na questão das instalações portuárias, até onde sei, creio que não temos nenhum porto com instalação mais adequada. O porto do Rio talvez seja um pouquinho melhor, ou o de Santos; não sei. Mas o fato é que os portos brasileiros dificilmente têm condições de receber turismo em massa ou turistas de melhor conhecimento, já que o número de turistas estrangeiros também é muito grande. São pessoas que, às vezes, vêm de outros cruzeiros.

Essa é primeira colocação que eu faria no sentido de saber sobre o sentimento dos senhores em relação aos portos e às nossas instalações.

Gostaria de saber, inclusive, se existe algum projeto para portos, porque desconheço que o Governo tenha algum. Fala-se sempre em um projeto de hidrovias e de aeroportos, mas nunca ouvi falar em projeto de portos. Não sei exatamente. Posso estar mal-informado. Quanto aos aeroportos, até que o Brasil está indo bem, já que uma série deles sendo construída. Penso que, na área de hidrovia, ainda se patina muito e, na área de estradas, a situação é lamentável. O jeito é ir mesmo buscar vias aquáticas porque as estradas brasileiras estão terríveis.

Outra questão que me instigou foi como os estrangeiros poderiam receber um tratamento melhor aqui. Vimos, no episódio da exigência da identifica-

ção dos americanos, que o atendimento em portos foi pior do que o prestado nos aeroportos, em primeiro momento. Hoje a questão está regularizada, mas, no primeiro momento, houve muita improvisação porque sempre se esquece que turistas também vêm de navio. A idéia inicial, parece-me, é a de que os turistas sempre chegam de avião, esquecendo-se de que também chegam de navio.

E gostaria de ter a informação adicional do número mundial de passageiros em cruzeiros e se ainda há linhas regulares de passageiros do Brasil para a Europa ou mesmo para a Argentina, o Conesul.

São essas, basicamente, as posições que queria colocar, Senador Leonel Pavan.

Reitero que considero esse um segmento de grande potencial, sim, e não só no mar. O rio Amazonas aceita cruzeiros e navios de grande calado. Temos, então, essa importante opção para o turismo brasileiro, que carece de iniciativas como essa para que tenhamos um aumento não só das opções de lazer para o brasileiro, como também do emprego, em especial, que precisamos tanto gerar para a população.

Fico satisfeito em saber que brasileiros que trabalharam nos navios acabaram podendo manter esse emprego também pelo mundo afora e que, depois, voltaram para cá, trazendo recursos, como tantos outros fazem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Gostaria de fazer alguma indagação?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Toda a apresentação foi muito interessante, mas não sei exatamente quem poderia me responder. Deixo para a Mesa a posição, primeiro, quanto aos portos, depois, quanto aos vistos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra a O SR. MILTON SÉRGIO SANCHES.

O SR. MILTON SÉRGIO SANCHES – Como advogado, tenho também acompanhado o assunto. No Ministério do Turismo, estou fazendo parte da Câmara de Segmentação, que tratará da legislação a ser encaminhada ao Congresso para se tentar minimizar esses problemas.

O Ministério do Turismo, atualmente, está fazendo um bom trabalho. Esses fatores dependem de se criarem determinadas condições. As reuniões feitas, por exemplo, envolvem vários Ministérios. Normalmente, são interministeriais. É um pouco difícil obter consenso sobre o que deve e o que não deve ser feito. Mas creio que já se está encaminhando. Depois de se chegar a uma conclusão com esses dispositivos legais, dependerá realmente do Congresso. Por quê? Porque alteração de lei só pode ser feita no Congresso. Há um decreto do Presidente da República que disciplinou a fiscalização dos navios estrangeiros, mas aspectos relativos às mercadorias e tripulantes dependem de legislação específica.

A possibilidade de o navio estrangeiro operar aqui só aconteceu a partir da emenda à Constituição porque era proibido. A emenda à Constituição permitiu que os navios cá viessem.

É importante informar ao Presidente da Sociedade Náutica que já existe inclusive navio pequeno em construção para a Amazônia. Uma empresa espanhola lançará logo um navio fazendo cruzeiros pela Amazônia. A CVC, que também represento agora, tem interesse em construir navio para fazer esse tipo de cruzeiro. Essas iniciativas têm que começar. Obviamente, não estamos preparados – até pela desativação do Fundo da Marinha Mercante – para a construção de grandes navios. Mas se pode começar pelos pequenos e atingir o Brasil, que tem uma capacidade – verificamos em várias áreas – de desenvolvimento muito rápido nos setores. O brasileiro é muito criativo.

Com relação a esse tipo de pergunta que V. Exª fez do Ministério, poderia responder dessa forma e, com relação à legislação, o problema realmente é quando se quer usar a legislação de carga para passageiros, que não tem nada a ver. Esse tipo de interpretação é que gera problema em praticamente todos os portos. Precisamos de uma legislação específica para os cruzeiros – não estão sendo pedidos aqui incentivos, mas regras claras que têm que ser cumpridas e que não se modifiquem a cada ano. Isso é que é importante. O armador internacional, para mandar seu navio, quer saber o que tem que fazer, o que tem que cumprir, e pronto. Isso, para não ser multado, para não ter problema com ameaça de expulsão de tripulantes e outros aí, que tivemos, inclusive, o ano passado. Tivemos o risco de 100 tripulantes expulsos; foi no momento em que havia uma certa aversão contra estrangeiros, quando precisamos desses estrangeiros aqui, das divisas, de atraí-los cada vez mais, para que o Brasil possa obter uma receita substancial em dólares e outras moedas fortes.

Posso responder dessa forma e passo agora a palavra aos demais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Com a palavra o Sr. René Hermann.

O SR. RENÉ HERMANN – Muito obrigado. Referente aos vistos, como perguntou o Senador, além dos brasileiros que temos a bordo, além dos italianos – somos uma empresa italiana, e aqui falo pela Costa Cruzeiros, mas isso acontece em praticamente todas as empresas marítimas –, temos a bordo 60 naciona-

lidades dentro de um navio, dentro de nossa tripulação. Por exemplo, este ano virá ao Brasil o navio Costa Tropicale, um navio para 1.380 passageiros, que irá a Buenos Aires num cruzeiro de oito dias. Esse navio tem cerca de 500 tripulantes e, dentre eles, temos de 50 a 60 nacionalidades. A legislação atual pede que tenhamos 25% de brasileiros, e nós cumprimos essa medida quando tem de ser cumprida, pois esse é um navio que vai a Buenos Aires, não faz só cabotagem. Depois teremos o Costa Victoria, que é um navio de 76 mil toneladas, o maior navio já navegado na temporada brasileira, um navio de 252 metros, um navio que leva 2.380 passageiros e tem 900 tripulantes, também de 60 nacionalidades. Veja, Senador, o quanto é complicado tirarmos o visto 5 para pessoas de mais ou menos 60 nacionalidades, dentre as quais há pessoas lá do Norte da Europa. Como é que esse pessoal vai conseguir a documentação para tirarmos o visto 5, para o qual às vezes é pedido atestado de bons antecedentes? Quer dizer, é praticamente impossível termos que trocar essa tripulação na última hora, o que acaba nos causando outros transtornos. E também há, como eu disse aqui antes, o alto custo desse visto. Então, acreditamos que devemos criar um visto especial para essa tripulação, ou então retornamos ao visto que era anteriormente usado. O visto de trânsito, não é isso? Qual era o visto usado antes desse visto 5? (Pausa.)

Era o visto 2. Na realidade, o tirávamos no Consulado brasileiro, lá em Milão, e não tínhamos tanto trabalho assim e não gerava tanto custo para a empresa também.

O Dr. Milton fez a colocação de se deixarem as regras fáceis. Às vezes, o navio já saiu da Itália, e para chegar a Santos leva 17 dias, porque ele vem parando – pára na África, pára também em Recife, em Salvador, em Maceió –, e, no meio do caminho, recebemos regras novas para serem contempladas quando da chegada do navio. Fica um pouco difícil. E ainda há situações em que o navio vai parando em Recife, em Salvador, no Rio de Janeiro, em Santos e, em cada lugar, há uma interpretação das regras a serem cumpridas.

Partindo para outra questão, Senador, a sua pergunta referente à quantidade de passageiros, mercado mundial. Tenho aqui os dados do mercado mundial até 2002: norte-americanos, 7,6 milhões; ingleses – vou deixar tudo isso aqui depois –, 824 mil; europeus, 1,296 milhão; asiáticos, 600 mil; japoneses, 220 mil; América Latina, 313 mil; e, outros, 240 mil. Dando um total, em 2002, de 11,2 milhões de passageiros. E, como eu disse, em 2003/2004, com cinco navios aqui, movimentamos somente 120 mil passageiros. Então, temos aí 1%. Temos um grande caminho a seguir. E eu diria o seguinte: os americanos, quase 9 milhões em 2003; europeus, de 1,5 milhão a 1,6 milhão, esse pessoal precisa procurar novo destino, e que deve ser o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Queremos, a pedido, passar a palavra a O SR. EUGÊNIO ANTINORO, que tem algumas explanações a fazer.

O SR. EUGÊNIO ANTINORO – Senador, respondendo objetivamente a sua primeira indagação, evidentemente que os nossos portos, a despeito dos esforços despendidos, ainda deixam um pouco a desejar. Os dois portos mais demandados, que seriam Rio de Janeiro e Santos, não estão em condições que possam ser consideradas satisfatórias. O Senador Paulo Octávio que seguramente já utilizou as instalações de um desses portos pode testemunhar que realmente a situação não é das mais róseas.

Acrescentando ao que estava dizendo o nosso querido René, uma demonstração inequívoca de que a indústria de cruzeiros marítimos é a que mais cresce é a de que investidores, que são homens desapiedados, que buscam apenas o melhor destino para os seus investimentos, alocam recursos da ordem de US$300 milhões a US$400 milhões para ordenar a construção de novos navios de grande envergadura, os famosos transatlânticos. Seguramente, não o fazem por obra de benemerência, nem por demonstração de altruísmo, mas porque o investimento tem retorno.

Se lembrarmos que, nas pequenas ilhas do Caribe, vemos filas de navios aguardando o momento de atracar para desembarcar os seus turistas, nós nos conscientizaremos de que o Brasil é seguramente a melhor alternativa, porque é tão bonito, tão agradável e tem as mesmas características, até com muito mais potencialidade que o Caribe, para servir como desaguadouro daqueles engarrafamentos que já se estão tornando uma constante no Caribe.

Há um outro aspecto para o qual eu gostaria de chamar a atenção. Sou um aficionado por navios, inclusive, em tenra idade, vim para o Brasil – porque sou alienígena – de navio. Gosto de navio desde pequenininho. Mas o turismo brasileiro, lamentavelmente, é feito de sazonalidades, ou seja, quando todos saem de férias, todos querem viajar, e, evidentemente, o produto encarece. Então, hoje, ao se analisar o que oferecem os navios disponibilizados aos passageiros brasileiros, ao custo que representam, a proporção custo/benefício é fantástica. Porque é como estar num hotel, com toda a infra-estrutura de lazer, com a possibilidade de se alimentar desbragadamente – não sei se cabe o termo aqui –, com a faculdade de conhecer destinos em que os navios aportam. Chegando de manhã e saindo no fim do dia, é possível conhecer a cidade.

Portanto, há um turismo ativo, interativo, mais barato do que em qualquer dos nossos resorts, que, nessa época, lamentavelmente, não têm muita misericórdia com quem procura neles se hospedar.

Tenho a impressão de que devemos olhar a indústria de cruzeiro marítimo com muito bons olhos, porque ela saberá seguramente responder às nossas melhores expectativas.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Senador Eduardo Azeredo, V. Exª gostaria de usar a palavra novamente?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de obter uma informação do Dr. Eugênio. Os portos de Santos, do Rio de Janeiro e dos demais locais são todos públicos ou algum deles é privado? V. Sª saberia me dar essa informação?

O SR. EUGÊNIO ANTINORO – Não. Pertencem à administração dos portos – Companhia Docas. Não há privatização alguma.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Todos são da Administração Pública. Ainda não há privatização em nenhum deles?

O SR. EUGÊNIO ANTINORO – É isso mesmo?

O SR. (Orador não identificado) – São privados.

O SR. EUGÊNIO ANTINORO – São privados?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – São privados?

O SR. (Orador não identificado) – São privados. Tanto o de Santos quanto o do Rio de Janeiro. Inclusive, a mesma empresa que detém o único terminal de passageiro em Santos, que é privado, detém o único terminal de passageiro no Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Companhia Docas?

O SR. (Orador não identificado) – A Companhia Docas é do Governo, e a Concais é a empresa privada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A exploração do porto.

O SR. (Orador não identificado) – Exploração do terminal de passageiros.

O SR. RENÉ HERMANN – Senador, com licença. A maioria dos portos são federais. O porto de Pernambuco, por exemplo, é estadual. A única exceção que conheço é o porto de Itajaí, que é municipal. Os terminais são licitados e particulares. A maioria dos portos são federais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Estou satisfeito com as informações, que considero importantes. O Senador Paulo Octávio certamente quer usar da palavra.

Quero apenas ressaltar um número. Houve 11 milhões de passageiros no ano de 2002, sendo 7,6 milhões americanos. O americano abrange quase 80% do mercado, e o Brasil representa apenas 1%, o que demonstra realmente o potencial que existe para se explorar. Sem dúvida, esses 8 milhões de americanos poderiam vir ao Brasil para dar uma voltinha e, seguramente, seriam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, há muitos anos, fiz a primeira viagem de navio no Eugênio C – estava comentando com o representante da Costa Cruzeiros, René Hermann. Fiz aquele trajeto de São Paulo a Buenos Aires. Era um navio pequeno – comparado a esses transatlânticos de hoje, era até pequenininho. Recentemente, fiz outras viagens muito boas, até no Brasil mesmo.

Percebo que, hoje, há poucos navios na costa brasileira. Queria saber se há uma estimativa, para 2004, de quantos navios estarão fazendo um trabalho turístico na nossa costa. Queria saber também qual é a maior dificuldade hoje das companhias para não estarem navegando em nossos mares.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Antes de o Sr. René Hermann se pronunciar, concedo a palavra ao Sr. João Flávio Pedrosa, que também gostaria de responder ao questionamento do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. JOÃO FLÁVIO PEDROSA – Muito obrigado. Eu gostaria de complementar algumas informações sobre o porto do Rio de Janeiro.

Há um projeto de revitalização do porto do Rio de Janeiro proposto pela Prefeitura Municipal do Estado. É um projeto arrojado, que previa, inclusive, algumas intervenções de caráter técnico que iriam prejudicar a utilização do porto para os navios de cruzeiro marítimo. Por isso, participamos ativamente de um trabalho para que houvesse um clareamento dessas condições.

O Rio de Janeiro, hoje, dispõe do único grupo de caráter cooperativo entre o trade, o Governo do Estado e o Governo Municipal, para fazermos a recepção dos cruzeiros marítimos. E é uma atividade que envolve não apenas as 52 ações que o turismo normalmente abrange, mas quase 70 participantes nesses grupos.

Todavia, há também informações do crescimento médio anual dos cruzeiros no mundo – 8,4% ao ano –, percentual que já vem persistindo há mais de duas décadas. Em 2003, já conhecíamos o nome de 34 novos navios de cruzeiro em construção. Essas embarcações representam, portanto, uma carteira de encomenda da construção naval fora do Brasil no total de 12,5 bilhões para a indústria de construção. As 72,44 mil novas acomodações estimadas para esses 34 navios equivalem a um potencial por cruzeiro de 217,32 mil passageiros

até 2005. Vamos gerar com isso, em termos de temporada não só no Brasil, mas no mundo, o acréscimo de mais 2 milhões sobre os números citados pelo René, o que mostra a pujança do setor, que as pessoas ainda têm vocação para o mar, que ainda querem realmente usufruir desse tipo de sonho.

Para que se possa ter uma outra idéia dos números localizados, em 2001, apesar da recessão mundial, dos acontecimentos de 11 de Setembro, a indústria de cruzeiro só na economia americana gerou US$20 bilhões, independentemente do terrorismo aéreo. Em 2000, já haviam sido obtidos outros US$17,9 bilhões, o que indica um crescimento de 11,73% naquele setor do turismo norte-americano. Isso mostra mais uma vez a importância que se atribui no exterior a essa nova modalidade do turismo.

De lá para cá, o que se aprendeu é que, de cada dez pessoas que realizam turismo a bordo de um navio, nove voltam para fazer uma outra viagem. Ainda segundo essa mesma pesquisa, quase 69 milhões de norte-americanos manifestaram firme intenção de realizar uma viagem de cruzeiro nos próximos cinco anos. O destino Brasil não faz parte dessa pesquisa. Não posso fazer referência porque aqui não consta. Desses 69 milhões, 43 milhões afirmaram que definitivamente vão fazer um cruzeiro, segundo a pesquisa da Cruise Line International Association. Esse é o potencial do mercado, que vai de US$57 bilhões a US$85 bilhões para a indústria de cruzeiro só nos Estados Unidos. Isso tem que ser referenciado, para que nós, no Brasil, tenhamos como meta a recepção, sim, desse ingresso de divisas. Volto a dizer: ainda assim, é motivo forte para que possamos entrar no nível de competência e de concorrência.

Geramos, com essa parte dos cruzeiros marítimos, aquelas taxas de porto, aquelas taxas dos turistas embarcados, os suprimentos nacionais obrigatórios, os serviços portuários com praticagem aqui citada – um prático tem um salário elevado porque dá determinação de rumo para um comandante colocar um navio de US$400 milhões, US$600 milhões no porto, então ele tem que ter essa excelência –, o abastecimento de combustível, de água potável e tudo mais.

Segundo os estudos da Florida Caribbean Cruise Association, cada passageiro gasta lá em média US$104,00, em visita em cada porto. No Brasil, os nossos turistas, em Búzios, gastam US$110,00 e, pois, têm um perfil econômico de gasto maior que o turista americano. E é importante que se diga isso. Não estou citando o Rio de Janeiro, apenas localizando Búzios.

Ora, se fizermos esses estudos e essas comparações, vamos sempre afirmar que há um mercado potencial no Brasil extraordinário e é evidente que a facilitação, a geração de normas, ou o estudo que se possa fazer normatizando todo esse processo, vai garantir o ingresso de divisas e essa movimentação marginal que existe em cada Município, como Búzios, que recebeu, em cruzeiros marítimos convertidos em dólares, o ingresso de 10 milhões, que é alguma coisa de grande sustentação. Isso ocorreu em um pequeno Município.

Agradeço mais uma vez por me permitirem fazer referências. Aquele momento em que fiz a citação da nossa Marinha Mercante foi para convergir com o mesmo esforço.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Para responder às indagações feita pelo Senador Paulo Octávio, passo a palavra ao Sr. René Hermann.

O SR. RENÉ HERMANN – Na temporada de 2004/2005, que começa em 2004 e vai terminar em março de 2005, algumas companhias trazem seus navios em meados de novembro, outras empresas vêm em dezembro, como é o nosso caso.

Teremos, neste ano, Senador Paulo Octávio, seis navios fazendo essa temporada. Da Costa Cruzeiros, como mencionei, o Costa Tropicale, para 1,3 mil passageiros, e o Costa Vitória, para 2,3 mil passageiros. O Costa Tropicale vai para Buenos Aires e o Costa Vitória faz o sentido Nordeste, onde temos acordo com uma operadora alemã, que irá trazer alemães ao Brasil, irá deixá-los durante cinco ou seis dias no Guarujá, depois, eles farão o cruzeiro, irão ao Rio de Janeiro e seguirão de volta para a Alemanha.

O Blue Dream é um navio de 700 passageiros, operado pela CVC. Este será o segundo ano em que a CVC fretará o navio e o trará ao Brasil. O Guilherme Paulo está, inclusive, verificando para mais adiante a vinda de um navio para o Norte do País, ficando baseado em Recife ou Salvador, não é Milton?

O SR. MILTON SÉRGIO SANCHES – Não, em Recife, Natal, Fernando de Noronha, Fortaleza e Maceió.

O SR. RENÉ HERMANN – Exatamente, estará fazendo esse roteiro que tem um potencial muito grande para se trazer europeus ao Norte e Nordeste do Brasil.

O Island Scape, que está vindo pelo terceiro ano, que é um navio inglês de 1,7 mil passageiros. É representado no Brasil pela empresa Sun and Sea, que não se encontra presente. Essa empresa também pertence à Royal Caribbean.

O Harmonia é um outro navio italiano que foi fabricado em 2001, um navio de 58 mil toneladas, para 1,6 mil passageiros, de uma concorrente da Costa Cruzeiros, que é a MSC.

Temos um total de seis navios. Mas o que é mais importante não são os navios que fazem a temporada

aqui; são os navios que têm condições de fazer uma passagem pelo Brasil, em Recife e Salvador, navios de 1,5 mil a 2 mil passageiros que chegam, passam um ou dois dias em uma localidade e lá despejam esses 2 mil turistas.

Temos que lembrar que os tripulantes também são grandes consumidores quando descem em terra.

Muito obrigado.

O SR. (Orador não identificado) – Para complementar, Senador.

Em relação ao ano passado, haverá um crescimento da oferta de quase 50%. Tínhamos uma oferta/dia dos navios de 5,5 mil passageiros e passaremos, nessa temporada, para 1,8 mil.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Isso é no verão?

O SR. (Orador não identificado) – É na temporada de verão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – De novembro a março?

O SR. (Orador não identificado) – Exatamente. E por que nesse período? Porque é o período em que na Europa e em outros locais é inverno e os navios estão ociosos. E surge a oportunidade de trazê-los a um preço realmente interessante para venda no mercado brasileiro.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, apenas mais uma questão importante. Não sei se já foi mencionada. É importante saber que são 50% a mais de oferta.

Já fiz várias viagens de navio no Brasil. E notei que havia muitos brasileiros. Logicamente, queremos mais estrangeiros.

Gostaria de saber qual o percentual de brasileiros e o de estrangeiros. Suponhamos que tenham sido transportados 100 mil passageiros na temporada de 2003.

O SR. RENÉ HERMANN – Vinte e cinco por cento dos passageiros.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – De estrangeiros?

O SR. RENÉ HERMANN – Vinte e cinco por cento dentro dos números da Costa Cruzeiros.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – De estrangeiros?

O SR. RENÉ HERMANN – Desconheço os números. Mas da Costa Cruzeiros, são 25% de europeus e argentinos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Por que é tão baixo o número de estrangeiros aqui? Pergunto: as companhias vendem mais os cruzeiros no exterior ou aqui dentro? Porque o Brasil precisaria contar com o apoio de vocês para vender no exterior, na Europa, na América do Norte.

O SR. RENÉ HERMANN – Sem dúvida.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não sei se há propagandas. Estive no Alasca movido por um comercial de televisão muito bonito. Fiz a reserva por impulso. Acredito que é assim que funciona. Vejo as companhias estrangeiras investindo muito no mercado americano, na televisão principalmente. Não sei se as companhias que vêm para o Brasil investem vendendo o Brasil no exterior. É uma questão que desconheço.

O SR. RENÉ HERMANN – Sem dúvida alguma. Se V. Exªs procurarem em nosso site, por exemplo, poderão observar o destino Brasil sendo vendido. Imprimimos folhetos, e esses produtos são vendidos na Itália, na Alemanha, na França, na Suíça, nos principais países da Europa.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Foi amplamente proveitoso o debate, principalmente porque permitimos, no primeiro dia, que todos pudessem conversar livremente.

Devido ao adiantado da hora, poderíamos continuar a conversa, que no momento é mais uma troca de informações, após a reunião.

Agradeço o Senador Eduardo Azeredo pelo requerimento, e sentimos que foi de grande importância, pelo debate. Se mais Senadores estivessem presentes, o debate seria mais acirrado e poderíamos ter um melhor aproveitamento. Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Azeredo.

Cumprimento também os palestrantes. Muito obrigado pela presença. Gostaríamos de ter subsídios a fim de podermos trabalhar essa fatia do turismo no Brasil, até para atender à preocupação do Senador Paulo Octávio de trazer mais turistas estrangeiros, que é o nosso objetivo. Eu, que sou de Santa Catarina, sei que aquele Estado possui um potencial enorme: São Francisco do Sul, Itajaí, Porto Belo, onde ancoram navios da Costa Cruzeiros, Florianópolis e Imbituba, que poderá ser amplamente aproveitado.

A sugestão é a de que, se necessário, haja um pedido de informação, para tirar as dúvidas do Senador Eduardo Azeredo e até mesmo dos palestrantes, ao Ministro do Turismo. As Assessorias dos gabinetes dos Senadores e da Subcomissão de Turismo, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos, poderiam desenvolver um número de informações em cima dessas preocupações.

Aproveito para agradecer aos funcionários e assessores da Comissão de Assuntos Econômicos, da Subcomissão de Turismo e dos gabinetes. Vou precisar muito de vocês, até para iniciarmos com o pé direito

e podermos fazer um bom trabalho para o turismo do nosso País.

Então, deixo aqui esse pedido, para que se elabore um pedido de informação ao Ministério do Turismo, ao Ministro Walfrido dos Mares Guia, que tem sido um brilhante Ministro – não é por ser amigo do Azeredo e por ser de Minas Gerais, seria bem melhor se fosse de Santa Catarina. (Risos.)

Portanto, meus cumprimentos a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h25min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO

Ata Da Quarta Reunião da Subcomissão Temporária de Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 5 de outubro, de 2004, às 14:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de outubro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Leonel Pavan, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Serys Slhessarenko e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Garibaldi Alves Filho, Paulo Octávio e Edison Lobão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a apreciação e votação do Requerimento, de autoria do Senador Leonel Pavan, convidando os Senhores Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Jorge Antonio Maurique, Juiz Federal e Presidente da Associação dos Magistrados Federais – AJUFE, e Humberto Figueiredo, Representante da CNC, com a finalidade de debater a proposta de elaboração do novo estatuto do estrangeiro, em fase de estudo junto ao Ministério da Justiça, e elaboração do Plano de Trabalho da Subcomissão. Em seguida, a Presidência coloca em votação os requerimentos apresentados. São aprovados, portanto, pela Comissão, o Requerimento nº 3/04-CAESTURI, de autoria do Senador Leonel Pavan, requerendo, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro do Turismo, Senhor Walfrido Mares Guia, para discutir a proposta orçamentária para 2005, destinado ao Turismo; Requerimento nº 4/04-CAESTURI, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, requerendo, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente da Embratur, Dr. Eduardo Sanovics, a fim de discutir o plano estratégico de Implantação dos Escritórios Brasileiros de Turismo – EBT's em todos os continentes e, também, discutir a campanha de divulgação de Turismo no Exterior e avaliar o desempenho recorde do turismo no ano de 2004; Requerimento nº 5/04-CAESTURI, de autoria do Senador Leonel Pavan, requerendo, nos termos regimentais, sejam convidados para audiência pública os Senhores Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Jorge Antonio Maurique, Juiz Federal e Presidente da Associação dos Magistrados Federais – AJUFE, e Humberto Figueiredo, Representante da Confederação Nacional do Comércio-CNC, com a finalidade de debater a proposta de elaboração do novo estatuto do estrangeiro, em fase de estudo junto ao Ministério da Justiça; e o Requerimento nº 6/04-CAESTURI, de autoria do Senador Valdir Raupp, requerendo, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro das Comunicações para Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, com a finalidade de discutir sobre a criação de um canal de TV Internacional para divulgar as potencialidades turísticas do Brasil no Exterior. É acordado entre os membros da Comissão que a Audiência Pública, a fim de atender aos Requerimentos nº 3/04-CAESTURI e nº 4/04-CAESTURI, será realizada em nove de novembro do corrente, e em vinte e três de novembro, em atendimento ao Requerimento nº 5/04. Usa da palavra o Senador Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Leonel Pavan,** Presidente da Subcomissão de Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião extraordinária da Subcomissão Temporária de Turismo da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 5 de outubro de 2004, às quatorze horas e trinta minutos na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Na pauta de hoje temos alguns requerimentos, um por mim assinado, um outro pela Senadora Serys, a que daremos conhecimento, para colocar em votação.

Estão em elaboração, por parte do Governo Federal, estudos com a finalidade de formular uma legislação para os estrangeiros. A última legislação referente ao assunto foi revisada em 1980, no período militar ainda. O Governo Federal está demonstrado boa vontade para estudar e criar uma nova legislação para os estrangeiros. Temos informações do Ministério da Justiça de que há uma proposta do Governo de que debater a proposta sem a participação do Senado poderá ser motivo de conflitos no futuro, portanto, com boa vontade, o Governo, por meio do Ministério da Justiça, que tem como representante Dr. Luiz Paulo Barreto, quer primeiro debater com os Senadores, para depois voltar essa discussão da reformulação da lei para o estrangeiro para o próprio Governo.

Pensamos que o Governo está sendo bastante atencioso com o Senado neste caso, pois está abrindo espaço para que primeiro os Senadores discutam a matéria e que seja bastante transparente a reformulação da Lei nº 6.815.

Quem sugere que sejamos os primeiros a debater a matéria na Subcomissão de Turismo é o Dr. Luiz Paulo Barreto, que tem a incumbência de presidir a Comissão Interministerial de Elaboração do Novo Estatuto do Estrangeiro, S. Sª que sugere que primeiro façamos um debate na Subcomissão de Turismo.

Por isso queria ler o requerimento: que sejam convidados para uma audiência pública, na Subcomissão de Turismo, os Srs. Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Jorge Antonio Maurique, que é Juiz Federal e Presidente da Associação dos Magistrados Federais – tem uma larga experiência, inclusive já escreveu um livro sobre o assunto – e Humberto Figueiredo, representante da CNC, com a finalidade de debater com os Senadores ou com membros desta Subcomissão a proposta e a elaboração do novo Estatuto do Estrangeiro, que está em fase de estudos, como disse, na Comissão Interministerial, junto ao Ministério da Justiça.

Em votação o requerimento, por mim assinado. (Pausa.)

Como não há pronunciamentos contrários, considero aprovado o requerimento.

Ninguém contra. Todos a favor, aprovado. É isso?

Primeiro requerimento que aprovo na Subcomissão.

A Subcomissão foi implantada em julho, período de férias. Depois, período eleitoral e nós estamos oficialmente realizando uma reunião para aprovar um requerimento no dia de hoje.

Temos um outro requerimento ainda por nós assinado para que possamos convidar o Ministro do Turismo, Valfrido Mares Guia, para discutir com esta Subcomissão a proposta orçamentária para 2005, que serão orçamentos destinados ao turismo.

Recentemente, tive uma conversa com Valfrido Mares Guia em São Paulo, quando lá fomos homenageados por ele justamente para discutirmos o Orçamento. Segundo ele, o Orçamento será bem mais amplo no ano que vem. Quer dizer que terá mais recursos, já que os recursos utilizados pelo Ministério neste ano, foram liberados por meio de uma emenda de minha autoria no valor de R$90 milhões para o Ministério do Turismo, e apenas acatado o valor de R$8 milhões, que servira para divulgar o turismo no exterior.

Valfrido Mares Guia informou-nos que, para o ano que vem, teremos recursos superiores aos de 2004. Sendo assim, quero colocar em votação o requerimento para o convite de S. Exª.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – A Senadora Serys Slhessarenko certamente deve estar bem informada para aprovar sem nenhum encaminhamento a votação.

Temos um outro requerimento, da Senadora Serys Slhessarenko, que requer, nos termos regimentais seja convidado o Presidente da Embratur, Dr. Eduardo Sanovicz, a fim de discutir o plano estratégico de implantação dos Escritórios Brasileiros de Turismos – EBTs em todos os continentes e também discutir a campanha de divulgação do turismo no exterior e avaliar o desempenho recorde do turismo no ano de 2004.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Quero parabenizar pela aprovação dos requerimentos de V. Exª e da Senadora Serys Slhessarenko, e dizer que realmente precisamos divulgar mais o turismo brasileiro no exterior. No ano passado, foi discutida na Comissão de Educação a criação de um canal de televisão nacional, um canal brasileiro que pudesse, através de satélite, ser divulgado o turismo brasileiro em todo o País. Vendeu o Brasil, vendeu o turismo brasileiro em todo o mundo. Deu-se uma parada e não se discutiu mais na Comissão de Educação. Não sei se seria o caso de passar a discutir esse tema na Subcomissão de Turismo, convidar o Ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, para esta Subcomissão e para a

Comissão de Educação para retomar a discussão do canal internacional. Vejo que a Rede Globo tem sido o veículo que mais tem divulgado o Brasil fora do nosso País, mas se fosse criado um canal internacional que pudesse estar todo o tempo, 24 horas por dia, como o Discovery, falando das potencialidades brasileiras lá fora, certamente, atrairia muito mais turistas para o Brasil. Coloco essa discussão. Não sei se caberia um requerimento para esta Subcomissão ou para a Comissão de Educação para se discutir o tema com o Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Senador Valdir Raupp, penso que seria importante aprovarmos um requerimento para convidarmos o Ministro para comparecer a esta Subcomissão. Certamente essas idéias, caso concretizadas, virão ao encontro do que defendemos e ao encontro do que o Governo está defendendo.

Quero até abrir um parêntese sobre essa questão. Tenho usado muito a tribuna no Senado Federal e em diversos lugares do Brasil. Sou um Senador da Oposição, mas, se existe um setor – e existe – que merece nossos cumprimentos pelo bom trabalho que está desempenhando, é justamente o Ministério do Turismo. Ele tem divulgado bastante o Brasil, tanto que o Brasil aumentou o número de turistas estrangeiros e também de turistas de vôos nacionais.

Então, V. Exª pode sugerir uma outra reunião, se possível, em seu requerimento.

Gostaríamos de escolher, se possível ainda hoje, as datas. Há requerimento da Senadora Serys Slhessarenko, referente à vinda do Presidente da Embratur, Dr. Eduardo; também sobre a vinda do Ministro Valfrido dos Mares Guia; e sobre a audiência pública com Luiz Paulo Barreto, Jorge Antônio Maurique e Humberto Figueiredo. Podíamos escolher a data, defini-la.

(Intervenções fora do microfone.)

Outubro? Novembro?

(Intervenções fora do microfone.)

Novembro?

(Intervenções fora do microfone.)

Poderíamos fazer no dia 10 e no dia 24. É possível?

(Intervenções fora do microfone.)

Poderíamos fazer em conjunto ou em separado.

(Intervenções fora do microfone.)

As reuniões com o Presidente do Embratur e com o Ministro Valfrido dos Mares Guia podem ser conjuntas. Penso que a audiência com o Ministro Valfrido dos Mares Guia é a mais importante e tem de ser a primeira, porque é de maior urgência. O requerimento por mim assinado sobre a audiência pública ficaria para o dia 23.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, nesta audiência, em que se vai ouvir sobre o Estatuto do Estrangeiro... Quem é a autoridade que será ouvida?

(Intervenções fora do microfone.)

Sr. Presidente, sobre essa audiência que vai tratar do Estatuto do Estrangeiro, ouvindo o Dr. Luiz Paulo Barreto e o Dr. Jorge Antônio Maurique, por que não fazê-la conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para melhorar o quórum, já que o assunto é afim das duas Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Primeiro, teríamos de conversar com o Senador Eduardo Suplicy. Tem de se aprovar um requerimento lá também. Está aprovado o requerimento aqui. Então, se se aprovar um requerimento lá nesse sentido, podemos fazer a reunião em conjunto. Aqui, o requerimento já está aprovado.

Sobre o seu requerimento sobre as televisões divulgarem o Brasil no estrangeiro...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Um canal de TV internacional.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Também pode ser feita uma reunião em conjunto com a Comissão de Educação.

Aqui, ele pode ser aprovado já. Agora, tem de ser aprovado um requerimento na Comissão de Educação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Vou apresentar um requerimento lá, então.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Apresente um requerimento lá, pois, aqui, já está aprovado. Ótimo. Fica a data a ser marcada, então. Ele está aprovado com a data a ser marcada. Ótimo.

Quinta-feira, agora? É possível. O Senador Valdir teria que assinar. Para aprovar o requerimento, podia apresentar quinta-feira. Apresento o requerimento na outra Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão Temporária de Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 16 de novembro, de 2004, às 14:00 horas, na

Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Leonel Pavan, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Paulo Octávio e Eduardo Azeredo, e, ainda, do Senador Flávio Arns e do Deputado José Militão e da Deputada Celcita Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Garibaldi Alves Filho e Edison Lobão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à audiência pública com a participação do Excelentíssimo Senhor Walfrido dos Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo, a fim de discutir a proposta orçamentária para 2005 destinado ao turismo, em atendimento ao Requerimento nº 3/2004–CAESTURI, de autoria do Senador Leonel Pavan. Após a exposição do Exmo. Sr. Walfrido dos Mares Guia, usam da palavra os Senadores Leonel Pavan e Eduardo Azeredo, o Deputado José Militão, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a Deputada Celsita Pinheiro, e os Senadores Paulo Octávio e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Leonel Pavan**, Presidente da Subcomissão de Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Sras e Srs. Senadores e convidados, peço a todos que tomem os seus lugares para darmos início à reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Subcomissão Temporária de Turismo extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a se realizar em 16 de novembro de 2004, às 14 horas, na sala de reuniões.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Audiência pública com a participação do Exmº Sr. Walfrido Mares Guia, Ministro de Estado do Turismo, a fim de discutir a proposta orçamentária para 2005 destinada ao turismo, em atendimento ao Requerimento nº 3/2004, de autoria do Senador Leonel Pavan.

O Ministro já se encontra na Comissão.

Peço aos Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Paulo Octávio a gentileza de conduzirem S. Exª ao plenário da Comissão.

De acordo com o art. 358 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, o Ministro, terá trinta minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação das Senadoras e dos Senadores inscritos – as inscrições estão abertas. A palavra dada às Senadoras e aos Senadores será concedida pela ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido, com preferência para o autor do requerimento. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Com a palavra, o Exmº Sr. Ministro Walfrido Mares Guia para fazer sua exposição.

O SR. WALFRIDO MARES GUIA – Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan; Sr. Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio; Sras e Srs. Senadores; Sras e Srs. Deputados; companheiros do Ministério do Turismo, senhoras e senhores.

Senador Leonel Pavan, é uma alegria para nós estarmos aqui hoje, neste momento em que o Congresso discute o Orçamento da União, para que nós possamos defender a nossa proposta nesta oportunidade que V. Exª nos concede, para o Ministério do Turismo para o ano de 2005.

Eu queria dizer a todos que, nas pastas à frente de V. Exas, há um vasto relatório, pelo qual vou passar rapidamente, das ações do Ministério, não somente as metas que estamos conseguindo atingir, mas também o desempenho do Orçamento deste ano e a proposta orçamentária de 2005. Além disso, no final há uma lista de alternativas tanto da infra-estrutura quanto da promoção e da qualificação, que os Deputados e Senadores poderão escolher para suas emendas individuais.

Começo dizendo, Senador Leonel Pavan, da minha satisfação de ter tido apoio do Governo como um todo, considerando as restrições que ainda temos, de crescer o orçamento no Ministério do Turismo de R$228 milhões, que foi a proposta do ano passado, para R$305 milhões, que é a proposta deste ano.

É um crescimento da ordem de 40%, quando sabemos que a receita líquida corrente, descontada a inflação, deve crescer em torno de 11%, a inflação em torno de 7% e a economia crescendo entre 4% e 5% – nas melhores estimativas, 5%, nas pessimistas, 4%

– e temos um aumento no nosso orçamento básico, sem computar as emendas individuais de Comissão e de Bancada e/ou regionais, de 40%. Isso consolida a prioridade que o Governo Federal dá ao Ministério do Turismo e tenho que reconhecer – até por razão de justiça – o apoio que tenho recebido do Presidente e da equipe econômica em relação às demandas do Ministério do Turismo.

Obviamente, as obras de grande vulto, as obras de infra-estrutura, como estradas de longa distância, portos e aeroportos, não tramitam no Ministério do Turismo; tramitam ou no Ministério dos Transportes ou na Infraero, que é uma empresa ligada ao Ministério da Defesa, no caso dos aeroportos, e também no Ministério das Cidades. Mas afirmo a V. Exªs que eles têm me dado total e absoluta colaboração e prioridade. Tanto é que, no Plano Rodoviário Nacional, a estrada que tem a prioridade nº 1 do Governo Federal é a BR-101, que começa pela duplicação de Natal até o norte da Bahia, pega um pedaço da Avenida Brasil até a entrada de Angra dos Reis, uns 20 quilômetros antes de Angra dos Reis, e termina no Sul.

Essa estrada é fundamental como uma artéria de desenvolvimento do turismo, sobretudo nessa região ainda que não esteja entrecortada por ela. Assim, temos um conjunto de ações que quero, nesta minha apresentação de 30 minutos, que prometo não ultrapassar. O Senador Azeredo gosta de dizer que sou prolixo, então vou ficar dentro dos 30 minutos. Na época em que era Vice-Governador dele, ele me dava a palavra e eu falava uma hora; ele me cassava a palavra e ainda gastava mais dez para terminar. Portanto, aqui vou ficar nos 30 minutos, Senador, porque o debate é que enriquecerá.

Começo dizendo que, no turismo, dependemos de três ações, que são conjugadas por três verbos: desenvolver, qualificar e promover. Desenvolver o quê? Desenvolver os recursos que a natureza e a cultura oferecem. A natureza e a cultura brasileira são pródigas em oferecer alternativas de recursos, seja o mais simples recurso, de uma igreja, de um prédio antigo, de uma banda de música, de uma culinária, de um festival, como é o de Parintins, de uma festa, como é a October Fest, um Sírio de Nazaré, em Belém, a Semana Santa em Ouro Preto, qualquer uma dessas manifestações culturais pode virar um produto turístico se soubermos desenvolver esse produto, ou seja, fazer a organização do receptivo, organizar a infra-estrutura para não termos problema de limpeza, higiene, saturação, quer dizer, a questão do meio ambiente; qualificarmos a mão-de-obra, que é o segundo verbo, para depois promovermos o destino, que virou um produto. Não basta ter o recurso. Temos que desenvolvê-lo, qualificá-lo e promovê-lo. Portanto, desenvolver, qualificar e promover são os verbos que conjugamos nas nossas ações para poder fazer o turismo brasileiro crescer.

Todos eles são fundamentais. Não adianta ter a estrada que leve o acesso a uma belíssima cachoeira, ou a um platô, ou ao Pantanal, ou a algum recurso da cultura, qualquer que seja ele, inclusive do patrimônio, se não tivermos qualificado essas pessoas para o receptivo e se não tivermos também a forma de promover, interna e externamente, nacional e internacionalmente, esse produto no mercado de oferta.

Organizamos o Ministério, Senador Pavan, com três pilares: um pilar para pensar, planejar, avaliar, expandir a oferta turística na sua conceituação, que são os Roteiros do Brasil, projeto que o Presidente Lula lançou este ano, no dia 29 de abril, no auditório da CNC, em comemoração ao primeiro ano do Plano Nacional de Turismo. Esse primeiro pilar que a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo também cuida da promoção nacional, de divulgar o Brasil para os brasileiros, para que a gente tenha cada vez mais brasileiros viajando dentro do Brasil e conhecendo cada vez mais a nossa oferta turística, que é extremamente diversa, mas, na prateleira do mercado turístico, é pequena. Então, temos que expandi-la; aumentar o número de produtos turísticos e qualificá-los. Esse é o trabalho do Roteiros do Brasil.

O segundo pilar do Ministério é a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento de Turismo, cuja Secretária Nacional, Maria Luísa Leal, está aqui presente, o nosso Secretário Nacional de Políticas de Turismo não pôde estar presente porque está no Rio Grande do Sul a nossa chegada lá na sexta-feira para o Festival de Turismo de Gramado. Então, ele não pôde estar presente, mas está representado aqui pelo nosso Chefe de Gabinete, Dr. Sidney Alves Costa.

Essa Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento de Turismo cuida da infra-estrutura, da qualificação, do investimento e dos financiamentos. Na infra-estrutura, Senador, temos uma notícia extraordinária: o projeto de desenvolvimento do turismo mais importante do Brasil é o Prodetur Nordeste II e o Prodetur Sul. São dois projetos de US$400 milhões cada um, que foram contratados no apagar das luzes do Governo Fernando Henrique, no mês de setembro de 2002, e é um projeto extremamente complexo, porque, da forma como ele foi desenhado pelo Banco do Nordeste e pelo BID exige muito dos Estados – 80% do investimento é dos Estados, 60% de financiamento e 20% de contrapartida; e 20% de contrapartida, da União.

Então, é um projeto de US$400 milhões onde os Estados teriam que colocar US$320 milhões, e nós,

da União, teríamos que colocar US$80 milhões. Ocorre que os Estados estão exauridos, de uma maneira geral, na sua capacidade financeira de contrapartida, e alguns deles também com dificuldades de tomar financiamento, dado o termo do ajuste fiscal que todos os Estados fizeram no final do Governo passado, quando trocaram suas dívidas mobiliárias, que eram caras, pelas dívidas do Tesouro. Então, foi feita uma negociação, que o Congresso, inclusive, sancionou numa legislação, e, portanto, os Estados ficaram um pouco apertados na sua expansão de crédito.

Levamos ao Presidente da República a nossa preocupação há 60 dias atrás, e ele foi taxativo em entender que tínhamos uma dificuldade na consecução do Prodetur Nordeste II inicialmente. Então, propus a ele que nós – o Governo Federal – assumíssemos a contrapartida de US$80 milhões, que era dos Estados, deixando os Estados só com o financiamento. Os Estados tomariam o financiamento do BID – que é um financiamento com carência longa, entre 4 e 6 anos, e mais 15 anos para pagar, com uma taxa que é a mais barata de todos os financiamentos do BID porque os projetos de turismo são olhados como projetos sociais para geração de emprego e distribuição e renda, e não apenas para fazer obra. O Prodetur Nordeste II é completamente diferente do Prodetur Nordeste I. O Prodetur Nordeste I era com ênfase em obra; o II é com ênfase em qualificar os produtos turísticos para gerar emprego, distribuir renda e manter as pessoas no lugar onde o investimento é feito. Portanto, ele dá dez vezes mais trabalho que o primeiro. Todas as intervenções têm que ter um PDITS, Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável, têm que ter o financiamento – a União dá o aval –, têm que ter a contrapartida do Estado e da União.

Então, o Senhor Presidente da República, nessa reunião comigo, com o Ministro Guido Mantega, o Ministro Palocci e o Ministro José Dirceu, autorizou formalmente que o Governo Federal assumisse formalmente a contrapartida dos Estados. Portanto, o nosso orçamento já estava na Casa quando essa determinação foi feita. Então, hoje pela manhã, numa reunião em que me deu muito prazer receber o Senador Romero Jucá, relator do Orçamento da União, expus isso a ele, e já encontramos o caminho para que o nosso orçamento cresça mais R$80 milhões. Porque nós qualificamos essa contrapartida de US$80 milhões vezes três – que é o dólar médio aproximadamente –, o que daria R$240 milhões, divididos em três anos – 2005, 2006 e 2007. Então, o nosso orçamento do ano que vem, em vez de ter R$304 milhões passará a ser de R$384 milhões, todo ele concentrado no Prodetur Nordeste II, sem contar as emendas individuais dos Deputados, as emendas de Bancada, as emendas de Comissão e as emendas regionais.

Então, estamos partindo de um orçamento de R$228 milhões no ano passado para um orçamento de R$304 milhões mais R$80 milhões. Então, estamos quase dobrando, estamos tendo um aumento de mais de 70%, descontada a inflação, em nosso orçamento.

A manifestação do Presidente, absorvendo a contrapartida dos Estados, dá uma demonstração tácita do comprometimento do Governo com o desenvolvimento do turismo.

Assim, no nosso Ministério, dividimos essas ações entre Secretaria de Turismo, Secretaria de Políticas de Turismo, Secretaria de Programas de Desenvolvimento de Turismo, em que a ênfase é a infra-estrutura do Prodetur Nordeste II, do Prodetur Sul e a preparação do Prodetur JK, que engloba os Estados centrais – Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Será chamado de Prodetur JK porque o Presidente nasceu em Minas, foi Presidente em Brasília, governou um pouco no Rio e enriqueceu São Paulo, dando ênfase à economia daquele Estado. O Prodetur JK ainda não existe, mas está sendo preparado. Serão três anos de trabalho para prepará-lo.

O terceiro pilar do Ministério é a Embratur, que cuida exclusivamente da promoção do Brasil no exterior. A missão da Embratur é promover, apoiar a comercialização e fazer o marketing dos produtos e serviços turísticos do Brasil no exterior. Isso é traduzido, no plano nacional de turismo, com duas metas. A primeira é atingirmos 9 milhões de turistas internacionais até 2005 contra 4 milhões e150 mil no ano passado. Temos US$8 bilhões em ingresso contra US$3.350 bilhões no ano passado. Essa é a missão da Embratur, que está focada em trabalhar para promover o Brasil, criar condições, por meio de feiras, workshops, da captação de eventos, do aumento dos vôos charter, das negociações com as companhias aéreas, das negociações com os tour operadores, para trazer mais do que o dobro de turistas que tivemos no ano passado até 2007.

Senador, neste ano, se não chegarmos a 5 milhões, esperamos chegar perto. Podemos chegar a 4 milhões e 800 mil turistas em 2004, quando nossa estrutura ainda não está completamente pronta. Na semana passada, inauguramos os escritórios de Londres e Paris. Hoje, já temos escritório brasileiro de turismo em Lisboa, Londres, Paris, Frankfurt e Milão. Além do escritório de Nova Iorque, abriremos um em Miami. Em Madri, abriremos um escritório no começo do ano que vem. Será aberto outro no Japão, compartilhado com a Argentina, Uruguai e Paraguai, por meio do governo japonês e apoio da Jica.

E haverá um escritório nosso também em Xangai, dada a conquista que alcançamos sexta-feira passada, quando o Presidente Hu Jintao e o Presidente Lula assinaram o ADS, o Status de Destino Aprovado, que permite aos chineses, agora, viajarem em bloco para o Brasil. Isso não pode passar despercebido porque, até quinta-feira da semana passada, para qualquer chinês vir ao Brasil, mesmo em missão oficial, teria de haver um convite ratificado pela embaixada e visto individual. Portanto, neste ano, chegaremos a menos de 15 mil chineses visitantes do Brasil. De uma população de 1,3 bilhão de habitantes, receberemos menos de 15 mil pessoas, das quais 99% vêm a trabalho. Agora, não, pois abrimos os portos: os chineses podem viajar aos milhares ou aos milhões para o Brasil, desde que haja um sistema organizado de tour operadores e empresas brasileiras e chinesas que já começam a trabalhar juntas. Hoje, neste momento, em São Paulo, está havendo um seminário comercial de turismo entre Brasil e China com mais de 40 empresários chineses, que vieram na delegação do Presidente Hu Jintao, e empresários brasileiros. Meu Secretário-Executivo não está aqui, pois está me representando nesse seminário.

Sras e Srs. Senadores, estamos diante de uma oportunidade de atingirmos as metas do plano até 2007: 1,2 milhão de empregos, 9 milhões de turistas internacionais, US$8 bilhões de ingresso, 65 milhões desembarques domésticos. No ano passado, houve 31 milhões desembarques domésticos. Por meio dos desembarques domésticos, queremos medir o crescimento do volume do turismo doméstico. Ainda não podemos ter representatividade estatística dos dados rodoviários, porque não sabemos quais são as pessoas que viajam; só sabemos o volume. O controle aéreo é mais firme, porque cada pessoa é individualmente identificada – estamos trabalhando com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), com o Departamento de Aviação Civil (DAC) e com a Polícia Federal no sentido de termos, quase em tempo real, a partir do comecinho do ano que vem, essas informações sobre o fluxo nacional e internacional de turistas.

Quanto ao fluxo nacional, vamos privilegiar a mensuração da meta através dos desembarques domésticos. Este ano, já estamos com um desembarque doméstico 17% superior ao do ano passado. É uma coisa extraordinária. O País está crescendo a uma taxa de 4,5% aproximadamente, e o fluxo de viagens domésticas está crescendo a 17%. Se crescermos quatro anos a 17%, praticamente dobramos -- 1,17% à quarta potência dá 1,92%, portanto, é quase o dobro; se crescermos a 18%, garantimos dobrar em quatro anos. Estamos caminhando para atingir essa meta.

Agora, algo quanto à última das cinco metas – metas que são emprego, turistas internacionais, divisas, desembarques nacionais e ampliação/qualificação da oferta turística. Se fizermos uma consulta de mercado, tanto o nacional quanto o internacional, e perguntarmos o que se vende do Brasil, vamos receber, em primeiro lugar, o seguinte: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Búzios, Florianópolis, Recife, Natal, Fortaleza e Foz do Iguaçu. Depois vem Camboriú – Camboriú não, porque Camboriú recebe os argentinos, que, às vezes, chegam em centenas de milhares. Eles identificam Florianópolis, onde Camboriú está inserida, mas, numa homenagem ao Senador Leonel Pavan, que foi prefeito lá muitas vezes, faço a distinção. Em segundo lugar aparecem os seguintes destinos: Chapada Diamantina, um pouquinho do Pantanal, um pouquinho de Manaus.

E o resto? O patrimônio histórico, as florestas, as chapadas, a Amazônia como um todo, nada disso está na prateleira de ofertas. Os recursos da natureza ou da cultura estão lá, maravilhosos, mas o produto não está pronto. Essa é a razão de ser dessa nossa quinta meta de expandir e qualificar a oferta de produtos turísticos brasileiros.

Para isso, a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo preparou um programa maravilhoso, chamado Roteiros do Brasil, que é um programa de regionalização feito com a ajuda dos fóruns estaduais de turismo, onde o setor privado tem assento em proporção até maior do que o setor público – são 27 fóruns estaduais. Os 26 estados e o Distrito Federal indicaram e elegeram 219 destinos, 219 pólos para serem desenvolvidos além dos que já existem. Estão contempladas aí as 27 capitais. Temos agora um arcabouço definido, e isso não foi feito de uma maneira federal, foi feito de uma maneira participativa: todos os estados, com os membros do trade, com os secretários estaduais de turismo, os presidentes das empresas de turismo, os representantes dos municípios, as ONGs, as universidades, todo mundo presente para escolher esses roteiros.

Todos esses bons resultados obtemos com 22 meses e 16 dias de governo – portanto, menos da metade do tempo de que dispomos. Com o orçamento que teremos no ano que vem – e tudo indica que esse orçamento poderá ser ampliado de forma vigorosa com as emendas dos Srs. Deputados e Senadores –, mais as emendas de bancada, emendas de comissão e emendas regionais, podemos chegar a um orçamento acima dos 600 milhões de reais. Já partimos de 384 – contra R$228 no ano passado.

No ano passado, senhoras e senhores, tivemos R$58,8 milhões de emendas individuais. Posso garantir hoje que 100% delas estão empenhadas. Desses R$58 milhões, já pagamos R$24 milhões, e o Diário Oficial traz amanhã mais R$25 milhões para pagamento de emendas. Então, estimo que, até o final de novembro, meados de dezembro na pior das hipóteses, paguemos 100% das emendas individuais. Liberamos para

todos os parlamentares, independentemente do partido político no qual eles estão. Não analisamos a questão política de quem é a favor ou contra o Governo. Vimos quem é a favor do turismo, e o Presidente me deu carta branca para gerenciar isso. Tive o apoio tanto do Ministro Aldo Rebelo quanto dos Ministros José Dirceu, Antônio Palocci e Guido Mantega. Sendo assim, estamos liberando 100% das emendas. O Presidente também me autorizou a trabalhar no Congresso, no Senado e na Câmara, para ampliarmos o número de emendas para o próximo ano.

Senador, há uma tabela das emendas. Antes de o meu prazo encerrar – restam apenas quatro minutos –, eu gostaria de fazer uma rápida apresentação.

Há uma demonstração das emendas por Estado e por partido político, mostrando que não houve privilégio de qualquer partido, e apresentarei um quadro em relação às emendas individuais.

Hoje, 100% das emendas do meu Partido, o PTB, estão empenhadas, sem exceção, mas até o dia 5 de novembro a situação era esta:

O PTB teve 69 emendas – não 69 Deputados, porque, às vezes, um Deputado apresenta 8 ou 10 emendas: R$19 milhões. Até o dia 5 de novembro serão R$19,5 milhões. Agora, 100%;

O PMDB, 50 emendas: R$9 milhões. Praticamente R$8,8 milhões empenhados, ou seja, 95%. Já está 100% agora;

O PSDB, 33 emendas: 89% já tinham sido empenhados. Terminaremos de empenhar isso hoje ainda;

O PFL, R$5 milhões. Tinham sido empenhados R$4,8 milhões, ou seja, 93%;

O PP, 18 emendas: R$4,3 milhões; R$4,2 milhões tinham sido liberados, ou seja, 97%;

O PL, 13 emendas: R$3,7 milhões. R$3,7 milhões – 100% liberados;

O PT, 17 emendas: R$2,3 milhões contra R$2,158 milhões – 91% liberados;

O Prona – Partido mais prejudicado –, 2 emendas. O Deputado Enéas Carneiro colocou R$1,5 milhão dele próprio. Liberamos tudo agora. Então, teremos 100% ali também;

O PPS, 6 emendas de R$2 milhões – 100% liberados;

O PSB, R$1,050 milhão – 100% liberados;

O PV, uma única emenda: R$350 liberados;

O PCdoB, uma emenda – 100% liberados;

O PDT, uma emenda.

Total: 240 emendas, R$58,8 milhões. No dia 5 de novembro, R$54,8 milhões já tinham sido empenhados. Hoje, até o final do dia, 100% estarão empenhados.

Se algum Senador ou Deputado tiver alguma emenda pendente, pode ser uma emenda de promoção, cujo destino ainda não foi definido. Estou falando isso porque a Deputada Celcita Pinheiro ainda tinha R$40 mil e, na hora que entrei aqui, mostrei a S. Exª que estava faltando. Agora, o destino dessa emenda já está definido. O Senador Leonel Pavan também tinha um pedacinho de emenda de promoção.

Senador, aproveito a oportunidade para pedir a V. Exª autorização para sugerir às Sras e aos Srs. Senadores e Sras e Srs. Deputados que, ao colocarem as emendas individuais, não se esqueçam de que há dois pontos distintos no Orçamento: promoção é uma rubrica; infra-estrutura é outra. Pode-se até colocar uma emenda genérica: recurso para promoção no Estado "X"; recurso para desenvolvimento da infra-estrutura turística no Estado "X". Depois, o Parlamentar definirá o que quer fazer. Entretanto, é importante que as duas sejam colocadas, porque a demanda dos prefeitos e das organizações sociais sobre os Parlamentares é enorme para apoiarem esses eventos. Se V. Exªs tiverem explicitado isso em suas emendas individuais, poderemos atender a tempo e a hora, desde que com 20 dias de antecedência, dada a burocracia que se exige não do nosso Ministério, mas do Governo como um todo, para se fazer um convênio e repassar o recurso.

Em seguida, mostrarei rapidamente a situação não somente dos Partidos políticos, mas dos Estados – como os Estados foram contemplados. Alguns Deputados apresentaram poucas emendas. De qualquer maneira, isso fica ao arbítrio de cada Deputado. O fato é que praticamente 100% de todos os Estados que apresentaram emenda foram atendidos. A Bahia está com 80,9%, mas já conseguimos ultrapassar esse número com os últimos atendimentos.

Continuando, está o Estado de Goiás.

O meu Estado de Minas Gerais foi bem contemplado. O Senador Eduardo Azeredo colocou uma verba relevante de R$100 mil, e já falei com S. Exª que, se for menos de R$1,5 milhão, não aceito.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Em compensação, o Senador Leonel Pavan colocou mais.

O SR. WALFRIDO MARES GUIA – O Senador Leonel Pavan disponibilizou R$1,55 milhão. Então, há a demonstração de que os Estados também estão muito bem contemplados. Queríamos estimular os Parlamentares.

Vamos à última parcela. O Rio Grande do Sul, Senador Sérgio Zambiasi, foi contemplado com R$3,2 milhões, e V. Exª brilhou nas suas emendas. Neste ano, vamos poder seguramente ampliá-las.

Quanto às emendas de Bancada – só para eu encerrar e passar para fase dos comentários –, temos outras dificuldades. Quanto às emendas indivi-

duais, vamos empenhar 100% e pagar tudo o que for possível, menos aquelas que são obras que a Caixa tem que fiscalizar e que não pode liberar, mesmo que tenha dinheiro. Mas, se a Caixa quiser aceitar, vamos depositar o dinheiro lá, para que libere na ponta, a fim de que não passemos com o resto a pagar. Estamos trabalhando com o fluxo de caixa para não termos restos a pagar.

Cumprimento o Senador Romero Jucá, Relator do Orçamento, que meu deu a honra de uma reunião hoje cedo no Ministério.

No tocante às emendas de Bancada – V. Exas podem verificar –, não temos facilidade para liberá-las, porque nem todas elas estão focadas em obras que são relevantes para o Estado no sentido de terem uma sinergia com o plano ou com o Programa Roteiros do Brasil, que está pronto.

Estamos pedindo às Bancadas que analisem o Programa Roteiros do Brasil, para aproximar as emendas de Bancada à definição dos Roteiros do Brasil, tendo em vista anteciparmos o desenvolvimento da ampliação da oferta do turismo no Brasil.

Podemos passar o slide. Justifico que Minas de Gerais foi o Estado que disponibilizou o maior número de emendas de Bancada: R$22 milhões. O Programa de estradas turísticas e ambientais foi um programa muito bem feito que o Governador Aécio Neves fez com a Bancada. São doze estradas. O Governo Federal disponibilizaria metade dos recursos e o Estado, metade. Já liberamos R$ 3,5 milhões, mais R$6 milhões para a Lagoa da Pampulha, uma obra importante da cidade, ainda mais agora que está sendo recuperada. A obra é do Oscar Niemeyer. Todo o paisagismo é do Lúcio Costa e foi a marca do Juscelino, quando Prefeito de Belo Horizonte, na década de 40. Estamos recuperando a lagoa agora. Alguns Estados não disponibilizaram emendas. Conseguimos liberar R$25 milhões, 15% das emendas de Bancada. V. Exªs sabem que essas emendas não dependem exclusivamente do Ministério. Deve haver um trabalho da Bancada, do Governo e do Ministério, razão pela qual eu e toda a nossa equipe nos propomos a ficar à disposição das Bancadas, para podermos fazer algo o mais diligente possível.

Finalmente, gostaria de mostrar duas transparências sobre a proposta orçamentária, a fim de passarmos rapidamente à proposta orçamentária para 2005.

Gostaria de parar um minuto neste gráfico, que é interessante porque mostra o que acontece com o turismo no mundo de 1950 a 2002. São os dados da Organização Mundial de Turismo, que mostra que, a partir de 1980, aquele crescimento acelera e a quantidade de turistas internacionais que viajam entre países. Em 2002, 715 milhões de pessoas viajaram entre países, contra 25 milhões em 1950. Portanto, é um crescimento quase logarítmico.

No slide seguinte, observa-se a projeção que a Organização Mundial de Turismo (OMT) faz para 2010, ou seja, um bilhão de turistas viajando entre países daqui a cinco anos, contra 714,5 milhões em 2002. Portanto, serão quase 300 milhões a mais de turistas em cinco anos, 60 milhões em média por ano. Então, temos que nos preparar para disputar esse naco do mercado internacional. É esse o trabalho da Embratur, que tem que ter escritórios organizados no mundo, principalmente naqueles países emissivos que têm significado para nós, como Alemanha, Inglaterra, França, Espanha, Itália, Portugal, EUA, Argentina, que é o maior doador de turistas, Paraguai, Uruguai, Chile. Devemos incentivar Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela, pois vêm poucas pessoas desses países, sobretudo pela falta de fluxo aéreo. Estamos trabalhando nesse sentido. E agora há a abertura da Ásia: a China, a Índia. E também a África do Sul com o G-4. E ainda há a Rússia, além do Japão, que será um alvo importante para nós.

É um naco extraordinário de turistas e temos que passar, em três anos, de cinco para oito milhões. Temos que crescer quase um milhão de turistas por ano. Portanto, temos que trabalhar muito e disputar esses turistas no mundo inteiro. É o mundo dos negócios do turismo.São os tours operadores, empresas gigantescas, as grandes empresas aéreas, os "charteiros", os eventos que acontecem no mundo temos capacidade de atraí-los para o Brasil. Já temos trinta eventos atraídos para o Brasil nos próximos anos e isso mostra então a importância de termos a fixação.

Gostaria que você voltasse ao gráfico da entrada de dólares. Esse gráfico é importante e mostra que, de janeiro a setembro do ano passado, tínhamos entrado com recursos transitados pelo Banco Central – não há, no caso, a estimativa dos recursos extras que existem – de R$1,748 bilhão contra R$2,324 bilhões neste ano. E, se V. Exª olharem, em todos os meses desse ano, a entrada é maior que em todos os meses do ano passado.

Saúdo o Deputado Roberto Jefferson, Presidente do meu Partido, o PTB, o Deputado José Múcio, Líder do PTB na Câmara.

Estamos diante de uma demonstração de que há um mercado, há respostas e posso dizer que estamos iniciando as nossas ações. O ano passado foi um ano de preparação, de organização, de montagem do Ministério. Senador Leonel Pavan, no ano passado, o nosso orçamento foi de R$110 milhões, dos quais R$35 milhões de restos a pagar. Gerenciei um orçamento de R$75 milhões o ano inteiro. Neste ano, vou gerenciar

um orçamento, com as emendas, de mais de R$300 milhões e, no ano que vem, se tudo correr bem, teremos um orçamento de mais de R$500 milhões entre as emendas individuais e o orçamento básico.

Aqui temos uma síntese e ficarei nessa primeira página para podermos passar adiante. No ano passado, a nossa proposta foi de duzentos e trinta e oito. Cento e trinta para as duas secretarias do Ministério e quase setenta e cinco para a Embratur. Vinte e dois milhões do Fungetur. Não conseguimos operar o Fungetur neste ano por que vinha de uma necessidade de reorganização perante os olhos da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas.

Isso não era por causa de algo mal feito e, sim, porque havia centenas de processos e, em um ou outro processo, faltava uma folha, faltava um documento, faltava uma comprovação. Montamos uma equipe gigantesca para podermos acertar todo o Fungetur e ele ficar zerado perante os olhos do Tribunal de Contas e da Controladoria-Geral na forma. Felizmente, não há nenhum caso de malversação.

Para o ano que vem, teremos um Fungetur de R$34 milhões. Esse é um recurso que pertence ao Fungetur, que é gerenciado pelo Ministério do Turismo, mas é o Banco do Brasil quem faz a análise de risco para podermos emprestar esse dinheiro para Estados, Municípios ou empresas que queiram desenvolver projetos de turismo.

Teremos um orçamento de R$307 milhões contra R$228 milhões. É um aumento de R$78 milhões em R$228 milhões, um aumento de quase 40%. Agora, acrescenta-se R$80 milhões da contrapartida do Prodetur Nordeste II. Vamos sair de R$228 milhões para R$387 milhões, que é um crescimento extremamente relevante, de mais de 70%.

Com essas palavras, creio que as dúvidas nós poderemos esclarecer durantes as interrogações. Concluo, dizendo que o turismo é uma prioridade do Governo Federal, expresso nas dez prioridades máximas do Presidente Lula. Os Ministérios tiveram que preparar, no final do ano passado, as suas prioridades. Cada Ministério preparou a sua. O Ministério do Planejamento selecionou-as e escolheu trinta e tantas, e o Presidente escolheu dez, que chama de "prioridades máximas". Entre as dez, está a Promover o Destino Brasil. Então, o turismo, pela vontade política do Presidente da República, é uma das dez prioridades máximas. Por essa razão, estamos conseguindo o reconhecimento de ter o Orçamento apontado para a direção certa.

Sempre precisamos de mais recursos. Os recursos que estamos solicitando ao Congresso Nacional mais o aporte do Prodetur, a fim de acelerar o projeto, são suficientes.

Além das emendas que obviamente trarão energia ao Orçamento, pois já contamos com um valor de emenda da ordem de cem milhões liberados, esperamos atingir as metas do plano, caso o Orçamento seja aprovado.

Portanto, peço a V. Exª, Senador Leonel Pavan, Presidente da Subcomissão, às Sras e aos Srs. Senadores que nos ajudem a aprovar o Orçamento da forma como foi indicado. Reiteramos a importância das emendas individuais, tanto em promoção quanto em infra-estrutura, e das emendas de bancada, sobretudo consistentes com o projeto Roteiros do Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador. Trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Cumprimento o Ministro não apenas pelo rigor no tempo, mas principalmente pela brilhante explanação, que todos gostamos de ouvir, fez bem aos nossos ouvidos, pois todas as emendas serão liberadas e pagas. Portanto, as colocações feitas vêm ao encontro do que esperamos e desejamos.

Anuncio a presença do Exmº Deputado José Militão, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados.

Sr. Ministro, fui autor do requerimento solicitando o comparecimento de V. Exª à Subcomissão com a finalidade de discutirmos a respeito do Orçamento. Sabíamos que o depoimento de V. Exª não poderia ser outro a não ser a brilhante notícia de que os Senadores que elaboraram as emendas seriam 100% atendidos. E 100% é o máximo. Sabíamos que essa seria a colocação de V. Exª .

Meu tempo é de cinco minutos e, como Presidente, vou utilizá-lo.

Temos ocupado seguidamente a tribuna do Senado Federal quando surge a oportunidade de falar de turismo. Tenho feito elogios ao Ministério do Turismo e à sua pessoa; e os elogios que temos feito são em função do que ouvimos nas bases, nos Municípios, nos Estados, nos eventos realizados em todo o Brasil. Gostaríamos de fazer os mesmos elogios e comentários positivos a outros ministérios. No entanto, não estamos tendo esse prazer. Em uma conversa com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Sua Excelência até perguntou: "Por que não os outros? Talvez porque não conheça os outros Ministros". Eu também não conhecia o Sr. Walfrido dos Mares Guia como Ministro. Talvez o conhecesse em função dos comentários do Senador Eduardo Azeredo a respeito da sua pessoa. O trabalho desempenhado no Governo Lula por sua pessoa é de elogios e de reconhecimento por parte dos Parlamentares. Não ouvi, nem da Oposição – sou da Oposição – e nem de outros mais radicais, talvez, co-

mentários negativos. Tenho ouvido apenas referências boas do trabalho desempenhado por V. Exª e por toda a sua equipe; e pelo relacionamento, pelo amplo diálogo existente entre os Parlamentares e a sua equipe.

Sabemos que vamos crescer muito nos próximos anos. Já estamos crescendo, mas, em função de um trabalho feito com projeto, com planejamento, certamente cresceremos muito mais no futuro, porque as coisas já estão prontas, agora é só desenvolver.

Eu estava lendo "Regiões Turísticas Prioritárias". É claro que vou ser cobrado, por ser Senador de Santa Catarina e Presidente da Subcomissão, por não estar aqui inserido o Estado de Santa Catarina. Deve ser uma falha da Assessoria. Como tem aqui a assessoria de imprensa do Estado, dos jornais de Santa Catarina, poderiam questionar por que não consta Santa Catarina entre as regiões turísticas prioritárias. Deve ter sido um esquecimento. Santa Catarina é um Estado de grande importância para o turismo e é claro que não poderia estar fora de um programa e de uma proposta do Ministério do Turismo.

A outra questão: já que as emendas serão liberadas, se os projetos, os documentos não contemplarem 100% dos Municípios, isso poderá ser feito no ano que vem? Muitos Prefeitos, por não terem alcançado sucesso na campanha eleitoral, de repente poderão deixar de enviar as devidas documentações, ou não seguir, como devem, os projetos, as emendas que foram aprovadas. Temos inúmeras emendas, ficamos felizes ao saber que serão todas empenhadas – falta uma só e, pelo o que notamos, essa reunião já determinou o empenho –, porém alguns Prefeitos não fora felizes nessas eleições e estamos sentindo dificuldades em conseguir os documentos necessários para que essas emendas não sejam prejudicadas.

Peço ao Ministro para explicar se é possível ainda recuperar as emendas, caso não sejam contempladas este ano, no ano que vem, já que serão empenhadas. Essa é a minha pergunta.

O Senador Eduardo Azeredo também está inscrito, e eu gostaria de lhe passar a palavra para termos a resposta para dois ou três Senadores, se assim for aprovado por todos. Há outras Comissões importantes, então vamos fazer com três Senadores. Ouviremos agora o Senador Eduardo Azeredo, depois o Deputado José Militão e outros Senadores. Serão três por vez, para podermos atender rapidamente as perguntas dos Parlamentares.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras e Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, quero primeiro cumprimentar o Ministro Walfrido Mares Guia não só pela sua presença, mas pelo seu desempenho no Ministério, e faço isso independentemente de ser correligionário, amigo, mas por questão de justiça. Sem dúvida alguma, o Ministério do Turismo se justificou pela sua presença, pela sua equipe, é um Ministério que está indo muito bem, é o que todos ouvimos. Portanto, quero cumprimentá-lo pelo o que tem acontecido no Ministério até agora e desejar que continue assim.

Do ponto de vista da questão das emendas, parece-me que os dados são muito claros, quer dizer, quero até defender meu Estado de Minas Gerais, que é o que tem maior volume de emendas porque os Deputados, os Parlamentares se interessaram mais. Essa é a resposta para alguma crítica que possa vir: os Parlamentares mineiros colocaram emendas individuais em maior número, em maior valor, mas o percentual, que acho que é o que interessa, de desembolso mostra que não houve privilégio a Minas Gerais, foi eqüitativo, da mesma maneira que, em relação aos Partidos, claro, o percentual também mostra que houve um critério de justiça.

A questão das estradas, Ministro, é o que me preocupa um pouco mais. Sei, evidentemente, que o Ministério do Turismo não tem ação direta sobre as estradas, mas a questão indireta, sim. E o problema das estradas no Brasil é crítico. Se observarmos o material já divulgado, veremos que não se trata deste Governo – sobre isso fico à vontade, porque no Governo passado também fui bastante crítico em relação a essa questão.

No quadro que se refere ao comprometimento com a infra-estrutura turística, vemos que está bom, mas se mantém no mesmo nível dos anos anteriores. Há um desembolso de R$136, de R$85, de R$100, de R$119, de R$62 e, agora, de R$121. Hoje está maior do que nos últimos quatro anos, mas menor do que em 1999, por exemplo.

Portanto, no quesito infra-estrutura, realmente existem problemas, pois há um consistente gargalo, uma não-execução orçamentária, digamos assim, em relação às estradas no Brasil, especialmente às federais.

Um outro ponto é com relação à segurança, que também não é responsabilidade direta do Ministério. No Rio de Janeiro, neste fim de semana, soubemos de estatísticas bastante ruins e o que o Governo Federal poderia fazer a esse respeito. No Rio, ainda no que se refere à questão do turismo marítimo, recentemente um navio aportou, e os passageiros demoraram cinco horas para passar pela alfândega. O Senador Paulo Octávio sabe como é complicado, pois, além da per-

da de tempo, não só do que estava agendado para os serviços, ainda há a irritação dos turistas.

Quanto aos aeroportos, sei que seu trabalho está caminhando bem, como ocorre no aeroporto de Congonhas; é importante reativar Confins, assim como foi importante reativar o Galeão, que está nos mostrando que foi correta essa opção. Em Minas, tenho a certeza de que a opção por Confins também é correta. Não é simples, é polêmico, porque há aqueles que entendem que seria melhor ficar na Pampulha. Pessoalmente, estou convencido de que a opção por Confins é a mais adequada. É também importante ser mencionado aqui o seu esforço acerca da estrada real, além do apoio que tem dado a Minas Gerais.

Com relação às emendas, realmente, eu me penitencio. Acredito que fui meio São Tomé; direcionei poucos recursos para as emendas ao Ministério do Turismo. Nas emendas individuais vou direcionar mais este ano. Aqui endosso o que o Senador Leonel Pavan disse, pois em outros Ministérios não temos a mesma isonomia que encontramos na sua Pasta. Por exemplo, no Ministério da Saúde, coloque minhas emendas individuais, mas, infelizmente, lá, temos muita dificuldade de liberação, sim. Apenas posso dizer que se trata de questão partidária, pelo fato de sermos oposição; no seu Ministério isso não acontece.

Então, são essas questões que eu apresentaria: estradas, segurança e burocracia no turismo marítimo, e ainda a questão da divulgação internacional. Esse é um número bom. Vejo, aqui, que nessa área o número é recorde. A sua visão sobre essa questão, vemos que há uma escala muito boa de crescimento, inclusive de desembolso para a divulgação internacional.

Meus cumprimentos a V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Passamos a palavra a mais um inscrito; depois concederei a palavra ao Ministro para responder aos três.

Tem a palavra o Deputado Romeu Queiroz.

O SR. ROMEU QUEIROZ (PTB – MG) – Sr. Presidente Leonel Pavan; Sr. Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio, quero cumprimentar o Ministro Walfrido pelo brilhante desempenho à frente do Ministério do Turismo. Cumprimento também às Senadoras e os Senadores presentes, o Presidente do nosso Partido e o nosso Líder.

Minhas palavras serão breves. Tanto a bancada do PTB quanto Minas estão satisfeitíssimas com o desempenho do Ministro Walfrido no que se refere às emendas.

Acredito, Ministro, que este ano vamos triplicar os valores das emendas junto ao Ministério, mesmo as de bancada, que destinamos apenas para o Governo do Estado. Este ano devemos ter, além delas, também emendas das chamadas "rachadinhas" para os Deputados Federais de Minas Gerais.

Aproveitando a oportunidade, convido V. Exas, que fazem parte da Subcomissão de Turismo do Senado, para um café da manhã com o Ministro Walfrido, patrocinado pelo ONG Tur. Gostaríamos das presenças de V. Exas. Também estarão lá os Deputados membros da Comissão e Turismo, as Lideranças do nosso Partido, o PTB, e ainda toda a bancada de Minas Gerais, para discutirmos as emendas com o Ministro Walfrido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Com a palavra, o Ministro Walfrido Mares Guia.

O SR. WALFRIDO MARES GUIA – Senador Leonel Pavan, inicialmente, agradeço pela forma gentil e amiga com que V. Exª se refere ao Ministério, a mim e a minha equipe. Aprendemos na vida que ninguém faz nada sozinho; temos que montar uma equipe. Essa foi uma condição especial que tive por montar um Ministério que não existia. O Ministério do Esporte e do Turismo foi transformado do Ministério dos Esportes. Recebi apenas uma estrutura um pouco complexa, que era da Embratur, mas com autonomia para gerenciar e criar uma nova estrutura. Isso foi importante porque montamos uma estrutura voltada para resultado. Ao mesmo tempo em que desenhávamos o plano, com todo o segmento turístico em volta, todos participaram, os empresários, os governos, as universidades, as ONGs. O plano é nacional, não é federal; ele não tem dono. Foi a sociedade brasileira quem o arquitetou, e o nosso trabalho, no Ministério, por meio da Secretaria de Políticas de Turismo, foi coordenar. Deu muito trabalho, mas aprendemos muito e simultaneamente fomos colocando as peças no lugar.

Quero agradecer as suas gentis palavras de reconhecimento do nosso desempenho, repartindo-as com toda a equipe, aqui representada por alguns.

Quanto à questão de Santa Catarina, V. Exª sabe que, pelo apreço que tenho por V. Exª, pelo Governador Luiz Henrique, pela Bancada de Santa Catarina, que tem nos apoiado e pela beleza daquele Estado, nunca deixaríamos aquele Estado de fora. Ocorre que esse documento que V. Exª tem em mãos foi enviado com pequena antecedência e somente na quinta-feira da semana passada é que Santa Catarina nos enviou para nós os sete pólos que eles definiram. Eles já estavam definidos há mais de quatro meses, mas queríamos que cada Estado enviasse por ofício, formalizando que a escolha foi do fórum, que esse fórum teve uma ata, com a participação da iniciativa privada e de todas as formas de Governo para que pudéssemos ter isso como um documento oficial.

A nossa diretora, que veio dar informação, disse que o Estado de Santa Catarina já está incluído com sete roteiros, acrescentando a Rota dos Sonhos, a Rota Céu e Mar e a Rota da Amizade. Não sei detalhar, mas envio a V. Exª, talvez hoje ainda, o que é a descrição detalhada desses sete roteiros.

Obviamente, deve estar incluído todo o Balneário de Camboriú – Bombinhas, Florianópolis, aqueles belezas.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – A Rota Esmeralda não está, que é Bombinhas e Porto Belo.

O SR. WALFRIDO MARES GUIA – Pode ser, estou citando três, mas tenho o conjunto todo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Também é falha do Estado.

O SR. WALFRIDO MARES GUIA – Se vocês até puderem levantar as sete rotas de uma vez, passo para o Presidente durante a reunião.

Pode ser que algum outro Estado ainda esteja faltando, mas é que todos já fizeram a reunião do fórum, que foi assistida por representantes do Ministério, foi feito um trabalho em cada Estado, para mostrar a importância dessa regionalização. No entanto, só podemos colocar formalmente na lista depois que a autoridade do Estado, o Presidente do Fórum, o Secretário de Turismo do Estado enviar uma carta, ou o Governador, dizendo que aquela é a posição do fórum. Não significa que os Estados que estiverem faltando estejam fora da lista; é porque ainda não chegou o documento.

Tínhamos proposto que fossem três destinos, no mínimo, em cada Estado, de categoria internacional – três novos produtos. Alguns Estados, como o meu, por exemplo, colocou 16. Eu achei muito porque, em quatro anos, desenvolver 16 novos produtos é muito difícil; mas, com o fato de ter sido definido e entendido, pode transformar-se em um plano para oito anos em vez de quatro, pois não temos dinheiro para tudo.

É importante definir isso com clareza para que o Estado defina a prioridade, a fim de investirmos.

Quanto a esse ponto, Senador, pode ficar tranqüilo que nenhum Estado vai ficar de fora disso.

Quanto à outra questão levantada por V. Exª, das emendas, elas, em primeiro lugar, são uma lei. O Orçamento é uma lei de meios. Independente de ele não ser impositivo e ainda autorizativo, na medida em que uma emenda é acatada e transformada num convênio ou num contrato, estamos dando transparência ao que o Orçamento indica, que é lei. Agora, o Deputado, que é o responsável pela emenda, indica qual é o destino daquela emenda, para qual cidade e o que é para ser feito na cidade que ele definiu. Se um Prefeito quiser fazer alguma mudança, ele tem de negociar com o parlamentar e, se o parlamentar concordar, tem de negociar conosco. Não vamos fazer uma negociação somente com um pedaço do triângulo. Serão o parlamentar, o prefeito e o ministério. Entretanto, a emenda foi apresentada pelo parlamentar, que, então, comanda o seu destino. Por exemplo, se um prefeito não foi reeleito, tendo sido derrotado por um prefeito da Oposição que quer mudar a emenda. Então, o novo prefeito tem de procurar o parlamentar e negociar. Se o parlamentar, Senador ou Deputado, quiser fazer a troca, trocaríamos, desde que haja consenso e vontade política. Diretamente, não vamos fazer.

Aliás, já avisamos a alguns. Não é a primeira vez que acontece isso. Já houve casos em que, no meio do caminho, um prefeito se desentendeu com o parlamentar e quis mudar a emenda. Entretanto, a emenda é do parlamentar. É clara para nós a adesão política. Quem coloca a emenda é o Deputado, cabendo-lhe definir o destino da emenda.

Quanto a isso, V. Exª pode ficar tranqüilo. Agradeço por abordar essa questão, chamando a atenção da equipe para o fato de que essa questão é política. Por melhor que seja o entendimento que o prefeito ou a entidade queira dar, tem de haver uma negociação política.

Se V. Exª me permite, Senador, quero dizer que, como ex-parlamentar, secretário algumas vezes no meu Estado, como vice-governador do então Governador de Minas Gerais, agora Senador, Eduardo Azeredo, e como Ministro, sou um defensor das emendas. Elas são legais, legítimas e importantes. Eu diria até que são essenciais, porque o Orçamento em si não captaria o tamanho da demanda do Brasil e o tamanho do desatendimento de alguns setores. Então, considero parte do meu trabalho e do trabalho da minha equipe sensibilizar V. Exªs, no Congresso Nacional, a nos ajudarem a defender as emendas.

O Deputado José Militão, Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, estima que haverá três vezes mais emendas. Se S. Exª estiver correto, teremos mais de R$ 150 milhões em emendas individuais, e todas serão liberadas. Esse dinheiro vai para a ponta, e todos poderão ver como está sendo utilizado. Pode ser uma sinalização, um centro de atendimento ao turista, um centro de artesanato, uma melhoria de acesso, um treinamento de uma equipe que precisa melhorar, uma promoção. Independentemente do que o parlamentar decida, vamos usar esse recurso dentro do rol estabelecido no marco, na moldura do Ministério do Turismo.

Cheguei a falar com alguns Deputados – alguns são meus amigos há muitos anos, como alguns de Minas Gerais – que determinadas obras não cabem

no Ministério do Turismo. Não há razão para fazermos uma obra em uma cidade que não tem nenhum conteúdo turístico. Ela tem de ser feita pelo Ministério das Cidades. Agora, se a cidade ou a região tem um conteúdo turístico, cabe perfeitamente essa infra-estrutura mais leve, que é a do Ministério do Turismo: centro de convenções, centro de eventos, praça de eventos, melhoria de um prédio público para virar museu ou centro de atendimento, aporte ao patrimônio histórico. Enfim, há muitas alternativas em que os Deputados e Senadores poderiam atuar.

Por isso, vou colocar a nossa equipe à disposição – todos os membros das duas Secretarias da Embratur, do gabinete e da assessoria parlamentar –, para enviar um documento a todos os Parlamentares do Congresso Nacional, explicando as alternativas. Assim, não há perigo de que algo saia do caminho, porque estamos acompanhando isso sistematicamente.

Tenho também a autorização do Presidente da República para trabalhar as emendas individuais do Congresso Nacional. O Presidente está satisfeito e, em momento nenhum, Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, recebi de Sua Excelência, ou de qualquer membro da cúpula do Governo que cuida da articulação política, a orientação de que as emendas A ou B não devessem ser liberadas por pertencerem a essa ou aquela corrente política.

Então, estou trabalhando pelo partido do turismo. Em certo momento, disse que o nosso partido podia ser o PT, Partido do Turismo, ou o PTB, Partido do Turismo Brasileiro. Então, o nosso partido é o partido do turismo. Estamos trabalhando para o turismo, que é o maior empregador do mundo. De cada nove empregos gerados no mundo, um é do turismo. É a atividade econômica mais relevante do planeta Terra, mais do que energia e telecomunicação.

O Brasil está despertando para isso. Eu me lembro de que, quando o Senador Eduardo Azeredo era governador e eu o seu secretário de planejamento, S. Exª cobrava de mim atenção ao turismo. Posso confessar aqui que eu não acreditava, em 1995, no potencial que o turismo tem de fato. Aproveito até para dar a mão à palmatória, Governador, porque V. Exª, à época, como governador, acatou a minha argumentação, mas tinha mais razão do que eu.

Com isso penso ter respondido as duas questões que V. Exª levantou.

Ao Senador Eduardo Azeredo também quero agradecer não somente pela amizade e respeito que temos nós e nossas famílias, mas por ser V. Exª um dos homens que honram Minas Gerais no Congresso Nacional, com as suas tradições e desempenho.

Eu gostaria de dizer, Senador, que a questão das estradas é fundamental. Eu disse ao Presidente Lula que temos dois calcanhares-de-aquiles, um em cada perna: um é a aviação, e o outro são as estradas. Um país continental, como o nosso, que não tem uma estrutura ferroviária para desenvolver o turismo, precisa de estrada e de aviação. Temos que de ter aeroportos e companhias aéreas em boas condições, já que optamos pela lei de concorrência.

Não temos empresas públicas na área de aviação, temos quatro empresas nacionais e catorze regionais. As regionais têm um plano de crescimento para sair de 206 destinos para 416 até 2007, crescendo cinco destinos por ano cada uma. São 14 empresas que, multiplicadas por cinco, são 70. Esses 70, multiplicados por três, resultam em 210 destinos, que, somados aos 206 destinos que temos hoje, totalizam 416 destinos.

Das quatro empresas que operam nacionalmente, a TAM e a GOL vão em céu de brigadeiro. A Varig vai aos trancos e barrancos recuperando a sua performance operacional, mas tem uma questão acionária e de patrimônio líquido extremamente grave. A VASP – mais recentemente a imprensa pôde acompanhar – atravessa uma fase de diminuição, atendendo apenas 4% do mercado. A propósito: essa questão da Varig, que para nós é fundamental porque ela tem a maior parte dos vôos internacionais dentre as empresas brasileiras, está senda tratada pelo Ministério da Defesa junto à Casa Civil e o Ministério da Fazenda.

As estradas para nós são fundamentais. Estou acompanhando a reunião na Câmara que diz respeito à retomada da recuperação das estradas. Sói acontecer um problema, Senador Azeredo: algumas estradas precisam de decretação de emergência para ser rapidamente recuperadas.

Relativamente a essa particularidade, eu gostaria de aqui levantar um problema – não estou fazendo ilação alguma, apenas levanto um problema, um problema que aconteceu comigo, eu pessoalmente o constatei. Refiro-me à estrada que liga Belo Horizonte a Ouro Preto – Ouro Preto é o centro da Estrada Real, é a cidade do patrimônio histórico brasileiro que, sob o ponto de vista do Barroco, é a mais importante de toda a América Latina. No dia 15 de dezembro, haverá a reunião de dez anos do Mercosul, que foi lançado em 15 de dezembro de 1994, quando o presidente do Brasil era Itamar Franco. O Presidente Lula fará essa reunião em Ouro Preto. O entroncamento da estrada 040 até Ouro Preto é de 87 quilômetros, trecho que está intransitável. Eu sei disso porque estava dirigindo o meu carro, indo para um pequeno sítio que tenho nas cercanias de Ouro Preto, e, por duas vezes, dirigindo com a minha família, o meu pneu furou. Eu tive de pa-

rar para consertar o carro – param dez carros com os pneus furados, um atrás do outro.

Não adianta fazer aquele tapa-buraco de quinta categoria – a estrada é federal. Não adianta tapar o buraco, porque nas primeiras chuvas isso é lavado, os buracos aumentam, ficam locas que estouram o pneu dos carros. É perigoso, pois não há acostamento, é mão e contra-mão.

Eu fiz um ofício e o levei pessoalmente ao Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento. Falei com o Alexandre, Diretor-Geral do DNIT, que é de Minas Gerais, é engenheiro e conhece o problema, e também falei com o Presidente da República.

Pois bem. Foi preciso uma ordem do Presidente da República, Senador, para que o DNIT pudesse ter a coragem de fazer uma obra de emergência. O representante do DNIT foi a minha sala no Ministério do Turismo e disse que não poderia fazer essa obra de emergência se não houvesse uma ordem de cima – ordem que não seria minha nem do ministro a que ele é subordinado. Quando eu perguntei por que era assim, ele me disse que o antecessor dele estava com mais de duzentos processos relativos a contratos com o antigo DNER e DNIT.

Conhecemos alguns ex-diretores gerais desses órgãos que tiveram sua idoneidade contestada, mas até hoje nada se provou contra eles. Na questão da forma, porém, identificam que uma obra precisa ser feita com emergência, passam quatro ou cinco anos analisando formalidades e, ainda assim, não se conclui pela emergência.

Então, para recuperar essa estrada de 87 quilômetros obedecendo os trâmites normais de hoje, teríamos que fazer um projeto, o Eia-Rima, a aprovação e a licitação, o que levaria um ano e meio. É um assunto que transcende a competência do DNIT, que transcende a questão.

Creio até que seria recomendável, nessa questão das estradas, ter uma conversa com o Ministro Alfredo Nascimento. S. Exª está falando sobre essa questão, inclusive, em nossas reuniões. De repente, há um dinheiro no caixa e nem S. Exª nem ninguém o opera. É uma dificuldade colocar uma obra dessa para funcionar. Enquanto o Presidente não der uma ordem, o Governo do Palácio...Dei um atestado pessoal. Estive lá, vi a estrada, detalhei os trechos que estão arrebentados. Mesmo assim, foram lá e filmaram, levaram suas equipes. É preciso haver uma ação. As estradas estão muito deterioradas. À medida que há recursos no Orçamento para recuperá-las não significa que estalaremos os dedos e que ficarão prontas no dia seguinte. Há um problema sério na questão da fiscalização, da burocracia. É um problema pelo qual também estou lutando. Concordo com V. Exª, Senador, no sentido de que é fundamental.

A questão da infra-estrutura, que fica a cabo do meu Ministério, diz respeito à infra-estrutura mais leve. Será fácil atendermos. São estradas que custarão R$4, R$5 ou R$6 milhões, são pequenas estradas de acesso a pontos turísticos e nas quais os governadores, prefeitos e empresários têm interesse. Nas emendas de bancada do Ministério do Turismo essas estradas cabem muito bem. Estradas maiores, mais complexas, têm que ser no Ministério dos Transportes.

Falarei sobre a questão da segurança. Particularmente, no final de semana – que é o momento que tenho para descansar –, leio os jornais já sabendo que terei dores de cabeça.

O Brasil tem uma peculiaridade: é diferente do resto do mundo, de todos os destinos turísticos do mundo. Em alguns lugares, há até pacto da imprensa no sentido de não anunciar problemas com turistas nas manchetes. Temos, aqui, uma transparência muito grande que nos ajuda em tudo. No entanto, levanta a poeira. O que acontece? Há um problema de segurança. Temos que resolver o problema de segurança para o morador e não para o turista.

Quando vou ao Rio de Janeiro, onde esse assunto emerge, falo que minha forma de ajudar é investir cada vez mais e mais em promoção. O Rio de Janeiro tem as praias mais lindas do mundo, um dos horizontes mais espetaculares, tem o Corcovado, o Pão de Açúcar, um povo alegre, restaurantes, um esquema de hotelaria perfeito. O Rio de Janeiro está pronto. Trinta e oito por cento dos turistas internacionais que vêm ao Brasil vão ao Rio e o adoram. Noventa e sete por cento deles dizem que querem voltar. Afirmam que o primeiro problema é a sinalização; o segundo é o atendimento. Pouca gente fala inglês, francês e espanhol. O terceiro item é a exploração praticada pelos táxis. As pessoas já constrangem o turista na saída do aeroporto. Durante a temporada, a bandeira 2 é utilizada e cobram o dobro. No quarto item é que aparece a segurança. Apenas 8% dos turistas internacionais pesquisados, entre 4.225 que participaram entre janeiro e março do ano passado da pesquisa da Universidade Estácio de Sá, da Riotur e da TurisRio. Só 8% dos turistas identificam a segurança como um problema. Noventa e sete por cento querem voltar.

Em Londres – onde estive na semana passada abrindo um escritório de turismo –, minha mulher foi assaltada na Oxford Street, ao meu lado, há três anos. Ela foi experimentar um tênis, juntamente com minha filha, e roubaram a bolsa dela. Fui dar parte à delegacia de polícia do turismo na Oxford Street. Havia mais de 100 pessoas reclamando de furto. A diferença é que

não é furto de arrancar, mas de levar. São batedores de carteira. Aquilo fica coalhado de gente. É assim em Nova Iorque, em Madri, em Lisboa, em qualquer lugar onde haja aglomeração de turistas. Não é uma peculiaridade do Brasil, do Rio, de São Paulo, de Belo Horizonte, de Recife, de Salvador. É do mundo.

Deve haver uma ação consistente. A responsabilidade é da cidade e do Estado. Em primeiro lugar é da cidade; depois do Estado. Não termos uma guarda nacional no Brasil, temos a Polícia Federal. Esta deve combater o tráfico de armas, de drogas, os crimes contra o Tesouro e outras coisas mais. A Polícia Federal está fazendo um trabalho brilhante de inteligência para pegar, por cima, essa turma que fomenta o tráfico de armas e de drogas no Rio, no Brasil. Cuidar da segurança, no dia-a-dia, é difícil para o Governo Federal. Temos que promover um diálogo. Não podemos deixar o Rio de Janeiro continuar com 23 assaltos no final de semana. Pela média que vimos ontem, na imprensa, estava havendo 23 a 24 assaltos por mês, mas neste final de semana houve uma exacerbação.

Tem-se que fazer policiamento ostensivo, colocar câmaras com pessoas fiscalizando o dia inteiro e ativar a Polícia Militar e a polícia turística. Estou pensando em ter uma conversa com o Ministro Márcio Thomaz Bastos e com o Vice-Presidente José Alencar para podermos fazer uma negociação com o Rio, sobretudo para ver que tipo de ajuda podemos dar nesse policiamento ostensivo da orla turística, onde estão os turistas.

O problema é que isso é noticiado no mundo inteiro. Aqueles garotos roubando dois ou três turistas na praia, há 15 dias, passou no mundo inteiro. Todo o mundo viu aquilo. É, portanto, um tiro certeiro no nosso coração. Não estamos propondo que escondamos os fatos, mas os outros países não os publicam como manchete, apenas os colocam na página referente a segurança. Temos de trabalhar o problema sob todos os vieses possíveis. A situação é séria, mas não é para o turista. Montar uma polícia turística com uniforme bonito é só colocar esparadrapo na ferida. Vamos cuidar apenas daquilo que os olhos vêem. Temos que cuidar da segurança para o povo que mora na cidade. Esse é um problema com o qual estou preocupado e sobre o qual tenho conversado com alguns colegas do Ministério.

Quanto ao turismo marítimo, temos três problemas. Um deles é o calado dos portos, que já estamos melhorando. O Queen Elizabeth II, no ano passado, teve condição de parar na Bahia e no Rio, pois o Ministério dos Transportes liberou dinheiro para fazer a dragagem, uma vez que é o maior navio turístico do mundo, cabendo quase 3 mil pessoas e outro tanto de tripulantes; é uma cidade navegando.

Peço aos Srs. Senadores analisarem o seguinte problema: há uma legislação brasileira que diz que os cruzeiros marítimos em águas nacionais têm que ter 30% da tripulação de brasileiros. Isso pode ser muito interessante, mas é um problema enorme, porque a maioria desses cruzeiros não começa e acaba no Brasil. Muitos deles vêm do Caribe ou vêm atravessando o Atlântico. Então, é muito complicado chegar ao Brasil e ter de trocar a tripulação.

Senador Eduardo Azeredo, se V. Exª puder dar uma olhada nisso, com a sua peculiar e tradicional competência, seria proveitoso, para ver esses níveis de detalhe, porque essa legislação cria um problema para nós. Os cruzeiros marítimos estão crescendo num percentual de mais de 20% ao ano. Há cinco anos, alguém que ficasse em Angra dos Reis por um mês inteiro, não viria passar um navio. Hoje, passa um por dia. Quando param em Angra, os turistas descem, vão aos shoppings centers e compram tudo, artesanato, bugiganga, levam tudo, parece uma devastação de gafanhoto. E aquilo é emprego, emprego, emprego e emprego. Então, é muito importante analisarmos esse problema.

A questão da alfândega, como o número está crescendo, também em virtude de novos aeroportos abertos, é um problema que estamos trabalhando. De um lado, a Polícia Federal; do outro lado, a Receita Federal. Há até uma idéia em discussão no Governo pela qual não seria necessária a presença de um delegado ou de um inspetor da Polícia Federal, para se examinar o passaporte, como é, por exemplo, no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, chegamos aos aeroportos de Miami, Nova Iorque ou Washington e há um monte de guichês cujos atendentes, inclusive, são senhoras e senhores idosos, aposentados, uniformizados e com aqueles crachás enormes. Não são policiais federais, são pessoas treinadas pelos aeroportos para examinar um passaporte, analisar sua veracidade, compatibilizar os dados ali existentes. Ainda mais agora, com o computador e a impressão digital, que podem ser escaneados e conferidos. Agora, tem que haver um delegado ou alguns inspetores ali para intervir, caso seja necessário. Essas medidas simplificam e aumentam o número de atendentes.

Nós vamos precisar de muito mais policiais federais nas passagens dos turistas e da Receita Federal na alfândega, porque, às vezes, há fila com 400 pessoas para passar com carrinho na alfândega, depois de ter ficado 2 horas naquele caracolzinho para passar pela Polícia Federal para ser conferido o passaporte.

Temos que estabelecer o critério de que o turista, ao colocar o pé naquele dispositivo do passaporte, não ficará mais de 20 minutos ali. E estamos ficando

duas a três horas. Então, precisa do apoio da Polícia Federal, que é com o Ministério da Justiça, e da Receita Federal, que é com o Ministério da Fazenda. Estou trabalhando com os dois Ministros que, com muita boa vontade, estão discutindo essa hipótese.

Por fim, a questão dos aeroportos, é fundamental. Embarquei ontem, às 20 horas, e fiquei feliz de vê-lo lotado de gente, e o Santos Dumont completamente vazio. Fiz o vôo Rio de Janeiro-Brasília ontem, às 20h15, e verifiquei que o Galeão já aumentou o número de vôos internacionais, e vai aumentar ainda mais. Na medida em que os vôos nacionais saem do Galeão, os internacionais começam a ir para lá e distribuir, senão vai tudo para Guarulhos e, mutatis mutandis, até Confins, porque a Pampulha suporta 17 pousos por hora e está saturada em termos de espaço, de gente e de pouso. Ainda bem que o aeroporto de Confins está pronto, independentemente de ser longe, mas haverá uma obra enorme de duplicação do acesso, pelo menos até a metade do caminho, facilitando a outra metade.

Finalmente, o Senador Leonel Pavan "botou fé" no Ministério, usando as palavras de S. Exª, e espero que os Senadores tenham confiança de que o Ministério do Turismo funcione. A questão da divulgação internacional, que V. Exª salientou, é fundamental. Nós disputamos com outros países do mundo, menores do que nós, que vinham fazendo divulgação maior do que a nossa. Agora, com o orçamento de 2005, a Embratur disporá algo em torno de US$40 milhões, R$120 milhões, exclusivamente para promoção do Brasil no exterior, seja em feiras, eventos, atração de eventos e congressos para o Brasil, por vôos charters e mais marketing.

Perguntei ao Secretário de Turismo da Espanha, o ex-dirigente de turismo de Barcelona, Sr. Raymon, em Mônaco, onde tivemos uma reunião de três dias, qual era o orçamento de promoção da Espanha. Sem fazer nada a Espanha já recebe US$51 milhões, e ele me respondeu que era de US$130 milhões ao ano. Nós teremos US$40 milhões na Embratur para a área internacional e US$17 milhões dentro do Brasil, na área nacional. Vamos ter US$57milhões, R$174milhões no Orçamento para promoção, o que é fundamental.

Agradeço a contribuição e a confiança, Senador.

Deputado José Militão, meu companheiro e amigo de Minas Gerais, da Comissão de Turismo, em nome de quem homenageio os membros da Comissão Permanente, dizendo que parte do êxito do Ministério é em função do Congresso, pois não nos faltou apoio nem no Senado nem na Câmara em nenhum momento. Desde o primeiro dia que eu assumi o Ministério, o Congresso Nacional nos apoiou integralmente. Foi criada a Comissão Permanente, que hoje é brilhantemente dirigida pelo Deputado José Militão, e foi criada a subcomissão de turismo, inicialmente pelo Senador Paulo Octávio e, agora, por V. Exª. Então, estamos amparados, tanto no Senado quanto na Câmara.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Temos inscrito a Senadora Serys Slhessarenko, que permitiu que a Deputada Celcita Pinheiro fizesse a devida pergunta. Logo após falará o Senador Flávio Arns.

A SRª CELCITA PINHEIRO – Gostaria de cumprimentar o nosso particular amigo Walfrido Mares Guia e o Presidente da Mesa, Senador Paulo Octávio. Somos do mesmo Estado, o Mato Grosso, e, apesar de estarmos em Partidos diferentes, temos as mesmas idéias. Ao falar em turismo em Mato Grosso, lembramos que temos um péssimo aeroporto, em reforma há quatro ou cinco anos, sem que tenha um fim. Por que essa reforma não termina?

Para nós, foi uma surpresa muito grande vermos essa região turística como prioritária, porque nem eu nem ela sabíamos. Quando abrimos, não vimos o nosso Estado aqui, mas vamos tomar as providências.

A respeito das emendas, não tínhamos claro que havia essa dificuldade entre promoção e investimento. O meu projeto foi devolvido e reformulado e não sabia disso e fiquei sem empenhar os meus projetos.

Gostaríamos de saber do senhor se a vinda dessa comissão tão importante da China trouxe alguma proposta, algum benefício, alguma colocação em termos turísticos para o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, quero saudar o Ministro, colega e amigo da Câmara dos Deputados, Presidente, à época, da nossa Comissão de Educação, Cultura e Desporto, não por V. Exª estar aqui, mas, quando V. Exª foi indicado para Ministro do Turismo, não tive dúvida em dizer para todas as pessoas que o Ministério do Turismo teria jeito a partir da sua indicação. Portanto, tenho toda a confiança. Sei da competência, da dedicação e do entusiasmo de V. Exª.

Tenho três questões a fazer. Uma delas é em relação à infra-estrutura. Em um dos itens do documento apresentado por V. Exª consta: construção, ampliação ou recuperação de estruturas de acesso para pessoas portadoras de deficiências. Sei que V. Exª tem a preocupação com essa área, mas esse é um grande problema ainda em termos de turismo no Brasil; nos hotéis, nos banheiros, nos restaurantes, nos cinemas, nos teatros, não só para pessoa com deficiência, porque hoje em dia já há inclusive percentual de mercado

reservado. Então, a pessoa com deficiência também está se tornando um turista, assim como as famílias que têm filhos portadores de deficiência, que muitas vezes não conseguem viajar com tranqüilidade, com segurança, porque os ambientes não são adequados. Há uma dificuldade enorme, como, por exemplo, tomar um banho de manhã, os banheiros. Há dificuldade também para as pessoas idosas, porque tudo aquilo que é bom para o portador de deficiência também é bom para as pessoas idosas: as barras, uma segurança maior. Sabemos que um dos maiores índices de problemas está concentrado nos acidentes que ocorrem dentro do ambiente do hotel, da casa, ambientes internos.

Poderíamos estudar alguma coisa no sentido de prestigiar essas pessoas, de não aprovar qualquer tipo de projeto que não seja totalmente acessível, inclusive para se dar uma valorização diferente àqueles projetos que prevejam também a participação do cego, do surdo e dos deficientes mentais.

Penso que se poderia estudar, de alguma maneira, uma forma de valorizar, de divulgar isso pelo Brasil. Creio que seria extremamente interessante haver em algum hotel, em alguma pousada, seja lá no que for, a placa: Totalmente acessível. Até para o estrangeiro a idéia é interessante, porque ele acaba valorizando isso, e o brasileiro também.

Essa é uma justificativa, um pedido de empenho, de trabalho, direcionado para essa área, particularmente para algo tão importante como o turismo.

Um segundo ponto, que já foi respondido em outra pergunta, é a questão das regiões turísticas prioritárias. Eu estava observando no Paraná e constatei que é realmente uma decisão do fórum, que V. Exª mencionou, porque há regiões que realmente precisariam de uma ênfase turística, porque não constam deste documento, e que, ao mesmo tempo, estariam vinculadas a um processo de desenvolvimento social, de inclusão social, de regiões pobres com potencial turístico grande, que geraria emprego e renda. Então, como fazer para constarem do documento, não só em relação ao turismo como também ao desenvolvimento social e à própria inclusão social do povo?

Um terceiro aspecto é saber se V. Exª poderia mencionar rapidamente o andamento dos trabalhos do Prodetur-Sul, apenas para sabermos em que pé está, particularmente no Paraná.

Agradeço e desejo sucesso a V. Exª, apesar de ser desnecessário. Quero que V. Exª saiba que pode contar com os Senadores e os Deputados, porque todos sabemos da competência, da dedicação e do entusiasmo de V. Exª nessa e em outras áreas.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra ao nosso grande Conselheiro de Turismo, ex-Presidente e atual Vice-Presidente, Paulo Octávio, como terceiro inscrito. Depois, para as respostas e considerações finais, o Ministro, já que não existe mais nenhum outro inscrito para fazer pergunta.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Eu quero cumprimentá-lo pela palestra. Nada como trabalhar em equipe. Também quero cumprimentar a equipe que está aqui presente. Desde o começo, desde a sua primeira audiência nesta Comissão, foi sempre colocado este fator: uma equipe unida, integrada, num Ministério novo, mas que está mostrando um ótimo serviço ao Brasil

É fundamental o turismo, como foi bem colocado, para a geração de empregos no nosso País. Temos que caminhar no rumo certo, de buscar esses nove milhões de turistas, que são a meta para 2007. Se chegarmos lá, o Brasil muda de figura.

Eu tenho algumas questões pontuais. Eu estava ouvindo o Senador Flávio Arns falar sobre os deficientes e gostaria de lembrar que aqui, em Brasília, nós criamos um selo de acessibilidade aos empreendimentos turísticos. É interessante, porque o próprio Governo os controla, então, são empreendimentos que têm uma acessibilidade maior. Eu acho que todo o Brasil poderia usar um sistema como esse. É um certo prêmio aos empreendimentos que dão uma acessibilidade maior às pessoas portadoras de deficiências.

O segundo ponto que eu queria colocar é sobre a quantidade de cursos de turismo, o que eu não sei se é positivo ou negativo. Não sei como é no Paraná ou em Santa Catarina, mas vejo as faculdades em Brasília com dezenas e dezenas de cursos de turismo. Eu não sei se o Ministério tem algum contato com o MEC para saber avaliar se teremos demanda para tantos formandos em turismo e qual é a especialidade desses cursos. Na área técnica, nós estamos graduando pessoas em um nível mais abaixo, que não são universitários, mas podem também prestar um bom serviço?

Eu queria saber se o Ministério já está preocupado com essa questão. Senão daqui a pouco teremos milhares de formados em Turismo desocupados, sem emprego, o que é grave e se trata de uma preocupação que atinge hoje os advogados no Brasil. O excesso de cursos de Direito preocupa a OAB, o que eu considero muito importante. Devemos pensar também no futuro desses formandos, com vários cursos de Turismo abrindo em todas as faculdades.

Nos últimos anos, principalmente, o Turismo passou a ser uma carreira muito procurada pelos jovens brasileiros, com a esperança de um crescimento, que se apregoa há muito tempo, na demanda de profissionais na área. Então, eu não sei se o Ministério tem contato com o MEC para avaliar isso.

A última questão é mais do Distrito Federal. Temos um percentual zero de emendas liberadas de Bancada. A emenda prioritária no DF é a do Centro de Convenções. Seria muito bom, Ministro, na inauguração do Centro de Convenções, uma obra orçada em mais de R$70 milhões, o Governo Federal ter entrado com algo, porque até agora não entrou com nada, zero! Tudo está sendo feito com recursos do Governo do Estado. A inauguração está prevista para abril do ano que vem. Nós colocamos emendas em 2003 e em 2004 e nada foi liberado, nem em 2003, nem em 2004.

Então, fica um apelo, porque o Centro de Convenções está aqui no centro da cidade, no coração, a um quilômetro do Ministério, e não conta com um centavo liberado do Governo Federal, apesar das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra ao Ministro para responder à Deputada Celcita Pinheiro, ao Senador Flávio Arns e ao Senador Paulo Octávio.

O SR. WALFRIDO MARES GUIA – Obrigado, Senador Leonel Pavan.

Deputada Celcita Pinheiro, minha querida amiga, eu queria que V. Exª desse um abraço no Senador Jonas Pinheiro.

Em primeiro lugar, vou falar de Mato Grosso. Tendo em vista o Ricardo ter deixado a Secretaria para disputar como candidato, exatamente no momento em que o Fórum de Mato Grosso reunia para fazer a escolha, acredito que aí pode ter havido um hiato. Mas sei que o referido Fórum fez o trabalho com os empresários, com as autoridades. A questão está em eles formalizarem também. Não há por que V. Exª se preocupar com a regionalização.

Quero ressaltar que o Estado do Mato Grosso é composto por três subsistemas: o cerrado, a Amazônia e o Pantanal. Aliás, quando sobrevoamos a região podemos ver nitidamente o início de um subsistema e o término do outro. Tive a oportunidade de visitar Alta Floresta, lá estive com o Senador Jonas Pinheiro durante a campanha para observamos o limite da Amazônia.

Portanto, o Estado é um paraíso para o ecoturismo. Dizem que a região de Nobres, ainda não a conheço, é lindíssima, algo parecido com Bonito. Realmente, a reforma no aeroporto é fundamental. Estive em Cárceres, desci em Alta Floresta, acompanhando o Deputado Ricarte de Freitas e outros companheiros, como Pedro Henry, Líder do PP, mas entendo fundamental – repito– a reforma do aeroporto em Cuiabá. Aliás, existe lá um pequeno problema. Refiro-me à questão dos bombeiros. Conversei pessoalmente com o Governador de maneira bem detalhada sobre a necessidade de a Infraero fazer melhorias naquele aeroporto, mas havia a questão da gestão do corpo de bombeiro, tendo em vista divergências de visão do Governador Blairo Maggi e da Infraero. Não sei se isso foi definitivamente superado; o que sei é que a Infraero tem recursos para realizar tais melhorias no aeroporto. Isso é o mais importante.

Hoje, almocei com o Presidente da Infraero, no Ministério, e falávamos exatamente dos aeroportos de todo o Brasil. Ou seja, da necessidade de todo o País em ter muitos aeroportos que recebem vôos nacionais, regionais e até internacional, a exemplo de Bonito. Portanto, precisamos de um aeroporto internacional em Cuiabá. Futuramente teremos um em Corumbá e em outras cidades do interior, como em São Raimundo Nonato, no sudoeste do Piauí, para que possamos, de fato, receber turistas interessados no ecoturismo em várias de nossas regiões.

Tenho também essa preocupação. Mas posso dizer que o Presidente me dá absoluta e total cobertura nessas demandas. Vou levar essa preocupação de V. Exª, se possível, hoje ainda.

Quanto à questão da promoção e dos investimentos nas emendas, promoção é serviço; investimento é obra. Trata-se de duas rubricas distintas. Então, os Parlamentares têm que fazer duas emendas. Acontece que não existia uma tradição de emenda de promoção. Inclusive o próprio Ministério do Planejamento e a burocracia da Casa Civil tiveram um pouco de dificuldade. Agora, está tudo resolvido. As emendas de promoção vão sair tranqüilamente. A única coisa que pedimos aos Parlamentares é que nos mandem com a devida antecedência. Por exemplo, se V. Exª pedir R$200 mil para promoção no interior do Mato Grosso e disser que quer R$20 mil aqui, R$30 mil ali, R$42 mil aqui, R$38 ali, descrevendo quanto e qual a ação – se é a comemoração da cidade, se é uma festa de São João, se é o clube de pesca, enfim, aquilo que movimenta a cidade –, aí a recebemos com a devida antecedência, vem o projeto pronto, na forma que a Lei estabelece, a Prefeitura ou entidade nos dá a documentação, e processamos. Precisamos ter 20 dias úteis para poder preparar tudo, a fim de que possa estar publicado no **Diário Oficial da União**, inclusive o empenho antes do evento, porque se não empenharmos antes do evento, não poderemos fazê-lo depois.

Acredito que agora esse caminho está terraplenado para fazermos as duas emendas. Eventualmente o Estado pode ter o interesse em fazer para promoção internacional. Imagine, por exemplo, que há uma feira internacional de pesca e, lá, naquela região do Araguaia, o Estado de Mato de Grosso queira fazer um festival internacional de pesca, como vi em Cárceres. Havia mais 1.500 barcos, inundado de gente, uma ma-

ravilha de evento. Então, aquilo é um evento de porte internacional. Quer dizer, pode-se fazer uma promoção até em outro país. Não existe essa limitação; a única de que precisamos é ter a emenda. Ela pode ser emenda individual ou emenda de Bancada. As Bancadas também podem fazer emenda de promoção porque em geral o pessoal faz de investimento.

Sobre a China, Deputada Celcita, acredito, sem falsa modéstia, que foi a melhor coisa que podíamos fazer com relação à China, com relação ao Brasil, porque o Brasil já está vendendo isso, mais aquilo, mais aquilo outro; a China hoje já exporta quase 8 bilhões; já, já, ela passa a Argentina. E ela está crescendo a 8%, 9%, 10% ao ano, e é um país incrível; o desenvolvimento que eles têm, a vontade que eles têm e a forma que eles se organizaram para crescer a qualquer custo. Então, eles são nossos parceiros essenciais. Mas estávamos completamente fechados para os chineses e os chineses para nós.

Então, falei com o Presidente Lula e disse que tudo isso que assinamos, para vender mais carne, mais frango, mais isso, mais aquilo, vender minério, de tudo isso eles precisam para alimentar um bilhão e trezentos milhões de habitantes e para sustentar um crescimento da ordem do que a China sustenta.

No entanto, no turismo estávamos com os portões trancados, com o cadeado enferrujado e a chave jogada fora. Então, abrimos tudo isso agora. O Estatuto do Destino aprovado é uma regulamentação do governo chinês que impedia, até sexta-feira passada, qualquer chinês de vir ao Brasil para passear. Para ele vir aqui ele tinha que receber um convite ou do Congresso, ou do Governo Estadual, ou de uma prefeitura, ou de uma empresa; esse convite tinha que ser aprovado pelo Itamaraty e era enviado para o Itamaraty de lá e tinha que ser aprovado por lá. Depois de aprovado nos dois, tinha que ter a ratificação do convite. O convite era para valer mesmo ou era só para o sujeito passear? Resultado: numa população de um bilhão de trezentos milhões de pessoas, virão este ano menos de 15 mil pessoas. E nossa meta para 2007 é de 100 mil pessoas; a meta para 2010 é de um milhão de chineses no Brasil.

Quando falei com o Presidente Hu Jintao, no encontro entre os dois Presidentes e as equipes, que a meta era de 100 mil pessoas, depois que ele respondeu a questão do Ministério da Agricultura, ele falou que, em relação à meta do Ministério do Turismo ela está conservadora, porque, se vocês conseguirem um turista chinês em cada 10 mil habitantes, um virá ao Brasil, só terá 130 mil ao invés de 100 mil.

Então, é um lugar para trabalharmos agora com muita força, com muita competência, e estamos trabalhando inclusive com as empresas chinesas de turismo, que são grandes; eles exportaram, ano passado, 22 milhões de turistas; e este ano esperam exportar quase 30 milhões. Existem 17 escritórios abertos no mundo e um orçamento relevante; eles encaram o turismo como uma prioridade também de desenvolvimento. Então, vencemos essa barreira. Se não tivéssemos assinado esse ADS, a resposta que iria dar a V. Exª é a seguinte: não há hipóteses de haver turismo com a China, só visita individual. Agora, conseguimos isso em menos de um ano. A Europa demorou 6 anos para conseguir o ADS. Só Cuba, na América Latina inteira, tinha o ADS. O Brasil é o segundo país. A visita do Presidente Lula à China, no mês de maio, e a visita do Presidente Hu Jintao aqui, agora, abriram os canais da diplomacia para conseguirmos isso.

E ainda trouxeram o Secretário Nacional de Turismo, o levamos ao Porção, ele se deliciou com aquelas carnes brasileiras, para podermos exportar mais carne; saíram de lá vibrando com aquela história.

Meu caro amigo, Senador Flávio Arns, é um prazer enorme estar com V. Exª aqui depois de 4 anos quase semanalmente juntos na Comissão de Educação, para meu gosto e alegria ter a sua companhia e amizade. Realmente, agradeço as palavras de V. Exª em relação ao entusiasmo, à confiança e à competência da nossa equipe. Temos orgulho de ter uma equipe profissional, qualificada e dedicada.

Temos um problema na nossa infra-estrutura no Brasil inteiro, e, se colocarmos os olhos na questão daqueles que precisam de cuidados especiais, aí a coisa fica mais brava ainda. Aprendi isso na educação, durante uma década. Tanto é que hoje, na nossa política, em qualquer projeto relevante que o Ministério do Turismo tenha influência temos a preocupação da sensibilidade.

Acho ótima idéia esse selo totalmente acessível, Maria Luíza. Vamos acatar a sugestão do Senador e colocar isso como premissa, porque, às vezes, uma pequena rampa faz o acesso. Fomos inaugurar o elevador do Corcovado, ano passado, em janeiro, a coisa mais importante que a Fundação Roberto Marinho e os patrocinadores levantaram foi isso, os portadores de deficiência não conseguiam chegar ao Corcovado. E agora eles podem chegar ao Corcovado com segurança completa, porque tem a escada rolante e o elevador.

Então, essa questão das rampas, dos elevadores, dos banheiros, das barras, dos estacionamentos com os carros em lugares mais próximos, para o restaurante, para os logradouros, para estádios, para centros de convenção. Já começo a ver, Senador, uma preocupação com isso. É um trabalho que não pode-

mos deixar de falar nunca. É preciso repetir mil vezes, se tivermos mil oportunidades para isso. Conte com a nossa atenção especial quanto a isso.

Outra pergunta sobre a regionalização do Paraná... Os Estados escolheram esse grupo, que está no programa, a partir de premissas que eles próprios levantaram. Nós demos uma diretriz geral, dizendo o seguinte: a oferta no Brasil é deste tamanho... E ela está ociosa. Se pensarmos em hotel, a média de ocupação dos hotéis é 60%. Se a oferta está assim, a demanda está desta forma. Só que temos de fazer isso com a oferta e isso com a demanda. Para fazermos isso com a oferta, temos de aplicar em infra-estrutura, treinamento de pessoal, qualificação, mas o tempo todo... E, ainda, temos que, para esticar a demanda, temos de investir em promoção. E uma alimenta a outra. Na medida e que estamos alimentando a promoção, os investidores aumentam a oferta. Temos, realmente, de criar mais ofertas de turismo no Brasil. Se analisarmos as prateleiras do mercado, o que há: são 15 ou 20 destinos no Brasil, no máximo. O resto não está à venda. E existem coisas maravilhosas para visitarmos no Brasil, tanto para eventos e negócios quanto para turismo de lazer e incentivo. A idéia deste programa: Roteiros do Brasil, é um programa de regionalização, não é mais de municipalização. Queremos que o turista vá e fique muitos dias, e não um dia e voltar. Para isso, temos de integrar áreas e somar tudo o que cada cidade, ou cada distrito, ou cada pedaço daquela região possa contribuir para que os turistas possam ficar mais tempo. Se pudéssemos pegar os turistas que vêm hoje e que eles ficassem o dobro do tempo, já teríamos ganhado a guerra. Como os turistas internacionais ficam, em média, 11 dias, para eles ficarem 22 é muito difícil. Então, temos de dobrar o número. Mas os turistas nacionais, sobretudo os de final de semana, em vez de ficar de sexta para sábado, podem ficar até domingo. Se fizermos isso, de maneira geral, dobraremos o número. Aí dobra emprego, dobra renda e dobra tudo. Por isso que estamos trabalhando com o Conselho de Regionalização: mais destinos, mais pólos turísticos, mais promoção, mais oferta para gerarem mais demanda. No caso do Paraná, se V.Exª tiver alguma sugestão, me encaminhe, por favor, ou encaminhe para o fórum. Encaminhe para o Governo do Estado ou para a Secretaria de Estado ou de Turismo, ou para qualquer um representante do **trading** do fórum: hotéis, restaurantes, bares, locadoras de veículos, guias de turismos, agência de viagens. São vários representantes do **trading** em cada um desses fóruns. Em geral, recomendamos que haja mais iniciativa privada que Governo, porque todos os empregos do turismo são dados pela iniciativa privada. Pouquíssimos são dados pelo Governo. Então, a iniciativa privada tem de ser parceira em tudo para entender que estamos formulando a política, avaliando a política, monitorando a política, conseguindo recursos, fazendo a promoçao, fazendo os investimentos de infra-estrutura pesada para os empresários fazerem hotéis, restaurantes, os bares, os ônibus, os táxis, os guias etc, fazer a produção de material e assim por diante. Essa rota pega 52 áreas de atividade econômica e acaba gerando emprego em tudo quanto é lugar, seja desenvolvido ou em desenvolvimento. Essa é que é a grandeza do turismo: ele não precisa ter uma estrutura tão desenvolvida para gerar o emprego. Basta ter um recurso natural bem trabalhado e desenvolvido para virar um produto. Promovido, traz a pessoa e começa a ter renda. Se V. Exª quiser sugerir algum destino ou pode ser por nosso intermédio ou pelo fórum.

O Prodetur-Sul, Senador, está bem. Acreditamos que agora os quatro Estados – Maria Luísa está ali, a Secretária que cuida especificamente do Prodetur-Sul – já estão aptos a ter os seus PDITS. O PDITS mais rápido é o do Paraná: Plano do Desenvolvimento Integrado e o Turismo Sustentável. Cada Estado tem de fazer, para cada intervenção, esses PDITS. Então, inicialmente, cada Estado apresentou um PDITS de um pólo, e esse PDITS é analisado por nós, pelo Banco do Brasil, aprovado, e o Estado contrata um financiamento, e liberamos a contrapartida.

Estamos com recursos de R$10 milhões no orçamento que está aqui no Congresso, mas ele pode ser emendado. Solicito a possibilidade de a Bancada do Sul fazer uma emenda de aumentar o Prodetur, porque esse depende da velocidade dos Estados em poderem contratar o financiamento e dar a sua contrapartida para nós darmos a nossa. Até podemos antecipar as nossas, mas precisamos de algumas seguranças pelo contrato. O contrato é muito difícil, muito burocratizado, exige muito detalhe na sua aplicação, mas já superamos essa fase. Já subimos a montanha e já estamos lá em cima. Agora é hora de contratar e começar as obras.

No caso do Paraná, não me recordo de nenhum problema, porque em março deste ano, antes de o secretário sair para ser candidato à Vice-Prefeito de Foz do Iguaçu, ele esteve aqui em Brasília, e passamos o Prodetur do Paraná a limpo; parece que está tudo certo.

Agora, capacidade financeira e de crédito do Estado para contratar o financiamento -- porque o aval é da União –, capacidade de contrapartida – parece que o Paraná tem –, para começarmos a desenvolver o projeto. Não tem gargalo lá no Paraná. Tínhamos um gargalo no Rio Grande do Sul, por causa de uma

estrada chamada Rota do Sol – ela vinha da praia e depois subia lá para os Aparados da Serra. Ali, tinha uma variante ambiental muito complicada, que estava criando dificuldades. Parece, Senador Sérgio Zambiasi, que isso já foi superado ou está em curso, não é?

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado, Senador Flávio Arns, pela gentileza das considerações em relação ao Ministério.

Agradeço também ao Senador Paulo Octávio pelo seu reconhecimento permanente e constante em relação ao trabalho da nossa equipe, a importância que o turismo tem na geração de empregos. O turismo hoje, indiscutivelmente, é a maior alavanca de geração de emprego na economia, mais do que a agricultura. Há vinte anos não podíamos falar isso. Entrem em um campo de soja e vejam quantas pessoas estão trabalhando lá; entrem num restaurante, num bar, numa hospedaria, numa agência de viagem, numa locadora de veículos e vejam. Isso se multiplica aos montes – os guias, etc. Então, é um setor fundamental.

Acredito na clarividência do Presidente Lula ao criar o Ministério. Enxergou a palavra emprego em primeiro lugar, renda, em segundo, e divisa em terceiro. Emprego, renda e divisa: esse é o nome do turismo.

Temos de reconhecer, Senador Leonel Pavan, que muita coisa foi feita antes. Vimos da vida pública há vinte e poucos anos, e é um erro a pessoa e a equipe terem a presunção de achar que dali para frente é que as coisas valem. Não, muita coisa foi feita antes, muita coisa. A Embratur tem trinta e poucos anos. Tivemos muitos presidentes competentes, mas não havia uma prioridade. Isso ficava num escalão um pouco escondido. Creio que a coisa importante é essa vontade política de dar uma prioridade ao turismo. O turismo é uma política pública do Governo do Presidente Lula. Felizmente, o Congresso Nacional nos dá um apoio indiscutível. Isso nos ajuda a abrir as asas e voar mais alto. Isso se manifesta no Orçamento.

Então, estou absolutamente convencido de que a meta de nove milhões não é nenhum um bicho-de-sete-cabeças não. O Eduardo Sanovicz e sua equipe podem até perder seus cabelos. Só eles vão perder. Nós vamos ganhar. Temos de ganhar nove milhões de turistas. Só não temos esse número hoje, porque esse trabalho não começou há dez, quinze anos.

Se formos ver o que o Orçamento do passado dava à Embratur, ao Ministério do Turismo e do Esporte, ou ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, era nada; US$ 12 milhões, US$ 15 milhões, nada. Cuba é uma ilha, pequenininha e pobre. O orçamento de Cuba para o turismo era maior do que o nosso. Uma ilha que tem pouco mais do que a população metropolitana de Belo Horizonte. Então, quando colocamos R$170 milhões no Orçamento da União para promoção é pouco; o ideal é que fossem R$300 milhões. Mas vamos devagarzinho, degrau por degrau. Não é possível ser de R$300 milhões agora; neste ano, por exemplo, foram R$104 milhões; no ano que vem, serão R$174 milhões mais emendas, podendo chegar a R$200 milhões. No próximo ano podem ser R$350 milhões, no outro ano, R$500 milhões.

A OMT, Organização Mundial do Turismo, nos seus 50 anos de experiência, diz o seguinte: "Se o país quiser ter um ingresso 'x' num ano, tem que investir, anteriormente, 2 de 'x'". Quer dizer, se quisermos ter 5 bilhões de ingresso no ano que vem, teremos que investir U$100 milhões. Nós não significa o Governo Federal, mas o turismo nacional – o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais e as empresas, em promoção internacional.

Já vamos começar a ver, Srs. Senadores, no Orçamento do ano que vem, muitos Estados colocando promoção pela primeira vez. O Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo, me disse, há um mês, no gabinete dele, que o Estado de São Paulo já ia entrar com R$11 milhões só para promoção, tirados de uma conta das estâncias hidrominerais com as quais eles fizeram um acordo.

O Estado do Ceará está investindo em promoção; o Estado da Bahia está investindo; o Estado de Minas, com toda as dificuldades com as quais o Governador Aécio está se defrontando, já colocou também em promoção.

Muitos Estados do Brasil começam a colocar, nas suas Secretarias de Turismo, verbas para promoção internacional.

Nós ainda pegamos uma parte considerável dessa verba e rateamos com os Estados, numa proporção de metade para o Ministério e metade para o Estado, tirando as feiras, o RP e a captação de eventos no exterior.

Então, estamos também alimentando os Estados com recursos, mas eles têm que colocar alguns dos empresários também.

Quantidade de cursos.

Temos mais de 500 cursos. Temos mais de 500 faculdades de turismo hoje funcionando no Brasil. Isso é ruim ou bom? Creio que é bom. Não tenho preocupação, Senador, em relação ao número de cursos de Administração, de Direito, de Engenharia, de qualquer coisa. No mundo inteiro aconteceu isso, a não ser nos países controlados pelo Estado, porque todos faliram, sem exceção. Não há nenhum para que pudéssemos ver como deveria ser. Todos faliram.

O Chile fez isso há 40 anos. Quando eu estava começando a minha vida profissional, aprendi essa

questão do Chile no final dos anos 60. O Estado não tinha condição de crescer, e a iniciativa privada cresceu com muito xingatório, muito protesto, muito isso e muito aquilo. Passam 30, 40 anos, e o que ocorre? O Chile é um país que tem a sua classe trabalhadora com 11 anos de escolaridade. As escolas que foram competentes ficaram e as que foram incompetentes sumiram, perderam para a concorrência; de novos, de antigos, de privados ou de públicos.

A discussão que houve no Brasil, durante quatro décadas, era o público *versus* o privado. Essa discussão é inócua. O público tem que ser bom, e o privado tem que ser bom. O público é sustentado... Não é nem o público, é o estatal, porque os dois são públicos, os dois são abertos. Um é mantido pela mensalidade dos alunos, e o outro, pelos impostos.

A questão fundamental é a seguinte: se analisarmos o arco de todas as profissões, somente a profissão de médico – é a única – garante que mais de 70% das pessoas que formaram exercem a profissão. Se tirarmos medicina e, depois, odontologia, com todas as outras profissões, sem exceção, não ocorre isso. Inclusive engenharia, porque, quando me formei em Engenharia, em 1966, os engenheiros eram engenheiros. Hoje, nem 30% dos engenheiros formados são engenheiros, mas estão todos trabalhando.

Na medida em que haja curso superior de qualquer coisa, mesmo que tenha muito mais gente estudando do que a demanda do mercado, isso não é um problema para o mercado nem é um problema para o País. Isso é uma opção que cada um faz de ter um conhecimento a mais que o curso superior lhe dá. Ele alimenta a demanda, quer dizer, se o mercado precisar, há gente qualificada.

A pergunta que V. Exª acrescenta é a seguinte: por que esse pessoal não está na área técnica? Porque voltamos com a velha questão: a área técnica não oferece salário equivalente a atrair a pessoa que pode ir para o ensino superior. Hoje há três milhões e setecentos mil estudantes cursando o ensino superior brasileiro. Desses três milhões e setecentos mil, dois milhões e quinhentos mil são da iniciativa privada e um milhão e duzentos mil são da área pública – municipal, estadual e federal. As universidades federais têm na ordem de 600 mil alunos; as universidades estaduais, outro tanto; e as municipais, pouquinho. Mas dois terços, praticamente, são das escolas particulares, que vivem de mensalidade. Sejam filantrópicas ou não, sejam comunitárias ou não, todas elas precisam da mensalidade.

Não vejo nenhum problema em haver mais curso do que a demanda do mercado, mas, sim, na qualidade dos cursos; isso é uma coisa que o MEC e nós podemos fazer. E tem uma associação chamada Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo, que está muito sintonizada conosco e com o mercado. Seus membros fazem parte do Conselho Nacional de Turismo, são freqüentes nas reuniões da Câmara, estão em todos os debates e estão preocupados em dar aos cursos de turismo uma modernidade, uma contemporaneidade, no sentido de serem suficientemente competentes para poder adequar aquelas pessoas que se formam a atuar em qualquer ponta.

Hoje, tirando esses cursos de grande especialidade, a tendência é essa mesma, é o que nos Estados Unidos se chama de *liberal arts*, em que os dois ou três primeiros anos da faculdade desenvolve nos indivíduos qualidades genéricas: escrever bem, falar bem, entender bem, quer dizer, ler e entender, para poder expressar no papel aquilo que está na cabeça dele; saber fazer conta, saber interpretar estatísticas; usar o computador com familiaridade e buscar as informações que estão abertas; ser capaz de propor. Se pudermos chamar mil alunos de turismo e lhes propor uma série de alternativas, eles têm que sentar à mesa, cada um pegar o seu computador e sair atrás de informação e propor alguma coisa. As universidades têm que ensinar isso. Depois, podem aprender. Alguns casos que deram certo, aqui, ali e acolá, mas na hora em que entra com a "mão na massa", que vai fazer o estágio e, depois, entra no mercado, aí é que a pessoa de fato aprende.

Nós, que estamos na área da educação há muitos anos, sabemos que, para uma profissão genérica, como é o caso do turismo, da administração de empresas, da economia, gastam-se 5 ou 6 anos depois de formado para poder dizer que começa a ser um profissional; na medicina, 10 ou 15 anos; na Engenharia, 8 ou 10 anos – depois de o sujeito ver muita construção, errar e acertar, só 10 anos depois ele pode ser considerado um profissional sênior.

Então, não vejo isso como um problema, Senador, mas admiro a sua acuidade em colocar os olhos nisso porque valeria a pena abrirmos uma discussão com o MEC, no sentido de colocar todo mundo junto para dotar os cursos que estão em cidades pequenas e mais distantes de uma infra-estrutura melhor, porque eles têm liberdade para montar o seu currículo, de acordo com as regras do MEC; e, às vezes, estão cumprindo uma regra, mas o currículo está defasado, e o papel da ABBTur, que é uma ONG, pode ser muito importante, e o Congresso pode ter esse papel. Mas não vejo isso como um problema e sim como uma solução.

V. Exª coloca aqui as emendas de Bancada. Tenho tido um cuidado muito grande, ainda mais tendo sido Parlamentar e feito tantas amizades, como a que

tenho com V. Exª, o que muito me honra, não tenho assumido responsabilidade de liberar as emendas de Bancada, porque não dependem só de mim; as emendas individuais, sim, dependem do Ministério. Então, o meu acerto com o Presidente, com o José Dirceu, com o Aldo e com a área econômica é o seguinte: vamos pagar 100% das emendas individuais, o Ministério do Turismo vai pagar este ano e os outros anos como um compromisso. Agora, as emendas de Bancada, V. Exª viu que conseguimos liberar 15% até agora – dos 162 milhões, liberamos 25 milhões, podemos chegar a 40, provavelmente, não passaremos disso, já que o Governo quer liberar todas as emendas individuais. E acho que vamos ter condições de pagar todas, não por ter dinheiro, mas por serem emendas plausíveis de receber o pagamento.

Acredito que as emendas de Bancada têm que ter um trabalho da Bancada, do Governo, com o Ministério da Articulação. De minha parte, o que fizemos? Liberamos três milhões para Tocantins, para um centro de convenções, que está quase pronto; liberamos 1,5 milhão para Foz do Iguaçu – está praticamente pronto; liberamos dois milhões para Campo Grande – centro de convenções, está pronto; liberei 1,5 milhão para o Parque de Feiras da Gameleira, em Minas Gerais, que já está pronto, e mais aqueles recursos das estradas que o Governador Aécio fez; liberamos um milhão para o centro de convenções, no Amapá. Agora, todas essas liberações tiveram um trabalho político.

Comprometo-me com V. Exªs no sentido de fazermos um trabalho com o Ministro Aldo, mesmo porque a obra de Brasília é enorme, é relevante, é fundamental. Brasília pode ser um centro, assim, excitante no final de semana com eventos, porque os hotéis estão vazios, os aeroportos, também, o preço pode cair bastante, e a Cidade ficar cheia de turista, inclusive, o turismo cívico; tendo um centro de convenções, é ouro sobre azul. Eu teria condição, Senador, de defender isso com unhas e dentes. A questão é só o valor. Eu me disponho a fazer, do meu lado, esse trabalho, e V. Exª poderia dar uma cutucada no Ministro Aldo para que ele libere uma parte dessa emenda.

Com relação às emendas de bancada, eu reconheço que não tenho poder para assumir o compromisso prévio de liberá-las, mas, na medida em que elas vão ao encontro de um alvo como este aqui – um centro de convenções – e estão menos rateadas, será mais fácil liberá-las. Com relação ao rateio, àquilo que eles chamam de "rachadinha", isso depende da unidade da bancada, do peso dela e do governador em relação à pressão que é feita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro Mares Guia, a Ordem do Dia já teve início no Senado.

Hoje tivemos aqui não apenas uma explanação sobre o Orçamento, mas verdadeiras palestras sobre vários assuntos importantes para o nosso País. Apesar de a regra estabelecida aqui ser de cinco minutos de tempo para cada resposta, nós permitimos que o ministro falasse à vontade, já que os assuntos eram interessantes para nós e também porque ele tem atendido a todos os senadores e deputados. Talvez pudéssemos até conceder mais tempo ao ministro para que S. Exª pudesse expor os seus projetos e as suas idéias.

Ministro, a equipe montada por V. Exª é muito competente. Por meio de suas explanações, V. Exª mostra que está assessorado em todos os sentidos, tanto no que se refere à questão das rodovias, como à questão das ferrovias, dos aeroportos e portos. Mostra ainda que tudo depende do turismo e que há uma preocupação constante com o conserto das estradas. Quando se fala em segurança para o turista, faz-se referência não apenas à sinalização das estradas, mas também à segurança no que se refere até à saúde.

Balneário Camboriú tem dois postos de saúde na orla atlântica, e os turistas são orientados com panfletos e **folders** – turistas que vêm da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, do Chile e também turistas brasileiros – sobre como se proteger com relação à exposição ao sol e onde buscar atendimento se preciso for.

Gostaria de sugerir ao Ministério do Turismo que também distribuísse material, **folders** de orientação aos turistas que vêm de localidades onde não são fornecidas aos mesmos orientação sobre como se protegerem do sol

Quero lembrar aos Srs. Parlamentares, aos profissionais da área do turismo e aos profissionais da imprensa que, para o dia 24 do corrente, quarta-feira, às 10 horas, está prevista a realização de uma audiência pública na sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Essa audiência, que contará com a presença do Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, CNC, do Juiz Federal Jorge Maurique, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, e do Sr. Luiz Paulo Barreto, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, tem por finalidade, Sr. Ministro, debater com os Senadores e outros segmentos interessados a proposta de elaboração do novo Estatuto do Estrangeiro, em fase de estudo por uma comissão interministerial junto ao Ministério da Justiça.

Nesse mesmo dia, às 15 horas, dar-se-á a realização do VI Cbratur, Congresso Brasileiro de Atividades Turísticas, no auditório do Interlegis, no Senado Federal, inclusive com videoconferência. Aproveito para convidar o Deputado José Militão, Presidente da

Comissão de Turismo da Câmara, para participar do evento se for possível.

Agradeço ao Ministro a gentileza de dispor de seu tempo para que aqui pudéssemos tirar algumas dúvidas sobre o assunto. Sairemos daqui com uma certeza maior, a de que o Ministério do Turismo não só está nas mãos de uma pessoa competente, mas de uma pessoa atenciosa, que sabe, justamente por ser Parlamentar, como trabalhar com os Parlamentares e sabe das necessidades dos nossos Municípios.

Agradeço a V. Exª e coloco a nossa Subcomissão ao seu inteiro dispor; estamos requerendo, inclusive, que ela seja permanente. Fui o autor do requerimento para que ela fosse instalada no Senado, porém estamos encontrando dificuldades para que ela seja uma comissão permanente, como na Câmara Federal. Estamos, então, propondo que seja uma Subcomissão Permanente.

Coloco-me à disposição, assim como todas as Senadoras e os Senadores da Comissão, a nossa Assessoria do Senado e a Assessoria da Subcomissão.

Meu muito obrigado, um abraço a toda a sua assessoria, às Senadoras e aos Senadores, às Deputadas e aos Deputados.

Muito obrigado, Ministro.

(Levanta-se a reunião às 16h49min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Sexta Reunião da Subcomissão Temporária de Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 24 de novembro, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Leonel Pavan, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Valdir Raupp, Paulo Octávio e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer a Senadora Serys Slhessarenko e os Senadores Garibaldi Alves Filho e Edison Lobão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à Audiência Pública com a participação dos Senhores Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, do Juiz Federal Jorge Antonio Maurique, Presidente da Associação dos Magistrados Federais-Ajufe, do Senhor Norton Lenhart, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo, e do Senhor George Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, com a finalidade de "Debater a Proposta de Elaboração do Novo Estatuto do Estrangeiro, em fase de Estudo junto ao Ministério da Justiça", em atendimento ao Requerimento nº 5/2004-CAESTURI, de autoria do Senador Leonel Pavan. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Paulo Octávio e Leonel Pavan. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Leonel Pavan,** Presidente da Subcomissão de Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Srs. Senadores, convidados, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que se realiza dia 24 de novembro de 2004, às 11 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo Senadores que contestem, declaro aprovada a última Ata, que será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Hoje, haverá audiência pública com a participação do Sr. Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça; do Juiz Federal Jorge Antônio Maurique, Presidente da Associação dos Magistrados Federais, e do Sr. Norton Lenhart, Presidente da Câmara de Turismo da CNC – Confederação Nacional do Comércio.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados terão 10 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, para os Senadores, caso queiram fazer alguma contestação, e para os convidados.

A palavra será concedida na ordem de descrição. Cada um que pretender pronunciar-se terá que se inscrever. O interpelante dispõe de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Justifico a ausência de alguns Senadores. Existem várias comissões sendo realizadas hoje no Senado. Além disso, no plenário, há homenagem às mulheres, em que será abordado o tema Violência contra a Mulher. Então, muitos Senadoras e Senadores estão no plenário; outros tantos, em comissões de extrema importância, principalmente a que está discutindo as PPPs, além da Comissão de Educação.

Contudo, como as partes interessadas – entidades governamentais e não-governamentais estão presentes –, creio que poderíamos realizar esta audiência pública normalmente.

Vários Deputados Federais e Senadores já encaminharam projetos e propostas para a modificação da Lei de Imigração, que vige desde 1980 sem nenhuma modificação, arcaica, da época da ditadura militar. Em face do processo de globalização, do processo de aproximação entre os países, desenvolvido pelos Governos passado e atual, principalmente pelo do Presidente Lula, há necessidade de trabalharmos projetos e emendas para que possamos facilitar os vistos dos brasileiros que pretendem locomover-se para outros países, bem como estrangeiros que pretendem dirigir-se ao nosso País. Ou seja, "facilitar", acabar um pouco com essa burocracia, com essa dificuldade existente.

Por isso, convido para que se dirija à Mesa dos trabalhos, o Sr. Luiz Paulo Barreto, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, e o nosso amigo Juiz Federal Jorge Antônio Maurique, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE.

Convidamos, também, uma pessoa que está bastante atuante e que tem tirado um tempo muito significativo para a criação de uma lei geral do Turismo em nosso País, uma lei clara e transparente, que é o nosso querido amigo Dr. Norton Lenhart, Presidente da Câmara de Turismo da Confederação Nacional do Comércio. Para nós, sua presença é uma alegria imensa, uma vez que tivemos um debate em Gramado, na semana passada, sobre o tema.

Teremos, agora, a exposição de dez minutos de cada palestrante e, depois, quem quiser fazer a inscrição para algum tema, para algo importante, é só fazer a inscrição para perguntar aos nossos expositores. O livro de inscrição está sendo colocado à disposição de todos.

Para iniciar a nossa audiência pública, concedemos a palavra, por dez minutos, e se for necessário e assim o desejar, poderemos prorrogar esse prazo por mais alguns minutos, ao Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Dr. Luiz Paulo Barreto.

O SR. LUIZ PAULO BARRETO – Muito obrigado, Exmº Sr. Senador Leonel Pavan, demais integrantes desta Mesa, Sªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, foi com muita satisfação que recebi o convite para estar, hoje, presente nesta Comissão para debater um assunto que é tão importante para o Brasil e para os estrangeiros em nosso País.

Sou Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e fui designado pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos para presidir a Comissão que está elaborando a proposta do novo estatuto do estrangeiro ou o ante-projeto de lei de imigração e naturalização.

Recebi essa tarefa com muita satisfação porque tive 20 anos de experiência de trabalho na área de imigração, fui diretor do Departamento de Estrangeiros no Ministério da Justiça durante nove anos e imigração é o tema em que me formei e com que tenho mais afinidade, tanto na minha carreira acadêmica quanto na profissional.

O Brasil é um País formado por migrações, todos sabemos disso. Começamos a nossa colonização com os imigrantes portugueses. Como Portugal não tinha uma população para povoar um território do tamanho do Brasil, este, durante décadas, fez a imigração dirigida ou incentivada. Incentivamos, então, a vinda de italianos, que substituíram a mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira, a grande lavoura de exportação; incentivamos a vinda de libaneses, que ajudaram a desenvolver o nosso comércio regional; incentivamos a vinda de japoneses, que trabalhavam com a policultura e abastecimento das cidades de produtos agrícolas; incentivamos a vinda de alguns europeus, alemães, poloneses, franceses, para o desenvolvimento tecnológico. Enfim, durante muitas fases, o Governo brasileiro não abriu mão das imigrações dirigidas para que os imigrantes viessem ao Brasil ajudar a construir o nosso País e a desenvolver principalmente as Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Foi assim que formamos a nossa população e o nosso País.

Nesta sala, por exemplo, se alguém não tiver um nome indígena significa que todos nós somos descendentes de estrangeiros e essa é a realidade do Brasil, que é formado por imigrações.

Durante praticamente toda a sua História, esse fator caracterizou a vinda de estrangeiros para o Brasil, que sempre foi um País receptor de imigrantes, mas jamais contou com uma lei adequada para regulamentar esse instituto. A lei anterior era o Decreto-Lei nº 941, de 1969, que disciplinava a imigração de maneira bastante rígida, vinculando o fenômeno migratório a questões de segurança nacional.

Em 1980, foi redigida a lei até então em vigor, a de nº 6.815, aprovada durante o regime de exceção. Estávamos no regime militar, quando a Lei de Imigração foi aprovada, também trazendo para o componente migratório o aspecto da segurança nacional como situação de proteção do País contra o eventual ingresso de estrangeiros indesejáveis. Esse era o condão da Lei de 1980.

Em 1991, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.813, que tramitou nesta Casa durante dez anos. O Poder Exe-

cutivo propôs a retirada desse Projeto de Lei, no final do ano de 2001, porque já havia recebido 52 emendas e, durante os dez anos de tramitação, estava desatualizado. Justamente nesse momento, houve uma grande modificação no cenário migratório. O Brasil, País historicamente receptor de imigrantes, a partir da década de 90 passa a ser emissor de emigrantes. Atualmente, existem um milhão de estrangeiros regularmente fixados e registrados no País, e, ao mesmo tempo, há a estimativa de três milhões e meio de brasileiros no exterior. Costumamos brincar, dizendo que nosso saldo na balança migratória tem estado positivo nos últimos anos, fenômeno absolutamente incomum. Houve uma reversão no quadro migratório do Brasil.

Tanto a lei atual quanto o projeto de 2001 não contemplavam a nova realidade. Assim sendo, o Ministro da Justiça cria essa comissão, com a participação de vários Ministérios, como o das Relações Exteriores, o do Turismo e o do Trabalho, de dois professores da Universidade de São Paulo e de representantes da Polícia Federal, que também controlam a migração. Começamos, então, a tentar redigir um novo projeto de lei de imigração e naturalização que contemplasse a nova realidade: o Brasil, que antes era um País receptor de imigrantes, hoje é um País de emigração.

O grupo se reuniu por diversas vezes, e já estamos com o primeiro texto concluído. Vamos agora nos reunir pela última vez, durante três ou quatro dias, a fim de concluir e fazer alguma depuração no texto, de tentar ainda acrescentar algumas idéias que estão sendo levadas ao Ministério. Após terem sido divulgadas notícias na imprensa de que o Poder Executivo estava confeccionando um novo anteprojeto, houve uma seqüência de sugestões dirigidas ao Ministério. A idéia é sugerir consulta pública do projeto, por cerca de um mês, para, em seguida, tentar remeter a esta Casa um projeto que seja quase um consenso entre sociedade civil, segmentos de Governo e acadêmicos no que diz respeito à imigração.

O projeto de lei que está sendo redigido modifica muito a lei atual, ao reconhecer, num primeiro momento, o Brasil como um País formado por emigrações. Assim, poderemos evitar conceitos de xenofobia, de discriminação ou de contenção de fluxos migratórios, por maneira discriminatória, como vem ocorrendo em muitos pontos do mundo. A idéia é também a de trazer para o texto da lei a consagração de direitos políticos, civis, econômicos e sociais de estrangeiros no Brasil, direitos estes assegurados pela Constituição Federal, mas ainda sem regulamentação infraconstitucional. Existem casos até de diretores que negam matrículas em escolas para filhos de estrangeiros, o que já gerou problemas no Brasil, com ordem de prisão contra tais diretores.

Portanto, é importante a existência de um capítulo inteiro, conforme está designado, que trate das garantias individuais do estrangeiro, consagrando os direitos civis e o exercício desses direitos civis em igualdade de condições com os nacionais, conforme o previsto no art. 5º, **caput**, da Constituição Federal.

Por outro lado, além de reconhecer esses direitos, o Brasil necessita de instrumentos de migração modernos, que contemplem o respeito ao imigrante, que tratem a imigração como assunto de Direito Administrativo e não de Direito Penal, como infelizmente ocorre em muitos países. É diário o recebimento de reclamações de brasileiros no exterior vítimas de discriminação, de prisões arbitrárias. Sequer se permite a comunicação com os consulados, como está previsto na Convenção de Viena. Tratam os estrangeiros, muitas vezes, como terroristas, como se estivessem em situação de direito penal, quando, na realidade, no máximo, estão infringindo normas administrativas.

Imigrante não é terrorista – esse é um ponto chave. Combate-se terrorismo com inteligência, com estratégias de integração de Polícias, de sistemas de informação sofisticados, e não com combate à imigração, o que, na realidade, percebemos, está sendo um pretexto utilizado por muitos países para conter fluxos migratórios indesejáveis, digamos assim.

A lei brasileira, o novo projeto de lei que se espera apresentar a esta Casa em breve contemplará, sim, vistos mais modernos, dispositivos que impedem esse tipo de deportação de grupo, deportação de massa, que impedem tratamento penal ao imigrante e tratam a imigração como um fenômeno realmente vinculado a direitos humanos. Esse é um ponto chave do projeto que se pretende elaborar, terminar e encaminhar para esta Casa, o Congresso Nacional.

Outro ponto é que devemos aproveitar o momento em que justamente o Brasil vai na contramão desse processo de fechamento de fronteiras, de discriminação de imigrantes, o momento em que o Brasil hoje cresce no cenário internacional como um País amigo e aberto, como um País que respeita esses direitos. Há um sentimento de brasilidade no exterior, hoje, muito grande, em contraposição a políticas restritivas e rígidas. Então, é um momento muito adequado, sim, para o Brasil responder à comunidade internacional, ao cenário internacional, com uma Lei de Imigração que, assim como a Lei de Refugiados existente hoje no Brasil, a Lei nº 9.474, de 1997, seja uma lei considerada modelo. Nossa Lei de Refugiados é considerada modelo pelas Nações Unidas. Penso que o Brasil tem condições morais, históricas e econômicas de hoje ter

uma Lei de Imigração que também sirva de modelo no cenário internacional.

E, ao mesmo tempo, aproveitando esse fenômeno da brasilidade no exterior, devemos buscar atrair aquele imigrante que sempre desejou vir ao Brasil, mas que muitas vezes foi impedido de fazê-lo ou teve dificuldades por normas burocráticas, por barreiras burocráticas, ou por simples ausência de regulamentação. A imigração no Brasil, hoje, só está sendo possível de ser administrada porque existe o Conselho Nacional de Imigração, que funciona vinculado ao Ministério do Trabalho, mas que edita resoluções e normas que contemplam a imigração contemporânea. A lei atual, a de 1980, é uma lei totalmente fora do cenário, do contexto das migrações contemporâneas. Não poderíamos manejar o fluxo migratório, administrá-lo, com a lei atual.

Por esse fato, o que tínhamos que fazer? Por exemplo, na lei nova definitivamente se cria o visto para aposentados estrangeiros, para aquele estrangeiro que é aposentado, que recebe recursos no seu país de origem, que costuma até vir ao Brasil uma vez por ano passar três meses, na época do inverno, por exemplo, para veranear e estar no seu apartamento. Esse estrangeiro hoje vem para aqui como turista, tem prazo de estada limitado, tem que pagar taxas, não pode abrir uma conta num banco, não pode tirar um financiamento. A partir da nova lei, dar-se-á o visto para que ele possa comprar um imóvel, abrir uma conta num banco, ter sua vida no Brasil e poder usufruir seus meses de férias aqui. É o turista permanente que está trazendo um recurso que recebe no exterior para o Brasil.

Ao mesmo tempo, a lei atual, por exemplo, não consagra visto para investidores estrangeiros. Em muitos casos, o estrangeiro faz um investimento no Brasil e tem grandes dificuldades de obter um visto para acompanhar esses investimentos. A lei nova criará um visto para aquele que aqui fizer investimento e não fixará quanto será o investimento. Dirá que será permitido um visto ao estrangeiro que venha investir no Brasil desde que esse investimento gere empregos e cause um impacto social onde estiver sendo instalado. É diferente uma empresa em São Paulo de uma empresa no interior. Às vezes uma empresa no interior impacta a economia de uma maneira tão grande que mesmo uma pequena empresa poderia ser considerada. E a lei atual desconsidera a possibilidade de instalação de pequenas, médias e microempresas estrangeiras no Brasil, que poderiam gerar empregos, divisas, recursos, riquezas para o nosso País. A lei atual contemplará também esse aspecto e trará a desburocratização, a simplificação do sistema de vistos.

Há outro ponto também muito comum: a primeira idéia dessa nova lei é criar o visto de turismo e negócios. Hoje é muito comum isso. Na nossa lei atual, é dito que visto de turismo é uma coisa, que o de negócio é outra e que há uma grande complexidade para obtenção tanto de um quanto de outro. A partir de agora, isso não se dará. Criar-se-á um visto de turismo e negócio, onde os estrangeiros poderão vir ao Brasil assinar papéis, participar de reuniões de diretoria, acompanhar seus investimentos e, ao mesmo tempo, usufruir alguns dias de lazer.

O que causa hoje muito transtorno em aeroporto e provoca às vezes deportações é o fato de o estrangeiro chegar aqui e dizer: "Vou assinar um negócio". E a resposta é a seguinte: "Mas, para isso, o senhor precisaria de um visto. O senhor vem de onde?" "Mas venho da Europa, e lá não é preciso visto". "Não é preciso o visto de turismo, mas, para negócios, o visto é necessário". Isso gera grandes transtornos nos aeroportos.

Por outro lado, vamos tentar também atrair cérebros estrangeiros, facilitando a concessão de vistos para pesquisadores, cientistas, professores, técnicos de alto nível, ou seja, estrangeiros que podem vir ao Brasil contribuir para o desenvolvimento tecnológico nas áreas de ciência. A ciência precisa ter contato com o universo como um todo, com o mundo. Nenhum país consegue desenvolver-se tecnológica ou cientificamente isolado. Faz-se necessário um intercâmbio com os estrangeiros que procuram o nosso País. A nova lei, de fato, deveria contemplar esse sistema de maneira muito desburocratizada.

Enfim, o tempo é curto para descrever o atual projeto com detalhes, mas a idéia é aplicar a punição de expulsão, sim, para aqueles estrangeiros que cometem crimes no Brasil – somente nessas hipóteses de prática de infrações penais, quando o Brasil, ao receber bem o estrangeiro, também se protege daquele estrangeiro que venha para cá praticar crimes. É preciso haver um capítulo de expulsão e de extradição bem instrumentalizado e bem posto pela legislação atual.

É preciso mudar alguns outros pontos, como, por exemplo, o tema da naturalização. A nova lei pretende promover mudanças na naturalização, aproximando a lei do que está no texto constitucional, no seu art. 12, inciso II, fazendo com que a naturalização resulte de um processo de integração. Ou seja, o estrangeiro primeiro se torna brasileiro de coração para, depois, passar a ser brasileiro de direito. Ou seja, primeiro se torna brasileiro de fato, para passar a ser um brasileiro de direito. Esses critérios de aferição da integração devem ser valorizados e não critérios outros, como, por exemplo, o de antecedentes políticos ou alguma coisa nesse sentido.

O grupo, o Ministério da Justiça e o Poder Executivo esperam encaminhar ao Congresso Nacional um texto de lei que realmente seja democrático, não tenha barreiras burocráticas, que traga o País como modelo e que venha na contramão de fato do que se tem feito em vários países do mundo, que é tratar o fenômeno imigratório de maneira inadequada. Devemos reconhecer que o Brasil tem hoje esse desenvolvimento e essa cultura em todos os seus aspectos porque contou com o braço trabalhador e com o cérebro dos imigrantes que, por anos, décadas e décadas, vieram a ajudar o nosso País a atingir o estágio atual.

Penso que esse deva ser o espírito de um projeto de lei que evidentemente conterá dispositivos de proteção do Estado brasileiro. Não se trata de abrir as portas para o ingresso indiscriminado de estrangeiros, mas, enfim, é um projeto que contempla a realidade migratória contemporânea do Brasil e do mundo.

Por enquanto, é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Agradecemos as palavras do Sr. Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça.

Quero abrir um parêntese para cumprimentar publicamente o nosso Ministro Walfrido dos Mares Guia, que hoje aniversaria. S. Exª também está preocupado com a Lei Geral do Turismo e com o visto para os estrangeiros.

Registro que os alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e os da Universidade Federal de São Paulo estão acompanhando a palestra dos nossos convidados, nesta audiência pública.

O próximo a usar da palavra é o querido amigo Jorge Antonio Maurique, Presidente da Associação dos Magistrados Federais, que dispõe de dez minutos para sua fala. Sendo necessário, podemos prorrogar.

O SR. JORGE ANTONIO MAURIQUE – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Senador Leonel Pavan, mui digno Presidente desta Subcomissão, nobres Senadores, demais integrantes desta Mesa, meus senhores e senhoras, honrado com o convite para participar desta Mesa e desta audiência, que debito muito mais à profunda amizade que o Senador Leonel Pavan tem por mim e pelos juízes federais, tenho a dizer que comecei a me preocupar com a situação do estrangeiro quando recebi para julgamento um processo de crime de reingresso de um estrangeiro expulso, quando eu ainda era juiz federal em porto Alegre na 1ª Vara Criminal.

Essa era uma situação bastante difícil, porque o cidadão em questão era um paraguaio que trabalhava no mercado informal. Ele já havia sido expulso, reingressou no Brasil e, pior do que tudo, encontrava-se em estado terminal, acometido de uma doença muito grave, a Aids. Ficava, então, preso no Brasil, em virtude da prisão em flagrante, sem possibilidade de expulsão ou deportação. O resultado concreto daquele processo seria um só: o Brasil ter que arcar com o tratamento de mais um doente.

Posteriormente, identifiquei as dificuldades em que se encontram o estrangeiro no Brasil e o Brasil em relação ao estrangeiro a partir de um exemplo concreto. Depois, recebi mais alguns processos desse tipo, em especial, o de um cidadão argentino que morava em Laguna. Isso me obrigou a estudar o tema da legislação do estrangeiro, ainda que, é evidente, com as limitações do estudo prático.

Esse estudo resultou num pequeno artigo, que está publicado na **Revista dos Tribunais**.

Por esse estudo, cheguei à conclusão de que o estrangeiro sempre foi tratado como alguém estranho, um diferente, um excluído. Há um livro bastante famoso, de Albert Camus, "O Estrangeiro", que expressa bem essa realidade. Dentro do Brasil, também sentimos essa situação do estrangeiro. O Deputado Leonel Pavan, que é gaúcho como eu, sentiu que fomos um pouco estrangeiros quando seguíamos a nossa vida em Santa Catarina. Isso se reflete em todos os sintomas da vida prática, o estrangeiro como o excluído. Por exemplo – e o Ministério da Justiça tem conhecimento disso –: a vítima do trabalho escravo sempre é o estrangeiro. Ele é do Piauí e é escravizado no Pará; é escravizado no Maranhão, no Mato Grosso, porque é diferente, é o excluído, é o sem proteção. Mesmo em Roma, havia duas legislações a respeito da situação dos estrangeiros: uma para os romanos e outra para os bárbaros.

Essa situação perdura até hoje no mundo todo. Basta ver a forma como nós, brasileiros, somos tratados no exterior, ou como os estrangeiros, principalmente dos países mais pobres, os países africanos, são tratados aqui no Brasil. No Rio de Janeiro, existe uma favela composta só por cidadãos angolanos, fugidos da guerra, e que, via de regra, são vítimas das batidas mais violentas da polícia, exatamente pelo fato de serem estrangeiros.

Portanto, penso que uma legislação de estrangeiros a ser construída no Brasil, a partir dos generosos princípios esculpidos na Constituição Federal de 1988, deve levar em conta essa situação de absoluta inferioridade do estrangeiro em todos os lugares em que se está situado , e essa realidade deve também ser mediada pela observação de que o Brasil sempre foi muito receptivo aos estrangeiros. A nossa formação é uma formação estrangeira.

Uma lei de estrangeiros que venha a substituir a velha

lei – editada durante um período de exceção e que tinha por finalidade sufocar qualquer possibilidade de crítica interna e que visava possibilitar a integração dos regimes autoritários da América, especialmente a do sul, nas décadas de 1970 e 1980 do século passado – tem que ter cinco grandes objetivos:

1 – O primeiro objetivo deve ser o respeito pleno aos direitos humanos e ao regime de liberdade, assegurando que não haverá discriminação e nem se admitirá a perseguição de estrangeiros por idéias políticas ou por suas razões de procedência.

Como eu disse, o Brasil sempre foi, com exceção de determinados períodos, pródigo em reconhecer o direito de asilo. Esse objetivo,em respeito aos direitos humanos, deve permear toda a lei.

2 – Deve reconhecer que vivemos numa sociedade globalizada, onde as fronteiras são cada vez mais fluídas e o intercâmbio, o fluxo de informações ente bens e pessoas, está cada vez mais presente. Assim, a legislação de estrangeiros deve reconhecer precisamente esses fatos e refletir-se em seus artigos, de modo a não engessar alterações ou de fixar de forma exaustiva procedimentos que podem necessitar de alteração em pouco tempo, e essas alterações que são ditadas pelo desenvolvimento da sociedade.

3 – Deve incentivar o turismo, que é um mercado dos mais importantes, sob o ponto de vista da geração de emprego e renda, além do que pode gerar em termos de divisas que o País tanto necessita para a sua balança comercial.

4 – Reconhecer o **status** privilegiado de nossos irmãos do Mercosul e da América Latina. O Mercosul deve caminhar para uma integração cada vez maior, para que possamos ser cidadãos comunitários, caminho que devemos perseguir em relação a toda América Latina.

5 – Estabelecer as regras de extradição, a fim de que consigamos ter mais um instrumento hábil para o combate ao crime organizado e à criminalidade transnacional.

6 – Regular o direito à naturalização.

7 – Estabelecer, da forma mais clara possível, os vistos e regras para ingresso e permanência no Brasil de cidadãos estrangeiros, superando a burocracia que hoje impera.

Se esses devem ser os objetivos, a partir do projeto do Ministério da Justiça, a que tive acesso por uma especial gentileza do Senador Leonel Pavan e de todo o seu gabinete, quero fazer algumas considerações.

A primeira é que o projeto do Ministério da Justiça realmente afasta o resquício ditatorial que há na atual Lei do Estrangeiro, faz jus aos princípios que a Constituição Federal estabeleceu no campo dos direitos humanos e, nesse ponto, merece todos os elogios.

Agora, faço uma pequena crítica.

Infelizmente, em que pese a previsão genérica de reconhecimento dos cidadãos do Mercosul e da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com **status** privilegiado, é mantida a necessidade de identificação dos estrangeiros. Acredito que precisamos alterar esse aspecto e conceder aos cidadãos do Mercosul, até pelos benefícios que isso trará ao turismo, o **status** de cidadãos comunitários, prevendo a possibilidade de criação de uma carteira de identidade comum, que beneficiará não somente os estrangeiros que vêm ao Brasil, como os brasileiros, quando estiverem nesses países irmãos. Assim é na Comunidade Européia, assim deverá ser no Mercosul.

Acredito também que tal providência deva ser estendida aos países da CPLP, que é uma comunidade sempre muito esquecida por nós, brasileiros. Tive oportunidade de, há cerca de dois anos, ir a um país africano para um evento da CPLP, assim como meu caro amigo, Paulo Sérgio Domingues, que se encontra na platéia, teve a oportunidade de comparecer a Macau, que também é um integrante da CPLP. Na África, pude verificar o abandono que caracteriza a atuação do Brasil em relação à CPLP e, em especial, aos países africanos. Devemos ter um outro olhar em relação a esses países, até pelo muito que devemos à África.

Penso ser possível que a nova lei já estabeleça uma carteira de identidade comum a todos os integrantes do Mercosul, avançando no sentido de uma comunidade efetiva do Mercosul, até porque verificamos como a identificação de um cidadão comunitário é diferente. Na União Européia, por exemplo, os cidadãos comunitários têm um determinado tratamento nos aeroportos e nas repartições diplomáticas. Quem não é cidadão comunitário, como nós, tem um outro tipo de tratamento, que nem sempre é dos melhores. Pude vivenciar isso algumas vezes, e, realmente, é necessário que tenhamos esse tratamento privilegiado.

Deve a lei facilitar o ingresso de estrangeiros que chegam ao Brasil a trabalho. Hoje existem escritórios que se especializaram nessa questão, e isso se deu graças à globalização, que implica um constante fluxo de informações, idéias, patrimônios e, principalmente, pessoas, bem como uma verdadeira burocratização

para se obter um visto de trabalho aqui no Brasil – mesmo que venha para dirigir uma determinada entidade ou uma determinada empresa. Verifiquei, a propósito, que existe a determinação de que, quando se tratar de exercício de direção por exemplo, a empresa tem de se responsabilizar pela aplicação de, no mínimo, US$200 mil por diretor estrangeiro que venha a se fixar no Brasil. Isso, efetivamente, engessa os investimentos e a possibilidade de desenvolvimento.

Então, entendo que há a necessidade – fico contente com o fato de que o Ministério da Justiça já tenha abordado esta questão – de se eliminar essa possibilidade, essa continuidade de burocratização, até porque os estrangeiros que vêm trabalhar aqui nessas empresas – e nas empresas nacionais o melhor exemplo é a Embraer – trazem uma grande contribuição ao País tanto do ponto de vista técnico como de desenvolvimento tecnológico.

Há outra realidade também: há estrangeiros que vêm trabalhar no Brasil para suprir determinadas carências que não encontramos no mercado brasileiro. Falo especialmente de médicos na região amazônica, especialmente no Estado do Acre, onde há um projeto do Senador Tião Viana para que se possibilite o exercício da atividade de medicina por formados em outros Países. Hoje, há uma burocracia pendente, quando sabemos que na região amazônica o número de médicos é muito deficiente e que não há regras de atrativos, quando temos outros países com grande produtividade científica nesta área e que poderiam muito bem suprir as nossas necessidades emergenciais.

Eu observei, no anteprojeto, com relação à propriedade e ao exercício da atividade, que há uma tendência do projeto em dizer que não pode ser proprietário desse ou daquele tipo de empresa. Esse tipo de engessamento é desnecessário, porque, se a Constituição passar a autorizar o exercício de determinadas atividades aos estrangeiros, ter-se-ia de alterar a lei. Eu preferiria que a lei estabelecesse que aos estrangeiros será vedada o exercício de atividades que a Constituição, ou a legislação, determinar. Se a Constituição possibilitar, por exemplo, que estrangeiros sejam proprietários de empresa jornalística não seria necessário alterar a lei.

No tocante às regras de extradição, penso que o projeto engessa muito essa possibilidade. Eu estive no Paraguai recentemente, em um encontro com os juízes do Paraguai, e percebi que uma grande dificuldade que enfrentamos é que os juízes dos outros países não entendem a razão de tamanha burocratização dessa questão.

O projeto remete a decisão sobre o pedido de extradição ao Plenário do STF, porque a Constituição estabelece que é do Supremo a competência sobre essa matéria. Entendo que, primeiro, o projeto de lei não precisa dispor que deve ser o Plenário, porque o Supremo deve resolver essa questão no seu Regimento Interno.

Outrossim, penso que projeto não deve repetir o que já está na Constituição Federal, dizendo ser competência do STF. Explico: em todos os países em que pesquisei essa questão, a competência para deferir a extradição é do juiz de primeiro grau, com recurso ao tribunal seguinte.

Aqui, por exagero do legislador, atribuiu-se tal competência ao STF, o que é desnecessário, até porque implica em juízo único, o que muitas vezes atrasa todo o processo de extradição. Vejam os senhores o caso Glória Trevi.

Então, eu suprimiria o STF e diria apenas "o tribunal ou juízo competente", pois enquanto a Constituição Federal dizer que é competência do STF, ele julga. Se amanhã disser que é do juiz federal de primeiro grau ou de outro tribunal a competência não precisa alterar a lei.

O projeto estabelece que não será deferida extradição de brasileiros natos ou naturalizados com uma exceção em relação a esses últimos.

Eu entendo que não há necessidade de repetição desse artigo da Constituição Federal, e justifico: o Brasil, por expressa determinação constitucional, não permite esse tipo de extradição, e as razões são históricas. No entanto, o Brasil é um dos poucos países do mundo – e são apenas cinco – que não permite a extradição de nacionais. Só cinco países no mundo não permitem a extradição de nacionais, e o Brasil é um deles. Isso ocasiona uma série de entraves no campo do combate ao crime organizado e transnacional.

Vamos imaginar que um determinado criminoso no Brasil que, dizem, andava à beira-mar, não tivesse cometido crime algum no Brasil, mas, na cidade de Pedro Juan Caballero, ele está sendo acusado do assassinato de doze pessoas em um conflito de gangs. Ainda que não tivesse cometido crime no Brasil, mas em razão dessa chacina cometida no Paraguai, ele não poderia ser extraditado porque a Constituição Federal não o permite. Vou dar um outro exemplo da dificuldade que isso causa. O caso Cacciola é um exemplo típico.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JORGE ANTÔNIO MAURIQUE – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Nesses acordos bilaterais de extradição que o Brasil realiza não está previsto...

O SR. JORGE ANTÔNIO MAURIQUE – A extradição de nacional é vedada pela Constituição.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Mas o Brasil faz acordo unilateral?

O SR. JORGE ANTÔNIO MAURIQUE – Gostaria de complementar.

O caso Cacciola, nobre Senador, é um exemplo. Todos pensam que Cacciola está livre na Itália porque esta não permite a extradição de italianos. Não é verdade. Cacciola está livre na Itália porque a Constituição brasileira não permite a extradição de nacional. A Itália não concede a extradição de um cidadão italiano porque não há reciprocidade. Se o Brasil extraditasse um brasileiro para a Itália, esta poderia extraditar Cacciola para o Brasil. No campo das relações internacionais, vale o princípio da reciprocidade. Onde não há reciprocidade não há regra de retorno. Quando estive no Paraguai foi justamente isso o que os juízes paraguaios questionaram de nós. Fomos tratar da elaboração de uma nova lei de extradição e de repatriação de bens de pessoas envolvidas em lavagem de dinheiro. Os paraguaios diziam: "Vocês querem que prendamos e extraditemos para o Brasil paraguaios envolvidos em lavagem de dinheiro e narcotráfico no Brasil. No entanto, vocês não fazem o contrário. E, depois, a culpa é do Paraguai". Creio, a partir desse exemplo, que a legislação não deve prever a impossibilidade de extradição de nacional. Quando a Constituição – e espero que seja alterada nesse aspecto – permitir a extradição de nacional não será preciso alterar a lei.

Sei que já avancei muito no tema. Devemos ter um olhar muito especial no caso dos filhos de estrangeiros, ou melhor, no caso de filhos brasileiros de estrangeiros. A legislação permite a expulsão de um estrangeiro mesmo que este tenha filhos brasileiros. O projeto ainda o permite, desde que nascido depois dos fatos. Estou errado? (Pausa.) No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe: "Todas as normas da legislação serão interpretadas da forma mais favorável possível aos interesses da criança e do adolescente". E lá está estabelecido que a criança e o adolescente têm o direito de estar com seus pais. Direito de visita não é direito do pai, mas da criança e do adolescente para garantir um desenvolvimento sadio e completo. Portanto, na hipótese de expulsão de estrangeiro que tenha filho brasileiro penso que há um ferimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Onde houver conflito, estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, a interpretação deve ser feita no interesse da criança e do adolescente. Penso que deveríamos ter mais cuidado com esse aspecto.

Por fim, a assistência jurídica integral prevista na Constituição deve ser estendida ao estrangeiro. A lei deve prever alguma coisa a esse respeito. Temos, nobres Senadores, um grande número de cidadãos pobres de outros países presos no Brasil, principalmente por envolvimento com tráfico de drogas. O último número a que tive acesso previa mais de cinqüenta estrangeiros, principalmente de países africanos (Nigéria, Angola e Moçambique), detidos nos aeroportos de Guarulhos e de Recife como mulas do tráfico internacional. Esses cidadãos ficam abandonados à sua própria sorte sem assistência nenhuma, quando a Constituição estabelece assistência jurídica integral sem fazer qualquer distinção entre brasileiros e estrangeiros. O Brasil, inclusive, assinou, há dois anos, um tratado internacional com os Estados Unidos prometendo dar assistência judiciária e jurídica aos nacionais dos Estados Unidos da América. Infelizmente, não houve reciprocidade, como V. Exªs podem constatar diariamente nas notícias.

Penso que deve ser prevista alguma forma de assistência, para que o estrangeiro não fique ao abandono, como está. Encerro, dizendo que, mais do que na área jurídica, também devemos prever uma assistência ao estrangeiro em situação de dificuldade.

Vejamos o caso do Rio de Janeiro. Há dois ou três dias, foi seqüestrado um ônibus com cinqüenta angolanos, se não estou enganado, e um turista espanhol foi assassinado. Esses exemplos se repetem no País inteiro. Penso que a legislação sobre o estrangeiro deve prever assistência a ser prestada em caso de violência, como forma, inclusive, de respeito aos direitos humanos e, também, de garantia ao turista estrangeiro de que está vindo a um País civilizado, que respeita as pessoas e, acima de tudo, que recebe de braços abertos os que aqui vêm para contribuir de alguma forma com o crescimento da Nação.

Peço desculpas por haver me estendido da minha exposição, haja vista que ultrapassei o tempo que me foi autorizado. Agradeço, mais uma vez, Senador Leonel Pavan, a oportunidade e espero não ter decepcionado o amigo, porque isso me deixaria muito triste.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Cumprimento o amigo Jorge Antônio Maurique, dizendo que, certamente, todos nós estamos satisfeitos com sua explanação, que enriquece o nosso debate.

Antes de passar a palavra para o Dr. Norton, gostaria de convidar, para compor a mesa, o Dr. George Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. (Pausa.)

Anuncio a presença dos Senadores Valdir Raupp, Aelton Freitas e do Relator da Subcomissão de Turismo, Senador Eduardo Azeredo.

Comunico, também, a presença do coordenador parlamentar da CNC, Sr. Roberto Veloso, do coorde-

nador da Câmara Internacional de Turismo, Humberto Figueiredo, dos representantes da Abla – Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis, do Presidente do Conselho Nacional da Abla, José Adriano Donzelli, e do Diretor Regional, Weber de Oliveira Mesquita.

Vamos passar, agora a palavra ao Dr. Norton Lenhart, Presidente da Câmara de Turismo e da Confederação Nacional do Comércio, que terá o mesmo tempo que os demais, para expor as suas idéias.

O SR. NORTON LENHART – Meu caríssimo Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado, Senador Leonel Pavan, Senador Eduardo Azeredo, Senador Valdir Raupp, companheiros de mesa, em primeiro lugar, gostaria de trazer a todos o abraço do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Dr. Antonio de Oliveira Santos, e, também, em nome das entidades que compõem a Câmara Empresarial de Turismo daquela entidade, nosso agradecimento pelo convite para conversarmos sobre um tema tão importante para o Brasil e, evidentemente, para as atividades comerciais, de serviço e turismo, que são, na verdade, o foco da nosso entidade.

Estamos aqui com a preocupação sobre as atividades do comércio, dos serviços e do turismo. Ouvindo a exposição de Luiz Paulo Barreto e Jorge Antônio, saio daqui reconfortado, porque vários dos nossos pleitos e das nossas angústias na área de turismo e comércio estão contempladas, segundo a posição de V. Exªs, uma posição clara de desburocratizar, de desflexibilizar e de facilitar na verdade na vida dos estrangeiros e a vinda dos estrangeiros aqui para o Brasil. A nossa preocupação na verdade é esta. E eu fiz algumas anotações aqui sobre o que os senhores vinham falando, coisas extremamente importantes para nós.

No caso do Luiz Paulo: visto para aposentados permanecerem aqui. Isso eu acho extraordinário. São pessoas que não estão mais exercendo atividades profissionais, mas têm um ganho considerável, principalmente se for em euro ou em dólar. Poderão então aqui viver no nosso País por algum tempo fazendo com que essas divisas entrem para o nosso País – eu acho isso extremamente interessante. E há vistos para investidores. E aqui temos uma sugestão a fazer, segundo o que foi colocado pelo Jorge Antonio: no capítulo primeiro da admissão, onde se fala no art. 4º "(...) estrangeiros que pretendem entrar no território nacional poderá ser concedido visto de trânsito, de turistas, temporários, permanentes, de cortesia, oficial e diplomático(...)

Sugiro que esses três primeiros temas sejam englobados em um só, porque nós estaríamos incluindo na verdade tanto as pessoas que vêm a negocio como as que vêm a lazer. É uma posição que ambos colocaram aqui na mesa e podemos deixar também.

Outra preocupação que nós temos – e o Brasil principalmente deve tê-lo – é quando ao visto da questão do Mercosul. Os senhores sabem que nós recebemos – é bem verdade que nos dois últimos anos isso não aconteceu – a maioria dos turistas estrangeiros do Mercosul. Com a crise da Argentina houve uma queda, mas assim mesmo nós continuamos tendo turistas estrangeiros do Mercosul como maioria.

Senhores, nós temos dificuldades imensas quando esses turistas têm que ingressar no Brasil, principalmente quando eles vêem por turismo rodoviário. Eles chegam a ficar quatro ou cinco horas parados na aduanas, não podendo ingressar no nosso País. Isso é um absurdo, isso é um desrespeito para o cidadão. Nós temos que solucionar isso se queremos realmente incentivar e incrementar o turismo do Mercosul. Nós achamos extremamente importante que seja feito esse documento de identidade único, porque aí nós podemos transitar de forma muito tranqüila no nosso País, evidentemente evitando que aconteça isso que tem acontecido não de hoje, mas de muitos anos. Evidentemente a barreira que se cria nas aduanas, nas nossas fronteiras, é quase que intransponível, para que o turismo possa ser exercido da forma que nós imaginamos e como gostaríamos que fosse.

Nós também estamos preocupados com nosso visto aqui. Um cidadão americano para vir aqui para o Brasil tem que pagar 100 dólares para vir gastar aqui no Brasil, para vir deixar divisas aqui no Brasil, para gerar emprego aqui no Brasil, o que nós achamos um absurdo. Até pode ser cobrado algo, mas não nesses níveis. Isso é quase que uma ou duas diárias de hotel, conforme o pacote feito.

Entendemos que isso tem que ser revisto. Outra coisa: controle de entrada no nosso País. Quem viaja e quem chega ao País pode perceber as enormes filas que os turistas estrangeiros são obrigados a ficar para ingressar no Brasil passando pelas aduanas e pela Polícia Federal.

Eu acho deveríamos ter um mecanismo facilitador que pudesse ser feito por leitura digital, por exemplo. A maioria dos passaportes no estrangeiro são feitos dessa forma. Também acho que nosso passaporte deveria ser alterado – é um dos passaportes mais fáceis de ser falsificado. Portanto, um dos passaportes mais cobiçados pelos falsificadores é o passaporte brasileiro. Creio que está na hora de nós trocarmos ou fazer um passaporte com mais segurança e de facilitarmos, pela leitura digital, a vida do turista que aqui chega. Essa é uma das nossas grandes preocupações.

Quanto à reciprocidade, essa lei tem nos trazido um incômodo extraordinário. Há pouco, vimos essa questão com o Governo americano e com os turistas

americanos. Evidentemente, o Governo americano tem todas as razões, depois do ocorrido em 11 de setembro, para tomar um cuidado muito grande com a entrada de turistas estrangeiros no seu País, mas nós não precisamos desse cuidado. Felizmente não temos os mesmos problemas que eles. Então, não vejo por que aplicar a reciprocidade num caso como esse. O que estamos fazendo? Estamos criando também um empecilho, uma barreira, para que os turistas americanos venham ao nosso País.

Penso que essa nova lei deveria flexibilizar essa questão da reciprocidade. Não sei se essa flexibilização deveria ser pela lei ou por regulamentação do próprio Governo, mas entendemos que deveria haver uma flexibilização, que esses acordos bilaterais deveriam ser flexíveis em casos como esses.

Volto a afirmar que os Estados Unidos tinham todas as razões para adotar um cuidado criterioso a respeito da entrada de turistas estrangeiros. Não é o nosso caso. Penso que deveríamos olhar de uma forma diferenciada para isso. Essa é a contribuição que queremos dar.

Não vou ousar discutir as questões jurídicas e legislativas. Em verdade, estamos aqui para dizer que queremos, sim, que seja flexibilizada, desburocratizada a entrada de turistas estrangeiros aqui, a entrada e a saída de empresários do nosso País. Temos várias missões comerciais. Felizmente, nossas exportações estão atingindo cifras importantes e precisamos facilitar a saída de produtos; conseqüentemente, a saída dos nossos turistas e dos nossos empresários para fora do País a fim de participarem de feiras e comercializarem seus produtos fora do nosso País.

A Confederação Nacional do Comércio e, evidentemente, a Câmara Empresarial do Turismo estão à disposição de V. Exªs para discutir mais profundamente essas questões.

Quero aproveitar para parabenizar a Subcomissão de Turismo e o Senador Leonel Pavan por essa iniciativa que para nós é extremamente importante.

Sem sombra de dúvida, o turismo é uma ferramenta extremamente importante para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. Se ainda não estamos aproveitando plenamente essa ferramenta, é exatamente porque estamos muito atrasados em algumas atividades dessa área.

Felizmente temos hoje um Ministério de Turismo que está preocupado com essa atividade, que está 24 horas por dia pensando nisso.

Queremos dar o nosso abraço, a nossa saudação e o nosso depoimento sobre a nossa capacidade de trabalho e a inteligência do Ministro Walfrido dos Mares Guia. Nosso setor empresarial está muito satisfeito com o desempenho do Ministro Walfrido e do Ministério. Temos uma parceria permanente e estamos discutindo a lei maior do turismo nacional, uma lei nacional para o turismo. Quero dizer a V. Exªs que nunca tivemos no nosso setor empresarial uma abertura tão grande para discutir uma lei como estamos discutindo a lei do turismo, que hoje à tarde será inclusive motivo de reunião, pelo VI Cbratur, esse evento que é organizado pela Subcomissão de Turismo do Senado e pela Comissão de Turismo da Câmara. Temos uma participação efetiva junto ao Legislativo. Hoje será tratado somente esse tema sobre a lei do turismo nacional.

Vemos com bons olhos o momento por que passa a política brasileira e todos esses movimentos que tentam modernizar nossa legislação, nossas relações. Penso que é um momento muito adequado da vida nacional e ótimo para fazermos as mudanças de que tanto precisamos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Agradeço ao Dr. Norton as palavras.

Antes de passar a palavra ao próximo expositor, anuncio a presença de Paulo Pires de Campos, do Ministério da Justiça; de Paulo Sérgio Domingos, da Ajufe; da Srª Vera Moraes, da Contratur; e Dimitrius Matyushenko, da Embaixada da Ucrânia.

Registro ainda que o Dr. Roberto Veloso oferece aos convidados um almoço, pela CNC, a quem agradeço antecipadamente.

Convido para a 7ª reunião da Subcomissão de Turismo extraordinária, da segunda sessão legislativa ordinária, a realizar-se hoje, às 15h, no auditório da Interlegis. Será feito um debate por meio de vídeo conferência, para discutirmos a Lei Geral de Turismo. Todos estão convidados para participar.

Concedo a palavra ao Dr. George Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Depois, teremos as perguntas para os que se inscreveram. O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Azeredo, Relator da Subcomissão de Turismo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, com a permissão do Sr. George Ermakoff, a concorrência referente ao passaporte tem dado bastante trabalho há seis anos. Gostaria de saber se há novidade. O assunto é muito interessante, está muito bem exposto. O Brasil tem uma postura muito boa. As notícias são positivas. O brasileiro sempre foi atencioso com os turistas, o que é reconhecido pelos estrangeiros que vêm ao País. Mesmo no caso do Rio de Janeiro, com toda a violência, os turistas querem voltar ao Rio porque, apesar da violência, são muito bem recebidos.

O Brasil foi formado por imigrantes, e essa postura aberta e positiva deve continuar. Gostaria de saber a opinião do Dr. Barreto sobre a concorrência da informatização dos passaportes.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Senador Eduardo Azeredo, estabeleceríamos o debate agora, se for possível.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Tenho um compromisso agora na Frente Nacional de Saúde e não vou poder continuar.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Pediria autorização do Dr. Jorge para obtermos resposta do Dr. Luiz Paulo Barreto à pergunta do Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Luiz Paulo Barreto tem três minutos para a resposta.

O SR. LUIZ PAULO BARRETO – Muito obrigado.

V. Exª tem toda a razão. Na realidade, há 15 anos existe um projeto chamado Promasp, Projeto de Modernização Aeroportuária, que previa a confecção de um novo passaporte brasileiro. Houve, primeiro, uma licitação vencida por uma empresa alemã, a Siemens, que foi anulada pela Justiça. Depois, a Siemens entrou na Justiça com uma ação para impedir uma outra licitação, processo que se arrastou pelos tribunais durante vários anos.

Terminada essa pendência judicial, houve uma nova licitação, feita pela Polícia Federal em 2002, em que apareceu uma única empresa para participar da licitação, a Itautec, que venceu como única participante. O novo diretor da Polícia Federal entendeu não ser muito seguro assinar o contrato com a empresa, porque havia problemas de tramitação apontados pela Controladoria, como falta de indicação de orçamento próprio para o passaporte novo, e alguns erros no processo de licitação. O Ministério da Justiça decidiu anular essa nova licitação.

Qual a solução encontrada para uma imediata alteração do passaporte brasileiro? Realizamos um convênio entre Ministério da Justiça, Casa da Moeda do Brasil e Serpro, todos órgãos de Governo, para termos um novo passaporte em seis meses. Já tenho os modelos em minas mãos, um passaporte que atenda todas as normas internacionais: com código de barras, com vários elementos de segurança, desde a costura das páginas até a perfuração do número, a posição da fotografia digital, a coleta dos dados biométricos.

O novo passaporte teve o projeto elaborado pela Casa da Moeda, com o auxílio do Serpro, porque o Serpro, por ser órgão do Ministério da Fazenda, tem pontos da Receita que são coincidentes com os pontos da Polícia em portos, aeroportos e fronteiras, o que permitiria muito facilmente um leitura ótica ser instalada, e o passaporte ser controlado desde a fronteira. E essas normas, como são internacionais, da mesma maneira que vamos poder controlar um passaporte brasileiro, podemos controlar um passaporte estrangeiro também, vindo de qualquer parte do mundo, o que faria com que aquele desembarque no aeroporto passasse a ser uma coisa automática. Passou o passaporte, não tem nada contra a pessoa, automaticamente, o sistema registra aquele ingresso, e a pessoa desembarca no Brasil.

Então, a nossa expectativa é assinar esses contratos nos próximos dias. E mais ou menos seis meses é o prazo que tanto a Casa da Moeda quanto o Serpro estipulam para o projeto executivo ser implantado, e o Brasil contar então com um novo passaporte, um passaporte seguro, que atenda as recomendações e que faça com que o brasileiro tenha condições de circular no exterior com maior segurança.

Hoje, de fato, o nosso passaporte – e o fato de qualquer pessoa poder ser brasileira, pode ser uma pessoa com traços orientais, ocidentais, pode ser uma pessoa com nome português ou nome de outra origem, e como a língua portuguesa é ainda desconhecida e as pessoas não têm nem condições de, pelo idioma, saber se é um brasileiro ou não –, o passaporte brasileiro, pode ser facilmente falsificado, podendo ser usado por estrangeiros de qualquer nacionalidade. Com o novo passaporte, isso certamente acabará e atenderá essa preocupação demonstrada por V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, os atuais passaportes permanecerão válidos até a troca ou terão que ser trocados?

O SR. LUIZ PAULO BARRETO – Não, eles permanecerão válidos. O prazo máximo hoje é de cinco anos, mas haverá opção; quem quiser trocar antes poderá fazê-lo. Por exemplo, quem vai tirar visto para os Estados Unidos, já se recomendaria a troca, porque há um rigor maior quando o passaporte não atende as normas internacionais. Então, o brasileiro poderia ficar sujeito a um constrangimento no aeroporto, porque pode ser um passaporte falso. Muitas pessoas optarão pela troca. Ela só será obrigatória após o vencimento do período, que hoje é considerada a validade do passaporte.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Fico satisfeito em envolver o Serpro, porque fui até Presidente do Serpro, um empresa que tem muita qualidade.

O SR. LUIZ PAULO BARRETO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Também quero anunciar a presença do Departamento Consular da Itália, Pasquale e do Secretário de Turismo do Amazonas, Oreni Campelo Braga da Silva e também

do Sr. Paulo Guadenzi, da Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia.

Com a palavra o Sr. George ErmaKoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. V. Exª tem 10 minutos para expor o seu pensamento.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Pavan. Acredito que não vou precisar dos dez minutos, mas, de qualquer forma, vamos deixar de reserva.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Permite-me só trinta segundos?

Se alguma das autoridades aqui citadas quiserem fazer perguntas terão que fazer as suas inscrições.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Srs. Senadores, tive a oportunidade de chegar hoje ao aeroporto de Brasília, vim para esta cidade a fim de participar do evento de hoje à tarde e redirecionaram-me para esta audiência, portanto, vou ser muito específico, assuntos efetivamente ligados à aviação.

Começaria, como é um assunto que também é genérico, pela questão de vistos. No último congresso da Abave – V. Exª estava presente inclusive, o Norton também –, o Presidente da Abave fez um pleito no seu discurso que foi imediatamente rechaçado pelo Presidente da República, que era a questão de liberar o visto de algumas nacionalidades por questões pragmáticas, econômicas, de turismo. Entende a Abave que a questão da reciprocidade é importante no âmbito do Governo, mas penso que poderíamos interpretar diferentemente a questão da reciprocidade.

A meu ver, o Brasil sempre terá condições de exigir isso ou aquilo, mas a realidade dos fatos é que, infelizmente, precisamos da receita dos turistas. Temos aqui tudo que o turismo precisa oferecer e, infelizmente, no caso específico que foi citado, nos Estados Unidos, além de pagar os US$100, normalmente o turista não fica nas cidades onde está o consulado brasileiro. Então, quem quer viajar para o Brasil é obrigado a mandar o passaporte, pelo Correio, para o consulado brasileiro. Depois, ele recebe o passaporte de volta. Pense-se o que quiser, mas essa atitude inibe o turista de tomar a decisão de vir para o Brasil. Essa é uma forma de inibição.

Há muitos anos, particularmente, defendo a idéia de que para turistas de países efetivamente emissores, que tenham tradição de visitar outros países, como é o caso dos americanos, japoneses e outras nacionalidades de quem são exigidos vistos no Brasil, dever-se-ia tomar uma outra iniciativa. Eu não sei, criar algo mais fácil, pragmático, célere. Talvez a adoção de um cartão de turista, como é feito em muitos países. O que pode ser feito na própria companhia aérea ou agência de viagens, que emite o cartão de turista, pelo qual paga-se uma taxa, que é recolhida ao Tesouro. Fez-se a reciprocidade, porque exigiu-se dele a identificação, mas possibilitou-se que ele tirasse o documento sem perder tempo, com efetiva rapidez.

Hoje há uma necessidade muito grande de incrementar o turismo receptivo e de criar empregos. No Rio de Janeiro, existe a questão do ovo e da galinha, pois "n" turistas estão sendo assaltados, o que inibe automaticamente a melhoria social, fazendo com que essas pessoas que assaltam deixem de assaltar.

De qualquer forma, entendemos que deveria ser feito algum tipo de estudo no sentido de facilitar, de implementar para determinadas nacionalidades o pragmatismo comercial. Nós devemos achar uma solução para que a pessoa não precise mandar o passaporte, fique três ou quatro dias aguardando, pague US$100. Eu acho que todo esse processo poderia ser reduzido. Eventualmente, se a pessoa toma uma decisão, hoje, de viajar para o Brasil amanhã, nesse curto tempo, ele consiga um documento para viabilizar a viagem. Logicamente, isso se aplicaria única e exclusivamente àqueles países com os quais o Brasil tenha interesse comercial de tráfico receptivo.

Com relação, especificamente, às empresas aéreas e falando de lei de estrangeiros, existe uma prática antiga, que não foi criada pelo Brasil, que apenas a acompanhou outros países no início da aviação: trata-se da penalização empresas aéreas com altíssimas multas no caso de passageiro sem visto. Lembro-me que, há trinta ou quarenta anos, todas as empresas aéreas tinham **staff** próprio, que verificavam detalhadamente se o passageiro estava com o visto em dia.

Existiam "n" possibilidades de erro, porque havia a questão do visto de turista ou do visto de trabalho. Então, se a pessoa tivesse o visto, embarcava e chegava aqui, mas o visto não era o correto. O passageiro desembarcava autorizado pela autoridade, mas a empresa aérea era multada. Quer dizer: somente "pagava o pato" a empresa aérea. Aliás, até hoje, em grande parte, continua assim. Alguns passageiros são recambiados ao seu país de origem, mas as empresas aéreas pagam esse custo.

Sempre tivemos, ao longo de todos esses anos, uma média, por dia, talvez de US$20 mil de multa. Hoje não existe a possibilidade de as empresas aéreas brasileiras terem o seu próprio **staff** nos países estrangeiros. Nos **check-in** dos aeroportos estrangeiros, você é obrigado a contratar um **handling** local, ou a empresa local. No caso, todos os contratos possuem um dispositivo que diz que a empresa se esforçará ao máximo para verificar a documentação dos passageiros. Todavia, a empresa não terá nenhuma responsabilidade com relação às multas. Todos

os contratos, qualquer contrato internacional de **handling** que se possa verificar tem essa cláusula. Então, o que acontece? Os passageiros embarcam, vamos dizer, em Paris, em Frankfurt, aqui, ali ou acolá, chegam aqui, por questões às vezes minúsculas... Vamos dar um exemplo aqui: tivemos aqui se o visto é assim ou assado, se é visto de turista ou visto profissional, temos questões de crianças que vêm acompanhadas dos pais, mas a criança não acompanha, de alguma maneira, a nacionalidade dos pais. Tivemos aqui diversos **charters** de passageiros que não precisam de visto e entre os passageiros vem um eventualmente que, apesar de residir no país há trinta anos, tem outro passaporte e é obrigado a passar o dia inteiro lá sentado na sala da Polícia Federal e retornar à noite, coisas desse tipo.

Queria fazer um apelo no sentido de se reavaliar a multa na empresa aérea. A empresa aérea, no final, é sempre a que paga. Ao longo dos anos, tentou-se de tudo. Eu mesmo, em determinado período, fui superintende dos aeroportos da Varig, fiz todo o possível e não se conseguiu estancar 100% essa questão do visto. Nos contratos as empresas fazem tudo o que é possível. Mas existe, por exemplo, passageiros que vão daqui para outros países do Mercosul, e o visto é de uma entrada; se ele retorna, tem que ser recambiado porque o visto dele não permitia. Acho que deveríamos ter algum tipo de flexibilidade e tentar, de alguma maneira, achar – no caso do Direito – alguma pena alternativa para as empresas aéreas a não ser tirar dinheiro do bolso porque elas não têm. Infelizmente, hoje, fica desproporcional isso. O custo das empresas aéreas, em relação a essas multas, fica desproporcional.

O que acontece? É um problema das empresas. O caso específico da Varig, que eu conheço: a Varig, pelo que eu sei, nunca pagou essas multas, e essas multas vão para juízo, para a dívida ativa e grande parte da dívida da Varig vem daí. Grande parte. Depois transfere para o Tesouro, transfere para aqui, para ali, e grande parte dessas multas ... Então, temos efetivamente que reavaliar essa questão das multas.

Com relação ao passaporte: a Siemens não fez o passaporte, não estou falando em nome da Siemens, mas por uma falta de jogo de cintura, acredito, do próprio Governo, porque foi feita uma licitação, pelo que me lembro da época, e no dia seguinte – toda a licitação foi feita baseada em custo de importação de material; todo o material foi cotado em moeda estrangeira e transferido para real. Logicamente que a licitação tinha que ter sido feita em reais – e no dia seguinte tivemos uma máxi de 20% ou 30%. E queriam que a Siemens mantivesse o mesmo preço. Todo o material era importado; seria impossível efetivamente.

No caso específico nosso, a questão do passaporte com leitura ótica é extremamente importante porque pelo menos agiliza a fila e o atendimento aos estrangeiros. Como já foi dito pelo Norton, é absolutamente inadmissível – especificamente no Aeroporto de Guarulhos – que os turistas fiquem como já ficaram mais de três horas em pé, aguardando para serem checados pela autoridade. Basicamente, entendemos que se deveria trabalhar sempre no sentido de facilitar o ingresso do turista estrangeiro, no sentido de que ele permita a geração de empregos no Brasil e quem sabe com grande fluxo. Aliás, temos um minúsculo fluxo para o Brasil, mas se conseguíssemos aumentar esse fluxo substancialmente reduziríamos enormemente as desigualdades sociais e, conseqüentemente, reduziríamos tremendamente a violência nas grandes cidades. Uma coisa que, com certeza, está em correlação com a outra.

Era basicamente isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Agradecemos a palavra do Sr. George ErmaKoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Há três inscritos. Vou conceder a palavra aos três, para que o que for inscrito para responder possa sintetizar em três minutos a resposta para os que querem tirar alguma dúvida.

Quem está inscrito para falar, primeiro, é José Adriano Donelli, da ABLA, presidente do Conselho Nacional da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis. S. Sª dispõe de três minutos.

Depois concederei a palavra ao Sr. José Albuquerque, Secretário de Cultura e Turismo da Bahia.

A terceira e última inscrita é a Srª Oreni Braga, da Secretaria de Turismo do Amazonas.

Concedo a palavra ...

O SR. NORTON LENHART – Não sei se poderia quebrar o protocolo...

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Pois não.

O SR. NORTON LENHART – Eu gostaria de fazer uma observação a respeito do que o Sr. George disse aqui, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Leonal Pavan) – Claro.

O SR. NORTON LENHART – Esse ponto que ele abordou a respeito de as empresas assumirem a responsabilidade, se algum visto está malfeito ou não, pagando essa multa excessiva e elevada... Tem sido uma constante em nosso país o fato de passar as responsabilidades para o setor empresarial, responsabilidades que não são suas.

Vou citar rapidamente um projeto de lei que está tramitando na Câmara, de autoria da Deputada Nair Xavier Lobo. O projeto pretende impor novas obrigações

aos serviços turísticos relacionados etc. Esses serviços turísticos são os hotéis, os albergues, as pousadas, os restaurantes turísticos, as empresas transportadoras, que dizem o seguinte:

"Ao vigorar, a nova lei imporá a esses serviços a obrigação de providenciar, de forma tempestiva e ostensiva: informações visando proteger os clientes de agressão; a incolumidade de pessoas e do patrimônio, especialmente; informações sobre as áreas de localização onde os riscos de assalto sejam elevados ou onde haja registro de atendimento satisfatório; os meios de comunicação e transporte colocados à disposição dos turistas eventualmente assaltados ou agredidos; informações sobre os procedimentos a serem eventualmente formalizados junto às autoridades policiais; os meios de comunicação e transporte colocados à disposição do turista estrangeiro para contratos de emergência com as respectivas representações diplomáticas etc."

Quer dizer, caberá ao hotel, ao restaurante, ao transportador, fazer esse tipo de coisa? Cada vez mais, nos impõem responsabilidades por coisas com que nada temos a ver. A violência urbana é muito mais ampla do que essa. Então, acho que é bom fazer um alerta nesse sentido, para que cada um assuma suas responsabilidades e não fiquemos passando-a um para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Dr. Norton, talvez essa lei não tenha seqüência, até porque a Nair, na época Deputada, hoje integra o Ministério do Turismo e é uma das principais diretoras no Ministério de Turismo.

O SR. NORTON LENHART – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Certamente, aquilo que ela propõe aqui não vem ao encontro do que a Lei Geral de Turismo quer hoje. E ela, como assessora, deverá pedir a retirada do projeto ou que não seja aprovado, porque não dá para transferir a responsabilidade para a iniciativa privada, para quem quer facilitar, quem trabalha para que nosso turismo se desenvolva.

Ainda tendo em vista a explanação do Sr. George, o Dr. Luiz Paulo Barreto também quer fazer duas indagações.

O SR. LUIZ PAULO BARRETO – Exato. Queria fazer algumas rápidas ponderações, porque foi muito citado aqui o Ministério da Justiça sobre o projeto.

Queria dizer, a princípio, que anotei muitas sugestões muito boas. Muitas das coisas que o senhor disse que podem ser incorporadas ao projeto... Várias sugestões foram anotadas. Queria fazer alguns destaques. Primeiro: o novo projeto cria o visto de turismo e negócios, o que seria um grande avanço sobre o texto mencionado, de uma lei anterior.

Segundo ponto: o Governo já está com um grupo montado para fazer a revitalização de Guarulhos. Houve inclusive uma terceira reunião ontem com o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Receita Federal, a Infraero, são todos os órgãos, a Justiça, o Ministério do Turismo, a Infraero, a Receita Federal, a Polícia Federal e a Embratur. Espera-se fazer uma revitalização daquela área de Guarulhos, São Paulo, de desembarque. O canal do Mercosul por entrada privilegiada. Mudar aquele cenário da chegada ao Brasil que, realmente, é muito ruim. Não está bom. O aeroporto, até mesmo o do Rio de Janeiro, que é muito grande, não está com o desembarque internacional adequado.

Com relação a alguns pontos, temos que tentar – eu tenho conversado muito Ministério de Turismo – desmistificar alguns pontos. Acho que não é a cobrança de vistos que inibe o turismo. Eu não tenho nenhuma estatística, nenhum dado, apesar de já ter pedido várias vezes, que demonstre que a cobrança de 100 dólares de vistos aos americanos, inibe a vinda dos turistas americanos ao Brasil. Essa cobrança é feita, e é um imposto que entra direto para a manutenção da linha consular brasileira.

O Brasil, por sua vez, já propôs ao Estados Unidos a isenção do visto, já propôs a gratuidade do visto. E as respostas que nós recebemos foram não e não.

Então, depois de duas respostas negativas, também não pareceu, ao Governo brasileiro, interessante, simplesmente abrir mão do visto ou abrir mão do que se paga pelo visto, porque, enfim, havia uma possibilidade de negociação, e ainda há possibilidade de negociação, e o Brasil está disposto a negociar isto. O Ministério do Turismo, felizmente, começa a ser visto com olhos mais profissionais ainda. Por quê? Muito mais que vinculada à questão dos 100 dólares e uma taxa, há vários aspectos. Primeiro, a prestação e a qualidade dos serviços aéreos. Sou usuário de serviços aéreos internacionais, durante vinte anos, como disse, eu já trabalhei na área de migração, viajei o mundo inteiro praticamente, e a qualidade dos serviços aéreos e vôos internacionais das empresas brasileiras está a cada dia pior. Parece que é um problema também, das empresas mundiais, desculpe as críticas a essa área, porque eu sofri isto na pele várias vezes.

No que diz respeito a serviços em gerais, acho que este ponto pode ser melhorado também. Acho que poderíamos buscar um tratamento diferencial, os vôos brasileiros com um pouco mais de alegria, até a tripulação um pouco mais alegre poderia facilitar a vinda do turista. E também, durante o percurso de 8, 9, 10, 11 horas, de vôos transcontinentais, esses vôos

deveriam ser mais aprazíveis para os passageiros, porque já chegam ao aeroporto, às vezes, nervosos por causa disso.

Outro ponto: mudança dos fluxos de turismo. O Brasil só teve, durante muitos anos, a mania de achar que turismo no Brasil só é praia. Não é só praia. Existe turismo no Amazonas, turismo no pantanal, em Foz do Iguaçu etc. O Ministério do Turismo hoje já trabalha com redirecionamento. Por exemplo, agora os chineses estiveram no Brasil. O Brasil entrou na lista da China como aprovado para turistas chineses. Mas turistas chineses não gostam de praia. Então é uma maneira de buscar outros pontos turísticos do Brasil, inclusive Brasília, nossa capital.

O importante é a segurança. Este, sim, é um problema do Ministério. Temos que fazer um trabalho com esses Estados, com uma política efetiva de segurança ao turista, porque, este, sim, é um fator que inibiria muito o fluxo de turistas para o Brasil.

Com relação às multas, há um ponto a esclarecer. Muitas vezes, nós estamos tendo dificuldades – eu estou até buscando uma reunião com a Associação Brasileira de Agências de Viagens – porque temos muitos depoimentos, na Polícia Federal, de brasileiros que estão no exterior ilegalmente, mesmo por meio de máfias internacionais e tráficos de seres humanos, que dizem que são instruídos por empresas de turismo a fazer esta viagem ilegalmente e se submetem a condições adversas. Isso é muito comum. Por exemplo, a empresa chega: "Olha, compra uma passagem na empresa "x" para a Espanha. Aí você consegue entrar na União Européia. Se você for por Portugal você não vai entrar". Às vezes, incentivando uma imigração irregular que expõe risco à vida, à liberdade e à segurança do passageiro, do usuário. Acho que este também é um ponto que temos que enfrentar, talvez com a responsabilidade da companhia aérea, e talvez daí decorra a imposição das multas, pois isso também tem que ser compartilhado, também tem que ser avaliado neste processo de incentivo e de fluxo de turismo dentro de um profissionalismo e de segurança que devemos adotar.

Foram pontos que mencionaram aqui a respeito da exposição de projeto de lei que eu gostaria de, a princípio, destacar.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Nós gostaríamos de anunciar, também, com uma satisfação enorme pelos palestrantes e pelos convidados. Está presente o primeiro Presidente da Sub-Comissão de Turismo e atual Vice-Presidente, S. Exª o Senador Paulo Octávio. Também queremos anunciar a presença da Sª Rosana Jardim, que representa a Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul.

Peço que todos sejam bastante objetivos, até pela questão do avançado da hora – já quase 12 horas e 30 minutos – teremos um almoço oferecido pelo Roberto Veloso.

Concedo a palavra ao Sr. José Adriano Dornelles.

O SR. JOSÉ ADRIANO DORNELLES – Serei breve. Queria perguntar ao Ministério do Turismo. Trago uma pergunta muito pontual do setor de aluguel de carros. Todo estrangeiro, quando chega ao Brasil, tem tido uma dificuldade no aluguel de carros, porque a carteira de motorista internacional não está sendo reconhecida. Quando vamos ao exterior, nossa carteira é válida lá. Muitos dos estrangeiros que chegam aqui, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais de trânsito, não reconhecem a carteira deles. Há, dentro desse projeto, algum outro documento, além do passaporte, que o turista tem que portar no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Pergunta ao Sr. Luiz Paulo Barreto.

Peço que sejam feitas as demais perguntas e depois as respostas, pois poderá coincidir a pergunta de um e outro. Agora, para pergunta seria Sr. José Albuquerque, Secretário de Cultura e Turismo da Bahia.

O SR. JOSÉ ALBUQUERQUE – Um comentário breve. O Governador Paulo Souto recebeu uma comunicação do Ministro do trabalho dizendo que houve uma mudança naquele valor do investimento para pessoa física que era de US$200 mil e passa a ser agora US$50 mil.

Eu queria indagar do Senador que se nessa lei do estrangeiro isso já está sendo considerado e de que forma os Estados vão levar essa informação aos países, principalmente no caso do Nordeste.

A Oreni vai falar sobre o Amazonas e o Norte. Teríamos interesse de divulgar isso em Portugal, na Espanha, na Itália, onde eles têm uma experiência muito forte de pequenas empresas. E também uma convocação com o Sebrae em função de que as nossas pequenas empresas têm um ciclo de vida muito curto, talvez essa participação do estrangeiro fosse mais até conveniente participar da empresa existente, não que ele não pudesse ter a sua empresa também. Mas seria uma forma de fortalecer as nossas empresas. Depois ver de que forma esses recursos poderiam ser democratizados e se criasse um fundo, uma coisa desse porte.

Trago essa informação, porque esse foi um dos motivos da nossa presença já que o Ministro coloca que o setor de turismo, todos sabemos, é muito importante para a criação desses novos empregos de que tanto precisamos. Esse valor, apesar de não ser valor alto, US$50 mil, vira um pouco mais de euro, e serve muito para a gente, principalmente para as regiões mais distantes e mais carentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – O próximo inscrito para a pergunta é a Srª Oreni Braga.

A SRª ORENI BRAGA – Bom dia a todos. É um privilégio podermos participar de um fórum de tamanha importância como esse. Queria dizer ao Dr. Barreto que fizemos um estudo no Amazonas, juntamente com o *(inaudível)* e passei esse estudo às mãos do Ministro Walfrido. Conseguimos enxergar dentro do universo de pesquisa que 119 países, considerados países emergentes e ricos, não pedem reciprocidade aos Estados Unidos, e que 89 países pobres e miseráveis são aqueles que exigem, e o Brasil está os 89 pobres e miseráveis, a África, a índia etc.

Portanto, eu não consigo entender como o Brasil se posiciona no espaço desse tão medíocre em nível mundial, quando os nossos **hermanos** argentinos, paraguaios, uruguaios, não exigem essa reciprocidade, e daí porque o Uruguai continua recebendo um número maior de turistas em relação ao Brasil.

Imagino que não seja só questão de segurança porque todos sabemos que quando viajamos, chegamos à Jamaica que saímos do navio, percebemos todo um processo de insegurança, mas nem por isso as pessoas deixam de ir à Jamaica. Então, trata-se de uma questão de articulação maior.

Digo isso em nome do meu Estado, pois estamos há quatro horas de Miami – é como se saíssemos de Manaus para ir a São Paulo – e recebemos um fluxo muito interessante de turistas americanos para pesca esportiva. A quantidade só não é maior em função do questionamento sobre a entrada do americano no Brasil. Esse é o argumento que trazemos.

Para colaborar com o amigo Albuquerque, devo falar sobre a questão do **jointventure** para os pequenos empresários brasileiros ligados ao turismo, o que considero muito interessante. Esse assunto pode ser discutido, principalmente em função do aumento do capital estrangeiro que está sendo reduzido, e estamos muito preocupados com isso.

Era essa a nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Gostaríamos de que o Sr. Luiz Paulo Barreto tentasse esclarecer as indagações.

O SR. LUIZ PAULO BARRETO – Volto a insistir no primeiro ponto – começarei pelo fim.

Não é correto atribuir problemas de turismo, no Brasil, à exigência de vistos ou de pagamentos. Há muito tempo essa idéia foi superada, e se busca entender as reais razões da dificuldade de se aumentar o fluxo de turismo no País. A primeira razão é a distância; a segunda, o transporte marítimo, aéreo ou outro; a terceira, a segurança; a quarta, a divulgação com profissionalismo. Enfim, considero a questão do visto a décima ou décima quinta.

Qualquer pessoa, quando decide fazer uma viagem internacional, escolhe primeiramente o destino; depois, o preço; só então busca saber se precisa ou não de visto. Isso é comum. Do contrário, não haveria um fluxo maior de brasileiros para os Estados Unidos, que exigem vistos.

A Argentina obteve isenção de visto para os Estados Unidos, mas os americanos o suspenderam unilateralmente e agora o exigem.

Penso que a exigência de visto parte de uma reciprocidade de tratamento em relações internacionais que dá poder para tentar negociar benefícios nacionais da mesma maneira.

O Presidente Lula falou que o Brasil quer proteger e incentivar o turismo. Para isso, deve lutar, como faz o Ministério do Turismo hoje, com profissionalismo, a fim de conseguir melhorar o fluxo de turistas para o Brasil – e conseguirá fazê-lo. Também devemos proteger o interesse dos brasileiros, que, às vezes, são maltratados, não recebem ou têm dificuldade para obter visto. Repito o que disse antes: por mais de uma vez o Brasil sugeriu aos Estados Unidos a liberação de vistos ou do pagamento de taxas, mas as respostas, até então, têm sido negativas. A comunidade européia não o exige, porque também não há exigência para país da comunidade européia.

V. Exª falou sobre a diferença entre países ricos e pobres. Em geral, exige-se visto das pessoas vindas de países pobres pela convicção que têm que milhões de pessoas de países pobres vão a outros países não para turismo, mas para imigração ilegal, para trabalho. Por isso, fixam a exigência. Não é um problema brasileiro, mas, no caso citado, dos Estados Unidos.

Abrir mão do visto unilateralmente, além de trazer um impacto pequeno em termos de fluxo de turismo nos deixaria numa situação bastante desigual. Não temos estatísticas que comprovem o aumento desse fluxo, embora eu a peça há anos – as agências nunca me apresentaram dados sobre o aumento do fluxo de turismo apenas com a isenção do visto. Até então o Governo tem entendido que não seria o melhor caminho, o caminho adequado.

Com relação às carteiras de motorista, sei que existe uma resolução do Contran que autoriza, sim, a carteira internacional, de acordo com o modelo internacional que permite a condução de automóveis em outros países. Pelas notícias que tenho, isso não estava gerando problemas. Mas, se há um problema específico, penso que seria o caso de encaminhar ao Ministério das Cidades, ao qual é subordinado o Contran, a fim de tentar buscar uma solução, o que pode ser resolvido por meio de resoluções desse órgão. Existe uma convenção internacional, um modelo de carteira internacional de habilitação que pode ser utilizada por turistas em todos os países. O documento que o turista

deve portar no Brasil é apenas o passaporte ou cópia autenticada dele. É isso que é exigido.

Com relação à questão do investimento, há toda razão no pleito, e o projeto atual já contempla isso. Hoje a lei exige US$200 mil. Há facilitação para alguns países do Mercosul, e o investimento cai para US$50 mil. A partir de agora, a idéia é permitir que qualquer investimento seja apreciado. Então, não há mais a exigência de um quantitativo de investimento. Se aquele investimento for gerar ou emprego ou desenvolvimento, seja econômico, seja tecnológico, ou se ele tiver impacto social onde estiver sendo aplicado, esse investimento será autorizado, e o estrangeiro poderá vir ao Brasil fazê-lo.

O senhor tem razão. Duzentos mil dólares significam um investimento que, por exemplo, em São Paulo, não afeta grandemente a economia. Mas, no interior do país, pode mudar a economia, como ocorreu com o caso de um chinês que montou uma fábrica de jeans em Fortaleza. Com US$40 mil de investimento, ele mudou a economia do Município, e aquilo se expandiu.

A idéia é essa mesma. Os senhores têm razão. Vamos apenas exigir que o estrangeiro fale que vai fazer o investimento, que mostre o investimento e o impacto social dele resultante. Será apenas esse o interesse. Sendo interessante, será liberado, e, aí sim, o Governo do Estado pode-se pronunciar, dizendo que tem interesse em trazer estrangeiros para investir, para montar lojas, fábricas, empresas. Vamos trabalhar em parceria com os governos estaduais para incentivar a vinda desses imigrantes e a outorga dos vistos respectivos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra ao Dr. George.

O SR. LUIZ PAULO BARRETO – Penso que ela estava se referindo à Instrução Normativa nº 60, de 06-10-2004, que regula que a concessão do visto ao estrangeiro. Para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro pessoa física, fica rebaixado para US$50 mil. Essa exigência pode ainda deixar de ser aplicada no caso de ele se comprometer a fazer investimento que gere no mínimo 10 empregos. E a nova legislação vai acabar com isso.

No campo do turismo, temos muita coisa para aprender com os países estrangeiros.

Na Comunidade Econômica Européia, em especial em Portugal, o custo da tributação ao estrangeiro é devolvido no momento em que o estrangeiro volta ao seu país de origem. Explico: o imposto utilizado é o IVA, Imposto de Valor Agregado, que vem destacado na nota fiscal. Se o estrangeiro, chegando no aeroporto, apresentar à Receita Federal nota fiscal das mercadorias que tenha adquirido, aquele valor do imposto que está destacado na nota imediatamente é devolvido em euros ao estrangeiro. Parece-me que essa é uma medida necessária.

Já que as nossas mercadorias, quando exportadas, não pagam o IPI e o ICMS, não tem sentido o estrangeiro que adquire mercadorias no Brasil e que as leve para lá só possa adquiri-las sem tributação no **free shopping**, quando sabemos que um grande número de empresas e atividades seriam beneficiadas com essa restituição da tributação. É claro que isso não está afeto exclusivamente à lei dos estrangeiros, mas parece-me que é um assunto que o Senado deveria levar em conta por intermédio da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quando pensamos nas dificuldades do Brasil do ponto de vista de atração de estrangeiros, do ponto de vista da distância etc, se isso fosse um entrave tão grave, a Espanha não seria o que é, e a Grécia não teria o fluxo turístico que tem.

Quanto a isso, o nosso amigo Barreto tem toda razão. Efetivamente precisamos divulgar muito mais o turismo. Aqui se tem a idéia só de praia, de turismo de praia. Agora há um turismo sendo incentivado na região amazônica e no Pantanal, mas no nosso Estado temos a belíssima região de São Joaquim. Com relação à Bahia, onde pretendemos fazer o nosso encontro regional, há regiões lindíssimas no interior muito propícias ao turismo, como a Chapada Diamantina.

Temos que diversificar efetivamente. Isso é questão de reciprocidade. Primeiro, foi uma decisão judicial de um colega meu, juiz federal, que determinou a exigência da identificação do turista ou do americano que ingressasse no Brasil, tendo em vista o princípio da reciprocidade.

Então, na realidade, não partiu do Governo brasileiro, partiu de uma decisão da Justiça Federal, encarando exatamente um pedido do Ministério Público Federal com base no princípio da reciprocidade, que é o que regula as relações nos planos multilaterais e bilaterais.

É uma decisão que eu mesmo, então presidente da Ajufe, defendi, porque achei que era uma decisão que, naquele momento, deveria ser tomada, mas, é evidente, isso depende de tratados internacionais e seria excelente que fosse flexibilizada essa questão. Mas devemos sempre pensar que, embora a gente queira atrair divisas e queira atrair estrangeiros, a soberania brasileira, quando se trata de relações entre países, tem que ser observada e seguida.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Em função da resposta do Luiz Paulo Barreto, o Jorge Ermakoff gostaria também de complementar?

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Acho que temos aqui uma questão de ponto de vista. Acho que o Ministério da Justiça tem uma teoria econômica e, eventualmente, nós, do **Trade**, temos uma outra teoria econômica. O senhor defende que a cobrança do visto é absolutamente inelástica, e nós entendemos que, em termos de elasticidade, o preço é extremamente elástico, os pacotes turísticos são extremamente elásticos, e a concorrência entre as empresas transportadoras, hotéis, varia muito em relação a preço.

Aqui entra um outro componente, do qual falei, que é a questão da praticidade de se conseguir um visto. Um cidadão que more numa cidade onde não tem consulado americano ou brasileiro tem que se dispor a fazer uma rotina que eventualmente o impede inclusive de viajar. E hoje em dia, o senhor sabe muito bem, o senhor acorda e resolve daqui a dois dias pegar a mulher e fazer uma viagem. Muita gente faz isso hoje em dia até pela facilidade. Antigamente, não, mas, hoje em dia, sim.

Então, é questão de pontos de vista diferentes, e defendemos que os 100 dólares efetivamente afetam e entendemos que para o turismo, para o Brasil, para o desenvolvimento de emprego no Brasil seria muito mais eficiente que não se exercesse plenamente a questão da reciprocidade, que se estudasse uma maneira alternativa de se exercer essa questão da reciprocidade.

Com relação à questão do passaporte, o Senador Azeredo fez uma pergunta e fiquei com uma dúvida. Recentemente, fui informado de que, por decisão da *(inaudível)*, vai ser adotado um sistema cujo prazo é até 2010, para que todos os países possam se adaptar. É um sistema super-avançado, um sistema de passaporte com **chip** e a pergunta que faço é se esse passaporte, que vai sair em seis meses, vai estar adaptado ou teremos uma segunda licitação para adaptá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Queríamos saber se o Sr. José Albuquerque gostaria de fazer alguma indagação.

O SR. JOSÉ ALBUQUERQUE – Gostaria de fazer uma comunicação a todos. Estamos, na Bahia, lançando um sistema desse tipo que o senhor falou, que chamamos de *(inaudível)*. O turista estrangeiro, a cada 100 dólares que ele compra na Bahia, já agora, nesse verão, o ICMS que for incidido, ele vai receber no país dele através do cartão de crédito. Estamos só estudando essa sistemática de como ele seria beneficiado através do cartão de crédito. Então, acredito que no verão teremos isso lá.

A SRª ORENI BRAGA – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Srª Oreni.

A SRª ORENI BRAGA – A questão dos 100 dólares, corroborando também com o que o nosso nobre amigo falou agora... Quando uma família de quatro americanos vai viajar são 400 dólares. Não que seja pesado, ele pode ser um americano bem de vida, mas ele deixa de vir ao Brasil e vai para Costa Rica, que não exige 400 dólares dele.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Passo a palavra a uma das pessoas mais importantes do nosso País no que diz respeito à questão do turismo, o nosso querido amigo Paulo Octavio, para que possa fazer suas considerações a respeito.

O SR. PAULO OCTAVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, quero, até para justificar aos convidados o esforço de V. Exª, lembrar que, hoje, coincidiram reuniões de várias Comissões na Casa, inclusive a que está discutindo a questão das PPPs. Eu inclusive tinha algumas emendas que estavam sendo apreciadas lá e, conseqüentemente, cheguei atrasado para a discussão desse tão importante tema para o futuro do turismo brasileiro.

Quero dar um abraço no Luiz Paulo Barreto, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; no Dr. Jorge Maurique, Presidente da Associação dos Magistrados; no Dr. Norton Lenhart, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo; cumprimento o Dr. Antonio de Oliveira Santos pela posse, bastante concorrida, ontem, como Presidente da Confederação Nacional do Comércio; e também o nosso amigo Jorge Ermakoff, companheiro que luta pelo turismo há tanto tempo.

A questão do Estatuto do Estrangeiro, do visto, preocupa todas as pessoas que trabalham com o turismo. É lógico que essa reciprocidade, por mais defendida que seja pelo Governo brasileiro – e nós já sentimos isso, apesar de na audiência com o Presidente Lula ele ter demonstrado muita simpatia pelo pleito que fizemos para acabar com a necessidade do visto – entendemos que, dentro do Ministério da Justiça, dentro do próprio Ministério das Relações Exteriores, existe muita dificuldade em aceitar uma proposta como essa.

Já que não se pode aceitar isso, por questões legais, entendo que devíamos fazer um esforço muito grande, como disse aqui o Ermarkoff, junto ao Ministério das Relações Exteriores, no sentido de se flexibilizar a forma de dar esse visto. Hoje, se não me engano, nos Estados Unidos, são sete consulados, com horários de atendimento muito restritos. Ás vezes, por exemplo, quando visito Nova Iorque, quero falar com o consulado, mas há horários e é difícil ter acesso.

No consulado brasileiro em Nova Iorque, há um telefone com chamada automática que nunca atende. Imaginem um estrangeiro não acostumado com isso!

Entendo que nós devíamos achar uma fórmula. Quem sabe dar o visto pela Internet, sem precisar ir ao consulado? Encontrar uma fórmula. Isso porque não somos um país em guerra. Os Estados Unidos são um país onde há terrorismo. Nós não temos isso aqui. Se amanhã tivermos problemas, poderemos fazer uma revisão do que estamos fazendo agora. Mas, neste momento, em que o Brasil pode, como tanto deseja o Governo Federal, aumentar para nove milhões de turistas estrangeiros por ano, isso não será conseguido por causa dessas dificuldades, principalmente impostas aos americanos.

Assim, a condição dos dois países é totalmente diferente. Aquele constrangimento que houve quando os americanos estabeleceram uma nova forma de identificação para os estrangeiros que entravam no país, e nós, brasileiros, quisemos fazer o mesmo, prejudicou muito o turismo. Aquele foi um momento em que não precisava haver aquilo: filas de cinco, seis horas para o estrangeiro ter acesso ao Brasil, principalmente os americanos. Temos que trabalhar pensando que o turismo é um segmento importante. O Brasil está lá embaixo, está lá atrás nessa área. Vimos o esforço do Ministro Walfrido dos Mares Guia, que esteve aqui. S. Exª é brilhante, está trabalhando muito, tem feito um esforço enorme, mas que enfrenta essas dificuldades.

Assim, o que estamos discutindo aqui é um anseio de toda a nossa Bancada, da Frente do Turismo, da nossa Subcomissão. Se fizermos uma pesquisa, verificaremos que todos os Senadores querem encontrar uma forma de não constranger mais o turista, principalmente os americanos, mas trazê-lo para o Brasil. Se não me engano, o Emakoff disse que os americanos vão a República Dominicana, que não cobra absolutamente nada deles; está muito mais próximo deles, o que torna a viagem muito mais barata. Isso ocorre mesmo.

Temos que continuar o trabalho. Sei das dificuldades. Entendo a posição dos nossos juristas, mas acho que nós, como políticos, temos que continuar trabalhando. Se não podemos mudar rapidamente, devemos ter uma reunião com o Ministério das Relações Exteriores a fim de encontrarmos uma fórmula para que os consulados brasileiros, principalmente nos Estados Unidos, façam o visto pela Internet. Os americanos têm um sistema de informática muito adiantado e seria uma facilidade para eles, de casa, pedir o visto ao consulado. Penso que esse é o caminho da nossa Subcomissão. Quem sabe com uma visita ao Ministro das Relações Exteriores, possamos dialogar nesse sentido.

Cumprimento todos os componentes da Mesa.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela deferência e quero cumprimentá-lo pelo excelente trabalho à frente da Subcomissão de Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Comunico, até pelo adiantado da hora, que o Sr. Luiz Paulo Barreto está sendo esperado pelo Ministro para uma reunião. Por isso, agradeço a todos pela presença. Com toda a certeza a explanação que cada um fez aqui será de extrema importância para dar musculatura, para dar segurança à lei do estrangeiro.

A Subcomissão de Turismo se coloca à disposição de todos para eventuais sugestões, a fim de que elas sejam incluídas no projeto.

Mais uma vez agradeço ao Sr. Luiz Paulo Barreto, Secretário– Executivo do Ministério da Justiça; ao Juiz Federal Jorge Antonio Maurique, Presidente da Federação dos Magistrados Federais, AJUF; ao nosso amigo Norton Luiz Lenhart, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo, e do Sr. George Emakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Aproveito para convidá-los a participar da 7ª reunião da Subcomissão de Turismo Temporária hoje, às 15 horas, no auditório da Interlegis do Senado Federal, onde, através de uma videoconferência, vamos discutir a lei geral do turismo.

Mais uma vez, agradeço a todos pela presença e colocamos a nossa Subcomissão à disposição de todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Sétima Reunião da Subcomissão Temporária de Turismo, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 24 de novembro de 2004, às 15:00 horas, no Auditório do Interlegis, Senado Federal.

Às quinze horas do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e quatro, no Auditório do Interlegis, Senado Federal, sob a Presidência do Senador Leonel Pavan, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Serys Slhessarenko e Paulo Octávio. Deixam de comparecer os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização do VI Congresso Brasileiro de Atividade Turística – CBRATUR, com Videoconferência e com a participação do Senador Leonel Pavan, Presidente da Subcomissão

Temporária de Turismo, dos Senhores Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, Secretário de Políticas de Turismo, Antônio Oliveira dos Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Adelmir Santana, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, e dos Deputados Federais José Militão Costa, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara do Deputados, e Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Defesa do Turismo. O Presidente da Subcomissão Temporária de Turismo passa a palavra ao Exmo. Sr. Milton Zuanazzi, Secretário Nacional de Políticas para o Turismo do Ministério do Turismo, para iniciar a sua exposição. Usam da palavra para interpelar os componentes da Mesa os Srs. Adenauer Marinho de Oliveira Góes, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo; Deputado Federal Josué Bengtson; Nelson Baeta Neves, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/SP); George Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Moacir Roberto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; Tasso Gadzanis, Presidente da Associação das Agências Brasileiras de Viagens; e João Luiz dos Santos Moreira, Presidente da Federação Brasileira de *Convention & Visitors Bureau*. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Leonel Pavan,** Presidente da Subcomissão Temporária de Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Exmº Sr. Milton Zuanazzi, que representa aqui o Ministro do Turismo, Dr. Walfrido dos Mares Guia; Exmº Sr. Deputado José Militão, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; Ilmº Sr. Dr. Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo; Ilmº Sr. Dr. Antônio Oliveira dos Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Srs. Parlamentares; Srs. Deputados Estaduais; Srs. Vereadores; Secretários de Estado que nos acompanham pelo sistema de videoconferência do Interlegis; senhoras e senhores, é motivo de grande satisfação para todos nós, que acreditamos na força do turismo como poderoso instrumento de transformação social, econômica e cultural, participarmos deste VI Congresso Brasileiro de Atividade Turística, que hoje se inicia e certamente trará uma importante colaboração para o desenvolvimento dessa atividade.

Tenho plena certeza de que estou falando para pessoas que comungam do mesmo entusiasmo, da mesma crença e da mesma fé que aqui todos nós temos no futuro do nosso turismo por sua colaboração para a retomada do processo de desenvolvimento econômico sustentável, para a melhoria das condições sociais de nossa população e para a inserção de nossos jovens no mercado de trabalho. O nosso entusiasmo é ainda maior porque a própria Organização Mundial do Turismo indica um panorama mundial favorável ao desenvolvimento das atividades turísticas, um cenário novo de crescimento do setor em nível mundial, revertendo aquele ciclo negativo que envolveu o turismo mundial logo após o 11 de setembro de 2001. Certamente, o nosso Brasil é um dos destinos privilegiados no fluxo internacional de turismo e poderá se beneficiar grandemente dessa fase mundial favorável, fortalecendo e consolidando sua condição de país com imensas potencialidades turísticas.

O Brasil já dispõe atualmente de todas as condições para transformar essas potencialidades em verdadeiro produto turístico, pois estamos construindo uma infra-estrutura turística, temos preços de serviços turísticos bastante competitivos em termos internacionais e dispomos do melhor de todos os ingredientes: um povo receptivo, amigável, hospitaleiro, que gosta de fazer amizade, de receber bem o estrangeiro e tem muita criatividade para elaborar produtos turísticos de alta qualidade.

A ação desenvolvida pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, à frente do Ministério do Turismo, nos dá segurança de que o turismo brasileiro certamente atingirá suas metas de crescimento e competitividade internacional – quero acrescer aqui toda a equipe do Ministério de Turismo.

Os debates que teremos com os componentes da cadeia produtiva do turismo e os outros segmentos interessados no desenvolvimento do turismo nacional certamente nos permitirão aperfeiçoar o anteprojeto da lei geral do turismo, dentro do espírito de cooperação entre governo e iniciativa privada, que tem caracterizado a gestão do Ministro Walfrido dos Mares Guia.

Certamente, os atores mais ativos são os empresários, a quem compete levar adiante as principais ações do empreendedorismo na área do turismo. O setor público deve apoiar, fortalecer, estimular e fornecer todas as condições necessárias para possibilitar o desenvolvimento sadio de empresas e de iniciativas na área de turismo. Somente assim teremos a criação de novas oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas, maior integração social e redução da pobreza.

Acredito firmemente que uma delas seja uma cooperação efetiva entre Governo e iniciativa privada no setor do Turismo como melhor forma de construirmos uma sociedade desenvolvida social e economicamente.

Muito obrigado. Desejo um bom trabalho para todos e espero que possamos buscar idéias e projetos e fazer um grande trabalho para elaborar a Lei Geral do Turismo, beneficiando nossa Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Antes de iniciarmos as apresentações deste VI Cebratur, informamos que esta vídeo-conferência será dividida em três blocos. No primeiro, o nosso expositor Milton Zuanazzi estará apresentado os principais pontos do anteprojeto da Lei Geral do Turismo. No segundo bloco, nossos debatedores convidados apresentarão seus comentários e perguntas sobre o tema aos membros da mesa. E no terceiro e último bloco, ampliaremos o debate com as perguntas dos demais participantes do VI Cebratur, que deverão ser encaminhadas à mesa por escrito.

Os participantes das Assembléias Legislativas poderão enviar suas perguntas pelo *hotline (inaudível)* ou pelo fax (061) 311-2762.

Qual a importância de se consolidar em um único texto legal toda a regulamentação do setor turismo? E o que o Governo espera ao propor a criação da Lei Geral do Turismo? Essas são algumas questões que o Secretário Milton Zuanazzi estará abordando na sua apresentação.

Secretário, V. Exª dispõe de vinte minutos.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Meu boa tarde a todos, particularmente ao Senador Leonel Pavan, ao Deputado José Militão, ao Deputado Alex Canziani, representando o Congresso Nacional, ao Sr. Adenir Santana e ao Norton Lenhart, representando a Confederação Nacional do Comércio (CNC), entidades organizadoras do Cebratur. O Norton foi extremamente feliz quando procurou-me há algum tempo, perguntando-me sobre o que achávamos desta temática porque, afinal, tudo que estamos discutindo do ponto de vista da legislação turística brasileira vai desaguar no Congresso Nacional. É lá, em última instância, que ocorrerá o debate e a decisão sobre ele. Portanto, tudo que pudermos antecipar com o próprio Congresso para buscarmos o maior volume possível de consensos, mais fácil será a tramitação do projeto de lei nas duas Casas Legislativas. O dissenso, evidentemente, dificulta sempre mais porque há instrumentos parlamentares legítimos e democráticos que se apresentam, como o conjunto de emendas e substitutivos, ou seja, o conjunto de ações legislativas normais que, muitas vezes, podem atrasar um determinado processo legislativo, enquanto uma legislação construída com base em consenso, com certeza, tem na Casa Legislativa muito mais agilidade, por assim dizer, no seu trâmite. Enfim, o que todos estamos querendo.

Quando elaboramos o Plano Nacional de Turismo, em abril de 2003, foi instalado o Conselho Nacional de Turismo, que muitos representam nesta sala. Na primeira reunião do Conselho, aprovamos a existência das câmaras temáticas em número de oito, das quais sete representavam sete macroprogramas do plano.

Portanto, cada macroprograma tinha uma câmara respectiva para debater o tema. E uma oitava câmara foi criada em cima dos aspectos de legislação. Assim, foi exatamente a Câmara Temática de Legislação, no âmbito do Conselho Nacional de Turismo, que iniciou esse debate.

Na primeira reunião da Câmara Temática, em agosto de 2003 – a qual presidi naquela ocasião, pois é presidida pela nossa companheira Doroti Colares, funcionária do Ministério e gerente dessa área –, havia 24 entidades presentes, membros do Conselho Nacional. Essas 24 entidades tiraram uma proposta.

Senador Leonel Pavan, precisamos de uma legislação que contemple o todo do turismo brasileiro. De acordo com levantamento de nossa equipe, tramitam hoje, no Congresso Nacional, em torno de 30 projetos de lei que tratam de turismo, muitos deles da regulamentação e do ordenamento de nosso setor ou de algo que tem a ver com nosso setor. Portanto, vejam que a Casa Legislativa está sendo demandada por um conjunto de ações do setor turístico. Alguns desses projetos de lei estão tramitando há bastante tempo.

Naquela primeira reunião, quando se chegou ao consenso de que precisávamos de uma lei – mesmo que tivesse o caráter de um grande guarda-chuva – que abrangesse a totalidade do problema do setor turístico, imaginamos que ali começávamos com um primeiro, grande e importante consenso. Ou seja, é necessário um marco regulatório para o setor no Brasil.

Não vou me estender sobre o passado desse marco regulatório até porque há um conjunto de modificações na própria sociedade brasileira nesse processo. Mas é importante salientar que há uma legislação dos anos 60 que cria a Embratur – na época, ainda empresa e não instituto. Em 1977, essa legislação sofreu uma modificação e, em 1986, sofreu uma grande modificação com praticamente a desregulamentação de vários setores de nosso *trade*. Em 1991, houve uma legislação e, em 1994, uma nova lei e um conjunto imenso de decretos normativos, que criaram o que chamo de uma grande colcha de retalhos. O pior é que essa colcha não é costurada. Às vezes, uma

bonita e bem costurada colcha de retalhos pode ser um bom artesanato. Mas ela é uma colcha de retalhos descosturada, o que faz com que não tenhamos um marco regulatório efetivo no País.

O segundo grande problema que precisávamos enfrentar é a criação de uma política de Estado para o turismo, essa, sim, uma política que o Estado brasileiro deve ao nosso setor. Não preciso citar exemplos, mas citarei alguns bem simples sem ir longe. No Brasil, uma mudança cambial tem interferência direta em nossas ações, inclusive de mudanças de política: trabalharemos mais o mercado externo ou interno, o que faremos etc. Se precisarmos utilizar determinados equipamentos do Governo brasileiro, o setor de turismo, por não estar devidamente qualificado, um deles que é o mais relevante – apesar de agora já ser resolvido – era a participação do turismo no Conselho Nacional da Aviação Civil. Nós éramos ausentes do Conselho Nacional da Aviação Civil, simplesmente porque, no marco regulatório da aviação civil, há uma regulamentação de que ele não é regulado pelo nosso setor, mas pelo DAC, pelo Ministério da Defesa. Mas o fato é que há uma regulação do Ministério da Defesa, assim como a área dos transportes tem uma regulação do Ministério dos Transportes. Isso não significa que tenhamos de estar fora desse processo de Estado.

Assim, era e é absolutamente necessário que nosso setor, tão dependente dessas outras políticas e com tantas interfaces com políticas de outros setores do Estado brasileiro, esteja presente nos instrumentos do Estado brasileiro, que decidem causas de absoluta relevância em nosso setor.

Esse marco relatório, além de ser um ordenamento e de trabalhar uma nova ordenação para o nosso setor e *trade*, definindo mais os papéis, criando um cadastro geral de turismo, trazendo para o setor turístico um conteúdo único.

Abrirei mais uma janela. Os senhores se lembram de que há uns três meses o Congresso Nacional aprovou a medida provisória que reduziu a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) em nosso setor. Só que naquela aprovação pelo Congresso Nacional consta que o Ministério da Fazenda e o Ministério do Turismo iam elaborar uma portaria para definir quem eram os beneficiados pela legislação naquela medida provisória aprovada. Ou seja, nosso setor é tão obscuro, do ponto de vista de sua definição de quem é do turismo e de quem não é, que sequer para a aprovação de uma diminuição de impostos podíamos dizer que tal categoria ou tal setor do *trade* é do turismo e tal não é. Com isso, passamos a ter uma dificuldade imensa para elaborar um conjunto de definições no sentido de alcançarmos um consenso com a Fazenda e, então, podermos afirmar: "Isso é o setor de turismo brasileiro".

Quando nos referimos a agências de viagens e meios de hospedagem, parece ser um pouco mais fácil, mas quando mencionamos, por exemplo, organizadores de eventos, afinal, quem é um organizador de eventos da área do turismo? Quando citamos parques temáticos – representado aqui por Baldacci –, quem são os parques temáticos? Um circo que está aqui acampado na Esplanada é ou não um parque temático? Restaurantes: quem são ou não os restaurantes turísticos? Enfim, há um conjunto de definições, de marcos regulatórios, que precisamos estabelecer para que ajamos como setor turístico, aqui representado e definido por esses critérios estabelecidos, em nossa opinião, dentro de um cadastro geral turístico. Isso é que seria fundamental.

Então, eu diria que todo o nosso esforço, a partir de agosto de 2003 até agora... E alguns integrantes desta Mesa têm uma versão sobre essa lei geral que peço que nunca levem na ponta da faca, porque a cada reunião temos uma versão – já devemos estar na 13ª ou 14ª. Como a Câmara Temática não se reuniu, até porque foi um segundo semestre bastante agitado, em todos os sentidos, – houve congressos, eventos e vamos nos reunir daqui a provavelmente uma semana –, há um conjunto de contribuições que já recheiam esse anteprojeto e que não constam nessa quinta versão. Então, muitos vão ler e verificar que, em alguns pontos, já avançamos. Evidentemente, elaboraremos uma sexta versão. Quando apresentarmos a matéria na Câmara Temática, será feito um novo texto disso que está aqui.

Enfim, considero essa observação importante para demonstrar que há um processo em evolução, há um processo em andamento, em construção. Em nossa opinião, Sr. Senador, Srs. Deputados, estamos debatendo da forma mais democrática possível, com o *trade* turístico e com setores interessados, inclusive com os Estados e Municípios. Estamos procurando ouvir profundamente e atentamente a todos, para que cheguemos ao Congresso Nacional – embora seja este, evidentemente, um outro Poder e possa fazer todas as modificações possíveis – pelo menos com algum nível de consenso, ou seja, que possamos entregar ao Congresso Nacional um anteprojeto ou um projeto de lei, por parte do Executivo, demonstrando a forma como o tema foi debatido e os caminhos encontrados. Evidentemente, algumas alterações sempre haverá, mas estaremos acompanhando o debate no decorrer, provavelmente, do ano que vem – pela nossa vontade, durante todo o ano que vem – dentro do Congresso Nacional.

Caminhamos para realizar duas ações nessa lei geral. Se os senhores lerem essa versão – que já informei que está ultrapassada – verificarão que ela tem um conteúdo que não mudou. Até mais ou menos o art. 30 estamos trabalhando com uma política de Estado para o turismo. Não estamos trabalhando com o setor ainda, mas com uma política de Estado, definindo papéis nossos em relação aos mais variados setores do Estado brasileiro. Neste ponto, há uma relação muito estreita com o Governo Federal.

É importante afirmar aqui que esse debate ainda não está devidamente aprofundado no âmbito do Governo. Temos que aprofundá-lo mais ainda, afinal o turismo está nesse anteprojeto a reivindicar espaços, atuações, e isso pode esbarrar em outras legislações que, porventura, impeçam aqui e acolá uma participação mais efetiva de nossa parte.

Enfim, o que importa é que estamos querendo construir uma política de Estado definitiva para nosso setor. Existimos dentro do Estado brasileiro, mas de forma um pouco secundária e, em alguns aspectos, até de forma bastante marginal sob o ponto de vista de decisões que são tomadas pelo Estado brasileiro em relação ao setor.

Dos primeiros artigos até o trinta vai-se abrindo um por um, vai-se vendo que criamos um sistema nacional de turismo. Esse sistema baseia-se num plano nacional, portanto a idéia de ter um plano nacional plurianual passa a ser fundamental, como a criação desse sistema. Define quem é esse sistema, define as estruturas estaduais do sistema, ou seja, as secretarias ou órgãos estaduais de turismo, os fóruns estaduais ou conselhos que os representem, e define os instrumentos regionais, que acho que é um fato novo para o turismo brasileiro. Apesar de já existir muitas governabilidades regionais para o turismo brasileiro, queremos instituir essa governabilidade. Então institui uma governabilidade regional do ponto de vista da organização do turismo e evidente institui também as entidades municipais.

Depois vamos para a participação de cada um desses órgãos, a elaboração do plano e ainda entramos em ações que envolvem relações com o governo federal. Tem um capítulo, por exemplo, específico para captação de estrangeiros no exterior, captação de turistas no exterior. Quer dizer, ter uma política de estado para isso, o que significa? O estado brasileiro quer que os estrangeiros nos visitem. Para tanto, toma como iniciativa do seu regulamento esta, esta e esta ação. Isso tem que estar limpo, tem que estar claro. Não podemos mais querer abrir um escritório brasileiro no exterior, da Embratur, e termos imensas dificuldades para utilizarmos equipamento do próprio governo brasileiro. Mas, por incrível que pareça, temos, seja no Banco do Brasil seja nas embaixadas seja em qualquer lugar. Dou isso como exemplo porque precisamos regular isso aí. Quem chegar após, nós do governo e no Ministério do Turismo, esteja com esses instrumentos juridicamente balizados, prontos para que ele faça a sua ação política conforme a sua orientação, mas para que ele tenha esses instrumentos para essa política. Então estabelecemos isso e vamos levantando sobre a questão do Fungetur, os mais antigos sabem o papel que o Fungetur cumpriu num determinado momento um papel absolutamente relevante na política de turismo brasileiro.

Num segundo momento, um papel problemático na política de turismo brasileiro, mas precisamos de um fundo geral de turismo. Seja de tarifa zero portuária seja de qualquer outra ordem, mas, enfim, criar um instrumento para que a gente possa ter poder de ter uma política efetiva de investimento no setor. Depois trabalhamos também, além do Fungetur, facilitação do ingresso do turista no Brasil. Estamos no meio desse debate, mas todos são articulações políticas. É o Ministério do Turismo ir ao Ministério da Justiça pedir uma reunião com a Polícia Federal, ir à Receita Federal pedir uma reunião, vamos melhorar a receptiva em São Paulo, aliás temos boas notícias sobre isso.

Ontem a Polícia Federal nos deu uma grande notícia. Está aumentando em 50% o efetivo no aeroporto de Guarulhos, a partir de primeiro de dezembro. Então vamos estar na alta temporada com a facilitação desta, mas tudo isso vontades políticas, articulações políticas, ações que temos que estar permanentemente fazendo. Esta ação não pode ser do Ministério do Turismo ou do *trade*. Falo do Ministério do ponto de vista estatal. Essa tem que ser uma ação do governo, não é do Ministério. Se porventura o Ministério está indo bem, se o Ministro está com poder político, de repente a gente está conseguindo algumas conquistas, não pode funcionar sobre conquistas políticas, tem que funcionar sobre uma política de estado. E é isso então que essa lei nesses primeiros trinta artigos procura estabelecer.

A partir do art. 31, aí é uma legislação que o Congresso conhece bem, porque é a maioria dos projetos de lei que tramitam no Congresso, vem trabalhar o ordenamento do nosso setor ou o reordenamento ou um novo marco regulatório desse setor. Então evidentemente não saímos do zero, pegamos tudo que está aí de legislação, são várias leis, e trouxemos para o debate da câmara temática. Quer dizer, tem uma legislação de agência de viagem, por coincidência do Deputado Alex Canziani, muito bem, vamos trazê-la e vamos ver se a introduzimos na lei geral de turismo, de

que forma, com que tamanho, e assim sucessivamente. Dei esse exemplo porque o Deputado Canziani está na mesa conosco, mas há um conjunto muito grande de legislações que precisamos ao debater ver o que está de acordo com aquele instrumento, com aquela câmara temática, e inserir as proposições, a partir de então, nesse documento, nessas versões que vão ocorrendo paulatinamente.

Num primeiro momento, evidentemente, quando se abordou tudo, havia muitas contradições. Resolver essas contradições é sempre um processo lento, visto que nunca é fácil trabalhar com as contradições, até porque não basta pegar um papel em branco e escrever. Está-se tentando reescrever algo que não está apenas escrito, mas já está posto, está vivenciado, está no dia-a-dia, está no cotidiano, enfim, já existe. Não se pode rasgar o que existe da noite para o dia em nome de uma legislação, o que seria um instrumento muito mais autoritário que democrático. É preciso partir do princípio de que já existe algo. Precisamos respeitá-lo e encontrar um caminho para criarmos as alternativas para esse processo.

Enfim, tenho certeza de que, no debate, nas perguntas, seremos muito mais claros sobre o assunto, porque, se eu começasse a discutir artigo por artigo, esses vinte minutos seriam extremamente insuficientes.

Senador Leonel Pavan, Deputados José Militão, Adelmar, Norton Lenhart e Alex Canziani, senhores e senhoras, acredito que avançamos muito nesse processo. Às vezes, fazendo uma avaliação, penso que não chegaríamos aonde já chegamos. A impressão que eu tinha é de que chegaríamos a um ponto em que não haveria mais consenso. O resultado seria obtido no Congresso Nacional onde vamos resolver esses dissensos. Mas, não. Pelo contrário. O que estamos percebendo é uma tentativa, cada vez mais incessante, de buscar esses consensos, de encontrar esses caminhos.

Muitos setores estão produzindo documentação, o que é muito relevante. Todos nós, indistintamente, não temos acúmulo sobre o todo. É impossível se ter um conjunto de acúmulos. Muitas vezes, alguém reproduz algo que ouviu, mas não possui o número concreto, a pesquisa, a demonstração cabal do que representa determinado setor e o papel que ele está cumprindo para o turismo brasileiro hoje. Portanto, à medida que a situação foi avançando, os setores não foram meramente discutindo, debatendo o assunto, mas foram apresentando alternativas, propostas.

Faço a seguinte avaliação: essas propostas enriqueceram muito o debate e o conteúdo que já encontramos aqui. Os Parlamentares sabem disso. Tive uma pequena experiência como Vereador, porque vivi pessoalmente essa situação. Um parlamentar pode apresentar um projeto que ainda não está pronto. No decorrer do trâmite, ao projeto se junta um conjunto de conteúdos que o torna mais qualificado, mais acabado, mais bem pronto. Parece-me que, de certa forma, foi isso que ocorreu conosco. Apresentamos o que havia, ou seja, um grande apanhado, e fomos estabelecendo determinada linha. Tenho a impressão de que estamos num processo de ajuste final no ponto de vista do *trade*, portanto, do art. 31 em diante. Até o art. 30, remetemos aos Ministérios que têm interface com esse projeto para que se manifestem. Estamos convocando as áreas jurídicas desses Ministérios para saber se podemos tramitar de forma tranqüila e se esse texto é consensual no Governo. Era só o que faltava o Governo mandar um projeto sem o seu próprio consenso. Estamos tentando buscar um consenso de Governo. Pode ser que, até o art. 30, tenhamos de fazer algumas adaptações dessa versão. Por enquanto, esse texto é exclusivamente do Ministério do Turismo. A nossa vontade está estabelecida aqui. Os demais ministérios estão em estudo para remeter, digamos, o que acreditam estar em conflito com alguma legislação existente. Sendo assim, voltaríamos para fazer uma versão daquilo que denomino uma política de Estado para o turismo.

Faço essa introdução e quero, de pronto, agradecer muito aos participantes e a todos os membros do Conselho Nacional do Turismo, especialmente aos representantes da Câmara Temática, que têm-se dedicado, assiduamente, a esse debate. Com certeza, isso vem mostrar, primeiramente, que o setor de turismo no Brasil tem um conjunto de unidade bastante significativo. Além disso, demonstra que o setor está interessado, sim, em ter seu marco regulatório moderno, no século XXI. Ninguém quer voltar a mais nenhuma concepção estatista, mas também não queremos que a situação fique absolutamente solta. Pretendemos que haja um Estado necessário, conforme a regulação, a fim de poder fornecer esses conteúdos que precisamos para avançarmos.

Finalmente, justifico a ausência do Ministro Walfrido Mares Guia e do Sr. Eduardo. Os dois me pediram que eu apresentasse essa justificativa. O Ministro Walfrido tem um compromisso no Rio de Janeiro, e o Eduardo também teve um compromisso fora de Brasília. Ele estava chegando há pouco e ia mandar uma representação, mas, de qualquer forma, como me foi pedido, estou apresentando a justificativa dos dois. Eu disse-lhes que iria tentar substituí-los à altura, mas não é fácil para mim nessa temática, porque sou engenheiro e não tenho formação jurídica. Mas foram tantos debates que tivemos que fomos acumulando algum

conteúdo e passamos, de certa forma, a aprender um pouco sobre tudo isso.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Obrigado, Sr. Secretário.

Para darmos início ao debate sobre o anteprojeto da Lei Geral do Turismo, daremos a palavra aos debatedores convidados.

A primeira contribuição é do Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo, Sr. Adenauer Marinho de Oliveira Góes, que se encontra presente.

Concedo a palavra ao Sr. Adenauer Marinho de Oliveira Góes.

O SR. ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES – Boa tarde a todos, inicialmente, eu gostaria de apresentar o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo, não apenas às pessoas presentes no auditório, mas também àquelas que nos assistem em todas as assembléias legislativas do País.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo reúne todos os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal, por intermédio de seus representantes oficiais, e tem se reunido, de forma ordinária ou extraordinária, com intervalos de menos de dois meses para cada reunião.

Efetivamente, com uma representatividade muito boa dos secretários e dirigentes, temos discutido realmente vários assuntos, sendo que muitos deles, Secretário Milton, inclusive, fazem parte do conteúdo deste fórum.

Farei uma abordagem inicial a respeito do artigo 5º. Esse artigo, que está justamente dentro daqueles trinta artigos que o Secretário elencou como sendo de responsabilidade do Ministério, fala sobre a questão do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo, dos fóruns estaduais e dos conselhos municipais.

O nosso entendimento é que, da forma como esse artigo está colocado, em relação, principalmente, ao parágrafo §2º, há um impedimento no sentido de que os Estados ou os Municípios possam legislar de acordo com sua conveniência. Exemplo disso é que o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo tem discutido se é válido ser transformado numa entidade jurídica. A forma como o artigo está colocado impediria essa situação.

A nossa sugestão é que seja dada a possibilidade de que o Fórum Nacional, os fóruns estaduais e os conselhos municipais, no âmbito do Município e dos Estados, respectivamente, possam definir aquilo que mais lhes compete em termos de figura para exercer as suas atividades.

Nessa linha de raciocínio, eu diria que é a legislação em relação à Lei Geral do Turismo e, posteriormente, a regulamentação de uma série de artigos que precisará ser feita, é fundamental e imprescindível para o turismo no Brasil. Mas é muito importante, Secretário Milton, que procuremos, efetivamente, esse equilíbrio que está sendo procurado nas discussões democráticas para que, de repente, não corramos o risco de centralizar demais e trazer, com isso, dificuldades para o empresariado ou para os Estados e Municípios terem a sua participação e darem a sua contribuição de uma forma mais operacional.

Era essa a primeira participação do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra ao Secretário Milton.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Os itens nºs 3, 4 e 5 tratam apenas dos conselhos e fóruns, não lhes dando personalidade jurídica no sentido de que eles não substituem os órgãos oficiais de turismo. Foi essa a nossa iniciativa, mas vamos debater com o Fórum Nacional. Se esse fórum está com a intenção de criar uma personalidade jurídica, de repente, faremos um debate exclusivamente sobre o item 5. Mas a idéia é que os conselhos municipais, regionais, estaduais e o nacional não tenham personalidade jurídica, porque são conselhos mesmo. Não são órgãos com personalidade jurídica para tanto. Agora, se o Fórum Nacional de Secretários tem a intenção de se tornar, de repente, entidade com personalidade jurídica, vamos conversar, tranqüilamente, e, na próxima reunião da Câmara, vamos debater sobre o assunto.

O SR. ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES – Secretário Milton, na questão dos fóruns estaduais temos tido oportunidade de interagir com todos eles. Foi uma idéia brilhante do Ministério do Turismo criar todos esses fóruns, mas cada Estado tem um modelo. Muitas vezes é um fórum estadual, outras vezes é um conselho estadual, ou seja, o nosso entendimento é que Estado e Município devem ter as suas próprias condições de posicionamento em relação a como querem interagir em relação ao próprio sistema nacional de turismo e, conseqüentemente, a sua integração com o plano nacional de turismo.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Perfeito. Mas os Estados e os Municípios têm essa liberdade de interagir. O que estamos dizendo é apenas que eles não se constituirão como personalidade jurídica, para dar esse caráter não administrativo, porque, no Estado, a personalidade jurídica é a secretaria ou o órgão estadual. É nesse sentido: só para os fóruns e os conselhos é que estamos estabelecendo que não têm essa personali-

dade. Mas vamos conversar sobre isso, vamos aprofundar o assunto, porque essa temática é importante. Afinal, estamos dando um caráter a esses conselhos que não é deliberativo. Estamos dizendo que eles não são deliberativos, que são conselhos consultivos, de acompanhamento, de apoio, de construção de políticas etc. É nesse sentido.

O SR. ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES – Perfeito. Então, discutiremos isso.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – O Senador Aelton de Freitas também está acompanhando os debates aqui no auditório e gostaria de dar a sua contribuição.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente da Subcomissão do Turismo do Senado Federal, nobre Colega, Senador Leonel Pavan, em seu nome e no do Deputado José Militão, que preside a Comissão do Turismo na Câmara dos Deputados, cumprimento a todas as Srªs e os Srs., bem como a todos os deputados das assembléias legislativas e a todos os representantes de todos os Estados da federação. Ainda em tempo, cumprimento a nobre Senadora Serys que se encontra presente e hoje promoveu uma brilhante sessão no plenário do Senado Federal, no que tange à mulher. S. Exª é Presidente da Subcomissão da Mulher no Senado Federal e vem desenvolvendo um brilhante trabalho.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar o Ministro do Turismo pelo seu aniversário, que ocorre na data de hoje, e aqui está muito bem representado pelo Secretário, Sr. Milton Zuanazzi.

Desenvolvemos alguns tópicos, Sr. Secretário. Analisamos esse projeto do Ministério, que é um anteprojeto que está sendo elaborado pelo Ministério do Turismo com previsão de ser apresentado ao Congresso Nacional até o fim deste ano.

O Ministério do Turismo entende que a criação de uma legislação específica que promova o desenvolvimento do turismo no Brasil, como já ocorre em outros países, é uma necessidade urgente para que possam regulamentar áreas do setor que ainda não possuem qualquer tipo de legislação.

O Plano Nacional de Turismo, PNT, elaborado pelo Ministério do Turismo e aprovado pelo Presidente da República, terá suas metas e programas revistos a cada quatro anos – é a sugestão –, ouvindo-se sempre segmentos políticos e privados da sociedade.

Como surgiram algumas dúvidas e algumas delas vinham da Assembléia Legislativa do meu Estado, Minas Gerais, faria duas ponderações.

Considerando que o Brasil, por ser um Estado de dimensões continentais em que grande parte do deslocamento turístico é feito por via aérea, por que não mencionar na lei o setor de transporte aéreo?

Por que a denominação Lei Geral do Turismo e não Lei Nacional do Turismo? Isso não afeta a autonomia dos Estados, dos Municípios na legislação, como foi mencionado pelo nosso antecessor?

Eis as duas perguntas. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Senador Aelton Freitas, são duas perguntas bastante importantes.

Vou começar pela Lei Geral. Foi um apelido que ela ganhou na primeira reunião, e ficou esse nome. Se houver algum choque do ponto de vista semântico e até técnico, devemos modificá-lo para não criar esse ambiente de uma lei superior a outras. Pode ser Lei Nacional de Turismo. Começou com esse apelido, e trabalhamos com esse nome. Não houve outra motivação que não essa.

Quanto ao transporte aéreo, trata-se de um debate antigo do setor turístico, atualmente regulamentado pelo Ministério da Defesa, pelo DAC. O Congresso está discutindo, e a Câmara aprovou a constituição da Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, se não me falha a memória. Agora, o projeto está no Senado.

Na verdade, esse é um novo marco regulatório para o setor aéreo que está no Congresso. Esse marco regulatório cria um ambiente próprio para a sua regulação, e esse ambiente próprio se chocaria com a nossa legislação.

Quanto aos primeiros trinta artigos, se sabíamos que algum assunto não seria aprovado, não o incluímos na lei. Conhecemos a história de outras legislações, mas muitas não sabemos e estamos discutindo no âmbito dos mais variados Ministérios. Com relação ao transporte aéreo, estamos tentando nos colocar como um partícipe ativo e não como órgão regulador, porque há toda uma tendência de que a regulação vá para uma agência especifica.

O transporte aéreo não é meramente uma questão do passageiro que transporta. Há também os aspectos de segurança que são muito relevantes, e o setor de turismo não estaria apto a fazer toda a sua coordenação, todo o seu ordenamento. Quanto aos aspectos turísticos, evidentemente sim, mas nos aspectos de segurança, de manutenção de aeronaves e de tantas outras questões relevantes, teríamos essa dificuldade.

O SNEA, Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, reivindicou, e estamos achando um caminho para a próxima versão, que virá com uma temática específica relacionada a uma maneira de o setor aéreo nacional, principalmente ao transporte de passageiros,

se vincular com a Lei Geral ou com a Lei Nacional, conforme o nome que receber.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Registramos a presença no auditório da Secretária de Turismo do Governo do Distrito Federal, Lúcia Flecha de Lima; da Senadora Serys Shlessarenko e dos Deputados Federais Josué Bengtson e João Mendes de Jesus.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessrenko, que terá que sair por ter compromissos em Plenário, para que também possa participar do VI Cebratur.

O SR. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Nossa saudação aos presentes, aos que compõem a Mesa, especialmente ao Presidente da Subcomissão no Senado e ao Presidente da Comissão na Câmara.

Hoje tivemos uma grande e belíssima sessão solene do Congresso Nacional pela manhã, no Senado da República, por ocasião do dia 25, apesar de hoje ser 24, que é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Anuncio também que, como presidimos essa Comissão Especial de 2004, do Ano Nacional da Mulher no Brasil, entramos com uma ação junto ao Parlatino – Parlamento Latino-Americano, a fim de que o ano de 2005 se torne o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana. Felizmente, foi aprovada pelo Parlatino, notícia muito importante para a mulher brasileira, para a mulher latino-americana e para a mulher do Planeta. Comemoraremos, no ano de 2005, o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana, envolvendo 22 países no debate pelo fim da discriminação e da violência contra a mulher.

Senador Leonel Pavan, senhores que ocupam a Mesa que cheguei atrasada porque estava até há pouco na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, pois também sou membro titular da Subcomissão de Turismo, e defendíamos possíveis emendas ao Orçamento, uma delas de minha autoria. Fiz a defesa, e vamos agora aguardar a aprovação da emenda, que destina-se à infra-estrutura turística. Consideramos a matéria da maior relevância, e estamos nessa luta em todas as frentes, de forma extremamente determinada.

Existe uma propositura que seria, diria, bastante relevante para uma discussão como esta. Como envolvermos as embaixadas na questão do turismo? A proposta é começar a discutir a criação de escritórios junto a cada embaixada a fim de aumentar o turismo no Brasil, pois existe potencial. Sou senadora pelo Mato Grosso, Estado eminentemente produtor de matéria-prima fantástica para o turismo, como o Pantanal, a Chapada dos Guimarães e tantos outros pontos. Não vou discutir Estado por Estado, citei apenas dois pontos do Estado de Mato Grosso. Acredito que o envolvimento das embaixadas seria de extrema relevância para um salto grande na chamada "indústria do turismo".

O Ministro Walfrido dos Mares Guia vem realizando um grande trabalho. Penso que com a junção de esforços de todas as partes interessadas poderemos mostrar que o Brasil é grande, e que o grande salto do desenvolvimento pode estar no turismo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. MILTON ZUANAZZI – Senadora, essa talvez seja a atividade econômica que mais envolva o trabalho de mulheres. E este Plenário é uma boa mostra disso. As mulheres encontraram no turismo uma atividade importantíssima. O art. 15 trabalha nossa relação com o Ministério das Relações Exteriores, com o Itamaraty. E a importância, o significado remete inclusive a um parágrafo que dispõe que assinaríamos convênio com o Palácio do Itamaraty para tais capacitações. Enfim, nossa vontade é que isso se efetive a partir de então. O Brasil precisa muito, digamos, que o Itamaraty adapte-se mais profundamente no setor de turismo. Não que ela não exista. Existe. Algumas embaixadas realizam um trabalho bastante relevante, mas a atividade turística não é disseminada. O Itamaraty está mais preparado para os aspectos do chamado "comércio mais tradicional". Nosso setor, passa um pouco ao largo. Enfim, nossa intenção é implementar a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Militão) – Bem, anuncio agora a participação do Deputado Federal Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Sr. Presidente, José Militão, em nome de V. Exª saúdo a Mesa. É uma satisfação poder participar deste VI Cebratur. Participamos do quinto, quando analisamos o problema da aviação brasileira, e neste o assunto primordial é a legislação turística. Saúdo nosso grande companheiro do Pará e Presidente do Fórum dos Secretários, Adenauer, um lutador pelo nosso turismo paraense e brasileiro, e fico feliz quando vejo aqui o fórum debatendo a nova legislação.

Quando assumimos a Comissão de Turismo, recém-criada na Câmara Federal e tão bem presidida pelo Deputado José Militão, fomos procurados pelo setor para tratar exatamente dos nós, dos gargalos, daquilo que estava impedindo o crescimento, o maior desenvolvimento do turismo. Recordo-me que numa reunião, na minha sala, junto com o Dr. Roberto e tantos outros, eu disse: olha, está nas mãos de vocês. Tragam o material. O Parlamentar é aquele que corre o dia todo de uma comissão para outra. Vocês são do ramo, são do setor, tragam para nós as sugestões; tenho certeza que o Congresso Nacional não irá deixar

de responder à altura a essa atividade tão importante do nosso País.

Principalmente, temos que, mais uma vez, no dia do seu aniversário, prestar uma homenagem ao Ministro Mares Guia, o homem que pegou um Ministério tão pequeno e que por ser um grande Ministro está transformando o Ministério do Turismo numa das mais importantes Pastas, tanto que ele é uma das poucas unanimidades no Ministério brasileiro, do Presidente Lula.

Quero também aproveitar a oportunidade porque, quando falamos em turismo, não posso deixar de falar no meu Pará, principalmente via satélite para o Brasil inteiro. Existe um paraíso no País chamado Pará, com a Ilha do Marajó, Alter do Chão, o Xingu, Salinópolis e tantas outras maravilhas.

Neste anteprojeto, fala-se na criação de um fundo para gerenciar o turismo brasileiro. Principalmente nós que somos do Congresso Nacional sabemos que o nosso grande problema é exatamente econômico. Estamos trabalhando esta semana juntamente com o nosso Presidente Militão, com a Bancada federal do Pará, e quase todos os Parlamentares estão preocupados em colocar emendas para o turismo. Mas, há um problema: com a maior das boas vontades, o Parlamentar luta e coloca importâncias razoáveis, mas depois vem um negócio chamado contingenciamento que restringe praticamente os grandes valores colocados no Ministério do Turismo para fomentar o turismo brasileiro, e o Ministério fica vivendo de migalhas e, às vezes, da boa vontade da área econômica. Vejo a necessidade de cada setor da economia brasileira ter pelo menos um pouco de autonomia. Temos que sair desse centralismo econômico que impede o desenvolvimento, principalmente se tratando do turismo.

Minha pergunta ao nosso debatedor principal hoje é: de onde virão os recursos para esse fundo de turismo que o anteprojeto prevê?

Muito obrigado.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Bem, Deputado Josué Bengtson, sou testemunha de que o Pará é um Estado maravilhoso, mas o Brasil todo também é.

Primeiro, quero dizer que o Fungetur já existe. Observando o orçamento do Ministério, vemos que está lá este ano com R$73 milhões. Mas o turismo brasileiro está sem operar o Fungetur há uns três ou quatro anos já. Ele está em processo de auditagem interna, nossa, e o Ministro queria, até o final de dezembro, anunciar nova formatação para o Fungetur. De qualquer forma, esse valor é pequeno ainda para as necessidades do setor privado brasileiro. Com essa legislação, estamos tentando abrir a possibilidade de algumas estruturas participarem do Fundo Geral de Turismo.

Vejam um exemplo, porque às vezes falamos tanto e esquecemos como isso aconteceu. Especialmente os Estados do sul, que recebem vôos *charters* provenientes da Argentina, Chile, a taxa de embarque internacional está na casa de US$36.00, lá na Argentina também, que dizer, um vôo Florianópolis/Buenos Aires ou para Córdoba, ou para qualquer cidade do Mercosul, vai custar US$180.00, e paga-se algo em torno de US$70.00 em tarifa. Por que isso, perguntam? Quando houve a famosa crise da Rússia – o Presidente Putin nos honrou com sua visita essa semana –, em 1997, fez-se um pacote para enfrentá-la. Esse pacote previu o aumento de várias taxas, não era só da taxa aeroportuário. Várias taxas foram aumentadas, a que era de US$18.00 passou simplesmente para US$36.00 e ponto final. A crise da Rússia já passou, mas a taxa continua a mesma e não há outra crise à vista para se derrubar essa taxa.

Estamos tentando criar uma participação, porque esse fundo tem pelo menos uma participação nos instrumentos utilizados para aumentar um conjunto de taxas, não vamos falar de impostos, mas de taxas. Vejam que há um parágrafo único que trata do BNDES, da Caixa Federal, do Banco do Brasil, dos fundos constitucionais. Tudo isso, quero afirmar mais uma vez, para que fique claro e consubstanciado e registrado em ata, são interesses do Ministério do Turismo. Esse assunto está em debate nesses organismos, e não há ainda manifestação contrária nem a favor por parte deles. Não vamos mandar esse projeto para o Congresso sem um consenso interno. Esse é o nosso desejo.

Aí, Deputado, V. Exª tem absoluta razão. Se não tivermos uma estrutura de financiamento com esse caráter rotativo, não mais o velho *(inaudível)* dos bons tempos, em que muita coisa saía a fundo perdido, mas o Fungetur de hoje, dos tempos que vivemos e que possa estimular os empreendimentos e especialmente os destinos que estamos querendo desenvolver. Elencamos no programa de regionalização 219 destinos no Brasil. Vamos trabalhar um conjunto de novos produtos, porque o País precisa de nova oferta turística, salta aos olhos que a nossa oferta é pequena. Se olharmos a oferta que havia dez anos atrás e que existe hoje, em 2004, veremos que não crescemos, não há mais de quatro ou cinco produtos em relação à oferta que havia dez anos atrás.

É necessário que o País faça um esforço para ampliar e diversificar sua oferta. Se não houver linha de fomento, fica muito difícil diversificar e ampliar a oferta turística, porque não se tem especialmente a infra-estrutura privada disponível. Então V. Exª tem muito razão nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Deputado José Militão.

O SR. JOSÉ MILITÃO (PTB – MG) – Cumprimento nossos companheiros de Mesa em nome do Senador Leonel Pavan, Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado; cumprimento a Secretária de Turismo do Distrito Federal, nossa companheira e conterrânea, Lúcia Flecha de Lima, e em seu nome cumprimentar todas as mulheres que participam deste debate; cumprimento todos os dirigentes do *trade* turismo brasileiro que aqui se encontram ou assistem a reunião por meio de videoconferência; cumprimento os alunos do Uniceub, do curso de Turismo que aqui estão: finalmente, cumprimento os dirigentes das assembléias legislativas e os participantes deste evento importante para o turismo brasileiro.

Gostaria de dar uma notícia ao presidente da Abave, Tasso Gadizanis, que realizou um maravilhoso congresso no Rio de Janeiro, quando o Presidente Lula anunciou que o Governo Federal faria a contrapartida para os Estados dos contratos que fossem executados pelo Prodetur. Ontem o Ministro Walfrido nos disse que havia sido procurado pelo relator do orçamento federal, Senador Romero Jucá, que falou da impossibilidade de atender às pretensões do Ministério, já que não havia acompanhado a proposta orçamentária aquilo que o Presidente havia anunciado no congresso da Abav. Colocamos, ontem, na Comissão de Turismo, e foi aprovado, por unanimidade, por todos os nossos companheiros Parlamentares que aqui se encontram, uma emenda concedendo ao Ministério do Turismo essa possibilidade de atender os Estados nos contratos que vierem a ser feitos com o Prodetur.

Eu gostaria de dizer que, finalmente, o turismo brasileiro deixou de ser notícia apenas de cadernos especiais da imprensa para ser também notícia de economia. Temos lido nas páginas de economia dos jornais e assistido nas redes de tevês diversos agendamentos do que está ocorrendo no setor turístico brasileiro com relação ao desempenho.

O turismo brasileiro era tratado até então como negócio de segunda categoria, porque era Ministério da Indústria e Comércio e Turismo, Ministério do Esporte e Turismo. Finalmente, com a criação do Ministério do Turismo e com a chegada do competente Ministro Walfrido Mares Guia, tivemos, então, uma abertura muito grande no setor turístico. Por isso, temos visto, quase que diariamente, o turismo freqüentar as páginas de economia dos jornais.

A respeito da legislação que estamos tratando, encomendei à Consultoria Legislativa da Câmara um trabalho de elaboração desse projeto da Lei Geral de Turismo. O consultor Osmar fez um trabalho muito interessante, que já fiz chegar às mãos do Ministro e farei chegar às mãos de todos os interessados, para que cada um de nós possa, mediante esse trabalho, fazer um aprimoramento desse projeto para que, quando ele chegar ao Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, certamente tenhamos um trabalho mais perfeito do que aquele que poderia vir e sofrer modificações por parte da Câmara e do Senado.

O importante é que esse projeto chegue ao Congresso Nacional. Penso que o projeto tem que chegar o mais rapidamente possível ao Congresso Nacional para que no ano de 2005 tenhamos uma legislação geral sobre o turismo brasileiro. Lembro que toda a legislação que trata do turismo brasileiro é infra-ordinária, quase toda elaborada através de decretos ou através de instruções e deliberações normativas da Embratur. A última lei relacionada com o turismo foi a Lei nº 8.181, de 1991. Antes disso, tivemos essa lei que organizou as competências da Embratur no âmbito do Governo Federal. Antes dela, houve a Lei nº 6.565, que falava sobre as atividades turísticas e ainda antes dela, lá pelos idos de 1975, tivemos o Decreto-Lei nº 1.439, que tratava do Fungetur.

Não existe uma legislação condensada para tratar do turismo brasileiro. É importante, Dr. Milton, que o Ministério do Turismo se encarregue de fazer chegar ao Congresso Nacional essa lei para que, no ano que vem, quem sabe até meados do ano que vem, visto que aprovar projeto de lei no Congresso também não é fácil, possamos então ter a Lei Geral do Turismo. Lembro apenas um detalhe do que foi falado pelo Presidente Adenauer, a respeito do §2º art. 5º. O consultor Osmar diz que o § 2º é inconstitucional, porque está impingindo aos Estados algo que a lei não pode fazer, dado o princípio que norteia a Federação brasileira, emanado da própria Constituição.

Então, Secretário, agradeço sua participação aqui. É importante esse debate, para que tenhamos logo, logo uma legislação que trate do turismo brasileiro. Que o turismo brasileiro possa, cada vez mais, freqüentar as páginas econômicas não somente dos jornais brasileiros, mas dos jornais de todo o mundo, como é o desejo de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. MILTON ZUANAZZI – O Deputado José Militão talvez tenha apresentado a temática mais importante de tudo isso, ou seja, em quanto tempo tramita essa lei no Congresso Nacional.

Aliás, já remetemos à Casa Civil um decreto que tenta fazer uma junção de todas essas normativas e outros decretos que estão em andamento e hoje em vigor, inclusive com as mudanças de funções da Embratur para o Ministério do Turismo, já que a Embratur ficou focada na questão internacional. Colocamos todos os nossos prazos para dezoito meses. A vontade do Ministro Walfrido dos Mares Guia – que colocou isto como meta absoluta – é a de que, até maio de 2006, exatamente quando vai começar o processo eleitoral

em que o Congresso Nacional realmente tem um pouco mais de dificuldades nas suas votações, estejamos com essa matéria votada. Então, todo nosso esforço – aproveitando as palavras do Deputado José Militão – é para podermos fazer tramitar a matéria no ano que vem. Com todas as forças, realmente buscaremos esse resultado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Que benefícios diretos as chamadas sociedades empresariais, as empresas que se dedicam à atividade turística, podem esperar com a aprovação da Lei Geral do Turismo? E como o cidadão comum será beneficiado por essa regulamentação?

O Presidente da Câmara Empresarial do Turismo da CNC e Presidente da Federação Nacional dos Hotéis, Bares e Similares, Norton Lenhart, tem algumas considerações sobre o assunto.

Sr. Norton, por favor.

O SR. NORTON LENHART – Obrigado.

Prezado Secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo, Milton Zuanazzi; Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado José Militão; Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, nosso amigo, Senador Leonel Pavan, sofredor como eu, torcedor do Grêmio porto-alegrense, assim como o Milton; Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, nosso amigo, Deputado Alex Canziani; meu companheiro do Sistema CNC, que está aqui conosco, Adelmir Santana, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal.

Minha participação será muito rápida, porque vários companheiros desejam também participar. Mas, neste primeiro momento, em nome do Sistema CNC e da própria Câmara Empresarial do Turismo, agradecemos a oportunidade que o Poder Legislativo nos dá para trazermos esse projeto de lei que aqui estamos discutindo.

Aproveito também a ocasião para fazer um agradecimento muito especial ao Ministério do Turismo, ao Ministro Walfrido dos Mares Guia, ao Milton Zuanazzi, que tem coordenado esse trabalho, pela maneira aberta e democrática com que têm trabalhado, para que possamos participar da Câmara Temática de Legislação todos nós, do setor empresarial. É bem verdade que era voz corrente a necessidade de termos um marco regulatório para o setor turístico que pudesse ordenar legalmente as nossas atividades. Entretanto, a grande preocupação do setor empresarial é que esse marco regulatório não traga o engessamento das nossas atividades e também das nossas empresas. Com a nossa participação, provavelmente vamos evitar que isso aconteça, e assim, as cadeias produtivas da área de turismo possa desenvolver o seu trabalho num ambiente muito favorável; desenvolver o turismo como uma atividade econômico-social importante para o nosso País, que sabemos que tem e que terá.

Fazer uma legislação tão ampla como essa é um trabalho que requer muito tempo, muita paciência e muita conversa. Temos visto debates de questões que ainda estão abertas, que ainda estão sendo discutidas, Governo com Governo. Agora mesmo, fizeram uma afirmação de que são os Municípios e o Governo Federal: entre setor privado e setor privado; entre setor privado e governo.

Vou citar algumas.

O art. 33, que regula as atividades turísticas, em que os restaurantes não estavam envolvidos ou citados. Evidentemente, sabemos que gastronomia é uma atividade extremamente importante para o desenvolvimento do turismo não só nacional, mas mundial. O art. 38, em que se trata a questão dos condomínios hoteleiros e as empresas hoteleiras. São processos que temos de maturar, de conversar até a exaustão. Mas temos de chegar a um denominador comum para o bem do turismo nacional. Temos também o art. 45, sobre o qual as agências de viagens e os transportadores já estão conversando para chegar a um denominador comum. O art. 9º, por exemplo, em que o Governo acha que tem de instituir ou ingerir sobre a fixação de tarifas e preços nos transportes aéreo e de superfície. Nós achamos que não. Essa é uma atividade privada, que o mercado regula. Temos também o art. 62, em que a multa está já quantificada no valor de R$3 milhões. Se partirmos do princípio de que 95% das empresas que trabalham na área do turismo são pequenas e microempresas, evidentemente, se não cumprirmos um artigo desses e formos multados, não vamos pagar a multa e vamos fechar a nossa empresa.

Essas questões têm de ser debatidas e eu vou permitir isso. Penso ser importante encerrar a minha manifestação aqui, pois temos o Eraldo Alves da Cruz, da ABIH, que evidentemente quer participar; temos o César, do nosso Sindicato de Hotéis e Restaurantes; temos o Moreira, do Convention Bureau; o Alan, dos parques temáticos; o Tasso Gadzanis, presidente da Abav; o Moacir Tesch, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo; o George Ermakoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas e do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (Isnea); o Roland de Bonadona, do Fob; o Paulo Solmucci, da Abrasel; o Divaldo, do nosso Sebrae nacional e o José Zuquim, que querem dar a sua contribuição.

Então, franqueio desde já a palavra, para que eles também possam participar e falar especificamente sobre o seu setor.

Era o que queria dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Passamos a palavra agora ao Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH – SP), Sr. Nelson Baeta Neves.

O SR. NELSON BAETA NEVES – Boa tarde a todas as autoridades presentes e aos Srs Parlamentares. O apelo do sistema privado das empresas envolvidas no turismo é que o Congresso Nacional veja com muito carinho a legislação e com muita atenção tudo que se está pondo na mesa, para que consigamos o melhor possível.

Duvido que vamos conseguir uma unanimidade, mas temos de nos aproximar do ótimo, embora possamos não atingi-lo, para chegarmos a uma boa solução.

Desde o início, representando a ABH na câmara temática, tenho tido em mente, ao conversar com o Ministro Walfrido dos Mares Guia e com Milton Zuanazzi, que temos de respeitar a legislação pré-existente e os princípios constitucionais que resguardam cada função, de cada nível de Governo.

Não devemos nos imiscuir em assuntos que são pertinentes à legislação ora municipal, ora estadual. É muito mais fácil resolvermos os nossos assuntos tangenciando o problema constitucional do que tentarmos dar instruções de como agir o Poder Público municipal ou estadual.

Como exemplo disso, temos de lembrar que as prefeituras municipais detêm a exclusividade para o uso e ocupação de solo. Essa legislação é privativa do Município. E, como tal, é com o Município que nós temos que nos entender. As pressões políticas, os **lobbies**, em assuntos específicos de uso e ocupação de solo, devem ser voltados à autoridade Municipal. O Município é, também, vulnerável à questão política e nenhum Municipio vai pretender que a atividade turística, que os beneficia tanto, prejudique-se por posturas municipais inadequadas. Elas terão que se adequar à lei de regência, ou seja, que é a legislação federal.

Por outro lado, o Estado tem suas prerrogativas, que também devem ser olhadas com muita atenção. Devemos procurar, junto aos Estados, exercer um **lobby** sabendo que as ações da Câmara Federal, das autoridades federais, estão limitadas ao nível de ação estadual e municipal. Essa foi a minha premissa, sem pretender dar ordens a quem pode rebelar-se e não aceitá-las. Até constitucionalmente, não há por que ser orientado por autoridades federais ou por interesses federais.

Era o que tinha a dizer, agradecendo a sua atenção nesse detalhe. Se respeitarmos, cada um, a esfera do outro, tanto na iniciativa privada, quanto na governamental, chegaremos mais facilmente, com menos problemas, menos cicatrizes, a uma legislação que precisa ser feita. Só teremos um setor forte se o nosso representante no Ministério estiver fortalecido no âmbito do Governo.

É por isso que vejo com muito interesse que o Ministro Walfrido dos Mares Guia, seu substituto ou sucessor, e nosso Ministério sejam respeitados pelo Governo Federal. É essa a articulação que vejo como a principal dádiva da Lei Geral do Turismo.

Muito obrigado.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Quero fazer um breve comentário com relação às falas tanto do Norton quanto do Nelson.

Como falei no início, o texto já foi modificado. Na próxima reunião da Câmara, um conjunto de contribuições virá com o texto. Uma delas diz respeito, por exemplo, à questão da definição dos restaurantes turísticos. Esse foi um debate também complexo. Perguntávamo-nos: afinal, o que é um restaurante turístico? Pode ser uma carrocinha na beira da praia, pode ser um restaurante finíssimo. Esse debate demorou até que essa definição fosse encontrada.

É importante destacar, porque na pergunta que antecedeu a fala do Norton perpassou um pouco a questão, a importância da lei para o setor e para o cidadão.

Em primeiro lugar, a importância de uma política de Estado. Creio que é consensual entre nós que o turismo precisa ter uma política de Estado e não meramente a existência de um órgão que a conduza. Por mais competente e habilidoso que seja o Ministro, o turismo não se pode depender dessa situação. Há que se ter uma política de Estado.

Na segunda parte, na parte do ordenamento, se V. Exªs lerem com atenção, estamos tentando jogar tudo para dentro de um cadastro, que será a nossa referência. O cadastro será o nosso instrumento de condução do ordenamento no setor. Evidentemente, algumas atividades têm cadastramento obrigatório e outras são espontâneas, por adesão. Aquelas que têm cadastramento obrigatório passam por todo um debate; nas que são por adesão, o debate é um pouco mais fácil, desde que evidentemente se encontrem os critérios estabelecidos.

Creio que esse é o ponto central para observarmos. Se seguirmos essa linha de raciocínio, estaremos tentando ter um setor turístico. Ele está aqui e tem um cadastro, um registro, um número. Vamos tratar sobre a questão da Cofins? Aqui está o setor de turismo; vai-se

tratar qualquer outro aspecto de legislação tributária, trabalhista ou o que for, está aqui o setor de turismo. Então essa é a finalidade dessa lei geral.

Na questão da multa, Norton, ela entrou – à época, você até me perguntou; eu não lembrava, porque havia entrado os três milhões –, porque a legislação brasileira do Código de Defesa do Consumidor e outras estabelece uma multa do zero até isso. Não é uma multa de 10 milhões, mas é uma multa que vai até lá.

Isso tudo depois é estabelecido por normativa do Ministro do Turismo. Quer dizer, a lei simplesmente abarca o genérico, o guarda-chuva. É estabelecida normativa todo processo de penalização que começa com uma simples informação de que aquele órgão está agindo irregularmente; uma advertência, que pode, depois, passar para uma multa de determinado valor até chegar ao fechamento do estabelecimento em última instância. Mas há um conjunto de instâncias.

Então, quero assim deixar os senhores mais tranqüilos, porque o fato tem esse caráter.

Não consegui entender a sua preocupação, Norton, em relação ao art. 9º, sobre a interferência no setor privado. Na verdade, o transporte público é uma concessão pública. Isso é constitucional. E aí não é tarifa. Aliás, é um grande debate sobre a questão aérea. Falamos em tarifa aérea. Tarifa é única. É empresa de ônibus. Essa trabalha com tarifa: água, tarifa; luz, tarifa. É um valor fixo, por quilowatt/hora, por isso e aquilo.

Quando há disputa, mercado, há preço. É diferente. Tarifa é uma coisa, e preço é outra. A regulação do setor aéreo nunca conseguiu trabalhar direito essa questão da tarifa e preço. Fala-se tarifa; depois, colocou-se Y, Z e tal. Há todas as letras do alfabeto nessa tarifa. Mas, enfim, acreditamos que a existência de uma agência nacional, de um órgão regulador nessa área venha a estabelecer essa composição.

Todos os demais órgãos de concessão pública trabalham com tarifa, e não trabalham com preço de mercado. Por tarifa subentende-se um cálculo que se faz. Inclusive, se aquilo está sendo operado de forma privada, coloca-se sobre o cálculo o lucro presumido; o lucro do empreendedor, e assunto final. É o valor tal. Então, uma passagem de ônibus custa tanto. Mesmo que muitas vezes haja políticas compensatórias, numa cesta de tarifas, o fato é que ela trabalha com determinado valor. A questão aérea é que sempre seguiu um outro alinhamento, digamos assim, até porque também as realidades são diferentes.

Então, posso lhe afirmar que não há, da nossa parte, nenhuma intenção de interferir no mercado. Muito pelo contrário, essa lei está querendo é não interferir no mercado. A única interferência a que nos estamos propondo aqui – e aí me refiro à manifestação do Nelson – é no sentido de equalizar a concorrência: dar as mesmas oportunidades, os mesmos bônus, mas os mesmos ônus da concorrência. Só isso que temos que garantir. O resto é mercado mesmo. Não queremos passar ao largo dessa questão.

Desde o primeiro momento, se pegassem as legislações originais que temos no setor de turismo, ela trabalharia muito e regularia o mercado de forma bem mais efetiva. E não queremos isso, não!

Existem alguns aspectos que podem ferir algum passivo. O Nelson tocou em dois assuntos: um, a legislação municipal no uso do solo e a legislação estadual mais questões de aspecto de segurança, corpo de bombeiros. É evidente que, se temos uma legislação, temos que segui-la. A lei geral não pode tratar sobre isso. Porém, como estamos tratando da ação, do existir enquanto atividade econômica do turismo, podemos legislar e induzir as legislações municipais e estaduais a essa adaptação nesse aspecto.

Então, entrando um pouco em pontos que os senhores não entraram – sei que virão outras perguntas, especialmente em relação ao que o Norton citou, mas superficialmente, como flats, hotéis –, temos que achar uma forma de resolver o passivo.

Temos um passivo que não é pequeno, é grande, extremamente grande, de muitos anos; não é recente, ele existe em torno de 20, 25 anos desde então. Esse passivo nunca conseguiu um marco regulatório. Não podemos olhar para esse passivo como se fosse algo que pudéssemos colocar no canto, numa lata de lixo. Não! Temos que olhar com todo carinho e apreço, porque é um passivo existente.

Tratar de criar uma legislação que, do ponto de vista da prestação de serviço turística, seja absorvido do ponto de vista do seu cadastramento, portanto seja entendido como prestação de serviço turístico. Perfeito. Eu acho que essa é a nossa grande tarefa. Entender. Evidentemente, tem um processo, daqui para a frente, de zeramento e em comum acordo com as legislações municipais, quer dizer, o cadastro passa a ter uma vida, daqui para a frente, não permitindo que as legislações municipais e estaduais não estejam de acordo com a nossa, e criando esse ambiente para resolvermos um passivo.

Eu me demorei um pouquinho mais nesta questão porque talvez seja dos últimos pontos que estejamos para chegar aos acertos, não é?

Eu acho, o ? apresentou proposta que não está nesta versão aqui ainda, não está escrito aqui, vai para a próxima, que a versão parte desse princípio que nos pareceu correto. Eu tive oportunidade de conversar com o Nelson, representante da BH, sobre esse assunto. Eu acho que vem uma proposta ao encontro

de buscarmos um consenso na regulação do setor de meios de hospedagem, zerando um processo, daqui para a frente, e resolvendo um passivo, vinculando-o a aspectos e legislações municipais e estaduais.

Evidentemente, nem temos poder para passar por cima, mas vinculando como prestação de serviço e dando os prazos, se porventura aqueles equipamentos não consigam se adaptar aos prazos da legislação, criando, por meio de um termo de compromisso, um ambiente para essa solução.

Se, no final, 100% não foram absorvidos, bom, o esforço foi todo feito. Mas eu tenho a impressão de que nesses encaminhamentos que estão sendo dados, com certeza outros vão falar sobre isso, podemos estar tratando de 90 a 95% da solução e isso, cá para nós, é um absoluto avanço nessa temática. E estamos tratando também de flat, ? e de situações absolutamente diferenciadas entre equipamentos construídos a 25, 30 anos e equipamentos novos, construídos dentro da legislação de Corpo de Bombeiros, com o rigor da legislação de meios de hospedagem que se quer.

Se focarmos o cadastro – quero ganhar vocês para esse tese, para chegarmos ao Congresso pelo menos com essa unidade aqui – e nele tivermos estabelecida a prestação dos serviços, evidentemente, dentro de todos os rigores que entendemos deva ter uma prestação de serviço, estaremos na ante-sala da solução.

Evidentemente, o Congresso pode aprofundar um pouco mais ainda e, depois, até buscar legislações paralelas, que já estamos estudando também, que criem os instrumentos jurídicos que confirmem o que a nossa legislação quer. Isso é muito importante. Às vezes você cria uma legislação mas não confirma com outra, uma legislação maior e até constitucional, e o que acontece? Há ações na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Sr. Secretário, peço-lhe que conclua esse seu pronunciamento, porque várias pessoas ainda terão que participar e o nosso tempo, infelizmente, está-se esgotando.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Mas tenho certeza de que essa resposta longa ganhou muitas respostas e muitas perguntas aqui. Pode saber que eu aprofundei um pouco propositalmente, no sentido de que nós estamos resolvendo um conjunto de preocupações que têm sido constantes entre nós.

Então, só por isso, desculpe-me a resposta um pouco mais longa.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Bem, registramos a presença, na Mesa, a partir deste momento, do Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal, também representando a Subcomissão de Turismo do Senado.

Registramos, também, outras presenças: o Sr. José Albuquerque, Superintendente de Desenvolvimento do Turismo do Estado da Bahia; o Sr. Paulo César Boechar Lemos, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Convencion & Visitors Bureaux; o Sr. Dival Pires Schimidt Filho, do Sebrae Nacional, da Unidade de Desenvolvimento Setorial; o Sr. Roland de Bonadona, Presidente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, e também o Sr. Newton Povoa Cavalcanti Coelho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Goiás.

Quando se fala em desenvolver o turismo no Brasil, não se pode deixar de mencionar o transporte aéreo. O Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, George Ermakoff, está no nosso auditório e vai apresentar a posição do sindicato.

Concedo a palavra a S. Sª, Sr. George Ermakoff.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Boa tarde a todos os presentes. Já se falou muito sobre o setor de transporte aéreo e gostaria de questionar exatamente o que o Sr. Norton Lenhart já havia questionado: no art. 9º do anteprojeto, alínea d, onde está escrito que a política de fixação de tarifas, preços de passagens, tarifas diferenciadas ou promocionais etc.

Gostaria de lembrar, Sr. Secretário, que esse assunto já foi debatido no Conac, que liberou o preço da passagem aérea. O Conac, Conselho Nacional de Aviação Civil, é composto por diversos ministérios.

A própria lei que cria a Agência Nacional de Aviação Civil já prevê a manutenção dessa liberação – como o senhor disse anteriormente –, que tem de ser vigiada. Sempre que houver uma incursão no campo do direito econômico, logicamente, o governo tem de agir.

Pragmaticamente, solicitamos tirar essa alínea do anteprojeto...

O SR. (Orador não identificado) – Só o aéreo.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Aqui fala só do aéreo.

O SR. (Orador não identificado) – Aéreo e de superfície.

O SR. MILTON ZUANAZZI – De superfície também? Ah, sim. Desculpe-me.

Aliás, fiquei até sem saber exatamente qual é a minha versão. Eu possuo a quinta versão, e o senhor falou da vigésima. Não sei foi brincadeira ou se existe de fato. Falarei em função da quinta versão.

Na quinta versão – art. 25 –, constitui recurso do Fungetur receitas eventuais e recursos de outras fontes que vierem a ser definidas. Então, todas as fontes foram relacionadas aqui, e nenhuma delas se refere a dinheiro vindo dos transportadores.

Existe um projeto de lei na Câmara dos Deputados, nº 1.593, de 2003, do Sr. Rogério Silva, que diz o seguinte no seu art. 2º:

"É destinado ao Fundo Geral de Turismo – Fungetur – o montante correspondente a 1% do produto do faturamento das vendas realizadas."

Então, farei um enorme pedido no sentido de que o Ministério do Turismo se oponha a este projeto de lei. Falo especificamente pelas empresas aéreas, e, sempre que eu fizer uma referência ampla, peço que considerem apenas as empresas aéreas. Estamos numa luta hercúlea há muito tempo, tentando, de uma maneira ou de outra, reduzir a carga tributária das empresas aéreas e, toda vez que estamos conseguindo uma coisa, vem outra na contramão.

O senhor falou do Pacote 52, referindo-se à questão da taxa de embarque dobrada. Lembro a todos que a idéia do Governo era restringir o turismo das pessoas que vão para o exterior, colocando a cobrança de US$90,00. Com muita luta, conseguimos que a taxa de embarque ficasse em US$30,00.

Todas essas medidas provisórias emergenciais, este caso em função da Rússia, são depois esquecidas pelo Governo, quando não há mais necessidade, como é o caso específico da taxa de embarque emergencial, o Governo se esquece de retroagir. É o caso específico da taxa de embarque internacional, que entendemos que deveria voltar a seu preço, a seu valor original e ficar por aí.

Acho que o Fungetur merece recursos. Precisamos arrumar uma fonte, mas temos que debater em função de toda a carga tributária que já é recolhida. Quem vai dividir, se o Estado ou o Município, não sei; todos são beneficiados. Temos que repartir o bolo, e sempre é o passageiro ou o transportador que pagam.

Vou dar outro exemplo: em 1989, logo depois da Constituição de 1988, não havia recursos para fazer obra aeroportuária. Então, criou-se o Ataero, um adicional tarifário de 50%, que era para ser provisório e continua até hoje, é irremovível. Hoje, todos contam com esses recursos; não se consegue remover o Ataero.

O Ataero foi fruto de uma grande discussão. Quando aprovamos o projeto de lei da Anac, conseguimos fazer a redução gradativa do Ataero, como a do ATP – Adicional da Tarifa Portuária. Naquela ocasião, o ATP foi zerado, mas, quanto ao Ataero, o Governo simplesmente retirou o projeto da Câmara dos Deputados, depois de meses e meses de discussão, e não conseguimos reduzi-lo.

Deixo registrado que o setor de transporte aéreo gostaria muito de reduzir sua carga tributária. Já há um novo projeto de lei que foi, de alguma maneira, negociado conosco. Vai ser criada mais uma Cide, que será cobrada junto com a taxa de embarque, para ajudar a viação regional e permitir vôos em regiões absolutamente necessárias. Quer dizer, em nenhum momento, falou-se dos beneficiários desses vôos regionais ou, por exemplo, de Estados e Municípios participarem com alguma coisa ou pelo menos reduzirem a carga tributária incidente no querosene.

Com relação à questão anterior, que diz respeito à tarifa aérea, o próprio Cebratur discutiu longamente o assunto: transporte aéreo. E seu relatório fala que as tarifas aéreas vinham reduzindo-se e, de repente, tomaram rumo para cima, algo totalmente fora do contexto, porque o que aconteceu – todos sabem – é a questão cambial e a do preço do combustível. De quatro a cinco anos para cá, houve uns 900% de aumento no preço do querosene de aviação. Foram, praticamente, 700% de aumento no preço de querosene de avião.

Então, não podemos novamente amarrar a tarifa aérea. Isso aconteceu no Plano Real, que só permitia que se fizesse um aumento anual. A passagem aérea era aumentada uma vez por ano, e, em seguida, o combustível e todos os insumos das empresas aéreas, mas essas não podiam aumentar o preço da passagem – muitas se descapitalizaram.

Quero ser breve, porque sei que muitos colegas querem falar.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Eu lhe pediria para ser mais breve, por favor.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Já acabei.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Ermakoff, não poderia deixar de falar sobre o grande trabalho da Subcomissão de Turismo, que, na Cofins, conseguiu reduzir de 7% para 3% a alíquota para toda a área de turismo, inclusive a aviação civil. Quero deixar registrado que foi um mérito das comissões de turismo da Câmara e do Senado.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Inclusive, as peças de aviação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Também conseguimos zerar a importação de peças.

O SR. MILTON ZUANAZZI – Só desejo dizer, Ermakoff, que esse projeto de lei não cria nenhuma tarifa nova, nenhuma taxa, nem no Fungetur. O projeto do Ctat tramita no Congresso paralelamente; não foi absorvido por esse projeto de lei. O que deixamos em aberto no Fungetur – daí a sua primeira sugestão – está no art. 25, sim. Está em aberto qualquer perspectiva de vir para o fundo algum recurso. Abrimos onze itens, quer dizer, receitas de todos os níveis. É só isso que ele diz; abre para que haja um Fungetur que possa receber recursos, mas somente isso. Não cria nenhuma taxa sobre tarifa, sobre nada.

Quanto à questão aérea, você tem razão. Por quê? É aquilo que eu disse antes: há uma regulação que veio mais recentemente, com a decisão do Conac. Porém, quero chamar a atenção: não são pouco mais de vinte. Se nós estivéssemos colocando tudo de novo, estaríamos lá pela décima terceira ou décima quarta versão.

Mas o que tem escrito é esta quinta, e o que sairá da próxima reunião será a sexta versão, que é a que terá varias coisas contempladas.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Registramos a presença neste auditório do Presidente eleito da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Eraldo Alves da Cruz; da Presidente do *Convention and Visitors Bureau*, Érica Drummond e também do Presidente da Associação Brasileira dos Operadores de Turismo José Zunquim.

Está presente também no auditório do Interlegis o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Moacir Roberto, que traz a contribuição dos trabalhadores no setor para as discussões sobre o tema.

A palavra é sua.

O SR. MOACIR ROBERTO – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa e as Senhoras e os Senhores aqui presentes.

Quero resgatar um pouco o nosso passado e parabenizar todos os atores aqui presentes, a você *(inaudível)*, responsáveis pelo VI Cebratur. No I Cebratur, fizemos um elenco de setenta e nove gargalos que seguravam e judiavam do desenvolvimento do turismo nacional. Entre eles, pedíamos o Ministério do Turismo, entre eles pedimos várias situações para o desenvolvimento do turismo.

Andamos seis anos, tivemos grande sucesso. Tivemos a conquista de ter o Ministério do Turismo, tão reivindicado por toda sociedade e por todo setor do turismo.

Esse projeto também é fruto de um estudo desse passado, dessa agonia do *(inaudível)* turismo. Para nós trabalhadores que participamos desse processo, é uma satisfação do VI Cebratur.

A nossa preocupação continua a mesma. A impressão é de que o nosso discurso é chato, repetitivo, mas as coisas não mudam. Continuamos pedindo e, agora, na forma desse projeto, a qualificação de mão-de-obra. Não adianta sonharmos, não adianta nos aprofundarmos em trazer a melhor condição para o turista se não tivermos a qualificação da mão-de-obra dos trabalhadores.

Dentro da questão do *(inaudível)*, eu sugeriria que fosse colocado um incentivo dentro dos gastos desse *(inaudível)*, quanto à qualificação de mão-de-obra. Em especial, quanto ao trabalhador, do técnico em si. Quanto às universidades, já temos mais de 500 universidades. Penso que já estamos bem contemplados.

Quanto à questão técnica, no entanto, nao estamos sequer engatinhando. A situação é precária.

Quanto à regulamentação da categoria, a questão já está bastante debatida, desgastada. Os governos anteriores achavam e tinham o entendimento de que o próprio mercado faria a regulamentação. Mas no Governo Lula, houve uma brecha que nos deixa fazer esse tipo de regulamentação. Sua Excelência tentou regulamentar a atividade do jornalismo. Essa abertura nos deixa fazer mais um pedido: a criação do instituto que arregimenta os turismólogos, a regulamentação da sua categoria.

Essa era a nossa participação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MILTON ZUANAZZI – Muito obrigado, Moacir.

A nossa preocupação está consubstanciada no art. 11. Colocamos com todas as letras que o Ministério da Educação e do Trabalho e Emprego, no âmbito de suas competência, observadas as normas pertinentes, apoiarão técnica e financeiramente as iniciativas, planos e projetos do Ministério do Turismo que vise à formação, à capacitação profissional, à qualificação, o treinamento e à reciclagem de mão-de-obra para o setor de turismo e à sua colocação no mercado de trabalho. É o que falava. A primeira parte do anteprojeto trata somente de uma política de Estado. Os outros Ministérios têm que assumir conosco. Não podemos ser, meramente, um articulador político com vontade política de fazer se não temos, digamos, um instrumento para a realização.

Criamos, ainda, a idéia e, no parágrafo único, as entidades privadas podem participar, as que tenham interesse, técnica e financeiramente de todos os projetos de capacitação do Ministério do Turismo que vise à formação, à qualificação profissional.

Com relação à categoria dos bacharéis de turismo, dos turismólogos, já citei. Está no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos. Já passou pela Câmara. Creio que é um projeto da Deputada Maria Elvira, se não me engano. Enfim, está em fase bastante adiantada de andamento. No entanto, há que obedecer ao trâmite. Esse projeto de lei procurou não entrar em aspectos de regulação, a não ser para trazê-los ao nosso cadastro. Volto a dizer que há uma essência: a de buscar para o setor de turismo esse cadastramento das categorias profissionais do setor. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Concedo a palavra ao Presidente da Associação da Agências

Brasileiras de Viagem, Tasso Gadzanis. S. Sª nos traz suas observações com relação ao anteprojeto.

O SR. TASSO GADZANIS – Cumprimento a Mesa.

Farei a minha ladainha que todos já conhecem. Quero agradecer, primeiramente, ao Ministério. De fato nessa lei geral, ou nacional – seja lá o nome que será dado –, não nos aperta mais o sapato.

Gostei muito de o Presidente nos ter agraciado com sua presença em nosso Congresso. Nosso Ministro prometeu verificar a nossa reivindicação de sempre. Só precisamos de mais alguma coisa que não consta lá. Não somos responsáveis pelo atraso das companhias aéreas. Não queremos mais nada. Não somos responsáveis pelas baratas que há nos hotéis, pela cachaça não bem destilada do coquetel, por qualquer coisa que não seja, de uma certa maneira, diretamente ligada ao turismo. Continuamos pedindo, pelo amor de Deus, que não sejamos responsabilizados pelo atraso do avião. Se alguém vai à Austrália – para onde não temos vôos – terá que trocar de companhia no aeroporto. Se esse alguém pegar a Qantas Airways, uma companhia australiana, não tenho como controlá-la, mas sou responsável. Será que não dá para tirar essa puxada de tapete? Muito obrigado.

O SR. (Orador não identificado) – Vou ficar na mesma ladainha: a famosa responsabilidade solidária do Código de Defesa do Consumidor, que Eduardo Nascimento me cobra. Não sou advogado, não sou jurista. Uso, às vezes, umas expressões erradas. O Dr. Reinaldo é quem está me colocando na linha do discurso juridicamente correto. O Eduardo mandou-me um texto, via Internet, porque falei em cláusula pétrea, que é constitucional. Mandei dizer-lhe: "Desculpe-me. Não entendo mesmo." Alguém falou-me em cláusula pétrea e fiquei com essa história. Não se tratava de cláusula pétrea, mas de uma legislação existente, o Código de Defesa do Consumidor. O Ministério da Justiça até reconhece que não é correto para com as agências, que é até injusto, mas não quer abrir mão da figura jurídica da responsabilidade solidária. O Ministério diz que abrir mão dessa figura jurídica é abrir mão da questão para um conjunto de outros setores. É o que tem sido o grande ganho do Código de Defesa do Consumidor. O que o Ministério da Justiça – e nossa ladainha é longa – está nos propondo, Tasso – e já conversamos em um seminário em Porto Alegre – creio que está marcado um em São Paulo, outro em Salvador, nas principais cidades brasileiras – para que criássemos uma Câmara de Conciliação, que já iria colocar esta temática "Empresas aéreas, atraso e tal", dando já, de antemão, o seu parecer favorável às agências. E aí as agências me diriam: "Nada impede que o cara entre lá na justiça!" No Procon, ficaria resolvido com essa Câmara, porque você tem, digamos, um instrumento. "Ah, mas entrou na Justiça Comum, que acabou fazendo uma ação!" O que o Ministério da Justiça nos diz? Di-nos que, geralmente, a Justiça, mesmo a Justiça Comum ou o Juizado de Pequenas Causas, observam muito a questão do Procon. Se o Procon está fazendo a liberação de agências de viagem daquele comprometimento que realmente não é, nem pode ser solidário com aquilo, então é uma saída negociada que estão tentando.

Agora, não abrem mão de termos na lei, porque, conforme o que dizem, não dá para fazer uma lei sobre empresas aéreas versus agências de viagem, porque a lei é da responsabilidade solidária. E aí está falando de um cara que chegou a uma loja, comprou uma televisão que tinha um problema, responsabilizou a loja, mas o problema era do fabricante. Seria a única forma de ele, cidadão, chegar ao fabricante.

Enfim, fazem um conjunto de argumentações, dizendo que a legislação só conseguiu conquistar espaço por isso, e propõem a saída dessa Câmara de Negociação para que aspectos dessa relação comercial de intermediação entre agências e empresas sejam resolvidos.

A ladainha é a mesma! Infelizmente, a ladainha é a mesma!

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Passo a palavra a Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB – PR) – Olha, gostaria de saldar todos, a Mesa aqui presente, o Milton, pela exposição que fez, cumprimentar todo o *Trade* Turístico aqui presente e dizer com que alegria vemos esse Cebratur.

Nós acompanhamos desde o I Cebratur, lá na cidade de Caldas Novas, presidido pela Lair Lobo, que era a Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, quando o João Pizzolatti era o Presidente da Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados, e, ao longo do tempo, esse trabalho vem sendo feito.

E lembro-me que, quando estávamos à frente, então, da Subcomissão da Câmara, resolvemos, então, trazer para Brasília. Em vez de fazermos em outros Estados, resolvemos trazer para Brasília, onde seria o fórum realmente para que pudéssemos discutir juntamente com o Congresso, com o *Trade* Turístico, ações que para o fortalecimento do turismo. Lembro-me, inclusive, de um importante Cebratur que tivemos, quando das eleições presidenciais, e tivemos a oportunidade de trazer candidatos à Presidência – o Presidente da Subcomissão da Câmara era o Paulo Octávio – para que pudéssemos apresentar a esses mesmos candi-

datos aquilo que queríamos para o fortalecimento e desenvolvimento do turismo brasileiro.

Felizmente, o turismo vem-se profissionalizando, cada vez mais ocupando espaço. E, hoje, vemos, pela qualidade das pessoas aqui presentes – não só aqui, mas em todo o Brasil – a atenção que vem sendo dada ao turismo.

Quero deixar registrado também aqui um momento de grande importância, que foi o da criação do próprio Ministério do Turismo. O Presidente Lula teve, sem dúvida, uma idéia importante, no sentido de poder mostrar à sociedade brasileira a importância que queria dar ao turismo com a criação do Ministério do Turismo e a felicidade que teve de convidar o Ministro Walfrido dos Mares Guia, Tasso, que é, sem dúvida alguma, um dos Ministros mais competentes que esse Governo tem. E ele, que não era da área, que não conhecia o turismo, em pouco tempo, adquiriu uma condição muito fácil para poder abordar o turismo, principalmente pelas ações que vem fazendo, com um planejamento correto, sério, que vem sendo mantido pela sua equipe. Gostaríamos de parabenizar a competência do Ministério juntamente com a Embratur para desenvolver as ações do turismo.

E este ano, até porque era um ano eleitoral, discutimos com a CNC, com a própria Comissão de Turismo, com a Subcomissão do Senado, se seria oportuno, ou deixaríamos para o próximo ano, fazermos esse VI Cebratur. Até para que nós não perdêssemos a continuidade desse trabalho ao longo dos anos, resolvemos fazer este ano também. A temática é da maior importância, pois há tantos anos se fala da necessidade dessa lei.

O ex-Deputado Rubem Medina, Secretário Municipal de Turismo do Rio de Janeiro, apresentou um projeto há alguns anos a respeito disso. Mas eu acredito que, mediante esse anteprojeto que estamos vendo hoje, através da participação de cada uma das pessoas que aqui estão, não só nesta plenária, mas em todo o Brasil, possamos, sem dúvida alguma – e isso vai ser um papel importante – diminuir os prazos que de tramitação deste projeto no Congresso Nacional.

É óbvio que, quando lá chegar, vai haver uma série discussões, os Deputados vão querer trazer pessoas para que façam sugestões, contribuindo para uma melhor redação. Isso, sem dúvida alguma, serão passos importantes para que uma aprovação mais célere desse importante projeto.

Acredito que o mais importante seria ouvirmos os segmentos para melhor entender a percepção de cada um dos segmentos que aqui estão.

Então, eu gostaria de parabenizar todos que aqui estão, a CNC, a Subcomissão do Senado, a Comissão Permanente da Câmara, e dizer que, para nós, é uma alegria muito grande podermos tê-los todos aqui dando essa contribuição efetivamente importante para o desenvolvimento do Turismo.

Encerro minhas palavras, citando Fernando Pessoa, que disse certa feita que, "de tudo, ficaram três coisas: a certeza de que estamos sempre começando, a certeza que devemos continuar e a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar; e, portanto, devemos fazer da interrupção um caminho novo, da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro".

E que todos nós possamos fazer deste encontro a certeza de que, por meio de ações como essa que nós estamos desenvolvendo, é que nós faremos com que o turismo, cada vez mais, signifique renda e oportunidades para os cidadãos brasileiros.

Parabéns a todos e que ,juntos, nós possamos fortalecer essa indústria fantástica que é a industria do turismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Teremos agora a participação do Presidente da Federação Brasileira de *Convention & Visitors Bureau*, Sr. João Luiz dos Santos Moreira.

O SR. JOÃO LUIZ DOS SANTOS MOREIRA – Boa tarde ao Secretário, meu conterrâneo Milton Zuanazzi, e na figura dele cumprimento a Mesa e saúde também as Srªs e os Srs. deste plenário, que participam também na vídeo conferência no Brasil.

Pediram-me que eu não fosse tão objetivo e que eu preciso fazer o encerramento de algumas considerações. Vou cumprir a minha missão e espero a colaboração de todos, mesmo porque nós já debatemos este assunto. Tivemos oportunidade, com alguns outros conselheiros que aqui estão, como Roland Bonadona, estivemos em Gramado, na Quinta-feira passada, com o Dr. Veloso e outros que aqui estavam também, de debater este assunto sobre a Lei Geral de Turismo. Naquela oportunidade, fizemos dezesseis propostas de um dos grupos em que tive a relatoria. O outro grupo, que trabalhou na parte de hotéis, apresentou cinco propostas e teve a participação do nosso grande Presidente, Norton Lenhart.

Sr. Secretário, gostaria de dar ênfase a este assunto. Objetivamente, quero tratar de que, primeiro, acontecem os fatos sociais e depois temos que fazer os fatos jurídicos, é assim na vida inteira.

Os arts. 15, 16 e 17 tratam especificamente da atração do turista. O art. 15, parágrafo único, limita um pouco a atuação da Embratur e do Ministério do Turismo porque – quero contrariar a manifestação da ilustre Senadora que me antecedeu e que já saiu do

recinto – a determinação de um estabelecimento de um convênio especificamente com o Ministério de Relações Exteriores é limitativo a nossa ação. Ou seja, hoje, o que nós queremos, como imperadores desse processo como conveniados da Embratur e do Ministério de Turismo, é de que a própria Embratur possa ter autonomia para fazer essas ações, assim com é na Alemanha, na Espanha, na França – *Maison de la France* – e que, se a legislação faz, nesse parágrafo único, uma indicação a um convênio com o Ministério das Relações Exteriores, que omita esse convênio ou que possibilite fazer com todos.

Independentemente disso, Sr. Secretário, é preciso que essa ação de promoção, apoio e *marketing* relativa à comercialização do País seja feita especificamente pela Embratur e pelo Ministério do Turismo. Temos um planejamento estratégico, temos uma linha de *report* ou de cobrança trabalhando por resultados vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério do Turismo. Qualquer outra ação nesse sentido seria, na linha de hierarquia, reportada ao Ministro de Relações Exteriores ou a outro ministério qualquer, o que nos levaria a perder eficiência, foco e resultado.

Também gostaríamos de falar que a parte que envolve o Fungetur precisa ser trabalhada. Aliás, já foi aberta a possibilidade para que o setor privado, beneficiários, não-investidores hoje da cadeia produtiva de eventos, sejam participantes dessa área de investidores. Precisamos motivar companhias de petróleo, de bebidas alcoólicas e não-alcoólicas, companhias de energia elétrica, de telefonia móvel, de telefonia fixa, montadoras de veículos e de ônibus a participar. A propósito: participamos de eventos, estamos todos aqui porque houve uma movimentação financeira, geramos CPMF. Entretanto, os bancos, seguradoras e cartões de crédito, que são um dos maiores beneficiários do sistema, não contribuem para o seu funcionamento. Precisamos motivá-los a fazer isso, mesmo que seja via política de incentivos fiscais, como já foi feito para fomentar o desenvolvimento de outras áreas. Que algo semelhante possa ser feito para a área de turismo, que possamos estimular o setor privado a contribuir, mostrando a eles que são beneficiários para que, se não são investidores, passem a sê-lo.

Deputado Militão, a lei precisa trabalhar a regulamentação da pequena e micro empresa. A propósito: tivemos uma excelente colaboração do Sebrae, através do Dr. Dival, relativamente a esse tema. Ocorre também que, efetivamente, a legislação não contempla o assunto.

Há também um óbice na nossa legislação relativamente ao transporte rodoviário: classifica-se a empresa rodoviária por tipos de atuação, quando deveria ser visto o serviço. Estabelece-se que o transporte rodoviário só seja realizado se for contratado através de uma agência de viagem ou de outro operador.

Também o transporte aéreo é excluído. Tem de haver remissão a ele, mesmo que seja por uma legislação própria. O que não se pode aceitar é que fique a lei como está hoje – em seu artigo 9º, exclui simplesmente esse que é hoje 40% do transporte, já que rodoviário é 60%.

Precisamos tratar também, por intermédio da lei, das relações de fronteira e da nossa relação internacional com o Mercosul no que diz respeito à entrada de turistas. Precisamos também trabalhar a área de vistos, o preço dos vistos. Há a idéia de que, pelo caráter de reciprocidade que existe com alguns países, possamos trabalhar a isenção ou a não-cobrança de vistos, estimular e facilitar a sua emissão.

Também já foi comentada aqui pelos debatedores anteriores a relação com hotéis e flats – incentivos fiscais, política de investimentos, a famosa multa. Aliás, nós também somos absolutamente contrários a ela em razão de seu caráter punitivo – pode chegar a até três milhões de reais, obedecendo a seqüência de advertência, multa, suspensão da atividade e extinção da atividade. Ora, se 95% não têm até três milhões para pagar uma multa, quando se aplica o segundo grau da multa, o cara já acabou, não é preciso mais passar ao seu terceiro ou quarto grau, que significa suspender a atividade e fechar a empresa. A proposta é que essa multa fosse extinta.

Um fato novo que surgiu após o nosso contato de Gramado, Sr. Secretário: que pudéssemos trabalhar também aquilo que é muito moderno hoje, já que 70% das nossas ações e descobertas no Brasil são via Internet. Precisamos tratar a tecnologia de informação dentro da área da Lei Geral de Turismo.

Desculpem-me a pressa, a abordagem geral. Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de a Federação poder participar deste importante evento.

Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. MILTON ZUANAZZI – Estamos dizendo que o Fungetur se destina ao cadastro. Quem tiver cadastro tem a opção do Fungetur. Mas há um parágrafo único que abre exceções. Diz que, a critério do Ministério do Turismo, excepcionalmente, aos casos especiais em que o interesse público que assim o justifique.

Então, muitas vezes se localiza, em uma outra atividade, uma ação cujo financiamento diz direto, de pronto, à atividade turística. Mas ele centra na questão dos cadastrados. Fungetur é para quem está cadastrado.

Na questão internacional, de escritórios no exterior, Moreira, acho que isso tem que ser sido mais acu-

radamente, porque estamos prevendo as duas ações. O 17 prevê os escritórios diretos e o 15 prevê a utilização das embaixadas, porque, com certeza, não vamos ter escritórios nos 180 países. Se tiver, será em 10 ou em 15. A Espanha tem 52. Então, teremos de nos utilizar das estruturas das embaixadas. Elas são importantes, muito importantes, em todo o mundo. Mesmo em países com poucos emissivos para nós elas têm uma importância significativa. É claro que, nos países de principal emissivo, a tendência é termos um escritório próprio. Acho que, como dizem os advogados, , os dois artigos contemplam ambas as coisas. Vamos discutir dentro da Câmara, mas acho que não há mais o que modificar. Estamos contemplando, abrindo o espaço do Itamaraty para nós e, ao mesmo tempo, segurando a perspectiva dos escritórios próprios.

A questão da multa, volto a dizer, surge do Código de Defesa do Consumidor, que fala em até três milhões. É de até três milhões. Ninguém dará uma multa de três milhões para quem tem um patrimônio de R$500 mil. Isso é fechar o cara. Esta é uma multa que existe no Código que regula essa questão de multa. Vamos ver se há possibilidade de modificar. Não temos nenhum dogma quanto a isso, mas também não vamos ficar com o dogma da crítica, ou seja, apenas de três milhões. Não é essa a lógica. A lógica é de até esse valor. Pode dar uma multa de mil reais.

No pós-lei há um conjunto de normativas que o Ministro vai ter que baixar. Uma delas deverá tratar sobre o aspecto de fiscalização. Há uma normativa hoje, há um regramento, que será feito, com todos os passos. Isso é só o guarda-chuva maior.

Na questão do Mercosul, que acho um tema absolutamente significativo, vamos pensar nisso. Não sei onde encaixar. Afinal, o Mercosul segue um conjunto de legislações próprias, onde nós, automaticamente, o Brasil, como Estado brasileiro, estamos enquadrados. Não sei como podemos inserir nesta lei para que ela fique completa. Não sei lhe responder.

Finalmente, foi exposto aqui um conjunto de informáticas e outras coisas. No debate da Câmara, vamos analisar, obter os nossos consensos para tocar o barco, não tem problema nenhum.

Como eu disse, não há nenhum dogma. Aliás, se há algum dogma aqui, se é que existe, o primeiro é que queremos dar um marco regulatório para o setor e o segundo é fazer o turismo entrar no estado de direito brasileiro, na sua integralidade. Que ele seja entendido como política de Estado. Não é estado de direito, como já me corrige o Dr. Paulo. É preciso ter uma política de Estado. Estado de direito ele é, não é ilegal no Brasil. Não somos ilegais. Aí, sim, a expressão está juridicamente correta. São essas duas linhas que estamos seguindo. O resto é plenamente possível, sem qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Passando agora às considerações finais, convido o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Cumprimento a todos os participantes, ao Deputado José Militão, que está aqui conosco, ao Deputado Alex Canziani,que acabou de sair, ao Dr. Norton, e dizer que, mais uma vez, o Congresso Nacional cumpre o compromisso de incentivar o turismo no nosso País. Temos feito esses encontros, e o último foi o debate sobre aviação civil, muito importante e oportuno, e este, que hoje fazemos sobre a lei do turismo.

Somente fazendo algumas considerações, depreendo dessa Lei, Milton, alguns pontos. Por exemplo, um ponto importante para mim é como o Ministério do Turismo pretende financiar o desenvolvimento do setor, com recursos. No anteprojeto, não se fala em recursos. Então, é uma questão que considero importante e que temos de discutir. O Brasil deseja incentivar o setor de turismo? Como? O ponto crucial é o financiamento, é o dinheiro.

O outro ponto também que levantamos é o seguinte. Há algumas matérias, no Projeto, que podem ser reguladas por Decreto. Até a lei determina que sejam reguladas por Decreto e estão aqui no anteprojeto de lei. Então, são questões que também teremos de discutir no futuro. E um ponto colocado aqui por alguns participantes é que o Projeto retira um pouco a liberdade da iniciativa privada, que é um dos princípios da Ordem Econômica do nosso País. Inclusive, há o Decreto-Lei nº *(inaudível)* , que determinou a liberdade de exercício da exploração dos serviços turísticos no País; então, foi o próprio Governo. Estamos vendo neste anteprojeto que existe uma regulação demasiada de todas as atividades. Eu me pergunto se não existe uma intromissão do Governo na iniciativa privada. Eu não sei. Aí cabe realmente a todos os setores discutir isso com muita intensidade. Acho que esse é um ponto. Que razões levam o Ministério a promover essa regulamentação tão excessiva? Esse é um ponto que teremos de questionar, Dr. Santana, que representa aqui a Confederação Nacional do Comércio, e acaba de ser eleito e empossado vice-Presidente Nacional. Creio ser isso importante, porque o turismo será feito no Brasil não pelo Governo, mas pela iniciativa privada, quem trabalha, quem sofre, quem apanha, quem investe, quem perde ou ganha dinheiro é a iniciativa privada. O Governo tem de ter uma participação, no meu entendimento, buscando canais de financiamento, mas se começa a regular de uma forma tão intensa, ficaremos engessados. Creio que o Ministro, que

é um grande empresário, inclusive, sabe muito bem que, se engessar demais, a iniciativa privada não consegue evoluir.

Então, creio que essas são considerações que faço sobre o que foi aqui debatido, Infelizmente, não pude participar de todo o encontro hoje. Peço, Milton, a você e a todos os presentes, desculpas, porque estamos também com outras atividades no Senado, inclusive montando o Orçamento para 2005, e queremos que ele contemple bastante o turismo em 2005, como contemplou em 2004. Acho que grande trabalho Militão – e o Militão balança até a cabeça – que fizemos no Congresso Nacional foi votar o maior orçamento da história deste País para o turismo, graças à boa equipe do Ministro, ao entendimento das Comissões, e ao sentimento que hoje o Congresso tem. O turismo é importante para gerar empregos para o nosso País. Por isso, serei indelicado se eu não deixar o Milton falar o que ele quer falar.

Milton, está você com a palavra. Muito obrigado, Álvaro. E muito obrigado a vocês todos por participarem deste encontro. Realmente, é muito enriquecedor e importante um encontro como esse.

Parabéns a todos os participantes.

(Aplausos.)

O SR. MILTON ZUANAZZI – Senador, penso que é importante o debate que evidentemente lá, no Congresso, vai-se fazer com mais profundidade ainda. O que estamos propondo regular não é a proposta do Ministério, é a do setor. O setor se sente muito desregulamentado pela Lei de 1986. Ela acabou abrindo demais. V. Exª se lembra do discurso do Presidente Tasso na abertura da Abav, o Presidente acabou de se retirar e ele dizia que tem uma funerária que é a agência de viagem em São Paulo, tal a desregulamentação que chegou ao setor. Até brincamos com o Presidente Tasso, organizando a última viagem com a funerária em São Paulo.

Então, na verdade, o setor pede um marco regulatório. Nós fizemos o maior pente fino, a maior sintonia fina, no sentido de não criar nenhum ambiente em que o Estado tenha qualquer poder excessivo sobre a atividade econômica. E quanto às linhas de financiamento, nós debatemos bastante a questão da revitalização do Fungetur. Então, há três artigos trabalhando somente isso. Não trabalhamos a linha de financiamento, mas o instrumento para nós termos um financiamento efetivo para o setor. Mas foram muito importantes as suas colocações.

Esse debate é de conteúdo mais doutrinário, digamos assim. Eu acho que, evidentemente, ele perpassa toda a legislação e o Congresso é um bom lugar, também, para fazermos esse debate.

Mas não há intenção do Ministério, posso lhe dizer, de entrar na regulação do mercado ou de ter ali uma influência, a não ser de criar o ambiente para que possa haver uma competição saudável, justa e equalizada dentro do setor privado, nada mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Bem, então eu chamo agora, para as considerações finais, o Sr. Adelmir Araújo Santana, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal e Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio e aqui representando o Presidente da Confederação Nacional do Comércio Sr. Antônio Oliveira Santos.

O SR. ADELMIR ARAÚJO SANTANA – Bom, eu não vou saudar a todas as autoridades presentes, porque foram por demais citadas. O Dr. Antônio não pode estar presente, mas nos chamou a atenção para alguns aspectos que deveriam ser abordados aqui. Um deles é a importância desses encontros.

Este é o VI Cebratur. Foi aqui amplamente lembrada a importância dessas discussões dos últimos encontros e daquelas que houve desde o primeiro. Surgiu de uma discussão como essa a própria criação do Ministério, quando se discutia com os candidatos a Presidente, na última eleição. Este Congresso, portanto, foi um palco democrático de discussão, como os cinco primeiros.

Uma preocupação nossa é exatamente quanto às colocações feitas aqui pelo Senador Paulo Octávio. Claro que isso vai para o Congresso Nacional, que, efetivamente, será o fórum das discussões e outros tipos de pressões e colocações serão feitos ali. E de lá sairá essa lei que regulará o setor. O nome foi discutido aqui. Pode nem ser lei geral, mas outro tipo.

Cabe-nos alertar, com relação ao setor produtivo, sobre os perigos do excesso da regulação, que quando mal orientada e mal compreendida transforma-se numa camisa de força e isso pode vir a criar obstáculos para o crescimento econômico ou inibi-lo. Portanto, é importante não confundirmos esse negócio de regulamentação com controle desnecessário de atividades. Nós não podemos proteger determinadas cadeias produtivas, ou determinados setores, em prejuízo de outros. Quanto menor for o processo de regulação e de regulamentação de atividades, melhor será para a economia.

Temos preocupação com isso, mas estamos certos de que no Congresso Nacional, dada a sua formatação e o conhecimento daquela Casa, uma lei como essa vai ser objeto de grandes alterações. É claro, se for bem discutida na base dos participantes, vai facilitar o encaminhamento congressual. Mas ali, efetivamente, isso pode ser totalmente transformado,

porque há outros interesses políticos, econômicos e outros tipos de ação.

Mas a CNC quer louvar a atitude da discussão que foi feita aqui e se tem mantido nesse propósito nos últimos Cebratur. Esse não será o último, teremos o sétimo e o oitavo, com certeza. Mostra-se, mais uma vez, que os membros desse segmento tão importante da economia nacional discutem de forma equânime caminho para esse desenvolvimento desse setor de tamanha importância na economia brasileira e na economia mundial como um todo.

É uma discussão que vem de longos anos. Nós vimos a participação nesses últimos congressos e a luta, inclusive, do Deputado Graziano e à época a do Deputado Paulo Octávio, hoje Senador. Enfim, há uma plêiade de Parlamentares que têm interesses nessa área e vêm discutindo isso há longos e longos anos.

Eu quero aqui louvar as discussões que foram feitas e dizer que a CNC estará incorporada nesse processo de discussão e de participação efetiva dessa área de turismo.

Parabéns a todos e sucesso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Agora, também para as considerações finais, chamamos o Sr. Norton Lenhart.

O SR. NORTON LENHART– Quero aproveitar a oportunidade para saudar o Senador Paulo Octávio, que se encontra conosco na mesa agora, e dizer que estou plenamente tranqüilo com a maneira com que se está desenrolando a montagem desse anteprojeto. Quero também tranqüilizar o Senador Paulo Octávio e o meu próprio companheiro Santana que nós, do setor privado – e abri a minha participação aqui, falando exatamente sobre o engessamento do setor, a regulamentação excessiva -, estamos atentos a isso.

Em nenhum momento, as discussões travadas dentro da câmara temática de legislação nos induzem ou levam a isso. Então, quero aqui trazer esse depoimento sobre como o Ministério está trabalhando esse projeto.

Acho isso extremamente importante, democrático e aberto, fazendo com que possamos ter uma ampla discussão. Quero refazer o pedido feito através da Câmara Empresarial de Turismo, da CNC, no sentido de que não tenhamos pressa para aprovar esse anteprojeto e mandar para o Congresso. Que consigamos aparar todas as arestas que ainda perduram em alguns artigos, a fim de que, quando chegar ao Congresso, já esteja amarrado, consensuado, ao menos pelo setor produtivo do turismo, juntamente com o Executivo.

Assim, certamente, o Legislativo poderá ter uma condição muito melhor e, com muito mais rapidez, aprovar o projeto. Foi por essa finalidade, e não por outra, que sugerimos que o Cebratur tratasse sobre esse tema, para que os nossos legisladores já pudessem familiarizar-se com o que estamos discutindo.

Então, quero agradecer ao Ministério de Turismo, ao Deputado José Militão, Presidente, da Comissão de Turismo da Câmara, que tem sido um homem incansável nas questões do turismo nacional, ao Senador Paulo Octávio, que, há muito, vem trabalhando em favor do nosso setor, ao Senador Leonel Pavan, que preside exatamente, ocupando o lugar do então Deputado Paulo Octávio, a Subcomissão do Senador, ao Deputado Alex, da Frente Parlamentar, que tem aberto as portas, para todos nós do setor empresarial, a fim de que possamos discutir as questões do turismo nacional.

Quero novamente agradecer ao Ministério pela postura que está tendo conosco, aos nossos companheiros da Câmara e ao nosso pessoal da cadeia produtiva do turismo que aqui está presente, que atendeu ao nosso chamamento e veio discutir essas questões.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Passo a palavra agora ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado José Militão.

O SR. JOSÉ MILITÃO (PTB – MG) – Primeiramente, gostaria de agradecer ao nosso Presidente Santana, que aqui representa o nosso Presidente do sistema CNC Sesc/Senac, pela organização desse VI Cebratur.

Na verdade, o VI Cbratur foi desenhado no Congresso da Abave, no Rio de Janeiro. Em muito pouco tempo, conseguiram organizar isso aí. Gostaria de agradecer ao pessoal do Sesc/Senac, que se encontra aqui e deu possibilidade para que isso acontecesse nesta data, ao Senador Paulo Octávio, ao Norton e a todos os companheiros dos *trades* de turismo que aqui se encontram, cumprimentar e ao agradecer ao Milton, pela brilhante participação que teve VI Congresso Brasileiro de Atividade Turística (Cebratur), dizendo que ainda temos um longo e tenebroso caminho para percorrer.

A primeira Comissão pela qual esse projeto de lei vai passar é pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados.

Certamente, Presidente Santana, também lá vão organizar um seminário sobre esse tema e quando o projeto chegar à Subcomissão de Turismo do Senado, certamente haverá outro seminário.

Quando o projeto chegar aqui, precisamos ligar um motorzinho nele para que ele possa tramitar rapidamente. Há vários Deputados e Senadores muito interessados no turismo. É preciso que esse projeto tramite com rapidez, porque se deixar ele fica dormi-

tando nas gavetas do Congresso Nacional, durante muito tempo, a exemplo de tantos outros projetos que aqui chegaram e ainda aqui se encontram.

Na verdade, é preciso que o turismo tenha um sistema regulatório que venha, não impor qualquer condição para a livre concorrência, para o livre mercado, mas que ele seja um marco para que o turismo brasileiro cresça cada vez mais e possa efetivamente fazer parte da economia nacional, como grande contribuinte que é, crescendo cada vez mais, gerando emprego, gerando renda e descobrindo esse Brasil maravilhoso.

Muito obrigado, Presidente Santana. Quero que V. Exª leve para o presidente da CNC nossos agradecimentos, assim como ao pessoal do Sesc e Senac.

Agradecendo também à direção do Interlegis por permitir que falássemos com o Brasil inteiro por meio desse auditório.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan) – Fica aqui o nosso agradecimento à equipe do Interlegis, ao SESC, SENAC e CNC, pelo apoio à realização do VI Cebratur. Quero agradecer também aos integrantes da Mesa, ao Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado, Senador Leonel Pavan, que já saiu; ao Senador Paulo Octávio; ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, Deputado José Militão; ao Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani; ao Presidente da Fecomércio do Distrito Federal, vice-Presidente da CNC, Adelmir Araújo Santana; ao Presidente da Câmara Empresarial do Turismo da CNC e Presidente da Federação Nacional dos Hotéis, Bares e Similares, Norton Lenhart e ao Secretário Nacional de Políticas para o Turismo do Ministério do Turismo, Milton Zuanazzi.

A todos que participaram conosco deste programa, mais uma vez, obrigado pela participação.

Até próximo Cebratur.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada, em 5 de outubro, de 2004, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezesseis horas e quarenta e um minutos do dia cinco de outubro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Edison Lobão, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra. Deixa de comparecer o Senador Romero Jucá. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada e esclarece que a presente reunião tem como objetivo definição da Pauta de Trabalho da Subcomissão. O Presidente, Senador Aelton Freitas, inicia a reunião se pronunciando a respeito da Liquidação de Instituições Financeiras. Não finalizando o seu discurso, solicita constar das Notas Taquigráficas da presente reunião a íntegra do seu pronunciamento, incluindo questões não citadas. Em seguida, é aprovado pela Comissão o Requerimento nº 01– CAELIF/04, de autoria do Senador Edison Lobão, solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil, as seguintes informações: a quantidade de instituições financeiras em liquidação e o número de anos que cada uma delas está sob esse regime; o número de funcionários do Banco Central colocados à disposição das liquidações, tanto de ativos como de aposentados; informar o custo mensal de administração das principais liquidações: do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco e Banorte, além dos bancos estatais, através de planilha, desde o início da intervenção até a presente data, contendo valores históricos, mês a mês, atualizados pela SELIC; valores recebidos em moeda corrente pelo Banco Central para amortização de crédito, também das principais liquidações: do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco, Banorte e bancos estatais. Informar, além do valor histórico, o valor corrigido pela taxa SELIC; e numerar o valor dos créditos de terceiros, não governamentais, que existem contra as principais liquidações; o valor total das "provisões para perdas" com as instituições em liquidação extrajudicial feitas no último balanço do Banco Central; desse total, os valores correspondentes às provisões feitas para os principais bancos em liquidação: Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco, Banorte e eventualmente bancos estatais; explicar até onde vão os poderes de um liquidante dentro de uma instituição financeira, se tem limites para possíveis contratações e terceirizações; E, a quem o liquidante se reporta pelos seus atos, decisões e contratações. Após sorteio, a Subcomissão decide que as Audiências Públicas, com a presença do Representante da Instituição e de seu Liquidante, serão realizadas com a seguinte seqüência: Banco Mercantil de Pernambuco, Banco Econômico, Banco Nacional, Banco Bamerindus e Banorte. A Subcomissão decide, ainda, que, havendo esforço concentrado, em decorrência das eleições

municipais, será realizada nesse período, a próxima reunião da Subcomissão no dia dezenove de outubro do corrente ano, às dezoito horas, com a presença do Representante do Banco Mercantil de Pernambuco e de seu Liquidante para realização de Audiência Pública. Usam da palavra os Senadores Edison Lobão, Fernando Bezerra, que propõe, sendo a sua proposta acatada pela Subcomissão, o acréscimo dos bancos estatais nas principais liquidações, Rodolpho Tourinho e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Aelton Freitas,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Há número regimental.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação das Instituições Financeiras Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, 5 de outubro de 2004, às 16 horas, na Sala de Reunião nº 19 da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no **Diário Oficial** do Senado.

Srªs e Srs. Senadores, é com muita satisfação e responsabilidade que damos início aos trabalhos desta Subcomissão, cumprimentando os demais companheiros, que me outorgaram exercer a Presidência da mesma. O nosso objetivo será avaliar e acompanhar a liquidação extrajudicial das instituições financeiras sob responsabilidade do Banco Central do Brasil.

No dia 25 de março de 2004, o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, compareceu à Subcomissão de Assuntos Econômicos. Nessa ocasião, inicialmente, propusemos a instalação de uma Subcomissão do Senado para acompanhar tais liquidações. Tal sugestão, aparentemente, foi acolhida de bom grado pelo Dr. Meirelles, Presidente do Banco Central. Agora, finalmente, é hora de arregaçarmos as mangas e darmos início aos trabalhos.

Há, hoje, quase uma centena de instituições em regime de liquidação extrajudicial, geridas por liquidantes nomeados pelo Banco Central do Brasil, em um processo que tem consumido recursos vultuosos do Tesouro Nacional só em pagamentos de juros. A título de exemplo, só o Banco Econômico demanda atualmente aportes de quase R$1 bilhão por ano. A partir de 2005, a massa do Banco Nacional, por exemplo, receberá aportes de R$1,2 bilhões por ano.

Por ora, assumo o compromisso de Presidência desta Subcomissão com empenho e dedicação, sem posições inflexíveis, mas com a certeza de que teremos prestado um grande serviço ao País quando encerrarmos os trabalhos desta Subcomissão.

O papel do Senado será recomendar ao Banco Central medidas que possam conferir maior transparência à gestão das massas das instituições sob liquidação. O Presidente do Banco Central Henrique Meirelles será convidado novamente a comparecer a esta Casa para tratar especificamente das liquidações extrajudiciais. A idéia será construir e avançar, em busca de soluções, não colocando, em hipótese alguma, o Presidente do Banco Central contra a parede, no caso, o Dr. Mereilles.

Ao contrário, o Senado pode apoiar o Presidente do Banco Central em um assunto delicado e cumprir a sua missão para com a sociedade civil, evitando prejuízos tamanhos aos cofres públicos.

Eu solicitaria constar da ata da presente reunião a íntegra do meu pronunciamento, incluindo questões não citadas aqui.

Quanto à definição da pauta de trabalho da nossa Subcomissão, já se encontra sobre a mesa requerimento do Senador Edson Lobão, que passo a ler às Srªs e aos Srs. Senadores.

O SR. EDSON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, V. Exª deseja que eu leia o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Com muito prazer, Senador Edson Lobão.

O SR. EDSON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar inicialmente V. Exª e os demais membros desta Subcomissão, pela tarefa ingente, porém de grande importância, que haverá de ser desempenhada por este órgão da Comissão Assuntos Econômicos. V. Exª, na sua fala inicial, já diz que pessoalmente não deseja, e a Comissão também não, constranger o atual Presidente do Banco Central do Brasil, no tocante a essas questões que vamos tratar.

Estou aqui para secundar as palavras de V. Exª nessa mesma direção. Não é essa a nossa intenção. Devo até dizer que o Dr. Meirelles não participou do processo de liquidação e de intervenção dessas instituições financeiras, mas ele é o atual Presidente do Banco Central e tem, portanto, deveres, obrigações e responsabilidades com o processo todo a partir da sua gestão.

Assim, o que nós desejamos é que S. Exª atue no sentido de defender os melhores interesses nacio-

nais. Não estamos aqui para defender interesses de bancos, mas para defender os interesses legítimos de quem os tiver. Se são os interesses da União Federal, melhor ainda, estamos aqui a defendê-los. Se são interesses dos bancos que tenham sido prejudicados por uma ação nefasta, descuidada e eventualmente deletéria do Banco Central, estamos aqui para defendê-los. No meu ponto de vista, cabe a nós trilhar o caminho da verdade e do interesse legítimo de qualquer que seja a parte.

Sr. Presidente, desde logo, por meio de requerimento que submeto a esta Comissão, proponho as seguintes indagações.

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações.

1 – A quantidade de instituições financeiras em liquidação e o número de anos que cada uma delas está sob esse regime. Não é possível mantermos essas instituições em processo de liquidação **ad eternum**. Isso é inadmissível. O Banco Central, que promoveu a liquidação extrajudicial, tem o dever de concluir esse processo, que não pode durar para o resto da vida.

2 – O número de funcionários do Banco Central colocados à disposição das liquidações tanto de ativos como de aposentados. Faço essa indagação pelo fato de ter recebido a informação de que o número de funcionários é descomunal. Ora, quanto custa isso?

3 – Informar o custo mensal da administração das principais liquidações: do Bamerindus, do Banco Nacional, do Banco Econômico, do Banco Mercantil de Pernambuco e do Banorte, através de planilha, desde o início da intervenção até a presente data, contendo valores históricos mês a mês, atualizados pela Selic. Com a resposta desse item, saberemos quanto custam as liquidações para o Banco Central, sabendo que o Banco Central pertence ao povo brasileiro.

4 – Os valores recebidos em moeda corrente pelo Banco Central para amortização de crédito também das principais liquidações: do Bamerindus, do Banco Nacional, do Banco Econômico, do Banco Mercantil de Pernambuco e do Banorte e que informe, além do valor histórico, o valor corrigido pela taxa Selic. V. Exª mesmo, Sr. Presidente, acaba de dizer que o Banco Econômico já está recebendo e repassando automaticamente para o Banco Central cerca de R$1 bilhão por ano. Onde vai parar isso? O Banco Nacional prepara-se para receber o mesmo valor: R$1 bilhão por ano. Ora, se é assim, verifica-se que há um desembolso do Tesouro Nacional da ordem de R$2 bilhões em relação apenas a esses dois bancos e o Tesouro não está pagando nada indevidamente. Está pagando aquilo que é devido. Mas vai prosseguir pagando isso por falta de quê?...de um acerto, de um ajuste, de uma negociação do Banco Central com esses bancos? Tenham a santa paciência! O Banco Central deve cumprir também a sua parte.

5 – Enumerar o valor dos créditos de terceiro não-governamentais que existem contra as principais liquidações.

6 – O valor total das provisões para perdas com as instituições em liquidação extrajudicial feita no último balanço do Banco Central. Não posso supor que o Banco Central não tenha feito uma previsão para essas perdas.

7 – Desse total, os valores correspondentes às provisões feitas para os principais bancos de liquidações: do Bamerindus, Banco Nacional, do Banco Econômico, do Banco Mercantil de Pernambuco e do Banorte.

8 – Explicar até onde vão os poderes de um liquidante dentro de uma instituição financeira, se há limites para possíveis contratações e terceirizações.

Tenho notícia de que esses liquidantes praticamente se apropriam – não todos, mas alguns – dos bens do banco, dos bens da sociedade, dos liquidantes. Afinal, é preciso saber a extensão da responsabilidade dos liquidantes.

9 – A quem o liquidante se reporta pelos seus atos, decisões e contratações. Se ele se reporta ao Banco Central, em última análise, no meu entendimento, é o Banco Central o responsável.

São estas, Sr. Presidente, as indagações iniciais. Outras virão de parte de todos os Srs. Membros desta Subcomissão. Eu próprio farei novos requerimentos. Mas, inicialmente faço estas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra para encaminhamento ao requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – O requerimento do Senador Edison Lobão é absolutamente pertinente, perfeito e abrangente. Pretendi apresentar um requerimento. Já fazendo algumas destas questões, a discussão torna-se mais ampla. Cumprimento V. Exª por isso. Queria apenas, sem querer atrapalhar o requerimento, ampliar estas informações também para os bancos oficiais.

Vou-lhe dar um exemplo. O meu Estado tem dois bancos de liquidação. O custo do que se vem pagando é absurdo e ninguém sabe absolutamente nada. O Banco do Estado do Rio Grande do Norte está em liquidação desde quando era Governador do Estado o ex-Senador Geraldo Melo, ou seja, em 1986 e, portanto, há 18 anos.

O SR. EDSON LOBÃO (PFL – MA) – É inadmissível!

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sem se dar uma satisfação sequer! Tenho informação de enormes prejuízos causados. A figura do liquidante é um homem importante e que está sempre à sombra. Ele tem certo poder, mas não se sabe, na verdade, quem é. O custo para a nação é impressionante!

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte também está em liquidação há dez ou quinze anos – não sei precisar a data. Seria preciso separar as informações dos bancos privados e dos bancos oficiais. Estenderia todo este requerimento, se pudesse aditar, sem perder de vista o quanto é importante, porque a liquidação do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco, Banorte e de outros diz respeito a um volume de dinheiro muito grande. Seria interessante acrescentar também os bancos oficiais, respondendo amplamente todas as indagações aqui feitas pelo Senador Edison Lobão, a quem cumprimento.

Gostaria também, Senador Edison Lobão, que déssemos um prazo para obtermos a resposta a estas questões.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Já há um prazo regimental de 30 dias para o requerimento de informações aprovado pelo plenário do Senado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Até trinta dias?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Trinta dias, prorrogáveis por mais trinta. Não mais do que isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Perfeitamente!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Então, seguramente a Comissão aplicará o mesmo princípio de 30 dias. Na medida em que o Banco estiver em condições de responder, fá-lo-á. Se não puder, seguramente pedirá prorrogação de 10, 15 ou, no máximo, 30 dias.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Perfeitamente! Queria apenas acrescentar algo que já é um comentário feito por todos: evidentemente, esta Comissão não quer constranger ninguém, até porque se arrasta há tantos anos que não podemos fixar-nos no nome de um Presidente do Banco Central. O Dr. Henrique Meirelles é Presidente do Banco Central há quase dois anos e a mencionada questão se arrasta, só no caso do Rio Grande do Norte, há 18 anos, sem contar os outros bancos. Logo, é nosso dever investigar esses casos e obter respostas para esta questão, pois tais respostas a sociedade deseja. Devemos dar nossa contribuição para que as citadas liquidações se encerrem. São as minhas palavras de apoio ao requerimento do Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, nada tenho a opor ao acréscimo proposto pelo Senador Fernando Bezerra. Ao contrário, creio que ajuda muito o requerimento que estou propondo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Da mesma forma, parabenizo o Senador Edison Lobão pela iniciativa e o Senador Fernando Bezerra por acrescentar ainda mais.

Já foi bem preenchida a nossa expectativa, mas continua aberta a palavra aos nobres Senadores para discussão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, considero muito importante a posição desta Comissão no sentido de não apenas acelerarmos o fim das referidas liquidações, mas também entendermos efetivamente as posições lado a lado do Banco Central e dos bancos que sofreram intervenção e liquidação.

É preciso deixar algo muito claro. O Senador Fernando Bezerra usou uma expressão relevante, ficou uma certa cortina de fumaça atrás de tudo isso e não pode ser assim.

Entendo que os interventores têm um poder muito grande. Nada mais justo que venham ao Senado para que, por intermédio da Presidência do Banco Central, possa saber exatamente o que está acontecendo e o que custa isso para a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Não temos mais o que discutir.

O nobre Senador Fernando Bezerra respondeu corretamente. O prazo da legislação é de trinta dias podendo ser prorrogado por mais trinta. Se nada mais tiver a acrescentar, colocamos em votação o requerimento do nobre Senador Edison Lobão, acrescido dos itens do Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Todos estando de acordo, está aprovado o requerimento.

Se não há mais nada a ser discutido, podemos marcar a nossa reunião seguinte e o assunto que V. Exªs queiram colocar para a próxima reunião ordinária.

Acredito que o anseio não só das instituições brasileiras, mas do povo brasileiro para com a transparência nas ações do Banco Central principalmente no que tange à liquidação será de uma grande relevância o trabalho dessa subcomissão para o Brasil, para os cofres públicos e para o Governo.

Será de muita utilidade. Agradeço a compreensão, o apoio e a dedicação de todos os senhores. Como há várias instituições, pretendemos não designar só um Relator e, sim, um para cada caso. Com isso, cada

qual dos nobres Senadores irá relatar mais de uma liquidação no decorrer do nosso processo.

Será um trabalho feito em conjunto por esta Subcomissão, a responsabilidade é muito grande, assim como o montante de bilhões e bilhões que estão custando aos cofres públicos, muitos dos quais não se sabe a origem e o destino.

Acredito que esta Subcomissão fará um trabalho relevante que proporcionará grande economia ao Governo Federal. Assim, pretendemos para cada caso discutirmos juntos com um Relator para cada liquidação e o faremos em conjunto. Se V. Exªs estiverem de acordo, daremos continuidade de nossos trabalhos dessa forma.

Gostaria também de determinar um horário ordinário para as novas reuniões com data que fique bom para todos os senhores.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Parece-me ótima a idéia de que possamos dividir esse trabalho, relatando de **per si** cada caso e não nesse conjunto por que era um peso e uma responsabilidade muito grande.

Entendo que não podíamos voltar a nos reunir sem antes termos essa resposta do Banco Central ou, não sei, passássemos a ouvir pessoas a respeito.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Tenho a impressão que poderíamos começar a fazer as audiências públicas.

Seguramente teremos que ouvir os proprietários desses bancos todos e para adiantar o processo, enquanto não chegam as respostas. Poderíamos convidar esses presidentes e, deixaríamos, quem sabe, o Presidente do Banco Central para o final.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Poderíamos apresentar um requerimento convidando o Presidente de um desses bancos ou de dois em dois.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Entendo que poderíamos ouvir um a um.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Para não discriminarmos poderíamos sortear os bancos privados e faríamos o convite para não dizerem que demos a preferência a banco A ou B.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito boa a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Como a nossa próxima reunião será após o segundo turno, se V. Exªs quiserem, podem sortear um hoje para a próxima reunião.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – *(Fora do microfone.)*

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Por que só pode ser após o segundo turno?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Segundo informa o nosso Secretário, Dr. Gonzaga, somente na próxima reunião ordinária, porque haverá um trabalho concentrado por causa das eleições nesta semana.

Provavelmente só na última semana de outubro.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Há um feriado. Na outra semana, segunda-feira, dia 18. Não é isso?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – É.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Parece-me que é a semana onde há oportunidade de fazer. Depois será a ultima semana do segundo turno.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Podemos aproveitar a primeira semana, então, de esforço concentrado e realizar a reunião.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Gostaria de propor o dia 18, uma segunda-feira.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Segunda-feira, não.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não? Às 18 horas?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Penso que terça-feira seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Terça-feira, no mesmo horário? Às 16 horas?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O horário não é bom porque é o mesmo da Ordem do Dia. E não pode ser durante a Ordem do Dia. Estamos realizando esta reunião agora porque não está havendo Ordem do Dia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Terça-feira, às 18 horas.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Às 18 horas sim.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Em votação. Terça-feira, às 18 horas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E sobre o sorteio?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sim, o sorteio.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Com a palavra o Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Há os ex-presidentes, há o Banco Central, mas há uma outra figura independente, como podemos observar, que é o interventor.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sim, sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Poderíamos chamar ao mesmo tempo o liquidante e o Presidente do Banco. Ouviríamos os dois ao mesmo tempo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – É muito boa a sugestão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas, observem, o Banco Central dirá que está longe. E, pela legislação, o liquidante detém poderes acima do que podemos imaginar.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – O liquidante do Rio Grande do Norte é um dos homens mais importantes que lá existe. Pelo menos o do Banco do Rio Grande do Norte, com certeza.

O SR. VALDYR RAUPP (PMDB – RO) – Eles detêm realmente o poder. Quem decide sobre liquidação são os liquidantes, e não o Banco Central. Eles sabem o que está acontecendo, não o Banco Central. Eles são normalmente pessoas indicadas pelo Banco Central – pelo menos no passado era assim, ex-funcionários do Banco Central –, mas, na verdade, quem conhece e tem o poder de decisão é o liquidante. São essas pessoas que devemos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Portanto, fica acordado que, ao chamar o dono de uma instituição, que seja também chamado o liquidante daquela instituição, para aquele dia.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E faríamos no mesmo dia? Talvez não. Aí, seria uma acareação.

O SR. VALDYR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, a fila vai aumentando, e gostaria de fazer uma sugestão também. Todo banco em liquidação possui correntistas, não é? As pessoas mais prejudicadas. E sempre há o presidente de uma associação, que seria bom chamar no intuito de ouvir a parte mais prejudicada, que são os correntistas do banco em liquidação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Creio que não. Esses não tiveram nenhum prejuízo.

A intervenção do Banco Central com recursos foi exatamente para salvar os correntistas. Portanto, a meu ver, poderíamos receber separadamente o representante, que não precisa ser necessariamente o Presidente do banco, mas o representante do banco. Haverá casos em que o Presidente vai preferir enviar seu advogado, o Vice-Presidente, o superintendente antigo, coisas do gênero. E, no passo seguinte, o liquidante. Se necessário, chamaríamos então, novamente, o...

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – ...uma discussão. Mas considero interessante, a fim de que não haja...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Separar.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Separados.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Se mais tarde for necessário, aí sim, juntos.

O SR. VALDYR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, minha indagação poderá ser feita na oportunidade, então, ao liquidante. Segundo a informação que obtive, o banco pagou para quem tinha até R$20 mil. Acima desse valor, ninguém recebeu de alguns dos bancos em liquidação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Faço uma sugestão suplementar. Se a partir da primeira reunião chegarmos a essa conclusão, então faríamos de muito bom grado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concluindo, fica então, conforme os Senadores, acordado para o dia 19, terça-feira, às 18 horas, já com o representante do banco sorteado e o liquidante daquele banco. É isso? Em discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Proponho fazer o sorteio agora.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Posso colaborar...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Mas V. Exª já está colaborando de modo próprio.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Quero convidar o nobre Senador Edison Lobão e o Senador Rodolpho Tourinho, para sortearem. (Pausa.)

Banco Mercantil de Pernambuco, primeiro; segundo, pela ordem, Banco Econômico; terceiro, Banco Nacional; quarto, Banco Bamerindus; quinto, Banco Banorte.

(Comentários fora do microfone.)

Ficou acordado, portanto, entre os nobres Senadores, que, entre os bancos estatais, primeiro vamos chamar os liquidantes.

Não havendo mais nada a discutir, declaramos encerrada a reunião e agradecemos a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 8 minutos.)

Documento a que se refere o Sr. Senador Aelton Freitas

É com muita satisfação que dou início aos trabalhos desta Subcomissão, criada com o objetivo de avaliar e acompanhar a liquidação extrajudicial de instituições financeiras sob responsabilidade do Banco Central do Brasil.

No dia 25 de março de 2004, o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, compareceu à Comissão de Assuntos Econômicos. Propus na ocasião que o Senado Federal instalasse uma Subcomissão para acompanhar o assunto. A sugestão foi acolhida aparentemente de bom grado pelo Dr. Meirelles, e agora, finalmente, é hora de arregaçar mangas para iniciar os trabalhos.

A oportunidade que se apresenta é histórica e de grande significado para o País.

Há hoje quase uma centena de instituições em regime de liquidação extrajudicial, geridas por liquidantes nomeados pelo Banco Central.

A gestão de instituições sob intervenção consome recursos vultosos do Tesouro Nacional em pagamento de juros. Só o Banco Econômico demanda aportes de quase 1 bilhão de reais por ano. A partir de 2005, a massa do Nacional receberá aportes de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

Parece razoável estudar uma solução para o impasse. Especialmente uma solução que dispense o Banco Central da atribuição de síndico de massas falidas. A missão de uma instituição como o BC é nobre demais para que desperdice tanto tempo com este tipo de tarefa. O BC tem que cuidar da moeda do país, não dos títulos de instituições sob intervenção.

Tudo isso sem falar na figura nefasta do que chamo "liquidantes vitalícios" da República. O emprego deve ser ótimo, porque ninguém quer largá-lo. O conflito é evidente. Por que um liquidante se empenhará em encerrar uma liquidação se com isso ficará desocupado? Mesmo que continue a receber salário idêntico, ele provavelmente perderá status, para dizer o mínimo. Deixará de ser o comandante de uma instituição, ainda que de sua massa em liquidação. Poucas funções debatem-se com contradição tão grande. O problema é que o País tem perdido muito com isso.

Aproveitei a oportunidade do depoimento prestado à Comissão de Assuntos Econômicos para fazer algumas perguntas ao Dr. Meirelles. Perguntas sobre o problema das liquidações. As respostas que recebi foram pouco esclarecedoras. O Presidente do Banco Central pareceu pouco informado na ocasião.

E o assunto, como se percebe, é da maior gravidade.

O Banco Central foi derrotado na Justiça, meses atrás, pelos controladores do Banco Vetor. A derrota vai custar aos cofres públicos 265 milhões de reais. A sentença foi proferida pela 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e também anulou a liquidação extrajudicial da instituição.

O que aconteceu com o Vetor pode se repetir em bancos como Econômico, Nacional e Mercantil. E as indenizações pedidas são bem maiores. As contas batem na casa do bilhão, e fazem a indenização do Banco Vetor parecer uma bobagem.

O problema é que, de bobagem em bobagem, o rombo cresce. A liquidação do Banco Vetor foi determinada à época pelo Dr. Gustavo Loyola. Foi também o Dr. Loyola que determinou a intervenção nos bancos Econômico, Nacional e Mercantil. Se o BC for derrotado nas ações que movem estas instituições, o Dr. Loyola não desembolsará um centavo. O Dr. Meirelles também não desembolsará um centavo daqui a 5 ou 10 anos, em caso de novas derrotas judiciais.

Talvez isso explique a pouca disposição para resolver o problema. Um problema que, necessariamente, o Banco Central devia ter pressa em solucionar. A matemática das liquidações é amplamente desfavorável à autoridade monetária. O passivo de uma instituição em liquidação é reajustado pela correção monetária, enquanto seus títulos e créditos são remunerados pelas próprias variações acrescidas de 6% ao ano. Ou seja, a conta nunca vai fechar.

Para ser mais exato: em algum momento os controladores vão receber bilhões de reais de volta. Quanto mais tempo o BC demora, melhor para os controladores. É uma verdade cristalina. O Banco Central vai acabar gastando mais com o que terá de devolver ou indenizar estes bancos do que gastou com o Proer. Talvez seja o caso de criar o Proer do Proer, ou um Proer especial para o Banco Central. Ele vai precisar de um. Pode levar 10, 15, 20 anos. Mas essa é uma realidade incontestável.

O que se tem feito é empurrar com a barriga um problema que pode causar desgaste político. Não é fácil colocar ponto final na liquidação de um Econômico ou de um Nacional. Intervir é fácil. Acabar com a intervenção provoca calafrios. Por isso o governo Fernando Henrique deixou esse esqueleto bem guardado no armário para o Governo Lula. O medo de tomar uma decisão depende da ambição de cada um. É proporcional ao tamanho do projeto pessoal de cada presidente ou diretor do Banco Central. Teme-se a opinião pública. Teme-se o Ministério Público. Teme-se o TER. Enfim, teme-se de tudo um pouco. Quem perde com isso é o País.

O que há de tão atrativo em liquidações extrajudiciais? Só pode ser alguma coisa que escapa a todos nós. É a única explicação para que o BC não procure chegar a acordos que suspendam as liquidações e preservem o interesse público.

O caso do Banco Mercantil é emblemático. Em 2001, o patrimônio ficou zerado. Ou seja, o Banco Central estava obrigado a suspender a liquidação. O que fez então? Passou a cobrar juros que antes estava impedido de cobrar. É uma coisa surrealista. Cobrou depois o que não podia cobrar antes. Provavelmente fará o mesmo com Econômico, Nacional, Bamerindus e quantos outros estiverem na mesma condição. A cobrança é 100% ilegal, e ainda assim o Banco Central vai em frente. Por quê? Quem ganha com isso? O Banco Central e o Tesouro Nacional, como se sabem, apenas perdem. E podem perder ainda mais em deci-

sões judiciais futuras como a que beneficiou recentemente o Banco Vetor.

As ilegalidades cometidas pela autoridade monetária preocupam. A lista é vasta, mas quero apenas reforçar o que denunciou o Senador Lobão, meses atrás, a respeito de títulos como os FCVS. São títulos que todos os bancos em liquidação mantêm em carteira. São títulos que o próprio Banco Central mantém em carteira, assim como a Caixa Econômica Federal. Os senhores têm idéia da cotação destes títulos nos balanços de cada banco? Se os senhores imaginam que seja um valor único, estão enganados. No balanço do Nacional, estão cotados a 35%. No do Econômico, a 56%. No do Mercantil, a 52%. No do próprio Banco Central, a 52%. No da Caixa Econômica, a 97%.

O título é o mesmo. Sua cotação também devia ser idêntica. Ao fazer o que tem feito, o BC contraria normas contábeis elementares e comete uma ilegalidade flagrante. A coisa se torna mais grave quando se sabe que o Banco Central ofereceu os FCVS a 100% do valor de face em garantia pelos empréstimos do Proer. Como já se disse, ou o BC fraudou o Proer, ou frauda agora os balanços dos bancos em liquidação.

Vou acompanhar com empenho e dedicação os trabalhos desta Subcomissão, cuja presidência muito me honra. Quero apenas deixar registrado que minhas posições não são inflexíveis. Por meu temperamento e caráter, tenho humildade suficiente para reconhecer eventuais distorções de julgamento e erros de avaliação. Só a seqüência dos trabalhos poderá mostrar se estou certo em minhas avaliações. De uma coisa estou convencido: teremos prestado um grande serviço ao País quando esta Subcomissão encerrar seus trabalhos. O Senado Federal estará apto, então, a recomendar ao Banco Central medidas que conferirão maior transparência à gestão das massas de quase uma centena de instituições financeiras sob liquidação.

Neste sentido, o Banco Central do Brasil deve ser o primeiro a apoiar os trabalhos desta Subcomissão. O Presidente Henrique Meirelles será convidado a comparecer a esta Casa novamente, desta vez para tratar especificamente das liquidações extrajudiciais. É importante que esteja muito bem informado. A idéia é construir, avançar em busca de soluções. Não se pretenderá, em momento algum, colocar o Dr. Meirelles contra a parede, criar desconfortos, ou algo similar. É justamente o oposto. O intuito desta Subcomissão é apoiar o Presidente do Banco Central num assunto delicado e que está a exigir atenção da sociedade. O Senado cumprirá assim, mais uma vez, a função de consciência e olhar da sociedade civil em tema de grande relevância. É esta nossa missão.

Era o que tinha a dizer a Vossas Excelências.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 19 de outubro, de 2004, às 18:00 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezoito horas e quarenta minutos do dia dezenove de outubro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, Romero Jucá, Valdir Raupp, Edison Lobão, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra, e, ainda, dos Senadores Marcelo Crivella e Heráclito Fortes e dos Deputados José Chaves e Luiz Piauhylino. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de uma Audiência Pública com a participação do Ex-Presidente e do Liquidante do Banco Mercantil de Pernambuco, Senhores Armando de Queiroz Monteiro Filho e Nilvan Vasconcellos, respectivamente, com a finalidade de discorrer sobre a liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco. A Presidência concede a palavra ao Senhor Armando de Queiroz Monteiro Filho para que faça uma breve exposição. Usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Edison Lobão, Fernando Bezerra, Sérgio Guerra, Rodolpho Tourinho e Marcelo Crivella. Em seguida, o Senhor Nilvan Vasconcellos é convidado para sentar-se à Mesa a fim de dar início à sua exposição. Usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Edison Lobão, Fernando Bezerra, Sérgio Guerra, Rodolpho Tourinho, Aelton Freitas e Marcelo Crivella. Logo após, é apresentado aos membros da Subcomissão um Vídeo com a gravação de uma reunião com a presença de Diretores do Banco Central e do Senhor Nilvan Vasconcellos. A Subcomissão aprova, ainda, o Requerimento nº 02-CAELIF, de 2004, de autoria do Senador Edison Lobão, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, em Audiência Pública, os Representantes e os Liquidantes das seguintes Instituições Financeiras: Banco Econômico, Banco Nacional, Banco Bamerindus e Banorte, a fim

de prestar esclarecimentos a respeito da Liquidação de Instituições Financeiras. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Aelton Freitas,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação das Instituições Financeiras Extraordinária da 2ª Seção Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, a realizar-se nesta data, 19 de outubro de 2004, às 18h45min, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

A audiência pública é com a participação do ex-Presidente e do liquidante do Banco Mercantil de Pernambuco, Srs. Armando de Queiroz Monteiro Filho e Nilvan Vasconcellos, respectivamente, com a finalidade de discorrer sobre a liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco.

O primeiro convidado, Sr. Dr. Armando de Queiroz Monteiro Filho, já se encontra em plenário, nesta Comissão.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão uma breve exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadores será concedida na ordem de inscrição. Já se encontram alguns inscritos na Mesa, com a preferência para o autor do requerimento, Senador Edison Lobão.

O interpelante dispõe de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o primeiro convidado, o Sr. Armando de Queiroz Monteiro Filho, ex-Presidente do Banco Mercantil de Pernambuco, para fazer sua exposição.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Exmº Sr. Presidente, Exmªs Srªs e Exmºs Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, quero, inicialmente, solicitar uma informação do Exmº Sr. Presidente, se disponho apenas de três minutos para fazer a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Não, o senhor poderá ter mais; dez minutos, se preciso.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Era muito difícil. Farei o esforço que estiver ao meu alcance para, no menor espaço de tempo possível, falar sobre o que aconteceu nesses últimos nove anos.

Tive uma curta experiência no setor financeiro em 1962. Havia concluído o meu segundo mandato de Deputado Federal, havia perdido a eleição para Governador, de maneira que voltei à convivência de minha família, administrando os negócios de minha família, mais precisamente de meu pai, a essa época.

Convidei quatro empresários de Pernambuco para que cinco grupos comprassem ao ex-Governador Cid Sampaio, o Banco Mercantil de Pernambuco S.A..

O Banco teve um fantástico desenvolvimento. Mas a maioria dos sócios, três dos cinco sócios, recebeu uma proposta altamente sedutora no sentido de que o Bradesco, que não tinha nem uma agência no Nordeste, adquirisse o Banco Mercantil S. A.

Apesar de ter sido o autor do convite, passei a pertencer à minoria. Eu queria desenvolver o Banco, que teve um desempenho muito bom, mas os meus sócios estavam mais interessados no fantástico negócio em que o Banco foi comprado por 80 mil cruzeiros novos e o Bradesco ofereceu 2,5 milhões. De maneira que fui muito frustrado nessa experiência.

O tempo correu. Comecei a desempenhar funções administrativas nos negócios de minha família e, em 1970, recebi uma convocação do Banco Central, feita pelo Delegado, porque, nesse tempo, tinha uma grande expressão, para que eu assumisse o controle acionário, mediante uma negociação com o anterior dono do Banco Financial S. A.

A primeira providência que tomei foi pedir ao Bradesco licença para voltar ao nome antigo do Banco, que era de propriedade do Bradesco, e começamos a nossa luta, o nosso trabalho.

O Banco tinha três agências: uma, no Recife; duas, em cidades no interior de Pernambuco, Jaboatão dos Guararapes e Escada.

Empenhei-me apaixonadamente, como sempre faço em minha vida. O banco desenvolveu-se. A primeira fase foi a do saneamento financeiro da instituição.

Fizemos um aporte de recursos no banco. Rapidamente, a resposta ocorreu. O banco ficou altamente conceituado em Pernambuco. Abrimos agências, saímos dos limites da fronteira de Pernambuco e fomos aos centros financeiros mais importantes do País, como São Paulo e Rio de Janeiro. Enfim, tivemos 41 agências.

Tive um erro de avaliação. Sinto-me responsável pela intervenção ocorrida, porque minha miopia, fruto da paixão que tinha por aquela instituição, levou-me

a não ter um juízo sereno a respeito da nova política econômica, do fato novo, que era o advento do Real. Não havia mais espaço para um banco do tamanho do Mercantil. Com essa política, o espaço era para os bancos estrangeiros e para cinco ou seis grandes bancos nacionais.

Foi decretada a intervenção em agosto de 1995, o que provocou certo impacto em Pernambuco pelas relações que eu tinha. O assunto mereceu apoio da sociedade pernambucana, da Assembléia Legislativa, das Câmaras de Vereadores, como solidariedade a mim e como grande reserva à medida tomada pelo Banco Central.

Posso dizer que tínhamos condições. O Banco Central não tinha obrigação de fazer isso. Mas podíamos, perfeitamente, com as empresas que tínhamos: duas usinas de açúcar, duas destilarias, duas revendas Volkswagen, uma revenda Mercedes-Benz, uma empresa de bens de capital em Alagoas, uma agropecuária, uma laminação no Recife. Tínhamos uma certa expressão no Nordeste. Se o Banco Central tivesse tomado a iniciativa, não seria difícil desmobilizarmos algum desses ativos e equilibrarmos a situação do banco. Mas o Banco Central não estava obrigado a fazer isso.

Sob o ponto de vista técnico, foi procedente a intervenção. Evitei que isso se desdobrasse em críticas etc. Conformei-me. E essa realidade aconteceu.

No final de 1995, quando ocorreu essa intervenção, houve um financiamento por meio do Proer de R$530,135 milhões. É preciso abrir parênteses para dizer que há uma grande confusão na mídia nacional. Há duas coisas completamente diferentes: Proer e Proes. Proer foi o programa para recuperação dos bancos da rede privada. Esse dinheiro não é público, é da reserva bancária, é do compulsório. O Proes é dinheiro do Tesouro Nacional, destinado a recuperar a situação dos bancos estatais.

Sinto-me moralmente obrigado a fazer um registro: durante esse ano de intervenção, registro a conduta do liquidante. Apesar de a Lei nº 6.024, que regula a matéria, dar muitos poderes ao liquidante, na realidade, isso fica no papel. Nunca o liquidante precisou tomar uma medida, conceder uma diferença em um ativo ou um crédito do banco, nunca deixou de me posicionar e de me pedir minha concordância. Para contratar uma firma de auditoria, fez um expediente, e coloquei o meu "de acordo".

Enquanto isso, em 1997, o Banco Central cometeu uma grande violência em relação à massa do Banco Mercantil. Permutou 536.250 Par Bonds por 596.417 NTN-A3. Aparentemente, os papéis tinham o mesmo rendimento: 6% mais correção cambial. Porém, na realidade, isso foi um tremendo prejuízo para a massa. E o Banco Central não ouviu os acionistas controladores para fazer esse procedimento. É muito fácil de os senhores entenderem o prejuízo: foi da ordem de R$700 milhões à massa. Os Par Bonds são cotados diariamente em Bolsa. No dia 24 deste mês, estavam cotados em 89,40 do valor de face. As NTN-A3, apesar de terem o mesmo vencimento, os mesmos juros, a mesma correção monetária, não são cotadas em Bolsa e estão na escrita do Banco Mercantil por 34,4 do valor de face. Se fizerem a multiplicação, é muito fácil.

Darei um exemplo para que os senhores possam compreender melhor. Suponham que, em determinado momento, a valorização do dólar seja de R$1,00 para R$2,00. O Banco Central, no início de 1999, determinou que cancelassem todos os balancetes de 1998, e a correção cambial plena passou a ser **pro rata tempore**. Cinco bancos são detentores deste papel. O Mercantil é o único banco cujos papéis têm essa correção cambial **pro rata tempore**. Como explicar melhor? Se passou de R$1,00 para R$2,00, no dia em que o dólar foi valorizado, imediatamente, dobrou o valor das NTNs. O ativo do banco foi enriquecido em 100%. Com o **pro rata tempore**, dividi 100% por 300, dá 0,333 – uma periódica. Isso significa o seguinte: primeiro, com esse estorno realizado, isso danificou, encolheu, diminui o ativo do banco em R$40 milhões. Seriam necessários 20 anos para que aquele valor fosse restabelecido, tivesse paridade com a correção cambial plena.

O Banco Central emprestou do Proer a importância – que já disse – de R$530.135 milhões. Devo dizer que o Banco Central já se pagou R$567 milhões do principal. Apesar dessa medida tomada, realmente arbitrária, apesar da postergação do equilíbrio do patrimônio, apesar disso, em julho de 2001 o patrimônio passou a ser positivo. A legislação é clara quando a 6.024 reza que, enquanto houver passivo, não flui juros sobre a massa. Tenho aqui:

> "Lei 8.177/91 – Art. 9º: A partir de fevereiro de 1991, incidirão juros de mora equivalentes à TRD sobre os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, com a seguridade social, com o Fundo de Participação PIS/Pasep, com o Fundo de Garantia, e sobre os passivos de empresas concordatárias em falência e de instituições financeiras, regime de liquidação extrajudicial".

A Lei 6.024 reza:

> "A decretação da liquidação policial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: (...)

> **d**) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo;"

Aí é uma questão que não pode ser considerada sob o ponto de vista literal. Desaparece o passivo quando o ativo passa o passivo. Não precisa que necessariamente seja o passivo pago.

"Lei de Falências:

> Contra a massa (...) não correm juros, ainda que estipulados forem, se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal".
>
> "Nas Disposições Transitórias – art. 46:
>
> São sujeitos à correção monetária (...) os créditos junto a entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação (...)."

Quando o patrimônio passou a ser positivo, eu me movimentei e procurei a Diretoria do Banco Central, achando que já havia oportunidade para uma negociação. A Diretoria anterior do Banco Central praticamente fez cessar a intervenção no Banco Mercantil, na medida em que o Diretor Carlos Eduardo Freitas, atendendo a nossa proposta, que era pagar integralmente à vista todo o passivo incontroverso e depositar em juízo o passivo controverso. É a questão do juro. O Banco Central acha que nós devemos juro. Nós acreditamos que não há cabimento para o juro retroativo e, aliás, a esse respeito tomei nota aqui de uma frase muito lúcida de V. Exª, no discurso que pronunciou. V. Exª disse o seguinte – são palavras textuais:

"O caso do Mercantil é emblemático. Em 2001, o patrimônio ficou zerado, ou seja, o Banco Central estava obrigado a suspender a liquidação. O que fez então? Passou a cobrar juros que antes estava impedido de cobrar. É uma coisa surrealista. Cobrou depois o que não podia cobrar antes. Provavelmente fará o mesmo com o Econômico, o Nacional, o Bamerindus e quanto aos outros." Há uma coisa importante aí de ser dita a seguir. O voto estabelece todas as condições em que esse voto do Diretor Carlos Eduardo foi aprovado pela Diretoria do Banco Central em 20 de novembro, estabelecendo tudo o que vai acontecer. Tenho aqui... isso aqui já é... O voto é de 2002. O voto foi unanimemente aprovado pela Diretoria do Banco. Isso já foi em novembro de 2002. Essa coisa não foi para frente porque na realidade a Diretoria exprou seu mandato com a mudança do Governo em 31 de dezembro de 2002. Surpreendentemente, a nova Diretoria do Banco não procedeu àquilo que a Diretoria anterior tinha resolvido e, pior do que isso, passou aí a influir de uma maneira absolutamente arbitrária nas ações judiciais que correm na 7ª Vara do Recife. Duas ações que o voto absorveu. Quais foram elas? A diferença, o prejuízo causado à massa do Par Bond. Temos uma ação nesse sentido. A outra é o não pagamento de juros.

No voto, foi estabelecido de maneira clara que essas ações continuariam correndo. Se os acionistas perdessem, os recursos voltariam. Creio que não para o Banco Central, mas para a reserva bancária. Se os juros não fossem considerados devidos pela Justiça, iriam naturalmente para a massa do banco. A atual Diretoria não só não levou em consideração a deliberação anterior, mas tem feito algo realmente indescritível em relação às ações judiciais.

Primeiro problema: nessa ação, foi contestado o laudo. O laudo do perito escolhido pelo Banco Central nada mais significa senão uma convalidação dos balancetes do Banco Mercantil. E como são feitos esses balancetes? O contador do banco faz; manda para Brasília; Brasília aprova; o balancete volta; o contador assina; o liquidante assina; e a firma de auditoria aprova. Pois bem, hoje isso está sendo contestado na Justiça. Primeiro, contestaram o valor dos honorários do perito. A Juíza do feito não considerou pertinente a impugnação da perícia. O Banco Central foi em frente, levantou a suspeita do perito. Essa é a fase que estamos atravessando na Justiça.

Se porventura essa decisão não aceitar a impugnação, talvez a Juíza venha a ser impugnada pelo Banco Central. Isso desarrumou a vida de muita gente. Naturalmente, esse não é motivo para levar em consideração, mas estamos há nove anos com os nossos bens bloqueados. De qualquer maneira, a diretoria, os acionistas tinham uma certa responsabilidade. Mas promovemos uma série de funcionários pela sua capacidade, pela sua dedicação a diretores. Um deles, o Sr. Carlos Pessoa, está com 80 e tantos anos, mora na Bahia, sua fazendinha está indisponível há nove anos.

Na nossa vida, isso foi uma catástrofe. Tínhamos um crédito muito grande, que desapareceu, e as empresas entraram em concordata. Não tenho conta bancária. Recebi isso resignadamente, estou na Justiça lutando muito confiante de que o nosso Direito é bom, é o melhor possível.

Fiquei muito satisfeito quando soube da iniciativa desta Comissão. Esse assunto precisa vir a público. A sociedade precisa tomar conhecimento. Os senhores prestam um grande serviço na medida em que vão apressar.

Penso que eles estão pretendendo que essa penalidade seja eterna. De maneira que, em poucas palavras, foi esse desconforto que aconteceu. Não sei se esqueci de dizer algo mais importante, mas essas são as minhas palavras sobre o que aconteceu com

o Banco Mercantil S/A, não é Banco Mercantil de Pernambuco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Agradecemos à bela explanação do Dr. Armando. A explicação de V. Sª já fez jus à criação desta Subcomissão. Teremos oportunidade de verificar, no decorrer de todos os nossos trabalhos, a importância e a necessidade desta Subcomissão.

Com a palavra o primeiro orador, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, pergunto a V. Exª se o Dr. Nilvan Vasconcelos também irá discorrer sobre esse assunto?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – (Fala fora do microfone)

O SR EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Não. O Dr. Nilvan, que é o liquidante, será ouvido posteriormente.

Dr. Armando Monteiro, V. Sª começou a exposição reconhecendo que o Banco Central fez a intervenção conforme as regras e os princípios da normalidade. Porém, ao longo do tempo, já provocou um prejuízo de R$700 milhões à massa, que resultou da troca de papéis de um melhor para um pior. De qualquer maneira, o Banco Central já se ressarciu do principal.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Mais do que o principal.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Mais do que o principal.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Perdoe-me V. Exª. O Proer emprestou R$630.135.536,00, e o Banco Central já se pagou em R$567 milhões.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pergunto a V. Sª se, diante do fato concreto de que o Banco Central já se pagou, com sobra para o próprio banco, e de que provocou um prejuízo de tamanha monta, já não seria o momento adequado de se encerrar essa liquidação.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Senador Edison Lobão, omiti-me de dizer algo importante. Quando o patrimônio passou a ser positivo e comecei a entender a situação, houve uma sugestão de que as ações do controle acionário fossem vendidas em hasta pública, em leilão. O leilão não teve êxito, porque um dos candidatos ficou muito ofendido em virtude de uma série de perguntas que fizemos.

Recebi o conforto do Dr. Carlos Eduardo quando contestei e não quis presidir o leilão das ações de maioria. Ele disse: "Dr. Armando, o senhor perdeu o crédito, mas não perdeu a credibilidade". Não chegou a termo o leilão. Assim, passamos para essa proposta a que me referi anteriormente.

Na realidade, isso é um vir a ser. Fiz a conta do prejuízo na hipótese de ganharmos a ação dos Par Bonds. Não é ainda uma história pacífica. No entanto, é pacífico que, hoje, é o liquidante quem diz: "Mercantil tem saldo de R$15 milhões". Ele disse isso em 2001. O Dr. Carlos Eduardo, em 21 de novembro de 2002, disse: "Banco Mercantil de Pernambuco: liquidação – autarquia. Carlos Eduardo de Freitas. Os ativos do Mercantil de Pernambuco superam os passivos em cerca de 150 milhões de cruzeiros". São declarações categóricas, publicadas no valor. Desse modo, o assunto é absolutamente pacífico.

Meu advogado está pedindo que eu leia algumas palavras do Dr. Carlos Eduardo de Freitas no voto para a Diretoria. Peço paciência a V. Exªs.

15. As discussões que mantive com o Delig e com o Dejur me convenceram de que não havia como ainda exigir dos controladores a realização de leilão de suas ações diante da proposta de pagamento à vista de todo passivo em controverso. O Banco Central não teria como recusar o pagamento oferecido pelos controladores, os quais poderiam, inclusive, propor o pagamento em juízo e o encerramento imediato do regime especial, acarretando a liberação e livre disponibilidade sobre todos os ativos do Banco Mercantil no exercício de um direito assegurado pela legislação civil. Novembro de 2002.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Portanto, V. Sª atribui a isso o fato de continuar o Banco sob essa intervenção. Tudo foi pago, e essa é uma sobra, apontada pelo próprio Diretor Carlos Eduardo, da Diretoria passada, de R$150 milhões sobre o passivo.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – É um fato estranho e inexplicável. Eu jamais converteria um assunto técnico, dando-lhe conotação política. Tenho antigas e sólidas relações com o Presidente da República. Jamais daria tratamento político a um problema técnico. Jamais colocaria o Presidente nessa dificuldade. É uma posição do Presidente do Banco Central.

Eu era oposição ao Governo anterior. O Banco Central, na gestão anterior, atendeu-me e praticamente acabou com a liquidação. Este Governo não tem nada com isso. O Banco Central, na atual Diretoria, cancelou todo o passado. É estranho! Não tenho explicação para dar-lhes.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, não tenho mais indagação. Para mim, está muito clara a situação do Banco Mercantil, com uma decisão – que confesso não conhecia – da Diretoria anterior

do Banco Central, exatamente no Governo durante o qual se fez a intervenção.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – É verdade.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – No mesmo Governo, uma Diretoria do Banco Central toma as decisões que tomou, conforme expôs o Dr. Armando Monteiro, e, ao assumir a nova Diretoria do Banco Central, tudo aquilo foi como que esquecido e arquivado. Prossegue, portanto, a intervenção. Em prejuízo de quem? Não quero adiantar julgamento, mas evidentemente, à primeira vista, em prejuízo dos controladores e futuramente – e esse é o meu maior receio – do Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao segundo orador, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Armando Monteiro Filho, é inquestionável o absurdo com o qual, aqui e agora, pelo seu relato, nos deparamos em relação à atitude do Banco Central. Ninguém pode suscitar dúvida no tocante ao depoimento de um homem com a história de vida vitoriosa no setor privado, de um homem que teve larga participação na vida pública do País como Ministro e Deputado e que se posiciona de forma aberta em um depoimento que deixa a todos nós estarrecidos porque, se não fosse muito dura a palavra, eu diria que se trata de uma irresponsabilidade do Banco Central ter hoje ainda, sob a forma de liquidação, um banco que tem ativos que superam em muito os passivos. O Banco Central – que fiscaliza as operações de todos os bancos e, portanto, deveria ser exemplar no acompanhamento de tudo isso – causa prejuízo por troca de papéis de R$700 milhões, o que é muito dinheiro.

Eis a grande preocupação que tenho: todos sabem da amizade que me une a seu filho, do respeito que tenho pelo senhor, por toda a sua família, entretanto, não trato essas questões em função desse relacionamento de amizade.

O Banco Central tem hoje quantos bancos em liquidação?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Oitenta e quatro.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Oitenta e quatro. Há no meu Estado dois bancos. O Banco do Estado do Rio Grande do Norte está em liquidação há 14 anos, por informações poucas de que dispomos porque o poder de um liquidante é ditatorial. V. Sª foi generoso quando disse que o liquidante, várias vezes, pediu opinião, mas, a partir de determinado momento, o Banco Central tem atuado nessa questão como um objetivo muito claro até de destruição. Não quero alongar-me nessa questão. É muito estranho que uma resolução do Banco Central não seja cumprida pela Diretoria seguinte sem nenhuma explicação. Eu queria fazer uma pergunta por curiosidade. Vamos supor que hoje o Banco Central decidisse, pelo liquidante, vender o banco, ou seja, os ativos e os passivos do banco como se encontram hoje. Dr. Armando, ele encontraria comprador no mercado e quanto valeria isso?

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Não posso fazer assim, Senador Fernando Bezerra. Agradeço as suas palavras. Temos essa ligação afetiva, mas evidentemente, pela categoria de V. Exª, ela jamais poderia influir no julgamento de V. Exª.

Posso dizer o seguinte: obtive em um banco de primeira linha um financiamento de setecentos milhões de reais, desde que o Banco Central liberasse as garantias, as MTN´s. Tenho um ofício da Diretoria anterior do Banco Central dizendo que era uma coisa simultânea: na hora em que o aportante dos recursos fizesse esse aporte, eu os receberia. Quer dizer, são setecentos milhões, trezentos e trinta e três milhões seriam o passivo incontroverso. O passivo controverso, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, seria depositados em juízo, aguardando que a Justiça se pronunciasse se era ou não devido.

Se fosse devido, o Banco Central não poderia, no meu entendimento, apropriar-se desse dinheiro, que voltaria para a reserva bancária, de onde saiu. Se formos vitoriosos na ação irá para a massa do banco. Seria uma soma de setecentos milhões se a decisão for favorável. Acho que não haveria nenhuma dificuldade em vender o banco, mas tenho interesse em livrar esse gravame, que é uma desarrumação completa na vida das pessoas que foram Diretores e até daqueles que na eram acionistas. Eu não tinha o interesse nisso e sim em acabar com a liquidação.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Minha pergunta foi muito mais no sentido de mostrar que o banco tem um valor indiscutível. O estranho em tudo isso, se o objetivo da liquidação era exatamente sanear o banco, e depois devolvê-lo ou a outra instituição do mercado, ou aos proprietários, por que o Banco Central não faz isso?

Depois, quem vai pagar essa conta? Tem toda a razão o Senador Edison Lobão quando diz que alguém vai pagar essa conta. Nossa preocupação... É claro que temos de buscar a defesa do patrimônio de quem, com tanto esforço e trabalho, o construiu, mas nosso dever maior como Senadores é verificar o quanto isso vai custar à Nação, à sociedade brasileira, isso, que é fruto de uma incompetência.

Não quero me alongar, mas a figura do liquidante é impessoal – não sei nem o nome do liquidante desse banco –, mas é a figura de um ditador. Penso que esse é um dos melhores empregos do País. O sujeito é bem remunerado, fica resolvendo tudo no banco, perdoa a dívida, aumenta-a aqui, a diminui acolá, faz o que quer e não dá satisfação a ninguém. E mais, esse é um banco que não vai quebrar nunca. Por isso é que está aí há tantos anos. Dura catorze anos essa pendência no banco do meu Estado e nove anos a do Banco Mercantil S. A. Todos os bancos têm uma história muito parecida.

As pessoas não prestam contas disso a ninguém. Essa é a razão da Comissão. Cumprindo o Senador Edison Lobão e o Senador Aelton Freitas pela iniciativa de criar esta Comissão para que possamos fazer um acompanhamento e encontrar um caminho, uma solução.

Agradeço muito as respostas que V. S.ª nos deu e me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Com a palavra o terceiro orador inscrito, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais aqui presentes, como pernambucano, tenho especial interesse na compreensão desse episódio do Banco Mercantil.

Foi um fato que teve relevância na vida econômica do Estado e envolveu personalidades públicas bastante conhecidas, entre elas o Dr. Armando. Seguramente, o melhor para o País, o melhor para Pernambuco, o melhor para todos é que este fato seja esclarecido amplamente.

Penso que a Subcomissão criada pode desempenhar um papel muito importante. É inaceitável a prorrogação dessas intervenções. Sei que é matéria técnica, que não pode ter um grau de exposição muito amplo, mas é estranho que o processo caminhe à revelia de instituições como, por exemplo, o Senado da República. Esta Casa não tem contato algum com o assunto, e foi muito importante que o contato fosse iniciado na forma desta Subcomissão aqui criada. Creio que a palavra do Dr. Armando, que conheço há muitos anos, guarda a coerência de sua vida. Ele é uma pessoa coerente. Ele é empresário, político, homem público de posição firme. Eu o conheci na luta da oposição. Foi eleitor e amigo do engenheiro Leonel Brizola, eleitor e amigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Todos os pernambucanos sabem que ele tem relações muito próximas com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Farei quatro ou cinco perguntas. Em primeiro lugar, qual tem sido o tratamento dispensado pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – o Banco Central é dele – ao processo do Banco Mercantil? Ou seja, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso emitiu um voto a respeito da matéria. Eu o conheço. V. Sª era oposição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Muito bem tratado pelo Governo, que sempre teve consideração e respeito pelo Dr. Armando, como de resto os pernambucanos todos, e os brasileiros também, mas o fato é que é estranho que no Governo passado o Banco Central tenha tido uma atitude que está explicitada no voto.

Quais são as razões de conteúdo? Em primeiro lugar, que tratamento tem lhe dispensado o Governo atual, de fato, no Banco Central, que é parte do Governo, pois ainda não temos um Banco Central autônomo? Em segundo lugar, por que a decisão tomada antes, no voto... Que razões levaram o Banco Central atual a não dar prosseguimento ao que foi decidido então? Essa seria a primeira pergunta, com duas variantes.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Senador, agradeço a referência de V. Exª e digo que, antes de o Presidente da República ser eleito, todas as vezes em que conversávamos, ele perguntava como estava o problema do Banco. Após a eleição, fiquei realmente contente com o fato de, no Governo anterior, o Banco Central ter resolvido. Apesar de o Banco Mercantil, sem nenhuma vaidade, ser o único, dos bancos cogitados pela Subcomissão, que possui patrimônio positivo, poderia parecer que minha ligação pessoal influísse na decisão. Agradeço as referências de V. Exª, mas separo muito o Governo do Banco Central, embora a Diretoria do Banco Central esteja subordinada ao Ministro da Fazenda. Ou seja, é um problema técnico. Que amigo do Presidente seria eu no momento em que pedisse a Sua Excelência para interferir junto ao Presidente do Banco Central? Confesso que não teria condições de fazer isso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas, Sr. Presidente, que razões técnicas o Banco Central atual alega para não fazer valer o voto que o outro Banco Central aprovou?

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Senador, eu gostaria imensamente de saber. Não há razão alguma. Não há motivo. É algo absurdo. Estamos em um regime democrático em que o império da lei prevalece sobre tudo. Neste caso, não prevalece a lei. A lei é letra morta.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu gostaria que V. Sª explicasse por que o voto... Qual é o erro do voto? Qual é o conteúdo da posição tomada?

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Um voto claríssimo. Vou entregar a V. Exª e a todos os integrantes da Comissão um material redigido

por meus eficientes advogados. E este meu advogado é meu neto. Vejam como estou velho. (Risos) Mas está aqui. Todos os senhores vão tomar conhecimento de todos os problemas sob o aspecto jurídico. Tem o ato de intervenção, tem a entrevista do interventor, tem a entrevista do Diretor Carlos Eduardo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Armando Queiroz, o senhor saberia relacionar medidas claramente protelatórias que o Banco Central atual tem tomado em relação ao processo mercantil?

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Posso, posso enumerá-las a V. Exª. Primeira delas: um problema que envolve milhões de reais, o juiz ou a juíza designa um perito, o perito apresenta uma conta dos seus honorários, R$6 mil, e o Banco Central diz que é cara, não está de acordo com aquilo. A juíza não aceitou essa colocação do Banco Central. Passou para a etapa seguinte: impugnar a perícia. A juíza não aceitou a impugnação da perícia. Agora, está pendente de julgamento a idoneidade do perito que o Banco Central impugnou. De maneira que, realmente, são provas inequívocas da... Agora, ele contesta o que foi feito por ele. No caso dos balanços, essa imoralidade, quer dizer, perdoe a expressão, anular todos os balancetes do ano 1998 e fazer uma coisa que só o Banco Mercantil tem, correção cambial **pro rata tempore**. Isso não tem a menor explicação, não tem a menor lógica. Estamos no império da lei numa democracia, mas, no caso específico, é preciso também que exista lógica, e não há nenhuma lógica nisso.

Infelizmente, não posso responder a pergunta a V. Exª, porque não há um motivo para ele estar nessa situação em que está.

O SR. SÉRGIO GUERRRA (PSDB – PE) – Acabo de falar aqui com o Senador Lobão. Acho que essas perguntas feitas ao Presidente do Banco Mercantil deverão ser feitas, ao final dos nossos trabalhos, a dirigentes do Banco Central, para que eles se esclareçam. Não é assim.

Apenas uma pergunta final. O Governo Fernando Henrique promoveu o Proer, um programa bastante combatido pela Oposição. Quero perguntar ao Presidente Armando Monteiro, com a competência de homem público mais até do que de homem privado: o senhor considera o Proer, da forma como ele se deu, positivo para a economia brasileira e para o sistema financeiro nacional?

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Considero altamente positivo. Primeiro, a mídia deu a interpretação equivocada de que esse dinheiro era do Tesouro Nacional. Não é do Tesouro Nacional, é da reserva bancária, é dos bancos. Acho que todos os outros países do mundo fizeram isso: o Japão, com uma despesa tremenda para o Erário. E, nesse caso, o Proes, os bancos estaduais, vão sair do Tesouro. Nesses casos, não é dinheiro público. De maneira que acho que foi uma medida altamente conveniente e deu resultado. Está aí o resultado: o sistema financeiro hoje é sadio, foram expurgados todos aqueles casos que estavam realmente **(fora do microfone)**. De maneira que acho que foi uma coisa muito sensata feita pelo Governo passado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Quero agradecer a resposta do Presidente Armando Monteiro e dizer que ele não nos surpreende com a sua palavra segura, todos os pernambucanos não duvidam disso. Chamo atenção apenas para um fato concreto, entre tantos. Não estou falando aqui como oposicionista que está procurando pretexto para combater o Governo, mas algo tem que ser feito de forma concreta, substantiva, por todos nós – e aqui o Líder do Governo no Congresso – para fazer com que as autoridades do Banco Central tomem uma decisão sobre esses processos e os resolvam, para que eles sejam mais claros, mais transparentes, para que não se reproduzam situações como essas que estamos constatando aqui.

No mais, dizer ao Presidente Aelton que eu tinha uma Subcomissão pronta para o Nordeste – nós todos consideramos o Nordeste prioritário – e deixamos de convocá-la para que esta Subcomissão criada para esta matéria se desse. Mas acho que foi, apesar da renúncia parcial do Nordeste, seguramente uma medida positiva para o nosso no Congresso e para todos os Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Nobre Senador Sérgio Guerra, quero agradecer a oportunidade que V. Exª concedeu ao abrir mão exatamente da sua Comissão, que constava como pela ordem para ser criada, para que pudéssemos criar esta porque foi dito, por V. Exª mesmo, o Brasil espera uma solução para esses casos, e nós, Senadores, estamos cumprindo o nosso papel.

Agradecemos a compreensão de V. Exª. Temos certeza de que esta Subcomissão fazer um papel da maior importância e com os melhores resultados para este Governo e para o povo brasileiro.

Com a palavra o nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Dr. Armando Monteiro, ouvi V. Sª com muito atenção, a seriedade e coerência do seu depoimento. Entendo que seria muito importante para todos nós, e como já foi solicitado a V. Sª, que recebêssemos uma cópia desse voto do Banco Central. Penso que isso certamente, se é possível ser dado, balizaria uma visão nossa, porque cada banco, tirando talvez seis ou

oito principais, tem uma posição diferente. Acredito que o caso do Mercantil é especial, mas, como disse, acredito ser muito importante termos esse documento para análise, que seria, com certeza, o guia que teríamos nesse caso até para questionar o próprio Banco Central e o liquidante.

Entendo que temos, aqui no Senado, que ter uma idéia muito clara, sobretudo nessa troca de papéis, se vale ou não a correção cambial, que parece que existe em outros casos, em outros bancos.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Em todos os bancos a correção é plena, em todos os outros.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É questionada também se pode ser utilizada ou não. Aqui e ali ouvirmos notícias, e tenho certeza de que nenhum de nós tem um panorama completo dessa situação em relação aos bancos, tenho quase certeza disso aqui no Senado. Entendo que é difícil. Acredito ser importante ouvir os liquidantes, para que possamos, nesse caminho, buscar uma visão conjunta – é necessária que se tenha –, apesar das diferenças enormes existentes entre os bancos, não só a diferença do porquê da liquidação, mas, sobretudo, do que foi feito por cada liquidante, que é absolutamente autônomo, para tomar as decisões que quiser.

Não tenho pergunta a fazer a V. Sª. Fiquei inteiramente satisfeito.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Muito obrigado, V. Exª vai receber, e pedirei ao meu advogado, Dr. Ricardo Mota, que distribua para os Senadores esse conjunto de documentos que embasam a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Armando de Queiroz Monteiro Filho, V. Sª fez uma explanação muito lúcida, clara sobre a situação do Banco Mercantil. Eu estava no meu gabinete assistindo-o.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber se o interventor, Dr. Nilvan Vasconcelos está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Sim, e vai ser convidado para sua exposição, logo em seguida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Hoje, no Brasil, Dr. Armando, vivemos uma política monetária e fiscal muito dura, mãe de uma crise social esmagadora. O Brasil vive hoje níveis de desemprego e violência nas grandes cidades que nunca viu na sua História contemporânea. O sistema financeiro, por outro lado, tem sido beneficiado, porque o superávit primário, em valores astronômicos, enxuga do mercado o investimento público, as empresas recorrem aos bancos, que impõem taxas de juros, que no crédito direto ao consumidor ou no desconto de duplicata são altíssimos. A lucratividade do sistema financeiro no Brasil é extraordinária.

Recentemente, li na revista **Forbes** que existe um fundo entre os cinco maiores do País, que nos últimos 12 meses – é inacreditável mas está aqui, é o Opportunity Fund, não sei se V. Sª conhece – apresentou uma rentabilidade de 125%. Isso é inimaginável em qualquer país da Europa ou na parte americana. O sistema financeiro é hoje um grande negócio.

Fico preocupado, Dr. Monteiro, porque esse grande negócio está cada vez mais nas mãos de menos pessoas, concentra-se mais, está virando monopólio, com graves riscos para a nossa economia, para as nossas empresas, para o futuro do Brasil. Todos sabemos como é conservador o Banco Central, principalmente no Governo Lula. Existe, por parte do mercado, uma desconfiança maior da que existia no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

V. Sª não acredita que o processo de liquidação dos bancos deveria ser objetivado para que o mercado financeiro nacional pudesse receber de volta empresas saneadas e democratizar o acesso ao crédito? V. Sª não vê aí um risco para as instituições, para área financeira, com a clarividência da sua experiência de um homem público e da iniciativa privada? Não vê que deveria o Banco Central, em detrimento de seu extremo conservadorismo, pensar de maneira nacionalista e devolver ao mercado empresas saneadas?

Qual a opinião de V. Sª a respeito desse tema?

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Não sou economista, sou engenheiro. Nunca exerci a profissão porque fui levado muito cedo à vida pública, mas, na realidade, vou opinar sobre uma matéria complicada. Era impossível qualquer plano com uma inflação de 40% ao ano. Dizem – perdoe-me o Senador Sérgio Guerra – que a inflação ocorrida em outubro, novembro e dezembro de 2002 apontava para um índice de 40% ao ano. Essas medidas tomadas pelo Governo foram duríssimas – expulsar pessoas que ajudaram o Presidente, numa hora difícil, a organizar o Partido –, deve ter sido para ele muito difícil de realizar. Agora, é uma questão de prioridade. Ninguém pode se conformar com essas taxas de juros, que são terrivelmente abusivas.

A economia é algo complicado: eleva-se taxa de juros para conter a inflação. É uma coisa muito complexa. Estou convencido de que essa taxa vai diminuir, a inflação está sob controle, o Governo está com suas contas equilibradas, a balança comercial é altamente positiva, o agronegócio está salvando o Brasil.

De maneira que penso que o objetivo próximo é realmente uma queda expressiva da taxa de juros. Não há empresa que se sustente com essas taxas de juros. Quem recorrer ao mercado financeiro está liquidado, em termos atuais.

É a minha opinião. É o que posso responder a V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Como o senhor avalia esses grupos econômicos que se agigantam no mercado financeiro? O senhor não vê aí um risco?

O SR. ARMANDO MONTEIRO DE QUEIROZ FILHO – Não sei se a comparação que farei tem pertinência. Dizem que velho serve para contar a história. Há um pensamento francês que gosto muito de repetir: "Ah, se os moços soubessem, se os velhos pudessem." Posso já muito pouco e sei mais ou menos. Entretanto, posso fazer uma comparação com as antigas vendas do bairro. Hoje, há os supermercados, desapareceu aquela figura em que se comprava a crédito, a conta ia para a caderneta.

Em relação aos bancos, os bancos eram locais, havia o banco da cidade tal. Hoje, há os bancos estrangeiros e cinco ou seis grandes bancos. Eu não posso opinar se isso é certo ou não, mas, realmente, é impressionante a concentração atual. Tínhamos duzentos bancos e, hoje, esse número está reduzidíssimo. Penso que vamos acabar tendo, no máximo, dez ou quinze bancos. A concorrência é realmente muito sacrificada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Agradeço a V. Sª.

Para finalizar, realmente, o Brasil tem mecanismos de concentração de poder e de renda, nos quais não conseguimos mexer. Isso vem desde o tempo de Colônia. Quando o Brasil passou a Reino Unido, não mudou nada. Depois, o País passou a ser República Velha e tudo ficou da mesma maneira. Há uma tendência brasileira na concentração de poder e renda, que é antidemocrática.

O Banco Central, que são os nossos olhos sobre a economia, precisava cuidar principalmente desses bancos que sofreram intervenção e que foram saneados, pela democratização do crédito, um instrumento tão importante para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Dr. Monteiro, o senhor é uma figura brilhante.

O SR. ARMANDO MONTEIRO DE QUEIROZ FILHO – Agradeço a V. Exª. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Não havendo mais inscritos, eu queria, com a permissão dos Srs. Senadores, conceder mais três minutos ao Sr. Armando, para suas considerações finais. Logo em seguida, convidaremos o Sr. Nilvan Vasconcelos.

Peço aos colegas que procurem se ater a três minutos, para fazermos a reunião com mais objetividade.

Sr. Armando, tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. ARMANDO MONTEIRO DE QUEIROZ FILHO – Sr. Presidente, agradeço esta grande oportunidade de dizer aqui algumas coisas para que V. Exªs possam meditar e destrinchar essas ocorrências.

Recebi a designação desta Comissão, proposta por V. Exª, com muito agrado. Estamos na época da transparência. Essa situação está embutida. O Banco Central é uma caixa-preta, onde ninguém sabe o que acontece.

Então, a essa pergunta que V. Exªs me fizeram com tanta pertinência – por quê? – não posso responder.

Quando ouvi o discurso de V. Exª e do Presidente a respeito do assunto, percebi a demonstrando de inquietação em relação a isso. Isso não tem cabimento. Ninguém tem direito de fazer uma punição eterna. Estou proibido de voltar ao sistema financeiro. Deus me livre de voltar ao sistema financeiro, mas estou punido por dez anos. Já decorreram nove anos. Tenho mais um ano de punição. Obviamente que eu não vou voltar. Quando essa liquidação chegar a termo, eu vou transformar essa empresa numa empresa de investimento ou em outra coisa. Eu estaria proibido, mas não teria o menor interesse de voltar ao sistema financeiro.

Agradeço demais esta oportunidade. Felicito V. Exªs por esta iniciativa, que obviamente será muito benéfica ao País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Dr. Armando, nós é que agradecemos pela sua presença, pela oportunidade.

Estamos ao vivo na TV Senado. Temos certeza de que há milhões de brasileiros ligados, assistindo-nos, também ansiosos para conhecer mais sobre esse assunto. Toda semana, teremos aqui o representante de um banco e o liquidante do mesmo, para trazer esse assunto à tona e temos a certeza de que esta Comissão será muito útil ao nosso País.

Agradecemos a sua presença e a oportunidade de termos esclarecimentos tão profundos como os que tivemos de V. Exª na noite de hoje.

O SR. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Dando continuidade à nossa reunião, chamamos o segundo

convidado desta reunião, o Dr. Nilvan Vasconcelos, que já se encontra no recinto da Comissão.

Solicito à Secretaria que conduza o convidado ao plenário da Comissão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Antes de passar a palavra ao segundo convidado, Dr. Nilvan Vasconcelos, pergunto aos nobres Senadores se continuam pela mesma ordem de inscrição ou se pretendem fazer uma nova. Caso queiram, a Secretaria da Comissão está às ordens.

Pela ordem, caso queiram que permaneça a atual, estão inscritos o Senador Edison Lobão, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Sérgio Guerra, o Senador Rodoupho Tourinho, o Senador Marcelo Crivella e eu, que também tenho interesse em fazer algumas perguntas, caso não sejam esclarecidas algumas dúvidas que temos como pessoa e como Senador.

Concedo a palavra ao Dr. Nilvan Vasconcelos, que tem vinte minutos para fazer a sua exposição.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores, inicialmente quero falar um pouco da minha experiência em liquidações e intervenções. Tenho 32 missões especiais entre Raets, liquidações e intervenções.

Participei da primeira intervenção, em Pernambuco, que completa agora, em fevereiro do próximo ano, 30 anos, do Grupo Cresif. E durante esse tempo todo, temos lidado constantemente com esses processos.

Eu gostaria de me referir ao Banco Mercantil. Fui o segundo interventor. A intervenção foi decretada em 11 de agosto de 1995. Naquela época eu estava participando de uma Raet, no Produban, e o Banco Central me convidou para assumir a intervenção. Eu a fiz em 1º de dezembro de 1995.

Eu gostaria de dizer aos senhores que, assim que assumi a intervenção, procurei os controladores. Mostrei a eles que o desenvolvimento do processo interventivo teria de ter a participação deles para que pudéssemos conduzir a contento. Isso porque pegamos o Banco Mercantil, cujo balanço de dezembro de 95 com um patrimônio líquido negativo de R$109 milhões e procuramos centrar a nossa administração em três alicerces: primeiro, tentar recuperar os créditos do banco. Tínhamos uma carteira de 150 milhões e conseguimos, dos chamados créditos podres, recuperar um terço disso. Foi uma tarefa hercúlea. Dávamos ciência ao controlador de toda essa medida e tínhamos a sua concordância para fazê-lo, porque pegamos um banco com empréstimos feitos a juros de 14% – à época, isso era um absurdo. Na minha visão, era uma agiotagem legalizada. E o que eu fiz? Propus que fizéssemos uma equipe para receber esses créditos, trazendo os juros para o patamar constitucional de 1% e dando prazo para que as empresas possam pagar. Essas medidas que nós tomamos foram altamente significativas e conseguimos recuperar grande parte.

Outro alicerce nosso foram os acordos trabalhistas. Conseguimos economizar, para o banco, mais de R$50 milhões. Só como um exemplo, tivemos uma ação trabalhista contra o banco em que o funcionário tinha ganho R$9,5 milhões. Se ele trabalhasse 50 anos, não ganharia esse dinheiro. Ele ganhou na Justiça do Trabalho, entramos com um recurso ordinário junto ao TRT e perdemos. Nós o perderíamos entrando com recurso de revista no TST. Nesse ínterim, chamamos o funcionário e fizemos um acordo. Calculamos a quanto ele teria direito e, com isso, economizamos, só em um caso, R$8,5 milhões. Então, foram acordos, ações trabalhistas, de recebimento de crédito e despesas administrativas, porque eu criei no Banco Mercantil uma cooperativa de trabalho que minimizou os custos em cerca de 30%. Conduzimos a questão até este ano, o que trouxe uma economia significativa para o banco. Um superávit dessa ordem não se refere, apenas, à rentabilidade das letras. A rentabilidade das letras é altamente importante, mas as medidas administrativas para minimizar custos, recuperar créditos e deixar de efetivar despesas trabalhistas têm uma significação muito grande, mas muito grande. É assim que conseguimos parte desse superávit.

Gostaria de dizer que o liquidante não é o senhor todo-poderoso. O liquidante tem a obrigação de colocar a par os controladores das medidas que são tomadas. As medidas não são tomadas pelo liquidante à revelia do controlador. Nós o fazemos e sempre conseguimos a concordância. Por quê? O objetivo primordial é recuperar. Seria inacreditável que, trabalhando nesse sentido, os controladores fossem de encontro à medida que os vai beneficiar. Procuramos, sempre, atuar dentro dessa linha. Essa foi a nossa conduta.

Coloco-me à disposição de V. Exª para as perguntas que se fizerem necessárias. Obviamente, responderei a respeito do que tiver conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para as indagações, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Nilvan, V. Sª é servidor aposentado do Banco Central?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Aposentei-me em 1993.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Sª conhece perfeitamente as responsabilidades civis e penais de um liquidante?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – É claro que as conheço.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Sª disse que é obrigação do liquidante, que não é o senhor todo-poderoso, colocar o controlador a par das medidas que toma. Este é um dever legal ou apenas um dever de consciência?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – A lei determina que o controlador tenha acesso às informações e essas são dadas.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Apenas informações?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Com as informações, estará acompanhando o andamento das liquidações.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E se ele não concordar com a decisão do liquidante?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Se eu não concordo?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Se o controlador não concorda com as decisões do liquidante?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Aí, vem a lei.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O liquidante é autônomo para fazer o que bem entende?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não. A Lei nº 6.024 tem artigos específicos em que, por exemplo, o art. 33 estabelece que o liquidante preste conta, a qualquer momento, ao Banco Central. Isso é uma determinação legal.

O art. 16, § 1º, também diz que a alienação de bens ou o desfazimento de qualquer ativo é competência do Banco Central.

O art. 19 diz que o levantamento da liquidação é competência do Banco Central.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Qual o ativo mais representativo do Banco Mercantil?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – NTN.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)– Qual o valor dessa NTN, hoje?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – O valor contábil dessas NTNs, hoje, com base no balancete de 31 de agosto, está em R$529.838.425,17.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Isso em termos de hoje?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Isso no balancete de 31 de agosto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Por que razão o Banco Central substituiu os títulos Par Bond*, que o Banco detinha, por nota do Tesouro Nacional A-3?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Acho que essa pergunta...isso foi um decreto, que determinou a troca desses títulos e, em obediência ao decreto, o Banco Central fez essa troca.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – É o ativo mais representativo do Banco Mercantil em liquidação?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Exatamente. O mais representativo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Qual o valor desse ativo?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – O valor do ativo é da ordem de R$828.060.829,85.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Como ele é composto?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Ele é composto de Letras do Tesouro: R$54.392.465,91. Isso o total de recursos em bancos e recursos aplicados em LFT – Letras do Tesouro Nacional. Vou repetir: temos, em depósitos bancários, R$115.353,10; temos, aplicação em LFT, R$54.277.112,81; também temos, em carteira, os outros títulos, que são os FCVS-CVS, que totalizam R$128.683.127,41; temos créditos tributários da ordem de R$33.094.332,88; temos depósitos efetivados no valor de R$43.417.861,20; temos juros a receber de NTN de R$36.184.740,58; temos bens não de uso próprio no valor de R$1.543.876,80; temos permanente no valor de R$38.239,38; temos um sistema de processamento de dados de R$22.138,00; temos veículos no valor R$23.235,00 e temos aparelho de refrigeração no valor R$6.580,00.

Essa é a distribuição do ativo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Como o senhor, como liquidante, contabilizou esses ativos, sobretudo os papéis? A percentagem...

O SR. NILVAN VASCONCELOS – A percentagem em relação ao valor de face dos títulos. Por exemplo, as NTNs estão contabilizdas em 33,68% do valor de face.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Em 33,68%

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Mas CVS está em 68,86%

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O senhor sabe dizer como o Banco Central contabiliza isso, sendo detentor desse mesmo ativo?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – O Banco Central?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sim.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – A contabilização é nossa, é do Banco Mercantil.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O que quero dizer é se o Banco Central contabiliza do mesmo modo.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – V. Exª fala em termos de provisões de... Como V. Exª está falando? Gostaria de entender melhor.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Se o Banco Central contabiliza pelo valor de face ou também 33,68%, 60%, etc?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Volto a responder a V. Exª da seguinte forma: A contabilização do Mercantil é feita por esse valor. A contabilização do Banco Central, não sei como é feita. Eu não sei. Não posso dizer a V. Exª. Realmente não sei.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Finalmente, o senhor concorda com o Dr. Armando Monteiro, com a sua exposição no sentido de que a intervenção já deveria ter sido suspensa em razão da decisão da Diretoria anterior?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Senador, essa decisão da Diretoria anterior foi tomada, eu não participei dessa reunião. Essa decisão a Diretoria tomou. E eu não tive o conhecimento, não participei dessa decisão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O salário que o Sr. recebe é pago pelo Banco Central ou pelo Mercantil?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Pelo Mercantil. Meu salário é de R$4.200,00, uma fortuna, né?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – É, não é muito. E tem vantagens? Mais alguma coisa sobre isso?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, nenhuma vantagem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Apenas R$ 4.000,00?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Exato, R$4.200,20.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Ouvimos aqui o Dr. Armando Monteiro Filho nos dizer que a diferença hoje entre os passivos e os ativos do banco é positiva. Veja bem, a pergunta é de um leigo: qual é o papel do liquidante? O papel do liquidante é recuperar a instituição e devolvê-la? Se existe saldo positivo, por que não feita a devolução? O senhor cumpriria uma decisão do Banco Central, mesmo sabendo que ela é danosa à massa falida, quando o seu papel é a preservação da própria massa?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Olhe, diz a Lei nº 124, no seu art. 34, que o Banco Central é o juiz, porque a liquidação é comparada ao processo falimentar, em que o liquidante é equiparado a um síndico, e o Banco Central é equiparado ao juiz. Então, se numa liquidação, se o juiz manda que seja feito, determinado... na falência, o juiz manda ...

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Mesmo sendo um absurdo?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Determinações judiciais cumprem-se, não se discutem.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Então, o senhor acaba de dizer que a responsabilidade por atos que foram cometidos pelo senhor, mesmo que venham resultar em dano à massa liquidanda, isso é responsabilidade do Banco Central e não do senhor?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Estou dizendo o seguinte: que a lei determina e nós cumprimos o que a lei determina. Entendeu? Essa questão do prejuízo à massa, teríamos que ter o fator real para que pudéssemos analisar e dizer qual seria o nosso pensamento. Por exemplo, V. Exª poderia dizer em que sentido haveria esse prejuízo, para ver se tenho alguma resposta para o fato.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Pergunto de uma maneira em geral, porque acredito que houve várias decisões. Por exemplo, há uma decisão da Diretoria do Banco Central, no sentido de concluir a liquidação. E não foi cumprida.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não chegou a mim.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – É ao contrário.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não chegou ao liquidante.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Como não chegou, se ela tem data e assinatura e está com todo mundo?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Do liquidante não. Pode pegar aí a informação de que não tem a assinatura do liquidante, não. Essa aí não tem não.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Eu tenho aqui a cópia da Resolução do Banco Central, de 20-11-02.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Sim, mas veja se tem a assinatura do liquidante.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Ela diz: "Informamos que a Diretoria desta Autarquia, em sessão realizada..." Mas, é muito estranho o senhor, sendo do Banco Central, sendo liquidante em nome do Banco Central, não tomar conhecimento da resolução. Como pode?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Mas pode.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Pode?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Mas, claro, pois eu não tomei ciência oficialmente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – O senhor, até hoje, não conhece isso?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Eu não recebi informação do Banco Central oficial, sobre isso. Eu não tenho.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Ah, sim. Oficialmente, aqui, está dirigida ao Dr. Armando de Queiroz Monteiro Filho. Não vejo nenhuma razão para o Banco Central tomar uma decisão dessas escondido, e não comunicar sequer a quem se responsabiliza pela...

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Na realidade, a medida não foi implementada. A comunicação seria feita se o processo tivesse essa conclusão, porque isso viria para mim, para que eu concluísse o processo liquidatório. Então, nesse estágio, aí sim, ela viria para mim.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Muito bem. Então, essa responsabilidade é da Diretoria do Banco Central.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Está assinada pela Diretoria. V. Exª está com o documento nas mãos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Perfeito, eu entendi claramente. O senhor não tem responsabilidade, não tomou conhecimento, nem dela participou. É isso que o senhor coloca.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não participei.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Perfeito. E com relação ao fato de o banco ter ativos positivos, a diferença entre crédito e débito, se o termo for esse, é positiva?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – É positiva, e....

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Se é positiva, por que isso não foi concluído e devolvido aos donos do Banco?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Exª, deixe-me explicar. Existe um dispositivo no Decreto-Lei nº 7.661, o art. 26, que diz que os juros da empresa irão até o valor da garantia. Ora, se temos um superávit de "x" – vou ver se sou mais claro – e existe uma determinação legal, porque a instituição é positiva, esses juros estão sendo provisionados para um pagamento futuro dos juros correspondentes, porque a lei dá poder para que isso seja feito. Está certo?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Eu não entendi bem, não.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Eu posso explicar.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Veja bem. Até quando vai permanecer essa intervenção do banco? Será **ad aeternum?** São nove anos. Vamos admitir que seja correto o posicionamento de juros de que o senhor fala. Ele é discutível, porque o banco questionando isso na Justiça.

O SR. NILVAN VASCONCELOS — Judicialmente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Está certo? Vamos admitir que seja. Até quando o senhor acredita que vá ficar? Esse emprego, que sei que não é tão bom, porque sei que R$4.200 não é uma remuneração tão....

O SR. NILVAN VASCONCELOS – E a responsabilidade? Eu respondo civil e criminalmente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Será que teremos de esperar mais dez anos por isso?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Eu não faço juízo de tempo de terminar. Primeiramente, existe uma demanda judicial, em que os controladores batalham pela diferença de Par Bond para NTN, assim como pela não cobrança de juros. Então, quem vai decidir isso? Quem vai decidir isso é a Justiça, que dirá se os juros são devidos ou não; ou se a troca de Par Bond feita, respeitando um decreto, é correta ou não.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Na sua opinião, é correta ou não?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, eu não faço julgamento sobre este respeito não.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, acho que era isso. Só não compreendo como um banco que tem um ativo hoje, que pagou todas contas, recursos sobraram e banco ainda continua numa liquidação **ad aeternum**. Quando o liquidante não sabe, inclusive, quando ....

Aqui está uma citação da Lei de Falências:

"Contra a massa não corre juros ainda que estipulados forem se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal."

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Pois é, a partir daí é que começa a contar. Quando ele a passou a ser positivo, aí ele passou a contar os juros.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Mas sobre quê? *(Risos)* Isso é que eu não entendo.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Deixe-me explicar.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Se eu já paguei a conta, vou pagar dívida de quem?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não pagou a conta. Vamos situar a coisa no devido lugar. O que é que houve? Houve empréstimo do Proer no valor de 530 milhões de reais em maio de 1996, e houve 5 amortizações desse Proer. Acontece o seguinte, quando você corrige essas amortizações, na origem, quer dizer, o

valor de 530 milhões em 96 até a presente data – e a primeira amortização foi feita em maio de 2001, ou seja, cinco anos depois –, esse diferencial dos juros que serão cobrados sobre Proer, eles ultrapassam as amortizações devidamente corrigidas.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Mesmo assim, o senhor nos informa que há um patrimônio positivo do banco.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Estou lhe explicando que esse patrimônio positivo está sendo provisionado. Quando eu provisiono, ele deixa ser, ele zera. Por quê? Porque esse diferencial vai até à força da massa. Então, esses juros estão contabilizados até o seu montante que é o que a massa comporta. A massa comporta só esse montante. Entendeu, nobre Senador? Se se perguntar: Qual é o patrimônio líquido hoje do banco? Ele é zero. Por quê? Porque aquele superávit foi absorvido pela provisão dos juros.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Eu não compreendo isso não, nem vou querer compreender agora. O que eu, na verdade, não compreendo, é como o Banco Central toma uma decisão pela sua Diretoria, por unanimidade, e ela não é cumprida por uma Diretoria que assume posteriormente. O que eu vejo aqui é que o senhor aguarda, toma a iniciativa que o senhor entende que seja correta, muito embora isso seja questionado inclusive na Justiça, e o senhor simplesmente diz o seguinte: Vamos aguardar a decisão da Justiça, sem fazer juízo de valor sobre essa questão.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Exatamente. Fui obrigado a isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Temos mesmo é que perguntar à Diretoria do Banco Central. Acho que não é o senhor quem vai responder a essas perguntas. Estou satisfeito por isso.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Acho que fica claro que o papel do liquidante não é tão amplo quanto poderia parecer. Ele tem limitações. Uma parcela muito grande da discussão vai ter que ser travada entre a Diretoria e os funcionários do Banco Central.

É claro que a matéria é complexa, mas algum raciocínio pode ser feito e algumas perguntas podem ser formuladas no nível da operação de V. Exª.

Primeiro, o senhor disse que já trabalhou em diversas liquidações?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Trinta e duas. Liquidações e Intervenções Raets.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pois é, Nesse período e nessas intervenções, houve algum pagamento de juros ao Banco Central?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – A grande maioria delas foi convertida em falências e só a primeira intervenção, da qual participei, foi superavitária, cujos juros não foram pagos ao Banco Central.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Então, em nenhuma delas. Em nenhuma dessas de que o senhor participou, houve pagamentos de juros ao Banco Central?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não é assim. Participei, por exemplo, da Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana de Pernambuco, que foi superavitária, foi convolado, não chegou a ser liquidação. Foi convolada a intervenção e terminado o período de intervenção ela voltou à normalidade. Outro caso de banco que saiu de liquidação para a atividade normal foi o Banco do Estado da Paraíba.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Queria entender melhor o seguinte: por que a intervenção apura, depois de vários procedimentos, não mais um patrimônio liquido negativo, mas positivo? Por que se perpetua a intervenção então? Não seria uma questão mais da Justiça e não do Banco Central? O que tem o Banco Central a ver com isso agora, se ele está saneado?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – A resposta que dei, em termos do art. 26 do Decreto de Falência, permite sejam cobrados juros até o limite da garantia. É baseado nisso que a capacidade da massa é totalmente absorvida exatamente pela provisão de hoje.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não seria possível deixar de ser, então, liquidação extraordinária para ser liquidação ordinária?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Veja bem. O art. 19 da Lei nº 6.024 estabelece as condições para que seja levantada a liquidação. São quatro condições: primeiro, que os interessados apresentem garantias aceitas pelo Banco Central, para que seja feito o levantamento da liquidação; segundo caso, que o andamento da liquidação chegue até à baixa dos livros comerciais, ou à falência da instituição em liquidação;

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O que não seria o caso.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não seria o caso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Por que os títulos são recebidos com deságio, quando, muitas vezes, o Banco Central os recebe pelo valor de face?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Senador, por favor, repita a pergunta?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Por que títulos são recebidos por deságio, quando o próprio

Banco Central os recebe pelo valor de face, ou seja, opera com eles pelo valor de face?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Senador, não tenho condições de responder a essa pergunta.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Tenho a informação de que o trabalho do liquidante foi um trabalho bem-sucedido; os resultados o comprovam. E evidentemente que, na falta de uma solução correta, não se deve debitar a ele; nos seus limites ele não teria como resolver essa questão.

De qualquer forma, acho que foi bastante instrutiva a sua participação entre nós.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, permita-me, mesmo quebrando um pouco à regra, queria fazer uma pergunta que deixei de fazer. O Dr. Armando me disse que estão sendo revistos os balancetes do Banco, em 1998. Como é que pode?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não estão. Eles foram revistos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Pois é. Mas, como é que pode?

Depois de aprovado pelo Banco Central, por auditores, por todo mundo. Quer dizer, o que prevalece? Ele ter uma situação ditatorial ou é a lei que impõe isso a ele? Por que depois de o Banco Central aprovar, os titulares assinarem, o senhor como liquidante assinar, os auditores fiscais também aprovarem o balancete, como eles foram revistos? Não compreendo isso. Estou fazendo essa pergunta porque realmente não entendo. Sobretudo **a posteriori**. Como você vai rever um balancete depois?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Isso foi reflexo do **pro rata tempore**, porque a instrução do Banco Central, no caso, foi para que fizéssemos esse **pro rata tempore**. E esse **pro rata tempore** viemos contabilizando, de determinada forma, e o Banco Central deu a instrução de que essa forma deveria ser modificada. E nós modificamos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – O senhor recebeu novamente a instrução direta do Banco Central? O senhor tem algum juízo sobre isso? É correto fazer essa modificação?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, não tenho juízo sobre isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Muito bem. Estou satisfeito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Nilvan Vasconcelos, pediria que o senhor tivesse um pouco de paciência para remontar aqui, porque não consegui...

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Toda, Exª, estamos aqui o tempo que for preciso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sinceramente não consegui ir até o quadro final na questão dos ativos, quando o senhor falou que o total dos ativos seriam 830 milhões. Um grande número. É isso?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – É, 828 milhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Naqueles números que o senhor deu aqui, consegui somar cerca de 500 milhões. O que seria o resto para completar os 830 milhões? Essa é a primeira pergunta. Pode ser que, ao eu fazer a segunda pergunta, esteja definida essa questão, porque também não foram relacionadas aqui as NTNs. Então, as NTNs estão contabilizadas por que valor?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, o valor dado é o valor da contabilização.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, eu sei, Desses 830 milhões, consegui anotar aqui cerca de 500 milhões de ativos do Banco. Só consegui anotar. Acho que também o senhor parou aqui, não teria mais...

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, só de NTN tem 529 milhões. Você tem mais 54 milhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sim, mas, 500 com 500 não dá 830. Quinhentos com quinhentos dá mil.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Exª, acho que se não tiver batendo é porque é erro. Mas, deveria bater. Pegando 54, com 529, com 129, com 33, com 43, com 36...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu somei sem máquina, mas não dá...

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Pronto, eu posso...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Acho que deveria encaminhar para isso também, pedindo a paciência ao senhor para encaminhar também, acho que podemos ter acesso a esses números aqui.

Outra pergunta: essas NTNs estão contabilizadas por 529 milhões, que correspondem a 33,68 no valor de face de hoje.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Da época, da data do balanço.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sim, da data do balancete, que é esse balancete de agosto. Mas, se não tivéssemos tido a troca dos títulos Par Bonds pelas NTNs, você teria um superávit muito

maior. Porque seguramente você teria, pelo menos, mais 800 milhões a mais no ativo do Banco, se tivesse contabilizado pelo Par Bond.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Se não tivessem trocado os títulos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Partindo dessa premissa, que aliás não é uma premissa que eu ache que seja estapafúrdia essa minha pergunta, porque, em primeiro lugar, os controladores do Banco não foram ouvidos quanto a essa troca e, realmente, a troca desses papéis são papéis que podiam, na mesma época, ter o mesmo valor, mas eles são, na sua essência, absolutamente desiguais. Um tem garantia do Tesouro americano, outro tem garantia do Tesouro brasileiro, um tem liquidez, outro não tem liquidez, um é negociado todo o dia, outro não é negociado. Então, essa é uma questão que quero colocar...

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Pronto, então vamos...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Deixe-me terminar?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Pois não.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Peço um pouquinho só de paciência. Então, nesse caso, estaríamos falando de uma troca que foi feita em papéis absolutamente desiguais, porque acho até que cabe ação na Justiça sobre isso.

Então, o senhor confirma isso que estou afirmando? É sim ou não, não quero entrar muito em detalhe.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Gostaria de fazer um comentário. Essa troca do Par Bond por NTN veio através de um decreto; segundo, as autoridades monetárias chegaram à conclusão de que Par Bonds eram títulos para serem negociados no exterior e tinham que internalizar esses títulos; e a internalização se procedeu através desse decreto. Então, isso foi em cumprimento...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não tenho dúvida de que essa é a mecânica para se fazer, a justificativa deve ser essa também. Agora, aqui provoca um enorme desequilíbrio estrutural em relação àquilo que existia.

Pergunto mais o seguinte ao senhor: em algum momento, o liquidante tem o poder de transformar essa liquidação extrajudicial numa liquidação ordinária?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O senhor não tem esse poder?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não. O art. 19 da Lei nº 6.024...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Só estou perguntando.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – O levantamento da liquidação ou convocação em ordinária é poder do Banco Central não é do liquidante. O liquidante não tem esse poder.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Realmente, nesse caso específico, evidentemente acho que é importante, Sr. Presidente, a presença depois do Banco Central, até para tratarmos isso.

Volto àquela tese de uma visão global de todo esse problema que acho que é muito importante, porque, se temos esse caso lá, temos outros casos também diferentes, mas que, no fundo, são iguais, não na essência, mas em muita coisa.

Só uma última pergunta ao senhor. O senhor tratou aqui do ativo, mas não do passivo. O passivo deve ser um valor equivalente a esse. Existem dívidas trabalhistas?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Devidamente provisionadas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Existem dívidas tributárias?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Devidamente provisionadas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E como é que o senhor pagou ao Banco Central antes de pagar a dívida trabalhista e a dívida tributária?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – O pagamento – não diria pagamento – a amortização do principal...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sim, é o pagamento; a amortização do principal é o pagamento.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Por que o que deveria ter sido questionado aí? Que teríamos, de certa forma, privilegiado os credores?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, não estou afirmando nada.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Nesse sentido, não?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Estou apenas pegando isso que está sendo colocado aqui e dito que foi amortizado, Doutor.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, eu confirmei.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Que houve pagamento ao Banco Central. Como é que eu posso pagar ao Banco Central, primeiro, antes de pagar o credor trabalhista? Como eu posso preterir a Fazenda Nacional, ou a Fazenda Estadual, para pagar o Banco Central? Não vejo como isso possa ser feito. Existem outros ainda. Acho que o Banco Central deveria ser um dos últimos a serem pagos.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, na hierarquia não.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Na hierarquia, a primeira é trabalhista. Disso não temos dúvida.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Em segundo, viria o Banco Central.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Ainda não. Ainda é a tributária. O senhor não disse que era a última?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Só quero a confirmação de que foi realmente pago ao Banco Central, que existem débitos trabalhistas, apesar de provisionados, mas, não liquidados.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Existem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Queria perguntar ao Senador Valdir Raupp se, antes da sua pergunta, porque eu também estava inscrito, se poderíamos passar parte de um vídeo da reunião que aconteceu no dia 27 de abril de 2004, de Estudos Jurídicos do Banco Central, onde o tema era "Liquidação Extra Judicial – responsabilidade dos administradores e controladores das instituições financeiras", que aconteceu no dia 27 de abril de 2004, das 9h até às 12:30h, no Auditório Dênio Nogueira, no edifício sede do Banco Central, em Brasília. As dúvidas que aconteceram, apresentadas por S. Sa., o liquidante do Banco Mercantil, ao Procurador do Banco do Estado para que sanasse algumas dúvidas da gente e, logo em seguida, Senador Raupp, as nossas perguntas. Com a sua permissão, eu queria pedir a exposição do vídeo, que é curta. (Pausa.)

Quem vai responder é o Procurador Francisco José de Siqueira, Procurador-Geral do Banco Central do Brasil.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Presidente Aelton, até terminarem de fazer os ajustes poderíamos ir apresentando as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Certo. Enquanto é feito o ajuste, passo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, boa parte das minhas dúvidas já foram sanadas pelos nobres Senadores que me antecederam, mas há ainda algumas que gostaria ver sanadas.

Pelo que me consta, o banco tem patrimônio líquido positivo; pelo que me falaram, ele é da ordem de uns R$500 milhões. Só queria perguntar ao nobre liquidante, Dr. Nilvan, se o superávit desse patrimônio é crescente na medida em que o tempo passa ou se ele está decrescendo. Quem paga os juros? De onde estão saindo os recursos para pagar os juros dessas letras que estão sendo aplicadas?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Ele é crescente. Esse superávit é crescente mês a mês, porque nós temos a renda das letras, nós temos uma minimização de custos e temos o aumento gradativo das rendas. Então, conseqüentemente, esse patrimônio tende a crescer e ser absorvido pela provisão para pagamento dos juros.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Quer dizer que esses juros estão sendo acumulados e não pagos? É apenas um aprovisionamento?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Sim, é apenas um aprovisionamento. Quer dizer, eu tenho um resultado positivo, e ele é sugado, vamos dizer, da conta dele para constituir a provisão para o pagamento. Por que isso? Para obedecer o disposto no art. 26 do Decreto de Falências, que diz que os juros serão devidos até o valor das garantias. Esse juro vai chegar até o valor das garantias.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Então esses juros poderão, de repente, comer, corroer parte desse patrimônio líquido?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, esses juros serão sempre crescentes. Qual o objetivo desses juros? O objetivo desses juros é pagar, chegar até o valor da garantia. Se a garantia é, vamos dizer, de um bilhão e eu tenho 500 milhões, vou juntando até alcançar o montante da garantia. Passado o valor das garantias, aí sim, deve ser obedecido o art. 129, que diz que esse excesso deverá ser devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Dr. Nilvan Vasconcelos, muito obrigado por ter vindo aqui à nossa Subcomissão.

Dr. Nilvan, quantos clientes tinha o Banco Mercantil quando foi decretada a intervenção?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Na época devia ter uns...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Cinqüenta mil clientes?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, menos. Nós tínhamos dezenove agências. Acredito que tivéssemos algo da ordem de 15 mil clientes, não mais.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Algum deles teve prejuízo?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não, nenhum, porque – só fazendo um esclarecimento – inicialmente, o recheque determinava que se pagasse aos depositantes e aos aplicadores até R$5 mil. Em dezembro de 1995, com o FGC, esse valor foi elevado até R$20 mil; e quando negociamos o banco, para o Banco Rural, com recursos do Proer, o Banco Rural pagou a todos aplicadores depositantes, não teve prejuízo, absoluta-

mente nenhum. Porque o objetivo primordial do Proer foi nesse sentido, é que os depositantes aplicadores não tivessem prejuízo, e eles não tiveram prejuízo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Agora como o ativo da empresa é suficiente para pagar aquele principal débito que o senhor tinha dito, que foram R$ 530 milhões. Os juros são devidos retroativamente à época de que eles foram suspensos?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Os juros são retroativos até data que foi decretada. Suspendeu. Suspendeu por quê? Porque era deficitário. Quando o banco passou a ser superavitário; e esse quantitativo de juros ele pode retroagir até a data ...para cá...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Já entendemos.

Hoje a situação do banco é superavitária, mas ele tem esse débito de juros, que a partir do momento que ele passou a ser superavitário, passou a dever, desde há época que foram suspensos; e são provisionados.

Dr. Nilvan, o senhor não acha que o interesse aí corporativo do Banco Central acaba se sobrepondo ao interesse nacional? Vou lhe dizer por que. Não seria mais inteligente, como brasileiros, que esse banco, numa fase em que o mercado financeiro tenha alta lucratividade voltasse ao mercado? Não seria melhor para todos que ele pudesse operar, já que está sanado, e assim teria facilidade maior de pagar esse juro, que até esta sendo discutido na justiça? O senhor não acha que pelo interesse nacional deveria haver, por parte do Banco Central, o entendimento de que essa instituição pudesse voltar ao mercado?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – V. Exª me permita, mas não quero responder.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Pergunto ao senhor... Presidente, não sei se V. Exª precisa do meu requerimento, mas acho que seria um consenso da Subcomissão trazer o Diretor do Banco Central, para que pudéssemos avaliar essa situação e chegar a uma solução. Porque hoje em dia temos um banco superavitário, mas com uma dívida passada crescente, porque os juros estão muito altos. Esses juros sobre aquele empréstimo do Proer, devido agora, são de quantos por cento? É juro de mercado?

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Não. Ele é contratualmente previsto, a cláusula IV, do contrato no Proer, estabelece que será o custo médio dos títulos, acrescido de 2%. Se o Banco Central recorrer administrativamente, ou juridicamente poderá ser adotada a Taxa Selic, a maior Taxa Selic do período, com a multa contratual de 10% sob o montante.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – É pesado. É muito pesado.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Exª me permitiria que eu fizesse mais uma pergunta?

Uma dúvida que tenho em relação à afirmação do Dr. Carlos Eduardo de Freitas, quando ele se refere a um passivo do banco, com autoridade monetária de US$ 530 milhões. Nunca foi em dólar isso.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Foi equivalente a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Fala aqui, uma dívida em torno de US$ 530 milhões com autoridade monetária.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Na época que foi contratado o Proer, a relação dólar/real era de 1,21/ 22. Então, essa correspondente aos US$ 535.250 milhões equivalia R$ 594.417, se eu não me engano – porque cada título era R$1,00.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – era possível que ele estivesse pensando também que os papéis estavam em dólar, os Par Bonds, porque estavam em dólares.

O SR. NILVAN VASCONCELOS – Mas a operação foi em real.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Antes de fazer perguntas, quero passar à apresentação do vídeo. Antes, porém, solicito aos nobres Senadores Marcelo Crivella, Rodolpho Tourinho e demais Senadores presentes que permaneçam aqui, exatamente para colocarmos em votação o que foi discutido na segunda reunião, realizada no dia 05 de outubro, quando fizemos um sorteio determinando o seguinte: ouviremos primeiro o Banco Mercantil, o representante da massa e o liquidante; depois, o Banco Econômico; o terceiro será o representante do Banco Nacional; o quarto, o do Bamerindus; o quinto, do Banorte. Logo em seguida, se necessário, todos os ex-Diretores e os atuais Diretores do Banco Central. Então, faremos a acareação, se necessário, porque, cada vez que se aprofunda, a dúvida aumenta.

Antes de fazer as duas perguntas que tenho, passaremos à apresentação dos vídeo para que saibam que o próprio liquidante do Banco Mercantil tem dúvidas sobre algumas coisas. Ouviremos a resposta do Procurador-Geral do Banco Central, Dr. Francisco José de Siqueira. Veremos o quanto essa dúvida aumenta e o quanto esta Comissão será importante para este País, pois se faz necessário, cada dia mais, o aprofundamento desse assunto. Espero que nesta Casa, nesta Subcomissão, esse assunto chegue a um denominador comum e consigamos levar a um final menos trágico para o povo brasileiro.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Está bom. Quero pedir à Assessoria que encerre a apresentação do vídeo.

As minhas perguntas, praticamente, foram respondidas, mas quero deixá-las manifestadas aqui, porque teremos, com a aprovação do Plenário, o convite para outros liquidantes e outros representantes da massa, mas as minhas perguntas, se não fosse este vídeo, seriam as seguintes: se a determinação do Banco Central para contabilizar esse ativo de forma que contrariasse os interesses da massa, mesmo assim, seguiria a orientação, determinação do Banco Central? Como – eu perguntaria ao nobre liquidante – o senhor explica essas imagens nas quais o Banco Central determina que é para atender as suas próprias necessidades e não as necessidades da massa em liquidação.

Já as considero respondidas. Não quero, em nenhum momento, colocar em xeque o nobre liquidante que nos foi muito útil. Esta foi a primeira audiência, mas já deu um norte, uma referência para as próximas.

Quero colocar em votação o requerimento do nobre Senador Edison Lobão, que mantém essa ordem de convite desses bancos que aqui foram citados, sendo, primeiro, o Mercantil; na próxima audiência pública, o Banco Econômico, com o nobre representante da massa e o liquidante; em terceiro, o Banco Nacional; em quarto, o Bamerindus; em quinto, o Banorte.

O requerimento diz o seguinte:

Requerimento nº 2, da CAE, de 2004.

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados em audiência pública os representantes e liquidantes das seguintes instituições financeiras: Banco Econômico, Banco Nacional, Banco Bamerindus e Banorte, a fim de prestarem esclarecimentos a respeito da liquidação das instituições financeiras.

Esse é o requerimento primeiro e, na oportunidade, vamos seguir o do nobre Senador Marcelo Crivella, que – tenho convicção – obterá a assinatura da maioria dos membros da Comissão, para convidar Diretores e ex-Diretores do Banco Central e até promover acareações, se necessário.

Está em votação requerimento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu acho que essa foi a ordem sorteada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Desculpe-me. O requerimento é da Subcomissão. É a ordem que foi sorteada.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Se houve sorteio, ela não pode ser modificada.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço muito a presença dos nobres Senadores, de todos os Diretores do Banco Central, dos bancos aqui citados, do nobre liquidante e da imprensa.

Não havendo mais o que discutir, declaramos encerrada a presente reunião.

Boa-noite a todos.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 9 de novembro, de 2004, às 17:00 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezoito horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Edison Lobão, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra, ainda, dos Senadores Valmir Amaral, Mário Calixto, Heráclito Fortes e Tasso Jereissati. Deixa de comparecer o Senador Romero Jucá. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclare que a presente reunião tem como objetivo a realização de uma Audiência Pública com a participação do Ex-Presidente e do Liquidante do Banco Econômico, Senhores Ângelo Calmon de Sá e Natalício Pegorini, respectivamente, com a finalidade de discorrer sobre a liquidação do Banco Econômico, em atendimento ao Requerimento nº 02/04-CAELIF, de autoria do Senador Edison Lobão. Inicialmente é apresentado aos membros da Subcomissão um Vídeo com a gravação de uma reunião com a presença de Diretores do Banco Central e do Senhor Nilvan Vasconcellos. Dando continuidade à reunião, a Presidência concede a palavra ao Senhor Natalício Pegorini para que faça uma breve exposição. Usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Edison Lobão, Rodolpho Tourinho e Aelton Freitas. Em seguida, o Senhor Ângelo Calmon de Sá é convidado para sentar-se à Mesa a fim de dar início à sua exposição. Usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Edison Lobão, Rodolpho Tourinho, Heráclito Fortes, Tasso Jereissati, Delcídio Amaral e Aelton Freitas. A Subcomissão aprova, o encaminhamento ao Plenário do Senado Federal, para as providências necessárias, do Requerimento, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Presidente do Banco Cen-

tral, Exmo. Henrique Meirelles, o seguinte pedido de informações: 1. Quais os créditos foram pagos depois da decretação da liquidação e antes da classificação de créditos e quais os respectivos títulos e motivos; 2. Quais as transferências efetuadas pelo Banco Econômico em liquidação ao Banco Central do Brasil e quais os respectivos títulos e motivos. Quais dessas transferências foram efetuadas antes da classificação de créditos; 3. Quais as receitas de qualquer natureza e valorizações de ativos em geral ocorreram após a decretação da intervenção extrajudicial no Banco Econômico, informando os respectivos títulos e motivos, bem assim o valor e o modo pelo qual foram registradas na contabilidade da instituição financeira primeiro sob intervenção depois sob liquidação extrajudicial; 4. Quais as posições ativas atreladas ou influenciadas diretamente pela variação cambial se encontravam na situação patrimonial do Banco Econômico ao tempo da decretação da intervenção e posterior liquidação extrajudicial, com os respectivos títulos. Quais as posições dessa natureza foram adquiridas ao tempo da intervenção e da liquidação extrajudicial, com os respectivos títulos. Qual a evolução patrimonial dessas posições até o momento, bem assim as respectivas valorizações, e como foram registradas na contabilidade ao longo do tempo; 5. Quais as contratações de prestações de serviços em geral e de fornecimentos foram efetuadas desde a intervenção extrajudicial até o presente momento, informando as pessoas naturais ou jurídicas contratadas, o objeto do contrato e o valor do contrato. Foram realizadas licitações ou alguma modalidade de seleção para a escolha dos contratantes; 6. Quais as ações judiciais foram propostas ou estão em andamento contra o Banco Econômico em liquidação e quais os respectivos valores pretendidos. Informar e descrever se em alguma dessas ações ocorreu incidente ou alegação decorrente de não atendimento ou perda de prazo processual imputável ao Banco Econômico em liquidação. Caso afirmativo qual o impacto patrimonial desse fato processual em face da situação patrimonial do Banco Econômico em liquidação; 7. Quais as multas foram aplicadas ao Banco Econômico a partir da data em que decretada a intervenção extrajudicial, especificando a causa, os respectivos valores e quais as providências administrativas, contábeis e legais foram adotadas pelos investidores e liquidantes; 8. Quais as ações trabalhistas estão em curso contra o Banco Econômico, especificando os respectivos reclamantes, valores individuais originais e atualizados, bem assim quais as providências administrativas, contábeis e legais foram adotadas pelos interventores e liquidantes; 9. Quais os juros legais e contratuais foram pagos ou provisionados pelo Banco Econômico a partir da data em que decretada a intervenção extrajudicial, especificando a causa, os respectivos valores, os períodos a que se referem e quais as providências administrativas, contábeis e legais foram adotadas pelos interventores e liquidantes; 10. Qual a responsabilidade imputada aos acionistas administradores e aos acionistas não administradores pelos fatos que levaram à decretação da intervenção subseqüente liquidação extrajudicial do Banco Econômico; 11. Em relação às empresas subsidiárias do Banco Econômico houve delegação do liquidante aos antigos acionistas para sua administração. Em relação à CST como foi feito a delegação para a construção de unidades residenciais e comerciais no loteamento de 14.000 m² na Avenida Antônio Carlos Magalhães, em Salvador. Houve algum tipo de licitação para escolha dos construtores. Qual o resultado do empreendimento. Em relação à Usina Aliança que tipo de controle o liquidante exerce sobre as operações e vendas. Em seguida, a Comissão aprova, ainda, o encaminhamento ao Plenário do Senado Federal, para as providências necessárias, do Requerimento, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos regimentais, Requerimento, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Presidente do Banco Central, Exmo. Henrique Meirelles, o seguinte pedido de informações, com o intuito de subsidiar os trabalhos da Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras do Senado Federal solicitando as seguintes informações em relação à liquidação do Banco Econômico:1. Porque não foi realizada licitação nem mesmo anúncio público para alienação do **banking** do Banco Econômico em liquidação, chamado à época de "parte boa"; 2. Quais os critérios foram utilizados para a escolha do Banco Excel a quem foi adjudicado a "parte boa" do Econômico; 3. Os demais credores, acionistas e o Ministério Público tiveram conhecimento do motivo da não realização de licitação para alienação da "parte boa" do Banco Econômico em liquidação, bem assim quanto aos critérios que foram utilizados para a escolha do Banco Excel. A Subcomissão aprova, também, o encaminhamento do Requerimento, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Presidente do Banco Central, Exmo. Henrique Meirelles, o seguinte pedido de informações, com o intuito de subsidiar os trabalhos da Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras do Senado Federal solicitando as seguintes informações em relação à liquidação do Banco Mercantil: 1. Qual o ativo mais representativo do Banco Mercantil em liquidação? Como ele é composto discriminadamente; 2.Considerando

que os controladores do Banco Mercantil em liquidação não foram ouvidos quanto a troca dos títulos Par Bonds por NTNs; considerando que são papéis absolutamente desiguais; é correto afirmar que se não tivesse ocorrido a troca de papéis o superávit seria muito maior, ou seja, o ativo do Banco seria maior; 3. O liquidante de banco tem o poder de transformar a liquidação extrajudicial em uma liquidação ordinária; 4. Em relação ao passivo do Banco Mercantil em liquidação, existem dívidas trabalhistas? Existem dívidas tributárias? Como o Banco Central foi pago antes de se pagar a dívida trabalhista e a dívida tributária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Aelton Freitas,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, no dia 09 de novembro de 2004.

A reunião deveria ter sido iniciada às 17 horas, mas estamos começando às 18:50, com a oportunidade de estarmos ao vivo no **Jornal do Senado**, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**. Pauta:

Audiência pública com a participação do ex-Presidente e do liquidante do Banco Econômico, Sr. Ângelo Calmon de Sá e Sr. Natalício Pegorini, respectivamente, com a finalidade de discorrer sobre a liquidação do Banco Econômico, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2004, da CAE, de autoria do Senador Edison Lobão.

Os convidados já se encontram na Secretaria da Comissão.

Solicito que a Secretária conduza o primeiro expositor, o Sr. Natalício Pegorini, o liquidante do Banco Econômico ao plenário da Comissão.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão uma breve exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e pelas Senadoras inscritos.

A palavra será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o autor do requerimento. O interpelante dispõe de três minutos, assegurado igual prazo à resposta do interpelado.

Pretendemos passar um vídeo curto sobre uma reunião ocorrido no Banco Central, antes de passarmos a palavra ao convidado, Sr. Natalício Pergorini, liquidante do Banco Econômico, para fazer sua exposição.

Peço à Secretaria que exiba o vídeo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Pois não, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Este vídeo é o mesmo que vimos da vez passada ou é outro?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – É parte da mesma fita.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, é a mesma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – É.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Creio que seria bom indicar as pessoas envolvidas nessa gravação, inclusive porque a reunião está sendo transmitida pela TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. PL – MG) – Perfeitamente, Senador Rodolpho Tourinho.

Os Procuradores do Banco Central estão interrogando o liquidante do Banco Mercantil.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Liquidante do Banco Mercantil de Pernambuco.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que prestem atenção a essa resposta.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Srªs e Srs. Senadores, fiz questão de repetir essa parte da gravação, porque realmente pairou muita dúvida nesta reunião. Era bom que tudo fosse exposto.

Agradeço a presença e a permissão para repassar o vídeo ao Sr. Natalício Pegorini, liquidante do Banco Econômico, a quem concedo a palavra para fazer sua exposição.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Pois não, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Tenho uma dúvida. Essa é a gravação normal de uma reunião do Banco Central? O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Essa fita chegou à Comissão anonimamente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É anônima.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Exatamente. Como o vídeo veio exposto e chegou antes da participação do liquidante do Banco Mercantil, fizemos questão de passá-lo na presença dele e, agora, aprimoramos mais aquela resposta que realmente nos deixou indignados e com relativa dúvida. Por isso, trouxe a gravação ao conhecimento do Senado Federal e de todo o público.

Com a palavra o Sr. Natalício Pegorini.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Boa-noite, ilustre Presidente Aelton Freitas, Srs. Senadores Fernando Bezerra, Valdir Raupp, Romero Jucá, Edison Lobão, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma breve apresentação, sem tomar muito tempo de V. Exªs. Sou funcionário do Banco Central de carreira, concursado de 1976, quase 30 anos, portanto, de atividade. Durante toda a minha vida funcional, estive na fiscalização do Banco Central, Departamento de Fiscalização, lotado em Curitiba. Pouco participei de intervenções e de liquidações. Participei apenas de duas pequenas e regionais intervenções na década de 80. Fui designado pelo Banco Central para essa missão efetivamente complicada em 1971. Eu estava saindo, nesta minha vida funcional, de outras missões. Fui Diretor do Banespa, por ocasião da sua liquidação. Participei da última Diretoria do Banespa, então público, leiloado ao final da década de 2000 para o Grupo Santander.

Iniciei substituindo um liquidante, também funcionário do Banco Central aposentado, Flávio Cunha. É importante dizer que fui liquidante pelo segundo período. No primeiro período, que correspondeu a abril de 2001 a fevereiro de 2002, designado pelo Banco Central naquela época, fui colaborar com o então projeto de privatização do Banco do Estado de Santa Catarina. Fiquei na Nobesk até dezembro, quando saiu de pauta naquele momento a privatização, retornando ao Econômico, desenvolvendo novamente as funções de liquidante. Há muitas coisas, então, até por não ter vivenciado diretamente por ser anterior ao meu tempo, para as quais possivelmente não saiba dar todas as explicações ou esclarecê-las adequadamente.

Posso informar aos Senhores que tudo que estiver ao meu conhecimento, de pronto, repassarei a V. Exªs, explicando como se conduz um processo complicado, dessa envergadura e, como tônica do momento, porque demora tanto, posso afiançar aos Srs. Senadores que demora muitas vezes e a grande maioria das vezes, não por conta da vontade do Banco Central, mas também pela delonga de processos judiciais cuja solução para formatar efetivamente o que é a massa tanto do lado do ativo, quanto do lado do passivo, faz-se necessária. Impressionante como existem decisões, não querendo questionar por que decisões judiciais são boas e legítimas dentro do que contempla, mas, muitas vezes, incompetentes na essência, o que faz como um processo se atrase e se delongue por décadas até.

Solicito, se possível e se me permitirem, atenção para um caso apenas em relação ao qual estou com sérios problemas até com a própria Justiça Estadual da Bahia e com o Ministério Público aqui em Brasília. Trata-se de um processo por meio do qual tento defender os credores da massa. O processo teve curso em julgamento em 1ª instância em não mais do que 75 dias depois do início da intervenção. O processo começou aproximadamente 25 ou 40 dias depois da intervenção e, em menos de 45 dias, havia decisão de 1ª instância. O atual credor de quase R$700 milhões era então devedor econômico de R$400 milhões. São os milagres que transformam e que, durante dez anos, oito seguramente, você persegue para transformar essa decisão e não se consegue fazê-lo, acarretando sérios problemas e dificuldades na condução da liquidação entre outros. Mas, como disse, estou à disposição dos Senhores, inclusive no tocante a esses fatos, se, por acaso, forem necessários elucidar e dizer que estou a disposição para o que puder responder neste momento e, se não puder responder neste momento, a liquidação tem completo arquivo de tudo que transcorreu e, de pronto, está à disposição de V. Ex.ªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton de Freitas) – Com a palavra o autor do requerimento, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Natalício, tomei ciência da sua exposição por ela mesma inclusive das dificuldades que surgiram ao longo da intervenção no seu período e antes dele.

Esse fato relatado de uma situação em que um correntista ou algo do gênero era devedor e agora se torna credor é, sem duvida alguma, significativo. Uma vida de um banco sobretudo em liquidação como é o caso do Banco Econômico.

Faço-lhe a pergunta: no caso do Banco Econômico, a contabilização da correção cambial das NTN's A3 foi feita integralmente ou **pro rata tempore**?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – A tônica do vídeo que os Senhores provavelmente perceberam, mas eu estava à mesa nesse evento. Fui convidado como representante dos liquidantes.

Não respondo, claro, pelas outras situações nas outras instituições financeiras. Respondo pelo Banco Econômico. A contabilidade das NTN's A3 segue corretamente todas as normas e técnicas bancárias neces-

sárias. É feita a contabilização pelo seu valor integral de face, descontado do deságio quando da aquisição, tudo atualizado cambialmente todos os meses, inclusive com a apropriação dos juros.

Os juros desses papéis são pagos semestralmente, mas mensalmente se apropria do valor correspondente a esses juros. A contabilidade do Banco Econômico espelha, de forma fidedigna, os custos atualizados e, após atualizados, ajustados a um valor de mercado que é trazido pela Resolução nº 550, do Banco Central.

Posso dizer a V. Exªs e esqueci de me identificar, sou Bacharel e profissional em Ciências Contábeis, e a contabilização do Banco Econômico para esses títulos atende tal qual fosse uma instituição financeira viva, ativa inclusive com o recolhimento dos tributos devidos não só sobre esse quanto a outros títulos.

Assim, posso dizer que ao Econômico não se aplica aquilo. Jamais tive a determinação de contabilizar de forma diferente da qual se encontra contabilizado. Aliás, é o procedimento desde a aquisição dos papéis em que, todo mês, se pega uma parte daqueles valores correspondentes ao deságios, porque o título foi comprado com deságio, apropria-se como resultado e, conseqüentemente, como ativo para quando chegar o vencimento, o valor de face na contabilidade será igual ao valor que está sendo recebido do Governo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Natalício, no caso do Banco Mercantil, esses papéis sofreram correção cambial **pro rata tempore**. O Bacen tem por acaso, dois procedimentos, dois critérios, dois pesos, duas medidas e faz correção diferente entre bancos em liquidação?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Desconheço que faça algum procedimento diferente. Ouvi, vi a reunião pela televisão em que meu colega Nilvan se pronunciou. Ele tem justificativas lógicas para o que fez.

Diria que não é de todo descabida a forma que fez de uma variação cambial estipulada em um momento de bico em que pegou aquela variação cambial, e diferiu, para ser apropriado, ao longo da vida útil restante para esses papéis. Existe lógica. Não quero dizer que seja completamente ilógico. Há quem defenda essa tese contabilmente também.

Mas gostaria de chamar a atenção, se me permitem V. Exªs, para o fato de que a contabilidade, em termos de contabilidade de massa, apesar do Econômico estar atendendo a todas as regras, não quer dizer grande coisa não. Claro que eu, como contador, prezo e respeito a contabilidade. Afinal, é a ciência à qual dediquei boa parte de minha vida, até agora. Mas o que vale um papel? Qual é o valor de um papel? É o que alguém está disposto a pagar no momento em que for vendido. Falando em termos de contabilidade, se apropriou ou não apropriou, teremos apenas uma espécie de retrato no momento em que aquele balancete poderá não estar refletindo a realidade. Mas posso garantir, Senador, que a formatação de qualquer negócio passa, sem sombra de dúvida, pelo real valor de mercado. E o real valor de mercado existe quando submetemos esse valor à venda e alguém está disposto a pagar o que estamos pedindo. Se porventura não está disposto a pagar é porque não vale. Pode vender por mais. Mas é o momento da monetização. Aliás, a filosofia, o objetivo da liquidação é exatamente liquidar os ativos a fim de honrar os compromissos com os credores, que estão no passivo, quer sejam públicos ou privados.

Dessa forma, podemos, claro, questionar a forma de contabilização. Mas, de conjunto, vamos estabelecer apenas um ponto: se a massa é dez a mais, positiva, ou se dez a menos, negativa. Há quem defenda, em uma liquidação, que a quantificação só deveria ser feita no sentido de não haver uma expectativa errônea dos valores monetizados, agregados de seus rendimentos como líquidos e certos, e do passivo com o maior conservadorismo possível. Pois se tenho apenas o que é monetizado pelos valores monetizados, sei quanto já tenho de dinheiro para pagar. Não adianta existir em meu ativo investimentos registrados por mil centenas de milhares se quando eu for ao público vendê-los não obtiver o que lá está contabilizado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Entendi bem. V. Sª defende a posição de que o papel vale o que o mercado paga. Mas não é esse o procedimento do Banco Central, que contabiliza de forma diferenciada, ou seja, valha ou não no mercado, contabiliza por 100%. E quanto a outros bancos em liquidação, contabiliza por quantia muito menor. É preciso haver coerência nisso. O que não se pode permitir é incoerência. Ou todos os papéis valem o que o mercado paga, que pode ser 50%, 60%, 30%, até 20%, ou todos valem 100%, que é o preço de face dele. O que não é possível é contabilizar de maneira diferente para dois ou três bancos. E há vários exemplos do Banco Central. Portanto, aceitaria o argumento de V. Sª como válido, se o procedimento fosse um só. Mas não é. Lamentavelmente não é. E V. Sª é representante de quem? Do Banco Central, nesta liquidação.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – V. Exª, de maneira muito clara aborda com razões a questão de diferenciação de valores. Mas posso dizer-lhe, ilustre Senador, que em qualquer operação que o Banco Central possa estar recebendo esse ou qualquer tipo de papel pelo valor de face que não seja o valor de mercado, creio, estou aqui falando como Natalício Pegorini, ci-

dadão brasileiro, e até como liquidante, não falo pelo Banco Central, sou indicado pelo Banco Central como gestor de uma massa na qual há credores e números, e o Banco Central é um deles. E defendo-os a todos. Não posso ser parcimonioso porque sob minha responsabilidade estão os créditos de todos, zelar pela qualidade dos ativos, monetizando, para responder aos passivos. Mas posso lhe dizer, no que V. Exª coloca e se V. Exª me permite, que nas operações em que o Banco Central conduz algum tipo de negócios que os papéis são aceitos pelo valor de face – porque quero crer que é uma aceitação de valor de face, não a simples contabilização, mas inclusive uma negociação, como uma privatização, por exemplo – e que eu já vi algumas. Existiam e existem leis específicas que permitem resgatar pelo valor de face, aliás lei desta Casa, com certeza, ou submetida a esta Casa, que permitia esse gesto, esse ato do Banco Central, porque jamais podemos concordar que um ente público, um gestor da sociedade possa resgatar por 100% da sociedade, possa resgatar por 100% um título que vale no mercado 50%, salvo em algumas operações especiais, tipo SCVS...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Mas o senhor tenha paciência. Nessa altura, Dr. Natalício, admitirmos que o Banco Central proceda deste modo: quanto a alguns, liquidar pelo preço de face ou comprar o papel pelo preço de face, para ajudar ou deixar de ajudar; para outros, outra regra. A livre iniciativa não suporta um procedimento dessa natureza. Eu chamaria de um desregramento nessa relação.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – O conhecimento que tenho, Senador, sem querer polemizar...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Bom, mas o senhor já deu sua opinião.

Eu gostaria de saber agora, como liquidante, se o Banco Econômico já quitou sua dívida junto ao Proer.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Não.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Não quitou.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Não quitou sua dívida. O Banco Econômico procedeu amortizações de valores junto ao Proer, verdadeiro.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E por que não quitou?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Não quitou porque não dispõe ainda de recursos suficientes a uma liquidação, recursos monetizados suficientes a uma liquidação. Eu já fiz recolhimentos ao Banco Central, ao longo desses dois períodos que estou à frente do Econômico, da ordem de R$5,4 bilhões, em valores nominais. Por conta de quê? Por conta de disponibilidades existentes na massa, sempre observando a preferência dos credores. Jamais fiz qualquer recolhimento ao Banco Central que colocasse em risco credores com preferência maior, quer ele seja trabalhista, quer seja tributário. Essa pergunta aflorou na última reunião aqui, onde estava meu colega do Banco Mercantil, e posso responder para os Senhores. Todos os recolhimentos feitos ao Banco Central sempre reservaram valores líquidos de igual natureza aos demais credores posicionados acima do Banco Central.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Bom, a resposta de V. Sª é no sentido de que não liquidou. Tenho aqui um expediente do Banco Central dirigido ao Dr. Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República, em que, na página 7, é o Ofício **DJU** nº 371/97, vem uma pergunta: Quais as providências adotadas por essa Autarquia em 8-8-96, data do vencimento dos contratos de abertura de crédito rotativo ao amparo do Proer, firmadas entre o Banco Central e o Banco Econômico sob intervenção? Esta é a pergunta do Subprocurador.

Resposta do banco: As seis operações contratadas ao amparo da Circular 2.636 foram liquidadas no vencimento, mediante débito na conta de reservas bancárias, ficando o Banco Central credor da instituição pelo saldo negativo da referida conta. Nesse caso, decretada a liquidação extra-judicial, esta Autarquia habilita-se junto à massa.

Esta foi a resposta do Banco Central, ou seja, V. Sª disse que não foi liquidado e o Banco Central aqui dizendo que foi liquidado.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Eu conheço esse documento ilustre Senador, conheço sim esse documento.

O débito na reserva bancária para que haja a liquidação dos contratos de Proer claro fica que deveria ter contrapartida em valores suficientes a absorver esses débitos, e a forma de liquidar, no meu ponto de vista, era em existindo valores na reserva bancária. O que não tinha. E que, aliás, motivou a liquidação da instituição bancária. Por que no momento em que debitou a reserva bancária pelo vencimento dos contratos do Proer e não existindo saldo suficiente é o motivo, inclusive para a liquidação.

Aí existe algo um tanto quanto, admito, controverso, mas forte o suficiente no contrato de Proer. O contrato de Proer diz que o simples débito da reserva bancária não caracteriza liquidação do contrato. O que vale no meu ponto de vista são os contratos assinados. Conheço de não muito tempo essa correspondência do Procurador-Geral do Banco Central, fornecendo ao Ministério Público, mas do tanto que entendo como fiscalizador por quase 30 anos do Sistema Financeiro,

o que caracteriza liquidação é ter saldo, e o contrato do Proer prevê que o simples débito não caracteriza liquidação do contrato. Não.

Eu trouxe algumas coisas, se V. Exª me permite, poderia deixar um contrato do Proer em que há uma cláusula que reza a esse respeito. Se for interessante.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Natalício, o que nos preocupa aqui é que tudo nessa relação, Banco Central, por meio de seus liquidantes, e do próprio Banco Central com a massa, é tudo controverso. Não há nada preciso, nada objetivo, nada claro.

Ao tempo em que os proprietários da massa se queixam de que já sofreram todas as sanções, já pagaram tudo o que deviam, continua o Banco Central com a intervenção, não completa a liquidação, não devolve nada à massa, e leis que valem para uns não valem para outros, regras que se aplicam para uns não se aplicam para outros. A minha preocupação maior, e creio que é também dos membros desta Subcomissão, é que nós brasileiros vamos acabar respondendo gravemente perante a Justiça, depois de julgado por ela, com os cofres públicos tendo que responder, em razão de encaminhamentos malfeitos, deficientes, controversos como tudo que se observa ao longo do exame dessas questões de liquidação.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Agradeço ao ilustre e nobre Senador Edison Lobão. Estou preocupado, e o que sinto também em todos os Senadores que fazem parte desta Subcomissão que querem ver acontecer e têm a mesma preocupação aqui atribuída pelo Senador Lobão. Pelo horário, muitos Senadores não poderão estar presentes, então no final desta reunião, eu queria colocar em votação a proposta de mudança de horário de reunião desta Subcomissão, realizando reuniões, quem sabe, logo após a reunião da CAE, para que conte realmente com a participação de todos da Casa. Desejamos que o Brasil acompanhe de perto esse caso, que é verdadeiramente preocupante, querendo saber, o que está na cabeça de todos, por que não acontece?

Com a palavra o segundo orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Liquidante do Banco Econômico, eu queria inicialmente discordar de V. Sª em relação a essa questão contábil. Não vejo como o mesmo papel, se não me engano as NTN's, e para isso quero retomar a discussão que tive aqui quando do Banco Mercantil, e como V. Sª não estava presente, vou voltar um pouco no tempo.

Se não me engano esse papéis foram comprados na mesma época, tanto de um banco como de outro, eles têm inclusive um forma de contabilização diferente, o que penso deveria ser uniforme, discordo um pouco dessa questão da contabilidade demonstrada por V. Sª, o que levaria a uma pergunta importante para mim. O Econômico, como o Mercantil, tinha títulos que eram os **Par Bonds**. O senhor concorda com isso?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Sim.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eram títulos com garantia do Tesouro norte-americano, cotados diariamente. No caso do Banco Mercantil, estava contabilizada alguma coisa em torno de 90% do seu valor de face. Não sei exatamente o valor, mas era em torno disso. Era um papel, evidentemente, com essas características, com liquidez. Eles foram trocados por NTN's, com garantia do Tesouro brasileiro, sem cotação diária, sem nada. No caso do Banco Mercantil, estava sendo contabilizada alguma coisa em torno de 30%. Não recordo exatamente o número. Creio que, no caso do Banco Econômico, também deve ser similar.

Pela sua tese de que o título vale pelo real valor do mercado, pergunto, então, como esses papéis foram trocados? Os **Par Bonds** têm um real valor de mercado muito superior ao das NTN's. Como o senhor, ou o Banco Central, fez essa troca? Essa troca não deveria ser feita, dentro da sua tese de que o papel vale pelo que ele representa no seu valor de mercado.

Tenho muita curiosidade em relação a essa pergunta. Já no caso do Banco Mercantil, penso que ficou muito claro o que considero ser um grande problema nessa questão de contabilização. Pelo menos, no caso do Banco Mercantil, isso pode fazer a grande diferença. Aliás, o senhor disse que, se for 10 a mais ou a menos, é a mesma coisa. Também descordo disso, porque, se for 10 a mais, podemos terminar a liquidação; se for 10 a menos, não podemos terminar a liquidação.

Eu gostaria de apresentar essas duas perguntas, em conjunto, sobre isso.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Sem sombra de dúvida, V. Exª apresenta a questão e coloca o dedo na ferida, em termos de avaliação quanto a preço de mercado, se devido ou não, **Par Bonds** ou NTNs.

Em primeiro lugar, posso lhe dizer que existe uma diferença, sim, em termos de contabilização, entre o Banco Econômico, pelo que V. Exª está me falando, e o Banco Mercantil, até por conta de que esse papel guarda, como lhe falei, estrita consonância com as regras de contabilidade adotadas e aceitas. No balancete de dois meses ou de um mês atrás, o valor contabilizado das NTN's, no Banco Econômico, corresponde a 57,21%, isso considerado um ajuste a valor de mercado pela Resolução nº 550, que todas as instituições financeiras em ser adotam. Se não considerado esse ajuste, a minha contabilidade representa o valor de 67% do

valor de face; 67% correspondem aos 52% e alguma coisa que foram pagos quando comprados, acrescidos dos deságios dos 52% até 100%, pelo tempo decorrido por esse período, que hoje já faz oito anos. Então, para efeito de apropriação contábil, o deságio já foi mais que 15% dos 47% de deságio já foram apropriados. Então, minha contabilidade, com o custo de aquisição atualizado do deságio, já está em 67%.

Essa primeira parte diz que a contabilidade do Banco Econômico, com esses valores, guarda consonância com as regras contábeis.

Em segundo lugar, quanto à troca de **Par Bonds** por NTN's, que V. Exª aborda, posso lhe falar, com toda tranqüilidade, de tudo que examinei do assunto e de tudo que vivi. Não era eu que estava na liquidação do Banco Econômico, mas posso lhe dizer, com toda segurança, que os papéis foram comprados e os papéis são do Banco Econômico. Não tenho a menor dúvida disso. Eram **Par Bonds**? Eram **Par Bonds**, sim – aliás, não eram somente **Par Bonds**, eram **Par Bonds**, eram DCBs, eram vários títulos comprados à época. Mas o próprio contrato previa que seria tudo unificado com **Par Bonds** – os próprios contratos de Proer.

Feitas essas transformações, em dezembro de 97, foram os papéis substituídos por NTN por uma razão simples e lógica: o Banco Econômico não tinha mais agências ou instituições financeiras ligadas no exterior como dela em atividade normal para manter esses papéis. E por legislação interna do País a empresa brasileira não pode ter **Par Bonds** aqui no País. Se ela tiver uma sucursal, uma dependência, um braço no exterior, que lhe permita ter esses papéis no exterior, é perfeito e legítimo. Agora, não existindo isso, estando o papel internacionalizado, como de fato internacionalizado foi, a legislação obrigava a sua conversão para NTN's. E digo mais, ilustre Senador, friamente se analisar, por essa situação econômica que hoje vivenciamos, provavelmente essa NTN com os rendimentos e benefícios que tem, com Selic de 12% ou 13%, esse papel seguramente poderá valer os 100% do valor de face agora e não no vencimento. E isso por conta de quê? Por conta que o mercado faz o cálculo, apesar do prazo longo, frente à remuneração que o Governo paga na sua liquidez diária. Se o governo está pagando 16%, quanto o mercado pagará nesse papel? O mercado paga o que ele rende descontado um pouco. Só isso.

Então, esse papel poderá estar valendo, sim, bem mais ou igual a um **Par Bond**. Tem suas explicações lógicas. É apenas...Não sei se pude ser claro.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) - Não.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Desculpe. Tentei ser o mais claro possível.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não pelo seguinte motivo: aquele valor de mercado que o papel tinha compraria muito mais NTN's naquela época, e, dessa forma, com toda valorização que o senhor falou, nós teríamos um volume muito maior hoje. Então, o que eu estou questionando, tanto no caso do Mercantil como o Econômico, é esse conceito do real valor de mercado – se verdadeiro, pois é uma tese – ele deveria ter sido vendido e, ao ser vendido, comprado muito mais NTN.

Dessa forma, pelo que eu analisei do Mercantil, ele já teria virado a posição. Não sei especificamente do Econômico.

Esse é um ponto que essa questão de não ter subsidiária ou braço lá fora, tudo bem. Mas naquele momento você vendia o papel e faria, pela teoria do senhor, pelo valor real de mercado e, pelo valor real de mercado, compraria mais NTN.

Eu acho que é uma interpretação. Eu me preocupo um pouco, não é só pela origem do vídeo. Eu não gosto desse tipo de coisa. Mas, por aquilo que está lá, sem haver qualquer contestação também, nem do senhor nem do anterior em relação a esse aspecto e que pega basicamente na questão da contabilização desses papéis. Eu acho que, fora outros casos, como o que o senhor citou de alguém que devia 400 e passa ser credor de 700 muda também a figura da liquidação.

Mas, enfim, eu quero deixar...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Eu só gostaria de fazer uma ligeira interferência. Quando diz que não temos um braço no exterior, nos Estados Unidos, dito melhor, que seria uma agência do Banco Central, mais ou menos isso, não temos uma agência...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O Econômico não teria.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Da instituição Econômico, Senador...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas, nesse momento, teria vendido papel e comprado mais NTN, na minha avaliação.

Outro ponto é o seguinte: em um determinado momento depois da intervenção, o banco ficou 9 meses parado, depois foi passado – só a parte boa, a chamada parte boa ou **banking** foi passado adiante. Aliás, ao contrário de outros bancos que sofreram o mesmo processo e não foi realizada nenhuma licitação ou anúncio público dessa alienação, da chamada parte boa.

Eu pergunto: que critérios foram utilizados para passar essa parte boa para o Banco Excel. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: teriam os credores – todos os tipos de credores, acionistas e Ministério Público – conhecido as razões da não realização da parte boa do banco? Creio que o banco era o mais antigo do País. Se não me engano de toda a América Latina. Tinha um fundo de comércio. Entendo que essa questão do fundo de comércio em momento algum nenhuma levou em conta esse aspecto. Farei especificamente essas perguntas a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao Dr. Natalício Pegorini.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Sem sombra de dúvida, são questões pontuais. Tudo o que vi, revi e examinei da negociação era o que se oferecia no momento para a solução, no enfoque de documentos que tenho dentro do Banco Econômico, falando como liquidante hoje sobre fatos ocorridos à época sem ter a parte Banco Central como órgão oficial de decisão. Do que examinei, foram transferidos ao Banco Excel não a totalidade dos passivos com a correspondente parte em ativos, igualando-se valores. O Banco Excel assumiu, então, esse negócio apartado de alguns credores que não foram transferidos. Entre eles estão a Caixa Econômica, o IRB, o próprio Banco Central e os acionistas, naturalmente.

Não vivenciei, com a emoção da época, esses fatos. Posso dizer-lhe que entendo que, na discussão desse assunto, foram consideradas todas as possibilidades de mercado. Com toda a certeza, caso contrário não haveria uma boa gestão pública, da coisa pública. Ora, foram separados recursos, créditos. E não foram transferidos para o Excel e, depois, vendidos ao BBV, onde foram honrados. Separaram-se créditos decorrentes da não-existência de ativos suficientes para dar esse respaldo. Jamais alguém compraria sem ter a contrapartida, Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Gostaria de interrompê-lo, até para não prolongar muito.

A minha questão não é tanto essa da vantagem. Teria o Banco Central autoridade para fazê-lo? Autorização de vender sem nenhum tipo de licitação? Ele tem capacidade, no sentido jurídico, de fazê-lo? É minha dúvida.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer-lhe que vou submeter, no caso do Mercantil quanto do Banco Econômico, um requerimento. Não posso tomar tanto o tempo do senhor liquidante.

Há ainda uma última pergunta. Quero fazê-la em três tempos diferentes. Eu esperava, também, que o senhor nos desse alguma visão do que pode acontecer com o banco. Ficarmos tentando tirar, por meio de perguntas, dificulta. Para quem está de fora, como é que o banco é administrado? Antes havia uma parte boa, uma parte ruim. As subsidiárias – creio que o banco ainda as têm – são tocadas pelo Banco Central ?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Desculpe-me. Há alguma confusão em termos da administração do Banco Central. Não. São tocadas pelo liquidante gestor da massa. Quando existe a necessidade, tal qual na Lei de Falência, de ter alguma autorização do Banco Central, esta é solicitada. Todas as empresas da massa, vinculadas ao Econômico, são geridas pela liquidação. É claro que se aproveitam funcionários antigos, desvinculados, tocando as empresas. O Econômico tinha, à época da intervenção – e V. Exª particularmente sabia de toda a pujança e grandeza, muito mais do que 40 empresas, dos vários ramos de atividade. Hoje, ainda há 6 ou 7 empresas que estamos tentando enxugar, que estamos tentando tornar operacionais e que estamos tentando, por fim, monetizar. Há uma usina de açúcar, há uma fábrica de sucos, no interior da Bahia, uma usina de açúcar também na Bahia, 2 entrepostos frigoríficos, uma empresa construtora, uma empresa de termoplástico que fornece material para tênis, aqui em Campinas, e com as dificuldades de liquidação! É complicado mesmo! E são geridas por um grupo, hoje, de 8 ou 10 funcionários ligados ao Banco Central e mais um grupo funcional empregado da massa. Não temos toda a tecnologia e nem seria possível exigir, até por conta de que as empresas não têm toda uma capacidade financeira muito grande. Então se faz uma administração séria, procurando soerguê-las, quando estão com alguma dificuldade e formatá-las para a venda. Tentei vender a Cajuba, não consegui. Tentei vender a Conef, que são os frigoríficos, não consegui. Não vou jogar fora o patrimônio também, mas sempre presente que o objetivo é monetizar, e de uma maneira consistente.

Se V. Exª me permitir, anteriormente me fez uma pergunta dentro do que já tinha falado, se havia alguma licitação para a venda do Excel. Não encontrei nos documentos do Econômico nada que dissesse respeito à licitação, a saber quem eram os interessados, até por conta de que, em instituições financeiras, não há essa prática.

Quero crer, com certeza, que o Diretor de Liquidações deve estar aqui presente e deverá trazer a informação disso.

Agora, tenho consciência, sim, e verifiquei, de que as negociações com o Excel foram trabalhadas dentro da massa, estudadas dentro da massa e sub-

metidas ao Banco Central. Os documentos existentes informam isso.

Desculpe, mas V. Exªs têm elementos de convicção, que não sou eu que vou tentar modificar. Gostaria de poder trazer informações, quem sabe, mais precisas, mas....

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Desculpe, mas não tenho elementos de convicção, não. Não é isso. Gostaria de ter elementos de entendimento.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Desculpe.

O SR. RODOLHO TOURINHO (PFL – BA) – Para entender o processo. Mas, como disse, Sr. Presidente, deixo o requerimento, hoje, já sobre esse caso do Econômico e agregarei outro também sobre o Econômico e também sobre o Mercantil. Hoje, ouvi uma coisa de credores do Banco que me fez pensar muito e me fez ter a certeza de um projeto que tenho, de autonomia do Banco Central, tirando todas essas funções do Banco Central. Creio que estou no caminho certo, porque, nesse caso específico, o Banco Central é interventor, é liquidante, é credor e é juiz.

Com isso, encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Alguma coisa a acrescentar?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Olha, posso dizer para V. Exªs que o trabalho conduzido, à vista da posição do Senador Tourinho, é de que, independente de funcionário da ativa do Banco Central, procuro pautar no que diz a lei até, mas sem querer tornar o processo burocrático. Ninguém mais do que eu quer pôr fim, e V. Exª fez uma colocação que me chamou a atenção por prosperar, por ser efetivamente o ponto. Vi muita coisa, mas não vi qual é a saída. Como faz para encerrar um processo desse? Digo a V. Exª, sem dificuldade de errar, que tenho 3 problemas fundamentais a resolver e, tão logo resolvidos, o Banco Central terá de mim uma proposta de dizer, está pronto para encerrar. Agora sem eu ter isto, eu não sei qual é o passivo. Presidente, como é que eu posso conduzir um processo que eu não sei qual é o universo em valor dos credores? Eu falei efetivamente três principais, o que eu falei de início o Concic é um problema tributário que tenho seriíssimo em que se consiste um bilhão e seiscentos milhões. Tudo é grande lá, e eu tenho um contrato com a Caixa Econômica que foi feito à época desses Proers em que o Econômico vendeu a carteira de crédito imobiliário para a Caixa Econômica, 62 mil operações, listadas, identificadas, e com valores uma a uma quantificados. Passados oito anos a Caixa Econômica ainda não se pronunciou se os valores são bons ou não, e eu tenho brigado ao extremo para conseguir saber quais são esses valores. E isto, ilustre Senador, posso lhe dizer que inviabiliza um projeto de encerramento, porque eu não sei se a massa é credora de 100 ou se é devedora de 400, e nós estamos falando em centenas de milhões de reais. Como se consegue? Pode o senhor ter certeza que tão logo eu tenha formatado esses três principais pontos, que são os mais importantes, o Banco Central vai perceber que vai adotar ou não vai adotar o que estaria... Faz parte da minha função, em estabelecendo condições, propor ao Banco Central e o Banco Central adotar a posição necessária.

Só isso que eu gostaria de estabelecer, Sr. Presidente e me colocar....

(Inaudível)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Nessas 62 mil a Caixa já liberou alguma coisa?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Muito pouco. E quando libera em um trimestre no outro trimestre desconsidera. Está aí a Caixa Econômica. Tenho lutado. Tenho!

Mas eu já apresentei à Caixa definitivamente mais de 32 mil, e tendo apresentar até o final deste ano as outras 30 mil operações quantificados por meios próprios e cientificamente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Srs. Senadores, lembro-me bem que no mês de abril, quando estivemos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos na presença do ilustre Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, eu tinha tanta dúvida que eu lhe sugeri a criação de uma Subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos que pudesse acompanhar esse trabalho do Banco Central. Ele mais que prontamente colocou-se à disposição e agradeceu. E naquela época eu me via, e ainda me vejo, mediante o conhecimento e autoridade de ilustres Senadores aqui, como o Senador Edson Lobão, que conhece tanto de Constituição e Justiça e até é o Presidente da Comissão. Como o nobre Senador Rodolpho Tourinho que tanto sabe de economia, a minha área é outra, mas me vi em tanta dúvida que sugeri, graças a Deus, que participam desta Comissão pessoas que dominam essa área. Mas é a segunda reunião que a gente faz. E eu garanto ao senhor, Dr. Natalício, que eu estou com muito mais dúvida do que eu estava antes até mesmo de criar esta Subcomissão. E ao ver as perguntas dos nobres Senadores, às vezes, até seja repetitivo, mas eu esteja com muito mais dúvida ainda. Estou aqui com a cópia da Lei nº 8.249, de 1991, que no seu art. 1º, diz que as notas do Tesouro Nacional, criadas pelo art. 30 da Lei de nº 8.177, de 1º de março de 1991, poderão ser emitidas a troca voluntária, quer dizer, não obriga em nenhum a necessidade, a troca voluntária, poderá ser emitida a troca voluntária por bônus da dívida externa brasilleira. E o que existe, na verdade, é uma Portaria

de nº 331, de 8 de dezembro de 1997, que foi mencionada aqui por V. Sª, assinada pelo, então, Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Sampaio Malan, que regulamenta em caso de troca das NTN's A3, por **Par Bonds**. Mas esta portaria não obriga, em nenhum momento, a troca e sim dá parâmetros para a mesma.

Aí na sua resposta V. Exª disse que o Banco não tinha mais agência no exterior. Nas minhas dúvidas, estou vendo como foi e ainda está sendo conduzido o processo liquidatório das agências do Econômico no exterior? Qual o lucro ou prejuízo decorrente da liquidação dessas agências? Há ainda valores a pagar ou a receber relativamente a essas liquidações? Se há, quanto?

Outra pergunta refere-se exatamente a essa troca voluntária: V. Sª acha que foi tranqüila a troca efetuada pelo Banco Central, substituindo os **Par Bonds**, por NTN A3? V. Sª saberia informar se, à época, houve alguma solicitação para que tal troca se efetivasse partindo do liquidante de então? Qual o custo mensal aproximado do liquidante, da sua estrutura, incluindo os prestadores de serviço? Se quiser responder, porque tenho mais algumas, para não acumular muito, de duas em duas fica mias fácil.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – O senhor, por favor, poderia até me emprestar para eu ter a seqüência?

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – A primeira e que mais me incomoda, é essa da troca dos **Par Bonds**, porque em nenhum momento é obrigatório e, sim, uma troca voluntária.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Agências do Econômico no exterior. Já a partir da intervenção e da liquidação, elas naturalmente pararam de funcionar no exterior e foram definitivamente encerradas e baixadas pelas autoridades locais, nos anos de 2000 e 2001. Foram definitivamente baixadas, mas já sem operar.

Por ligações, até não diretas, o Banco Econômico tinha vínculos com o **Transworld Bank**, com a **Lloyds Leasing**, a **Lloyds Fund**, e mais outras empresas.

O banco, inclusive o **Transworld Bank**, já distribuiu o que eles chamam de dividendos que é um encerramento do processo de liquidação judicial lá e as **Lloyds** estão em fase final de distribuição desses dividendos.

O Banco Econômico guarda registro em sua contabilidade entre ativos e passivos que se traduzem no relacionamento com essas instituições, que não são vinculadas diretamente e sim através de acionistas comuns, de provavelmente uns 600 milhões negativos, mas totalmente reconhecidos no balanço do Econômico. A dívida está contabilizada e o ativo foi, por não ser da mesma empresa, provisionado, porque sabidamente não existe mais valores no exterior a buscar.

Quando do encerramento final no exterior, que também está bem próximo a ser reconhecido contabilmente, o patrimônio líquido do Banco Econômico vai ser sensibilizado positivamente com um valor próximo a 380 milhões de reais. Quando receber das autoridades, dos liquidantes no exterior, que não têm nenhum vínculo com o Econômico aqui e, sim, estão sob o comando da Justiça de Cayman, quando estiverem finalizados esses trabalhos, devo reconhecer um valor reduzindo as obrigações do Econômico em aproximadamente 380 milhões de reais.

Essa a posição da primeira...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – ... que eu não entendi, considerando que fechadas as agências no exterior, de repente, há duas formas de liquidação...

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Desculpe-me, o Banco Econômico, à época, tinha agências em Nova Yorque e Cayman, e o Banco Econômico tinha ligações também com outras empresas por seu quadro societário.

As agências, então, pararam de funcionar à época da intervenção, ou logo em seguida, e foram definitivamente baixadas pelas autoridades locais, quer dizer, já cumpridos todos os rituais de papelório em 2000 e 2001.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – **(inaudível)**

Sim, as agências.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Outra pergunta que me deixa...

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Mas há outras perguntas aqui, pela ordem, o senhor me passou a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – É que dentro da segunda pergunta, vou complementar.

Foi feito na liquidação do Banco Mercantil e agora do Nacional, e se o Senador Rodolpho Tourinho me permitir, eu queria até engrossar fileira com ele no requerimento, porque como pode um banco ser juiz, ser liquidante e ser o maior credor de uma massa, como é o caso do Banco Central? Como se justifica isso? Então, fazendo a segunda pergunta: V. Sª acha que foi tranqüila a troca efetuada pelo Banco Central substituindo os **Par Bonds** pela NTN A3? V. Sª sabe informar se à época houve alguma solicitação para que tal troca se efetivasse, partindo do liquidante de então? Essa é a pergunta.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Senador, também se trata do produto do que pude examinar internamente, que o fato ocorreu em 1997. O que pude examinar internamente, não foi solicitado qualquer pedido ou

troca para que fosse efetuada a troca pelo liquidante. O liquidante não se pronunciou a respeito do assunto. A legislação a que o Sr. se refere, que é de 1991, foi posteriormente dessa troca atualizada por uma medida provisória dessa época, na qual transcreve praticamente aos termos do que aí está. Porque, com a seqüência de fatos, em 1997, uma medida provisória estendeu essa possibilidade de troca. A essa época e com essa medida provisória, temos a edição de um decreto, sim, do Sr. Presidente da República que daí conduziu para uma portaria do Ministro, que de portaria de Ministro redundou em uma determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, à época comandada pelo ilustre Eduardo Guimarães, determinando ao Banco Central que procedesse a troca. Então, temos uma legislação que se pode dizer até que estava uma mistura de autorizações, mas a determinação primeira, original, começou com uma medida provisória, temos um decreto, temos uma portaria do Ministro da Fazenda, temos uma determinação da Secretaria do Tesouro, tudo ao Banco Central, que comunicou ao liquidante que estava fazendo a troca e dizendo para ele adotar os procedimentos.

Posso dizer que àquela época foi feita a troca, um por um, não foi nem por mais nem por menos, porque a dívida corresponde em dólar com as mesmas variações, com exceção efetivamente de garantias de governo americano ou não garantia de governo americano. Aliás, diga-se de passagem, a este dia que examinei também, o **Par Bond** era cotado a 79% do dólar. **Par Bond** era cotado a 79. O Tesouro Nacional via Banco Central trocou um por um. Não teve nem ágio nem deságio. O que posso dizer de conjunto, e nesse momento, que o papel, ao final, vai valer a mesma coisa lá na frente ou no momento da negociação poder-se-á ter uma base se essa troca efetivamente teve ganho ou perda, sabendo-se que, quando tem uma monetização... Porque os Srs. podem até dizer, e eu disse isso: Mas valem menos do que o **Par Bond**. Vale menos do **Par Bond** com essa situação, se diminuir o Selic, esse papel poderá valer tanto quanto um **Par Bond**, se ele paga o Selic. É essa a posição e é esse o cálculo que o sistema financeiro faz. Claro que teria que ser um Selic próximo de 12% a 13% ao ano, com Selic de 18%, claro, sempre vai ter um deságio.

É essa a posição. E para ser concreto, Sr. Presidente, o Econômico não foi consultado. Ao Econômico foi determinado cumprir o que dizia. E cumpriu, contabilizou a transformação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Ou seja, ouvimos ali a pergunta do liquidante do Banco Mercantil para um dos Procuradores do Banco Central. Caso não seja feita a vontade do Banco Central, esse liquidante pode ser trocado a qualquer momento. Com outras palavras, V. Sª afirma o mesmo, ou seja, veio uma determinação – e não coube a pergunta –"faça." A dúvida aumenta cada vez mais.

Mas, teremos oportunidade de ouvir outros liquidantes e representantes da massa de outros bancos, para, no fim, chegarmos a uma conclusão e vermos em que podemos ser úteis ao Banco Central, ao nosso Governo e ao nosso País.

Mais uma pergunta. V. Sª foi muito eficiente, como foi reportado pelos jornais, na realização da venda das ações das empresas petroquímicas e siderúrgicas de massa. Será que essa seria uma forma adequada da realização do valor da NTN A3 também, ou seja, através de leilão?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – V. Exª me desculpe, mas acredito que não mereça tanta benevolência da imprensa, porque não faz parte. Para mim, é uma missão. Eu digo, sem sombra de dúvidas que, no ano passado, tentei processar um leilão de NTN. Nós o formatamos e eu solicitei as autorizações. Posteriormente, achou-se melhor suspendê-lo diante de algumas suspeitas que se tinha, adequadas ou não. Não entro no mérito.

Agora, posteriormente, o Banco Central determinou que a venda das garantias do Proer deveria ser sobrestada mediante leilão. Naturalmente que tudo que é vendido pela massa é via leilão. Se for vender, efetivamente, deverá ser por leilão.

Hoje, posso dizer que à frente da queda que está tendo a taxa Selic é até uma medida bastante conservadora manter as NTN's até pelo produto que elas vendem. Mas, por um motivo, existem ainda muitos ativos a serem monetizados, sem sombra de dúvidas, entre as quais, inúmeras empresas que devem e que têm menos liquidez. Esses papéis estão rendendo e estão sendo adequados à massa.

Agora, qualquer negociação, o senhor pode marcar, com certeza, e será via leilão, sim. Se não, não há como me posicionar se é bom ou não para a massa; e estou lá defendendo os interesses de todos os credores e não só do Banco Central. Por mais que existem colocações, também posso dizer a V. Exªs que atendo a todas as recomendações do Banco Central sim, desde que legítimas; desde que legais, desde que eu possa responder por elas, pois sou eu quem responde perante a lei. V. Exª pode ter certeza de que – já fiz isso na minha vida profissional, por isso posso dizer - se, porventura, tiver uma determinação para a qual eu não encontre base legal, vou questionar sim e vou embora, se, porventura, não for convencido daquela legalidade ou de alguma legalidade que possa ter e que eu não esteja enxergando.

Presidente, V. Exª pode ter certeza disso. Aliás, é uma das perguntas. Temos uma equipe lá comandando de oitenta e poucos funcionários, dentre os quais dez são vinculados ao Banco Central e eu sou o único que ainda está na ativa. É o que tocamos. Esse grupo que representa R$11 bilhões; que à época da intervenção, que era bem maior com quatrocentas agências, treze, quatorze mil funcionários, havia, só de diretoria, provavelmente, mais de cinqüenta pessoas. E estamos tocando de uma maneira, é claro, simplória, pois não sou banqueiro, apesar de ter sido administrador, Diretor de um Banco e Presidente do BESC, em um certo sentido de liquidação. Agora, procurando fazer valer o que diz a lei. Não para demorar. Senador, V. Exª me desculpe, mas me perguntaram e eu gostaria que V. Exªs me poupassem de perguntar quanto eu ganho. Eu ganho do Banco Central. Estou na ativa. O Banco Central paga o meu salário, e há um adicional lá da massa, sim e nada mais. Mas gostaria que V. Exªs me poupassem de dizer quanto que é.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Não o salário de V. Sª, mas quanto custa para a massa essa estrutura?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Tenho algumas informações, aliás foi pedido da própria Comissão, estou levantando para apresentar ao Banco Central, e ser posteriormente encaminhado pelo órgão competente a V. Exªs. O último semestre agora, de 2004, revela um custo semestral à massa, o primeiro semestre todo, R$9.025.900,00; a equipe do liquidante recebe R$273.800,00 com todos os encargos. Despesas com o liquidante e sua equipe no semestre.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Mas o custo da massa, no semestre, foi de R$ 9 milhões?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Nove milhões, zero vinte e cinco.

O SR. PRESIDENTE ((Aelton Freitas) – Ou seja, R$ 1,5 por mês?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Um milhão e meio por mês.

Custa R$1,5 milhão, desde água, luz, telefone, tudo. Também que isso é necessário até por conta de defesa dessas ações. Aqui nesses R$ 9 milhões estão até os honorários que são pagos ao advogado, todo o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Com a compreensão dos Srs. Senadores, só mais uma pergunta.

Nos ouvimos bem do liquidante, Dr. Natalício, que se não for feita à vontade dele e de qualquer outro liquidante, ele pode é pedir as contas e encerrar a liquidação. Mas pelo que vimos naquele vídeo, deve ser feita a vontade do Banco Central. Mas do ponto de vista de V. Sª, suponhamos que V. Sª queira e vai dar a sua posição.

O que faltaria no entender de V. Sª. para que, como liquidante, pudesse encerrar a liquidação, pagando todos os seus credores. Caso seja possível concluir a vossa vontade, que tempo V. Sª imagina que poderá necessitar para concluir, para encerrar a liquidação do Banco Econômico?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – É pertinente, posso lhe dizer, até já tendo respondido, apesar de não ter, aparentemente, atingido todo o meu objetivo de esclarecimento, tenho, voltando ao assunto, três pontos fundamentais nas quantificações de passivos:

Concic, aquela maluquice de transformar devedores em credores; tenho Caixa Econômica, para saber se sou credor ou devedor. Afinal, meus cálculos já quase que definitivos, porque tive que adotar caminhos paralelos para chegar a um valor que posso apresentar para a Caixa e não a Caixa me apresentar; e inquestionáveis, dão conta que o crédito da Caixa Econômica deve girar em torno de R$ 400 milhões, dos quais já fiz apontamento contábil correspondente; mas preciso fechar a posição. E a pendência de tributos, que beiram a R$ 1,6 bilhão.

Estes três pontos, eu entendo como fundamentais. É claro que com alguma engenharia, porque não espero ter uma solução rápida para o tributário, isso é demorado mesmo, principalmente precisa-se de muita paciência e demonstração de que é indevido.

Poderia até contar uma história a respeito de grande parte desse valor. Mas V. Exªs também estão cansados.

Solucionado isso, ou guardado mecanismos para proteger os credores dos reflexos positivos ou negativos desses valores, não mais do que oito, ou dez meses, estaria maduro para ser apresentado alguma coisa. Agora, cabe-me sim, apontar e sugerir se adequado aquele momento. Não me cabe decidir. Não é papel do liquidante, é papel do Banco Central. Gosto muito de apresentar essas coisas, bem separadamente. V. Exªs colocaram por diversas vezes como a liquidação como uma extensão do Banco Central, não sei como fazer para convencê-los do contrário, pode existir em algum lugar, no Econômico, não existe, desculpe, mas não existe. As decisões sim, são necessárias, são submetidas e questionadas, quando a resposta não vem e cobradas, quando o Banco Central demora em formatar, cobradas, sim, cobradas. Na condução de uma negociação com credores, para ser formatada, muitas vezes, são grandes as transigências, como até foi aqui dito que é uma loucura esses juros passados no Brasil. Então, tem créditos que não correspondem à realidade de valores, tem, sim, e os valores estão lá

contabilizados anteriores à intervenção, inclusive. E, para receber, hoje, valores anteriores àquele, tenho que ter alguma proteção. E, na extensão da Lei das Liquidações, compete ao Banco Central até o fato de eu contratar algo de relevante para defesa do interesse da massa, até para que não fique na mão unicamente do liquidante, como se fosse ele um todo-poderoso, como foi dito aqui, não é essa a realidade do dia-a-dia, Senadores, com toda convicção não é essa a realidade do dia-a-dia. Quero fazer, sim, um bom trabalho, espero concluir isso, porque também já estou cansado, não faz parte da minha atividade normal no Banco Central e acho que, se não avançar também, não foi quanto a espaço de ficar lá por ficar, não vale a pena. A imprensa foi benevolente comigo quando falou isso, mas daqui um ano, se eu não tiver solução para os principais problemas, ao contrário de ver isso, vou ver uma situação de incompetência. Então, estou encerrando minha carreira no Banco Central, não pretendo sair como vadio, vagabundo ou coisa dessa natureza, são serviços bem prestados.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Nobres Senadores, a posição do nobre liquidante me colocou mais uma dúvida e eu queria pedir permissão para mais uma pergunta: Se existe critério para o Banco Central nomear um liquidante e para substituí-lo, a não ser, como já ficou provado aqui, que não faça o interesse da instituição, ou seja, do Banco Central, que é trocado, e se é, como se dá isso, se é por um Conselho, se é indicado apenas pelo Presidente ou pelo Diretor dessa área, e, quando é alguém que está na ativa, como é o caso de V. Sª, e quando pode ser chamado alguém que já se aposentou e vem a ter uma nova colocação. Quais são os critérios, se existem, para isso?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – No meu caso, vou falar mais como palpite. No meu caso, na minha nomeação, agora, já ouvi no curso de reuniões no Banco Central pedindo aos setores competentes, tem um setor, um departamento que trata das liquidações, que cobra. O Banco Central, no **interface**, me cobra mensalmente todas as informações necessárias às análises dele. Meu balancete, o balancete do Banco Econômico é apresentado no dia 20 do mês seguinte ao mês concluído, religiosamente, e sou cobrado. A nomeação é apresentada ao diretor por esse departamento, que encaminha ao Presidente do Banco, de acordo com o que recebeu do departamento, não é aleatório. Quero crer, estou falando isso do que ouvi, que a minha nomeação não seja por eu estar passando por ali, tomara não. Agora, posso dizer para V. Exªs, sem sombra de dúvida, que não reclamo de estar lá porque eu poderia ter declinado do convite, sem sombra de dúvida, apesar de eu ter, se V. Exªs quiserem ler o que diz o Procurador da 1ª Região a meu respeito, até como formador de bando numa ação, que é essa da Concic, que não reconheço um crédito de 100 milhões como alimentar, quero crer que, na decisão de optar pelo meu nome tivesse algum elemento técnico e não por estar passando.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Então, conforme confirmado por V. Sª, se algum Senador desta Subcomissão solicitar de qualquer banco que está em liquidação, das mais de 80 instituições que existem no País, mês a mês, desde que começou a liquidação, o Banco Central tem relatório, então, para apresentar, conforme a solicitação de algum Senador que queira ter conhecimento de alguma instituição em liquidação. Não é isso que V. Sª acabou de confirmar?

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Contábeis sim, todas, inclusive o que se chama lá de informações gerenciais, mensalmente.

Posso dizer aos Senhores que a liquidação do Econômico é uma liquidação tranqüila, com respeito a verbas ou valores até pelos custos que existem de ativos e passivos. Não sei se tem isso de todas as liquidações. Se o senhor pegar um consórcio, não quero falar o nome da cidade, para não desmerecer a cidade, até por não conhecer, o que muita gente faz, mas se pegar um consórcio que não tem recurso nenhum, aliás, não tem nem computador, acredito que não vai ter as informações, provavelmente. Aliás, não vai ter nem documentação para mandar para o juiz de falência quando decretada a falência.

Agora, das principais liquidações, com toda certeza, sei que o Mercantil de Pernambuco tem, sei que o Nacional tem, sem que o Bamerindus tem, até porque não é também tão isolada. Conversamos. Somos colegas atuais ou passado de Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Eu me dou por contemplado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Tenho uma pequena pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Pois não, Senador Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Exª se referiu aí que, lá na frente, os títulos vão valer a mesma coisa, V. Exª se referia à NTN e esses títulos vencem em 2024, lá na frente, daqui a vinte anos.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Perfeito. Eu diria que neste conjunto sim, ele só vale o valor de face no vencimento, só.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Não havendo mais nenhuma dúvida, nos damos por satisfeitos e agradecemos a presença de V. Sª.

Logo em seguida, convido o Dr. Ângelo Calmon de Sá, para fazer também a sua exposição.

Muito obrigado.

Queria, em nome da Subcomissão, agradecer a presença do Dr. Ângelo Calmon de Sá, mas antes de fazer a leitura do Requerimento encaminhado ao Plenário pelo Senador Tourinho, para que sejam tomadas as devidas providências.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhado ao Presidente do Banco Central, Exmº Sr. Henrique Meirelles, o seguinte pedido de informações.

Com o intuito de subsidiar os trabalhos da Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras do Senado Federal, solicito as seguintes informações em relação à liquidação do Banco Econômico:

1ª: Quais os créditos que foram pagos depois da decretação da liquidação e antes da classificação dos créditos. E quais os respectivos títulos e motivos? Quais as transferências efetuadas pelo Banco Econômico em liquidação ao Banco Central do Brasil? E quais os respectivos títulos e motivos? Quais dessas transferências foram efetuadas antes da classificação dos créditos? Quais as receitas de qualquer natureza e valorizações de ativos em geral ocorreram após a decretação da intervenção extrajudicial do Banco Econômico, informando os títulos e motivos, bem assim o valor e o modo pelo qual foram registrados na contabilidade da instituição financeira, primeiro sob intervenção, depois sob liquidação extrajudicial? Quais as posições ativas atreladas ou influenciadas diretamente pela variação cambial se encontravam na situação patrimonial do Econômico ao tempo de decretação da intervenção e posterior liquidação extrajudicial, com os respectivos títulos? Quais as posições dessa natureza foram adquiridas ao tempo de intervenção e da liquidação extrajudicial com os respectivos títulos? Qual a evolução patrimonial dessas posições até o momento, bem assim as respectivas valorizações e como foram registradas na contabilidade ao longo do tempo?

5ª: Quais as contratações de prestações de serviço em geral de fornecimentos que foram efetuadas desde a intervenção extrajudicial até o presente momento, informando as pessoas naturais ou jurídicas contratadas, o objetivo do contrato e o valor do contrato referido.

Foram realizadas licitações ou alguma modalidade de seleção para a escolha desses contratantes?

6ª: Quais as ações judiciais que foram propostas ou estão em andamento contra o Banco Econômico em liquidação e quais os respectivos valores pretendidos.

Informar e descrever se em algumas dessas ações ocorreu incidente ou alegação decorrente de não atendimento ou perda de prazo processual imputável ao Banco Econômico em liquidação.

Caso afirmativo, qual o impacto patrimonial desse fato processual, em face da situação patrimonial do Banco Econômico em liquidação?

7ª: Quais as multas que foram aplicadas ao Banco Econômico a partir da data em que foi decretada a intervenção extrajudicial, especificando a causa, os respectivos valores e quais as providências administrativas, contábeis e legais que foram adotadas pelos investidores e liquidantes.

8ª: Quais as ações trabalhistas que estão em curso contra o Banco Econômico, especificando os respectivos reclamantes, valores individuais originais e atualizados, bem assim quais as providências administrativas, contábeis e legais foram adotadas pelos interventores e liquidantes.

9ª: Quais os juros legais e contratuais foram pagos ou provisionados pelo Banco Econômico a partir da data em que é decretada a intervenção extrajudicial, especificando a causa, os respectivos valores, os períodos a que se referem e quais as providências administrativas, contábeis e legais adotadas pelos interventores e liquidantes?

10ª: Qual a responsabilidade imputada aos acionistas, administradores e aos acionistas não administradores pelos fatos que levam à decretação de intervenção subseqüente, liquidação extrajudicial do Banco Econômico.

11ª: Em relação às empresas subsidiárias do Banco Econômico houve delegação do liquidante aos antigos acionistas para sua administração?

Essa é uma pergunta.

Em relação à CST, como foi feita a delegação para a construção de unidades residenciais e comerciais, loteamento de 14 mil metros quadrados na Avenida Antonio Carlos Magalhães, em Salvador?

Houve algum tipo de licitação para a escolha dos construtores?

Qual o resultado do empreendimento?

Em relação à Usina Aliança, que tipo de controle o liquidante exerce sobre as operações das vendas?

Sala das Comissões, Senador Rodolpho Tourinho.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao Plenário do Senado para as devidas providências.

Seja bem-vindo, Dr. Ângelo Calmon de Sá.

V. Sª tem a palavra. Sinta-se à vontade para as suas explanações.

O SR. NATALÍCIO PEGORINI – Sr. Presidente Aelton Freitas, Senador Edison Lobão, Senador Rodolpho Tourinho, senhoras e senhores, eu começaria dizendo que, dado o adiantado da hora, eu já cortei partes de minha exposição. Espero não cansar esta Comissão com a nossa exposição.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Como V. Exª trouxe o material por escrito, é bom que deixe uma cópia na íntegra para o estudo da Comissão.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Eu deixarei. Tenho uma cópia aqui, na íntegra.

É com prazer que compareço a esta Casa para trazer meus comentários a esta Subcomissão que trata da liquidação de instituições financeiras.

Passados quatros anos desde que compareci perante a CPI sobre o Sistema Financeiro, neste Senado, eu diria que a liquidação do Banco Econômico, sob o ponto de vista do seu encerramento, pouco progresso fez, apesar de terem sido feitas amortizações à dívida com o Banco Central do Brasil, conta reserva bancária, e ter havido dramática evolução no valor dos seus ativos, constituídos por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, além da realização de valores expressivos na venda, através de leilões, das participações petroquímicas e siderúrgicas do banco.

Cabe aqui destacar que as minhas relações com os prepostos do Banco Central, dois interventores e três liquidantes, por vezes veemente, sempre se destacaram pelo respeito mútuo, o que levou a uma colaboração profícua. Entendi sempre que a função de preposto na autarquia levava a certas atitudes e à execução de deliberação com as quais eu não concordava e não concordo, muitas das quais já objeto de medidas em juízo. Entretanto, tenho que reconhecer que todos esses homens deram os seus melhores esforços e habilidades para que o Econômico alcançasse uma posição superavitária. Não posso deixar de destacar a atuação do nosso Natalício Pegorini, que acabou de aqui depor, que, sem dúvida alguma, com o seu talento administrativo e conhecimentos contábeis, fez um trabalho decisivo na reordenação do Econômico, presidindo o seu re-equilíbrio patrimonial nas condições adversas que lhe impõem o Banco Central, gerindo hoje não somente um superávit de fato, mas também contábil, se considerarmos que no balancete de setembro de 2004 o passivo a descoberto do Banco é de apenas 26,8 milhões de reais, representando 0,2% do ativo total de 11,6 bilhões, o que revela a inexorabilidade de sua reversão. Na ocasião do meu depoimento na CPI, fiz uma análise dos problemas que atingiram o Sistema Financeiro Nacional, e, em especial, dos que levaram à intervenção no Banco Econômico. Os problemas do Sistema Financeiro começaram a se explicitar inicialmente nas instituições públicas e culminaram com a instauração, em 30 de dezembro de 1994, do Regime de Administração Especial Temporária, RAET, no Banespa, seguido pela imposição de regimes especiais a outros bancos estaduais. Essa situação dramática, que atingiu dezenas de bancos privados e públicos, mostrava a frágil estrutura do Sistema Financeiro Nacional, refletindo a fraqueza das empresas nacionais e as dificuldades financeiras do setor público, provocadas pelas elevadas taxas de juros praticadas por anos em nossa economia, o que comprometeu profundamente a sua liquidez. No Sistema Financeiro Privado essa reestruturação começou com as intervenções no Banco Econômico e Mercantil de Pernambuco, em agosto de 1995, seguida pela intervenção no Banco Nacional, depois no Banorte e no Bamerindus, no que se refere apenas aos grandes bancos. Enquanto que outros bancos foram vendidos ou absorvidos por outras instituições, a maioria das quais estrangeiras, o Econômico ficou fechado durante nove meses. Para enfrentar essa situação à época, o Banco Central dispunha apenas da Lei 6.024 e do Decreto 2.321, que são leis punitivas, mas absolutamente ineficazes e mesmo perversas para a proteção da poupança popular e para a salvaguarda do próprio Sistema Financeiro que, a rigor, são atribuições do Banco Central.

Ao decretar a intervenção no Banco Econômico, que o presidia, o Banco Central do Brasil atingiu de forma intensa aqueles que pretendia proteger, criando um clima de insegurança para os clientes, de pânico generalizado aos clientes dos bancos privados nacionais, que fizeram migrar seus recursos para os bancos públicos e para os bancos estrangeiros. Para que V. Exªs tenham uma idéia, nos dias que se seguiram à intervenção no Banco Econômico, o Banco Central, reconhecendo implicitamente o caminho equivocado que adotara com relação ao sistema, liberou depósitos compulsórios, em montante superior ao equivalente a 20 bilhões de dólares em uma semana, para evitar uma reação em cadeia que levaria ao caos o Sistema Financeiro. No caso do Banco Econômico, essa falta de criatividade ou até a recusa em se tomar como exemplo o que já era prática comum na maioria dos países, quer emergentes, quer desenvolvidos, causou danos e angústia aos seus quase 1 milhão de depositantes, quase 10 mil funcionários e 70 mil pequenos acionistas, sem falar nos danos causados à Bahia e ao Nordeste, atitude que, devo ressaltar, o Banco Central não mais repetiu, ele não mais procedeu a nenhuma outra liquidação ou intervenção com a brutalidade com que o fez no Econômico, em que encerrou suas agências por 9 meses. Entretanto, o Banco Central do Brasil manteve o Econômico fechado, sob intervenção,

durante nove meses, período durante o qual quase um milhão de clientes não puderam ter acesso aos seus recursos, causando, além do mais, gravíssimos prejuízos à instituição, que durante esse período em que esteve paralisada, mas seu corpo funcional integralmente mantido, criando aos funcionários ansiedade devido à incerteza de sue futuro. A gravidade da ação precipitada e a intangibilidade dos depósitos tiveram conseqüências dramáticas, levando à Corregedoria-Geral da Justiça no Estado a suspender o serviço de protesto de títulos.

Após nove meses de fechamento, não sem antes de o Banco Central recusar, em janeiro de 96, uma proposta do então interventor, para a estruturação do Econômico, parte do ativo foi transferido para outra instituição em troca da função do passivo equivalente. Os intangíveis, inclusive o fundo de comércio, foram transferidos por curso zero, não obstante o adquirente desse acerto continuar usando o nome do Econômico, criasse logotipo que não se distinguia do seu, usufruir de sua clientela, aproveitar-se de seus sistemas e segredos comerciais.

Três meses depois da intervenção do Econômico, o Banco Central agiu totalmente diferente ao intervir no Banco Nacional. Apoiado em medida provisória, em atos normativos editados no dia da intervenção, usou recursos do Proer – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro, e promoveu a transferência de ativos a outra instituição financeira, que pagou à intervinda – o Nacional –, o valor do seu fundo de comércio, prática adotada em todas as intervenções posteriores.

Essa mudança de orientação evitou prejuízo, qualquer prejuízo aos clientes dessas instituições, que apenas notaram que a agência em que tinham conta não era mais do Nacional, não era mais do Bamerindus, mas continuaram a usar seus talões de cheques sem nenhuma perturbação.

Esses três imperativos legais, a proteção da poupança, a manutenção da confiança no sistema e pagamento do fundo comércio foram facultados pelo Proer.

Não obstante esse e outros fatos, como as dívidas não pagas das estatais, como por exemplo a da Sudamam e Siderbrás, que oneravam seu patrimônio e o seu caixa, o Econômico continuou a crescer, a ser doador no mercado interbancário, a merecer a confiança que angariava entre seus clientes e as salutares invenções no setor privado.

Quero aqui relatar que durante a intervenção milhares de pessoas depositantes e clientes, quiseram e efetuaram depósitos no Banco Econômico sob intervenção, não obstante saberem que o dinheiro se tornaria indisponível.

Em resumo, como disse aqui, saltando algumas coisas, eu diria que a intervenção no Banco Econômico, que foi extremamente traumática, deveu-se à crise de liquidez, conseqüente do Plano Real, que atingiu ao sistema todo; à falta de pagamento do setor público; à crise da dívida mexicana e aos rumores sobre a situação do Banco.

No dia 11 de agosto de 95, para fazer frente ao seu débito junto à reserva bancária no Banco Central, no valor de 2.980, o Banco Econômico tinha a garantia de um montante de 4 bilhões 120. Sendo 2 bilhões 395 milhões de créditos privados e públicos caucionados àquela instituição, 603 milhões em recolhimentos compulsórios em moeda e um bilhão 122 milhões de outros créditos contra o Governo Federal.

Verifica-se por aí a solvência do Econômico.

Assim, o que se pode concluir, pelo menos no caso do Econômico, é de que a intervenção não se justificava. Havia disposição dos acionista-controladores de transferir o controle da instituição a um outro banco, e isso era do conhecimento do Governo.

O que se viu foi por um capricho, até hoje não explicado, decretada a intervenção de forma brutal do Econômico. Dessa forma, no dia 11 de agosto de 1995, o Banco Central interveio no Banco Econômico, prorrogando o regime pelo prazo de um ano, o máximo permitido pela Lei nº 6.024.

Nesse período, o interventor do Banco Central, com o nosso decidido apoio, paralelamente às suas atribuições rotineiras, contratou uma consultoria internacional o **Swiss Bank Corporation**, que elaborou um projeto de reestruturação e recuperação do Econômico, preparando-o para ser vendido aos vários interessados que se apresentaram. Apresentados pelo interventor o plano e o relatório ao Banco Central, em que ele propunha a imediata retomada da atividade do Banco, a autarquia limitou-se a substituir o seu preposto.

A exceção do Proer foi possível pela adoção parcial do plano elaborado no primeiro interventor do Banco Central, que ensejava o uso das disponibilidades do Banco Econômico numa forma multiplicadora. Decorridos nove meses da data da intervenção, em maio de 1996, o interventor de então celebrou sete contratos sobre a regra do Proer, sendo que o último foi lavrado em 7 de agosto de 1996. Todos os contratos, porém, tinham a data de vencimento – 8 de agosto de 1996 – a escolha deste termo não tinha qualquer significado oculto, ainda que o objetivo da escolha fosse transparente, não era menos sinistro no dia 11 de agosto de 1996 a intervenção completaria um ano, e nos termos do art. 4º e 12º da Lei nº 6.024, o Banco

Central deveria, até aquele dia, restaurar a sociedade e entregá-la aos seus acionistas, decretar-lhe a liquidação, autorizar o interventor a requerer a falência. Isso é o que diz a lei.

O Banco Central emprestou, quer dizer, através do Proer, nesses cinco meses, a quantia R$5,2 bilhões, principalmente lastreadas em títulos públicos que venciam em 2024, os **Par Bonds** e em prestações mensais de janeiro de 2009 e janeiro de 2027 os SVCs. O Banco Central e a massa do Banco Econômico e o preposto autarquia tinham plena ciência ao contratarem que os contratos só poderiam ser pagos com o produto do resgate dos títulos, quando tivesse atingido seu termo. Entretanto, razão de ordem legal ainda mais relevante, e que não poderia ser contornada, deveria ter impedido a contratação na forma pela qual se concretizou. A Circular 2636, que regulamentou o Proer, estabelecia a concomitância do prazo de vencimento do mútuo ao termo final dos títulos que o garantiam. Para isso, o Item II do seu art. 1º explicita que os empréstimos terão prazo e forma de pagamentos fixados pelo Banco Central, considerando as condições de prazo e forma de pagamento dos títulos e direitos em que se baseiam a operação. Não obstante a clareza do texto legal, o Banco Central e o Banco Econômico estipularam prazos impossíveis de cumprir. É óbvio que era impossível a qualquer banco do Planeta, inclusive sob intervenção, no prazo máximo de 90 dias ou 24 horas, angariar valores para pagar pouco mais de 5 milhões, tarefa sobre-humana para um banco sob intervenção que a autarquia sabia não ter e não poder obter tais recursos. Era inevitável. Aquilo que o Banco Central e o seu preposto desejavam aconteceu. No dia do vencimento dos sete contratos, o interventor declarou que não podia pagar os saldos devedores dos contratos do Proer, naquela altura já em R$5,4 bilhões. E assim o Banco Central liquidou os contratos firmados no âmbito do Proer, sem qualquer necessidade de ser liquidado naquela data, a não ser pelo contrato que redigiu, e contrariando a sua própria regra, debitando os valores correspondentes à liquidação na conta de reservas bancárias do Banco Econômico, que, não possuindo suporte para tanto, resultou negativa e, como disse aqui o Dr. Pegorini, isso levou o Banco à liquidação. Em razão disso, o Banco Central emitiu o Ato Presi 561, de 10 de agosto de 1996, decretando a liquidação extrajudicial do Banco Econômico, tendo em vista a existência de passivo a descoberto, que ele mesmo criou, e a viabilidade de normalização dos negócios da empresa. Decretada a liquidação, o liquidante – prestem atenção V. Exªs a isso que vou dizer aqui –, decretada a liquidação, o liquidante passou a registrar contabilmente o valor de todos os títulos públicos que lastreavam o Proer, pelo seu custo de aquisição corrigido, não se excetuando desse critério os **Par Bonds**, como aqui foi declarado pelo Dr. Natalício Pegorini.

A única coisa que eu aproveitaria para esclarecer, e eu me permitiria corrigir o Sr. Pegoroni, eu diria que 99% do que ele disse aqui é exato, é que aquela regra que ele imagina que foi a causa da troca, para mim não tem sentido, porque os **Par Bonds** já estavam dentro do Banco Econômico sob intervenção, quando o Banco Econômico também não tinha agência nenhuma, e eles compraram os **Par Bonds** para o Banco Econômico. Se o Banco Econômico não podia ter, por que é que eles compraram?

Então, obviamente que não foi essa a razão das trocas. Acho, e direi na oportunidade, qual é razão por que foi feita a troca. Mas eles contabilizavam, como foi dito aqui, pelo custo de aquisição.

Em 1997, o Banco Central decidiu, por decisão unilateral, o próprio liquidante aqui reconhece isso, e ao arrepio da Lei citada pelo nosso Presidente, 8.249, substitui os **Par Bonds** pelas NTN's de série A3, criadas pela citada lei. Os papéis eram absolutamente iguais, juros iguais, prazo igual, variação cambial, só que um tinha valor de mercado, como disse o Senador Rodolpho Tourinho, e o outro não tem valor de mercado. Se vão ter o mesmo valor daqui a vinte anos, eu até diria que é óbvio, no vencimento vai ser o valor de face. Mas hoje o **Par Bond** é um papel que tem liquidez absoluta e poderia ser vendido a qualquer momento na Bolsa em Nova Iorque e apurado cerca de 90% de seu valor de face. E o que temos na contabilidade do banco são as NTN's A3, que estão lançadas por cinqüenta e poucos por cento. Até admito que no leilão devem valer 60 ou 70%, mas há uma diferença, houve um prejuízo para a massa. Por quê? Porque o Banco Central, o que ele queria e que era o desejo do então Diretor do Banco Central, Gustavo Franco, era resgatar o valor de reservas do País que estavam comprometidos nos **Par Bonds**. E ele, aliás, fez isso de uma forma muito clara, a primeira providência que ele fez foi emitir um papel novo do Tesouro brasileiro com um juro ligeiramente, aliás, substancialmente maior, de 6% para 8.5%, o chamado Globo 24, e levar esse papel ao mercado internacional para ver se os portadores dos **Par Bonds** trocariam o **Par Bond** que tinha um rendimento menor por um papel com rendimento maior, ainda que sem a mesma garantia. Como o Brasil gozava, naquele instante, após o Plano Real, nisso o Governo Fernando Henrique, de um prestígio muito grande, ele conseguiu trocar muitos **Par Bonds**. Aí ele se deu conta de que dentro do Brasil, na mão das massas em liquidação, existia um volume expressivo, eram, ao todo, quase

cinco bilhões de dólares, que representavam estar presas cerca de quinhentos milhões de dólares, que foi o valor de reserva do País, utilizado para comprar a garantia dos **Par Bonds**, que eram os famosos **Zero Bond Cupons** do Governo americano, que é comprado com um deságio muito grande porque é um papel que não tem juro. Então, ele é comprado por 10%. Então, na verdade, a troca – e estou dizendo isso porque o Diretor Gustavo Franco declarou isso na Câmara e declarou isso numa entrevista daquele Programa Roda Viva, que foi vantagem para o Banco Central porque liberou as reservas. Então, o objetivo foi esse. Só que a minha impressão, pela forma em que os títulos foram contabilizados até 1997, que ele entendia que para o Banco Central o papel continuava, aquele papel novo teria o mesmo valor. Só que – aí vou chegar no que eu ia falar –, em 1997, o Banco Central fez a troca e continuou a NTN até o valor do **Par Bond**. Nós entendemos que houve realmente um prejuízo para a massa. Tanto que nós acabamos por entrar com ação visando ressarcir esse prejuízo que o Banco Central causou nessa troca. Essas ações estão correndo. Não temos decisão final até hoje.

Mas o fato é que a contabilização das NTN,s eram, eles continuaram a contabilizar da mesma forma que contabilizavam **Par Bond,** que é a forma que o Pegorini aqui descreveu, ou seja, era o custo de aquisição mais a apropriação do deságio.

O que ocorreu posteriormente? Com a desvalorização do real, em 1999, quando o Banco Central determinou no Mercantil aquilo que nós vimos aqui o Liquidante dizer: "Não, você faça o deferimento da correção cambial". Porque se no caso Mercantil não tivesse sido feito aquilo naquela hora, o patrimônio do Mercantil virava naquele momento. Ele aí diminui o valor com o deferimento. Nós não estávamos perto de virar.

Mas o Banco Central com a desvalorização do real, ele aí determinou – o que foi dito aqui também pelo Pegorini – que se aplicassem as NTN's A3 à Resolução 550. Que na verdade é aplicável às operações de redesconto na modalidade de operações compromissadas. É um balizamento que o Demab do Banco Central dá para papéis que são cotidianamente negociados em mercado e que, obviamente, tem um valor de mercado. As NTN's não são negociadas no mercado. E o Banco Central estabelece o seu valor diariamente. Qualquer dos Srs. entrar no sistema do Banco Central, da Andima até, ela vai lhes dar. Diariamente o Banco Central diz quanto vale as NTN's A3 que estão no nosso balanço. Diariamente. Porque o cálculo é feito como o Pegorini disse, com o deságio.

Depois de chegar a esse valor, que como ele disse hoje é de 67%, aí eles vão e olham qual é o valor da Resolução nº 550. E aí colocam esse valor. O que tem sido sempre abaixo.

Devo dizer, para ajudar aumentar talvez os mistérios que os Senadores estão encontrando nesses assuntos: nós, desde essa data, 1999, – e não devo dizer que só eu só não – não conseguimos entender qual é o critério em que o Banco Central fixa o valor da NTN A3. Imaginávamos que era como o Pegorini imaginou que seria. Não, a taxa de Juro **Selic** desconta o papel, faz um arbítrio de taxa de variação cambial e desconta. Não, não é. Fizemos todos os exercícios já há cinco anos e nunca bate. A única coisa que a curva de variação do valor da NTN de acordo com o Demab se aproxima, a única curva que nesses cinco anos é quase igual, é a curva do Risco-Brasil. Agora pergunto eu, se o papel é um papel da dívida interna, o que tem esse papel a ver com a curva do Risco-Brasil. Para que V. Exªs tenham uma idéia, nós estivemos praticamente para resolver o assunto com o Banco Central, no final do Governo do Presidente Fernando Henrique, nós fizemos uma proposta que era dentro de uma orientação básica que o próprio Diretor de então, Carlos Eduardo, nos tinha dado e fizemos essa proposta. E a garantia do refinanciamento que nós precisávamos eram os títulos, as NTN's A3. E, sei lá, um mês ou dois meses antes o valor deles era 40% pela Resolução nº 550 – V. Exªs se lembram o que foi o final do Governo Fernando Henrique com a perspectiva da eleição, a perspectiva do Lula ser eleito. Naquela época achava-se que seria uma catástrofe – e o Risco-Brasil chegou a 2000, a passar 2000. Só que no dia que fui ter a conversa com o Presidente de então do Banco Central, Armínio, com Carlos Eduardo e com o Chefe do Delic, Erinaldo, no Rio de Janeiro, em que era para ajustar e a nossa proposta ser aprovada em princípio, ainda que teria que ser implementada, como era o caso do Dr. Armando no outro governo, deparamo-nos com um problema. Qual? A Resolução nº 550, naquele dia, dispunha que o papel NTN A3 só valia 22%. Quando concebemos a proposta, eles entravam por um valor de 43% de garantia.

O Carlos Eduardo me disse muito simplesmente e com toda a sinceridade: "Ângelo, como eu posso receber em garantia um papel, que tem um departamento do Banco Central que diz que ele vale 22% e você o está me oferecendo por 43%?" Aí não se revolveu o assunto.

São coisas difíceis de entendermos. Mas estou contando o que é fato concreto. Não há uma explicação a não ser essa que falei, do Risco-Brasil, que, na minha opinião, não tem nada a ver com o papel da dívida interna, que será honrado aqui, independentemente de o Brasil ter dólar ou não, porque ele pago em reais. A

correção é em dólar, mas ele é pago em reais dentro do país. O que tem o Risco-Brasil com o título da dívida interna? Evidentemente, afeta. O valor do **Par Bond** é afetado na hora. Naquela época, pela primeira vez depois de não sei quantos anos, o **Par bond** cai para 48%. Para quem quisesse ficar rico bastava comprar **Par Bond** no mês de novembro de 2002 e estaria hoje com um **Par Bond** que vale, em dólar, 90. Isso é mercado. Mas esse índice que afetou o **Par Bond**, a rigor, não era para afetar o NTN A3, que é um papel de dívida interna. Obviamente, por diversas vezes, manifestamos por escrito oposição a esse critério de contabilização das NTN's A3, inclusive com ações.

Um ponto importante a ser ressaltado, e que já foi aqui também mencionado pelo Dr. Pegorini, é que o Banco Central vem, periodicamente, recebendo recursos do Econômico. Como ele disse aqui, ele já transferiu ao Banco Central, tirando do caixa do banco, de maio de 2001 até hoje, 5.400 bilhões, que, coincidentemente, é o valor aproximado da nossa dívida remanescente hoje no Banco Central. É bom que se diga que, considerando que o Banco Central recebeu esses recursos e que, a partir desse momento, ganhou Selic em cima disso, essas transferências ao Banco Central, em valor de hoje, correspondem a US$7,5 bilhões, que já foram recolhidos ao cofre do Banco Central.

Ajuizamos duas ações, objetivando a devolução ao caixa do banco dos recursos que entendemos indevidamente utilizados para o pagamento parcial da sua dívida com o Banco Central. Na qualidade de juiz da liquidação, beneficiou-se, em nosso entender, em detrimento de todos os demais credores.

Estou chegando ao final de minha exposição.

É importante ressaltarmos que, há mais de três anos, vimos insistindo em querer encerrar a liquidação. Desde 2001, já apresentamos quatro propostas formais, por escrito, ao Banco Central. Estão todas de acordo com a Lei nº 6.024, cujo parágrafo único do art. 21 dispõe: "Sem prejuízo do disposto neste artigo, em qualquer tempo, o Banco Central do Brasil poderá estudar pedido de cessação da liquidação extrajudicial formulados pelos interessados, concedendo ou recusando a medida pleiteada, segundo as garantias oferecidas e as conveniências de ordem geral".

Quanto às garantias oferecidas, que seriam, obviamente, o mais relevante – pois a conveniência de ordem geral é óbvia –, são títulos do Tesouro. É difícil que o Banco Central diga que essa não é uma boa garantia.

Assim, os pedidos de cessação foram formulados pelos interessados, sempre se subordinando a esses dois requisitos. As garantias, obviamente, são sólidas, possibilitando que o Bacen as receba para lassear seu crédito, já que são títulos do Tesouro Nacional, não permitindo que sua liquidez e certeza sejam colocadas em dúvida. Imagino que o Banco Central não vá fazer isso.

Frise-se que, em 3 de julho de 2003 – ele aqui também confirmou isso –, o liquidante do Econômico, com autorização do Banco Central, publicou edital de leilão para o lote de cerca de 20% do total de NTN A3, para o qual havia comprador firme. Esse leilão contou com nosso total apoio e concordância, tendo sido os interessados na aquisição dos títulos convocados regularmente. Isso ocorreu no dia 3 de julho, autorizado pelo Banco Central onde o liquidante anunciou a suspensão temporária.

Posteriormente, tomamos conhecimento do voto da Diretoria que ele aqui mencionou, aprovado em reunião no dia 27 de setembro, que suspendeu a negociação dos títulos públicos em poder dos bancos em liquidação, especificamente NTN A3. Nunca soube a razão e, pelo que eu saiba, nem o próprio Pegorini sabe a razão.

Quaisquer das proposições feitas para o encerramento da liquidação, quer de financiamento da dívida, com garantia de títulos públicos, quer a de entrega – inclusive, fizemos uma da entrega – das NTN's em dação para pagamento à vista ao Banco Central atende aos requisitos da Lei nº 6.024.

Sob a perspectiva financeira, atende também aos desídios dos demais credores, permitindo-lhes a recuperação dos seus créditos. Para os 70 mil acionistas do banco, o grupo controlador detém apenas 30% da totalidade das ações. Representaria a esperança de recebimento dos seus investimentos ainda que em prazo superior a cinco anos. Entretanto, o Banco Central jamais respondeu oficialmente a essas propostas.

Por outro lado, o término da liquidação colocaria um ponto final num problema que durante nove anos dormitou nos escaninhos do Governo e que poderia ter sido solucionado nos seis primeiros meses da intervenção, sem maiores danos para a sociedade. O pagamento aos credores e a situação absolutamente equilibrada do balanço do Banco Econômico – ativo igual a passivo – na data do término do regime calará as vozes críticas.

Por derradeiro, quero afirmar que, embora eu, os executivos do banco e nossas famílias tenhamos sido colocados à execração pública como se fôssemos delinqüentes e tenhamos perdido a maior parte do nosso patrimônio, confio na Justiça, que demonstrará a lisura da nossa gestão.

Isso é tudo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Muito obrigado pela explanação, Dr. Ângelo.

Com a palavra, o autor do requerimento e primeiro inscrito, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Ângelo, recolho das palavras e da impressão de V. Sª a segurança de que não há uma insatisfação com o liquidante – ele não tem sido predatório no exercício da sua função – mas sim com o Banco Central, que tem adotado políticas diferenciadas em relação a bancos em liquidação inclusive e procedimentos quanto à avaliação do patrimônio do próprio Banco Econômico.

Esta Subcomissão tem o objetivo não de proteger os bancos em liquidação e também não tem o objetivo de proteger o Banco Central. Quer apenas a verdade e buscar uma solução para este problema que se arrasta há tantos anos.

Ainda há pouco, o Senador Rodolpho Tourinho fazia uma pergunta ao liquidante sobre o valor das garantias e quando elas teriam o valor de face, e a resposta foi que daqui a vinte anos. Ora, essas são questões que precisam ficar claras para o conhecimento do povo porque, pelo menos do ponto de vista da imprensa, o que se percebe é que o Banco Central, quando fez as intervenções nos bancos todos, fê-las para defender o Sistema Bancário, o Banco Central e o Tesouro Nacional.

Queremos que também a massa tenha o direito de esclarecer, de trazer suas verdades. Sei que é muito difícil de encontrar a verdade. A partir do instante em que Pilatos perguntou a Jesus o que era a verdade e Ele, há dois mil anos, não quis responder, nunca mais se soube qual é a verdade. Existem três verdades espalhadas por aí, segundo os melhores estudiosos, os filósofos e os sociólogos: a sua, a minha e a verdade verdadeira.

Recordo-me que Afonso Arinos, em discurso histórico que fez por volta de 1957, falando sobre as verdades de Getúlio Vargas, dizia que, se não se sabe nunca o que é verdade, sabe-se o que não é a mentira.

Assim, pelo menos, estamos procurando aproximar uma coisa da outra. Esta Comissão tem a aprovação do Presidente do Banco Central. Isso foi dito pelo Senador Aelton Freitas ainda há pouco, quando abriu esta reunião. O Presidente do Banco Central, aqui mesmo, no Senado, deu sua aprovação à criação da Subcomissão, dizendo que entendia, na existência da Subcomissão, um instrumento de ajuda ao Banco Central para que se chegasse a um consenso final, a uma solução quanto a essas liquidações que não terminam nunca.

Receio que, ao lado de prejuízos que possam, eventualmente, ser dados à massa dos bancos, surjam outros prejuízos ainda maiores para o contribuinte brasileiro por meio do Tesouro Nacional. Na medida em que fosse possível o entendimento do Banco Central o mais depressa possível com os controladores dos bancos sob intervenção e liquidação, isso seria bom para todas as partes. É isso o que estamos procurando fazer aqui, repito, com as bênçãos do Presidente do Banco Central.

Não desejo fazer mais nenhuma pergunta a V. Sª. Sua exposição foi ampla. A documentação está entregue à Subcomissão. Vamos examiná-la detidamente e fazer nossa avaliação. Se for necessário, pediremos sua volta em outro momento e, quem sabe, também do liquidante ou do próprio Presidente do Banco Central. Ao concluirmos essas reuniões, pediremos a presença do Presidente do Banco Central.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Muito obrigado, nobre Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Dr. Ângelo, sua exposição foi muito clara e didática. Outra vez, gostaria apenas da confirmação em relação àquilo que temos colocado aqui quanto aos **Par Bonds** e a essa troca.

Quanto ao Mercantil e o Econômico, estaríamos em outra posição se essa troca não tivesse sido feita.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Sem dúvida alguma. Não há a menor dúvida.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Essa não foi uma troca autorizada pelos controladores ou acionistas do Mercantil nem pelos do Econômico.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Como, aliás, declarou aqui o Dr. Pegorini.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Esse é um ponto extremamente importante no que verificamos aqui.

O outro assunto diz respeito à simplicidade como se trata essa troca. Daqui a lá na frente, eles serão iguais, terão o mesmo valor, mas os papéis vencem em 2024. O Dr. Pegorini também confirmou isso. Esse é um ponto essencial.

O outro ponto perguntei a ele: tenho absoluta convicção de que o fundo de comércio ou seja como for que se queira chamar de um banco fundando em 1834 teria de ter algum valor. O fato de isso ter sido feito sem nenhuma licitação, sem nenhum aviso a acionistas, a credores, a ninguém é outro ponto que também considero extremamente importante e sobre o qua também gostaria de ouvir.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Na verdade, como relatei aqui, ocorreu aqui. Quer dizer, na hora da assinatura do contrato com o Excel – do que, obviamente, não participamos e tomamos conhecimento

depois –, o fundo de comércio do Excel foi transferido por R$1,00. Na verdade, não foi pago nenhum valor. O que não ocorreu, como disse aqui, com os demais bancos. A partir do Nacional, todos tiveram seu fundo de comércio remunerado. O Econômico e o Mercantil foram os únicos que não tiveram seu fundo de comércio. Como o Senador Rodolpho Tourinho declarou, o Econômico tinha um fundo de comércio importante. A mais antiga instituição de crédito privado da América Latina. Simplesmente, esse patrimônio, esse fundo de comércio foi vendido por R$1,00. Para que V. Exª tenha uma idéia do que é que valia esse patrimônio – até vou procurar a documentação para encaminhar a esta Subcomissão –, cerca de seis meses ou mais depois, o Excel vendeu uma pequena participação do Banco Excel Econômico a uma seguradora, que, para ter acesso à rede de agências do Banco Econômico, pagou um valor que correspondia na época a R$500 milhões. Quer dizer, portanto se poderia dizer que isso era uma parte do fundo de comércio. Uma seguradora valorizou isso em R$500 milhões, e os acionistas do Banco Econômico não receberam absolutamente nada quando ele foi transferido – o fundo de comércio – ao Excel.

Pois não, Senador, mais alguma pergunta? (Pausa.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, Sr. Ângelo Calmon, suas explicações foram muito esclarecedoras.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Eu gostaria de aproveitar, porque é um assunto que fiquei muito contente quando vi o Dr. Natalício Pegorini dizer aqui que acha que em 8 meses poderia, ele poderia, ele pelo menos, propor ao Banco Central o encerramento da liquidação se resolvidos os assuntos Conselho Consultivo da Indústria, Comércio e Serviços (Concic), tributários e Caixa. Permito-me dizer que obviamente que se fosse por oito meses eu poderia dizer: "Tudo bem, vamos aguardar 8 meses". Só que minha avaliação não é que o prazo de encerramento dessas disputas será de 8 meses. Em minha opinião, pode se eternizar por anos, décadas até. E já tive ocasião de dizer ao Dr. Pegorini que não vejo por que esses assuntos têm que ser resolvidos. Não há nada que impeça o encerramento da liquidação com eles. Por que digo isso? Porque já há provisão no balanço do banco para a pior hipótese desses três assuntos. Se o banco perder todos três, o balanço do banco já tem provisionamento para isso. Quer dizer, já consta como negativo no banco ele perder a Concic, ele perder todas as tributárias e perder com a Caixa. Então, pergunto eu: se o banco tem ativos suficientes para cobrir essas provisões e para pagar a seus credores, por que não suspender a liquidação? Não há possibilidade, em minha opinião, de a liquidação de qualquer instituição, muito menos a do Banco Econômico, dada a sua complexidade, ser feita com todos os créditos devidamente aferidos, como gostam todos os contadores, porque estão na Justiça. São ações ativas e passivas na Justiça, que o Banco Central tem sido – e principalmente o liquidante Dr. Perorini –, extremamente cuidadoso e profissional da forma mais adequada possível. Então, não há por que aguardar a solução desses três assuntos. Ele me perdoe, mas discordo e já disse a ele. A liquidação pode ser encerrada a qualquer momento, depende única e exclusivamente de o Banco Central decidir que quer fazê-lo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sem nenhum prejuízo para o Banco Central?

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Nenhum. Receberá em moeda corrente, se quiser, o seu crédito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Com essa provisão feita nesses três casos é que aponta aquilo que o senhor falou, de R$20 milhões negativos *(inaudível)* de oposição, não é isso?

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – É, só isso. O que dá a entender, e é a única interpretação que posso ter, é que é claro que, no dia em que a liquidação for encerrada, vão existir passivos na massa que os controladores assumindo a massa vão conseguir negociar e reduzir o valor. E existem ativos que o Banco Central, com sua máquina, não conseguiu, melhor dizendo, o liquidante, com sua máquina – que é até uma pequena máquina, como ele disse –, não conseguiu cobrar e que vamos conseguir cobrar. E é exatamente isso que esperamos que algum dia possa sobrar para os acionistas. Porque se a liquidação for encerrada hoje, o balanço do banco é zero a zero, os acionistas não receberão absolutamente nada. No momento do encerramento da liquidação não há sobra. Não é possível dizer que os acionistas do banco ficarão bilionários. Não ficaremos bilionários de forma alguma. Eles podem, ao longo de cinco ou dez anos – não sei o prazo –, se bem administrarem a massa em liquidação ordinária, que não será mais um banco, recuperar ativos e ganhar ações que lhe permitam reduzir os passivos, sejam trabalhistas, fiscais ou de terceiros.

O banco tem todo o seu passivo hoje, com exceção do passivo com o Banco Central, com o BNDES e com o IRB, e está questionando o valor dos demais passivos – todos aqueles mencionados pelo Pegorini e todos os outros.

Há créditos que o Banco Central levou a zero, dizendo que não valiam nada, mas vamos conseguir recuperar algo. Portanto, seria absolutamente legítimo que os acionistas recebessem o que não pagaram de

passivo e o que recuperaram de ativo. O Banco Central sabe que existem formas de se resolver esse assunto já. Não sei por que não quer resolver. Apenas posso dizer a V. Exªs que tenho insistido, com propostas escritas e verbais, para que a liquidação se encerre.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E o que o banco responde a essas propostas?

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Nada. Por escrito, nunca respondeu. Apenas no final do Governo do Presidente Fernando Henrique houve um interesse do Diretor Carlos Eduardo, no momento em que assumiu a Diretoria do Banco Central. Eu não me esqueço desse dia. Éramos conhecidos de longa data, pois há mais de 30 anos eu conhecia Carlos Eduardo. Ele me chamou e disse: "Ângelo, temos de encerrar essas liquidações". Virei-me e respondi: "Carlos Eduardo, antes precisamos vender as participações petroquímicas – que já estavam sendo vendidas quando ele assumiu – e as participações siderúrgicas. Depois que vendermos isso, que realizarmos esses ativos, creio que ficará mais fácil encerrarmos a liquidação". Era realmente necessário realizar esses ativos naquele momento. Quando terminou – como eu disse –, ele fez um esforço para encerrar. No caso do Banco Mercantil, ele deixou um voto pronto, aprovado pela Diretoria. V. Exªs sabem disso, porque ouviram o Dr. Armando dizer isso na reunião. No nosso caso, ele deu uma orientação para uma proposta que, infelizmente, não foi implementada pelas razões que já relatei da redução do valor das nossas NTN's. No caso do Mercantil, não foi atingido porque o seu valor de **Par Bond** já era tão baixo que não foi atingido naquela época por ter a correção diferida. Portanto, a proposta do Mercantil prevalecia. A nossa, não, porque daríamos em garantia.

Essa é a realidade dos fatos. Entendo que muito do que impede o Banco Central de resolver essa situação são pressões – diria –, talvez até da própria sociedade, algumas criadas por eles mesmos, haja vista a maneira como divulgaram essas intervenções no começo. Hoje, não se sentem à vontade. O Diretor Carlos Eduardo declarou, certa vez, em dois jornais, esse problema de liquidação, dizendo: "Se resolvemos, somos criticados; se não resolvemos, também somos criticados, mas minha decisão é resolver". Ele disse isso e buscou uma solução. Preciso reconhecer que Carlos Eduardo tentou resolver o problema, mas não conseguiu. Isso ocorreu já no final. Ele deixou tudo alinhavado e até hoje nada foi resolvido. Já se passaram dois anos e o problema não foi resolvido. Essa é a realidade.

Esta Comissão – talvez daí o Presidente Meirelles tenha aprovado com tanto entusiasmo – dará respaldo ao Banco Central para tomar a decisão de encerrar. Não há nenhuma justificativa, no caso do Mercantil, no nosso caso e, muito próximo, o próprio caso do Nacional que também tem títulos públicos. Não há por que não encerrar. Creio que o Banco Central, às vezes, esquece-se de que não foram os banqueiros que fizeram a Lei nº 6.024, nem a Lei de Falências no Brasil. Com que objetivo V. Exªs acabam de aprovar neste Congresso uma modificação na Lei de Falências? Com que objetivo? V. Exªs sabem melhor do que eu: facilitar a recuperação das empresas. Parece que o objetivo do Banco Central é exatamente o inverso. Pensa que é um escândalo as empresas se recuperarem, os acionistas poderem recuperar as empresas. No fundo, há uma dicotomia no que o Governo fez em levar o Congresso à mudança da Lei de Falências e o que o Banco Central faz com os bancos em liquidação, que são bancos em falência. Só que ele é o juiz, o credor, é tudo. V. Exªs destacaram isso e acredito que, como destacou o Senador Rodolpho Tourinho, e eu também. Pelo que conheço, pois vivi no sistema há mais de 30 anos, creio que se deve autonomia ao Banco Central, mas jamais deixando pendurado no Banco Central a responsabilidade de administrar a liquidação de banco. Ele até pode ter o poder de intervir e de liquidar, mas não de administrar, e isso não ocorre em lugar nenhum país do mundo. O Banco da Inglaterra nunca interviu em um banco. Quando um banco está em dificuldades, ele o chama e diz: "Você é quem vai assumir. Dou-lhe as condições. Encerrado o assunto!" Foi o que fez no caso do Baring. A rainha da Inglaterra tinha aplicações no **Baring Brothers**. O Banco da Inglaterra disse: "Vou fechar!" Chamou no fim de semana o **Wing Hang Bank**, da Holanda, a quem disse: "Você é quem vai assumir. Quero as portas abertas na segunda-feira". E, na segunda-feira, as portas estavam abertas. O Banco Central já fez isso no passado. No tempo do Ministro Delfim Netto, muitos bancos foram absolvidos. E este Banco Central fê-lo depois com o Bandeirantes, com o Noroeste, com o Boa Vista porque percebeu que o caminho não era o que fez conosco, nem o que fez com o Nacional, nem com o Bamerindus, porque não existe em nenhum país do mundo um sistema de administração de banco em liquidação dentro do Banco Central. Só aqui! Então, acredito também que esse subsídio V. Exªs vão ter: Banco Central tem que ser autônomo. Eu, que sei como funciona o sistema financeiro, creio que o Banco Central tem que ser autônomo. Mas, na hora de conceder-lhe autonomia, deve-se tirar o penduricalho de ele administrar a liquidação. Não convém, pois não sabe fazer como deve, acabando por ficar receoso: "Não sei. O Ministério Público vai-me criticar. Os acionistas vão protestar". É verdade. Existem inúmeros casos em que o Banco

Central encerrou a liquidação e o Ministério Público até hoje tem ação contra o encerramento da liquidação, como liquidações que o Banco Central encerrou e os acionistas entraram contra o termo de acordo assinado entre o controlador e o Banco Central. Não vou dizer que é fácil para o Banco Central, pois estaria faltando com a verdade. Sei que não é fácil, mas acredito que a liquidação do Mercantil e do Econômico poderia ser encerrada com facilidade se o Banco Central assim o quisesse. Que chame o Ministério para participar do encerramento da liquidação. Eles ficam com receio porque existe uma ação de uma Procuradora do Ministério Público dizendo que haveria possibilidade de enriquecimento ilícito dos controladores dos bancos, se o Banco Central recebesse os papéis, as NTN's, por valor de face. Essa ação existe. Mas essa mesma Procuradora, nesse processo no qual somos parte, motivo pelo qual conhecemos a ação, diz que o Banco Central não devia receber as NTN's por valor de face, mas sim pelo custo de aquisição corrigido ou por meio de venda em leilão. Então, são duas sugestões ao Banco Central. Se ele fizer qualquer das duas alternativas, no caso do Econômico, vai sobrar dinheiro, além de pagar-lhe. Sobra dinheiro! Porque, se a 57% como o Dr. Pegorini disse aqui, fechamos setembro com vinte e seis milhões de saldo negativo. Se for ao valor que a Procuradora defende, que é o custo de aquisição mais a correção – o Pegorini disse 67% – isso dá mais 10% sobre o valor de face, dá mais de novecentos milhões, significa que o Banco Central diz "eu vou receber o papel pelo o custo de aquisição corrigido".

Eu vou dizer "ok". Ele vai receber o papel e ainda vai sobrar novecentos milhões no balanço do banco. Provavelmente, ele vai dizer que irá cobrar dívida de juros e vou ficar brigando com ele na Justiça. Portanto, caminho para resolver existe, é vontade de resolver. Como digo, pode ser, "não, estou com medo do Ministério Público". Chama o Ministério Público. Quero que vocês participem para ver a lisura com que o Banco Central está agindo no encerramento dessa liquidação.

Acho que já falei demais.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E até o Tribunal de Contas poderia participar.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Com a palavra o nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meu caro Presidente Aelton Freitas, sou punido pelo Regimento da Casa e, por ser membro da Mesa do Senado, não posso participar de Comissões.

Veja V. Exª a minha frustração em não poder acompanhar o dia-a-dia de uma comissão tão importante como esta. Parabenizo V. Exª pela criação da criação desta Comissão que irá prestar um serviço muito grande ao País – é bom que o Senador Delcídio Amaral, um dos mais destacados Senadores que temos esteja na mesa como membro do Governo – pois isso é uma bomba-relógio que, a qualquer momento, vai estourar na mão de alguém e, com conseqüências imprevisíveis.

Falamos agora de banco, mas as pendências judiciais vêm desde aquela época das Cadernetas de Poupança, da Vitória-Minas, de uma infinidade de liquidações feitas pelo BNH, e que ainda hoje os ex-proprietários estão correndo atrás do lucro ou do prejuízo, o País pagando a conta. Se olharmos para a paisagem de Brasília, uma cidade tão moderna, vamos ver o arcabouço de prédios que estão inacabados dependendo dessas decisões, bem como no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Brasil inteiro.

Não há uma solução por que sentaram em cima. É um absurdo e, o pior disso tudo, é o massacre pessoal que as pessoas que dirigem instituições como essas se vêem envolvidas juntamente com a família. Vim outro dia aqui e fiz de vir para conhecer a figura de Dr. Armando Monteiro que merece o respeito do Brasil inteiro pelo seu passado, pela sua vida correta, contar o vexame que passou e que vem passando ao longo da vida por falta de uma decisão.

Não quero aqui discutir a questão econômica, a questão legal por que ouvi – o Senador Edison Lobão estava presente – do liquidante do Banco Mercantil dizer que não sabe ainda por que o Banco Central não tomou uma decisão. A quem interessa isso?

De forma que acho que é chegado o momento de se examinar a questão de uma maneira terminativa, dando-se solução para esses casos. Na época da liquidação, transformou-se homens que deram a vida inteira a essas instituições...

O senhor tem quantos anos de Banco Econômico?

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Trinta e cinco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De vida, não vou perguntar...

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Não tem problema. Quase setenta, sessenta e nove.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas passar por vexames, passar por agressões!

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Senador, perdoe-me, V. Exª sabe a quantos processos penais, a quantos inquéritos policiais tive que responder na Polícia Federal?

Eu que, em minha vida, com sessenta anos, nunca passei por esse dissabor, tendo sido Ministro duas vezes, fui Presidente do Banco do Brasil, fui Secretário

da Fazenda na Bahia e nunca alguém levantou qualquer dúvida a respeito de qualquer ato praticado por mim como gestor público. Então vou praticar ilegalidades em um banco do qual sou o principal acionista? Foram abertos trinta e três inquéritos policiais. Depus trinta e três vezes em inquéritos na Polícia. Foram dias e dias de depoimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quantos foram concluídos?

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Até agora, fui condenado em primeira instância em quatro, absolvido em mais quatro, muitos foram arquivados e outros estão em processo. É um constrangimento. Posso dizer a V. Exª que não desejo a ninguém que tenha tido a vida que eu tive e serviços prestados à Nação entrar na Justiça Federal como réu, acusado de crimes que não cometi. E não eram crimes. O pior é saber que em todas as sentenças, mesmo condenatórias, o Juiz fez questão de dizer que não houve desvio, não houve prejuízo ao banco e nem benefícios aos diretores. Houve crime formal. E eu fui condenado a quatro anos de cadeia. Ou seja, minha condenação e a de meus colegas não foi estabelecida pelo Juiz não. Foi feita antes, quando, acredito, pois só ele detinha as informações, o próprio Banco Central divulgou à imprensa fatos que não eram inteiramente verdadeiros. Vou citar apenas um. Muitas das Srªs e dos Srs. Senadores devem ter assistido, como eu assisti e quase sofri um enfarte, o **Jornal Nacional**, poucos dias após a intervenção no Banco Econômico, dizia que eu e meus colegas havíamos enviado US$500 milhões para queima. E foi traçada na televisão a remessa dos US$500 milhões. Posso dizer a V. Exªs que não era mentira que o Banco Econômico enviou US$500 milhões entre janeiro e agosto de 1995. Mas a Rede Globo divulgou a informação incompleta. O Banco Econômico havia trazido do exterior, do final de 1993 ao final de 1994, US$1 bilhão. E o Banco Central realizou a auditoria no Banco Econômico após a intervenção, e constatou exatamente o que estou dizendo. Nenhuma remessa foi feita ilegalmente. Todas foram feitas com registro na Firce. E constataram que realmente havíamos trazido mais do que enviamos. E enviamos por quê? Com a crise mexicana, muitos dos investidores no Banco Econômico resgataram seus papéis no exterior. E tínhamos que enviar dinheiro para lá para pagar. O dinheiro tinha vindo para cá.

Quando inquirido pela Delegada, Drª Neide, tive o cuidado de contar tudo que estou contando a V. Exªs. Levei o documento da auditoria, que mostrava tudo isso. E ela me disse que eu tinha razão. Mas, mesmo assim, acabaram encontrando uma forma de nos indiciar no processo, que depois foi arquivado. Mas chegamos a ser indiciados.

É só isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Exª tem inteira razão. No momento recente, tenho tido a oportunidade de acompanhar absurdos semelhantes. Temos instalada e emperrada no momento a CPI do Banestado. E os setores mais corajosos do Ministério Público chegaram a afirmar que a evasão de divisas vai a "zilhões". Não sei de quanto é, pois cada versão é única. São situações parecidas. Só se contabiliza o dinheiro que sai, e não o dinheiro que volta. Às vezes, a mesma instituição financeira que enviou o dinheiro, aproveitando a oportunidade de investir lá fora, quando a oportunidade se inverte, traz de volta, e o retorno do recurso não é contabilizado. Se tomarmos todo o dinheiro que dizem que saiu do Brasil, é possível que o valor esteja acima do PIB, o que é uma loucura. A propósito da calúnia, o Dr. Ulysses Guimarães, a meu ver, tem a frase definitiva: "O raio de ação da calúnia é dez vezes maior do que a do desmentido."

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Cem vezes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Tasso, por precaução, já diz que é cem vezes. Concordo.

Agora, a questão é mesmo do Proer. Criou-se uma imagem no Brasil de que o Proer era um Panamá, era um dinheiro tirado do meu, do seu, do nosso, quando na realidade era um fundo dos próprios bancos.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Usando os recursos do compulsório dos bancos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E o fundo foi tão bem criado que o japonês logo em seguida entrou numa crise e fez uso do nosso modelo.

De forma, Sr. Ângelo Calmon de Sá, que, embora não sendo da Comissão, fiz questão de participar neste momento para lhe trazer minha admiração e solidariedade de nordestino e dizer que acredito que esta Comissão começa a dar um caminho para os erros do passado, mas principalmente para prevenir com relação a situações como essa no futuro.

Creio que é preciso dar um basta em questões dessa natureza, porque afinal de contas está se acabando com reputações de instituições tradicionais no Brasil, com vida de famílias, porque se desagrega, quando estamos exatamente vivendo um momento no País em que é preciso construir.

De forma que quero registrar esta minha participação. Em primeiro lugar, parabenizar V. Exª pelo momento da criação da Comissão e, em segundo lugar, um gesto pessoal de solidariedade de um piauiense a

esse baiano que está penando, esperando um dia que a Justiça pelo menos esclareça o que houve.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Senador Heráclito, a Presidência é que agradece a participação de V. Exª, que vem enobrecer muito esta reunião. Além do horário tão avançado, V. Exª está aqui com persistência, assim como o faz o Senador Tasso Jereissati, a quem passo a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Aelton, também não faço parte desta Comissão, no entanto venho aqui porque conheço o trabalho do Dr. Ângelo Calmon de Sá como homem público e também da sua vida privada e, portanto, quero dar esse depoimento.

Nada justifica que o homem que tenha tido a vida que teve que tantos e tantos anos esse processo se arraste, como disse o Senador Heráclito, fazendo um verdadeiro massacre sobre sua vida pessoal, familiar e de todas as pessoas, diretores envolvidos e que podem não ter cometidos erros, erros involuntários aqui e ali, mas nada justifica que mereçam anos e anos desse massacre sem solução, levando a uma penalidade, um apenamento muito maior do que qualquer Tribunal daria a essas pessoas se fosse o caso, e pior, sem julgamento.

Por essa razão cobrar, junto com nossos colegas desta Comissão, que o Banco Central traga a solução, apresente um encerramento, do contrário estará passando para a sociedade uma atestado de falta de justiça e falta de competência por não poder encerrar um processo, uma tremenda confusão criada por ele mesmo.

No meu Estado, o Ceará, o Banco Econômico tinha uma participação intensa, talvez fosse o maior banco de operação de lá, não sei se chega a esse ponto.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Não, depois do Banco do Nordeste.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E acredito que na maioria dos Estados nordestinos, o que deixou um vácuo muito grande que nunca mais foi preenchido.

Hoje tenho repetidamente falado que não temos mais nenhum banco a que o empresário nordestino possa ir e fitar os olhos no banqueiro, o crédito se faz por muitas coisas, mas ainda hoje o olhar entre o banqueiro e o tomador é fundamental. Isso acabou na nossa região e continua existindo nas outras regiões do País, não temos mais nenhum banco que tenha essa característica, o que lamento muito.

Por essa razão, acho necessário que esta Comissão use de seu poder, comandada pelo Senador Aelton Freitas, no sentido de que esse processo seja encerrado de uma maneira pelo menos justa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Queria aproveitar...

O SR. TASSO JEREISSATI PSDB – CE) – Há quanto anos corre esse processo?

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Nove anos e meio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Queria aproveitar para lembrar um fato que ocorre no presente momento, Presidente, com as companhias brasileiras. A Transbrasil quebrou e todas as que sobrevivem começaram a viver uma crise no Plano Cruzado, naquela mudança se começou a obrigar as companhias a praticarem tarifas congeladas completamente em desacordo com o mercado. Todas elas quebraram e ninguém está olhando para esse fato. O socorro está partindo exatamente de quem causou o problema, que foi o Governo. Se formos examinar, Senador Delcídio, veremos isso, aí houve o descontrole. As companhias mais recentes que vieram depois do plano, TAM, Gol, e todo dia aparece uma nova, exatamente porque se livraram daquele momento.

Ninguém ainda questionou o prejuízo que os bancos também amargaram naquele período da transição de plano. Queria apenas fazer esse registro, porque é outra questão grave que o Brasil está vivendo e que vai ter que enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati pela participação, e Senador Heráclito Fortes, mais uma vez V. Exªs vieram enobrecer grandemente os nossos trabalhos.

Queríamos passar a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro gostaria de cumprimentar o Dr. Ângelo Calmon de Sá pela exposição clara, objetiva, e fazer também um pouco minhas as palavras dos Senadores Tasso e Heráclito.

Penso que essa indefinição é a pior coisa que existe na vida, ou seja, não resolver as coisas que se apresentam, é o impasse, que leva a um desgaste pessoal, familiar e da saúde.

Grave também – esse comentário que o Senador Tasso Jereissati fez – é a imagem da incompetência ou da falta de solução, da ineficiência, da ineficácia.

Ouvi o depoimento do Dr. Armando Monteiro, no caso do Banco Mercantil, e o depoimento do senhor também. A iniciativa do Senador Aelton Freitas é absolutamente procedente. Quem sabe, por meio desta Subcomissão, venhamos a, depois, junto com o Banco Central, com as sugestões apresentadas aqui, com a inserção do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, como o Senador Edison Lobão acabou

também de falar rapidamente, efetivamente encerrar essas questões.

Dr. Ângelo, pelo adiantado da hora e pelo que já foi discutido aqui, especialmente pelo Senador Rodolpho Tourinho, que conhece profundamente o mercado e a área financeira, pela sua experiência, eu queria que nos contasse, por toda a sua vivência no sistema financeiro, como o senhor viu a questão do Proer como um todo, de uma maneira geral, no País. Pelo que entendo, a questão das liquidações se tornou quase que endêmica, sem solução, de uma maneira geral – pelo menos, nos casos que conheço.

Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para perguntar ao senhor, com base em toda a sua experiência, quais os tópicos básicos considera que esta Subcomissão deveria seguir, exatamente para que apresentemos uma proposta coerente, lúcida e sensata, a fim de terminarmos com esse pesadelo que não somente prejudica as pessoas como, acima de tudo, envergonha o País.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Meu caro Senador, com relação ao Proer, tive ocasião de dizer aqui, no Congresso Nacional, na CPI do Proer, especificamente respondendo à pergunta dos Deputados Ricardo Berzoini e Milton Temer, do Rio de Janeiro, que, se não fosse o Proer, o Brasil hoje não teria, na minha opinião, nenhuma instituição privada financeira funcionando. Seriam todas ou estatais ou estrangeiras.

Na verdade, quando foi feito o Proer, ele visava resolver o problema dos bancos em liquidação, no sentido de encerrar ali, com a intervenção, e de não levar os bancos à liquidação, porque ele automaticamente equilibrava os ativos dos bancos. Também ele visava dar liquidez aos bancos que ficaram no sistema, porque, por meio do Proer, foram comprados papéis que, naquela época, eram considerados papéis podres – eram assim chamados àquela época. Além daquela liberação de compulsório a que aqui me referi, o Banco Central injetou mais recursos no sistema, por meio da compra dos papéis na mão dos grandes bancos, que receberam recursos e não tiveram nem a obrigação de aplicar os recursos, que, por exemplo, eram da Caderneta de Poupança, em crédito imobiliário. Eles venderam os ativos e puderam ficar com aquele dinheiro no caixa.

O Proer foi muito mais para salvar o sistema como um todo que para resolver o problema dos que já estavam em intervenção. Mesmo os que já estavam em intervenção, foi um programa... Posso dizer, porque conheço e posso dizer que conheço bem o do México. O México fez quatro programas de recuperação do seu sistema financeiro e somente deu certo no quarto. O México gastou a bagatela de 18% do PIB para sanear o seu sistema financeiro. O Brasil gastou 2% ou 3%. O México gastou 18% porque meteu os pés pelas mãos em todos os programas e não conseguiu resolver o problema. Isso ocorreu só no final, quando começou a sanear e a vender aos bancos estrangeiros.

Então, o Proer foi um programa extremamente bem concebido, como foi dito pelo nobre companheiro, Senador Heráclito Fortes. Ele foi inclusive copiado, e eu me lembro de um artigo de uma pessoa muito conhecida, nas páginas amarelas, em que dizia que nunca o Brasil havia feito algo tão bem-feita quanto o Proer. E realmente foi muito bem feito.

Mesmo assim, havemos de reconhecer – e V. Exªs sabem melhor do que eu – que o Proer dos Bancos públicos foi inclusive maior, principalmente o dos Bancos federais. Depois teve-se de criar a Engea para trocar os ativos que não serviam e estavam dentro do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco do Nordeste, por títulos federais. E esses ativos que não serviam estão nas mãos da Engea.

Então, o Proer realmente foi um programa que, como eu disse, na Câmara dos Deputados, não fosse ele o sistema financeiro privado brasileiro, na minha opinião, ou teria desaparecido ou reduzido a dois ou três, se houvesse. Eu não tenho dúvida em afirmar isso, Senador.

Quanto à segunda pergunta...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É com relação às liquidações...

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ – Eu já disse o que tinha a dizer sobre as liquidações e eu diria até, no aspecto que aqui ressaltei, que o Banco Econômico teve muita felicidade. É que os profissionais, os liquidantes e interventores que o Banco Econômico teve, todos defenderam, dentro do que era possível, de todas as formas, a massa e posso dizer que conseguiram muitas vezes resultados para a massa ou em alienação de ativos ou em recuperação de créditos, em alguns casos, até surpreendentes.

Assim, não tenho queixas quanto aos representantes do Banco Central. As nossas queixas são do Banco Central, sendo que a maior eu já expressei aqui é a não-solução das liquidações.

Fiquei feliz quando ouvi o Dr. Pegorini dizer que acha que em 8 a 10 meses ele pode pelo menos propor ao Banco Central o encerramento. Mas eu acho que poderia ser proposto antes – eu disse isso aqui. E acho que o Banco Central tem condições, se quiser resolver o assunto, de resolvê-lo. O nosso ele pode resolver amanhã, se quiser resolvê-lo. É uma questão de decisão e vontade dele resolver.

Então, penso que essa Subcomissão, repetindo o que foi dito por todos os Senadores e eu também o declarei, é muito importante porque dará o respaldo do Poder legislativo ao Banco Central para que ele resolva essas liquidações. Eu penso que muitas vezes, o Banco Central fica com receio de resolver e o Ministério Pú-

blico, como já aconteceu, entrar com uma ação contra o Banco Central porque resolveu a liquidação; ou os acionistas protestarem com aquela solução.

Eu penso que tem de se colocar o Ministério Público no circuito, assim como o Tribunal de Contas, o próprio Legislativo, que está examinando e recomendando. Talvez isso dê o conforto que a Diretoria do Banco Central precisa para resolver o assunto.

Eu tenho de dizer a V. Exª que eu não tenho explicação lógica para o não-encerramento da liquidação do Banco Econômico. Hoje, eu não tenho. Até algum tempo atrás tinha, hoje não. Para mim, já devia estar encerrado. Podia ter sido encerrada com seis meses de intervenção, não por proposta nossa, mas do então interventor, que o Banco Central não aceitou e até mudou o interventor – não sei se por conta dessa proposta, mas o fato é que mudou.

Hoje, eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar que se o Banco Central quiser, antes do fim do ano, encerra a liquidação do Banco Econômico.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Eu gostaria de ler mais dois requerimentos oficializados pelo nobre Senador Rodolpho Tourinho, e por tido oportunidade de ver as suas solicitações, dou as minhas perguntas por incluídas. Pretendo lê-las porque é muito oportuno.

Em 9-11-2004 encaminho ao Plenário do Senado Federal para as devidas providências. Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhado ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, o seguinte pedido de informações:

Com o intuito de subsidiar os trabalhos da Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras, o Senado Federal solicita as seguintes informações em relação à liquidação do Banco Mercantil:

Qual o ativo mais representativo do Banco Mercantil em liquidação? Como ele é composto discriminadamente?

Considerando que os controladores do Banco Mercantil em liquidação não foram ouvidos quanto à troca de títulos **Par Bonds** por NTN's, considerando que são papéis absolutamente desiguais, é correto afirmar que se não tivesse ocorrido a troca de papéis o superávit seria muito maior, ou seja, o ativo do banco seria maior?3)

O liquidante do banco tem o poder de transformar a liquidação extra-judicial em uma liquidação ordinária?

Em relação ao passivo do Banco Mercantil em liquidação existem dívidas trabalhistas? Existem dívidas tributárias? Como o Banco Central foi pago antes de serem pagas as dívidas trabalhistas e tributárias?

O segundo ofício também foi encaminhado ao Plenário. Aliás, o terceiro, entre todos, foi muito bem fundamentado pelo nobre Senador Rodolpho Tourinho.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhado ao Sr. Presidente do Banco Central, Exmº Sr. Henrique Meirelles, o seguinte pedido de informações:

Com o intuito de subsidiar os trabalhos da Subcomissão de Liquidação e Instituições Financeiras do Senado Federal solicito as seguintes informações em relação ao Banco Econômico:

Por que não foi realizada a licitação, nem mesmo o anúncio público para alienação do Banco Econômico em liquidação à chamada época da parte boa.

Quais os critérios foram utilizados para a escolha do Banco Excel, a quem foi adjudicada a parte boa do Banco Econômico?

Os demais credores, acionistas e o Ministério Público tiveram conhecimento do motivo da não-realização de licitação para alienação da parte boa do Banco Econômico em liquidação, bem assim quanto aos critérios que foram utilizados para a escolha do Banco Excel?

Os dois requerimentos estão em votação.

As Srªs e os Srs. que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os requerimentos serão encaminhados ao Plenário.

Quero sugerir aos nobres Senadores – até porque a próxima segunda-feira é um feriado e todos chegaremos na terça – que nossa próxima reunião seja realizada no dia 23.11. Sugiro que não façamos a reunião na próxima terça-feira, logo após um feriado em que todos nós iremos para os nossos Estados, para as nossas bases. Se possível for, gostaria que passássemos a reunião para o dia 23, às 14h. Creio que seríamos mais objetivos e que haveria um maior aproveitamento, até por parte da mídia nacional, que tem reclamado do horário.

Se ninguém tiver mais nada a acrescentar, está encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença do liquidante do Banco Central na noite de hoje, do Dr. Ângelo Calmon e dos nobres Senadores. Foi muito proveitoso. Com a graça de Deus esta Comissão trará um benefício muito grande ao Governo, ao País.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, em 30 de novembro,

de 2004, às 14:00 horas, na sala de reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia trinta de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aelton Freitas, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, César Borges, Valdir Raupp e Edison Lobão e, ainda, do Senador Mário Calixto. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a realização de uma Audiência Pública com a participação do Ex-Presidente, do Liquidante e do Ex-Liquidante do Banco Nacional, Senhores Marcos Magalhães Pinto, Reginaldo Brandt Silva e Abdiel Andriolo de Andrade, respectivamente, com a finalidade de discorrer sobre a liquidação do Banco Nacional, em atendimento ao Requerimento nº 2/04-CAELIF, de autoria do Senador Edison Lobão. A Presidência concede a palavra ao Senhor Marcos Magalhães Pinto para que faça uma breve exposição. Usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Fernando Bezerra, Edison Lobão, Delcídio Amaral, Aelton Freitas, Valdir Raupp e Mário Calixto. Em seguida, os Senhores Reginaldo Brandt e Abdiel Andriolo de Andrade são convidados para sentarem-se à Mesa. O Presidente, Senador Aelton Freitas, concede a palavra ao Senhor Reginaldo Brandt, a fim de dar início à suas exposição, e, em seguida, ao Senhor Abdiel Andriolo de Andrade. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Edison Lobão, Aelton Freitas e Delcído Amaral. No decorrer da reunião, o Senhor Presidente sugere seja realizada uma visita ao Banco Central do Brasil pelos membros da Subcomissão, a fim de ouvir os Diretores daquela Instituição responsáveis pela área da Liquidação das Instituições Financeiras, sugestão também enfatizada pelo Senador Delcídio Amaral. O Senador Edison Lobão sugere que para tal visita ao Banco Central sejam ouvidos primeiramente todos os membros da Subcomissão. Colocada em votação, a Subcomissão aprova a visita ao Banco Central do Brasil com a sugestão do Senador Edison Lobão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. Senador **Aelton Freitas,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária da Liquidação das Instituições Financeiras da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, 30 de novembro de 2004, às 14 horas, na sala de reunião nº 19, da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Pauta:

Audiência pública com a participação do ex-Presidente, do liquidante e do ex-liquidante do Banco Nacional, Sr. Marcos Magalhães Pinto, Sr. Reginaldo Brandt Silva e Sr. Abdiel Andriolo de Andrade, respectivamente, com a finalidade de discorrer sobre a liquidação do Banco Nacional, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, de autoria do Senador Edison Lobão.

Os convidados já se encontram na Secretaria da Comissão e solicito ao Secretário que conduza o ex-Presidente do Banco Nacional Dr. Marcos catão de Magalhães Pinto para expor e se apresentar.

Primeiramente, peço permissão aos Srs. Senadores para inverter a pauta para que o Dr. Marcos seja o primeiro a apresentar, porque nas outras reuniões tem acontecido o inverso, o liquidante fala primeiro.

Estando todos de acordo e dando prosseguimento aos trabalhos, convido o Dr. Marcos para que se sente a nossa direita e seja bem-vindo.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão uma breve exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs e Srs. Senadores inscritos.

A folha de inscrição já se encontra aberta.

A palavra às Senadoras e Senadores será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o autor do requerimento, Senador Edison Lobão.

O interpelante dispõe de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Concedo a palavra ao primeiro convidado Dr. Marcos Magalhães Pinto, ex-Presidente do Banco Nacional.

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Sr. Presidente, Aelton Freitas, Senador Edison Lobão, Senador Delcídio Amaral, minhas Senhoras e meus Senhores,

inicialmente parabenizo V. Exªs pela coragem de instalar esta Subcomissão. V. Exªs prestam com ela um serviço imenso ao Banco Central do Brasil, ao Tesouro Nacional, ao Governo Federal e ao País. Há muito o Brasil precisava de um diagnóstico como que se realiza nesta Subcomissão.

Tenho certeza de que o trabalho a ser realizado produzirá informações e recomendações que irão conferir mais transparência à condução futura da liquidação de instituições financeiras.

O Dr. Armando Monteiro Filho e o Dr. Ângelo Calmon de Sá já compareceram a esta Casa para prestar seus esclarecimentos e expor seus pontos de vista, assim como fizeram os liquidantes do Mercantil e do Econômico. Os depoimentos foram esclarecedores e deixaram evidente a necessidade de colocar um ponto final no processo de liquidação daquelas instituições. É o que pretendo mostrar também hoje em relação ao Banco Nacional. Serei muito sucinto.

Atualmente, estou mais preocupado com o presente do que com o passado e é esse um dos méritos que identifico no trabalho de V. Exªs. Olhar para trás, sim, mas olhar principalmente para frente, sempre com o objetivo de extrair lições e definir parâmetros em processos de liquidação extrajudicial.

Falei em olhar para frente, mas sou obrigado, de todo modo, a voltar ao ano de 1995, quando foi decretado o regime de administração especial temporária no Banco Nacional. Muito já foi dito a esse respeito. Naquele momento, o Nacional sofreu com a crise de liquidez, que acometeu todo o sistema financeiro. O fim da inflação reduziu drasticamente a receita das instituições bancárias com reflexos negativos e discriminados.

A receita inflacionária representava 4,2% do PIB nacional e um terço da receita total do sistema bancário em 1993. Dois anos depois, tudo isso caiu praticamente a zero. Da noite para o dia, o sistema financeiro perdeu um terço de sua arrecadação. Não foi só. A inadimplência iniciou uma escalada vertiginosa. Ela triplicou entre 1994 e 1997.

Todos esses fatos aconteceram sem um recomendável período de transição, sem um planejamento que contemplasse a crise anunciada de liquidez, sem uma adaptação das normas do Banco Central à nova realidade do sistema financeiro.

O que houve foram casos isolados, exceções à regra. Um exemplo foi a permissão para que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste deixassem de lançar a prejuízo empréstimos vencidos. Isso ocorreu em 1994, um ano antes da intervenção do Nacional.

Um outro exemplo bem mais conhecido foi o aporte de R$8 bilhões do Tesouro para cobrir perdas do Banco do Brasil com empréstimos não honrados em 1996, um ano depois da intervenção no Nacional.

O resultado de todo esse processo de deterioração foi 265 instituições submetidas a regimes especiais de administração, intervenção ou liquidação desde de julho de 1995. Quase um terço ainda permanece na mesma condição. Cerca de cem instituições financeiras se envolveram em processos de fusão ou aquisição. Duas dezenas de Bancos Estaduais precisaram de socorro. O ex-Presidente do Banco Central Gustavo Franco, em depoimento à CPI do Proer, revelou que os desembolsos associados à reestruturação de bancos públicos alcançaram R$170 bilhões – repito: R$170 bilhões.

Como se percebe, o sistema financeiro brasileiro era um até meados da década de 90. Num piscar de olhos, ele foi virtualmente dilacerado.

É sempre importante lembrar: todos os bancos brasileiros sofreram perdas significativas e precisaram se reestruturar. É claro que alguns conseguiram; outros, não. Alguns foram poupados, outros foram sacrificados.

Gostaria apenas de lembrar que o Banco Nacional sempre entendeu que o sentido da existência de uma instituição financeira era o crédito. Por isso a carteira era maior que a de outros grandes bancos. Naqueles anos, o volume de empréstimo constituiu parâmetros de avaliação do tamanho das instituições financeiras.

O Nacional era então um dos maiores bancos do País. É natural que o Banco Nacional tenha sido atingido particularmente por um cenário tão desfavorável, em especial com crescimento abrupto da inadimplência.

O desfecho para as dificuldades enfrentadas pelo Nacional é conhecido. O Nacional foi entregue ao Unibanco, acompanhado de um cheque de R$3 bilhões; seus ativos foram subavaliados em cerca de R$1,4 bilhão, no processo de incorporação pelo Unibanco, de acordo com a análise conservadora da Fundação Getúlio Vargas.

Os fundos de investimento do Nacional foram contabilizados a zero, metade da Nacional de Seguros foi vendida pelo Unibanco pouco tempo depois por valor significativamente maior que o avaliado no processo de incorporação. O Unibanco foi, desde então, investido da atribuição de prestar serviços exclusivos à massa do Banco Nacional. Não foi dada à outra instituição a oportunidade de prestar serviços pelos quais o Unibanco recebeu mais de R$500 milhões, em nove anos. O Unibanco teve o direito de escolher, a seu bel-prazer, os créditos que manteria em carteira. Ninguém perguntou por que o Unibanco ficou livre de quaisquer riscos fiscais ou trabalhistas, ao contrário do que habitualmente ocorre em processos similares de incorpo-

ração. Não foi questionado, à época, por que o Banco Central deixou de oferecer ativos do Banco Nacional a outros interessados, como teria sido recomendável, de acordo com o relatório final da CPI do Proer.

Ninguém respondeu nada disso à época e não é minha intenção refazer aqui essas perguntas. As questões que desejo levantar agora para a reflexão de V. Exªs são outras. Muitas são as que V. Exªs já se fazem ou acabarão por se fazer no decurso desses trabalhos. A primeira e mais importante é por que insistir em manter processos de liquidação que não mais se justificam e causam prejuízos elevados aos cofres públicos?

V. Exªs chamaram a atenção para um fato da maior gravidade. A partir de 2005, o Tesouro Nacional será obrigado a creditar R$1,2 bilhão, em juros, à massa do Banco Nacional. O Tesouro já desembolsa, hoje, perto de R$800 milhões em pagamentos de juros à massa do Econômico. Há mais de 80 instituições sob o regime de liquidação no Brasil. É evidente que liquidações extra-judiciais são, hoje, uma das causas de sangramento do Tesouro Nacional. O prejuízo deve ser computado na casa dos bilhões, o que torna a missão de V. Exªs ainda mais emergencial. Tudo isso sem considerar o que é preciso desembolsar, hoje, para arcar com pagamento de funcionários do Banco Central que administram massas em liquidação.

Vimos que, apenas no caso do Econômico, o desembolso chega a R$18 milhões ao ano. Se lembrarmos que a intervenção no Econômico aconteceu há quase dez anos, temos aí outra conta de muitos dígitos. O raciocínio não pode ser diferente no caso do Nacional e das demais instituições sob regime de liquidação.

A conclusão a que se chega é que a manutenção desses regimes excepcionais só se justifica se não houver nenhuma hipótese de encerramento dos processos. No caso do Nacional, houve dezenas de manifestações com a firme disposição em negociar uma solução que atendesse ao interesse público. Isso aconteceu também com o Econômico e o Mercantil, como afirmaram seus controladores em depoimentos a essa Subcomissão.

Uma coisa é certa: está na hora de se colocar um ponto final no pesadelo de uma década. Um pesadelo que começou para o Nacional no dia em que foi decretado o Raet. Naquele mesmo dia, o Banco Central celebrou contrato que transferiu ao Unibanco todos os ativos relevantes do Banco Nacional. A liquidação se tornava, então, uma imposição dos fatos, uma ocorrência óbvia. Como agir diferentemente se não havia mais clientelas, agências, créditos, funcionários e cartões de crédito? A lógica e o bom-senso foram golpeados por mais um ano.

Por um ano, o Banco Central manteve o Nacional em Raet. Obrigou a instituição a contrair empréstimos com taxas 40% acima do CDI para se manter em funcionamento. Chamo a atenção de V. Exªs para esse fato. O Banco Central manteve em funcionamento uma instituição sem clientes, sem créditos, sem funcionários.

A dívida cresceu em progressão geométrica. O prejuízo causado pelo Banco Central ao Nacional acabou por superar R$1.800 bilhão em tempos de paridade cambial. Um relatório preparado pela KPMG, para o liquidante, comprova os danos causados.

Quando esse ano de atentado chegou ao fim, o Banco Central quitou a dívida do Nacional com o Proer, utilizando recursos da reserva bancária do Sistema Financeiro Nacional. A dívida era de R$5.900 bilhões quando foi decretado o Raet, por conta do empréstimo do Proer. Um ano depois, chegou a R$13 bilhões. Não há matemática que explique esses números.

A prorrogação do Raet no Nacional foi um dos atos mais arbitrários que já se cometeu contra uma instituição financeira no Brasil. Por que o Banco Central agiu de modo tão temerário? O Banco Central age, novamente, de forma injustificada ao manter o processo de liquidação do Banco Nacional de Investimentos.

O patrimônio líquido da instituição faz dela uma das vinte maiores do País, de acordo com os dados do próprio Banco Central. Que justificativa há para manter liquidação uma instituição francamente superavitária? Qual a razão para causar prejuízos tão gritantes a credores e acionistas minoritários?

É novamente o passado que vem à tona. Como não somos homens sem passado, ele chega até nós a despeito de nós mesmos e de nossa própria vontade, especialmente quando esse passado é uma cicatriz infringida sem anestesia, a sangue frio.

O que há de bom no tempo é que ele também cura as cicatrizes e nos faz olhar novamente para a frente. E, ao olhar para a frente, outra pergunta importante a fazer é: quanto valem os títulos em carteira de cada instituição em regime de liquidação?

Eu faço a pergunta porque o mesmo título recebe diferentes cotações em cada balanço e dessas cotações depende a apuração do patrimônio das instituições. Sem essa apuração é evidente que não há como colocar um ponto final na liquidação.

No caso do Nacional, os FCVS predominam. A maioria dos bancos em liquidação os têm em carteira. São títulos que o próprio Banco Central mantém em sua carteira, assim como a Caixa Econômica Federal. No balanço do Nacional estão cotados à 35% do valor de face. No do próprio Banco Central, à 52%. No da

Caixa Econômica, à 90%. O Banco Central ofereceu os FCVS a 100% do valor de face, em garantia pelos empréstimos do Proer.

Como bem disse o Senador Edison Lobão em discurso pronunciado meses atrás, o Banco Central se equivocou no passado ou se equivoca no presente. Não pode haver outra conclusão. Se os FCVS fossem contabilizados a 100% do valor de face no balanço do Nacional, o Banco estaria hoje superavitário em mais de R$6 bilhões. Repito: esses mesmos FCVS foram oferecidos a 100% do valor de face, como garantia do Proer.

A falta de senso não termina aí. Ainda que contabilizados os FCVS a 35% do valor de face, o Banco Central estaria obrigado a creditar integralmente à massa os juros sobre aqueles títulos. Esses juros deveriam incidir necessariamente sobre o valor de face, nunca sobre o valor injusto que o Banco Central atribui aos FCVS.

A lógica, mais uma vez, não tem sido respeitada. O Banco Central insiste em creditar à massa juros incidentes apenas sobre os 35%. É uma ilegalidade contábil.

A questão é: quanto valem os FCVS? Vale o que consta no balanço do Nacional, da Caixa Econômica Federal ou do próprio Banco Central? Vale o que serviu como garantia ao Proer?

A resposta à indagação é a distância entre um déficit de R$4 milhões e um superávit de mais de R$6 bilhões no balanço do Nacional.

Quero dizer que os controladores de bancos não estão em busca de recuperar o que foi perdido. Neste caso, a reparação maior é perseguir o intangível.

Trata-se da honra de cada um, da paz de nossas famílias, do direito de ir e vir e do amor-próprio. Queremos nos ver livres de um pesadelo. Só isso, e não é pouco para nenhum de nós.

Por quase dez anos, aguardei que o Banco Central se manifestasse; por quase dez anos, esperei por uma solução. Só ingressamos com ações de reparação contra o Banco Central, quando percebemos que nada seria feito e que muitos erros foram cometidos. Tudo o que desejávamos era encontrar uma solução que evitasse disputas judiciais.

Infelizmente, isso não foi possível. Faltou diálogo. Faltou transparência. Faltou coragem. Faltou vontade.

No meu caso, lido, ao mesmo tempo, com assunto de natureza profissional e familiar. Meu pai fundou o Banco Nacional há 60 anos. Dediquei 42 anos de minha vida ao banco. Ao longo de sua existência, o Nacional cumpriu fielmente o dever de uma instituição financeira: oferecer crédito para as mais diversas atividades.

Um banco só faz sentido quando financia o crescimento. Este financiamento se dá com a participação em empreendimentos de vulto, com apoio à cultura, ao esporte, com a missão mais prosaica, e igualmente nobre, de viabilizar o sonho da casa própria de um cliente.

Na área cultural, muitos filmes, peças de teatro e exposições foram patrocinados pelo Banco. Ele era uma referência. Na área esportiva, até hoje, o capacete de Ayrton Senna é comercializado em dezenas de países, com a logomarca do Nacional estampada.

Enfim, o Banco cumpriu o seu papel e escreveu uma página importante da História brasileira.

Falei em meu pai. Quero dizer que me orgulho imensamente por comparecer hoje ao Senado Federal. Alguns dos melhores momentos da vida pública de meu pai foram vividos nesta Casa. Sou testemunha do quanto o honrou comandar esta instituição em um período tão importante da vida brasileira. É uma emoção enorme estar na Casa que meu pai presidiu para testemunhar o esforço de V. Exªs em prestar um grande serviço ao País.

Acredito, sinceramente, que o trabalho desta Subcomissão é a saída para o labirinto que o Banco Central entrou. Infelizmente, fomos levados, todos, para dentro desse labirinto. Só V. Exªs serão capazes de conduzir a todos para a saída.

Meu pai dizia que a política é como nuvem: numa hora, está de um jeito; em outra hora, tudo mudou. Estou convencido de que, há anos, estamos lidando com assuntos de natureza estritamente política.

Por isso, acredito que esta Subcomissão terá o poder de soprar para longe as nuvens que hoje pairam sobre um tema tão delicado. Tecnicamente, as liquidações não se sustentam; falta mudar a paisagem e a compreensão política sobre a matéria.

Ao concluir essas palavras, aproveito para renovar minha fé na Justiça. Não me refiro apenas às Cortes e aos foros de Justiça. Refiro-me também à justiça dos homens, ao seu senso de julgamento, ao seu discernimento para avaliar o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mau; o que é perseguição e o que é isenção.

Um dia, milhões de brasileiros agradecerão a V. Exªs pelo serviço que prestam agora à Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – A Comissão agradece à presença de V.Sª Dr. Marcos Magalhães. Esta reunião de hoje está coincidindo com a reunião da Comissão de Orçamento, e muitos terão de ausentar-se. Peço, porém, mais um tempinho aos

nobres Senadores, até para, depois de um pequeno diálogo que tive com o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, dizer o quanto me sinto bem, assim como acredito esteja a maioria dos presentes.

Esta Comissão, Dr. Marcos e senhores telespectadores das TV Senado, é constituída pelo Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, Vice-Presidente da Comissão; pelo Senador Romero Jucá, um dos Relatores do Orçamento no Senado; pelo ex-Governador de Rondônia, Senador Valdir Raupp, aqui presente; pelo ex-Governador do Maranhão, Senador Edison Lobão, também presente; pelo ex-Ministro Rodolpho Tourinho; pelo Senador Sérgio Guerra, que muito entende de economia e orçamento; pela Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti; pelo futuro Líder do Governo e creio futuro Governador de Mato Grosso do Sul também, nosso ídolo, Senador Delcídio Amaral; pelo Senador Ney Suassuna; pelo ex-Governador e Senador Maguito Vilela; pelo ex-Governador, Senador César Borges; pelo ex-Deputado, Senador Efraim Morais; pelo ex-Governador, Senador Alvaro Dias, tendo como mais jovem integrante o Senador Aelton Freitas, que preside esta reunião com muita honra junto a essas nobres e ilustres personalidades que citei.

Faço um breve relato para mostrar ao País o quanto esta Subcomissão está sendo, como ouvimos agora do ex-Presidente do Banco Nacional, e será importante para ajudar o Banco Central a tomar um rumo, ter a coragem e encontrar o melhor meio para uma decisão e ajudar muito o Tesouro Nacional e este País.

Srªs e Srs. Senadores, nas audiências que esta Subcomissão vem executando, temos verificado alguns fatos, conforme notas taquigráficas das reuniões.

Primeiro, na reunião da CAE onde propusemos ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a criação desta Subcomissão, S. Exª aceitou de muito bom grado e disse que seria muito bom para ajudar o Banco Central.

Conforme a primeira audiência do dia 19/10/2004, entre o Banco Mercantil de Pernambuco e o liquidante da instituição, foi apresentada a gravação de um seminário interno do Banco Central, no qual o mesmo determina aos liquidantes por ele nomeados junto às instituições e intervenções e/ou liquidações que tenham a postura sempre favorável aos interesses do próprio Banco Central. Mesmo em detrimento do interesse da massa de seus credores, cumpre-lhes atender ao interesse do próprio Banco Central. Isso ficou claro quando assistimos aqui, por duas vezes, uma fita de uma reunião interna do Bacen.

Segundo, após a declaração do liquidante do Banco Mercantil de Pernambuco, na qual o Banco Central modificou a contabilidade, excluindo da mesma a variação cambial, que os títulos em poder da massa possuíam as NTN A3, sendo que, caso a contabilidade se mantivesse com a variação cambial, a liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco já se teria encerrado em 2000.

Terceiro, ficou claro o conflito de interesses em que o Banco Central se encontra, pois este é o juiz da massa; o Banco Central é quem nomeia o liquidante. E o Banco Central ainda é credor da massa? Como pode uma instituição tão conceituada como o Banco Central do Brasil, na condição de juiz da massa, delegar em causa própria?

Quarto, pode-se observar também que a Lei nº 6.024, que regula as liquidações do sistema financeiro e que dá autonomia ao Banco Central, tem limite para a cobrança de juros. No entanto, é de seu interesse e ele se faz valer do art. 26, parágrafo único, do Decreto nº 6.661, da Lei de Falências, para cobrar juros, só passíveis de aplicação pelo Judiciário, o que não se aplica ao sistema financeiro regulado pelo próprio Banco Central.

Em resumo, entendemos que estão tentando fazer uma montagem na legislação. Na segunda audiência entre o Banco Econômico e o liquidante da instituição, verificou-se a troca dos Par Bonds por NTN A3, o que levou a massa a ser severamente lesada, sem sequer ter sido feita uma consulta aos controladores por parte do Banco Central, a qual gerou uma ação contra o Banco Central. Caso se comprove a má gestão do mesmo, a perda da ação resultará numa indenização de milhões e milhões de reais aos cofres públicos. Quem vai pagar pelo erro? Todos nós. É o povo brasileiro. É esse o motivo de esta Subcomissão estar tão empenhada e com tanto desejo de chegar a um denominador comum. Não queremos deixar virar o ano para custar o que vocês ouviram aqui do ex-Presidente do Banco Nacional.

Segundo: ficou claro que um leilão dos títulos NTN A3 e a correção da contabilidade na forma de contabilizar toda carteira de títulos podem encerrar imediatamente a liquidação também do Banco Econômico.

Terceiro: hoje, o custo da massa do Banco Econômico, somente para administrá-la, gasta-se a quantia de 1,5 milhão de reais por mês. Quem está pagando essa conta?

Quarto: encontra-se em nossas mãos um relatório que foi encaminhado ao Banco Central do Brasil pelo primeiro liquidante do Banco Econômico, que teve o zelo de, estudando uma solução, contratar empresas altamente especializadas para chegar a um propósito: encerrar a intervenção naquele banco, o que foi concretizado com sucesso. O relatório, após ter sido encaminhado ao Banco Central, foi deixado de lado

e, em conseqüência – ou por coincidência –, o liquidante do Banco Econômico foi afastado – liquidante que tinha alcançado uma saída legal para a situação em que se encontrava aquela instituição financeira –, o que passou a gerar um custo ao Tesouro Nacional, até a presente data, de mais de 1,5 bilhão de dólares só de juros nesse tempo.

Após ouvir o relato, hoje, do ex-Presidente do Banco Nacional, fico orgulhoso por poder estar aqui, construindo juntamente com os nobres Senadores esta Subcomissão. Temos certeza de que vamos ajudar muito o Banco Central, o Tesouro nacional e o nosso País.

Em tempo, dirijo-me ao Senador Edison Lobão, que é o autor do requerimento: o nosso Vice-Presidente, Senador Fernando Bezerra, pediu a permissão de V. Exª para inverter a pauta, porque ele tem que ir para a Comissão de Orçamento. Creio que não haverá objeções, uma vez que V. Exª também tem uma audiência no Ministério da Fazenda agora. V. Exªs podem acertar entre si, V. Exªs sabem da importância desta Subcomissão, sabem que o horário é difícil, que há muitos trabalhos acumulados, muitas reuniões ao mesmo tempo. Tenho certeza de que terá reconhecimento eterno o serviço que esta Subcomissão está prestando a este país.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Agradeço ao Senador Lobão a gentileza de ceder a vez da palavra. Fiz essa solicitação muito mais com o sentido de me desculpar com o Dr. Marcos Magalhães e com os demais depoentes do Banco Central pela minha ausência. Apesar do registro do Presidente, eu não estou aqui nesta Subcomissão na condição de Líder do Governo. Estou aqui como Senador que tem interesse em acompanhar todo este processo – processo que envolve, inclusive, a liquidação de dois bancos do meu Estado.

Incomoda todos os Senadores saber que 84 bancos estão em liquidação hoje – alguns deles quase há dez anos, sem nenhuma decisão por parte do Banco Central. O assunto nos interessa. Queremos saber que ônus a sociedade tem, saber o caminho que nós vamos encontrar.

Tenho acompanhado alguns depoimentos, mas não todos, pois essa atividade de Líder me impede de fazê-lo – está aqui o Senador Lobão, que é bem mais antigo do que eu para confirmar: são marcadas muitas reuniões ao mesmo tempo. Quero dizer que há uma preocupação entre todos nós com relação aos dados que nos chegam. São números e dados que nos impressionam e que, certamente, no momento adequado, nós vamos levar ao Governo Federal para buscar uma solução. Creio ser esse o sentido desta Subcomissão composta por Senadores de alta responsabilidade.

Era este o pequeno comentário que tinha a fazer. Desculpo-me pela minha ausência e pela ausência dos nobres Colegas também, porque se reúne a Comissão de Orçamento e eu tenho o dever e a obrigação de lá estar presente – temos um prazo exíguo para a aprovação do Orçamento.

Desejo a todos aqui que continuem com o bom trabalho. Esta Subcomissão tem uma enorme responsabilidade – talvez isso ainda não tenha sido percebido inteiramente pelo próprio Senado; com certeza, ainda não o foi pelo Governo. Aliás, essas intervenções não dizem respeito a este Governo, dizem respeito a fatos anteriores, mas que poderão ter uma conseqüência muito séria, uma conseqüência, eu diria, talvez até grave em relação à dimensão dos números a que aqui estamos assistindo.

Quero dizer ao senhor que ouvi com atenção o seu depoimento. Vamos todos aqui em determinado momento fazer uma fusão desses depoimentos, que são também do Banco Central. Estamos ouvindo com atenção os interventores, os ex-interventores para que possamos fazer um juízo o melhor possível na defesa dos interesses do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Com a palavra o nobre Senador e autor do requerimento, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente Aelton Freitas, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Marcos Magalhães Pinto, está não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos que busca, dentro dos limites de sua responsabilidade, avaliar e averiguar de algum modo acertos e desvios da política econômica do Governo, dos agentes da administração econômica e financeira.

Não sou daqueles que entendem ser o Banco Central uma má instituição e nem estou atribuindo a V. Sª qualquer manifestação nesse sentido. Tenho palavras de elogio ao Banco Central.

O Proer, por exemplo, foi uma criatividade, uma engenhosidade da economia brasileira notável, que está sendo até copiado pelo mundo afora, o que não quer dizer que as intervenções feitas pelo Banco Central aplicando nelas o Proer tenham sido bem-feitas.

Das mais de duzentas instituições que V. Sª menciona que foram liquidadas ou sobre elas incidiu a intervenção do Banco Central, seguramente algumas, o Banco Central procedeu de maneira acertadíssima – estou convencido disso –, mas em outras os pecados lastimavelmente ocorreram.

V. Sª faz um depoimento marcado por números, por fatos e por emoção. Compreendo a emoção de V. Sª. Tivesse eu no seu lugar seguramente teria a emoção dobrada, porque precisa ser frio, gelado, indiferente para suportar uma carga tão grande de sofrimen-

tos como esta que o senhor e a sua família e outros proprietários de banco, acionistas também passaram. Reconheço que são problemas difíceis de assimilar. E, quanto aos números e aos fatos, V. Sª começa dizendo que do Banco Nacional foram retiradas as funções essenciais da sua existência e, todavia, o Banco Central manteve o seu banco aberto por um ano. Fazendo o quê? Se retirou deles os cartões de crédito, os empréstimos, isso, aquilo e tudo o mais, sem que o banco pudesse funcionar a partir daí em nada, para que ele estava ainda aberto, seguramente com uma folha de pessoal onerosa e com encargos de toda a natureza? Se era o propósito final do Banco Central fazer a intervenção, por que não a fez de uma vez só? Mas V. Sª fala em ativos do Banco Nacional subavaliados em torno de R$1 bilhão. Como V. Sª chegou a este número tão grande e tão fantástico em matéria de subavaliação dos ativos do Banco Nacional? É a pergunta que faço inicialmente.

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Recomendamos um estudo da Fundação Getúlio Vargas, que é um órgão da mais alta credibilidade. Contudo, no estudo que a Fundação fez, que foi recomendado por nós, ela deixou claro que havia a diferença de R$1 bilhão em números altamente conservadores. Por meio desse estudo, chegamos a esse número.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O senhor fala da Fundação Getúlio Vagas, que é uma fundação do Governo?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Sim, e merece total credibilidade.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Marcos, acompanhei esse processo de intervenção nos bancos. Ao seu banco e aos controladores houve muitas críticas e acusações fortes. Afinal de contas, o que aconteceu no Banco Nacional?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Senador, houve o seguinte: o Banco Nacional passou por uma circunstância – aliás, todo o sistema bancário – de forte inadimplência, o que nos gerou problemas de caixa. Quer dizer, realmente tivemos problemas de caixa. Naquela oportunidade, já havia acontecido a intervenção no Banco Econômico e isso agravou a nossa situação. Com essa inadimplência, que no nosso caso foi muito forte, não houve outra alternativa se não chegar a essa posição de se fazer um Raet no Nacional.

Foi bom V. Exª aventar esse ponto, porque se falou tanto, divulgou-se tanta coisa a nosso respeito, que queria fazer um registro. Falava-se em contas fantasmas e em nomes fictícios. Não houve nada disso. Segundo o próprio relatório do Banco Central, não existia conta fantasma nem empréstimo fictício, nada disso. O mais sério: não houve desvio; não se registrou nenhum desvio, porque não houve. Então, fomos vítimas de uma circunstância que atingiu todo o sistema; alguns de maneira mais séria, mas outros foram menos agravados por essa circunstância. Foi isso, Senador.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, fez-se uma intervenção no Banco Nacional por muitas razões, mas diria que a razão que mais pesou, pelo menos a que mais aparecia nas manchetes dos jornais eram exatamente as de contas fantasmas a que se refere o Dr. Marco Magalhães Pinto. Agora o senhor nos dá notícia de que o próprio Banco Central atestou que não existiam essas contas. Para coisas como essas o Banco Central tem de ter clareza e explicar de maneira convincente. Do mesmo modo que foi convincente ao fazer a intervenção, terá de ser convincente no momento de suspendê-la.

Tenho muita preocupação com o patrimônio do senhor, da sua família e de todos os outros controladores de bancos que os perderam, mas tenho uma preocupação fundamental com o povo brasileiro, que é quem paga ou pagará essa conta. O meu desejo, Dr. Marcos, é que o senhor não perca, mas que sobretudo o povo não perca.

Pelo depoimento que o senhor nos traz, a partir de janeiro do próximo ano, o Tesouro Nacional desembolsará R$1,2 bilhão em benefício do Banco Nacional. Todos os anos, no mínimo isso. Mas quem pagará essa conta, Senador Delcídio Amaral, é o povo, é o Tesouro Nacional. É bem verdade que esse dinheiro não entrará imediatamente no bolso dos controladores, mas irá para o Banco Central para abater uma dívida que, na pior das hipóteses, será de R$4 bilhões, segundo afirma o Dr. Marcos Magalhães Pinto. Ora, se é uma dívida de R$4 bilhões, em três anos estará sanada, liquidada, se existir. Daí para a frente, o Tesouro Nacional continuará desembolsando no mínimo R$1,2 bilhão. Quem pagará? Todos nós.

O controlador do Banco disse que tem um crédito de R$6 bilhões. Senador Aelton Freitas, nosso dever é apurar isso, sem nenhum caráter de investigação policialesca, de Comissão Parlamentar de Inquérito. Devemos fazer o que já estamos fazendo: buscar dados e até ajudar o Banco Central a resolver esse problema grave da vida financeira e econômica do País. Se, ainda hoje, há 90 instituições sob intervenção, quanto estão custando essas instituições, somadas, e quanto custarão ao final desse processo todo? Essa é uma responsabilidade que nós, políticos, temos e dela não podemos demitir-nos.

Repito: até estou apiedado da situação daqueles que perderam seu patrimônio, mas tenho preocupação maior com o povo, que está pagando essa conta elevada. E não estou responsabilizando o Dr. Meirelles, que

assumiu ontem a Presidência do Banco Central. Mas, seguramente, se essas informações que o Dr. Marcos Magalhães Pinto nos traz, as que o Dr. Calmon nos trouxe e as anteriores são corretas, o Banco Central – tenha a santa paciência – precisa passar por uma auditoria, talvez do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do próprio Senado, não sei de quem, ou, então, tem que se dar conta, com sua nova administração, de que, no passado, cometeu já não diria erros propositais, mas equívocos e que precisa sanar, resolver esse problema.

O Banco Central, em qualquer país evoluído do mundo, é uma instituição fundamental, transcendental para as finanças e para a economia de cada país; se peca, a economia fica em compasso de dificuldades, a ponto de dar um passo pelo abismo. Espero que o Banco Central não tenha pecado, mas, se pecou, redima-se dele.

A última pergunta, Dr. Marcos: dentro do seu raciocínio, em quanto tempo acha que o Banco Central deveria levantar essa intervenção?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Senador, na minha opinião, ele poderia fazer isso imediatamente; é questão de fazer um encontro de contas, conforme explicitei na minha fala inicial. Quer dizer, basta disposição, vontade e coragem de resolver o assunto. Isso é coisa para se resolver imediatamente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, preciso retirar-me por 15 minutos, não mais do que isso. Ainda voltarei. Espero que os companheiros permaneçam e façam perguntas mais esclarecedoras. Em seguida, estarei de volta. Peço licença a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Completando as palavras do Nobre Senador Edison Lobão, que tem larga experiência – acompanhei S. Exª com boa vontade –, quero que V. Sª me compreenda, Dr. Marcos, que o conheci agora, pessoalmente, não tenho nada contra banqueiro, mas, como Senador de Minas Gerais, tenho certeza de que esta Subcomissão tem o mesmo pensamento que o meu.

Conclamo V. Exªs para atuarmos, a partir de hoje, junto ao Banco Central, mas não deixarmos que o povo brasileiro pague essa dívida. Não sei se V. Sª tem, ou não, direito a esses R$1,2 bilhão, que, ao virar o ano, vai-lhe caber. Peço isso encarecidamente a V. Exªs. Esta Subcomissão não tem interesse em fazer o trabalho de uma CPI, mas temos que evitar que o povo brasileiro pague mais essa conta, como ouvimos do Banco Mercantil, do Banco Econômico e, agora, do Nacional.

Ora, se era possível ter liquidado um em 2000 e pode acontecer outro; se hoje se pode concluir, também, o Banco Nacional, por que não fecharmos isso de vez, fazer isso acontecer esta semana?

Repito, nobre Senador Delcídio Amaral: também sou do Bloco de apoio e quero o melhor para este Governo. Não estamos aqui para perseguir A ou B, e sim para ajudar o Governo, que não tem culpa, assim como o atual Presidente do Banco Central. Precisamos acharmos um denominador comum e fazer jus ao nosso mandato nesta Casa.

Como Presidente desta Subcomissão, Senador Edison Lobão, coloco-me à disposição. Conto com a experiência de V. Exªs, que já passaram por postos tão importantes quanto o que ocupam nesta Casa, representando seus Estados e o povo brasileiro, para acharmos uma decisão e, quem sabe, ajudarmos o Banco Central a colocar um ponto final ainda em 2004, evitando a virada do ano e juros absurdos, como ouvimos do Econômico e, agora, do Nacional.

Não admito que o Governo ou o povo brasileiro paguem uma conta desse tamanho. Tenho certeza de que, com a aquiescência de V. Exªs, vamos chegar a um denominador ainda neste mês de dezembro.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Só desejava acrescentar um dado: estamos falando em R$1,2 bilhão que, a partir de janeiro, ou seja, daqui a um mês, na virada do ano, a partir de um mês, o Banco Nacional receberá, e será creditado no Banco Central em sua conta. Mas o Banco Econômico já está recebendo R$1 bilhão. Então, a partir de janeiro, serão R$2,2 bilhões desembolsados só com esses dois bancos: o Banco Econômico e o Banco Nacional. Já não estou falando nas demais instituições financeiras, como a de Pernambuco, cujo liquidante é que veio para dizer que, por ele, já tinha sido levantada a intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Nós é que agradecemos a presença de V. Exª. Tenho certeza de que em breve estará aqui, porque sua presença é fundamental para a continuidade dos nossos trabalhos.

Queria passar a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral e pedir a V. Exªs que nos ajudem, além deste momento em que a nossa reunião se encontra, no decorrer do dia-a-dia, com as suas assessorias, fazermos o que for possível, e, se possível, até após essa reunião, chegarmos até o Banco Central.

Vamos chegar a um denominador. É impossível! Existe Ministério que não tem como dotação orçamentária para um ano o que só o Banco Nacional está sujeito a receber. Enquanto festejarmos o Ano Novo, está sendo debitado nos cofres ou no bolso de cada um uma cifra desse tamanho: R$1,2 bilhão para apenas uma instituição financeira.

Com a palavra o nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria cumprimentá-lo, Sr. Presidente, e cumpri-

mentar o Dr. Marcos Magalhães Pinto pela exposição objetiva.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar – conforme conversava aqui com o Senador Fernando Bezerra – a importância de a Subcomissão agendar uma audiência com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, exatamente para que consigamos, por intermédio do Senado e desta Subcomissão, buscar um caminho para a solução dessas liquidações.

Pelo menos nas audiências de que participei – que passaram pelo Presidente do Banco Central, pelo Banco Mercantil de Pernambuco, pelo Banco Econômico e agora pelo Banco Nacional – o que se pode verificar são casos absolutamente recorrentes. Quer dizer, a realidade de cada instituição evidentemente tem suas especificidades, mas o resultado é muito parecido.

Como disse o Senador Lobão, o Proer, à época, foi um programa que chegou em um momento certo da economia ou um programa que funcionou efetivamente no que se refere aos objetivos inicialmente estabelecidos para a sua implantação. Inclusive, temos casos de outros países que enfrentaram situações assemelhadas ao que a economia brasileira enfrentou naqueles anos, e muitos deles não conseguiram buscar alternativas ou soluções que trouxessem tranqüilidade aos mercados. São vários exemplos, inclusive até de países que vieram buscar a experiência do Brasil, especialmente nesse sentido.

Entretanto, penso que está na hora de encontrarmos uma solução definitiva para essas instituições financeiras, até porque o bom-senso indica que o Senado está chegando em um momento certo, não só no debate, na avaliação dessas questões, por meio dessas audiências, mas agora na busca de propostas que venham a equacionar definitivamente pelo menos algumas das liquidações mais importantes que o Brasil implementou.

Portanto, conversei com o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso, e devemos agora, nos próximos dias, solicitar uma audiência de toda a Subcomissão, para que, juntamente com o Poder Executivo, encontremos soluções ou propostas para virar uma página na história do sistema financeiro nacional, não só porque situações indefinidas ou sem decisões são muito ruins, no nosso dia-a-dia, no Governo, nas empresas, mas também porque, como disse o Dr. Marcos Magalhães Pinto, o que isso traz para as famílias? É muito duro isso, é muito difícil. Eu até entendo o que a sua família enfrentou, passou. Trata-se de uma família que tem um verdadeiro ícone não só da área empresarial, financeira, mas também da política do nosso País. Magalhães Pinto foi uma pessoa que pautou muitas lideranças políticas em todo o Brasil e que teve um papel fundamental nos principais momentos políticos que este País enfrentou.

Eu vou fazer as perguntas todas de uma só vez, até para dar mais objetividade ás mesmas, Dr. Marcos.

Todas as exposições feitas aqui têm lógica, têm bom-senso. Isso foi demonstrado não só com os depoimentos dos donos de bancos como também com o dos liquidantes.

A que V. Sª atribui o não encerramento dessas liquidações? O Senador Lobão e o Presidente Aelton acabaram de relatar tudo aquilo que a população brasileira tem sofrido com essas liquidações. No final das contas, isso provoca impacto em todos nós, no dia-a-dia de cada cidadão brasileiro. Por que essas coisas não chegaram ainda ao fim, uma vez que há quase que uma unanimidade nos depoimentos que as várias instituições financeiras e também os próprios liquidantes aqui fizeram?

Essa é a primeira pergunta.

Eu prestei bastante atenção no depoimento que acabou de fazer. Segunda pergunta: existe um histórico com relação aos FCVS? Qual é o critério que levou o Banco Central a arbitrar 35% do valor de face para os FCVS do Banco Nacional?

V. Sª relata – o Senador Lobão falou rapidamente aqui sobre isso – que a avaliação da Getúlio Vargas foi no valor de R$1 bilhão. Quais são os ativos que o efetivamente o Banco Nacional detém? Como esse número foi encontrado, como disse muito bem, afirmou isso textualmente, um número conservador de R$1bilhão? Quais são os ativos que o Banco Nacional detém?

Outro ponto importante se refere ao seguinte: hoje existe uma prestação de serviços por parte de uma instituição financeira, uma prestação de serviços especificamente para a gestão da massa falida do Nacional. Esse tipo de procedimento é natural? Assim como foram arbitrados os 35%, como foi o processo de escolha dessa instituição financeira? É uma coisa natural uma instituição financeira privada eventualmente prestar esse tipo de serviço?

São essas as perguntas.

Quero me colocar à disposição para que possamos buscar, através da Subcomissão, das instituições financeiras e do Banco Central, soluções para equacionar esse problema que já se arrasta, de acordo com os depoimentos ouvidos, há alguns anos. Acho que hoje, mais do que nunca, um papel importante do Parlamento, especialmente do Senado, é ajudar a encontrar soluções para essas questões.

Muito obrigado, Dr. Marcos Magalhães Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao Dr. Marcos Magalhães Pinto.

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Quero agradecer a V. Exª, Senador Delcídio Amaral, pelas suas palavras, inclusive pelas referências que fez ao meu pai. Ele realmente esteve aqui nesta Casa, presidiu-a e, conforme falei na minha fala inicial, que muito me honrou. Sempre estive muito com ele aqui. De maneira que sempre o acompanhei na vida pública, não só aqui como na Câmara, mas o Senado foi uma passagem feliz na vida pública dele, principalmente na Presidência da Casa. Agradeço suas palavras.

Inicialmente, o Sr. falou sobre como poderia terminar. Creio que, como disse anteriormente, depende da vontade do Banco Central. Apreciei muito a idéia do Presidente de ir ao Banco Central, desta Subcomissão procurar o Presidente Henrique Meirelles para ver como é possível acabar com isso e o que se pode fazer. Parece que o caminho é esse, porque, da nossa parte, já vimos que não encontramos eco no Banco Central, por mais que se tente. Já se vão quase dez anos. Não vejo como os bancos que estão sob intervenção podem conseguir nada nisso. Talvez, quem sabe, politicamente, através dessa...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Agora, Dr. Marcos, se as exposições são tão lógicas, quer dizer, são tão nítidas, são tão lúcidas, pelo menos com relação àquilo que é aqui relatado, não só pelas instituições, mas pelos liquidantes, a que o senhor atribui o porquê de não se fazer, se para o País seria muito melhor encerrar todas essas questões?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Senador, quem pode responder a essa pergunta é o Presidente Henrique Meirelles. Também estou na mesma situação de V. Exª. Indago por que não terminam isso. Não dá para entender. Depois, V. Exª, Senador, falou na questão dos 35%. Esse foi o valor pelo qual o Banco Central adquiriu esses títulos de outros bancos. O Banco Central adquiriu esses títulos com o Banco Nacional já sob o regime do Raet. Quer dizer, ele tinha que oferecer garantias para o empréstimo do Proer. Quem escolheu os títulos foi o Banco Central, que comprou por esse valor e para garantir 100% da dívida. Logo, o valor seria de 100% do valor de face dos FCVS. Então, os 35% foram talvez por isso. Agora, se eles respondem por 100% da dívida e o Banco Central comprou à nossa revelia, não tivemos nenhuma participação nisso, achando que aquilo era para garantir 100% do empréstimo do Proer, não dá para entender. Essa matemática não fecha.

V. Exª referiu-se à Fundação Getúlio Vargas, como é que se chegou a esse número, que ativos o Banco tem. O que a Fundação fez foi um estudo sobre o que valia o Banco à época em que ele foi entregue ao Unibanco, pelo pouco que o Unibanco pagou, levando tudo, todos os ativos do Banco Nacional por um valor, segundo o estudo conservador da Fundação, um bilhão a menos do que isso, sem risco nenhum... Nunca vi isso! Se passa um banco para o outro, o banco corre o risco de créditos que não são performados, causas trabalhistas, problemas de ordem tributária... No caso, o Unibanco não arcou com nada disso, recebeu tudo de mão beijada. Então, esse estudo da Fundação leva a isso, ao que se pagou e o que valia, o que o banco valia, realmente, à época.

Então, são os ativos que existiam na época. Foi isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, Dr. Marcos Magalhães Pinto, ex-Presidente do Banco Nacional, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de fazer três perguntas curtas que poderão ter respostas rápidas. Já ouvi falar de algumas cifras que se devem referir a uma das indagações.

Quanto de juros será pago sobre a carteira de SCVS do Banco Nacional, hoje com valores de aproximadamente R$18 bilhões? A partir de quando serão devidos?

Quais são os valores efetivados pelos liquidantes até hoje em contratações de serviços de auditorias, jurídicos e assessorias, com a anuência do Banco Central, com o pagamento saindo da massa do Banco Nacional, valores esses atualizados pela Taxa Selic?

Qual a instituição que detinha quase toda a fatia dessas contratações?

São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao Dr. Marcos Magalhães.

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Poderia repetir a primeira pergunta? Quanto de juros? Seriam R$1,2 bilhão a partir do ano que vem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Um bilhão e duzentos?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Sim, R$1,2 bilhão, a partir de 2005.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Por ano?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Por ano.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Se passarem dois anos, serão R$2,4 bilhões?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Isso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Corrigidos ou não? Serão R$1,2 bilhão por ano?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – O valor de juros é fixo. Com relação a essas contratações, não sou a pessoa mais indicada para responder. Tal-

vez o liquidante ou o representante do Banco Central poderiam dizer o que houve. Não tenho ciência disso tudo, não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Qual a instituição que detinha quase toda essa fatia das contratações?

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – As contratações feitas pelo Banco Central?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pelo liquidante do Banco Nacional.

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Houve uma prestação de serviço que o Unibanco fazia ao Banco Nacional, por meio da qual ele tem recebido uma boa quantia. Recebeu, em nove anos, R$500 milhões.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Segundo consta aqui, foram R$520 milhões.

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Exatamente, R$520 milhões.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Consta também que o Unibanco foi o que deteve a maior fatia dessas contratações. Está explicado o lucro excessivo dos bancos todos os anos, batendo recordes e mais recordes. Hoje a situação só está ruim para o banco que foi liquidado; mas, para os bancos que estão em funcionamento, a situação está muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concluímos, assim, o quanto é importante esta Subcomissão neste momento e o quanto pode ser importante ao Tesouro Nacional e ao povo brasileiro, com a economia que pode trazer se chegarmos a um denominador ainda neste mês de dezembro, evitando, só para o Banco Nacional, esse pagamento de R$1,2 bilhão. Com o Econômico, são 84 instituições em liquidação.

Se acaso não chegarmos a um denominador neste mês de dezembro, começaremos a designar Relatores para cada liquidação. Com a virada do ano, o Tesouro Nacional terá só perante o Banco nacional um prejuízo de R$1,2 bilhão, enquanto nossos trabalhadores estarão às vezes tendo magro Natal e Ano Novo. Com a virada do ano, haverá fogos na nossa cabeça se não fizermos esta Comissão valer como estamos pretendendo.

Agradeço muito a oportunidade de estar com os senhores. Tenho certeza de que esta Subcomissão vai ajudar muito o Banco Central a chegar a um denominador e a resolver de uma vez por todas esse assunto.

Concedo a palavra ao Senador.

O SR. MÁRIO CALIXTO (PMDB – RO) – Sr. Presidente Senador Aelton Freitas, Dr. Marcos Magalhães Pinto, contarei uma história. Há dois Senadores por Rondônia, mas sou mineiro. Nesta Casa, há sete Senadores mineiros. Cada Estado tem direito a três, e estamos aqui em sete.

Tenho uma história relativamente sentimental com o Banco Nacional. Presidente, meu pai foi funcionário do seu avô, há muitos anos, em Santo Antônio do Monte, Minas Gerais. Venho acompanhando a história dessas liquidações do banco, até porque o meu interesse específico diz respeito ao Banco do Estado de Rondônia.

O Banco do Estado de Rondônia é um banco jovem, pois tem aproximadamente vinte anos de vida. Quando o Banco Central interveio, ainda no Governo do nosso Senador Valdir Raupp, existia um rombo de R$33 milhões – guardo esse valor na memória. O Banco Central fez a intervenção, pois havia esse rombo de R$33 milhões naquele jovem banco. Quando o Banco Central deixou aquelas instituições cerca de um ano depois para fazer a liquidação, havia uma dívida de R$526 milhões.

O nosso pobre e sofrido Estado de Rondônia já pagou quase R$400 milhões na dívida consolidada do banco e, hoje, ainda tem uma dívida a resgatar de R$1,2 bilhão.

Efetivamente, é preciso dar uma solução para essas liquidações de bancos, esclarecendo à Nação a respeito de como esses números são tão avantajados e crescem em proporções muito rápidas, o que nos impede de ver o final da história.

Quero solidarizar-me com V. Sª e com sua família, principalmente com seu pai, que fez uma história neste País na atividade bancária. Torço para que a subcomissão realmente encontre uma finalização profícua para esse assunto, a fim de dar um ponto final ao sofrimento de tantos ex-donos de banco, além de impedir o País de gastar fortunas com as assessorias que realizam essas intervenções.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Senador, agradeço as suas palavras. Solidarizo-me também com V. Exª e espero que se encontre uma solução mais rápida para o Banco de Rondônia. Não se podem eternizar dessa maneira essas liquidações.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – A Comissão agradece muito a presença e a participação do nobre Senador Mário Calixto, do PMDB de Rondônia. Como acabei de ficar sabendo, é mais um mineiro nesta Casa.

Senador Mário Calixto, se possível, continue conosco, porque vamos ouvir agora os liquidantes. Até pouco tempo, estava atuando um liquidante, que, de uns meses para cá, foi substituído por outro. Sendo assim, convidamos os dois para ouvir a participação

de ambos. Contamos com a presença e com a participação de V. Exª.

Agradeço, em nome da Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras, a presença e a participação ao Sr. Marcos Magalhães e aproveito a oportunidade para dizer que o pai de V. Sª, além de ter sido o Presidente desta Casa, foi Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Ali está a foto do Senador Magalhães Pinto, que muito honra esta Comissão e também nós Senadores que estamos exercendo este mandato.

Muito obrigado pela sua presença. Sinta-se à vontade.

O SR. MARCOS MAGALHÃES PINTO – Sr. Presidente, sou eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. PL – MG) – Solicito ao Secretário que conduza à sala de reuniões os dois liquidantes do Banco Central que se encontram presentes: os Drs. Reginaldo Brandt Silva e Abdiel Andriolo de Andrade.

Srs. Dr. Abdiel e Dr. Reginaldo Brant, sejam bem-vindos.

Como estavam na Secretaria, V. Sªs ouviram o transcorrer da Subcomissão, como ela funciona. Em nome da Presidência, pedimos desculpas pela ausência de alguns Senadores. Há muitas reuniões acontecendo neste momento, inclusive uma sessão de Plenário e a reunião da Comissão de Orçamento, mas tudo aqui está sendo registrado por notas taquigráficas e será reproduzido e divulgado, para todo o povo brasileiro, pela TV Senado.

Peço a V. Sªs, uma vez com a palavra, conduzam as suas exposição como considerarem melhor, porque sei que um foi o liquidante há até pouco tempo e, o outro, assumiu há pouco. Então, se quiserem fazer suas exposições de maneira intercalada ou de outro modo, fiquem à vontade.

O primeiro orador disporá de 10 minutos para a sua exposição. Depois, disporemos de três minutos para indagações e para réplica.

O SR. REGINALDO BRANDT SILVA – Muito obrigado.

Exmº Sr. Senador Aelton Freitas, Exmºs Srs. Senadores presentes, e uma saudação especial também àqueles que, embora façam parte da Subcomissão, por motivos alheios, de outras atividades na Casa, não estão presentes, mas a quem gostaria de deixar também a minha saudação.

É com satisfação que comparecemos a esta Subcomissão, que, tenho certeza, traz em seu bojo objetivos claros de aperfeiçoamento ao processo de liquidação das instituições financeiras e, como sabemos, tem como marco regulatório principal a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Portanto, com mais de 30 anos.

É sabido que, de lá para cá, o mundo dos negócios sofreu significativa evolução e as relações sociais estão cada vez mais influenciadas pelos ditames da Constituição Federal de 1988, cabendo, dessa forma, discussão e aperfeiçoamento da temática.

A modernidade da gestão corporativa, a transparência, a minimização de prejuízos a depositantes e poupadores e a eventual punição daqueles que porventura causarem qualquer dano à economia popular, por culpa ou por dolo, são temas que com certeza devem ser rediscutidos dentro de um novo contexto, dentro de um novo processo que trate do referido assunto. E esta Casa, como sabemos, é o palco maior da eleição e do nascedouro das diversas legislações pertinentes aos temas da vida brasileira.

O Banco Nacional, como se sabe, desde dezembro de 1995 está submetido à liquidação extrajudicial, e a massa vem sendo administrada por liquidantes nomeados pelo Banco Central, os quais agem no cumprimento dos deveres que a lei lhes impõem, e, como nas instituições em funcionamento normal, nos diversos normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central e pelas diversas leis.

No conjunto das responsabilidades atribuídas ao liquidante, o processo requer a adoção de diversas medidas, as quais, preservadas as particularidades da empresa, vêm, ao longo do tempo, sendo implementadas com observância das orientações legais e técnicas regulamentares das diversas fontes institucionais.

No bojo dos deveres, no zelo de levar a bom termo esse processo, ressalta-se, obviamente, o interesse público de que se reveste essa massa, pelas repercussões naturais no âmbito fiscal dos correntistas, poupadores, investidores, acionistas majoritários e fornecedores que mantinham relações de negócios com o Banco Nacional naquela fase de normalidade, além dos funcionários que mantinham vínculos empregatícios com a instituição e suas empresas ligadas, de modo a formar um emaranhado de interesses que, de diversas formas, ainda recaem sobre essa massa.

Nada obstante, decorridos quase nove anos desde o início do processo de liquidação, tendo o País sofrido uma série de ajustes na economia, no processo político e social, os números que traduzem a posição patrimonial de ativos e passivos da massa ainda são expressivos e comprovam, dado à sua grandeza e complexidade, que há muitos interesses envolvidos, como é o caso dos créditos do Banco Central, dos tributos e, particularmente, das causas trabalhista.

Nesse quadro, assumimos a função de Liquidante, em 26 de março daquele ano, por ato do Exmº Sr.

Presidente do Banco Central, com claro objetivo de procurar dinamizar o difícil processo de liquidação.

Dessa forma, colocamo-nos à disposição de V. Exªs para colaborar com esta Subcomissão naquilo que for da nossa competência e da nossa disponibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – A Subcomissão é que agradece a V. Sª.

Passo a palavra ao Dr. Abdiel Andriolo de Andrade. Logo após, passaremos às indagações, que serão alternadas entre o expositor e os membros da Subcomissão.

O SR. ADBIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Vou procurar ser o mais prático, embora assine embaixo do que o Dr. Reginaldo disse.

Fui nomeado em 15 de junho de 2000, passados cinco anos da decretação do Raet. O meu objetivo claro como liquidante era tentar resgatar todos os ativos, fazer caixa, para pagar os passivos. Nesse quadro, tentamos alcançar esse objetivo, mas nos deparamos com uma série de problemas naturais da própria liquidação e de um banco do porte do Nacional.

O Banco Nacional possuía 335 agências, 366 postos, um quadro de 13 mil funcionários, um cadastro de 955 mil clientes, dentre esses, 902 mil eram pessoas físicas e 52 mil, pessoas jurídicas. Todos eles foram administrativamente transferidos, incorporados pelo Unibanco. Na contratação dos serviços do Unibanco, em 18 de novembro de 1995, ficou acordado que os problemas trabalhistas com os funcionários do Nacional e demitidos até 18 de novembro de 1995, à data do Raet, seriam de exclusiva responsabilidade do Nacional. Seria feito um rateio das despesas entre o Nacional e o Unibanco em relação aos funcionários que estivessem trabalhando para o Unibanco e que fossem posteriormente demitidos. O rateio seria proporcional e dependeria do que estivesse sendo reclamado.

Deparamo-nos também com um problema não muito sério, envolvendo documentação, dados contábeis, conciliações bancárias...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – PI) – Dr. Abdiel, permita-me interrompê-lo só para um esclarecimento.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Desculpe. Pois não.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – PI) – V. Sª está nos dizendo que os funcionários do Banco Nacional foram demitidos e que as despesas decorrentes foram pagas pelo próprio Banco Nacional. As despesas salariais dos funcionários que foram para o Unibanco foram divididas entre o Unibanco e o Nacional?

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Não. Não. As características contratuais, as condições contratuais de trabalho de todos eles foram mantidas. É que com o passar do tempo muitos reclamaram hora extra, diferença de salário. Se alguma omissão nesse sentido tivesse ocorrido na gestão do próprio Nacional, por força do contrato, a despesa decorrente seria debitada ao Nacional.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – PI) – Sim, quanto ao período em que ele trabalhou no Nacional?

O SR. ADBIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Isso, exatamente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – PI) – E não no novo período de atividade?

O SR. ADBIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – E o novo período seria por conta do Unibanco.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com todas as despesas e com todas as vantagens.

O SR. ADBIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – É. No início do Raet, logo em seguida, nós tínhamos 13 mil ações trabalhistas. Hoje, nós temos – eu acredito que hoje porque há oito meses eu saí do Nacional – quatro mil e poucas ações trabalhistas ainda com ele. Bastante demoradas, não é?

Nós tínhamos também uma dívida fiscal e tributária que representa 1.700 ações; só na Secretaria da Receita Federal, 192 ações. Muitas dessas ações, reclamadas pelo Fisco, decorrem da não-aceitação de um direito legítimo do Nacional em fazer compensações de tributos que ele pagou indevidamente e, no seu direito, ele está brigando até hoje para buscar isso. Então hoje nós temos 192 ações; e, só de demanda da Fazenda Municipal, temos 1.500 ações de reclamação da Fazenda Municipal, muitas das quais da Fazenda Municipal de São Paulo e isso toma um tempo muito grande.

Alguns problemas contábeis que existiam, e com documentação, fizeram com que demorasse muito a arrumação da contabilidade, até que nós pudéssemos, dois anos depois do Raet, ou dois anos depois da decretação da liquidação, publicar o quadro geral de credores; isso entre outros fatores. Tínhamos também uma base de crédito de cobrança de 120 mil operações de cobrança, sendo que apenas 10% dessas 123 mil ações estavam ajuizadas, a maioria contra pessoas físicas e muitas com os seus títulos de crédito já prescrito; e o trabalho de se buscar a documentação, o direito através de uma ação ordinária, de uma ação monitória é muito demorada; é demorado para adquirir o crédito e, depois, é demorado para se buscar a execução com aquele crédito. Temos casos até hoje – são 123 mil casos – e muitos créditos foram recuperados. Não tenho o número na memória, mas acredito que muitos foram por demanda do próprio devedor. Foi com o próprio devedor que nós conseguimos recuperar, por

demanda própria do devedor, porque era difícil a cobrança em função dos dados inconsistentes.

Quando eu entrei, em junho de 2000, uma preocupação muito grande nossa foi organizar esses arquivos porque não conhecíamos, com total segurança, a base de dados. Isso, então, colaborou muito para adiantar a situação da liquidação.

Outro grande problema nosso que é o principal ativo é o FCVS adquirido pelo Banco Nacional, com recursos fornecidos pelo Proer; foi realmente comprado a 35% do valor de face. Mas, na verdade, uma dívida de FCVS contraída há muitos anos, quando da existência do BNH. Com a extinção do BNH, houve, por assim dizer, uma certa confusão de quem passaria a administrar aquela obrigação do saldo devedor imobiliário não coberto pelo mutuário. E contratos de mutuários demorados, com muitos anos, com 30 anos de duração; e só ao final do contrato é que se poderia apurar o quanto o Fundo de Compensação de Variação Salarial iria cobrir. Então, é uma dívida realmente potencial do governo, esteja ela na mão de quem estiver. Hoje está na mão do Banco Nacional, mas é uma dívida real, compromissada lá atrás, muitos anos atrás. E durante um certo período, com a extinção do BNH, existiu uma dúvida sobre quem realmente iria administrar essa massa, essa dívida.

Naquele tempo se pagava mensalmente. Havia um orçamento do BNH, um recurso próprio para ir se pagando aos bancos à medida que os contratos de financiamento fossem se caracterizando, ou seja, fosse nascendo o FCVS restante. Por um bom tempo se deixou de pagar e os bancos realmente não sabiam como cobrar, de quem cobrar, a quem entregar aquele montante de FCVS para administrar. Muito recentemente se criou o Conselho Curador do Fundo de Compensação e aí se começou a administrar por meio da Caixa Econômica Federal.

Houve alguns remelexos no meio. Eu estou sintetizando. Então os bancos começaram realmente numa massa de 250 mil operações de financiamentos de crédito imobiliário. O Nacional comprou o potencial de 190 mil contratos. Esse processo de habilitação desse direito de FCVS junto a Caixa Econômica é bastante complicado. É necessária a formação de um dossiê, são necessários documentos que comprovem a quitação. O detentor desses documentos deve apresentá-los à Caixa Econômica para habilitar-se. A Caixa irá examinar e verificar se aquilo é verdade. Primeiro: o contrato tem direito ao FCVS? Tem. A documentação é completa, correta? É um trabalho muito difícil. São 250 mil contratos.

Nesse ínterim, ocorreram duas ações civis públicas em Mato Grosso do Sul questionando o índice utilizado. Então toda aquela massa de contrato apresentada à Caixa Econômica para examinar teve de ser refeita para apresentá-la junto com aquela decisão, que foi derrubada mais tarde. Aí se voltou novamente e ficou longo tempo sem poder apresentar à Caixa Econômica esses contratos.

Em 2002, independentemente disso tudo, notificamos, via cartório, todos os bancos para que não entregassem o FCVS, porque eu, na qualidade de liquidante, o que me interessa é arranjar recursos para pagar os passivos.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas)– Agradecemos a explanação dos nobres liquidantes.

Antes de colocar a palavra à disposição do Senador Edison Lobão, autor do requerimento, eu queria expor mais uma dúvida que paira porque até nossa primeira reunião, ou até o vídeo a que assistimos aqui pela primeira vez, a impressão que eu, alguns Senadores e a maioria da população brasileira tínhamos era a de que o liquidante era a pedra no sapato de todos, era quem não tinha vontade de resolver. Pelo que ouvimos na reunião interna do Banco Central percebemos que não é bem assim, pois o Banco Central é que conduz dessa forma. Hoje, ao acessar a **Internet**, exatamente na data de hoje, aumentou muito minha dúvida a respeito dessa questão do Banco Nacional – Unibanco.

Srs. liquidantes, os senhores sabiam que a parte boa do Nacional, de acordo com o laudo da Fundação Getúlio Vargas, foi vendida à época por aproximadamente R$1 bilhão abaixo do preço de mercado? Sem nenhum tipo de licitação, segundo nos consta, ou concorrência pública e que o então Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, que ocupa, conforme vi na **Internet** hoje, nada mais, nada menos que a Presidência do Conselho Administrativo do Unibanco, banco que assumiu o Nacional. Ou seja, na época comprou por um bilhão a menos e hoje é o Presidente do Conselho Administrativo do Unibanco, banco que quase que ganhou essa operação de presente, sem gastar dinheiro algum, pagando apenas com ações preferenciais, sem sequer ter direito a voto.

Ainda é muito intrigante, principalmente para mim, saber que quatro ex-Diretores do Banco Central também fazem parte da Diretoria do Unibanco hoje, 30 de novembro de 2004. São eles: Pedro Sampaio Malan, Presidente do Conselho Administrativo; Pedro Moreira Salles, Vice-Presidente do Conselho e ex-Diretor do Banco Central; Armínio Fraga, ex-Presidente do Banco Central e hoje Diretor do Unibanco; Pedro Bodin, ex-Diretor do Banco Central e hoje Conselheiro do Unibanco; Daniel Gleiser, Diretor-Executivo do Unibanco, também ex-funcionário do Banco Central, que cuida da área de riscos e pesquisa macro; e Demóstenes Pinto Neto, da Gestão de Patrimônio, é o

Vice-Presidente. Ou seja, todos que estavam no Banco Central quando aconteceu a absorção do Banco Nacional hoje são Diretores ou Presidente de Conselho Administrativo do próprio Unibanco.

Posso assegurar-lhes que fiquei tentando entender, mas até agora não consegui. Os senhores conseguem explicar isso? Tenho certeza de que é difícil, mas, assim como eu, todo o Brasil tem curiosidade em saber.

O SR. ADBIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Eu, realmente, não tenho condições. Primeiro: não participei, não conheço o laudo feito e nem qual o critério utilizado pela CVM. Realmente não tenho condições de emitir nenhuma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Mas, no seu ponto de vista, no conhecimento que teve, o senhor chegou à conclusão de que foi comprado por um bilhão a menos, como afirmou aqui o ex-Presidente?

O SR. ADBIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Não, eu não tenho condições de afirmar nada. Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Perfeito.

Dr. Reginaldo Brandt, tem alguma coisa a dizer?

O SR. REGINALDO BRANDT SILVA – O que tenho a dizer é que não participei efetivamente desse processo. Tenho experiência de outros processos, processos de privatização, através dos quais tive a felicidade de conviver com o nobre Senador Edison Lobão, no Maranhão, onde concluímos um projeto com bastante sucesso e pude participar efetivamente de avaliações e de percepções de avaliação e metodologia.

Não conheço o trabalho da Fundação Getúlio Vargas. Nada obstante, para emitir uma opinião técnica, temos que adentrar no processo, porque é um processo altamente complexo. Instituições financeiras, a cada 30 dias, podem ter uma variação de potencial, valor de ordem substancial. Digo isso porque tive experiência em que, 60 ou 90 dias após estudos já realizados em instituições financeiras, eles se alteraram de forma que o patrimônio tenha sofrido alteração, às vezes da ordem de até 10% ou 15%, em função de uma aferição maior das contas e dos ativos e passivos dessas organizações.

Apenas a título ilustrativo, só para que tenhamos uma noção daquilo que foi pago, por curiosidade, não tenho esse estudo, procurei verificar – não tenho procuração para defender o Banco Central ou o Unibanco e nem sei se isso aqui é adequado ou não –, mas os valores pagos, na ocasião, ao Unibanco, quer seja pelos ativos e passivos das agências adquiridas, mais o ágio que me consta, que foi verificado, pois verifiquei apenas em parte contratual, procurei fazer um levantamento e atualizar esses valores, já que se fala muito em valores atualizados hoje... Até porque, em relação à acentuação histórica, vai-se perdendo o referencial. Afinal de contas, são quase dez anos.

Portanto, hoje, quando se trata de custo, quando se trata de custo da massa, atualiza-se para se ter uma noção, porque um custo de dez anos atrás não é o mesmo custo de hoje, assim como qualquer ativo, qualquer recebimento de dez anos atrás não representa o mesmo valor recebido hoje.

A título de colaboração com esta Comissão e para futuros juízos – quem vai avaliar isso não sou eu, mas os demais fóruns controladores do Governo e do próprio Legislativo –, o valor de pagamento do ágio, pago em várias parcelas – pois, não foi pago à vista –, sendo que uma parcela foi paga em ações de uma **holding** que foi constituída. Assim, o valor do ágio pago, já atualizado em várias parcelas, chegou, na ocasião, ao se fazer a entrada efetiva dos recursos, porque, a partir do momento em que se fechou o negócio, começou a rodar, digamos, uma maquininha, que iria corrigir os recursos, que não foram pagos imediatamente. Dessa forma, dos R$300 milhões pagos, em parcelas, ao final, quando, efetivamente, entrou em caixa, em torno de R$614 milhões, que atualizados, hoje, estariam na ordem de R$1.228 bilhão.

Quanto aos valores pagos em ações – e depois a massa foi realizar essas ações, porque negócios não se compõem efetivamente só de recursos financeiros monetários, mas de créditos, de papéis e de documentos outros de diversas naturezas –, que foram entregues em pagamento, do Nacional para a massa, e a massa teve que realizar para constituir, porque a função dos liquidantes efetivamente é reaver os ativos para começar a honrar os passivos para se buscar, em algum momento, determinado equilíbrio – são da ordem R$1.129 bilhão, segundo os registros que me foram fornecidos. Hoje, esses valores, em termos atuais, representariam R$4.581 bilhões.

Apresento esses dois valores só para ilustrar porque são dois valores substanciais, sendo um da ordem de R$1.228 bilhão, em valores atualizados. Sempre digo que se têm que atualizar custos e valores para referenciais, então, tem-se que atualizar tudo. Hoje estaríamos, vamos dizer assim, com os recebimentos similares da ordem de pouco mais de R$5.5 bilhões. Se me perguntarem se isso é justo ou não, eu diria que não examinei o processo em profundidade. Isso apenas para um referencial. Agora, para outro referencial também, queria deixar claro, que, como participei do processo de privatização, um banco de porte razoável, o considero assim, há pouco tempo, que é o caso do Banespa, foi avaliado tecnicamente por duas empresas e conferido pelos Governos do Estado de São Paulo em torno de R$ 2 bilhões. Isso ocorreu há aproximadamente dois anos e, portanto, o valor também teria de

ser corrigido, mas acredito que não passaria da casa dos 60% do valor dessa avaliação.

Só para se ter noção, e para não perder os comparativos no tempo, procurei levantar esses dados por curiosidade. Entretanto, registro que não participei das negociações e que não tenho efetivamente responsabilidades nessas negociações, porque a gestão era outra, mas tive a curiosidade apenas para que números fossem formados na minha cabeça quando as pessoas citassem esse tipo de coisa e até para trazer como colaboração. Esses números estão disponíveis na massa e, se a Comissão assim desejar, podemos fornecer cada pagamento que foi feito, parceladamente. Esse é um referencial que eu gostaria de fazer especificamente a esta Comissão. Não sei se o Abdiel gostaria de complementar.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Eu gostaria sim.

Os R$682 milhões foram pagos no contrato feito com o Unibanco. Foi a Nacional Companhia de Seguros, a Nacional Leasing Cardway Processamento, Autolatina Leasing, Cartão Nacional, Banco Nacional Luxemburgo, Interbanco Paraguai, Agência de Nassau, Agência de Nova Iorque, Agência de Miami. Esse valor de R$ 682 milhões tomou por base, para efeito da apuração do valor, o balanço de 30 de outubro de 1995. Em 18 de novembro de 1995, foi feito um saneamento nesses balanços, e o Banco Nacional teve que devolver ao Unibanco uma parcela porque, na verdade, o patrimônio dessas empresas dava algo em torno de R$ 602 milhões ou algo assim. Mas também o Unibanco pagou ao Nacional R$300 milhões a título de ágio da carteira de crédito da Seguro, R$100 milhões; das empresas de cartão de crédito, R$70 milhões; e da clientela do banco, R$130 milhões. Esses R$300 milhões foram pagos em cinco anos ao Banco Nacional, com carência de dois anos e juros de 8% ao ano mais TR. Então, chega-se aos números que o Dr. Brandt calculou.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Srªs e Srs. Senadores, fiquei muito indignado ou com a competência desses ex-Diretores do Banco Central ou com a generosidade do Unibanco, caso não se chegue a um denominador comum com o Banco Central neste mês, sugiro à nossa Comissão que convide os ex-Diretores do Banco Central – boa parte deles diretores do Conselho Administrativo do Unibanco hoje – para analisarmos tamanha coincidência e generosidade do banco, que acolheu exatamente os responsáveis pela liquidação e pela incorporação do Unibanco, tendo hoje, como Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Pedro Malan – que era o Presidente do Banco Central à época; como Vice-Presidente, Pedro Moreira Salles; como Diretor, Dr. Armínio Fraga, juntamente com Gabriel Jorge Ferreira, Israel Vaiboim e Joaquim Francisco de Castro Neto, sendo ex-Presidente do Banco Central também o Dr. Armínio Fraga; como Conselheiro, o Dr. Pedro Bodin – também ex-Diretor do Banco Central; como Diretor Executivo de Risco e Pesquisa Macro, o também ex-Diretor do Banco Central Daniel Gleizer; e de Gestão e Patrimônio, como Vice-Presidente Demóstenes Pinho Neto. Isso nos deixa indignado e preocupado. É tamanha a coincidência ou a generosidade.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, autor do requerimento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Aelton Freitas, não possuía as informações que V. Exª possui. Mas confesso que, como sou um homem de boa-fé, acredito na boa-fé das pessoas.

Conheço o Ministro Pedro Malan e o Dr. Armínio Fraga e tenho deles a melhor impressão. São pessoas corretas e que agiram, seguramente, em tudo o que fizeram, pensando em servir ao País.

Hoje, a legislação estabelece uma quarentena. Se eles estão no Unibanco, seguramente, para lá foram em razão de convites que receberam e porque a lei não os impedia. São homens competentes. Qualquer banco privado teria muita alegria em ter pessoas dessa natureza em seus quadros.

O Dr. Reginaldo também nos dá uma notícia real quanto ao Banco do Estado do Maranhão. S. Sª esteve lá e prestou um serviço relevante àquela instituição. Devo falar um pouco sobre aquele banco, que não tem muito a ver com o caso presente, embora possa servir como simbolismo.

Durante o período em que fui Governador do Estado do Maranhão, o Banco do Estado do Maranhão era considerado, entre os menores bancos, um dos melhores e com melhor situação dos bancos do Brasil. Isso era declarado em jornais como a **Gazeta Mercantil**, pelo próprio Banco Central, etc. Não havia nenhum problema no Banco do Estado do Maranhão ao tempo em que fui Governador e, repito, estava entre os melhores bancos estatais brasileiros. Depois, saí do Governo. Ainda há pouco, o Dr. Marcos disse que, no período de 1994 a 1997, as inadimplências triplicaram. Ou seja, houve uma elevação de 100% ao ano na rede bancária nacional. No turbilhão de dificuldades por que passaram todos os Bancos, o Banco do Estado do Maranhão também passou por dificuldades, portanto, já fora do meu Governo. E o que aconteceu? Apesar de ter uma intervenção competente, como foi a do Dr. Reginaldo Brandt Silva, a sua presença no banco foi benfazeja, o que aconteceu foi que o banco teve que ser saneado com mais de R$300 milhões

de empréstimos solicitados pelo Governo do Estado e, posteriormente, vendido por R$70milhões ou R$80 milhões. Um horror!

Ora, se um banco estadual, um banco estatal, tão bom que era e tão bem administrado no período seguinte, a que me refiro, passou por esses percalços de ter que ser saneado com mais de R$300 milhões para ser vendido por R$70 milhões ou R$80 milhões, imaginem o que não terá ocorrido em toda a rede financeira do País, em todo o sistema financeiro do País?!

Pergunto ao Dr. Reginaldo Brandt Silva se, como liquidante, acha que o Banco Nacional é credor ou devedor neste momento.

O SR. REGINALDO BRANDT SILVA – Bom, Senador, vamos primeiro entrar na questão justamente do suporte principal da liquidação do Banco Nacional sob o ponto de vista de ativos, que são exatamente os Fundos de Compensação das Variações Salariais (FCVS), que foram adquiridos, aliás, no regime de administração especial temporária, para dar suporte ao empréstimo do Proer, porque a lei exige um determinado nível de garantia. Esses FCVS foram adquiridos por 35% do valor de face e vêm sendo contabilizados assim, mês a mês, apenas recebendo a sua valorização, a sua correção adequada. E por que isso? Porque a Lei nº 6.404 estabelece que, quando se adquirem títulos com rendas variáveis, essas apropriações devem ser feitas paulatinamente e o registro contábil deve ser feito entre o valor de custo corrigido ou o valor de mercado.

Como o FCVS – mesmo o CVS – nas quantidades detidas pelo Banco Nacional e por outras instituições não tem demanda suficiente, é praticamente impossível, hoje, saber-se com certeza o valor de mercado. Mais uma razão de se optar por aquilo que diz a Lei nº 6.404, que se registre pelo custo corrigido. E isso no Banco Nacional tem sido feito, inclusive por recomendação de suporte jurídico e tributário de uma organização que já prestava serviços ao Banco Nacional antes do processo de RAET ou mesmo de liquidação extrajudicial, um escritório tido no Rio de Janeiro como de alto nível técnico, que recomenda esse tipo de contabilização, porque ele está sendo feito com base nesse dispositivo legal, que é da Lei nº 6.404. E por que isso? Para evitar que se criem falsas expectativas com relação a preço de mercado.

Na realidade esses títulos estão contabilizados dessa forma. Há que se falar: por que não se contabiliza pelos valores de face? Pergunto: por que não me apresentam um comprador que pague o valor de face e eu levo imediatamente a proposta ao Banco Central. Mesmo porque eu não posso vender nenhum ativo sem autorização do Banco Central. Assim a lei prevê. Não é porque eu não queira ou porque o Banco Central queira interferir em minha administração. Não é isso. É porque a lei assim prevê. E por ela prever dessa natureza é que temos que fazer essa proposição. Agora, no momento em que aparecer um grupo ou qualquer pessoa ou qualquer instituição que queira adquirir esses títulos por valor de face, eu imediatamente levo a proposta ao Banco Central da venda desses títulos.

Ocorre que esses títulos, os FCVS, que, em disposição legal, deverão ser honrados pelo Governo, que foi o próprio Governo que criou essa disposição legal, de honrar os FCVS com as novas ações para a CVS são títulos que vencerão normalmente a partir de 2020, 2024, 2027, por aí assim. Então, somente uma disposição legal, imagino eu – e aí a dificuldade do órgão A, B ou C em recebê-lo pelo valor de face – que, se algum título foi recebido pelo valor de face é porque havia uma disposição legal para tal. Mas, se alguma disposição legal entendeu estabelecer que os títulos que vencerão em 2024 ou 2027 podem ser recebidos por valor de face, não tenho dúvida de que o detentor do poder de receber esses títulos, se estiver na disposição legal, assim o fará, porque esses títulos têm esse valor de face nesta data. Portanto, eles devem sofrer um processo de deságio, para negociação hoje, o que é normal no mercado de capitais. Os títulos sofrem, para negociação antecipada, um processo de deságio. Isso é natural. Para alguns, que têm maior procura, o deságio é menor. Para outros, cuja procura é menor, o deságio é maior. Em relação ao FCVS, que quase não tem procura por quantidades dessa natureza, o deságio é bastante substancial.

Tenho em mão os pareceres técnicos não apenas dessa consultoria jurídica e tributária como também os dos meus contadores, que os contabilizaram adequadamente. Apenas no momento efetivo em que esses títulos forem negociados será possível saber se valem "x" ou "y". Caso contrário, as contabilizações referenciais serão aquelas definidas em nosso balanço.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – V. Sª me permite um aparte para agregar mais um dado à sua pergunta? Por estar na Presidência, eu não deveria fazê-lo, mas quero trazer outra informação em relação ao que V. Sª está perguntando.

O nobre liquidante falou em CVS, ou seja, dívida vincenda; estamos falando de FCVS. Trata-se de uma dívida caracterizada vencida de acordo com a Lei nº 10.150.

Tenho em mão, nobre Senador Edison Lobão, um ofício do Banco Central, em resposta ao ex-Senador Artur da Távola, citando os bancos com intervenção que participaram do Proer e da carteira habitacional. Entre eles, estão: o Banco Mercantil de Pernambuco,

cujos representantes já tivemos a oportunidade de ouvir; o Banco Bamerindus, próximo a ser ouvido por esta Comissão; o Banco Nacional, que está sendo ouvido hoje; o Banco Econômico, que foi o último a ser ouvido e a Caixa Econômica Federal. Todos os citados foram socorridos, à época, pelo Banco Central.

A Caixa Econômica Federal contabilizou os títulos de FCVS, dívida vencida, com quase 100% do valor de face pelo Banco Central, mas, de outra forma, foram contabilizados outros créditos, como os do Mercantil, de Pernambuco, com 68% do valor de face à época; os do Banco Econômico, também, à época, com 52% de valor de face; e os do Banco Nacional, em discussão, com 35% do valor de face.

Estamos chegando à conclusão de que se o FCVS fosse contabilizado na Caixa Econômica a 35%, como ocorreu com o Banco Nacional, em vez de quase 100%, a Caixa Econômica Federal estaria falida ou, em outras palavras, quebrada. E, se o Banco Nacional fosse contabilizado, como ocorreu com a Caixa, ele estaria superavitário.

Dessa forma, contabilizando o da Caixa e o do Banco Nacional, que representam a maior divergência, de 35% para 100%, aumenta ainda mais a nossa dúvida e a nossa indignação.

Eu gostaria de saber, complementando a pergunta de V. Exª, se o Banco Central teve dificuldade em fazer essa contabilidade, tanto do Nacional quanto dos demais bancos aqui citados. Pergunto, ainda, de quem é o interesse de manter essas infindáveis liquidações, gerando um custo, como o que está sendo gerado ao Tesouro Nacional.

Muito obrigado pela oportunidade. Quis agregar algo mais à pergunta de V. Exª.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – O custo, o registro contábil é reflexo do pagamento. Se o Banco Central pagou 35%, o banco não poderia registrar por 48%. Foi o que ele pagou: 35%.

A forma de contabilização, de atualização desse crédito foi a que adotamos, com base em parecer técnico, ou seja, agregando ao custo de aquisição o rendimento que o papel rende: 6,7 ou 3,12, dependendo da fonte de recurso utilizado para financiar aquele crédito imobiliário ou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou a poupança. Ele cresce à medida que se agregam, pelo regime de competência, os juros decorridos. Por isso, está contabilizado por 35%, que é o valor pago.

Embora eu não tenha os números, acredito que, atualmente, o valor presente do título deva ser 54%. O Dr. Reginaldo pode informar.

O SR. REGINALDO BRANDT DA SILVA – No regimento agregado ao custo de aquisição, o valor presente do papel...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Essa informação que V. Exª nos fornece é muito importante. Atualmente, o valor já não seria 35%, mas 53%.

O SR. REGINALDO BRANDT DA SILVA – Estou inseguro com relação aos juros. No entanto, certamente, há agregação do valor.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pode haver uma avaliação mínima segundo a sua concepção, seu conceito.

Sr. Presidente, V. Exª não precisa preocupar-se em interferir em nossas indagações, nem deixar de perguntar. Ainda não há Relator. V. Exª, na qualidade de Presidente, nessa circunstância, opera como Relator. Até a distribuição das Relatorias, deve mesmo exercer esse papel – e o está fazendo. Compreendo esse ato perfeitamente, uma vez que contribui para o esclarecimento. Esta é uma Comissão pública. Nada aqui é sigiloso, secreto. Esta vantagem o Congresso tem: não faz nada secreto. A opinião pública participa de tudo para ficar informada dos fatos e das controvérsias.

Dr. Abdiel, leio na informação do Dr. Marcos Magalhães Pinto, que eu já conhecia, que, de todo modo, o Banco Nacional tem esse registro de 35%. V. Exª já faz um avanço: cerca de 53%.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Trata-se do custo do valor pago agregado aos juros decorridos, ao rendimento, ao perfil do papel.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Entendi. No próprio Banco Central, esses papéis já estão registrados por 52. Porém, como se explica que, na Caixa Econômica, esse registro é 97%? É o mesmo papel. Não é possível entender como se usam dois pesos e duas medidas para a mesma situação. Ora, a situação da Caixa não há de ser diferente da de qualquer banco. É uma instituição financeira com os mesmos procedimentos, os mesmos clientes e as mesmas leis que regem o Sistema Financeiro Nacional. Então, como é possível atribuir-se 35% a um bem que pertence ao Banco Nacional e esse mesmo bem valer 97% na Caixa Econômica? Não há explicação. De qualquer forma, o preço de face é 100%, sendo o responsável o Tesouro Nacional. Precisamos admitir que é assim.

Fiz uma pergunta ao Dr. Reginaldo, mas S.Sª não chegou a completar a resposta. A questão era a seguinte: já se pode pensar em suspender ou não a intervenção diante dos fatos conhecidos.?

O SR. REGINALDO BRANDT SILVA – Sr. Senador, na verdade, estamos lá há um período relativamente curto, mas já vimos fazendo uma série de

avaliações. Entendemos que o processo complementar de qualquer liqüidação e o de se criar um cenário de perspectiva de qualquer liqüidação passa pelo cumprimento dos estritos ditames legais, que estabelecem passos. Um deles é que os credores concordem com o que está sendo oferecido. Os diversos credores devem estar de acordo que se façam os pagamentos, conforme seus ativos.

Hoje, eu desconheço a disponibilidade de todos os credores aceitarem os pagamentos por meio dos ativos existentes, tendo em vista as circunstâncias que expus. Uma coisa é se imaginar que um ativo principal, que vai ter um valor de face daqui a vários anos, será aceito pelos credores, nessa base. Esses dispositivos legais precisam ser superados.

Imagino que os credores e o credor principal, que é a União, os credores tributários, possam aceitar, por intermédio da criação ou da existência – que desconheço – de dispositivo legal, valores que cubram o passivo. Pelos valores que registramos em contabilidade e pelos valores disponíveis no mercado para a aquisição desses ativos, não observo possibilidade de cobrirmos, neste momento, os passíveis existentes.

É claro que, diante de fatos novos, de um reconhecimento legal de valoração de ativos ou de disponibilidade para aceitar, baseado em qualquer novo dispositivo legal, tudo pode acontecer. Então, é, nesse momento, com os elementos que hoje existem, que não observo condição, neste momento, da ocorrência deste fato.

Mas, evidentemente, tanto por iniciativa desta Casa Legislativa, que tem alternativas e onde podem ser criadas soluções para os diversos problemas no País, verificamos freqüentemente o Congresso criando soluções para vários problemas no País.

Obviamente, em um trabalho desta natureza, poderá eventualmente vir a obter frutos. Segundo o Presidente, é este o objetivo: buscar solução em conjunto com essas autoridades. E o liquidante é o primeiro a estar disposto a trabalhar nesse sentido, porque o nosso objetivo é cumprir mais uma missão que nos foi designada. Não é ficar eternamente cumprindo qualquer tipo de missão. Pelo contrário, o nosso objetivo – e temos exemplo do nosso passado de atividades profissionais , independentemente de ficarmos ou não empregados, é cumprir o mais rápido possível a nossa missão, até para que sejamos valorizados por isso. Obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Reginaldo, o controlador do Banco Econômico fez inúmeros elogios ao liquidante. Disse que ambos operam quase que juntos na ação do liquidante. O liquidante consulta o controlador e trocam idéias. Segundo o controlador, Dr. Calmon, o liquidante está conduzindo bem os negócios do banco. A mesma coisa disse o controlador do Banco Mercantil de Pernambuco. Pergunto ao senhor: Esse bom relacionamento existe com os controladores da Nacional também?

O SR. REGINALDO BRANDT DA SILVA – Dependendo de mim, existe um bom relacionamento até porque é da minha índole a transparência, o trabalho de negociação, os contatos, a solução em conjunto, pois creio que as cabeças só decidem melhor quando decidem juntas. Quando uma pessoa quer decidir sozinha qualquer tipo de coisa, certamente, incorre na possibilidade de risco e de maior erro possível. Então, sou uma pessoa aberta ao diálogo, que tenho oferecido ao representante do controlador, na medida em que me disponho a discutir qualquer tipo que esteja dentro da massa a buscar um caminho melhor para a solução do problema, porque só entendo neste sentido: se as partes envolvidas não estiverem disponíveis e abertas a soluções, dificilmente as soluções chegarão. Portanto, na minha visão, hoje o meu relacionamento não só é bom, como também aberto. Sempre me coloco à disposição para qualquer explanação dessa natureza.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E quanto ao senhor?

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Sempre tive um relacionamento muito bom porque os Magalhães Pinto, controladores, nomearam o Dr. Marcos José Magalhães, uma pessoa excelente, muito educada, bastante profissional e conhecedor do assunto.

O nosso relacionamento, com todas as discussões técnicas que temos, nunca passou disso. São bastante profissionais. Nunca criaram problema para o andamento do trabalho. Nunca! Questionamos algumas coisas, alguns posicionamentos, algumas medidas técnicas tomadas. Mas o relacionamento é o melhor possível. Assim que cheguei ao Banco Nacional, em junho de 2000, ocorreu a nomeação da família do Dr. Marcos José, excelente pessoa, excelente profissional. E, durante mais de um ano, na minha gestão, ele, diariamente, teve acesso a toda a documentação. Não criamos embaraço nenhum. Houve possibilidade de ele nomear até terceiros para trabalhar para ele e franqueamos tudo. Quer dizer, há liberdade. Trabalhamos bastante democraticamente, inclusive com orientação e exigência do Banco Central. O Banco Central quer que todas as informações sejam abertas aos controladores, sem exceção. O nosso relacionamento sempre foi o melhor possível.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Os senhores são, embora nomeados pelo Banco Central,

dirigentes de um patrimônio que é de terceiros. Esta é a realidade.

Pergunto aos senhores quais os valores empregados pelos liquidantes, até hoje, em contratações e serviços de auditoria, serviços jurídicos, assessorias ao longo desse período do Banco Nacional.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Não tenho o número exato de cabeça, mas posso fazer uma...

O Unibanco, que é o prestador de serviço, é ressarcido dos custos que tem com o Banco Nacional, para gerir a massa; e se habilita naqueles créditos que paga em nome do Banco Nacional. Mas falando em termos de administração propriamente dita, cada vez mais, houve uma diminuição do custo.

Quando saí do Nacional, em março deste ano, o curso mensal de ressarcimento, porque não se paga taxa de administração ao Unibanco, que só se ressarce dos custos, girava em torno de R$1.2 milhão por mês.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Por mês?

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Por mês. Com um quadro de oitenta funcionários, se não me engano e, mais ou menos, quinhentos e trinta terceirizados, entre escritórios de cobrança, advogados, dado o número de ações que temos. Girava em torno disso; mas houve uma regressão. Não sei dizer o total.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E o senhor acha que o Unibanco é uma entidade ideal para fazer isso, sabendo-se que, na verdade, é o beneficiário de todos esses ativos que restaram no banco?

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – O que eu posso dizer sobre o Unibanco é pelo serviço prestado. Sobre outro aspecto, não. Mas sobre o serviço prestado e o retorno ao contratante, que no caso é o Banco Nacional, com algumas exceções naturais do processo, não tenho queixa.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Dr. Reginaldo.

O SR. REGINALDO BRANDT SILVA – Gostaria de complementar dizendo que essa é e sempre foi uma de nossas preocupações em todas empresas que tivemos de fazer uma aferição dos custos envolvidos na máquina produtiva dessas empresas.

Particularmente, levo muito em conta não o custo dito simplesmente sobre o valor efetivamente despendido, mas, sim, a relação custo/benefício. É muito importante, e estamos fazendo um trabalho nesse sentido, a aferição do custo/benefício dessas operações que são realizadas pelo prestador de serviço.

No momento atual, temos uma queda de custo para a faixa de um milhão mensal, o que denota que já vem produzindo algum efeito o trabalho que temos feito e que foi feito ao longo de outras liquidações. Se observarmos o quadro das despesas, mês a mês, verificaremos que houve uma efetiva redução.

Quanto ao aferir-se a realidade desse custo, estamos levantando, por meio de um trabalho, essa relação custo/benefício. Por quê? É importante saber, com relação ao dispêndio, os benefícios e que tipo de benefícios e que tipo de dispêndio está suportando esse custo.

De nada adiante eu ter cento e vinte mil ações em uma carteira em que eu esteja despendendo energia e custos de um valor X, se tenho, tecnicamente, estudo que uma quantidade dessas operações não vai levar a nada.

Não adianta persistir em determinados custos. Por isso tenho que fazer uma avaliação dessas carteiras para, eventualmente, saber qual o resultado que vou obter em benefício para poder avaliar a relação dos custos de se tentar receber uma carteira que tecnicamente está provado que boa parte dela não pode ser recebida. Assim, não vou poder ficar despendendo custo com advogado, com notificações, com empregados que são tecnicamente bem nivelados, porque uma liquidação não se faz com bancários principiantes. Uma liquidação se faz com funcionários, pelo menos, de nível médio para cima, para entender a complexidade. As relações em uma liquidação são complexas e controversas. Não é qualquer tipo de funcionário. Tenho consciência de que são necessários funcionários de custos mais elevados. Por essa razão, tenho que buscar a análise do custo/benefício. E percebo que já temos conseguido, a partir dessa idéia, buscar uma redução efetiva. E tenho quase certeza de que essa redução será contínua, à medida que a aferição do custo/benefício se mostrar uma realidade e pudermos dispensar segmentos que atuam e custos embutidos no total das despesas mensais. Isso é muito importante, já foi feito há algum tempo, e estamos incentivando esse tipo de ação no prestador de serviço, a fim de que haja redução. Aí sim, avaliaremos o que é custo ideal, o que é custo não ideal.

Apenas para ilustrar, devo dizer que, independente dos custos historicamente mencionados, estamos em processo de aferição. Da carteira que, digamos, foi designada para a cobrança, já foi cobrado, em valores originais, ou ressarcido à massa, aproximadamente R$1 bilhão. E, em termos atualizados, em torno de R$3 bilhões.

Estive aferindo outro número importante. Considero importante aferir o custo/benefício a fim de analisar se o custo é ideal ou não, e também tive a curiosidade de verificar, por intermédio do trabalho da

assessoria jurídica, os benefícios na área trabalhista. Por exemplo, os acordos realizados no decorrer da liquidação proporcionaram uma economia à massa da ordem de R$600 milhões. Dá para perceber – e aí não sei se custo ideal ou não – que houve um esforço no trato dessa matéria. No entanto, como o processo vai-se esvaindo pelo tempo e pelas dificuldades que cada vez mais existem em função justamente das posições legais, tenho de permanentemente estar aferindo o custo/benefício do dispêndio de profissionais que prestam o serviço. Na realidade, profissional e sistema são os custos mais substanciais no processo de liquidação do Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Cumprimento o Dr. Reginaldo Brandt Silva e o Dr. Abdiel de Andrade pela exposição objetiva e clara, demonstrando o domínio e a competência dos liquidantes do Banco Nacional.

Gostaria de fazer duas perguntas, até porque o Senador Edison Lobão, competente como é, fez um apanhado amplo de todas as questões, principalmente ligadas ao Banco Nacional.

A primeira pergunta é para esclarecer um pouco a questão dos FCVS. Entendi que o que foi lançado corresponde ao deságio de um título que será descontado em 2025, 2027, e, ao mesmo tempo, o Presidente, Senador Aelton Freitas, fez a comparação com outras instituições financeiras. Aproveito a oportunidade e peço que os senhores, com o conhecimento e a competência que possuem, esclareçam o porquê da diferença, se é questão de vencimento. Como disse muito bem o Dr. Reginaldo, depende muito de quando o título será descontado. Em função disso, do mercado também e de interessados, o próprio mercado arbitra um deságio; alguns títulos com deságio menor, outros com deságio maior. Gostaria de tirar essa dúvida.

Em segundo lugar, aproveito para pedir um esclarecimento, pois não tenho conhecimento de como as outras liquidações ocorreram. Entendo que, no caso do Nacional, houve contratação de prestação de serviços por parte do Unibanco, que efetivamente assumiu o Nacional dentro da operação que foi montada. Esse é um procedimento normal, já adotado em outras instituições financeiras também em liquidação? Até indaguei isso ao Dr. Marcos Magalhães Pinto, que acabou não respondendo. Mas aproveito a oportunidade para pedir a vocês, que são técnicos, pessoas competentes, para esclarecer e ajudar esta Comissão a discutir tudo isso dentro de um cenário absolutamente realista, um cenário aderente a um mercado competente, que é o mercado financeiro brasileiro com todas as interligações que tem não só com tudo aquilo que acontece no País, mas dentro de uma economia que hoje está absolutamente interligada.

Quero cumprimentar os dois liquidantes pela exposição, por seus objetivos e pelo domínio do assunto. Agradecer, Sr. Presidente, pela oportunidade de estar participando com vocês também.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Senador Delcídio, se V. Exª me permitir, adicionarei mais um item. Apesar de serem muito bem elaboradas, muito bem feitas as suas perguntas, na primeira caberia mais um item que me trouxe dúvida – algo que pincelamos sobre o assunto e que eu queria acrescentar à sua primeira pergunta, Senador, se V. Exª me permitir.

Estou ao lado do Dr. Reginaldo Brandt, e ele me apresentou um relatório feito por uma conceituada empresa de advocacia e consultoria contratada pelo Banco Nacional, que traz um parágrafo que diz o seguinte:

> "Da contabilização de direitos e títulos e valores mobiliários.
>
> (...)
>
> § 2º A Lei nº 6.404, de 1976, define, no item do art. 183, que os direitos e títulos de crédito e quaisquer valores mobiliários não são classificados como investimentos, serão avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado se este for menor".

Dispõe ainda tal artigo que será admitido o aumento de custo de aquisição até o limite do valor de mercado, caso esse seja o maior, para o registro de correção monetária, variação cambial e juros acrescidos, no caso do FCVS – FCVS é dívida vencida, CVS é que é dívida vincenda até 2007; aqui estamos falando de FCVS.

O que me deixa em dúvida: na mesma época em que o Nacional adquiriu seus FCVS a 35% e colocou para o Banco Central a 35%, a Caixa Econômica Federal adquiriu títulos da COHAB do Espírito Santo a 25% do valor de face e colocou junto ao Banco Central a quase 100% – no mesmo período, no mesmo dia. Essa coincidência está me deixando em dúvida. Então, eu queria...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – E adquiriu por valor menor.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – A 25%, quer dizer, se tivesse colocado a 25%, teoricamente, pelo que vimos aqui, a Caixa estaria quebrada; a 35% estaria quebrada. Colocou a 100% no mesmo dia. Se for valor de mercado, a demanda, oferta e procura... É muita sorte da Caixa.

O SR. REGINALDO BRANDT DA SILVA – Eu estava comentando aqui com o Presidente Aelton sobre a nossa contabilização. Desconhecemos a técnica utilizada por outras instituições – conhecemos

pela imprensa ou por uma conversa informal, nunca procuramos entrar em detalhes –, mas, na qualidade de liquidantes, dentro da responsabilidade que nos é inerente, quando não somos técnicos profundamente conhecedores de uma determinada área, procuramos buscar a ajuda de respeitáveis assessorias técnicas para que cheguemos a algum tipo de conclusão antes de, efetivamente, fazermos os registros contábeis – esse não seria o caso do último liquidante que esteve aqui, que é contador, tem larga experiência em contabilidade, pode dar uma aula de contabilidade a todos nós, tenho certeza disso porque o conheço. E digo mais: não é só por isso aqui que nos pautamos. Como eu já disse, essa contabilização é feita pautada numa assessoria jurídica tributária, feita através do contador e também auditada por auditores externos, dos quais temos relatórios que convalidam esse tipo de contabilização.

Portanto, estou perfeitamente tranqüilo em relação a isso. Minha preocupação ocorre a partir do momento em que se dará a negociação. Aí sim, essa preocupação deverá ser efetiva, porque ela não será uma negociação por valores simplesmente referenciais – a contabilidade, quer queira, quer não, acaba em algum momento utilizando-se de valores referenciais. E este aqui é um caso. Referencial por quê? Porque a lei assim estabelece. Agora, no momento em que eu negociar, vão ser apropriadas receitas, lucros, resultados, oferecidos a tributação e tudo mais conforme a lei prevê. Então, minha preocupação maior é efetivamente com a negociação, com o momento em que for aberto. Se alguma prescrição legal determinar que sejam oferecidos esses títulos por outros valores, para mim é de bom grado, porque uma das coisas pelas quais mais trabalhamos é justamente por isso. Não só nós aqui, como também, tenho certeza, lá no Banco Central, os próprios controladores têm o mesmo interesse que nós, buscar uma solução.

Esta Comissão está sendo um fórum de abertura para se buscar esses gargalos, porque eles existem e as pessoas têm que explicar onde estão e de que forma podemos superá-los. E só por meio desses fóruns de negociação, de conversa com as partes envolvidas, que são complexas, que têm interesses diferentes é que se pode chegar efetivamente a uma definição desse processo e aí, por fim, reduzir eventualmente qualquer tipo de prejuízo a quem quer que seja.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Existe uma ação de improbidade administrativa em que a juíza determina que o Banco Central não pode acolher em pagamento de seu crédito o valor de FCVS pelo valor de face e sim pelo valor do custo corrigido. Isso é o que ela determina.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Foi essa a minha dúvida. O da Caixa custou R$25,00, mas o Banco aceitou quase a R$100,00. Essa é a dúvida.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Isso, nós realmente não temos ...

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Aí V. Sª vai responder: mas sou liquidante do Banco Nacional, mas para a Comissão temos que trazer isso.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Presidente, só queria registrar que entendi claramente. Então o contexto em que está sendo contabilizado o FCVS está dentro das práticas auditadas, dentro das orientações contábeis, de acordo com os próprios consultores que assessoram os liquidantes. Agora evidentemente, dentro de uma perspectiva futura de uma negociação é claro que aí o que prevalece são as leis de mercado. É essa a explicação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Meu querido Senador, para mim continua uma dúvida muito grande. Os assessores, os consultores estabelecem uma regra, a lei fala noutra regra, a juíza decide de maneira diferente, terceira solução, terceira posição, o Banco Central aplica uma determinada regra para o Banco Nacional, outra para a Caixa Econômica, e seguramente para outros bancos também. Afinal de contas estamos diante de uma convulsão, de uma Babel nessa história. Não estou dizendo que esta posição está correta e aquela está errada. O que estou percebendo é que não há nenhuma posição correta e nenhuma errada diante desse cipoal de decisões em que nos encontramos.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Mais alguma pergunta nobre Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria apenas complementar, acho que está claro, é uma posição assumida pelos liquidantes, com as ponderações que o Senador Lobão acabou de apresentar aqui e com razão.

Com relação à segunda pergunta, a prestação de serviços feita pelo Unibanco, quero saber se isso se repetiu em outras liquidações, se isso é uma coisa habitual. É mais para eu compreender, até porque não tenho esses detalhes e não tenho conhecimento de como essas liquidações foram feitas, repito, é mais como esclarecimento.

O SR. REGINALDO BRANDT DA SILVA – Ao que tenho conhecimento, e esse processo iniciou-se a partir da utilização do sistema Proer e foram poucas as instituições que, vamos dizer assim, entraram com essa característica no regime Proer, conheço o Nacional e o Bamerindus, do qual o HSBC é o prestador de serviços e que foi o adquirente.

Outra coisa que gostaria de esclarecer, até para poder dar maior transparência à Comissão, o fato de ser uma outra instituição financeira – poderia ser o Unibanco, ou poderia ser outra instituição –, mas me parece que pelas relações intrínsecas de parte da instituição que vai para outra com parte dos seus funcionários, com parte da sua inteligência, com o cabedal toda da organização, me parece que esse seria um preceito que pesaria bastante na escolha dessas instituições ao assumirem... É uma percepção particular minha. Não sei se isso foi utilizado pelas pessoas, pelo Banco Central na época, por quem quer que seja. Mas me parece que, primeiro, tem que ser, para cuidar de um assunto desses, uma organização perfeitamente com similaridade de instituição financeira, ou seja, um grupamento de prestador de serviço que tenha experiência e tenha conhecimento de todos esses detalhes operacionais, porque são complexos. Já estou no mercado bancário há muitos anos. Como disse ao Dr. Marcos, na primeira vez em que nos encontramos, por coincidência, iniciei minha carreira profissional no Banco Nacional. Fui funcionário do Banco Nacional, conheci essa organização há muitos anos e lá aprendi a dar os meus primeiros passos bancários.

Por conhecer banco há mais de 30 anos, afirmo que oferecer uma prestação de serviço dessas para uma outra organização, com tranqüilidade, seria uma temeridade. Hoje o processo operacional de instituições financeiras é muito complexo e a cada dia fica mais. Se observarmos outros casos que porventura ocorram e o que está ocorrendo agora, veremos que a complexidade operacional será muito maior do que a do Nacional, do Bamerindus e de outros bancos devido à evolução do mercado. Por isso, as pessoas têm que ir se atualizando. Só pessoas do próprio meio é que têm experiência e podem dar vazão às diversas demandas com alguma tranqüilidade.

Se não existe risco para o Banco Central, existe risco para a sociedade e para a própria massa, caso as pessoas não tenham uma larga experiência no mercado financeiro. As questões são complexas, basta ver a discussão que está gerando um dos itens da relação da organização, embora seja o principal nesta liquidação. Essa complexidade acaba emperrando o processo de liquidação.

Nós temos embates com o Fisco – digo nós, a massa – em defesa de valores que acreditamos que não lhes são devidos e que são da ordem de aproximadamente R$800 milhões. Essa complexidade não se dá somente na parte contábil, mas também na tributária. Existe uma demanda por uma simplificação de legislações diversas justamente por causa disso. Nas áreas financeira e contábil também são complexas. Temos um cipoal de legislação contábil, financeira e tributável, tanto que os números que citei são grandiosos. São inúmeras ações que estamos demandando contra a parte tributária, porque entendemos que não somos devedores de determinadas condições tributárias, de impostos que foram imputados à massa, de compensações que entendemos devidas mas o Fisco não. Isso cria toda uma complexidade para brigar em relação aos bens e aos direitos da massa.

Esse é um processo complexo. Às vezes, temos a ansiedade de evoluir, mas começamos a esbarrar em certos procedimentos judiciais que, infelizmente, são complexos. Somente o conjunto das forças, as quais temos nos referido neste momento, poderá dar solução a casos dessa natureza.

É muito bom que V. Exªs, que dão início a formações legislativas, possam compreender essa situação, pois se trata de uma lei que existe há mais de 30 anos. E a evolução foi grande; essa é uma realidade. A Lei nº 6.024 tem mais de 30 anos. Então ela carece, sim, de uma nova discussão. E a legislação periférica? Não é somente a Lei nº 6.024. Temos o Manual do Liquidante, ao qual estamos submetidos. Como toda instituição financeira que funcione normal ou em liquidação, estamos submetidos aos ditamos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central.

O conjunto de interpretações legais é complexo, e temos que nos ater a isso. Muitos falam que o liquidante deveria tomar essa atitude. Porém, em instituições que estão em funcionamento, também os seus detentores – presidente, diretores – não têm toda liberdade do mundo para fazer as operações que entendem as mais certas ou as mais rentáveis. Eles estão sujeitos à contabilização estabelecida pelo Cosif, 6.404, à regra de boa governança corporativa, às regras de empréstimo com qualidade. Então, também temos a nossa submissão à autoridade que, por coincidência, se confunde entre o Juiz do processo e autoridade que emana a legislação bancária por meio do Conselho Monetário Nacional ou do próprio Banco Central.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Se me permite, existe uma questão muito séria para o Banco Nacional, que detém hoje R$1,2 bilhão em créditos de FCVS, cujos juros, a partir de janeiro de 2005, ele poderia passar a receber, o que ajudaria muito. O FCVS é da própria carteira do Banco Nacional. Ele poderia passar a receber os juros desses mais de R$1,2 bilhão, a que tem direito. Entretanto, não pode obter os títulos do Tesouro Nacional – e, somente nessa condição, poderia receber os juros, porque há a exigência de certidões negativas, que não consegue, por estar em liquidação, ou seja, ele não realiza seu ativo, porque o próprio Governo não lhe permite isso.

Para se conseguir uma certidão negativa do INSS, a fim de fazer um leilão – a certidão vale apenas por 60 dias , deve-se fazer um trabalho, olho no olho, junto ao Superintendente do INSS. E não se consegue uma certidão negativa de tributos federais.

Então, o Banco Nacional, com R$1,2 bilhão nas mãos, não pode, a partir de janeiro de 2005, receber os juros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Da sua própria carteira, e não daquela que adquiri.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria fazer apenas uma pergunta, para não cansar tanto. Penso que as explicações são lógicas.

V. Sªs entendem que, fruto desse despacho judicial, especialmente associado às instituições em liquidação, esse parecer seria um dos obstáculos maiores para que efetivamente se encerrem as liquidações em pelo menos algumas instituições financeiras?

Foi citado pelo Dr. Reginaldo o parecer de uma juíza, pelo lançamento dos títulos.

V. Sªs sentem que essa questão judicial, eventualmente do próprio Ministério Público, pode talvez representar um impeditivo para que o Banco Central equacione pelo menos algumas liquidações, especialmente no caso das grandes instituições financeiras que passaram por esse processo?

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Na verdade, parece-me que essa ação de improbidade administrativa ainda está em curso e não foi julgada.

Naquele contexto, naquele momento, aceitar o crédito pelo seu valor de face, com certeza, redundaria em sobra patrimonial que, de certa forma, favoreceria os controladores. Não sei se a intenção da juíza era a de que isso não ocorresse, mas pode ser que sim.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Concluo, nobres Senadores, dizendo que, se eu fosse um juiz de direito, teria muita dúvida, ao julgar alguma coisa, porque ouvimos sempre uma parte, a outra e, muitas vezes, a verdadeira.

Com outras palavras, o liquidante diz que o Banco Nacional não receberia R$1,2 bilhão a partir da virada do ano.

Ora, o FCVS trata de uma dívida caracterizada e vencida, de acordo com a Lei nº 10.150, que diz:

O Banco Central do Brasil aferirá a veracidade das declarações quanto ao correto recolhimento das contribuições. Caso tenha divergências ou não nos recolhimentos, será debitado nas reservas bancárias do detentor dos créditos, e haverá imediata transferência para as contas do Tesouro Nacional.

Como se trata de uma dívida de responsabilidade da União, do Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional, a lei – porque tudo é um só , diz que a correção, a partir de janeiro de 1996, somente pode ser uma, para com a União, referente às dívidas vencidas, que é o caso do FCVS, ou seja, Taxa Selic. Dessa forma, quanto à diferença entre a Selic ao ano e os juros de TR mais 6,17% ao ano, acredita-se que o montante hoje, segundo informações da minha assessoria, seja de R$18 bilhões, em quase 150%, quebraria o País. Dessa forma, se não pagar 1,2 bilhão de juros, a partir da virada do ano, 1º de janeiro, vai acabar pagando mais de 20 bilhões além dos 18 devidos, o que já está descartado desde já, e esperamos que o valor de 1,2 bilhão também esteja.

Após a minha pergunta e o agradecimento à grande explicação dos nobres liquidantes, quero por em discussão na Subcomissão se agendamos com o Presidente do Banco Central ou com as diretorias afins uma visita à instituição, amanhã ou depois, para tentarmos direcionar e chegar a um denominador comum.

A minha última pergunta, com a permissão do nobre Senador Edison Lobão, é bem objetiva e direcionada exatamente aos senhores, pois é interna ao Banco Nacional. Eu gostaria de saber se os senhores encontraram alguma conta fantasma dos controladores. Se encontraram, eu gostaria que fossem bem precisos. Ou seja, houve dinheiro desviado em nome dos controladores? Caso tenha havido, quanto foi onde está depositado? Esta Subcomissão pede o número das contas e dos bancos, caso tenham sido localizadas e V. Exªs tenham os dados em mãos.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – O trabalho foi feito por uma Comissão de Inquérito. Teve início em 18 de novembro de 1995. Não participei. São 652 contas distribuídas em 191 agências, o que dá uma média de R$8,3 milhões por operação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Falo de contas fantasmas.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Na verdade, segundo sei não são contas fantasmas. São contas verdadeiras que foram infladas com juros e tudo o mais. Não se trata de contas fabricadas, com CPF frio etc. Não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – V. Sªs contataram algum dinheiro desviado em nome dos controladores?

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – No meu trabalho, durante esse tempo, não.

O SR. REGINALDO BRANDT SILVA – Gostaria de registrar que dentro da designação que nos foi feita não está essa atribuição investigativa. Entendo que o servidor público, diferentemente de outros servidores de empresas privadas, deve ater-se estritamente à Concepção da designação que lhe é atribuída. Creio que,

provavelmente, isso deveria ter sido, lá trás, uma missão para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Inclusive, lembro-me bem que no processo de privatização – e é claro que sempre há os fomentadores, as pessoas que querem tirar algum tipo de proveito – sempre me perguntavam por que eu não investigava as operações passadas realizadas nas instituições pelas quais passei. Sempre disse que porque não estava dentro da designação da minha competência de atividade aquele tipo de serviço, que caberia aos órgãos controladores, que tinham uma missão especial para isso.

Da mesma forma, quando adentrei no Banco Nacional com a missão de preocupar-me basicamente com a gestão da massa, com a proteção dessa gestão e a maximização desses recursos para cobrir a realização dos passivos, não procurei esse tipo de vertente. O que posso dizer objetivamente é que desconheço qualquer coisa dessa natureza. Não procurei, porque estou trabalhando exclusivamente dentro de missão, que é a de administrar a massa, buscando o possível da realização de todos os ativos e passivos, objetivando concluir esse processo que, afinal de contas, acaba coincidindo com o processo na Comissão.

O SR. ABDIEL ANDRIOLO DE ANDRADE – Se V. Exª me permite, gostaria de dizer que, em verdade, é isso mesmo. O objetivo do liquidante é realizar os ativos existentes, no momento em que entra, tentando gerar o máximo possível de recursos para pagar os seus passivos. Não lhe cabe nenhuma investigação passada. No decorrer dos trabalhos, no exame normal das operações, na minha oportunidade, não vislumbrei situação alguma dessa.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Fiz questão de fazer essa pergunta, nobres Senadores, imprensa aqui presente, telespectadores da TV Senado, porque exatamente quando aconteceu esse caso com o Banco Nacional e com o Banco Econômico, lembro-me bem, tive a oportunidade de assistir à última corrida do meu ídolo Ayrton Senna, aqui no Brasil, em 1995, se não me engano 1994, logo em seguida foi a sua morte, o que me machucou muito, porque o meu ídolo era patrocinado por aquele banco.

A mesma impressão tive com o Econômico e, após conhecer o Dr. Ângelo Calmon de Sá, vi que infelizmente o mesmo acontece conosco na política, porque a mídia veiculou muito esse tipo de coisa e parece que nada foi provado, ou seja, veja o que as famílias passaram no decorrer destes anos, destas décadas, o que vem acontecendo, e, depois de uma década, ouço, ou melhor, deixei de ouvir das bocas dos senhores alguma coisa nesse sentido. Quão perigosa é uma informação solta de uma maneira sem estar muito bem aprofundada!

Então essa pergunta me deixa bastante aliviado. A presença de vocês aqui foi muito oportuna. Interrompi a palavra do nobre Senador Edison Lobão, a quem gostaria de devolver, porque V. Exª iria fazer uma pergunta e quis concluir a minha. Agradeço muito a oportunidade. E gostaria da sugestão de V. Exªs para saber como fazemos no decorrer dos próximos dias para com o Banco Central.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – A minha sugestão é que se ouçam todos os membros da Comissão. Neste momento, somos praticamente minoria aqui, o que não impede a Subcomissão de funcionar. Estamos fazendo uma audiência pública, desde que haja **quorum** no livro, e há o suficiente para podermos realizá-la.

Sugeriria que a deliberação que V. Exª deseja que se tome fosse tomada com a audiência de todos os membros da Comissão. Podem ser ouvidos, mesmo fora desta reunião, um a um. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Então assim faremos, com a aprovação de todos.

Gostaríamos de perguntar também, colocando em votação, se fica confirmada para o dia 7 de dezembro, terça-feira próxima, a audiência com os liquidantes e com representantes da massa do Bamerindus.

Assim sendo, está marcada essa reunião.

Agradecemos a presença de todos.

Muito obrigado pela oportunidade, pelos esclarecimentos.

Mais uma vez, termino dizendo, em nome desta Subcomissão, estamos aqui para chegar a um denominador comum e ajudar o Banco Central e o nosso País a fazerem o melhor possível para todos, principalmente para o povo brasileiro. É essa a nossa missão e o nosso papel aqui nesta Casa e nesta Subcomissão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 28 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 18 de fevereiro de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e trinta e três minutos, do dia dezoito de fevereiro de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL,

PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, PAULO OTÁVIO, MARIA DO CARMO ALVES, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, TIÃO VIANA, GARIBALDI ALVES FILHO, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, TASSO JEREISSATI E MOZARILDO CAVALCANTI. A Senadora Roseana Sarney justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta: **Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 37, DE 2003** que "Acrescenta à Lei n° 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e à Lei n° 8.623, de 28 de janeiro de 1993, dispositivos relacionados com a segurança de turistas". Autora Deputada Nair Xavier Lobo. Relator: Senador Sérgio Guerra. Parecer: pela devolução da matéria à Mesa do Senado, para que a mesma redistribua á Comissão competente, por não ser atribuição da Comissão de Assuntos Sociais. (art. 100 RISF). Resultado: retirado de pauta a pedido do relator. **Item 8 – REQUERIMENTO OFECERIDO AOS PROJETOS DE LEI DO SENADO N°S 103, 169, 502 DE 1999 E 220 DE 2000 (TRAMITAÇÃO CONJUNTA).** Autores dos Projetos: Senadores Jefferson Peres, Antero Paes de Barros, Paulo Hartung e Mozarildo Cavalcanti. Autor do requerimento: Teotônio Vilela Filho. Relator "Ad Hoc": Senador Eduardo Azeredo. Resultado: Aprovado. **Item 13 – REQUERIMENTO N° 1 DE 2004 – CAS** "convidando o Senhor Ministro de Estado da Saúde, em virtude dos critérios de credenciamento de Centros de Transplantes, para que compareça a esta Comissão, para prestar informações acerca das metas e recursos da atual política de Saúde de Transplantes, o andamento das investigações sobre denúncias envolvendo o Instituto Nacional do Câncer, afim de tranqüilizar os familiares de pacientes inscritos no registro de doadores brasileiros de medula óssea". Autora: Senadora Lúcia Vânia. Usou da palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes para discutir. Resultado: Aprovado. **Item 14 – REQUERIMENTO N° 2 E N° 3 (ADITIVO) DE 2004 – CAS** "convidando o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dr. Patrus Ananias, para debater em audiência pública com os membros desta comissão, sobre os programas alimentares que pretende adotar durante sua gestão no Ministério e questões acerca do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Autor: Senadores Arthur Virgílio, Flávio Arns e Senadora Lúcia Vânia. Usou da palavra o Senador Flávio Arns para discutir. Resultado: Aprovado. Os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12 da Pauta foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 18-2-2004

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens 8, 12, 13 e 14, sendo que o Item 1 foi retirado de pauta a pedido do Senador Sérgio Guerra, por não estar presente.

Esses itens só serão votados porque não podemos votar os que são terminativos, tendo em vista estar sobrestada a pauta do plenário, razão pela qual não nos proporemos a analisar os projetos de decisão terminativa que são em maior número na pauta de hoje.

Antes de iniciarmos os trabalhos, gostaria de dar ciência aos Srs. Senadores de um convite que nos foi endereçado pelo Dr. Ricardo Renzi Bretani e Luís Fernando Lima Reis, do Hospital do Câncer do Rio de Janeiro. Eu me proponho a lê-lo para que os senhores possam tomar conhecimento do teor do convite:

"Na qualidade de Presidente e Diretor da Pós-Graduação do Hospital do Câncer de São Paulo, gostaríamos de convidar V. Exª e os demais membros da Comissão de Assuntos Sociais para uma visita ao nosso centro de pesquisas.

O nosso centro é o único Cacun 3 do Ministério da Saúde, além do Inca, é um dos quatro entre os 180 cursos da área médica que receberam nota seis na última avaliação da Capes e tem contribuído significativamente para o progresso da medicina.

Apenas para exemplificar, o mundo inteiro trata o tumor pediátrico de iumens de maneira por nós padronizada.

Na ocasião, gostaríamos de mostrar a enorme importância da biotecnologia no desenvolvimento da ciência e para a expansão de metodologias que têm impacto direto no combate ao câncer e em outras doenças de modo geral.

Gostaria também de contribuir efetivamente para a Lei de Biossegurança, em pauta nessa Casa neste momento, colocando-nos à disposição do Senado Federal para dar suporte científico e informações certamente enriquecedoras ao debate durante a tramitação da referida lei."

Como os Srs. Senadores sabem, o Projeto Biossegurança deverá chegar a esta Comissão quando, na oportunidade, estaremos debatendo este tema. Portanto, acredito seja da maior importância o contato com os cientistas que trabalham nesta área, para que possamos firmar posição a respeito do projeto.

Solicito ao Senador Papaléo Paes que encabece essa visita que seria de extrema importância para a Comissão.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, já tivemos oportunidade de conversar sobre o assunto ontem, com a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Temos justamente essa grande responsabilidade nesta Comissão. Para facilitar esse trabalho, que logicamente deverá encampar diversas autoridades científicas, deveremos fazer essas audiências públicas da Comissão de Assuntos Sociais por meio da Subcomissão de Saúde. Assim teremos mais liberdade de tempo e até um melhor condicionado para adaptar horário para as pessoas que serão convidadas.

Quero deixar claro aos Srs. Senadores que estamos aguardando sugestões de pessoas que deverão ser convidadas. A Presidência analisará as sugestões que deverão ser feitas preferentemente por requerimentos, para começarmos esse trabalho logo que recebermos nesta Casa essa matéria de extrema importância para a sociedade brasileira, principalmente no caso da questão social de que tratamos.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, gostaria de indagar sobre a previsão para o início das audiências. Seria depois do Carnaval ou no início do mês de março?

Ressalto que, nessa questão da lei, além dos importantes aspectos ambientais, como os transgênicos, há também um debate na Comissão de Educação, porque o tema envolve ciência, tecnologia e pesquisa, que também são importantes. Existem aspectos fundamentais de moral e ética relacionados à reprodução humana, como a saúde. Há também o uso, muitas vezes indiscriminado, de embriões humanos. Temos que tomar muito cuidado com a regulamentação dessa matéria.

A pesquisa científica é ainda muito polêmica nessa área, porque há países que avançam e outros que ainda não podem ter um posicionamento definitivo nessa área. Por um lado, sentimos o drama das famílias que porventura tenham pessoas que poderiam se beneficiar com pesquisas e desenvolvimento na área. Porém, ao mesmo tempo, esperamos que isso não se reflita em morte ou deformidade do ser humano que está sendo gerado, mesmo que sejam embriões de laboratórios, como as pessoas falam, porque, de qualquer forma, é um embrião que está lá.

A discussão é muito polêmica e envolve fatores econômicos fortíssimos, sem dúvida alguma. Existe uma força econômica que deseja uma regulamentação diferente, porque pensa que o projeto está sendo impedido. Sem dúvida alguma, temos de valorizar quem precisa, o que é um desejo legítimo. Mas, ao mesmo tempo, temos de preservar o ser humano, para que não haja nenhuma deformidade ou morte em decorrência de pesquisas que possam ser feitas.

Devemos pensar bem nas pessoas que virão à Comissão. No caso do requerimento, por um lado, trata-se de um cientista; por outro lado, ele atua numa linha desenvolvida no mundo inteiro, a bioética, uma atual e profunda discussão que também deve ser feita no Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns as sugestões. Após o Carnaval, definiremos um grupo e ordenaremos os trabalhos, porque o projeto passará antes por outras comissões. Quando o debate se iniciar nas comissões, poderei reunir-me com seus respectivos Presidentes e saber quem será convidado por eles para o debate. Devemos ter uma ação conjugada para evitar que se convidem as mesmas pessoas para comissões diferentes. No entanto, até que o projeto chegue à Comissão, debateremos o assunto que os Srs. Senadores entenderem mais importante aprofundarmos.

Ao chegar o projeto, teremos que nomear o Relator. Em seguida, naturalmente, o Relator assumirá a estratégia de audiências públicas. Mas isso não vai nos impedir de promover as audiências antes que o projeto chegue aqui, para que possamos realmente aprofundar e aproveitar oportunidades como essa, de uma visita ao Hospital do Câncer, para saber o que está sendo desenvolvido.

Considero muito importante também fazer uma visita à Embrapa. O pessoal da Embrapa tem procurado muito a Comissão para apresentar aos Senadores o que está sendo feito. Enfim, haverá um período em que poderemos enriquecer o nosso trabalho até que o projeto chegue a esta Comissão. Parece-me que ele já deve estar na Comissão de Justiça. Posteriormente,

deverá passar pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, depois pela Comissão de Assuntos Econômicos e finalmente será terminativo nesta Comissão.

Não sei se algum Senador quer falar ainda a respeito desse assunto. (Pausa)

Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Senadora Lúcia Vânia, também estamos preparando um requerimento em relação às audiências públicas, sobre o projeto de biossegurança.

Fui procurada pela comunidade científica também, Senador Flávio Arns, porque havia o interesse de que esse projeto fosse um pouco mais aprofundado, mais discutido. Então conversamos com o Senador Suplicy, com o Senador Osmar Dias e com o Senador Tião Viana, para providenciar uma audiência pública com a comunidade científica, inclusive pedi a sugestão de alguns nomes.

Hoje trago essas sugestões que gostaria, depois, de entregar em suas mãos, até para, se houver alguma possibilidade de outras pessoas quererem ou deverem participar dessa audiência pública, que possamos fazer isso em conjunto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Acabo de dizer, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que vamos aguardar o carnaval para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação possam reunir os três Presidentes para, tendo as sugestões em mãos, dividirmos as Comissões que vão ouvir determinados cientistas, a fim de evitar que haja sobreposição de ações, o que retarda muito o trabalho.

Então, acredito que o ideal seria a Comissão apresentar as sugestões, posteriormente se reunir com os demais Presidentes e estabelecer um roteiro de trabalho em conjunto. Portanto, é oportuno que a Comissão de Assuntos Sociais apresente essas sugestões sobre aquele assunto que a incomoda, que ainda não está bem claro e que precisa ser aprofundado.

Gostaria também que a Comissão definisse um grupo de Parlamentares que tivesse interesse em fazer visita **in loco** para saber o que está sendo feito na área de pesquisa. Pode ser no Hospital do Câncer, cujo convite recebemos. Creio que V. Exª não estava presente quando li o convite do Hospital do Câncer, convidando os Parlamentares que tiverem interesse a fazerem uma visita para conhecer o que está sendo desenvolvido ali. O mesmo com relação à Embrapa, que também já fez um convite para que conheçamos o seu trabalho.

Creio que seria oportuno, nesse meio tempo, que um grupo de Parlamentares interessado nessa discussão fizesse essa visita **in loco**, porque nada é mais enriquecedor do que conhecer o trabalho que está sendo feito.

Na próxima reunião, após o carnaval, gostaria muito de convidar um membro da Comissão, que é o Senador Marco Maciel, para apresentar a experiência que teve quando aprovou um projeto de lei criando o Conselho de Biossegurança. S. Exª foi o autor desse projeto de lei e poderia enriquecer muito o nosso debate, mostrando a importância do Conselho e desses cientistas e qual é o objetivo desse trabalho. Creio que retomar a história da criação desse Conselho é fundamental para que tenhamos uma noção mais clara dessa discussão que está sendo feita não só em relação à ciência, como também à comercialização. Enfim, teremos oportunidade de avançar bastante nessa discussão.

Portanto, penso que seria extremamente importante que alguns Parlamentares que tivessem interesse em formar uma pequena comissão para essas visitas, fazendo um relatório, ficassem encarregados de, em nome da Comissão, fazer essa triagem.

No fim da reunião, gostaria que aqueles que se interessam fizessem a inscrição aqui, para formarmos essa Comissão.

Passaremos à leitura de um ofício da Chefe de Gabinete da Senadora Roseana Sarney, que comunica a sua ausência nesta reunião por motivo de saúde.

Ofício nº 033, de 2004:

"Srª Presidente, nos termos regimentais, comunico a V. Exª o remanejamento do Senador Ramez Tebet para a titularidade da Comissão de Assuntos Sociais em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Amir Lando.

Na oportunidade, reitero a V. Exª protesto de consideração e apreço.

Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB."

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de usar a palavra para um informe rápido antes de entrarmos na pauta.

Tive, ontem, a oportunidade de estar na CNBB, no lançamento do livro **Pastoral da Criança: 20 Anos de Vidas.**

Considerei bastante interessante a utilização da palavra vida no plural, que significa milhões de crianças que são atendidas pela Pastoral da Criança nesses anos todos. No momento são quase dois milhões de crianças em bolsões de pobreza em quase quatro mil municípios do Brasil.

A publicação foi patrocinada pelo Banco Itaú e realizada pela PUC do Rio de Janeiro, com textos também da Martha Batalha e fotografias do Cesar Duarte. Essa publicação chegará a esta Comissão de Assuntos Sociais na seqüência.

Gostaria de destacar que realmente é um trabalho extraordinário que vem sendo feito com o apoio dos vários governos. Inclusive a introdução é feita pelo Presidente Lula e o primeiro artigo, na seqüência, é redigido pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Vários governos vêm apoiando essa iniciativa, que é realmente importante, com o custo de R$1,30/mês por criança atendida, o que faz com que um milhão e meio, quase dois milhões de crianças sejam atendidas com um orçamento de aproximadamente R$18 a 20 milhões por ano, o que é algo insignificante.

No Município onde foi implantada a Pastoral, Florestópolis, em um ano, a mortalidade infantil diminuiu de cento e trinta por mil nascimentos para trinta por mil nascimentos com iniciativas simples, como soro caseiro, soro para desnutrição, acompanhamento da gestante, pesagem da criança, cozinha alternativa, farmácia alternativa. São coisas que estão dando certo.

Destaco que na Subcomissão do Portador de Deficiência, além da Subcomissão da Criança e do Adolescente, presidida pela Senadora Patrícia Gomes, recebemos o livro **O Envelhecimento Silencioso**, escrito por Gilberto da Silva Teles e Ruth Teles, da Apae de Araras, São Paulo, pais com mais de oitenta anos de um idoso portador de deficiência mental, sempre com aquela preocupação do que acontecerá com os filhos dependentes que estão ficando idosos, porque os pais são idosos também. Como serão os encaminhamentos desse filho dependente na vida?

Inclusive, o nosso colega e Senador Eduardo Azeredo, Relator da Subcomissão, informa que houve, na semana passada, um congresso em São Paulo em que se abordou esse tema. Temos de nos debruçar sobre o tema nesta Comissão. Espero que continuemos fazendo isso durante este ano, porque no do Estatuto do Idoso está incluído o idoso portador de deficiência, e há milhares de famílias no Brasil preocupadas com o futuro dessas pessoas.

Chegarão a esta Comissão duas publicações que tratam de temas que já vêm sendo abordados, mas que continuarão sendo aprofundados no decorrer deste ano nas comissões, nas subcomissões e em todos os debates.

Fiz este registro porque entendo que iniciativas como a da Pastoral da Criança são fundamentais para o Brasil.

V. Exª é do PSDB, nós somos do PT, mas coisas boas são suprapartidárias. Devem passar de um governo para outro e, assim, possivelmente continuarão em governos futuros. As coisas boas devem ser enaltecidas nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Senador Flávio Arns pela informação. Senador, esta Presidência se congratula com V. Exª, quando apresenta o trabalho da Pastoral da Criança.

Tivemos a oportunidade de conviver, no Governo Fernando Henrique, com o trabalho desenvolvido por essa Pastoral, principalmente, mas também com o trabalho da Pastoral da Juventude e da Pastoral do Idoso, e constatamos o que V. Exª já relatou.

Sem dúvida, um trabalho dessa envergadura resiste a partidos e a governos. Esse tipo de trabalho permanece porque é importante, principalmente porque articula bem com a sociedade e com aqueles que querem colaborar, os quais, sem dúvida nenhuma, são responsáveis pela permanência do programa.

Portanto, nossos cumprimentos.

Agradeceremos muito se pudermos ter um exemplar nesta Comissão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Peço inversão de pauta para apreciação do Item 12, se não causar desconforto a esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Geraldo Mesquita, o Relator da matéria, Senador Gerson Camata, não está presente.

V. Exª poderia relatar a matéria?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Então entrará em discussão agora?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Seria apenas a discussão da matéria.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – É apenas isso que pretendo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não poderíamos votar a matéria porque se trata de decisão terminativa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Ao final, pedirei vista do projeto, mas quero apresentar minhas razões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador, desculpe-me. Eu não li, mas a decisão terminativa dessa matéria será na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Muito obrigado.

O assunto não poderia ser mais oportuno do ponto de vista da população indígena deste País e, particularmente, da população indígena do Acre.

Há poucos dias, nós, acreanos e apaixonados defensores da causa indígena, tivemos o desconforto, o desprazer e a contrariedade – de forma açodada, que ainda não foi objeto de maiores explicações – de tomar conhecimento da exoneração do antropólogo Terri Aquino, que figurava como um dos dirigentes da Funai. Ele foi exonerado pelo Presidente do órgão.

O Terri não precisava disso, porque é uma autoridade na questão indígena. Ele é um antropólogo que convive há mais de 25 anos com as comunidades indígenas do Estado do Acre. No tempo em que se dizia que no Acre não existia índio, ele provou a existência dos índios. Não é daqueles antropólogos que discutem a questão indígena tomando uísque em Ipanema. Ele, aliás, constituiu família em comunidade indígena e tem filhos índios. É uma autoridade, uma pessoa de extrema seriedade.

O nome dele foi uma indicação da Bancada de Parlamentares do Governo do Acre, por unanimidade. Foi uma indicação nossa para assumir cargo na Funai.

Até hoje não recebi maiores explicações sobre o porquê da sua exoneração. Hoje, pela manhã, tínhamos uma reunião com o Ministro da Justiça, para que S. Exª nos informasse as razões dessa exoneração. Surpreendentemente, meia hora antes, o Ministro mandou avisar que não poderia nos receber porque estava indo ao Palácio do Planalto.

Não deixarei isso barato, Senadora, queremos saber o porquê disso, até porque sabemos que não existe razão plausível. O Brasil deve muito a esse profissional altamente competente pelo trabalho que vem realizando.

Esse projeto, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, relatado pelo Senador Gerson Camata, vem para o olho do furacão. É muito apropriado que discutamos esse projeto, mas tenho certeza absoluta de que, para realizar esse projeto o Senador Mozarildo Cavalcanti, deve ter conversado com lideranças indígenas, pelo que conheço de S. Exª. Para o Senador Gerson Camata elaborar seu relatório também deve ter tido contato com lideranças indígenas, com autoridades na educação indígena. Não custa ampliarmos esse debate e essa discussão.

Pedirei a minha assessoria que prepare um requerimento a esta Comissão para que aqui compareçam não só o Dr. Terri Aquino, antropólogo, autoridade na questão indígena, como o Dr. Cléber Mattos, que é Coordenador da Educação Indígena do Ministério da Educação, pessoa dedicadíssima que também tem muito a nos dizer no sentido de nos fornecer subsídios importantes para a discussão desse projeto que, muito brevemente, apreciaremos e votaremos.

Senadora, nesse sentido, peço vista do projeto, pois gostaria imensamente de dar uma olhada nesse material. Encaminharei à Comissão requerimento de audiência pública para que possamos ouvir essas pessoas. Gostaria que os demais Senadores oferecessem sugestões para que o assunto viesse à Comissão de forma consistente, aproveitando o ensejo de um projeto que é muito interessante em princípio, para que possamos nos dedicar à discussão de tema tão importante para as nações indígenas, como alguns deles gostam de dizer, e para todo o País.

Então, nesse sentido, peço vista do processo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Geraldo Mesquita, não lhe podemos conceder vista agora, porque, em primeiro lugar, não votamos ainda a inversão de pauta e, em segundo, estabelecemos como norma a presença do Relator por pelo menos duas reuniões.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Tem razão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Como esta é a primeira reunião em que o projeto é submetido a votação, ainda constará da pauta de votação da próxima. V. Exª, então, poderá realmente pedir vista na oportunidade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Está certo, Srª Presidente. Empolguei-me com a possibilidade da discussão do projeto e já me antecipei com o pedido de vista, mas o retiro agora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Considero oportuna a sua intervenção, porque chama a atenção para a importância da discussão desse projeto, para estarmos mais atentos. De qualquer forma, teremos que dar essa oportunidade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente, quanto ao Dr. Terri Aquino, sei de quem se trata. É um profissional altamente competente, um antropólogo, um cientista.

Em relação ao Presidente da Funai, por incrível que pareça, não sei de quem se trata. Não sei de onde veio. Não sei quais são os interesses dele na Funai. Por isso, causa-me surpresa a demissão de um profissional da qualificação do Dr. Terri e quero tirar essa história a limpo. Não sei quais interesses estão por trás disso, mas vou procurar descobrir e trazer o assunto a esta Comissão, a fim de que seja exaustivamente discutido e explorado.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Sabemos que a questão indígena preocupa o País e, naturalmente,

chamo a atenção dos Srs. Parlamentares para a análise desse projeto na próxima reunião.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sugiro que, ao invés da Comissão esperar que o pedido de informação do Senador Geraldo Mesquita vá para o Ministério da Justiça, para a Funai, já que houve unanimidade da Bancada quanto a esse relato do Senador em relação à qualificação, ao engajamento do Dr. Aquino, esta Comissão, como tal e com a preocupação da discussão dos assuntos indígenas, indagar, reforçando a solicitação do Senador Geraldo Mesquita Júnior, visando a averiguarmos o que aconteceu. Estamos preocupados. A Bancada do Estado, por unanimidade, fez uma indicação. É uma preocupação não só desta Comissão. A Comissão de Relações Exteriores, por exemplo, vem fazendo audiências em relação a todas as dificuldades com os povos indígenas também. Isso já aconteceu, inclusive, em outra ocasião, em relação a Alagoas. V. Exª participou da audiência.

Em vez de esperar o pessoal vir, poderíamos antecipar-nos. É uma questão suprapartidária. Queremos que as coisas aconteçam adequadamente no Estado e creio que a própria Comissão já pode, reforçando esse pleito e em seu nome, pedir que haja esse entendimento e até, se for o caso, proceder à reversão do que aconteceu, em coordenação com o Senador Geraldo Mesquita.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Agradeço a intervenção do meu querido Senador e amigo Flávio Arns, com a sensibilidade que tem em assuntos tão importantes para o País. Não era de se esperar outra postura, outra afirmação. É um caminho bem mais consistente o que S. Exª está propondo e estou inteiramente de acordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Gostaria de aproveitar o gancho para falar com o Senador Geraldo Mesquita. Isso é um problema da política indigenista deste País. Talvez tenhamos que fazer uma espécie SUS na política indígena, porque quem decide as coisas sobre as áreas indígenas são pessoas, como S. Exª disse, que ficam tomando cerveja em Ipanema – estou exagerando um pouco, mas são pessoas que nem conhecem o assunto. Se eu perguntar ao Sr. Mércio quantas vezes foi ao Acre, talvez me diga que nunca esteve lá. Se a comunidade do local, se os políticos e os indígenas escolheram o Sr. Aquino para representá-los é porque é a pessoa mais adequada.

Como possuo mais experiência do que o Senador Geraldo Mesquita em problemas indígenas, pois há 30 anos os enfrentamos, afirmo: se a pessoa for muito boa para os indígenas, se representar o pensamento dos mais interessados, ela não é boa para as ONGs que comandam a Funai. Provavelmente, seu representante de lá saiu porque não rezava na cartilha que eles mandam.

Os indígenas, como digo em Roraima, desejam uma vida melhor. As vagas pleiteadas nas universidades já estão disponíveis em meu Estado. Existe um curso especial para professores indígenas na universidade, com 60 pessoas participando. Um curso à parte já é algo. Proporcionalmente, nossa população indígena é maior: 10% da população. Em todo o Brasil, é de apenas 0,02%. Portanto, cada Estado deve se adaptar à sua solução. O que não pode é permanecer como está: o Ministério da Justiça nomeia uma pessoa que começa a modificar tudo, sem nem conhecer o Estado.

No tempo em que o Estado era Território – o de V. Exª se tornou Estado antes do meu –, vivi essa situação. O Governador chegava em Roraima e dizia, na maior cara de pau, que conhecia o Estado pelo mapa. E até pronunciava "Roraima" de forma diferente da que pronunciamos. Houve um governador que disse isso. Uma pessoa boa, que não perseguiu nem roubou, mas disse, porque muitos faziam isso mesmo. Lá iam apenas para arrumar os bolsos.

Mas deve haver uma forma de modificar a política indigenista. É mais uma prova do que ocorre no Estado do Acre, que é pacífico e possui poucos indígenas em relação ao nosso. A meu ver, quando são bons para os índios não são bons para a Funai. Ou seja, "Funai" são as ONGs que a comandam. O Senador Geraldo Mesquita Júnior conta com o meu apoio e com o dos três Senadores de Roraima para o que desejar a fim de esclarecer o fato.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A sugestão do Senador Flávio Arns, com a aquiescência dos Senadores Geraldo Mesquita e Augusto Botelho, será atendida pela Comissão.

Item 8 da pauta:

Requeremos, nos termos regimentais, que os Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 1999, e 220, de 2000, deixem de tramitar em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 169 e 502, de 1999.

Autores dos projetos: Senadores Jefferson Péres, Antero Paes de Barros, Paulo Hartung e Mozarildo

Cavalcanti. Autor do requerimento: Senador Teotônio Vilela Filho.

Como o Senador Teotônio Vilela Filho não está presente e o projeto já constou da pauta por várias vezes, consulto o Senador Eduardo Azeredo se pode ser o Relator **ad hoc** da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, o projeto diz, em sua justificação, que, muito embora os referidos projetos versem sobre matéria da mesma natureza, qual seja, a promoção de maiores oportunidades de emprego para jovens e adultos com mais de 40 anos de idade, a concessão de benefícios fiscais deve ser feita exclusivamente mediante lei específica, conforme determina o art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 1999, e 220, de 2000, restringem-se à definição de incentivos de natureza tributária para a consecução do objetivo referido.

A análise do Senador Teotônio Vilela Filho é exatamente em relação à linha de projetos que dispõem sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuem empregados com mais de 40 anos, propondo, portanto, a fusão, que é o objeto que defende, que deixem de tramitar em conjunto por não atender os requisitos constantes no art. 150. Portanto, a proposta é que possamos separar esses projetos que tratam dessa questão de incentivo fiscal para pessoas jurídicas que possuem mais de 40 anos.

Caberia, portanto, a nós, Senadores, desapensá-los, a fim de que ambos os projetos caminhem em separado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Requerimento nº 1, de 204.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde, em virtude dos critérios de credenciamento dos centros de transplante, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais desta Casa para prestar informações a cerca das metas e recursos da atual política de saúde e de transplante, como está o andamento das investigações sobre denúncias envolvendo o Instituto Nacional do Câncer, a fim de tranqüilizar os familiares de pacientes inscritos no regime de doadores brasileiros de medula óssea.

Senadora Lúcia Vânia, a autora do requerimento.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, a título de sugestão, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, tem todo o prazer em comparecer a esta Comissão para prestar os esclarecimentos necessários acerca da preocupação de V. Exª, e também de todos nós, em relação a esse tema.

Fui informada, num contato com o Ministério da Saúde, que o Dr. Jorge Sola, da Secretaria de Assistência à Saúde, seria a pessoa mais indicada, por ser um técnico nessa área, e poderia responder pelo Ministro. Não há inviabilidade da presença do Ministro, pelo contrário. Não sei se V. Exª concorda em ouvi-lo, mas trata-se de pessoa especialista nessa área. Talvez o Dr. Jorge Sola tenha até mais condições – não que o Ministro não saiba responder a essas questões que nos preocupam – de nos responder e esclarecer, por ocupar um lugar de destaque no Ministério. Não quero inviabilizar, de forma alguma, o requerimento de V. Exª, até porque considero muito importante que esta Comissão esclareça o assunto. Mas, repito, a título de sugestão, a indicação do Dr. Jorge Sola.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Patrícia Saboya, o Ministro da Saúde já se prontificou, inclusive já nos comunicou de que estaria disposto a vir aqui tratar da questão. Acredito que, diante da gravidade e da reincidência do problema no Hospital do Câncer, a questão é muito mais de ordem política. Portanto, insisto no convite ao Ministro para vir a esta Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Pois não, Srª Presidente. Hoje, tivemos a informação da presença desse técnico. Como disse, o Ministro terá todo o prazer em vir à Comissão. Apenas nos foi indicado o nome dessa pessoa vinculada à Secretaria de Assistência à Saúde que poderia nos dar informações talvez até mais precisas. Mas, se V. Exª assim desejar, certamente estará aqui o Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento solicitando a presença do Ministro nesta Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 2, de 2004.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, a convocação do Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para debater, em audiência pública com os Senadores membros da Comissão de Assuntos Sociais, sobre programas de segurança alimentar que pretende adotar durante sua gestão no Ministério.

Este requerimento está assinado por mim e pelo Senador Artur Virgílio. O nosso convite visa especialmente conhecer a política que será adotada pelo novo Ministério. Não tenho outro objetivo a não ser aprofun-

dar o conhecimento das questões da área social e ouvir o Ministro, que tem uma trajetória e uma biografia conhecida por todos e reconhecida pela sua capacidade de gestão. Acredito que esta Comissão deposita no Ministro uma grande confiança e espera que S. Exª venha reforçar a confiança com que o recebemos à frente do Ministério.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PMDB – MG) – Quero apenas manifestar meu voto favorável, para que possamos ter, conforme esse requerimento, a presença do Ministro Patrus Ananias, de Belo Horizonte. Fui sucedido por S. Exª, que foi Prefeito em Belo Horizonte e fez uma boa administração, mas é oportuno que, como novo Ministro, possa vir ao Senado expor as suas idéias.

S. Exª teve alguns projetos que foram bem sucedidos em Belo Horizonte. Inclusive, teve a grandeza de dar segmento a alguns projetos, como o relacionado à Cooperativa de Catadores de Papel, iniciado por nós e expandido por S. Exª, que foi premiado internacionalmente. Trata-se de questão importante, referente ao aproveitamento do lixo por pessoas que tinham uma situação muito abandonada e que hoje têm, na cooperativa, uma melhor forma de trabalho.

Precisamos também saber o que S. Exª pensa sobre o projeto Fome Zero, porque, afinal de contas, já estamos no 14º mês de Governo, e o Fome Zero continua sem mostrar resultados. É um belo projeto de marketing. Tem sido divulgado a todo momento, mas não vimos resultado. Vamos ouvir o que o Ministro Patrus Ananias pode dizer a respeito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLAVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo também com o requerimento. Como o Senador Eduardo Azeredo disse, é fundamental que o Ministro venha à Comissão de Assuntos Sociais expor e discutir as preocupações, os desafios, os pensamentos. Que seja a primeira vez, porque certamente outras serão necessárias em termos de áreas específicas.

Faço duas observações em relação ao requerimento: a palavra "convocação" deveria ser trocada por "convite", como habitualmente ocorre. Na linha do Senador Eduardo Azeredo, eu tiraria a expressão "segurança alimentar" para os programas que pretende adotar durante sua gestão, talvez colocando, se esse for o desejo da Comissão, "com ênfase para o programa de segurança alimentar". Da forma como está, dá impressão de que se trataria apenas do programa de segurança alimentar, mas queremos conhecer a idéia geral, dando talvez uma ênfase a esse programa, como o Senador Eduardo Azeredo mencionou.

Estou plenamente de acordo. Se eu puder subscrever nesse sentido o requerimento, terei muita alegria em fazê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Flávio Arns, já trocamos a expressão "convocação" por "convite". Vamos fazer as observações apresentadas por V. Exª. Penso que não há nenhum prejuízo com relação a elas.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Concordo com o Senador Flávio Arns quanto à importância da presença. Concordo com o requerimento, mas apenas alerto em relação à convocação, que se transforma em convite.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a ler o adendo, para ficar bem claro para as Srªs e os Srs. Senadores que as observações feitas foram atendidas.

Requerimento, ainda sem número, da CAS, de 2004:

Convida o Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dr. Patrus Ananias, para debater, em audiência pública, com os membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, além do assunto objeto do Requerimento nº 2, de 2004/CAS, de autoria do Senador Arthur Virgilio, questões acerca do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no que tange à definição de novos parâmetros de sua pasta para o programa, ao real volume dos recursos destinados e sobre a política de manutenção da jornada ampliada do PETI, entre outros assuntos relativos a sua Pasta.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às12h24min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 03 de março de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e nove minutos, do dia três de março de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Co-

missão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) ANA JÚLIA CAREPA, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, RAMEZ TEBET, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, PAULO OTÁVIO, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, GERSON CAMATA, EFRAIM MORAIS, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN E MOZARILDO CAVALCANTI. As Senadoras Roseana Sarney e Lúcia Vânia justificaram a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Papáleo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta: **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO N°S 136 e 155 DE 2000** que "Dispõe sobre reserva de 5% (cinco por cento) das vagas em concursos públicos em todo o território brasileiro aos índios; Acrescenta artigos à Lei n° 6001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas." Autor Senador Mozarildo Cavalcanti. Relator: Senador Gerson Camata. Parecer: pela rejeição de ambos. Resultado: concedido vista aos Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Augusto Botelho. Usou da palavra os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Azeredo, Gerson Camata, Augusto Botelho e Flávio Arns para discutir. **Item 11 – REQUERIMENTO N° 4 DE 2004 – CAS,** requerendo realização de audiência pública com os seguintes convidados: Terri Aquino, Antropólogo; Kleber Gesteira e Matos, Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação; Antônio Apurinan, segundo suplente da Senadora Marina Silva e Jonas Marcolino, com a finalidade de instruir os Projetos de Lei do Senado números 136 e 155 de 2000, que tramitam em conjunto. Autor: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Resultado: Aprovado. Os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 da Pauta foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Presidente em exercício Senador Papaléo Paes e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 3-3-2004

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, para sua aprovação.

As Srªs e os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa).

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Eu comunico aos Srs. Senadores e às Senadoras que só poderemos apreciar o Item 1, tendo em vista o sobrestamento da pauta do plenário, razão pela qual não podemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Há um ofício da Chefe de Gabinete Dóris Marise Romarins Peixoto, Chefe de Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Com cordiais cumprimentos e de ordem da Exmª Srª Roseana Sarney, encaminho, para conhecimento de V. Sª, cópia do Requerimento da Parlamentar, nos termos do art.13, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, informando à Presidência a impossibilidade da participação das atividades legislativas no período de 1 a 5 de março do corrente, tendo em vista que estará participando de compromisso político inadiável no Estado do Maranhão.

Esse documento foi endereçado ao Sr. José Roberto Assunção Cruz, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais.

Eu também quero dar conhecimento às Srªs e Srs. Senadores de que a Senadora Lúcia Vânia não está presente na reunião exatamente por ter que atender à família de um tio seu, falecido no dia de ontem.

Vamos apreciar, então, o Item 1.

Item 1:

Projetos de Lei do Senado nºs136 e 155, de 2000, que dispõe sobre a reserva de 5% das vagas em concursos públicos, realizados em todo território brasileiro, aos índios. Acrescenta artigos à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas.

Autor, Senador Mozarildo Cavalcanti. Relator, Senador Gerson Camata.

Parecer pela rejeição dos projetos.

Eu quero deixar como observação aqui que a decisão terminativa é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um projeto complexo, que vai merecer um estudo bem aprofundado. Eu vou permitir, então, a leitura de todo o parecer, porque ele tem aspectos legais e constitucionais que

deverão merecer o exame dos nossos companheiros Senadores.

São dois projetos que estão com tramitação conjunta: o 136 e o 155, ambos de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas nos concursos públicos.

O PLS nº 136 apresenta três artigos. O primeiro assegura ao indígena brasileiro 5% das vagas já referidas; o segundo impõe a vigência dessa lei na sua publicação e o terceiro veicula a cláusula de revogação genérica.

O 155, embora disponha sobre a matéria de forma mais complexa, traz apenas dois artigos. Um deles acrescenta novos dispositivos ao Estatuto do Índio e o outro confere vigência à lei a partir da data da publicação.

Esse é o histórico, mais ou menos, e a análise do projeto.

Em conformidade com o art.100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito das proposições retromencionadas, que buscam reservar o mínimo de 5% das vagas abertas para o preenchimento de cargos nos concursos públicos aos indígenas.

Observe-se, de pronto, que a adoção de ações afirmativas, a exemplo da propugnada pelos projetos em exame, constitui um dos mecanismos mais eficazes para promover a igualdade efetiva entre pessoas ou grupos que experimentem condições de vida muito desiguais. Não surpreende, pois, que essa política venha sendo proposta por instrumentos internacionais, para a proteção de minorias, tampouco que apareça na Lei Maior do Brasil, como bem demonstra o inciso XX, no seu art.7º, e o inciso VIII, no seu art.37.

Note-se, contudo, que o emprego de quotas é uma das formas mais radicais e polêmicas desse tipo de política, por isso convém que se lance mão dele, com a devida parcimônia, e somente em circunstâncias capazes de revelar a necessidade real da intervenção do Estado.

Ao que tudo indica, esse não é o caso trazido pelas proposições em análise. Basta dizer que elas têm por pressuposto, pelo menos, a aceitação, por parte das comunidades indígenas, da inexorabilidade do processo de aculturação e do valor intrínseco do benefício proposto. Ora, isso está longe de ser pertinente, no que se refere às chamadas comunidades indígenas, que vivem em aldeias ou reservas, com pouco ou nenhum contato com a sociedade abrangente. Como se sabe, esses povos têm como valores supremos, o autogoverno, a preservação e o desenvolvimento de suas próprias identidades e instituições de costumes, afora o respeito do conjunto da sociedade do estado por tais valores. Esse contingente, que congrega mais de 90% da população indígena brasileira, não apresenta demandas de integração e, sim, de autonomia e autodeterminação.

Logo, parece-nos lícito inferir que o público alvo da quota sugerida se restringe aos índios desaldeados. Assim entendidos os que vivem nas cidades e na periferia das capitais, quase sempre em condições de vida precária. Trata-se, na verdade, de um número muito reduzido de indígenas, algo em torno de 30 mil pessoas, em todo o Brasil, segundo dados reunidos em 1997, pelo Serviço de Informação Indígena da Fundação Nacional do Índio – Funai.

A princípio, esses índios realmente se qualificam a participar da comunhão nacional, inclusive pleiteando a integração via ingresso no Serviço Público. Entretanto, a baixa escolaridade que lhes é caracterizada praticamente anula essa chance de aproveitamento nos concursos públicos, o que torna a adoção de quota, em seu benefício, uma medida pouco produtiva ou inócua.

Ademais, se assim não fosse a mera desproporção entre o tamanho desse grupo, que representa menos de 0,02% da população, e a quota de vagas previstas nos concursos públicos, 5% do total, desnudaria a falta de razoabilidade da medida proposta, transformando uma ação afirmativa num instrumento de privilégio injustificável.

Vale lembrar ainda que a proposta motivadora dos projetos de lei em comento, não encontra apoio axiológico no contexto normativo da Constituição. De fato, desponta como valor autêntico para nortear as relações do Estado Nacional e da sociedade abrangente, com os índios, aqui inscrito no art. 231, da Carta Magna, a saber:

O reconhecimento de sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições e dos direitos às terras que ocupam, e as riquezas naturais a elas conexas.

Cuida-se, em suma, da concepção oposta à visão integracionista que chamou a história das relações da sociedade, envolvente com as populações indígenas, até a Constituição de 1988.

Conclui-se, portanto, que o silêncio da Lei Maior quanto à integração dos índios à sociedade abrangente, parece indicar a natureza contingencial desse processo e não oferece suporte de legitimidade para qualquer iniciativa do Poder Público nesse sentido.

O voto, Sr. Presidente, é portanto pela rejeição dos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigado, Sr. Relator.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi atentamente o voto do Relator que evidentemente se louvou em informações de técnicos, com certeza, mas que algumas coisas já estão equivocadas. Primeiro, que a população indígena do Brasil não é de 0,02%, mas, de 0,2%. Então, há uma diferença enorme. Segundo, dizer que...

O SR GERSON CAMATA *(Sem Partido)* – Desculpe-me, mas são os índios já integrados, 0,02%. Não é toda a população indígena, são os que moram nas cidades, que já estão fora das tribos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Não, diz aqui: ademais, se assim não fosse, a mega desproporção entre o tamanho desse grupo, que representa menos de 0,02% da população brasileira, e a quota de vagas. Então,...

O SR GERSON CAMATA (Sem Partido) – É o grupo a que me referi antes, os que estão desaldeados.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Mesmo assim, esses grupos desaldeados são muito superiores a 30.000, Sr. Presidente. Só no meu Estado, são muito mais de 15 mil, só no meu Estado. E, recentemente, o jornal Estado de S.Paulo publicou que a maior aldeia indígena do País se localiza justamente na cidade de São Paulo, onde existem índios de diversas etnias, estudando no ensino de 2º Grau, nas faculdades. Temos aqui na própria Funai, por exemplo, o Mário Terena e o Sebastião Terena, um deles tem curso superior, está inclusive fazendo mestrado.

Então, na verdade, a realidade do índio, hoje, é de que a grande maioria dos índios estão, sim, integrados à sociedade, de fato, mas de maneira desastrosa para eles. Eles não têm, portanto, nenhum tipo de proteção maior nessa integração. Conheço, no meu Estado, professores índios com curso superior; índios que servem à Polícia Militar e às Forças Armadas. Isso ocorre em todo o Brasil. O que desejamos com isso é dar oportunidade aos índios. Poder até corrigir o percentual, até concordo. Cinco por cento, poderia ser muito? Isso se considerarmos que a média nacional é de 0,2% da população indígena. Então, se reduzíssemos até a 1%, faríamos alguma justiça social. Mas, simplesmente negar uma cota em concurso público... Até porque muitos deles são funcionários públicos. Citei o nome de Mário Terena, mas há vários índios – até mesmo na Funai – que pertencem à sua própria administração. Creio que seria, de fato, um tema que deveríamos discutir, dentro da própria política indigenista do Brasil, dando condições àqueles índios que preferem estar aldeados, preferem manter sua cultura, tradições e viver lá tenham o seu direito. Mas aqueles que não querem ou, por alguma razão, pleiteiam ter os mesmos direitos que a chamada sociedade envolvente tem, ou seja, usufruir a tecnologia, poder estudar... Por exemplo, lá em Roraima, a advogada do Conselho Indígena de Roraima é uma índia, nascida em Roraima. Ela não entrou por essas cotas, mas, evidentemente, que, sem essa cota, assim como para os negros, se torna muito mais difícil que eles tenham essa oportunidade. Creio que é, como foi dito no próprio relatório, uma ação afirmativa que devemos discutir, atualizando mesmo até os termos. Não vejo nenhum óbice constitucional, porque, de um lado, preserva-se o direito do índio de optar por viver da forma que deseja. Se ele quer viver em sua terra... Há terras demarcadas para isso... Mas se ele quiser sair de sua terra estudar e voltar... Conheço um outro índio do meu Estado, da tão falada Raposa Serra do Sol, na fronteira, ao pé do monte Roraima, os índios lá, quase todos, não possuem nem sequer o curso primário. Um deles foi à cidade e estudou. Hoje faz licenciatura plena em Pedagogia e pretende voltar para a sua aldeia inclusive, e ensinar aos índios, na língua indígena, o que aprendeu. Não podemos negar essa realidade. É um avanço, sob o ponto de vista da política indigenista, assegurarmos as duas opções para os índios. Há, inclusive, índios que já pediram a emancipação dessa tutela da União. Ela foi dada por um Juiz Federal de Roraima. Temos de nos anteceder a isso, dando-lhes essa opção. O índio que desejar ficar na sua aldeia e de acordo com suas tradições e costumes estará preservado e garantido pela Constituição. O índio que quiser estudar e quiser a oportunidade até mesmo de voltar à sua aldeia, possa ter essa facilidade.

Sr. Presidente, apresentei esses dois projetos, o segundo praticamente para aprimorar o primeiro. No primeiro, como disse o Relator, era abrangente e sem especificar; no segundo, deixa-se bem claro que não se está dando nenhum privilégio ao índio no que se refere ao concurso público. Ele vai concorrer em igualdade de condições. Está bem claro aqui neste art. 14 b:

O candidato indígena participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

1º ao conteúdo das provas;

2º à avaliação e aos critérios de aprovação;

3º ao horário e ao local de aplicação das provas, e

4º à nota mínima exigida a todos os demais candidatos.

Portanto, não é que se esteja garantindo o acesso ao serviço público para o índio sem concurso ou com privilégios diferentes dos outros. Assim, todos estão iguais perante a lei. Apenas, garante-se uma cota que até admito seja discutido este percentual. Mas, sim-

plesmente, negarmos isso. Creio que não estaríamos avançando no que tange a essa política.

Gostaria de pedir aos Colegas Senadores e Senadoras que pudéssemos refletir mais – até mesmo ao próprio Relator peço reflexão – e mudar, como já o fizemos com os negros, uma opção para que os índios também pudessem usufruir do sistema de quotas nas universidades. Sr. Presidente, tenho também um projeto nesse sentido que garantem vagas nas universidades para os negros. Contudo, que eles se submetam ao vestibular, apenas com um percentual garantido para eles. Acredito que seria efetivamente uma ação afirmativa que faria justiça social para com a minoria, que são os nossos índios.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fico, inclusive, sensibilizado com a iniciativa de alguns Parlamentares de trazer para esta Casa, pelo menos para discussão, assuntos que, normalmente, não têm merecido por parte do Parlamento um tratamento adequado. Eu citaria, como um grande exemplo, a iniciativa dessa briosa Parlamentar, que está aqui do meu lado, Senadora Patrícia que trouxe, em boa hora, à discussão, para esta Casa, de um assunto que muito deveria inquietar o Congresso, a sociedade e o Governo, que é a questão da criança e do adolescente, objeto de constrangimentos neste País, conhecidos por todos nós, exploração sexual, tratamento discriminatório, etc. Em boa hora a Senadora Patrícia, a Deputada Janete e outros Parlamentares trouxeram essa discussão para o Parlamento, fazendo com que coisas escabrosas viessem à tona não só para nos envergonhar, mas também para nos mostrar que é urgente a necessidade de se tomar tento dessas questões, em especial, das pessoas desassistidas e que precisam urgentemente de políticas públicas consistentes e da preocupação ordenada da sociedade, para que fatos como os que a Senadora Patrícia conseguiu desencavar, não mais façam parte do dia a dia de milhares de crianças e de jovens neste País. Este é um tema.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, via de regra estamos aqui debruçado sobre assuntos que dizem respeito e interessam, particularmente, ao Estado, a grandes corporações. É por isso que digo, fico sensibilizado com assuntos dessa natureza, agora trazido aqui pelo Senador Mozarildo, e mesmo com o voto contrário do Senador Gerson Camata, louvo a iniciativa dos dois. Do primeiro em trazer o assunto para cá, na forma de uma projeto de lei, possibilitando a esta Comissão e a esta Casa discutir a questão daqueles que também, secularmente, são objeto de discriminação neste País.

Ora bolas, os índios que já foram donos deste País, hoje são tratados, eu diria pelo menos de forma indevida, com uma certa negligência, com uma certa displicência por todos nós: Estado e sociedade. Fico feliz da vida com a oportunidade que o Senador Mozarildo nos proporciona, discutir a oportunidade de educação e trabalho para a comunidade indígena brasileira.

Louvo, portanto a essa importante iniciativa, é mais um assunto que deveria nos prender em muitas discussões acaloradas. Pretendo pedir vista do processo, não por me opor à sua formulação, mas pedindo ao Senador Mozarildo que nos permita, com esse pedido de vista, provocar ou pelo menos iniciar uma ampla discussão acerca do assunto, trazendo aqui estudiosos, pessoas ligadas à questão da educação indígena, para que possamos subsidiar esse projeto embasados em mais informações. Neste sentido, além do pedido de vista, gostaria de protocolar um requerimento na Comissão, propondo a realização de audiências públicas em torno do assunto, tendo como gancho esses dois projetos. Surgiram aqui inicialmente a oitiva do antropólogo Terry Aquino, até recentemente atuando na Funai, um cientista de profundo conhecimento da questão indígena neste País, como também o Dr. Cléeber Jesteira de Matos, que é Coordenador-Geral para a educação escolar indígena do Ministério da Educação.

Com esse requerimento, espero dar o pontapé inicial para um grande debate, para uma grande discussão em torno da questão indígena, particularmente no que diz respeito à área de educação, aproveitamento da comunidade na economia brasileira. Esta é a proposição que faço e vou protocolar ó requerimento na secretaria da Comissão. Espero contar com a aquiescência da Comissão, dos meus Pares, para que possamos discutir profundamente esse assunto que mereceria uma maior preocupação do Senado Federal. Na verdade, trata-se de comunidades inteiras submetidas a constrangimentos, discriminação etc. Gostaria de lembrar esta Casa que temos um índio, suplente da Senadora Marina Silva, Antônio Aporinã, que eu gostaria de trazer para discutir, nesta Comissão, as questões referentes aos índios.

Um Parlamentar, suplente de uma Senadora de renome, pessoa muito cara para todos nós, que eu gostaria de incluir nesse debate.

Então, Sr. Presidente, peço vista e encaminho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A decisão de V. Exª é no sentido de pedir vista do processo.

V. Exª poderá encaminhá-lo para a Mesa agora para decidirmos nesta reunião.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, permita-me, como Relator, uma intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A palavra está, pela ordem, com o Senador Eduardo Azeredo. V. Exª permite?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A minha intervenção é breve e é mais no sentido de dizer que realmente precisamos ter atenção com a questão do índio do Brasil como um todo. Existem países do mundo que têm uma proporção de indígenas na sua população bem maior do que a nossa, mas ainda com esses outros países sempre o problema do indígena é muito grave a acaba se situando na faixa mais baixa da população, pela dificuldade de aculturação e de educação como um todo.

Entretanto, parece-me que, apesar da boa intenção do projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti, estender essa questão para o Brasil como um todo não me parece muito adequado para o sistema de quotas para um País tão grande como o Brasil. Somos uma República Federativa e, talvez, fosse adequado termos essas quotas estadualmente, ou seja, os Estados da Região do Amazonas que são, normalmente, aqueles que têm uma proporção maior de índios, poderiam eventualmente, na sua legislação estadual, ter a sua reserva para cargos públicos estaduais, ao invés de termos uma legislação nacional que poderia abranger Estados que têm um percentual muito pequeno de índios.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata e, em seguida, ao Senador Augusto Botelho, lembrando aos Srs. Senadores que foi concedido vista ao Senador Geraldo Mesquista.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, quero dizer que primeiro concordo. O número de 30 mil índios foi com os números que foram fornecidos pela Funai, de cerca de 30 mil índios. O Senador Eduardo Azeredo bateu no ponto correto. O próprio Senador Mozarildo Cavalcanti disse ter seu Estado 15 mil índios. Talvez Minas tenha 1.000, Espírito Santo uns 200. Acredito que poderia haver uma gradação para as quotas de acordo com o percentual da população indígena de cada Estado. Essa gradação poderia ser variável. Vamos supor que Santa Catarina tenha menos índios, então, os índios do Norte fariam concurso em Santa Catarina para poder passar lá. O ideal seria cada Estado, cada Município ter seu percentual de vagas para indígenas em concursos públicos, conforme a proporcionalidade de índios em sua população. Seria interessante que o Senador Geraldo Mesquita, que vai apresentar um voto em separado, pudesse trazer essa diferenciação ou a permissão para que esses percentuais variassem de acordo com a população indígena desaldeada de cada Estado e Município.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Também iria pedir vista conjunta, mas eu gostaria de fazer uma observação porque o meu pensamento também coincide com o dos últimos pronunciamentos, que o percentual fosse de acordo com as estatísticas do IBGE. Se um Estado tem tantos por cento de indígenas, 10%, 10% das vagas seriam para os indígenas; 3%, 3% das vagas para os indígenas.

No âmbito federal, teríamos que fazer um acordo para fazer o médio ou pelo 0,02% das vagas nos concursos federais. Mas, eu gostaria de fazer só uma observação porque, geralmente, esses pareceres que saem aqui – entendo dos índios de Roraima, dos meus índios, da minha terra, dos meus irmãos de Roraima. Na minha terra, os índios não são analfabetos, existem os ianomâmis, quero deixar bem claro essa posição. Grande parte, a maioria dos ianomâmis não sabe ler em português, não sabe escrever, alguns sabem inglês, mas não sabem português. A verdade é essa, eles foram catequizados por missionários americanos que já estão, alguns, na segunda geração. Esses indígenas são uma coisa, esses ianomâmis, 2.500 indivíduos, dizem que são 7, mas no meu Estado, no meu pedaço de ianomâmis, 5 milhões de hectares, tem mais ou menos 2.500 indivíduos.

No meu Estado, tratamos o problema indígena de maneira diferente. Temos a Secretaria Estadual do Índio, cuja chefia é exercida por um indígena antropólogo. Como acho também a Funai deveria ser chefiada por um indígena. Há pessoas que poderiam dirigir a Funai, enfim, nomeiam pessoas que não entendem nada – apenas um teóricos, não têm prática alguma – e fazem coisas que agridem os indígenas.

Além disso, a nossa universidade tem um curso específico para professores indígenas, temos 60 professores que já estão no segundo ano do curso, além de 20 a 30 indígenas que, por mérito próprio, entraram na universidade e a estão cursando.

É essa a visão que está no parecer de que o índio não sabe ler e escrever – não sabem ler e escrever em alguns Estados, mas em Roraima eles estão integrados e querem se integrar. Os indígenas querem produzir na área deles utilizando tecnologia, querem ter máquinas para produzir. Infelizmente a Funai, no meu Estado, atrapalha em vez de ajudar, impede que eles tenham

acesso a esse maquinário moderno próprio para a agricultura. Não sei como é no Acre, no Espírito Santo, em Minas Gerais e no Amapá. Em Roraima, a Funai atrapalha os indígenas a se desenvolverem.

Eles não precisam mais ter um antropólogo, uma pessoa ditando-lhes normas. Eles sabem o que eles querem. Inclusive já existem professores ianomâmis que representam o povo ianomâmi para dizer o que eles querem. Não precisa ter uma pessoa dizendo-lhes no ouvido o que fazer e o que falar. Quando acontece qualquer coisa aqui, trazem o indígena, mas fica um antropólogo do lado falando o que ele tem que dizer. Recentemente, na Câmara dos Deputados, aconteceu isso com o índio Raoni. Tenho certeza que na aldeia daquele cacique tem pessoas que já estudaram e que são aptas a ter opinião própria. Então, não é mais necessário ter um antropólogo falando pelos índios. Estou falando em nome dos índios.

Creio que a quota deva ser estabelecida conforme o critério – e nesse sentido tenho que divergir um pouco do Senador Mozarildo Cavalcanti – da população do Estado, mas também teria que haver um quota para o nível federal para darmos a mesma oportunidade ao índio.

Estou pedindo vista para tentar conversar com V. Exª, Senador Geraldo Mesquita, que também vive o problema indígena. Sou médico e nós, do Norte, dos Estados menores, temos muita convivência com os indígenas, por isso penso que devemos fazer algo que proteja nossas pessoas. Na periferia da minha cidade a maioria dos pobres são indígenas, infelizmente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pelo que eu também entendi das ponderações pertinentes do Colega Geraldo Mesquita, ele pretende inserir esse debate relativo às quotas do trabalho e dos concursos públicos dentro de uma discussão mais ampla sobre a questão indígena, pois na própria justificativa do Senador Gerson Camata consta o aspecto, por exemplo, da baixa escolaridade, problemas de saúde, problemas da terra, problemas que já vimos debatendo aqui inclusive na Comissão de Relações Exteriores. Nesse sentido, penso que o pedido de vista permite unicamente o debate desse aspecto específico da quota, uma vez que tal pedido, creio, regimentalmente, tem um prazo limitado para retornar a esta Comissão.

Indago, portanto, a V. Exª se, em função das ponderações feitas, o mais adequado seria o pedido de vista ou a retirada de pauta para que esse debate pudesse acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Quero informar que o pedido de vista tem um prazo de cinco dias. Mas, se aprovarmos este requerimento, esse prazo fica prejudicado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Está certo. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não havendo mais nenhuma Srª. Senadora ou Senador que queira se pronunciar sobre o assunto, damos por encerrada essa discussão e, logicamente, concedemos vista aos Srs. Senadores Augusto Botelho e Geraldo Mesquita.

Passamos ao requerimento constante do último item da nossa pauta.

Requerimento, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, realização de audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2000, que dispõe sobre reserva de 5% das vagas em concurso público realizado em todo o território brasileiro aos índios, e o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000, que acrescenta artigos à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto do Índio, e dispondo sobre a reserva de vaga nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas, tramitando conjuntamente com a presença dos seguintes convidados: Terry Aquino, antropólogo; Cléber Jesteira e Matos, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena, do Ministro da Educação; Antônio Apurinã, segundo Suplente da Senadora Marina Silva.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)– Eu gostaria de acrescentar um indígena do meu Estado que tem segundo grau, é casado com uma indígena e convive na aldeia, vive lá. Enfim, é uma pessoa que representa o sentimento indígena da pessoa que veio estudar na cidade e voltou para a sua aldeia. Ele está agora está fazendo o segundo curso superior.

Eu poderia incluir o nome dele? É Jonas Marcolino.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Exª concorda, Senador Geraldo Mesquita?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Jonas Marcolino.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, como eu disse, estou dando o pontapé inicial no que avalio necessária uma grande discussão sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o teor do requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica esta Comissão com a determinação de marcar os dias das reuniões e horário.

A Srª Presidente dará essa decisão.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, a Presidência a declara encerrada.

(Encerrada a reunião às 12 horas e 5 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 10 de março de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dezessete minutos, do dia dez de março de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) ANA JÚLIA CAREPA, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, EDISON LOBÃO, PAULO OTÁVIO, MARIA DO CARMO ALVES, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, JOÃO TENÓRIO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS E LEONEL PAVAN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta: **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 238, de 2003** que "Altera a Lei n° 7.986 de 28 de dezembro de 1989, que regulamenta a concessão do benefício previsto no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências, para permitir o reconhecimento da condição de beneficiário mediante prova testemunhal." Autor Senador Siba Machado. Relator "**Ad Hoc**": Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: aprovado o parecer favorável. Usou da palavra os Senadores Juvêncio da Fonseca, Ana Júlia Carepa, siba Machado, Patrícia Saboya Gomes e Lúcia Vânia para discutir. **Item 22 – REQUERIMENTO N° 5 DE 2004 – CAS,** requerendo a criação da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais. Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Resultado: Aprovado. **Item 23 – Requerimento N° 6 de 2004 – CAS**, requerendo nos termos do inciso IV do art. 90 do regimento Interno do senado Federal, combinando com o inciso V, do § 2° do art. 58 da Constituição Federal, seja convidados a comparecer ao plenário desta Comissão; Dra. Regina Parizi Carvalho – Diretora Executiva do GEAP e Dr. Fausto pereira dos Santos – Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde. Para em Audiência Pública prestarem esclarecimentos no âmbito de suas respectivas competências sobre notícias vinculadas pelo jornal " O Estado de São Paulo", publicada na edição de domingo 7 de março sobre possíveis irregularidades e favorecimentos aquela entidade, na regulamentação dos planos de saúde dos servidores públicos. Autor: Senador Tião Viana. Resultado: Aprovado. **Item 24 – Requerimento N° 7 , de 2004 – CAS,** requerendo nos termos regimentais e constitucionais que sejam convidados os senhores João Elisio Ferraz de Campos, Presidente da Federação Nacional das Empresas e Seguros Privados e de capitalização, Celso Corrêa de Barros, presidente da UNIMED, e Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo ABRAMGE, para prestarem esclarecimentos em Audiência Pública com os senadores membros da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as denúncias de que a GEAP monopoliza os serviços de saúde prestados ao funcionalismo público. Autor: Senador Arthur Virgílio. Resultado: Aprovado. Os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Presidente em exercício Senador Papaléo Paes e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 10-3-2004

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Srªs e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar o **Item nº 1** da pauta, tendo em vista o sobrestamento da pauta do plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisões terminativas. Vamos iniciar a pauta de hoje pelos requerimentos que se encontram sobre a mesa, cujo primeiro é assinado pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

REQUERIMENTO

Exmª Srª Presidente, nos termos do art. 73, combinado com Inciso IV, do art. 89, do Regimento Interno, requeremos a criação da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.

Justificação

A questão ambiental é colocada hoje como item central na gestão pública. Nossa legislação é avançada e já nos estruturamos, instituindo órgãos inclusive de controle social, que legitima a aplicação democrática das regras ambientais já conquistadas. A demanda de pareceres em projetos é crescente, exigindo da nossa parte um esforço cada vez mais para o seu atendimento. O Senado Federal se recente da falta de uma Comissão Permanente para o Meio Ambiente. Enquanto essa Comissão não é instituída, entendemos que uma Subcomissão de natureza permanente possa desempenhar a tarefa que é de nossa competência. Por tais razões, espero contar com apoio dos meus Pares para a aprovação do meu requerimento.

Sala de sessões, 4-12-2003

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem, solicito a V. Exª também a inversão de pauta, e que meu requerimento possa ser lido agora, já que estou, simultaneamente, na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Assim o faremos. Esse requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca passa para a discussão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu, em função de um compromisso na Comissão de Fiscalização e Controle, tenho que estar presente nesta Comissão também, por isso peço a inversão de pauta, para que..., sou Relator do Projeto de Lei nº...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Qual o número do item da pauta?

Para esclarecer, só o Item nº 1 da pauta será apreciado em virtude do sobrestamento da pauta do Senado.

Está em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, as Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Requerimento assinado pelo Senador Tião Viana.

Requeiro, nos termos do Inciso 5º, art. 90, do Regimento Interno, combinado com Inciso V, § 2º, do art. 58, dda Constituição Federal, sejam convidados a comparecer ao plenário desta Comissão a Drª Regina Parise Carvalho, Diretora Executiva do GEAP e o Dr. Fausto Pereira dos Santos, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde, para prestarem esclarecimentos no âmbito de suas respectivas competências sobre notícia veiculada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, publicada na edição de domingo, último, de 7 de março, sobre possíveis irregularidades e favorecimentos àquela entidade na regulamentação dos planos de saúde dos servidores públicos.

Sala de sessões, 10 de março de 2004.

Está em discussão o requerimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu fiz esse requerimento, motivado pelas notícias veiculadas no jornal **O Estado de S. Paulo,** que em grande destaque apontava um suposto direcionamento de recursos públicos, para uma fundação pública que, no caso é a GEAP – Fundação de Seguridade Social -, historicamente, desde quando foi transformada na chamada antiga assistência patronal no Brasil, no início da década de 90, quando passou a ser chamada Fundação de Seguridade Social, atende a servidores federais de baixa ou média renda, ou outros servidores das instituições públicas federais, com grande presteza, com grande qualidade e eficiência, teve alguns momentos no passado de uma crise de gestão e passando por um período de endividamento.

Quando o nosso governo, o Governo do Presidente Lula assumiu, no início da sua gestão, em 2003, tínhamos a Geap com uma dívida de R$120 milhões. Hoje, a GEAP tem uma dívida de apenas R$20 milhões para os serviços que concorre e solicita a prestação para os servidores públicos federais. Então, demonstra uma rigorosa e eficiente gestão dos recursos que são transferidos para ela.

A forma de convênio não foi contrato como surgiu em muitos momentos da denúncia. O contrato impõe a aplicação da Lei nº 8.666, que é a Lei das Licitações. A forma de relação é a forma de convênio, não é de contrato. Então, pode ser feito entre entes que tenham auto-gestão, atividades sem fins lucrativos, como no caso uma fundação pública. É como se pegássemos hoje, de maneira grosseira, comparando com a Fundação das Pioneiras Sociais, o Sarah Kubitschek, que é impecável em termos de conceito nacional de ser-

viços, e disséssemos que eles poderiam estar agora disputando o mercado com algumas seguradoras privadas, como Golden Cross, Happy Saúde, Blue Life e outras entidades.

Então, o que há, na verdade, é que o próprio requerimento que vai ser lido após o meu, do eminente Senador Arthur Virgílio, do PSDB, é uma disputa de mercado. As empresas privadas no interesse de mercado querem – penso que é legítimo, não estou aqui para fazer juízo de valor – disputar algo em torno de R$1 bilhão, que uma fundação pública atua de maneira altamente eficiente no Brasil.

Se há pertinência legal nessa reivindicação ou não de uma disputa de mercado de mais ou menos de R$1 bilhão, sendo que a GEAP atende apenas a 300 mil pessoas e pode atender a um universo de 900 mil, podemos perfeitamente discutir. Agora, tratar com insinuações de desonestidade ou outro tipo de insinuação contra o Governo, não podemos admitir. Felizmente, o assunto tem tomado um clima de racionalidade e respeito.

Por essa razão já antecipo a V. Exª não só a defesa do meu requerimento, mas a do Senador Arthur Virgílio, que traz duas representações das seguradoras privadas, para que venham tratar do mesmo assunto.

Sou perfeitamente favorável, que possa inclusive haver a junção das partes no que diz respeito ao próximo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Tião Viana, por motivos regimentais, não podemos colocar em discussão e votação o requerimento do Senador Arthur Virgílio, exatamente por que está subscrito apenas por S. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pela ordem, o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, subscrevo esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Sendo subscrito pelo Senador Leonel Pavan, vou colocá-lo em discussão e votação.

Vamos expor o requerimento:

Sr. Presidente, requeiro nos termos regimentais e constitucionais que sejam convidados os Srs. João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da Fenaseg – Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados de Capitais, Celso Correia de Barros, Presidente da Unimed, Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, para prestarem esclarecimentos em audiência pública com os Senadores membros da Comissão de Assuntos Sociais sobre as denúncias de que a GEAP monopoliza os serviços de saúde prestados ao funcionalismo público.

Justificação

Segundo matérias publicadas nos jornais **Estado de S. Paulo**, de 7 de março do corrente, e **Correio Braziliense**, de 8 de março do corrente, a Casa Civil da Presidência da República teria negociado com a GEAP a garantia do monopólio dos serviços de saúde prestados ao funcionalismo público federal e estadual. Ainda segundo a reportagem, a edição do Decreto nº 4.978, de 4 de fevereiro de 2004, foi negociado pela Casa Civil e pela referida entidade. Com a edição do decreto, Ministérios, empresas públicas e autarquias que tenham contrato com outras operadoras de plano de saúde terão de aderir à GEAP.

O objetivo do requerimento é esclarecer os termos dessa negociação.

Sala de Sessões, março de 2004, Senador Arthur Virgílio e Senador Leonel Pavan, subscrevendo o requerimento.

Em discussão a proposta do Senador Arthur Virgílio e Leonel Pavan.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar o Senador Tião Viana pela sua iniciativa. Acredito que iniciativa como essa, Senador, engrandece esta Casa. Naturalmente, os esclarecimentos que serão feitos aqui são de profundo interesse da Comissão como de toda a população. Acredito que V. Exª adota uma posição importante para o próprio governo, que naturalmente não tem nada a esconder no fato, uma vez que o próprio governo se propõe a que seja feita essa audiência pública. Então, receba os meus cumprimentos e os cumprimentos ao governo por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento do Senador Arthur Virgílio, subscrito pelo Senador Leonel Pavan, queiram permanecer sentados.

Os dois requerimentos que têm relação com a Instituição GEAP estão aprovados.

Vamos continuar com a nossa pauta.

Quanto à data da audiência, fica a critério da Mesa, que verá a possibilidade de fazermos a audiência na próxima quarta-feira.

O único item da pauta relativo a projeto de lei que iremos discutir é o Projeto de Lei do Senado nº 238, de

2003, decisão terminativa da CCJ, que altera a Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, que regulamenta a concessão do benefício previsto no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para permitir o reconhecimento da condição de beneficiário mediante prova testemunhal.

Autor, Senador Sibá Machado, Relator **ad hoc**, Senador Geraldo Mesquita.

O parecer é favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, que é o Relator **ad hoc**

O SR. GERALDO MESQUITA (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, antes de passar à leitura do parecer da eminente Senadora Ana Júlia Carepa, queria lembrar aqui aos dignos Parlamentares que vamos tratar aqui da vida de pessoas que prestaram relevantes serviços ao País e viveram feito bicho na selva amazônica, a muitos anos atrás, em condições, não diria nem precárias, mas sub-humanas. Se hoje temos relatos de trabalho escravo, sem que sejam obedecidas as formalidades das leis trabalhistas, imaginem, eu gostaria que V. Exªs se situassem naquele período, naquela ocasião, naquelas circunstâncias para que seja absolutamente compreendida a situação dessas pessoas que ainda continuam desassistidas pelo País, ao qual eles tão bem serviram.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2003, que tem por finalidade permitir ao denominado "soldado da borracha", como eram chamados e foram conhecidos, o reconhecimento da condição de beneficiário, mediante prova exclusivamente testemunhal.

Ao justificar a sua iniciativa, o autor da proposição, o meu querido companheiro Senador Sibá Machado, alega que a Carta de 1988, no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garantiu aos seringueiros recrutados nos termos do Decreto-lei nº 5. 813, de 14 de setembro de 1943, que trabalharam durante a Segunda Guerra Mundial nos seringais da Região Amazônica, denominados de "soldados da borracha", o direito à percepção de pensão mensal vitalícia equivalente a dois salários mínimos. Ocorre, entretanto, que a concessão desse benefício vem sendo impossibilitada pela redação dada pela Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, ao art. 3º da Lei nº 7.986. Essa alteração que vige desde a edição da Medida Provisória nº 1.663, impediu que os "soldados da borracha" comprovassem essa qualidade mediante prova testemunhal – e é o que está em jogo aqui – exigindo, para tal, a existência de prova material. Ou seja, para que o "soldado da borracha" pudesse fazer jus a essa pensão de dois salários mínimos, ele precisaria comprovar, materialmente, a relação de trabalho e todos esses documentos decorrentes dessa relação de trabalho. A pensão aos "soldados da borracha" foi inserida no art. 54, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 7.986, que estabeleceu quais as exigências para a habilitação dos candidatos ao benefício, normas essas fundamentadas no Decreto-Lei nº 5.813, que deu origem ao recrutamento de trabalhadores para os seringais nativos da Amazônia. Aí, a enorme responsabilidade do Estado que, oficialmente, recrutou milhares de trabalhadores que saíram do Nordeste para a colheita da borracha naquele período e naquela região.

Em 1990, a Portaria nº 4.630, do Ministério da Previdência Social, disciplinou o disposto no §1º do citado art. 54 que estendeu o benefício a todos quantos participaram desse esforço de guerra, listados ou não no édito oficial, inclusive aos brasileiros que já se ocupavam da produção da borracha natural na região, garantindo, também, aos respectivos sucessores, o usufruto do direito quando de sua morte. Ocorre que, sete anos mais tarde, houve uma mudança na sistemática de habilitação, nos termos da Ordem de Serviço nº 582, emitida pela Direção do INSS, que exigiu provas materiais como fundamento para a simples abertura dos processos de habilitação, o que termina com os pedidos baseados, exclusivamente, em provas testemunhais. Questionada no tocante à juridicidade, a citada Ordem de Serviço foi suplantada pela Medida Provisória nº 1.663, que, imune a contestações legais, consubstanciou aquela exigência, a qual, em novembro último, viu-se consolidada e, com essa Medida, consolidou-se uma tremenda e grave injustiça, ainda com milhares de cidadãos que prestaram, repito, relevantes serviços a este País, num esforço de guerra, produzindo borracha numa região tão difícil como era, naquela época, e ainda persiste sendo a Região Amazônica.

Nesse contexto, os números e os valores que cercam a vida dos "soldados da borracha" são gritantemente modestos. A lista original de conscritos, decorrente do Decreto-Lei nº 5.813 era de exatos 9.969 nomes, mas foram integrados milhares de outros brasileiros, um contingente que deixou o Nordeste e mergulhou nos seringais amazônicos, além daqueles que já habitavam as áreas extrativistas.

Naquela época, em meio à floresta, a extração da seringa era feita de forma rudimentar, sem leis trabalhistas mínimas, com carga horária brutal e com um enorme desgaste físico, longe dos registros típicos da sociedade urbana moderna. Não havia carteira assinada, não havia ponto, nota fiscal, escrituração, cadastramento ou censo dos seringueiros. Não era raro, nessa região, a existência de famílias inteiras

sem registro de nascimento, sem documento algum e em que, mesmo a moeda, não era utilizada como meio circulante e, sim, a troca, o verdadeiro escambo. Que documento haveria de advir dessa realidade histórica? No máximo, a certidão de casamento ou de batismo, emitida por alguma entidade religiosa, na fase típica da desobriga.

Exigir documento como requisito essencial para a comprovação da qualidade do seringueiro é desconhecer a história de pessoas vivendo no interior da selva, sem serviço de saúde, educação, segurança, Justiça, ou seja, com a absoluta exclusão da presença do Estado, enfim, onde mesmo a sobrevivência era o resultado de atitude corajosa e talento.

O Projeto, portanto, é meritório porque faz justiça e restitui um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 – àqueles que colaboraram, com o esforço de guerra, assegurando a produção e o abastecimento de borracha aos exércitos aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

Não é demais lembrar que a lei, por ser de natureza operacional, sujeita-se à regulamentação por parte do Ministério, e faço votos aqui para que nessa ocasião o Ministério apropriado não crie mais dificuldades e embaraços burocráticos. Nesse sentido, cria-se oportunidade para que o regulamento contenha as salvaguardas necessárias para impedir a fraude.

À vista do exposto, o voto da Senadora Ana Júlia é no sentido da aprovação do projeto, ao qual junto o meu próprio voto favorável à aprovação desse relevante projeto, repito, do eminente Senador, meu querido amigo, Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão a matéria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voto pela aprovação do projeto e gostaria de louvar bastante, exaltar o Relatório da Senadora Ana Júlia que nos traz dados impressionantes acerca da injustiça praticada contra os seringueiros naquelas condições estabelecidas em 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.813.

Só temo que essa modificação da legislação venha chegar muito tarde para o "soldado da borracha" na Segunda Guerra, que terminou em 1945, pois, daquela data para cá já se passaram sessenta anos. Para estar trabalhando em 1945, o soldado teria no mínimo quatorze, quinze anos – naquela época podia-se usar o trabalho quase de crianças e hoje as pessoas teriam no mínimo setenta anos de idade. Mas é melhor chegar tarde uma solução social como esta, do que nunca. Importantíssimo o projeto, por visar à correção de uma injustiça que já se fazia necessária há tanto tempo. Tenho certeza, absoluta, que as Srªs e os Srs. Senadores votarão favoravelmente, por unanimidade, a esse projeto.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu estava relatando um outro projeto e estou em outra Comissão... aqui temos que...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra a V. Exª com a aquiescência do Senador Sibá Machado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente, obrigada Senador Sibá Machado. Eu tenho que ir para outra Comissão. Eu estava sendo Relatora de um outro requerimento na CCJ pedindo vista de um outro projeto.

Eu só queria elogiar o Senador Sibá Machado e parabenizá-lo por ter apresentado um projeto tão importante para aquela região a fim de corrigir realmente uma injustiça, até porque uma atividade como aquela, desenvolvida como nós conhecemos, a atividade dos "soldados da borracha", que foram tão importantes para o País e para a Amazônia, que teve sua época áurea na exploração da borracha, uma vez que a borracha teve uma grande importância na economia do País e eu queria parabenizar o Senador.

Espero que o projeto seja aprovado, ele tem o meu parecer favorável. Parabéns ao Senador e à Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Sibá Machado, autor do projeto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras Lúcia Vânia e Ana Júlia Carepa, Senador Geraldo Mesquita e os demais Srs. Senadores, fico até um pouco emocionado com o que estamos ouvindo aqui, a compreensão de V. Exªs para com uma dívida do Estado brasileiro com esta gente.

Eu só queria aproveitar para contar parte de uma história que ouvi de um cidadão de idade bastante avançada, empurrando um carrinho de picolé, numa das cidadezinhas do Acre. Ele me contou que chegou ao Acre com dezessete anos, ficou na casa do dono do seringal por um mês para se aclimatar um pouco mais com a floresta, até que foi mandado para o que chamamos de "colocação", ou seja, onde o seringueiro vai morar e trabalhar.

Doze horas de viagem a pé pela mata para chegar ao barraco, acompanhado de um mateiro que lhe foi ensinando tudo sobre a mata. Ele não sabia caçar, não sabia pescar, não sabia fazer nada. Ficaram três dias juntos, período em que o mateiro lhe ensinou a cortar seringa, colher, defumar e tudo o mais e caçar um pouco também. Quando o mateiro foi embora é

que ele se deu conta da solidão que vivenciou naquele momento. Dizem que chorou quase que sem parar uns dois dias, até que caiu na real de que chorar não iria resolver e começou a ter que sobreviver. Eu o vi empurrando um carrinho de picolé; "ex– soldado da borracha."

O Exército brasileiro recrutou milhares de jovens do Nordeste, com 14, 15, 16, 17, 18 anos, e os jogou no meio daquela mata com o título de soldado para a defesa da Nação e ajuda aos aliados; não para ir para o front, com o fuzil na mão, mas para ir para a mata, com a obrigação de colher a seringa para ajudar no combate.

O Estado brasileiro, acredito, Sr. Presidente, tem a obrigação de ajudar essas pessoas. Se observarmos os números apresentados no Relatório da Senadora Ana Júlia Carepa, vemos que os números são identificáveis. São pessoas com mais de setenta anos, identificáveis. Já temos aqui quase oitocentos nomes inscritos, que vão ao INSS solicitar sua aposentadoria, e não a conseguem porque não têm um documento comprobatório de trabalho. V. Exªs precisam conhecer a Amazônia, os rincões daqueles rios, para saber o que é um pedaço de papel. Quando aparece um pedaço de papel é para se fazer um cigarrinho, porque não tem um pedaço de papel para outras coisas.

Portanto, fazemos aqui um apelo à sensibilidade, agradecendo aqui o entendimento que está se tendo nesta Comissão. O Estado brasileiro precisa cumprir com esta função, que é a de dar dois salários mínimos para as pessoas que estão em fim de carreira da sua própria vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria de parabenizar a Senadora Ana Júlia Carepa pelo Relatório exemplar como também o Senador Sibá Machado por essa iniciativa tão importante para aquela região, corrigindo, na verdade, uma grande injustiça.

Todos nós, brasileiros, sabemos das condições dos seringueiros, portanto a iniciativa do Senador Sibá Machado corrige essa injustiça, essa dívida que o Estado brasileiro tem com essa população, com esse segmento que deu e que tem dado uma contribuição fundamental ao nosso País.

Assim, gostaria de me associar a todos os outros Colegas, parabenizando V. Exª, que tem tido um papel tão importante nesta Casa, trazendo a palavra do seu povo e buscando corrigir todas essas injustiças.

Portanto, parabéns em nome certamente de todos nós, de todos nós que elogiamos, que acompanhamos o seu trabalho nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Júlia Carepa pelo seu Relatório e cumprimentar, de forma muito especial, o Senador Sibá Machado.

Pela sua emoção, Senador, podemos sentir a importância do projeto. V. Exª que conhece e defende os interesses da Região Amazônica mostrou, neste projeto, a sua sensibilidade. Tenho certeza de que esse trabalho será reconhecido no seu Estado, e todos nós, seus Companheiros, seus Colegas, sentimo-nos felizes com o resultado da aprovação desse projeto.

Portanto, quero fazer das palavras do Senador Juvêncio da Fonseca, que fez a análise do projeto do Senador Geraldo Mesquita, minhas palavras e dizer também da minha satisfação em poder estar colaborando com a aprovação de importante projeto para a Região Norte.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quero acrescentar algo ao que já disse anteriormente, sempre incorrendo em injustiças, porque, quando falei do projeto, falei só da Relatora Ana Júlia Carepa e não falei do autor do projeto, nosso querido Senador Sibá Machado, que é um exemplo forte para todos nós, da sensibilidade social pela sua terra, pela sua gente.

Fica aqui a exaltação nossa pela sua iniciativa, reconhecendo que V. Exª representa, no Senado, uma das grandes sensibilidades sociais do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto está aprovado, e quero aqui, também, parabenizar V. Exª, Senador Sibá Machado, pela sua sensibilidade, fazendo justiça para com esses cidadãos, parabenizar a Relatora Ana Júlia Carepa e agradecer a viabilização de decidirmos esse pleito nesta reunião ao Senador Geraldo Mesquita.

O projeto está aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde terá a sua decisão terminativa.

Quero informar que, não havendo mais nenhuma inclusão em pauta de outra matéria, dou por encerrada esta reunião.

(Encerrada a reunião às 11 horas e 47 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 17 de março de 2004, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quinze minutos, do dia dezessete de março de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA, reúne-se para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de atender os Requerimentos nºs 6, 7, e 8 de 2004 de autoria dos Senadores Tião Viana, Arthur Virgílio e Leonel Pavan, que "Dispõe sobre notícias publicadas pelos Jornais O Estado de São Paulo na Edição de 7-3-04 e pelo Correio Brasiliense de 8-3-04, sobre possíveis irregularidades e favorecimentos àquela entidade (GEAP), na regulamentação dos planos de saúde dos servidores públicos", com a presença dos (as) Senadores (as) CRISTOVAM BUARQUE, ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, PAULO OCTÁVIO, MARIA DO CARMO ALVES, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SERYS SLHESSARENKO, HÉLIO COSTA, GERSON CAMATA, EFRAIM MORAIS, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA, ARTHUR VÍRGILIO, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI. Registram-se a presença dos Senadores EDUARDO SUPLICY E ÁLVARO DIAS. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senadora Lúcia Vânia convida para compor a mesa os seguintes palestrantes: Srª Regina Parizi Carvalho, Diretora Executiva da Geap; Dr. Fausto Pereira dos Santos, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde; Horácio Catta Preta, Diretor Executivo da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – Fenaseg; Celso Corrêa de Barros, Presidente da Unimed; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo; Denise Abreu, Assessora Jurídica da Casa Civil da Presidência da República.O senhor Senador Tião Viana pede a palavra **pela ordem:** Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo dar boas-vindas aos palestrantes. Sem dúvida alguma, vieram participar de um debate a favor da moralidade pública e do reconhecimento devido a uma fundação de seguridade social como a Geap, nos seus aspectos éticos e relevantes para o País. Eu só gostaria de deixar registrado em Ata a minha percepção com a seguinte falha – que é natural a qualquer um cometer: na última reunião, o Senador Arthur Virgílio e eu encaminhamos requerimentos indicando quatro nomes – eu indicava dois e o Senador Arthur Virgílio dois. Entretanto, não houve votação de um nome aditivo, sugerido pelo Senador Arthur Virgílio, do Dr. Celso Corrêa de Barros nem da Drª Denise Abreu. Mas, por reconhecer ser o Senador Arthur Virgílio um Parlamentar de elevada responsabilidade política e ética na defesa dos interesses do País, por saber que a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais tem absoluta responsabilidade no trato de matérias dessa natureza e por reconhecer na biografia dos dois nomes acrescentados o respeito que têm pela vida pública e pela atividade que exercem, concordo com a composição feita neste momento. A Senadora Lúcia Vânia agradece ao Senador Tião Viana e aproveita para esclarecer que a Secretaria da Comissão, naturalmente, ao fazer o convite, considerou os nomes relacionados nos requerimentos. Confesso a V. Exª que não tinha conhecimento desse fato, mas agradeço a compreensão. Após as explanações dos palestrantes, usaram da palavra os seguintes Senadores: TIÃO VIANA, LEONEL PAVAN, EDUARDO AZEREDO, ANA JÚLIA CAREPA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SÉRGIO GUERRA, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, HÉLIO COSTA, DEMÓSTENES TORRES, JOÃO TENÓRIO, TASSO JEREISSATI, ARTHUR VIRGÍLIO E EDUARDO SUPLICY. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DO DIA 17-3-04

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convido para compor a Mesa a Srª Regina Parizi Carvalho, Diretora Executiva da Geap; Fausto Pereira dos Santos, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde; Horácio Catta Preta, Diretor Executivo da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – Fenaseg; Celso Corrêa de Barros, Presidente da Unimed; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo; Denise Abreu, Assessora Jurídica da Casa Civil da Presidência da República.

Bom dia a todos!

Srªs e Srs. Senadores, Srs. visitantes, Srs. palestritas, o objetivo desta audiência pública é discutirmos a regulamentação do art. 230 da Lei nº 8.112/90, por intermédio do Decreto nº 4.978/2004, relativo à Fundação de Seguridade Social, como operadora de assistência à saúde do servidor público federal.

Para que os senhores convidados tenham idéia do assunto, iremos fazer algumas observações.

Mediante o Decreto nº 4.978/2004, que substitui e revoga o Decreto nº 2.383 de 12-11-97, o Senhor Presidente da República modificou diretrizes relativas à gestão e ao custeio dos planos de assistência à saúde do servidor público da União, bem como das suas autarquias e das fundações, a partir de disposição da Lei nº 8.112/90.

Dentre as principais diferenças entre ambas as regulamentações, constam:

a) direcionamento da prestação de assistência à saúde a servidores ativos e inativos e pensionistas por intermédio de convênios com entidades fechadas, sem fins lucrativos que operam em regime de autogestão e que tenham gestão participativa;

b) o descongelamento das dotações consignadas no orçamento fiscal e de seguridade social, para esse efeito, que deixam de observar os limites fixados para 1998, para seguir aqueles que constarem dos respectivos orçamentos em cada período, suprimindo-se a proibição de utilização de créditos adicionais;

c) a atribuição de competência de supervisão dos convênios de assistência à saúde e de expedição de normas complementares à execução do decreto à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

d) a determinação de impedir a renovação de qualquer contrato ou convênio de assistência à saúde dos servidores públicos federais que não se enquadrarem nas disposições deste decreto.

Notícias na mídia nos últimos dias levantam suposições de que a edição do decreto objetiva criar condições para o estabelecimento de um monopólio pela Geap, Fundação de Seguridade Social nesta área, cuja expansão vem ocorrendo gradativamente, na sua área de atuação.

O processo desenvolveu-se a partir da transformação da antiga autarquia que operava no atendimento à saúde do pessoal do Sinpas – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – quando ainda integrado pelo Iapas, INPS, Inamps, entre outros, e entidades fechadas e de previdência privada, perfazendo hoje convênio com dez Ministérios e vinte órgãos.

Para tratar desse assunto, atendendo a um requerimento dos Senadores Tião Viana e Arthur Virgílio, convidamos para debater esse tema as autoridades já nominadas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo dar boas-vindas aos palestrantes. Sem dúvida alguma, vieram participar de um debate a favor da moralidade pública e do reconhecimento devido a uma fundação de seguridade social como a Geap, nos seus aspectos éticos e relevantes para o País.

Eu só gostaria de deixar registrada em Ata a minha percepção com a seguinte falha – que é natural a qualquer um cometer: na última reunião, o Senador Arthur Virgílio e eu encaminhamos requerimentos indicando quatro nomes – eu indicava dois e o Senador Arthur Virgílio dois. Entretanto, não houve votação de um nome aditivo, sugerido pelo Senador Arthur Virgílio, do Dr. Celso Corrêa de Barros nem da Drª Denise Abreu. Mas, por reconhecer ser o Senador Arthur Virgílio um Parlamentar de elevada responsabilidade política e ética na defesa dos interesses do País, por saber que a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais tem absoluta responsabilidade no trato de matérias dessa natureza e por reconhecer na biografia dos dois nomes acrescentados o respeito que têm pela vida pública e pela atividade que exercem, concordo com a composição feita neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Tião Viana e aproveito para esclarecer que a Secretaria da Comissão, naturalmente, ao fazer o convite, considerou os nomes relacionados nos requerimentos. Confesso a V. Exª que não tinha conhecimento desse fato, mas agradeço a compreensão.

Senhores convidados, fiquem à vontade, uma vez que há a aquiescência de todos os Srs. Senadores, ou seja, não há objeção à participação de todos os indicados.

Cumprimento os expositores. Temos satisfação por vê-los aqui para este debate que creio ser da mais alta importância.

Durante toda a semana, recebi servidores da Geap, que vieram fazer a defesa dos interesses daquela instituição, mostrando que o órgão tem prestado bons serviços.

Este debate é do interesse não apenas desta Casa, mas também de todos aqueles que são beneficiários do seu trabalho.

Concedo a palavra à Sr. Regina Parizi Carvalho, Diretora Executiva da Geap, para sua exposição. A debatedora disporá de até quinze minutos.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Cumprimento V.Exª, Srª Presidente, todos os Senadores e todos os componentes da Mesa que participam deste debate que considero muito importante, particularmente para esta Casa.

Rapidamente, eu gostaria de me apresentar. Espero que a Imprensa esteja presente, particularmente representantes do jornal **O Estado de S. Paulo**, que tem divulgado inverdades a meu respeito e sobre a Geap.

Antes de chegar à direção da Geap – orgulho-me do meu currículo –, colaborei particularmente com esta Casa. Como representante do Conselho Federal de Medicina, trabalhei em inúmeros projetos com alguns Srs. Senadores. Destaco um em particular: o Senador Lúcio Alcântara, hoje Governador do Ceará. Construímos juntos a nova legislação sobre transplantes no País. Recebi do Conselho Federal de Medicina a responsabilidade de fazer a revisão de toda a legislação internacional, naquela época, e o fiz de maneira honorífica e com muito orgulho para esta Casa.

Fiz a revisão também da discussão do Conselho de Bioética e participei de discussões sobre a questão da Aids, dos transexuais, do aborto, enfim, de vários assuntos de relevância pública, não só para a sociedade brasileira, mas acredito que para toda a Humanidade. O Brasil, esta Casa, e particularmente, o Senado, tem dado grandes contribuições nesse aspecto.

Tive o orgulho de, no Governo anterior, embora não fosse do seu Partido, representar o Brasil na Conferência da Unesco sobre o Código de Ética do Projeto Genoma, onde construímos um código, uma relação ética, parâmetros éticos, acredito que para a Humanidade – uma grande contribuição, volto a repetir, desta Casa.

Penso que se deve tratar a história da instituição Geap com respeito e dignidade. Estou naquela Casa somente há sete meses, mas aprendi a respeitar e a reconhecer o trabalho daquela instituição, que neste ano comemora 60 anos. Não são seis dias, não são seis meses, não são seis anos. São 60 anos.

A história da Geap é a história do Brasil, das instituições brasileiras e do Parlamento brasileiro, porque ela sofreu todas as mudanças de alteração de legislação.

Como a própria Srª Presidente ressaltou, a Geap nasceu nos antigos institutos do País e evoluiu – institutos de pensões, INPS, depois Ministério da Saúde, ISSE, INSS. Foi questionada e foi reformulando e se adaptando à legislação brasileira.

Hoje, da mesma forma, ela vem fazendo isso. A Geap não é apenas um plano de saúde, ela é uma instituição que cuida da seguridade social dos servidores. Todos os servidores? Não, sobretudo dos mais pobres e mais idosos. Por quê? Porque na área dos serviços de saúde, se pegarmos o Legislativo e o Judiciário, as empresas privadas já prestam assistência. A Geap está restrita ao Executivo e, assim mesmo, a alguns Ministérios do Executivo onde os servidores, junto com o Governo, na relação empregado-empregador, consideraram ter soberania sobre a assistência a serviços de saúde que lhe presta. Só saúde? Não. A Geap presta previdência e pecúlio, porque é um direito do cidadão deixar um mínimo de segurança para a sua família depois da morte. Presta assistência social, como nenhum outro plano de saúde, e aqui temos representantes – e lamento que o meu representante, que é a Unidas, do segmento da autogestão, que corresponde a seis milhões de brasileiros, não esteja nesta Mesa. Queixo-me dessa composição da Mesa porque, até para ser isonômico, o meu setor deveria estar aqui, hoje, representado também.

Prestamos assistência social. Nenhum dos outros setores que estão aqui presentes presta assistência social. Nós fornecemos medicamentos, sobretudo os mais caros, muletas, próteses, cadeiras de roda e auxílio-educação para os filhos dos servidores deficientes. Pergunto: qual plano de saúde, no Brasil, faz isso? Nenhum, a não ser a Geap.

Além disso, a Geap presta assistência à saúde a seus servidores, faz cobertura integral. Há um representante da ANS aqui, Agência Nacional de Saúde Suplementar. Também tive a oportunidade, durante quatro anos, de ser da Câmara de Saúde Suplementar, no Governo anterior, exatamente regulamentando o plano de saúde. Portanto, é uma matéria que conheço bastante, tenho bastante intimidade com essa discussão e com a legislação.

Prestamos não só o rol obrigatório da Agência, que são em torno de 3.500 procedimentos. A Geap cobre 5.500 procedimentos, em média, em torno de 1.200, 1.300 procedimentos a mais. Cobrimos todos

os transplantes, todos. Eu gostaria que os Srs. Senadores perguntassem, aqui, quais cobrem transplante cardíaco? Quais cobrem transplante de fígado? Quais cobrem transplante de medula? Pois a Geap cobre. Cobrimos todos esses procedimentos.

Por isso, essa é a primeira questão que se coloca: como podemos fazer licitação? Licitação se pressupõe que é uma disputa de semelhantes, de iguais. Não somos iguais aos planos de saúde. Somos uma fundação de seguridade social. Não fornecemos só saúde. E mais: falam que a Geap é um monopólio. Como um monopólio? Pergunto aos Srs. Senadores: quem presta assistência à saúde para esta Casa, aos servidores desta Casa? É a Geap? Não. É a iniciativa privada. Quem presta assistência para o Poder Judiciário? É a Geap? Não, é assistência privada. Quem presta assistência para o Executivo? No mínimo, seis fundações, em que os servidores resolveram, mais uma vez, fazer a gestão da sua própria assistência. Então, quem quer o monopólio são os privados, não a Geap. Não vamos inverter o jogo, achacar inverdades como foi feita na Imprensa contra uma fundação de 60 anos. Não somos nós que estamos indo ao mercado deles disputar. Ao contrário. São eles que estão vindo aqui disputar com os servidores. Se V. Exªs olharem para trás, verão os donos da Geap. Ali estão os donos da Geap, que são servidores, que têm o direito e a soberania de comprar o serviço que quiserem, porque o dinheiro é deles. O dinheiro é do servidor. Portanto, ele tem o direito de comprar o serviço que quiser. Isso é fundamental.

Veremos, agora, o quanto a União, o Poder, entra no Legislativo. São R$80 para os seus servidores. Sabem com quanto o Executivo entra na Geap? Com R$32. A Geap é mais cara? Basta olhar para dentro da própria casa. O Legislativo contribui, hoje, com R$80 em média com os seus servidores no plano de saúde; o Executivo contribui com R$32 e, quiçá, iremos para R$35 este ano. Ora, esse mercado quer o Executivo.

Vou dar um exemplo que considero muito importante, por ser didático nessa questão. Refiro-me ao Ministério dos Transportes. Como a Geap expandiu seus negócios? No ano passado, quem entrou para a Geap? O Ministério dos Transportes. Sabem por quê? Porque o Ministério dos Transportes fez três licitações desertas. Pergunto aos meus colegas de mesa: por que eles não se apresentaram na licitação, quando tiveram oportunidade e, agora, estão brigando? Por que não foram ao Ministério dos Transportes, Srs. Senadores? Sabem por quê? Porque são pobres e idosos. E o Ministério dos transportes fez o quê? Foi bater à porta da Geap, e eu os acolhi; eu não, os servidores que estão aí atrás. Eles o acolheram. A média de idade da Geap é 53 anos. Perguntem se as seguradoras, as medicinas de grupo querem operar com essa carteira. Não querem. Querem jovens, de preferência não doentes, para terem lucro – a Geap não trabalha com lucro. Então, não existe monopólio; não há a possibilidade de a Geap fazer licitação.

Eu gostaria de chamar a atenção para um material que foi disposto na pasta de V. Exªs sobre a natureza pública ou privada da Geap. Dois pareceristas, profissionais de renome, acadêmicos, como o Professor Sérgio Ferraz, titular no Rio de Janeiro, que tem inúmeras obras sobre Direito Administrativo, inclusive, sobre a questão da licitação; e o Professor Celso Antônio Bandeira de Melo, Professor, acadêmico, conhecido de V. Exªs, com inúmeras publicações no Brasil e no exterior, também sobre a questão de licitação, elaboraram pareceres corroborando a visão do Governo, da Casa Civil, sobre a Geap, que é um ente público, uma fundação de direito privado, mas de natureza pública.

Esses pareceres estão à disposição de V.Exª nas pastas.

Essas questões devem ser tratadas neste momento com a máxima seriedade. Porque, com todo o debate jurídico, todo debate político e de disputa de mercado, há uma questão fundamental acima de todas que eu tenho certeza de que os Srs. Senadores têm sobre ela a maior sensibilidade. São os nossos assistidos; são pobres, são humildes. Na sua maioria, ganham um salário de R$700 a R$800. Estão neste momento vigiando as nossas fronteiras, limpando as nossas salas, auxiliando-nos no dia-a-dia no nosso trabalho. Esta se constitui a maioria da clientela da Geap. São os funcionários de baixa renda, com menores salários.

É só verificarmos – e foi publicada na mídia – que a média de salários do funcionalismo do Legislativo: R$6.000 ou R$8.000; Ministério Público: R$11.000; Judiciário: R$5.000; Executivo: R$1.800. É para esta população que a Geap presta assistência. Porque os que ganham R$8.000, R$11.000 e R$6.000 já estão nas mãos da iniciativa privada. À Geap e às fundações sobraram essas pessoas humildes e simples e que ela tem procurado, ao longo da sua história, com todas as suas dificuldades, prestar assistência mais digna, mais correta e na melhor qualidade possível.

Portanto, por que a Geap está expandindo? Porque os Ministérios não agüentam pagar o preço da iniciativa privada; porque o funcionalismo não consegue pagar com os seus salários a iniciativa privada, que, além de pagar assistência, tem de pagar o lucro da empresa. Não sou contra o lucro. Ouvi, inclusive de pessoas públicas, dizer os seguinte: este é um País capitalista; livre é a iniciati-

va. Também concordo. Assim como um País capitalista, onde o direito do consumidor é consagrado.

Espero, conto com a sensibilidade dos senhores, estou à disposição para esclarecermos todas as dúvidas, o papel e a missão da Geap frente aos servidores, sobretudo, os mais humildes.

Espero ter colaborado.

Peço desculpas, às vezes, pela minha indignação, mas pela minha vida pública, que sempre zelei, não posso deixar que assaquem inverdades, que digam mentiras sobre a Geap.

Obrigada, Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos a exposição da Drª Regina.

Gostaria de dizer, Drª Regina, que esta Mesa se limitou a convidar aquelas pessoas especificadas pelos Srs. Senadores.

Passo a palavra ao Dr. Fausto Pereira dos Santos.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar todos os componentes da Mesa e demais Senadores na pessoa da Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão. É uma alegria estar novamente nesta Comissão de Assuntos Sociais, quando fui sabatinado há cerca de três meses.

Do ponto de vista do órgão regulador, o que posso trazer para V.Exªs é a situação em que a Geap se encontra hoje na Agência de Saúde Suplementar.

A Geap é caracterizada como uma autogestão, tem a sua inscrição na Agência Nacional de Saúde Suplementar datada do dia 22-12-98, ainda no Ministério da Saúde, na época no Departamento de Saúde Suplementar que depois deu origem à Agência, através da Lei nº 9961; conta hoje com 743 mil beneficiários registrados na Agência – dados de janeiro de 2004; vem efetuando regularmente o pagamento da taxa de saúde suplementar, paga trimestralmente, que é vinculada ao número de beneficiários. O último depósito foi feito. Como o restante do mercado, tem sido notificada das internações feitas a usuários, beneficiários da Geap, pelo sistema público, para efeito de ressarcimento, e vem pagando o ressarcimento normalmente aos beneficiários identificados.

Existem alguns procedimentos de fiscalização, diligência e processos em andamento sobre a operadora, por questões detectadas principalmente em 2001 e em 2002. Esses processos têm recebido o encaminhamento formal e regular para essas questões. Passou por uma diligência em 2002, de um programa preventivo de fiscalização da agência. Sob o ponto de vista do órgão regulador, a operadora vem cumprindo normalmente as suas atribuições na sua relação com o órgão regulador.

É claro que, em alguns processos, há divergências entre a operadora e o órgão regulador. Estas estão sendo sanadas por meio de processos administrativos, nos quais se abre defesa para a operadora e, depois, a diretoria colegiada da agência se pronuncia.

A operadora foi multada em quatro situações, volto a dizer, no período de 2001 a 2002, por irregularidades detectadas, mas essa questão está presente em todo o mercado de atuação na saúde suplementar.

Do ponto de vista do órgão regulador – essa é uma visão tanto da agência de saúde suplementar quanto da Secretaria da Previdência Complementar –, encontra-se pendente a questão de a Geap ser uma operadora de plano de saúde e um órgão de Previdência.

Quer dizer, é preciso, do ponto de vista do órgão regulador, que essa distinção, que esses papéis fiquem mais claros para um acompanhamento mais preciso da saúde financeira da operadora de planos de saúde. Do ponto de vista do órgão regulador, é importante a distinção dessas duas finalidades que hoje estão colocadas, para que a agência possa acompanhar todo o desenrolar dos balanços, das prestações de serviços de saúde, para chegar a uma conclusão mais definitiva sobre a saúde financeira da operadora Geap .

Do ponto de vista do órgão regulador, eram essas informações que gostaria de trazer.

A questão do decreto editado não tem, do ponto de vista do órgão regulador, um impacto sobre a questão da regulação específica.

No nosso primeiro entendimento, salvo melhor juízo, a escolha do plano é uma decisão do comprador, no caso, quem vai colocar o benefício à disposição de seus servidores.

Do ponto de vista do órgão regulador, não fizemos ainda uma análise apriorística dessa questão do decreto nesse fundamento, nessa questão específica.

São as informações que gostaria de passar a V. Exªs, colocando-me à disposição para, no debate ou nas perguntas que por acaso V. Exªs tenham, esclarecermos as eventuais dúvidas que tenham ficado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Fausto e passamos a palavra ao Dr. Horácio Catta Preta, Diretor Executivo da Federação Nacional das Empresas de Seguro Privadas e de Capitalização – Fenaseg.

O SR. HORÁCIO CATTA PRETA – Senadora Lúcia Vânia, demais Senadores, bom dia, demais componentes da Mesa, o convite para a Fenaseg participar desta audiência visa, sobretudo, acredito, mostrar o posicionamento das seguradoras especializadas em saúde quanto à questão do decreto do que propriamente da Geap. Isso porque o decreto não faz

referência direta à Geap. Dizem os entendidos que está subentendido que o decreto a favorece diretamente. É bem verdade que, além da Geap, há outras entidades também de autogestão que já se colocaram na lista para disputar o mesmo mercado. Essas entidades já começam a se organizar no sentido de oferecer tais serviços ao mercado.

Na verdade, penso que a questão está centrada na forma como esse decreto ai ser operacionalizado. Isso porque o decreto direciona os planos de saúde dos servidores públicos para uma destinação específica de autogestão. Não se fazendo a licitação, torna-se um pouco mais difícil avaliar quanto à qualidade da prestação do serviço que, como disse muito bem a Drª Regina, o órgão e os servidores é que devem avaliar isso. Esse é um direito inalienável da parte deles.

Há algumas considerações, já que estamos falando de Geap, que devem ser levadas em conta também. Ponto nº 1: inegavelmente, a Geap é uma fundação de direito privado. Ela pode ter pareceres de eminentes juristas, mas ela é uma entidade fechada, de previdência privada, previdência complementar, um novo nome, que tem um departamento de assistência à saúde. Dentro dessa característica, ela se registrou na ANS como autogestão e obteve um título privilegiado de autogestão patrocinada. O que isso significa na prática? Enquanto as demais operadoras de planos de saúde e as seguradoras especializadas em saúde são obrigadas a uma série de regras, as entidades de autogestão patrocinadas estão excluídas.

O Presidente da ANS está presente e pode esclarecer isso com mais detalhes.

Dois pontos são importantes no que se refere aos privilégios concedidos às entidades de autogestão patrocinadas. Primeiro, não são obrigadas a submeter suas contas à ANS, balanços, fornecer informações contábeis, etc., e não são obrigadas a constituir reservas técnicas. O que isso significa na prática? Significa que a operação dessas entidades acontece quase que em regime de caixa. Ou seja, entra o dinheiro, pagam-se as contas. Não há aprovisionamento para o futuro. Quanto maior for o contingente de pessoas, especialmente nessa área de saúde... Estamos vivendo na atividade de assistência médica no Brasil, de assistência à saúde, um período de grande turbulência. E esse período tem-se caracterizado pelo aumento da freqüência de procedimentos na área de assistência médica. A cada ano, a sinistralidade, que é essa relação matemática entre o que se arrecada e o que se paga com a assistência médica – e isso tem sido demonstrado com muita clareza – a freqüência de utilização por parte dos usuários de planos de saúde tem aumentado.

As estatísticas, em geral, apontando nessa direção, mostram para as operadoras que elas devem ser extremamente prudentes na sua administração econômico-financeira. E a regra de ouro da administração econômico-financeira é ter reservas para o pagamento dos compromissos. Nesse particular, as operadoras de autogestão patrocinadas, dentre as quais se inclui a Geap, não possuem essas reservas. Isso significa que, lá na frente, pode ocorrer um problema e, em ocorrendo, quem é que vai pagar isso? Certamente, os funcionários dessas entidades, como são os associados desses grupos de entidades, ou o próprio Poder Público, com verbas suplementares. Essa é a grande dúvida.

Por isso, é importante que esse decreto seja analisado com bastante atenção para que ele não cause prejuízos novamente ao Tesouro. Quanto ao fato de ser a Geap ou não, ou qualquer outra entidade, deve-se focar mais no decreto, na Administração Pública, no impacto que isso possa vir causar ao Tesouro, ao Orçamento, do que propriamente à operação em si.

Acredito que a Geap deveria disputar o mercado como qualquer outra entidade, como outras entidades de autogestão estão se preparando também. Daqui a pouco, o assunto não será Geap, será a instituição a, b, c, d e outras que estão se organizando para tal. Portanto, se essa disputa não for organizada agora, terá que ser organizada muito em breve.

Esses são os pontos importantes sobre os quais os V. Exªs devem se debruçar para avaliar com precisão. A Geap é uma atriz nessa situação, ela puxou o problema, mas por trás dessa situação estão vindo outras, que temos que analisar. O ponto principal é a segurança econômico-financeira do sistema suplementar de saúde. Isso é que é importante. É importante para as entidades de autogestão patrocinadas, como para todas as demais operadoras de planos de saúde e também para as seguradoras especializadas.

As seguradoras especializadas em saúde desde há muito estão enquadradas no regime de constituição de reservas técnicas, já que elas são oriundas da Susep e lá elas eram obrigadas a isso.

As operadoras de planos de saúde das demais categorias, cooperativas, medicinas de grupo e autogestão não patrocinadas também estão submetidas à Constituição, porém têm um tempo maior de ajustamento.

Existe um grupo privilegiado, que não é obrigado a constituir as suas reservas e a submeter as suas contas à ANS, o que seria muito saudável.

Então, essas seriam as observações básicas que temos a trazer para a análise de V. Exªs. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Horácio e passamos a palavra ao Dr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, demais Senadores aqui presentes, meus companheiros de Mesa, é uma honra estar nesta sala para fazer algumas observações a respeito. Viemos aqui para responder a algum tipo de dúvida que por acaso houvesse e vamos fazer somente algumas observações a respeito.

Inicio dizendo que não temos qualquer dúvida a respeito da capacidade da Drª Regina Parizi. Sem dúvida, é um elemento de proa tanto dentro da Medicina quanto da área social quanto dentro da Medicina brasileira e, nas suas lutas sociais, tem sido de extrema competência e extrema dedicação. Sem dúvida alguma, uma pessoa que conhecemos há tempo e que respeitamos demais.

Em segundo lugar, não temos absolutamente nada contra a Geap, uma vez que ela vem fazendo o seu trabalho há muito tempo e nunca foi contestada pelas empresas na área de medicina de grupo. Nunca houve qualquer tipo de contestação. Sabemos da extensibilidade da sua cobertura, da maneira como vem sendo feita, das dificuldades que têm passado, inclusive das dificuldades de encontrar conveniados pelo País inteiro, em determinadas regiões principalmente. Mas, de qualquer maneira, respeitamos muito essa entidade. Realmente, não é esse o fulcro da nossa presença aqui.

Os dois decretos baixados pelo Governo – nºs 4.978 e 5.010 – realmente têm algumas observações a serem feitas da nossa parte, inclusive orientados pelo nosso departamento jurídico, uma vez que temos a formação médica e não temos uma formação jurídica mais profunda. Pelo que se conclui dos decretos assinados, realmente há a sensação de que realmente havia uma tentativa de reserva de mercado para determinadas associações, que, no caso, seriam as auto-gestões, especificamente a Geap, no sentido dos funcionários públicos. Pode ter havido um mal entendido das pessoas de uma maneira em geral. O primeiro decreto determinava que qualquer tipo de convênio que existisse, diferente do feito como a autogestão, sem fins lucrativos, teria que ser anulado. Então, seria um número de contratos muito grande que as próprias medicinas de grupos – a própria Drª Regina citou alguns exemplos da participação da iniciativa privada, até dentro do Congresso Nacional –, teriam que ser por esse decreto. E, no nosso modo de ver, teriam que ser suspensos ou eliminados dessa maneira. Pode ser que o entendimento realmente não seja esse, mas, ao que tudo indica, foi isso e foi o que a imprensa acabou divulgando.

Por outro lado, realmente concordamos que a Geap trabalha com custos relativamente baixos, mas as empresas, de uma maneira em geral, também têm seus preços até mais baixos do que as auto-gestões de uma maneira em geral. Por incrível que pareça, essa é uma realidade que acontece.

A medicina de grupo praticamente trabalha com valores em torno de 60% do que trabalham as autogestões, mesmo essas autogestões não tendo fins lucrativos. Pode-se, eventualmente, dizer que as autogestões têm uma cobertura maior, e até concordo em determinados aspectos, dão por vezes assistência de medicamentos, o que pode contribuir para um custo maior. Há empresas de medicina de grupos que mantêm convênios com órgãos públicos e possuem preços menores.

Realmente, se uma entidade que tem uma extensão de cobertura desse quilate, e que apresenta preços mais baixos, não entendo por que há necessidade de uma dispensa de licitação. Creio que não haveria qualquer temor por parte de uma entidade que funciona dessa maneira de trabalhar com a licitação, seja em contratos ou em convênios. Segundo o parecer de nosso departamento jurídico, tanto contratos quanto convênios têm a mesma natureza jurídica. A Geap ou as autogestões em geral são empresas privadas realmente, o que seria uma grande dúvida. Pelo menos pelo parecer do próprio Tribunal de Contas da União, são entidades privadas.

Essa nossa preocupação de reserva de mercado é que seria o fulcro principal de nossas preocupações.

Como já dissemos, as empresas que já possuem convênios com entidades públicas, inclusive notamos alguns tipos de indignação por parte de alguns funcionários de determinados tipos de empresas, entendendo que essa atenção, que esse tipo de convênio deveria ser rompido e feito novamente com outro tipo de entidade.

Essas são as observações que queria fazer. Paro por aqui. Fico à disposição de V. Exªs para outros esclarecimentos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Arlindo e passamos a palavra ao Dr. Celso Corrêa de Barros, Presidente da Unimed.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Gostaria de cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Srs. Senadores, demais integrantes da Mesa, servidores aqui presentes, na realidade, quando ouvi

o Senador Tião Viana, que tive a honra de conhecer há três anos, em um debate sobre saúde suplementar em que presidiu a Mesa – e foi uma Mesa muito interessante –, surpreendi-me com o convite, embora, segundo o Senador, talvez eu não tivesse sido convidado para estar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de dizer que V. Sª foi mencionado no ofício pelo Senador Arthur Virgílio, por isso teve o convite. Acontece que houve um incidente aqui, eu não estava presidindo a Comissão, e colocaram....

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – De ordem administrativa apenas.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Está ótimo, até porque nós, do Sistema do Unimed, não temos nada em relação a essa questão da Geap...

Falarei basicamente das notícias que vimos e da preocupação que de alguma forma temos, porque o Sistema Unimed – a Drª Regina falou, parece-me, dos 60 ou 65 anos da Geap – está constituído há mais de 37 anos. É uma organização não-governamental que atua na saúde suplementar, hoje com cerca de 11,5 milhões de clientes, mais de 100 mil médicos associados, também com índices altos de satisfação de clientes. Foram 91,4% na última pesquisa do Instituto Datafolha, feita em cerca de 127 Municípios brasileiros, ouvindo-se cerca de 6.576 pessoas.

Na realidade, o sistema tem alguns contratos com órgãos públicos, e, se esse decreto impedir que eles sejam renovados, trará algum prejuízo, evidentemente, às Unimeds singulares.

A interpretação jurídica, legal, será feita por aqueles que têm competência para isso. Parece-me que o segundo decreto faria alguma correção – não sei se legalmente seria assim –, porque abre a possibilidade de que, existindo contratos, por opção, haja licitação. Essa é a situação.

A Drª Regina citou o DNER/Ministério dos Transportes, um convênio que a minha Unimed teve, um contrato de cinco anos que efetivamente quase quebrou a cooperativa, porque, na realidade, com o preço pago, diante do alto custo, era extremamente difícil.

Então, esse equilíbrio atuarial é muito importante. Considero muito interessante que a Geap tenha hoje condição de absorver isso, com as suas receitas, mas esse contrato já esteve conosco há cinco anos e honramos tudo. Fizemos o pagamento de todos os procedimentos – cirurgias de miopia, próteses, órteses – e, por uma questão de equilíbrio atuarial, houve um momento em que tivemos de denunciar o contrato, e, talvez, depois, o desinteresse de outras empresas em função dessa situação.

Basicamente, era isso que tinha a dizer. Conheço bem a Geap, sou funcionário do Ministério da Saúde, da antiga Patronal, no Rio de Janeiro. Respeito o trabalho que vem sendo feito pela Geap. Se pudermos contribuir com mais algum assunto, estaremos à disposição de V. Exªs.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Dr. Celso Corrêa.

Passo a palavra à Srª Denise Abreu, Assessora Jurídica da Casa Civil da Presidência da República.

A SRª DENISE ABREU – Bom dia a todos, à Senadora Lúcia Vânia, aos demais Senadores, aos senhores e senhoras. Eu havia preparado uma exposição de uma forma didática, para esclarecer as dúvidas jurídicas suscitadas pela imprensa – entendemos o motivo, já que a formação dos jornalistas não é jurídica. Algumas outras dúvidas apresentadas na órbita do mundo político. No entanto, essa minha fala, que seria didática, foi derrubada pela exposição realizada anteriormente, em que observei que a confusão é maior do que eu imaginava.

O fato é o seguinte: os operadores do Direito – quando digo "operador do Direito", estou me referindo ao da área pública e não ao da área privada. Digo isso com tranqüilidade, porque jamais operei na área privada e sei que teria dificuldades se o fizesse. Fui Procuradora do Estado de São Paulo por 18 anos, antes de vir trabalhar para o Governo Lula, na Assessoria Jurídica da Presidência da República, e naquele órgão tive a oportunidade de trabalhar em todas as Consultorias Jurídicas, especialmente a da Saúde, que chefiei por sete anos.

Observamos o seguinte: contrato e convênio, efetivamente, não são a mesma coisa. Em uma linguagem mais fácil para ser entendida, o contrato pressupõe uma finalidade lucrativa da entidade que vai se relacionar com o poder público, e o convênio pressupõe a comunhão de interesses entre a Administração Pública e a entidade sem fins lucrativos que será conveniada.

Quando nós do Governo resolvemos regulamentar o art. 230 – o que, diga-se de passagem, já deveria ter sido feito há vários anos –, o fizemos porque o artigo é de 1990, e o próprio dispositivo legal determinou que fosse regulamentado por decreto. Como, até o presente momento, isso não havia sido feito, o Governo Federal resolveu fazer essa regulamentação.

Esse artigo oferece três possibilidades de prestação de saúde suplementar ao servidor público da União. Que servidor público? Evidentemente, se é um decreto do Poder Executivo, não haveria que surgir dúvida alguma de que essa regulamentação dirige-se ao Poder Executivo. Isso é básico no Direito Público.

Então, ao regulamentar esse dispositivo, havendo três possibilidades, não nos cabia regulamentar aquilo que já é decorrente dos termos constitucionais ou decorrente de legislação federal, pois isso está acima de qualquer decreto. Então, esse dispositivo diz que a saúde suplementar aos servidores públicos da União deve ser prestada pelo SUS – o que a Constituição já diz, não havendo o que regulamentar, porque há todo um arcabouço jurídico regulamentador do Sistema Único de Saúde, e ele é universal, prestando-se tanto ao servidor público como a qualquer cidadão – ou mediante contratos ou convênios.

Os contratos, como V. Exªs sabem muito bem, já são todos definidos em legislação própria – Lei nº 8.666, de 1993, conhecida como Lei de Licitação e Contratos Administrativos. Portanto, qualquer contrato administrativo já está regulamentado pela lei, e o que deve o administrador público fazer é simplesmente cumprir a legislação federal.

Porém, a outra hipótese colocada no art. 230, desde 1990, é que deveria ser feita uma regulamentação para os convênios. Aí sim, debruçamo-nos para escrever o primeiro decreto. Então, o primeiro decreto, como estou demonstrando a vocês, por obviedade, deveria regulamentar apenas a relação com as entidades privadas sem fins lucrativos e mediante convênios.

O administrador público, constitucionalmente, trabalha dentro do limite da legalidade, mas exercendo a conveniência e a oportunidade do interesse público. Por conveniência e oportunidade do interesse público, definiu-se que a administração pública federal se vier a se relacionar com estas entidades prestadoras dos serviços suplementares, mediante convênio, isto é, sem licitação – e isto é pacífico no mundo jurídico: não se licita para conveniar; e é essa diferença entre o contrato e o convênio feita na própria Lei de Licitações no art. 116 –, enfim, quando a administração pública relacionar-se com essa entidade privada para prestação desse serviço, deve fazê-lo com quem, tendo em conta o interesse público? Como entidade fechada, com autogestão e gestão participativa. Isso porque a administração pública entende que o servidor público que vai receber os serviços tem o direito, sim, de participar da gestão dos serviços que lhe são prestados. É a única forma de ele fazer com que sua voz de servidor público seja escutada no setor de prestação de serviços de saúde suplementar.

Infelizmente – e entendemos que isto ocorra porque as divergências do mundo jurídico são comuns – foi suscitada uma dúvida: a de que, como a União teria regulamentado apenas os convênios, estaria então inviabilizada a contratação mediante licitação. Por óbvio que não, porque, se o administrador público entender que deve contratar, ele tem que seguir a Lei de Licitação. Mas, tendo em conta as dúvidas suscitadas, pensamos que seria oportuno esclarecer, então, no decreto – e é só isto que traz o novo decreto – a possibilidade de licitar, o que decorre do art. 37 da Constituição e da própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Mas, de qualquer forma, nos cabia esclarecer, para tentar acabar com a divergência levantada por alguns.

Muito bem, foi aventado aqui que estaria prevista a anulação dos contratos e dos convênios vigentes. Isso não é verdade. É que todo contrato de prestação de serviços tem um prazo imposto pela Lei de Licitação, mas é feito anualmente e pode ser renovado até o limite de 60 meses; da mesma forma, os convênios. Ora, se o decreto traça uma nova regra, o que se fez foi respeitar os contratos vigentes e se explicitou mais uma vez aquele que vai operar o decreto: não renove daqui para a frente quando expirar o seu contrato ou o seu convênio sem seguir as regras postas neste decreto. E isso também era óbvio. Mas, como as divergências são grandes, achamos que era mais didático ser claro e especificar tudo isso.

Quanto ao monopólio, tema também levantado pela imprensa, como a Drª Regina já explanou com muita propriedade, não há que se falar em monopólio, quando existe mais de um que faça aquela mesma atividade e que tenha a mesma característica. Então, é questão de conta matemática. E, na administração pública federal, mais de uma entidade têm as mesmas características e prestam esse tipo de serviço. Mencionou-se aqui a questão da opinião jurídica, dos departamentos jurídicos e também do Tribunal de Contas da União, com relação à natureza jurídica da Geap. Aqui acontece uma outra confusão. E costumo usar o exemplo do meu Estado, porque foi lá que vivi, fui criada e fiz toda a minha carreira. Então, vou trazer para V. Exªs o exemplo do Estado de São Paulo, que é conhecido de todos, com certeza. O Incor é um hospital público e trabalha com uma fundação de apoio, chamada Fundação Zerbini, que até possibilitou que o Incor tivesse a prestação de serviço de qualidade, que é indiscutível, na América Latina.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo há muito tempo já definiu que, apesar de aquela entidade, Fundação Zerbini, que nem foi criada por lei, diferentemente da Geap, ser uma entidade constituída na junta comercial como entidade privada, registrada como tal, sem fins lucrativos, o fato de ela ter um aporte de recursos públicos que a mantém lhe traz a natureza pública, e por essa razão o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo exige prestação de contas, há anos, desta entidade para que ela continue a

operar mediante convênio com o Governo do Estado de São Paulo.

Muito bem, aqui, transportando para a Geap, a Geap além de tudo isso é uma entidade que foi criada por lei, foi transformada por lei em 1993 na Fundação de Seguridade Social. Isso é o art. 5º. Penso que isso foi tão citado no jornal, não adiantou nada. De qualquer maneira, tem uma disposição legal que transforma a entidade patronal em Geap. Então, ela também, apesar de registrada como privada, detém natureza pública porque há o aporte de recursos públicos para a sua manutenção e o aporte dos recursos dos servidores que pagam a prestação de serviços.

Ora, se existem divergências quanto a isso, existe também o reconhecimento do Governo Federal de que a Geap deve prestar contas ao Tribunal de Contas da União, e que se não o fez até hoje é porque o Tribunal de Contas da União jamais exigiu essa prestação de contas ao longo desses dez anos em que a Geap existe e dos Governos anteriores, e já não é uma responsabilidade nossa.

Então, reconhecendo a entidade privada como de natureza pública, há um reconhecimento inequívoco de que é necessária a prestação de contas. E penso que assim fica resolvida a situação do (inaudível). Ele tem uma preocupação não com o decreto, mas com o futuro dessa entidade por conta da eventual necessidade do aporte de mais recursos do Tesouro Nacional para a manutenção da entidade. Ora, cabe ao Tribunal de Contas da União fazer a verificação dessa contabilidade. E se não foi feita até hoje, e será feita a partir desse decreto, a sua preocupação fica absolutamente sanada.

Estou à disposição de V. Exªs para responder qualquer pergunta. Sei que um discurso jurídico é árido, é cansativo, mas passou a ser necessário porque se travou um debate jurídico na imprensa e um debate sem o menor fundamento. Tanto é verdade, e reforço o que a Drª Regina disse, que o nosso entendimento, que não é uma novidade, não é uma tese criada por nós, pelo nosso Governo, é uma tese aceita no Direito Administrativo, foi corroborada por dois pareceres de grandes administrativistas, indiscutivelmente são grandes administrativistas, que entendem que a natureza pública dessa entidade é patente, ou seja, foi registrada como privada, tem aportes de recursos públicos, portanto é pública, é uma entidade sem fins lucrativos, portanto pode fazer convênio, e convênio não pressupõe licitação. Então, quanto aos aspectos jurídicos, temos muita firmeza no que foi editado no decreto. E nos colocamos à disposição de todos para qualquer esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos à Drª Denise Abreu e a todos os expositores pela gentileza de cumprir o tempo. Agora, vamos passar aos debates.

Peço dos Srs. Senadores que colaborem com a agilidade dos trabalhos e aqueles que estiverem inscritos usarão até cinco minutos para as perguntas, com direito à réplica.

Gostaria de saber do plenário se cinco minutos é o suficiente.

Vamos estabelecer cinco minutos com direito à réplica.

Passamos a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Tião Viana, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, o Senador Antonio Carlos Valadares teve que ir votar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e deverá estar chegando no máximo em cinco minutos.

Peço que V. Exª desse a palavra ao segundo da lista.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passo, primeiro, a palavra ao autor do requerimento, o nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um momento importante da história da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Ela cumpre rigorosamente o seu papel de informar à sociedade brasileira sobre eventuais dúvidas sobre o curso da administração pública federal, sobre instituições que operam também com as suas responsabilidades públicas, como é o caso, agora, da Geap. Cumprimento a todos os expositores pela objetividade. Lamento apenas ter que criticar, de maneira democrática, o Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, meu colega e amigo de muitos anos, Sr. Fausto Santos, porque não disse absolutamente nada. Entendo que a nossa ANS deveria dar aqui o seu testemunho da história da Geap no Brasil, dar o seu testemunho das relações de mercado que estamos vivendo, quais os desafios do marco regulatório que, atualmente, se impõem à ANS. Infelizmente, não conseguimos ouvir absolutamente nada. Eu, que fiz a indicação dele, lamento de tenho certeza pela competência que lhe é peculiar, pela história de Sanitarista que ele tem, com a qual ele poderá contribuir na segunda fase do debate.

O debate está claro. O Dr. Horácio Preta foi muito claro em dizer que o problema é o Decreto e os jornais,

infelizmente, não disseram isso. O jornal **O Estado de S. Paulo** não disse que o problema era o Decreto. O jornal fez uma denúncia de ordem ética à Casa Civil da Presidência da República. Lamento este episódio porque deveriam ter tido esta clareza que V. Sª teve aqui. O problema foi o Decreto. As empresas de grupo se sentem com danos a partir de um Decreto que foi editado a partir da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência da Casa Civil. Então, daí chegaremos a um campo de diálogo racional, à altura do que se impõe para as relações entre Estado e sociedade.

Eu gostaria de deixar claro o seguinte: V. Sª quer também avançar numa intenção – que me parece ser conceitual – das empresas de grupo, de que a Geap deveria disputar o mercado. V. Sª foi claro como qualquer outra entidade, mas a Dr. Regina foi claríssima. Ela disse que não é interesse da Geap disputar mercado. Ela não quer competir com as empresas privadas. Ela cumpre um papel histórico com a sua função social e com a sua identidade pública. Então, é preciso deixar claro também esse tipo de separação.

O Dr. Celso Barros foi claríssimo – e eu o cumprimento de maneira distinta, Dr. Celso, por conhecê-lo há algum tempo. V. Sª dirige uma empresa que tem como filiados 11 milhões de brasileiros e cumpre um papel complementar efetivo para a sociedade brasileira – e sabemos da fragilidade do poder público, do nosso fantástico Sistema Único de Saúde –, mas V. Sª colocou a opinião ética na frente de uma opinião de mercado. Este é um belo exemplo de boa convivência entre empresas privadas, o Governo e o interesse público, quando V. Sª deixou um testemunho da história de seriedade e ética que tem a Geap. Isso, então, é um marco nas relações políticas que queremos para o Parlamento e que queremos nesse tipo de ambiente.

Eu, então, basicamente, teria a acrescentar, Srª Presidente, que a clareza dos expositores foi tanta – da Drª Denise Abreu – mostrando que a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil sai de uma postura, historicamente retraída, e vem a público com grandeza, com uma visão ou opinião acadêmica, respaldada nos maiores juristas do Direito Público deste País, e com clareza faz a defesa de decisões tomadas.

Celso Bandeira de Mello, reconhecido de todos, no seu parecer chega a afirmar que não deveriam sequer ter feito esse ajuste de entendimento no decreto, no seu art. 1º, conforme a intenção do TCU. Se há alguém errado nessa história é o Tribunal de Contas da União. Se houver alguma dúvida neste debate, serei o primeiro a pedir pela vinda do Presidente do TCU para prestar os esclarecimentos e fazer a autocrítica nesse processo. Quem não pediu prestação de contas para a Geap foi o Tribunal de Contas da União.

A denúncia de irregularidade é de 1995, do governo Fernando Henrique Cardoso. Quem está se sentindo prejudicado são as empresas de grupo, que não estão querendo uma nova licitação, já que têm de cumprir a Lei nº 8.666, a Lei das Licitações, não a Geap, a qual já trabalha num modelo de convênio.

Nós da base do Governo não estamos denunciando a Fundação Zerbini e o Instituto do Coração, pelo contrário. A luta da base do Governo, mesmo sabendo que é uma instituição do Estado de São Paulo, sob o regime político do Governador Geraldo Alckmin, é ajudar mesmo o Instituto do Coração e a Fundação Zerbini, que têm um papel ímpar e não prestam contas, não têm denúncia alguma e têm a mesma característica da Geap: trabalham sob a forma de convênio. Fico temeroso de imaginar que, mais adiante, alguém poderá chegar aqui e dizer: "A Rede Sarah de Hospitais trabalha com algumas centenas de milhões no Brasil, tendo a Fundação das Pioneiras Sociais como base de apoio. Vamos anular, denunciar para disputar o mercado dos Hospitais Sarah." Não quero ver esse horizonte mais adiante.

São exemplos belos de atividade complementar, o Incor, a Rede Sarah e outros que temos, e não devemos ter esse tipo de comportamento. Aqui estamos testemunhando um momento de política elevada, de elucidação. A Oposição está legitimada ao trazer tais observações. Podemos concluir seguramente pela valorização histórica e atual da Geap .

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Senador Tião Viana.

Submeto ao Plenário se poderíamos ouvir 3 Senadores e, posteriormente, passar aos expositores.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Leonel Pavan, que subscreveu o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero cumprimentar todos os Srs. Senadores e expositores. O Senador Arthur Virgílio nos ligou há pouco e está se dirigindo a esta Comissão para fazer algumas indagações.

Estávamos aqui verificando que houve um direcionamento, por parte do Governo, em relação à Geap. Para esclarecer, eu queria apenas a todos, a minha pergunta à Srª Regina Parizi é se realmente a Geap participou, junto com o Governo, na elaboração do decreto. Se houve a participação, se elaborou o decreto junto com o Governo, certamente ocorreu um direcionamento. É por isso que a imprensa está denunciando e o TCU, questionando: na elaboração do decreto, a Geap também participou? Essa é a minha pergunta.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o primeiro inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Com a palavra o segundo inscrito, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. convidados, quero fazer a primeira indagação ao Sr. Fausto Pereira dos Santos mais no aspecto jurídico: disseram que a Geap é a única empresa de autogestão que absorve servidores federais de vários outros órgãos, quer dizer, é multipatrocinada, diferente de outras que têm uma autogestão apenas por uma patrocinadora como o Serpro e outras. De maneira que a informação é que a ANS ainda não regulamentou a atuação das autogestões multipatrocinadas. Essa seria uma pergunta para o Fausto.

À Drª Regina Parizi, eu queria dizer que eu não conhecia a Geap, não sabia o que era a Geap. Vim a saber dela há uns 5 anos apenas. A Geap é um órgão político, uma entidade que atende aos funcionários públicos, mas tem apenas o bônus de ser pública e o bônus de ser privada. Essa empresa tem as vantagens de ser pública e as vantagens de ser privada. Evidentemente, é uma entidade que presta serviços muito bons pelo Brasil afora. Tenho certeza disso e não tenho dúvida com relação aos trabalhos prestados pela Geap e à importância que tem para os funcionários públicos em todo o Brasil. No entanto, é importante que possa haver direito de opção, outra possibilidade de escolha para os funcionários.

A questão básica, do ponto de vista político, é que, no Governo passado, as entidades sindicais e o próprio Partido dos Trabalhadores criticavam a idéia de que os cargos da Geap fossem preenchidos por indicação política. Na verdade, de acordo com visão mais ampla que fez com que o Presidente Lula absorvesse vários quadros em todos os ângulos da administração, os quadros da Geap estão sendo preenchidos de maneira partidária e não, política.

Quero saber de V. Sª se as pessoas foram designadas para as superintendências por indicação partidária. Não tenho nada contra a indicação política. Penso que a indicação política é perfeita, mas por que o PT a criticava e agora a pratica? Essa incoerência insere-se numa questão mais ampla das muitas incoerências tantas que estamos vendo no Governo atual. Muitas coisas que eram criticadas estão sendo praticadas agora.

Não tenho nada contra ao fato de a remuneração ser a remuneração de mercado. É importante. Para podermos exigir da área pública um bom rendimento, é fundamental à eficiência que haja pagamento de salários de mercado. Pelo que foi divulgado pela imprensa, os salários da direção da Geap seriam o dobro do que recebem os Deputados e Senadores, um salário muito criticado pelo Brasil afora. Criticam muito os salários dos Deputados e Senadores, dizendo que se trata de salário absurdo, mas, pelo consta no jornal, a remuneração da diretoria da Geap estaria acima do limite salarial estabelecido para a área pública, qual seja o salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Essas são as minhas considerações sobre o preenchimento dos cargos da Geap e sobre a sua "partidarização", ressaltando que essa não é uma postura que eu possa criticar **in totum**, mas que muda a atuação que vinha tendo o Partido de V. Sª que criticava quando, às vezes, ocorria isso – às vezes, porque, no Governo passado, não era sempre que se via uma indicação política.

Acredito até que os políticos brasileiros não sabem da importância da Geap, que contrata médicos e laboratórios sem licitação, firma convênio com dentistas por critérios pessoais do superintendente. Isso tudo é feito com a maior tranqüilidade, com o bônus, como disse, de ser empresa privada. A Geap tem toda a liberdade, como se fosse uma entidade. Realmente, a Geap faz a contratação do médico, do laboratório ou da clínica que o Superintende quiser.

Essas são as perguntas que gostaria fossem respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para responder ao Senador Tião Viana, primeiramente, passo a palavra ao Dr. Horácio Catta e, em seguida, ao Dr. Fausto, à Drª Regina, ao Dr. Celso e à Drª Denise.

O SR. HORÁCIO CATTA PRETA – Senador Tião Viana, agradeço a V. Exª as palavras. Realmente, é objetivo das seguradoras especializadas em saúde ter o foco específico no decreto. Particularmente, esse decreto afeta vários contratos firmados por meio de licitações junto a órgãos públicos.

Na primeira leitura do decreto, tivemos a impressão de que isso afetava tudo. Hoje, tivemos o esclarecimento da Drª Denise Abreu no sentido de que o decreto atinge apenas os convênios. Como a Drª Denise mencionou, no plano jurídico há sempre divergências. Entendem muitos que isso afetará também a decisão de vários órgãos públicos, que se sentirão obrigados a fazer esses convênios.

Essa é a principal dúvida. Se isso vai se encaminhar dessa ou daquela forma, temos que ver como será a orientação do Governo. Sabemos muito bem que o órgão público está sujeito ao comando do poder maior. Aí não sabemos como serão conduzidos esses convênios ou esses contratos, por meio de licitação.

Quanto ao aspecto econômico da operação, volto a insistir que o ponto principal é que a Geap, ou qualquer outra entidade, necessita operar nas mesmas bases cuidadosas, de prudência, que regem as demais operadoras do sistema. Os compromissos assumidos em relação ao futuro são fundamentais não só para a manutenção dela, mas para a manutenção do equilíbrio do sistema. Cada entidade que deixa de pagar contas aos fornecedores – hospitais, médicos, etc – ou deixa de atender os usuários do sistema causa um abalo em todo o sistema. Isso é um complicador contínuo.

Era esse o esclarecimento que tinha a fazer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Tião Viana, V. Exª está satisfeito com a resposta?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Estou bem satisfeito. Solicito apenas um minuto de réplica para registrar, também de maneira especial, o reconhecimento e a valorização do que disse a Dr. Regina Parizi, uma opção solidária que tem a Fundação de Seguridade Social pelos servidores federais que têm baixa renda, que não interessam efetivamente ao mercado privado, pelo menos até agora, conforme o exemplo citado por ela do Ministério dos Transportes.

Cumprimento-a também pela valorosa gestão em que esteve à frente de uma instituição há um ano e poucos meses com 120 milhões em dívidas. Neste ano, já está com algo em torno de 20 milhões apenas em dívidas, o que demonstra a probidade e a responsabilidade na gestão de uma empresa que é vital para os servidores públicos federais.

Espero até que, num futuro não distante, a Fundação de Seguridade Social pense em avançar as suas fronteiras. Se eu fosse governador de um Estado que não dispusesse de uma fundação pública com as características da Fundação Zerbini, como o Rio Grande do Sul e outras, tentaria atrair a Geap para convênios e participação na gestão complementar, sem, com isso, ter qualquer tipo de restrição às seguradoras privadas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Como o Senador Tião Viana não fez perguntas aos demais expositores, alguém deseja fazer alguma observação?

Concedo a palavra ao Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Lamento não ter correspondido às expectativas do Senador Tião Viana com relação ao órgão regulador. Por uma avaliação política, achei que não era o momento, na minha intervenção, de abrir um debate sobre os rumos da regulação do setor de saúde suplementar no Brasil para ficar afeto ao tema colocado.

Esclareço que, como órgão regulador, entendemos o papel central que as autogestões representam no mercado de saúde suplementar brasileiro. Aliás, a riqueza que garante o mercado de saúde suplementar no Brasil é a sua diversidade. O fato de contarmos com seguradoras, com cooperativas médicas, com autogestões, com medicinas de grupo, certamente garante a riqueza e a pujança de hoje termos cerca de 40 milhões de brasileiros assistidos pelo setor de saúde suplementar no Brasil.

Reconhecemos as autogestões como uma das opções vitais para estender esse benefício a uma série de pessoas que, do ponto de vista individual, não teriam condições de acessar o sistema suplementar – só de maneira coletiva. As autogestões têm cumprido esse papel, sejam elas autogestões de natureza pública, sejam de natureza privada.

A agência reguladora reconhece como fundamental o setor de autogestão no mercado da saúde suplementar.

Outra questão: na verdade, as autogestões efetivamente não disputam mercado de acordo com a concepção de alguns dos expositores aqui, até pela sua própria natureza. As autogestões financeiras têm característica de fundação, de formatação e de destinação de público-alvo. Então, até pela própria concepção, elas não disputam mercado, inclusive, no plano individual, se comparadas com outras operadoras, quando, por exemplo, uma empresa privada resolve ampliar ou dar benefício aos seus trabalhadores. A autogestão não permite disputa nesse tipo de mercado, mas permite a discussão de seus próprios patrocinadores.

Senador Eduardo Azeredo, no entendimento da minha agência hoje, a patrocinada e a multipatrocinada estão sendo tratadas da mesma forma. No processo da revisão da legislação, na tramitação da própria MP nº 148, na Câmara dos Deputados e, agora, no Senado, o Governo assumiu um compromisso político com as diversas bancadas de que, num prazo curto de 60 ou 90 dias, apresentar uma nova proposta, uma regulamentação mais geral do setor, revendo alguns aspectos da 9.656, na qual essas questões ainda não processadas, após completar seis anos da Lei, possam ser revistas.

Hoje, a multipatrocinada é encarada dentro da agência da mesma forma que a monopatrocinada e segue a mesma legislação, os mesmos regulamentos e as mesmas obrigações em relação à agência.

Finalmente, as autogestões – não me refiro à Geap ou a qualquer uma outra – têm regras específicas de funcionamento, assim como as cooperativas e as seguradoras. Do ponto de vista do órgão regulador e desta Casa, que elaborou a legislação, apesar de o produto ser a saúde suplementar, são empresas de origens e naturezas distintas. Volto a repetir que é isso

que garante, na verdade, a pujança do funcionamento desse mercado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Drª Regina. Se ela desejar, pode responder aos três Senadores. Posteriormente, eu passaria à réplica.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Gostaria de responder inicialmente ao Senador Eduardo Azeredo, se for possível. S. Exª está atendendo a um telefonema.

Bem, gostaria de começar do final, respondendo ao Senador primeiramente sobre os assuntos mais comezinhos. Agradeço ao nobre Senador as perguntas feitas, porque elas foram de grande ajuda para mim particularmente.

Espero que a imprensa esteja presente, principalmente o jornal **O Estado de S. Paulo**, que precisa, acima de qualquer coisa, ter um compromisso com a verdade. O jornal não consultou aquela Casa ou a mim e divulgou que fui orientada pela Casa Civil a não falar. Não é verdade. O jornal não entrou em contato comigo, assim como disse que fui indicada pela Casa Civil. Não fui, mas pelos três Ministros.

Gostaria de deixar mais do que registrado, gravado, que para mim seria uma grande honra ter sido indicada pelo Ministro José Dirceu, um grande brasileiro, que deu uma grande contribuição à democracia brasileira. Graças a ele, que pôs em risco a vida, todos nós estamos hoje aqui.

Em segundo lugar, com relação ao meu salário, até justifico a confusão do Senador, porque o jornal **O Estado de S. Paulo** divulgou que o meu salário seria de R$25 mil. Não é verdade. Fui contratada por menos do que recebia no Estado de São Paulo – e o meu contrato está aqui à disposição de todos –, e, como qualquer outro empregado da fundação, com três meses de experiência inclusive, podendo até ser mandada embora, por R$16 mil bruto e por R$10 mil líquido. Já o meu antecessor, contratado no Governo anterior, tinha um salário de R$18.017,00, com bônus trimestrais por produtividade e multa de rescisão de contrato de R$109 mil. Eu acho que realmente é um abuso, uma imoralidade que o Governo consertou e que, particularmente, eu, Regina Parizi, não aceitei. Acho esse contrato absolutamente antiético. Está à disposição dos Srs. Senadores. Não precisa de CPI, eu trago todos os documentos aqui. Aqui está o meu contrato, Senador. Aqui está o meu contrato.

O SR. – O antecessor da senhora quem era? Só para lembrar.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Dr. Ricardo Ackel. Indicado em 2001.

O SR. – Ele participa do Governo atualmente?

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Não. Não participa, Senador.

O SR. – E o anterior a ele?

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Eu não sei, Senador. Eu não era do Governo anterior, eu acho que poderia perguntar para o Governo anterior. Ele foi contratado em 2001, na época o Ministro era José Serra, e o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. É o que sei, V. Exª me desculpe. Quanto à mudança de cargo, Senador, o meu antecessor trocou todos os membros da Diretoria da Grupo Executivo de Assistência Patronal – Geap. Eu troquei um único, um único diretor. E é importante que V. Exª saiba: sabe de onde veio esse diretor que eu trouxe? Do Governo do Ministro José Serra, porque é um colega em cuja competência profissional confio.

O SR. – Mas a superintendência...

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Eu gostaria de responder. Em relação aos diretores, eu troquei um.

O SR. – Aqui não é proibido que o Senador possa fazer uma breve interrupção. Isso não é proibido aqui.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Desculpe, está certo. Eu também posso fazer, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu pediria aos Senadores, para agilizar o trabalho, que façamos a réplica após a exposição completa, porque ficaria mais rápido.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Para facilitar meu raciocínio também. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Eu gostaria que ficasse claro o seguinte: eu troquei um único diretor e troquei cinco superintendentes até agora. O meu antecessor trocou 19 superintendentes em 27. Eu troquei cinco. Trocou todos os diretores, e eu troquei um único. Então está claro. Está à disposição o setor de Recursos Humanos da Fundação, não precisa ser comigo, os funcionários dos Recursos Humanos prestam todas essas informações aos senhores. Os que eu troquei, troquei porque os anteriores não tinham o perfil para gestão que considero mais adequado. Assim como poderei trocar outros. Assim como os Ministros e servidores poderão me trocar se eu não me mostrar com o perfil adequado para a gestão. Esse é um direito do gestor e do administrador, que foi utilizado à exaustão no Governo anterior. Por que este não pode utilizar? É o mesmo direito. Chama-se isonomia. O meu salário, portanto, gostaria que a imprensa publicasse, até porque meus filhos se surpreenderam com a notícia: "Mãe, você nos enganou na mesada". Não é possível um negócio desses.

Bom, além disso, há a questão de ser multipatrocinada. Não é só a Geap. A Geap tem mais patrocínios

e está definido. Eu participei da Lei nº 9.656, participei com os Senadores aqui da elaboração da Lei 9.656/98, depois fui para a Câmara de Saúde Suplementar, participei da regulamentação dos planos de saúde. A autogestão lá está definida: ela pode ser unipatrocinada, multipatrocinada, depende da vontade do empregador e do empregado, do patrão ou do empregado, seja no setor público, seja no setor privado. É importante falar que no setor privado também existe autogestão. Vamos dar um exemplo: vai perguntar para a Volkswagen se ela quer empresa privada lucrativa. Ela não quer. Ela faz autogestão com seus próprios empregados. Quanto à qualidade da autogestão, eu não vou ficar disputando com meus colegas aqui.

Aliás, sobre o salário, gostaria até que meus colegas dissessem se eles ganham o mesmo que eu, que é R$10 mil líquidos. Eu penso que a iniciativa privada paga bem mais. Pelo menos me ofereceram um emprego com um salário bem mais alto. Não aceitei, porque tenho compromisso com o setor público.

Quanto ao nível de satisfação, Srªs e Srs. Senadores, coloquei nas pastas uma pesquisa feita pela Tower Perrin, a maior empresa de consultoria independente do mundo. Como V. Exªs podem ver, a pesquisa está na 23ª versão, ela faz a pesquisa há 23 anos no Brasil para os empresários da Fiesp. Como o senhor pode verificar aqui, o nível de satisfação por operadora é o seguinte: administradora de planos, que principalmente os segmentos Bradesco e Itaú fazem, o alto nível de satisfação é de 13%; autogestão, 51%; cooperativa médica, 11%; medicina de grupo, 7%; seguradora, 21%. Portanto, não sou eu, não é a minha empresa que está dizendo o nível de satisfação com o tipo de operadora; quem está dizendo aqui é o mercado, essa pesquisa é dada aos empresários da Fiesp e me foi encaminhada também. Por aqui, V. Exªs têm informações sobre essa questão. Peço à Senadora um pouco de paciência, pois sou a única que responde pela Geap, então, preciso ter um pouco de tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Drª Regina, vários Senadores querem perguntar. Para economizar tempo, V. Exª poderia responder aos poucos.

A SRª REGINA PARIZI – O Senador Leonel Pavan pergunta se a Geap participou da elaboração do decreto.

Primeiramente, não sou jurista; sou médica. Não entendo nada de elaboração de decreto. Fui chamada num grupo, não omiti esse fato nem menti sobre ele, falei para **O Estado de S. Paulo** na segunda-feira. Fui chamada, estava presente a ANS, a SPC, a Srª Darcy Reis; representantes do Ministério do Planejamento e da Casa Civil, sendo alguns advogados. Essas pessoas me perguntaram: o que é a Geap? O que a Geap tem? Como ela está? Ela deve? Não deve? Como é a legislação dela? É previdência? É saúde? Dei as informações e fui embora. Entendi como se fosse minha obrigação prestar contas e ser sabatinada pelo Governo, assim como quando a imprensa me pergunta. Quem é a Geap? O que ela faz? Vai perguntar a quem? Vai perguntar a mim. Eu é que sou a diretora contratada. Vão pedir a quem as informações da Geap? Fui lá e dei as informações.

Era isso.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Houve uma referência a salário. Eu queria aproveitar para fazer uma pergunta aos representantes das outras entidades, inclusive privadas, quanto aos salários dos diretores.

O SR. (Orador não identificado) – A Senadora não está inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia, por favor, eu gostaria que V. Exª observasse a lista de inscrição.

Com a palavra a Drª Denise Abreu.

A SRª DENISE ABREU – Eu só queria acrescentar algo à resposta que a Drª Regina deu ao Senador Leonel Pavan, sobre a participação na elaboração do decreto.

O fato é que V. Exªs acessaram essa informação por conta de uma Ata publicada em **O Estado de S. Paulo**. Essa Ata de reunião – **O Estado de S. Paulo** não esclareceu isso e, infelizmente, os leitores de **O Estado de S. Paulo** não observaram – tratava de duas matérias. A Geap estava trazendo subsídios para o nosso trabalho com relação à divisão ou não dela. A Geap presta serviços de saúde, mas ela também é previdência e isso também está sendo estudado. Exatamente por essa razão, para elaborarmos qualquer projeto, medida provisória, decreto ou projeto de lei precisamos de subsídio. E não temos a menor vergonha e temos a humildade de dizer que, se eu precisar de subsídio de algum setor para bem elaborar uma norma, pedirei. É exclusivamente isso.

Agora, a área jurídica da Casa Civil é toda preparada, com toda a sua assessoria, para redigir decreto sem a necessidade de que a área médica redija pelos advogados que lá estão contratados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu perguntaria aos demais expositores se têm alguma observação a fazer.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para uma réplica, se assim desejar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Considero as questões respondidas.

Espero que essa postura permaneça, que não haja uma partidarização da Geap, e que possamos ter um direito de escolha aos funcionários públicos para optarem entre a Geap e outra, sempre repisando que considero que a Geap é uma boa empresa, que atende bem aos funcionários do meu Estado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto ao Senador Leonel Pavan se deseja uma réplica.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Na verdade, eu queria fazer um comentário. Hoje, o PT está aí para responder às perguntas da Oposição; em outros anos ele estava aqui. E o Partido não aceitava pacientemente, dessa forma, as respostas do jeito que estão sendo dadas. As perguntas dos Senadores eram ironizadas, como se eles fossem os pais da ética, até porque essa máscara caiu. De repente, para que isso fosse verdade, para melhorar as coisas, teríamos que dizer que Waldomiro tem razão.

A verdade é que estamos aqui apenas perguntando para elucidar, para tirar algumas dúvidas. Este é o papel do Senador, é o papel desta Casa. Temos obrigação com a sociedade e a imprensa tem sido um órgão, é um órgão de informação para o Brasil e para o mundo e foi um órgão de formação para o PT no passado. Quando se fala mal é porque se falta com a verdade e quando se fala bem isso é colocado nos jornais.

O **Estado de S. Paulo** tem feito duras críticas ao governo passado, que nós aceitamos, e tem embasado discursos do PT, de Senadores e Deputados Federais também. Acreditamos que a imprensa tem levado informação para a sociedade, até porque é através dela que conseguimos mostrar o nosso trabalho, tanto do Governo Federal como dos Senadores.

O SR. (Orador não identificado) – Levantou o caso Waldomiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Até agora mesmo, tendo sido útil no caso Waldomiro. Pode ser que queiram que busquemos a Lei da Mordaça para a imprensa e para o Ministério Público, coisa que era contestada pelo PT no passado.

Estamos aqui justamente porque o jornal, a imprensa, um órgão de respeito aqui no Estado, alertou. Não estávamos lá na hora para saber se a Geap participou ou não do decreto. O PSDB não foi convidado para participar, para levar subsídios, mas o jornal **Estadão** publica um artigo dizendo alguma coisa, e nós da Oposição temos que tomar providência. Aliás, não foi apenas o Senador Arthur Virgílio, mas também Tião Viana requereu elucidação. Espero que as respostas sejam para trazer transparência e para elucidar os casos e não para querer contestar ou menosprezar o Parlamentar por ser da Oposição ou não. Estamos aqui cumprindo o nosso papel. Espero que as respostas realmente sejam claras, transparentes, e possamos esclarecer melhor a população brasileira. Principalmente o TCU está contestando justamente este contrato. Talvez tenhamos que convidar o Presidente do Tribunal de Contas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para encerrar a minha fala, porque eu teria direito a tréplica, de trinta segundos, no máximo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Registrando um testemunho desse episódio todo que estamos atravessando, chegando ao seu desfecho aqui no Senado Federal, sobre a Geap, eu gostaria de dar o testemunho de que a Oposição foi completamente séria, sensível e cuidadosa no trato dessa denúncia. Se houve uma denúncia ampla, intensa, por parte de um veículo de comunicação, é um direito da liberdade de opinião da imprensa. Podemos receber críticas e deveremos conviver sempre com isso.

A Oposição, quanto ao assunto Geap, foi absolutamente responsável e tratou a questão como uma oportunidade de esclarecimento e de defesa do Governo em todos os momentos dessa discussão, que testemunhei desde o primeiro ato. Talvez a Casa Civil dê um grande exemplo de pronta atenção à denúncia. A resposta veio imediatamente, em poucas horas, e saímos na frente ao esclarecer os fatos na tribuna do Senado Federal.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Tião Viana, a Drª Regina manifestou-se a respeito do ex-Presidente. Eu estava no telefone confirmando a informação. O Dr. Ricardo Ackel não é filiado ao PSDB nem tem nenhuma vinculação política conosco. Ele foi indicado pelos sindicatos. Portanto, se a senhora considera imoral a atitude dele... A indicação dele foi feita pelos sindicatos.

(Manifestação dos convidados.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço aos convidados que não se manifestem.

O SR. (Orador não identificado) – A indicação dele, repito, foi feita pelos sindicatos que fizeram essa consideração.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, ao Senador Sérgio Guerra e à Senadora Fátima Cleide.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. convidados, Srªs e Srs. Senadores, sabemos que a Seguridade Social é uma área bastante sensível, porque lida com milhares e milhares de segurados. Muitos deles se encontram em situação deplorável até do ponto de vista da remuneração. Por isso, considero da mais alta importância que os mais interessados no pecúlio ou na aposentadoria ou em um serviço de assistência social e de saúde tenham a opinião balizadora, pois escolheram essa ou aquela operadora, essa ou aquela empresa seguradora.

Ficou bastante claro, nas opiniões da Drª Denise e da Drª Regina, que não existe qualquer privilégio em um convênio assinado entre o Governo Federal para atender a alguns Ministérios do Executivo e a Geap, que, pelo seu passado, sempre contribuindo de forma exemplar para a melhoria e o bem-estar social dos seus segurados, jamais foi contestada na sua ação. É uma ação benfazeja que, ao invés de ser criticada, deveria ser reconhecida e elogiada, pois é uma empresa que não visa ao lucro e, acima de tudo, garante aos seus segurados a saúde de que precisam. A Geap, a meu ver, é um modelo de administração que deve ser seguido.

No que diz respeito ao Governo Federal, existem instituições que adotaram o modelo da seguridade social própria, como a Cassi, do Banco do Brasil; a Assefaz, do Ministério da Fazenda; a Fassincra, que representa o Incra; e a Fioprev, da Fundação Oswaldo Cruz. São exemplos marcantes de que instituições de natureza pública, ligadas ao setor dos servidores, são importantes na prestação do serviço de saúde e outros.

Conforme foi evidenciado pela Drª Regina, há serviços, como o de assistência social, que não são prestados por outras seguradoras do setor privado.

E no que diz respeito, por exemplo, à alíquota que o servidor público é obrigado a pagar mensalmente, tenho quase certeza que o servidor público, para receber o mesmo benefício, paga muito menos à Geap do que pagaria a uma instituição privada, que não é tem a natureza pública da Geap.

Eu perguntaria, então, à Drª Regina o seguinte: Em relação às outras seguradoras, às outras instituições de natureza privada, para prestar o benefício da saúde, porque da assistência e outros benefícios às empresas não participam, qual o nível de contribuição comparativamente entre Geap e as outras instituições? O Dr. Horácio Catta Preta expressou a preocupação sobre reservas, no sentido de que a Geap não teria condições de prever o futuro para fazer a cobertura dos benefícios e quem sabe numa crise maior, segundo ele, os servidores públicos poderiam ser penalizados.

Sobre as reservas da Geap, sobre essa crítica feita pelo Dr. Horácio, o que V. Sª tem a dizer? Sabemos que os Governos Estaduais não realizam licitação, porque têm seus regimes próprios de seguridade social. Por exemplo, lá no Estado de Sergipe, há o IPIs, Instituto de Previdência do Estado de Sergipe. V. Sª tem informações de como é feito o procedimento? É por meio de licitação ou de convênio que os Estados mantêm relações com as fundações de apoio aos servidores públicos?

Ressalto, ainda, que a iniciativa privada é necessária, sem dúvida alguma, ao crescimento da nossa economia, porque gera emprego. Sou favorável à iniciativa privada, mas, no que diz respeito à seguridade social, quem tem o direito de escolher aquela instituição que lhe vai prestar o benefício é o próprio servidor, de modo que o Governo Federal age com o maior acerto, com a maior acuidade, ao permitir que não se aja com autoritarismo, porque as empresas privadas merecem nosso respeito, é bem verdade, mas não teriam nem condições de prestar o benefício para funcionários pequenos, categorias de servidores pequenos, em que a Geap atua com bastante eficácia.

Aproveito a oportunidade, Srª Presidente, para manifestar meu apoio integral ao que a Geap vem fazendo não só aqui em Brasília, mas em todo o Brasil. Ela é valorizada em Sergipe e reconhecida como uma das maiores instituições do setor de seguridade do País, sem excluir o valor das empresas privadas como a Unimed, que é muito querida no meu Estado, e de tantas outras reconhecidas por todos nós. Agradeço a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em momento algum, criticamos o trabalho da Geap, nem menosprezamos sua importância. Convém dizer que se fez aqui um requerimento para buscar informações referentes ao que veiculou a imprensa, pois esta é nossa obrigação. Então, em nenhum momento, não o fizemos agora, nem o faremos, criticamos a qualidade do serviço prestado pela Geap. Estamos fazendo referência às dúvidas que existem hoje em nível nacional sobre a formulação do decreto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Solicito aos Srs. Senadores e convidados que tenhamos bastante serenidade neste debate, que é extremamente importante para os servidores, que estão aqui hoje como nossos convidados.

Vamos fazer o debate com serenidade, discordando, mas não atrapalhando o andamento dos trabalhos.

Pediria aos Srs. Senadores que me ajudassem a agilizar os trabalhos, para que pudéssemos tirar desta visita que hoje nos fazem os expositores maiores informações, a fim de aclararmos esse polêmico e difícil assunto.

Recebi os servidores durante toda a semana e sei o quanto estão apreensivos com o debate. Mas tenho a certeza de que sairemos daqui hoje muito mais bem informados.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª Presidente, Srs. expositores, ouvi com atenção todos os que falaram até agora e li, como muitas pessoas, notícias que a imprensa vem divulgando sobre o assunto.

Devo dizer que não sou da área, não a conheço em detalhes, e tenho sobre a instituição Geap uma boa referência. Acho que ela tem conceito de ser uma instituição positiva e não negativa, reconhecida, aliás, por todos que falaram aqui hoje.

Esse conceito não se comprovou nos seis meses ou primeiro ano do Governo Lula. Não é um conceito que deve ser creditado ao Presidente Lula e debitado ao Presidente anterior. É um conceito da instituição. Vamos separar os presidentes, os partidos e cuidar da questão em si.

O fato concreto é que, em minhas próprias limitações, como pessoa que acompanha o processo econômico, social e político do meu país, situações aparentemente de favorecimento não são recomendadas. O Geap é uma instituição que contrata funcionários, médicos e diretores com absoluta liberdade como se fosse uma empresa privada. De outro lado, tem um mercado cativo, crescentemente regulamentado como se fosse uma empresa pública.

Essa situação de ambigüidade nunca ajudou ninguém e não é recomendável. Como explicar que uma instituição com esse peso econômico não tenha, até hoje, prestado contas a ninguém? O Tribunal de Contas da União desconhece o Geap.

Ouvi com atenção as palavras do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde. O fogo amigo do Senador Tião Viana diz que foram vazias, mas não foi bem assim. Ele disse, por exemplo, que tinha extrema dificuldade em avaliar os serviços prestados, entre outras razões, porque o Geap prestava serviços muito diferenciados. A Previdência de um lado, o serviço de prestação de saúde de outro, enfim, uma situação especial, ambígua, rigorosamente favorecida.

É claro que essa instituição está sendo usada politicamente. Não vamos fazer isso hoje por não ser a oportunidade, mas precisamos de uma informação completa se superintendentes regionais estão sendo nomeados por indicação política.

Não sei se era assim antes, não sei se é assim agora, mas o fato é que não deveria ser assim. Aliás, está assim em quase todos os lugares: no BNDES, na Caixa Econômica e em todas as instituições. Esse governo está politizando, no mau sentido, tarefas públicas, comprometendo o desempenho do setor público brasileiro, que anda muito mal e cada dia pior.

Vamos aos detalhes. O Geap está muito empenhado em afirmar suas qualidades, que reconhecemos. Por que não vai para a concorrência? Por que toda uma armação, se tem vantagens competitivas rigorosamente provadas? Por que não vai à concorrência e se submete ao regime da liberdade econômica? Que ganhem os melhores, que quem preste os melhores serviços seja reconhecido e quem tenha o melhor preço, o melhor custo e benefício saia vitorioso. Se já existem tantas vantagens e tanto apoio dos funcionários da instituição... E sabemos que não é bem assim, os funcionários se expressam aqui, mas não se expressam de outro lado. Há cerca de seis meses estavam nas ruas protestando contra a reforma da Previdência. Portanto, eles não se entendem tanto assim, como parece, seja com o Partido dos Trabalhadores ou o Governo do atual Presidente. Há um disfarce quando se afirma que os funcionários são os que administram, fiscalizam e indicam os dirigentes da instituição. Não é verdade. A indicação é política, é dos Ministros. Trata-se de uma instituição claramente paraestatal, que atua basicamente no interesse dos governos e que conta com um privilégio assustador para um mercado que devemos estimular, o da prestação de serviços médicos complementares, que presta um serviço relevante à sociedade brasileira.

Além disso, fico um tanto preocupado porque ninguém discute o assunto. Por que não abrir a discussão o máximo possível a essa concorrência, e que todos contribuam para que o serviço seja aperfeiçoado, os funcionários sejam mais bem recompensados para a qualidade do serviço avançar e para que o mercado, em geral, seja maior para todos? Precisamos um mercado grande no Brasil para houvesse empresas competitivas e eficientes. Por que limitar o mercado? Por que deixar alguns de fora e outros compulsoriamente dentro?

Tenho algumas perguntas a fazer. Talvez consiga relacionar duas. Em primeiro lugar, observei, em companhia do Senador Tasso Jereissati, os dados de balanço da instituição, dados que o Tribunal de Contas da União, por exemplo, não conhece. Verifiquei que não foi bem assim, como afirmou o Senador Tião Viana,

que a empresa pagou não sei quantos milhões, e, de repente, saiu de uma situação para outra. Não é bem assim. A empresa teve um prejuízo de R$13 milhões em 2001, R$212 milhões em 2002, e R$186 milhões em 2003, operacional. De repente, existe aqui uma constituição de reversão de contingência negativa de R$563 milhões em 2001, positiva, de R$257 milhões, em 2002, positiva, de R$124 milhões e R$130 mil, em 2003. Em um primeiro momento, seria necessário o auxílio considerável de um bom auditor a fim de explicar o fato.

Essa entidade, pelo tamanho e pela complexidade que possui, pelo valor que acredito que tenha, não pode passar ao largo da fiscalização, da transparência. Não pode apenas fazer o discurso ideológico de que cuida dos mais pobres, porque esse discurso não convence ninguém. Quem está sendo muito bem cuidado no Brasil são os mais ricos, os banqueiros, que ganharam neste ano mais do que nos outros três anos. Não são os pobres que ganham dinheiro no Brasil, pois nem tiveram suas rendas aumentadas. Foram exatamente os outros, os que exploram os pobres.

Estou perplexo diante dessa posição. Gostaria de ouvir uma palavra concreta: somos uma instituição boa; nossos diretores ganham, e espero que ganhem, normalmente; estamos fora da influência política; não vamos aceitar que uma instituição como essa acate indicação de Deputado, Senador, seja lá quem for; prestamos serviços aos funcionários e continuaremos a prestá-los, porque prestamos bem e porque nosso custo é o melhor.

Se existe tal convicção, não há necessidade de tanta proteção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Alguma pergunta, Senador Sérgio Guerra?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A pergunta é pelo balanço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para a Drª Regina?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Para a Drª Regina.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. expositores, conheço muito pouco a Geap. Fui servidora pública federal no ex-território de Rondônia. Sou das mais pobres e, como afirmou o Senador Sérgio Guerra, aqui não é o lugar para falar do atendimento ao mais pobre, sem ideologias. Mas como uma das mais pobres do serviço público federal, o que conheço do Geap é a vontade de sempre ir à luta e ver atendidos os servidores dos ex-territórios de Rondônia, Amapá e Roraima. Essa é uma luta antiga, que até hoje não conseguimos resolver.

Sou daquelas, Senador Sérgio Guerra, que, por ser das mais pobres, sempre recebi atendimento do SUS. Por essa razão, sempre buscamos o atendimento extensivo aos nossos ex-territórios, servidores federais, por conta de entender que era a quem poderíamos ainda participar pelo valor do desconto no contra-cheque, que para os pobres é o que importa.

Então, como militante sindical também do Sindicato dos Servidores Federais, da Confederação Nacional, sempre travamos essa luta, para que essa prestação de serviço fosse estendida.

Na realidade, coincidentemente, a minha pergunta vai ao encontro do que o Senador Sérgio Guerra já expôs. Eu gostaria muito de saber por que as fundações estaduais prestam contas aos Tribunais de Conta do Estado. Como já ficou explícito aqui, e S. Exª também já frisou, o Tribunal de Contas da União não fiscaliza as Geaps.

Eu gostaria de ter um esclarecimento melhor sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passo a palavra à Drª Regina para responder aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Sérgio Guerra e à Senadora Fátima Cleide.

Eu gostaria de pedir licença aos expositores para dizer que o Dr. Arlindo precisa se ausentar para tomar um avião. Portanto, peço licença para que S. Exª possa ausentar-se da Mesa.

Com a palavra o Dr. Arlindo.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Antes de me ausentar, coloco-me à disposição dos Srs. Senadores, caso tenham algum assunto a tratar ou alguma pergunta a fazer. Posso responder-lhes imediatamente, se for o caso. (Pausa.)

Não havendo nenhuma pergunta, retiro-me.

Muito obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, sobre aquela minha pergunta sobre salário, seria o caso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia, eu pediria...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ele perguntou se havia alguém que desejava fazer perguntas. Estou atendendo inclusive a sua solicitação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tudo bem! Dr. Arlindo.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Posso responder.

Realmente, como Presidente da Abramge, não ganho absolutamente nada. Zero. Somente se pagam as viagens, evidentemente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Dr. Arlindo e peço licença para que ele possa se retirar. (Pausa.)

Com a palavra a Drª Regina.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Obrigada, Srª Presidente.

Eu começaria, então, respondendo, pela ordem, ao Senador Valadares, que pergunta sobre a questão de reservas, a preocupação da Fenaseg sobre isso e sobre a questão das fundações de apoio, que, penso, também já respondo à Senadora Fátima.

A Geap é uma autogestão. Como disse o Dr. Fausto na sua explanação, as autogestões – e, nesse caso, não é só a Geap, o Dr. Catta Preta sabe disso –, por serem patrocinadas, são liberadas de manterem a reserva. A reserva técnica – assim chamada pela NS, de cuja regulamentação participei na Câmara de Saúde Suplementar – constitui-se em um mês/orçamento. Não é isso, Sr. Presidente? Creio que depois ele pode confirmar. Pelo menos, na época, era isso. Um mês/orçamento.

Então, eu gostaria de dizer o seguinte para os senhores: embora a carteira dos titulares dos servidores pague basicamente o custeio e ainda tenha um certo déficit – depois respondo à questão do Senador Tasso Jereissati, referente ao balancete; solicito esse balanço, porque ele não bate com o meu –, a reserva da Geap Família – esta, sim, dos familiares, que é outra carteira – hoje, neste momento, tem uma reserva técnica de 20 milhões. Ela teria que ter, pela regra da NS, quatro milhões de reserva – quatro milhões de reserva! No entanto, ela tem 20 milhões.

O plano Geap Família, o plano dos titulares, dos servidores, o que é patrocinado, não. Esse é zero a zero, porque o que recebo dos servidores e da União é exatamente para custeio, por isso ela é mais barata. E há déficits. É lógico, que há déficits. Pergunto se há alguma operadora, neste País, que não tenha déficits. Se não tiver, eu indico aos Srs. Senadores o resultado da CPI dos Planos de Saúde na Câmara. Ali está o balancete de todas as operadoras, não só da minha, e a Geap também mandou. Mandei tudo, todas as informações. Não é só a minha. A CPI dos Planos de Saúde tem todos os dados sobre a situação financeira das empresas, quem tem reserva, quem não tem. E sei que a ANS tem total controle sobre esse assunto.

Aí, passo a responder à questão de que a Geap não é fiscalizada. Isso é uma inverdade. A Geap tem um conselho consultivo formado por 60 membros, sendo que 30 são indicados pelo Governo, pelos órgãos, e os outros 30 são servidores eleitos pelos seus pares, sobre o que não temos nenhuma ingerência. Eles se inscrevem, disputam eleição, e aliás estão fazendo isso neste momento, porque a representação da Geap está em processo eleitoral agora em abril. São 60 membros.

O conselho deliberativo é formado por seis membros, representados pelas três maiores patrocinadoras, que são o Ministério da Saúde, o INSS e o Ministério do Trabalho. Ali, há o conselho deliberativo, que é quem delibera todas as políticas, aprova as contratações. Então, não é verdade que ninguém vê contratação, que a Geap contrata quem quer, como quer. Não é verdade. As contratações passam pelos conselhos. E também é utilizada a mesma regra que se usou no Governo passado.

Não é uma discussão partidária, não quero fazer isso. É uma discussão ética.

O Governo anterior, que durou oito anos, não mudou nenhum regra da Geap. Atualmente, a regra é a mesma do Governo anterior. Contratam-se pessoas e empresas sob a mesma regra do Governo anterior, que foi igual à do outro Governo. Não estou falando nem que o problema foi do Governo anterior, e que foi igual ao do seu antecessor, que, por sua vez, também foi igual.

A Geap faz 60 anos neste ano. Então, não é verdade a insinuação de que essa regra foi feita agora, e de que se contrata diferente, e isso e aquilo. Não! A regra é a mesma.

Agora, quanto ao balanço, Senadores, eu já entreguei o meu na Geap. Além do Conselho Consultivo, do Conselho Deliberativo, há o Conselho Fiscal, eleito pelo funcionalismo, e sobre o qual não tenho qualquer ingerência. Além disso, presto conta regularmente, sigo todas as regras da SPC, que é a Secretaria de Previdência Complementar, na parte que se refere à Previdência.

Neste ano, a Geap foi a empresa de um dos maiores desempenhos no patrimônio líquido do pecúlio. Tivemos um rendimento líquido de 200 milhões.

Verificando-se o relatório da Abrap, a associação que reúne os fundos de pensão, por uma boa gestão que não foi feita só por mim, mas também pelo funcionalismo, na política de aplicação de recursos, saltamos da 47ª posição dos fundos de pensão para a 36ª, Senador. Então, não é verdade que esse balanço seja negativo, dessa forma. Não sei quem o forneceu. Gostaria de ter acesso, porque não é o balancete, e o meu está absolutamente disponível aos Senadores.

Acabei de apresentar o Consult ao Condel, as pessoas estão aí. O meu balancete foi aprovado sem ressalvas, repito, sem ressalvas, foi mandado para a SPC e está sendo mandado para a ANS, que tem como regra do jogo que quem controla a autogestão são os próprios donos. Ora, se os donos não fiscalizarem seus

balanços, quem vai fiscalizá-los? Ali tem: Consult, Condel, Conselho Fiscal, SPC, ANS. Não tenho um órgão regulador não; tenho cinco fiscalizadores. Vou dizer, e tenho certeza que digo em nome dos servidores daquela casa, do Conselho Consultivo e Conselho Deliberativo: nós não temos nenhum problema em prestar contas ao Tribunal de Contas. Ao contrário. O Tribunal de Contas é que sempre se recusou. Nós não temos nenhuma dificuldade. Perguntaram-me, aqui, se as fundações de apoio nos Estados prestam conta. Prestam. Que eu saiba, prestam. Prestam, sim, ao Tribunal de Contas do Estado. Agora, por que eu não presto conta à União? Porque nunca me pediram ou não aceitaram. Mas as fundações estaduais, prestam.

Há uma outra questão que considero importante. Refiro-me à questão do monopólio, ou seja, de a iniciativa privada questionar somente o servidor federal. Ora, sou uma funcionária concursada, de carreira, do Governo do Estado de São Paulo. Sou da Prefeitura de São Paulo, CLF, concursada. O Estado de São Paulo tem o absoluto monopólio de assistência à saúde ao servidor, IAMSP, que é onde trabalho há 23 anos – estou licenciada sem vencimentos; podem verificar no **Diário Oficial.** Ali não tem opção. No primeiro dia do holerite já vem o desconto IAMSP, seja funcionário do Legislativo, seja do Judiciário e seja do Executivo.

Eu me pergunto: por que as empresas não brigam para pegar esse mercado nos Governos estaduais? O Rio de Janeiro também tem assistência ao servidor e tem hospital. É a mesma coisa que a Geap se propõe. O que é a Geap? O funcionalismo federal, por uma questão isonômica, não está pedindo direitos a mais, ele está pedindo direitos iguais aos dos Estados. O Rio Grande do Sul tem assistência, tem o Hospital Conceição, que eu saiba; Minas Gerais tem o Hospital do Servidor, com os convênios que realizo. Por que as empresas não brigam com os Governos dos Estados para pegar esse mercado também? Só estão brigando com a União. É estranho. Mas não está brigando com os Estados! Penso que essas questões são muito importantes.

A Geap tem a desvantagem de ser pública e privada. Penso que depende do ponto de vista, pois acredito que a Geap seja até o contrário. Para quem é gestor, como eu, ela tem o ônus do público e o ônus do privado. As empresas privadas têm privilégios por serem privadas. Nós cobrimos tudo, somos solidárias por idade, não há reajuste por faixa etária. Não existe reajuste por faixa etária. O jovem é solidário ao idoso.

No entanto, ao analisarmos a iniciativa privada, eles têm dez faixas para praticar reajuste. Eu não tenho. Eles não precisam cobrir todos os procedimentos como eu cubro; eles cobrem só 3 mil e poucos procedimentos, que é o rol obrigatório da ANS. E sai mais barato, Senadores.

Eu gostaria de falar da minha situação pessoal. Antes de vir para a Geap participava de um plano coletivo dos médicos do Estado de São Paulo, na Associação Paulista de Medicina da SulAmérica. Eu só tenho direito a plano hospitalar; não tenho plano de consultório, porque médico não paga consulta para médico até então. Pagamos, hoje, eu, meu marido, que é médico, meus dois filhos menores de 24 anos. Esses dois filhos, portanto, são nossos dependentes econômicos. Eu pago R$920 por mês! Sabe quanto pago na Geap? Agora sou Geapeana, é lógico! R$144, para meu marido, meus dois filhos e eu.

Senadores, esta é a diferença entre a autogestão e a iniciativa privada. Aliás, o título que paguei, este mês no Banco Itaú, para a SulAmérica, está aqui à disposição de V. Exªs.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu perguntaria ao Senador Antonio Carlos se tem uma réplica e, logo em seguida, o Senador Sérgio Guerra para a sua réplica.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ouvi com atenção as explicações da Presidenta. Quero dizer que não me move nenhum tipo de preocupação com relação à idoneidade, seja da Presidente ou da diretoria que administra o Geap. Para mim, ao contrário do conceito da aduana brasileira, até que se prove o contrário todo mundo é honesto. A minha opinião é positiva sobre a diretoria e sobre a presidenta que está hoje aqui.

O fato que me preocupa é o seguinte: a Srª falou de reservas de 20milhões ou 4milhões, números imaginários para o tamanho econômico dessa situação...

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Para esclarecer, pela regra da ANS, se eu fosse uma empresa lucrativa, o que não sou, não teria a obrigação de fazer a reserva. Vamos supor que eu tivesse obrigação de fazer reserva, pela regra da ANS, eu teria que ter 4milhões no Geap Família, no plano família, no entanto, hoje eu tenho 20 milhões no Geap família.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu sei que 20 milhões é um número absolutamente ridículo do ponto de vista da operação econômica que a Srª dirige e não é nem referência para qualquer reflexão. Qual é o faturamento do Geap por mês?

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – O meu Geap família tem...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Geap todo.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Eu recebo 54milhões mês, sendo 38% é da União e 62% do funcionalismo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A sua receita global é R$60 milhões por mês.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Cinqüenta e quatro milhões. Eu estava me referindo ao Geap família. O Geap Família é um plano de familiares, que tem 80mil na carteira

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª. Presidenta, o fato é que 4milhões não garante nada num negócio desse tamanho. Agora, rigorosamente, o que não dá para esclarecer é porque sendo o Geap, como de fato deve ser, uma instituição de qualidade, que presta um excelente serviço, que o Líder Tião Viana diz estar sofrendo um milagre econômico, que foi prometido a nós pelo Presidente Lula e não começou ainda mas já começou no Geap, o milagre do crescimento. Enfim, nessa situação essa instituição não se dispõe a apresentar a sua qualidade e o seu serviço e competir com as outras. Se é tão negativa assim essa situação de operar como privada e como pública ao mesmo tempo, se ao invés de vantagem é desvantagem, por que não trabalhar de outra maneira, por que não ir para o mercado e concorrer com os outros?

Evidentemente, quando alguém tem um mercado cativo tem uma vantagem imensa, absolutamente desproporcional. Segundo, a Srª falou com absoluta tranqüilidade, como vem sendo o seu depoimento, de uma situação que considera relevante. Na sua instituição tem um conselho deliberativo, um fiscal, ora, em todas as instituições tem esses mesmos conselhos. Não conheço instituição econômica organizada que não tem os dois. Pouco importa se é de 60, 30 ou 20 membros, uma vez que relevante nisso é a qualidade e não a quantidade.

A competência desses chamados conselhos, o trabalho demonstrado, o grau de autonomia que têm, o resultado produzido e os relatórios do conselho devem ser avaliados. Dizer que tem um conselho formado por 60 pessoas para fiscalizar a minha instituição significa dizer que a Srª não resolveu o problema da fiscalização, porque, se fosse assim, não haveria fiscalização, como se dá de forma concreta sobre a área privada, do Imposto de Renda e outras instituições e para a área pública do Tribunal de Contas com a qual a Srª não tem contato.

Então, efetivamente, a instituição da Srª tem privilégios muito grandes e se presta um bom serviço faz muito bem de prestar e seria absolutamente inconcebível que não fosse assim, porque os favorecimentos são muito grandes, difícil é o privado prestar esse serviço, porque paga Imposto de Renda, tem obrigações sociais que a instituição da Srª não tem, está num mercado competitivo que exige que ele tenha preço, qualidade para ter cliente. A instituição da Srª não, porque tem os clientes porque, no seu caso, quem resolve é o governo.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos para a sua réplica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não pretendo fazer réplica. Gostaria de acentuar apenas que se existe algum privilégio, como aqui foi citado – e somos Senadores, legisladores –, a única coisa que devemos fazer, se há o desejo de equiparar, já que não há termos de comparação, a Geap a outras instituições seguradoras, é usar a iniciativa parlamentar de alterar a legislação.

Considero que o privilégio existente é o de o servidor público ter uma instituição como a Geap. Assegura-lhe um benefício que não consegue na iniciativa privada a um custo muito menor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senador Fátima Cleide, para réplica.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Também não tenho a pretensão de fazer réplica.

Gostaria de dizer à Drª Regina que, como servidora pública, orgulho-me de tê-la como Presidente da Geap . Creio que os números que V. Sª explicitou, da Carteira Geap -família, demonstram que essa instituição está sendo muito bem gerida. Causa-nos muito orgulho ver uma mulher à frente de uma instituição mostrando que as mulheres também sabem bem gerenciar. Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto aos expositores se têm alguma observação a fazer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não reclamamos do privilégio dos servidores, mas do privilégio de uma instituição que não tem suficiente transparência e que compete em condições absolutamente desequilibradas no mercado. Aliás, sequer compete, pois tem um mercado cativo. Se tem as qualidades que demonstra, não precisa desses privilégios.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª tem alguma tréplica a fazer, Senadora Fátima Cleide? (Pausa)

Concedo a palavra à Drª Denise.

A SRª DENISE ABREU – Senador Sérgio Guerra, quero fazer um esclarecimento. Várias vezes ouvi V. Exª dizer: "Por que não vai ao mercado?" A Geap foi criada por lei com uma natureza especificada em lei, razão pela qual foi gerado um estatuto registrado na Junta Comercial. A Geap tem duas finalidades: uma, ligada à Previdência e, outra, ligada à prestação de serviços à saúde do servidor público federal. O que significa "vá ao mercado" se ela só pode prestar assistência ao servidor público?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu não disse que a Geap fosse ao mercado, eu disse que os agentes privados também deveriam estar nesse mercado, competindo nele. Não falei que o Geap deveria ir ao mercado em nenhum momento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sérgio Guerra, gostaria que a palavra permanecesse com a Drª Denise. Posteriormente, concederei a palavra a V. Exª.

A SRª DENISE ABREU – Então entendi erroneamente.

Responderei, então, à explicitação de V. Exª. Por que, então, o mercado não vai à Geap? Não é isso? No sentido de não prestar os mesmos serviços que a Geap.

A concorrência existe entre iguais e não entre desiguais. É o primeiro ponto. O segundo aspecto é que o mercado pode competir, desde que participe dos processos licitatórios, como a própria Lei 8.666 exige. No que diz respeito aos convênios, isso já é mais do que aceito no mundo jurídico. Em todos os Estados, na União e em todos os Municípios, o relacionamento do poder público, federal, estadual ou municipal, com entidades privadas sem fins lucrativos é realizado mediante convênio porque existe a conjunção de interesses. O poder público não visa lucro e a entidade privada sem fins lucrativos também não visa. Essa é uma diferença. Esta é a doutrina. Não há como mudar. A menos que queiramos inovar algum ponto e que derroguemos tudo que foi construído no mundo jurídico, na área de Direito Público, até agora. Pretende-se, com isso, assegurar que a iniciativa privada participe da prestação de serviços ao servidor público em uma situação de igualdade com uma entidade que foi instituída por lei, é mantida pelo servidor público e que o próprio servidor público, na gestão participativa, fez essa escolha. Então, na verdade, a iniciativa privada tenta impor ao Poder Público a conveniência e a oportunidade do interesse público do administrador. É essa inversão que se propõe com essa linha de raciocínio.

Então é isso que gostaria de esclarecer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sérgio Guerra, para sua tréplica; posteriormente, a Drª Regina, que gostaria ainda de fazer uma observação.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª Presidente, Lúcia Vânia, não desejamos impor coisa alguma. O regulamento que se está discutindo impõe aos servidores públicos o convênio, na prática, com o Geap . Essa é a realidade. A imposição está do outro lado, não está do lado de cá, na medida em que todos sabemos que a utilização de convênios neste País pelo setor público é uma boa maneira de não fazer concorrência.

A SRª DENISE ABREU – Não é verdade! Então, o legislador...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Essa é a verdade!

Agora, a senhora não fala das imensas vantagens que a instituição que a senhora defende tem quando age como instituição privada, de um lado, e instituição pública, da outra. Ela é instituição privada para fazer tudo o que precisa – contratar pessoal, colocar lá indicação de político, fazer o que bem entender –, mas não é instituição pública para prestar contas ao Tribunal de Contas da União. Então, é uma confusão que tem de ser esclarecida. A melhor maneira de esclarecer essas coisas é abrir a todos a concorrência. Que o Geap ganhe! Excelente que seja assim.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Drª Denise para sua réplica, se convier necessário.

A SRª DENISE ABREU – Senadora, sou obrigada até a concordar com algumas ponderações levantadas aqui quanto à prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União. É exatamente essa a tese do Governo Federal e é exatamente por isso que, pela primeira vez, se esclareceu, em razão das dúvidas suscitadas, que a natureza jurídica dessa entidade pressupõe, sim, a necessidade de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União, que não é um órgão do Poder Executivo; é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Cabe-lhe, enquanto Tribunal de Contas da União, exigir a prestação de contas do aporte de recursos públicos.

Então, quanto a isso, não há divergência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra a Drª Regina.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, só pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Para acompanharmos a discussão e entender de uma maneira mais adequada, gostaria de indagar o seguinte: uma decisão do Tribunal de Contas da União do ano passado determina que todas as associações e fundações, organizadas em tal sentido pelo novo Código Civil, se receberem recursos públicos, têm de sujeitar-se ao processo de licitação.

Estou vendo documentos escritos e a fala dizendo que não há licitação, que existem favores e tal. Isso implicou a mudança da Instrução Normativa nº1, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, obrigando as associações e fundações – incluem-se aí as Apaes e Pestalozzis – a ficarem sujeitas a isso. Estranho

por que essa fundação não estaria sujeita à Lei das Licitações, se todas as demais, de acordo com a organização do novo Código Civil, estão subordinadas a essa determinação do Tribunal de Contas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Drª Regina.

A SRª REGINA ABREU – Vou deixar as questões jurídicas para a Drª Denise responder. Agora, pelo menos respondo ao Senador o seguinte: a própria regulamentação da ANS – e gostaria que o Dr. Fausto se manifestasse sobre isso – proíbe que as autogestões participem de licitação. Se participarem, têm de seguir todas as regras, as obrigações, mas também os privilégios – se querem chamar direito de privilégio – que a iniciativa privada tem. Certo? Hoje, a ANS nos proíbe participar de licitações. Não podemos participar de licitação. Então, é um problema de legislação que existe. Para que também participemos de licitação, gostaria, aí já respondendo ao Senador Sérgio Guerra também,....

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A contratação de serviços. A Geap só pode contratar serviços, obedecendo ao critério de licitações. Quer dizer, essa foi a mudança.

A SRª REGINA ABREU – Ah, sim! Mas isso a Geap já faz.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Já faz?

A SRª REGINA ABREU – Faz.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não, por isso pedi o esclarecimento, pois toda a argumentação foi no sentido de não fazer.

A SRª REGINA ABREU – A Geap faz. O Senador é que...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Flávio Arns, gostaria de passar a palavra para os expositores e posteriormente...

A SRª REGINA ABREU – Srª Presidente, é que a minha palavra não foi...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sim, eu quero garantir a palavra de V. Exª.

A SRª REGINA ABREU – Muito obrigada.

Como eu disse, a Geap faz os processos licitatórios, compra mediante licitação. Portanto, a informação do Senador Sérgio Guerra é absolutamente incorreta. E a casa está aberta a qualquer um que queira obter informações sobre os procedimentos realizados pela Geap nessas questões. Como disse e volto a repetir, a Geap não pode participar de licitação porque é autogestão. Para participar de licitação, tem que mudar as regras do jogo: fazer reajuste por faixa etária, aumentar a sua carência e não vai cobrir todas as doenças. E nesse caso, Senador, o funcionalismo não quer, mas sim um plano de saúde que não dispute com os outros no mercado e que ele, servidor, possa fiscalizar e participar da gestão. Além disso, que cubra todos os procedimentos como, por exemplo, o pagamento de transplante.

Penso que seria importante perguntar aos planos privados se, por exemplo, o plano básico cobre transplante cardíaco. Não cobre. Cobre um transplante de fígado? Não cobre. A Geap cobre. Cobre cirurgia para obesidade? Não. A Geap cobre.

Enfim, há uma série de questões específicas no plano que nos diferenciam dos planos mercantis. Os planos mercantis têm uma cobertura menor, uma carência maior e reajuste por faixa etária, que não temos.

Portanto, eles têm garantido, pela legislação, várias formas de capitalização junto ao assistido. E nós não temos esse direito. Se formos nessa direção, paramos de ser autogestão. Aí sim, vamos virar uma empresa mercantil. Mas é preciso perguntar para os donos – a União e os servidores – se eles querem isso. Perguntar aos funcionários da Caixa Econômica Federal se eles querem fazer essa transformação em relação a sua assistência de saúde. Se os funcionários do Banco do Brasil querem transformar a Cassi. Se os funcionários da Petrobrás querem que a Petros vire uma empresa privada, porque, até então, é uma autogestão e, como tal, não pode participar de licitação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Eu já tinha feito um esclarecimento anterior de que as autogestões, na concepção da legislação atual, no formato em que estamos organizados juridicamente pela Lei nº 9.656, pela própria Lei de Licitações e pela regulamentação que a ANS baixou desde a criação da agência, não fazem a disputa do mercado, porque estão voltadas, na sua concepção, para quem as criou, para quem as patrocina, seja um ou mais de um patrocinador. Esse é o conceito de autogestão.

Em deixando de ser uma autogestão, é uma outra empresa que vai se classificar dependendo da sua natureza: ou vai ser uma cooperativa, ou uma medicina de grupo ou, ainda, uma seguradora especializada em saúde, mas deixará de ser autogestão.

Portanto, a autogestão da Petrobras, a autogestão do Banco do Brasil, a autogestão do servidor público federal não disputam o mercado com outras operadoras.

E vamos dar um exemplo, se a Rede Globo ou se o Estado de São Paulo abre uma concorrência para contratar um plano de saúde para os seus funcionários, a Geap não pode entrar nessa concorrência, a Cassi, do Banco do Brasil, não pode. Isso faz parte do conceito da autogestão. Se fizer esse movimento, deixa de ser uma autogestão e passa a ser uma operadora com outra classificação. Então, é importante destacar

que autogestão é um segmento dentro do mercado operador de planos de saúde, que tem características próprias; portanto, tem regulamentação própria.

Quanto à reserva, se a autogestão é patrocinada, a sua principal garantia é o seu patrocinador. Ou seja, quem garante a solvência da operadora da Petrobras é a própria Petrobras. Essa é a concepção de por que algumas operadoras têm reservas técnicas e outras nas quais isso ainda não é exigido pela legislação. Considero importante esses esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa. Posteriormente, falarão os Senadores Alvaro Dias, Ana Júlia, Tasso Jereissati e Arthur Virgílio, que é o último inscrito. Então, vamos ouvir o quarto e o quinto, que é o Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigada, Srª Presidente. Cumprimento a Drª Regina Parizi e, por seu intermédio, todos os integrantes desta Mesa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho a impressão de que com uma palavra do francês podemos definir bem o que está acontecendo aqui hoje, seria **déjà vu**, que, traduzindo em miúdos, significa: "Já vi esse filme antes".

Há, neste momento, uma articulação metódica, determinada, decidida a desestabilizar o Governo do Presidente Lula. Qualquer coisa, qualquer denúncia ou sintoma de denúncia, qualquer informação, mesmo aquela que não foi rigorosamente checada, é motivo para se fazer uma reunião como esta, que traz seis convidados, que tinham coisa muito mais importante a fazer, para que todos os Senadores aqui aprendam o que é a Geap. Tudo isso poderia ser feito com um requerimento de informações, pelo qual a Diretoria Executiva do Grupo passaria por escrito todas essas informações e tiraria todas as dúvidas, sem necessidade de entrarmos em todas as miudezas de que tratamos aqui, até com um desconhecimento profundo do sistema. Quer dizer, existe uma profunda diferença entre a Geap, que tem uma autogestão, e os planos de saúde, que não pode ser comparada. Não posso comparar laranja com banana.

O Senador Sérgio Guerra – e entendi da mesma forma que a Drª Regina – fez um questionamento sobre o porquê de não se ir à luta e não se disputar o mercado. Eu também entendi assim. Desculpe-me. Tinha até preparado uma resposta para V. Exª. Não dando uma resposta ao Senador Sérgio Guerra, faço o esclarecimento que a Drª Regina acabou de fazer: não podemos entender a Geap de forma diferente do que ela é. Ela não pode participar de concorrências, não pode disputar o mercado e não pode ter o acesso que os planos de saúde têm.

Ouvi a Drª Regina explicar o que ela paga num plano de saúde, e é rigorosamente o mesmo que eu pago com a minha família, a minha mulher e meus dois filhos. Pago um pouquinho menos, Drª Regina, porque a minha mulher é engenheira e tem um seguro especial do Crea. Pagamos R$800 por mês por um casal e dois filhos pequenos. E, na semana passada, fui fazer um exame e o laboratório me disse que não havia cobertura, que eu teria que pagar por fora.

Vejo que a Geap tem cobertura absoluta, total, e volto lá atrás para fazer uma observação, que também foi levantada aqui, mas talvez não no detalhe que quero colocar. O funcionário público federal hoje tem uma média de salário de R$600 a R$700. Há quem ganhe menos e quem ganhe muito mais. Isso indica que a contribuição média da Geap é de R$35 por mês.

Faço, então, a minha primeira pergunta ao Dr. Celso de Barros: existe algum plano, dentro da Unimed, que é um dos mais importantes planos de saúde do Brasil, em que o senhor possa aceitar uma família inteira – não estou me referindo a um casal com dois filhos menores, estou-me referindo a um casal com quatro filhos mais o pai velho, a mãe velha, todo mundo da família –, por R$35, fazendo tudo que tem que fazer, se precisar trocar o coração, troca o coração, por R$35 por mês. O senhor tem dentro da Unimed? O senhor não tem. Ninguém tem.

É por isso que lembro as palavras do Senador Antonio Carlos Valadares, quando S. Exª diz que não há privilégios nos convênios. Pois devia haver, Senador, devia haver privilégios. A empresa como a Geap, a entidade como a Geap, essa figura, chame como o senhor quiser, para nós é uma prestadora importantíssima de serviço ao funcionário público, porque no dia em que o funcionário ganhar R$5 mil, R$4 mil de salário, muito bem, tire dele o privilégio de ter a Geap, mande-o fazer seu plano de saúde com quem ele quiser, mas enquanto ele não for bem pago, que se dê a ele o direito de pelo menos ter para a sua família a condição mínima, o **minimum minimorum** para poder atender ao que a sua família precisa.

Não preciso ir muito longe para mostrar que a Geap tem uma função social, sim, que ela é importante dentro desse sistema. Vou-me reportar à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que assegurou, por meio de seu art. 230, a assistência à saúde do servidor público, ativo ou inativo, ou de sua família, compreendendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, e lembrar ainda que o que se tentou fazer por meio de um decreto do Presidente da República foi regulamentar essa ativi-

dade. Num universo de 25 importantes órgãos do Governo Federal, principalmente os Ministérios, apenas nove mantêm convênios com a Geap.

Mas tenho, na verdade, até a razão pela qual essa discussão foi feita aqui. Vi um Senador, que já se ausentou, falar insistentemente da contratação de pessoal no interior. Só quem conhece a Geap é que sabe dos problemas que ela tem. Tente contratar um médico no interior pelo que paga a Geap. E quando consegue contratar, Drª Regina Parizi, sabe o que acontece? Os planos de saúde se fecham num **lobby** na cidade do interior e não permitem que o médico que atende por um plano de saúde seja da Geap . Ele fica pressionado, ele não pode atender pela Geap porque, se atender pela Geap, perde o contrato dele com o plano de saúde. Essa é que é a verdade que tem que ser dita aqui.

E qual é o laboratório que quer trabalhar pela Geap pelo que ela paga ao laboratório? Ninguém quer. Então, tem-se que convencer o laboratório a trabalhar, tem-se que convencer o médico a trabalhar pela Geap, tem-se que convencer o dentista a trabalhar pela Geap. Por isso, não precisa fazer licitação, ninguém quer. Só vai trabalhar pela Geap quem realmente tem uma coisa qualquer especial, uma dedicação. É exatamente isso que a Drª Regina Parizi disse, tem a função social. É extraindo essa função social.

Agora, eu sei por que está havendo isso tudo aqui: de preferência para ver se daqui saía uma outra CPI. De preferência. "Vamos fazer uma confusão maravilhosa naquela Comissão e de lá sai mais uma CPI, de preferência vamos colocar o José Dirceu na' frente como responsável". Era por aí.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quem falou isso?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Essa é uma opinião pessoal, Senador, minha, eu estou dizendo isso, que de preferência seria isso.

Agora, a razão é econômica. Ninguém está preocupado com os R$50 milhões que a Geap tem para fazer a saúde do funcionário público no Brasil inteiro, em todos os Estados. Sabe qual é a verdadeira preocupação, Drª Regina Parizi? São os fundos de pensão. São os R$2 bilhões que poderão estar em jogo se conseguirem desestabilizar a Geap e ela passar a ser uma instituição inteiramente particular, sem as atenções e os benefícios que tem de ter, sim, do Governo Federal, porque ela atende ao funcionário público. Por causa desses dois bilhões, por estarem de olho neles, tentam desestabilizar um sistema que foi criado para atender ao funcionário público.

Drª Regina, não tenho nada a perguntar a V. Sª. Estou satisfeito com todas as suas explicações; o mesmo com a Drª Denise Abreu. Fiz uma pergunta apenas ao Dr. Celso Corrêa de Barros, que já respondeu, dizendo que a Unimed não tem como fazer um plano para atender à família inteira por R$35 mensais.

Então, estou satisfeito e vou dormir tranqüilo hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Hélio Costa, em primeiro lugar, gostaria de dizer a V. Exª que esta Comissão cumpre o seu dever. Talvez V. Exª não saiba que, durante esta semana toda, fomos procurados pelos funcionários da Geap, que estavam apreensivos, querendo o debate. O debate faz parte desta Casa, que tem que cumprir a sua função.

Não existe, por parte desta Presidência, nenhuma intenção de trazer a polêmica a esta Comissão ou fazer com que surja daqui uma nova CPI. Esta Comissão cumpre seu papel social e vai continuar cumprindo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidenta, fui citado e tenho obrigação de responder.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidenta, não fiz nenhuma injunção a V. Exª. V. Exª é Presidenta da Comissão, e o que é decidido em Plenário V. Exª terá que cumprir. Evidentemente, se o Plenário decidiu convocar essa audiência pública, a função de V. Exª é fazer a convocação.

Evidentemente, não estou fazendo nenhuma alusão a V. Exª, até porque a respeito profundamente e não faria isso. O que quis dizer é que possivelmente todo esse trabalho poderia ser antecipado com um documento de solicitação de informações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a V. Exª e quero dizer que esta Presidência fala em nome do Plenário.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia, de certa forma, as questões que gostaria de abordar já o foram pelo Senador Sérgio Guerra, mas pretendo fazer algumas menções, com o objetivo exclusivo de tentar conciliar algumas idéias que me parecem tão desencontradas nas discussões.

A primeira delas é a participação de licitação. Ficou claro que a Geap tem um nicho de mercado diferenciado, formado pelos funcionários de baixa renda, que necessitam de tratamento igualmente diferenciado.

Ora, se fundamentalmente é esse o nicho de mercado que ela busca, evidentemente, como esse mercado é desprezado pelas empresas privadas, como foi dito aqui pela Drª Regina Parizi, não haveria nenhuma dificuldade de que essa concorrência viesse a ser feita, porque prioritariamente isso seria atendido quase que exclusivamente por essa entidade.

Há a alegação, repetida duas ou três vezes, de que a Geap oferece alguns serviços, alguns atendimentos que a iniciativa privada não faz, tais como transplante de coração, fígado e outros.

Nas licitações, a coisa é perfeitamente conciliável. Quando se presta um serviço adicional, coloca-se na licitação a disponibilidade desse serviço diferenciado, justificando-se uma diferença de remuneração pelo serviço prestado. Isso aconteceu, quando o Presidente Lula resolveu comprar um avião da Airbus e poderia ter feito a encomenda à Embraer. Por que não fez? Porque o avião não tinha a autonomia necessária, não oferecia conforto para as viagens de longa distância. Enfim, há uma diferenciação no tipo de serviço que se presta, e a licitação capta muito bem essa diferenciação.

Essa é a primeira questão, que eu gostaria de repetir – o nobre Senador Sérgio já tratou aqui como muita precisão –, sobre a dificuldade de se entender, a resistência ao tema licitação.

Outro aspecto diz respeito aos números aqui expostos, particularmente pelo nobre Senador Tião Viana, que me parecem difíceis de compreender. A Geap tem um componente social importante, como foi dito. Ela atende um grupo de funcionários de baixa renda, que, por ser de baixa renda, tem uma capacidade de remuneração muito menor. Como foi dito pelo Senador Hélio Costa, a remuneração que é paga à Geap é de uma diferença brutal em relação àquelas que seriam pagas pela iniciativa privada. Isso também é algo que não fecha na contabilidade, pelo menos mental, que me ocorre no momento.

Então, teríamos uma ação social profunda, que encarece o trabalho da Geap, e teríamos uma remuneração não competitiva, ou melhor, não compatível com os custos de produção. Mas essa empresa apresentou uma performance espetacular, porque pagar R$100 bilhões em um ou dois anos é algo, para o Brasil de hoje, difícil de entender. Isso é muito difícil de ser compreendido, porquanto sabemos que esse arrocho na economia brasileira não permite essas performances espetaculares, como nesse caso.

Então, sobram apenas dois pontos a serem explorados. Primeiro, que a performance administrativa da Geap seja extremamente superior à da iniciativa privada – o que não sei se é possível, visto que normalmente as empresas de iniciativa privada apresentam, diferentemente, uma performance melhor do que as públicas ou semipúblicas – ou, senão, que o lucro das empresas privadas seja astronômico. Isso me parece estranho, porque existe uma competição monumental nesse mercado, o que evitaria que esse lucro chegasse a esse nível. E elas vivem, como é de conhecimento geral, em uma dificuldade financeira muito grande.

Eu colocaria esses dois temas, incluindo a questão que o Senador Sérgio apresentou com muita propriedade. Tudo bem que não seja obrigatório fazer a licitação, mas por que não fazê-la? Penso que também não é proibido fazê-la. Pode ser que não seja obrigatório, mas não seria proibido fazer a licitação.

Em segundo lugar, eu gostaria que se explicasse melhor essa contabilidade, que permite que uma empresa, que é administrada, que recebe uma remuneração tão inferior àquela que recebe a iniciativa privada e que, além disso, apresenta um componente social que outras empresas privadas não oferecem, mesmo assim, apresente uma performance tão brilhante, tão extraordinária, incomum a qualquer entidade brasileira, quer seja ela privada ou pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que abreviassem, porque os expositores precisam se ausentar. Peço que todos façam as perguntas para posteriormente a Mesa responder.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar quero enaltecer a realização desta audiência pública e dizer que foi extraordinariamente boa em termos de esclarecimentos, de dirimir dúvidas que surgiram nos debates, neste Senado e nos meios de comunicação. Eu diria que foi essencial. Penso que esse procedimento tem que ser adotado em relação a quaisquer dúvidas que aconteçam em quaisquer áreas da Administração Pública Direta ou Indireta. Essa é uma função nossa também, inclusive como membro do Partido dos Trabalhadores, dizer que tudo tem que ser esclarecido. Hoje em dia, a população deseja transparência, ética, conhecimento sobre o que está acontecendo e, principalmente, sobre a aplicação do dinheiro. O problema do Brasil não é apenas o desvio do recurso público, mas também sua adequada aplicação. Quero enaltecer pelos esclarecimentos dados.

Quero voltar ao depoimento do Senador Eduardo Azeredo, no começo da audiência pública, e fazer, em função da argumentação de S. Exª, duas perguntas. Como sempre, o depoimento de S. Exª foi bastante sensato, ponderado, com um pé muito forte na realidade e uma boa visão de futuro. A primeira pergunta se refere novamente às licitações, mas não do ponto de vista que está sendo abordado aqui. O Senador Eduardo Azeredo afirmou que existe a contratação de médicos e laboratórios sem o devido processo de licitação. Quer dizer, a Geap estaria contratando laboratórios, médicos, a infra-estrutura na área sem o processo licitatório. A Geap tem que fazer a licitação de acordo com as normas do Tribunal de Contas da União, que vigoram des-

de o ano passado. A orientação do Tribunal de Contas da União provocou mudança na IN-1, da Secretaria do Tesouro Nacional, subordinando todas as associações e fundações que recebem recursos públicos a fazer o processo de licitação: carta-convite, dependendo do valor, tomada de preços ou o próprio processo de licitação. Essa dúvida levantada pelo Senador Eduardo Azeredo, totalmente pertinente, já estaria ultrapassada, se o Geap estivesse adotando procedimentos preconizados pelo Tribunal de Contas.

A segunda pergunta é a seguinte: questionou o Senador Eduardo Azeredo e outros Senadores o fizeram na seqüência, se não haveria a opção por parte do servidor de engajar-se, aderir a um outro plano de saúde, que não fosse o da Geap, ou existe a obrigatoriedade. Também diria que isso está ultrapassado, por causa do Decreto nº 4.978, depois alterado pelo Decreto nº 5.010. Na minha ótica, existe a opção. Caso, por exemplo, a associação de funcionários da Petrobrás decidisse por outro plano, esse outro plano teria que se subordinar ao processo de licitação, também não a Geap. Pela leitura que faço do decreto, a associação dos funcionários da Petrobrás deveria subordinar-se ao processo de licitação.

Nesse sentido, parece-me que a dúvida levantada pelo Senador Eduardo Azeredo estaria ultrapassada, a não ser que a minha leitura estivesse equivocada. Está equivocada? Então, gostaria de perguntar como V. Exªs vêem a opção, caso minha leitura esteja equivocada, a opção levantada pelo Senador Eduardo Azeredo, caso essa seja a decisão da associação representativa. Não ficou claro para mim isso.

Quanto à última pergunta, eu apenas gostaria que me esclarecesse um pouco mais em relação à estrutura da Geap no Brasil. Pagamentos? Por exemplo, o local físico? Onde funciona a Geap? O prédio é de quem? Ela paga luz, água, telefone, obrigações sociais, INSS? Pois se trata de uma entidade sem fins lucrativos. Esse "sem fins lucrativos" significa que tenha os documentos, a questão dos certificados da assistência do Ministério da Justiça, como é essa infra-estrutura em termos de Geap no Brasil?

De qualquer forma, são as três perguntas, para dizer que para todos nós, Senadores, para os meios de comunicação, enfim, para a sociedade brasileira foi essencial a realização desta audiência pública, a partir da qual podemos aprofundar-nos no entendimento, na compreensão e na consolidação de caminhos, e a participação do Senado é essencial nesses aspectos todos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria primeiramente de parabenizar V. Exª por esta iniciativa, já que esta discussão aqui tem se mostrado, a meu ver, tremendamente positiva. E, ao contrário de outros Senadores, saio daqui ainda cheio de dúvidas, as quais levantarei, provenientes desta discussão.

Uma entidade patrocinada, de alguma maneira, pelo setor público, pelo Governo Federal, cujas qualidades ninguém desconhece, bem como os serviços prestados à comunidade de servidores públicos brasileiros, tem a obrigação de esclarecer em qualquer momento – obrigação da transparência que hoje é essencial à democracia brasileira.

Por isso, quero fazer algumas perguntas, começando por uma pergunta já feita pelo Senador Sérgio Guerra, que parece não ficou bem esclarecida na minha opinião. Acho que esta discussão remeterá a um debate mais antigo ainda, o que, parodiando o aqui dito, lembra-me também uma expressão francesa, só que de duas palavras: **déjà vu**.

A discussão se remete não somente à qualidade dos serviços prestados, mas, no ano passado, passamos aqui todo o tempo discutindo: quem paga a conta dessa qualidade? O que foi a discussão sobre a Previdência, que tanta polêmica trouxe nesta Casa, quando o Governo claramente mencionou, com todas as letras, com toda a veemência, que não podia pagar, por exemplo, uma aposentadoria ou um benefício maior porque simplesmente não tinha condições fiscais já que o desequilíbrio do País seria prejudicial para todo mundo.

O que estamos discutindo aqui, a meu ver, remete à mesma questão: quem paga essa conta? Devemos ou não, a sociedade brasileira como um todo, pagar parte dessa conta? Não estou entrando no mérito se devemos fazê-lo ou não, mas levando à discussão que devemos deixar claro à sociedade brasileira quem paga essa conta.

O Senador João Tenório fez uma observação muito clara de que não entende como as entidades privadas – que estão em grande crise financeira, cobram mais do que a Geap e dão serviços, como o levantado aqui, menores do que a Geap – têm condições de pagar, em um ano de exercício, R$100 milhões de dívida.

A advogada Srª Denise está sorrindo. Eu disse alguma coisa engraçada? Costumo caprichar nas minhas piadas e essa eu mesmo não tinha entendido ainda..

Olhando o balanço, verifiquei que há um prejuízo, no primeiro trimestre do ano passado, de R$180 milhões. Verifiquei uma conta que me chama muito a atenção, Drª Regina, em que houve uma reversão de provisão que passou de 500 milhões negativos para 120 milhões positivos. Eu gostaria muito de saber de

onde vieram esses recursos, quem pagou esse dinheiro e como foram formados esses recursos, pois, essa, para mim, é a questão fundamental, também nessa discussão. Gostaria de saber se essa é uma entidade que está sendo basicamente bancada pelo Governo Federal, pelo Tesouro, ou seja, por todo o conjunto da sociedade brasileira ou não, se ela existe apenas com relação aos benefícios pagos pelos servidores e pelo respectivo patrocinador, no caso.

Essa é uma questão que gostaria de ver esclarecida, porque é a primeira vez que vejo num balanço público 124 milhões de reversão positiva. Isso me chama muito a atenção, e eu gostaria de saber de onde vieram esses recursos.

A outra questão que pergunto é se existe algum plano atuarial nessa empresa, porque também me chamou muito a atenção o fato de uma empresa que fatura de R$50 milhões a R$60 milhões por mês e que, com o provável monopólio futuro, passaria a faturar muito mais do que isso ter uma reserva de apenas R$20 milhões. Não sou do ramo e gostaria de saber fazer essa relação entre a reserva e o faturamento. Gostaria de saber a situação atuarial ou se existe algum projeto ao qual possamos ter acesso imediatamente, para entendermos melhor essa questão.

A outra questão, também remetendo a uma discussão que já estamos vendo nesta Casa, refere-se ao marco regulatório, ao respeito pelas agências. Pergunto se esse tão discutido decreto que levou ao monopólio foi feito por iniciativa da Agência Nacional de Saúde, que me parece ser a responsável pela montagem e pela modelagem do sistema de saúde, seja privado, seja público no País.

Registro que queremos esclarecer. Consideramos a Geap formidável. Queremos que ela exista. Queremos apenas conhecer – como é nosso dever, nesta Casa – o funcionamento, quem banca, de onde vem, a transparência, por que é de uma maneira ou de outra. Não existe o menor intuito de desestabilizar nem diretoria nem diretores, muito menos Ministros. Essa idéia de desestabilização provém muito mais de um complexo de perseguição que tem surgido ultimamente. Gostaria que as pessoas que estão sofrendo desse complexo soubessem que a Geap oferece serviço de psiquiatria para esse tipo de problema.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Hélio Costa, V. Exª não pediu a palavra pela ordem, e eu passei a palavra ao Líder.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – De acordo com o Regimento Interno, eu não preciso ser citado nominalmente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito bem. Então, V. Exª reivindica o Regimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Evidentemente, estou colocando a carapuça.

O SR. (Orador não identificado) – Não, mas não me referi a V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não?

O SR. (Orador não identificado) – Não. V. Exª é são. V. Exª é uma das pessoas de melhor sanidade mental nesta Casa, de uma absoluta saude mental.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Está certo, muito obrigado. Que bom!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, ilustres depoentes, Drª Denise, Drª Regina, Dr. Horácio, Dr. Fausto e Dr. Celso, começo partilhando com V. Sªs um problema meu, pessoal e familiar. Tenho quatro filhos, um deles, que é independente, diz para mim: "Meu pai, você fazia pior do que eu no seu tempo." Agora, o grave é a minha filha Carolina, linda, Drª Dayse, uma menina linda, uma gracinha, uma gata mesmo, de nove anos, a quem disse: "Vocês têm que dormir cedo, para acordar amanhã; você não pode ficar vendo televisão o tempo todo." Aí minha filha respondeu: "Papai, você está fazendo oposição sistemática a mim." Aí meu filho Juliano, de treze anos, disse: "Meu pai, você não me engana mais. Você quer me desestabilizar com essa história dos horários." E minha filha Nicole, que também é linda, parece com a Carolina, sendo loira, disse: "Papai, eu já tenho dezenove anos. Se você continua dando esse palpite na minha vida, você está namorando com o perigo, eu vou acabar saindo de casa. Você está namorando com o perigo!"

Por causa dos senhores e sobretudo das senhoras, tive uma discussão muito saudável com um colega meu de Bancada. Eu acompanhava, pela TV, o desenrolar das discussões aqui, quando ele me disse o absurdo de que as duas depoentes teriam sido descorteses com os Senadores. Ao que respondi: "De jeito algum! Elas estão demonstrando segurança." O que tem faltado para o Governo no caso Waldomiro, por exemplo, está sobrando aqui, a ponto de alguém ter falado aqui em CPI. Eu tenho a impressão de que, se propuséssemos uma CPI do Geap, o Governo toparia. Ele não topa a do Waldomiro, mas essa aqui ele toparia.

Eu tive o cuidado, Drª Denise, Drª Regina, Dr. Preta, Dr. Santos, Dr. Barros, depois de ouvir determinada assessora convidada pelo Senador Tasso Jereis-

sati para nos tirar da escuridão nesse episódio Geap, de perceber que seria prematuro falar em escândalo. Não sei se chegaram a acompanhar – seria uma honra muito grande se tivessem feito isso – o meu pronunciamento, sempre modesto, em que eu disse: "Olha, eu considero que o caso Waldomiro é escândalo, sim!" E eu não tenho certeza se isso aqui é um escândalo. Noto indícios de irregularidade. Há discrepância minha quanto à questão. Parece-me, sim, que há partidarismo, pois é a primeira vez que se tem nomeação por critérios partidários, embora eu reconheça o valor dos senhores e das senhoras. Mas faço questão de tirar isso do rol dos escândalos, porque não é.

Estou convencido até de que se eu agisse como certas pessoas agiam no passado recente e viesse "espiroqueteadamente" a propor uma CPI, creio que até topariam, porque tenho certeza de que poderia sair irregularidade para cá e para acolá. Mas não estou sentindo cheiro de corrupção.

Hoje digo isso porque ouvi o Ministro José Dirceu ontem na reunião com mais um desabafo. Compreendo o desabafo. Aceito, tenho que aceitar e compreendo. Lamento o sofrimento do ser humano, claro que lamento, mas não posso aceitar que o Ministro diga que a Oposição está desestabilizando o Governo, talvez porque S. Exª tivesse presidido um Partido que quem sabe, ao propor suas CPIs, pensasse em desestabilizar o Governo, o que eu não faço. Quando proponho CPI, quero investigar. Se eu quisesse desestabilizar o Governo, faria, quem sabe, uma ação armada. Eu não penso nada disso.

O Ministro não pode dizer que a culpa é da Oposição, nem da imprensa, porque ela noticia. Não fui eu que apresentei o Waldomiro para S. Exª; não fui eu que nomeei o Waldomiro; o seu Cachoeira também não fui eu que envolvi nessa história.

É bom colocarmos os pingos nos is e deixar bem claro que estamos exercendo aqui algo que é republicano, ou seja, ganhe a eleição, governe e por favor tente o Governo governar melhor do que está fazendo. Perdi a eleição, o que faço eu? Vou me pendurar num cargo público? Vou colocar apadrinhado meu? O que faço eu? Vou aderir ao Governo? E o Governo fica sem a fiscalização modesta, pequena que possamos dar com a nossa contribuição, eu repito, modesta. Ou eu cumpro com o meu dever republicano e democrático de me opor,sim, no meu estilo, como – digamos assim – o resultado da análise que faço dos problemas?

Estamos aqui vivendo algo normal. Portanto, comigo as senhoras podem ficar à vontade e falem com toda liberdade, porque eu quero confessar algo pessoal: tenho um lado masoquista, admiro quem joga duro comigo. É um lado masoquista, o que eu vou fazer? E admiro muito meus adversários bravos, aqueles que vão à luta comigo pra valer. Aquilo não serviria nunca para ninguém, mas, se tiver no Geap um negócio para curar esse mal, já estou me candidatando a ir.

Ligou agora uma senhora, a Srª Maria Rosa Fonseca, dizendo que ela paga R$ 35, sim, mas, ela paga mais 30% dos serviços. Ela ligou agora, neste momento, deixou um recado aqui, pedindo que eu falasse. Não sei sequer se tem fundamento ou não, mas já registro por aqui.

Doutores e Doutoras, pergunto se o decreto é regulamentador ou autônomo em relação ao que dispõe a Lei nº 112/90. Pergunto, serei sucinto – tinha aqui outro arrazoado, mas serei bem sucinto –, atendendo a nossa Presidente e ao adiantado da hora, enfim, que outras entidades foram, se foram, ouvidas pela Casa Civil para a elaboração do Decreto. São essas duas perguntas que tinha a colocar.

E, portanto, peço desculpas por ter partilhado com vocês um momento íntimo. Enfim, é que essa moda está pegando, meus filhos estão atrevidos, é uma coisa impressionante. A que está me preocupando mais é a Nicole com aquela história de dizer que estou namorando o perigo, e a "bichinha" está ameaçando sair de casa, porque diz que eu estou namorando o perigo. Então, é um negócio complicado.

Muito obrigado a vocês.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia, última oradora inscrita.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senadora Lúcia Vânia, senhores convidados, diferentemente de alguns, sinto-me bastante esclarecida em relação ao assunto. Inclusive estou me questionando, não sei se preciso fazer algum teste, porque me considero igual a todos. Não me acho melhor nem pior que ninguém. Portanto, estou na dúvida, porque eu compreendi bem as razões e porque, às vezes, as pessoas insistem em perguntar a respeito de questões que já foram aqui esclarecidas. Como, por exemplo, perguntar por que a Geap (Fundação de Seguridade Social) não está fazendo concorrência, por que não foi feito concorrência, como se o decreto estivesse obrigando que a única alternativa fosse esta, que não tivesse claro o convênio ou o contrato, enfim.

Também está claro que a Geap não participa de concorrência como a Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil). E eu, como funcionária do Banco do Brasil, licenciada sem vencimentos, associada da Cassi, quero dizer que os funcionários não querem abrir mão, de forma alguma, da autogestação da nossa caixa de previdência, nem que ela seja de gerida de outra forma que não contemple a nossa participação. É muito difícil, eu sei, obter-se

sem a nossa sociedade um avanço que, na verdade, foi conquistado pelos trabalhadores, os quais são responsáveis e capazes de administrar seus próprios fundos de pensão ou suas caixas de assistências, como no caso da Cassi.

Então, isso a sociedade não compreende. Não diria nem que a sociedade não compreende, diria que alguns têm dificuldade em compreender. Na verdade, considero que avanço democrático se dá quanto mais controle da sociedade se tem sobre tudo que é público.

Parabenizo a Drª Denise e a Drª Regina por terem nos esclarecido bastante. Agora, há um ponto que não consigo entender e diz respeito à necessidade ou não do tratamento de saúde. Considero-o meio esquizofrênico. Fala-se aqui em partidarização. A Drª Regina disse que só trocou um diretor, só trocou cinco superintendentes. Não sei quem partidarizou: a administração anterior, que já teria escolhido todos e todos já eram do nosso Partido, que é vencedor. Porque, se ela não trocou, só trocou um, ficaram todos, e estão dizendo que é partidarização, então, estou achando que há aí certa esquizofrenia. Mas esquizofrenia também tem cura.

E queria, só por curiosidade, saber o salário da diretoria executiva, por exemplo, de outras empresas de saúde.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agora, passo a palavra a Drª Regina, para que ela possa responder aos Srs. Senadores.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Vou responder conforme a recomendação feita pela Senadora para toda esta Casa que é de mútuo respeito. Sou uma convidada e acho que devo me comportar como tal; e gostaria de ser tratada como uma convidada da Casa. Vim prestar os meus esclarecimentos e sempre virei a esta Casa com o maior respeito. Sei que as pessoas que vêm aqui também são respeitadas. Vou repetir mais uma vez. Sei que alguns Senadores chegaram atrasados e não ouviram as explicações que dei desde o início da audiência pública.

A Geap tem dois planos de saúde: um plano, Senador Jereissati, é o Plano Saúde do Funcionalismo, chama-se Geap Saúde. O outro é o Geap Família. Eles têm contabilidades distintas, Srs. Senadores. Nós não misturamos o dinheiro dos servidores titulares com a carteira dos familiares. A reserva técnica que mencionei, Senador, de R$20 milhões – e que não conseguiram entender – é um valor relativo ao plano Geap Família, ou seja, são os familiares dos servidores. Nessa carteira são 80 mil pessoas. Eu arrecado nessa carteira em torno de R$4 milhões a R$5 milhões por mês para operar o plano de saúde deles. De acordo com a Lei 9.656/98, que ajudei a escrever nesta Casa ao lado do Senador Lúcio Alcântara, se não for uma autogestão, é preciso ter uma reserva técnica. Essa reserva técnica é de um orçamento mês. Vou esperar, Srª Senadora, porque senão terei de repetir esta explicação. Um orçamento mês, portanto, que eu teria, de acordo com a regulamentação da ANS, seria de R$4 milhões... Eu tenho R$20 milhões de reserva. Plano atuarial, nós o temos. Está aberto aos Srs. Senadores no momento que queiram. Temos um funcionário que é atuário e que faz os diversos planos atuariais, inclusive para os Ministérios.

Por que há essa diferença que os senhores Senadores têm dificuldades de analisar no orçamento? Porque no final do primeiro trimestre – é bom que se diga que não era eu a Diretora, é bom que se diga, só entrei na Geap no final de junho do ano passado. No início da minha exposição, eu disse que estava há apenas sete meses à frente da Geap e que antes o diretor era do Governo anterior. Por que há essa mudança no final do primeiro trimestre e início do segundo trimestre? É nesse período que os Ministérios negociam a atualização dos valores. Por exemplo: eu recebi no ano passado R$32 **per capita** de cada Ministério. O Ministério agora, de acordo com o Orçamento previsto da União, nos passará, ao Executivo, R$35. Aqui, o Legislativo orçou que V. Exªs contribuirão com R$80 para os funcionários. Bem diferente do Executivo, em que serão só R$35. O Judiciário, por sua vez, participará com R$64. Mas, no Executivo, ficaram orçados apenas R$35. Este valor de R$32 para R$35 mudará agora no final do primeiro trimestre, início ou meio do segundo trimestre. Nesse período, todos os Ministérios sentam-se e negociam, atualizam valores, ou não. Por isso, de repente, há um superávit no meu orçamento. Como se V. Exª pegasse, em todos os anos anteriores, veremos que sempre no final do primeiro trimestre e início do segundo há esse tipo de mudança. A Geap vem, muitas vezes, trabalhando com valores que estão dentro do custeio ou abaixo dele, e, de repente, fica superavitária. Por quê? Porque exatamente nesse período ocorre a mudança, o reajuste de eventual valor que cada Ministério negocia dentro do Orçamento previsto da União, dentro daquele valor teto, como, por exemplo, os R$35 que ocorrem nesse ano. Então, com certeza, a mudança desses valores está relacionada com essa questão.

De qualquer maneira, a Geap coloca à disposição de V. Exªs toda a prestação de contas. Podem ir lá. Temos a seção de finanças, e a contabilidade está absolutamente aberta para haver um entendimento até melhor. Como não sou economista nem contadora, posso estar deixando de passar ou de valorizar al-

gum dado importante. Então, para que isso não ocorra, deixo aberto para esta Casa o departamento. Na hora em que quiser, poderão ir lá e conversar com os profissionais e especialistas que estão e poderão dar a V. Exªs todas as explicações e entregar-lhes toda a documentação que for necessária.

O Senador Flávio Arns falou sobre a necessidade da licitação, Senador. A Geap, como os outros planos de saúde no Brasil, não faz licitação; ela faz credenciamento de profissionais e serviços de laboratório. Isso está regulamentado pela Agência Nacional de Saúde, por uma portaria e por toda a outra regulamentação. Todo mundo faz credenciamento desses profissionais. V. Exª me pergunta: quem faz esse controle? A própria sociedade ou o assistido. Por exemplo: quando há denúncia sobre a prestação de serviço ou sobre aquele profissional... Muitas vezes, Senadores e Deputados indicam serviços. O que eu faço? Digo: em geral, os serviços indicados passam pelo Conselho Consultivo e Deliberativo. O que a Geap faz? Eu lhe dou o direito de fiscalizar o serviço dele, ver se ele oferece um serviço adequado. Se não estiver dentro dos padrões definidos pelo próprio Consult e Condel... Por exemplo, perguntaram se eu tenho serviço de psiquiatria. Nós o temos à disposição dos Geapianos, lógico, mas outro dia nós deixamos descredenciar um serviço de psiquiatria. Por quê? Embora precisássemos de mais serviços de psiquiatria naquela cidade, nós mandamos a nossa equipe de vistoria; ela foi, vistoriou o serviço e constatou que ele não estava de acordo com o padrão técnico exigido pela Geap. Então, quem define esses padrões técnicos são os gestores, que são os servidores, mediante o Consult e o Condel. Eu faço proposições técnicas, dentro do campo técnico da área da saúde, que é o meu campo, e eles discutem a propriedade ou não. Esse não é um privilégio da Geap; isso é feito por todos os planos de saúde, todas as autogestões, todas as medicinas de grupo, todas as Unimeds. O que exigimos? Currículo do profissional – obviamente diploma, se é médico –, se ele fez residência médica, se ele fez pós-graduação na área, quais os certificados que ele tem. Se V. Exªs quiserem, poderão examinar também o nosso setor de cadastro de profissionais e serviços, que está à disposição do Senado. Podem avaliar e verificar se há alguma impropriedade que não seja do ponto de vista técnico. Todos os critérios utilizados ali são técnicos. Profissionais e serviços são contratados mediante a política definida pela instituição. Eu, como membro da Câmara de Saúde Suplementar, afirmo que esse é o critério que todas as operadoras usam, todas as auto-gestões. Então eu não trabalho nem pior nem melhor; eu trabalho igual ao padrão preconizado por esse setor que atua no mercado.

Penso que a estrutura da Geap...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só para fazer uma observação. Eu sugeriria, fruto desta audiência, que o Dr. Fausto, talvez, na seqüência, visse que a orientação da Agência Nacional de Saúde é anterior à nova decisão do Tribunal de Contas. Isso deve ser investigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Flávio Arns, o Dr. Fausto falará logo em seguida.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Desculpe-me.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Concluo.

A questão da estrutura da Geap. A Geap atua com superintendências e representações, dependendo do número de assistidos que se tem por Estado. Na grande maioria dos Estados são superintendências. Temos nossos funcionários, contratados por nós, que fazem a administração dos planos nos respectivos Estados.

Embora a Fundação tenha atuação em todo o território nacional, posso afirmar que é a Fundação que tem a maior capilaridade no Brasil depois do SUS, porque temos assistidos e serviços em 3.843 municípios, perdendo apenas para os Sistema Único de Saúde, que tem a cobertura de praticamente cem por cento. Mas não cem por cento, porque, inclusive, não há médico em todos os municípios brasileiros.

Em todos esses Estados trabalhamos, no Brasil todo, com 1.100 funcionários. Inclui a Geap Nacional e as 27 representações ou superintendências que temos nos Estados. Temos dois prédios: um próprio, no Espírito Santo, muito problemático, que estamos tentando vender, porque está bastante deteriorado, uma área pequena, e temos um prédio, uma área física, que é própria, aqui da Geap Nacional. Os demais prédios são alugados. A maioria é uma sala, um andar, depende do número de assistidos, com esse número total de 1.100 funcionários.

Essa é a estrutura básica com que a Geap trabalha em todo território nacional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Só um esclarecimento para o Senador Tasso Jereissati.

Na verdade, a Agência Nacional de Saúde regula, a partir da Lei nº 9.656, o setor de saúde suplementar, inclusive com a exclusão, prevista na lei, dos institutos públicos estaduais. A lei não abarca, no seu aspecto regulatório, os institutos estaduais. Hoje, o marco legal que trabalhamos é essa questão da regulação do setor privado de saúde suplementar.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só um esclarecimento: a Geap não se enquadra como entidade fechada de previdência complementar?

O SR. PEREIRA DOS SANTOS – Não. A previdência complementar não é uma questão que está sob

jurisdição da ANS, mas da Secretaria de Previdência Complementar. São duas coisas distintas.

O que acontece é que a Geap e algumas outras instituições no Brasil que têm as duas características. Mas tanto a Secretaria de Previdência Complementar quanto a ANS têm recomendado e têm apontado a necessidade da separação, inclusive, desse tipo de operação. São duas operações distintas, com regras distintas, com legislações distintas.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O senhor concorda, como Agência, que é necessário um esclarecimento sobre a posição da Geap do ponto de vista jurídico?

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Com certeza. Esse é o entendimento. Coloquei na minha primeira fala que temos entendimento de que são duas atividades distintas que precisam passar por um processo de separação.

A outra questão que gostaria de colocar, Senador Flávio Arns, é que a Agência acaba de normatizar a relação prestadora/operadora, por meio do regime contratual para os prestadores hospitalares e clínicas, possivelmente amanhã ou depois de amanhã, editar a contratualização dos profissionais médicos, dentistas ou que trabalham em consultórios, que estabelece um regramento mínimo.

A questão se a Geap tem de licitar ou não sua prestação de serviços atualmente não está sob a regulamentação da Agência Nacional de Saúde. Essa questão está afeta ao entendimento da natureza jurídica da instituição, ao entendimento do Tribunal de Contas, que V.Exª informou, à instrução normativa do Tesouro Nacional e à Lei nº 8.666. Esse é o escopo que regulamenta a questão.

A definição da ANS sobre o formato de regulamentação determina o regramento mínimo que deverá constar dos contratos a serem assinados entre os prestadores de serviços – sejam eles hospitais, clínicas e/ou pessoas físicas – e as operadoras, até porque a lei não avança em relação ao alcance da mão regulatória dos prestadores de serviços.

Entendemos e defendemos que, na revisão da legislação que deverá ser feita por esta Casa, seja analisada a necessidade de que sejam regulados também os institutos estaduais que prestam assistência à saúde, mas não estão atualmente nem sob a regulamentação do SUS, nem da saúde suplementar. Existe um vazio regulatório para esses institutos estaduais. Também pensamos que devem estender a regulação para os prestadores de serviço, por entender que a legislação deveria abarcar toda a cadeia de produção da atenção à saúde.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto ao Dr. Celso se ainda deseja falar.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, eu havia feito uma pergunta.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Sobre a remuneração nas cooperativas, Senadora?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não. Sobre a remuneração da diretoria executiva. Eu sei que a Unimed é uma cooperativa.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – A remuneração é fixada pelos sócios em assembléia geral ordinária.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor tem idéia de quanto seja? É apenas uma curiosidade.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Varia de acordo com a capacidade das cooperativas e é decidida pelos donos em assembléias gerais ordinárias convocadas para prestação de contas, como conselho fiscal.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor tem o direito de não querer responder a pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço a atenção dos Srs. Senadores para o seguinte fato: a Drª Regina está aqui desde as 10 horas, respondendo pacientemente todas as perguntas. Peço a compreensão dos Srs. Senadores e que sejam bem rápidos nos seus últimos questionamentos, porque ela veio para cá com a determinação de sair ao meio-dia, mas já ultrapassamos duas horas do horário estabelecido por ela. Portanto, pediria aos Srs. Senadores que fossem gentis e considerassem a paciência e a educação com que a Drª Regina respondeu a todos os Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, serei muito breve. Peço ao Dr. Celso Corrêa de Barros, que tem certamente conhecimento das instituições da qual faz parte, que nos informe sobre a variação dos salários dos diretores executivos de empresas prestadoras de serviços de saúde, dos principais diretores. Uma pessoa que tem responsabilidade semelhante à da Srª Regina Parizi Carvalho, numa instituição de prestação de serviços médicos de natureza privada, tais como as que o senhor conhece, quanto receberia de remuneração? O senhor poderia nos dizer, como exemplo, se seria em torno de R$15 mil, R$20 mil, R$25 mil? Poderia nos dar um exemplo, dizendo dos principais executivos dessas empresas? Os salários seriam superiores? Peço apenas essa informação. Não precisa citar nomes de pessoas nem sua remuneração; cite apenas um exemplo. Foi isso

que a Senadora Ana Júlia perguntou, pelo que pude entender.

Finalmente, eu sei que esse esclarecimento foi dado, mas gostaria de fazer uma observação. Como foi informado, acredito pela Drª Regina e pela Drª Denise que a Geap até se colocou à disposição do Tribunal de Contas para ter suas contas averiguadas, se a Geap tem a característica de uma instituição pública, por que razão o Tribunal de Contas estaria se recusando a examinar as suas contas? Como o Tribunal de Contas é um órgão que auxilia o Congresso Nacional a examinar as contas públicas, talvez o Dr. Fausto Pereira do Santos ou a Drª Denise poderiam até esclarecer, porque eu não tenho essa resposta. Se o Congresso Nacional solicitar que o faça isso poderia ser portanto uma nossa iniciativa que, pelo que entendi, seria até bem aceita pela Geap?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para sua réplica.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Serei muito rápido e muito objetivo e, mais uma vez, queria dirigir-me à Drª Regina pois estou falando em prejuízo da Geap, porque estou vendo no balanço e teve prejuízo em gestões anteriores, não existe nenhuma tentativa nem intuito de fazer qualquer coisa de caráter pessoal, apenas esclarecer.

Prejuízo do balanço, não é de orçamento. Prejuízo do balanço, quem cobre o prejuízo do balança? De onde vieram, como foi formado o capital que fez uma reversão de revisão de 140 milhões? Isso é muito importante e para mim não foi esclarecido e pediria também até a minha querida amiga, Senadora Ana Júlia, que entendeu muito bem e depois S. Exª me explique e vai me ajudar, mas agora essa pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De maneira bem breve com a pergunta que não vi respondida sobre se outras entidades foram ouvidas pela Casa Civil e, se foram, que entidades foram essas ou se foi apenas a Geap?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Dra. Regina para responder as perguntas e fazer suas considerações finais.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Eu gostaria de agradecer ao Senador Tasso Jereissati e já ofereci a possibilidade de S. Exª ir àquela casa para receber todas informações, com certeza, com muito mais propriedade do que aquelas tanto minhas como as formulações. Tenho condições de verificar todos esses dados porque, como já disse, esse período que V. Exª aponta não é da minha gestão, é da gestão ainda anterior do governo. Penso que todas essas informações, como já repeti novamente nessa reversão, mudança, quem paga o déficit? São os servidores.

Hoje, estou devendo 20 milhões, estou pagando ainda, dívidas que herdei do governo anterior, ainda estou pagando, ainda estou pagando os 20 milhões. Como pago? Com discussão, com crédito, paciência, tolerância do meu rede prestadora, estou devendo para os meus hospitais. Na medida em que vou recebendo, devendo para os médicos, devendo para os profissionais, que, aliás, as outras operadoras fazem a mesma coisa.

Na medida em que recebemos no mês, o que fazemos? Vamos acertando as contas com a rede prestadora. Portanto, deixo em aberto para o Senador, toda documentação necessária para ele ir àquela casa para verificar isso. Até porque, como disse a Senadora, estou desde ás 10 horas da manhã respondendo as perguntas, respondi a todas com a maior paciência e respeito. Creio que, neste momento, já estamos repetindo. Já fiz as contas, houve uma pergunta que já respondi cinco vezes. Já estamos passando para um outro tipo de relação. Não é possível. Mas agradeço muito a possibilidade de estar hoje aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A senhora, realmente, é uma simpatia.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Voltarei quantas vezes forem necessárias para responder a todas as perguntas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Drª Regina, lamento, a senhora deve ter passado por um dissabor, mas...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só entre nós dois aqui, o pessoal aqui é chato mesmo, a senhora tem toda razão; eles repetem as perguntas. Ora, a senhora veja esta minha conversa sobre o Waldomiro. Todo dia falo sobre essa história, sou chato, reconheço isso. E novamente os meus filhos dizem: ô pai chato. Eles gostam de mim, mas reconhecendo isso. A senhora tem razão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A senhora está bem melhor.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Júlia. Sinto muito que os Senadores interrompam a fala da Drª Regina, que está...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Era exatamente isso que eu ia pedir, Presidente. Quando pedi um esclarecimento, a Senadora imediatamente me cortou. E não está acontecendo isso. Chamo a atenção para o fato. Talvez ocorra porque são mulheres, assim o desrespeito acaba acontecendo. Como mulher não aceito este tipo de comportamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Drª Regina.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Pois é, não tenho este tipo de problema, até porque sei que todos os homens nasceram de nós, mulheres. Certo? (Palmas.)

Portanto, eu gostaria até de fazer esta pergunta para a Srª Presidente, que foi muito gentil, muito correta. Penso que a minha missão aqui foi cumprida: exercer e esclarecer à exaustão todas as dúvidas; verificar livros orçamentários de balancetes. Só para V. Exªs terem uma idéia, antes de ontem, assinei cerca de 200 livros, só dos balancetes, a contabilidade da Geap, os quais coloco à disposição dos Srs. Senadores para verificarem todos os itens, todas as dúvidas que houver neste campo. Mais uma vez repito que foi uma satisfação muito grande, Senadora Presidente, vir aqui, hoje. Coloco-me à disposição e sei que o Conselho Consultivo, o Conselho Deliberativo, enfim, todos os órgãos da instituição estão à disposição para prestar todos os esclarecimentos, todos os dados necessários aos Senadores.

Agradeço muito a colaboração, a paciência e o respeito com que fui recebida nesta Casa.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sérgio Guerra, eu passarei a palavra a V. Exª após ouvir todos os representantes da Mesa, porque, do contrário, fica difícil conduzir os trabalhos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu teria apenas uma observação a fazer sobre as palavras da Drª Regina que não implica em contraditório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vou passar a palavra para o Dr. Fausto.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Quero dizer que, rigorosamente, ela teve extrema paciência, foi atenciosa com as perguntas que recebeu, porém, no caso, por exemplo, de informações de caráter econômico, remeteu o problema à contabilidade da instituição que dirige, não deu nenhuma resposta às perguntas feitas.

A SRª REGINA – Claro.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Segunda questão: eu perguntaria apenas se não existe na sua instituição um relatório de auditoria independente, por exemplo.

A SRª REGINA – Há sim, da Trevisan Associados, contratada no governo anterior.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Seria o caso de a senhora se reportar a esse relatório.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Peço a palavra, Senadora, só para um esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Senador, vim preparada hoje, aqui, trouxe toda a documentação sobre irregularidades ou favorecimento da Geap quanto a um decreto presidencial. Não vim aqui, Srs. Senadores, sinto muito – e gostaria de ser respeitada na minha inteligência, também –, para prestar esclarecimento sobre questões da contabilidade, o que posso fazer. Proponha à Senadora que marque um outro momento, assim trarei todos os livros, prestarei conta da Instituição, ponto por ponto.

Não é uma questão de má vontade, repito novamente, de desrespeito, desconsideração. Mas também não quero... Senador Tasso Jereissati, sei que o Senhor é do Estado e companheiro de um Senador que respeito muito, que é o Dr. Lúcio Alcântara, com quem tive oportunidade de trabalhar muitas vezes, nesses anos passados. Não gostaria de dar uma informação incorreta para V. Exª. Não estou omitindo, não estou encobrindo os fatos, simplesmente não gostaria de dar os dados, não trouxe hoje porque não me preparei para responder a essas perguntas ou trouxe material sobre isso. Mas, como disse, ele está à disposição, tanto lá como também posso vir aqui, se for marcado um assunto neste campo. Não haverá problema.

Espero que tenha sido entendido perfeitamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Também tenho um compromisso, tenho reunião com a Bancada agora, às 14:30h.

Queria apenas saber se alguém me responde sobre a questão das entidades, se foram ouvidas outras entidades, ou se foi apenas à Geap pela Casa Civil, na hora em que ela estava auscultando sobre a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Drª Denise.

A SRª DENISE ABREU – Senadora, acho que a Senhora deve estar se reportando a uma reunião relatada na imprensa que houve na Casa Civil, é isso? É esse o seu questionamento? Só para eu entender qual é a pergunta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Saber se a Geap foi ouvida junto com outras entidades por

ocasião da elaboração do que virou letra de Lei, do ponto de vista do Governo.

A SRª DENISE ABREU – Deixe-me dizer uma coisa a vocês, porque acho que foi extremamente oportuna a sua pergunta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

A SRª DENISE ABREU – Por que já tentamos esclarecer isso na imprensa e, infelizmente, eles devem estar lá com as cartas todas arquivadas, mas elas não foram publicadas. Então, o Senhor está nos dando a chance...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, a ...foi ouvida?

A SRª DENISE ABREU – ...nos dando a chance de tornar pública uma distorção de informações. Em primeiro lugar, gostaria de dizer a vocês que foi realizada uma reunião, na Casa Civil – e quando falo em Casa Civil é Subchefia de Assuntos Jurídicos para a Casa Civil – porque cabia à Subchefia de Assuntos Jurídicos, e cabe ainda, fazer um estudo sobre a Geap, mas não só a Geap Saúde não. Estamos elaborando um estudo com relação à Fundação de Seguridade Social no tocante à prestação de saúde suplementar? É verdade, mas também a previdência, porque a Geap está constituída para as duas finalidades. E temos a incumbência de estudar exatamente essa questão. Vamos dividir em duas entidades, uma ficará com previdência e a outra com saúde? Continuará do mesmo jeito? Isso envolve análise jurídica. Há quem interprete que pode, há quem interprete que não pode. E para que possamos emitir um parecer conclusivo sobre a matéria, foi estipulado um prazo de 300 dias, para que pudéssemos resolver a situação como um todo, a questão saúde, a questão previdenciária. Para tanto, precisávamos de informações de subsídios sobre a entidade que está sendo analisada para verificação da manutenção da sua forma de instituição ou alteração. E, só por essa razão, a Geap foi escutada, porque ela será ou dividida ou mantida como tal. De nada adiantaria chamarmos alguma outra entidade que não tenha essa característica, que é previdência mais saúde. Isso é que foi objeto de análise na Casa Civil.

No que tange à matéria saúde, entendemos – acho que corretamente e asseguro porque tenho respaldo jurídico para isso –, que o necessário, no que diz respeito à matéria saúde, era a regulamentação de uma Lei, de 1990, e que nenhum governo havia regulamentado. E cabia a nós cumprirmos a Lei.

Então, essa sugestão da regulamentação da matéria de saúde já foi tirada dos estudos da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, e o que ainda está sob análise é a questão da Previdência. Será mantida como tal ou será separada?

Entendo a sua dúvida, porque realmente houve uma distorção de informação sobre essa matéria e a imprensa, infelizmente, não esclareceu o necessário. Se a reunião tivesse sido feita exclusivamente para a finalidade 'saúde', o senhor teria razão, teríamos que escutar as outras entidades. Mas não era essa a finalidade da reunião. Isso era uma reunião de trabalho, como de resto fazemos todos os dias reuniões de trabalho, é uma característica até do nosso Governo fazer várias reuniões, para definir qual o melhor formato, sob o ponto de vista do mérito, e a adequação jurídica de todas as normas que elaboramos para o Presidente da República assinar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ok, D. Regina, muito obrigado. Parabéns pelo pioneirismo da regulamentação.

Eu também já havia observado a característica do Governo de fazer reuniões sucessivas. Por isso, estranhei que seis ou oito entidades, na situação que teriam interesse tanto quanto a Geap, não teriam sido convidadas.

Mas agradeço a sua explicação. Parabéns de novo. Aliás, as reuniões só poderiam ser de trabalho, ali não cabia outro tipo de reunião, ...

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Sem dúvida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas parabéns pelo pioneirismo da regulamentação.

A SRª REGINA PARIZI CARVALHO – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Agradeço a oportunidade dada pela Comissão de Assuntos Sociais de retornar à Casa.

Coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessário sobre a questão da regulação do setor e dizer que brevemente voltaremos aqui já com a designação de novos diretores para a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Dr. Celso.

O SR. CELSO CORRÊA DE BARROS – Também gostaria de agradecer o convite e manifestar que, até no primeiro momento, como disse aqui, alguns Senadores não estavam, não tinham entendido o convite, já que não fizemos nenhum questionamento com relação à Geap nesse aspecto. E até conhecemos a Geap de outras histórias.

Reafirmo que me parece que a situação de salário, como eu disse, de remuneração dos dirigentes das cooperativas, são fixados pelas leis gerais ordinárias. Então, a assembléia de menor capacidade pode pagar a seus dirigentes três mil; de maior, dez mil, quinze

mil, e, evidentemente, isso é decidido pelos donos das cooperativas, espalhados pelo Brasil.

Muito obrigado e estou sempre à disposição desta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de encerrar, gostaria de fazer um agradecimento aos servidores presentes, não apenas da Geap, mas da Saúde, das Universidades, pela forma com que aqui se conduziram com elegância, com bom senso, ajudando a fluir os trabalhos.

Tenho certeza de que os grandes beneficiários deste debate foram os próprios servidores.

Para homenagear os servidores, encerro as minhas palavras, homenageando a Drª Regina, pela sua sobriedade, pela sua tranqüilidade e, acima de tudo, pela sua compreensão. Embora algumas perguntas tenham sido constrangedoras, no sentido de fazer uma oposição, ela soube conduzir da melhor maneira possível e honrou aqui todas as mulheres que hoje estão em qualquer função pública neste País, com toda a propriedade.

Portanto, Drª Regina, receba os meus cumprimentos, os cumprimentos de todos os Senadores desta Casa pela sua conduta, pela sua paciência e, acima de tudo, pelo seu bom senso.

Cumprimentando a Drª Regina, cumprimento também o Dr. Fausto e o Dr. Celso. Quero dizer ao Dr. Celso que a sua presença aqui nos honra muito. O convite foi feito a V. Sª pelo Senador Arthur Virgílio. V. Sª também trouxe uma colaboração enorme, sendo honesto nas suas respostas, objetivo, enriquecendo este debate.

Cumprimentar a Drª Denise, que, da mesma forma, se comportou da melhor maneira possível, respondendo com paciência a todas as perguntas.

Acredito que ninguém saiu daqui sem ter a sua pergunta respondida. É uma audiência pública que teria que ser polêmica, mas que, felizmente, em razão da compreensão dos Srs. Senadores, dos Srs. Servidores e da própria Mesa, conseguimos fazer com que esta audiência pública terminasse da melhor maneira possível, engrandecendo dessa forma o próprio Governo, que se colocou aqui de forma transparente, de forma objetiva, mostrando a todo o País que o Governo não foge ao debate, que o Governo não foge da transparência nem do desejo de acertar.

Portanto, recebam todos os meus cumprimentos.

Esta Comissão, mais uma vez, contando com a presença do Senador Suplicy e da Senadora Ana Júlia, se sente engrandecida por levar a todo o povo brasileiro o esclarecimento que o País queria a respeito desse assunto.

Acredito que as dúvidas que ficaram poderão ser esclarecidas pela Drª Regina, que estará lá à disposição dos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos à Srª Presidente pela maneira como está reconhecendo a atitude do Governo e de todos os participantes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, mas não foi fácil conduzir esta reunião.

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª legislatura realizada no dia 18 de março de 2004, quita-feira, às 11:00 horas.

Às doze horas e nove minutos, do dia dezoito de março de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) Cristovam Buarque, Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, Ramez Tebet, Papaléo Paes, Roseana Sarney, Eduardo Azeredo, João Tenório, Antero Paes De Barros, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Garibaldi Alves Filho, Antônio Carlos Magalhães, César Borges, Demóstenes Torres, Leonel Pavan E Eduardo Suplicy. A Senadora Patrícia Saboya Gomes e o Senador Flávio Arns justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta: **Item 1 –** Projeto da Câmara **nº 37, de 2003** que "Acrescenta à Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977 e a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, dispositivos relacionados com a segurança de turistas." Autora: Deputada Nair Xavier Lobo. Relator "**Ad Hoc**": Senador Reginaldo Duarte. Parecer: pela devolução da matéria à Mesa do Senado, para que a mesma redistribua à Comissão competente, por não ser atribuição da Comissão de Assuntos Sociais. (art. 100 RISF). Resultado: aprovado. Os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 foram adiados, em virtude do sobrestamento da pauta do plenário (§ 6° do art. 62 da Constituição Federal). Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que e, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado**

Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 18-3-2004 – 5ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a quinta reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico a Vossas Excelências que só poderemos apreciar o Item 1 da pauta, tendo em vista estar sobrestada a pauta do Plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Como não está presente o Senador Sérgio Guerra, Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003, de autoria da Deputada Nair Xavier Lobo, solicito o Senador Reginaldo Duarte para relatar o projeto, como relator **ad hoc**.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003, que acrescenta a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, dispositivos relacionados com a segurança de turismo.

O art. 1º modifica o art. 2º da Lei nº 6.505, de 1977, que dispõe sobre as atividades e serviços turísticos, acrescentando-lhe um § 5º, que obriga as prestadoras de serviços turísticos, tais como hotéis, pousadas, motéis, restaurantes de turismo, campings, agências de turismo e transportadoras turísticas e outros estabelecimentos reconhecidos pelo Executivo como de interesse para o turismo, a providenciar de forma tempestiva e ostensiva informações visando a proteger seus clientes de agressões, incolumidade da pessoa e do patrimônio, em especial sobre as áreas onde o risco de assaltos seja elevado ou haja o registro de atendimentos insatisfatórios; meios de comunicação e transportes disponíveis para turistas assaltados e agredidos; procedimentos policiais e meios de comunicação e transporte para o turista estrangeiro realizar contatos de emergência com suas respectivos representações diplomáticas.

O art. 2º do projeto acrescenta uma linha "g" ao art. 5º da Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de guia de turismo e dá outras providências, para acrescentar às atribuições do guia de turismo a orientação preventiva às pessoas ou grupo de turistas a respeito dos locais em que o risco de assalto seja elevado ou haja registro de atendimentos insatisfatórios.

O art. 3º fixa o início da vigência da lei para a data da publicação. Em sua justificativa, a autora da proposta, a Deputada Nair Xavier Lobo, afirma que os turistas merecem um tratamento peculiar, **vis-à-vis** os assaltos, os seqüestros, os roubos, os estupros e os acidentes de trânsito, pois não estão inteiramente familiarizados com os costumes e de uma sociedade que lhes é estranha.

Análise.

O projeto tem o inegável mérito de possibilitar que os turistas tenham conhecimento do risco a que estão expostos e, assim, tomem precauções para diminuir a possibilidade de sofrerem violência. Em tese, tal iniciativa poderia, como quis a autora do projeto, contribuir para que as pessoas, por se sentirem mais bem informadas e seguras, fossem estimuladas a fazer viagens turísticas no território brasileiro.

No entanto a proposição não parece ter levado em conta a hipótese de atingir-se efeito oposto ou desejado, ou seja, o de prejudicar o turismo no Brasil. Da forma como redigido, o projeto poderia acarretar alarde excessivo acerca da possibilidade, sempre existente em qualquer parte do mundo, diga-se de passagem, de se sofrer violência nessa ou naquela localidade brasileira, e assim fazer com que potências turísticas sintam receio de visitar as cidades mencionadas nesse tipo de divulgação. De qualquer forma é preciso examinar os dispositivos regimentais que disciplinam a competência das comissões deste Senado Federal.

No art. 100 do Regimento Interno do Senado, que trata da Comissão de Assuntos Sociais, não parece haver em nenhum de seus quatro incisos atribuição de competência para pronunciar-se sobre a matéria aqui analisada. Tratando-se de segurança pública a competência seria a CCJ, art. 101, do RISF, tratando-se de estímulo ao turismo a competência seria a CAE, que por sinal conta com subcomissão específica para o tema.

Portanto esta Comissão deve eximir-se de manifestar-se em assunto que escape à sua atribuição regimental e, com base no art. 136, inc. V, *d* do RISF, encaminhar a matéria de volta à Mesa do Senado Federal, para que se proceda à redistribuição do projeto à comissão competente.

Voto

Dessa forma, em virtude de o exame da matéria em questão não se incluir entre as atribuições desta Comissão de Assuntos Sociais, previstas no art. 100,

o voto é pela devolução da matéria à Mesa do Senado, para redistribuição à Comissão competente.

Este é o relatório do Senador Sérgio Guerra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relator permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

A matéria via à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Agradeço os Srs Senadores a presença e a paciência neste dia tão difícil, uma vez que muitos Srs. Senadores estão acompanhando os Prefeitos que estão aqui em Brasília. Agradeço a presença dos que vieram aqui colaborar para que possamos agilizar nossa pauta.

Muito obrigada e tenham um bom dia.

Não havendo nenhuma outra matéria não terminativa e não havendo quem queria se manifestar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h19min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª legislatura realizada no dia 31 de março de 2004, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e cinco minutos, do dia trinta e um de março de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador PAPALÉO PAES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil". Requerimento nº 37, de 2003 – CAS, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares relator da matéria, com a presença dos (as) Senadores (as) Ideli Salvatti, Flávio Arns, Sibá Machado, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Maguito Vilela, Sérgio Cabral, Ramez Tebet, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo, Maria do Carmo Alves, João Tenório, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Juvêncio Da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares e Efraim Morais. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença dos Senhores Márcio Rosa Rodrigues de Freitas – Coordenador Geral de Controle e Qualidade Ambiental, André Corrêa do Lago – Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores, Edson Lupatini – Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior e a Senhora Marijane Lisboa – Secretária de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Justificou a ausência o Dr. Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Após as explanações, interpelam os convidados os Senhores Senadores Antônio Carlos Valadares, Flávio Arns, Juvêncio da Fonseca, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, João Tenório e a Senadora Lúcia Vânia. Aprovado requerimento de autoria dos Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca, Antônio Carlos Valadares, João Tenório e da Senadora Lúcia Vânia, incluindo as seguintes entidades para a próxima audiência referente a este assunto, Dr. José Manoel Gulart Gulim, Diretor da Usina de Xisto da Petrobrás em São Mateus do Sul – PR, Representantes do Ministério da Saúde e Segurança do Trabalho, do INMETRO, do Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo (FUNDACENTRO) e da Confederação Nacional dos Transportes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada Senhor Senador Papaléo Paes e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes,** Vice Presidente em exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 6ª REUNIÃO DO DIA 31-3-04

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Sessão Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A presente reunião, oriunda do Requerimento nº 37, de 2003-CAS, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, destina-se a audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado Federal nº 216, de 2003, de autoria do Senador Flávio Arns, que

dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.

Contamos com a presença dos seguintes representantes: Drª Marijane Lisboa, Secretária de Qualidade Ambiental, representando a Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva; Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental, representando o Dr. Marcus Luiz Barros, Presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis); Conselheiro André Corrêa do Lago, representando o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; e Dr. Edson Lupatini, Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior, representando o Dr. Ivan Ramalho, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Sr. Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, enviou correspondência justificando sua ausência.

Estabelecemos o tempo de quinze minutos para cada expositor. Depois de todos os expositores terem feito uso da palavra, os Srs. Senadores poderão fazer suas indagações, tendo para isso três minutos. Essas indagações deverão ser dirigidas ao expositor escolhido pelo Sr. Senador.

Convidamos para fazer a primeira exposição a Drª Marijane Lisboa, Secretária de Qualidade Ambiental. A senhora terá quinze minutos para sua exposição.

A SRª MARIJANE LISBOA – Bom-dia, Exmº Senador Papaléo Paes, Exmºs Senadores aqui presentes, especialmente o Senador Flávio Arns, que é autor do projeto de lei sobre o qual somos convidadas a falar.

Aproveito a oportunidade para pedir desculpas em nome da Ministra Marina Silva por S. Exª não ter podido comparecer hoje a esta reunião e espero que a nossa participação possa trazer os esclarecimentos necessários à melhor apreciação desse projeto de lei.

O projeto de lei do Senador Flávio Arns trata de autorizar a importação de pneus usados desde que eles sejam tratados e tenham um destino ambientalmente adequado, e há uma série de condições que são então explicitadas para tal.

No entanto, eu gostaria de retroceder a uma temática um pouco mais ampla, que é a própria importação de bens, serviços, resíduos que possam apresentar danos ou problemas para o meio ambiente, porque na verdade a problemática dos pneus usados é um tanto **sui generis**, porque pneu usado não é propriamente um resíduo perigoso. Se considerarmos a Convenção de Basiléia, que é a convenção internacional que foi assinada em 1989, que tratou dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos entre países do Planeta, veremos que há toda uma preocupação com um fenômeno que começou a crescer muito nos anos 70 e 80 de que países desenvolvidos, plenamente industrializados, não tendo como tratar os seus resíduos perigosos que resultavam tanto de operações produtivas, quanto do consumo de bens que continham na sua composição substâncias perigosas, começaram a procurar como destino para os resíduos países do terceiro mundo. Esse é um movimento de certa maneira irônico, porque foi justamente a consciência ambiental, evoluindo nos países de primeiro mundo, que tornou muito caro o tratamento de resíduos perigosos. Antes eles eram depositados de alguma maneira em lixões, como infelizmente ainda encontramos muito nos países de terceiro mundo, sem as condições adequadas para tratamento e para preservação do meio ambiente.

Na medida em que a legislação foi sendo elaborada e tornou-se mais rígida e na medida em que os custos do tratamento desses resíduos perigosos foram aumentando, tornou-se economicamente interessante exportar esses resíduos para países em que as legislações não fossem tão rigorosas ou mesmo não existissem e, portanto, os custos econômicos do tratamento desses resíduos se tornassem mais vantajosos. Como comentei com os senhores, os pneus não estão dentro da grande lista que a Convenção da Basiléia considera resíduos perigosos. Não estão por essa característica muito específica deles: se tivermos aqui na nossa frente um pneu usado ele não produzirá nenhum dano a nós como se tivéssemos aqui certos tipos de resíduos listados que têm propriedades imediatas de corrosão, toxicidade, explosividade, enfim, todas aquelas propriedades que são tecnicamente necessárias para se classificar um resíduo perigoso. Por isso, em determinado momento na Convenção da Basiléia, quando se discutiu se deveríamos incluir os pneus ou não a posição brasileira foi no sentido de que deveríamos incluir. Fomos posição vencida, e não se incluíram os pneus usados como resíduos perigosos porque eles em si não trazem um dano. Mas qual é o problema? Na hora em que vamos procurar um destino adequado para esses pneus, encontramos dificuldades de ordem ambiental algumas vezes ligadas a questões de saúde pelo fato de que nos pneus usados podem se acumular as condições ideais para que vetores, como por exemplo o mosquito transmissor da dengue, se proliferem em condições excepcionais. Então temos problemas de saúde e de ambiente com os pneus em aterros, pois além de provocarem flotação e desestabilizarem o próprio aterro, ocupam um volume muito grande, e incêndios propositais ou não emitem gases altamente tóxicos. A questão do pneu é interessante

porque ele não é em si um resíduo perigoso, mas na hora de darmos um destino adequado ele se apresenta como um problema, tanto que na nossa legislação chamamos de resíduo inservível e indesejável e não sabemos o que fazer com ele. É claro que esse problema não é só nosso, mas do mundo inteiro, e se olharmos os diversos países como Estados Unidos e União Européia veremos como eles labutam na busca de uma solução para o problema de seus pneus.

Temos alguma diferença de porcentagem que se deve mais às características desses países; por exemplo, nos Estados Unidos, boa parte dos pneus vão para aterro. O metro quadrado nos Estados Unidos é bem mais barato que na União Européia. Na União Européia o aterro é caro a começar pelo próprio terreno, que tem que ter destinação específica para esse fim. Então 35% dos pneus europeus vão para os aterros picados, justamente para evitar flotação, desestabilização do aterro. Porém, há legislação prevendo que até 2006 esse tipo de descarte será interrompido. Então teremos 35% dos pneus europeus buscando outro destino. Onze por cento já são exportados, e a exportação na legislação da União Européia é considerada como um destino adequado. Podemos até nos perguntar: Para quem?

Basicamente, quais são as possibilidades? Aterros, exportação – no caso da União Européia e dos Estados Unidos, também 5% dos pneus norte-americanos são importados –, uso em fornos de cimento, que apresentam inconvenientes. Inclusive, alguns dos países da União Européia têm legislações mais rigorosas que outros porque, ao queimar-se o pneu, devido a sua composição, há emissão de dioxinas e metais pesados que estão presentes nele. Os fornos de cimento, diferentemente dos incineradores, não têm condições sequer de filtros para poder evitar que essas emanações, emissões se volatizem e, portanto, distribuam-se no meio ambiente de maneira extremamente perigosa.

Outra destinação que também usamos no Brasil, que é muito comum em outros países, é ajudar no asfaltamento das estradas, mas, neste caso, temos problemas de escala. Não é possível destinar essa enorme quantidade de pneu, que a cada ano se torna inservível, para recapear estradas. Mesmo um país como o nosso, que tem uma extensão territorial tão grande e tem tanta necessidade de manter as suas estradas em boas condições, encontra uso suficiente para todos esses pneus.

Voltando à questão que falei no início, de que os pneus usados têm uma situação sui generis, porque eles não são típicos resíduos perigosos, não pertencem à lista da Convenção da Basiléia, cujos itens estão sujeitos a uma série de controle, inclusive proibições. A Convenção, em 1994, aprovou uma resolução pela qual os países desenvolvidos estariam impedidos de exportar os seus resíduos perigosos para países em desenvolvimento, visando justamente proteger países que ainda têm tecnologia muito mais deficitária e desafios muito maiores, do ponto de vista ambiental e social, e não deveriam estar investindo seus recursos econômicos e tecnológicos justamente no tratamento dos resíduos que pertencem a países desenvolvidos, que lucraram com eles e agora nos transfeririam o ônus. Ficavam com o bônus e nos transfeririam o ônus. A Convenção da Basiléia não incluiu os pneus usados devido à característica de que eles, em si, uma vez usados, não são perigosos, mas reconhecia a problemática que estava em torno deles. Aliás, reconhecia de maneira muito mais ampla porque, quando a Convenção foi concebida, pensou em focar uma lista de substâncias que seriam consideradas perigosas, de acordo com uma série de critérios técnicos estabelecidos, mas também abria a possibilidade de que cada país definisse o que ele considerava como outros resíduos perigosos. Por isso, ela chama, inclusive, movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e outros resíduos. Ela entende que cada país é soberano para, do seu ponto de vista e com a sua problemática ambiental, incluir naquela lista comum mais outros resíduos que ele considere objeto desse tratamento especial dado pela Convenção.

Estou recapitulando a Convenção da Basiléia porque também precisamos pensar na questão dos pneus de maneira mais ampla. Pensarmos, por exemplo, no que está por trás de um produto. Temos inúmeros produtos na nossa sociedade que ainda são feitos usando substâncias tóxicas e, por isso, em algum momento da sua existência – pode ser no momento da sua produção, do seu consumo ou da sua disposição final, depende de cada produto –, apresenta problemas ambientais, como é o caso dos pneus, por exemplo.

Temos inúmeros produtos, como mencionei, que têm essa substância tóxicas e, portanto, deverão ser objeto de pesquisa tecnológica, visando extrair, retirar do seu processo de produção, substituir as substâncias tóxicas por outras que não sejam, de modo que o problema ambiental como tal não se apresente. É isso que hoje tecnicamente chamamos de uma análise do ciclo de vida de um produto. Não interessa muito examinar apenas em certa hora: na maturidade, na velhice ou no nascimento um produto. É preciso pensar o ciclo de vida como um todo. A metodologia da análise do ciclo de vida nos ajuda, inclusive, a fazer opções quando não temos a opção ideal. Então, se temos dois produtos, por exemplo, podemos dizer qual

deles será melhor adotar. Este aqui inclui esse tipo de substância tóxica, mas é muito econômico em termos de uso de energia. Já este outro produto gasta enorme quantidade de energia, mas não inclui nenhuma substância tóxica. Esse aqui, quando chega o momento da sua eliminação, do seu depósito final, não tem solução possível.

Bom exemplo deste caso são os rejeitos nucleares. Ainda não temos tecnologicamente nenhuma solução confiável para eles. É claro que a energia nuclear, sob vários aspectos, é extremamente rentável; do ponto de vista energético, ela tem uma grande rentabilidade. Mas o problema dos rejeitos torna a energia nuclear, em qualquer análise do ciclo de vida, desclassificada. Então, a análise do ciclo de vida é extremamente importante para definirmos as escolhas que podemos fazer dos diversos produtos.

Quando pensamos na questão dos pneus, o que deveríamos pensar para que um dia possa o assunto não ser objeto de tanta celeuma, de tantas discussões, convenções, projetos?. Era preciso que pudéssemos produzir um pneu que não contivesse uma série de metais pesados tóxicos, que são particularmente voláteis. Portanto, o uso em um forno de cimento, ou em um incêndio proposital ou não proposital, dispersa no ar metais como arsênico, cádimo, cromo. Alguns deles são cancerígenos e outros, como o chumbo, não são mas provocam danos irremediáveis no desenvolvimento psíquico e motor da população, particularmente em crianças e em mulheres grávidas.

Era preciso que isso ocorresse, o que não é muito difícil. Há muitos anos, conversando com representantes da indústria de pneus no País, eles disseram que era possível pensar nessa alternativa. Ocorre que qualquer alternativa que retire metais resultará em um pneu talvez menos duradouro e menos resistente. Enquanto não houver a pressão do mercado em geral ou de uma legislação comum que obrigue todos os produtores a desenvolver esse tipo de pneu, aquele que desenvolver o melhor pneu será prejudicado pelas puras leis de mercado.

Nessas situações, a teoria ambiental recomenda que se coloque o dano, o custo ambiental, para o próprio produtor. Na medida em que ele se torna responsável por seu problema, vai se esforçar por procurar uma solução. Então, temos de pensar na categoria de produtores como um todo. Por isso, a maioria dos países busca estabelecer sistemas de lidar com os pneus usados que, de alguma maneira, penalizem e obriguem os produtores de pneus a buscar uma solução para o seu problema. Ou existem taxas oficiais já embutidas no seu próprio produto e, portanto, o produto é mais caro – assim o Estado já pode recolher os recursos necessários para lidar com o problema dos pneus quando forem retirados do mercado -, ou então há um sistema individual para cada produtor, para cada fabricante. Ele tem, por exemplo, de recolher os seus pneus. Pode ser que ele tenha de pagar algo para receber o pneu de volta, ou quem tenha o pneu receba. Há várias modalidades. A nossa, por exemplo, é essa que obriga os produtores de pneus e importadores de pneus novos ou reformados a recolherem no mercado uma proporção determinada de pneus.

É importante que a legislação acompanhe esse esforço, pois um dia teremos um pneu que não tenha metais pesados, ácido clorídrico, portanto, um produto que, na fase final dos seus ciclos de vida, não vai apresentar aspectos tão desvantajosos.

Sei que já ultrapassei o meu tempo e tentarei concluir brevemente minha exposição.

Um projeto de lei que permita a importação de pneus, desde que esses pneus usados possam receber um determinado tratamento ambiental, embora extremamente louvável do ponto de vista das preocupações ambientais que ali estão descritas e exigidas, peca por transferir o ônus dos pneus usados produzidos no Primeiro Mundo por países ricos para nós, que somos países com muito menos condições, do ponto de vista tecnológico, econômico e social, e que, evidentemente, não encontramos as soluções ideais para esse pneu, da mesma forma que esses países mais desenvolvidos não encontraram.

A grande questão por trás de toda tentativa de importar bens usados que apresentem problemas ambientais para o Terceiro Mundo é sempre por quê? Esta é a pergunta que precisa ser feita: por que a União Européia tem tanto interesse em exportar os seus pneus? Por que esses pneus aqui podem ser tão bem aproveitados? Por que essa tecnologia que nós teríamos aqui não existe na União Européia? Por que ela não existe nos Estados Unidos? Por que encontramos o fluxo sempre na direção norte-sul? Por que a legislação européia, inclusive, permite que se exportem pneus com destinação adequada e nós temos que impedir?

É claro que o que acontece aí é essa exportação do que sobrou de lá e tem um custo ambiental e econômico que não se quer assumir. E se considera, às vezes – no que podemos considerar – até declarações e isso está registrado na convenção na Basiléia e em várias manifestações desse tipo, um certo racismo etnocêntrico. Quer dizer, o que não é bom para nós ainda pode ser bom para países mais atrasados. São diferentes os seus níveis de exigência. Eles não podem ser tão exigentes quanto nós na questão ambiental ou de saúde.

Então, essa é a questão que está por trás e devemos estar atentos às tentativas de exportação de resíduos perigosos ou de bens que podem apresentar problemas ambientais ou de saúde, no fim, de países do Norte para o Sul, que sempre estão tentando nos colocar como a sua lixeira para aqueles problemas que eles não resolveram. Isso não é bom nem para nós, nem para o mundo em geral, porque precisamos caminhar para a produção mais limpa, daquele tipo de pneu que não inclua as substâncias perigosas dentro da sua produção. A melhor maneira de nós fazermos isso é não aceitarmos que esse tipo de destino de pneus usados ou outros materiais seja dado para o Terceiro Mundo.

Essa é a maneira que nós temos, também, não só de nos defendermos, mas defendermos o Planeta como um todo e caminharmos no sentido da produção mais limpa e não do resíduo, do recauchutado, de reciclar o resíduo perigoso, porque, quando nós reciclamos um resíduo perigoso, ele é mantido no meio ambiente por mais tempo. Ele não é a solução, tanto que a palavra reciclagem é vista como uma palavra mágica, mas é perigosa. Não devemos reciclar tudo. Nós somente devemos reciclar o que não apresenta danos para o meio ambiente, porque aquilo que apresenta, ao reciclar, novamente está agredindo o meio ambiente e liberando emanações, rejeitos prejudiciais, está afetando a saúde dos trabalhadores e retardando simplesmente o momento em que aquele resíduo, às vezes ainda mais concentrado em termos de toxidade, corrosividade, etc, vai ter que ser despejado de alguma forma no meio ambiente.

Então, eu peço desculpas por ter me estendido mais do que deveria, mas depois estarei disponível para mais perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos à Drª Marijane Lisboa e passamos a palavra ao Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Controle e Qualidade Ambiental, que vem representando o Dr. Marcos Luiz Barros, Presidente do Ibama. O senhor terá quinze minutos para a sua exposição.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Bom-dia a todos. Em nome do Presidente Marcos Barros eu gostaria de agradecer ao convite da Comissão de Assuntos Sociais do Senado e cumprimentar meus colegas de mesa e demais Senadores aqui presentes.

A minha manifestação não será muito diferente da manifestação já expressa pela Drª Marijane, representando o Ministério. Como naturalmente não poderia deixar de ser, nós compactuamos o mesmo posicionamento – que é o da área ambiental – em relação a essa questão dos pneus.

Eu preparei uma pequena apresentação que, na verdade, procura pontuar e trazer alguns números em relação a essas questões que já foram levantadas pela Drª Marijane.

Essa apresentação, então, está dividida nesses aspectos. Primeiro, uma caracterização do problema ambiental dos pneus usados, a questão da reciclagem dos pneus, a questão da destinação final.

A base legal que temos hoje, e sobre a qual o Ibama opera – os senhores sabem que o Ibama tem a responsabilidade de executar a política ambiental do Governo; é um dos órgãos executores do Sisnama*, Sistema Nacional de Meio Ambiente – nos apóia em relação às medidas que adotamos e em alguns dados complementares em relação a essa questão de importação de pneus e destinação de pneus.

Então, como a Drª Marijane já colocou, os pneus, apesar de não serem resíduos perigosos, são resíduos indesejáveis; e a destinação pós-consumo, que é um dos problemas que temos em relação a vários bens de consumo, se constitui, no mundo inteiro, em um grande problema. Reforço as principais razões desse problema – a Drª Marijane já os apontou: a grande quantidade de pneus que são descartados, o grande volume que eles ocupam e, portanto, a ausência de áreas para depósito adequado desses pneus; a dificuldade de degradação do pneu, do ponto de vista ambiental, a sua biodecomposição; emissões tóxicas quando queimados; os descartes indevidos dos pneus usados, o que verificamos aqui, no Brasil, quando os jogam dentro dos rios, em beiras de rodovias, enfim, em uma série de lugares, quando o pneu deixa de ter algum valor econômico, deixa de ter alguma utilidade. Isso provoca assoreamento, provoca enchentes, provoca uma série de problemas e gera um local propício à proliferação de vetores como os transmissores da febre amarela, dengue, etc.

Aqui, temos uma idéia da pressão do Primeiro Mundo em relação ao Terceiro Mundo, espelhada inclusive no número de habitantes por automóveis, que reflete, de maneira indireta, o consumo de pneus mais elevado nesses países. Nos países desenvolvidos, a relação é de menos de dois habitantes por automóvel, enquanto que aqui, no Brasil, é cerca de dez habitantes por automóvel e, em São Paulo, em torno de três habitantes por automóvel.

Isso determina o que estamos vendo nesta outra transparência. Naturalmente, esses países produzem muito mais pneus por ano do que o Brasil. Na Europa Ocidental, são produzidos em torno de 200 milhões de pneus por ano; nos Estados Unidos, em torno 327

milhões; no Japão, 140 milhões e, no Brasil, apenas 41 milhões de pneus por ano.

A geração de pneus inservíveis – aquele pneu que, depois de reformado, não tem mais nenhuma condição de uso – também está espelhada aí. Essa estimativa, no Brasil, é nossa, do Ibama, baseada na produção e nas informações que temos em relação a pontos de troca de pneus.

Vejam que também aí o nosso volume de produção de pneus inservíveis é quase cinco vezes menor do que a produção da Alemanha – só para termos uma idéia da pressão mencionada pela Drª Marijane.

Há também o problema da decomposição dos pneus, a dificuldade de decomposição. Os pneus hoje são compostos da seguinte forma: em torno de 10% do seu peso é de borracha natural; 30%, de borracha sintética, que é um derivado de petróleo – daí a preocupação que temos em relação à destinação final e depois à queima, porque aí está a geração de dioxina, resultante da queima do pneu; e 60% do peso do pneu se constituem de outros materiais, como aços, tecidos, fibras, que vão dificultar a decomposição e a reutilização desse pneu posteriormente.

As dificuldades de reciclagem, então, se derivam dessas condições de composição do pneu; eles não são compostos só por um tipo de borracha e possuem outros materiais incorporados. O processo de vulcanização altera as propriedades físicas e químicas, impedindo que o pneu seja remoldado para outros fins que não seja o de pneu mesmo.

A estrutura polimérica do pneu e a sua constituição interna torna-os resistentes aos processos mecânicos de transformação – é aquela questão inclusive de complexibilidade dentro do aterro, que a Drª Marijane citou.

Na reforma de pneus, deve ser considerado que o número máximo admitido é de uma reforma para pneu de passeio e três para pneus de carga. Esses números são da Comunidade Européia e são previstos em uma Portaria do Inmetro, que deve entrar em vigor a partir do ano que vem.

Somente pneus com data de fabricação inferior a 07 anos podem ser submetidos à reforma.

Então, vejam o seguinte: a vida útil de um pneu que foi utilizado na Europa e que venha para o Brasil é extremamente reduzida. Em primeiro lugar, não temos garantia de que esse pneu foi reformado com menos de sete anos de vida; em segundo, ele só pode ser reformado uma vez. Então, o período de vida útil desse pneu, imaginando-se que, para chegar ao ponto de necessitar de uma reforma, ele tenha rodado por dois ou três anos, será de mais dois ou três anos, no Brasil. Depois disso, ele vai virar resíduo, ao passo que um pneu novo teria os seus dois, três ou quatro anos de vida, mais um período de dois ou três anos depois de reformado. Quer dizer, enquanto estamos falando de uma vida útil de sete anos para um pneu novo, estamos falando numa vida útil em torno de dois ou três anos para um pneu reformado ou remoldado.

Para entendermos bem esse sentido de reforma do pneu, porque normalmente se fala em pneu reformado, remoldado, recauchutado, o pneu é composto, basicamente, por quatro componentes.

A carcaça, a estrutura interna do pneu, tem a função de reter o aro e suportar o peso do veículo, e é diferente nos pneus radiais e nos pneus diagonais. Nos pneus radiais, é mais difícil o reaproveitamento dessa parte do pneu, em função de que o tipo de estrutura que ela tem é diferente da do pneu diagonal. O pneu diagonal se presta mais a ser utilizado em outros artefatos de borracha, como, por exemplo, sola de sapato, tapetes, etc.

O talão do pneu tem uma forma de anel e tem a função de manter o pneu acoplado ao aro. É constituído por diversos arames de aço de alta resistência, unidos e recobertos por borracha.

Os flancos do pneu são a parte lateral do pneu e têm a função de proteger a carcaça. São constituídos por borracha de alto grau de flexibilidade.

A banda de rodagem é aquela parte que entra em contato diretamente com o solo. Ali é que está o aspecto de aderência do pneu ao solo.

Então, quando falamos em pneu reformado, na verdade existem três tipos de reforma: a recapagem, um processo que simplesmente substitui a banda de rodagem; a recauchutagem, um processo que reforma toda a banda de rodagem e as ombreiras, e a remoldagem, esse, sim, um processo pelo qual um pneu é reformado pela substituição de toda a banda de rodagem, da ombreira e de toda a superfície dos flancos. Então, só a carcaça do pneu é mantida original no processo de remoldagem do pneu.

No Brasil, a reciclagem de pneus ainda é incipiente. Dos pneus que chegam aos revendedores autorizados, em torno de 20% são mantidos com o proprietário. Isso é uma diferença em relação à legislação européia, em que o pneu, obrigatoriamente, tem que ser entregue no ponto de troca.

No Brasil, é possível que o proprietário recolha e leve consigo esse pneu. Isso, normalmente, é uma prática usual, porque sempre tem um segundo uso a se dado a esse pneu. Na área rural, o pneu é muito utilizado, por exemplo, em carroça, reboque. Mesmo estando fora das condições de rodagem das conduções brasileiras, das normas de segurança, acabam sendo utilizados uma segunda ou uma terceira vez.

Dos 80% coletados para reciclagem, 13% voltam ao ponto de revenda como meia-vida – aquele pneu que vai rodar de novo sem nenhum tipo de reforma -, 22% são reformados e 65% são descartados clandestinamente ou incinerados ilegalmente.

Parte das carcaças selecionadas nos borracheiros também é direcionada a recauchutadoras. A outra parte é processada precariamente, naquela reutilização do pneu diagonal, principalmente, para se fazerem tapetes e outros artefatos de borracha.

No Brasil, a destinação de pneus é regida por uma instrução normativa do Ibama, nº 08/2002, que diz que o destino ambientalmente adequado de pneu é qualquer procedimento ou técnica devidamente licenciado pelos órgão ambientais competentes, nos quais os pneus inteiros ou pré processados são descaracterizados por meios físicos ou químicos, podendo ou não ocorrer a reciclagem dos elementos originais ou de seu conteúdo energético.

A simples transformação em retalhos, lascas ou cavacos de borracha não é considerada a destinação ambientalmente adequada dos mesmos.

Então, o Ibama trabalha com cerca de 26 empresas cadastradas no Cadastro Técnico Federal, que é o nosso registro das atividades potencialmente poluentes. Por meio desse cadastro controlamos a destinação dos pneus.

Essas empresas, basicamente, se dividem naqueles quatro tipos de processos: o co-processamento em formas de processamento, principalmente na indústria de cimento; a mistura asfáltica, em rodovias, construção civil, etc; o processamento de xisto betuminoso, em que também ocorre queima; e na indústria de laminados para a confecção de artefatos.

É importante salientar que nenhum desses destinos ambientais, embora a resolução os chame de destino ambientalmente adequadas, isso não quer dizer que ele não gere resíduo ou dano ambiental. Então, simplesmente imaginarmos que dando destino ou destruindo o pneu estaremos resolvendo o problema ambiental não é verdade. Estamos apenas transferindo o problema ambiental para a atmosfera ou para outro ponto do nossos ecossistema.

Na comunidade européia, o que eles chamam de destino adequado de pneus são aqueles descritos ali, com aqueles percentuais de uso. O que eles chamam de reuso e exportação corresponde a 11% dos pneus; a construção civil, cerca de 13%; combustível, em torno de 22%; aterro sanitário, em torno de 35% e outros, que eles não especificam, em torno de 19%. Para a União Européia, a exportação é uma destinação considerada ambientalmente adequada, embora nos não consideramos isso na nossa legislação. Seria muito fácil transferirmos o problema ambiental que geramos no nosso País para outros países. Mas essa não é a postura do Governo brasileiro.

A partir de uma diretiva de aterros, publicada em agosto de 2001, foram estabelecidas datas para que o maior ponto de destino final dos pneus, que são os aterros sanitários, seja proibido.

Em 16 de outubro de 2003, começa a ser proibido na Europa o encaminhamento de pneus inteiros para os aterros. E, a partir de 2006, fica proibido também o envio de pneu picado para aterros sanitários. Tudo isso explica porque aumentou a pressão dos países europeus para que tenhamos uma destinação final para os pneus aqui no Brasil. Eles estão sendo premidos lá, pois estão perdendo sua maior fonte de destinação final.

Está aqui um resumo histórico da proibição de importação de pneus usados, sejam reformados, remoldados, carcaças ou pneus de qualquer natureza no Brasil. Discorrerei rapidamente sobre essa questão apenas para que V. Exªs saibam que desde maio de 1991 há uma série de instrumentos legais que expressem essa preocupação em não aceitarmos a importação de bens de consumo usados, porque são resíduos ou gerarão resíduos num curto espaço de tempo e depois teremos dificuldades para destiná-los.

Vários órgãos de Governo têm-se preocupado com a questão da destinação final, procurando limitar a entrada desses produtos no País.

Aqui estão todas as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente e alguns decretos e portarias do Inmetro, que também regulamentam essa questão. Em especial, destaco a Resolução nº 258, de 1999, do Conama, pioneira, em relação a essa questão que a Drª. Marijane Lisboa frisou bem como sendo um dos nossos grandes problemas: o destino pós-consumo de um bem de consumo e a responsabilidade do produtor. Essa resolução estabelece cotas de destinação de pneus inservíveis para os produtores e importadores de pneus novos e está mais ou menos de acordo com o espírito do projeto de lei apresentado pelo Senador Flávio Arns, que limita a importação de pneus novos, não incluindo pneus usados de nenhuma natureza.

O projeto de lei do Senador Flávio Arns traz, como inovação, a permissão de que esse mesmo procedimento seja adotado para pneus usados, para carcaças de pneus e pneus reformados, que deveriam também ter um destino final adequado. Mas, como frisamos, dizer destino ambiental adequado é uma força de expressão, porque, na verdade, sempre há um dano ambiental na destinação.

Atualmente, tem-se conseguido a importação de pneus usados por meio de liminares. A maior parte

das importações nos últimos anos são provenientes da França, Alemanha, Japão e Estados Unidos. As principais portas de entradas no Brasil são os Portos de Paranaguá, Rio de Janeiro e Fortaleza.

Temos dois gráficos que ilustram a questão, com a evolução e o comportamento dos pneus remoldados, primeiro no País. Então, tivemos um grande pique a partir de 95 e que culminou em 98. Em 99 foi emitida aquela instrução normativa do Imetro que fez com que retornássemos aos níveis anteriores em termos de importação de pneus remoldados. Houve, depois, um novo pique em 2001 e agora uma tendência à redução dessa importação de pneus remoldados para o País.

Este outro gráfico traz o comportamento dos pneus importados usados, que são as carcaças de pneus no País. Então, tivemos um grande pique em 96, entrou em vigor a Resolução nº 23 do Conama, que fez com que esse número caísse. Agora, por força de liminares e por força de um **lobby** forte das empresas de remoldados de pneu, está aumentando de novo, em níveis que nos preocupam e que já atingem hoje em torno de 10% da produção de pneus no País, a importação de pneus usados, de carcaças de pneus.

É importante salientar que o argumento que as empresas que remoldam pneus usam é o de que isso se trata de matéria-prima. Temos dito sempre que não enxergamos esse processo de remoldagem como um processo industrial. Isso, na verdade, é uma prestação de serviço do tipo, por exemplo – perdoem-me a analogia – mais ou menos como pegarmos um sapato e nele fazermos reformas contínuas. Se começasse a importar da Europa sapato usado, jamais poderia ser considerado isso como matéria-prima. Chegamos aqui, fazemos uma meia sola e colocamos o sapato a rodar novamente. Então, é mais uma prestação de serviço do que uma indústria propriamente.

O que eles alegam, normalmente, é que há uma carência desse tipo de material no Brasil. É óbvio que nos interessa prolongar a vida útil do pneu e, portanto, a remoldagem de pneus com matéria-prima nacional é um fato que vemos como da maior importância, e somos os primeiros a reconhecer a necessidade dessa prestação de serviço e a implementação dela.

Ocorre que uma carcaça de pneu é importada desses países europeus a um custo praticamente zero. Há quem diga que eles pagam para destinar esse pneu. A informação que temos é que cada carcaça de pneu custa em torno de US$0,50. Imaginem se conseguimos coletar pneu no Brasil a um custo de US$0,50 – equivaleria a duas passagens de ônibus urbano, ida e volta. Complicado isso.

Na verdade, a grande dificuldade que temos é na coleta dos pneus usados, pneu brasileiro; a seleção desse pneu, para identificar qual pode ser efetivamente remoldado, e então podermos alimentar a indústria de remoldagem de pneus no Brasil com produtos de boa qualidade e com capacidade para isso. Isso envolve ações conjuntas com a própria questão de segurança veicular, com a necessidade de termos um controle rígido do tipo pneu que está rodando nas nossas estradas e nas nossas ruas e uma série de outras articulações.

Não nos parece conveniente que, não tendo resolvido o nosso problema aqui, passemos a resolver o problema de outros países que têm mais condições do que nós, inclusive, econômicas, de resolver essas questões.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos ao Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas.

Concedemos a palavra ao Conselheiro André Correia, representando o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

V. Exª terá até 15 minutos para sua exposição.

O SR. ANDRÉ CORRÊA – Muito obrigado. Cumprimento os Senadores e todas as pessoas presentes nesta sala. Agradeço o convite ao Ministério das Relações Exteriores de participar desta reunião. Comunico que o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães está viajando e, por isso, não pôde comparecer à reunião.

Falarei muito brevemente, uma vez que tanto o Dr. Márcio Rosa como a Drª Marijane Lisboa explicaram a questão de maneira muito clara. Assim, gostaria simplesmente de colocar a posição do Itamaraty com relação a isto: o Itamaraty tem a função de levar ao exterior todas as nossas posições aqui no Brasil, de coordenar, portanto, as várias áreas nas mais diferentes questões. E nessa questão, por exemplo, dos pneus, isso tem conseqüências para nós pela questão do esforço de compatibilizar as decisões da legislação brasileira nessa matéria, em diversos foros no exterior que tratam da questão. A Drª Marijane apresentou brilhantemente a questão da Convenção da Basiléia, uma vez que é uma das maiores especialistas do mundo nessa questão.

Um outro contexto no qual também o Itamaraty tem procurado contribuir é com relação à normativa vigente do Mercosul e também às regras da Organização Mundial do Comércio. Então, é nesse sentido que temos participado e procurado justamente transmitir aos vários setores, tanto do Governo quanto da sociedade brasileira, o significado da legislação e da decisão que for tomada no Brasil com relação aos pneus. E a lógica dessas negociações, a Drª Marijane apresentou muito bem, porque evidentemente existem

interesses, às vezes, mais claros ou menos claros, mas as nossas decisões internas devem ser tomadas em função realmente do que não só o que a legislação do País determina, mas do que seja o interesse deste com relação a essas importações de pneus vindas principalmente da União Européia.

Então, não vou me estender mais. Quero agradecer a V. Exª e esperar perguntas, se houver, por parte dos Senadores aqui presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos ao Conselheiro André Correia e queremos fazer o registro da presença da Senadora Lúcia Vânia, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que me deu a honra de estar presidindo esta audiência pública.

Vai usar a palavra o Dr. Edson Lupatini, Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior, representando o Dr. Ivan Ramalho, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

O SR. EDSON LUPATINI – Agradeço, em meu nome e no do Secretário Ivan Ramalho, o convite para falarmos sobre importação de pneus usados.

Sou Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior, DCEx*, e ele, da Secretaria de Comércio Exterior. O DCEx tem como uma das atribuições principais o licenciamento das importações brasileiras, junto com a Receita Federal que cuida da fase aduaneira e o Banco Central que cuida da parte cambial. Atuamos no Sistema Integrado de Comércio Exterior, o Siscomex*, um sistema totalmente informatizado que veio para revolucionar, vamos dizer assim, a questão operacional, tanto das importações quanto das exportações brasileiras.

No caso de importação de pneus usados, também atua como órgão anuente, ou seja, há necessidade de se passar pelo crivo da anuência do Ibama, no que diz respeito à questão ambiental. O DCEx, Departamento de Operações de Comércio Exterior, faz uma análise meramente comercial, a questão ambiental fica por conta do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. Mas tudo já foi dito com relação à questão ambiental, portanto, não entrarei nesse aspecto, mas me restringirei ao aspecto comercial, que é o que tratamos no nosso Departamento.

Temos uma legislação, uma portaria ministerial, seguramente há uns 20 anos, e que a cada vez que sofre ajustes, ela proíbe a importação de bens de consumo usado, pneus usados, pneus remoldados, automóveis usados, automóveis que possam ter sofrido algum tipo de recondicionamento no exterior, eles também não têm a importação autorizada. Qualquer bem de consumo usado não pode ser importado, mesmo que possa sofrer qualquer tipo de recondicionamento no exterior. Portanto, no Departamento, dentro do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o pneu remoldado, recauchutado ou que tenha sofrido qualquer tipo de transformação, nós o encaramos como um bem de consumo usado. É como se fosse, como eu falei, um automóvel, uma geladeira, qualquer bem de consumo usado.

Nós temos a possibilidade de importar máquinas e equipamentos, aparelhos usados, para produção. E em condições que podemos permitir essa importação? Desde que não haja produção nacional. Então, o Departamento, com o auxílio de diversas entidades de classe representativas dos diversos segmentos industriais, faz circular para conhecimento público, durante trinta dias, as importações que estão sendo objeto das empresas. Nós as apresentamos e deixamos que surja uma manifestação. Se existir uma manifestação de que haja produção nacional, aquele pedido não obtém êxito, não é liberado. Somente se não houver essa produção nacional e se a empresa apresentar um laudo técnico de firma reconhecida, idônea de que aquele bem sofreu algum tipo de recondicionamento e que, portanto, está com a sua vida útil garantida e que existem condições de produção. Só nessas condições é que nós liberamos.

Registro que todas as importações licenciadas de pneus usados ou reformados, seja de qualquer natureza, como já foi dito aqui, são autorizadas só com base em decisões judiciais. E essas decisões judiciais, hoje, alcançam não só o nosso Departamento de Operações de Comércio Exterior, como também o Ibama, que também tem tido sua autoridade coatora para que possa fazer a liberação dessas importações, via o Sistema Integrado de Comércio Exterior, que é o Siscomex*.

Seriam essas as colocações que eu deveria fazer no que diz respeito ao aspecto comercial, reforçando que não há para nós, do Departamento, uma diferença entre um pneu usado como carcaça, como meia-vida ou remoldado. Para nós, do Departamento, como qualquer outro bem de consumo usado, é considerado um bem usado, portanto não passível de importação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Nós agradecemos o Dr. Edson Lupatini*.

E vamos passar, agora, para as perguntas das Srªs e Srs. Senadores. Em primeiro lugar, fará uso da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, como autor do requerimento. Em seguida, como autor do projeto, o Senador Flávio Arns. Está inscrito, em terceiro lugar, o Senador Juvêncio da Fonseca.

SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Convidados a esta audiência pública, o projeto do Senador Flávio Arns dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.

O art. 1º define o que é pneu meia-vida ou seminovo e pneu usado. Em resumo, a proposição admite que o pneu meia-vida ou o pneu seminovo seja comercializado por empresas, assim como os importados referentes a carcaças de pneus usados, pelo referido art. 1º, são permitidos. Agora, há exigências que edificam esse art. 1º. Por exemplo, no caso do pneu meia vida, a empresa, antes do embarque no porto de origem, terá que proceder à coleta no território nacional e à destruição, de forma ambientalmente adequada, de dez pneus inservíveis para cada pneu usado a ser importado.

No que se refere à importação de carcaças de pneus usados, para serem utilizadas como matéria-prima, o insumo pela indústria de pneus re-industrializados, a contrapartida ambiental fica reduzida à obrigação de coletar e destruir um pneu inservível de forma ambientalmente adequada para cada carcaça de pneu usado a ser importado.

Antes do projeto do Senador Flávio Arns, já houve outras proposições na Câmara dos Deputados, onde vários segmentos ligados ao meio ambiente e à indústria de pneus foram ouvidos.

Agora, no Senado Federal, o projeto, por exemplo, do Senador Ney Suassuna, não teve tramitação como este do Senador Flávio Arns. Por outro lado, o Senador Roberto Requião, que hoje é Governador do Paraná, apresentou um Projeto de Decreto Legislativo, de nº 243, de 2000. Em sua justificativa, o então nobre Senador Requião, dentre outros argumentos, fala que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, de São Paulo, em parecer técnico de novembro de 1997, refere-se à remoldagem de pneus como processo, segundo o qual se elimina a borracha usada em toda a superfície externa e se aplica nova camada de borracha de talão a talão.

A norma brasileira – NBR 6.089, Segurança em Pneus, pneus reformados para automóveis, caminhonetes de uso misto, microônibus, ônibus, caminhões e seus rebocados – fixa as condições relativas a pneus reformados, valendo-se dos mesmos objetivos, aplicações, referência e definição dos pneus novos.

Em outra justificativa, ele diz: "Esse mesmo parecer técnico do IPT esclarece que a obtenção de um pneu remoldado compreende as seguintes etapas, para se fazer um pneu remoldado: recepção do pneu novo e exame, raspagem, verificação e controle, para verificar a sua concentricidade, presença de deformações e fuga de ar, cimentação, montagem das camadas de borracha, balanceamento, vulcanização, eliminação de rebarbas, verificação e controle e, em seguida, armazenamento.

Por outro lado, ele afirma ainda que o Instituto de Tecnologia do Paraná, em relatório de ensaio de fevereiro de 1997, conclui que, observando as medidas acima e comparando-as, nota-se que o pneu remoldado tem as mesmas características de um pneu novo.

Quem diz isso – segundo o nosso Senador, o nosso Governador do Paraná – é o Instituto de Tecnologia do Paraná.

De outro lado, em nota técnica de outubro de 2000, sobre pneus reformados, o Inmetro define pneu reformado como o reconstruído a partir de um pneu usado, onde se repõe uma nova banda de rodagem pelos métodos de recapagem, recauchutagem, remoldagem, e conclui, com base nas normas técnicas existentes: não se deve afirmar que pneus remoldados, recauchutados ou recapados são usados.

Essa é a nota técnica do Inmetro.

Adiante, acrescenta o Senador: os pneus remoldados são comercializados no Brasil com garantia de 80 mil quilômetros e cinco anos contra defeitos de fabricação. Estima-se que 10% dos veículos de passeio e utilitários na Europa utilizam pneus remoldados.

Por outro lado, é de se destacar o fato de que 98% dos aviões das linhas aéreas internacionais usam pneus remoldados.

Afinal, para não cansar e dar oportunidade aos nossos colegas de ainda fazerem algumas perguntas, a indústria de pneus no Brasil, afirma o então Senador Roberto Requião, constitui oligopólio, formado por empresas que não toleram a livre concorrência e decidiram declara guerra comercial aos importadores e fabricantes de pneus remoldados.

Compreendo as preocupações de tantos quantos vêem no pneu usado e no inservível a possibilidade do surgimento de doenças como a dengue. É bem verdade que, se o pneu é jogado fora, no lixo, nos lugares ermos, nas periferias das cidades, é um atrativo, sem dúvida alguma, para os germes causadores de qualquer doença.

Sem querer fazer nenhum juízo de valor, porque meu parecer será efetuado depois dos debates, gostaria de afirmar que a Resolução nº 235, de 1998, proibiu a importação de pneus usados, pois os considerava resíduos. Aqui já foi afirmado que os pneus usados não constituem resíduos perigosos. Todavia, a Resolução nº 301, do Conama, retificou a Resolução nº 258 e, amparando a importação de pneus reformados,

explicitou que a reciclagem é obrigatória para pneus importados novos ou usados.

Contudo, dois institutos atestam que pneus remodelados, como falei, são novos. Trata-se do IPT e do Tecpar.

Vou começar a fazer as perguntas agora. Vou fazê-las de forma genérica, porque qualquer um dos convidados presentes também poderá habilitar-se a fazê-las.

O uso de carcaça é resíduo para fins de fabricação de um produto final?

No Paraná, temos conhecimento de que mais de 6,7 milhões de pneus velhos que se encontravam em céu aberto, no território paranaense, foram coletados, num mutirão para erradicar a dengue, criado por uma empresa local, em atendimento a compromisso de cooperação estabelecido entre o Governo do Estado e diversas entidades, por meio do programa Paraná Rodando Limpo, de iniciativa do Governo do Estado. Tal quantidade de pneus velhos coletados, 6,7 milhões – repito – fez praticamente sumir os pneus velhos da natureza no Paraná. Quer dizer, houve um trabalho de reciclagem. Lá, o Governo do Estado, juntamente com a empresa privada, deixou o discurso de lado e começou a trabalhar em favor da reciclagem dos pneus, juntamente com outras ações pela redução de 99,7% de casos de dengue no Paraná, uma coisa incrível, em relação ao ano anterior, quando foi assinado o tal compromisso. Proporcionalmente à sua participação no mercado, as empresas multinacionais fabricantes de pneus no Brasil deveriam ter retirado do meio ambiente brasileiro oito milhões de pneus velhos em 2002. Estou falando das empresas que, pela legislação, deveriam, no ano de 2002, retirar oito milhões de pneus. Cerca de dezoito milhões em 2003 e mais de trinta e cinco milhões somente no ano de 2004, totalizando, desde 2002 até o final do ano em curso, mais de sessenta milhões de pneus velhos, o que sem dúvida deveria se fazer sentir no mercado, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro que, sabemos, são grandes mercados produtores e de pneus inservíveis, que são jogados ao léu. Por que estão sobrando tantos pneus velhos em São Paulo, no Rio de Janeiro e nos demais Estados e por que não sobra tanto pneu no Estado do Paraná, que tem uma enorme pressão para que receba pneus velhos para destruir dentro do Programa Rodando Limpo? Por que os órgãos do Governo, como o Ibama, não têm uma maior preocupação em fiscalizar as multinacionais e, ao mesmo tempo, dedicar-se com tanto empenho para a erradicação das doenças resultantes dos pneus inservíveis, que são jogados fora no Brasil? Portanto, a indústria nacional de reforma de pneus, principalmente a indústria do pneu remoldado, para funcionar, precisa importar pneu usado para a utilização da carcaça como matéria prima. É dado facilmente comprovável que a utilização de pneu usado nacional, segundo os técnicos da área, é economicamente inviável face às nossas condições de uso. Quer dizer, o pneu brasileiro é usado até quase que a sua fase final. Quando não presta mais, pois somos um país subdesenvolvido, é que ele é jogado fora. Afinal, houve um decreto, o Decreto nº 4.592, de 2003, editado pelo nosso Presidente, autorizando importações de pneus remoldados, originários do Mercosul. O próprio Ministério do Meio Ambiente se colocou frontalmente contra. O Presidente assinou um decreto, mas o Ministério do Meio Ambiente se manifestou contra, alegando que pneus remoldados são de fato pneus usados, o que não é verdade, conforme já demonstrado pelo Inmetro. Então, pergunto finalmente, mas antes gostaria de elogiar as preocupações do Senador Flávio Arns para com o meio ambiente. Para cada dez, para cada pneu usado na re-moldagem, a empresa terá que providenciar a destruição, em meio ambiente adequado, de um pneu inservível. Não seria melhor, então, discutirmos o assunto dos pneus usados para remoldagem dentro de um ambiente onde possamos chegar a uma conclusão não radicalizada? E nisso aqui não estou defendendo interesse de nenhuma empresa. Acho que esta Comissão deve dar um exemplo de que esta matéria é importante, já que irá baratear, sem dúvida alguma – está comprovado economicamente – o pneu remoldado. E isso vai obrigar as empresas com sede no Brasil de fabricação de pneus novos a estabelecer um preço mais baixo para a comunidade brasileira, que é uma comunidade pobre, de um País subdesenvolvido.

No que diz respeito à reciclagem, no Estado do Paraná foi feita de comum acordo com a Petrobrás, que usa o pneu inservível como subproduto para a aplicação em diversas utilidades, como por exemplo, a recapagem de estradas e também, quem sabe, a melhoria da produção para viabilizar recapagem de várias ruas e cidades espalhadas em todo o nosso País.

Portanto, são essas as perguntas que eu gostaria de fazer ao nosso nobre convidado e à nossa nobre convidada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Exª tem preferência por algum expositor?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu acho que ...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então, um dos expositores poderá responder a V. Exª, e havendo a necessidade de um complemento o outro expositor ....

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vamos começar pela esquerda. O Ivan e a Drª Marijane.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Bom, eu vou me preocupar com alguns aspectos que o nobre Senador Antonio Carlos Valadares menciona em relação ao pneu reformado e com relação à destinação.

Em primeiro lugar, saliento o que eu havia afirmado, ou seja, de que concordamos absolutamente que a remoldagem de pneus é uma atividade interessante e que deve ser fomentada no País. Não temos dúvida de que a remoldagem prorroga a vida útil do pneu, faz com que ele vire resíduo em tempo mais longo. Portanto, em relação a todas as manifestações do IPT, da norma brasileira e do Instituto Técnico do Paraná, não temos nenhum reparo a fazer. Realmente concordamos com todas elas. O pneu remoldado faz – como eu havia demonstrado na transparência – uma renovação de todo o pneu talão a talão, restitui a banda de rodagem e garante ao pneu condições de segurança de rodagem, desde que o pneu não tenha mais de sete anos de fabricação e desde que o pneu esteja sofrendo apenas uma primeira remoldagem.

Da nossa dificuldade em relação à importação desses pneus – e aí gostaria de destacar bem – decorre nossa oposição ao projeto de lei. Entendemos, e o Senador ilustrou bem isso, pela quantidade de pneus que geramos no País, que não necessitamos importar esse material, para que façamos aqui a remoldagem de pneus. Podemos fazer aqui a remoldagem de pneus com pneus usados pelo próprio País, desde que tenhamos – e aí concordo que temos que ampliar essa discussão – debatamos a questão de normas e segurança e o tempo do pneu. Estão aí as estatísticas de acidentes de trânsito que reforçam essa preocupação do Senador – que é nossa também – de que tenhamos um controle maior sobre o uso do pneu aqui, que não seja usado até o último ... até o fim da sua vida física para que possa ser efetivamente remoldado e possa ser gerado.

Com relação às perguntas de controle – uma pergunta específica aqui ao Ibama – por que o Ibama não tem a preocupação de fiscalizar as multinacionais? Gostaria de salientar que o Ibama começou a discutir essa questão fiscalizando as multinacionais. A primeira resolução, a Resolução 258, de 1999, é exatamente ela, que já substitui um outra anterior de 1996, que justamente se preocupava com a questão da destinação dos pneus inservíveis, aquela responsabilidade pós-consumo que salientei na minha apresentação.

O Ibama começou essa discussão exatamente em cima das multinacionais, e as multinacionais são fiscalizadas pelo Ibama em relação à questão da destinação. Essas metas que estão estabelecidas estão sendo cumpridas. Recebemos já a comprovação de destinação de 2003 por parte das multinacionais. Fazemos o controle de destinação das empresas multinacionais tanto em relação ao pneu produzido aqui e quanto ao pneu importado.

Se o Paraná tem uma ação mais efetiva é mérito do Governo do Paraná que conseguiu estabelecer o grande nó dessa cadeia, que é exatamente a coleta do pneu usado. A dificuldade que encontramos hoje é na coleta desse pneu, como coletar, já que a destinação é uma responsabilidade das empresas e se as empresas estão dando finalidade a isso.

Agora, elas têm se manifestado no sentido de que estão com dificuldades de cumprir a resolução, justamente por que a coleta é complicada e não há uma articulação ideal entre o Poder Público, que coleta resíduos, e a destinação desse resíduo depois.

Sabemos a dificuldade que existe nos sistemas urbanos de coleta de resíduos sólidos. Isso não é novidade para os senhores, que certamente conhecem esse problema.

Efetivamente, no Paraná parece ter havido uma articulação interessante entre as empresas de remoldagem e o Governo no sentido de possibilitar essa coleta e destinação de maneira mais eficiente.

Com relação aos números do Paraná, o Ibama fez e tem feito ações de fiscalização tanto sobre as empresas multinacionais como sobre as produtoras de pneus remoldados no País, e o que verificamos – inclusive nessa questão da importação de pneus – é que numa carga de pneus de carcaças importadas muitas vezes há um rejeito dessas carcaças. As empresas que remoldam pneus falam que esse percentual é da ordem de 20%. De fato, não temos como comprovar exatamente quanto das carcaças importadas chegam aqui sem condição de remoldagem. Há quem fale que esse número é maior.

Mas ainda que admitamos que esse número é em torno de 20%, verificamos também nas nossas ações junto a essas empresas de remoldagem que o pneu coletado pelo Programa Paraná Limpo, por exemplo, não é destacado dessa carcaça que chega importada. É misturado todo esse pneu e dado o destino final.

Então, desses números do Paraná – estou falando a nossa condição operacional – o Ibama não tem condições operacionais de identificar quantos desses vieram do exterior, estão sendo destinados aqui, e quantos desses pneus efetivamente foram coletados no Estado do Paraná.

Conhecemos o programa, que é eficiente, mas a questão da destinação permanece. E saliento nova-

mente, e já frisamos, a questão de o simples fato de darmos destino aos pneus, destruirmos esse pneu, não significa que acabou o dano ambiental. Há um dano ambiental na destruição do pneu.

Na Petrosix, a Drª Marijane já salientou, existem problemas de emissão atmosférica e problema do resíduo que resta dessa queima do pneu, que causa problemas tanto do ponto de vista da saúde ocupacional dos trabalhadores da empresa, quanto do ponto de vista ambiental.

Existem ações nos países desenvolvidos no sentido de restringir essa destinação. E há intenção nossa na área ambiental de fazermos um controle mais efetivo sobre essa questão das emissões atmosféricas. Obviamente, essa empresa que foi construída e licenciada para fabricar cimento não tem a exigência ambiental, porque o tipo de efluente atmosférico é diferente quando ela está queimando pneu e quando não está queimando pneu.

Então, esses são ajustes da legislação ambiental que ainda deveremos fazer no sentido de preservar a qualidade do meio ambiente no País e que certamente vão trazer mais dificuldade a nós do ponto de vista da destinação ambientalmente adequada.

Peço desculpas ao Senador se não respondi completamente as suas indagações, mas espero pelo menos ter contribuído. Há uma única questão que ficou a descoberto que gostaria de salientar e que se refere à Resolução nº 301, do Conama* e à destinação de pneus inservíveis na proporção de pneus importados. Na verdade, a Resolução nº 301 foi emitida depois da Resolução nº 258 com a intenção de corrigir um problema que estávamos identificando. Como as empresas estavam importando, mediante liminares, pneus de outros países, esses pneus entravam, recebiam a anuência, por via de liminar, do Decex*, e não tinham destinação ambientalmente na proporção prevista para os pneus novos. Então, o Conama, preocupado com isso, emitiu uma nova resolução, de nº 301, que reza que inclusive para aqueles pneus oriundos de medidas liminares é necessário dar destino adequado, na mesma proporção prevista pela Resolução nº 258.

Vejam que a resolução não autoriza a importação, mas obriga a destinação dos pneus importados por via judicial, para que tenham o mesmo tratamento, que não vinham tendo, em relação aos outros pneus.

Era isso, da minha parte. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O senhor vai responder, para dinamizarmos o processo, visto que temos sete Senadores inscritos. Vamos deixar esse primeiro bloco de perguntas, de autoria do Senador que propôs esta audiência pública, Senador Antonio Carlos Valadares, sendo respondida pelos expositores que desejarem. Porém, a partir do Senador Antonio Carlos Valadares, vamos propor aos Srs. Senadores que façamos as perguntas e que a pergunta já respondida só tenha a interferência de outro membro expositor em caso de discordância.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para complementar, quero fazer a seguinte pergunta ao Dr. Márcio: no caso das importações, que na realidade são consideradas ilegais, mas que, por medidas cautelares, são permitidas, quais os cuidados, no caso das liminares que permitem essa importação, tomados pelos órgãos federais ligados ao meio ambiente para que o pneu a ser utilizado na remoldagem esteja dotado de todas as características de segurança? Há uma fiscalização intensa sobre esse pneu usado, tal como prevê o projeto do Senador Flávio Arns, que, certamente, se for aprovado, vai prevalecer na lei?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Gostaria de salientar o seguinte: a questão de segurança veicular não é uma questão afeta à área ambiental. Portanto, o Ibama e nenhum órgão ambiental do Sisnama* faz qualquer verificação do ponto de vista da segurança veicular. Isso é um assunto que está sob a competência dos órgãos, dos Detrans. A questão da fiscalização da qualidade é normatizada pelo Inmetro. Como já salientei, a Portaria nº 136 do Inmetro regulamenta essa questão do tempo de vida útil do pneu para poder ser remoldado. O Inmetro deveria, então, a partir de 1995, fiscalizar efetivamente. Outro problema da remoldagem é a ausência de... Todo pneu tem uma identificação de selo e de validade de uso. No processo de remoldagem, esse selo, essa identificação é rompida. Então, o Inmetro está regulamentando inclusive nesse sentido, para que o pneu remoldado tenha ali identificado quando foi remoldado, o ano que foi remoldado. Essa é uma ação específica do Inmetro. O Ibama limita-se a verificar, por meio do Siscomex, a destinação adequada dos pneus inservíveis em relação ao meio ambiente. Isso é feito pré-embarque, a partir da autorização da licença de importação via Siscomex. As empresas destinadoras têm que estar cadastradas no Ibama; o Ibama tem um cadastro, como já salientei, com as vinte e seis empresas habilitadas a fazer a destinação

Portanto, por mais que o Estado do Paraná tenha dado vazão a toda a sua água, através do ralo aberto,

ele tem mais água para consumir do que outro Estado que não esteja com essas liminares sendo concedidas porque a torneira não está tão aberta. Está entrando muito mais pneu. Resumindo: o Estado do Paraná tem muito mais pneus usados para resolver do que outro que não tenha liminares sendo concedidas. Que ele dê conta de seus pneus, eu acho um grande mérito. Queremos que ele continue dando. Mas por que ele está se colocando numa tarefa maior do que aquela que ele já tem dificuldade em dar conta? Por que nós estamos acrescentando um problema a um problema que nós já temos?

O último argumento que existe – que é um argumento técnico – e que tem a sua procedência é a questão de que, para remoldar um pneu, evidentemente é muito melhor um pneu menos usado do que um pneu mais usado. Mas a verdade é que existe, também, uma parte dos consumidores brasileiros de pneus que se desfazem dos seus pneus em condições razoáveis. E essa quantidade pode ser aumentada – como disse o Dr. Márcio – se a legislação e se os órgãos fiscalizadores da segurança do transporte coibirem, de fato, o uso do pneu até o seu último suspiro – digamos. De modo que até essas condições de podermos ter – recolhendo em território nacional – pneus anda razoavelmente não gastos para que possam sofrer uma remoldagem, é perfeitamente atingível de outra maneira, sem que se abra as portas para uma importação que, como o Dr. Márcio colocou aqui, sequer nós temos certeza de que esses pneus que estão vindo são aqueles que vão inteiramente para a fábrica. É possível que uma parte deles e a própria indústria que importa, reconhece que 20% deles são refugos e não tem condições de serem aproveitados. É possível, portanto, que uma parte deles,portanto, estejam diretamente indo parar nessas destinações finais e todas elas insatisfatórias do ponto de vista ambiental, como o Dr. Márcio expôs, aqui, detalhadamente. Finalmente, – eu não quero, ainda, entrar nesse tema porque acredito que o Conselheiro André Corrêa vai abordar – mas eu gostaria de dizer que nós não nos manifestamos com Ministério do Meio Ambiente, frontalmente contrários ao Decreto de fevereiro do ano passado. O que houve, na verdade, foi uma má interpretação – e isto, em parte, por desconhecimento do tema – sobre qual era o problema real com relação aos pneus. Quer dizer que do Mercosul entra uma quantidade muito pequena de pneus reformados – quando nós estamos tratando de um Mercado Comum, submetido a regras comuns, inclusive do ponto de vista ambiental. Dentro do Mercosul, nós temos um subgrupo de questões ambientais, onde se tratam dessas questões e procura-se uma mesma política. Isto é bem diferente do que nos preocupava no momento – que eram as liminares que estavam permitindo e continuam permitindo a entrada de uma enorme quantidade, milhares de pneus usados – carcaças. Este era o verdadeiro problema. Não houve, de fato, da parte do Ministério do Meio Ambiente, nenhuma indignação com esse Decreto que, ao nosso ver, respondeu, simplesmente, – como o Conselheiro André Corrêa vai explicar – e, inclusive, há uma decisão judicial do Tribunal do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Conselheiro André Corrêa.

O SR. ANDRÉ CORRÊA – Muito obrigado. Justamente, simplesmente, para esclarecer que esse Decreto de fevereiro do ano passado – o Decreto nº 4592 – na realidade, é uma resposta do Brasil ao resultado de um laudo arbitral do Mercosul, de janeiro de 2002. Então, o Decreto nº 4.592 se refere, exclusivamente, aos pneus reformados, procedentes dos Estados parte do Mercosul. Como disse bem a Drª Marilane, naquele momento se confundiu isto com a questão das liminares que não cabe e o laudo arbitral do Mercosul – e foi o Uruguai e o Paraguai que tinham a questão – é que, de acordo com a Decisão do Conselho do Mercado Comum – de 2000 – não pode haver novas medidas restritivas no comércio entre os Estados parte do Mercosul. E, justamente, o laudo arbitral considera que a legislação brasileira tinha criado medidas restritivas a esse comércio, posteriormente à decisão do Mercado Comum. Portanto, o Decreto nº 4.592, de 2003, se refere apenas às importações dos Estados partes do Mercosul e que são importações pequenas e isso tudo foi discutido amplamente dentro do Governo antes de ser proposto esse decreto, inclusive, evidentemente, com o Ministério do Meio Ambiente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Respondidas as perguntas do Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu só queria dizer que no que toca à utilização de pneus usados para remoldagem de pneus usados no Brasil, não existe nenhuma proibição do projeto do Senador Flávio Arns. S. Exª fala na possibilidade de importação de pneus usados para este fim, mas não proíbe a utilização dos nossos pneus. Trata-se, portanto, de uma questão de opção da indústria saber escolher o melhor pneu para fazer a remoldagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Passamos a palavra ao Senador Flávio Arns, solicitando ao Senador que identifique o expositor que vai responder sua pergunta ou suas perguntas. Logicamente quero dizer com isso que não dirija a mais de um expositor a mesma pergunta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero cumprimentar também todos os expositores, agradecer-lhes a presença, inclusive a disponibilidade de se discutir mais o assunto, não só este mas todos os assuntos que exigem um debate, sem dúvida de aprofundamento e maior em relação à questão ambiental. Eu quero dizer que o projeto de lei não trata unicamente de pneus remoldados, como o Senador Valadares disse, é a contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, pneus de uma maneira geral porque isso vem sendo muito debatido. Por que estou apresentando este projeto de lei? Porque nós temos no Paraná, como já foi mencionado, na região metropolitana de Curitiba, no Município de Piraquara, uma fábrica de pneus remoldados que gera quinhentos e vinte empregos diretos e mais uma quantidade enorme, certamente, de empregos indiretos e que os trabalhadores, os empresários, a comunidade permanentemente vêm nos chamando atenção para a necessidade de se regularizar o assunto, pois a fábrica é sem dúvida exemplar, os trabalhadores são muito respeitados e quinhentos e vinte empregos para o Município de Piraquara, região metropolitana de Curitiba, são essenciais. Ao mesmo tempo, tenho, naturalmente todos nós temos que ter no Brasil uma preocupação ambiental também. Por isso me reuni com muitos amigos, inclusive ambientalistas, para discutir esse assunto e fui muito claro com as lideranças, particularmente as do Paraná, para eles me dizerem em que são contra, só para ver o que podemos melhorar, o que podemos fazer antes de apresentar o projeto para que tivéssemos um grande debate a respeito do assunto. Isto foi feito não só com a preocupação ambiental, porque a preocupação de saúde em relação a esse projeto também é grande, Vemos nas propagandas do próprio Governo em relação à dengue, por exemplo, que o pneu é um local extremamente propício para a proliferação do mosquito transmissor da doença. Portanto esse é um problema ambiental, mas é um problema de saúde também.

Nesse sentido, nós nos preocupamos, claro, no fundo, com o problema de saúde mas sempre pensando na questão ambiental, por isso exigências de contrapartida ambiental para a colocação de pneus no mercado interno. E aí todos os tipos de pneus: pneu fabricado no Brasil, pneu novo e importado, pneu remoldado, pneu usado, ou seja, todo tipo de pneu; carro que importamos e que venha com cinco pneus (estão vindo cinco pneus do exterior e tem que haver, naturalmente, a contrapartida ambiental).

Estas foram portanto as grandes preocupações de fundo e com toda essa discussão que fiz com a área ambiental.

No final, eu me senti bastante tranqüilo em apresentar o projeto de lei porque não havia em todas as discussões uma restrição que causasse um prejuízo para o Brasil; um problema de meio ambiente; um problema de emprego ou coisa semelhante. Depois de todo esse debate, falando com todos eles e até mostrando o projeto, vendo e alterando aspectos, cheguei à conclusão de que o projeto deveria ser apresentado para a regulamentação desse assunto porque essa discussão vem se prolongando, mas podemos ter uma solução para tudo isso. Mesmo nas exposições de hoje, muitos dos argumentos foram utilizados pelos ambientalistas, quase todos eles também, e mesmo pela área de comércio e de indústria, de forma que me senti, apesar de toda a argumentação, tranqüilo em apresentar o projeto. Nesse sentido gostaria de enfatizar esses aspectos todos até para fundamentar o que foi feito.

Gostaria, em primeiro lugar, de fazer uma pergunta para o Dr. Edson, depois faria para os outros também. Por exemplo, se assistimos a um programa pela televisão para ver a qualidade dos produtos, ver se aquilo que o produto apregoa é, de fato, o que pode ser constatado no produto, a emissora de TV, no caso a Rede Globo, sempre pega os laudos do Inmetro, quer dizer, o Inmetro, o Instituto de Tecnologia do Paraná diz que o produto é novo, tem garantia de cinco anos para rodar 80 mil quilômetros, com um preço 40% inferior a produto similar. Então o produto é novo, de acordo com esses dados. Podem ser questionados, de acordo com o que a Drª Marijane falou, tem que se aprofundar, discutir, mas são laudos. O Inmetro, no Brasil, é muito conceituado, tanto que a Rede Globo se utiliza dele todos os domingos à noite.

Por que o Ministério de V. Sª diz que é um produto usado se o Inmetro diz que é um produto novo? Se é um produto novo, o material usado para fazer esse produto novo é uma matéria-prima, apesar das opiniões divergentes. Se é um produto novo, o material é uma matéria-prima que produzirá esse produto novo. Será que não seria o caso de o Ministério rever a sua situação, ainda mais que a Receita Federal taxa esse produto como produto novo? Todos os impostos são pagos como se fosse produto novo; mesmo nesse sentido, V. Sª afirmou que o Ministério permite a entrada de produtos usados desde que não sejam para produção e desde que não haja similar no mercado nacional.

Se importamos um carro Mercedes, por exemplo: o carro vem com cinco pneus novos. Mas para esses cinco pneus existem similares no Brasil. Portanto, parte do carro seria novo, para os cinco pneus existem similares; quer dizer, não existiria uma incoerência na

abordagem do Ministério nesse sentido? A pergunta é: por que o Ministério não revê o seu posicionamento?

Para o Dr. André, eu perguntaria o seguinte: pelo Ministério das Relações Exteriores, foi mencionada várias vezes a Convenção de Basiléia, mas não sei por quê. Acho que é uma convenção importante, trata de produtos perigosos, resíduos perigosos. Foi afirmado que pneu não tem resíduos perigosos, mas a Convenção de Basiléia não aborda, em nenhum momento, pneus. Permite o comércio de pneus usados, inclusive na Comunidade Européia, então não existe nenhuma menção a pneu.

Fico pensando por que a Convenção de Basiléia está sendo mencionada se não existe nenhuma menção à questão de pneus na referida convenção. Eu até pensaria que não é tanto uma questão do Ministério das Relações Exteriores, mas há o laudo arbitral do Mercosul em relação aos pneus remoldados produzidos no Mercosul. Dizer que se trata de quantidade pequena que vem para o Brasil não é argumento. Se um pneu é produzido no Mercosul e vem para o Brasil, sem as exigências que nosso País faz em relação ao pneu, há uma concorrência desleal. Permitem-se que venham pneus de outros países do Mercosul e não se permite que isso seja feito no Brasil. Seria uma concorrência desleal em relação ao que acontece no Brasil.

Para a Drª Marijane, também enaltecendo toda a abordagem feita e compartilhando com as preocupações, principalmente em relação à análise do ciclo da vida de qualquer produto, creio que temos de ter uma preocupação intensa com isso e também em relação aos pneus. Discuti com os ambientalistas, que me disseram que ambientalmente correto, de fato, não significa que haja problemas na seqüência. Perguntei-lhes se havia algum estudo nesse sentido, e a resposta foi a de que não existe qualquer estudo definitivo. Se não me engano, V. Sª até fez menção de que esse assunto deveria ser aprofundado.

O Dr. Márcio disse, em sua argumentação, que uma fábrica de cimento não está preparada para queimar pneus ou qualquer outra matéria. No Paraná, isso é feito na usina de xisto da Petrobrás. Imagino que essa situação seja diferente. De qualquer forma, não existem estudos nesse sentido.

Quanto à preocupação dos testes que V. Sª mencionou, sugiro que sejam feitos tanto para pneus novos quanto para os pneus remoldados . Eu até desconfiaria que os testes seriam melhores para os últimos que para os primeiros.

Quando começou a guerra dos pneus – e todo o Brasil se lembra – os pneus novos duravam de 25 a 30 mil quilômetros. Naquela época, comprávamos pneus e depois de seis meses os jogávamos fora porque a borracha e o pneu não eram adequados. De alguns anos para cá, depois do começo da disputa comercial, os pneus novos começaram a ter uma vida útil maior, passando a ter 50 ou 60 mil quilômetros. Não sei, mas talvez cheguem a 80 mil quilômetros.

Eu diria que os testes devem ser feitos tanto para os pneus novos quanto para os pneus remoldados. Minha impressão é a de que, talvez, até se obtenham resultados melhores nos pneus remoldados do que nos pneus novos.

Existe a dúvida em relação à quantidade de pneus. Pergunto a V. Sª o que sugeriria porque o projeto de lei pode ser melhorado nesse sentido. Não sabemos se aquele pneu inservível que foi destruído está naquela quota dos importados ou se está na quota dos nacionais. Ambientalistas sugeriram que isso fosse verificado no posto de embarque. Assim, talvez houvesse garantia maior no sentido de que realmente poderíamos resolver esse problema.

V. Sª perguntou por que isso não é feito lá. O Senador Antonio Carlos Valadares disse que isso é feito lá para pneus de aviões, de máquinas e, certamente, para outros tipos. Imaginem se um pneu remoldado de avião não oferecesse segurança. Na Europa, no Canadá, nos Estados Unidos, onde há uma grande preocupação com isso, nos aviões e nas máquinas se usam pneus remoldados. Por que não é feito lá? Não sei qual é a cadeia de custos disso, qual seria o custo de um pneu novo ou de um pneu remoldado. Certamente, só é feito no Brasil porque a atividade é economicamente vantajosa. O empresário não faria se não tivesse lucro. Tem que haver lucro, gerar emprego, senão isso também não aconteceria.

Essas dúvidas, como o porquê de não ser feito lá, me foram perguntadas por muita gente. Por que não é feito lá? Usei o argumento de que os aviões, as máquinas são feitos. Quanto aos carros, temos que fazer uma análise de custo de pneus para sabermos se o pneu novo, eventualmente, não custa o mesmo de um pneu remoldado lá.

V. Sª falou que temos problemas. Por que não usamos os pneus que estão aqui. Todos me falaram isso também. Discutindo, chegamos à conclusão de que todos conhecemos o estado das nossas estradas: buracos. No Paraná, o Senador Roberto Requião está recuperando as estradas. Nós mesmos arrebentamos não só o pneu, mas a roda. O Líder do Governo disse que precisamos de R$5 bilhões para recuperar as estradas, mas estamos gastando R$30 bilhões com pneus, eixos quebrados, etc. No Brasil, usamos pneu até o final. Abordamos também essa discussão.

Ao Dr. Márcio, a grande discussão também é em relação ao que mencionei com o Dr. Edson. Se o Inme-

tro diz que é pneu novo, que é um produto novo, o que vem para o produto novo é uma matéria, um produto que vai produzir aquele produto novo. Chamemos isso de matéria-prima. Se é um produto novo, aquela matéria-prima gerará aquele produto novo. Quanto à grande discussão mencionada pelo senhor, de que não seria matéria-prima, é o mesmo que comparar com reforma de sapato. Se tivéssemos um sapato e destruíssemos um igual para não termos uma montanha de sapatos no Brasil e o Inmetro dissesse que esse é um sapato novo e que custa 40% mais barato do que um sapato novo, até a discussão poderia acontecer também.

Temos que resolver os nossos problemas e não os de outros países. O projeto de lei nos permite isso. Como foi dito, criaremos mais pneus e teremos uma montanha de pneus. Em vez de destruir um, destruiríamos dois pneus. Isso pode mudar. Foi colocado um pneu para não se criar essa montanha de pneus. Em vez de criar um, criam-se dois. Colocamos no projeto que é possível importar e usar pneu usado, mas ficaria muito desinteressante porque seria preciso destruir dez para cada um. Está fora de cogitação ter que destruir dez e importar pneu usado para vender. Praticamente, proibimos a situação.

Finalmente, Sr. Presidente, não é uma resposta, mas devemos aprofundar e clarear essas idéias. No Paraná, o Rodando Limpo dá certo porque o Governo, a comunidade, os meios de comunicação se envolveram. Há propagandas na televisão, nos jornais sobre recolher e dar pneu. Foram destruídos, mais ou menos, como mencionado, sete milhões de pneus, o que ajuda ao meio ambiente e à saúde.

Digo, claramente, que fiz toda a discussão porque realmente existe a fábrica. Já a visitei. Podem fazê-lo todas as pessoas que desejarem visitá-la. Falei com funcionários. Participo, freqüentemente, dos debates. Mas é uma preocupação que temos. Jamais faria algo – deixo bem claro – se a minha iniciativa representasse prejuízo para o meio ambiente. Fiz com tranqüilidade, segurança, ouvindo até as ponderações para ver o que pode ser aprimorado no processo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Repito a todos os presentes que o Senador Antonio Carlos Valadares é o autor do requerimento que faz com que estejamos, hoje, em audiência pública. Haverá outra reunião para darmos continuidade àqueles que irão fazer suas exposições e também ao Relator do Projeto de Lei de autoria do Senador Flávio Arns. Em virtude disso, logicamente fomos tolerantes com o tempo.

De agora em diante, peço às Srªs e aos Srs. Senadores que farão as perguntas que utilizem objetivamente o seu tempo e cada expositor que for respondê-las terá o tempo de três minutos para a sua resposta. Claro que seremos complacentes com aquelas respostas que tenham necessidade de mais tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para colaborar com os trabalhos, após as respostas que serão dadas ao autor da proposta, seria interessante que os demais oradores possam falar, de três em três, e, em seguida, os convidados darão suas respostas.

Está reunida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual sou membro, e não vou ausentar-me de forma alguma, apesar de a reforma do Poder Judiciário estar sendo discutida, enquanto não terminar esta sessão.

Então, sugiro a V. Exª essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Coloco em votação a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Seguiremos essa determinação aceita por todos os Senadores.

Farão uso da palavra o Dr. Edson Lupatini*, e posteriormente o Conselheiro André Corrêa*.

O SR. EDSON LUPATINI – Senador, com relação ao laudo do Inmetro, vou pedir à Secretária Marijane e ao Dr. Márcio que respondam a essa questão. Prefiro que essa questão seja discutida lá pelo meio ambiente.

Com relação à questão do bem usado, como V. Exª disse, chegou-se a comentar sobre um carro novo importado com cinco pneus, e aí há a questão da similaridade: por que se autoriza a importação de pneus que vêm no carro, se eles são importados e têm similar nacional? Não sei se entendi bem a pergunta, mas vou procurar esclarecê-la de alguma forma, longe de ser professoral, mas com a finalidade de entendermos exatamente a situação e contextualizá-la.

Fazemos dois tipos de exames no Departamento. Um é o exame de similar nacional, que só é feito quando a importação é de um bem novo, trazido com algum tipo de benefício fiscal, ou pela natureza do importador – Prefeitura, Governo Federal, etc. –, que esteja imune dos tributos.

Nesses casos, fazemos este exame, que consiste de três quesitos: o primeiro, se o bem vai ser trazido no prazo necessário para o importador; segundo, se

a qualidade do bem importado é igual à do fabricado no País; e terceiro, o preço. Então, faz-se o confronto entre esses quesitos. Se um desses não for atendido pela produção nacional, se é que há produção nacional, nós autorizamos a importação desse bem, porque não há similar nacional. Em que pese ter produção nacional, não tem similar nacional, porque não atendeu a um dos quesitos.

Então, o fato de ter produção nacional de um bem novo não significa que aquela importação não possa ser autorizada com benefícios fiscais, com isenção de impostos, seja por aquele produto estabelecido por algum ato normativo ou legal que dispense a aplicação do tributo, seja pela natureza do importador. Assim, a similaridade nacional seria nessas condições.

No caso de um bem usado, seja de consumo ou não, não há que falar em similar nacional, porque dois quesitos já estariam prejudicados: primeiro, o preço, porque não seria possível fazer essa correlação entre um bem novo e outro usado; segundo, o prazo, porque o bem usado já está pronto para ser entregue, enquanto um bem novo tem que ser fabricado no País.

Portanto, no caso da importação de bens usados, fazemos um exame de produção nacional, independentemente do preço ou do prazo de entrega, porque tendo a produção nacional, não autorizamos a importação do bem não de consumo, mas de máquinas e equipamentos. E, no caso de bens de consumo, não autorizamos a importação de qualquer que seja o bem de consumo. Há algumas razões para isso. A primeira é que seria de uma dificuldade extrema fazer qualquer tipo de controle na importação de bens de consumo usados.

Suponhamos que seja autorizada a importação de pneus. Amanhã também se autoriza a importação de televisores, de refrigeradores, de automóveis, enfim, suponhamos que todos os bens usados de consumo sejam autorizados para importações. A dificuldade que o departamento teria para fazer esse controle seria imensa, porque haveria a necessidade de se ter um laudo daquele bem que se está trazendo, daquele televisor, daquele refrigerador que está sendo importado. Ele está em condições de ser utilizado? A sua vida útil está boa? Isso sem mencionar a questão da produção interna. Sem o fato de haver aqui as fábricas já instaladas que produzem os bens novos. Nem vou entrar nessa questão, mas o problema é como fazer o controle desse tipo de bem.

É por isso que nós, em termos comerciais – e até em indústrias de cadeia produtiva, desde o início da produção do bem até o final –, fazemos com que as importações de bens de consumo usados não sejam permitidas. Está claro?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Conselheiro André Corrêa.

O SR. ANDRÉ CORRÊA – Sr. Senador, com relação às perguntas que V. Exª me dirigiu, eu queria, primeiro, esclarecer que, no tocante ao Decreto nº 4.592, quando me referi à quantidade pequena, eu estava me referindo à divulgação que houve e à reação da imprensa naquele momento com relação aos pneus que estavam sendo importados. Portanto, eu me referia ao fato de que a importação do Mercosul não foi o motivo pelo qual houve uma tal reação da imprensa de certos ambientalistas, porque a quantidade era pequena. A reação foi principalmente pela importação por meio de liminares; foi só em relação à explicação da divulgação que houve.

Com relação a Basiléia, de fato creio que a Drª Marijane Lisboa deu uma explicação muito ampla sobre o fato de os pneus não estarem incluídos na Convenção da Basiléia, mas o que acho muito importante – e a Drª Marijane esclareceu muito bem – é a questão da lógica da Convenção da Basiléia. Houve uma negociação; nessa negociação, cada país procura levar aquilo que considera que deve ser incluído como resíduo perigoso. Essa negociação é política, evidentemente é uma negociação econômica, porque há vários interesses que estão sendo defendidos, todos legítimos, porque cada país vai procurar levar aquilo que é do seu maior interesse. A posição do Governo brasileiro seria favorável à inclusão dos pneus usados no contexto da Basiléia, mas isso não foi obtido na negociação.

Então, a Basiléia tem sido citada nesta reunião – tem sido citada no que concerne a pneus – justamente pela lógica – que a Drª Marijane explicou muito bem – de que a Convenção da Basiléia surge de uma reação dos países em desenvolvimento à tendência dos países desenvolvidos de transferir aos países em desenvolvimento a responsabilidade de cuidar de resíduos que são produzidos nos países ricos. E essa lógica se aplica, creio, de maneira muito clara em relação a pneu, porque, de certa maneira, o país da União Européia que fabrica esse pneu o usa enquanto ele tem uma certa utilidade; em seguida, ele é exportado, e o país que o importa, seja para usá-lo três ou cinco anos – dependendo do tempo de utilidade de um pneu recauchutado ou reciclado –, independente disso, será esse país em desenvolvimento que deverá cuidar da sua disposição definitiva.

Portanto, trata-se de uma transferência de responsabilidade por aquilo que é produzido num país desenvolvido, dentro dessa lógica pela qual a Convenção da Basiléia foi negociada. É nesse sentido que temos colocado a questão dos pneus, no contexto da Convenção da Basiléia. O senhor tem toda razão de que,

tecnicamente, isso não entra dentro da Convenção da Basiléia, é uma questão realmente de lógica e de política, de interesse dos países em desenvolvimento.

Espero ter respondido suas perguntas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu queria apenas um aparte ao representante do Ministério, a respeito do que colocou sobre a importação de bens de consumo.

O projeto, parece-me, está caracterizado como insumos, não como bem de consumo.

O projeto conceitua, procura mostrar o que são pneus meia-vida e pneus usados como matérias-primas. Essa caracterização de que ele pode ser meia-vida, remoldado, recauchutado ou até usado como matéria-prima não descaracteriza a condição daquele bem como usado. Ele pode até servir como matéria-prima, a carcaça, como foi dito aqui, mas não descaracteriza aquele bem trazido como pneu usado.

Permita-me reforçar algo. Todas as importações de bens de consumo novos podem ser feitas, desde que se paguem os impostos. Só no caso de isenção de impostos para bens novos deve ser feito o exame do similar a que me referi.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Drª Marijane Lisboa.

A SRª MARIJANE LISBOA – Senador, efetivamente, a questão de soluções adequadas para pneus é um tema que – como comentei na minha primeira exposição – ainda não tem soluções adequadas. Acredito que os ambientalistas do Paraná que V. Exª consultou devem ter comentado, porque comigo eles comentaram há alguns anos, que eles tinham muitas preocupações, por exemplo, com relação à empresa da Petrobras que processa o xisto betuminoso* no Paraná, porque, sendo o xisto betuminoso o material que é, por sua composição química e pelo processo a que é submetido, juntamente com os pneus picados, fatalmente, do ponto de vista químico, representará emissão de substâncias tóxicas no meio ambiente.

Essa preocupação que colegas da área ambiental manifestaram há muitos anos, quando já estávamos acompanhando essa história dos pneus, reforçou-se recentemente, quando o Ministério Público do Paraná nos endereçou uma correspondência solicitando que enviássemos resultados de medições de algumas substâncias tóxicas que supomos tenham que sair, fatalmente, de um processamento como esse.

Solicitamos a informação, pedimos ao Ibama que se dirigisse ao órgão estadual e vieram, como resultado, medições muito básicas, que obviamente se espera que existam num processo como esse, de dióxido de carbono, de enxofre. Mas aquelas que nos preocupavam particularmente eram, por exemplo, as emissões de dioxinas, pois, justamente pela composição do que vai nesse forno, há possibilidade de produção dessas substâncias que, como quem é da área sabe, não existiam na natureza – elas são resultado da química moderna. As dioxinas e os uranos, duas famílias próximas, são consideradas as substâncias mais cancerígenas que fomos capazes de produzir na indústria química. Juntamente com isso, podemos ter cromo, mercúrio e arsênico, ou seja, componentes presentes no pneu e que, misturados com o xisto betuminoso, que é um material orgânico e que, portanto, tem a presença de uma série de metais tóxicos, poderão estar sendo – e deverão estar, é muito difícil que não estejam, porque a Química não nos dá muita chance de pensarmos de maneira diferente – espalhados no meio ambiente.

Eu gostaria de me concentrar numa argumentação de ordem ambiental, porque não podemos, como órgão, ficar discutindo a questão da segurança.

Senador, um pneu feito para neve é diferente de um pneu feito para andar num território como o brasileiro, com uma grande insolação. Ele é até estruturalmente diferente. Então, sob o ponto de vista da segurança, tenho a impressão de que ele não passa no teste, porque ele é mais estreito, justamente para permitir que o carro penetre na neve; enquanto que, no nosso caso, ele precisa ser mais largo e não precisa de peso, mas o pneu precisa dar maior estabilidade ao carro.

Sr. Presidente, não quero entrar no mérito da segurança, porque não é o nosso assunto. Penso que se houvesse uma solução ambientalmente adequada para o pneu usado, nós não estaríamos sequer discutindo importação ou não de pneus. Por exemplo: a falta de papel, em certos momentos, faz com que o Brasil importe apara de papel. Isso nos traz algum problema ambiental? Nenhum. O nosso modelo de indústria ainda não coleta, de maneira adequada, a apara de papel, então nós a importamos; não há inconveniente. Agora, no momento em que importamos algo que traz problemas ambientais ao final, aí estamos aumentando em mais um os nossos problemas.

Sr. Presidente, como sei que o tempo é curto, vou tratar de um segundo aspecto. Refiro-me à questão do custo.

A razão pela qual não se desenvolve esse tipo de indústria nesses países é que, de fato, não se fornece e não vale a pena – é mais barato exportar para algum país de Terceiro Mundo do que montar uma indústria lá. Até porque o custo, como disse no início de minha palestra, para o produtor se desfazer do seu

pneu usado é muito caro, principalmente na Europa e nos Estados Unidos; gasta-se muito. A Convenção da Basiléia trabalhou com máfias que ganhavam dinheiro justamente nessa diferença entre o que custava legalmente depositar um resíduo perigoso – um pneu usado – nos Estados Unidos e na Europa, e o custo de se pagar para a máfia para jogá-lo na África, na América Latina, na América Central, etc. Essa lógica econômica perversa, provavelmente exista por detrás de tudo isso. Creio que isso deve facilitar e tornar lucrativo esse tipo de comércio, porque, como o custo é alto na Europa e nos Estados Unidos, se houvesse a possibilidade de remoldar esse pneu com uma garantia de qualidade, eles estariam fazendo isso por lá. Por que estão fazendo isso? Porque o custo do aterro, lá, também é caríssimo. Então, é mais barato exportar para nós. E aí, claro, temos uma lógica econômica perversa, a mesma que estava por detrás da Convenção da Basiléia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO – Sr. Presidente, vou ser breve.

Naturalmente penso que deve ser destacado, aqui, o esforço de todos para esclarecer e discutir melhor esse assunto. Inclusive penso que questões colocadas pelo Senador Flávio Arns já foram respondidas como, por exemplo, a questão da portaria do Inmetro. Considerar o pneu como novo, é o que estamos procurando questionar. O próprio Inmetro, consultado a respeito, nos salientou que esse laudo não é definitivo –, trata-se de laudo emitido por um técnico do Inmetro.

O que causa espécie é exatamente a discussão se é ou não um bem novo. A remoldagem do pneu, ou seja, esse processo de "reforma" com maior profundidade, cria um novo produto, isso dentro dessa linha que os senhores estão defendendo, que seria um produto novo, esse processo repõe somente 30% da borracha que o pneu tinha antes. É difícil imaginarmos que isso é um produto novo. Se estamos aproveitando 70% da matéria original, estamos colocando só 30% de novo, por que estamos chamando isso de um pneu novo? Por que estamos chamando o original de matéria-prima – ainda dentro da linha que a Drª Marijane levantou de censo comum? É difícil termos argumentações desse tipo.

Com relação a questões colocadas pelo Inmetro, penso que é um laudo de segurança, e vamos ter que ir mais fundo no sentido de entender melhor o que eles querem dizer quando dizem que é um "pneu novo".

Com relação aos pneus, eu gostaria de me estender mais em duas questões colocadas pelo Senador. Uma é com relação à questão da importação de veículos novos e a entrada de pneus juntamente com esses veículos. O Ibama faz esse controle por meio da Instrução Normativa nº 25, de 2001, se não estou enganado, que controla a entrada e também obriga a dar destinação, para esses pneus importados, pelas montadoras de automóvel, que não é a importação individual de um bem de consumo, mas é a importação que as montadoras fazem, importação e exportação de veículos. Então também já existe um instrumento legal, e nós já atendemos a esse instrumento.

Finalmente, acerca da questão – penso que a Drª Marijane Lisboa também já abordou a questão do uso na usina de xisto da Petrobras. Não há apenas indicativos de que causam problemas ambientais do ponto de vista da poluição atmosférica, visto que o próprio resíduo sólido, resultante da queima, também seria um produto com alguma toxidade em razão de misturar o xisto ao resíduo de pneu. Portanto, existiriam ali alguns metais – precisamos intensificar os estudos nesse sentido –, e há indicativos de que o comportamento da cinza é diferente, pois não é mais um material inerte como antes, quando era queimado sem a presença de pneu.

Esse fato é muito comum em toda destinação de resíduos, e precisamos esclarecer esse assunto. Nós da área ambiental já sabemos, por força do ofício, que, na natureza, dificilmente se elimina uma substância. Os metais, as substâncias químicas estão em cadeia alimentar, em processo na biosfera, e nós simplesmente os transformamos; não os eliminamos completamente. E nessa transformação sempre ocorre algum prejuízo ambiental. Quando falamos em economia, devemos pensar no assunto de maneira bem mais ampla e não simplesmente objetivar o lado financeiro. Devemos pensar na economia do ponto de vista dessas questões, desses prejuízos ambientais, haja vista que o País certamente, no futuro, será obrigado a gastar com isso como já ocorre atualmente.

Atualmente, a discussão nacional a respeito do licenciamento ambiental e das questões dessa natureza, que nós do Ibama vivenciamos cotidianamente, leva em conta esses fatores. Hoje, existe uma nova variável econômica, além de ambiental, que deve ser considerada nos empreendimentos, embora não haja tradição em fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Daremos seqüência às perguntas dos Senadores inscritos, lembrando que há quatro oradores. Portanto, será mais produtivo se os quatro Senadores fizerem seqüencialmente suas perguntas.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca e, posteriormente, aos Senadores Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior e João Tenório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srs. convidados, esta audiência está sendo muito boa para o esclarecimento de várias questões, principalmente a da liberação da importação de pneu usado do mundo inteiro. Às vezes, ficamos com a imagem que a imprensa transmite e com uma visão distorcida do fato.

Após tudo o que foi discutido nesta Comissão, creio que há dois fatores preponderantes. O primeiro é a proteção ambiental, e o segundo, a proteção da indústria nacional. Os fatores se resumem nisso.

Para superar a questão da proteção ambiental, o projeto estabelece, de certa forma, que de toda a importação de pneu usado seriam destruídos dez pneus. Essa é uma compensação ambiental que pretende convencer que o projeto é bom e que o uso nacional é interessante para o País. Com essa proposta, talvez se estaria obtendo a anuência da área ambiental. Por outro lado, essa proposta ambiental, juntamente com a política brasileira de proteção da indústria nacional, é suficiente para dispensar a doutrina da indústria nacional?

Creio que os problemas residem justamente nessas duas questões. Portanto, pergunto ao Dr. Márcio e ao Dr. Edson se essa proteção ambiental evidente no projeto é suficiente para aprová-lo de maneira definitiva. Indago, ainda, ao Dr. Edson se essa proteção ambiental evidente no projeto poderia derrubar o princípio da proteção da indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Palestrantes, inicialmente quero dizer que o projeto apresentado pelo Senador Flávio Arns é realmente muito importante, pois demonstra a preocupação com a questão ambiental, que não mais diz respeito apenas a determinados grupos, mas a todo o País. Não podemos deixar que esse assunto seja de responsabilidade apenas de algumas ONGs ou de algumas pessoas mais sonhadoras. A questão ambiental hoje já está bem clara na consciência de todos. O fato, entretanto, de o projeto propor a questão das importações é o que me preocupa mais. É salutar que tenhamos essa compensação que está explicitada aqui, mas não acredito que haja necessidade de importar pneus usados para abastecer esta indústria ou o mercado brasileiro.

Em um País deste tamanho, temos uma disponibilidade enorme de pneus usados que podem ser coletados em vários outros Estados. Seria até muito bom, pois incentivaria nosso transporte – transportar por trem, por caminhão, por navio, seja como for. Então, a importação é que me parece o ponto mais crítico do projeto como um todo. Assim, gostaria de saber um pouco mais do pessoal da área mais interessada na importação por que não usar só os pneus brasileiros, por que a necessidade de importar? Até agora não vi argumentos que justifiquem essa importação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Peço ao Senador que identifique o expositor que deverá responder à pergunta.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Do meio ambiente, não é. Creio que seria o Dr. Edson.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os expositores, a nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia, e os demais Senadores e Senadores presentes.

Na verdade, não tenho nenhuma pergunta a fazer à senhora e aos senhores e, sem querer ser arrogante, diria que já tenho respostas às minhas angústias e preocupações.

A audiência teve como fato gerador um projeto do meu eminente e querido amigo Senador Flávio Arns, que trata de um aspecto nesta questão toda que precisa ser obviamente discutido à exaustão. Tanto é assim que estamos aqui fazendo exatamente isso. Mas queria prender-me à importação dos pneus usados. Por sorte olhei para trás há pouco e vi a Drª Marciane Zaro*, brilhante Procuradora da Fazenda Nacional, Procuradora-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Ceará. Atuei naquele Estado com S. Exª no período difícil em que este mesmo Poder Judiciário que hoje nós, do Senado, estamos empenhados em discutir mais precisamente se aos privilégios do mencionado Poder devem ser acrescentados outros, além de uma Reforma do Judiciário que trata, a meu juízo, exatamente dos privilégios mais ou menos dos membros da sua alta cúpula do Poder Judiciário.

E esse mesmo Poder Judiciário prestou um triste serviço a este País naquele período de 1996 a 1998, que foi o pico das importações de pneus usados. Nós, da Procuradoria, tivemos que encarar essa questão. Quanto a mim, particularmente, revelo aos senhores e às senhoras que tinha cólicas de raiva quando os pneus já estavam no porto: uma liminar permitia o seu desembarque, e corríamos para cassá-la. Algumas vezes, conseguimo-lo, mas tardiamente. A desgraça já havia sido feita. Os pneus já haviam ingressado no mercado a pretexto de uma operação comercial. Na verdade, o que se esconde e sempre se escondeu por trás disso foi o descarte que os países ditos de Primeiro Mundo efetuavam, tendo em vista – e é assim que eles nos vêem realmente – um depósito de coisa

inservível. O espírito era esse mesmo, e não adianta tergiversarmos sobre o assunto. Somos realmente o depósito de coisas inservíveis que o Primeiro Mundo não tem por que reciclar e reutilizar.

Ando meio amargurado. Vejam que há 50 anos passados, mais ou menos, veio uma Comissão de americanos e não sei mais quem no País verificar as nossas condições de prospecção e exploração de petróleo. Saíram daqui deixando um relatório que só não dizia que éramos abestados, como se diz no Acre, e que não tínhamos a menor capacidade de enveredar por esse caminho.

Pouco tempo depois, a sociedade brasileira inaugurou um movimento fantástico no País que resultou na criação da Petrobras, que se instalou com tecnologia nacional, com capacidade e com dignidade e, hoje, é a empresa que conhecemos. Isso aconteceu no campo da metalurgia e da siderurgia.

Os gringos chegavam aqui e diziam que não éramos capazes de desenvolver absolutamente nada e, repito, naquele período muito interessante em que o País se indignava com algumas coisas e conseguia sair da indignação para ação, resolvendo algumas ações cruciais. Conseguimos instalar a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobras e tantas outras empresas festejadas até hoje em nosso País.

Atualmente, adquirimos um complexo de inferioridade e de mediocridade. O FMI chega aqui e diz como as coisas devem ser feitas e nós abaixamos a cabeça e tentamos cumprir suas metas, às vezes, sem qualquer discussão e aplaudindo a nossa subserviência de tentar cumprir metas idiotas que nos são impostas, sem qualquer indignação, sem qualquer sublevação.

Vejam que milhões e milhões de pneus, de porcaria ingressaram no País, a título de uma operação comercial que, na verdade, disfarçava a atuação de máfias, de vigaristas instalados para fazerem o mal ao País com a conivência do Poder Judiciário.

Às senhoras e aos senhores que estão presentes e que representam o poder público do País, dou um testemunho: a legislação brasileira sempre coibiu essa prática nociva e sempre tive, de parte dos servidores públicos que atuavam no Ministério da Fazenda, no Ministério das Relações Exteriores e em outros órgãos, uma postura altiva de defender os interesses nacionais. Infelizmente, repito e assumo o que digo aqui, parcela do Poder Judiciário, macunada com essa prática nociva e perigosa, permitiu a perpetração de um verdadeiro crime contra o meio ambiente, contra os interesses sociais, econômicos e políticos do País.

Diria que esses milhões e milhões de pneus que ingressaram no território nacional, se pensarmos a coisa de outra forma... Venho de um Estado produtor de borracha, o Acre, e se todo esse esforço dessa operação fosse canalizado para o reaproveitamento dos nossos seringais naquela região, para a recolocação de seringueiros e a reabertura de seringais, seguramente estaríamos festejando o fato de que mais de 300 mil cidadãos estariam produzindo borracha, e borracha de qualidade, apenas no Acre. Estariam obtendo renda para as suas famílias, e não, como hoje, nas periferias das cidades do Acre, passando fome e necessidades, porque retiramos deles a possibilidade de continuar produzindo borracha. Lastimavelmente, fatos como esses os condenaram à exclusão do processo produtivo, à fome e até à morte.

A borracha, e diria até porcaria, trazida do exterior para colocar em nosso quintal sempre representou a diminuição do aproveitamento de mão-de-obra no País. E esse é um fato grave. O Brasil, em que pese o esforço dos servidores e das autoridades dos órgãos envolvidos com essa operação, diga-se de passagem, numa atuação patriótica e corajosa, nunca reconheceu esse esforço. Sempre tratamos o assunto com irresponsabilidade e com negligência, de forma a permitir que o fato continue acontecendo. Estamos perdendo até a noção de nos indignarmos. Estamos banalizando um fato grave como esse, que tanto mal faz ao País, e passamos a discutir o fato consumado, o que fazer, se beneficia ou não. O que precisamos fazer é tomar uma decisão definitiva. Se temos vergonha na cara, vamos permitir que isso aconteça nas nossas barbas, e às vezes até com a nossa conivência? Esse é o cerne da questão. Fora isso, é discutir coisas secundárias, coisas decorrentes de um crime que está sendo perpetrado no País.

Por essa razão, disse aos senhores que não teria perguntas a fazer. Não pretendo ser arrogante ao dizer que possuo as respostas. Não se trata disso. Mas gostaria, quando nada, de compartilhar minha angústia com os senhores, que são pessoas responsáveis pelo controle de uma situação como essa, incontrolável. O Parlamento brasileiro, que deveria dar guarida à atuação e às preocupações dos senhores, ouvi-los mais, também está omisso com relação à questão. Completamente omisso.

Ao finalizar, quero dizer o quanto nossa borracha é boa. Há uma situação no Município de Sena Madureira, em que um cidadão, Mazinho, é arrendatário de uma pequena usina de beneficiamento de borracha natural. Há algum tempo, fui visitá-lo e ver como estava seu empreendimento. E ele, com uma dificuldade tremenda, porque precisava de um equipamento que, segundo ele, existia no Ibama. Pediu-me inclusive que intercedesse junto ao Ibama a fim de que aquele órgão cedesse o aparelho a título de comodato e ele

pudesse, no pequeno laboratório que possui, preparar a borracha para revender às grandes produtoras de pneus do País, que são do exterior. E ele me dizia: "Geraldo, a nossa borracha é tão boa, que necessitamos do laboratório para piorar a sua qualidade em alguns aspectos, a fim de adequá-la ao padrão da indústria de pneus lá do Sul." Então, vejam: temos ouro na mão, ou seja, a borracha de melhor qualidade que se produz no mundo, e precisamos fazer isso. É uma indignidade um negócio como esse. Peço, inclusive, desculpas pelo desabafo, mas é uma situação muito desagradável, constrangedora, que não permite mais que a fiquemos adiando. Tudo bem que temos relações com o Mercosul, etc. Mas precisamos impor-nos com mais vigor, com mais decisão. Precisamos de mais audácia, para tratar desses assuntos. É só nos lembrarmos do futuro dos nossos netos, que talvez, sei lá, adquiramos uma sensibilidade maior para decidir – vocês, onde estão, e, nós, aqui no Parlamento – e colocar o País, a população brasileira, tão sofrida, à frente de tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, também não farei nenhuma questão específica, apenas algumas considerações para deixar à reflexão de todos que aqui se encontram.

Em primeiro lugar, faço o registro de que todos que aqui se encontram, com exceção do Dr. Edson, são pessoas ligadas exclusivamente ao meio ambiente e, evidentemente, têm uma visão desse aspecto. Eu estranharia, mas soube que haverá uma segunda audiência pública. Que seja ouvido, então, o outro lado, que são os consumidores, os usuários desse material, para que consigamos pacificar uma idéia que envolva as duas pontas na questão.

O projeto do Senador Flávio Arns parece buscar essa contemplação; cria condição de importação desses produtos, mas procura estabelecer, pelo menos, regras muito rígidas no sentido de que o que for importado não seja porcaria, como diz o nosso querido Senador; de que se faça uma seleção mínima.

Não sou empresário do setor, mas tenho alguma intimidade com ele. Existe um fato que precisa ser levado em consideração: no que diz respeito a transporte, o pneu representa hoje cerca de 12% do custo. Isso é devido exclusivamente à trágica situação em que se encontram as estradas brasileiras. Então, esse é um fato importante. A informação que tenho do pessoal que trabalha conosco nessa área é a que, de fato, um pneu renovado representa, mais ou menos, 50% do preço do pneu não-renovado, o que significaria uma redução de 6% do valor do custo.

Um dos maiores estrangulamentos do País para o seu crescimento, seu desenvolvimento e para as suas exportações é o Custo Brasil que passa fundamentalmente pelo transporte, graças a essa tragédia que os governos brasileiros – e é bom que se diga, não foi só este, que continua a fazê-lo – cometeram, a tragédia em que foi deixada a rede viária brasileira. É uma tragédia . Lá na minha região, portanto, é pior ainda, porque o Nordeste e o Norte do País, como todos sabemos, são as últimas regiões consideradas, seja lá em que área de atendimento for.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pior do que Minas não está não.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – A doutora Marijane levantou uma questão importante e para a qual talvez haja uma explicação. Por que os europeus não usam esse pneus lá e fazem uma questão muito grande de que os usemos. Existe uma diferença muito grande, as estradas européias e as nossas estradas. O custo do pneu no transporte, de um modo geral na Europa, deve ser significativamente menor do que o nosso. Exatamente porque o pneu é aquela parte utilizada no transporte que mais sofre com essa qualidade desastrosa das nossas estradas.

Pedi a palavra para registrar a minha preocupação de não estarem aqui membros que representem a outra ponta da questão, porque também é importante. Claro que a manutenção das condições ótimas ambientais é um interesse geral do Congresso Nacional, do Senado, e de todos que aqui se encontram. Há esse fato que é concreto, estamos vivendo um estrangulamento imenso provocado pelo Custo Brasil que é um dos ingrediente importantes, sem sombra de dúvida os transportes, graças a condição trágica das estradas brasileiras, e um dos fatores, digamos assim, que de qualquer forma reduz ou reduziria o custo é se conseguíssemos produzir um pneu mais barato, que é do transporte aquele ingrediente, aquele utensílio que mais sofre com a qualidade das nossas estradas.

Gostaria de sugerir, já que me parece que haverá uma outra audiência pública sobre o assunto, que chamassem pessoas que tenham um pouco de experiência para responder algumas questões. Por exemplo, a Drª Marijane disse que os testes realizados não são conclusivos ainda e que e os testes informados pelas fábricas de pneus não merecem a confiabilidade absoluta de todos nós, todos aqueles que lidam com o assunto. Seria bom ouvir também o lado do consumidor, porque no nosso caso comprovamos a utilização de 50%, mas pode ser um caso específico. Então, ouvir pessoas do outro lado, que não têm compromisso nenhum com a

vontade de vender pneus mais novo ou mais velho, seria uma sugestão que gostaria de deixar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Vou relacionar a V. Exª aqueles que serão ouvidos na próxima audiência pública. O Sr. Governador do Estado do Paraná e ex-senador da República, Roberto Requião, o representante do Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama, a ser indicado pelo próprio Conselho, o Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, Abip, o Sr. Francisco Simeão, o Presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, Anip, Sr. Gerardo Tommasini.

Essas pessoas fazem parte daquelas já relacionadas no requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares. Por se tratar do assunto, recebemos um requerimento assinado pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Indago aos Srs. Senadores se forem favoráveis que possamos inserir, neste momento, na pauta para ser analisado, que permaneçam sentados (Pausa.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – O requerimento é sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB AP) – Trata-se da questão discutida no momento: a inclusão, para ser ouvido, de mais um convidado na próxima audiência pública.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não sei bem quem é pessoa que o Senador Juvêncio solicita...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Eu vou ler o requerimento.

Requeiro a V. Exª, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno, seja ouvido em audiência pública para instruir o PLS nº 216, de 2003, que dispõe sobre exigências sobre contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil, a seguinte pessoa: Dr. José Manoel Gular Golin, diretor da usina de xisto da Petrobrás em São Mateus do Sul, Paraná.

Assina o Senador Juvêncio da Fonseca.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu indago ao Senador Juvêncio da Fonseca se eu poderia acrescentar dois outros nomes, dois outros representantes no seu requerimento. Seria um representante do Ministério da Saúde; um representante da saúde do trabalho e outro, do Inmetro.

Penso que seria importante ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Exª concorda? (Pausa.) Pergunto aos Srs. Senadores...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para reavivar a minha memória, nesses requerimentos há algum representante do IPT?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não. Abip, Anip, Conama e o Sr. Governador do Paraná.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Então, ficariam quantos se incluíssemos um representante do IPT?

O SR. PRESIDENTE (Papaéo Paes) – Passaríamos a ter sete expositores, sete convidados. Por conseguinte, teríamos de dividir em mais duas sessões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, eu pediria a inclusão, nesse requerimento, de mais um requerimento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, já que ele foi citado no meu pronunciamento e nas minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então, o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca passa a ser subscrito pelo Senador Antonio Carlos Valadares e pela Senadora Lúcia Vânia, por acrescentarem um representante do Ministério da Saúde...

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – E um representante do Ministério do Trabalho, da segurança do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Um representante da Segurança do Trabalho, um representante do Inmetro e do IPT – SP (Pausa.) Seria da Fundacentro(*).

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. O Senador João Tenório realmente fez uma sugestão da mais alta importância. Existem instituições no Brasil que são responsáveis pela defesa dos interesses do consumidor.

Eu não daria, de maneira alguma, o nome dessas instituições. Mas o Senador que propôs poderia indicar alguma instituição a ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O Senador poderá sugerir como requerimento verbal.

O SR. (Orador não identificado) Realmente, eu não tenho certeza de qual entidade seria mais adequada, mas eu penso que a Confederação Brasileira dos Transportes...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Boa idéia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Seria, então, a Confederação Nacional dos Transportes. Assim, ficaríamos com oito convidados para as próximas duas sessões das nossas audiência pública.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento permaneçam sentados (Pausa.)

Está aprovado.

Vamos dar seqüência à nossa audiência pública com os expositores respondendo as perguntas feitas pelos Srs. Senadores. O primeiro a responder ao Se-

nador Juvêncio da Juvêncio da Fonseca o Dr. Márcio. V. Sª está com a palavra.

O SR. MÁRCIO CORRÊA – O nobre Senador nos inquiriu sobre se a questão ambiental estaria superada do ponto de vista da previsão do projeto de lei, Senador Flávio Arns. Na verdade – e espero que tenhamos sido suficientemente enfáticos –, não. Não do ponto de vista da destinação. Como já mencionamos, a destinação gera problemas ambientais. Se aumentarmos o volume de pneus a ser disposto pela vida útil do pneu ser menor, estaremos aumentando o impacto ambiental de destinação no País. Esse é um problema.

O segundo problema é o controle. É a situação que mencionei antes. Que garantia teríamos de que nos contêineres de importação não viriam pneus inservíveis, sem utilização sequer para remoldagem? O controle é bastante difícil. Teríamos que fazer, como foi sugerido, um controle no porto de origem. Certamente, os exportadores não aceitariam receber o pneu de volta sem utilização para remoldagem, sem meia-vida e sem condição de reforma. O pneu pode chegar inservível. Creio que V. Exªs terão oportunidade de questionar as empresas que trabalham com remoldagem de pneus. Não teriam dificuldade alguma de aumentar esse número de dez para vinte ou trinta. Simplesmente, trata-se de incorporar, no custo desse pneu, o que está sendo importado. Vem uma questão importante: a do custo. Por que é tão viável importar pneus e tão inviável encontrá-los no País?

Algumas das pessoas que se manifestaram comentaram a questão do transporte de carga no País, etc. O Brasil não importa pneu remoldado de carga. Todo pneu de carga é remoldado no País. Por que é que precisamos importar pneus? Há algumas questões que são do interesse de todos. Felicito a direção desta Comissão por ter ampliado o número de pessoas a serem ouvidas. Temos realmente questões a serem abordadas, de outros aspectos. Posso garantir a V. Exªs que, se o custo de destinação ambiental fosse incorporado de alguma forma – o que também é difícil – ao pneu que é exportado para a Europa, com certeza não custaria US$0,50. Quando falamos na questão econômica, na questão social do País, temos que ter em mente que há um custo que não está aparecendo na nota fiscal de importação do pneu. Se tivermos que coletar esse pneu usado no País, dar-lhe um destino final e, ainda por cima, arcar com os custos ambientais, como, por exemplo, a instalação de filtros nas chaminés de queima, a criação local para destinação das cinzas etc, se esses custos todos forem computados, tenho certeza de que esse pneu não vai custar US$0,50. Esse custo está sendo absorvido pelo País e deixando de ser absorvido pelo usuário e pelo fabricante do pneu na Europa.

Eu os felicito e, com isso, encerro minha participação. Entendo que devemos, efetivamente, aumentar o nível de discussão sobre a questão. Mas há questões que precisam ser respondidas. Falo do custo e do por que o pneu de carga é remoldado no País se as condições de rodagem são tão ou mais complicadas para ele do que para o pneu dos automóveis. Por que esse pneu é tão barato? Por que chega a um custo tão irrisório no País?

Espero ter respondido. Objetivamente, do ponto de vista ambiental, a proposta do Senador não contempla, não supera, inclusive pelo uso de pneus meia-vida, o que seria mais complicado ainda. O tempo de vida desses pneus, independentemente da remoldagem, é menor ainda. É um pneu que vem a roda direto, sem qualquer tipo de transformação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O Dr. Edison responderá à segunda pergunta, que foi feita pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. EDISON LUPATINI – Quero primeiro falar sobre a questão comercial, pois é da competência do meu departamento.

Com relação à questão comercial, seguramente existe esse problema porque teríamos que ter um controle excessivo da importação desses bens. Falo de pneus remoldados ou usados. Caso venhamos a abrir precedentes, teremos a importação de vários produtos, de bens de consumo usados. Seria inexeqüível qualquer tipo de controle por parte do Governo, pelo menos na área de licenciamento, seja por meio de laudo técnico ou de outros, e há a quantidade que isso poderia trazer de bens dessa natureza.

Sob o ponto de vista industrial, quero crer que haja alguém no meu Ministério com maior capacidade para poder esclarecer. Mas, partindo do fato de que existe uma legislação, uma portaria ministerial que proíbe, que não permite a importação de bens de consumo usados, provavelmente ou certamente levou-se em consideração a questão também da política industrial, do que isso poderia gerar em termos de produção interna para ter escala não só para o mercado doméstico, mas também para poder exportar e, com isso, gerar uma quantidade de emprego bem maior. Acredito que tenha sido isso.

No que diz respeito ao Senador Eduardo Azeredo, se entendi bem a questão que V. Exª levantou, houve a justificativa para importar e não para usar a nacional. Vou-me declinar de responder a essa pergunta, porque talvez fosse a parte interessada no projeto quem deveria dar essa resposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Algum questionamento de algum Senador? Agradeço à Srª Marijane Lisboa, ao Dr. Márcio Rosa Rodrigues de

Freitas*, ao Sr. Conselheiro André Corrêa, ao Dr. Edson Lupatini pela presença e pela brilhante exposição que fizeram. Agradeço, logicamente, ao propositor desta audiência pública, a todos os presentes, à imprensa, aos assessores dos Srs. Senadores e aos demais funcionários da Casa, lembrando que a data da nossa próxima audiência ainda será marcada, depois da Semana Santa. Que tenhamos o mesmo êxito que tivemos hoje.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria de aproveitar esta oportunidade para convidar todos os expositores a acompanhar a discussão do projeto. Seria interessante, porque o que foi dito hoje aqui abriu bastantes questionamentos, como a questão da saúde do trabalhador e de tantas outras.

Como vamos ampliar a discussão, gostaria muito que os Ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior* estivessem acompanhando **pari passu*** conosco, para nos subsidiar de informações capazes de contrapor, conciliar ou encontrar um consenso a respeito do projeto.

Aproveito a oportunidade também para agradecer ao Senador Papaléo Paes, que, hoje, me substituiu na Presidência nesta Comissão e que tão brilhantemente tem respondido pela Vice-Presidência. Gostaria também de cumprimentar o Senador Juvêncio da Fonseca, que assume a Subcomissão de Meio Ambiente, da Comissão de Assuntos Sociais, de apresentá-lo ao Ministério e de dizer que é uma pessoa que tem uma sensibilidade para a área, conhecimento e que poderá estabelecer com o Ministério do Meio Ambiente e órgãos afins um relacionamento para enriquecer os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores, em nome da Presidência, que, amanhã, teremos, sim, uma reunião extraordinária, às onze horas. Apesar de estarmos com a pauta obstruída no Senado, teremos a análise de processos não-terminativos. Então, teremos cinco projetos não-terminativos para serem analisados amanhã, e é importante a presença de todos.

Muito obrigado!

(Encerrada a reunião às13 horas e 22 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 14 de abril de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e doze minutos, do dia quatorze de abril de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) Ana Júlia Carepa, Flávio Arns, Sibá Machado, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Papaléo Paes, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Paulo Otávio, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Hélio Costa, Marcos Guerra, César Borges, Demóstenes Torres, Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência o Senhor Senador Sérgio Cabral, a Senhora Senadora Roseana Sarney e o Senador Gerson Camata encontra-se licenciado. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta: Item 1 – PROJETO DA CÂMARA N° 3, de 2002 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde." Autor: Deputado Ricardo Ferraço. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: retirado de pauta a pedido do relator. Usaram da palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes e os Senadores Edison Lobão e Flávio Arns. Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2001. Estende aos ferroviários da Rede Ferroviária Federal S.A e da Companhia de Três Urbanos o benefício de que trata a Lei nº 8186, de 21 de maio de 1991, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários. Autor: Deputado Paulo Paim. Relator "Ad Hoc" Senador Flávio Arns. Parecer: pela audiência da comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, nos termos do inciso I do art. 138 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Aprovado o parecer. Item 3 – REQUERIMENTO N° 1.176, DE 2003 – PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2000, requerendo nos termos do art. 335, III do RISF, o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000 de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que "dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica", até que seja votado pela Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7.370, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria. Autor do Requerimento: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pela rejeição do requerimento. Resultado: Aprovado o parecer. Item 4

– PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 664 E 688, DE 1999 (TRAMITANDO CONJUTAMENTE) – DECISÃO TERMINATIVA NA CCJ ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências; Altera dispositivos da lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, que trata de prazos e condições para ratificação de títulos de terras concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira. Autores: Senadores Álvaro Dias e Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: favorável ao PLS 664/99, nos termos do substitutivo que apresenta, pela prejudicialidade do PLS 688/99 e contrário ao substitutivo de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca. Resultado: Adiado, aguardando audiência pública – requerimento nº 10 de 2004 – CAS. Usaram da palavra os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca, Ramez Tebet, Augusto Botelho, Siba Machado, Flávio Arns e a Senadora Ana Júlia Carepa. Item 5 – PROJETOS DE LEI DO SENADO Nºs 391 E 399, DE 1999 (TRAMITANDO CONJUNTAMENTE) – DECISÃO TERMINATIVA NA CCJ altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1968 (Código Brasileiro de Aeronáutico); e o § 2º do artigo 2º da lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Autores: Senadores Maguito Vilela e Pedro Piva. Relator do Vencido: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: para conhecimento do relatório do vencido. Resultado: Lido o relatório do vencido a matéria vai a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Item 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2000 que dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Jericoacoara, e dá outras providências. Autor: Deputado Adolfo Martinho. Relator: Senador Reginaldo Duarte. Parecer. Pela rejeição do projeto. Resultado: retirado de pauta a pedido do relator. Item 7 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2000 que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientando sobre a falsificação de remédios, em farmácias e drogarias, e dá outras providências. Autor: Deputado Enio Bacci. Relator: Senador Reginaldo Duarte. Parecer: favorável, nos termos da emenda (substitutivo) que representa. Resultado: retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. Item 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2003, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência á saúde (obrigatoriedade do envio do extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários). Autor: Deputado Clementino Coelho. Relator: Senador Augusto Botelho. Relator "Ad Hoc": Senador Flávio Arns. Parecer. pela rejeição do projeto. Resultado: aprovado o parecer. Item 9 – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2004 – CAS requerendo nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instrução dos projetos de Leis do Senado nº 664 e 668 de 1999 (tramitando em conjunto), com a presença do Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA. Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Resultado: Aprovado. Item 10 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2004 – CAS requerendo nos termos regimentais a realização de audiência pública com o Dr. Ricardo Berzoini, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, em companhia de representantes das entidades CUT, Força Sindical, CNC e CNI para esclarecer as causas do crescente desemprego que assola o país, ilustrando as políticas públicas que estão sendo implantadas para combater os transtornos causados pela crise. Autor: Senador César Borges. Resultado: Aprovado. Item 11 – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2004 – CAS requerendo nos termos regimentais, a realização de audiência pública com os seguintes convidados: Dr. Wilson Lang – Presidente do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Dr. Haroldo Pinheiro – Presidente do IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil, Dr. Eduardo Bimbi – Presidente da FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas e o Dr. Antônio de Pádua Angelim – Presidente da CONFAEAB – Confederação das Federações e Engenheiros Agrônomos do Brasil, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2003 de autoria do Senador José Sarney, que regulamenta arquitetura e urbanismo e cria os Conselhos Federal e Regionais de arquitetura e urbanismo. Autor: Senador Eduardo Azeredo. Resultado: Aprovado. A Senadora Ana Júlia Carepa solicita a inclusão em pauta extra dos Projetos de Lei do Senado nºs 104 e 105, de 2003, Usaram da palavra para discutir os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Flávio Arns Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita Júnior, e as Senadoras Senadoras Ana Júlia Carepa e Patrícia Saboya Gomes. Resultado: rejeitado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 14-4-04 – 7ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projetos de Lei do Senado de

nºs 664 e 688, de 1999, que tramitam conjuntamente; 391 e 399, de 1999, que tramitam conjuntamente; Projetos de Lei da Câmara de nºs 108, de 2000, 21, 127, de 2001, 3, de 2002, e 33, de 2003.

Existem também, sobre a mesa, vários requerimentos que vamos submeter à votação posteriormente, mas iniciaremos os nossos trabalhos com a análise do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde. O autor é o Deputado Ricardo Ferraço e o relator é o Senador Edison Lobão. Há parecer favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Devido à ausência do Senador Edison Lobão, vamos passar para o segundo item da pauta, sobrestando este até a chegada do Senador.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, a Senadora Patrícia.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, poderíamos aproveitar a audiência com o Ministro da Saúde para discutir sobre o Programa de Saúde Bucal, apesar desse assunto já ter sido debatido na Comissão, por ter sido lançado, no mês passado, o Programa de Saúde Bucal pelo Presidente da República, na minha terra natal, em Sobral, no Estado do Ceará. Tive contato com o Senador Edison Lobão, que concordou e evidentemente comunicou a V. Exª. Portanto, só queria agradecer a V. Exª por ter também atendido ao nosso pedido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senadora Patrícia Saboya Gomes. Conversei com o Senador Edison Lobão, que disse que estaria presente hoje, exatamente para apresentar esse projeto.

Item 2 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2001, que estende aos ferroviários da Rede Ferroviária Federal S/A e da Companhia de Trens Urbanos o benefício de que trata a Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários. O autor é o Senador Paulo Paim; Relator, Senador Eurípedes Camargo. O parecer é pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme o inciso I do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Designo o Senador Flávio Arns como relator **ad-hoc** para proferir o relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O relator propriamente dito, autor deste relatório, é o nosso colega Eurípedes Camargo.

Trata-se de proposição que estende aos servidores ferroviários da Rede Ferroviária Federal S/A e da Companhia de Trens Urbanos o direito à complementação de aposentadoria, na forma do disposto na Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1996, que garantiu a complementação da aposentadoria paga pelo Regime Geral da Previdência Social aos ferroviários da Rede admitidos até 31 de outubro de 1969, como forma de compensar as perdas dos servidores que eram integrantes do regime estatutário e foram transferidos para o Regime Geral, atualmente regido pelo INSS, em decorrência da opção pelo regime da CLT, efetivada nos termos da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974.

Segundo o projeto sob exame, o benefício agora é estendido a todos os ferroviários, independentemente de data de admissão. Dispõe ainda o projeto, no seu art. 2º, que a despesa correspondente correrá por conta do Orçamento da União.

Aprovada na Câmara dos Deputados, veio a proposição ao exame desta Casa, onde não recebeu emendas. Cabe a esta Comissão analisar a proposição, no tocante aos aspectos de mérito, nos termos do art. 100, do Regimento Interno desta Casa.

A propósito, releva lembrar que as medidas legislativas anteriores, envolvendo a complementação de aposentadoria dos servidores ferroviários, sempre levaram em conta que as aposentadorias pagas pelo Regime Geral da Previdência Social são bastante inferiores aos proventos pagos pelo Tesouro Nacional aos servidores estatutários e que, tratando-se de antigos servidores estatutários, foram conduzidos, no interesse do próprio serviço, a passarem para o regime celetista, sob pena de exclusão dos quadros do órgão transformado. A penalização que os atinge quando requerem aposentadoria é injusta, impondo-se corretivo por via legislativa.

Essa é a razão da edição da Lei nº 8.186, de 1991, que resultou em projeto de lei vetado integralmente pelo Presidente da República e promulgado pelo Congresso Nacional mediante derrubada do veto.

Posteriormente, a Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992, também resultante de projeto vetado e posto em vigência pelo Congresso Nacional, viria a assegurar os mesmos benefícios aos ex-integrantes do quadro dos servidores estatutários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Temos, portanto, que se afigura indeclinável o apoio desta Comissão à iniciativa sob exame, já que a paridade de tratamento legal que se pretende assegurar aos beneficiários do projeto – os ferroviários admitidos após 31 de outubro de 1969 – é consentânea com os critérios de justeza e correção jurídica que presidiram a edição da Lei nº 8.186 de 1991.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2001, por considerá-lo, no mérito, justo e oportuno. No entanto, para

que sejam examinadas as questões jurídicas que envolvem a matéria, manifestamo-nos pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que, nos termos do Inciso I, do art. 138 do Regimento Interno, sobre ela se manifeste.

Este é o relatório do Senador à época, Eurípedes Camargo, que apresento como Relator **ad hoc**.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Parecer que conclui pelo envio do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2001, à CCJC.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para se pronunciar.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1.176, de 2003, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000, que requer, nos termos do art. 335, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do PLC nº 66, de 2000, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de luta, natação e ginástica. Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, com parecer contrário ao requerimento.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca para proferir o seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ilustre Senador Romeu Tuma, autor do Requerimento nº 1.176, solicita sobrestamento do exame do PLC nº 66, de 2002, com base no art. 335, Inciso III, do Regimento Interno, que diz o seguinte:

> "Art. 335. O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar:
>
> III – o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria."

No entanto, entendemos que não se trata da mesma matéria, mesmo porque o PLC nº 66, de 2002, estabelece que a licença para instalação e funcionamento de academias de artes marciais, ginástica, natação e outras atividades ficará sujeita à garantia de assistência e responsabilidade técnica a cargo de profissional habilitado em curso superior de Educação Física.

Já o PL nº 7.370, de 2002, vai em outra direção e determina que os profissionais de dança, artes marciais e ioga, seus instrutores e professores de academias não estão sujeitos à fiscalização do Conselho Regional de Educação Física. São dois assuntos completamente distintos, portanto o nosso parecer é pela rejeição do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Juvêncio da Fonseca queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Projetos de Leis do Senado nºs 664, de 1999, e nº 688, de 1999: decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, e dá outras providências, e altera o dispositivo da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, que trata de prazos e condições para ratificação de títulos de terras concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira. Autores: Senadores Alvaro Dias e Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 664, de 1999, nos termos do substitutivo que apresenta, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 688, de 1999, e contrário ao substitutivo apresentado pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

Observação: em 28/08/2003, foi concedida vista à Senadora Fátima Cleide e ao Senador Juvêncio da Fonseca. Em 02/09/2003, o Senador Juvêncio da Fonseca devolveu, com uma emenda substitutiva.

Estando ausente o Senador Jonas Pinheiro, perguntaria ao Senador Geraldo Mesquita se S. Exª poderia ler o relatório como Relator **ad hoc**.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Tenho certeza absoluta de que o Senador Jonas Pinheiro tem um carinho muito especial por este projeto, e temos divergência de procedimento na questão.

Ponderaria à Presidência que aguardássemos a presença do Senador Jonas Pinheiro, porque S. Exª quer realmente fazer a defesa da sua tese e eu, da minha.

Sei perfeitamente que o Senador Geraldo Mesquita é inteligente, conhece a matéria. É só para não furtar o direito de que o próprio Relator defenda o seu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Concordo plenamente, até porque me sinto desconfortável nesta posição, uma vez que defenderei a rejeição do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Acolho as ponderações do Senador Juvêncio da Fonseca. Vamos aguardar a chegada do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Gestão.

Solicitarei a sua presença aqui, para podermos relatar este projeto.

Projeto de Lei do Senado nº 391, de 1999, e nº 399, de 1999. Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e o § 2º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Autores: Senadores Maguito Vilela e Pedro Piva. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Observação: a Comissão reunida em 21 de agosto de 2003 rejeitou o relatório do Senador Delcídio Amaral que concluía favoravelmente ao PLS nº 391, de 1999, e pela prejudicialidade do PLS nº 399, de 1999.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita para dar conhecimento do seu relatório, que conclui pela rejeição dos projetos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Obrigado, Srª Presidente.

A matéria é sobejamente do conhecimento desta Comissão, já tendo sido inclusive apreciada.

O art. 1º acrescenta dois parágrafos ao art. 21 da Lei nº 7.565. O primeiro deles proíbe o uso de produtos fumígeros em aeronaves brasileiras, assunto pacificado; o segundo obriga as empresas de transportes a fornecer aos passageiros dependentes de tabaco medicação que mitiga os sintomas da abstinência da nicotina.

Esta Comissão houve por bem rejeitar, na oportunidade, essa tentativa. Durante a discussão, prevaleceu a idéia de que o fumante deve arcar com ônus de adquirir medicamentos para combater os sintomas da abstinência da nicotina. Concluímos naquela oportunidade que não se podem responsabilizar as empresas de transporte aéreo por mais essa despesa, porque já se encontram em dificuldades financeiras.

Ademais, o número de acidentes de aeronaves provocados por incêndios decorrentes do uso de produtos fumígeros a bordo é insignificante para efeito de registro.

A proibição do fumo em si, conforme reconhecido, foi estabelecida pela alteração da Lei nº 9.294, promovida pela Medida Provisória nº 2.190.

Ante o exposto, Srª. Presidente e Srªs e Srs. Senadores, não obstante os relevantes propósitos dos autores das proposições em pauta e registrado o voto do relator original da matéria, esta Comissão decidiu rejeitar os PLs nºs 391 e 399, conforme notas taquigráficas anexadas ao processado.

É o relatório do vencido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita a leitura do relatório.

A matéria vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passa-se à apreciação do PLC nº 21/2001, que dispõe sobre a gestão da área de proteção ambiental de Jericoacoara e dá outras providências.

O autor é o Deputado Adolfo Marinho e o Relator é o Senador Reginaldo Duarte, cujo parecer foi pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para proferir o seu relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto trata da área ambiental de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará. Em 1996, essa área foi considerada área de proteção ambiental. Anteriormente era administrada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará, mas foi transformada em Apa. Em 2001, parte dessa Apa foi designada para a criação do Parque Nacional de Jericoacoara e Cruz.

Ocorre que ficou uma pequena área que enquadra a Vila de Jericoacoara e o Governo do Estado queria que essa área voltasse para a jurisdição do Estado do Ceará, para ser administrada de acordo com todas as leis que regulam o meio ambiente, o ecossistema, etc. Porém, o Ibama não permite que essa área seja administrada pelo Estado, como, antigamente, era toda Apa.

Dessa forma, comuniquei-me com o Governo do Estado do Ceará para saber se é de interesse do Governo ficar com essa Apa, mas sob a administração do Ibama. Acredito que não, porque a estrutura do Ibama, naturalmente, é muito pequena para administrar todas essas áreas de proteção ambiental. No Cariri, a Área de Proteção Ambiental Serra do Araripe é uma reserva de mata atlântica, e fiscalização do Ibama é insuficiente. Só existem dois fiscais para fiscalizar uma vasta área que ocupa Pernambuco, Ceará e Piauí. É muito complicado. Para qualquer investimento que o Governo queira fazer, mesmo obedecendo aos parâmetros de preservação do meio ambiente, ecossistema, fauna e flora, necessariamente, precisa autorização do Iba-

ma. Jericoacara está catalogada entre as praias mais lindas do mundo.

Estou entrando em contato com o Governo do Estado do Ceará para avaliarmos uma solução.

Peço que este projeto seja retirado de pauta e que volte na próxima semana, depois que eu souber a determinação do Estado do Ceará sobre a aceitação ou não da aprovação do projeto. Caso contrário, serei obrigado a retirar o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Aceitas as ponderações de V. Exª, retiramos o projeto de pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientando sobre a falsificação de remédios em farmácias e drogarias e dá outras providências. Autor: Deputado Enio Bacci. Relator: Senador Reginaldo Duarte. Parecer favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para proferir seu relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Srª Presidente, peço a retirada de pauta do projeto, para que volte na próxima reunião, pois farei uma modificação no relatório. Na próxima semana, o projeto estará na pauta. E me comprometo a devolvê-lo, no máximo, até o final desta semana.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Reginaldo Duarte, aceito a ponderação de V. Exª, mas peço que haja agilidade na sua decisão, uma vez que temos com um grande volume de projetos a serem votados. Conto com a colaboração de V. Exª no sentido de agilizar seu parecer.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Muito obrigado. Na próxima semana, vou relatar esses dois projetos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2003, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os Planos de Seguros Privados e Assistência à Saúde, obrigatoriedade do envio do extrato mensal dos serviços prestados pelos planos e seguros privados de saúde aos seus beneficiários. Autor: Deputado Clementino Coelho. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer pela rejeição.

Não estando presente o Senador Augusto Botelho, pergunto ao Senador Flávio Arns se pode ler o relatório como relator **ad hoc**.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não, Srª Presidente.

A proposição já mencionada por V. Exª é justificada como um recurso a serviço da proteção do direito do consumidor de planos de saúde e de sua defesa contra abusos e fraudes, ao permitir transparência nos serviços por ele utilizados e lançados em seu nome, em especial quando o titular do plano é co-partícipe no pagamento das despesas. A defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde ocorre por lei atribuída à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia instituída pela Lei nº 9.961, de janeiro de 2000, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização dessas atividades.

Essa lei atribui à ANS competência para regular a atuação das operadoras de plano de saúde, inclusive quanto às suas relações com consumidores, e é explícita ao determinar que compete à ANS fixar as normas para constituição, organização, funcionamento e fiscalização das operadoras.

Como se vê, o disciplinamento da matéria objeto do projeto de lei é da competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar, razão pela qual o assunto sob comento deve ser tratado em norma infralegal. Acrescente-se a isso que a exigência prevista no projeto representará aumento de custos operacionais para as operadoras, que já se encontram às voltas com elevada sinistralidade e retração acentuada do número de usuários, provocada pelos altos índices de desemprego e baixos salários nos últimos anos.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto da Lei da Câmara nº 33/2003.

Essa é a análise, o relatório e o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Gostaria de, neste momento, consultar o Plenário sobre uma pauta extra, a pedido da Senadora Ana Júlia Carepa. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 104, que tem decisão terminativa na CAE. Em função de S. Exª já ter feito o trabalho, inclusive com visita **in loco** para instrumentalizar esse projeto, acredito que seja ponderado dar-lhe agilidade, uma vez que passa pela CAS apenas para uma ligeira análise, sendo terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, onde há uma subcomissão encarregada exatamente de analisar este projeto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria de saber sobre o que versa esse projeto.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra a V. Exª, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Juvêncio da Fonseca, fiz essa solicitação com relação a esse projeto por versar sobre os **royalties** de minérios, compensação financeira sobre extração mineral – as alíquotas, a forma de distribuição, a forma de controle.

Foi formada, inclusive, uma subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual os Senadores Eduardo Azeredo, Hélio Costa, Rodolpho Tourinho, Luiz Octávio e outros fazem parte, em que já houve audiências públicas com todos os setores envolvidos e visitas aos municípios.

Qual é a nossa solicitação? Já existem, na própria subcomissão da qual todos os partidos políticos fazem parte, vários pontos em comum. O Senador Eduardo Azeredo, inclusive, é testemunha de que detectamos a necessidade de alterar o projeto, mas o melhor local para esse procedimento é a subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos.

Para que o projeto possa chegar àquela Subcomissão, ele tem que ser aprovado aqui, a fim de que a Subcomissão possa debruçar-se sobre ele e, com base nas diversas reuniões e audiências públicas realizadas, proceder aos ajustes necessários. A discussão mais aprofundada do tema será não só na Comissão de Assuntos Econômicos, mas no próprio Plenário também.

Então, faço esse apelo, Senador Juvêncio da Fonseca, já que existe uma subcomissão específica para esse assunto, para fazer o trabalho com base no resultado das nossas diversas reuniões, uma vez que se trata exatamente da revisão da legislação sobre a compensação financeira sobre extração mineral, ou seja, a compensação financeira sobre a extração de um recurso natural do nosso País que não é renovável pela natureza.

É este o apelo que faço aos meus pares, as Srªs e os Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Sociais, para que possamos dar continuidade ao fruto do nosso trabalho, já que a subcomissão não é da CAS, e sim da CAE, e o projeto é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, apenas perguntei qual era o objeto do projeto. Foi esclarecido e agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

Consulto os Srs. Senadores se concordam. (Pausa.)

Lerei todo o projeto, a pedido do Senador Juvêncio da Fonseca, para que fique bem esclarecido e que os Srs. Senadores possam votar mais à vontade.

Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003, e Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2003. Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos, tramitando conjuntamente.

O PLS nº 104, de 2003, altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, e o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo.

O PLS nº 105, de 2003, altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui "compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais", e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1989, e dá outras providências", com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus o município onde se situa a lavra.

Os Srs. Senadores têm alguma observação a fazer a respeito do projeto que submeteremos à votação?

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto já vem realmente sendo discutido por nós, como bem lembrou a Senadora Ana Júlia Carepa, nessa subcomissão da CAE. Não me parece que ele já esteja pronto para uma aprovação, entretanto teríamos uma decisão terminativa na CAE e o compromisso da Senadora de terminarmos a discussão lá.

O ponto, por exemplo, referente a 40% para os municípios limítrofes ao município onde se situa a lavra é extremamente polêmico. Reconheço que em determinadas situações há, realmente, prejuízos ambientais para municípios vizinhos, como no caso de uma mineração cujo rejeito fique no município vizinho ou vá pelo córrego para aquele município. Mas o percentual é elevado. Além disso, como se caracterizará esse município? Qual Município é credor e em que situação? Em se tratando de fumaça, por exemplo, é difícil, depende do vento, mas a questão do rejeito, sim, essa me parece clara. No Estado das Minas Gerais houve situação assim, na qual uma barra de rejeito arrebenta e prejudica o município vizinho.

Considero válido aprovarmos o projeto, mas com esse compromisso de uma discussão mais detalhada na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Primeiramente, agradeço a sensibilidade da Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores.

É verdade que essa questão é polêmica; nós mesmos já chegamos a essa conclusão na nossa subcomissão. Temos proposta para alterar isso, o que é um compromisso já assumido, não só em termos de percentual, mas de situações. A subcomissão estudou melhor esse assunto. Brincávamos há pouco com o Senador Eduardo Azeredo que assumi o compromisso de verificar a melhor forma; S. Exª disse que se trata de compromisso no fio do bigode, mas só posso fazê-lo no fio do cabelo. Existe esse compromisso, Senador, de alterarmos e encontrarmos a melhor proposta.

Solicitei ao Senador Sibá Machado que entregasse para que chegasse à subcomissão, porque em municípios próximos existe um impacto socioambiental imenso. O próprio Senador Eduardo Azeredo reconhece essa realidade. Só precisamos detectar e fazer da melhor forma possível, inclusive para não torná-lo inconstitucional.

Senador Juvêncio da Fonseca, já existe consenso em relação a isso na subcomissão. Temos aprofundado esse estudo, por isso estamos solicitando a aprovação desta forma, porque já existe o compromisso de alterar vários pontos no projeto e de incluir algo que foi solicitação pela própria comunidade nas audiências públicas – o Senador Eduardo Azeredo participou delas –, que é a criação de uma comissão. Como existe comissão de saúde, conselho de saúde e de educação, a sociedade dos municípios também quer um conselho no qual que possa também gerir esses recursos. Há cidades que recebem recursos pequenos, as quais acreditamos que não devam dividir com nenhum município limítrofe; há municípios que recebem significativos recursos.

Para V. Exªs terem uma idéia, o Município de Paraopeba tem a maior renda **per capita** do Estado do Pará, de cerca de R$1.150,00. Neste País, essa é uma renda **per capita** bastante alta, com certeza.

Essa é a solicitação que fazemos, assumindo publicamente, nesta Comissão, que faremos as alterações necessárias para tornar esse projeto importante para todos os municípios brasileiros, inclusive levando em consideração a situação dos municípios limítrofes. Não é possível fazermos isso no geral e pelo próprio percentual. Esse compromisso de fio de cabelo está assumido publicamente na Comissão de Assuntos Sociais.

Agradeço a sensibilidade da Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa. Chamo a atenção do Plenário para a complexidade do projeto.

Solicito que o Plenário se pronuncie sobre se submeteremos à votação ou não. Embora a Presidência tenha a maior boa vontade em relação à solicitação da Senadora Ana Júlia, deixo bem claro que só tomarei a decisão de inseri-lo na pauta se o Plenário assim entender.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Na verdade, gostaria de esclarecer dois aspectos do relatório, mas faria essas perguntas no caso de o projeto ser submetido à votação. Em função das ponderações da Senadora Ana Júlia e do Senador Eduardo Azeredo, manifesto-me favoravelmente ao projeto ser votado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, a Senadora Patrícia.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço a mesma ponderação, até porque sei que a Senadora, desde o início desta Legislatura, tem-se dedicado a essa matéria, procurando se aprofundar, e viajado pelo país junto com essa subcomissão de que faz parte o Senador Eduardo Azeredo, para não correr o risco de que esse projeto não possa ser encaminhado a essa subcomissão que se aprofunda na matéria.

Também apelo a V. Exª e a todos os Senadores no sentido de votar e aprovar este projeto, para que, na subcomissão, aqueles Senadores que têm dúvidas ou que desejam aperfeiçoar o projeto possam participar. A Senadora Ana Júlia evidentemente convidará a todos da Comissão de Assuntos Sociais para participar desse debate, dar sugestões e aperfeiçoar o projeto, porque é uma causa importante e certamente merece a atenção de cada um de nós nesta Casa.

Portanto, faço o mesmo apelo do Senador Flávio Arns e da Senadora Ana Júlia, para votar e aprovar este projeto na CAS, a fim de que seja encaminhado à subcomissão que foi criada justamente para tratar dessa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, o meu voto também é favorável, mas faço algumas ressalvas.

Primeiro, elogio a iniciativa da Senadora Ana Júlia, que, na verdade, está-se dedicando há muito tempo a esse assunto. Mas uma comissão não pode

ser anulada em razão de outra possuir subcomissão já trabalhando na frente.

Eu, por exemplo, não pertenço à CAE. E o meu Estado tem manganês e minério de ferro à vontade, em início de exploração. Vem sendo explorado negativamente para os cofres nacionais há muito tempo, mas agora parece que há um trabalho mais industrial na região. E a apreciação desse projeto é de suma importância para o Estado de Mato Grosso do Sul.

Se continuarmos com essa prática, hoje ou amanhã poderá haver algum prejuízo, mesmo porque vem em pauta extra, não temos nenhum projeto na mão, e votamos no fio do cabelo. Precisamos pelo menos analisar, ter uma noção do projeto e um pouco de tempo para nos conscientizarmos do que estamos votando.

Voto favoravelmente ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de ponderar que realmente vários membros desta Comissão não pertencem à Comissão de Assuntos Econômicos e que uma situação dessa natureza não deverá se repetir. Só incluirei em pauta extra se houver unanimidade; caso contrário, deixaremos para a próxima reunião.

Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, pela ordem, para assumir um compromisso aqui.

Faço um pedido, Senador Azeredo – e V. Exª faz parte da subcomissão e conta com o apoio de todos os outros membros –, no sentido de, após fazer os estudos e encaminhar as propostas, realizarmos uma audiência especial. Nós, da subcomissão, viremos para a Comissão de Assuntos Sociais.

Assumo esse compromisso, e tenho certeza de que o Senador Azeredo também, de discutirmos já com o fruto da subcomissão, para que todos os Senadores da Comissão de Assuntos Sociais possam participar. Como Presidente da Subcomissão, assumo esse compromisso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao Senador Juvêncio, quero dizer à Senadora Ana Júlia que as ponderações do Senador Juvêncio procedem, uma vez que uma comissão não pode anular a outra, sob o risco de esvaziarmos inteiramente as discussões nesta Comissão.

Com a palavra, o Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A Senadora Ana Júlia, sempre com muito boa-vontade e democraticamente, quer trazer o assunto para cá. Se votarmos hoje e o projeto for encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos, não haverá mais necessidade de a Subcomissão da CAE voltar à Comissão de Assuntos Sociais para orientar-nos e esclarecer-nos sobre o assunto, porque "Inês é morta". Já votamos, colaboramos e agora estamos remetendo o projeto à CAE. Porém, ficará essa lacuna. É bom que se cumpra o Regimento nesta Comissão e também na CAE.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente, consulto a Secretaria da Comissão se haverá algum feriado na próxima semana.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Haverá um feriado na quarta-feira.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Repito o que a Srª Presidente disse: a ponderação do Senador Juvêncio da Fonseca deve ser considerada com bastante atenção.

Após a informação da Secretaria da Comissão de que haverá um feriado na próxima semana, possivelmente não haverá reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Convocarei uma reunião para terça-feira.

Creio que seria interessante, diante dessa relutância, colocar o projeto em pauta na próxima semana. Sinto que há uma discordância ou, pelo menos, um desconforto. Se a Senadora Ana Júlia Carepa concordar, faremos uma nova reunião na terça-feira e colocaremos o projeto em pauta. Considero essa atitude mais ponderada.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Boa idéia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Srª Presidente.

Questiono se haverá ou não reunião, porque a minha grande preocupação é exatamente com os feriados. Estamos adiando essa situação. Poderíamos realizar uma reunião na próxima semana para que todos os Senadores pudessem ler o projeto.

No entanto, também faço uma ponderação. A comissão de mérito, a comissão terminativa é a Comissão de Assuntos Econômicos. Sei que a Mesa despachou o projeto às duas comissões, mas a comissão de mérito é sempre a última. Gostaria muito de que todos os Srs. Senadores tivessem conhecimento da matéria, por isso mantenho o apelo para que, na próxima semana, estando todos os Senadores cientes do relatório, possamos discutir o assunto e aprovar o projeto, dando continuidade à matéria na subcomissão,

porque se trata de uma contribuição financeira sobre extração mineral.

Concordo com o apelo de vários Senadores e acato a proposição do Senador Juvêncio da Fonseca, de submeter o projeto à votação na próxima semana. Creio que será possível realizar uma reunião conjunta das duas Comissões – essa situação já ocorreu – para tratar desse projeto, o que é absolutamente regimental e possível. Portanto, faço também essa proposta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa, mas informo que não acataremos a excepcionalidade, já que deixamos o Plenário decidir e este se sente extremamente desconfortável com o projeto. Portanto, esse é um assunto vencido que ficará para a próxima semana.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, para complementar, parece-me uma boa solução que, com o projeto em mãos, haja esse compromisso de discussão da matéria na próxima semana.

A Senadora Ana Júlia Carepa tem razão ao se referir à comissão de mérito, porque estamos falando de uma taxa, de um tributo do fundo – pode-se chamar de tributo. Os percentuais, por exemplo, devem ser discutidos na Comissão de Assuntos Econômicos, porque não há interesse algum em se estipular um percentual mais alto que inviabilize, de repente, uma atividade econômica de exploração. Essa questão deve ser muito bem estudada para que possa haver essa compensação para o estado e o município, mas que, ao mesmo tempo, não inviabilize a atividade econômica importante para o País, que é a exploração mineral.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero somente ajudar a esclarecer, porque também compartilho a idéia de que a decisão final sobre o mérito do projeto cabe à Comissão de Assuntos Econômicos. Fazer uma audiência pública após a decisão da Comissão de Assuntos Sociais perderia o sentido para a Comissão de Assuntos Sociais, porque a audiência pública tem que anteceder o processo de discussão e votação da matéria.

Então, não haveria mais sentido, posteriormente, fazer audiência pública, apesar de eu ter concordado, inclusive porque todos nós confiamos nos posicionamentos dos Senadores Eduardo Azeredo e Ana Júlia. Todavia, realmente a decisão da Presidência foi bastante adequada no sentido de evitar precedentes que podem, no futuro, conturbar os trabalhos em outras situações análogas, porque nós, de fato, não temos o projeto de lei.

Creio que o Senador Sibá Machado não está presente. Seria a primeira vez que a matéria viria para Plenário da Comissão. Não haveria nem a possibilidade de se indicar um relator **ad hoc** por ser a primeira sessão de análise do projeto.

Antecipando-me, gostaria que a Senadora Ana Júlia e o próprio Senador Sibá Machado esclarecessem, na próxima semana, por que os percentuais constam do projeto de lei. É mais interessante fazer constar da lei o percentual do tributo em relação a cada minério ou seria em um documento posterior que levaria em conta peculiaridades, necessidades regionais e outras coisas que estivessem acontecendo? Não sei se engessaríamos.

E a segunda questão que eu faria na seqüência seria a seguinte: da própria análise do Relator consta que esses percentuais de compensação devem ser unicamente direcionados para os municípios onde ocorre a exploração mineral. Segundo o projeto de lei, em certo sentido, isso seria destinado para os municípios vizinhos que fossem afetados negativamente por essa exploração. Então, na minha ótica, a ponderação que se faz no projeto de lei é inconstitucional, uma vez que a Constituição determina que seja unicamente no município onde a exploração acontece.

São dúvidas que gostaria de sanar para votação. Creio que, na próxima semana, poderemos debater este assunto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Com a presença do Senador Edison Lobão, passamos ao Item 1 da pauta:

Item nº 1:

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela Rede de Unidades Integrantes do Sistema de Saúde.

Autor: Deputado Ricardo Ferraz

Relator: Senador Edison Lobão

O parecer é favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Obs.: Em 18 de junho de 2003, após a leitura do relatório, foi concedida vista ao Senador Gerado Mesquita, que devolveu o projeto sem manifestação.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão para proferir relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Srª Presidente, estou em condições de relatar o projeto. Todavia, a Senadora Patrícia Saboya Gomes havia conversado comigo sobre este assunto e sugerido que se ouvisse em audiência pública o Ministro da Saúde, para que

somente então esta Comissão se manifestasse sobre o projeto. Estou inteiramente de acordo.

Não sei se V. Exª conseguirá realizar a audiência pública amanhã, até porque haverá reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de grande importância. Mas, seja amanhã, seja na semana seguinte, estou inteiramente de acordo com aquilo sobre o qual havia conversado com a Senadora. Deixarei, então, para emitir o parecer após a audiência com o Ministro da Saúde.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Apenas gostaria de agradecer o Senador Edison Lobão.

Expliquei, no início da nossa reunião da CAS, Senador Edison Lobão, que o Presidente Lula havia lançado o Programa de Saúde Bucal. São quatrocentos centros em todo o País, inclusive o primeiro deles foi lançado em Sobral, na minha terra, para nosso orgulho.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Parabéns a V. Exª.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Creio que seria oportuna a vinda do Ministro para que detalhar o Programa de Saúde Bucal porque, evidentemente, há a preocupação de V. Exª em relação a esse atendimento, assim como a minha e de todos os outros Senadores.

Sabemos da realidade do nosso País, da dificuldade de acesso das pessoas, principalmente as mais simples, as mais pobres, as mais humildes, a esse serviço que é essencial até para a sua auto-estima.

Agradeço a gentileza de V. Exª. Tenho certeza que, com a presença do Ministro da Saúde, poderemos detalhar esse projeto, especificar o que está sendo feito e encontrar uma solução.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Senador Edison Lobão e a Senadora Patrícia Saboya. Acato inteiramente a decisão de ambos, uma vez que houve esse entendimento, todavia quero deixar claro que a Comissão, em reunião do dia 15 de março, aprovou um requerimento sobrestando o projeto até que o Sr. Ministro da Saúde, Humberto Sérgio Costa Lima, seja ouvido sobre a matéria em audiência pública aprovada por esta Comissão.

Essa audiência pública foi realizada no dia 8-5-2003, conforme o Requerimento nº 15, de 2003, para a instrução da matéria, que foi devolvida ao Sr. Relator Edison Lobão. No entanto, passado o tempo, o próprio Ministro tem um projeto e creio que as ponderações dos Senadores procedem, uma vez que queremos construir uma ponte de entendimento e não prejudicar o que já existe no Ministério.

Gostaria de ouvir o Senador Edison Lobão e, posteriormente, a Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre o assunto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Creioo que as informações que V. Exª nos traz, apesar de serem do conhecimento de alguns dos Srs. Senadores, são oportunas.

Realmente já houve essa manifestação, todavia, em razão dos apelos da Senadora Patrícia Saboya Gomes para se ouvir novamente o Ministro da Saúde, estou de acordo e poderíamos fazê-lo. Se, de toda maneira, o Sr. Ministro, por alguma razão, não puder comparecer na sessão seguinte, se V. Exª estiver de acordo, votaremos de qualquer maneira o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Gostaria de esclarecer somente que, no início da nossa reunião, disse que essa audiência pública havia acontecido, ouvimos o Ministro da Saúde, Humberto Costa, mas esse Programa de Saúde Bucal lançado pelo Governo Federal foi inaugurado há um mês.

Por isso, peço novamente que o assunto seja trazido em uma nova audiência pública com o Ministro da Saúde, em função do novo projeto que o Governo Federal acaba de lançar, por tratar da matéria que estamos discutindo.

Esse foi o objetivo do pedido de adiamento e da gentileza do Senador Edison Lobão ao nos atender, acatando essa ponderação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo concordância do Relator, acato a decisão.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns, para se pronunciar a respeito da matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – RR) – Compartilho da idéia da...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Flávio Arns, antes que V. Exª se manifeste, eu lhe pediria permissão, pois estou sendo chamado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para voltar à Presidência. Peço desculpas por ter que me retirar, mas parece-me que o assunto está encaminhado. Agradeço a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – RR) – Gostaria de, na linha do que falaram o Senador Edison Lobão e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, dizer que o atendimento odontológico da população é essencial. Precisamos ter uma rede importante e boa para essa finalidade.

Eu próprio estive no Ministério da Saúde e fiquei bem impressionado, discutindo com o Dr. Gilberto

Pucca, Coordenador de Saúde Bucal, a respeito das alternativas existentes para o Brasil, da inclusão do dentista, do enfermeiro e do atendente no Programa de Saúde Bucal. E todos os municípios teriam a possibilidade de oferecer esse atendimento com recursos federais. Além disso, haveria uma espécie de farmácia básica odontológica para todos os municípios, inclusive para a pessoa portadora de deficiência, e algo que fugiria do básico, como um tratamento de canal, um tratamento mais complexo, tudo com recursos extra-teto do município.

Naquela ocasião, disse a S. Sª que sou Senador, atuo também na área social, e não tinha acesso a tais informações. Inclusive volto à discussão do ano passado a respeito dos programas da Comissão de Assuntos Sociais, a fim de saber exatamente o que vem ocorrendo e verificar se estar dando certo, se o município está enfrentando dificuldade de credenciamento, se existe burocracia excessiva, se está sendo acessível ou não.

Se não for possível, até sugeriria ao Ministro, que talvez não conheça os detalhes, porque está coordenando um processo, digamos, mais amplo, chamar o Coordenador de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, que, coincidentemente, é Professor da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. Creio que seria uma boa alternativa, a fim de esclarecer o assunto e verificar em que poderíamos contribuir para o projeto. Se o Sistema de Saúde já paga transplantes e uma série de coisas, poderia fornecer o mais básico, que é um tratamento odontológico bom e de qualidade. Devemos discutir o assunto.

Portanto, seria interessante que Coordenador comparecesse à Comissão. É claro que se o Sr. Ministro vier será uma honra, uma alegria. Mas, caso não seja possível, que venha o Dr. Gilberto Pucca, Coordenador Nacional da área.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A vinda do Ministro a esta Comissão estava confirmada para amanhã, às 10 horas, solicitei adiamento em função da audiência pública que terá lugar no plenário, porque interessa a todos e será presidida pelo Presidente da Casa. Seria desconfortável manter uma reunião enquanto o Presidente comanda uma audiência pública em plenário. Portanto, solicitei ao Ministro que adiasse sua vinda, e naturalmente vamos ter a oportunidade de conhecer os projetos do Ministério. S. Exª se propôs a falar de todos os projetos desenvolvidos no Ministério e também a comentar a política de transplantes, objeto da convocação.

Creio que seria prudente discutirmos esse projeto com S. Exª a fim de saber dos limites e das possibilidades do Ministério em implementá-lo. E poderá ser enriquecido, inclusive, com um cronograma de atendimento, pois de nada adianta impor um projeto universal se não dispusermos de recursos orçamentários para isso. Ouvindo o Ministro, haverá mais clareza na aprovação desse projeto de extrema importância.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, gostaria que V. Exª esclarecesse que audiência pública será realizada em plenário amanhã, porque ontem o Presidente José Sarney anunciou para as 11 horas e 30 minutos sessão do Congresso Nacional para a promulgação de uma emenda à Constituição e para a leitura de mensagens presidenciais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Creio que a programação foi resolvida nas últimas horas. Trata-se de audiência pública com a Governadora do Estado do Rio de Janeiro, com o Prefeito do Rio de Janeiro e com o Ministro Márcio Thomaz Bastos a fim de tratar da questão da segurança no Rio de Janeiro. Trata-se de um tema que interessa a todos nós. Penso que não seria muito prudente trazer o Ministro e perder essa oportunidade. Primeiro, creio que essa audiência seria esvaziada e, segundo, não seria muito confortável para nós estarmos enquanto ocorre outra audiência pública.

Comunico aos membros da CAS a chegada de um colega nosso, Marcos Guerra, que vem ocupar uma vaga do PSDB, a quem desejamos boas-vindas e desejamos que se integre inteiramente aos nossos trabalhos. Tenho certeza de que a presença de S. Exª contribuirá muito para o andamento dos nossos trabalhos.

Voltamos aos Projetos de Lei do Senado nº 664, de 1999, e 668, de 1999, decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências.

O Relator do projeto já se encontra presente. A pedido do Senador Juvêncio, vamos proceder à leitura do projeto. Naturalmente, é uma matéria polêmica que enseja uma discussão.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, para proferir seu Relatório.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, reconheço que de fato é uma matéria polêmica. Trata-se da chamada área de fronteira, estendendo depois, quando lhe deram o nome de área de segurança.

Inicialmente, nobre Presidente, essa faixa de fronteira era de 66 quilômetros em toda faixa de fronteira do Brasil com os países vizinhos. Posteriormente, essa faixa de fronteira foi aumentada para 150 quilômetros da fronteira adentro.

Havia na época leis e autorizações para que os estados brasileiros que faziam fronteira com outros países processassem a alienação desses imóveis. E assim o fizeram, dentro de regras que eram estabelecidas na época. De forma que tanto o Estado do Mato Grosso como o Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul obtiveram a legalização das terras pelos Governos Estaduais.

Em 1999, um procurador do Incra entendeu que o Estado não poderia fazer essa discriminação e baixou um ato anulando todos os títulos outorgados em faixa de fronteira ou área de segurança por todo o Brasil. Isso causou um reboliço, porque, de uma hora para outra, todos os que tinham direito à propriedade, que possuíam propriedades trabalhadas, produtivas, perderam o direito a elas. E os agentes financeiros começaram a cancelar essas garantias. Essas terras passaram a não valer mais nada. Por outro lado, começaram as invasões nessas áreas, porque saiu a notícia de que a sua propriedade estava cancelada.

Então houve um trabalho nosso no Congresso, todos ajudaram, saiu uma medida provisória, que consideramos salvadora, que dizia que todos tinham direito a pedir a ratificação daqueles títulos.

O Incra não teve a mínima condição de fazer essa ratificação, então a medida provisória foi prorrogada por um ano, mais um ano, agora já estamos no quinto ano, e precisamos prorrogá-la por mais uma vez, porque se passaram quatro anos e ainda continua essa lastimável situação dos donos da terra que, na verdade, não são donos.

Foi com essa intenção que os eminentes Senadores Juvêncio da Fonseca e Alvaro Dias propuseram esse projeto de lei que foi muito bem estudado por nós, com toda a assessoria que conhecia o assunto. Fizemos um relato da análise sobre o que era faixa de fronteira, o que era faixa de segurança, por que os governadores foram autorizados e em que se baseava a autorização do Governo Federal dada aos governadores para que procedessem à alienação daquelas terras aos produtores que verdadeiramente defenderam a bandeira brasileira nessas faixas de terras.

Faço este relato muito rápido sobre a história das léguas: ainda naquele tempo, eram 66 quilômetros, que equivaliam a dez léguas da faixa de fronteira; depois se estabeleceu, durante a Ditadura, a faixa de segurança de até 150 quilômetros.

Faço questão de ler o voto, e peço a paciência das eminentes Senadoras e Senadores, para resumir o que analisamos sobre esse processo.

Voto

Como vimos do relatório inicialmente esboçado, o PLS nº 664, de 1999, de autoria do ilustre Senador Alvaro Dias, objetiva ratificar todos os títulos de alienação ou de concessão de terras outorgadas pelos Estados na faixa de fronteira, desde que esses títulos tenham sido emitidos de acordo com as normas legais vigentes à época.

A ratificação pretendida, segundo o autor, tem por escopo trazer tranqüilidade aos proprietários e concessionários de imóveis rurais que, apesar de terem a posse legítima desses imóveis, vivem hoje em permanente insegurança para investir e produzir.

Este projeto é antigo, de 1999, mas ainda continuam os efeitos daquela danosa medida, porque não foram ratificadas essas terras pelo Incra, como era de sua obrigação.

Já o PLS nº 688, também de 1999, do ilustre Senador Juvêncio da Fonseca, sob justificativa assemelhada, busca essencialmente ampliar para três anos o prazo estabelecido no art. 1º da Lei nº 9.871, de 1999, para a ratificação dos títulos das terras concedidas ou alienadas pelos Estados na faixa de fronteira.

A Lei nº 9.871, art. 1º, é oriunda daquela medida provisória que concedia um ano – apenas um ano –, prazo insuficiente que o Incra proceda a essa verificação.

Não obstante o seu indiscutível mérito, parecenos, **concessa venia**, que a iniciativa em referência merece o restrito alcance das suas formulações. Muito pouco, efetivamente, poderá ajudar a minimizar as situações de conflito e insegurança dos proprietários na faixa de fronteira.

Em verdade, é imperiosa tanto a atualização do modelo previsto no Decreto-Lei nº 1.414, de 1966, quanto a revisão de todos os procedimentos estruturados na Lei nº 9.871, até porque, como pensamos ter demonstrado, a declaração de nulidade dos títulos de propriedade compete ao Poder Judiciário em ação própria, respeitados os princípios de ampla defesa e do devido processo legal.

De outra parte, ficou também patente que a ação de desapropriação só cabe contra aquele que é proprietário. Caso não seja, a ação será imprópria, merecendo a lei modificação e adequação condizentes com os princípios basilares das normas do processo civil.

Há necessidade ainda de se fixar prazo para a providência a cargo do órgão governamental incumbido da ratificação, posto que a situação de insegurança da propriedade merece ser tratada, de forma a não penalizar o proprietário e a produção do imóvel.

Ademais, entendemos que devem ficar isentos de ratificação os títulos dos proprietários de duas ou mais pequenas propriedades que, uma vez somadas as respectivas áreas, não ultrapassem o limite fixado pela média propriedade.

Na medida provisória e na lei, ficou estabelecido que, se a pessoa tivesse duas propriedades pequenas que, mesmo somadas, não alcançassem a média propriedade, não sendo atingidas por essa ação, não se poderia somar. Então, também comento sobre isso.

Também nos parece de todo recomendável que, reconhecendo o juiz que o título outorgado pelo Estado-membro não atendeu às prescrições legais impostas à época da outorga, muito embora a propriedade atenda à sua função social, estabeleça-se que o Estado-membro deve responder perante a União pela violação da lei, cabendo-lhe indenizá-la ou doar suas terras devolutas até perfazer a quantidade de terra alienada em desconformidade com a legislação. Portanto, quem deveria ser penalizado, se era incorreto ou ilegal, seriam os governos dos estados onde aconteceu essa desapropriação indireta.

Finalmente, em razão da indispensável cautela com que se deve regular matéria tão complexa e que envolve tão elevados interesses, entendemos não serem convenientes, com certa vênia, as providências sugeridas pelo Senador Juvêncio da Fonseca em seu substitutivo.

Concordamos com S. Exª que a Lei nº 9.871 consagra numerosos inconvenientes e imperfeições, o que, aliás, apontamos em nossa precedente análise. Contudo, a melhor solução, a nosso ver, não está na ampla ratificação de ofício sugerida, mas no aprimoramento, conforme a seguir propomos, da disciplina legal dos procedimentos de ratificação, inclusive para que não sejamos depois acusados de estar amparando interesse de discutível licitude, com danos ao patrimônio público.

Além disso, não vemos razão para qualquer temor de parte dos atuais proprietários, uma vez que seus títulos de propriedade, apenas enquanto pairarem dúvidas sobre a sua autenticidade, serão submetidos ao crivo do Poder Judiciário, que lhes assegurará não apenas o devido processo legal, mas também todas as demais garantias da legislação processual civil.

Outrossim, convém não olvidar que a matéria, conforme registramos em nosso precedente relatório, ainda será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos e também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nas quais inclusive poderão ser feitos aprimoramentos caso seja necessário.

Isso porque, Srª Presidente, esta matéria não é terminativa aqui, e sim na Comissão de Assuntos Econômicos e na CCJC, que, evidentemente, vai analisar todo esse levantamento que nós fizemos nas legislações sobre a faixa de fronteira e a faixa de segurança nacional.

Diante de todo o exposto, elejo como proposição principal o PLS nº 664, de autoria do eminente Senador Álvaro Dias, por ser mais antigo, e prejudicado o PLS nº 688, do eminente Senador Juvêncio da Fonseca.

O nosso voto é pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo a seguir oferecido.

Aproveitamos os dois projetos e oferecemos um substitutivo decorrente de todos os estudos que já fizemos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB – AC) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto é extremamente preocupante. Sou de um Estado de fronteira e vou revelar algo, com todo respeito ao Senador Jonas Pinheiro, a quem quero bem. Citarei apenas um fato, apesar de haver vários.

O meu Estado tem 15 bilhões de hectares de terras, e apenas um cidadão se arvora o direito de ser titular de uma área de um milhão de hectares de terra há muito tempo. Há outros fatos dessa natureza que são correntes não só no Acre.

Trata-se de regularização fundiária de áreas supostamente de propriedade de quem se arvora o direito de possuir um título válido.

Informo também que, em meu Estado, que é de faixa de fronteira, há muitos anos, aqueles que comprovaram e demonstraram cabalmente a validade de seus títulos tiveram suas áreas e titularidade reconhecidas pelo Incra e pelos órgãos que cuidam do assunto.

Resta que situação? A daqueles que, efetivamente, até hoje não conseguiram demonstrar a validade desse título, como esse que se arvora o direito de possuir um milhão de hectares de terras. Eles seriam sócios do Acre. Os acreanos possuiriam 14 milhões de hectares e eles seriam os nossos sócios. É um absurdo uma coisa como essa.

É uma situação em que não há como, no Português popular, "abrir o compasso". Há que se ter paciência no exame desta questão, porque, repito, é um fato que me chama a atenção. Aqueles que conseguiram demonstrar a validade de seus títulos em meu Estado, e em outros também, têm a sua situação absolutamente legalizada, senhores e titulares das áreas que demonstraram possuir. Quanto aos demais, com todo respeito ao Senador Jonas Pinheiro e aos que defendem essa solução, que não vejo, com todo respeito, com bons olhos autorizarmos... E esse projeto premiaria aqueles que querem uma ratificação, supostamente, pela inação de um órgão como o Incra há dois anos. Então, se o Incra não validasse ou não impugnasse aquela

situação, os títulos seriam validados e seria ratificada a propriedade.

Creio ser perigoso, temerário. É uma situação que não devemos acolher em hipótese alguma.

Trago à consideração, para refutar essa proposta de solução, um fato ao qual já me referi duas vezes. Faço questão de repeti-lo pela terceira vez: aqueles que apresentaram seus títulos ao Incra e tiveram reconhecida a sua legitimidade tiveram suas áreas absolutamente regularizadas. Resta uma zona cinzenta de pessoas que se arvoraram possuir áreas nessas regiões de faixas de fronteira e de área de segurança.

Não quero generalizar para não cometer injustiças. Creio até que possa existir alguém que seja, de fato, possuidor de um título válido e que mereça a maior atenção do Incra para legitimar sua situação.

Em regra, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, ao menos no meu Estado, as situações de impasse perduram com relação a reconhecimento de títulos porque esses títulos são realmente fajutos. São títulos que não suportam uma análise nem superficial de sua origem, de sua validade.

Não podemos advogar uma solução dessa. Seria um desastre, pois premiaríamos aqueles que matreiramente se aparelharam de documentos "esquentados", de documentos obtidos de forma escusa. Não podemos enveredar por esse caminho. Há que se ter paciência.

O Incra está desaparelhado; precisamos reaparelhá-lo. Sei disso pela situação do órgão no meu Estado. Precisamos aparelhar o Incra, assim como, aliás, vários outros órgãos e instituições de nosso País. Isso não dá direito a ninguém de ratificar títulos que, na origem, uma análise superficial demonstra que têm que ser afastados de plano. Não podemos correr esse risco. As pessoas de boa-fé, possuidoras de títulos legítimos, merecem todo o respeito, toda a consideração do Incra, dos órgãos governamentais para legitimar essa situação. Por outro lado, há um grande número de situações nesse bolo que merecem toda a nossa preocupação, toda a nossa atenção. Em última instância, trazem situações que vão demonstrar cabalmente que esses títulos não poderão ser aceitos para o fim de regularização fundiária.

Quero chamar a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para um assunto muito grave. Posiciono-me absolutamente contra essa solução. Peço que as Srªs e os Srs. Senadores pensem bem na situação, porque poderemos estar legitimando tentativas de obtenção de terras de forma fraudulenta e indevida. Desde já, declaro o meu entendimento absolutamente contrário a essa situação e o meu voto vai nessa linha.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Creio que aquele que tem um milhão de hectares não merece nem discutir. A faixa de fronteira era de 2.000 hectares. Depois, expandiu para a chamada faixa de segurança, que passou para 10.000 hectares. Então concordo com o eminente Senador Geraldo Mesquita: quem está fora desse processo não merece ratificação do seu título, mas não merece mesmo!

Agora, condenou-se por estados terem feito essa ratificação, essa alienação dO imóvel. Pois bem, quem está lá, e quem defendemos, são aqueles que estão produzindo com esse título legítimo. Fora disso, absolutamente ninguém! No Paraná, os títulos eram maiores; hoje, esses títulos estão todos segmentados. E agora, para ratificar isso, tem-se que buscar aquela origem. Vejam a dificuldade que tem hoje um pequeno produtor do Paraná, para ratificar a sua área, pois tem que buscar documentos históricos para que o Incra venha a proceder a essa regularização.

Eminente Senador, sei que, no Estado de Rondônia, também não há muito problema, porque veio basicamente com a indenização do Incra. No Acre, sabemos que não há tantos problemas. Mas vá a Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, ao Paraná; é uma calamidade produzir ou viver dentro dessa chamada faixa de fronteira ou faixa de segurança nacional. É a esses que estamos dedicando o nosso trabalho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Peço a palavra apenas para esclarecer o Senador Jonas.

Fiz questão de frisar que o caso que apresentei à consideração é emblemático, mas não é o único. Sei que há situações que envolvem pequenas, médias e grandes áreas. Trouxe esse caso apenas porque é tão escandaloso que chega a ser emblemático para a introdução da discussão desse assunto. Foi apenas com esse propósito!

E repito: todas aquelas que apresentaram títulos legítimos tiveram a situação absolutamente normalizada. Quanto aos que persistem, e me desculpe por insistir, Senador Jonas Pinheiro, é bom ter muito cuidado. Devemos cobrar do Incra a atuação firme no sentido de agilizar o processo de análise desses documentos. Contudo, não podemos permitir que, caso o Incra não venha a examiná-los no prazo de dois anos, esses títulos sejam ratificados normalmente. Seria um absurdo; não há como concordar com isso!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, até me sentei à mesa da frente, porque esse assunto me empolga; eu e o Senador Jonas já estamos tratando dele há muito tempo. Importa-me, porque sou mato-grossense-do-sul, da faixa de fronteira, como no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso e lá pelo Norte também.

Qual é o problema que existe e que temos que analisar objetivamente?

Antigamente, todas as terras do Brasil eram devolutas, todas, desde as capitanias hereditárias, etc. Quando acabaram as sesmarias e as terras se tornaram da União, foram denominadas devolutas. A União entendeu que deveria transferir aos Estados o domínio dessas áreas devolutas, mas preservou para si a faixa de fronteira, dizendo: "Primeiro 66 km; depois 100 km; depois, 150 km". Então, na faixa de fronteira com os outros países, até 150 km são terras da União, não dos estados.

O que acontece? Diante da legislação que permitia que se alienassem as áreas devolutas, inadvertidamente, creio, por incompetência administrativa, às vezes, os Estados venderam todas as terras da faixa de fronteira; o particular requereu essas terras devolutas, pagou justo preço que o Estado pediu à época e obteve um título de alienação dessas áreas devolutas. Depois de pago o justo preço, permaneceu na área até agora. E a fronteira tem que ser ocupada pelo homem; na fronteira tem que haver atividade econômica; é questão de defesa da soberania nacional.

Então, nesta altura dos acontecimentos, o Incra, com a sua incompetência e falta de estrutura, começa a agir, querendo terras para a reforma agrária de qualquer maneira, mesmo que seja às custas das propriedades tituladas; quer reaver essas terras todas, porque foram vendidas pelo Estado, que não era a pessoa competente; competente é a União.

O que nós queremos é defender esses milhares e milhares de proprietários da fronteira que moram lá com a sua família, enfrentaram uma luta dura, constituindo inclusive segurança para a nossa soberania, têm as suas atividades econômicas, sustentando este País na agricultura e na pecuária. É bom que diga isto. Não se trata daquele um milhão de hectares lá em cima, Senador Geraldo Mesquita, porque em um procedimento somente o Incra anulava o título. Quando não quer ou é incompetente para agir, joga todo o ônus do problema sobre os proprietários honestos, sérios, que pagaram a sua terra. Só que, em lugar de pagarem para o União, pagaram para o Estado; em lugar da União escriturar, quem escriturou foi o Estado. É só isso.

O que pretende o meu substitutivo? Diz assim:

"Ficam ratificados os títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelo estado na faixa de fronteira de que trata o art. 20 da Constituição Federal."

Ratificar é confirmar. É apenas para satisfazer aquela lacuna que gera erro. Sai o Estado e entra a União. Está ratificado. É isso, Senador Geraldo Mesquita. Não legitima os títulos fraudulentos, os títulos nulos, de forma nenhuma, e não legitima também a ausência dessa legislação. Assim como estamos propondo, não legitima a incompetência do Incra, que, por incapacidade de trabalho, falta de estrutura e de recursos, joga os ônus sobre os proprietários da faixa de fronteira, dizendo que está cheio de grileiro, é grilagem, um milhão de hectares que não têm origem. Não é este o problema.

Há que se observar a defesa do fruto do trabalho daqueles que se estabeleceram da faixa de fronteira, que compraram legitimamente a sua terra, dentro dos limites da Constituição, e em lugar da União escriturar, quem escriturou foi o Estado. Que pecado existe nisso?

Contudo, Senador Geraldo Mesquita, se existirem lá no Norte áreas extensas, títulos fraudulentos, inclusive a expedição de títulos acima do autorizado pela Constituição à época, tudo isso é nulo. Por que o Incra não argüi a nulidade desses títulos? Porque todos os proprietários de faixa de fronteira, segundo a legislação criada pelo Incra, têm que, nos cartórios, fazer a cadeia dominial para provar que são proprietários daquele terreno vinculado àquele título que o Estado expediu nem podia expedir.

Agora imaginem os senhores o seguinte: o Estado expediu um título de cinco mil hectares naquela região de antigamente que era um sertão bravo, serra brava, e esse povo foi para lá e desbravou. E morre o proprietário. Faz-se o inventário e distribui-se para três filhos; um filho morre, distribui-se para mais dois. Outro vende para um vizinho. Como fazer para juntar toda essa documentação e chegar ao título de domínio inicial que o Estado concedeu para provar que é legítimo proprietário?

A lei determina que as custas sejam pagas pelo interessado na ratificação, jogando todo o ônus em cima do proprietário legítimo que está lá, no mínimo, de boa-fé. Em nome dos que praticaram atos de má-fé, penalizam-se 99% dos homens de boa-fé da faixa de fronteira.

Isso é uma calamidade, Senador Geraldo Mesquita, é uma vergonha nacional e temos que coibir que aconteça! Trata-se de cercear a liberdade de atividade do homem do campo que está lá na fronteira!

E ainda mais: como essa legislação do Incra inquinou de nulidade todos os títulos da faixa de fronteira, aquele proprietário que quiser um financiamento do

banco para a sua lavoura não pode obtê-lo, uma vez que a sua propriedade não está legitimada porque o Incra disse que o seu título é nulo, pois foi o Estado que o expediu, e não a União.

Essa situação embaraçosa foi criada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que está impedindo que se faça até a reforma agrária neste País, que se use a terra com objetivos sociais.

Qual é o objetivo do Incra? O que quer o Incra, realmente? Onde está a lógica do Incra? Onde está a iniciativa do Incra, nesses cinco anos em que existe a legislação de ratificação? Por que ele não a faz? Porque é incompetente. E por que faz essa proposta absurda que lesa o brasileiro da faixa de fronteira?

Deveríamos conceder um diploma de honra ao mérito àqueles que estão lá na faixa de fronteira, sustentando a soberania nacional, que asseguraram a faixa de fronteira no lado Norte deste País, aos nossos brasileiros que estão lá, seringueiros, extrativistas, embrenhados naquela mata e defendendo a soberania nacional.

Agora vão penalizar essas pessoas que pagaram o justo preço da sua terra só porque há um ou outro grileiro e o Incra não tem competência, bem como a União, para processar, discriminar a sua área e anular o seu título? Por que razão não se faz isso? Sob o manto da legalidade, sob o manto do Incra, todo o resto está errado; só ele está certo. E que se lixe o proprietário rural, o produtor rural da faixa de fronteira.

Será que vamos penalizar o homem da faixa de fronteira? Não podemos.

Faço uma ressalva: eu e o Senador Jonas Pinheiro sabemos o que é a faixa de fronteira. O Senador Jonas ainda diz que se deve ir ao Incra para a ratificação, mas penso que não é necessário pedir ao Incra para ratificar. Para a ratificação de ofício basta a lei. Se deixarmos para o Incra para ratificar, isso nunca vai ocorrer.

Faço uma observação sobre o substitutivo do eminente Senador Jonas Pinheiro, segundo o qual todos esses milhares de títulos existentes devem ser ratificados, para se analisar a complexidade do problema.

O parágrafo único do art. 15 do Substitutivo do Senador Jonas Pinheiro diz que em caso de transferência do imóvel a terceiros competirá ao Incra instituir o processo de ratificação, com a cadeia dominial, a partir da titulação estadual.

Quando o Incra vai fazer isso? Nunca.

Se nunca fez, por que vai fazer? Mudou o Incra? Mudou completamente. Vai haver um milagre? Não vai. E se ratificar expede-se um título que deve ter a anuência do Conselho de Defesa Nacional. Cada título que se expede deve ter a anuência do Conselho de Defesa Nacional. Penso que isso é uma burocracia tão grande que não tem razão de ser. Portanto, é difícil eu votar contra a emenda substitutiva do Senador Jonas Pinheiro. Argumento contra porque ela dá ao Incra a competência da ratificação com uma burocracia imensa, que nunca vai se cumprir.

Fico com meu substitutivo, que ratifica, pura e simplesmente, os títulos da faixa de fronteira. Ratificação legal. Substitui-se agora o Estado pela União numa ratificação. Isso não significa que os títulos nulos estejam legitimados, de forma alguma. Trata-se apenas de uma ratificação do título, se é que o título foi assinado pelo Estado. Se o título que foi assinado pelo Estado e foi assinado errado, a nulidade está implícita no título, não no substitutivo.

São essas as razões porque, muito a contragosto, sou contra o substitutivo do Senador Jonas Pinheiro e favorável ao meu, da pura e simples ratificação, inclusive dizendo o seguinte: vamos dar toda a força para o Incra, vamos incluir emendas no Orçamento para o Incra ter condições de trabalho, vamos ajudar o Incra a fazer as ações discriminatórias que forem necessárias para provar as nulidades desses títulos absurdos de que os grileiros tomaram conta neste País. E sob esse véu de virtude, o Incra não toma iniciativa alguma. Esse um milhão de hectare que V. Exª diz que é emblemático, para mim caracteriza muito mais a incompetência do Incra, porque, se quisesse, o Incra teria já anulado esse título ou tomado essas terras.

É esse o meu parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior para sua réplica.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Senador Juvêncio da Fonseca, quando eu trouxe à baila esse assunto eu não disse que não tinha sido resolvido. Esse assunto já foi resolvido, como todos aqueles que se apresentaram no meu Estado, particularmente. Mesmo com todas as deficiências do Instituto, ele conseguiu regularizar um infindável número de situações fundiárias no nosso Estado. A situação está tranqüila.

Uma contradição que identifico nisso tudo, Senador Juvêncio da Fonseca, é que – e aplaudo inclusive o esforço de V. Exªs no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste – V. Exª diz – e sou testemunha disso – que o País deve muito àqueles que estão produzindo para consumo interno, para exportação, e que se a nossa grande safra existe é porque em grande parte essas situações fundiárias estão equacionadas no nosso País, porque, ao contrário disso, o crédito não estaria financiando essa supersafra, essa grande produção.

Então, ainda entendo que é uma situação residual. Não devemos nos perguntar o que o Incra quer, e sim o que queremos que o Incra faça, criando as condições e a situação para que isso ocorra.

Agora, o que não é possível, Senador... E não se está punindo o cidadão de boa-fé em detrimento, como V. Exª disse, talvez de uma minoria de situações daqueles que não estão de boa-fé – V. Exª sabe disso. Não se trata de querer punir essas pessoas, mas de dar o mesmo tratamento àqueles que se apresentaram ao Instituto na posse de títulos legítimos...

E veja a situação: o Acre já foi Bolívia, já foi Amazonas, já foi Estado independente, União, território federal e Estado do Acre. Mesmo assim, as pessoas da minha terra conseguiram recuperar essa cadeia dominial dificílima, apresentando seus títulos ao Incra. Essas ratificações foram feitas, acredito, em boa parte da região de fronteira, inclusive no seu Estado.

Então, a situação é residual e, para sermos justos com aqueles que desenvolveram todo um esforço para apresentar no Instituto a legitimação de suas áreas, em respeito a essas pessoas, devemos manter o mesmo critério, a mesma situação para esses que ainda pendem de solução. Caso contrário, estaremos cometendo inclusive uma injustiça. Àqueles que, na sua terra, na minha terra, na terra de outros companheiros aqui, fizeram um esforço tremendo para conseguir demonstrar a titularidade da sua terra e aos que ainda não se habilitaram a esse processo, por uma dificuldade ou outra, podemos colocar à disposição uma facilitação que seria, do ponto de vista dos que já se habilitaram, uma extrema injustiça.

Esse é o meu ponto de vista. Respeito profundamente a sua proposição bem como a do Senador Jonas. Insisto que esse é um assunto preocupante e complicado e o meu voto é contrário não só ao substitutivo do Senador Jonas como ao seu, com todo o respeito, pelas razões que já expendi.

Não vou mais me estender. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

Solicitaria aos Srs. Senadores que fossem mais rápidos nas suas manifestações, uma vez que ainda temos inscritos os Senadores Augusto Botelho e Sibá Machado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco PT – PA) – Vou tentar ser o mais objetiva possível.

Trata-se de assunto polêmico. Essa situação é semelhante ao que acontece no nosso Estado em relação às faixas de fronteira das rodovias federais, que foram todas para a União.

Qual é a nossa preocupação? Hoje já existe uma legislação que regulamenta a ratificação desses títulos de faixa de fronteira. É verdade que precisamos aparelhar mais o Incra e até reconheço...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco PT – PA) – Com todo o respeito que tenho por V. Exª, eu concedo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O último prazo foi até 31 de dezembro do ano passado. Acabou, não se pode mais requerer. Quem não requereu perde a sua terra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco PT – PA) – Sei que houve prazo em 1999, 2000, 2001, adiado até 2002, e vou lhe dizer como isso é possível.

Como o Incra está fazendo um trabalho de regulamentação fundiária no Brasil, priorizando essas áreas mais emblemáticas como, por exemplo, existem no meu Estado e no Mato Grosso, é possível ainda. Tenho essas informações do Incra; não estou falando com desconhecimento de causa. Então, existem possibilidades e basta que se comprovem.

Concordo com o Senador Geraldo Mesquita quando diz que há pessoas que conseguiram regularizar as suas áreas. E se milhares conseguiram regularizar, por que tantos outros, apesar das diversas prorrogações de prazo, não conseguiram?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A bem da verdade, só foi estendido o prazo duas ou três vezes porque o Incra não tem competência para fazer a ratificação. Põe na gaveta, guarda e esquece o proprietário, esquece o requerimento na gaveta, não tem estrutura, não trabalha, não tem dinheiro, não vai atrás de nada. Tem que levar tudo na mão. Esse argumento, Senadora, não cabe neste caso.

V. Exª está dizendo que o Incra está regularizando as áreas mais problemáticas. A ratificação não inibe isso, meu Deus do céu! Facilita, porque o Incra terá mais tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero dizer por que sou contrária a que seja feito dessa forma. Se for feito assim, vamos dizer que daqui a dois anos o Incra não teve condições. Então, todos passam a ter direito. Então seremos injustos novamente, inclusive, com aqueles que lutaram e conseguiram regularizar as suas áreas, a grande maioria. Estaremos tratando os desiguais de forma igual e seremos injustos novamente.

Senador, conheço muito bem esse problema fundiário. Isso é uma realidade no meu Estado. Por exemplo: o Incra de Marabá, daquela região, tem a maior quantidade de assentamentos de todo o Brasil,

enfrenta problemas imensos e está fazendo verdadeiros milagres. Obteve, recentemente, uma suplementação de recursos, convencendo o Governo da necessidade disso. É possível fazer sim, Senador. Garanto isso a V. Exª.

Antes de aprovemos dessa forma, que é problemática, por que não ouvir a proposta do Incra de regulamentação fundiária no País? Estamos tratando de regulamentação fundiária no País, onde houve muitos problemas.

Com todo o respeito ao Senador Jonas Pinheiro, V. Exªs reconhecem que, como Vice-Líder do PT, trato a todos com enorme respeito. Fico preocupada quando se diz: "No processo de ratificação de que trata a presente lei, serão observadas as limitações constitucionais vigentes à época das alienações ou concessões estaduais".

Não pode ser assim! Não podemos tratar simplesmente da situação da época. Hoje, Senador, para se fazer qualquer obra na Transamazônica, que foi construída há trinta anos, precisamos da licença ambiental. Naquela época, não se exigia, mas hoje, até para consertar, a lei já exige. Não podemos, simplesmente, retroagir. Estamos falando de regularização fundiária num País que tem a maior concentração fundiária do mundo; estamos falando de regularização fundiária do Brasil. Queremos que haja regularização fundiária. Tenho dito "n" vezes que não desejo que os nossos assentados sejam vistos como favelizados. Quero vê-los como produtores rurais, produzindo economicamente, crescendo, fazendo o País progredir. É isso que queremos. Mas discordo de tal projeto, tanto da forma como ele está como da forma mais simplista, do Senador Juvêncio da Fonseca, porque S. Exª, pela simplificação, acaba tratando de forma injusta aqueles que não conseguiram regularizar as suas terras, apesar das sucessivas alterações.

Estou defendendo aqui, Senador, uma medida que foi feita no Governo anterior. Faço isso com uma tranqüilidade imensa, porque, se tenho críticas ao Governo anterior, também sei reconhecer acertos e correções que foram feitos. E V. Exªs ouvirão sempre isso de mim, porque essa tem sido uma prática da minha vida pública, política e parlamentar.

Acredito que isso seja preocupante. Se votarmos hoje, votarei contrariamente ao substitutivo, mesmo com toda a preocupação do Senador Jonas Pinheiro, de ouvir o Conselho de Segurança. Deveríamos, sim, chamar o Presidente do Incra e dizer especificamente: "Exponha o seu posicionamento e a possibilidade de uma regulamentação, porque é perigoso para nós votarmos algo como a regularização fundiária".

Sou testemunha disso, Senador, em situação semelhante, que não é área de fronteira, mas de rodovia federal. Não é à toa que o nome grilagem existe. Foi realizada CPI na minha terra, para investigar os cartórios e os absurdos que ocorreram. E não foram poucos, Senador! Não estou querendo igualar as situações, porque sempre tenho dito que, graças à Deus, boa parte dos produtores rurais são sérios neste País. Eles produzem, são importantes e são responsáveis por termos hoje uma grande exportação, mas não podemos simplesmente dizer: "Vamos regularizar. Daqui a dois anos, se não quiser, ficará essa situação, o fato consumado." Não podemos fazer isso. Temos que reforçar o Incra.

Reconheço as limitações. Elogio o Senador Ramez Tebet, porque S. Exª foi preciso, ontem, na sua intervenção, quando pediu que o Governo esclarecesse melhor a Medida Provisória, dizendo: "Está aqui o concurso público." Na verdade, existe, mas é preciso esclarecer: é para melhorar o Incra, para atender melhor, para que possamos fazer a regularização fundiária em um País onde não queremos mais luta. Nós queremos paz no campo, Senador! Falo como quem vem de uma terra que, infelizmente, já viu muito sangue, que é campeã em violência, em morte no campo. Não queremos mais isso! Eu não quero mais enterrar ninguém, Senador. Quero muita paz no campo, muita produção. E acredito que não podemos simplesmente aprovar um projeto desses sem ouvir o Incra e o que está sendo feito para haver essa regularização, para a qual ainda existe chance, porque existem leis para que possa ser feita ainda essa regularização.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Peço a palavra, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, para opinar a respeito da audiência pública com o Incra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Srª Presidente, estamos falando de um assunto concreto. Sou vinculado ao Incra e sei o que ele está sofrendo com isso, porque exerce tantas atividades e essa é uma delas, e não é a mais grave. A mais grave é aquela titulação de 10 mil hectares que tinha de ser ratificada. Depois, passou para 5 mil hectares. Agora, passou para mil hectares.

Não estou retirando a autoridade do Incra para fazer esse trabalho. Queremos apenas estabelecer prazo, se o Incra considerar conveniente. Essa Medida Provisória é de 1999; depois a prorrogamos para 2000; depois, para o ano de 2001 e de 2002. Para 2003, não foi ainda prorrogada. Foi aprovado aqui, mas não foi aprovado na Câmara. Em 2004, estamos no limbo.

A Senadora Ana Júlia está dizendo que existe a legislação. Não existe mais. Ultrapassou, porque não conseguimos. O Senador aprovou, mas não se aprovou na Câmara a prorrogação para que o Incra continuasse a fazer o trabalho no ano de 2004, mesmo para aqueles que já pediram a ratificação. Também não estou defendendo aqueles que não fizeram o pleito; refiro-me àqueles que têm processo no Incra cuja situação não está definida nem resolvida. Esse é um homem inválido; uma família inválida dentro da sua atividade econômica, pois eles não sabem o que têm. Aliás, eles não têm nada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Jonas Pinheiro, V. Exª concorda com a sugestão da Senadora Ana Júlia de trazer o representante do Incra?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Concordo, eminente Presidente, concordo com tudo, desde que resolva esse problema que é de todos nós, políticos, pois se trata de uma situação conturbada. Evidentemente, dois lugares que fazem fronteira enfrentam esses mesmos problemas. Tudo isso recai sobre nós, principalmente, que somos ligados à terra.

Inclusive agora o Senador Ramez Tebet me sopra uma proposta que também é possível, dentro daquela linha de solução que nós desejamos. Vejam que na minha proposta eu não retiro o Incra do processo; mantenho-o e apenas faço algumas determinações. Considero a proposta do Senador Juvêncio melhor ainda, pois ratifica **ex-officio** e pronto. Agora o Senador Ramez Tebet tem uma proposta, Senadora. V. Exª gostaria de propor?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Gostaria. Vou tentar resolver esse problema.

Como todos sabem, venho do Estado do Senador Juvêncio e, por que não dizer também, do Senador Jonas Pinheiro, dado que, sendo de Mato Grosso, S. Exª muito trabalhou para o Mato Grosso do Sul antes da divisão. Os problemas são tão congênitos que, trabalhando pelo seu Estado, S. Exª trabalhou pelo nosso, em muitas ocasiões, e vice-versa.

Notamos que a questão fundiária no País, Srª Presidente, é muito importante e está gerando conflitos, insatisfações. O Brasil está vivendo praticamente do agronegócio. É preciso que os proprietários tenham condições psicológicas e tranqüilidade para trabalhar.

Antes da existência dessa lei que trata da faixa de fronteira, todos estavam tranqüilos, pelo menos no meu Estado não existia problema. O sujeito estava ali consolidado, com título dado pelo Governo do Estado há mais de cinqüenta ou sessenta anos. As suas terras não eram contestadas por ninguém. Depois, veio essa lei, naturalmente em razão de outras unidades da Federação. Mas sabemos o que é a burocracia no nosso País.

A Senadora Ana Júlia disse muito bem: ontem, estávamos discutindo algo que – desculpem-me dizer – era meio irracional, mas há necessidade de o poder público se organizar com pessoal. Estamos vendo o que acontece no Brasil.

Não sei se o Senador Juvêncio da Fonseca ou o Senador Jonas Pinheiro concordariam, mas soprei mesmo isso, porque precisamos encontrar uma solução, não é? O Incra precisa de um prazo para resolver isso. Então se resolve, prorroga-se até tal data. Se não for possível, será **ex-officio**; acabou. Esta é a minha tese que eu já sei que encontra a resistência do meu colega.

Este Brasil precisa dar exemplo. Não é possível um órgão público receber um pedido, uma formulação e, seja a que pretexto for, deixar ficar indefinidamente, sem dar solução, tornando as pessoas intranqüilas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A sua sugestão enriqueceu a discussão, Senadora.

No entanto, diante de uma lei dessa, que tornou inválidos os títulos, temos que encontrar uma solução para aquelas pessoas que já viviam lá, que compraram as terras de alguém, do Estado ou de um herdeiro ou de outra pessoa, estavam trabalhando e produzindo. Primeiro, porque aquela pessoa que está lá passa a não ter mais garantia para banco. O banco pede para ela trocar a garantia e a pessoa começa a entrar em desespero.

Senador Geraldo, os que resolveram suas questões primeiro são os que têm mais dinheiro, mais saber e mais facilidade. Tenho certeza de que os que estão reivindicando soluções, nos estados de V. Exªs, são os produtores mais pobres, que enfrentam mais dificuldades, que têm pequenas áreas de terras sem regularização, porque não tiveram capacidade de identificar a cadeia dominial da sua terra. Ele já comprou do terceiro, do quarto, do quinto. Pode ser que haja alguns produtores grandes no meio também.

Se o produtor comprou legalmente a terra, ele tem direito de ver o seu título ratificado, desde que cumpra os requisitos legais. E poderíamos aumentar o prazo de revalidação, para se discutir, avaliar.

Temos que oferecer uma solução, porque as pessoas não podem ficar esperando, já que convivem desde 1999 com esse problema do seu título, quer dizer, sempre viveram lá, e agora o título perdeu o valor. Estou na minha casa, e, de repente, a casa não é mais minha. Foi isso que aconteceu com essas pessoas. E nós, como representantes delas, temos que achar uma

solução. Devido aos maus-caracteres que estão no meio dos grileiros, não podemos prejudicar o homem que, honestamente, comprou a terra, com seu suor e com seu trabalho. Não podemos prejudicá-lo.

Em Roraima não temos praticamente terra intitulada mesmo, estamos nessa situação a vida toda. Espero que haja uma solução, mas sinto o problema dos produtores que não têm garantia para crescer, vivem labutando, sofrendo, na miséria rural. Está na hora de resolvermos os problemas.

Votarei favoravelmente a essa solução, mas gostaria de ampliar o prazo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia)– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, esta matéria que me chama a atenção, porque me sinto envolvido nesta causa há muito tempo. Procuro estudar, compreender; não sei se consigo. Mas tentarei tecer opiniões sobre este assunto.

Primeiro, esta matéria envolve onze estados brasileiros com problema de áreas de fronteira. Segundo, as medidas que foram tomadas precisam ser analisadas, porque, às vezes, votamos matérias no Congresso Nacional, e não nos damos conta de alguns efeitos que elas podem vir a criar.

Nos idos de D. Pedro I – citei isso num discurso ontem –, foi criada, na Lei nº 601, de 1850, a faixa de fronteira de 10 léguas, ou seja, 66 quilômetros. E o Imperador legislava sobre terras de fronteiras. Veio Getúlio Vargas e, em 1934, ampliou para 100 quilômetros. Novamente, Getúlio Vargas ampliou para 150 quilômetros. A Constituição Federal de 1988 manteve os 150 quilômetros. O Governo Militar de 1966 – não me lembro quem estava à frente, talvez Costa e Silva – criou os 100 quilômetros nas faixas de rodovias. Em 1971, Garrastazu suspendeu a decisão e retirou essa legislação sobre áreas de 100 quilômetros em torno de rodovias federais.

Voltando à preocupação com as terras, de que o Senador Geraldo Mesquita, quando cheguei, estava falando, se algum Estado tem o direito de reclamar sobre isso é o Acre. Por quê? De 1870 a 1885, legislou sobre aquelas terras do Acre o governo do Estado do Amazonas. Depois, o Exército brasileiro devolveu a terra ao governo da Bolívia, que legislou, até 1889, sobre elas.

Veio Galvez, que se tornou imperador, tomou aquelas terras, transformando-as no Império de Galvez por seis meses, legislou também sobre elas. Depois de Galvez, volta o governo brasileiro a devolver as terras à Bolívia, que legislou pela segunda vez. Veio Plácido de Castro, que as transformou no estado independente do Acre, legislou sobre isso, transformou o Acre em Território Federal, com legislação direta do Governo Federal, e agora estamos existe o que prevê o art. 20, § 2º, da Constituição:

> "Art. 20. .....
>
> § 2º A faixa de até cento e cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei [da qual não consta essa regulamentação."

O que diz aqui um parecer do ex-Ministro da Justiça e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, às portas de se tornar o Presidente daquela instituição, Nelson Jobim?

> "Percebe-se desde logo que a faixa de fronteira constitui uma zona em que o exercício do direito de propriedade privada sofre restrições e exerce o Governo Federal um poder de vigilância, de polícia, que envolve restrições muito severas ao direito de propriedade nessas áreas."

O que quero dizer com isso? No debate que se travou nesta Casa e na Câmara dos Deputados sobre terras indígenas em zona de fronteira, observei dois pesos e duas medidas, porque, sobre terras indígenas, se criou, além dessas leis que já legislam sobre área de fronteira, uma quarta faixa, não mais 66, 100 ou 150 quilômetros, mas agora de 15 quilômetros. E perguntei: é para zerar? Trata-se de limpar qualquer população ou de criar um adensamento populacional? Então é um problema mesmo.

Poderíamos seguir dois caminhos. A propositura aponta o problema, mas não o soluciona, Srª Presidente. Seria importante esta Comissão não aprovar isso aqui, mas caminhar em duas direções: a primeira delas é, segundo a sugestão do Senador Jonas Pinheiro, no sentido de que a Câmara proporcione celeridade a um esticamento do prazo previsto na Medida Provisória de 1999, para evitar que o ano de 2004 permaneça no vácuo. Com isso estou de acordo.

Poderia revitalizar a Medida Provisória de 1999, fazendo-a valer até dezembro de 2004 – esse é um ponto – e negociar com o Incra, por isso considero louvável a vinda do Incra aqui, para discutirmos de que mecanismos mínimos o Instituto necessita para adiantar esse trabalho.

A segunda propositura que eu queria fazer seria no sentido de criarmos a lei regulamentar de uso de terras em áreas de fronteira, de modo que caibam todos: o grande, o médio, o pequeno, o indígena, a área de reforma agrária e tudo mais.

Para encerrar, Srª Presidente, fiz uma pergunta que gostaria de repetir: faremos o estudo do direito para todos? Não estou dizendo que isso não está sendo feito, mas quem tem mais chances, Senador Augusto Botelho, de falar acaba sendo atendido. Nesses onze Estados, existem terras indígenas, áreas de reforma agrária, problemas de terras de proprietários injustamente maltratados e terras dos justamente maltratados, problemas que precisam ser revistos.

Então o que precisa ser feito, no meu entendimento, é a regulamentação, que resolveria o problema de todo esse público em onze Estados da Federação. Senão, se houver a seqüência do debate de que, para terras indígenas, o tratamento é um, para área de produção em larga escala, o tratamento é outro, para área de reforma agrária, o tratamento é outro, haverá dois pesos e duas medidas, e o Congresso Nacional será injusto para com a sociedade brasileira. Não é possível simplesmente transformar o poder dos Estados, porque estaremos votando uma matéria inconstitucional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Devido o adiantado da hora, consulto o Relator sobre se concorda com a sugestão da Senadora Ana Júlia de convidar o Presidente do Incra. Se concordar, gostaria que a Senadora Ana Júlia fizesse, formalmente, o convite. Se o relator não concordar e a Senadora Ana Júlia quiser apresentar o requerimento, nós o submeteremos, posteriormente à votação.

De qualquer forma, suspenderei a reunião em função do adiantando da hora e continuaremos a discussão na terça-feira.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PR) – Eu formalizo o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Estava conversando com o Senador Jonas Pinheiro e soube que a medida provisória que foi transformada em projeto de conversão foi aprovada no Senado e se encontra na Câmara. O que não pode acontecer é que todas essas pessoas, os produtores que discutem ainda a situação da sua propriedade, fiquem sem uma cobertura legal. Então, esta matéria poderia ser discutida na Câmara dos Deputados, onde o assunto não foi votado, para que o prazo de 2003 – já estamos praticamente em maio de 2004 –, no projeto de conversão, seja alterado para dezembro de 2004. E haveria essa ratificação, posteriormente, no Senado.

Portanto, seria interessante que a Comissão de Assuntos Sociais, em função desse debate, entrasse em contato com a Presidência do Senado, para verificar essa articulação com a Presidência da Câmara dos Deputados, na qual o Relator desta matéria é do Estado do Paraná, o Deputado Osmar Serraiho. Salvo engano, isso auxiliaria no processo, proporcionando tempo, inclusive, para se realizar uma audiência, uma discussão e outros encaminhamentos que devam ser feitos.

De minha parte, acredito que os dois pontos de vista têm razão, pois existe a defesa no sentido de que não haja fraude, de que não se beneficie quem teve acesso a terrenos de modo fraudulento, ilegal, mas, ao mesmo tempo, temos que regularizar a situação no Brasil. Então não podemos eternizar esse debate, porque, como disse o Senador Juvêncio, isso causa problemas, conflitos, intranqüilidade, e os produtores, muitas vezes, não têm condições de fazer essa demonstração da propriedade.

Gostaria de ter mais dados sobre o problema também. Creio que essa audiência permitiria isso, mas, ao mesmo tempo, tentaríamos corrigir, por meio do projeto de lei que está lá na Câmara, o qual voltaria para o Senado, onde ratificaríamos esse prazo. Pelo menos ficariam sob a cobertura legal. Acredito que esse contato seria interessante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Srª Presidente, trata-se apenas de uma observação, porque o que está lá não é projeto de conversão. O projeto de conversão foi aprovado em 1999 e transformado. Posteriormente, ano a ano, apresentamos projeto de lei prorrogando o prazo. Para 2004, não existe prazo prorrogado. Portanto há uma faixa cinzenta sem legislação. Isso é crítico, porque não há essa cobertura legal de que estamos falando.

Quanto à proposta de se ouvir o Incra, para mim não há problema. Precisamos resolver esse assunto.

V. Exª deseja levantar a sessão, adiar a votação do projeto e atender ao requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa. Se for para retirar de pauta, fica por conta de V. Exª.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Estou de acordo com o requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa. Devo dizer mais uma vez, para começarmos a formar uma convicção, que a ratificação pura e simples não impede que o Incra faça a regularização fundiária neste País. É preciso que esse órgão tome a iniciativa de fazê-lo. Ratificar não muda nada. Se o título for nulo, será nulo; se for anulável, será anulável. O Incra pretende que cada proprietário faça o esforço

de levar a documentação ao órgão, que a analisará, mas, dessa forma, inverte o ônus da prova. É isso que está ocorrendo. Se ouvirmos algum representante do Incra, ele repetirá tudo o que está sendo dito. O pomo da discórdia, a parte controversa é justamente saber se a pura e simples ratificação impede o Incra de fazer a regularização fundiária neste País. Na minha avaliação não impede.

A SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Com respeito ao projeto de lei, pergunto: isso é possível?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador, o projeto de lei da Câmara já não tem valor. Devemos elaborar outro projeto, dando ao Incra novo prazo para ratificar. Não temos bola de cristal. Será que devemos dar um prazo de dez ou vinte anos? Em um, dois ou três anos, o Incra não conseguirá chegar ao final da análise desse processo de ratificação e os proprietários continuarão tendo a mesma preocupação de V. Exª, sem poder fazer um financiamento, sem ter um título legítimo, pois não foi ratificado etc.

Quanto à reforma agrária nos assentamentos, lembro que só pode ser feito assentamento na faixa de fronteira se o título for ratificado. De outra forma, não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, quero formalizar oralmente o requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para a instrução do PLS nº 664/668, de 1999, com o intuito de convidar com o Presidente do Incra, Sr. Rolf Hackbart.

Pretendo trazer uma solução alternativa, porque é verdade que existem muitos problemas não só nessa área, mas, com certeza, há soluções.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sugiro e solicito a inclusão, no requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, de outros nomes de autoridades a consultar. Gostaria de ouvir, por exemplo, o Presidente da Contag e o Ministro Miguel Rossetto. Solicito a inclusão desses nomes no requerimento. Consulto os Senadores Jonas Pinheiro e Juvêncio da Fonseca se gostariam de convidar representantes de outras entidades ou outras pessoas que possam contribuir para o debate.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Ficaria satisfeito com a presença de um representante do Incra, porque estamos tratando de um assunto técnico. Portanto, concordo com o convite ao Presidente do Incra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, se ficarmos analisando a questão unilateralmente não chegaremos a lugar algum. E por quê? Queremos ouvir o Incra. Sabemos tudo o que falarão o representante da Contag e o Ministro. Dirão o mesmo que está sendo dito aqui contra o projeto. Precisamos ouvir alguém que diga juridicamente se a ratificação inibe ou não a regularização fundiária. O Incra não o fará, nem o Ministro Rossetto nem a Contag. Precisamos conhecer a opinião de um constitucionalista a respeito. Então poderá haver mudanças.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Posteriormente concederei à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR(Bloco/PSB – AC) – Com todo o respeito, Senador Juvêncio da Fonseca, V. Exª disse que sabe o que dirão o Ministro Rossetto e o representante da Contag. Bebemos água todos os dias, e todos os dias temos necessidade de bebê-la. Penso que, mesmo que seja previsível o que dirão na discussão, seria importante ouvirmos. Pergunto a V. Exª se pensa que outras pessoas poderiam enriquecer esse debate, dada a gravidade do problema. Eu, pelo menos não me satisfarei simplesmente em ouvir o Presidente do Incra. Há alguma entidade que congregue as pessoas que estão nessa situação no seu Estado? Gostaria de ouvi-los.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, pela ordem; posteriormente ao Relator.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco PT – PA) – Pedi para acrescentar, já que foi manifestada a questão jurídica, a vinda, junto com o representante do Incra alguém do Incra, de alguém da área jurídica, porque existem os Consultores Jurídicos que poderiam prestar esclarecimento jurídico dessa dúvida que o Senador Juvêncio da Fonseca apresenta..

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia Carepa, solicito a V. Exª que formalize o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Creio que já estou incomodando ao tratar do assunto. Evidentemente, o Presidente do Incra não virá sozinho,

mas assessorado, para tratar de um assunto específico, que é a faixa de fronteira.

Gostaria de ouvir também a Associação dos Produtores da Faixa de Fronteira do Mato Grosso, que tratou do assunto e está sofrendo por isso. Como estamos vinculando esse assunto ao Incra, vamos convidar os produtores que estão sofrendo esse mesmo problema. Vamos convidar os presidentes das federações, seja da agricultura, seja da patronal, seja dos trabalhadores, porque são eles que estão sofrendo o problema na região.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de fazer uma sugestão no sentido de submetermos à votação o convite ao Presidente do Incra e, posteriormente, o requerimento do Senador Geraldo Mesquita, solicitando os novos convidados.

Poderíamos realizar uma reunião apenas com o Incra primeiro, depois faríamos a segunda, com os convidados. Concordam com essa proposta?

Em votação o requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, convidando o Presidente do Incra e a sua assessoria.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados.(Pausa)

Logo em seguida, faremos formalmente o requerimento do Senador Geraldo Mesquita, acrescentando o Ministro do Desenvolvimento Agrário e o representante da associação dos produtores, proprietários e trabalhadores.

Pedira aos Srs. Senadores que aguardassem um minuto para votar dois requerimentos que considero de extrema importância. Um é do Senador César Borges, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o Sr. Ministro de Estado de Trabalho e Emprego, Dr. Ricardo Berzoini, em companhia de representantes das entidades CUT, Força Sindical, CNC e CNI, todas vinculadas ao trabalho e com marcante representação nacional, com o objetivo de esclarecer as causas crescentes do desemprego que assola o País, ilustrando as políticas públicas que estão sendo implementadas para combater os transtornos causados por essa crise.

Esse requerimento visa, principalmente, conciliar ou pelo menos complementar as ações de segurança pública.

Está em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento é para instruir um projeto de lei de autoria do Senador José Sarney a respeito de urbanismo, nos seguintes termos:

"Nos termos do Regimento, requeiro a V. Exª que sejam convidados o Engenheiro Civil Wilson Lang, Presidente do Confea, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e o Arquiteto Haroldo Pinheiro, Presidente do IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil, Arquiteto Eduardo Bimbe, Presidente da FNA, Federação Nacional dos Arquitetos, Urbanistas e Engenheiros, Agrônomo Antonio de Pádua Angelim, Presidente da Confaeb, Confederação da Federação dos Engenheiros e Agrônomos do Brasil, para debater com os Srs. Senadores o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que regulamenta a arquitetura e urbanismo e cria os conselhos federais e regionais de arquitetura e urbanismo."

Este requerimento visa instruir esse processo que está paralisado, em função dessa audiência pública.

Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h45min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 20 de abril de 2004, terça-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dezoito minutos, do dia vinte de abril de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Ramez Tebet, José Agripino, Paulo Octávio, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Sérgio Guerra E Mozarildo Cavalcanti. Os Senadores Papaléo Paes e Cristovam Buarque justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que

é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta: Item 1 – PROJETO DO SENADO N°s 104 E 105, de 2003 – DECISÃO TERMINATIVA CAE que "Altera o artigo 6° da lei nº 7.990, de 1989 o § 1° do artigo 2° da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo"; Altera o artigo 6° da lei nº 7.990, de 1989, que institui "compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais", e o artigo 2° da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1989 e dá outras providências" com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra. Autores: Senadores Luiz Otávio e Ana Júlia Carepa. Relator: Senador Siba Machado. Parecer: favorável ao PLS 105, de 2003 com três Emendas e contrário ao PLS 104, de 2003. Resultado: retirado de pauta, tendo em vista apresentação de uma emenda de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Usou da palavra os senadores Eduardo Azeredo e Ana Júlia Carepa. Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001 que "Dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS". Autor: Deputado Paulo Paim. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Relator "Ad Hoc": Senador Reginaldo Duarte. Parecer: favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: vista concedida ao Senador Ney Suassuna. Item 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2003 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas". Autora: Deputada Luiza Erundina. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: aprovado o parecer. Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2002, que "Concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vôos comerciais interestaduais". Autor: Senador Lauro Campos. Relator "Ad Hoc": Senador Eurípedes Camargo. Relator do Vencido: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: para conhecimento do relatório do Vencido. Resultado: lido o relatório do vencido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Presidente em Exercício Senador Juvêncio da Fonseca e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente em exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 20-4-04 – 8ª REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião se destina à discussão e votação da seguinte pauta: Projetos de Lei do Senado nºs 32, de 2002; 104 e 105, de 2003, que tramitam conjuntamente; e Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 e 67, de 2003.

Item nº 1:

Projetos de Lei do Senado nºs 104 e 105, de 2003 – Decisão Terminativa na CAE, que altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989 e o § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo. Relator: Senador Sibá Machado, que não se encontra presente.

Em razão de o Relator não se encontrar presente, adiamos a discussão desta matéria para a próxima reunião.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

Estou encaminhando à V. Exª uma emenda a respeito deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Pois não. Sugiro que emenda seja encaminhada ao Relator para que S. Exª possa apreciá-la e apresentá-la na próxima reunião.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, encaminhei a todos os membros da Comissão de Assuntos Sociais cópia de uma carta, que, na verdade, foi endereçada a uma associação de empresas da construção civil, pela qual esclarecemos as informações absolutamente incorretas que existiam por parte das empresas mineradoras.

Por meio desse expediente, esclareço a todas as Senadoras e aos Senadores sobre o porquê de toda a tramitação dos PLS nºs 104 e 105, que foram distribuídos para a Comissão de Assuntos Sociais e para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde eles são terminativos e onde existe a Subcomissão. Esclareço também que realizamos diversas audiências públicas, houve vários diálogos, inclusive com as mesmas empresas que hoje dizem que não participaram da discussão. O sindicato dessas empresas participou de todas as audiências públicas que fizemos no âmbito da Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos. Enfim, fizemos visitas no País inteiro. Agradecemos também ao Senador Sibá Machado, porque esse projeto já havia entrado em pauta e, posteriormente, S. Exª o retirou. Estamos colocando uma limitação temporal, que já existia. A Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos, da qual o Senador Eduardo Azeredo faz parte, é temporária e já teve o prazo prorrogado. O projeto precisa ir àquela Comissão para que o resultado das dezenas de reuniões e de audiências públicas, inclusive com a sociedade, possa ser melhor discutido e incorporado.

Pedi a palavra pela ordem para propor que, em vez de simplesmente adiarmos para a próxima reunião, adiemos para o final da reunião, pois pode ser que o Senador Sibá Machado compareça nesta Comissão até o final da reunião. Pode até ser que seja adiado, mas que não tomemos a decisão agora, neste primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Acatamos a orientação da Senadora. Se S. Exª estiver presente até o final da reunião, lerá o relatório.

Item nº 2:

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001, que dispõe sobre o atendimento de emergência do trabalho em localidade onde não exista a rede do Sistema Único de Saúde – SUS. O autor é o Deputado Paulo Paim, o Relator é o Senador Antero Paes de Barros. O Parecer é favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

Na reunião do dia 11 de dezembro de 2002, a Comissão aprovou parecer favorável ao projeto. Em 22 de abril de 2003, foi aprovado em plenário o Requerimento nº 241, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando o adiamento da discussão a fim de que a matéria fosse reexaminada por esta Comissão.

O Senador Antero Paes de Barros seria o Relator da matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – S. Exª já o relatou na semana passada.

Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna, pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, vou pedir vista deste processo, Sr. Presidente, assim que V. Exª me permitir, por uma razão simples: o projeto é antigo. Em 1994, há dez anos, não havia um sistema SUS em todas as localidades. Hoje, há. Então, ele perdeu a razão de ser, e nós queremos verificar isso.

Como não tenho certeza, quero ver a pesquisa e verificar se ainda há alguma substância em relação a este projeto.

Por essa razão, já declaramos a nossa intenção de pedir vista do processo. Pelo que V. Exª leu, entendi que já foi relatado o projeto. Se já tiver sido relatado, peço vista. Se não, aguardo a leitura do relatório. V. Exª, se quiser, pode admitir um Senador como relator **ad hoc** apenas para ler o relatório favorável, e, em seguida, pedirei vista para fazer essa pesquisa e não legislarmos erroneamente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Ney Suassuna, o Relator é o Senador Antero Paes de Barros. S. Exª já concordou com a Mesa na nomeação de um relator **ad hoc**. Nomeamos o Senador Reginaldo Duarte para relatar o projeto. Logo após a leitura do relatório, será concedido o pedido de vistas.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001, do Senador Paulo Paim, busca garantir o atendimento de emergência do SUS para o acidente de trabalho. Para isso o art. 1º da proposição determina que esse atendimento poderá ser prestado pela rede privada nas localidades em que não houver unidade do SUS que ofereçam essa assistência.

Pelo parágrafo único do art. 1º, o trabalhador acidentado obriga-se a dar continuidade a seu tratamento na rede do SUS, assim que as suas condições clínicas o permitam.

O projeto prevê o ressarcimento dos recursos despendidos pelo trabalhador ou pela empresa como pagamento pelos serviços prestados na rede privada, mediante a comprovação dos gastos, conforme critérios estabelecidos pela direção nacional do SUS. (Art. 2º).

A condição indispensável para a instauração de processo de ressarcimento é a comunicação do acidente de trabalho (parágrafo único do art. 2º).

Pelo art. 3º da lei originada, o projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Análise.

É inegável o mérito da proposta de garantir atendimento a todo acidentado do trabalho. Porém, faz-se necessário assinalar alguns pontos do projeto que necessitam ser alterados. O primeiro deles concer-

ne ao fato de a proposta ter sido apresentada como uma proposição isolada, o que contraria as normas de elaboração legislativa, promulgada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Para sanar essa falha, a proposta deveria ser inserida no texto da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. (Lei Orgânica da Saúde).

Outra consideração a ser feita diz respeito à ausência de justificativa para que a proposição abranja somente os casos de emergência originados de acidentes de trabalho, já que o SUS pretende garantir acesso universal e igualitário às ações de serviços de saúde.

Recentemente, por exemplo, esteve nos noticiários o caso da falta de leitos do SUS em unidades de centros de terapia intensiva no Ceará.

Assim, entendemos que, em qualquer projeto que se busque garantir o acesso a tratamento pelo SUS, deveria fazê-lo em rede a todos os casos de urgência e de emergência, e não somente para aqueles provenientes de acidentes profissionais.

Voto.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001, na forma do seguinte substitutivo.

Emenda nº 1 – CAS.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º Inclua-se o segundo art. 25-A, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 25-A Nas hipóteses do art. 24, o atendimento dos casos de urgência e de emergência poderá ser prestado pelos serviços ofertados pela iniciativa privada, independentemente da existência do contrato ou convênio previsto no parágrafo único do referido artigo.

§ 1º O atendimento previsto no **caput** deverá ter sua continuidade na rede do SUS, assim que houver disponibilidade assistencial em suas unidades e que as condições clínicas do paciente permitam a sua remoção.

§ 2º O pagamento pelo atendimento previsto no **caput** será ressarcido pelo SUS, mediante comprovação de gastos, de acordo com critérios estabelecidos pela Direção Nacional do Sistema.

Esse é o relatório do Senador Antero Paes de Barros, cuja leitura fiz como relator **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O Senador Ney Suassuna requereu vista do projeto. Concedo vistas a S. Exª.

Item nº 3:

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas em estabelecimentos hospitalares de internação para crianças.

Autora: Deputada Luiza Erundina.

Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega a esta Comissão projeto de lei de autoria da eminente Deputada Luiza Erundina, minha companheira de Partido, que tem como objetivo tornar obrigatória a instalação de brinquedotecas em todos os hospitais do País que ofereçam atendimento pediátrico.

O art. 2º define brinquedoteca para os efeitos legais. Pelo art. 3º, determina-se que a lei que o projeto eventualmente originar entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi aprovada pela Câmara, onde recebeu pareceres favoráveis das diversas comissões por onde passou.

Nesta Casa, o projeto foi distribuído a esta Comissão para emissão de parecer, e seguirá, posteriormente, para a apreciação do Plenário.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a brinquedoteca, ou ludoteca, foi muito bem definida pela Professora Enilce Cunha, da Associação Brasileira de Brinquedoteca, como um espaço preparado para estimular a criança brincar, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos. É um lugar onde tudo convida a explorar, a sentir e a experimentar. Trata-se, portanto, de um ambiente destinado a que a criança exerça uma de suas atividades mais próprias: a brincadeira.

Experiências bem sucedidas têm sido relatadas por unidades de pediatria de diversos hospitais de todo o País. Os principais interessados, as crianças, não escondem a alegria de poderem se ver livres da rotina tediosa de uma internação e se entregar à sua atividade favorita, qual seja, a de brincar.

As brinquedotecas, portanto, são importantes para uma recuperação mais rápida e menos traumáticas das crianças internadas. As atividades realizadas

fazem com que as crianças sintam-se mais próximas do ambiente que elas vivenciam fora do hospital.

Investir em brinquedotecas é tão importante quanto em remédios e em exames, pois elas não deixam de ser uma forma de tratamento e podem até mesmo ser usadas em um trabalho de continuidade educacional, já que boa parte das crianças fica internada durante o período letivo da escola.

Do exposto, pode-se concluir que o mérito do projeto é indiscutível.

Não obstante, julgamos oportuno fazer algumas observações, no sentido de aprimorá-lo.

O art. 1º determina que os hospitais que prestam atendimento pediátrico devem contar com uma brinquedoteca. Dessa forma, algumas clínicas podem tentar se esquivar da obrigação, alegando que não são hospitais de fato. O ideal seria estender a obrigatoriedade a todas as unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação.

O conceito de brinquedoteca, definido no art. 2º, pode ser aprimorado, considerando que o local deve, não apenas possibilitar que a criança brinque, mas também estimular o infante a fazê-lo. Com efeito, qualquer espaço físico monótono, com poucos brinquedos, possibilita a criança a brincar, conforme exige a definição do art. 2º do projeto, mas definitivamente não oferece o estímulo desejável para a atividade.

Da mesma forma, julgamos mais apropriado utilizar o termo "acompanhantes", em substituição a "familiares", visto que aquele é o termo mais amplo, que abrange qualquer pessoa que estiver acompanhando a criança, independentemente de vínculo de parentesco.

Faz-se necessária, ainda, a inclusão de cláusula sancionatória no corpo do projeto, para que a norma dele derivada possua caráter imperativo e obrigatório, que, uma vez desrespeitado, gere conseqüências jurídicas ao infrator.

Em relação à técnica legislativa, a emenda do PLC nº 67 não delimita, com precisão, o seu escopo, pois deixa de indicar que o mesmo se refere a brinquedotecas de hospitais.

Para atender ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis, a emenda deve ser modificada, no sentido de exprimir o real conteúdo do diploma legal em questão.

A cláusula de vigência, art. 3º, por sua vez, não atende ao disposto no art. 8º da referida lei, que determina que a vigência da lei deverá contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento.

No caso em questão, parece razoável conceder alguns meses para que as unidades de saúde procedam às aquisições de materiais e reformas de instalações necessárias à implementação das brinquedotecas.

Por fim, não há reparos a serem feitos à proposição, no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Em conformidade com as observações acima apontadas, apresentamos um substitutivo ao Projeto de Lei, ora apreciado, nesta Comissão.

E o voto, Sr. Presidente, em virtude das considerações expostas, é pela aprovação do projeto, na forma do seguinte substitutivo:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os hospitais que ofereçam atendimento pediátrico contarão obrigatoriamente com brinquedoteca nas suas dependências.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se a qualquer unidade de saúde que ofereça atendimento pediátrico em regime de internação.

Art. 2º Considera-se brinquedoteca, para os efeitos desta lei, o espaço provido de brinquedos e jogos educativos destinados a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar.

Art. 3º A inobservância do disposto no art. 1º desta lei configura infração à Legislação Sanitária Federal e sujeita seus infratores às penalidades previstas no inciso II do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O parecer é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2003, nos termos da emenda substitutiva.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçm como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item nº 4:

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2002, que concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vôos comerciais interestaduais. Autor: Senador Lauro Campos; Relator do vencido: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Observação: na reunião do dia 23 de outubro de 2003, a Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o projeto, por 13 votos a 2.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, para dar conhecimento do seu relatório, que conclui pela rejeição do projeto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Mais uma vez, obrigado, Sr. Presidente!

Srªs e Srs. Senadores, como V. Exª se referiu, na reunião do dia 23 de outubro do ano passado, esta Comissão rejeitou o relatório oferecido pelo nosso prezadíssimo Senador Eurípedes Camargo, aqui presente, ao Projeto de Lei do Senado nº 32, que concluíra pela aprovação da matéria.

Naquela oportunidade, prevaleceu a tese de que, aprovada a proposta, conceder-se-ia um direito às pessoas portadoras de deficiência para cuja satisfação elas seriam submetidas a constrangimentos, que viriam se somar àqueles que já sofrem em decorrência das necessidades especiais que apresentam.

A título de ilustração, recordaram-se nesta Comissão as situações vexatórias por que passam os destinatários da norma que concede gratuidade às certidões emitidas pelos cartórios brasileiros. Sabidamente, essas pessoas carentes são obrigadas a percorrer os mais diversos órgãos da burocracia pública, em busca de declaração comprobatória de seu estado de carência, de maneira a fazer jus ao direito que lhes é legalmente assegurado.

É o que chamo de uma **via crucis** humilhante a que as pessoas são submetidas naquela circunstância. A exemplo dessa clientela, argumentou-se: os portadores de deficiência teriam de se sujeitar a situações de humilhação, preconceito e vexame como condição para pleitear vagas gratuitas nas aeronaves dos vôos comerciais interestaduais. Fez-se menção, ademais, às sérias dificuldades econômico-financeiras enfrentadas pelas empresas aéreas nacionais.

Ao compartilhar das razões por mim apresentadas, a grande maioria dos membros da Comissão de Assuntos Sociais presentes à reunião entendeu inconveniente o aludido projeto, motivo pelo qual votou contrariamente ao entendimento do Relator.

De acordo com essa deliberação, a matéria foi rejeitada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Lido o relatório, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azereco.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero apenas fazer um comentário, Sr. Presidente, concordando com o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Tenho na minha vida pública sempre defendido benefícios para os portadores de deficiência. Entretanto, defender benefício para portador de deficiência não é sempre defender essa separação, essa discriminação. Nesse caso específico, parece-me que existe realmente um certo exagero nesse projeto, de maneira que quero só manifestar minha concordância com o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Obrigado, Senador.

Lido, colocado em discussão e votação o Item nº 4 da pauta, voltamos ao Item nº 1, porque, em razão do requerimento de V. Exª, Senadora Ana Júlia Carepa, aguardamos a chegada do Relator, Senador Sibá Machado, que me parece que não chegou. Há, no entanto, uma emenda que foi apresentada pelo ilustre Senador Eduardo Azeredo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pergunto: no caso de ter sido apresentada a emenda, não pode ser lido o projeto por conta disso? Eu queria só esse esclarecimento regimental. Era só para não atrasar mais, porque, por exemplo, poderia ser lido...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Posso responder a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Claro, Senador. É exatamente essa minha questão de ordem. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Se o Relator estivesse presente, já submeteríamos a S. Exª. Se S. Exª se dispusesse a fazer o relatório incluindo essa emenda, poderia ser feito, não há óbice algum.

Porém, como S. Exª não está presente, temos que adiar, principalmente, porque há a emenda, e S. Exª tem que apreciá-la. Dificilmente poderíamos nomear um Relator **ad hoc**, porque há matéria nova incorporando-se ao relatório do Relator.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O secretário informa que pode ser lida a emenda para todos dela tomarem conhecimento.

Emenda supressiva. Suprima-se do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2003, o acréscimo do art. 2º à Lei nº 8.001, de 1990, atualmente com a seguinte redação proposta:

Art. 2º-A Do valor previsto no inciso II do § 3º do art. 2º desta lei 40% serão destinados aos municípios limítrofes ao município onde se situar a lavra, na proporção das respectivas populações, com base em dados do IBGE.

E faz a justificação da emenda.

Então, damos por encerrada a nossa pauta, já marcando para que seja enviada ao Sr. Relator a emenda para ser incluída no relatório para a próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h43min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legis-

lativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada dia 28 de abril de 2004, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e nove minutos, do dia vinte e oito de abril de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia e Patrícia Saboya Gomes para a realização de Audiência Pública, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores Ana Júlia Carepa, Ideli Salvati, Flávio Arns, Sibá Machado, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Sérgio Cabral, Papaléo Paes, Paulo Octávio, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Eduardo Azeredo, João Tenório, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Serys Slhessarenko, Pedro Simon, Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Marcos Guerra, Osmar Dias E Mozarildo Cavalcanti. Registram-se as presenças dos Senhores Senadores Aloísio Mercandante e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. A reunião destina-se a Audiência Pública com a finalidade de atender aos Requerimentos nºs 02 e 03-CAS/2004, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio Lúcia Vânia e Flávio Arns, para debater as ações e programas implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, especificamente os Programas "Segurança Alimentar e o de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI". com a presença do Senhor PATRUS ANANIAS – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a à Fome. Após a explanação do senhor Ministro fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Patrícia Saboya Gomes, Maria Do Carmo Alves, Ana Júlia Carepa, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidenta.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 28-4-04 – 9ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovadas.

Em atendimento aos Requerimentos nºs 2, 3, de 2004, da CAS, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Arthur Virgílio e Flávio Arns, que solicitaram a realização desta audiência pública, a referida audiência destina-se a debater ações e programas implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, especialmente os programas de segurança alimentar e de erradicação do trabalho infantil – Peti.

Contamos hoje com a presença do Sr. Ministro Patrus Ananias.

Antes de passar a palavra ao Ministro, quero manifestar a satisfação desta Comissão em recebê-lo, atendendo a um desejo de S. Exª expresso numa reunião que tivemos juntos e que se consumou por meio do requerimento de minha autoria e dos Senadores Arthur Virgílio e Flávio Arns.

Quero também fazer algumas considerações.

A Constituição de 1988 trouxe um conjunto de proposições que configuram a normativa dos programas sociais do País. Tais proposições estão assentadas nos princípios da descentralização, da municipalização e da participação da sociedade na implantação de políticas públicas e de serviços. Significa, portanto, uma mudança cultural e política que rompe o princípio centralista, clientelista e meritocrático que até então havia dado base à gestão governamental. É, pois, por demais emblemática a presença do Sr. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nesta Comissão, quando S. Exª terá a oportunidade de expor as diretrizes estabelecidas pela sua pasta, bem como as ações em andamento na área social do Governo que S. Exª representa.

Portanto, acredito que o Ministro poderá também responder a várias indagações dos Srs. Parlamentares, várias indagações que ouvimos em todos os cantos do País, solicitando principalmente uma interveniência dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados, no sentido de resolver os problemas de atraso nos programas de transferência de renda, enfim, uma resposta para todos os problemas sociais que afligem a população brasileira, de modo especial os programas de geração de emprego e renda, que não são afeitos a esse Ministério, mas que tem interface com o Ministério dirigido pelo Ministro Patrus Ananias.

Portanto, sua presença aqui era extremamente desejada e esperada e tenho certeza, pelo que já vi

numa reunião em que estive com o Sr. Ministro, que S. Exª trará respostas a todas as perguntas que fazemos cotidianamente nesta Comissão.

Passo a palavra ao Sr. Ministro, para que possa esclarecer as indagações, motivo desse requerimento.

Com a palavra o Ministro Patrus Ananias.

O SR. PATRUS ANANIAS – Muito obrigado. Quero saudar as Srªs e os Senadores presentes, na pessoa da Senadora Lúcia Vânia, que preside esta reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que nos convidou para este encontro que atendemos também com muito apreço. Saúdo também os assessores, os trabalhadores da imprensa, jornalistas, os funcionários da Casa, a minha equipe, secretários e assessores, a Secretária Executiva do Ministério, Professora Ana Fonseca, que está aqui ao nosso lado.

Venho ao Senado com muita gratidão e alegria. É um espaço, como sabemos, fundamental da democracia brasileira, do princípio federativo. Sabemos que, no Brasil, historicamente, a democracia e a federação, a descentralização, de uma forma adequada é claro, preservando os superiores interesses nacionais, a integridade – não só territorial, mas também afetiva e espiritual do País – sempre andaram juntas e o Senado expressa essa representação do pacto federativo.

Não sou Senador porque perdi uma eleição. Se eu pudesse, já estaria aqui ou teria pelo menos passado por aqui. Em 1990. disputamos uma eleição para o Senado, lá em Minas, e quase que chegamos, batemos na trave, perdemos por uma diferença pequena para a Senadora Júnia Marise. Mas estou contando isso aqui para reafirmar o apreço que tenho pelo Senado Federal.

Tenho uma lembrança muito enternecedora do Senado, porque, nos anos 70, em pleno período ainda da ditadura, estive aqui no Senado. Estava em Brasília e vim assistir aos debates. Cheguei, subi para as galerias, onde fica o público na Casa, e lá embaixo, na tribuna, fazia um discurso histórico o Senador Teotônio Vilela, naquela época de transição da antiga Arena para o MDB, em que assumiu uma posição mais vigorosa no enfretamento à ditadura. Não me esqueço disso. O Presidente do Senado na época era um mineiro, Senador Magalhães Pinto, que foi nosso Governador também.

Fiquei muito impressionado porque havia pouca gente; poucos Senadores estavam presentes, uns cinco ou seis no máximo. Lembro que identifiquei alguns, como o Senador Marcos Freire, que faleceu depois tragicamente. Aí fiquei ouvindo o Senador Teotônio Vilela, e me emocionei. Terminado o discurso, fui ao gabinete dele – tinha 20 e poucos anos –, mas ele não estava lá. Então voltei. E quando estava voltando, num desses corredores, ele estava indo, abordei-o, e ele foi extremamente solícito, elegante: vamos voltar para o meu gabinete. Voltamos e conversamos longamente.

Então tenho essa lembrança. Sempre que venho ao Senado e ando pelos corredores da Casa, tenho viva a presença do Senador Teotônio Vilela vindo, nós nos encontrando, e depois uma tarde longa de conversa com ele.

Quero prestar também uma homenagem aos Senadores que representam o meu Estado, na pessoa do Senador Eduardo Azeredo, que foi também Governador de Minas Gerais e Prefeito da nossa capital, e aos Senadores do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, na pessoa do nosso Senador Flávio Arns. Presto também uma homenagem especial, pelo trabalho notável que vem desenvolvendo, combatendo a exploração sexual de crianças e adolescentes, à Senadora Patrícia Gomes.

E quero lembrar também, antes de entrar no conteúdo da exposição – e o Senador Azeredo vai certamente concordar comigo –, que nós, mineiros, mandamos para o Senado seguramente as duas figuras políticas mais queridas e representativas do nosso Estado, na segunda metade do século XX, ou mesmo antes, porque um deles foi governador no período de 1947 a 1950 – poderíamos dizer no período pós-guerra, ou até mesmo depois da Revolução de 30. Isto é, foram Senadores aqui representando o Estado de Minas o ex-Governador Milton Campos, uma pessoa extremamente querida no Estado, e com muita justiça, pelas suas qualidades humanas e intelectuais e sobre quem Carlos Drumonnd de Andrade escreveu uma crônica, quando ele faleceu, que termina assim: "Milton Campos foi o homem que a gente gostaria de ser". E Pedro Nava, nas suas memórias, fala que "naqueles anos, em Belo Horizonte, nós todos tínhamos vinte o poucos anos, o Drummond, o Emílio Moura, o Abgar Renaut, o Juscelino, e Milton Campos... Mas o nosso guru mesmo era o Milton. Em qualquer dúvida a gente perguntava 'o que o Milton vai dizer sobre isso?'"

O outro que enviamos para o Senado também dispensa maiores adjetivos. Mas já que estava falando de Pedro Nava, vou citá-lo porque também faz referência a esse outro notável mineiro. Eles foram colegas na escola de medicina. Pedro Nava termina um capítulo falando assim sobre ele: "Tintim, Tintim, oh Lelê; Tintim, Tintim, oh Lalá, quem não gosta dele, de quem gostará?" É claro que estou falando do ex-Presidente Juscelino Kubitscheck.

A minha idéia é fazer uma apresentação sucinta do nosso Ministério; não vou entrar em muitos detalhes. Depois, haverá o momento do nosso debate. Senadora

Lúcia Vânia, tenho uns 20 minutos, não é isso? Então não vou me alongar além desse tempo, pois já fiz um preâmbulo alongado demais.

Concordo inteiramente com a Senadora Lúcia Vânia quando fala da Constituição de 1988, da superação do centralismo, do clientelismo, do espírito que, eu diria, libertário da Constituição de 05 de outubro de 1988. Mas eu queria ponderar e relativizar uma afirmação simpática da Senadora quando disse que certamente eu traria respostas para todas as questões. Acredito que não vou trazer, não.

Venho também com o espírito muito desarmado, no sentido de ouvir e de buscarmos juntos caminhos e alternativas que, efetivamente, melhorem as políticas sociais no Brasil, pois estou convencido de que temos um compromisso com o bem comum, com o interesse público, com a Nação, especialmente com as pessoas, com as famílias e as comunidades mais carentes. O que podemos dizer aqui, com muita franqueza, com muita sinceridade, é que a vontade de acertar, a vontade de fazer o melhor pelo nosso povo, especialmente pelos mais sofridos, que pagam o preço dessa dívida histórica brutal que o nosso País acumulou, é muito grande. Vimos aqui hoje também com esse espírito de ouvir e de aprender, para que possamos fazer juntos o melhor.

Quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, decidiu o unir as políticas sociais emergenciais do Governo, alguns setores da sociedade, como a imprensa, entenderam que estava sendo criado um super Ministério. Não procede. É um Ministério rigorosamente do nível dos demais, com a importância que tem. Mas não houve e não poderia haver, o que seria um contra-senso, uma integração das políticas sociais como um todo.

É claro que Ministérios históricos, consolidados, como os Ministérios da Educação, da Saúde, que trabalham com recursos superiores aos nossos – aqui não vai nenhuma referência à questão orçamentária, nenhuma queixa; é só um registro objetivo –, assim como o da Previdência Social, o do Trabalho e o da Cultura continuam tendo o seu espaço próprio. A opção do Presidente Lula foi no sentido de unificar as políticas sociais emergenciais.

Um ponto de partida para as nossas reflexões é que o nosso País –não vim aqui fazer críticas ou buscar culpados, pois é um desafio para todos nós – acumulou, ao longo da sua história, uma dívida social muito grande. Esse talvez seja o grande enigma nacional. Um país que está entre os cinco países mais ricos do mundo, em termos de extensão territorial, recursos naturais, terras produtivas, recursos minerais, hídricos, condições climáticas, as grandes qualidades humanas do nosso povo, não obstante todas essas condições altamente favoráveis à civilização brasileira, ao desenvolvimento econômico, social, cultural e também, no campo dos valores, ao desenvolvimento ético e espiritual, não acertamos ainda o nosso passo. Estamos tragicamente, por questões históricas mal equacionadas, entre os cinco ou seis países mais injustos do mundo.

Então, concretamente, segundo os dados do IBGE, cerca de 11,4 milhões vivem no Brasil abaixo da chamada linha da pobreza. Essa linha é aquela estabelecida pelas Nações Unidas, a do famoso dólar por dia, a renda de US$1,00 por dia, US$30,00 por mês, não chegando, então, a R$90,00 por mês.

Mesmo que saibamos que o povo brasileiro é um povo que batalha muito, que é trabalhador, que tem uma capacidade enorme de enfrentar situações, mesmo considerando alguma margem da informalidade, os dados são realmente angustiantes. Eles questionam seriamente as consciências bem formadas no País, as consciências das pessoas de bem e, sobretudo, daqueles que detêm mandato como nós, que representamos o povo.

Nesse contexto, temos, no Brasil, em torno de um terço da população brasileira, 50 milhões de compatriotas, que vivem numa situação de risco. Usando uma expressão do interior de Minas Gerais, eles estão "na tábua da beirada". Fazem-me lembrar daquela música bonita do Chico Buarque, na peça famosa "Gota D'Água", em parceria com Paulo Pontes: "Qualquer desatenção, faça não, pode ser a gota d'água". Então, são pessoas que estão vivendo no limite. Se houver qualquer desatenção, essas pessoas, essas famílias e, às vezes, comunidades inteiras – comunidades indígenas, quilombolas, populações de rua, dos lixões – podem resvalar definitivamente para a indigência, a mendicância, a prostituição, o alcoolismo, o uso e o tráfico de drogas. Enfim, são pessoas que podem perder completamente a auto-estima, a consciência da própria condição humana, da própria dignidade, do próprio mistério. Então, temos de operar também para salvar essas pessoas.

Quando o Presidente Lula me honrou, convocando-me para servir ao Governo neste Ministério, Sua Excelência foi claro: é para buscar salvar essas pessoas, essas famílias, enquanto buscamos nosso objetivo maior, que é a retomada do crescimento, o desenvolvimento sustentável do País, políticas emancipatórias, a construção dos degraus da nacionalidade, dos direitos e dos deveres da cidadania. Não há como fugir a essa responsabilidade.

Quero discutir um pouco uma questão de que muitas pessoas falam: devemos dar o peixe ou ensi-

nar a pescar? Uma coisa não exclui a outra. Não há nenhum dualismo. É claro que o objetivo maior é ensinar a pescar, é fazer com que as pessoas caminhem com as suas próprias pernas e se tornem sujeitos da sua vida e da vida social, coletiva do País. Entretanto, há uma situação concreta e emergencial. Há pessoas hoje que, se não forem assistidas, não sobreviverão. Também usando essa imagem metafórica: para pescar, uma pessoa tem de estar nutrida. Uma pessoa pescar desnutrida, com fome, é um perigo, porque, ao invés de comer o peixe, ela pode ser comida por eles, ao cair na água. Então, essa é uma condição fundamental também. Entre os direitos da cidadania, o direito primeiro é o da alimentação, o direito à comida, à assistência social, que possibilite à pessoa recompor a sua personalidade e iniciar a sua caminhada em direção a outros direitos e a outros estágios de conquistas.

Nessa linha, houve uma decisão do Governo de integrar três áreas – dois ministérios e uma secretaria: o Ministério da Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria do Bolsa-Família, que estava, assim como o Mesa – o antigo Ministério da Segurança Alimentar –, diretamente vinculado à Presidência da República.

Nós temos um desafio, que é promover a integração dessas políticas sociais, dentro de um princípio clássico do pensamento cristão tomista, que a mim particularmente é muito caro, o princípio do distinguir para unir. Então, nós queremos unir, integrar as políticas sociais emergenciais dessas três áreas, dos dois Ministérios e da Secretaria. Mas queremos integrar e unir, respeitando também as diferenças e especificidades.

Então, por razões mais didáticas de introdução ao nosso tema, razões propedêuticas, vou apresentar as linhas básicas de cada área, de cada Ministério. O Ministério da Assistência Social tem basicamente duas linhas de ação – nós falamos duas, mas acabam sendo três e às vezes quatro. Mas vamos colocar primeiro a linha dos chamados "benefícios de prestação continuada". São os benefícios estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, acoplada ao Estatuto do Idoso, que garante os benefícios previstos na LOAS – depois do Estatuto – para as pessoas com mais de 65 anos e para as pessoas portadoras de deficiências e impossibilitadas para o trabalho.

Nós sabemos, são benefícios individuais. Estamos hoje atendendo, com esse benefício, mais de 2 milhões de pessoas. E o nosso objetivo no Ministério é ampliar a ação com esses setores, inclusive através de ações continuadas de acompanhamento de idosos e de portadores de deficiência etc.

Entramos, então, na outra linha, que são os serviços de ação continuada, serviços esses de acompanhamento de pessoas que precisam de maiores cuidados do Estado de da sociedade: os idosos, os portadores de deficiência, as crianças e os adolescentes em situação de risco e as pessoas que são acolhidas pelos abrigos, que são basicamente indigentes, pessoas que chegaram a esse limite tão sofrido da condição humana, da marginalidade, da mendicância, de uma pobreza sem muita luz ou esperança. Precisamos recuperar essas pessoas e reintegrá-las em uma perspectiva de vida cidadã e digna.

Ainda no chamado SAC, Serviço de Ação Continuada, temos um programa que é fundamental para nós. Quero deixar claro aqui que isso é prioridade do nosso Ministério, do nosso Governo. Reconhecemos que é prioridade da sociedade brasileira o programa de erradicação do trabalho infantil, o Peti, que pretendemos não só manter, consolidar, como também ampliar.

E temos também um outro programa muito caro a nós, nessa linha de priorizar a juventude, que é o Agente Jovem, aquele trabalho com o jovem de 15 a 17 anos.

Estamos acertando a ida para o SAC do programa Sentinela, outra grande prioridade nossa – a prevenção e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Aí nós temos o encontro de valores sociais com valores morais, éticos, familiares que precisamos reafirmar na sociedade brasileira, e também o programa de atendimento integral às famílias.

Estamos trabalhando muito nessa área. Está conosco a Secretária Márcia Lopez, a Secretária Nacional de Assistência Social. E o nosso compromisso é no sentido de integrar essas políticas, aproveitando, como eu disse, as especificidades. Se observarmos, veremos que todas têm referência no núcleo familiar: o Sentinela, o Peti, o Agente Jovem. Então, queremos trabalhar tendo como referência o núcleo da família. Daí também a importância desses programas de atendimento e de acompanhamento das famílias.

É nosso compromisso também transformar as políticas de assistência social, efetivamente, em políticas públicas, em políticas sociais, retirando, como disse a Senadora Lúcia Vânia e como está no espírito da Constituição Cidadã de 1988, o caráter do clientelismo, do assistencialismo, do centralismo. Também há as responsabilidades dos Governos estaduais, municipais, da própria sociedade. Estamos trabalhando, inclusive, na implantação, para os próximos meses, do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. E, brevemente, mais tardar no começo do próximo ano, estaremos operando naquela linha do fundo a fundo, dentro do modelo paradigmático do SUS, Sistema Úni-

co de Saúde, e também do FNDE, da transferência de merenda escolar e outros programas.

O outro Ministério que incorporamos, como disse, o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome, também já vinha, desde o ano passado, implementando algumas políticas importantes que estamos mantendo, consolidando e pretendendo ampliar. Citarei três:

O primeiro é o Programa de Compra de Safra da Agricultura Familiar. Liberamos, esses dias, mais de R$70 milhões para a compra de safra. Com isso, estamos apoiando, em um ponta, a pequena agricultura, os assentados da reforma agrária e, na outra ponta, fazendo estoque de alimentos para situações emergenciais. Tivemos, agora, a seca no Sul e a chuva no Nordeste. E, para atender famílias e comunidades em situação de risco, como já mencionei – as comunidades indígenas, quilombolas, populações de rua, famílias acampadas que estão aguardando acesso à terra por meio do plano de reforma agrária, as famílias que foram expulsas por represas, lixões etc.

O segundo programa é o de construção de cisternas no semi-árido do Nordeste, que estamos enfrentando em duas frentes, que estão se integrando cada vez mais: as parcerias com a articulação do semi-árido, que congrega uma série de entidades e organizações não-governamentais, e também uma parceria com a Federação dos Bancos, a Febraban, que está construindo 10 mil e dispondo-se, agora, a renovar o convênio para a construção de mais 10 mil cisternas não subterrâneas para receber água da chuva. Temos o objetivo de alcançar, até o final do ano, 50 mil cisternas na região do semi-árido.

O terceiro programa é importante, embora relativamente pouco divulgado, é um programa que alcança mais de dez Estados: o de distribuição de leite. Abrange os Estados do Nordeste, o norte de Minas Gerais, nosso Estado, que também é considerada a região do polígono, a região da seca, distribuindo 770 mil litros diários. Essa é uma ação integrada e de parceria com os Governos estaduais.

Além desses programas que estamos consolidando (programas de construção de restaurantes, cozinhas, hortas comunitárias e tudo o mais), estamos também lançando um programa mais forte, especialmente nas cidades maiores. Assinei uma carta para todos os Governadores dos Estados brasileiros e para todos os Prefeitos das cidades com mais de 100 mil habitantes propondo a construção de restaurantes populares, grandes restaurantes, com uma média de 4 ou 5 mil refeições diárias. O poder local doará o terreno, o Governo Federal construirá e equipará. Depois, a Prefeitura, diretamente ou por meio de permissionários, operará sem fins lucrativos. Estamos, também, buscando intensificar parcerias com empresários, com a sociedade, com igrejas, com organizações não-governamentais, para construir restaurantes populares, tendo como parceiros, no caso, a sociedade civil.

Estou colocando de uma forma sucinta alguns pontos mais importantes, para não ir muito além do tempo previsto.

Incorporamos o Programa de Transferência de Renda. A nossa Secretaria de renda de cidadania tem como carro-chefe o Bolsa Família, que, como tem sido divulgado, é um programa vitorioso, exitoso, atendendo hoje cerca de 3,8 milhões de famílias no Brasil. E há uma determinação do Presidente da República de alcançarmos 4,5 milhões até o final de julho e 6,5 milhões até o final do ano. A decisão do Presidente é de que nós, até o final do mandato, em 2006, estejamos cobrindo todas as famílias vivendo num nível abaixo da linha da pobreza no Brasil.

O Bolsa Família tem algumas características que considero interessantes e busca parcerias também. O Presidente disse claramente, quando lançou o programa, que "queria os três na fotografia", os entes constitutivos da Federação brasileira: a União, as Unidades Federadas e os Municípios. Mas é uma parceria também flexível, em que trabalhamos com as possibilidades dos Governos estaduais e das Prefeituras. Por isso, pagamos hoje um benefício médio de R$73,00 (setenta e três reais), por família, que pode ser mais; às vezes, dependendo da contribuição, da participação das Prefeituras, dos Governos estaduais, podemos aumentar o valor dessa prestação.

Em linhas gerais, são essas as políticas que estamos implementando. Há várias outras, tais como convênios com Governos estaduais, Prefeituras, porque, como sabemos, o Brasil é um País complexo, é um País grande, diferenciado. Se devemos ter essas políticas, digamos, mais universais, que cortam o País inteiro e que procuram atender todas as pessoas, famílias que estejam numa determinada situação socioeconômica, também devemos ter sensibilidade para apoiar iniciativas locais e regionais de Prefeituras, de consórcios intermunicipais, de Governos, da sociedade, de igrejas, de universidades, de empresários, de movimentos sociais que estejam desenvolvendo programas importantes dentro das especificidades locais e regionais. Mas, com um corte mais nacional, com essa universalidade, penso que são esses os pontos que colocamos aqui de forma sucinta.

É claro que pretendemos integrar essas políticas, maximizando recursos, resultados, potencializando-os. Pedi, inclusive, à Professora Ana Fonseca que coordenasse esses trabalhos. Gostaríamos de fazer

uma interação permanente entre todas essas ações e programas. Mas como disse aqui, queremos uma integração, uma unificação, respeitando também as diversidades próprias dos programas e de sua aplicação nas diferentes regiões do Brasil.

Finalmente, antes de encerrar, Senadora Lúcia Vânia, peço licença para comentar a questão do Fome Zero, pois temos sido muito questionados com relação a ele. Perguntam-nos o que é o Fome Zero. Dizem que o Fome Zero não caminha.

Na verdade, entendo que está havendo um equívoco, até mesmo conceitual. O Fome Zero não é um programa governamental, como o Bolsa Família, como os restaurantes populares, a compra de safra da agricultura familiar, a merenda escolar, o programa Sentinela, o Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Podemos conceituar o Fome Zero como uma grande política pública, no sentido real mesmo; não é estatal não. É público no sentido do encontro do Estado nos três níveis: o Estado nacional, os Estados membros e os Municípios com a sociedade. Então, todos esses programas mencionados aqui fazem parte do Fome Zero. Exemplificando concretamente: o programa de maior visibilidade neste momento, o Bolsa Família, é o Fome Zero, pois transfere recursos para que as famílias possam ter acesso a uma alimentação mais digna, mais decente, de melhor qualidade. Mas penso que podemos ir além.

Todas as políticas públicas, na esfera do nosso Governo federal, dos Governos estaduais e municipais, que apontam para a perspectiva de melhorar a vida das pessoas, dos grupos sociais, possibilitando que tenham acesso a alimentos de melhor qualidade e por preços mais acessíveis são parte do Fome Zero. Da mesma forma são as iniciativas da sociedade, que têm se reproduzido muito.

Vim do Rio de Janeiro ontem à noite. Fui lá assistir, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a um grande show de artistas que se apresentaram gratuitamente, em promoção da sociedade, para celebrar o primeiro ano do Fome Zero no Brasil. Também tive, anteontem, reuniões em São Paulo com um grupo de empresários que formam uma ONG, Apoio Fome Zero, com a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas. Todos eles nessa linha de somar, de buscar caminhos de participação para que possamos, juntos, erradicar a fome e mesmo a desnutrição no Brasil.

Nesse sentido, quando o Presidente Lula lançou o Fome Zero, fez um desafio de garantir as refeições diárias, não uma promessa. Trata-se de um desafio, uma convocação, um repto à consciência nacional, às pessoas de bem. Uma mobilização, que hoje vem se espraiando e ganhando espaço também no plano internacional.

O Fome Zero hoje vem ganhando uma dimensão internacional, na medida em que a ONU, estadistas e organizações internacionais e igrejas vêm se somando nesse movimento. Se a fome é um problema e um desafio para nós brasileiros, é também um problema mundial.

Ontem, no evento na Universidade Federal, estava sendo lembrado que 100 mil pessoas morrem por dia no mundo, de fome basicamente. Trinta mil crianças de 0 a 05 anos.

Alguém lembrou que 30 mil são quase 10 torres gêmeas, que desabam diariamente sem que haja uma manchete nos jornais. Então, essa é uma questão que fere a consciência da humanidade, a questão da luta contra a fome.

Então, a idéia do Fome Zero é ser esse conjunto de políticas; mais do que isso: é um desafio, um sonho, um desejo, uma busca que deve irmanar as pessoas do Brasil e do mundo que não perderam a esperança na humanidade. São pessoas que acreditam, sim, que podemos caminhar para estágios de civilização superiores.

É com esse desejo e compromisso que estamos aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Ministro Patrus Ananias.

Registro a presença, que nos honra muito, da Secretária Executiva Ana Fonseca, que foi a responsável pela unificação dos cartões de transferência de renda, e também a presença de Márcia Lopes, Secretária de Assistência Social.

Cumprimento todos os assessores do Ministro Patrus Ananias que se encontram aqui, sem dúvida, enriquecendo essa audiência pública.

Passo a palavra agora ao autor do Requerimento, Senador Flávio Arns, e, posteriormente, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, saúdo a presença do Sr. Patrus Ananias e afirmo que não só nós, mas o Brasil inteiro está esperançoso quanto aos resultados da gestão de S. Exª.

Ministro, V. Exª granjeou um respeito muito grande da sociedade, das pessoas, das instituições no decorrer da sua vida. Quando ocorreu a sua indicação para o Ministério do Desenvolvimento Social, perguntei para várias pessoas que o conheciam sobre os trabalhos de V. Exª e todos, da situação ou da oposição, enalteceram muito a sua figura.

Então, é muito bom ter uma pessoa que possa transitar acima das discussões partidárias, porque,

como foi colocado aqui, temos interesse extraordinário na construção do bem comum e da cidadania, e os Parlamentares, tanto da situação quanto da oposição, podem contribuir extraordinariamente na construção desses aspectos. Estão aqui a Senadora Lúcia Vânia, que foi Secretária Nacional de Assistência Social, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Reginaldo Duarte, mas temos que separar aquilo que é crítica, sem objetivos pessoais, daquilo que é uma análise crítica. Temos que aproveitar o que os Parlamentares, com a sua experiência e com a sua história de vida, podem fazer.

Saúdo também a sua equipe, que é muito competente. Particularmente, conheço a Secretária de Assistência Social, Drª Márcia Lopes, do Paraná, uma pessoa extraordinária que granjeou, ao longo da sua vida, muito respeito e que poderá contribuir para que os objetivos do Ministério sejam alcançados.

Sempre penso em certos princípios que temos que fortalecer no Governo e sei que eles fazem parte do perfil de V. Exª. O que acho essencial, particularmente nessa área, é trabalhar junto com a sociedade, escutando-a. Na área de desenvolvimento social, o Brasil tem um trabalho extraordinário que nasceu da sociedade como a Pastoral da Criança, Apae, Pestalozzi, o programa de erradicação do trabalho infantil, todo o trabalho que vem sendo desenvolvido aqui no Senado junto com as entidades, por intermédio da Senadora Patrícia Gomes, na área da criança e do adolescente em situação de risco. Temos que achar as soluções, discutindo permanentemente, valorizando a sociedade nesse trabalho todo.

V. Exª tem isso muito claro, mas muitas vezes nos esquecemos de agir assim. E, se fizermos isso, seja na agricultura, no desenvolvimento industrial, seja em que Ministério for, o sucesso já estará, em grande parte, garantido.

O orçamento da área do desenvolvimento social ainda precisa ser melhorado em todos os programas. Alguns deles, há oito anos, não vêm tendo os valores atualizados, como a questão do SAC – Serviço de Ação Continuada. Para o idoso, para a criança, para o menino de rua, para o portador de deficiência, esses valores precisam ser atualizados e universalizados. As entidades fazem um trabalho extraordinário pelo Brasil e, muitas vezes, não recebem um centavo de ajuda dos programas.

Em uma audiência pública como esta, sempre podemos fazer alguma pergunta. Mas precisamos, como Comissão de Assuntos Sociais – e já havíamos sugerido para o Presidente e aprovado na Comissão –, a partir desta audiência, estabelecer um diálogo permanente, a fim de observarmos as situações e as dificuldades e esclarecer de imediato, construindo uma parceria com uma comissão que possa ser suprapartidária, dentro do espírito que V. Exª colocou no início da sua fala, a fim de beneficiar a população, particularmente a mais marginalizada nesta área, que depende essencialmente da participação de políticas públicas voltadas para a consolidação da cidadania. Além de tudo, o Brasil hoje exige que sejamos práticos, que resolvamos de imediato as questões. Não podemos ficar discutindo demais. Todos já temos um conhecimento acumulado, há conferências nacionais de assistência, os conselhos nacionais, e temos de fazer que as coisas aconteçam. E são coisas muitas vezes simples. Fico imaginando, e até mencionei a questão mencionada por V. Exª, Ministro, do SAC, Serviço de Ação Continuada. Exige-se, para o repasse de recursos, que o Município apresente a CND – Certidão Negativa de Débito. Se não apresentar um documento, a população marginalizada daquele Município não recebe dinheiro da assistência social. E ficamos perguntando: o que a população pobre tem a ver com a CND? Temos que liquidar isso de imediato. Por quê? Porque às vezes acontecem atrasos de verbas, e este ano está acontecendo em alguns programas do SAC, por exigir-se a CND, ou o envio do plano pelo Estado, que não o manda, como também o Município. Temos que acertar algo. Quem não pode ficar dois, três meses sem dinheiro é a população.

Além disso, todas as entidades, para receberem os recursos, precisam dos documentos, tais como o Cebas, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social ou atestado de registro no CNAS.

Sabemos que existem cinco ou seis mil processos aguardando deliberação do CNAS, que não tem uma infra-estrutura. Pedimos que, a cada três anos, a entidade renove o Certificado de Filantropia. Se, a cada ano, essa entidade tem que fazer um relatório para o INSS, para o Ministério da Justiça, para o próprio CNAS, perguntamos por que renovar se o próprio princípio da descentralização, o conselho de assistência do Município pode verificar se a entidade está trabalhando, fazendo um trabalho sério, pode acompanhar o relatório, se ele é verdadeiro, se não existe falcatrua. Então, na minha opinião, temos que liquidar com isso, porque acaba atrapalhando os objetivos do Ministério. Devemos acabar com essa burocracia, porqe é uma dificuldade para as entidades do Brasil trabalharem; é quase um impedimento. Se olharmos para a área do portador de deficiência, em que eu atuo muito – já fui presidente nacional das Apaes e, inclusive, a esposa do Senador Eduardo Azeredo é presidente da Apae de Belo Horizonte –, o benefício da prestação continuada, quer dizer, o salário mínimo para o portador de

deficiência é o único benefício do Governo Federal que exige como renda **per capita** ¼ do salário mínimo. Os pais, as famílias desses não entendem por quê. Todos os outros programas do Governo permitem que seja no mínimo meio salário mínimo. Apenas o portador de deficiência é que sofre essa exigência de ¼ do salário mínimo.

E ainda há mais dificuldades, como o caso de a família ter dois filhos portadores de deficiência. Se o primeiro ganha o benefício do salário mínimo, aquilo já passa, de acordo com a interpretação, a fazer parte da renda familiar. Então o segundo não tem direito porque o primeiro já ganhou. Mas já existe uma decisão do STJ no sentido de se repensar o critério de miserabilidade, porque há alguns que não estão de acordo.

A sociedade deseja ver a sensibilidade do Governo para discutir o assunto e buscar alternativas que possam existir.

Sei que essa discussão envolve estudos, debates, orçamentos; essas burocracias têm que ser vencidas. Mas, na minha opinião, a grande maioria dos problemas que o Brasil enfrenta, essa turbulência que vemos em todos os Ministérios é essencialmente decorrente da falta de construção de canais de comunicação e respeito àquilo que a sociedade pensa sobre todos os assuntos.

Levantando esses pontos, acho que seria essencial para esta Comissão, inclusive como contribuição para o Ministério do Desenvolvimento, para buscar o objetivo maior, dizer: vamos, daqui para a frente, comunicar-nos permanentemente, levantando todos esses pontos que passam aqui pela Comissão, discutindo, vendo e tentando construir os resultados, as perspectivas – dentro do possível naturalmente, porque existem dificuldades que temos que entender – para construir uma sociedade em que todas as pessoas tenham a sua chance de participação.

Quero saudar V. Exª novamente e enaltecer o seu trabalho, a sua presença, o respeito que V. Exª granjeou em todos os setores da sociedade brasileira, do movimento organizado, do movimento social. Tenho certeza de que esse canal vai ser construído para que possamos brigar em função de outras coisas, como, por exemplo, a melhoria do Orçamento. Seria uma boa briga. Ou seja, se o atraso se der por não ter sido apresentada a CND, falamos com o Ministro e liquidamos esse negócio. Não há cabimento uma população que está passando fome não receber o dinheiro por não ter apresentado a CND. O que é mais importante: matar a fome ou ganhar a CND? O sujeito pode até morrer enquanto a CND vem para Brasília. Temos, perfeitamente, um bom caminho a ser percorrido. Saúdo V. Exª e sua equipe, essencialmente a Secretária Ana Fonseca, Márcia Lopes e todos os demais presentes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Ministro.

O SR. PATRUS ANANIAS – Agradeço as palavras de apoio e solidariedade do Senador Flávio Arns. Até brincava com S. Exª na chegada, dizendo-lhe que, além de suas qualidades pessoais, amigo, correligionário, irmão de fé, tem um sobrenome que muito me sensibiliza. Encontramo-nos nas celebrações da CNBB, onde quem sempre nos sensibiliza é o Senador Pedro Simon. S. Exª saiu e falou para mim: estou torcendo e rezando muito para ti. Falei para S. Exª: faça isso mesmo porque V. Exª tem prestígio com Deus, ainda mais com São Francisco de Assis. E, como dizia, o sobrenome do Senador Flávio Arns me sensibiliza e nós todos, brasileiros, sabemos por quê.

Também concordo inteiramente – anotei aqui – com a questão da participação da sociedade. Isso é um esforço nosso. Estamos buscando essas parcerias. Inclusive foi mencionada a Pastoral da Criança. Já tive uma boa reunião de trabalho e tem havido outras com a Drª Zilda Arns e sua equipe. Além da Pastoral da Criança, também estamos buscando parceria com a Igreja Católica e outras igrejas cristãs: não-católicas, protestantes, evangélicas. Estamos discutindo uma ação integrada com as universidades, tanto as federais como as confessionais, filantrópicas.

Nessa minha ida a São Paulo, nesse encontro com empresários, com a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa, Senador Flávio Arns, vi que há dois níveis. Há um espaço governamental, quer dizer, os Governos têm que fazer a sua parte, mas também é importante buscar ações integradas – e essa é uma exigência da Constituição de 1988 – entre o Governo Federal, Estados e Municípios. Estamos inteiramente de acordo. Nosso desejo é ampliar, e muito, as parcerias com a sociedade, com os movimentos sociais, com as organizações não-governamentais, com Ocipes.

Há um grande empenho de minha parte para que criemos esse canal permanente de diálogo com os Senadores e a Comissão, porque, de fato, há alguns nós que dependem de uma ação integrada. Há coisas que são do Ministério, outras que passam pelo Legislativo, questões legais muitas vezes. Então vejo isso com a maior simpatia, e coloco como prioridade na minha agenda, na do Ministério, na da nossa equipe.

Eu estava conversando também com a Senadora Patrícia Gomes no sentido de criarmos canais com relação ao combate à exploração sexual. Tenho essa compreensão, e, como o Senador disse muito bem, há espaços próprios, há reflexão crítica. Temos as nossas diferenças; não vamos negar isso. Mas, eu

sempre trabalhei com a perspectiva de que há um território comum para as pessoas de bem. E nós todos temos uma responsabilidade enorme, sejam Deputados Federais – e eu sou Deputado, no momento, estou Ministro –, Senadores, Prefeitos, Governadores, Presidente, Ministros. Nós todos estamos aqui em nome do povo, para fazer o melhor. Nós somos delegados, representantes, mandatários do povo e esse povo precisa de um trabalho sério, comprometido e eficiente. Quanto mais pudermos somar esforços, melhor será nesse sentido. Gosto que seja assim. Vamos fazer as coisas acontecerem.

Tenho refletido sobre isso. Não é o momento de me alongar mais. Estou convencido de que, em uma avaliação geral, na história do Brasil, acumulamos uma grande dívida social e, em boa parte, acumulamos também um déficit de gestão enorme. Tenho estudado um pouco sobre essa questão e estou chegando à conclusão de que isso ocorre tanto no setor público, como também no setor privado. Conversei com empresários expressivos em São Paulo, tenho conversado em outros lugares, em Minas, e creio que precisamos melhorar o nosso rendimento, para que as coisas ocorram no País.

Na questão da CND, ele é o meu fantasma também, Senador Flávio Arns. Nunca imaginei que eu fosse sonhar com a CND, mas tenho sonhado com isso e com aqueles convênios caindo na minha cabeça. Estamos lutando e venceremos essa batalha contra a burocracia. Estamos, no Ministério, tentando entender as duas posições que existem. Há uma posição de achar que não podemos, por ação do Ministro, por um ato normativo do Ministério, eliminar a Certidão Negativa de Débito; ela teria de ser eliminada por um ato legal, por uma medida provisória ou por uma lei. Há um projeto tramitando na Câmara, mas queremos resolver isso com a maior urgência. Partilho inteiramente da avaliação de V. Exª. Coloquemos, com franqueza, nossa posição aqui, e acredito que seja um debate que pode ter repercussão. Mas acredito que não cabe ao Ministério avaliar desempenho de Prefeitura. Temos de estabelecer, no Brasil, um princípio básico: todos se presumem inocentes até que se prove o contrário. Acompanhar se as Prefeituras estão ou não aplicando corretamente o dinheiro público não é tarefa nossa. Para isso, existe a Controladoria do Sr. Ministro Valdir Pires. Podem e devem ser criadas as Controladorias, as auditorias, as defensorias nos Estados e Municípios. Temos os Tribunais de Contas, o Ministério Público, o Poder Judiciário, os órgãos policiais. Mas como o Senador colocou muito bem – e tenho dito isso às pessoas –, o destinatário do Peti, do Sentinela, não é o Prefeito. São aquelas famílias que precisam desesperadamente desse recurso, quem sabe, para salvar uma menina do caminho, muitas vezes sem volta, da prostituição e da pobreza. Estamos lutando muito.

Outro dia, descobri que o Sentinela está vinculado ao SAC – embora não esteja sendo operado –, que exige somente o plano de ação, além da CND. Mas, no caso do PAIF, ou seja, para os que não estão no SAC, há uma relação de 18 ou 19 itens para o Prefeito cumprir. O Senador Azeredo foi Prefeito, também fui, e alguns de V. Exªs também. Sabemos que um prefeito lá de Engenheiro Navarro, por exemplo, não fará isso nunca, coitado; terá de chamar uma empresa para fazer para ele. E aí começa o caminho que sabemos aonde vai dar: faz o projeto, depois, vai liberar o recurso. Então, vamos simplificar. Essa é uma outra decisão também nossa. Jogaremos o PAIF e tudo o que for possível no SAC, porque a exigência será menor, e ainda tentaremos resolver a sofrida questão da CND. A Márcia, lá no Ministério, é chamada da "Senhora CND". Para V. Exª perceber como estamos determinados, Senador. Vamos ganhar essa guerra contra as CNDs. É bem verdade que, até agora, nós estamos perdendo. Eu já fui parar no serviço médico duas vezes com pressão alta, mas nós vamos ganhar e derrotar essa bendita.

Com relação ao Conselho Nacional de Assistência Social, manteremos a mesma linha, vamos também gerenciar o serviço. Recebi algo aqui e não fiquei muito satisfeito, não. Depois vamos conversar, pois é preciso um prazo menor.

Mas vamos simplificar. Agora, nós já estamos abrindo mão também de acompanhar filantropia de universidades e hospitais, exatamente para ficarmos apenas com as entidades de assistência social. Minha mulher, por exemplo, trabalha muito na área social e não gostou disso – viu, Márcia? A Vera me deu um puxão de orelha em Belo Horizonte, por estarmos abrindo mão. Quando ela soube disso, falou que eu sou ingênuo demais, bobo demais; que eu vou perder todo o dinheiro das universidades, que é um dinheirão para a assistência social. E me explicou. Ela tem dados na mesa e deu-me uma aula sobre isso.

Mas falei que mantenho minha posição. Precisamos ser realistas, pois não temos pernas, não temos condições de ficar fiscalizando filantropia de universidade e de hospital; isso é tarefa do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Nós temos que ter condições de avaliar a filantropia das entidades que efetivamente trabalham na área de assistência social e garantir a celeridade do negócio, para que não fique parado como está. Essa é outra luta que também vamos ganhar. E, no dia que ganharmos, vou fazer uma confraternização e chamar muitas pessoas para uma grande festa.

A vitória contra a CND e contra a expedição do certificado de filantropia do Conselho Nacional de Assistência Social será motivo de muita alegria. Nunca imaginei que fosse algo tão travado daquele jeito. Nós vamos para um lado, aparece do outro. No caso da CND, por exemplo, tinha ficado acertado que poderia ser resolvido por ato do Ministro. Fiquei feliz. Mas agora já veio outra posição dizendo que não é bem assim. Parece que deve ser por medida provisória do Presidente. Medida provisória? Por outro lado, sejamos francos, se não for medida provisória, sabemos que a tramitação de projeto de lei aqui é bem lenta.

E fiquei em dúvida aqui, Senador Flávio Arns, sobre o benefício de prestação continuada ser questão de um quarto. Parece-me que é uma exigência da LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social, se não me falha a memória. E a LOAS, assim como o Estatuto do Idoso, é uma lei que nasceu com um certo nível de inflexibilidade. Mexer nela é delicado, V. Exª sabe.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, se V. Exª me permite é somente uma espécie de réplica.

Existe um consenso nacional em termos da mudança desse índice **per capita** de um quarto para, no mínimo, meio salário mínimo. Nós sabemos que isso tem também implicações orçamentárias, lógico, mas é o único programa. Teríamos que mudar a LOAS. Existe uma unanimidade tem termos dessa mudança da LOAS.

O SR. PATRUS ANANIAS – Vamos ser sinceros, Senador. É claro que nós gostaríamos de pagar benefícios maiores e melhores para todos, mas nós sabemos das limitações do nosso País. No caso, por exemplo, dos benefícios da LOAS e do Estatuto do Idoso, quebra-se qualquer padrão de benefício no Brasil, porque se trata de um salário mínimo integral individual, não é um benefício mensal. Tanto que neste ano, com a redução de 67 para 65 anos, nós estamos trabalhando com uma diferença, no orçamento, muito alta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mas a sociedade precisa que esse assunto, junto ao Ministério, seja debatido detalhadamente. Se pegarmos a área do portador de deficiência, veremos que existem famílias que têm quatro ou cinco filhos com deficiência. Então, essa família deve ter um atendimento diferenciado do de outra. Há famílias que têm filhos com deficiências severas, profundas, que também precisam contar com um outro tipo de atendimento. Então, nós precisamos aprimorar os critérios para sermos justos em relação às necessidades dessas famílias.

Existe também uma ampla discussão, que inclusive está no Judiciário, sobre a avaliação e definição dos critérios de miserabilidade. Há família, por exemplo, que têm R$40,00 ou R$50,00 de renda, o que já é uma coisa miserável, e mesmo que vá para R$260,00, R$270,00 ou R$280,00, continuará sendo miserável. Mas, de qualquer forma, há famílias que gastam o total da sua renda com medicamentos. O que é outra injustiça, porque essa família não poderia, em hipótese alguma, gastar esse dinheiro apenas com medicamentos. É necessário progredirmos nesse campo, a fim de sermos mais justos, mais adequados com a sociedade. E esse avanço pode acontecer nesse diálogo que sugeri e com que V. Exª concordou. Há muitas pessoas interessadas nesse assunto. Pode haver um diálogo permanente entre a Comissão e o Ministério a fim de discutirmos todas as questões. Por exemplo, se uma família tem três filhos com deficiência, o primeiro ganha benefício e os outros não, porque existe uma interpretação de que esse benefício passa a constituir renda, quando, na verdade, se trata de benefício e não de renda. Essas questões são internas do Ministério, mas poderíamos avançar com isso. Essas distorções causam prejuízos enormes em termos de desavenças no País. Teríamos que limpar, de imediato, a curto prazo, a área que está ao nosso alcance. E outras, a médio e longo prazo. Mas todos devemos saber que estamos caminhando na mesma direção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns, que foi um dos autores do requerimento e, para agilizar os nossos trabalhos, em função de termos sessão extraordinária do Congresso, hoje, consulto o Plenário se poderíamos ouvir três Senadores por vez para posterior resposta do Ministro.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a sugestão. Então vamos fazer dessa forma.

E reforço as palavras do Senador Flávio Arns no sentido de que V. Exª, Ministro, veja esta Comissão como uma parceira no seu trabalho. Se V. Exª entender que será bom para a Comissão e para o próprio Ministério, uma vez por mês, o seu comparecimento aqui, ou da Secretária Executiva, ou da Secretária de Assistência Social, para falar sobre os trabalhos promovidos pelo Ministério, será um prazer muito grande. A maior parte dos temas aqui discutidos se referem a programas sociais, ao sofrimento da população. E acredito que, muitas vezes, cometemos injustiças em função da desinformação. Portanto, gostaria que V. Exª visse esta Comissão como uma parceira no seu trabalho, uma parceira no sentido de torcer para que o seu Ministério responda as expectativas dos brasileiros. Estaremos aqui colaborando, não apenas facilitando a questão orçamentária, mas também na questão de a legislação favorecer e facilitar a gestão pública.

Reforço o nosso apoio e coloco-me à disposição, como também toda a Comissão.

Como V. Exª pode ver, os membros desta Comissão estão todos voltados para essa questão inteiramente. Seria muito bom que fôssemos nós os interlocutores das ações positivas do Ministério aqui no Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ministro Patrus Ananias, Srª Presidente Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, como já foi colocado aqui pela Senadora, esta Comissão é composta de Senadores muito amenos; a mais radical é a Senadora Ana Júlia Carepa. (Risos.)

Saúdo a presença do Ministro Patrus Ananias e desejo-lhe muito sucesso nesse desafio enorme.

Todos temos consciência da importância do seu Ministério, da sua responsabilidade nessa área em que não cabe discussão partidária. Devemos nos unir. E o seu perfil, a sua formação humanística, seu sentimento cristão e o seu inconformismo permanente com a miséria o credenciam, sobremaneira, a ocupar esse posto.

Nós todos da Oposição recebemos com muito agrado a sua nomeação, especialmente em Minas Gerais, por essa convivência que sempre tivemos, ainda que em Partidos adversários. Eu, pessoalmente, sempre fui bem sucedido com V. Exª na Prefeitura e pude atestar a maneira correta e digna com que dirigiu a cidade de Belo Horizonte. A grandeza que teve de continuar projetos importantes sem se preocupar com a autoria, aperfeiçoando e melhorando o Projeto de Catadores de Papel, o Restaurante Popular foi expandido e melhorado. Creio que esse é o perfil correto. Devemos ter o reconhecimento de avanços, mesmo sendo de Governo anterior, e melhorar, trazendo novos projetos. Esse perfil o Ministro Patrus Ananias o tem. Não direi que são todos os seus colegas de Partido, não. Alguns não reconhecem os avanços do passado. V. Exª sim, seguramente tem.

Tivemos uma boa relação, quando eu era Governador e V. Exª, Prefeito de Belo Horizonte. Sua formação, portanto, o credencia, sobremaneira, para esse desafio. Agora, por que eu digo que é um desafio enorme? A questão do Fome Zero foi um momento de natural emoção do Presidente Lula, em que disse que todos os brasileiros teriam três refeições, pelo menos, por dia: café, almoço e jantar. É natural a emoção de quem está tomando posse, mais natural ainda quando parte de uma pessoa de origem humilde que chegou à Presidência da República, como é o caso do Presidente Lula. Mas, naquele momento, fiquei com o meu pé atrás, de mineiro, porque, evidentemente, sabemos o tamanho dessa dificuldade. E o Fome Zero, a rigor, com esse objetivo maior, até agora não mostrou resultados expressivos. A somatória de outros projetos, alguns já existentes e outros que surgem agora, é muito importante. O Fome Zero em si, diria que é um movimento como foi o do "Betinho" em 1.993, mas, como programa, até agora deixa muito a desejar.

Quero referir-me também à questão de o Ministério – não propriamente o Ministério – poder ter uma ação de recomendação com relação ao Fundo da Infância e da Adolescência. Várias e várias Prefeituras têm atrasado, consistentemente, a liberação dos recursos que são captados. As entidades sociais captam recursos, dentro do mesmo sistema de lei de cunho cultural, e as Prefeituras seguram esses recursos por dois, três, cinco, seis meses. Já houve caso em que a Prefeitura segurou recursos durante nove meses. Mas é mais uma orientação dos Ministérios para que as Prefeituras não retenham os recursos fundamentais para as entidades que tiveram, na verdade, o benefício da captação que fizeram junto a empresas que puderam se beneficiar dessa renúncia fiscal através do Fundo da Infância e da Adolescência. Basicamente, a pergunta que deixo aqui é com relação ao que o Senador Flávio Arns colocou muito bem aqui. Falo sobre a burocracia. É muito difícil vermos a miséria na rua sem saber o que fazer. Algumas vezes, uma impotência toma conta de todos nós. Lembro-me bem que, numa época, como Governador, via um sujeito que ficava sempre no mesmo lugar. Eu pensava: "O que posso fazer?" Mandei o Jânio – V. Exª conhece bem o Jânio –, pedi que ele fosse ver e encontrasse uma assistente social para tentar solucionar aquela questão. Essa incapacidade, essa impotência, muitas vezes, é por causa da burocracia. Não se consegue fazer o dinheiro chegar, ou não se consegue ver uma pessoa passando fome sem saber o que ela tem que fazer, aonde ela deve ir. E a dificuldade, bem colocada aqui, de algumas Prefeituras não terem a menor condição de fazer um projeto com 20, 30 tipos de certificados. A burocracia faz com que a Prefeitura evite, desista. O Prefeito tem que sair do interior do Jequitinhonha e vir para Brasília. Ele gasta mais dinheiro para vir e contratar uma empresa especializada para depois receber, com atraso, um dinheiro pequeno. Esse deve ser um ponto básico para o qual peço um pouco mais do seu esforço e de sua explicação. Sei bem que é uma questão que já existe, mas nos colocamos à disposição para que, nesta Comissão, estejamos juntos para buscar mais recursos e o aprimoramento legal, se necessário, para que o Ministério possa ser mais ágil. No mais, desejo muito sucesso nesse Ministério

que interessa muito ao Brasil. É muito difícil mesmo vermos a miséria que permanece no Brasil. O País tem muita riqueza, muita gente rica, mas tem uma miséria que não pode continuar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Patrícia Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Cumprimento, antes de mais nada, a Senadora Lúcia Vânia, que preside esta Comissão de forma exemplar, quero parabenizá-la por mais esta iniciativa ao lado do Senador Flávio Arns.

Cumprimento o Ministro e digo da grande alegria de poder tê-lo aqui hoje, no Senado, discutindo temas tão importantes, que certamente podem ajudar a transformar a vida de milhares e milhares de homens, mulheres, crianças, pessoas mais velhas que, infelizmente, ainda vivem à margem da nossa sociedade.

Deposito aqui também a minha esperança e a certeza de que, com o seu trabalho, pela sua trajetória política, sua atuação, certamente nós todos estaremos muito bem. V. Exª é um Ministro que tem a possibilidade de realmente transformar esta realidade ainda tão dura e cruel que vive a grande maioria da população brasileira.

Cumprimento também aqueles que neste momento estão aqui acompanhando V. Exª, Ministro.

À nossa conterrânea querida, professora Ana Fonseca, minha conterrânea, do Senador Tasso Jereissati e do Senador Reginaldo Duarte, digo da alegria de tê-la aqui hoje ao lado da Drª Márcia Lopes, que já tive a oportunidade de conversar e certamente a convicção da sua competência, do talento da sua equipe ajudando nessa transformação.

Ministro, tenho buscado, ao longo da minha vida, atuar na área dos direitos da criança e do adolescente e agora, tenho a responsabilidade muito grande de presidir uma Comissão Mista que procura investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Por essa militância na minha vida, eu, evidentemente, conhecia e vinha buscando acompanhar todas essas dificuldades. Mas devo confessar que nunca pensei que fosse encontrar coisas tão terríveis como tenho visto em todo o Brasil. Independente dos locais em que a CPI esteja deslocando-se, desde cidades de grande, médio ou pequeno porte, cidades ricas, pobres, cidades de São Paulo, ou do Nordeste, especialistas procuram também dedicar-se a esse tema, com alguns exemplos do drama e do tamanho, da dimensão que é a violência sexual que se comete contra crianças e adolescentes. E o que é mais grave: a impunidade em torno desses crimes que existem no nosso País. A CPI tem buscado alternativas para enfrentar esse problema tão grave no País.

Existem casos absurdos ocorridos com crianças – e o Senador Eduardo Azeredo, que é Vice-Presidente da Comissão, sabe disso. Ontem mesmo, a Comissão esteve em Minas Gerais por um problema de exploração sexual em uma de suas cidades, no Vale do Jequitinhonha, uma região tão pobre do País em que crianças muitas vezes vendem seus corpos por R$0,50. No Rio de Janeiro, há faixas expostas vendendo crianças a R$1,99; em Copacabana, ao mesmo tempo, há turistas e agenciadores com *books* oferecendo as nossas crianças e os nossos adolescentes; no Nordeste, de onde venho, no Estado do Ceará, turistas muitas vezes nos procuram em busca também do prazer com as nossas crianças e os nossos adolescentes que sequer têm os seus corpos formados. Tenho aqui uma denúncia do meu Estado de uma criança de 12 anos que foi estuprada e violentada dentro de um motel, e esse motel continua aberto.

Portanto, são muitas as atitudes e as ações que precisam ser tomadas nessa direção. E eu me pergunto, sem saber a resposta, de que forma podemos resgatar essas crianças. São crianças, muitas vezes – e esse problema geralmente está ligado à questão da pobreza e da miséria, mas também a uma questão cultural, que são das relações de gênero, as relações humanas entre homens e mulheres, entre adultos e crianças. Noventa e seis por cento dos casos de abuso sexual são cometidos dentro do próprio lar por alguém da convivência dessa criança. Ela é seduzida e acaba abrindo uma porta para essa rede de exploração sexual; muitas acabam marginalizando-se, envolvendo-se no mundo das drogas. Digo isso também com muita tranqüilidade porque sou mãe de adolescentes e sei o interesse, a curiosidade que têm pela vida, a vontade de abraçar o mundo com as pernas, como se diz. As crianças pobres, humildes não têm acesso a alguns bens de consumo e, certamente, também tem esse mesmo desejo.

Em alguns casos, os gestores públicos têm a compreensão de que essas políticas públicas devem ser políticas para pobres. E nós nunca vencemos essa situação de pobreza, de miséria, de desmantelo, de injustiça, como V. Exª mesmo colocou no início do seu pronunciamento. O nosso País, apesar do potencial que tem, é um dos países mais injustos e perversos no tratamento dessa questão. Alguns especialistas dizem que se distribuíssemos dinheiro jogando lá de cima, de um helicóptero, os recursos seriam distribuídos mais rapidamente.

Enfim, fico me perguntando como resgatar essas meninas. O programa Sentinela é um exemplo, mas

não é suficiente. É preciso dar oportunidades a essas crianças, que assistem a programas de televisão, que vêem jornais, que querem um calça *jeans*, que querem tomar um sorvete, querem se sentar numa pizzaria, que querem freqüentar um *shopping*, que querem um computador e que não têm acesso a nada isso. Então, encontram nesse caminho a única chance de sobreviver e de serem "felizes", numa concepção completamente errada.

Como interromper isso? O que o Governo Federal tem pensado de forma criativa, ousada para romper esse ciclo de pobreza e tirar essas crianças dessa vida?

Certamente não é com uma bolsa de R$25,00, ou de R$45,00, ou de R$40,00, ou de R$90,00 é que vai resolver-se esse problema, nem tirando uma menina da rua e colocando-a num centro para fazer bordado ou aprender a fazer unha.

Se os nossos filhos têm direito e têm acesso a computadores, a uma escola boa e de qualidade, a fazer um intercâmbio nos Estados Unidos, na Europa, às coisas melhores, evidentemente que as crianças pobres também querem ter os mesmos direitos. Mas as políticas ainda são muito pequenas e muito pobres em relação a essa demanda e a esse desejo que existe dessas crianças e desses adolescentes do nosso País.

Por que não pensar nisso? Tenho uma filha. Sei que toda criança – e vejo na CPI da exploração sexual essas crianças serem cooptadas pelas agências com fachadas agências de turismo, agências de modelo –, toda adolescente tem um sonho de ser modelo, de ser uma princesa. Por que o Governo não pensa nessa direção? Por que não criar cursos, por exemplo, na Internet que hoje é a linha de comunicação no mundo inteiro? Ninguém mais escreve cartas; todo mundo se comunica através de computador, por *e-mail*, pela Internet. Então, por que não se pensar nesse tipo de política que possa resgatar essas crianças?

Faço essa pergunta porque venho buscando entender, compreender essa questão, para, ao final do nosso relatório, propormos algo capaz de enfrentar esse desafio.

Ao mesmo tempo, Ministro, tenho me preocupado com algumas ações do Programa Fome Zero. Ressalto a importância de o Presidente Lula ter como prioridade absoluta matar a fome de milhões de brasileiros – certamente esse é um dos nossos direitos básicos e fundamentais. As ações do Programa Fome Zero são fundamentais na medida em que podem assegurar minimamente o direito à alimentação, que, se inexistente, impossibilita todos os demais direitos.

Sem dúvida, assegurar esse direito a todos os cidadãos significa abranger os contingentes de pobreza existentes em todas as regiões do País. No entanto, sabemos que, em algumas regiões, a situação é muito grave, particularmente no semi-árido nordestino, de onde venho, que, pelas suas condições econômicas e sociais, decorrentes de condições naturais e do histórico descompromisso das autoridades governamentais, concentra grande parte dos bolsões de pobreza no Nordeste.

E aqui não vai nenhuma crítica ao Governo passado; vou na mesma direção da Senadora Lúcia Vânia: queremos somar e contribuir.

Senadora Lúcia Vânia, ressalto o seu papel fundamental, mesmo sendo de um Partido de Oposição, de colocar esta Comissão à disposição do Ministério do Sr. Ministro a fim de que possamos ser mais um braço aliado tentando encontrar as melhores soluções para enfrentar esses problemas.

Mas enfim, houve um descompromisso das autoridades governamentais; todo mundo sabe disso.

Mesmo sabendo quanto é importante atender a parcelas de cidadãos localizados nos grandes centros urbanos, fico um pouco preocupada com a questão dos recursos atualmente alocados para o semi-árido.

Queria indagar a V. Exª, Ministro, se os recursos para o semi-árido e para as demais regiões menos desenvolvidas serão proporcionalmente maiores, já que este País tem uma dívida histórica com o Nordeste, com os Estados do semi-árido.

Eu teria outras perguntas, mas eu sei que o nosso tempo é pouco.

Finalizo cumprimentando V. Exª, mais uma vez, e tenho a grata alegria de ver V. Exª hoje, nesta Comissão.

Peço desculpas por ter feito aqui um desabafo. Mas o que eu tenho visto é insuportável. São crianças expondo-se, colocando suas vidas em risco, que estão vindo depor, rompendo o silêncio, o silêncio que circunda esses crimes tão violentos contra elas. E se nós que temos a responsabilidade de intervir neste momento não formos capazes de fazer isso, certamente essas vidas serão destruídas e, dificilmente, nós seremos capazes de resgatá-las.

Num depoimento nessa CPI, ouvi de uma menina de 19, que, com 13 anos, entrou na rede de exploração sexual: "Senadora, eu, quando era jovem e bonita..." Isso me cortou o coração, deixou-me arrebentada por dentro. Tenho que dizer isso, porque ela é da idade da minha filha; elas nasceram no mesmo mês, e percebi que isso podia, se Deus não tivesse me dado uma condição melhor de vida, estar acontecendo dentro da minha casa.

Por isso, faço este apelo a V. Exª, a este Governo que tem toda a confiança em que podemos sair desta miséria, desta pobreza e acabar com a enorme impunidade para esses crimes.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, eu não tive o prazer de ouvir o começo da explanação do Sr. Ministro porque eu não estava aqui, estava em outra comissão. Mas ao chegar deparei-me com o Ministro falando da importância dos três entes – União, Estados e Municípios – trabalharem sintonizados, inclusive falando da questão da adesão dos Estados ao programa Bolsa Família.

Trago algumas ponderações para o Ministro porque sei que, muitas vezes, S. Exª não sabe o que se passa na base. Falo por Sergipe, mas sei que, em outros Estados, acontece a mesma coisa. O Governo Federal passa por cima do Estado para atender o Município.

Citarei aqui os projetos. Por exemplo, a questão da Asa na construção das cisternas. O Estado tem um projeto de cisternas. Isso tudo diz respeito à questão do Fome Zero, a questão de políticas públicas para a pobreza. O Governo do Estado tem um programa de construção de cisternas que não anda em sintonia com o do Governo Federal, simplesmente por questões políticas, por não sermos do Partido do Governo Federal – a Asa, claro, é do Partido do Presidente da República. Então, isso é profundamente lamentável, porque são recursos que se desperdiçam e a gestão que se deteriora.

É importante, Ministro, haver casamento. Não falo de casamento político, mas de casamento administrativo. É preciso ter essa noção. Os recursos são únicos porque vêm dos bolsos dos brasileiros: os dos Estados, os do Governo Federal, e os dos Governos Municipais. Devemos passar por cima das questões políticas e trabalhar em sintonia.

Há outra questão, que é a do cadastro único em nosso Estado. Sabemos quantas famílias pobres há em cada Município, que são clientes do Governo Estadual, Federal e Municipal. Isso é importante, porque o Governo Federal também tem esse cadastro. Em Aracaju, por exemplo, temos 25 mil famílias pobres, o que significa que o Estado deve atender prioritariamente àquelas 25 mil famílias, a Prefeitura de Aracaju também, bem como Governo Federal. Mas cada um está atendendo o seu pedaço. Isso é erradíssimo em termos de gestão, em termos de administração! São recursos que poderíamos estar somando, tendo como foco aquelas 25 mil famílias, realizando um trabalho muito melhor e muito maior, um trabalho mais efetivo.

Para fortalecermos esse pacto federativo, Ministro, só temos esse caminho, não temos outro. O pacto federativo não é uma questão filosófica. No meu Estado, ele está apenas na filosofia. Queremos que ele ocorra efetivamente, na prática, porque é isso que importa às pessoas, aos clientes, principalmente com relação a essa questão da pobreza.

Unificar essas políticas, como foi feito com relação ao Bolsa Família, é importante. Unificou no âmbito do Governo Federal. Vamos unificar também em nível de Governo Estadual e Municipal.

O meu Estado tem um restaurante popular. O cliente entra com R$1,00, o Governo do Estado com R$2,70, ou melhor, entrou até agora porque a empresa que faz isso já quer um aumento. Então, o Governo Federal não entra com nada, entra só com o *marketing*, com o incentivo para se criarem os restaurantes populares, mas não é papel do Governo entrar apenas com a idéia. Não, o papel do Governo Federal é também o de entrar com recursos, aí, sim, se fortalece o pacto federativo.

Então, Ministro, era isso que gostaria de lembrar a V. Exª, mas queria também fazer um apelo aqui, baseado no que a Senadora Patrícia disse aqui, com relação ao combate à violência sexual a crianças e adolescentes.

Trata-se, Ministro, de um tema profundamente degradante. E só temos um caminho: trabalhar a família. Não adianta termos políticas pontuais. Temos um plano, não um projeto, que foi lançado em nível regional, agora o estamos lançando em nível estadual, com toda uma retaguarda de atendimento a essas crianças. Mas sabemos que só as ajudaremos se ajudarmos as famílias delas. Não adianta querermos retirá-las. O nosso coração pede isso: vamos retirar, isso é desumano, é anticristão. Mas nada disso adiante se não atendermos as famílias. Temos que rastrear a família daquela criança que está nesse sofrimento. Isso é um sofrimento para elas, não é prazer não! Temos que atender aquela família de forma correta, indo do emergencial ao estrutural – o plano de inclusão social do meu Estado vai do emergencial ao estrutural, inclusive com a criação do Banco do Povo. Se não agirmos assim, Senadora Patrícia, não vamos chegar a canto algum. O desenvolvimento deste País passa pela família. E não estou aqui falando – para não haver má interpretação – de uma família que se casou na igreja, no civil. Não, estou falando de um pai, de uma mãe que todos nós precisamos ter. Não tenho mais pai nem mãe, mas ainda hoje sinto saudades do meu pai e da minha mãe. Imaginem se eu, criança, não tivesse tido

mãe... Muitas vezes, por ignorância, as mães colocam as filhas nesse ambiente. Uma mãe que criou uma filha não poderia nunca fazer isso; ela faz por falta de alternativa e até por ignorância dessas alternativas. Então, Ministro, deixo aqui esse apelo a V. Exª para que possamos trabalhar sintonizados. O grande drama do meu Estado, Sergipe, é o combate à pobreza, que perpassa todas as Secretarias do Estado, todas as outras. O combate à pobreza perpassa, mas o Governador criou uma Secretaria de combate à pobreza exatamente para ter isso muito presente. Precisamos combater a pobreza.

Citarei aqui uma questão que ouvi numa primeira reunião que houve no ano passado, no Ministério da Segurança Alimentar, da qual participei e em que foi dito, de forma científica, que não se pode combater a pobreza sem gerar riqueza. Não podemos aqui só cuidar da área econômica. A área econômica só vai dar certo quando ela vier acompanhada de desenvolvimento social. O desenvolvimento econômico e o social devem estar casados, andando juntos. Portanto, Ministro, essas eram as considerações que queria fazer, a fim de que V. Exª possa meditar. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Senadora Maria do Carmo. Passo a palavra ao Ministro Patrus Ananias.

O SR. PATRUS ANANIAS – Com relação às palavras do Senador Eduardo Azeredo, nosso ex-Governador e amigo, para muita honra da minha parte e da minha família, agradeço as manifestações de apreço e solidariedade, tanto mais sensibilizado na medida em que sei que são sentidas e vividas.

Gostaria de fazer um registro, Senador. Primeiro com relação à declaração do Presidente feita na Câmara no dia da sua posse. Eu estava presente também, como Deputado Federal recém-eleito, e registrei a palavra do Presidente nos seguintes termos: "Se, ao final do meu mandato, cada brasileiro estiver tendo as três refeições diárias, terei cumprido o sentido maior, a razão maior da minha vida". Não vejo isso como uma promessa, vejo como a manifestação sincera do desejo de alguém que já passou fome. Há poucos dias, estive lendo a biografia do Presidente com mais calma, **O Filho do Brasil**, escrito por Denise Paraná, e dei-me conta de que, de fato, sua infância e sua adolescência foram de muito sofrimento mesmo. E uma coisa notável é que ele tenha superado isso, porque foi um processo muito sofrido. Aí a importância da família ficar muito forte, como a Senadora falou. Nesse caso, mesmo com a ausência paterna, a presença da mãe foi forte, acolhedora, generosa. Tenho refletido um pouco sobre isso também. Nós, no Brasil, às vezes, a despeito de nossas grandes qualidades enquanto povo, somos muito rigorosos.

Tenho estudado para entender mais a questão da gestão, da eficiência, da eficácia na ação política, administrativa, gestão pública e também no setor privado, especialmente na nossa área. Além de algumas referências importantes no Brasil, tenho trabalhado as experiências do ex-Presidente Juscelino. No passado, em Minas, existiu uma pessoa muito interessante na República Velha, um Governador muito moderno para a época, que foi o Governador João Pinheiro, pessoa ousada – o Senador Eduardo Azeredo talvez conheça também.

Tenho estudado também o Presidente Roosevelt dos Estados Unidos, até por uma questão social, a questão no **New Deal**, aquelas políticas sociais compensatórias que os Estados Unidos tiveram que fazer logo depois da grande crise de 29. Quer dizer, havia um discurso do Presidente Roosevelt, por exemplo, na campanha de 32, que, se fosse feito no Brasil, ele estaria liquidado em função das cobranças que ele teria depois. A colocação dele era no sentido de pleno emprego, de vencer a luta contra a pobreza nos Estados Unidos. Mas fica claro também nos discursos – e os biógrafos dele colocam isso – que aquilo era a expressão de um desejo, e mais do que isso: era um líder falando em nome do povo. Quer dizer, vencer a luta contra a fome no Brasil parece que deve ser um desejo, um compromisso de todos nós.

Nesse sentido também, pondero ao Senador Eduardo Azeredo a questão do Fome Zero. O Fome Zero não é um programa. O Fome Zero, além de ter essa dimensão simbólica de um desafio que se coloca à consciência nacional, às pessoas que querem o País sem fome, o País de fome zero é, como eu disse, um conjunto de ações, são políticas públicas governamentais – envolvendo ações de Governos estaduais, Prefeituras – e não-governamentais. É tudo isso de que falamos aqui: Bolsa Família, programa do leite, construção de cisternas, restaurantes populares, o Sentinela num nível, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Tudo o que calça, que dá um apoio fundamental às pessoas, às famílias e às comunidades, para que se coloquem de pé e comecem a percorrer os difíceis degraus da cidadania, da dignidade humana é o Fome Zero. Estamos colocando agora o Bolsa Família no Fome Zero.

Vamos ser muito claros; não vamos escamotear a verdade: R$73,00, R$90,00 ou R$100,00 são para garantir que as pessoas não resvalem para uma situação de maior indigência, para garantir comida mesmo, não vai muito além disso não. Mas, o fato concreto é que não é possível fazer muito mais do que isso, dada

a dívida social histórica que o País acumulou e as dificuldades que vivemos hoje no campo econômico, dificuldades internacionais. Não dá para fazer milagre. A tragédia brasileira é esta: o País é rico do ponto de vista de possibilidade, mas é um País pobre do ponto de vista de realizações.

Quer dizer, considerando as possibilidades do Brasil, esse é o ponto de partida sofrido para nós. O nosso PIB é baixo, além de ser mal distribuído. E mesmo que fizéssemos uma distribuição equânime, seria uma distribuição modesta, modesta, porque estamos ainda muito aquém daquilo que podemos alcançar. A minha cabeça fica confusa ao ver que um País do tamanho do Brasil é a 15ª economia do mundo, ficando atrás dos países europeus, como a Holanda por exemplo. Mas o que é isso? Alguma coisa está errada. Vamos ter que desatar esse nó conjuntamente.

Registrei aqui a questão dos fundos municipais, para entramos mais nesse circuito e criar um certo constrangimento legítimo, ético, democrático, nas Prefeituras para que repassem os recursos a quem de direito também. Esse é um outro problema também. Temos que acompanhar também as Prefeituras. Esse é um outro ponto que merece reflexão e pega um pouco um gancho com a colocação da Senadora Maria do Carmo. Temos que pensar na questão do pacto federativo preconizado pela Constituição, o qual em princípio é bom e vai na linha da descentralização. Como disse, no Brasil o federalismo quase sempre vem associado à democracia e o centralismo com autoritarismo, como foi o caso da ditadura pós 64, do Estado Novo imposto por Getúlio Vargas, assim como no período do Império, quando os espaços democráticos eram mais reduzidos.

Há uma situação que temos de discutir claramente: os Municípios atualmente têm espaço como nunca tiveram na história do Brasil e não têm em lugar nenhum do mundo. Até poucos dias eu tinha essa dúvida, mas encontrei com um notável advogado e jurista mineiro que vive na Inglaterra e atualmente é um especialista em questões urbanas no mundo, Dr. Adésio Fernandes Júnior.

Disse-lhe que tinha certeza de que a atual autonomia dos Municípios é singular na história do Brasil e de que tinha dúvidas se não o seria no mundo inteiro. Ele me respondeu que eu poderia acabar com a minha dúvida e ficar com a certeza porque não há no mundo nenhum País em que os Municípios têm nível de autonomia semelhante aos brasileiros. Segundo ele, recentemente foi realizado um seminário na Europa em que se colocaram os Municípios brasileiros no mesmo nível dos cantões suíços pelo grau de autonomia que têm.

Não estou questionando se isso é ruim; só entendo que os Municípios devem ser conseqüentes. Por exemplo, não concordo que os Municípios não tenham nenhuma política de desenvolvimento regional e que toda vez que haja uma crise batam à porta do Governo estadual e, sobretudo, do Federal. Assim não tem jeito. Só querem que os Municípios tenham as benesses, as vantagens e as prerrogativas, mas não existem, por exemplo, consórcios intermunicipais.

O Governador Azeredo iniciou em Minas Gerais a formação de consórcios municipais, sobretudo na área da saúde. Há Municípios das mesmas micro e macrorregiões que têm as características econômicas, geográficas e culturais semelhantes que não se comunicam, não somam esforços e não pensam em projetos de desenvolvimento regional para apoiar micros, pequenos e médios empreendimentos locais e regionais, os chamados arranjos produtivos locais. Da mesma forma, não há consórcios nas áreas de educação, saúde e de integração em outros espaços.

Lembro isso porque, embora defendamos a autonomia dos Municípios e o repasse dos recursos, entendo que a sociedade tem de cobrar dos Municípios, fiscalizá-los. Sabemos que, de fato, ainda há muitos abusos.

Quanto à questão da burocracia, estamos atentos e vamos ganhar essa luta juntos, se Deus quiser. No que precisar, pediremos ajuda ao Senado Federal para aprovar alguma lei.

Agradeço sinceramente à Senadora Patrícia Saboya Gomes pelas referências afetuosas. Senadora, partilho das angústias de V. Exª. A história que V. Exª contou do estupro da criança de 12 anos nos comove, nos deixa com um nó na garganta. Não sabemos o que mais mexe conosco: se a criança vitimada e marcada definitivamente no corpo e na alma ou se a pessoa que comete a violência. Carregamos a angústia diante da iniqüidade humana. O que leva um ser humano a cometer uma brutalidade ou uma animalidade com uma criança e com tantas outras como ocorre?

Para mim está claro que, como são cometidos abusos, o Estado tem de proteger essas crianças. Penso que talvez tenhamos de ter ações mais enérgicas. A Senadora Patrícia nos questiona o que fazer. Não aprofundarei a discussão agora porque ainda teremos outras conversas, mas penso que, com o modelo da Constituição de 1988, não dá mais para colocarmos todas as responsabilidades nas costas do Governo Federal. Não falo apenas do atual Governo que apoiamos. Entendo que esse acerto o País tem que fazer com ele mesmo ou deve-se rever a Constituição de 1988.

Os Estados e os Municípios têm um papel importante nas políticas sociais, especificamente na questão

dramática e urgente da violência e da exploração sexual de crianças, de jovens, de adolescentes no País. Então, acho que a ação tem de ser de todos, envolver também a sociedade. Sabemos que há o lado social – não podemos negar –, que é fundamental.

Enquanto Governo do Presidente, Governo Federal, estamos aqui também para assumir responsabilidades, ouvir críticas, buscar melhores caminhos e alternativas, agilizar processos e maximizar recursos. Mas há também um lado moral, um lado dos valores éticos morais. Quer dizer, os meios de comunicação, por exemplo a propaganda, passa uma subcultura, ou uma anticultura, no ponto de vista da sexualidade por exemplo, que é de amargar. Por que essa necessidade de despertar a sexualidade nas crianças? Por que isso também? Por que essa ênfase numa sexualidade completamente dissociada dos valores afetivos, éticos, morais? Por que cada produto de consumo tem que ter uma mulher nua ou seminua para fazer propaganda? Quer dizer, há uma instrumentalização desnecessária do corpo de nossas companheiras, irmãs e mulheres. Vi há poucos dias uma propaganda – vejo pouco televisão, mas volta e meia me surpreendo com alguma propaganda, que pega na veia, no coração – da cerveja Antarctica Skol. É inaceitável. Não sei se V. Exªs viram a propaganda. Vi na televisão e fiquei boquiaberto. Como se diz no interior de Minas: "fiquei besta". Numa celebração dentro de uma igreja – ainda pega a tradição religiosa –, está um casal e o celebrante pergunta para o rapaz: "Você promete ficar com ela a vida toda, e tal?" Ele fala: "Depende; se ela continuar gostosa assim – vinculando com a "gostosa" cerveja – a gente fica". Aí o pessoal protesta; há aquele protesto. Ele insiste e olha para uma senhora que seria a mãe da noiva – a sogra – e fala: "Olha a mãe dela aí; olha que bucho que virou". Isso é uma ofensa às pessoas idosas, às pessoas obesas, por exemplo. É inaceitável uma propaganda dessas! Isso vai disseminando na sociedade um sentimento de que tudo é possível, de que se pode fazer tudo. Tempos atrás, vi outra propaganda também que me deixou horrorizado. O rapazinho chega de madrugada em casa depois de passar a noite fora. A mãe vai conversar com ele e é tratada com o maior desapreço. Ele desqualifica a mãe e senta diante de um computador. De repente, no computador, ele se associa com a propaganda de um carro. Então, ao mesmo tempo em que ele desqualifica a mãe, tem um sentimento, um desejo de valorização, de potência, de realização, através de um carro. Quer dizer, era a personalização da máquina através dele, e a despersonalização, a desqualificação humana da mãe.

Então, estou colocando que também há a questão social, sim.

Temos que agilizar o Sentinela, ampliar, envolver Governos Estaduais, Prefeituras e a sociedade. Temos a perspectiva de uma discussão agora com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que quer ajudar mais, e o Banco Mundial, na questão desses programas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e do Sentinela, além de nossos ACs com eles lá, para ampliar o Bolsa Família. Mas também temos que discutir um pouco a questão da sociedade brasileira hoje, inclusive na linha de discussão em família, porque está tudo, como dizia uma senhora lá na minha terra, em Bocaiúva: "Está um comunismo no mundo hoje! Virou um comunismo geral!" Nós perguntávamos: "Mas por que comunismo?" E ela dizia: "Está tudo tão comum!" Essa é a questão; está tudo comum demais. Então temos que nos contrapor a isso, porque a dignidade de uma criança, de uma jovem, de uma adolescente, de uma pessoa humana, tem que ser colocada também em todos os níveis. É inaceitável o que tem ocorrido!

Com todo o respeito, esses programas de televisão tipo "Big Brother" quebram o sentido do público e do privado, da intimidade; é a explicitação. E acho que não contribui para uma sociedade em que os valores éticos e morais sejam cultivados com mais carinho.

Uma outra questão que a Senadora colocou aqui – vou tentar ser mais objetivo – é a do semi-árido no interior. Aqui falo inclusive como uma pessoa do interior também, Senadora Patrícia. Nasci e fui criado no norte de Minas, vivi lá 20 anos, numa região do semi-árido, numa região seca – tanto que o norte de Minas tem uma afinidade muito grande com o Nordeste. Somos chamados carinhosamente – e tenho muito orgulho disso – de baianeiros, pelas nossas afinidades com o Nordeste, com a Bahia, com a seca. Na minha região, quando chove é uma beleza. Lá pode chover 40 dias sem parar, e o povo fala: Ô tempo bom! Ninguém reclama da chuva lá também.

A orientação que o Presidente nos deu, Senadora, é de manter, consolidar e ampliar os nossos programas: o programa das cisternas, o programa do leite, que inclusive estão em parceria. Estou recebendo informação, Senadora, de que o programa do leite está todo implementado em parceria com os Governos estaduais. Há uma parceria entre o Governo Federal e os Governos estaduais.

A questão das regiões urbanas também ficou muito grave, Senadores. É esquecer um e enfrentar o outro. Quer dizer, é um dado assustador: 83% da população do Brasil vive nas cidades. Mais de 40% nas regiões metropolitanas. E sabemos, como eu disse aqui na exposição inicial, que o processo de urbanização do Brasil se deu de uma forma muito intensa, portanto desordenada também, e sobretudo no período do

arbítrio, da ditadura. Prefeitos nomeados, as Câmaras Municipais cerceadas nas suas prerrogativas. Houve um crescimento sem controle social.

Na mesma linha das questões que coloca a Senadora Maria do Carmo – e já falei de algumas aqui –, há a questão das parcerias. Considero, Senadora, nessa linha que estou falando, que o pacto federativo brasileiro é instigante, é democrático, mas exige uma engenharia. Corremos o risco, no Brasil, de termos Estados de mais e Estados de menos. Na verdade, esse nível que temos de poder no Brasil, o Estado federal, o Governo nacional; os Estados membros, as Unidades Federadas; os Municípios, é um modelo que temos que adequar – já falei aqui do grau de autonomia dos Municípios. Aí vejo um desafio: como conciliar a descentralização, que é legítima, correta, com o pacto federativo, com eficiência, com competência, com capacidade de resolver os problemas na ponta? E é claro que devemos sempre trabalhar pensando na boa intenção das pessoas. Mas pode ocorrer por exemplo de o Governo federal querer e o Governo estadual não querer, ou vice-versa. E aí como operaremos essas questões? Por exemplo, há um artigo na Constituição – se não me engano é o art. 23 – que tem que ser regulamentado. É um desafio, mas acho que tem que ser regulamentado. É um artigo que fala das competências comuns da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, lá embaixo, há o parágrafo único dizendo que a lei complementar estabelecerá as condições de cooperação. Hoje, no Brasil, alguns setores estão soltos. Por exemplo, quem vai tomar conta do ensino médio que está meio solto aí? Ele virou um filho rejeitado. E é fundamental hoje o ensino profissionalizante, etc.

Temos muitos desafios; há muita bola picando. Para algumas ações, vai o Estado, o Governo federal, vão os Governos estaduais e os municipais, e outras estão meio soltas. Então, essa integração, esse acerto do pacto federativo brasileiro é um desafio para nós, na linha de regulamentar e implementar a Constituição de 1988.

A nossa proposta, Senadora, com relação aos restaurantes populares, é a de que haja a nossa participação. A carta que enviamos a todos os Governadores e Prefeitos de cidades com mais de 100 mil habitantes manifesta a nossa vontade de fazer essa parceria. Disponibilizamos os recursos para a construção e para a compra de equipamentos. Porém, evidentemente, o Governo Federal não tem condições de operar, de Brasília, um restaurante popular lá na ponta. Dessa forma, deverá ser operado principalmente, a meu ver, pelas Prefeituras ou por terceiros, em uma linha de concessão ou de permissão que não tenha finalidades lucrativas.

De uma forma sucinta, Senadora, creio que respondi o que me foi abordado, conforme as minhas limitações.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada. Ainda estão inscritos a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Sérgio Guerra e, por último, a Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia.

Passo a palavra à Senador Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Srª Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Primeiramente, cumprimento o Ministro Patrus e manifesto a nossa alegria de tê-lo aqui presente. S. Exª sabe que sou sua admiradora por vários motivos, já que não o conheço há pouco tempo. Até brinco que tenho um filho que está virando mineiro e está sob a responsabilidade desses.

Agradeço o elogio do Senador Eduardo Azeredo, por me chamar de "a única radical", pois creio que há questões nesta vida e mesmo na política que se resolvem apenas sendo radical; não existe outra saída. E faz parte da minha característica envolver-me apaixonadamente em tudo que faço na vida, graças a Deus. No dia em que perdermos a capacidade de nos emocionar, não faremos mais o que precisamos fazer bem feito.

Tentarei abordar outras questões. Acredito que a Senadora Patrícia Saboya Gomes já expressou bem o assunto, mas citarei apenas uma situação em relação a esse ponto.

Foi muito divulgado no jornal **Folha de S.Paulo**, em fevereiro de 2004, se não me engano, que havia sido feito um corte de 80% no Peti.

Sr. Ministro, gostaria que V. Exª esclarecesse essa informação depois.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro do ano passado, deliberou exatamente sobre essa reformulação do sistema atual de gestão da assistência social. Qual é a importância disso? V. Exª já falou sobre a importância da mudança desse sistema de assistência social para que haja mais políticas públicas e menos assistencialismo, menos clientelismo. O que o Ministério está fazendo em relação a isso? Quais são as dificuldades de implementação do Peti?

Creio que o Senador Flávio Arns já falou algo sobre a questão da CND, com a qual o Ministro até sonha.

Sr. Ministro, concordo com o preceito de que os recursos devem ser o máximo. Realmente é necessária uma parceria entre as diversas esferas de Poder, que

deve ser dividida com responsabilidades. Concordo com isso. Várias caravanas de Prefeitos já vieram a Brasília em um período de pouco mais de um ano, ou seja, desde que assumi o mandato de Senadora da República. Já fui Vice-Prefeita e Secretária de Urbanismo, inclusive Vice-Prefeita do atual Prefeito de Belém. Portanto, valorizo essa descentralização.

O Senador Eduardo Azeredo e eu participamos de uma Subcomissão importante que analisa uma forma de compensação: a Cefem. S. Exª diz tratar-se de um tributo, mas, na minha opinião, é mesmo uma compensação financeira sobre a exploração de um bem que não é renovável na natureza que se repassa para a iniciativa privada. O próprio Banco Mundial considera essa forma de compensação uma das melhores que existem, uma das mais adequadas, porque passa, majoritariamente, os recursos para o Município; apesar de os minérios, por exemplo, serem bens da União, bens de todos os brasileiros, a transferência dos recursos, majoritariamente, fica na mão dos Municípios. Então, quero reafirmar que considero importante isso.

Também gostaria de fazer alusão à transferência e ao controle social. O nosso País é diferente. Há sociedades que estão mais organizadas, cujo padrão educacional é mais alto e têm melhores condições de exigir, de fazer o controle social dos recursos públicos. A última edição da revista **Veja** traz uma matéria assustadora para quem não conhece o assunto. Para mim nem tanto. Aliás, não me assusta nem um pouco. Segundo a matéria, 400% é o quanto aumentou a média de desvios dos recursos federais – só está falando dos recursos federais – pelas Prefeituras, nos últimos cinco anos apenas. Estima-se que sumam R$20 bilhões todos os anos no ralo da corrupção aberto nas Prefeituras brasileiras.

Evidentemente, há situações de desconhecimento, de desperdício, mas há situações absolutas de corrupção. E há imensa dificuldade em se fazer o controle da corrupção, do desvio dos recursos públicos, que – reconhecemos – são parcos no nosso País. Ainda assim, desvia-se dinheiro.

Sei que isso não é papel do Ministério da Assistência Social, mas, como o Ministério indica para o Congresso Nacional, a fim de que possamos fazer a nossa parte, fiscalizando a aplicação dos recursos públicos, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, como podemos fazer para que os comitês gestores de cada Município possam funcionar?

Tenho viajado pelo meu Estado e recebo inúmeras denúncias de pessoas dos comitês gestores, queixando-se que não têm acesso a nada. As Prefeituras simplesmente indicam. Não prestam contas de nada. Lá no meu Estado, precisamente em Eldorado dos Carajás, o Prefeito foi cassado pelo Procurador Federal e agora voltou. O Presidente do Fundef solicitou informações, e nada era feito, embora a lei obrigue que se dêem informações. O referido Presidente, porém, hoje é perseguido no Município. Ele é um pai de aluno e não pode voltar ao Município. Vejam que situação absurda vivemos! Vejam o que acontece com quem denuncia a corrupção no nosso País e principalmente nessas regiões!

Sou de um Estado onde, infelizmente, a impunidade grassa. Então, reafirmo e reafirmarei quantas vezes for necessário que a impunidade é a mãe e a maior incentivadora da violência. Como melhorar esse sistema para que não se desvie tanto dinheiro público no nosso País, principalmente via Prefeitura e via Conselhos Municipais?

Por último, quanto à exploração sexual no País, a Senadora Patrícia Saboya Gomes falou bem, mas, infelizmente, Sr. Ministro, eu queria deixar-lhe com mais um nó na garganta. A nossa CPMI esteve no Pará, numa audiência na Assembléia Legislativa do Estado, e obteve o relato de um policial civil, de um chefe do Data. Primeiramente, deixo registrado que a polícia civil não tem apoio nenhum e tem uma estrutura mínima, e a parceria com que mais conta, o apoio de retaguarda com que conta é um programa da Prefeitura Municipal de Belém. O Sentinela não é só, mas ele conta como retaguarda – declarou isso; está lá gravado – com o Programa da Prefeitura Municipal de Belém, à qual o Governo do Estado faz uma oposição radical, a ponto de retirar mais de R$400 milhões de quota-parte de ICMS.

Só para dar um exemplo, eu era Vice-Prefeita em 1996, quando Belém tinha 39% da quota-parte de ICMS – atualmente, tem 22% – e nem por isso deixamos de fazer parceria quando necessário, quando fundamental. O objetivo é salvar vidas, é exatamente atender bem à população.

Isso é diferenciado porque envolve outras situações como educação, como o exemplo que foi dado aqui, em que se confundiu liberdade de imprensa, liberdade de comunicação neste País com possibilidade e liberdade de se propagandear a imoralidade, a falta de ética, de se erotizar a infância. Sempre digo que vamos ter que encarar isso sem tirar o véu, porque temos que reconhecer que muitos discursos são absolutamente hipócritas.

Existem Parlamentares, existem pessoas que estão em cargos públicos e que acham absolutamente normal a relação sexual com uma criança, com uma menor, então vão lá e acessam o *book*. Então, ou nós retiramos o véu disso e a nossa sociedade encara essa

questão como crime, percebe que é um problema ou não vamos enfrentá-lo e nem resolvê-lo.

Isso envolve, na verdade, uma série de fatores culturais, educacionais, de comunicação, de políticas públicas. Mas nessa situação específica, a mãe envolve a filha – e não apenas por ignorância, Senadora Maria do Carmo Alves, a quem tenho grande respeito –, porque, além da ignorância, ela é levada a achar isso natural.

Vou deixá-lo com outro nó na garganta com a declaração desse chefe do Data. Ele contou que, "depois de terem concluído o processo, apesar da dificuldade imensa de se concluírem esses processos contra exploração sexual, e tendo conseguido culpabilizar um cidadão importante, um empresário por estupro contra uma jovem de 14 anos, receberam a sentença da juíza. Sabe qual foi, Ministro? Sentença dada por uma juíza, uma mulher – o que mais nos constrangeu, com certeza, Senadora Lúcia Vânia. Ela inocentou-o alegando que aquela jovem, aquela menina era uma prostituta infantil.

Penso que essa juíza deveria estar presa. Ela deveria estar atrás das grades. E, às vezes, sou radical sim, porque, nesses momentos, só posso ser radical.

A sociedade tem que enfrentar esse problema, mas ela coloca um véu, protegendo-o. Essa é a verdade. A nossa sociedade protege e incentiva esse absurdo de todas as formas: na propaganda, nas piadas, nas rodinhas de quem tem responsabilidade como juízes, como desembargadores, como políticos, Senadores, Deputados, Prefeitos, Vereadores. Infelizmente, essa é a realidade. Se os que têm tanta responsabilidade incentivam, imaginem o que acontece.

Ministro, a região Norte ainda é a menos atendida pelo Bolsa Família, com apenas 7,7%. Gostaria de saber qual é a perspectiva de crescimento dessa distribuição do Bolsa Família. Sei que já está crescendo bastante. Faço, inclusive, um registro aqui, de que a Prefeitura de Belém foi a primeira capital a criar o programa, independentemente do Governo Federal. Agora está fazendo em parceria, numa demonstração muito clara disso. Acredito que tem que haver transparência, controle social, união de todos, não apenas com relação aos programas com distribuição de recursos. E sou testemunha de que, no meu Estado, foi repassado por este Governo mais recursos do FGTS para o Governo do Estado, que é do PSDB, do que repassou o Governo de Fernando Henrique nos últimos quatro anos. Ou seja, não existe essa questão de discriminação. Estamos todos juntos. Já fui Oposição e, apesar de radical, Senador Azeredo, dei, muitas vezes, parecer favorável para projetos de Prefeitos a quem eu fazia oposição, porque achava importante. Não avalio a autoria, mas sim o mérito. Então, Ministro, cumprimento V. Exª e espero ter minhas questões respondidas. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senadora Ana Júlia.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Ministro, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi com atenção suas palavras e V. Exª confirma a expectativa que temos. Trata-se de um homem público de qualidade, sensato, com experiência administrativa provada. E é muito importante que V. Exª assuma as funções que assumiu para o Brasil.

O seu discurso é amplo, não está eivado de tecnicismos que, na minha opinião, não são compatíveis com a gestão de problemas do tipo que V. Exª tem que conduzir no Brasil de hoje.

Vou tecer algumas observações gerais e, depois, falarei sobre uma situação particular.

Gostaria ainda de discutir alguns aspectos sobre o que disse a Senadora Ana Júlia, uma série de opiniões com as quais concordo em parte e outras, não. Para iniciar, digo que não identifico, em Municípios, o foco da corrupção brasileira. Isso não é verdade. Aliás, a corrupção é conseqüência de várias situações que se desenvolvem; não é causa. Essa visão que o PT sustentou no passado não tem capacidade de enfrentar os problemas como de fato são. Os problemas são muito mais complexos e estão sendo enfrentados...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Apenas corrigindo, Senador: eu não disse que era o foco, só citei a matéria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – A matéria também é demagógica.

Esses problemas estão sendo enfrentados agora – espero – pelo Ministro que está conduzindo a área social do Governo.

Verdadeiramente, o Brasil é um País pobre. Temos população, recursos naturais e um Produto Interno Bruto insuficiente. De outro lado, o País, há muitos anos, não cresce. Não é desimportante o fato de, por muitos anos, mais de uma década, o Brasil não ter um crescimento que possa ser referido. Remanescer nessa situação cria grandes dificuldades. A expansão da violência, a desestruturação de padrões nacionais de forma crescente, culturais, sociais tem a ver com uma imensa desagregação social, que é conseqüência do fato de este País não crescer como deveria. Além do mais, como todos sabemos, a riqueza existente é extremamente mal distribuída. E, sejamos sinceros, há muitos anos, não temos políticas de desenvolvimento regional para conseguir alterar essa situação. Não ti-

vemos antes, não temos agora e não há sinais de que teremos de agora em diante.

Na falta dessas políticas, a ação social do Governo é insuficiente, porque não se sustenta numa base econômica que possa dar capacidade de autodeterminação, de auto-sustentação a toda uma base nacional que está fora do núcleo de expansão econômica, expansão, por sinal, bastante limitada.

Nesse cenário, o Nordeste é um exemplo do que estou falando – o Nordeste no geral, o meu Estado de Pernambuco em particular. Vou aproximando-me do tema da minha pergunta.

Há uma sociedade produtora de cana em Pernambuco que deve ter fundado no Brasil a luta de classes. Ela, primeiro, foi importante para reconhecer o padrão cultural brasileiro – está aí Gilberto Freire e tantos que escreveram a partir dele –, mas ela também foi o berço do novo ou do primeiro sindicalismo dos trabalhadores rurais brasileiros nas ligas camponesas, nos sindicatos rurais da cana de açúcar.

A cana de açúcar moldou a civilização pernambucana e, em grande parte, aquela monocultura teve interferências diversas no padrão cultural brasileiro, como outras também tiveram. Mas o fato é que, nessa região, região de recursos naturais pobres, escassos, empobrecidos, e com excesso de população, topografia inadequada à cultura da cana de açúcar, que é uma **plantation** – e é da característica desse tipo de agricultura não permitir a viabilização de uma classe média adequada –, ou se é proprietário ou peão; não se formam quadros intermediários, lideranças intermediárias que possam ter o papel modernizador. Nessa região, os trabalhadores moravam nas suas propriedades. Eles, há 40, 50 anos, plantavam alguma agricultura de subsistência. O avanço da chamada "modernização" urbana transferiu essa população para as periferias de cidades, periferias de cidades na própria Zona da Mata, ou no Recife e em outras regiões metropolitanas – e até em outras regiões metropolitanas do Brasil que receberam fluxo migratório do Nordeste e também de lá.

Essa região não conseguiu reproduzir um nova base econômica. Essa população empobreceu enormemente, políticas sociais ali não tiveram resultado. O trabalhador da minha região, dessa região da mata – sou de lá – é menos dotado hoje de qualidade, de competência, de capacidade técnica do que eu era há 30 anos. A própria monocultura limita imensamente a capacidade de o trabalhador aprender a fazer outra coisa. Há todo um ciclo de pobreza que passa pelo alcoolismo, pela incapacidade, pelo desmantelamento das famílias, pela urbanização sem o menor planejamento dessa população, todo um ciclo evolutivo extremamente perverso. As cidades são quase cemitérios; ali moram crianças e velhos.

No governo passado, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi eficiente nessa região. Eu diria que foi a primeira intervenção cujos resultados foram visíveis. Vi que os meninos saíram da plantação de cana-de-açúcar; não estou fantasiando. Vi, cheguei a procurar crianças e não encontrei, mas as estou encontrando de novo. Não vai aí nenhum julgamento de qualidade nem de competência, seria breve e cedo para fazer isso. Mas o fato concreto é que há uma reclamação quanto à regularidade do financiamento desse programa. E essa é a causa – não tenho condições de afirmar – principal da perda de eficiência no programa.

Ministro, ouvi suas palavras com atenção; entendo a sua notável capacidade, da qual os mineiros são grandes exemplos brasileiros, de compreensão mais geral, mais ampla, mais humana. Minas é uma bela síntese do Brasil. Mas acredito, Ministro, que, com a sensibilidade que demonstrou em suas palavras, deveria olhar melhor aquela questão da Zona da Mata.

Já que não se dá uma solução estrutural ao Nordeste; já que ninguém fez Sudene nenhuma; já que ninguém recompôs, como foi prometido pelo Presidente Lula, a promessa de Celso Furtado; já que ninguém desenvolveu programas demográficos eficientes; já que não há pesquisa adequada; já que não existem políticas regionais conseqüentes para o Nordeste, que aquele exemplo de pobreza da Zona da Mata seja enfrentado, e enfrentado sem preconceitos. Não se trata dessa história de dizer que Prefeitos usam recursos indevidamente e que o Prefeito pegou o dinheiro e fez isso e aquilo. Isso é coisa que não tem significação estatística e não deve nos imobilizar. Não se trata disso.

Temos que, primeiro, fazer autocrítica. Ninguém cuidou daquilo até agora. Segundo, o Presidente Lula é do Nordeste, nasceu lá no agreste. O agreste é uma região de transição entre a Zona da Mata e o Sertão. A característica da região onde nasceu é a propriedade dividida, apesar de o MST estar invadindo terras. A propriedade é dividida e não sustenta nada, porque é uma propriedade pobre. E a agricultura de subsistência e familiar neste País não têm vez. O Presidente nasceu nessa situação, que é a mesma há 30 anos, 40 anos ou 50 anos. Ainda falta água do mesmo jeito, ainda falta rigorosamente quase tudo que faltava há 50 anos.

Constatar isso tudo e ficar repetindo, como o nordestino reclama, todo ano, da seca, é um espetáculo que tem que ser quebrado. Num determinado momento, alguém tem que dizer que não é assim.

Eu, sinceramente, não votei no Presidente Lula. Votei nas outras vezes. Devo uma certa vocação oposicionista. Mas o fato é que não há intervenção, não há Governo Federal. Existiram no Governo Fernando Henrique algumas ações como essa da erradicação do trabalho infantil, que não podem ser alteradas. Devem ser mantidas, ampliadas, melhoradas, porque é indispensável que o sejam. Não sei por que fluxo de financiamento esse projeto está sendo inconsistente.

Quero informar ao Ministro que o fluxo de financiamento e de investimentos mínimos no Nordeste é inconsistente, que o Governo atual tem sido absolutamente precário nisso; que não falta só dinheiro para consertar estradas, não, nem para fazer grandes obras; falta dinheiro para completar um poço, que custa R$50 mil, R$100 mil. O sujeito vai lá, fura o poço artesiano e depois falta dinheiro para colocar a bomba e tirar água do poço; depois o cano para levar aquela água para algum lugar. Então, há todo um desmantelamento, uma falta de responsabilidade nisso agravada pelo enfraquecimento das instituições regionais como a Sudene, o que nos deixa extremamente preocupados. Esse é um depoimento sincero. Não é um depoimento oposicionista. Eu o dou assim, sem maiores preocupações, porque eu já possuía informações sobre o novo Ministro, e fiquei absolutamente sensibilizado pela forma de abordagem dos problemas nacionais como S. Exª fez hoje na nossa reunião.

Penso que se há vários assuntos que devem nos dividir, essa questão da pobreza não deve dividir ninguém. Temos todos que ficar juntos e enfrentá-la com determinação e eficiência.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senador Sérgio Guerra.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Srª Presidenta. Saúdo a Senadora Patrícia Saboya, a Senadora Lúcia Vânia e peço desculpas ao Ministro Patrus Ananias por, tendo sido um dos requerentes da sua presença a esta Comissão, não ter podido estar aqui logo a sua chegada. Hoje está de fato uma confusão muito grande porque estamos tratando de matérias relevantes, em várias reuniões significativas, que estão se processando ao mesmo tempo. Quero saudar e agradecer a sua presença e a da Drª Ana Fonseca, sua Secretária Executiva.

A primeira coisa a dizer é que tenho uma impressão muito positiva a seu respeito. E essa impressão me é passada pela minha própria análise, pela minha própria consciência, e muito pela forma respeitosa com que o Senador Eduardo Azeredo se refere a V. Exª. Refere-se até ao fato de que projetos importantes da sua Prefeitura foram continuados por V. Exª quando passou e, de maneira positiva, pela Prefeitura de Belo Horizonte.

E digo mais, entendo que este Governo deveria ter mais Patrus Ananias para que o diálogo fluísse de maneira melhor, a fim de que pudéssemos ter momentos de mais serenidade. Creio que o dever de quem está no governo é governar em primeiro lugar e, de preferência, exercendo uma ação defensiva vigorosa de suas posições, mas evitando arestas. Ou seja, há certo tipo de Ministro, enfim, que nos convoca a uma coisa de que eu gosto, que é a luta, a idéia do confronto. E há outros que, de certa forma, nos inibem. V. Exª é um daqueles que a nós nos inibem. Portanto, fica muito melhor o diálogo no nível em que V. Exª o propõe.

Saudei com alegria sua ascensão ao Ministério do Presidente Lula, deplorando a forma como foi feito todo aquele falso mistério, todo aquele *show* de inexperiência. Reforma ministerial para mim tem de dar choque de gerência. E eu vi V. Exª ser nomeado como político de nível é e como gerente exitoso que foi em Belo Horizonte. Vi que isso foi uma coisa boa. Mas deplorei a história dos mais de 20 Ministérios, dos 36 Ministérios ou Secretarias em nível de ministério; superposição de funções. A meu ver, um começo, de fato, atabalhoado. Eu imaginava que a reforma poderia dar ao Presidente o ensejo de enxugar fortemente essa máquina, poupar no investimento para sobrar dinheiro para o custeio.

E não apenas eu, mas o Brasil reconheceu que a coisa melhor que se fez naquele momento foi a indicação de um político com trânsito nas Casas e com conceito de probidade e com passagem por uma Prefeitura relevante como a de Belo Horizonte.

Portanto, Sr. Ministro, vim aqui para, depois dessa admirável fala do Senador Sérgio Guerra, que se pronunciou como nordestino apaixonado e como homem experiente que é sobre as coisas do Brasil, dizer que essa falta de gerência tem, a meu ver, conturbado e apresentado uma face não eficaz do Governo do Presidente Lula.

Eu já lhe disse do meu espírito desarmado em relação a V. Exª. Portanto, não estou aqui para trocar, ou seja, não vim aqui para ganhar do debate. Vim para dizer que, de fato, este é um Governo carente de expressão gerencial mais forte.

Ouvi parte da sua fala sobre o Fome-Zero e V. Exª se saiu com muita inteligência. Disse que se trata de um movimento e não de um programa. Mas começou como um programa. Começou como um programa, sim, e o Presidente não soube fazer deslanchar. Tenho muito respeito pela figura intelectual e pública do Dr. José Graziano, muito respeito e simpatia pessoal. Mas o fato é que o programa não conseguiu deslan-

char. Depois veio a atitude mais justa e sábia de unificar o que havia e procurar dar uma face consistente ao programa.

Eu até comentei comigo mesmo – de mim para mim – que o Patrus Ananias saiu-se bem. É bom dizer que se trata de um movimento. Ninguém pode dizer que é contra um movimento contra a fome. Agora, evidentemente, temos de discutir a eficácia, porque não basta a boa intenção.

Estamos hoje vivendo um momento muito interessante em que o seu Partido percebe que vontade política – e V. Exª já sabia, Prefeito que foi de Belo Horizonte – não resolve tudo. É limitada pelos orçamentos, é limitada pelas possibilidades reais e pelas condições objetivas que se está vivendo.

Vontade política. Ouvíamos aquela história sobre ser preciso aumentar os salários dos servidores em não-sei-quanto e que faltava vontade política. Uma vez, eu e um ilustre colega seu de Partido debatemos de maneira acalorada num programa de televisão. Nesse dia, os dois lados gritaram tanto que combinamos de deixar o outro falar, porque, do contrário, as pessoas de casa iriam reclamar. E ele insistia com vontade política para lá e para cá. Pode até parecer grosseiro e descontestualizado, mas na hora o calor foi muito intenso e eu disse: "meu caro Fulano, vontade política não resolve tudo – estava no auge aquele escândalo do salão oval de Bill Clinton –, se resolvesse indefinidamente tudo, V. Exªs crêem que Bill Clinton teria praticado aquilo no salão oval e com aquela mulher horrorosa? Certamente, teria tomado certos cuidados em relação ao local e até com relação à pessoa, que foi ruinosa para a vida dele". Tentei, de uma maneira que pode parecer de certa forma até rude, dizer isso. Não agüentava mais ouvir dizer que era preciso vontade política para isso e para aquilo.

Não quero anular a perspectiva da vontade política. Sem vontade política, não se faz muita coisa, mas só com vontade política não se consegue transformar uma realidade. Ou seja, a boa intenção, acompanhada de pouca competência, termina ficando tão inócua que nem sei se vale a pena. A boa intenção, acompanhada de incompetência, termina prejudicando tanto quanto aquele que age de má-fé e usa a máquina em detrimento dos interesses do povo brasileiro.

Tenho muita esperança de que V. Exª dê uma conformação justa, eficaz, de um bom desempenho administrativo a sua Pasta. Tenho aqui uma pergunta a fazer-lhe. Pareceu-me uma saída muito inteligente de sua parte dizer que não é mais um programa, mas um movimento. Na verdade – e estou tentanto parafraseá-lo, repeti-lo – trata-se de uma grande política pública nacional, e mesmo internacional. O Fome Zero seria tudo o que haveria: distribuição de alimentos; concessão de bolsas; tudo o que se relacionasse à geração de emprego e renda. A minha idéia, então, é a de que o Fome Zero existia. Se é esse movimento, ele existia. O Governo passado foi muito ineficaz na sua propaganda, mas só isso não sustenta um Governo. A constatação terminou sendo a que de que havia um Fome Zero. Não se deu o nome de Fome Zero ao que existia. O Bolsa Escola, ontem, foi muito elogiado pelo admirável Senador Cristovam Buarque, com uma menção muito clara ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, aqui mencionado pelo Senador Sérgio Guerra, precisa ser tratado, revitalizado, aperfeiçoado, melhorado. Minha pergunta é a seguinte: onde estaria a novidade? Creio que V. Exª já respondeu. Não haveria novidade porque a novidade seria o movimento. Se é um movimento, a novidade foi anunciar que o movimento existia e não o movimento em si. Não havia a declaração do movimento, mas havia o movimento de combate à fome. O Governo passado aperfeiçoou um movimento que, certamente, herdou de outros Governos. O Governo passado não fez tudo. Deve ter recebido alguma herança bendita de Governos anteriores para, a partir daí, poder aperfeiçoar.

Tenho uma questão objetiva: por que então a criação de um Ministério específico se os programas vinham sendo apresentados por Ministérios em si? Eu que aprovo a sua indicação reprovo, em meu conceito modesto, a idéia de termos tantos Ministérios. Se o Presidente dedicar-se a receber os seus Ministros, a discutir os assuntos de cada um, sua rotina vai sofrer um transtorno brutal. Sou a favor de um enxugamento. Creio que com 25 ou 26 Ministérios é possível dar um choque de competência e evitar certas superposições de funções que vemos.

Mais objetivamente, no que se refere aos programas de transferência de renda, há uma dúvida. V. Exª certamente irá esclarecer-me sobre ela. As 3,8 milhões de famílias hoje atendidas foram objeto de novos cadastramentos ou são provenientes dos cadastros dos programas unificados, ou seja, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, auxílio-gás, cartão-alimentação? Se a resposta for a primeira, gostaria que V. Exª discorresse sobre o assunto. Se for a segunda, pergunto-lhe então: por que atender apenas esse número ou até mesmo os 100 milhões até o final do ano se já existem cerca de 9 milhões de famílias cadastradas? Gostaria de discutir por quê. A discussão anterior estava um pouco simples.

Quando um Governo entra é algo incrível. Tudo o que gostaria de ver eram Governos que sustentassem, entrassem maduros e saíssem bem. Ou seja,

não prego a idéia de um Governo ir mal para que meu Partido ascenda ao poder. A coisa quanto pior melhor vamos mostrar daqui a pouco na Cofins. Na prática, não jogamos no quanto pior melhor. Mas, no começo, é natural, é aquela festa, enfim, junta inexperiência com a empolgação.

E, no começo, era "daqui para trás nada serve". O Ministro anterior chegou a dizer que os cadastros não serviam. E dizíamos: puxa, mas o cadastro não ser bom, não ser ideal não é motivo para não se fazer nada. É motivo para ir aperfeiçoando-o fazendo; é aprender a caminhar caminhando, como diz o poeta. E havia aquela empolgação. Parecia que, de repente, tinham-se descoberto coisas tão simples que, confesso, senti-me uma pessoa muito estulta, muito estúpida. E dizia: meu Deus, passamos oito anos no poder, e esse pessoal vai resolver tudo tão rápido!

E digo-lhe, Ministro, que, se o governo não tivesse tido os percalços que teve, eu iria fazer um exame de QI, e ainda iria levar o Fernando Henrique junto. Já estava achando que tínhamos QI baixo.

A realidade começou a mostrar que nosso QI pode não ser tão alto, mas que não há necessidade de alarmarmos nossas famílias.

As dificuldades naturais aparecem, as dificuldades de governo aparecem, aparecem as restrições orçamentárias, aparecem as dificuldades. Ou seja, deposita-se tanta esperança no Ministério que indicamos, e, de repente, começam as decepções: fulano não é operacional; beltrano não é leal; cicrano de tal não foi tão correto assim; o outro se esconde na hora de defender o Governo. Vai-se aprendendo que a arte de governar ensina – e só se aprende governando, é verdade –, mas tira aquele caráter idílico do tipo, **veni**, **vidi**, **vici**, do Judiciário, "cheguei, vi e venci", ao conquistar a Gália.

Não é assim; sabemos que os passos são muito complicados. E, no final, o que percebo, é uma tradição brasileira lamentável: os Governos vão perdendo o encanto e vão perdendo o viço – e não me refiro a vício, mas a o viço –, vão perdendo a cor, os Governos vão se repetindo, se "mesmizando".

Enfim, gostaria muito que trabalhássemos a realidade de buscar patamares melhores de comparação, ou seja, nada de terra arrasada, nada de destroços, nada de país que caminha para trás. Tem-se que caminhar para frente, nas exportações, na educação, na saúde. E é papel de uma oposição se credenciar mostrando que é capaz de fazer melhor ainda, mas não se mediocrizar ela própria dizendo: "olha, eles não fizeram nada. Logo, eu que faço só um pouquinho volto". Ou, ainda, descredenciar o adversário.

Fui esportista e competi muito, e mesmo quando enfrentava adversários que me diziam que eram fraquinhos, eu falava: não, são caras ótimos! Eu lá vou desmerecer o cara de quem ganhei! E se perco dele, aí estou desmoralizado duas vezes. Ou seja, sempre digo que quem me enfrenta tem valor, na política; antigamente, no esporte. Porque, senão, não haverá vantagem em ganhar. Vão dizer: "poxa, mas ele mesmo disse que o adversário dele era fraco, ruim e sem mérito que a vitória ficaria sem cor".

Por outro lado, tem-se a perspectiva de que o Brasil é uma continuidade, o Brasil é um processo, o Brasil é uma realidade que tem que ser trabalhada, levando-se em conta que, quando Cabral chegou aqui, já havia uma civilização com ares de certa sofisticação. Algumas nações indígenas tinham sofisticação. Enfim, quando Colombo ou quando Pisón – que fez aquele massacre – chegou aqui, havia civilização mais avançada, em muitos aspectos, do que a própria civilização espanhola, que era potente militarmente, mas que aprendeu muito em Medicina, aprendeu muito em Astronomia, com a civilização que ela destroçou.

Ou seja, vejo em V. Exª isso – e quero de novo aqui elogiá-lo. Vejo V. Exª sendo capaz de ter uma compreensão correta do Brasil. Não vejo V. Exª como o inventor da roda, nem como um engenheiro de obras feitas. Não vejo em V. Exª alguém que seja um propagandista, alguém que diga assim: "fazendo ou não fazendo, não importa, o importante é que pensem que estou fazendo". Vejo V. Exª sinceramente interessado em fazer. E por isso as observações que lhe fiz, com o máximo de respeito, pois tenho muito respeito por V. Exª, e tenho muita alegria de tê-lo visto aqui na Comissão. Quero que V. Exª saiba que é muito bem-vindo aqui. Tem trânsito entre nós, é de muito respeito. Faço de novo aqui a relação com o Senador Eduardo Azeredo. V. Exª pode perfeitamente olhar para nós da Oposição como interlocutores confiáveis e que não querem boicotar o seu projeto de Governo; não querem que V. Exª dê errado. Querem que V. Exª acerte, porque isso significaria melhoria para pessoas despossuídas no País. Seria terrível fracassar.

Se eu dissesse para V. Exª que torço para que o Governo Lula tire nota 10,0 eu estaria mentindo. Isso é pecado e eu não o faria. Mas, com uma nota 7,0, nós podemos lutar para apresentar um programa 8,5 e não perder a perspectiva do poder.

Mas, em outras palavras, vejo com alegria o fato de podermos oferecer críticas e sugestões, sabendo que estamos tratando em nível de alta responsabilidade pública. Ou seja, com mais Patrus, nós temos uma posição muito mais mansa e tranqüila do que a que outros Ministros sugerem.

Obrigado a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada, Senador Arthur Virgílio.

Passo a palavra ao Ministro para que possa responder às indagações.

O SR. PATRUS ANANIAS – Agradeço mais uma vez as manifestações de apreço. Mais do que isso, manifestações de afeto que me sensibilizam. Costumo dizer que as manifestações de apreço e afeto são boas, aquecem o coração, massageiam o ego, mas aumentam também a responsabilidade. A cruz fica um pouco mais pesada, porque ficamos sempre com a tarefa a cada momento acrescida de corresponder à confiança das pessoas e de estar no nível das expectativas.

Mas agradeço muito a minha amiga e companheira, Senadora Ana Júlia Carepa, ao Senador Sérgio Guerra e ao Senador Arthur Virgílio essas manifestações de afeto.

Senti que um tema que tem me despertado um interesse maior, objeto de uma interpelação da Senadora, e que também esteve presente na intervenções dos Senadores Sérgio Guerra e Arthur Virgílio, é a questão do Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Houve de fato, no Orçamento de 2004, uma questão de rubrica, que estamos efetivamente acertando. Houve alguma transferência dos recursos para outras rubricas, mas em nenhum momento houve qualquer idéia no sentido de restringir do Peti.

Penso que os números falam por eles. Mostram que, gradativamente, o programa vem se consolidando no Brasil. Eu acho importante isso, a idéia da continuidade de obras, políticas e programas sociais.

Quando fui Relator da Lei Orgânica de Belo Horizonte, como Vereador – na época o Senador Eduardo Azeredo estava como Vice-Prefeito; o então Prefeito Pimenta da Veiga não havia ainda se afastado –, fizemos constar um dispositivo proibindo investimento em uma mesma área em que houvesse obras inacabadas ou programas, para evitar desperdício, porque o dinheiro público era o mesmo. Qualquer que seja o Governo, quem financia é o contribuinte, o sofrido dinheiro das cidadãs e dos cidadãos do País.

Então, o Peti, em 2001, atendeu a 749 mil crianças; em 2002, 809 mil crianças, com 425 milhões investidos; em 2003, 810 mil crianças com 459 milhões. A previsão para este ano é que cheguemos a 902 mil crianças, no mínimo, porque, como eu disse aqui, também vamos buscar ações de parceria, financiamentos. Se conseguirmos, iremos além disso.

O atendimento está em todo o Brasil, e mais intensamente no Nordeste. Então, concretamente, para este ano, ampliaremos o número de crianças e os recursos investidos.

Gostaria de fazer dois registros, um sobre a Senadora Ana Júlia Carepa quanto à radicalidade. Tempos que separar sectário de radical. O sectário é aquele que não houve, não escuta, e parece-me que o Professor Paulo Freire trabalha bem essa questão da radicalidade sem intransigência. Em Minas, temos uma expressão que o ex-Governador Hélio Garcia gostava de citar: eu não briguei mas não faço as pazes.

Gostaria de fazer uma homenagem ao Senador Sérgio Guerra, ao Estado de Pernambuco. Hoje, acordei cedo porque, a cada 15 dias, publico um modesto artigo no **Estado de Minas**. E, vendo as reflexões históricas sobre o golpe de 64, dei-me conta de que os anos que terminam em 4 têm muita presença na História do Brasil. Então comecei a escrever uns modestos artigos a partir de 1924, ano da nossa primeira Constituição e ano da Revolução Pernambucana de Frei Caneca. Hoje escrevi um artigo sobre o Frei Caneca, a Confederação pernambucana e sobre Pernambuco. Comecei dizendo que o hoje Estado de Pernambuco era chamado, nos tempos do Império, de província rebelde e que os pernambucanos bem fizeram por merecer. Essa tradição libertária dos pernambucanos começou cedo, ainda na era colonial, e encontrou o seu apogeu na famosa Batalha dos Guararapes, quando foram lançadas as bases da nacionalidade e da formação étnica do povo brasileiro.

Então, agradeço o carinho que o Senador tem por Minas quando fala que Minas é a síntese do Brasil – com o que nós concordamos. Temos também um carinho especial por todos os Estados do Brasil, mas, hoje particularmente, amanheci pensando no querido Estado de Pernambuco. Como gosto de literatura e V. Exª falou de Gilberto Freire, podemos constatar que a contribuição dos pernambucanos à poesia brasileira é notável e contou com Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Joaquim Cardoso, Mauro Mota, Carlos Pena Filho. Temos também as tradições políticas, e nós, do campo das lutas democráticas e sociais, temos apreço pela tradição das alianças das frentes populares de Recife e Pernambuco, começando com Barbosa Lima Sobrinho e, depois, Alves da Silveira até Miguel Arraes. Enfim, Pernambuco é passagem obrigatória nos caminhos do Brasil.

Quanto ao que a Senadora Ana Júlia colocou, faz-me acreditar que precisamos reestabelecer a idéia de um território sagrado no Brasil, onde temos que criar a idéia de que existem limites que não podemos ultrapassar – isso, sobretudo, no campo da ética, dos valores morais, dos procedimentos.

Fiz essa colocação respondendo a Senadora Patrícia Saboya e reitero agora. É claro que temos que enfrentar os problemas no campo social, investimentos, recursos. Temos de restabelecer no País, com uma certa urgência, uma espécie de um código ético, um código de valores, senão o convívio social não se

sustenta. A questão, por exemplo, das crianças, dos idosos, até mesmo, Senador Arthur Virgílio, das pessoas consideradas feias, é que todas merecem um reconhecimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Ministro, agradeço a homenagem que faz a mim neste momento.

O SR. PATRUS ANANIAS – Pois é. V. Exª fez referência ao caso do ex-Presidente Clinton, que não é o seu caso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso já explica, Sr. Ministro, que talvez seja o único homem do Governo que me acha bonito.

O SR. PATRUS ANANIAS – Há pessoas que, às vezes, nascem com marcas na mente, na alma e no corpo. Refiro-me aqui, Senador Arthur Virgílio, a essas pessoas que têm realmente expressões visíveis do sofrimento e da distorção física, e que nem por isso devem ser consideradas como seres menores, no caso, por exemplo, da propaganda que mencionei aqui da Skol. É nesse nível que me coloco.

Penso que precisamos estabelecer essa idéia de um território sagrado, de um código ético. Há coisas que não podem ser feitas.

Os antigos tinham, como referência, a idéia que continuo cultivando, a idéia de Deus, da transcendência. Como vivemos numa sociedade secularizada, em que nem todas as pessoas têm a experiência mística que tenho e a que sou fiel – e sei que o Senador Azeredo e outros Senadores também; e cito aqui o Senador Pedro Simon como a referência maior dessa dimensão –, penso ser importante colocarmos essa questão. Independente da fé ou não na transcendência, no mistério de Deus, não podemos abrir mão dos valores humanos, que são impostergáveis, sob pena de começarmos a percorrer o triste caminho da barbárie. Então, é nessa linha que estou mencionando a questão da família. Com uma propaganda que desqualifica a mãe, como a que mencionei, a pessoa vai perdendo as referências.

Quanto às ponderações do Senador Sérgio Guerra sobre a questão da corrupção, prefiro ter esta posição, sinceramente. Penso que o nosso Ministério não deve segurar nenhum recurso. Faremos uma batalha vigorosa para superarmos alguns entraves burocráticos, mas, por outro lado, a sociedade deve mobilizar-se em todos os níveis. A corrupção, de fato, está presente no Brasil, presente no mundo inteiro. O problema no nosso País talvez seja a impunidade.

Senadora Ana Júlia, defendo que crime de corrupção comprovado, ou seja, tirar dinheiro público, tirar merenda das crianças, deveria ser considerado crime hediondo, de lesa-pátria, inafiançável. Temos que separar corrupção de erro administrativo, que às vezes nem é erro, é avaliação. E sabemos que, muitas vezes, os nossos Tribunais de Contas são muito rigorosos nessa questão de avaliação. Eles sabem que não teve enriquecimento ilícito, que não teve prejuízo, digamos assim, para os cofres públicos, mas, às vezes...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ministro, por favor.

O SR. PATRUS ANANIAS – Pois não. Com prazer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Para colaborar. Sobre a matéria que a Senadora Ana Júlia se referiu, não vou citar nomes, mas há um Prefeito no meu Estado que foi citado como campeão de corrupção, coisa desse tipo. Na verdade, ele usou recursos de uma obra pública para pagar a folha de pagamento. Isso não deve ser feito e tem que ser punido, mas, evidentemente, é diferente do outro cenário em que se pega o dinheiro da merenda escolar e bota no bolso. Não tem nada a ver. Estou apenas exemplificando.

O SR. PATRUS ANANIAS – Claro. Com relação ao processo de dispensa de licitação, vivi uma situação concreta na Prefeitura de Belo Horizonte. Faz-se uma licitação para compra de medicamentos; a licitação fica embananada; uma empresa de medicamentos não fica satisfeita com o resultado e entra com uma ação judicial. Você olha para a frente e percebe que isso pode demorar um ano para ser resolvido, vai ficar parado? Os hospitais e os postos de saúde vão ficar sem medicamentos? Então, você assume a responsabilidade, faz a fundamentação cuidadosa e faz uma compra com a dispensa de licitação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ministro, apenas para deixar claro. Senador Sérgio Guerra, não tenho a menor dúvida de que há diferenças, inclusive citei isso. Sei que existe a inépcia, a inexperiência, os erros administrativos. Isso acontece muito em cidades pequenas, do interior, onde a qualificação profissional é difícil. Mas o Ministro já está nos dando uma tarefa: fazer um ajuste no Código Civil – creio –, em relação a transformar em crime hediondo o crime comprovado de corrupção. Queria agradecer. Toda esta Comissão poderia tomar essa iniciativa.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Srª Presidente, pela ordem. Já foi dado início à Ordem do Dia, então, pediria que acelerássemos a audiência pública, uma vez que já recebemos solicitação para interrompê-la, mas creio que o Senador Eduardo Suplicy poderia usar da palavra para encerrarmos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Sr. Ministro já terminou de responder as perguntas?

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim. Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, Ministro Patrus Ananias, quero cumprimentar V. Exª pela maneira como aqui vem, com a disposição de tornar o mais claro possível a ação do Ministério de Desenvolvimento Social.

Primeiro, gostaria de fazer uma pergunta a V. Exª sobre o processo de unificação dos programas de transferência de renda, uma vez que reportagem recente do jornal **A Tarde**, da Bahia – que, aliás, foi me emprestado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães –, do dia 14 de abril, muito recente, fala do acesso ao benefício, ajuda no orçamento doméstico. Trata-se de reportagem muito completa relativa ao procedimento de cadastramento. Observo que, ainda em Salvador, uma capital brasileira, é como se ainda não tivesse havido o processo de unificação, porque a própria reportagem fala que, lá, as famílias inscritas no cadastro único têm acesso ao auxílio-gás, ao Bolsa Alimentação, ao Bolsa Escola, ao Bolsa Família, fora o Peti. São 39 mil famílias inscritas no cadastro; 78 já estão no Bolsa Família. Aos poucos, vamos cadastrar.

Ao ler essa reportagem, fiquei com a impressão, Ministro Patrus Ananias, de que o próprio responsável pela aplicação, em Salvador, da unificação do programa, ainda não estivesse informando, com clareza, a população de uma metrópole importante, de uma capital, a respeito do que estaria sendo realizado. Então, essa é uma primeira indagação.

Em segundo lugar, pergunto: qual o efeito perceptível, até agora, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, da implementação do Bolsa Família e, portanto, da unificação dos programas, sobretudo nas regiões do semi-árido do Nordeste, onde mais se aplicou, sobre a atividade econômica e o emprego?

Obviamente, hoje há uma enorme preocupação com a taxa de desemprego que, pelo IBGE, subiu a 12,6%. Pela Fundação Seade/Dieese, ela subiu para vinte e tantos por cento. O Presidente está extremamente preocupado com isso, bem como toda a sua equipe e nós também.

Pergunto: o Ministério do Desenvolvimento Social tem conhecimento de que o Bolsa Família teve um efeito significativo sobre a atividade econômica e o nível de emprego, ali, onde, sobretudo, já foi implementada? Ele se iniciou no semi-árido do Nordeste, mais nas cidades de Guaribas, Acauã, e assim por diante, incluindo o que antes era o cartão-alimentação e agora é o Bolsa Família, mais significativo. O Governo do Piauí ou de outros Estados do Nordeste pode encaminhar a V. Exª, se não ao próprio Ministério, dados de que houve esse efeito positivo, se é que houve, e se são mensuráveis?

Por que razão formulo essa pergunta? Porque vem a outra: em que medida V. Exª, como Ministro do Desenvolvimento Econômico e Social, interagiu, nestes últimos dias, com os Ministros do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento e toda a equipe econômica e com o próprio Presidente, acerca da questão tão difícil e delicada que Sua Excelência está anunciando hoje – se não antes de 1º de maio, relativamente ao efeito do salário mínimo? Em que medida está V. Exª interagindo, para transmitir ao Presidente e aos demais membros da equipe econômica, os efeitos do programa de transferência de renda sobre o nível de emprego, sobre essa questão tão relevante? O Governo está decidindo aumentar o salário mínimo, em princípio, para R$260,00, e o salário-família de R$13,50 para R$25,00. Considerou o Governo que é uma forma de aumentar a remuneração do trabalhador já que, se aumentar mais do que R$260,00, ou algo assim, o salário mínimo, isso terá um impacto sobre as despesas de Previdência de tal ordem que poderia significar um problema. Então, vai-se aumentar o salário-família que beneficia os trabalhadores com mais filhos.

Entretanto, há uma limitação, pois só se beneficiam com o salário família os trabalhadores do setor formal, sejam os das empresas privadas e públicas, como também os do setor público; mas não os empregados domésticos nem aqueles do setor informal. Ora, os programas de transferência de renda normalmente atingem a todos. O dia em que o Bolsa Família, conforme já previsto em lei, se transformar em uma renda incondicional para todo e qualquer brasileiro, aí, então, beneficiará a todos, e isso terá um efeito de grande significado sobre o nível de renda e emprego.

Ministro Patrus Ananias de Sousa, gostaria que começasse a haver, dentro do Governo, compreensão cada vez mais clara, inclusive para programas que venham a estimular maior grau de emprego na economia. Primeiro, a Bolsa Família está se expandindo e a sua expansão é até mais rápida do que a prevista, de 11,3 milhões de famílias para 2006. Na medida em que puder ser antecipada e transformada num mecanismo de renda básica de cidadania, ela será mais eficiente do que, por exemplo, a modificação que agora se faz no Programa Primeiro Emprego.

Quando instituída, no ano passado, eu alertei então ao Ministro Jaques Wagner de que talvez não fosse a melhor opção pagar às empresas R$200,00 a mais para que pudessem empregar mais pessoas. Estudos realizados no âmbito da Organização Internacional do Trabalho e por diversos especialistas indicam que essa não é a melhor maneira de se prover, ao mesmo tempo, renda e mais emprego, seja a qualquer segmento, mesmo aos mais jovens. Não é a mais eficaz,

que seria a universalização mais rápida de uma renda básica de cidadania.

Então, são essas as questões que gostaria de transmitir e de colocar para V. Exª, mais uma vez cumprimentando-o.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra a nossa última inscrita, a Presidente da Comissão Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Ministro, não vou fazer nenhuma introdução, irei direto ao assunto, uma vez que o Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio já traduziu a afeição, o respeito, enfim, o que sentimos por V. Exª à frente do Ministério do Desenvolvimento Social.

As Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Ana Júlia Carepa colocaram aqui, com emoção, a indignação que nós, que trabalhamos na área social, sentimos em relação à nossa impotência de não poder interferir no processo. Daí por que a presença do seu Ministério aqui dentro, sem dúvida nenhuma, ser um grande alento, a fim de que possamos pelo menos expressar essas dúvidas e a nossa indignação diante do quadro social com que constantemente convivemos no País.

Em relação ao Fome Zero, tenho cinco itens que se V. Exª não puder responder agora, posteriormente, poderia encaminhar as respostas.

Em relação ao Fome Zero, o Senador Arthur Virgílio já colocou aqui que talvez a cobrança por resultados e as críticas advenham muito da conceituação dada preliminarmente ao Programa. Acredito que V. Exª deu uma nova formatação ao Programa e isso vai favorecer um novo conceito em relação ao que se pretende com ele.

As críticas se davam muito em função da insegurança que o Fome Zero passava para todos nós, porque uma vez que seria um guarda-chuva que abrigaria todos os projetos sociais, ao mesmo tempo dava a impressão de que os programas existentes não teriam continuidade, o que não aconteceu – os programas tiveram continuidade.

A presença da Drª Ana Fonseca à frente da unificação dos cartões nos trouxe muita tranqüilidade. Ela fez colocações de forma muito direta e serena, dizendo que os programas sociais existentes teriam continuidade e colocando tudo, enfim, no eixo. Mas, de certa forma, a conceituação do Fome Zero permaneceu; a criação dos Conselhos Gestores foi, na minha visão, um equívoco, porque afastou bastante as Prefeituras da discussão da responsabilidade. Isso está sendo recomposto gradativamente por V. Exª, uma vez que tem se mostrado uma pessoa que já colocou a "mão na massa" e sabe perfeitamente as dificuldades das Prefeituras, como também a importância dessas para maximizar os projetos sociais, dentro desse processo de descentralização.

O problema mais importante, a força maior da sua fala se deu exatamente quando V. Exª colocou a descentralização como foco. Tínhamos muito medo que tudo voltasse a ser centralizado. Vivenciamos esse processo de descentralização; vivenciamos o quanto a centralização dificulta o repasse de recursos e o quanto a atividade meio consome os recursos que poderiam estar na atividade fim.

Em relação ao Fome Zero, ainda, tivemos a questão do cartão-alimentação, quando se passou o tempo todo criticando o cadastro mas, ao mesmo tempo, utilizando-o e não fazendo o ajuste. Depois, a questão da compra de alimentos. Tenho um número aqui, que não tive tempo ainda de checar. Mas, no ano passado, parece-me que essa compra de alimentos dos pequenos produtores, atingiu cerca de 34 Prefeituras ou coisa menor ainda do que isso. Tanto é que no Orçamento o recurso foi praticamente eliminado, em função da baixa execução.

Quanto à construção de cisternas, realmente foram feitas mil cisternas com recursos, se não me engano, encaminhados pela Febraban. Na distribuição de alimentos, a execução realmente se deu na ordem de quase 95% de todos os alimentos arrecadados; na questão logística, acho que o programa foi bem. Mas, na execução, como coloquei aqui, dentro daqueles três eixos que eram novidades, pareceu-me que não cumpriram a sua função. E acho até que, na compra de alimentos, o fato mais grave que se deu foi a redução de recursos expressiva pelo Pronaf, no ano passado.

E meu receio, agora, quando V. Exª dá ênfase ao programa de compra de alimentos, é de que se há um casamento entre os recursos liberados pelo Pronaf e os liberados para compra de alimentos. Tive a oportunidade de ter acesso a uma medida provisória que favorece a compra desses alimentos sem burocracia, com prestação de contas mais simples. Então, o que seria um grande entrave, parece-me que foi resolvido.

Em relação à CND, V. Exª coloca a dificuldade que está vivendo. Vivi isso como Secretária Nacional de Assistência Social, e outros também tiveram o mesmo problema. Quero alertá-lo que, quando Secretária, através de um Ato do Executivo, elaboramos um projeto de lei, que foi aprovado no Congresso Nacional. Infelizmente, não tenho a cópia aqui e não tive a oportunidade de buscar. Esse projeto de lei autorizava o repasse do recurso para as ações continuadas, mesmo quando a Prefeitura não tivesse a CND. E, ao mesmo tempo, transferia também para os Tribunais de Con-

tas Estaduais a prestação de contas que, até então, era feita no Tribunal de Contas da União, o que seria difícil de ser realizado. Houve, na ocasião, uma certa restrição do Tribunal de Contas da União em fazer esse repasse. Mas, depois de um acordo, conseguimos que isso fosse feito.

Agora, surpreende-me que, depois também, a minha sucessora não tivesse utilizado esse projeto de lei, que é baseado num outro projeto de lei que abrangeu as ações da saúde. Então, é bem semelhante ao repasse de recursos da saúde.

Em relação aos programas, acho que há uma resistência do INSS e da Receita, de maneira geral, em exigir a CND, principalmente para a área de Assistência Social. Agora, é bom deixar bem claro que a saúde não tem essas exigências, em função do projeto de lei, e que a educação também não. Ambas têm um projeto de lei como a assistência tem um projeto de lei.

Tentamos solucionar o problema, e acho que é bom que se veja neste ano em relação à LDO. A própria LDO pode dispensar, principalmente naquelas ações continuadas, a presença da CND e de outro tipo qualquer de recurso que precise ser repassado. O terceiro ponto que colocaria é a preocupação – e foi colocada pela Senadora Patrícia, que tem feito um belíssimo trabalho nessa área de abuso sexual de crianças e adolescentes –, que nos deixa um pouco angustiada, quanto ao fato de O Sentinela ser o único projeto que surgiu nesse meio tempo para dar uma resposta eficiente ao problema e estar inteiramente desestruturado. A não-freqüência do repasse do recurso interfere na qualidade do serviço prestado. O Sentinela foi muito bem estruturado e bem montado. Posso dar um depoimento do meu Estado. Fizemos um cinturão de proteção na capital, instalando O Sentinela em todos os Municípios, e que hoje funciona perfeitamente, embora tenha seis meses de atraso e os Prefeitos estão bancando. Mas o Estado de Goiás tem uma situação um pouco diferente da dos Municípios do Nordeste, que não podem fazer isso.

Gostaria muito – e não é oportuno falar nisso agora – que V. Exª falasse um pouco sobre o Suas, mencionado aqui e sobre o qual não temos informação. Ontem, por acaso, vi isso no *site* da Comissão. Por último, queria falar do primeiro emprego, uma coisa que me preocupa muito. V. Exª colocou a continuidade do Programa Agente Jovem. O Ministério do Trabalho tem o Serviço Civil Voluntário. O Ministério da Educação, nesta gestão, lançou a universalização do ensino médio – depois falarei a relação que eu sinto. E os Ministérios da Defesa e Trabalho lançaram o Soldado Cidadão, em junho. Quando o Ministério da Defesa lançou o Soldado Cidadão, eu elogiei, até da tribuna, dizendo que achava ser um grande caminho, porque a capilaridade do Exército é muito grande e acreditava que ali poderia se fazer um programa de capacitação de jovem eficiente. No entanto, com as dificuldades que passa o próprio Exército, com a restrição orçamentária, isso não saiu do papel.

Na semana passada, o Presidente fez um mea culpa e disse que esse programa não foi para frente, porque era deficiente, inclusive na sua elaboração, na sua formulação. Quando o projeto veio para o Senado, tentamos interferir com emendas e sugestões, inclusive colocando a importância da interface entre os diversos Ministérios e o aproveitamento dos programas existentes. No entanto, não aceitaram as nossas emendas, e agora o Presidente diz que vai relançá-lo, através de uma medida provisória, trazendo como novidade a idéia do Soldado Cidadão, novamente. Fica sempre aquela dúvida: como está o Agente Jovem? Se ele continua e se tem interface com esse projeto que virá aqui. Como é que fica o Serviço Civil Voluntário e a universalização do ensino médio? Faço essa colocação porque, no projeto, exigia-se que o aluno estivesse matriculado na escola para ser beneficiado. Sabemos que grande parte de nossos jovens, principalmente nos bolsões de pobreza, não está matriculada na escola, porque, ao atingir a primeira fase do primeiro grau, abandona a escola. No segundo grau, quando se chega aos 17, 18, 19 anos, não estão mais na escola. Então, a universalização, ou pelo menos o início dela, nesses focos e nesses bolsões de pobreza, seria um instrumento eficaz para ajudar na formação desses jovens.

Creio que V. Exª não tenha tempo suficiente, então, em outra oportunidade, eu gostaria de saber como está sendo formatada essa medida provisória, e pediria a V. Exª que sugerisse ao Governo que não mandasse através de medida provisória, mas que fosse através de um projeto de lei, porque nós temos aqui uns cinco ou seis projetos sobre o primeiro emprego, de pessoas que têm experiência nessa área, que podem colaborar, e podíamos formatar um projeto muito mais importante, muito mais eficiente, que pudesse responder ao conjunto do anseio da sociedade, principalmente nessa faixa etária. Estamos assistindo todo dia esses jovens morrendo, e nós, praticamente impotentes diante dessa situação.

Portanto, agradeço-lhe pela sua exposição, e quero dizer aqui que, como uma formuladora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, sinto-me muito feliz em ouvi-lo dizer que vai implementá-lo, vai corrigir as distorções e vai fazer com que esse projeto seja realmente consolidado no nosso País.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra o Ministro.

O SR. PATRUS ANANIAS – Vou tentar ser sucinto.

Realmente, as interpelações da Senadora Lúcia Vânia me fazem lembrar o caso de um escritor inglês, o Chester, que um dia ouviu algumas perguntas, parou, olhou e disse: "Boas perguntas; vou para casa escrever um livro sobre essas perguntas". Não tenho o talento do Chester para escrever nenhum livro, mas realmente precisarei de um tempo maior para responder.

Fico realmente pesaroso por essas perguntas terem sido feitas somente às 14 horas, porque tivemos algum tempo antes, Senadora. Como esta é uma sessão pública, terei que tomar um tempinho aqui para deixar algumas coisas registradas. Algumas perguntas – sejamos francos, também sinceros e fraternos – não são tão ingênuas assim. É claro que elas têm a marca inquestionável da disputa política, e nem têm tanta preocupação de construir possibilidades. Depois de alguns anos nessa militância, aprendemos; mas vamos tentar responder da forma mais objetiva.

Voltarei também às perguntas do Senador Arthur Virgílio, porque S. Exª também colocou questões de caráter político. O Senador fez críticas à gestão do Governo.

Logo depois que fui eleito Prefeito de Belo Horizonte, o primeiro ano foi muito difícil. Quem tem experiência em administração pública sabe que o primeiro ano é difícil: pôr ordem na casa, acertar contas, dívidas passadas e pretéritas, redefinir prioridades, trabalhar com orçamento. Então, no primeiro ano, em Belo Horizonte, tivemos dificuldades; depois, graças a Deus, as coisas correram muito bem, como a cidade até hoje reconhece. Mas eu tive que dizer um dia para um jornalista: "Olha, governo bom, time bom e cavalo bom a gente conhece é na chegada". Então, o Governo do Presidente Lula, o nosso Governo tem 15, 16 meses e está consolidando-se. Quer dizer, há um processo em andamento, que a História vai julgar.

É importante lembrar aqui que algumas pessoas tentam fazer – não foi o caso aqui hoje, é claro, pela elegância das colocações – com que se tenha a impressão de que o Brasil era um País perfeito: as coisas todas funcionando, políticas sociais, todas as crianças bem atendidas e, de repente, com a eleição do Lula, o País desandou. Passa-se a idéia um pouco de como se tivéssemos herdado um país desenvolvido, socialmente justo, com as políticas sociais bem implementadas, sem crise na energia elétrica, sem problemas de "apagão", com as estradas bem conservadas; um acerto perfeito e, de repente, as coisas desandaram. E não é isso; nós sabemos disso.

O próprio Senador Sérgio Guerra falou aqui e deixou claro que tem pelo menos uma década que o País não cresce, e uma década incide de maneira vigorosa no Governo que nos precedeu. É importante colocar isso porque a verdade precisa ser dita. Esse não é o meu feitio, não. As pessoas que me conhecem sabem que eu gosto de conversar na perspectiva de construções alternativas. Mas, se as questões são colocadas no nível do debate político, também não me furto, mas de maneira elegante. Mas gosto também de um bom debate.

Então, voltando aqui ao Senador Arthur Virgílio. É uma pena que S. Exª tenha saído, porque foi muito elegante nas suas colocações pessoais, mas foi incisivo nas questões políticas. S. Exª falou que o Fome Zero já existia antes. Não precisaria ter sido criado, portanto.

Na verdade, nunca houve, na história do Brasil, um Governo que politizasse o problema da fome. Nunca houve. Nunca foi criado o Ministério de Segurança Alimentar, de Combate à Fome. Nenhum Presidente da história do Brasil – nem mesmo o grande Presidente Juscelino Kubitschek – colocou essa questão como núcleo de uma ação governamental. Até que, quando Prefeito de Belo Horizonte e Governador de Estado, ele fez alguns restaurantes, em Belo Horizonte. Mas como ação de Governo, o grande mérito, a meu ver, é do nosso Governo. O Presidente Lula fez uma jogada histórica, teve uma postura histórica, colocando a questão da fome, da desnutrição como uma questão central, nuclear, no País. Historicamente, a questão era tratada no nível da sociedade. Grandes personalidades brasileiras, o nosso grande Betinho, o Herbert de Souza, meu conterrâneo de Bocaiúva, Josué de Castro e Dom Hélder Câmara foram pessoas que trataram a questão da fome a partir do olhar da sociedade, da Igreja, dos movimentos sociais.

Então, o primeiro ponto que gostaria de discutir com o Senador Arthur Virgílio é que o Presidente Lula pautou de maneira vigorosa, clara, a questão da fome no Brasil e no exterior também. Se o mundo hoje discute a fome, em grande parte, é pela ação, pela persistência, pela determinação do Presidente em agendar este assunto.

Não é verdade que o assunto não existisse antes. Não havia nenhuma política anterior, como nós temos, política de compra de safra, de agricultura familiar, de estoque de alimentos, que nós estamos retomando no País, a construção de restaurantes populares, de equipamentos. Quer dizer, não havia uma política estratégica em torno desse tema tão fundamental para o futuro do nosso País e do nosso povo.

Então, penso que, nesse aspecto, as ponderações legítimas a mim colocadas, com elegância moral

e com respeito especialmente, pelo Senador Arthur Virgílio, a meu ver, não prevalecem.

E voltamos àquela idéia de que o Fome Zero é uma grande política pública que incorpora todas as políticas sociais governamentais e não governamentais que apontem na perspectiva da erradicação da fome no Brasil. Essa foi uma outra grande colocação do nosso Governo, do Presidente Lula. É possível erradicar a fome no Brasil. Nós estamos trabalhando com esse horizonte, com essa perspectiva.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra V.Exª

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não gostaria de ser indelicado, mas tenho que ser. É que, na verdade, recebemos um telefonema, dizendo que a votação começará em breve.

O SR. PATRUS ANANIAS – Sim. Pois é. Há uma situação delicada aqui, Senador Flávio Arns, e peço um pouco de paciência de V. Exª. Tentarei ser o mais objetivo possível, porque as colocações foram feitas e foram gravadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ainda não se iniciou a votação, e teremos algum tempo.

O SR. PATRUS ANANIAS – Embora eu esteja aqui...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, solicito que peça à Secretaria para que fique atenta em relação à hora em que formos chamados para ir a plenário.

O SR. PATRUS ANANIAS – Tentarei ser objetivo.

Com relação às ponderações do Senador Eduardo Suplicy, nosso querido Senador Suplicy, sobre o caso específico da Bahia, pedirei à Secretária Ana Fonseca e ao Dr. André Teixeira que depois lhe passem as informações. Trata-se de um caso específico e confesso que não tenho todos os dados aqui. E, neste momento, dada a exigüidade do tempo não vou ficar pesquisando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Claro. Está bem.

Com relação à questão que V. Exª mencionou do controle do Bolsa-Família, aí nós temos tempos muito pequenos. O Bolsa Família, basicamente, foi lançado sob a coordenação da Professora Ana em setembro do ano passado, fim de outubro. Nós assumimos o Ministério há 90 dias e estamos consolidando a montagem da equipe. O Ministério está sendo montado, estamos fechando o organograma, a estrutura. Colocamos, dentro do Ministério, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, exatamente para podermos ter esses dados. Nós queremos saber, exatamente, aonde o Peti está chegando, quais as crianças, jovens e famílias beneficiadas pelo Sentinela, o Agente Jovem. Queremos saber quem está sendo beneficiado pelo Bolsa Família e queremos retorno, saber se os programas estão, efetivamente, melhorando a vida dessas pessoas, tendo um efeito positivo na atividade econômica, se está possibilitando que as pessoas, as famílias comecem a buscar outros direitos mais emancipatórios de cidadania, a questão de nível de emprego. Estamos nos preparando para ter, o mais breve possível, todas essas informações, e vamos trabalhar em sintonia, em parceria. As informações vindas das Prefeituras, do Governos estaduais são e serão fundamentais para que nós possamos montar e manter em permanente avaliação e monitoramento essa Secretaria.

Com relação ao salário mínimo, tenho participado, Senador Suplicy, de algumas reuniões fora da área do meu Ministério, especificamente, para as quais o Presidente tem me convidado.

Quando assumi o Ministério, adotei uma linha e pretendo ser fiel a ela, ou seja, os temas não ligados diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pretendo tratar com os Ministros responsáveis pelas áreas ou com o próprio Presidente da República. Mas trato e falo publicamente sobre os temas dos programas das obras relacionadas com o nosso Ministério. E tenho, é claro, também procurado ações integradas de cooperação com outros Ministros, porque, se temos um dever de casa – como coloquei aqui na fase inicial da minha exposição –, que é cuidar dessas 11 mil famílias em situação de risco, estamos buscando participar ativamente do nosso projeto de governo. E o Presidente Lula tem dito que a grande prioridade deste Governo é o crescimento econômico, é a retomada do crescimento econômico vinculada ao desenvolvimento social, são as políticas mais emancipatórias, mais estruturantes. E nós temos buscado ações integradas nessa linha.

Quanto à questão da universalização da renda básica de cidadania, confesso que tenho conversado muito, temos uma relação fraterna, amiga de muitos anos, tenho lido, com atenção, todos os livros e textos que V. Exª nos manda, mas tenho minha dúvida ainda, sinceramente. Trabalho um pouco na questão da renda de cidadania tendo como horizonte as pessoas que realmente precisam. Estou aberto a reflexão. Nós temos conversado. Vamos continuar dialogando, debatendo. Pode ser uma limitação de minha parte – talvez seja mesmo. Mas penso que, num País como o Brasil, com as dificuldades que temos, de recursos, entraves burocráticos, neste momento, devemos mo-

bilizar todos os nossos recursos financeiros, de tempo, recursos humanos, de conhecimento, de saber, de luta contra os entraves burocráticos, de uma maior eficiência na gestão pública, para antender essas pessoas mais empobrecidas. Mas vamos continuar conversando sobre isso.

Finalmente, quanto às questões colocadas pela Senadora Lúcia Vânia, que foram várias, sobre o sentimento de impotência. Embora eu seja Ministro, também tenho esse sentimento. O sentimento de impotência é decorrente da situação concreta, objetiva do nosso País. Acho que todos nós compartilhamos isso.

Sobre a questão do Fome Zero, já falei.

A questão dos comitês gestores, nós estamos processando no Ministério, porque queremos construir esse encontro entre o Estado e a sociedade.

Queremos parcerias, queremos envolver os Governos Estaduais e os Municipais, mas queremos, também, o controle da sociedade; queremos a participação dos movimentos sociais e consideramos que os comitês gestores constituem uma parcela expressiva de pessoas que querem isso.

Trata-se de uma idéia que estamos discutindo. Já a coloquei para a Secretária Ana, para a nossa equipe, para o André. Por exemplo, os cadastros deveriam ser disponibilizados para os comitês gestores, para os movimentos sociais, não apenas pela Internet, porque não chega às periferias, às cidades menores. Mas disponibilizar as listagens, para que haja uma possibilidade de uma interação entre o Poder público e esses movimentos, especialmente os comitês gestores, Conseas e outras entidades.

Sobre a descentralização, já falamos. Não procedem, Senadora, definitivamente não procedem. Quero deixar claro aqui, V. Exª não está bem informada sobre essas questões, com relação à compra de alimentos.

Temos para este ano – e podemos ampliar –, de imediato, R$140 milhões para a compra da agricultura familiar. Já empenhamos mais de R$70 milhões. No ano passado, o projeto atingiu, com o Orçamento de 2003, 42 mil agricultores, em 25 Unidades da Federação brasileira, 25 Estados. Então, não são corretos os dados. Fui informado aqui que apenas os Estados do Amapá e de Roraima não foram incluídos. Liberamos recursos para 27.540 cisternas, que já estão prontas. E o nosso objetivo este ano é chegar a 50 mil cisternas.

Anotei aqui os dados, mas também não é verdade a questão do Pronaf. Uma coisa não está liga a outra.

Eu estava aqui como Deputado, no ano passado, quando foram votadas algumas medidas provisórias. Os próprios Partidos de oposição reconheceram que estávamos liberando o dobro em relação a 2002. O Pronaf 2003/2004 liberou R$5,3 bilhões para a agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária, contra R$3,6 bilhões do período anterior, de 2002 para 2003.

Portanto, a compra de safra é uma política social de apoio à agricultura familiar, que estamos universalizando, ampliando, visando formar também estoque de alimentos, que é uma coisa que estamos recuperando no Brasil, depois de alguns anos, para o atendimento a comunidades empobrecidas. Não afeta em nada o Pronaf. Não houve a redução dos recursos.

Com relação à questão da CND – Certidão Negativa de Débito, estamos processando. Trata-se de uma questão legal. Vamos encontrar uma solução. Estamos abertos, com a maior humildade. Quem tiver propostas para desobstruir os canais, para remover os nós, para ajudar a resolver a questão da CND, do Conselho Nacional de Assistência Social, dos Certificados de Filantropia, estou aceitando com a maior humildade e até pedindo, porque estamos buscando todos os caminhos, examinando todas as alternativas legais, administrativas, para removermos esses nós e garantirmos a maior agilidade, o maior fluxo nesses recursos.

Também não posso acolher a declaração da Senadora Lúcia Vânia, de que o Projeto Sentinela está desestruturado. Viemos aqui com muita lealdade, com muita franqueza, diria mesmo com humildade, para partilharmos as dificuldades, buscarmos os melhores caminhos, mas vem um pouco aquela imagem: até o final de 2002, este era um País perfeito; aqui não havia problema social, não havia desemprego. A reforma agrária era 100%; as estradas, perfeitas; a energia elétrica, 100%! Não é verdade isso. Se se quer uma postura humilde, de busca de construção para frente, sem terra arrasada, também tem que ser sem insinuações desse nível.

Também não é verdade que estejamos com seis meses de atraso. Até porque o Sentinela é pago trimestralmente; o valor é pago por trimestre. Nós pagamos, estamos em dia com relação ao ano passado. Agora estamos quitando janeiro, fevereiro e março. Tivemos um pequeno atraso, porque deveríamos ter quitado isso no começo de abril. Mas estamos acertando, repito, o primeiro trimestre, porque o pagamento do Sentinela é feito trimestralmente.

Desculpem-me certa emoção, mas estamos até agora – 14 horas e 30 minutos – sem almoço. Acho que é preciso haver uma conversa franca, e não posso aceitar que se diga que o Sentinela está desestruturado. Há dificuldades sim, tanto é que houve uma mudança. Nós estamos construindo um novo Ministério. Houve um período de transição, mas se trata de um novo Mi-

nistério, com uma nova estrutura, um novo organograma, uma nova equipe. Essa fase de transição implicou algumas dificuldades. Nós herdamos alguns entraves burocráticos, como o caso das certidões negativas de débito – não fomos nós que criamos isso.

Com relação à questão do Suas, poderíamos falar um pouco mais. Nós estamos cumprindo a deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que determinou a implantação do Sistema Único de Assistência Social e visa organizar a rede de serviços de assistência social, tanto no nível governamental quanto no nível não governamental, considerando o território e a regionalização. Essa deliberação respeita a autonomia do Município, define melhor as competências de cada esfera de Governo – federal, estadual e municipal – e o co-financiamento. A idéia que acho fundamental é tirar a assistência social do campo do assistencialismo, das ações setoriais, do "achismo" de cada Governo, de cada Ministro. Trata-se de colocar a questão da assistência social como efetivamente uma política pública, uma política social, envolvendo o Governo Federal, Governos estaduais e Governos municipais, estabelecendo também as regras de parceria e de cooperação com a sociedade civil.

O marco paradigmático, Senador, é o Sistema Único de Saúde. Trata-se de buscar a integração e também a maximização dos recursos.

Quanto à questão do Agente Jovem, esse é um programa que nós estamos priorizando. Vou falar com franqueza, porque não tenho medo de falar sobre as dificuldades. Quero boas sugestões. É claro que um programa que atende jovens de 15 a 17 anos é limitado cronologicamente. Não é um programa para resolver situações. Nossa opção foi dar continuidade, procurando consolidar, aperfeiçoar e ampliar todas as iniciativas boas, razoáveis do Governo passado e de Governos passados. Nosso compromisso é com o País. Nós passamos, os Governos passam e o povo fica. Acima de nós, está o povo, o interesse público, o bem comum. Assim, esses programas são uma continuidade. Herdamos os pontos positivos, mas herdamos também as limitações e os pontos negativos.

O programa Agente Jovem, que nós estamos redesenhando, requalificando, é limitado, é modesto, pega um faixa de idade de 15 a 17 anos. Nós estamos agora discutindo sob a coordenação do Ministro Luiz Dulci, Secretário-Geral da Presidência da República, e estamos colocando a juventude como prioridade. Estamos buscando ações integradas para a juventude.

O que está claro para nós, Senadora, é que vamos participar. Nosso Ministério estará presente com o nosso Governo, com as pessoas de bem, com a sociedade, na luta para salvar a juventude brasileira, especialmente na periferia das médias e grandes cidades das regiões metropolitanas. Essa é uma tragédia nacional que não começou também – é importante lembrar – no dia 1º de janeiro de 2003. Não, essa é uma herança passada, dramaticamente agravada nos últimos anos, que é a violência praticada pela e contra a juventude brasileira. Dezenas, milhares de mortos ao ano na faixa de 15 a 24 anos e, tragédia maior: morrem os jovens e a maioria dos que disparam as armas são jovens. Então, estamos hoje muito empenhados. Têm havido reuniões com universidades, com a CNBB, com Igrejas, com empresários, buscando uma ação. É outro espaço em que estamos muitos abertos a idéias, a sugestões.

O Programa Agente Jovem é um ponto de um programa maior que queremos discutir. A questão do primeiro emprego, a questão de recrutas são temas importantes, mas que fogem à ação mais específica do nosso Ministério.

Vim aqui hoje, virei aqui sempre que convidado, para falar das ações, das políticas vinculadas ao Ministério, aquelas que estão na nossa rubrica orçamentária. Particularmente, vejo com muita simpatia e aplaudo essa iniciativa do Presidente Lula, a meu ver, oportuna, corajosa, de abrir perspectivas para 100 mil jovens no Brasil. Cinqüenta mil serão incorporados ao serviço militar e 50 mil serão treinados nas dependências das Forças Armadas, em ações de parceria com outras entidades, como, por exemplo, o Sebrae, no sentido de que esses jovens, no período de algumas semanas – não sei exatamente qual o período – sejam também treinados e qualificados profissionalmente. Receberão noções básicas de civismo, de higiene, de cuidados consigo mesmo, de convivência social e qualificação profissional. Trata-se de uma iniciativa importante, que aponta para esse esforço que deve ser de toda a sociedade brasileira, no sentido de salvarmos a dignidade, de resgatarmos os nossos jovens.

Penso que respondi de forma sucinta, meio abreviada, meio corrida, pois a Senadora me submeteu aqui a uma verdadeira sabatina. Pautou praticamente toda a agenda do Ministério e mais alguma coisa além do nosso Ministério. Mas é isso mesmo, o debate é importante, é democrático, é esclarecedor.

É claro que um debate como este, de quatro horas, tem alguns aspectos, digamos assim, políticos, mas quero agradecer a oportunidade deste encontro, quero agradecer a fidalguia desta Casa, da Comissão, da Srª Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, dos demais Senadores, do Senador Flávio Arns, que também nos convidou, do Senador Arthur Virgílio, que tinha feito antes a convocação, e depois as iniciativas se encontraram num momento único.

Agradeço e coloco-me à disposição, como também a minha equipe, a nossa equipe, para sempre prestarmos aos Senadores, individualmente considerados, e ao Senado, enquanto instituição Republicana e da Federação brasileira, às Comissões, todos os esclarecimentos necessários. Além das nossas Secretarias técnicas temos também uma Assessoria parlamentar. Conosco aqui está o Dr. Arnóbio, cuja tarefa é exatamente manter esse canal direto com o Poder Legislativo brasileiro, com os Senadores, com os Deputados Federais. E fazemos isso não apenas por uma questão de convivência entre Poderes, mas pela convicção que temos. Tenho a convicção profunda de que o Poder Legislativo – Senado Federal e Câmara dos Deputados – é essencial à democracia. Não há democracia sem Poder Legislativo autônomo, livre.

Tenho um grande respeito pelo Legislativo. Comecei minha carreira política como Vereador em Belo Horizonte, estou agora com um mandato de Deputado Federal. Como disse no começo, tentei chegar a esta Casa no passado, não foi possível, mas quem sabe no futuro possa também possa partilhar do convívio com pessoas tão agradáveis e acolhedoras.

Agradeço mais uma vez, parabenizo a Comissão, à Senadora Vânia por esta iniciativa.

Deixo como recado final esta questão: estamos fazendo o melhor, tentando fazer o melhor. Acho que boa vontade não nos falta, mas não temos a chave mágica para resolver todos os problemas. Assim como nós buscamos parcerias governamentais, com os Estados, Prefeituras, com a sociedade civil, nós também queremos a contribuição do Legislativo, dos Senadores. Todas as idéias, todas as críticas construtivas, todas as boas sugestões serão muito bem-vindas. Peço que elas nos sejam encaminhadas para que, juntos, possamos melhorar os nossos trabalhos e prestar melhores serviços ao povo brasileiro, que é o grande destinatário, a causa maior de estarmos aqui.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ministro Patrus Ananias, V. Exª, de um lado, diz que deseja receber sugestões e, por outro, que não está inteiramente persuadido da Renda Básica de Cidadania.

Para atingir o objetivo, que é tanto do Ministro Patrus Ananias, da Presidente Lúcia Vânia, de todos e meu também, quero fazer um apelo e um desafio ao meu querido amigo. Tenho a convicção de que, na medida em que estiver disposto a estudar isso em profundidade – o que eu avalio necessário –, chegará à mesma conclusão que eu, de que, para atingir o objetivo de atender sobretudo os mais pobres, aqueles que mais necessitam, o melhor e mais eficaz instrumento é pagar efetivamente a todos.

Vou passar as suas mãos uma reportagem muito interessante do jornal **A Tarde**, sobre a aplicação do Bolsa Família, em que está a declaração do Secretário Municipal de Salvador, do Trabalho e Desenvolvimento Social: "Entrevistamos as famílias em suas moradias para evitar fraudes". Ou seja, vão de casa em casa, visitando as famílias para ver o que têm e o que não têm, se merecem ou não receber o benefício. Se se estivesse pagando a todos, a fraude seria eliminada, e se estaria economizando o que se gasta com todas essas pessoas, monitores disso e daquilo, para observar, de casa em casa, o que possuem as famílias. O mais fácil, o mais simples é pagar a todos o direito alienável de ser parte da riqueza deste País. E, obviamente, os mais pobres serão beneficiados. E por que de os mais ricos receberem? Claro que não merecem, mas vão contribuir proporcionalmente mais, para que todos os demais venham a receber. É uma solução de bom senso, que economistas, no mais largo espectro, estudaram e estão estudando e, mais e mais, chegando a essa conclusão.

Peço-lhe paciência para que tenha um pouco de tempo para estudar isso e, numa reunião, dizer ao Presidente Lula e aos Ministros: Olha, eu vim aqui tratar de um assunto que é sim da minha Pasta.

O programa de transferência de renda é um instrumento fundamental de política econômica. Na hora em que se definir o salário mínimo, que os Ministros da área econômica estão discutindo, o Ministro Patrus Ananias pode levar essa reflexão, tão importante quanto a definição do salário mínimo, que é a definição do programa de transferência de renda.

Nós vamos chegar um dia, e a Senadora Lúcia Vânia que elaborou e criou o Peti sabe, em que ele vai também ser unificado, como já foi o propósito, quando se unificou o programa de transferência de renda junto aos demais. Isto tudo será transformado: o Sentinela; o Agente Jovem; o Primeiro Emprego, todos os demais já unificados.

Mas eu quero só lhe colocar esse desafio. Sabe, V. Exª, o respeito, a amizade e sobretudo a afinidade que ambos temos um pelo outro. Quero colocar-me a sua disposição para que V. Exª seja um extraordinário Ministro, que vai realizar o melhor para o propósito que é comum a todos.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, gostaria de fazer um encaminhamento bem rápido.

Já que vamos estabelecer esse canal com o Ministério, gostaria que a Assessoria da Comissão pudesse relacionar, pelo menos na primeira etapa, todos os temas abordados aqui, as implicações em termos de burocracia, de números, e mesmo os temas que sempre levam a discussões maiores, como programa de Renda Mínima, para que possamos, a partir disso, ter não unicamente sugestões individuais dos Senadores, mas institucionais, através da própria Comissão. Relacionando tudo, poderemos nos debruçar nesse sentido também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Recomendo à Secretaria que tome as providências solicitadas pelo Senador Flávio Arns.

Ministro Patrus Ananias, Ana Fonseca, Assessoria do Ministro que se encontra aqui presente, gostaria de externar meus agradecimentos, meus cumprimentos e especialmente pela sua boa vontade, pela sua paciência.

Acredito que a fome fez V. Exª perder um pouco do senso de humor mineiro e de paciência, mas quando me referi às minhas perguntas não quis em momento algum estabelecer um confronto partidário. Quis apenas mostrar as informações que temos. Desde o início dessa audiência pública, coloquei aqui que temos muitas dificuldades de informações com números. E quando os apresentei aqui, fiz a ressalva de que eram números de que eu dispunha, que a Assessoria conseguiu, através do Siaf. Para que V. Exª tenha uma idéia, o Primeiro Emprego no Siaf estava, até o mês passado, com uma vaga preenchida, o que não era verdade, era mais do que isso.

Então, as informações de que dispomos nem sempre são reais, daí por que a importância da vinda dos técnicos, de quem coloquei esta Comissão à disposição, para que pudéssemos realmente estabelecer esse diálogo e fazer com que, quando assomarmos à tribuna, não o façamos de forma injusta com os que estão trabalhando.

Fui gestora pública e sei o quanto doem as críticas, principalmente quando elas não têm fundamentos. Quando coloquei aqui a conceituação do Fome Zero, V. Exª há de convir que não foi diferente das dificuldades que o Governo anterior teve quando colocou o Comunidade Solidária. Talvez a sociedade não tenha absorvida a conceituação. Em momento nenhum quis dizer ou criticar o Governo por isso. Mas eu disponho dos dados das Prefeituras sobre a compra do Fome Zero. Sou muito meticulosa nos estudos que faço. Gostaria que V. Exª me mandasse os dados reais para que eu possa, inclusive, na própria Comissão, apresentá-los e dizer que esses apresentados eram equivocados.

Quando coloquei a questão do Pronaf em relação à compra de alimentos, não disse que dinheiro do Pronaf saiu para a compra de alimentos. Eu disse que, se havia um intercâmbio entre a compra de alimentos e o Pronaf, que esse recurso fosse realmente aproveitado e que tivesse produção suficiente para a compra dentro do limite estabelecido por V. Exª.

Quando falei sobre o Primeiro Emprego foi muito no sentido de ajudar. Milito na área social há bastante tempo. Não fiz isso apenas no Governo passado; fui primeira dama do meu Estado, fui primeira dama de município, fui Deputada federal por três mandatos e fui Secretária nacional de assistência social, sempre militando nessa área.

Sou muito meticulosa, faço críticas sim ao nosso Governo também. Muitas coisas poderíamos ter feito e não conseguimos fazer. Quando falei da CND, disse que há um Projeto de Lei aprovado nessa direção e que, talvez, V. Exª não tenha tido tempo, ou alguém do Ministério não tenha tido condições, de buscar esse Projeto, mas me comprometo a fazê-lo para V. Exª.

Enfim, quero dizer que, mesmo havendo essa dificuldade de entendimento pelo avançado da hora, acredito que a sua presença aqui foi muito bem-vinda. Era muito esperada. Nós apostamos muito na sua gestão, na gestão da sua equipe. Sabemos que são pessoas sérias, que são pessoas comprometidas, pessoas que estão aí para acertar. E nós estamos nesta Comissão dispostos a ajudar. Não quero que V. Exª veja nesta Presidência um membro do PSDB. Serei dura nas críticas, sim, quando eu achar que elas são procedentes, mas jamais ouvirá de mim, da minha boca, uma crítica que seja injusta, que seja infundada e que seja no sentido de desqualificar o seu trabalho, o trabalho do seu Governo.

Acredito que o Governo Lula, na minha presença na tribuna, tem visto sempre uma pessoa que faz críticas, sim, mas faz críticas no sentido de ajudar. Podem ter certeza que eu não faço a oposição do quanto pior, melhor. Faço a oposição no sentido de ajudar, de construir e de ajudar. Enfim, este País precisa muito não do meu Partido ou do seu, precisa de todos os brasileiros. A todos, aos Assessores que, pacientemente, esperaram até agora, os meus agradecimentos e façam desta Casa a sua Casa, o prolongamento do Ministério dirigido por V. Exª.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legis-

lativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 29 de abril de 2004, quinta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dezoito minutos, do dia vinte e nove de abril de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Sibá Machado, Aelton Freitas, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Papaléo Paes, Paulo Octávio, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra, Tião Viana, Serys Slhessarenko, Hélio Costa, Pedro Simon, Romero Jucá, César Borges, Desmóstenes Torres, Sérgio Guerra, Marcos Guerra e Osmar Dias. O Senador Sérgio Cabral justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta: Item 1 – MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2004 que "Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS". Autor: Presidência da Republica. Relator: Senador Sérgio Guerra. Relatório: a Comissão dispõe de todos os elementos para deliberar sobre a indicação. Após a explanação do indicado, usaram da palavra os Senadores Ney Suassuna, Sérgio Guerra, Ana Júlia Carepa, Flávio Arns, Marcos Guerra, e Augusto Botelho. Resultado: Aprovada a indicação por 21 votos sim e 2 não. Trabalharam como escrutinadores os seguintes Senadores: Papaléo Paes e Sérgio Guerra. Item 2 – MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2004 que "Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Gilson Caleman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS". Autor: Presidência da República. Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa. Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos para deliberar sobre a indicação. Após a explanação do indicado, usaram da palavra os Senadores Ney Suassuna, Sérgio Guerra, Ana Júlia Carepa, Flávio Arns, Marcos Guerra, e Augusto Botelho. Resultado: Aprovada a indicação por 21 votos sim e 2 não. Trabalharam como escrutinadores os seguintes Senadores: Papaléo Paes e Sérgio Guerra. Resultado: Aprovada a indicação por 21 votos sim e 2 não. Item 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2000 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientando sobre falsificação de remédios, em farmácias e drogarias, e dá outras providências". Autor: Deputado Enio Bacci. Relator: Senador Reginaldo Duarte. Parecer. Pela rejeição. Resultado: Aprovado o parecer. Item 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2001, que "Dispõe sobre a gestão da Área de Produção Ambiental (APA) Jericoacoara, e dá outras providências". Autor: Deputado Adolfo Marinho. Relator: Reginaldo Duarte. Parecer. Pela rejeição. Resultado: Aprovado o parecer. Os itens 5, 6, 7, 8, 9 e 10 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 29-4-04 – 10ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom-dia a todos.

Convido a tomar assento à Mesa o Dr. Fausto Pereira, que nos honra com sua presença, o Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso e o Sr. Gilson Caleman.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens 1, 2, 3 e 4, tendo em vista estar sobrestada a pauta do plenário, razão pela qual não podemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Item 1:

Mensagem nº 43, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Autoria da Presidência da República. Relator: Senador Sérgio Guerra.

A Comissão dispõe de elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, para proferir o relatório.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passarei ao relatório.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 43, de 2004, Mensagem nº 160, de 08/04/2004, na origem, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e em conformidade com os termos do parágrafo único, do art. 6º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, do §1º, do art. 5º, do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O **curriculum vitae** anexado à referida Mensagem, agora distribuído, demonstra que o indicado é graduado em Medicina, pela Faculdade de Medicina, da Universidade Federal Fluminense, em 1985, especialista em Clínica Médica e em Terapia Intensiva. Realizou, curso em nível de Pós-Graduação, em Administração MBA Executivo da Copead, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consta ainda do **curriculum vitae** do indicado o relato, entre outras, as seguintes atividades profissionais: médico da Força de Apoio da Marinha do Brasil; responsável pela aplicação da política de atenção à saúde, pelo controle epidemiológico e pelo planejamento e execução de operações navais; Chefe do CTI do Hospital de Clínicas de Niterói, Rio de Janeiro; Diretor do Hospital de Clínicas Mário Leoni, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro; Diretor da Rede de Centros Médicos da Empresa de Serviços Hospitalares do Grupo Amil; Superintendente da SHO; Diretor-Geral do Hospital Barra D'or; Diretor-Geral do Hospital Copa D'or; Diretor Técnico da Empresa de Gestão Hospitalar do HIS (Gestal).

O indicado integrou o Corpo Docente do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, onde ministrou instrução no Centro de Administração Hospitalar. Participou de inúmeras jornadas e em cursos nas áreas de terapia intensiva e de gestão hospitalar. Participou de vários eventos internacionais, tal como o VII Congresso Mundial de Terapia Intensiva, em Madri; o IX Congresso Mundial de Medicina de Emergência e Desastre, em Estocolmo; e o Hospital Strategic Convenience in Latin America, em Miami. Finalmente, no presente momento, ocupa a função de diretor da Fênix, empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de hospitais e operadoras de saúde.

O exame do seu currículo, assim como a entrevista pessoal que fizemos, além disso, várias informações que colhemos com companheiros, empresários, políticos, representantes da área de saúde identificados com o problema da saúde, dão a nós a confiança de que o indicado tem as condições gerais para ocupar o cargo que lhe foi agora recomendado pelo Presidente da República.

Tem experiência como médico, tem experiência na área privada, o que é necessário para uma participação equilibrada na agência em que vai e pretende desenvolver esforços para racionalizar e desenvolver o sistema de saúde no Brasil, tem uma ampla experiência profissional e qualificação técnica.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Esse é o relatório e o meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passamos ao segundo relatório em que se submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gilson Calemam para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Autoria: Presidência da República.

Relatora: Ana Júlia Carepa.

A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa para proferir o relatório.

ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Bomdia, Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão. Aqui estamos discutindo o nome do Dr. Alfredo e Dr. Gilson para exercer um cargo importante como diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar. O Dr. Fausto, o Presidente da ANS.

Não vou aqui repetir a mensagem do Presidente da República, os artigos da Constituição, que submete a escolha, no caso do Sr. Gilson Calemam, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde. O currículo anexado a essa mensagem demonstra que, além de ser graduado em medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, tem especialização na área de homeopatia, o que considero extremamente positivo, porque é muito difícil alguém dessa área fazer parte de direção. Acompanho esse problema de perto porque, há muitos anos, tento tratar meus filhos com homeopatia. Então parabenizo a indicação de uma pessoa com essa especialização também. Digo "também" porque ele tem especialização na área de medicina social, junto ao Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas na Santa Casa de São Paulo. É mestrando em medicina, baseado em evidências em fase final da defesa e dissertação da sua tese na Universidade Federal de São Paulo, USP. Anteriormente, realizou curso de especialização e aperfeiçoamento em hanseonologia, administração hospitalar de sistemas de saúde, procedimentos de auditoria. Realizou ainda o curso de Didática para

Medicina geral e comunitária promovido pelo Centro Latino-Americano de Tecnologia Educacional para Saúde – OPAS. Poderia aqui citar vários cursos, inclusive de aperfeiçoamento; citei aqui o curso de auditoria porque acho importante para o cargo que ocupará, ou seja, um curso de procedimentos de auditoria promovida pela Fundação Getúlio Vargas. O curso sobre planejamento estratégico situacional promovido pela Associação Latino-Americana de Integração, Aladi, em Quito, no Equador. A sua produção científica; o fato de também ser professor de várias matérias na Universidade de Marília; professor assistente do Departamento de Medicina Preventiva, fundamental para essa função também; chefe da disciplina de Planejamento e Administração dos Serviços de Saúde da Faculdade de Medicina de Marília desde agosto de 1998. Foi coordenador do curso Avaliação de Qualidade em Saúde, promovido pela Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Poderia citar todo o currículo. Participou de banca examinadora, por exemplo, de concurso de residência médica na área de Medicina Geral e Comunitária, promovida pela Comissão Regional de Aperfeiçoamento das Equipes de Saúde, Superintendência Regional do Inamps de São Paulo, em 1984; membro de banca examinadora do concurso para dentista do Hospital da Clínicas. Enfim, S. Sª tem um extenso currículo.

Suas funções desempenhadas, na sua maioria, foram no serviço público. Ressaltando-se, por exemplo: Coordenador-Geral dos Projetos Especiais da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde; Coordenador-Geral e posteriormente Diretor do Departamento de Desenvolvimento Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde; Secretário de Assistência à Saúde Substituto do Ministério da Saúde; representante do Ministério da Saúde na Comissão Interministerial para Elaboração de Alternativas de Financiamento do SUS – Sistema Único de Saúde – muito importante isso; é Consultor do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde – do Conas – para a elaboração da Norma Operacional Básica nº 1, de 1996, do Ministério da Saúde; é Consultor do Convênio entre a Fundação Unicamp e a Cassi – quero dizer que sou usuária também da Cassi, pois sou funcionária do Banco do Brasil há 21 anos –, visando a reorientação da assistência médica dos beneficiários; Diretor Técnico do Hospital das Clínicas de Marília; Consultor do Instituto para Saúde e Desenvolvimento da Inglaterra junto à Secretaria Estadual de Saúde do Ceará; Consultor da Agência de Saúde Suplementar do Rio de Janeiro; Diretor Técnico do Hospital Regional de Assis, do Estado em São Paulo.

O indicado exerceu atividades docentes, algumas já citei aqui; é professor concursado; fez cursos de especialização na área de gestão de saúde; realizou grande número de conferências, publicou artigos e livros sobre Controle e Avaliação do Sistema Único de Saúde e na área de ensino em saúde. No presente momento, ocupa as funções de Diretor Administrativo da Faculdade de Medicina de Marília, Diretor Tesoureiro da Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília; Consultor do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação de Serviço de Saúde junto à Secretaria de Assistência à Saúde, no Ministério da Saúde.

Tive possibilidade de conhecê-lo pessoalmente; conversei com várias pessoas, e em face do seu extenso currículo, com certeza um currículo que absolutamente lhe credencia para esse cargo, um histórico profissional, pessoal, entendemos que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Gilson Caleman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Sérgio Guerra já se manifestaram. Pergunto ao Plenário se podemos iniciar a votação agora, em função de outras atividades que se desenvolvem na Casa.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Srª Presidente, quase sempre temos um acúmulo de atribuições nas quintas-feiras. Agora mesmo, eu e o Senador Augusto Botelho viemos do outro lado da cidade, da Comissão de Orçamento, porque não podíamos faltar a essa votação. Outros Senadores continuam lá, porque está naquela Comissão o Presidente do Banco Central e está havendo outras reuniões. Fatos como esse têm sido usuais.

Estou inscrito para falar sobre os dois projetos, mas concordo com V. Exª e peço aos companheiros que acompanhem essa propositura, porque é mais do que racional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A partir de agora todos os Senadores poderão pegar a cédula na mesa e votar.

Concedo a palavra ao Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para fazer sua exposição.

O SR. ALFREDO LUIZ DE ALMEIDA CARDOSO – Bom-dia a todos.

Inicialmente agradeço, na pessoa da Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, a todos os Senadores presentes a oportunidade de discutir com V. Exªs e participar desta reunião em que apreciam a minha indicação. Agradeço também ao Senador Sérgio Guerra, Relator, as gentis palavras.

Pretendo discutir com V. Exªs muito brevemente algumas idéias sobre o sistema de saúde suplementar antes e depois da Agência e os desafios que a Agência ainda tem pela frente que, tenho certeza, são muitos.

(Apresentação de **slides**.)

A saúde suplementar – chamada suplementar porque a diferença é a fonte de financiamento, que não é pública, mas feita por meio de um sistema privado – surge na década de sessenta no Estado de São Paulo, como forma de terceirização do cuidado de saúde feita por algumas empresas. Essa ação teve uma forte expansão na década de oitenta, concomitantemente com problemas de fontes financeiras e de gestão da saúde pública.

Da década de sessenta até a década de noventa, não houve nenhuma regulamentação. Isso gerou números muito pouco confiáveis para esse sistema e contratos – utilizando a palavra politicamente correta – nebulosos, mas havia a presunção de que existiam mais de três mil operadoras no mercado e mais de quarenta milhões de beneficiários. Os números eram 42 milhões, mas sempre existiu um percentual maior de planos coletivos, até pela história, pela origem do sistema, e uma concentração no eixo sul-sudeste, que é mais desenvolvido economicamente.

(Apresentação de **slides**.)

Esse fato gerou uma questão muito perversa para o beneficiário desse sistema, que era submetido a planos com baixas coberturas e alta carência, a uma seleção de risco e a uma campanha de vendas baseada, às vezes, em custos irreais que depois eram resolvidos por aumentos de preços, o que causava desequilíbrios unilaterais com relação às operadoras, problemas de restrição de acesso e rompimentos unilaterais ou não renovações unilaterais de contratos e exclusões absolutamente perversas para com esses beneficiários.

(Apresentação de **slides**.)

A partir de 1988, com a Constituição, o Executivo entende que esse sistema existe e resolve regulá-lo, como é de direito. Os marcos regulatórios desse sistema são: a Lei nº 9.656, de 1998, que regula o mercado; a Lei nº 9.961, de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde; e a Lei nº 10.185, que cria a seguradora especializada em saúde.

(Apresentação de **slides**.)

A ANS então é criada e tem como finalidade, de acordo com a lei de sua criação, que a sua missão será promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais e desenvolvendo as ações de saúde no País.

Nesses quase quatro breves anos de sua existência, como pontos positivos, disciplinou e saneou parcialmente o mercado, protegeu os clientes, aumentou as coberturas e iniciou um processo de integração com o SUS, partindo do ressarcimento, dos procedimentos realizados no SUS pelo seus beneficiários.

Isso muda drasticamente aquele quadro inicial com relação ao beneficiário, que faz com que aquelas práticas perniciosas para esses beneficiários tenham sido ou proibidas ou controladas, com argumento absolutamente técnico.

Essa atuação, três anos depois, se espelha num percentual da ordem de 84% de clientes satisfeitos ou muito satisfeitos com o sistema suplementar de saúde, que é um percentual absolutamente relevante e mostra a orientação certa que a Agência vem tomando em suas medidas desde então.

O resultado disso é que temos hoje o setor regulamentado, o consumidor mais protegido, números mais confiáveis, 2.300 operadoras, cerca de 37 milhões de beneficiários, maior percentual de planos coletivos e ainda uma concentração no eixo Sul-Sudeste.

A ANS tem como futuros desafios, explícitos no seu contrato de gestão com o Ministério da Saúde, estimular a migração – isso foi regulado por lei aprovada nesta Casa, que estimula a migração para as coberturas, para os planos mais novos –, estimular a contratualização, que também está em curso, fornecer ao sistema cada vez mais segurança operacional e jurídica, facilitar a mobilidade de clientes, aprimorar a integração com o SUS, continuar o saneamento do mercado, rever alguns aspectos da lei regulatória e aprimorar continuamente a comunicação com o mercado.

Além disso, uma visão mais pessoal, mas já discutida primariamente com o Dr. Fausto, algumas novas idéias seriam o estabelecimento de divulgação de índices em objetivos de qualidade das operadoras e dos prestadores, que traria como vantagens maior poder de informação, escolhas mais conscientes dos clientes, critérios objetivos em vez de percepções e, conseqüentemente, um prêmio aos melhores serviços de operadores, que seria uma utilização maior de seu serviço.

Isso faz com que haja uma agregação de novos focos na cadeia de relações do sistema. No primeiro momento, a Agência se concentrou na relação entre cliente e operadora, e agora a proposição expandir esses focos, envolvendo pacientes e prestadores.

Estimular a troca de foco das operadoras, para que elas se concentrem na identificação de provedores de alta qualidade, na negociação de preços e na gestão efetiva da saúde.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade e colocar-me à disposição para qualquer pergunta, qualquer sugestão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Sr. Alfredo Luiz Almeida Cardoso pela exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Gilson Caleman,

O SR. GILSON CALEMAN – Bom-dia a todos.

Em nome da Senadora Lúcia Vânia, saúdo todos os outros Senadores e amigos presentes. Sinto-me muito honrado com o convite que me foi feito, porque minha vida profissional foi pautada pela luta de um sistema público justo e até como conquista de cidadania.

A discussão que tem que se fazer hoje, em termos de assistência suplementar e do próprio Sistema Único de Saúde.

Pode passar o próximo, por favor.

Ela está ligada obrigatoriamente na questão da qualidade. São inegáveis os inúmeros avanços que se conseguiu com o sistema nos últimos anos, no entanto, há muito por fazer, e um dos aspectos fundamentais de realização é a questão da qualidade.

Próximo.

O por que da qualidade?

A qualidade passa a ser um elemento fundamental, inclusive, como está colocado nesses **slides**, da função regulatória da própria agência e de uma avaliação e controle. Tem que se trabalhar invariavelmente hoje em direção a melhorar o impacto do serviço de saúde na realidade da população. Isso é um desejo também da própria população.

Próximo, por favor.

E, aí, existe uma relação muito clara entre a qualidade e a quantidade e, por outro lado, com a eqüidade, ou seja, não é possível promover qualidade, se as ações não forem suficientemente voltadas para a necessidade do indivíduo e da população. Então, essa relação de qualidade, quantidade e eqüidade está estabelecida, inclusive, no sistema de saúde suplementar e deve ser uma busca constante desse processo.

Próximo.

Dentro da função regulatória, como função de qualidade e assistência, o que tínhamos antes da regulamentação, em nível das operadoras, era uma atuação livre. Estabelecia-se controle deficiente, era clara a relação conflitiva entre usuários e prestadores e a falta de profissionalização de gestão. Os produtos também eram motivos constantes de reclamação por parte da população porque se tinha a definição livre de cobertura, a seleção de risco, definição livre de carências, definição livre de reajustes e um modelo centrado na doença.

Próximo, por favor.

Em nível de usuário se refletia de maneira muito complicada, porque os custos de manutenção de um plano de saúde eram crescentes, existiam as exclusões de cobertura, os contratos eram nebulosos, pouco transparentes, tinha uma dificuldade de acesso dos usuários aos serviços de saúde, existia a possibilidade de exclusão unilateral de contratos, não se tinha informação sobre o que acontecia no setor, e os benefícios eram duvidosos.

Próximo.

Após a regulamentação, criaram-se as condições para que se pudesse exercer a função regulatória como instrumento de qualidade, e aí o ganho da Agência Nacional foi inegável. Um dos aspectos fundamentais é a atuação controlada, pois, cria-se a possibilidade de criar regras de operação que estão muito claras hoje, e a Agência ganha condição de liquidar e intervir nas operadoras, passa-se a exigir garantias financeiras, profissionalização na gestão e o mais importante começa-se a ter informação daquilo que acontecia no sistema de saúde suplementar.

Próximo.

Em nível de produtos, os ganhos também são inegáveis. Proíbe-se de maneira definitiva a seleção de risco, porque esta era a maior queixa por parte dos usuários, coloca-se definição e limitações às carências, porque isso é fundamental também e não era claro nos contratos, estabelece-se controle de reajustes e se proíbem as decisões unilaterais. Então, penso que este é um ganho que dá qualidade para o sistema de atenção.

Próximo.

E em nível do beneficiário, tenta-se chegar, ainda temos uma luta para chegar, que é impor um modelo que não fique centrado só na doença, que caminhe para a assistência integral, para a eqüidade, que estabeleça custos controlados e realistas, equilibrados, que estabeleça contratos mais transparentes que não tenha limites de internação, o que era indesejável e cruel para os usuários, que se crie a maior possibilidade de acesso dos usuários ao serviço de saúde, em função da sua necessidade e se criem condições concretas para a melhoria de qualidade de atenção. Penso que este foi o grande ganho que a regulamentação e a ANS deram.

Próximo, por favor.

E, aí, é muito claro, temos um número de pessoas dependentes do sistema, na ordem de 38,600 milhões de pessoas, que não é desprezível e que precisa ter cuidado nessa lida.

Próximo.

Você tem uma quantidade de operadoras ainda, em torno de 2.200 importantes, que também exigem uma ação eficaz da Agência.

Há ainda uma prevalência dos planos antigos. É preciso estimular a migração para o escopo da lei, para que as pessoas tenham maior possibilidade de proteção.

Há um dado importante. Apesar de todos os recursos disponíveis para a saúde, nós podemos dizer que é pouco e é muito. Se somarmos aproximadamente todos os recursos destinados, tanto ao Sistema Único de Saúde quanto ao Sistema de Saúde Suplementar, teremos R$67 bilhões, o que resulta em um total de R$374,00 **per capita**, por ano, para a saúde. De qualquer maneira, este é um desafio muito grande. Por isso o planejamento estratégico em saúde é fundamental. Nós lidamos com recursos escassos e temos que planejar o sistema adequadamente.

Qual é a imagem objetiva que se coloca para o Sistema de Saúde Suplementar? Primeiro, organizá-lo como setor do sistema de saúde. Isso implica necessariamente uma integração com o Sistema Único de Saúde do ponto de vista da informação, das práticas de promoção e prevenção de doenças, da incorporação tecnológica, do ressarcimento, da articulação dos gestores, o que é muito importante, tanto estaduais como municipais, da construção de indicadores que visem realmente possibilitar a qualidade de assistência. E também consolidar o processo de segurança jurídica e regulatória, um instrumento fundamental da qualidade; trazer maior quantidade possível dos planos para cobertura da lei, ou seja, estimular a migração; estabelecer mecanismos de controle e ter conhecimento cada vez maior do setor.

Algumas questões são colocadas pela própria CPI e pelo Fórum de Saúde Suplementar. Uma delas é a plena contratualização do setor em relação às operadoras e aos prestadores; estabelecer um mecanismo de homogeneização de produtos que possibilite um ganho importante, que é a mobilidade, ou seja, as pessoas podem, de maneira sistemática e regulada pela Agência, transitar entre os planos e as operadoras com a garantia de direitos já adquiridos, como a carência, um grande trunfo colocado claramente pela CPI; incorporar neste processo a questão de assistência farmacêutica, outro aspecto muito reivindicado, tanto pelos usuários quanto pelos políticos; coibir os falsos planos de saúde; coibir as operadoras clandestinas; valorizar os resultados da CPI, que foram muito importantes no processo de incorporação dessas propostas, inclusive os resultados do fórum.

Por último, eu traço um paralelo entre o modelo clássico de organização do Sistema de Saúde Suplementar e o modelo novo. A abordagem clássica era centrada na doença. Agora se propõe um modelo centrado na saúde. O modelo assistencial era basicamente de assistência médica individual. Devemos buscar um modelo que valorize a saúde com promoção, prevenção e operação por rede integrada. A demanda era espontânea e deve se estabelecer uma lógica clara de resolubilidade, a fim de que o consumo de serviço não seja inadequado.

A regulação não pode ser só restritiva, deve ser equilibrada entre o processo de demanda, oferta e facilidade de acesso, que é a questão da eqüidade. A avaliação não pode ser só econômica e financeira, mas, sim, baseada em resultados, impactos das ações. A relação com os usuários não pode ser conflitiva, tem que ser cooperativa. A relação com os prestadores não pode ser instável, tem que ser articulada e integrada. A gestão tem que deixar de ser centrada em atividades-meio e caminhar para a profissionalização de uma lógica de resultados. E, por fim, os custos não podem continuar crescentes, têm que ser reais. Assim, com certeza, deixaremos de ter benefícios duvidosos para ter benefícios duradouros.

Em última análise, o que se pretende – e a própria Agência coloca isso como escopo – é melhorar essa qualidade de atenção num processo voltado para a melhoria da saúde da população. Falta muito por fazer, mas esse é um propósito firme do Dr. Fausto, atual Presidente da Agência, e nosso, se porventura assumirmos algum cargo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Mesa cumprimenta o Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, bem como o Dr. Gilson Caleman.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Convidados, Dr. Luiz Alfredo de Almeida Cardoso e Dr. Gilson Caleman.

Estou feliz que esses dois estejam sendo sabatinados. O Dr. Gilson Caleman, pelo currículo e pela exposição, vemos que é um profundo conhecedor e um especialista na área. Alegro-me, porque, lá na Agência, com certeza, terá mais um do mesmo biótipo que o meu – temos um biotipo parecido, fazemos um bom perfil. Estou tranqüilo em votar com ele.

Agora, o Dr. Alfredo eu o conheço, lá do Rio de Janeiro, eu como paciente do hospital em que ele era diretor. E, por isso, a tranqüilidade ainda é maior, porque sei como ele controlou, como atuou, pelo carinho com que trata, mesmo estando na administração geral do hospital, as pessoas que lá chegam. Ele nem sabia que eu era político, mas ele passou na ala toda, procurando ver, procurando fiscalizar o serviço. Não é à toa que o hospital é um dos melhores do Rio de Janeiro e na época dele era o melhor mesmo.

Então, estou muito feliz de poder sufragar o nome dos dois e ver que a nossa Agência, Dr, Fausto, está cada dia melhor.

Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o autor do relatório.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Tenho muita satisfação de ter contribuído. Já é a segunda oportunidade em que relatei indicados para a Agência, com a nova estruturação da Agência Nacional de Saúde.

Sempre entendi que é uma instituição indispensável, crítica, difícil e complexa e que a indicação dos seus administradores deve ter rigor técnico e equilíbrio, porque essa área é extremamente sensível.

Há cerca de quatro anos, quando era Deputado Federal, conversava aqui com a Senadora Ana Júlia, examinei com alguns companheiros, o quadro patrimonial e econômico do sistema, de uma maneira especial o sistema privado. Era desastroso. Não sei se de lá para cá ele melhorou, talvez não.

De outro lado, um país como o Brasil, que precisa de tudo ou de quase tudo, se não tiver Saúde, não terá nada; se não houver investimento, seriedade, organização nessa área de Saúde, todas as nossas múltiplas exigências, seja para a Educação, seja para a infra-estrutura, são inócuas. O Brasil não pode continuar a sustentar os padrões que sustenta de pobreza, que se refletem também nos padrões de saúde.

É claro que não se resolve uma coisa sem a outra, elas são absolutamente interligadas.

Tenho acompanhado o desempenho do Presidente da Agência, que tem sido excelente. É uma pessoa sensata. Um dia desses ele veio aqui a um debate intenso e o Senador Tião, que me fez os maiores elogios sobre ele, disparou o fogo amigo contra ele, mas eu descobri que era um fogo construtivo e também que vocês estão produzindo um ambiente bom, um ambiente construtivo que espero a indicação dos dois consolide.

Então, estou satisfeito com o relatório que subscrevi.

Pelo que vi, pelo que sei, penso que esse é um pedaço do Governo, um pedaço da sociedade brasileira, porque é mais amplo, que tem tudo para funcionar bem e que está funcionando bem.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Sérgio Guerra e passo a palavra à Senadora Ana Júlia, autora do segundo relatório.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Serei muito breve, até porque já tive oportunidade de relatar, mesmo que relatando apenas um, mas elogiar a indicação dos dois indicados para a Agência Nacional de Saúde, concordar com o meu colega, Senador Sérgio Guerra, no que diz respeito às dificuldades. E digo mais, Senador, nós tivemos outro dia, uma discussão no Banco do Brasil, não longa, mas de algumas horas, exatamente sobre esse setor da saúde. O levantamento que se tem é que as dificuldades, principalmente no setor privado de prestação de serviço de saúde, são em nível mundial. Isso não ocorre só em nosso País. Esse é um desafio que existe no mundo inteiro, ou seja, a busca de modelos novos e a necessidade de se reestruturarem esses modelos.

Realmente, chegou-se à constatação de que o setor da saúde num sistema totalmente privado acaba não tendo sustentabilidade. Existe a necessidade de se ter o investimento público significativo em saúde. Percebemos que a vida humana, mais que tudo, não é objetivo de lucro. Essa é a verdade. Eu estou dizendo isso porque foram feitos estudos em nível internacional e chegou-se a essa conclusão.

Assim, queria parabenizar os dois indicados e desejar um bom trabalho a eles. Acho que a ANS tem um trabalho desafiador, com certeza absoluta. Acredito que esse deve ser um trabalho não só da ANS, mas também das agências reguladoras como um todo. Aquelas agências que não têm uma justificativa técnica e operacional, digamos assim, para funcionar em outro lugar, deveriam funcionar em Brasília. Como já existe um projeto tramitando na Câmara, nós já conversamos com o Senador Sérgio Guerra a respeito e, independentemente da sua posição política, reconheço que, a exemplo da Senadora Lúcia Vânia, tem contribuído muito com os nossos trabalhos nessa área, nessa direção.

Eu queria, inclusive, fazer uma solicitação. Eu estou inscrita – agradeço ao Senador Sérgio Guerra – para falar no plenário desde ontem. Por isso, gostaria de pedir licença aos diretores indicados para procedermos à votação, para que eu pudesse tentar falar, já que apresentei um projeto de lei complementar e ainda não tive a oportunidade de falar sobre o assunto.

Obrigada, Senadora Lúcia Vânia, pela sua compreensão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu quero também cumprimentar o Dr. Alfredo e o Dr. Dílson pela apresentação dos nomes, dos currículos. Essa é uma área, como já foi ressaltado por vários Senadores presentes, essencial para o Brasil. Trata-se de uma área polêmica, difícil, em que posições claras têm que ser tomadas a favor da saúde do brasileiro. No fundo, é o direito essencial à saúde que deve ser consagrado.

Dr. Alfredo, observamos pelo seu currículo, pelas suas atividades profissionais, que podemos dividi-las em duas partes: uma parte bem voltada para a Medicina, particularmente para a área de cuidados intensivos, de unidades de terapia intensiva, e uma segunda metade com direcionamento grande para a área de administração de hospitais, particularmente

dos hospitais privados. Isso representou desencanto com a Medicina ou dificuldades com a Medicina? Por que o senhor entendeu ser mais útil na administração do que propriamente no exercício das atividades médicas, sejam elas curativas ou preventivas? Por que essa alteração, principalmente por ser uma pessoa extremamente jovem, com 41 anos de idade? O que aconteceu nessa trajetória profissional?

A segunda pergunta está relacionada à sua atividade atual, ou seja, na direção da Fênix, uma empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de hospitais e operadoras de saúde. O senhor é proprietário ou diretor da firma? (Pausa.) É proprietário? Não? Só diretor.

O SR. LUIZ ALFREDO DE ALMEIDA CARDOSO – Não sou mais.

O SR. FLÁVIO ARNS – Essa firma ainda existe? Como isso vai acontecer daqui para a frente? A terceira pergunta inclusive tem a ver com um dos grandes debates atuais, pois eu gostaria ao senhor e ao produtor Gilson em relação ao posicionamento – gostaria que houvesse algum detalhamento – dos senhores quanto aos planos de saúde em termos de hospitais públicos. Muitas pessoas que têm planos de saúde são atendidas em hospitais públicos em procedimentos simples ou complexos. E é um recurso extraordinário sendo gasto pelos hospitais públicos, quando poderíamos ter um recurso a mais, vindo dos planos de saúde, para atender às necessidades de saúde do País. Cito, por exemplo, o Hospital de Clínicas do Paraná, do Estado de onde venho, onde todos os procedimentos são feitos, sem indagar – apesar da preocupação da universidade – se a pessoa tem plano de saúde ou não e se faz transplante de fígado, transplante de rins, medicamentos caríssimos. Portanto, eu gostaria de saber qual é o posicionamento dos dois candidatos – que recebemos muito bem aqui no Senado – em relação a essa questão que considero fundamental para o Brasil, inclusive como um dos princípios básicos para o processo de distribuição de renda mais adequado, que é um dos desafios do nosso País. Gostaria de ouvir alguma ponderação nesse sentido.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pela ordem. Só para um esclarecimento. Gostaria de dizer que, nas consultas que fiz sobre o Dr. Luiz Alfredo, solicitei dele informação sobre o papel que ele exercia na empresa Fênix, e recebi da assessoria dele documento pelo qual ele se desvincula da empresa, que demonstra que ele não tem participação de nenhum tipo na empresa de consultoria Fênix. Fez parte do exame a que procedi, porque também entendi que era preciso esclarecer isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Alfredo.

O SR. LUIZ ALFREDO DE ALMEIDA CARDOSO – Senador, a questão da trajetória profissional é uma coisa interessante. Sou médico, e clinicava na área de terapia intensiva. Terapia intensiva é um dos setores que mais solicitam e utilizam recursos dentro do universo hospitalar, sejam eles humanos, materiais ou equipamentos. E, de tanto pedir, um dia, o diretor do hospital no qual eu trabalhava disse-me que eu podia me sentar ali para ver se eu conseguisse viabilizar. Então, eu lhe disse que, desde que eu continuasse a ver os meus doentes, não teria nenhum problema. Foi aí que tudo começou.

Sou um apaixonado pela medicina. Gosto de doentes. Gosto da prática diária. Hoje, talvez o que me console na prática administrativa é que eu me sinto responsável, ou melhor, co-responsável por todos os doentes que os hospitais ou a rede de hospitais, que estavam sob a minha supervisão, atendem. Então, talvez seja um pouco de presunção, digamos que consegui potencializar a minha capacidade de atendimento, de atender um paciente para atender à totalidade dos pacientes que procuravam buscar nos hospitais sob minha responsabilidade.

E agora na agência o raciocínio é talvez o mesmo, vou ser co-responsável por quase 38 milhões de pessoas que de alguma forma utilizam esse sistema. E pretendo cuidar delas com todo o carinho, com toda a dedicação que sempre dediquei aos meus doentes.

Com relação à empresa de consultoria, desvinculei-me da empresa no começo de março; era uma empresa fundada por mim e por um colega. Esse colega continua com a empresa e eu desde março não tenho mais nenhuma vinculação seja ela de propriedade ou operacional.

Com relação ao ressarcimento do SUS, os procedimentos executados nos pacientes beneficiados do sistema privado, concordo em gênero, número e grau com o que o senhor expôs. Esse é um dos objetos de preocupação da agência, seja institucional ou na pessoa do diretor-presidente, Dr. Fausto, seja na pessoa do Dr. Leôncio, que é o diretor de desenvolvimento e que vem trabalhando com afinco muito grande para que essa questão seja clareada, depois que todos os subterfúgios e todas as formas de não pagamento das operadoras sejam eliminadas e que essa cobrança seja feita de modo eficaz e que retire uma das incongruências desse sistema, porque se há um pagamento a um sistema privado, por um tipo de cobertura, tem que ser feita no âmbito de sistema

privado, sem nenhum custo para o SUS. E se isso é feito dentro do sistema público de saúde, ele tem que ser ressarcido de forma que não penalize os que não têm direito ao sistema privado, porque senão criamos um mecanismo de exclusão social e não de inclusão social. O dinheiro não gasto no sistema público pode e deve reverter às pessoas menos favorecidas economicamente ou que não têm interesse em adquirir sistema privado.

Era o que eu tinha a dizer. Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Gostaria e fazer uma colocação. Ouvi atentamente a explanação do currículo tanto do Luiz Alfredo, pelo Senador Sérgio Guerra, como a explanação do currículo do Sr. Gilson Caliman, pela Senadora Ana Júlia.

Realmente a saúde do Brasil está doente. Que bom que para essa pasta vêm pessoas que têm conhecimento administrativo, porque a saúde brasileira está precisando efetivamente de gerentes e de pessoas que levem a saúde brasileira a sério.

Venho de um Estado em que a saúde tem influência negativa.

Fica aqui realmente a minha torcida pelo trabalho que possam desenvolver em prol da saúde do povo brasileiro.

Era essa a colocação que eu queria fazer.

Faço uma correção quanto ao nome: é Sérgio Luiz, não é Luiz Sérgio.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Comunico aos Srs. Senadores que o documento do Dr. Alfredo desvinculando-se da empresa encontra-se aqui na Secretaria da Comissão.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Minha pergunta atinge ao Dr. Fausto também.

Sabemos que o grande problema da saúde suplementar é em relação à alta complexidade. Os atendimentos de alta complexidade da saúde suplementar são feitos em sua maioria pelos órgãos públicos. Há vários anos, vimos lutando na tentativa de encontrar uma forma de ressarcir, de reembolsar o sistema público, o SUS, sobre isso, e os planos de saúde continuam cobrando e quem continua fazendo a alta complexidade somos nos do Sistema Único de Saúde.

Pergunto aos dois presentes, que têm currículos elogiáveis – deposito minha confiança pela trajetória do trabalho dos senhores, principalmente nesse pensamento de estar trabalhando com doente e querer ampliar o seu trabalho, como o outro também, pois são mais ou menos as mesmas trajetórias.

Gostaria de saber se o senhor já tem alguma idéia sobre a forma de melhorar ou fazer – porque na realidade não acontece isso – o ressarcimento do Sistema Único de Saúde aos atendimentos feitos pelas pessoas da seguridade suplementar?

Outra questão. Já há alguma idéia ou algum projeto com o objetivo de ampliar a área de prevenção da saúde? Na realidade, para a saúde suplementar, quando se previne a saúde, passando a fazer programas de orientação de pessoas diabéticas, de portadores de necessidades especiais, trata-se de um investimento, gastando menos, quando poderiam gastar mais.

A obesidade, por exemplo, já está sendo coberta pela maioria dos planos agora. Quando se faz uma cirurgia corretiva no obeso, há diminuição dos custos, porque acabam as complicações provindas da obesidade.

Outro aspecto que me preocupa muito é que o sistema de informação da saúde suplementar não está integrado no nosso sistema de informação da saúde pública. E, para podermos trabalhar uma saúde pública correta, precisamos ter todas as informações confiáveis e a tempo. Não adianta a informação chegar cinco, seis anos depois. E também a vigilância epidemiológica e sanitária é sempre uma coisa pública.

Penso que a saúde suplementar também já poderia caminhar alguns passos, principalmente nas suas unidades hospitalares, no sentido de também exercer a vigilância epidemiológica e sanitária nas suas unidades. Avançar mais nesse sentido, não deixar só para a parte pública.

Quanto a esses pontos, gostaria de saber as idéias dos senhores. O Fausto pega de quebra, mas já fiz mais ou menos uma prensa nele quando ele entrou aqui nesse sentido também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Alfredo.

O SR. LUIZ ALFREDO DE ALMEIDA CARDOSO – Senador, com relação ao ressarcimento do SUS, sou um pretendente à entrada e não posso lhe dizer os detalhes. Mas tive uma explanação com o Dr. Leôncio, Diretor de Desenvolvimento da Agência, que me colocou o andamento desse processo, que vem num crescente. A agência tem três anos, colheu dados e vem fechando as brechas que as operadoras usavam para que esse pagamento não fosse feito. E essas brechas foram sendo fechadas, pelo que pude depreender da exposição do Dr. Leôncio, e o processo vem sendo aperfeiçoado continuamente. Tanto é que o volume de ressarcimento ao SUS pela utilização pelos beneficiários do sistema privado vem aumentando continuamente. Hoje, tem-se uma idéia bastante próxima

à realidade do que ocorre. Voltando aqui, as brechas para esse não pagamento vão sendo fechadas.

É um trabalho que está em andamento e – pelo que vi – que está sendo feito com muito cuidado. Penso que vai ser muito producente daqui para frente. Os resultados disso vão ser muito mais eficientes do que no passado, visto que o processo se aprimorou muito.

Com relação ao papel das operadoras na promoção de saúde, na verdade, não temos plano de saúde hoje, mas plano de doença. Trata-se de um raciocínio médico torto, visando muito mais à doença do que a saúde, até porque o conceito de saúde é bem mais complexo.

Quanto ao final da explanação, sempre pensei nisso. Tive uma grata surpresa quando conversei pela primeira vez com o Dr. Fausto, que tem a mesma opinião, a mesma idéia que tenho. Quer dizer, tirar um pouco o foco. O Gilson aqui também na apresentação é bastante claro nessa questão. Inverter um pouco esse foco. Esse foco é perverso não só com o sistema, mas principalmente com o paciente.

A nossa função e até a função de médico, além de tratar, curar, consolar, é tentar prevenir, inverter um pouco essa lógica, mesmo porque é mais barato – somos um país pobre. O número de recursos, como o Gilson colocou ali, é um número, por mais zeros que tenha, pequeno e sempre vai ser pequeno. Temos demandas sociais e demandas médicas de Primeiro e de Terceiro Mundo. Temos doenças degenerativas e traumas que matam também no Primeiro Mundo, mas temos doenças de Terceiro Mundo, doenças que podem ser prevenidas com vacinação, saneamento e uma série de coisas, muito simples de serem prevenidas.

As operadoras terão que deixar de ser – até por uma questão de sobrevivência econômica, se não fosse uma questão de convicção – meras intermediadoras de fontes de financiamento, passando a ser gestoras de saúde da sua população.

Acho que era isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra Dr. Gilson.

O SR. GILSON CALEMAN – (*Fora do microfone*) ..... quanto o Senador Flávio Arns quando colocam questões fundamentais que estão na pauta do dia que é a questão do ressarcimento, que, apesar de todo esforço feito pela agência, precisa ser aprimorado. É justo que se faça isso, porque também acredito que é um instrumento de equidade. As pessoas têm que ter, alguns perguntam se equidade é possibilidade de acesso, eu diria eu não é tratar desigualmente os desiguais. Porque, muitas vezes, quem tem um plano de saúde passa na frente de quem não tem, e isso não pode acontecer. Temos que brigar por isso. Essa é a grande luta que temos. Desses aspectos, o que vai também impactar a questão do ressarcimento é a exigência de uma nova lógica de atenção em relação às operadoras, que não pode, como disse o Dr. Alfredo, ficar centrado no modelo de doença. Esse modelo, por mais que se discuta, está esgotado porque é caro, e, além de ser caro, é pouco impactante na realidade da saúde da população. O velho ditado "melhor prevenir que remediar" está aí colocado. Então a grande tarefa da agência de maneira cooperativa com as operadoras, com as corporações, é colocar o modelo que se volte para a saúde das pessoas. Aí entram estratégias fundamentais de integração com o sistema único. Essa lógica da vigilância sanitária, instrumento da vigilância epidemiológica é fundamental para esse processo. Acho que essa relação vai acontecer e vamos lutar a todo momento na agência para que essa integração, essa nova visão da assistência suplementar voltada para a saúde, criar mecanismos concretos de ressarcimento, planos de referência que visem proteção e promoção, vai, de alguma maneira, garantir um pouco da equidade como disse anteriormente. É um esforço muito grande no sentido de que possamos avançar nesse processo. Tenho quase certeza de que grande parte das operadoras já têm essa visão, não são poucas aquelas que já têm programas de proteção, de promoção. E a questão de ressarcimento vai ter que ser aprimorado, com certeza, porque também é instrumento de equidade, precisamos que todas as pessoas sejam tratadas de maneira desigual.**(sic)** Não é justo que o Sistema Único de Saúde banque principalmente os tratamentos de alta complexidade sem ser ressarcido para isso. A Agência, inicialmente, colocou um ponto fundamental, por meio da Tabela Tunepe, que caminhou, avançou e vamos ter que aperfeiçoar esse processo. Mas acho que o grande ganho mesmo na questão do ressarcimento é fazer com que as operadoras sejam gestoras de sistemas de saúde e não gestoras de atendimento à doença. Esse é o grande esforço que tem que ser feito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço, como também o Vice-Presidente, Senador Papaléo Paes, a presença do Dr. Alfredo Cardoso, Dr. Gilson Caleman e, de forma muito especial e muito querida nesta Comissão, do Dr. Fausto Silva, que também nos honra com a sua presença hoje. E sempre motivo de muita alegria para todos nós, porque ele já é uma pessoa muito querida entre todos os Senadores.

Comunico que, de acordo com o art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação é secreta. Solicitaria às Srªs e aos Srs. Senadores que ainda não votaram que podem fazê-lo.

Todos já votaram?

Convidaria os Senadores Papaléo Paes e Sérgio Guerra para promoverem a apuração dos votos.

Gostaria de comunicar o resultado da votação.

Votaram 23 Srªs e Srs. Senadores. O Dr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso obteve, dos 23 votos, 21 votos a favor e 2 contra.

Em relação ao Dr. Gilson Caleman, também votaram 23 Srªs e Srs. Senadores, e ele obteve 21 votos a favor e 2 contra.

Portanto, estão aprovados.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Quero cumprimentar o Dr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso e o Dr. Gilson Caleman e desejar-lhes sucesso à frente dos órgãos que vão dirigir. (Pausa.)

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, passamos agora ao Item 3 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientando sobre falsificação de remédios em farmácias e drogarias e dá outras providências. O autor é o Deputado Enio Bacci; o Relator é o Senador Reginaldo Duarte. O parecer é pela rejeição.

Na reunião do dia 14 de abril, a matéria foi retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para proferir o seu parecer.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2000 (PL nº 279, de 1999, na origem), de autoria do eminente Deputado Enio Bacci, torna obrigatória a fixação em farmácias e drogarias de cartazes que esclarecem sobre como detectar remédios falsificados.

Determina ainda o parágrafo único do art. 1º que o cartaz deve conter também o nome completo e o horário de trabalho do farmacêutico responsável pelo estabelecimento.

O art. 2º estabelece que o infrator da lei resultante do projeto em exame fica sujeito às sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

A vigência da lei resultante será a partir da data de sua publicação, conforme determina o art. 3º.

Passarei para a análise, que é o mais importante.

O projeto em apreço tem como principal finalidade tornar obrigatória a fixação pelas farmácias e drogarias de cartazes de orientação aos consumidores quanto à maneira de detectar remédios falsificados. Os medicamentos, muitos deles indisponíveis para o tratamento e o controle dos mais variados tipos de doenças, não ficaram imunes à máfia da pirataria, que age no mundo inteiro e falsifica praticamente todos os produtos, principalmente os que têm boa aceitação do consumidor.

Ocasionalmente, os meios de comunicação têm divulgado notícias de apreensão de medicamentos falsificados e mostrado os efeitos deletérios do seu uso.

A ganância da máfia dos falsificadores não deixa de fora nem mesmo os medicamentos destinados ao tratamento de doenças graves, como o câncer.

Há alguns anos as denúncias da imprensa quanto à descoberta de vários medicamentos falsificados acirraram a discussão sobre o tema. O Congresso Nacional, sensível aos anseios da população, aprovou modificações na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, triplicando como crime hediondo a falsificação, a corrupção, a adulteração ou a alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais. Não há dúvida de que o projeto em apreço tem o intuito de proteger o consumidor e coibir a prática de pirataria de medicamentos. No entanto, temos que considerar alguns aspectos relativos às medidas propostas.

Na época em que o projeto foi apresentado, em março de 1999, a sociedade brasileira ainda estava sob o impacto das denúncias de apreensão de medicamentos falsos, inclusive em serviços públicos de saúde. É natural, em tal contexto, que a sociedade exija providências das autoridades no sentido de coibir a pirataria e de punir os culpados.

Certamente, foi com essa meritória intenção que o ilustre Deputado Federal Ênio Bacci apresentou o projeto que ora apreciamos. Apesar do seu mérito indiscutível, uma lei que obrigue as farmácias e drogarias a fixar os cartazes propostas não tem o menor valor prático e pode ser considerada injurídica e inconstitucional, pois está sendo transferida ao consumidor uma atribuição legalmente conferida aos agentes públicos.

A identificação de um medicamento falsificado não é tarefa para o consumidor. A sofisticação dos processos de falsificação chegou a tal ponto que, em inúmeros casos, somente um exame pericial muito bem feito pode detectar os sinais da adulteração.

Alguns desses exames necessitam, inclusive, de minucioso trabalho em laboratório de análise de substâncias a fim de identificar a dosagem e os componentes do medicamento supostamente falsificado.

É inconcebível transferir aos consumidores uma atribuição que é do Estado, qual seja a de fiscalizar um setor tão essencial para a saúde da população.

Não estamos tratando de simples produtos, tais como tênis, brinquedos, discos, roupas ou aparelhos eletrônicos pirateados, estamos tratando de um produto que pode abreviar a vida do infeliz consumidor que teve a má sorte de usar um medicamento que deveria beneficiá-lo.

Um medicamento falsificado é vendido em uma das farmácias e drogarias principalmente por dois motivos: ou o próprio farmacêutico não foi capaz de identificá-lo como falsificado, ou, se foi, está visando o lucro fácil e cometendo um crime, pois ele não correria o risco de vender um produto reconhecidamente falsificado se não lhe fossem oferecido baixos preços na compra junto aos fornecedores ou falsificadores.

Afixar cartazes da natureza proposta é uma medida inócua e pode até ser prejudicial à saúde da população pois estará sendo transferido para o consumidor o ônus de provar que o produto que ele está comprando não é o de que ele precisa. Além disso, a presença dos cartazes pode induzir a uma falsa sensação de segurança quanto à qualidade dos medicamentos vendidos pelo estabelecimento. E quando acontecer novos episódios de apreensão de medicamentos pirateados, os agentes públicos, responsáveis pela fiscalização, poderão, sofisticamente, alegar que a participação da comunidade não está sendo efetiva.

O projeto em exame é fruto do calor das discussões sobre o tema, em uma época em que um importante formador de opinião pública – a imprensa – fez com que a sociedade, inclusive os Parlamentares, ficassem estarrecidos com as notícias relativas às falsificações e às danosas conseqüências para a saúde dos doentes.

O crime da falsificação de medicamentos já foi tipificado como hediondo e isso basta para coibir a prática, desde que haja interesse das autoridades em tal coibição. Basta que o Poder Público faça cumprir a lei e ponha na cadeia os falsificadores e os responsáveis pela disponibilização do produto pirateado. Identificar medicamentos falsificados é tarefa para farmacêuticos, fiscais e peritos e não para consumidores.

Consideramos, assim, que a lei resultante da proteção em exame, obrigará as farmácias e drogarias a adotarem medida inócua e eventualmente prejudicial à saúde da população. Além disso, a norma proposta é uma forma de transferir ao consumidor uma atribuição do Poder Público que ele, o consumidor, não está capacitado a desempenhar.

Voto

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2000.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2000.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 4:

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001, que dispõe sobre a gestão da área de proteção ambiental Jericoacoara e dá outras providências. Autor: Deputado Adolfo Marinho. Relator: Senador Reginaldo Duarte. Parecer favorável com duas emendas que apresenta.

Na reunião do dia 14 de abril, a matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator.

Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte para proferir o seu relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o relatório que passarei a ler foi retirado de pauta para ser feita uma modificação porque ele ia contra os interesses do Estado do Ceará. Em conversa com o Governador e com o Secretário do Meio Ambiente, chegamos a um acordo, e modifiquei o relatório e o voto, que passarei a ler.

O projeto de lei sob exame, apresentado em 1999 pelo Deputado Adolfo Marinho, dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, localizada no Estado do Ceará.

Recebida pelo Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria em pauta, em sua essência, propõe a transferência da gestão da APA de Jericoacoara da União para o Estado do Ceará.

Incluem-se nas atividades de gestão o custeio, a administração, a fiscalização e a aplicação de sanções administrativas.

Na seqüência, a proposição dispõe sobre os objetivos da APA: proteger e preservar os ecossistemas de praias, mangues e restingas, as dunas, as formações geológicas de grande potencial paisagístico e científico e a biodiversidade local, e enuncia a sua delimitação geográfica.

O projeto estabelece ainda as medidas a serem adotadas na gestão da unidade de conservação, entre elas a realização do zoneamento, que deverá indicar os empreendimentos e as atividades que poderão ser implantadas em cada área e fixar as respectivas proibições e restrições, a utilização de incentivos financeiros governamentais para assegurar o uso racional dos recursos naturais, a implantação de um programa permanente de educação ambiental.

Ainda de acordo com a proposta, a fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta

e tratamento de esgotos, coletas e disposição final de resíduos sólidos, ficará a cargo do órgão responsável pela gestão da APA.

Por fim, a proposta determina que as infrações às normas de funcionamento da APA serão punidas nos termos da legislação ambiental vigente.

Infelizmente, coube relatar a matéria ao então Senador Luiz Pontes, que se manifestou por sua aprovação. A minuta do parecer, no entanto, não foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Com o término da legislatura e em virtude do disposto no inciso II do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com nova redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, a proposição permaneceu em tramitação e coube a nós, em fevereiro de 2003, relatar a matéria.

Na ocasião, apresentamos parecer favorável ao projeto, o qual, entretanto, não foi examinado pela CAS, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 362, de 2003, que solicitava informações à Ministra do Meio Ambiente acerca da proposição.

As informações foram encaminhadas à Ministra do Meio Ambiente, por meio do Aviso nº 2.142, de 2003, anexado às fls. 44 e 45, cabendo a nós, uma vez mais, a relatoria.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise

A APA de Jericoacoara foi criada pelo Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, e localiza-se integralmente no Estado do Ceará. Inicialmente administrada pela então Secretaria Especial do Meio Ambiente – Sema, passou a ser gerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama, a partir de 1991.

No período de 1989 a 1990, por meio de convênio, a gestão da APA ficou sob a responsabilidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará – Semace.

O projeto sob exame visa transferir a gestão da APA do âmbito federal para a esfera estadual. No entanto, durante a tramitação da proposta, o Governo Federal editou, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – Senuc, o decreto de 4 de fevereiro de 2002 criando o Parque Nacional de Jericoacoara nos Municípios de Jericoacoara, nos Municípios de Cruz, Jijoca e Jericoacoara. O referido decreto transformou parte da APA existente em parque nacional e redefiniu os limites geográficos da APA com a exclusão do território do novo parque.

Conforme dispõe o art. 7º da Lei nº 9.985, de 2000, a área de proteção ambiental insere-se no grupo das unidades de conservação e de uso sustentável, e o parque nacional, na categoria da unidade de proteção integral.

As APAs, consoante o art. 17 da Lei do Snuc, constituem área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar ao processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Por sua vez, o parque nacional apresenta como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais e de grande relevância ecológica e beleza cênica, sendo admitida na área apenas a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação e de turismo ecológico. Trata-se do art. 11.

Com a decisão do Governo Federal de transformar parte da área de proteção ambiental de Jericoacoara em parque nacional, a área remanescente sob o regime de APA reduziu-se praticamente à vila de Jericoacoara. Por conseqüência, em face da nova situação, entendemos ser mais conveniente que a gestão da atual APA permaneça também sob a administração do Ibama, o que não impedirá o Governo local de dotar a área da infra-estrutura necessária para a melhoria das condições de vida das comunidades que nela residem.

Dessa forma, uma vez que não mais persistem os problemas que motivaram a apresentação do PLC nº 21, de 2001, entendemos que não há por que o projeto prosperar.

Voto

Pelo exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001, do meu colega de Partido, Adolfo Marinho.

Lamentavelmente, terei que dar um voto contrário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – No reexame, o Senador Reginaldo Duarte optou por rejeitar o projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço às Srªs e aos Srs. Senadores a colaboração.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 52 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 05 de maio de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e nove minutos, do dia cinco de maio de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) Ideli Salvatti, Flávio Arns, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Sérgio Cabral, Ramez Tebet, Papaléo Paes, Edison Lobão, Paulo Octávio, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Serys Slhessarenko, Garibaldi Alves Filho, Hélio Costa, César Borges, Desmóstenes Torres, Efraim Morais, Marcos Guerra, Osmar Dias e Mozarildo Cavalcanti. Os Senadores Cristovam Buarque e Ana Júlia Carepa justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nºs 104 E 105, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA – CAE. que "Altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989 o § 1º do artigo 2º da lei nº 8.001, de 1190, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo"; Altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui " compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural , de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais", e o artigo 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1989 e dá outras providências" com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra. Autores: Senadores Luiz Otávio e Ana Júlia Carepa. Relator: Senador Siba Machado. Parecer: favorável ao Projeto de Lei do Senado nº105, de 2003, com três emendas, contrário ao Projeto de Lei do Senado de 104, de 2003 e pela rejeição da emenda de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Resultado: Retirado de pauta para atender leitura de Requerimento de Audiência da Comissão de Infra-Estrutura. Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, 2003. que "Altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica". Autor: Presidência da República. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: favorável. Resultado: Aprovado o parecer. Item 9 – REQUERIMENTO Nº 13, DE 2004 – CAS que, "nos termos regimentais, requere que seja incluído na lista de convidados, constantes do Requerimento nº 12, de 2004 – CAS, o urbanista Jaime Lerner, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2003. Autor: Senador Eduardo Azeredo. Resultado: Aprovado. Item 10 – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2004 – CAS "requerendo nos termos regimentais, seja submetido à deliberação do plenário desta Comissão a realização de audiência pública na Subcomissão de Saúde para discussão da recente iniciativa da Organização Mundial de Saúde – OMS denominada Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, como um poderoso aliado do Programa Fome Zero já que este, mais do que o acesso ao alimento, visa garantir a toda a população uma alimentação saudável, balanceada e que combata concomitantemente as carências nutricionais e as doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação, com os seguintes convidados: Dr. Eleuses Vieira de Paiva, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB); Dr. Giuseppe Repetto, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade (ABESO); Dr. Antônio Felipe Simão, Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC); Dr. Leão Zagury, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD); Dra. Valéria Guimarães, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM); Dr. Ayrton Pires Brandão, Presidente da Sociedade Brasileira de Hipertensão (SBH); Dr. João Egídio Romão Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN); Dr. Lincoln Marcelo Silveira Freire, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP); Dr. Moises Goldbaum, Presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO); e representantes dos Ministérios da Saúde, Relações Exteriores e Agricultura. Autores: Senador Papaléo Paes e Senadora Serys Slhessarenko. Os itens 3, 4, 5, 6, 7 e 8 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José

Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 5-5-04 – 11ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens 1 e 2 por estar sobrestada a pauta do Plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Esclareço aos Srs. Senadores que o Relator do Item 1 da pauta não se encontra presente. Vamos passar ao Item 2 enquanto aguardamos a chegada do Sr. Relator.

Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2003, que altera Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a pensão especial para deficientes físicos que especifica. Autor: Presidência da República; Relator Senador Flávio Arns. Parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Trata-se de assunto muito importante, que gera uma expectativa muito grande no Brasil por parte das pessoas que têm seqüelas da Talidomida, porque prevê a alteração dos critérios para a concessão de benefícios para essa população, melhorando-os.

Existe necessidade e urgência na aprovação deste projeto de lei que foi enviado pelo Poder Executivo, como de fato é de se esperar nesse tipo de projeto de lei, porque cria despesas para aquele Poder. Já houve a sua tramitação na Casa e agora chega a esta Comissão de Assuntos Sociais.

Passo à leitura da análise do projeto de lei.

Em sua exposição de motivos, o então Ministro da Previdência e Assistência Social recorda que o medicamento Talidomida foi criado em 1954, destinado ao controle da ansiedade, tensão e náuseas, daí a sua recomendação a gestantes nos primeiros meses de gravidez.

Em 1960, no entanto, surgiram evidências dos efeitos teratogênicos provocados pela utilização do medicamento no caso de gestação nos três primeiros meses, uma vez que promovia uma interferência na formação do feto, provocando-lhe focomelia, ou seja, encurtamento e aproximação dos membros junto ao corpo.

No ano seguinte, 1961, foi suspensa a fabricação e comercialização da Talidomida nos 146 países em que era encontrada. O Brasil só formalizou essa medida em 1964, o que o transformou no único país a ter duas gerações de vítimas da Talidomida, segundo informação da Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida.

Com base na Lei nº 7.070, de 1982, existem hoje 410 pessoas recebendo a pensão especial de caráter indenizatório, que é mensal, vitalícia e intransferível, conforme o art. 1º da referida lei.

O § 1º estabelece o reajuste da pensão com base na variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, ORTN, cuja extinção redundou na suspensão do pagamento do benefício entre 1989 e 1993.

Nesse sentido, o Presidente da República encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional, posteriormente convertido na Lei nº 8.686, de 20-7-93, que determinou o pagamento dos atrasados e nova modalidade de cálculo do reajuste do benefício, variando de um a quatro salários mínimos.

Esse ato legal, em seu art. 3º, determinou a prioridade no fornecimento de aparelhos, próteses, órteses e demais instrumentos de auxílio, bem como nas intervenções cirúrgicas e na assistência médica, fornecidas pelo Ministério da Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, em razão das dificuldades de atendimento e de fornecimento de apoio técnico enfrentadas pelos portadores da Síndrome da Talidomida.

Em 1997, a Lei nº 9.528, de 24-7-97, em seu art. 8º, alterou a Lei nº 7.070, de 1982, acrescentando parágrafo único ao art. 3º, que estabeleceu:

> "Parágrafo único. O benefício de que trata esta lei é de natureza indenizatória, não prejudicando eventuais benefícios de natureza previdenciária, e não poderá ser reduzido em razão de eventual aquisição de capacidade laborativa ou de redução de incapacidade para o trabalho ocorridas após a sua concessão."

Tal dispositivo esclarece, de uma vez por todas, que a pensão especial dos portadores da Síndrome da Talidomida é obrigação do Estado, em razão de omissão e negligência, conforme reconhecera o Poder Judiciário nas inúmeras ações propostas por vítimas dos efeitos de medicamentos ao longo de mais de dez anos.

Finalmente, a Medida Provisória nº 2.187, de 24-8-2001, que reajustou benefícios mantidos pela Previ-

dência Social, em seu art. 13, acrescentou ao mesmo art. 3º da Lei nº 7.070, de 1982, o § 2º, renumerando o parágrafo único para § 1º. O dispositivo acrescido estabelece que:

"§ 2º O beneficiário dessa pensão especial maior de 35 anos que necessita de assistência permanente de outra pessoa e que tenha recebido pontuação superior igual a seis, conforme estabelecido no § 2º do art. 1º desta lei, fará jus a um adicional de 25% sobre o valor desse benefício."

Essa determinação, mais uma vez, atende à reivindicação da Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida, que alertou o Poder Público para as conseqüências, a longo prazo, da síndrome, cujos portadores adquirem novas patologias, como artrose, artrite, reumatismo, hérnias de disco e osteoporose de caráter progressivo e incapacitante em muitos casos.

Atualmente, do total de 410 beneficiários de pensão especial em tela, apenas dois deverão se aposentar em futuro próximo, de um total de 300 portadores em idade madura. No futuro, outros vinte portadores da síndrome deverão ter direito ao benefício proposto pelo projeto de lei em exame, o que evidencia um pacto insignificante em termos orçamentários nas contas da Previdência Social.

Recorde-se que os recursos financeiros que dão cobertura à pensão especial aos portadores da Síndrome da Talidomida são repassados pelo Tesouro Nacional, à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento da União.

Diante do exposto e considerando que a iniciativa de acréscimo à pensão especial incentiva a atividade produtiva e a integração social dos portadores da Síndrome da Talidomida, somos pela aprovação do projeto em exame.

Esse é o parecer e o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos submeter a matéria à votação.

Antes, eu gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns pelo parecer favorável a este projeto. Acredito que seja um projeto de extrema importância, porque beneficia pessoas que realmente precisam, pessoas que foram vítimas de descaso da área de saúde. Portanto, este projeto é louvável e merece o apoio desta Comissão.

De forma especial, congratulo-me e me solidarizo com V. Exª nessa atitude que considero extremamente louvável. Eu também não poderia deixar de estender os cumprimentos ao Governo, que foi sensível ao apelo do Senador, concordando com a aprovação deste projeto.

Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003 e 105, de 2003, com decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos, tramitando conjuntamente.

Devo esclarecer ao Plenário que esse projeto deverá ir para a Comissão de Infra-estrutura, uma vez que foi solicitada, através de requerimento, pelo Senador José Jorge a sua passagem por aquela Comissão.

Como o Relator não está presente, passarei a ler o requerimento que solicita encaminhar o projeto à Comissão de Infra-estrutura, antes da aprovação nesta Casa.

REQUERIMENTO

Requeiro nos termos do disposto no art. 255, 2º, item XII do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 104 e 105, ambos de 2003, que tramitam conjuntamente, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Uma vez que não se encontram presentes nem a autora do projeto nem o Relator, havendo esse requerimento, entendo que seria mais ágil remetermos o projeto para a Comissão de Infra-Estrutura para depois submetê-lo à apreciação desta Comissão.

O autor do requerimento é o Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

Para não protelar, penso que seria mais ágil passar o projeto para aquela Comissão. A Relatora encontra-se na Alemanha e deverá permanecer em viagem por 15 dias. Em função da dificuldade em que se encontram as Comissões e em razão da pauta sobrestada, acredito que seja melhor imprimir agilidade enviando o projeto para lá. Quando a autora do projeto e o Relator estiverem presentes, nós o apreciaremos nesta Comissão.

Submeto à votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam sentados.(Pausa)

Então será encaminhado à Comissão de Infra-Estrutura o referido projeto.

Vamos submeter à votação dois requerimentos. Um é de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que já teve um requerimento aprovado aqui para uma audiência pública, relacionando vários nomes. Esse re-

querimento acrescenta mais um nome, do urbanista Jaime Lerner.

Essa audiência pública será realizada na próxima semana.

Em votação a sugestão do Senador Eduardo Azeredo, feita através do requerimento.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento é assinado pela Senadora Serys Slhessarenko e pelo Senador Papaléo Paes. Farei a leitura deste requerimento:

Requeremos, nos termos regimentais, que seja submetida à deliberação do Plenário desta Comissão a realização de audiência pública na Subcomissão da Saúde para a discussão da recente iniciativa da Organização Mundial da Saúde, OMS, denominada Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, como poderoso aliado do programa Fome Zero, já que este, mais do que o acesso ao alimento, visa garantir a toda população uma alimentação saudável, balanceada e que combata concomitantemente as carências nutricionais e as doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação. Com esse propósito sugerimos sejam ouvidos os depoimentos das seguintes instituições e autoridades em dia e horário a serem definidos pela Subcomissão de Saúde, em comum acordo com os depoentes convidados.

Pergunto ao Senador Papaléo Paes se gostaria de fazer alguma observação com respeito ao requerimento.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Este requerimento é em conseqüência da necessidade absoluta de ouvirmos as pessoas aqui mencionadas. Formaremos a nossa opinião, pois o Brasil, na Organização Mundial de Saúde, terá direito a um voto. Estamos sentindo que deverá ser modificado em relação à intenção inicial do Governo, que é a de votar a favor. Existe uma corrente querendo um voto contrário.

Queremos embasar a nossa decisão, tendo em vista que fazemos parte da Frente Parlamentar de Saúde, ouvindo essas pessoas que representam instituições extremamente ligadas ao assunto. É essa a finalidade, por isso a urgência que queremos no debate.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento.

Vou citar nome por nome. Gostaria que os Srs. Senadores votassem e fizessem alguma observação em relação aos nomes.

Eleuses Vieira de Paiva, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB; Giuseppe Repetto, Presidente da Associação Brasileira para Estudo da Obesidade – Abeso; Antônio Felipe Simão, Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia – SVC; Leão Zagury, Presidente da Associação Brasileira de Diabetes – SBD; Valéria Guimarães, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; Ayrton Pires Brandão, Presidente da Sociedade Brasileira de Hipertensão – ABH; João Egídio Romão Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN; Lincoln Marcelo Silveira Freire, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; Moisés Goldbaun, Presidente da Associação Brasileira de Pós-gradução em Saúde Coletiva – Abrasco, e representantes do Ministério da Saúde, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura.

Algum dos Senadores quer fazer alguma observação?

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Não havendo mais assuntos para serem tratados, declaramos encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h27min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 12 de maio de 2004, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e cinco minutos, do dia doze de maio de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que "Regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo e cria o Conselho Federal da Arquitetura e Urbanismo e os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo como órgãos de fiscalização profissional". Requerimento nº 12, de 2004 – CAS e adendo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo relator da matéria, com a presença dos (as) Senadores (as) Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Flávio Arns, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Sérgio Cabral, Ney Suassuana, Papaléo Paes, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Cristovam Buarque, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Demóstenes Torres, Efraim Morais, Leonel Pavan, Marcos Guerra,

Osmar Dias E Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença dos Senhores DR. WILSON LANG, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, DR. HAROLDO PINHEIRO, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, DR. EDUARDO BIMBI, Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas – FNA, DR. ANTÔNIO DE PÁDUA ANGELIM, Presidente da Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – CONFAEAB, DR. JAIME LERNER, Urbanista e Ex– Governador do Estado do Paraná. Após as explanações, interpelam os convidados os Senhores Senadores OSMAR DIAS, EDUARDO AZEREDO, AELTON FREITAS, JUVÊNCIO DA FONSECA e a Senadora ANA JÚLIA CAREPA. Não havendo mais a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 12-5-04 – 12ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovada.

A presente audiência pública destina-se a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo e cria o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo como órgãos de fiscalização profissional.

O Requerimento nº 12, de 2004, da CAS, originou a referida audiência, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, Relator desta matéria.

Contamos hoje com a presença ilustre dos seguintes convidados: Dr. Jaime Lerner, urbanista e ex-Governador do Estado do Paraná; Dr. Wilson Lang, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Dr. Haroldo Pinheiro, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil; Dr. Eduardo Bimbi, Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos do Brasil; Dr. Antonio de Pádua Angelim, Presidente da Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil.

Em nome da Comissão de Assuntos Sociais, cumprimento todos os expositores. É uma satisfação recebê-los aqui para clarear os caminhos desse projeto de lei de grande importância não só para os arquitetos, urbanistas e engenheiros em geral, mas também para a sociedade brasileira.

Cada expositor disporá de dez minutos para sua apresentação. Após os dez minutos, a campainha tocará automaticamente.

Cumprimento o Senador Azeredo, autor desse requerimento. Desde o ano passado esta Comissão vem discutindo o PLS nº 347, que propõe regulamentar as profissões de engenheiro, arquiteto e urbanista. Essa discussão reveste-se de grande relevância, porque se propõe, ao lado da construção legal, o afloramento de aspectos extremamente significativos e específicos da profissão de arquiteto e urbanista. Sem dúvida, essa discussão vai orientar a decisão de cada Senador desta Comissão, uma vez que este projeto tem caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais.

Esta Comissão, por sua natureza, tem a responsabilidade de, ao discutir qualquer assunto, ir além dos aspectos meramente técnicos e formais, para chegar aos aspectos sociais que tenham reflexos positivos à sociedade brasileira.

As questões que envolvem arquitetura e urbanismo refletem intensamente as próprias contradições e impasses que afetam a sociedade. Por esses motivos, temos uma grande expectativa em relação à audiência pública. Esperamos que, com a palavra dos expositores, essa discussão nos mostre os caminhos para que este projeto atenda aos interesses do País.

Agradeço a presença de todos mais uma vez.

Informo aos ilustres convidados que a sala ao lado dispõe de um telão para que todos possam acompanhar as discussões.

Ao mesmo tempo, gostaria de cumprimentar aqueles que vieram de longe trazer o seu apoio e a sua participação a esta Comissão. Este é o papel da Comissão: trazer a voz da sociedade, para que se faça sentir nas nossas decisões.

Passo a palavra, com muito prazer, ao Dr. Wilson Lang, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, que terá dez minutos para a sua apresentação.

O SR. WILSON LANG – Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia, que dirige os nossos trabalhos, Exmº Sr. Senador Eduardo Azeredo, Relator da matéria ora em

discussão, Exmº Sr. Senador e meu mestre na política em Santa Catarina, Dr. Leonel Pavan, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, Exmº Sr. Presidente da União Internacional de Arquitetos, arquiteto e urbanista Jaime Lerner, Sr. Haroldo Pinheiro, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Sr. Eduardo Bimbi, Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas – FNA, Sr. Antonio de Pádua Angelim, Presidente da Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – Confaeab; Srs. Presidentes de CREAs aqui presentes, Arquiteto Wellington Costa, que preside o CREA de Sergipe, Sr. Presidente do CREA de Minas Gerais, Marco Antônio, nosso Marco Melo. Cumprimento os ex-Presidentes do CREA do Rio Grande do Sul, Arquiteto Edson Dal Lago e Osni Schroeder, Srs. Coordenadores de câmaras especializadas em arquitetura, senhoras e senhores profissionais e colegas membros da imprensa.

Gostaríamos, inicialmente, de saudar o espírito democrático do Senador Eduardo Azeredo, que, ao receber o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para tratar deste tema, prontamente aquiesceu quanto à proposta de audiência que ora se realiza para que esse debate, que efetivamente trará responsabilidades para a sociedade brasileira, possa ser feito de forma que honre esta Casa: com transparência e livre participação. Será um debate franco sobre assuntos que poderão interessar a segmentos profissionais e da sociedade organizada, mas podem e devem, principalmente, interessar ao povo brasileiro.

Agradeço a gentileza e a sempre democrática posição do Senador Eduardo Azeredo, que, evidentemente, vem acompanhada de toda esta Comissão e de todas as Senadoras e Senadores que nos honram com sua presença neste importante início de debate.

Na verdade, o assunto que nos traz aqui já é objeto de debate de longa data. Sempre que se organiza uma estrutura social existem os favoráveis e os contrários. Temos aqui, por exemplo, uma farta documentação distribuída pelo então Arquiteto Adolfo Morales de Los Rios, em 1959, na qual já se debatia esse tema. Na época, até havia uma certa razão na eventual preocupação de determinados grupos profissionais criarem uma estrutura própria, um poder próprio sobre sua formatação profissional, uma vez que a arquitetura era uma profissão com um delineamento técnico muito claro e diferente do que se fazia em termos de engenharia naquele momento.

Hoje, Srªs e Srs. Senadores, entendemos que a arquitetura e o urbanismo fazem parte de uma estrutura orgânica de trabalho. Ninguém imagina que um engenheiro poderia construir este prédio se não tivesse a contribuição diuturna de quem o desenhou e projetou. Essa ligação é orgânica e absolutamente indispensável para o desempenho dessa profissão como um todo e para que possamos auferir todos os lucros possíveis desse exercício.

O Confea tem uma estrutura democrática de debate de suas questões que é conhecida por todos. O Confea tem um colégio de entidades de classe das quais fazem parte 29 entidades, entre elas o Instituto de Arquitetos do Brasil e a FNA.

Nós também temos um colégio composto por 29 entidades e um colégio de Presidente de Creas, dos quais muito são arquitetos. Esse sistema, a cada três anos, realiza um congresso nacional de profissionais para debater os destinos e os horizontes das profissões que o compõem.

Este ano teremos um congresso nacional dos profissionais em São Luís do Maranhão, que é antecedido por 27 congressos regionais, os quais, por sua vez antecedido, segundo dados do último congresso, foram antecedidos por 640 congressos microrregionais em que a expectativa, a perspectiva e as ansiedades dos profissionais são catalisadas desde a base profissional que trabalha seja lá em São Borja, em Aquidauana ou em Picos, no Piauí. E isso vem subindo até o congresso nacional dos profissionais, que determina os horizontes políticos que a organização deve adotar. Portanto, não existe, até o momento, qualquer manifestação democrática no sentido de alguma diáspora que pudesse se justificar em relação ao tempo.

Entretanto, quero salientar, Srªs e Srs. Senadores e demais convidados, que o Confea tem o princípio democrático de respeitar a pluralidade política das entidades que o compõem. Isso é tão claro e transparente que propusemos ao Senador Azeredo e à Comissão, que também aceitou, e aqui estamos.

Quando o Instituto de Arquitetos do Brasil procurou o Confea para auxiliá-lo na operação internacional que cria a possibilidade de trazer para o Brasil a Direção Nacional da União de Arquitetos do Brasil, o Confea prontamente não só apoiou a idéia, como investiu mais de R$70 mil para que uma delegação de arquitetos brasileiros fosse a Berlim, no Congresso Mundial dos Arquitetos, e lutasse para o Brasil trazer a presidência do Instituto Internacional dos Arquitetos, uma organização que congrega os arquitetos de todo o mundo. E tivemos a felicidade, entre os arquitetos presentes naquela delegação, de eleger um arquiteto de reconhecida competência, que é o Dr. Jaime Lerner.

Também é preciso enfatizar essa transparência e esse respeito pela liberdade de expressão, porque concordamos com uma reunião como esta a ser realizada num momento muito importante, quando o Instituto de

Arquitetos do Brasil tem a possibilidade de se reunir, empossar uma nova diretoria e discutir seus temas.

Portanto, entendemos, Senadora Lúcia e Srs. Senadores, que esse espírito democrático deve permanecer e permear esses debates em prol da sociedade brasileira.

Respeitamos essa pluralidade política. Entendemos que o atual projeto de lei contempla falhas extremamente danosas para a sociedade brasileira que gostaríamos de ver consertadas e resolvidas, porque parte das atribuições profissionais que os arquitetos e urbanistas têm, os engenheiros civis, por lei, também têm, assim como os agrônomos e outros tantos profissionais.

Então, gostaríamos que o Senado propiciasse, Senador Eduardo Azeredo, Srªs e Srs. Senadores, o aperfeiçoamento desse texto legal, porque, a partir dele, poderemos, efetivamente, submeter esse debate à comunidade de todo o País e, em comum acordo e de forma democrática, como temos regido os nossos trabalhos até o momento, trazer a esta Casa o consenso da sociedade. Sabemos que o Senado e a Câmara dos Deputados são Casas onde se exercita o consenso da sociedade e esse é o nosso esforço e a nossa esperança de trabalho.

Em função do nosso exíguo tempo, até por uma questão de respeito aos demais manifestantes, vamos encerrar a nossa manifestação dizendo que embora o projeto de lei incorra em erros crassos com relação à organização social, deve ser debatido para erigir uma configuração profissional que satisfaça a todos os integrantes do Sistema Confea/CREA, que hoje são 850 mil profissionais, mas que também respeite as suas necessidades e aspirações, contribuindo efetivamente com a construção de um Brasil mais justo, o que certamente também é o objetivo das Srªs e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos o Dr. Wilson Lang e passamos a palavra ao Dr. Haroldo Pinheiro, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

O SR. HAROLDO PINHEIRO – Obrigada, Srª Presidente.

Cumprimento os membros da Mesa, os Srs. Senadores aqui presentes, os nossos colegas, engenheiros e arquitetos, que vieram assistir a essa audiência pública.

Inicialmente, *quero dizer que estou aqui* como arquiteto que vive da profissão há 30 anos, projetando e construindo, consciente da responsabilidade que temos diante da profissão, da sociedade e desta Casa de leis na decisão de uma matéria como essa.

O motivo desta audiência pública é a atualização, a modernização da legislação profissional de arquitetura e urbanismo no Brasil. Não estamos a serviço de visionista, não há intenção de rompimento. Convivemos muito bem com os nossos colegas engenheiros, especialmente na nossa prática profissional cotidiana. Trata-se apenas uma conseqüência do que já aconteceu no resto do mundo e que precisa acontecer aqui no Brasil também.

Um conselho é um instrumento da sociedade para defendê-la contra a má prática e a prática ilegal da profissão; deve regular, atualizar e fazer cumprir os princípios éticos de cada profissão. E é obrigação ética dos conselhos e dos profissionais atualizar permanentemente as suas legislações profissionais, o que estamos fazendo.

Gostaria, Srs. Senadores, meus colegas, de fazer um breve histórico sobre a organização profissional da arquitetura.

Nos anos 30, iniciou-se a regulamentação das profissões no mundo. O Brasil foi pioneiro, antes, inclusive, da Inglaterra, pois quatro anos antes organizou o seu Conselho de Engenharia e Arquitetura.

Naquela época, havia cerca de três ou quatro faculdades politécnicas, a Escola Nacional de Belas Artes e algo em torno de cem arquitetos e engenheiros no Brasil. Tínhamos uma população 20% urbanizada, pois 80% da população viviam no campo. Era natural, como aconteceu no resto do mundo, que profissões próximas, como a engenharia ampla e a arquitetura, se organizassem conjuntamente para conduzir a administração da fiscalização do seu exercício profissional.

Hoje existem cerca de 170, talvez um pouco mais, escolas de arquitetura no Brasil. Somos algo em torno de 80 mil arquitetos e estamos formando cerca de seis mil arquitetos por ano. O Conselho profissional ao qual estamos vinculados tem cerca 850 mil profissionais a fiscalizar o exercício diuturno da profissão, e a população no Brasil atualmente é 83% urbanizada.

Nos anos 50 e 60, no mundo inteiro, houve naturalmente essa reorganização. Com o aumento da população de engenheiros e arquitetos, os conselhos foram se ajustando e criaram-se conselhos de engenheiros, conselhos de arquitetos, ordens de engenheiros, ordens de arquitetos, colégios de engenheiros e colégios de arquitetos.

No Brasil, iniciamos essa discussão também, mas lamentavelmente veio o Regime Militar e, em 1966, o Governo Castelo Branco baixou a Lei nº 5.194, aprovada neste Congresso Nacional, a qual, na contramão dos demais países do mundo, ao invés de aceitar a organização natural, o gerenciamento natural das profissões, cada uma no seu caminho próprio, incluiu

também Agronomia no Conselho. Desde então, houve as especializações da engenharia e o Conselho começou a crescer.

Naturalmente, reputamos essa ação do Governo Castelo ao trabalho que eu e a OAB desenvolvíamos naquela época, junto com a ABI, contra o sistema militar. Não havia interesse, então, de realizar uma organização que desse mais visibilidade ao arquiteto.

Se isso foi bom numa direção, foi péssimo em outra, porque, hoje, a profissão de arquiteto não é perfeitamente visível pela sociedade. Ela se torna difusa na mistura com tantas outras profissões também importantes para a sociedade.

Em 1997, o XV Congresso Brasileiro de Arquitetos, em Curitiba, determinou que as entidades se unissem para formar uma legislação própria dos arquitetos.

Em 1998, instituímos o Colégio Brasileiro de Arquitetos, entre as cinco entidades nacionais, e passamos a trabalhar numa legislação acordada, feita pelas cinco entidades. Nesse mesmo ano, procuramos o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, cujo Presidente era Henrique Luduvice, que acredito que está aqui presente, por intermédio de quem iniciamos essa discussão com os arquitetos do Sistema Confea/Creas e, naturalmente, com os engenheiros também.

Em 2000, no XVI Congresso Brasileiro de Arquitetos, reapresentamos a discussão aos nossos pares e o andamento do trabalho, já então com a assistência do Dr. Miguel Reale Júnior, que foi Assessor Especial do Presidente da Constituinte de 1988, naturalmente uma pessoa que não realizaria um texto com erros crassos. Tenho essa certeza.

Em 2002, realizamos um ato público. Apresentamos à sociedade, então, o anteprojeto de lei a que chegamos as cinco entidades.

Em 2003, no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, no Rio de Janeiro, aprovamos ao final, em plenária memorável, a Declaração do Rio, que vem acompanhada pela assinatura de cerca de três mil profissionais lá presentes. Chegamos a ter em plenário mais de quatro mil arquitetos presentes e foi esse documento aprovado por aclamação.

Não é um movimento apenas das entidades, do IAB ou dos sindicatos, mas dos arquitetos. Temos uma lista eletrônica que vem acolhendo dia-a-dia novas adesões no Brasil inteiro. Todos os nomes mais importantes da Arquitetura e Urbanismo brasileiro estão nessa lista, desde Oscar Niemeyer, Nestor Goulart, Clóvis Ilgen Fritz, que está aqui presente, ex-Deputado Federal que muito honra a categoria, Paulo Mendes da Rocha a Jaime Lerner. Todos os grandes arquitetos que vivem da profissão, que desfrutam do trabalho do Confea, assinam essa relação, milhares de anônimos arquitetos, como eu, que exercem a profissão no dia-a-dia e dela dependem.

A Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, aqui presente, representada pelo seu Vice-Presidente, no seu Encontro Nacional em Ouro Preto aprovou o apoio à criação do nosso Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Eles vão depender disso; é neles que nós estamos pensando.

No interior do Sistema Confea/CREA, as Câmaras de Arquitetura estão discutindo o assunto e já houve manifestação formal e oficial remetida ao Instituto de Arquitetos do Brasil e às demais entidades, os CREAs do Amazonas, do Distrito Federal, de Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina e de São Paulo. Outros CREAs estão discutindo e realizando também manifestações favoráveis. Internamente, os nossos próprios colegas atuam com desvelo nas câmaras especializadas de arquitetura.

A organização da arquitetura no mundo é feita de colégios, ordens – o Vice-Presidente da União Internacional dos Arquitetos poderá discorrer sobre isso melhor do que eu. Nós, arquitetos brasileiros, interagimos com esses outros países e temos enfrentado extrema dificuldade, porque eles falam em nome próprio. Nas matérias que tratam do trânsito de profissionais, de serviços e de regulamentação, não é o IAB que se pronuncia, mas o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e tantas outras profissões. São cerca de 270 títulos profissionais envolvidos hoje no Sistema Confea/CREA, de dezenas de profissões díspares. Temos proximidade com várias delas na área tecnológica, assim como com a Sociologia, na questão dos aglomerados humanos, com a área de Direito, nas questões da legislação do uso do solo, etc.

Temos características específicas na nossa profissão, como afirma o Ministro Almir Pazzianoto, identidade técnica, cultural e sindical e uma ética própria que não se confunde com as demais. É uma profissão que tem aspectos culturais e sociais definidos para reger a nossa prática profissional cotidiana. É exigência da sociedade a organização dos aglomerados humanos e a sua legislação.

Como arquitetos, queremos e precisamos ser fiscalizados corretamente e nós, dirigentes da Arquitetura, cumprimos com a nossa obrigação ética de apresentar uma proposta para a discussão com a sociedade por intermédio do Congresso Nacional. Como cidadãos, esperamos o mesmo das demais profissões, particularmente daquelas que estão envolvidas no Sistema Confea/CREA. Está aqui o Presidente da Federação dos Técnicos Agrícolas, Sr. Mário Limberg, que também está lutando por uma regulamentação própria.

Enfim, as áreas profissionais são distintas. O engenho humano envolve não só a engenharia civil, mas também a engenharia de alimentos e a engenharia de minas. Há uma diversidade muito grande e cada profissão dessa, com a importância que tem para a sociedade, precisa ser fiscalizada. Deve haver conselhos específicos para cada profissão, com a sua personalidade e a sua especificidade própria.

Agradeço a Senadora pela gentileza de me conceder um minuto a mais. Vamos ouvir as demais pessoas da Mesa. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço aos convidados que não se manifestem. Embora registre a minha satisfação em vê-los aqui, participando de forma ativa, está prevista pelo Regimento a não-manifestação dos convidados.

Agradeço o Dr. Haroldo Pinheiro e passo a palavra ao Dr. Eduardo Bimbi, Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos do Brasil.

O SR. EDUARDO BIMBI – Bom-dia a todos.

Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Eduardo Azeredo e os demais Senadores da Comissão de Assuntos Sociais, bem como os nossos colegas de mesa, o Arquiteto Urbanista Jaime Lerner, Presidente da OIA, o Arquiteto Haroldo Pinheiro, Presidente do IAB, o Engenheiro Wilson Lang, Presidente do Confea, o Engenheiro Antonio Angelim, Presidente da Confeab, os companheiros da FNA e sindicatos do IAB, da Diretoria do Asbea, os companheiros e estudantes da Fenec presentes neste Plenário que, infelizmente, não é do tamanho necessário para todos ficarem confortavelmente sentados e observarem a nossa discussão.

A FNA, ao ser convidada para participar desta audiência, sentiu-se imensamente feliz, porque esse é um assunto que vimos discutindo com as outras quatro entidades nacionais desde 1998. A discussão sobre um conselho próprio para a arquitetura e urbanismo já é antiga em nossa categoria. Desde que me formei e entrei na vida sindical e de entidades esse assunto é recorrente. Mas esse último processo que se iniciou em 1998, com a edição da medida provisória que se tornou a Lei nº 9.649, a qual, simplificando, privatizava os conselhos profissionais, permitiu que as profissões se constituíssem e elaborassem o regulamento que melhor se aplicasse, conforme o entendimento de cada profissão.

Então, em 1998, quando eu acabava de assumir a FNA, em um mês de mandato, houve uma reunião das cinco entidades e decidimos convocar uma série de assembléias gerais da categoria para debater a nossa proposta de criação de um conselho no âmbito da Lei nº 9.649.

Desde então a nossa discussão avançou. Fizemos uma proposta embasada no que a Lei nº 9.649 previa, mas tivemos que modificá-la, porque o art. 58 da Lei foi declarado inconstitucional. Posteriormente, toda a lei foi revogada pela Medida Provisória nº 13, de 2003, se não me engano, e voltamos novamente à discussão para a construção de um conselho próprio com base na legislação que existe em nosso País.

As entidades, em seus fóruns, buscaram princípios e documentos que poderiam contribuir para a construção de um texto consensual. Foi contratado um escritório de advocacia para fazer o texto básico para a nossa discussão. Esse texto foi entregue em junho ou julho de 2001, se não em engano, e voltou para o seio das nossas entidades – e posso falar da minha entidade a partir de agora –, que o analisaram a fundo.

O texto inicial já foi bastante alterado em muitos pontos e, na opinião da Federação Nacional dos Arquitetos, estamos ainda em processo de construção e aprimoramento.

O projeto de lei de autoria do Senador José Sarney utiliza o texto que foi e está sendo construído por nós, e a tramitação desse projeto de lei no Senado Federal ainda permite que as nossas entidades apresentem as suas propostas de ajuste desse texto.

A idéia de criação do conselho profissional da arquitetura e urbanismo é consenso entre a categoria que há muito tempo a discute, mas existem nuances de entendimento entre cada uma das cinco entidades.

A criação de um conselho próprio, segundo a minha entidade, necessita de negociação e articulação política com todos os atores que participam desse colegiado e também da discussão com a sociedade. Esse conselho deve ser construído para o bem da sociedade ao permitir uma melhor fiscalização da arquitetura e do urbanismo. A nossa profissão, na minha opinião, tem uma grande possibilidade de apoiar a sociedade. As nossas cidades, os nossos aglomerados urbanos têm inúmeros problemas, e a categoria dos arquitetos urbanistas com certeza pode apoiar a busca de solução para os problemas que as nossas cidades têm e que resultam em violência, falta de moradia e de saúde, etc.

A FNA entende que a criação de um conselho próprio tem que vir no sentido de apoiar. A nossa profissão de arquiteto urbanista é milenar, tem "n" predicados e poderá ser melhor exercida se esse conselho fizer essa tutela e não permitir a ocorrência de muitos problemas.

Gostaria de ler o último documento oficial que a minha entidade elaborou no seu encontro nacional realizado em Ribeirão Preto, no final do ano passado,

que trata da análise do projeto de lei já encaminhado ao Senado:

"O XXVIII Ensa – Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos, realizado de 17 a 21 de setembro do corrente ano, em Ribeirão Preto, em face do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 19 de agosto de 2003, que regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo e cria os Conselhos Federal e Regional de Urbanismo como órgãos de fiscalização profissional, deliberou pelo encaminhamento da seguinte manifestação ao Presidente do Senado, bem como ao Senador designado Relator do PLS nº 347, de 2003."

Este documento será encaminhado a todos os Srs. Senadores ainda hoje, nos seus gabinetes:

"A Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas – FNA congrega quinze sindicatos de âmbito estadual e tem como instância de deliberação superior de sua política de atuação em defesa da categoria os encontros nacionais dos sindicatos dos arquitetos, realizados anualmente.

Em 1998, a FNA, juntamente com mais quatro entidades nacionais de arquitetos: a Abea, a Abap, Asbea e o IAB, foi signatária da criação de um fórum denominado Colégio Brasileiro de Arquitetos, congregando as cinco entidades, a fim de atender à demanda de colegas arquitetos que vinham propondo a discussão da possível criação de uma organização própria de fiscalização do exercício profissional.

Como conseqüência dessa ação, foi instituído um grupo de trabalho composto por arquitetos e urbanistas, representantes do Sistema Confea/Crea e das cinco entidades nacionais, com o objetivo de estabelecer um cronograma de ações, visando uma ampla e legítima consulta à base da categoria.

Lamentavelmente esse processo sofreu a solução de continuidade ao longo do tempo, não atingindo as metas pré-estabelecidas.

No início de 2001, o fórum das entidades nacionais decidiu buscar alternativa jurídica, no sentido de elaborar um anteprojeto de lei como referência básica para a discussão sobre a criação do conselho próprio, com a conseqüente desvinculação do Sistema Confea/Crea.

Com esse objetivo, cada uma das entidades elencou e apresentou as premissas que entendia fundamentais sob seu enfoque, consideradas as suas peculiaridades.

A proposta resultante desse esforço foi recebida por cada uma das entidades cujo tratamento foi também individualizado.

A FNA, desde o início, formalizou a posição no sentido de receber o anteprojeto como um documento base para desencadear o processo de discussão com as entidades estaduais, incluindo aquelas não filiadas às entidades nacionais e, por extensão, com a base da categoria, dando continuidade ao cronograma pré-estabelecido.

A reunião ampliada do FNA, realizada em maio do corrente ano, paralelamente ao XXII Congresso Brasileiro de Arquitetos, evento promovido pelo IAB, reafirmou esse posicionamento. Aprovou documento em anexo, que foi encaminhado formalmente à Mesa Diretora daquele evento.

Essa posição decorre de fato incontestável de que a maioria dos arquitetos conhece ou não está suficientemente esclarecida com relação à questão e considera a importância da decisão a ser tomada, a qual envolve aproximadamente 80 mil arquitetos no País.

Não poderia ser outro o encaminhamento, sob pena de que não se estabeleça a democracia e não prevaleça a vontade da maioria.

Posto isso e considerando que nenhuma das entidades que integram o Fórum Nacional de Entidades, o chamado Colégio Brasileiro de Arquitetos, reconheceu haver solicitado a apresentação do projeto de lei em questão, o que constituiria uma atitude antiética e uma ruptura no processo unitário construído até aqui, o XXVII Ensa entendeu ser necessário explicitar o seguinte posicionamento da FNA com relação ao PLS 347, de 2003:

A FNA reafirma a sua posição quanto ao anteprojeto, reconhecendo que este constitui um texto base, e defende a realização de seminários regionais e nacional como forma de nivelamento da informação, com vista de, ao final, auscultar a categoria através de um processo de consulta, concluindo assim o cronograma anteriormente acordado.

Com relação à consulta, cabe informar que, como resultado do grupo de trabalho, foi constituído um grupo de trabalho com objetivo de realizar a sua implementação.

A FNA continuará buscando o encaminhamento unitário no âmbito do Fórum Nacional de Entidades, entendendo que este, coerentemente com as propostas já aprovadas, se manifestará no sentido de garantir a continuidade do processo de discussão no âmbito da categoria até que sejam vencidas as etapas de esclarecimento e que possamos obter uma decisão final que represente efetivamente a vontade legítima dos arquitetos e urbanistas."

Esse é o resumo do documento que depois será encaminhado aos Srs. Senadores.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil .

O SR. ANTONIO DE PÁDUA ANGELIM – Exmª Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Exmº Sr. Senador Eduardo Azeredo, Relator desta matéria, demais participantes desta Mesa, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de, como Presidente da Confederação de Engenheiros Agrônomos do Brasil, saudar dois Engenheiros Agrônomos e Senadores aqui presentes: o Senador Aelton Freitas, de Minas Gerais, e o Senador Osmar Dias, do Paraná. É um prazer tê-los como membros da nossa categoria no Brasil.

Senhores Presidentes do Crea, Diretores da Mútua, arquitetos, jornalistas e demais participantes desta audiência, a Confederação Geral dos Engenheiros Agrônomos no Brasil entende que os arquitetos têm todo o direito de criar seu conselho, mas existe algo que impede o nosso apoio total a essa gestão.

Depois que fomos designados para participar desta audiência, fizemos uma consulta e soubemos que a proposta não é consenso no seio dos arquitetos e das entidades. Acabamos de ouvir do representante da FNA que esse projeto não foi devidamente divulgado e apreciado por todas as entidades nacionais.

Outro ponto que não está bem definido no projeto é como serão as despesas de instalação desse conselho. Relembramos que, no ano de 2002, os técnicos agrícolas obtiveram nesta Casa a aprovação da criação do seu conselho próprio, vetado pelo Presidente da República por inconstitucionalidades, porque não se poderiam criar despesas. Assim, deve-se evitar esse problema.

Também somos pela união. Entendemos que, de modo geral, os engenheiros do nosso País ainda não são fortes. Se forem criados vários conselhos, nós nos tornaremos mais fracos ainda. A Confederação de Engenheiros Agrônomos é pela união e defende um conselho múltiplo que represente realmente toda engenharia, toda inteligência tecnológica deste País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Dr. Antônio de Pádua Angelim e passo a palavra ao Dr. Jaime Lerner, urbanista, arquiteto e ex-Governador do Estado do Paraná.

O SR. JAIME LERNER – Exmª Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão, Srs. Deputados, caríssimos Senadores que tenho a alegria de rever, especialmente o Senador Eduardo Azeredo, a quem agradeço o convite para esta audiência, arquitetos, engenheiros e agrônomos presentes, os quais durante tantos anos têm discutido esta matéria, retorno de uma reunião em Paris, onde todos os prefeitos do mundo tentam organizar uma entidade cada vez mais voltada aos problemas referentes à melhoria de qualidade de vida nas cidades. Essa entidade denomina-se Cidades Unidas e tem três presidentes.

Além do Prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, a Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, para nossa honra, participa também como Presidente, e o Prefeito de Pretória, se não me engano.

Nessa reunião, houve uma exposição da União Internacional dos Arquitetos, patrocinada por essa associação de prefeitos, na qual todos os arquitetos do mundo, reunidos em mais de 100 países, 1,5 milhão de profissionais, apresentaram suas idéias para as cidades. Foi um grande evento, porque houve, em Paris, a seleção final das melhores idéias para as cidades.

Falo isso por quê? Porque a participação profissional dos engenheiros, arquitetos e agrônomos vai se ampliando na área de cada um. Hoje, qual é a grande discussão política no mundo? É a globalização e a solidariedade. Tenho afirmado gostar muito da definição do ex-Presidente de Portugal, Mário Soares, que diz que é necessário globalizar a solidariedade. A cidade é o refúgio da solidariedade. Então, começamos a ver cada vez mais a importância da atuação profissional em torno da cidade.

A União Internacional dos Arquitetos, que tem a participação muito forte do Instituto de Arquitetos do Brasil, tem-se pautado a favor desse começo de um movimento a favor das cidades. É muito importante lembrar que há 30 anos pouco se falava em preservação e em meio ambiente. Hoje, 30 anos após a reunião de Estocolmo, o mundo mudou, há uma consciência maior em relação ao meio ambiente e a luta que estamos tentando articular refere-se ao refúgio da solidariedade, que é a cidade. Não há país que possa ser generoso com suas populações se não for generoso com suas cidades, porque ali estão as respostas. As cidades não são problemas, mas soluções. Nós somos profissionais das cidades.

Acredito que esse não seja um debate entre engenheiros, arquitetos e agrônomos;esse debate é a favor dos engenheiros, a favor dos arquitetos e a favor dos agrônomos. Queremos a possibilidade de que 8% dos profissionais representados possam exercer melhor sua atividade e ter a sua responsabilidade melhor fiscalizada num momento tão importante para a qualidade de vida das pessoas em todo o mundo. São apenas 8%; não se fala em diminuição de poder ou do poder do Confea. Tivemos atuações conjuntas durante muito tempo e somos muito gratos a essa convivência. Queremos a possibilidade de o exercício profissional dos arquitetos beneficiar o exercício profissional dos engenheiros e vice-versa. Não podemos ter nenhum ato de representação. Tenho participado, como Presidente da União Internacional dos Arquite-

tos, e vejo a dificuldade, porque a grande maioria dos países tem seus conselhos e suas ordens dos arquitetos; nós não temos.

Isso representa, na discussão do problema urbano, arquitetônico e do nosso patrimônio natural e cultural, um ponto fundamental: queremos, cada vez mais, melhores profissionais. Precisamos disso.

Há pouco, vimos que todas as escolas de arquitetura participam, hoje, desse concurso da celebração das cidades. Queremos despertar, cada vez mais, a atuação do nosso profissional para a cidade. Eu sei que a intenção do Confea e da Federação Nacional de Arquitetos é a melhor possível, mas gostaria de dizer que as palavras do Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Haroldo Pinheiro, foram claras, muito simples: somos 8% dos profissionais representados. Não podemos, entre 270 categorias de profissionais, ter a nossa voz defendida. Outro ponto importante: como encaminhar democraticamente uma discussão entre 87 mil profissionais, quando os arquitetos representam apenas 8%? Jamais passaremos por essa barreira!

Por isso, a discussão exatamente aqui no Senado, para que se encontre uma saída, pois uma pequena parte nunca terá a possibilidade de se dissociar se se adotar o princípio da representação.

Para finalizar, quero dar um testemunho da minha vida profissional. Estou em condições de discutir, de propor, de apresentar os argumentos, porque sou formado em Engenharia. Poucos sabem disso. Formei-me em engenharia e fiz um curso de pós-graduação na França. Ao voltar, fui convidado para ser professor do novo curso de arquitetura que se abria no Paraná. Abri mão da condição de professor para ser aluno, porque entendi que não há coincidência, mas algumas superposições. Não há a menor relação entre a profissão que queria abraçar.

Então, é o meu sonho e de todos os que estão aqui, de todos os profissionais arquitetos que se dedicam, há anos e anos, a essa profissão. O meu grande sonho foi sempre ser arquiteto, e o destino jamais podia imaginar que, um dia, eu me tornaria Presidente da União Internacional dos Arquitetos.

Estou falando como ex-engenheiro: não vejo nenhuma relação. Senão, não teria optado pela arquitetura. Já me havia formado; poderia ter sido professor.

Quero fazer um apelo, porque, neste momento, podemos ter os vários subterfúgios. Podemos travar essa discussão eternamente. Podemos levar essa discussão a um processo administrativo, mas jamais teremos condições de expressar a nossa voz com o peso devido.

Então, **let my people go!** Deixe meu povo ir!

Isso não significa diminuição de poder do Confea, não significa diminuição na relação que temos entre os profissionais irmãos que gostaríamos que fossem cada vez mais aperfeiçoadas.

Ao finalizar, abraço os nossos colegas arquitetos, engenheiros e agrônomos, porque é assim que vemos como podemos ajudar melhor o nosso País: não sermos uma exceção na discussão no mundo inteiro. Como chegar agora a um Congresso na Turquia, que já existe a quatro mil anos, onde se reconhece claramente a diferença entre essas profissões, e apresentar esse problema?

Então, creio que tentar inserir num âmbito pretensamente democrático, onde seremos 8% entre os votos de um Conselho que, obviamente, não quer perder, mas não vai perder poder algum... Concedemos todo o poder de representação que quiser, mas o de fiscalização de nossa profissão, esse é fundamental para que os arquitetos brasileiros possam dar sua contribuição ao País.

Muito obrigado, Srª Presidente e Srs. Senadores. (Palmas)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço os expositores e peço, mais uma vez, aos convidados que não se manifestem. Entendo perfeitamente o entusiasmo dos que estão aqui e a torcida, mas infelizmente a manifestação pode inibir, constranger os nossos convidados. Então pediria mais uma vez a atenção dos senhores.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Srª Presidente, preciso me manifestar rapidamente para corrigir um equívoco que foi cometido por um dos convidados, mas antes eu gostaria de saudar todos os convidados, o urbanista Jaime Lerner, que é Presidente da União Internacional dos Arquitetos e que por três vezes foi Prefeito de Curitiba e duas Governador do Paraná, desejando-lhe sucesso em nossa Casa e expressando a alegria de recebê-lo aqui.

O Dr. Antônio de Pádua Angelim parece ter cometido um pequeno equívoco que eu gostaria de corrigir. Eu era Presidente da Comissão de Assuntos Sociais quando aqui foi aprovada a proposta de se criar o Conselho dos Técnicos Agrícolas. S. Sª fez referência àquele projeto, dizendo que ele foi vetado por ser inconstitucional, pois gerava despesa.

Ele foi vetado, na verdade, porque o art. 58 da Constituição não permite que o Legislativo crie uma autarquia. Até para colaborar com o projeto que está em andamento, para que não cometa o mesmo equí-

voco, esclareço que o Legislativo pode fazer um projeto autorizativo, pois não tem competência para criar uma autarquia, e sim o Executivo. Por isso ele foi considerado inconstitucional; não porque gerava despesa. Então, para colaborar com aqueles que desejam a aprovação desse projeto, evitando que ele seja vetado, é necessário buscar a verdadeira razão pela qual foi vetado o projeto dos técnicos agrícolas, para que este não contenha o mesmo vício de inconstitucionalidade.

Essa seria a minha contribuição. Terei que me retirar, lamentando, porque haverá agora a reunião da Comissão de Fiscalização e Controle.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a colaboração do Senador Osmar Dias.

Passo a palavra agora ao Relator da matéria, Senador Eduardo Azeredo, e posteriormente ao Senador Aelton Freitas, colaborador do requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, ilustres convidados que aqui comparecem hoje para discutir este projeto de autoria do Senador José Sarney, quero dizer que fico satisfeito com esse debate. Como Relator do projeto, minha intenção é exatamente ouvir o máximo possível todos os argumentos, todas as pessoas envolvidas no assunto, para que nós, Senadores, possamos ter a posição mais adequada ao interesse público.

Agradeço a Senadora Lúcia Vânia pela presteza na marcação desta audiência pública, mostrando a relevância do assunto. Esta audiência foi sugerida pelo próprio Dr. Wilson Lang, quando esteve comigo, portanto o objetivo é bem democrático; não há nada de estranho em se marcar uma audiência com presteza. Deveria ser o contrário: devíamos ser cumprimentados por sermos ágeis na discussão, e não criticados por alcançar agilidade nesse processo. De maneira que agradeço muito a presença de todos.

Tenho apenas uma questão para apresentar, que diz respeito ao funcionamento prático das empresas, das atividades no Brasil.

Eu tinha um estudo recente, na semana passada, apresentado pelo Banco Mundial, mostrando que o Brasil tem, infelizmente, um dos maiores custos de constituição e desconstituição de empresas, além do custo trabalhista também ser um dos mais elevados. Nesse custo de criação de empresa e também de tempo, a média, segundo o Sebrae, é de 150 dias para se completar uma empresa inteira. Nesse prazo um dos problemas é exatamente o de cerceamento de novas empresas, novos empreendimentos. A minha indagação seria exatamente quanto a isso, tanto para o Dr. Wilson quanto para o Dr. Haroldo, para saber como ficaria, nessa hipótese de divisão dos dois conselhos, o Conselho de Engenharia e o Conselho de Arquitetura, essa questão do licenciamento. Haveria uma duplicação; teria que haver um licenciamento no Conselho de Arquitetura e outro no Conselho de Engenharia, então haveria taxas duplicadas. Teríamos uma burocracia também duplicada.

Essa preocupação existe, porque me parece que a sociedade brasileira não agüenta mais taxas e burocracia que inibem o crescimento do País.

Então esse é um ponto que eu gostaria de apresentar, lembrando ainda que num levantamento que tive o cuidado de realizar, temos aqui, entre os 81 Senadores, 13 ligados ao setor. São dez engenheiros, uma arquiteta, a Senadora Ana Júlia, e dois engenheiros agrimensores. De maneira que há uma boa representatividade, mas é evidente que o assunto interessa a todos Senadores.

E como ponderou o Senador Osmar Dias, ainda que haja essa questão de ser um projeto autorizativo, ele é válido de qualquer forma, seja a favor, seja contra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Aos expositores, para se manifestarem.

O SR. WILSON LANG – Senador, eu gostaria de, primeiro, estabelecer uma premissa, se V. Exª me permite, porque essa questão é muito ampla. Efetivamente, a burocracia nacional é algo que transcende especificamente este caso, até porque o Sistema Confea/Crea tem dado prioridade a essa condição e procurado fazer com que esses registros sejam os mais rápidos e menos custosos possíveis.

Entretanto, a relevância que V. Exª confere a essa questão traz consigo uma questão muito complexa. E eu lhe responderia assim, embora a minha resposta pudesse ser vista por todos como de algum caráter tendencioso, mas temos experiências concretas disso.

Há uma situação muito semelhante em relação ao engenheiro químico. O meu filho, por exemplo, é engenheiro químico. Pela legislação, pela CLT, ele fica numa divisão entre o Conselho de Química e o Conselho Federal de Engenharia. Embora os tribunais tenham dito já por diversas vezes que o substantivo engenharia se sobrepõe ao adjetivo química, essa é uma discussão impiedosa, porque custa muito dinheiro, e efetivamente há uma contradição legal, ou seja, o engenheiro químico fica submetido à pressão da fiscalização de dois órgãos profissionais.

Portanto, efetivamente haverá prejuízo com relação a essa questão. Por quê? Porque a divisão profissional entre a arquitetura e a engenharia de construção em determinados momentos não é só tênue, mas completamente sobreposta. Vejo aqui, por exemplo, o

Senador Paulo Octávio. Quando ele constrói um edifício, não há como separar a arquitetura da engenharia. Ele fatalmente deverá estar registrado nos dois conselhos se exercer essas duas atividades, que são inseparáveis nesse campo profissional, mas em várias outras áreas são distintas. Essa sobretaxação fatalmente vai ocorrer se o texto legal não previr com bastante precisão o que é um e o que é outro. Essas foram as imprecisões a que me referi no início da minha exposição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Dr. Haroldo Pinheiro.

O SR. HAROLDO PINHEIRO – Obrigado, Senadora.

Naturalmente as nossas posições são divergentes.

Qualquer escritório, qualquer empresa de arquitetura com atuação em planos diretores, enfim, em planejamento urbano, trabalha com advogados, com economistas, e cada um paga o seu registro no conselho de origem.

No caso da nossa legislação, também estão previstos esses casos em nosso favor, porque hoje pagamos um volume muito grande de recursos ao Confea. Qualquer arquiteto presente poderá testemunhar esse fato. Pela grandeza e dimensão que o sistema atingiu, atualmente existe uma grande dificuldade em gerir esse enorme volume de recursos para fiscalizar a imensa quantidade de atividades profissionais. Por isso, cada vez mais, são necessários mais recursos. Pagamos as nossas anuidades, os nossos registros e as anotações de responsabilidade técnica. Se quisermos o nosso registro, não serve o cadastro de responsabilidade técnica; precisamos pedir uma CAT – Certidão de Acervo Técnico, e assim progressivamente.

Há uma dificuldade muito grande de o sistema gerir seus próprios recursos hoje. Esse fato ocorre porque o sistema é vítima de questionamentos dos Tribunais de Contas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E essa situação deriva da elefantíase.

Não acredito na desonestidade de qualquer de nossos dirigentes, até porque sei que se empenham voluntariamente nessas tarefas. Não há salário. Nenhum de nós é assalariado do Confea ou do IAB ou dos sindicatos. Trabalhamos de graça. Confio plenamente na honorabilidade de todas essas pessoas. Porém, é fato que hoje as contas do nosso sistema são cotidianamente questionadas nas diversas instâncias de fiscalização. E essa situação aponta para o quê? Realmente transformou-se em algo gigantesco, difícil de ser conduzido e mais difícil ainda de atingir sua atividade-fim. Algo é caro se não se entrega o que é comprado. Se pagamos para ser corretamente fiscalizados e controlados na nossa questão ética, queremos que isso ocorra. Entretanto, sabemos que essa não é a realidade.

Por exemplo: sabemos que, no mínimo em 70% das obras realizadas em Brasília, não há engenheiro ou arquiteto. Como fiscalizar essa situação? É impossível. São muitas atividades, e é preciso fiscalizar o campo. Senador, isso é caro.

O problema dos químicos, naturalmente, deveria ser resolvido. Como cidadão, penso que deveria haver apenas um conselho que tratasse da questão dos químicos. Somos favoráveis a que tenham sua liberdade de filiação, conforme determina a Constituição de 1988. E quanto ao engenho – o prenome da profissão determina o seu rumo –, a questão é razoavelmente discutível, porque engenheiro de alimentos não tem relação com engenheiro de telecomunicações ou com engenheiro de minas. O engenho é muito amplo. Não é por serem engenharias que devem estar em único Conselho.

Espero que eu tenha atendido aos questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Antonio de Pádua Angelim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Bimbi.

O SR. EDUARDO BIMBI – Srª Presidente, creio que os dois painelistas já esclareceram o pedido do Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Jaime Lerner.

O SR. JAIME LERNER – O arquiteto Haroldo Pinheiro explicou nitidamente o assunto, mas vamos deixar bem claro que não existe a menor possibilidade de haver dupla taxação. Cada um responde pela sua atividade profissional, como no exemplo citado pelo arquiteto Haroldo Pinheiro em relação ao planejamento urbano.

Se existe a possibilidade de a fiscalização ser mais dirigida quanto à atuação profissional de cada área, teremos mais possibilidades de fazer com que essa taxação seja mais barata, até porque, obviamente, exercer uma atuação como a de engenheiro agrônomo exige deslocamentos, despesas; não é fácil. Portanto, acredito que tudo seja simplificado e mais barato no caso da criação do Conselho.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, para a réplica, ao Dr. Wilson Lang.

O SR. WILSON LANG – Gostaria, Senador Eduardo Azeredo, que houvesse a clara compreensão de que V. Exª fez uma pergunta e o Arquiteto Haroldo Pinheiro aproveitou-a para contar em várias direções. Eu queria apenas esclarecer uma coisa: primeiro, o Sistema Confea/Crea tem se não a menor, a segunda menor anuidade de todos os sistemas profissionais;

segundo, quando ele reclama que 80% das obras do Distrito Federal não têm fiscalização – e faz uma crítica direta ao Crea do Distrito Federal –, esquece que existe no Crea/DF a Câmara de Arquitetura responsável por isso, formato trazido de uma referência com relação a 8%.

Queria esclarecer que as estruturas dos Creas, que são as unidades regionais, são divididas em, no máximo, oito câmaras, o que representa, no mínimo, 1/8 da responsabilidade de toda a organização, diretamente 12,5%. Em determinados Creas, só existem três câmaras: Engenharia, Arquitetura e Agronomia, portanto esses 12,5% passam para 33%.

Também gostaria de esclarecer que, por mais de 30 anos, quem dirigiu o Sistema Confea/Crea foi o Arquiteto Adolpho Morales de los Rios Filho. E, na história do Confea, não há nem um nem dois presidentes que tenham sido arquitetos. Então, creio que a questão deveria ser pontuada nesse sentido.

Efetivamente, não existe dupla tributação, mas, em constatada dupla função profissional, fatalmente isso vai ocorrer, como acontece hoje, inclusive nas tributações municipais. Isso é motivo de uma luta que o Sistema Confea/Crea vem tratando no que se refere ao INSS, por exemplo, na cidade de São Paulo, onde o escritório de engenharia e arquitetura é obrigado a pagar dois tributos: um, porque tem uma área profissional de Engenharia; e o outro, porque tem a área de Arquitetura. Então, já está configurada a tributação, não a dupla tributação, que é uma sobre a outra, mas a existência de duas áreas profissionais não perfeitamente distinguíveis. Essa é a questão que suscitei na minha proposição inicial.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de saber se o Dr. Haroldo Pinheiro gostaria de fazer réplica.

O SR. HAROLDO PINHEIRO – Todos nós somos responsáveis por esse sistema. O IAB foi fundado em 1921 e, em 1933, contribuiu oferecendo o primeiro Presidente ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, que foi Adolpho Morales de los Rios Filho, o qual já havia sido Presidente do IAB. Não temos dúvida, quer dizer, somos co-responsáveis por tudo o que vem acontecendo dentro do sistema. Então, se em algum momento faço autocrítica aqui, entendam assim, por gentileza. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, como um dos signatários do requerimento.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, senhores dos Conselhos presentes, nobres Senadores, a minha pergunta já foi respondida praticamente pelo Dr. Jaime Lerner. Eu estava preocupado com a fiscalização das obras, os custos que haveria tanto da parte de registro de anuidade, quanto para os donos das obras. Já fiquei praticamente satisfeito. Não tenho ainda ponto de vista formado, pois sempre pensei que funcionasse bem de uma única maneira. Entretanto, por onde transitamos, neste único conselho, pelo nosso Estado e pelo País, verificamos que há um clamor para que se crie esse conselho, e não só de Arquitetura e Agronomia, mas também em outras áreas, como Fisioterapia e Zootecnia.

Embora tenhamos tomado conhecimento de que apenas 8% da nossa área seja composta por arquitetos, parece que são mais de 80%. O interesse é muito grande nesse sentido.

Parabenizo a todos pela audiência pública que está fornecendo muitos esclarecimentos principalmente aos espectadores da **TV Senado** e aos ouvintes da **Rádio Senado**. Gostaria que nos aprofundássemos mais nesse assunto, para formar opinião e fazer o que for melhor e mais justo para todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Solicito ao Plenário a agilização do nosso trabalho, uma vez que ainda há quatro inscritos, apresentando as indagações de três a três.

Aqueles que concordam, permaneçam sentados. (Pausa).

Aprovado.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de cumprimentar os nossos convidados e parabenizar o Senador Eduardo Azeredo pela idéia de realizar esta audiência pública para que possamos fazer o debate e esclarecer melhor os Senadores e Senadoras.

Teremos que tomar uma decisão, aperfeiçoando, melhorando, se vamos fazer ou não como indicativo. Entendo que nos cabe verificar qual é a melhor forma para a questão constitucional.

Quero somente fazer alguns registros importantes. Essa não é uma luta que começou ontem. Sou a única arquiteta desta Casa, a única profissional de arquitetura do Senado, mas também tenho outra profissão: sou funcionária do Banco do Brasil há vinte e um anos.

Fui Vice-Prefeita de Belém e estava dizendo ao Dr. Jaime Lerner que o conheci como estudante de Arquitetura no Enea, no Rio de Janeiro. Eu era Presidente do Centro Acadêmico de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, onde me formei.

É verdade o que disse o Senador Aelton Freitas quando falou da organização. Realmente, é uma característica e talvez os arquitetos sejam mais organizados. O IAB se organizou antes de existir o sistema.

Então, o Instituto de Arquitetos do Brasil, assim como a Ordem dos Advogados do Brasil são entidades mais antigas.

Essa é uma discussão que travamos desde a época em que éramos estudantes de arquitetura, nos encontros nacionais, participando como assistente nos congressos nacionais de arquitetos. Essa sempre foi uma reivindicação da categoria.

Posso falar também como Secretária de Urbanismo e Vice-Prefeita que fui da cidade de Belém. Aliás, era a única situação em que, mesmo que os dois tivessem outras profissões, o Prefeito e a Vice-Prefeita eram arquitetos.

O nosso Prefeito, que continua no cargo, o companheiro Edmilson, é arquiteto e professor. Eu sou arquiteta e bancária. Fomos colegas de faculdade. Fui Secretária de Urbanismo e conheço essa situação. Realmente, devemos melhorar não só a fiscalização do Crea; os Municípios e os sistemas públicos precisam aperfeiçoá-la. Se isso não ocorrer, não se deve dizer que é uma falha somente do Crea.

Entendo que os arquitetos estão organizados, tanto que o Centro Acadêmico de Arquitetura da Universidade Federal do Pará foi o primeiro a se organizar e a ser eleito depois que a ditadura fechou os centros acadêmicos em toda a área do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Pará. Fui a sua primeira Presidente e fazia questão de deixar a palavra livre. O nosso centro se chamava Centro Acadêmico Livre, uma palavra que representava que estávamos livres daquele sistema anterior, no final da ditadura militar.

Quero dizer que sou favorável à criação do Conselho de Arquitetura. Penso que isso não vai prejudicar; muito pelo contrário, poderá facilitar. Não tenho nada contra os engenheiros; sou filha de engenheiro civil. Nenhum filho se tornou engenheiro. A única que chegou mais ou menos perto da área fui eu, como arquiteta.

Realmente não há empecilho que justifique atualmente a ausência dessa organização. Dizer que não foi discutido por 100% dos arquitetos...

Temos um sistema de discussão na nossa cidade sobre o orçamento que num momento se chamava orçamento participativo, hoje se chama congresso das cidades, etc. Nem toda a sociedade participa, mas não se pode dizer que ele não seja democrático. É democrático porque as pessoas vão lá, elas se predispõem a perder compromissos, a deixar seus afazeres domésticos para discutir o que será feito com os recursos da cidade.

Então é democrático discutir esse assunto, até porque não é de hoje. Eu me formei, fui funcionária do Banco do Brasil, depois me elegi vereadora, enfim, não interessa a minha vida política, mas nem por isso perdi as minhas raízes da arquitetura. Quando fui Secretária de Urbanismo, isso reaproximou essa situação.

Então não há algo que possa impedir essa organização. Ainda há pouco, um Senador me perguntava: "Como será a engenharia? É ela que dá segurança".

O que credencia uma profissão são os currículos que são registrados no próprio Ministério da Educação. Um arquiteto não pode fazer um projeto estrutural, mas, se tiver especialização nessa área, poderá fazê-lo, assim como um engenheiro.

Então não há uma briga entre arquitetos, engenheiros e agrônomos. Há o direito democrático, livre, de se organizar e de melhorar a fiscalização. A verdade é que aumentou tanto quantidade das nossas profissões que hoje existe uma dificuldade natural de fiscalizar. Imagino que seja difícil para um arquiteto fiscalizar uma área especializada da engenharia e vice-versa. Isso, com certeza, cria uma dificuldade.

Portanto, vamos atender ao clamor não só de uma categoria profissional. Quando o Dr. Jaime Lerner fala da questão das cidades, essa preocupação é fundamental mesmo.

Quanto à atribuição, ela é definida não só pela lei, mas pelo próprio currículo de cada escola, registrado no Ministério da Educação.

Então queria me posicionar favoravelmente a esse projeto. Cabe-nos fazer os aperfeiçoamentos necessários, mas não vejo por que demorar mais 20 anos, tempo em que me lembro, como estudante de arquitetura, de discutir essa matéria. O momento é propício para fazê-lo.

Queremos melhorar o sistema. Se o tornarmos mais eficiente, poderemos... É como fizemos aqui com a reforma tributária: não foi perfeita, mas a melhor que pudemos fazer. Tornando o nosso sistema fiscal e tributário mais eficiente, poderemos baixar os impostos. E o Senador Azeredo sabe que faremos uma lei complementar para que isso ocorra, inclusive em relação à CPMF, que quando baixar não pode subir. Isso é compromisso.

Então um sistema mais eficiente pode baixar taxas, impostos para todos, além de melhorar a fiscalização profissional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só para terminar. Isso é importante, porque é defesa da sociedade, em qualquer profissão. Não podemos ser maniqueístas, porque sempre há os maus profissionais, assim como há o político, que a sociedade incorpora, acreditando que todos são ruins, o que é absolutamente falso. Sou testemunha disso. Sou do Partido dos Trabalhadores e sei que há excelentes par-

lamentares em todos os partidos do País. Não gosto de divisões maniqueístas. Mas em todas as profissões isso é verdadeiro, e a fiscalização melhor vai permitir um serviço melhor para a sociedade.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia, dê oportunidade aos demais Senadores.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, Srs. convidados, Srs. Senadores, creio que vou economizar um pouco de tempo. Não há necessidade de tanto tempo para explicar o que se deseja.

Sou francamente favorável ao projeto. Temos que encontrar uma solução jurídica para alcançar esse objetivo. Já fui Prefeito de Campo Grande por duas vezes, e o Arquiteto Jaime Lerner foi um grande colaborador da cidade; antes mesmo da minha administração já estava planejando o crescimento da nossa cidade.

Naquela época, confesso que não tinha noção muito forte do que seria a profissão do arquiteto; confundia engenheiro e arquiteto. Com o tempo, no exercício da função de Prefeito, notei quão importante era a profissão do arquiteto. Essa é uma cultura que vem de 20, 25 anos, quando o arquiteto não tinha a grande função que tem hoje. As cidades têm uma extrema necessidade da ação do arquiteto. Como foi dito pelo eminente Arquiteto Jaime Lerner, o princípio da cidade saudável está sendo adotado no mundo inteiro.

É impossível que uma cidade cresça, ordene-se, seja planejada sem a ação do arquiteto, diferentemente da ação do engenheiro. Penso que as duas profissões são perfeitamente distintas; há alguma ligação, mas ela ocorre na construção civil, no projeto do edifício, quando a responsabilidade técnica maior pela segurança é do engenheiro. Os gregos já diziam que as cidades tinham que ser belas para que o espírito do homem fosse belo. E só mesmo o arquiteto tem condições de fazer esse glacê da cidade, o seu ordenamento, o seu crescimento, planejado, ordenado, no transporte coletivo e no seu crescimento.

Tenho alguma preocupação com referência à inconstitucionalidade, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, porque volta ao Executivo a competência para a regulamentação das profissões. Como chegar a uma solução? Naturalmente, estou dizendo isso para que os arquitetos e os engenheiros agrônomos não tenham esperança de que com esta audiência haverá uma solução, porque alcançamos o consenso. É preciso encontrar ainda a solução jurídica para a regulamentação, senão dificilmente, como iniciativa do Congresso, poder-se-ia regulamentar somente a profissão de arquiteto. Creio que esse consenso está sendo alcançado, e alcançaremos depois o outro objeto.

Faria uma pergunta ao Arquiteto Jaime Lerner: no mundo, é costume a separação das duas profissões na regulamentação ou elas se confundem sempre?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Indago ao Senador Eduardo Azeredo se ainda tem alguma pergunta a fazer, para que os expositores possam responder.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, de início não. É bom estabelecer o contraditório, para obter mais informações que nos ajudem nesse projeto importante para a sociedade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passamos a palavra para cada um dos expositores e, posteriormente, para as considerações finais. Primeiro, Dr. Wilson Lang, o senhor gostaria de responder aos Senadores algumas das indagações que foram feitas?

O SR. WILSON LANG – Vou-me restringir, Senador Juvêncio da Fonseca, a responder a sua questão, porque, como Presidente do Confea, também fazemos parte da FMOE, que é a Federação Mundial de Organizações de Engenheiros e de organizações internacionais ligadas ao Mercosul, estamos inseridos no debate da Alca, da União Européia e de todos os demais blocos comerciais.

Na verdade, existem duas questões que devem ser posicionadas antes da resposta objetiva: a primeira é que os países formaram suas profissões dentro de uma concepção jurídica diferenciada; a segunda é que, no mundo inteiro, existem organizações que tanto estão juntas como separadas. Nos Estados Unidos, isso é separado, você tem que se registrar na American Society Civil Engeneer para ser engenheiro civil, para trabalhar no campo da arquitetura. Nos Estados Unidos, especificamente, há instrumentos. Não quero usar a palavra liberal para não dar nenhuma conotação ideológica, mas as profissões têm uma autonomia regulatória dada pelo Poder Público, que é muito diferente dessa aqui.

Esta questão que se estabeleceu no Brasil, onde se construíram as profissões com base em autarquias públicas federais, é, no nosso entendimento, o maior erro, a maior distorção. Quando o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 9.649, que posteriormente foi questionada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o qual declarou inconstitucional o art. 58, se inibiu uma das melhores situações legais que tinham sido criadas, porque, efetivamente, gerir as profissões e os regulamentos profissionais com base em autarquias públicas federais é uma distorção gigantesca que o Brasil comete deste o início da regulamentação profissional, embora, também se deva registrar que o Judiciário

trabalha de forma diferenciada com relação à Ordem dos Advogados do Brasil, que também é um sistema semelhante ao Sistema Confea/Crea, ao Conselho Federal de Medicina ou qualquer outro conselho, dando-lhe autonomias que nós, no Sistema Confea/Crea, não temos. Então, quando em determinados momentos, queremos avançar, criar sistemas mais próprios para determinadas áreas ou modalidades, somos impedidos pela letra fria da lei.

Essa é uma grande distorção. Haveria um grande trabalho para o Congresso Nacional se corrigisse essa distorção. Entretanto, ela existe e estamos aqui debatendo sobre ela.

A resposta objetiva e final é que os países têm sistemas diferentes. Nos Estados Unidos, é esse que caracterizei; em Portugal, na Espanha, na França, na Alemanha, na África do Sul são todas formações profissionais distintas. Na Argentina, um dos nossos parceiros no Mercosul, há um sistema múltiplo. Em determinadas províncias, os arquitetos estão junto com alguns profissionais; em outras províncias, eles estão junto com outros tipos de profissionais e, em outras províncias, eles estão completamente separados.

Há um pot-pourri mundial sobre esse assunto, mas é evidente que a tendência mundial em razão desta liberdade de organização da sociedade, que aqui é impedida em conseqüência do formato autárquico federal, conduz obrigatoriamente cada organização a fazer parte de um grupo específico. Desde que haja liberdade de organização, a tendência natural seria de que cada profissão tivesse uma organização que cuidasse dessas questões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Dr Haroldo Pinheiro.

O SR. HAROLDO PINHEIRO – Para encerrar da melhor maneira esta participação na audiência pública, concordo com o nosso Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia em dois pontos.

Concordo, em primeiro lugar, sobre essa questão da organização dos arquitetos no mundo. Realmente, todos os países com população de profissionais idêntica ou menor que a nossa têm seus conselhos específicos de arquiteto, de engenheiros e de agrônomo. A exceção é justamente os países de pequena população. Para ser mais específico, são cerca de doze a catorze países no mundo que têm conselhos biprofissionais, de arquitetos e de engenheiros civis. Em nenhum lugar, há um conselho multiprofissional tão amplo como o nosso. Esses países sao, por exemplo, Cuba, Áustria, Porto Rico, se não me falha a memória, Liechtenstein. São países de população pequeníssima que ainda estão na origem dessa nossa organização. Portugal tem a ordem dos arquitetos e a ordem dos engenheiros; a Espanha tem o colégio de arquitetos e assim por diante. É o que possibilita uma maior agilidade nesse trânsito de serviços e a discussão sobre formação profissional no mundo afora.

No nosso exercício, no Brasil, ainda estamos submetidos a essa situação. A minha legislação me impede de trabalhar como engenheiro florestal ou como engenheiro de alimentos ou como meteorologista, mas, se eu for indicado pela minha instituição para participar de um conselho regional ou do conselho federal, poderei deliberar sobre o exercício da engenharia de alimentos, por exemplo.

Em que eu, como arquiteto, poderei contribuir para o exercício profissional do engenheiro de alimentos? Em que um engenheiro de telecomunicações poderá contribuir para o exercício profissional de um arquiteto, a não ser em mapeamento remoto ou alguma coisa assim? Então, há até uma questão ética envolvida.

Eu me sinto impedido eticamente, se participar do conselho, de legislar sobre uma profissão que não é a minha, porque a minha ética proíbe isso. É um equívoco. O José Albano Volkmer, que já foi Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, no exercício da função de Conselheiro no Rio Grande do Sul, recusava-se a opinar e a votar nessas situações. Ele se sentia eticamente impedido. Então, é um plenário equivocado.

Concordando, uma vez mais, com o Presidente do Confea sobre essa questão do equívoco das autarquias, penso que realmente é necessário fazer um ajuste. Não são autarquias nem geram despesa para o Governo, pois são auto-sustentadas, nem têm os seus presidentes indicados pelo Governo. A única diferença é que prestam contas ao Tribunal de Contas da União, até porque estamos compulsoriamente vinculados a ele. Vou mais além: penso que seria uma excelente oportunidade para que se inaugurasse esse procedimento com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Bimbi.

O SR. EDUARDO BIMBI – Encerro a minha intervenção lembrando a manifestação da Senadora Ana Júlia Carepa. Realmente, não esperamos demorar mais 22 anos para concluir esse processo. Pelo amor de Deus, desde que me formei, em 1978, também participo dessa discussão.

O que gostaríamos realmente é que, na tramitação da matéria, a Comissão identificasse se existe alguma situação que possa frustrar as nossas expectativas de ter um conselho efetivamente instituído e seguro. Já tivemos algumas outras experiências de tramitação de

projetos de lei para criar o conselho de arquitetura que geraram uma grande expectativa, mas que frustraram os nossos anseios.

Então, a minha entidade, e creio que as outras também, estará totalmente à disposição da Comissão para explicitar os pontos que, nesse curto espaço de tempo de tramitação do projeto de lei no Senado Federal, tenham sido identificados nos nossos fóruns, com os nossos filiados, e alguns questionamentos que merecem ajuste. Não só o ajuste em relação ao que a nossa categoria apresenta, mas a outras situações legais e de Governo.

Estamos, desde já, à disposição e vamos fazer contato com V. Exªs. Imagino que as outras entidades também o farão e que o nosso fórum talvez venha a se reunir para avaliar isso.

Desejo um bom trabalho para nós, mas que não demore mais 22 anos, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Antonio de Pádua Angelim.

O SR. ANTONIO DE PÁDUA ANGELIM – Farei dois esclarecimentos.

Quero dizer à Senadora que a primeira profissão regulamentada neste País, a mais antiga, é a do engenheiro agrônomo, em 12 de outubro de 1933. Depois, vieram a arquitetura e a engenharia.

Segundo, o colega engenheiro agrônomo e Senador falou que tem sido procurado por agrônomos para criar conselhos. Em Agronomia não existe esse movimento de criar conselho independente, porque é conduzida pela Confederação dos Engenheiros Agrônomos. Não há essa reivindicação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Jaime Lerner.

O SR. JAIME LERNER – Acredito que os esclarecimentos e as participações têm sido suficientes. Foi muito importante a intervenção do Senador Juvêncio, que apresentou um ponto importante: não basta a aprovação aqui; é necessário que se avante.

Esse é um momento muito importante no reconhecimento da possibilidade de todos os arquitetos se organizarem nos nossos conselhos.

E quero dizer uma coisa muito clara: não há essa discussão entre engenheiros e arquitetos. Não se pretende evitar que um engenheiro deixe de projetar ou que um arquiteto deixe de se dedicar à construção. É apenas a liberdade que nós queremos para organizar a nossa própria fiscalização profissional. Isso acontece na grande maioria dos países do mundo, como falou o Arquiteto Haroldo Pinheiro. Essa junção só ocorreu nos primórdios, nos países que estão começando. Contudo, os países já sedimentados, que têm um avanço muito grande em seu desenvolvimento, 90% deles têm essa separação muito clara.

Só uma palavra final: não podemos querer que tudo se esclareça; não existe uma resposta antecipada para tudo. A melhor maneira de começar é organizar o Conselho.

Essa discussão vai levar a um aperfeiçoamento. Surgirão indagações: "como ocorre a relação e a taxação?" Obviamente isso será esclarecido. Contudo, não podemos querer todas as respostas do mundo.

O importante é iniciar esse processo que dê condições para que a nossa profissão tenha a sua própria fiscalização, a sua própria regulamentação e a sua própria maneira de cuidar para que os profissionais arquitetos prestem a melhor contribuição possível ao País.

Agradeço esta oportunidade e a disposição de todos, mesmo com posições contrárias, de ajudar a resolver esse problema. Este é um dia muito importante para nós.

Agradeço o Senador Eduardo Azeredo e a todos os Senadores aqui presentes que deram esta oportunidade. Agradeço a Senadora Lúcia Vânia, principalmente pela discussão muito clara. Não há coincidência profissional, e sim pequenas superposições, mas em nome delas não se pode querer congregar todas as entidades – são mais de 200 – em um só Conselho.

Mais uma vez o meu apelo, como Presidente da União Internacional dos Arquitetos, é no sentido de que nos deixem começar. É a melhor maneira. Se em algum momento o Confea se sentir prejudicado, garanto que isso não irá acontecer. Pela visão que temos de todos os países, essa separação só contribuiu para uma melhor relação entre os profissionais do setor.

Muito obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Senadora. Estou sendo chamada à Comissão de Fiscalização e Controle, da qual participo. O primeiro ponto da pauta é um requerimento de minha autoria.

Quero aproveitar a oportunidade para solicitar à Senadora Lúcia Vânia a palavra. Peço licença aos nossos convidados, pois estão me aguardando lá. Aqui é assim; temos que nos dividir. Mas a nossa Senadora entende.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pedi que a Senadora Ana Júlia agradecesse aos nossos convidados, uma vez que é a única arquiteta e temos convidados arquitetos do Brasil inteiro. Em homenagem aos nossos convidados, que a Senadora Ana Júlia os cumprimente.

A SR. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Quero agradecer a todos os arquitetos e engenheiros que puderam ajudar a esclarecer essa situação. Concordo com a afirmação de que esse sistema autárquico em nossa profissão realmente não é bom. Lembro que existe o Conselho Regional de Medicina, o Conselho Regional de Odontologia, o Conselho Regional de Enfermagem, o Conselho Regional de Psicologia. São conselhos variados que também estão organizados dessa forma. Então, creio que estamos dando um passo importante, sem dúvida nenhuma.

Agradeço a Senadora Lúcia Vânia pela oportunidade de fazer uma homenagem, saudá-los e agradecer a presença de V. Sªs. Com certeza, todos ajudaram a esclarecer essa situação. V. Sªs nos mostraram caminhos para que possamos aperfeiçoar o sistema. Creio que nos cabe não só fazer leis, mas aperfeiçoar as que já existem em nosso País. Agradeço a V. Sªs e homenageio todos os arquitetos de nosso País, bem como nossos colegas engenheiros.

Peço licença e que V. Sªs entendam a minha necessidade de retirar-me.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora Lúcia Vânia, na qualidade de Relator desse projeto de autoria do Senador José Sarney, quero apenas dizer que continuo à disposição caso cheguem novas informações. Depois, poderemos ler o relatório e fazer a discussão na Comissão de Assuntos Sociais.

Agradeço a presença do Dr. Antonio de Pádua Angelim, do Dr. Wilson Lang, do Dr. Haroldo Pinheiro, do Dr. Eduardo Bimbi e, em especial, do Dr. Jaime Lerner, nosso Ex-Prefeito e Governador. Hoje, S. Exª, dirigindo a União Internacional dos Arquitetos, trouxe toda a sua experiência não só profissional, mas política. Da mesma forma, agradeço os Senadores que estiveram presentes esta manhã, na certeza de que esta é uma discussão que leva ao interesse público.

Antes de terminar, quero dizer que observo com satisfação que existe um consenso em pelo menos um ponto: a interferência do Estado em demasia. Pode haver um funcionamento das profissões com auto-regulamentação e com autofiscalização sem a necessidade de interferência do Estado. A questão de que taxas compulsórias levariam o Governo a estar presente não se aplica totalmente. Temos sindicatos nos quais as taxas são compulsórias; temos o Sistema "S", em que as taxas também são compulsórias, mas nem por isso se tornam autarquias, órgãos públicos. Esse me parece ser um tema interessante.

Poderemos dar seguimento a uma discussão que torne mais leve a estrutura pública, de modo que as entidades possam se autofiscalizar, fiscalizando seus filiados, com a obrigação de se filiar sim. Mas pode-se perguntar: como é haverá um prédio, uma construção cujo engenheiro não é filiado ao Crea? Então ninguém vai comprar o prédio. Vamos fazer uma campanha: não compre um prédio cujo engenheiro não seja devidamente cadastrado.

Agradeço a presença de todos, especialmente da Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, para considerações finais, ao Dr. Wilson Lang.

O SR. WILSON LANG – Cumprimento a todos. Agradeço, mais uma vez, o Senador Eduardo Azeredo pela sua manifestação democrática de permitir o início deste debate. Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia e todos os demais Senadores, bem como os convidados da mesa.

Quero deixar bem claro que o Sistema Confrea/Crea entende que é preciso construir uma nova ordem profissional neste País. Portanto, muitas correções devem ser feitas e com elas gostaríamos de contribuir para que possamos efetivamente construir um Brasil melhor.

Muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada.

Dr. Haroldo Pinheiro.

O SR. HAROLDO PINHEIRO – Srª Presidente, agradeço o convite que foi feito ao Instituto de Arquitetos do Brasil. E, se me permite fugir um milímetro do protocolo, gostaria de convidar os colegas aqui presentes e os Srs. Senadores para a posse, amanhã, do futuro Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, às 20 horas, no Teatro Nacional. Ele está aqui presente. É o Arquiteto Demetre Anastassakis, que vai conduzir esse trabalho agora pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Dr. Eduardo Bimbi.

O SR. EDUARDO BIMBI – Gostaria de agradecer o convite feito à Federação dos Arquitetos para participar desta Mesa. Estamos nesse processo desde o início e vamos à luta para que o resultado final do nosso projeto de lei seja o melhor possível para a categoria.

Bom trabalho a todos nós.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Dr. Antônio de Pádua Angelim.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA ANGELIM – Gostaria de agradecer, em nome dos engenheiros agrônomos do Brasil – somos mais de 100 mil – a oportunidade de estar aqui, discutindo um assunto que interessa a

todos os profissionais. Então agradeço a Srª Senadora, o Senador Eduardo Azeredo e a todos os demais Senadores aqui presentes.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para encerrar, concedo a palavra ao ex-Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, para as suas considerações finais, dizendo aos expositores da nossa alegria em tê-los para clarear esse debate e colaborar com a Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o ex-Governador Jaime Lerner.

O SR. JAIME LERNER – Gostaria de agradecer esta oportunidade e dizer a todos que temos um desafio muito grande, no nosso País, em relação à discussão das nossas cidades e de tantos problemas que são fundamentais para a nossa população, tais como o problema de habitação, de saneamento e de transporte público.

Na verdade, essa discussão tem a sua razão. Ela é muito importante para que comece a haver cada vez mais profissionais comprometidos com a qualidade de vida das nossas populações, das nossas cidades, com a qualidade da nossa arquitetura, com a preservação do nosso patrimônio cultural e natural, enfim.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a atenção e a gentileza dos Srs. Senadores e a alegria que me deram por estar aqui presente. Tenho orgulho de, quando há uma discussão que é importante para todos, ter a oportunidade de expor aquilo que representa a nossa angústia de tantos anos. E esta Comissão, presidida pela excelentíssima Srª Senador Lúcia Vânia, deu-nos essa oportunidade.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a todos os Senadores e, de forma especial, os nossos convidados. Gostaria de pedir desculpas por ter sido, às vezes, inibidora da manifestação dos nossos arquitetos, mas isso faz parte da praxe regimental.

Portanto, muito obrigada pela colaboração, pelo apoio e pelas orientações que nos deram aqui.

Não havendo nada mais a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h28min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 13 de maio de 2004, quinta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e um minutos, do dia treze de maio de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Sérgio Cabral, Ramez Tebet, Papaléo Paes, Edison Lobão, José Agripino, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Reginaldo Duarte, Juvêncio da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Cristovam Buarque, Tião Viana, Romero Jucá, César Borges, Efraim Morais, Marcos Guerra E Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000; que "Altera a Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde." Autor: Senador Luiz Pontes. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer: favorável com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, 2002. que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento, odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS". Autor: Deputado Ricardo Ferraço. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: favorável, nos termos do Substantivo que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer. Os itens 3, 4, 5, 6 e 7 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício Senador Juvêncio da Fonseca e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Juvêncio da Fonseca,** Presidente em exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 13-5-04 – 13ª REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A nossa Presidente está em outra Comissão, em atividade intensa, e me pediu para presidir a presente reunião.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Comunico aos Srs. Senadores que só podemos apreciar os Itens 1 e 2, tendo em vista estar sobrestada a pauta do Plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

O Item 1 trata do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Autor: Senador Luiz Pontes. Relator: Senador Leonel Pavan.

Há requerimento do Relator Leonel Pavan, então retiramos de o projeto pauta para apreciação oportuna.

Item 2 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidade integrante do Sistema Único de Saúde. Autor: Deputado Ricardo Ferraz. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observação: em 18-6-2003, após a leitura do relatório, foi concedida vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que o devolveu sem manifestação.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, que tem por objetivo determinar que o Sistema Único de Saúde preste serviço de prevenção e tratamento odontológico, utilizando para isso todos os meios e técnicas necessárias. O atendimento será prestado por uma rede de unidades públicas ou privadas.

No art. 2º do Projeto, define-se a vigência da lei para a data da sua publicação.

Após o recebimento da proposição no Senado, a Presidência desta Casa observou que o projeto tem pertinência com a matéria da Lei nº 8.080, de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

A proposição foi, então, encaminhada a esta Comissão com a determinação de que seja inserida no contexto da mencionada lei, em obediência ao disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise

As ações de serviços públicos de saúde efetuados pelo SUS devem-se voltar para o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços essenciais.

A Lei nº 8.080, de 1990, também enfatiza o caráter integral que deve nortear as ações do SUS. A lei sempre se refere à assistência à saúde do indivíduo, sem priorizar a assistência médica sobre as outras.

Infelizmente o cumprimento dessa diretriz é a exceção e não a regra nas unidades que compõem a rede do SUS. Se a assistência médica já é insatisfatória, em grande parte das unidades o atendimento oferecido por outras áreas da saúde é praticamente inexistente.

O objetivo do ilustre autor do projeto de lei em análise é louvável, pois compartilhamos do seu desejo de fazer com que o SUS se torne verdadeiramente um modelo de atenção integral à saúde. No entanto, consideramos que alguns tópicos da proposição merecem reparo.

A recomendação feita pela Presidência desta Casa Legislativa de que o objeto da proposição tem relação com a Lei Orgânica da Saúde é pertinente. Com efeito, em atendimento às regras da boa técnica legislativa, deve-se promover a alteração da referida lei e não propor lei extravagante. Da mesma forma, o texto do projeto deve adquirir um caráter mais genérico. A lei a ser alterada não se refere especificamente à assistência médica em momento algum, mas à assistência à saúde em geral. Portanto, a proposição não deve mencionar uma profissão de saúde específica, como a odontológica. O mais indicado é que proponha a atuação de todas as profissões de saúde reconhecidas na execução integrada das ações assistenciais e preventivas.

Em conformidade com as observações acima apontadas, apresentamos um substitutivo ao projeto de lei ora apreciado nesta Comissão.

Voto

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, na forma do seguinte substitutivo:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º .....

III – a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação."

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão o parecer do ilustre Relator, Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ, que hoje prestigia esta Comissão.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, parabenizo S. Exª, o Senador Edison Lobão, pelo substitutivo que apresenta a esta Comissão.

Em diversas ocasiões, tive oportunidade de conversar com S. Exª, pedindo, inclusive, que o projeto fosse retirado de pauta, para que pudéssemos discuti-lo mais detalhadamente.

Tendo em vista de que a presença do Ministro foi adiada por algumas vezes nesta Comissão e que há urgência e interesse público em relação a esse projeto, o Governo tinha uma preocupação inicial em relação a se especificar a questão da odontologia, mas o substitutivo do Senador Edison Lobão, como S. Exª próprio justifica, faz uma proposição que generaliza as atribuições do SUS.

Tendo em vista o parecer e o substitutivo do Senador Edison Lobão, gostaria de defender o substitutivo, anunciando que votaremos também pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, devo ter uma palavra de reconhecimento à participação da Senadora Patrícia Saboya Gomes neste processo. O projeto está aqui há muito tempo. Diria que ele tramita nesta Comissão há quase meio século. De fato, a Senadora teve uma preocupação, desde o primeiro momento, no sentido de que se fizesse uma lei que fosse capaz de aperfeiçoar a legislação brasileira, e não apenas surgir uma lei a mais, que viesse até tumultuar os procedimentos do SUS.

São elogiáveis e admiráveis os cuidados da Senadora Patrícia, a quem agradeço profundamente, porque, com essas observações de S. Exª, pude haurir inspiração para a alteração do Projeto de Lei da Câmara, apresentando o substitutivo que agora estamos examinando.

Quero, portanto, cumprimentar a Senadora, pelo seu espírito público e pela sua acuidade e competência no exame desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto com o substitutivo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais itens na pauta, encerramos a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h31min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 19 de maio de 2004, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quinze minutos, do dia dezenove de maio de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, Reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil". Requerimento nº 37, de 2003 – CAS, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares relator da matéria, com a presença dos (as) Senadores (as) Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Sibá Machado, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Maria do Carmo Alves, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Juvêncio Da Fonseca, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Efraim Morais, Marcos Guerra E Mozarildo Cavalcanti. Os Senadores Cristovam Buarque e Lúcia Vânia justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença dos Senhores DR. CLÁUDIO MURILO XAVIER, Secretário de Saúde do Estado do Paraná, representando o Dr. Roberto Requião, governador do Estado, ENGENHEIRO BERTOLDO SILVA COSTA, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do CONAMA/MMA, DR. FRANCISCO SIMEÃO, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados – ABIP. O Presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos

– ANIP, justiça a ausência. Após as explanações, faz o uso da palavra aos convidados o Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, autor do requerimento. Tendo em vista o início da ordem do dia no Plenário e não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes,** Presidente em exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 19-5-04 – 14ª REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião, oriunda do Requerimento nº 37, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, destina-se à 2ª audiência pública com finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.

Contamos com a presença dos seguintes representantes, a quem convido para compor a Mesa: Dr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Saúde do Estado do Paraná, representando o Dr. Roberto Requião, Governador daquele Estado; Dr. Bertoldo Silva Costa, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Conama; e o Dr. Francisco Simeão, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados – ABIP.

O Presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP justificou sua ausência.

Informo aos ilustres convidados que cada um terá 20 minutos para a sua exposição e aos Srs. Senadores que, após a exposição de todos os convidados, receberemos as propostas de inscrição para as perguntas.

Convido o Dr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Saúde do Estado do Paraná, representando o Governo do Estado do Paraná, a iniciar sua exposição.

O SR. CLÁUDIO MURILO XAVIER – Senadores Papaléo Paes, Antonio Carlos Valadares e Flávio Arns, é uma honra muito grande estar aqui nesta Casa, que, sem dúvida, além de ser um dos pilares da nossa democracia, é uma das instituições mais respeitadas de nosso País. É uma honra estar aqui representando o Governo do Estado do Paraná.

Trago a experiência vitoriosa de um programa que obteve êxito em nosso Estado. São fatores que nos trazem muita honra.

Em nome dos três Senadores, cumprimento as demais autoridades e peço a autorização do Sr. Presidente da Mesa para que seja exibido um vídeo.

Houve 99,7% de redução dos casos de dengue, em que despencamos de próximo a 9 mil casos para 24 casos. É um Estado praticamente sem pneu-lixo, não conseguimos encontrar atualmente pneu-lixo.

Inicialmente, apresentarei uma situação **sui generis** para V. Exªs. Recentemente, o Comandante do Grupamento de Polícia Militar da nossa região metropolitana necessitou ultimar um estande de tiro, onde tinha que fazer a defesa e a preparação com pneus velhos por segurança. Ele foi até à fábrica que participa do programa Paraná Rodando Limpo, uma vez que estava com dificuldade de conseguir os pneus velhos onde habitualmente os encontrava. Isso, no mínimo, os deixou extremamente contentes.

Rapidamente, apresentaremos a V. Exªs como chegamos a esses 99,7% de redução, deixando o Estado praticamente livre do pneu-lixo.

Assim que assumimos a Secretaria, em 1º de janeiro de 2003 – não poucos meses, nem poucas semanas, mas poucos dias após –, tínhamos centenas de casos notificados de dengue em nosso Estado e dezenas de confirmações todos os dias; os índices de dengue estavam extremamente altos. Rapidamente, vimos o grande problema que tínhamos pela frente: além de uma endemia, o Estado vivia uma epidemia, e estávamos sem vacina, totalmente desarticulados nas nossas regionais de saúde, sabendo que só poderíamos enfrentar essa doença, se contássemos também com a participação do cidadão paranaense e com a coleta dos resíduos, por causa da estreita ligação entre o foco da dengue, o mosquito e os resíduos sólidos.

(Procede-se à exibição de ***eslaides****.)*

O problema chamado lixo não é do Paraná, de Curitiba ou do Brasil; sem dúvida, é mundial. Recentemente, o nosso Governo, em missão, foi até a Província de Quebec, no Canadá. Lá, disseram que, apesar do grande investimento e da referência que aquele

país representa em saúde pública, existe uma grande dificuldade no rio São Lourenço, bem como com a implantação das empresas japonesas e com a destinação do lixo.

E o cenário social não poderia ser outro. Nós só poderíamos conseguir uma atuação firme na área se tivéssemos a participação de outras estruturas, que não só a do Estado, a estrutura pública.

Nós já tínhamos no Paraná, em funcionamento incipiente, junto com a região de Maringá, com o consórcio dos Municípios de Maringá, um programa, visando à retirada a céu aberto dos pneus inservíveis.

Fomos apresentados a esse programa, ficamos fascinados, levamos à ciência do Sr. Governador, que imediatamente vestiu a idéia, uma vez que não teríamos que colocar nenhuma suplementação do Tesouro do Estado, do Erário. A única participação do Estado seria manter a estrutura já vigente e dar o respaldo como Governo do Estado.

Qual é o problema relacionado ao lixo-pneu? Sabemos que, no mínimo, um terço do mosquito tem seus ovos depositados nos pneus velhos. Esse é o grande problema. Não há vacina para dengue, não se pode combater o vírus, tem-se que agir, sem dúvida, no vetor, o mosquito Aedes aegyptis.

Nós fomos apresentados à Resolução nº 258/99, do Conama, que começa a trazer ao País a consciência do pós-consumo. Todos nós que trabalhamos com saúde pública sabíamos que cada R$1 investido em saúde pública, em saneamento, trazia R$4 a R$5 de economia na ponta da saúde, no atendimento. Esses números já são obsoletos. Hoje, já se passa de R$6 para R$7 a economia para cada real que se coloca em saúde pública, em medidas saneadoras e preventivas.

Houve a apresentação de uma proposta, que já estava encaminhada em Maringá, da empresa BS Coel e da nossa Petrobrás, segundo a qual o pneu, após ser coletado, passaria a ser misturado ao xisto, resultando na produção de gás e óleo combustível.

A partir de dezembro de 2002, isso passou a funcionar numa associação de Municípios, no norte do Paraná, aqueles com maior incidência de dengue. E, a partir de 2003, após assumirmos, foi feito um compromisso do Sr. Governador, em um programa mais amplo e mais abrangente, que seria o programa "Paraná Rodando Limpo", a partir de fevereiro de 2003.

Essa, então, é a região referida, a de clima mais quente do Paraná, onde temos a maior incidência da doença e onde havia esse projeto inicial, esse projeto-piloto da empresa BS Colway com a Petrobras e a Associação desses Municípios. A partir disso, o Paraná iniciou um programa estadual, com apoio absoluto e coordenado pelo Sr. Governador.

A esses números já nos referimos. Em 2003, tivemos cerca de nove mil casos de dengue e, em 2004, caímos para 27 – a maior redução porcentual dentre os Estados brasileiros. Infelizmente um Município pequeno teve uma grande dificuldade em notificar, e metade desses casos está restrita a esse Município.

Para reforçar a queda – voltando àquelas fotografias – criou-se o projeto. E a grande dificuldade do Estado é não ter como organizar essa coleta, a remoção e a destinação desses pneus. Nesse projeto com essa empresa, houve um verdadeiro mutirão de incentivo aos nossos catadores, que passaram a ser muito melhor remunerados.

Os pneus são selecionados e são comprados dos catadores – que, em média, recebiam cerca de R$60,00 e passaram a receber R$600,00, aumentando cerca de dez vezes sua remuneração. Esses pneus velhos são acondicionados, transportados até a sede da empresa, na capital, são picados, levados até a usina da Petrobras, misturados, e são produzidos, a partir disso, gás e óleo para o nosso País.

Além disso, obviamente, outras ações foram tomadas pela Secretaria de Saúde, e criamos um dispositivo de ovitrampas, armadilhas para o mosquito da dengue. Para dar uma idéia, já chegamos a identificar, em uma única armadilha, mais de três mil ovos do mosquito da dengue. Esse programa das armadilhas, das ovitrampas, foi instalado em toda a região mais acometida pela dengue e atualmente é uma das referências, junto ao Ministério da Saúde, no sentido de identificação – porque se pode prevenir, mapeando as áreas para onde a doença está se disseminando – e também de controle da dengue.

O próximo traz um comparativo, indicando as regiões mais atingidas.

Qual a nossa conclusão? Em primeiro lugar, cada uma dessas participações é fundamental para atingirmos esse índice maravilhoso e não termos mais pneu inservível no nosso Estado. Não entendemos esse programa sem a participação do Estado, sem a participação da Associação dos Municípios, sem a participação de uma empresa com responsabilidade social, a nossa Petrobras, mas principalmente sem a participação do cidadão, que tem que ser convencido de limpar seu domicílio, uma vez que cerca de 90% dos mosquitos instalam-se nos domicílios dos cidadãos. Daí a importância de ficarmos livres dos pneus.

Isso criou toda uma dinâmica que serviu não apenas para os pneus velhos; a reboque, garrafas PET já foram também selecionadas.

Portanto, entendemos que a participação do Governo, da Associação dos Municípios, da BS Colway, da Petrobras, da Federação das Associações Comer-

ciais, bem como o apoio dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Meio Ambiente, do Ibama. Diversas outras entidades também participaram, e todas foram fundamentais para essa conquista, para o sucesso nessa empreitada.

Porém, fica para nós muito claro e fácil de perceber que o Paraná não é uma ilha. É preciso, sim, principalmente nos Estados vizinhos, haver uma conscientização. E por que não esperarmos que grandes empresas que lidem também com essa área, empresas como Pirelli, Firestone, Bridgestone, Good Year, Michelin, continuem tendo sua atuação industrial, empresarial? Mas nós, da área da Saúde Pública, esperamos um pouco mais: que elas tenham também responsabilidade social, ação social. O projeto é viável. Não é exagerado o custo para as empresas.

Segue a normativa, a Resolução do Conama. Com muito orgulho, trazemos essa matéria ao Senado Federal, pedindo esta mobilização: que se comece a falar em saúde pública preventiva. Precisamos, sim, mais verba para a saúde. Mas precisamos gastar melhor os nossos recursos, que, como em qualquer lugar do mundo, são finitos.

Temos ainda uma dificuldade muito grande. Sabemos que os Estados Unidos têm mais de quatro mil dólares por habitante/ano de investimento; no Canadá, mais de dois mil dólares por habitante/ano. Nossos vizinhos sul-americanos têm mais de trezentos dólares por habitante/ano, mas nós não conseguimos chegar ainda a duzentos dólares por habitante/ano.

Quando falamos em prevenção, em pós-consumo, em retirada de circulação do lixo, como no caso específico dos pneus-lixo, dos pneus inservíveis, estamos, sim, falando de saúde pública.

A nossa visão é, então, garantir a continuidade do programa Paraná Rodando Limpo. Hoje estamos com dificuldade, no Paraná, para obter os mais de trezentos mil pneus por mês – foi o número a que chegou o programa – porque não há mais. Os que existem estão mais difíceis de serem encontrados. Já alcançamos o número de quarenta mil pneus por mês. A Secretaria está firme no projeto, que conta com apoio total do Governo do Estado. E esperamos que sirva de exemplo para outros Estados e também incentive outras iniciativas, como para resíduo sólido, por exemplo.

Obrigado pela atenção de todos. E, como dissemos no início da exposição, é uma honra estar aqui nesta instituição trazendo nossos resultados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) Agradecemos ao Dr. Paulo Murilo Xavier, cuja exposição acabamos de ouvir. Passamos a palavra ao Dr. Francisco Simeão, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados – ABIP.

V. Sª terá 20 minutos para sua exposição.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Bom dia. É um privilégio estar aqui. Obrigado, Senador Papaléo, que preside a reunião. Quero saudar o Senador Antonio Carlos Valadares, Relator do Projeto de Lei nº 216/03, de autoria do nobre Senador Flávio Arns. Srs. Senadores presentes, jornalistas, autoridades aqui presentes, essa nossa luta começou pouco mais de 12 anos atrás. O que nos motivou foi o direito nosso brasileiro de empreender. Esse Direito está estabelecido de forma cristalina na Constituição Federal, em seu art. 170, Inciso IX. O citado inciso diz que o Governo deve priorizar as pequenas e médias empresas brasileiras. Não reivindicamos nesse tempo todo esse tipo de proteção. Temos reivindicado igualdade de tratamento, o que infelizmente não temos obtido por parte do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério do Meio Ambiente. Não temos sido julgados da mesma forma que as grandes empresas multinacionais fabricantes de pneus. O que queremos é trazer ao Governo uma melhor contribuição no que se refere ao direito de cidadania e liberdade da pequena empresa, do empresário tupiniquim de gerar aqui os empregos de que o País tanto necessita. Queremos ter o direito de competir com as bem-vindas multinacionais dos pneus, que vêm para cá fabricar pneus novos, trazer tecnologia, gerar, como geraram na sua estrutura industrial, quase 20 mil empregos diretos. É muito bem-vindo o seu capital, mas não podem as multinacionais vir ao Brasil conseguir proteção que inviabilize o desenvolvimento das empresas nacionais. Queremos apenas competir com eles com regras justas.

Por favor, gostaria que fosse exibido o vídeo para prosseguir as minhas considerações.

Vou aguardar um pouco, para que ele coloque os quadros e para que economizemos tempo. (Pausa.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Essa luta pela importação de carcaças de pneus usados, pela colocação de pneus remoldados no Brasil, que já dura mais de doze anos, começou efetivamente por uma disputa de mercado. Embora a alegação fosse de cunho ambiental, em nenhum momento as multinacionais fabricantes de pneus no Brasil demonstraram preocupação com o meio ambiente. O que estava por trás disso era apenas uma luta por mercado. Elas sabiam que os pneus remoldados se transformariam em massa crítica no Brasil da mesma forma que são massa crítica na Europa, onde participam de um mercado de um mínimo 10%, onde são protegidos por leis ambientais. A Itália, por exemplo, obriga os órgãos públicos a comprarem no mínimo 20% dos pneus utilizados em sua frota pública de pneus remoldados, sob o argumento da defesa do meio ambiente, em função da economia de petróleo já falada no vídeo, e também da economia, uma vez que os pneus remoldados, que têm a mesma durabilidade dos pneus novos e a mesma segurança,

conforme atestado pelo Inmetro, no Brasil, e pelos órgãos técnicos, na Europa, custam 40% menos.

A participação do mercado na Europa – e é o que deve acontecer futuramente no Brasil – é de apenas 10%. Tecnicamente, por uma questão de disponibilidade de carcaças nas suas medidas, por tipo de cliente, esse percentual não é viável, como provado na história, de ter sua participação ampliada; mas é de uma importância muito grande, porque é massa crítica que segura os preços e disciplina o mercado.

No Brasil, antes da presença dos remoldados e dessa concorrência, os pneus populares aqui fabricados custavam o equivalente a US$90 e duravam apenas 25 a 30 mil quilômetros. Estamos falando de pouco mais de 10 anos atrás.

Depois dessa concorrência, hoje se verifica que os preços desses pneus baixaram para a metade do antigo valor e sua durabilidade dobrou, no mínimo. Além dessa vantagem, desnudou a necessidade de discussão do problema ecológico e de saúde pública. Então, a partir de uma luta comercial, esse assunto foi conduzido para uma discussão de cunho ambiental que, de outra sorte, não aconteceria.

Em 1994, assinamos um termo de cooperação com o Ibama e com o IPT para buscar, no mundo, tecnologias e técnicas existentes que viabilizassem, a um custo palatável, a reciclagem de pneus no Brasil, que era tida e anunciada pelas multinacionais de pneus como inviável.

Trouxemos a prova que amparou, deu embasamento à apresentação, pelo Deputado Pedro Novais, Parlamentar que tinha afinidade com nossas idéias,do Projeto nº 1.259/95, em novembro de 1995, na Câmara Federal. A discussão do projeto se deu na Câmara, principalmente, mas também no Senado, quando se chegou ao consenso de que, efetivamente, o Brasil deveria dar atenção e criar legislação que desse uma solução ao problema do lixo proveniente do pneu.

Em 1998, levamos um texto-sugestão para a edição de resolução do Conama no meio ambiente. Foi criado um grupo de trabalho, do qual participamos voluntariosamente, até que vimos a Resolução Conama nº 258/99 ser aprovada na reunião de 26 de agosto de 1999 e publicada no Diário Oficial de 2 dezembro de 1999.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Na história, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente jamais haviam conseguido uma solução efetiva para o problema do lixo-pneu. Era desconhecida qualquer iniciativa – hoje também – do Governo para editar portaria ou resolução para resolver de vez e efetivamente o grave problema do lixo-pneu. O único instrumento legal que efetivamente está dando grandes frutos e bons resultados ao Brasil é a Resolução Conama nº 258/99.

No mundo, a solução apresentada pelo Brasil é pioneira. E vimos no vídeo que isso mereceu aplauso da ONU, aprovação no Fórum Rio + 10, em Johannesburg, em 2002, quando a ONU passou a indicar o Programa Paraná Rodando Limpo nesses fundamentos a seus países-membros.

A Costa Rica, convencida do programa, criou o "Costa Rica Rodando Límpia" e encaminhou legislação similar a seu Congresso Nacional.

Estou repetindo o que já havia falando quanto à luta no Conselho Nacional do Meio Ambiente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A aprovação da Resolução Conama nº 258 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente não nos dava a segurança da solução efetiva do problema do lixo-pneu. Sabíamos que haveria de se realizar um grande esforço para que essa resolução se materializasse no mundo jurídico e na prática, junto à sociedade, levando os bons efeitos que hoje estão sendo colhidos pela sociedade brasileira.

Para assegurar a materialização dessa resolução, decidimos, praticamente um ano antes, iniciar a coleta e a destruição dos pneus inservíveis para que, nesse tempo, amadurecêssemos a idéia dessa tarefa e tivéssemos números sobre os custos com base em uma fórmula criativa que poderia envolver toda a sociedade, causando outros benefícios que não estavam preconizados na resolução, como estender a coleta, além do pneu, a outros resíduos sólidos, como papel, papelão, garrafas pet, vidros, enfim, todos os resíduos sólidos que pudessem se transformar numa cesta de resíduos que fossem pagos pelas empresas de reciclagem que estivessem interessadas nesse material. Dessa forma, faríamos com que houvesse uma grande mobilização e uma grande motivação dos então catadores de papel, que levam uma vida miserável, escrava, em condições deploráveis, com os quais a sociedade tem que se preocupar.

No Paraná, temos catadores orgulhosos, transformados pela Secretaria da Saúde do Paraná – e treinados por ela – em agentes de saúde honorários, sem custo para o erário público, mas dando a eles condição de auto-estima e de respeito na sociedade dos municípios onde eles vivem. Eles eram um problema para as famílias, pois, inclusive, pediam comida nas casas, assustando as donas de casa, e passaram a ser consumidores, que vão às padarias, vão aos armarinhos comprar roupa e são tratados como pessoas realmente importantes para a saúde e para a defesa do meio ambiente no município.

Fomos surpreendidos no dia 11 de dezembro de 2001, às vésperas do início da exigência, no dia 1º de janeiro do ano seguinte, 2002, pela sugestão do próprio Ibama de fazer algumas modificações no texto da resolução que, no nosso entendimento, iriam mutilar a resolução e transformá-la numa resolução de gaveta, sem o cumprimento.

Defendemos a integridade da resolução e tivemos, inclusive, que ingressar com uma ação civil pública contra o presidente do Ibama e contra o próprio Ministro do Meio Ambiente, conseguindo finalmente preservar a resolução. Cinco meses depois, já que essa ação civil pública também vinculava a ação das multinacionais que não estavam cumprindo a sua obrigação, e elas, no mês de maio de 2002, finalmente, iniciou-se o cumprimento da sua obrigação estabelecida na resolução com força de lei.

Porém, na nossa avaliação, não estão fazendo o trabalho integral. O fato insofismável é que o problema do lixo-pneu já poderia estar resolvido no Brasil caso o Ibama cumprisse a sua obrigação.

Faço, neste momento, um apelo especial ao Dr. Bertoldo para que S. Exª discuta isso no Ibama, pedindo contas, inclusive, para ver se a fiscalização está sendo feita mesmo, porque precisamos que as multinacionais, que são responsáveis por 95% dos pneus velhos existentes no País, cumpram também com a sua obrigação da mesma forma que estamos cumprindo com a nossa no Paraná.

No Paraná, já foram coletados mais de 6.700 milhões de pneus-lixo, sendo que os pneus praticamente sumiram da natureza em nosso Estado. Se formos fazer as contas de qual seria a obrigação, no mesmo período, das multinacionais fabricantes de pneus, eles teriam 63 milhões de pneus-lixo para coletar até hoje, completando a sua tarefa até o final deste ano. Esses pneus estão por aí, jogados no meio ambiente e agredindo a saúde do cidadão, além de prejudicarem a ecologia.

O Ibama se recusa a fiscalizá-los. Temos ações contra o Ibama pedindo que nos fiscalizem e também todos os fabricantes de pneus. Caso a fiscalização tivesse sido realizada dentro do espírito da resolução em todos os municípios do País, já poderíamos estar comemorando a erradicação da dengue no Brasil.

O Ibama tem um discurso – assisti ao vídeo da última audiência pública sobre o tema – pelo qual insiste em fazer crer que o problema ambiental se restringe às carcaças de pneus importados usados para uso como matéria-prima na indústria de pneus remoldados. É um sofisma. O Ibama diz também que os pneus remoldados que são fabricados com carcaças importadas da Europa não criam problemas porque são importados em pequena quantidade.

A Comunidade Econômica Européia, assim como o Mercosul, com os mesmos argumentos, ingressou contra o Brasil com reclamatória em janeiro deste ano, e de acordo com o Ministério de Relações Exteriores não há como segurar mais do que um ano, e terão que abrir as fronteiras do Brasil à importação de milhões de pneus remoldados da Europa. Pergunto: o Ibama continuará sofismando? Vão ter que inventar outra história para os pneus originários da Europa, importados prontos.

Para 2005, o Ibama terá que explicar à sociedade brasileira as razões de garantir os empregos dos europeus nas fábricas de pneus remoldados, em que esses são produzidos com as mesmas carcaças de pneus usados na Europa, cuja matéria-prima é importada e que o Ibama hoje se empenha tanto em proibir. Também terá que explicar as razões que inviabilizam a existência desse segmento industrial no Brasil que além de gerar milhares de empregos promove a substituição de importações.

O projeto do Senador Flávio Arns propõe regulamentar as fábricas de pneus remoldados, estabelecer severas condições prévias para a importação de sua matéria-prima, principalmente porque para importar uma carcaça de pneu usado há que se coletar outra no Brasil e destruí-la de forma ambientalmente adequada. Estabelecer a obrigação pós-consumo de contrapartida ambiental pela colocação de todos os tipos de pneus no mercado brasileiro, não só os pouco menos de 5% do segmento de reforma de pneu, como os 95% de pneus produzidos pelas multinacionais fabricantes de pneus no Brasil. E impedir a importação de pneus usados para serem comercializados como pneus meia-vida, porque esses não interessam mais ao País, uma vez que não geram os empregos, nosso maior problema nacional hoje. O desemprego no Brasil é uma fábrica de bandidos que precisa ser desarticulada.

Por que se inviabilizar o negócio de pneu usado em vez de proibi-los? Vários importadores conquistaram decisões na Justiça Federal – autorizando a importação de pneu usado meia-vida – que, por perda de prazo da União, transitaram em julgado. Portanto, nem lei federal pode retirar desses importadores o direito adquirido de continuar trazendo pneu usado para comercializar como meia-vida. Mas nunca foi discutida a contrapartida ambiental e isso pode ser exigido deles. Ao obrigar a contrapartida ambiental na base de 10 pneus velhos para cada 1 meia-vida a ser importado, inviabiliza-se o próprio negócio de pneu meia-vida.

Chamo a atenção de V. Exªs para os 5 pneus que estão aqui que mostram uma carcaça coletada

em território brasileiro que já mostram a lona. Portanto, de acordo com o Inmetro não se prestam como matéria-prima para fabricar estes 2 pneus aqui que são certificados pelo Inmetro, com garantia para rodar até 80 mil quilômetros e 5 anos contra defeito de fabricação e substituem na qualidade, na durabilidade e na segurança os pneus novos. Um pneu meia-vida – vejam os senhores o quanto tem de borracha – vende tal qual, e uma carcaça importada que mostra o que a maior parte das pessoas não sabem: quando se fala em pneu remoldado tem-se o entendimento de pneu usado, o que não é verdade, é um pneu novo de novo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Após a exposição do Dr. Francisco Simeão, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, passamos palavra, por 20 minutos, ao Dr. Bertoldo Silva Costa, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental do Conama.

O SR. BERTOLDO SILVA COSTA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, bom dia a todos, especialmente ao Senador Flávio Arns, autor do projeto de lei. Agradeço ao convite. Faço uma correção: sou conselheiro do Conama, Conselho Nacional de Meio Ambiente, e presido, dentro do Conama, a câmara técnica de saúde e saneamento e de gestão de resíduos sólidos em que matérias residuais são tratadas. Todas as resoluções do Conama ligadas à saúde e saneamento passam por essa câmara. Também sou Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, a qual tem assento no Conama.

Primeiramente, cumprimento o Senador pela iniciativa do projeto de lei e pela sua contrapartida ambiental no projeto e fazer rapidamente alguns comentários as nossas resoluções que estão em vigor, relativas ao mesmo espírito similar desse projeto de lei.

Temos basicamente quatro resoluções publicadas pelo Conama em vigor: a Resolução nº 23/96, a Resolução nº 235/98; a 258/99; e a 301/2002.

A Resolução 23 trata pela definição e classificação dos resíduos do ponto de vista do meio ambiente. Define resíduos em três categorias: resíduos sólidos como resíduos classe I, perigosos, basicamente aqueles definidos na Convenção da Basiléia; os resíduos sólidos não-inertes, que são os de classe II; os resíduos sólidos inertes, que são os de classe III. Essa Resolução enquadra os pneumáticos usados no País como resíduos inertes ou resíduos classe III e também determina que a importação é proibida no seu anexo X, "c" e art. 4º.

A Resolução nº 235/98 alterou alguns itens da Resolução 23, mas manteve a mesma classificação inicial dos pneumáticos usados no País como resíduos inertes classe III, de importação proibida, no seu anexo X, item "c".

Já a Resolução 258, modificada por força de liminares de importações de pneus usados no País pela 301, mas mantém a mesma essência da 258. Tem o espírito similar ao do projeto de lei do Senador e como pressuposto fundante que pneumáticos inservíveis, abandonados ou dispostos constituem um passivo ambiental, que resultam num sério risco ao meio ambiente e a sua saúde pública.

Há também outro pressuposto fundante também, que diz que uma parte dos pneumáticos novos, depois de usados, podem ser utilizados como matéria-prima no processo de reciclagem. Então, a Resolução Conama incentiva, no seu espírito, a reciclagem dos pneus usados no País.

Essa Resolução também passa a definir que a responsabilidade dos fabricantes e importadores de pneus no País pela sua coleta e dá destinação final adequada aos pneus inservíveis existentes no Território nacional. Então, ela define a responsabilidade dos fabricantes e exportadores pelo pós-consumo dos resíduos no País.

Ela tem também o espírito do projeto de lei similar ao do Senador Flávio à contrapartida ambiental. Esse quadro resume esta lógica: a partir de 1º de janeiro de 2002, para cada pneu novo fabricado no país, importado ou reformado, a cada quatro, um teria que ser recolhido. Depois, em 2003, de forma gradativa, a cada dois fabricados no País, importados novos ou reformados, a um também teria que ser dada uma disposição adequada. Depois, em 2004, que é o ano em que estamos, essa contrapartida ficaria um para um. Para o ano que vem, a Resolução prevê para cada quatro pneus novos, a cinco teria que ser dado destino adequado, e nos pneus reformados e importados, a cada quatro. Então, essa lógica se altera numa visão de proposta progressiva de compromisso de contrapartida ambiental, entendendo que o passivo ambiental no País desde aquela época, 2000, era muito grande. Para esse compromisso, as indústrias teriam que se adequar e se reestruturarem em seus programas e para isso teriam que buscar esforços. Nós, de maneira lógica, botamos meta de contrapartida ambiental de forma progressiva.

Atualmente, a própria Resolução nº 258 prevê que após cinco anos teria que ser revista. Deu-se início a um parecer da Secretaria de Qualidade Ambiental, do Meio Ambiente e do próprio Ibama solicitar a sua revisão pela própria aplicação da sua resolução. E está marcado para os dias 22 e 23, na reunião da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento e Gestão de Líquidos e Sólidos (Conama), o início do processo de revisão

da resolução e a avaliação do seu desempenho e da sua eficácia. Gostaria até de convidar o Dr. Francisco, que está envolvido diretamente, e todos a participar desse processo. Essa será a primeira reunião na Câmara em que discutiremos o assunto.

O Conama possui três pontos que norteiam as suas resoluções quanto aos pneus usados no País. Em todas as suas resoluções e documentos o órgão é pela proibição dos pneus usados no País e também se manifesta pelo necessário controle do passivo gerado pelos pneumáticos e pela contrapartida em metal. Então, vemos que, basicamente, os pontos do projeto de lei vêm ao encontro das resoluções, exceto essa discussão dos pneus usados, matéria que é mais polêmica. Nos outros pontos do Projeto de Lei nº 216, o Senador manteve o espírito do nosso projeto de lei.

Eu ousei fazer aqui algumas afirmações, retiradas de documentos, do próprio **site** dos setores, na tentativa de identificar o foco do problema. Por exemplo, está presente o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip), Francisco Simeão. Eu retirei a informação do **site** da associação, onde afirma o seguinte: "Não existem carcaças disponíveis, no território nacional, na qualidade requerida para o processo de reforma, necessitando, portanto, importar pneus usados". Então, veja bem a lógica do raciocínio do setor de remoldados.

Eu quero abrir um parêntesis aqui para dizer que não tenho nenhuma ligação com órgãos governamentais e nenhum interesse. O meu compromisso aqui é com o setor ambiental e o desenvolvimento deste País, como os senhores.

A alegação da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados é de que os pneus fabricados no País não têm qualidade suficiente para rodar. A alegação nessa frase não é em razão das nossas estradas, mas sim porque as nossas carcaças não têm qualidade industrial suficiente para permitir uma ou duas reformas com garantia de qualidade. Isso está disponível no **site** do próprio setor.

Eu peguei também uma manifestação das indústrias de pneumáticos no País para sabermos o que afirmam quanto a isso. Há um documento deles que diz o seguinte: "Somente as carcaças de pneus destinados a caminhões e ônibus fabricados no Brasil têm garantia contra defeitos de fabricação durante a primeira e a segunda reformas. Para as demais categorias de produtos não existe hoje esse tipo de garantia".

Ora, senhores, observemos o raciocínio dessa lógica. Se as indústrias nacionais que fabricam hoje pneus de ônibus e caminhões, veículos pesados que mais rodam por todo o País, em estradas desfavoráveis, garantem a reforma de suas carcaças e não garantem a dos veículos leves, creio que deve haver uma pequena mudança da lógica da fabricação nacional dos seus produtos, para que nós também pensemos em garanti-los.

Estes dois documentos que retirei do próprio setor mostram que o problema não está nas nossas estradas, mas no processo, na qualidade dos produtos fabricados no País, e podemos buscar isso.

Eu gostaria de deixar uma sugestão minha, embora não tenha consultado o Conselho por falta de tempo hábil. Sugiro que o PL não autorize a importação simplesmente de pneus usados neste País e que determine que as carcaças de pneus fabricados no Brasil tenham garantia de fabricação durante o primeiro e o segundo ano, inclusive dos veículos leves.

A audiência passada, que eu tive o cuidado de ler, mostra que temos produtos. O próprio presidente da Associação disse que a produção é em torno de 10 ou 20% do que se produz no País. Temos matéria-prima suficiente sendo produzida nacionalmente com qualidade. Para isso temos que mudar essa lógica. Se importarmos, porque o nosso produto interno não tem qualidade, temos que fazer com que esse projeto de lei mude essa lógica e mude a fabricação no País.

Parabenizo o Senador Flávio Arns pela iniciativa porque essa é a lógica do negócio. O Presidente Francisco Simeão falou que o problema não é ambiental. Como se diz na minha terra, Florianópolis, estamos de marisco nessa história. Eu sou um marisco, tem a rocha e tem a água e eu estou no meio, recebendo lambada e batendo na rocha.

O meio ambiente não é o foco da discussão. O foco é comercial ou industrial. E entendo que o Senado tem essa missão de dar uma resposta à sociedade. Dentro dessa lógica, podemos resolver essa questão.

O que nós queremos, a proposta ambiental é minimização de geração de resíduos. Se nós aumentarmos a qualidade, diminuiremos a geração de resíduos, vamos aumentar a vida dos nossos pneus e estaremos contribuindo com o compromisso ambiental que assumiu este País na Eco 92, de minimização de resíduos.

Aumentando a vida útil dessas carcaças, vamos alongar também o ciclo de vida desses produtos e, conseqüentemente, vamos ter garantias.

Acredito que, aqui no Brasil, temos condições de dar uma resposta à sociedade e buscar um diálogo. Penso que o processo é em nível de diálogo e a solução é sistêmica.

Quero parabenizar, inclusive, as empresas de remoldagem, porque esse é um trabalho que o próprio Conama reconhece, é um trabalho de reciclagem

que estamos aqui para defender porque é o princípio fundamental da nossa resolução.

Parabenizo também o Estado do Paraná pelo trabalho exemplar que precisa ser difundido neste País, pois precisamos desses exemplos positivos a nível nacional. E gostaria de que o Senado permitisse o compromisso de incluir no projeto de lei que as indústrias que fabricam pneus no País também tivessem o compromisso, a obrigação de ter a sua contrapartida ambiental.

Esta é a casa é o local legítimo para que possamos ter esse ponto de discussão.

Não quero me alongar, para não perder os objetivos da discussão, mas coloque-me à disposição de todos no que for preciso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigado, Dr. Bertoldo. A partir de agora, os Srs. Senadores poderão fazer suas indagações aos palestrantes.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares, e, posteriormente, ao autor do Projeto,o Senador Flávio Arns.

Está inscrito ainda o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Dr. Francisco Simeão, Dr. Cláudio Murilo Xavier, Dr. Bertoldo Silva Costa, ilustres convidados a esta reunião de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais.

Sabemos que esse assunto da utilização de pneus usados com vistas à moldagem ou remoldagem vem de longos anos, tanto que há uma vasta iniciativa de Deputados e Senadores propondo a regulamentação de matéria tão controversa e complexa quando esta. No Senado, o Senador Ney Suassuna apresentou PLS nº 137 e, na Câmara dos Deputados, o Deputado Pedro Novaes, em 1995, apresentou o PL nº 1.259; o Deputado Luís Bittencourt, em 1999, também apresentou um projeto, o de nº 2.075; o Deputado Márcio Bittar, em 2001, o Projeto nº 5.765; o Deputado João Pizzolatti, o PL nº 348, em 1999, e também o Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei nº 4.109, de 1993, que tramitou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e pela Comissão de Economia na Câmara dos Deputados. Depois, o próprio Executivo se encarregou de retirá-lo da pauta, e até hoje não sabemos os motivos.

Por último, em 2003, o PLS nº 216, da autoria do nobre Senador Flávio Arns. Projeto que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno. Sejam eles importados ou fabricados no Brasil.

A grande questão, a meu ver, que está resultando em polêmica para o andamento desta matéria, é a que se refere ao problema ambiental. Mas, por detrás dessa questão ambiental, creio que existem outras questões que deveriam ser debatidas aqui, inclusive a questão comercial, a questão da concorrência de empresas que se agarram ao lucro e efetivamente tudo fazem para que as fábricas de pneus remoldados não sejam instaladas no Brasil ou que as que já estiverem sido instaladas não funcionem adequadamente. Isso se sustenta por meio de liminares que são concebidas pela Justiça do nosso País.

Eu gostaria de fazer um preâmbulo, Sr. Presidente, antes das perguntas que farei, sobre um estudo que a nossa consultoria do Senado, a meu pedido, teve a bondade de fazer e de me enviar: "A importação e destinação final de pneus e o conceito de resíduos".

No contexto da proteção ao meio ambiente, as discussões sobre produção, bem como sobre importação de pneus usados ou remoldados, têm sido com freqüência obscurecidas por equívocos resultantes de imposições terminológicas. Assim, a importação de pneus usados, às vezes chamados de "pneus meia vida", é classificada liminarmente como importação de resíduos, o que não é sempre verdadeiro, uma vez que, em princípio, esse produto deve ser classificado apenas como bem de consumo usado. Isso sem considerar que pneus usados que se destinem a tratores, caminhões e aeronaves devem ser considerados bens de produção usados.

Sr Presidente, para não tomar o tempo da Comissão e tendo em vista que outros oradores farão perguntas, farei apenas um resumo desse estudo. Além disso, um pneu que seja de fato meia vida, ainda poderá rodar por milhares de quilômetros antes de tornar-se inservível. Somente a partir do momento em que for descartado é que este pneu poderá, tecnicamente, ser considerado resíduo.

Quanto a um pneu remoldado, produzido no Brasil ou proveniente do exterior, e com durabilidade igual ou maior do que 25 mil quilômetros – até 80 mil quilômetros –, ele não pode ser classificado como resíduo. E mesmo classificá-lo como produto usado seria questionável. Daí por que se consagrou uma distinção terminológica aceitando-se que pneu usado e pneu remoldado são coisas totalmente diferentes.

Um argumento utilizado com freqüência para justificar a proibição de que se importem pneus usados é porque tal importação contribui de forma significativa para o aumento do passivo ambiental em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Exª pode continuar fazendo uso da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O argumento, todavia, envolve uma falácia,

pois, na verdade, esse passivo aumentará enquanto não se promover uma destinação adequada para os pneus inservíveis, não importando a origem nacional ou estrangeira do produto. Afinal, um pneu nacional ou um pneu usado oriundo do exterior, ao serem descartados, produzirão o mesmo impacto ambiental. O produto nacional estará sendo substituído pelo importado, mas a poluição resultante será a mesma.

Evidentemente, a importação de pneus usados provoca aumento do passivo ambiental se, em termos médios, eles apresentarem vida útil menor do que os pneus novos nacionais ou importados, pois isso resulta em descarte mais freqüente do produto. Se a vida útil do pneu usado for muito reduzida, teríamos aqui um argumento inquestionável em favor da proibição.

Finalmente, se uma carcaça de pneu é introduzida no País como insumo para a produção de pneus remoldados e esse aproveitamento efetivamente ocorre, não se pode falar, de fato, em importação de resíduo, e sim em insumo industrial. Além disso, não há evidências de que pneus remoldados tenham uma vida útil inferior à do produto novo.

Cabe esclarecer que os processos de recuperação de pneus usados envolvem não só a remoldagem, mas também a recapagem e a recauchutagem.

Certamente, por todas essas razões é que sempre foi difícil impedir legalmente a introdução desses produtos no País, com base em argumentos de defesa do meio ambiente.

Não se trata, é claro, de defender, **a priori**, a importação desses bens, mas apenas de enfatizar que a crítica a essa prática torna-se frágil, em muitas circunstâncias, se baseada apenas em argumentos ambientais, devendo, por isso, fundamentar-se, preponderantemente, em razões econômicas.

A questão crucial, entretanto, é como garantir que os pneus usados introduzidos no País são, de fato, meia-vida e não produtos inservíveis a serem descartados clandestinamente e que o produto importado para remoldagem destina-se, efetivamente, a esse fim. Deve-se reconhecer, contudo, que, nessas circunstâncias, o foco da discussão deixa de ser o impacto ambiental dos pneus e desloca-se para as deficiências do aparelho fiscalizador do Estado, ou seja, proíbe-se a importação porque o Estado não tem capacidade de impedir uma eventual fraude.

A indústria brasileira de pneus é uma das maiores do mundo. Em 1997, por exemplo, produziu 40 milhões de pneus, 30% dos quais exportados, gerando 16 mil empregos diretos em 16 fábricas vinculadas a 12 empresas, e uma receita total correspondente a US$2,9 bilhões. De 41 milhões de unidades em 1999, a produção elevou-se para 46 milhões em 2000, mantendo-se, desde então, nesse patamar. As exportações giram, atualmente, em torno de 15 milhões de pneus, gerando, em 2002, receita de US$500 milhões.

Atualmente, a produção envolve 15 fabricantes e 21 unidades industriais, distribuídas por oito Estados e concentradas em cinco empresas multinacionais.

No tocante à importação, o Brasil já é, segundo a Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, o maior importador de pneus usados ou remoldados do mundo.

De 1995 a 2002, entraram no País mais de 14 milhões de pneus reformados, grande parte da Europa, ao preço de US$4a US$5 a unidade, dos quais 9,5 milhões apenas no período compreendido entre 1997 e 2000. Estamos falando de pneus usados ou remoldados.

Nos últimos anos houve queda na importação dos reformados, compensada por drástico aumento na importação de usados, que atingiu um patamar de 28 milhões de unidades, no período de 1993 a 2002, graças a liminares impetradas junto ao Poder Judiciário, uma vez que as normas infralegais já proibiram, desde 1995, as importações dos usados.

Assim, em um período de aproximadamente 10 anos houve uma importação total de 42 milhões de pneus usados ou reformados. Montante que, segundo a Anip – Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos –, corresponde há mais de três anos da parcela da produção de pneus novos destinados à reposição. Como o preço, em dólar, dos pneus usados é bastante reduzido, torna-se razoável admitir que sua importação exerce impacto relativamente pequeno sobre a balança comercial. Pode-se, é claro, argumentar, que além do sacrifício da produção nacional, o dispêndio de divisas com produto usado é injustificável sob qualquer ponto de vista. Ao mesmo tempo é inequívoco o impacto negativo em termos de produto interno e geração de emprego, fato que certamente tem constituído o fundamento econômico para justificar a imposição de normas intralegais destinadas a proibir essa importação. A Anip afirma que a importação de 3 milhões de pneus, em 2002, se substituída por produção doméstica, justificaria a instalação de nova fábrica, com produção diária de 10 mil pneus, gerando 500 empregos diretos. Trata-se, evidente, de estimativa, uma vez que as empresas quase certamente têm operado com capacidade ociosa, o que permite concluir que o referido aumento de produção não se refletiria em significativo aumento acréscimo na mão-de-obra contratada. A perda de receita tributária constitui-se outro prejuízo, fato que assume especial importância nas condições atuais, caracterizadas por severas restrições orçamentais.

Finalmente, na esfera econômica deve-se enfatizar o argumento fundamental contra a importação aqui analisada, que é o da proteção à indústria nacional. Tal preocupação é absolutamente justificável, tendo em vista as acirradas disputas comerciais em curso, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Não se pode ignorar a possibilidade de concorrência desleal, pois sempre haverá interesse de produtos estrangeiros em substituir a exportação de pneus usados, bem como de carcaças, uma vez que o valor do subsídio eventualmente concedido será, por certo, inferior ao do tratamento ambiental do resíduo no país de origem. Deve-se enfatizar que esse custo é especialmente elevado nos países desenvolvidos. As primeiras importações de pneus usados meia-vida ocorreram no final da década de 80 e tornaram-se viáveis, porque, segundo os relatos disponíveis, ofereciam durabilidade semelhante por um preço correspondente a um terço do que vigorava para o produto doméstico. Tal fato representou, evidentemente, sério desafio para a indústria nacional de pneus. Em conseqüência o Governo Federal editou a Portaria DECEX nº 08, de 2000.

O segmento importador de pneus usados insurgiu-se contra a proibição por meio de ações judiciais, sob o argumento de que ela feria a Constituição Federal, principalmente no tocante ao art. 170, que inclui, entre os princípios da ordem econômica, o da livre concorrência. Essas ações foram acolhidas pelo Poder Judiciário, em termos de liminar. A manutenção das importações perpetuou uma concorrência que obrigou os fabricantes nacionais a promoverem redução significativa no preço e melhoria no produto nacional. Com isso, houve queda acentuada na demanda pelos pneus meia-vida importados.

Inviabilizada essa atividade, a da importação de pneus meia-vida para a utilização em veículos nacionais, os empresários do setor deslocaram-se para a importação dos chamados pneus remoldados, e de carcaças destinadas à fabricação de pneus remoldados.

Essa remoldagem juntou-se às formas tradicionais, mais rudimentares de recuperação de pneus usados nacionais. Desse modo, a polêmica ambiental relativa aos pneus obscurece muitas vezes a questão básica, representada por uma acesa disputa comercial.

Mesmo excluindo a simples importação de pneus meia-vida e restringindo a análise à importação de carcaças para remoldagem, deve-se ter em conta que elas têm custo irrisório, certamente não superior a um dólar por unidade. Mesmo considerando o custo da remoldagem, o produto recuperado poderá alcançar no mercado valor superior a 20 dólares, assegurando elevada margem de lucro.

Por outro lado, a indústria brasileira de pneumáticos constitui claramente um oligopólio, com forte capacidade de administrar preços. Todas as evidências indicam que somente após a escalada da importação de pneus usados e a disseminação da remoldagem em território brasileiro é que, como já apontado, os fabricantes nacionais foram induzidos a melhorar a qualidade do produto vendido internamente e a reduzir seu preço. Não se trata, é claro, de defender a importação em grande escala de pneus usados ou reformados, cuja dimensão, no Brasil, é um despropósito e gera sérias perdas de natureza econômica e social e provavelmente danos ambientais. Mas também não se deveria **a priori** excluir por completo a possibilidade de manter um nível residual de importação de carcaças para remoldagem por meio de contingenciamento como instrumento inibidor de eventuais práticas oligopolistas. Provavelmente, em função do impacto econômico negativo acima apontado, as primeiras normas restritivas quanto a essa importação originaram-se em órgãos governamentais ligados à área econômica, como é o caso da Portaria MF/MICT nº 3, de 1995, segundo a qual não seria mais autorizada a importação de bens de consumo usados, com exceção dos destinados a entidades hospitalares e assistenciais sem fins lucrativos.

Posteriormente, a Portaria DECEX nº 8, de 2000, estipulou que, no mais, seria deferida a licença de importação de pneus recauchutados e usados, seja como bm de consumo, seja como matéria-prima.

Sr. Presidente, é longo o estudo da consultoria do Senado enfocando esta matéria. Li, a meu ver, o fulcro da questão, que se resume, fundamentalmente, numa disputa comercial atrás do lucro. Agora, resta saber se o Senado Federal, para evitar o oligopólio, para evitar o abuso das produtoras nacionais, vai permitir não só a continuidade da indústria do remoldado, como o surgimento de novas indústrias com esta finalidade.

Farei algumas perguntas.

É verdade isso, Sr. Francisco Simeão? Tem fundamento esta argumentação de que há, por trás de uma imagem fabricada de que o meio ambiente poderia ser prejudicado, uma disputa comercial fabricada pela indústria nacional que, pela sua natureza e origem, é monopolizada? Existe algum país do Mercosul que já utiliza esse processo de industrialização de pneus usados?

Quantos empregos são gerados pela indústria de pneus remoldados em nosso País? E qual a arrecadação proveniente dessa atividade industrial?

Por enquanto, Sr. Presidente, são essas as perguntas. Posteriormente, após a discussão das Srªs e dos Srs. Senadores, pensaremos na elaboração de um parecer que venha a atender a média do pensamen-

to desta Comissão e, conseqüentemente, do Senado Federal e da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Dr. Francisco, antes da sua resposta, esclareço aos senhores convidados que está sendo realizada uma sessão extraordinária do Senado Federal. No momento em que for anunciada a Ordem do Dia, por força regimental, teremos de suspender esta reunião. Logicamente, as Srªs e os Srs. Senadores, conhecedores das normas da Casa, terão de compreender. (Pausa.)

Neste momento, estou recebendo a informação de que a Ordem do Dia se iniciou. Então, será impossível darmos continuidade a esta reunião. Não posso nem propor que a consideremos suspensa, dando-lhe continuidade em seguida, porque o Senado pretende discutir sete medidas provisórias hoje, e não temos previsão do horário de encerramento daquela sessão.

Então, peço a compreensão dos senhores convidados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Peço também que os Srs. Senadores façam suas perguntas por escrito, porque isso é extremamente importante. Os senhores convidados receberão, portanto, as perguntas e as responderão, o que será muito relevante para nós.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, temos programadas outras audiências para tratar esse assunto?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Nossos convidados vieram de longe, num esforço grande. Já temos adiado algumas vezes, e seria extremamente importante chegarmos ao final dessa reunião. A Ordem do Dia que vai analisar as medidas provisórias acaba de iniciar-se. Se houver a concordância de todos – convidados e Senadores –, poderíamos suspender a reunião até às 17, 18 ou 19 horas, pouco importa, desde que haja tempo disponível para os nossos convidados. Isso evitaria marcarmos uma nova audiência, com tanta dificuldade. Se a pergunta for feita por escrito, ficaremos sem a presença e a réplica da resposta, que é muito importante. O assunto é muito importante. Poderíamos consultarmos os nossos convidados e marcar a reabertura da reunião para o final da tarde ou início da noite...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Faço um aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Realmente, eu diria que é fundamental esse diálogo. Sou autor do projeto de lei, acompanho há muito tempo no Estado do Paraná o Programa Rodando Limpo, e a fábrica de pneus remoldados está na área metropolitana de Curitiba, em Piraquara, gerando de 500 a 600 empregos diretos. Desse modo, há sem dúvida um interesse social, econômico e de emprego. Tenho o resumo das colocações feitas pelos órgãos ambientalistas, como o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, na última audiência pública. Faremos nova audiência pública, em que estarão presentes representantes da Petrobrás e do Inmetro. Outras sugestões também haviam sido dadas.

Hoje, creio que não teremos sucesso, ainda que no final da tarde, como colocou V. Exª, porque entendo que a sessão vá prolongar-se até tarde da noite. Também sabemos que, regimentalmente, também não é possível continuarmos, como disse o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Inclusive já estamos continuando.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – É verdade. Poderíamos achar um meio termo. Tenho grande preocupação em relação a alguns aspectos. O Dr. Bertoldo colocou que está bem de acordo com as resoluções do Conama, à exceção da possibilidade de importação do pneu meia-vida, mas isso também demandaria uma explicação de nossa parte, para dizer por que isso foi colocado no projeto de lei.

De qualquer forma, creio devamos retomar essa discussão, pedindo vênia aos convidados, para que isso seja feito com calma em outro dia, porque penso que é fundamental que o Dr. Simeão, o Dr. Cláudio, Secretário de Saúde, Dr. Bertoldo, possam esclarecer e fazer uma discussão mais adequada...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concordo com V. Exª. Inclusive, se os Srs. Convidados concordarem também, colocamos em votação para que os mesmos convidados de hoje compareçam no dia da próxima reunião, que será...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, eu ainda estava com a palavra e dei um aparte ao meu amigo, Senador Flávio Arns...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não. Temos que encerrar...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria de completar... Estamos apressados é porque objetivamente... Poderíamos marcar uma determinada hora de hoje, se avançasse na Ordem do Dia, então seria cancelado. Mas faríamos um esforço para que possamos dar continuidade. Por exemplo, 18 horas. Se passar das 18 horas, está cancelada a reunião. Mas

se estivermos liberados da Ordem do Dia até às 18 horas... São 11 horas, ou seja, são oito horas...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Juvêncio, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Juvêncio da Fonseca, objetivamente, não sei se a Casa pode concordar. Sabemos que as medidas provisórias que estão aí vão demandar uma longa discussão, não serão votadas imediatamente. Poderíamos, então, abreviar a discussão aqui, dando um tempo limitado não só aos Senadores que vão perguntar, mas também aos convidados que vão responder. E, quem sabe, em 20 minutos terminaríamos esta reunião.

O SR. (Orador não identificado) – Negativo.

O SR. (Orador não identificado) – Senador, Senador, já estamos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª é contra?

O SR. (Orador não identificado) – É um precedente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, já avançamos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Já estamos infringindo o Regimento Interno. Não vejo possibilidade nenhuma de marcarmos uma reunião às 18 horas ou às 18:30 horas, porque esta reunião é extraordinária e, às 14:30 horas, teremos a reunião ordinária. Esta extraordinária do Senado foi marcada ontem às 21 horas e eu estava presente. Questionei com o Líder do Governo, alegando que tínhamos esta reunião importantíssima, que seria uma audiência, e que se a Ordem do Dia começasse às 10 horas, estaríamos inviabilizando nossa audiência.

Então, peço a compreensão de todos, conscientes de que sabemos da importância desta audiência, mas não podemos atropelar o Regimento Interno. Assim, se os senhores estiverem dispostos a aguardar essa possibilidade de 18h30min. ou 19 horas, não fazemos nenhuma objeção, mas não podemos fazê-los esperar e, de repente, não termos...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Então retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Retirado o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca...

O SR. (Orador não identificado) – Só uma sugestão bem concreta, pois beneficiaria...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Vamos concretizar.

O SR. (Orador não identificado) – ... o debate sobre o assunto. Vamos ter uma outra audiência pública em que virão outras pessoas, e os convidados de hoje poderão vir nessa próxima audiência até para ouvir o que as outras pessoas têm a dizer, mas não falariam, pois já falaram hoje, apenas participariam...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Participariam para responder as perguntas. Então, na próxima audiência teremos o Dr. José Manoel Gulart Gulim, o representante do Ministério da Saúde e Segurança do Trabalho, o representante do Inmetro, o representante do IPT/SP (Fundacentro) e o representante da Conferência Nacional dos Transportes. Então, os senhores estão convidados, mas ainda vamos marcar a data.

Está em votação a proposta da presença dos convidados de hoje na próxima reunião.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Consideramos encerrada esta audiência, agradecendo a todos os presentes e aos nossos convidados, figuras importantes para que possamos formar uma opinião sobre esse assunto extremamente importante.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h47min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 20 de maio de 2004, quinta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte minutos, do vinte de maio de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Augusto Botelho, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Sibá Machado, Aelton Freitas, Geraldo Mesquita Júnior, Leomar Quintanilha, Sérgio Cabral, Ramez Tebet, Papaléo Paes, José Agripino, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Cristovam Buarque, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho, Hélio Costa, César Borges, Demóstenes Torres, Efraim Morais E Leonel Pavan. A Senadora Lúcia Vânia justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Eduardo Azeredo declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura

da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104 E 105, DE 2003; que "Altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989 o § 1º do artigo 2º da lei nº 8.001, de 1190, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo"; Altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui " compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural , de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais", e o artigo 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1989 e dá outras providências" com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra. Autores: Senadores Luiz Otávio e Ana Júlia Carepa. Relator: Senador Siba Machado. Parecer: favorável ao Projeto de Lei do Senado nº105, de 2003, com três emendas, contrário ao Projeto de Lei do Senado de 104, de 2003 e pela rejeição da emenda de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Resultado: Concedido vista ao Senador Reginaldo Duarte. Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, 2002 – DECISÃO TERMINATIVA que "Dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS". Autor: Senador Antônio Carlos Júnior. Relator: Senador Tasso Jereissati. Parecer: contrário e pela prejudicialidade da emenda de autoria do Senador Lindberg Cury, apresentada na Comissão de Assuntos Econômicos.. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 57, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA que "Dispõe sobre a profissão de artesão". Autor: Senador Francelino Pereira. Relator: Senador Demóstenes Torres. Parecer: pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o Projeto. Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 297, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA. Altera a redação dos artigos 60 e 64 da lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente e dá outras providências". Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho. Parecer: pela aprovação do projeto e da emenda de autoria da senadora Patrícia Saboya Gomes. Resultado: Aprovado o Projeto com a emenda n° 1 – CAS. Item 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 313, DE 1999 – DECISÃO TERMINATIVA que "Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência físicas, sensoriais ou mentais". Autor: Senador Geraldo Cândido. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Encerrada a discussão a votação foi adiada. O Senador Flávio Arns fez uso da palavra. Item 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO N°s 287 E 223, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA que "Permite a utilização dos recursos do fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade; Altera o artigo 20 da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o financiamento de encargos educacionais decorrentes de curso de ensino médio e de cursos universitários de graduação e pós-graduação para o trabalhador e seus dependentes. Autores: Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Sérgio Guerra. Relator "Ad Hoc": Reginaldo Duarte. Parecer: pela aprovação do Projeto de Lei do senado n° 287, de 2003, com a modificação aprovada pela Comissão de Educação (Emenda n° 1 – CE), acrescida por uma emenda que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do senado n° 223, de 2003. Resultado: Aprovado o projeto de Lei do senado 287, de 2003 com as emendas n°s 1 – CE e 2 – CAS. O Projeto de Lei do Senado 223, de 2003 que tramita em conjunto, foi rejeitado. Os Senadores Eduardo Azeredo, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho, Leonel Pavan, Flávio Arns, Efraim Morais e a Senadora Ana Júlia Carepa fizeram o uso da palavra. Item 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA que "Altera o Decreto-Lei n° 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos". Autor: Senador Tião Viana. Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa. Parecer: pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora. Item 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 27, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA que "Acrescenta artigo 13 – A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para dispor sobre o registro dos dados do empregador na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado e dá outras providências". Autor: Senador João Alberto Souza. Relator: Senador Aelton Freitas. Parecer: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Encerrada a discussão a votação foi adiada. Os Senadores Leonel Pavan e Flávio Arns fizeram o uso da palavra. Conforme o artigo 89, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, e em atendimento ao requerimento n° 5 de 2004 – CAS, de

autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, aprovado em 10 de março de 2004, e obedecendo a proporcionalidade partidária, designando os seguintes Senadores para comporem a Subcomissão Permanente do Meio Ambiente. Titulares: Flávio Arns, Aelton Freitas, Siba Machado, Leomar Quintanilha, Papaléo Paes, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo e Juvêncio da Fonseca. Suplentes: Antônio Carlos Valadares, Delcídio Amaral, Dulciomar Costa, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Jopé Agripino, Reginaldo Duarte e Osmar Dias. Os itens 8 e 10 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício Senador Eduardo Azeredo e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente em exercício. – Senador **Augusto Botelho,** Presidente em exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 20-5-04 – 15ª REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da pauta com os Projetos de Lei do Senado nº 313, de 1999, 57, 145 e 247, de 2002, 23, 26 e 27, de 2003, 104 e 105, de 2003, tramitando conjuntamente, 223 e 287, de 2003, também tramitando conjuntamente, e 297, de 2003.

Item 1: Projetos de Lei do Senado nº 104 e 105, de 2003, tramitando conjuntamente, que altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, e o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo, e que altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, em 1989, e dá outras providências, com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais e transfere para Municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus Município onde se situa a lavra.

Os autores são os Senadores Luiz Otávio e Ana Júlia Carepa. O Relator é o Senador Sibá Machado, que apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 105, com três emendas, parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 104 e pela rejeição à emenda do Senador Eduardo Azeredo apresentada ao PLS nº 105, de 2003.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, para proferir seu relatório.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003, de autoria do Senador Luiz Otávio, e o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, tratam do mesmo tema: a elevação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais. Os dois projetos estão tramitando em conjunto como resultado da aprovação do Requerimento nº 191, de 2003, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal. Os dois projetos serão examinados por esta Comissão e, depois, pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003, altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, e o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo, a saber: 10% sobre o valor do faturamento líquido. Dependendo dos riscos geológicos, das expectativas de produção e de outros fatores pertinentes, o Ministério das Minas e Energia poderá prever, no contrato de concessão de lavra, uma redução desse percentual até o mínimo de 5% do faturamento líquido.

O Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2003, altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, com vistas a modificar os percentuais das alíquotas e a distribuição da compensação financeira pela exploração de recursos minerais. A compensação financeira, cuja alíquota é atualmente de até 3%, passa para até 7,5% sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial. O projeto também altera os atuais percentuais de compensação previstos pela Lei nº 8.001, de 1990, para as diversas classes de minerais. Por fim, o projeto prevê a transferência para Municípios limítrofes de 40% da arrecadação da compensação financeira a que faz jus o Município onde se situa a lavra.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2003, foi oferecida uma emenda supressiva de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Análise

As duas proposições demonstram louvável preocupação com uma boa distribuição dos benefícios decorrentes da exploração dos recursos minerais encontrados no País. Afinal, são recursos finitos cuja exploração normalmente implica uma série de transtornos para as localidades onde se situam as lavras. Ambos os projetos procuram dar aos Estados e Municípios onde há exploração mineral a justa compensação financeira pelos impactos socioeconômicos sofridos.

Os dois projetos propõem um aumento e uma flexibilização nas alíquotas da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para que se assemelhe mais ao procedimento aplicado à exploração do petróleo. O aumento da alíquota se justifica plenamente, pois a atividade de mineração geralmente é muito mais lesiva ao tecido social das regiões de exploração do que a exploração do petróleo. Nas palavras do autor do PLS nº 104, de 2003, a extração mineral rasga o solo, provoca fluxos migratórios e o crescimento acelerado da população de pequenos municípios. Traz consigo a expansão de habitações precárias, prostituição, exploração infantil e outros males associados às localidades instaladas de forma rápida e precária.

Não há como justificar a compensação sobre mineração ser de no máximo 3% do faturamento líquido e sobre o petróleo custar entre 5% e 10%. Por outro lado, a legislação que rege a compensação pela exploração do petróleo admite considerável flexibilidade e concede à Agência Nacional do Petróleo a faculdade de baixar ou elevar a alíquota da compensação em função dos riscos geológicos, das expectativas de produção e outros pertinentes.

Não existe essa mesma flexibilidade no cálculo da compensação financeira na exploração de recursos minerais. Por esta razão, ambos os projetos concedem ao Ministério das Minas e Energia a faculdade de ajustar a alíquota da compensação às condições de cada mina.

Tal flexibilidade parece absolutamente oportuna, uma vez que tanto a lucratividade das minas quanto os transtornos causados à região podem variar enormemente de um local para outro.

Além dessas duas alterações muito importantes, o Projeto de Lei nº 105, de 2003, altera o percentual de compensação para determinadas classes de minerais. Em particular, aumenta de 3% para 4% a alíquota para o alumínio e para o manganês; de 2% para 4% a alíquota para o ferro e passa a cobrar também 4% para o caulim. Também eleva de 2% para 4% a alíquota para exploração de ouro por empresas mineradoras. Por fim o Projeto de Lei nº 105, de 2003, aloca 40% dos recursos destinados aos municípios, o que equivale a 65% do total da compensação para os municípios limítrofes àquele onde se situar a lavra na proporção das respectivas populações, com base em dados do IBGE.

Tal aceleração também parece muito procedente, uma vez que os transtornos provocados pela mineração não se limitam ao território do município em que é feita a lavra. Muitas vezes, as áreas vizinhas são as que mais sofrem com a migração desenfreada e as condições precárias de habitação, saúde e educação. Parece justo que uma parcela dos recursos seja transferida para essas áreas que também sofrem impacto da mineração.

Tendo em vista as condições apresentadas, conclui-se que a proposição que regula a matéria com maior amplitude é o PLS nº 105, de 2003. Apesar dos inegáveis méritos do referido PL de nº 105, de 2003, dois de seus dispositivos podem suscitar questionamento de ordem constitucional.

O primeiro encontra-se na nova redação dada ao § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990. O referido parágrafo atribui ao Ministério das Minas e Energia a competência para incluir no contrato de concessão de lavra a previsão de aumento no percentual da compensação financeira.

Ora, o art. 84, VI, "a", da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, atribui ao Presidente da República, privativamente, a competência para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Não cabe, portanto, ao Poder Legislativo dispor sobre a organização ou o funcionamento da administração federal, atribuir competência a determinado órgão dessa administração e dispor sobre o seu funcionamento. Por essa razão, seria recomendável que o projeto de lei em tela se referisse unicamente a órgão competente do Poder Executivo.

O segundo dispositivo é o art. 2º, "a", que transfere parte dos recursos arrecadados para Municípios limítrofes. O art. 20, § 1º, da Constituição Federal estabelece que fazem jus a essa participação os Municípios onde ocorrer a exploração mineral. Não se pode, a princípio, estender essa participação a Municípios limítrofes onde não há exploração mineral. Os Municípios limítrofes, muitas vezes, sofrem as conseqüências da mineração e, por essa razão, devem receber uma reparação. Para evitar eventuais contestações de ordem

constitucional, seria recomendável alterar a redação do artigo, de modo a estender o direito à participação apenas àqueles Municípios limítrofes que sofrem prejuízos ou despesas em função da exploração mineral, caracterizando muito bem esse prejuízo.

Além dessas alterações, sugerimos dois aperfeiçoamentos do ponto de vista da técnica legislativa. Consideramos, em primeiro lugar, que seria apropriado fixar as alíquotas da compensação segundo uma nova classificação dos minerais, mais sintonizada com as práticas internacionalmente aceitas. Recomendamos que haja uma alíquota mais alta para alguns minerais específicos, no caso dos minerais metalíferos, ferrosos e não-ferrosos, e uma outra alíquota para os demais minerais. Em segundo lugar, recomendamos a inclusão no projeto de lei de um comando que insira o art. 2º, "a" no corpo da Lei de nº 8001/90.

Por último, opino pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Eduardo Azeredo, por entender que a alteração que apresento na Emenda nº 3 já contempla a preocupação do Senador de Minas Gerais.

É o voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 105/03 com as seguintes emendas e pela rejeição ao PLS nº 104/2003.

"EMENDA DE Nº 1 DA CAS:

Dê-se aos incisos I, II e III do § 1º do art. 2º e aos incisos I, II e III do § 1º do art. 2º do PLS nº 105/2003 a seguinte redação:

I – minerais metalíferos, ferrosos e não-ferrosos, 4%;

II – pedras preciosas, pedras coradas, lapidáveis e carbonadas, 0,2% ou 2/11;

III – demais substâncias minerais, 2%, ressalvado o disposto no inciso IV deste artigo."

"EMENDA Nº 2:

Substitua-se o § 2º do art. 2º do PLS nº 105/2003 a expressão Ministério de Minas e Energia – MME por órgão competente."

"EMENDA Nº 3:

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 105/2003 a seguinte redação e renumere-se o atual art. 3º para art. 4º:

Art. 3º Inclua-se o seguinte art. 2º, "a" na Lei nº 8.001/1990:

Art. 2ºA Do valor previsto no inciso II do § 3º, do art. 2º desta Lei, 10% serão destinados aos Municípios limítrofes ao Município onde se situar a lavra e que sofram prejuízos ou despesas em função de sua exploração na proporção das respectivas populações, com base nos dados do IBGE.

Parágrafo único. Só farão jus a essa compensação financeira os Municípios limítrofes dos Municípios mineradores cujo valor anual da Cefem seja superior a R$1 milhão."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Em discussão a matéria.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço vistas do processo, porque tenho a intenção de fazer um voto em separado ao presente projeto relatado pelo Senador Sibá Machado e de autoria da Senadora Ana Júlia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Vista concedida. Passaremos, então, ao terceiro item da pauta.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, lamento o pedido de vista do Senador Reginaldo Duarte em um projeto tão importante quanto o que redistribui recursos, mas respeitamos, porque é um direito regimental.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, também pediria a V. Exª que consultasse os Srs. Senadores para fazer a inversão de pauta do Item 6, porque tenho que me ausentar. Vou à CPI do Banestado, pois já estão reivindicando minha presença lá. Se for possível, pediria a V. Exª que fizesse essa inversão.

Por sinal, estou como Relator **ad hoc** dessa matéria, a pedido do Senador Sérgio Guerra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Consulto o Plenário se está de acordo com a inversão da pauta.

Aprovado.

Vamos passar, então, ao **Item 6**:

Projetos de Lei do Senado nº 287 e 223, de 2003, tramitando em conjunto. O Projeto permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes até 24 anos de idade, altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia, de forma a incluir entre as hipóteses para a movimentação da conta vinculada à do trabalhador financiamento de encargos educacionais decorrentes de cursos de ensino médio e de cursos universitários

de graduação e pós-graduação para o trabalhador e seus dependentes.

O projeto é de minha autoria, do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Sérgio Zambiasi. O Relator é o Senador Sérgio Guerra.

O parecer é pela aprovação do projeto, com modificação aprovada pela Comissão de Educação, Emenda nº 1 da CE, acrescido da Emenda que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003.

Em não estando presente o Senador Sérgio Guerra, o Senador Reginaldo será o Relator **Ad hoc**, a quem passo a palavra para proferir o relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, e o PLS nº 287, de 2003, apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, tramitam conjuntamente por tratarem da mesma matéria: a possibilidade de saque dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para custear encargos educacionais do trabalhador e de seus dependentes.

Mais especificamente, o PLS nº 223, de 2003, concede permissão para sacar recursos da conta relativa ao FGTS com o objetivo de financiar encargos educacionais do trabalhador e de seus dependentes de ensino médio, superior e pós-graduação.

Esse projeto foi rejeitado pela Comissão de Educação.

O PLS nº 287, de 2003, foi aprovado pela Comissão de Educação, com uma emenda do Relator que substituiu a expressão "curso de ensino superior oferecido por instituições registradas no Ministério da Educação" pelo texto "curso de educação superior legalmente reconhecido e oferecido por instituições de ensino e desenvolvimento credenciado".

A matéria veio, então, à Comissão de Assuntos Sociais para decisão terminativa.

Análise

O Projeto de Lei nº 8.036, de 1990, traz, em seu art. 20, as possibilidades de movimentação da conta vinculada ao FGTS. A intenção do legislador foi dificultar as modalidades do saque. No entanto, em decorrência da elevação dos níveis de desemprego, manifestou-se, nos últimos anos, uma redução da arrecadação bruta, bem como se elevou o volume dos saques por demissões.

Embora isso tenha sido produzido significativamente à arrecadação líquida, as propostas que permitem que o titular da conta vinculada possa movimentá-la para outros fins são compreensíveis, uma vez que o saldo da conta vinculada é, de qualquer forma, salário diferido.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para o pagamento de encargos educacionais constitui medida salutar, pois permite ampliar as oportunidades de acesso do trabalhador e de seus dependentes ao ensino, com os conseqüentes efeitos favoráveis e tão evidenciados por diversos indicadores sobre a promoção social dos indivíduos e a produtividade do trabalho.

Concordamos com a Comissão de Educação no sentido de que os recursos devem ser alocados apenas para o ensino superior, pois é nessa fase que há o maior déficit de vagas públicas.

Consideramos importante a emenda do PLS nº 287, de 2003, aprovada na Comissão de Educação, que ajusta o texto referente às instituições de ensino ao estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 1996.

Por isso não existe óbice no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regulamentação do projeto em questão.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, com a modificação aprovada pela Comissão de Educação acrescida da emenda apresentada a seguir e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 1003.

Emenda:

> "Substitua-se a numeração do inciso XVI, incluído pelo Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2003, ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, pelo XVII."

Esse é o relatório proferido pelo Senador Sérgio Guerra, a quem estou substituindo como Relator **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Como sou autor de um dos projetos, vou passar a presidência para o Senador Augusto Botelho, para que possa me manifestar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer a defesa deste projeto. Na verdade, a idéia é conjunta; vários outros Senadores têm idéias semelhantes. O Senador Álvaro Dias tem um projeto na mesma linha, assim como o Senador Sérgio Zambiasi. Esse projeto já foi aprovado nessa versão pela Comissão de Educação, por 13 votos a 3, e veio para decisão terminativa aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

O que move este projeto é a angústia que milhares de brasileiros jovens vivem para custear o estudo universitário. Os dados mostram que quase 80% dos alunos universitários do Brasil estão em instituições privadas, têm que pagar pelo ensino superior. O ideal, evidentemente, seria que o ensino fosse gratuito para todos nas universidades federais ou estaduais. Entretanto a realidade econômica do País não permite que isso aconteça. Com tal fato, tem havido um acúmulo muito grande nas escolas privadas.

O Governo Federal tem o Projeto Fiese, de crédito educativo, entretanto não tem conseguido atender a essa necessidade; atende apenas a uma camada muito pequena de pessoas que não conseguem pagar a faculdade.

Por outro lado, existe também o sistema de bolsas por entidades filantrópicas. É mais uma alternativa que se busca para diminuir a anuidade pelo Brasil afora.

O Governo Federal tem nova proposta em gestação, para que as filantrópicas aumentem o número de bolsas de estudo, tendo em vista a questão tributária.

O argumento que se utiliza contra é de que não se deve mexer no Fundo de Garantia, que deve ser usado apenas para saneamento.

Na verdade, o Fundo de Garantia é utilizado para seis objetivos hoje, inclusive para a compra de ações de empresa privatizada em Bolsa. As ações da Petrobrás foram compradas assim, a semi-privatização, digamos, porque a Petróleo não foi privatizada, mas foram colocadas ações em bolsa com financiamento, assim como no caso da Vale do Rio Doce.

O financiamento para a compra e a construção de casas, evidentemente, é o mais comum, mas não foi ele o primeiro objetivo. O primeiro objetivo foi de que o trabalhador tivesse uma garantia no momento de perder o emprego, de algum recurso adicional.

Outro argumento que se usa é de que vamos descapitalizar o fundo. Na verdade, não há nenhuma hipótese de descapitalização do Fundo, que tem dinheiro sobrando, podemos dizer assim. A aplicação tem sido mínima. Muito pouco do Fundo de Garantia tem sido aplicado na área de saneamento e habitação, e os números apresentados pelo próprio Governo de que cerca de 70% das contas do Fundo de Garantia são de pequeno valor, de pequeno saldo; é um argumento a favor do projeto. Ou seja, se são poucas as contas que vão poder utilizar, por que dizer que vai afetar o saldo? Não vai afetar até porque o projeto limita o saque em 30%. É um projeto bem restrito. Só poderá sacar até 30% do saldo do Fundo de Garantia, exatamente para preservar o poder de poupança do trabalhador e para se pagar até 70% do valor da anuidade, porque há toda uma idéia de que o aluno deve pagar pelo menos uma parte. É uma opção que estamos dando ao trabalhador: usar o dinheiro dele mesmo, porque o dinheiro do Fundo de Garantia é do trabalhador. É uma opção a mais. Se não vai resolver a questão como um todo – e não vai –, vai ajudar a minorar o problema.

Acredito que todos os Senadores aqui presentes e a Senadora têm essa demanda. São pessoas angustiadas, porque têm que parar de estudar, vez que não conseguem pagar uma mensalidade. Se puderem pagar com o seu Fundo de Garantia, isso já vai permitir um tempo para que a pessoa busque outros recursos e possa concretizar esse sonho, que é o da nossa juventude. Há ainda um percentual pequeno de pessoas com nível universitário no Brasil; tem crescido o número de alunos na área universitária, mas ainda é inferior, por exemplo, ao percentual da Argentina.

De maneira que essa é a defesa que eu quero fazer deste projeto. É um projeto que dá opção ao trabalhador, volto a dizer, com regras claras, nítidas, restritas, e não haverá nenhum risco de descapitalização do Fundo. Será uma opção a mais para a qual peço o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Com a palavra S. Exª, o Senador Leomar Quintanilha, para discussão.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, eminentes Srs. Senadores, quero manifestar a minha inteira e total concordância com a defesa brilhante apresentada pelo ilustre Senador Eduardo Azeredo sobre essa questão da educação. Não podemos pensar em desenvolver um povo, uma nação, sem pensarmos, prioritariamente, na formação do seu povo, na educação do seu povo, na implantação de uma carga de informação para preparar o cidadão para os desafios da vida.

Vimos que as dificuldades no País, a cada dia que passa, apesar dos esforços institucionais, continuam presentes, e talvez até estejam aumentando. Lembra-se, até com uma ponta de nostalgia, do tempo em que a escola pública era referência nacional e destacadamente melhor do que o que se observava na iniciativa privada.

Infelizmente, para tristeza nossa, verificamos que a escola pública perde, em muitas regiões, em qualidade, para a eficiência e a qualidade de ensino emprestadas pelo setor privado. Isso acaba dificultando que a grande maioria dos jovens brasileiros tenham acesso à informação, prepararem-se, cultivem e adquiram as condições para o enfrentamento dos desafios que a vida lhes impõe a cada instante.

Os mecanismos que o Governo criou, como as bolsas de estudo, o que foi eliminado há algum tempo, e agora o financiamento da educação, o FIES, atingem um universo tão restrito, tão limitado, que causa uma intranqüilidade muito grande no meio estudantil. Ainda é brutal a diferença entre aqueles que concluem o ensino fundamental e ingressam no segundo grau e os que concluem o segundo grau e ingressam no terceiro nível de ensino no País.

Portanto, se há uma garantia que o Fundef deve oferecer à pessoa é justamente a de se preparar para estar no mercado em condições competitivas como qualquer um. Portanto, a defesa do eminente Senador Eduardo Azeredo é perfeitamente compreensível, aceitável, é importante mesmo. Vou votar a favor do projeto para aproveitar parte dos recursos do Fundo de Garantia para a formação individual e profissional de nossos jovens.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero manifestar a minha concordância com relação aos objetivos deste projeto, dizer do seu mérito, porque, na verdade, precisamos criar alternativas para o financiamento do Ensino Superior e creio que o FGTS pode ser um deles.

Hoje as retiradas do FGTS existem em função da perda do emprego, acesso à moradia, determinadas doenças graves, cessação de depósito na conta por prazo ininterrupto de três anos, por aposentadoria ou morte, aplicação em quotas de fundos mútuos de privatização e idade superior a 70 anos.

Então, vai-se fazer uma...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Governo Federal editou uma medida provisória permitindo a utilização para as pessoas que estiverem em áreas de calamidade e enchentes.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Bem lembrado. Portanto, quero dizer inclusive que recentemente compareceu à Comissão de Educação o Secretário de Ensino Superior do MEC, Dr. Nelson Maculan, quando tive a oportunidade de perguntar, porque o Governo Federal está cogitando usar recursos para educação através da renúncia fiscal.

Ora, se o Governo está pensando em abrir mão de seus próprios recursos para comprar vagas nas escolas de ensino superior, por que não se dar essa oportunidade de abertura de recursos do FGTS. O objetivo é tão nobre como todos os outros. Se fizermos um cotejo, ele não perderá para nenhum dos que já estão sendo admitidos. Daí por que dou o meu voto favorável ao projeto do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco PT – PA) – Gostaria de dizer que o mérito, sem dúvida, é muito importante. Não vou repetir o que já falaram os outros Senadores a respeito do projeto, mas gostaria de levantar algumas preocupações. O Senador Garibaldi disse que o próprio Governo está preocupado e está agindo no sentido de garantir o estudo desses jovens que não têm condições de ingressar na universidade pública, porque o acesso se torna muitas vezes mais difícil e acaba-se dando mais oportunidades a quem estuda numa boa escola privada, pelo sucateamento, pela desqualificação que os ensinos fundamental e médio passaram em nosso País ao longo dos anos. Eles eram de boa qualidade, mas essa compreensão foi sendo abandonada, e ensino público foi piorando. O Governo está preocupado, tanto que está discutindo a proposta de dar oportunidade a vários jovens, filhos de trabalhadores, de acesso a uma universidade.

Apesar de todo o mérito da proposta, nós mesmos votamos uma lei – digo nós, mas eu não estava aqui – no Congresso que determina as funções do FGTS. Já foi aberta uma série de janelas, diria, para a utilização do FGTS, não só para a habitação, não só para saneamento, como também permitindo o saque para casos de o titular sofrer, por exemplo, de neoplasia maligna, AIDS, qualquer tipo de doença terminal. Também já foi permitido o saque para o titular com idade superior a 70 anos. Além dos idealizadores do FGTS, como o desemprego involuntário, aposentadoria e morte.

A minha preocupação é quanto a dezenas de iniciativas que tramitam no Congresso Nacional, embora extremamente dignas, não tenho a menor dúvida, que propõem a utilização dos recursos do FGTS para outros fins que não aqueles já aprovados em lei.

Já expus exemplos do que considero justo: enfermidade, como a neoplasia, AIDS, doenças terminais. Enfim, já existe uma série de aberturas para o saque do FGTS. Nós mesmos aprovamos por medida provisória.

A preocupação que temos é no sentido de começar a abrir precedentes com relação à utilização do FGTS. Todas as justificativas são meritórias, assim como todos os projetos de lei. Daqui a pouco o próprio objetivo do FGTS acaba sendo banalizado. O Governo manda para a Casa um projeto exatamente na mesma direção de um projeto de Senador, e já existe aqui iniciativa em relação à questão do ensino superior e das escolas privadas.

O Governo está propondo abrir mão de recursos fiscais, sim, Senador Garibaldi, mas não do FGTS. Estou levantando essas questões, porque fui uma estudiosa sobre esse assunto e sempre defendi. O Governo está fazendo várias emendas a um projeto

de iniciativa popular que está tramitando há mais de 12 anos na Câmara dos Deputados, que institui não somente o plano nacional de habitações de interesse social, mas também um sistema nacional de habitação de interesse social, tendo como base fundamental os recursos do FGTS, canalizando boa parte desses recursos para habitações de interesse social, exatamente onde o déficit habitacional é maior. Então, a minha preocupação...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora, somente para complementar, me permite um aparte?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A sociedade é dinâmica; as leis têm de ser dinâmicas. Temos que nos adaptar às mudanças. Esta é uma mudança: o crescimento da demanda pelo ensino superior.

Não existe nada mais razoável para melhorar a garantia de emprego do trabalhador do que ele se qualificar, ter um estudo mais adequado. Se assim for, ele poderá ter melhores condições de trabalho.

Então queria só mencionar essa questão.

Quanto ao precedente, o Governo o abriu agora, com a questão da calamidade. O que tem que haver é o seguinte: se surgir uma proposta para comprar computador, o Governo deve ter coragem de dizer que é contra; nesse episódio da educação, sou contra. Não importa que seja a sétima, oitava ou nona opção. O trabalhador fará a sua opção, pois o dinheiro é dele. Se vai surgir uma alternativa... Citei o computador, mas pode ser que no futuro...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, V. Exª citou um exemplo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Por que não se quer abrir precedente? O próprio Governo abriu um precedente agora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, eu disse que houve uma série de aperfeiçoamentos na legislação, citei alguns casos, falei da medida provisória que foi aprovada, mas me refiro especificamente a essa situação, porque, se dissessem que o Governo está de braços cruzados, omisso, não tem proposta alguma para os estudantes, eu até diria que tudo bem. Mesmo não sendo a finalidade original, mesmo que o Governo esteja preocupado com habitações de interesse social, preocupando-se em atingir exatamente aqueles que mais precisam, onde o déficit habitacional é extremamente grande, mesmo que abra inclusive a possibilidade de financiamento com recursos da Caixa Econômica... O Presidente da Caixa esteve, se não me engano, na semana anterior, em vários programas de televisão, para falar da possibilidade de financiamento da casa própria, inclusive para a classe média, mesmo com tudo isso, se o Governo não estivesse dando qualquer alternativa para a qualificação do trabalhador, do jovem que entra numa faculdade privada, eu até poderia concordar. Mesmo com essas preocupações, eu poderia considerar que não haveria qualquer problema, mas apresento essas preocupações porque, se o Governo está fazendo algo nessa direção, é porque entende o mesmo que o Senador Eduardo Azeredo, que é preciso a qualificação profissional, que é fundamental.

Creio que precisaríamos discutir melhor a matéria, para não abrir precedentes em relaçao a outras coisas que poderão ser impróprias. Não é o caso, mas já existe uma alternativa tramitando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Temos mais três Senadores inscritos e dez itens a serem examinados na pauta. Então vou estabelecer o tempo de três minutos para cada um debater. Creio que será suficiente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem.

Peço para retirar da pauta, uma vez que sou a Relatora, o Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, ouvi com muita atenção as palavras da querida Senadora Ana Júlia.

Eu lhe disse que hoje fiz um pronunciamento elogiando o Governo da tribuna do Senado. S. Exª colocou a mão na minha cabeça, para verificar se eu estava com febre.

Creio que o Governo mereceu os elogios que fiz. Sempre que merecer, eu usarei a tribuna para fazê-lo. Nas comissões, já usei os microfones para tecer inúmeras críticas, reivindicar diversos projetos de interesse do nosso Estado, e o Governo agora me atendeu, então eu lhe fiz elogios, porque vai liberar R$12 milhões do FGTS para atender às cidades que foram atingidas pela enchente.

E certamente farei outros, Senadora Ana Júlia, ao Governo, porque não faço a política do quanto pior melhor, e sim a do quanto melhor melhor.

Permita-me, Sr. Presidente, enaltecer o Projeto do Senador Eduardo Azeredo.

Eduardo Azeredo foi um dos melhores governadores que este País conheceu até hoje. Ao deixar o Estado, nem a Oposição pôde contestar, tanto que o considera como um dos homens mais fortes, se assim desejar, para ser o futuro prefeito de Belo Horizonte.

Este projeto demonstra o seu compromisso social, o seu compromisso com o País, assim como S. Exª teve com Minas Gerais; o compromisso que S. Exª poderá ter como prefeito de Belo Horizonte, se assim aceitar, e o compromisso que tem para com os estudantes pobres do nosso País.

Tenho certeza de que o Senador Eduardo Azeredo, Senadora Ana Júlia, não fez um projeto apenas eleitoreiro. S. Exª fez um projeto baseado em estudos. Se existe um órgão forte neste País, se existe um setor que possui dinheiro é o FGTS, pois ele recebe dinheiro todos os meses. E nós, os governos passados, retrasados, enfim, todos que passaram por aí ficaram liberando dinheiro para construir prédio para a construção civil, prédios de luxo. Eles esnobaram e gastaram o dinheiro do FGTS, que é do trabalhador. É um dinheiro para atender às pessoas que necessitam realmente de recursos exatamente em calamidades públicas, para os estudos, para construir a sua casinha, para comprar o seu terreninho, para fazer cursos profissionalizantes; para atender justamente àqueles que não têm oportunidade.

Não é possível, Senadora Ana Júlia, ser contra este projeto.Que venham depois Ministérios do Planejamento e da Fazenda. O Presidente Lula diz "Aqui não dá." Mesmo que tenhamos inúmeros outros projetos em andamento, este, com certeza é um dos que, na triagem, na escolha, será colocado como prioridade, pois ele atende aos nossos pobres.

Esses dias, Senador Eduardo Azeredo, li, no Senado, uma matéria da **Folha de S.Paulo** que diz que o Governo liberou apenas 6% do FGTS para atender à classe pobre que teve as suas casas inundadas. Ele atendeu a quatrocentas e poucas pessoas que têm em caixa mais de R$12 mil em suas contas bancárias, e quarenta e poucos mil reais para cada um. São pessoas que não precisavam.

Se houver um controle, se fizermos um trabalho voltado para os necessitados, teremos recursos. E nós, com todo o respeito ao Governo e V. Exª me verá, outras vezes, enaltecendo o seu Governo porque algumas coisas estão dando certo, pelo menos na parte de mudar o seu discurso em relação ao passado, vendo que governar é bem diferente do que somente falar e fazer oposição. Nisso, ele merece os elogios. E quero enaltecê-lo. As dificuldades, certamente, serão superadas. Farei outro pronunciamento.

Neste projeto, todos nós temos de estar engajados. Todos nós, Oposição e Governo, para lutar, pois se alguém precisa de universidade, neste País, é o pobre, porque os ricos possuem outros meios. Além da universidade, ele possui outros meios. Há as suas empresas, os profissionais liberais, os donos de empresas agrícolas ou de micro e de médias empresas. Agora, o trabalhador que precisa de função, de cargos, porque hoje não se consegue emprego se não dispor de um currículo...

Estava vendo uma pasta e observei dez currículos que recebi hoje! Dez! Dois possuem o terceiro grau e oito têm somente o segundo grau, porque não tiveram condições mínimas de pagar a universidade.

Para encerrar, precisamos apoiar este projeto. Precisamos falar com o Presidente, com os Ministérios, porque este é um projeto que dará resultados. FGTS é dinheiro do Governo. Ele não desfalca nenhum Ministério. É dinheiro que entra todos os meses. Se a distribuição for feita corretamente, certamente haverá recurso para esse setor.

Parabéns, Senador Eduardo Azeredo. Se V. Exª aceitar ser candidato a prefeito de Belo Horizonte, vou lá para fazer campanha, porque realmente V. Exª não foi bom só lá; está sendo bom aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. V. Exª dispõe de 3 minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero, em primeiro lugar, dizer ao Senador Leonel Pavan que S. Exª tem que caprichar para ter razões...*(falha na gravação)*

Concordo totalmente com o projeto. Já votei a favor do projeto na Comissão de Educação e votarei novamente aqui na Comissão de Assuntos Sociais por três razões principais: primeiro, porque é dinheiro do trabalhador, que tem o direito de opinar sobre o que deseja fazer com esse dinheiro. Claro que, originalmente, foi pensado em termos de desemprego, mas, se uma pessoa com 70 anos tem o dinheiro à disposição, porque não usar. Ou se tem uma doença terminal, apesar do sistema de saúde ter que atender, as necessidades aumentam em termos de casa, de saneamento, e assim por diante. Então, é o dinheiro do trabalhador.

Segundo, se pensarmos nas razões pelas quais devemos utilizar esse dinheiro, concordo com a propaganda da TV Globo nesse sentido: educação é tudo. Se ele quiser mudar o Brasil, terá que ser pela educação, com dinheiro para ensino fundamental, ensino médio, educação infantil.

Ontem, aprovamos educação de jovens e adultos que já deveriam estar no Fundef, ensino superior, pós-graduação. Educação é tudo. Se falarmos com a população de poder econômico mais baixo, veremos que o maior desejo dos pais é dar ao seu filho uma boa educação. Houve até essa expressão: o que o senhor quer fazer? Quero dar uma boa educação ao meu filho. E, às vezes, esse dinheiro é importante somente

para pagar matrícula, porque a pessoa não consegue nem pagar a matrícula para procurar alguma alternativa seguinte.

A terceira razão pela qual sou a favor é que não existe nenhuma iniciativa hoje para ajudar uma pessoa de poder econômico baixo a fazer a matrícula ou pagar as mensalidades. Por que não existe? Porque o FIES, pela informação que tenho, foi suspenso. Não entendo porque o FIES foi suspenso, neste primeiro semestre, impossibilitando que pessoas façam a matrícula e paguem as suas mensalidades. Agora, existem idéias, projetos de lei. Projeto de lei não é solução ainda. É uma discussão que vai acontecer, e muito polêmica, inclusive. Então, iremos discutir e, caso venham outras sugestões melhores, poderemos, naturalmente, rever posições ou coisa semelhante. Eu próprio tenho dois projetos com relação ao FGTS, criando uma carteira para o pagamento do ensino superior, como existe para habitação e saneamento, criando um fundo de aval. Uma das maiores dificuldades nesses empréstimos é aquela pessoa que conseguiu o FIES, porque agora não consegue mais ter o fiador. Então, tem que haver um fundo de aval, como a agricultura tem em vários estados.

E essa iniciativa, pelo que a Comissão de Constituição e Justiça estava dizendo, talvez tenha que ser originária do Executivo.

Mas sou totalmente a favor pelas razões que já expus. Requeiro à Comissão de Assuntos Sociais, em função desse nosso debate, que oficie ao Ministério da Educação, para entendermos o porquê da suspensão do FIES neste primeiro semestre, que não deveria ter sido suspenso e sim ampliado.

O FIES foi suspenso neste primeiro semestre, criando enormes dificuldades para o segmento econômico mais pobre em nosso País.

Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Senador Flávio Arns, V. Exª será atendido, de acordo com o Regimento, nesse requerimento para o Ministério da Educação.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SRL GERALDO MESQUITA (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Augusto Botelho, meu caro companheiro Senador Eduardo Azeredo, quero dar-lhe meus parabéns, não sem antes cumprimentar meus colegas, Senadora Ana Júlia e demais Senadores. Meus parabéns virão acompanhados de uma crítica. Falo da sua extrema timidez quanto a esta matéria. Só não apresento uma emenda para permitir que o saque custeie 100% do valor da parcela, porque temo atrapalhar a tramitação do projeto.

Vou dizer algo forte, Senador Augusto Botelho: esta questão do Fundo de Garantia em nosso País me angustia há muito tempo. Digo mais, e assumo as conseqüências pelo que direi: o trabalhador brasileiro tungado em nosso País com relação à utilização de Fundo de Garantia. Esse dinheiro é do trabalhador. Deveria até ser depositado em uma caderneta de poupança e oferecido ao trabalhador para optar por este ou aquele investimento, sacando-o a seu bel-prazer. Alguns critérios poderiam ser estabelecidos, mas não limitações de qualquer ordem.

Hoje as famílias elegem um membro para fazer um curso superior. Não há possibilidade de que todos freqüentem, dada as dificuldades de ordem geral e do conhecimento de todos. Um projeto como este contempla uma possibilidade como esta: de um dos membros da família, escolhida por ela para fazer um curso superior possa custeá-lo com o saque de parcelas do Fundo de Garantia, mas de forma integral, não só custeando 75% do valor da parcela, mas integralmente. Peço-lhe desculpas pelo susto, mas a crítica é camarada, solidária.

V. Exª está de parabéns. Precisamos ir mais a fundo nessa questão do Fundo de Garantia para liberar geral, Senador. Esse é um recurso do trabalhador que precisa receber uma nova regulamentação, uma nova disciplina para que o trabalhador tenha o domínio sobre ele, oferecendo-lhe a possibilidade e a oportunidade de que esse dinheiro seja aplicado da forma que lhe convier: para custear as despesas escolares de um membro de sua família, aplicar na bolsa, seja o que for, sacar para a compra de medicamentos, para o que ele entender. Sendo dele, é um absurdo que em nosso País... Isso vem de longe. Em nosso País, quem menos se beneficia com essa estória é o próprio trabalhador, aquele que, em tese, é o beneficiário final e direto. Portanto, voto em um projeto deste com extremo e enorme prazer, pois vem ao encontro de anseios da classe trabalhadora e do povo brasileiro que sofre com tantas regras e impedimentos para usar inclusive o que é seu.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Pela ordem, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Primeiro, quero parabenizar o autor e o Relator. Pergunto se já temos quórum, se podemos votar. Essa é a pergunta, evidentemente, após ouvirmos a Senadora Ana Júlia.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Já temos quórum e vamos votar. Existem também – e eu

gostaria de pedir aos Senadores para permanecerem – outras matérias só para votarmos aqui.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Primeiro quero dizer, Senador, que chamei a atenção, mencionei algumas preocupações e quero dizer por que com dados. Mandei buscar inclusive os dados para que me pudesse subsidiar tecnicamente.

Senador Pavan, fiz só uma brincadeira. Não tenho a menor dúvida de que todos nós queremos que este País dê certo. Todos estamos lutando para o Brasil dar certo.

O projeto que o Governo está enviando ao Congresso pelo Ministério das Cidades tem procurado incrementar ações para a população de baixa renda. É verdade – e citei no início da minha intervenção – que, quando estudante de arquitetura, fiz uma pesquisa sobre a utilização do FGTS e sobre conjuntos habitacionais, chegando à conclusão de que realmente o FGTS era usado para tudo, menos um percentual muito pequeno para o trabalhador de baixa renda. Estamos tentando inverter essa realidade. Para quem não sabe, vou citar aqui os números.

Em 2003, 42% dos recursos já foram destinados para a população da faixa de até cinco salários mínimos. Quero dizer que 92% do déficit habitacional do nosso País se encontram entre aqueles que estão na faixa de até cinco salários mínimos. Nós já crescemos; 42% dos recursos foram destinados para essa faixa em 2003. Foram realizados comprometimentos de recursos para o atendimento de 348 mil famílias. Esse número é 25% superior ao que foi aplicado em 2002 e, como isso significa uma inversão de prioridades, só 30% desses recursos haviam sido investidos em habitação população; nós investimos 42% em 2003.

No Orçamento de 2004, Senador, para a área de habitação, estão propostos R$7 bilhões, 40% superior a 2003, e várias modificações e aperfeiçoamentos desse programa estão sendo feitos. Portanto, os recursos do programa de subsídio à habitação são de interesse social, exatamente dessa faixa, e estão sendo integralmente direcionados para a faixa de renda de até três salários mínimos, aquela que tem mais dificuldade ainda para ter acesso à habitação. Com os recursos restantes de 2002 e os disponíveis para 2003, estão sendo atendidas 62 mil famílias. Então o programa de arrendamento residencial totalizou 94% a mais do que a média dos últimos três anos. Foram tomadas também medidas de regionalização dos recursos com mudanças de especificações técnicas no projeto, porque isso é um impedimento, sim – eu reconheço isso, sou arquiteta; aliás, eu sou a única arquiteta deste Senado –, atingindo um direcionamento de 40% dos recursos na faixa de renda de quatro salários mínimos.

Eu poderia também citar o cumprimento da meta estabelecida pelo Ministério das Cidades de aplicação de 50% dos recursos do FGTS em imóveis novos e a inovação que é a criação do programa especial de habitação popular.

Quando a lei foi criada, os recursos do FGTS tinham como objetivo oferecer ao trabalhador um amparo, tanto na rescisão contratual, não vamos esquecer disso, quanto na aposentadoria, além de outras situações de dificuldades, como na questão da habitação. É fundamental ter habitação, ter crédito. Já falei que 92% do débito habitacional estão na faixa de menor renda deste país, porque sempre foi desviado, sempre foi utilizado.

Quero também esclarecer, com todo o mérito que já enumerei, que o recurso do FGTS do trabalhador de baixa renda é pequeno. Infelizmente, ele corre o risco de pagar a faculdade por um ano e não ter mais recursos do FGTS nem poder pagar depois, por conta das altas mensalidades. O trabalhador de baixa renda acaba tendo um FGTS pequeno. Elenquei isso para que não nos iludamos de que estamos defendendo apenas os mais pobres.

Quero dizer que não vou votar contra, mas vamos ajudar, sim, a classe média mais uma vez. Faremos aquilo que foi feito a vida toda com o FGTS, ou seja, fazer habitações para aqueles que podiam pagar sem direcionar o fundamental, que é para aqueles que não podem pagar. É preciso deixar isso claro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos votar o projeto. Serão votados o projeto e as duas emendas.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 287 e 223, de 2003, com parecer pela aprovação do PLS nº 287, de 2003, e pela rejeição do PLS nº 223, de 2003, ressalvadas as emendas do PLS nº 287, de 2003.

Votação nominal.

(Procede-se à votação nominal)

Encerrada a votação do projeto de lei.

Aprovado; 12 votos sim e 01 abstenção.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, tenho uma enorme admiração pela Senadora Ana Júlia Carepa e considero-a muito mais tucana do que PT, muito mais com asa do que com estrela e fiz elogios à S. Exª. A brincadeira que fez comigo foi carinhosa, assim como a minha, mas o seu voto é nem sim nem não, muito pelo contrário.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Exª, porque sou suplente da Comissão, então, não posso ,infelizmente, comparecer sistematicamente a todas as reuniões, mas sou relator de um projeto cuja discussão já foi encerrada, falta apenas votar. Então, gostaria que esse projeto fosse votado. Já temos número aqui, faria um apelo a todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – É o Item 4 e o Item 2, do Senador Demóstenes Torres.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – O Senador Demóstenes é titular.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Mas quero terminar a votação daquele projeto anterior.

Srs. Senadores, em relação à Emenda nº 1 da Comissão de Educação, os Srs. Senadores repetem a votação dos projetos? (Pausa)

Em relação à Emenda nº 2...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – O projeto é do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Vamos terminar a votação desse primeiro.

Em relação à Emenda nº 2, da CAS, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores mantêm a mesma votação no projeto? (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero apenas agradecer a todos os Senadores pela sensibilidade. Creio que é um passo importante para atender os estudantes, os jovens brasileiros. Sendo aprovado no Senado, o projeto irá agora para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Gostaria de fazer uma pergunta ao plenário.

Com relação ao projeto cujo parecer é dos Senadores Demóstenes Torres e Garibaldi Alves Filho, só falta a votação, será que V. Exªs concordariam em votar em conjunto os dois para acelerar o nosso trabalho?

Tem que ser nominal.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Só para tentar tornar mais rápida a votação, que fossem chamados apenas os presentes, para que não se chame toda lista.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Certo, vou chamar só os presentes e farei uma chamada única para os dois.

Cito o nome do Senador Paulo Paim; o outro é do Senador Francelino Pereira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma sugestão. Poder-se-ia fazer a chamada e os Senadores dariam o voto em um projeto e em outro ao mesmo tempo, porque são matérias conhecidas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Então, vou chamar e V. Exªs dirão se votam sim nos dois ou não.

Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Presidente, primeiro, quanto ao projeto que o Senador Garibaldi Alves Filho relata, que é do Senador Paulo Paim, quero votar favoravelmente.

Deixe-me procurar o outro projeto para que me posicionar.

Estou votando sim ao projeto do Senador Paulo Paim, com relatório do Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Os Itens 3 e 4 são do Senador Demóstenes Torres.

O Item 2 foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Tasso Jereissati.

Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002, que dispõe sobre a profissão de artesão. Autor: Senador Francelino Pereira; Relator: Senador Demóstenes Torres.

Parecer pela rejeição do projeto.

Na reunião do dia 29 de outubro de 2003, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de **quorum** qualificado, de acordo com art. 109 do Regimento Interno.

Portanto, passo à votação do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002, com parecer pela rejeição.

Seria votação nominal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco PT – PA) – Posso votar já que fui chamada para esse?

Quero votar com o Relator, Senador Demóstenes Torres. Estou votando nos dois com os relatores.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Os Itens 3 e 4 foram votados conjuntamente porque só faltava a votação. O Item 3 foi rejeitado o projeto por unanimidade. O Item 4 foi aprovado com emenda da Senadora Patrícia Saboya.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Agora, Sr. Presidente, vou pedir a dispensa da redação final dos dois projetos.

O SR. PRESDENTE (Augusto Botelho) – Em votação a dispensa da redação final dos dois projetos.

Quem estiver de acordo permaneça sentado.(Pausa)

Aprovada a dispensa da redação final.

Passamos ao Item 5. O Senador Leomar Quintanilha é o Relator.

Peço ao Senador Eduardo Azeredo para assumir a Presidência, porque tem mais experiência do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, Relator do projeto.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, eminente Srs. Senadores, Projeto de Lei do Senado nº 313, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portador de deficiências físicas sensoriais ou mentais, de autoria do eminente Senador Geraldo Cândido.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma propositura justa, adequada, correta, entretanto já está amparada por legislação vigente. A conveniência e a oportunidade, portanto, da matéria ficam prejudicadas e, por essa razão, opinamos pelo arquivamento do projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de, salvo melhor juízo, de ponderar com o Senador Quintanilha que há legislação que trata do assunto. Na verdade, existem portarias e resoluções e já foi, de acordo com parecer, aprovado um projeto de lei no Senado, que está tramitando na Câmara, com igual teor. Então, haveria uma duplicidade nesse sentido. Já estou esclarecido em relação a esse aspecto.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Continua em discussão.

Mais algum Senador quer se manifestar?

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Entretanto, não temos mais **quorum** qualificado para a votação.

A matéria fica adiada para a próxima reunião.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Tem a palavra V.Exª pela ordem.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Mesmo não havendo **quorum**, se pudesse fazer a leitura do Item 9, eu queria pedir a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Em votação o pedido de inversão de pauta feito pelo Senacor Aelton Freitas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 9:

Projeto de Lei nº 27, de 2003, do Senado, que acrescenta o art. 13-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o registro dos dados do empregador na Carteira do Trabalho e Previdência Social do empregado e dá outras providências. Autor: Senador João Alberto. Relator: Senador Aelton Freitas.

Parecer pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas para proferir o relatório.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srªs e Srs. Senadores, na sua justificação o eminente autor, Senador João Alberto, apresenta como razões para aprovação da matéria os seguintes argumentos: as anotações efetivas na Carteira de Trabalho e Previdência Social representam uma prova documental importante para o empregado. Muitas vezes, elas são o único meio de prova de que ele dispõe para a garantia dos seus direitos. Não raro, empregadores menos escrupulosos fazem anotações pouco legíveis ou lacônicas, tentando confundir o próprio empregado ou reduzir a validade legal dos fatos anotados. É preciso coibir essas práticas.

Registra-se ainda que alguns pequenos empreendimentos chegam mesmo a desaparecer sem deixar rastros a respeito dos verdadeiros responsáveis, quando não somem até os equipamentos utilizados na atividade. Sendo assim, uma correta identificação dos participantes da relação de emprego pode colaborar para a segurança jurídica e revelar a seriedade do empregador e a sua disposição para cumprir as cláusulas e os direitos contratuais.

Trata-se, sem dúvida, Srs. Senadores, de uma matéria muito relevante que merece cuidadoso exame por parte desta Comissão, coibindo-se as práticas ilícitas de que se valem determinados empregadores com o único objetivo de burlar a legislação de proteção social vigente hoje em nosso País.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Embora o atual modelo da Carteira de Trabalho e Previdência Social já contenha campo específico para a anotação do número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, ou Cadastro de Pessoa Física – CPF, muitos empregadores ainda omitem essa informação ou a fazem de forma incorreta.

Nesse sentido, somos sensíveis à proposta contida neste projeto de lei, introduzindo algumas adaptações de redação legislativa, como, por exemplo, a alteração da denominação do CGC para CNPJ – *Cadastro* Nacional de Pessoas Jurídicas. Além de fixar que as penalidades aplicáveis são aquelas estabelecidas pela Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989, que dispõe

sobre multas às infrações trabalhistas, estabelecendo de forma adicional a obrigatoriedade da anotação do número de registro de empregado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que é de enorme relevância para o exercício do Direito Previdenciário do trabalhador brasileiro.

Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2003, nos termos do seguinte substitutivo de 2003:

> "Art. 1º – O empregador deverá registrar na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do empregado, além do endereço, o nome completo da empresa, o número do registro dela no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, se pessoa jurídica, ou o nome do Registro Geral de Identidade Civil, assim como o nome no Cadastro de Pessoa Física – CPF, se pessoa física, além do número de inscrição do empregado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social em qualquer caso.
>
> Parágrafo Único – O empregador que descumprir o disposto no **caput** deste artigo sujeita-se às penalidades estabelecidas na Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989."

Então, o nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Muito obrigado, Senador Aelton Freitas.

Em discussão a matéria. (Pausa)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, cumprimento o Senador Aelton Freitas, mas deixo registrado, já que se fala em trabalhador, em carteira assinada, tantas coisas que estamos fazendo para que a população brasileira seja beneficiada – dizem que já estou fazendo discurso favorável ao Governo –, tenho que lamentar, pois taxa de desemprego bate recorde histórico em São Paulo e sobre para 20,7%.

Estive falando com o Presidente, anteontem, que me contou, com muito entusiasmo, que houve um aumento de mais de quinhentos mil novos empregos no Brasil. Fiquei impressionado com aqueles números, fui para a tribuna e elogiei isso também. De repente, eu me deparo com notícias da **Folha Online**, falando em desemprego. Eu não entendo, a não ser que não seja este o País. Ou o Presidente está nos informando errado, ou a **Folha** não está bem informada. **A Folha** diz que o desemprego aumentou, inclusive em relação ao mês de março, que foi o último levantamento feito. Lamentamos profundamente isso.

Há uma taxa de 20,7% de desemprego em São Paulo. Trata-se de um recorde histórico, porque nunca houve isso na história do País. Estarei com um olho no boi e outro na taipa. Um olho para elogiar o Governo e outro para fazer críticas de vez em quando. Assim não é bem como o Governo comentava.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Não havendo mais quem queira discutir o projeto, está encerrada a discussão.

Com não há **quorum** qualificado, fica adiado para a próxima reunião o Projeto nº 27 do Senado.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu estava comentando com o Senador Leonel Pavan que ficar pelo menos com um olho num lado e com o outro no outro lado já é um bom começo. Isso porque S. Exª pode progredir também.

Outro dia estávamos aprovando a alteração do FGTS, no Plenário, a possível aplicação do FGTS para conseqüências de desastres naturais. Vários Senadores do PSDB e do PFL se posicionaram contra essa possibilidade, dizendo que haveria necessidade de políticas públicas para esse momento. Disseram também que os recursos para a reconstrução de casas não haviam chegado aos municípios.

Eu me manifestei no Plenário, dizendo que traria esse assunto para esta Comissão sob a ótica de três aspectos. Eu pediria a V. Exª um requerimento desta Comissão solicitando essas informações ao Ministério pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Primeiro aspecto: alegava-se, durante a discussão, que os recursos para a reconstrução de casas não haviam chegado. Nós gostaríamos de pedir essa informação para deixar claro aqui na Comissão quanto em dinheiro foi destinado para essa finalidade e quanto foi gasto até hoje.

O segundo aspecto é em relação à Cide, porque há uma medida provisória de antecipação da Cide para os municípios, para reconstrução de estradas e ruas municipais em função dos desastres naturais. Gostaria que a mesma pergunta fosse feita em relação a essa medida provisória, ou seja, quanto foi repassado para os municípios em relação à Cide.

Com relação ao terceiro aspecto, houve várias argumentações no sentido de que as pessoas não entregam projetos. Foi dada a sugestão de se constituir

uma força-tarefa formada por cinco ou seis pessoas em cada município. Isso porque são cento e oito municípios, Sr. Presidente, para que a força-tarefa já venha com o projeto em mãos e não fique esperando papéis, toda a burocracia.

Assim, gostaria que, com relação a esses três aspectos, houvesse uma solicitação de informações oficialmente, por parte da Comissão, como foi sugerido no Plenário, para que tenhamos as informações e possamos discutir com base em dados concretos.

A segunda observação, Sr. Presidente, diz respeito ao fato de que o Senador César Borges é relator de um projeto de lei sobre ONGs na Comissão de Constituição e Justiça e houve um requerimento para que o projeto fosse diretamente ao Plenário. Quando o projeto vai diretamente ao Plenário, perdemos a chance de discussão, e o assunto ONGs interessa a esta Comissão, em termos de meio ambiente, de educação, de assistência, porque a sociedade se organiza... Existem ONGs e ONGs, vamos dizer assim. Há uma preocupação em relação a ONGs estrangeiras.

Então, o meu requerimento é no sentido de que a Comissão, através da Presidência, faça um requerimento para o Plenário, pedindo para que os Projetos de Lei do Senado nº 246, de 2002, e 7, de 2003, sejam remetidos para esta Comissão, para que possamos opinar sobre os assuntos relacionados, já que está bem dentro das nossas atribuições específicas a organização da sociedade nessas áreas. Creio que poderemos fazer uma boa discussão aqui. As APAEs, por exemplo, entidades de educação especial, santas casas e fundações têm outro tipo de direcionamento. Há ONGs na área do meio ambiente, ONGs internacionais. Então temos de dar tratamento adequado para, eventualmente, não prejudicar entidades.

O Senador César Borges exibe toda solidariedade e preocupação em relação a essa área, mas considero um pouco problemático esse assunto para ser levado diretamente ao Plenário. Temos que fazer uma discussão maior e chamar esse assunto para a nossa Comissão. Entrego um requerimento neste sentido.

O outro seria de um pedido de informações sobre aqueles três aspectos que foram objeto de debate por ocasião da aprovação do Fundo de Garantia para desastres naturais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, há requerimento da nossa parte. Já foi deferida pelo Plenário a instalação da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente e parece que já houve a designação dos membros titulares e suplentes dessa Subcomissão Permanente. É o que indago a V. Exª. E, se V. Exª pudesse, nesta sessão, declarar quais são os componentes para que possamos tomar a iniciativa de prosseguir o trabalho dessa Subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Senador Juvêncio da Fonseca, com satisfação, esse é um tema em que pessoalmente tenho muito interesse. Todos teremos que acompanhar isso de perto, e a decisão já foi proferida pela Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão:

"Conforme o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2004, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, aprovado em 10 de março de 2004, e obedecendo à proporcionalidade partidária, designo os seguintes Senadores para comporem a Subcomissão Permanente do Meio Ambiente: titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, composto pelo PT, PSB, PTB e PL: Flávio Arns, Aelton Freitas, Sibá Machado. Como suplentes os Senadores Antonio Carlos Valadares, Delcídio Amaral e Duciomar Costa. Pelo PMDB, Leomar Quintanilha, Papaléo Paes, como titulares, e Garibaldi Alves Filho e Mão Santa como suplentes. Pelo PFL, Jonas Pinheiro, como titular, José Agripino, como suplente. Pelo PSDB, Eduardo Azeredo, como titular, e Reginaldo Duarte, como suplente. E pelo PDT Senador Juvêncio da Fonseca, como titular, e Osmar Dias, como suplente."

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, obrigado pela informação.

Gostaria de, em razão de ter sido o autor do requerimento, fazer todas as comunicações a todos os componentes titulares e suplentes e que, na semana que vem, já providenciemos uma reunião prévia de todos os componentes para eleger a presidência e a vice-presidência. Vamos fazer esse trabalho de aglutinação dos companheiros Senadores.

E não deixar de registrar a importância dessa Subcomissão Permanente do Meio Ambiente nesta Comissão de Assuntos Sociais. As matérias estão cada vez crescendo mais, há grande demanda sobre pareceres com referência ao meio ambiente em projetos de lei de iniciativa do Congresso Nacional. Essa Subcomissão vai exercer um papel muito forte, muito grande e deverá haver o empenho de todos os companheiros para que ela funcione com eficiência, dando vazão aos projetos com pareceres bem fundamentados, principalmente em audiências públicas, ouvindo todas as autoridades, para que o País realmente ingresse num momento de muito respeito ao meio ambiente e de formulação de propostas ambientalmente corretas. Sei perfeitamente que V. Exª vai nos ajudar muito nessa Subcomissão.

Vamos, então, preparar esses expedientes para que na semana que vem comecemos a trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Senador, V. Exª sugere alguma data?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, depois gostaria de conversar com a Presidente titular da Comissão para que possamos formular a proposta em consonância com a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – E essa instalação inclusive propicia a minha concordância na Comissão de Constituição e Justiça, onde havia proposto uma comissão permanente, não subcomissão, de meio ambiente. Realmente existem muitas comissões instaladas. Mesmo que ela funcione como subcomissão, é o que interessa. Estamos discutindo o assunto.

Parabéns a V. Exª.

Nada mais havendo a discutir, encerro a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião 12h55min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 26 de maio de 2004, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e dois minutos, do dia vinte e seis de maio de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil". Requerimento nº 37, de 2003 – CAS, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares relator da matéria, com a presença dos (as) Senadores (as) Ideli Salvatti, Flávio Arns, Aelton Freitas, Papaléo Paes, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Efraim Morais, João Ribeiro, Leonel Pavan, Sérgio Guerra E Marcos Guerra. Registra-se a presença do Senhor Senador Eduardo Suplicy. Os Senadores Cristovam Buarque, Siba Machado, Juvêncio da Fonseca, Jonas Pinheiro e Fátima Cleide justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença dos Senhores DR. JOSÉ FRANCISCO KONOLSAISEN, Diretor de Vigilância e Saúde do Estado do Paraná, representando o Dr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Saúde do Estado, ENGENHEIRO BERTOLDO SILVA COSTA, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do CONAMA/MMA, DR. FRANCISCO SIMEÃO, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados – ABIP, Dr. JOSÉ MANOEL GULART GULIM, Gerente-Geral da Usina de Xisto da Petrobrás em São Mateus/PR, Dr. ÍTALO DOMENICO OLIVETO, da Diretoria de Qualidade da divisão de Programas de Avaliação da Conformidade – INMETRO, representando o Dr. Armando Mariante Carvalho Júnior, Presidente do Inmetro, DR. FLÁVIO PEREIRA NUNES, da Coordenadoria-Geral de Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde, representando o Dr. Guilherme Franco Netto, Coordenador-Geral de Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde. O Presidente da Confederação Nacional dos Transportes – CNT e o Presidente do Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT/SP, justiçam a ausência. Após as explanações, faz o uso da palavra aos convidados os Senhores Senadores ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO E PAPALÉO PAES. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Lúcia Vânia, presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 26-5-04 – 16ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião, oriunda dos Requerimentos nº 37/2003, da Comissão de Assuntos Sociais, e nº 9/2003, também da CAS, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Juvêncio da Fonseca,

destina-se à 3ª audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, de autoria do Senador Flávio Arns, que *dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.*

Contamos com as ilustres presenças das seguintes autoridades: Dr. José Francisco Konolsaisen, Diretor de Vigilância e Saúde do Estado do Paraná; Dr. Bertoldo Silva Costa, Representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Conama/MMA; Dr. Francisco Simeão, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados – Abip; Dr. Ítalo Domenico Olivetto, da Diretoria de Qualidade da Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade – Inmetro; e Dr. Flávio Pereira Nunes, da Coordenadoria-Geral de Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde.

Inicialmente, gostaria de agradecer a todos os convidados por estarem aqui. Agradeço também aos autores do requerimento, Senadores Antonio Carlos Valadares e Flávio Arns.

Esta é a terceira reunião em que nos propomos a instruir o processo que vai julgar sobre a venda de pneus usados.

Portanto, iniciando a nossa audiência pública, passo a palavra ao Dr. José Francisco, Diretor de Vigilância e Saúde do Estado do Paraná.

O SR. JOSÉ FRANCISCO KONOLSAISEN – Bom dia, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia! Estou representando o nosso Secretário de Estado, que foi convocado por esta Comissão, e estou apto a responder às perguntas que ficaram pendentes na reunião passada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Sr. Bertoldo da Silva Costa, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Conama.

O SR. BERTOLDO DA SILVA COSTA – Bom dia, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores! Nós também, da mesma forma, na reunião passada, já fizemos a nossa exposição. Estou aqui hoje para tirar qualquer dúvida e para tecer quaisquer esclarecimentos que possam ser complementarmente adicionados. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Francisco Simeão, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados – Abip.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Bom dia, Senadora Lúcia Vânia, demais integrantes da Mesa, Srªs e Srs. Senadores! Obrigado pelo convite, que nos deu o privilégio de estarmos aqui presentes.

Na reunião anterior, fiquei de dar uma resposta ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que questionava sobre quantos empregos havia na BS Colway. São 602 empregos diretos. E, quanto ao número de trabalhadores no setor, há aqui uma estatística do Ministério do Trabalho e Emprego, de 31 de dezembro de 2002 – é a mais recente de que dispomos –, que mostra que, no setor de pneus novos, oficialmente existem 17.206 trabalhadores diretos; no segmento de pneus remoldados, recauchutados e recapados, são 13.038 trabalhadores. Isso nos mostra que, em relação à quantidade de pneus produzida – tanto de pneus novos como de pneus reformados –, são necessários três trabalhadores na indústria de pneus reformados para cada trabalhador na indústria mais moderna e mecanizada de pneus novos. Penso que isso responde à sua pergunta, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, eu gostaria de fazer um acréscimo ao que disse o Dr. Francisco Simeão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na reunião anterior, houve uma participação muito expressiva dos convidados. Algumas questões foram elucidadas, foram bem esclarecidas. Entretanto, para reavivar a memória, eu perguntaria ao Dr. Francisco Simeão o seguinte: no caso da sua empresa no Estado do Paraná, o contido no parágrafo único, inciso V, está sendo obedecido a risca?

A sua empresa comprovou ter, individualmente ou em conjunto com outras empresas fabricantes de pneus remoldados, programas de coleta de pneus inservíveis. Isso foi demonstrado. Mas quero somente reavivar a nossa memória e a daqueles que não estavam presentes à reunião, como também a de convidados que naquela oportunidade não estiveram presentes.

Há, de fato, programas de coleta de pneus inservíveis? Existem instalações próprias para a picagem de pneus? Há condições de a empresa demonstrar ter coletado e destruído no mínimo 25 mil toneladas de pneus inservíveis? Esse fato foi comprovado em auditoria realizada pelo Ibama até a data do pedido de licença de importação. Penso que seria importante V. Sª esclarecer esses pontos.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – A Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados delegou essa tarefa à BS Colway, cujos direitos de importação de matéria-prima são divididos entre seus associados. Desde 1998, temos uma parceria com a Petrobras. A Petrobras tem condições hoje de dar destinação final ambientalmente adequada, fazendo co-processamento de pneus picados em pedaços de 10cm por 10cm

com a rocha de xisto betuminoso. Tanto a rocha de xisto betuminoso quanto o pneu são polímeros, com a diferença de que a rocha de xisto tem 8,75% de óleo, enquanto que o pneu tem 53% de óleo. O co-processamento conjunto faz aumentar a produção de óleo combustível e gás, e a Petrobras tem condições, apenas adequado a sua estrutura, que já é eficiente, de dar cabo de 60% dos pneus colocados no território brasileiro anualmente.

Na indústria cimenteira, há as fábricas que já se dispuseram a fazer o processamento nos seus fornos de **plinker,** onde o pneu é utilizado como energia, e também na liberação de algumas matérias-primas, como o aço, que se incorpora ao cimento. E pode-se co-processar o restante, os 40%. Então, o Brasil hoje está apto a dar solução definitiva a todo lixo de pneu existente, e ainda há uma série de outras opções, como o asfalto ecológico, para dar solução à ampliação da produção de pneu para os próximos anos.

A BS Colway começou essa tarefa em maio de 2001, antecipando-se, portanto, à exigência, que teve início no dia 1º de janeiro de 2002. Já coletou e destruiu, em parceria com a Petrobras – e é muito fácil verificar a veracidade deste fato; o Ibama já auditou a Petrobras, como já auditou a BS Colway –, quase 6,8 milhões de pneus. No mesmo período, o nosso setor importou cerca de 2,5 milhões de pneus.

Penso isso que responde à sua pergunta, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Há uma preocupação de técnicos da Petrobras no sentido de que a sociedade brasileira não tenha pensado que seria a Petrobras a responsável pela destruição desses pneus usados.

Sabemos que, daqui a pouco, estará chegando aqui um diretor da fábrica de xisto betuminoso do Paraná. E há uma preocupação desses técnicos no sentido de que não se venha a superavaliar a participação da Petrobras nesse campo da picagem de pneus usados e, conseqüentemente, do seu aproveitamento para outros fins – não só para óleo combustível, como para gasolina.

Como V. Sª falou, outras empresas ligadas ao setor agrícola...

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – No caso de asfalto ecológico, falei dos fornos de cimento, do pneu como matéria-prima e como energia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se estamos em Brasília – e sou do Estado de Sergipe –, como faríamos a destruição desses pneus no Estado do Amazonas? Como poderia ser a destruição desses pneus se, por acaso, surgisse uma fábrica?

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Estaremos ouvindo aqui o dirigente da Petrobras de São Mateus do Sul, e, como V. Exª falou, ele vai confirmar o que vou dizer e reafirmar, que é objeto de publicações da Petrobras. Eles têm condições de co-processar 60% da disponibilidade nacional de pneus velhos anualmente. É evidente que a Petrobras o faz por interesse comercial. Eles não o fazem para uma contribuição à sociedade pura e simplesmente, até porque não é obrigação deles essa tarefa. Essa tarefa é obrigação nossa, da BS Colway, da Goodyer, da Firestone, da Pirelli. É obrigação pós-consumo. Então, o fato de haver um pneu no Amazonas e não haver um sistema de destruição naquele Estado não é problema de governo, nem das prefeituras, dos Estados ou da União. Esse é um problema de quem ganha dinheiro na atividade. E podemos dizer que a nossa obrigação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O problema é do setor de fiscalização no caso. Tem que haver fiscalização.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – É evidente que deve haver a fiscalização para obrigar o cumprimento por parte de quem deve cumprir essa obrigação.

No Paraná, a nossa obrigação, no período, era referente a mais ou menos 2,2 milhões de pneus. Chegamos a 6,8 milhões de pneus, ou seja, cumprimos a nossa obrigação dos anos que estão por vir ainda e o fizemos por um compromisso de responsabilidade social do Paraná Rodando Limpo, integrando com o todo o Estado, em mutirão, para erradicar a dengue. No Paraná, tivemos a alegria de ter reduzido a dengue em apenas um ano, nessa parceria a custo zero para o Erário. É bom que isto sempre fique frisado: reduziu-se em 99,7% a dengue no Paraná em um ano apenas, a custo zero para o Erário.

Essa obrigação é nossa, de quem ganha dinheiro com a atividade. É obrigação do setor de pneus remoldados e de pneus novos. O Governo estadual e federal e as prefeituras não podem e não devem gastar dinheiro. A Lei de Responsabilidade Social vai cobrar dos prefeitos e dos governadores que estiverem facilitando a nossa vida assumindo custos com armazéns, com coleta. É obrigação nossa fazer isso.

Tenho assistido no mercado a duas coisas, e a primeira é que as grandes empresas do setor – Goodyer, Firestone, Pirelli, Michelin – não estão cumprindo a obrigação, porque falta, inclusive, fiscalização. O Ibama não está fiscalizando, mas deve fiscalizar. E deve fiscalizar duas coisas: se eles estão cumprindo a sua obrigação e se eles estão pagando os custos. Eles não devem debitar isso do Erário, como está sendo feito. Há ecopontos e toda uma estrutura em que a prefeitura empresta os caminhões, coleta os pneus,

coloca-os em determinado local, e não se paga ao coletador. Isso aí está errado.

E digo mais: é fácil de fazer, e o custo é absolutamente viável. Quanto aos 6,8 milhões de pneus, o nosso custo, atualizados os valores de acordo com a variação do dólar no período, foi de 70 centavos de dólar por pneu, pagando ao coletador 45 centavos de dólar por pneu, o que o dignifica. Ele, que hoje é um escravo do sistema e vive de forma miserável – pior do que os escravos antes da Lei Áurea –, passa a ter dignidade no Município onde está, passa a ganhar R$500,00 ou R$600,00 por mês, com esses 45 centavos de dólar por pneu de automóvel e mais na proporção dos pneus maiores. Há o transporte até o picador, os serviços de picagem, o transporte até a Petrobras e ainda o pagamento à Petrobras de R$60,00 por tonelada para ela fazer o co-processamento.

Por que as empresas multinacionais não negociaram com a Petrobras até hoje? Porque não querem pagar. Eles acham que a Petrobras tem alguma obrigação, mas a Petrobrás não a tem. A Petrobras está realizando um negócio comercial, que interessa. A Petrobras estava operando no vermelho em São Mateus do Sul. Essa é uma luta de anos: fecha ou não fecha a Petrobras? E a Petrobras decidiu aproveitar essa oportunidade, o que é legítimo, para ganhar dinheiro, sair do vermelho e ir para o azul. E a obrigação é nossa, não é da Petrobras. Então, a Petrobras tem que cobrar mesmo; está certo cobrar.

Dessa forma, viabiliza-se a geração de postos de trabalhos bem remunerados e dignos. O coletador, que era excluído da sociedade, passa a ser tratado como agente de saúde. O Dr. José Francisco nos vai contar como eles, na Secretaria da Saúde, credenciam esses membros honorários, agentes de saúde na defesa do meio ambiente, que, com uma cartilha, perguntam às donas de casa se elas já olharam a caixa d'água, já desentupiram as calhas, já observaram o vaso de plantas e sabem o que fazer para que seja mesmo efetivado um mutirão no combate à dengue.

Essas pessoas que eram excluídas hoje são valorizadas na sua estima, no seu orgulho, nos seus brios. E são consumidores. Vão comprar leite e pão nas padarias, vão comprar roupas nos armarinhos, vão se vestir melhor.

Esse conjunto de benefícios poderia estar sendo gerado no Brasil inteiro. Poderia haver isso se houvesse a fiscalização, se houvesse o cumprimento por parte de todos. E reafirmo: isso é muito fácil de cumprir no Amazonas, no Acre, onde for. Na média, o preço não vai ser maior do que esse.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Ítalo Domenico Olivetto.

O SR. ÍTALO DOMINICO OLIVETTO – Bom dia a todos!

Gostaria de agradecer o convite feito ao Inmetro. Estou aqui substituindo o Presidente do Inmetro, Dr. Armando Mariante. Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento que for necessário diante desse tema.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Flávio Pereira Nunes, da Coordenação-Geral de Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde.

O SR. FLÁVIO PEREIRA NUNES – Bom dia, Exmºs Senadores presentes! Gostaria de cumprimentá-los e de falar da satisfação de, como representante do Ministério da Saúde, participar de um tema tão complexo e do avanço que isso representa no nosso País, onde os técnicos, de fato, estão subsidiando a tomada de decisão do Governo para a adoção de políticas públicas.

Há uma definição no âmbito do Ministério da Saúde de acompanhar essa temática, que já vem sendo discutida em outros fóruns, inclusive no Ministério de Relações Exteriores, onde temos, de alguma maneira, acompanhado as discussões. Vamos coletar informações para criar no âmbito do Ministério da Saúde um grupo técnico para aprofundar a discussão, para subsidiar também uma tomada de decisão do setor Saúde, como tem sido feito em outros fóruns, para a discussão de outros temas, em consonância com a política do Governo Federal de uma ação intersetorial, transversal, harmonizada.

Na verdade, estamos aqui para buscar subsídios para a tomada de decisão e uma posição técnica do setor Saúde.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Gostaria, Srª Presidente, de ouvir agora o autor do projeto. Deixarei a minha palavra para o final.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de saber se algum Senador quer fazer alguma intervenção. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, nobre Relator, volto a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Ministério da Saúde, por meio do órgão específico, aqui representado pelo Dr. Flávio Pereira Nunes... Peço uma opinião mais específica e detalhada. Há um caso concreto no Brasil de algo funcionando bem em torno do aproveitamento do pneu

usado que é importado e remoldado. Em relação ao que o senhor sabe ou ouviu falar, às informações dadas aqui pelo único empresário ligado ao setor do reaproveitamento do pneu usado importado, qual é a opinião de V. Sª? Queremos ouvir a sua opinião, que, conseqüentemente, é a opinião do Ministério da Saúde, a esse respeito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Flávio Pereira.

O SR. FLÁVIO PEREIRA NUNES – Não apenas por causa da questão dos pneus, atualmente, no setor saúde, vem-se vivendo o dilema dos custos sociais dos passivos ambientais decorrentes de processos produtivos ao longo da história de crescimento da sociedade brasileira, do que isso vem representando para as autoridades e para a população.

A área de vigilância ambiental e saúde, no âmbito do Ministério da Saúde, foi instituída a partir de 1999, quando se viu a necessidade de identificar problemas ambientais que pudessem determinar e condicionar situações de risco para a saúde pública. Na medida em que essa área vem sendo instituída e fortalecida no setor saúde, estamos nos deparando com situações de extrema gravidade, de risco de adoecimento da população.

Há exemplos marcantes, e citarei três deles. Em Santo Amaro da Purificação, no Estado da Bahia, houve a descontinuidade das atividades de uma empresa instalada no Município até a década de 80, a qual produzia lingote de chumbo, matéria-prima utilizada na produção de baterias. Os resíduos do processo produtivo foram utilizados no asfaltamento da área urbana da cidade. A população tem sido exposta a esses resíduos de chumbo e apresenta esse material no sangue. Amostras biológicas e estudos feitos, refeitos e publicados até mesmo na imprensa internacional mostram isso. O chumbo tem notoriamente um efeito neurotóxico irreversível e apresenta um grande risco, em particular para as populações mais vulneráveis: crianças, idosos e gestantes.

Essa é a situação atual do setor saúde. O que fazer? A população está exposta a isso até hoje; vem sendo exposta a isso ao longo desses anos. A fábrica estava localizada numa área urbana de Santo Amaro da Purificação, a apenas 70 quilômetros da área metropolitana de Salvador. A população deve ser retirada daquele local. Então, a cidade foi construída onde ainda há resíduos de chumbo, e as pessoas vivem lá, apresentando resíduos desse material no sangue. As pessoas estão expostas a esses resíduos. O setor saúde está tendo de coordenar uma ação intersetorial. Esse é um exemplo de um processo produtivo que gerou resíduos.

Há outros exemplos, como o da produção de inseticidas. O próprio Ministério da Saúde foi o poluidor na década de 50. Atualmente, na Cidade dos Meninos, no Rio de Janeiro, em Duque de Caxias, a população ainda está exposta a inseticidas, a organoclorados. A população deve ser retirada da localidade para diminuir essa exposição.

Quanto aos pneus, assunto que vem sendo discutido, é notória a política estabelecida pelo Ministério da Saúde na questão do manejo ambiental, da participação da população, do trabalho educativo, da diminuição dos criadouros do vetor transmissor da doença. O setor saúde hoje tem evidências de que o manejo ambiental adequado diminuiu o risco de adoecimento da população. Houve um controle da dengue no País.

Hoje, estamos falando que, a curto prazo, pode haver um grande quantitativo de novos criadouros, o que pode estar contribuindo para situações de risco da população.

Objetivamente respondendo à pergunta do Senador, entendemos que, antes da tomada de decisão quanto à importação, é preciso que seja definido com o setor governamental e com o empresarial a destinação definitiva dos resíduos que, com evidências científicas, não venham a causar situações de risco para a população.

Tivemos a oportunidade de analisar a posição do órgão ambiental, do órgão do Ministério do Meio Ambiente, do órgão executivo da Política Nacional de Meio Ambiente, o Ibama. É claro que o setor saúde de nenhuma maneira poderia estar assumindo uma posição contraditória ou desarmônica em relação ao órgão ambiental, o Ministério do Meio Ambiente, até porque o Ministério da Saúde tem um assento na cadeira do Conselho Nacional de Meio Ambiente, pactuando com as decisões daquele Conselho, que é um exemplo no nosso País de um fórum intersetorial com participação social que subsidia a tomada de decisão.

O setor saúde não aprofundou a análise do que representaria ter ou não essa importação nesse quantitativo que tem sido colocado, mas, em nenhum momento, a posição do Ministério da Saúde seria desarmônica com o que já vem sendo colocado pelo órgão ambiental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Dr. Francisco Simeão foi bastante incisivo. Naturalmente, o Ibama não é do Ministério da Saúde, mas sim do Ministério do Meio Ambiente. Mas existe uma coordenação geral da vigilância ambiental no Ministério da Saúde. V. Sª é o coordenador?

O SR. FLÁVIO PEREIRA NUNES – Sou coordenador adjunto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É o representante do coordenador. Pela forma como V. Sª se manifestou, podemos vê que é uma pessoa que tem uma qualificação adequada para participar deste debate. Parabenizo a resposta que V. Sª nos deu.

Volto ao que disse o Dr. Francisco Simeão, que foi peremptório em afirmar que as empresas instaladas no Brasil de produção de pneus novos têm que, obrigatoriamente, destruir pneus usados. Isso não está sendo feito. Essa foi a acusação feita pelo Dr. Francisco Simeão. Como o senhor responde a essa acusação feita pelo empresário que foi convidado por nós?

O SR. FLÁVIO PEREIRA NUNES – Não responderia à acusação. Eu diria a leitura que faço desse processo. Na medida em que não está havendo a fiscalização, o Poder Público, hoje, não está habilitado para dizer se a população está sendo exposta ou não a resíduos perigosos, submetendo a população a situações de risco.

Cabe à área de vigilância ambiental e saúde identificar essas situações e apontar para os órgãos competentes do Governo a fiscalização e um posicionamento. Ou seja, toda atividade produtiva hoje instalada no País, conforme a legislação vigente, passa por um processo de licenciamento ambiental. Para atuar, para que tenha algum impacto sobre o meio ambiente esse processo produtivo, o empreendimento é analisado pelo órgão ambiental e tem ou não a sua autorização de funcionamento.

Na medida em que o órgão ambiental, o Ibama, identifica... No caso, ele afirma que não está sendo fiscalizado. Mas cabe ao setor saúde, no papel da vigilância ambiental e saúde, que é de sua competência, adotar medidas, recomendar ao órgão ambiental que proceda a essa fiscalização, à avaliação dessas indústrias, desse setor produtivo, e recomendar a adoção de medidas regulamentares.

Mas não posso fazer juízo de valor se está ou não sendo feita essa fiscalização, porque não é competência do setor saúde fazer o acompanhamento do cumprimento do que está previsto no licenciamento ambiental e sim levar isso para as autoridades competentes, que têm essa atribuição legal no âmbito do Governo Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de saber se algum dos expositores tem alguma opinião a acrescentar.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Eu gostaria de falar. Posso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Só um instante, Dr. Simeão. Vamos ver se fazemos um revezamento aqui.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Está ótimo.

O SR. BERTOLDO DA SILVA COSTA – Eu gostaria apenas de complementar o que já disse na segunda audiência: o Conama, a partir de junho, vai rever a resolução de pneus usados.

Não compactuo com o nobre Presidente da Associação de Remoldados, o Dr. Francisco, na acusação enfática. Na palestra passada, ele citou nomes de funcionários do Ibama de uma forma que fez parecer que ele era o único prejudicado do processo. Penso que o processo pode não estar totalmente amarrado, que pode haver algumas dificuldades pela estrutura do próprio Instituto do Meio Ambiente.

Não sou do Ibama, sou apenas um Conselheiro do Conama, mas me sinto na obrigação de dizer que essa não é a postura adequada. Se há uma acusação, esta teria que ser feita formalmente a um instituto, a quem de direito, para que ele possa responder.

Senador, gostaria também de falar dessa cadeia de que V. Exª falou – e o próprio representante da Associação de Remoldados falou sobre isso –, da cadeia de descartáveis. Ou seja, pegamos pneus usados, nós os remoldamos. A parcela não remoldada ou aquela parcela inservível pode ir para um processo de industrialização de xisto pela Petrobras.

Ainda hoje, pela manhã, tivemos acesso a um *site* da Petrobras nesse campo, em que se fala desse processo de industrialização do xisto a partir dessa parcela do pneu: 42% do xisto é resíduo. Ou seja, no processo industrial, ainda há uma perda de 42%. Isso está no *site*. Não sou eu que estou afirmando isso. Depois, a própria Petrobras, por meio de algum representante, pode vir aqui confirmar ou não isso. Desses 42%, esse óleo extraído – que está em torno de 52%, se não me engano, que é o aproveitamento de matéria-prima – é usado em termelétrica como insumo, na queima de termelétricas para a geração de energia, ou é vendido para caldeiras menores. Não sei como hoje estão essas termelétricas estruturadas, em termos de equipamentos antipoluentes, para conter a poluição desse tipo de resíduo.

Quero lembrar a V. Exªs o que falei na reunião passada: o pneu não é um resíduo perigoso, mas inerte. É inerte como pneu, mas não na hora em que o decompomos. O pneu tem uma estrutura química; é formado de cádmio, zinco, manganês, chumbo, todo um componente químico. Na hora em que o destruímos, em que passamos a matéria-prima por um processo, fica-se sujeito à emissão de gases e a todos os efeitos desse processo.

Se no xisto há 42% de borra, de resíduo, é preciso dar um destino a esse resíduo. Se, no meu entendimento – não consigo obter informação –, essa borra

é passível de ser classificada como resíduo perigoso, ela deve ter uma destinação como resíduo perigoso, de acordo com a Resolução Conama nº 23/86.

Desde a importação do pneu usado, desde a compra dele até o final da cadeia, a co-responsabilidade do fabricante e do importador vai até o xisto, até esse resíduo, e não cessa ao entregar o resíduo para a Petrobras, que assume esse passivo; a responsabilidade continua sendo de quem o entregou, ou seja, do fabricante ou do importador.

Há uma cadeia, e temos que cobrir a ponta dessa cadeia até o final dela, para que não haja os efeitos, de que o Dr. Flávio Pereira falou, da emissão atmosférica desses efluentes, causando riscos à saúde.

Também não conheço toda essa cadeia. É preciso que seja aprofundada. A própria Petrobras deve ter estudos que mostram isso.

É importante dizer que 42% desse processo é resíduo, é borra, deverá ter um destino adequado. E pode ser classificado como resíduo perigoso, porque não é mais pneu.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de fazer alguma intervenção, Senador? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Dr. Francisco Simeão.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – O grande problema desse tema nosso, que tem sido um tema muito candente na sociedade nacional, é que ainda as pessoas não têm as informações. Elas não sabem até do que estão falando, na maioria das vezes.

Esse assunto do lixo-pneu foi um grande argumento usado pelas multinacionais do cartel de pneus do Brasil: Goodyear, Fireston, Pirelli, Michelin. Quero até excluir a Michelin – é um equívoco até dizer isso –, porque são sempre as três irmãs tradicionalmente conhecidas no mundo inteiro que fazem esse cartel. Diziam que nós, importadores – e, hoje, fabricantes de pneus remoldados –, estaríamos trazendo lixo do Primeiro Mundo para simples disposição aqui, no Brasil. E houve diversas ilações, opiniões, sem qualquer embasamento. Diziam que empresários inescrupulosos, a máfia de setor de pneus, trazem lixo do Primeiro Mundo e recebem dos governos desses países para simples disposição no Brasil, o que nunca existiu.

Na verdade, o que existiu foi uma disputa de mercado. Os brasileiros interessados em ganhar dinheiro nessa atividade foram à Europa buscar bons pneus para trazer ao Brasil e comercializar no mercado cartelizado. Vendiam-se pneus a US$90, para durarem 25 mil quilômetros. Hoje, graças a essa concorrência, os pneus novos estão sendo fabricados com composto de borracha igual aos de exportação, duram o dobro do que duravam há dez anos e custam a metade do preço.

Esse é o grande problema dessa disputa de mercado. Nós, do setor, representamos menos de 5% do total dos pneus colocados no Brasil. Mas somos massa crítica insuportável, pela durabilidade do pneu, ao qual damos garantia de até 80 mil quilômetros.

E aqui fiz questão de trazer o que é um pneu remoldado, aprovado pelo Inmetro, cuja venda está autorizada no Brasil, com a garantia do selo de conformidade do Inmetro. Temos aí um pneu carcaça importada, para se verificar a qualidade, comparando-o com as carcaças brasileiras. O Inmetro formalizou às Secexs que elas não se prestam à fabricação desse tipo de produto por ele certificado. Há pneu meia-vida, de que o Brasil não precisa mais, porque precisa gerar empregos. E há a carcaça, que está disponível no território brasileiro.

Então, ouvi muita coisa aqui. Como empresário que sou, ouvi muita bobagem, do tipo: o Brasil deveria criar uma lei obrigando a melhora de qualidade das carcaças, e daí não precisaríamos importar. Pois bem! Teríamos que demitir 602 funcionários e aguardar a lei ser aprovada e valer; teríamos que aguardar a fiscalização sobre essa lei. Três anos ou cinco anos depois, quando houvesse essas carcaças de melhor qualidade, quando as estradas estivessem em melhores condições e os usuários tivessem o mesmo comportamento dos da Europa, reabriríamos a fábrica, para disputar com os pneus remoldados importados, que estarão sendo liberados no próximo ano, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Desculpe-me, Senadora; vou completar mais rapidamente.

Há situações de fato e soluções que já estão consistentes e materializadas, como é o caso da Resolução nº 258, de 1999, como é o fato constatado de que 95% do problema é gerado pelas multinacionais dos pneus. Somos menos de 5% do problema, mas solucionamos mais do que 100% da nossa parte do problema. Como eu disse aqui, é fácil.

Quanto à questão do xisto e de resíduos, também ouvi aqui que isso não é o ideal para a Petrobras. Mas a Petrobras está funcionando lá com xisto há anos, há décadas, e ninguém quis fechar a Petrobras, que está autorizada pelo Ibama. Mas, quando utiliza pneus que favorecem a contrapartida das importações, o Ibama levanta o questionamento de que aí não é o ideal, de que há lá uma fumacinha.

Mas há dois problemas para resolver: o do lixo-pneu e o do resíduo final. E ninguém sabe avaliar o mal que pode ser causado e a subjetividade disso.

Quanto ao que afirmou o nobre representante do Conama, o Bertoldo, de que eu deveria ter formalizado

essa acusação com a D. Zilda, quero dizer que o fiz, preliminarmente, em ofício ao Ibama, de forma cristalina. Inseri essas mesmas acusações em ações na Justiça Federal. Ingressamos com uma ação civil pública na Justiça Federal contra o Presidente do Ibama e contra o próprio Ministro do Governo anterior e tivemos ganho de causa com essas mesmas acusações.

Então, não estou sendo leviano quando digo aqui que a Drª Zilda Veloso tem um comportamento inadequado, que ela não age em favor do Brasil, que seu comportamento, no mínimo, é estranho, quando acompanha o pessoal da Anip numa reunião do Conama, para propor...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Desculpe-me, Senadora, mas é muito importante isso. Penso que a sociedade está correndo um risco bárbaro em relação à pretensa vontade...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Só pediria a V. Sª que desse oportunidade para que os outros pudessem também se expressar. Durante o debate, V. Sª poderia acrescentar aquilo que V. Sª entender como importante.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Pois não. Há algumas anotações que fiz aqui e que trarei na próxima oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. José Manoel Goulart Gulim, Gerente-Geral da Usina de Xisto da Petrobras, em São Mateus.

O SR. JOSÉ MANOEL GOULART GULIM – Bom dia a todos!

Antes de mais nada, gostaria de pedir desculpas pelo atraso. É que São Mateus é um pouco longe, fica a 180 quilômetros de Curitiba. Quando recebemos o convite, ficou inviável. O único vôo que consegui foi o de 7h. Portanto, peço desculpas por estar chegando agora.

Já tive um breve resumo de algumas questões que foram apresentadas, mas ressalto que a Petrobras é uma empresa que atua com foco em responsabilidade social e leva muito a sério as questões ambientais. O seu papel no processo de reciclagem de pneus é única e exclusivamente o de gerar benefício para a sociedade, na questão da eliminação desse passivo, e o de atuar na resolução dos problemas de saúde.

A Petrobras tem celebrado vários contratos com empresas que nos entregam pneus na porta da SIX. Esses pneus são processados. Também temos licenciamento junto ao IAP. Há uma articulação e toda uma transparência. Tudo é legalizado no Ibama.

Na verdade, quanto à questão da importação, ao fato de o pneu ser novo, não tenho o critério, não tenho o mérito desse tema.

Algumas informações foram passadas, e gostaria de ressaltar que é claro que o pneu, olhando para a SIX como um processo, é interessante, mas ele não é fundamental. Quero salientar isso, porque a unidade do xisto tem duas plantas: uma planta maior, que é um módulo industrial, e uma menor, cuja capacidade de produção é da ordem de 20% da que citei primeiro. No ano passado, na tentativa de otimizar o processo, percebemos que o fato de colocar muito pneu na usina estava causando muitos problemas: paradas não programadas, falhas de equipamentos, perda de produção. E nós, já no ano passado, redirecionamos o nosso processo para somente processar pneus na planta pequena.

Então, a rentabilidade da SIX não está fundamentada no pneu. E há uma limitação de fato. Até vieram duas pessoas comigo, o engenheiro Valdemar e o Fernando. Temos uma capacidade média de processar 1,5 mil toneladas/mês de pneus na SIX. Essa capacidade, se a dividirmos por cinco, dá algo na ordem de três mil pneus. Essa é a capacidade da SIX hoje, com o *hardware* que ela tem. Ou seja, a Petrobras tem diversos outros produtos e subprodutos, e a rentabilidade dela nesses produtos e subprodutos está sustentada.

Então, queria reforçar que a SIX desenvolve a reciclagem de pneus. É claro que tem um ganho de rentabilidade sim, mas ele está otimizado, foi avaliado pela Petrobras, por meio de vários estudos. E otimizamos o processo para reciclar aquilo que é possível. Seria interessante não haver uma limitação, mas, infelizmente, ela existe.

Era isso o que queria deixar claro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO PEREIRA NUNES – Eu não poderia me furtar a fazer uma observação diante das considerações do empresário.

Eu me vejo aqui como um representante – sou médico, tenho especialização em toxicologia, em medicina do trabalho – do Governo Federal, defendendo a administração pública. Estou subsidiando os Exmºs Senadores numa tomada de decisão. Não gostaria que o setor saúde fosse confundido como ambientalista preocupado com fumacinha. Eu quero saber o que tem na fumacinha. Estamos falando de dioxina, estamos falando de arsênio, estamos falando de substâncias químicas cancerígenas. Não sei dos antecedentes com os órgãos ambientais, mas, para o setor saúde, o que representa risco para a população precisa ser conhecido e discutido, porque o ônus vai cair na assistência, e todos terão que pagar o custo disso. Trata-se de uma assistência médica cara.

Gostaria de novamente citar o exemplo de Santo Amaro da Purificação, que é um problema hoje. Os filtros que eram utilizados na chaminé de onde eram exalados os resíduos lançados na atmosfera, os resíduos da produção de lingotes, eram depois distribuídos para a população, que os utilizava como cobertores. Este é o nosso País. Essas pessoas hoje estão lá aleijadas. Elas estão lá procurando os serviços de saúde.

Assim, a posição do setor saúde é no sentido de subsidiar a tomada de decisão e não de estar preocupado com as questões ambientais. É importante dizer isso. Hoje estou no Ministério da Saúde, como também já estive no Ministério do Meio Ambiente, e não gostaria de deixar de dizer que o setor saúde esteve aqui representado, teve oportunidade de se manifestar.

É preocupante todo o processo produtivo que gera resíduos que possam representar riscos para a saúde humana. Estamos falando de resíduos de substâncias químicas cancerígenas.

Assim, gostaria de frisar que o setor saúde esteve aqui presente e registrou que o problema é preocupante sim e precisa ser discutido com especialistas. À medida que o problema aumentar de complexidade, terão que vir especialistas sim, porque a área ambiental, as questões de saúde e de ambiente não são dominadas por uma só área no mundo inteiro. É preciso chamar o especialista, o acadêmico, a universidade, o órgão ambiental, o legislador, o médico e a população. Isso é absolutamente pertinente.

Ouvi o representante do Conama dizer que essa questão será discutida por esse órgão. Penso que o caminho é esse. Eu me sinto à vontade, sinto-me orgulhoso de ter sido convidado como técnico para estar aqui e de estar subsidiando a tomada de decisão. É difícil sim. Não podemos permitir que a população seja exposta a riscos que não conhecemos. Se é imprescindível o risco, os serviços de saúde terão que se preparar para assumir o ônus dos efeitos dos danos sobre a saúde dos nossos filhos e dos nossos parentes e sobre a nossa própria saúde, na terceira idade. Seremos nós os pagadores. Nós iremos sofrer os efeitos.

Penso que vale a pena discutir isso. Não gostaria que pensassem que estou retrucando, mas, como representante do Governo, eu não poderia deixar de falar do nosso papel, que é o de buscar informações. Não sabemos tudo, porque o tema é complexo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, um dos autores do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Além de autor do requerimento, sou autor do projeto de lei. O projeto de lei tem um objetivo muito claro ao falar da contrapartida ambiental para a realidade dos pneus no Brasil, de uma maneira geral.

Quando falamos em pneus, tratamos de pneus novos – fabricados aqui ou importados –, dos chamados pneus meia-vida e dos pneus remoldados. Os recauchutados seriam uma realidade diferente. É uma fabricação de um pneu remoldado. São essas as três qualidades de pneus existentes no Brasil.

Então, na verdade, como o Dr. Bertoldo já disse da última vez – e o repetiu hoje –, deve haver uma destinação para esse produto que é colocado no nosso mercado.

Tenho várias preocupações. Eu até perguntava, antes desta audiência, sobre a quantidade de pneus que o Brasil utiliza, e me foi dada a informação de que a quantia gira em torno de 50 milhões de pneus por ano, incluindo os novos, os recauchutados e os remoldados. E, dos novos, 35 milhões são produzidos no Brasil, e cinco milhões são importados do exterior. Então, se pensarmos na realidade social, essa importação de pneus novos deveria ter uma contrapartida ambiental maior, inclusive, do que a daqueles produzidos no Brasil. Afinal, aqueles que são importados novos não têm a contrapartida social, que é a geração de emprego, de renda e uma série de coisas. E os remoldados – que são fabricados aqui, como já foi dito pelo Dr. Francisco Simeão –, os recauchutados, os recuperados geram 13 mil empregos, aproximadamente, e 17 mil os pneus novos. Então, para cada pneu recauchutado, haveria a disponibilização de três funcionários, e, para cada pneu novo, a disponibilização de um funcionário.

Temos de pensar nisso também. Mas deve haver regras. E, nos debates que vêm acontecendo – e esta é a terceira audiência pública –, poderíamos, na verdade, colocar os gargalos em alguns pontos principais. O primeiro ponto, eu diria, é a questão da importação da carcaça. Por que não utilizar a carcaça nacional e termos de utilizar a carcaça importada?

Algumas pessoas argumentam – vários Senadores, inclusive, argumentaram – que estaríamos importando lixo, que o Brasil não deve ser a lixeira do mundo, uma série de argumentos nesse sentido. Eu me detive muito nesse assunto.

A fábrica BS Colway está no Paraná, está na região metropolitana de Curitiba, no Município de Piraquara. Já visitei a fábrica várias vezes, e ela gera, como foi dito, 602 empregos. Então, vamos à fábrica, e seria interessante que outras pessoas pudessem visitá-la também.

Eu, pessoalmente, não tenho como considerar a carcaça desse material como lixo. Por que não a considero como lixo? Tenho dados do Immetro, do IPT e da própria Tecpar que mostram que o produto que

sai desse material pode ser considerado equivalente a um produto novo. Se é um produto novo, estamos importando um determinado material que vai ser utilizado na confecção de um produto novo. São 80 mil quilômetros de garantia, cinco anos de garantia contra defeitos. Então, parece-me que é um produto novo. Não estou importando uma televisão ou uma geladeira e as vendendo como usadas. Estou importando um material que não vai para a natureza. Se o remoldado não foi fabricado, outro material vai para a natureza do mesmo jeito.

Então, estamos fazendo três empregos em vez de um emprego. Até socialmente, isso é interessante, porque não estou pegando essa carcaça e largando-a na natureza. Essa carcaça tem uma destinação, que é a produção desse terceiro pneu, aqui do meio, o pneu remoldado, cuja qualidade é atestada pelo Inmetro e por outros órgãos. O próprio contrato com o consumidor dá cinco anos de garantia e 80 mil quilômetros de rodagem.

Não consigo enxergar o motivo de se dizer que estamos importando lixo e que esse lixo vai ficar na natureza. Poderíamos estar importando outros materiais, mas importamos carcaça e colocamos no mercado de trabalho.

Colocamos o pneu meia-vida, possibilitando, no projeto, que a pessoa importe pneu meia-vida. Isso pode até ser repensado, mas a exigência da contrapartida ambiental é muito severa no projeto de lei: a pessoa tem que destruir dez pneus inservíveis de maneira ambientalmente correta. Assim, imagino, a pessoa até não vai... Mas a pessoa, se quiser importar, importa. Até seria bom para o Brasil, porque ela tem que dar cabo de dez pneus, o que, ambientalmente, seria, imagino, adequado.

Os pneus novos produzidos lá fora e importados como novos não geram emprego nenhum. São cinco milhões de pneus que não geram emprego nenhum; geram emprego e imposto lá fora. Esses devem ter um tratamento diferenciado, se temos a preocupação com a geração de empregos no Brasil.

Então, eu consideraria esse um gargalo. Já falei com o Senador Geraldo Mesquita depois da audiência passada. S. Exª tinha uma preocupação com a utilização da borracha brasileira, e eu lhe disse que a borracha está sendo usada. Disse: "Mas seria um lixo". E eu disse para aprofundarmos a discussão, porque não estamos largando o lixo por aí. Devemos ter um pouquinho de cuidado.

Gostaria de ouvir algo maior nesse sentido.

A segunda questão, que é o gargalo, é a da destinação, como todos falaram. Mas esse não é um problema do remoldado; é um problema do remoldado, do novo, do novo importado. Quem importa um carro da marca Mercedez, quem importa 50 Mercedez tem que destruir 250 pneus, porque cada Mercedez vem com cinco pneus. Então, tem que destruir 250 pneus. Até deveria destruir mais dentro dessa ótica, mas isso está sujeito à discussão, porque também foi fabricado lá fora, não gerou emprego aqui. Não é verdade? De qualquer forma, é preciso destruir 250 pneus.

Também é preciso verificar o que é ambientalmente adequado. O Dr. Flávio, inclusive, apresenta a situação. Devemos ter essa preocupação com o meio ambiente. A vigilância sanitária tem que acionar mais o Ibama. Deu-me um pouco a impressão... Sei que não era essa a intenção do Dr. Flávio, que é uma pessoa extremamente competente. Mas acredito que a vigilância sanitária, a vigilância da saúde, a vigilância ambiental deve acionar o Ibama. Isso está na resolução do Conama, e penso que até nós, como Comissão, deveríamos requerer que o Ibama nos dissesse a espécie de fiscalização que está acontecendo. Quantos pneus foram destruídos? Que tipo de procedimento o Ibama adota? O que é ambientalmente adequado? Está acontecendo na Petrobrás e também nas fábricas de cimento.

Ontem, na outra Comissão que está continuando a discussão, tratamos da questão dos organismos geneticamente modificados. Há na Constituição o princípio da precaução, mas esse também não deve impedir que as coisas aconteçam e se desenvolvam. Temos que nos cercar de garantias, como está acontecendo com os organismos geneticamente modificados.

O próprio Dr. Capubianco, do Ministério do Meio Ambiente, e todas as outras pessoas também... Uma coisa é precaução, e outra coisa, inércia. Vamos ter precaução, mas não podemos ficar inertes também diante da realidade. O que é ser inerte? Estamos importando, no caso, pneus remoldados do Uruguai, vamos importar pneus remoldados da Europa e vamos impedir que os empresários brasileiros produzam pneus remoldados. Para mim, é um absurdo isso. Não teria nem cabimento. É precaução com inércia. Essa discussão deve ser feita.

Inclusive, na primeira audiência, o pessoal do meio ambiente apresentou dúvidas em relação ao laudo do Inmetro, e eu, naquela ocasião, disse que gostaria que o Inmetro testasse não só o pneu remoldado, mas também o novo, até para fazer uma comparação entre os dois para verificar, em termos de qualidade, o que estaria acontecendo. Mas temos essa preocupação, que é também a do Instituto Paulista de Tecnologia; do Tecpar, do Paraná; e do Inmetro. Essa preocupação sempre tivemos.

Ao mesmo tempo, o Brasil – e a Petrobras está incluída – tem que pensar nessa questão da destinação desses produtores na natureza. Então, é um problema do Brasil. Concordo com o Dr. Francisco Simeão quando diz que isso não pode ser um ônus para o Poder Público também. Vamos coletar pneus? A prefeitura coleta, a prefeitura armazena... Não há nada disso. Quem está lucrando com essa atividade econômica é que tem que pensar em todo o processo, como o Dr. Bertoldo disse, desde a venda até a destruição do pneu. Mas, ao mesmo tempo, a sociedade tem que criar um mecanismo para dizer: "Não. A Petrobras vai lá de uma maneira ambientalmente correta".

Os gargalos estão aí no sentido de se dizer... Para mim, pelo menos até o momento, não é carcaça. Se comprássemos meia-vida e vendêssemos meia-vida, eu diria que era carcaça. Mas se pode fazer, desde que se destruam dez, como falei. Tudo bem. Há uma contrapartida severa. É ambientalmente correto. É preciso haver uma estrutura adequada, porque é um problema nacional a questão dos pneus, como o é no mundo inteiro.

Eu até gostaria de saber do Dr. Francisco Simeão como os outros países também enfrentam a situação, o que eles fazem. Sei que o mercado brasileiro é de 5% e talvez chegue a 10%; nos outros países, é de 20%, ou seja, o dobro do índice do Brasil, o que já foi dito em outras audiências.

Como está essa situação? Sabemos que, no Brasil, no Paraná, há bastante asfalto ecológico, com a colocação de borracha – não sei se é isso – advinda de pneus. Essas coisas poderiam ser esclarecidas.

Tenho muitos amigos ambientalistas, aos quais perguntei: "Na usina do xisto, em São Mateus, vocês já fizeram estudos, para ver se a colocação dos gases na atmosfera gera problemas ou não? Sabemos que, se algumas indústrias jogarem a água direto no rio, isso vai causar problema à saúde. Mas, se a água for tratada, se houver um conjunto de procedimentos – hoje a tecnologia permite fazer isso –, esse problema não vai acontecer.

É claro que a Petrobras é ambientalmente muito rigorosa nesse sentido. No Paraná, em Araucária, há uma refinaria e vemos uma fumaceira naquela cidade. Já discutimos essa fumaceira com a Petrobras, e está provado que a fumaceira não faz mal nenhum. Há mecanismos para provar isso; afinal, a pesquisa também tem que progredir nessa área de meio ambiente.

Mas, se há 50 milhões de pneus em um ano no Brasil, é preciso que se dê um destino para esses pneus. A pesquisa precisa melhorar também.

Então, falo no sentido de sistematização. Gostaria de ouvir da própria Petrobras se há algum estudo nesse sentido do próprio Inmetro. Gostaria de saber se poderia ser feito algum estudo para comparar pneus. Poderíamos pedirmos oficialmente, Srª Presidente, ao Ibama, para ver como isso vem sendo fiscalizado. A Comissão de Assuntos Sociais tem que se deter nisso.

Seria uma concorrência desleal dizer que se pode fabricar no Uruguai ou na Europa, mas que não se pode fabricar aqui. Isso não tem o menor sentido. Até o Dr. Francisco Simeão poderia dar um esclarecimento sobre como as coisas acontecem.

No Paraná, há o programa Paraná Rodando Limpo, da Secretaria da Saúde. É um sucesso absoluto, completo. Todos estão envolvidos, como os meios de comunicação. E não é mais um problema. Pneu jogado na natureza não é mais problema no Paraná. Isso pode até existir lá, mas esse é um programa social bom, que envolve a sociedade. Esse programa pode ser implantado nos outros Estados.

Uma das fábricas está no Paraná, mas a carcaça não é um problema lá. É preciso ver se a Petrobras pode avançar, com as universidades, com os pesquisadores, sobre a qualidade também daquilo que é jogado no meio ambiente. Se tivéssemos isso, resolveríamos um problema para o Brasil e, ao mesmo tempo, haveria uma competição saudável, a valorização do empresário brasileiro.

É uma guerra econômica muito forte. Estamos falando de 5% do mercado, mas é uma guerra tremenda, porque 5% do mercado, hoje, significaria algo em torno de 2,5 milhões de pneus, indo para cinco milhões de pneus. E o pessoal se mata, mas queremos que tudo fique de uma maneira adequadamente colocada do ponto de vista econômico e do ponto de vista ambiental.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Algum Senador tem algum questionamento ainda a fazer?

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, o autor da matéria, nosso Senador Flávio Arns, foi bastante preciso a respeito da finalidade desse debate, do objetivo do seu projeto, e esclareceu que existem pontos que realmente estão causando polêmica e que precisam ser não só identificados, como também fortalecidos na proposição que ora estamos discutindo com os vários representantes dos segmentos da indústria e do Governo.

A importação de pneus usados causa uma certa polêmica, desde o ano de 1993, com o projeto da indústria e comércio que chegou à Câmara e que foi retirado em 1995. E, a partir daí, com muita paciência, os defensores da importação de pneus usados para remoldagem participam ativamente do debate em torno

dessa questão, não só na Câmara como no Senado, evidenciando a sua importância.

Ora, então o que é que está pegando na realidade? Primeiro, há os que são contra, que dizem que a importação de pneus usados poderia transformar o Brasil numa lixeira, o que na realidade não pode acontecer, em virtude das precauções que foram incluídas no projeto do Senador Flávio Arns.

Na industrialização do pneu usado, então, os ambientalistas têm a preocupação com os produtos poluentes que saem das chaminés. Ora, essa preocupação penso que não deveria se referir apenas às fábricas de remoldagem, como também às fábricas de pneus novos, que já existem no Brasil há muitos anos, que também apresentam índice de poluição. Mas existem remédios, industriais inclusive, para corrigir quaisquer deficiências nesse setor do meio ambiente. As fábricas de cimento utilizam, até demandadas pelo Ibama, há muito tempo, filtros que reduzem substancialmente a expedição de poluentes na atmosfera. Esses filtros, então, quem sabe, poderiam ser estudados, se fosse o caso, para serem aplicados nas indústrias de pneus de remoldagem e também nas indústrias de pneus novos, se é que há poluentes que possam prejudicar a saúde, conforme disse o representante do Ibama e o Dr. Flávio Pereira, da Coordenação-Geral da Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde.

Com referência a essa preocupação com as fábricas de pneus para moldagem ou remoldagem, há no projeto exigências substanciais que evidenciam a preocupação do Senador Flávio Arns com essa questão. Já falei aqui – e fiz uma pergunta – que o Projeto de Lei do Senado nº 216, no seu parágrafo único, estabelece no seu inciso V que a empresa que entrar nesse negócio deve se comprometer a ter, individualmente ou em conjunto com outras empresas fabricantes de pneus remoldados, programas de coletas de pneus inservíveis.

No que diz respeito ao Paraná, foi demonstrado de forma clara que lá existe, realmente, um programa para atender essas exigências do meio ambiente, em que seis milhões de pneus foram destruídos. Essas empresas devem ter instalações próprias para a picagem de pneus e podem ter coletado e destruído um mínimo de 25 mil toneladas de pneus inservíveis, fato esse que será comprovado por meio de auditoria a ser realizada pelo Ibama até a data do pedido de licença. Deve-se comprovar que os pneus por ela fabricados foram aprovados nos testes de qualidade e segurança exigidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, o Inmetro. Além da possibilidade de empresas como a Petrobras se utilizarem dos pneus inservíveis para a produção industrial de combustíveis, ainda existem essas exigências que têm que ser obedecidas rigorosamente pela empresa detentora da licença do Governo para atuar no setor.

Dessa forma, penso que, resolvendo essa questão da fumaça e essa questão da comprovação da qualidade do pneu – que é dada pelo Inmetro –, ficando provado que o pneu utilizado nesse processo, vindo do exterior, é melhor do que o nacional ou igual a ele, estabelece-se uma concorrência que é vital para um país como o nosso, um país subdesenvolvido, que não apenas precisa de emprego, mas também da criação de um ambiente de competitividade, de concorrência, para que haja o barateamento de todos os seus produtos, inclusive dos pneus.

Sabemos que o Brasil deveria dar prioridade às ferrovias, mas deu prioridade as rodovias. Isso significa mais gastos de pneus, a ponto de precisarmos, anualmente, como aqui foi dito pelo nobre autor e pelo Dr. Simeão, de aproximadamente 50 milhões de pneus por ano. Esses 50 milhões de pneus por ano têm realmente uma carga poluente e perigosa em relação à saúde. E há uma preocupação do Ministério da Saúde em combater, a todo o custo e da sociedade brasileira, a dengue. Ora, se parar a produção do pneu novo e a produção do pneu remoldado, que também será um pneu novo depois de devidamente industrializado... Existem limites para essa produção no que diz respeito ao meio ambiente e à obediência estabelecida no projeto. Assim, penso que há uma viabilidade total, em que as duas atividades possam conviver, democraticamente, no sistema livre de mercado, que é o adotado pelo Brasil.

Países como os Estados Unidos e os do Mercado Comum Europeu se utilizam desse processo para participarem da concorrência. O Brasil não é um país diferente. É diferente apenas na desigualdade. E se leva em conta que, ao longo dos anos, o pneu tem sido barateado, a sua qualidade tem sido melhorada. Quem sabe, melhorando mais ainda a qualidade, futuramente, as indústrias que aqui se instalarão para produzir o pneu remoldado poderão se utilizar do próprio pneu nacional, o que vai diminuir sensivelmente o impacto ambiental, questão tão preocupante para todos nós!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Tenho entendido que o consumidor foi beneficiado com essas indústrias de recuperação de pneus, em virtude da duplicação da vida do pneu e da redução de quase 50% do seu preço.

Entendi, pelas exposições, que a indústria de recuperação ocupa apenas 5% do mercado. Mas, segundo dado de que disponho, ela ocupa 25% na produção.

Quarenta e dois milhões de pneus são fabricados e importados, e 10,6 milhões são reformados. Eu queria que me esclarecessem por que há esta diferença: essa indústria ocupa só 5% do mercado, mas está produzindo 25% do usado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Simeão.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Esses dados de empregos referem-se ao setor inteiro de reforma de pneus – são os recauchutados, os recapados, os remoldados – e guardam a mesma proporção de número de funcionários por pneu produzido. Mas o setor de remoldados – em torno do qual há a grande discussão –só processa pneus de automóveis e de camionetes, já que não há disponibilidade de carcaças na Europa na qualidade requerida no Brasil. As carcaças são muito fortes no Brasil, são muito mais fortes que as européias, já que os pneus são fabricados para suportar até 42 toneladas. Destroem-se as estradas, mas os pneus são quase indestrutíveis.

Esses 5%, o pomo de discórdia, referem-se a 2,5 milhões de pneus. Então, são realmente 5%. Esse tipo de produto alcançou na Europa 10%. Ouvi alguém dizer aqui: "Se é tão bom o remoldado, por que não se fabrica na Europa?" Sabe-se que 10% dos pneus fabricados na Europa para automóveis e camionetes representam 10% do total utilizado lá. E não passa de 10% historicamente – e nem no Brasil vai passar –, porque ele sempre vai nascer de uma carcaça. Mas é esse o percentual.

Senadora, se V. Exª me permitisse, gostaria de completar as outras informações.

O Senador Antonio Carlos Valadares nos questionou por duas vezes, e, na vez anterior, eu me esqueci de dar uma informação a S. Exª. Consta a obrigatoriedade no projeto de lei do nobre Senador Flávio Arns de que a empresa ou o grupo de empresas associadas do setor de importação e de fabricação de remoldados deveriam provar, antes da emissão da primeira licença, ter coletado e destruído um mínimo de 25 mil toneladas de pneus-lixo, de pneus inservíveis.

Essa estrutura montada na região metropolitana de Curitiba, a da BS Colway, que atende a Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, já coletou e processou cerca de 35 mil toneladas, o que, portanto, significa 40% a mais do que o exigido. Naturalmente, outras associações e outras empresas industriais poderão cumprir isso também. Não é fácil cumprir isso, é bem difícil. O desejável é que se juntem associações interessadas do setor. Essa união fará com que se cumpra a obrigação, mas com que se mantenha o direito de importar circunscrito ao setor que realmente precisa da carcaça, que é adversário dos importadores de pneus meia-vida, para se evitar que alguém traga a carcaça sob o argumento da utilização como matéria-prima e a desvie para a comercialização de pneus meia-vida.

Essa preocupação do nobre Senador Flávio Arns foi muito interessante, porque, realmente, coloca no setor a responsabilidade de fazer sua própria fiscalização.

Quanto ao que se faz na Europa para a reciclagem de pneus, no ano de 1994 e 1995, por meio de termo de cooperação assinado com o Ibama, com a nossa Associação, a Abip, e com o IPT, foi feito um estudo no mundo inteiro sobre as tecnologias disponíveis, as técnicas de destruição de pneus inservíveis e sua viabilidade econômica. É um estudo muito bem feito, que está disponível à sociedade brasileira no IPT e no Ibama.

Do nosso conhecimento, majoritariamente os pneus inservíveis da Europa e dos Estados Unidos são destinados à utilização nas cimenteiras, como energia e desprendendo uma parte de matéria-prima.

Quanto à fiscalização, esta é realmente muito simples de fazer, porque são empresas grandes que são autorizadas pelo Ibama, majoritariamente grandes, para fazer essa destinação ambientalmente adequada, e o Ibama aprova ou não.

Então, o que eu disse – talvez, eu não tenha sido feliz na colocação com o nobre representante do Ministério da Saúde – é que deve, sim, haver a preocupação com o saldo de resíduos ou seja lá o que for. Mas ao Ibama cabe decidir se autoriza e considera ambientalmente adequado, mesmo que possa ter dúvida sobre a perfeição de sua decisão. Mas, nesse caso, entra o que o nobre Senador Flávio Arns observou com muita propriedade sobre o princípio da precaução e da inércia, que está, inclusive, privilegiado na nossa Constituição.

O fato é que nós, que temos a obrigação de proceder essa tarefa, devemos nos louvar na decisão do Ibama ou na dos órgãos integrantes do Sisnama para decidir se pode ou não proceder daquela maneira. E a Petrobras teve essa autorização, teve essa auditoria, e foi ratificada essa autorização por duas ou três vezes, desde quando começou a se proceder assim.

Portanto, temos que ficar tranqüilos, pois é ambientalmente adequada. E, quanto ao xisto, isso também deve ocorrer, porque, ao final, o resíduo se incorpora numa massa só e volta para a mina, onde é monitorado por anos e anos e recoberto com nova matéria orgânica; é reflorestado. Enfim, é um trabalho maravilhoso.

Eu me orgulho muito da Petrobras, quando visito São Mateus do Sul, pelos cuidados e pela importância

que ele tem. Está aqui o Fernando, que é gerente administrativo, o Valdemar e o Dr. Gulin, que sempre, nas discussões, ensinaram-nos muito, inclusive no que diz respeito à preocupação com o meio ambiente.

Sem dúvida nenhuma, a Petrobras terá condição de chegar a 27 milhões de pneus por mês, se quiser, desde que seja vantajoso comercialmente.

Hoje a Petrobras cobra R$60,00 por tonelada por ano. Mas, se o mercado, na lei da oferta e da procura, não tiver quem faça esse trabalho, a Petrobras poderá realizar novos investimentos, novas adequações – quem sabe não cobrará R$60,00, mas sim R$200,00 –, e daí se interessar em fazer. O fato é que, se a Petrobras cobrar R$200,00, que é o preço da Europa, isso continua viável.

É evidente que estou falando contra nós aqui, porque vivemos discutindo comercialmente se a Petrobras quer levantar o preço ou se quer baixá-lo, mas o fato é que é muito importante existir a Petrobras no Brasil, num preço ou no outro.

Quanto à fiscalização, a Petrobras a faz, como também a fazem meia dúzia ou dez cimenteiras no Brasil e picadores. Mas é um número reduzido de empresas – diria que não ultrapassa dez – que atende 98% da necessidade do mercado.

Só um funcionário do Ibama pode cobrir toda a estrutura, porque são apenas dez. E tudo bem que não se fiscalizem os outros 2% com o mesmo rigor ou que se faça por amostragem.

Portanto, isso é possível. O que me intriga no Ibama é que não existe tempo para fiscalizar as multinacionais, mas existe uma tropa de choque contra nós que demonstra uma competência fantástica nos Tribunais. Procuradores visitam todas as Varas Federais de todas as regiões do Brasil, atentos, vigilantes, demonstrando uma força-tarefa de trabalho fantástica.

Por que o Ibama tem equipe para policiar e tentar impedir os 5% de problemas e não tem uma equipe menor para fazer acontecer os 95% que correspondem aos pneus novos fabricados no Brasil ou importados por essas mesmas empresas?

Finalmente, foi iniciada e abortada uma discussão para rever os fundamentos da Resolução Conama nº 258/99, que é tudo de que a sociedade brasileira dispõe hoje nesse litígio. O argumento é o de que é difícil reciclar pneus, ou seja, há uma clara intenção de reduzir ou se eximir da responsabilidade de coletar e destruir os pneus inservíveis de forma ambientalmente adequada. E somos o único baluarte para dizer que a sociedade não pode abrir mão disso, que é fácil fazê-lo e que é economicamente viável para quem ganha dinheiro com a atividade.

É evidente que não é uma atividade viável de per si. Ninguém vai querer limpar o banheiro de todos os senhores, porque essa é uma atividade que não interessa a ninguém, mas morar na residência, mesmo com a obrigação de limpar o banheiro, todos o fazemos.

Ouvi a Srª Marijiane dizer que a BS, se quisesse, poderia continuar fazendo o trabalho que está fazendo no Paraná e, inclusive, poderia fazê-lo em outros Estados para limpar o lixo do Brasil inteiro. Isso aconteceria se assim quiséssemos. Pode-se dizer que isso desvia o foco e que não queremos isso como atividade. Aceitamos a obrigação como aceitamos pagar energia elétrica e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Se todos forem obrigados a cumprir a obrigação, é como se ela não existisse como ônus.

Temos de preservar a resolução. Vejam o argumento da revisão da resolução. O art. 4 da Resolução Conama dispõe que, no quinto ano de sua vigência, ela deverá ser revista em todos seus termos. Quando será o quinto ano da sua vigência? A resolução já foi discutida, tendo recebido nova redação pela Resolução nº 301/02, proposta no dia 11/12/01, três semanas antes da sua exigência efetiva, que seria no dia 1º de janeiro de 2002, com o mesmo argumento de que era preciso aliviar a resolução. E nos opusemos a isso. Fomos à Justiça Federal e conseguimos mantê-la íntegra. Essa resolução foi materializada no mundo jurídico e permitiu existir um programa como o Paraná Rodando Limpo. Esse programa é um exemplo materializado de que tudo isso é possível e de como dever ser feito.

Essa discussão do dia 11 de dezembro de 2001 foi completada em março do ano seguinte, quando recebeu uma nova redação. Essa redação foi boa, e todas as vezes em que o assunto for debatido democraticamente vai melhorar. O projeto de lei do nobre Senador é muito melhor que a resolução, porque já está maduro e tem a sensibilidade da excelência do Senado Federal, mas, na fase de discussão e na Câmara dos Deputados, ainda será melhorado.

Se em 26 de agosto de 1999 a resolução foi aprovada e sua vigência se deu após sua publicação no dia 02 de dezembro de 1999, ela só poderia ser discutida no quinto ano, no dia 02 de dezembro de 2004. Portanto, a discussão foi prematura.

Participei da elaboração do texto inicial da resolução, tendo sido nossa sugestão o estabelecimento de cinco anos de tarefas. A primeira tarefa foi no dia 1º de janeiro de 2002, e daí, por escala, dever-se-ia chegar aos cinco pneus coletados para quatro colocados no mercado em 2005. Portanto, de fato, o último ano da resolução seria no dia 31 de dezembro de 2005.

É evidente que vemos nessa discussão pura e simplesmente a força das multinacionais querendo

dizer que não é economicamente viável a atividade, que é muito difícil e que não dá para fazê-la. O que me intriga e me desencanta é o fato de o Ibama estar apoiando esse aliviar da Resolução Conama nº 258, o que não é possível.

Quando se discutir isso com todos os integrantes do Conselho, a nossa esperança é a de que, majoritariamente, a resolução seja preservada.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para responder ao Senador Flávio Arns, passo a palavra ao Dr. José Manoel Goulart Gulim. Posteriormente, concederei a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Papaléo Paes.

O SR. JOSÉ MANOEL GOULART GULIM – No caso da Petrobras, a SIX é uma unidade que tem uma particularidade: é um braço do Centro de Pesquisas da Petrobras. Em termos de escala, a Unidade do Xisto não é significativa perante o processo da Petrobras, mas é muito importante como centro de desenvolvimento tecnológico.

Todos os pontos vinculados às questões ambientais estão sendo estudados. Temos várias parcerias com universidades, consultorias nacionais e internacionais, envolvendo órgãos ambientais. Há toda uma análise sobre isso.

Agradeço ao Dr. Francisco Simeão pelas palavras. No fundo, o que a Petrobras quer é ter um processo de reciclagem de pneu o mais adequado ambientalmente. Sempre há espaço para melhorias.

Temos feito vários estudos e análises. Como eu disse, temos um centro de pesquisas lá, que é parte dos Cenpes da Petrobras. Monitoramos, quanto ao índice de emissões atmosféricas, até os telefonemas da comunidade com relação ao odor. Eles vêm evoluindo de forma satisfatória. Ou seja, é uma preocupação constante. O nível de investimento da Petrobras é elevado. Temos modernizado e melhorado os equipamentos. Ressaltamos que estamos até trabalhando a reciclagem de pneus considerando a unidade SIX mais como um protótipo do que propriamente como uma unidade de produção. Como eu disse, temos duas plantas. Estamos processando pneu na planta menor, que representa 20% da capacidade de produção. Estamos fazendo, adequando e otimizando.

O interesse da Petrobras é no sentido de trabalhar a questão ambiental e o passivo. Esperamos contar com ajudas, que são bem-vindas, para podermos otimizar o processo.

Não sei se respondi à questão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim. Qual foi a conclusão a que chegaram em função dos gases lançados na atmosfera em relação aos pneus?

O SR. JOSÉ MANOEL GOULART GULIM – De acordo com os estudos e análises, não temos nenhum indicativo de qualquer tipo de comprometimento. Temos até análises de risco e análises mais aprofundadas, e não há nenhum indício de comprometimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto aos expositores se ainda têm algo a acrescentar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Nós havíamos feito um questionamento para o Inmetro a respeito de uma dúvida apresentada. Até estranhei que essa dúvida tivesse sido apresentada, porque o Inmetro tem um grande prestígio nacional. Inclusive, a Rede Globo, quando faz análises de produtos, sempre se baseia na avaliação do Inmetro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passo a palavra ao Dr. Ítalo.

O SR. ÍTALO DOMENICO OLIVETTO – Exmº Senador, antes de mais nada, agradeço a V. Exª os elogios ao trabalho realizado pelo Inmetro.

Eu estava realmente aguardando alguns pontos que estão sendo mencionados aqui, para colocar a competência do Inmetro dentro do tema. O projeto de lei já menciona a avaliação do produto.

Para fins de entendimento, o Inmetro atua nesse segmento regulamentando a atividade, que é o serviço de reforma do pneu. O Inmetro regulamenta tanto a fabricação do pneu novo, como também a reforma do pneu usado.

Li alguns pontos das audiências anteriores e percebi que alguns termos, em determinados momentos, confundem-se, como, por exemplo, carcaça, matéria-prima, pneu novo. A própria regulamentação técnica do Inmetro relativa a essa atividade já esclarece bem o que são esses termos.

Foi mencionada pelo Exmº Senador anteriormente a questão – eu a tinha anotado – de que o pneu é novo em função de uma nota técnica.

Se me permitissem tentar dar um auxílio, um subsídio, não querendo alterar nada, de maneira nenhuma – eu o faria só para fins de entendimento –, eu me arriscaria a dizer o seguinte: tendo em vista as definições da regulamentação técnica do Inmetro, na verdade esse pneu a ser reformado passa pela remoldagem, pela recauchutagem ou pela recapagem; utiliza-se de um pneu usado. Penso que isso está claro. Então, o que ocorre? Vou tentar não ser muito técnico, muito específico. Se me permitem, devo dizer que sou o responsável pelo Programa de Avaliação da Conformidade de Pneus do Inmetro. Então, vou tentar aqui não entrar muito na questão técnica, por força do hábito. Mas o que eu gostaria de dizer é que, na verdade, esse pneu reformado, sendo comercializado, entrando no mercado para o consumidor adquiri-lo, foi recons-

truído. Então, para se evitar uma confusão em torno do fato de ser ou não pneu novo, o ideal seria partir da primeira definição: o pneu usado – a sua carcaça, obviamente – é reconstituído ou reconstruído e é comercializado na forma de pneu reformado.

Vamos ver se não confundimos muito as coisas. Fala-se em produto novo, em pneu novo, mas, na verdade, é um novo produto que surge no mercado, na forma, no caso do pneu, de um pneu reformado a partir de um pneu usado.

Não sei se compliquei um pouco mais. Percebi, pela leitura das atas anteriores, que isso se misturava um pouco, mas os entendimentos eram os mesmos. Então, penso que cabe ao Inmetro esclarecer isto: coloca-se um produto novo mercado, mas partindo de um pneu usado, que é reconstruído, reformado, com a finalização de ser recapado, passando pelo processo de recapagem e recauchutagem ou remoldagem.

Então, esse é o primeiro esclarecimento eu queria fazer sobre esses pequenos desentendimentos acerca dessa questão de ser ou não pneu novo. Esse é o entendimento que a nota técnica dá. E até se cria um certo desconforto para nós, internamente, no Inmetro, porque a nota técnica é um documento emitido por um servidor do Inmetro. Foi um especialista do Programa de Avaliação da Conformidade que a emitiu. Mas a interpretação é essa que mencionei neste momento. Não sei se ficou bem clara essa questão de pneu novo, de produto novo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Presidente do Conama, Dr. Bertoldo Silva Costa.

O SR. BERTOLDO SILVA COSTA – Não sou o Presidente do Conama. A Presidência do Conama se dá à Ministra. Eu ficaria muito honrado, mas apenas sou...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Sª é o representante, não é?

O SR. BERTOLDO SILVA COSTA – Sou Presidente da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento e Gestão de Resíduos Sólidos do Conama. Sou Conselheiro do Conama.

Eu gostaria, primeiramente, de dizer ao nobre Senador Flávio Arns, como já afirmei na vez passada, que o projeto de lei, as nossas resoluções e o meio ambiente têm muito em comum, em muitos pontos. O único ponto polêmico justamente é o ponto de pauta, que é a questão da importação de pneus usados, que passa a ser o centro da discussão. Mas, no todo, na contrapartida, no espírito, o seu projeto de lei tem muita afinidade com a Resolução nº 258, em que também há esse espírito da contrapartida. É claro que há níveis de contrapartida diferentes sobre os quais se poderia conversar, mas o projeto de lei realmente, do ponto de vista ambiental, nesse aspecto da contrapartida, é louvável. Quero cumprimentá-lo.

O destino dos pneus usados é o grande problema que vejo ambientalmente. É o que está em discussão.

Quanto à questão da destinação ambientalmente adequada, apontada pelo senhor diversas vezes, realmente, na própria resolução, o Conama não trata de como se jogar no aterro ou de se dispor em um outro ambiente que seja adequado à reciclagem, à valorização energética do resíduo, como a própria Petrobrás vem fazendo. São possíveis formas de disposição que consideramos nobres, dando um reaproveitamento para esse resíduo, mas é claro que, ao fazê-lo, no processo podem-se gerar outros efeitos ambientais. Ou seja, é adequado, mas deve haver o controle, o limite. As resoluções do Conama tentam trabalhar nesses limites, no limite do conhecimento dos riscos que podem ser trazidos à humanidade. Passa-se a ter o controle: a partir desse nível, é admissível; acima dele, não é admissível. É o parâmetro que usamos. É o limite que é usado. E a resolução procura normatizar isso.

A grande preocupação nossa, do Conama, são essas recomendações dos seus limites. Quando se pensa na borra, na forma como dispô-la no meio ambiente, ou na queima desse material, do óleo que é subproduto do pneu, pode-se questionar: em que nível de metais ele está inserido? Na queima dele, esse novo produto não vai gerar uma emissão de poluentes? O que pode ser feito para garantir esses níveis? Isso está dentro do princípio da precaução e dentro do princípio da saúde pública, onde há a admissão de risco à humanidade.

É dentro desse contexto que procuramos trabalhar, para que realmente se preserve a qualidade de vida. O seu projeto de lei também está nesse caminho. A questão é essa.

Gostaria de reforçar o meu outro questionamento. Não queria polemizar em torno do que disse o Dr. Francisco Simeão, mas ele falou diversas vezes sobre a revisão da nossa resolução, que faz parte da Câmara que presido. É engraçado o fato de ele ter mais informações do que eu, que trabalho na Câmara, que tenho o processo na mão, no qual, em nenhum momento, se fala do motivo que ele aborda.

A revisão da resolução é de 1999. A Resolução nº 301 foi apenas uma adequação de redação; não foi a realização como um todo. O senhor sabe disso, porque participou do processo. Então, a revisão realmente tem validade até dezembro. Ou seja, o Regimento do Conama não pode deixar vencer um processo, uma revisão, para depois começar a fazer a sua revisão.

Temos que começar a fazer isso antes. Isso é regimental. E um processo de revisão leva, no mínimo, seis meses. Então, se estou começando em junho, estou dentro do prazo regimental, estou agindo de acordo com um parecer que foi dado pela própria Secretaria que avalia a qualidade ambiental, pelo próprio Ibama, que concorda com a revisão.

Pode ser um dos pontos de discussão a questão da destinação, a contrapartida, mas podemos ampliar essa discussão. A revisão é completa, é grande, e, inclusive, pode-se agregar muito conhecimento do Senado – o qual estamos obtendo hoje com o projeto de lei do Senador. Ou seja, ela pode ser muito mais ampla e não se restringe apenas a uma discussão.

Não me quero ater – e não vou fazê-lo, como Presidente da Câmara, no Conama – a tomar partido de A ou B. Vamos tentar garantir a qualidade de vida, a melhoria do meio ambiente. Vamos tentar garantir que haja eficácia na execução dessa resolução, que esses questionamentos sejam enquadrados.

Eu gostaria de fazer uma pergunta, se possível, a um componente da Mesa ou a um representante da Petrobras. Gostaria de saber se eles têm alguns laudos – acho que devem ter –, que possam depois ser passados para a discussão na Câmara e no Senado, sobre a análise do produto, do óleo fabricado, sobre os níveis de metais. Realmente essa preocupação é procedente ou não?

E, quanto aos níveis da borra, tenho uma informação sobre a classificação das borras, que peguei do *site* dos senhores: em torno de 42% do processo do xisto, do pneu, é resíduo. De acordo com a Resolução Conama nº 23/86, esse é um resíduo classe I, II ou III? Como ela se classifica? Quais são os níveis de dioxina na sua queima?

Partindo desses conhecimentos, podemos pensar no controle. Temos que saber o nível, a caracterização desse material, para depois pensarmos na destinação adequada, que é abordada pelo Senador. Vejo como uma solução plausível o controle, é claro. Respeito a Petrobrás, que é uma referência nacional, orgulho brasileiro.

Disse tudo isso para subsidiar essa discussão – e, talvez, num outro nível, o próprio Senado –, para tomarmos conhecimento dessas questões, para que possamos desenvolver uma discussão mais profunda do ponto de vista ambiental.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. José Manoel.

O SR. JOSÉ MANOEL GOULART GULIM – Para nós, vai ser ótimo. O Valdemar é o gerente de comercialização. Então, são questões de análise de óleo, porque o nosso produto tem que ter qualidade, as especificações de chegada e todas as questões de classificação de resíduos. Vamos disponibilizar o material que temos lá da forma como for melhor e gostaríamos de participar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Inicialmente, parabenizo a Comissão de Assuntos Sociais por ter proporcionado a todos nós esta oportunidade de discutirmos um assunto tão importante, em virtude do projeto de lei do Senador Flávio Arns, da Relatoria a ser feita pelo Senador Antonio Carlos Valadares e, conseqüentemente, de requerimentos de S. Exªs próprios.

Parabenizo também todos os expositores. Cada um, dentro de sua especialidade, conseguiu esclarecer as questões aqui discutidas.

Registro principalmente a participação do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Saúde e do Ibama e faço uma análise sobre a Região Norte. Sou do Amapá e percebo que essas instituições, esses órgãos têm eficiência muito duvidosa na nossa região. Já produziram muitos políticos, muitos nomes que se tornaram internacionais, mas, na efetiva prática, há algumas referências muito negativas.

O Dr. Flávio falou muito bem da ponderação que fez o Dr. Simeão quando se referiu a "uma fumacinha", que pode provocar morte e seqüelas irreparáveis. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde hoje tem mais de cinco mil mata-mosquitos com lesões irreversíveis que o Ministério praticamente abandonou. Isso, inclusive, foi tema de pronunciamento meu.

Não sei se os Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente ainda estão preocupados com o mercúrio que os nossos garimpeiros usam. O Ministério da Saúde repassa verbas significativas para as ONGs – estamos acompanhando o escândalo das ONGs – atuarem no atendimento em saúde dos nossos índios. Não estou duvidando da qualidade técnica de ninguém. Absolutamente! Mas verifico que existem muitos técnicos e cientistas que, embora muito bem preparados, estão muito habituados a dar palestras, a discutir sistemas importantes entre quatro paredes, mas que não conhecem a prática que conhecemos.

Então, há muita teoria bonita principalmente por parte do Meio Ambiente e do Ibama, que nos convence completamente, porque são pessoas estudiosas, que sabem argumentar muito bem. Todavia, o resultado prático, principalmente o do Ministério da Saúde, é muito duvidoso.

O tema é muito complexo, mas vou fazer uma referência. Saibam que, dentro de determinadas áreas indígenas onde há exploração mineral, existem

estrangeiros, pessoas que, embora não saibam falar bem o português, dominam a região muito mais do que qualquer um de nós. Eles têm o domínio material e geográfico da região.

Então, são instituições que chegam sempre atrasadas, pois, quando chegam, o estrago já está feito. Volto a dizer que não se trata de falta de capacidade técnica. Isso pode ocorrer por falta de pessoal, por falta de convivência lá na ponta. Falo muito bem disso, porque sou médico assim como o Senador Augusto Botelho; sabemos que convivemos lá e que não há discriminação para nós.

Coloco isso na atividade dos senhores. Conheçam melhor onde as instituições estão trabalhando. Façam uma visita à Amazônia. Empenhem-se em fazer pelo País, pelo Brasil, porque muitos dos nossos afamados ecologistas estão nessa situação patrocinados por organismos internacionais que têm o interesse em manter essas pessoas aqui com poder e com respeito para eles poderem fazer o que bem entendem.

Desviei um pouco do assunto para deixar bem claro que a ação do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde é extremamente importante, mas precisamos nos modernizar para alcançarmos os objetivos de que necessitamos. Vou dar o exemplo da Petrobras. Se fosse a empresa do Dr. Simeão, será que ela poderia estar exercendo essa atividade? O senhor não soube responder com exatidão se os detritos despejados, desprezados, causam ou não doença.

O Ministério da Saúde se preocupou com isso? Ou não se preocupou por que se trata da Petrobras? Se fosse uma empresa privada, iria se preocupar. Essa é a dúvida com que ficamos. Assim, não podemos fazer nenhuma discriminação em matéria de saúde.

Faço essa ponderação. Quero parabenizá-los e cumprimentar o Senador Flávio Arns, que foi exato em sua síntese. V. Exª não deixou nada fora da sua síntese sobre a importância que tem o seu projeto e a de contarmos aqui com pessoas qualificadas nos dando informações para podermos embasarmos um projeto de lei.

Parabenizo também o Senador Antonio Carlos Valadares, que, com seus questionamentos, passou a ser um homem estudioso sobre o tema. Logicamente, quando fizermos a avaliação legislativa durante a nossa votação, teremos a certeza de que votaremos com segurança.

Esqueci de fazer a minha pergunta, dirigida ao representante do Secretário de Saúde do Estado do Paraná. Quem quiser respondê-la poderá fazê-lo.

Se no Paraná foram destruídos cerca de 6,8 milhões de pneus, logicamente com o aval dos Ministérios fiscalizadores, parece-me muito simples utilizar-se a mesma técnica em outros Estados. Não teríamos problema algum. Não é verdade? Se lá os resultados na área da saúde foram extremamente positivos, com a diminuição dos números de casos de dengue, e se foi autorizado o processo utilizado – que não sei qual e até gostaria até de saber – por que não transferir essa técnica para outros Estados?

O SR. JOSÉ FRANCISCO KONOLSAISEN – Sr. Senador, quando assumimos no ano passado o Governo do Estado, como Diretor da área de saneamento e meio ambiente, tivemos uma dificuldade muito grande uma vez que encontramos um surto epidêmico de dengue em algumas regiões – a mais afetada foi a região metropolitana de Londrina, que é a segunda maior cidade do Estado.

Foi feito um trabalho em que tivemos que utilizar umas quinze toneladas de inseticida, pois a situação era muito grave, 50 mil litros de combustível, o que também gerou poluição, e 200 mil litros de óleo como vetor veículo para o inseticida, porque é uma região muito quente. Se utilizarmos água como veículo, o que hoje está sendo modificado, acabamos diluindo e não obtendo efeito. Tudo isso gerou um desgaste por parte do Governo, que estava assumindo um risco muito grande. E a culpa é de quem está no presente, não no passado.

Atrelado a isso, eu já vinha acompanhando um trabalho realizado, primeiro, na cidade de Piraquara, onde está situada a empresa. Fiz parte da Vigilância Sanitária do Município, na região metropolitana de Curitiba, programa depois estendido ao Paraná. O Paraná Rodando Limpo é uma iniciativa do Governo do Estado, a custo zero, pois só participamos recebendo o resultado, que é a retirada dos pneus, por intermédio do programa liderado pela Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná. O segmento da saúde e do meio ambiente está apenas usufruindo os resultados, não está colocando honorário público algum, dinheiro que vamos retirar.

Tivemos o prazer de controlar a dengue no Estado do Paraná neste ano. Houve um trabalho. Apenas um Município "pisou na bola", pois lá houve um número grande de casos para o Município, 14. Tivemos que interferir, já que o Município não estava correspondendo, já que recebe dinheiro do Ministério para fazer o combate. E foram 14 casos espalhados, o que nos possibilitou investigar caso por caso. Temos visto casos que são atrelados ao Paraná, mas que não são do Paraná. São pessoas que vieram de fora, mas que, por algum desconforto, não quiseram dizer que viajou para determinado Estado. Portanto, assumimos os casos. De 9.301 casos no Estado, passamos para 47 ou 48

casos. O trabalho está encerrado neste ano. Faz frio no Paraná, e, com isso, já estamos nos preparando para 2005 no que diz respeito à questão do controle.

Com relação aos pneus, há os pneus grandes, ainda a céu aberto, que não foram destruídos. Existe uma preocupação muito grande com relação a esse fato. Os pneus que ficavam na periferia do domicílio não estão mais. Esse era o grande foco criador. Mais ou menos 34% dos focos de mosquito da dengue são gerados em pneus. Hoje não há esses 34%.

Estamos realizando um estudo e monitorando. O **aedes aegypti** é um mosquito intradomiciliar. Ele fica na periferia do domicílio e dentro da casa e ali se multiplica e contamina as pessoas. Estamos fazendo o monitoramento do mosquito por meio de uma técnica desenvolvida por professores da USP e também da Universidade de Minas Gerais, que se chama Ovitran. E estamos obtendo um bom resultado na região metropolitana de Londrina. Com esse monitoramento, estamos obtendo retorno. Isso significa que, no ano de 2004, o Paraná não gastou 50 mil litros de combustível, não gastou o inseticida que o Ministério nos envia gratuitamente, e que é monitorado por ele, e não gastou 200 mil litros de óleo vegetal, que é o veículo. Atualmente, a técnica foi modificada, e estão utilizando mais a água.

Houve uma economia aproximada de 25 mil exames de laboratórios que foram feitos. Neste ano, até o presente momento, fizemos apenas oito mil exames – estamos fechando esses números –, e nenhuma pessoa foi internada, em contrapartida do que ocorreu no ano passado, quando houve mais de três mil internações, com quatro óbitos, o mais grave de toda a situação.

O trabalho foi feito a custo zero para a Secretaria da Saúde, principalmente, para a Secretaria de Meio Ambiente, em parceria da qual faz parte a Federação das Associações Comerciais, que, com as associações municipais, faz esse trabalho da coleta de pneus, primeiramente, e hoje já estamos coletando latas, vidros, pet, plástico, papelão e outros produtos que podem gerar futuros criadouros, retirando esses produtos dos domicílios ou peridomicílios, trazendo um benefício ambiental que vai diminuir cada vez mais a possibilidade de multiplicação do **aedes aegypti**, que é o problema, e de outros mosquitos sobre os quais também temos interesse – nós os estamos estudando.

Penso que o Paraná Rodando Limpo a custo zero foi um grande ganho do Estado do Paraná.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – E é possível levá-lo para outros Estados?

O SR. JOSÉ FRANCISCO KONOLSAISEN – Não sei. Esse é um trabalho piloto. Há uma pessoa que gerencia esse trabalho na Federação das Associações Comerciais, que é o Sr. Ciro Carvalho. Ele faz o monitoramento, e, quando possível, nós o acompanhamos. Se estamos num determinado Município e se ele está por perto, na vizinhança, acompanhamos o seu trabalho, que é muito importante para o Estado no que diz respeito principalmente àquela questão: se produziu e o valor está agregado, temos que retirar o lixo.

É um assunto que já vem sendo discutido na Europa há muitos anos. Hoje o lixo que se colhe nas cidades européias é mínimo. Hoje temos uma carga de lixo domiciliar muito grande, com muito plástico. Por exemplo, quando consumimos uma pasta de dente, levamos também uma caixa de papelão, que também vem dentro de um saquinho de plástico, e o que nos interessa é apenas o que está dentro, ou seja, o tubo de pasta de dente, a bisnaga, que pode ser de metal ou de plástico; o restante não nos interessa. Isso agrega um valor no produto muito grande. É uma discussão que precisamos começar a fazer. É preciso que o próprio consumidor seja educado a fazer uma seleção.

Quando vou ao supermercado com a minha esposa, eles começam a colocar cada pacotinho, mais um, mais um, e digo que dois ou três já é o suficiente. Até o próprio supermercado, às vezes, tem interesse de colocar muito plástico no comércio; não sei se isso é feito para que o plástico seja reutilizado depois.

O ganho social por meio do Paraná Rodando Limpo foi muito grande, principalmente em algumas regiões muito carentes. Em Foz do Iguaçu, tivemos um bom retorno. Na região de Londrina, Maringá, em quase 100%, o controle da dengue foi feito por esses agentes, porque eles se tornaram conhecidos e identificados na população. Então, eles batiam palmas e tiravam um meia dúzia de pets, de latinhas, de plásticos de margarina e assim por diante.

Coloco o projeto realizado no Paraná à disposição. O pessoal do Ministério já esteve numa reunião em Londrina da qual participamos também. O Ciro Carvalho esteve nessa reunião. É um modelo que pode ser usado. O nosso grande problema é a retirada do lixo. Se retiramos o lixo peridomiciliar, com certeza, teremos um grande ganho em termos de saúde pública e ambiental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Apenas pergunto a V. Exª: terminada essa fase de inquirição e de consulta aos representantes dos órgãos convidados, já poderíamos providenciar o parecer sobre a matéria, para que, numa

oportunidade a ser marcada por V. Exª, pudéssemos ler o parecer e, conseqüentemente, discuti-lo com o Plenário da Comissão?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Antonio Carlos Valadares, acredito que, encerrando essa parte, só vou passar a palavra para cada um dos expositores fazer as considerações finais. V. Exª pode preparar o parecer, que o colocaremos na pauta da próxima reunião.

Concedo a palavra para as considerações finais ao Dr. José Manoel Goulart para as suas despedidas e alguma observação.

O SR. JOSÉ MANOEL GOULART GULIM – Talvez a minha resposta não tenha sido completa, mas quero deixar claro que todos os detritos gerados na SIX, os produtos, são avaliados, analisados, classificados. O nosso laboratório de pesquisas é bastante desenvolvido e participou de algumas Resoluções Conama, que não esta, e os nossos técnicos ajudaram.

Então, deixo claro que todos os resíduos, todas as emissões, todos os efluentes são analisados e classificados. Tudo é baseado em procedimentos. Temos certificações ISO. E, quanto à questão saúde, as pessoas mais expostas são os nossos funcionários, os próprios contratados. Há uma monitoração permanente da saúde das pessoas. Não temos nenhum indício, nenhum indicativo em nenhum desses parâmetros de controle. Quero deixar claro isso.

Só não aprofundei esse assunto tecnicamente, mas gostaria que o fizéssemos numa próxima oportunidade. E agradeço por estar aqui.

Devo ainda dizer que o que a Petrobras mais deseja é ajudar nesse processo de reciclagem. E, se tivermos que corrigir alguma rota, nós o faremos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Por iniciativa da própria empresa – foi isso que questionei – e não por iniciativa de Ministério da Saúde ou do Ministério do Meio Ambiente. É a própria empresa que o pratica, pela maneira como trabalha. Essa é uma empresa séria, com credibilidade no mundo inteiro e com o respeito por parte da população. É isso que estou falando. Se a empresa não fizesse, não saberíamos o resultado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra V. Sª.

O SR. JOSÉ MANOEL GOULART GULIM – Eu queria agradecer a todos, aos Senadores e às autoridades aqui presentes. Disponibilizamos o trabalho da unidade de Petrobras de São Mateus do Sul, de todo o nosso corpo técnico. Assim que for julgado interessante, gostaríamos de participar e de ajudar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos a V. Sª pela presença e, especialmente, pela colaboração que deu a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Bertoldo.

O SR. BERTOLDO SILVA COSTA – Eu gostaria também de agradecer o convite, mais uma vez, da Senadora e dos Senadores e a oportunidade de estarmos aqui nesta Casa discutindo essa matéria de alta importância.

Reafirmo ao Senador Flávio Arns, ao Relator e a todos os Senadores que estamos à disposição para colaborar no que for possível, para que haja um projeto de lei de maior eficácia, para que as contrapartidas ambientais tenham a sua eficácia efetivamente aplicada.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Ítalo.

O SR. ÍTALO DOMENICO OLIVETTO – Mais uma vez, eu gostaria de agradecer o convite. Na verdade, sentimo-nos honrados em estarmos aqui prestando esclarecimentos, quando necessário, no sentido de não ocorrerem dúvidas relativas a essas matérias, principalmente onde o Inmetro regulamenta.

Em nome da Presidência do Inmetro, eu também gostaria de disponibilizar toda estrutura que for necessária em termos de informações no andamento de qualquer ponto relativo a esse projeto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO PEREIRA NUNES – Eu queria somente reiterar nossa satisfação de estar contribuindo com os legisladores. Quero cumprimentá-los, na medida em que estão buscando, com as áreas técnicas do Governo, conhecimento especializado para subsidiar os encaminhamentos.

Informo também que a área de vigilância ambiental e saúde que está sendo instituída no Ministério da Saúde vem exatamente resgatar esse cenário de que o setor saúde atua sobre o dano já instalado nas pessoas. Na verdade, essa área de vigilância ambiental e saúde busca identificar problemas no ambiente que possam acarretar situações de risco para a saúde da população.

Agradeço mais uma vez pela oportunidade de estar participando deste debate.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. Francisco Simeão.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo convite, pela oportunidade de estar aqui contribuindo na medida da nossa possibilidade.

Tenho sido muito feliz na parceria com a Petrobras, com o Dr. Gulim, nessa luta, nesse ideal; ombreamos já há alguns anos nessa direção. Sem dúvida, a Petrobras está prestando um serviço fantástico à Nação, nesse esforço que tem feito em São Mateus do Sul.

Ao Dr. Bertoldo, no Conama, quero dizer que seremos, sim, parceiros na busca pelo melhor para o País. Fiquei muito feliz em conhecê-lo e de saber da sua posição. Fico com a certeza de que há boa-fé, boa intenção e, fundamentalmente, também capacidade de sua parte.

O Ítalo também já é conhecido nosso, companheiro de debates e de elaboração do regulamento técnico do pneu remoldado no Brasil, um técnico muito considerado e, sem duvida, muito competente. Orgulha-nos poder conviver com ele.

O Dr. Flávio, do Ministério da Saúde, mostra-nos um novo encaminhamento da saúde, na área da prevenção, como disse nas suas considerações finais e durante a sua preleção.

O José Francisco coordena esse trabalho no campo, na integração com Associações Comerciais, com a Faciap, com toda essa estrutura de motivação e de treinamento para o mutirão. Com isso, conseguiu-se no Paraná reduzir a dengue em 99,7% em apenas um ano. É muito gostoso ver a alegria dele e o otimismo de que a dengue será zerada no Paraná daqui para o ano de 2005, bem como de que será eliminado o pneu velho da natureza do Brasil.

Da nossa parte, na Abip, Associação Brasileira de Pneus Remoldados, e, em particular, na empresa que presidimos a BS Colway Pneus, queremos colocar que essa luta iniciada apenas por um desejo de uma fatia do mercado em 1993 ou um pouco antes até – e a decisão partiu de nós em 1994, de buscar a solução definitiva para o grande desafio que é o lixo-pneu no Brasil – acabou nos encantando e trazendo para nós um compromisso ainda maior com o meio ambiente. Desenvolvemos a nossa sensibilidade e hoje podemos dizer que somos, sim, ambientalistas.

Essa ação dentro do segmento de pneus e a solução para o pneu lixo nos fez ver que outras ações em favor do meio ambiente e da saúde pública estavam do nosso lado – não tínhamos a sensibilidade de perceber isso. Hoje estamos integrados com os órgãos de saúde e meio ambiente e estamos muito felizes.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FRANCISCO SIMEÃO – Só quero completar, nobre Senadora.

Essa nossa busca do direito de trabalhar no Brasil, do direito de gerar bem-estar social, de gerar a felicidade dos nossos empregados, dá-nos, no mínimo, o direito de prosseguir trabalhando e gerando empregos neste País. E já temos uma confirmação da sociedade pela excelência do trabalho que tivemos a oportunidade de desenvolver no Brasil e no Paraná.

Somos cidadãos beneméritos do Paraná, com título outorgado pela Assembléia Legislativa, por unanimidade de votos, exatamente por esse trabalho realizado. O prêmio de Excelência em Tecnologia Social nos foi outorgado pela Unesco e Fundação Banco do Brasil em 2001, por esses trabalhos que estamos fazendo aqui, o Bom Aluno e o Paraná Rodando Limpo.

Em 2002, trouxemos ao Brasil o prêmio obtido na ONU, em Johanesburgo, na Rio + 10. No ano seguinte, em 2003, trouxemos o prêmio Valor Social, outorgado pelo jornal **Valor Econômico**. Neste ano, recebemos o prêmio Top Social Zilda Arns, da ADVB.

Ontem, recebemos a notícia vinda da Câmera de Comércio França Brasil de que estamos nos grupos de Defesa do Meio Ambiente e no do Desenvolvimento Social. Em um deles, estamos concorrendo com o Bradesco e Fundação Banco do Brasil. No outro, a BS Colway concorre com a Renault e o Citibank nos dois programas, no Programa Bom Aluno e Paraná Rodando Limpo.

Portanto, a sociedade já aprovou, já conferiu o que fizemos no Paraná. Isso é prática. O que é contra nós e a subjetividade. Não existe nada concreto contra os nossos argumentos. Da nossa parte, contamos com a aprovação da sociedade. Fico muito feliz por estar aqui. Muito obrigado.

Desculpem-me por ter avançado o meu tempo.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Dr. José Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO KONOLSAISEN – Agradeço a participação. Estou representando o nosso Secretário, Cláudio Xavier, que representava o nosso Governador, Roberto Requião, que é um dos baluartes desse trabalho de limpeza no Estado do Paraná. Falo de limpeza em todos os sentidos, também daquele lixo que é muito difícil discutir.

Agradeço aos membros da Mesa, ao Ministério da Saúde, principalmente, que tem sido nosso parceiro, e aos coordenadores da parte de saúde ambiental, em nome de Guilherme Franco, que é gerente – não conhecia o Flávio, que é o adjunto. Estamos lutando. O Paraná está fazendo seu papel no combate à dengue. Queremos reverter esse gasto em outras ações de saúde, porque o povo do Paraná merece.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a todos os Senadores e, de forma muito especial, ao Senador Antonio Carlos Valadares por sua determinação, por sua disciplina de levar este debate à exaustão. Creio que a tarefa do Senador Antonio Carlos Valadares

representou o respeito que S. Exª tem, bem como esta Comissão, pelo projeto de lei do nobre Senador Flávio Arns, membro desta Comissão. É um membro atuante que tem dado sua colaboração para que sempre possamos procurar acertar nas nossas discussões e nos projetos que são aprovados nesta Comissão.

Cumprimento todos os expositores e peço desculpas por ter sido enérgica com o horário. Aqui há várias atividades que precisam ser cumpridas em horário já estabelecido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada e um bom-dia a todos.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 50 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 27 de maio de 2004, quinta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dezessete minutos, do vinte e sete de maio de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) IDELI SALVATTI, FLÁVIO ARNS, DELCÍDIO AMARAL, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, PAPÁLEO PAES, JOSÉ AGRIPINO, PAULO OCTÁVIO, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SERYS SLHESSARENKO, PEDRO SIMON, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, LEONEL PAVAN E MARCOS GUERRA. Os Senadores Cristovam Buarque, Siba Machado, Jonas Pinheiro, Patrícia Saboya Gomes e Fátima Cleide justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA CAE; que "Dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Autor: Senador Antônio Carlos Júnior. Relator: Senador Tasso Jereissati. Relator "Ad Hoc": Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: contrário e pela prejudicialidade da emenda de autoria do Senador Lindberg Cury, apresentada na Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Aprovado o Parecer. Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, 2004; que "Dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de informações Sociais para fins de cálculo do salário-benefício, comprovação de filiação ao regime geral de previdência social, tempo de contribuição e relação de emprego". Autor: Presidência da República. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Relator "Ad Hoc": Senador Reginaldo Duarte. Parecer: favorável. Resultado: Aprovado o Parecer. Usaram da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns e Ney Suassuna. Item 11 – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2004 – CAS; Requerendo, nos termos do disposto nos incisos II, V, IX e XII do artigo 90 combinado com o artigo 113 do regimento Interno do senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de educação – CE, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004 de autoria da Presidência da república que, "Regulamenta os incisos II, IV, e V do § 1º do artigo 255 da constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida provisória nº 2191-, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências". Os convidados serão definidos em conjunto com a Comissão de educação – CE. Tema a ser debatido: Células-Tronco. Autora: Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Aprovado. Usaram da palavra os Senhores Senadores Ney Suassuna, Flávio Arns, Augusto Botelho e Juvêncio da Fonseca. Item 12 – REQUERIMENTO Nº 16, DE 2004 – CAS. "Nos termos dos incisos II e V do § 2º art. 58 da Constituição Federal, combinados com os incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão de Saúde, para, com a participação das autoridades relacionadas, obter subsídios que orientem a atuação do Senado Federal a respeito das questões relativas às intoxicações de agentes de saúde que atuaram ou atuam na aplicação de inseticidas para o combate a vetores de endemias, em particular o mosquito Aedes aegypti". Com a presença das seguintes autoridades: Dra. Heloísa Pacheco Ferreira, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dr. Valdi Camárcio Bezerra, Presidente da Fundação Nacional de Saúde. Dr. Alberto de Paula Machado, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e membro da Comissão Nacional

dos Direitos Sociais dessa entidade. Dra. Fátima Ferreira de Souza, Presidente da Comissão de Saúde do Trabalhador. Autor: Senador Papaléo Paes. Resultado: Aprovado. Usaram da palavra os senhores Senadores Flávio Arns, Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho. Os itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 27-5-04 – 17ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Declaro aberta a reunião.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, a Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens 1 e 2 e alguns requerimentos, tendo em vista estar sobrestada a pauta do Plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Projeto de Lei do Plenário nº 247, de 2002, que dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Autor: Senador Antonio Carlos Júnior. Relator: Senador Tasso Jereissati.

O parecer é pela rejeição da matéria e pela prejudicialidade da emenda de autoria do Senador Lindberg Cury, apresentada na Comissão de Assuntos Econômicos.

Observações:

Na reunião do dia 20 de maio de 2004, a matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator.

Solicito ao Senador Juvêncio da Fonseca que, como Relator **ad hoc**, faça a leitura desse relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, o Relator é o Senador Tasso Jereissati.

Submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais, o projeto do Senador Antonio Carlos Júnior trata da utilização de parte dos recursos depositados em contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS no mercado acionário.

São nove os dispositivos constantes da iniciativa.

Foi feita uma análise de todos os itens importantes para o projeto.

A Constituição Federal de 1988 assegurou, no inciso III do art. 7º, o direito ao Fundo de Garantia como um dos que, entre inúmeros outros, visam à melhoria da condição de vida dos trabalhadores urbanos e rurais.

Ele foi introduzido na legislação trabalhista com o objetivo de substituir a antiga indenização pelo tempo de serviço e representou o fim da denominada instabilidade dos trabalhadores ao permitir as demissões justificadas, desde que indenizadas mediante o levantamento do saldo do fundo, com uma multa adicional, no momento, em 40% dos saldos.

Faz o histórico do Fundo de Garantia e diz que, finalmente, em relação à emenda substitutiva apresentada pelo Senador Lindberg Cury, tem-se que ela viria amenizar os possíveis efeitos negativos do uso dos recursos do FGTS para aplicações em ações. No entanto, restou prejudicada em face da nossa posição contrária à aprovação da matéria em sua totalidade.

Em face do exposto, embora reconheçamos a necessidade de fortalecer o mercado acionário para que a economia possa crescer de forma sustentável, consideramos que a aplicação dos recursos do FGTS exerce papel mais relevante na habitação e no saneamento, nos quais atende aos interesses mais específicos dos trabalhadores titulares das contas.

Nosso voto é, portanto, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2002. Restou, em conseqüência, prejudicado o substitutivo apresentado pelo nobre Senador Lindberg Cury.

Srª Presidente, esse é o parecer do nobre Senador Tasso Jereissati.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, submeto a matéria à votação, com parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 2:

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2004, que dispõe sobre a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais para fins de cálculo do salário-benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral da Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego.

Autor: Presidência da República. Relator: Senador Eduardo Azeredo.

O parecer é favorável.

Peço ao Senador Reginaldo Duarte, por gentileza, que leia o relatório, uma vez que o Senador

Eduardo Azeredo encontra-se na Vice-Presidência da República. Como Relator **ad hoc**, então, o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Oriundo do Poder Executivo, é submetido a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 16/2004, que tem por objetivo determinar que, para fins de cálculo do salário de benefício, comprovação de filiação ao Regime Geral da Previdência Social, tempo de contribuição e relação de emprego, o Instituto Nacional do Seguro Social utilizará, a partir do ano de 1976, as informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS.

A proposição dispõe também que fica condicionada à apresentação de documentos comprobatórios a aceitação de informações relativas a vínculos e remunerações inseridas extemporaneamente no CNIS, assim consideradas a inserção ou a retificação de dados sobre o último dia do ano seguinte ao que apresenta o prazo legal.

Na exposição de motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, o Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, ao justificar sua iniciativa, alega:

Com a alteração que ora propomos, a comprovação pelo trabalhador de sua filiação e do tempo de contribuição à Previdência Social, quando do requerimento do benefício para o período que se inicia em 1976, será bastante facilitada, já que o CNIS alimenta-se por informações da Relação Anual de Informação Sociais – RAIS, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que reúnem informações suficientes para essa filiação.

Com o advento da Lei nº 10.403, de 8 de janeiro de 2002, os segurados do Regime Geral da Previdência Social ficaram dispensados de apresentar documentos comprobatórios de sua vinculação empregatícia e remunerações relativas ao período posterior a julho de 1994. Isso só foi possível graças às informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais.

Mais recentemente, após a avaliação da qualidade dos dados sobre empregos existentes no CNIS, referentes ao período anterior a julho de 1994 e até o que se inicia em 1976, constatou-se, após passagem por um total de 594 testes, que os registros de vínculos trabalhistas de 7 entre 10 trabalhadores foram considerados aprovados em todos os testes realizados, permitindo, dessa forma, a utilização desses dados do CNIS para a comprovação de vínculos trabalhistas e do tempo de contribuição dos segurados da Previdência.

Trata-se, sem dúvida alguma, de grande avanço, pois em breve todo contribuinte do RGPS não mais necessitará apresentar qualquer tipo de documento que comprove a sua relação empregatícia e remuneração. O segurado terá, assim, maior comodidade para quando for requerer sua aposentadoria, já que será suficiente apresentá-lo ao INSS munido apenas de sua cédula de identidade.

Em vista disso, a presente proposta governamental pretende dispensar o segurado do RGPS da comprovação de seus vínculos empregatícios a partir de 1976, para fins de requerimento de benefício junto à Previdência Social. A iniciativa é, portanto, meritória porque o processo de reconhecimento do benefício adquirirá maior agilidade. Ademais esta medida possibilitará a identificação daqueles segurados que estão prestes a aposentar-se ou que já podem se aposentar e assim serão avisados de que em vias de obter o direito de aposentadoria ou que já satisfizeram os seus requerimentos.

Não é demais enfatizar também que a aprovação do projeto dotará o Ministério da Previdência Social de importante mecanismo de combate e fraudes e erros administrativos, uma vez que os dados existentes no CNIS contarão para maior segurança, numa seqüência de vínculos existentes em três bancos de informações: RAIS, CAGED e FGTS.

Com isso serão bem menores as possibilidades de inserção de dados que não sejam verdadeiro ou a concessão de benefícios que tenham informações contraditórias.

Voto

À vista do exposto, opinamos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2004, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório do Senador Eduardo Azeredo, do qual, como Relator **ad hoc**, fiz a leitura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, quero apenas destacar a qualidade do trabalho do Senador Eduardo Azeredo no seu relatório, tendo como Relator **ad hoc** o nosso colega, Senador Reginaldo Duarte, e também a iniciativa do Poder Executivo em propor esse projeto de lei.

Eu diria que isso vai facilitar extraordinariamente a vida da população. Chegar em um órgão para ver a vida previdenciária, a vida de contribuição, somente com a cédula de identidade, daqui a algum tempo isso vai ser uma comodidade, uma segurança. Notamos que há um transtorno muito grande para a população hoje

reunir os documentos, os comprovantes, a papelada toda para pensar no salário benefício. Estamos chegando a um ponto em que, reunindo os benefícios já existentes, pode-se criar esse cadastro, como é chamado, o Cadastro Nacional de Informações Sociais a partir de informações já existentes.

Diria que se trata de um avanço extraordinário em benefício da população e me regozijo com a iniciativa do Executivo e com o relatório lido pelo Senador Reginaldo Duarte, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Srª Presidente, neste País, lamentavelmente, um dos maiores castigos que o povo brasileiro sofre é o da burocracia. Há burocracia para tudo. Para abrir uma empresa, levam-se 152 dias, 15 trâmites são necessários. Deve haver uma casa alugada para uma empresa, mesmo que ela seja pequenina, tem que ser num local, nem que seja um parque, bem diferente dos países que privilegiam a microempresa e o ser humano, onde basta fazer uma declaração na Internet; a empresa é declaratória por um ano. E até o pipoqueiro pode ter uma firma, porque o endereço é do presidente da firma. Dessa forma se criam milhões e milhões de empregos, porque toda empresinha pequena pode ser criada sem essas despesas que custam tanto no Brasil, proporcionando uma mobilização econômica muito maior.

Aqui no Brasil não basta ser na área econômica. Até no direito do trabalhador a sua aposentadoria a burocracia prevalece.

Quando trabalhei no Ministério do Planejamento, há longos anos, tive o desprazer de ver as nossas rotinas. Havia rotina com mil metros de papel passo a passo para se conseguirem algumas ações privadas, no Brasil. Essa, por exemplo, era de exportação, a qual encurtamos e que a cada dia está sendo mais desburocratizada, mas nos portos e por toda parte era um Deus nos acuda. Na área da Previdência, da aposentadoria, continua sendo extremamente burocratizado, por mais que o Governo faça. Há gente de ambos os lados. Uns acham que já está difícil.

Outro dia eu ouvi uma situação difícil, porque queria que fosse mais desburocratizado, enquanto um funcionário me dizia: quando o senhor faz seguro de um carro, para receber, não leva trinta dias? Como é que alguém pode se inscrever tão rapidamente para pedir a aposentadoria?

Para pedir a aposentadoria foi até desburocratizado; pode-se fazer isso via computador ou em qualquer posto, agora, para conseguir nem sempre é tão ligeiro. Por isso, estou inteiramente a favor do projeto de autoria do nosso Senador Eduardo Azeredo, tão bem relatado pelo Senador.

O SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Continua em discussão a matéria.

Esta Presidência se associa às palavras dos Senadores Flávio Arns e Ney Suassuna em relação a este projeto. Quero parabenizar o Governo por esta iniciativa, bem como os relatores Eduardo Azeredo e Reginaldo Duarte. Acredito que este cadastro irá facilitar todo o entendimento em relação ao emprego. Penso que é uma iniciativa positiva. Como bem afirmou o Senador Ney Suassuna, a burocracia emperra o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a atenção especial ao usuário do serviço. Tudo isso facilitará o acesso de todos aos serviços que serão prestados pelo Estado de forma mais eficiente e equilibrada. Portanto, colocaremos em votação esta matéria.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2004.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, pediria a palavra pela ordem.

O SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, teremos aqui debates sobre a biossegurança. É um tema muito importante para a nossa sociedade e esta será uma comissão de mérito que analisará as preocupações sociais. Vamos discutir dois tipos de matéria. Os organismos geneticamente modificados precisam ser votados com muita rapidez, porque temos pressa para a próxima safra. Precisamos que as sementes já sejam autorizadas para não haver mais irregularidade na produção, toda essa polêmica que está havendo nos portos e as dificuldades que estamos vivendo.

Outro item que nos toca ainda mais é o problema das células-tronco. Com relação a este assunto, peço à Presidente a liberdade de enviar hoje a esta Comissão a sugestão de alguns nomes para que sejam convidados para um debate público que provavelmente nós teremos.

Solicito à Presidente, que tem mostrado um discernimento ímpar, que, se possível, realize as nossas reuniões em comum acordo com a Comissão de Economia, onde devo ser o relator dessa matéria. Já apresentei um projeto, que não deverá ser definitivo, apenas porque soube que um Senador vai entrar com

uma medida supressiva de uma parte do projeto que se refere às células-tronco e, dessa forma, não poderemos apresentar novamente. Está havendo um problema regimental. Por isso apresentamos esse projeto apenas para não ficar um espaço vazio e termos a possibilidade de discutir.

Esse projeto visa pura e simplesmente deixar que a parte de transgênicos passe com velocidade e evitar um espaço vazio no caso das células-tronco. É uma discussão complicada e difícil, porque há o problema religioso.

Com toda certeza, deveremos ter muito tato nessa discussão, porque é algo que afeta o futuro do País, no que se refere às modificações genéticas e ao combate na área de saúde. Temos aqui o caso específico de um Senador do Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro, cuja família tem um problema de atrofia muscular neurológica, para o qual todos precisam ter células-tronco guardadas para garantir que as futuras gerações não tenham os mesmos problemas, o que representa o futuro da nossa medicina.

Então, gostaria de fazer estas duas solicitações: a indicação de alguns nomes e ao mesmo tempo pedir para unir os relatores, para que possamos ter um voto homogêneo. O objetivo é também da Educação, que já saiu na frente e fez sozinha duas reuniões. Eles estão preocupados com a área de pesquisa, assim como nós, que até comungamos com a opinião deles, mas precisamos, nas duas outras comissões que ainda não o fizeram, nos reunir em conjunto para haver homogeneidade no relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, quero me associar à argumentação do Senador Ney Suassuna. O projeto de lei é importante, pelas razões que o Senador expôs, em termos de agricultura, de exportação de sementes, de projetos de pesquisa que merecem ter um rito rápido dentro do Senado. Está sendo debatido na Comissão de Educação sob a ótica da ciência e tecnologia, de maneira bastante interessante, mas também devemos discutir sob a ótica da saúde e do meio ambiente.

Devemos analisar regimentalmente como separar os assuntos, porque células-tronco, embriões, cordão umbilical, doenças e pesquisa são temas que precisam ser debatidos e merecem uma reflexão aprofundada de todos nós. Não só por motivos religiosos, essa é uma questão que se debate no mundo inteiro, referente à bioética em relação ao ser humano. Não é só por motivo religioso, mas de direitos humanos, devemos estudar esse assunto, como acontece no mundo inteiro; não podemos ficar de fora.

Perguntaria a V. Exª como, regimentalmente, caso essa seja a decisão da Comissão, separaremos esses dois assuntos para não retardar a questão dos organismos geneticamente modificados, apontados pelo Senador Ney Suassuna, que deve ter rapidez. Já existe um certo consenso na área e não haveria necessidade de se retardar a decisão final. Gostaria, na seqüência, de indicar nomes para o debate a respeito das células-tronco.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Srª Presidente, aproveito a oportunidade para falar sobre dois temas relacionados às células-tronco. Vemos muito a discussão das células-tronco relacionada com as doenças degenerativas, mas conseguiram fazer experiências com ratos, utilizando células-tronco para a recuperação de células da medula. Ratos que tinham lesões voltaram a ter movimentos após a aplicação de células-tronco no tecido medular.

Essa é uma perspectiva para a grande maioria de pessoas que tem traumatismo raquimedular, traumatismo da coluna vertebral. O Brasil, com esse alto índice de acidentes automobilísticos, apresenta um número excessivamente grande de seqüelados paraplégicos. Também sou religioso e tenho restrições em relação a isso, mas tenho certeza de que Deus nos deu algum conhecimento para ser utilizado em benefício ao homem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No caso das células-tronco, teríamos duas opções, que seriam não somente o cordão umbilical como também o problema dos embriões. E o embrião até o quarto dia não teria o sistema nervoso. hoje, quando consideramos uma pessoa morta? Quando o sistema nervoso, o cérebro pára de funcionar. No caso específico ainda não tem o sistema nervoso, portanto não tem cérebro até o 14º dia. E normalmente, quando se faz um embrião no Brasil, tiram-se quatro: usam-se dois, e dois ficam congelados por quatro anos, após o que se joga fora. Mesmo assim há divergências entre alguns que não querem que se congele e outros, que não se use de maneira alguma.

Com certeza, será um debate muito profundo, haverá algumas divergências e vamos tentar aplainar tudo o que for possível. Mas fique certo V. Exª de que, quando se fala do tecido medular, já se pode fazer até dente. Não sei como, não sei qual é a técnica, mas fiquei perplexo com a perspectiva que existe.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A expectativa é muito grande. E a parte das células-tronco vai caminhar como sempre caminhou a ciência médica. Os primeiros médicos a dissecarem cadáveres o

faziam escondido, à noite, porque o princípio religioso os proibia de ter acesso ao corpo humano. Creio que será mais um avanço da ciência. É uma perspectiva nova, uma espécie de transplante, como S. Exª disse, em relação aos embriões que serão descartados.

Temos milhares de embriões neste País; são vinte mil, segundo o Senador, guardados, congelados. Esses embriões não têm futuro, não serão reimplantados porque os seus doadores inclusive já passaram da idade de receber. É uma discussão que terá que ser bem vista sob o ângulo da bioética, mas tenho certeza de que o bom senso prevalecerá e poderemos dar mais uma chance às pessoas que estão numa cadeira de roda, estão sem poder andar, ou tetraplégicas, numa cama. É uma expectativa que surge para eles agora, e não havia, até há pouco, perspectiva alguma de recuperação. Temos a obrigação de discutir e trabalhar, fazer o que for melhor, principalmente para os nossos pacientes.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, Srs. Senadores, a cada dia que passa, com referência ao projeto da biossegurança, nos entusiasmamos mais como brasileiros, porque estamos vivendo um instante precioso para discutir a ciência aplicada ao desenvolvimento, à saúde, à qualidade de vida das pessoas. Quanta gente, às vezes, tem feito um trabalho no sentido até de se evitar a discussão: "O alimento transgênico é perigoso à saúde, faz mal ao mundo, etc." O mesmo ocorre com a questão das células-tronco, que está em plena discussão, e somos o palco dessa discussão.

O Senado, há algum tempo, tem se adiantando à chegada do projeto para discutir essa questão. Também já antecipamos a discussão dos transgênicos, dos organismos geneticamente modificados, que era um tabu tremendo neste País. Hoje já deixou de sê-lo, pois estamos discutindo abertamente.

Aqueles que sempre estiveram contra a ciência... Galileu, Copérnico, tanta coisa aconteceu neste mundo, talvez em razão dos mistérios da alma, que faz com que o espírito também se embote de tal forma que não veja a luz da ciência. E o Senado está num momento precioso.

Gostaria muito que esta Comissão avocasse o quanto antes – tenho certeza de que V. Exª, Presidente, está trabalhando nesse sentido, está lutando para que isso aconteça –, para que façamos uma grande audiência pública aqui, mais uma para que a população entenda o que é tudo isso, o que é esse projeto. E nós, aqui no Senado Federal, estejamos massificando as idéias a respeito desses projetos, para que a Nação não entre numa estagnação científica. Vamos discutir a questão religiosa, mas não podemos, de forma alguma, esquecer que a ciência tem nos orientando. Se estivemos fora do conhecimento científico, fora da pesquisa, estaremos fora do mundo. E o País, então, estará à margem do desenvolvimento mundial. Não podemos permitir isso.

Tenho uma carta que recebi de uma senhora de uma senhora de Mato Grosso do Sul. No dia da audiência pública, vou ler essa carta. Ela diz quem é e quem é a família dela. Gente de grande produção de soja em Mato Grosso do Sul, que tem toda a qualidade de vida que deseja, mas, por um acidente, uma filha ficou paraplégica ou tem uma deficiência física qualquer. Ela diz: "Não adianta nada tudo aquilo que tenho se vejo minha filha triste todo dia. Não posso dar aquilo de que a minha filha precisa, que é um tratamento adequado. Só através da liberação da célula-tronco eu veria um dia o sorriso da minha filha ser diferente do que vejo hoje".

É uma questão muito sentimental, cristã e eminentemente religiosa também, porque não adianta preservar algo que não se sabe nem o que é contra aquilo que está premente, à nossa vista, para satisfação dos interesses da nossa comunidade.

Parabéns pelo seu trabalho, Senadora Lúcia Vânia, que tem insistido tanto para que esta Comissão assuma realmente esse papel nas grandes audiências de discussão desse tema entre nós. Um abraço pelo trabalho. Louvo essa atitude de V.Exª.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço as palavras dos Senadores Flávio Arns, Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho. Vou informar, mais ou menos, o que estamos fazendo.

Em primeiro lugar, queria dizer da minha satisfação em ver que a Comissão manifesta a mesma preocupação em relação a esse projeto. Creio que temos a responsabilidade de julgar o mérito desse projeto e, se for vontade da maioria, que eles sejam separados, que tenhamos, pelo menos, a oportunidade de ter a certeza de que o projeto relativo às células-tronco poderá tramitar ainda este ano.

Não podemos deixar os pesquisadores nessa angústia, nessa incerteza em relação ao prosseguimento das pesquisas. Como Presidente, vou procurar manter uma posição isenta. Não quero manifestar a minha posição em relação a esse assunto, mas acredito que precisamos realmente dar celeridade a essa discussão e uma resposta a esses cientistas que estão aguardando o nosso posicionamento.

Sempre entendi que este projeto precisava ser amplamente discutido aqui, não apenas as células-tronco, como também os transgênicos, que, de forma geral, estão sendo muito direcionados a apenas um tipo de alimento: a soja.

Temos desafios enormes pela frente, que dizem respeito a esta Comissão, sobre os avanços que podemos obter na produtividade e também no combate à fome. Temos que dar o foco importante a esse projeto no que diz respeito à melhoria e à qualidade desses alimentos, inclusive ao aumento da produtividade. Hoje temos um papel fundamental para colaborar com o combate à fome no mundo. Temos os transgênicos não apenas na soja, mas na celulose, algo importante que não está sendo tratado. A própria Embrapa está desenvolvendo pesquisas na área do feijão, a base de alimentação do nosso povo, principalmente o mais pobre. Enfim, há um enorme avanço nessa área que precisa ser conhecido sob o ponto de vista do que podemos avançar com ele, não apenas garantindo a nossa balança comercial, como a soja tem feito, mas também garantindo a nossa possibilidade de ajudar a alimentar o mundo.

Em relação às células-tronco, muito me preocupa a questão de separar o projeto e não permitir que essa questão seja definida ainda este ano. Estamos num período pré-eleitoral. A não ser que haja um acordo de Líderes no sentido de acelerar a tramitação desse projeto, não podemos assumir a responsabilidade de separar e deixar que esse assunto seja adiado. A comunidade científica brasileira não espera esse comportamento nosso.

Em relação aos procedimentos, acredito que um projeto como este precisa ter um procedimento de parceria com as demais comissões, para haver celeridade sem cansar os Srs. Senadores com audiências públicas intermináveis. Esse é meu pensamento.

Eu gostaria de pedir ajuda da Comissão. Acerca da questão das células-tronco, temos sete médicos que poderiam, com a liderança do nosso Vice-Presidente, o Senador Papaléo Paes, ajudar a organizar esse procedimento. Temos a Comissão de Meio Ambiente, que será presidida pelo Senador Juvêncio, e que poderá também ajudar a organizar a discussão dos transgênicos.

Acredito que podemos fazer isso de forma colegiada. É minha intenção procurar a Presidência das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Educação, para que possamos fazer uma audiência pública direcionada aos cientistas em conjunto. Se conseguirmos selecionar os nomes apontados pelos diversos Senadores e afunilar esse grupo, faremos uma ou duas audiências públicas mais voltadas para os pesquisadores em conjunto e, posteriormente, poderemos trabalhar separados. Este é o meu entendimento.

O Presidente da Comissão de Educação tomou a iniciativa de colocar em discussão o tema, embora o projeto ainda não esteja distribuído para as comissões. Acredito que o Presidente Osmar Dias fez isso dentro de uma visão que considero extremamente importante, que seria sinalizar que as comissões não aceitariam, em absoluto, que esse projeto fosse diretamente ao Plenário sem ser discutido nas comissões temáticas.

Inclusive, perante a Comissão, transmito o meu aplauso ao Senador Osmar Dias, que chamou realmente para as comissões esse debate que é fundamental. Hoje, os Líderes partidários têm clareza de que esse projeto não poderá ir diretamente ao Plenário sem que seja debatido nas comissões. Isso não quer dizer que vamos segurar o projeto em um infindável número de audiências públicas. Queremos celeridade, como deseja o Governo. Devemos colaborar para que haja essa celeridade, mas não podemos prescindir desse debate, principalmente aqui, nesta Comissão, que tem muito a dizer em relação ao seu mérito.

O Senador Osmar já votou um requerimento solicitando que fosse feita a reunião conjunta entre a Educação e a CAS, o qual vou colocar em votação. Posteriormente, farei o mesmo com as demais Comissões. Vou me sentar com os respectivos Presidentes para que façamos esses convites em conjunto, para realizar uma grande reunião que possa marcar a presença do Senado da República neste debate. Depois, procuraremos definir os pontos-chave em cada Comissão, assim como o grupo colegiado que vai decidir.

Coloco em votação este requerimento. Eu vou lê-lo, na íntegra, para que V. Exªs tenham a clareza do que estamos iniciando neste debate. Externarei o meu pensamento e, depois, gostaria de ouvir a manifestação dos Srs. Senadores, para começarmos este debate quando o projeto vier para a Comissão. Creio que fazer audiência pública sem ter o relator definido naturalmente irá colaborar muito para solicitar mais informações, como temos feito com a questão dos pneus, por exemplo, em que fomos à exaustão no debate, para que o relator possa formar um conceito a respeito de um tema tão polêmico.

Esse é o meu pensamento. Quero ouvir a manifestação de V. Exªs, começando pelas audiências públicas no dia em que o projeto fosse... Parece-me que ele terá que ir primeiro à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas isso não impede que façamos os procedimentos antes. No dia em que ele viesse, marcaríamos essa audiência pública e, depois, os novos procedimentos.

Vou colocar em votação e, posteriormente, gostaria de ouvir a sugestão de cada um. Estamos recolhendo as sugestões de nomes para os debates e, naturalmente, não poderemos atender a todos. Mas vamos destacar aqueles nomes que sejam mais expressivos para responder as nossas indagações em relação a esse projeto.

O Requerimento é assinado pelo Senador Osmar Dias e por mim:

Requeiro, nos termos do disposto nos incisos II, V, IX e XII, do art. 90, combinado com o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, de autoria da Presidência da República, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 255 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Os convidados serão definidos em conjunto com a Comissão de Educação e, posteriormente, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos.

O tema a ser debatido é especificamente células-tronco. Acredito que teremos, realmente, se não dividir o projeto, pelo menos que dividir a discussão, para não tumultuar o processo. Uma vez que o Senador Osmar Dias já fez toda a discussão sobre o tema organismos geneticamente modificados, poderíamos fazer este exclusivamente sobre as células-tronco. Se aqueles que defendem ou não os organismos geneticamente modificados entenderem que temos ainda que intensificar esse debate para clarear a situação, então faremos novamente com esses cientistas ou com pessoas que têm experiências nesta área.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sugestões a respeito dos procedimentos que devemos adotar em relação à tramitação desse projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – É exatamente neste sentido. A discussão na Comissão de Educação foi bem interessante, como já mencionei, com a presença da Ciência e Tecnologia e até do Meio Ambiente. Não estava presente a área da saúde. Quanto às reuniões preparatórias, da minha parte, acabamos nos esquecendo, porque também não compete à Comissão de Educação. Competiria mais, sem dúvida, a esta Comissão.

Penso que o procedimento que V. Exª mencionou é o mais adequado: fazer esses contatos com a Comissão de Constituição e Justiça e com as outras comissões para saber se queremos, como V. Exª mencionou, a celeridade do processo, discutir, mas chegar às conclusões também. Se fizermos as audiências na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, depois o projeto virá para cá, para discutir em conjunto com a Comissão de Educação. Com certeza, diria que não terminaremos neste primeiro semestre. Virá o processo eleitoral, vamos parar e será difícil de ser aprovado.

O encaminhamento é no sentido desses entendimentos que têm que acontecer, para saber o que cada um pensa, fazendo com que as duas comissões participem desse processo. É um processo de negociação que terá que acontecer, como V. Exª mencionou, pensando na questão da celeridade, sem prejuízo dos debates que devem ocorrer em relação aos nomes.

Creio que o encaminhamento está adequado. Podemos pensar nos nomes também. Eu próprio já havia sugerido, mas isso poderá ser discutido com as pessoas que forem indicadas pela Comissão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, é justa a preocupação de V. Exª. Já discutimos, até certo ponto, de maneira razoavelmente boa, a questão dos transgênicos, alimentos geneticamente modificados, mas isso não significa que vamos dispensar a outra discussão.

A questão das células-tronco dos embriões humanos ainda está faltando discussão. Esta Comissão deve se debruçar sobre esse problema intensamente, prestando um grande serviço ao Senado, a todos nós, Senadores, para nos esclarecer sobre essa questão, que é complexa. Quem não é médico sofre um pouco para raciocinar sobre célula-tronco. Nem todos aqui somos um Augusto Botelho ou um Papaléo Paes.

É preciso, como V. Exª mesmo disse, sob a liderança do Senador Papaléo Paes, que é o Vice-Presidente desta Comissão, fazer um trabalho nesse sentido. Creio que vamos atingir um grande objetivo. Esta Comissão vai prestar um grande serviço para que esse projeto seja muito bem aproveitado e votado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Concordo plenamente com a sua forma de conduzir e principalmente com sua preocupação em não separar para não atrasar. Se aprovarmos as pesquisas da célula-tronco hoje, daqui a 10 anos poderemos usar esses experimentos provavelmente. As pessoas que estão necessitando, os que estão com Alzeheimer, os paraplégicos, dependem da nossa decisão. Se essa solução só sair ano que vem, no mínimo serão mais 11 anos que vamos retardar, e as pessoas têm ansiedade por soluções. Já existem até pessoas paraplégicas se apresentando como voluntárias para a experiência nesse ramo da ciência. Em ratos deu certo a reconstituição do tecido nervoso celular, mas até chegar no ser humano demora um pouco. Temos que percorrer um trajeto muito longo.

Alerto os nossos companheiros Senadores que se fizermos tudo certinho este ano, só daqui a 10 anos teremos resultado nas pessoas que já estão sofrendo a partir de hoje e há muitos anos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vou conversar com o Senador Osmar Dias para vermos essa possibilidade. Talvez, se ouvíssemos os cientistas dessa área, pudéssemos formar uma posição mais clara em relação à divisão ou não do projeto. No primeiro momento poderíamos até agilizar, no sentido de deixar mais claro, porque vejo que realmente a célula-tronco está incomodando; o pessoal tem dúvidas em relação a isso, tem restrições de ordem filosófica e religiosa. Acredito que tudo isso tem que ser respeitado. Talvez, conversando com o Senador Osmar Dias, possamos até acelerar essa discussão para ficar no mesmo patamar dos transgênicos. Como S. Exª já realizou a discussão sobre os transgênicos, poderíamos fazer essa para, posteriormente, adotar aquele procedimento com as demais comissões. Talvez pudéssemos evoluir mais rapidamente assim. Como já aprovamos o requerimento, levarei ao conhecimento dos senhores essa decisão

Já temos várias sugestões de nomes, as quais pretendo discutir com Papaléo e com os médicos da Comissão para afunilarmos isso. O número de sugestões é muito grande, tanto por parte da Educação quanto por parte da Comissão. E penso que não valeria a pena fazer mais do que uma antes dessa grande, senão vamos ficar com esse...

Preocupo-me muito porque, à medida que abrimos a discussão, transmitimos a inquietação. Senti isso ontem. Os pesquisadores ficam inquietos, porque sentem que não está havendo uma participação muito grande, que a coisa pode ser mais célere do que eles imaginam, e eles perderem o comando. Então eu estava evitando fazer a discussão antes, mas vejo, pela indecisão que há em relação à célula-tronco, que talvez essa posição do Presidente Osmar seja a mais ponderada.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Essa sugestão é interessante. Outra que considero interessante seria que fizéssemos não uma, mas duas audiências públicas preliminares: uma com a área da ciência e a outra com a área filosófica, religiosa, porque não vão caber todos aqui e vai haver dificuldade no contraditório. Essa separação também é importante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Realmente não é adequado misturarmos a visão científica da questão e a visão filosófica. Já discuti sobre isso preliminarmente com um grupo de pesquisadores, e eles entenderam também ser essa a forma mais sensata, porque a visão da ciência é uma, e a visão filosófica é outra, e existem pais de crianças também com problemas que gostariam de fazer um depoimento. Então, quando formos ouvir a Igreja Católica, as igrejas de maneira geral, o Ministério Público, alguém ligado à questão ética, poderemos também dar oportunidade a um pai para transmitir a sua angústia, a sua dificuldade diante do problema.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, só para pensar um pouco mais, quando foi feito lá na outra Comissão, convidavam-se cinco ou seis pessoas para uma mesma audiência, com o prazo de dez minutos para cada uma. Isso dava uma dinâmica também interessante. Creio que regimentalmente são vinte minutos, mas concederíamos dez minutos. Então, cinco ou seis pessoas falariam e se abriria o debate. Não me preocuparia assim com igrejas católica, luterana ou evangélica, lá seja o que for, mas com a questão da ética. Preocupo-me com o cientista que diz: "Não, temos que ver do ponto de vista da ciência". Quer dizer, não basta o ponto de vista da ciência; devem ser considerados o ponto de vista da ciência e o da ética. Por isso chamamos no mundo inteiro de bioética.

Então é um debate que tem que acontecer, porque mais profundo do que católico ou evangélico, isso ou aquilo, são os sentimentos que unem os seres humanos, é a humanidade, a solidariedade, a responsabilidade, e assim por diante.

Também não tenho objeção a que venham cientistas que defendam unicamente o uso, porque há cientistas certamente que defendem o uso indiscriminado; outros defendem o uso controlado ou com outras alternativas. Temos apenas que tomar cuidado, naturalmente, para haver diversos pontos de vista, para que não seja uma única linha de abordagem dentro do diálogo. Inclusive um dos nomes que sugeri também é de mé-

dico de universidade e pesquisador que trabalha muito nessa área como cientista, na área da bioética.

Tudo isso deve ser ponderado na organização das audiências.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns a sugestão. Esclareço, segundo informação da Assessoria, que o tempo regimental de vinte minutos é apenas para os ministros. Temos toda a liberdade de estabelecer o tempo que considerarmos importante para um maior número de pessoas falarem.

Ao escolher esses nomes, o que faremos por meio de um colegiado, vamos tomar as precauções que V. Exª sugere.

Pela experiência de um tema polêmico que tivemos aqui, claro que guardadas as proporções, fomos bem sucedidos, porque o tema era contraditório. Meio Ambiente e Indústria e Comércio tinham posições divergentes, além da própria Petrobras, sobre a questão dos pneus.

Entendemos que deveríamos, um dia, ouvir Meio Ambiente e, no outro dia, ouvir os setores mais ligados à área econômica. Assim dividimos e acredito que demos uma grande oportunidade para os Senadores terem uma posição, ou pelo menos argumentos suficientes para fazer um julgamento.

O contraditório estabelecido no mesmo dia, sobre um tema polêmico é muito prejudicado pela emoção, na medida em que se ouve uma versão e, no dia seguinte, uma segunda, uma terceira. Uma versão dá mais tranqüilidade para uma análise mais serena da situação.

Creio que chegamos a um bom termo em relação aos pneus, embora o grupo ligado ao Meio Ambiente não esteja satisfeito. Foi democrático o debate mais amplo possível. E poderemos proceder da mesma forma, porque o contraditório nas audiências públicas às vezes é prejudicado pelo excesso de debate, de emoção, de dificuldades que surgem e até mesmo de constrangimentos. Então creio que a sugestão do Senador Juvêncio vem ao encontro dessa posição.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT–MS) – Pela ordem, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Vamos instalar a Subcomissão Permanente no Meio Ambiente. Sugiro, se for possível, fazê-lo terça-feira, às 14h30. A Secretaria tomaria as providências para a convocação, etc. Precisamos instalar essa comissão o quanto antes.

Consulto V. Exª se é conveniente ou não fazê-lo junto com a reunião da Comissão. Normalmente é separado. Se fosse junto ganharíamos tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Acato a sugestão de V. Exª, Senador Juvêncio. Terça-feira à tarde é interessante. Vamos fazê-lo separadamente, mas solicito aos Srs. Senadores da Comissão que estejam presentes na instalação. O Senador Juvêncio será o nosso Presidente e, naturalmente, vai apresentar o nome dos membros que compõem essa subcomissão que será extremamente importante para a Comissão de Assuntos Sociais. Ela precisa, realmente, do apoio de todos os Parlamentares da Comissão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT– MS) – Srª Presidente, por que segunda-feira às 14h30? É um dia que não será de atividades grandes. Na instalação, teremos que eleger o presidente e o vice-presidente e fazer o início de um roteiro de trabalho. Não temos roteiro ainda amplo, mas algum passo inicial teremos que tomar. Sugiro desde já, com aquiescência de V. Exª, que o primeiro ato dessa Subcomissão permanente seja fazer uma visita à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para que possamos começar bem, num estreito relacionamento com o Poder Executivo e com o Ministério do Meio Ambiente. Creio que isso será proveitoso, porque nessas questões tem que haver troca de informações, uma vez que o que está em jogo é o interesse do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Juvêncio.

Perguntaria aos Srs. Senadores se têm alguma sugestão a fazer e se acatam a sugestão do Senador Juvêncio de fazer essa visita a Ministra Marina Silva. Creio que é uma atitude elegante da Subcomissão e importante para o bom relacionamento desta Comissão com o Governo. Nosso objetivo é colaborar e não estabelecer confrontos. Essa atitude, sem dúvida, é muito correta. Fizemos o mesmo com o Ministro da Saúde, com o Ministro Patrus Ananias, com o Ministro do Trabalho, que nos honrou ao comparecer a uma audiência pública nesta Comissão. Faltava apenas essa ligação com o Meio Ambiente. Daí a oportuna criação dessa Subcomissão, porque preenche uma lacuna nesta Comissão de Assuntos Econômicos numa área de extrema importância, onde temos projetos cada dia mais polêmicos e importantes para serem discutidos de forma mais específica.

Passo a ler um requerimento do Senador Papaléo Paes:

"Nos termos dos incisos II e V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinados com os incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no

âmbito desta Subcomissão, para, com a participação das autoridades relacionadas, obter subsídios que orientam a atuação do Senado Federal a respeito das questões relativas às intoxicações de agentes de saúde que atuaram ou atuam na aplicação de inseticidas para combate a vetores de endemias, em particular ao mosquito **aedes aegypti**."

As autoridades que se pede a participação são: Drª Heloísa Pacheco Ferreira, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Valdi Camarcio Bezerra, Presidente da Fundação Nacional de Saúde; Dr. Alberto de Paula Machado, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e membro da Comissão Nacional de Direitos Sociais dessa entidade; Drª Fátima Ferreira de Souza, Presidente da Comissão de Saúde do Trabalhador.

Sala das comissões. Assina o Senador Papaléo Paes.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar nesta Comissão, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h19min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais e Vigésima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 2 de junho de 2004, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e quatro minutos, do dia dois de junho de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação, para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 2004, de autoria da Presidência da República, que "Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos da fiscalização de atividades quem envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTbio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001 e dá outras providências". Requerimento nº 15, de 2004 – CAS, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e Requerimento nº 21, de 2004 – CE, de autoria do Senador Osmar Dias, com a presença dos (as) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, IDELI SALVATTI, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, JOSÉ AGRIPINO, PAULO OCTÁVIO, MARIA DO CARMO ALVES, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, CRISTOVAM BUARQUE, TIÃO VIANA, SERYS SLHESSARENKO, HÉLIO COSTA, JOSÉ MARANHÃO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, JOÃO RIBEIRO, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCOS GUERRA, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, VALDIR RAUPP, JOSÉ JORGE, ROBERTO SATURNINO, LUIZ OTÁVIO, ROMERO JUCÁ E MARCO MACIEL.** Os Senadores Eduardo Azeredo e Roseana Sarney justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença dos Senhores **DRA. MAYANA ZATZ,** Diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP, **DRA. PATRÍCIA PRANKE**, Professora da Faculdade de Farmácia e Pós-Graduação em Medicina da UFRGS, **DR. MARCO ANTÔNIO ZAGO**, Professor Titular da Faculdade de Medicina e Diretor Científico do Hemocentro da USP – Ribeirão Preto/SP, **DR. DRÁUZIO VARELA**, Médico Oncologista, **Senador TIÃO VIANA**, Doutor em Medicina Tropical, **DR. ANDRÉ MARCELO SOARES,** Professor de Bioética da PUC – Rio de Janeiro. Após as explanações, faz o uso da palavra aos convidados os Senhores Senadores OSMAR DIAS, HÉLIO COSTA, CRISTOVAM BUARQUE, SÉRGIO CABRAL, AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS, TASSO JEREISSATI, ARTHUR VIRGÍLIO, SÉRGIO GUERRA, JOSÉ AGRIPINO, ANA JÚLIA CAREPA. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Lúcia Vânia, presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 2-6-04 – 18ª REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Srs. Senadores, Srªs e Srs. Convidados, vamos dar

início a 18ª reunião ordinária da 2ª reunião legislativa ordinária, da 52ª Legislatura, para a segunda audiência pública desta fase de debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que regulamenta os incisos II, IV e V, do § 1º do art. 225, da Constituição Federal que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM, e seu derivados. Cria o Conselho Nacional de Biossegurança, CNBS; reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, CTNBio;, dispõe sobre a política nacional de biossegurança; revoga a Lei nº 8974; de 5 de janeiro; a Medida Provisória 1209, de 23 de agosto de 2001 e dá outras providências.

Apresentei este requerimento propondo a realização das audiências públicas, até porque em duas reuniões que fizemos com o Senador Aloizio Mercadante, que é Líder do Governo, tanto Governo quanto oposição entendem que este projeto está atrasado, deve ser votado e nós temos um problema em relação a próxima safra que vai ser plantada. Não queremos precipitação, mas queremos regulamentar o assunto para evitar problemas judiciais que poderão ocorrer a partir do mês de agosto, caso este projeto não esteja aprovado, regulamentando o tema.

Como já falei na audiência pública de ontem, como Presidente da Comissão de Educação, eu atendi o apelo do Senador Aloizio Mercadante, mas quero fazer um apelo aos Senadores, principalmente os que compõem a base do Governo. São audiências públicas valiosas, com a participação de pessoas que entendem do assunto e que estabelecem aqui o contraditório; entidades e cientistas com representatividade e que têm posições contrárias e posições favoráveis.

Os Senadores para formar uma base de conhecimento para votar o projeto devem aproveitar essas audiências públicas para ouvir, para debater, para perguntar, clarear as dúvidas. E por isso eu faço um apelo para que os Senadores da Comissão de Educação compareçam à Comissão de Educação, principalmente os da base do Governo, porque essa audiência pública está sendo realizada para atender o apelo do Governo. Eu que sou de um partido de oposição estou aqui realizando audiências pública, porque entendo que o assunto é importante, de extrema gravidade para o momento que o País vive. Nós precisamos aprovar um projeto regulamentando o tema, mas, para aprovar, precisamos saber o que vamos votar e para saber precisamos ouvir quem conhece. E procuramos fazer uma seleção de entidades, as quais conhecemos as suas posições, como disse, algumas contrárias, outras favoráveis, algumas entendendo que o projeto que foi aprovado pela Câmara está bom, outras não. E nós queremos dar oportunidade para todos os Senadores saberem o que vão votar.

Então, renovo aqui o apelo ao Líder do Governo Aloizio Mercadante para que fale com os Senadores da base do Governo para que participem do debate, com o objetivo de valorizarmos aqui a presença daqueles que vão falar e trazer luz sobre esse tema que é, como eu disse, muito importante.

Hoje são convidados Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República; Jean-Marc von der Weid, Assessor de Política Agrícola Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Contag; Jorge Almeida Guimarães, Presidente da CTNBio; Herman Chaumovic, Diretor da Academia Brasileira de Ciências, ABC; Glacir Zancan, Conselheira da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, SBPC; Luiz Roberto Baggio, Vice-Presidente da OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras; Francisco José Lima Aragão, Pesquisador de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Empresa Brasileira e Agropecuária, Embrapa.

Devo dizer que nós realizamos aqui uma audiência pública muito concorrida, debatendo os pontos centrais do projeto, as dúvidas principais, principalmente em relação à composição e competência da CTNBio, que é o nó principal, a dúvida, ou a certeza, dos cientistas em relação ao ponto de estrangulamento do projeto aprovado pela Câmara. Segundo os cientistas, há problemas em relação à aprovação dos experimentos para os trabalhos de pesquisa, porque é preciso tempo demais para que esses experimentos sejam aprovados, o que pode significar prejuízo e retrocesso para o desenvolvimento científico do País.

Estou aqui presidindo, mas como autor do requerimento, também desejo fazer algumas indagações no dia de hoje.

Quero anunciar, com satisfação, a presença do Deputado Francisco Turra, que foi nosso Ministro da Agricultura, também um interessado e conhecedor do assunto, e está aqui para acompanhar este debate. Vamos seguir a seqüência da lista de convidados. Ontem, concedi dez minutos para cada convidado e, depois, cada um pôde falar mais sobre o projeto durante o debate. Eu pediria aos convidados que se concentrassem mais na questão prática do projeto que está sendo discutido para que pudéssemos, realmente, extrair da audiência pública um resultado que possa orientar o voto dos Senadores.

Esta reunião está sendo gravada. As notas taquigráficas estarão à disposição e faremos chegar às mãos de cada Senador desta comissão o resultado desta audiência pública.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República.

O SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – Bom dia a todos.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Senado da República, na pessoa do nosso Presidente da Mesa.

Quero iniciar dizendo o que eu não vou falar. Eu não vou falar sobre o que eu não sei. E o que eu não sei? Não sendo um pesquisador da área de ciências biológicas, menos ainda da área de biotecnologia, vou me abster de falar de assuntos sobre os quais não tenho nenhuma possibilidade de contribuir nesta discussão sobre o Projeto de Biossegurança.

Dessa forma fica mais fácil estabelecer sobre o que pretendo falar para V. Exªs e para a audiência nesta reunião, que é sobre a visão do Ministério Público a respeito desse projeto e de algumas questões que eu já antevejo que possam ser potencialmente conflituosas, caso se opte por esse ou aquele projeto.

Quando se trata da regulamentação de um assunto que tem base na Constituição, neste caso específico, no art. 225, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, fala-se, evidentemente, na possibilidade da intervenção do Estado nisso ou pelo menos na possibilidade de o Estado regulamentar essa atividade. Parece-me que sobre isso não há dúvida.

Nós reputávamos boa a Lei nº 8.974, que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Não víamos nela nenhum grande problema, a não ser na questão da interpretação desse ou daquele dispositivo. O nosso maior problema era justamente com um decreto regulamentador da lei, mas havia na Lei, no Projeto nº 8.974, com as alterações feitas pelo Senador Marco Maciel, algumas vantagens e algumas inovações, reconhecidas inclusive no panorama internacional, uma delas era a possibilidade de se ter ou de se tentar ter uma política de biossegurança e um órgão que estabelecesse essa política, ou que, pelo menos, tentasse regular como seria feito o procedimento, quem pesquisa sobre o gene, como pesquisa, qual é o interesse desses pesquisadores e quais seriam os critérios para uma eventual aprovação em escala comercial de qualquer organismo geneticamente modificado.

Houve um problema, que não foi pequeno, causado na época por um veto do então Presidente da República, justamente, num aspecto central da lei que era a criação da Comissão Técnica Nacional de Biosseguraça. Houve um veto de Sua Excelência sob o argumento de que se tratava de uma matéria cujo projeto de lei era de iniciativa do Presidente da República. Portanto, preferiu-se, naquele momento, vetar os artigos que criaram a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para depois se imaginar um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo tratando da infra-estrutura administrativa do novo órgão que fosse cuidar dos pedidos de liberação de organismos geneticamente modificados ou de plantas transgênicas, ainda que em escala experimental.

O decreto acabou ressuscitando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, o que gerou uma imensa polêmica jurídica e depois novas medidas provisórias vieram a criar, **a posteriori** , a CTNBio e dar um efeito retroativo aos seus atos, pareceres e instruções normativas.

Dito isso, era importante que V. Exªs saibam que havia, e ainda há, um dissídio judicial a respeito da primeira liberação em escala comercial da soja **roundup ready.** Houve uma impugnação, em 1988, pelo Idec, através de uma ação civil pública, o Ministério Público também ingressa nos autos em favor de dois princípios, que hoje me parecem estar razoavelmente assentados, mas na época não havia nada quem dissesse que era necessário observá-los. A primeira questão é do licenciamento ambiental, como condição para a liberação, em escala comercial, dos organismos geneticamente modificados. Não havia nenhum óbice com relação às pesquisas. O segundo é a questão da rotulagem, que me parece hoje está assentado através do Decreto nº 4.680, do Governo Federal, que estabelece a rotulagem de todo e qualquer produto oriundo de organismos geneticamente modificados, que tenham na sua composição pelo menos 1% de organismos geneticamente modificados.

Por que esses dois pontos eram importantes e nos pareceu essenciais? Porque a própria questão da rotulagem colocava um outro ponto em questão, que não foi observado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e nem pela política agrícola da época, que era a questão da segregação. Como se estabeleceriam as formas de segregar os produtos que fossem considerados convencionais, orgânicos e geneticamente modificados, na hipótese de se viabilizar a autorização, em escala comercial, da então soja geneticamente modificada.

Essa é uma questão que também foi mal resolvida e fomos atropelados por uma situação de fato. A situação de fato a que me refiro – e a respeito da qual todos sabem aqui – foi o absoluto descontrole que houve em relação aos últimos plantios de soja, sobretudo no Rio Grande do Sul.

Em que pese haver uma norma, a Lei nº 8.974, inclusive decisão judicial em duas instâncias, o fato é

que em larga escala se plantou soja **roundup ready** no Rio Grande do Sul, o que gerou alguns impactos não só dentro da ordem jurídica, mas, também, dentro da escala comercial, inclusive dentro de conflitos entre Estados da Federação, como se verifica hoje entre a possibilidade de regulamentação disso no plano sanitário ou ambiental, por parte do governo do Estado do Paraná, em contraste com a praxe que vem sendo adotada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, se alguma contribuição eu posso dar à discussão desse projeto é sobre o que acho que não deve ser feito, sobre o que acho que seria extremamente complicado e potencialmente conflitivo. Uma delas é dar à CTNBio poderes que acho que ela não tem, que não lhe foi dado por lei e extrapolá-los para uma espécie de análise política, inclusive de impactos socioeconômicos, que aliás nunca foram feitos. Sem falar que em relação à soja **roundup ready** ainda há um procedimento na Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, que hoje já está com processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre a questão de eventual venda casada e de prática de posição dominante no mercado por uma determinada empresa transnacional.

Então, essa é uma questão que tem que ser bem pensada: qual é exatamente o mandato da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança? Ainda que possamos concordar que em relação à pesquisa devam ser simplificados os procedimentos para que ela possa ocorrer de forma mais rápida é necessário não descuidar dos critérios e dos princípios que levam a essa regulação. O próprio projeto diz que se trata de regular o art. 225, inciso I, que é controlar as atividades potencialmente perigosas ao meio ambiente.

Essas medidas de precaução ou as medidas de cuidado que o Governo deve tomar em relação aos eventuais impactos disso têm que ser consideradas pela nova lei. Têm que ser consideradas dentro de um regime de regulação que diga o que cada um deve fazer. No caso da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, já podemos adiantar uma crítica. A primeira, pela sua falta absoluta de estrutura administrativa. À exceção da Secretaria Executiva, ela não tem estrutura de fiscalização, sequer para monitorar devidamente esses estudos. A segunda, em relação a dar a si mesma uma atribuição que não está prevista na Constituição e nem em lugar algum, a de analisar sob o ponto de vista da política agrícola ou sob o ponto de vista da política ambiental, dentro da idéia da transversalidade, sobre os impactos disso tanto na área ambiental quanto na área sanitária e os seus impactos socioeconômicos.

Portanto, nesse aspecto, ainda que com algumas correções parciais, nos parece boa a idéia de fazer essa divisão: ter um conselho político para decidir sobre política e um conselho técnico para decidir sobre questões técnicas.

Nesse aspecto, o projeto que veio da Câmara, apesar de algumas incongruências – isso é verdade e precisa ser dito, até porque é fruto de uma negociação política, tenho a impressão de que nenhuma das partes nela envolvidas está inteiramente satisfeita, como acontece com todo o projeto de lei que passa pelo Congresso Nacional – é fruto de uma ampla negociação e que não necessariamente o ideal é possível.

Já que o meu tempo encerrou, eu gostaria de, nessas palavras preliminares, alertá-los que este é um projeto de grande importância para o País e que precisamos cotejá-lo, não só à luz dos interesses comerciais inequívocos que estão atrás disso, mas, também, à luz dos interesses do Estado, sobretudo em relação à biossegurança e à questão da proteção ambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Dr. Aurélio.

Contamos com a presença do Dr. Jorge Almeida Guimarães, Presidente da CTNBio, que estava no Senado já há um bom tempo, só que na outra sala, na sala errada. Agora ele está na sala certa, e vamos poder ouvi-lo também.

Fui surpreendido agora, e acho que é uma novidade, por um novo projeto tratando do mesmo tema e que foi protocolado ontem, no Senado, pelo Senador Ney Suassuna. O projeto tem a mesma ementa daquele que estamos discutindo. E, pelo Regimento, eles terão que tramitar conjuntamente, não é isso? Ou tem preferência? Alguém tem que pedir a tramitação conjunta. Pela rápida lida que fiz do projeto do Senador Ney Suassuna, S. Exª está propondo algumas alterações, como por exemplo, em relação as células-tronco, embriões e também em relação às competências da CTNBio. Parece-me que é um projeto muito parecido com o relatório do Aldo Rebelo. Estou falando ainda sem muita certeza porque acabo de dar uma rápida lida, e ele foi protocolado ontem. É apenas para noticiar que agora temos dois projetos no Senado.

O segundo convidado a usar da palavra é o Sr. Jean-Marc von der Weid, da Contag. O Senhor dispõe de dez minutos.

Há um microfone, caso o Senhor queira falar de pé.

O SR. JEAN-MARC VON DER WEID – Bom dia. Os agradecimentos serão rápidos. Agradeço aos Senadores e à Casa pelo convite. Tenho um tempo curto, por isso vou entrar diretamente no assunto.

Arrisco-me de parecer um pouco contundente por causa da pressão do tempo. E as afirmações que farei aqui não terei tempo suficiente para sair dizendo da onde tirei, onde demonstrei, mas posso demonstrar tudo e qualquer frase que eu disser aqui. A quem quiser questionar ou pedir mais informações, deixo o e-mail da ONG em que trabalho, ASPTA, que está assessorando a Contag neste momento: ASPTA@ASPTA.ORG.BR.

A primeira discussão antes de entrar no projeto de lei propriamente dito é saber se queremos ou não fazer avaliação de risco ambiental, de risco para a saúde do consumidor, se isso é ou não uma questão fundamental. Isso é uma premissa que deveríamos ter antes de começar a discutir se os procedimentos vão ser assim ou assado, feitos por tal ou qual organização. O argumento de que os organismos tipo o Ibama ou a Anvisa tenham sido ineficientes na forma de avaliar os riscos ambientais, os riscos para a saúde não é uma explicação suficiente, a meu ver, para que se retire deles essa competência e se atribua a outros, que ainda não sabemos que competências e capacidades terão para responder a essas necessidades.

Por isso, temos que começar por perguntar: qual a importância dessa avaliação de risco para a saúde, risco ambiental? A pressão que estamos vivendo atualmente está sempre na direção de diminuir o cuidado, o rigor nessas avaliações de risco. Primeiro, dizia-se que havia um atraso nas pesquisas, que os procedimentos para liberação das pesquisas eram demasiadamente lentos. Isso foi discutido amplamente e introduzidas as correções para facilitar esses procedimentos no projeto da Câmara.

Mas se passa a discussão do problema da velocidade da liberação da pesquisa para a velocidade da liberação comercial. Isso é uma questão de outra natureza, com outra margem de riscos, que são mais sérios já que estamos fazendo duas coisas que podem ter impacto: um, na saúde, porque estamos falando de alimentos que podem afetar uma enorme população; e dois, meio ambiente com produtos que não se podem retirar uma vez liberados na mídia. Não estamos falando de coisas que possam ser facilmente isoladas no caso de se constatar, no futuro, que elas têm problemas para o meio ambiente. Quer dizer, elas são provavelmente impossíveis de serem isoladas.

Na verdade, temos que nos preocupar e o público tem que saber onde está a preocupação dos Senadores e, enfim, de todas pessoas que lidam com esse assunto em relação à saúde do consumidor e, podemos dizer, à saúde do meio ambiente.

Ora, a questão levantada é a seguinte: essas pesquisas que garantam a saúde são longas, caras e, por isso, não devem ser feitas? Essa é uma pergunta mal colocada e devemos avaliar da seguinte maneira: sim, podem ser caras e, sim, podem ser longas. Na verdade, a única vez em que se fez algum tipo de avaliação dessa natureza foi nos Estados Unidos pelos pesquisadores da Food and Drug Administration, no começo dos anos 90. Os cientistas do FDA debateram qual seria o procedimento correto a ser utilizado para liberar os transgênicos comercialmente, quer dizer, com segurança. Eles trabalharam com várias hipóteses. A primeira era estabelecer um protocolo, um sistema de avaliação específico, porque muitos deles consideravam que era um produto inteiramente diferente, que necessitava de procedimentos específicos e diferenciados para a sua avaliação de risco. Isso resultou em pressões, contra-pressões e orientações da Casa Branca. Era um período em que o Reagan estava dando muita ênfase em procedimentos de aumentar a competitividade da indústria americana, e essa era uma das vertentes. Ele disse: vamos adotar uma formulação menos complexa. A formulação menos complexa proposta era a de utilizar os critérios de análise dos aditivos alimentares para os transgênicos antes de liberá-los. Em média, isso representava, segundo avaliações do próprio FDA, mais cinco anos de pesquisa e U$25 milhões para cada liberação. Ora, isso também provocou uma reação, até natural, de qualquer indústria que investiu dez anos para produzir certo produto e gastou de 100 a 300 milhões para desenvolvê-lo. Se alguém chega e diz que você precisa de mais cinco anos e mais 25 milhões, evidentemente, qualquer empresa reagiria, tentando evitar que isso fosse feito. A obrigação do organismo americano de segurança era dizer: isso é uma necessidade. E eles disseram: também por injunção política e decisão finalmente política, essas fórmulas foram sendo afastadas até que foi decidido que não era necessário exigir qualquer tipo de avaliação de risco para a saúde; e mais, baixou-se uma ordem de silêncio aos técnicos e cientistas do FDA.

Isso aí foi revelado posteriormente, por meio até de mandado judicial. Existem extratos e reprodução de todos os documentos de debates internos do FDA, na época. Quem tiver interesse, posso circular com todas as declarações com nomes, datas, endereços etc.

Ora, esse fato aponta para quê? Esses cientistas avaliavam que, sim, havia riscos e que era necessário investimento e tempo para que eles fossem avaliados. Não sendo feito isso, as fórmulas que foram adotadas acabaram sendo perfeitamente anticientíficas, porque se declara que o risco não é um risco maior; é uma declaração, não há uma demonstração de que seja verdade, e libera-se. O que vem sendo afirmado insistentemente é uma espécie de demonstração pelos

fatos, não por uma demonstração científica. Os americanos consomem transgênicos há nove ou oito anos; não houve nenhuma hecatombe que pudesse provar que isso não faz mal, e, portanto, não faz mal. Há uma série de falácias nessa afirmação.

A primeira é que, sim, houve problemas. Alguns foram detectados claramente, com algumas dezenas de mortos, alguns milhares casos de internação grave, no caso de um aditivo alimentar produzido com transgênicos que obteve esse impacto e foi detectado. Agora, a segunda questão é a seguinte: não havendo rotulagem, não havendo monitoramento e acompanhamento científico, é impossível estabelecer relação de causa e efeito entre o consumo de determinado produto, seja ele qual for, e um efeito qualquer.

Constatou-se, nos Estados Unidos, nos últimos dez anos, um aumento exponencial nos casos de intoxicação alimentar sem causa identificada. Teria sido por causa dos transgênicos? Pode ser e pode não ser. Ninguém sabe, ninguém acompanhou. No caso da Inglaterra houve um aumento de 50% de alergias provocadas pelo consumo de derivados de soja, a partir da introdução no mercado da soja transgênica. Isso é uma relação de causa e efeito? Ninguém pode provar, mas, também, ninguém pode provar o contrário. Esses são os problemas que estamos vivendo: a falta de pesquisas.

Um levantamento feito por pesquisadores em uma universidade da Espanha, que compõe a base de dados da área de saúde, diz que o número de pesquisas especificamente dirigidas para a avaliação de segurança para a saúde de transgênicos é extremamente baixo, da ordem de dezenas, e todos elas, tanto as que dizem que não têm indicação de risco, quanto as que dizem que têm indicação de risco, dizem que os prazos foram muito estreitos para se chegar a uma conclusão.

Finalmente, é preciso lembrar o seguinte. Há 25 anos, quando se começou a utilizar carcaças de animais como proteína animal em ração para animais, também houve uma série de afirmações de que isso não provocaria risco nenhum. Foram, digamos assim, ridicularizados os cientistas que levantavam esse tipo de risco, até que quinze anos depois, ou mais, chegou-se à conclusão de que, de fato, com o mal da vaca louca existiam problemas.

Então, creio que a necessidade de se ter prudência e de se fazer um investimento necessário é muito grande. Darei um salto rápido, somente para duas ou três afirmações que, espero, possamos desenvolvê-las depois, na questão econômica. Se estivéssemos diante de um produto extremamente vantajoso do ponto de vista de mercado, de custos de produção, poderíamos – e acredito que sempre deve ser feito – cotejar risco benefício. Não existe uma discussão de risco absoluto, nem de benefício absoluto. Eles têm de ser sempre avaliados, em função dos seus ganhos e dos seus riscos.

Na verdade, não há nenhuma constatação de ganho econômico significativo com a utilização dos transgênicos que até hoje estão no mercado. Isso são pesquisas feitas por pesquisadores americanos e que não foram contestadas até agora. Posso distribuir para V. Exªs essas pesquisas, com dados bem concretos. O único caso em que há uma vantagem significativa, que se manteve no tempo, foi o algodão transgênico, o algodão BT. Quer dizer, no caso, a soja RR foi a que menos resultado obteve e o do milho BT foi também de baixo resultado.

O balanço econômico, tanto do milho BT como da soja RR, nos Estados Unidos, na média das pesquisas de cinco anos feitas e terminadas em 2002, indica que ambos trazem mais prejuízo econômico do que os seus equivalentes convencionais. Como todos os dois são altamente subsidiados pelo governo americano, os agricultores não estão pagando esse preço. Mas, a realidade é que eles não estão se mostrando competitivos a longo prazo. Por que eles continuam sendo produzidos? Há um processo de monopolização da oferta de sementes no mercado, isso é um problema considerável. Temos que avaliar, no nosso caso, poucas empresas interessadas na divulgação de transgênicos...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)
(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JEAN MARC VON DER WEID – Já vou terminar, Sr. Presidente, só um segundo.

Ou seja, havendo dificuldades de acesso a sementes convencionais e, finalmente, nos Estados Unidos, no particular, o medo de muitos agricultores em serem processados no caso de contaminação de suas safras, de suas produções, por transgênicos, dada a legislação americana ser extremamente rigorosa nesse sentido. E já existiram vários casos de agricultores que, mesmo sem plantar transgênicos, foram processados e tiveram que pagar multas por seus campos contaminados.

Desculpem-me por ter que terminar meio que voando. Muito obrigado pela gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Dr. Jean-Marc.

Quero fazer uma comunicação. Há várias entidades que estão solicitando a participação ainda nesta audiência pública. Isso não é possível, porque temos um Regimento e ele só admite a participação de entidades ou pessoas que tiveram seus nomes aprovados

previamente por um requerimento. Não vamos, como disse no início, esgotar o assunto nesta audiência pública. Já combinei com a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, que iremos realizar outras audiências públicas em conjunto, para que outras entidades, que não puderem se manifestar nem na de ontem, nem da de hoje, possam fazê-lo.

Aliás, tenho um requerimento sobre a mesa, que trata exatamente de propor audiências públicas para discutirmos a outra parte do projeto, que diz respeito às células-tronco e embriões. E as faremos em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Vou colocar em votação, ainda hoje, esse requerimento. E deveria ter feito isso já, porque a Senadora Lúcia Vânia está aguardando esse requerimento para aprovar lá.

Então, vou colocar rapidamente em votação esse requerimento, que propõe apenas audiências públicas, sem ainda a relação de nomes, que os Senadores poderão depois sugerir e poderemos aprovar numa reunião posterior.

Em discussão o Requerimento propondo audiências públicas para discussão de células-tronco, que está no conteúdo do projeto também. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço para que o requerimento seja encaminhado à Senadora Lúcia Vânia, porque queremos fazer em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Então, todas as entidades que ainda não puderam se manifestar poderão fazê-lo em outras oportunidades.

Passo a palavra agora ao Presidente da CTNBio, Jorge Almeida Guimarães. Como disse, o Senhor dispõe de 10 minutos e, depois, daremos a oportunidade para complementar a manifestação que é feita neste momento.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Senador Osmar Dias, Srs. Senadores, colegas da CTNBio aqui presentes, homenagem ao Professor Clodowaldo Pavan, geneticista de renome, membro da Academia de Ciências dos Estados Unidos, que prestigia esta reunião; meu caro Professor Esper Cavalheiro, que foi também Presidente da CTNBio, recentemente; meus colegas de mesa, Herman Chaimovich, da Academia Brasileira de Ciências e Glacir Therezinha Zancan, ex-Presidente da SBPC.

Queria fazer um balanço rápido de como está a CTNBio hoje, porque acho que será ilustrativo para os trabalhos que esta Comissão deverá fazer. É uma apresentação muito breve, porque depois entrarei na questão propriamente dita desta convocação. É um resumo das atividades e alguma coisa mais relacionada ao ano de 2003, geração recente da CTNBio, que de fato mostra que a CTNBio está operando normal e plenamente com suas atribuições.

O que ela tem feito, nos seus pareceres técnicos, emitidos ao longo da sua existência, importação e uso de derivados de organismos geneticamente modificados, seja de origem animal, de plantas e produtos diversos; desenvolvimento e utilização de vacinas recombinantes para hepatite, Aids, doenças tropicais como a esquistossomose e vacinas de uso veterinário. Protocolos de estudos, multicentros que utilizam organismos geneticamente modificados; aplicação e aprovação de atividades dos certificados dos centros que utilizam essa tecnologia, o certificado de biossegurança, todas as atividades no país que envolvam organismos geneticamente modificados e capacitação de recursos humanos em biossegurança.

Ao longo deste período, esse é o total de certificado já emitidos, cerca de 200 certificados, predominando o setor público e, logo em seguida, o setor privado e já aparecendo os pedidos de cooperativas de produtores.

No ano de 2003 foram 300 processos tratando de relatórios anuais, as visitas técnicas e certificados de CQB, extensão, pedido de importação, novos CQBs, projetos de pesquisa, várias e novas técnicas.

Desse total, a distribuição hoje na grande maioria dos Estados da federação, predominando o Sudeste – São Paulo e Minas Gerais – mas, também, distribuídos em vários outros Estados do Sul, do Nordeste e mesmo do Norte.

Os pleitos foram deferidos nesses números, outros estão em diligência por várias razões de natureza técnica e alguns indeferidos, cerca de 8%.

De novo, a distribuição é predominantemente de entidades públicas, centros de pesquisa universitários e não acadêmicos, mas todos lidados à atividade pública e uma porcentagem crescente da origem de entidades privadas.

Os campos experimentais para liberação planejada já chegam a 48%, predominando de novo o Sudeste – São Paulo e Minas Gerais –, mas, também, como vemos, o Centro-Oeste, o Sul e até mesmo o Norte, aparecendo aí com um percentual já crescente de pedidos de liberação.

As liberações planejadas no meio ambiente já somam 29 pedidos, dos quais 20 foram deferidos e estão sendo acompanhados.

Ao longo do período da vida da CTNBio, essa é a distribuição de liberações planejadas de OGMs no meio ambiente. Vê-se que a partir de 1997 isso co-

meça a crescer, 1998 e 1999, sendo que aquela faixa verde representa as demonstrações em feiras e outros eventos públicos que foram reduzidos ou eliminados praticamente a partir do ano 2000, por várias razões que já foram discutidas aqui.

As liberações são predominantemente para resistência a herbicida e resistência a pragas especialmente a insetos ou mistas.

O relatório de conclusão, após liberação planejada no meio ambiente, somam 15 e 12 foram deferidos – 80% .

Esses relatórios planejados referem-se majoritariamente a esse grupo, o grupo de produtos produzidos por organismos geneticamente modificados para resistência a insetos e herbicidas. Basicamente, os difosfatos que predominam na maioria dessas operações de engenharia genética.

Essa tabela não está muito visível para todos, devido ao tamanho das letras, mas ela mostra que, com exceção de duas entidades que são associações brasileiras de indústrias de alimentos e uma associação avícola de Pernambuco, todos os demais são de empresas privadas, a maioria multinacionais que estão instaladas no Brasil, seguindo o que recomenda a legislação atual da biossegurança, ou seja, submetendo-se a enviar seus projetos, seus pleitos para toda e qualquer atividade ligada àquela já prevista na legislação atual.

Eu queria fazer coro ao que dizia o nosso Subprocurador a respeito de vários aspectos da legislação e também trazer ao Senador Osmar Dias uma coleção de sugestões de emenda. Elas dizem respeito basicamente ao que se apurou ao longo do trabalho da CTNBio; dizem respeito algumas delas às células-tronco, que já objeto do projeto de lei do Senador Ney Suassuna; dizem respeito também à questão da composição do CNBS, do Conselho Nacional de Biossegurança; algumas sugestões que poderão evitar conflitos entre a atuação da CTNBio, o próprio Conselho e os outros organismos ligados a essa área; uma proposição de composição um pouco diferente do CNBS – não vou ter tempo para entrar em detalhes –; uma ampliação da composição da CTNBio na composição científica propriamente dita, porque hoje na proposta, no projeto de lei ela é minoritária: são apenas 12 membros num conjunto de 27; e a proposta nossa é que ela passe a ter 18 membros da comunidade científica, incluindo tecnologia de alimentos, que não está prevista, e a área de biologia molecular, que é a essência específica, é a essência da maior parte dos projetos, das propostas, dos temas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico que sejam centros de pesquisas pública ou sejam empresas privadas propõem à CTNBio. Isso é reflexo dessa atuação nesse período e que podemos apurar qual é o tipo de demanda mais premente.

Também há uma sugestão de modificação no art. 13, que trata das entidades de registro e fiscalização. Só mais dois minutos, Senador. Ainda também, no art. 17, ligado à questão de novo das outras entidades e ao fundo que é proposto, consideramos que, feitas algumas adaptações, pode ser bastante importante na questão da condução dos trabalhos da CTNBio e basicamente alguns outros artigos, que levemente mencionamos, merecedores de alguma mudança.

Eu queria também aproveitar a oportunidade e dizer, na mesma linha do que nos estava dizendo o Subprocurador, que a CTNBio tem condições de operação razoáveis para a questão da sua secretaria técnica, cujo secretário está aqui presente, o Dr. Jairon. Todavia, os novos desafios impõem para a CTNBio uma operação muito diferenciada; refiro-me ao Protocolo de Cartagena, de que o Brasil é signatário, e que impõe para nós ou para CTNBio, especificamente, uma série de ações novas. O projeto de lei prevê na sua amplitude, uma vez que considera a CTNBio a agência alvo da atuação das questões de organismos geneticamente modificados relativo ao Protocolo de Cartagena. Mas entendo que há alguns outros aspectos que o projeto de lei não contempla.

Eu havia conversado, à época, com o hoje Ministro Aldo Rebelo sobre a possibilidade de transformar a CTNBio numa agência, e há razões para isso. Uma delas é o fato de que a comunidade científica que atua na CTNBio trabalha absolutamente pelos belos olhos da sua missão como pesquisadores. Os cientistas da CTNBio, talvez com uma ou duas exceções, não estão ligados a nenhum projeto de empresa, a nenhuma outra atividade que não seja de pesquisa fundamental nessa importante área e, diferentemente da atuação que fazem para o CNPq, para a Caps, ou para Finep, onde eles são clientes, usuário etc., no caso da CTNBio isso não ocorre, e nós pagamos, simplesmente, uma diária que não paga o hotel, para os nossos cientistas virem atuar aqui.

De modo que penso que essa atividade de extrema responsabilidade para o País e para cada uma das pessoas que põe a sua decisão à frente de questões tão importantes, como as que foram levantadas aqui, mereceria tratamento diferente. Temos modelo semelhante, que é o modelo da Anvisa, e pergunto se esta não seria uma ocasião de se mexer nessa questão.

Fico à disposição dos Srs. Senadores. Eu queria homenagear meu conterrâneo, Senador Roberto Saturnino, e, ao fazê-lo, homenageio os demais Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Muito obrigado Dr. Jorge.

Dr. Jorge Guimarães me passa às mãos emendas que está sugerindo ao projeto.

Vamos ouvir agora o Diretor da Academia de Brasileira de Ciências, Herman Chaimovich, lembrando que temos aqui também um membro da Academia Brasileira de Letras, o mais novo membro, que é o Senador Marco Maciel, que honra esta comissão com a sua presença constante; além das pessoas presençasa esta reunião: cientistas, pesquisadores, pessoas que trabalham todos os dias com o assunto e que têm, com certeza, muito a nos ensinar, a exemplo do nosso Clodoaldo Pavan que ontem esteve presente, hoje também, e que já foi saldado aqui pela Mesa.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Herman Chaimovich, Diretor da ABC.

O SR. HERMAN CHAIMOVICH – Sr. Presidente, em primeiro lugar, permita-me agradecer, na sua pessoa, ao Senado da República e aos participantes da Mesa e a todos aqueles que nos acompanharam hoje de manhã.

Tentarei ser breve.

Tenho alguns pontos que não foram levantados e acho interessante discuti-los. Certamente não terei tempo para entrar em profundidade em nenhum deles, mas me limitarei, certamente, a ler pelo menos o cabeçalho do que preparei.

A primeira declaração é uma declaração de realidade e que se resume da seguinte forma:

A ciência no Brasil evoluiu. O Brasil hoje é ator, não é espectador daquilo que acontece na ciência mundial. Portanto, quando colegas nossos, que muito respeito, dizem que esse dado foi trazido por um pesquisador inglês, eu me pergunto: vamos conversar com o pesquisador brasileiro, porque a produção do pesquisador brasileiro é da mesma qualidade que a do pesquisador inglês. Pode ser dinamarquês, pode ser de qualquer país.

Ser ator e não mais espectador na ciência internacional implica não só em colocar uma medalha – somos atores –, mas implica uma imensa responsabilidade para o País e em especial para comunidade científica nacional.

Essa responsabilidade quer dizer, com clareza: será essa comunidade, que conseguiu, através dos anos, se transformar em ator e não espectador...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Um segundo, apenas. É que tem muita gente no corredor que não está conseguindo assistir aqui no nosso plenário a audiência. Nós colocamos um telão na sala da Comissão de Assuntos Econômicos e aqueles que não estão conseguindo ficar aqui podem assistir lá na sala da Comissão Assuntos Econômicos.

Desculpe-me pela interrupção.

O SR. HERMAN CHAIMOVICH – A interrupção é bem-vinda. Agora, Senador, eu queria que não me descontasse os 30 segundos.

A responsabilidade da comunidade científica vai bem além, com a seguinte pergunta: será que esse investimento e esse enorme crescimento da ciência neste País resulta ou não numa incorporação de ciência para desenvolvimento socialmente justo no Brasil?

A resposta, de novo, é sim. E esse sim tem que ser muito claro, porque temos ouvido nos últimos meses que o Brasil faz uma coisa que não é bem clara para todo mundo, que é ciência, mas, aparentemente não aplica. Então, por que esse investimento está sendo feito?

Atrevo-me a dizer que afirmar que o Brasil faz ciência e não aplica é desconhecer, por exemplo, o mercado do açúcar e álcool neste País. Se o País ainda estivesse plantando as mesmas variedades de cana que cultivava na década de 70 e fizessem uma projeção de mercado, notariam que a diferença seria da ordem de US$150 bilhões. Essa foi uma contribuição da ciência brasileira e uma demonstração não só de que somos atores na ciência, mas também na transformação desta em qualidade de vida, na transformação de ciência em produto, de ciência em modificação social.

Não me estenderei no assunto, nem falarei novamente sobre a Embrapa, porque assisti à reunião de ontem e constatei que existe um consenso com relação a essa questão. Poderia falar da celulose e de outros assuntos, mas não o farei.

A afirmação que fiz está totalmente sustentada pela realidade da inserção da ciência brasileira no cenário nacional e também da inserção da ciência e da tecnologia brasileiras no produto social e econômico deste País. Isso permite que a Academia Brasileira de Ciências tenha uma inserção internacional que não tinha quando foi criada.

Atualmente a Academia Brasileira de Ciências conversa de igual para igual com qualquer academia de ciências do mundo, e não porque tenhamos problema em viajar, ou porque os velhinhos da academia desejem viajar de avião. Conversam de igual para igual, porque ciência neste País é real, porque o aparelho científico brasileiro tem estrutura e porque este País é respeitado e muitas vezes temido quanto ao seu potencial de aplicar ciência em produto.

A Academia Brasileira de Ciências assinou dois documentos, em conjunto com uma série de outras academias do mundo, que dizem respeito às plantas transgênicas e às células-tronco. Esses documentos são de consenso mundial.

O cientista é um cidadão, portanto, tem o direito de ter uma opinião. Por outro lado, a academia tem a obrigação de determinar quais são os limites do consenso científico mundial. Esses limites constam de um documento assinado por mais de cem academias do

globo, no qual está escrito que as plantas transgênicas constituem, em potencial, um enorme avanço para a humanidade, que cada caso é um caso, que não existe – apesar daquilo que o meu colega escreveu – nenhum dado seguro que mostre o efeito daninho de qualquer produto que contenha alimentos transgênicos. Essas informações estão publicadas. Poderia enviar o documento para os senhores, pois em três minutos e 22 segundos é difícil falar sobre o assunto.

Sr. Presidente, tenho participado de muitos debates no Congresso e tenho visto imensa evolução na percepção do nível do debate nos últimos dois anos. Os pontos que eram críticos na discussão há dois anos hoje são consenso. E isso é uma imensa vantagem democrática, porque qualquer lei que for aprovada será produto de um consenso onde todos foram ouvidos, mas nem todos serão contemplados.

Passo a ler algo que tem a ver especificamente com a lei que está em discussão. No que diz respeito à pesquisa dos organismos transgênicos, a mudança no texto legal entre aquilo que estava na Câmara dos Deputados, o projeto do Deputado Aldo Rebelo, e aquilo que veio para o Senado, é bem sutil e não menos atentatório contra a pesquisa nacional. Constata-se até uma discriminação peculiar no ato da composição da CTNBio, que distingue as sociedades científicas que "participam da elaboração das listas de outras organizações da sociedade civil que as elaboram". Isso, a meu ver, é uma discriminação.

Mas este é apenas um indício da discriminação anticiência. A possível paralisia da atividade científica com organismos geneticamente modificados é bem mais grave. O novo diploma legal abre espaço para o engessamento da pesquisa, burocratizando-a ao limite. O projeto de lei descreve dois conselhos: o CNBS e CTNBio. No art. 11, que trata as competências do CTNBio, é disposto que esta comissão, além de estabelecer normas para pesquisa com OGMs e seus derivados, autoriza, registra e a acompanha as atividades de pesquisa com OGMs, nos termos das normas estabelecidas. Assim, pode parecer que, no que se refere à pesquisa, as decisões da CTNBio são definitivas. Contudo, no § 13º do mesmo artigo 11, surgem surpresas. O primeiro inciso desse parágrafo diz que: "o parecer da CTNBio nas atividades de pesquisa é conclusivo e vinculante." Já no 3º, o parecer técnico conclusivo, no âmbito da pesquisa, deve ser remetido aos órgãos e às entidades referidas no art. 13º.

Para o exercício de suas atribuições, esses órgãos e entidades são, para pesquisa: o Ministério da Saúde, da Agricultura, da Pecuária, do Meio Ambiente e outras secretarias. Se cada um desses resolver "exercer suas atribuições", o tempo necessário para obtenção de licença para realização de um experimento pode se estender por meses ou anos.

Em um cenário onde novos conhecimentos são desenvolvidos em intervalos de tempo cada vez menores e onde países que não acompanham desenvolvimento tecnológico afundam-se numa aspiral de dependência, isso significa impingir ao Brasil o status do atraso. E, pior, brevemente nos veremos forçados a pagar **royalties** pelo uso da tecnologia exógena que, como disse no início, podíamos perfeitamente bem dominar.

Cabem as perguntas: é isso que o Brasil deseja? Pode o Brasil se dar o luxo de abandonar, em 2004, pesquisa com OGM? Um atraso desse exclui o país da possibilidade de desenvolver tecnologia relacionada a problemas de alimentação e a medicina do futuro, a respeito da qual não falarei.

Será que o nosso legislador tem consciência que essa será a conseqüência na manutenção de um texto da forma em que ele se encontra? Será que esse é o desejo da nossa sociedade?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra à Drª Glacir Zancan, da SBPC.

A SRª GLACIR ZANCAN – Quero agradecer na pessoa do Senador Osmar Dias o convite para, mais uma vez, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência estar presente nesta Casa e nos debates.

Quero dizer que o Senador Marco Maciel aqui presente foi o autor do primeiro projeto que levou seis anos tramitando no parlamento para ser aprovado. Esse projeto saiu da Casa Legislativa corretamente, como já disse o Subprocurador Aurélio Virgílio.

Na realidade, mais do que discutir leis, no meu entender, temos que discutir políticas, o que queremos. A transgenia é uma ferramenta fundamental – e não vou discutir isso – não só para a modificação de plantas, mas para a toda pesquisa biológica.

O Professor Jorge e eu estivemos na reunião da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular, semana passada, e lá estavam presentes todos os nossos pesquisadores da área de biologia molecular de plantas, mostrando a pujança do trabalho desenvolvido neste país pelos nossos pesquisadores.

Quero dizer, também, que a constituição da lei de biossegurança, como foi feita, criando um órgão central, que é a CTNBio, e depois repassando para as organizações com suas CBios é uma realidade, senão aquela quantidade de trabalho lá presente não poderia ter sido realizado, aquilo que o Professor Jorge fala que a CTNBio está dando CTBs e está trabalhando é verdade, posso dar testemunho porque já tivemos três visitas técnicas da CTNBio sobre o nosso trabalho em nosso laboratório. Então, a rede que foi montada – e

que não acreditávamos que pudesse funcionar – está funcionando. Concordo em gênero e número com o Professor Jorge, quando diz que o Tratado de Cartagena impõe responsabilidades ao Brasil e que se a CTNBio é o ponto focal ela terá que dispor de uma estrutura maior e melhor, pois, na forma atual, não tem condições de atender aquilo que explicita o Tratado de Cartagena quanto ao que temos que cumprir.

Portanto, reforço a idéia de que precisamos de uma política de Estado para dizer que transgênicos queremos construir, para dar estrutura a todo o sistema, porque, obviamente, precisamos de capilaridade no monitoramento e na fiscalização, porque, se não, não haverá a possibilidade de um órgão em Brasília controlar os extremos deste País. Portanto, a fiscalização tem que ter um órgão capilar, que será não só os órgãos de meio ambiente e de saúde, mas os estaduais de saúde e meio ambiente também; precisamos pensar no conjunto. Penso que estamos durante todos estes anos, 15 anos, discutindo e, até agora, não temos uma política de Estado, e isso é fundamental, pois, precisamos saber o que queremos como País. A transgenia veio para ficar, é uma ferramenta importante, e o pesquisador tem que ser livre para fazer as pesquisas, trabalhar, produzir e, evidentemente, chegar até o produto final que possa ser o seu mercado. Mas isso tudo precisa ser disciplinado.

Estou colocando para V. Exªs lerem os pontos que considero importantes do relatório da FAO que saiu na semana passada. Vejam os pontos mais importantes:

> "Maior esforço de pesquisa é necessário porque muitos poucos OGMs foram analisados em seus impactos ecológicos e regiões tropicais."

Temos a maior parte do nosso território em região tropical.

Segundo, "os marcos regulatórios devem ser reforçados e racionalizados para assegurar que o meio ambiente, a saúde pública sejam protegidos e que procedimentos sejam transparentes, previsíveis e baseados em ciência."

Quer dizer, a ciência vai dar a condução do processo.

Terceiro, "a estratégia de manejo inclui evitar as culturas transgênicas em seus centros e diversidade ou onde houver espécies selvagens relacionadas; ou, uma outra hipótese, estabelecer zonas tampões entre as culturas."

Vejam, considero importante na nossa cultura brasileira: se fizermos zoneamento, será que o nosso produtor vai obedecer? É isso o que está mais ou menos dizendo a FAO.

"Há consenso de que a liberação no meio ambiente dos OGMs deve ser comparada com outras práticas agrícolas e opções tecnológicas. Não há ainda métodos de avaliação de impacto ambiental no âmbito internacional, sendo necessário estabelecer metodologias para os diferentes ecossistemas. A falta de efeitos negativos observados até agora não significa que eles não possam ocorrer, tendo em vista o muito que permanece desconhecido.

Eu trouxe este relatório da FAO para mostrar que muito mais ciência e pesquisa são necessárias. E estou entregando aos Srs. Senadores um "boneco" de pontos de diferentes relatórios internacionais, para que V. Exªs possam ver, porque participaram milhares de pesquisadores. Tem o relatório da OCDE de 2000, os da OMS e da FAO, de 2000, da (?) de que falou o Professor Herman Chaimovich, tem o relatório do inglês sobre todo o processo do governo inglês e que saiu ano passado; o da Fundação Núfio(?) de Bioética, que saiu em 2003; o dos especialistas em meio ambiente da FAO, que liberaram agora em maio um relatório. Portanto, há uma quantidade enorme de relatórios disponíveis internacionalmente para que V. Exªs possam compreender que o problema está sendo discutido mundialmente, está sendo colocado como importante do ponto de vista econômico e social, e que é baseado em ciência. E volto a dizer: somente com uma política científica bem definida é que podemos avançar. Preocupa-me profundamente, devo dizer, o fato de que os recursos para pesquisa básica na área de Biologia e Biologia Molecular não crescem proporcionalmente à demanda, o que faz com que tenhamos um represamento da possibilidade de pesquisa no País.

Quero insistir: há uma nota da SBPC que foi colocada em que o substitutivo que foi aprovado numa madrugada na Câmara incluiu as células-tronco. Elas não devem fazer parte de um projeto que, especificamente, trata de OGMs, ele teria que ser destacada. Por outro lado, devo dizer a V.Exª que também estive, aqui nesta Casa, discutindo a Lei de Reprodução Assistida nº 1184, de 2003, e que está na Câmara, aprovada pelo Senado. Eu creio que seria possível fazer um arranjo político para aprovar a Lei de OGM no Senado e a de Reprodução Assistida na Câmara, de tal maneira que ficassem cobertos, simultaneamente, os dois problemas.

Eu não sou política, eu não entendo das duas Casas. Mas parece-me que seria uma alternativa de resolvermos os dois problemas, se houver concordância, se houver disponibilidade de todos. Ou seja, de

que a parte das células-tronco deva passar para um projeto que trate do assunto, especificamente.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Devo esclarecer, Drª Glacir, que a proposta de separar os temas partiu desta Presidência. Fiz essa proposta aqui no Senado e alguns aprovaram outros não. E os que não aprovaram usaram um único argumento: a preocupação de que células-tronco e embriões acabem ficando e que não regulamentemos esse assunto.

Agora, já mudei um pouco a minha proposta. Se for para separar tem que haver um acordo de que as das matérias serão votadas dentro do tempo que a importância dos dois assuntos requer. Então, a minha proposta era separar. Mas, separar desde que haja um acordo para que se vote simultaneamente. Aliás, já temos um projeto que foi votado no Senado, e que está na Câmara dos Deputados, que é um Senador do PT, o Senador Tião Viana.

Agora, passo a palavra ao Luís Roberto Baggio, Vice-Presidente da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

O SR. LUÍS ROBERTO BAGGIO – Obrigado, Senador.

Em nome da OCB, quero agradecer o convite para participar desta reunião, cumprimentando a todos os componentes da Mesa, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes.

A Organização das Cooperativas Brasileira é uma entidade que congrega hoje – para que V.Exªs tenham uma idéia – 27 organizações estaduais, 76 federações e 13 confederações.

Do ponto de vista do ramo agropecuário, que é principal ramo do cooperativismo, mais de 1.520 cooperativas agropecuárias ao longo do País. O cooperativismo responde por 6% do PIB deste País. E temos vinculados às cooperativas agropecuárias mais de um milhão de pessoas diretamente, entre associados e funcionários, e 6,5 milhões pessoas indiretamente. Então, o cooperativismo, por si só, e pelas características que exerce é uma sociedade de pessoas e não puramente uma sociedade de capitais.

É importante também citar para V. Exªs o perfil dos produtores que são vinculados às cooperativas: 92% do nosso quadro de produtores têm propriedade abaixo de 100 hectares; e 83% dos nossos quadros de associados são propriedades abaixo de 50 hectares. Portanto, temos um maior volume de pequenos produtores rurais.

Do ponto de vista de ação das cooperativas, precisamos frisar a V.Exª que temos um diferencial importante nisso tudo: empresas formadas por gente; a responsabilidade com a produção e com os produtores, a responsabilidade muito grande com a transferência de tecnologia, haja vista o quadro de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas esparramados por este Brasil afora, que monitoram a produção de nossos associados e tentam trazer e transferir a tecnologia mais adequada para cada região.

A responsabilidade com o meio ambiente, porque não consideramos isso como um pressuposto de **marketing**, mas sim um princípio, dentro dos sete universalmente aceitos pelo cooperativismo: a responsabilidade social – o sétimo princípio – e o interesse pela comunidade.

Vou dar um exemplo de um Estado, quando se fala em responsabilidade social, o Paraná. O sistema cooperativista do Paraná investiu no ano passado R$ 1,4 bilhão em responsabilidade social, qual seja, 10% do faturamento bruto daquele conglomerado de empresas cooperativas.

A nossa visão com relação às questões que tratam da biossegurança é muito mais norteada pelas questões econômicas e de desenvolvimento do País. V. Exªs sabem muito melhor do que eu o potencial agrícola do nosso País. Mas o potencial agrícola do nosso País só poderá exercido, na sua plenitude, se tivermos liberdade e muito avanço tecnologico, porque a guerra por mercados – e aí os debates da OMC – é muito violenta.

O nosso País não tem o direito de ser ingênuo do ponto de vista de guerra comercial. Sabemos que esta é a quarta guerra mundial posta, não por avanço de mercado, mas, por sobrevivência dos nossos produtores e das pessoas da nossa população.

É por isso que nos preocupa muito e sobremaneira as questões que tratam do avanço tecnológico.

Observamos um avanço no mundo, em número de hectares, de 1996 até 2003, de 1,7 milhões de hectares para 67,7 milhões de hectares de área plantada com produtos geneticamente modificados. Observamos isso espalhado pelo mundo inteiro. Observamos, também, o avanço competitivo e comparativo dos países desenvolvidos.

Temos uma preocupação muito grande também com o relatório da FAO, porque ele mesmo diz que a biotecnologia é uma grande promessa para a agricultura em países em desenvolvimento, mas apenas alguns têm se beneficiado disso. Temos que tentar liberar as travas e as amarras que impedem o nosso desenvolvimento nessa área.

Sem entrar na contenda científica – porque realmente não entendo disso –, uma posição importante e que, no nosso entendimento, estaria possibilitando

e facilitando avanços, estão sintetizados em alguns pontos, que são os seguintes:

1) Dar competência à CTNBio, referente à liberação comercial dos OGMs;

2) Dar competência ao Conselho Nacional de Biossegurança, referente à liberação comercial da OGM como instância decisiva;

3) O licenciamento ambiental, de acordo com o nosso ponto de vista, somente deveria ser pedido quando esses OGMs fossem potencialmente poluidores e indicados pela CTNBio;

4) A convalidação dos atos praticados pela CNTBio, nos pareceres comunicados e instruções normativas, aquilo que já foi feito.

Isso é extremamente importante pela posição do nosso País, pelos negócios, por todos os contratos já realizados, pelo avanço que temos na área de negócios.

Com isso, com esses quatro pontos, quero dizer a V. Exªs porque bater tanto na tecla CTNBio.

Acho importante – aqui vai um apelo como cidadão – convalidarmos este conselho técnico como excelência e dar respaldo às suas ações. Temos que ter um Conselho à altura, porque temos cientistas que estão à altura de qualquer cientista de outro país. Então, temos que ter também um órgão responsável. Não nos caberia querer discutir a competência ou querer discutir as razões de quando uma CNTBio atesta, emite um certificado, remetê-lo aos demais órgãos de licenciamento. Penso que isso seria uma trava, seria redundância inclusive. Não podemos pressupor irresponsabilidade numa ação da CNTBio.

Por último, a composição da CNTBio por cidadãos de reconhecida competência técnica e notória atuação, que me parece no projeto de lei ficou um pouco prejudicada no que diz respeito à composição do Conselho técnico.

Dito isso, é preciso salientar a V. Exªs que temos também a visão de que precisamos trabalhar e visar a vantagem ambiental desses organismos geneticamente modificados. O único dado que não nos preocupa, como agricultores, é essa posição de concentração de empresa "a" ou de empresa "b", por dois motivos: a ciência avança. No quadro que o presidente da CTNBio mostrou, vimos que o pedido é de várias empresas, não somente da Monsanto, mas também da Sigenta e da Bayer. Há uma pluralidade de pacotes tecnológicos sendo colocados à disposição do mercado.

Em segundo lugar, do ponto de vista da cultura convencional, parece-me que a concentração não é discutida. Ela está nas mãos de cinco ou sete empresas no mundo inteiro e é assim, não adianta quermos mudar a realidade. Precisamos disputar com essa realidade.

Há também o desenvolvimento de pesquisas, não só da Embrapa, que é um excelente centro de pesquisas, mas, também, de cooperativas, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico – Codetec, que está a serviço dos produtores rurais.

Por último, quero frisar a nossa preocupação com a biossegurança. Ninguém aqui quer ser leviano ou apressado demais para não considerar as questões de segurança. Não se trata disso. Entendemos que o que tem posto, em nível de pesquisa e de ações do mundo inteiro é suficiente para atestar a utilização, haja vista o mercado desses produtos na Europa, reticente até então; haja vista, por exemplo, toda a gama de países que atua com produtos geneticamente modificados.

Por fim, consideramos que é preciso regular o produto e não o processo. Isso é importante para nós.

Por fim, Senador, entendemos também que além desses pontos que deveriam ser atendidos, o relatório do Ministro Aldo Rebelo contempla a contento os interesses do cooperativismo e do agronegócio deste País.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Sr. Baggio.

O requerimento aprovado ontem incluiu em nossa audiência pedido do Senador Juvêncio da Fonseca, que só não está presente aqui porque o avião que o traria não conseguiu decolar de Campo Grande.

Concedo a palavra ao Francisco José Lima Aragão, que é pesquisador de recursos genéticos e de biotecnologia da Empresa Brasileira, a Embrapa.

S. Sª tem dez minutos para fazer sua exposição.

O SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO – Caro Senador, quero agradecer ao Senado Federal pelo convite e pela oportunidade de, mais uma vez, estar aqui para discutir esse assunto, que é de extrema relevância para o Brasil.

Estou aqui falando como pesquisador da Embrapa, pesquisador que trabalha há quase vinte anos com engenharia genética aplicada à agricultura e que tem plantas geradas e que já estão nos programas de melhoramentos, que é de onde saem todas as variedades que estamos plantando e consumindo há décadas.

O melhoramento de plantas se iniciou pela domesticação. O homem modificou dramaticamente as plantas que estamos consumindo ao longo dos séculos e permitiu, inclusive, que gerássemos plantas. Se isso não tivesse acontecido não teríamos, por exemplo, o pão. Isso só foi possível graças a essas possi-

bilidades que o homem permitiu que acontecessem na natureza.

Assim, o homem vem interferindo na geração e na modificação das plantas e animais há séculos, com modificações drásticas, a ponto de não diferenciarmos, em muitos casos, claramente as plantas cultivadas dos seus parentes silvestres.

O melhoramento clássico busca, na maior parte dos casos, a transferência de genes por meio do cruzamento entre espécies correlacionadas ou dentro da mesma espécie, transferindo genes de interesse agropecuário e muitas vezes, vêm genes que não são de interesse agropecuário e até nocivos. No Brasil, há casos de problemas gerados por essa tecnologia. Mas essa é a tecnologia fundamental e que tem gerado praticamente todas as variedades que estão hoje no mercado.

No caso dos morangos, o homem tem, por exemplo, aumentado a (plodia?), duplicando o número de cromossomos do morango, fazendo com que ele fique maior. São modificações genéticas profundas nos genomas das plantas, e quando os genes não estão presentes e não é possível, então, fazer transferência via sexual, porque eles simplesmente não estão presentes, é possível fazer com que os genes apareçam ou desapareçam por induções de mutações e que permitam que características agronômicas de interesse surjam. Existem várias plantas no mercado brasileiro. Por exemplo, existem plantas que são resistentes a herbicidas, geradas por mutações induzidas, e que estão no mercado.

Em muitos casos os cruzamentos não aconteceriam na natureza, mas, por intervenção dos cientistas, é possível fazer cruzamentos que seriam impossíveis de acontecer na natureza, gerando plantas completamente novas. Por que fazer engenharia genética? Em muitos casos, todas essas ferramentas não são suficientes para solucionar alguns dos problemas. Aqui, por exemplo, está uma doença chamada mosaico dourado, que ocorre no feijão que é plantado na primeira metade do ano e que causa perdas. Aqui, por exemplo, temos o caso de um plantio de feijão feito por agricultura familiar com perda total. No ano passado, vimos isso aconteceu com grande freqüência no Centro-Oeste, na Bahia e no Sudeste.

Procurando por resistência em plantas cujos genes pudessem ser transferidos via sexual, procuramos isso em 45 mil tipos de plantas e não encontramos. Significa que por meio das tecnologias existentes não é possível obter um feijão altamente resistente a essa doença, já que os genes não estão presentes nas plantas que podem ser cruzadas. Então, não estando os genes presentes, não podem ser transferidos sexualmente. A engenharia genética permite que possamos isolar um gene específico de um organismo e introduzir em outro, gerando um organismo transgênico ou geneticamente modificado. Fazendo isso, obtivemos um feijão resistente a essa doença e essas plantas agora estão no campo. Sofremos muito com esse projeto, porque, embora tenha sido dito aqui que não é relevante dizer que o tempo de liberação das pesquisas é irrelevante, para os pesquisadores é extremamente relevante. Assim como esse projeto e outros da Embrapa, existem projetos em universidades, alguns nem mesmo submeteram seus papéis a pedidos de liberação, dada a burocracia existente no Brasil e levamos quase quatro anos com esses experimentos parados. E quando a liberação saiu foi fora da época ideal. Plantamos, mas fora da época ideal, o que significa que os resultados que estamos colhendo hoje não são os resultados esperados ou ideais. Provavelmente, só os teremos no ano que vem. Então, na realidade, na prática, mais um ano foi perdido. Se tivermos um sistema, mesmo que um sistema ágil, de múltiplas licenças para fazer experimentação, no caso de uma pesquisa agropecuária, 15 dias de atraso numa licença pode significar um ano agrícola perdido.

Passamos por situações extremamente deprimentes para os pesquisadores brasileiros, como a falta de licença para fazer experimentações em condições controladas de estufa, mas as fizemos nos Estados Unidos. Há a necessidade de uma rapidez na avaliação de autorizações para a pesquisa com OGMs no Brasil e essas autorizações devem estar restritas à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. As avaliações feitas pela CTNBio devem ser eminentemente técnicas. Então, para que isso ocorra – já foi dito aqui pelo Dr. Jorge Guimarães – obviamente que a CTNBio deve ser composta por maioria de cientistas em atividade. O projeto de lei atual prevê apenas 12 doutores em atividade e 15 outros doutores que podem não estar em atividade. Como tratamos de uma atividade, a engenharia genética, que é extremamente dinâmica, em questão de um ano, muitos pesquisadores que não estão em atividade podem ficar defasados e com dificuldade de avaliar alguns tipos de tecnologias novas, que surgem a cada mês e, em alguns casos, a cada semana.

Há uma falta de pesquisadores na área de microbiologia. Fala-se de animal, planta, mas não se fala de microorganismos. Esquecemos de que existem microorganismos transgênicos, muitos deles no mercado, produzindo fármacos, por exemplo. Não existe a necessidade obrigatória de termos biólogos moleculares, como já foi mencionado, e também pesquisadores na área de ciência de alimentos e outras.

Para que possamos gerar tecnologias baseadas na engenharia genética é necessário um conhecimento amplo de várias disciplinas, investimento – coisa que não temos no Brasil – e uma legislação, o que espero que o Congresso Nacional resolva agora na discussão dessa lei.

Por exemplo, essa lei prevê uma política nacional de biossegurança que será regulamentada pelo CNBS, pois o Brasil não tem uma política nacional de biotecnologia. Então, se não temos uma política nacional de biotecnologia, vamos fazer biossegurança de quê? Primeiro, precisamos gerar os eventos para depois fazermos o estudo de biossegurança desses eventos.

A pesquisa no melhoramento de plantas. Hoje, se gerarmos uma planta resistente a herbicida pelos "métodos convencionais", existe uma falácia quando se diz que os metidos já existentes são completamente seguros, mas os métodos baseados em engenharia genética não o são, a priori. Isso é um erro, pois, quando se diz isso, há também...

(Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO – Eu pediria a indulgência de uns dois minutos.

Portanto, há riscos nos dois métodos. No entanto à comercialização temos um ritual altamente complexo que está previsto por essa lei.

É um erro também quando se diz que pesquisa e comercialização são duas coisas distintas. Não são, principalmente quando falamos de biotecnologia. Estamos falando de geração e desenvolvimento. Quando falamos de desenvolvimento, não queremos desenvolver produtos que não sejam comercializados. Se tivermos um fluxo rápido para pesquisa e não para a comercialização, obviamente teremos aqui um **feedback** negativo, com efeito danoso sobre a pesquisa na medida em que os produtos tiverem dificuldade para chegarem ao mercado.

É um erro também fazermos apenas uma avaliação de risco. Baseado nisso nem atravessaríamos a rua, porque estaríamos apenas olhando o risco. O que temos que fazer, na realidade, é a avaliação de risco e benefício.

Ao exacerbarmos o princípio da precaução, como tem sido feito no Brasil, temos levado à uma investigação excessiva dos produtos, gerando custos altíssimos para fazer experimentos que não têm racionalidade do ponto de vista científico, fazendo com que a liberação de produtos fique limitada a produtos que são commodities, gerados por empresas multinacionais. Teremos a inviabilidade tecnológica para produtos de interesse social, que não têm mercado de semente considerável, com reflexo sobre o desenvolvimento da agricultura, principalmente aos pequenos produtores, agricultura familiar e mesmo agricultura de subsistência.

Esse problema foi claramente colocado pela FAU – Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado ao Dr. Francisco Aragão.

Encerramos a primeira etapa, que tratou da exposição de cada um dos convidados.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero dar uma explicação aos senhores aqui presentes. Primeiro, lamentar não poder assistir todas as exposições, pois estou presidindo a Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Nós também lamentamos, Senador, porque V. Exª tem acompanhado de perto, demonstrado todo o interesse, recebendo a comunidade científica que sempre o procura e nós estamos juntos, inclusive em reuniões informais, tratando desse assunto. Lamentamos que V. Exª não possa estar presente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Terei a responsabilidade de, provavelmente, ser o relator na Comissão que será de economia. Já visitei algumas universidades, inclusive a própria Embrapa, e estou fazendo o dever de casa. Lamento muito não poder acompanhar. Estou presidindo a Comissão de Fiscalização, quando estamos com um grande problema de contaminação em Minas Gerais, porque naquele Estado está se lavrando zinco. Estamos em audiência pública, a qual estou presidindo.

Mas, quero dar uma informação aos senhores sobre o projeto que dei entrada. Não é para criar problema, é para uma solução se for o caso. O que aconteceu? Na última reunião que tivemos na Liderança do Governo, chegamos à conclusão de que deveríamos desvincular o problema de reprodução assistida, de células-tronco etc, da área de agricultura e organismos modificados, porque há uma safra pela frente, e não temos tempo para ficar discutindo tanto.

Então, essa foi a preliminar apresentada lá.

Fui comunicado pelo Senador Tião Viana que S. Exª entrará com a supressão de toda essa área no que se refere às células-tronco etc. Portanto, o que vamos ter? Vamos tirar do projeto uma parte e não poderemos apresentar de novo este ano, pela legis-

lação do Senado. Não podemos apresentar o mesmo se foi suprimido.

Assim, isso criaria um problema, ficaria um vácuo. Entramos com o projeto e estamos aguardando para ver a negociação, porque não ficaria vazio. Estou pedindo uma reunião de Liderança para que possamos achar uma solução e ver como pudemos contornar, porque, se for necessário, retiro o projeto. Não há problema absolutamente nenhum. O objetivo nosso é não deixar o vácuo, caso haja a supressão.

Então, esse é o nosso objetivo. Estamos acompanhando com muita preocupação o projeto. O Brasil precisa dessas decisões. Estamos cientes disso. Tenho comungado com o Senador Osmar, com outros Senadores que têm a preocupação com o desenvolvimento do Brasil, mas não podíamos deixar, de maneira nenhuma, que ficasse esse vácuo.

Por essa razão, apresentamos o projeto, que tem, inclusive, na expressão que usamos na Casa, às vezes, algumas coisas colocadas para serem retiradas, para poder ser inclusive moeda de negociação, pois sempre aparecem problemas para serem retirados, e o objetivo é só e unicamente esse.

Quero dar essa satisfação e dizer que não me move vaidade dizer que não sou autor do projeto, até porque esse projeto é do Deputado e atual Ministro Aldo Rebelo, com modificações, principalmente no que se refere a embriões até o quarto dia ou até o décimo quinto dia, quando teríamos o problema religioso provavelmente contornado, uma vez que ainda não é um organismo com sistema nervoso, portanto não poderia ser considerado organismo.

Então, essa é a minha observação. Quero deixar isso claro, e os senhores se tranqüilizem, porque não vamos, de maneira nenhuma, criar problema. Queremos é solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, peço somente um minuto. Nós aprendemos a nos respeitar discordando às vezes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade e é um direito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – E vou discordar só de duas coisas que V. Exª falou.

Primeiro, a Comissão de Assuntos Econômicos não é a Comissão de mérito. A Comissão de mérito será a Comissão de Assuntos Sociais, na parte de meio ambiente, e na parte de ciência e tecnologia esta Comissão.

Essa é a primeira discordância, mas não tem nenhum problema.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu concordo com V. Exª porque nós, como não havia sido apresentado nesta Comissão, fizemos questão que ela viesse para esta Comissão, porque acreditávamos que o mérito deveria ser aqui, nessa área de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Mas, de qualquer forma, isso não tem problema, porque isso não muda o preço do dólar também.

A outra discordância, esta sim é que tem importância: V. Exª disse que ao suprimir a parte que se refere a embriões e células-tronco não poderemos apresentar um novo projeto este ano. Neste caso, discordo. Pela simples razão de que o projeto já existe, já foi aprovado no Senado, está na Câmara, o projeto do Tião Viana. E mesmo que não houvesse o projeto, regimentalmente, é possível, sim, apresentar, porque estamos tratando da supressa parcial de um projeto, não estamos falando do arquivamento do projeto. Estamos falando da supressão parcial do projeto.

Então, no meu entendimento, regimentalmente, é possível, sim, apresentar um projeto separado. Disse antes de V. Exª chegar o seguinte: havia feito a proposta de separar. Como muitos concordaram e como muitos discordaram, essas pessoas preocupadas com essa possibilidade que V. Exª aventou de não andar o projeto de células-tronco, fiz uma retificação da minha proposta. Continuo propondo a separação dos temas, desde que o Governo faça um acordo com a Oposição no Congresso de fazer tramitar simultaneamente os dois temas, porque os dois têm importância para a sociedade brasileira. E V. Exª tem a mesma preocupação. A nossa discordância é só na interpretação do Regimento, o que não afetará evidentemente a essência do nosso posicionamento quanto ao projeto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, permita-me dizer a V. Exª que, como não sou entendedor de Regimento, pedi uma orientação às pessoas que o são – principalmente à Carminha e a minha assessora – e elas me alertaram para a possibilidade de haver esse vácuo. Nesse objetivo é que agi dessa forma, mas estou tranqüilo porque não é para criar problema, é para a gente encontrar a solução. Se preciso for retiramos. Penso que o que está lá, no que se refere à reprodução assistida, é o que deveria estar e acredito que temos que fazer, inclusive, essas modificações, que foram novíssimas. E se isso for possível, optaremos por essa solução.

Enfim, o nosso objetivo é caminhar juntos, fazer com que saia o mais rápido possível a biossegurança e que não se deixe também o Brasil sem uma cobertura para essa outra área, que é de importância, principalmente na área médica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Senador, mas vou continuar com a minha

discordância em relação à interpretação do Regimento, porque o Regimento é interpretado às vezes aqui de forma conveniente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se V. Exª for vencedor, farei, com muita tranqüilidade, a capitulação, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – E justifico a minha ausência na Comissão de Fiscalização e Controle.

Vou exercer aqui o meu direito de falar, mas serei breve, porque sou o autor do requerimento e preciso fazer apenas uma observação e uma indagação. É o seguinte: tornou-se um hábito de todos os políticos e governos exaltar o agronegócio. E o agronegócio tem que ser exaltado mesmo, porque ele tem sido a salvação da lavoura, a salvação da pátria, principalmente no que se refere à balança comercial e ao emprego. Agora, quando as pessoas exaltam o agronegócio, os governos disputam entre si a autoria ou a paternidade sobre o aumento de safra. Então, o governo atual, ao assumir, dizia: – olha, já assumimos e estamos colhendo essa grande safra. É a política agrícola do atual governo que está contribuindo para essa grande safra nacional. E governo anterior dizia: – não, mas essa safra é plantada sobre a nossa política agrícola.

Só que essa questão precisa ser vista de um outro ângulo, Senador Almeida Lima, porque,e se pegarmos o ano de 1994... Vou pegar o ano de 1990, porque, ontem, o Senador Aloísio Mercadante fez esse discurso no plenário. De 1990 a 2004 são quatorze anos, em quatorze anos tivemos um acréscimo de produção no país de 115%. Só que, desses 115%, 100% é produtividade e 15% é aumento diário. Então, não sei quem é o pesquisador que contribuiu, se foi o pesquisador Fernando Henrique Cardoso ou o pesquisador Lula. Porque se é a tecnologia que foi incorporada ao sistema produtivo, que dobrou a produtividade das culturas e que ampliou então a produção dessa forma, não devemos jamais nos esquecer... E digo isso porque penso ser importante uma coisa que foi dita aqui, para eu discordar daquilo, que isso só foi possível porque temos uma comunidade científica extremamente competente e que precisa de liberdade para trabalhar e produzir para o país. Não deveríamos estar aqui, de forma nenhuma, discutindo competências se tivéssemos a noção, a consciência exata do que significou o trabalho de cada cientista neste país para proporcionar esse sucesso que é o agronegócio hoje e, do sucesso do agronegócio, as conseqüências sociais que o país pode auferir em função desse trabalho dos pesquisadores.

Quero dizer que há fatores que influenciaram para que houvesse esse aumento de produtividade: A organização do setor, as cooperativas que estão aqui representadas, que têm entidades de pesquisa. A Embrapa é sem dúvida nenhuma o nosso orgulho e deve ser sempre citada, mas jamais devemos nos esquecer dos pesquisadores da iniciativa privada, até daqueles profissionais liberais que acabam contribuindo com suas idéias, a Fundação Mato Grosso, a Codetec, o Iapac, essas duas últimas ficam no meu Estado. Hoje, temos entidades que não perdem para ninguém em qualidade; o IAC, onde eu fiz estágio quando estudante de Agronomia e que, portanto, tenho, também, muito conhecimento do que acontece lá dentro. E há outras entidades que não vou citar porque não dá tempo. Mas, quero dizer que não temos o direito, a classe política deste País não tem o direito de prejudicar esse trabalho dos cientistas brasileiros que, hoje, têm uma qualidade invejável no mundo inteiro. Aliás, muitos deles só ficam no Brasil, mesmo recebendo ofertas financeiras muito vantajosas, por amor à Pátria e ao que fazem aqui. Portanto, devemos muito, e muito mesmo, à comunidade científica brasileira; nós, políticos, não temos o direito de querer – ou porque fica bem politicamente perante determinado público, ou porque é uma bandeira política você lutar contra uma determinada tecnologia, como no meu Estado, onde, infelizmente, virou uma bandeira política – mas, repito, não temos esse direito porque isso traz conseqüências danosas à pesquisa e, conseqüentemente, para todo o cidadão, inclusive àqueles que ainda não sabem o que significa a palavra transgênico. Portanto, quero dizer que o tempo é, sim, muito relevante. É o maior equívoco alguém pensar que o tempo para ciência é irrelevante porque, quando você leva seis anos para registrar uma pesquisa e treze anos para lançar uma variedade de semente nova no mercado, você está lançando uma variedade que não prestará para nada, porque nenhum agricultor planta uma variedade com treze anos ela já caducou nessa evolução tecnológica rápida e dinâmica em que vivemos não somente no Brasil, mas no mundo inteiro. Se quisermos concorrer, temos que banir o fundamentalismo, isolar a ideologia para discutir um assunto técnico e científico. Não me meto a discutir tecnicamente e cientificamente porque não tenho conhecimento para isto, mas quero me basear no conhecimento daqueles que têm para, aqui, dar o meu voto com a consciência tranqüila.

Farei apenas uma pergunta ao Sr. Aragão, porque é uma curiosidade que quero ver respondida. Na *Embrapa – só na Embrapa* – fora a Codetec, a Fundação Mato Grosso e outras, porque, ontem, aqui, a discussão parecia – e lá no Paraná também – que era só soja transgênica, só soja da Monsanto. Em alguns

ambientes esse assunto é debatido como se tratasse apenas de soja transgênica.

Eu gostaria que o Sr. Aragão respondesse quantas variedades de soja a Embrapa tem e quais os benefícios que essas variedades trariam se lançadas no mercado; quantas variedades de soja transgênica estão prontas ou quase prontas para irem ao mercado?

O SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO – A Embrapa, obviamente, foi uma das instituições públicas pioneiras no uso da utilização da engenharia genética para a agricultura. Produzimos, inclusive, a primeira planta transgênica no Brasil e temos vários projetos novos; estamos isolando genes para introduzi-los em várias plantas, inclusive soja. Hoje, trabalhamos com treze espécies de plantas e duas de animais. Com soja, estamos gerando novos eventos. Temos acordos – além de termos um acordo com a Monsanto para introduzir o gene PSPS nas variedades da Embrapa. As variedades já estão prontas porque já passaram por todas as etapas do melhoramento de soja e existem variedades prontas para todas as regiões do Brasil, onde se planta soja. Além disto, nós temos acordos de desenvolvimento de novas tecnologias, gerando soja resistente a outro herbicida que, inclusive, é uma condição ambientalmente interessante porque possibilitará a rotação de herbicidas, além das questões comerciais que, também, são relevantes e estamos introduzindo vários outros genes em soja para resistência às doenças fungicas, melhoramento nutricional e, também, tolerância à seca em soja que, também, nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado.

Encerro, dizendo que em 90 produzíamos 115% a menos. Então, fazendo um cálculo bem rápido, se tivéssemos hoje o nível de tecnologia de 90 precisaríamos plantar mais 45 milhões de hectares; seriam mais 45 milhões de hectares devastados. Portanto, faço disso uma recomendação àqueles que acreditam que a transgenia pode ser um problema para o meio ambiente para que comecem a pensar também sobre esse ponto que acabo de colocar.

Agora, passo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs e Srs. debatedores, a minha preocupação, evidente, é de pronto esclarecer que a ciência é fundamental e a pesquisa é que traduz a ciência em tecnologias que podem melhorar, mas, também, pode piorar a vida humana. E temos exemplos na história de uso indevido da ciência, e está presente quase diariamente. Preocupa-me muito que estejamos em um modelo de produção onde os interesses econômicos se sobrepõem aos interesses do cidadão comum, aos interesses inclusive da vida.

Quando fazemos um balanço das nossas instituições, ninguém neste País tem dúvidas a respeito das suas instabilidades, das suas debilidades, e quando o Presidente da CTNBio chega aqui e nos diz que não tem diária para pagar o cientista fico me pergunto de onde vem essa confiança quase ilimitada na CTNBio para produzir todas as liberações. É por que mudou o governo? Não mudaram alguns comportamentos com a mudança do governo. A nossa sociedade construiu alguns comportamentos que são renitentes e resistentes a mudanças. Eu tive oportunidade de ver – e penso que neste aspecto a CTNBio teria que fazer um esforço enorme para que recuperássemos a confiança, até porque houve algumas autorizações de pesquisas que provocam interrogações. Por exemplo: liberar um campo de cem hectares para pesquisa não nos parece algo que faça com que possamos confiar na CTNBio, mesmo com as mudanças que estão ocorrendo. Depois, levamos muitos anos para tomar uma decisão sobre o uso dos transgênicos, e sabemos da importância do seu uso.

Ao mesmo tempo em que se debatia, se discutia, introduziam-se essas sementes clandestinamente, usando a política do fato consumado, desrespeitando a legislação e as instituições do nosso País.

Agora, parece-me, pelo que o projeto que veio da Câmara contempla, estar resolvido o problema. Não há mais embaraço à pesquisa porque o fato de comunicar não significa que se vai aguardar a decisão desses órgãos. Não, a A CTNBio é o organismo responsável pela liberação. Agora, quanto à liberação comercial, essa depende de políticas econômicas. Não podemos estabelecer que um órgão técnico seja responsável pela política econômica do País.

Então, como é a composição da CTNBio? Porque já houve um presidente da CTNBio que ao mesmo tempo tinha pesquisas desenvolvendo sementes transgênicas. Ora, quem tem que estar lá parece-me que são os especialistas em biossegurança e não quem tenha interesse em algum tipo de pesquisa.

Portanto, temos que estabelecer realmente critérios para compor a CTNBio, que garantam não apenas interesses das cooperativas brasileiras – e concordo que temos que os respeitar, respeitar os interesses da Monsanto, respeitar os interesses das empresas de biotecnologia – mas temos que ter pessoas lá que possam garantir os interesses dos consumidores, daqueles que consumirão esses produtos desenvolvidos pelo brilhantismo da nossa ciência e da nossa tecnologia.

Creio que essa composição tem que ser repensada. Temos que ter especialistas sim, mas em biossegurança. Tem que haver um critério da CTNBio. Parece-me que só estabelece o número. Temos que ter um perfil de quem compõe, porque esse perfil me parece fundamental na composição.

Depois, para finalizar, inquieto-me muito, porque a própria Embrapa poderia também ter desenvolvido, ao mesmo tempo em que desenvolve pesquisa de interesse da transferência de tecnologias, porque somos reprodutores aqui de pacotes tecnológicos, e, nos anos 60, nos anos áureos da revolução verde, que era a panacéia contra a fome da humanidade, de repente os OGMs também representam hoje o fim da fome.

Se fizermos um balanço, a fome aumentou no mundo, aumentou nesses anos. Temos legiões de famintos hoje vagando de um lado a outro.

Então, são justificativas que ouvi nos argumentos, incluindo os argumentos da FAO, que os OGMs vão reduzir a fome do mundo. Quem já viu esse filme tem que duvidar. O que está por trás são interesses econômicos poderosos e o nosso País, que já caiu em ciladas... O nosso algodão acabou. Agora que estamos voltando a recuperar a produção; o café, enfim, as grandes produções brasileiras.

Tenho um receio muito grande, se não tivermos uma preocupação com as questões econômicas que estão por trás dos OGMs, poderemos caminhar para o fracasso como já caminhamos com outras produções brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Vou passar a palavra para o Presidente da Academia de Ciências e, depois, ao Diretor, que, hoje, está de Presidente.

Após, passarei a palavra para o Presidente da CTNBio, porque os dois foram provocados.

O SR. HERMAN CHAIMOVICH – Sr. Presidente, obrigado pela minha elevação de posto. Sou somente Diretor da Academia, não Presidente, mas quero responder diretamente ao Senador, que traz à discussão questões que acredito essenciais, como, aliás, em qualquer discussão do nível que estamos tendo e estamos aprendendo juntos. Eu diria, talvez, que quem mais está aprendendo, Senador, é a comunidade científica.

Esse debate sobre transgenia, embriões está trazendo para esta Casa a comunidade de forma maciça. Não me lembro de muitas ocasiões em que a comunidade científica veio ou foi convidada com tamanha freqüência, e se disposto a fazer.

Isso é uma construção democrática. Por que uma construção democrática? Aquilo que aconteceu há cinqüenta anos, ou há trinta, ou há quarenta, não se compara com aquilo que pode acontecer hoje. Por que digo isso?

A ciência sem responsabilidade social, de acordo com algumas entidades mais importantes que congregam os cientistas do mundo, que é o Conselho Internacional para a Ciência, é alguma coisa que nunca mais as associações internacionais de ciência poderão permitir.

É uma declaração da ICSO(?) que começa com isso. É vedado pensar que pode se formar hoje, em 2004, um cientista que não tenha consciência da sua inserção social. Várias coisas mudaram, e temos de observar com cuidado essas mudanças.

Como já foi dito várias vezes, a transgenia não se refere só às plantas. É interessante que a experiência brasileira – de novo, cientista brasileiro, tecnologia brasileira – na área médica conseguiu que este País diminuísse o preço da vacina contra a hepatite B de US$ 5.00 a US$ 12.00 para alguns centavos porque começou a dominar a tecnologia da produção e, de fato, produzimos vacina contra hepatite B recombinante. Esse é um exemplo de que a transgenia não se aplica só às plantas.

O domínio dessa tecnologia que vai bem além da soja é uma questão que o Brasil tem e o está aplicando. Suponho que acontecerá a mesma coisa com a vacina da meningite. Espero seriamente que este País domine a tecnologia para produção de vacina contra a gripe que hoje é importada.

Senador, permito-me discordar quanto à lei lendo o parágrafo. Quando disse que existia um problema nas decisões terminais vinculantes da CTNBio com relação à pesquisa, estava me referindo ao § 3º, do inciso XIII, do art. 11, que preconiza que "em caso de parecer técnico prévio conclusivo favorável sobre a biossegurança no âmbito da atividade de pesquisa, a CTNBio remeterá o processo respectivo aos órgãos e entidades referidas no art. 13 dessa lei – e agora vem a parte importante, não é para observar – para o exercício das suas atribuições".

Isso está escrito depois, e o exercício das atribuições das entidades referidas no art. 13 não se limita a olhar o que está escrito. Trata-se de uma listagem de atribuições e entidades que pode levar alguns meses até que alguém decida, em cada uma delas, o que é exercício da atribuição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado, Dr. Herman.

Passamos a palavra ao Dr. Jorge Almeida Guimarães, da CTNBio.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES – Senador João Capiberibe, por quem tenho o maior respeito ou admiração, quero fazer algumas considerações.

Inicialmente, eu não disse que não pagamos as diárias. Pagamos a diária, mas todos sabemos o que representa uma diária para vir a Brasília pelo serviço público. Apesar disso, os nossos cientistas vêm e dão uma contribuição absolutamente precisa e de muita responsabilidade.

Sr. Presidente, tenho receio de que essa comunidade diga que não está mais interessada em ajudar, e tenho visto sinais disso. Essas pessoas têm mandato, são indicadas por sociedades científicas de respeito nacional e internacional e sequer são da escolha do Ministro. São elaboradas listas tríplices, e o Ministro escolhe os nomes. Em relação ao Presidente da CTNBio, é feita uma lista tríplice na própria Comissão.

Sou Presidente da CTNBio desde novembro, quando fui indicado pelo então Ministro Roberto Amaral, por ocasião da saída do Presidente do CNPq que havia substituído o Professor Esper. Tendo deixado o Ministério em fevereiro deste ano para assumir a Capes, a convite do Ministro Tarso Genro, os Ministros Eduardo Campos e Aldo Rebelo pediram-me que continuasse no cargo até que o projeto de lei fosse votado. Como se esperava que esse projeto fosse decidido rapidamente, estou acumulando duas posições para o Governo que me são bastante trabalhosas.

A composição é feita a partir da indicação da comunidade. Isso é o que a lei prevê. Todas as pessoas que estão lá têm mandatos e são indicadas. A partir de lista tríplice, o Ministro faz a escolha dos Membros.

Quero fazer outras considerações. O Professor Chaimovich falou a respeito de alguns avanços da ciência brasileira. Há muitos outros que não se resolvem por razões até desconhecidas. Por exemplo, na área dos imunobiológicos, o Brasil tem competência para resolver quase todos os problemas, a começar pelo fator oito, que está ocasionando a crise que estamos vivendo não pela primeira vez. Muitas vezes, essa é uma questão de segurança nacional. Na Guerra das Malvinas, os argentinos – que não produziam esses componentes de sangue, especial a albumina, produto extremamente simples de ser feito – com o boicote dos ingleses, perdiam soldados que morriam pela impossibilidade de terem esse medicamento tão simples. Essa é uma questão de segurança nacional com muita freqüência.

Nesse sentido, é interessante notar a última transparência que mostrei, em que se verifica a seguinte questão: dos vários processos com liberação comercial dependente de ação da Justiça, só duas empresas são exclusivamente da área agropecuária. Todas as outras, estrangeiras, atuam no setor farmacêutico há muitas décadas no Brasil. Desse modo, se podemos concluir algo, há também responsabilidade social dessas empresas. Exemplo: Aventis, Hertz, Novartis, Novo Nordisk, Bayer, que estão aqui há muitas décadas, atuando num setor, talvez, dramaticamente, mais importante, como os medicamentos. Há poucos anos, se essas empresas saíssem do Brasil, muitos brasileiros morreriam de diarréia, pela falta de medicamentos basais e de muitas parasitoses intestinais. Felizmente, hoje, não é esse o caso.

Finalmente, quero fazer uma consideração: por que é biossegurança? Ela transcende em muito o que estamos discutindo. Por exemplo, se o projeto do biodiesel avançar com a mamona, preparem-se: a mamona tem a proteína de atividade tóxica mais potente da natureza. Poucos picogramas da resina (rescina) – um produto natural da mamona – são capazes de matar uma pessoa. Desse modo, se estamos falando em biossegurança, não podemos eliminar o componente científico. Quem descobriu que a resina (rescina) faz isso? Cientistas e não o conhecimento popular.

Portanto, temos de nos associar à defesa intransigente de que sem ciência e sem educação este País não tem futuro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Tenho a impressão de que não estou sendo entendido. O Presidente Jorge Almeida levantou uma questão, que vai me fazer ser entendido. A mesma tecnologia que permitia salvar os soldados argentinos era contraposta por outra tecnologia inglesa que os matava. As duas são produtos de ciência.

O fato de colocarmos a preocupação e até duvidarmos da nossa instituição se dá por haver um histórico. Desculpem-me. Sei que V. Sª é Presidente há bem pouco tempo, mas temos um histórico de mau uso das instituições públicas neste País.

Quero tirar uma dúvida: se chegarmos à conclusão de que a restrição quanto à pesquisa... Temos que separar bem a pesquisa da comercialização. Uma é completamente diferente da outra. Não há como colocar no mesmo lugar essas decisões. Se houver realmente restrição à pesquisa no projeto, teremos que pensar uma maneira de buscar solução.

Quando fui Governador por dois mandatos, fizemos grandes investimentos em pesquisas. Quando não havia dinheiro para nada, havia dinheiro para pesquisa. Os resultados são fantásticos. Era outra linha completamente diferente, era pesquisa do aproveitamento da biodiversidade, a transformação de espécies da biodiversidade amazônica em produtos de consumo, seja na área alimentícia, na construção etc. Eu queria tirar essa dúvida, que o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios pudesse nos tirar essa dúvida, realmente se existem,

se o que a atribuição desses órgãos, como a Anvisa, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, vão retardar, ou há alguma inconstitucionalidade, porque me parece que há uma obrigatoriedade constitucional, perdi sua palestra, mas quero tirar essa dúvida para que possamos, então, tomar decisões aqui com convicção.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, então, com a palavra.

O SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de responder à questão levantada agora pelo Senador João Capiberibe, quero fazer algumas ressalvas em relação ao que foi dito aqui por meus colegas palestrantes. Afinal de contas, uma audiência pública demanda debate e contraditório, até porque foram ditas coisas aqui com as quais não concordo de maneira nenhuma. Não vou nem falar daquelas com as quais não concordo parcialmente, mas daquelas com as quais tenho funda discordância.

A primeira delas, Dr. Luiz Roberto Baggio, em relação a questões que são ditas, como, por exemplo, essa questão da competência em escala comercial da CTNBio, que se coloca dentro da história, vai contra o projeto, aliás não só nessa, quanto na fase anterior também. Acredito que tanto o projeto do Deputado Aldo Rebelo quanto o projeto que acabou sendo vitorioso, e chega aqui também, não chegava a essa radicalidade. Não vou fazer aqui nenhum exercício doloroso de relembrar por que no Congresso Nacional se discutiu isso, porque o Ministério Público, como também tem a função de controlar e monitorar atos administrativos pelas agências reguladoras e pelo Estado, não tem nenhum otimismo em relação a nenhum órgão do Estado como centro de excelência e perfeição. A imperfeição, erros ou equívocos de interpretação, às vezes atos com desvios de finalidade ou para atender determinado setor, ocorrem em toda a administração, por isso é que temos o sistema de controle, que isso funciona também pelo Congresso Nacional, que tem o Tribunal de Contas da União para controlar isso. Não existe órgão perfeito, e a CTNBio está muito longe da perfeição, como qualquer outro. Então, não vamos ficar aqui, dizendo que a excelência dos cientistas faz com que o órgão seja também excelente. Não. Administração pública, ato administrativo, sistema de controle são coisas completamente diferentes. Daí por que tenho que essa questão da diferença entre pesquisa – autorização para pesquisa e autorização para a escala comercial – demanda uma diferença grave nisso.

Mas há uma outra questão, se me permite um pouco mais alongar-me no tempo, que é a questão de licenciamento ambiental só de produtos considerados pela CTNBio potencialmente causadores de impacto ambiental. Isso é um total absurdo, até porque em princípio isso não se coloca. Não se tem como questão que esses produtos vão fazer mal; é na eventualidade de que possa haver impacto ambiental. Mas não se coloca isso de plano. Se se colocasse, nem seria deferido. Obviamente que o Dr. Jorge Almeida Guimarães não autorizaria esse produto. Então, isso não se submete mesmo. Já seria de plano rechaçado. Então, a questão do licenciamento ambiental volta a um ponto que tem, lamentavelmente, percorrido todas as esferas de Governo, especialmente todos os empreendimentos, não só no setor elétrico, na questão também do agronegócio, é de que é necessário ou não haver o licenciamento ambiental, é necessário ou não haver a avaliação de risco. Quem é que faz o gerenciamento de risco no País e com que competência? E mesmo na questão da pesquisa, embora eu acredite que, concordando que precisa simplificar essas coisas, mas só concordo, à medida que se estabeleça essa distinção, porque, para um produto vir a ser comercializado, vir a ser posto na prateleira do supermercado, demanda a anuência dos consumidores, demanda haver o impacto social e econômico disso, demanda verificar se esse crescimento do *agrobusiness* de 115% significou, na mesma proporção, aumento do número de empregados no campo. Porque se a diferença for muito grande podemos criar um outro problema. Podemos criar a falsa sensação de que a produção agrícola tem ajudado a resolver o problema da fome. Porque o problema da fome, para mim, está ligado diretamente à questão do emprego. Vamos tentar separar o que é ideologia e o que é ciência, para que não caiamos, como o antídoto do que seria anticientífico, num fundamentalismo científico de que tudo o que a comunidade científica disser é justo e verdadeiro para todos os setores indiscriminadamente. Então, esse é um ponto que quero ressaltar, porque defendo o projeto tal como está, pelo menos nessa configuração de ter um órgão político para decidir os impactos socioeconômicos que têm um órgão ambiental que vai tratar da questão do licenciamento ambiental, como nós temos, e que seja rigorosamente cumprido o que determina o art. 225, independente do fato de corrigir alguns excessos e até incorporar um outro ponto sugerido pela CTNBio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – O Senador João Capiberibe já encerrou?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – De fato há uma preocupação constitucional, uma obrigatoriedade constitucional. O art. 225 torna obrigatória a análise e a avaliação ambiental dessas pesquisas.

O SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – Tenho absoluta convicção que sim. Inclusive, esse teste da obrigatoriedade do estudo prévio de impacto e

licenciamento ambiental já foi judicializado. Em pelo menos duas instâncias já foi dito isso, que é obrigatório o licenciamento ambiental. E temo que a não-preocupação com essa questão possa gerar conflito judicial a cada pedido ou a cada autorização feita que não respeite o componente ambiental ou o que a Constituição determina como obrigatório para todos os empreendimentos potencialmente causadores de degradação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Como fiz a observação dos 115%, devo dizer que também torço para que se consiga com políticas públicas resolver o problema do desemprego. Agora, penso que o Governo não vai resolver esse problema baixando um decreto proibindo o desemprego tecnológico, porque daí teremos que discutir ciência de outro jeito. É proibido fazer a evolução tecnológica que não gere tantos empregos quanto foi à evolução tecnológica. Aí fica difícil realmente; só baixando um decreto proibindo o desemprego tecnológico para resolver o problema do desemprego no Brasil.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Os grandes produtores de grãos. Esses grãos nossos estão exportados, e ontem falava sobre isso, que considero uma tragédia que estejamos hoje convertendo floresta amazônica em grão de soja para alimentar as vacas européias que são subsidiadas. Estamos garantindo a vida das vacas européias que são subsidiadas a 960 dólares por ano, enquanto estamos destruindo as nossas florestas com um espaço imenso neste País e condenando milhares de agricultores com esses subsídios absurdos, tanto o americano quanto o europeu, que condenam milhões e milhões de pequenos agricultores e a produção agrícola do mundo todo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Vou passar a palavra então ao Diretor da Academia Brasileira de Ciências, Dr. Herman Chaimovich.

O SR. HERMAN CHAIMOVICH – Apenas uma observação muito curta de um campo que certamente não é o meu. Para fazer qualquer reflexão sobre licenciamento ambiental precisa de pesquisa. O licenciamento ambiental sem pesquisa é feito sobre um não existente. Portanto, creio que a interpretação desse artigo à Constituição até o limite que proíbe a pesquisa, porque precisaria de um licenciamento ambiental prévio, é uma contradição em si mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Aragão.

O SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO – Na minha apresentação procurei mostrar como evoluiu o melhoramento de plantas. O Subprocurador Aurélio disse que não aborda questões científicas, mas temas relacionados a questões jurídicas, que são de sua área.

Como não sou jurista, tenho dificuldade em falar sobre legislação. Contudo, quando leio o art. 225 da Constituição, constato que não deve ser lido ao pé da letra.

Eu disse, por exemplo, que hoje podemos gerar uma planta resistente a herbicida sem utilizarmos a Engenharia Genética. Podemos introduzir genes para resistência a inseto sem Engenharia Genética e isto tem sido feito há décadas.

Todas estas questões relacionadas a impacto ambiental poderiam ser transplantadas exatamente como estão para estas mesmas plantas. Não estou defendendo que estas plantas sejam submetidas a licenciamento. Hoje, não há necessidade nenhuma de licenciamento para uma planta resistente a herbicida no campo brasileiro. Por que não estou defendendo o licenciamento? Utilizando os mesmos argumentos, isto deveria ser feito, porque tais plantas potencialmente são danosas ao meio ambiente. Se isso fosse feito, se houvesse necessidade de licenciamento ambiental para as plantas geradas no Programa de Melhoramento sem utilização de Engenharia Genética, o que aconteceria? Hoje se busca o licenciamento ambiental apenas para as plantas geradas por Engenharia Genética, mas, se todas as plantas dos programas de melhoramento tivessem que passar por licenciamento ambiental, o que aconteceria? Usando os mesmos argumentos, haveria essa necessidade. O que aconteceria? Pararíamos o Programa de Melhoramento e a geração de novas variedades, pondo em risco a nossa agricultura. Hoje se busca licenciamento ambiental apenas para plantas transgênicas. Não estou dizendo que não devemos fazer uma avaliação de risco com as plantas transgênicas. Devemos fazê-la, inclusive com as outras. Entretanto, o licenciamento ambiental poderá pôr em risco inclusive a nossa agricultura.

Existe um outro comentário que quero de fazer acerca da intervenção do Senador João Capiberibe, atinente ao funcionamento do processo científico. V. Exª, Senador, questionou a avaliação dos processos na CTNBio feita pelos próprios cientistas, às vezes até daqueles mesmos que também trabalham com OGN. Obviamente, como seres humanos, eles são seres políticos. Todos os seres humanos são seres políticos. Então, certamente existe uma questão política. Como é o processo científico de publicações de resultados, de submissão de projeto de pesquisa? Quando submeto um artigo científico a uma revista científica, ele é avaliado pelos meus pares. Não seria possível um cientista ou um cidadão da sociedade de outra área avaliar o meu trabalho. Então, se submeter um artigo

que trata de Engenharia Genética a uma revista científica, ele deverá ser avaliado por pesquisadores que trabalham com Engenharia Genética. Se eu submeter um projeto de pesquisa aos órgãos de financiamento, ele será avaliado por pesquisadores que trabalham em áreas correlatas. Do contrário, seria impossível ou muito difícil até o entendimento. Então, é assim que a ciência funciona: por meio de avaliação pelos pares.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mesmo o pesquisador que trabalha na CTNBio desenvolve patentes. É isto que estou questionando. Deve haver exclusividade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)) – Mas o projeto propõe uma diversidade na indicação dos membros da CTNBio, exatamente para permitir que todos os assuntos sejam cercados de cuidados técnicos, porque lá estarão especialistas em cada uma das áreas de conhecimento científico. Então, esses técnicos dessas áreas específicas de conhecimento científico estão presentes. Por isso, que estamos propondo uma ampliação daqueles que têm especialização exatamente para permitir que sejam cobertas todas as áreas de conhecimento na CTNBio e, dessa forma, tenhamos segurança em sua análise técnica, tirando exatamente aquilo que o Subprocurador falou.

Em minha cabeça nunca passou que os cientistas nunca erram e que tudo o que decidirem está perfeito. Não disse isso, e sim que a evolução das safras no Brasil se devem muito ao desenvolvimento científico e, enquanto os cientistas tiverem liberdade, conseguiremos aumentar ainda mais a produtividade. Mas se cercearmos essa liberdade, inclusive em relação ao algodão, a que V. Ex.ª se referiu, e que começa a voltar ao Brasil, sabe qual é a grande esperança do algodão no Brasil? O algodão BT que, por acaso, é transgênico.

Os Srs. Senadores querem fazer alguma intervenção. Senão, não ouviremos os Senadores.

O Sr. Francisco Turra está aqui, foi Ministro da Agricultura, é Deputado e está, desde o início, prestigiando a nossa audiência pública. Houve o pedido de um Senador para que S. Exª falasse, não é regimental, mas vamos ouvi-lo porque queremos cercar o assunto de todas as opiniões.

Tem a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputado Francisco Turra, senhores debatedores, o que vou falar aqui talvez não seja muito específico em relação às finalidades desta reunião, mas é apenas um exercício de tentativa de soluções e preocupações com o futuro.

Modestamente tenho acompanhado o drama dos países do terceiro mundo exatamente dos produtores de matérias-primas exportáveis e já vi algumas crises no Brasil. A do algodão, a do sisal no meu Estado, a Paraíba, a crise do cacau na Bahia.

Penso que o meio científico e, sobretudo, o Governo deveriam estimular a pesquisa relacionada com o aproveitamento industrial desses produtos. Estamos vivendo agora a febre da soja. Há uma animação geral e todo mundo quer ser pai da criança, desse crescimento extraordinário da produção de soja no Brasil e, não há dúvida do peso que a soja tem hoje na balança comercial do Brasil.

Em escala talvez menor vi o peso que o sisal teve na balança comercial na Paraíba e, um simples fato novo de natureza científica, a superação das dificuldades que o fio chamado "balers twines", que respondia por 90% da utilização do sisal exportado, representava para os produtores e criadores da Europa, a interferência na digestão dos animais, quando os países desenvolvidos resolveram o problema da digestibildade do fio sintético, instalou-se uma crise e o sisal simplesmente desapareceu dos mercados internacionais e a Paraíba – que produzia cento e dez milhões de quilos de sisal –, hoje, está reduzida a modestos cinco milhões de quilos.

A Bahia ainda sustenta um pouco da sua produção, mas o sisal se inviabilizou porque, internamente, não se procurou pesquisar outras alternativas economicamente viáveis para a utilização da cultura do sisal. Foram milhares e milhares de trabalhadores desempregados no meio rural paraibano e no semi-árido. O sisal era, segundo os matutos da Paraíba, uma planta abençoada. De tão resistente ao meio ambiente do semi-árido, ela se superava à escassez de chuva e era quase insensível a qualquer tipo de praga. Mas se inviabilizou completamente.

Quando vejo o País inteiro alvoroçado com a questão da soja, e não carrego inveja alguma porque meu Estado não produz soja, sou brasileiro e nacionalista, fico orgulhoso com isso, mas tenho receios com relação ao que será a futura produção da soja, se não estamos incidindo em um erro semelhante a muitos outros que historicamente já cometemos. A ciência está preocupada em aumentar a produtividade e a resistência nas novas variedades de soja, mas acredito que deveria se preocupar e se dedicar muito mais à diversificação das utilizações industriais da soja, inclusive, e aí está a preocupação do Senador João Capiberibe e de outros, com a incorporação, em agregar mão-de-obra. Conheci muito bem isso no sisal, nunca um importador estrangeiro se interessou por importar produto industrializado do sisal. Mas a matéria prima todos queriam importar. Porque os governos se preocupavam com a mão-de-obra, com o emprego. Não é esse, porventura, o grande questionamento que se faz hoje com relação aos subsídios que os governos da Europa concedam a seus agricultores? Garantir o emprego no meio rural?

É uma questão, como disse, talvez não muito especifica, nem com os objetivos desta reunião nem com o entusiasmo que movimenta o espírito dos pesquisadores nacionais. De fato, é realmente empolgante sabermos que a soja é um produto que salva, em parte, a economia nacional, e permite que o Brasil figure nas estatísticas. Mas se, de repente, um país da África ou da Ásia resolve se dedicar à produção de soja, o mundo ficará abarrotado de soja bem mais barata por conta da questão salarial e outras questões de natureza econômica que influem nos custos de produção.

Era importante, penso, e urgente que os pesquisadores brasileiros se debruçassem sobre a necessidade de diversificar a utilização industrial da soja. Não sei qual o número, quanto o Brasil utiliza em sua própria indústria de soja e quanto exporta de produtos industrializados para países da Europa, enfim, para importadores universais. Não sei. Mas tenho a impressão de que se trata de um dado importante na produção industrial agrícola no Brasil e de procurar agregar mão-de-obra aos produtos primários através da industrialização, e não exportar apenas matéria prima, inclusive com as características a que aludiu oportunamente o Senador João Capiberibe. Há pouca inclusão social com as atividades agrícolas no País.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Consulto se mais algum Senador deseja fazer uso da palavra. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, cumprimento V. Exª pela iniciativa de atender à solicitação de tantas entidades e trazer autoridades, tanto ontem como hoje, e ainda prossegue, para esta audiência pública, proporcionando a nós Senadores a possibilidade de votar essa matéria de maneira muito mais consciente.

Sinto não ter assistido a tudo por excesso de atividades simultâneas, Sr. Presidente, inclusive tenho um compromisso agora com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, preciso estar na Embaixada da França. Portanto, terei de me ausentar em cinco minutos.

Meus cumprimentos à colaboração de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Obrigado Senador Eduardo Suplicy pela presença e pelo interesse no debate.

Se não houver mais nenhum Senador que deseja fazer uso da palavra.

Senador Marco Maciel.

Vamos ouvir o Deputado Turra, que nos honra com sua presença, e desde já agradecendo por estar aqui desde o início, prestando muita atenção ao debate.

Com a palavra o Deputado Turra.

O SR. FRANCISCO TURRA – Senador Osmar Dias, Senadores, demais integrantes desta Mesa ilustrada, debatedores que nos iluminaram sem dúvida.

Em primeiro lugar, ouvi com muita atenção ensinamentos preciosos hoje pela manhã e algumas conclusões unânimes, como, por exemplo, a biotecnologia é um avanço, não vi ninguém discordando; segundo, a urgência de que o Brasil tenha uma lei, para efetivamente continuar avançando, permitindo que a ciência dê condições ao ser humano de viver melhor. Em suma, referindo-me não apenas ao nosso agronegócio, mas também à saúde humana, que poucos questionaram ao longo do tempo.

Conheci a posição do nosso Deputado Relator Aldo Rebelo no início dos debates do ano passado. Ele, naturalmente, era muito mais esclarecido que tantos que debatiam sem o mínimo conhecimento e lançavam placas pelo Brasil afora: Transgênicos, Semente da Morte. Mas S. Exª tinha, naturalmente, alguma reserva. E o que lhe permitiu construir um projeto que chamo de moderno, iluminado? Ele, como V. Exª fez no passado, quando era ministro – e hoje ouviu a comunidade científica – ouviu a sociedade como um todo.

E S. Exª não extraiu esse projeto que defendeu apenas da sua imaginação. Não, S. Exª concluiu ouvindo, questionando de forma madura. Então V. Exª faz muito bem ao repetir o gesto do Relator Aldo Rebelo, projeto que defendemos, porque teve fundamentos.

Quero mencionar algumas questões. Creio que não avançamos e não temos pressa, porque há interesses, estranhos e internos também – e friso os internos. Estranhos porque lá fora e ouvi, em uma reunião de ministros da agricultura, nossos técnicos, nossos especialistas falando com os especialistas dos outros países, comparando a Lei de Biossegurança do Senador Marco Maciel, construída aqui durante seis anos de lutas e disputas etc, e que recebeu vetos em alguns artigos e que não foram supridos. O que recebi de lá de comentários é que é uma das leis mais modernas do mundo. Tudo bem. Tinha seus defeitos, mas penso que com alguns reparos poderia avançar, poderia funcionar muito bem. Tivemos, por exemplo, o problema dos vetos que não foram supridos com uma legislação ou complementação, mas temos uma lei de biossegurança e não adianta ter essa lei se desprezamos o avanço da biotecnologia. Não adianta mesmo.

Sr. Presidente, quero dizer que há interesses estranhos em nos manter no atraso, lá fora, tanta hipocrisia. Ouvia da União Européia: "não, não consumimos óleo de canola". Estranhamente, de algum lugar do outro mundo vinha, porque os europeus até hoje ingerem produtos transgênicos, e hipocritamente dizem que não.

Participei de reuniões no Laboratório York vendo o que se fazia com a transgenia e ficava irritado de chegar aqui e imaginar que tínhamos que abandonar a

biotecnologia, principalmente porque temos um amplo espaço para matar a fome do mundo. Internamente, aqui, há um debate. Eu defendo a agricultura orgânica. Eu até fui a favor da agricultura convencional, mas a agricultura orgânica, que permitiria alimentar uma população de três bilhões de seres humanos, não mais do que isso, quem sabe até dando emprego, mas matando muita gente. Ela é importante, tem que continuar. A biotecnologia não veio para destruir a agricultura orgânica. Ela tem seu espaço precioso no mundo e terá melhor, e a agricultura convencional teve seu tempo e seu espaço, mas a biotecnologia deve ser apoiada e, com pressa, fazer com que Câmara e Senado faça a sua parte com rapidez.

Há algumas observações que quero pontuar sobre o projeto de lei aprovado na Câmara e o projeto que gostaríamos ver, hoje, aprovado no Senado, basicamente em cima do texto do relator Aldo Rebelo.

Vou sintetizar os pontos, de forma bem sucinta.

O parecer técnico prévio, conclusivo, da CTNBio, que trata dos aspectos de biossegurança de organismos geneticamente modificado e seus derivados vincula os demais órgãos e entidades da administração pública apenas nos casos de atividades de pesquisa. No caso de atividades comerciais, esse parecer apenas orienta os órgãos no exercício das suas atribuições.

Pesquisa e comercialização. Ora, se é uma atribuição do Governo a comercialização, se há interesse, a oportunidade de se comercializar ou não, isso é uma outra questão, mas vincular isso a outros órgãos, gerar status a ser comercializado, considero isso absurdo. Para mim, se hoje fosse aprovado o projeto que veio da Câmara, desafio – ouvindo a comunidade científica – que tivéssemos biossegurança no Brasil. Duvido. Nenhuma empresa de pesquisa investiria bilhões de reais na insegurança de ver que esse projeto pudesse chegar ao seu final. E, a meu ver, é o que está escrito neste projeto.

Ausência de clareza nos procedimentos para autorização comercial. Todos os pedidos de autorização de OGMs e derivados ficam obrigados a serem submetidos ao Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 15 Ministros de Estado, exigência de licenciamento ambiental. Não há nenhuma legislação porque vamos revogar. Nada. A proteção ao meio ambiente vai ficar inteira, constituição inteira, mas exigência de liberação ambiental para atividades comerciais de OGMs e seus derivados. Isso é um problema que tem que ser analisado profundamente.

Outro ponto é a invalidação dos pareceres emitidos anteriormente pela CTNBio para atividade de comercialização de OGMs e seus derivados, (Comunicados 54 e 113), pontos que questionamos.

E ausência de definição sobre as atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente. O que é? O que significa? Que abrangência tem?

As implicações que vemos são as seguintes: redução de investimentos em biotecnologia no País e atraso tecnológico; retardo na adoção de tecnologias vantajosas para o setor produtivo, derivadas da biotecnologia; e utilização ilegal da biotecnologia. É para isso que se presta o texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, naturalmente contra a minha vontade e a de tantos outros.

Então, queremos simplesmente oferecer o retorno ao texto apresentado pelo Deputado Aldo Rebelo, nos aspectos relacionados à natureza do parecer da CTNBio, à força, ao cientista brasileiro – por quem eu também, sinceramente, tenho mais que admiração, tenho veneração e às suas competências e dos órgãos de registro e de fiscalização. A solução para o problema da comercialização vai ficar adstrita a políticas de governo. Nada vai mudar. Sem dúvida. Também uma introdução de artigo, autorizando registro e comercialização de organismos geneticamente modificados, com parecer técnico prévio, favorável, emitido pela CTNBio, como a soja transgênica. Introdução de artigo convalidando e tornando permanentes os registros provisórios concedidos sob a égide da Lei nº 10.814, de 2003. A definição de competência da CTNBio para identificar as atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente.

Eu até acredito que caminhamos mal com essa legislação. Em 1998, a CTNBio autorizou a utilização, em escala comercial, das variedades de soja. O que aconteceu de desgraça? Por que não andamos? Primeiro, se fosse uma variedade da Embrapa, certamente até teríamos absorvido. Foi de uma multinacional e há um preconceito maluco contra tudo isso. Aí, deu no que deu. Outra coisa: a liberação ou não exigência do impacto ambiental, por não ser uma semente potencialmente degradadora etc, também foi algo que criou todos esses obstáculos.

Repito que estamos vivendo no pior dos mundos. Não aconteceu nada. A pesquisa parou. O Brasil parou. A biotecnologia foi para o espaço. Com uma Embrapa com tanta atividade, com um potencial, as nossas empresas privadas todas pararam, naturalmente. Vimos o quê? Não proibiram a entrada de soja em regime de **drawback**. No Rio Grande do Sul, entrou soja da Argentina em regime de **drawback**. Aí, ocorreu tudo isso que aconteceu. Se a semente é melhor? Certamente não. Se fosse a nossa, se fosse aquela autorizada, legal, certamente sim, para o meio ambiente, para a saúde humana, para tudo. Estamos vivendo no pior dos mundos, vendo o Presidente Lula

editar medida provisória para convalidar o pior, mas era o único caminho.

Não é isso que queremos. Como brasileiros, queremos andar, queremos que, com pressa, aqui consigamos debater e arrumar a melhor legislação de biossegurança para o Brasil, para continuar salvando vidas, não só com a medicina, mas também com alimento melhor, com produtividade. V. Exª foi feliz ao dizer: "Passar de 50 milhões de toneladas para 128 milhões, aumentando quatro milhões de hectares, é muito competência do nosso produtor, dos nossos pesquisadores"

(término da gravação)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Décima nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 3 de junho de 2004, quinta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dezesseis minutos, do dia três de junho de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) **IDELI SALVATTI, FÁTIMA CLEIDE, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARL GERALDO MESQUITA JÚNIOR, SÉRGIO CABRAL, RAMEZ TEBET, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, PAULO OCTÁVIO, MARIA DO CARMO ALVES, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FOSENCA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GARIBALDI ALVES FILHO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCOS GUERRA E MOZARILDO CAVALCANTI.** Os Senadores Eduardo Azeredo e Serys Slhessarenko justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 115, DE 2002;** que "Institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SINSD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências". Autor: Câmara dos Deputados. Relator: Senador Sérgio Cabral. Parecer: favorável, com um destaque para supressão do artigo 70, constantes do Substitutivo. (art. 286, II Regimento Interno do Senado Federal) Resultado: Aprovado o Parecer. Usaram da palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Reginaldo Duarte e Juvêncio da Fonseca. **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, 2002;** que "Dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico". Autor: Deputado Enio Bacci. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: favorável nos termos de um Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer. Usaram da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho e Juvêncio da Fonseca. **Item 10 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2000;** que "Institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais e dá outras providências". Autor: Deputado Enio Bacci. Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relator "Ad Hoc": Senador Agusto Botelho. Parecer: Favorável, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer. **Item 11 – REQUERIMENTO N° 17, DE 2004 – CAS.** "Requere, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja marcada uma Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado 18, de 2003 que "Dispõe sobre o exercício das profissões de mestre de obras e de encarregado, determinando registros no CREA como auxiliares técnicos", pra que sejam ouvidas as seguintes entidades de classe: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-DF; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC. Autor: Senador Reginaldo Duarte. Resultado: Aprovado. Usaram da palavra os senhores Senadores Juvêncio da Fonseca e Reginaldo Duarte. Os itens 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 3-6-04 – 19ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens nºs 1, 2 e 10, pois, es-

tando sobrestada a pauta do plenário, não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Passemos, portanto, ao **Item nº 1** da pauta: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2002, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências. A autora do projeto é a Câmara dos Deputados, sendo Relator o Senador Sérgio Cabral, cujo parecer é favorável, com destaque para supressão do art. 70 do referido Substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Sociais, passo a ler o relatório.

Trata-se de projeto de lei apresentado no Senado Federal pelo grupo de trabalho Subcomissão Crime Organizado, Narcotráfico e Lavagem de Dinheiro – Grupo III, em 6 de maio de 2002.

O Projeto teve tramitação rápida no Senado e teve a sua redação final aprovada em 7 de agosto de 2002, tendo sido remetido, em 20 de agosto, à Câmara dos Deputados para revisão, onde tomou o nº 7.134, de 2002.

A Câmara dos Deputados ofereceu substitutivo ao projeto aprovado no Senado Federal com profundas alterações ao texto original, tendo o substitutivo sido remetido a este Senado Federal em 17 de fevereiro de 2004.

A seguir, o projeto foi enviado à Comissão de Assuntos Sociais e distribuído a mim em 17 de março de 2004, para relatório e voto.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

Análise

Análise do tratamento jurídico concedido ao usuário de drogas.

O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados traz enormes avanços na regulação das drogas no Brasil. Essa constatação não é apenas deste relator do projeto, mas de inúmeras autoridades e instituições da área, que assim se manifestaram, sendo de se destacar, entre outras pessoas – faço questão desta menção, porque ouvimos muita gente, ouvimos muitos segmentos que militam nessa área –, o Ministro da Segurança Institucional, General Jorge Armando Félix; o Secretário Nacional Antidrogas, General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa; o Representante Regional Brasil e Cone Sul, do Escritório contra Drogas e Crimes das Nações Unidas, da ONU, Dr. Giovanni Quaglia; o Fórum Nacional de Juizados Especiais, o Fonaje, por intermédio do seu Vice-Presidente, o Juiz de Direito Joaquim Domingos de Almeida Neto; o Deputado Fernando Gabeira, do Rio de Janeiro, militante nessa área; o Deputado Estadual, também do Rio de Janeiro, Carlos Minc. As pessoas citadas são notórios estudiosos, pesquisadores do tema das drogas no Brasil, entre outras personalidades.

O maior avanço do projeto está certamente no seu art. 28, que trata de acabar com a pena de prisão para o usuário de drogas no Brasil. A pena de prisão para o usuário de drogas é totalmente injustificável, sob todos os aspectos. Em primeiro lugar, porque o usuário não pode ser tratado como criminoso, já que é, na verdade, dependente de um produto, como a dependência de álcool, tranqüilizantes, cigarro, entre outros. Em segundo lugar, porque a pena de prisão para o usuário acaba por alimentar um sistema de corrupção policial absurdo, já que, quando pego em flagrante, o usuário, em geral, tentará corromper a autoridade policial diante das conseqüências que o simples uso da droga hoje pode lhe trazer.

O tema foi sintetizado, de forma muito feliz, pela jornalista Cora Rónai, em artigo publicado no jornal **O Globo** de 29 de abril de 2004, valendo destacar o seguinte trecho:

Está na moda condenar os usuários de drogas como co-responsáveis – quando não responsáveis diretos – pela violência que assola a cidade [a jornalista refere-se ao Rio de Janeiro]. Além da idéia bizarra de que só existe violência por causa das drogas, há um raciocínio simples e simplista por trás disso. "Se ninguém consumir, os traficantes não terão a quem vender". De fato, onde não há demanda não há oferta, mas é tão fácil dizer "Pare de consumir" quando não consumimos nada, não é? Agora, olhem em volta e vejam quantas pessoas vocês conhecem irremediavelmente viciadas em substâncias legais – chope, uísque, tranqüilizantes, cigarros, carboidratos. Eu mesma, por exemplo [diz a Cora], que não fumo, nem bebo, preciso emagrecer muito. Não estou acima do peso porque quero, porque desconheço o mal que isso me faz à saúde, ou porque me agrade. Pelo contrário, o meu maior desejo seria entrar em forma. "Mas é tão fácil emagrecer" – dizem todos os magros; "basta parar de comer doce". Pois é. É o que eu venho tentando fazer desde que me lembro por gente, sem o menor sucesso. A minha sorte é que a dependência química de açúcar não me põe, forçosamente, em contato com crimino-

sos. Posso comprar chocolate em qualquer lugar, sem ser ameaçada de morte por traficante, sem ser achacada por maus policiais, sem correr o risco de ir em cana. Se amanhã o chocolate for proscrito, eu talvez agüente uma ou duas semanas, mas é provável que, mais cedo ou mais tarde, acabe indo buscar os bombons de cereja onde quer que seja, ao preço que me pedirem. Parece brincadeira, mas não é. Estou falando sério. Tentem largar um simples hábito para imaginar como é difícil, quando não impossível, abandonar um vício e eliminar a tal demanda.

Voltando à minha análise, diversos países da Europa têm modificado a sua legislação para acabar com a pena de prisão por uso de drogas – o que ocorreu na Itália, por força de lei editada em 1990; na Espanha, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992; em Portugal, por meio da Lei nº 30, de 2000; em Luxemburgo, para o consumo de **Cannabis**, por meio de lei de abril de 2001; na Irlanda, no mesmo sentido; na Áustria também, por força da Lei Federal nº 112, de 1998; na Holanda.

Na Alemanha, a prisão do usuário com pequenas quantidades foi proibida por força de decisão da Corte Constitucional de 1994 – como estamos atrasados, faço eu, aqui, mais um comentário. A Bélgica, em janeiro de 2001, já expressou oficialmente o seu propósito de não mais aplicar pena de prisão ao usuário. Srªs Senadoras e Srs. Senadores, todos os dados foram coletados do European Legal Database on Drugs, datado de novembro de 2001, no sítio http://eldd.emcdda.eu.int, para quem se interessar.

O que se observa na Europa é que os países que, nos últimos anos, têm enfrentado o debate em torno de mudanças legislativas quanto à sanção para o uso de drogas têm posto fim à pena de prisão. Esse tipo de pena continua a existir apenas nos países nos quais a legislação é ainda antiga, e não houve condições políticas para uma mudança que parece inevitável. Nesses países, no entanto, percebe-se clara tendência dos tribunais de evitar a aplicação da pena de prisão, preferindo-se as de multa ou prestação de serviços comunitários.

No Brasil, na prática, os tribunais não têm aplicado mais a pena de prisão para o usuário de drogas. No Estado do Rio de Janeiro, não há um preso condenado por crime do uso de drogas – vale ressaltar. Por outro lado, observe-se que é enorme o número de casos de prisões de usuários, que são levados para as delegacias, ocupam o tempo dos policiais encarregados da sua prisão e dos promotores e juízes encarregados dos processos decorrentes dessas prisões. Tudo isso custa dinheiro ao Estado, desperdiçado em uma série de atos processuais inúteis.

Qual a modificação trazida pelo art. 28 do projeto, no que respeita ao usuário de drogas?

Art. 28. A pessoa que adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar não poderá mais ser condenada à pena de prisão. As penas a serem aplicadas são apenas as seguintes, a critério do juiz:

a) advertência;

b) prestação de serviços à comunidade;

c) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Além do fim da pena de prisão, outro ponto merece destaque. Não prevê o art. 28 a pena de multa ou a entrega de cestas básicas, e, nesse ponto, merece o projeto todo o apoio, uma vez que a simples imposição de multa propicia e estimula o incremento da tentativa de corrupção do policial. Tal fato pode ocorrer pelo seguinte motivo: se levado à delegacia, o usuário pode ser obrigado a pagar um valor; assim, ele pode sentir-se estimulado a economizar parte do referido valor, tentando pagar um pouco menos ao próprio policial. Além disso, o pagamento de multa constitui efetiva pena para o usuário com poucos recursos, mas, no caso do usuário com muitos recursos, isso nada agrega ao objetivo da lei, que é o de incentivar o usuário a deixar de ser dependente da droga – e esse é o espírito do projeto.

O incentivo ocorre corretamente mediante advertência, prestação de serviços à comunidade, medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, por prazo máximo de cinco meses, aumentando-se para dez meses em caso de reincidência, conforme prevê o projeto.

O que ocorre, no entanto, se o usuário não presta os serviços à comunidade ou não comparece ao programa ou curso educativo, conforme determinado pelo juiz? A ele podem ser aplicadas as penas restritivas de direitos, elencadas no art. 43 do Código Penal. Caso não cumpra também a pena restritiva de direitos a ele imposta, incorre no crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

Vê-se, portanto, Srªs e Srs. Senadores, que o espírito do projeto é não tipificar, em nenhuma hipótese, o uso de drogas como crime punível com prisão, mesmo que não-cumpridas as determinações do juiz, já que, se isso ocorrer, em verdade, terá o infrator incorrido em outro crime, este, sim, punível com pena de prisão, que é o da desobediência.

Há apenas uma exceção a essa regra, prevista no art. 38 do projeto, que tipifica como crime "a condução de embarcação ou aeronave após o consumo

de drogas", tendo em vista o perigo a que expõe as demais pessoas.

Outro enorme avanço do projeto consiste em determinar no art. 47, § 1º, que o usuário de drogas seja julgado pelos juizados especiais criminais. Este é o fórum adequado para onde deve ser encaminhado o usuário de drogas, já que cuida especificamente dos crimes de menor potencial ofensivo. Não se deve, em hipótese alguma, misturar o traficante de drogas com o usuário. Por isso, está sendo proposta – aliás, é a única modificação que faço em todo o relatório – a emenda para suprimir o art. 70 do projeto, que dispõe que "nas comarcas em que haja vara especializada para julgamento de crimes que envolvam drogas, esta acumulará as atribuições do Juizado Especial Criminal sobre Drogas, para efeito desta lei".

Esse art. 70 está em rota de colisão com o espírito do projeto, que é não só o de não misturar o usuário com o traficante, como também aparelhar os juizados especiais com infra-estrutura física e humana suficientes para lidar com o usuário de drogas. Se a criação de vara especializada para os crimes que envolvam drogas exclui a competência do Juizado Especial, teremos o usuário julgado por um juiz, com a tendência de tratar o tema sob o viés do crime, além de não estar aparelhado para encaminhá-lo, se for o caso, para cumprir serviço comunitário ou tratamento sócio-educativo.

Vale um parêntese aqui, nobre Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Para isso me chamaram a atenção os juízes que representam a associação dos juizados especiais, como também o General Félix, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, e o General Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas. Quero fazer a minha homenagem a ambos pela visão absolutamente moderna do problema. Esses dois homens públicos, que ocupam cargos neste Governo, chamaram-me a atenção para o equívoco de levar para as varas especializadas o usuário e para a importância de mantê-lo nos juizados especiais.

Outro ponto importantíssimo do projeto é o fim da prisão em flagrante do usuário de drogas, previsto no § 2º do art. 47. Caso seja detido, não é o usuário encaminhado à delegacia policial, mas, sim, diretamente ao Juizado Especial Criminal competente. Com isso, afasta-se o usuário da delegacia, para onde devem ser encaminhados os suspeitos do cometimento de crimes. Caso a autoridade judicial, nos juizados especiais, não esteja presente para receber o usuário detido, a autoridade policial simplesmente lavra um termo circunstanciado no local onde se encontre, sem encaminhá-lo à delegacia.

Ainda no que se refere ao usuário, ressalte-se que o espírito do projeto é o de atuar na prevenção do uso indevido de drogas, na atenção e na reinserção social de usuários e dependentes de drogas, como se extrai do seu art. 3º, inciso I.

Para isso, são elencados, no art. 19, vários princípios que informam as atividades de prevenção do uso indevido de drogas. Importante também são as previsões do art. 24, de permissão da concessão de incentivos fiscais, por todos os entes federativos, para instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho do usuário e do dependente de drogas, encaminhados por órgão oficial, e do art. 25, de possibilitar que instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas, poderão receber recursos do Funad, do Fundo Nacional Antidrogas.

Análise do tratamento dado ao traficante de drogas.

No que se refere ao tráfico de drogas, ao contrário do que ocorre com o usuário, o espírito do projeto é o de agravar a situação jurídica da pessoa que comete esse tipo de crime. O crime de tráfico, hoje, é punido com reclusão de 3 a 15 anos, e de 50 a 360 dias-multa. O projeto, no art. 32, aumenta essa pena de reclusão para de 5 a 15 anos e de 500 a 1.500 dias-multa.

Além disso, o projeto, no art. 43, torna o crime de associação para o tráfico inafiançável e insuscetível de **sursis**, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos, o que hoje somente ocorre com o crime de tráfico, ou seja, terão de cumprir a pena toda em regime fechado, salvo o livramento condicional, previsto no parágrafo único do art. 43, todos os que estiverem inclusos na tipificação de associação para o tráfico, e não apenas o condenado por tráfico, como ocorre hoje.

Isso faz com que, hoje, haja uma enorme dificuldade de manter presa, por mais tempo, toda a quadrilha. Exemplo é o caso da prisão do traficante conhecido como Fernandinho Beira-Mar e de sua quadrilha, de cerca de quarenta pessoas. Todos os integrantes estão soltos por progressão da pena, e o próprio Fernandinho somente está preso ainda por conta de outras condenações.

Saliente-se que o regime integral fechado, que alguns criminalistas alegam ser inconstitucional, já foi objeto de exame pelo Supremo Tribunal Federal, tendo sido considerado constitucional.

Outra inovação do projeto é a criação, no § 2º do art. 32, de uma figura intermediária entre o traficante e o usuário, para aquele que induzir, instigar

ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga, com a pena de detenção de 1 a 3 anos e multa de 100 a 300 dias-multa.

No atual sistema, não há essa figura intermediária. Assim, se alguém, por exemplo, concede deliberadamente meios econômicos para que o usuário adquira drogas, ou fica impune, ou lhe é imputado o crime de tráfico, o que, por vezes, por absurdo, ocorre. Com a nova figura penal do projeto, o julgador poderá tratar adequadamente esses casos.

Outro aspecto polêmico do projeto, previsto no art. 40, diz respeito à possibilidade de redução da pena do indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal, na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime.

Alguns criminalistas consideram antiético estimular a delação. Esse tipo de medida, no entanto, tem sido utilizada de forma muito eficaz, em vários países, no combate ao crime organizado. No atual clima de verdadeira guerra contra o tráfico, não há como o País abrir mão de instrumento dessa natureza. Vale lembrar a Itália como grande exemplo no uso desse instrumento.

Outra inovação que também gera polêmica está na previsão do art. 58 do projeto, que dispõe que "o acusado por crime de tráfico ou associação para o tráfico não pode apelar sem se recolher à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes".

Parte da doutrina considera dispositivo idêntico, previsto no art. 35 da Lei nº 6.368, inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, porém, instados a se pronunciar sobre sua constitucionalidade, o consideraram constitucional.

A preocupação do projeto em dar à polícia instrumentos mais eficazes de investigação revela-se em especial no art. 52, que permite, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público, a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, bem como a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar o maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

Voto

Pelo exposto, o parecer é no sentido de aprovar o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2002, com uma única emenda:

Suprima-se o art. 70 do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2002.

Esse é o meu voto.

Srª Presidente, vale ressaltar que, constitucionalmente, esta Casa é revisora, e cabe elogiar o trabalho da Câmara dos Deputados. Eu gostaria até de identificar, por dever de justiça, além das pessoas já mencionadas e todos os Deputados, o Deputado Federal Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul, que relatou o projeto naquela Casa. Realmente, S. Exª fez um trabalho excepcional.

A Comissão da Câmara dos Deputados melhorou a intenção deste Senado de enfrentar esse problema. O texto saiu desta Casa de forma precária, com muitas falhas, mas a Câmara dos Deputados fez um trabalho de fôlego, de análise do problema, ouvindo todas as autoridades e militantes dessa área. Realmente, foi um trabalho muito importante e, como Casa revisora, só nos resta suprimir o art. 70, que, creio, levaria o usuário para varas especializadas, cujos juízes, por serem especializados no tratamento de traficantes, veriam os usuários de outra maneira.

Portanto, mantê-los nos juizados especiais é muito importante, e fica o meu verdadeiro elogio ao Deputado Paulo Pimenta, do PT, pelo belo trabalho conduzido na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Senador Papaléo Paes e, posteriormente, a Senadora Fátima Cleide.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Senador Sérgio Cabral, V. Exª já fez referência à Câmara dos Deputados, mas quero parabenizá-lo pelo brilhante relatório, principalmente no tocante à proposta de emenda apresentada por V. Exª e que considero muito feliz.

Todos nós, conscientes da realidade das drogas em nossa sociedade, poderíamos esperar uma alteração na lei, uma proposta que viesse a atender a nossa realidade. Está em vigor uma legislação ultrapassada, comprometedora, que traz muito mais problemas do que soluções. Contudo, agora vemos esse processo modernizado e temos grandes esperanças de que ele seja colocado em prática.

Quero referir-me também a uma questão da opinião pública. No dia em que a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados, tomei conhecimento dela e, de repente, vi na televisão um Deputado, que é pastor ou é evangélico, falando sobre a lei. S. Exª passava para a opinião pública o ponto mais importante e então discutível: que, a partir da aprovação desta lei, qualquer pessoa poderia usar drogas livremente, em

lugares públicos e outras coisas mais. E ele realmente induziu muito a opinião pública. A partir dali – há uns dois meses, foi aprovado na Câmara –, começamos a ouvir essas perguntas, quando não é uma verdade. A verdade é só que a punição hoje está dentro da realidade e da necessidade do indivíduo que usa a droga por um vício, por uma doença.

Para deixar bem claro, a lei não permite o uso em lugares públicos. Toda vez em que a pessoa for flagrada, ela receberá uma punição, que não é a prisão, mas a punição adequada a esses casos. Como representamos o povo nesta Casa, devemos, sim, levar essa situação à opinião pública, para que ela saiba que a representação da sociedade está sendo bem feita aqui.

Parabenizo V. Exª pelo brilhante relatório. O Rio de Janeiro está muito bem representado no Senado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Srª Presidente, peço a palavra para responder ao Senador Papaléo Paes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Papaléo Paes, além de seu mandato de Senador – que V. Exª desempenha tão bem –, V. Exª é médico e militante da Medicina. V. Exª sabe o quanto o vício da droga é um problema grave e o quanto o usuário precisa da assistência da sociedade, e não do tratamento de criminoso.

A criação dos juizados especiais foi um avanço excepcional para o País, assim como a ação educativa e comunitária. É claro que, se reincidente, responderá pela desobediência. É outro crime.

V. Exª conhece o sofrimento por que passa o usuário quando pego em flagrante, sobretudo nos grandes centros: é extorquido e humilhado. E o fato é que a Justiça brasileira, saindo na frente, já não está mais condenando. Mas isso demanda tempo e policiais.

Pesquisa recente do Deputado Carlos Minc foi estampada em primeira página do jornal **O Globo**, revelando a quantidade de prisões de usuários e traficantes e a quantidade de policiais mobilizados na prisão de usuários. É uma loucura! Verificou-se também em quantas horas o policial pega o usuário, leva-o para a delegacia, registra a ocorrência, etc. São horas e mais horas do dia do policial, que devia estar combatendo o tráfico. Enquanto isso, no restante do mundo, há outra visão.

Foi muito oportuna a observação de V. Exª. Sou pai de quatro meninos no Rio de Janeiro. Dialogo com eles, diariamente, sobre as drogas. "Diariamente" é força de expressão, mas, permanentemente, discuto com eles, sobretudo com o mais velho, que é um adolescente. Então, morando no Rio de Janeiro, representando o povo do Estado e sendo pai de quatro meninos, eu não seria capaz de fazer qualquer coisa irresponsável. Ao contrário, estamos dando um passo responsável, agravando a pena do traficante, criando figuras que não existem hoje – como a do intermediário, etc – e, ao mesmo tempo, tratando o usuário de outra maneira.

Não podemos colocar no projeto o espírito de amor, dedicação e atenção, mas esse é o seu espírito – e V. Exª, como médico, sabe o quanto são importantes esses sentimentos para, juntamente com o tratamento científico, possibilitar ao usuário se ver livre do problema.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parabenizo o Senador Sérgio Cabral, porque essa é uma preocupação que temos. Também tenho experiência com grupos de alcoólicos anônimos, narcóticos anônimos, e testemunhei que várias pessoas funcionam como anjos, pois saem à cata de pessoas com problemas de dependência química. E consideramos isso um problema de saúde. Só estranhei que, entre as pessoas que foram aqui ouvidas, não haja alguém da área de saúde, mas nós sabemos que a área de saúde luta pela descriminalização do usuário. O usuário merece é tratamento, merece recursos para que realmente seja tratado como uma pessoa que, por um tempo, adquiriu uma doença.

Então, creio que, a partir da aprovação dessa lei, devemos partir para outra luta, a da garantia de recursos, porque os recursos para tratamento de doentes com dependência química geralmente são muitos caros. As clínicas especializadas são caríssimas, e grande parte de nossa população não tem acesso a elas.

Assim, eu gostaria de, ao parabenizá-lo, elogiar também os anjos que trabalham com afinco pela formação de grupos que visam tirar o dependente químico da droga, livrá-lo da dependência, sem fazer sequer uso de remédio, apenas pelo convencimento, apenas com o uso dos doze passos e das duas tradições. É um trabalho maravilhoso que temos de apoiar. Além disso, precisamos lutar por recursos para os casos que realmente requeiram internação, para que a Saúde Pública também possa atender cada vez mais esses pacientes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de parabenizar o Senador Sérgio Cabral por sua defesa brilhante e dizer que a Casa fica de para-

béns quando dá um passo de humanização das leis no Brasil. A lei anterior era como se se pegasse uma pessoa porque ela tinha tuberculose ou tivesse Aids e a prendesse.

A dependência química é uma doença, praticamente incurável. É difícil quem tem dependência química ficar curado. Ele consegue se equilibrar. Então, é um passo muito grande que estamos dando ao parar de prender os usuários, ao parar de criminalizar a posse de drogas.

Parabenizo V. Exª por seu trabalho e fico feliz pelos pacientes que foram presos por causa do uso de drogas, pois agora não o serão mais. É lógico que todos queremos que eles parem de usar drogas, que eles voltem a ter uma convivência considerada normal entre nós, mas era inadequado prendê-los, pois sua família era estigmatizada, todos sofriam na casa. Era um sofrimento muito grande.

Então, é isto o que eu queria dizer: parabéns porque nossos pacientes não serão mais presos por serem dependentes químicos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria agradecer as palavras da Senadora Fátima Cleide, pedagoga e militante nessa área, e do Dr. Augusto Botelho, médico, militante na área da saúde.

Concordo com o Senador Augusto Botelho: é preciso tirar o estigma. Isso é o que fazem, anonimamente, esses anjos que voluntariamente se dedicam a esse trabalho – como bem ressaltou a Senadora Fátima Cleide. A essência do projeto é essa.

A Presidente Lúcia Vânia, à frente da Comissão de Assuntos Sociais, tem dado demonstrações de algo pelo qual tenho muito gosto e que, como Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, eu fazia muita questão de incentivar: a produção de leis para aquilo que Nelson Rodrigues chama de "a vida como ela é".

Às vezes, gastamos tanto tempo – com todo o respeito à produção barroca – em uma discussão barroca, rococó, e não caímos na vida como ela é, na vida real. O que a sociedade aguarda de todos nós é que entremos na vida como ela é. A sociedade espera que o Senado e a Câmara se debrucem sobre temas que tenham a ver com o cotidiano das pessoas, com a realidade das pessoas. Contudo, às vezes ficamos horas e horas, dias e dias em discussões que, de fato, não chegam à vida real. E esse é um tema que tem a ver com a vida real, como também ocorreu ontem com aquele brilhante debate sobre o projeto de biossegurança.

Então, muito obrigado. E agradeço também à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Meu caro Senador Sérgio Cabral, V. Exª foi muito feliz em relatar essa matéria, que é relevante e importante para todos os brasileiros preocupados com esse assunto.

No bojo do seu relatório, V. Exª demonstrou a experiência que tem adquirido no Estado do Rio de Janeiro, um dos maiores da Federação, onde há consumidores de droga e também onde o contrabando de droga é mais eficiente.

V. Exª tratou de um assunto muito importante: não basta apenas correr atrás do drogado, do consumidor de drogas. V. Exª se preocupou com o mais importante, ou seja, o contrabando, a repressão à droga. As penalidades impostas atualmente aos consumidores de droga não devem ser tão rigorosas e tão rígidas. Devem ser penalidades, como disse V. Exª, alternativas, para que os dependentes químicos conscientizem-se de que a droga não leva a nada, não leva a caminho algum, mas destrói o corpo e alma.

Dessa forma, meu caro Senador, cumprimento V. Exª por esse brilhante relatório, que, em breve, espero seja posto em prática.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Senador Reginaldo Duarte.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Exª gostaria de fazer alguma intervenção a respeito do projeto?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, a minha intervenção é no sentido de cumprimentar o Relator.

Trata-se de matéria muito atual, que está comovendo toda a Nação: a questão do viciado em drogas. A matéria dramatiza grande parte da família brasileira. É preciso que também sejamos solidários com os que sofrem, vítimas, na verdade, de um processo, e não produtores do cenário que estamos vendo.

Por outro lado, também devemos ter a consciência de que não podemos flexibilizar muito a lei penal. A lei penal, nos últimos dez ou quinze anos, tem-se flexibilizado de maneira prejudicial para a apenação. O País está vivendo um momento de certa delicadeza diante da impunidade oferecida pela lei aos que são marginais da própria lei.

Hoje, dificilmente uma pessoa condenada a três, quatro, cinco, seis, sete anos de reclusão permanece presa. Há tanta facilidade para se colocar fora do presídio o marginal, que quem pratica o crime tem sentimento até de impunidade prévia.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Se V. Exª me permite interrompê-lo, registro que o projeto

vai exatamente na direção do que V. Exª aponta: a reclusão do marginal e o impedimento para que esteja em liberdade.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Esse é o ponto a que eu queria chegar. O projeto é inteligente por causa disso. Creio que não pode, de forma alguma, haver essa flexibilização, essa facilitação para aquele que é realmente o grande responsável pelo tráfico, pelo comércio do tóxico.

Era essa a minha intervenção.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Relator, era esse o aparte que eu gostaria de fazer a V. Exª. O marginal, nesse caso, é o grande traficante.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Claro, é o traficante.

Senador Juvêncio da Fonseca, eu dizia que o Senado precisa exercer o seu papel constitucional de Casa Revisora, mas precisamos dar parabéns à Câmara dos Deputados, que fez um trabalho brilhante. O Deputado Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul, Relator da matéria, analisou uma iniciativa nossa – estamos de parabéns, porque essa discussão nasceu no Senado, em 2002 – e realmente a aperfeiçoou, com a seguinte visão: endurecimento com o marginal, com o traficante, e tratamento diferenciado para o usuário.

Como bem disse o Senador Augusto Botelho, não é mais possível ver o usuário como marginal, como criminoso, mas, sim, como alguém que precisa do apoio da sociedade. Logicamente, ele terá responsabilidade e deverá responder aos juizados especiais, que definirão sua pena – penas alternativas, comunitárias, de tratamento. E, como disse a Senadora Fátima Cleide, deve-se estimular também o Poder Público a analisar mais essa questão e investir mais no aparelho do Estado – saúde, assistência social –, para que haja mais recursos para o tratamento ao drogado no Brasil, que hoje carece de mais atenção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sr. Relator, eu gostaria de me associar aos demais Senadores que aqui se pronunciaram. Pessoalmente, creio que V. Exª, em seu relatório, teve a preocupação de fazer um estudo profundo, ouvindo pessoas especializadas e o próprio Governo. Enfim, é um relatório sério, relatado por uma pessoa que, como bem disse o Senador Augusto Botelho, dispõe de experiência legislativa – foi por várias vezes Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e permanece na atividade política naquele Estado, hoje tão sofrido por conta do problema das drogas.

Portanto, verifico em seu relatório responsabilidade e talvez certa pressa em resolver esse problema, porque V. Exª representa um dos Estados em que o projeto pelo menos facilitará a solução do grave problema dos presídios e das delegacias. V. Exª procura fazer distinção entre o usuário e o traficante, para que se possa fazer um combate sem trégua ao traficante, levando-se em conta, inclusive, as fronteiras que permitem a chegada da droga em nosso País.

Embora concorde com tudo isso, sinto-me um pouco desconfortável em colocar este projeto hoje em discussão, pelo fato de a Comissão ser plural, composta por vários Senadores com posições diferentes. Por isso, tomaria a liberdade de consultar o Plenário se entende que devemos votar este projeto hoje ou se é melhor deixarmos para votá-lo no dia em que houver maior número de Senadores. Como bem disse o Senador Papaléo Paes – e é bom frisar, pois estamos sendo televisionados –, este projeto de lei não é aquilo que se disse à sociedade. O meu Estado de Goiás foi informado de que se trata de matéria que liberaria a droga, que o acesso à droga seria facilitado, que ela seria vendida em qualquer ponto acessível. É preciso deixar bem claro que não é isso que estamos discutindo. Estamos discutindo uma questão que já é um problema nas delegacias e um fato: o usuário de drogas não é preso nem acompanhado, o que é mais grave. E o projeto propõe o acompanhamento e que se proceda a discussão mais profunda em relação ao traficante.

Portanto, só submeterei a matéria à discussão se todos estiverem de acordo, embora haja **quorum** na Comissão. Creio que todos somos favoráveis ao projeto, somos maioria, mas não gostaria de assumir esta responsabilidade sozinha. Queria dividi-la com todos os senhores.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, não vejo problema, uma vez que este projeto ainda será apreciado no plenário. Toda a Casa poderá manifestar-se e debater a matéria.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – A matéria vai ainda à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sim, ainda vai à CCJ. Então, havendo **quorum**, não vejo problema em votarmos hoje a matéria. Como disse o Senador Sérgio Cabral, temos que correr contra o tempo, para dar as respostas de que a sociedade precisa.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E mais, Senadora: creio que esta Comissão está muito bem representada hoje. Todos os membros já tinham conhecimento do fato, tanto que muitos passaram por aqui e registraram presença. Se não me engano, desde o início da semana, todos tinham conhecimento de que este projeto seria submetido à discussão e votação hoje na nossa Comissão, que está muito bem representada.

Além disso, esclareço aos que tiverem dúvida em seu Estado – V. Exª, que é uma grande militante da área social – de que se trata de um projeto que vai ao encontro do desejo da sociedade, vai ao encontro da paz, da segurança, e visa separar o joio do trigo. Não se está brincando com este tema; ao contrário, está-se levando a sério a matéria, cujo escopo é coibir, cada vez mais, o tráfico de drogas. A intenção é conferir ao usuário de drogas uma outra visão, não permitindo que ele seja punido como se traficante fosse. O usuário de drogas terá penas, mas penas alternativas. Quanto ao traficante, sofrerá penas mais duras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de ouvir cada um dos Srs. Senadores.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, a decisão de V. Exª de subir até o Plenário é fruto da sua sabedoria e faz com que nos sintamos seguros nesta Comissão, trabalhando sob a sua batuta.

Louvo V. Exª e a parabenizo pela iniciativa, mas sou favorável a que se vote hoje, mesmo porque o relatório do Senador Sérgio Cabral é confiável. S. Exª é um homem de experiência, de grande responsabilidade na nossa querida cidade do Rio de Janeiro. Quem, senão ele, teria a autoridade de chegar aqui e nos conduzir para uma votação boa e socialmente importante?

Portanto, sou favorável à votação imediata.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Srª Presidente, ganharíamos tempo se votássemos hoje. Há unanimidade quanto ao projeto, e o povo vai entender que não estamos liberando o uso de drogas, mas estamos descriminalizando o simples uso. Não é justo prender um dependente químico de álcool, que também é um dependente químico. Não é justo prender uma pessoa que é portadora de doença infecciosa – é mais ou menos assim que faziam: criminalizavam o fato de a pessoa ser doente.

É lógico que há vários fatores – sociais, genéticos – que levam a pessoa para aqueles caminhos. Por isso, entendo que devemos votar para transformarmos logo essa situação. É preciso tirar um pouco a carga da polícia para que ela possa agir direto nos responsáveis pela propagação dessa doença. É preciso combater os vetores da doença. Não conseguimos tratar o dengue, mas conseguimos matar o seu mosquito transmissor. O dependente tratamos como podemos, e vamos tentar prender os traficantes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Srª Presidente, antes de entrar no assunto que está sendo discutido, parabenizo V. Exª e, conseqüentemente, toda esta Comissão de Assuntos Sociais pela audiência pública realizada ontem, que foi de um nível elevadíssimo, esclareceu-nos sobre o que os cientistas estão pensando, o que estão pesquisando, o que têm de alternativas para todos nós. Assim, quero deixar registrada nesta Casa, sob o seu comando, a audiência pública de ontem. Parabéns a V. Exª, Srª Presidente. E todos estamos de parabéns, porque realmente mostramos ontem que a ciência veio se impor na sua condição, para que o Legislativo possa executar a sua tarefa muito bem orientado.

Quanto ao assunto de hoje, entendi a preocupação da nossa Presidente, que seria a de discutirmos bem mais. Contudo, este assunto será discutido em outra Comissão e também no plenário. Dessa forma, para agilizarmos o processo – tendo em vista que, na próxima semana, teremos dificuldade para colocarmos a matéria em pauta, e depois serão mais quinze dias, pelo menos, para ser colocada na pauta da outra Comissão, isso se houver boa vontade –, sou de acordo que votemos a matéria hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Eu também estou de acordo que o projeto, pela sua urgência, deva ser votado hoje. Faço minhas as palavras da Senadora Fátima Cleide.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a todos os Srs. Senadores e quero dizer da minha satisfação com a opinião de cada um, que considero muito importante. Temos tido a preocupação de fazer com que esta Comissão seja ouvida em suas diferentes correntes, embora tenhamos uma posição clara a respeito do assunto. Penso que somos unanimemente favoráveis ao projeto, mas, como Presidente, preciso ter a precaução de não atropelar o seu trâmite. Temos sido ágeis e queremos produzir bastante na Comissão. Assim, procuramos votar os projetos em que não há tanta polêmica com mais agilidade. Quanto ao projetos mais polêmicos, gosto de votá-los com a Casa cheia.

Hoje há quórum adequado, regimentalmente correto, e, com o apoio de todos os senadores presentes, acredito que podemos dar agilidade a esta matéria, uma vez que ela vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será esmiuçada sob o ponto de vista legal. Quanto ao mérito, sua aprovação deverá ser unânime nesta Comissão, como demonstra a maioria presente. Portanto, vamos colocar em votação o projeto.

Em votação o parecer favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 115/2002, ressalvado o destaque.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o destaque, suprimindo o art. 70 do substitutivo, amplamente discutido aqui, lido na íntegra pelo Relator, e com a concordância de V. Exªs.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O projeto está aprovado, e a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme o despacho inicial.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Srª Presidente, gostaria de agradecer às Srªs e aos Srs. Senadores, em especial à Senadora Fátima Cleide e aos Senadores Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca, e especialmente a V. Exª, que tem conduzido a Comissão com brilhantismo e competência. Não é demagogia ou exagero de minha parte elogiar a condução de V. Exª como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais em todos os temas. Presido a Subcomissão do Idoso, e V. Exª tem me dado todo o apoio. Todas as matérias aqui são colocadas com visão democrática. Winston Churchill dizia que a democracia dá muito trabalho, mas não inventaram até hoje um sistema melhor do que ela para a convivência dos homens. E V. Exª segue, ao pé da letra, essa visão. Meus parabéns.

A sociedade ganha muito com esta vitória aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Oxalá também seja ágil a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apesar da volúpia governamental em editar medidas provisórias, a fim de que possamos produzir mais leis como esta, que é o que a sociedade aguarda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Sérgio Cabral e gostaria de dizer que o relatório não poderia estar em melhores mãos, uma vez que V. Exª possui experiência, como foi dito aqui, e um grande interesse em resolver o problema. V. Exª teve a preocupação de elaborar o relatório de forma muito minuciosa. Agradeço-lhe os elogios, que são elogios de amigo, muito mais do que qualquer outra coisa. Muito obrigada.

Passemos ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, que dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico. O autor é o Deputado Enio Bacci; a Relatora, a Senadora Fátima Cleide, cujo parecer é favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. Há uma observação: na reunião do dia 12 de junho de 2003, esta Comissão aprovou parecer concluindo pela oitiva da CCJ. Em 3 de março de 2004, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pronunciou-se pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Feitos esses esclarecimentos, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, para proferir o relatório.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Retorna à Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002 (Projeto de Lei nº 4.089, de 1998, na origem), de autoria do ilustre Deputado Enio Bacci.

Como já nos informou a nobre Presidente, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal recebeu o projeto em 2002. Por não ter sido apreciado na mesma legislatura, foi devolvido pelo Relator, conforme preceitua o § 2º do art. 89 do Regimento Interno desta Casa, tendo sido novamente distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, que o apreciou e votou pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na reunião do dia 3 de março de 2004, a CCJ opinou pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Análise

Trata-se de projeto de lei que tem o claro e meritório objetivo de atribuir ao Sistema Único de Saúde o dever de efetivar ações que assegurem às cidadãs brasileiras o direito de receber cuidados preventivos em relação aos dois tipos de neoplasias malignas (cânceres) que mais acometem as mulheres: a de colo uterino e a de mama.

Apesar de o Ministério da Saúde desenvolver programas com a finalidade almejada, na prática, não há uma cobertura satisfatória da população alvo. A muitas brasileiras não é oferecido nem mesmo o mais simples dos exames previstos no projeto, que é o citopatológico do colo uterino, também chamado de colpocitologia, exame de Papanicolau ou simplesmente prevenção. Em muitos lugares, a oferta desse exame não é regular, estando disponível apenas durante as Campanhas de Prevenção ao Câncer de Colo Uterino, que não têm periodicidade determinada.

O projeto de lei visa assegurar assistência ginecológica periódica e contínua, informações de caráter educativo e a realização de dois exames específicos: o citopatológico do colo uterino e a mamografia. Determina o projeto que os exames deverão ser realizados a partir do início da vida sexual da mulher, no caso do citopatológico do colo, e a partir dos 40 anos de idade quando se trata de mamografia. Estabelece ainda que a mulher deverá ser encaminhada a serviços especializados quando os exames detectarem alterações que necessitem de diagnóstico e tratamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Fátima Cleide, gostaria que V. Exª, se pudesse, abreviasse a leitura do relatório, porque já se iniciou a Ordem do Dia, e queremos votar logo o projeto.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Já estou abreviando, Srª Presidente.

Apesar de as ações de prevenção e detecção do câncer de colo e de mama fazerem parte dos programas do Ministério da Saúde, muitas cidadãs brasileiras, como disse inicialmente, não são amparadas por tais ações, pois muitos municípios não as oferecem, por vários motivos: carência de recurso financeiro, falta de pessoal habilitado, falta de suporte laboratorial, falta de condições para levar a oferta dos serviços a comunidades rurais, entre outros possíveis.

De inegável mérito, pelos motivos expostos, o projeto, no entanto, contém algumas impropriedades, que podem ser sanadas por meio de um substitutivo com as correções necessárias e as respectivas justificativas. As alterações propostas no substitutivo, seguramente, farão com que a futura lei, resultante deste projeto, alcance o objetivo que esta Relatora supõe ser o de todos os que querem a melhora da assistência à saúde das mulheres brasileiras.

Portanto, o voto é o seguinte: devido à grande importância das ações de saúde propostas no Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, que resultam na proteção à saúde de milhares de cidadãs brasileiras, e considerando que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa opinou pela constitucionalidade e pela juridicidade da proposição, voto pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Fomos informados agora de que a Ordem do Dia não se processou, uma vez que não houve acordo. Então, podemos discutir a matéria com mais vagar.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Quero apenas elogiar esse projeto, porque realmente uma das **causas mortis** mais freqüentes no Brasil ainda é o câncer do colo de útero, justamente porque as mulheres não têm acesso ao exame preventivo de câncer. O preventivo, como bem explica o projeto, detecta precocemente o câncer, ou seja, faz o diagnóstico e detecta a doença antes de virar câncer. Quando se detecta precocemente, mesmo já sendo um câncer inicial, o tratamento é feito de forma ambulatorial, com uma cirurgia bem pequena, feita praticamente no ambulatório, com anestesia local. Então, o Estado, além de salvar a vida das pessoas, reduz os custos com a saúde. Tratar uma pessoa com câncer já em estado avançado custa, talvez, cerca de cem vezes mais do que tratar uma pessoa com câncer em estado inicial. Portanto, é muito importante o projeto.

Em relação à mamografia, creio que custaremos mais a atingir todas as mulheres no Brasil. O preventivo pode ser feito, porque qualquer posto de saúde pode colher o material para esse exame, não precisa ser médico para fazer isso. Treinam-se uma ou duas auxiliares de enfermagem em um posto, e elas podem fazer esse trabalho. E a lei do SUS diz que, quando a mulher chegar ao centro de saúde, seu preventivo deverá ser realizado. Esse exame não pode ser realizado apenas em dias marcados. É bem claro o que dizem as normas operacionais do Ministério da Saúde: o preventivo deve ser colhido no dia em que a mulher procurar o centro de saúde. Estou falando para que as pessoas comecem a exigir os seus direitos. As prefeituras não podem dizer que não têm recursos, porque têm. O preventivo é um exame muito barato. Além disso, o material pode ser colhido, e o exame pode ser feito dois, três meses depois. Não precisa ser feito na mesma hora da coleta. Por isso, as mulheres têm que fazer o preventivo.

A mamografia já é um exame mais complexo, porque exige mais aparelhagem, mas temos que avançar, e, com essa lei, teremos condições de instalar mamógrafos nas cidades menores.

Gostaria de elogiar o projeto e o relatório da Senadora, e é muito bom que o aprovemos, porque vai ajudar a salvar muitas vidas se for levado ao pé da letra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Fátima Cleide, gostaria de dizer alguma coisa?

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Gostaria apenas de dar algumas informações complementares. O Ministério da Saúde está envidando esforços para disponibilizar mamógrafos para todo o País, de forma regional, até porque esse equipamento tem um custo muito alto. De fato, o Ministério tem buscado levar esse exame a todas as nossas cidadãs.

Quero lembrar um fato que está ocorrendo no meu Estado. Lá existem onze mamógrafos, e seis estão na capital, ou seja, existe uma má distribuição desses aparelhos. Além disso, há um problema que já denunciei ao Ministério: esses mamógrafos da capital deveriam ser utilizados no atendimento pelo Sistema Único de Saúde, mas tem sido cobrado das pacientes o valor de R$180,00 pelo exame, impossibilitando que as nossas companheiras façam, com tranqüilidade, o exame de mamografia após os 40 anos de idade, como recomendam todas as normas de saúde. Ora, para grande parte da população, ter R$180,00 não é muito fácil. Então, o Ministério procura regionalizar esse equipamento, de modo a torná-lo mais próximo da sociedade, da cidadania; contudo, apesar do es-

força feito, os equipamentos ainda estão sendo mal utilizados. O Ministério da Saúde tem como objetivo rever toda essa situação, de forma a que as mulheres possam realmente ter acesso ao exame gratuito e de qualidade.

Este projeto, no meu entender, é muito bom, porque propõe a obrigatoriedade de o Sistema Único de Saúde atender, pelo menos uma vez por ano, as mulheres brasileiras com esse exame. É muito importante essa periodicidade que ora se estabelece.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sobre a matéria, alguém deseja se pronunciar?

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, não sou médico, não tenho conhecimento científico a respeito, mas me louvo nos conhecimentos dos Senadores Augusto Botelho e Papaléo Paes, médicos renomados e que têm sempre nos orientado nesses momentos.

A orientação do Senador Augusto Botelho é no sentido da aprovação. Por outro lado, aprovo também esse projeto porque o relatório foi feito por uma mulher, da inteligência, da experiência da Fátima Cleide, que todos admiramos pela sua presença aqui no Senado Federal, trabalhando intensamente. O seu relatório nos indica que a aprovação do projeto é imperativa.

Por isso, sou favorável ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É apenas para fazer uma emenda, pois a Senadora falou sobre seu Estado, e quero falar do meu. No meu Estado, graças a Deus, só não faz mamografia quem não quer. O serviço público lá é eficiente, funciona bem, e a nossa equipe também. Lógico que há períodos em que surge algum defeito no aparelho, e ele fica sem funcionar dias. Para chegar um técnico de São Paulo que o conserte demora um pouco. Existe um aparelho privado e um público. O Ministro da Saúde prometeu mandar um novo aparelho, porque foi inaugurado um Centro da Mulher, anexo à Maternidade Boa Vista. Espero que esse mamógrafo chegue, para termos mais facilidade para fazer as mamografias.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Esta Presidência associa-se aos demais Senadores para cumprimentar a Senadora Fátima Cleide por esse relatório. Sem dúvida, esse projeto de lei vai favorecer centenas de milhares de mulheres, principalmente no interior deste País, que não têm acesso às clínicas privadas. Tendo o SUS agora a responsabilidade de oferecer esse atendimento pelo menos uma vez por ano, isso significa um avanço.

Portanto, ficam aqui os meus cumprimentos à Senadora Fátima Cleide, ao autor do projeto, Deputado Enio Bacci, e a todos os Senadores que aqui se manifestaram.

O parecer é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, nos termos da emenda substitutiva.(Pausa.)

Em votação o parecer.

Eu imaginava que o parecer fosse terminativo na Comissão. Não é terminativo aqui.

Então, as Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, peço a palavra para agradecer as palavras carinhosas de V. Exª e dos Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho.

Este projeto visa a minimizar as mortes de mulheres neste País, pois o câncer de colo de útero e o de mama têm acometido mulheres cada dia mais jovens.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Posso fazer mais uma observação, Srª Presidente? É a respeito da periodicidade do exame de mamografia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pode.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O exame não tem obrigatoriedade. Depende dos fatores de risco da mulher: presença de câncer na família e idade. Não é obrigatório para todas fazer uma vez por ano, mas apenas a partir de 40 anos.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O projeto coloca a partir de 40 anos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas, mesmo a partir de 40 anos, o Ministério da Saúde estabelece alguns critérios, seguidos pelo pessoal da Saúde. Então, as pessoas não podem ficar zangadas se o profissional da Saúde lhe disser para voltar após dois anos, porque algumas pessoas podem fazê-lo de dois em dois anos. Era isso o que eu queria deixar claro.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho e acredito que essas explicações do Senador são muito importantes, porque a TV Senado chega em todos o Brasil e, principalmente no interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é uma grande oportunidade para que a população entenda a importância do que está sendo votado aqui. As informações também estimulam as mulheres a estarem atentas aos seus direitos, para que usufruam das

conquistas obtidas aqui por meio da votação desse projeto de lei.

Passemos ao **Item10**: Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000, que institui o programa de diagnóstico e prevenção de anomalias fetais e dá outras providências. O autor é o Deputado Enio Bacci, sendo Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer favorável, com duas emendas que apresenta.

Solicitaria ao Senador Augusto Botelho que fosse o Relator **ad hoc** desta matéria. Parece-me que não é polêmica, e, então, poderíamos votá-la, para que siga o seu curso. Concorda, Senador?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Claro, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Passo a ler o relatório.

O art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000, institui o "Programa de Diagnóstico e Prevenção à Saúde do Feto", mediante a criação do que o propositor chama de mecanismo de educação e prevenção pré-natal.

Ressalte-se que, na emenda do projeto, a denominação escolhida é "Programa para Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais".

Pelo art. 2º, todas as unidades sanitárias e hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde, SUS, ficam obrigados a desenvolver o referido programa. Isso deverá ocorrer a partir da data de publicação da lei em que o projeto se converter, conforme determina a cláusula de vigência definida pelo art. 3º.

A proposta tem por objetivo possibilitar a toda população feminina do País o acesso ao diagnóstico preventivo das anomalias fetais, o que pode ser feito por meio de exames capazes de detectar anomalias nos cromossomos, defeitos anatômicos graves e anomalias cardiovasculares do feto. Os métodos mais conhecidos são o ultra-som morfológico e o exame de células do feto, da placenta, do líquido amniótico e do sangue do cordão umbilical.

Ressalte-se que, na legislatura anterior, a matéria recebeu o parecer favorável do então Senador Sebastião Rocha, mas não chegou a ser apreciada pela CAS. Ela retorna, então, a esta Comissão, para continuar tramitando em razão do disposto no inciso I do art. 332 do Regimento Interno, com redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, do Senado Federal.

Por fim, assinale-se que não tramitam nesta Casa outras proposições sobre a matéria.

Análise

A pesquisa e o tratamento das anomalias fetais são, de fato, a nova fronteira a ser conquistada para a redução da mortalidade infantil. O oferecimento desse cuidado a todas as mulheres brasileiras poderia contribuir para a detecção precoce dessas anomalias e, em muitos casos, para a correção ou a minimização das conseqüências adversas para a saúde e para a sobrevivência das crianças afetadas, além de possibilitar o correto aconselhamento dos pais.

Dessa forma, louvemos a intenção do PLC nº 104, de 2000, inegavelmente adotada, de elevar a sensibilidade social. Porém, deve-se salientar a duvidosa constitucionalidade da proposição em tela, uma vez que, segundo dispõe a Constituição Federal, art. 84, VI, alínea "a", compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da Administração Federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Parece-nos que qualquer projeto que objetive criar um programa de trabalho a ser implementado pelo Governo em órgãos ou serviços públicos visa dispor sobre o funcionamento da Administração Federal e, portanto, invade a competência privativa, constitucionalmente definida, do Presidente da República.

Isso faz com que o projeto em análise fira a independência entre os Poderes, pois a apontada reserva é consectário direto dos princípios de separação dos Poderes e sabidamente o mais importante dos princípios constitucionais estruturantes do Estado brasileiro. O aludido princípio fundamenta-se essencialmente na especialização funcional, com base na qual cada Poder é especializado no desempenho de uma específica função estatal, funções legislativa, executiva e jurisdicional, e na independência orgânica que significa a ausência de instrumentos de subordinação de cada Poder em relação aos demais.

Outro aspecto importante sobre a matéria é que os procedimentos para o diagnóstico e prevenção de anomalias fetais exigem diferentes tipos de exame, muitos desses com equipamentos tecnologicamente de ponta, e de profissionais especializados, impossibilitando, em função dos custos, a universalização desse atendimento, com os mesmos procedimentos e técnicas.

Mesmo entendendo que a proposição, nos termos em que foi aprovada na Câmara dos Deputados, não pode ser aprovada, esta Casa não pode perder de vista que, no mérito, a proposta tem elevado alcance social, inclusive foi objeto de recomendação do relatório final da CPI destinada a investigar a incidência de mortalidade materna no Brasil.

Assim sendo, sugerimos mudanças no sentido de retirar o caráter de criação de programas e de condicionar os tipos de técnicas e procedimentos médicos às condições de cada uma das unidades de saúde no tocante aos recursos humanos e equipamentos disponíveis.

Voto

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC nº 104, de 2000, com as seguintes emendas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão.

Alguns dos Srs. Parlamentares gostaria de discutir a matéria? (Pausa.)

Em votação parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2000, com duas emendas.

Eu pediria ao Senador Augusto Botelho que lesse as emendas.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT– RR) – Pois não, Srª Presidente.

EMENDA Nº 1 DA CAS

Dê-se à Emenda do PLC nº 104, de 2000, a seguinte redação: "...inclui na assistência pré-natal a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das anomalias fetais e dá outras providências".

EMENDA Nº 2, DA CAS

Dê-se ao PLC nº 104, de 2000, a seguinte redação: "Fazem parte da assistência pré-natal a prevenção e o diagnóstico das anomalias fetais e, sempre que tecnicamente possível, também o seu tratamento, além do esclarecimento dos pais sobre o assunto e o aconselhamento nos casos indicados, respeitados os limites a serem dispostos em regulamento.

§ 1º O regulamento desta lei deverá dispor sobre as indicações, as técnicas e os procedimentos para a implementação do disposto no caput, respeitada a realidade de cada uma das unidades de saúde em relação aos recursos humanos e equipamentos disponíveis para a execução de cada um dos procedimentos.

§ 2º Cabe ao profissional encarregado da assistência a responsabilidade de tomar as iniciativas necessárias para implementar o disposto nesta lei e em seu regulamento.

§ 3º É facultado à gestante submeter-se ou não aos procedimentos indicados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº....,DE 2004.

Srª Presidente, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja marcada audiência pública a fim de instruir o PLS nº 18, de 2003, que dispõe sobre o exercício das profissões de mestre-de-obras e de encarregado, determinando o registro no CREA como auxiliares técnicos, para que sejam ouvidas as seguintes entidades de classe: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea-DF; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea; Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC.

Atenciosamente, – **Reginaldo Duarte.**

Em votação o requerimento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu gostaria de fazer uma consideração.

Senador Reginaldo Duarte, hoje, a Constituição, por intermédio do Supremo Tribunal Federal, proibiu terminantemente o Congresso Nacional de fazer a regulamentação de novas profissões.

É importante que recebamos as entidades mencionadas em audiência pública, mas eu gostaria que, desde já, ficassem cientes dessa decisão do Supremo, que traz para nós um obstáculo de constitucionalidade em projetos como este. Nova profissão não pode mais ser regulamentada no País.

Contudo, como o assunto é importante, não sou contra a audiência pública, pois a questão poderá ser discutida mais um pouco naquela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Senador Juvêncio da Fonseca, sou Relator desse projeto, de autoria de um ex-colega. Ele visa à regulamentação da profissão do mestre-de-obras, pessoa muito importante em qualquer tipo de construção.

Entretanto, entendo que, antes de relatar o projeto, antes de dar o meu parecer, creio ser importante mandá-lo para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que seja examinada sua juridicidade e constitucionalidade.

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi favorável ao projeto. Fiz o relatório. Antes, porém, entrei com esse requerimento para ouvir as partes interessadas e colher mais subsídios para que eu desse um voto consciente, fortalecido. Já que V. Sª trouxe essa notícia de que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a criação de novas profissões, vamos ver agora como vamos discuti-lo na Comissão.

Como V. Exª disse, é de bom alvitre que se ouçam todas as partes interessadas para que possamos colher mais dados, mais subsídios, e fiquemos a par do projeto.

Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador, entendo perfeitamente a preocupação de

V. Exª, que é própria do seu zelo pela condução desta Casa. Fiz uma ponderação apenas para que fiquemos alertas com relação à questão da constitucionalidade. Mas creio ser importante a audiência, porque talvez seja uma oportunidade de se ferir esse problema.

A CCJ já deu pela constitucionalidade. Talvez seja antes de outubro do ano passado. Foi a partir de outubro de 2003 – não tenho certeza – que houve a decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas a audiência publica é sempre útil, vai tratar do problema, e poderemos discutir, mais uma vez, a nossa competência ou não originária para regulamentar qualquer profissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de agradecer aos Srs. Senadores pela presença.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h37min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 9 de junho de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas, do dia nove de junho de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador em exercício **PAPALÉO PAES,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) **IDELI SALVATTI, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, TIÃO VIANA, HÉLIO COSTA, DEMÓSTENES TORRES, JORGE BORNHAUSEN, LEONEL PAVAN, MARCOS GUERRA E MOZARILDO CAVALCANTE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2004.**; que "Concede pensão especial a Maria José Pereira Barbosa Lima". Autor: Presidência da República. Relator: Senador Sérgio Cabral. Parecer: favorável. Resultado: Aprovado o Parecer. Os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício Senador Papaléo Paes e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes,** Presidente em Exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 20ª REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam permaneçam sentados.(Pausa)

Está aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2002, 4 e 5, de 2004, Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1999, 54, 145, 187, 190, 203, de 2003, e 27, de 2003.

Passo a palavra ao Exmº Sr. Senador Sérgio Cabral, que relatará o Item 2 da pauta.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, nobre Presidente em exercício.

Senador Juvêncio, Senador Eduardo Azeredo, trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2004, uma iniciativa absolutamente louvável que concede pensão especial a Maria José Pereira Barbosa Lima, que é a viúva do grande brasileiro, Jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho.

Barbosa Lima Sobrinho foi um dos grandes nomes do Brasil no Século XX. Grande Jornalista, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Deputado Federal, Governador de Pernambuco, um grande nacionalista, um grande lutador pelas causas democráticas. Teve um papel fundamental na luta contra o Regime Militar como Presidente da ABI, assim como ao comandar e solicitar o processo de impeachment do ex-Presidente Fernando Collor.

É uma pensão especial, mensal e vitalícia, no valor de R$3.086,83, com caráter personalíssimo, sem transmissão aos herdeiros da beneficiária, com atualização pelos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do regime geral da Previdência Social.

O projeto prevê ainda que a pensão especial não poderá ser percebida cumulativamente com outros proventos pagos pelos cofres públicos, à exceção daqueles decorrentes do exercício de cargos em que é permitida a acumulação.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados na forma da mensagem remetida pelo Poder Executivo e encaminhado a este Senado Federal, onde não foram apresentadas emendas.

O meu relatório é absolutamente favorável, parabenizando a iniciativa do Presidente Lula de enviar ao Congresso Nacional essa homenagem ao grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho.

É uma pena que o Governo Federal, com referência às milhares de pensionistas brasileiras, não dispensou esse tratamento quando da reforma da Previdência, maltratando as pensionistas e os aposentados do serviço público brasileiro. Contudo, neste caso, há de se louvar a iniciativa do Presidente da República, que, ao homenagear D. Maria, estará homenageando o centenário brasileiro que foi Barbosa Lima Sobrinho.

Sr. Presidente, tive oportunidade, como Presidente da Assembléia, de editar alguns livros em parceria com o CPDoc, da Fundação Getúlio Vargas, dentre eles um com a participação do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, em que jornalistas que passaram pelo Palácio Tiradentes, que foi sede da Câmara dos Deputados do Brasil entre 1926 e 1960... E o Dr. Barbosa Lima Sobrinho foi um desses jornalistas que também passou pelo Palácio Tiradentes como Deputado Federal, mas antes como jornalista, nas décadas de 20 e 30.

Sr. Presidente, impressionaram-me a vivacidade, a inteligência e a memória do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, centenário, no lançamento do livro, ao me contar os casos vividos não como Deputado Federal naquela Casa nem como Governador, mas como jornalista.

Depois da morte do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, este é o segundo momento em que posso, de alguma maneira, como Parlamentar, homenageá-lo. A primeira vez, Sr. Presidente, foi quando, após a sua morte, por unanimidade, demos o nome de Plenário Barbosa Lima Sobrinho ao Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde ele foi Deputado Federal.

Esse é o relatório, absolutamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Senadores que a aprovam permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovada.

A matéria seguirá os trâmites regimentais.

Comunico aos Srs. Senadores que, em virtude do início da Ordem do Dia, encerramos esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h11min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 16 de junho de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e quinze minutos, do dia dezesseis de junho de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) ANA JÚLIA CAREPA, IDELI SALVATTI, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, RAMEZ TEBET, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, PAULO OCTÁVIO, MARIA DO CARMO ALVES, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, ANTERO PAES DE BARROS, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, CRISTOVAM BUARQUE, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, DUCIOMAR COSTA, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, JOAÕ RIBEIRO, SÉRGIO GUERRA, MARCOS GUERRA E OSMAR DIAS. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2002; que "Dispõe sobre os limites e a demarcação do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências". Autor: Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: retirado de pauta. Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 14, DE 2004; que "Altera a Lei n° 6.259, de 30 de outubro de 1975. (Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos)". Autor: Deputado Dr. Rosinha. Relator: Senador Tião Viana. Parecer: favorável. Resultado: Concedido Vista ao Senhor Senador Flávio Arns. Usaram da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns e Papaléo Paes. Item 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2004; que "Concede pensão especial a Orlando Lovecchio Filho.". Autor: Presidência da República. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: favorável. Resultado: Aprovado. Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 383, DE 2003; que "Altera a legislação do Imposto de renda relativamente à concessão de benefícios fiscais para as doações destinadas à assistência e promoção social.". Autor: Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Marcos Guerra. Parecer: favorável. Resultado: Concedido Vista ao Senhor Senador Geraldo Mesquita Júnior. Item 15 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº

104 E 105, DE 2003; que "Altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989 o § 1º do artigo 2º da lei nº 8.001, de 1190, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo"; Altera o artigo 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui " compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural , de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais", e o artigo 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1989 e dá outras providências" com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra. Autores: Senadores Luiz Otávio e Ana Júlia Carepa. Relator: Senador Siba Machado. Resultado: Aprovado o parecer favorável com as emendas 1, 2, 3 e 4 – CAS de 2004 e pela rejeição do Projeto de lei do Senado nº 104 de 2003. A terceira emenda constante do parecer ficou prejudicada, tendo em vista à aprovação da emenda de autoria do Senador Eduardo Azeredo (destacada). Usaram da palavra os senhores Senadores Eduardo Azeredo, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, Patrícia Saboya Gomes, Ana Júlia Carepa e Sibá Machado. Item 16 – REQUERIMENTO Nº 18 DE 2004 – CAS; que "Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Temporária da Saúde, para, com a participação das autoridades relacionadas, obter esclarecimentos sobre a inserção do Brasil na estratégia global da Organização Mundial da Saúde para dieta, atividade física e saúde, com os seguintes convidados: Dra. Valéria Guimarães, presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; Dr. Leão Zagury, presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Autor: Senador Papaléo Paes. Resultado: Aprovado. Os itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12,13, 14 foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Lúcia Vânia e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 16-6-04 – 21ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovada.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens nº 1, 2, 3, 4 e 5 da pauta, tendo em vista estar sobrestada a pauta do Plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Item nº 1 da pauta.

Não estando presente o relator da matéria e desejando S. Exª relatar o projeto, peço que o plenário concorde em passarmos para o Item nº 2.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

Item nº 2:

Projeto de Lei da Câmara nº 14/2004. Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos. Autor: Deputado Dr. Rosinha. Relator: Senador Tião Viana. O parecer é favorável.

Solicito ao Vice-Presidente, Senador Papaléo Paes, que, como Relator **ad hoc**, leia o parecer do Senador Tião Viana, Relator da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para proferir o relatório.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – O Projeto de Lei da Câmara nº 14, 2004 (nº 3.986 na Casa de origem), de autoria do Deputado Dr. Rosinha, foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados em 15 de dezembro de 2000, tendo sido encaminhado às Comissões de Seguridade Social e Família, de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Na Comissão de Seguridade e Família, foi aprovado em sua forma original, isto é, como legislação extravagante, tendo por Relator o Deputado Henrique Fontana.

Da análise:

No que diz respeito à constitucionalidade, o projeto inscreve-se na competência da União, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção e defesa da saúde, e também na iniciativa parlamentar, CF, art. 61, **caput**.

Materialmente, a proposição enquadra-se no disposto na cabeça do art. 196 da Constituição Federal, que estatui que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Com relação à juridicidade e à questão regimental, a proposição em nada as lesiona. O vício de técnica legislativa existente no projeto original já foi sanado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

No que pertine ao mérito, mostra-se enfatizado pelo fato de que o uso de agrotóxicos é disseminado por todo o território nacional, constituindo-se uma grave ameaça à saúde da população em geral, que consome os produtos que os contêm e, principalmente, dos trabalhadores que com eles têm contato direto, muitas vezes sem contar com os equipamentos de proteção individual adequados.

Senador Flávio Arns, essa questão nos faz lembrar da audiência pública que tivemos ontem. O uso de agrotóxicos é uma realidade muito triste para o nosso País.

Ademais, cria-se uma obrigação cogente aos profissionais de saúde de proceder à notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxico, apenando-os nos casos de infração aos dispositivos da proposição.

Assim, o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004, atende aos requisitos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa. E, quanto ao mérito, mostra-se oportuno e conveniente à proteção da saúde da população brasileira.

Em vista das considerações expedidas, somos pela aprovação do Projeto de lei da Câmara nº 14, de 2004.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O Senador Papaléo Paes lembrou a audiência pública que a Subcomissão Temporária de Saúde realizou na noite de ontem. Aliás, gostaria de destacar que foi uma audiência pública das mais interessantes, com profissionais altamente gabaritados que discutiram essencialmente essa questão, não do ponto de vista dos agrotóxicos unicamente, mas particularmente dos funcionários da Funasa, do seu quadro ou dos contratados temporariamente para campanhas de erradicação do mosquito da dengue. Essas pessoas também, por não utilizarem material e equipamentos adequados, por não terem a formação exigida pelos protocolos mundiais de saúde, com manejo e limpeza inadequados, na verdade, com toda uma sistemática de agressão, diria, à própria saúde do trabalhador, agora vêm enfrentando problemas neurológicos, psicomotores, de fala, de relacionamento social, com uma dificuldade extraordinária.

Diante deste projeto apresentado no dia de hoje, diria que deveríamos, Senador Papaléo Paes, examiná-lo um pouquinho melhor, para verificar se poderíamos acrescentar alguma coisa além de intoxicação por agrotóxico, pensando em alguma complementação que desse vazão a toda a discussão que tivemos semana passada. Semana que vem, poderíamos discutir, acrescentando isso ao projeto de lei.

Então indagaria se seria melhor pedir vista nesse sentido. É importante o projeto, sem dúvida alguma, mas pediria vista apenas sob a ótica da audiência de ontem, voltando ao tema semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Senador Flávio Arns ao lhe dizer que a vista está concedida. Acredito que seja prudente, uma vez que entendemos que a audiência pública de ontem, presidida pelo Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão Permanente de Saúde, foi realizada para tratar desse assunto. Nada mais certo e correto do que a Comissão desejar fazer uma análise mais profunda do projeto.

Perguntaria ao Senador Papaléo Paes se gostaria de se pronunciar a respeito.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Como fui Relator **ad hoc** deste projeto, logicamente tomei conhecimento do relatório do Senador Tião Viana neste momento. É muito prudente a sua decisão, que até agradecemos. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Item nº 3 da pauta:

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2004, que concede pensão especial a Orlando Lovecchio Filho. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para proferir o seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só gostaria de esclarecer ao Senador Augusto Botelho, que fez um questionamento em relação ao pedido de vista a que sou favorável. Tem que ser comunicado, sem dúvida alguma. Temos que ter um levantamento dos casos de intoxicação, seja por agrotóxicos ou por outros elementos.

Mas, ontem, houve um debate que nos alertou para uma necessidade de comunicação além dos agrotóxicos. Por exemplo, com relação aos produtos que as pessoas utilizam no combate à dengue, há muita gente intoxicada, com problemas de saúde sérios. Esses casos também precisam ser relatados para termos um levantamento. Até já existe, no curso de Medicina, a disciplina Toxicologia para que possamos conhecer o

que acontece em todas essas campanhas. Penso que é preciso melhorar, mas sou 100% favorável.

O projeto de lei em análise pretende conceder pensão especial a Orlando Lovecchio Filho. É uma iniciativa do Poder Executivo. Essa pensão seria especial, mensal e vitalícia, no valor de R$500,00, pelo fato de ele ter sido vítima de atentado ocorrido em 19 de março de 1968, promovido por motivações políticas, de que resultou perda de membro e incapacidade funcional e laborativa permanente. Ele foi atingido por explosão, ocorrida no Consulado dos Estados Unidos da América, em São Paulo, quando passava em frente ao prédio dessa missão diplomática. Na época, o Sr. Orlando tinha 22 anos, tirara brevê e contava horas de vôo para alcançar a carreira de piloto comercial. Ademais, ele não pertencia a nenhuma das partes envolvidas em confronto no período do regime autoritário.

Análise

A ditadura militar implantada no Brasil em 1964 e a resistência a ela oposta levaram a uma luta fratricida, que gerou seqüelas de difícil reparação. Afortunadamente, a sociedade brasileira mobilizou-se e logrou êxito na re-democratização do País e na pacificação da nacionalidade. Nesse sentido, a anistia, consubstanciada na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, representou o primeiro passo para a pacificação nacional e para reconquistar a vida democrática. A Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, reconheceu como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas presas e desaparecidas, sem que delas haja notícia. Essas leis fazem parte dos objetivos da reconciliação e da pacificação nacional.

Nesse contexto, ambas as normas jurídicas citadas contêm disposições que visam oferecer reparação aos danos causados por perseguições movidas contra os opositores do regime autoritário. A primeira delas determina o retorno ou reversão de servidores civis e militares ao serviço ativo, enquanto a segunda prevê o pagamento de indenização, a título reparatório, a familiares de pessoas desaparecidas.

A outorga de pensão a cidadão comum, vitimado por episódio decorrente de confronto ocorrido no período da ditadura militar, sem dúvida inscreve-se entre os objetivos da reconciliação e da pacificação nacional. Por esse motivo, julgamos, quanto ao mérito, que a proposta em exame deve ser aprovada.

Do ponto de vista constitucional, por fim, a proposição encontra fundamento no art. 22, inciso XXIII, que dispõe competir à União a competência privativa para legislar sobre seguridade social. O projeto é oriundo do Poder Executivo.

A proposta em análise é constitucional, jurídica e elaborada de acordo com a boa técnica legislativa. Quanto ao mérito, representa iniciativa que contribui para a reconciliação e a pacificação nacional.

Com base nas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2004.

Esse é o parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu pediria aos convidados que se mantivessem em silêncio, porque os trabalhos estão sendo prejudicados pelo barulho.

Item 4:

Decisão terminativa da CAE. Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2003, que altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à concessão de benefícios fiscais para as ações destinadas à assistência e promoção social.

Autor: Senador Sérgio Zambiasi; Relator: Senador Marcos Guerra.

Parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra para proferir o seu relatório.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, fiz um relatório sucinto para esclarecer sobre este projeto de lei.

Trata o presente Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2003, de autoria do ilustre Senador Sérgio Zambiasi, da alteração da legislação do Imposto de Renda para aumentar a participação das empresas, das pessoas físicas e de entidades do terceiro setor em termos de doações em dinheiro ou bens a fundos e entidades beneficentes que menciona.

O projeto de lei fixa os limites de dedução do Imposto de Renda que devem ser observados no caso das doações advindas de pessoa jurídica e de pessoa física, conforme o disposto no seu art. 2º e seus incisos. Estabelece também as atribuições dos órgãos responsáveis pela administração dos fundos citados das instituições de assistência social, beneficiárias e de doações no controle e na emissão de comprovantes de doação para efeito de dedução do Imposto de Renda.

Da análise:

O presente projeto de lei foi examinado nesta Comissão à luz do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Este projeto constitui iniciativa de grande alcance e relevo. Ao possibilitar a destinação de recursos adicionais para ações de assistência social, ele ajuda a promover uma nova postura empresarial ao desenvolver a idéia de responsabilidade social, permitindo a chamada ação social das empresas.

Vale lembrar que o estudo do IPEA mostra que há uma grande mobilização de empresários calcada em iniciativas de apoio a projetos sociais.

O aperfeiçoamento da legislação proposta no Projeto de Lei nº 383, de 2003, deverá proporcionar um grande aumento no aporte de recursos destinados às áreas de assistência e promoção social.

As parcerias entre o Governo, empresas e ONGs podem se constituir em importante elemento impulsionador de uma política de assistência e promoção social que possa efetivamente enfrentar o problema da miséria e da exclusão social existentes no País.

Não há obstáculo à matéria em termos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Voto

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 373(sic), de 2003, na forma em que se apresenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Com a devida vênia do nobre Senador Marcos Guerra, peço vistas do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia) – Vista concedida ao Senador Geraldo Mesquita.

Item 15:

Projeto de Lei nº 104, de 2003, e 105, também de 2003, tramitando conjuntamente, que altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, e o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo; altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1989, e dá outras providências, com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus o município onde se situa a lavra.

Autores: Senador Luiz Otávio e Senadora Ana Júlia Carepa; Relator: Senador Sibá Machado. Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2003, com três emendas, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003, e pela rejeição da emenda do Senador Eduardo Azeredo apresentada ao PLS nº 105, de 2003.

Gostaria que os Srs. Senadores prestassem atenção, porque este projeto é polêmico e tem voto em separado que precisa ser conhecido.

Observação: no dia 20 de abril de 2004, o Senador Eduardo Azeredo apresentou uma emenda e a matéria foi retirada de pauta para análise do Relator. Em 20 de maio de 2004, foram concedidas vistas ao Senador Reginaldo Duarte, que o devolveu com um voto em separado, concluindo pela rejeição dos dois projetos.

Vou conceder a palavra ao Senador Sibá Machado, Relator do primeiro projeto, que tem a preferência regimental sobre esta matéria.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco PT – AC) – Srª Presidente, já tive a oportunidade de fazer a leitura deste relatório quando houve diversas manifestações dos Srs. Senadores e a preocupação apresentada pelo Senador Reginaldo Duarte, que não foi discutida, embora o projeto não seja terminativo.

Imaginamos que, depois de ser aprovado o projeto na CAS, a preocupação do Senador Reginaldo Duarte seria observada na Comissão seguinte, em caráter terminativo, para que pudesse ser melhor elucidada.

S. Exª manteve o pedido de vistas. Confesso a V. Exª que desconheço ainda a preocupação do Senador, portanto vim hoje muito mais para ouvir o voto em separado que S. Exª deverá apresentar, para, então, abrir nova rodada de conversa para saber em que poderemos avançar. Por enquanto estou ciente do relatório já lido e apresentado, que manterei na íntegra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, existe a Subcomissão de Assuntos Minerais na Comissão de Assuntos Econômicos, a qual já tem se debruçado sobre este projeto e outros assuntos ligados à mineração. Fizemos visitas *in loco* a algumas das principais mineradoras brasileiras.

O PSDB entende que o projeto como está não tem condições de ser aprovado em caráter terminativo, devido a algumas problemas que verificamos.

Pedi a palavra pela ordem para comunicar que estamos fazendo um acordo para não impedir a tramitação deste projeto, mas no mérito a nossa posição é contrária, por entender que o aumento da carga tributária poderá inibir a atividade de mineração, que é importantíssima para o Brasil, pela nossa riqueza natural.

Vamos rever os percentuais fixados, porque a Bancada do PSDB não concorda com eles. Inclusive a questão foi objeto de uma emenda minha, porque inicialmente a Senadora destinava 40% do CFEM para municípios vizinhos. Mesmo com o substitutivo do Senador Sibá, que baixa esse percentual para 10%, continuo considerando que não é válido, porque, da maneira como está, alguns municípios que não têm nada a ver com a mineração, que não são nem sequer atingidos, serão beneficiados, o que não poderia ocorrer, pois isso prejudicará municípios que realmente sofrem exploração.

De maneira que eu queria apenas dar conhecimento da nossa posição, que é no sentido de fazer um acordo para a discussão de mérito na Comissão de Assuntos Econômicos, inicialmente na Subcomissão de Assuntos Minerais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Presidente, concordo com o Senador Eduardo Azeredo. Realmente esse projeto não pode ser terminativo.

Quando se fala em aumentar a carga tributária, isso preocupa muita gente. Também quando se fala em beneficiar alguns municípios que não são agredidos diretamente, cria-se um benefício para o município e prejudica-se o produto que é explorado, correndo o risco de perder o mercado lá fora.

Por isso sou a favor do pedido do Senador Reginaldo Duarte, pois se trata de projeto que deverá ser amplamente discutido antes de se tomar qualquer tipo de decisão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para discutirmos após a leitura do voto em separado, senão vamos precipitar a discussão sem que haja conhecimento daquele voto.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Presidente, realizamos uma discussão há poucos minutos, contando com vários Senadores presentes, inclusive o Senador Reginaldo Duarte e a Senadora Ana Júlia.

O nosso ponto de vista é exatamente o mesmo do Senador Reginaldo. Entendemos que a matéria em votação, apesar de expressar uma preocupação legítima, está no contexto de algo que por nós não é assimilado: políticas que representem aumento de contribuição para quem produz neste País, para quem segura a economia, que está hoje sustentada nas exportações de minério, da agroindústria brasileira e de aço. Não podemos interferir nessa cadeia sem uma reflexão muito mais tranqüila. Porém, temos confiança no espírito construtivo da Senadora Ana Júlia. Entendemos que paralisar ou impedir a tramitação do seu projeto não seria bom para o cumprimento dos nossos mandatos.

Então, a nossa orientação nesse caso é no sentido de deixar muito claro que não concordamos com o que está sugerido. As sugestões são excessivas e desestruturadoras. Está certo que alguém tenha a preocupação, e é preciso que tenha, com a população, com aqueles que são afetados por um sistema de produção dessa envergadura. É natural que isso ocorra e é muito importante que seja discutido aqui, porém vamos começar a pensar em forma de compensação que não seja sempre essa de aumentar a produção de quem está produzindo.

O entendimento é de que deve ser discutido na Comissão de Assuntos Econômicos, então não vamos derrotar nem destituir o voto do Senador Reginaldo, porém deixemos claro que o nosso voto, o nosso acordo feito aqui, o que estamos aprovando é apenas a continuidade da tramitação de um projeto meritório, com especial atenção à gravidade do problema de uma maneira geral, à sua extensão e à orientação que consideramos segura da Senadora Ana Júlia.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, também vou na mesma direção dos Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra. Quero ressaltar não somente o mérito do projeto da Senadora Ana Júlia, que há muito tempo vem debatendo e levando essa questão para a Comissão de Assuntos Econômicos, na qual foi formada uma Subcomissão que está se debruçando sobre esse assunto e esmiuçando-o. Evidentemente, existem várias opiniões divergentes, mas eu queria também ressaltar.

Tive a oportunidade de conversar com o Senador Reginaldo Duarte e queria ressaltar também o mérito do seu relatório. S. Exª procurou ouvir as pessoas, as associações, aqueles que hoje trabalham nessa área e, com a sua preocupação, fez um novo relatório com outro parecer a respeito disso, mas, até pelo seu espírito de grandeza, o Senador Reginaldo Duarte, do meu Estado, o Ceará, que sente orgulho por ter S. Exª como Senador, aceita a proposta da Senadora Ana Júlia, para que possamos discutir com mais detalhamento essa matéria na Subcomissão de Assuntos Minerais.

Queria também expor algumas preocupações que já tive oportunidade de registrar a Senadora Ana Júlia. Recebi, há pouco, um e-mail da Abinan, acentuando a preocupação em relação à exploração de água mineral. Essa é uma preocupação, porque o nosso Estado, o Ceará, é um grande produtor, mas há também a certeza de que a Senadora Ana Júlia, pela sua atuação, história, trajetória, compromisso e palavra, irá, certamente esmiuçar, ouvindo e recolhendo de todos os Senadores desta Casa aquilo que for melhor.

Sabemos que algumas dessas alíquotas precisam ser modificadas, mas temos a preocupação de um País que já vive um problema grave na questão da carga tributária e precisamos chegar a um acordo, a um consenso, para não prejudicar aqueles que vivem dessa função, tendo o cuidado de garantir que essa produção, como alguns alertam, por exemplo, a Abinan – e já informei a Senadora Ana Júlia –, uma vez que prejudicaria toda a cadeia produtiva que atua em torno do setor, incluindo fornecedores de máquinas e serviços e cerca de quarenta mil microempresas distribuidoras do produto, responsáveis em conjunto por mais de duzentos mil empregos.

Então, ressalto a importância desse e-mail que recebi, o qual já passei para a Senadora Ana Júlia. Espero que possamos considerar essa preocupação. Tenho certeza de que assim iremos nos comportar todos nós que estamos participando desta discussão.

Portanto, quero também dizer do meu acordo, em conversa com os Senadores Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo e com a Senadora Ana Júlia, para que possamos, então, discutir o mérito na Subcomissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chegou às minhas mãos a incumbência de fazer esse voto em separado, porque, desde o princípio, sou contra qualquer aumento em carga tributária, sejam taxações, contribuições, etc. Então fiz o presente relatório deste voto em separado, o qual deverei ler. Depois, justificarei para os presentes o meu pensamento e o da minha Bancada, assim como o acordo que firmamos há pouco, na sala da Comissão de Assuntos Sociais:

Estão sendo submetidos à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais do Senado os Projetos de Lei nºs 104 e 105, ambos de 2003, de autoria dos Senadores Luiz Otávio e Ana Júlia Carepa.

Respectivamente, os dois projetos elevam a compensação financeira para a exploração de recursos minerais, instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e paga a estados e municípios.

O relatório da Comissão de Assuntos Sociais, do Senador Sibá Machado, apresentou parecer concluindo pela aprovação do PLS nº 105, de 2003, com emendas, e pela rejeição do PL nº 104, de 2003.

Estamos plenamente de acordo com a rejeição do PL nº 104, de 2003.

Com respeito ao PL nº 105, de 2003, apesar de reconhecermos o mérito de alguns dos argumentos levantados pela autora da proposição, somos contrários ao projeto, por causa do seu provável impacto sobre a sobrevivência e a expansão da mineração no País.

Análise

Eu gostaria que V. Exªs atentassem para esta análise, que foi feita com muito carinho e com a contribuição de várias pessoas, tributaristas, etc., que se debruçaram sobre este processo e passaram subsídios para mim, a fim de que este relatório fosse confeccionado.

A mineração é uma atividade normalmente associada a riscos elevados, longos períodos de maturação, de investimentos e alta intensidade de capital. Por essa razão, o tratamento fiscal deve ser cuidadosamente analisado. Qualquer elevação indevida na carga tributária poderá constituir sentença de morte para as explorações menos lucrativas, com conseqüências desastrosas para as comunidades que dependem dessa atividade.

Importante estudo sobre a taxação da mineração na América do Sul conclui que os competidores mais fortes na região, Chile e Brasil, apresentam estrutura fiscal bastante vantajosa em relação a competidores como a Austrália e o Canadá. E, mesmo assim, a mineração no Brasil ainda dá uma contribuição que fica muito aquém de seu potencial. Um aumento da compensação financeira certamente prejudicaria as perspectivas para o setor e conseqüentemente reduziria a capacidade de exportação do País.

Há que se lembrar ainda que sobre a mineração, assim como sobre todos os setores da economia, incidem elevados tributos, dentre os quais se podem citar aqueles destinados ao financiamento da seguridade social, além de encargos trabalhistas.

No primeiro caso, encontram-se as contribuições representadas pelo Programa de Integração Social, PIS, e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, Cofins, com alíquotas de 1,65% e 3%, respectivamente, sobre o valor do faturamento pela Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira, CPMF, com alíquota de 0,38% sobre a movimentação de valores, e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, com alíquota de 12% ao ano.

No que tange aos encargos trabalhistas, os principais são a contribuição para a Previdência Social, que é em média 20% dos salários, mais adicionais de participação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com um recolhimento de 8% sobre o valor da remuneração dos trabalhadores.

Adicionam-se a esses impostos o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, o qual, na situação mais comum, tem como base de cálculo o lucro líquido do exercício, com os ajustes previstos na legislação. A alíquota geral é de 15%, com o adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que excede a 20%.

Em relação especificamente ao setor mineral no Brasil, segundo o estudo do Departamento Nacional de Produção Mineral de Minas e Energia, são os seguintes os tributos que incidem sobre a mineração: Imposto sobre Importação: no caso de produtos minerais, as alíquotas desse tributo variam de 0% a 20%. A título de ilustração, podemos citar alguns exemplos: carvão mineral 0%, como incentivo à siderúrgica; sais, potássio, rochas-fosfáticas e enxofre 0%, como incentivo à agroindústria; ferro, cobre, níquel e alumínio 2%; granito bruto, chumbo, urânio, caulim 4%; granito trabalhado 6%; e água mineral 20%.

Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais:

O valor da CFEM varia entre 0,2% a 3% do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral. Para a maioria das substâncias minerais, a alíquota é de 2%. Do valor arrecadado, 65% são transferidos para os municípios onde se localiza a produção; 23% aos Estados e ao Distrito Federal; e 2% ao DMPM. Este, por seu turno, destinará 2% à proteção ambiental, por intermédio do Ibama.

Participação do superficiário:

A compensação devida ao superficiário, o proprietário do solo, destina-se ao próprio minerador, que é de 50% do valor da CFEM.

Taxa anual por hectare:

A taxa anual é de uma UFIR por hectare de área com autorização de pesquisas minerais, aumentando para 1,5 UFIR no caso da prorrogação do alvará.

Sabe-se que o imposto baseado na lucratividade gera a estrutura fiscal mais progressiva, seguido pelo Imposto sobre o Lucro. Um impacto progressivo gera uma receita que cresce à medida que aumenta a rentabilidade, antes do imposto ser cobrado. Reflete bem a capacidade da empresa de pagar o tributo.

No outro extremo do aspecto da Política Fiscal, a taxação incidente sobre o capital é a mais regressiva, seguida do imposto incidente sobre a receita. Um imposto regressivo gera uma arrecadação que é proporcionalmente decrescente à medida que aumenta a rentabilidade do empreendimento.

A CFEM é exemplo de tributação sobre receita e, como tal, atende a desestimular projetos que de alguma forma seriam viáveis. Por isso, provoca distorções e ineficiências econômicas. O objetivo do País deve ser o de aumentar a arrecadação como resultado do crescimento da mineração. Para alcançar o alvo duplo de maior produto mineral e arrecadação aumentada, há que se promover uma reforma da estrutura tributária do setor. Os impostos cobrados devem estar em consonância com a capacidade de pagamento da mineradora e estimular a expansão da atividade. Um simples aumento da CFEM só agravará as distorções existentes e comprometerá a sobrevivência das jazidas menos rentáveis.

Ainda em relação ao aumento da alíquota da CFEM, é importante ressaltar que tal iniciativa contraria frontalmente a posição do Governo Federal de não elevar a carga tributária, quer *stricto sensu* quer em *lato sensu*.

Por outro lado, o art. 2º do Projeto prevê a destinação de volume considerável da compensação para municípios limítrofes ao município onde se situa a lavra.

Ora, segundo salienta o próprio Relator, Senador Sibá Machado, tal dispositivo não está em consonância com o art. 20, § 1º da Constituição Federal, que estabelece que só fazem jus a essa compensação os municípios onde efetivamente ocorre a extração mineral.

O Relator apresenta sugestão de emenda que restringe participação em relação aos municípios limítrofes que efetivamente sofrem danos resultantes da exploração mineral.

Embora tal alteração possa amenizar a natureza inconstitucional do dispositivo, continuará sendo difícil torná-la operacional. Na falta de critérios muito preciosos e objetivos para definir os danos que darão ensejo à referida participação, a distribuição desses recursos ficará inevitavelmente sujeita a polêmicas e contestações. Se os municípios limítrofes sofrem danos e não há dúvida de que isso ocorre, a justa reparação deve ser efetuada em mecanismos próprios para esse fim, e não por intermédio de um instrumento que tem objetivo diverso.

O projeto também faz menção indevida a contrato de concessão de lavra, figura que não existe na legislação mineraria. O que existe é concessão de lavra, que tem características diferentes daquelas encontradas nos contratos que regem as demais formas de concessão de serviços públicos.

Srª Presidente, Srs. Senadores, meu voto foi, obviamente, contra este projeto, mas para que o pro-

jeto tenha a sua tramitação normal e de acordo com o que conversávamos há pouco, a Senadora se comprometeu conosco que na Subcomissão de Assuntos Minerais irá flexibilizar a cobrança desses impostos e também retirar a expressão "de até 7,5%", quer dizer, não fazer como o projeto inicial, que tem uma taxação fixa. Isso será feito na Comissão de Assuntos Sociais, perante os meus companheiros de Partido que têm participação efetiva nessa Comissão, que se comprometem, juntamente com a Senadora Ana Júlia, a negociar esse projeto.

Sou contrário a qualquer aumento de carga tributária e também a retirar do projeto essa concessão que faz aos municípios limítrofes, porque esse é um assunto a parte, conforme mencionei em meu relatório. Portanto, Srª Presidente, não vou proferir o meu voto, embora seja contrário, para esperar que meus pares, do meu Partido, negociem isso na Comissão de Assuntos Econômicos, na Subcomissão de Assuntos Minerais.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço, Senador Reginaldo Duarte, e submeto a matéria à discussão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Eu queria fazer um agradecimento aos membros da Comissão e solicitar um pouquinho de atenção. Tentarei ser o mais breve possível, Senador Azeredo, ao fazer o registro do cuidado e da dedicação do Senador Reginaldo Duarte a este assunto. Gostaria de agradecer inclusive àqueles que ajudaram a construir isso, para que o projeto pudesse realmente caminhar, informando que a nossa Subcomissão, na Comissão de Assuntos Econômicos, já fez uma série de audiências públicas e temos uma série de sugestões a fazer.

Mas também gostaria de salientar, Senadora Lúcia Vânia, a dedicação do Relator, Senador Sibá Machado, que estudou este assunto, dedicou-se e fez um bom relatório.

Quero aproveitar para tranqüilizar não só a Senadora Patrícia, mas todos os Senadores do Ceará, que tem uma grande produção de água mineral, porque já temos os estudos. E assumo este compromisso, Senadora Patrícia, publicamente, de que vamos alterar não a alíquota, mas o ponto de incidência em relação à cobrança da CFEM sobre a água mineral, porque reconhecemos que é incorreta. Hoje ela ocorre no envasamento e isso acaba se tornando mais claro. Alterando o ponto de incidência da cobrança da alíquota, baixaremos a CFEM. Então isso, além de tranqüilizar, vai baixar a alíquota.

Já existe o entendimento, não só no nosso Supremo Tribunal Federal, de que a CFEM não é um imposto.

Eu só queria alguns minutos, porque não se trata de um tema tranqüilo. O minério é um bem da natureza; não existe interferência do homem naquele bem. A CFEM é uma compensação pela exploração desse bem, que é uma dádiva da natureza. Por nós, cristãos, eu diria que Deus o colocou naquele lugar e é uma compensação à sociedade.

Se eu fosse entrar no mérito, falaria das comparações internacionais. Quase todos os países do mundo cobram, mas é importante mencionar que o Brasil cobra a menor taxa do mundo nesse tipo de compensação sobre a exploração de um bem não-renovável da natureza.

O compromisso que assumimos aqui, além desses pontos da água mineral, Senador Sérgio Guerra... Inclusive agradeço as suas palavras, porque sei que são sinceras. V. Exª sabe da dedicação que tenho destinado a esse assunto. Sou de um Estado que é a maior província mineral do mundo, então é natural que eu tenha me dedicado e estudado esse assunto.

Informo que o ajuste feito na Comissão de Assuntos Econômicos foi no sentido de, por exemplo, fazer uma blindagem, e o projeto já não altera, não aumenta em nada nenhum minério que faz parte daqueles da construção civil, que são exatamente minerais não-metálicos. Então engloba areia, argila, ardósia, granito, mármore, calcário, dolomita, gesso, caulim, cascalho, pedregulho, saibro e outros materiais. Primeiro, o projeto não aumenta, não altera nada, então não está havendo... Mas eu, particularmente, tenho a opinião de que devemos baixar mais ainda.

A minha proposta é se que altere para baixo esse tipo de minério, porque a construção civil precisa ser incentivada no nosso País. Então, ao invés de manter como está, a nossa idéia é exatamente baixar para incentivar a indústria da construção civil. O projeto, da forma como está, não altera nada; ele mantém, digamos assim, do jeito que está. E eu gostaria de pedir apoio.

Queria agradecer também o Senador Reginaldo pela sua postura democrática. O projeto é não-terminativo aqui. E que aprovássemos o relatório do Senador Sibá, inclusive dizendo o seguinte: essa questão da distribuição é que hoje os impactos socioambientais variam – é verdade – de Estado para Estado.

Reconheço a preocupação do Senador Azeredo, mas da forma como o Senador Sibá apresentou, não

são apenas 10%; S. Exª definiu um limite de recursos, só dividiria 10% só dos Municípios que recebem acima de R$1 milhão.

Pouquíssimos municípios mineradores deste País recebem mais de R$1 milhão de CFEM. Inclusive fizemos um comparativo com a Austrália. Hoje, no Brasil, a CFEM, por exemplo, pela exploração da bauxita, é de 3%. Conforme o relatório do Senador Sibá, passará para 4%, aumentando 1% apenas, então seriam 25%. A CFEM incide sobre o faturamento líquido, não é sobre o faturamento bruto, diferente, inclusive, do Petróleo, da venda do produto mineral, o que permite ainda excluir todas as despesas de transporte e de seguro. Elas são excluídas antes da incidência dessa alíquota da CFEM, que é uma compensação a populações, exatamente pela exploração de um bem que a natureza não vai, com certeza, repor.

O mérito social, como falou a nossa Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, para cidades que sofrem um verdadeiro acúmulo na população... Essas cidades têm problemas sociais imensos. Há cidades cuja população, no período de um ano, triplica, quadruplica, às vezes até antes de se cobrar a CFEM.

Então são problemas sociais sérios. Nós nos comprometemos a fazer os ajustes necessários. Publicamente, Senador Reginaldo, convido V. Exª para que participar das nossas reuniões da Subcomissão, para possamos aprofundar o assunto, como falou o Senador Sérgio Guerra, e fazer os ajustes necessários. Inclusive, um ajuste que gostaria de citar, porque considero muito importante, é o controle social.

Muitos aqui sabem o quanto é importante conselhos municipais que controlam esses recursos. Fazer conselhos também para controlar esses recursos, com a participação da sociedade, do órgão público e inclusive das empresas mineradoras.

Não queremos tornar este País não-competitivo, muito pelo contrário, o que queremos que este País produza mais, porém de forma justa.

O IUM, que era o imposto mineral antigo, era muito maior do que a própria CFEM. Então não estamos querendo inviabilizar nada, muito pelo contrário.

Peço apoio para que possa tramitar esse projeto e assumir o compromisso, até porque o Senador Azeredo faz parte dessa Subcomissão, como o Senador Sérgio Guerra. E os ajustes necessários serão feitos, com certeza, para que possamos fazer o melhor para todos, tanto para a produção mineral no nosso País, mas também para a sociedade como um todo.

Então, queria agradecer a confiança, inclusive do Senador Sérgio Guerra, de que esses ajustes serão feitos, como do Senador Azeredo, mas também dizer aos demais Senadores que esse é um assunto importantíssimo para o País.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Queria apenas esclarecer um pouco mais o conteúdo do nosso entendimento.

Temos a compreensão de que aspectos sociais desse projeto são relevantes. E esta é a Comissão que trata desses aspectos sociais.

Outro conteúdo desse projeto econômico é objeto da ação, que já tem quase um ano, de uma Subcomissão da qual participam, entre outros, o Senador Tourinho, o Senador Azeredo, eu próprio, a Senadora Ana Júlia, que cuida do problema de forma mais extensa.

Entendemos que, quanto ao aspecto de conteúdo, essa matéria deve ser levada à Comissão de Assuntos Sociais.

Para evitar que se impedisse a tramitação de projetos de matérias relevantes, concordamos em aprovar, com total discordância de conteúdo, especialmente nessa questão econômica, o relatório do Senador Sibá Machado.

É assim que estamos votando, não somente o PSDB, mas também uma parcela muito grande dos Senadores aqui presentes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero referendar o que disse o Líder da Minoria, Senador Sérgio Guerra, e chamar a atenção para um ponto que está no fim do voto do Senador Reginaldo Duarte, que é extremamente correto. Diz o voto: "O projeto também faz menção indevida a contrato de concessão de lavra, figura que não existe na legislação mineraria. O que existe é concessão de lavra, que tem características diferentes daquelas encontradas nos contratos que regem as demais formas de concessão de serviços públicos".

Não existe um contrato de concessão de lavra, e sim uma concessão de lavra, que é diferente. Essa é uma atividade de longo prazo. Ninguém faz uma exploração de mineração a curto prazo. É preciso haver sempre um horizonte muito longo, porque é um investimento sabidamente muito grande.

Quanto à questão que foi exporta, reiteramos que não estamos de acordo com o aumento da carga tributária. Vamos discutir o mérito dessa questão econômica na Comissão de Assuntos Econômicos. Concordamos apenas que este é um projeto relevante do ponto de vista social, porque busca retribuir aos Municípios a ri-

queza que é retirada da terra, dando recursos para que, ao fim da mineração, esses municípios possam estar preparados para uma nova atividade econômica.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, acreditamos que realmente todos estão preocupados em aperfeiçoar ao máximo uma idéia dessa natureza. E todas essas sugestões de correção dos impasses serão muito bem-vindas. Acato de pronto a primeira correção feita tanto no voto em separado do Senador Reginaldo Duarte quanto na observação do Senador Eduardo Azeredo.

O que motiva a idéia do projeto? Vamos citar o exemplo da Cidade de Marabá, que, no final da década de 70, se não me falha a memória, deveria ter cerca de 20 mil habitantes, e hoje tem algo próximo de 170 mil habitantes. O que ocorreu lá foi a corrida pelo ouro de Serra Pelada e a jazida de ferro da empresa Companhia Vale do Rio Doce, sem contar com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Então, imagine como uma cidade dessa vive.

Outra coisa que faz parte da idéia geral do projeto é um apelo para que a sociedade também participe do destino dos recursos arrecadados. Há uma situação que me preocupa, porque em alguns municípios beneficiários de recursos que, com certeza, outros com população muito maior não têm – não quero citar nomes para não cometer injustiça –, vi realidades assim: o município recebe um cheque, a cada final de mês, no valor de alguns milhões de reais, mas quando se verifica a realidade do desenvolvimento econômico daquela comunidade, esta não recebe de fato um benefício direto.

Senador Flávio Arns, V. Exª é uma pessoa atenta a essa questão social. Quero lhe dizer que vi uma situação complicada, para a qual é preciso dar uma resposta diferente. Não sou contrário a que se melhore, digamos assim, o que é a carga tributária ou a compensação que deve ser dada, mas um dos pontos sobre os quais precisamos refletir mais, inclusive na CAE... Não sou membro, fico triste com isso, mas eu gostaria de participar de alguma maneira, para continuar mantendo essa perspectiva, pois, entendo a preocupação do Senador Sérgio Guerra. O apelo social tem que ser dado, é o papel desta Comissão, e, no mérito da discussão do econômico em si, da forma da repartição, vamos fazê-lo.

O Senador Eduardo Azeredo apresentou uma emenda, e já quero fazer logo isso, para não precisar falar depois. O que diz a lei, Srª Presidente? A lei fala em 40% da arrecadação repassada para os municípios limítrofes àquele que está sendo explorado, com o critério populacional, conforme dados do IBGE. Como S. Exª apresentou emenda, isso é muito confuso.

O que a proposta está dizendo? Primeiro, que não são mais 40%, e sim apenas 10%. Então, já retiram 30% de sobrecarga. Segundo, que os municípios limítrofes, somente aqueles que, comprovadamente, por órgão ambiental, estão sofrendo algum tipo de impacto ou na sua questão ambiental ou na sua desestruturação infra-estrutural.

E mais embaixo, no parágrafo único, diz que, mesmo nessas condições, só terão participação os Municípios cuja situação de mineração dá um repasse de R$1 milhão.

Então acredito que a proposta resolve a preocupação do Senador Eduardo Azeredo. E continuo pedindo o voto de todos para a manutenção da matéria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, sou autor uma proposta de criação de Comissão de Meio Ambiente aqui no Senado. E foi criada recentemente a Subcomissão do Meio Ambiente, da qual sou Presidente.

Essa é uma questão que evidentemente me sensibiliza. Sei que determinadas minerações que não são responsáveis poluem os rios, o que acaba atingindo o Município que se situa depois da mineração.

Senador Siba Machado, sem dúvida alguma, melhorou bastante a legislação. Agora, em vez de 40, está restringindo apenas aos Municípios que tiverem prejuízo. Mas esse é um ponto que precisa ser melhor esclarecido. Precisamos realizar uma discussão com os Municípios da área mineral, chamados aqui para uma audiência, para ouvir também os argumentos deles.

Por isso solicito que nós votemos de acordo com o parecer, mas que se mantenha o voto em separado da minha emenda, que suprime essa questão da distribuição dos Municípios vizinhos, porque não está clara ainda. E voltaremos a discutir também esse assunto na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos esclarecer. O Senador Eduardo Azeredo pede a votação da emenda em separado. Então, nós precisaremos de **quorum** qualificado.

Vamos submeter à votação, mas antes eu queria agradecer...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra, pela ordem, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, só para esclarecer, vamos votar o relatório do Senador Sibá Machado, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sim. Vamos votar, em primeiro lugar, o relatório do Senador Sibá Machado, ressalvada a emenda do Senador Eduardo Azeredo. Posteriormente...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Votar o relatório do Senador Sibá Machado, retirando a expressão "contrato", como S. Exª disse aqui verbalmente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Essa questão já foi resolvida. É um ajuste absolutamente correto. Realmente, não é contrato, e sim concessão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Senador Sibá Machado pela relatoria, bem como os Senadores que participaram do acordo. Creio que foi unânime o entendimento sobre o aspecto de relevância social que a matéria contém. Portanto, vamos submeter o relatório do Senador Sibá Machado à votação, ressalvada a emenda do Senador Eduardo Azeredo.

Em votação o relatório do Senador Sibá Machado, ressalvada a questão contrato, que já foi acertada no acordo anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Pediria ao Sr. Senador Eduardo Azeredo que lesse a emenda para que todos ficassem cientes.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, a emenda supressiva é no sentido de suprimir do projeto de lei o art. 2º, que diz exatamente que: no valor previsto no inciso II do § 3º do art. 2º desta lei, 40% são destinados aos Municípios limítrofes.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Eduardo Azeredo, perdoe-me, mas não pode ser mais assim; tem que ser do relatório do Senador Sibá Machado, que já foi aprovado

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Tudo bem! Sobre o outro. Exatamente. De qualquer forma, é suprimindo esse art. 2º, com a justificativa de que da forma proposta o Município limítrofe a outro onde se situa a lavra poderá receber porcentagem de compensação financeira paga pela exploração da CFEM. Nesse caso, pode haver um questionamento até de natureza constitucional, porque a Constituição diz que quem tem direito a esse reparo o Município onde existe a lavra. Então, estou pedindo para retirar esse assunto. Vvamos rediscutir a melhor forma também na CAE.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só gostaria, Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – ...de saber, no relatório do Senador Sibá Machado, qual é esse artigo no projeto de lei propriamente dito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É o artigo do Projeto nº 105, na íntegra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim, mas na observação que o Senador Eduardo Azeredo fez, com toda a pertinência, S. Exª pede para suprimir. Isso está em que artigo, em que inciso do projeto de lei que está sendo votado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Do Projeto de Lei nº 105, projeto da Senadora Ana Júlia, consta o art. 2º, cujo teor é esse, conforme a página 178.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Inciso? Art. 2º.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O art. 2º diz que do valor previsto no inciso...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas agora, Senador, isso já caiu. Agora o que foi votado foi...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia ...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O relatório muda esse teor, porque o art. 2º será mantido, mas com essa redação. Ou seja...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Ah! Está certo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Rejeita a Emenda nº 3, não é isso?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Exato, rejeita a emenda apresentada pelo Senador Eduardo Azeredo, mas modifica...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não, rejeita a Emenda nº 3 do Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me. O relatório apresenta a rejeição à Emenda do Senador Eduardo Azeredo e modifica a redação do art. 2º para este teor, na página 184. É isso. Se votarmos atendendo à Emenda do Senador, esse artigo sai.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A Emenda nº 3 cai?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se mantivermos o texto, permanecerá como está no relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O que eu quero ... Desculpe-me, estou fazendo o aparte do aparte.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não, é isso mesmo. Para mim, está claro. Então, suprime-se, pela proposição do Senador Eduardo Azeredo, a Emenda nº 3 e volta-se ao texto original da Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, não, ele suprime, exclui toda a divisão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Toda a divisão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Deixe-me dizer que, particularmente, vou votar com o relatório do Senador Sibá, mas gostaria de deixar livre toda a Bancada em relação a isso. Vou votar, Senador Azeredo, porque no meu Estado essa é uma questão muito forte. Então, estou mantendo, até da forma como o Senador Sibá apresentou é mais adequado: 10% apenas para aqueles acima de um milhão.

Poderia ter feito esse levantamento, não chegaremos a pouco mais de uma dezena de municípios neste País que recebam mais de um milhão de reais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero apenas declarar o meu voto pelo relatório. Vamos votar a Emenda do Senador, mas a Bancada será liberada em relação a isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia, gostaria, para ordenar os trabalhos, que cada Senador falasse de per si.

Com a palavra o Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, voltando ao embasamento dos argumentos anteriores, estamos tratando do mérito social da idéia. Então, eu pediria, se for possível, à luz do que já foi o entendimento com o Senador Reginaldo Duarte... O que estamos votando é para não prejudicar a tramitação. Faço o mesmo apelo para manter o relatório como está, não para dizer que é isso que vamos manter na discussão futura.

Só para eu terminar...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vamos votar em separado, Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sem problema, só estou fazendo um pedido; não é obrigatório a ser acatado. Só estou dizendo que, à luz disso, o que me chama a atenção é como vamos tratar de uma situação social, econômica e ambiental dos municípios que recebem esse impacto. Se vai permanecer essa redação, como vai ficar ou não, o debate posterior é que vai dizer.

Se for esse o entendimento, não é terminativo, vamos votar. Mas se suprimir daqui agora, como será o debate futuro? É com isso que estou preocupado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Esse assunto voltará a ser discutido. Agora, estamos suprimindo o artigo que diz respeito à questão da distribuição entre municípios vizinhos. Essa é a proposta, confiando na palavra da Senadora Ana Júlia. Senadora, estamos confiando bem desconfiados, porque o Governo não tem cumprido os acordos feitos conosco na reforma tributária e na reforma da Previdência. Então, é uma confiança desconfiada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação, com parecer contrário do Relator, a emenda do Senador Eduardo Azeredo.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a emenda do Senador Eduardo Azeredo permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovado, com os votos contrários do Senador Sibá Machado e Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Queria agradecer a todos os Senadores que permitiram a tramitação desse projeto tão importante para o nosso Estado. Está presente inclusive um Senador do Pará, o Senador Duciomar.

Os ajustes serão feitos, Senador. Não vou entrar no mérito sobre se o Governo cumpre ou não acordos, porque falaria muita coisa também. Farei de conta que não ouvi essa parte. Mas de uma coisa o Senador Azeredo pode ter certeza: eu cumpro compromissos, Senador, e V. Exª sabe disso, até porque cumpri compromissos nesta Comissão referentes a projetos de sua autoria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Está perfeito. Retiro o que disse em relação a V. Exª, mas, em relação ao Governo, continuo desconfiado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Com certeza, estamos dando um passo importante na correção de uma legislação que precisa ser revista.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço aos Srs. Senadores que aguardem, pois ainda temos um requerimento para votar.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ...que precisa ser revista neste País, que precisa ser aperfeiçoada, inclusive com a inclusão de questões que não constam do projeto original. A partir dos estudos da Subcomissão, isso será feito, Senadora Lúcia Vânia, inclusive atendendo ao mérito, que é o controle social, que também será incluído, para que a sociedade possa gerir esses recursos junto com o Poder Público e tenha a noção de quanto é recebido de compensação pela exploração desse bem natural.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimentando a Senadora Ana Júlia pelo seu esforço, pela

sua determinação e, acima de tudo, pela sua compreensão, quero aqui dizer que esta Presidência se sente honrada de ter conseguido submeter esse projeto tão polêmico à votação, dando-lhe a oportunidade de tramitar em outras comissões, naturalmente detalhando o aspecto econômico. Sob o ponto de vista social, acredito que esta Comissão ganha bastante, uma vez que o Relator Sibá Machado analisa a questão dentro dessa visão social que foi recebida unanimemente por todos os Senadores.

Em votação o Requerimento de 2004:

"Nos termos dos incisos II e V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinados com os incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária da Saúde, para, com a participação das autoridades relacionadas, obter esclarecimento sobre a inserção do Brasil na estratégia global da Organização Mundial de Saúde para dieta, atividade física e saúde."

As autoridades cuja participação se solicita são a Drª Valéria Guimarães, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Dr. Leão Zaguri, Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, representantes do Ministério da Saúde, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Subscreve o requerimento o Senador Presidente da Subcomissão Temporária da Saúde, Senador Papaléo Paes.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados.

Aprovado.

Não havendo nada mais...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senadora, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo, acabei de receber uma informação do DNPM. São exatos 20 municípios, no Brasil inteiro, que recebem acima de R$1 milhão. Apenas 20 dos mais de 5.500 municípios.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Fica adiado o Item 1 da pauta, pela ausência do Relator, Senador Delcídio Amaral. Na próxima reunião, não estando presente o Senador Delcídio, nós o submeteremos à votação com um relator **ad hoc**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h34min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 23 de novembro de 2004, quarta-feira, às 10:30 horas.

Às onze horas e oito minutos, do dia vinte e três de novembro de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de expor e discutir acerca das necessidades orçamentárias para 2005, de interesse daquele Ministério, Requerimento nº 33, de 2004 – CAS, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão, com a presença dos (as) Senadores (as) **IDELI SALVATTI, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MAGUITO VILELA, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, PAULO OCTÁVIO, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, ANTERO PAES DE BARROS, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, SERYS SLHESSARENKO, EFRAIM MORAIS, LEONEL PAVAN, MARCOS GUERRA E MOZARILDO CAVALCANTI.** Registra se a presença do Ministro Patrus Ananias de Souza, Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro Patrus Ananias de Souza, Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome Ambiente. Após as explanações, faz o uso da palavra aos convidados os Senhores Senadores JONAS PINHEIRO, AUGUSTO BOTELHO E FLÁVIO ARNS. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Lúcia Vânia, presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 23/06/04 – 22ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, de autoria da Presidência da República. O tema a ser debatido hoje: "O papel social da biotecnologia".

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Drª Mariza Marilena T. Luz Barbosa, a quem convido para tomar assento à mesa; Drª Mariza é economista, diretora-executiva da Embrapa, ex-professora da Universidade Federal de Viçosa, mestre e doutora em Economia Rural pela Universidade de Viçosa; Dr. Aluízio Borém, a quem convidaria para tomar assento à mesa, engenheiro agrônomo, professor do Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal de Viçosa, PhD em Melhoramento Genético pela Universidade de Minesotta, Estados Unidos, pós-doutoramento em Genética Molecular e Presidente da Sociedade Brasileira de Melhoramento e Plantas; Dr. Eduardo Romano, a quem convidaria para tomar assento à mesa, biólogo, pesquisador da Embrapa, mestre em genética e PhD em Biologia Molecular, coordenador da Rede de Cooperação Técnica de Biotecnologia para a América Latina e Caribe; Dr. Márcio C. Silva Filho, a quem convidaria para tomar assento à mesa. Dr. Márcio é engenheiro agrônomo, professor do Departamento de Genética da Escola de Agricultura; Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, professor da Universidade de Melbourne, Austrália, Mestre em Genética e Melhoramento Vegetal e PhD em Biologia Molecular de Plantas; Dr. Francisco J. Lima Aragão, a quem convidaria para tomar assento à mesa, engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa, PhD em Biologia Molecular com especialização em Biologia Celular pela Universidade de Cornell, Ithaca, Estados Unidos; Dr. Rubens Onofre Nodari, a quem convidaria para tomar assento à mesa; Dr. Elíbio Rech, engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa, professor de Biologia Molecular da Universidade de Brasília (UnB), mestre em fitopatologia e PhD em Genética.

Cumprimentando a todos os expositores, eu gostaria de expressar a satisfação da Comissão de Assuntos Sociais em recebê-los aqui para mais uma audiência pública, agora com um foco especial: o papel social da biotecnologia. A Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), lançou um alerta há poucas semanas que merece nossa atenção, e este alerta é objeto da audiência pública de hoje. Em 30 anos, o mundo terá 2 bilhões de pessoas a mais para alimentar. Segundo a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), a alternativa será a utilização da biotecnologia na produção dos chamados "alimentos sociais", como o arroz, o feijão, o trigo, que, em larga escala, poderão ajudar a mitigar a fome de milhões de pessoas. A divulgação desse relatório foi bastante oportuna e hoje convidamos para estar aqui, principalmente a Embrapa, que é o organismo responsável pelas pesquisas que têm o patrocínio do Governo, para conhecermos o que tem feito nessa direção e se a Embrapa está apta para competir no mercado com o setor privado. Portanto, essa é uma grande oportunidade para ouvirmos o que a Embrapa tem feito a favor do Brasil, bem como as pessoas que acompanham este trabalho.

Ao passar a palavra à primeira expositora, eu gostaria de estabelecer algumas regras que julgamos necessárias para o bom andamento do trabalho. Em primeiro lugar, pedir desculpas aos expositores, porque hoje foi convocada uma sessão para a parte da manhã e isso poderá atrapalhar enormemente o nosso trabalho, uma vez que teremos que paralisar a audiência pública quando começar a Ordem do Dia.

Portanto, eu gostaria que os expositores dispusessem de cerca de 10 minutos cada um para expor o seu trabalho e, também, de dizer que decorrido esse tempo a campainha tocará automaticamente. Peço a colaboração e, ao mesmo tempo, desculpas por fazer uma audiência tão rápida.

Com a palavra, a Drª Marisa Maria Helena Luz Barbosa.

A SRª MARISA MARIA HELENA LUZ BARBOSA – Bom-dia a todos.

Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Srs. Senadores, colegas da Embrapa e da Universidade, expositores, senhoras e senhores, minhas primeiras palavras são de agradecimento à Senadora por nos convocar para esta reunião. É uma honra para nós podermos trazer algumas informações importantes não somente para a Embrapa, mas para o país. Segundo, quero cumprimentá-la pela iniciativa, porque a biotecnologia, a ciência, não pode ser tratada separada dos assuntos sociais; são assuntos interdependentes.

Falarei um pouquinho sobre a Embrapa. A Embrapa é uma instituição, como a Senadora disse, de pesquisa agropecuária mantida pelo Governo Federal, criada há 31 anos, composta de 40 unidades, contando a sede, com centros temáticos, centros de produtos, centros ecorregionais e serviços especiais, distribuídos em todo o território nacional.

Isso faz com que a Embrapa tenha uma rede de pesquisa e uma dinâmica que, ao mesmo tempo em

que esteja tratando de um produto, contará com pessoas e competências em conhecimentos temáticos e ecorregionais para esse assunto. Isso faz com que as nossas pesquisas contem com pessoas que tenham diferentes competências científicas e diferentes vivências e conhecimentos empíricos.

A missão da Embrapa é desenvolver conhecimento e tecnologia. Entendemos que o maior desafio do Brasil consiste na construção de uma economia que tem como fundamento o conhecimento. O conhecimento, a ciência, a tecnologia e a informação, considerados fatores de produção por excelência, determinam o desenvolvimento e a riqueza das nações. Essas atividades hoje conhecidas como economia do conhecimento respondem por mais de 50% do PIB nas economias mais avançadas e de países emergentes,como o caso da China e da Índia.

O crescimento sustentável implica levar o conhecimento a todos os setores produtivos, particularmente no caso da agropecuária e difundi-lo a todos os segmentos da sociedade, com a finalidade de erradicar ou reduzir a exclusão social.

No caso da agropecuária no Brasil, passamos por diferentes fases. Aqui foi dividida em cinco fases e cada uma delas com características, com tecnologias diferentes, com impactos diferenciados. A primeira fase seria iniciada em 1600 a 1800, cuja principal característica era a derrubada da mata Atlântica, a tecnologia foi o fogo e o machado. Tivemos como impacto em termos ambientais uma degradação ambiental, a nossa população era a população rural, exportávamos esse material que era retirado da mata Atlântica.

Na segunda fase, de 1800 a 1928, começamos a cultivar as terras férteis que foram descobertas e continuamos a usar como tecnologia apenas o fogo e machado. Houve uma degradação ambiental muito grande. A população brasileira era predominantemente rural, e o Brasil exportava esse produto. Então, começamos a exportar algumas **commodities**.

Na terceira fase, de 1920 a 1960, começamos a aplicar algumas tecnologias, que eram, principalmente, o arado e algumas sementes melhoradas. Houve uma erosão acentuada, uma exaustão da fertilidade, porque não havia preocupação com relação ao tratamento da fertilidade do solo. Essa situação ocasionou um êxodo rural muito grande. O Brasil presenciou a formação dessas megacidades, com problemas sociais acentuados, e passou, inclusive, a ser um grande importador de alimentos.

De 1960 a 2000, foram descobertas as famosas novas fronteiras agrícolas. Principal característica: a tecnologia por insumos modernos da revolução verde. O principal impacto, em termos ambientais, desse aumento da fertilidade foi o surgimento de alguns problemas relacionados a resíduos tóxicos.

Com relação à parte social, começamos a ter uma preocupação com emprego e com segurança alimentar, e o Brasil voltou a ser um grande exportador.

A partir do ano 2000, quinta fase, a principal característica foi o aumento considerável de produtividade e novas tecnologias. Quero chamar a atenção para duas grandes tecnologias: o plantio direto e a biotecnologia, que é o assunto que trataremos mais especificamente.

O principal ambiente é uma redução acentuada dos impactos negativos, parte ambiental; uma preocupação com a qualidade de vida e uma consciência ambiental, e o Brasil se tornou um País competitivo e hoje é uma grande potência.

Citarei alguns exemplos que a biotecnologia pode proporcionar. Menciono o exemplo da China, um país em desenvolvimento como o Brasil e tão populoso quanto o nosso. A maioria da população vive no meio rural. As propriedades são predominantemente pequenas e a maior parte com menos de um hectare.

Quanto à produção de algodão na China, 30% da área com algodão é cultivada com variedades transgênicas, que são resistentes a insetos. Como resultado disso, houve um aumento na renda do produtor por dois motivos: aumento do rendimento em 20% e diminuição dos custos com pesticida em 70%. Esses estudos são da FAO. Houve também um impacto positivo na saúde do produtor, que passou a utilizar menos pesticidas.

A revolução genômica tem um grande impacto na área agrícola, principalmente na área médica. Sendo assim, perceberemos que o setor agropecuário passou a ter uma ligação muito grande com a área médica, não apenas fornecendo alimentos como antes. De cerca de 1.200 empresas de biotecnologia nos Estados Unidos, apenas 10% se dedicam ao setor agroalimentar e agroindustrial; cerca de 55% de todos os recursos aplicados vão para a área de saúde humana, que é extremamente importante.

Podemos fazer uma comparação grosseira, ou seja, a revolução genômica no setor agroalimentar e industrial é como a ponta de um **iceberg**. Estamos vendo apenas uma pequena parte do processo; apenas os poucos benefícios que teremos. Outros benefícios poderão surgir, como produtos resistentes à seca, para tratamento com solos ácidos, com maior qualidade nutricional, com mais consideração ao meio ambiente. Isso fará com que tenhamos biofábricas, especialização na produção, biossensores, e várias possibilidades ainda não vistas. Portanto, essa revolução genômica é de grande impacto – inclusive no futuro – e estratégica para o País.

Quero chamar atenção também para a genômica aplicada aos problemas tropicais. Aqui estamos vendo que a maior parte do Brasil está na região tropical, onde o investimento em ciência não é muito grande. Significa que a parte de alimentação, saúde e meio ambiente nos trópicos depende de soluções tecnológicas próprias. Precisamos investir nas nossas próprias soluções.

No caso do Brasil, essa genômica, aplicada aos problemas tropicais, vai tratar com os diferentes biomas. Então, temos o bioma da Amazônia – dividimos apenas em grandes biomas –, do cerrado, semi-árido, região subtropical, com diversidade de ambiente, de problemas e de oportunidades. É importante chamarmos atenção para os estresses abióticos desses biomas – seca, calor, acidez, solos pobres e estresses bióticos, pragas e doenças. A genômica aplicada aos problemas tropicais no Brasil deverá atender a estas diferentes características.

Nós, da área científica, estamos extremamente preocupados com essas mudanças climáticas, que têm chamado a atenção de muitos. Como mostramos, havendo mudança climática, as tecnologias que desenvolvemos para o mundo tropical serão aptas para esta outra região do mundo, para os climas que hoje não são tropicais. Isso significa que temos que investir, desenvolver conhecimento constante para não ficarmos atrasados, nem sermos passados para trás, de modo que as nossas tecnologias possam ser utilizadas por outros.

Observações finais.

No ano de 2030, serão dois bilhões de bocas a mais para serem alimentadas. A base de produção se constituirá de recursos naturais mais frágeis e escassos. O desafio é criar tecnologias multifuncionais que incluam aumento da produtividade e diminuição dos custos, proteção do meio ambiente, qualidade e segurança dos alimentos, tendo em vista melhorar a qualidade de vida e garantir a segurança alimentar pelo aumento de renda.

Cabe à instituição como a Embrapa gerar tecnologias para combater a fome e a pobreza, gerar riqueza e fortalecer o poder de competição do Brasil no mercado internacional. Mais de 70% da população carente do mundo ainda vive nas áreas agrícolas e depende da agricultura para sobreviver. A pesquisa agropecuária, especialmente a biotecnologia, é o principal instrumento para satisfazer as necessidades destes bilhões de habitantes do Planeta.

A revolução genômica, ao contrário da revolução verde, pode diminuir o uso de insumos, tais como defensivos e fertilizantes. A nova revolução cria tecnologias apropriadas para pequenos agricultores, agrega valor ao produto final e multiplica os nichos de mercado.

Se V. Exªs me permitirem, faço duas sugestões: primeira, aprovação e implementação de um marco legal que permita ao Brasil um adequado aproveitamento dos benefícios da revolução genômica; segunda, implementação de políticas e programas que permitam ao País consolidar a liderança em tecnologia tropical, conhecer sua biodiversidade para colocá-la a serviço da sociedade de forma sustentada. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradecemos a Drª Mariza e passamos a palavra ao Dr. Aluizio Borém.

O SR. ALUIZIO BORÉM – Inicialmente, queremos agradecer a V. Exªs pelo honroso convite para estarmos aqui.

Primeiro, faremos uma breve retrospectiva das contribuições já dadas pelo melhoramento genético de plantas e, depois, abordaremos o tema Biotecnologia.

Já distribuí aos Srs. Senadores algo sobre o que vamos falar. Se os demais da platéia tiverem interesse, temos condições de multiplicar e distribuir cópias.

O melhoramento genético de plantas pode ser entendido como a arte e ciência que visa à manipulação gênica das plantas para torná-las mais úteis ao homem. Tudo isso começou de forma desacreditada, quando um pesquisador começou a estudar o padrão de herança da coloração da flor da ervilha. Foi o estudo da herança da ervilha que resultou na ciência que hoje entendemos como Genética.

Vejam o trabalho realizado em 1865, pelo pai da genética, Gregor Mendel, que desvendou toda a ciência que entendemos como Genética. A princípio, esta ciência foi considerada sem fundamentação. Os pesquisadores, os botânicos daquela época entenderam que Mendel estava delirando quando propôs as leis da genética e os seus trabalhos permaneceram desacreditados por trinta e cinco anos até que, em 1900, chegou-se à conclusão de que as leis de Mendel estavam corretas, e hoje temos as provas de que elas estavam e estão corretas.

Observem que, quando criança, não existiam maçãs nacionais. Só tínhamos as **manzanas** argentinas, mas, com o melhoramento genético foram desenvolvidas variedades adaptadas aos nosso clima e solo. Não que o clima e o solo do Brasil tenham mudado, mas porque o melhoramento genético permitiu o desenvolvimento de variedades adaptadas ao nosso Brasil.

Assim deu-se com variedades de soja, café e feijão, que foram desenvolvidas pelo melhoramento, pelas leis da genética de Mendel.

Eu gostaria de apresentar alguns dados mostrando o progresso genético de algumas espécies. Por exemplo, o Brasil foi o segundo País a utilizar variedades híbridas comercialmente. Hoje, somos o terceiro maior produto dessa gramínea, embora tenhamos uma produtividade baixa com três mil e trezentos quilos por hectare, ou seja, 3,3 toneladas; o progresso observado nessa cultura foi substancial.

Observem, por exemplo, esse trabalho em que se comparam as médias de concursos realizados sob o patrocínio da Emater. Observem, por exemplo, que nas safras de 77 e 78, a maior produtividade nesse concurso patrocinado pela Emater era de 76.812 kg por hectare. Em 1994, no último dado de que eu dispunha, 16.828. Portanto, houve um aumento substancial em função do uso de variedades mais adaptadas às condições do Brasil.

O progresso, no caso do feijão, também foi substancial. Observem algumas variedades listadas, alguns cultivares, variedades anteriores às décadas de 70, 80 e 90. A produtividade das variedades anteriores à década de 70 era de 1.334; a média das variedades, 1.650, 1.863, mostrando então um sistemático incremento na produtividade dessas espécies.

O caso da soja ainda é mais marcante. Ela foi introduzida no Brasil em 1882 e ficou restrita aos Estado do Sul do País até 1970, quando o melhoramento genético permitiu que variedades pudessem ser adaptadas e houve uma expansão para o Norte do Pais. Foram os pacotes tecnológicos e, dentre eles, gostaríamos de ressaltar que foi o melhoramento genético utilizando as leis da genética que permitiram isso.

Todo esse progresso genético transformou o Brasil de sonho meu de criança dê ser o celeiro do mundo em uma realidade. Atualmente, não me sinto mais frustrado porque entendo que o Brasil é um dos celeiros do mundo. O PIB rural no ano passado cresceu cerca de 5% e o agronegócio movimentou R$ 458 bilhões, gerando... Algumas estimativas sugerem 17.7, e outras, 25 milhões de empregos envolvidos no setor do agronegócio.

São reconhecidos alguns produtos genuinamente brasileiros como, por exemplo, a soja. O agricultor americano, nos dias de hoje, fica de cabelos em pé, por assim dizer, quando vem falar da sojicultura brasileira. Detemos atualmente 38% do mercado nacional. No ano passado, tivemos uma exportação de R$ 8,1 bilhões em soja.

O suco cítrico detém 821% do mercado mundial; o café, o leite, a carne e o frango são reconhecidos produtos da pauta de exportação do Brasil. Não nascemos assim e não fomos reconhecidos como produtores e exportadores de alimentos até que a tecnologia disponibilizasse novas tecnologias.

Observem esse quadro que mostra a evolução tecnológica no caso da cana-de-açúcar, em 1830, quando no Brasil Colonial a tecnologia era extremamente rudimentar. Na década de oitenta, tínhamos o aspecto do corte manual e, hoje, temos a tecnologia do corte mecanizado. Esta é a evolução da tecnologia na parte de engenharia agrícola. Essa mesma evolução ocorre em diferentes áreas, como é o exemplo das variedades transgênicas. Tais variedades são aquelas desenvolvidas com a introdução de genes exógenos, genes de outras espécies via engenharia genética, alvo da discussão desta audiência. Para desenvolvimento dessas variedades, podemos lançar mão de vários mecanismos ou tecnologias, como, por exemplo, a transformação via biobalística, em que tomamos microesferas de ouro ou tungstênio, aderimos sobre a superfície dessas microesferas o gene que desejamos introduzir naquela espécie e, literalmente, damos tiros nas células da espécie alvo, ou seja, a espécie que deve ser transformada, onde, então, o gene é incorporado. Temos, assim, uma célula transgênica. Se conseguirmos, podemos desenvolver uma variedade a partir dessas células.

Se pretendo, por exemplo, aumentar o teor de óleo ou proteína na soja, posso fazer o cruzamento convencional entre duas variedades. Mas se eu desejar, por exemplo, aumentar o teor de óleo ou proteína em chuchu, não é possível, porque chuchu só tem água, casca e bagaço. Observem que uma espécie extremamente pobre em sais minerais, em proteína, em vitaminas, para que eu consiga melhorá-la, tenho que trazer genes de outras espécies, como por exemplo de soja, de citrus ou de outras. E isso só é possível via biotecnologia.

Assim foram desenvolvidas variedades transgênicas. A primeira delas, que vou comentar, é a variedade BT de milho.

Essa variedade foi desenvolvida com a introdução de um dos genes de **bacillus thuringiensis**, uma bactéria que tem por habilidade desenvolver uma toxina exclusivamente tóxica a um dado grupo de insetos. No caso desses genes específicos, que conferem também proteínas específicas, o inseto controlado por essa tecnologia são as lagartas. Tais variedades são, então, naturalmente tolerantes ou resistentes a esses insetos, dispensando a aplicação de produtos para o controle.

A soja Roundup Ready, ou soja transgênica tolerante ao herbicida glifosado, foi desenvolvida com a introdução do gene de agrobactéria USP, e, portanto,

permite o controle de plantas daninhas apenas com a aplicação do glifosado.

Essas variedades têm sido cultivadas, observem, em vários países, grandes produtores de alimentos, como Canadá, Estados Unidos, México, atualmente Brasil, Argentina, África do Sul e alguns outros. Quem não utiliza as atuais tecnologias são os países nórdicos, que não possuem agricultura, apenas uma pequena agricultura subsidiada pelo governo, mas são importadores de alimentos.

Observem como a área cultivada cresce sistematicamente com as variedades geneticamente modificadas, indicando que têm trazido benefícios para os produtores.

Eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que biossegurança é assunto da maior seriedade, pois trata da nossa saúde, e trata da saúde do meio ambiente. É assunto sério. Portanto, precisa ser definido com base em critérios científicos, e não com base em achismos. Obviamente, se eu estou doente, procuro o médico. Se tenho problemas psicológicos, procuro um psicanalista ou um psicólogo. Se desejo avaliar a biossegurança com base em mérito científico, ela deve ser conduzida por cientistas. A Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas, com base em reunião realizada em abril do ano passado, entende que a CTNBio é o fórum adequado e suficiente para deliberar sobre assuntos de biossegurança, tanto no aspecto de pesquisa quanto no aspecto de comercialização. O papel do Conselho Nacional de Biossegurança é importante na avaliação não dos aspectos científicos, mas dos aspectos socioeconômicos.

Entendemos também, como a Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas, que a composição da CTNBio deve priorizar cientistas, embora deva também possuir alguns membros da sociedade civil para dar transparência e nortear as decisões ali tomadas.

Finalizando, Srªs e Srs. Senadores, o melhoramento de plantas, quer seja feito de forma convencional, com a genética de emenda ou biotecnológico, é um trabalho criativo e essencial ao bem-estar da humanidade. Prova disso que o Brasil de hoje é resultado, em parte, das pesquisas em genética conduzida nos últimos anos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradecemos ao Dr. Aluizio e passamos a palavra ao Dr. Eduardo Romano.

O SR. EDUARDO ROMANO – Eu gostaria de agradecer o convite, principalmente à Senadora Lúcia Vânia, não só um agradecimento formal, mas realmente um agradecimento sincero por dar uma oportunidade à Embrapa a expor seus trabalhos.

(Expondo Transparências)

Tenho debatido bastante a respeito de transgênicos, biotecnologia agrícola e temos reparado que, a partir desses dois relatórios, da FAO e da ONU, recentemente, o foco da discussão da transgenia agrícola mudou. Tínhamos uma discussão muito polarizada entre contra e a favor de transgenia agrícola, muitas vezes partindo para um lado, às vezes, um pouco emocional. Mas, a partir desses relatórios, o foco da discussão mudou.

Hoje, não se discute mais se a transgenia agrícola é um instrumento importante para o desenvolvimento econômico e inclusão social em países em desenvolvimento. Isso é baseado nessas três principais conclusões que estão nos relatórios que acabei de mencionar.

A primeira conclusão importante é que os produtos transgênicos que são comercializados hoje são seguros para consumo humano e seguro para os ambientes onde foram liberados.

Outra conclusão é que a transgenia agrícola não é uma panacéia. Ela não pode resolver problemas de infra-estrutura, transporte, mercado, mas é considerada uma ferramenta poderosa para a inclusão social. Por que isso? Porque a tecnologia que tem na genética é a mais barata para o produtor. Porque o produtor, por exemplo, não precisa, se compararmos como um produtor pode combater um inseto praga para a agricultura. Ele pode usar inseticida ou a própria semente que é resistente ao inseto. Então, essa tecnologia quando está embutida na semente é de muito mais fácil acesso aos pequenos produtores.

No entanto, o relatório da FAO comenta que, apesar da biotecnologia ser um instrumento poderoso de inclusão social, poucos países se beneficiaram dessa tecnologia, em termos de benefícios sociais.

Então, a pergunta agora não é mais se devemos usar ou não a transgenia agrícola, e sim que transgênicos devemos desenvolver.

O relatório da FAO diz claramente que os produtos de subsistência, que são essenciais para a inclusão social, foram negligenciados, aí incluem o arroz, a mandioca, a batata, o feijão. E por que isso? Porque as empresas de biotecnologia que desenvolveram esses produtos são grandes empresas que têm seu foco nos produtos mais rentáveis, e os produtos de subsistência foram negligenciados.

Por outro lado, alguns produtos do agronegócio que beneficiam os pequenos produtores pela redução de agrotóxicos, redução de custos, aumento de produtividade e geração de empregos. Eles também têm beneficiado pequenos produtores. No entanto, o acesso dos pequenos produtores a essa tecnologia mais relacionada ao agronegócio é limitado porque são cobradas as taxas tecnológicas. Por exemplo, o algodão BT dos Estados Unidos cobra-se US$80 por

hectare, para usar essa tecnologia. Na China, essa taxa tecnológica praticamente não existe.

Qual é a solução. Vamos ver no final.

Aqui, quero chamar a atenção que o agronegócio gera inclusão social por meio da formação de empregos. Se você pensar na cultura, por exemplo, do cacau, desde a cultura até o desenvolvimento do produto, em toda a cadeia produtiva gera-se empregos. Se não desenvolvêssemos a cultura e importássemos o produto beneficiado, perderíamos a maior parte dos empregos gerados ao longo da cadeia produtiva.

Vamos mostrar, agora, alguns exemplos dos benefícios sociais de organismos transgênicos. Vamos direto para os dados na China.

Finalizando, Srªs e Srs. Senadores, o melhoramento de plantas, quer seja feito de forma convencional, com a genética de emenda ou biotecnológico, é um trabalho criativo e essencial ao bem-estar da humanidade. Prova disso que o Brasil de hoje é resultado, em parte, das pesquisas em genética conduzida nos últimos anos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradecemos ao Dr. Romano e passamos a palavra ao Dr. Márcio Silva Filho.

O SR. MÁRCIO SILVA FILHO – Primeiramente, muito bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia pelo honroso convite e pela oportunidade que nos é dada para tratar de um tema tão importante e relevante para a sociedade brasileira.

Venho trabalhando com transgenia há cerca de 15 anos. A primeira planta transgênica foi produzida há cerca de 20 anos. Dez anos depois, foi aprovada a sua comercialização. Então, nesses últimos dez anos temos dois casos de sucesso que são a obtenção de plantas resistentes a insetos, pragas e a tolerância de herbicidas. Mas, como já foi mostrado pelo palestrante que me antecedeu, essa é a ponta de um *iceberg* e as possibilidades são inúmeras num futuro próximo. Minha abordagem será tratar um pouco da resistência obtida a partir da transgenia em plantas resultados obtidos na Esalq, da USP em Piracicaba.

Eu queria iniciar esta apresentação com alguns dados, mostrando a quantidade de inseticidas aplicados no País, em toneladas, no ano 2000. Em torno de 64 mil toneladas ou 64 milhões de quilos são jogados no ambiente. Eu sinalizei que perto de dois milhões de quilos são apenas na cultura da cana-de-açúcar.

Os gastos com inseticida no Brasil, novamente no ano de 2000, são da ordem de US$ 550 milhões. Novamente, sinalizo a cana-de-açúcar que representa US$ 38 milhões.

Os danos causados por insetos no Brasil são próximos de US$ 2 bilhões por ano, com a cana-de-açúcar representando quase US$ 500 milhões, que estamos compartilhando com as pragas.

Então, têm um componente econômico bastante importante e relevante que precisa ser considerado e também alguns dados, não feitos no Brasil, pois carecemos dessas informações, mas obtidos a partir da aplicação de inseticidas nos Estados Unidos. Lá, eles aplicam cerca de 150 milhões de quilos por ano. Essa aplicação é responsável pela contaminação de 110 mil pessoas. Eles têm um sistema bem controlado também. Aproximadamente 10 mil casos de câncer são desenvolvidos em função dessas aplicações. Em 35% dos alimentos, encontram-se resíduos de pesticidas. Mais de 70 milhões de pássaros são mortos pelas aplicações desses pesticidas e bilhões de insetos, além das pragas-alvos que são também afetadas pelos inseticidas.

Assim, é importante e muito interessante que novas estratégias e novas abordagens sejam produzidas no sentido de reduzir ao mínimo necessário a aplicação desses pesticidas na agricultura.

Vou falar um pouco sobre o nosso trabalho na Esalc, em Piracicaba, envolvendo duas abordagens distintas, uma usando uma toxina do **Bacillus Thuringiensis,** que foi abordado anteriormente, e um outro gene que isolamos da soja e expressamos na cana, mostrando os efeitos sobre a principal praga da cultura.

Essa é a principal praga da cana no Brasil, a lagarta **Diatraea saccharalis,** que causa, na verdade, duas conseqüências principais. Uma é a que chamamos de "coração morto", em que ela mata a ponteira da cana e a cana não se desenvolve mais, associada à formação de galerias, porque ela passa a maior parte do tempo no interior da planta. Essa abertura de galerias também promove a infestação de fungos, que têm causado danos tão acentuados, como o que foi reportado anteriormente.

O principal controle hoje da cana-de-açúcar... Tem um pouco em que é utilizado inseticida, como mostrei. Existe um controle biológico extremamente importante, que conseguiu uma redução expressiva da quantidade de inseticidas e dos danos causados pelos insetos. Um dos principais é o melhoramento genético. Agora, há que se ressaltar que não existe resistência de cana-de-açúcar a essa lagarta. Não há nenhum genótipo, nenhuma planta que é resistente a essa lagarta. Então, uma abordagem interessante é expressarmos genes de outras plantas, no caso da transgenia, a fim de que essa característica seja introduzida nos genótipos cultivados no Brasil.

Usamos, então, os inibidores de protease que são produzidos normalmente pelas plantas como mecanismo de defesa. Então, esse é um gene que é presente em toda planta. Eles inibem as enzimas digestivas do inseto. Na verdade, o inseto que se alimenta desses inibidores desenvolve um quadro de deficiência nutricional, o que causa conseqüências drásticas na sua reprodução etc.

Então, fizemos, primeiramente, para testar. Testamos vários inibidores. Esse aqui é um inibidor da soja que foi incorporado a uma dieta artificial. Então, aqui, há uma lagarta se alimentando de uma dieta contendo o inibidor da soja e aqui há uma lagarta se alimentando de uma dieta normal. Pode-se ver a diferença de tamanho das lagartas.

Outra característica importante que observamos é que a lagarta tem um tempo maior para completar o ciclo. Esse é um aspecto interessante, porque ela produz menos gerações para fechar o ciclo. O efeito também foi bastante nocivo no potencial reprodutivo das lagartas, uma vez que elas demoravam muito mais para iniciar a postura, e também as fêmeas, ao colocarem os ovos morrem muito mais cedo.

Então, isso nos levou a isolar esse genes da soja, com uma série de metodologias. Expressamos esses genes nas plantas de cana-de-açúcar. Infelizmente, essas plantas ainda estão restritas à casa de vegetação. Nós não podemos levar ao campo por causa da legislação atual.

Fizemos uma série de estudos na casa de vegetação, mostrando que as lagartas alimentadas com as plantas transgênicas têm um peso cerca de três vezes inferior ao de uma lagarta alimentada de uma planta não transformada.

Essa uma foto das diferentes lagartas alimentadas com uma planta transgênica e aqui de uma planta não transformada.

Aqui temos outra abordagem que também utilizamos, que já é mais conhecida, a utilização da toxina do ***Bacillus Thurigiensis***, um inseticida biológico, utilizado no país há mais de 50 anos. O que fizemos foi expressar esse gene dentro da planta. Então, é uma diferença realmente dramática. Essa é uma lagarta alimentada de uma planta não transformada e essa foi alimentada de uma planta transformada.

Esses danos são bastante pronunciados, a partir de ensaios de campo, e esses foram feitos na Coopersucar – temos uma colaboração com eles, porque lá não podemos cultivar plantas no campo – e fica clara a diferença de infestação da lagarta na planta transformada da planta não transformada.

Medimos também uma série de outros características agronômicas, para ver se o fato desse ***Bacillus Thurigiensis*** poderia estar interferindo em outras características. E chegamos à conclusão de que, na verdade, não há diferença nessas outras características agronômicas.

Como já foi colocado pelos meus colegas, alguns itens que julgo importantes trazermos à discussão, o mais importante é fortalecer esta Comissão. Tem de ser a comissão-chave para tratar desse assunto. O fortalecimento da CTNBio é a condição essencial para o avanço da biotecnologia e da biossegurança, evidentemente.

E nós, de acordo com os outros colegas também, na parte de pesquisa a CTNBio tem de ter o papel final. No caso da comercialização, também deve ser ouvido o Conselho Nacional de Biossegurança.

Por se tratar de uma comissão técnica – o nome é Comissão Técnica de Biossegurança – acreditamos também que essa Comissão tem de ser formada majoritariamente por técnicos. É uma comissão técnica, apesar de que também achamos bastante pertinente a presença de representantes da sociedade civil nessa Comissão. Mas por se tratar de biossegurança, parte dos cientistas acredita que esse tema deva ser principalmente tratado por eles.

Outro aspecto também importante é darmos maior autonomia para as comissões internas de biossegurança, de modo a aliviar a carga de trabalho que tem essa Comissão, com reuniões discutindo coisas pouco relevantes, que poderiam ser tratadas no âmbito das comissões internas de biossegurança.

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Francisco Aragão.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia e ao Senado Federal pelo convite e pela oportunidade de estar aqui mais uma vez para falar desse tema extremamente importante para o nosso País. Quase 40% do PIB vêm das atividades agrícolas. Indiretamente, muitas outras atividades e empregos são gerados em função das atividades agrícolas. Como o Professor Borém já mencionou, o melhoramento que, por falta de outras palavras, chamamos de clássico, tem dado contribuições extremamente relevantes para o País na geração de plantas e animais adaptados a ambientes e a diferentes condições de cultivos, utilizando a transferência de genes baseados em sexualidade e outras tecnologias que permitem até a transmissão de genes de espécies distintas, mas que não são baseadas na engenharia genética.

No entanto, a engenharia genética – que inicialmente surgiu com os microorganismos – foi primeiramente aplicada à medicina, à produção de fármacos

em microorganismos. Depois, foi proposta a utilização em animais. A partir de 84, começou a ser aplicada, de fato, a plantas. Nós, da Embrapa, geramos a primeira planta transgênica na América do Sul, em 1986. De qualquer maneira, o melhoramento de plantas tem essa limitação. Por isso, propôs-se a utilização da engenharia genética nos programas de melhoramento, para suprir os problemas que os programas de melhoramento têm. Muitas características, algumas delas já foram mencionadas como, por exemplo, a resistência à lagarta da cana não é passível de ser resolvida por outras ferramentas simplesmente porque os genes não estão presentes. Então, é necessário que venham de outras espécies. Por essa razão, propõe-se a utilização da engenharia genética.

Em um desses, há o exemplo de um projeto da Embrapa por meio do qual se buscou criar resistência a uma doença chamada Mosaico Dourado, do feijoeiro, em 45 mil acessos de feijão. Não foram encontradas plantas imunes nesses acessos. Se os genes não estão presentes, esses métodos clássicos ficam prejudicados. Temos que buscar outros métodos. Podemos incluir a engenharia genética, hoje, dentro dos métodos clássicos. Já não é uma extrema novidade, é uma realidade em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil.

Essa é a doença Mosaico Dourado. Há vagens de plantas com e sem a doença. Causa a perda de produtividade.

São campos de agricultura familiar. A foto foi tirada na Bahia. As plantas estão completamente doentes e a produtividade comprometida. A doença é causada por um gene de vírus que, ao mesmo tempo, também ataca culturas de tomate. Os campos podem ser perdidos principalmente por pequenos produtores, pois não têm recursos para aplicar quantidades preventivas de agrotóxicos, de inseticidas que controlam os insetos vetores, que são extremamente tóxicos, caros e, por vezes, são inacessíveis a pequenos produtores.

Esse projeto iniciou-se em 1990. Em 1999, tínhamos mais uma dessas estratégias, uma planta resistente a essa doença. Em 2001, estávamos próximos a fazer o primeiro experimento de campo. Esse é um protocolo do pedido de liberação de campo feito ao Ministério da Agricultura. Não por culpa do Ministério da Agricultura, mas da legislação brasileira – que é cada vez mais complexa e dificulta as atividades de pesquisa – somente em 2004 pudemos fazer o experimento de campo. Mesmo assim, fora da época ideal. Os resultados obtidos, certamente, não foram os que gostaríamos de ter porque plantamos fora da época ideal, que é algo específico da agricultura.

Temos gerado mamoeiros. São extremamente importantes sob o ponto social, como muitas fruteiras, hortaliças e não só leguminosas e gramíneas. Falo de mamoeiros resistentes à mancha anelar. Plantas similares já estão sendo cultivadas nos Estados Unidos desde 1998. Em vários países do mundo – inclusive no Brasil – há dificuldade em se fazer experimentações com essas plantas.

Temos projetos para a resistência a insetos no feijão. Aqui, por exemplo, temos plantas resistentes ao caruncho do feijão, que causa, também, perdas consideráveis, principalmente aos pequenos produtores que guardam suas sementes de um ano para o outro, ou guardam sua produção, às vezes, em silos improvisados, para comercializar nos tempos adequados.

Temos, agora, nos preocupado bastante com tolerância à seca. O Dr. Eduardo Romano mencionou um projeto com cana, mas temos introduzido já esses genes em plantas como o feijão de corda, juntamente com a Universidade Federal do Ceará. Já temos plantas de soja com esse gene e estamos introduzindo em feijão.

Isso é uma frase mencionada aqui no Congresso por um dos coordenadores da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênico. Ele diz que feijão e milho tolerantes à seca é uma promessa remota. Se olharmos os artigos científicos publicados em revistas internacionais por pesquisadores brasileiros, podemos ver que, do ponto de vista biológico, são questões complexas, mas não é uma promessa remota. Se o é, é exatamente porque temos dificuldade em fazer experimentação bem como falta de recursos, que é uma situação crônica no Brasil.

A Embrapa tem modificado geneticamente várias plantas, todas elas de importância social muito grande, tais como: fruteiras, batata, feijão, hortaliças, arroz, maracujá, trigo etc, introduzindo características agronômicas extremamente importantes.

A produtividade é função de vários fatores, e estamos aqui falando de sementes melhoradas. Como já foi dito, a tecnologia que está embutida na semente é aquela que pode chegar de uma forma mais barata e mais fácil aos produtores. Outras exigem recursos que não estão disponíveis para a maioria dos produtores, a irrigação principalmente.

Para se fazer uma planta transgênica, há necessidade de várias coisas, mas, principalmente, investimento e legislação que permitam tranqüilidade tanto aos pesquisadores quanto ao setor produtivo para que possa investir. Do meu ponto de vista, não temos nem uma coisa nem outra, hoje.

A legislação que está sendo discutida no Congresso propõe a criação de uma política nacional de biossegurança, a partir do Conselho Nacional de Biossegurança. Mas isso só faz sentido se o Brasil tiver

uma política nacional de biotecnologia, porque vamos aplicar a política nacional de biossegurança a partir dos resultados de uma política nacional de biotecnologia. Se não gerarmos tecnologia, a biossegurança não vai fazer muito sentido.

Vivenciamos, ao longo desses vários anos, uma situação em que não tínhamos regulamentação alguma, não tínhamos a Lei de Biossegurança, que esta Casa aprovou em 1995, que sempre quisemos e pela qual até lutamos, porque, apesar de estarmos aqui numa situação totalmente de liberdade, podendo fazer o que queríamos, dependia apenas da ética e da consciência de cada pesquisador, situação essa que nunca quisemos e não queremos.

Depois, vivenciamos um período por um controle feito apenas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e, mais recentemente, por uma complicação jurídica extremamente grande, que tem paralisado, inclusive, projetos de biossegurança.

Então, mais uma vez, propomos, conforme está aí no projeto, que a pesquisa seja regulamentada apenas pela CTNBio, onde já estão estes órgãos, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. E, no caso de aplicações para o sistema produtivo, que sejam a CTNBio e o Conselho Nacional de Biossegurança.

Obviamente que pesquisa e comercialização estão extremamente ligadas. Hoje, temos tido uma dificuldade bastante grande com pesquisa, pelas questões que já mencionei, mas, também, a dificuldade de comercialização tem reflexo negativo sobre a pesquisa.

Há necessidade de que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança seja composta, majoritariamente, por cientistas. Isso é o que está sendo proposto hoje. Há uma minoria de cientistas em atividade e falta, por exemplo, especialistas em biologia molecular. Não há nenhuma necessidade de que eles existam lá. Essa é a pedra chave para a avaliação de qualquer processo de biossegurança que envolva engenharia genética. Não há necessidade de especialistas na área de ciências dos alimentos e nem em microbiologia.

Esqueceram-se de que existem microorganismos, hoje, produzindo fármacos no Brasil, que muitos deles já estão no mercado e que muitos chegarão; assim como animais e microorganismos.

Para terminar, penso que tem havido uma exacerbação nessa discussão no Brasil do princípio da precaução, o que leva a uma investigação excessiva, fazendo o que a FAO chama de culturas órfãs – e que eu chamo de cultura sociais – fiquem cada vez mais órfãs, porque a geração dessas tecnologias tem sido cada vez mais cara por causa dessa investigação excessiva, fazendo com que ela hoje fique limitada a ser aplicada por empresas multinacionais que estão interessadas, não nas culturas órfãs, mas nas culturas que são **commodities** e que têm grandes mercados de sementes. A perdurar essa situação, ficará cada vez mais exacerbada.

O que estamos dizendo tem sido dito pelas academias de ciência de vários países do mundo, inclusive as do Brasil e as do Vaticano.

Os cientistas sabem que há uma dificuldade de aceitação de novas tecnologias, mas entendemos que – apesar de que a ciência hoje não pode explicar tudo e seguramente nunca poderá –, comparando com a realidade, isso é primitivo e infantil. No entanto é a coisa mais preciosa que temos e é nela que temos que estar ancorados.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Rubens Onofre.

O SR. RUBENS ONOFRE NODÁRIO – Bom-dia, Senadora Lúcia Vânia, bom dia Senadores, colegas da Mesa e os que participam desta sessão.

Eu gostaria, inicialmente, de trazer o agradecimento da Ministra Marina Silva, que me pediu que fizesse esse registro, pela oportunidade que o Ministério tem de abordar algumas considerações sobre o papel social.

Penso que é do conhecimento de todos os Srs. Senadores que a Senadora Marina Silva, quando convidada para o cargo de Ministra do Meio-Ambiente, orienta desde aquela época, desde a sua primeira declaração, que o Ministério do Meio-Ambiente tem que agir corretamente.

É sob esse prisma que estamos trabalhando no Ministério do Meio-Ambiente. Um aspecto que eu gostaria de mencionar é que foi dito hoje aqui que várias pesquisas ficaram paradas dois ou três anos, algumas até quatro. De fato, quando a Ministra assumiu o Ministério do Meio-Ambiente, havia um caos, do ponto de vista jurídico e de indefinições, por parte dos órgãos de Governo sobre a licença de alguns transgênicos. O Ministério do Meio-Ambiente, em parceria com a Embrapa, elaborou a normatização, principalmente das licenças a campo, o que foi feito em junho, e nós emitimos a primeira licença ainda em 2003, de uma forma muito precária, e resolvemos revisar as normas. Depois da revisão das normas, recebemos trinta e dois pedidos de licença para áreas experimentais, sendo que desses o Ibama fez a vistoria e negociou com as empresas. Em 30 casos, já emitidos 5 licenças e o tempo necessário para emissão está abaixo de 45 dias, porque a norma nos exige que a licença seja dada, no máximo, em 60 dias.

Então, o processo está normalizado e no ano passado o Ministério só conseguiu contratar gente para atuar em julho, e hoje temos um quadro de 10 pessoas, composto por doutores e mestres em diferentes áreas do conhecimento. Portanto, do ponto de vista técnico e científico o Ibama se capacitou para fazer esse tipo de operação.

O segundo ponto é que o Ministério, também sendo sensível à questão do avanço do conhecimento científico, concorda que a questão da pesquisa seja inteiramente definida pela CTNBio; não precisamos mais emitir mais licença no futuro para pesquisa.

Senadora Lúcia Vânia e demais Senadores e colegas, vou abordar algumas questões diferentes das que foram apresentadas, no sentido de complementar, de olhar para a sociedade. A preocupação do Governo, ao enviar o projeto para o Congresso, onde previa a participação de oito representantes da sociedade civil na CTNBio não era outra senão colocar a sociedade dentro do processo de biossegurança. Nós, respeitando a opinião de outros, consideramos que a biossegurança não cabe só aos cientistas, mas a todos os cidadãos brasileiros, ao agricultor, ao consumidor, cientistas, classe política, enfim, ao Congresso Nacional e ao Governo. Todos nós devemos estar encarregados para que, de fato, consigamos êxito na biossegurança.

Olhando para a sociedade, temos pesquisas de opinião pública realizadas pelo Ibope mostrando que o debate no Brasil conseguiu sensibilizar a população brasileira. Em dezembro de 2003 quase dois terços da população já havia ouvido falar e conhecem, em diferentes graus, dessa tecnologia; preferem os não-transgênicos, embora o número de pessoas que conhece o assunto não tenha se alterado; a favor da sua proibição é de dois terços, também não se alterou; os que gostariam que a informação de um produto alimentício devesse constar no rótulo, em torno de 90%, um índice alto. Isso é o que temos em relação ao que pensa a população brasileira.

Se olharmos o papel da mídia na sensibilização, para trazer a sociedade na discussão, os estudos científicos que estão sendo feitos mostram que geralmente a mídia enfatiza mais o determinismo genético, em grande parte ignoram ou minimizam o papel dos outros fatores externos, os próprios fatores sociais.

Nesse trabalho feito pela jornalista Massarini, que estudou os principais jornais do País em apenas um ano, em função de sua dissertação, ela concluiu que os destaques que apareciam nos jornais mencionados como **O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S.Paulo e Estado de S.Paulo** não traziam ou minimizavam os riscos e as restrições dessas atividades genéticas, ou seja, havia uma maior quantidade de matérias falando dos aspectos positivos da tecnologia.

O Governo sensibilizado com essas questões da sociedade, normatizou a questão da rotulagem, esse é o símbolo que deverá aparecer e esperar a reação dos consumidores, porque não conhecemos por não estar totalmente implantado.

Uma das preocupações que detectamos nesses estudos com a sociedade, agora em relação ao processo, algumas ponderações emergem. Uma delas é que normalmente uma variedade transgênica deve ser considerada diferente para obter a proteção. No caso intelectual, no caso de patente.

Para a liberação comercial, há uma insistência de que ela é equivalente às outras, portanto, não diferente.

Num terceiro momento, usamos argumentos para o fato de que ela é diferente, para agricultores possam plantar, tem vantagem.

E a última, para os consumidores, ela aparece não sendo diferente, ou seja, essa dubiedade precisa ser esclarecida para a sociedade: é diferente, é segura, não é segura.

Há outros conflitos que movem a sociedade, que geralmente não levamos em consideração. Nas pesquisas de percepção pública, feitas pelos cientistas sociais, aparecem, por exemplo, estes tipos de conflitos: necessidades dos agricultores, lucro de empresas, que são mencionados nessas pesquisas, distribuição justa e eqüitativa dos benefícios versus uso do germoplasma, porque este originariamente era dos próprios agricultores; ausência da alternativa nas cadeias produtivas, ou seja, dominância de uns poucos produtos; e a política agrícola que, às vezes, não leva isso em consideração.

Então, do ponto de vista da dimensão social, existem outros aspectos que são relevantes e que a tecnologia tem que levar em consideração na hora de sua implementação. Por exemplo, no caso dos alimentos especificamente: o alimento é mais que uma necessidade biológica. Faz parte da decisão cultural das pessoas. Os sistemas de produção agrícola, normalmente, comparamos as novas tecnologias com as convencionais. Mas não comparamos, por exemplo, como sistemas agroecológicos que estão avançando na maior parte dos países, porque realmente evita todo o consumo de agrotóxico.

Um outro ponto que tem sido levantado pelos cientistas sociais é sobre a coesão social, conflito. O que seria isso? Se um agricultor planta uma variedade transgênica, de fecundação cruzada principalmente, e está do lado de um outro que não planta transgênica, isso pode originar certos conflitos sociais, principal-

mente no sistema agroecológico. Então, do ponto de vista social, ele tem que ser considerado na implementação da tecnologia.

Um segundo ponto, e isso foi mencionado hoje, a diminuição de custos, mas de outra temos os custos de proteção intelectual, que, no momento em que forem implantados, têm que ser levados em consideração. E o projeto do Governo já contempla isso quando o Conselho Nacional de Biossegurança leva em conta a oportunidade que o país tem para tomar uma decisão em relação a essas questões mais econômicas.

Um dos aspectos que foi mencionado hoje aqui é que o Brasil está fortalecido em relação a essa tecnologia, porque temos não só a Embrapa, mas vários institutos. E essa é uma questão que do ponto de vista social é relevante, ou seja, o país ser competitivo nessa área.

Do ponto de vista ético, olhando a dimensão social, uma questão que ainda não foi bem definida é a apropriação do germoplasma. Então, por exemplo, uma empresa pega uma variedade, coloca um gene e fica de dona dessa variedade.

Então, do ponto de vista da sociedade, dos agricultores ou mesmo dos consumidores, fica aquela pergunta enigmática: como você pode se apropriar de um germoplasma, uma planta tem 30 a 40 mil genes, um gene é que vai dar toda a patente, o *royalty*?

Os interesses maiores da sociedade estão cada vez mais organizados, e essa é outra razão pela qual o governo se mostrou sensível a aumentar a participação da sociedade na CTNBio. E é importante fazer um registro, essas pessoas que vão ser representantes da sociedade terão que ter o grau de doutor; e foram formadas por cientistas. Então, não há necessidade de usarmos uma matemática simples, porque tem doze cientistas e quinze representantes do Governo e da sociedade, que os outros que não são cientistas não entendam do assunto. Creio que essa é uma premissa muito simplista e é caracterizarmos que, na sociedade, não existam pessoas formadas pelos próprios cientistas com capacidade.

Por último, acerca do item sobre conflito de interesse, o FDA está analisando hoje uma situação muito dramática: o conflito de interesses. Um terço dos painelistas que participam do FDA tem conflito de interesse. Isso faz com que um número cada vez maior de retirada de produtos liberados ocorra.

Para finalizar, eu gostaria de mencionar aqui uma pequena parte de um terço de jornalista que estuda esse assunto para demonstrar a preocupação social com a implementação da biotecnologia.

Os estudos de avaliação de risco realizados por expertos, para alegar uma suposta iniqüidade para novas tecnologias, extremamente valorizadas por jornalistas, são agora vistos como totalmente simplistas por cientistas sociais – essa é a visão de cientistas sociais – por não contemplarem as dimensões socioculturais da construção do risco, porque a construção da análise do risco também tem uma perspectiva social.

Aí, o jornalista nos faz o seguinte desafio: "Desafio o leitor – esse é um artigo que foi publicado – a apresentar uma matéria, onde essa dimensão social da questão tenha sido privilegiada." Então, Senadora, o fato desta Comissão se preocupar com a questão social é uma bela oportunidade para que possamos discutir essa dimensão social na implementação dessas novas tecnologias. Aí, temos uma plêiade de cientistas sociais no País que estudam esse tema e que podem contribuir muito mais do que nós. Essa é a minha contribuição, ou seja, trazer algumas questões relacionadas ao papel social da implementação das tecnologias. No nosso entendimento e no do governo, elas devem ser consideradas no momento em que tomamos nossas decisões.

É isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Rubens Onofre. Registro a minha satisfação em recebê-lo aqui, que vem em nome da Ministra Marina Silva.

Com a palavra, o último orador. Logo em seguida, infelizmente, não poderemos ir para o debate, porque a ordem do dia deverá começar.

Vamos ouvir o último expositor que é o Dr. Elíbio Rech.

O SR. ELÍBIO RECH – Eu gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia pelo convite – é um prazer estar aqui – aos Senadores presentes da audiência. A Lei de Biossegurança e o Desenvolvimento. Avanço tecnológico para o nosso País, na área agrícola, é a única opção viável que temos. Vou demonstrar isso por meio de alguns **slides** nos tempo de que disponho. Não podemos nos esquecer de que, em 1995, foi estabelecido no Brasil o arcabouço legal das atividades de biossegurança através da CTNBio.

Quando, em 1997 – até a data atual – vivemos um imbróglio político, jurídico e ideológico que impôs barreiras aos avanços sociais com atrasos irrecuperáveis para uma Nação que tem sua economia baseada ainda em exportação de matéria-prima e no agronegócio. Quando falo em atrasos ao agronegócio, refiro-me a atrasos sociais e econômicos também, que demonstrarei a seguir.

A discussão sobre biossegurança, sem dúvida, é de fundamental importância. Por quê? É de fundamental importância que qualquer produto que chegue ao mercado seja seguro, e que ele seja seguro antes

de chegar ao mercado. É claro que a rotulagem é uma decisão política que pode ser tomada ou não. Agora, como consumidor, prefiro acreditar que o produto é seguro antes dele chegar ao mercado. O rótulo não me garante segurança, mas as análises anteriores à chegada do produto ao mercado.

Entretanto, exacerbar questões que do ponto de vista científico são possíveis, mas pouquíssimo prováveis, inviabilizam essa tecnologia para a utilização do social. Em culturas que foram mencionadas anteriormente, que são as culturas órfãs, como o feijão, e não são **commodities**, o custo para se levar um produto ao mercado e fazer as análises padrões de biossegurança não são menores do que US$2 milhões. Isso inviabiliza culturas não **commodities**.

Então, enfatizando mais uma vez, a utilização dessa tecnologia é uma opção viável e a única para nós.

O agronegócio brasileiro movimenta R$500 bilhões ao ano, um terço do nosso PIB. Ele gera mais de dezessete milhões de empregos. Ele rende mais de US$30 bilhões de exportações. Todos nós sabemos disso.

A agricultura familiar representa 85% do total de estabelecimentos; ocupa 30% da área total; recebe apenas 25% do financiamento para a agricultura. Entretanto, é responsável por 37%, quase 40% da produção da agropecuária nacional. É a principal fonte geradora de empregos no meio rural, onde a utilização da tração animal ou mecânica ainda é muito reduzida. Em várias regiões do Brasil nós utilizamos a tração das mãos do ser humano. Apenas 16% dos agricultores familiares utilizam assistência técnica, contra 43% dos grandes produtores.

Agora, o magnífico disso tudo é V. Exªs verem que na produção de soja brasileira – esses são dados antigos, de 1995, quando houve o último senso agropecuário – os agricultores familiares contribuem com 32% da produção, o que significa que apesar de terem pouquíssimo acesso à tecnologia, eles são extremamente produtivos; imaginem V. Exªs se nós introduzirmos tecnologias – para eles se justifica simplesmente um animal ou um pequeno trator – outras que agregam mais valor a uma atividade extremamente produtiva, como é a dos agricultores familiares? É nesse contexto que a biotecnologia pode dar uma contribuição muito importante. O social e o econômico não diferem entre si, porque se me disserem que agricultor familiar participa de 32% da produção e não tem participação em grandes **commodities**, isso não vai ao encontro dos resultados que são mencionados.

E sobre a biodiversidade? É uma outra questão que tem sido muito bem tratada, com vontade de agregar valor e possibilitar que pequenas comunidades passem a sobreviver melhor, principalmente na Região Norte. O que significa agregação de valor em um País que tem a maior biodiversidade do nosso planeta? Significa introduzir conhecimento, porque somente se agrega valor ao que se conhece. E para se conhecer é preciso fazer pesquisa. Agregar valor em alto nível significa pesquisa do DNA recombinante e transgênico.

Plantas produzindo fármacos. O que as plantas podem fazer e deverão fazer num futuro próximo? Migrar a agricultura para outros setores de altíssimo valor agregado, como os da área industrial e o de fármacos. Para quê? Nós temos a possibilidade de produzir moléculas como essas na semente de soja. Essa é molécula do Fator 9; essa é a do hormônio crescimento humano e esses são alguns anticorpos; isso é um anticorpo. Nós podemos produzir isso na semente e V. Exªs me perguntam: Para quê? Redução de custos de produção. O custo do hormônio de crescimento humano é de R$200,00 uma dose. Um anticorpo monoclonal custa R$3.000 a dose. Isso inviabiliza a maior parte da população ter acesso a medicamentos. Podemos produzir isso em planta, com redução de 10 a 50 vezes o custo dos outros medicamentos que são disponibilizados. E o Brasil importa perto de 500 milhões de dólares em medicamentos recombinantes anualmente, onde produzimos apenas dois ou três. E os Estados Unidos, no ano passado, produziu, nada mais nada menos do que 390, dos quais importamos a maioria.

E o que significa essa utilização da tecnologia? Vou dar um exemplo prático. Temos sementes de soja produzindo 25 microgramas de um anticorpo contra Câncer. O que isso significa? É que se plantarmos um hectare dessa semente, podemos obter até 4 quilos desse anticorpo. Isso significa um valor estimado de R$ 4 milhões. Quatro milhões de reais, assumindo 50% do custo de purificação, que fossem dois milhões, você precisa plantar mil hectares para obter um valor semelhante.

Isso é um exemplo efetivo de agregação de valor, e não somente de produção de matéria-prima. E é para isso que queremos utilizar a tecnologia do DNA recombinante em adição aos tremendos avanços e benefícios que isso tem para a nossa agricultura.

O que esperamos? Que não é somente a utilização racional e sustentável de forma efetiva de agregar valor. Agregar valor significa, como mencionei, pular de um outro patamar de matéria-prima, não é exploração da floresta, e sim exploração de moléculas de altíssimo valor que podemos produzir dentro do nosso país, e que a Lei de Biossegurança vai ao encontro dessa possibilidade.

O que gostaríamos é que a Lei de Biossegurança contemple a CTNBio como etapa decisória a nível técnico para pesquisa e comercialização, porque de nada adianta o Brasil investir em pesquisas – e esses recursos escassos que temos – se não temos nenhuma previsão de comercialização, e o Conselho de Ministros como etapa decisória, a nível político, econômico e social.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradecemos a todos os expositores. Quero cumprimentá-los pela belíssima aula que nos deram aqui hoje.

E, para encerrar, pediria ao Senador Jonas Pinheiro que falasse em nome da Comissão a esses ilustres convidados de hoje.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Srª Presidente, o que falaria um humilde Médico-Veterinário para os professores que hoje assistimos? Veja que são quase 70 milhões de hectares de transgênicos produzidos no mundo. O mundo, quase todo, já produz transgênicos.

Temos um fato aqui interessante: os contrabandistas argentinos e uruguaios trouxeram a soja para o Brasil e é a salvação, hoje, da produção dos gaúchos. Está correndo pelo Paraná, por São Paulo, etc. Por quê? Porque, evidentemente, tem resultado econômico, sobretudo para o pequeno produtor, pois como disseram os nossos professores, não têm condições de acesso à tecnologia mais cara.

Sabemos que na Europa, onde existia o princípio de precaução, eles tomavam isso com muita seriedade. Hoje, esse princípio de precaução já não existe, já não é mais considerado como um fator para o não uso de transgênicos.

Esse fato da FAO, portanto, da ONU, de determinar que o uso de transgênicos vai melhorar as condições de saúde, as condições sociais do mundo, sobretudo o mundo mais pobre, para nós é determinante. E o nosso cientista traz exatamente essas informações que foram o objetivo dessa reunião. Portanto, o Brasil, um país que tem toda condição, de fato, de ser o celeiro do mundo, ao multiplicar por algumas vezes o agronegócio, seja do pequeno, do médio ou do grande produtor, não pode perder o bonde da história. Como já nos obrigaram a perder outras ações que ficamos para trás, exatamente por ter uma reserva de mercado que impedia que o Brasil viesse a demonstrar o seu potencial. Por isso, eu saio daqui muito mais alimentado e satisfeito de que essa lei de biossegurança tem que ser aprovada urgentemente, mesmo porque vamos entrar numa outra safra e não é justo que o governo Lula venha a ser, mais uma vez, apedrejado por fazer mais uma medida provisória, o que é um absurdo. A Embrapa, que tem esses cientistas que estão fazendo esse trabalho extraordinário e que podem dar uma demonstração para o mundo do que o Brasil é capaz, com o conhecimento que já existe, fica impedido de fazer pesquisa. E agora vem a composição da CTNBio – e me desculpe o representante do Ministério do Meio Ambiente – mas essa composição é mais técnica, e quando se coloca a maioria da área social, está colocando muito mais ideologia, o que não é positivo para o que estamos tratando neste momento. Por isso, apesar de eu ter perdido algumas outras comissões por ai, que nós estávamos nela, eu sai daqui bastante satisfeito e convicto de que a Embrapa é a nossa orientadora. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Eu gostaria de perguntar se tem algum senador que queira fazer algum comentário. Senador Augusto Botelho?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de fazer um comentário em relação a duas afirmação do doutor Rubens Onofre, quando ele falou que algumas pessoas são contrárias ao uso de transgênicos, inclusive mostrou as estatísticas.

Realmente, aquelas estatísticas, cientificamente falando, foram feitas após uma campanha exagerada contra os transgênicos, por meio da mídia e no Brasil. Aqui nesta Casa foi distribuída uma fotografia de um ser misturado entre um cachorro sendo amamentado por uma mulher, quer dizer, uma coisa bem agressiva mesmo, dentro dos interesses das grandes empresas produtoras de agrotóxico, que não querem que nos libertemos delas. São 500 milhões de dólares que compramos dessas empresas. Então, penso que esta pesquisa dele não tem valor científico porque foi feita depois disso. Já está havendo uma nova visibilidade e eu gostaria que o Ministério do Meio Ambiente fizesse uma nova pesquisa, daqui a três ou quatro meses a respeito disso, para não ficar mostrando essa estatística feita quando toda a imprensa estava condenando os transgênicos, fazendo um bicho, fazendo o diabo. O transgênico é um diabo que estava sendo mostrado. Mas se formos analisar quando vem uma novidade, quando foi feito milho híbrido, ninguém queria consumir milho híbrido. Hoje, nem perguntamos se o milho é híbrido ou não, e vai-se consumindo. Tudo que vem novo é assim mesmo. Eu lamento muito que o Brasil tenha perdido sete anos na área de engenharia genética em virtude dos entraves feitos não somente no governo Lula, pois isso já vem de trás, e continuamos, neste Governo, a atrapalhar a ciência. Chegaremos a um ponto, se não corrermos... mas eu tenho fé de que

os nossos cientistas conseguirão recuperar esse tempo, pois temos muita cabeça boa trabalhando aqui.

Bom, outro assunto em relação a composição da CTNBio também, eu pergunto ao doutor Nodari, se ele estivesse para se submeter a uma cirurgia cardíaca e tivesse que colocar uma ponte, uma cirurgia bem delicada, em que houvesse um pouco de dúvida, mas ai fosse à junta médica do hospital, para que ela decidisse – dentro dessa visão que colocamos na CTNBio – dessa junta médica deveria constar alguns médicos e alguns representantes também da administração do hospital, da cozinha do hospital, da limpeza do hospital, da segurança do hospital, só que a maioria das pessoas que fossem decidir sobre a sua operação, era de pessoas que não estavam ligadas, diretamente, à arte da medicina, o senhor se submeteria à cirurgia se fosse decidido dessa forma?

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Os Srs. Senadores que quiserem se ausentar, fiquem à vontade porque a Ordem do Dia já começou.

Como esta reunião está sendo gravada, vamos dar a oportunidade aqui, às pessoas mencionadas, para que possam usar da palavra.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só quero destacar que, realmente, são assuntos bastante controvertidos e que existem opiniões muito variadas, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, sobre esse assunto; seja do ponto de vista econômico, que me preocupa bastante, no sentido de sempre olharmos e a Embrapa tem toda a condição de assim fazer as orientações nesse sentido, de sermos um País, o máximo possível, independente, seja em termos de agrotóxicos, seja de semente, ao mesmo tempo temos que avançar na tecnologia.

Prestei muita atenção no argumento do amigo, Senador Augusto Botelho. E acho que essa comparação com a cirurgia cardíaca não é bem aplicável ao caso específico, porque uma coisa é uma emergência em que você tem que tomar a decisão em um minuto, mas realmente temos que pensar nas questões tecnológicas, nas questões econômicas, sociais, ambientais. E todo esse debate, inclusive, me leva a reforçar o pensamento de que temos que separar a discussão dos organismos geneticamente modificados da discussão da células tronco, por exemplo, que eu diria ser uma coisa completamente diferente, dois assuntos importantes, fundamentais, mas que têm objetivos completamente distintos também. E temos que cuidar muito dessa questão dos avanços tecnológicos também, em termos das múltiplas facetas importantes para o desenvolvimento do País.

Mas acho que o caminho é audiência pública, é o debate, é a discussão para a gente chegar a um consenso, a um encaminhamento adequado, porque já digo que as audiências públicas que aconteceram na Comissão de Educação, sobre o ponto de vista da ciência e tecnologia, aqui só sobre o ponto de vista social, do meio ambiente e das outras áreas foram, extremamente, interessantes e importantes. Acho que tudo isso vem somar para que possamos, ao final, ter um resultado o mais adequando possível.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao expositor, Dr. Nodaria, que foi mencionado, e depois passarei a palavra para cada um dos expositores para que pudesse fazer as suas observações.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Fui mencionado, também, pelo Senador Flávio Arns, e gostaria também de fazer uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Pois não.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Mencionado com amizade, com respeito.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – E com o mesmo respeito e consideração que tenho por V. Exª, que é um lutador pelas causas dos deficientes físicos, usei o problema da cirurgia cardíaca porque é uma coisa mais alarmante. Mas na minha mente – e sei que na mente de V. Exª também – os agricultores familiares que perdem 40% a 50% da sua safra por causa do Mosaico Amarelo, que continuam perdendo 50% da sua alimentação, para eles a fome dos 40 milhões de brasileiros que estão à baixo da linha de pobreza é uma coisa urgentíssima, mais urgente do que a comparação que fiz com a cirurgia cardíaca. Agora, só estou fazendo um paralelo para o Senador não ficar assim... Eu coloquei só para ele, para ele sentir nele, no Dr. Nodário, a cirurgia cardíaca.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Nodário.

O SR. RUBENS ONOFRE NODÁRIO – Obrigado Senadora, obrigado pela oportunidade.

Talvez eu deva fazer dois esclarecimento e responder a sua pergunta. Em hipótese alguma eu – talvez pela pressa, não me expressei adequadamente – estou apregoando que os cientistas sociais têm que ser maioria na CTNBio.

É que hoje está com doze cientistas e, juntando o Governo e sociedade, são mais quinze. Mas todos eles têm que ter o grau de doutor. Então, penso que

isso é uma coisa relevante; ninguém está apregoando... A sociedade hoje tem seis, portanto ela é minoritária. O fato de colocar Governo e sociedade no mesmo número não é uma informação precisa. Ela confunde as pessoas. E dentro desses seis, inclusive, tem representante da área industrial, que tem que estar também. Ou seja, as sociedades, são segmentos da sociedade. Eu imagino que o setor industrial tem técnicos tão competentes quanto nós cientistas. E como qualquer uma das pessoas que estão à Mesa podiam representar uma instituição da sociedade, dos consumidores, por que não.

Então, não podemos partir do princípio que as organizações da sociedade vão ter representantes, eles vão ser leigos. Eu acho que essa é a premissa não pode se dar.

O segundo aspecto que eu gostaria de mencionar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Sr. Nodário, eu pediria a V. Sª que fosse bem rápido porque estão pedindo a presença dos Srs. Senadores em plenário para verificação de quorum.

O SR. RUBENS ONOFRE NODÁRIO – Tudo bem! Então, a questão da biossegurança, Senador Augusto Botelho, ela tem múltiplas facetas. Ou seja, nós não poderemos pensar aqui em uma comissão de biotecnologia.

Então, essa comissão de biossegurança, quando foi pensada, em 1995, por esta Casa, foi pensada com participantes das diversas áreas do conhecimento, para analisar os possíveis impactos. O transgênico está feito, a vacina está feita, a soja está feita e tal. Então, com o que as pessoas estão preocupadas? Estão preocupadas com o impacto no meio ambiente, com a saúde humana, e assim por diante.

Então, essa plêiade de pessoas olha por diferentes aspectos, tem até representantes da indústria que produz derivados, o problema do descarte no meio ambiente; tem diferentes especialistas. Ela é multidisciplinar. É evidente que quem tem que tratar um problema do coração é o cardiologista. Mas a liberação de um transgênico implica em muitas questões. Tem a questão da qualidade do alimento, se ele é bom para a saúde ou não; se tem implicações no meio ambiente. Então, é um grupo de especialistas. Na nossa convicção o Brasil forma hoje seis a sete mil doutores por ano. Eu tenho a impressão que ao longo do tempo a sociedade vai estar mais preparada inclusive para participar deste processo de biossegurança.

Então, é neste sentido que temos que consultar na verdade não só um especialista, mas um grupo de especialista. E eu concordo que tem que ser um especialista na área de biossegurança, na área de impacto.

A SRª PRESIDENTE (Vânia Lúcia. PSDB – GO) – Eu pediria a Drª Mariza que fizesse as suas considerações em nome de todos, desculpando-me com os demais expositores uma vez que estão pedindo verificação de quorum e não poderemos continuar com a reunião da Comissão.

A SRª MARIZA MARILENA T. LUZ BARBOSA – Senadora, eu gostaria de falar rapidamente, só para lembrar o que os pesquisadores da Embrapa falaram com relação à composição de biossegurança. Eles enfatizaram que é importante que as pessoas que façam parte dessa Comissão de Bissegurança não só tenham o título de doutor, mas estejam exercendo a ação de pesquisa, trabalhando com a parte científica, porque a ciência está progredindo rapidamente. É só para dar mais agilidade.

Por último, eu gostaria de agradecer aos Senadores que fizeram menção à Embrapa e lembrar que as nossas universidades são nossas parceiras, nossas irmãs e são tão importantes quanto a Embrapa. Eu queria agradecer à Senadora pelo convite feito à Embrapa e às universidades, para que estivéssemos aqui presentes.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradecemos ao Ministério do Meio Ambiente, todos os representantes da Embrapa e das duas universidades parceiras da Embrapa que se fizeram presentes a esta exposição. Cumprimento o Senador Augusto Botelho que me faz companhia neste final e todos os convidados que estiveram presentes. Quero dizer que, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, me sinto extremamente gratificada com o que foi colocado aqui e acredito que cumprimos com o nosso objetivo, que era o de mostrar o outro lado da biotecnologia, o que foi muito bem explicitado, aqui, pela Embrapa, orgulho do povo brasileiro, no sentido de mostrar que uma empresa estatal está à frente das pesquisas competindo de igual para igual com o setor privado.

Portanto, encerro esta audiência pública externando o orgulho da Comissão de Assuntos Sociais por este trabalho magnífico que foi aqui apresentado pelas duas universidades e pela Embrapa. Continuo afirmando, orgulho do povo brasileiro.

(Levanta-se a reunião às 12h22min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª

Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 30 de junho de 2004, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e quatro minutos, do dia trinta de junho de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Cerimônia de Aposição do Retrato do Senador Romeu Tuma, na Galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) , fizeram o uso da palavra os Senhores Senadores **LÚCIA VÂNIA, ROMEU TUMA E JOSÉ SARNEY**. Foi encerrada às dez horas e quarenta e oito minutos. Logo após teve o início da reunião de apreciação de projetos, às onze horas e nove minutos, com a presença dos (as) Senadores (as) **FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARAL, MÃO SANTA, LEOMAR QUINTANILHA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, RAMEZ TEBET, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, PAULO OCTÁVIO, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, CRISTOVAM BUARQUE,TIÃO VIANA, SERYS SLHESSARENKO, DEMÓSTENES TORRES, SÉRGIO GUERRA, MARCOS GUERRA, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI.** Justificam a ausência os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Roseana Sarney. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2002**; que "Dispõe sobre os limites e a demarcação do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências". Autor: Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Relator: Senador Delcídio Amaral. Parecer: favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer com a emenda nº 1 – CAS (substitutivo). **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2004**; que "Dispõe sobre a concessão do benefício Seguro-Desemprego ao produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rurais em período de safras frustradas". Autor: Deputado José Pimentel e outros. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: favorável. Resultado: Retirado de Pauta para atender solicitação da mesa a fim de atender requerimento de informação. **Item 3 – PROJETOS DE LEI DO SENADO N°s 255, DE 2002 E 5, DE 2003** – "Altera a Lei nº 10.525, de 6 de agosto de 2002, que" dispõe sobre o salário-mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências ". (Propõe modificação para o reajuste anual do salário-mínimo);" Dispõe sobre o reajuste do valor do salário-mínimo a partir de maio de 2004, e dá outras providências."Autores: Senadores Carlos Patrocínio e Paulo Paim. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior, relator" AD HOC ": Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº5, de 2003 e pela rejeição do PLS nº 255, de 2002. Resultado: Concedido Vista aos Senhores Senadores Fátima Cleide e Mão Santa. Usaram da palavra os senhores senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Mão Santa, Sérgio Guerra e Flávio Arns. **Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 313, DE 1999**; que "Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio ao servidores responsáveis por portadores de deficiência físicas, sensoriais ou mentais". Autor: Geraldo Cândido. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: pelo arquivamento do projeto. Resultado: Adiado. **Item 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2002;** que "Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências". Autor: Senador Teotônio Vilela Filho. Relator "ad hoc": Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pelo arquivamento do projeto.Resultado: adiado. **Item 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2003**, "Acrescenta art. 13-A à Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 50.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o registro dos dados do empregador na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado e dá outras providências. Autor: Senador João Alberto de Sousa. Relator: Senador Aelton Freitas. Parecer: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. **Item 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2002**, "Acrescenta art. 9º-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar nulos os acordos e convenções que permitam desconto dos salários de importâncias relativas a cheques recebidos sem provisão de fundos e dá outras providências. Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: pela aprovação do projeto. Resultado: adiado. **Item 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2002,** "Acrescenta o § 2º ao art. 3º da Lei de nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, renumerando-se o seu parágrafo único. (Dispõe sobre a duplicação dos limites estabelecidos para admissão do primeiro emprego nos contratos por prazo determinado). Autor: Senador Casildo Maldaner. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Encerrada a discussão a votação foi encerrada. **Item 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2002**," Altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a

aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses. Autor: Senador Lauro Campos. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: pela aprovação do projeto, na forma de um substitutivo. Resultado: Encerrada a discussão a votação foi adiada. **Item 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2003,** "Altera a legislação no imposto de renda relativamente a concessão de benefícios fiscais para as doações destinadas a assistência e promoção social. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Marcos Guerra. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Senador Geraldo Mesquita Júnior, autor do Voto em Separado. **Item 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2003**, "dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista". Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Resultado: Concedido vista ao Senador Tião Viana. Usaram da palavra os senhores Senadores Tião Viana, Paulo Paim e Papaléo Paes. **Item 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2003,** "dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especificam". Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Papaléo Paes. Parecer: pela aprovação do projeto. Resultado: Encerrada a discussão e a votação foi adiada. Usaram da palavra os senhores Senadores Tião Viana, Flávio Arns, Marcos Guerra e Papaléo Paes. **Item 13 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2002,** "Acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar o serviço um dia sem prejuízo da remuneração. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Papaléo Paes. Parecer: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedido Vista ao Senador Tião Viana. Usaram da Palavra o Senhor senador Paulo Paim. **PAUTA EXTRA – Item 1 – PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 33, DE 2004,** "Altera no art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências". Autor: Presidência da República. Relator: Senador Leonel Pavan. Relator "ad hoc": Senador Sérgio Guerra. Parecer: pela aprovação do projeto, com a emenda apresentada. Resultado: aprovado o parecer com a emenda nº 1 – CAS. **Item 2 – REQUERIMENTO Nº 19, DE 2004 – CAS.** Requere, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em definitivo do requerimento nº 17, de 2004 – CAS, aprovado em 03.06.2004, de audiência pública, a fim de instruir o PLS 18, de 2003, que "dispõe sobre o exercício das profissões de mestre de obras e de encarregado, determinando registros no CREA, como auxiliar técnico." Autor: Senador Reginaldo Duarte. Resultado: Aprovado. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Lúcia Vânia, presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS 23ª REUNIÃO

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Excelentíssimos Senadores, senhoras e senhores, bom dia.

A partir deste momento, inicia-se a cerimônia de aposição do retrato do Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal, na galeria de fotos de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais, CAS.

Fará uso da palavra a Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sr. Presidente José Sarney, é uma honra muito grande para esta Comissão recebê-lo aqui, nesta manhã.

Sr. Senador Romeu Tuma, é uma honra também, para esta Comissão, ter aqui, hoje, juntamente conosco, a sua presença, como ex-Presidente que já foi desta Comissão.

Cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores aqui presentes e os convidados.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, tenho a honra de presidir esta cerimônia de aposição do retrato do meu colega, ilustre Senador Romeu Tuma, em nossa galeria de ex-Presidentes.

O Senador Romeu Tuma é, sem dúvida, um dos Parlamentares mais conhecidos desta Casa. Seu nome está sempre ligado ao trabalho que desempenhou com destaque na Superintendência da Polícia de São Paulo, que o levou até o cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal.

A defesa intransigente da lei, o combate ao narcotráfico, aos criminosos de colarinho branco, à prostituição, ao tráfico de crianças e às fraudes na Previdência Social são exemplos de sua grande atuação nesta Casa.

No Senado, onde está no seu segundo mandato, tem desempenhado inúmeras funções relevantes.

Em 2001 e 2002, ocupou a Presidência desta Comissão. Em 2001, sua atuação destacada no incentivo à aprovação do Estatuto da Cidade foi merecedora da homenagem, em sessão solene, por parte da União dos Vereadores do Estado de São Paulo, Univesp.

Neste ano, a Casa aprovou, também, o projeto que estabelece penas mais rigorosas para os traficantes de drogas, mas com uma novidade bastante relevante, que retrata a sensibilidade desse homem público, que tem na sua trajetória toda uma visão humanista, toda uma preocupação com o ser humano.

Portanto, a CAS, em homenagem à sua presença, em homenagem ao seu retrato, que será a marca desta Comissão, aprovou esse projeto de lei de sua autoria, que trata a questão dos dependentes químicos de forma muito especial, dando ao traficante penas mais duras, mas, ao mesmo tempo, ao dependente, um trabalho mais humano, acompanhado de um tratamento psicológico.

Aprovou, ainda, o projeto que instituiu o Fundo de Combate à Pobreza, destinado a ajudar as famílias mais pobres do País, principalmente as que residem nas Regiões Norte e Nordeste, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que também nos honra com sua presença aqui, aliás, sempre notada, principalmente nos dias em que pedimos, com muito carinho, a sua presença, porque sabemos que sua pessoa marca a força desta Casa.

Portanto, Senador Antonio Carlos Magalhães, ao me referir ao Projeto de Combate à Pobreza, aprovado também com a defesa intransigente do Senador Romeu Tuma, quero fazer também a V. Exª esta homenagem.

Em 2002, dentre os 29 projetos aprovados pela CAS, gostaria de destacar a aprovação do projeto de sua autoria, que permite ao portador de deficiência visual, ingressar e permanecer em ambientes coletivos acompanhado de cão-guia.

Por esses motivos, o retrato que hoje colocamos na parede desta Comissão é símbolo mais do que merecido, para homenagear um homem que é admirado por todos nós pela sua sensibilidade, pelo seu companheirismo, pela sua lealdade e, acima de tudo, pela sua trajetória, que honra e engrandece esta Casa.

Em nome de todos os membros da Comissão de Assuntos Sociais, expresso, Senador Romeu Tuma, o meu respeito ao homem publico, ao amigo, ao leal companheiro, ao sempre presente Senador nesta Comissão. E, como Secretário-Geral da Mesa, nós temos acompanhado também a trajetória de V. Exª. Trajetória que revela a preocupação da sua vida pública, divulgando os livros da biblioteca e os feitos desta Casa, engrandecendo ainda mais todo o trabalho presidido pelo nosso querido Presidente José Sarney, que também é símbolo de respeito, de determinação e de seriedade com que esta Casa vem sido conduzida. Está aqui, Senador José Sarney, uma fã incondicional do seu trabalho, da liturgia com que V. Exª conduz o cargo e da liturgia apreciada por todos nós, que engrandece esta Casa e que nos enche de orgulho em a ela pertencer e de sermos liderados por V. Exª.

Muito obrigada.

Felicidade para o V. Exª, Senador Romeu Tuma. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Tem a palavra, o homenageado, o Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Meu querido amigo, Presidente José Sarney, nossa Presidente Lúcia Vânia, que tão bem tem conduzido esta Comissão, meus dois ex-Presidentes da Casa e amigos Ramez Tebet e Antonio Carlos Magalhães, todas às Srªs e Srs. Senadores que mais do que companheiro de trabalho os considero como meus irmãos, Senadora Serys Slhessarenko, representando as mulheres Senadoras que tão brilhantemente têm-se conduzido, todas elas, no Senado Federal.

É difícil para um homem não se emocionar nessa fase da vida ao receber uma homenagem como esta.

Eu gostaria, se me permitissem, todos que aqui tão gentilmente têm me tratado, com tanta amizade, com tanto carinho, com tanto respeito, de fazer uma homenagem especial ao Presidente José Sarney. Por quê? Porque ao ler o seu discurso a Senadora Lúcia Vânia foi muito carinhosa em relatar alguns feitos da minha vida profissional. Era eu um jovem comerciante, trabalhando com os meus pais – na colônia árabe os pais querem que os filhos sempre fiquem próximos – e, na época de servir o Exército, fui para o CPOR, como estudante, e lá conheci dois policiais e me encantei pelas histórias que eles contavam. E por vocação, ainda que tardia, achei que poderia ser um policial razoável e ingressei na carreira. A construí normalmente, como todos que ingressam em uma profissão e trabalham com amor porque se sentem felizes em ter escolhido aquilo que satisfaça o seu ego. E a história se fez, chegando a uma fase que teve a participação direta do Presidente José Sarney, que me ajudou a fazer o meu **curriculum**, quando colocou-me na chefia geral da Polícia Federal. Era engraçado Presidente José Sarney, porque diziam que V. Exª estava errado por eu ser de São Paulo eu não poderia ser designado para chefiar a Polícia Federal. Então, com toda aquela ciumeira e tal, eu lhes dizia que eu havia sido convidado... Pode, não pode, a lei não permite. Eu assumi o cargo. E um homem de valor, como o Presidente José Sarney, prestigiou totalmente a minha atividade. Não posso, em hipótese alguma, reclamar de falta de apoio à Polícia Federal na época em que a dirigi. Fizemos modificações, trabalhamos em atividades importantíssimas numa fase,

Presidente Antonio Carlos, em que a democracia tinha que ser instalada a qualquer preço, depois de uma fase muito difícil da saída do poder militar, a morte de Tancredo Neves; e o Presidente Sarney tinha que impor a democracia, e o fez com galhardia e com o respeito descrito pela nossa Presidenta Lúcia Vânia.

Eu não poderia dizer que o Sarney foi como um pai porque ele ficaria muito velho – então tenho cautela em não dizer isso; mas, como irmão, sim. Até em momentos pessoais de família, como quando eu tive uma crise grave de saúde e fui hospitalizado com 5% de chances de sobreviver e a Roseana também teve problema grave. E ficávamos inaugurando o sexto andar do Incor, nós dois, cada um num quarto. E o Presidente Sarney não deixou um dia sequer de sentar ao meu lado, me estimulando, mostrando que a vida é importante e que tinha que ter a vontade de viver para sobreviver à crise física que eu passava. Consegui entender as mensagens que o Presidente Sarney me passava. A minha senhora, a Zilda, e a dona Marly pelos corredores e na capela rezando, ela, pela filha e, a minha esposa, por mim. E consegui estar aqui hoje para ser homenageado. Portanto, Deus é bom.

Deus foi muito bom para mim. Continuei. Acho que aqueles sobre os quais Deus coloca a mão sobre a cabeça num momento difícil, prorrogando a sua permanência sobre a terra, tem só uma obrigação: oferecer tudo de si a serviço do próximo. Esta é a minha missão, Senador Antonio Carlos, Marco Maciel, meus líderes, meus amigos, essa é a missão que recebemos de Deus.

Estou aqui para servir, e com um orgulho muito gostoso hoje de ver meu filho sentado para prestigiar o pai que está sendo homenageado por seus companheiros de trabalho. É uma honra enorme poder estar aqui. Acredito que esta emoção, mais do que me trazer uma intranqüilidade cardíaca trará uma alegria para este coração que ainda bate no peito.

Muito obrigado.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Neste momento, fará uso da palavra o Exmº Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Estimada e querida Senadora Lúcia Vânia, presidenta desta Comissão de Assuntos Sociais, a quem quero agradecer as generosas e bondosas palavras a respeito deste pobre marquês do Maranhão; Senador Romeu Tuma, o homenageado de hoje; meus queridos e colegas Senadores, minhas senhoras e meus senhores, as minhas palavras têm a suspeição de uma longa amizade e de uma grande admiração que a vida construiu entre o Senador Romeu Tuma e o Senador Sarney. Ele relatou um período difícil realmente das nossas vidas que foi aquele instante em que ouvi do Dr. Jatene no Hospital do Coração a respeito da minha filha dizendo: "Sarney, prepare-se para o pior"; não houve dia pior na minha vida do que aquele instante. E ao lado estava o Senador Romeu Tuma, também numa situação difícil. Mas, como ele mesmo disse, esses momentos servem também para construir a marca e a fortaleza de nossas personalidades e para renovar a nossa fé.

Sempre vi no Senador Romeu Tuma um homem que tinha uma marca inconfundível, que é a marca de uma personalidade que podíamos descrever como a do "homem bom". Joaquim Nabuco, quando descreve a biografia de seu pai, o Conselheiro Nabuco de Araújo, descreve todas as qualidades intelectuais dele, o trabalho parlamentar, o jurista, o homem de Estado, mas chega ao fim dizendo que o que mais admirava em seu pai e que era a síntese de sua personalidade era a sua bondade intelectual. No pai dele o que ele mais admirava era a bondade intelectual. No Senador Romeu Tuma, vislumbramos, além de todas essas qualidades que constituem a sua personalidade, uma marca inconfundível que permeia toda ela: a bondade com que sempre exerceu todas as funções e conduziu a sua vida. Essa é uma marca importante, marca que ele imprimiu na sua vocação de um homem dedicado à segurança pública – esfera na qual as pessoas têm, em decorrência da própria função do trabalho, a característica de ficarem mais insensíveis. Essas funções passaram pelo Tuma sem prejudicar essa característica fundamental de ser a criatura humana que é e que sempre foi.

Tenho testemunho de seu trabalho pelo nosso País nesse setor de segurança pública, o testemunho de quem com ele esteve nesse trabalho conjunto, vendo a sua capacidade, o seu patriotismo, a sua dedicação, vendo o homem sempre atento às tarefas que lhe foram confiadas.

A vida parlamentar, todos nós sabemos, faz-se de momentos, de instantes, do brilho de um aparte às vezes, às vezes pelo silêncio, às vezes pela capacidade de discutir. Todo o brilho da nossa vida parlamentar é efêmero, porque vive do instante em que exercemos a nossa atividade política. Isso verificamos quando lemos os anais, os livros antigos sobre o Parlamento e sentimos que as coisas todas morreram. Vemos, na leitura e na lembrança, que se torna difícil reconstruir aquele tempo.

Antonio Carlos está comigo aqui e é testemunha disso, nós, que vivemos o parlamento do Rio de Janeiro em dias de grande brilho e também de grandes tensões. Eu me recordo que tinha grande admiração por um discurso que Carlos Lacerda fez, ao qual assisti. Chamava-se – naquele tempo, dava-se título aos

discursos ainda, como acontecia no tempo do Senado do Império – "A Corrida dos Touros Embolados". Nesse discurso ele dizia que ali até o ódio era fingido e que não era uma corrida de touros – havia uma corrida de touros em que se colocavam bolas nos touros para que não pudessem ferir, eram as corridas de Portugal. Aquele discurso ficou na minha memória. Depois, muitos anos depois, comecei a ler esse discurso e parei, porque me dei conta de que ele vivia do instante em que havia sido proferido: já era um texto morto que não tinha o brilho daquele momento que vivemos.

Essa é a vida parlamentar. Por isso são importantes cerimônias como esta, em que se põe o retrato aqui na Comissão de Assuntos Sociais, justamente para lembrar, na perenidade daqueles que exerceram suas funções, os que aqui passaram e deixaram um pouco de sua vida e de seu trabalho. O Senador Romeu Tuma é um homem que passou por esta Comissão, e seu retrato ficará aí como lembrança permanente de um homem que trabalhou, um Parlamentar dedicado e atento. O Senador Romeu Tuma transformou-se em um grande Parlamentar. Vemos que S. Exª é presente em todas as comissões e ações da Casa, em todos os momentos. Não há como falar-se em ausência de S. Exª. É um homem presente em todas as funções da Casa e dentro do Parlamento. Com isso, constituiu-se em um grande e excelente Parlamentar. O seu retrato nesta Comissão vai lembrar a sua vida e a sua passagem pela nossa Casa, que se tornará permanente, eterna e definitiva na vida do Senado Federal.

Finalmente, louvo a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, de realizar uma solenidade, convidando-nos a todos, com a oportunidade de estarmos aqui com S. Exª celebrando este momento importante.

Tenho certeza de que, no próximo ano, aqui estaremos para homenageá-la. Deixará aí também o seu retrato, como também uma das presenças mais brilhantes e acolhedoras que temos aqui, inspirando-nos confiança pelo seu trabalho sereno e, ao mesmo tempo, eficiente e bom.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpem-me por pedir novamente a palavra.

Agradeço as palavras do Presidente José Sarney e da Senadora Lúcia Vânia.

Obrigado pela presença de todos.

Não poderia deixar de solicitar novamente a palavra, visto que os Senadores que me antecederam passaram pela história da minha presença no Senado.

Como 1º Secretário, aprendi aqui, Srªs. e Srs. Senadores, a importância da estrutura funcional desta Casa, que o Presidente José Sarney, a todo tempo, procura aprimorar cada vez mais. É o sustentáculo de toda atividade parlamentar.

Não só como Presidente da Comissão, mas, hoje também, como 1º Secretário e Senador, agradeço profundamente a todos os funcionários da Casa – diretores, funcionários de outros segmentos, setor de imprensa, comunicação –, enfim, a todos que me têm ajudado para, realmente, levar avante esta missão tão importante na 1ª Secretaria do Senado.

Obrigada, Senadora Lúcia Vânia, por tudo e pela gentileza.

Obrigado, Presidente José Sarney. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Neste momento, será apresentado o retrato do Exmº. Sr. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal e ex-presidente da Comissão de Assuntos Sociais pela Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. (Pausa.) (Palmas.)

Senhoras e senhores, agradecemos a presença de todos.

Tenham um bom-dia.

(Encerra-se a solenidade.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 7 de julho de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às dez horas e cinqüenta e oito minutos, do dia sete de julho de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, IDELI SALVATTI, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, NEY SUASSUNA, RAMEZ TEBET, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, PAULO OCTÁVIO, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SERYS SLHESSARENKO, PEDRO SIMON, DEMÓSTENES TORRES, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA, MARCOS GUERRA, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI.** A Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, afastou-se no

dia primeiro de julho de dois mil e quatro para exercer o cargo de Secretária de Estado do Combate à Pobreza, Assistência Social e do Trabalho do Estado de Sergipe. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 383, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**; que "Altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à concessão de benefícios fiscais para as doações destinadas à assistência e promoção social". Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Marcos Guerra. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do relator para reexame da matéria. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 313, DE 1999 – DECISÃO TERMINATIVA**; que "Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência físicas, sensoriais ou mentais.". Autor: Senador Geraldo Cândido. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Aprovado o arquivamento do Projeto. **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 145, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA** – "Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências ".Autor: Senador Teotônio Vilela Filho. Relator "Ad Hoc" Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Aprovado o arquivamento do Projeto. **Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 27, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA**; que "Acrescenta artigo 13-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o registro dos dados do empregador na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado e dá outras providências." Autor: Senador João Alberto Souza. Relator: Senador Aelton Freitas. Parecer: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto nos termos da emenda nº 1 – CAS (Substitutivo). **Item 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA;** que "Acrescenta artigo 9°-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para tornar nulos os acordos e convenções que permitam desconto dos salários de importâncias relativas a cheques recebidos sem provisão de fundos e dá outras providências". Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: pela aprovação do Projeto.Resultado: adiado. **Item 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, "Acrescenta parágrafo 2º ao artigo 3° da Lei n° 9.601, de 21 de janeiro de 1998, renumerando-se o seu parágrafo único. (Dispõe sobre a duplicação dos limites estabelecidos para admissão do primeiro emprego nos contratos por prazo determinado)". Autor: Senador Casildo Maldaner. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o projeto nos termos da emenda nº 1 – CAS (Substitutivo). **Item 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, "Altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses". Autor: Senador Lauro Campos. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: pela aprovação do projeto, na forma de um substitutivo. Resultado: Aprovado o projeto nos termos da emenda nº 1 – CAS (Substitutivo). **Item 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2003,** "Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica". Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Papaléo Paes. Parecer: pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2004 – DECISÃO TERMINATIVA**, "Altera o art. 57 da Lei n° 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil." Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Lúcia Vânia, presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 7-7-04 – 24ª REUNIÃO

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24º reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da segunda sessão legislativa ordinária da 52º legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projetos de Lei do Senado

nºs 303, 13, de 1999; 54, 145, 190, 203, de 2002; 27, 344, 383, de 2003; e 24, de 2004.

Além desses projetos, encontram-se outros em uma pauta extra que fiz hoje, visando a agilizar os nossos trabalhos. Pessoalmente, não gosto de pauta extra, mas, de qualquer forma, foram projetos já discutidos aqui e devolvidos pelos Relatores sem qualquer acréscimo, sem acréscimo substancial.

Então, eu consultaria o Plenário sobre um outro projeto da pauta extra. Ele trata de uma pensão especial às vítimas do acidente nuclear, ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás.

Esse é um projeto do meu interesse, que já tramitou na Câmara dos Deputados com aprovação e que, se o Plenário entender, eu gostaria de colocar em votação, uma vez que não há grandes objeções em relação a isso – pelo menos a Câmara o aprovou tranqüilamente.

Consulto o Plenário se o acrescentaríamos à pauta extra ou não.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a pauta extra.

Item 1 da pauta – a decisão terminativa é da CAE.

Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2003, que altera a legislação do imposto de renda relativamente à concessão de benefícios fiscais para as doações destinadas à assistência e promoção social.

Autor: Senador Sérgio Zambiasi; Relator: Senador Marcos Guerra.

Parecer favorável.

Observação: na reunião do dia 16/06/2004, após a leitura do relatório, de autoria do Senador Marcos Guerra, foi concedido vistas ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que o devolveu em 24/06/2004, com voto em separado, concluindo pela rejeição da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita para proferir o seu voto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, rendo-me às homenagens, inicialmente, aos Senadores Zambiasi e Guerra, autor e Relator do projeto, e vou-me permitir divergir do entendimento de ambos.

Passo a proferir o meu relatório.

Pretende-se, com o projeto sob exame, regular a concessão de benefícios fiscais, relativos ao imposto de renda, com vistas a estimular a participação de empresas das pessoas físicas e de entidades do terceiro setor nas ações de combate à insegurança alimentar e erradicação de pobreza, bem como em outras ações de caráter social.

A iniciativa é, sem dúvida, meritória, na medida em que demonstra, objetivamente, a preocupação desta Casa com a questão social e com o constante aperfeiçoamento dos instrumentos e providências destinados à sua solução. Entretanto, cabem algumas observações mediante as quais se apontam óbices à tramitação e aprovação da proposição.

Em primeiro lugar, o projeto se inviabiliza à luz do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O art. 14 da Lei Complementar nº 101 determina com clareza que "a concessão à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que se deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes". Além disso, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, pelo menos, cumprir uma das seguintes condições: demonstração, pelo proponente, de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas e ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O parágrafo 1º do mencionado art 14 da Lei Complementar nº 101 diz que a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não-geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo, que implique redução discriminada de tributos ou condições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

O parágrafo 2º estabelece que se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ao benefício de que trata o **caput** decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

O parágrafo 3º diz que o disposto nesse artigo não se aplica às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu §1º, e ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Aos dispositivos acima transcritos correspondem as seguintes determinações da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, a LDO, que trata da mesma matéria sob a ótica orçamentária.

No seu artigo 90, o mencionado diploma legal diz que o projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ao benefício de natureza tributária

só será aprovado e editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu parágrafo único, diz que aplica-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira às mesmas exigências referidas no **caput**, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Já o seu artigo 91 diz que são considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária para os fins do art. 8º, inciso VI, e do art. 90 dessa lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente, que visam a atender objetivos econômicos e sociais explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcance, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Permanece bastante claro, portanto, Srª Presidente, que o projeto não pode seguir tramitando por não atender aos requisitos mencionados na Lei de Responsabilidade Fiscal e na LDO.

Ademais disso, deve-se sempre ter em mente que o Imposto de Renda, embora formalmente de competência federal, é hoje um tributo de interesse direto de toda a Federação.

A teor do artigo 159 da Constituição, praticamente a metade do produto de arrecadação é destinado aos fundos de participação dos Estados e dos Municípios. Vale dizer que grande parte da legislação produzida pelo Congresso tem repercussão direta e imediata nas finanças estaduais e municipais.

As deduções outorgadas pela lei federal, ainda que calcadas nas mais nobres e justas intenções e nos mais legítimos objetivos, provocam déficits financeiros nos entes federados, que lutam desesperadamente para encontrar o equilíbrio orçamentário nestes tempos de crise econômica.

Se, por um lado, a concessão dos incentivos propostos apresenta o mérito de drenar recursos para a área social, mobilizando a energia da própria sociedade, por outro tem o efeito maléfico de desorganizar, engessar e dispersar as finanças públicas, sem falar na ampla possibilidade de fraude que se abre, acarretando custos de controle fiscal.

A importância da área social deve ser reconhecida e valorizada entre todas as prioridades da administração pública, refletindo-se na consignação de recursos no orçamento anual para o satisfatório atendimento das ações sociais.

No legítimo desejo de privilegiar a área social, pode-se, entretanto, estar prejudicando outras áreas governamentais tão relevantes quanto essa área, tais como as relativas ao transporte, energia, etc.

Do ponto de vista do administrador financeiro público, as deduções do imposto como incentivo têm o mesmo efeito da vinculação de receitas a determinado fundo, programa ou projeto. É bom lembrar que, quanto à receita de impostos, isso é expressamente vedado pelo art. 167, inciso IV, da Constituição Federal. Na prática, essas deduções são uma burla à vedação constitucional, pois recursos que deveriam ser arrecadados, integrados à receita global para serem destinados, segundo as prioridades expostas no Orçamento, são desviados, diretamente, para ações governamentais específicas.

Por tais motivos, Srª Presidente, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 383/2003, por discordar, com todo o respeito, dos entendimentos dos ilustres Relator e Autor.

É o meu voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srª e Srs. Senadores, quando fui indicado para relatar este projeto de lei, de autoria do Senador Sergio Zambiasi, o fiz com a convicção de que este projeto iria tornar ainda mais transparentes as doações, que, aliás, já vinham sendo realizadas. O setor empresarial está consciente da necessidade de fazer doações, principalmente para as entidades filantrópicas. Um outro ponto positivo do projeto do Senador Sérgio Zambiasi é que, a partir do momento em que se dá visibilidade ao que pode ou não ser feito, evita-se a corrupção na ponta. Hoje, há entidades filantrópicas que recebem doações, às quais não são contabilizadas pelos doadores, pois não têm interesse em contabilizá-las, até porque eles não têm qualquer subsídio do Governo, muitas vezes, utilizam-se o caixa 2, uma prática que hoje, infelizmente, acontece no País. Então, este projeto contempla o empresário, colocando-o em uma situação de transparência no quesito doações.

Acredito que, pelo crescimento da arrecadação do Fisco federal, que está estimado em R$35 bilhões, o Governo faz pouco pelo social. Isso seria um motivo a mais para se engajar essas empresas neste projeto. Vejam V. Exªs o que aconteceu com o Fome Zero que, praticamente, ninguém participou, porque o Governo Federal não criou estímulos para o setor organizado participar.

Portanto, reforço o meu voto favorável, pois acredito ser uma forma de prestigiar o setor privado quando de suas doações para o social a nível nacional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente, inicialmente, peço preferência para apreciação do meu voto em separado. Em segundo lugar, gostaria de oferecer uma contra-argumentação às alegações do ilustre Senador Marcos Guerra.

De fato, se o empresariado – e eu acredito nisso, pois trata-se de um segmento composto de pessoas dedicadas e empenhadas no desenvolvimento do País – estiver sinceramente interessado, há uma outra alternativa colocada à disposição do empresariado nacional. O Senador Marcos Guerra se referiu a uma pequena elevação nos quantitativos de tributos arrecadados no âmbito federal. Volto a lembrar aqui, Senadora, que só na Procuradoria da Fazenda Nacional temos lá um estoque de dívida ativa de mais de R$150 bilhões. Isso representa contribuições e impostos que estão deixando de ser recolhida voluntariamente pelo empresariado basicamente. Então bastaria que o empresariado se compenetrasse da necessidade de promover o recolhimento voluntário desses tributos e não precisaríamos lançar mão de vinculação alguma de receita, de concessão nenhuma de isenção ou benefício fiscal, porque o papel nosso do Congresso, dos Parlamentares, no âmbito da Comissão de Orçamento – todos nós participamos dela direta ou indiretamente – contemplarmos os programas sociais do Governo, destinarmos para eles recursos e dotações que de fato são arrecadados pelos órgãos que operam essa questão no nosso País.

Respeitosamente, acrescento esse dado. Se o empresariado está realmente disposto a colaborar neste esforço coletivo de todos os brasileiros no sentido de construir uma nação mais justa, com distribuição de renda, que leve em consideração a possibilidade de voluntariamente proceder ao recolhimento de tributo. Só no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, repito, encontra-se lá um estoque da dívida ativa, ou seja, contribuições e impostos que deixaram de ser arrecadados e foram inscritos na dívida ativa de mais de R$150 bilhões.

Não estou aqui falando do INSS, dos impostos estaduais, que também os estoques de dívida ativa se acumulam em todo o País. Seria o caminho mais adequado, digamos, mais efetivo para que a arrecadação tanto do âmbito estadual como do federal aumentassem substancialmente para que nós, no Parlamento, pudéssemos, no âmbito da Comissão de Orçamento, destinar esses recursos para os programas sociais.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidenta, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para discutir, tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero me manifestar de maneira enfática favoravelmente à intenção, à idéia do Senador Zambiasi.

A preocupação do Senador Sérgio Zambiasi do Rio Grande do Sul é meritória e necessária; diz respeito à sociedade que vem fazendo um trabalho extraordinário na área dos direitos da criança e do adolescente, na área de assistência social no combate e erradicação à pobreza e também as entidades e organizações de assistência social que tenham o atestado ou o certificado de filantropia. Eu diria que se não fossem essas áreas realizadas por meio da sociedade no Brasil, basicamente – V. Exª sabe muito bem disso, inclusive como Secretária Nacional de Assistência Social –, nem teríamos o atendimento, eu diria, da criança e do adolescente em situação de risco pessoal, social, não teríamos o atendimento do portador de deficiência, nem do idoso, nem da menina prostituta e também as iniciativas de promoção da vida e da saúde. (Pausa)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu pediria às pessoas que estivessem com o telefone celular ligado que os desligassem, atendendo à solicitação do Senador Flávio Arns, que está tendo dificuldade para formular a sua argumentação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pelo menos falar baixinho ao atender o celular.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para não ser tão radical, então, que fale mais baixinho.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de me manifestar favoravelmente, por toda a argumentação que apresentei, porque essas entidades merecem um apoio e um incentivo, e temos de achar os caminhos para realizar esse trabalho de parceria cada vez mais adequado e de qualidade com essas entidades.

Por outro lado, entendo perfeitamente também a argumentação do colega, Senador Geraldo Mesquita Júnior, em relação a essas questões levantadas – destinação, renúncia fiscal, Lei de Responsabilidade Fiscal, e assim por diante.

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê, há alguns anos, essa renúncia fiscal. Eu não saberia dizer se são os mesmos percentuais de 2% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física. No entanto, de qualquer forma, teríamos de trabalhar dentro dos mesmos percentuais já aprovados e que estão

em prática há bastante tempo. Desse modo, não haveria o conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal, preocupação que deveríamos ter mesmo. Assim, há vários anos, isso já vem acontecendo. Se os percentuais eventualmente forem diferentes, Srª Presidente, aí, eu diria que realmente teríamos de discutir de uma outra forma.

Qual é o mérito do projeto? Dentro dos mesmos percentuais, o Senador Sérgio Zambiasi estende a possibilidade de doação não só para a criança e o adolescente, mas também para a assistência social; também para a erradicação da miséria e para entidades. Eu colocaria uma restrição em relação às entidades, que podem receber por meio dos conselhos. Quer dizer, a pessoa faz a doação para o conselho, e a própria lei deixaria clara essa possibilidade, algo que muitos Estados e Municípios já vêm fazendo. A empresa ou a pessoa física doa para o conselho, e o conselho faz, quer dizer, há uma doação direcionada: eu dôo para o conselho, mas quero que o dinheiro vá para determinada creche ou para o portador de deficiência, cuja entidade eu conheço. Então, aquele conselho direciona 10, 20 ou 30% para as iniciativas gerais e 70% desses recursos, por exemplo, vão para aquela entidade específica.

Então, a argumentação levantada em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplica aqui, porque isso já vem acontecendo há bastante tempo. Haveria essa ampliação.

Vejo ainda outro grande mérito nesse projeto, na forma de destinação do recurso. Por exemplo, 6% do imposto devido, apurado pelas pessoas físicas na declaração de ajuste anual. Então, quando estou fazendo a declaração do Imposto de Renda e vejo que vou pagar imposto, na hora da declaração do ajuste, posso dizer que quero destinar 6% disso que vou pagar para o Fundo da Criança e do Adolescente, por exemplo.

O que acontece hoje? A pessoa física tem de fazer a doação neste ano e colocar a doação deste ano na declaração do Imposto de Renda do ano que vem, ou seja, há presunção de que vai pagar um determinado valor. Isso não vem funcionando no Brasil. Então, na hora da declaração do Imposto de Renda, posso destinar 6% para o Fundo de Assistência Social e direcioná-lo, vamos supor, para uma entidade que atende idosos.

Então, o Senador Sérgio Zambiasi, de maneira muito inteligente e muito necessária, de acordo com a nossa realidade, está mudando essa sistemática. Se quisermos aprimorar essa legislação, tem que ser mudado nesse sentido mesmo.

Sou a favor do projeto e entendo as razões do Senador Geraldo Mesquita também em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal – não sei se os percentuais são os mesmos. Precisaríamos ver isso, porque poderíamos trabalhar dentro dos mesmos percentuais, para não criarmos um problema de mais renúncia fiscal, no caso, mas atendendo a esse aprimoramento da legislação, que é necessário.

Peço desculpas por ter me estendido nesse sentido, mas a sugestão que faço ao relator é em função da importância da legislação, é uma coisa que a sociedade espera. Espero que possamos ter a oportunidade de cotejar esses percentuais para ver se essa problemática que o Senador Geraldo Mesquita levantou é realmente pertinente a essa discussão.

Eu sugeriria, com a anuência do relator, a retirada de pauta para que possamos aproveitar esse projeto, que é essencial para a área de atendimento ao cidadão no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Flávio Arns, que dedica a sua vida pública ao segmento de assistência social, colocou muito bem a importância desse projeto do Senador Sérgio Zambiasi. De fato, todos aqueles que acompanham as creches, as entidades de portadores de deficiência e as entidades de atenção aos idosos sabem bem que luta é conseguir recursos para sobreviver. Dependendo do governante – prefeito, governador –, há algum suporte de governo, mas isso depende da sensibilidade de cada um. No entanto, via de regra, a situação é realmente muito difícil. O sistema de doações que hoje existe é muito pouco divulgado e, além disso, é de pequena eficácia: são poucas as empresas que acabam fazendo doações, e as doações de pessoas físicas são quase nulas.

Lembro-me bem, Senador Flávio Arns, da situação do Fundo 157 – apesar de não sermos tão idosos assim. O Fundo 157 era um fundo importante e obedecia exatamente a esta regra: na hora em que se fazia a declaração de imposto de renda e se via o que se tinha que pagar, via-se se era possível dedicar um percentual ao Fundo 157 e também àqueles fundos de reflorestamento. Essa idéia de fazermos a doação no momento da entrega da declaração – no mês de abril e não até dezembro do ano anterior – é uma idéia muito bem colocada pelo Senador Sérgio Zambiasi.

Os fundos da criança e do adolescente, hoje, recebem as doações que são conseguidas junto às empresas. Dependendo da cidade, a situação é diferente: há cidades que ficam com parte dos recursos para que a própria prefeitura lhes dê destino. Considero válido esse sistema, o problema é quando o percentual é muito elevado – há prefeituras do PT que ficam

com 50%. Quer dizer, a organização não-governamental consegue, digamos, R$100 mil em doações para o fundo municipal da criança e do adolescente, aí a prefeitura fica com R$ 50 mil, e só são repassados R$ 50 mil para a entidade; a prefeitura pode fazer o que quiser com os outros R$ 50 mil.

Volto a dizer: acho até que é válido a prefeitura ter um percentual para poder utilizar em outros projetos de entidades que talvez não tenham tido a capacidade ou a condição de conseguir esses recursos, mas é preciso impor limites. Aliás, esse alerta eu já fiz anteriormente aqui, já que há algumas cidades cujas prefeituras ficam com até 50%, o que considero ser um exagero. Esse é um ponto que talvez possamos aprimorar, Senador Geraldo Mesquita, num projeto como esse que analisamos. Talvez possamos até colocar que o fundo pode ter gerência sobre até x por cento do valor doado, já que hoje o que acontece é que as entidades conseguem os recursos, mas parte fica com a prefeitura.

Também considero muito válida a possibilidade de se fazer a doação no momento da declaração do imposto de renda, quando se tem com clareza o valor que vai ser utilizado para esse fim.

Eu diria que, talvez, essa alternativa colocada pelo Senador Flávio Arns – promovermos nova discussão sobre o assunto com um pouco mais de tempo, apesar de o assunto ser urgente – seja a melhor alternativa para chegarmos a uma boa solução. É claro que ninguém aqui está querendo promover uma renúncia fiscal que acabe com o dinheiro do imposto de renda. A propósito, deixem-me lembrar algo neste ponto: o imposto de renda está crescendo todos os anos, já que o Governo não corrigiu os percentuais a ele referentes; está crescendo de maneira, inclusive, artificial. A arrecadação de imposto de renda deste ano, sem a correção das tabelas pelo Governo Federal, é muito maior.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Comunico ao Plenário que o relatório do Senador Marcos Guerra tem preferência sobre o voto em separado do Senador Geraldo Mesquita. Foi solicitada a preferência para o voto em separado.

Consulto o Plenário se haveria aquiescência para votar a preferência para o voto em separado e se os Senadores Geraldo Mesquita, Marcos Guerra e Flávio Arns concordam em retirar o projeto e deixar a discussão para um pouco mais para frente, quando estaria mais amadurecida.

Antes de colocar em votação, passo a palavra para o Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Srª Presidente, reforço a opinião do Senador Flávio Arns e do companheiro Eduardo Azeredo, não que eu discorde do posicionamento do Senador Geraldo Mesquita, pois sua preocupação é interessante. No entanto, sugiro a retirada do projeto da pauta, para que seja melhor trabalhado. Quando se faz o social na ponta, ele fica mais barato e mais eficiente.

Torno a chamar a atenção de que, infelizmente, devo participar de uma ou duas reuniões somente, porque termina o meu mandato. Faço um apelo aos meus companheiros: todas as vezes em que houver, em qualquer comissão, um projeto que busque legalizar ações do setor produtivo, olhem-no com bastante atenção, porque é uma forma de trazer mais transparência ao setor. É importante dizer isso, porque todas as vezes em que relatamos ou vemos algum colega relatando algum projeto que inibe a sonegação, percebemos que há uma certa dificuldade em ser aprovado, porque o Governo teme a queda da arrecadação. Muitas vezes, o trabalho do Parlamentar de criar algum subsídio terá um resultado muito superior do que é alegado por pessoas ligadas ao Executivo.

Reforço a posição de retirar o projeto de pauta para ser estudado com base no Estatuto da Criança.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O Senador solicita que seja retirado de pauta. Comunico ao Plenário que o projeto poderá ser retirado, ter seu parecer reformulado e ser feito novo pedido de vista do novo parecer.

O projeto, então, está retirado de pauta.

Comunico aos Srs. Senadores que a votação agora será nominal. Votaremos o item nº 2 da pauta, que tem decisão terminativa e já foi amplamente discutido. É o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência física, sensoriais ou mentais. Autor: Senador Geraldo Cândido. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer pelo arquivamento do processo.

Esta Presidência tem dois esclarecimentos a fazer. O primeiro é que, na reunião do dia 20 de maio de 2004, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de **quorum** qualificado, de acordo com o art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal. O segundo esclarecimento é que, de acordo com o art. 133, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, quando o parecer conclui pelo arquivamento da matéria, considera-se rejeitada a proposição. Assim, os Srs. Senadores que concordam com o Relator votam "não". Portanto, passo à votação do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1999, com parecer pela rejeição.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Srª Presidente, eu gostaria que ficasse bem esclarecido o voto. Quem votar com o Relator pelo arquivamento vota "não"?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Quem vota com o Relator vota "não". Quem quer aprovar, vota "sim".

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, quero apenas esclarecer que projeto de lei com igual teor já foi aprovado no Senado Federal. Está em tramitação na Câmara dos Deputados. Essa é a razão apresentada pelo Relator para oferecer o voto pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA (Bloco/PT – PA) – Por já existir projeto idêntico já aprovado inclusive, voto com o Relator.

(Procede-se à votação.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Srª Presidente, acabei de chegar e tomei conhecimento do projeto que está em votação. Como foi esclarecido que há projeto de igual teor em tramitação, por essa razão, voto com o Relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª Presidente, pela mesma razão que o Senador Pedro Simon colocou, só vamos votar com o Relator porque ouvimos do Senador Flávio Arns, que é uma das pessoas mais ligadas a essa causa, que luta muito em favor dos excepcionais, dos idosos, dos desassistidos de nosso País, que existe outro projeto com o mesmo sentido já tramitando na Casa. Por isso votarei com o relatório. Votar contra projetos que vêm trazer benefícios à sociedade brasileira, certamente, não é o que desejamos. Apenas porque existe outro projeto com o mesmo sentido é que votamos com o Relator.

(Procede-se à votação.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O projeto foi rejeitado. Será providenciado o arquivamento.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª. Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, eu pediria, se fosse possível, a inversão de pauta, para votarmos o Item 7, que trata de seguro-desemprego.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, pediria o mesmo para o Item 8.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Coloco em votação as solicitações dos Senadores Eduardo Azeredo e Tião Viana para inversão dos Item 7 e 8.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Item 7, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, que altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do Seguro-Desemprego para 10 meses. Autor: Senador Lauro Campos; Relator: Senador Eduardo Azeredo. O parecer é pela aprovação do projeto na forma de um substitutivo.

Esta Presidência tem um esclarecimento a fazer. Na reunião do dia 30 de junho de 2004, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de **quorum** qualificado, de acordo com o art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo, portanto, à votação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, com parecer pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, posso apenas fazer um esclarecimento?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Gostaria apenas de esclarecer que não estou dando parecer favorável a 10 meses, como era o projeto original. Meu parecer é para aumentar em um mês o Seguro-Desemprego. Hoje, funciona de três a cinco, e a proposta substitutiva é de quatro a seis.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tendo S. Exª esclarecido o relatório, passo à votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu daria um tempo à Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A minha preocupação é se, votando isso, não estaríamos criando despesas não-previstas. Não sei se haveria constitucionalidade para tal, por isso não gostaria de votar favoravelmente ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª vota "não"?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim.

(Procede-se à votação.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, diferentemente do PT, em caso de dúvida, meu voto é favorável ao trabalhador. Voto "sim".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª Presidente, quero comentar meu voto. Votarei da forma

como votava no passado, quando o fazia com o PT. Esse projeto é de origem de um partido trabalhista e vem realmente trazer benefícios à sociedade. Infelizmente a Oposição mudou-se para a Situação. Prefiro continuar com a coerência.

Parabéns, Senador Eduardo Azeredo.

Voto "sim".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Seria inimaginável um petista votar contra esse projeto dois anos atrás. Seria absolutamente surrealista supor que, naquele tempo, alguém votasse contra um projeto desses, sendo do Partido dos Trabalhadores.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas eu era PSB, também votava contra. Isso não me atinge. Nunca dei voto a favor do Governo; votei sempre contra, e no Governo Fernando Henrique.

Pessoalmente, não vejo por que não aprovarmos o projeto. Voto a favor.

Seria bom que o PT expusesse as suas razões para votar contra.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Srª Presidente, também quero explicar meu voto.

Quero parabenizar o relator, Senador Eduardo Azeredo, pela coerência. O PT realmente apresentou, na época, um número que acredito seja impagável. Então, voto com a opinião do relator, que realmente teve uma coerência bastante interessante nesse projeto de lei.

No entanto, como diz o Senador Sérgio Guerra, seria bom que o próprio PT explicasse por que está votando contra.

Sou favorável ao relator.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Quero apenas esclarecer que a matéria já foi devidamente discutida no seu tempo regimental. Estamos em processo de votação, em que não cabe discussão. Por essa razão, os Senadores Marcos Guerra e Sérgio Guerra não ouvem as explicações. Mas estamos prontos a amplos debates sobre as contradições da vida pública.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª Presidente, em um assunto desses o petista só argumenta uma vez, mas é uma vez em que o prejuízo é grande.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador, estamos em votação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, pela ordem, para lembrar também que o parecer anterior era contrário à aprovação do projeto. O Senador Eduardo Azeredo alterou o relatório. Pediu para retirar e alterou. Então, queria também esclarecer essas contradições. Inicialmente S. Exª mesmo reconhecia que o projeto não era bom, exatamente porque desequilibrava completamente o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora, continuo coerente: dez meses é muito mesmo. Mas um mês a mais, no período em que inegavelmente o desemprego cresceu muito no Brasil, chegando a 20% nas capitais, considero válido, sim. Há um custo adicional, evidentemente, mas o Governo pode fazer um remanejamento e prevê-lo no Orçamento do ano que vem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Quero deixar bem claro que não estamos em fase de discussão. Estão sendo justificados os votos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação nominal.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Votos "sim": dez. Votos "não": quatro. Aprovado o projeto.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª Presidente, na verdade, não se trata mais do projeto. Como houve praticamente um debate paralelo ao projeto sobre coerência e incoerência, eu gostaria de, como Vice-Líder do PSDB, não apenas defender nossas idéias, mas também dizer que o que foi feito no passado foi reprovado pela população. Se tudo o que foi feito no passado tivesse sido aceito pela população, o resultado das eleições teria sido outro. Quem venceu contrariava o que aconteceu no passado. Então, deveria implantar-se agora o que foi prometido nos discursos de campanha. A população aprovou outra atitude, outra forma de governar. O que foi feito no passado não pode ser levantado hoje. Eu era Oposição, eu era do PDT, assim como o Sérgio Guerra era do PSB. Porém, o que foi feito no passado foi reprovado nas urnas. As urnas aprovaram o contrário do passado. Nós queremos aqui votar ao contrário do que foi dito na campanha eleitoral.

Por isso estamos falando de incoerência. Dever-se-ia manter na prática o que foi dito no discurso. Nós não fazemos política olhando para o retrovisor. Queremos olhar para a frente no presente. O futuro é o que estamos contestando no atual Governo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nobre Senador pelo PSDB, realmente não é fácil alguém fazer como V. Exª, Vice-Líder, e dizer que um Governo de oito anos o qual liderou e do qual fez parte estava equivocado...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só quatro. Nos primeiros quatro, foi aprovado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...estava equivocado, estava errado. O Governo disse "não" e disse que tinha que mudar. E o Governo está mudando de acordo com o povo. Isso é maravilhoso. Se todo brasileiro fizesse isso, se a sociedade brasileira fizesse isso, se Congresso fizesse isso, ou seja, se votasse de acordo com o povo...?! O povo mudou. O povo mandou mudar. Está correto! O PT está errado, porque não está votando de acordo com o que o povo mandou. O texto deve mudar, porque o povo mandou votar diferente. Meus cumprimentos! V. Exª foi brilhante. Pena que não tenha muitos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Finalizando essa discussão. Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. A matéria irá a turno suplementar na próxima reunião.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª Presidente, se V. Exª me permite, a pedido do Senador Romeu Tuma, que não se pôde fazer presente, solicito que haja inversão de pauta com o Projeto nº 9, por ser projeto terminativo "que altera o art. nº 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil".

Peço a V. Exª que, se for possível, coloque em votação requerimento de inversão de pauta para que seja votado agora o Projeto nº 9.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra pela ordem o Nobre Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB – AC) – Foi aprovado anteriormente requerimento para inversão de pauta para que votássemos agora o Item nº 8.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agora está em votação a inversão de pauta para votar logo em seguida o Item nº 9. Os Srs. Senadores que concordam...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Srª Presidente. Eu quero discutir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra, para discutir, o Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Estou aqui há mais de quatro meses tentando que o Item nº 3 seja votado. Trata-se de uma simples rejeição e arquivamento. No entanto, se pede inversão de pauta a toda hora – e V. Exªs me desculpem, meus companheiros Senadores – tumultuando o procedimento. Eu gostaria, se fosse possível, que cada pedido de inversão de pauta fosse plenamente justificado. Se não houver uma justificativa muito forte, não pode haver inversão de pauta. Sei que V. Exª conduz muito bem na Presidência desta Comissão, mas chega um momento em que ficamos aflitos querendo trabalhar, mas não conseguindo proferir parecer dos projetos que estão na seqüência para serem relatados.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Realmente, o Senador Juvêncio tem razão. O Regimento Interno tumultua bastante, o Regimento permite. Estou com S. Exª nessa questão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – A proposta é votarmos imediatamente o item 8, já que foi aprovado, e considerarmos as argumentações do nobre Senador Juvêncio.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos votar, então, o item 8 e voltaremos a discutir.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria apenas de responder ao Senador Pavan. O Regimento é feito para ser atendido. Mas, de acordo com o Regimento, quero que se discuta. Estou regimentalmente correto. O que não está correto é solicitar uma mudança de pauta para Senador que não se encontra presente, o que, na verdade, foi objeto do requerimento do Senador Leonel Pavan.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª tem razão. O item 3 será votado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Retiro o pedido de inversão em solidariedade ao Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, vamos votar logo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Item 8 da pauta. Decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibrilizadores cardíacos os locais e veículos que especifica. Autor: Senador Tião Viana; Relator: Senador Papaléo Paes. O parecer é pela aprovação.

Esta Presidência tem um esclarecimento a fazer. Na reunião do dia 30 de junho, de 2004, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de **quorum**

qualificado, de acordo com o art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, passa-se à votação o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2003, com parecer pela aprovação.

(Procede-se à votação.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª Presidente, este é um projeto que merece, mesmo no voto, uma referência, um elogio à sua finalidade, ao seu conteúdo, ao seu valor.

Voto a favor do Relator.

(Procede-se à votação.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Aprovado o projeto por unanimidade.

Esta Presidência cumprimenta o Senador Tião Viana.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item nº 3. Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências. Autor, Senador Teotonio Vilela Filho; Relator, Senador Romero Jucá; Relator **ad hoc**, Senador Juvêncio da Fonseca. O parecer é pelo arquivamento do projeto.

A Presidência presta dois esclarecimentos. Primeiramente: na reunião do dia 11 de setembro de 2003, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de **quorum** qualificado, de acordo com art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em segundo lugar: de acordo com art. 133, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, quando o parecer conclui pelo arquivamento da matéria, considere-se a matéria rejeitada. Assim, os Srs. Senadores que concordam com o Relator votam "não".

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A matéria já foi discutida. Mas em razão da minha discussão a respeito de pedido de inversão de pauta, verifico que esse projeto já foi lido, discutido aqui em 11 de setembro de 2003 e não foi votado ainda. Eu presenciei a vários requerimentos de inversão de pauta durante esse período todo, mas nunca reclamei. Mas, hoje, houve extrapolação. Eu reafirmo a meus companheiros para pedirmos inversão de pauta quando tivermos que nos ausentar da Comissão. Se algum fato exigir nossa presença, vamos inverter a pauta; se nada nos impedir, vamos cumpri-la. Há prejuízo para a Comissão, como agora ocorre, porque, desde 11 de setembro não há votação.

Esclareço meus Pares que peço arquivamento desse projeto, porque ele é de autoria do Senador Teotonio Vilela Filho e pretende criar a profissão de Agente Comunitário de Saúde. Ocorre que, nesta Comissão, já foi aprovado um outro projeto, por meio do qual essa profissão foi regulamentada, tendo se transformado na Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002. Em razão disso, pedimos o arquivamento do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca. Concordo com V. Exª, mas chamo a atenção para o fato de que a pauta ficou trancada por muito tempo, sem que se pudesse votar qualquer projeto terminativo aqui. Portanto, tem que se levar em conta o tempo nessa questão. Mas concordo com V. Exª que a inversão de pauta não deixa de tumultuar os trabalhos. Aproveitando essa oportunidade, pediria aos Srs. Senadores que, ao fazer um pedido de inversão de pauta, o façam por motivo que justifique essa inversão.

Em votação o projeto.

(Procede-se à votação.)

O projeto foi rejeitado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 4 da pauta, decisão terminativa: Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2003, que acrescenta o artigo 13-A, Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o registro de dados do empregador na carteira de trabalho e dá outras providências. Autor, Senador João Alberto Souza, Relator, Senador Aelton Freitas. O parecer é pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Esclarecimentos: da reunião do dia 20 de maio de 2004, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de **quorum** qualificado, de acordo com o artigo 109 do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, passa-se à votação do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2003; o parecer é pela aprovação nos termos da emenda substitutiva.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Passaremos à votação nominal..

(Procede-se à votação.)

O projeto foi aprovado na forma do substitutivo

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª. Presidente, pela ordem.

É possível votar os projetos que têm parecer favorável todos juntos?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Já estamos acabando.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que há um **round** importante para assistirmos lá no plenário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O projeto foi aprovado na forma do substitutivo.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências, aliás, a matéria irá a turno suplementar.

Eu pediria aos Srs. Senadores atenção, porque nossos trabalhos estão sendo prejudicados. Eu já disse que a matéria vai à Mesa e ela ainda vai a turno suplementar na próxima reunião.

Item 6: Projeto de Lei nº 203, de 2002 – terminativo –, que acrescenta o § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, renumerando-se o parágrafo único. Dispõe sobre a duplicação dos limites estabelecidos para a admissão no primeiro emprego nos contratos por prazo determinado. Autor: Senador Casildo Maldaner. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Esclarecimento: na reunião do dia 30 de junho de 2004, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de **quorum** qualificado, de acordo com o art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, submeto à votação o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2002, com o parecer pela aprovação nos termos da emenda substitutiva.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca, Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O projeto já foi discutido, mas é interessante ter uma noção para votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O Senador Juvêncio da Fonseca vai fazer uma síntese do projeto, uma vez que a discussão ocorreu na reunião anterior.

Com a palavra S. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O projeto acrescenta o § 2º ao art. 3º da Lei 9.601, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, para duplicar os limites estabelecidos nos incisos I e III desse artigo. Se a empresa tem possibilidade de contratar até 50% de seus empregados na condição de primeiro emprego, aqui duplica. Apenas há duplicação. Nossa emenda substitutiva visa alterar a redação para adequar o projeto à regra legislativa. Pedimos a aprovação do projeto com a emenda substitutiva.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Feito o esclarecimento, submeto a matéria à votação.

Informo que quem quiser votar com o Relator deverá votar "sim".

A Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Procede-se à votação.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª Presidente, voto contra o "não" do PT e voto "sim" com os trabalhadores, quer dizer, "sim" com o Relator.

(Procede-se à votação.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Foi aprovado o relatório.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Srª Presidente, fico imaginando: o Senador Casildo Maldaner...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu pediria, Senador Leonel Pavan... Vou encerrar. Eu gostaria de concluir esta votação.

O projeto foi aprovado. A matéria irá a turno suplementar na próxima reunião. Ela vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrar, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Retiro o pedido de fazer uso da palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Retirado o pedido para fazer uso da palavra, declaro encerrada a presente reunião agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, não vamos votar o último item, que é do Senador Romeu Tuma? (Pausa.)

(Levanta-se a reunião às 12h14min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 8 de julho de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e trinta minutos, do dia oito de julho de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **DELCÍDIO AMARAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, MAGUITO VILELA, NEY SUASSUNA, RAMEZ TEBET, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, ANTERO PAES DE BARROS, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, EFRAIM MORAIS, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA, ARTHUR VIRGÍLIO, MARCOS GUERRA, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI.** A Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, afastou-se no dia primeiro de julho de dois mil e quatro para exercer o cargo de Secretária de Estado do Combate à Pobreza, Assistência Social e do Trabalho do Estado de Sergipe. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2004**; que "Altera Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe

sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás". Autor: Deputado Sandes Júnior. Relator: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para atender solicitação da mesa para leitura de requerimento de informações. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO N°s 255, DE 2002 E 5 DE 2003 TRAMITANDO EM CONJUNTO – DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**; que "Altera a Lei nº 10.525, de 06 de agosto de 2002, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências". (Propõe modificação para o reajuste anual do salário mínimo);Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências.". Autores: Senadores Carlos Patrocínio e Paulo Paim. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 5, de 2003 e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002. Resultado: Aprovado o parecer. Os itens 3, 4, 5 e 6 fora adiados. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão de Assuntos Sociais Senadora Lúcia Vânia e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS 25ª REUNIÃO – 8-7-04

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação da seguinte pauta: Projetos de Lei do Senado nº 190, de 2002; nºs 24 e 139, de 2003; nº 24, de 2004; nº 255, de 2002; e nº 05, de 2003, que tramitam em conjunto. E Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2004.

Quero comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores que votaremos apenas dois itens da pauta, porque não são terminativos. Quanto aos demais, sendo terminativos, não temos ainda um quórum qualificado para fazê-lo.

Item nº 1:

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2004, que altera a Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás. Autor: Deputado Sandes Júnior. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Parecer favorável ao projeto, com duas emendas.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que acabo de receber um requerimento da Mesa, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, solicitando à Comissão de Assuntos Sociais a suspensão desse projeto da qual sou relatora, pois deseja o Governo fazer ainda uma estimativa de custos ao projeto.

Acredito que é razoável a solicitação do Governo. Não queremos fazer nenhuma ação precipitada, mesmo porque esse projeto foi inserido em extrapauta ontem e foi pouco analisado pelos Senadores. Portanto, acredito que o Senador Ney Suassuna poderá, em nome do Governo, referendar o que diz o documento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Exatamente, Srª Presidente.

Íamos pedir vista, mas a Mesa já o requisitou. Nossa preocupação não é com o objetivo social, com o qual estamos de acordo. O que precisamos saber é o custo e onde conseguiremos a verba.

Por essa razão, o Governo pede vista do processo para fazer exatamente essa quantificação. O processo está muito bem relatado por V. Exª. Como dizemos, trata-se de uma causa nobre, mas em economia e em administração não há milagres. Temos que saber a fonte dos recursos e se os teremos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Está sendo pedida vista do projeto ou V. Exª o está retirando?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está sendo pedida vista.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, também quero acompanhar o pedido de vista para que seja concedida vista coletiva.

E faria um apelo a V. Exª. O **caput** do projeto já demonstra tratar-se de matéria que não pode esperar esse restinho de ano para o Governo chegar a uma conclusão. Teremos um recesso agora, e peço que esse projeto seja pautado, de acordo com o Regimento Interno, porque haverá tempo suficiente para se avaliar o impacto. Mas acrescento que, com certeza, qualquer que seja o impacto, ele não será mais grave do que esse acidente ocorrido na cidade de Goiânia, que todo o povo brasileiro lamentou.

Então, solicito que a matéria seja incluída na próxima pauta desta Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O que a Mesa pede a V. Exª é informações para o Ministério da Fazenda e do Planejamento. Então, a Mesa está pedindo o projeto de volta. A vista ocorrerá quando voltarem as informações.

Então, na realidade, não estou solicitando vista aqui. É a Mesa – e V. Exª acabou de ler o ofício – que solicita maiores informações para instruir o projeto.

Por essa razão, está-se pedindo o projeto de volta. É outra figura jurídica.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria somente de afirmar que, regimentalmente, tem preferência a solicitação da Mesa. Mas V. Exª, Senador Antero, tem razão. Eu só aceitei hoje conversar com o Líder a respeito disso, porque o projeto foi colocado muito rapidamente, sem que os demais membros da Comissão pudessem tomar conhecimento do projeto. Achei, portanto, que seria razoável, que seria prudente, que o Governo avocasse para si o direito de fazer o estudo de impacto.

Mas atender ao pedido de V. Exª, solicitando ao Governo que forneça as informações o mais rapidamente possível. E o projeto será colocado em pauta assim que retornar.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Pela ordem, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pelo Regimento, como se trata de pedido da Mesa, o Governo terá até trinta dias para dar as informações. O que desejamos da Presidência da Comissão, de V. Exª, é que sejam contados a partir de hoje esses trinta dias, para que se possa pautar na Comissão, cumprindo o Regimento da Casa. Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Efraim, que conhece profundamente o Regimento. V. Exª pode ter certeza de que passaremos a contar a partir de hoje.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Seria bom também, Srª Presidente, que o Governo, além de analisar o impacto econômico da medida, solicitasse de sua área social – que existe – que analisasse o impacto na vida das pessoas desse acidente que ocorreu em Goiânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de informar a V. Exª que o aspecto social da questão foi repassado à Secretaria Nacional de Assistência Social, onde eles terão perfeitas condições de opinar a respeito do assunto. Portanto, está retirado de pauta o presente relatório.

Item nº 2:

Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2002, e Projeto de Lei nº 5, de 2003, tramitando conjuntamente, que altera a Lei nº 10.525, de 06 de agosto de 2002, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências. Propõe modificação para o reajuste anual do salário mínimo. Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo a partir de maio de 2004, e dá outras providências. Autores: Senador Carlos Patrocínio e Paulo Paim. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Relator **ad hoc**: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 05, de 2003, e pela rejeição do PLS nº 255, de 2002.

Esta Presidência tem três esclarecimentos a fazer. Primeiro: na reunião de 11 de dezembro de 2003, a Comissão aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 05, de 2003.

Segundo: na sessão do dia 09 de junho de 2004, foi aprovado no plenário o Requerimento nº 647, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 05, de 2003, com o PLS nº 255, de 2002.

Terceiro: na reunião desta Comissão realizada no dia 30 de junho de 2004, foi concedida vista à Senadora Fátima Cleide e ao Senador Mão Santa. O Senador Mão Santa devolveu a matéria sem manifestação. Até a presente data, a Senadora Fátima Cleide não se pronunciou sobre a matéria.

Em discussão a matéria.

Não sei se os Srs. Senadores gostariam que o Relator pudesse dar um sucinto esclarecimento a respeito do projeto e, posteriormente, ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, o Relator titular é o brilhante Senador Geraldo Mesquita Júnior, que se encontra presente. Portanto, a relatoria, a explicação do seu relatório poderia ser feita pelo próprio titular e não pelo **ad hoc**.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – O Senador Juvêncio, com a sua gentileza habitual, deixa-me também sensibilizado.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sucintamente, vou ler apenas o final do meu voto, mas vou justificar as razões do relatório, que não diferem daquelas aventadas pelo Senador Paulo Paim, autor de um dos projetos.

Quanto declarei o meu voto na tribuna do Senado contra a medida provisória enviada pelo prezado e querido amigo Presidente Lula fixando o valor do salário mínimo em R$260,00, tive a oportunidade de fazer uma reflexão que, em suma, é a seguinte.

Entendo que o nosso Governo, do qual faço parte, depois de sucessivas tentativas de lograr êxito eleitoral, encontrou já nessa quarta vez uma certa simpatia e uma certa receptividade de forma expressiva da elite, da burguesia deste País. Reputo esse fato significativo ao conjunto de forças políticas que trabalharam a possibilidade de conquistarmos o Governo. O conjunto de forças políticas que acompanham o Presidente Lula desde a sua primeira eleição entendeu ser possível aliar-se e comprometer-se com parcela significativa de burguesia nacional, que se encontrava naquele momento também receptiva, acreditando que, no Governo, estaríamos fazendo exatamente o que estamos: cumprindo acordos, contratos e pactos firmados por governos anteriores.

Esse fato é significativo e tem nos levado a perseverar na construção de um arcabouço jurídico, sólido, firme, que assegura ao capital a garantia de rendimentos, que têm sido, como disse o Governador do Paraná, aqui e acolá, pornográficos. Esse trabalho vem sendo feito pelo nosso Governo.

Mas aquela leva, aquela multidão que acompanhou o Presidente Lula desde a sua primeira eleição tinha também a expectativa de que, neste nosso Governo, Srª Presidente Lúcia Vânia, nos empenharíamos também, da mesma forma, com a mesma ênfase, com o mesmo entusiasmo, na construção de um arcabouço jurídico, de algo perene que, da mesma forma, garantisse o rendimento do trabalho neste País, da mão-de-obra do trabalhador, algo que vem sendo ao longo dos tempos neste País negligenciado, vilipendiado, deixado para escanteio.

Eu acreditava firmemente que, no nosso Governo, essa construção se iniciaria, com toda sinceridade. Confesso a minha decepção com o tardar desse fato, com os obstáculos encontrados a todo instante.

Por isso, aceitei relatar o projeto do Senador Paulo Paim, que contempla a possibilidade de estabelecermos um mecanismo perene de remuneração de trabalho em nosso País, na sua remuneração mínima. O que diz o projeto? Ele estabelece que, periodicamente, o valor do salário mínimo seria incorporado das perdas inflacionárias e adicionado, além disso, R$0,20 à hora trabalhada. O que corresponderia, em valores atuais, a cerca de R$290,00. Um valor ainda, digamos, insatisfatório, mas seria um mecanismo, como bem afirma a assessoria técnica com a qual conversamos demoradamente, que permitiria uma reposição paulatina das perdas do salário mínimo. Além disso e principalmente, fixaria na nossa legislação um mecanismo perene de recomposição do valor do salário mínimo sem que precisássemos mais anualmente cair nessa discussão tormentosa, histérica por vezes, de valores irrisórios e nos confrontarmos, repito, numa discussão histérica.

Portanto, Senadora, penso que o projeto do Senado Paim é absolutamente meritório, pois, ao estabelecer esse mecanismo, coloca a situação de forma a que o Parlamento possa se ocupar com outros assuntos mais relevantes, mais importante – não que esse não seja. Mas que, sanada essa questão, possamos nos debruçar sobre outras questões também da maior gravidade.

O relatório diz em síntese que precisamos estabelecer um mecanismo perene de reajuste do salário mínimo. Esse mecanismo está sendo oferecido a título de sugestão pelo Senador Paulo Paim. E eu incorporei ao meu relatório a sugestão de S. Exª, repito, que é de agregarmos ao valor do salário mínimo periodicamente as perdas inflacionárias e adicionarmos a esse montante R$0,20 à hora trabalhada.

Penso que a discussão terá que ser travada. Esse aqui é um caminho; não é uma questão fechada. Ela pode ser discutida. O importante é que estabeleçamos esse mecanismo, para que a remuneração do trabalhador, em uma base mínima, não fique ao sabor do humor do governante, não fique desprovido de um contexto jurídico que assegure ao trabalhador enxergar mais à frente, assim como o banqueiro, o investidor, o grande empresário, que tem hoje absoluta certeza da remuneração do capital que emprega. O empresário tem hoje um arcabouço jurídico todo construído nesse sentido. Então, precisamos promover isso do ponto de vista do trabalhador e do salário.

Agradecendo aqui a gentileza do Senador Juvêncio da Fonseca, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, nos termos em que se apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 255, porque considero que a proposição do Senador Paulo Paim incorpora inclusive as sugestões contidas no Projeto de Lei do Senado nº 255; já traz todo aquele contexto e, de certa forma, reproduz aquilo que está proposto no outro projeto.

Portanto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5 e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 255.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto

Nada mais havendo mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h50min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Sexta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura reali-

zada no dia 24 de agosto de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e doze minutos, do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Flávio Arns, Sibá Machado, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Leomar Quintanilha, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Edison Lobão, Paulo Octávio, Roseana Sarney, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Teotônio Vilela Filho, Augusto Botelho, Juvêncio Da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Efraim Morais, Leonel Pavan e Mozarildo Cavalcanti. A Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, afastou-se no dia primeiro de julho de dois mil e quatro para exercer o cargo de Secretária de Estado do Combate à Pobreza, Assistência Social e do Trabalho do Estado de Sergipe. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1** – Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2003, Aprovado em 07/07/04. Apreciação Em Turno Suplementar. que "Acrescenta artigo 13-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o registro dos dados do empregador na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado e dá outras providências.". Autor do Projeto: Senador João Alberto Souza. Relator: Senador Aelton Freitas. Parecer: na reunião do dia 07 de julho do corrente ano, foi aprovado Substitutivo ao Projeto. Resultado: Definitivamente adotado sem votação (art. 284 – RISF). Usaram da palavra para discutir os Senadores Eduardo Azeredo e Ney Suassuna. **Item 2** – Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado Nº 203, de 2002, Aprovado Em 07/07/04. Apreciação Em Turno Suplementar; que "Acrescenta § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho pro prazo determinado, para duplicar os limites estabelecidos nos incisos I a III deste artigo, desde que o acréscimo decorra de contratação, para o primeiro emprego, de jovens entre 18 e 25 anos de idade". Autor do Projeto: Senador Casildo Maldaner. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: na reunião do dia 07 de julho do corrente ano, foi aprovado Substitutivo ao Projeto. Resultado: Definitivamente adotado sem votação (art. 284 – RISF). Usou da palavra para discutir o Senador Ney Suassuna. **Item 3** – SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2002, APROVADO EM 07/07/04. APRECIAÇÃO EM TURNO SUPLEMENTAR; que "Altera o artigo 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses". Autor do Projeto: Senador Lauro Campos. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: na reunião do dia 07 de julho do corrente ano, foi aprovado Substitutivo ao Projeto. Resultado: Na discussão suplementar, a Senadora Patrícia Saboya Gomes apresenta uma emenda, a matéria é retirada de pauta que vai para análise do relator. Usaram da palavra para discutir os Senadores Ney Suassuna, Eduardo Azeredo (relator) e a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA É DA CCJ; que " Acrescenta à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, os artigos 105-A e 105-B, para dispor o encaminhamento ao Conselho Tutelar da criança que praticou ato infracional. Autor: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador Aelton Freitas. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Vista concedido ao senador Ney Suassuna e à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Os itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 foram adiados. Às onze horas e trinta e quatro minutos a reunião foi suspensa para dar continuidade no dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quatro. No dia vinte e cinco de agosto, retomada a reunião às onze horas e vinte e nove minutos foram apreciadas a seguintes matérias: Item 13 – REQUERIMENTO Nº 20 DE 2004 – CAS; que requere a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Apresentação de Alternativas Técnicas para o Problema Social do Setor Ferroviário Brasileiro, com a participação dos abaixo citados, sem prejuízo de outras autoridades que venham a ser, igualmente, chamadas sobre o assunto: Dr. Paulo Sérgio Passos – Secretário Executivo do Ministério dos Transportes; Dr. José Augusto Valente – Secretário de Política Nacional de Transportes; Representante da federação das Associações de Engenheiros Ferroviários – FAEF. Autor: Senador Papaléo Paes. Resultado: Aprovado. : Item 14 – REQUERIMENTO Nº 21 DE 2004 – CAS; que requere a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, visando esclarecimentos sobre o reajuste das operadoras de planos e seguros de saúde, bem como sobre as eventuais deficiências no combate aos abusos destas entidades contra os consumidores; para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais das seguintes nstituições: Ministério da Saúde; Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); departamento de proteção e Defesa do Consumidor, vinculado ao Mi-

nistério da Justiça, federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG); Associação Médica Brasileira (AMB) e Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP)". Autor: Senador Antônio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado. Item 15 – REQUERIMENTO Nº 22 DE 2004 – CAS; que requere a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente, visando esclarecimentos sobre a recusa do Governo brasileiro em mandar representantes ao encontro internacional que, no próximo ano, em Aichi, no Japão, se ocupará do Tema Questão Ambiental e Sociedade Urbana Industrializada, com os seguintes convidados: Dra. Marina Silva – Ministra do Meio Ambiente e ao Dr. Antônio José de Souza e Silva – Chefe da Divisão de Feiras e Turismo do Ministério das relações Exteriores. Autor: Senador Juvêncio da Fosenca. Resultado: Aprovado. Usaram da palavra para discutir os Senadores Mão Santa e Juvêncio da Fonseca. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes,** Presidente em exercício da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 26ª REUNIÃO – 24-8-04

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens 1, 2, 3 e 4, tendo em vista estar sobrestada a pauta do plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Item 1. Apreciação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2003, que acrescenta art. 13-a à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, para dispor sobre o registro dos dados do empregador na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado e dá outras providências. Autor: Senador João Alberto Souza; Relator: Senador Aelton Freitas.

Esta Presidência tem um esclarecimento a fazer: na reunião do dia 7 de julho de 2004 foi aprovado o projeto nos termos da Emenda nº 1 – CAS, substitutivo.

Portanto, passo à discussão, em turno suplementar, do substitutivo, conforme o art. 282 do Regimento Interno. (Pausa.)

Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero apenas colocar aqui que esse projeto já foi aprovado em primeira votação e que essa votação suplementar merece a nossa atenção, especialmente porque se trata de uma providência aparentemente simples, mas de relevância, que é constar também o registro dos dados do empregador na carteira de trabalho. Na carteira de trabalho não haveria, então, apenas os dados do empregado, mas também dados detalhados do empregador. Isso é importante em várias situações que se apresentam depois, quando o trabalhador quer algum benefício ou ajuíza alguma causa.

É importante que possamos aprovar esse projeto. O Senador Aelton Freitas é do meu Estado, Minas Gerais, e foi o relator desse projeto, que é muito importante e que, portanto, merece a sua aprovação. O projeto é do Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, bem disse o Senador Azeredo que, embora pareçam simples as colocações, não são tão simples porque modificam para melhor os dados registrados na carteira de trabalho. Realmente, se não houver CPF, se não houver endereço, os dados mais especificados, não há como localizar as pessoas, o empregador ou a firma que o empregou. Por essa razão o Governo considera esse projeto um aprimoramento, e votaremos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não havendo quem queira discutir mais a matéria e não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é definitivamente adotado sem votação, conforme o art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 2. Apreciação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2002, que acrescenta o § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado para duplicar os limites estabelecidos nos incisos I e III deste artigo, desde que o acréscimo decorra da contratação para o primeiro emprego de jovens entre dezoito e vinte e

cinco anos de idade. Autor: Senador Casildo Maldaner; Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Esta Presidência tem um esclarecimento a fazer: na reunião do dia 07 de julho de 2004 foi aprovado o projeto nos termos da Emenda nº 01 – CAS, substitutiva.

Portanto, passo a discussão, em turno suplementar, do substitutivo, conforme o art. 282 do Regimento Interno. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, este projeto, que já foi detalhadamente analisado no primeiro turno, uma vez que esta é a votação suplementar, objetiva facilitar principalmente o primeiro emprego. Por essa razão, também votaremos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é definitivamente adotado, sem votação, conforme art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 3. Apreciação em turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, que altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a conceder ao trabalhador desempregado, por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma continuada ou alterada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definitiva pelo Codefat. Autor: Senador Lauro Campos. Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Esta Presidência tem um esclarecimento a fazer. Na reunião do dia 7 de julho de 2004, foi aprovado o projeto nos termos da Emenda nº 1 – CAS, substitutiva.

Portanto, passo à discussão, em turno suplementar, do substitutivo, conforme o art. 282 do Regimento Interno.

Em discussão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto de autoria do Senador Lauro Campos procura melhor entender a questão, adaptar a legislação ao problema do desemprego, que é cada vez mais crescente, infelizmente, no nosso País.

A volta ao mercado de trabalho é mais difícil hoje. O tempo para se conseguir uma nova colocação tem aumentado em média, mas, evidentemente, dez meses parece-me um prazo muito elevado. Por isso, apresentei um substitutivo com o objetivo de aumentar o prazo para auxílio-desemprego, mas não concordando com a extensão dos atuais cinco máximo para dez meses, o que significaria dobrar o prazo. Do ponto de vista financeiro, não há como conceder um acréscimo tão forte assim, mas proponho o acréscimo de um mês. Em vez de três a cinco, que seja de quatro a seis. O projeto define com clareza: quatro parcelas, se o vínculo empregatício for de, no mínimo, seis meses e, no máximo, onze meses; cinco parcelas, se for de doze a vinte e três; e seis parcelas, se o vínculo for superior a, no mínimo, vinte e quatro meses. O número de parcelas é proporcional ao último tempo de trabalho registrado na carteira de trabalho.

O objetivo é atender a essa questão do desemprego crescente, amenizar a dificuldade de conseguir um emprego.

A Senadora Patrícia Saboya deseja apresentar uma emenda. Voltarei a me manifestar depois da palavra de S. Exª.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, antes de mais nada, também quero ressaltar a importância de um projeto tão expressivo num momento tão difícil do nosso Brasil. Há algum tempo, o desemprego afeta milhões de famílias brasileiras, numa situação drástica, apesar do esforço do nosso Governo para melhorar a condição de vida das famílias brasileiras.

Quero, antes de tudo, ressaltar o extraordinário relatório do Senador Eduardo Azeredo. Tive com S. Exª a oportunidade de discutir a possibilidade de apresentarmos uma emenda. Então, peço permissão a V. Exª para ler emenda de minha autoria.

"Acrescenta ao art. 4º da Lei nº 7.998/90 o seguinte § 1º, renumerando-se os demais parágrafos do art. 1º do substitutivo:

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma contínua ou alterada, a cada período adquirido, cuja duração será definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

§ 1º A sexta parcela do benefício do seguro-desemprego somente será concedida mediante autorização do Codefat.

Justificação

Devido ao amplo espectro de atribuições relacionadas ao FAT e de sua natureza anticíclica, toda proposta de aumento do número de parcelas do benefício de seguro-desemprego deverá ser submetida

à autorização do Codefat, tendo em vista o aumento da pressão sobre os recursos do fundo nos momentos de desaceleração econômica."

Sr. Presidente, essa é a emenda.

Agradeço antecipadamente ao Senador Eduardo Azeredo, que, compreendendo a delicadeza deste momento que estamos vivendo em nosso País, imediatamente se colocou à disposição para acatar essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quero não só louvar a atitude do Senador Eduardo Azeredo, mas também me manifestar a respeito da emenda de autoria da nobre Senadora do Ceará, Patrícia Saboya Gomes.

Em Economia e em Administração não há milagres. Não se pode tirar de onde não existe. Se todos retirassem repentinamente recursos desse fundo, teriam o direito, mas não teriam o dinheiro. Por isso, é preciso que haja a manifestação do Codefat. É esse órgão que dirá da possibilidade de existir ou não recursos para essa abertura, e, com toda certeza, serão muitos os pedidos. Essa é a razão por que considero muito prudente a emenda da Senadora, e foi mais prudente ainda o Senador ao acatá-la.

Nobre Presidente, se já há manifestação do nosso Relator no sentido de acatar essa emenda, por que não podemos votá-la imediatamente em vez de aguardar o relatório? Talvez pudéssemos proceder à votação, vez que o Relator poderia proferir seu relatório verbalmente e, depois, anexá-lo por escrito. Isso é possível regimentalmente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A votação deve ser nominal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Entendi. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em virtude da apresentação da emenda, o projeto será retirado de pauta e apreciado pelo Sr. Relator, conforme o art. 283 do Regimento Interno.

A matéria está acatada e será encaminhada ao Relator.

Item 4. Decisão terminativa da CCJC. Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2003, que acrescenta à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, os artigos 105-a e 105-b para dispor sobre o encaminhamento ao Conselho Tutelar da criança que praticou ato infracional. Autor: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador Aelton Freitas.

O parecer é favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, para proferir seu relatório.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, em comunicação anterior, o Senador Ney Suassuna e a Senadora Patrícia Saboya manifestaram o interesse de pedir vista. Gostaria de saber se há necessidade de ler o relatório para que seja concedida vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Exª terá de ler o relatório para posterior concessão de vista.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tem sido identificada dificuldade na compreensão por parte dos membros do Conselho Tutelar dos Municípios, dos comandos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O caráter não especializado dos membros do Conselho escolhidos pela comunidade em função da sua significação na sociedade local, e não em função da sua significação jurídica, tem feito com que as defesas e salva-guardas das crianças e dos adolescentes previstas na lei não funcionem com a eficácia necessária.

Os artigos acrescentados têm por finalidade a explicitação dos critérios e medidas albergadas por lei, evitando que os Conselhos Tutelares municipais, por um lado, escusem-se de algumas atribuições por acreditarem não ser de sua competência ou, por outro lado, exorbitem de suas atribuições.

Assim sendo, Sr. Presidente, o art. 105-a deixa claro aos Conselhos que é de sua competência acolher e tomar providências em relação às crianças e adolescentes cujos direitos estabelecidos pela própria Lei nº 8.069, de 1990, tenham sido ameaçados ou violados. Por seu turno, a proposta de art. 105-b explicita comando ínsito na lógica da lei, a saber: sob nenhuma circunstância, a criança que tenha cometido ato infracional deve ser privada de sua liberdade.

As inovações ocorridas no nosso ordenamento jurídico, ao longo dos últimos 16 anos, transcorridos sob a égide da Constituição Federal de 1988, são muitas vezes de caráter vanguardista, incorporando no nosso sistema legal princípios advindos das mais recentes evoluções da humanidade ocidental. Sob esse espírito, na nossa lei, uma das mais modernas sobre as minorias de todo o tipo, reconhecemos a detenção de parte menor de inovações jurídicas das crianças afrodescendentes e das mulheres, que não são minorias no sentido numérico, mas o são quanto à parcela de poder que detém.

O caráter vanguardista de um termo legal nem sempre é acompanhado pela cultura. Às vezes, como é o caso, o Direito coloca-se à frente da consciência social, desencadeando nesta um processo de evolução que de outro modo tardaria ainda mais.

Então, temos a seguinte situação. Há uma lei que de forma democrática e moderna atribui deveres aos membros leigos da comunidade, contando com interesse e a capacidade de participação desses membros na sociedade local. Porém, em grande parte do nosso País, os membros da comunidade não contam, apesar de sua sabedoria, com os conhecimentos técnicos necessários ao desempenho de funções de operação do Direito que lhe são atribuídas pelo desígnio participativo da nova lei. Mas os beneficiários da lei, por sua vez, não podem ficar à mercê da capacidade limitada dos conselheiros para o entendimento da lógica de funcionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente. É preciso que a lei funcione, ainda que os responsáveis por sua concretização não estejam igualmente capacitados para isso.

A proposta de acréscimo de comandos ao texto da Lei nº 8.069, de 1990, vem responder à situação descrita no parágrafo anterior. Não é que os membros dos Conselhos Municipais sejam desigualmente interessados na aplicação da lei. Não se trata disso! Trata-se antes da desigualdade quanto à formação técnica necessária ao bom desempenho da atribuição da lei.

Assim, se pusermos os termos da lei ao alcance de todos, inclusive dos leigos a quem é dada a operá-la é razoável esperar que todas as crianças e adolescentes brasileiros sejam beneficiados, o que não vem ocorrendo hoje, com conseqüências sociais das mais graves.

Com isso, Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2002, concedendo, com a sua permissão, vista aos nobres Srs. Senadores Ney Suassuna e Patrícia Saboya Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra a nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, muito rapidamente, queria mais uma vez me congratular com os Senadores Valmir Amaral, autor desse projeto de lei, e Aelton Freitas, seu relator. S. Exª elaborou um relatório bastante minucioso, objetivando realmente o melhor para as nossas crianças e para os nossos jovens.

Como V. Exª tem acompanhado, desde que cheguei ao Senado, a nossa bandeira tem sido a da criança e do adolescente, inclusive com o privilégio e a honra de presidir no Senado Federal a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente, mas temos uma certa dificuldade na aprovação dessa lei. Já tive oportunidade de conversar com o Senador Valmir Amaral para que pudéssemos revê-la porque, apesar de sua importância, suas determinações já estão estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. E a manifestação, principalmente das ONG´s que trabalham justamente com as crianças e com os adolescentes, é justamente de que isso pode complicar um pouco, na prática, a execução desse Estatuto.

Então, fiz um apelo ao Senador Valmir Amaral, que me atendeu e inclusive ouviu a nossa assessoria, mas ainda não decidimos a questão.

O Senador Ney Suassuna vai manifestar-se em relação à posição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente e Sr. Relator, vamos pedir vista apenas para encontrar um consenso entre as posições da Frente Parlamentar, do Relator, que tem a maior boa-vontade, e do autor do Projeto. Louvamos o Projeto e a Relatoria, mas estamos pedindo vista apenas com o objetivo de elaborarmos um acordo que propicie maior tranqüilidade para ambos os lados. Por isso, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Está concedida vista ao processo.

Srs. Senadores, Srª Senadora, em virtude de o Senado estar em um período de atividade atípica, em época de esforço concentrado, tomamos a decisão de suspender a reunião neste momento, deixando-a em aberto para dar prosseguimento à mesma amanhã. Caso haja desobstrução da pauta, iremos votar as decisões terminativas; caso contrário, continuaremos com as decisões não terminativas.

Está suspensa a nossa reunião.

Se Deus quiser, amanhã voltaremos para limpar a pauta da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Bom-dia a todos.

(Suspende-se a reunião às 11h e 34min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 15 de setembro de 2004, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, do dia quinze de setembro de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) Ideli Salvatti, Flávio Arns, Sibá Machado, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Ney Suassuna, Edison Lobão, Paulo Octávio, Roseana Sarney, Edu-

ardo Azeredo, Lúcia Vânia, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Cristovam Buarque, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Hélio Costa, Romero Jucá, César Borges, Demóstenes Torres, João Ribeiro, Leonel Pavan e Osmar Dias. A Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, afastou-se no dia primeiro de julho de dois mil e quatro para exercer o cargo de Secretária de Estado do Combate à Pobreza, Assistência Social e do Trabalho do Estado de Sergipe. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. Item 11 – REQUERIMENTO Nº 23, DE 2004 – CAS, Requere a realização de reunião conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos e a de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004 de autoria da Presidência da República que, " Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 255 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória Nº 2191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências". Autor: Senadora Lúcia Vânia e Senador Ney Suassuana. Resultado: Aprovado. Usou da palavra para discutir o Senador Ney Suassuna. Os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 foram adiados. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, presidente em exercício e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes,** Presidente em exercício da CAS.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 27ª REUNIÃO – 15-9-04

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovada.

Em virtude da pauta estar obstruída, não podemos discutir todos os itens, ficando, assim, a reunião restrita ao requerimento que passo a ler.

"Requeiro, nos termos do disposto no art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de reunião conjunta da Comissão com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania com a finalidade de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, de autoria da Presidência da República, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 255 da Constituição Federal; estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM, e seus derivados; cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS; reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio; dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança; revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2004." – Está subscrito pela Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, e pelo Senador **Ney Suassuna,** que se encontra presente.

Consulto se algum senador deseja fazer considerações a respeito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, esta é uma comissão de mérito, de acordo com o art. 100. Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exª e aos nobres Pares que o relatório possa ser lido perante as três comissões, daqui a momentos, na Comissão de Comissão, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Conseqüentemente, por não haver outra matéria a ser tratada, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 24ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em conjunto com a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Eco-

nômicos e 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais em 15 de setembro de 2004, Quarta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e sete minutos do dia quinze de setembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões número três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Ramez Tebet e Edison Lobão, com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Antonio Carlos Valadares, Magno Malta, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, João Batista Motta, Pedro Simon, Antonio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Aelton Freitas, Ney Suassuna, Luiz Otávio, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Mão Santa, Valdir Raupp, César Borges, Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, José Agripino, Flávio Arns, Hélio Costa, Osmar Dias, Geraldo Mesquita Júnior, Papaléo Paes, Teotônio Vilela Filho, Augusto Botelho, Gerson Camata, e as Senhoras Senadoras Serys Slhessarenko, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Lúcia Vânia reúnem-se as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos, e Assuntos Sociais. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Leomar Quintanilha, José Maranhão, Romero Jucá, Demóstenes Torres, José Jorge, Jefferson Péres e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente reunião conjunta destinada à deliberação do **Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004** (PL Nº 2401, de 2003, na origem) – NÃO TERMINATIVO – que "Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências" (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1999, e com o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 1999). **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Ney Suassuna. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 422, de 1999. São apresentadas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania as Emendas de nº 01, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, e de nºs 02 a 08, do Senador Álvaro Dias. Na Comissão de Assuntos Sociais são apresentadas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca; nº 02, de autoria da Senadora Fátima Cleide, do Senador Sibá Machado e da Senadora Serys Slhessarenko; nº 03, de autoria do Senador Osmar Dias; a Emenda nº 04-Substitutiva, de autoria da Senadora Fátima Cleide, Senador Sibá Machado e Senador Flávio Arns, e de nº 05, de autoria do Senador Flávio Arns. E na Comissão de Assuntos Econômicos são oferecidas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Osmar Dias, e de nº 02, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, todas essas Emendas submetidas à análise do Relator. Resultado: As Comissões aprovam o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 02-CAE-CCJ-CAS (Substitutivo), e rejeitam os Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 422, de 1999. Nada mais havendo a tratar a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezoito horas e vinte minutos; e para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 24ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A presente reunião é conjunta entre as três comissões já mencionadas e destina-se à deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 188 e o Projeto de Lei nº 422, de 1999.

Esclareço que a presidência desta reunião está sendo ocupada por mim por uma questão acidental, porque critério por idade é acidente. Por mérito, tanto eu quanto o senador Edison Lobão, gostaríamos que a reunião fosse presidida pela Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. No entanto, S. Exª abdicou dessa honraria, porque irá apresentar e discutir o mérito desta reunião. E como afirmei que a questão da presidência, neste caso, é uma questão acidental, evidentemente, a presidência será, por mérito, passada, em momento oportuno, ao Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto em análise é não-terminativo. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e

seus derivados; cria o Conselho Nacional de Biossegurança; reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; dispõe sobre a política nacional de biossegurança; revoga a Lei nº 8974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências.

A autoria desse projeto é da Presidência da República.

A relatoria, nesta oportunidade, é do Senador Ney Suassuna.

O parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 188 e nº 422, de 1999, que tramitam em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 188 de 1999, não-terminativo, que acrescenta dispositivos à Lei nº 1974, de 5 de janeiro de 1995, estabelecendo obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismos geneticamente modificados ou derivados de OGM. Autoria do Senador Carlos Patrocínio e relatoria do Senador Ney Suassuna.

O parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 188 e nº 422, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 1999, também não-terminativo, que determina a exibição da expressão que menciona nos produtos transgênicos, e dá outras providências. A autoria é do Senador Romero Jucá; a relatoria, do Senador Ney Suassuna.

O parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 188 e nº 422, de 1999, que tramitam em conjunto.

Em 14 de setembro de 2004, foi oferecida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, perante a Comissão de Assuntos Sociais, bem como a Emenda nº 1, de autoria da senadora Serys Slhessarenko, e as Emendas nºs 2 a 8, de autoria do Senador Álvaro Dias, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo o Senador Edison Lobão e a Senadora Lúcia Vânia, Presidentes de duas das três Comissões que hoje estão reunidas. Agradeço aos três Presidentes a confiança de conceder a mim a honra de relatar um processo tão problemático e complicado.

Imaginem V. Exªs que esse projeto diz respeito ao meio científico, aos ruralistas, à igreja, aos evangélicos, a vários Ministérios, como o da Agricultura, o da Ciência e Tecnologia, o da Saúde, o do Meio Ambiente. Por isso, precisamos discutir muito, e foram dias e dias de discussão.

O projeto veio da Câmara. Peço aos Senadores que já o receberam e aos Presidentes que me concedam a licença de ler apenas o parecer, porque fizemos um acordo para, com relação à tramitação, ler o parecer e suspender a reunião para fazermos os últimos fechamentos.

Buscamos como base o projeto do nobre Senador Osmar Dias, que fez um trabalho primoroso na Comissão de Educação. Aliás, louvo o Senador Osmar Dias pelo trabalho, porque inicialmente o projeto não passaria nem pela Comissão de Educação, mas S. Exª defendeu que se tratava de assunto relativo à área de tecnologia e de pesquisa, sendo de direito que o projeto passasse pela Comissão de Educação. Fui um dos que votou favoravelmente a que o projeto fosse àquela Comissão. Lá, S. Exª fez um trabalho ouvindo vários segmentos, promovendo audiências públicas e nos dando, com isso, uma boa base para que pudéssemos fechar esse trabalho hoje.

Ainda há alguma divergência entre mim e S. Exª, e vamos tentar, de acordo com essa programação de tramitação que estamos propondo, ler o parecer, principalmente o relatório. Em seguida, nobres Presidentes, pediria que fosse suspensa a reunião para o almoço, para que fechássemos os últimos itens que ainda faltam. Na parte da tarde, entraríamos na discussão, encerrando-a, até porque neste momento a Senadora Lúcia Vânia não se encontra presente. S. Exª, os Senadores Jereissati, Tião Viana e Flávio Arns estão discutindo com cientistas as últimas observações referentes à célula-tronco.

Como esse projeto é um consenso, o acordo é que esse grupo especializado nessa área de biologia, área médica, etc faça o fechamento dessa matéria ao mesmo tempo em que discutimos com Jonas Pinheiro, com quem há poucos minutos fechamos o último artigo – S. Exª cuida de uma área muito importante –, e com o Senador Osmar, responsável por algumas áreas em aberto sobre as quais ainda estamos em discussão. Poderemos, dessa forma, na parte da tarde, ter inteiramente sanado o debate. Por quê? Pela seguinte razão, Srªs e Srs. Senadores: quanto mais monolítico for esse projeto, mais possibilidades teremos de permanecer o texto quando retornar à Câmara.

Diante dessas explicações, passo a ler o parecer. Não vamos abordar o projeto propriamente dito, pois sabemos que haverá pedido de vista, em cujo prazo buscaremos o fechamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª só vai ler o parecer?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Só o parecer. Aliás, só o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O projeto já está também publicado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Exato. Está publicado, nobre Senador. Agradeço a V. Exª a interferência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Como o Relator já anunciou que haverá pedido de vista, consulto V. Exª se esse pedido de vista faz parte do acordo e se, fazendo parte do acordo, já está combinado o horário da próxima reunião para votarmos o projeto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O nobre Presidente vai determinar em que horário retornaríamos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Osmar Dias, pelo que estou informado, após a leitura do relatório pelo Senador Ney Suassuna, naturalmente haverá pedido de vista, e há uma unanimidade de que essa vista seja concedida até o período da tarde, porque faltariam alguns entendimentos. É nesse sentido que estou informado pelas lideranças.

O SR. PEDRO SIMON (PMD – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, com todo respeito, estranho que esta matéria seja votada com essa urgência e sem que tenhamos a chance do debate que imaginávamos, no seu final.

Sei que foram feitos acordos, mas não sei quais e no que consiste ou não. Aprofundei-me nessa matéria e, inclusive, procurei analisar como ela está sendo tratada em vários países do mundo.

Nos Estados Unidos, há longos anos vêm debatendo a matéria e ainda não foi votada, como também não foi na Europa, na Inglaterra e na França. A Itália votou, semana passada, um dos quesitos; e o que lá votaram é bem diferente do que vamos votar aqui, qual seja, um parecer absolutamente contrário ao que vamos votar aqui.

Sr. Presidente, está aqui:

Terminou de ser votado na Itália este primeiro item:

Da experiência de embriões humanos:

É proibida qualquer experimentação em embriões humanos.

Esse é o item primeiro da Itália.

Honestamente, esta matéria está sendo discutida no mundo inteiro, e não entendo a pressa, a correria em uma matéria tão importante, tão fundamental, tão básica.

Entrei com um pedido para votar a parte referente à soja transgênica em separado, pois essa é uma questão que é obvia, já está resolvida e quanto a ela há uma unanimidade. Mas digo com toda franqueza que não sei como votá-la. Estou acompanhando? Estou. Estou ouvindo? Estou. Existem acordos feitos pelos líderes que são muito importantes. V. Exª disse que há unanimidade dos líderes, mas nenhum líder ouviu a sua bancada. Meu líder não reuniu... V. Exª foi chamado pela bancada do PMDB? Não discutimos a matéria, ninguém.

Apreciar uma matéria dessa natureza agora, suspender, almoçar e, depois do almoço, voltar para votá-la hoje? Qual é a urgência? Pelo amor de Deus, digam-me qual o significado da urgência de uma matéria que visa o futuro, a humanidade? Estamos mexendo com o futuro da humanidade, com a nossa presença, em termos do que é mais importante: a vida.

Quero ter a serenidade de poder votar essa matéria conhecendo, analisando, debatendo, aprofundando. Aqui não se trata de oposição, situação, a favor ou contra a Igreja, mas de analisar questões relativas ao nosso futuro da maior importância.

Agora, vejo os Estados Unidos debatendo longamente – procurei falar com eles. Os países modernos estão discutindo longamente essa matéria. A Itália decidiu anteontem. E nós estamos fazendo o casamento contrário.

Não sei, mas gostaria de consignar, pelo menos, a minha posição, para que ela fique clara. Essa é uma matéria da maior importância, do maior significado, da maior profundidade, e, no pensamento deste humilde Senador, deveríamos conhecê-la, estudá-la melhor.

Por isso, apresentei uma emenda e faço um destaque para que a parte que já é unanimidade, qual seja, a relativa à soja transgênica, seja votada, e, quanto ao resto, possamos estudar mais matéria.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Pedro Simon, este assunto vem sendo debatido no Senado há muitos meses. Já realizamos pelo menos seis audiências públicas. Aqui vieram cientistas de todas as universidades do País e também de todos os credos religiosos.

Quanto às células-tronco, neste momento, está havendo mais uma reunião. Peço a V. Exª, homem de muita visão e de muita inteligência, que, se possível, participe dessa Comissão. Lá estão o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Tião Viana e o Senador Flávio Arns, juntamente com um grupo de cientistas e pessoas de vários credos, discu-

tindo esse assunto, porque ainda, por essa razão, há suspensão. Apesar de todas as audiências públicas, ainda temos alguns itens.

Tomei cuidado porque, nesta área, não sou eu que estou legislando, são esses que vêm acompanhando as audiências públicas e as promoveram nas três Comissões esse tempo todo.

Em relação à clonagem terapêutica, por exemplo, ainda está havendo discussão, porque, mesmo entre os cientistas, o que é passível de dúvida não será aprovado. Serão aprovadas matérias de entendimento pacífico, que estão ocorrendo tranqüilamente em todo o mundo. Nas áreas em que houver dúvida, vamos retirar a matéria e pedir um outro instrumento. Provavelmente, será criada uma área específica no caso, por exemplo, da clonagem terapêutica. Sobre esse assunto, o Senador Tião Viana já apresentou projeto. Aqui, não vamos entrar em bola dividida, mas vamos só participar do que é tranqüilo, pacífico e pacato.

Concordo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Relator...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concordo com V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foi-me dada a palavra para relatar. A matéria não está em debate ainda, deixe-me terminar o relato, para podermos discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois não, Relator.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, nobre Senador, também concordo com V. Exª que houve uma mistura de dois assuntos de difícil entendimento. Lamentavelmente, do ponto de vista regimental, não tem como fazer o desenlace. Cabe a este Relator, que vem já há dois meses lutando, ouvindo cientistas... Fui Professor de Biologia na minha juventude, repassei todos os meus conceitos porque ouvi milhares de explicações de todos os matizes de cientistas. Nem entre eles existe acerto. Fique tranqüilo porque não entraremos em nenhuma bola dividida. O que for duvidoso fará parte de um outro instrumento que não este.

Dada essa explicação, passo ao relatório:

O Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004 (PL 2.401, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Poder Executivo, altera o regime jurídico que disciplina as atividades relacionadas a organismos geneticamente modificados, regulamentando-as desde a pesquisa até a comercialização. Além de disciplinar as atividades que envolvem OGM, organismo geneticamente modificado, e seus derivados, o projeto sob exame proíbe a clonagem humana para fins reprodutivos e usos para fins terapêuticos de células-tronco embrionárias obtidas por técnica de clonagem, as chamadas clonagens terapêuticas, ou a partir de embriões excedentes das clínicas de reprodução assistida.

A proposição apresenta 46 artigos estruturados em 9 capítulos.

Capítulo I: objetivos, princípios, conceitos técnicos e vedações impostos pela norma.

Capítulo II: criação do Conselho Nacional de Biossegurança, Órgão de Assessoramento Superior do Presidente da República para a Formação e a Implementação da Política Nacional de Biossegurança.

Capítulo III: criação, composição e competência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a CTNBio.

Capítulo IV: competência dos órgãos e entidades de registro e fiscalização dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Meio Ambiente e da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca.

Capítulo V: atribuição da Comissão Interna de Biossegurança, CIBio, entidade obrigatória para toda instituição que usar técnicas e métodos de engenharia genética ou realizar pesquisa com organismos geneticamente modificados e derivados.

Capítulo VI: criação do sistema de informação e biossegurança, destinado à gestão das informações decorrentes de atividades da análise, autorização, registro e monitoramento e acompanhamento das atividades que envolvem OGMs e derivados.

Capítulo VII: criação do fundo de incentivo ao desenvolvimento de biossegurança e da biotecnologia para agricultores familiares com a finalidade de promover instituições públicas de recursos para o financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento no campo da biotecnologia e da engenharia genética e instituição para porte exclusivo das **(inaudível)** de contribuição de intervenção do domínio econômico sobre a comercialização e importação de cimentos e muda de cultivares geneticamente modificados.

Capítulo VIII: dispositivos relativos à responsabilidade civil, penal e administrativa.

Capítulo IX: disposições finais e transitórias sobre rotulagem dos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham organismos geneticamente modificados.

b) Validação dos certificados de qualidade, de biossegurança e dos comunicados e pareceres já emitidos pela CTNBio e prorrogação, por um ano, dos efeitos da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza o plantio e a comercialização da soja geneticamente modificada da safra de 2004."

Após amplo acordo, que resultou das contribuições dos grupos representativos de diversos interesses, entre os quais da comunidade científica, de entidades ambientalistas, do segmento do setor produtivo, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo do relator, consubstanciando-se no PLC nº 9, de 2004, que ora relatamos.

No Senado Federal, a proposição, inicialmente, foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. Antes de ser apreciada por esses colegiados, porém, foi encaminhada à Comissão de Educação, por força de aprovação do Requerimento 140, de 2004, subscrito pelo Senador Osmar dias, ao qual fiz questão, inclusive, de votar favoravelmente.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 710, de 2004, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, o PLC nº 9, de 2004, passou a tramitar em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 9, de 2004; 188 e 422, de 1999, respectivamente de autoria dos Senadores Carlos Patrocínio e Romero Jucá, que determinam a rotulagem de produtos que contenham organismos geneticamente modificados ou derivados de organismos geneticamente modificados, os quais aguardavam apreciação da Comissão de Assuntos Sociais.

A proposição principal e os projetos apensados já foram examinados pela Comissão de Educação, na qual foi aprovado o Substitutivo apresentado pelo Senador-Relator, Senador Osmar Dias, que, de forma substancial, reformulou o texto aprovado na Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, entre outras modificações, o referido substitutivo da Comissão de Educação inclui:

I – dispositivos que autorizam a pesquisa com células-tronco embrionárias, obtidas a partir de embriões excedentes nos processos de fertilização **in vitro** ou produzidos por tecnologia de transferência nuclear;

II – estabelece o poder vinculante das decisões da CTNBio junto aos demais órgãos e entidades da administração pública, tanto para as atividades de pesquisa quanto para a liberação comercial de organismos geneticamente modificados e derivados;

III – determina que a CNTBio decide, em última e definitiva instância, sobre os casos em que a atividade é potencial ou efetivamente poluidora, bem como a necessidade de licenciamento ambiental;

IV – explicita que as disposições dos incisos I e II do art. 8º e o **caput** do art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei da Política Ambiental, somente se aplicam nos casos em que a CNTBio deliberar que o organismo geneticamente modificado é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente;

V – altera a composição da CNTBio e o **quorum** para a deliberação do colegiado, que passa a decidir por maioria dos membros presentes à reunião;

VI – suprime seis ministros da composição do Conselho Nacional de Biossegurança, que passa a contar com nove Ministros e altera as suas competências;

VII – extingue a Cide-OGM;

VIII – exclui da aplicação da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, a Lei dos Agrotóxicos, os organismos geneticamente modificados que tenham função de agrotóxicos, estabelecendo que somente estarão sob a égide da Lei de Agrotóxicos os organismos geneticamente modificados que servirem de matéria-prima para a produção de agrotóxicos.

Após o exame do PLC nº 9, de 2004, pela Comissão de Educação, esta Casa deliberou por apreciar o projeto em reunião conjunta da CCJ, da CAE e da CAS, recebendo essa última, a CAS, nos termos do disposto nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, análise de mérito.

Ainda diríamos que, na Comissão de Economia, pelo fator econômico, também haveria o exame do mérito.

No âmbito da CCJC, foram apresentadas oito emendas da CAS e uma da CAE.

O PLC nº 9, de 2004, sob exame, altera o regime jurídico e disciplina as atividades relacionadas a organismos geneticamente modificados. No entanto, apesar de, em essência, tratar de biossegurança e de organismos geneticamente modificados, incorpora disposições relativas à terapia genética e à pesquisa de terapia com células-tronco embrionárias, matérias que definitivamente não guardam relação com o escopo do projeto.

O impacto econômico positivo proporcionado pela aprovação dessa matéria é incontestável. O uso da biotecnologia na medicina e na agricultura é uma revolução da ciência na atualidade. Se o Século XX foi marcado pela revolução verde, com o desenvolvimento de cultivares altamente produtivos, via melhoramentos genéticos, o Século XXI será marcado pelas descobertas da engenharia genética e da biotecnologia. O desenvolvimento da biotecnologia não se restringirá ao aumento da produtividade das culturas, mas proporcionará também alimentos de maior qualidade, mais nutritivos e com maior durabilidade.

A propósito, a proposição aborda três temas distintos, que serão analisados de forma destacada no decorrer do parecer.

Dispositivos Relacionados à Biossegurança.

Sobre esse tema, a principal questão em debate refere-se ao nível de competência que se pretende

atribuir à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, com respeito à liberação comercial de OGM e derivados.

O PLC nº 9, de 2004, estabelece ritos diferenciados para análise das solicitações relativas a projetos de pesquisa e à liberação comercial de organismos geneticamente modificados e derivados.

Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados, a CTNBio delibera em última e definitiva instância sobre todas as atividades de pesquisa com OGM. Para a liberação comercial, adotou-se a sistemática de manter as competências dos órgãos e entidades das áreas de saúde, agricultura e meio ambiente, que decidem com base no parecer técnico da CTNBio.

Com o intuito de assegurar procedimentos menos burocráticos, propomos reformular esse modelo de modo a conceder à CTNBio plena autonomia para decidir todas as liberações de organismos geneticamente modificados, seja para fins de pesquisa, seja para uso comercial.

Alteramos, portanto, o art. 5º, incisos VIII, X, XV, XXI, §§ 1º, 2º, 4º, 12, 13; e incisos II, XVII, § 1º do inciso III, entre outros.

Também incorporamos ao projeto sob exame as modificações oferecidas pelo texto da Comissão de Educação relativas ao **quorum** deliberativo das CNTBio, que passa a decidir com maioria simples.

Quanto à composição da CTNBio, incluiu-se no inciso II do art. 9º do PLC nº 9, de 2004, representantes do Ministério das Relações Exteriores, em substituição ao Ministério de Assistência Social, à época Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome. Mantivemos os demais incisos no dispositivo.

Preservamos, a exemplo do Substitutivo da Comissão de Educação, as demais atribuições da CTNBio, bem como a exigência do certificado de qualidade de biossegurança, a obrigatoriedade de uma Comissão Interna de Biossegurança para toda instituição que usar técnicas de engenharia genética e sistemas de informações em biossegurança, determinações já estabelecidas na legislação atual e incorporadas ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Uma vez alterado o arcabouço das competências administrativas para exame e autorização do uso comercial de OGM, centralizamos todo o poder decisório no âmbito da CTNBio e abrimos a possibilidade de os órgãos e entidades de registro e fiscalização das áreas de saúde, meio ambiente e biossegurança, recorrerem da decisão da CTNBio ao Conselho Nacional de Biossegurança. O recurso deverá ser interposto no prazo de até trinta dias, contados a partir da data da publicação do parecer técnico da Comissão. O Conselho Nacional de Ministros terá prazo de 45 dias para apreciá-lo. Caso o Conselho não delibere nesse prazo, o recurso será dado como prejudicado.

Estabelecemos ainda para dar agilidade e desburocratizar o funcionamento do Conselho, a substituição dos titulares por suplentes nos seus impedimentos e instalação dos trabalhos com a presença de pelo menos seis dos membros e deliberação por maioria simples de votantes.

Assim, quatro ministros sempre terão que votar. O **quorum** mínimo é de quatro ministros.

Em função desse novo enfoque, os arts. 6º e 7º do PLC nº 9, de 2004, relativos às competências e à composição do Conselho de Ministros, devem ser igualmente reavaliados.

Nesse sentido, optamos por acolher parcialmente as propostas do substitutivo da Comissão de Educação, uma vez que decidimos manter como membros do Conselho de Ministros os Ministros das Relações Exteriores, pelos problemas de Mercosul e outros acordos, dada a importância no âmbito internacional, e também o Ministério da Defesa, por causa do problema do bioterrorismo.

Outro ponto controverso do PLC nº 9, de 2004, relaciona-se à obrigatoriedade de rotular os alimentos que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM. Como o Código de Defesa do Consumidor já exige a adequada informação para a composição de qualquer produto, optamos por suprimir o art. 33 do Projeto. A nosso ver, basta um decreto para disciplinar a rotulagem de produtos que contenham OGM ou derivados, o que, aliás, já ocorre atualmente.

O PLC nº 9, de 2004, também gera polêmica ao instituir a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico sobre a comercialização e importação de sementes e mudas de cultivares geneticamente modificados, o que seria a CIDE-OGM. Sabiamente, o relator da matéria no Conselho de Educação acolheu em seu substitutivo emendas dos Senadores Tasso Jereissati e Lúcia Vânia, que suprimiu esse que seria mais um tributo. Além de ser indesejável aumentar ainda mais a já elevada carga tributária brasileira, ensejaria a bitributação de mudas e sementes geneticamente modificadas, razão pela qual ratificamos a posição da Comissão de Educação.

Em decorrência da não instituição do CIDE-OGM, propomos suprimir os arts. 17 a 20 do PLC nº 9, de 2004, que criam o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento de Biossegurança, uma vez que não vai ter renda. Se não vai existir renda, para que manter uma coisa que não vai ter como funcionar?

Todos os Srs. Senadores têm o projeto. Então, pergunto se V. Exªs fazem questão de que eu leia o relatório até o final ou se já posso suspender e cada

um ler isoladamente, uma vez que acho que está mais ou menos disciplinado. O relator, além de estar aberto à discussão todo o tempo, ainda vai tentar fechar alguns itens para que, na parte da tarde, possamos dialogar já com maior conhecimento. Sr. Presidente, peço que V. Exª faça a consulta oficialmente. Não crio nenhum problema em suspender aqui para que voltemos à tarde para a discussão do projeto.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pedirei vistas, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Só consultaria o relator sobre as emendas apresentadas. Apresentei oito emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Serão relatadas na parte da tarde, logo após o término das últimas coisas, porque alguma emenda poderá ser prejudicada por algum fechamento. Por essa razão, na parte da tarde, abriríamos relatando as emendas e passaríamos ao debate e à votação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Nesse relatório ainda não há o acolhimento das emendas?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os dois itens ainda precisam ser debatidos. O problema da genética, de que estamos falando e que tanto preocupou o Senador Pedro Simon, ainda está sendo debatido com os cientistas. Precisamos ter uma última conversa com a nossa Bancada, que é especializada em agricultura, Senadores Osmar e Senador Jonas Pinheiro, para ver se conseguimos tirar algum óbice que possa existir em relação ao projeto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de comunicar ao relator, Senador Ney Suassuna, que há um ponto de divergência grave entre o projeto que V. Exª apresentou e o nosso, mas há uma forma de encontrarmos um consenso. Vou apresentar uma emenda e submetê-la a V. Exª para que na parte da tarde, quando formos discutir o assunto, essa emenda possa ser analisada por V. Exª. Já pedi a elaboração da emenda e vou apresentá-la. Trata-se do §7º do art. 16. No projeto de V. Exª, a CTNBio dará parecer técnico conclusivo, e eu coloco "decisão técnica da CTNBio".

Essa é a alteração que estou propondo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. Exª apenas que nós, logo após receber a decisão, tenhamos um *tête-à-tête* e troquemos algumas informações, para ver se podemos aplainar esse assunto. Estamos abertos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – *Tête-à-tête* é uma conversa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Exª tem a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, vamos fazer o seguinte: o relatório está parcialmente lido, pelo que concluí. Tudo indica, pelo andamento, que as partes divergentes...

Senador Osmar Dias, preciso da colaboração de todos para proferir uma decisão. O ideal seria conceder o pedido de vistas da Senadora Serys pelo prazo já estipulado por todos, mas quero ouvir a opinião geral, porque o relatório não está concluído. Como faremos?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concluí sabendo que vai haver modificações.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, sempre acompanho o trabalho de V. Exª, tanto na presidência do Senado quanto na presidência da Comissão. Entendo, porque também presido uma Comissão, que conceder vistas de um relatório não concluído não é regimental. Sugiro que seja suspensa a sessão por determinado tempo, para que o relator possa concluir o relatório.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o pedido de vista não pode ser negado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas o pedido de vista só pode ser feito depois de concluído o relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Posso ler o relatório como está, pois ele está completo. No entanto, sei que vamos modificá-lo em alguns pontos. Apenas estamos sendo extremamente abertos, dizendo que essa seria uma forma de ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas se for modificado vai ter outra vista.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas se quando voltarmos alguém pedir vista, será jogado para amanhã ou depois de amanhã. E há o problema de atrasar o plantio das sementes, que deve ser feito em outubro, em todo o território nacional. Estaremos fazendo uma castração do nosso direito de parlamentar de legislar, porque virá uma medida provisória inexoravelmente e será difícil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É um absurdo colocar uma medida como essa, da semente da soja, que é uma questão tranqüila, com uma matéria complexa, que não tem nada a ver com isso. Isso é um absurdo! O absurdo é nos obrigarem a votar agora essa matéria, que não tem nada a ver com isso, porque a soja precisa. Penso que é possível fazer um destaque em separado para votarmos a soja agora e deixar isso, Sr. Presidente. É o absurdo dos absurdos! Ontem, o nobre Senador Presidente da Comissão de Educação falou da tribuna do plenário que o relatório

do Senador Ney Suassuna tinha modificado profundamente o seu parecer, que ele era contra e tinha que estudar. Então, tínhamos o relatório do Senador Dias, depois vem o relatório do Senador Suassuna completamente diferente. Agora, já vem um meio termo, que não é nem o do Senador Osmar Dias nem o do Suassuna. É um terceiro que ainda não está completo, que vai ficar completo hoje à tarde. Qual é a obrigação de votarmos essa matéria com essa urgência? Aqui não há Oposição, não há Governo, não há nada. Essa é uma matéria de grande importância e significado, então faço um apelo. Tem razão o Senador Suassuna, já vimos isso. Mas, neste Senado, ouvimos sobre uma matéria durante três anos e ela fica na gaveta. Tirar da gaveta e votar logo não pode. Tem que tirar da gaveta, fazer um debate para valer e votar. Faço um apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Senador Pedro Simon, por quem tenho grande respeito, por sua grande vivência parlamentar. Estamos vivendo um processo legislativo de excepcionalidade. Estamos num contexto de eleições, temos feito o esforço concentrado em sessões esporádicas e com um baixo rendimento do ponto de vista da demanda que a sociedade tem. Nessa questão, este projeto está na Casa há oito meses. Tivemos inúmeras audiências públicas. O Senador Osmar Dias organizou um ciclo de debates memorável na Comissão de Educação. O mesmo fez a Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Sociais. Tivemos discussões e muitos seminários. Sobre alguns temas, fizemos até audiências específicas. Por exemplo, no problema dos embriões, discutimos com cientistas temas específicos do projeto, ouvindo todos os setores da sociedade, e encaminhamos um processo de negociação bastante participativo e abrangente durante todo esse período. Ontem, no plenário, fiz até questão de interferir, porque o Senador Ney Suassuna teve o cuidado de construir todo o parecer dele a partir do excelente trabalho que havia feito a Comissão de Educação. O trabalho do Senador Osmar Dias foi o ponto de partida, que já foi produto de uma longa articulação política no âmbito da Comissão de Educação, e a partir desse parecer que S. Exª buscou fazer alguns aperfeiçoamentos.

E a minha expectativa – registrei isso em plenário que não tinha havido ainda uma negociação entre a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Jonas, hoje o Senador Flávio Arns, o Senador Tião Viana, o Senador Tasso Jereissati – é que todos que vêm acompanhando há meses essa discussão, envolveram-se há meses nessa etapa final.

Estamos muito próximos de uma grande convergência, sabendo que, Senador Pedro Simon, existem algumas questões em que não haverá acordo. Por exemplo, há uma dimensão nesse projeto da relação entre ética e ciência. Há uma dimensão da relação entre fé e ciência. E temos que respeitar as vocações, as convicções que existem na vida pública. São temas que não serão resolvidos porque continuamos discutindo. Não vai resolver. Temos que respeitar as convicções e permitir que se expressem por meio do voto.

Já temos a conclusão de um processo de negociação.

Todos os projetos, na reta final, sempre são objetos dessas últimas tratativas. E esse, como tantos outros, o foi, e penso que de forma bastante transparente. Então, ponderaria que realmente trabalhássemos no esforço para cumprirmos essa etapa no Senado Federal. A Câmara já tem o projeto, vai dar a palavra final. A contribuição do Senado será arbitrada na Câmara.

E há um problema na agricultura, que é o plantio. O Senado não pode ficar com a responsabilidade de permanecer oito meses com o projeto, prejudicando a agricultura brasileira. Temos que dar a resposta aos produtores rurais. O Brasil já resolveu isso por meio de medida provisória, já se tomou a decisão. É um fato que está aí.

Hoje mesmo, em relação a outros setores, há uma convicção de que isso tem que ser preservado. Então, pondero que o Senado deveria concluir a sua etapa, apresentar o projeto. E, por meio do voto, podemos ter emendas, destaques, explicitar as nossas diferenças. Os Senadores que consideram o projeto da Câmara mais adequado mantenham esse projeto. É absolutamente legítimo que seja assim, mas que procuremos concluir.

Fizemos um acordo na Lei de Informática, que está pronta para ser votada hoje. Há ainda aquela discussão com a Bancada do PFL em relação à medida provisória, ao prazo regimental. Mas a medida provisória também não é objeto de maiores polêmicas. E poderíamos votar também o crédito vinculado à folha de pagamentos, que atinge 22 milhões de aposentados.

Então, penso que essa matéria mereceria ser votada. E, particularmente, termino, Senador Pedro Simon, dizendo que alguns Senadores dedicaram-se meses nesse trabalho. Os Senadores Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Ney Suassuna, Tião Viana e a Senadora Lúcia Vânia, que não está aqui, estudaram, aprofundaram, debateram. Foram meses de trabalho para se chegar ao relatório.

Acredito que temos todas as condições de ir a voto, com respeito e a pluralidade que sempre caracterizam esta Casa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Como relator, peço a palavra para uma explicação ao Sr. Pedro.

Primeiramente, o relatório hoje está concluído. O que existia antes de ser apresentado aqui era um anteprojeto que estava em debate porque, até como democrata, eu tinha que ouvir e fazer as modificações. No debate de ontem com o Senador Osmar Dias – inclusive, conversamos depois e tiramos as nossas diferenças posteriores –, S. Exª tinha ainda uma versão do anteprojeto. Não tinha sido apresentado, logo não era projeto, mas nós estávamos ainda nas tratativas de buscar o maior acordo possível.

S. Exª tinha a informação de que estávamos vetando todos os cultivares que tivessem algum problema de ser usado para o combate, por exemplo, a insetos. E eu já havia retirado isso, porque tinha sido convencido.

Faço questão de dizer que não acato a idéia de que o projeto não está pronto. Só porque estou tendo a humildade de dizer que ainda vou admitir algumas mudanças, ele não pode ser considerado incompleto. Ele está completo, portanto, é certo o pedido de vista. No entanto, porque declarei que estou aberto a aceitar modificações que poderiam ser dificultadas pelas emendas, pois teria que dar despacho, eu já disse que até o final da tarde aceito algumas modificações, para não precisar de fazer emendas e estarmos gastando mais tempo numa semana apertada, onde temos pouco tempo.

Então, em relação à preocupação de V. Exª, Senador Pedro Simon, que é grande, diria que não vamos legislar aqui em nada que seja duvidoso.

Porém, na hora em que vetamos inteiramente e não avançamos no assunto de uso de células-tronco – pelo menos as maduras já são permitidas, e estamos falando apenas das que não são maduras, ou seja, das que podem ser retiradas do embrião ou a clonagem terapêutica –, estamos apenas penalizando os pobres, porque esses não poderão fazer nenhum tratamento.

O Senador Jonas Pinheiro tem parentes que precisam fazer essa cirurgia. Ele teria de fretar um avião e mandá-los para outro país. Então, o rico poderá fazer a cirurgia em outro país, mas, no Brasil, estaremos vetando essa oportunidade aos pobres.

Portanto, fique tranqüilo que não estamos fazendo nada que enseje temeridade. Estamos agindo com muita seriedade.

Há meses, fui a São Paulo. Discuti com cientistas e com o pessoal da agricultura, em São Carlos; em Campinas, com o pessoal da agroindústria; fui à nossa Embrapa, conversei com todos os cientistas, com todos os segmentos, e esse não é um trabalho fácil. Essa minha missão não é fácil, porque juntar ambientalistas com produtores rurais não é fácil; juntar quem tem fé e ideologia com quem quer fazer avanço científico não é fácil, mas estamos conseguindo um tento, que é fazer essa abertura – digo isso talvez até pela minha humildade. Está pronto. Se quiserem, leio até o fim. Está prontinho! Mas achei que não devia – porque está em cima da mesa e todos têm o projeto – lê-lo até o fim. Mas peço vênia ao Presidente. Vamos ler até o final, vamos dar o projeto como pronto para poder conceder o pedido de vista. O que não é certo é, quando voltarmos, pedirmos outro pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a matéria está amplamente discutida. Sei que a responsabilidade é da Presidência. Não posso fugir a ela. Entendo que temos de obedecer a um mínimo do Regimento, e creio que o próprio Regimento nos oferece uma solução.

Considero o relatório do Senador Ney Suassuna, porque declarado por ele e à disposição de todos os Senadores, como um relatório concluído. Dou valor também às suas palavras e às palavras de todos os Senadores que merecem crédito, fé. Está todo mundo mergulhado em um projeto da maior relevância e da maior importância para o País. O mundo inteiro discute os assuntos que estão embutidos dentro desse projeto.

Então, como há realmente Senadores em entendimento, vou pedir licença à Senadora Serys e vou suspender a reunião até as 14h30min e, depois, será concedido o pedido de vista, naturalmente considerando este esforço concentrado do Senado um pedido de vista que nos permita, tanto quanto possível, se o assunto estiver bem mastigado, que a matéria seja votada aqui entre nós. Essa solução é melhor do que violar o Regimento, apresentar qualquer modificação ou ter que abrir vista.

Fica o Senador Ney Suassuna atendido; os que ainda têm interesse em aperfeiçoar o projeto, atendidos; o Governo, atendido, e a Presidência, tranqüila, porque está cumprindo o Regimento.

Assim, estão suspensos os trabalhos até as 14h30min.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Declaro reaberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos; a 24ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e a 27ª Reunião da Co-

missão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

A presente reunião conjunta destina-se à deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei nºs 188 e 422, de 1999.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para discutir a matéria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de colocar uma questão de ordem, unicamente, antes de iniciar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos iniciar a discussão. No entanto, em primeiro lugar, atendo ao pedido de V. Exª para uma questão de ordem, com a permissão do Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Claro, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Senador Osmar Dias, permita-me V. Exª, pois se trata de uma consulta ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sabemos que este projeto de lei aborda dois assuntos: o da Lei de Biossegurança, sob o ponto de vista dos organismos geneticamente modificados; e o do uso de células-tronco embrionárias para pesquisa e para terapia. Poderíamos acrescentar um terceiro assunto: o da terapia gênica. Mas, Sr. Presidente, argumenta-se que estes são assuntos correlatos, conexos. Mas existe uma grande maioria – mesmo nas audiências públicas que mantivemos aqui no Senado Federal na Comissão de Educação e na Comissão de Assuntos Sociais –, os especialistas, todos, de maneira quase unânime, argumentaram que esses assuntos deveriam ser tratados em duas leis distintas por terem dois objetos diferentes.

A Lei Complementar nº 95, que regulamenta o artigo da Constituição, que trata da tramitação de matérias legislativas, é muito clara ao dizer que o mesmo projeto de lei não pode tratar de dois assuntos que não tenham uma conexão, uma causa, uma causalidade. São assuntos completamente diferentes.

Então, farei uma indagação à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – inclusive esse assunto foi levado à Mesa, que também compreendeu, verbalmente, essa dificuldade. A Lei é bastante clara, como mencionado no art. 7º: "O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito da aplicação". O art. 1º desta Lei aborda realmente, Lei da Biossegurança, sobre o ponto de vista dos organismos geneticamente modificados. O inciso II do art. 7º diz que "a Lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão". Quer o ponto de vista esposado, como mencionei, por muitos dos especialistas, quase que como uma unanimidade.

Então, nesse sentido, eu gostaria de indagar de V. Exª se a primeira medida não deveria ser por parte do Senado Federal, apesar de esta lei estar vindo, em sua tramitação, da Câmara dos Deputados.

Portanto, indago se o seu primeiro objeto, a sua primeira preocupação, não deveria ser o desmembramento dos assuntos constantes desse Projeto de Lei em função do que preceitua a Lei Complementar nº 95, apesar de o Regimento colocar alguns óbices nesse sentido, mas entendendo, também, que o Regimento se subordina à Lei Complementar, obviamente, que está regulamentando um artigo da Constituição.

Esta é a questão de ordem que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr. Senador, esta Presidência, desde logo, concorda que se trata de uma matéria de grande envergadura. Por isso mesmo, ela foi analisada, do ponto de vista jurídico, profundamente e detidamente, tanto na Presidência da República quanto na Câmara dos Deputados, de onde, neste momento, ela provêm, assim como, também, aqui no Senado da República.

Foram feitas consultas, a esse respeito, aos consultores, e todos se manifestaram no sentido de que era perfeitamente possível a tramitação conjunta com uma exigência única, e já adredemente cumprida, que foi a menção dos dois temas já no primeiro artigo da própria lei proposta.

O art. 258 do Regimento Interno do Senado também estabelece que, havendo em curso no Senado dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover a sua tramitação em conjunto.

Observe, V. Exª, que o Regimento Interno não se sobrepõe à Lei Complementar, o que é real. Porém, a Lei Complementar, também, não se choca com aquilo que foi feito aqui, ou seja, já está mencionado no primeiro artigo desta lei proposta no projeto a tramitação conjunta ao tempo em que se mencionam as duas questões agora questionadas por V. Exª.

Assim, a Presidência entende que a matéria está tramitando regimentalmente, constitucionalmente e legalmente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, V. Exª permitiria só um complemento à minha argumentação para ficar claro?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sem dúvida.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E, inclusive, me desculpando, porque não objetivo me contrapor a V. Exª de maneira alguma. O art. 7º é muito claro ao dizer que o primeiro artigo do texto indicará o objeto da

lei e o respectivo âmbito da aplicação, observados os seguintes princípios: I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto.

Agora, no art. 1º – a menção que V. Exª fez inclusive ao Relatório do colega Senador Ney Suassuna –, faz-se uma menção ao descarte de organismos geneticamente modificados.

Penso que, certamente, não está se referindo às células-tronco embriões, porque não estamos falando de organismos geneticamente modificados. Mas, de qualquer forma, o art. 7º se complementa com o Inciso I que, excetuadas as codificações, cada lei, neste sentido, tratará de um único objeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu vou ler o art. 1º, até em socorro à menção feita por V. Exª que, no meu entendimento, é bastante ampla. Não poderia sê-lo além do que foi, porque, se o fizesse, já estaríamos tendo a lei inteira no primeiro artigo. Mas diz o art. 1º:

"Art. 1º Esta Lei estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM – e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia; a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente."

Portanto, os dois temas estão suficientemente arrolados aqui no primeiro artigo.

Tendo respondido a V. Exª, peço permissão para passar a palavra, então, ao Senador Osmar Dias, primeiro orador inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto chegou ao Senado em fevereiro, mas, antes, a Comissão de Educação já havia se antecipado e realizado quatro audiências públicas no ano passado e mais quatro este ano. Portanto, no âmbito da Comissão de Educação, realizamos oito audiências públicas.

Como o Senador Ney Suassuna, Relator nestas Comissões, já se referiu hoje, a Comissão de Educação, a princípio, não constava da lista das Comissões que apreciariam essa matéria, mas, em razão até do título do projeto que V. Exª acaba de ler, que tem a ver com ciência e tecnologia, área em que a nossa Comissão tem competência, fizemos um requerimento que, aprovado, remetesse o projeto também à Comissão de Educação.

Avoquei a relatoria porque já estava estudando esse assunto há mais de dois anos, antes mesmo de o projeto ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Fiz um estudo e contei com a ajuda muito importante, mais uma vez, do consultor Eugênio Arcanjo, que se dedicou durante, praticamente, seis meses a me assessorar nesse assunto, junto a outros assessores de gabinete, como o Raimundo.

Esse trabalho foi feito consultando todas as entidades do mundo científico. Todas as pessoas da comunidade científica brasileira que se interessaram em dar a sua opinião foram recebidas por mim no gabinete ou em audiências públicas ou em reuniões. Todas as entidades ligadas ao setor agropecuário se manifestaram.

Com a ajuda dos Senadores Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca e outros, que se dedicaram e se debruçaram sobre o tema com suas assessorias, formulamos, em conjunto, um projeto substitutivo que apresentei na Comissão de Educação, que foi aprovado com apenas três votos contrários.

O projeto substitutivo passou, portanto, a ter preferência já que o projeto da Câmara havia sido substituído por ele. Foi designado o Senador Ney Suassuna como Relator nas três Comissões, e começamos um debate, que, no dia de ontem, ficou um pouco mais acalorado em razão de eu ter recebido um anteprojeto – estou dizendo anteprojeto porque era mesmo um anteprojeto – do Senador Ney Suassuna que guardava relação com o meu projeto em 90% dos artigos. Era praticamente o mesmo projeto, mas, quando chegava a artigos de importância substancial para o tema ou que mudava o mérito do projeto, havia algumas modificações muito significativas propostas no anteprojeto do Senador Ney Suassuna. Em razão de não ter podido participar da reunião da manhã de ontem, não vi a outra versão. Fui ao plenário e protestei contra a versão que havia visto.

Portanto, quero apresentar aqui ao Senador Ney Suassuna, publicamente, o meu reconhecimento de que, naquele momento, equivoquei-me porque estava com a outra versão do projeto. Só que, ao receber a nova versão do projeto, notei que havia, por parte do Senador Ney Suassuna, o desejo de aproximar mais ainda do projeto que passou a ser da Comissão da Educação e não mais de minha autoria. A Comissão de Educação fez várias alterações, que acatei com o Relator, e foram aprovadas.

De todas essas aproximações ou avanços que considero no projeto do Senador Ney Suassuna, restaram alguns pontos, artigos ou parágrafos que, no meu entendimento, têm uma enorme importância no

sentido de modificar a essência do projeto que foi aprovado pela Câmara.

(Fora do microfone. Inaudível.)

Tenho mesmo essa dificuldade, Sr. Presidente. Quando alguém fala mais alto do que eu e estou no microfone, não consigo ouvir o que estão falando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu diria que é quase uma dificuldade universal.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, hoje pela manhã fizemos uma reunião com a presença de alguns Senadores – o Senador Jonas Pinheiro se fez representar, participou de outras reuniões – e aproximamos muito o texto do Senador Ney Suassuna ao projeto da Comissão de Educação, mas há pendências que considero importantes.

Em primeiro lugar, quando se fala na questão da "clonagem terapêutica", esse termo surgiu no debate do projeto apresentado pelo Senador Ney Suassuna, em substituição àquele que veio da Câmara, que já continha o termo "clonagem terapêutica". No projeto da Comissão de Educação, ao aceitarmos as emendas apresentadas pela Senadora Lúcia Vânia, pelo Senador Tasso Jereissati e pelo Senador Tião Viana, fizemos a opção por autorizar "conjuntos de células embrionárias" ou "pesquisa em células-tronco", que não tivessem sido congeladas até o quinto dia e que estivessem armazenadas há três anos, e somente para as células que estavam estocadas em laboratório e não para aquelas que viessem a ser estocadas. Essa decisão foi adotada pela Comissão de Educação, adotada por mim como Relator e que foi transformada em projeto substitutivo.

O Senador Ney Suassuna, ao propor a pesquisa e a clonagem terapêutica, mudou de forma até contundente a proposta original até porque surgiu uma situação contraditória. Se somente as células estocadas em laboratório poderão ser aproveitadas pela pesquisa, desde que ainda não tenham completado cinco dias – ouvindo principalmente o Senador Tião Viana, que é especialista no assunto – tememos que a clonagem terapêutica possa abrir a possibilidade para o comércio de embriões, prática que, evidentemente, não devemos permitir.

Claro que não é isso que o Senador Ney Suassuna pretende. Talvez o que S. Exª pretenda seja o mesmo que todos nós: o avanço da ciência no sentido de encontrarmos cura para doenças degenerativas e genéticas. Sei que a intenção do Senador Ney Suassuna é a mesma que a nossa, mas estamos tentando aprovar o melhor projeto para o País.

De outro lado, na questão que envolve os OGMs, havíamos avançado, e entendi naquele momento que todos os segmentos haviam sido contemplados quando aprovamos, na Comissão de Educação, um projeto que dizia que a CTNBio, órgão técnico, composto de 27 doutores e especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento – o projeto descreve essas áreas – teria o poder de decidir tecnicamente, porque assim ocorre no mundo inteiro. Para atender o apelo do princípio da cautela, levantado especialmente pelas pessoas ligadas à defesa do meio ambiente e que entendemos ser necessário, teríamos que abrir dois caminhos: um recurso que poderia ser apresentado em 15 dias pelo órgão de registro ou de licenciamento, no caso o Ibama, Anvisa, Ministério da Saúde, que teria 30 dias para ser julgado pela própria CTNBio.

Em nosso entendimento e no entendimento da Comissão de Educação, será uma decisão técnica, e somente um órgão técnico poderia julgar esse recurso, no caso a CTNBio, principalmente porque o TRF decidiu que a lei que criou a CTNBio deu a essa Comissão a competência de decidir sobre o OGM, e não poderíamos retirar essa competência porque, assim, estaríamos revogando a lei que criou a CTNBio.

Baseados nisso, inserimos em nosso projeto outra possibilidade para que o princípio da cautela fosse atendido. Qual é essa possibilidade? Se o recurso não fosse apresentado pelo órgão de registro e se o Conselho de Ministros, que reduzimos de 15 para 9, porque seria impossível reunir 15 Ministros ou a maioria de 15, abrimos a possibilidade de o Conselho de Ministros poder avocar a decisão tomada pela CTNBio e dizer que, tecnicamente, não temos o que constatar, porque estão lá os doutores e os especialistas que entendem da matéria. No entanto, entendemos que essa decisão não é boa para o País do ponto de vista comercial, político, da soberania, enfim, do ponto de vista da decisão política que tem de ser adotada com os riscos de uma decisão política.

O Conselho poderia avocar a decisão da CTNBio. Essa é a segunda possibilidade que abrimos.

Quem compõe a CTNBio e o Conselho? Tanto na CTNBio quanto no Conselho está o meio ambiente. Portanto, estão representados o Ibama; a Anvisa; o Ministério da Saúde; a Ciência e Tecnologia; Agricultura e Pesca; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério do Meio Ambiente. Todos estão representados tanto no conselho técnico quanto no conselho político.

Se o Ibama se sentiu prejudicado porque a CTNBio vai decidir, ele pode recorrer uma vez da decisão técnica e outra vez, pedindo que o Conselho avoque.

Não gostaria de comentar o parecer que ouvi do Ministério do Meio Ambiente – deveria haver mais

respeito do Executivo com o Legislativo –, mas, infelizmente, o parecer é uma condenação a mim, dando a entender que estou querendo desmantelar os órgãos de vigilância e de fiscalização e me acusando de ser um destruidor. Parece que está à vista a terceira guerra com o projeto que aprovamos na Comissão de Educação.

O Governo deveria orientar seus ministérios para que respeitem a posição dos demais quando emitirem parecer e que, com o voto, ganha a maioria. Isso não significa que aquela opinião não é a correta, mas, sim, que a maioria decidiu pela outra. Entretanto, não precisam colocar num parecer agressões tão baixas como as que vi no parecer proferido pelos assessores do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. Não sei se foi escrito pelos assessores do Ministério do Meio Ambiente ou por uma ONG, mas, de qualquer forma, deixo registrado que foi um parecer agressivo, e isso não tem acontecido só comigo. Outros Senadores já reclamaram disto: quando a idéia de um Senador não é igual à de um assessor do Governo, ele é agredido nos pareceres emitidos.

Faço esse registro para que os Líderes do Governo adotem uma postura um pouco mais rigorosa com relação ao desrespeito que vem acontecendo sistematicamente. Faço isso em defesa do livre exercício da atividade parlamentar, de que muito me orgulho, por poder falar sempre o que penso. Aquilo não é parecer. Aquilo tem outro nome, que não posso dizer aqui porque o Regimento não me permite.

Continuando, a decisão tomada pela Comissão de Educação guardava o princípio da cautela porque qualquer órgão de registro poderia recorrer ou avocar do Conselho Político.

O Senador Ney Suassuna, atendendo os apelos feitos por setores do Governo, fez uma alteração. E aí está a grande mudança do projeto, com a qual não concordo e que acredito trará problemas para o futuro da biotecnologia no Brasil. O que está escrito no projeto do Senador Ney Suassuna? S. Exª mudou o parágrafo 7º do art. 16, dizendo o seguinte: o recurso que um órgão de registro ou de licenciamento pode apresentar num prazo de 30 dias será julgado pelo Conselho Nacional de Biossegurança. A princípio, não concordei, mas até aí concordo. Mas, em todos os artigos e parágrafos colocados por S. Exª, fala em parecer técnico da Comissão Nacional de Biotecnologia, e não decisão. Então, a Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia, CTNBio, deixa de ser um órgão de decisão, voltando-se à proposta do Deputado Renildo Calheiros, para ser um órgão que apenas oferecerá parecer. E diz o Senador Ney Suassuna que esse recurso será julgado pelo Conselho Nacional de Biossegurança. Lá atrás, num outro artigo – no §5º do art. 9º –, diz-se que o Conselho Nacional de Biossegurança decidirá pela maioria dos membros presentes na reunião. Se o Conselho Nacional de Biossegurança tem onze membros, seis membros formam maioria, e quatro membros decidem. Quatro vão decidir uma matéria grave, uma matéria que pode interferir enormemente na vida do País.

Acho que seria prudente, em primeiro lugar, aprovarmos a emenda que apresentei, emenda que estabelece que, em todos os lugares onde se lê "parecer técnico da CTNBio", leia-se "decisão técnica da CTNBio". Se assim fizermos, mesmo que a decisão sobre o recurso fique para o Conselho Nacional de Biossegurança, ele será obrigado a decidir pela maioria dos seus membros – é a outra emenda que estou apresentando. Se ele é composto por onze ministérios, que seis ministros estejam presentes para decidir.

O Conselho Nacional de Biossegurança não quer ser forte? Não quer ter o poder de decidir? Então, que pelo menos reúna a maioria dos seus membros. Agora, reunir quatro de onze não dá, Sr. Presidente. Em nenhum lugar do mundo se decide pela minoria, decide-se sempre pela maioria, que, nesse caso, é de seis.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Apenas para entender: quando V. Exª diz seis, são seis membros votando a favor de alguma coisa...

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Não. Seis é o quorum. O que eu sugiro é que se estabeleça a necessidade do voto da maioria dos membros para que se profira uma decisão; seriam necessários seis votos para decidir a favor ou contra uma matéria apresentada.

O projeto do Senador Ney Suassuna diz que, se a maioria se reunir, a maioria dos presentes decide. Então, se a maioria do Conselho é representada por seis membros, quatro votos já poderiam decidir. Estou dizendo que precisa estar presente a maioria dos membros e que essa maioria precisa se manifestar a favor de determinada decisão. Essas duas modificações muito aproximariam o projeto do Senador Ney Suassuna da proposta aprovada pela Comissão de Educação. Diria até que, se essas duas emendas não forem aceitas, não votarei a favor do projeto. Só votarei a favor do projeto se essas duas emendas forem aceitas, porque tenho a convicção de que, em primeiro lugar, essa possibilidade de o Conselho julgar todos os recursos vai, daqui a um ano ou dois, fazer com que o Executivo mande um projeto para cá mudando a regra, porque o Conselho não vai agüentar julgar tantos recursos. O Ministério do Presidente Lula – ou de qualquer outro – não vai ter tempo para ficar reunindo-se para

julgar recursos e mais recursos que venham a surgir com relação aos transgênicos.

Estou dizendo que não é bom para o País aprovar esse projeto se ele não sofrer essas alterações, porque sei que teremos um estrangulamento e um cerceamento do desenvolvimento científico em nosso País.

Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vou conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, mas, antes, desejo convidar o Senador Osmar Dias a nos dar a honra da sua presença em nossa Comissão – S.Exª, que é presidente da Comissão de Educação, uma importante comissão da Casa, e foi relator também naquela comissão deste projeto, tendo apresentado um brilhante parecer, assim considerado pela quase unanimidade dos senadores. É claro que, mesmo tendo sido brilhante o seu parecer, pode não ter sido completo: sempre se pode aperfeiçoar alguma coisa feita no Congresso Nacional. De qualquer forma, o parecer foi julgado pelos senadores que o leram como um parecer brilhante e eficiente.

Cumprimento o Senador Osmar Dias pelo trabalho que fez e pela seriedade que sempre coloca nas suas decisões, nos seus pareceres e nos encaminhamentos das proposições legislativas da Casa. Convido, portanto, o Senador Osmar Dias a que nos dê a honra de sua companhia.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, obrigado pelas palavras e pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a primeira colocação que faço é que esse é um assunto extremamente complexo. Tivemos inúmeras reuniões de liderança, nas quais os senadores Jonas Pinheiro, Osmar Dias, técnicos de todos os Ministérios, assessores do Senado Federal participaram desse trabalho, de toda essa coletânea, de que resulta o brilhante parecer – concordo – do Senador Osmar Dias, que sintetizou muito bem o sentimento geral do Senado Federal.

Diferentemente da Câmara dos Deputados, o sentimento aqui no Senado Federal é de que precisamos avançar. Tanto é que, em relação ao relatório da Câmara dos Deputados, avançamos em inúmeras coisas, como é o caso, por exemplo, das células-tronco, que lá estava negado e que aqui acatamos. E como é o caso, inclusive, da modificação do fluxo, da rotina de como seria o licenciamento, seja para pesquisa, seja para comercialização, e assim por diante. Então, nós, aqui no Senado Federal, estamos fazendo uma nova face dessa lei tão polêmica, como bem disse o Senador Flávio Arns. É realmente uma lei complexa, não deviam ter sido misturados os dois assuntos, mas não temos, regimentalmente, como separá-los, e, tendo em vista que tinham sido já analisados pelos juristas tanto na Presidência da República quanto na Câmara dos Deputados, aqui foi a primeira preocupação quando começamos. E comecei por aí, perguntando da constitucionalidade, tendo ficado tranqüilo depois de ter recebido a resposta em relação a esse fato.

Em relação às colocações do Senador Osmar Dias, a primeira colocação é que, tanto na Comissão de Educação como nas três Comissões constantes do relatório que estamos apresentando, não fomos competentes para atender a todos ao mesmo tempo. Então, houve uma departamentalização, como S. Exª acabou de declarar. A Senadora Lúcia Vânia, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Tião Viana, o Senador Flávio Arns e o Senador Eduardo Azeredo participaram dos debates mais profundamente no que se refere às células-tronco. Em relação a nossa Comissão, não fizemos diferente – até porque o nosso parecer não é um parecer para o Senador Ney Suassuna chegar aqui e brilhar, mas um parecer que tem que sair o mais monolítico possível do Senado Federal, porque ele vai enfrentar uma votação na Câmara dos Deputados e, quanto mais monolítico ele estiver, mais chances temos de aprimorar aquele assunto. Esse é o grande problema que estamos enfrentando.

Então, em relação ao que saiu lá da Comissão de Educação, no que se refere às células-tronco, está dito no art. 5º, § 6º do relato da Comissão de Educação: "Intervenção em material genético humano, **in vivo**, exceto se aprovado por órgãos competentes para fins de:

> diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças e lesões;
>
> clonagem terapêutica para obtenção de células-tronco;
>
> terapia celular e medicina regenerativa."

No que se refere à área agrícola, louvo e faço todas as mesuras ao Senador Osmar Dias, que sempre foi um homem ligado, visto que já foi Secretário de Agricultura e tem formação na área. Mas S. Exª teve o cuidado de pegar o mesmo grupo que nós. Quando chegou o relatório, três assessores do Senado Federal interpretaram de modo diferente o que estava escrito e foram consultar o mesmo grupo, e este concordou com a nova redação. No entanto, essa nova redação, que parecia tranqüila, quando divulgamos, assim não se apresentou. Havia divergência entre os Senadores, e o Senador Tião Viana não concordava com clonagem terapêutica, razão pela qual, hoje, não pôde presidir a reunião a Senadora Lúcia Vânia, porque estavam

todos em debate com os cientistas que convocaram. Imediatamente debateram, aprofundaram e terminaram apresentando uma versão, que é a versão segundo a qual, pelo acordo em trânsito, adotamos plenamente, em que tiram a clonagem terapêutica.

Com toda a certeza, vamos enfrentar emendas aqui e emendas no plenário, pedindo o retorno da clonagem terapêutica, até porque ela existe em vários países e é extremamente eficiente. Se, no Brasil, alguém precisar desse recurso e for rico, poderá pegar um avião e fazer o tratamento no exterior; se for pobre, não o fará, porque está proibido por enquanto no País, a não ser que seja permitido, num avanço gigantesco do Senado e em oposição ao parecer da Câmara.

Então, não tenho nenhum pejo de dizer que o assunto foi resolvido pela mesma Comissão, até porque foram eles que se aprofundaram no tema. Mesmo assim – daí a preocupação dos Senadores Pedro Simon e Flávio Arns, porque precisamos de um outro instrumento para aprofundarmos o estudo e regulamentarmos o processo –, sabemos que, em relação aos embriões, em cada tratamento para engravidar tiram-se quatro óvulos, pois dois ficam estocados. Hoje, temos cerca de 20 mil embriões. Dizem os cientistas – e eles são unanimidade – que o estoque é suficiente para cinco anos. No início, pediam cinco anos, mas, com muita prudência, a Comissão de Educação baixou para três, até para garantir que realmente possa ser utilizado dessa forma. Esses embriões, vejam V. Exªs, ao completarem quatro anos, são jogados no lixo, quando poderiam estar amenizando o sofrimento de muitas pessoas.

Não vou entrar no mérito da matéria. Do jeito que ela veio do grupo especializado que a debateu estamos colocando-a, embora a minha posição pessoal seja a de que devíamos abrir mais. Mas as pessoas desta Casa e na vida política e na vida em geral têm que ter palavra. Como dei a palavra de que acatava **ipsis literis** o que viesse do grupo, não vou lutar pela clonagem terapêutica. Vou acatar o trancamento da clonagem terapêutica, embora sabendo que não estamos tratando de um ser ainda e sim de um aglomerado de células, porque até o 15º dia não tem sistema nervoso, então não é um ser. Quando alguém morre é porque o sistema nervoso parou de funcionar. Se ainda não tem sistema nervoso, há apenas um aglomerado de células que, colocadas no lugar certo, poderá se transformar em qualquer tipo de tecido, como osso ou neurônio. Há muito tempo, no Brasil, é permitido o estudo das células maduras do umbigo, do cordão umbilical, dos ossos, da medula óssea, do sangue e de alguns outros lugares. Mas as melhores células são as embrionárias, com toda certeza.

Então, não há problema, pois, em relação ao primeiro item, estamos tranqüilos porque fomos à mesma fonte e acatamos a mesma regra.

Em relação ao segundo item, consultei a matéria e pensei que fosse mais uma querela de assessores, Senador Osmar Dias, porque eles brigam por termos, às vezes, para mostrar quem sabe mais ou quem está fazendo da melhor forma. Eu não estava dando importância, até ver o parecer, que é técnico conclusivo, pois se V. Exªs lerem nosso relatório verão que é um parecer, mas no final tem voto e fórmula. E sempre é assim o parecer. Quando é conclusivo, segundo os juristas da Casa, se colocar como decisão, se houver uma medida judicial contrária e a súmula vinculante, teríamos uma jurisprudência proibindo tudo daqui para frente. Então, era melhor fazer um parecer técnico conclusivo.

Em relação ao segundo item, concordo com V. Exª, está acatada a emenda desde já, por uma razão simples: é mais tranqüilo. Embora tenhamos incluído os secretários gerais como suplentes dos ministros, por que deixar quatro se pode ser realmente a maioria real? Desde já, informo a V. Exª que estamos com essa dificuldade em relação à primeira questão, mas, quanto à segunda, estamos tranqüilos. Acatamos, e não há problema. Portanto, essas são as respostas que posso dar.

Quando V. Exª estava falando, voltei a pedir à Assessoria que reanalisasse a matéria, para verificar se, do ponto de vista jurídico, isso seria possível, sem criar um problema futuro de súmula vinculante, porque, se houver problema, não terei como acatar. Se não houver, não vou, de maneira alguma, fazer questão e buscarei atender. Quanto à segunda questão abordada por V. Exª, estamos de acordo. Realmente, ela reforça e melhora a nossa colocação. Por essa razão, nós a acatamos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Concedo um aparte ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Nos últimos dois dias, as pessoas estão tentando convencer-me de que parecer técnico conclusivo e decisão têm o mesmo significado, o que não é correto. Quando concluo que sou a favor, trata-se de um parecer técnico conclusivo. Ao concluir que sou a favor, não estou decidindo a favor. A decisão tem outra conotação; outro valor. Não consegui entender como as pessoas julgam que parecer técnico conclusivo é o mesmo que decisão técnica. Se pensam tratar-se da mesma coisa, aceitem a emenda e estabeleçam a decisão técnica.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não estou dizendo que seja a mesma coisa. Estou dizendo

que há uma diferença dos juristas. Consegui, na minha vida, fazer o curso de Administração, de Economia e de Pedagogia. Fiz os três cursos, mas não sou advogado. Por essa razão, recorro a quem é especializado.

Dizem os juristas que a diferença poderá trazer, no futuro, um problema sério que seria relativo à súmula vinculante. Por isso, pedi para que, mais uma vez, revisassem a matéria, porque gosto de pisar com certeza. Estou apenas informando esse fato. Os juristas estão analisando, e não eu. O parecer preliminar que recebi foi esse e, por esse motivo, não estou acatando.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Farei mais uma consideração. Os juristas estão dizendo que o parecer técnico conclusivo poderia ser anulado na Justiça?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O parecer não poderá ser considerado, porque cada parecer será um parecer. Se for uma decisão, ela será definitiva e criará jurisprudência. Logo, uma súmula vinculante também criaria jurisprudência, o que poderia prejudicar, no futuro, o progresso em alguns setores. Essa é a justificativa que me deram. Pedi para refazerem o estudo, porque precisamos agir do modo mais seguro possível.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A minha dúvida é a seguinte: nunca vi alguém recorrer de um parecer. Já vi recorrer de decisão. É possível recorrer de decisão, mas não de parecer, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, se o parecer é conclusivo e há voto, vai-se recorrer, com toda certeza, do voto do parecer ou da conclusão do parecer.

Já respondi a V. Exª que tenho dúvidas quanto à primeira. No decurso dos fatos, vou aguardar esse esclarecimento. Em relação à segunda ponderação de V. Exª, ressalto que a acatei por considerar que melhora o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, quero manifestar-me quanto a alguns tópicos da fala do Senador Ney Suassuna.

Na verdade, essa discussão começou de forma errada, porque construímos e votamos as leis, mas também desobedecemos às leis. A lei diz que o mesmo projeto não pode versar sobre três matérias ao mesmo tempo. Nesse caso, perguntamos o que levou a Câmara e, posteriormente, o Senado a entenderem que poderiam fazer isso? A resposta é: o *lobby* foi muito forte, pressionou demais e levou a Casa, que elabora as leis, a atropelar a própria lei.

Chegamos hoje a essa discussão. O projeto deveria ter sido votado ontem. Entretanto, o Senador Ney Suassuna apresentou uma série de controvérsias, de desencontros de questões de assessoria com acordos feitos anteriormente. Houve até um mal-estar no plenário, o que nos levou a discutir hoje a questão.

Senador Ney Suassuna, participei, juntamente com os Senadores Flávio Arns, Tião Viana e Tasso Jereissati, a Senadora Lúcia Vânia, os cientistas e as cientistas, do grupo a que V. Exª se referiu. Discutimos exatamente essa questão que não foi aprofundada sobre a clonagem terapêutica e os 20 mil embriões que estão congelados. Como a informação que recebemos é a de que muitos desses embriões não têm identificação, nem dono, nem pai. Alguns sim; outros não. Essa é uma forma de irresponsabilidade, como dizia o Senador Flávio Arns. O sujeito tem um embrião, abandona para lá, joga para lá. É um desprezo à própria vida. Esse é o nosso entendimento.

O Senador Flávio Arns, a exemplo do Senador Tião Viana, que acompanhou o debate com a CNBB, e eu, que falo em nome dos evangélicos sobre esse assunto, acreditamos que existe um viés de entendimento religioso a observar. Temos outro entendimento do que, de fato, é a vida e onde ela começa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Fazendo soar a campainha.) – Atenção, sobretudo os Srs. Assessores. Silêncio!

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Fomos informados de que esses 20 mil embriões que estão congelados, a cada quatro ou cinco anos, devem ser jogados fora. Ou seja, é o mesmo que dizer que devem ser jogados no lixo. No nosso entendimento, trata-se da própria vida. Se esses 20 mil embriões estão congelados, e ninguém sabe a quem pertencem, nem quem os vai reclamar, decidimos, Sr. Presidente, dos males, o menor: que esses 20 mil congelados sejam usados para fins de estudos científicos e que, neste exato momento, excluamos do texto a clonagem terapêutica, para que, em futuro próximo, possamos aprofundar a discussão, até porque nenhum país do mundo tomou decisão, a não ser a Inglaterra, que adotou essa posição com regras duríssimas, mas que precisam ser estudadas, copiadas até certo ponto, melhoradas. O Brasil não vai querer inventar a pólvora; os Estados Unidos e os países mais avançados da Europa não tomaram a posição que estamos querendo tomar a toque de caixa. Estamos tratando é da vida.

De quanto dispomos para a pesquisa científica que trata dessa matéria? Pouco mais de 18 milhões. Soube que, para essa pesquisa, foram destinados mais de US$50 bilhões nos Estados Unidos, que ainda não tomaram a posição que estamos querendo tomar aqui.

Então, Sr. Presidente, assumimos uma posição com base na frase "dos males, o menor": que se au-

torizem, para estudos científicos, os 20 mil embriões congelados e que a clonagem terapêutica fique para uma discussão adiante. Esse tema perpassa por uma discussão filosófica e religiosa. A CNBB, a Frente Parlamentar Evangélica, os que professam a fé cristã e até outros estão envolvidos nisso de forma direta. Vou convidar esses interessados para uma discussão.

Senador Ney Suassuna, V. Exª, que se graduou em três cursos superiores, estudou mais do que eu, que prestei vestibular três vezes, mas não passei em nenhum. Não sei se Paul Richter é que dizia que só os tolos não mudam. O esclarecimento precisa vir, porque a matéria é muita complexa. Eu convidei essas entidades para fazer esse estudo conosco e quero convidar a cúpula do segmento em que exerço minha fé, para também ouvi-la. Não adianta dizer "sou contra e acabou" e não estar com o espírito desarmado para ouvir, discutir, chegar a um entendimento depois da questão bem analisada.

Devemos, de fato, deixar para adiante a clonagem terapêutica. A Bíblia diz: "Basta a cada dia o seu próprio mal", e o mal de hoje é votar a questão dos embriões congelados e deixar o outro assunto para adiante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eminente Senador, V. Exª aborda dois problemas e faz uma referência.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. *Faz soar a campainha.*) – Atenção, Srs. Senadores!

Senador Magno Malta, o Relator está respondendo a V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Magno Malta, V. Exª aborda dois problemas e faz uma referência a este projeto, que é o mais democrático. É o meu jeitão mesmo: não sou o dono da verdade. Desde ontem, procuro aplainar todos os óbices, porque esta matéria tem a ver com meio ambiente, com produtores, com religião católica, os evangélicos e com cientistas. Enfim, são tantos os óbices como em uma corrida de obstáculos.

Há mais de dois meses, estou ligado a essa matéria. Fui à Universidade de São Carlos e à Universidade de Campinas conversar com os professores; à Embrapa, conversar com os produtores; a todos os lugares, buscando entender a matéria, embora também tenha sido professor de biologia.

Não fiz Direito, mas lamento, porque gostaria de ter feito esse curso, pois quanto mais soubermos, melhor será. Reconheço que na área jurídica sou uma negação e, por isso, acato os juristas.

Em relação ao primeiro assunto que V. Exª abordou sobre a lei, o nobre Presidente deu uma resposta muito precisa mostrando que, felizmente, não há forma regimental de separar. E, mais do que isso, juristas da Presidência da República, da Câmara e do Senado disseram que, embora mal feita, um quasímodo, é constitucional do ponto de vista legal. O primeiro assunto de V. Exª foi resolvido dessa forma.

Em relação ao comentário, houve várias colocações, e vou negociando. Acabei de aceitar do Senador Osmar Dias uma sugestão que melhora o projeto, que será do Senado. Não posso ter o orgulho de dizer que é meu projeto o projeto. Não. O projeto é nosso. Nós o estamos fazendo e, para isso, preciso de ajuda de quem sabe mais do que eu.

Quanto ao segundo caso, lamento a clonagem terapêutica no projeto. Foi tirado o termo, porque V. Exªs decidiram, e eu tinha que cumprir o acordo com V. Exªs. A palavra tem que ser cumprida, mas lamento.

Recebi, nos últimos dias, centenas de pedidos para que se mantivesse o termo, mas não podemos mantê-lo por todas essas razões e por existir um limiar muito tênue da ética e da fé.

Vejam a carta que recebemos do pai do Herbet Viana, que diz assim:

"Sou pai do cantor Herbert Viana e estou empenhado em uma campanha na qual vislumbro sensibilizar o Congresso Nacional, no caso o Senado, a aprovar a utilização de embriões das células-tronco, pesquisa que será impossibilitada de prosseguir se não houver um correto entendimento científico do tema.

A Câmara dos Deputados parece, segundo informações, pressionada por forças religiosas que talvez não compreendam bem a fórmula de obtenção de tais células, foi de parecer contrário e encaminhou a matéria ao Senado.

Temo que a desinformação possa gerar um impedimento definitivo ou, pelo menos, momentâneo da continuidade de tais pesquisas, que hoje são a maior esperança para a cura de diversas doenças com dificuldade de movimento etc."

Aqui, temos o Senador Jonas Pinheiro que perdeu dois entes queridos por que há atrofia muscular, uma doença que aflige a sua família. S. Exª é um defensor dessa pesquisa, saiu de uma paralisia pela sua fé e ajuda divina, e sabe como é isso.

Na verdade, estamos fazendo "dos males o menor". Pessoalmente, lamento, porque entendo que não devemos misturar religião com ciência para não acontecer como aconteceu com Galileu Galilei, mas como católico praticante tenho o dever de respeitar todas as religiões e a fé de vários matizes.

Lamentavelmente, nem serei voto vencido por estar apresentando sem clonagem terapêutica, embora houvesse mais abertura. Mas estamos avançando, porque a Câmara negou, e estamos acatando.

A Câmara negou, tudo bem. Faremos outra lei daqui a cinco anos. Nesse tempo, estará mais nítido o contorno disso e teremos condições de avançar mais. Fique tranqüilo que, em relação a suas preocupações, todas estão cobertas, e temos muita gente esperando que seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria ainda de informar que a mesma emenda que foi colocada pelo Senador Osmar Dias também o foi pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Os dois tiveram a mesma preocupação de fortalecer o conselho de ministros e acho que os dois fizeram um movimento exatamente para melhorar a nossa intenção. Quero agradecer e louvar a emenda que V. Ex.ª encaminhou à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Temos muitos oradores inscritos e peço a S. Exªs que se circunscrevam, na medida do possível, a cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, há cerca de cinco anos, apresentamos um projeto de lei – ainda em tramitação na Casa – que dizia respeito a uma quarentena de cinco anos para a produção dos transgênicos. Nesse prazo de cinco anos, os transgênicos se disseminaram principalmente no Rio Grande do Sul, e o Governo Federal foi obrigado a editar sucessivas medidas provisórias autorizando o plantio de transgênicos naquele Estado.

Durante esse período, fui me conscientizando da importância da produção monitorada de transgênicos no Brasil, já que diversos países adotam tal modalidade de produção. Há restrições na Europa, mas os Estados Unidos são os grandes propagadores da utilização de transgênicos como instrumento de melhoria na qualidade da produção agrícola e de melhoria na economia.

O que estamos discutindo aqui, Sr. Presidente, é a regulamentação não apenas dos transgênicos, cuja discussão nasceu depois. A principal finalidade do projeto era estabelecer regras claras e objetivas em relação às células-tronco e outros assuntos mais complexos que dizem respeito à vida. Por essa razão, o assunto preocupa a todos nós Senadores, pois não condiz apenas com o fortalecimento da economia agrícola, mas lida com vidas. E vida é o que consideramos mais sagrado. Defendemos o direito à vida, seja onde for.

Sr. Presidente, não tive o privilégio, como tantos outros Senadores e Senadoras, de participar da Comissão de Educação, porque dela não sou membro, e não tive o privilégio de ouvir as opiniões abalizadas do Senador Osmar Dias, homem versado na economia rural pelo seu passado no Paraná e, aqui no Senado Federal, figura magistral que tem o dom de colher informações e de saber transmiti-las aos colegas com muita precisão, inteligência e produtividade. Não tomei qualquer atitude aqui em relação a projeto legislativo concernente à agricultura sem antes consultar os Senadores Osmar Dias e Jonas Pinheiro. Em todas as ocasiões em que os consultei, fui bem sucedido. E quem ganhou com isso foi a agricultura nacional, foi a agricultura do Nordeste, como por exemplo naquele caso, Senador Ney Suassuna, de endividamento rural, em que trabalhamos a fim de reduzir o sofrimento do agricultor no que diz respeito ao crédito.

Vamos ao que nos interessa mais de perto nesta reunião. Existem dois órgãos fundamentais no projeto. Um é o Conselho, o "Conselhão", constituído de onze ministros – eram nove na Comissão de Educação, agora são onze, ou seja, houve maior democratização com a sugestão do nobre Senador Ney Suassuna. O Conselho Nacional de Biossegurança, instância maior, vinculada à Presidência da República, é um órgão de assessoramento superior do Presidente da República para formulação e implementação da política nacional de biossegurança. Trata-se de um conselho que diz o seguinte: o outro órgão, que é o órgão técnico, a CTNBio, não decide em última instância. Se há a possibilidade de recurso, Sr. Relator, ela não é a instituição que decide que não há recurso. Há recurso. E esse recurso está previsto aqui no § 7º do art. 16, que fala em parecer técnico duas vezes. Fala: "em caso de divergência quanto ao parecer técnico conclusivo da CTNBio sobre a liberação comercial de OGM e derivados, os órgãos e entidades de registro de cassação, no âmbito de suas competências, poderão apresentar recursos ao CNBS, no prazo...a contar da publicação do parecer da CTNBio".

Ora, vamos ser práticos, nós que participamos da Comissão de Justiça, o termo "parecer técnico" pode ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Educação, na Comissão de Assuntos Sociais, mas aqui temos que aprovar decisão mesmo. Quando o Tribunal de Contas dá um parecer técnico sobre as contas do Presidente da República, aprovando-as ou rejeitando-as, o que vai ser publicado? A decisão do Tribunal de Contas, que aprovou o parecer técnico e rejeitou ou aprovou as contas. Quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova um projeto de lei, aprova o parecer, mas o que vai ser discutido é o

projeto. Cito um exemplo. Quando vamos para Plenário: projeto de lei do Senador Ney Suassuna, que teve o parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, o que vamos discutir é o projeto, que está alicerçado, baseado no parecer.

Então, o principal é a decisão. Parecer técnico é secundário. É importante, porém mais importante é a decisão, que é uma decisão colegiada. Parecer técnico não diz respeito à decisão colegiada. É um instrumento para imprimir uma decisão correta a um colegiado. E sabemos, Senador Ney Suassuna, que a CTNBio é uma comissão colegiada.

Isto é, acho que tem toda razão o Senador Ney Suassuna...o Senador Osmar Dias, V. Exª sabe que sou favorável ao seu parecer com as duas emendas. Inclusive uma delas coincide com a do Senador Osmar Dias – eu até gostaria que V. Exª analisasse as duas, é só uma questão de redação. A do Senador Osmar Dias alude apenas à obrigatoriedade de uma decisão pela maioria dos seus membros, dos membros do Conselho, enquanto que a nossa emenda fala: "as reuniões do CNBS poderão ser instaladas com a presença de seis de seus membros e as decisões serão tomadas por voto da maioria absoluta dos seus membros".

Então, falamos aqui em maioria absoluta e ainda exigimos a instalação com a presença de seis de seus membros.

É apenas para V. Exª verificar a questão de redação, que não vai alterar em nada a fundamentação proposta pelo Senador Osmar Dias.

Portanto, Sr. Presidente, minha sugestão é que se substitua, no § 7º do art. 16, essa expressão "parecer técnico" por "decisão", que é a mais correta do ponto de vista técnico e do ponto de vista legislativo. Isso não vai, de maneira nenhuma, criar obstáculos, travar os processos em andamento no conselho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Deixe-me responder logo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu pediria a V. Exª que respondesse tudo ao final.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – São muitas matérias diversas. Será ligeiro.

Quanto à afirmação, V. Exª tem uma coincidência em relação aos posicionamentos do Senador Osmar Dias. Já está acatada a questão do conselho. Quarto à outra, estou aguardando. Até o final, teremos um posicionamento mais tranqüilo, porque meu único problema é o jurídico. Eu gostaria que tivéssemos tranqüilidade em relação a isso.

Então, quanto ao primeiro posicionamento, concordo e ele vai melhorar o parecer. Quanto ao segundo, aguardo mais um pouco. Até o final da reunião, os assessores terão analisado mais uma vez o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, há uma preocupação com respeito ao plantio deste ano, principalmente considerando-se a soja. Nos dois últimos anos, o Presidente da República emitiu duas medidas provisórias; uma que permitia a comercialização de um produto já plantado e colhido; e a outra – MP nº 131 – autorizava o plantio e a comercialização da safra passada. Já estamos no dia 15 de setembro. Os produtores já formalizam sua intenção de plantio, o que plantar e quanto plantar. O Governo já não tem nenhuma intenção de emitir medida provisória nesse sentido. Então, apresentamos projeto para ajudar o próprio Governo. Se aquele projeto recebesse o regime de urgência, ele poderia ser aproveitado para ser transformado em lei para o plantio deste ano.

Incluímos, no parecer do Senador Osmar Dias e no parecer do Senador Ney Suassuna, dois artigos para a solução do plantio deste ano. Por esses dois artigos, ficam autorizadas a produção e a comercialização de sementes de cultivares de soja geneticamente modificada, tolerantes ao glifossato, já registradas no Ministério da Agricultura, no Registro Nacional de Cultivares.

Temos duzentas mil sacas de soja na Embrapa, na Fundação Mato Grosso, na Codetec e em outras empresas, que podem ser aproveitadas. São sementes. Duzentas mil sacas de soja não são suficientes para atender à demanda dos interessados em plantar sementes geneticamente modificadas. Entretanto, os produtores....

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. *Fazendo soar a campainha.)* – Atenção, Srs. Senadores. Por favor, silêncio.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Os produtores brasileiros que plantam soja e plantaram transgênicos têm, no seu paiol ou no seu armazém, grãos geneticamente modificados, cujo plantio também estamos autorizando nessa safra de 2004/2005, porque não vamos ter semente para toda a demanda dos interessados no plantio de transgênicos.

Por que colocamos em 2004/2005? Exatamente para não perpetuar o uso de grãos. Porém, alguém pode perguntar: "E se não tivermos a semente no próximo ano?" Aí, colocamos um parágrafo, autorizando o Poder Executivo a prorrogar a autorização de que trata esse artigo.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já fiz essa proposta. O Relator tem muito boa vontade e simpatia por ela, que é a solução para o plantio deste ano, se aprovarmos essa lei ainda neste mês ou, no máximo, até a primeira ou segunda semana do mês de outubro. Sem isso, não teríamos condições de fazer o plantio deste ano.

Sr. Presidente, gostaria que o Relator analisasse essa emenda e a incluísse no seu parecer.

Obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos dois guerreiros. Há mais guerreiros, mas dois se expõem, mostrando a face durante todo o tempo. Se hoje há um entendimento médio do Senado Federal de que se tem de avançar e de que se tem de abrir, devemos isso aos Senadores Jonas Pinheiro e Osmar Dias, que sempre têm brigado. Faço parte da Bancada também, mas sou muito menos afoito e muito menos exposto que os dois.

Por essa razão, quando fizemos o parecer, buscamos, no projeto que está há sete meses parado no Senado Federal – que, se tivesse sido resolvido, não passaríamos pelo vexame a que se referiu o Senador Jonas Pinheiro –, exatamente esse artigo que passou a ser o art. 34 do nosso projeto. Sobre esse art. 34, hoje de manhã, tivemos um pequeno desentendimento, que foi sanado com muita tranqüilidade. Numa das redações, pedia-se a revogação de toda a lei. Na verdade, somente podíamos tirar alguns artigos. Se deixássemos toda a lei, estaríamos ilegalizando as sementes colhidas do ano passado. Hoje, temos cerca de dez mil sacas ainda oriundas do ano passado, quando temos cerca de 200 mil sacas feitas pela Embrapa e por outras empresas, que vão permitir o plantio de cerca de 35% da soja no País.

Quando as pessoas falam, pensam que se vai plantar soja transgênica em todo o País. Não. Com isso tudo, vamos atingir 35% da área plantada. Com o aumento da produtividade e com a diminuição da agressão da natureza, não consigo entender como alguém pode ser contra, quando há a troca de seis agrotóxicos por apenas um agrotóxico. Está-se diminuindo essa quantidade e está-se melhorando a produtividade, permitindo todos esses avanços.

Por todas essas razões, acatamos, com muita alegria, as afirmações de V. Exª, que é especializado na área – toda a Nação o reconhece. Com muita alegria também, verificamos que não houve nem embate, porque foram conversações que nos levaram a essa posição.

Agradeço e louvo. Sinto-me honrado por poder ter incluído o pensamento de V. Exª nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao cientista Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Presidente é generoso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um assunto difícil, que expõe o Senado Federal às fronteiras da tecnologia, a uma compreensão profunda de um assunto que é novo no plano internacional. O mundo inteiro debate esse tema, com amplas dificuldades. A imprensa brasileira está inteiramente envolvida no debate, tentando trazer a sua compreensão, que é favorável ao uso imediato de células embrionárias, tentando, a partir das células-tronco, conseguir respostas para as doenças genéticas que afetam de três a cinco milhões de brasileiros. E o Senado Federal está tentando fazer a sua parte, que é debater esse tema.

Entendo que o Senador Osmar Dias expõe, com toda a clareza, as convicções de um debate na ótica do setor produtivo rural brasileiro. S. Exª tratou com absoluta honestidade intelectual esse tema. S. Exª tem procurado se aprofundar nesse debate há anos, ao lado do Senador Jonas Pinheiro e de outros. Da mesma maneira, aqueles que têm uma tese mais ligada ao campo ambientalista, ao campo de uma regra de proteção aos ecossistemas e às sociedades de uma maneira geral agiram do mesmo modo, com convicções e com responsabilidade política e social diante do tema. O resultado é esse relatório.

Penso que, no que diz respeito aos organismos geneticamente modificados, temos uma ruptura de uma decisão que tinha sido tomada na Câmara dos Deputados, envolvendo o Governo, o Ministério do Meio Ambiente, com a tolerância, embora com discordância de enfoque, do Ministério da Agricultura. O Governo saiu dessa discussão e deixou o Senado Federal tomar sozinho a sua decisão. Entendo isso como um gesto de respeito à profundidade e à responsabilidade da atitude do Senado Federal – prefiro entender assim.

Hoje de manhã uma construção de um entendimento foi feita pelo Senador Osmar Dias, pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e por outros Senadores no que diz respeito aos organismos geneticamente modificados.

Quanto ao uso de embriões, o tema foi delegado à Senadora Lúcia Vânia, e aos Senadores Tasso Jereissati, Magno Malta, Flávio Arns e à comunidade científica para tentarmos encontrar um ponto de consenso.

O Senador Ney Suassuna aquiesceu que pudéssemos construir esse consenso, que diz respeito a aceitar, o que é diferente da Câmara dos Deputados, o uso de embriões congelados excedentes que estejam, há mais de três anos, congelados para fins científicos.

A comunidade científica diz que está plenamente satisfeita nas suas necessidades imediatas.

Um ponto de divergência forte era a clonagem terapêutica. A comunidade científica diz que é um amontoado de células produzido a partir de um óvulo esvaziado no seu nucléolo, com alguma contribuição genética de outro tecido. A partir daí se tem um amontoado de células. Vale lembrar que esse conceito serviu para a vida da ovelha Doly, é usado na medicina veterinária e gera seres. O mesmo conceito está gerando seres vivos. Então, é preciso muita cautela.

O mundo inteiro tem debatido sobre o tema com medo, muito cuidado e prudência. A Inglaterra é o único país que conseguiu, do ponto de vista formal, adotar uma legislação sobre o tema. Temos a China e Israel que adotam pesquisa com clonagem terapêutica, mas não têm legislação específica clara. A Inglaterra teve o cuidado, por cinco anos, de fazer uma observação rigorosíssima para mediar as conseqüências das decisões que tomam.

E ainda disseram mais: não temos condições, de imediato, de fazer qualquer uso de clonagem terapêutica para tentar beneficiar os portadores das doenças genéticas. No momento, a disponibilidade tecnológica da ciência brasileira é apenas voltada para o uso de células embrionárias, ou seja, dos embriões que estão disponíveis. Então, por que precisamos nos antecipar quando os Estados Unidos não decidiram, o Canadá não decidiu, a Espanha não decidiu, e a França não decidiu?

Será que somos avançados em termos de maturidade científica para tomarmos uma decisão tão simples, acreditando que é a panacéia, a libertação das doenças genéticas do Brasil? O Governo americano gasta US$53 bilhões por ano só em biotecnologia. O Brasil não gasta nem um terço disso. Será que o Brasil é dono da varinha mágica para encontrar a solução para tudo? Temos de ter a prudência e o zelo devidos nesse debate.

Nesse ponto, penso que o Relator foi muito correto quando acolheu o entendimento que construímos. O Senador Osmar Dias está com convicções profundas quanto ao tema dos organismos geneticamente modificados.

A ponderação que faço é a de cumprimentar o Relator por acolher o nosso entendimento. Estamos abertos com a comunidade científica a promover cinco audiências públicas, pelo menos, por intermédio da Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Sociais, com todos os envolvidos e interessados para discutirmos clonagem por meio da Senadora Lúcia Vânia, na Comissão de Assuntos Sociais, com todos os envolvidos e interessados para discutirmos clonagem.

Mas, nesse momento, vamos aprovar nesses termos, que é uma margem compreensível, mesmo com a divergência clara de alguns companheiros, que merecem todo respeito por suas convicções também.

O apelo que eu faria ao Relator é no sentido de que S. Exª pudesse reintroduzir o que já foi...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou considerando a explanação de V. Exª perfeita. Contudo, se tirarmos o problema da soja, que é outro problema, quanto à outra questão que V. Exª está apresentando, não é correto não votar agora e deixar para fazer tudo isso como V. Exª está fazendo? Por que votar agora algo que não se sabe o que é e o que não é e depois ir lá para a Comissão? Penso que o normal... V. Exª disse muito bem, os Estados Unidos não correram, a França não correu, por que vamos correr? Por que vamos votar agora correndo? De ontem para hoje já se alterou quatro vezes as decisões. Que se suspenda a discussão da matéria agora e se deixe para as quatro sessões que V. Exª mencionou.

É o apelo que eu faria. Agora mesmo, estou recebendo a informação de que a Itália votou. A Itália terminou de votar nesta semana um projeto. O que diz o art. 1º: "É proibido qualquer experimentação de embriões humanos".

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É a lei de reprodução assistida desta semana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Então não seria interessante, se a matéria é essa... O que o Brasil vai ganhar se votarmos hoje e não votarmos daqui a três meses... O apelo que faço, entrei com uma emenda que se vote em processo à parte a soja e se deixe para votar como V. Exª quer. Por que votar agora uma lei que todos vão debater e discutir? Haverá uma guerra dos diabos para depois lá adiante começar. Comecemos adiante! É um gesto de grandeza do Senador Ney Suassuna, é um gesto de grandeza do nosso Presidente, é um gesto de grandeza de nós todos, por termos a humildade de entender.

Para que votarmos algo pela metade agora, quando, como muito bem disse V. Exª, lá adiante, será preciso um grande debate? Deixemos tudo para lá.

Esse é o apelo que faço a esta Comissão.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte do Senador Pedro Simon, que, sem dúvida alguma, enriquece e destaca a responsabilidade e a prudência que se deve ter com esse tema, no seu devido lugar.

Tive o cuidado de defender essa tese no início da discussão, quando a matéria chegou aqui no Senado. Mas, infelizmente, na Comissão de Assuntos Sociais, fui voz isolada, fiquei sem apoio, e as lideranças do PSDB e do PFL agiram com hostilidade no debate político, alegaram que poderia significar uma manobra para que o assunto não obtivesse a devida urgência.

Diante disso, construí um entendimento baseado na condição técnico-científica que tenho e apresentei sugestões às emendas que o Senador Tasso Jereissati construiu com tanta propriedade.

Então, se houver essa decisão, não me oporei à ponderação do Senador Pedro Simon, mas fico com o acordo construído com o Senador Tasso Jereissati, com a Senadora Lúcia Vânia, do qual outros Senadores participaram. Não tenho como retroceder diante desse acordo.

Apenas deixo o alerta de que o apelo que faço ao Senador Ney Suassuna é para que acolha o que o Senador Osmar Dias já aceitou, qual seja, que a rotulagem de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal, contenha ou seja produzido a partir de organismos geneticamente modificados, com informações nesse sentido, de acordo com o regulamento. Esse é o art. 6º, inciso IV. O outro é o inciso III do art. 17, que trata dos ecossistemas naturais. Onde está a expressão ecossistemas naturais, tire "naturais" e fique apenas ecossistemas.

O Senador Osmar Dias, segundo o Senador Mercadante, aquiesceu nesses termos. Diante disso, faço apelo para que o Relator possa acolhê-los.

No mais, Sr. Presidente, encerro, cumprimentando V. Exªs pelo entendimento, pela responsabilidade e pela prudência necessárias, sem estarmos dissociados da comunidade científica em absolutamente nada. Estamos sintonizados e dividindo responsabilidades. A ciência jamais poderá caminhar sozinha no campo da investigação, e a lei jamais poderá estar dissociada da ciência. Temos que achar o ponto do entendimento. A base sagrada da existência humana, da sobrevivência da espécie humana está nas suas nuances genéticas, na diversidade genética, que faz parte de cada um de nós, que nos torna diferentes um do outro.

Temos que ter responsabilidade. Temos que pensar que podemos estar construindo uma sociedade que evite todas as doenças genéticas. Será que os portadores de algumas doenças não gostariam de ter nascido? Com esse debate, onde estamos entrando? Aonde vamos? Como diz o maior filósofo cristão da atualidade, Frei **(inaudível.)**

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a atenção do Senador Pedro Simon, que levantou uma questão importante.

Mesmo que o Senado, como estamos fazendo hoje, em uma reunião, sem o direito de pedido de vista, vote um projeto desse tamanho, dessa importância, e esse projeto seja levado ao plenário do Senado para ser votado amanhã, mesmo que isso ocorra, aquele argumento usado pelo Senador Jonas Pinheiro não será atendido, porque o plantio da safra começará em outubro, e a Câmara dos Deputados ainda terá de votá-lo, e não sabemos como e quando a Câmara dos Deputados irá fazê-lo.

Então, a prudência impõe essa posição do Senador Pedro Simon. Como fui relator do projeto em sua primeira fase, tinha consciência de que a matéria tramitaria em três comissões e de que haveria um debate que se estenderia. Como sou autor do primeiro substitutivo, gostaria de dizer que não há razão para não concordar com o adiamento dessa votação e com que o Governo faça o que está fazendo com todas as outras matérias, isto é, prorrogar a validade da medida provisória em vigor, dando uma decisão àqueles que estão agoniados com a falta de uma posição. Vamos votar aqui, e não ficará resolvido nada.

Os produtores estão enviando ao meu gabinete cartas, **e-mails**, apavorados. Dizem que não sabem o que vão fazer; também não sei o que responder. O que vou responder? Vamos votar e aprovar o projeto aqui? Tudo bem. Vamos votar o projeto. Não sei se vamos aprová-lo ou rejeitá-lo. Mas, supondo que ele seja aprovado, vai resolver o problema da emergência do plantio da soja? Não vai, porque o plantio da soja começa no início de outubro e, nesse período, a Câmara não terá votado o projeto ainda. Portanto, não teremos uma lei definitiva no País. O Governo, que tem editado medidas provisórias para tantas coisas sem nenhuma urgência, que assuma então o ônus do encaminhamento de um projeto para a Câmara dos Deputados e esse projeto ter passado por lá sem a necessária discussão. Aqui no Senado, ele foi debatido na Comissão de Educação e em outras Comissões, mas, na Câmara dos Deputados, posso afirmar que ele não foi suficientemente debatido. E foi aprovado de tal forma que, ao chegar aqui, tivemos que reformulá-lo totalmente.

Então, se o bom senso do Senador Pedro Simon aponta como solução a resolução do problema emergente, deixando-se que essa discussão traga mais elementos, mais informações, eu, como Relator na primeira fase – agora não sou mais Relator –, concordo plenamente com isso. Não será a solução a

votação desse projeto aqui. Eu continuarei sem saber o que responder para os produtores que estão me escrevendo e me telefonando perguntando o que fazer, porque não foi aprovado o projeto e não temos nenhum dispositivo legal regulamentando o assunto.

Senador Pedro Simon, está havendo uma confusão, e quero deixar claro que o dispositivo que apresentei admitia a pesquisa com conjunto de células embrionárias congeladas até o quinto dia e que não serão utilizadas para reprodução, que serão descartadas, e que já estão estocadas nos laboratórios. Esse conjunto de células embrionárias que serão descartadas e que já estão nos laboratórios. Só essas poderiam ser utilizadas. Essa proposta foi aprovada por praticamente todos os Senadores, apenas três votaram contra. Esse é o projeto proposto pelo Senador Tião Viana, que eu acatei e que agora o Senador Ney Suassuna está acatando aqui, mudando aquela posição inicial. Mas, de qualquer forma, mantenho a manifestação que fiz aqui: se depender de mim, aceito a proposta do Senador Pedro Simon.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não posso, pedi a palavra pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu tenho a mesma preocupação externada pelo Senador Osmar Dias.

Temos a obrigação de abordar com profundidade, com adequação, como já é sem dúvida alguma o costume do Senado Federal, dois assuntos fundamentais: o dos OGMs e o das células-tronco embrionárias. Hoje de manhã, fizemos um debate, do qual V. Exª participou, e depois tivemos uma outra reunião em que discutimos a questão das células embrionárias. Uma das discussões feitas, e que teria que estar abordada nesse projeto de lei para se dar uma tranqüilidade para a área, é sobre quem, por exemplo, pode utilizar as células embrionárias. Uma coisa é a USP, a Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal do Paraná usarem essas células. Essas universidade têm um Conselho de Ética. Mas por que não uma firma, uma empresa interessada em usar as células embrionárias? Onde estão as células embrionárias? Será que uma empresa poderia chegar a esse local e dizer que precisa de dez células? Será que outra poderia dizer que precisa de cinco, de vinte? Não temos nenhum órgão controlador, fiscalizador, um conselho de bioética ou coisa semelhante para normatizar esse assunto.

O mesmo ocorre com os OGMs, assunto fundamental para o Brasil. E o Senador Jonas Pinheiro abordou bem esse aspecto, dizendo que tem que haver urgência e, hoje ou daqui a duas ou três semanas, uma solução.

Então, endosso as palavras proferidas anteriormente no sentido de que temos que encontrar uma solução, mas precisamos discutir com calma. Eu, inclusive, tenho dificuldade de ver qual projeto, quais emendas deverão ser apresentadas e a que conclusão chegaremos.

Endosso também as palavras do Senador Osmar Dias e as do Senador Pedro Simon, que pede precaução, cautela, tempo para se pensar sobre esse assunto e que haja, por parte das presidências, dos partidos e da própria relatoria, um processo de entendimento para que possamos chegar a uma boa conclusão sobre esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Respondendo ao nobre Senador Tião Viana, sem deixar de responder ao aparte do Senador Pedro Simon, a minha primeira preocupação, e eu mencionei antes de V.Exª chegar, quando recebemos o projeto, foi saber se regimentalmente poderíamos dividi-lo. Não é possível. Do ponto de vista do Regimento, não é possível a divisão.

Em relação ao nobre Senador Tião Viana, acatamos a emenda de rotulagem que V. Exª apresentou. Acatamos também a mudança...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Foi do Senador Mercadante, em nome do Senador Mercadante.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em nome do Senador Mercadante.

Com relação aos ecossistemas naturais, também acatamos a supressão da expressão "naturais".

Então, do ponto de vista das emendas apresentadas, acatamos as duas, o que tranqüiliza as pessoas ligadas ao meio ambiente, no que se refere aos ecossistemas.

Quanto à rotulagem, quero demonstrar aqui a minha preocupação com relação a um único item, o desenho da rotulagem, que ficou parecendo alguma coisa radioativa. Se mandarmos aquele desenho à Europa ou aos Estados Unidos para vender, será difícil, porque quando "baterem o olho" logo pensarão que deve haver radioatividade nisso.

Penso que foi um desenho infeliz, mas paciência! Vamos ver se no futuro conseguimos mudar.

Quanto à lei, não há problema, o desenho é que ficou realmente temeroso, por dar uma impressão de veneno ou de radiatividade quando "batemos o olho" no produto.

Em relação às células-tronco, acatamos também a não-identificação, embora tivéssemos o cuidado, nobre Senador Tião Viana, na primeira versão, antes de debatermos com o grupo de V. Exªs, de defender a necessidade de identificação. E por que isso? Porque, pela lei de doação de órgãos, só se pode tirar órgão de cadáver que foi identificado; caso contrário, as pessoas sairiam matando "a torto e a direito" para conseguirem um fígado, por exemplo. Olha, vá atrás de um fígado! Vá atrás de um rim! Não, o cadáver tem que estar identificado.

No caso específico dos óvulos fertilizados, ou seja, dos embriões, também queríamos a identificação, mas lamentavelmente as clínicas pelo Brasil afora já não têm o controle da identificação. Volto a dizer que respeito a religião dos outros e também a minha, que é a Católica, sou católico praticante e membro do Encontro de Casais. No entanto, não posso entender como podemos querer protelar uma coisa que só vai prejudicar os pobres, porque os ricos vão sair e fazer o tratamento no exterior.

Então, quando dizemos aqui que não pode, na minha cabeça...

Outra coisa me vem à cabeça, a todo momento, é que, se Deus nos deu essa possibilidade de entender e de trabalhar para melhorar o sofrimento de tanta gente, com certeza, é porque Ele quer assim.

Então, entendo a fé, mas sempre com o medo de estarmos praticando um ato como o de Galileu Galilei. Penso que, como foi feito pelos Senadores que participaram do grupo, está muito bem posto que o Brasil não fica à margem, embora não tenha avançado mais, mas penso que é prudente.

Por essa razão, o acatamento **ipsis literis** da forma como veio do acordo de vocês.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Senador Ney, é só um aparte, para não ficar parecendo que estamos contra os pobres. No exterior, onde os ricos podem...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Podem ir ao Japão, podem ir à França, para fazer o normal...

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Está em fase de estudo, ninguém adotou. Só a Inglaterra criou uma legislação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Só a terapêutica que não. Quanto a isso, está de bom tamanho o que foi assinalado. Por isso a minha facilidade de acatamento, até para manter o acordo.

Queria lembrar aos Senadores que estamos costurando um acordo há muitos dias. Praticamente só recusamos duas emendas. Todas as demais nós acatamos. Srs. Senadores, eu queria vê-los aqui no meu lugar. Tivemos que coordenar meio ambiente e ruralistas. Nenhum Senador foi acirrar ânimos na Câmara, mas inúmeros Deputados não fizeram lá o serviço como deviam e agora aqui dizem que não pode ser isso ou aquilo. É incrível! Isso dificultou, mas também passamos ao largo. Tivemos que respeitar a fé sem deixar de fazer os avanços científicos; tivemos que conciliar Ministérios completamente diferentes, como é o caso da saúde com a Anvisa, ou do MAPA com o Meio Ambiente, com a Agricultura, que quer abertura e rapidez, e com Ciência e Tecnologia, que quer abertura total para pesquisa.

Então, eu queria que V. Exªs soubessem da dificuldade de chegarmos ao acordo. Surpreende-me quando algumas pessoas que não participaram e não se envolveram, por razões mil e outras obrigações, chegam e dizem que não pode ser. Para chegar aonde chegamos, gastamos muitas horas de trabalho, muitos dias, muitas audiências. Louvo o trabalho do Senador Osmar Dias, porque só ele realizou oito audiências. Fizemos um périplo pelo Brasil em universidades, Embrapas estaduais, sempre procurando achar uma solução. Por isso, peço a compreensão dos Srs. Senadores. Esse não é um parecer de Ney Suassuna, conforme já disse três vezes, mas um parecer de todos nós. Quanto mais homogêneo ele estiver, mais possibilidade teremos de na Câmara vencer. Se chegarmos divididos e fragilizados com uma votação fraca, prevalecerá o projeto de lá, que é um retrocesso.

Por isso, peço aos companheiros um pouco de compreensão. Estamos fazendo tudo o que é possível para que possamos construir um projeto, que não é o melhor. Concordo em gênero, número e grau que isso não deveria ter vindo junto, mas infelizmente veio. Tem como separar? Não tem. Daí, toda essa dificuldade que estamos vivendo.

Peço a compreensão do meu amigo Pedro Simon. Realmente, é constrangedora a nossa situação: sete meses no Senado sem solução, audiências e audiências,ouvindo técnicos, e sem chegar a nenhuma solução, e toda a sociedade clamando por uma solução. Essa é a razão da nossa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Srs. Senadores, está ficando quase que impossível prosseguir com esta reunião. Não sei se a suspendo ou se faço mais um apelo dramático aos Srs. Senadores, sobretudo aos assessores e Líderes do PT, no sentido de dispensarem o telefone celular, mas sobretudo a assistência lá atrás, que também perturba. Os jornalistas também já não conseguem ouvir mais nada.

Então, de duas uma: ou fazemos silêncio ou vou ter que suspender a reunião. Não temos outro caminho, não conheço a terceira via. Não posso nem conceder a palavra ao Senador Pedro Simon porque também está ao telefone. O celular passou a ser um instrumento perturbador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, peço a palavra para fazer um apelo. Os Senadores vão poder fazer emenda no plenário. Logo, gostaria que não chegassem mais emendas porque já tivemos o prazo, continuam a chegar emendas e isso dificulta o trabalho da relatoria. Pediria que suspendêssemos aqui. Acataremos todas as demais para o Plenário, quando estaremos à disposição. Mais do que isso, estarei á disposição para discutirmos antes. Estamos inteiramente abertos, só não poderemos fazer o impossível. Não podemos fazer a separação porque é anti-regimental.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos tentar prosseguir por mais alguns minutos. Se não for possível, terei de suspender a sessão.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer ao Líder do Governo que entendo e penso que a situação do nobre Líder em querer votar essa matéria é respeitável. Mas nem S. Exª nem eu estamos nessa discussão a favor ou contra o Governo. Essa é uma matéria a favor do Brasil, e todos queremos aceitar o que é melhor para o País. Em segundo lugar, reconheço o trabalho de V. Exª e até aceito a sua crítica velada a mim. V. Exª trabalhou, se matou, a Senadora se matou, o Senador se matou, e o Pedro Simon onde estava? V. Exª tem razão, mas isso faz parte do Parlamento em qualquer lugar do mundo. Posso citar casos em que matei, como a Lei de Licitações, e não vi V. Exª, que estava em outro trabalho. É normal que alguns trabalhem e outros não. Mas em uma matéria dessa delicadeza, desse significado, não adianta V. Exª me culpar, dizendo que fui culpado porque não estive lá. Devia estar, mas não estava. E não adianta V. Exª me dizer: eu sei de tudo. O Mercadante e o Osmar Dias sabem de tudo, mas os outros sessenta Senadores não sabem. Essa é uma matéria muito delicada para os parlamentos. Estou dizendo para V. Exª que, recentemente, a Itália publicou a primeira lei a respeito. Essa é a primeira. Estamos falando sobre tudo, e essa só falou sobre embriões. Nessa semana, a Itália terminou de falar, proibindo. Os Estados Unidos ainda não decidiram, assim como a maioria dos países da Europa. Então, o Brasil não precisa decidir hoje. Segundo disse o Senador, podemos deixar para votar com tranqüilidade. Assim, a Senadora vai ouvir e tomar uma série de decisões. Ele mesmo diz que isso é apenas o início, que o debate verdadeiro vai se travar depois, nas Comissões. Então, em vez de votar uma lei capenga, que vai levar crítica de todos os lados após a sua publicação, deixemos para votar em outubro, na Comissão, e em definitivo quando todos estiverem participando. Estou falando isso porque quero ser muito sincero. Eu não estou em condições de votar essa matéria. Culpe-me porque eu estava fazendo campanha no Rio Grande do Sul, que sou isso, que sou aquilo, pode me culpar do que quiser. Agora, não pode me obrigar a votar uma matéria que eu não sei. Como se dissessem que, se não votarmos a matéria, milhões vão morrer; trata-se de vida e morte; ou votamos agora, ou é uma desgraça. Não é verdade. Vamos votar agora e isso vai levar um tempo enorme para entrar em prática.

Com relação à soja, em primeiro lugar, com todo o respeito, V. Exª diz que o Regimento não permite. Não se pode mais dizer no Senado que o Regimento não permite. O Regimento não permitia mudar o parecer três ou quatro vezes. O Regimento não permitia emendar a Constituição em cindo dias, fazer uma sessão extraordinária hoje, depois outra, depois outra, até votar a Emenda Constitucional como votamos. Estamos passando pelo Regimento na hora que queremos. Então, ou fazemos um destaque para votar a matéria da soja em separado, ou não se vota nada. Tenho certeza de que o Governo baixará uma medida provisória, como tem baixado tantas, resolvendo essa questão da soja. Se vamos votar outra matéria dramática porque temos que votar a questão da soja, em que há unanimidade, apelo ao Líder do Governo para que, com o beneplácito do Congresso Nacional, o Governo baixe uma medida provisória sobre a matéria para que possamos discutir mais tarde.

Digo de coração: não tenho nada, meu Líder, atrás de mim; não tenho representação alguma; não tenho problema em votar ou não. Essa é apenas a minha visão. Tenho falado com muitos Senadores que não sabem muito mais do que eu sobre essa matéria. Muitos Senadores têm falado comigo e não sabem muito mais do que eu. E eu não sei nada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Desculpe-me, não sei se há uma lista de inscrição.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Há uma lista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª está na lista de inscrição?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, evidentemente, respeitarei a lista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Então, com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, somente para perguntar se meu nome está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª está inscrito.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, venho dizer a nossa posição. Sou totalmente contra a separação. É "não" mesmo. Até porque acredito que o tema foi profundamente discutido. Creio no esforço da CAE, da Comissão de Educação, do grupo que fez o consenso, do entendimento, do acordo desse nome que se queira, sobre a questão da célula-tronco, que está sendo mais polemicamente discutida aqui e parece que as pessoas estão com medo de votar.

Eu creio que a questão realmente é complexa; não é fácil, porque é a vida do ser humano que está em discussão. Está aqui o Senador ao meu lado que já perdeu quatro irmãos e um filho. Não é preciso ir longe de nós, desta sala, para essa questão estar resolvida. Ninguém está aqui querendo nem discutindo. Já foi deixada de lado a história da clonagem terapêutica. Ela está fora. Não tenham medo disso, senhores! Vamos assumir. A comunidade científica já provou e comprovou. A discussão foi ampla. Mas se alguns não participaram, paciência, decidam o seu voto ou decidam não votar. Não vejo nada sobre a questão da célula tronco sendo discutido aqui apressadamente. Eu diria que é o contrário. Está sendo demoradamente, porque há muitas pessoas aí fora desesperadas. Inclusive, tenho recebido e-mails de grupos religiosos, dizendo "Peça aos Senadores. Vote a favor." Quer dizer, não há essa história de que religiosamente a coisa está sendo... O que se ganha? Foi feita esta pergunta, há pouco, por um Senador: "O que se ganha com tanta pressa?" Ganham-se vidas. São vidas que estamos ganhando. São pessoas, são pais, que estão sofrendo problemas. Estão chegando *e-mails* e *fax* chegando, e súplicas até.

Então, do meu ponto de vista, não tem de separar, pois separar significa jogar para a frente, para não dizer aquele termo mais chulo "empurrar com a barriga" essa parte, pois ela é mais complexa e mais difícil. Houve todo o trabalho da nossa Senadora Lúcia Vânia, do nosso Senador Osmar Dias, do nosso Senador Tião Viana, para se chegar a um acordo. O acordo se deu. Não vejo pressa. O que precisamos agora é ter coragem. É difícil? É. Mas nós fomos eleitos para isso, para enfrentarmos com coragem determinados momentos. Sou favorável à questão da célula-tronco, e ponto. Da maneira que está no consenso, no acordo, feito a partir de tantos debates, embates e audiências públicas.

Muito obrigada. Esta é a minha posição: "não" à separação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu tive também muitas dificuldades em acompanhar os debates. Duas grandes preocupações que eu tinha aqui já foram respondidas. Uma delas, já pelo próprio Senador Osmar Dias, quanto ao tempo entre o Senado tomar uma decisão, e a Câmara dos Deputados também fazê-lo, em tempo hábil. Isso, digamos assim, já não é mais uma preocupação. Fui muito bem esclarecido pelo nobre Senador.

A outra, o Senador Suassuna nos tirou as dúvidas quanto à questão da separação dos problemas. No que diz respeito ao primeiro ponto desta reunião, sobre células-tronco, nobres Senadores, acredito que a situação de ver uma pessoa que padece de um problema, que está entre a vida e a morte, e fica dependendo de nós, de uma postura nossa, não deve ser desejada ao pior inimigo. Vi Cazuza, pela imprensa nacional, em uma luta violenta, sobre-humana para resgatar a vida, porque ele acreditava, naquele momento, que o tempo poderia, em um espaço muito pequeno, pela pesquisa, criar um medicamento que pudesse controlar a Aids e, infelizmente, até agora isso não foi possível.

Vi meu pai morrer de uma doença degenerativa que se iniciou no coração e que não teve como controlar. O coração foi, aos poucos, perdendo a força, até que não teve mais condições de bombear o seu sangue. Como também vi minha mãe morrer de câncer de fígado. E também, ao olhar a minha mãe naquele leito de morte, vi a esperança de poder ser salva por alguém.

Então, quando tratamos desse problema, Sr. Presidente, é claro que nós temos aqui também um pouco do coração sobre as nossas mentes.

Nesse aspecto, estou convencido de que fomos à exaustão, no sentido de encontrar o melhor propósito, para que possamos dar celeridade à decisão.

A outra parte da lei trata sobre OGMs e, principalmente, sobre o cultivo da soja. Quanto ao cultivo da soja, também estamos de pleno acordo com a imediata solução desse problema, vendo os prazos em que precisam ser cultivados agora no início de outubro.

Há pontos sobre os quais penso que não temos condições de chegar a uma unanimidade nesta Casa e, infelizmente, teremos que sobrepor a votos. As pes-

soas que discordarem dela terão que votar contrário ou favoravelmente a uma outra posição.

Era sobre isso que queria me ater, Sr. Presidente, nobre Relator. É o ponto que diz respeito à participação dos órgãos de fiscalização, registro e controle de matérias dessa natureza. Esse é um pano de fundo para nós. Sobre apenas esse ponto, nobre Senador Ney Suassuna, apresentei as emendas e subscrevi algumas outras.

Sobre esse ponto, o projeto que veio da Câmara chegou ao limite do entendimento. Como li nas proposições apresentadas, eu, infelizmente, neste ponto – e somente sobre ele –, colocar-me-ei de forma contrária. Apresentei emendas nesse sentido.

Ainda vou tentar conversar com V. Exª para ver a possibilidade de um meio termo sobre eles. Não havendo, respeito todos os trabalhos que foram feitos até agora: o de V. Exª, o do Senador Osmar Dias, o das pessoas que participaram de amplas negociações. Sei das dificuldades que V. Exª enfrentou, mas, neste aspecto, estou apresentando as emendas e os destaques que se fizerem necessários nesta Comissão e no plenário do Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço desculpas por não estar acompanhando todo o trabalho, apesar de ter acompanhado todo o esforço dos Senadores Osmar Dias, Lúcia Vânia, Ney Suassuna, Jonas Pinheiro, Tasso Jereissati, Tião Viana, Flávio Arns e tantos outros que participaram intensamente de toda a evolução desse processo.

Em primeiro lugar, gostaria de argumentar que o projeto trata da biossegurança, da segurança da vida, e estamos vivendo um processo de evolução da engenharia genética que coloca questões entre a evolução da ciência e a ética, sobretudo quando diz respeito à genética do ser humano, a engenharia genética e o meio ambiente, quando diz respeito ao impacto no ecossistema.

Portanto, o Brasil não pode atrasar o seu ingresso nesse processo de evolução da biotecnologia. Ela tem um papel muito importante para a agricultura.

Outro dia, em uma discussão que fazíamos, o Senador Osmar Dias trouxe o exemplo do aumento da produtividade na agricultura. A agricultura aumentou em 115% a safra nesses últimos 14 anos (100% foi aumento de produtividade e 15%, de área plantada). Se não aprofundarmos o aumento da produtividade, nossa única saída será derrubar floresta para ampliar a fronteira agrícola do País.

Portanto, mesmo para quem tem uma visão de preservação do meio ambiente, o avanço da produtividade no campo é a segurança que seremos capazes de preservar, sobretudo, o que temos de florestas tropicais, que têm um importante papel no equilíbrio do sistema ecológico – eu diria – global.

A engenharia genética é um desses instrumentos, mas, ao mesmo tempo em que permite aumentar a produtividade, ela traz desafios, sobretudo, à imprevisibilidade do impacto que possa vir a ter no meio ambiente.

Por isso, temos que ter uma legislação que crie mecanismos de reserva, acompanhamento e cuidado, mas que não seja, de outro lado, uma moratória disfarçada que, efetivamente, impedirá o País tanto na pesquisa quanto no uso da evolução da biotecnologia para a produção de alimentos, que é essencial para a solução do problema da vida no Planeta. Hoje o Brasil é o maior produtor de álcool, açúcar, carne, aves, couro, suco de laranja e café do mundo.

Pergunto o seguinte: que chance tem uma nação como a China, que tem menos da metade da terra do Brasil, de alimentar 1 bilhão e 350 milhões de pessoas se não tiver um parceiro como o Brasil produzindo alimentos e exportando? Que possibilidade tem a China, neste século, se não formos capazes de aumentar a produtividade do nosso solo e a eficiência e produzir cada vez mais alimentos, como estamos fazendo e batendo todos os recordes históricos?

Então, a pesquisa da engenharia genética é essencial ao desenvolvimento da agricultura brasileira e é indispensável ao conhecimento científico do País. O debate é absolutamente oportuno entre aqueles que têm ênfase na preservação do meio ambiente e aqueles que querem aumentar a produtividade.

Este projeto contempla essas duas dimensões. À medida que a Comissão de Biotecnologia for tendo especialistas de todas as áreas para se posicionar sobre essa área – que é de fronteira pluritemática interdisciplinar, e cabe recurso dos órgãos de fiscalização e controle da Anvisa e do Ibama – eles podem entrar com um recurso contestando, apesar de participarem da Comissão de Biotecnologia, podem questionar através de um requerimento.

Quem vai dar provimento, ou não, ao requerimento é o Conselho de Ministros. Dado provimento ao requerimento, há um debate técnico entre dois entes, arbitrado pelo Conselho de Ministros. Porque a técnica não é neutra.

Entendo que criamos um procedimento de respeito às agências de controle que permite valorizar a Comissão de Biotecnologia, que é o grande espaço.

Peço a atenção do Senador Pedro Simon e do Senador Flávio Arns para o próximo ponto. Na questão da célula tronco, fizemos uma belíssima audiência pública nesta Casa – 8 audiências públicas –, mas fizemos uma belíssima audiência conclusiva do processo com os mais importantes cientistas que trabalham sobre esse tema e chegamos a um acordo do passo que o Brasil pode dar, porque esse debate vai continuar, Senador Pedro Simon. Qual é o passo que estamos dando na questão da célula tronco? O passo é que temos cerca de 20 mil embriões no Brasil. Depois de três anos de congelamento, esses embriões poderão ser utilizados para fins de pesquisa científica. Qual é o destino desses embriões? É a destruição depois desse processo. Por que cabe a pesquisa? Porque é indispensável à defesa da vida. A Senadora Lúcia Vânia debateu muito por isso nesse processo.

Sei que o Senador Jonas Pinheiro, meu companheiro que, quanto mais a gente o conhece, mais o respeita, não colocou esse argumento no debate público. Mas colocou na Comissão de uma forma que sensibilizou a todos. E não foi o único depoimento pessoal que eu recebi. Eu pedi autorização para falar do dele e não falarei das outras pessoas que me procuraram sobre o mesmo tema. No caso do Senador Jonas Pinheiro, S. Exª já perdeu quatro irmãos e um filho. A família tem um problema genético, sendo que a possibilidade de vida depende de decisões como essa. A pesquisa de embriões é o mais promissor avanço da medicina para que a família de S. Exª possa preservar sua espécie e defender os seus parentes.

Eu pergunto porque adiar essa possibilidade. Estamos fazendo isso com a cautela que outros países adotaram. Não estamos permitindo multiplicar os embriões, nem produzir os embriões para fins de pesquisa. Estamos dizendo que os embriões já existem e que, depois de 3 anos, perderão a validade. Que não joguemos fora a chance de avançar a ciência e, quem sabe, preservar outras famílias, outras pessoas que dependem dessa possibilidade.

Estamos fazendo com critério, uma relação entre ética e ciência. Alguns cientistas pedem que a gente avance mais na clonagem de embriões. Falamos que nesse momento não é possível. Há necessidade de criar uma comissão de bioética para, permanentemente, tratar desse tema. Tenho certeza que todos serão sensíveis a esses argumentos. Mas por que tem que estar dentro da biossegurança? Porque trata da engenharia genética, da pesquisa científica e trata da segurança do ponto de vista ético de uma sociedade. Evidentemente, estamos mexendo com organismo humano e há, realmente, uma questão de convivência entre a ética, a filosofia, os princípios morais e a evolução da ciência.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que os nossos Senadores confiassem no trabalho profundo que foi feito por pessoas que têm formação política, ideológica e partidárias das mais diversas.

Mais uma vez, o Senado está chegando com um projeto de grande convergência dessa classe. Respeito o trabalho que a Câmara fez, respeito o direito de qualquer Senador que quiser votar no projeto da Câmara que trata de uma outra forma, ou mesmo tentar retirar parte desse texto, porque, quanto ao debate entre ética e ciência, creio que nunca entraremos em um pleno acordo, porque o limite é o pessoal de cada um. Suas consciências e seus valores. Às vezes, valores de fé.

Eu respeito, mas este projeto, esse trabalho que esses Senadores fizeram – três deles estão nessa mesa – foi um passo muito importante para que o País tenha segurança no que vai fazer e estimule a pesquisa, estimule a produção com as reservas que são necessárias,

No caso dos embriões, esse é um desafio da medicina do qual muitos poderão viver ou não, viver com qualidade de vida ou não, enterrar ou não os seus entes queridos. Por isso, penso que o assunto é absolutamente meritório, e temos uma certa urgência em relação a ele – estamos há oito meses debatendo essa matéria!

Peço, encarecidamente, que compareçamos ao plenário, que as divergências que existam sejam debatidas com transparência, mas que possamos aprovar essa matéria. Inclusive o acordo que tenho com os Líderes dos outros partidos é aprovar por acordo esse projeto. Havendo acordo na comissão, votaremos por acordo em plenário.

Então, eu pediria encarecidamente essa compreensão e a possibilidade que esse debate continue.

Se, na evolução desse processo, Senador Pedro Simon, sobretudo pela sabedoria, pela vivência e pelo respeito que tenho a V. Exª e ao Senador Flávio Arns – que sempre manifestou uma diferença em relação a essa questão, mas nunca se opôs a ela; sempre manifestou preocupações e cautelas, e quem o conhece com profundidade sabe a profundidade das suas convicções –, tivermos que rever a lei, vamos revê-la.

O compromisso que assumo é que seguramente o Governo encaminhará uma outra mensagem na perspectiva de criar uma comissão de bioética, que seja um fórum permanente de acompanhamento de toda essa política. Só não o fazemos agora por vício de iniciativa. Não temos essa prerrogativa, mas segu-

ramente penso que esse é um instrumento que precisa ser colocado nessa evolução.

Por tudo isso, peço a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações.

Primeiro, acompanho esse projeto há um bom tempo, desde que ele deu entrada na Câmara e, depois, quando veio para o Senado e passou pelas Comissões em que sou titular. E, mesmo nas Comissões em que sou suplente, acompanhei esse projeto sempre conversando com vários Senadores que militam nessa área ou na área das células-tronco, ou nas áreas ligadas a alimentos transgênicos.

Fui Relator da medida provisória que regularizou a soja transgênica no Rio Grande do Sul, no final do ano passado. Acompanhei esse processo todo até o debate, a discussão e a aprovação da matéria, na Comissão de Educação do Senado Federal. A matéria foi discutida **a posteriori**, inclusive pelas Lideranças e dentro de um trabalho hercúleo do Senador Ramez Tebet, da Senadora Lúcia Vânia, dos Senadores Ney Suassuna e Osmar Dias. A realidade é que acompanhei esse processo até a Comissão de Educação, mas confesso que não tenho hoje todas as informações necessárias com vistas inclusive a me posicionar sobre essa questão.

Estamos discutindo com o Senador Ney Suassuna, Senador laborioso e competente. Mas parece-me que, agora, distribuíram o texto final ou, pelo menos, a última revisão desse texto.

Até por uma questão de bom senso, Sr. Presidente, penso que deveríamos ter pelo menos um tempo para que todos os Senadores olhassem, todos os Senadores avaliassem essas propostas. Esse é um tema complexo, esse é um tema difícil. A despeito de todas as ponderações apresentadas pelo Senador Aloizio Mercadante, todas elas pertinentes, o Senado sempre se colocou de uma maneira sensata, analisando os fatos com serenidade e com bom senso. Penso que se usarmos as horas que temos – teremos sessão amanhã –, vamos olhar com tranqüilidade isso e não aprovar um processo ou um relatório que, graças a esse trabalho hercúleo do Senador Ney Suassuna, está sendo colocado, apresentado e discutido quase que em tempo real. Creio que temos que ponderar um pouco a despeito da importância desses temas, da importância da soja no Rio Grande do Sul.

Portanto, eu queria ponderar aos senhores talvez um tempo maior para que fizéssemos uma análise um pouco mais acurada, para que votemos com serenidade e com tranqüilidade amanhã, no Senado, essa matéria ou então eventualmente que reavaliássemos essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Delcídio Amaral, compreendo as palavras de V. Exª e também as do Senador Pedro Simon. Sucede que esse assunto está sendo debatido há muito tempo e o parecer do Senador Ney Suassuna acolhe em mais de 90% o substitutivo do Senador Osmar Dias, que já não é novo, é antigo, e foi amplamente debatido até no Plenário do Senado. Portanto, essa é uma questão bastante discutida. Sei que os Senadores da República sempre estudam todos os projetos que têm que votar. Isto é bom. Mas nem sempre todos os Senadores estão suficientemente assenhoreados dos projetos que votam todos os dias. Daí essa criação engenhosa da figura do relator, que é aquele que estuda profundamente e que informa seus companheiros. É o que tem sido feito nas três Comissão: na de Assuntos Sociais, na de Constituição, Justiça e Cidadania e na de Assuntos Econômicos, como ocorreu na Comissão de Educação e vai ocorrer, em seguida, no Plenário. O projeto ainda poderá ser emendado no Plenário do Senado. Vejam V. Exªs que as possibilidades são muitas de sempre se melhorar a lei. Ela já foi redigida pelo Poder Executivo, já foi amplamente debatida e aprovada na Câmara, veio para o Senado, amplamente discutida no Senado com a comunidade científica, audiências públicas seguidas, oito audiências públicas e, finalmente, estamos aqui diante das três Comissões importantes que estão debatendo também o assunto.

Então, entendo que se não estamos ainda totalmente informados do projeto, das minudências do projeto, seguramente, temos uma informação global do que ele representa.

Então, peço a compreensão de V. Exªs para também a necessidade da urgência. O exemplo que acaba de ser mencionado pelo Senador Aloizio Mercadante, do nosso companheiro do Mato Grosso, que aqui se encontra, é candente. Esse é apenas um exemplo, mas temos milhares de exemplos como este espalhado pelo Brasil inteiro.

Há, portanto, a necessidade de votação desse projeto.

O SR. NEY SUASSUA (PMDB – PB) – Falta relatar três emendas.

Quando o nobre Senador Delcídio Amaral diz que recebeu a última versão é que essa versão já está incluindo as emendas. E nas emendas, inclusive, já está incluída – e aí informo aos Senadores Antonio Carlos Valadares e Osmar Dias –, com o parecer dos juristas, que estavam divididos. Enquanto nos reuníamos aqui, eles reuniam lá para ver a diferença entre decisão e

parecer técnico conclusivo; chegaram à conclusão que termina dando no mesmo.

Portanto, fica acatada e transforma-se em decisão todas as expressões que tiverem parecer técnico conclusivo.

Essa emenda, que estava pendente, está resolvida.

A emenda da Comissão de Assuntos Econômicos nº 1, de autoria do Senador Sibá Machado e da Senadora Fátima Cleide, lamentavelmente, não posso acatá-la porque ela muda todo o acordo feito.

Mas os Senadores podem apresentá-la novamente em Plenário, e, em última instância, podem votar no substitutivo da Câmara.

A última emenda, de autoria do nobre Senador Flávio Arns, retira do projeto clonagem e célula-tronco. Infelizmente, trata-se do mesmo argumento utilizado, ou seja, de que, pelo Regimento, não podemos fazê-lo, e que, lamentavelmente, fere o acordo feito, que seria o construído nesses últimos dias.

Portanto, estão relatadas todas as emendas que foram apresentadas a este Relator. As demais, foram acatadas e já se encontram no corpo do projeto, e nas mãos dos nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, primeiro, é bom que a Comissão se atente porque este já é o terceiro parecer do Relator que vem em questão de duas horas.

OSR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Entenda, Dr. Pedro, tenho que acatar as emendas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Correto, é que já trabalhamos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pelo contrário, é que estamos tão eficientes que já estamos entregando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Correto. Quero felicitar a competência de V. Exª. E penso que a Comissão deve ter também a competência de entender que o primeiro bota-fora, o segundo bota-fora, e este último é o que vale; os outros não valem mais, o último é o que está valendo.

Mas, Sr. Presidente, uma matéria dessa natureza trazer o drama do nosso companheiro! Mas, pelo amor de Deus, é claro que o drama dele é o nosso; se pudesse, eu daria uma parte minha para ajudar na solução, mas não me parece que esta seja uma fórmula de mais dois meses, menos dois meses. Está aqui com a data do dia 13: "A Itália resolveu apenas a questão da medida de proteção ao embrião". Apenas isso no dia 13, apenas isso! O resto tudo está em discussão no Parlamento da Itália, no Parlamento da França, no dos Estados Unidos. Estão discutindo, estão debatendo. Emocionei-me com o discurso do nobre Líder do Governo e acredito que foi altamente positivo e está correto quando diz que o nosso Governo está avançando, porque está com as mãos arregaçadas para produzir mais, entrar no campo da ciência. Formidável! Nota 10. Estou no meu caminho.

Só digo o seguinte – perdoem-me – mas falo como mais velho e mais experiente: o mal da Câmara e do Senado é que não sabem votar como se vota; ou vota correndo, e, agora, estávamos lá, na Comissão de Relações Exteriores, voltaram correndo um acordo para terminar com a produção de fumo no Brasil, um acordo de Líderes: entrou num dia e saiu no dia seguinte – agora está dando uma guerra lá; ou se vota levando um tempo, como o Código Civil, que levou 16 anos na Câmara, sete anos no Senado e, de repente, graças ao Josaphat Marinho, foi votado aqui. Ou então se vota em cima da perna, como se votou um empréstimo escandaloso no Governo retrasado para a Embraer de não sei quantos bilhões, que entrou e saiu na mesma hora, duas horas depois estava votado, foi para a Câmara, veio para cá e, duas horas depois, estavam votados não sei quantos bilhões em empréstimos para a Embraer.

O que estamos querendo é uma coisa normal. O projeto é correto, é sério, é profundo. Penso que o interesse do Governo, a manifestação do Líder Mercadante é a mais elogiável possível. Mas vamos ser racionais. Será que pedir dois meses para que possamos compreender, ter o parecer definitivo, levar para casa e votar conhecendo; será que para o Brasil, que esperou tanto para chegar a este momento, vai acontecer alguma coisa? Não há problema nenhum neste projeto, não há crise, não é Governo, não é Oposição, não é nada; não é igreja, não estou falando em nome de ninguém, ninguém me procurou. Estou falando em meu nome e no que penso. O que estou pedindo é isso. Se o problema é o da soja, o Líder faz, baixa uma medida provisória; está resolvido o problema da soja. Se é problema de alguns que estão com medo e botaram a soja neste projeto para votá-lo, porque, tendo a soja aqui dentro, passa, e tirando a soja, fica na gaveta, quero dizer que, da minha parte, assumo o compromisso de honra de lutar, de trabalhar e de votar este projeto logo que as Comissões fizerem um estudo definitivo, quando ele for adiante. Não passa pela minha cabeça; se o nobre Líder pensa que passa pela minha cabeça a idéia de tirar a soja, para que seja votado, porque, assim, o resto fica na gaveta – tem muita gente pensando isso – o outro projeto fica eternamente na gaveta; não passa pela minha cabeça. Apenas penso isso, Sr. Presidente: este projeto, com este conteúdo,

com esta seriedade – perdoe-me o que vou dizer; posso ser incompetente, burro ou que não entendo –, e o cara querer votar apressado...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não apoiado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... correndo, pensando que é gênio, perante a história, não vai dar uma demonstração muito bonita.

O meu apelo é este: que o nobre Líder leve o apelo nosso para que saia a medida provisória da soja e o projeto fique para a Comissão discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, queria só fazer uma ponderação com relação ao que acompanhei e discuti. Nesses últimos três dias, infelizmente, não tivemos condição de acompanhar todo o trabalho que foi desenvolvido. Estou ponderando a chance que se tem de os Senadores lerem o que estão votando. É só isso. Nem isso conseguimos fazer? Não seria razoável, sensato que os Senadores lessem o que estão votando? Pelo amor de Deus!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, for favor, a palavra.

Faz dois dias que este relatório está pronto, à disposição, foram mudadas apenas as emendas e estas foram discutidas neste plenário, de manhã até agora. Só que, pela primeira vez, estou vendo a eficiência ser penalizada, como normalmente dizemos: "Aprovado com as emendas que depois serão colocadas."

Fizemos uma emenda. Olhem o rodapé e verão que lá consta a hora, porque fizemos colocando a hora. Na medida em que as medidas forem sendo aprovadas, corrigimo-las, ou foram rejeitadas, fomos corrigindo.

É claro que mudou, mudou porque tivemos emendas daqui, como teremos emendas no plenário, que também farão modificações. Os Senadores estão acompanhando.

Agora, está à disposição das Comissões há dois dias, e todos que acompanharam sabem quantos meses: oito meses de debates.

Era apenas a ponderação que queria fazer.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sei que há gente com pressa para votar, outros não querem votar, e eu estou no meio termo. Penso que o Senador Ney Suassuna aceitou uma emenda e, para mim, fica difícil votar com essa emenda; só se destacar a emenda e eu puder votar em separado, porque no artigo...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como vamos votar um projeto de lei assim?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador ...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas isso é natural em todo projeto aqui, Pedro. Todo projeto é assim.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Estou dizendo que vou pedir destaque para essa emenda...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso, pode pedir.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ... porque é o seguinte, eu pediria a atenção dos Senadores. Penso que isso aqui não ficou bom.

"Art. 16 – Caberá aos órgãos e entidades de registro e fiscalização do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, entre outras atribuições, no campo de suas competências, observados o parecer técnico conclusivo da CTNBio, as deliberações do Conselho Nacional e os mecanismos estabelecidos nesta lei e na sua regulamentação".

Até aí tudo bem. Só que o inciso III do § 1º diz o seguinte:

"Após manifestação favorável da CTNBio ou do Conselho, em caso de avocação, caberá, em decorrência de análise específica e decisão pertinente."

O inciso III dizia o seguinte:

"Ao órgão competente do Ministério do Meio Ambiente emitir as autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades que envolvam a OGM e seus derivados a serem liberados nos ecossistemas naturais".

O Senador Ney Suassuna aceitou uma emenda ...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que tira o "naturais".

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ... suprimindo naturais. Ou seja, para que o Ministério da Agricultura? O Ministério do Meio Ambiente vai passar a ser o balizador das decisões em todos os ecossistemas. Aí, então, o **caput** do artigo fica completamente incoerente com o inciso III. Os "naturais" diz respeito do Ministério do Meio Ambiente, porque quando se fala "ao órgão competente do Ministério da Saúde emitir autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades com a OGM e seus derivados e assinar uso humano, farmacológico etc." Ou seja, na competência do Ministério da Saúde.

Agora, do jeito que ficou aqui, o Ministério do Meio Ambiente vai ficar com tudo, vai pegar todo o território nacional e vai falar assim para o Ministro da Agricultura: pode ir pescar, não tem mais o que fazer.

Então, isso aqui, quem apresentou a emenda, tem uma intenção, é o de dar todo o poder para o Ministério do Meio Ambiente e tirar todo o poder do Ministério da Agricultura. E eu não posso aceitar dessa forma que está sendo apresentado e que V. Exª acatou.

Quero colocar esse ponto de vista contrário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um esclarecimento, Senador. A sua tese é então é que volte a expressão "naturais"?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Exatamente.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Osmar, conte com o meu voto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A emenda é do nobre Senador Mercadante, apresentada pelo Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Da minha parte não há nenhuma objeção, se o Senador Mercadante concorda...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Da minha parte também. O argumento que o Senador Osmar colocou é bastante procedente, porque, de fato, a competência deve ser absolutamente assegurada nos ecossistemas naturais. Nos demais ecossistemas, o órgão de fiscalização competente tem a prerrogativa de requerer contrariamente à decisão da CTNBio. Aí o Conselho de Ministros vai proferir o parecer.

Por isso, entendo que está correta a ponderação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Exª retira a sua emenda? Eu não vou mudar agora. Não vou ser acusado de estar apresentando um novo relatório. Vamos acatar a emenda, mas ela não será incorporada imediatamente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ninguém está questionando a eficiência e a competência do Relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu só queria ponderar que o Relator, na tentativa de contribuir com os trabalhos da Comissão, tem buscado, por intermédio da assessoria, apresentar o relatório. Eu penso que S. Exª não devia fazer isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em tempo real.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O ideal seria terminar a discussão e, no final, vai emenda por emenda. Aí fechamos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, já foram relatadas todas elas. Essa ia ser acatada, mas quando ele voltou e trouxe a ponderação, pediu-lhe que fizesse um destaque para o Plenário. Mas, se V. Exª retirar...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu retiro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – ...não há problema nenhum, mas não vou incluir isso para não ser acusado de ter modificado mais uma vez.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu retiro a emenda, porque entendo que o argumento colocado é absolutamente procedente. Ou seja, os entes de fiscalização, nas demais decisões, terão de recorrer ao Conselho de Ministros, que acatará ou não o recurso contra a decisão da CTNBio.

Quando se trata de ecossistemas naturais, florestas, aí ele tem a função exclusiva da preservação. Creio que, assim, está respeitado espírito do projeto e, de fato, essa emenda provocaria uma alteração substancial. Estou de acordo com a ponderação. Retiramos a emenda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se a emenda foi retirada, voltamos ao que estava anteriormente. Eu apenas não estou incluindo isso, no momento, para não ser acusado, mais uma vez, de estar mudando o texto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Veja a importância de os Senadores analisarem o relatório com tranqüilidade. Essa observação do Senador Osmar Dias é absolutamente pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senadores Delcídio Amaral e Pedro Simon, nem eu ou a Senadora Lúcia Vânia, nem o Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, nenhum de nós, relutaria em adiar a votação, porque não temos interesse pessoal algum em manter a votação neste momento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Então vamos fazer a votação!

Percebo que a grande, a esmagadora maioria deseja a votação, até pelo fato de esse assunto ter sido discutido longamente na Comissão de Educação. O substitutivo que está aqui é praticamente o mesmo.

Portanto, vamos proceder à votação do substitutivo conjunto do Senador Ney Suassuna. O substitutivo se refere à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Assuntos Sociais.

Em votação o Substitutivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço votação nominal.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pergunto se não podemos ter um tempo um pouco maior só para olhar. Ninguém quer deixar de votar. É só uma questão de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Posso ouvir o Relator e o Líder do PMDB, que está aqui.

Peço a audiência do Relator Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, estamos há oito meses acompanhando isso. Vamos fazer... Já estamos em processo de votação. V. Exª já anunciou a votação. Há um pedido de votação nominal. Vamos fazer a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos ser tolerantes.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Gostaria de saber se vamos votar o projeto com as emendas ou o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com as emendas. Já foram aprovadas. Já está no texto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Gostaria de ter a resposta do Presidente. Nós estamos votando o projeto com as emendas ou vamos ressalvar as emendas e votá-las uma a uma?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nós vamos votar o parecer que conclui pelo substitutivo, que, por sua vez, já absorveu as emendas, e as que não tiverem sido incluídas...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Todas foram.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Todas foram.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Faço uma pergunta específica: a emenda que apresentei diz o seguinte:

"Substitua-se em todo o texto do PLC, na forma do substitutivo em apreciação nas comissões de Assuntos Sociais, Econômicos e Justiça e Cidadania, a expressão "parecer técnico conclusivo por decisão técnica"".

Quero saber o parecer do relator.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ela foi anunciada quando V. Exª se ausentou, foi acatada depois que recebemos o parecer técnico dos juristas dizendo que podíamos fazê-lo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu me ausentei por um minuto e ele me pegou!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Mas tecnicamente a decisão foi correta, e o parecer do relator também foi muito bem conduzido e preciso.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado pelo acatamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Arns tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Uma pergunta: o Senador Ney Suassuna, durante a nossa reunião, declarou que as emendas poderiam ser apresentadas em plenário. Isso procede?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No plenário as emendas poderão ser destacadas ou apresentadas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Poderão ser apresentadas no plenário. Na verdade, havia uma dúvida em relação à assessoria, porque não poderíamos apresentar emendas a um substitutivo não votado. Então, na verdade...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Aqui houve o acatamento de emendas. Agora pode-se fazer o DVS ao projeto lá no plenário e discutiremos tranqüilamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PB) – Só quero ressaltar com isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nem todas as emendas foram apresentadas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Poderão ser apresentadas lá como DVS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PB) – Como DVS na seqüência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No turno suplementar, inclusive – vai haver turno suplementar –, poderão ser apresentadas até as emendas derrotadas aqui.

Que se proceda à votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos então proceder à votação do parecer do relator. A votação será nominal, na forma do que foi solicitado.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam com o parecer dirão SIM.

Como vota a Senadora Serys Slhessarenko?

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A favor do Substitutivo apresentado pelo Senador Sibá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Estamos votando inicialmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Senadora Serys Slhessarenko vota SIM.

Como vota o Senador Aloizio Mercadante?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – É sobre o processo de votação?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Houve um mal-entendido quanto à votação da Senadora. Pediria que ela esclarecesse o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Qual foi o voto da Senadora?

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pelo substitutivo do Senador Sibá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não está em causa o substitutivo do Senador Sibá. Está em causa o parecer do relator que conclui por um substitutivo dele e não do Senador Sibá. V. Exª vota com o parecer do relator ou contra o parecer do relator?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Ouvirei V. Exª logo em seguida.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É sobre o processo de votação. É que foi colocado agora um projeto que não conheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto foi rejeitado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não é um novo projeto, é uma emenda que foi recusada e que poderá ser reapresentada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não é isso.

Isso é absolutamente conhecido de todos nesta sala, e peço que, assim como todos têm de ser respeitados, respeitem também os outros encaminhamentos. Essa matéria é extremamente polêmica e sensível. Se não tivermos um tratamento respeitoso, será difícil chegarmos a um consenso no encaminhamento.

Alguns senadores vão votar favoravelmente ao projeto da Câmara dos Deputados, o que é absolutamente legítimo, democrático, correto. Não vejo nada que desabone essa opção, eles acham que o projeto da Câmara os contempla. Eles não são favoráveis ao substitutivo, eles vão defender o projeto da Câmara. Aqui, neste momento, vota contra o substitutivo e votará no plenário a favor do projeto da Câmara. É isso.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Esse é o meu voto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Exª vota "Não".

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senadora Serys, ainda não consegui entender o voto de V. Exª. V. Exª vota com o parecer do Senador Ney Suassuna, contra ele ou se abstém de votar?

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, contra o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª vota "Não".

Senador Aloizio Mercadante, como vota V. Exª?.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Voto a favor do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vota "Sim"?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – "Sim".

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A votação está encerrada.

O SR. (Orador não identificado) – S. Exª solicitou antes do encerramento da votação, assim como a Senadora Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Já encerrei a votação. Além do mais, o quorum por parte do Bloco já foi completado; todos votaram. Titulares e suplentes correspondentes ao número.

Votos "Sim" 15; 3 votos "Não".

Portanto, o Substitutivo foi aprovado na Comissão de Justiça.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento. Se esse projeto for derrotado por uma das Comissões, o que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Ocorrerá que nas duas outras comissões valeu o parecer do Relator; na terceira Comissão, o Presidente nomeará um relator para o vencido.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Isso significa que se o projeto que estamos votando for derrotado prevalece o que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não, já foi aprovado o projeto na primeira Comissão, portanto, ele já irá a plenário; as duas outras comissões não interferiram na dinâmica da votação de plenário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Era só para entender o voto do PT.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª (Oradora não identificada) – Senador Osmar Dias, era exatamente o que queríamos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comandará a votação na sua Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, como já esclareceu o Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Senadores que quiserem acompanhar o relatório do Senador Ney Suassuna votarão "Sim".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, com relação ao parecer da consultoria técnica das atribuições da CTNBio, ao posicionamento do Conselho de Ministros e em atendimento a essa mudança do texto da emenda do Senador Tião Viana, voto com o Relator, competente e eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Delcídio Amaral vota "Sim".

(Continua o processo de votação.)

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Senador Ramez Tebet, quero registrar a minha presença, porque tinha me ausentado por uns segundos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, gostaria de esclarecer a V. Exª que, pelo Bloco do Governo, todos já votaram. O suplente já votou no lugar de V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Muito obrigado.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Declaro encerrada a votação. Vamos à contagem dos votos.

Votos SIM 18, e 04 votos NÃO.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, a matéria está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Para a votação na Comissão de Assuntos Sociais, está presente a Presidente Senadora Lúcia Vânia, que comandará, portanto, a votação em sua Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Boa tarde a todos!

Na Comissão de Assuntos Sociais, vamos chamar os titulares. O procedimento é o mesmo que se deu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Assuntos Econômicos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordarem com o Relator votem "Sim", os que não concordarem, "Não".

(Procede-se à votação nominal.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Passamos, agora, à apuração dos votos. (Pausa.)

Na Comissão de Assuntos Sociais, votaram SIM 18 Srªs e Srs. Senadores e NÃO 04 Srªs e Srs. Senadores.

O projeto está aprovado na Comissão de Assuntos Sociais.

Agradecemos a todos e passamos a palavra ao Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Foi, portanto, aprovado nas três Comissões o parecer do Relator, que será enviado ao plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Vigésima Nona Reunião (Extraordinária) Da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 06 de outubro de 2004, após a ordem do dia.

Às dezesseis horas e quarenta e três minutos, do dia seis de outubro de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) Flávio Arns, Sibá Machado, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Papaléo Paes, Edison Lobão, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Teotônio Vilela Filho, Luiz Pontes, Augusto Botelho, Juvêncio Da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Serys Slhessarenko, José Maranhão, Efraim Morais, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Osmar Dias E Mozarildo Cavalcanti. A Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, afastou-se no dia primeiro de julho de dois mil e quatro para exercer o cargo de Secretária de Estado do Combate à Pobreza, Assistência Social e do Trabalho do Estado de Sergipe. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. **Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004.** "Altera a Lei n° 6.259, de 30 de outubro de 1975. (Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação)", Autor: Dr. Rosinha. Relator: Senador Tião Viana. Relator "Ad Hoc" Senador Papaléo Paes. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Senador Flávio Arns autor do voto em separado. **Item 2** – Apreciação Da Emenda Oferecida Na Discussão Suplementar Ao Projeto de lei

do Senado Nº 54, de 2002, Aprovado Em 07.07.07.04, Nos Termos Da Emenda Nº 1 – Cas (Substitutivo). "Altera o artigo 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses". Autor do Projeto: Senador Lauro Campos. Autora da Emenda: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Pela aprovação da emenda, na forma de uma subemenda que apresenta. Resultado:Discussão do turno suplementar encerrada e adiada a votação. **Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2004.** " Altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil". Autor: Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador José Maranhão. Usaram da palavra: Os Senhores Senadores José Maranhão e Patrícia Saboya Gomes. **Item 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2002,** "Acrescenta art. 9º -A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar nulos os acordos e convenções que permitam desconto dos salários de importância relativas e cheques recebidos sem provisão de fundos e dá outras providências". Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: Encerrada a discussão a votação foi adiada. Item 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2002, "Altera a lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos serviços de transporte aéreo". Autor: Senador Bernardo Cabral. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: Encerrada a discussão a votação foi adiada. Item 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2003, "Dispõe sobre a assistência farmacêutica aos portadores de hipertensão arterial, no âmbito do Sistema Único de Saúde". Autor: Senador Papaléo Paes. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Pela aprovação do projeto , nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador Siba Machado. Item 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2002. "altera a lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para proibir a fixação de limite superior de idade para os doadores de sangue". Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: Encerra a discussão a votação foi adiada. Item 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2003. "Acrescenta dispositivo à lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, tornando obrigatória a presença de Psicólogo Hospitalar nos serviços de saúde públicos e privados". Autor: Senador João Alberto Souza. Relator: Senador Mão Santa. Parecer: pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Item 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2003. "Altera os artigos 40 e 42 da lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade que dispõe sobre o plano diretor e seu sistema de acompanhamento e controle". Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Leonel Pavan. Relator: "AD HOC" Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista concedida a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Item 11 – REQUERIMENTO Nº 24 DE 2004 – CAS "Requere a realização de Audiência Pública com vistas a tratar de greve dos bancários, que se perdura por muito tempo. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados presidentes das Centrais Sindicais, Ministros de Estados e representantes da categoria, a serem definidos pela própria Comissão de Assuntos Sociais. Autor: Senador Paulo Paim e Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Aprovado. Item 12 – Requerimento de 2004 – CAS. "Requere retirada do requerimento nº 566, de 2001, que "Sobresta a tramitação do Projeto de lei do Senado nº 231, de 2000, a fim de aguardar a conclusão do grupo de trabalho que foi constituído para analisar a Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, que trata de assunto correlato à proposição". Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Resultado: Aprovado e encaminhado para a diretoria Geral da Mesa. O item 3 foi adiado. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Gisele de Toledo Ribeiro Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Lúcia Vânia, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

Notas Taquigráficas

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e da aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião se destina à discussão e votação da seguinte pauta.

PL nº 14, de 2004, e as seguintes proposições, de decisão terminativa:

Apreciação da emenda oferecida na discussão suplementar aos PLS nº 54/2002, aprovação em 7 de julho de 2004 nos termos da Emenda nº 1 da CAS.

Dos seguintes projetos: PLS nº 139/2003, PLS nº 24/2004, PLS nº 190/2002, PLS nº 194/2002, PLS nº 98/2003, PLS nº 207/2002, PLS nº 106/2003.

Ao lado disso, temos também o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, subscrito por esta Presidência com vistas à realização de uma audiência pública para tratar da greve dos bancários, que perdura por muito tempo.

Comunico aos Srs. e Sras. Senadores que, a pedido do Relator, Senador Mão Santa, foi retirado de pauta o item 9 do PLS nº 77/2003, que será votado em uma próxima oportunidade.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Esse projeto será retirado de pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxico. Autor: Dep. Dr. Rosinha. Relator: Senador Tião Viana. Parecer favorável.

Tendo em vista que o Senador Flávio Arns não se encontra presente, vamos retirar de pauta esse projeto de lei, aguardando sua presença na próxima reunião. Esse é o procedimento adotado em outras reuniões.

Item 2:

Apreciação da emenda oferecida na discussão suplementar aos PLS 54/2002, aprovado em 7 de julho de 2004 nos termos da Emenda nº 1 da CAS.

Substitutivo que altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11-1-90, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para 10 meses. Autor do projeto: Senador Lauro Campos. Autora da emenda: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer pela aprovação da emenda na forma de uma subemenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para proferir o seu relatório. Antes, gostaria de comunicar que não poderemos colocar em votação, uma vez que esse projeto é terminativo, e não temos ainda um quórum qualificado. Mas vamos colocar em discussão novamente a emenda para agilizar nossos trabalhos.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, esse projeto já foi aqui votado em primeiro turno. Mas, como se trata de substitutivo, ele tem ainda a votação suplementar, acrescida da emenda da Senadora Patrícia Gomes.

O projeto trata de ampliação do prazo de recebimento do seguro-desemprego, que hoje é de 3 a 5 meses. A proposta do meu substitutivo é que passe para 4 a 6 meses, considerando que o desemprego no Brasil, evidentemente, tem crescido, e há necessidade de mais tempo para se conseguir uma relocação no mercado de trabalho. A média hoje é de quatro meses. Nós estamos propondo um mês a mais, não acatando, portanto, o projeto original, que falava em dez meses. Esse projeto é da época em que o PT era oposição. Nós somos hoje uma oposição responsável. Eu não vou propor dez meses; ou seja, não vou dobrar o prazo, como o PT propunha, de cinco para dez meses. Eu estou propondo de cinco para seis.

Estou também acatando a emenda da Senadora Patrícia Gomes que prevê que no caso de uma sexta parcela, ela só seja concedida mediante autorização do Codefat; ou seja, o conselho do fundo do trabalhador é que deverá analisar se realmente essa sexta parcela é plausível de ser paga ou não, levando-se consideração o aspecto financeiro do desembolso. O período variável hoje é de acordo com o tempo que o trabalhador já trabalhou. Ele é de três meses, passando para quatro, se o trabalhador tiver vínculo empregatício de, no mínimo, seis meses, e,no máximo, onze; de cinco, se tiver de doze até vinte e três; e de seis, se tiver tido um vínculo anterior de, no mínimo, vinte e quatro e meses e superior a ele.

Assim, a emenda da Senadora se aplica a essa sexta parcela. Mas estaríamos, de qualquer maneira, alterando, para aqueles que têm entre seis meses e um ano de carteira, de três para quatro. E no outro caso, de quatro para cinco. Apenas o de seis parcelas, de acordo com a emenda da Senadora, ficaria sujeito à avaliação do Codefat.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, gostaria de saber se a Senadora Patrícia queria acrescentar alguma coisa, uma vez que a emenda é de sua autoria.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Como houve um acordo na ocasião, gostaria, mais uma vez, de parabenizar o Senador Eduardo Azeredo por essa iniciativa. Houve um acordo, apenas um pequeno engano, e nós conseguimos corrigi-lo através da emenda.

Portanto, não tenho nada mais a acrescentar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo acordo e essa discussão estando exaurida, essa matéria não entrará mais em discussão na próxima reunião.

Vamos suspender a votação em função de não termos **quorum** qualificado.

Portanto, por não termos **quorum** qualificado e termos muitos projetos terminativos, passarei a ler os projetos. Os Relatores estão presentes. Vamos entrar na discussão para podermos avançar na próxima reunião e colocar a matéria em votação.

Assim, a discussão desse projeto já está esgotada. Na próxima sessão ele será colocado em votação.

O item 3 refere-se ao Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista. O autor é o Senador Paulo Paim. O Relator é o Senado Flávio Arns. O parecer é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Esse projeto também já foi discutido em reunião anterior e está aguardando **quorum** qualificado para sua votação.

O item 4 se refere ao Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004, que altera o art. 57, da Lei nº 6.356, de 23 de dezembro de 1976, para abrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil.

O autor é o Senador Romeu Tuma. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo.

O parecer é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto do Senado Romeu Tuma é um projeto simples, mas do interesse do consumidor, dos brasileiros como um todo. Um grande número de bulas de medicamentos é impresso em um tipo tão pequeno de letra que dificulta a sua leitura, mesmo para aquelas pessoas que não possuem deficiência visual. Esse fato prejudica a compreensão e pode induzir a erro na dosagem, vias e formas de administração, além de outros aspectos relacionados ao uso do medicamento.

O Código de Defesa do Consumidor já obriga o fornecimento de informação suficiente e adequada sobre a utilização dos produtos, por parte do fabricante, produtor ou importador.

No que diz respeito às bulas de medicamentos, no entanto, esse dispositivo nem sempre é cumprido, uma vez que textos impressos em letras tão miúdas tornam a informação inadequada por inacessível.

Assim sendo, entendemos que a norma que proposta para introduzir na Lei de Vigilância Sanitária ajudará o consumidor de medicamentos não apenas a consumi-los ou administrá-los com menores riscos, como também a melhor a exercer seus direitos legais perante as empresas produtoras daqueles produtos e a Vigilância Sanitária. O mérito do projeto é inegável, pois garante ao usuário de medicamentos, cujos maiores consumidores são justamente as pessoas de terceira idade, que às vezes já são portadoras de presbiopia, vista cansada. Também já tenho vista cansada, embora ainda não esteja na terceira idade. O fácil acesso ao conteúdo das bulas, que atualmente não conseguem ser lidas com facilidade sequer pela população jovem. O voto, portanto, é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão, a matéria.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Peço a palavra, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Gostaria de perguntar ao Senador Eduardo Azeredo se no seu projeto poderia também ser incluída a mesma exigência no que respeita às especificações constantes nos alimentos industriais. Acontece a mesma coisa. A composição dos alimentos, os conservantes utilizados e outros produtos, a metodologia de fabricação, que deveria estar devidamente explicitada na caixa do alimento, geralmente, é lançada com caracteres tão pequenos que se torna quase que absolutamente impossível a gente ter condições de conhecer o conteúdo desses produtos. Se os medicamentos têm importância no que respeita à vida das pessoas, imaginem os alimentos. Hoje, é grande o percentual de alimentos industrializados consumidos pela população, especialmente crianças, que têm uma verdadeira compulsão de consumir alimentos enlatados em caixas especiais, em garrafas tipo tubaínas, etc. Então, estou de pleno acordo com o projeto de autoria do Senador Eduardo Azeredo e consultaria S. Exª se seria possível acatar uma emenda que estendesse essa meritória providência também aos alimentos industrializados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador José Maranhão, primeiro, deixe-me esclarecer que o projeto é do Senador Romeu Tuma, sou apenas o relator do projeto. Como relator, quero dizer que concordo, acho que o posicionamento de V. Exª está correto. Se nos remédios essa preocupação é válida, também é válida para os alimentos em geral. A questão é se poderíamos fazer essa emenda ainda não tendo sido apresentada a tempo. Se pudermos ainda apresentar essa parte, da minha parte, considero que é válido, mas, não tendo sido apresentada a emenda, só se suspendêssemos a avaliação do projeto.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Acho que a forma dos alimentos não é o atrativo maior,

maior até que o paladar, que o odor. Quase sempre esses alimentos industrializados trazem uma embalagem ricamente atrativa. Muitas vezes são produtos altamente nocivos a determinado tipo de consumidor. Não direi genericamente a todos os consumidores, mas a determinados tipos de consumidores, que estão consumindo esses alimentos sem terem sequer a idéia de que estão, no caso específico deles, ingerindo um verdadeiro veneno. Então, é importante que não seja feita essa apresentação enganosa, inclusive dificultando o conhecimento pelo consumidor do que ele efetivamente está comprando e consumindo.

A SRª PATRICIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, a Senadora Patrícia Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Obrigada. Talvez a título de sugestão, que o Senador Maranhão pudesse apresentar uma emenda também, porque tem muito mérito aquilo que ele diz, é verdade. Da mesma forma que as bulas dos remédios, a questão dos alimentos que, muitas vezes, são enganosos e não conseguimos muitas vezes ler, como disse o Senador Eduardo Azeredo. Então, V. Exª poderia apresentar uma emenda para que o Senador Eduardo Azeredo possa dar o parecer a essa emenda e, em seguida, possamos votar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Mesa informa ao relator que, durante o período de discussão, ele pode receber emendas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito. Então, aguardo a emenda do Senador José Maranhão e não fazemos a discussão hoje, já que também não há número para decisão terminativa. Então, peço suspensão da votação da matéria hoje, aguardando a emenda de V. Exª.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Para fazê-lo com mais detalhes, eu pediria a V. Exª vista do projeto, porque faço uma leitura mais acurada e, certamente, vou poder caprichar na emenda.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito, estou de pleno acordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida, nos termos regimentais. Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2002, também decisão terminativa, acrescenta o art. 9º, "a", à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar nulos os acordos e convenções que permitam o desconto dos salários e de importâncias relativas a cheques recebidos sem provisão de fundos e dá outras providências. É autor o Senador Carlos Bezerra, e relator o Senador Ney Suassuna. Parecer pela aprovação do projeto. Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para proferir o seu relatório.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Nobre Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Muitas convenções, muitos acordos colocam no seu bojo que se um funcionário de uma empresa recebe um cheque sem fundos, esse valor deve ser deduzido do seu salário. Ora, hoje temos um sistema de crédito que, em minutos, verifica se o cliente é ou não adimplente e até mais, se tem ou não saldo. É óbvio que na hora que estamos fazendo isso estamos contrariando toda a legislação, quando se permite o desconto. Embora alguns julgadores tenham esse critério como válido, mais de 80% dos juristas e dos julgadores são contrários e realmente não é justo que numa empresa onde se está recebendo um cheque em pagamento de uma mercadoria ou de um serviço, que dispõe de um sistema para se verificar se aquele cliente é ou não um cliente correto, que é, por exemplo, o Serviço de Proteção ao Crédito. Se existe, por que descontar do funcionário? Por essa razão, o Senador Carlos Bezerra levanta aqui a tese de que não se deve e não se pode descontar. Até porque isso, como acabo de informar aos Srs. Senadores e Senadoras, contraria a legislação do trabalho. Por isso, o projeto tem por objetivo tornar nulo, de pleno direito, qualquer contrato ou convenção que permita o desconto de salários de importâncias recebidas pelo empregado em pagamento com cheques sem suficiente provisão de fundos, sujeitando o empregador que fizer essa violência à devolução em dobro dos valores descontados. Como eu disse à nobre Presidente e aos Srs. Senadores, pesquisamos a média do que tem sido julgado e inclusive procuramos ver a legislação. O art. 462 da CLT prega que não deve ser feito. Também o art. 7º do inciso XXVI estabelece o reconhecimento das condições de acordos coletivos de trabalho. Todavia, o dispositivo teria que ser estendido de forma integral e sistêmica e não hoje, isoladamente, como alguns o fazem. O nosso parecer, por essa razão, é pelo acatamento do parecer do nobre Senador Carlos Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, declaramos encerrada esta discussão. A matéria será votada na reunião seguinte, quando tivermos um **quorum** qualificado.

Item 6:

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2002 – decisão terminativa –, que altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual para estender o benefício aos serviços de transporte aéreo. Autor: Senador Bernardo

Cabral. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para proferir o seu relatório.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, o projeto do Senador Bernardo Cabral, embora do ponto de vista social pareça correto, é uma ingerência na economia privada das empresas. É fazer benemerência com o chapéu alheio. Ou seja, ao invés de o Estado tomar as providências de dar alguma regalia às pessoas que têm deficiências no sistema de transporte coletivo interestadual, pura e simplesmente joga às costas dos empresários, que já têm uma carga pesada de impostos. Nós analisamos isso com cuidado e verificamos que isso seria, como disse, apenas uma benemerência com o chapéu alheio. Por essa razão, diante da legislação consultada, chegamos à conclusão de que é indevido e não tem base jurídica para ser acatado. Daí sermos pela rejeição e pelo arquivamento do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão, a matéria.

Não havendo quem queira discutir, suspendemos a votação, aguardando quorum qualificado, que – acredito – ainda vamos ter nesta reunião.

Projeto de Lei do Senado nº 98/2003, também terminativo.

Dispõe sobre assistência farmacêutica aos pacientes de hipertensão arterial no âmbito do Sistema Único de Saúde. Autor: Senador Papaléo Paes. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para proferir seu relatório.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, vou ler apenas o voto dele, uma vez que o governo pretende pedir vistas para analisar com mais profundidade. Por essa razão, como está na mão de todos os Srs. Senadores – até para economia de tempo – dou por lido. Dessa forma, pode o Senador Sibá Machado, que está escalado para pedir vista, fazê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão, a matéria.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já nomeado pelo Senador Ney Suassuna, assumo a posição de pedir vista do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida nos termos regimentais. Aliás, o Senador Siba Machado tem sido muito assíduo nos pedidos de vista.

Item 8:

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2002, decisão terminativa, que altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para proibir a fixação do limite superior de idade para os doadores de sangue. Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o seu relatório.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – De fato, o estudo sugerindo que o limite superior de idade para doação de sangue adotado no Brasil até o ano 2000 – 60 anos – era demasiado restrito. Com a evolução das condições de saúde da população e a transição demográfica que vivenciamos, há um número cada vez mais expressivo de candidatos a doação em idade superior a esse limite. Nesse contexto, sugiram, entre os especialistas da área, sugestões de elevar esse limite e permitir que as pessoas de maior idade pudessem doar sangue. Mais do que simplesmente ampliar o *pool* de candidatos aptos à doação, a medida estenderia o período de atividades de doadores contumazes, já experientes, que não têm histórico de reações adversas ou comportamento de risco.

Cabe ressaltar que a idéia, a princípio, era de ampliar o limite de idade, e não extingui-lo, como propõe o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2002. Nesse sentido, assinalamos que alguns países pesquisados à época da elaboração do projeto também impõem o limite máximo de idade para os doadores de sangue. Assim, na Austrália e na Inglaterra esse limite é de setenta anos. Na Inglaterra, essa idade cai para sessenta anos em caso de novos doadores. Da mesma forma, o *site* da Organização Mundial de Saúde na Internet informa aos interessados que eles podem doar sangue a partir de dezoito anos de idade até os sessenta anos com segurança e sem quaisquer riscos para a sua saúde. E que isso pode ser um pouco mais cedo ou um pouco mais tarde, conforme os critérios nacionais. Já a Cruz Vermelha Americana recebe doações de sangue sem impor um limite superior de idade aos doadores.

É possível concluir, assim, que a imposição de uma idade-limite superior para os doadores parece ser a regra, e não a exceção.

A determinação de uma idade-limite para doação de sangue deve levar em conta não somente aspectos biomédicos, mas também aspectos econômicos. A doação de cerca de 450 ml de sangue por um indivíduo idoso pode causar repercussões hemodinâmicas consideráveis, a depender da sua capacidade de adaptação. Nesses indivíduos, o serviço de coleta de sangue teria que fazer uma avaliação minuciosa de sua capacidade de compensar a perda hemovolêmica, a fim de protegê-lo. Tal avaliação pode onerar desnecessariamente o nosso sistema de saúde. Esse tipo de regulamentação, que requer um levantamento de

dados de tal natureza possui caráter eminentemente operacional, e, portanto, recomendo a elaboração de normas infralegais pelo Poder Executivo. Afora o caráter operacional da determinação, que por si só a torna matéria de cunho infralegal, cuja implementação por lei ordinária iria engessar a evolução natural que se observa no campo científico, pois as alterações que se quisessem implementar no futuro demandariam de demorada tramitação de um projeto de lei nas duas Casas do Congresso Nacional. Como dito anteriormente, o limite adotado no Brasil à época da apresentação do PLS era o de sessenta anos. Todavia, tal limite foi revisto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, por sua Resolução nº 343, de 3 de dezembro de 2002, que ampliou para sessenta e cinco anos a idade. A resolução abre ainda a possibilidade de pessoas com menos de dezoito ou mais de sessenta e cinco anos doarem sangue, desde que sejam autorizadas pelo médico do serviço de coleta.

A elaboração dessa resolução foi precedida por um amplo debate entre renomados especialistas da área, provenientes de vários Estados brasileiros. Segundo a diretora Beatriz Macdonald Soares, Gerente Geral de Sangue, Outros Tecidos e Órgãos da Anvisa, houve certa polêmica na definição do limite de idade para os doadores. Alguns preferiam sessenta e cinco, enquanto outros preferiam setenta.

Por fim, prevaleceu o argumento com maior prudência, considerando que a maioria dos doadores é de baixa renda e não têm acesso a bons serviços de saúde, de modo geral, optaram por definir o limite de sessenta e cinco anos e reavaliá-lo daqui a três ou quatro anos. Se não houver problemas, poderão ampliá-lo para os setenta anos.

Ressalte-se que houve unanimidade sobre a importância de se definir um limite de idade para o doador. A polêmica deu-se em torno de qual o limite a ser adotado e não em relação à adoção de um limite.

Dessa forma, consideramos que o PLS nº 207, de 2002, perdeu a oportunidade após a publicação da resolução da Anvisa, ou seja, não trará benefícios significativos, pois o limite de idade já foi ampliado e poderá ocasionar eventuais complicações para os doadores mais idosos.

Tratando de norma infralegal do Executivo, esse limite poderá ser facilmente alterado no futuro, conforme a necessidade.

Lembramos que pelas normas atuais não é vedada a doação de maiores de sessenta e cinco anos, eles simplesmente necessitarão de uma justificativa por escrito, emitida por médico do serviço de hematologia.

Voto

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2002.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão, e aguardando o quorum qualificado para a próxima reunião.

Quanto ao item 10 da pauta, quero comunicar aos Srs. Senadores que ainda é um projeto terminativo, mas temos dois requerimentos para ser votados hoje. Pediria aos Srs. Senadores que aguardassem a votação desses requerimentos, uma vez que só falta este projeto, e, sendo terminativo, vamos lê-lo e discuti-lo e aguardar a próxima reunião para sua votação.

Item 10:

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2003, decisão terminativa. Altera os artes. 40 e 42 da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001 – Estatuto da Cidade, que dispõe sobre os planos diretores e o seu sistema de acompanhamento e controle. Autor: Senador Aelton Freitas. Relator: Senador Leonel Pavan. Parecer pela aprovação do projeto. Solicito ao Senador Juvêncio da Fonseca que seja relator **ad hoc** neste projeto, uma vez que o Senador Leonel Pavan não está presente e é a segunda vez que colocamos esse projeto em discussão.

Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. RELATOR AD HOC (Juvêncio da Fonseca) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, sucintamente vou ler o voto final do ilustre relator, uma vez que também há pedido de vista deste projeto. Numa análise completa do projeto, o Relator conclui, dizendo: "À luz do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 106/2003 e, no mérito, pela sua aprovação."

É o parecer.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão, a matéria.

A Srª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, gostaria de enaltecer o mérito do projeto do Senador Aelton Freitas. Sei que a importância desse projeto era justamente corrigir e melhorar o projeto do Estatuto das Cidades, que foi amplamente discutido, inclusive na Conferência das Cidades no País. Mas eu pediria vista desse projeto para que o Governo possa se debruçar de forma mais detalhada sobre ele, não, de forma alguma, tendo algo contra, mas apenas tendo a oportunidade de, com um pouco mais de tempo, podermos nos debruçar sobre ele.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida nos termos regimentais.

Em votação, o Requerimento sem número de 2004.

"Srª Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal,

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de audiência pública com vistas a tratar da greve dos bancários, que perdura por muito tempo.

Para tanto, gostaria que fossem convidados os presidentes das centrais sindicais, ministros de Estado e representantes da categoria, a serem definidos pela própria Comissão de Assuntos Sociais.

Nestes temos, pede deferimento."

Senador Paulo Paim. Requerimento subscrito por esta Presidência.

Em votação, o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Antes de V. Exª colocar o requerimento em votação, gostaria de fazer uso da palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É que fui sindicalista durante muitos anos, e essa é uma importante categoria profissional, cujo movimento grevista, diga-se de passagem, há alguns anos não acontecia, por onde pude acompanhar – não pude dar a devida atenção, mas agora, parado o período eleitoral, acho que está na hora de esta Casa se debruçar no sentido de encontrar um ponto de retomada das negociações. Portanto, eu queria saudar o Senador Paulo Paim, também dirigente sindical durante muitos anos, por ter apresentado o presente requerimento. Diante disso, tão logo seja votado, ele cita no seu requerimento que seria importante a própria Comissão indicar os nomes a serem convidados. E eu gostaria, neste momento, de também poder contribuir.

Obrigado.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, apenas como fica a critério de V. Exª e da Comissão a escolha das autoridades a estarem presentes, eu gostaria de que pudéssemos discutir depois quais seriam as pessoas convidadas. Acredito que os representantes de bancos. Agora, quando se fala em ministros, gostaria de saber quais ministros o Senador Paulo Paim estaria sugerindo. Peço a V. Exª apenas a oportunidade de discutir logo em seguida para encontrarmos os melhores nomes para estarem presentes nessa audiência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Diante da urgência do requerimento – naturalmente estamos no pico de uma greve que já dura vários dias –, eu sugiro a votação do requerimento e que, logo em seguida, a própria Comissão apresentasse o nome do Ministro que deveria comparecer e formalizasse isso por escrito e os sindicatos que serão representados. Pediria ao Senadores Sibá Machado, Patrícia Saboya Gomes e Delcídio Amaral para apontarem o nome das pessoas que deverão ser convidadas para essa audiência pública. Eu gostaria que isso fosse feito ainda hoje para nós deixarmos definido.

Em discussão, ainda, o Requerimento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Srª Presidente, não estão sendo, também, convocados os patrões da Febraban?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Ele pede aqui que fossem convidados os Presidentes das Centrais Sindicais, Ministros de Estado e representantes da categoria a serem definidos pela própria Comissão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas, neste Requerimento, representantes das categorias de quem – dos banqueiros ou dos bancários?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Dos bancários – naturalmente, dos dois segmentos, não é?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas e dos banqueiros também? Acho que os banqueiros deveriam ser convocados para explicar por que eles ganham 20 bilhões e não querem dar um aumentinho para os trabalhadores deles.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Exatamente. Eu sugeriria ao Senador Augusto Botelho para que fizesse parte desta Comissão e apontasse os nomes, porque logo em seguida nós iremos votar o segundo requerimento – os nomes já apontados por esta Comissão.

Em votação, o requerimento do Senador Paulo Paim, ficando sobrestados os nomes dos representantes que, logo em seguida, estarão aqui e serão votados após serem apontados pela Comissão.

Em votação, o requerimento do Senador Paulo Paim, subscrito por esta Presidência.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao Requerimento sem número, nos seguintes termos:

"Nos termos do disposto no art. 256 do Regimento Interno do Senado, solicito a retirada do Requerimento nº 566, de 2001, que sobresta a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2000, assim que aguardar a conclusão do grupo de trabalho que foi constituído para analisar a Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, que trata do assunto correlato à Proposição. Sala das Comissões, 6 de outubro de 2004. Autor – Senador Juvêncio da Fonseca."

Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca, autor do Requerimento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, esse sobrestamento de um Projeto de minha autoria já data de 2001. É, justamente, o PLS nº 231, de 2000 – sobrestado em 2001 – cujo Projeto versa especialmente sobre a proibição de teste genético no sentido de constatar doenças degenerativas que podem aparecer na velhice, para ingresso em planos de saúde por entidades privadas. Eu acho que é um projeto social

de grande profundidade. No entanto, em 2001 foi editada uma medida provisória que tratava da questão dos planos de saúde – naquela época estava em discussão essa medida provisória com um grupo de trabalho fazendo pareceres a respeito –, e esse meu Projeto foi sobrestado em razão de que se aguardasse o resultado desse grupo de trabalho. E o Requerimento 556 – da CAS – naquela época, para a Mesa, dizia o seguinte:

"Nos termos do disposto no art. 335 do Regimento Interno do Senado, requeiro sobrestamento do Projeto de Lei nº 231, de 2000, tendo em vista que o término do Simpósio sobre Saúde Suplementar, realizado por esta Comissão no Auditório Petrônio Portella, nos dias 27 e 28 de agosto, decidiu pela constituição de um grupo de trabalho permanente para discutir os pontos divergentes da Medida Provisória nº 2.177. Esse grupo de trabalho será coordenado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, pela Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Saúde e pela Agência Nacional de Saúde".

Mas esse grupo de trabalho não funcionou, e o meu projeto não tem nada a ver com a questão dessa Medida Provisória. Poderia servir como subsídio para se fazer uma emenda a Medida Provisória quando ela tramitasse. Portanto, eu acho que é justo que esse requerimento seja retirado junto à Mesa do Senado para que eu possa ver o meu projeto tramitar nas Comissões desta Casa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação, o requerimento subscrito pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será encaminhado à Mesa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu gostaria de reiterar a V. Exª a necessidade de que os projetos relacionados a assuntos de meio ambiente pudessem ser encaminhados à Subcomissão Permanente de Meio Ambiente, já constituída há alguns meses, porque estamos chegando ao final do nosso período legislativo, e a Subcomissão precisa trabalhar, tem assunto para trabalhar, para que possamos nos fazer presentes nesse processo e justificar a razão por que constituímos a Subcomissão Permanente de Meio Ambiente do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Solicito à Secretaria da Mesa para tomar as providências no sentido de encaminhar ao Presidente da Subcomissão Permanente de Meio Ambiente para que ele possa dar prosseguimento a esse trabalho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Indico o Presidente da Federação Brasileira de Bancos. Não sei o nome dele no momento, mas seria quem representasse as entidades patronais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria que esse requerimento fosse formalizado, para não haver problema.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, acho que uma sugestão seria o Ministro do Trabalho, um representante da Febraban e um representante do sindicato dos bancários. Seriam três pessoas, o suficiente para se discutir com qualidade esse assunto, que é tão importante e que preocupa o País inteiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de ouvir a Senadora Patrícia a respeito da sugestão dada pelo Senador Delcídio Amaral.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – A sugestão que fazemos é exatamente do Ministro do Trabalho, de um representante do sindicato dos bancários e de um representante da Febraban. Que pudéssemos ter três pessoas, até porque, numa audiência com mais de três pessoas não teríamos tempo suficiente para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vou colocar em votação e solicitaria ao Senador Delcídio ou ao Senador Sibá Machado que formalizassem a indicação. Os Srs. Senadores que concordam com a indicação do Presidente da Febraban, do Presidente do Sindicato dos Bancários e do Ministro do Trabalho para discutir a greve dos bancários.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, uma correção: como são muitos sindicatos de bancários no Brasil, a solicitação é de que venha o coordenador do comando de greve, que é uma união deles todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Aceita por todos a sugestão do Senador Sibá Machado de que, ao invés do Presidente do Sindicato dos Bancários, venha o coordenador do comando de greve.

Em discussão.

Em votação a sugestão apresentada pelos Senadores Sibá Machado, Delcídio Amaral, Patrícia Gomes e Augusto Botelho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovada.

Esta Presidência, através da Secretaria da Mesa, fará os convites, e oportunamente comunicaremos aos Srs. Senadores que faremos essa audiência pública. Ela será feita, naturalmente, no período do nosso esforço concentrado. Vamos tentar fazê-la na próxima semana. Não tendo quórum – e acredito que havendo, ainda, o prosseguimento da greve –, teremos que agilizar a realização dessa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17h26min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Trigésima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 20 de outubro de 2004, quarta-feira, às 11 horas.

Às onze horas e quarenta e oito minutos, do dia vinte de outubro de dois mil e quatro, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) Ideli Salvatti, Flávio Arns, Sibá Machado, Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Pedro Simon, Tasso Jereissati, Osmar Dias e Mozarildo Cavalcanti. A Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, afastou-se no dia primeiro de julho de dois mil e quatro para exercer o cargo de Secretária de Estado do Combate à Pobreza, Assistência Social e do Trabalho do Estado de Sergipe. Justificam a ausência os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Sérgio Cabral e Geraldo Mesquita Júnior e a Senhora Senadora Roseana Sarney. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta. Item 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004. "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. (Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação)", Autor: Dr. Rosinha. Relator: Senador Tião Viana. Relator "Ad Hoc" Senadora Ideli Salvatti. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o parecer com as emendas 1 e 2 – CAS. Usou da palavra o Senhor Senador Flávio Arns. Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS "Altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à concessão de benefícios fiscais para as doações destinadas à assistência e promoção social.". Autor: Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Marcos Guerra. Parecer: favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Resultado: Retirado de pauta para redistribuição. Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000 – DECISÃO TERMINATIVA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS. " Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde." Autor: Senador Luiz Pontes. Relator: Senador Leonel Pavan. Relator "Ad Hoc" Senador Flávio Arns. Parecer: favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Resultado: Vista concedida a Senadora Ideli Salvatti. Item 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA., "Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, tornando obrigatória a presença de Psicólogo Hospitalar nos serviços de saúde pública e privados." Autor: Senador João Alberto Souza. Relator: Senador Mão Santa. Parecer: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. Item 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2002, "Dispõe sobre a criação de Juntas e do Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho e dá outras providências".Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Demóstenes Torres. Parecer: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. Item 12 – REQUERIMENTO Nº 25, DE 2004 – CAS, "Solicitando que seja convidado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias de Souza, para que, relate as realizações do governo e as providências que estão sendo tomadas para coibir os abusos verificados no programa Bolsa Família, denunciados pela mídia nacional". Autores: Senadora Ideli Salvatti, Senadora Lúcia Vânia, Senador Flávio Arns. Resultado: Aprovado. Os itens 4, 5, 6, 7, 8 e 10 foram adiados. Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Lúcia Vânia, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente

Notas Taquigráficas

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de propor ao Plenário da Comissão a retirada da pauta do item 2, PLS nº 383, de 2003, por não estar mais na Casa o ilustre Senador Marcos Guerra, relator da matéria. Um novo relator será designado oportunamente.

Acredito que ninguém teria nada a se opor. Pergunto ao Senador Flávio Arns e à Senadora Ideli Salvatti se teriam alguma oposição à transferência da relatoria. (Pausa.)

O pedido do Senador Mão Santa, relator do Projeto de Lei nº 77, de 2003, retira da pauta o item 9 por estar o ilustre Senador fora de Brasília.

A pedido do Senador Demóstenes Torres, relator do Projeto de Lei nº 63, de 2002, retiro de pauta o item 11 por estar o ilustre Senador em viagem, participando da 59ª Assembléia Geral das Nações Unidas, conforme ofício encaminhado à Secretaria desta Comissão.

Gostaria também de lembrar aos ilustres Colegas que na última reunião foram concedidas vistas aos Projetos de Lei do Senado de nºs 393, de 2003, 24, de 2004, 98, de 2003, e 106, de 2003. Conforme o que dispõe o art. 132, §1º do Regimento Interno do Senado Federal, o prazo de vistas é de cinco dias. Portanto, peço aos Srs. Senadores que pediram vistas dos processos que encaminhem os referidos projetos à Secretaria desta Comissão para que os trabalhos possam ser agilizados.

Devo informar também aos Srs. Senadores que, por intermédio do Ofício nº 1.729, SGS, TCU, plenário do Tribunal de Contas da União, foi enviado a esta Comissão um relatório encaminhando cópia da avaliação da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental das unidades de conservação da Amazônia Legal. O material foi elaborado pela equipe de auditoria referente ao Processo nºTC017230/203 e está à disposição de V. Exªs na Secretaria da Comissão.

Como de costume, encaminho os avisos que nos chegam do TCU a um relator para que S. Exª dê conhecimento da matéria aos demais Senadores. Esse é o procedimento que estamos adotando em função de uma parceria que estabelecemos com o TCU e por entendermos ser esta Comissão interessada em conhecer os gargalos, as dificuldades apresentadas por alguns projetos, principalmente os relativos aos temas afeitos a esta Comissão.

Passamos à nossa pauta.

Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. (Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Autor: Deputado Dr. Rosinha. Relator: Senador Tião Viana. Parecer favorável.

Não estando presente o Relator, eu pediria ao Senador Flávio Arns que fosse o nosso Relator **ad hoc** nesse projeto.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores que na reunião anterior foram concedidas vistas do processo ao próprio Senador Flávio Arns, que o devolveu com um voto em separado favorável ao projeto, com duas emendas.

Acredito que sendo o autor do voto em separado, V. Exª, Senador Flávio Arns, não poderia ler o projeto. Passo, então, a palavra à Senadora Ideli Salvatti, para ser a Relatora **ad hoc**.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senadora Lúcia Vânia, o projeto obriga a notificação compulsória nos casos de intoxicação por agrotóxico, até para que possamos ter uma medida exata da gravidade desse tipo de danos à saúde das pessoas, dos agricultores que utilizam esse tipo de insumo agrícola, que todos sabemos têm uma grande incidência de danos à saúde. A notificação compulsória é uma medida muito relevante exatamente para podermos ter esse mapeamento de toda a questão.

O Senador Flávio Arns pediu vistas e apresentou duas emendas, em voto em separado, que foram acolhidas pelo Relator.

Nosso voto é pelo mérito do projeto, a relevância, a importância e a aprovação do projeto com as duas emendas apresentadas pelo Senador Flávio Arns.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero inclusive destacar que as emendas apresentadas são os frutos do trabalho da Subcomissão de Saúde, uma das subcomissões desta Comissão de Assuntos Sociais. Realizamos uma audiência pública, essa Subcomissão, com as pessoas que tinham sido intoxicadas pelo trabalho no combate à dengue. Observamos, fruto

dessa discussão, que o Projeto de Lei simplesmente previa intoxicação por agrotóxicos e ampliamos a emenda, que foi acolhida, para "agrotóxicos e afins", conforme determina a Lei nº 7.802. Esse é um avanço importante nessa área.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Senador Flávio Arns e quero cumprimentar a Subcomissão de Saúde por essa iniciativa. Tenho certeza de que essa Subcomissão acrescentou alterações substantivas a um projeto de tamanha importância.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 3. Decisão terminativa na CAE, Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde.

Autor: Senador Luiz Pontes. Relator: Senador Leonel Pavan.

Parecer favorável com a emenda que apresenta.

Não estando presente o Senador, solicito que o Senador Flávio Arns seja o nosso Relator **ad hoc**.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O autor do projeto, Senador Luiz Pontes, pretende acrescentar, por meio do art. 1º, do Projeto, a alínea **g** ao inc. II, do art. 12, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, Lei dos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde.

O propósito da alteração é inserir, como item de cobertura obrigatória nos planos e seguros com internação hospitalar, "as despesas de acompanhante de recém nascidos, latentes e crianças, enquanto esses permanecerem internados em unidades de tratamento intensivo neonatal ou pediátrico".

A vigência da norma está prevista para a data da publicação, segundo dispõe o art. 2º da proposição.

A autor justifica a apresentação do projeto pelo fato de ter recebido reclamações de todo o território brasileiro sobre o descumprimento da lei nos casos de pacientes internados em unidades de tratamento intensivo, mesmo quando se trata de crianças que ainda necessitem de aleitamento materno, o que estaria inclusive em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

S. Exª salienta que as operadoras de Planos de Seguros Privados de Assistência à Saúde não vêm cumprindo as despesas de acompanhantes de pacientes menores de 18 anos de idade, conforme determina o art. 12, inciso II, letra "f", da lei, por interpretarem que a norma considera que, em caso de internação em unidade de tratamento intensiva, não há necessidade de permanência dos pais ou responsáveis no hospital. Conforme o ilustre Senador observa, isso constitui um excesso por parte daquelas instituições. Portanto, a proposição tem o objetivo de emprestar ao dispositivo mencionado naquela lei o cunho de interpretação autêntica para evitar o descalabro hermenêutico de que tem sido vítima.

Na Legislatura anterior o projeto havia sido distribuído à Comissão de Assuntos Sociais para apreciação em caráter terminativo. Esgotado o prazo regulamentar, não recebeu emendas. Naquela ocasião, recebeu o voto do Relator, Senador Wellington Roberto, pela aprovação da matéria, com a emenda que sugeria.

No fim da Legislatura, como o projeto não havia sido apreciado pela Comissão, processado foi então devolvido para atender o disposto no art. 89, § 2º, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 17, de 2002. (Pausa.)

Desculpo-me porque o parecer é do Senador Leonel Pavan. Inclusive estava lendo o parecer errado, mas foi bom para termos pelo menos o histórico do processo.

Passo a ler, então, o parecer do Senador Leonel Pavan, na Comissão de Assuntos Sociais.

Apreciação do mérito que cabia a esta Comissão já foi feita na Comissão de Assuntos Econômicos, isto é, já foram sobejamente demonstrados e debatidos naquela Comissão as razões de ordem médica e psicológica que indicam a presença e o acompanhamento por seus pais durante a internação de crianças. Não há questionamentos entre os profissionais de saúde quanto ao fato de que a presença dos pais durante o processo de atendimento a crianças gravemente enfermas é fator favorecedor da recuperação por transmitir-lhes segurança e apoio.

Há, no entanto, peculiaridades da atenção em unidades de terapia intensiva, necessidade eventual de realizar procedimentos heróicos para a manutenção da vida, agressividade de alguns procedimentos, diagnósticos e terapêuticos empregados, risco elevado de infecções hospitalares, que podem eventualmente contra-indicar a presença do familiar junto ao leito do enfermo, tanto por razões de ordem psicológica como operacional. Isto é, a presença do familiar no mesmo ambiente pode atrapalhar ou mesmo impedir a realização de determinadas ações pela equipe de saúde.

Da mesma forma, em razão da natureza invasiva ou cruenta de alguns procedimentos, presenciar a sua realização pode ser psicologicamente traumático para uma mãe ou um pai.

Esses fatos nos levam a considerar que ainda, em geral, seja positiva e desejável a presença dos pais ou de outros familiares numa UTI pode eventualmente ser negativo e indesejável para a recuperação da criança.

Por essa razão, a identificação de quando e como permitir a presença de acompanhante deve, a nosso ver, ficar a critério do médico assistente.

Feitas essas considerações, não há o que obstar a que os gastos com acompanhantes de crianças e adolescentes internados sejam cobertos pelos planos de saúde, na medida em que se reconhece sua importância para o tratamento desses pacientes, desde que tenha aquiescência do médico que assiste o paciente.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, com a seguinte emenda:

"Art. 1º A alínea **f** do inciso II do art. 12 da Lei 9.656, de 03 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. .....

II – .....

"f" – Cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de 18 anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar, desde que haja prescrição médica."

Este é o parecer do Senador Leonel Pavan.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELLI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Srª Presidente, só queria uma confirmação. Pelo relatório que tenho aqui, o Senador Tião Viana havia apresentado o requerimento de audiência pública pela CAS para tratar do projeto. Se há um requerimento de audiência pública, não seria recomendável que não fizéssemos a votação? Se isso não é possível, gostaria de fazer o pedido de vistas, para que pelo menos o Senador Tião Viana possa se pronunciar. A informação que temos é que S. Exª tem questionamentos a fazer a respeito do projeto, tanto que o motivou a requerer a audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – S. Exª apresentou esse requerimento em plenário.

Tendo em vista a sua dúvida, acredito que V. Exª poderia pedir vistas.

A SRª IDELLI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Melhor pedir vistas para que possamos tratar quando ele estiver presente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vistas concedidas.

Gostaria de comunicar ao Senador Papaléo Paes que foi aprovado o parecer lido pela Senadora Ideli Salvatti, parecer favorável com as emendas. Gostaria ainda de informá-lo que foi destacada aqui a atuação da Subcomissão de Saúde, responsável pela promoção da audiência pública, que, sem dúvida nenhuma, enriqueceu o presente projeto.

Passo a ler o Requerimento nº 2004.

"Requerimento nº 2.004

Nos termos do inciso III do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja convidado o Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sr. Patrus Ananias de Souza, para informar ao Plenário desta Comissão de Assuntos Sociais as realizações do Governo no âmbito de sua Pasta e as providências que estão sendo tomadas para coibir os abusos verificados nos Programas Bolsa-Família denunciados pela mídia nacional.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2004.

Senadora Ideli Salvatti, Líder do Bloco de Apoio ao Governo."

Eu e o Senador Flávio Arns gostaríamos de subscrever esse requerimento.

Em votação o requerimento.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Srª Presidente, gostaria de reforçar a importância da vinda do Ministro. Tive oportunidade inclusive de falar sobre o tema ontem no plenário.

Os programas de transferência de renda têm evoluído e hoje realizamos um dos maiores programas de transferência de renda do mundo. Deveremos alcançar este ano a cifra de 6 bilhões de transferência só do Bolsa-Família, atendendo algo em torno de 6,5 milhões de família. É um volume e uma abrangência incomensuráveis. O programa é Federal. Trata-se de uma transferência de recursos do Governo Federal diretamente para as famílias, mas o processamento, cadastro e fiscalização se procede no Município. É um ente federado que transfere e os Municípios que operam. Esta parceria entre Governo Federal e Governos Municipais e, em alguns casos, Estaduais não poderia deixar de ter problemas. A nossa grande preocupação é que, ao levantar os problemas, não se

esteja querendo efetivamente resolvê-los, mas sim detonar o programa.

Esse debate está de bom tamanho para a Comissão de Assuntos Sociais. Que possamos avaliar o alcance, a amplitude, as medidas complementares, o aperfeiçoamento e como a sociedade civil tem que obrigatoriamente se envolver na fiscalização de um programa dessa magnitude! A Comissão de Assuntos Sociais do Senado tem contribuído no aperfeiçoamento das matérias que aqui chegam, como na questão da biossegurança, quando, com aquela audiência tão expressiva, a CAS acabou criando as condições para aprovação no plenário da pesquisa com as células-tronco. Esta Comissão tem uma grande contribuição a prestar na linha e na ótica do aprimoramento do projeto.

Tenho a sensação, às vezes, de que, apesar de termos um programa de transferência de renda que deve alcançar este ano algo em torno de seis bilhões, algumas mentes poderão estar pensando que seria mais "produtivo", mais "conveniente", se esses recursos, ao invés de estarem sendo destinados a um programa de transferência de renda, estivessem sendo aplicados em outras atividades.

É de fundamental importância trazermos o Ministro aqui para debatermos. S. Exª é uma pessoa absolutamente aberta, tranqüila e receptiva para questões e sugestões. Vamos estar realizando novamente uma grande audiência pública, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, gostaria também de enfatizar a importância da vinda do Ministro. V. Exª, Srª Presidente, já foi Secretária Nacional de Assistência Social e sabe muito bem da importância dessa área, principalmente para a população mais marginalizada, mais discriminada. Inclusive no final do governo anterior esse auxílio para o exercício da cidadania já havia aumentado para mais de R$2 bilhões; no ano seguinte, para mais de R$3 bilhões; e, agora, mais de R$5 bilhões; e ainda tem que aumentar mais, porque, infelizmente ainda, o exercício da cidadania precisa desse recurso para acontecer. Isso é fundamental.

Essa união dos programas também é muito importante. É um grande programa, conforme a Senadora Ideli Salvatti enfatizou. São quase seis milhões de famílias, vinte milhões de pessoas e R$6 bilhões, mas se pensarmos no benefício da prestação continuada do idoso e do portador de deficiência, chegaremos a, talvez, R$10 bilhões e a muito mais do que vinte milhões de famílias, porque um portador de deficiência que recebe o salário mínimo pode estar ou não em uma família que já receba o bolsa-família, e aí reside a importância do programa.

Tivemos agora há pouco uma audiência pública com o Ministro Tasso Genro, da Educação, porque naquilo que se refere ao Bolsa-Escola, incorporado no Bolsa-Família, tem que haver como contrapartida a freqüência da criança à escola, e esse fato foi destacado pela mídia nacional. O Ministro Tasso Genro enfatizou que, no próximo ano, 70% das crianças estarão, por intermédio de meios magnéticos, com a freqüência sendo controlada. Isso vai ser um avanço extraordinário para o Brasil, até para sabermos em que regiões a criança está freqüentando a escola, em que regiões está faltando, por que está faltando etc. E isso não depende, conforme S. Exª disse e a reportagem mostrou, de energia elétrica ou de computador. São equipamentos muitos simples que, às vezes, funcionam até com bateria ou pilha.

A relação da Caixa Econômica com as Prefeituras, também citada pelo Ministro, tem que ser aprimorada. Fiquei preocupado porque teremos que envolver muitos organismos já instalados na sociedade. Em todos os Municípios temos o Conselho da Criança e do Adolescente e o Conselho de Assistência Social, que podem acompanhar mil ou dois mil casos para, pelo menos, atestar e certificar se essas pessoas que estão recebendo procederam ao cadastramento pela Prefeitura. Estamos falando em controle social, porque o objetivo do Conselho é a descentralização. A aproximação dessa descentralização com a comunidade representa, também, o controle social desses gastos públicos. Para o Governo Federal é impossível controlar 5 milhões de pessoas e famílias, mas na ponta podemos ter esses mecanismos. É claro que sempre haverá a possibilidade de fraude, mas, pelo menos, com esse controle poderíamos diminuir significativamente essa incidência. Além disso, entidades comunitárias, como a Pastoral da Criança, que está em 4 mil Municípios, e as Apaes, que estão em 2 mil Municípios, já sabem qual família realmente deveria estar recebendo.

Temos que debater esse tema.

Ontem, no plenário, sugeri que, daqui a duas ou três semanas, talvez depois mesmo dessa audiência, o próprio Ministro, após proceder a uma discussão até mais técnica, chamasse os meios de comunicação para esclarecer o que estará sendo feito, para que haja maior transparência. Este programa é extremamente relevante. Deve, portanto, ficar cada

vez mais forte, seguro e transparente para atingir os seus objetivos. Temos que avançar nesta área. Não podemos recuar. Precisamos de desenvolvimento econômico, de educação e de outros tantos direitos e que, inclusive, daqui a alguns anos, não tenhamos mais esse programa. Deus queira que seja assim! Neste caso, o País estará mais desenvolvido, mas, no momento, infelizmente, esse programa é necessário porque a criança não pode esperar pelo amanhã. A vida dela é hoje.

Considero muito importante essa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu perguntaria a V. Exª, Senadora Ideli Salvatti, se há uma data marcada, se o Ministro já comunicou uma data?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tive a oportunidade de, ontem à noite, estar com o Ministro Patrus Ananias. S. Exª tem disponibilidade. Penso apenas que devemos aguardar o segundo turno, porque a dificuldade é visível, mas, a partir do dia 31 de outubro, em qualquer data, basta consultar. S. Exª tem todo o interesse de vir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Embora a Comissão não tenha um quorum qualificado, eu gostaria de colocar em votação em função da urgência do assunto.

Essa Comissão jamais poderia deixar um assunto dessa natureza passar em branco neste momento.

Concordo e quero parabenizar a Senadora Ideli Salvatti por essa iniciativa. Acredito que, diante da gravidade das denúncias apresentadas, é preciso que haja esclarecimento, e nada melhor do que esta Casa para ser o fórum desse debate.

Eu quero, aqui, discordar da Senadora Ideli Salvatti quando S. Exª disse que talvez seja algo programado no sentido de não permitir que esse dinheiro seja canalizado para a população pobre. Isso não se justifica, uma vez que temos o Programa de Renda Mínima, que movimenta valores semelhantes e no qual são realizados levantamentos periódicos. É claro que ocorrem distorções. Em todos programas dessa natureza, com esse volume, sempre há distorções, mas são, em geral, em número aceitável, o que não acontece com o Bolsa-Família.

Chamamos a atenção, aqui, para esse fato. Várias vezes subi à tribuna para chamar a atenção do Governo para a questão do cadastro da área social. O cadastro elaborado pelas agentes comunitárias de saúde realmente atinge os grotões mais pobres deste País; já o cadastro elaborado pela área de educação é exatamente com a criança que está na escola, mas, muitas vezes, como a escola ainda não tem a proximidade com a comunidade que gostaríamos, as informações não são checadas. Portanto, é preciso rever o cadastro. É preciso também que as condicionalidades estabelecidas por programas dessa natureza sejam realmente cobradas. Temos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que atende hoje um milhão de crianças nesse mesmo tipo de transferência de renda e que realmente consegue atingir os grotões mais pobres deste País.

A presença do Ministro aqui será muito oportuna para que realmente possamos debater, questionar e apresentar sugestões, como fizemos com outros programas sociais. Embora eu tenha dito aqui inicialmente que não temos o quórum qualificado, entendo que seria muito importante colocar esse requerimento em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Eu gostaria de comunicar às Srªs e Srs. Senadores que a Senadora Patrícia Saboya Gomas e eu estivemos em Roma essa semana – sábado, domingo e segunda-feira – participando da 1ª Conferência Mundial das Mulheres Parlamentares, debatendo a proteção das crianças e adolescentes no mundo.

Foi uma conferência extremamente importante. A Senadora Patrícia Saboya Gomes pôde apresentar o seu relatório sobre o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes; a Deputado Angela Guadagnin pôde falar um pouco sobre a saúde no nosso País, principalmente voltada para crianças e adolescentes; e eu pude também relatar a experiência exitosa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Nessa ocasião, tivemos a grata satisfação de ver a Senadora Patrícia Saboya ser escolhida para integrar a comissão que vai organizar a 2ª Conferência Mundial em favor das mulheres parlamentares, em favor da criança e do adolescente no mundo.

Foi uma viagem cansativa, mas extremamente proveitosa.

Sem dúvida nenhuma, pudemos representar com dignidade o nosso povo e mostrar a preocupação do Governo brasileiro, do nosso povo com as nossas crianças e adolescentes.

Os demais itens da pauta são terminativos, exigindo, portanto, um quórum qualificado. Por isso, não podemos fazer a votação hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h21min.)

EDIÇÃO DE HOJE: 974 PÁGINAS